

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)
FACULDADE DE DIREITO**

ROBERTO BUENO

**UMA INTERPRETAÇÃO CONSERVADORA
REVOLUCIONÁRIA DO POLÍTICO E DA DITADURA:
O POTENCIAL TOTALITÁRIO DE CARL SCHMITT**

**Curitiba (PR)
2011**

ROBERTO BUENO

**UMA INTERPRETAÇÃO CONSERVADORA
REVOLUCIONÁRIA DO POLÍTICO E DA DITADURA:
O POTENCIAL TOTALITÁRIO DE CARL SCHMITT**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)
FACULDADE DE DIREITO**

TESE DE DOUTORADO

**UMA INTERPRETAÇÃO CONSERVADORA REVOLUCIONÁRIA DO
POLÍTICO E DA DITADURA: O POTENCIAL TOTALITÁRIO DE
CARL SCHMITT**

**Orientador: Prof. Dr. Cesar Antonio Serbena
Doutorando: Roberto Bueno**

**Este exemplar corresponde a tese defendida como requisito parcial para a
obtenção do título de doutor por Roberto Bueno Pinto e aprovada pela
Comissão Julgadora.**

Data: 29 de julho de 2011

Assinatura: _____ (Orientador)

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Alexandre Franco de Sá: _____

Prof. Dr. Cesar Antonio Serbena _____

Prof. Dr. Delamar José Volpato Dutra: _____

Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Jr.: _____

Prof. Dr. Roberto Romano: _____

Profa. Dra. Vera Karam Chueiri: _____

2011

AGRADECIMENTOS

Devo meus mais sinceros agradecimentos pela jornada que ora encontra seu termo ao orientador deste trabalho doutoral, Prof. Dr. Cesar Antonio Serbena. Aprendi a admirar sua seriedade e retidão em nossa relação acadêmica que rapidamente transcendeu para o campo pessoal.

Conforme as normas regimentais, previamente a esta Banca de Defesa foi realizada a qualificação deste trabalho em 9 de maio de 2011. Neste sentido é imperioso destacar as relevantes contribuições ofertadas pela Banca, então composta pela Profa. Dra. Vera Karam Chueiri (Presidente / Faculdade de Direito/UFPR), Prof. Dr. Delamar José Volpato Dutra (Faculdade de Filosofia/UFSC) e pelo Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Júnior (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP). Em verdade, as suas contribuições transcendem os limites que orientam este texto e se projetam, e nisto mais relevante a intervenção, para o desenvolvimento das pesquisas deste trabalho doutoral.

Intensamente agradeço aos membros da Banca pela leitura esmerada, pela tolerância e, sobretudo, pelas agudas críticas. O trabalho empenhado por todos seus membros aportará colaboração decisiva para que falhas possam ser subsanadas e que no desenvolvimento desta linha de pesquisa possamos encontrar um horizonte mais promissor de reflexões. Expresso os mais sinceros agradecimentos e reconheço minha dívida intelectual com a Banca de Doutorado composta, além dos membros da Banca de Qualificação supracitada, também pelos professores doutores Alexandre Franco de Sá (Instituto de Estudos Filosóficos/Universidade de Coimbra), Cesar Antonio Serbena (Faculdade de Direito/UFPR), Roberto Romano da Silva (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP). Igualmente devo reconhecer, assim como com os membros da Banca de Qualificação, minha dívida intelectual com os membros da Banca da Defesa do Doutorado, posto que a leitura de seus trabalhos resultou, desde ângulos vários, extremamente proveitosa.

Ainda assim agradeço superior gentileza dos membros suplentes desta Banca, que pacientemente leram e aportaram cientificamente a este trabalho, professores doutores Gilberto Bercovici (Faculdade de Direito/USP) e José Maria Arruda (Faculdade de Filosofia/UFC). Minha dívida, desde logo, não torna quaisquer destas inspiradoras fontes co-responsáveis pelas omissões e contradições das quais este autor não logrou depurar o presente texto.

Igualmente agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná pelos meios disponibilizados, pela contínua preocupação com a qualificação do Programa, com a contínua organização de eventos de importância internacional e que tornaram a frequência aos seminários de pós-graduação. Desejo, portanto, agradecer ao proveitoso período na UFPR nas pessoas de seu Diretor, Prof. Dr. José Antônio Peres Gediél, e da Profa. Dra. Vera Karam Chueiri, com quem igualmente compartilhei frutiferamente espaços de reflexão em sala de aula.

Desejo estender meus agradecimentos neste momento de finalização do trabalho doutoral aqueles que participaram, já em dias mais longínquos, dos primeiros momentos de minha trajetória acadêmica. Recordo com carinho aos colegas e professores das primeiras etapas de minha formação, especificamente na Universidade Federal (UFPEL) de Pelotas e na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Em meus dias de juventude ali conheci o ambiente acadêmico que condicionaria minhas escolhas pessoais e profissionais. Começava uma longa jornada de formação intelectual que ora encontra um momento de referência para tudo fortalecida por aqueles que me acompanharam e tornaram possível o amadurecimento intelectual.

A trajetória até o desfecho desta tese doutoral foi extensa, e o número daqueles que a ela aportaram foi significativo, inviável de listagem exhaustiva. Reconhecida esta limitação, gostaria de mencionar etapas e homenagear a todos que delas participaram

por intermédio de referências simbólicas. Pelas descobertas e apoio gostaria de ressaltar minha especial homenagem durante meus estudos em Direito aos professores Alberto Rosa Rufino Rodrigues de Souza (*in memoriam*), José Luís Marasco Cavalheiro Leite, e na área de Filosofia ao Prof. Dr. Claudio Neutzling (*in memoriam*).

As referências deste trabalho começaram a ser lidas de forma não sistemática quando de minha estadia em Madrid, ainda na década de 1990. Saído da graduação em Direito na UFPEL e freqüentando as faculdades de Direito e Ciência Política da *Universidad Autónoma de Madrid*, ali encontrei ambiente e estímulo intelectual para dedicar-me, dentre outras leituras, à obra de Schmitt. Foi naquele momento que, amparado pelos referenciais teóricos obtidos na graduação, granjeei apoio de minha família, e em especial de minha mãe, Laiz Mesck Bueno, que não sem esforços, me proporcionou todos os meios possíveis para que encontrasse tranqüilidade em minha longa estadia na Europa, especificamente na Espanha e, posteriormente, na Alemanha, com o que obtive o mais rico legado pelo qual, igualmente, jamais disporei de palavras o suficiente para agradecê-la, bem como a quem tudo começou, meu avô Florentino Bueno que, em sua simplicidade, soube conduzir sua educação. Em Berlin pude freqüentar com muito proveito a *Freie Universität von Berlin*, especialmente o seu *John F. Kennedy Institut*. Esta foi uma rica experiência intelectual que contribuiu para a realização deste trabalho, sem a qual este texto não poderia ter sido realizado nos termos aqui propostos.

Em minha longa estadia em Madrid devo sinceramente agradecer aos professores que me receberam na Faculdade de Direito, e o faço na pessoa do Prof. Dr. Elías Díaz, então Chefe do Departamento de Filosofia do Direito, hoje desfrutando, infelizmente para o mundo acadêmico, de sua merecida aposentadoria, cujo trabalho todavia repercute em minhas reflexões e, em especial, neste trabalho doutoral. Ainda

assim, presto meus agradecimentos a todos que tão gentilmente me acolheram em seus seminários na Faculdade de Ciência Política da *Universidad Autónoma de Madrid*, o que o faço, simbolicamente, nas pessoas dos catedráticos Fernando Vallespín Oña, Rafael del Águila (*in memoriam*) e Ángel Rivero, professores cujo compromisso democrático de fundo, assim como Elías Díaz, reverbera neste trabalho. Seus seminários me nutriram e apresentaram novos horizontes no âmbito do pensamento político e que, igualmente, auxiliaram de forma importante em minha formação acadêmica. Ainda assim devo agradecer neste período a acolhida no *Centro de Estudios Constitucionales*, instituição que me prestou excelente auxílio intelectual por meio de seus renomados seminários.

Acadêmica e também pessoalmente devo meus sinceros agradecimentos aqueles que me receberam em meu retorno ao Brasil, dentre os quais personifico as pessoas dos professores doutores Carlos Aurélio Mota de Souza (UNESP), Lafayette Pozzoli (PUC-SP/UNIVEM) e Maria Garcia (PUC-SP). Ainda assim, expresso meus sinceros agradecimentos ao professores Delamar José Volpato Dutra, bem como ao professor Oswaldo Giacóia Júnior, professores cujas lições e práticas acadêmicas vêm sendo lidas e incorporadas com extremo proveito tanto neste como em outros trabalhos.

Ainda com igual intensidade devo também expressar meus agradecimentos a todos os colegas com quem até hoje privei da companhia e dos debates que tornaram possível este trabalho durante minha frequência aos seminários de Pós-Graduação na Faculdade de Direito da UFPR. Devo ainda finais agradecimentos aos serviços profissionais da Profa. Dra. Paula Arbex pelo esmero na revisão final deste texto assim como a Bruno Bueno Pinto Leites, a quem devo por sua revisão final do *abstract*. Igualmente em dívida me reconheço junto aos servidores públicos vinculados ao

Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, todos eles facilitadores das atividades acadêmicas que foram desenvolvidas.

Superior, contudo, e intraduzível, este é apenas o esboço de agradecimento que devo a minha esposa, Joelma Lúcia Vieira Pires. O seu foi um incansável e indescritivelmente importante apoio, tanto intelectual, como pessoal, sentimental e material. Genuinamente fundamental, o seu apoio viabilizou este trabalho em seus moldes finais. A sua colaboração ofereceu-me condições ideais, que para nada justificariam tais ausências senão as próprias limitações deste autor. Sem esta colaboração seguramente este trabalho não teria sido escrito como foi, razão suficiente para dividir consigo a alegria por esta etapa que, juntos, cumprimos, muito embora reclame exclusivamente para mim a plena responsabilidade por suas lacunas e deficiências.

A sua disponibilidade e incentivo concreto permitiram a todo momento que minhas ideias, tempo e foco pudessem ser plenamente empregados nesta atividade de leitura e redação ora apresentada. Sem ela, com certeza, tudo isto não teria sido possível, e se muitos obstáculos pudessem ter sido vencidos, com absoluta certeza, o caminho teria sido áspero em demasia, solitário e dura a trajetória. Se os agradecimentos a todos os que aportaram significativamente puder de alguma maneira ser resumido, o faço, portanto, na pessoa de Joelma, cuja transbordante dívida se faz, assim, de tipo irresgatável, sequer mesmo literariamente expressável, e reconhecer minha gratidão, mesmo aquém do devido, é mesmo tudo o que posso lhe dizer acompanhado simbolicamente por uma rosa que lhe diga o quanto sinto e não posso expressar.

RESUMO

Esta tese tem como objeto analisar o potencial totalitário de Carl Schmitt. Tal estudo foi realizado por meio da mediação dos referenciais teóricos do conservadorismo, tanto contrarrevolucionário franco-hispânico do século XIX quanto revolucionário germânico do século XX. O objetivo deste trabalho é o de realizar a investigação acerca da ligação de Schmitt com a tradição totalitária considerando seus conceitos do político e da ditadura por intermédio da interpretação conservadora de sua filosofia. A questão de fundo que estabelece os limites deste trabalho está orientada à interpretação de tais conceitos. A pesquisa tem como referência a possibilidade de que os conceitos do político e da ditadura examinados se encontrem profundamente impactados por uma base de pensamento totalitário que contamine o próprio âmago da filosofia política e jurídico-constitucional de Carl Schmitt. A releitura de Schmitt vem tendo lugar tanto por parte da extrema direita como pelo pensamento pós-marxista. Ambos os movimentos teóricos realizaram a retomada desta fonte eivada de inexoráveis compromissos conceituais de viés totalitário contra a qual este trabalho se opõe ao pensar o político a partir de uma inexorável ligação com a democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Carl Schmitt; político; ditadura; conservadorismo contrarrevolucionário; conservadorismo revolucionário; liberalismo; nacional-socialismo; totalitarismo; direito constitucional.

ABSTRACT

This thesis has as analytical object the totalitarian potential of Carl Schmitt. The research was developed with the theoretical mediation of the theoretical references of the conservatism, both Hispano-French counterrevolutionary from the 19th century as German revolutionary from the 20th century. The aim of this work is to achieve the research about the connection between Schmitt and the totalitarian tradition of thought, considering Schmitt's concepts of politics and of dictatorship through the conservative interpretation of his philosophy. The bottom matter that constitutes the limits of this thesis is the accomplishment of the interpretation of these concepts. The research has as reference the possibility that the concepts of politics and dictatorship examined are deeply and irreversibly affected by a totalitarian basis of thought that contaminates the core of Carl Schmitt's political philosophy and constitutional thought. The reinterpretation of Schmitt accomplished from the extreme right and the Pos-Marxist thought. Both theoretical trends recovered this source through a reinterpretation tainted by totalitarian conceptual compromises, against which this work is opposed, due to its inexorable bind with the democracy.

KEY WORDS: Carl Schmitt; politics; dictatorship; counterrevolutionary conservatism; revolutionary conservatism; liberalism; national socialism; totalitarianism; constitutional law.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
------------------	---

PARTE I – O CONSERVADORISMO: DA CONTRARREVOLUÇÃO À FASE REVOLUCIONÁRIA

CAPÍTULO I – DONOSO CORTÉS E A FACE TOTALITÁRIA DA TEOLOGIA POLÍTICA: ENTRE A POLÍTICA E A DITADURA

1.1. O catolicismo do século XIX como fonte da teologia política conservadora schmittiana	51
1.2. Vertentes do conservadorismo católico: ditadura e totalitarismo	81
1.3. O teológico e o político: entre Donoso e Schmitt	112
1.4. A estrutura do antiliberalismo segundo Donoso Cortés	131

CAPÍTULO II – CONSERVADORISMO CONTRARREVOLUCIONÁRIO: DE MAISTRE E DE BONALD À BASE DO JURÍDICO-POLÍTICO SCHMITTIANO

2.1. De Maistre e de Bonald: o viés teológico do projeto antimoderno	159
2.2. O projeto conservador e a centralização do poder como eixo do político	184
2.3. Hierarquia e poder: transpondo o <i>milagre</i> para o mundo do político	214
2.4. A conexão conservadora: do movimento contrarrevolucionário francês ao revolucionário germano	243

CAPÍTULO III – O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO CONSERVADORISMO REVOLUCIONÁRIO E A AMBIÊNCIA CULTURAL WEIMARIANA

3.1. O léxico da <i>Konservative Revolution</i> : as bases do mito e a formação da tradição totalitária	264
3.2. A cultura política do conservadorismo revolucionário	288
3.3. Virtudes heroicas e a cultura belicista: inspiração totalitária e as origens do político	313
3.4. O aporte do conservadorismo revolucionário para a formação teórica do nacional-socialismo	342

CAPÍTULO IV – OSWALD SPENGLER E A CRÍTICA CONSERVADORA: UMA APOSTA TOTALITÁRIA

4.1. A antidemocracia como elo entre o conservadorismo revolucionário e a consolidação da cultura totalitária	368
4.2. Spengler, Heidegger e Schmitt: filosofia e pessimismo na história e a concepção da política a partir da liderança	396
4.3. Violência: guerra, heroísmo e progresso no pensamento conservador-revolucionário	430
4.4. O político em Spengler e sua derivação totalitária	452

CAPÍTULO V – O CONSERVADORISMO REVOLUCIONÁRIO DE JÜNGER E A LITERATURA DO ENFRENTAMENTO ÚLTIMO

5.1. O soldado-trabalhador: risco existencial e as raízes do enfrentamento como virtude do político	469
5.2. O elogio da plenitude da vida: a literatura jüngeriana antiburguesa como consolidação do elemento heroico	503
5.3. Político x econômico: crítica liberal e a retórica antfinancista do conservadorismo revolucionário	528
5.4. A violência como marco do político: entre Jünger, Spengler e Schmitt	551

CAPÍTULO VI – A CRÍTICA FILOSÓFICA E POLÍTICA AO LIBERALISMO WEIMARIANO: O CONSERVADORISMO E SUAS CONEXÕES TOTALITÁRIAS

6.1. O debate teórico weimariano: os primeiros signos da destruição	572
6.2. A geração de 1914 e a tragédia da época: interdição liberal, <i>Weltanschauung</i> totalitária	600
6.3. Tecnologia e pastoralismo: a cultura <i>Völkisch</i> e a supremacia do político	627
6.4. O conservadorismo em Weimar: irracionalismo e tradição. A base estética do poder e a criação do mito para o novo regime	646

PARTE II – O PROJETO TOTALITÁRIO SCHMITTIANO: DA CRÍTICA DEMOCRÁTICO-LIBERAL À DITADURA AO POLÍTICO COMO EXTERMÍNIO

CAPÍTULO VII – SCHMITT *CONTRA* WEIMAR: CRÍTICA ÀS VIRTUDES LIBERAIS, ELOGIO DA TRADIÇÃO

7.1. Schmitt <i>contra</i> Weimar: o período pós-guilhermino e a afirmação da crítica antiliberal	674
7.2. Um diálogo inviável: a utopia conservadora como realização do passado e a dimensão liberal ilustrada como realização autônoma do futuro	707
7.3. O catolicismo e a república: poder e ditadura	720
7.4. Técnica e modernidade: ações e reações do movimento anti-ilustrado no processo de desconstrução da cultura liberal weimariana	750

CAPÍTULO VIII – SCHMITT E AS BASES CONSERVADORAS DA CRÍTICA À DEMOCRACIA PARLAMENTAR

8.1. Democracia como ditadura: a normalização da crítica democrático-liberal	776
8.2. Democracia, sistema representativo e a desconstrução das instituições parlamentares: entre Kelsen e Mouffe	814
8.3. Democracia como divergência x democracia como convergência: o político como pura decisão	846
8.4. Sobre a representação e a centralização de poderes: a releitura da crítica schmittiana face à tradição liberal kelseniana	877

CAPÍTULO IX – O APROFUNDAMENTO DO PROJETO TOTALITÁRIO: POR UMA VIA ANTIPARLAMENTAR DO POLÍTICO

9.1. O antiparlamentarismo como dinamizador do totalitarismo	906
9.2. O projeto totalitário e suas críticas ao liberalismo: neutralidade, despolitização e pluralismo	926
9.3. O socavamento da democracia parlamentar weimariana: a interrupção do debate e a consolidação da decisão como aposta no Estado total	958
9.4. A crítica liberal-parlamentar articulada desde a esquerda epocal	979

CAPÍTULO X – SOBERANIA E DECISÃO: A NORMALIZAÇÃO DA DITADURA, COMO REGRA, NÃO COMO EXCEÇÃO

10.1. Democracia como ditadura, ditadura como virtude do político	1012
10.2. Decisão e concentração de poderes no Presidente do Reich: a oposição ao <i>Rechtsstaat</i> por meio da interpretação do art. 48	1044
10.3. Ditadura soberana e ditadura comissária: interpretação histórica à luz do conservadorismo revolucionário	1086
10.4. Ditadura como exceção, ditadura como regra: o poder soberano e a convicção totalitária	1118

CAPÍTULO XI – A PERPLEXIDADE DO POLÍTICO (*FREUND* u. *FEIND*): TEORIA E PRÁTICA DO TOTALITARISMO

11.1. A interdição do político: da violência em potência à concretização	1157
11.2. O conceito de homogeneidade como fator operativo do político	1186
11.3. O político como pura eliminação e o triunfo da barbárie	1208
11.4. O político como enfrentamento, o político como tolerância: Schmitt x liberalismo democrático	1242
11.5. Dois ideólogos, um mesmo inimigo: entre Schmitt e Rosenberg	1260

CAPÍTULO XII – A CONSTRUÇÃO DO POLÍTICO PELO CONSERVADORISMO REVOLUCIONÁRIO: A CULTURA PERMISSIVA DO EXTERMÍNIO E A INSANA PERSECUÇÃO DA DESTRUIÇÃO DO *OUTRO*

12.1. Pensando o político a partir do Estado totalitário: a destruição do <i>outro</i> como prática	1288
12.2. Polarizando o político: amigo (<i>Freund</i>) e inimigo (<i>Feind</i>), <i>nós</i> contra <i>eles</i> , ou da política entendida como redução da pluralidade à unidade	1319
12.3. Relendo o político: por uma crítica à desumanização do conceito	1351
12.4. A radicalização do político: extermínio como regra da normalidade schmittiana ..	1379
12.5. A violência no político: o aprofundamento do projeto schmittiano	1397

CONSIDERAÇÕES FINAIS	1417
----------------------------	------

BIBLIOGRAFIA	1462
--------------------	------

INTRODUÇÃO

Este trabalho doutoral tem como centralidade a Carl Schmitt, autor a quem a literatura especializada concedeu amplíssimo espaço e análises refinadas, inicialmente na cultura continental europeia e, momento seguinte, já em meados do século passado, adentrando na cultura filosófica anglófona.

A incontável quantidade, mas também a notável qualidade, dos trabalhos dedicados a Schmitt reflete, em suas múltiplas abordagens, angulações, orientações teóricas, as diversas referências a partir das quais a sua obra apresenta-se sugestivamente capaz de ser pensada. Esta circunstância propiciou um interesse inaudito pela obra de Schmitt bem como uma ampla variedade de interpretações evidenciada pela composição de uma amplíssima bibliografia cuja integralidade revela-se praticamente inabordável.

Embora não refiramos aqui exatamente à existência de lacunas, há em Schmitt alguns espaços que todavia carecem de mais minuciosa exploração. Encontramos um destes espaços na abordagem contextualizada de alguns tópicos da sua obra, e que constitui o próprio objeto deste trabalho doutoral, como veremos na sequência. Inicialmente observamos como de relevância que a leitura do autor seja realizada segundo atenta contextualização da sua produção teórica na medida em que deva ser ponderado o papel dos interlocutores assim como dos grandes debates em que o autor se inseriu, o que, sugerimos, permitirá magnificar ao trabalho do autor e, em especial, ao objeto deste trabalho doutoral.

Nossa interpretação da obra schmittiana remete à pesquisa de seus significados a partir da delimitação de um campo significativo cuja posição de destaque seja ocupada pelas circunstâncias teóricas de sua produção. Nossa abordagem sugere que o procedimento metodológico a ser adotado neste trabalho tenha lugar por intermédio de

uma ampliada posição de conexão de Schmitt com a significação teórica atribuída pela produção intelectual da quadra da história dos anos 20 e 30, segundo personagens e correntes filosóficas com as quais ele manteve contato direto ou indireto.

Esta tese doutoral propõe a realização de uma interpretação do político e da ditadura no pensamento de Schmitt a partir de proposta teórico-hermenêutica calcada na leitura histórica do autor e, em especial, da influência do conservadorismo na conformação dos dois conceitos mencionados. Esta tese parte, portanto, do pressuposto de que especialmente Schmitt é autor que não apenas não pode em absoluto ser desconectado das circunstâncias de seu tempo como a sua melhor e mais apropriada leitura é visceralmente dependente de um movimento estratégico de contextualização, tanto teórica quanto histórica. Dentre as circunstâncias e diálogos filosóficos que reputamos insuficientemente explorados encontra-se o conservadorismo, e, naquela quadra da história, especificamente o conservadorismo revolucionário, a partir do qual sugerimos poder realizar uma adequada interpretação do político e jurídico. Aqui o motivo de que este trabalho atribua importante espaço para a descrição e análise do impacto histórico na obra de Schmitt, com os quais o autor dialoga, quer direta quer indiretamente.

Neste sentido, o esforço de contextualização do trabalho intelectual do autor é aqui empreendido por compartilharmos a ideia de que o esforço intelectual constitui uma parcial imagem do seu mundo, muito embora não a construa mas, antes, que atua como desvelador de alguns de seus elementos, que a sua pode ser uma rica tarefa redescritiva de léxicos e teorias já compostas ou de inovações parciais que apontem para novos rumos. Esta, contudo, não é a nota dominante e nem mesmo a regra. Sugerimos que esta é uma observação válida para Schmitt, cujo trabalho intelectual confirma a alta conectividade do autor com o seu tempo histórico e que em grande parte os seus

conceitos centrais, tal como o político e a ditadura, podem ser melhor entendidos a partir desta releitura histórica, especificamente, por intermédio do conservadorismo revolucionário.

Postas estas informações iniciais sobre o autor com o qual centralmente esta tese doutoral se ocupa, interessa agora delimitar o campo de preocupações que orientam este trabalho. Esta tese doutoral encontra referência inicial para a determinação de seu objeto de pesquisa em uma preocupação orientadora básica que reputamos ser de transcendente importância para o pensamento filosófico-político e filosófico-jurídico e constitucional de nossos dias, a saber, os referenciais teóricos a partir dos quais a democracia continua a ser pensada e criticada. Nestes termos, é uma pesquisa bibliográfica a que será desenvolvida neste trabalho.

Esta tese não pretende se ocupar do estudo detalhado da democracia em si mesma, e não tomará, portanto, a ela como o seu objeto próprio de investigação. A democracia será o referencial inspirador de fundo a partir do qual delineamos, em um horizonte mais restrito, a existência de nosso objeto de trabalho e pesquisa, como um dos fatores a partir dos quais a mesma poderá ser pensada e criticada. Nestes termos, portanto, trata-se não de uma pesquisa aplicada mas, antes, de uma pesquisa de base a que será desenvolvida neste trabalho.

A preocupação básica da qual partimos como inspiradora deste texto doutoral pode ser resumida na perspectiva de que a democracia e as liberdades que tipicamente lhe habitam, consoante se encontre o seu estágio evolutivo, encontram-se em tempos transformação. As dificuldades a superar no sentido de consolidar os projetos democráticos se mostram desafiadoras na medida em que se apresentam com forma e conteúdos inauditos, agravados por um progressivo abandono do espaço público por seus agentes históricos.

Deriva desta contextualização a nossa preocupação com a real possibilidade de retomada e capacidade de penetração de que possa dispor o discurso filosófico-político e jurídico-constitucional schmittiano conforme tem sido faticamente proposto por alguns círculos intelectuais. A centralização da filosofia de Schmitt neste trabalho se justifica por a reputarmos hábil o suficiente para propor um modelo de sociedade que estrutura-se sob o signo da intolerância, antes do que aceitação da tolerância como valor de fundo a preservar, da realização de projetos homogeneizantes, antes do que por iniciativas voltadas a consagração da pluralidade. Em suma, de um projeto político em que emerge a coerção como mediadora do político antes do que pelos limites propostos pela atividade dialógica.

Estes limites de aproximação ao político preocupam o intérprete da democracia que mantenha no horizonte valores básicos como o Estado de Direito, as liberdades e a dignidade humana. Este é um conjunto de valores que mantêm forte relação com ordens constitucionais voltadas a realização das liberdades e atentas a proteção das garantias fundamentais, pilares teóricos com os quais trabalha a tradição democrática ocidental, as quais ela tem mantido compromisso, em que pese as vicissitudes e não escassas crises experimentadas. Esta tradição com a qual a Constituição brasileira se mostra conectada nos dá mostras de compromisso com a diversidade, a crítica, o livre debate e a liberdade de imprensa, *locus* a partir do qual torna-se possível almejar o aprofundamento qualitativo destas instituições.

Inversamente, sugerimos que, sob as condições da democracia liberal e parlamentar, encontravam-se em gestação teorizações indicativas de todo um processo de consolidação de uma cultura de profundo viés antidemocrático. A preocupação com a capilaridade que tais movimentos possuíam e com o seu alto grau de corrosividade alimentam a nossa perspectiva analítica neste trabalho.

Neste contexto o trabalho desenvolvido encontra seu ponto de partida com a preocupação da proliferação de teorias antilibertárias ocultas sob o signo da enlevação da democracia liberal e que podem adquirir viés mais genérico, abrangente e radical em proposições político-jurídicas de angulação totalitária¹ que reduzem o âmbito da democracia de forma subreptícia em circunstâncias históricas contemporâneas favoráveis a sua reprodutibilidade. Este movimento pode ser tornado viável por meio da percepção da filiação filosófica predominante do mundo ocidental a matrizes sociopolíticas modernas.

Esta matriz antidemocrática, de alguma forma, adquiriu preeminência em várias culturas políticas do século XX, mostrando-se compatível com o irracionalismo e com o autoritarismo. Isto implicou historicamente em sérios riscos para os propósitos da democracia liberal (ver GENTILE, 2007) e para o seu processo de desenvolvimento qualitativo nos dias que correm, muito embora seja reputada como um valor a preservar por setores que lhe pensam desde uma ótica crítica (ver MOUFFE, 2009a, 2009b, 1999a). Este é o *locus* a partir do qual este texto doutoral irá desenvolver as suas propostas de trabalho.

Este trabalho doutoral tem como objeto a análise do potencial totalitário de Carl Schmitt. Para realizar este trabalho procedemos ao recorte metodológico em dois conceitos centrais do autor, a saber, o do político e de ditadura. Muito embora os trabalhos científicos sobre ambos os conceitos se encontrem em profusão e, nesta medida, aparentemente obstaculizem qualquer nova angulação do tema, este problema não atinge a proposta deste trabalho. A análise do objeto estará submetida a uma interpretação não devidamente explorada pela extensa e rica bibliografia sobre o objeto da tese. A interpretação a qual o objeto será submetido é o conservadorismo, em suas

¹ Esta é expressão que compõe vantajosamente à menção de totalitarismos por dispensar inicialmente do debate sobre quais tradições o compõe e quais não.

duas chaves impactantes no pensamento schmittiano, a saber, contrarrevolucionário francês e conservadorismo revolucionário germano.

Muito embora Schmitt não seja reputado como um membro efetivo do movimento conservador revolucionário em questão por expressiva parte dos comentaristas, a sua filosofia política e jurídica se revela muito próxima dele. Além disto, em suas ações tanto quanto em seus textos, Schmitt revelou-se efetivamente um interlocutor muito próximo de todas as suas lideranças, dentre as quais Jünger é apenas um exemplo. Ainda assim, os comentaristas têm revelado insuficiente atenção quer a esta conexão do pensamento schmittiano com o movimento conservador em suas duas correntes como também têm infravalorado a impactação desta relação e compartilhamento de valores para realizar a interpretação de conceitos centrais schmittianos como o político e a ditadura. Neste sentido sugerimos poder aportar uma angulação promissora e cumprir com o requisito da originalidade.

A linha orientativa que subjaz a este trabalho é de que é possível estabelecer conexão entre a filosofia política e jurídico-constitucional de Schmitt por intermédio de seus conceitos do político e da ditadura elaborados ainda na década de 20 e as referências conceituais do totalitarismo que ao mesmo tempo foram sendo consolidadas. Ao estabelecer esta conexão ainda em período precedente ao da formal adesão de Schmitt ao nacional-socialismo em 1933, sugerimos bloquear ou, quiçá, invalidar, o argumento de certos segmentos de especialistas² que operam categorias permissivas a sua retomada ao âmbito do debate democrático.

² A abordagem do nosso trabalho não desprezará os escritos de Schmitt da década de 30, que apenas aprofundam o sentido da interpretação que realizamos do político em Schmitt, inversamente ao corte metodológico sugerido por certos comentaristas com o intuito de separar a parte boa da parte má em Schmitt.

Dentre os escassos autores que chamam a atenção para a interpretação que sugerimos para Schmitt e exploram moderadamente o tema encontra-se Hohendahl. O autor se opõe a estratégia daqueles que procuram atualizar o pensamento schmittiano para pensar o político, o que é feito por meio do movimento de distanciamento de suas fontes conservadoras revolucionárias (*cf.* HOHENDAHL, 2008, p. 22). Segundo uma visão genérica de seu trabalho, é possível dizer que Schmitt não teria redigido uma obra exaustivamente sistematizada (*cf.* RUIZ MIGUEL, 2000, p. XIII), embora rica nas categorias que oferece, e que a interpretação aqui proposta poderá emprestar-lhe, embora parcialmente, esta visão de conjunto.

A ideia sugerida é de que esta proposta hermenêutica permita uma promissora exploração das dimensões em que teria sido possível o apoio da teoria schmittiana a teoria totalitária³ durante as décadas de 1920 e 1930,⁴ algo que, para alguns, se mostra indubitável (ver BORÓN y GONZÁLEZ, 2006, p. 145-146; JOUANJAN, 2010; ZARKA, 2009a, 2007a), antes mesmo, portanto, de que tivesse lugar a sua formal adesão ao partido em 1933.⁵ Esta interpretação textual presente nos autores acima, contudo, não lança mão do enfoque metodológico específico sugerido em nosso trabalho, a saber, a tradição teórica do conservadorismo, a qual deve ser lida dentro do contexto histórico e teórico da República de Weimar.

Para realizar a pesquisa sobre a conexão do objeto deste trabalho com o totalitarismo sugerimos ser indispensável pensar Schmitt dentro de seu contexto

³ Para uma aproximação ao conteúdo do conceito de totalitarismo com o qual trabalharemos remeto o leitor à nota de rodapé no. 1, do capítulo I.

⁴ Encontramos apoio a esta tese em diversos marcos teóricos. Exemplificativamente, ver MARCUSE, (1968, p. 18).

⁵ Não tratar-se-ia de uma nova interpretação, e isto sempre cabe reiterar, mas, e disto também estamos cientes, da retomada de uma tradição hermenêutica filosófico-política da obra de Schmitt que o distancia da tradição democrática contemporânea que o reclama como bom crítico de suas instituições alguém que incisivamente ocupou-se do apoio e da construção teórica do totalitarismo no século XX.

histórico. Neste trabalho, portanto, esta contextualização será reputada como ferramenta indispensável para aceder ao nosso objeto de trabalho sem que isto, como adequadamente propõe Romano, suponha qualquer proposta de interdição ao debate sobre o autor⁶ mas, antes, insira-o em um debate que melhor permita a delimitação de seu pensamento e, neste caso, especificamente de sua projeção quanto ao fenômeno totalitário. Entendemos, portanto, com Scholes e Kellog, que

[...] para compreender uma obra literária, devemos, antes de tudo, tentar alinhar nossa própria visão da realidade o mais possível com a visão que prevalecia na época em que a obra foi composta. (SCHOLES; KELLOG, 1977, p. 57).

Centrais os dois conceitos, do político e de ditadura, para a filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana, nossa escolha pela centralização de ambos dentre outros conceitos teóricos schmittianos reside em seu alto potencial explicativo e de estabelecer a conexão entre a filosofia política e jurídico-constitucional do autor. Isto nos parece especialmente esclarecedor para projetar a situação de Estados que em sua busca da sempre necessária reafirmação dos valores democráticos venham a ter de relativizar a importância da recepção de Schmitt. Realizada a atividade, tão mais produtiva pode resultar a tarefa quanto mais evitada a forma superficial pois, como bem nota Bercovici, esta tem sido a regra na maioria dos casos no mundo jurídico brasileiro (*cf.* BERCOVICI, 2009d, p. 91). Sendo necessário manter a reflexão e a guarda dos valores democráticos, portanto, os estudos sobre Schmitt na área jurídica hão de receber, prosseguindo na trilha de Bercovici, um maior espaço analítico a partir de uma

⁶ Compartilhamos a tão direta quanto clara a posição de Romano sobre Schmitt, neste ponto contrariamente a Zarka, autor este que apoia a retirada dos textos de Schmitt dos lugares públicos, dentre livrarias e bibliotecas, em uma atitude que não dialoga com os valores da modernidade em que se insere o pensamento democrático contemporâneo. Encontramo-nos em sintonia com a posição de Romano, autor que apoia ser “[...] preciso ler aquele autor, e todos os autores relevantes na história de nosso tempo. Mas uma coisa é ler; outra é aceitar e espalhar as doutrinas genocidas”. (ROMANO, 2011, p. 4).

perspectiva crítica que contribua para a reflexão sobre o aprofundamento do debate democrático contemporâneo.

Neste trabalho doutoral sugerimos que a interpretação dos conceitos do político e de ditadura em chave hermenêutico-filosófica recorrente aos referenciais teóricos do conservadorismo poderá aportar significativamente para a pesquisa em curso. Sugerimos que esta interpretação nos permitirá encontrar o mais genuíno *locus* antidemocrático e pró-totalitário do pensamento schmittiano indicando mais profundamente as suas verdadeiras limitações, senão impedimentos, para o desenvolvimento da crítica de projetos normativo-democráticos da contemporaneidade. É precisamente neste sentido que reputamos imprescindível a inserção histórica do autor para a interpretação de sua obra e, paralelamente, propomos o corte metodológico necessário para que uma segunda etapa deste trabalho possa ser retomada por pesquisas futuras.

Tendo como referência o objeto descrito nos parágrafos anteriores, a tese terá como uma das principais dificuldades a enfrentar em seus primeiros movimentos a da reconstrução teórico-histórica do conservadorismo. O primeiro desafio será, portanto, enfrentar a elaboração de sólidas articulações desta alternativa hermenêutica proposta no sentido de que emprestem auxílio para o esclarecimento da conexão aqui sugerida entre os conceitos do político e da ditadura schmittianos enquanto suportes teóricos para o fenômeno totalitário. Na medida em que este desafio possa ser cumprido ao longo do trabalho doutoral supomos poder concluir acerca do distanciamento que a teoria schmittiana supõe relativamente aos projetos democráticos contemporâneos, cuja característica última é a liberdade alicerçada tanto no pluralismo quanto na tolerância.

A retomada do pensamento de Schmitt teve lugar em diversos países nos últimos 40 anos, embora isto se tenha dado com maior ou menor intensidade e interesse.

Este movimento encontra entre seus objetos centrais de preocupação o conceito do político de Schmitt, a sua ácida crítica liberal e a neutralização do Estado. Em que pese estes temas tenham sido em grande parte capitaneados por sua crítica ao liberalismo, o que encontramos é que esta crítica é tecida de conceitos conexos tais como o de ditadura e de democracia. Estes, dentre outros, exercem uma função orientada a uma tão séria quanto incisiva crítica da democracia contemporânea, momento em que se torna nítido todo o despreço e má reputação de que ela desfruta em Schmitt.

É certo que a crítica da democracia é tema atemporal, cuja reavaliação se apresenta como um imperativo político hodierno, mesmo por força de sua natureza constitutiva que reclama um processo contínuo de redimensionamentos e recriações teóricas. Esta reapropriação conceitual por cada momento histórico, contudo, não apenas permite como também exige uma retomada do pensamento já tornado clássico a partir de angulações que o tornem de factível proveito. Estas novas avaliações e releituras, contudo, hão de manter a fidelidade ao núcleo da gramática teórica dos referenciais de sorte que não se sobreponha o imperativo dos tempos ao retorsionamento das releituras.

Sendo certo que a democracia está, mesmo, sempre a exigir releituras e reapropriações, o que se dá por força das sempre novas condições com as quais precisa interagir, assim também esta exigência reapropriadora se deve aos novos desafios de toda sorte e gênero aos quais a democracia tem de fazer frente com respostas eficazes. Por outro lado, não é menos certo, em virtude dos árduos passos históricos construídos com esforços singulares, que honrá-los depende de que sejam dados passos seguros na matéria em questão por intermédio de releituras denotadoras da clareza de seus propósitos.

Sugerimos que a única forma de legitimação de um sistema que postula a consolidação democrática e, portanto, à diferença, não permite a convivência pacífica ou, ao menos, não contraditória com a teorização de regimes totalitários. Estas podem, com certa clareza, mesmo ao valer-se de argumentos subreptícios, entorpecerem os mais claros projetos democráticos. A legitimação dos regimes democráticos encontrar-se-ia, portanto, não apenas distanciada como em franca e radical oposição ao conceito schmittiano de homogeneidade que permeia o seu conceito de democracia. Enquanto o conceito de democracia do autor propõe um movimento centrípeto quanto a concentração de poder e a ausência de controles, por outro lado, a tradição democrática contemporânea afina com a descentralização e o controle, enquanto Schmitt aposta na padronização e homogeneização, a cultura política contemporânea aposta na multiplicidade e na heterogeneidade.

Portanto, em que pese convirjamos com o extenso reconhecimento sobre a relevância, erudição e singular riqueza do autor, este trabalho percorre um caminho paralelo e problematizador do movimento de escasso criticismo de sua obra. Este trabalho questiona seriamente se Schmitt está realmente apto a oferecer contribuição qualitativamente relevante ao processo de incremento das instituições democráticas, dada a hipótese de que a sua perspectiva seja não apenas distinta como francamente oposta aos desígnios da vida livre e plural conforme viemos apresentando.

Posicionamos este trabalho doutoral à margem deste contexto de retomada de tom escassamente crítico e entendemos localizar a relevância do presente texto precisamente na adoção de uma estratégia crítica distinta. Neste trabalho doutoral não adotaremos como referenciais teóricos para o seu desenvolvimento as mesmas opções sugeridas por vertentes analíticas como a esquerda norte-americana. Esta vertente teórico-analítica encontra-se composta, dentre muitos outros, por teóricos do peso de

Piccone, Ulmen, Bendersky, Gottfried, Kennedy e Mouffe,⁷ muito embora delas valermos-nos como necessário ponto de inflexão para a produção dos debates teóricos de fundo, em absoluto necessários às análises que este trabalho doutoral deve considerar.

Estes críticos acima citados compõem um quadro expressivo do conjunto de especialistas no trabalho de Schmitt. Em que pese as divergências iniciais com este primeiro grupo, sem embargo, e em que pese proclives a muitas de suas retomadas, não faremos integralmente nossas algumas das muito enfáticas críticas a Schmitt que, muito embora consistentes, lhe são endereçadas a partir de teóricos como Fijalkowski, Zarka, Díaz. Sem pretensão exaustiva, mas também incorporando as críticas de Borón, González, Faye e, desde posição amplamente contraditória ao ponto de vista ideológico deste último, também consideraremos o trabalho de Lukács, cuja análise crítica a partir da esquerda nos parece promissora como forma de contrapor aos novos projetos e valores políticos do pós-marxismo.

Consideramos que, muito embora as múltiplas e talentosas interpretações realizadas sobre o trabalho de Schmitt por parte da primeira vertente teórica citada acima, este trabalho doutoral poderá aportar inovação no que tange a abordagem metodológica que empresta ao seu objeto. Conforme mencionado, em que pese o político e a ditadura sejam conceitos largamente explorados pelos comentaristas e especialistas na obra de Schmitt, sugerimos que a proposta deste trabalho doutoral inove ao propor a interpretação de seu trabalho desde uma angulação distinta, precisamente a partir do conservadorismo, contrarrevolucionário (francês) e revolucionário (alemão). Nossa leitura é de que esta angulação possa oferecer uma interpretação da obra

⁷ O processo de retomada de Schmitt teve lugar com diferentes intensidades em diversos países em torno dos anos 1970, até atingir o seu ápice nos anos 1980 com a maior aproximação da cultura filosófico-política norte-americana. Dentre os países em que hesitaríamos em falar de retomada incluiríamos a Espanha e a Itália, posto que em ambos o autor desfrutou intermitentemente de certo prestígio desde a década de 1930.

schmittiana que contraria as expectativas de sua retomada por uma tradição democrática hodierna em busca de intervenções teóricas de fundo para realizar aportes analíticos à democracia desde a obra do autor, posto que arranca de uma interpretação schmittiana profundamente vinculada aos valores heroico-belicistas e *völkisch*.

Nossa proposta hermenêutica é de que a leitura de Schmitt, e em especial por intermédio do duo-conceitual aqui eleito como objeto, possa dar-se por intermédio da conjugada aplicação dos argumentos da filosofia conservadora aqui representada por Donoso Cortés, De Maistre e De Bonald com o texto do conservadorismo revolucionário alemão aqui representado por Spengler e Jünger e, subsidiariamente, por Heidegger. Ambos os grupos de autores nos parecem ter as suas filosofias insuficientemente conectadas com o eixo da filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana. É com este propósito que propomos a sua retomada perante os conceitos do político e da ditadura, projetando que a leitura afim com estes valores conservadores somados aos termos do cenário daquele período histórico weimariano nos permitirá melhor estabelecer as possibilidades de aproximação ao fenômeno totalitário.

Este movimento de aproximação da cultura conservadora durante o período weimariano será realizado centralmente pelo trabalho de duas figuras-chave daquele movimento, a saber, Spengler e Jünger, cuja aproximação a Schmitt equivale a movimento que proporciona uma verdadeira radiografia das cicatrizes da história alemã (*cf.* STAGLIENO, 2009, p. 9). Embora não de modo excludente, estes dois autores serão utilizados dentre os múltiplos e avalizados interlocutores. A escolha de ambos se deu tanto por sua projeção no movimento conservador quanto pela escassa exploração da

conexão de sua proximidade ao pensamento político e jurídico schmittiano no que concerne a sua interpretação totalitária em sua forma histórica nacional-socialista.⁸

Para cumprir com o seu objetivo, este trabalho necessitará investigar e esclarecer os termos conectivos do conservadorismo contrarrevolucionário com o âmago da teoria conservadora revolucionária alemã, ponto de partida para nossa angulação hermenêutica do trabalho schmittiano e que suporá o diálogo com o grupo de críticos acima mencionados. Logrado este movimento conectivo, acreditamos colocar as condições para a compreensão não apenas do contexto teórico em que Schmitt se insere nas décadas de 20 e de 30, mas também as condições em que o autor pensa o fenômeno do político. Neste particular reafirmamos a proposta deste trabalho em realizar uma leitura dos aspectos conceituais de Schmitt a partir deste *locus* hermenêutico-filosófico conservador revolucionário tendo em conta as suas leituras sugeridas neste cenário germano, Spengler e Jünger.

Este primeiro passo representa importante movimento para que no desenrolar deste trabalho possamos dedicar-nos proveitosamente à retomada da leitura conservadora em sua aplicação ao supracitado duo conceitual schmittiano, a saber, do político e da ditadura. A hipótese com a qual trabalhamos é que os valores conservadores são instrumentos hermenêuticos importantes no sentido de realizar a análise crítica dos conceitos do político e da ditadura de Schmitt. Em especial, sobre esta última, o recurso às fontes conservadoras nos permitirão uma adequada angulação sobre o tema da real extensão do conceito de ditadura no texto político-jurídico schmittiano.

⁸ A escolha de ambos recai sobre dois critérios, a saber, relevância para o texto e contexto do movimento conservador revolucionário e, paralelamente, a sua não muito divulgada relação com o pensamento schmittiano no que tange ao nosso objeto de trabalho.

Esta aproximação nos permitirá refletir sobre a força argumentativa do pensamento conservador no âmbito da filosofia schmittiana e do fenômeno totalitário. Dentro do amplo campo filosófico totalitário restringiremos nossa análise a área nele ocupada pelo desenvolvimento da teoria do nacional-socialismo cujo impacto conservador poderá ser observado pelo elogio tecido às virtudes bélicas e romântico-heroicas da antiguidade por meio de um viés *Völkisch*. Trabalharemos com a hipótese de que a consolidação desta conexão do pensamento conservador com as origens do fenômeno totalitário apoiado por Schmitt encontra na década de 20 na Alemanha um expressivo aporte conceitual da *intelligentsia* conservadora revolucionária do período, a qual favoreceria a consolidação das condições teóricas para a futura perpetração da barbárie.

A análise do conceito do político e da ditadura pelo viés do aparato conceitual conservador igualmente deverá lançar mão de toda uma carga conceitual paralela que envolve o liberalismo, a democracia, o parlamentarismo, o Estado neutro, etc. Estes serão elementos conceituais-chave para que possamos coordenar a suposta proximidade entre a interpretação conservadora com as formas político-jurídicas schmittianas estudadas em seus textos. Nossa hipótese de trabalho é de que há uma similaridade entre ambos compartilhada, ademais, pela apropriação teórica realizada pelo nacional-socialismo que haverá de marcar um ponto de união entre as culturas totalitárias que foram sendo gestadas em paralelo naquele período histórico.

Esta aproximação entre Schmitt e o conservadorismo revolucionário ainda na década de 20 também nos permitirá observar em que medida, entrada a década de 1930, foi possível que a adesão ao regime por parte do autor pudesse ter lugar sem que houvesse a necessidade de rompimento interno em sua literatura político-jurídica. Nestes termos, sugerimos que o estudo aqui proposto acerca do grau com que teria se

apresentado a conexão conservadora em Schmitt também nos permitirá melhor estabelecer a angulação e os limites de sua real convicção totalitária.

Este passo que visa permitir melhor análise das relações de Schmitt com o nacional-socialismo arranca da busca de sua conexão com o próprio movimento inspirador do fenômeno e, mais amplamente, com o totalitarismo. Sugerimos que este primeiro momento que tem lugar na década de 20 pode constituir-se em um decisivo elemento para a interpretação do trabalho schmittiano segundo a chave proposta. Esta estratégia haverá, portanto, de auxiliar na comprovação de que a sua adesão ao partido em 1933 pode mesmo ser reputada como continuidade de sua filosofia política e jurídico-constitucional, antes do que representação de um momento de ruptura com o seu prévio trabalho intelectual. Isto reforçaria a ideia de que se Schmitt não pavimenta especificamente o caminho que logo seria trilhado pelo nacional-socialismo mas que opera diretamente no sentido e consolidar a cultura totalitária.

Sugerimos que estes movimentos possam auxiliar no estabelecimento do mais adequado grau de ligação entre os conceitos schmittianos tomados como objeto deste trabalho doutoral e o processo de consolidação da cultura totalitária em sua forma nacional-socialista na Alemanha dos anos 20 e 30. Lançando mão da análise da impactação conceitual schmittiana sobre aquele momento de consolidação da cultura totalitária pretendemos ocupar um espaço que reputamos carecer de maior atenção. A exploração das conexões entre o pensamento político-jurídico Schmitt, o conservadorismo revolucionário e o totalitarismo parecem insuficientes até o momento. A pesquisa sobre as potencialidades conectivas destas correntes teóricas é que nos parecem promissores para a análise de quão útil terá sido para fortalecer os argumentos totalitários ainda antes de sua definitiva adesão ao III Reich.

Este grupo de especialistas parece encontrar em nossos argumentos um bloqueio a sua iniciativa de retomada da obra schmittiana quando a finalidade seja a de uma eficaz crítica da democracia contemporânea. Sugerimos que resta inviabilizado o argumento que visa aproximar Schmitt à crítica da democracia. Nossa crítica se dirige a ideia de que a instrumentalização de um procedimento epistemológico na obra do autor, que estabelece como data de corte o ano de 1933, seria capaz de desarticular a unidade e continuidade de seu pensamento. Com isto, a articulação da releitura de Schmitt poderia desconsiderar a incômoda, vasta e comprometedora produção teórica do período posterior a 1933, sem mais argumentar do que a imperiosidade dos tempos e as condições do pensamento em tempos de totalitarismo. Nossa perspectiva é de que o movimento de adesão de Schmitt ao nacional-socialismo, em verdade, não lhe desloca o eixo totalitário de seu pensamento, gestado a partir dos primeiros anos da década de 20, senão que, no máximo, lhe estimula a desenvolver mais clara e inequivocamente os princípios. Neste sentido, o movimento que pretende libertar o trabalho do autor de seu compromisso totalitário nos parece naufragar.

Esta argumentação pretende, de fato, que se este primeiro período estiver mesmo descomprometido com os valores totalitários, então, poderia o autor ser retomado para os fins crítico-analítico da democracia. Contrariamente, nossa interpretação é de que, compromissado com o totalitarismo, pela mesma abordagem sugerida pelos seus simpatizantes, o autor não poderá ser retomado. Inversamente a nossa leitura, portanto, e proclive a retomada de Schmitt, encontra-se um par de movimentos historicamente contraditórios, a saber, o pós-marxismo (ver MOUFFE, 2009a, 2009b, 2009c, 2003, 1999a, 1999c; ULMEN, 2008, 2002, 1996, 1987; PICCONE, 2002, 1999; SCHWAB, 2006, 1989, 1987) e a direita radical ou *Nouvelle Droite* (ver GRANADOS, 2011; GÓMEZ, 2007; ESPARZA e PORTELA, 2011) representada, dentre

outros, por Alain de Benoist (ver BENOIST, 2010, 2004, 2003; ver GRANADOS, 2011, p. 192-193) e Julius Evola (ver GRANADOS, 2011, p. 188-192), proximidade entre contrários que pode ser detectada pelo cuidado de Benoist em escrever a necrológica de Piccone (ver BENOIST, 1994).

Paralelamente a estas correntes mas, ainda assim, igualmente neutralizador de nossa sugestão interpretativa, que não secciona a obra schmittiana, encontra-se Gottfried (ver GOTTFRIED, 1990, 1987). A sua análise sobre o abalo teórico sofrido pelo marxismo, e que lhe distancia do citado pós-marxismo, é acurada e dialogada (ver GOTTFRIED, 2005), embora mantendo a retórica da aposta na sociedade plural. Estas apresentações teóricas são colocadas como o pano de fundo dentro do qual será desenvolvido este trabalho e em comum possuem, inversamente nossa proposta, a ideia de que ao livrar o texto schmittiano dos vícios nacional-socialistas do período pós-1933, logo, a sua filosofia poderia ser utilizada para a análise e qualificação da democracia contemporânea. Nossa leitura se opõe e sugere que há um pronunciado veio totalitário na obra schmittiana a partir dos anos 20 capaz de ser observado por intermédio da leitura conservadora-revolucionária dos conceitos do político e da ditadura e que, virtualmente, inviabilizam a retomada do autor senão no âmbito da historiografia política.

Este trabalho procura analisar estes dois dos conceitos-chave da filosofia schmittiana, político e ditadura, à luz da filosofia conservadora- revolucionária para investigar a sua real conexão com a teoria totalitária em sua versão nacional-socialista. Pretendemos fazer emergir argumentos dotados de força persuasória suficiente no sentido de que Schmitt possa ser percebido como um pensador cujo trabalho é perpassado por um profundo e inarredável compromisso conservador que se mantém

desde os seus primórdios aos seus últimos dias, sem que possamos subscrever quaisquer movimentos epistemológicos seccionadores de sua obra.

Esta abordagem não encontra-se destituída de consequências, senão que se dá uma incisiva projeção relativamente a cultura totalitária e que inviabiliza a sua retomada para finalidades de crítica da democracia contemporânea. Sugerimos esta ocorrência na medida em que o moderno conceito de democracia seja entendido como orbitando o eixo conceitual em que sobressaem a tolerância, a diferença e o respeito pela pluralidade, aspectos relativamente aos quais não podem ser mantidos contatos a partir da cultura totalitária.

Os valores citados logo acima se mostram operantes em sociedades que pretendam seriamente assegurar a diversidade e, por conseguinte, sociedades que se mostrem fundamentalmente comprometidas com o reconhecimento de valores multiculturais. Este é um desenho do conceito de democracia que este trabalho demonstra ser incompatível com as criações conceituais schmittianas quanto nas bases argumentativas do conservadorismo revolucionário e da direita que fundamenta o movimento nacional-socialista alemão dos anos 20, movimentos que sugerimos encontrar-se Schmitt em posição não apenas de bastante próximo interlocutor e subscritor de suas teses fundamentais.

O desenvolvimento das questões aqui levantadas dependerá do aprofundamento de algumas delas inerentes ao movimento conservador contrarrevolucionário e conservador revolucionário ainda nos primeiros capítulos deste trabalho. Este empreendimento de retomada se justifica devido a sua capacidade de fortalecer a argumentação acerca das conexões que serão investigadas no curso deste trabalho e que foram citadas nesta introdução. Estas aportações teóricas tornarão mais consistentes as linhas argumentativas auxiliares deste trabalho.

Desta forma, portanto, e sob esta mesma ótica analítico-metodológica que parte dos postulados conservadores, serão retomados e reavaliados conceitos que entroncam com o político e o jurídico-constitucional tais como a democracia, o parlamentarismo, o Estado e sua neutralidade, o liberalismo, a estética, os ideais anti-ilustrados, o irracionalismo e a cultura burguesa. Todos estes são temas bastante caros a Schmitt, e que serão colocados em paralelo às abordagens que lhes foram reservadas pelo movimento conservador contrarrevolucionário e também pelo conservadorismo revolucionário germânico.

Para fins de aproximar o leitor da metodologia adotada por este trabalho importa ressaltar nossa percepção já mencionada na abertura deste texto de que, especialmente para o trabalho intelectual em Schmitt, torna-se relevante posicioná-lo em conexão com as circunstâncias históricas de seu tempo, com as quais não apenas se manteve atento como pronto a responder pelos seus textos. Isto sugere ao leitor que a interpretação do contexto histórico e filosófico com o qual Schmitt dialoga seja vital para estabelecer os parâmetros desde os quais seja possível realizar uma interpretação mais fidedigna de conceitos centrais como o do político e da ditadura assim como estabelecer seu nexos com a cultura totalitária.

A abordagem metodológica do objeto deste trabalho doutoral, portanto, permanecerá vinculada fortemente ao aprofundamento da contextualização do autor, razão pela qual este será o pano de fundo do texto construído ao longo dos capítulos deste trabalho. Esta leitura sobre o trabalho de Schmitt implicará tanto uma retomada teórica como dos eventos históricos que, de alguma forma, impactaram a cultura daquele momento, entendida esta última em sentido amplo. Portanto, é importante destacar que realizaremos um duplo movimento. Em paralelo nos ocuparemos tanto da análise dos referenciais teóricos com os quais Schmitt interagiu como da inserção

histórica do autor. Isto, supomos, oferece uma nova angulação analítica a partir da qual avaliar o objeto deste trabalho doutoral previamente delimitado.

Este trabalho doutoral foi dividido em duas grandes partes, ambas compostas por seis capítulos. A primeira parte, intitulada *O conservadorismo: da contrarrevolução à fase revolucionária*, terá como ponto de preocupação central a composição teórica conservadora, tanto em sua vertente contrarrevolucionária quanto revolucionária conservadora e as suas conexões teóricas de fundo. A ideia nestes capítulos é a de dar demarcar a trajetória teórica que influenciou Schmitt assim como também de realizar a parcial reconstrução do contexto histórico weimariano e nacional-socialista em que estas ideias transitaram e foram recepcionadas.

A segunda parte desta tese doutoral é intitulada *O projeto totalitário schmittiano: da crítica democrático-liberal à ditadura ao político como extermínio* compreende os capítulos VII a XII. Esta segunda parte tem início com o capítulo intitulado *Schmitt contra Weimar: contexto histórico da crítica às virtudes liberais e elogio da tradição*. Nesta segunda parte do trabalho serão retomados os conteúdos da primeira, notadamente a teoria conservadora ali apresentada, como contraponto argumentativo e como ponto de apoio hermenêutico para a leitura do nosso objeto que reside no trabalho de Schmitt. Vejamos, a partir de agora, mais detalhadamente, o plano da obra no que segue até o final desta introdução.

A primeira parte deste trabalho doutoral tem início em seu capítulo I intitulado *Donoso Cortés e a face totalitária da teologia política: entre a política e a ditadura*. O seu objetivo é o de apresentar os eixos argumentativos de Donoso Cortés, autor cujo catolicismo político projetou-se de forma talvez ainda mais relevante do que usualmente se supõe na filosofia política e jurídico-constitucional de Carl Schmitt, notadamente por intermédio de suas abordagens do liberalismo, do político, da ditadura e da Igreja e,

sobretudo, de como a conjugação destes elementos resultou em uma teologia política cuja estrutura lhe interessaria muito aos propósitos de Schmitt.

Donoso Cortés elege entre os seus principais temas uma vigorosa crítica ao liberalismo que possui uma dimensão ontológica e normativa. Donoso Cortés igualmente analisa as condições presentes da monarquia cuja decadência definitiva aliada ao seu juízo de valor negativo sobre o liberalismo lhe fará claramente optar pela ditadura, e nesta medida nos permitirá a aproximação ao conceito de totalitarismo.

Ao ocupar-nos neste primeiro capítulo com o conservadorismo donosiano, o autor termina por revelar-se uma das mais importantes fontes para a leitura do político e da ditadura em Schmitt mas, tão importante quanto, também para a ácida crítica endereçada por este último ao liberalismo, movimento que subjaz às análises que são desenvolvidas em seus trabalhos. A proposta de trabalharmos com Donoso Cortés já neste momento inicial do nosso trabalho se justifica, portanto, devido a sua declarada influência sobre Schmitt, mas também devido ao fato de constituir-se em um conservador que conecta diretamente com os elementos centrais de sua filosofia política desde uma proposta de abordagem teológica.

Este capítulo mostra a sua relevância por abordar o conservadorismo como promissora fonte do totalitarismo e, ao menos parcialmente, inspiradora de vertentes do nacional-socialismo. O sucesso desta conexão interessa sobremaneira ao objeto deste trabalho na medida em que este movimento permite articular que o conservadorismo inspira e expressivamente alimenta o totalitarismo.

Intitulado *Conservadorismo contrarrevolucionário: De Maistre e De Bonald à base do político-jurídico schmittiano*, o capítulo II procurará em um primeiro momento colocar em evidência os eixos teóricos do projeto antimoderno em De Maistre e De Bonald e como esta concepção influencia em suas construções do político, que tornar-

se-iam, momento seguinte, inspiradores do trabalho filosófico schmittiano. Igualmente relevante neste capítulo é a atenção dedicada a leitura teológica dos dois filósofos e como estes a fazem dialogar com o político.

Um dos objetivos deste segundo capítulo será, portanto, explorar a fundamentação dos conceitos políticos presentes nos autores e como a sua leitura teológica os compromete em sua análise do político. Este estudo nos permitirá que, no desdobramento do nosso trabalho, retomemos estas análises para compreender o grau de comprometimento teórico schmittiano com o catolicismo reacionário dos autores retratados neste capítulo.

Este segundo capítulo igualmente se ocupará de evidenciar os contatos teóricos entre os seus personagens centrais com a filosofia donosiana vista no capítulo anterior, contato este que foi destacado, expressa ou implicitamente, nos textos de Schmitt, e que por este motivo nos interessará voltar a considerá-los. A pesquisa da conexão interna desta tríade conservadora pretende tornar mais clara a construção conceitual schmittiana relativamente a filiação teórica com a qual não romperia. Neste sentido, sugerimos que o movimento prévio realizado nos dois primeiros capítulos aportará argumentos para que possamos, ao finalizar este segundo, dar início a análise dos pontos de contato entre o conservadorismo contrarrevolucionário francês e movimento conservador revolucionário alemão com o qual Schmitt dialogaria mais intensamente entrado o século XX.

O propósito deste segundo capítulo está voltado a explorar conceitos que na segunda parte deste trabalho serão retomados para confirmar a sua conexão com o conceito do político e da ditadura em Schmitt. Dentre estes conceitos a serem trabalhados em De Maistre e De Bonald aparecerão com destaque as suas críticas ao liberalismo e também a entronização do conceito de soberania, aproximado ao poder

exercido pelo monarca, aspectos amplamente recepcionados por Schmitt, e que ocupam papel central em seu pensamento.

No capítulo III, que recebe o título de *O processo de consolidação do conservadorismo revolucionário e a ambiência cultural weimariana*, focalizaremos, como ilustrativamente indica o título, ao conservadorismo revolucionário em seu contexto weimariano. Neste capítulo será desenhado um panorama geral da cultura conservadora revolucionária, ética, estética, literatura e política.

O trabalho deste capítulo será desenvolvido com a preocupação de estabelecer as conexões teóricas com os dois primeiros capítulos mas, em especial, com a última seção do capítulo II. Um destes aspectos conectivos e que permite avaliar o impacto conservador pode ser observado na inspiração da crítica destrutiva das virtudes democrático-liberais weimarianas, tão presente em pensadores do século XX como Schmitt mas que, de forma alguma, não lhes concede originalidade no tema, senão que remete ao conservadorismo contrarrevolucionário alemão marcado pelas injunções do período sucessor a conclusão da Primeira Guerra Mundial, que todavia carregava as suas profundas cicatrizes e rancores mal resolvidos.

Neste texto devemos ainda conceder atenção à exposição dos primeiros passos da constituição dos argumentos do conservadorismo revolucionário que se consolidaram em um peculiar cenário histórico. Este foi momento marcado por sérias e sucessivas crises e por debates políticos, culturais e econômicos que sacudiram as jovens estruturas republicanas. Estes sobressaltos permitiram uma mirada nostálgica ao passado recente do recém-findo Império guilhermino mas, também, uma remissão ao passado a partir de um ponto de vista utópico que saudava a supostos valores germânicos de raiz, capazes de engendrar novos e melhores dias, aspiração que viria a ser compartilhada por expressivo número de incautos.

Do ponto de vista meramente topológico-argumentativo, este capítulo também resulta importante pois marcará a linha divisória entre os dois primeiros capítulos que apresentam a teoria conservadora para, nos dois seguintes, dedicar-se a explorar de forma significativa dois dos conservadores revolucionários mais expressivos, Oswald Spengler e Ernst Jünger, respectivamente, nos capítulos IV e V em que poderão ser desenvolvidos alguns dos principais pontos de arranque do conservadorismo revolucionário expressados no capítulo III.

Dentre os valores culturais básicos do conservadorismo revolucionário nos encontraremos com o decadentismo tão presente em Spengler e o heroico-belicismo. Este último seria logo retomado em letras garrafais no trabalho de Jünger, como veremos, mas que se mostraria inspirador para outros autores do movimento conservador bem como também para os mais radicais à direita e para os nacional-socialistas.

Por intermédio desta articulação esperamos poder colocar as bases para o estabelecimento da direta ligação entre a cultura conservadora revolucionária e a doutrina nacional-socialista. Uma vez que cumpramos este objetivo poderemos, momento seguinte, já adentrada a segunda parte do trabalho, retomar a argumentação aqui apresentada com o escopo de analisar mais detida e solidamente os conceitos teórico-políticos e jurídicos schmittianos à luz dos princípios deste movimento filosófico.

O capítulo IV, que recebe o título de *Oswald Spengler e a crítica conservadora: uma aposta totalitária*, retomará as linhas mestras da argumentação conservadora-revolucionária fixadas para trabalhar detalhadamente a obra do autor anunciado no título. A retomada da argumentação do capítulo anterior terá lugar tão

somente para compor o quadro teórico dentro do qual Spengler transita e articula as linhas mestras de sua filosofia política e da história.

Neste capítulo focalizaremos a filosofia spengleriana a partir de uma ótica política com vistas a explorar a sua proximidade teórica da doutrina totalitária do nacional-socialismo. Uma vez realizada esta aproximação, o trabalho se direcionará a estabelecer os seus pontos de contato com a filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana.

Este capítulo igualmente se ocupará de realizar a aproximação conceitual de Spengler com Heidegger e Schmitt, em especial em sua segunda subsecção, orientada pela análise da *kulturpessimismus* e da concepção de liderança política presentes nestes filósofos. Parcialmente estas explorações serão retomadas no âmbito do capítulo V quando o foco será a literatura de Ernst Jünger.

O capítulo V também terá como preocupação central a consideração dos conceitos de heroísmo e de progresso que sobressaem em Spengler e na tradição conservadora a qual pertence. Neste contexto a violência e a guerra surgem como temas importantes no pensamento spengleriano e se conecta com as explorações conceituais próprias não apenas do conservadorismo como da literatura política de Jünger.

Tendo em vista a posição ocupada por Spengler, mas também por Heidegger, ambos pertencentes ao círculo dos mais destacados intelectuais alemães ligados ao conservadorismo revolucionário, nos resultará importante retomar-lhes. Por meio deste movimento concentrado em pensamento político e histórico de ambos, acreditamos encontrar-nos em melhor posicionamento para desenhar o círculo teórico com o qual Schmitt interagiu. Sugerimos que estes trabalhos em paralelo de Spengler, Heidegger e Schmitt possam aportar reflexões sobre como o conservadorismo revolucionário se manteve como um dos referências políticos para a consolidação da cultura totalitária por

intermédio do núcleo duro da tradição reacionária, tal como a denomina Herf (ver HERF, 1990).

O prosseguimento do trabalho no capítulo V representa uma linha de continuidade temática relativamente aos dois capítulos anteriores mas dedicando-se a uma especificidade, a saber, Ernst Jünger, um dos ícones do movimento conservador revolucionário. Nosso primeiro movimento será ocupar-nos do seu conceito-chave de soldado-trabalhador, figura que no texto jüngeriano haveria de ocupar, com suas virtudes bélicas, o lugar da decadente civilização burguesa (Spengler) e do indivíduo nela habitante. Neste particular nos encontraremos com uma narrativa literária que aposta no enfrentamento último como uma virtude, e neste aspecto sugerimos que mantém um forte laço com Schmitt.

Nos capítulos anteriores deste trabalho nos ocupamos das conexões da tradição conservadora e reacionária com suas inflexões sobre o nacional-socialismo e em suas aproximações com Spengler. Neste capítulo V retomaremos a sua interligação teórica consolidada com o escopo de estabelecer diálogo direto com a literatura jüngeriana, objeto deste capítulo e, em especial, com o *Der Arbeiter (O Trabalhador)*, obra publicada no emblemático ano de 1932. Intitulado *O conservadorismo revolucionário de Jünger e a literatura do enfrentamento último*, o capítulo V trabalhará com a hipótese de que a literatura de Jünger representou um forte suporte teórico para a disseminação da cultura conservadora revolucionária, dado o prestígio popular de que desfrutava e da penetração que alcançou. A literatura jüngeriana reforçou a estética da violência e da figura do herói de forma não muito distante a algumas iniciativas spenglerianas. Isto sim, restava claro em seu trabalho a apologia a uma série de valores heroicos que viriam apresentar-se como de superior utilidade para a realização dos propósitos políticos do nacional-socialismo. Com o que nos encontramos aqui é com um

verdadeiro elogio da plenitude da vida que haveria de ser alcançada por meio da consolidação da virtude heróica que tem ocorrência pelo apoio de uma clara *Weltanschauung* antiburguesa.

A conexão da literatura jüngeriana com a teorização da política da conservadora revolucionária é algo assente e pacificado entre os comentaristas. Nossa preocupação recai sobre as conexões teóricas jüngerianas, declaradas ou não, com o fenômeno totalitário e sua vertente nacional-socialista. A hipótese de conexão entre Schmitt, Spengler e Jünger nos parece ser de possível confirmação. Entre os pontos que sugerimos permitir observar uma tal proximidade encontram-se a representação da violência como meio de realização do político e a crítica das relações econômicas e o mundo financeiro da cultura weimariana, sendo este último aspecto com o qual converge a formulação antissemita do nacional-socialismo acerca do suposto domínio judeu do mundo das finanças.

A confirmação desta hipótese de trabalho acima mencionada advirá de superior importância e utilidade para os propósitos deste trabalho. Assim entendemos por força de que nos permitirá consolidar uma linha de encadeamento teórico que ocupará uma posição basilar para a interpretação de Schmitt segundo a chave hermenêutica conservadora revolucionária que este trabalho doutoral toma como sua proposta.

Topologicamente, o presente capítulo V assinala o fecho do desenvolvimento da argumentação relativa ao conservadorismo que é apresentada na primeira parte deste trabalho doutoral. Sem acréscimos significativos relativamente ao movimento conservador revolucionário o capítulo VI apenas retornará ao tema para, conjuntamente com todos os outros cinco capítulos anteriores, compor o quadro histórico com a finalidade de contextualizar a realidade weimariana em que pode ter lugar o desenvolvimento da tradição conservadora e, sobretudo, o cenário histórico com o qual

interagirá Schmitt e ao qual seu trabalho filosófico e jurídico procurará, à sua maneira, responder.

Intitulado *A crítica filosófica e política ao liberalismo weimariano: o conservadorismo e suas conexões totalitárias*, o capítulo VI se direciona a trabalhar com as críticas filosóficas, políticas e culturais que recaem sobre tal cenário. Momento de crise e operando sobre a pesada herança da derrota na Primeira Grande Guerra Mundial, ali tem lugar e voz uma geração que sofre com o signo da destruição, com o desencanto da vida e com os profundos e, aparentemente, com os intensos, e incessantes, embates ideológicos do período. O niilismo e o *kulturpessimismus* ecoavam.

Neste cenário histórico é que Schmitt é chamado a operar, e sem o seu desenho não acreditamos que venha a ser possível melhor compreender como o conservadorismo revolucionário logrou penetrar nos espíritos da época e nem como o próprio Schmitt dimensionaria o seu trabalho e aos seus conceitos em resposta aos desafios. Destarte, para trabalhar na reconstrução parcial deste cenário propomos realizar um breve momento de regresso ao final do período guilhermino e compreender quais eram as aspirações cuja frustração haveria de ser a cultura weimariana inábil em responder a partir dos seus primeiros e fundadores momentos. Sugerimos que esta referência poderá auxiliar em nosso projeto de compreender o alto grau de corrosividade com que o conservadorismo revolucionário pode operar sobre o nascente regime republicano.

O esboço do cenário weimariano dos anos 20 e das circunstâncias que facilitaram o seu ocaso político será traçado neste capítulo por meio de alguns eixos comuns que atingem ao conceito do político bem como ao de ditadura de forma direta. Como fios-condutores deste capítulo para esta parcial reconstrução histórica utilizaremos a filosofia anti-ilustrada e irracionalista das fileiras conservadoras projetando como esta leitura pode servir a construção da doutrina nacional-socialista

sobre o poder e o Estado. Alguns dos elementos que precisarão ser considerados a esta altura são o pastoralismo, a tecnologia a cultura *Völkisch*, a estética totalitária em vias de preparação, o mito como elemento formador da cultura do regime totalitário, e a predominância do fator político nas relações públicas de Estado, tema que mantém ligação, preparatória e direta, com o cerne da argumentação dos capítulos XI e XII.

A estratégia aqui adotada a partir da análise destes elementos será a de tentar avaliar a relação entre estes elementos da cultura germana com a formação da tradição totalitária do período. Neste sentido parece-nos promissora a análise do projeto anti-ilustrado então em curso capaz de aglutinar vários destes elementos em uma só e mais robusta vertente teórica, então, conservadora. Ao fazê-lo sugerimos poder robustecer a interpretação acerca de nossa posição sobre os caminhos trilhados no processo de consolidação do argumento totalitário por parte dos atores que intervieram direta ou indiretamente na formação da teoria conservadora revolucionária no período weimariano.

A posterior consolidação da tradição nacional-socialista encontra-se, neste texto, com um prévio movimento teórico conservador revolucionário que lhe prepara e fundamenta em grande parte. Ao retomar esta linha evolutiva sugerimos poder nela encontrar a interpretação adequada de alguns de seus elementos conceituais constituintes, e que, neste sentido, venham facilitar o estabelecimento de uma linha de proximidade relativamente a outros conceitos tais como liberalismo, político, democracia e parlamentarismo. Todos estes são presentes em Schmitt também a partir de sua retomada do conservadorismo contrarrevolucionário e anti-ilustrado de filósofos como Donoso Cortés, De Maistre e De Bonald a quem o autor recorre em esforço de densificação de sua própria teoria em ativa conexão com o pensamento conservador revolucionário alemão de início do século XX. A partir desta análise sobre os pontos de

convergência teórica anti-ilustrados sugerimos ser possível fazer emergir elementos que tornarão possível nos capítulos subsequentes a interpretação schmittianas nos moldes propostos nesta tese doutoral.

A exploração destas ligações converge com a investigação do trabalho de Spengler e Jünger, conjuntamente com o de outros teóricos do conservadorismo revolucionário como, por exemplo, Moeller, Jünger, Freyer, Rosenberg e van den Bruck dentre outros intelectuais que se mostraram amplamente comprometidos com o regime, alguns, como Heidegger, explicitamente apenas em seus primeiros anos. Todos eles mantiveram espaço de diálogo com o núcleo do conservadorismo revolucionário e aportaram decididamente à consolidação da doutrina nacional-socialista hitleriana. Neste sentido a investigação de suas reflexões e das dimensões deste apoio prestado à versão totalitária nacional-socialista poderá colaborar para que a interpretação schmittiana ganhe em clareza.

Esta estratégia de esboçar o quadro weimariano em que operam estes atores parte do pressuposto de que a interpretação de Schmitt expressa em grau não inferior ao de imperatividade a necessidade de que seja priorizada a análise não apenas do texto, mas do contexto, em que o filósofo e jurista operou. Portanto, estes movimentos de aproximação teórica entre diversos membros do conservadorismo revolucionário e da doutrina hitlerista-nacional-socialista serão acompanhados em paralelo pela consideração dos movimentos políticos e culturais de fundo. Todos eles destilavam uma crítica corrosiva da República de Weimar, sentido em que também apontava de forma decidida, e decisiva, o trabalho de Schmitt.

A temática de fundo de que se ocupa o trabalho do capítulo VI está, portanto, fundamentalmente dividida em duas partes. Especificamente no capítulo VI os esforços serão dirigidos a uma reconstrução parcial do cenário do diálogo e dos embates políticos

e teóricos em que intervieram Schmitt, os próceres do conservadorismo e os conceitos-chave da teoria totalitária.

No capítulo VII, intitulado *Schmitt contra Weimar: crítica às virtudes liberais e elogio da tradição*, manteremos como pano de fundo sobre o qual trabalhar ao esboço teórico e histórico da República weimariana realizado nos capítulos anteriores. Em que pese pontuais aprofundamentos em seu desenho, neste capítulo será tomado como referencial analítico a oposição schmittiana às teses weimarianas.⁹ O capítulo VII se ocupará, portanto, em expor a crítica liberal e, paralelamente, o elogio da tradição como elementos de fundo para a realização da interpretação conceitual do objeto deste trabalho doutoral. Os esforços deste capítulo constituem passo prévio e movimento necessário de contextualização teórica e histórica não do autor em si, mas dos debates teóricos que tiveram lugar, concentrando-se na análise sumária da transição do período imperial guilhermino ao republicanismo weimariano.

Nos ocuparemos neste texto com a pesquisa da percepção, nesta época de transição guilhermino-weimariana, dos conceitos de liberalismo, parlamentarismo e democracia. Esta análise nos resultará importante no sentido de limitar o campo interpretativo em que, desde cedo, operava a tradição conservadora revolucionária em sentido crítico da tradição política inaugurada por Weimar. Ao apropriar-nos da forma como tinha lugar esta percepção conceitual naquela quadra da história sugerimos poder igualmente encontrar melhor ângulo para a análise do sentido de várias das produções schmittianas naqueles primeiros anos da República, trabalho que se configura, conforme veremos ao longo deste trabalho, em sua *Die Diktatur*, (1921), *Politische Theologie*,

⁹ Convém ressaltar que, não obstante a similaridade de contextos em que operam os capítulos VI e VII, não lhes retira autonomia, posto que apenas trata-se de um pano de fundo histórico em comum sobre o qual os atores interagem. O objeto mesmo, assim como a angulação analítica de ambos os capítulos, são distintos, e com isto reputamos poder confirmar a autonomia destes capítulos.

(1922), *Römischer Katholizismus und politische Form*, (1923) e *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*, (1923).

A análise destes trabalhos será vital para auxiliar no esclarecimento de nossa interpretação do político e da ditadura. Neste capítulo que inaugura a segunda parte do nosso trabalho nossa análise assume a necessidade de estabelecer as linhas gerais do cenário habitado pelas instituições republicanas de Weimar assim como do processo de consolidação que nestas circunstâncias foram experimentados pelos textos do conservadorismo revolucionário e do totalitarismo. Desta forma pretendemos observar qual a real pretensão dos ataques às instituições liberais levadas a termo por Schmitt mas que, à época, incluíram da esquerda à direita, passando pelo catolicismo e alcançando ambas as extremidades do espectro político-ideológico.

Uma dos movimentos de referência deste capítulo tem como sentido esclarecer o quanto Schmitt se mostrou desde os seus escritos de início da década de 20 de forma direta como um dos mais tenazes críticos das instituições republicanas. Este exercício, se exitoso, virá no sentido de tornar inapto o autor para intervir de sorte a proceder a defesa de Weimar em qualquer circunstância, exceto quando houvesse procedido a uma ruptura com o trabalho desenvolvido ao longo da década de 20, e isto sustentamos não ter ocorrido senão que, em Schmitt, a continuidade, e não a ruptura, é que é a marca.

Esta postura de Schmitt nos apresenta uma filosofia política e jurídico-constitucional incapaz de apresentar um perfil intelectual comprometido com a defesa do regime weimariano antes que como um de seus mais intensos detratores. Este capítulo VII retomará a argumentação conservadora revolucionária contra o Iluminismo e suas fontes humanistas como uma das formas possíveis de projetar luzes sobre a teoria schmittiana e sua posição a cultura democrático-parlamentar de Weimar. Schmittiana é a aposta nos valores anti-ilustrados antes do que no projeto democrático weimariano.

Embora realizado de maneira panorâmica, o trato com os fundamentos da cultura weimariana será de valia para que possamos desenvolver em chave mais intensa o debate conceitual sobre filosofia e política que se estabeleceu no período. A mais penetrante compreensão de suas dinâmicas com a elaboração teórica schmittiana sobre o liberalismo, a burguesia e suas repercussões sobre a vida parlamentar nos permitirá melhor angular a posição de Schmitt não somente à época mas, também, sobre os momentos seguintes.

Por intermédio desta argumentação pretendemos estabelecer alguns dos fundamentos histórico-teóricos necessários para a avaliação da conexão schmittiana e seu grau de impacto no nacional-socialismo. A ideia é, portanto, a de analisar a possível convergência do discurso hitleriano-nacional-socialista com o teor da crítica política e jurídica de Schmitt já durante a década de 1920 e início de 1930, antes da ascensão ao poder pelo partido.

Para a análise desta possível convergência teórica sugerimos a colocação em paralelo do conceito de soberania e da potente crítica aos vícios da burguesia que encontrava espelhamento em suas instituições. Este último surge como um aspecto com o qual o pensamento de esquerda haveria de mostrar notável interesse e, hodiernamente, no pensamento pós-marxista é igualmente observável esta reaproximação. A este respeito será também de utilidade a aportação que, desde a esquerda ortodoxa realiza um dos mais ácidos críticos schmittianos, a saber, György Lukács.

O capítulo VIII foi intitulado *Schmitt e as bases conservadoras da crítica à democracia parlamentar*. Neste texto reservamos espaço para o trabalho teórico e conceitual sobre a democracia, o sistema representativo e as instituições liberais tal como operado por Schmitt. Na primeira seção dedicaremos espaço ao estudo do movimento de equiparação entre democracia e ditadura realizado por Schmitt e que

alterará completamente o sentido com que o conceito pode ser compreendido em sua filosofia política e em sua projeção jurídico-constitucional.

O trabalho analítico sobre as vicissitudes do sistema representativo e o processo de desconstrução do Parlamento ao qual se entrega Schmitt será realizado por meio de uma dupla angulação. Analisaremos a questão desde o trabalho de seu contemporâneo, e antagonista, Kelsen, e também desde a perspectiva de uma perspectiva que lhe é favorável, a de Mouffe. A ideia é que possamos desde aquele momento histórico compreender o calibre das críticas a Schmitt e, valendo-nos de Mouffe, melhor dimensionar a argumentação trazida em favor da retomada de Schmitt para pensar a democracia hodiernamente e, sobretudo, a crítica do liberalismo e das formas políticas que estas encetam.

Neste oitavo capítulo nos ocuparemos com um dos temas centrais e que preparam a argumentação para os capítulos IX e X, a saber, a decisão e a soberania. Estes dois conceitos schmittianos serão analisados em contraposição a singular interpretação de democracia do autor que se apresenta de forma contraposta aquela de corte liberal que é apresentada por Kelsen.

A estrutura do capítulo VIII foi desenvolvida em duas grandes linhas que repercutem profundamente no desenvolvimento de seu trabalho. A primeira delas diz respeito ao anunciado movimento de Schmitt que compatibiliza a democracia com a ditadura, e que repercute profundamente em seu trabalho. A evidenciação deste movimento de Schmitt permitirá, na sequência, a análise de dois de seus conceitos centrais para o este trabalho, a saber, o político e a ditadura, o que neste momento do trabalho será realizado por meio da leitura da democracia como homogeneidade, segundo presente na filosofia schmittiana.

Outra linha de desenvolvimento deste capítulo VIII diz respeito a recepção schmittiana pela esquerda pós-marxista, Mouffe em destaque,¹⁰ mas não desacompanhada, em sua interpretação do liberalismo democrático e da possibilidade de estabelecer o diálogo com esta desde um conceito de democracia não apenas a partir da homogeneidade como propõe Schmitt como também compatível com a ditadura. A esta altura questionaremos se em Schmitt podemos encontrar um filósofo capaz de contribuir positivamente para a crítica da democracia contemporânea, entendida esta a partir de seu compromisso com os valores liberais e democráticos, pluralistas e tolerantes.

A partir desta leitura de Schmitt neste capítulo oitavo também nos encarregaremos de endereçar crítica a retomada schmittiana levada a termos desde o pós-marxismo. Um dos alvos de nossa argumentação será a aposta do movimento nacional-socialista na compreensão do fenômeno político fundamentalmente ancorado no conflito último, no enfrentamento existencial que, como veremos nos dois últimos capítulos desta tese doutoral, encontra-se na teorização do político realizada por Schmitt. Ao desenvolver esta abordagem do tema entendemos que o atual movimento teórico da esquerda pós-marxista ocupada com a reinterpretação schmittiana abandona a melhor contribuição que a tradição humanista presente no pensamento marxiano pudesse todavia oferecer.

No capítulo IX privilegiaremos a crítica schmittiana a emergente democracia de massas e que tem lugar em contato direto com a sua crítica ao liberalismo despolitizante e neutralizante. À partida, e em contato com estes dois elementos,

¹⁰ Encontramos a filiação de Mouffe a esta tradição pós-marxista já desde trabalhos do início da década de 90. A este respeito, por exemplo, Chilcote, em texto em que a autora refere-se a Mouffe e a Laclau: “[...] o pós-marxismo de Laclau e Mouffe reflete o pensamento intelectual que tem acompanhado o discurso político sobre a democracia social e o socialismo democrático [...]”. (CHILCOTE, 1990, p. 109).

sugerimos que o projeto antiparlamentarista de Schmitt encontra forte conexão com o projeto totalitário que se organizava na Alemanha naquele momento histórico.

Intitulado *O aprofundamento do projeto totalitário: por uma via antiparlamentar do político*, este nono capítulo nos permitirá aprofundar a importante crítica schmittiana ao Parlamento em paralelo ao programa teórico-político do conservadorismo revolucionário. A retomada da proximidade destas críticas realizadas em comum por Schmitt e pelo conservadorismo revolucionário configuram o passo teórico necessário para que, logo adiante no décimo capítulo possamos trabalhar com o conceito de decisão e soberania como sucessores de uma estrutura parlamentar incapaz de responder adequadamente às necessidades históricas da Alemanha.

O eixo da argumentação deste capítulo é a exploração da crítica schmittiana à democracia de massas que o afasta definitivamente da aposta pela via parlamentar em flagrante aproximação à cultura totalitária do período. Schmitt parte precisamente de um profundo despreço pela participação política nos termos propostos pela democracia liberal que é uma visão compartilhada pelo conservadorismo revolucionário bem como é ideia presente nos textos fundadores nacional-socialismo.

Schmitt parte necessariamente das críticas parcialmente desenvolvidas no anterior capítulo VIII. Em que pese seu despreço, Schmitt veria triunfar nas fileiras do totalitarismo uma visão cujo discurso não poderia abertamente desprezar naqueles novos tempos de afirmação de direitos formais, ainda que o fizesse apenas **para mantê-los** sob a capa da propaganda que ocultaria as reais práticas políticas. Sob pretexto de ataque à despolitização no Estado liberal, portanto, é realizada a aposta em um projeto totalitário a partir da politização de todas as esferas da vida, da negação visceral do pluralismo por intermédio do conceito de democracia schmittiano.

Este capítulo sétimo encontra um de seus eixos argumentativos no tratamento reservado ao conceito de democracia de massas, que à época apresentava uma nova perspectiva crítica referente aos valores do liberal-capitalismo, e no qual tinha lugar a afirmação dos direitos políticos de grandes massas populares. Não haveria como deslocar a nova realidade posta mas, antes, procurar respostas que permitissem a acomodação dos projetos totalitários e, neste ponto, a propaganda nacional-socialistas se mostraria bastante eficaz.

A proposta deste capítulo ao analisar a argumentação em torno ao conceito de democracia de massas objetiva colocar em evidência que as políticas de afirmação dos direitos da população não eram, de forma alguma, algo sobre o que Schmitt mantivesse algum interesse e, neste sentido, encontramos um ponto de apoio para sustentar que no autor encontramos uma linearidade argumentativa ocupada com o socavamento do projeto democrático-parlamentar weimariano antes do que em aportar colaboração positiva para a sua manutenção.

Muitos dos críticos da democracia contemporânea marcam o trabalho de Schmitt pelas deficiências e violências cometidas contra os direitos pelas democracias liberais mas, e nisto uma insuperável contradição, a de que o seu aporte teórico provém de uma filosofia que não nutre qualquer apreço pela instituições regentes da democracia de massas característica de nossos dias. Neste sentido também sugerimos neste capítulo IX que nos encontramos com um projeto de fundo que se estende ao longo da década de 20 e marca um esforço teórico pela consolidação da interrupção do debate como forma de realizar a política e da consolidação da decisão como *modus operandi* do político no âmbito de um Estado totalitário.

Ainda neste sentido nos ocuparemos de que esta aversão de Schmitt pela democracia de massas não vinha desacompanhada em seu período. Os seus

interlocutores mais frequentes eram membros ativos do conservadorismo revolucionário ou, ainda, intelectuais que sufragavam o totalitarismo desde outras fileiras ideológicas, todos eles mantendo em comum uma firme e decidida aposta pelo *Stärke Staat* (Estado forte). Ainda assim revelou-se importante o diálogo estabelecido com setores da esquerda da época, cuja construção do político, sem embargo, não se daria em apoio aos termos violentos propostos por Schmitt embora lhe acompanhasse em sua crítica ao parlamentarismo liberal.

O perfil da análise schmittiana era, portanto, claro, e o Estado totalitário evocava uma tipologia francamente ditatorial, nos melhores moldes anunciados por Donoso Cortés já em meados do segundo quarto de século XIX. Estes são alguns dos conceitos que naqueles anos difíceis logo serviriam à consolidação da teoria totalitária da primeira metade do século XX, e em especial dos anos 20 e 30 na Alemanha.

O capítulo X será dedicado a realizar a interpretação dos conceitos de soberania, decisão e ditadura em Schmitt a partir dos referenciais teóricos que foram traçados nos capítulos anteriores e que sugerem ser possível encontrar conexões importantes. Qual seja o sentido e o alcance do conceito de soberania e de soberano, a interrogação sobre o papel do conceito de decisão e pelo de ditadura desempenhado no âmago da filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana serão os objetos de atenção neste capítulo a partir de uma interpretação conceitual conservadora destes conceitos.

Intitulado *Soberania e decisão: a normalização da ditadura, como regra, não como exceção*, neste capítulo X inicialmente procuraremos expor a compatibilização conceitual realizada por Schmitt entre democracia e ditadura. Admitida e explicada, esta estratégia de compatibilização conceitual logo permitirá observar com quais objetivos o seu autor a realizou.

A compatibilização conceitual indicada expressa uma orientação teórica de fundo conservador revolucionária em Schmitt na medida em que desloca o eixo democrático da tradição liberal e a vincula à realização da ditadura. Este não é um passo em falso nem de escassa importância. Este movimento de Schmitt lhe permite, de modo congruente, sustentar o conceito de homogeneidade no âmbito da democracia encarregando o Estado a tarefa de realizá-la. Schmitt introduz em seu discurso as condições de possibilidade para discreta estabilização e subreptícia normalização do discurso totalitário dentro do seu trabalho político e jurídico, expressamente por meio dos conceitos do político e da ditadura.

Este capítulo X também se ocupará do papel desempenhado pelo conceito de soberania não como monopólio do uso da força (*Herrschaftsmonopol*) mas como monopólio da decisão (*Entscheidungsmonopol*), fazendo, assim, sobressair a predominância do elemento político. O conceito de soberano em Schmitt, portanto, encontra-se claramente posto como aquele indivíduo que “[...] *hat das Monopol dieser letzten Entscheidung*” (SCHMITT, 1996e, p. 19).¹¹ Este conceito é aplicado por Schmitt em seu entendimento prático do político e em sua intervenção no mundo jurídico-político quando defende a interpretação extensiva do art. 48 da Constituição de Weimar em que os poderes do Presidente deveriam ser amplos, guardando a Constituição segundo critérios e limitações não muito delimitadas desde a ótica do Estado de Direito (*Rechtsstaat*).

Desde esta angulação o capítulo X se proporá a investigar as possibilidades de que o conceito de ditadura em Schmitt opere mesmo dentro da plena normalidade política, portanto, sem a pressuposição do Estado de exceção (*Ausnahmezustand*). A hipótese com que trabalharemos é que o duplo conceito de ditadura com que Schmitt

¹¹ O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] tem o monopólio da decisão última”.

trabalha, soberana e comissária, resume-se tão somente à primeira delas. Acreditamos na viabilidade de nossa proposta hermenêutica devido ao resultado obtido ao ancorar o conceito de ditadura no âmbito operativo da filosofia política schmittiana e de seu pensamento jurídico-constitucional. Ao fazê-lo nos encontramos com que o autor faz repousar o poder limitador dos eventuais abusos do ditador comissário em um Parlamento que ele próprio deslegitima e pretende desconstituir, do que resulta, portanto, a abertura das portas para a consolidação em termos soberanos de uma ditadura comissária.

Esta estratégia deslegitimadora do Parlamento que foi ensaiada em capítulos precedentes será retomada como cenário dentro do qual Schmitt opera no sentido de que os períodos de instabilidade, exceção, que possibilitam a intervenção do ditador comissário, em verdade, possam, devido a fragilidade desta casa legislativa, logo transformar-se no poder único e soberano. Esta é estratégia que mostra-se convergente não apenas com o pensamento político do conservadorismo revolucionário como com os mais radicais da direita do período e da formação dos textos fundadores do pensamento nacional-socialista. Nestes termos sugerimos que a ditadura se configura historicamente em Schmitt em períodos de exceção para, logo a seguir, consolidar-se como regra segundo os termos de um regime ditatorial de tipo soberano em reforço último de uma convicção totalitária de fundo.

A partir da confirmação desta interpretação do Estado de exceção é que este capítulo pretende explorar as possibilidades de uma leitura totalitária da filosofia política e jurídico-constitucional em Schmitt. Desde as aproximações realizadas neste capítulo sugeriremos com maior ênfase que Schmitt se distancia, e se descredencia em absoluto, para intervir na qualidade de fonte inspiradora para a crítica das democracias contemporâneas. É importante assinalar que esta desqualificação do autor se dá perante

uma democracia entendida nos limites conceituais impostos pela tolerância e pela pluralidade, valores em relação aos quais o autor em questão não apenas manteve distância como ácida e desconstitutiva crítica.

A leitura do político e da ditadura proposta neste trabalho encontra, portanto, profundo nexos com a análise crítica deste capítulo que se ocupa dos contravalores opostos ao parlamentarismo e ao Estado neutro aos quais Schmitt sobrepõe o conceito de Estado total. Por intermédio da confirmação dos conceitos de ditadura e seus conexos é que este capítulo X tem em perspectiva confirmar a inviabilidade da vigência democrática schmittiana. Reputamos necessário posicionar estas questões que também serão de valia para que possamos estabelecer as conexões internas entre a retórica da ditadura e a interpretação cabível do político em Schmitt segundo esta circunstância, algo do que nos ocuparemos nos dois últimos capítulos que seguem.

O capítulo XI, intitulado *A perplexidade do político (Freund u. Feind): teoria e prática do totalitarismo*, enfocará, assim como o antecessor e o subsequente, ao objeto deste trabalho. Este texto tem como preocupação uma das duas centrais nervuras desta tese, a saber, o conceito do político em Schmitt. Este será tomado a partir de angulação que sugere a interpretação deste conceito como consagrador da violência em suas extensas dimensões, transpondo os limites da mera potência à sua efetiva concretização. Nestes termos o nosso entendimento de que o político tem com seu elemento indissociável de sua composição à prática da violência, posto que o momento último, quando o conceito do entendimento se torne um imperativo, o recurso último schmittiano será o da eliminação (*Vernichtung*). Esta interpretação do político que assumimos repousa na retomada teórica dos textos e autores do conservadorismo revolucionário com os quais este trabalho doutoral procurou dialogar ao longo de suas linhas.

Aspecto central e diferencial deste capítulo XI é, portanto, o exame do papel da violência como elemento nuclear no conceito do político de Schmitt. Esta interpretação buscará suporte no contexto filosófico conservador revolucionário no qual esteve inserto Schmitt, no qual o triunfo dos meios violentos e o elogio da força e do heroísmo como instrumentos do progresso e do político eram patentes. Este o campo de significações disponíveis para interpretar o significado implícito no campo conceitual schmittiano ao qual procuramos ressignificá-lo a partir das suas próprias referências teóricas.

A interpretação do político aqui sugerida encontra seu campo de significação no movimento teórico conservador revolucionário inserto no momento histórico em que a cultura política totalitária progressivamente ganhava adeptos nos mais diversos segmentos sociais weimarianos. Admitindo o grau de interconexão do autor com este contexto teórico, e sem que o seu conceito do político sofresse alguma revisão direta quanto ao papel da violência. Este capítulo sugere linha de investigação que aposta no compromisso conceitual schmittiano com as práticas totalitárias que se avizinhavam sob a forma do nacional-socialismo e que se mostravam compatíveis com a interpretação violenta do político, ante-sala da barbárie.

Esta linha interpretativa do conceito do político schmittiano encontra apoio no exame realizado do conservadorismo revolucionário entre os capítulos III a V desta tese doutoral em que nos detivemos, mais genericamente, sobre a teoria conservadora e, após, e especificamente, sobre Spengler e Jünger. O caráter marcadamente belicista das obras analisadas revela traço que pode ser contraposto ao trabalho conceitual do político schmittiano, como se dispuséssemos de um mesmo cenário teórico desde o qual todos eles operam.

Para realizar a interpretação do político igualmente retomaremos o conceito de homogeneidade presente no texto autor, conforme brevemente apresentado em capítulos

anteriores, especialmente no oitavo desta tese. Sugerimos que a realização deste conceito de homogeneidade é um dos elementos operativos no sentido de tornar a violência um instrumento necessário para que possa a homogeneidade ser objetivo alcançável.

A violência como instrumento essencial do político se distancia do político como mediação pacificadora de conflitos para ser ele próprio, por meio do objetivo homogeneizantes, um instrumento potencializador da violência que age como eliminação (*Vernichtung*) do diferente. O dissenso não tem espaço, a pluralidade é alvo da tentativa schmittiana de estabilização. Normalidade é uma estabilidade resultante da homogeneidade, e neste aspecto começa a ser necessário delinear o perfil do inimigo, algo do que se ocuparia Schmitt (formalmente) mas também Rosenberg (materialmente), dois ideólogos do totalitarismo com faces diferenciadas mas com elementos conectivos de fundo que nos merecerão atenção.

Sugerimos encontrar na interpretação totalitária de Schmitt uma via adequada para a sua leitura. Nossa abordagem do tema terá lugar a partir de uma visão holística de nosso objeto de trabalho, e que aponta para um resultado bastante distinto de vários daqueles que atualmente têm sido logrados pelos especialistas contemporâneos da obra schmittiana, qual seja, distanciados, e desconectados, da essência violenta do político em Schmitt. Este capítulo XI, portanto, se ocupa da abordagem do político enquanto enfrentamento, não apenas alheio mas conceitualmente oposto, à tolerância e ao pluralismo reclamados por setores da crítica pós-marxista como um *locus* adequado a partir do qual estabelecer um novo paradigma para a crítica do liberalismo.

No último capítulo, XII, disporemos de espaço para realizar a articulação do conceito do político schmittiano com a concretização do discurso do extermínio (*Vernichtung*). Esta articulação será adensada pela aproximação com a teoria nacional-

socialista já realizada em capítulos anteriores, cuja retomada neste capítulo se dará a partir da retomada de elementos conceituais do totalitarismo que foram apresentados ao longo desta tese doutoral e que agora serão colocados como pano de fundo para que observemos a proximidade deles com o conceito schmittiano do político.

Intitulado *A construção do político pelo conservadorismo revolucionário: a cultura permissiva do extermínio e a insana persecução da destruição do outro*, este último capítulo XII se ocupará prioritariamente do concreto dimensionamento da aplicação do político em conexão com o suporte conservador revolucionário. A cultura política deste movimento conservador revolucionário parece-nos especialmente relevante para a interpretação do político em Schmitt na medida em que reserva ao inimigo um tratamento desconstitutivo de sua própria humanidade e, portanto, potencializador de sua eliminação (*Vernichtung*).

Desde esta angulação conservadora-schmittiana do político, o inimigo é o *outro*, ocupante de um espaço que ameaça, a quem, portanto, a destruição física pode ser imposta como desfecho existencial. Sob esta lógica o Estado totalitário irá pensar o político em sua política de homogeneização. É nestes termos que podemos admitir neste trabalho que o conceito do político repercutiu muito intensamente no âmbito da negação da existência, pautando a ação estatal legitimadora da barbárie, cuja preocupação em evitar a sua repetição tornou-se um dos alvos das civilizações ocidentais.

Um dos desafios a enfrentar neste capítulo XII radica, portanto, na realização da derradeira aproximação do conceito do político com a ideia de sua permissividade quanto ao extermínio de vidas humanas. Pretendemos realizar tal movimento interpretativo por meio da análise da contribuição da filosofia conservadora revolucionária que veio sendo trabalhada ao longo desta tese doutoral em paralelo com a teoria nacional-socialista, por certo inspirada no conservadorismo. Neste caso o

hitlerismo poderá uma vez mais servir-nos como amostra de como os seus escritos da década de 20 já externavam de forma pronunciada a sua inclinação pela exclusão do diferente, pela realização da homogeneidade, finalidade que requer um instrumento, qual seja, o extermínio do *outro*, do inimigo, o qual se revelaria o eixo conceitual do político em Schmitt.

Esta aproximação ao conceito do político de Schmitt privilegia a visão do autor do papel central e centralizador do Estado em cujo ápice encontra-se a figura do Presidente de poderes concentrados ou a do *Führer* de poderes irrestritos e, nesta posição capaz de realizar a política de extermínio que se encontra no núcleo duro da realização política do nacional-socialismo. Este capítulo desenvolve a argumentação iniciada anteriormente, qual seja, de que o conservadorismo revolucionário, reacionário e radical, encontra-se bastante próximo de Schmitt a ponto de tornarem-se co-partícipes intelectuais da estruturação do projeto filosófico-político de fundo da cultura totalitária, para o qual o conceito do político como violência é fundamental.

Este derradeiro capítulo XII procura enfocar a relação de oposição existencial entre amigo (*Freund*) e inimigo (*Feind*). Nossa proposta não adota a leitura de que encontramos em Schmitt uma nítida separação conceitual entre ambos os conceitos e que, acaso isto se justificasse, separaria o âmbito de interferência brutal do poder à esfera do inimigo público (*hostis*). Precisamente a nossa proposta é de que encontramos na figura do inimigo privado (*inimicus*) um conceito que pode facilmente transitar, conforme o interesse do detentor do poder soberano, à esfera do público (*hostis*), órbita sobre a qual este exerce amplo e irrestrito domínio.

Desde esta abordagem sugerimos que a retomada do discurso anti-ilustrado e pré-moderno schmittiano são componentes importantes para a crítica do Estado liberal que se opunha aos valores do Estado totalitário por ele apoiado. A releitura do conceito

do político envolve a ponderação sobre o abandono por parte de seus intérpretes contemporâneos partidários da esquerda liberal de assentados valores humanistas que lhe compõe a tradição. O abandono desta perspectiva revela-se condição indispensável para que seja possível a recepção do político schmittiano, posto que a convivência entre tolerância e intolerância, heterogeneidade e homogeneidade, dissenso e consenso mostra-se impossível no âmbito do discurso schmittiano a partir do qual setores da esquerda liberal pretendem estabelecer a crítica do liberalismo.

Sugerimos que este movimento de abandono dos valores humanistas mostra-se necessário quando se tenha em vista a retomada de um conceito do político radicalizado, evidência manifesta pela prática do extermínio já não como mera potência mas, antes, como de real aplicação uma vez que o dissenso tenha lugar. Assim, enquanto o dissenso encontra espaço no Estado liberal, despolitizado e neutro segundo a crítica de Schmitt, Estado culpado por intermediar os embates, minimizando as consequências dos diferendos, por outro lado, encontramos com que Schmitt resolve a questão dos conflitos por intermédio da pura aplicação do conceito do político, a saber, de um instrumento de prática eliminação da pluralidade. A radicalização do político, portanto, se apresenta como regra da normalidade schmittiana.

A partir desta abordagem do político será possível destacar qual o papel que genuinamente exerce o conceito da ditadura no pensamento filosófico-político e jurídico-constitucional schmittiano. A abordagem conjunta de ambos os conceitos será capaz de denotar a mais clara opção do autor por um Estado totalitário em que a cultura da destruição do *outro* não era estranha como também era mantida e havida como regra orientadora maior.

Por fim, cabe recordar que este trabalho tem como inspiração última a advertência adorniana de que devemos ter em conta “[...] a exigência [de] que

Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a Educação [...]. Desbarbarizar-se tornou-se a questão mais urgente da educação hoje em dia” (ADORNO, 1995, p. 119, 155). Acreditamos que a observação de Adorno permanece atual, e sempre, enquanto encontrarmos-nos às voltas com a vida em sociedade e suas diversas formas de organização política.

A constante crise das democracias apenas está a sugerir que se trabalha com um processo, um contínuo reedificar, antes do que com um objeto que encontre o seu momento de acabamento. Entendida como processo de fazer inesgotável, a democracia reclama por intervenções, reinvenções e reposicionamentos, raízes de sua legitimidade a cada passo histórico. Isto é o que convida-nos a que também com igual constância não descuidemos de atentar para a ameaça constante representada pela barbárie e da potencialidade humana para propiciar o surgimento de novos perpetradores.

Nossa preocupação básica aponta o sentido deste trabalho doutoral. O seu cometido superior é o de pesquisar objeto que reputamos de superior preocupação, qual seja, as raízes da disseminação da barbárie, algo que, nos dias que correm, pode ter lugar por intermédio do conceito do político deslocado de seu eixo e de ações político-jurídicas manipuladoras do conceito de ditadura. Encontramos em Agnes Heller a importante reflexão de que, se por um lado estamos despidos de ideais utópicos, por outro lado, mantemos obrigação intergeracional de legar um mundo melhor. Assim, muito embora não assumamos os sonhos e realizações das futuras gerações, isto sim, “[...] devemos assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento de projetos que contribuam para um melhor arranjo social, a criação de uma comunidade que represente uma nova forma de vida. Isso está ao nosso alcance”. (HELLER, 2002, p. 48).

Esta preocupação básica com a legação de um lugar decente às futuras gerações implica ocupar-nos com o inefável e, paralelamente, remete-nos à atualização

de experimentações teóricas que caracterizam ao totalitarismo, acaso mantenhamos na ordem do dia às nossas preocupações com as condições de vida das futuras gerações. Nestes termos, portanto, a preocupação para a qual este trabalho aponta conecta adequadamente com a delimitação realizada do objeto desta tese. Encontramos nisto o desenho das raízes mais profundas da iniciativa deste trabalho doutoral e que pauta não apenas o norte que guia o desenvolvimento de seu objeto como do conjunto de nossas atividades de pesquisa já há algum tempo.

PARTE I – O CONSERVADORISMO:
DA CONTRARREVOLUÇÃO À FASE REVOLUCIONÁRIA

CAPÍTULO I

DONOSO CORTÉS E A FACE TOTALITÁRIA DA TEOLOGIA POLÍTICA: ENTRE A POLÍTICA E A DITADURA

1.1. O CATOLICISMO DO SÉCULO XIX COMO FONTE DA TEOLOGIA POLÍTICA CONSERVADORA SCHMITTIANA

Neste primeiro capítulo ocuparemos-nos da realização de um movimento voltado a investigação das possibilidades teóricas de aproximação entre o pensamento filosófico-político e teológico de Donoso Cortés, bem como de seu bastante bem conhecido conservadorismo católico antiliberal (*cf.* Díez, 2005, p. 27), com a filosofia política e jurídico-constitucional de Carl Schmitt por intermédio dos conceitos do político e da ditadura que subjazem em ambos os filósofos.

Admitiremos inicialmente a hipótese de que seja possível caracterizar o pensamento donosiano nos termos indicados logo acima e que, passo seguinte, isto nos permita detectar fortes elementos identificatórios não apenas com os outros elementos e personagens centrais da tradição conservadora contrarrevolucionária. Sugerimos que venha a ser possível empreender uma reflexão teórica de fundo que subscreva a compreensão do trabalho schmittiano segundo os termos de uma chave teórico-conceitual conservadora de pronunciado viés autoritário que projeta as condições teóricas da ditadura totalitária que emergiria firmemente adentrado o século XX.

Em que pese de forma alguma estejamos remetendo à proposta de uma abordagem inovadora nesta matéria, e que também a importância de Donoso Cortés para o trabalho de Schmitt se encontre reconhecida. Isto sim, por outro lado, parece-nos claro que restam pontos em aberto o suficiente que reclamam melhor exame e delineamento no pensamento filosófico do conservador espanhol de sorte que a leitura schmittiana do autor reste possível.

Em caráter indevidamente explorado parece-nos todavia subsistir em aspectos que remetem a uma conexão mais profunda de Donoso Cortés com Carl Schmitt. Dentre estes, muito especialmente, encontra-se a adesão de ambos aos conceitos de ditadura e também as suas críticas ao liberalismo e, ao atravessar esta dimensão, a nossa percepção de que há um âmbito do político que a partir de referenciais comuns opera em ambos os autores. Nosso trabalho propõe que estes dois autores possam ser objeto de abordagens promissoras a partir de uma vinculação conservadora de fundo em comum. Contudo, o que inicialmente sugerimos é que as próprias fontes do conservadorismo donosiano tampouco encontram-se suficientemente exploradas, notavelmente quando considerada a literatura filosófico-política e jurídico-constitucional brasileira sobre o tema.

A respeito da certa conexão que aqui exploraremos, por exemplo, Habermas é outro dos críticos schmittianos que reconhece o impacto do conservadorismo de Donoso Cortés em alguns dos pontos centrais do pensamento de Schmitt, especificamente indicando o impacto do conservador espanhol sobre a sua construção do conceito de ditadura do filósofo de Plettenberg (*cf.* HABERMAS, 2011, p. 22). Neste trabalho propomos a análise de que a interpretação schmittiana da ditadura encontra em Donoso Cortés uma de suas referências mais importantes e, quiçá, decisivas para a sua compreensão. Esta é uma das razões que inspira a esta retomada de Donoso Cortés já na abertura desta tese doutoral.

Esta conexão entre Donoso Cortés e Schmitt é aqui entendida, portanto, como um passo inicial e imprescindível, posto que o trabalho do autor sugere-nos uma possível e importante contribuição teórica de fundo. Esta conexão parece-nos ser mantida não apenas com a filosofia schmittiana como também, e isto se mostrará relevante, com alguns dos elementos de fundo do próprio fenômeno totalitário que pode

ser compreendido a partir de suas ramificações,¹² procedimento ao qual concederemos espaço em nosso trabalho. Reputamos que este movimento político-ideológico totalitário em sua versão nacional-socialista mantém uma série de características que reclamam esclarecimento,¹³ movimento que será explicitado sumariamente inicialmente

¹² Ao introduzir o conceito de totalitarismo, que será recorrente neste trabalho, ressaltamos que as suas faces são múltiplas, retomadas e reconstruídas no decorrer dos tempos desde variadas tradições. Em uma aproximação bastante breve, resalta Agamben que “O totalitarismo moderno pode ser definido [...] como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político” (AGAMBEN, 2004, p. 13). Esta parece-nos ser uma muito promissora definição, a par de sintética, dos termos em que o totalitarismo pode ser compreendido. Por outro lado, Gentile aponta aos debates que se travaram em diversas áreas do conhecimento sobre a possibilidade de englobar no conceito de totalitarismo a movimentos como o nacional-socialismo, o fascismo e o comunismo (cf. GENTILE, 1997, p. 17). Estes três são fenômenos que o autor logo qualifica como possuidores de tão diversas peculiaridades que inviabilizaria classificá-los sob um único rótulo (cf. GENTILE, 1997, p. 18-19). Em sentido dissonante apontam Lacoue-Labarthe e Nancy, autores para quem no interior da ideologia totalitária encontra-se uma natureza apropriada aos princípios mais caros ao nacional-socialismo (cf. LACOUÉ-LABARTHE; NANCY, 1991, p. 27-28). Agnes Heller igualmente aponta para a inexistência de um só tipo de totalitarismo mas, antes, para vários deles, dos quais o nacional-socialismo é uma das espécies, isto sim, reconhecendo a discussão de certos setores sobre o *status* do fascismo (cf. HELLER, 2002, p. 40-41). Em que pese seja o totalitarismo um conceito recorrente em nosso trabalho, o mesmo ocupará uma posição de fundo. Importante a sua função como balizadora e antípoda da democracia, mas, contudo, revela-se tarefa imprescindível a de ocupar-se de esclarecermos em que sentido o conceito será aqui trabalhado, o que permitirá marcarmos o terreno de ocorrência do objeto deste trabalho. Isto sim, será necessário empreender esforços no sentido de reconstruir estas tradições mas, isto sim, procuraremos nos ocupar mais especificamente de uma de suas manifestações, o nacional-socialismo. O nacional-socialismo é também classificado com uma espécie do gênero totalitarismo por Sá, ver SÁ, (2003b). Por outro lado, encontramos em Faye a referência de que no núcleo duro do próprio nacional-socialismo, já avançado o ano de 1940 encontrava-se o Secretário de Estado do Interior, Wilhelm Stuckart, opondo-se a denominação do Estado alemão como totalitário e, antes, caracterizável como um Estado de vocação liberal (*liberale Machtstaat*) (cf. FAYE, 2010, p. 131).

¹³ O que iremos reputar no desenvolvimento deste trabalho como o desenho de um movimento totalitário pode ser brevemente resumido como a desconsideração dos projetos e práticas políticas de origem anglo-saxônica que investem profundamente (a) na realização de eleições livres, (b) na liberdade de reunião, (c) na liberdade de imprensa, (d) na liberdade de crença, (e) na liberdade de cátedra, entendida esta como uma forma de divulgação e reflexão e (f) dignidade humana e, *last but not least*, (g) na tutela aos direitos individuais e coletivos em sentido amplo por intermédio de garantias constitucionais. Em carta

neste texto como forma de tornar possível a compreensão dos termos em que será lido o trabalho schmittiano.¹⁴

endereçada a Schmitt no ano de 1955 Kojève apontava a Schmitt que (i) “Government without Parliament is “fascism” (tyranny)” (KOJÈVE, 2001, p. 98), algo com o que o desenrolar do trabalho igualmente aportará como um traço de um Estado descompromissado com os valores do *Rule of Law* ou *Rechtsstaat*, para tudo opostos ao totalitarismo. Um outro conceito de totalitarismo afim com o perfil que aqui utilizaremos encontramos em Gentile: (ii) “Con el término “totalitario” pretendo definir un movimiento revolucionario que conquista el monopolio del poder político para construir un Estado nuevo, fundado en el régimen de partido único, y que tiene como principal objetivo la integración y la homogeneización de la sociedad en el Estado, sobre la base del principio de la politización integral de la existencia, interpretada conforme a la categoría, a los mitos y a los valores de una ideología palingenética, sacralizada en la forma de una religión política que quiere modelar al individuo y las masas para regenerar al ser humano y crear un hombre nuevo, entregado en cuerpo y alma al cumplimiento de los fines del partido totalitario” (GENTILE, 1997, p. 19). A partir de algumas destas ideias de Gentile podemos delinear um conceito de totalitarismo com o qual trabalharemos no desenrolar deste trabalho encontra-se imbricado com uma dupla orientação jurídico-política de matiz constitucional. Este conceito supõe a franca discrepância de valores como a pluralidade política refletida, a qual se projetará na forma de inadmissibilidade da multiplicidade de partidos políticos e, isto sim, impondo a unicidade partidária. Paralelamente, a garantia constitucional dos direitos fundamentais também de forma operativa contra abusos do Estado por meio de instituições públicas ativas se vê francamente deteriorada, quando não mesmo absolutamente exterminada pelas políticas estatais. Neste breve perfil, também encontramos um Estado e toda a sua Administração dominados por só homem, do qual se mostram em absoluto dependentes para a sua operação. Estes são traços de vários regimes do século XX que poderíamos apontar como totalitários, dentre os quais o nacional-socialista (cf. RUIZ MIGUEL, 2000, p. XXII) e a Itália do *Duce*.

¹⁴ Ainda no sentido de traçar o perfil do totalitarismo, concordamos com Agnes Heller quando sugere que ele possui como característica a privação do pluralismo do domínio da legalidade (cf. HELLER, 2002, p. 41) e, também, que sob o controle das autoridades remanescem todos os assuntos, temporais e espirituais, políticos e religiosos (cf. HELLER, 2002, p. 41). A parametrização da legalidade é posta, então, pelos líderes políticos à margem de ponderações e reflexões públicas. Para outros aspectos da concepção de totalitarismo com a qual trabalharemos nesta tese doutoral, ver as subseqüentes notas de rodapé números 2 e 3. Para os trechos acima, respectivamente, sugerimos as seguintes traduções: (i) “O Governo sem Parlamento é “fascismo” (tirania)”; (ii) “Com o termo “totalitário” pretendo definir um *movimento revolucionário* que conquista o *monopólio do poder político* para construir um novo Estado que é fundado no *regime de partido único* e que tende como principal objetivo a promover a integração e a homogeneização da sociedade inserta e dominada pelo Estado, o que ocorre sob o princípio da *politização integral* da existência, interpretada conforme a categoria, os mitos e os valores de uma *ideologia palingenética*, sacralizada na forma de uma *religião política* que quer modelar o indivíduo e as massas

O que importa para este trabalho é destacar que o conceito de totalitarismo irá manter importantes pontos de contato com a obra de Schmitt. Esta tese sustenta que o trabalho deste autor opera em franco apoio teórico, ainda quando não no plano empírico da militância ativa. Esta aproximação pode ser parcialmente realizada por intermédio da concessão da primazia nos textos políticos de Schmitt a reflexões cujo corte teórico se volta à resposta e em sentido amplo, à Revolução liberal espanhola daquela sua quadra histórica tal qual Schmitt o faria naquela quadra dos anos 20 que lhe tocava viver, ambientada na República de Weimar a cujas ambições liberais procurava combater de modo visceral.

para regenerar o ser humano e criar um *homem novo*, entregue de corpo e alma ao cumprimento dos fins do partido totalitário. A respeito de que o nacional-socialismo possa ser compreendido como a primeira realização genuína dos ideais do fascismo, ver GALLEGO, (2003). Para uma análise das diferenças entre o fascismo em sua ocorrência italiana modelar e nacional-socialista germana, interessa-nos examinar o argumento de Neocleous que sublinha que (a) “In the Italian case, with its focus on the state as the unifying mechanism behind the nation and the juridical orientation this entailed, the institutional thrust took on a corporate form. In Germany, by contrast, the emphasis on the organic *Volk* meant that the institutional thrust took the form of organizing – in the sense of *making organic* – labor and capital into a unity” (NEOCLEOUS, 1997, p. 44). Este trecho reforça a existência de diferenças entre ambos os movimentos mas, isto sim, não assinala ou desconstitui uma orientação de fundo em comum, qual seja, o apreço pelo político conduzido por intermédio da força com o reconhecimento da supremacia incontestável de uma ideia nuclear na ambientação política e que o líder haveria de impor. Esta aproximação é também destacada por Neocleous em outro trecho quando afirma que (b) “Fascism is first and foremost an ideology generated by modern industrial capitalism [...] and [...] politics implicit in modern capitalism is *exactly* like National Socialism” (NEOCLEOUS, 1997, p. xi). Sobre o fascismo como um momento de realização da segurança, da exclusão e do extermínio, ver NEOCLEOUS, (2009). Finalmente, nos importa aqui delimitar em um primeiro momento, a proximidade conceitual entre o fascismo e o totalitarismo por força de que Schmitt irá publicamente reclamar já nos primeiros anos da década de 20 a sua simpatia pelo fascismo italiano e pelo *Duce* (ver WAITE, 2008, p. 130). Aos trechos acima, sugerimos as seguintes livres traduções: (a) “No caso italiano, com o foco no Estado como um mecanismo de unificação antes da nação e da orientação jurídica que estes implicavam, o impulso tomava forma associativa. Na Alemanha, ao contrário, a ênfase no *Volk* orgânico significava que o institucional tomava impulso na forma de organização – no sentido do *fazer orgânico* – do trabalho e do capital unidos”; (b) “O fascismo é a primeira e a principal ideologia gerada pelo moderno capitalismo industrial [...] e [...] a política implícita no moderno capitalismo é exatamente como o nacional-socialismo”.

Nossa sugestão inicial é a de que podemos encontrar no conservadorismo uma promissora fonte a explorar, tanto do totalitarismo¹⁵ como da filosofia política¹⁶ e jurídico-constitucional schmittiana (ver RODRIGUES, 2005), fonte que logo a seguir encontraria seus desdobramentos mas que, ao menos parcialmente, serviria como importante inspiradora de vertentes do totalitarismo em sua versão nacional-socialista¹⁷

¹⁵ Para um maior detalhamento da percepção do conceito de totalitarismo aqui trabalhada e esboçada na nota anterior, nos termos em que ele operava na primeira metade do século XX remetemos a já citada ARENDT, (1974). Para um recente balanço do conceito em Arendt, e de suas possibilidades conectivas com a contemporaneidade, ver AGUIAR, BATISTA, BARREIRA, ALMEIDA, (2001). Ainda com o escopo de traçar um perfil teórico em suporte à nossa percepção do totalitarismo, ver FAYE, (2009a). Para uma descrição mais minuciosa sobre a leitura do totalitarismo, ver LINZ, (2000). Neste mesmo sentido de agudização compreensiva, embora a partir de outro ângulo, ver VETTERLI e FORT, (1997). É igualmente relevante assinalar para os propósitos deste trabalho que este conceito de totalitarismo é aqui tomado como um gênero ao qual o nacional-socialismo em suas linhas gerais encontra-se adstrito. Será desta forma que iremos abordar conceitualmente tanto o totalitarismo germano como a sua versão italiana, fascista.

¹⁶ Aceitaremos aqui a possibilidade da Filosofia Política como área autônoma do saber, malgrado possível oposições conceituais (ver RÓDENAS, 1993, p. 53), e que poderá ser tomada em paralelo com uma outra dimensão do pensamento schmittiano, propriamente jurídico em sua especificidade constitucional. A Filosofia Política em Schmitt não será projetada desde uma perspectiva normativa em nosso trabalho senão, isto sim, a partir de uma angulação descritiva, a qual, por certo, parece predominar nos propósitos declarados do autor em que pese apontemos a relevância de uma vertente normativa que identificamos subjazer em suas linhas políticas. Em muitos momentos, portanto, seremos conduzidos pela alegação schmittiana de que a sua estratégia teórica habita o campo descritivo, o que designa que estaremos nos movendo em um contexto teórico pré-rawlsiano, ou seja, não considera a alta voltagem normativa de sua filosofia política, algo que, por certo, mais ao final desta tese doutoral, revelar-se-á um movimento imprescindível. A aproximação que desejamos realizar aqui é entre o político, por meio das reflexões filosófico-políticas schmittianas, e as reflexões de ordem estritamente jurídicas do autor, o que deve valer-nos como instrumento para investigar o objeto desta tese doutoral. Para uma crítica sobre a filosofia política schmittiana, ver ROMERO, (2004), HORTON, (2003).

¹⁷ Os exemplos históricos com os quais trabalharemos são classificáveis dentre os totalitarismos. O trabalho desenvolvido em torno ao totalitarismo é devedor da recepção da leitura de muitos dos pressupostos arendtianos a este respeito, bem como a sua descrição do totalitarismo como um tipo de domínio marcado (a) “[...] por destruir la esencia del hombre” (ARENDT, 1974, p. 10), mas também por sua característica de que em seus desdobramentos revestir-se do que a autora qualifica como “[...] mal absoluto” (ARENDT, 1974, p. 11). Em suma, que a marca distintiva do totalitarismo é mesmo dar ao homem a conhecer (b) “[...] la naturaleza verdaderamente radical del mal” (ARENDT, 1974, p. 11),

e dos intelectuais que dele se mantiveram em alguma medida próximos e que não dispuseram de ânimo para distanciar-se o suficiente, quando não opor-se, ao regime da

perante a qual nada podem argumentos como a dignidade humana. Por fim, é importante destacar que trabalharemos com o totalitarismo como gênero que comporta espécies, dentre as quais, como assinalava Arendt, o nacional-socialismo como o bolchevismo (*cf.* ARENDT, 1974, p. 393). Em paralelo a estas aproximações nos interessa igualmente o texto em que Agamben põe em destaque a sua noção de totalitarismo moderno, que condiz com o sentido em que trabalharemos, principalmente, o totalitarismo nos dois últimos capítulos desta tese doutoral dedicadas ao político: “O totalitarismo moderno pode ser definido [...] como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político” (AGAMBEN, 2004, p. 13). De modo convergente com a nossa aproximação ao tema, Saccomani, por sua vez, indica que o Estado totalitário se “[...] apresenta [...] como uma forma de domínio inteiramente nova, não só com respeito aos sistemas de democracia liberal, mas também às formas anteriores de ditadura e autocracia, uma vez que no passado não existiam os pressupostos para a sua realização. Possui [...] um caráter eversivo com relação ao sistema social preexistente, na medida em que lhe modifica radicalmente a estrutura, que se baseava na existência de uma pluralidade de grupos e de organizações autônomas” (SACCOMANI, 1998, p. 471). Em suma, nos mantemos com o comentário de Saccomani de que “[...] o Fascismo italiano e o nacional-socialismo alemão, malgrado as diferenças devidas às particularidades das respectivas histórias nacionais, hajam de ser considerados como especificações de um modelo de dominação essencialmente único, é coisa que tem sido sustentada pela maior parte dos estudiosos contemporâneos, independentemente das suas posições ideológicas e políticas” (SACCOMANI, 1998, p. 469). No mesmo sentido aponta Faye que o nacional-socialismo encontra no fascismo italiano uma importante referência teórica que veio a ser inserido nas características já postas em prática na política ao início da década de 1920, com destaque para as ações de 23 de novembro de 1932, por intermédio dos esforços de Mussolin (*cf.* FAYE, 2010, p. 128-129). Em outros termos, o totalitarismo como um regime que Buron e Gauchon denominaram possuir características como ditadura, terrorismo, belicismo, racismo e antissemitismo marcado pela prática da barbárie em níveis patológicos inspirados por ideologia e pela teoria conservadora e reacionária dos modernos (*cf.* BURON; GAUCHON, 1983, p. 63). Ainda a respeito do vínculo do nacional-socialismo e do fascismo sob o conceito de totalitarismo, ver DÍAZ, (1991, p. 80-81). Para uma análise mais sofisticada e que se projeta sobre as questões políticas de nossos dias, ver COSTOPOULOS, (2009). Ainda a este respeito destacamos o trabalho de Todorov que, malgrado procure em seu texto estabelecer diferenças entre o nacional-socialismo, o fascismo e o comunismo, atribui a todos eles a comissão de crimes de massa (ver TODOROV, 2002), aspecto este que goza de nossa atenção neste trabalho doutoral. Aos trechos citados acima sugerimos as seguintes livres-traduições: (a) “[...] por destruir a essência do homem”; (b) “[...] a natureza verdadeiramente radical do mal”.

barbárie.¹⁸ Este tema interessa tanto ao objeto deste primeiro capítulo como ao deste trabalho na medida em que sugerimos poder encontrar a filosofia política e o pensamento jurídico-constitucional schmittiano em boa parte inspirado na tradição do conservadorismo a qual pertence o pensamento donosiano, filósofo que sugerimos ser uma das principais fontes alimentadoras de algumas importantes correntes do totalitarismo segundo a configuração do mesmo que oferecemos logo acima.

Neste capítulo nossa ocupação primordial será com a interpretação da filosofia política de Donoso Cortés,¹⁹ e de sua conexão importante com o catolicismo. A leitura teológica do político presente em Donoso Cortés é um dos pontos centrais de sua releitura por Schmitt, tanto quanto a sua leitura crítica do liberalismo²⁰ e da decadente

¹⁸ Ainda a respeito do totalitarismo, Arendt nos chama a atenção para o fato de que nem todas as suas vertentes convergem com a ditadura (*cf.* ARENDT, 1974, p. 32). Esta é ideia que, no caso do nacional-socialismo alemão, parece convergir segundo o critério de gravidade utilizado pela autora, para a classificação de regimes marcados pelo terror, aliás, pelo terror institucionalizado (*cf.* DÍAZ, 1991, p. 81). O regime ditatorial se impõe e persegue brutalmente apenas aos seus opositores políticos enquanto que o regime totalitário o faz contra todos indiscriminadamente (*cf.* ARENDT, 1974, p. 403). Aqui deparamo-nos com que o totalitarismo germano exerceria no limite esta função persecutória indiscriminada até conhecer o seu desfecho com a morte de Hitler (*cf.* ARENDT, 1974, p. 41), sendo que Bracher reconhece que o totalitarismo nacional-socialista germano não poderia mesmo sobreviver à morte de Hitler (*cf.* BRACHER, 1995b, p. 80), tamanha era a identificação, processo este para o qual não foram poupados esforços e que permite realizar aproximação com o conceito schmittiano de unidade. Isto sim, é importante recordar que, do ponto de vista teórico, este processo de identificação foi alvo de negativas de autores como Forsthoff no início da década de 30 (ver FORSTHOFF, 2000, p. 320-323).

¹⁹ Juan María de la Salud Donoso Cortés ou Marquês de Valdegamas (1809-1853) é personagem cuja biografia compreende uma grande fase liberal e uma segunda, tanto mais intensa quanto breve, de caráter eminentemente conservadora.

²⁰ No decorrer deste trabalho o conceito de liberalismo irá aparecer de forma recorrente. Tendo em vista a multiplicidade de acepções que o termo possui, por vezes contraditórias, algo observável nas diferenças propostas que as tradições norte-americana, italiana, inglesa e germanas possuem entre si, sendo as duas últimas denotadoras de posição de centro, enquanto na Itália aparecem ali postados como liberais os defensores da liberdade de mercado e, inversamente, nos Estados Unidos, aqueles que apostam no radicalismo da esquerda (*cf.* BOBBIO, 2007b, p. 688). Ponderada esta importante diferenciação, exsurge como indispensável a realização de uma caracterização pontual da maneira o mais consistente que resulte possível, em suma, do sentido em que a mesma será empregada neste trabalho doutoral daqui em diante.

monarquia.²¹ Nesta circunstância a opção para o autor era clara, a saber, a ditadura. Esta última é reconhecida por Schmitt como elemento essencial em Donoso, “[...] un riguroso filósofo de la dictadura autoritaria [...]” (SCHMITT, 2003, p. 9),²² ou seja, o

Conforme acertadamente indica Bobbio, a definição de liberalismo é problemática, difícil mesmo. Contudo, neste isolamento conceitual do liberalismo encontramos um ponto importante para os fins analíticos que orientam este trabalho, em especial, quando temos em vista o distanciamento realizado por Schmitt entre a democracia e o liberalismo. A leitura de Bobbio, inversamente à estratégia de Schmitt parece-nos acertada quando propõe que “[...] a história do liberalismo acha-se intimamente ligada à história da democracia; é, pois, difícil chegar a um consenso acerca do que existe de liberal e do que existe de democrático nas atuais democracias liberais” (BOBBIO, 2007b, p. 676). Em absoluto, esta é uma ideia com a qual Schmitt não poderia convergir, pois quando realiza a distinção entre democracia e liberalismo, pois ao passo em que visa redefinir a primeira, sataniza o segundo. Este passo lhe permitiu compatibilizar a primeira com a ditadura, tema para cujo detalhamento remetemos o leitor para os capítulos VIII e X. Isto sim, Bobbio realiza um movimento com o qual divergimos em sua interpretação ao indicar de que o liberalismo é conceito que diferencia a democracia liberal das democracias não-liberais (cf. BOBBIO, 2007b, p. 687). Aqui proporemos que (a) a democracia mantém relação intrínseca e inarredável tão somente com os valores liberais de fundo e (b) que tão somente encontra o liberalismo as suas condições materiais de projeção e realização quando a democracia seja o seu projeto de fundo. Do ponto de vista material, portanto, afirmaremos que o liberalismo é entendido como um conjunto de ideias que dedica atenção e proteção à tolerância, à proteção das diferenças e do dissenso dela decorrente em suas várias dimensões, éticas, religiosas, políticas, sexuais e demais opções que se possam fazer historicamente apresentar. Estamos propondo refletir sobre o liberalismo a partir de uma angulação de oposição a invasão de esferas individuais de liberdade, segundo a sua mais acurada tradição de limitação dos poderes do Estado. Neste sentido a concepção liberal aqui trabalhada eleva os valores individuais sem desconhecer as interações com o coletivo, o que não supõe acatar a supremacia destes últimos em nossa abordagem do liberalismo. Esta compreensão do liberalismo o percebe como um dos importantes instrumentos de oposição às tradições totalitárias que a história conheceu. Isto sim, esta concepção de liberalismo com a qual trabalhamos supõe a necessidade de que o Estado intervenha como mediador e árbitro cuja ação demandará restrições calculadas às liberdades individuais. Quanto à posição moral concordamos com a abordagem de Bobbio quando aponta que o Estado liberal “[...] tenha que ser moralmente neutro e só possa permitir uma organização da sociedade em que cada indivíduo e cada grupo social tenha condições para perseguir livremente seu próprio objetivo e escolher seu próprio destino [...]”. (BOBBIO, 2007b, p. 693).

²¹ Dentre outros escritos, em um deles em especial, Donoso Cortés dedica específica atenção a Monarquia. Ver DONOSO CORTÉS, (1946a, p. 65-75).

²² O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] um rigoroso filósofo da ditadura autoritária [...]”.

filósofo da ditadura da espada²³ que se opunha a ditadura do punhal (da Revolução Francesa) (*cf.* CARRASCO, 2009, p. 161), e é a este pensador, por esta virtude central, a quem Schmitt prestou tributo.

Por intermédio do movimento inicial idealizado neste capítulo pretendemos colocar em evidência uma das primeiras e mais importantes fontes conservadoras para a leitura do político e da ditadura em Schmitt.²⁴ Estes são conceitos que, segundo nossa hipótese, permanecem atrelados em sua melhor leitura, à toda uma interpretação conservadora que em Donoso Cortés encontra o seu ponto de partida, e que na sequência encontramos conexão tanto na literatura conservadora contrarrevolucionária, ou *Altkonservatismus*, tal como propunha Mannheim (*apud* ROQUES, 2009, p. 8), quanto também com o conservadorismo filosófico alemão de início de século XX.

Donoso Cortés é filósofo católico pelo qual Schmitt nutre considerável admiração. O filósofo de Plettenberg considera a Donoso nada menos do que, dentre tantas referências ibéricas, a ele como um grande espanhol (*cf.* SCHMITT, 2001k, p. 69),²⁵ elogio ao qual se manteria fiel ao retomar o autor em muitos momentos de suas obras a partir dos anos 20. Isto é algo que, sugerimos, não deu-se apenas explicitamente mas, quiçá, e ainda mais poderosos efeitos surtiu, em sua operação conceitual oculta ou

²³ A nobreza da espada que se faz presente e na preferência de Donoso Cortés como em Schmitt que permite remissão a uma leitura bíblica da Epístola aos Romanos na qual a abordagem da autoridade é ligada essencialmente à divindade e de que esta reveste de legitimidade o poder terreno desta. Aqui, portanto, a razão de ser da indicação do texto bíblico de que a obediência à autoridade é devida, sob o risco da imposição da espada para que seja feita a justiça dicina por intermédio de seu ministro terreno (*cf.* ROMANOS, 13, 6).

²⁴ A respeito do vínculo de Schmitt com o pensamento conservador encontram-se referências em diversos autores. Noack, (NOACK, 1996) e Pavón, (PAVÓN, 1996), contudo, ressaltam o aspecto bastante peculiar do conservadorismo de Schmitt devido ao seu contato com o catolicismo tomado em paralelo com uma crítica política tomada a partir de Maquiavel, Hobbes e Sorel.

²⁵ Para uma análise cuidadosa e uma leitura cruzada das relações entre Schmitt, Donoso Cortés e Hobbes, ver MASCHKE, (1988).

implícita. Esta referência inicial expressa o grau de proximidade e admiração com o qual Schmitt²⁶ lê ao conservador espanhol.²⁷ A nossa hipótese é de que a valia de Donoso para a construção filosófico-política e jurídico-constitucional de Schmitt manteve-se ao longo de seus trabalhos, e esta é uma hipótese que repercutirá em vários outros aspectos de nossa tese nos capítulos subseqüentes. A interpretação de que Donoso Cortés é uma das fontes que tornar-se-ia recorrente em seu trabalho é largamente admitida pelos comentaristas (ver LOPERA, 2009, p. 273). Em suma, dizem alguns comentaristas que seria esta uma verdadeira e necessária fonte para o novo conservadorismo reacionário reclamado pelos novos tempos (*cf.* LUKÁCS, 1959, p. 529).²⁸

É certo que existe uma diversidade de tradições conservadoras, mas o recorte aqui proposto fará com que nos ocupemos com a tradição mais diretamente influente em

²⁶ A terra natal de Carl Schmitt (1888, Plettenberg – 1985, Plettenberg) encontra-se hoje localizada no *Land* da Renânia do Norte-Westfália, próxima ao Reno e à França.

²⁷ Para um estudo mais detalhado sobre o período conservador espanhol de meados do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX, ver PAYNE, (1978). Neste texto o autor desenvolve um interessante trabalho que demarca o campo de atuação do conservadorismo espanhol do século XIX, principalmente em sua primeira metade. Nele depara-se com um pronunciado perfil antiliberal e proclive ao fortalecimento das instituições monárquicas enquanto que, na sucessão, o viés antiliberal deixa de ser o alvo principal de suas atenções (*cf.* PAYNE, 1978, p. 765). Neste sentido, portanto, é compreensível o interesse de Schmitt pelo conservador espanhol Donoso Cortés, autor que habita e interage com os intelectuais deste primeiro período, e não com outros momentos e nem diversos autores conservadores hispanos.

²⁸ Aqui nos interessa retomar o argumento lukácsiano ainda que pontual e brevemente durante este trabalho por força de sua forte conexão com a tradição do pensamento de esquerda. Lukács representa, diferentemente da moderna esquerda pós-marxista, todo um movimento teórico ligado ao marxismo em profunda oposição ao pensamento schmittiano. Sugerimos que a pontual apresentação da crítica lukácsiana no decorrer deste trabalho doutoral, à semelhança do trecho acima, nos permitirá ilustrar em diversos momentos a partir de qual ótica a ortodoxia de esquerda pôde, historicamente, compromissada com certos valores de fundo comuns, articular críticas ao trabalho schmittiano, algo que, sugerimos, representa um rico contraponto dentro do pensamento da própria esquerda que sugere a retomada schmittiana.

Schmitt como o conservadorismo católico (Donoso Cortés), o contrarrevolucionarismo francês (De Maistre e De Bonald) e o conservadorismo revolucionário alemão. À base desta linha evolutiva que pretendemos traçar no decorrer do trabalho encontramos todo um traçado do conservadorismo europeu que encontra um de seus momentos de auge no período de organização política de oposição à Revolução Francesa, movimento que compartilha a defesa da ordem e do modo de ver e viver o mundo segundo aquelas que consideravam ser as suas imodificáveis estruturas naturais (*cf.* VON KLEMPERER, 1968, p. 20).

Este primeiro capítulo está dedicado não apenas a investigar as conexões do contrarrevolucionarismo de filósofos como De Maistre e De Bonald mas, primeiro passo, ao catolicismo conservador-autoritário de Donoso Cortés²⁹ – também um elemento a aproximá-lo de Schmitt.³⁰ Este capítulo está orientado a pesquisar sobre

²⁹ É importante assinalar que o Juan María de la Salud Donoso Cortés ou Marquês de Valdegamas (1809-1853) que interessou a Schmitt, é o Donoso de sua segunda fase, permanecendo o da primeira fase, liberal, praticamente oculto em Schmitt. Este segundo é o período reacionário do autor, em franca contraposição a sua primeira fase, marcada por influências dos doutrinários franceses, Guizot incluído. Inobstante esta ponderação, Schmitt anota o fato de que o ano de 1848, e todas as vicissitudes revolucionárias, não foram determinantes para caracterizar um ponto de viragem na filosofia donosiana, muito embora todos os fatos lhe tenham impactado. Quando Schmitt se opõe a esta marca histórica como transformadora da filosofia donosiana reforça que (a) “[...] pecaria de superficial quien, en el caso de Donoso, admitiese una conversión producto del pánico o un viraje brusco” (SCHMITT, 2001n, p. 228). Schmitt confirma esta oposição ao dizer que Donoso (b) “[...] ya antes de 1848 era conservador por su actitud política total y Cristiano católico por su convicción religiosa” (*Ib.*). Em suma, segundo Schmitt, Donoso Cortés não é, de fato, (c) “[...] producto del terror del 1848” (SCHMITT, 2001o, p. 228). Iremos manter neste texto a interpretação mais comumente aceita, qual seja, a de que podemos interpretar duas fases no pensamento de Donoso, sendo que realizaremos nosso corte metodológico para análise de nosso objeto e restando útil apenas a segunda delas. Aos trechos acima citados sugerimos as seguintes traduções: (a) “[...] pecaria por superficial aquele que, no caso, Donoso, admitisse uma conversão que fosse produto do pânico ou de uma virada brusca”; (b) “[...] ainda antes de 1848 era conservador por sua atitude política total e cristã, católico por sua convicção religiosa”; (c) “[...] produto do terror de 1848”.

³⁰ A aproximação do político à dimensão teológica em Schmitt parece também encontrar origem em suas raízes culturais, mesmo familiares, dada a sua conhecida formação católica.

quais teriam sido as inflexões oriundas da tradição conservadora sobre os conceitos políticos e jurídicos da política e da democracia liberal,³¹ quais se apresentam no texto schmittiano como objetos centrais de sua crítica. Para realizar este objetivo nossa proposta é mover-nos a partir de Donoso, projetando-o como pano de fundo e referencial analítico para acessar as obras schmittianas da primeira parte da década de 20. Finalmente, o quadro teórico schmittiano sobre o qual projetaremos o conservadorismo católico donosiano será fundamentalmente composto de quatro obras, a saber, *Die Diktatur*,³² *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*, *Politische Theologie*,³³ *Der Begriff des Politischen*, de primeira edição em 1927, bem como em alguns de seus textos mais curtos,³⁴ de posterior publicação.

Este é o conjunto de obras nas quais sugerimos encontrar fortes traços da influência do pensamento católico donosiano do século XIX (ver BORDA, 2006, p. 104), e a sequência dos capítulos da segunda parte deste trabalho se ocupará com a análise do

³¹ Ao início deste trabalho nos limitaremos a referência do conceito de democracia em sua versão liberal. Nos ocuparemos de maior detalhamento deste conceito logo adiante, no capítulo VIII, especificamente na segunda nota de rodapé daquele capítulo.

³² Assim mesmo, serão realizadas pontualmente análises comparativas pontuais alguns aspectos da *Teoria da Constituição* schmittiana publicada em 1928, muito embora tal movimento não conduza a ocupar-nos centralmente de sua argumentação. Isto sim, o objetivo será retomá-la tão somente nos aspectos em que mantenha aberta linha argumentativo-conceitual com as quatro obras citadas logo acima no corpo do texto.

³³ Carl Schmitt escreve a primeira *Teologia Política* na década de 20, fazendo-a publicar em março de 1922, a qual daqui em diante referiremos como *Politische Theologie*. A segunda *Politische Theologie* foi escrita e publicada em contexto completamente distinto. Entrados os anos 60, marcado por sua tentativa de defesa perante seus acusadores do pós-guerra, Schmitt se ocupa, fundamentalmente, de responder às teses centrais de Erik Peterson, em obra referida daqui em diante como *Politische Theologie II*. Ver SCHMITT, (2001m).

³⁴ Igualmente impactantes em seu momento, e que em alguns casos revelaram-se carentes de reinterpretções e atualizações, apareceram breves textos como o *Der Führer schützt das Recht* no ano de 1934. Ainda outros textos curtos como este merecem análise em nosso trabalho, dada a hipótese de que reservem profunda conexão com o movimento conservador. Vários destes textos encontram-se no livro *Conceptos y posiciones en la guerra con Weimar-Ginebra-Versalles, 1923-1939*, (ver SCHMITT, 2001o).

tema. Nestes termos, sugerimos possível a leitura intensa em alguns dos conceitos-chave da filosofia política donosiana, que logo mostraria sua face todavia mais horrenda na medida em que lograram conectar-se com as teorias fascistas³⁵ e totalitárias do século XX, das quais, sugerimos, Schmitt se manteria próximo. Por sua parte, a tese central que subjaz ao livro de Borda é de que

[...] la influencia de Donoso Cortés en teorías clave del pensamiento de Schmitt es mucho mayor de lo que hasta ahora se ha dicho. La naturaleza teológica de la política, el decisionismo, el privilegio a la excepción, la política como amigo-enemigo [...]. (cf. BORDA, 2006, p. 9).³⁶

O destaque de Borda sobre a notável influência donosiana sobre Schmitt corrobora a hipótese de que a interpretação do jurídico e do político em Schmitt e,

³⁵ Perante o grave problema conceitual que envolve o termo fascismo, apenas procuraremos caracterizar o sentido em que ele será utilizado neste trabalho doutoral. O conceito de fascismo no sentido da uma reapropriação conceitual do cesarismo expandido, ou seja, de uma aplicação à emergente sociedade de massas capitalistas (cf. GUARNIERI, 1998, p. 160), identificação esta entre totalitarismo e cesarismo ditatorial plenamente reforçada por Gentile (cf. GENTILE, 1997, p. 32). Para Gentile o fascismo italiano foi uma realidade em viva transformação que não admite conceito estático mas, isto sim, como uma via propriamente italiana para o totalitarismo (cf. GENTILE, 1997, p. 23). Ainda assim, o fascismo será conceitualmente entendido aqui conforme indica Saccomani como uma categoria definitória, porque compreensiva, de uma de suas variantes, o nacional-socialismo alemão (cf. SACCOMANI, 1998, p. 470) sendo ambas compreendidas em um ainda mais genérico campo aqui concebido como totalitarismo. Neste aspecto encontramos alguma diferença conceitual entre a posição de Arendt, para quem o totalitarismo engloba apenas as suas versões soviética e germana, enquanto que, por outro lado, os também citados Friedrich e Brzezinski sustentam que o totalitarismo também engloba a versão fascista italiana. Concordamos com estes dois últimos autores mas evitaremos adentrar nas minúcias argumentativas por deslocar-nos em algo do eixo do trabalho. Por fim, cabe ainda mencionar com Stoppino que esta radical e total forma fascista de fazer política fascista “[...] penetra e mobiliza uma sociedade inteira ao mesmo tempo que lhe destrói a autonomia [...]” (STOPPINO, 1998, p. 1259). Esta contribuição de Stoppino, afim com a leitura de Arendt sobre o problema do totalitarismo, parece-nos fundamental ao sublinhar o aspecto destrutivo de qualquer possibilidade de constituição da autonomia individual no âmbito das relações individuais e políticas de um Estado que exerce e visa expandir o seu domínio sobre todos os recônditos da vida.

³⁶ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] a influência de Donoso Cortés em teorias-chave do pensamento de Schmitt é muito maior do que até agora foi dito. A natureza teológica da política, do decisionismo, do privilégio à exceção, da política como amigo-inimigo [...]”.

notavelmente, de sua aproximação ao totalitarismo pode encontrar forte ancoragem teórica no pensamento do reacionarismo do século espanhol do século XIX.³⁷ Nosso propósito é ressaltar o papel do conservadorismo donosiano não apenas quanto a sua ligação direta com Schmitt mas quanto ao como em que os seus princípios jurídico-políticos e suas variações teológicas podem ter sido úteis para reforçar o papel e projeção adquiridas pelo conservadorismo revolucionário durante as décadas de 20 e 30 na Alemanha por meio dos esforços teóricos schmittianos.

Um dos contemporâneos de Donoso Cortés que auxilia em nosso trabalho de aproximação à sua conformação teórica é Jaime Balmes (1810-1848).³⁸ Balmes é autor que reforça o vigor da argumentação conservadora e teológica da qual viria a servir-se

³⁷ Reputado como um precursor e original pensador capaz de antever realidades políticas do século que estava por vir a retomada da ditadura em Donoso Cortés.

³⁸ Jaime Luciano Balmes (1809-1848), filósofo e clérigo espanhol de origem catalã, de tão breve vida quanto Donoso, foi intelectual dedicado ao (neo)escolasticismo que em seu momento gozou de grande prestígio no mundo filosófico espanhol mas, em especial, nos meios conservadores. Não obstante, várias são as posições que ao tomá-lo em comparação com Donoso lhe põe em posição de notável secundariedade (ver MENÉNDEZ PELAYO, 1948). Para uma aproximação de Menéndez Pelayo e o conservadorismo donosiano por intermédio da senha do catolicismo, ver PELLISTRANDI, (2002). Por outro lado, em Balmes encontra-se uma aproximação do político e da realidade espanhola em torno a dois principais eixos, a saber, a religião e a monarquia (cf. GARCÍA, 2010, p. 449). Precisamente, Balmes estruturará o argumento religioso como definidor e identificador do caráter nacional espanhol, que tão ingente papel desempenharia na edificação da ditadura franquista espanhola (cf. GARCÍA, 2010, p. 450), mas também a de Primo de Rivera (general catalão que sob pretexto de combater o governo liberal de então procede ao seu combate em 1923 que terminaria em uma ditadura que se prolongaria de 1923 a 1930), cujos valores, necessariamente, projetariam o liberalismo como um necessário adversário a combater. Sobre alguns detalhes da política, da ditadura e do *caudillismo* em Primo de Rivera, ver TAPIA, (1990). Por outro lado, é interessante ressaltar o papel de destaque desfrutado por Balmes no pensamento conservador colombiano no século XIX. A este respeito, ver BORDA, (2006, p. 106, 109-174). Uma breve retomada das conexões católico-conservadoras que se estabelecem entre os textos de Donoso Cortés e Balmes permite observar o quão profunda e intensamente desce Schmitt em sua busca por apoio conservador às suas teses teológico-políticas.

Schmitt³⁹ mediado pela interpretação donosiana. Balmes não tenha chegado a ser citado diretamente por Schmitt, sugerimos que a sua presença em Donoso, e por via transversa em Schmitt, permite-nos um mais adequado dimensionamento da profundidade das raízes do argumento teológico-conservador que é recepcionada por Schmitt. A rigor, trabalhamos com a hipótese de que Balmes faz-se presente em Schmitt por intermédio do conservadorismo donosiano⁴⁰ (ver CAAMAÑO, 1998, p. 285).⁴¹

A partir da leitura de Balmes, portanto, emerge um claro e grave ponto de convergência com Donoso quando se mostra tão acidamente crítica dela ao passo em que temeroso quanto aos seus efeitos, a ponto de ao descrever processos revolucionários refira-se a eles como “[...] enfermedades agudas que consigo traen exaltación, fiebre, delirio” (BALMES, 1950, p. 358).⁴² Esta é a crítica contrarrevolucionária que convincentemente poderia estar presente no texto schmittiano. Este é um traço conservador que se manteve estável em vários autores, dentre as correntes do conservadorismo cujo ponto de partida já pode ser detectado em Donoso Cortés (ver HERRERO, 1953).

³⁹ Conforme mencionado na Introdução deste trabalho, nos interessará neste texto doutoral explorar mesmo que superficialmente algumas das fontes conexas com os autores junto aos quais se socorreu Schmitt em sua composição teológica do político. Sugerimos que esta breve aproximação a pensadores como Primo de Rivera e Balmes, por exemplo, permitirão que leiamos com mais profundidade o sentido, o vigor e a intensidade com que o pensamento conservador concebe o poder, aos quais Schmitt recorrerá.

⁴⁰ Mesmo sendo assunto pouco explorado, entre nós há um trabalho de mestrado na área de História cujo foco é o conservadorismo espanhol e, especificamente toma como objeto as relações entre Donoso Cortés, Juan Balmes mas também De Maistre e De Bonald, tendo como tema transversal do trabalho a política e a religião. Ver PAVANI, (2010).

⁴¹ Caamaño Rodríguez é expressivo a respeito das diversas fontes proveitosa e influentemente lidas por Balmes, que variaram de Santo Tomás a Kant, de Descartes e Comte a De Maistre, De Bonald, Lamennais, Rousseau, Guizot e Owen (cf. CAAMAÑO, 1998, p. 285). O autor traça uma visão não tão conservadora de Balmes como habitualmente encontra-se, contraponto que torna recomendável o texto.

⁴² O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] doenças agudas que trazem consigo exaltação, febre, delírio”.

É conhecida a divisão do pensamento donosiano em, ao menos, duas grandes fases. Na primeira delas o autor esteve ligado ao liberalismo, que encontra-se documentada,⁴³ e uma segunda, em sentido oposto, período no qual Donoso direciona o seu pensamento a um continuamente aprofundado e intenso conservadorismo,⁴⁴ indicando, portanto, uma alteração radical em sua perspectiva filosófica e intelectual (*cf.* DÍEZ DEL CORRAL, 1984, p. 552). Esta fase foi marcada por um crescente incremento da argumentação antiliberal na qual aflora a defesa da idéia de que “[...] el parlamentarismo y el liberalismo son el mal, el puro mal, el mal esencial y sustancial [...]” (DONOSO CORTÉS, 1946b, p. 546)⁴⁵ algo que, momento seguinte, fez-se acompanhar de sua proposta decisiva em favor da ditadura. Este primeiro e claro movimento antiparlamentar e antiliberal é idêntico ao realizado por Schmitt posteriormente. Especificamente em Donoso o movimento revela-se compatível com o que nos diz Gea sobre que o autor vai se “[...] aferrando paulatinamente a un

⁴³ Para mais detalhes sobre esta leitura, ver AYALA, (1943), DÍEZ DEL CORRAL, (1984), HERNÁNDEZ, (2001), McNAMARA, (1992), MENGOITI, (2003), VENTOSA, (1976). Em seu texto, Ayala preocupa-se em destacar que o liberalismo donosiano da primeira época era apenas moderado, próximo, portanto, dos doutrinários franceses (*cf.* AYALA, 1943, p. 15), tese esta também corroborada por Díez del Corral. Ver DÍEZ DEL CORRAL, (1984).

⁴⁴ Não é do interesse deste trabalho enveredar na investigação das motivações mais profundas que teriam levado Donoso a rever tão radicalmente a sua trajetória intelectual, o que desvirtuaria o foco deste trabalho. Contudo, a título indicativo, parece-nos importante sugerir a valia da observação de Díez del Corral de que qualquer análise sobre o tema haverá de ponderar tanto as circunstâncias históricas em que isto ocorreu, e aqui sobressaem os desdobramentos da Revolução de 1848, e, por outro lado, fatores de ordem religiosa ou sobrenatural, tal como sugerem outros comentaristas (*cf.* DÍEZ DEL CORRAL, 1984, p. 552). Portanto, para nós será claro que no decorrer do trabalho a referência a Donoso Cortés sempre o reclamará nesta sua segunda fase, distanciado do liberalismo e ácido crítico dos valores da Ilustração além de firme defensor do catolicismo.

⁴⁵ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] o parlamentarismo e o liberalismo são o mal, o puro mal, o mal essencial e substancial [...]”.

conservadorismo cada vez más radical” (GEA, 2010, p. 6)⁴⁶ cujos termos já apareciam nas madrilinhas *Lecciones del Ateneo* e que encontraria seu declarado ponto final no elogio à ditadura, interpretação que reputamos cabível também a Schmitt, conforme este trabalho doutoral apontará, principalmente em seus três capítulos finais.

Encontramos aqui um processo de radicalização da ditadura que interessará profundamente a Schmitt, com o que a aproximação de Schmitt a Donoso Cortés progressivamente vai tornar-se mais concreto. Schmitt retoma Donoso Cortés a partir de seu reconhecimento como um antilegitimista, antimonárquico,⁴⁷ bem como um declarado partidário da ditadura e apoiador do decisionismo⁴⁸ cesarista.⁴⁹ Estes são

⁴⁶ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] aferrando paulatinamente a um conservadorismo cada vez mais intenso”.

⁴⁷ Este posicionamento talvez mais se deva à inflexão sobre aquele momento histórico alvo de análise do que por seu próprio convencimento do desvalor histórico da monarquia. Esta é uma leitura que sugiro ser factível desenvolver a partir de escritos donosianos como *Ensayos sobre el catolicismo, el liberalismo y el socialismo*. Ver DONOSO CORTÉS, (1943).

⁴⁸ Muito embora estes aspectos desempenhem seu papel, é possível sugerir que o conceito de ditadura tenha sido o principal deles em torno do qual outros elaborados por Donoso foram sendo recepcionados por Schmitt. A rigor, nos recorda a leitura schmittiana de Donoso realizada por Díez del Corral, que “[...] la extraordinaria significación de Donoso Cortés [...] para la Historia de las teorías contrarrevolucionarias estriba en que abandona la argumentación legitimista y ya no levanta una filosofía política de la Restauración, sino una teoría de la dictadura” (*apud* DÍEZ DEL CORRAL, 1984, p. 588). Não é possível concluir que a superação do legitimismo seja visto como Schmitt como um valor ou se isto se dá tão somente na medida em que a opção donosiana se dá em favor da ditadura, embora nos inclinemos por esta segunda hipótese. Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] o extraordinário significado de Donoso Cortés [...] para a História das teorias contrarrevolucionárias consiste em que abandona a argumentação legitimadora e já não faz emerge uma filosofia política da Restauração mas, antes, uma teoria da ditadura”.

⁴⁹ Neste trabalho utilizaremos cesarismo no sentido de designar governos fortes que se desvinculem da manifestação de interesses públicos, quer por meio da sociedade civil e seus órgãos como por intermédio das instituições representativas, relegadas a um segundo plano. Historicamente, não raro, tal opção cesarística encontrou apoio nas armas para levar a termo seus projetos políticos. Segundo Guarnieri “[...] o cesarismo designa a ‘solução arbitral, confiada a um grande personagem, de uma situação histórico-política caracterizada por um equilíbrio de forças de perspectivas catastróficas’”. (GUARNIERI, 1998, p. 160).

alguns dos eixos conceituais que, somados a sua possível interpretação teológica, de claras repercussões no político, nos servirão de instrumento para a leitura de Donoso Cortés focalizadora do texto schmittiano.

Esta primeira aproximação ao conservadorismo a partir de Donoso Cortés tem como objetivo trazer ao debate a conceitualização contrarrevolucionária realizada a partir de uma ótica que conjuga catolicismo e ditadura, permitindo uma leitura teológica do político. A visão donosiana é de que as revoluções que se apresentam libertárias, como a francesa, são essencialmente anticatólicas ou pagãs, do tipo que o catolicismo havia séculos atrás procurado eliminar (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1954, p. 58). A partir deste ponto a ideia é de analisar o nível e a intensidade em que se dá a recepção conceitual de Schmitt do trabalho donosiano bem como de que forma os instrumentalizou no âmbito de sua construção teórica.⁵⁰

Em um primeiro momento Schmitt chama a atenção para Donoso Cortés, a quem reclama um melhor conhecimento, e reconhecimento, de sua filosofia política para além das fronteiras espanholas, posto que no restante do continente europeu era autor que “[...] si conosce a malapena [...]” (SCHMITT, 1996b, p. 70),⁵¹ malgrado (a) o seu importante papel europeu (ver PEÑA GONZÁLEZ, 2009) e (b) o seu êxito editorial nos

⁵⁰ Quando Schmitt recorre ao pensamento político-teológico de Donoso Cortés parece-nos fazê-lo de modo a instrumentalizá-lo. Exemplo disto se dá quando ignora a crítica donosiana ao poder ilimitado (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1954, p. 463). De fato parece-nos que Donoso Cortés apenas deseja enfocar que o poder terreno deveria encontrar-se limitado à observância de princípios divinos. Isto sim, quando Schmitt realiza a leitura do político em Donoso parece-nos que retoma tão somente esta segunda ideia que remete o poder ilimitado na figura da divindade e sequer se dedica a tratar cientificamente a posição crítica de Donoso Cortés a respeito de um poder que, de ser ilimitado, se constitui em um ultraje ao poder divino, uma idolatria e, em suma, até mesmo à dignidade do homem (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1954, p. 463). A idolatria, como se sabe, aparece com rejeição desde distintas variantes do catolicismo mas, em Schmitt e as variantes totalitárias dentre as quais encontra-se o nacional-socialismo, desde logo, não há qualquer manifesto de rechaço senão de apoio e estímulo à idolatria das figuras de seus líderes.

⁵¹ O texto permite a seguinte tradução: “[...] mal se conhece”.

últimos quatro anos de sua vida e o reconhecimento de vários comentaristas do real impacto de sua obra⁵² e, em especial, sobre o mundo intelectual espanhol de seu trabalho como crítico literário (ver SUBÍAS, 2006), em que alguns pese momentos de ostracismo no mundo acadêmico (cf. AYALA, 1943, p. 11).

Tendo em vista sua avaliação, Schmitt é quem se proporá a tarefa de recuperar o autor no século XX (cf. AYALA, 1943, p. 12), e para tanto passa a alertar publicamente para o valor do conservadorismo donosiano e da valia de seu trabalho para a realidade européia e naquela quadra histórica que, entre hesitações e instabilidades que desembocavam em crises, desafortunadamente, o pensamento donosiano era “[...] del tutto sconosciuto alla maggioranza del pubblico europeo e che non merita nemmeno di essere strappato all’oblio”. (SCHMITT, 1996b, p. 70).⁵³

Este reclamo schmittiano permite que, momento seguinte, torne-se perceptível o quanto de Donoso sobrevive em suas linhas. Um dos importantes pontos de contato entre o pensamento filosófico-político de Schmitt e o de Donoso Cortés encontram-se nas sérias críticas realizadas por ambos tanto a interpretação e legitimação do poder e do Estado como também das críticas reservadas ao liberalismo e sua formulação constitucional em favor de uma monarquia cristã (cf. Díez, 2005, p. 28). Este último

⁵² Este mal conhecimento da filosofia de Donoso Cortés não é, contudo, uma característica que acompanhará o autor em toda sua vida. Exemplo disto é o reconhecimento literário de que foi alvo ao menos na primeira metade do século XIX (ver GARCÍA, 2010, p. 448). Também Díez del Corral é assertivo em reconhecer a positiva projeção do pensamento donosiano no século XX, a quem atribui ocupar “[...] un lugar excepcional” (DÍEZ DEL CORRAL, 1984, p. 550) entre os intelectuais dedicados ao pensar político do período (cf. *Ib.*), sendo equiparado pelo comentarista o êxito de seu *Ensayo sobre el catolicismo, el liberalismo y el catolicismo*, similar ao obtido por Spengler em sua *La decadencia de Occidente* (cf. *Ib.*). Para uma leitura distanciada do pensamento espanhol a respeito da projeção de Donoso no pensamento espanhol, ver GOWAN, (2001). Para um perfil do autor, ver BILBAO-EGUÍA, (1969), GRAU, (1945), MURILLO, (2006), OLEA, (2007), SUÁREZ, (1997).

⁵³ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] de todo desconhecido pela maioria do público europeu e que não merece ser relegado a forçado desconhecimento”.

entendido como mais consistente forma de expressão política, da democracia parlamentar, construção teórica burguesa, incapaz, tanto na percepção de Donoso como na de Schmitt, de enfrentar toda uma época marcada pelas lutas sociais (*cf.* SCHMITT, 2009g, p. 63).⁵⁴

Estas lutas apresentam-se como intensos conflitos tanto internos quanto externos que, de qualquer sorte, revelam conexão direta com a filosofia política donosiana por intermédio de sua caracterização da vida como “[...] perpetua batalla a que está condenado el mundo [...]” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 120),⁵⁵ mas que, por certo, poderia encontrar uma vida melhor na terra sempre e quando os homens seguissem os princípios da Igreja Católica nesta vida terrena,⁵⁶ razão pela qual se explicaria o interesse de Donoso em exaltar a doutrina do catolicismo (*cf.* PAVANI, 2010, p. 98). A perpétua batalha indicada por Donoso, portanto, apenas emergiria no mundo como uma realidade empírica devido ao descolamento do homem de sua natureza soberanamente harmônica (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 129) criada perfeitamente pela divindade. A crítica estava posta a partir da perda do momento divino inicial e que na quadra dos

⁵⁴ Para uma leitura acerca de alguns aspectos da análise do parlamentarismo feita por Donoso Cortés que permitam estabelecer os nexos com a filosofia política schmittiana, ver SUÁREZ VERDEGUER, (1989). A crítica de Suárez Verdeguer deve ser entendida segundo um certo contexto, o de meados dos anos 40, imediatamente posterior ao final da Segunda Grande Guerra Mundial, quando escreve artigo em *Arbor* (ver SUÁREZ VERDEGUER, 1946) e ainda um trabalho mais analítico e completo poucos anos depois (ver SUÁREZ VERDEGUER, 1949).

⁵⁵ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] perpétua batalha à qual o mundo está condenado [...]”.

⁵⁶ A este respeito é bastante esclarecedor um dos trechos em que Donoso se refere ao tema: “[...] siendo el cristianismo la verdad y toda la verdad, es por su esencia católico, es decir, universal y apropiado a todos y a cada una de las sociedades humanas” (DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 654). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] sendo o cristianismo a verdade e toda a verdade, é por sua essência católico, ou seja, universal, e apropriado para todas e cada uma das sociedades humanas”.

1850 encontraria sua forma de manifestação política no Parlamento.⁵⁷ Uma vez que o conflito advém ao mundo por intermédio de uma filosofia política como a de Donoso Cortés que ainda mantinha aberto diálogo, e influência, de referenciais teóricos medievais que adentram o pensamento schmittiano por intermédio de seu conhecido viés anti-ilustrado. Schmitt, portanto, não terá problemas para transportar Donoso para o cerne de seu conceito do político.

A obediência à divindade aparece em Donoso Cortés como a chave da vida ordenada, aspecto ao qual Schmitt se mantém fiel, com a única alteração da figura de seu soberano em manifesta conexão com a tradição de maistreana (ver GORRÁIZ, 1993, p. 237). Em um de seus mais interessantes trabalhos mas todavia pouco divulgado entre nós, as suas *Lecciones de Derecho Político*, ministradas na Ateneo madrilenho em 1836. Nestas lições ministradas ao longo de várias sessões, Donoso Cortés nos faz apresentar uma clara argumentação acerca da soberania e quanto a quem, efetivamente, poderia ou não ocupar a sua titularidade. Primeiramente, resta claro para Donoso Cortés que no conceito de soberania encontramos com uma convergência entre a soberania do povo e aquela reclamada a partir do direito divino dos reis, entre o despotismo e a democracia: “[...] son una cosa misma” (DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 258)⁵⁸ e isto é assim na medida em que todas elas reclamam o poder absoluto e excludente sobre os demais, porque, como diz Donoso, todos eles se fundam em dogmas (cf. DONOSO

⁵⁷ A este respeito importa mencionar que Donoso Cortés se compromete com uma séria crítica ao Parlamento por força de que o mesmo encontra-se composto por definição de conflito, de poderes em perpétua e irreversível luta (cf. DONOSO CORTÉS, 1954, p. 472).

⁵⁸ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] são uma mesma coisa”.

CORTÉS, 1946a, p. 319). Esta posição, contudo, não lhe obstaculizará reconhecer enfaticamente que a soberania não poderá residir no povo. Para tanto, a sua retomada argumentativa arremete contra os termos liberais propostos pela tradição contratualista. Assim, em absoluto, a soberania não poderia residir no povo, e se o fizesse, seria um absurdo (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 230).

Fundamentalmente, Donoso Cortés argumenta que a soberania sendo uma e indivisível, por conseguinte, ela não permite qualquer tipo de compartilhamento. Uma vez que a mesma seja atribuída ao povo, portanto, não poderá ser exercida por Deus e, o que é mais, lhe nega diretamente, de onde a sua essencial característica ateia (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 229). Por suposto, o autor não poderia manifestar concordância com um poder soberano negador da divindade e, por conseguinte, o soberano que a todos os direitos possui haverá de ser localizado por Donoso Cortés na própria divindade ou em seu delegado. Donoso descreve precisamente a este soberano, schmittianamente, como sendo “[...] el que manda, súbdito el que obedece; soberano el que tiene derechos, súbdito el que cumple obligaciones”. (DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 229, 273).⁵⁹

Sem embargo, par Schmitt algo muito interessa nas linhas da filosofia política donosiana, a saber, a sua argumentação de que o soberano é onipotente que, neste sentido, “[...] todas las obligaciones están fuera de él, porque, si él tuviera alguna

⁵⁹ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] o que manda, súdito, o que obedece; soberano, aquele que tem direitos, súdito, o que cumpre obrigações”.

obligación que cumplir, sería súbdito; soberano es el que manda [...]” (DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 229). De fato, neste trecho encontramos um forte apoio a tese schmittiana de que o poder político encontra-se centralizado na figura do soberano que exerce o poder de modo onipotente. Este exercício, contudo, se dá sem que o sistema político-jurídico possa impor obrigações ao soberano, posição esta que permite diversas angulações no corpo da filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana, em especial em seus conceitos do político, da ditadura e do Estado de exceção,⁶⁰ segundo uma leitura em que a ilimitação do poder é a tônica.

O soberano para o qual apontava Donoso Cortés mantinha uma forte ligação com o elemento religioso, católico em particular. Em sua retomada por Schmitt, contudo, já não seria mais uma figura religiosa, malgrado mantenha os fundamentos teológico-políticos, bem como o Estado moderno em todos os seus conceitos essenciais. Nestes termos, em Schmitt se dá a preservação de múltiplas características da leitura donosiana, tais como a obediência cega inclusive a autoridade e o conceito de obediência daí derivado. Em seu conceito de soberania de direito resta claro para Donoso Cortés que se trata é de uma “[...] autoridad ilimitada, preexistente, que, como

⁶⁰ Estes temas serão retomados nos três últimos capítulos desta tese doutoral, precisamente em seus capítulos X, XI e XII, aos quais remetemos o leitor.

Dios, con una sola palabra crea las autoridades de hecho, que con otra sola palabra puede también destruir”. (DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 260).⁶¹

Este conceito de autoridade remete em Schmitt, assim como em Donoso, a uma fundamentação católica (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1954, p. 216). Trata-se de uma obediência fundamentalmente reforçada pelo catolicismo como uma obrigação comum a todos os homens (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1954, p. 432) que pode ser apresentada como capaz de tornar o homem livre (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1954, p. 471). Tão somente na medida em que seja mantida a autoridade religiosa, pois relativamente à obediência a esta autoridade religiosa encontra-se em posição de dependência a obediência na esfera do político (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1954, p. 437).⁶²

Mas se há esta aproximação entre ambos em torno ao conceito de autoridade e a obediência devida, não longe disto nos recordará Borda que ambos também se mostravam em concordância quanto a sua veemente oposição ao socialismo, ao racionalismo e, também, ao Estado de Direito (*cf.* BORDA, 2006, p. 10). O recurso ao conservadorismo católico e reacionário donosiano representava, precisamente, uma investida contra as estruturas modernas do racionalismo que subaz às estruturas do direito moderno. Conforme sugere Romano, ao retomar a articulação entre política e

⁶¹ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] autoridade ilimitada, preexistente, que, como Deus, com apenas uma palavra, cria autoridades de fato, que com apenas outra palavra também pode destruir”.

⁶² Para a aproximação que Schmitt realiza do conceito teológico do político – como veremos no decorrer deste trabalho – há toda uma argumentação em Donoso Cortés que não poderá cair no esquecimento.

teologia e projetá-la sobre o jurídico por meio da aproximação entre o milagre (em matéria teológica) com a exceção (em matéria política), Schmitt mina e coloca às bases do racionalismo do direito moderno um elemento altamente corrosivo (*cf.* ROMANO, 1990, p. 159), movimento para o qual a retomada schmittiana de De Maistre e De Bonald aportou de modo relevante.

Por outro lado, ao retomar Ayala é perceptível como o autor dá como certo que os pontos de contato entre o pensamento político de Donoso Cortés e a ideologia totalitária de Schmitt não apresentam mais do que superficiais pontos de contato. Sustenta o autor que “[...] en los principios, más que en los detalles se acredita la radical incompatibilidad entre las concepciones políticas de ambos escritores” (AYALA, 1943, p. 15).⁶³ Para estabelecer os termos da divergência deste trecho em Ayala basta com recorrer às referências diretas de Schmitt bem como o papel desempenhado pelos conceitos em seu trabalho, algo que torna-se evidente em sua segunda e última fase intelectual, malgrado algumas continuidades da primeira fase (ver CARBAJAL, 1957).

Malgrado a posição de Ayala, não restam dúvidas quanto à intensidade da recepção do Marquês de Valdegamas. As referências elogiosas de Schmitt a obra de Donoso Cortés são múltiplas. Sem mais propósito do que o de exemplificar moderadamente quais sejam tais referências, a ideia é informar apenas o tom do apreço de Schmitt sobre a obra de Donoso: “Al referirme aquí a Donoso, lo hago

⁶³ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] nos princípios, mais do que nos detalhes, se acredita a radical incompatibilidade entre as concepções políticas de ambos escritores”.

considerándolo uno del reducidísimo grupo de los que, ante la conmoción de 1848, hallaron fuerzas para agudizar su intuición y dar la voz de alarma” (SCHMITT, 2001o, p. 228). O tom de apreço com que Schmitt se refere ao espanhol auxilia na tarefa de dimensionar a proximidade entre ambos.

A reforçar esta leitura encontram-se alguns dos conceitos-chave schmittianos, e as referências laudatórias de Schmitt a respeito do conservador espanhol são múltiplas e de conteúdo variado. É conveniente ressaltar que Schmitt resalta o papel donosiano da recuperação dos valores contrarrevolucionários de 1848, cuja comoção causada foi capaz de produzir em Donoso a força necessária para, como diz Schmitt “[...] agudizar su intuición y dar la voz de alarma” (SCHMITT, 2001n, p. 228), levando o autor a realizar um profundo corte com a sua convicção pretérita e, segundo comentaristas, marcando-o como um pensador bifronte cuja divisa temporal é este ano divisório de 1848, sendo o primeiro, “eclético y doctrinario” e o segundo “apologista y católico” (MENÉNDEZ PELAYO, 1987, p. 918) em que o conservadorismo passa a ocupar exclusivo, e excludente, *locus* teórico.

A pretensão desta leitura inicial é de colocar os pontos de partida que acreditamos dispor de potencial para desenvolver a argumentação conectiva entre o pensamento conservador e o totalitarismo. Malgrado escassas posições em contrário (ver AYALA, 1943, p. 14-15), a conexão Schmitt-Donoso Cortés parece-nos promissora quanto às possibilidades de apresentar com mais clareza o potencial totalitário dos conceitos nevrálgicos do schmittianismo aqui trabalhados.

Dentre os tópicos por meio dos quais é possível visualizar a aproximação de Donoso Cortés e Carl Schmitt encontramos uma questão metodológica. Trata-se de que ambos reclamam profunda leitura histórica dos contextos sociopolíticos em que

operaram, de que sua compreensão descontextualizada lhes desfigura a ponto de tornar irreconhecíveis os seus propósitos, algo que não logra resolver sequer o mais refinado procedimento analítico de seus conceitos. A este respeito a ideia de Borda de que

[...] para comprender a Donoso Cortés es indispensable evocar el marco histórico en el que se desenvuelve, o sea el siglo XIX español, etapa llena de desventuras y desastres, en la que se protocoliza la liquidación del Imperio [...] decae la monarquía [...] nace el constitucionalismo, el liberalismo logra influir [...]. (BORDA, 2006, p. 105).⁶⁴

Este momento histórico vivido por Donoso se mostra tão conflitivo quanto aquele experimentado por Hobbes, conforme reconhece Schmitt, mas também por ele próprio, em Weimar, quando Schmitt responderia a sua própria pergunta sobre a questão indicando lapidarmente que “So ist die Epoche der Monarchie zu Ende” (SCHMITT, 2010, p. 13),⁶⁵ momento que também marcaria um certo declínio conceitual da própria democracia⁶⁶ (cf. SCHMITT, 2010, p. 32), conceito que lhe sucederia sem concorrência.

A partir desta observação é possível traçar um paralelo entre Donoso e Schmitt, pois os seus desafios e a intensidade dos conflitos supostos pelas mudanças históricas enfrentadas e suas repercussões teóricas foram bastante próximas. A proximidade das vicissitudes históricas enfrentadas por ambos é apenas um elemento de fundo, mas que influencia o trabalho de ambos. Isto resta todavia mais evidente quando Schmitt confirma que a grande valia da filosofia de Donoso Cortés encontra-se para os tempos de crise. Evidentemente, da quadra histórica a qual lhe tocara viver Schmitt pode dizer-

⁶⁴ O texto permite a seguinte tradução: “[...] para compreender Donoso Cortés é indispensável evocar o marco histórico no qual ele se desenvolve, ou seja, o século XIX espanhol, um período repleto de desventuras e desastres no qual se protocola a liquidação do Império [...] decai a monarquia [...] nasce o constitucionalismo, o liberalismo consegue influenciar [...]”.

⁶⁵ O texto permite a seguinte tradução: “A época da monarquia chegou ao fim”.

⁶⁶ Para uma definição mais detalhada do que será trabalhado neste texto como democracia remeto o leitor para o capítulo VIII desta tese doutoral, especificamente para a nota de rodapé número 1379.

se muito, exceto que se encontrou destituída de sobressaltos e desafios institucionais e, portanto, aqui a atualidade donosiana.

Enquanto Donoso Cortés enfrentara as turbulências não apenas de uma monarquia decadente, mas também do império espanhol, Schmitt, por sua vez, se havia enfrentado à queda da monarquia guilhermina e a ascensão do regime republicano weimariano. Esta representava não apenas a queda de uma monarquia mas, como previra Donoso Cortés, do ocaso da mesma enquanto regime. Schmitt observa a queda do regime guilhermino e também haverá de responder. A tentativa de ascensão e consolidação do liberalismo no documento constitucional weimariano. Novamente voltar à matriz donosiana, cuja ojeriza relativamente ao liberalismo era útil para Schmitt.

A partir deste momento Schmitt se dedica algo mais à literatura político-teológica donosiana com a finalidade de realizar suas construções e reelaborações teóricas no âmbito da cultura política e jurídica weimariana. Se em Donoso Cortés havia um império espanhol com a qual dialogar e que viria encontrar na guerra o seu ocaso, Schmitt também haveria de prestar contas a uma realidade de fortes enfrentamentos internos que, momento seguinte, no plano exterior tornar-se-iam embates bélicos. Neste último caso o III Reich se proporia esta definição soberana dos inimigos com vistas a procurar sua afirmação política.

A presença em Donoso Cortés de uma série de fragmentos temáticos bastante caros ao schmittianismo sugere a muitos comentaristas que ao espanhol se lhe possa reputar também como um dos claros antecedentes da cultura política apoiadora do conceito e das práticas ditatoriais no século XIX e, em alguns casos, do próprio fascismo. Esta seria uma ideia factível, notadamente, como diz Borda, e com uma terminologia política schmittiana, sustenta que “[...] por su devoción a la violencia

quando trata-se de exterminar al enemigo” (BORDA, 2006, p. 10).⁶⁷ Donoso Cortés estabelece um conceito de ordem de matriz teológica em que sua ruptura por meio do livre arbítrio humano torna explícita a desunião daquilo que a divindade em seu momento afirmara a união como virtuosa (cf. DONOSO CORTÉS, 1943, p. 128).

Esta ruptura do homem com os princípios da ordem divina sugerem a instalação de uma desordem devido ao distanciamento humano de seu criador e da ordem natural por Ele instaurada no mundo. É precisamente aqui que Donoso Cortés encontra a raiz do mal entre os homens, ou seja, no distanciamento dos homens relativamente à divindade ou, como propõe Pavani, que se

[...] o homem fosse uma simples marionete nas mãos do Criador, um autômato incapaz de iniciar algo além do que já lhe fora programado desde o início, não teriam sido possíveis diversos tipos de sistemas monárquicos”. (PAVANI, 2010, p. 134).

Paralelamente a esta leitura de Pavani entendemos que o homem melhor estaria se nas mãos do próprio Criador estivesse o destino dos homens, em suma, em melhor situação estaria na qualidade de mero autômato-marionete do que como alguém inspirado por sua razão. A sua autonomia e assenhoreamento da História desloca o eixo do poder para longe da divindade e de seus representantes absolutistas no poder terreno. Desde logo, esta estrutura não se mostrará afim com a filosofia schmittiana.

Centro do poder e da possibilidade de toda ordem, a sugerida ruptura do homem com os princípios divinos marca o distanciamento do Criador. Neste aspecto parece razoável realizar uma sobreposição tomando a filosofia política schmittiana como pano de fundo onde acreditamos poder encontrar a figura de um soberano que igualmente (re)cria a ordem e estabelece a ordem no mundo, desde o seu isolado discernimento,

⁶⁷ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] por sua devoção à violência quando trata-se de exterminar o inimigo”.

quando ela se rompe e quais os métodos para reinstaurá-la.⁶⁸ Em Donoso Cortés o conceito de soberania se revela indivisível e uno, apenas capaz de manifestar-se como a divindade em sua unidade, ou seja, que “[...] el soberano es como Dios: o es uno o no existe; la soberanía, como la divinidad, o no es o es indivisible e incommunicable” (DONOSO CORTÉS, 1954, p. 300).⁶⁹ Nestes termos resta claro, portanto, quão intensa era medida em que o conceito donosiano resultaria útil a filosofia política de Schmitt.

1.2. VERTENTES DO CONSERVADORISMO CATÓLICO: DITADURA E TOTALITARISMO

Com o que viemos argumentando no início deste trabalho vão sendo dissipadas as dúvidas sobre o fato de que para Donoso Cortés o inimigo da ordem estabelecida deve ser eliminado. Desde logo, esta é uma leitura que em boa parte converge com a mostra de aversão e enfrentamento ao próprio catolicismo, que o autor considera ser a única via possível de salvação para a humanidade mas também para todos aqueles que, distanciados do catolicismo, se opunham ao papel central da tradição,⁷⁰ quando apenas ela se mostra capaz de manifestação expressa e visível de uma “[...] verdad absoluta”. (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 140).⁷¹

⁶⁸ Este não é o momento adequado para desenvolver o tema, ao qual voltaremos no decorrer desta tese, especificamente quando nos ocupemos do tema do conceito do Estado de exceção em Schmitt.

⁶⁹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] o soberano é como Deus: ou ele é uno ou não existe; a soberania, como a divindade, ou não é ou é indivisível e incommunicável”.

⁷⁰ Há em García o reconhecimento de que Donoso Cortés trabalha com um conceito de tradição como “[...] idealização do passado e continuidade histórica de um povo”, de que a tradição opera como “[...] um sentimento que se funda no respeito aos antepassados, às crenças e aos costumes, à língua e ao caráter de uma etnia” (GARCÍA, 2010, p. 448). Entendendo como procedente a interpretação de García, é possível perceber uma conexão direta com alguns dos eixos argumentativos que, logo, seriam tomados pelo conservadorismo revolucionário alemão no século XX, como veremos a partir do capítulo IV deste trabalho.

⁷¹ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] verdade absoluta”.

A partir do trecho acima, à sombra de Schmitt, podemos realizar uma aproximação entre o pensamento de Donoso Cortés com o De Maistre⁷² para em um segundo momento, utilizar-nos da percuciente crítica da obra de De Maistre realizada por Berlin. Segundo Berlin a leitura de De Maistre não indica tão somente uma aproximação a uma versão do autoritarismo mas, isto sim, parece algo mais grave, a saber, que prenuncia um texto totalitário. O texto de De Maistre pode ser aproximado a tradição fascista e totalitária, que logo não tardariam em projetar seus deletérios efeitos no curso do século XX.

A este respeito a tese de Berlin é de que o autor evidencia conexão com outras tradições mais profundamente totalitárias como as que o ligariam ao ultra-nacionalismo alemão e ao extenso grupo de pensadores anti-ilustrados, bem como a Nietzsche, Sorel e Pareto além de a toda uma ideologia que consagra o valor do sangue e da terra (ver BERLIN, 1990).⁷³ Em Borda persiste a mesma interpretação e advertência, de que em De Maistre é indubitável a presença de sua conexão com o totalitarismo (*cf.* BORDA, 2006, p. 89). A opinião de Schmitt a este respeito em nada dista da apresentada por Berlin. Isto sim, malgrado integralmente convergente, em Schmitt não encontramos a aberta crítica totalitária, embora com força o apresente como o

[...] precursor del totalitarismo, su doctrina política y sus apocalípticas visiones, su desprecio del ser humano, su idea de la obediencia ciega,

⁷² A este respeito nos interessa especialmente a leitura de Borda, segundo quem “[...] Cortés, el inspirador de muchas de las tesis de Carl Schmitt, como se ha reiterado en este trabajo, coincide en lo esencial con De Maistre [...]” (BORDA, 2006, p. 89). Os principais alvos em comum de ambos os autores encontram-se os ideais racionalistas disseminados no período bem como os valores liberais que se projetavam da cultura ao âmbito do político e da economia, e os instrumentos para proceder ao embate e posterior eliminação dos alvos não encontram-se determinados *a priori* senão segundo a própria exigência das circunstâncias. Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] Cortés, o inspirador de muitas das teses de Carl Schmitt, como foi reiterado neste trabalho, coincide, no essencial, com De Maistre [...]”.

⁷³ Um texto de referência para compreender melhor como esta leitura de De Maistre em sua aproximação de Donoso Cortés pode ser realizada encontra-se em texto do francês intitulado *Soirées des Saint-Petersbourg*.

su dogmatismo intolerante, su fatalismo, su devoción por la violencia, su odio a la ciencia natural encuentran eco muchos años después en el discurso fascista. (SCHMITT, 2006, p. 89).⁷⁴

Estas são visões que aproximam claramente de De Maistre e das possibilidades teóricas do conservadorismo donosiano assim como do irracionalismo moderno que alcança com Schmitt um de seus pontos importantes. Trierweiler, por exemplo, destaca que em *Politische Theologie* o seu autor emprega claros esforços contrários a racionalidade em matéria política (cf. TRIERWEILER, 2010, p. 18). Em seu texto Trierweiler sustenta que em Schmitt está presente a ideia de que a diferença entre teologia política e mitologia política não sugere nada mais do que uma diferente maneira de fundamentação da ordem política (cf. TRIERWEILER, 2010, p. 18). A teologização do político aproxima a sua fundamentação para uma dimensão irracional de pensar o político admitindo que a racionalidade operante em roteiros filosófico-políticos típicos do Iluminismo não é suficientemente capaz de oferecer fundamentação teórica para a soberania, algo que, em Schmitt, sim é capaz de fazê-lo a dimensão irracional que encontra-se ricamente presente na teologia católica pois, afinal, a decisão (política) é o equivalente secularizado do milagre.

Percebe-se que Donoso Cortés pertence aos primeiros momentos desta tradição que pensa o político por meio do irracionalismo proposto pela teologia, tradição a qual se refere Trierweiler, da qual faz dela aproximar-se Schmitt. Sugerimos que esta tradição conservadora irá igualmente aportar, como veremos na continuidade deste trabalho doutoral, reflexões que manteriam conexão com importantes setores da argumentação teórica do nacional-socialismo. Não sem sublinhar que em momentos

⁷⁴ O texto permite a seguinte tradução: “[...] precursor do totalitarismo, sua doutrina política e suas apocalípticas visões, seu desprezo pelo ser humano, sua ideia de cega obediência, seu dogmatismo intolerante, seu fatalismo, sua devoção pela violência e seu ódio à ciência natural encontram eco muitos anos depois no discurso fascista”.

Donoso todavia dialoga com uma tradição ortodoxa católica que lhe precedeu, quando procede a interpretação do catolicismo podemos encontrar vestígios do que poderia vir a constituir parte da doutrina conservadora do início do século XX e de toda a tradição da direita que dela se apropriaria.

Neste sentido, por exemplo, encontramos um Donoso Cortés a defender a ideia de que “[...] el hombre es soberanamente libre [...] puede afirmarlo todo o negarlo todo; puede ganarse o puede perderse; lo que el hombre no puede hacer es mudar con su voluntad la naturaleza de las cosas, que es de suyo inmutable” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 203).⁷⁵ O homem não pode mesmo mudar a natureza das coisas, e anunciar a má natureza de alguns dos homens como se fora algo essencialmente natural os colocava em má posição. Ocupavam *locus* desde o qual tornavam-se objetos passíveis de designar como inimigos e, passo seguinte, legitimador de tão cruel quanto final embate. Este é argumento que, conforme veremos ao longo do trabalho, viria a servir de manifesta inspiração para a construção teórica de alguns dos conceitos-chave da filosofia política e jurídica schmittiana,⁷⁶ mas não apenas e exclusivamente dela.

Este movimento de aproximação entre Donoso Cortés e Schmitt que aqui ensaiamos por intermédio do conservadorismo de De Maistre mostra em um primeiro momento uma possível dimensão totalitária que seguiremos explorando no curso do trabalho. Nossa perspectiva é de que venhamos a encontrar e confirmar esta

⁷⁵ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] o homem é soberanamente livre [...] pode afirmar ou negar tudo; pode ganhar ou perder tudo; o que o homem não pode fazer é, com sua vontade, mudar a natureza das coisas, que é, por si mesma, imutável”.

⁷⁶ Não é este o momento adequado para explorar o tema mas, apenas a título de esclarecimento, e para posicionar a leitura que terá sequência a partir deste tópico em outro momento, convém ressaltar que conceitos importantes para Schmitt como o de ditadura ou ainda o seu conceito do político necessariamente arrancam de uma *Weltanschauung* que não pode diferir em sua essência de uma visão de mundo compartilhada com o conservadorismo e, em sua aplicação política, fascista, de homens como De Maistre, segundo a leitura berliniana aqui apontada e com a qual convergimos.

possibilidade interpretativa no âmbito dos conceitos políticos schmittianos mais relevantes para este trabalho que tem como enfoque central o sugerido viés conservador e totalitário que tornariam a sua leitura do político e da democracia intransitivas relativamente às expectativas de uma crítica moderna de ambos nos dias que correm.⁷⁷

O enlace teórico Donoso Cortés-Schmitt encontra possibilidades analíticas em diversos momentos do trabalho de retomada levado a termo por este último. Em uma de suas obras dedica atenção unicamente a Donoso, *Interpretación Europea de Donoso Cortés*, (ver SCHMITT, 2001). Ainda assim, também é perceptível tal aproximação em *Die Diktatur* e *Politische Theologie*. Ao ponderar sobre os limites da influência de Donoso Cortés sobre Schmitt merece atenção que estas referências apenas são trabalhadas a partir do Donoso Cortés de sua segunda fase. É de ressaltar a influência de Donoso Cortés sobre Schmitt pode vir a constituir uma armadilha quando não se delimita precisamente de qual Donoso Cortés falamos.

A primeira etapa da breve vida do Marquês de Valdegamas esteve ligada aos valores do liberalismo constitucional e, em meio aos temores impingidos pela Revolução de 1848,⁷⁸ o pensamento donosiano experimentou um giro completo

⁷⁷ Igualmente Schmitt se faz recepcionar de forma importante principalmente a partir da década de 1980 nos EUA, tendo projeção a partir de então a sua inserção nos meios que passaram a ser conhecidos como neoconservadores (cf. BORDA, 2006, p. 10). Este peso de Schmitt nos dias atuais confirma a necessidade de que se lhe tome com intensidade e seriedade nos dias que correm e também justificam a importância de sua retomada e a realização de uma interpretação crítica e, sugerimos, a partir do viés conservador revolucionário.

⁷⁸ O processo conhecido como Revolução de 1848 é constituído por uma série de revoluções na Europa cuja eclosão se deve ao clima político de enfrentamento com os governos autocráticos, a crises econômicas. Para esta situação as classes burguesas procurariam apoio em novas estruturas como, por exemplo, a representação política em substituição às estruturas monárquicas, movimentos que supunham a aproximação a novas opções no ordenamento jurídico, com a adoção do constitucionalismo. Esta realidade histórica representava para Donoso a personificação de uma série de derrotas. A primeira delas, a da legitimação monárquica dos reis, a segunda, a de uma tentativa de restauração legitimista (cf. Díez

voltando-se a um conservadorismo que progressivamente se radicalizaria, alcançando seu ponto crítico superior em seu *Ensayo sobre el Catolicismo, el liberalismo y el socialismo*, obra na qual, desde o catolicismo, procede o ataque ao desvalor do liberalismo e do socialismo como doutrinas políticas. Em palavras de Schmitt encontramos um Donoso que observa a cessação de toda uma era, monárquica, um momento histórico em que se vislumbrava “[...] die blutige Entscheidungsschlacht [...]” (SCHMITT, 1996e, p. 67)⁷⁹ e, por conseguinte, o surgimento de uma nova forma de legitimação histórica (ver SCHMITT, 1996e, p. 55). Em meados do século XIX, portanto, Donoso Cortés teria de optar pela única saída que lhe parecia razoável, qual seja, a ditadura, inversamente às opções democráticas inspiradas no revolucionarismo francês do século anterior que todavia inspiravam teorias, movimentos e revoluções.

Schmitt irá ler com muita atenção e interesse a opção donosiana que se apresenta como uma aproximação conceitual ao totalitarismo de De Maistre por meio da ditadura. A adoção do conceito de ditadura, contrariamente ao que ocorre em De Bonald⁸⁰ e De Maistre não sugere aspirações de restauração da monarquia. Como o próprio Schmitt reconhece, “[...] Donoso fu un convertito” (SCHMITT, 1996b, p. 70)⁸¹ e, desde logo,

DEL CORRAL, 1984, p. 584) e, como consequência deste processo histórico, Donoso perceberia a derrota dos valores liberais inspiradores dos processos revolucionários.

⁷⁹ O texto permite a seguinte tradução: “[...] a sangrenta batalha decisiva [...]”.

⁸⁰ Donoso Cortés dialoga intensamente com a teoria de De Bonald em suas *Lecciones de Derecho Político*, ministradas no ano de 1836, especialmente em sua terceira lição. Ver DONOSO CORTÉS, (1946a, p. 233-243).

⁸¹ O texto permite a seguinte tradução: “[...] Donoso foi um convertido”.

este convertido que lhe interessava era este que advogava pela ditadura, vencidas e falidas que encontravam-se as instituições monárquicas.

Schmitt recepciona criticamente, e ainda que de forma indireta, o impacto da cultura revolucionária de 1830. Moderada, esta corrente revolucionária seria influenciada pelo liberalismo doutrinário de Guizot.⁸² Deste período é um Donoso Cortés cujos propósitos liberais em absoluto servem à instrumentalização que do segundo Donoso que aposta na ditadura viria a realizar Schmitt. Isto sim, ao fazê-lo, Schmitt irá valer-se de todo o seu temor e rigor crítico quanto à Revolução de 1848, que Schmitt procurara atualizar na Revolução Russa de 1917, revivendo os temores donosianos que lhe levaram a perfilar-se entre os mais ácidos críticos do socialismo, inimigo de todo momento.⁸³

A leitura de conceitos expressivos conjunto do pensamento schmittiano como político, democracia e ditadura ocupam postos-chave em Schmitt e podem ser

⁸² O que se entende por uma versão moderada do liberalismo é a inclinação pela defesa de um regime de liberdades constitucionais, no caso, sob um regime monárquico mas que, logo, viria temperado por uma oligarquia de donos de terras e por uma concepção de voto como exclusivo direito dos proprietários, permanecendo, portanto, toda a argumentação política de base no âmbito de uma democracia representativa coroada por uma concepção legitimatória do direito dos reis buscada junto a divindade.

⁸³ É interessante sublinhar como em suas origens o conservadorismo se viu enfrentado com o temor ao socialismo e, após a experiência conservadora revolucionária do primeiro quartel do século XX. Donoso, por sua vez, intensificara a argumentação em prol do catolicismo como única e eficaz arma contra a irresignação dos pobres perante e a falta de misericórdia dos ricos. Após a Segunda Grande Guerra Mundial, Schmitt viria experimentar, e presenciar, o renascimento de uma realidade geopolítica em que o comunismo se postaria entre os inimigos a ser combatidos duramente, tanto quanto nos momentos formativos do conservadorismo como quanto durante o apogeu do conservadorismo revolucionário na primeira quadra do século XX, como veremos adiante neste trabalho.

localizados os seus antecedentes em Donoso Cortés. A este propósito importa a observação de Hasso Hofmann de que, não obstante a confirmação da influência donosiana sobre Schmitt, tampouco se poderia extremar o argumento e, logo, concluir que Schmitt teria sido discípulo do espanhol (*cf.* HOFMANN, 1995, p. 3-7). Esta não é nossa interpretação tampouco. Dentre os comentaristas é confirmada a existência de uma dívida (ver BORDA, 2006, p. 14), malgrado posições cada vez mais isoladas como as de Ayala que apostam pela desvinculação (ver AYALA, 1943).

A posição de Ayala não se sustenta por força dos inúmeros pontos de contato não apenas temáticos como convergentes em suas abordagens. Isto é perceptível em suas leituras antisocialistas, antiliberais e antidemocráticas assim como anti-irracionalistas. Não obstante este posicionamento, há comentaristas que atribuem a esta relação teórica no âmbito da filosofia política uma relação todavia pouco explorada (*cf.* BORDA, 2006, p. 9). Para analisar a questão de centralizar e graduar, o impacto de Donoso em Schmitt é útil a ideia sustentada por Junco de que

[...] este tronante Donoso es el que ha proporcionado un arsenal ideológico a todos quienes, posteriormente, se han prestado a planteamientos medrosos para justificar dictaduras que protegieran a la sociedad frente a imprecisos y aun superiores peligros dictatoriales. Así lo hicieron pensadores católico-autoritários que proporcionaron una ideología al franquismo. (JUNCO, 1984, p. XXXVII).⁸⁴

A leitura de Junco destas origens donosianas de muitos dos legitimadores da política ditatorial do franquismo sugere-nos uma análise mais cuidadosa da repercussão de sua recepção em tantos outros teóricos que, como Schmitt, circularam entre o

⁸⁴ O texto permite a seguinte tradução: “[...] este tempestuoso Donoso é o que proporcionou um arsenal ideológico a todos que, posteriormente, se prestaram a enfoques temerosos para justificar ditaduras que protegeram a sociedade perante imprecisos e superiores perigos ditatoriais. Assim o fizeram pensadores católico-autoritários que proporcionaram uma ideologia ao franquismo”.

pensamento conservador e totalitário. Por intermédio deste movimento de Junco percebemos a possibilidade de encontrar-nos com uma leitura que reforçará uma interpretação conservadora de Schmitt em pontos centrais de sua teoria que, logo na sequência, viriam a ser reforçados com ainda maior intensidade, por intermédio do diálogo com o conservadorismo revolucionário.

A abordagem de Junco igualmente sugere-nos uma ligação histórica entre o pensamento conservadora donosiano com um regime ditatorial, com o que nos abre espaço à investigação sobre se a sua retomada por Schmitt não permite a este último um idêntico movimento. Especificamente a retomada deste segundo Donoso sugere-nos a existência de um alto potencial totalitário resultante da filosofia contrarrevolucionária e anti-ilustrada ao ser contraposta às novas demandas por legitimação do Estado.

Os processos revolucionários que emergiam de novos contextos sociopolíticos reclamavam por uma nova legitimação do Estado e o movimento conservador ao passo que oferecia as suas alternativas valendo-se de homens como Donoso Cortés, por outro lado, se dedicavam à crítica dos valores revolucionários e liberais como forma de sustentar o novo regime. Dentre os ataques ao revolucionarismo os conservadores ocupam-se em destacar a sua falta de escrúpulos, dados os meios de que lançam mão. Desta maneira, fazia parecer igualmente tanto a amigos e inimigos, ou seja, “[...] los despojos, la proscripción y el cadalso no respetan clase ni persona” (BALMES, 1950, p. 358).⁸⁵ Esta é uma leitura bastante próxima às críticas donosianas que a seguir são recepcionadas por Schmitt.

Na esteira da leitura de Balmes sugere Donoso Cortés uma leitura igualmente consagradora do horror perante os processos revolucionários, legitimando o extermínio da diversidade que, no núcleo de seu pensamento, tinha como referencial a

⁸⁵ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] os despojos, a proscrição e o cadafalso não respeitam classe nem pessoa”.

cristandade.⁸⁶ Projetado o tema ao político Donoso Cortés irá ocupar-se de determinar o *outro* (inimigo) em suas derivações analíticas da Revolução Francesa. Enquanto isto, em Balmes também se faz presente uma abordagem refratária aos fenômenos revolucionários

[...] la revolución, hija de la corrupción y del error, terrible personificación de la fuerza levantada contra la ley, no traiga consigo el peor de los tiempos, y // que no sea su época la más calamitosa que pasar pueda sobre una sociedad [...]. (BALMES, 1950, p. 357).⁸⁷

Este argumento de Balmes era de um tipo corrente entre alguns círculos conservadores do qual Donoso Cortés fazia parte. Tratavam de intensa crítica marcada por sua definitiva posição crítica relativamente às revoluções, tanto quanto também restaria indicado nos textos de De Maistre. Uma tal ojeriza às revoluções seria um aporte considerável para a releitura apropriadora que de ambos realizaria Schmitt em seu intento de combater a confirmação política dos valores republicanos em Weimar em detrimento de muitos daqueles que triunfaram na velha ordem guilhermina.

A aproximação de Schmitt com Donoso não se dá de forma distanciada de De Bonald e De Maistre. Nisto assiste razão a Borda ao dizer que todos eles nutrem especial apreço por valores contrarrevolucionários como

el rechazo al liberalismo, la democracia, la Ilustración, el racionalismo, en una palabra, la modernidad, y configuran la idealización del medioevo, el tradicionalismo, el elitismo y el absolutismo, en diversos grados. (BORDA, 2006, p. 13).⁸⁸

⁸⁶ Uma importante referência é de que a cristandade com a qual objetiva dialogar Donoso Cortés, e também o conservadorismo contrarrevolucionário, exclui a sua versão protestante, precisamente devido a sua contestação do poder e das hierarquias algo que, desde logo, não lhes servia a homens como Donoso que apostavam na saída ditatorial para suceder os tempos liberais.

⁸⁷ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a revolução, filha da corrupção e do erro, terrível personificação da força levantada contra a lei, não traz consigo o pior dos tempos e, que não seja a sua época a mais calamitosa que possa se abater sobre uma sociedade”.

⁸⁸ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] o rechaço ao liberalismo, à democracia, ao Iluminismo, ao racionalismo, em uma palavra, à modernidade, e configuram a realização do período medieval, o tradicionalismo, o elitismo e o absolutismo, em diversos graus”.

Estas críticas compartilhadas por estes autores tornam as fontes schmittianas tão seletas quanto afinadas em seus princípios. Sua posterior retomada por Schmitt em seu trabalho de desenvolvimento conceitual cujo exame que nos propusemos ocupar neste trabalho⁸⁹ irá também mostrar-se conectado com certos valores conservadores revolucionários que procuram focalizar a busca da restauração dos valores baseados em um *Geist* e um *Volk* germânicos históricos.

Partindo de uma fundamentação conservadora contrarrevolucionária de sua leitura da filosofia política podemos observar, momento seguinte, uma boa síntese a respeito da posição de Schmitt acerca dos processos revolucionários ao definir o próprio fenômeno conservador como “[...] anything from high-minded inspiration to frustrated revolution, from religious revivalism to Babbitry and inertia” (VON KLEMPERER, 1968, p. 19).⁹⁰ Não é sem razão que podemos ler em Schmitt sua percepção do conservadorismo como uma resultado de frustração revolucionária. Quando von Klemperer remete o tema à uma revivescência religiosa permite que abramos espaço a pensar a leitura teológica do político em Schmitt desde as convicções que animam aos seus próprios atores. Em sentido próximo a este encontramos no conservadorismo de Balmes crítica segundo a qual os homens que condenavam

[...] todo lo antiguo, que creéis haber iluminado el mundo, que os figuráis a la humanidad envuelta en densas tinieblas hasta que vosotros las disipasteis con los vivos resplandores de la filosofía [...] que no os imaginéis que la humanidad marchaba a la decadencia y

⁸⁹ Em nosso trabalho focalizaremos a presença do conservadorismo donosiano na obra de Schmitt principalmente por intermédio de duas delas, a saber, *A interpretação europeia de Donoso Cortés*, (ver SCHMITT, 2001n), bem como *Teologia Política*, (ver SCHMITT, 2009g, 2006a, 2005, 2001m).

⁹⁰ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] algo de inspirações derivadas da magnanimidade da frustrada revolução, de uma revivescência religiosa de comportamentos característicos de pessoas de classe-média e inércia”.

envilecimiento si vosotros no hubieseis venido a torcer su carrera”.
(BALMES, 1950, p. 262).⁹¹

A ojeriza de Balmes aos processos revolucionários é próxima a odiosos movimentos revolucionários religiosamente inspirados e que vislumbram a redenção em momento final.⁹² O messianismo que se faz presente na leitura teológica do político identifica em alguns de seus atores centrais, quando não em um único deles, certas capacidades messiânicas capaz de corroer e por completo subverter esperanças democráticas.⁹³ Desde as fileiras conservadoras, contudo, a capacidade de destruir os vínculos histórica e tradicionalmente existentes é vista com profunda antipatia. A suposta capacidade de recriar estruturas que a tradição foi capaz de construir ao longo do tempo parece ao conservadorismo apenas uma pretensão cujo desfecho encontra-se em um amontoado de ruínas. Como nos diz Donoso, a tradição é a “[...] manifestación y la forma visible de una verdad absoluta” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 141).⁹⁴ Ao fim e ao cabo, conforme sugere-nos Balmes, o que se nota é que as revoluções

[...] relaja[n] los vínculos sociales y domésticos, rompe los lazos políticos, acostumbra a la insurrección, mina la disciplina de los ejércitos, esparce abundante semilla de inmoralidad, sume a los pueblos en el caos más espantoso. ¿Pueden acaso darse mayores males? ¿Es posible concebir otro tiempo en que los pueblos sufran mayores calamidades y en que se reúnan más causas para preparar nuevas desventuras en lo venidero? (BALMES, 1950, p. 352-353).⁹⁵

⁹¹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] todo o antigo, que acreditais ter iluminado o mundo, que representais a humanidade envolta em densas trevas até que vocês as dissipassem com os vivos resplendores da filosofia [...] que não imaginais que a humanidade caminhava para a decadência e ao envilecimento se vocês não tivessem vindo a desviar seu rumo”.

⁹² Uma leitura do político que remeta ao teológico pode permitir-nos, não raro, uma aproximação de fenômenos políticos habitado em seu cerne por esperanças redentoras, por si só motivo de preocupação.

⁹³ Provisoriamente limitaremos nossa compreensão do conceito de democracia a sua versão liberal. Maior detalhamento do conceito pode ser encontrado no capítulo VIII, especificamente em sua nota de rodapé número 1379.

⁹⁴ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] manifestação e a forma visível de uma verdade absoluta”.

⁹⁵ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] relaxa[m] os vínculos sociais e domésticos, rompe os laços políticos, acostuma à insurreição, mina a disciplina dos exércitos, dissemina volumosas

O mundo caótico apontado por Balmes também encontrava detalhada descrição por Donoso Cortés.⁹⁶ O horizonte revolucionário balmesiano não poderia encontrar-se habitado por maior desesperança. Neste futuro que sucede a revolução, tanto para Balmes como para Donoso, ele não é habitado senão pelo mais renitente caos. Em ambos autores é perceptível um combate à ideia de desordem que encontra eixo sobre o qual empregar suas mesmas forças em prol da proteção do antigo *status quo* e sua ordem, aspecto no qual anunciam um dos temas caros a filosofia jurídico-constitucional schmittiana, especificamente quando se ocupa do combate à desordem em momentos de exceção.

A filosofia que se opõe ao caos subjaz ao conservadorismo lhes permite realizar um movimento que se desloca velozmente dos valores da tradição ilustrada. Em Donoso Cortés este movimento é identificado por sua aproximação das perfeitas soluções divinas com a possibilidade de saída do caos (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 124) cujo caráter absoluto, constituinte da essência do soberano criador humano permitiria que nos aproximássemos ao concentrado poder político outorgada ao soberano por Schmitt.

sementes de imoralidade, afunda os povos no mais espantoso caos. Podem, acaso, terem lugar maiores males? É possível conceber um outro tempo em que os povos sofram maiores calamidades e nos quais se reúnam mais causas para preparar novas desventuras no porvir?”

⁹⁶ Donoso Cortés detalhadamente faz referência ao problema do caos no mundo, todavia com os olhos voltados a realidade medieval e aos impactos da inserção da Igreja Católica em um mundo todavia sofrido mas também pensado desde as estruturas teóricas da Inquisição: “[...] en la Edad Media hay muchas cosas: [...] asolamiento de ciudades, caída de imperios, lucha de razas, confusión de gentes, violencias, gemidos; hay corrupción, hay barbarie, hay instituciones caídas e instituciones bosquejadas; [...] y hay la luz que basta para ver que todas las cosas están fuera de su lugar y que no hay lugar para ninguna cosa: la Europa es el caos” (SCHMITT, 1965, p. 493-494). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] na Idade Média há muitas coisas: [...] devastação das cidades, queda de impérios, luta de raças, confusão de pessoas, violências, gemidos. Há corrupção, há barbárie, há instituições falidas e instituições desenhadas; [...] e há a luz que basta para ver todas as coisas que estão fora de seu lugar, e que não há espaço para coisa nenhuma: a Europa é o caos”.

Tanto em Donoso quanto em Schmitt observa-se um comum movimento anti-ilustrado que projeta uma nova arquitetura de tempos em que a moralidade e o humanitarismo – expressos, por exemplo, na *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão* –, poderiam ganhar espaço. As pretensões universalizantes afirmadas pelo Iluminismo a partir do abstrato conceito de homem era um dos alvos prediletos dos conservadores contrarrevolucionários e em Schmitt esta é uma crítica que ecoa.

O ataque conservador pode ser tomado como linha divisória na qual se constitui todo um corpo teórico que serve de base para um discurso que ocupou importante espaço no debate político cruzando décadas negando os direitos humanos. Este foi um dos temas caros ao argumento conservador, de resto também presente em Burke, e que constituir organização sociopolítica que, por fim, criou no alvorecer do século XX grande parte das condições para a consecução da barbárie. Neste sentido, confirma Herf nossa hipótese de que grande parte do corpo teórico do conservadorismo revolucionário viria a servir como um instrumental de valia para o nacional-socialismo (ver HERF, 1990, p. 50-112).

Congruentemente com esta observação nos diria Nolte que as raízes do fenômeno fascista seriam localizáveis ainda antes do advento do final da guerra, e esta sua leitura parece-nos extremamente promissora quando tomamos como referencial esta tradição conservadora que viemos trabalhando. Mais precisamente, nos diz Nolte que o objeto do fascismo “[...] no es la tradición “alemana” sino la tradición “contrarrevolucionaria” que es común a toda Europa” (NOLTE, 1999b, p. 76),⁹⁷ momento no qual termina por reforçar a linha interpretativa que sugerimos evoluir

⁹⁷ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] não é a tradição “alemã” mas sim a tradição “contrarrevolucionária” que é comum a toda Europa”. Ainda sobre a abordagem de Nolte sobre o fenômeno fascista, ver NOLTE, (1974).

desde o conservadorismo ao nacional-socialismo. A rigor, encontramos ainda em Donoso Cortés expressas referências à guerra não apenas como um fenômeno natural mas também que a mesma encontra-se inspirada pela Providência, um “[...] hecho *divino*, es un hecho, porque el mal no es obra de Dios, sino hechura del libre albedrío del hombre” (DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 771)⁹⁸ e o reitera ao dizer que a guerra é entendida como necessária (*Ib.*), “Y como todo lo que existe necesariamente es eterno [...] la guerra, que es un hecho *humano, necesario, eterno*, es hechura de Dios, es un hecho *divino*” (*Ib.*).⁹⁹

Em suma, o que vem sendo dito até aqui reforça a ideia de que, como também apareceria no conservadorismo revolucionário de homens como Jünger e em sua visão da violência, encontraríamos a esta como fomentadora de boas consequências. Para Donoso Cortés resta claro este papel, o que se depreende de sua afirmação de que a guerra tem “[...] acción [que] es civilizadora hasta tal punto que, si la suprime el entendimiento, todos los progresos sociales quedan suprimidos, todas las civilizaciones quedan aniquiladas” (DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 773).¹⁰⁰ A ligação desta cultura com o núcleo do pensamento schmittiano é reforçada por Zarka quando menciona que

Todos los pensamientos del español se mueven alrededor de un gran combate (*la gran contienda*), en torno a la horrorosa catástrofe que está por venir, y que sólo puede ser ignorada por la cobardía metafísica de un liberalismo deliberante. (ZARKA, 2010a, p. 11).¹⁰¹

⁹⁸ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] fato *divino*, é um fato bom, porque o mal não é obra de Deus, mas sim realização do livre arbítrio do homem”.

⁹⁹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “E como tudo o que existe necessariamente é eterno [...] a guerra, que é um fato *humano, necessário, eterno*, é realização de Deus, é um fato *divino*”.

¹⁰⁰ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] ação [que] é civilizadora até tal ponto que, se for suprimida pelo entendimento, todos os progressos sociais serão suprimidos, todas as civilizações serão aniquiladas”.

¹⁰¹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “Todos os pensamentos do espanhol gravitam ao redor de um grande combate (*a grande disputa*), ao redor da horrorosa catástrofe que está por vir, e que somente pode ser ignorada pela covardia metafísica de um liberalismo deliberante”.

A leitura contrarrevolucionária apontada por Nolte conecta com a tradição conservadora revolucionária a qual dedicaremos nossa atenção a partir do capítulo III. Esta sinalização de Nolte nos aproxima de um dos pontos importantes deste trabalho doutoral, qual seja, de que a compreensão do fenômeno nacional-socialista pode ser realizada por intermédio do conservadorismo e, momento seguinte, realizarmos a interpretação o grau de proximidade de alguns conceitos-chave do trabalho teórico de Schmitt com o fenômeno totalitário a partir desta leitura conservadora. No aspecto específico da visão da guerra como uma obra divina em Donoso Cortés nos deparamos com um argumento que naturaliza o fenômeno e o torna de irretorquível ocorrência perante as forças de um ser humano que se mostram incapazes de evitá-la (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 772, p. 776) assim como também a violência e suas consequências.

Esta raiz conservadora ditatorial sugere encontrar seus primeiros movimentos de modo mais consistente no conservadorismo católico e político-teológico de Donoso Cortés.¹⁰² Como nos diz Ghelardi, “[...] l’analogia di política e teologia è un tentativo di

¹⁰² Para um estudo introdutório sobre este pensador todavia injustamente pouco divulgado entre nós, ver SUÁREZ VERDEGUER, (1989). Para uma obra de maior fôlego acadêmico, ver HERRERA, (2008). Neste sentido a referência de Evola sobre a relevância desta tríade de “[...] grandes pensadores contrarrevolucionários do século XIX cuja mensagem permanece vigente” (EVOLA, 2009). Para uma leitura clássica e mais próxima do contexto de sua produção, ver GRAU, (1945). É bem de acrescentar que este não é o único contato de Schmitt com as fontes do conservadorismo espanhol que, por sua vez, mantinha estreita relação com o catolicismo, com o qual Schmitt desde cedo mantivera proximidade, malgrado distensionamento progressivo em suas relações. Embora não seja um tema a explorar detidamente, Schmitt pode ser aqui aproximado de Primo de Rivera (Miguel Primo de Rivera y Orbaneja, Marquês de Estella e de Ajdir (Jerez de la Frontera, 8 de Janeiro de 1870 – Paris, 16 de março de 1930). Este movimento pode confirmar uma ampla conexão com o pensamento político conservador de seu tempo e não distante daquilo que constituiria a noção de poder concentrado de Schmitt, veio de sua teoria totalitária do Estado, segundo quem “It is essential to put a stop to political parties. Political parties are the result of a wrong political system, the parliamentary system [...]. What need have the people of these political intermediaries?” (*apud* VINCENT, 1995, p. 162). Como se percebe aqui, à semelhança do que ocorre em Schmitt, trata-se de um ataque frontal às instituições parlamentares e da democracia liberal e representativa. Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “É essencial colocar um ponto final

determinare la struttura ultima di certe categorie interpretative, vale a dire di individuarne l'impianto sistematico [...]" (GHELARDI, 1989, p. 14).¹⁰³ Em Donoso Cortés o movimento de aproximação do teológico ao político é confirmado em seus primeiros momentos por meio de remissão à história romana (cf. DONOSO CORTÉS, 1943, p. 34). Esta ideia parece confirmar-se na *Politische Theologie*, sendo que em seu *Der Begriff des Politischen* reforça a ideia, descrevendo que o seu conceito do jurídico deve ser considerado teologicamente, considerando sua forte repercussão política, que nada mais é que uma de suas dimensões possíveis, embora secundárias (cf. AYALA, 1943, p. 17). Esta abordagem aproxima Schmitt a sua origem teórica donosiana e sua inextrincável ligação entre o teológico e o político que para Donoso Cortés é bastante claro que "[...] los sistemas teológicos sirven para explicar los sistemas políticos: la teología es la luz de la historia" (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 30).¹⁰⁴ Encontraremos em Donoso Cortés a ideia de que

[...] toda afirmación relativa a la sociedad o al gobierno supone una afirmación relativa a Dios: o lo que es lo mismo, que toda verdad política o social se convierte forzosamente en una verdad teológica. (DONOSO CORTÉS, 1943, P. 26).

A submissão do político à ideia de um poder superior, divino, no caso de Donoso, aproximava-o daquilo que viria a ser consagrado como teologia política em Carl Schmitt. Segundo sua aproximação teológica ao político, este último não estaria de modo algum marcado pela argumentação, senão que haveria de ser compreendido como um assunto de plena submissão, uma vez que habitado pela ideia de verdade irrefutável.

nos partidos políticos. Partidos políticos são o resultado de um sistema político equivocado, o sistema parlamentar [...]. O que necessitam as pessoas destes intermediários políticos?"

¹⁰³ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: "[...] a analogia entre política e teologia é uma tentativa de determinar a estrutura última de uma certa categoria interpretativa, ou seja, de individualizar a implantação sistemática".

¹⁰⁴ O texto acima comporta a seguinte tradução: "[...] os sistemas teológicos servem para explicar os sistemas políticos: a teologia é a luz da história".

Tanto Donoso Cortés quanto Schmitt realizaram aproximação ao exame teológico do político por intermédio de uma leitura do catolicismo que, no caso de Schmitt, era mantido desde suas origens familiares (*cf.* GOTTFRIED, 1991, p. 266).

Esta aproximação teórica pode ser observada na leitura refinada de Offe e Preuss, para quem a interpretação teológica do político privilegia a ideia de que “[...] the conception of the common good is the secularized version of the ‘divine order’ and hence itself a religious idea, we can understand why the political principle to which it has the closest affinity is democracy [...]” (OFFE; PREUSS, 1991, p. 147).¹⁰⁵ Não percebemos em ambos autores a defesa de que a democracia encontre apoio direto em alguma interpretação teológica como, de resto, pode em alguma medida aparecer em Schmitt. Isto sim, nos deparamos com uma circunstância em que tanto a ordem divina como a democracia desempenham papéis similares, qual seja, a de busca do bem comum, mas, isto sim, em terrenos amplamente distintos, embora partindo de tal idêntico fundamento orientador de suas ações.

Em Offe e Preuss a religião aparece como conceito empregado para a “[...] realization of the plenitude of human life by linking it with the divine order, and politics in its most demanding version is committed to making man the creator of his destiny in this world” (OFFE; PREUSS, 1991, p. 147).¹⁰⁶ Schmitt interpretava Donoso¹⁰⁷ como

¹⁰⁵ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] a concepção do bem comum é a versão secularizada da ‘ordem divina’ e por esta razão em si mesma uma ideia religiosa, nós podemos entender porque o princípio político com o qual isto teve a sua mais próxima afinidade é a democracia [...]”.

¹⁰⁶ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] realização da plenitude da vida humana ligando-a com a ordem divina e a política em sua mais alta dimensão está ligada a fazer do homem o criador de seu destino no mundo”.

¹⁰⁷ Em artigo dedicado a comentário da obra de Donoso Cortés, Schmitt reitera favoravelmente o viés teológico da obra do espanhol: “[...] lo stile teologizzante della sua opera principale, il Saggio sul cattolicesimo, il liberalismo e il socialismo, che – su può bem dire sfortunatamente – è quella più diffusa e tradotta. In quest’opera passi splendidi [...] fra prolisse disquisizioni teologiche, che fanno apparire Donoso un típico laico teologizante [...]” (SCHMITT, 1996b, p. 72). Ao trecho acima sugerimos a

doutrinador de uma teologia que era a base mesma de uma possível teoria política (*cf.* SCHMITT, 1996b, p. 73).

Esta ligação aparece notavelmente em Schmitt quando afirma que “Alle prägnanten Begriffe der modernen Staatslehre sind säkularisierte theologische Begriffe” (SCHMITT, 2009g, p. 43),¹⁰⁸ sendo que na sequência do texto o autor igualmente se ocupa do traslado da teologia à doutrina do Estado o poder espiritual que, na esfera temporal, se transforma em um legislador onipotente (*cf.* SCHMITT, 2009g, p. 43).¹⁰⁹ Sá nos comenta a respeito desta origem divina do poder secular e reforça que o onipotente Deus havia sido transmutado em um, agora, e humano, legislador onipotente (*cf.* SÁ, 2004, p. 63). Contudo, Sá destaca que Schmitt aponta para uma continuação entre o tempo pré-moderno e os tempos modernos (*cf. Ib.*), em suma, de que a realização dos valores políticos da modernidade encontravam-se perpassados pela mais tradicional e teologia.

Quando consideramos a importância deste trecho em Schmitt e da análise de Sá, passo seguinte, sugerimos a importância de redimensionar o papel que a filosofia política donosiana desempenha em Schmitt. É certa a indicação de Sá sobre a tese

seguinte livre tradução: “[...] o estilo teologizante da sua obra principal, o ensaio sobre o catolicismo, o liberalismo e o socialismo que, desafortunadamente, bem se pode dizer, é aquela mais difundida e traduzida. Nesta obra há passagens esplêndidas [...] entre longas disquisições teológicas que fazem Donoso parecer um típico laico teologizante [...]”.

¹⁰⁸ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] todos os conceitos expressivos da moderna teoria do Estado são conceitos teológicos secularizados”.

¹⁰⁹ No trecho acima Schmitt segue com a argumentação: “Nicht nur ihrer historischen Entwicklung nach, weil sie aus der Theologie auf die Staatslehre übertragen wurden, indem zum Beispiel der allmächtige Gott zum omnipotenten Gesetzgeber wurde, sondern auch in ihrer systematischen Struktur, deren Erkenntnis notwendig ist für eine soziologische Betrachtung dieser Begriffe” (SCHMITT, 2009g, p. 43). O texto comporta a seguinte tradução: “Não apenas por seu desenvolvimento histórico, posto que foram trasladados da teologia à doutrina do Estado, por exemplo, a conversão do Deus todopoderoso em um legisladora onipotente, mas também em sua estrutura sistemática, cujo conhecimento é necessário para a consideração sociológica deste conceito”.

schmittiana de que a influência do teológico sobre o político não tem, necessariamente, de se traduzir de modo político. Isto sim, assinala, trata-se apenas de que o conceito fundador do Estado moderno tem uma origem teológica, ou seja, de que este é o seu ponto de partida e alicerce estruturante (*cf.* SÁ, 2004, p. 67). Para Blumenberg ocorre é que o Estado moderno se afirma e configura como reação a uma realidade em que triunfava a argumentação teológica no âmbito do político (ver BLUMENBERG, 2008). Perante tal realidade se constitui o Estado moderno mas, como sugere Schmitt, em sua continuidade esta nova estrutura de Estado manterá elementos teológicos. O que Schmitt realmente postularia, então, é que pensar o Estado que habita a modernidade implica remeter e compreender as suas estruturas teológicas pré-modernas acerca das quais, desde logo, Donoso Cortés tem muito a dizer.

Em reforço a esta revalorização do elemento teológico também encontramos em Sá argumento de que em Schmitt estaria presente a noção de que “[...] a autoridade de uma determinada teologia tida como “verdade” auto-fundada, e um tempo moderno secularizado, em que o Estado assume agora a autoridade de fundar a própria “verdade” (SÁ, 2004, p. 63, 76). A nova autoridade e sua verdade é, agora, hobbesiana, e não mais teológica, idéia contra a qual se debatera Hobbes em seu momento dados os sangrentos enfrentamentos das guerras religiosas por ele testemunhados. A superação destas tensões religiosas apontavam para a aplicação da máxima *auctoritas non veritas facit legem*. Esta todavia permanece no raio de interpretação de Schmitt na medida que reputemos que a *veritas* teológica não deixará de fazer sentir, em sua estrutura, a lógica de seu funcionamento no Estado moderno laicizado que faz triunfar a sua *legem* por meio da *auctoritas* soberana em Schmitt.¹¹⁰ O Estado laico moderno, calcado na lógica

¹¹⁰ Esta é uma leitura fortemente descritiva do poder conforme este trabalho se ocupará em apresentar na medida em que, por exemplo, o soberano exerce poder cuja criação é *ex nihilo*. Para um maior

política da *auctoritas*, contudo, busca distanciamento da anterior fundamentação teológica do poder e da legitimação do próprio Estado recorrendo a uma outra espécie de estatuto que se refugia de pretensas verdades originárias, senão que, agora, entregue-se a proposições teóricas de corte dialógico-democrático.

A teologia encontrou na definição da verdade (revelada) uma das formas mais decisivas de influenciar o âmbito da política temporal. Na leitura donosiana encontramos um poder soberano que, conectado com a divindade, poderia dispor dos instrumentos necessários para suplantar os momentos de desafios superiores. Assim, por exemplo, poderia enfrentar o Estado de exceção. Sem embargo, na visão donosiana, este Estado de exceção deveria ser determinado e também calibrado quanto à sua efetiva necessidade. O faria este mesmo poder absoluto e soberano interventor para subsanar as vicissitudes engendradas pelos tempos excepcionais.

Nas raízes do período excepcional e da intervenção do poder soberano encontra-se toda uma leitura teológica do político desenvolvida por Donoso Cortés. Em seu momento o conservador católico espanhol soube argumentar a favor do conceito da excepcionalidade ao questionar-se: “[...] ¿cómo sujetar al inflexible yugo de reglas determinadas y fijas un Estado en que los vínculos sociales se disuelven, en que la autoridad pierde su vigor y sus mandatos el prestigio?” (DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 632).¹¹¹ Esta não é uma resposta simples, senão todo o contrário, acaso seja possível. Em seu momento, precisamente em um escrito de 1839, Donoso Cortés expressa opinião (aparentemente não bem recepcionada por Schmitt) de que difícil seria discernir

detalhamento do conceito de soberania e suas interligações com o conceito de decisão remetemos o leitor para os capítulos X, e para suas conexões com o político, aos capítulos XI e XII.

¹¹¹ Este texto permite a seguinte tradução: “[...] como subordinar um Estado ao inflexível jugo de regras determinadas e fixas, sendo que ele encontra-se em situação de que seus vínculos sociais se dissolvem, e no qual a autoridade perde não somente o vigor como também de prestígio se veem destituídos os seus mandatos?”

em certas ocasiões, quando não mesmo impossível, avaliar se o campo de ação pelo Estado reclamado por intermédio do exercício de direitos especiais, em verdade, não caracteriza uma usurpação ao invés de exercício de direito (cf. DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 655).

Seguramente a sustentação da autoridade não poderia dar-se em chave conceitual democrática, posto que o conservadorismo, donosiano incluído, vulnera a autoridade que naturalmente deve reger as sociedades (cf. ALÓS, 2009, p. 162). Em texto intitulado *Intervención del Pueblo en la Imposición de Contribuciones*, publicado em vários artigos no mês de novembro de 1839 no diário *El Piloto*, Donoso Cortés faz aparecer com singular clareza a ideia de que “El Estado tiene derecho a existir, y esse derecho no recibe ni su extensión ni sus límites de la voluntad instable de los hombres, sino de la naturaleza inmutable de las cosas [...]” (DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 655).¹¹² Malgrado este poderoso campo de ação estatal, por outro lado, acresce Donoso Cortés argumentação sobre a necessidade dos poderes excepcionais questionando

¿Cómo se organiza el caos? El autor de este artículo no lo alcanza
¿Cómo se ajustan los caprichosos movimientos de una sociedad
agitada por la fiebre del cuadro estrecho proporcionado, inflexible, de
una ley o de un sistema? [...]. (DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 632).¹¹³

Malgrado a imediata resposta de Donoso Cortés seja a de identificar não saber a resposta aos questionamentos propostos, o movimento retórico de sua redação resta identificado quando, momento seguinte, o autor passa a defender a ideia de que a lei excepcional é mesmo necessária perante uma situação em que “La conciencia pública se rebela contra la autoridad que se ejerce, no por quien la ha recibido de la ley, sino por el

¹¹² Este texto permite a seguinte tradução: “O Estado tem o direito de existir, e este direito não recebe a sua extensão nem os seus limites da instável vontade dos homens, mas, isto sim, da imutável natureza das coisas [...]”.

¹¹³ Este texto permite a seguinte tradução: “Como pode ser organizado o caos? O autor deste artigo não o compreende. Como se ajustam os caprichosos movimentos de uma sociedade agitada pela febre do estreito quadro proporcionado, inflexível, de uma lei ou de um sistema? [...]”.

que, en circunstancias extraordinárias, la llama hacía sí y la toma” (DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 632-633)¹¹⁴. É certo, contudo, que Donoso insistirá em que os indivíduos não podem ter direitos que se sobreponham e coloquem em risco ao Estado (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 655).

Sobre o tema em questão, Donoso Cortés acresce o exemplo histórico espanhol em que os capitães gerais nos legislativos municipais. O autor faz referência a que “[...] han ejercido hasta aqui, y no ciertamente por disposición de la ley, sino en virtud de la omnipotencia de las circunstancias, la más completa dictadura” (DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 633).¹¹⁵ Ora, em verdade, nos deparamos com uma leitura do político-jurídico bastante schmittiana, a saber, que o “[...] derecho excepcional es su regla común en circunstancias excepcionales. Pero así como el hombre en ningún tiempo puede caminar sin Dios, las sociedades en ningún tiempo pueden caminar sin la ley”. (DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 633).¹¹⁶

A abordagem teológica do político também encontra seu momento em Schmitt quando o autor se ocupa do Estado de exceção. O ator que centraliza o papel dos ilimitados poderes do soberano neste Estado de exceção permite aproximar-nos ao conceito de soberania presente em Donoso Cortés que procura marcar tal conceito partindo do suposto teórico de que ele apenas pode tornar-se operativo quando “[...] desligada[o] de todo orden superior, llamada a estructurar “ex nihilo” la vida del

¹¹⁴ Este texto permite a seguinte tradução: “A consciência pública se rebela contra a autoridade que se exerce, mas não por quem a recebeu da lei, mas sim por aquele que, em circunstâncias extraordinárias, chama a si e a toma”.

¹¹⁵ Este texto permite a seguinte tradução: “[...] exerceram até aqui, e certamente não devido a disposição legal, mas sim em virtude da onipotência das circunstâncias, a mais completa ditadura”.

¹¹⁶ Este texto permite a seguinte tradução: “[...] direito excepcional é sua regra comum em sua circunstâncias excepcionais. Mas, assim como o homem em nenhum tempo pode caminhar sem Deus, as sociedades em nenhum tempo podem caminhar sem a lei”.

Estado” (DÍEZ DEL CORRAL, 1984, p. 577),¹¹⁷ tal qual a ação divina criadora do mundo (cf. DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 801).

Esta ligação a ordem superior encontra em Donoso Cortés uma aproximação ao conceito de soberania que não indica apreensão sequer quando a figura central detentora de tal poder o faça segundo um modelo de unidade e indivisibilidade. O modelo teológico de unidade logo aplicável ao mundo do político é referido por Donoso Cortés por intermédio da ideia de que compõe a vida e a razão, de que “[...] nada es, nada vive, nada subsiste por su virtud propia. Fuera de Dios, esos atributos supremos no están en ninguna parte ni en cosa ninguna” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 80).¹¹⁸ Em Donoso a soberania é entendida como reunida em alguém que enfeixa todos os direitos, de sorte que, como assinala Díez del Corral, “[...] si hubiera un solo derecho que no estuviera en él, no sería omnipotente y dejaría de ser soberano” (DÍEZ DEL CORRAL, 1984, p. 558).¹¹⁹ O enfeixamento de poderes na figura do soberano o faz exercer o poder de mando sobre os súditos haverá de encontrar-se caracterizado pela marca do exercício tirânico do poder, aspecto no qual a sua recepção por Schmitt pode dar-se de forma direta¹²⁰ e com escassos ajustes.

Este conceito de soberania que encontra-se na argumentação schmittiana aparece em Donoso Cortés por intermédio da inextrincável ligação entre a teologia e o político (ver PERRINI, 1980), de resto reconhecida por Borda como elemento medular em sua filosofia política (cf. BORDA, 2006, p. 34). A partir disto é possível admitir que se vai

¹¹⁷ Este texto permite a seguinte livre tradução: “[...] desligada[o] de toda ordem superior, chamada a estruturar *ex nihilo* a vida do Estado”.

¹¹⁸ Este texto permite a seguinte livre tradução: “[...] nada é, nada vive, nada subsiste por sua vontade própria. Fora de Deus, estes atributos supremos não estão em nenhuma parte nem em coisa alguma”.

¹¹⁹ Este texto permite a seguinte livre tradução: “[...] se houvesse apenas um direito que não estivesse nele, não seria onipotente e deixaria de ser soberano”.

¹²⁰ Sugerimos que a evolução desta recepção pode ser acompanhada em seus termos gerais por meio de obras como *Die Diktatur*, (1921), bem como *Politische Theologie*, (1922) e *Verfassungslehre*, (1928).

esclarecendo o quanto esta leitura poderia ser útil para Schmitt o trabalho de Donoso Cortés para o delineamento das vias autoritárias daquele período, preparatória para melhor realizarmos uma aproximação ao nascente Estado germano, que sugerimos manter conectado com a cultura política tradicional na Alemanha (*cf.* BENDERSKY, 1989, p. 46).¹²¹

As conexões conservadoras schmittianas que alimentaram o pensamento schmittiano em sua evolução conservadora revolucionária já foram aqui mencionadas. Uma delas, De Maistre, é identificada como um dos defensores da velha ordem (*cf.* VON KLEMPERER, 1968, p. 17) e, neste sentido, Schmitt o reputa, tanto quanto a De Bonald, como duas figuras contrarrevolucionárias que se constituíram nos maiores expoentes filosóficos da formação da teoria conservadora e, em suma, como uma ponte dialógica com os valores do anti-iluminismo reacionário que lhe serviriam.

Encontramos em todos eles um ponto comum que os revela como incisivos adversários do processo de secularização da vida moderna já detectado por Donoso Cortés ao advertir que “[...] todas las grandes cuestiones sobre Dios parecen hoy estériles y ociosas” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 98).¹²² Este processo era entendido por Donoso Cortés como um horrendo equívoco na medida em que distanciaria os indivíduos do mundo do catolicismo, entendido este como a única salvação do homem (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 48) e da boa organização social. Com muita intensidade em Donoso Cortés é perceptível que a partir deste momento denegador dos valores religiosos expressos pelo catolicismo às revoluções políticas não mediará mais do que um curto passo.

¹²¹ Em Schmitt, leitor de Donoso Cortés, acreditamos encontrar uma teoria de apoio que serve como baluarte da resistência contra os valores liberais que tanto impacto negativo causavam ao consenso político alemão do período.

¹²² O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] todas as grandes questões sobre Deus hoje parecem estéreis e ociosas”.

Dado este passo encontramos tanto em Donoso Cortés como em De Maistre e De Bonald um claro movimento refratário à modernidade marcada pelo deslocamento rumo ao mundo da racionalidade vislumbrando, com constância, os valores da França pré-revolucionária.¹²³ Donoso segue confirmando que os movimentos históricos encontram-se orientados por um querer divino cuja tentativa humana de substituí-lo em tal complexa engenharia redundaria em nada mais do que “[...] el edificio entero de la creación venga abajo, sepultándose a sí mismo en sus gigantescos escombros”. (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 111).¹²⁴

Este movimento de negação da racionalidade secularizadora que desde a Revolução Francesa se propõe substituir a legitimação política desde os referenciais religiosos encontrará abordagem em uma das obras componentes da primeira maturidade de Schmitt, *Politische Theologie*, de original publicação no ano de 1922.¹²⁵

¹²³ Em outra parte de nosso trabalho doutoral ao ocupar-nos do movimento conservador revolucionário iremos nos trabalhar a variante modernista reacionária, conceito disseminado por Herf, (ver HERF, 1990), para explicar boa parte da alternativa que aqui denominamos conservadorismo revolucionário em sua aceitação dos valores técnicos da modernidade que serviriam a instrumentalizar os fins que, logo na década de 30, se proporiam cumprir os nacional-socialistas aos quais tanto apoio prestaram os conservadores revolucionários.

¹²⁴ O texto permite a seguinte tradução: “[...] o edifício inteiro da criação venha abaixo, sepultando a si mesmo em seus gigantescos escombros”.

¹²⁵ Interessa recordar que a *Politische Theologie*, (SCHMITT, 2009g; 2006a; 2005b; 2001i; 1996a), que tem esta sua primeira edição em 1922 encontraria sua segunda edição no ano de 1934, em pleno regime nacional-socialista e também já configurada a adesão de Schmitt ao regime. Igualmente importante é notar que sua segunda edição é posterior em dois anos à segunda edição do *Der Begriff des Politischen*, de 1932, (SCHMITT, 2007; 2002; 1992a). Isto sim, uma segunda versão de *Teologia Política*, daqui em diante *Teologia Política II*, (SCHMITT, 2001m; 1996b), viria a ser publicada no ano de 1969 em resposta a um texto de teólogo cristão chamado Eric Peterson. Quando da publicação da segunda edição de *Politische Theologie*, Schmitt escreve um tão breve quanto cuidadoso texto intitulado *Advertência à Segunda Edição*, datada de novembro de 1933, ou seja, quando já encontrava-se configura e bem postos os horizontes políticos e jurídicos do regime nacional-socialista. Schmitt reitera que trata-se de uma segunda edição a qual não comportava alterações (cf. SCHMITT, 2001, p. 21), sendo também (a) “[...] conservado en su totalidad el acercamiento al normativismo liberal y de su clase de “Estado de Derecho”

Partindo de uma leitura donosiano-conservadora o texto emerge como marcado por seu viés autoritário derivado de conceitos conservadores anti-ilustrados, projetivos de conceitos que aplainariam o terreno para um Estado totalitário, todavia de titulares desconhecidos, cuja proximidade histórica era iminente.

Dentre os conceitos conservadores retomados e trabalhados por Schmitt encontra-se o decisionismo, que ademais de identificado em Hobbes, é igualmente observável com clareza em Donoso Cortés.¹²⁶ Trata-se de autor cuja relação com o conceito de decisionismo encontra apoio entre os comentaristas (ver MOLINA, 2003; PÉREZ 2005; PÉREZ, 1993), sendo ele reputado como um decisionista autocrático (cf. BORDA, 2006, p. 35), malgrado as leituras contrárias (ver DÍEZ DEL CORRAL, 1984, p. 583). O decisionismo donosiano é um dos conceitos que não apenas irá habitar o núcleo da filosofia política schmittiana como irá propagar diretamente seus efeitos também em sua filosofia jurídico-constitucional. A crítica de Díez del Corral acerca da leitura de Donoso como decisionista se sustenta em que, na verdade, o movimento de Donoso estaria dirigido à ordem, de modo ainda mais firme quanto seja possível suplantar a mera vontade (cf. DÍEZ DEL CORRAL, 1984, p. 583). Segundo o comentarista a “[...] decisión aquí quiere decir algo fundamentalmente distinto que dentro de una concepción

(Ib.) mas, contudo, alerta, que (b) “[...] sólo se han omitido los pasajes que trataban de cuestiones sin importancia” (Ib.). Mas acresce uma diferença que resultaria importante em momento posterior: (c) “Actualmente ya no distinguiria entre dos tipos de pensamiento jurídico, sino tres, a saber: además del normativista y el decisionista, también el institucional”. (Ib.). Aos trechos acima sugerimos as seguintes traduções: (a) “[...] conservada em sua totalidade a aproximação ao normativismo liberal e de seu tipo de Estado de Direito”; (b) “[...] apenas foram omitidas passagens que tratavam de questões sem importância”; (c) “Atualmente já não se distinguia entre dois tipos de pensamento jurídico, mas, sim, entre três deles, a saber, ademais do normativista e o decisionista, também o institucional”.

¹²⁶ O decisionismo que Schmitt irá recepcionar de Donoso Cortés supostamente encontra referência primária em Egidio Romano, cuja obra de 1300 intitulada *De ecclesiastica potestate*, a qual o autor concebe à raiz do embate entre Felipe, o Belo, e o papado (cf. BORDA, 2006, p. 86).

verdadeiramente voluntarista, donde es preciso escoger entre términos ofrecidos en un mismo plano”. (*Ib.*).¹²⁷

Díez del Corral sustenta que no caso de Donoso “[...] hay una sumisión entera de la misma, reconocimiento, no proclamación de un orden subsistente por sí y trascendente al hombre” (*Ib.*),¹²⁸ o que justificaria sua posição de que “[...] tomar a Donoso como modelo de decisionismo es jugar con una equívoca significación del término a todas luces improcedente” (*Ib.*).¹²⁹ Reputar o decisionismo como um equívoco em Donoso encontraria justificativa porque “[...] de todo punto impropio hablar de verdadera decisión: no puede ‘decirse’ el orden que por principio es superior a toda determinación humana y tan sólo exige ‘adhesión’. (*Ib.*).¹³⁰

Um dos movimentos por meio dos quais Donoso Cortés aproxima-se de Schmitt tem lugar quando procede à crítica do liberalismo como um instrumento metodológico para dar curso à sua teoria. A ideia é de utilizar esta aproximação ao liberalismo como um espelhamento, de cuja crítica parte para afirmar o seu conceito de decisionismo. Em Donoso Cortés é perceptível sua crítica ao liberalismo visando suplantar os seus mais diretos inimigos na busca da assunção do poder quando da queda da monarquia em meados do século XIX.

A crítica ao liberalismo de Donoso Cortés atribui a este uma recusa constante à tomada de decisões, como se, paradoxalmente, trata-se de uma suspensão continuada do

¹²⁷ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] decisão aqui quer dizer algo fundamentalmente distinto que dentro de uma concepção verdadeiramente voluntarista, onde é preciso escolher entre termos oferecidos em um mesmo plano”.

¹²⁸ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] há a sua inteira submissão, reconhecimento, não a proclamación de uma ordem subsistente por si e transcendente ao homem”.

¹²⁹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] tomar a Donoso como modelo de decisionismo é jogar com uma equívoca significação do termo a todas luzes improcedente”.

¹³⁰ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] de todo ponto impróprio falar da verdadeira decisão: não pode “dizer-se” a ordem que por princípio é superior a toda determinação humana e tão somente exige a ‘adesão’”.

processo de tomada de decisão a partir de uma decisão. Esta crítica que seria também apresentada por Schmitt em sua *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*. A decisão por não decidir, o adiamento *sine die* da decisão é convergente com o princípio relativista que habita o liberalismo em uma leitura, quer seja ela mais ou menos radical, mas congruente com os seus princípios. O seu surgimento na crítica schmittiana a partir de Donoso Cortés.

Esta retomada crítica se dá a partir de sua leitura de que o liberalismo valora de modo idêntico a todos os valores, desconsiderando se ocupam posição majoritária em sociedade ou não. É neste aspecto que encontramos a atribuição a Donoso Cortés de sua oposição “[...] às neutralizações e relativizações liberais” (FERREIRA, 2010, p. 94), o que torna-se congruente com um catolicismo cujos referenciais religiosos unificam a virtude e os valores nos conteúdos postos pela vontade divindade ao tempo em que se opõe ao distanciamento humano da vontade divina ((DONOSO CORTÉS, 1943, p. 126) , o que representaria uma distorção de tempos racionalistas.

Schmitt percebe o decisionismo em Donoso Cortés como produto de uma disposição intelectual crente em que a ditadura supõe a ocorrência, e solução, do caso extremo (cf. SCHMITT, 2009g, p. 67), ideia desde a qual a crítica ao liberalismo acima referida não apenas é necessária como indispensável. Uma vez verificada a ocorrência do caso extremo, a quem caberia decidir, em termos donosianos, é uma resposta que não requer refinada retórica, mas, antes, apenas a identificação objetiva do soberano, figura esta marcada como sendo, ao mesmo tempo, “[...] rey y pontífice” (DONOSO CORTÉS, 1954, p. 39), figura esta do pontífice-rei que se apresenta como fundamentada no direito divino e por direito humano (cf. DONOSO CORTÉS, 1954, p. 55).

Nestes termos, a figura do livre soberano dono de perfeição absoluta (cf. DONOSO CORTÉS, 1943, p. 107), de quem dependem as coisas mais substanciais e

excelentes do mundo (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 80). Contudo, há comentaristas a indicar que a base legitimatória do decisionismo de Donoso Cortés não poderá ser encontrada exclusivamente em sua fé católica. Alerta Díez del Corral que “[...] el decisionismo de Donoso no se da en un plano de verdades teológicas, sino en el de las realidades históricas, en un plano eminentemente político”. (DÍEZ DEL CORRAL, 1984, p. 582).¹³¹

Malgrado esta leitura que sugere o distanciamento de Donoso de um decisionismo interpretado a partir de viés teológico, nos interessa aqui afirmar que a leitura e apropriação conceitual realizada por Schmitt sugere-nos caminho diferenciado, e não necessariamente autêntico, deste sugerido por Díez del Corral. Schmitt retoma de Donoso Cortés o conceito de decisionismo¹³² com pronunciado corte cesarista com fins específicos, dado que sua construção posterior indica que seu maior interesse residia em obter um mais consistente apoio para a construção de sua própria teoria decisionista, algo para o que a fundamentação religiosa serviria mais intensamente do que uma fundamentação desta distanciada.

O exercício do poder e sua legitimação encontraria, nos albores do século XX, uma abordagem desde um liberal-conservadorismo de homens como Weber, ocupados com a elite a quem caberia a tarefa de decidir. Momento pretérito, encontramos um Donoso Cortés para quem restava clara a escolha perante as ameaças. Perante os seus diversos modelos de ocorrência política sua predileção estava posta: a ditadura. Tal escolha não se dava sem a tentativa de expor a circunstância em que isto teria lugar:

¹³¹ O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] o decisionismo de Donoso não se dá em um plano de verdades teológicas, mas sim no das realidades históricas, em um plano eminentemente político”.

¹³² Interessa afirmar, conforme admitido pelo próprio Díez del Corral, que a leitura de Donoso Cortés como um decisionista é uma das interpretações possíveis, ao lado de sua leitura como um tradicionalista rigoroso por outras correntes hermenêuticas (*cf.* DÍEZ DEL CORRAL, 1984, p. 582).

[...] la cuestión es ésta [...] trata-se de escoger entre la dictadura de la insurrección y la dictadura del Gobierno; puesto en este caso, yo escojo la dictadura del Gobierno, como menos pesada y menos afrentosa. [...] Trata-se de escoger entre la dictadura que viene de abajo y la dictadura que viene de arriba; yo escojo la que viene de arriba, porque viene de regiones más limpias y serenas; trata-se de escoger, por último, entre la dictadura del puñal y la dictadura del sable; yo escojo la dictadura del sable, porque es más noble. (DONOSO CORTÉS, 1946b, p. 202-203).¹³³

A ameaça da ditadura que vem de baixo ou a que vem de cima, entre diferentes tipos de ditadura, era o único horizonte donosiano sem que mediasse um terceiro gênero. Uma das alternativas que lhe habitavam o horizonte era a ditadura das massas, igualmente por ele desprezada. A sua preferência recaía sobre a primeira delas, a ditadura da elite, em grande parte marcante de um antecedente de pensadores conservadores como Pareto, a qual não encontra-se em absoluto marcada por qualquer nível de discussão (*cf.* SCHMITT, 2009g, p. 67) mas, isto sim, busca confirmar, como De Maistre, a submissão à pura autoridade por meio de indebatível obediência (*cf.* GORRAÍZ, 1993, p. 237), e nisto a nota de destaque acerca da lógica da ditadura, que estabelece uma igualdade formal, que a todos em mesmo plano submete. Em Schmitt, todo o contrário, o que lhe marca as raízes teóricas é precisamente o processo decisório que tangencia qualquer espécie de processos argumentativos.

Em Donoso, portanto, a resposta ao problema político histórico é clara. Quando Schmitt recepciona o autor e observa os intensos dilemas políticos da quadra histórica que lhe tocara viver experimenta a valia donosiana, a quem reconhece ser “[...] l’araldo teorico di una dittadura conservatrice [...]” (SCHMITT, 1996b, p. 70).¹³⁴ Tal nobre

¹³³ O texto permite a seguinte tradução: “[...] a questão é esta [...] trata-se de escolher entre a ditadura da insurreição e a ditadura do Governo. Postas as coisas nestes termos, eu escolho a ditadura do Governo, posto que menos pesada e afrontadora. [...] Trata-se de escolher entre a ditadura que vem de baixo e a ditadura que vem de cima. Neste caso eu escolho a ditadura que vem de cima, posto que vem de regiões mais limpas e serenas. Trata-se, portanto, de escolher, entre a ditadura do punhal e a ditadura do sabre. Neste caso, eu escolho a ditadura do sabre, posto que esta é mais nobre”.

¹³⁴ O texto permite a seguinte tradução: “[...] o precursor teórico de uma ditadura conservadora”.

posição intelectual lhe posicionaria como uma “[...] teoria della dittadura e del decisionismo, che si era mosso contro il nemico ultimo ed estremo, il socialismo ateo [...]” (SCHMITT, 1996b, p. 73).¹³⁵ A clara definição de Donoso Cortés é bastante útil para um Schmitt que já desde o início dos anos 20 – e *Die Diktatur* representa um primeiro passo para tanto – vê-se imerso na tentativa de responder aos problemas de seus dias. Assim, portanto, concluirá que aquele que ocupe uma posição de mando deve efetivamente ser proveniente de posições superiores¹³⁶ cujo direito de mando derive das forças divinas. A decisão aqui emerge como a de um só já não seria mais a de um monarca, aspecto no qual Donoso se contrapõe a De Maistre e De Bonald.

Se naqueles momentos já não haveriam mais reis disponíveis ou quem disposto estivesse a assumir os seus postos à expensas do apoio popular, advinham tempos que, portanto, talvez fossem incapazes de remontar a experiência divina como fonte última legitimatória do político em seu sentido tradicional, de onde o discurso legitimador de uma franca ditadura tem reserva o seu lugar (cf. LUKÁCS, 1959, p. 529). Dias nietzscheanos que se mostravam incapazes de compartilhar a experiência de Deus, nos quais ainda insistia De Maistre em remeter ao pecado original (ver DíEZ, 2005; VILLALMONTE, 2009) como elemento componente da articulação em torno ao político.

1.3. O TEOLÓGICO E O POLÍTICO: ENTRE DONOSO E SCHMITT

Malgrado este distanciamento entre o divino e as várias dimensões da vida ordinária, todavia persiste a compreensão schmittiana do vigor explicativo de uma visão

¹³⁵ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] teoria da ditadura e do decisionismo, que era articulado contra o inimigo último e extremo, o socialismo ateu [...]”. Malgrado esta definição do inimigo último na figura do socialismo, é certo que Schmitt viria a reconhecer que Donoso encontraria em um segundo momento o valor do socialismo mais radical em sua posse de uma resposta decisiva às questões mais radicais, algo do que a sua crítica indicava estar destituído o liberalismo.

¹³⁶ Este é um aspecto que encontra-se muito presente em argumentações conservadoras revolucionárias e, como veremos no capítulo III, presente em Spengler.

teológica da política que permite estabelecer paralelo entre o poder onisciente da divindade com a do poder político do poder centralizado anteriormente ocupado pela figura do monarca. Algum governo destituído deste poder marcado pela concentração similar ao monárquico de bases divinas parecia ser tão inviável em Schmitt quanto, momento anterior, em Donoso Cortés, que apresentaria como impensável o cometido liberal de “[...] gobernar sin pueblo y sin Dios; empresa extravagante e imposible [...]”. (DÍEZ DEL CORRAL, 1984, p. 585).¹³⁷

A teologia política schmittiana aparece conectada ao seu decisionismo à base de sua original e profunda lástima pela força de projeção da filosofia revolucionária francesa sobre a vida daqueles dias, ou seja, que “[...] la *voluntas Dei in ipso facto*, que antes podía justificar todo, ha tenido que ceder a la legitimación histórica *ex ipso facto*” (SCHMITT, 2000, p. 122).¹³⁸ Este mundo agora desabitado e desorientado pela força de uma vontade divina revela que um mundo agora desdivinizado, quando sugere-nos Wolin que “[...] *só a ditadura* podía salvar o mundo da era sem deus do humanismo secular” (WOLIN, 1998, p. 185).¹³⁹ Donoso Cortés de fato sugere que a configuração do divino é essencial à existência humana bem como para suas organizações políticas terrenas, pois assinala a verdadeira tragédia que representa para o homem a debilitação de sua fé (*cf.* DÍEZ DEL CORRAL, 1984, p. 581), em suma, o derrocamento de sua própria condição.

¹³⁷ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] governar sem povo e sem Deus é um empreendimento esdrúxulo e impossível [...]”.

¹³⁸ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a vontade de Deus *ipso facto*, que antes poderia tudo justificar, teve que ceder à legitimação histórica *ex ipso facto*”.

¹³⁹ Interessa neste sentido sublinhar que Schmitt é um dos autores que se mostra profético quanto ao processo de secularização da cultura e, em especial, do porvir histórico alemão, marcado, hoje mesmo, pelo avanço deste processo secular.

Conforme a argumentação presente em Wolin e Díez del Corral há uma questão central em Donoso Cortés que pode ser identificada com o valor da religiosidade católica para a existência humana. A dimensão deste papel encontra-se em uma aproximação negativa ao sustentar que toda a referência perdida, divina, neste caso, sugeria a emersão de um mundo destituído de significação, cujos conflitos sugeriam um único encausamento em termos políticos, qual seja, a ditadura.

Esta remissão ao teológico sugerida por Wolin além de ser conectada ao conceito de soberania em Donoso Cortés¹⁴⁰ também aparece em seu contemporâneo conservador Balmes quando sustentava que o monarca enfeixava todo o poder, a saber, a expressão do querer popular, hábil que era os seus braços reais que “[...] allanaban todos los obstáculos y triunfaba de // todas las resistencias” (BALMES, 1950, p. 556).¹⁴¹ Como Donoso estava acompanhado por Balmes, também a cultura conservadora em Weimar acompanharia Schmitt em sua leitura do conservadorismo contrarrevolucionário francês em sua busca de exterminar todos e quaisquer obstáculos e resistências no sentido de implementar os seus projetos políticos.

A fixação de um poder forte como última *ratio* do político se apresenta como um dos eixos teóricos que emprestam clareza à *Politische Theologie* e a sua tentativa de isolar o poder terreno do soberano reitor das coisas humanas e suas decisões sobre o político de qualquer tipo de controle ou ingerência de poderes espirituais a ele não conectados. Esta conexão se dá de forma tão intensa que Donoso Cortés realiza

¹⁴⁰ O conceito de soberania em Donoso aparece detalhadamente abordado nas conhecidas *Lecciones del Ateneo* ministradas entre 1836 e 1837 em Madrid, fala à qual Díez del Corral chama a atenção terem sido “[...] dedicadas casi exclusivamente al problema de la soberanía; sólo de pasada se tocan otros extremos de la teoría política” (DÍEZ DEL CORRAL, 1984, p. 563). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] dedicadas quase exclusivamente ao problema da soberania; apenas de passada são tocados outros extremos da teoria política”.

¹⁴¹ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] aplinar todos os obstáculos e triunfava sobre todas as resistências”.

importante movimento no sentido de afirmar que as instituições de Igreja encontram-se de tal forma dispostas que tornam impossível a tirania ou as rebeliões (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 57), enfim, como apareceria já em Schmitt, a Igreja Católica a “[...] verdadeira portadora de um princípio de forma jurídica e de uma ideia política” (FERREIRA, 2009, p. 32). A transposição deste conceito do teológico para o político se desmarca da inviabilização da tirania mas mantém a rebelião como algo fora do horizonte dado o nível de submissão e estrita obediência que do teológico migra para o político.

Neste sentido se pode afirmar que o conceito schmittiano de soberano encontra sua inserção no Estado de exceção desempenhando papel bastante similar na moderna política ao que na vida religiosa aquele desempenhado pelo milagre. A este respeito recorda Wolin que

[...] the practice of “political theology” aims at nothing less than the “transubstantiation” of the debased body politic [...] that can only be accomplished by the charismatic sovereign, the modern-day analogue to the divine monarch of absolutist times. (WOLIN, 1990, p. 400).¹⁴²

O eruditismo de Schmitt o faz retroceder à Idade Média e rever o papel que em seu momento desempenhara a teoria do poder divino dos reis como forma legitimadora de seu poder, movimento este que, atualizado, poderia auxiliar no desenho de uma legitimação da autoridade estatal. A este respeito comenta Bendersky que o trajeto percorrido pela Igreja Católica no sentido de fundamentar a autoridade do Estado na divindade seria uma concepção retomada ainda que parcialmente pelo Partido Católico de Centro alemão (*cf.* BENDERSKY, 1989, p. 40; ver GOTTFRIED, 1991, p. 266), ao qual, por certo, pertencera o pai de Schmitt, partido com o qual o autor viria a manter

¹⁴² Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a prática da “teologia política” objetiva nada menos do que a “transubstanciação” de um rebaixamento do corpo político [...] que pode apenas ser executada pela soberania carismática, uma analogia dos dias que correm com a monarquia divina dos tempos absolutistas”.

relações no decorrer da década de 20. Em torno ao catolicismo Donoso Cortés estruturava uma direta relação de dependência entre a obediência na esfera do político e a obediência a esfera do religioso (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1954, p. 437).

A construção teórica de corte autoritário schmittiana converge com a concepção do Partido Católico de Centro acerca da relação entre liberdade e poder, cuja conclusão era de que “[...] il supremo messaggio non è la libertà [...] ma la legge divina e naturale” (BENDERSKY, 1989, p. 40).¹⁴³ Esta leitura do catolicismo de centro permitia a afirmação de uma tradição autoritária que Schmitt não hesitaria em perseguir com fins de reestruturar a legitimidade da nova ordem. Este conceito de legitimidade desde uma ótica conservadora, conforme nos recorda García Pastor, encontra apoio na busca de uma instância decisiva, isto é, na determinação do sujeito que é capaz de submeter e tornar-se, assim, fonte de valor para o sistema político (*cf.* GARCÍA PASTOR, 1996, p. 200).¹⁴⁴

Desde uma aproximação conservadora, o conceito de legitimidade pode ser apresentado de forma desvinculada da dimensão da legalidade, a qual pode ser estruturada a partir de sua elaboração histórico-cultural, e não divina. A leitura católico-centrista weimariana da qual Schmitt encontra-se próximo era proclive ao apoio da interpretação do político por intermédio do mítico-teológico. Nestes termos Schmitt

¹⁴³ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a suprema mensagem não é a liberdade [...] mas a lei divina e natural”.

¹⁴⁴ A este respeito destaca Ferreira que “[...] o espanhol, apesar de herdeiro das teorias legitimistas dos autores contrarrevolucionários, reconheceu a natureza específica do desenvolvimento das ideias políticas do século XIX e a impossibilidade de sustentar o conceito de legitimidade tradicional” (FERREIRA, 2010, p. 95). O autor chama a atenção para um importante aspecto que mantém conexão com a questão da legitimidade tradicional acima apontada. Trata-se de que a leitura schmittiana de Donoso é de que “[...] não há mais realismo porque não há mais reis. Por isso, não há mais legitimidade em um sentido tradicional. Permanece para ele, portanto, apenas um resultado: a ditadura” (*apud* FERREIRA, 2010, p. 95). Neste trecho restaria apontada, e confirmada, que a legitimidade real tradicional havia conhecido o seu ocaso em favor de uma nova expressável apenas nos estritos termos do conceito de ditadura.

haveria de manter certo distanciamento de tudo, e todos, quanto se propusesse o objetivo de desconstruir a estrutura teológico-política do pensamento radical.

Esta posição schmittiana indica opção por uma tradição justificadora do poder tanto quanto de um Estado de raízes autoritárias que Donoso Cortés havia anunciado já em suas fracassadas de suas linhas históricas do século XIX.¹⁴⁵ Este se vincula a fontes cuja peculiar atenção encontrava-se voltada à desentronização dos direitos e garantias dos indivíduos perante a figura do todo-poderoso Estado. Ao contrário, os esforços dos heróis schmittianos, que em sua filosofia política não raro falam pelo autor, são dirigidos, mesmo que subliminarmente, à tentativa de recompor o *status quo ante*, em que os valores monárquicos triunfaram compondo uma hierarquia de poderes em que o monarca dispunha de um inabarcável, absoluto, de tipo marcadamente antecessor a Revolução Francesa.

Sem embargo, se há algum ponto em que Schmitt detecta o declínio do Estado e, portanto, passa a sugerir que ali estaria o ponto histórico cuja fratura seria desejável resolver, este era, como bem recorda Wolin, aquele marcado pela realidade da vida política do século XVII. Esta vida política havia sido marcada pelo permanente declínio do Estado, cuja característica foi, precisamente, o da comissão para um ataque frontal

¹⁴⁵ Donoso Cortés narrava o fracasso parlamentar na Alemanha mencionando os três grandes parlamentos do período, Viena, Berlin e Frankfurt. Contudo, a Alemanha as tinha deixado perecer, e o deixara por força de que, como nos explica Donoso questionadoramente “¿Y sabeis por qué murieron así? Yo os lo diré. Murieron así porque ni dejaron gobernar ni gobernaron; murieron así porque después de más de un año de discusión nada salió, o salió humo sólo, de sus interminables discusiones” (DONOSO CORTÉS, 1954, p. 158). Com isto Schmitt uma vez mais neste seu *Discurso sobre a Europa* em 30 de janeiro de 1850 reforça a ideia de que o Parlamento é um *locus* de ineficácia política, ideia que seria integralmente recolhida mais adiante por Schmitt. Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Sabeis por que morreram assim? Eu os direi. Morreram assim por que não deixaram governar nem goveraram. Morreram assim por que, depois de mais de um ano de discussão, nada aconteceu, ou apenas fumaça se obteve de suas intermináveis discussões”.

destinado aos dois pilares básicos no período, quais sejam, os conceitos de Deus e de soberania (*cf.* WOLIN, 1990, p. 400).

Esta posição não seria convergente com a assimilação dos sinais do Iluminismo, desentronizadores da divindade e entronizando em seu lugar uma razão (*Vernunft*). Esta tentativa de substituição de Deus pela razão refletiria na forma de legitimação e exercício do poder político embora para Schmitt a de percepção da forma do poder em si não se distanciara dos movimentos precedentes a secularização iluminista. A rigor, comenta Alós, a concentração legitimada do querer político da nação nos limites do direito natural racional equivaleria a estabelecer como limite legislativo o puro capricho humano (*cf.* ALÓS, 2009, p. 166), em pura desarticulação dos mais basilares princípios do conservadorismo católico de homens como Donoso e De Maistre.

A tentativa de suplantar a ideia de Deus pela da centralidade do homem em matéria política adquiriria, portanto, um tom que a conservadores como Donoso Cortés não poderia anunciar nada mais do que desastre e caos. Este movimento poderia servir como prenúncio da repetição dos primeiros momentos da existência, com o aprofundamento do distanciamento da expressão do querer humano de uma vontade superior, divina, processo iniciado com Adão, com a sua comissão do pecado e todo o mal daí originado (ver DONOSO CORTÉS, 1943, p. 124-129; DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 778-779). Em suma, o mal está no homem (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 132) que habita nestes dias, mas no pecado original compartilhado por todos, transmitido por todas as gerações, e devendo por todas elas ser suportado quanto as suas consequências.

Em uma nova ordem sustentada sobre as decisões humanas em detrimento da inspiração e legitimação divina a organização social passaria também a colocar-se em outros termos. No centro de seus eventos já não seria possível encontrar uma forma de legitimação política que não se encontra, progressivamente, sob a forma justificadora de

decisões, passo a passo, rumando à argumentação, em detrimento do mero voluntarismo de caráter absolutista que encontrava sua possibilidade de concreta afirmação por intermédio da origem divina do poder monárquico. O caminho desta substituição do poder apontava para a legitimação última de seus afazeres políticos apenas por meio de ações que encontrassem seu referencial em um novo sujeito do poder político, ou seja, o titular do direito de receber a prestação de contas no que concerne ao político.

A esta nova configuração do poder o conservadorismo responderia de modo a não poderia subscrevê-la, pois, precisamente a razão e a capacidade argumentativa representavam para o cerne de sua forma de pensar o político a destituição de sua visão de boa organização do político em torno ao tradicional. Neste sentido, a percepção de que as possibilidades emancipatórias são típicas da tradição liberal iriam torná-las objeto de preocupação na medida em que atentavam à própria lógica interna do conservadorismo (*cf.* VON KLEMPERER, 1968, p. 20). Esta lógica já encontra-se anunciada de forma bastante clara em Donoso Cortés ao antecipar, e denunciar, que o mundo sempre segue a trilha de um racionalismo contra o qual a atenção deveria estar voltada na medida em que atentava aos mais caros e valorosos pressupostos do catolicismo que o autor qualifica e define nada menos do que como “[...] un sistema de civilización completo [...] tan completo, que en su inmensidad lo abarca todo” (DONOSO CORTÉS, 1954, p. 213).¹⁴⁶ O seu desvalor em tantos momentos combatido residia, em último movimento, em que a posse da razão pelo homem não logra distanciá-lo, senão aproximá-lo, da comissão do erro (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 123), senão quando se encontre iluminada pela luz divina (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 121), que se marcada por qualquer distância apenas sugere a presença de trevas e sombras que a tudo torna inexplicável (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 83).

¹⁴⁶ O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] um sistema completo de civilização [...] tão completo que, em sua imensidão, abarca tudo”.

Esta indicação donosiana indicava para Schmitt um assalto à tradição religiosa que apenas faria desembocar no ateísmo, igualmente alvo da condenação do autor. Se em Donoso Cortés o religioso exercia um papel indispensável para a boa, virtuosa e pacífica existência humana, esta logo viria a ser mediada por sua inflexão nos temas privados quanto nos temas de ordem política. A este respeito se conecta Schmitt quando o autor expressa o seu profundo temor por um mundo que, perante os novos movimentos filosóficos racionalistas e niilistas de origem nietzscheano, viesse a resultar desabitado pela religiosidade. Este movimento desteologizante estaria, de certa forma, a expor um medo que, malgrado próprio, esteve compartilhado com o de intensidade superior expressado por Donoso Cortés. A ilimitação do conceito do político ao terreno do dialógico, ou seja, a admissão de sua extensão ao terreno do puro enfrentamento como um recurso que todavia permanece em suas fronteiras.

A referência ao político desde esta concepção ilimitada poderia ser apresentada como um mal menor para um pensador cujo horizonte era o terror representado pelas guerras civis. Talvez a reflexão sobre este tema possa receber auxílio dos comentários de Heinrich Heine, para quem o papel do cristianismo foi o de, até onde possível, suavizar

[...] o ardor belicoso dos germanos; mas ele não pôde destruí-lo, e quando a cruz, este talismã que os acorrenta, vier quebrar-se, aí então irromperá novamente a ferocidade dos antigos combatentes, a frenética exaltação dos *berserkers* [tribo de guerreiros ferozes] que os poetas do Norte cantam ainda hoje. (*apud* POLIAKOV, 1977, p. 150).

O ardor bélico dos germanos a que se refere Heine é um dos pontos que, posteriormente, seria reclamado no conjunto de argumentos que inspiraram a argumentação conservadora-revolucionária alemã para, passo seguinte, integrar o conteúdo do nacional-socialismo em sua consagração do mito germânico. O papel amenizador do cristianismo do espírito belicoso não se projetaria de forma importante na década de 20, algo que, contudo, não seria precisamente surpreendente para Heine:

Então, e este dia, aí de nós, há de vir, os velhos Deuses guerreiros levantar-se-ão das suas tumbas fabulosas, limparão dos seus olhos a poeira secular: Thor se erguerá com seu martelo gigantesco e demolirá as catedrais... (*apud* POLIAKOV, 1977, p. 150).

Sendo por vontade própria ou não, fato é que o mito guerreiro germânico foi atualizado ou, como diz Heine, levantado das tumbas para, logo a seguir, figurativamente encarregar-se da demolição de catedrais. Esta é uma projeção do mito germano que Heine projeta poderia ser retomada a partir de dias vindouros. As catedrais que teriam seus templos destruídos pelo gigantesco martelo de Thor não seria a mesma pretensão da Igreja Católica na leitura de Guizot.¹⁴⁷ Ao contrário, a crítica deste liberal do qual Schmitt também se mostra leitor, é de que a objeção a tutela dos direitos individuais se alicerçavam na denegação mesma do direito de interpretar os textos religiosos, cujo monopólio restava em mãos da Igreja Católica a impor a sua leitura dos textos sagrados (*cf.* GUIZOT, 1990, p. 119). Este modelo, sabemos, resultaria absolutamente convergente com a concepção do político que seria desenvolvida por Schmitt.

Da projeção empírica do texto de Heine não se poderia esperar mais do que a produção de uma considerável desordem e anarquia. Schmitt não tardaria em concluir que os muitos enfrentamentos daquela quadra histórica weimariana recomendava o aprofundamento do poder soberano. A consolidação de figura similar à divindade que tudo cria e condiciona em seu evoluir converge, em suma, com uma ditadura que opera como a única capaz de enfrentar o mal radical de sua época, distanciada e diferenciada do conceito de legitimidade (*cf.* SCHMITT, 2009g, p. 69). Esta leitura schmittiana

¹⁴⁷ Interessante assinalar que o liberalismo doutrinário de Guizot influencia notavelmente a primeira fase do liberalismo donosiano do qual, como foi destacado, viria a distanciar-se notavelmente a ponto de configurar uma das figuras de proa do conservadorismo espanhol cujo ponto de inflexão costuma ser marcado pelo terror da revolução de 1848. Este momento ficaria consignado em uma obra em especial, os seus *Ensayos sobre el catolicismo, liberalismo y socialismo*, (1943), de original publicação no ano de 1851, portanto, apenas dois anos antes de seu falecimento.

confirma a opção de que para tempos turbulentos como aos que lhe tocaram viver tanto a Schmitt como a Donoso Cortés, era não só apenas como clara e única a alternativa: “[...] la dittatura” (SCHMITT, 1996b, p. 68). Em sua aproximação ao tema nos recorda Wolin que “Dictatorship alone could save the world from the godless era of secular humanism” (WOLIN, 1990, p. 401)¹⁴⁸ e, isto, indubitavelmente, é uma concepção muito aproximada de Donoso Cortés, malgrado deste não se ocupe diretamente em seu escrito. Desta leitura Wolin nos recorda a proximidade de Schmitt com Jünger. A este respeito, conforme veremos adiante neste trabalho,¹⁴⁹ em *Blätter und Steine*, Jünger havia escrito que “[...] to the extent that the race degenerates, actions takes on the character of *decision*”. (apud WOLIN, 1990, p. 401).¹⁵⁰

Uma literatura deste gênero auxilia a melhor perceber o que nos informa Bendersky de que seria possível a Schmitt realizar movimento de aproximação de um poeta como Theodor Däubler, autor que descreve Schmitt como “[...] un uomo la cui vita e la cui arte erano fortemente improntate da un conflitto interno tra i valori dell’illuminismo liberale e il cattolicesimo” (BENDERSKY, 1989, p. 45).¹⁵¹ Resulta claro que a proximidade de Schmitt muito intensamente se deu com os pensadores anti-iluministas, muitos dos quais católicos. Uma destas referências que viemos trabalhando é a leitura donosiana que em sua retomada schmittiana remete ao “[...] integrismo católico, el sector más radical del tradicionalismo, inspirado principalmente por el papa

¹⁴⁸ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a ditadura sozinha pode salvar o mundo de uma era sem Deus marcada pelo humanismo secular”.

¹⁴⁹ O movimento de interpretação do conservadorismo revolucionário de Ernst Jünger e suas conexões com Schmitt irá ser estudado no capítulo VII deste trabalho doutoral.

¹⁵⁰ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] na medida em que a raça se degenerava, ações tomavam o caráter de *decisão*”.

¹⁵¹ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] um homem cuja vida e cuja arte eram fortemente marcadas por um conflito interno entre os valores do Iluminismo liberal e o catolicismo”.

Pío IX (1792-1878) [...]” (BORDA, 2006, p. 106).¹⁵² Esta sugestão de Borda nos aproxima ao caráter avesso às mudanças e reformas de todo tipo presentes na filosofia política donosiana, entendendo os fenômenos históricos como absolutos e orientados por uma tradição que haveria de ser mantida quando uma boa e pacífica sociedade houvera de seu pensada e projetada. (cf. Díez del Corral, 1984, p. 585).

Em Schmitt o conflito que pode gerar mudanças não aparece como em algumas de suas fontes como algo a enfrentar-se mas, antes, como algo positivo, gerador mesmo de desenvolvimento, como sustentaria o conservadorismo revolucionário alemão de início do século XX. O conflito em Schmitt ocupa uma posição positiva que em certa medida se distancia da concepção unitário-religiosa donosiana, que resume o paraíso na falta de enfrentamento mas que logo da comissão do pecado e do distanciamento humano de Deus haveria de observar o conflito como inerente à vida.

O liberalismo agnóstico entronizador dos valores materialistas que triunfavam quando Schmitt adentra no cenário político alemão de inícios da década de 20 era um período que encontrava-se marcado por um distanciamento do homem da dimensão religiosa. Para Donoso Cortés igualmente era claro o quanto deveria o econômico não encontrar-se em posições superiores a todas as demais (cf. DONOSO CORTÉS, 1954, p. 153). O conjunto de valores materiais que sobrepujava aos espirituais era algo que causava espécie a certas tradições e, como sugere Bendersky, “[...] a dispetto del benessere materiale gli uomini erano diventati poveri diavoli che sapevano tutto, ma che non credevano in niente, che erano interessati a tutto, ma non si entusiasmarono di

¹⁵² O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] integrismo político, o setor mais radical do tradicionalismo, inspirado principalmente pelo Papa Pío IX (1792-1878) [...]”.

niente” (BENDERSKY, 1989, p. 45).¹⁵³ Schmitt não desconheceria e nem mesmo se oporia aos valores que o mercado importava mas, por outro lado, tornar-se-ia um crítico da reificação do mundo econômico bem como do mundo das finanças, cujas práticas se distanciavam consideravelmente das tradições germanas mais castiças.

Em Donoso Cortés igualmente encontra-se uma posição que supera o liberalismo de sua primeira fase para uma segunda que, como vimos, aposta decisivamente no conservadorismo reacionário e o catolicismo, entendido como única via da salvação cujo encaminhamento político teria lugar por meio da ditadura. Esta era pensada como um instrumento eficaz o suficiente contra os males representados pelas ameaçadoras correntes revolucionárias inspiradas pelo socialismo que continha uma visão materialista e a explicação econômica da vida que, segundo possível angulação, pouco dista de seu antípoda liberal neste particular.

Tão intensa quanto esta aversão ao socialismo é possível observar em Donoso Cortés é a leitura de Schmitt, sendo que o primeiro pode ser lido como alguém para quem “[...] el origen de los males los ve Donoso en la falta de autoridad y en la maldad de los gobernados, no de los gobernantes” (BORDA, 2006, p. 43).¹⁵⁴ É bastante razoável admitir que a perspectiva antropológica de Donoso Cortés é mesmo de um corte que muitos não hesitariam classificar como pessimista, ideia retomada por Díez ao realçar o seu profundo pessimismo histórico (*cf.* DÍEZ, 2005, p. 30). Um dos seus comentaristas, García, encontra que à base do pensamento donosiano está uma

[...] visão pessimista do homem, culpado do pecado original e, consequentemente, inclinado à desordem, o que explica, como afirma, que quando as nações prescindem do catolicismo e aceitam o

¹⁵³ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a despeito do bem-estar material todos os homens tinham torna-sedo uns pobres diabos que tudo sabiam mas que não acreditavam em nada, que eram interessados em tudo mas que não se entusiasmavam com nada”.

¹⁵⁴ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “A origem dos males é visto por Donoso na falta de autoridade e na maldade dos governados, não dos governantes”.

liberalismo e o racionalismo, produz-se o mal no mundo. (GARCÍA, 2010, p. 449).

A carga da culpa carregada pelo homem provém do pecado original adâmico, e este é transmitido pelas gerações, que suportam inexoravelmente o peso da culpa da espécie. Trata-se de uma culpa que se comunica, mas que saberá Deus extrair do mal o bem, mas também castigar a posteridade de Adão. A sentença condenatória de Adão, portanto, lhe transcende e atinge todas as gerações humanas (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 207). Em suma, como diz Donoso, “Los hombres, en el nacer, en el vivir, en el morir, todos somos unos, porque todos somos culpables y todos somos penados” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 138),¹⁵⁵ e se somos mesmo todos culpados, o castigo poderá ser imposto, voluntarista e aleatoriamente, pelo todo-poderoso.

Em reforço desta interpretação o próprio Donoso Cortés não hesita em admitir que sob o sol nada mais vil existe que o homem (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 70), iluminado tão somente pela carga da culpa primitiva que lhe acompanha (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p.140). Este viés pessimista que lhe caracteriza se projeta sobre sua filosofia política se manifesta de forma bastante clara em oposição à tradição liberal-ilustrada, oposição esta também indicada por Díez del Corral (ver DÍEZ DEL CORRAL, 1984, p. 554-555).

Portanto, é possível pensar o mal em Donoso Cortés como algo que encontra-se dentre os governados mas não dentre os governantes, que existe *no* homem e dele provém (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 132) nunca da divindade, perfeita e infalível. Isto configura, portanto, situação de que sua aplicação ao político implicará um forte apoio a roteiros políticos autoritários, quando não mesmo ditatoriais. Schmitt reconhecerá esta interpretação de Donoso Cortés de sorte que se permite defender a

¹⁵⁵ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Os homens, ao nascer, ao viver, ao morrer, todos somos unidade, porque todos nós somos culpados e todos nós somos presidiários”.

ideia de que “[...] il dispetto per il genere umano che traspare dai suoi scritti è troppo grande e profondo per poter risultare romanticamente interessante e attraente quanto quello di altri pessimisti del XIX secolo” (SCHMITT, 1996b, p. 73),¹⁵⁶ em suma, um pessimismo antropológico que, em verdade, se vê aprofundado, algo reafirmado em sua opinião de que para Donoso Cortés “[...] per lui l’uomo è un essere ripugnante, ridicolo, del tutto corrotto dal peccato, votato all’errore, un essere che, se non fosse stato redento da Dio stesso [...]”. (SCHMITT, 1996b, p. 74).¹⁵⁷

Esta negativa marca antropológica presente no espanhol é detectada por Schmitt de sorte a propor de que tal ator histórico não haveria de conduzir as transformações históricas que tivessem lugar, senão na medida em que neste curso dos tempos emergira alguém com poder forte o suficiente para tomar as decisões que os parlamentos já não podiam oferecer por meio de inócuos debates, reforçando uma posição cara às posições reacionárias sobre a incapacidade parlamentar para restabelecer a ordem normal (*cf.* ALÓS, 2009, p. 168). Nascidos da reação contra as monarquias absolutas os parlamentos representavam um movimento definitivamente contrário ao poder unitário, apostando por uma concepção teórica do poder dividido (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1954, p. 464).

Mas se os parlamentos historicamente surgem como reação às monarquias absolutas, momento seguinte, na quadra histórica que lhe tocava viver, Donoso Cortés haveria de ver-se enfrentado com uma transição das monarquias parlamentares a um outro momento histórico todavia indefinido mas de fortes cores republicanas inspirados

¹⁵⁶ O texto permite a seguinte tradução: “[...] a raiva pelo gênero humano que emanam de seus escritos são tão grandes e profundos para poder resultar romanticamente interessante e atraente como o dos pessimistas do século XIX”.

¹⁵⁷ O texto permite a seguinte tradução: “[...] para ele o homem é um ser repugnante, ridículo, completamente corrompido pelo pecado, devotado ao erro, um ser que, se não estivesse redimido pelo próprio Deus”.

nos valores racional-iluministas do revolucionarismo francês. Portanto, a transformação histórica observada por Donoso Cortés – e que seria retomada por Schmitt – em seu momento encontrava-se em que a ordem real tradicional perdera os seus fundamentos de legitimidade. A nova ordem que vislumbrava poder substituí-la era apenas por uma ditadura que, logo, seria conceito que resultaria útil na sua apropriação schmittiana.

À parte esta primeira leitura de sua visão antropológica, o fato é que o catolicismo representa em Donoso Cortés uma base unificadora de sua concepção de sociedade (*cf.* JIMÉNEZ, 2001, p. 401). Este elemento unificador opõe-se às possibilidades da intervenção da razão cujo viés crítico desestabiliza o mundo dogmático orientado por um catolicismo não menos radical que habita o conservadorismo donosiano e que posteriormente encontraria recepção em Schmitt em sua crítica da função desestabilizadora do parlamentarismo liberal discutidor cujas referências germanas Schmitt localizava em românticos alemães como Novalis e Adam Müller, posto que igualmente apostavam na conversação eterna (*cf.* SCHMITT, 2009g, p. 59).

O conservadorismo revolucionário se distancia da discussão com a mesma intensidade que a presente no conservadorismo de maistreano,¹⁵⁸ elemento centralmente valorizado pelo liberalismo, sendo este um dos pontos centrais da conexão do conservadorismo revolucionário e schmittiano com o texto donosiano. Para este último, em sua segunda fase sempre esteve claro o desvalor da tolerância, ínsita das políticas

¹⁵⁸ Neste sentido, por exemplo, assinala Gorráiz “Que cada hombre tenga su propia opinión en cualquier tipo de problemas sin que exista una verdad que se imponga absolutamente significa que todo está sometido a la libre discusión, incluidos los principios más antiguos: los prejuicios y las tradiciones” (GORRÁIZ, 1993, p. 237). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “Que cada homem tenha a sua própria opinião em qualquer tipo de problemas sem que exista uma verdade que se imponha de modo absoluto significa que tudo está submetido à livre discussão, incluídos nisto os princípios mais antigos, a saber, os preconceitos e as tradições”.

liberais tanto quanto, inversamente, de sua exigência de decisão por parte de um governo forte perante um deliberacionismo próprio e inarredável, ao tempo em que ineficaz, das práticas liberal-parlamentares.

O discurso schmittiano refratário à discussão é mais um aspecto que pode ser lido por meio das lentes do conservadorismo que, ademais de Donoso Cortés, também admite aproximação com a filosofia política de De Maistre. Neste, como em outros conservadores, é atribuível à democracia e seus apoiadores a culpa por seus descaminhos. A crença nas possibilidades da razão humana encontra-se à raiz deste discurso que em De Maistre resta patente quando sustenta a temeridade de buscar entender temas além das capacidades do espírito humano.

Esta é uma ideia que se conecta com a visão donosiana de que a liberdade outorgada ao homem pela divindade é moeda de duas faces para a salvação na medida em que o mesmo opte por seguir à inspiração divina ou, então, chave da perdição, quando não lhe dê ouvidos: “[...] obra conmigo tu salvación, o piérdete tú solo; no te quitaré lo que te dí [...] te dí el libre albedrío [...]” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 74).¹⁵⁹ Schmitt encontrará a limitação do indivíduo para intervir na esfera do político e empreender discussões, mesmo nos parlamentos, devido a este seu estado de obnubilação cujo único remédio encontrar-se-ia apenas na possibilidade da inspiração cristã.

O livre arbítrio cristão em Donoso Cortés que lhe era concedido ao homem pela divindade encontrava uma absoluta limitação: haveria ela de ser exercida por intermédio da inspiração divina (“[...] obra conmigo tu salvación, o piérdete tú solo;”) sob pena de extravio. Em Donoso, o homem pouco sabe, e o Deus que lhe habita a obra “[...] hace todas las cosas acabadas y perfectas, [o que] no era propio de su infinita sabiduría dar la

¹⁵⁹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] obra comigo a tua salvação ou perde-te sozinho; não te tirarei o que te dei [...] te dei o livre arbítrio [...]”.

verdad al mundo [...]” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 46)¹⁶⁰ mas se algum acesso a ela houver, se dará apenas e tão somente por intermédio da palavra da fé na divindade.¹⁶¹ Esta é uma ideia que sugere-nos a cobrança de unidade em torno ao que seja revelado pela divindade. Em uma tentativa de aproximação a filosofia política schmittiana este é um conceito que sugere proximidade com o conceito schmittiano de unificação do político em torno da ação do soberano excludente dos raios de divergência no âmbito do Estado.

Esta é uma percepção negativa sobre a participação pública no âmbito político por meio de discussões e também uma leitura bastante presente em Schmitt, para quem o processo de unificação ocorrerá por intermédio da ação da soberania própria do *Führer*. O autor descarta, portanto, o debate, próprio da cultura política liberal, o que caracteriza a sua preferência pelo incremento de poder do Executivo e não pela qualificação do Poder Legislativo, ou seja, encontramos uma franca aposta no *agere*, e não no *deliberare* (cf. FIJALKOWSKI, 1966, p. 59).¹⁶²

Este discurso que marca distancia dos processos parlamentares argumentativos reclama grande importância no desenho do conservadorismo político donosiano e que viria igualmente a ganhar atualidade com idêntica intensidade no primeiro quarto do

¹⁶⁰ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] faz todas as coisas acabadas e perfeitas, [o que] não era próprio de sua infinita sabedoria dar a verdade ao mundo [...]”.

¹⁶¹ Esta é uma ideia que aparece com certa clareza quando Donoso Cortés admite que a existência de direta relação entre fé e verdade na medida em que “[...] la disminución de la fe, que produce la disminución de la verdad, no lleva consigo forzosamente la disminución, sino el extravío de la inteligencia humana” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 25). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] a diminuição da fé, que produz a diminuição da verdade, não leva forçosamente consigo a diminuição, senão ao descaminho da inteligência humana”.

¹⁶² O pré-aviso do partido nacional-socialista quanto à recepção desta cultura conservadora mediada pelo conservadorismo revolucionário germano encontrou um de seus momentos de expressão em 1928. Neste ano se publicara a *Verfassungslehre* de Schmitt, no que marcava também quatro anos antes da reedição do *Der Begriff des Politischen*, edição na qual seria reiterado o conceito central da obra.

século XX. Esta mostra do discurso antiliberal retomada por Schmitt se mostra convergente com os princípios da literatura jüngeriana,¹⁶³ a qual já desde há muito vinha sendo colocando a ordem e a estabilidade como dois dos eixos sobre os quais caberá avaliar o poder público (*cf.* BALMES, 1950, p. 259).¹⁶⁴ Neste aspecto, embora devamos admitir que não há nota conhecida de um contato direto ou indireto entre Balmes e Jünger, isto sim, podemos sugerir uma conexão da temática jüngeriana com a filosofia política do conservadorismo balmesiano por intermédio de Schmitt, leitor de Donoso (ver VALVERDE, 1958). É possível reclamar uma tal ideia¹⁶⁵ ao valer-nos da filosofia conservadora de Schmitt, mesmo por força de que o contato entre este movimento teórico e a tradição de Balmes é direta em muitos aspectos, dentre os quais o crítico enfoque do liberalismo burguês e sua vida parlamentar como um infundável e inócuo debate.

¹⁶³ Em sentido convergente com a posição conservadora revolucionária Jünger adverte para o fato de que a burguesia se constitui como um estado ou estamento que utilizou tal status para convertê-la em mera máscara para atuar em favor de seus interesses (*cf.* JÜNGER, 1993, p. 25). Neste aspecto a aproximação com a filosofia política schmittiana que ataca ao liberalismo burguês por sua luta no espaço público tão somente como uma forma camuflada, mera fachada que oculta a proteção dos interesses particulares (*cf.* SCHMITT, 1996a, p. 47-48). Neste aspecto, resta clara a proximidade com a crítica marxista do liberalismo burguês, da qual aqui não nos ocuparemos. Para uma leitura aproximativa de Marx com Schmitt, ver DOTTI, (2001). Para uma leitura mais genérica sobre as relações entre o conservadorismo e o marxismo, ver BRÜSEKE, (2005).

¹⁶⁴ Este é tema que o conservadorismo concebe na organização sociopolítica a partir de sua intelecção da natureza e o universo que encontram-se sob o signo da ordem e da harmonização. A este respeito, ver BALMES, (1950, p. 342-343).

¹⁶⁵ Segundo Balmes, a discussão que tinha lugar no âmbito dos debates sobre o político e a arte de governar mostrava-se de todo infecunda (*cf.* BALMES, 1950, p. 447), restando ainda clara a sua posição contrária ao proveito das assembléias como úteis a governar (*cf. Ib.*), sendo realmente melhor quando apenas um manda e os demais obedecem cegamente (*cf.* BALMES, 1950, p. 448). A cega oposição às assembléias é que, diz Balmes, “[...] todo se prueba, todo se combate [...] no hay nada tan cierto y evidente sobre lo cual no se puedan esparcir sombras y dudas [...]” (*Ib.*). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] não há nada tão certo e evidente sobre o qual não se possa espalhar sombras e dúvidas”.

A crítica liberal era mantida em comum entre Balmes e Donoso Cortés assim como também com importantes segmentos da tradição conservadora. Para Donoso, contudo, este movimento crítico era necessário como forma de impedir a consolidação histórica de uma alternativa teórica, movimento inverso ao que realizaria Schmitt nos anos 20, instalado que já encontrava-se o liberalismo na Constituição weimariana. A tradição é o movimento inspirador de Donoso Cortés, sendo tão somente ela capaz de ensejar um “[...] perpetuo testimonio de la verdad [...]” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 140),¹⁶⁶ em uma época marcada pelo ocaso das monarquias e as suas formas de exercício do domínio político. A isto, contudo, era acrescido um outro relevante ponto mais, a saber, um enfrentamento último no qual não cabia a derrota, a saber, aquele a ser mantido contra as forças do socialismo, debate este novamente posto a Schmitt.

1.4. A ESTRUTURA DO ANTILIBERALISMO SEGUNDO DONOSO CORTÉS

No cenário histórico em que se movia Schmitt era conveniente a retomada de uma tão intensa crítica política como a donosiana que (i) reclamava o enfrentamento e a derrota de um socialismo que mostrava sua força nos sérios embates mantidos nos últimos dias do regime guilhermino assim como no alvorecer de Weimar, (ii) que confirmava a sua valia dogmático-teológica à base da sociedade como fator de estabilidade em um momento em que o deslocamento destes valores e a instabilidade política se mostrava crescente e (iii) que a filosofia política donosiana era relevante na medida em que se contrapunha aos poderes emergentes por meio de uma aberta luta valendo-se de um firme viés conservador. Este é o contexto em que Donoso Cortés logo se apresentará como um firme defensor da necessidade de um novo e forte poder emergente ao qual não hesita em denominar ditadura. Quanto a estes aspectos, e muito

¹⁶⁶ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] perpétuo testemunho da verdade [...]”. (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 140).

especialmente quanto ao conceito de ditadura, Schmitt logo saberia como recepcionar este aspecto do conservadorismo autoritário-teológico de Donoso Cortés.¹⁶⁷

A batalha final de Schmitt não seria esta, mas para vencê-la a sua receita é buscada na ditadura de Donoso Cortés quando percebe o gigantesco combate último que e avizinha. Este caminho schmittiano pelas vilezas supostas pelo conceito de ditadura serviria para supostamente tornar factíveis, quando não encurtar caminhos, para as demandas por respostas políticas de uma Alemanha de forte marca autoritária que, logo a seguir, o nacional-socialismo e o fascismo não se furtariam em aperfeiçoar a implementar como a única resposta adequada para os dilemas daquele momento. Para Schmitt, entrados os anos 30, esta logo se veria transformada em uma necessidade teológico-política para a salvação de um futuro projetado a partir da presente crise weimariana cuja realização era vista em função de caos e anarquia.

No momento do recrudescimento do embates das tradições anticonservadoras com o liberalismo vinha acompanhado de forte diatribe antisocialista percebe-se como o interesse de Schmitt por Donoso Cortés lhe seria útil. Ademais do antisocialismo, igualmente lhe será importante o movimento crítico realizado por Donoso Cortés relativamente a ideologia da restauração monárquica. Reconhecendo que não havia espaços para reis naquela quadra histórica, Donoso Cortés preconizaria a concepção de uma nova estrutura de poder, uma franca e aberta ditadura. A admissão da sucumbência da monarquia não representava, contudo, a aposta no fim do poder absoluto, senão o contrário, a aposta donosiana residia no recrudescimento do poder central sob a forma da ditadura. A retomada desta crítica donosiana foi posta a serviço por Schmitt para

¹⁶⁷ É possível observar uma disputa de fundo entre o conservadorismo religioso de Donoso Cortés recepcionado por Schmitt com todo um novo mundo que parecia surgir no primeiro quarto de século europeu, notadamente na vida alemã. A quadra histórica que lhe tocou a Schmitt viver oferece pontos de partida para os debates políticos e filosóficos que marcam a emergência de um mundo em que a técnica projetaria o seu valor, tema ao qual Schmitt não passaria ao largo.

uma teoria amplamente conservadora, algo que converge com sua leitura do espanhol como um “[...] araldo teórico di una dittadura conservatrice [...]”. (SCHMITT, 1996b, p. 70).¹⁶⁸

A defesa do conceito de ditadura em Schmitt encontra-se vinculado a uma matriz católica voltada à afirmação do poder concentrado, algo que certamente caía bastante bem aos propósitos político-jurídicos da teoria defendida por Schmitt. Donoso Cortés defende a ideia de que a obra divina condiciona a liberdade humana em seu estado absolutamente perfeito no momento da criação (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 99-100). Em suma, a liberdade se apresenta como a obediência voluntária às legítimas potestades (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 99-100) para exigir ao homem o seu cumprimento mediante plena submissão. Este indivíduo livre possui existência que não passa de uma “[...] combinación de esta libertad con aquella providencia constituye la trama variada y rica de la Historia” (DONOSO CORTÉS, 2009, II, cap. I)¹⁶⁹ que, logo, torna-se possível interpretar em conexão política com o conceito de soberania. Ao partir desta visão do poder da divindade que não lhe era estranha, Schmitt encontraria uma fonte inconteste e infalível para os elementos que temperariam sua teoria autoritária na tese da submissão humana à uma vontade superior e onipotente posto que condiciona o conceito de liberdade.

Em Donoso Cortés, contudo, havia uma tensão de fundo entre o divino e o diabólico, entre o bem e o mal, tensão cujo desequilíbrio em favor do mal é sinônimo de desordem (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 131). A visão teológica donosiana anuncia que o mal não existe essencialmente mas, tão somente, como uma alternância do bem,

¹⁶⁸ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] arauto teórico de uma ditadura conservadora”.

¹⁶⁹ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] combinação desta liberdade com aquela providência constitui a textura variada e rica da História”.

concedido ao homem pela divindade por intermédio do mistério do livre arbítrio humano,¹⁷⁰ cujo exercício alternado para o mal apresenta-se como necessário e indispensável para que o bem e o virtuoso possa existir no mundo,¹⁷¹ também apropriadamente reconhecida por Donoso Cortés como perigosa (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 103), posto que arrisca a comissão do mal em detrimento do bem tendo em vista o distanciamento desobediente da razão humana do plano divino (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 102). A criação divina é perfeita, à luz da única possibilidade daquele que cria, perfeito que é, pois o pecado não é divino, mas humano (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 50). O ser criado, contudo, é dotado de livre arbítrio que poderá introduzir o mal.

Neste sentido, como nos diz Donoso Cortés, o catolicismo confirma que, embora não seja uma obra divina, que o mal está no mundo (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 126), não sendo este objeto direto de sua criação e lenta transformação do mundo (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 89), tão discreta que, por imperceptível, poderia servir a fins políticos nas apropriações que do autor possam ser realizadas.¹⁷² Isto sim, diz

¹⁷⁰ Donoso Cortés reconhece o livre arbítrio do homem é “[...] la obra maestra de la creación, y el más portentoso, si fuera lícito hablar así, de los portentos divinos” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 97). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] a obra magna da criação e o mais portentoso, se fosse lícito falar assim, dos portentos divinos”.

¹⁷¹ Importa mencionar que Donoso Cortés se ocupa de questionar a inserção de Deus no mundo: “Y el Dios fuerte, ¿dónde está? ¿Qué hace, que así abandona el campo a la libertad humana, reina y señora de la tierra? ¿Por qué consiente esa universal rebelión, y ese tumulto universal, y esos ídolos que se levantan, y esos grandes estragos, y esos acumulados escombros?” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 117). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “E o Deus forte, onde está? O que faz, que, assim, abandona o campo à liberdade humana, rainha e senhora da terra? Por que consente com esta rebelião universal e este tumulto universal, estes ídolos que são criados, e com estes grandes danos, e estes escombros acumulados?”

¹⁷² A ideia que subjaz a esta aproximação é de que encontramos na figura divina com um todo-poderoso criador que continua a conduzir a sua criação no decorrer da História por intermédio de

Donoso, “[...] el mal tiene su origen en el uso que hizo el hombre de la facultad de escoger [...] [que] constituye la imperfección de la libertad humana [...]”. (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 126).¹⁷³

Portanto, o mal aparece em Donoso Cortés como a própria condição da liberdade humana no mundo, pois se não existisse a possibilidade do mal, tampouco o bem poderia materializar-se (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 132). O mal que venha a ter lugar no mundo não é, então, senão manifestação de desordem não introduzida ou desejada pela divindade senão produto do livre arbítrio humano, condição de sua liberdade, capaz de salvá-lo ou de fazê-lo perder-se ao se distanciar da divindade (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 113) e da ordem que ela é capaz de impor ao mundo por intermédio de estrita obediência.

Concebida nestes moldes a teologia donosiana torna-se passível de ser projetada sobre as ideologias políticas (ver EVOLA, 2009) embora mantendo a perspectiva de que em todas as questões políticas “[...] tropezamos siempre con la teología” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 23).¹⁷⁴ Este movimento foi realizado ao ser utilizada em contraposição ao comunismo, posicionando a este dentre os mais efetivos representantes

mecanismos ocultos (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 84, 89). Esta figura é caracterizada como a de um “[...] governador soberano de todo lo que existe” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 83), concepção a partir da qual permite-nos uma leitura teológico-política máxima centralizadora do poder em termos aproximador ao conceito de ditadura soberana schmittiana que logo evoluiria definitivamente na década de 1930 para o totalitarismo do III Reich.

¹⁷³ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] o mal tem sua origem no uso que o homem fez da faculdade de escolher [...] [que] constitui a imperfeição da liberdade humana [...]”.

¹⁷⁴ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] tropeçamos sempre com a teologia”.

do mal cujo enfrentamento haveria de encontrar resolução histórica. Schmitt retoma esta aplicação do teológico ao político a qual aplicar a sua argumentação teórica do conceito de amigo-inimigo (*Freund-Feind*). Ainda assim, a apropriação desta oposição, tensa, em Donoso, serviria como condição indispensável para que fosse posta em cena a necessidade de que fosse combatido e vencido o mal, qualquer que fosse o preço, pelo redentor da humanidade, cujos vetores, na religião e na política, apontavam para a divindade e, no segundo, para o *Führer*, que encarnava o correto querer popular.

Sob esta compreensão da reta vontade e direção política da figura soberana que coabita o teológico e o político encontramos uma concepção de Donoso Cortés que investe no aprofundamento da inaptidão do homem à apreensão dos fatos que lhe rodeiam bem como e, talvez principalmente, a perseguir os mais altos objetivos que as sociedades se propõem. Encaminhar as ações a partir de guias políticos sustentados na autonomia da vontade cidadã encontraria clara oposição em sua concepção da Igreja, seu papel e dogmas. Isto resta meridianamente claro ao dizer-nos que ela “[...] ha defendido la libertad [...] y la autoridad, contra los pueblos que aspiraron a una emancipación absoluta; y contra todos, los derechos de Dios y la inviolabilidad de sus santos mandamientos [...]” (DONOSO CORTÉS, 2009, I, cap. III).¹⁷⁵ Neste âmbito, com

¹⁷⁵ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] defendeu a liberdade [...] e a autoridade contra os povos que aspiraram a uma emancipação absoluta, e contra todos, os direitos de Deus e a inviolabilidade de seus santos mandamentos”.

certeza, não resta espaço suficiente para a intervenção de um homem que compreenda o seu mundo e que nele pense interferir de modo positivo.

A teologia de Donoso afirma a supremacia de um mundo cujo sentido é dado por dogmas, cujas intransigentes verdades são acessíveis a um corpo de intérpretes que traduzem a *Sua* vontade. Aqui se trata de um querer e o desígnio da própria divindade que é traduzido pelo poder terreno que assim resta legitimado em seu imensurável soberania. Contudo, se é certo que a verdade para Donoso encontra sua possibilidade de expressão na medida em que se encontre conectada com o catolicismo, por outro lado, a reflexão sobre o político aproximará a ideia de que aquele que desempenhe o poder político haverá de manter-se em tão unívoca, onisciente e onipotente posição quanto a ocupada na esfera religiosa pela divindade.

A projeção desta aproximação entre o teológico donosiano com o âmbito do político vem em apoio da doutrina de Estado totalitária. Não menos intensamente sugerimos que apoia e confirma o sentido da máxima schmittiana sobre o poder do soberano, a saber, de que *Führer hat immer Recht*.¹⁷⁶ Com base nesta sua inquestionável correção, haveria de encontrar legitimação mítico-estética – a legalidade era a sua própria vontade, como em qualquer esquema totalitário – para um agir descompromissado com a legitimação ética do político e também do jurídico.

¹⁷⁶ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “O *Führer* tem sempre razão”.

Descrito nestes moldes, este é um mundo em que o cartesianismo não disporia de maior espaço. Donoso Cortés sustenta que a teoria de Descartes de que a verdade nasce da dúvida se manifesta como absolutamente contrária à lei divina que preside as relações existentes no tempo e no espaço. O conservado espanhol deseja confirmar que o autor se apoia na ideia de que “[...] en virtud de esta ley, la duda sale perpetuamente de la duda, y el escepticismo del escepticismo, como la verdad de la fe, y de la verdad la ciencia” (DONOSO CORTÉS, 2009, I, cap. III).¹⁷⁷ Se o ceticismo cartesiano ganha espaço tão pronunciado, a retomada schmittiana do conservadorismo teológico-político donosiano não apresentaria tantos problemas, senão reforço argumentativo, no momento em que opõe este ceticismo antropológico aos conceitos democráticos. Retomado este nos termos em que é corriqueiramente utilizado pela tradição anglo-saxônica nos deparamos com uma aproximação da defesa democrática realizada por Kelsen.¹⁷⁸

Este ceticismo mostra um perfil da filosofia política donosiana perpassado por uma firme crença na constituição de uma ordem natural igualmente embasada na ideia de que a religião era, nada menos, do que “[...] el fundamento indestructible de las sociedades humanas” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 24).¹⁷⁹ A projeção desta ordem

¹⁷⁷ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] em virtude desta lei, a dúvida provém perpetuamente da dúvida, e o ceticismo do ceticismo, como a verdade da fé, e a verdade da ciência”.

¹⁷⁸ Um dos eixos críticos com os quais também Schmitt também enfrentar-se-ia era sustentado por Kelsen quando, por exemplo, afirma a inviabilidade de que os dialéticos processos sociais encontrem alguma síntese final, uma verdade absoluta ou mais elevada (cf. KELSEN, 1977, p. 86).

¹⁷⁹ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] o fundamento indestrutível das sociedades humanas”.

natural inarredavelmente baseada na religião na construção da ordem política que não poderia ser reconstruída ou redimensionada segundo termos alijados da tradição católica. Contudo, como diz Borda, a compreensão de como opera este ceticismo não pode se dar fora da realidade espanhola do século XIX (*cf.* BORDA, 2006, p. 47),¹⁸⁰ realidade sobre a qual Donoso procurava imprimir a ideia de que a diminuição da fé estava conectada a diminuição da verdade (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 24).

Esta ligação entre a dimensão religiosa, a verdade¹⁸¹ e a política resta algo mais clara quando o autor admite que “[...] toda afirmación relativa a la sociedad o al

¹⁸⁰ Ligeiro desenho do período mencionado traçado por Esdaile parece-nos conveniente citar aqui tão somente como forma de brevíssima percepção do momento em que aquela leitura de mundo teve lugar: “A la muerte de Carlos III –dice– en 1788, España era un Estado imperial floreciente, con un comercio transatlántico en continuo crecimiento [...] un Imperio colonial de vastas proporciones [...] y una marina de guerra que se contaba entre las más poderosas de Europa. En 1808, sin embargo, todo se había ido al traste. España estaba en bancarrota y exhausta, aislada de sus colonias, despojada de su poderío naval y sojuzgada por un aliado tan implacable como peligroso” (*apud* BORDA, 2006, p. 47). É certo que Donoso falece na metade do século, em torno aos anos 50, enquanto a Espanha todavia se mostrava como uma potência florescente mas, e isto é igualmente certo, suas ideias continuavam produzindo certos efeitos quando a realidade passava a estar composta de muita avessas ocorrências aos interesses espanhóis. A este respeito nos comenta García-Pelayo que ainda em momento precedente a eclosão da Segunda Grande Guerra Mundial quanto apenas em circuitos mais restritos é que a obra de Schmitt circulava na Itália e na França, na Espanha, contudo, o seu trabalho já era alvo de extensa acolhida e difusão (*cf.* GARCÍA-PELAYO, 1992, p. 373). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “Quando da morte de Carlos III, se diz, em 1788, a Espanha era um Estado imperial florescente, com um comércio transatlântico em contínuo crescimento [...] um Império colonial de vastas proporções [...] e uma marinha de guerra que era arrolada entre as mais poderosas da Europa. Em 1808, contudo, despojada de seu poderio naval e subjugada por um aliado tão implicável como perigoso”.

¹⁸¹ Ao referir-nos à verdade é indispensável ter em conta que trata-se necessariamente de sua compreensão à luz da intervenção da divindade, posto que a possibilidade de ocorrência da verdade no mundo depende da conexão humana com a revelação divina, relação revelatória que não raro sofre por força do distanciamento humano de seu Criador, posto que Este lhe outorgou a liberdade de arbítrio capaz de fazê-lo perder-se no erro, ao passo que, por isto mesmo, também de permitir-lhe a salvação.

gobierno supone una afirmación relativa a Dios: o lo que es lo mismo, que toda verdad política o social se convierte forzosamente en una verdad teológica” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 26).¹⁸² Isto é congruente com a adução de razões históricas às quais recorrerá Donoso. O autor retoma especificamente a queda do império romano como exemplo de que ali onde se encontre historicamente a ascendência e queda se perceberá conjuntamente a sucumbência de sua teologia a acompanhar o momento último da decadência (cf. DONOSO CORTÉS, 1943, p. 31). Por intermédio desta observação o Marquês de Valdegamas estabelece a íntima conexão entre a vida política e a teologia que nele ocupa tão importante papel e que, momento seguinte, seria objeto da releitura schmittiana, principalmente a da *Teologia Política*.

O recurso à teologia para explicar o ocaso dos povos era também uma estratégia mais para positivamente reforçar o seu papel histórico contrariamente às pretensões laicizantes e secularizadores provenientes do racionalismo ilustrado francês. Donoso Cortés assinala que a Igreja protege o homem quando se movimenta contra sua emancipação. A visão anti-ilustrada aparece como contrária à emancipação absoluta dos homens ou, ao menos, relativizando o seu papel, colocando em relação de dependência a realização plena do ser humano de sua positiva submissão aos desígnios da divindade.

¹⁸² Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] toda afirmação relativa à sociedade ou ao governo supõe uma afirmação relativa a Deus ou, o que é o mesmo, que toda verdade política ou social necessariamente se converte em uma verdade teológica”.

Quando Donoso Cortés realiza este movimento coloca a Igreja como diretriz e diretora dos desígnios de Deus na terra, que encontraria na oposição à Sua soberania um atentado aos próprios fins da humanidade com o qual reclama unidade. A projeção que Schmitt faria deste poder soberano quando transmutado à órbita da política encontraria sua adequada figura no *Führer*, também nela resguardada a unidade com o povo e seus fins.

O ser humano quando soberanamente livre encontra-se distanciado da realização da vontade divina, com a qual a perfeição da criação reclama que se mostre unido. Uma perfeição absoluta apenas atribuível à Deus não pode encontrar na divisão de propósitos humanos relativos ao seu criador a divisa para vida mundana. Portanto, a unidade entre homem-Deus, criatura e criador, governado-governante, apresenta-se como um dos eixos da teologia política donosiana perfeita (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 107) logo reclamada por Schmitt cujo soberano encontra-se na excelsa e única posição de querer o bem e praticá-lo de forma inexoravelmente, o que é feito de forma incondicionada a partir de sua vontade criadora de tudo e por nada criada. Esta vontade última, perfeita e incondicionada ao ver-se transmutada à órbita do político permite uma leitura schmittiana da soberania que deságua no *Führer*.

Esta leitura da teologia aplicada ao político encontrada em Donoso Cortés seguramente interessaria muito a Schmitt. Fundamentalmente trata-se de que o conservador espanhol estabelecia uma íntima ligação entre teologia e política ao concentrar poderes em uma figura soberana, movimento este que, paralelamente a sua importância jurídica, permitia uma profunda crítica ao liberalismo (e daí sua utilidade nas críticas à Weimar) no campo do político:

[...] Por lo que hace a la escuela liberal, diré de ella solamente que en su soberbia ignorancia desprecia la teología, [...]. Esta escuela todavía no ha llegado a comprender [...] el estrecho vínculo que une entre sí las cosas divinas y las humanas, el gran parentesco que tienen las cuestiones políticas con las sociales y con las religiosas. (DONOSO CORTÉS, 1996b, III, cap. VIII).¹⁸³

Se de fato a teologia havia de ser abraçada como ponto central da crítica ao político, por outro lado, o deliberado distanciamento liberal da análise teológica lhe desqualificava. A sua preocupação com a desvinculação dos temas humanos e divinos que tivera aprofundamento com o processo revolucionário francês apenas permite que Schmitt retome com mais força aos críticos contrarrevolucionários De Maistre e De Bonald.

Schmitt, por sua vez, não estaria em demasia distante deste ponto quando afirmava que os conceitos políticos secularizados todavia se mantinham fiéis às linhas teológicas que lhe haviam fundado. Como Schmitt diria em sua *Teologia Política*, os conceitos políticos nada mais são do que conceitos teológicos secularizados, ou seja, que “Alle prägnanten Begriffe der modernen Staatslehre sind säkularisierte theologische Begriffe” (SCHMITT, 1996e, p, 43).¹⁸⁴ Precedentemente, embora em outros termos, Donoso Cortés havia traduzido ao plano de sua filosofia da história o impacto da teologia quando, de forma sintética, mas não menos abrangentemente, quase um século antes dissera que “[...] la teologia es la luz de la historia” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 30).¹⁸⁵ Contudo, esta teologia a que se refere o autor não é uma qualquer, mas se chama

¹⁸³ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] No que concerne à escola liberal, direi dela tão somente que em sua soberana ignorância, despreza a teologia, [...]. Esta escola todavia não chegou a compreender [...] o estreito vínculo que une entre si as coisas divinas e as humanas, o grande parentesco que tem as questões políticas com as sociais e com as religiosas”.

¹⁸⁴ Uma tradução possível para o trecho acima é: “[...] todos os conceitos expressivos da moderna doutrina de Estado são conceitos teológicos secularizados”.

¹⁸⁵ A relação entre política e teologia aparece em vários outros momentos deste principal texto donosiano. Assim, por exemplo, menciona em outra passagem que “[...] la cuestión política iba envuelta en la

catolicismo, nada menos do que um “[...] sistema de civilización completo [...] que en su inmensidad todo lo abarca” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 36),¹⁸⁶ que encontra seu autor e governador na figura de Deus (cf. DONOSO CORTÉS, 1943, p. 41).¹⁸⁷

Na sequência de sua argumentação Donoso Cortés acresce que a Igreja vislumbrara a liberdade como algo sagrado (cf. DONOSO CORTÉS, 2009, I, cap. III) mas, é claro, sua concepção de liberdade não é a que manejamos hoje bem como não era o conceito de democracia de Schmitt o mesmo que hoje nos seduz. À Igreja era dada a autêntica interpretação da virtude, do erro e da verdade, posto claro que a razão humana livre para conhecer e imperfeita em seu processo cognitivo (cf. DONOSO CORTÉS, 1943, p. 100). Neste sentido a proposta donosiana de cabia ao catolicismo encontrar os meios para proteger os homens de seus próprios vícios, não perceptíveis a eles mesmos.

Quanto aos limites da razão humana Schmitt poderia lançar mão tanto de Donoso Cortés como do antirrevolucionarismo conservador de De Maistre, cujo eixo reflexivo igualmente se apresentava por meio de sua crença anti-ilustrada de que os homens não podem ser deixados a si próprios, uma vez que isto implicaria na assunção de real, e eterna, discordância (cf. HOLMES, 1996, p. 14). A aplicação política deste conceito de um falível e constantemente equivocado homem encontraria amparo na narrativa de Donoso Cortés que, desta maneira, justificaria a irremediável necessidade de um governo forte:

[...] Nacido aquél en los dichosos días en que los altos hechos de esta nación la levantaron sobre la dignidad de la Historia, encumbrándola hasta la altura y la grandiosidad de la epopeya, gobernó con mano

cuestión teológica” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 34). Ao texto anterior sugerimos a seguinte tradução: “[...] a questão política estava envolta na questão teológica”.

¹⁸⁶ Uma tradução possível para o trecho acima é: “[...] que em sua imensidão abarca tudo”.

¹⁸⁷ Este é o contexto teórico que Schmitt percebia como favorável, condições de possibilidade para que o *Führer* (supostamente) se voltasse à proteção do povo (*Volk*) de decisões que não contemplassem seus reais interesses, pois seria ele o real e genuíno intérprete de uma vontade que, à diferença da vontade geral de Rousseau, não era infalível enquanto não filtrada por esta figura superior.

firme el gran bajel del Estado; y poniendo en silencio a la tripulación turbulentísima que iba con él, le llevó por mares inquietos a otros más apacibles y tranquilos, en donde hallaron el bajel y el piloto quieta paz y sosegada bonanza. (DONOSO CORTÉS, 1996b, III, cap. VIII).¹⁸⁸

O governante absoluto intervém para subsanar erros, corrigir rumos, para tanto empregando esforços para “[...] extirparle en lo más recóndito del entendimiento humano [...]” (DONOSO CORTÉS, 2009, I, cap. III).¹⁸⁹ Ingente tarefa na medida em que os homens se revelavam impotentes para uma definitiva erradicação de tantos que, segundo a teologia donosiana, se revelaria tarefa inviável posta a comissão do pecado original. Ligado a Donoso Cortés, Schmitt não poderia dedicar mínimo crédito a uma visão antropológica benevolente a seres humanos que desconstruísse a necessidade de um poder político forte, capaz de conduzir a nau do Estado a porto seguro. Para Donoso seus tripulantes não passavam de uma corja que mal vivia nesta nau à deriva. Tripulação revoltada, ordinária em seus atos, recrutada que fora à força, “[...] que berra e dança, até que a ira de Deus jogue essa corja rebelde ao mar, para que o silêncio volte a reinar” (SCHMITT, 1996e, p. 63) e que, portanto, apenas reclamava ordem.

Desde esta perspectiva antropológica negativa, de certo verniz hobbesiano, encontramos uma das chaves para a justificativa schmittiana do poder forte. Retomando as suas origens argumentativas no cristianismo, Donoso Cortés incute a culpa no homem para, momento seguinte, procurar encontrar um poder teológico-político capaz de expiá-la. Na esfera da política encontraremos Donoso nos oferecerá alguém que exercerá o poder ao modo e semelhança que o poder divino, ou seja, de forma redentora,

¹⁸⁸ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] Nascido aquele que os ditos dias nos quais os altos fatos desta nação a levantaram sobre a dignidade da História, encobrendo-a até a altura e a grandeza da epopéia, governou com mão firme a grande nau do Estado, e colocando em silêncio a tripulação turbulentíssima que o acompanhava, lhe levou por mares inquietos a outros mais aprazíveis e tranquilos, onde acharam a nau e o piloto apazíguia e uma sossegada calma”.

¹⁸⁹ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] extrair-lhe no mais recôndito do entendimento humano”.

capaz de expiar pecados, agora já não mais espirituais, mas políticos, dada a inspiração egoísta e os vícios nos quais os homens se entregam em sua vida em comum.¹⁹⁰

A aceitação de que a instância capaz de promover a elucidação dos fatos ou, em uma versão mais ingênua, a erradicação de erros, historicamente justificara o direito ao livre debate, ideia inserta nos avanços do constitucionalismo que Donoso Cortés conheceu tão bem em sua qualidade de constitucionalista mas que, finalmente, terminara por criticar o princípio da liberdade de discussão que fundamentara as constituições modernas (*cf.* DONOSO CORTÉS, 2009, I, cap. III). A crítica ao livre debate parlamentar como forma de compor interesses políticos adversos era o ponto de partida que sustentaria a empreitada schmittiana em seu combate aos princípios liberais da Constituição da República de Weimar.¹⁹¹

O livre debate não encontraria forma de conexão teórica com a figura de um soberano capaz de expiar pecados e impor soluções últimas por intermédio de regimes ditatoriais. Neste sentido, por exemplo, De Maistre ressaltaria o papel satânico das

¹⁹⁰ O cumprimento desta excelsa finalidade reclama amplos limites, talvez imperceptíveis a olho nú. A ânsia de poder humana torna-se um excelente pretexto para uma ordem de dominação (*Herrschaftsordnung*) e, em Schmitt, não seria diferente a concepção de que apenas um poder político extremo seria capaz de pôr termo às disputas intestinas da sociedade alemã de seu tempo.

¹⁹¹ No decorrer deste trabalho doutoral o conceito de república com o qual trabalharemos será entendido a partir da mescla de suas formulações modernas, a saber, a partir da tradição que emerge com a tradição das revoluções francesa (1776) e norte-americana (1792). Em ambos os casos encontramos sinalizações teórico-estruturais no sentido de que passaria a esfera do político como pública, em suma, caracterizada como *res publica*. Este desenho político republicano básico com o qual trabalhamos supõe a existência de corpos representativos da universalidade dos cidadãos contraposto a outros poderes, Executivo e Judiciário, entre os quais subsistem relações de ordenação e não de subordinação. Assim como ao Judiciário cabe realizar a mediação por intermédio da atividade de membros imparciais, ao Executivo lhe competirá empreender as ações políticas necessárias para a realização dos projetos políticos livremente escolhidos pela soberania popular. Esta ideia da representatividade remete ao entendimento do político como possuidora de uma derivação do poder a partir da soberania popular. Nossa interpretação do conceito de republicanismo encontra-se, portanto, conectado com o de democracia, sendo ambos partilhadores da ideia de proteção aos direitos e liberdades fundamentais.

revoluções, em especial a francesa, como forma de opor-se frontalmente a tudo quanto não representasse o Antigo Regime e o papel da tradição. Esta, e não os livres debates estruturados sobre a racionalidade humana, eram capazes de encetar a boa organização das sociedades. Assim, portanto, era a monarquia a forma adequada para que a humanidade expressasse o seu carácter natural, e não outras formas engenhadas pelo homem, como se pudera sobrepor-se à esta original e natural ordem das coisas de origem indubitavelmente divina.

Em Donoso Cortés aparece a ideia de que este homem submetido a uma ordem divina e incapaz de articular o seu meio político por intermédio do debate e do diálogo era, portanto, incapaz de alterar a sua natureza. Que assim as coisas corressem era tão desejável para Donoso Cortés quanto com a mesma intensidade indesejável para um revolucionário como Rousseau, para quem o homem pode alterar sua própria natureza por intermédio da educação (*cf.* ROUSSEAU, 1986, p. 50). Se o homem não pode ser transformado e nem sequer adotar uma postura transformadora consequente com os propósitos que tem em vista, serão as forças naturais, segundo a plêiade de pensadores aqui considerados, aquelas que guiarão o curso da história¹⁹² inspiradas por uma vontade superior divina cujos desígnios encontram-se disponíveis aos homens por intermédio da revelação, mas não conforme os desígnios de um soberano sujeito histórico, protagonista da História¹⁹³ cujos erros são de profundas e nefastas consequências, não raro, irredimíveis.

¹⁹² Para uma aproximação a filosofia da história em Donoso Cortés e os seus pontos de contato com Carl Schmitt, ver JIMÉNEZ, (2001).

¹⁹³ É interessante como aparece em García a ideia de que a versão conservadora, e católica, da História entende que o protagonismo pertence ao “[...] povo de Deus” (GARCÍA, 2010, p. 449) orientado pela divindade. Neste sentido, o enfrentamento com a ideia de autonomia do homem calcada nos valores da ilustração não poderiam encontrar-se mais distanciados.

Mas se o homem não inova e encontra-se face a velhos dilemas, antigos problemas que não parece que poder ver resolvidos, isto não passaria de falso dilema de uma razão induzida a erro por sua própria debilidade. Quem, então, dada esta qualidade inerentemente falível do homem poderia redimi-lo em um mundo agravado por suas próprias fraquezas? A solução de Donoso Cortés é conhecida, pois o recurso era à vontade divina realizada (e realizando-se) na história por intermédio de seus meros prepostos, cegos atores em um cenário estranho da vontade alheia de seu diretor, a saber, os homens. O que nos dizia Donoso Cortés a este respeito era que havia uma divindade capaz de redimir-nos, imortal e infalível:

[...] significa, a lo menos, que por la redención adquirió la potestad de romper esas cadenas y de convertir la ignorancia, el error, el dolor y la muerte en medios de su santificación con el buen uso de su libertad, ennoblecida y restaurada. Para este fin instituyó Dios su Iglesia inmortal, impecable e infalible. La Iglesia representa la naturaleza humana sin pecado, tal como salió de las manos de Dios, llena de justicia original y de gracia santificante; por eso es infalible, y por eso no está sujeta a la muerte. (DONOSO CORTÉS, 2009, I, cap. III).¹⁹⁴

Schmitt não fugirá completamente ao roteiro de Donoso e encontrará na figura do *Führer* o substituto terreno ideal para esta incapacidade humana para conduzir seus próprios destinos sem um poder à mítica imagem do *Leviatã*, de Hobbes. Este lhes servira de guia eficiente, mas ocorreria a busca de um poder legitimado para além do puro temor, buscando um todo-poderoso e onisciente, com o poder de um Deus presente, como sugeriram de alguma forma tanto Donoso Cortés, De Bonald e De Maistre.

¹⁹⁴ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] significa, ao menos, que através da redenção adquiriu o poder de romper estas cadeias e de converter a ignorância, o erro, a dor e a morte em meio de sua santificação com o bom uso de sua liberdade, enobrecida e restaurada. Para este fim Deus instituiu sua Igreja imortal, impecável e infalível. A Igreja representa a natureza humana sem pecado, tal como saiu das mãos de Deus, cheia de justiça original e de graça santificante; por isto é infalível, e por isto não está sujeita a morte”.

Esta síntese conservadora e contrarrevolucionária interessou profundamente a Schmitt. O contexto ao qual Schmitt procurava responder era conflitivo e ao autor lhe parecia razoável a saída ditatorial de corte donosiana, em seus primeiros momentos retomada em *Die Diktatur*, de 1921. A figura histórica que vira a ocupar, com apoio de Schmitt, o posto de ditador era, como indica Bracher, nada mais do que de um “[...] pequeno-burguês fracasado, que tratava de compensar sus complejos de inferioridad a base de radicalismo político y entusiasmo bélico” (cf. BRACHER, 1995, vol. 1, p. 69).¹⁹⁵ A figura do soberano schmittiano era, conforme aproximação de Sanromán, “[...] el equivalente en lo político del Dios creador de la teología católica” (SANROMÁN, 2004, p. 3).¹⁹⁶ Neste contexto, portanto, e de modo bastante próximo a teologia política donosiana, ao *Führer* era reservado um

[...] decisivo papel desempeñado por la glorificación pseudorreligiosa de um *Führer* y su espectacular ascenso [...] movimiento [...] estructurado y funcionaba en completo acuerdo con el principio del caudillaje [...] [no qual] la figura central era Adolfo Hitler. (BRACHER, 1995a, p. 69).¹⁹⁷

Do ponto de vista da organização sociopolítica também encontramos um paralelo na teologia de De Maistre e De Bonald com o papel exercido pelo *Führer* em Carl Schmitt. Esta forte aproximação alcançou extremos tais como o de que quando

¹⁹⁵ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] pequeno-burguês fracasado, que tratava de compensar seus complexos de inferioridade à base de radicalismo político e entusiasmo bélico”.

¹⁹⁶ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] o equivalente político a Deus criador da teologia católica”.

¹⁹⁷ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] decisivo papel desempenhado pela glorificação pseudo-religiosa do *Führer* e de sua espetacular ascensão [...] movimento [...] estruturado e que funcionava em completo acordo com o princípio do caudilhismo [...] [no qual] a figura central era Adolf Hitler”.

Göring é elevado a posição de Presidente do Reichstag, a consigna foi a de que “[...] todos nosotros aprobamos siempre lo que hace el *Führer*”. (*apud* BRACHER, 1998, p. 323).¹⁹⁸

Esta sugestão de Bracher sobre a situação ocorrida com Göring é ilustrativa quanto ao poder mítico outorgado ao *Führer* passível de explicação em termos teológico-donosianos. Neste contexto é que Schmitt recupera, e termina por equiparar, a ideia de decisão conforme o conceito é pensado na Igreja. Um aspecto fundamental deste conceito é o seu carácter inapelável, algo capaz de seduzir a um pensador como Schmitt que vislumbra o exercício do poder no âmbito de um Estado totalitário. Historicamente isto teria lugar aos poucos anos do início da década de 30 com a participação de Schmitt sob a tutela e extensa proteção não apenas de Hermann Göring¹⁹⁹ como também de Hans Frank²⁰⁰ (1900-1946), que posteriormente cairia em desgraça no regime.²⁰¹

¹⁹⁸ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] todos nós aprovamos sempre o que o *Führer* faz”.

¹⁹⁹ Interessante recordar com Holmes que Schmitt apenas logra manter sua cátedra na Universidade de Berlin após 1936 graças a intervenção de Göring (*cf.* HOLMES, 1995, p. 56). Em que pese tal proteção, ao parecer muito atemorizado, Schmitt abandona as reflexões políticas e apenas se dedicará publicamente à pesquisas na área do direito internacional, campo no qual, por certo, será chamado pelo regime nos anos 40.

²⁰⁰ Frank nasceu em Karlsruhe em 23 de maio de 1900 e faleceu, condenado ao enforcamento, no dia 16 de outubro de 1946 em Nuremberg. Jurista, manteve contatos com Schmitt e foi, igualmente, filiado ao Partido Nacional Socialista, motivo pelo qual lhe foi possível exercer o cargo de Governador-Geral da Polónia, posição que lhe responsabiliza pela morte de milhões de pessoas, entre judeus e poloneses nos campos de concentração naquele país.

²⁰¹ Isto caracterizaria Schmitt como um intelectual altamente comprometido com o regime nacional-socialista (*cf.* RÜTHERS, 1989, p. 53). À época tornava-se necessário encontrar fontes justificatórias e

O caráter de decisão inapelável publicamente exposta como derivada da vontade certa e inapelável do ditador encontra obediência pública pela percepção destas decisões como se provenientes de uma instância de poder que reclamasse atos de fé. Uma esfera política organizada de tal maneira desperta como consequência uma sociedade pensada como ato de pura submissão cidadã. Isto não apenas encontrava-se ponderado por Schmitt como encontrava-se presente em Donoso Cortés. O apoio na teologia deste último para melhor aproximar-se à teoria da concessão e concentração de poderes. Em Donoso, e não menos em Schmitt, seria possível entender a transição do poder religioso ao político, com transmutação de conteúdo, mas não de forma. Dizia Donoso que “[...] el orden pasó del mundo religioso al mundo moral, y del mundo moral al mundo político. El Dios católico, criador y sustentador de todas las cosas, las sujetó al gobierno de su providencia” (DONOSO CORTÉS, 2009, I, II).²⁰² Este era o salvador, o redentor, que, logo, em Schmitt haveria de ser trasladado de uma esfera puramente espiritual para cumprir funções terrenais bastantes concretas.

legitimadoras do caráter concentrador das decisões políticas tomadas pelo Estado em caráter definitivo e não-argumentado. Neste sentido, o paralelo com as decisões religiosas vinha a calhar, e Schmitt poderia realizar tal trabalho de forma bastante eficiente mesmo quando se tenha em vista as suas origens católicas e, sobretudo, pela proximidade com o Partido Católico de Centro que encontra-se próximo de muitos dos membros dos altos cargos do III Reich.

²⁰² Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a ordem passou do mundo religioso ao mundo moral, e do mundo moral ao mundo político. O Deus católico, criador e mantenedor de todas as coisas, as subordinou ao governo de sua providência”. Quanto ao papel da Providência na filosofia da história donosiana, ver MAGAZ, (1999a, 1999b).

Esta figura redentora na filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana se organiza em torno a figura do Presidente do Reich (*Reichspräsident*), o eixo de poder político que remete à estrutura teológica donosiana. Esta figura enfeixaria tantos poderes como resultara possível a um soberano. Sua tarefa primeira era a de legitimar o regime mas, sobretudo, a sua figura. Esta tarefa do soberano vinha acompanhada de outra, a saber, de antever e de suprir as necessidades individuais, notavelmente no primeiro quinquênio da República de Weimar. A sua era uma vontade realizadora marcada pela infalibilidade que em Rousseau encontrava sua tradução no conceito de vontade geral. Em Schmitt esta ideia é retomada a partir de mais direta fonte donosiana,²⁰³ para quem tal tarefa era cumprida pelo *Führer* à luz e semelhança da concepção da divindade em Donoso Cortés, que dispõe e realiza a redenção humana: “La intolerancia doctrinal de la Iglesia ha salvado el mundo del caos. Su intolerancia doctrinal ha puesto fuera de cuestión la verdad política, la verdad doméstica, la verdad social y la verdad religiosa [...]” (DONOSO CORTÉS, 2009, I, cap. III).²⁰⁴ Neste sentido

²⁰³ É possível desenvolver uma aproximação entre o conceito de vontade geral em Rousseau e este seu aspecto infalível com a constituição de uma vontade cesárea. Foge aos nossos propósitos neste momento um exame detalhado desta variável que, contudo, aqui resta assinalada.

²⁰⁴ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a intolerância doutrinal da Igreja salvou o mundo do caos. Sua intolerância doutrinal colocou fora de questão a verdade política, a verdade doméstica, a verdade social e a verdade religiosa”.

emerge o conceito de intolerância como instrumento benévolo na teologia política donosiana para cumprir as finalidades de estabilização política.²⁰⁵

Neste aspecto Schmitt toma por empréstimo de Donoso Cortés a ideia de que a intolerância não seria um mal em si em um regime ditatorial porque disposto o *Führer* à busca do interesse social. Tomado este à luz do divino no esquema de Donoso, também viria a salvar os indivíduos de uma naufrága sociedade weimeriana mas que, seguramente, ainda não estava colocada na posição do melvilleano mito de Benito Cereno reclamada por Schmitt no pós-Segunda Grande Guerra Mundial. Todavia ocupando posição de protagonismo, a sociedade weimariana encontrava-se distanciada do discurso em torno à assunção de verdades, não afeitos a um liberalismo em tempos de crítica nietzscheana, mas, isto sim, todavia presente em Donoso Cortés cuja fala é de que

[...] verdades primitivas y santas, que no están sujetas a discusión, porque son el fundamento de todas las discusiones; verdades que no pueden ponerse en duda un momento, sin que en ese momento mismo el entendimiento oscile, perdido entre la verdad y el error, y se oscurezca y enturbie el clarísimo espejo de la razón humana. (DONOSO CORTÉS, 2009, I, cap. III).²⁰⁶

Para Schmitt o *Führer* era tão capaz de ligar-se à verdade quanto o poder político absoluto o era no texto de Donoso. Para o espanhol era a Deus a quem cabia o

²⁰⁵ Neste contexto não há espaço para a contestação, admissão para uma sólida oposição política a quem era o paradigma do bem. A oposição em regimes totalitários como este que viemos trabalhando neste texto representa termos de permissão para a sua eliminação (*vernichten*).

²⁰⁶ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] verdades primitivas e santas, que não estão sujeitas a discussão, porque são o fundamento de todas as discussões; verdades que não podem ser postas em dúvida sequer por um momento, sem que este momento o entendimento oscile, perdido entre a verdade e o erro, e reste obscurecido e enturbado o claríssimo espelho da razão humana”.

exercício de tão intenso poder, que o promove sobre os homens para supostamente não apenas evitar sua queda no mais profundo dos abismos como realizar sua salvação. Estas profundezas em que o homem sucumbiria quando distanciado de sua unidade com Deus eram observadas por Donoso e por Schmitt quando do anseio e busca popular pela autonomia, a saber, uma inspiração liberal dos regimes democrático-representativos.

Contudo, se estavam realmente postas em jogo partes que observavam apenas uma delas ter acesso à verdade (*Führer*) e uma outra (indivíduos e grupos), suscetível à comissão de erros, marcada por intensa falibilidade, portanto, em suas deliberações. A perspectiva de Schmitt e dos demais conservadores era clara no sentido de impossibilitar aos cidadãos o ato de intervir de modo influente sobre as decisões políticas, movimento este claro não apenas em Donoso que reclama a unidade do soberano decisor como também para Hitler e o nacional-socialismo como veremos nos próximos capítulos dedicados ao conservadorismo revolucionário.

Por outro lado, ao retomar a citação acima encontramos que a intolerância que se mostra presente no texto de Donoso Cortés irá claramente constituir o cerne da *Weltanschauung* schmittiana. A intolerância brotaria como um dos atributos do *Führer*, e isto teve lugar na medida em que ele representa a unidade e tudo que lhe oponha não poder merecer resposta distinta que a da intolerância. Em suma, a lógica da teoria é de que o *Führer* enfeixa no seu querer a demanda da própria vontade geral, a qual pode encontrar sua possibilidade de materialização no mundo por meio da sua *figura*. Como

bem recorda Marcuse, era o “[...] *partido* nacional-socialista e seu líder [que] ofereciam o aparato terrorista indispensável que unia o todo antagônico”. (MARCUSE, 1999a, p. 115).

A aproximação e transposição de conceitos ao terreno teológico para terreno do político (*des politischen*) permitiu que o filósofo de Plettenberg assumisse a valia de conceitos absolutos na seara do político. Retomando a De Maistre, comenta que para este último “[...] a infalibilidade é [...] a essência da decisão inapelável, e a infalibilidade da ordem espiritual possui a mesma essência da soberania da ordem do Estado” (SCHMITT, 1996a, p. 122), ideia esta que viria todavia a reforçar em outro momento ao afirmar, entrado o ano de 1934, em seu *Über die drei Arten des rechtswissenschaftlichen Denkens*, que “[...] el dogma católico-romano de la infalibilidad de la decisión papal contiene también elementos jurídicos fuertemente decisionistas” (SCHMITT, 1996c, p. 28),²⁰⁷ abordagem que reforça não apenas a sua leitura do político a partir da teologia como também do poder e de sua forma de exercício e de legitimação.²⁰⁸

Esta projeção da infalibilidade sobre o mundo encontra-se muito claramente em Donoso Cortés, entendida a partir da ação divina sobre o mundo. O autor a faz operar sobre o mundo de sorte a que o produto de sua obra tenha sucessão na História, pois

²⁰⁷ Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] o dogma católico-romano da infalibilidade da decisão papal também contém elementos jurídicos fortemente decisionistas”.

²⁰⁸ A interpretação deste tema em nosso trabalho requer leitura cruzada, e acurada, pelo menos, deste capítulo I com o capítulo X.

perfeita é desde a criação (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 46), afim e apropriada com a projeção concreta de Sua infinita sabedoria. Daí a possibilidade de retomada desta dimensão interpretativa do poder do Estado como infalível remete tanto à leitura donosiana como, e talvez principalmente, em De Maistre, de expressa referência à infalibilidade do poder papal (*cf.* GARCÍA, 2010, p. 445).

Repercute na filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana esta forma de percepção do poder. A intervenção do *Führer* na esfera política com a declarada promessa de que a ditadura regularia a vida ordinária por meio desta intervenção de um *caudillo* cujo convencimento se daria, como sugere Bracher, apelando “[...] a los instintos e intereses más heterogéneos [...]” (BRACHER, 1995a, p. 232).²⁰⁹ Malgrado este primeiro movimento de apelo, o *caudillo* haverá de empregar seus melhores esforços no sentido de alcançar a homogeneização em detrimento da heterogeneidade, algo que em Donoso fica provado historicamente por intermédio de sua manifestação favorável ao movimento realizado na Península Ibérica no sentido de “[...] extirpar, de forma fervorosa e devota, as primeiras silhuetas da heresia”. (PAVANI, 2010, p. 98).

Nestes termos colocado o argumento, torna-se desnecessário falar de algum grau de tolerância presente no pensamento conservador donosiano ou em sua recepção por vias transversas pelo pensamento conservador revolucionário dos anos 20 na Alemanha. Não se suporia operativo o conceito de tolerância entre os desiguais, aliás, inexistente.

²⁰⁹ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] aos instintos e interesses mais heterogêneos”.

Aos desiguais caberia, antes, exterminar-lhes ou retirar-lhes do convívio segundo a proposta de Donoso. Este processo iniciado, não encontraria seu termo na figura do desigual mas, também, invadiria o terreno dos absolutamente iguais. Na versão totalitário-nacional-socialista haveria espaço para a procedência da separação e extermínio de determinados grupos reputados indesejáveis, já não com base em questões étnicas ou religiosas, mas ampliando-as para outras dimensões (saúde, cultura, preferências sexuais, etc.). Portanto, a prática do extermínio no conservadorismo católico donosiano aparece como um elemento destinado ao combate do *outro*, do estrangeiro ou diferente, mas que agora é elemento retomado pelo conservadorismo revolucionário do século XX germano bem como por parte do movimento nacional-socialista, que não seria cabível como necessária em um mundo onde a heterogeneidade fosse a marca distintiva.

Schmitt conclui que a infalibilidade e a soberania eram conceitos sinônimos perfeitos (*cf.* BRACHER, 1995a, p. 232). Nisto, embora por vias inversas, recordamos Rousseau ao mencionar a infalibilidade do soberano, o povo (*Volk*), que expressa a vontade geral, que se demonstra sempre de forma infalível (*cf.* ROUSSEAU, 1986, p. 42). Este é um conceito divergente daquele presente em Donoso Cortés, para quem o conceito de soberania popular é incompatível com o seu exercício de forma justa, pois ao mero reconhecer o primeiro se haveria de prejudicar o segundo (*cf.* DÍEZ DEL CORRAL, 1984, p. 558-559) e, em suma, porque a nação que recebe o comando do

príncipe não pode, ela mesma, ser soberana e ordenar-lhe a quem deve sobre ela impor-se (*cf.* ALÓS, 2009, p. 163).

Esta breve leitura comparada de Donoso Cortés²¹⁰ até aqui desenvolvida apresenta como finalidade a exposição de traços específicos de seu pensamento, especialmente ancorados em sua teologia política, que é uma das influências mais intensas na composição do político schmittiana, bem como sua aproximação à ditadura. Este conceito de ditadura também cultivado em Donoso Cortés haverá de revelar que, desde este momento inicial, a obra de Schmitt encontra sua matriz em um pensamento não apenas conservador como voltado à estruturação do político desde vias totalitárias,²¹¹ cujo exame será objeto de nossa atenção no decorrer deste trabalho.

Até aqui examinamos a formação e projeção do pensamento conservador e teológico de matiz católico em Schmitt. Com o que vimos da tradição conservadora de Donoso Cortés e toda sua referência anti-ilustrada acreditamos ter disposto um perfil

²¹⁰ Para uma leitura integral das obras donosianas, ver DONOSO CORTÉS, (1952). Especificamente para os discursos políticos, ver DONOSO CORTÉS, (2002), enquanto que os seus discursos parlamentares em DONOSO CORTÉS, (1915). Para encontrar uma análise da abordagem do catolicismo, do liberalismo e do socialismo, ver DONOSO CORTÉS, (2009; 1943). Para comentários da obra de Donoso Cortés, ver BORDA, (2006), DE GEA, (2010), EVOLA, (2009), GRAU, (2009), HERRERA, (1995), JIMÉNEZ, (2010). Para a interpretação de Schmitt autor sobre Donoso Cortés, ver SCHMITT, (2001n, 1996b). Ainda assim, ver SUÁREZ VERDEGUER, (1964), TEJADA, (1953).

²¹¹ Este anunciado viés totalitário, por certo, com o decorrer dos anos, se revelaria bastante útil em algumas ditaduras européias. Uma delas, contemporânea do filósofo, a franquista, de final da primeira metade e da segunda metade do século XX, em muito se serviria da obra de Schmitt, mesmo que por intermédio dos discípulos espanhóis de Schmitt.

suficiente para consolidarmos um primeiro passo para desenvolver na sequência uma leitura conservadora na filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana.

Esta análise inicial da filosofia política de Donoso Cortés se propôs atender à fundamentação do segundo capítulo em que nos ocuparemos do pensamento contrarrevolucionário presente, principalmente, em De Maistre e De Bonald. Uma leitura analítica do conceito do político e a exploração de seu conceito de democracia liberal e as suas necessárias derivações conceitual como a ditadura realizada desde o conservadorismo é o que nos propomos desenvolver no capítulo seguinte.

Com este movimento que terá lugar a partir do próximo capítulo, *Conservadorismo contrarrevolucionário: De Maistre e De Bonald à base do jurídico-político schmittiano*, pretendemos expor uma segunda fonte conservadora schmittiana que, em conjunto com Donoso Cortés, sugerimos constituir a condição de possibilidade para melhor atender ao procedimento de fundamentação teórica do conservadorismo revolucionário assim como as suas derivações totalitárias. Consolidada nestes primeiros quarenta anos do século XX na Alemanha, dedicaremos atenção nos próximos capítulos a analisar a sua inspiração conservadora, cujo papel sugerimos projetar-se de forma importante sobre o objeto conceitual central desta tese doutoral característico do pensamento schmittiano.

CAPÍTULO II

CONSERVADORISMO CONTRARREVOLUCIONÁRIO: DE MAISTRE E DE BONALD À BASE DO JURÍDICO- POLÍTICO SCHMITTIANO

2.1. DE MAISTRE E DE BONALD: O VIÉS TEOLÓGICO DO PROJETO ANTIMODERNO

Este capítulo propõe retomar o pensamento conservador²¹² contrarrevolucionário francês²¹³ e, muito especificamente, fazê-lo por meio das influentes figuras de Joseph de Maistre²¹⁴ e Louis-Ambroise De Bonald,²¹⁵ que desde muito cedo apareceram nos

²¹² O pensamento conservador na França também estava composto por uma corrente que encontra em Tocqueville uma de suas figuras importantes mas que, sem embargo, pelos traços que virão a ser destacados no decorrer deste texto, será percebido como excluído do contexto aqui demarcado como conservador, posto que, por exemplo, não será deste a preocupação que, por exemplo, se apresenta em Tocqueville sobre a liberdade. A possível leitura conservadora tocquevilliana, portanto, não será aquela da qual aqui nos ocuparemos aqui. Isto sim, teremos aqui como objeto o pensamento reacionário, divergente do movimento revolucionário francês em suas raízes filosóficas e que revelaria, em Tocqueville, o seu particular entusiasmo pelo encaminhamento dos temas políticos norte-americanos, contrariamente a tradição conservadora de homens como De Maistre e De Bonald dos quais nos ocuparemos centralmente neste capítulo.

²¹³ Joseph De Maistre (1753-1821) define o conceito de contrarrevolução, e este será o que utilizaremos aqui, como (1) “[...] le nom de *contre-révolution* au mouvement quelconque qui doit tuer la révolution [...]” (DE MAISTRE, 1814, p. 129) que, no caso do autor, refere-se precisamente a restauração da monarquia (*cf. Ib.*) ou, ainda, de que “[...] le rétablissement de la monarchie , qu’on appelle *contre-révolution* , ne sera point une *révolution contraire* , mais le contraire de la révolution” (DE MAISTRE, 1814, p. 168). Ainda assim, em momento futuro, para Schmitt e para toda a tradição conservadora revolucionária, o movimento conservador conteria em seu âmago a ideia da restauração de certa carga de valores do período imperial guilhermino como também dos valores míticos da germanidade. Aos textos acima sugerimos as seguintes livres traduções: (1) “[...] qualquer movimento que deva matar a revolução”; (2) “[...] o restabelecimento da Monarquia, que se chama contrarrevolução, não será uma revolução contrária, mas sim o contrário da revolução”.

²¹⁴ Especificamente De Maistre goza da reputação de mestre inspirador da direita reacionária profunda francesa, composta por homens como Charles Maurras, Maurice Barrés, Pierre Drieu la Rochelle, Robert Brasillac, Lucian Rebatet, Jacques Doriot (*cf. BORDA, 2006, p. 82*). Há uma interessante aproximação ao conservadorismo do espanhol de González Cuevas que aproxima Maurras, Schmitt e Maetzu (ver CUEVAS, 2002) ao qual é acrescido estudo específico do mesmo autor sobre Schmitt. Ver CUEVAS, (1996). Sobre a relação de De Maistre com o conservadorismo de Pareto e de Schmitt, ver Díez, (2007). Sobre a aproximação de De Maistre com o aspecto teológico do político por intermédio do teológico conceito de pecado original, ver Díez, (2005).

trabalhos schmittianos²¹⁶ e que constituem uma espécie de intocável e inspiradora trindade conservadora (cf. RODRIGUES, 2005; ROMANO, 2005) – embora o movimento não se resuma a ela –,²¹⁷ notavelmente por meio de suas duas obras de referência, respectivamente, *Considerations sur la France* (1814)²¹⁸ e *Théorie du pouvoir politique et religieux* (1796).²¹⁹

Não será o nosso propósito nestas linhas a retomada de uma apurada crítica ao projeto ilustrado que marca a modernidade e às suas possibilidades filosóficas. Nosso interesse aqui será o de delinear o perfil da crítica anti-ilustrada e antimoderna a partir

²¹⁵ Para algumas interessantes análises de comentaristas acerca da ligação de Louis-Gabriel-Ambroise De Bonald (1754-1840) com o conservadorismo, apenas a título exemplificativo de sua ligação com Burke, ver DÍEZ, (2004).

²¹⁶ Em sua obra *Romantismo Político*, de 1919, em alguns trechos Schmitt já faz referência a estes autores, embora ainda não protagonizem a cena de sua argumentação. Ver SCHMITT, (2000b, p. 74).

²¹⁷ É uma ideia corrente que o conservadorismo, bem como o próprio movimento ilustrado, não encontrou manifestação homogênea, senão ao contrário. Dentre os conservadores encontramos figuras díspares em seus trabalhos tais como Burke, Baruel, Hegel (cf. FRANCESCH; GÓMEZ-QUINTERO, 2002, p. 185). Ademais dos autores citados no corpo do texto, todavia poderiam ser acrescidos Bossuet, Chateaubriand, Barrés e Mauras na França bem como Menéndez-Pelayo e Balme na Espanha.

²¹⁸ O recorte deste trabalho nos fará centrar na obra citada, apenas tangenciando outros dois importantes textos seus, a saber, *Les Soirées de Saint-Petersbourg Entretiens sur le gouvernement temporel de la Providence*, de 1821, e *Du Pape*, de 1819. Para comentários sobre a primeira destas obras de De Maistre, ver MICHAEL, (2007).

²¹⁹ Igualmente encontramos com outras que igualmente mostraram importância, dentre as quais *Les soirées de Saint-Petersbourg*, (1821), obra redigida na cidade de mesmo nome, local onde também escreveu outros importantes trabalhos, por alguns considerados os mais importantes (cf. ABELLÁN, 1993a, p. 59). Outra importante obra de De Maistre se intitula *Du Pape*, e que poderia ser retomada, foi publicada originalmente em 1817. De Bonald, por sua vez, igualmente contribuiria com a sua *Théorie de l'Education sociale et de l'administration publique*, (1796). Malgrado a relevância destes textos, ponderado o necessário recorte textual que este trabalho analítico impõe à tese, nos centraremos naquelas duas obras que foram as mais impactantes dos dois filósofos e, certamente, as mais intensamente representativas de seus pensamentos e, por isto, recepcionadas por Schmitt, a saber, *Considérations sur la France* e *Théorie du pouvoir politique et religieux*.

de filósofos como De Maistre e De Bonald²²⁰ no sentido de estabelecer as possíveis linhas de contato que ambos mantêm com a sua apropriação schmittiana. Enquanto os dois procedem à defesa da destruição da destruição (*cf.* ABELLÁN, 1993a, p. 15) como o melhor remédio para o movimento revolucionário francês, sugerindo com isto o retorno ao *Anciën Régime* monárquico, tal restauração deste tipo não encontrar-se-á de forma aberta no cenário schmittiano. Para Schmitt, opostamente ao movimento de regeneração divina que encontra-se no âmago da leitura da revolução por De Maistre, será necessária uma superação expressa do processo nos termos de uma ditadura, de resto bastante admirada como alternativa donosiana.

Por intermédio de suas fontes localizadas em De Maistre e De Bonald, Schmitt não admitiria os seus valores mais do que como postulados revolucionários capazes de trazer a desordem e o caos ante a deposição do poder monárquico soberano, alvo direto de reclamos pela restauração ao poder (conservadorismo contrarrevolucionário) e por sua instauração (conservadorismo revolucionário germano-schmittiano). Isto sim, da parte de Schmitt encontraremos movimentos que, desde sua proximidade conceitual com o conservadorismo revolucionário germano, lhe permitirão aproximar-se aos supostamente mais castiços valores germanos localizados em uma pureza nórdica todavia mantida sob o signo do puramente mítico.

²²⁰ Para uma retomada crítica do pensamento contrarrevolucionário, especialmente por intermédio da figura de De Maistre e suas conexões com a transgressão do político e sua invasão pela prática da barbárie como se de um elemento constitutivo seu trata-se, ver ROMANO, (2010). O texto nos resta de especial interesse pela estratégia do autor em contrapor ao pensamento conservador em questão a leitura de Canetti sobre a política e a comissão da barbárie por intermédio da figura do carrasco de maistreano, elemento que não termina de se ausentar de seus textos. Para uma maior aproximação aos textos de Canetti remetemos o leitor ao capítulo XII desta tese doutoral. Muito embora morto o autor, como bastante bem recorda Romano, o “[...] seu livro está aí [...] como advertência e como instrumento para a luta contra o neonazismo, o neo-fascismo [...]” (ROMANO, 2010, p. 1). Para uma leitura da obra de Canetti em conexão com os temas deste trabalho doutoral, ver CANETTI, (1995).

Em um movimento inicial procederemos à consolidação da articulação deste pensamento contrarrevolucionário com a muito ativa intervenção (*cf.* SUBÍAS, 2004, p. 957) da filosofia política de Donoso Cortés analisada logo no capítulo anterior que representa, juntamente aos dois autores centrais deste capítulo, uma forte tríade que articula a derrocada dos valores modernos de liberdade e autonomia do cidadão, projeto de profundo reflexo face as instituições políticas que, de forma alguma, poderiam interessar a Schmitt.²²¹ Por sua vez, como anunciamos e, agora, conectaremos com a argumentação destas linhas, a interpretação teológica de Donoso não apenas parece em demasia sugestiva como permitirá que neste capítulo possamos realizar um movimento de aproximação que confirme a solidez de sua influência somada a tradição conservadora hispano-francesa bem como, posteriormente, em sua retomada pelo pensamento schmittiano já nos desdobramentos da segunda parte deste texto a partir do capítulo VII.

De Maistre encontra em De Bonald, dentre os intelectuais, o mais próximo dele (*cf.* BERLIN, 2002b, p. 297), sendo que, dentre outros amigos estava De Bonald, também um mestre da contrarrevolução e defensor da restauração (*cf.* ABELLÁN, 1993a, p. 67), que se ocupou da reedição do trabalho de De Maistre na França (*cf.* CHEVALLIER, 1952, p. 107). A afinidade entre ambos expressa não apenas afinidade teórica partindo do conservadorismo de ambos (ver LE GUILLOU, 1993) como, em seu conjunto, também sugerimos constituírem uma das mais sólidas bases de estruturação da filosofia política schmittiana (ver LOPERA, 2009, p. 273) ao lado da filosofia donosiana destacada no capítulo anterior. Este é um ponto de apoio fundamental para

²²¹ Uma muito bem estruturada análise da relação entre estes pensadores conservadores, especialmente De Maistre, todavia acrescida de sua conexão com Pareto pode ser encontrada em Díez, (2007). Díez dedicará importante atenção a transformação do conservadorismo em fascismo, ideia que procuramos sublinhar em diversos momentos neste trabalho como uma de nossos pontos de apoio argumentativo para interpretar a filosofia schmittiana.

que o desenvolvimento do eixo da tese doutoral aqui proposta que terá a leitura de seu objeto na teoria schmittiana analisado desde a ótica do conservadorismo.

Esta dupla de filósofos evidencia uma *Weltanschauung* muito próxima dos valores que subjazem à interpretação político-jurídica schmittiana. Sugerimos que a leitura de Schmitt a partir de uma angulação conservadora de base hispano-francesa a ensaiar na articulação destes dois primeiros capítulos nos permitirá, malgrado sua amplitude, uma melhor e mais bem fundamentada aproximação aos textos schmittianos. Isto se dá por meio de uma mais adequada percepção das linhas orientativas de seu pensamento que, de certa forma, aproxima-se da descrição realizada por Díez do texto de um De Maistre identificado como alguém que objetiva menos persuadir do que golpear seus inimigos, para isto valendo-se da pronúncia da dita de verdades à queima-roupa (cf. DÍEZ, 2005, p. 46).

A nossa argumentação deste capítulo estará parcialmente orientando à procura da consolidação do argumento conservador tanto em matéria política quanto, no que couber, em sua dimensão teológica, que nos permita aceder mais diretamente a uma interpretação dos conceitos-eixo da filosofia política e jurídico-constitucional de Schmitt. Sugerimos que a abordagem conservadora do schmittianismo possui outras convergentes possibilidades de interpretação que incluiriam, segundo este mesmo ramo contrarrevolucionário francês, também a Burke, cuja influência sobre De Maistre é representada por sua apresentação como seu leitor (cf. GORRÁIZ, 1993, p. 231)²²² e admirador (cf. CHEVALLIER, 1952, p. 92).²²³

²²² Desnecessário, por evidente, sublinhar a pertença de Burke à mais castiça linha conservadora. Isto sim, parece-nos merecedora de maior análise uma possível aproximação de sua teoria com o viés conservador do schmittianismo neste trabalho assinalado. Esta é uma das tarefas que postergaremos para um outro momento tendo em vista não ser esta uma fonte mais detalhadamente trabalhada por Schmitt.

²²³ Chevallier destaca a ideia de que a leitura de Burke vem no sentido de reforçar as ideias profundamente antidemocráticas de De Maistre assim como toda a sua leitura do processo revolucionário

A atenção deste capítulo se centrará no trabalho dos autores. Sustentamos aqui que há uma aberta recepção e de forma mais intensa em Schmitt de De Bonald²²⁴ e Joseph de Maistre.²²⁵ Portanto, malgrado possível, remetemos a outro contexto a exploração desta aproximação de um sofisticado leitor da ilustração, De Maistre,²²⁶ a par de tratar-se de um seu crítico e representante de “[...] uma das formas reacionárias mais sombrias da luta contra o Iluminismo [...]” (BERLIN, 2002b, p. 294), indubitavelmente um pensador que reagiu contra o imperturbável otimismo ilustrado (cf. SPEKTOROWSKI, 2002, p. 284). De Maistre não se encontra só, mas se faz acompanhar, e recebe outros conservadores, dentre os quais Balmes e Edmund

que, por certo, eram toda a descrição de sua aversão a estruturação do político (cf. CHEVALLIER, 1952, p. 92).

²²⁴ Malgrado sejam localizadas escassas referências, por certo minoritárias, sobre a presença do argumento antissemita em Schmitt, encontramos na crítica berliniana a De Bonald atribuição de um movimento de lamento do autor no que concerna ao abandono francês de sua preocupação com a pureza racial (cf. BERLIN, 2002b, p. 297). Não sugerimos a responsabilidade de Schmitt pelo lamento do francês mas, isto sim, reiterar que múltiplas das fontes schmittianas encontraram-se comprometidas com o antissemitismo, ao que, por certo, igualmente vale o argumento de que não se lhe poderia torná-lo por isto responsável, dada a expansão com que tais argumentos eram defendidos nos anos 20 e 30. Isto sim, a responsabilidade do autor começa a justificar esta nossa preocupação com as suas fontes teóricas na medida em que passa a apoiar o regime em 1933.

²²⁵ Dentre as obras referência sobre o pensamento de De Maistre, ver BERLIN e LEBRUN, (1994), CAMCASTLE, (2006). Acerca do impacto de De Maistre na Espanha e mantendo uma posição bastante favorável ao seu conservadorismo, ver DODERO, (1944).

²²⁶ Interessante a anotação de Osés sobre a sólida formação religiosa de De Maistre assim como a amplíssima leitura dos clássicos e dos contemporâneos atestada pela composição de sua biblioteca pessoal conformam um perfil de um homem ilustrado que, malgrado, atentar contra esta característica pessoal (cf. OSÉS, 2001, p. 125) algo que, contudo, no âmbito de nosso trabalho, tampouco será uma singularidade, dado que também alguns intelectuais conservadores revolucionários alemães do primeiro quartel do século XX se voltaram à defesa do anti-intelectualismo, algo do que, durante algum momento, até mesmo Heidegger se ocupou.

Burke²²⁷ (ver TRUYOL y SERRA, 1990; FERNÁNDEZ, DÍAZ y GARCÍA, 2008),²²⁸ autores que serão alvo de nossa atenção apenas indireta. Em todos estes autores subjaz uma concepção da necessidade de que a boa sociedade está marcada por aquilo que De Maistre denomina de cuidado com a não introdução de inovações senão, e muito rara e pontualmente, ainda assim, “[...] et toujours avec mesure et tremblement” (DE MAISTRE, 1814, p. 74).²²⁹ Desde logo, esta é uma ideia compartilhada por todos os citados conservadores.²³⁰

Característico de Schmitt, contudo, é dedicar atenção à análise de De Maistre e De Bonald, sugerindo o grande valor de suas retomadas para a atualidade daquela quadra histórica. Schmitt sugere que o reconhecimento de suas filosofias políticas haveriam de proporcionar acréscimos as vicissitudes daquele momento histórico (ver

²²⁷ A proximidade de Burke com os demais autores aqui trabalhados se deve (a) a sua indiscutível filosofia conservadora e (b) conceber sua obra no marco opositor à Revolução Francesa, sendo que alguns comentaristas o colocam, ao lado de De Bonald, como dois autores que escrevem em direta resposta ao movimento revolucionário francês, enquanto que, por outro lado, a de Donoso Cortés se apresentaria como resposta à Revolução liberal espanhola de 1820 (cf. Díez, 2005, p. 27). A respeito as múltiplas obras que nos aproximam ao pensamento político de Burke, ver ALFIN, (2006). Para igualmente valiosas análises, ver BUTLER, (1984), REEDY, (2001), REID, (1986). Para uma aproximação mas sintética, mas não menos percuciente, ver ABELLÁN, (1993a, p. 15-35). Para uma síntese dos aspectos gerais do pensamento burkeano, ver SABINE, (1992, p. 445-455). Não obstante percebermos uma conexão possível entre o pensamento schmittiano e o burkeano por intermédio da tradição conservadora, optamos por manter o foco do trabalho nas conexões diretas ou declaradas de Schmitt conforme se percebe neste capítulo.

²²⁸ A aproximação do conservadorismo schmittiano com as bases argumentativas filosófico-políticas de Burke. Embora não seja este um tema central e, portanto, se encontre escassamente explorado na literatura especializada, sugerimos que possamos encontrar em Burke uma promissora angulação da filosofia política conservadora em Schmitt.

²²⁹ O trecho acima comporta a seguinte e livre tradução: “[...] sempre com comedimento e com pulso”.

²³⁰ A definição destas referências teóricas visa a busca pelos radicais teóricos da filosofia política schmittiana na teoria conservadora.

SCHMITT, 1996b, p. 25-45). A argumentação conservadora, com certeza, serviria a Schmitt como uma das mais sólidas bases para proceder aos seus conhecidos ataques os propósitos de atacar aos alicerces da República de Weimar,²³¹ sem que, uma vez mais, atentara para a advertência teórica e De Maistre no sentido de que governos derivados de novos projetos políticos são um “[...] nuevo establecimiento, necesariamente celoso y desconfiado, precisa, para sostenerse, de más prohibiciones y severidad que el antiguo”. (DE MAISTRE, 1994, p. 42).²³²

O pensamento conservador se apresenta como um opositor ferrenho do republicanismo weimariano desde os primeiros momentos, muito embora, como comenta Herf, os “[...] revolucionarios conservadores no se preguntaban cuáles serían las consecuencias de la destrucción de la democracia de Weimar” (HERF, 1990, p. 70)²³³ e, tampouco, do ponto de vista normativo, quais os projetos alternativos ao regime.

Aparte esta tradição conservadora nos interessará igualmente retomar a filosofia política de Donoso Cortés aqui interpretada como católico-totalitária, cuja conexão com De Maistre e De Bonald parece-nos tão pouco explorada no contexto dos trabalhos sobre Schmitt como igualmente promissora. Um dos temas que sugerimos ser compartilhados entre os autores é a sua prédica pelo aberto retorno às fontes, movimento identificado por Capitán ao atribuir a De Bonald algo que é válido para

²³¹ De certa forma é sintomático, ou talvez irônico, que a República alemã fundada na terra natal de Goethe não tenha podido contar em seus valores primordiais com a simpatia de Schmitt e a força contrária de outros tantos. A rigor, como nos diz Gay, “[...] a República nasceu derrotada, viveu em tumulto e morreu em desastre, e desde o início havia muitos que viam sua labuta com suprema indiferença ou com aquela alegria malsã pelo sofrimento dos outros, para a qual a Alemanha havia cunhado o termo evocativo de *S[c]hadenfreude*”. (GAY, 1978, p. 16).

²³² O trecho acima comporta a seguinte e livre tradução: “[...] novo estabelecimento, necessariamente zeloso e desconfiado, precisa de mais proibições e severidade para sustentar-se do que o antigo”.

²³³ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] revolucionarios conservadores não se perguntavam quais seriam as consequências da destruição da democracia de Weimar”.

todos os três, ou seja, que em De Bonald subjaz um pensamento dirigido a “[...] Contra-Reforma, Contrarrevolución [...]” (CAPITÁN, 1988, p. XIX). O fato de que os três compartilhem um forte elemento contra-reformista e contrarrevolucionário será aspecto importante para as reflexões schmittianas tanto em torno ao filosófico-político – especialmente em torno a democracia, ao liberalismo e ao parlamentarismo – bem como, por outro lado, em torno às suas projeções sobre o jurídico-constitucional e o conceito de ditadura e as suas conexões com o conceito de soberania. A aproximação de De Maistre ocupa um lugar central nesta reflexão (ver CHEVALLIER, 1952, p. 93), permanecendo em comum a abordagem sobre a ditadura entre este e Donoso Cortés e Schmitt, e de forma bastante clara (*cf.* ROMANO, 2010, p. 10).

Sugerimos que os debates schmittianos em torno ao liberalismo, ditadura e soberania mantêm uma forte conexão com o trio de filósofos hispano-franceses aqui trabalhados, malgrado apareça em De Maistre uma clara condenação às práticas sanguinolentas revolucionárias (*cf.* DE MAISTRE, 1994, p.48). Esta foi uma crítica da qual Schmitt não hesitaria em desvencilhar-se, e isto tão pronto como declarara seu apoio ao nacional-socialismo, quando então o enfrentamento e eliminação dos inimigos não deveria, como ocorrera na crítica à Revolução Francesa de maistreana, ocupar lugar de destaque negativo. Em paralelo a estes sugerimos que igualmente promissoras, malgrado todavia pouco explorado, seja a conexão do trabalho do Marquês de Valdegamas com o conservadorismo de Juan Balmes.

Neste capítulo sugerimos que o trabalho de De Maistre e De Bonald deva ser parcialmente contraposto a ambos autores espanhóis. Nossa ideia é que os conceitos mencionados no início deste parágrafo e bastantes presentes no trabalho de Schmitt podem ser mais claramente percebidos por intermédio desta retomada do conservadorismo para o qual os argumentos balmesianos aportam de forma relevante.

As fontes conservadoras, excetuando Balmes, são diretamente reputadas por Schmitt como importantes, encontrando justificativa para sua retomada no fato de que este conjunto de reacionários (*cf.* SCHMITT, 1996e, p. 64) representa uma filosofia política marcada pela decisão (*Entscheidung*) (*cf.* SCHMITT, 1996e, p. 69).

Estes autores contrarrevolucionários contribuirão para nossa análise de Schmitt na medida em que seus trabalhos apontam para a realização de um movimento de consolidação do conceito de decisão (*Entscheidung*) ou, como diz Schmitt, que “[...] Sie steigern das Moment der Dezsion so stark, daß es schließlich den Gedanken der Legitimität, von dem sie ausgegangen sind, aufhebt” (SCHMITT, 1996e, p. 69).²³⁴ A leitura de Schmitt por meio de suas fontes clássicas nos remete a filósofos como De Maistre que projetam o valor e a estabilidade do porvir político na forte mirada dirigida ao passado e à tradição, em suma, “[...] mediante una vuelta al pasado [...] a través de una vuelta al orden tradicional”. (FRANCESCH; GÓMEZ-QUINTERO, 2002, p. 184).²³⁵

Esta ideia marca a opção política de maistreana conectada com a uma filosofia da história aponta para algo que, em verdade, mostra a união de sua visão de mundo precisamente em torno a uma “[...] visión del pasado como referente de la legitimidad política” (DÍEZ, 2005, p. 28).²³⁶ Por legitimadora, esta ordem histórica encontra em De Maistre a defesa de sua continuidade posto que “Un orden permanente e inmutable en el tiempo, perfecto, sin fisuras, insondable para el hombre, que tan sólo puede reconocerlo,

²³⁴ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “Eles valorizam tão fortemente o momento da decisão que, finalmente, a ideia de legitimidade da qual eles partiram vem a ser suprimida”.

²³⁵ O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] mediante uma volta ao passado [...] por intermédio de uma volta a ordem tradicional”.

²³⁶ O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] visão do passado como referente da legitimidade política”.

acatarlo y adherirse a él” (FRANCESCH; GÓMEZ-QUINTERO, 2002, p. 193).²³⁷ Há uma ordem histórica imutável que instaura a estabilidade e que encontra na razão crítica e (re)instauradora do ser humano representada pelos valores iluministas um forte adversário histórico a ser batido pelo movimento conservador contrarrevolucionário.

O movimento estatizador da história e a busca pela tradição como uma força determinante das estruturas sociopolíticas nos permitirá realizar movimento de aproximação com o pensamento de um Schmitt que aposta no fracasso do projeto moderno. Neste aspecto encontramos um importante ponto de contato para a retomada da filosofia de Maistre por Schmitt sem que isto represente qualquer conflito com a proximidade deste último com os princípios do conservadorismo revolucionário germano das primeiras décadas do século XX, senão todo o contrário, a retomada de De Maistre apenas vem a constituir um reforço teórico considerável.

Neste capítulo buscaremos localizar antecedentes teóricos do conservadorismo contrarrevolucionário²³⁸ de homens como De Maistre e De Bonald. Este movimento tem como finalidade permitir que nos capítulos posteriores possamos estabelecer mais robustamente as conexões entre a tradição conservadora e o emergente totalitarismo no

²³⁷ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “Uma ordem permanente e imutável no tempo, perfeita, sem fissuras, insondável para o homem, que tão somente pode reconhecê-lo, acatá-lo e aderir a ele”.

²³⁸ Schmitt reconhece que a tríade De Maistre, De Bonald e Donoso Cortés constituem um trio de pensadores “[...] weil sie konservativ oder reaktionär waren und mittelalterliche Zustände idealisierten [...]” (SCHMITT, 2009g, p. 59). Para o trecho sugerimos a seguinte tradução: “porque eles eram conservadores ou revolucionários que se puseram a “[...] idealizar condições medievais [...]”. Podemos entender o quanto em Schmitt o reconhecimento destes pensadores como conservadores ou, ainda, revolucionários, não constitui um demérito, senão ao contrário. Isto permite-nos acrescer um elemento mais a reforçar da possibilidade de uma leitura conservadora schmittiana. Para uma análise percuciente ainda que abreviada do fenômeno conservador do qual aqui nos ocupamos, ver NISBET, (1995).

século XX, com o fenômeno nacional-socialista e com o fascismo do século XX,²³⁹ conforme a hipótese apresentada por Berlin (*cf.* BERLIN, 1992, p. 80).²⁴⁰ Sugerimos que a análise do contexto histórico europeu em que prospera o fascismo já no início dos anos 20 e, em especial, nos anos seguintes, em que na Alemanha triunfaria o nacional-socialismo, nos permitirá encontrar mais claramente as pontes que serviram ao trânsito do conservadorismo radical às formas totalitário-ditatoriais de Estado em sua forma nacional-socialista.

Este movimento encontra aqui nos textos conservadores indicações importantes no sentido de que a preservação do mundo moderno, entendido como em vias de instituição, estava imposto pela manutenção de “[...] viejos principios e instituciones” (*cf.* DÍEZ, 2005, p. 28)²⁴¹ que serviriam intensamente aos propósitos filosóficos do nacional-socialismo. Esta hipótese é também confirmada por comentaristas como Borda que reforçam a existência da conexão entre o pensamento contrarrevolucionário (*Gegen revolutionär*) e os temas recorrentemente abordados pelo fascismo (*cf.* BORDA, 2006, p. 107) com o qual, por certo, Schmitt manteve proximidade e receptividade quanto aos seus argumentos centrais. Nesta tríade conservadora, como mencionamos nas primeiras linhas deste trabalho, encontramos que a estrutura básica do pensamento conservador encontra (a) a mirada ao passado como a sua própria fonte legitimatória do porvir político e (b) assim como uma proposta anti-irracionalista que consagra o elemento religioso como inspirador e legitimador do poder.²⁴²

²³⁹ É conhecida entre os comentaristas de Schmitt a sua especial admiração pela figura de Mussolini e pela carga conceitual do fascismo.

²⁴⁰ A este respeito Isaiah Berlin é bastante claro, colocando a diversas formas de reacionarismo contrarrevolucionário como fontes diretas dos totalitarismos e dos fascismos do século XX (*cf.* BERLIN, 1990, p. 80, 84).

²⁴¹ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] velhos princípios e instituições”.

²⁴² A este respeito De Maistre apresenta como um pano de fundo dos eventos revolucionários o embate entre uma visão filosófica combativa contra uma leitura religiosa da sociedade, ou seja, que “La

A conexão entre diversas linhas teóricas do conservadorismo sugere que sejam tomados alguns cuidados, sendo que para alguns deles indiretamente alerta von Klemperer. O autor chama atenção para o fato de que dentre as diversas correntes conservadoras,²⁴³ de variável proximidade entre si,²⁴⁴ devemos aceitar como ponto de partida de que não existe uma única e exclusiva teoria conservadora consolidada (*cf.* VON KLEMPERER, 1968, p. 17) a qual nos devamos reportar de forma indefectível.²⁴⁵ Perante esta pluralidade, nossa indicação expressa é a da retomada da argumentação conservadora contrarrevolucionária anteriormente citada cuja influência sobre Schmitt não deixa de ser destacada pelo próprio autor. Claramente, portanto, ao delimitar o campo sobre o qual trabalharemos, esta se dará nos limites da leitura do conservadorismo em sua dimensão pós e contrarrevolucionária do catolicismo

GÉNÉRATION présent est témoin de l'un des plus grands spectacles qui jamais ait occupé l'oeil human : c'est le combat à outrance du christianisme et du philosophisme" (DE MAISTRE, 1814, p. 66). Neste momento nos deparamos com um estágio de debates em que o científico racional procura destituir a Deus de seu trono excelso, um momento em que o homem, orgulhoso dos poderes da razão, procura sublevar a ordem natural construída pela tradição ao longo dos tempos. Em suma, aqui encontramos, como pano de fundo inspirador a final oposição entre a filosofia e o cristianismo assinalada por De Maistre. Ao trecho acima citado sugerimos a seguinte livre tradução: "A presente geração é testemunha de um dos maiores espetáculos que jamais a visão humana terá podido contemplar. Trata-se de um intransigente combate entre o cristianismo e o filosofismo".

²⁴³ Neste sentido, por exemplo, a tradição burkeana surgiria como uma possibilidade de leitura a mais, aliás, promissora, para a análise do processo formativo do discurso conservador no século XVIII e início do XIX. Para uma das tantas aproximações possíveis entre Edmund Burke (1729-1797), De Maistre (1753-1821), De Bonald (1754-1840) e Donoso Cortés (1809-1853), ver Díez, (2004).

²⁴⁴ Há uma referência conservadora que encontra representação em Schmitt mas não de forma muito extensa, a saber, F. J. Stahl, que aparece com maior destaque em sua *Teologia Política*, especificamente no texto intitulado *Filosofia do Estado da contrarrevolução*.

²⁴⁵ Isto sim, sugerimos a existência de linhas de continuidade entre as tradições conservadoras que aqui procuraremos retomar.

donosiano visto no capítulo anterior em conjunto com a tradição contrarrevolucionária francesa.²⁴⁶

No capítulo anterior pôde ser visto com mais vagar a apresentação de uma destas vertentes conservadoras representada pela filosofia donosiana. Não é este um capital filosófico que remanesce desconectado em Schmitt das suas demais fontes contrarrevolucionárias francesas, motivo suficiente para retomá-los em paralelo.²⁴⁷ O conservadorismo reacionário dá mostras de certa medida idealizador de pretéritos valores medievais. Ainda assim, por outro lado, este conservadorismo reacionário também visava apresentar uma filosofia que fosse sólida a ponto de emprestar consistência às noções de intolerância e da decisão em matéria política.²⁴⁸ A visão de mundo que a citada tríade de autores conservadores desejava patentear como valorosa excluía os valores liberais e relativistas, ideias e argumentos para os quais Schmitt se mostraria especialmente atento.

²⁴⁶ Em suas cartas parisiñas, expressamente, Donoso faz referência ao seu reconhecimento do destaque ocupado por Donoso Cortés e De Bonald, assim como Lamennais, como figuras do catolicismo contrarrevolucionário (cf. DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 790).

²⁴⁷ Interessa a este respeito considerar que as críticas endereçadas pelo conservadorismo contrarrevolucionário de homens como De Maistre não calam fundo na teoria schmittiana quando alertam que “Para hacer la revolución francesa ha sido necesario derribar la religión, ultrajar la moral, violar todas las propiedades y cometer todos los crímenes” (DE MAISTRE, 1994, p. 108). Em sua releitura dos contrarrevolucionários, de De Maistre, em especial, Schmitt não considerará atenção a esta dimensão sanguinária que os movimentos políticos poderão reservar para os seus desdobramentos. Neste sentido, Schmitt não apenas apoia um perfil político totalitário de Estado como, uma vez ocorrido historicamente na Alemanha, prestaria o seu apoio em todas as suas realizações, sem que, ainda caído o regime, viesse a dedicar profunda atenção a revisão de sua obra e ações políticas. Ao texto acima sugerimos a seguinte tradução: “Para fazer a Revolução Francesa foi necessário derrubar a religião, ultrajar a moral, violar todas as propriedades e cometer todos os crimes”.

²⁴⁸ Como veremos no decorrer deste trabalho doutoral, o conceito de decisão se projetaria de uma forma imensamente importante na obra política e jurídico-constitucional de Schmitt. Por ora nos basta com assinalar este ponto de partida que tem suas raízes na filosofia conservadora.

Talvez nenhum aspecto seja mais eloquente a respeito do motivo pelo qual esta tríade de pensadores conservadores são recepcionados tão intensamente em Schmitt senão pelas próprias linhas do autor quando afirma que “Die aktuelle Bedeutung jener gegenrevolutionären Staataphilosophen aber liegt in der Konsequenz, mit der sie sich entscheiden” (SCHMITT, 1996e, p. 69),²⁴⁹ em suma, que estes são pensadores que “[...] steigern das Moment der Dezsion so stark, daß es schließlich den Gedanken der Legitimität, von dem sie ausgegangen sind, aufhebt” (SCHMITT, 1996e, p. 69).²⁵⁰ A decisão, portanto, é um dos conceito-chave que aproxima a estes conservadores em torno aos interesses da filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana.

O conceito de decisão ocupa papel proeminente em De Maistre e encontra-se de modo particularmente interessante aos propósitos da filosofia de Schmitt. Este movimento é perceptível em Schmitt, que muito bem percebe que a decisão “[...] lag eine Reduzierung des Staates auf das Moment der Entscheidung, konsequent auf eine reine, nicht rasonnierende und nicht diskutierende, sich nicht rechtfertigende, also aus dem Nichts geschaffene absolute Entscheidung” (SCHMITT, 1996e, p. 69).²⁵¹ A leitura schmittiana de que a decisão em De Maistre se confirma a partir do absolutamente nada (*ex nihil*) lhe viria a ser imensamente útil na fundamentação de seu conceito de poder soberano, poder reunido em torno a um cinturão mágico representado por esta sua figura de verdadeiro guardião dos interesses públicos (*cf.* DE MAISTRE, 1994, p. 119).

²⁴⁹ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] a importância atual daqueles filósofos contrarrevolucionários do Estado radica em que são consequentes na tomada de decisões”.

²⁵⁰ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] intensificam o elemento da decisão a tal grau que este termina por anular a ideia da legitimidade que lhe serviu de ponto de partida”.

²⁵¹ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] já havia redução do Estado ao momento da decisão, consequentemente a uma decisão absoluta pura, não pensada, não discutida e não justificada e, portanto, criada do nada”.

Aporte teórico conservador a teologia política schmittiana é igualmente encontrada na referência de De Maistre de que “La politique et la religion se fondent ensemble : on distingue à peine le législateur du prêtre” (DE MAISTRE, 1814, p. 76).²⁵² Traçando paralelo com Bossuet, Chevallier detecta esta união visceral entre o religioso e o político em De Maistre (cf. CHEVALLIER, 1952, p. 92), algo que reforça nossa ideia de que o autor procede a um enraizamento visceral de ambas esferas.

Esta leitura de msitreana parece-nos de fundamental compreensão para que possamos, no desenrolar desta tese doutoral, entender em que dimensão se dará a leitura e apropriação desta ideia por parte de Schmitt. Em *Römischer Katholizismus und Politische Form* – livro que expressa duas de suas ideias-chave para interpretar a sua obra, catolicismo²⁵³ e política²⁵⁴ – o autor ressalta que “Die politische Mechanik hat ihre eigenen Gesetze [...]” (SCHMITT, 2008, p. 27),²⁵⁵ mas Schmitt não faz com que estas leis não habitem isolada e desconexamente o âmbito do político, senão que “[...] und der

²⁵² O texto acima comporta a seguinte tradução: “A política e a religião se fundam juntas e já não é possível distinguir-se o legislador do sacerdote”.

²⁵³ Para uma interessante aproximação a uma interpretação do próprio catolicismo alemão a partir da influência schmittiana, que não é algo de que nos ocupemos diretamente aqui, ver TÖMISSEN, (1975). Para uma mais breve referência a relação de Schmitt com o catolicismo, ver RUIZ MIGUEL, (2000, p. XV-XX). Para anotações complementares sobre as relações de Schmitt com a Igreja, ver o trabalho o biográfico de BENDERSKY, (1989).

²⁵⁴ A obra em questão, *Römischer Katholizismus und Politische Form* é verdadeiramente curta. Sem embargo, grande parte de sua valia encontra-se no adianto que ela representa no que tange à apresentação de muitos dos conceitos que Schmitt viria a desenvolver em todas as suas obras posteriores, dentre os quais o de representação, soberania, político, parlamentarismo, catolicismo e o papel da teologia na política. Ademais destas referências há também importantes aspectos como a relação entre o poder econômico e o político, referências à questão das classes (donos do capital e os operários), noções de direito internacional, etc.

²⁵⁵ O trecho acima permite a seguinte tradução: “A mecânica política tem as suas próprias leis [...]”.

Katholizismus so gut wie jede andere in die Politik hineingezogene geschichtliche Größe wird von ihnen erfaßt”. (SCHMITT, 2008, p. 27).²⁵⁶

Esta íntima conexão entre o religioso e o político permitirá que Schmitt promova (a) em um segundo movimento, a desconexão da figura do soberano político da supremacia religiosa²⁵⁷ mas (b) todavia mantenha na figura do político as remanescências da característica de infalibilidade e, por conseguinte, inquestionabilidade, herdadas da autoridade em sua dimensão religiosa.²⁵⁸ Neste contexto Schmitt se movimenta com plena liberdade no âmbito da afirmação do poder supremo, o qual orienta, de forma irretorquível e sem espaços à críticas, às ações de seus fiéis/súditos. Em De Maistre também a liberdade pode ser interpretada como “[...] comunión, seguimiento e incorporación al orden natural establecido”. (FRANCESCH; GÓMEZ-QUINTERO, 2002, p. 193).²⁵⁹

²⁵⁶ O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] tornam-se extensivas ao catolicismo, como a qualquer outra magnitude histórica implicava na política”.

²⁵⁷ Esta era a forma de governo que vinha sendo exercida desde os eventos sucessivos à Revolução Francesa em que o Rei deixara de ser a lei para encontrar-se esta, agora, subsumida às deliberações legislativas. É contra este movimento moderno que Schmitt não se cansará de trabalhar e empregar seus melhores esforços teóricos e político-militantes.

²⁵⁸ Desta caracterização de proximidade entre o poder divino e a sua forma de exercício temporal encontramos em Schmitt um elucidativo trecho em sua *Römischer Katholizismus* em que afirma que “In der großen Geschichte der römischen Kirche steht neben dem Ethos der Gerechtigkeit auch das der eigenen Macht. [...]. Die Kirche will die königliche Braut Christi sein; sie repräsentiert den regierenden, herrschenden, siegenden Christus” (SCHMITT, 2008, p. 53). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Na grande história da Igreja Humana, junto ao *Ethos* da justiça encontra-se também o do próprio poder, que se enaltece até o *Ethos* da glória [...]. A Igreja pretende ser a esposa régia de Cristo; representa o Cristo governante, reinante, vitorioso”.

²⁵⁹ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] comunhão, acompanhamento e incorporação a ordem natural estabelecida”.

Desta forma, o súdito não agirá livremente, e nisto algo de hobbesiano persiste,²⁶⁰ quando se oponha aos planos do seu criador (*cf.* DE MAISTRE, 1994, p. 108), ou seja, quando atraia para a sua esfera de reflexão pessoal a identificação da ação soberana como oponível a partir do seu próprio juízo. O soberano agirá de forma decidida e direta no sentido de submeter os seus súditos, haverá, segundo De Maistre, de que reúna

[...] poder único y absoluto respaldado por una religión hegemónica, la violencia inscrita en el alma humana se desborda y, gracias a los ideales revolucionarios, se implanta el *despotismo del pecado original*. (DÍEZ, 2005, p. 43).²⁶¹

A visão providencialista da Revolução Francesa em De Maistre se apresenta como uma expressão concreta de um homem cujo evoluir histórico é dirigido pela Providência, força superior que conduz aos homens, antes do que ele à história. A Revolução Francesa pesa sobre o homem e sobre ele faria sentir o peso do castigo divino que por meio dela opera não apenas face os seus promotores diretos como sobre toda a coletividade. Em De Maistre “[...] la virtud no está en este mundo más que para sufrir, para que la martirice el vicio atrevido, y siempre “impune” pues “no se halla sobre la tierra más que para ser perseguida, deshonorada y degollada por el crimen” (*apud* FRANCESCH; GÓMEZ-QUINTERO, 2002, p. 191).²⁶² Imbricados o político e o teológico, não há diferenciação para De Maistre entre o castigo impingido ao culpado ou ao inocente, sempre que isto responda a uma finalidade estabilizadora do Estado tal e como, em linguajar schmittiano, repute necessário e conveniente o seu soberano.

²⁶⁰ Encontramos em Hobbes a intransigente defesa da ideia de que o justo encontra-se à base da submissão aos ditames do soberano.

²⁶¹ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] poder único e absoluto respaldado por uma religião hegemônica, a violência inscrita na alma humana transborda e, graças aos ideais revolucionários, se implanta o *despotismo do pecado original*”.

²⁶² O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] a virtude não está neste mundo mais do que para sofrer, para que ela seja martirizada pelo vício atrevido, sempre “impune”, posto que “ela não encontra-se sobre a terra mais do que para ser perseguida, desonrada e degolada pelo crime”.

Portanto, em De Maistre, como também nas doutrinas totalitárias do século XX, não subsistiriam quaisquer restrições a punir a coletividade inteira por transgressões individuais posto que a responsabilidade aparece no autor não como um conceito individualizado mas, antes, como coletiva, o que permite que o castigo divino atinja a todos os co-responsáveis pelos desvios das funções divinas, em suma, que para o autor “[...] está justificado [...] que paguen justos por pecadores porque todos somos partícipes en el pecado y en el sufrimiento” (FRANCESCH; GÓMEZ-QUINTERO, 2002, p. 190).²⁶³ Não há problemas nisto pois, como reconhece Schmitt existe entre nós “Daß theologische Grunddogma von der Sündhaftigkeit der Welt und der Menschen führt [...] die Unterscheidung von Freund und Feind [...]“ (SCHMITT, 1933, p. 45),²⁶⁴ dogma este reconhecível nas teorias políticas de autores como De Maistre, De Bonald e Donoso Cortés (cf. SCHMITT, 1933, p. 45).

Encontramos no pensamento de maistreano vários pontos teóricos que permitiriam uma mais intensa aproximação de Schmitt. Relativamente ao texto filosófico-político do autor, observamos um intensificado movimento que irá refletir-se em Schmitt quando sustenta que “[...] jede Regierung ist notwendig absolut [...] jede Regierung Diktatur ist” (SCHMITT, 1996e, p. 69).²⁶⁵ A interpretação da filosofia política de De Maistre como mantenedora de uma relação direta entre a noção de governo, poder absoluto e de ditadura permitem a Schmitt dispor de elementos teóricos

²⁶³ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] está justificado [...] que paguem os justos pelos pecadores porque somos todos partícipes no pecado e no sofrimento”.

²⁶⁴ O texto acima comporta a seguinte tradução: “O dogma teológico fundamental da pecaminosidade do mundo e dos homens conduz [...] a diferenciação de amigo e inimigo [...]”. Este trecho não apresenta qualquer diferença em suas versões alemãs de 1932 e 1933, assim como também as traduções portuguesas e inglesas, respectivamente de Valls (ver SCHMITT, 1992a, p. 91) e de Schwab (ver SCHMITT, 2007, p. 64-65) e também na tradução espanhola de Javier Conde (cf. SCHMITT, 2006g, p. 84), mantém o mesmo sentido aqui proposto a partir das edições originais.

²⁶⁵ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] todo governo é necessariamente absoluto [...] todo governo é uma ditadura”.

de base sobre os quais operar e aprofundar em sentido radical. Em De Maistre, à diferença de Schmitt, a ideia de governo emerge como a administração do mal necessário para o controle de uma natureza humana de escassas virtudes, em suma, de que existe uma dosagem precisa, e necessária, para uma tal aplicação.

Esta inserção do conceito de maistreano no político encontra à sua base um natureza humana reveladora de traços essencialmente anti-sociais. Agressiva e violenta, que denota a existência de “[...] una ley oculta y terrible que tiene necesidad de sangre humana [...]” (*apud* FRANCESCH; GÓMEZ-QUINTERO, 2002, p. 190),²⁶⁶ e quem o executará será a singularmente importante figura do soldado. Esta raiz de extrato violento se projeta em sua vivência em sociedade, resultando em perspectivas pessimistas para a organização social quando nela não intervenha um poder soberano a remediar os conflitos e dominar os ânimos e paixões. Neste sentido, segundo a visão de De Maistre, nada poderia mais fazer a Revolução Francesa do que realizar o processo de libertação de um homem também refreado em suas paixões pelo domínio da religião e da tradição e isto, com certeza, auxilia o juízo de Abellán de que para De Maistre a revolução francesa era “[...] radicalmente mala” (ABELLÁN, 1993a, p. 60), ademais de “satânica”. (*Ib.*).²⁶⁷

Estes aspectos mencionados no parágrafo anterior são intensamente criticados pelo autor, dado que a genuína libertação do homem não poderia encontrar lugar senão em sua manutenção na ordem da divindade e da tradição antes do que entregá-lo a si próprio. Em outros termos, trata-se de que, como admite Gorráiz, em De Maistre “Todas las instituciones imaginables se basan sobre una idea religiosa, o no hacen más que pasar. Son fuertes y perdurables según están divinizadas [...]” (GORRÁIZ, 1993, p.

²⁶⁶ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] uma lei oculta e terrível que tem necessidade de sangue humano [...]”.

²⁶⁷ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] radicalmente má”.

232).²⁶⁸ Esta estrutura estável de poder que encontra seu alicerce último na união entre o poder religioso que inspira e legitima o político, sugere-nos o reforço do poder monárquico perante a desordenação da vida provocada pelo movimento revolucionário francês. Schmitt não transitará distante desta tese teológico-política em sua retomada do pensamento conservador contrarrevolucionário quando sustenta que “Der Papst besteht darauf, der Souverain des Kirchenstaates zu sein [...]. Die politische Macht des Katholizismus [...] die Kirche jenes Pathos der Autorität in seiner ganzen Reinheit”. (SCHMITT, 2008, p. 31).²⁶⁹

Pensar a articulação em Schmitt da crítica de De Maistre sobre o governo e os meios de que este dispõe para exercer o domínio sobre súditos de tão complexa e negativa natureza permite que realizemos o traspassamento de um Estado que aplica a força e a necessária dose de maldade a uma outra tipologia. Nesta outra circunstância nos deparamos com que o mal infundido pelo Estado se confunde com a sua própria razão de ser. A este respeito encontramos-nos com um Schmitt em que o político é transformado no próprio veículo de realização do mal estabelecido como projeto e não como instrumento para realização de fins outros.

De Maistre é um conservador contrarrevolucionário que costura todo o seu texto a partir de lineamentos intestinos dos feitos históricos centrais da Revolução Francesa,²⁷⁰ período iconoclasta contra o qual haveria de apresentar-se como um de seus

²⁶⁸ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “Todas as instituições concebíveis se baseiam em uma ideia religiosa ou, então, serão simplesmente transitórias. São fortes e perduráveis conforme estejam divinizadas”.

²⁶⁹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “O Papa é o soberano do Estado pontifício [...]. O poder político do catolicismo [...] a Igreja possui este *pathos* da autoridade em toda sua pureza”.

²⁷⁰ Malgrado sua intensa labor crítica, De Maistre se mostra ciente do papel histórico da Revolução Francesa quando reconhece que a mesma (a) “[...] me fait penser que la révolution française est une grande époque, et que ses suites, dans tous les genres, se feront sentir bien au-delà du temps de son explosion et des limites de son foyer” (DE MAISTRE, 1814, p. 28). Em outro trecho da obra o autor se

mais ácidos e radicais críticos. Leitor de seus ideólogos, De Maistre moveu seus ataques à filosofia política da Ilustração por motivos diversos que, excluindo os pessoais, centralizaram-se na força com que apresenta o seu legitimismo (cf. MORAES, 1996, p. 1). Distanciado do calor dos fatos e das consequências da Revolução, embora delas não desligado, parte de seu trabalho é elaborado em Lausanne onde irá mostrar a sua compreensão da Revolução Francesa como uma manifestação da Providência que reclamava um movimento em sentido contrário.²⁷¹ Admitida esta negação como necessária, paradoxalmente, De Maistre irá entender os usos, abusos e horrores revolucionários como a manifestação de uma potência divina irritada, o que poderia significar e explicar todo o sangue vertido.

De Maistre emprega seus esforços na crítica a um processo revolucionário francês que reputara sanguinário, dono de uma cega violência que desconstruía os valores da tradição em que uma sociedade haveria de encontrar seus melhores e mais sólidos alicerces. Era, em realidade, uma miragem encontrar-se com que um governo violento seja forte senão que a força dela difere (cf. DE MAISTRE, 1994, p. 49), posição com a qual concordaria Schmitt em sua crítica do processo revolucionário francês mas

mostra igualmente ciente do papel histórico do movimento mas lhe adere uma consideração valorativa típica de seu conservadorismo: (b) “[...] ce qui distingue la révolution française , et ce qui en fait un événement unique dans l’histoire , c’est qu’elle est *mauvaise* , radicalement [...]” (DE MAISTRE, 1814, p. 54). Este reconhecimento não foi privilégio seu, senão que Burke o faria com igual intensidade em sua clássica Reflexões sobre a Revolução Francesa (ver BURKE, 1978, p. 39-40). Aos textos acima sugerimos as seguintes livres traduções: (a) “[...] me faz pensar que a Revolução Francesa é uma grande época, e que as suas consequências, em todo tipo de coisas, se farão sentir mais além do tempo de sua eclosão e dos limites de seu núcleo social”; (b) “[...] o que distingue a Revolução Francesa e o que faz dela um evento único na história é que ela é radicalmente *má* [...]”.

²⁷¹ Para melhor aproximar-nos ao desenvolvimento do texto de De Maistre é imprescindível partir da compreensão de que foi feito emigrar e viver no exílio durante 25 anos. Distanciado das comodidades de sua vida aristocrática e originário de família socialmente privilegiada, o autor permaneceria distante não apenas de sua pátria como de sua fortuna e família, o autor irá ganhar em sua construção filosófica o que a vida em sua pequena Saboya não permitia.

que imediatamente seria relegada ao olvido quando encontrasse em cheque as suas próprias teses acerca da realização do Estado totalitário.

Para De Maistre, uma vez manifestada a irritação da potência divina por intermédio da ação na terra, haveria uma e tão somente uma conduta humana possível, a saber, o ato de resignação ante o ineludível. Esta era para De Maistre uma posição que lhe parecia não apenas adequada como indispensável perante os altos desígnios da divindade. Neste sentido Díez chama a atenção para o fato de que “[...] Maistre habló el lenguaje de la Reacción no *contra*, sino *desde* un presente pecaminoso, lo que obliga a caracterizar su estilo como un hijo legítimo de la Revolución”. (DÍEZ, 2005, p. 37).²⁷²

Quando De Maistre nos fala de um momento presente revolucionário habitado pelas inspirações de uma potência irritada capaz de impelir os homens às práticas violentas e sanguinárias que caracterizaram a Revolução Francesa, o autor permite-nos estabelecer remissão à uma dupla face da violência. Em uma delas permite interpretá-la quanto a sua impureza e em outro, refere-se a sua pureza. No primeiro caso da violência impura trata-se de uma prática violenta inconsequente. No primeiro caso trata-se da prática da violência pura, a qual encontra sua justificativa no pensamento de De Maistre em um sentido teleológico, o que permite-nos vislumbrar sua justificação por estar orientada para uma purificação possível por meio da prática política violenta.²⁷³ Díez assinala que em De Maistre é perceptível que a Revolução Francesa apresenta uma imagem de um Deus despótico (*cf.* DÍEZ, 2005, p. 44). Esta figura encontra-se ligada à ideia de que a violência Nele encontra a sua inspiração para as suas ações.

²⁷² O texto permite a seguinte tradução: “[...] Maistre falou a linguagem da Reação, não contra ela, mas sim desde um presente pecaminoso, o que obriga a caracterizar o seu estilo como o de um filho legítimo da Revolução”.

²⁷³ Há um viés cético quanto às possibilidades de um mundo não violento, raciocínio este que entronca com a perspectiva do tema que aparece tanto em Schmitt como no conservadorismo revolucionário com o qual dialoga e no qual emerge o elogio do heroico homem dedicado aos afazeres bélicos.

A imolação de culpados, contudo, poderia vir a encontrar alguma justificativa apenas enquanto orientado por uma verdade sobrenatural condutora das ações na História. Por trás das ações revolucionárias inexisteriam quaisquer condutas que não estivessem orientadas pela divindade. Esta divindade é quem a tudo orienta, tendo aos homens como meros executores de seus desígnios, seja de forma consciente ou ajam eles como instrumentos cegos e inconscientes de uma Razão que não logram alcançar,²⁷⁴ tão somente balizadas por uma profunda inspiração anticristã (cf. DE MAISTRE, 1814, p. 28),²⁷⁵ processo revolucionário que constitui a “[...] l’inauguration de la déesse Raison [...]” (DE MAISTRE, 1814, p. 60)²⁷⁶ que abalava os cimentos sociais da antiga autoridade civil ao entorpecer a filosofia tais altares sagrados.²⁷⁷ Em seu projeto encontrava-se um Estado desenhado pela razão humana que seria capaz de introduzir um progressivo desenvolvimento do espírito humano ao desmascarar velhos prejuízos e as ideias religiosas (cf. GORRAÍZ, 1993, p. 230). Este era passo revelador da posição dos ilustrados revolucionários de que, segundo Droz, seria possível “[...]”

²⁷⁴ Em meio às suas críticas De Maistre refere-se aos procedimentos revolucionários como inspirados em uma “[...] l’ignorance barbare, a présidé , sans doute , à nombre d’établissements politiques ; mais la barbare savante , l’atrocité systématique , la corruption calculée , et surtout l’irréligion , n’ont jamais rien produit” (DE MAISTRE, 1814, p. 57-58). A este trecho sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] a ignorância bárbara, indubitavelmente, presidiu numerosos regimes políticos. Contudo, a sábia barbárie, a atrocidade sistemática, a corrupção calculada e, sobretudo, a irreligião, nunca produziram algo”.

²⁷⁵ Claramente De Maistre argumenta que “[...] les plus grands efforts de la déesse Raison contre le christianisme se sont faits en France : l’ennemi attaquoit la citadelle” (DE MAISTRE, 1814, p. 28). Uma livre tradução sugerida é a seguinte: “[...] os maiores esforços da deusa Razão contra o cristianismo tiveram lugar na França: o inimigo atacava a cidadela”.

²⁷⁶ O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] a inauguração da deusa Razão [...]”.

²⁷⁷ A este respeito é ilustrativo o trecho de De Maistre em que nos comenta que “La philosophie ayant rongé le ciment qui unissoit les hommes, il n’y a plus d’aggrégations morales. L’autorité civile, favorisant de toutes ses forces le renversement du système ancien , donne aux ennemis du christianisme tout l’appui qu’elle lui accordoit jadis [...]” (DE MAISTRE, 1814, p. 70). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Tendo a filosofia corroído o cimento que unia os homens, já não há agregações morais. A autoridade civil, favorecendo ao derrocamento do antigo sistema com todas as suas formas, oferece aos inimigos do cristianismo todo o apoio que ela lhe concedia em outro momento”.

sustituir los prejuicios, las tradiciones, las supersticiones de los siglos pasados por un orden fundado sobre la razón y válido [...] para todos los pueblos de la tierra”. (*apud* GORRAÍZ, 1993, p. 229).

Proximamente a argumentação acima nos comenta Girard que “[...] el ‘juego de lo sagrado y el de la violencia coinciden’ pues ésta última ‘unas veces rehace la unanimidad a su alrededor para salvar a los hombres y edificar la cultura [...]’” (GIRARD, 1983, p. 267-269).²⁷⁸ O sagrado e o mítico, contudo, podem perigosamente emigrar do terreno espiritual onde cumprem a vontade divina para um outro terreno, o do político, onde sua emprestada aura jungirá a vontade do soberano e tiranos vários. Garante Schmitt que toda grande política exige o seu *arcanum* (*cf.* SCHMIT, 2008, p. 58).²⁷⁹ Este movimento pode ter lugar quando o homem reconheça a impossibilidade da concreta intervenção da divindade no mundo, quando então suficiente resultaria ao homem atuar soberanamente clamando o favor de que o soberano político seja personificado para liberá-los da tenebrosa luz da falsa razão (*cf.* DE MAISTRE, 1994, p. 96-97).

Este conceito de violência é um dos relevantes aspectos para a análise do nosso objeto. Ideia marcante na filosofia de De Maistre é a sua admissão da violência no âmbito do político. Esta projeção da violência e a possibilidade da imolação de culpados que encontra-se na filosofia de De Maistre é recepcionada em alguma medida no schmittiano *Der Begriff des Politischen*. É neste aspecto que sugerimos poder subsistir

²⁷⁸ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] o ‘jogo do sagrado e o da violência coincidem’, pois esta última ‘algumas vezes corrige a unanimidade ao seu redor para salvar aos homens e edificar a cultura [...]’”.

²⁷⁹ Neste sentido sugerimos poder entender que o *arcanum* que aqui opera como um poder exercido sob mistério e enigma, sob uma dimensão de segredo que torna o âmbito do político imperscrutável, inacessível ao indivíduo comum e corrente, sem possibilidade de desvendamento, perfil operativo que em muito interessa a um poder totalitário.

uma relação da filosofia política de Schmitt com a de De Maistre²⁸⁰ ou, talvez melhor, entre a teologia de Schmitt e a leitura de De Maistre como alguém em que aparece um verdadeiro “[...] entendimiento religioso del hecho político que cabría enunciar como la política religiosa de la soberanía” (DÍEZ, 2005, p. 30).²⁸¹ Ambas leituras desembocam em decidido apoio ao extermínio a partir de uma razão política que (a) se assume com a autoridade católica e (b) atua segundo inspiração religiosa que atribui onipotentes poderes a uma figura política para proceder à liquidação dos opositores.

Schmitt, leitor de De Maistre, neste identifica a virtude de um genuíno restauracionista monárquico (cf. SCHMITT, 2001n, p. 240), regime do qual não logra desligar-se, mantendo-se adstrito aos limites de uma aristocracia todavia atenta aos valores mais profundos do antigo regime. Esta visão que projeta o futuro com os valores da tradição em muito se acerca da leitura conservadora revolucionária da qual Schmitt se manteria próximo.

2.2. O PROJETO CONSERVADOR E A CENTRALIZAÇÃO DO PODER COMO EIXO DO POLÍTICO

De Maistre pode ser reputado como ocupante da posição mais importante dentre os teóricos da reação ultra-monarquista (cf. MORAES, 1996, p. 1) ou, ao menos,

²⁸⁰ Em um trecho de sua *Consideraciones sobre Francia*, De Maistre não hesita em ponderar o papel que a violência pode desempenhar na vida política. Especificamente no caso da Revolução Francesa o autor menciona que “[...] la horrible efusión de sangre humana, ocasionada por esta gran conmoción, es un terrible medio; sin embargo, es un medio tanto como un castigo, y ello puede dar lugar a reflexiones interesantes”. Para observar aspectos da relação entre filosofia política e o conceito de Constituição em De Maistre, ver BÚFALO, (2009) e OSÉS, (2001). Para uma análise circunstanciada de suas *Consideraciones sobre Francia*, ver GRIÑÁN, (2006), CHEVALIER, (1952). Ao texto acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] a horrível efusão de sangue humano, ocasionada por esta grande comoção, é um terrível meio. Sem embargo, é um meio tanto como um castigo, e por isto pode dar lugar a reflexões interessantes”.

²⁸¹ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] entendimento religioso do fato político que caberia enunciar como a política religiosa da soberania”.

monarquista, reputada como a forma mais estável de governo (cf. Díez, 2005, p. 29). Antimoderno e contra-iluminista, embora ilustrado, o autor recorre ao texto de um monarca africano, Dahomey, como reforço argumentativo para reiterar sua opinião de que o conflito é o eixo sobre o qual a humanidade se encontra apoiada no curso da história e sobre o qual, inexoravelmente, faz transitar os seus temas. O movimento conservador contrarrevolucionário não poderia apoiar a ideia de que o conflito pudesse ser mediado por uma razão humana argumentativa mas, antes, que estes embates haveriam de encontrar o seu natural curso no dogma e na fé, negando De Maistre, portanto, “[...] niega [...] validez de la razón humana frente a la superior razón de la historia, de la tradición y de la fe”. (cf. Francesch; Gómez-Quintero, 2002, p. 190).²⁸²

A organização da sociedade é percebida em De Maistre desde o tom concedido pela argumentação de que a destruição violenta se mostra tanto como uma realidade empírica e também orientadora dos mais genuínos frutos da natureza humana (cf. De Maistre, 1814, p. 39). Ademais de ligada ao mundo empírico como um puro dado, resta todavia duvidoso que ela seja um mal tão intenso e nefasto conforme se divulga (cf. De Maistre, 1814, p. 30). Isto sim, como nos recorda Borda, trata-se em De Maistre da compreensão de que a guerra é o estado habitual do ser humano (cf. Borda, 2006, p. 83), pois “[...] *DIEU a fait ce monde pour la guerre ; tous les royaumes , grands et petits , l'ont pratiquée dans tous les temps , quoique sur des principes différents*” (De Maistre, 1814, p. 30),²⁸³ ou seja, que o conflito é seu *habitat* natural, e entre esta e a política, não subsistiriam diferenças em Schmitt (cf. Borón; González,

²⁸² O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] nega [...] validade da razão humana perante a superior razão da história, da tradição e da fé”.

²⁸³ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] Deus fez o mundo para a guerra; todos os reinos, grandes e pequenos a praticaram durante todos os tempos, embora sobre princípios diferentes”.

2006, p. 160), ou seja, conforme a melhor tradição conservadora autoritária, que se projetaria em Conde que “[...] ésta no es sólo el centro de una contienda histórica, sino el eje de una pugna universal entre el cristianismo y sus adversários” (*apud* TAPIA, 1990, p. 77), situação na qual o triunfo cristão encontrava-se definido a priori. Em outro momento De Maistre é ainda mais direto a respeito de um mundo habitado pela guerra, reforçando a ideia que repercutiria na posterior tradição conservadora:

L’histoire prouve malheureusement que la guerre est l’état habituel du genre humain dans un certain sens ; c’est-à-dire , que le sang humain doit couler sans interruption sur le globe , ici ou là ; et que la paix , pour chaque nation , n’est qu’un répit. (DE MAISTRE, 1814, p. 31).²⁸⁴

Incisivo, sustenta que “Il n’y a que violence dans l’univers [...]” (DE MAISTRE, 1814, p. 43)²⁸⁵ e que, portanto, não apenas se apresenta como lógico e convergente com o texto dizer que o sangue humano deve correr para que os propósitos revolucionários pudessem ser cumpridos, malgrado a ácida crítica de maistreana. Isto permite a possibilidade de que mantenha contato com a construção schmittiana do político em seu mais alto grau, não apenas descrente na possibilidade da paz como apostando no aprofundamento do embate, ponto ao qual não alcança De Maistre.²⁸⁶ Em outro momento o francês se mostraria ainda mais incisivo em sua análise e ainda mais próxima a sua visão cética da existência humana que se organiza segundo o signo da violência ao sustentar que

Il tue pour se nourrir, il tue pour se vêtir, il tue pour se parer, il tue pour attaquer, il tue pour se défendre, il tue pour s’instruire, il tue pour s’amuser, il tue pour tuer: roi superbe et terrible, il a besoin de tout, et

²⁸⁴ O texto acima comporta a seguinte tradução: “A história desgraçadamente prova que a guerra é em certo sentido o estado habitual do gênero humano, ou seja, que o sangue humano deve ser derramado sem interrupção sobre o globo [...] que a paz [...] não é mais do que um respiro”.

²⁸⁵ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] não há nada mais do que violência no universo”.

²⁸⁶ Neste sentido aponta Carrières que De Maistre se descola da tradição de pensamento que, como em Saint-Pierre em 1713 (*cf.* CARRIÈRES, 2006, p. 23), mas também em Kant, preserva um horizonte em que tenha lugar a paz perpétua.

rien ne lui résiste [...] ses tables sont couverte de cadavres...
Cependant quel être [dans le carnage permanent] exterminera celui qui
les exterminent tous? Lui. (*apud* BERLIN, 2004, p. 178)²⁸⁷

Destas linhas emerge o perfil do homem feito besta capaz da barbárie. Este homem que se ocupa com o suprimento de suas necessidades básicas. Distanciado de ponderações morais – “[...] o homem mata para alimentar-se [...]” (*apud* BERLIN, 2004, p. 178) – é também capaz da barbárie por muito pouco – “[...] o homem mata para adornar-se [...] o homem mata para divertir-se [...]” (*Ib.*). Este estado humano bestial remete a uma visão que o aproxima ao estágio de natureza heurísticamente experimentado pelo homem na teoria contratualista e que em sua dimensão antropológica opõe De Maistre (*cf.* FRANCESCH; GÓMEZ-QUINTERO, 2002, p. 192) e Hobbes a Rousseau. A luta por suprir as necessidades desconhece fronteiras que não sejam a satisfação de desejos, encontrem-se estes revestidos por quais aparências sejam que, no fundo, apenas nos mostram mesmo mesas encalhadas de cadáveres. O homem continuará a buscar satisfazer as suas necessidades e obter as vantagens para saciar seus desejos.

Os projetos humanos encontram-se subsumidos a um conjunto de regras mas, por outro lado, a organização internacional de Estados continuará a mostrar que a leitura de De Maistre recuperada por Berlin não encontra-se desatualizada. Ao contrário, percebemos que as mesas sobre as quais os homens operam a política teimam em mostrar o odor dos cadáveres produzidos não lhe abandona. Segundo Spektorowski, está claro como Berlin aponta para uma estratégia política que aponta o caminho reacionário-fascista da modernidade já nos textos de De Maistre (*cf.* SPEKTOROWSKI, 2002, p. 285). Esta, contudo, é uma leitura da qual o autor mantém distanciar ao afirmar

²⁸⁷ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “O homem mata para alimentar-se, mata para vestir-se, mata para adornar-se, mata para atacar, mata para defender-se, mata para instruir-se, mata para divertir-se, mata por matar: rei soberbo e terrível, necessita de tudo e nada o resiste... [...] suas mesas estão cobertas de cadáveres... Contudo, quem [na matança permanente] exterminará aquele que extermina a todos? Ele”.

que De Maistre não pode ser considerado um “profeta do fascismo” (SPEKTOROWSKI, 2002, p. 283) e que o modelo tradicional autoritário apresentado por Donoso e por De Maistre, em suma, que “[...] not only did not generate fascism but because of its reliance on Providential legitimacy and the idea of transcendence, set an epistemological barrier against fascist development”. (SPEKTOROWSKI, 2002, p. 283-284).²⁸⁸

Ainda assim, está claro para o autor que tanto para Donoso quanto para De Maistre não existe a possibilidade de pensar qualquer tipo societário sem que intervenha uma concepção estruturante de corte autoritário com repercussões em sua ordenação jurídica (*cf.* SPEKTOROWSKI, 2002, p. 284). É certo, contudo, que a profunda crítica antimoderna presente tanto em Donoso Cortés quanto em De Maistre expõe a nervura de um verdadeiro adianto dos dilemas postos pela modernidade cujo manejo termina por viabilizar importantes aspectos das diversas versões do totalitarismo.

Inversamente ao núcleo da interpretação de Spektorowski que não chega a apontar claramente para uma desvinculação completa de Donoso Cortés e nem de De Maistre da tradição conservadora e autoritária²⁸⁹ que conecta com o totalitarismo, em

²⁸⁸ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] não apenas não originou o fascismo como, por causa de sua dependência da legitimação da Providência e da ideia de transcendência, colocou uma barreira epistemológica contra o desenvolvimento do fascismo”.

²⁸⁹ Spektorowski propõe uma clara divisão entre o que denomina ser autoritarismo tradicional e o autoritarismo secular, ambos, de qualquer sorte, reconhecidos como “[...] anti-liberal and anti-democratic [...]” (SPEKTOROWSKI, 2002, p. 284). Segundo o léxico do autor, o autoritarismo tradicional está baseado na legitimação pela Providência, e esta é a única fonte do poder reconhecida tanto por Donoso Cortés quanto por De Maistre (*cf.* SPEKTOROWSKI, 2002, p. 284). Por outro lado, o autoritarismo secular significa a outra versão, laica, desta legitimação teológica do poder político que, como sabemos, foi retomada intensamente por Schmitt. Em que pese esta clara aposta, também é destacado por Spektorowski que ambos os autores não defendem a ideia de uma estrutura política teológica, senão que diferenciam entre a autoridade religiosa e a autoridade política (*cf.* SPEKTOROWSKI, 2002, p. 284), aspecto último cuja divergência acreditamos que poderá ser apresentada no decorrer deste trabalho. Na medida em que De Maistre aponta para uma séria oposição ao poder secular, destituído da sacralidade e infalibilidade do poder teológico, encontramos com uma aberta possibilidade a que a sua retomada moderna, por exemplo em Schmitt, constitua toda uma antidemocrática abordagem que avizinha-se aos

De Maistre sinalizamos, com Berlin, a ocorrência de uma interpretação do político que fomenta a prática do morticínio. Em seus textos, percebemos um De Maistre que sugere que a história das sociedades mostra um homem ocupado na organização da morte de seus semelhantes, transformando uma percepção que poderia desfrutar de *status* descritivo em uma interpretação resignada de cunho normativo, ou seja, de que:

C'est l'homme qui est chargé d'égorger l'homme... Ainsi s'accomplit... la grande loi de la destruction violente des êtres vivants. La terre entière, continuellement imbibée de sang, n'est qu'un autel immense où tout ce qui vit doit être immolé sans fin, sans mesure, sans relâche, jusqu'à consommation des choses, jusqu'à l'extinction du mal, jusqu'à la mort de la mort. (*apud* BERLIN, 2004, p. 178).²⁹⁰

Quando De Maistre sugere-nos que o homem realiza a grande lei humana por intermédio da destruição dos seres vivos com tanta intensidade e insanidade que a morte da morte talvez seja o seu último passo temos com o que ocupar-nos seriamente sem que disto possamos dar plena conta. Esta concepção de De Maistre permite-nos conectar o seu pensamento com o conservadorismo revolucionário que logo nos primeiros momentos do século XX viria a se consolidar, em especial, na Alemanha, que igualmente enlevava o papel da destruição como designador da regeneração e da criação.

Desta maneira, quando De Maistre se refere a que a terra está toda ela empapada de sangue não encontra neste movimento de consumação da barbárie um forte motivo de lástima. Ao contrário, no autor é perceptível a compreensão do mundo cuja

valores próprios do totalitarismo. Nossa leitura da questão visa, portanto, construir a hipótese de que a reação moderna contra o suposto caos derivado do liberalismo permitiu um retorno a teologia política pré-moderna, capaz de assegurar uma ordem e uma hierarquia rígidas, caminho bastante sugestivo rumo ao totalitarismo.

²⁹⁰ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “É o homem o encarregado de matar ao homem... Assim se faz... a grande lei da destruição violenta dos seres vivos. A terra inteira, continuamente empapada de sangue, não é mais do que um imenso altar no qual deve ser imolado tudo quanto viva, sem finalidade, sem medida, sem descanso, até a consumação das coisas, até a extinção do mal, até a morte da morte”.

organização reclama um altar que deve ser atendido com sacrifícios humanos. Vivemos, portanto, sob a égide de uma ordem (natural)²⁹¹ cuja boa organização se dá por meio da realização do mal, com o emprego das forças humanas para a destruição de vidas. É neste sentido que parece-nos bastante sustentável a visão antecipatória do fascismo em De Maistre que nos é apresentada por Berlin em seu bastante sugestivo texto, algo que permite-nos refletir sobre sua possível conexão com Schmitt. Esta é uma interpretação com a qual compartilha Spektorowski, para quem tanto De Maistre como Donoso Cortés representam o legado do autoritarismo católico, ponto para o qual também aponta Berlin como uma das origens do fascismo encontradas no pensamento político de De Maistre (cf. SPEKTOROWSKI, 2002, p. 283).

Como vai tornar-se perceptível, em De Maistre há um movimento de aprofundamento do pessimismo antropológico que se espraia mesmo em seu período mais tardio representado nas *Soirées de Saint-Petersbourg* (cf. FRANCESCH; GÓMEZ-QUINTERO, 2002, p. 188). Sugerimos que em De Maistre tanto quanto em Schmitt a concepção antropológica mantida pelos autores é um dos pontos de partida importante para uma melhor compreensão de alguns dos tópicos-chave de suas filosofias. Especificamente no caso schmittiano, reputamos que a concepção antropológica de maistreana será, ao menos parcialmente, recepcionada, sendo que outros, como Liria, sugerem que isto se teria dado de forma todavia mais intensa (ver LIRIA, 2003). Este não seria um movimento extraordinário senão que, propriamente, também já havia sido a recepção da negativa antropologia de Donoso Cortés,²⁹² a qual aparece em diversos

²⁹¹ Esta é uma leitura presente na obra donosiana, para quem a sociedade não é fruto de uma criação humana mas, antes, resulta da ação de uma ordem natural, é, isto sim, uma criação “[...] espontânea y directa, en la condición inteligente del hombre” (DÍEZ DEL CORRAL, 1984, p. 552). Ao texto acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] espontânea e direta, na condição inteligente do homem”.

²⁹² Schmitt ressalta a expressiva leitura negativa da natureza humana presente em Donoso Cortés, narrada por ele em termos incisivos: “[...] Donoso. Seine Verachtung der Menschen kennt keine Grenzen mehr;

momentos de seu trabalho.²⁹³ Um eixo que parece unir a todos estes pensadores em suas posteriores justificativas teórico-políticas, a saber, uma visão pessimista da natureza humana.

Esta visão pessimista da natureza humana, na filosofia contrarrevolucionária de De Maistre, por exemplo, atinge níveis importantes à raiz de que o autor, na leitura de Schmitt, surpreenda-se com “[...] a maldade dos homens, e suas afirmações sobre a natureza deles têm a força que emana de uma moral sem ilusões e das experiências psicológicas solitárias” (*apud* SCHMITT, 1996e, p. 63). Nada disto é muito diferente em De Bonald. Segundo este, a sede humana de poder põe tudo a perder deixando afluir os maus instintos, inversamente a Donoso Cortés, para quem o povo, inspirado por seus instintos é que será capaz de inverter toda uma ordem político-jurídica burguesa negadora da verdadeira soberania democrática que reside em um único soberano. Para este aspecto também converge De Maistre ao apontar uma profunda preocupação com a ordem, ou a falta dela, partindo de uma visão antropológica profundamente negativa (*cf.* FRANCESCH; GÓMEZ-QUINTERO, 2002, p. 188), leitura com a qual plenamente convergiria outras das fontes schmittianas, Donoso Cortés.

ihr blinder Verstand, ihr schwächlicher Wille, der lächerliche Elan ihrer fleischlichen Begierden schneinen ihm so erbärmlich, daß alle Worte aller menschlichen Sprachen nicht ausreichen, um die ganze Niedrigkeit dieser Kreatur auszudrücken”. Uma tradução para o trecho acima comporta o seguinte texto: “[...] Donoso. O seu desrespeito pelos homens não tem limites, a saber, razão cega, vontade débil, o elã ridículo das paixões carnis lhe parecem ser deploráveis, que todas as palavras de todas as linguagens humanas não são suficientes para expressar toda a vilania daquelas criaturas”.

²⁹³ Não é o caso de aprofundarmos nos detalhes da visão antropológica de Donoso Cortés. Isto sim, em vários momentos, como em carta redigida em Berlin, em 1849, e endereçada ao Conde de Montalembert. Já ao final da vida o autor se ocupa de confirmar sua crença que a civilização católica contém todo o bem, e nada de mal (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1946b, p. 207). Reforça que a civilização católica em si mesma possui uma visão da natureza humana que o tempo encarregou de adoecer de modo radical (*cf. Ib.*).

A rigor, De Maistre procede a uma retomada da auréola da divindade que haveria de coroar o soberano atacada que havia sido pelos *philosophes* (cf. CHEVALLIER, 1952, p. 93). Esta era a genuína base legitimatória dos governos, a verdadeira base da soberania distanciada das falsidades ilustradas que a vislumbravam na figura (usurpadora) do povo. Este movimento sugerido pela leitura de Chevallier converge com a noção de soberania que aparece em De Maistre que “[...] siempre es una, absoluta e inviolable, porque la religión constituye su espina dorsal, el aliento infalible del deseo políticamente justo” (DÍEZ, 2005, p. 30).²⁹⁴ Assiste razão à Díez de que a religião constitui a espinha dorsal do conceito de soberania por força de que encontra-se em De Maistre o explícito movimento de fazer convergir os poderes religioso e político, ideia clara já no primeiro período de seu mais célebre texto: “Nous sommes tous attachés au trône de l’Être Suprême par une chaîne souple , qui nous retient sans nous asservir” (DE MAISTRE, 1814, p. 1).²⁹⁵ Este movimento trará como consequência uma aproximação decisiva do teológico ao político em De Maistre, algo que marcará definitiva e centralmente a sua obra, possibilitando entender que aquele que dela se aproxime não possa desconectar-se de tal eixo central de que dispõe.

Esta estratégia de maistreana se revelaria profundamente útil para a consolidação e legitimação teórica de um poder absoluto monárquico ao qual o pensamento contrarrevolucionário almejava poder vir a reestabelecer²⁹⁶ mas, também, *a posteriori*, para inspirar outros roteiros políticos profundamente autoritários. Sugerimos encontrar

²⁹⁴ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] sempre é uma, absoluta e inviolável, porque a religião constitui a sua espinha dorsal, o infalível esforço de desejo do politicamente justo”.

²⁹⁵ O texto acima comporta a seguinte tradução: “Todos estamos vinculados ao trono do Ser supremo por uma corrente flexível que nos aprisiona sem subjugar-nos”.

²⁹⁶ Este fortalecimento do poder, monárquico em seu caso, é movimento que em De Maistre sugerimos ser útil para pensar, resguardadas as circunstâncias históricas e as adaptações teóricas, como Schmitt pode proceder à sua recepção no âmbito de uma filosofia política e jurídico-constitucional como a sua segundo a qual o poder igualmente haveria de encontrar-se concentrado.

no parágrafo acima a explicitação da retomada da ideia de divindade como representante da espinha dorsal do conceito de soberania. Esta é uma projeção da noção de autoridade, de seu poder na órbita do político, ideia claramente posta por De Maistre já na frase de abertura de seu livro segundo citado no parágrafo anterior. Com este primeiro movimento em seu livro De Maistre põe a linha mestra de sua orientação argumentativa de corte teológico-político representada na união do trono e do altar (*cf.* FRANCESCH; GÓMEZ-QUINTERO, 2002, p. 186-187), literalmente retomada por Schmitt em 1921,²⁹⁷ o que desembocará inexoravelmente em sua interpretação do político a partir da projeção do papel empírico no soberano no poder temporal.

Por sua parte, Berlin reafirma a interpretação de um De Maistre que manifesta sua crença na natureza malévola e destrutiva (*cf.* BERLIN, 1990, p. 81). Trata-se de uma posição que converge com a leitura típica do movimento anti-ilustrado, negadora de uma leitura anticatólica do mundo. Esta leitura antimoderna aproxima o homem de seu pecado original, o culpa por suas ações não queridas pela divindade, senão por ele mesmo contrariamente aos perfeitos planos divinos. A Ilustração aposta em projeto diverso em que emerge um homem portador de uma boa natureza de tipo rousseauniana, e nisto há uma revelação de fundo de seu projeto, a saber, o homem não é culpado de algum pecado original que o torne moralmente irredimível, razão pela qual o movimento contrarrevolucionário investe contra o Iluminismo (*cf.* BERLIN, 2002b, p. 293-294).

O ataque ao Iluminismo por parte de De Maistre é congruente com o núcleo de seu pensamento. Este sentido pode ser localizado especialmente quando observamos com destaque que o conservadorismo do autor não pode apostar em estruturas

²⁹⁷ No texto schmittiano *Römischer Katholizismus und Politische Form*, composto em 1921 e publicado em 1923, há expressa referência à possível “Der Verbindung von Thron und Altar [...]” (SCHMITT, 2008, p. 41). Ao trecho sugerimos a seguinte livre tradução: “A união entre o Trono e o Altar [...]”.

filosóficas que visassem, como propunha o Iluminismo, tornar o homem alguém cuja orientação racional fosse capaz de propor o desenho e redesenho das instituições, desconsiderando o que para De Maistre era essencial, ou seja, tudo quanto a tradição havia consolidado através dos tempos. Paralelamente, De Maistre haveria de enfrentar-se ao Iluminismo conquanto o mesmo propugnava por um conceito de razão que distanciava o homem dos valores religiosos.

Nestes termos, portanto, o Iluminismo nos oferece, no mínimo, uma natureza humana reabilitável mediante a educação, uma perspectiva que não é impeditiva ao aperfeiçoamento moral do homem, ou seja, não lhe torna, *ab initio*, irrecuperável. Por outro lado, a visão católica de maistreana parte do pecado original como um ponto que inviabiliza a redenção humana quando não seja sob a intervenção divina, e este é, por definição, um movimento antimoderno quando analisada a evolução do terreno do político (cf. MARRAMAO, 1995, p. 45). Nestes termos, portanto, o Iluminismo não poderia senão apresentar-se no âmbito da filosofia teológico-política constituída em De Maistre, um corpo filosófico pronto a ser amplamente rejeitado no âmbito do conservadorismo (ver MORAES, 1996).

De Maistre aponta para uma natureza humana de intrínseca malignidade que converge com a tradição antropológica conservadora que, logo, repercute em Schmitt. Como nos diz Berlin, em De Maistre o homem aparece como “[...] vicioso, maligno, covarde y malo” (BERLIN, 2004, p. 181),²⁹⁸ para nada distinto ou menos intenso do que a percepção antropológica donosiana – marcado por um já bastante célebre desprezo pelo humano²⁹⁹ – que seria retomada por Schmitt, mas não sem antes manter aberto diálogo com a teoria hobbesiana, igualmente nisto conectado com De Maistre.³⁰⁰

²⁹⁸ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] vicioso, maligno, covarde e mau”.

²⁹⁹ Uma das citações realizadas por Schmitt a este respeito, tomadas de Donoso Cortés, é de duplo interesse na medida em que, ao passo que ressalta a visão negativa do ponto de vista antropológico, ao

Este primeiro movimento de identificação antropológico faz com que De Maistre pense que a (boa) organização sociopolítica depende necessariamente que os homens sejam aprisionados. Esta submissão aparece como indispensável instrumento para o estabelecimento da ordem em meio a atores de tão malévola natureza que, nesta medida, aparecem como realizadores de suas próprias tendências auto-destrutivas aplicáveis ao sociopolítico.

De Bonald, por sua parte, não encontra-se distante desta percepção quando afirma que “[...] allí donde todas las voluntades particulares [...], todas las fuerzas particulares quieren necesariamente dominar, es necesario que una voluntad general [...], una fuerza general dominen [...]” (DE BONALD, 1988, p. 12).³⁰¹ Esta interpretação de De Bonald confirma a necessidade de imposição de um poder forte sobre uma natureza humana débil.

tempo, destaca trecho que sugere proximidade com a analogia que futuramente realizaria de sua condição no pós-Segunda Grande Guerra com a do personagem de Melville, o capitão Benito Cereno: “[...] die Menschheit ist ein Schiff, das ziellos auf dem Meer umhergeworfen wird, besetzt mit einer aufrührerischen, ordinären, zwangsweise rekrutierten Mannschaft, die gröhlt und tanzt, bis Gottes Zorn das rebellische Gesindel ins Meer stößt, damit wieder Schweigen herrsche [...]” (SCHMITT, 2009g, p. 63). Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] la humanidad es una nave a la deriva en el mar, cargada con una tripulación sediciosa y ordinaria reclutada a la fuerza que canta y baila hasta que la ira de Dios eche a la plebe rebelde al mar para que vuelva a reinar el silencio”. Ao texto acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] a humanidade é um barco à deriva no mar, habitada por uma tripulação sediciosa e ordinária recrutada à força que canta e dança até que a ira de Deus jogue a chusma rebelde ao mar para que volte a reinar o silêncio”.

³⁰⁰ De Maistre assinala uma natureza humana reveladora de traços essencialmente anti-sociais. Agressiva e violenta, a mesma se projeta em sua vivência em sociedade, resultando em perspectivas pessimistas para a organização social quando nela não intervenha um poder soberano a remediar os conflitos e dominar os ânimos e paixões. Neste sentido nada poderia mais fazer a Revolução Francesa, na visão de De Maistre, do que realizar o processo de libertação de um homem também refreado em suas paixões pelo domínio da religião e da tradição, aspectos intensamente criticados pelo autor.

³⁰¹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “Allí onde todas as vontades particulares [...], todas as forças particulares queiram de fato exercer o domínio, é necessário que uma vontade geral [...], uma força geral exerça o domínio [...]”.

De forma similar De Bonald reafirma em outro trecho que ali onde os homens se oponham visceralmente com seus singulares desejos de domínio “[...] con voluntades iguales y fuerzas desiguales, es necesario que un solo hombre domine, o que todos que todos se destruyan” (DE BONALD, 1988, p. 21).³⁰² Perante um universo de desejo de domínio, apenas um e único centro de poder para impor-se como suficiente dominador. Confirma-se neste texto a leitura conservadora sobre a necessidade de domínio de um único homem, capaz de impor a ordem, algo que positivamente repercutiria em Schmitt tanto quanto no nacional-socialismo por meio de sua figura central.³⁰³

Esta necessidade de domínio por um só homem sustentada por De Bonald e recepcionada por Schmitt é também confirmada por De Maistre a partir de sua visão antropológica do ser humano. O poder, segundo este, deve encontrar-se fundamentado em raízes irracionais, e tentar fazê-lo em termos racionais implica, ao fim e ao cabo, que “[...] et le raisonnement en bannit la raison [...]” (DE MAISTRE, 1814, p. 118),³⁰⁴ lamento igualmente reforçado por Schmitt em 1921 quando recorda a projeção da filosofia ilustrada do século XVIII cujo anti-irracionalismo deslocava o impacto político derivado do catolicismo (*cf.* SCHMITT, 2008, p. 5). Este movimento de força da Ilustração encontra em De Maistre um esforço em sentido contrário, a saber, de banimento da razão como orientador do político. Schmitt lamenta o projeto ilustrado e, neste sentido, aproxima-se de De Maistre em sua ideia de que este permite-nos

³⁰² O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] com vontades iguais e forças desiguais, é necessário que um homem apenas domine, ou que todos se destruam”.

³⁰³ Em Hitler esta referência às virtudes históricas do homem que solitário realiza o bem e as virtudes em sociedade são reiteradas, em detrimento de sua visão de que as coletividades e as assembléias não encontram-se dotadas de semelhantes virtudes realizadoras. No capítulo IV reservado ao conservadorismo revolucionário nos dedicaremos algo mais a explorar este tema.

³⁰⁴ Ao trecho sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] e a argumentação expulsa a razão”.

encontrar certa noção de camisa de força histórica, a qual possuiria orientar sempre retamente ao fazer rumar ao irracionalismo.

Este ataque maistreano à razão é retomado no contexto de sua apropriação conservadora fomentadora do irracionalismo no século XX, por certo alvo de crítica por Adorno e Horkheimer. Ambos reputam ser este movimento conservador um típico recurso do irracionalismo em curso naquela quadra histórica.³⁰⁵ Sumarizam os frankfurtianos que o pensamento em geral era concebido pelo irracionalismo como um instrumento de destruição e manifestação de decadência (*cf.* ADORNO; HORKHEIMER, 1990, p. 106) – algo que a década de 20 bastante bem exporia por intermédio de homens como Spengler –, aproximados ao que De Maistre já qualifica como uma ordem constituída naturalmente.

Para De Maistre a Igreja desempenhava um papel fundamental no que concerne à configuração do poder, sendo mesmo impossível entendê-la, e ao seu papel político, sem a figura soberana do Papa. A Igreja, portanto, representa exemplo bem acabado do exercício de um poder não racionalmente fundamentado e suficientemente eficiente. Esta figura soberana da Igreja quando transposta ao discurso político irá produzir decisão de caráter inapelável (*cf.* SCHMITT, 2009g, p. 60). Esta abordagem é algo que em tudo aproxima-se a qualidade de infalibilidade atribuída à decisão do Presidente do Reich, de onde Schmitt admite que “Jede Souveränität handelt, als wäre sie unfehlbar, jede Regierung ist absolut [...]” (SCHMITT, 2009g, p. 60).³⁰⁶ Este conceito permite direta aproximação ao seu manuseio em De Maistre, para quem, segundo Spektorowski

³⁰⁵ Aqui nos referimos a última década do século XVIII e a primeira metade do século XIX, período de mais intensa intervenção política de De Maistre e De Bonald.

³⁰⁶ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] toda soberania atua como se fosse infalível, todo governo é absoluto”.

“[...] the infallibility of the sovereign emanates from a sense of legitimacy provided by consent and by religion”. (SPEKTOROWSKI, 2002, p. 289).³⁰⁷

É importante destacar, por outro lado, que Schmitt não inova nesta interpretação do conceito de soberania aproximado ao de infalibilidade. A rigor, apenas trata-se de retomada da tradição presente inicialmente em De Maistre e que seria posteriormente adotada no Concílio Vaticano I em 1870, precisamente no que concerne à infalibilidade da autoridade suprema, o Papa. Schmitt pôde ler inicialmente em De Maistre uma aproximação teológico-política ao conceito de soberania que tão útil lhe resultaria quando o savoiano traçara a analogia entre a infalibilidade do Papa e a irrecorribilidade das decisões tomadas pelo soberano.

A fonte irracional aparece em De Maistre como a única segura para que um poder não sofra o natural processo de corrosão ao qual se exporia acaso se tratasse de uma fundamentação racional. O pensamento é que disporia de potencial destrutivo das verdades, entendidas estas como a consagração temporal do tradicional. O irracionalismo presente no âmago do conservadorismo contrarrevolucionário se posta (e também aposta) como favorável às estruturas que apenas se ocupam com a perpetuação da tradição,³⁰⁸ mesmo contando com que no curso da história advenham revoluções (ver MÚGICA, 1988), malgrado se repete como absurdo a sua intromissão no curso dos eventos naturais e hierarquicamente organizados (ver GORRÁIZ, 1997). Em relação

³⁰⁷ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] a infalibilidade do soberano provém do senso de legitimidade fornecido pelo consentimento e pela religião”.

³⁰⁸ A História mantém um contato essencial com a tradição e o mito. O conservadorismo e, posteriormente, o conservadorismo revolucionário, encontra um de seus pontos de ancoragem precisamente na argumentação em torno da tradição. O impacto do conceito de tradição no pensamento conservador se expande igualmente entre Burke, De Maistre, De Bonald e Donoso Cortés em oposição a possibilidade de alterações sociopolíticas de maior calado (ver DÍEZ, 2005, p. 27). Estas, por seu turno, não projetam o futuro senão como consagração dos valores do passado, aspecto no qual lhe concede valor e valia. Conforme nos comenta García, é fato que o historicismo adentra na argumentação em apoio do tradicionalismo e à posição antiliberal (cf. GARCÍA, 2010, p. 446).

com o mito, o irracionalismo é entendido como a única fonte segura para a perpetuação e desenvolvimento da sociedade. Sua censura ao racionalismo, contudo, é tão somente lançada quando já não mais sirva aos propósitos glorificadores do poder e seus diversos objetivos (*cf.* ADORNO; HORKHEIMER, 1990, p. 108).

A controvérsia com o poder lançada e sustentada a partir de fontes racionais pode encontrar adversários suficientemente habilidosos entre os sofistas. A aposta de De Maistre é por um poder que ao ser fundado irracionalmente se revele, por conseguinte, insuscetível de questionamentos no âmbito da mais estrita racionalidade pública. Nestes termos fundamentado o poder, o mesmo seria apresentado de forma efetiva na prática política com uma face terrível, ou seja, inspirando temor (*cf.* BERLIN, 1990, p. 81) e sugerindo um regime de viés totalitário. A hierarquia natural inspiradora de profundo temor é a única arma suscetível de garantir a ordem social, elemento que ocupa lugar central na teoria conservadora de De Maistre e Donoso Cortés e que tem sua importância reiterada por De Bonald.³⁰⁹ Schmitt, por seu turno, reconhece, embora não mencionando expressamente a De Bonald, que tanto em De Maistre como em Donoso Cortés, subsiste uma razão demasiado débil, uma faculdade humana inviável para habilitá-la ao cumprimento de todos os seus mais altos projetos, algo que requer o franco acesso humano ao reconhecimento da verdade (*cf.* SCHMITT, 2000g, p. 60).

O homem que habita a filosofia política conservadora é, como viemos observando até aqui, alguém que se mostra, por natureza, agressivo e destruidor (*cf.* BERLIN, 1990, p. 81). Efetivamente, ele não está feito sob medida para a vida pacífica e livre senão que, historicamente, tal ocorrência apenas teve lugar ali e quando se deu a

³⁰⁹ Para explorar algo mais a ideia da conexão entre o conservadorismo, a filosofia bonaldiana e a percepção da natural constituição e organização das sociedades como o único regime, antes que o melhor deles, ver PALACIOS, (1949).

intervenção de um poder autoritário (*cf.* BERLIN, 1990, p. 82).³¹⁰ Neste ponto podemos observar uma interessante nota para os nossos propósitos, ou seja, que a tendência humana a consecução da auto-aniquilação coletiva é condição de possibilidade para a implementação de um governo cuja política imponha e controle firmemente tais inclinações.

Perante a verificação de que o pensamento conservador aposta em ações humanas que facilmente se unem para propósitos destrutivos (*cf.* BERLIN, 1990, p. 81) e não, como quer a filosofia Iluminista, para fins edificantes. Neste sentido parece existir uma aproximação possível com a justificação schmittiana para o conceito da aplicação da violência como forma de obter a hegemonia, o que extirparia o ânimo de enfrentamento devido a retirada de cena das diferenças causadoras.

No roteiro político de De Maistre o homem encontra-se não apenas como fácil alvo de aprisionamento mas, declaradamente, que este domínio revela-se necessário para a boa e estável organização política. Será apenas sob esta condição de distanciamento de suas próprias tendências auto-destrutivas do ponto de vista sociopolítico que a sociedade encontrará condições de sobrevivência. Nota de interesse é que a tendência a auto-aniquilação coletiva paradoxalmente se revela no pensamento conservador como condição de possibilidade política para a implementação de um governo que imponha e controle firmemente tais inclinações. se mostra similar ao que Schmitt também põe à base de sua filosofia política.

³¹⁰ Um dos trechos em que o poder autoritário no roteiro político de De Maistre é exposta em passagem na qual indica o papel do verdugo como assimilado ao papel do Estado como uma figura antipática socialmente, cujo trabalho não lhe rende relações mas que, sem embargo, desempenha função indispensável para que a vida comunitário possa mesmo ter lugar. De qualquer sorte, à figura do verdugo “[...] le corresponde ejecutar la prerrogativa que tienen los soberanos de castigar a los culpables” (FRANCESCH; GÓMEZ-QUINTERO, 2002, p. 192). Ao trecho sugerimos a seguinte tradução: “[...] lhe corresponde executar a prerrogativa que os soberanos tem de castigar aos culpados”.

Partíssemos de uma leitura interpretativa do direito e da política próximas a Weber e não encontraríamos ideias diferentes a esta de que o Estado modernamente configurado³¹¹ deverá manter o monopólio da força. Contudo, a interpretação contrarrevolucionária de De Maistre e sua solução política autoritária não aproxima-se dos valores políticos weberianos positivados na Constituição de Weimar. Schmitt, por sua vez, não apenas procederá a uma leitura do político que mantém contato com o texto seminal de De Maistre (ver DE MAISTRE, 1814) como também se distanciará dos valores democráticos weimarianos.

Distanciado de uma leitura democrática em que o Estado exerce o monopólio da força, o conservadorismo questiona o poder a partir de outra angulação, a legitimação da figura singular que o exerça por meio do uso da força. Neste ponto as respostas das fontes conservadoras schmittianas discrepam. Em De Maistre tanto quanto bem como em De Bonald, encontramos uma ambiência teórica favorável à defesa da restauração monárquica, enquanto que em Donoso Cortés a mesma argumentação não se repete, sendo sua a posição que observa aqueles como tempos em que os reis haviam encontrado o seu ocaso.

Schmitt estava ciente de que para o Marquês de Valdegamas não apenas os reis eram naquele tempo já inexistentes como também não havia perspectivas de quem pudesse se apresentar para ocupar tal posto de poder quando não fosse por apoio popular (*cf.* SCHMITT, 2009g, p. 69). Como nos diz Borda, o encaminhamento de Schmitt é de que a oferta teórica de Donoso é de que, malgrado seu primeiro momento

³¹¹ Dentre outros aspectos, também no que concerne a concepção de Estado moderno, a Schmitt lhe interessará retomar De Maistre antes que toda a tradição contratualista-liberal que de Locke a Kant, e de certa maneira Hobbes (que neste aspecto é convenientemente esquecido por Schmitt), põe ao centro da equação o indivíduo e seus direitos contra o Estado. Este é um movimento que não apenas não interessa a Schmitt como também será alvo de grande parte de suas críticas. Para algo mais da aproximação analítica de De Maistre com o Estado moderno, ver GORRÁIZ, (1993).

legitimista,³¹² a saída encontrada é a da ditadura, tornando-se ele próprio reputado como “[...] un filósofo de la dictadura política [...]” (cf. BORDA, 2006, p. 32).³¹³ Em suma, trata-se de que a filosofia política donosiana com a qual interage receptivamente Schmitt é profundamente autoritária.

Em Schmitt há referências diretas a esta leitura de De Maistre relativamente ao entendimento da violência de forma absolutamente relativizada.³¹⁴ Em Schmitt podemos encontrar uma apropriação suavizada do papel que a violência pode desempenhar em *Der Begriff des Politischen*, movimento que permite a afirmação identitária perante o inimigo.³¹⁵ Esta é uma ideia que permite realizar aproximação parcial do discurso de De Maistre, que não apenas relativiza o nefasto papel da

³¹² É interessante sublinhar como Donoso Cortés se faz acompanhar de De Maistre como pensadores conservadores que, em um primeiro momento, compuseram as forças legitimistas do político e das instituições para, momento seguinte, inclinar-se de modo decisivo pelo apoio à ditadura como conceito político dominante. Malgrado as diversas argumentações em sentido contrário e que mais bem aproximam Schmitt destes dois pensadores citados, nossa hipótese, aqui apenas mencionada e não detalhada em suas razões, o que postergamos para outro momento, que neste autor não percebemos um idêntico movimento de legitimismo ao de apoio à ditadura, senão de manutenção de apoio às forças autoritário-ditatoriais.

³¹³ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] é um filósofo da ditadura política”.

³¹⁴ Por certo, Berlin nos atualiza uma visão bastante crítica da figura e do trabalho de De Maistre segundo a qual o autor seria “[...] soberbio, intolerante, inflexible, con una voluntad férrea y un increíble poder de razonar rígido partiendo de unas premisas dogmáticas hasta llegar a conclusiones extremas y desagradables: brillante, amargado, un doctor medieval nacido fuera de su época [...]” (BERLIN, 2004, p. 171). Não obstante alguns pontos de contato com Schmitt, a extremada descrição negativa do pensamento de De Maistre sugere um movimento de relativo afastamento do texto schmittiano conforme aqui proposta a sua leitura. Nestes termos, não poderíamos encontrar uma ligação próxima com o texto schmittiano. Ao texto acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] soberbo, intolerante, inflexível, com uma vontade férrea e um incrível poder de raciocinar partindo de premissas dogmáticas até chegar a conclusões extremas e desagradáveis: brilhante, amargo, um doutor medieval nascido fora de sua época [...]”.

³¹⁵ Em De Bonald encontramos uma possibilidade de formação identitária com um grupo de iguais, ou amigos na terminologia schmittiana, que reclama, para ter lugar, um pressuposto racial que, por certo, o autor reclamava a nação francesa tê-la perdido (cf. BERLIN, 1990, p. 83).

violência como inclusive o insere em uma tradição³¹⁶ filosófica de viés positivo quando pensada a perspectiva de progresso da humanidade³¹⁷ que, por certo, não trilhará caminho oposto à tradição.

Na filosofia política de Schmitt encontramos um marcado verniz cético que mantém séria vinculação com uma perspectiva hobbesiana e maquiaveliana do poder. Este ceticismo parece encontrar-se nas fontes conservadoras schmittianas mais conhecidas mas que, paradoxalmente, no autor se manteria concentrado nas camadas populares, mormente em suas análises da democracia de massas, excluindo deste

³¹⁶ É possível localizar em Stuart Hall uma aproximação interessante à leitura do papel da tradição segundo a qual ela oferece um “[...] repertório de significados” (HALL, 2006, p. 70). Esta aproximação realizada por Hall parece-nos ser bastante útil para estabelecer a dimensão do conceito de tradição em De Maistre tanto quanto no conservadorismo revolucionário alemão, nos quais, sugerimos, a busca da significação do presente encontra-se inexoravelmente ligada à esta busca assinalada por Hall, ou seja, na tradição, que ofereceria todo um repertório de significados prontos a serem buscados para significar o presente com um conteúdo que deve distanciar-se do inovador. É certo que apenas podemos pensar dentro de uma tradição, seja ela qual for, mas ao fazê-lo, e aí a desconexão com a herança conservadora, não necessariamente precisamos retomá-la em sua pura inteireza mas, antes, de uma forma crítica com a qual, por certo, o conservadorismo revolucionário alemão não se mostraria conforme. A identidade conservadora, portanto, se afirma e reafirma de forma fechada, circular, retornando sempre ao seu ponto de partida proposicional. A identidade não-conservadora ou democrática pode ser representada por uma linha infinita, que apenas percebe a possibilidade de reconstruções inauditas sem visar o que já um dia foi, mas nem por isto negando qualquer retorno em um futuro cujo projeto é aberto e, por isto, desconhecido, prenhe de preenchimento segundo novas significações e não, como sugerem De Maistre e conservadorismo revolucionário, buscando no passado a razão justificadora das instituições sociopolíticas e culturais do futuro. Ao texto acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] repertório de significados”.

³¹⁷ Em certo trecho nos diz De Maistre (a) “[...] les véritables fruits de la nature humaine , les arts, les sciences , les grandes entreprises , les hautes conceptions , les vertus mâles , tiennent surtout , à l’état de guerre“ (DE MAISTRE, 1814, p. 39), em suma, que (b) “[...] que le sang est l’engrais de cette plante qu’on appelle *génie*” (DE MAISTRE, 1814, p. 39). Aos trechos acima sugerimos as seguintes traduções: (a) “[...] que os verdadeiros frutos da natureza humana, as artes, as ciências, as grandes empresas, as altas concepções, as virtudes viris, surgem sobretudo em estado de guerra. É sabido que as Nações nunca alcançam o seu mais alto ponto de grandeza de que são suscetíveis senão após experimentar longas e sangrentas guerras”; (b) “[...] o sangue é o fertilizante desta planta que se chama gênio”.

considerável âmbito de ceticismo, segundo um movimento não explicado, a figura do soberano, no qual concentrou altíssimos poderes.

Sugerimos que o ceticismo que parece-nos habitar o cerne do conservadorismo se projeta de modo importante sobre a nova face conservadora do século XX alemão. Neste novo momento, e em sua nova apresentação histórica, revolucionária, encontraria em Spengler um de seus articuladores, autor para quem o ceticismo representava o verdadeiro conhecimento humano (*cf.* SPENGLER, 1941, p. 22). Uma destas possíveis fontes, ainda quando tomadas por indiretas (recepcionadas por Donoso), é Juan Balmes. Segundo o espanhol, há de ser reconhecido que “[...] la triste realidad, suele encargarse de disipar vanas ilusiones en que se da por supuesto que los hombres son ángeles [...]” (BALMES, 1950, p. 449),³¹⁸ com o que se percebe o quão entranhada no discurso conservador encontra-se a recepção do ceticismo.³¹⁹

O ceticismo que se mostra em Balmes pode ser tomado como uma das fontes indiretas de Schmitt, o qual alcança compartilhar os fundamentos do pensamento. Segundo Truyol y Serra encontramos em De Maistre uma abordagem cética do debate político, que para ele não constituía exatamente um hábito saudável (*cf.* CARRIÈRES, 2006, p. 39).³²⁰ A rigor o autor savoiano aparece como “[...] el maximo debelador de

³¹⁸ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a triste realidade costuma encarregar-se de dissipar vãs ilusões em que se supõe que os homens são anjos [...]”.

³¹⁹ Esta tradição cética quanto a natureza humana também expandida sobre a democracia tornaria exequível similar discurso por parte de outros movimentos aristocráticos como o federalismo norte-americano no qual Madison praticamente repete a ideia de Balmes (ver MADISON, 1994, LII). A respeito da provável conexão do pensamento de De Maistre com Madison interessante é o aspecto para o qual nos chama a atenção Moraes ao sublinhar que acerca do tema republicano “[...] ambos vinculam mais diretamente a determinação quantitativa do povo à qualidade de seu espírito público”. (MORAES, 1996, p. 12).

³²⁰ O segredo ou pura ocultação das razões públicas encontram em De Maistre uma justificativa como princípio que deva intervir em substituição ao debate público. A ideia posta por Carrière é de que “[...] as discussões que determinam o curso da história se livram de olhos profanos e mãos profanadoras. A

cuanto el siglo de las Luces representara [...]” (TRUYOL y SERRA, 1990, p. XV),³²¹ ideia apenas reforçada pelo fato de que a irracionalidade haverá de conduzir o seu modelo de governo do Estado, único tendente a introduzir a paz e a segurança (*cf.* BERLIN, 2002b, p. 295). Muito similarmente a esta leitura encontramos texto em que Lucas Verdu pretende aproximar-se ao pensamento schmittiano ao qualificá-lo como um “[...] máximo debelador de la cultura político-institucional demoliberal” (LUCAS VERDU, 1989),³²² de manifesta conexão com valores e práticas políticas incentivadas pelo Iluminismo.

Este Schmitt debelador do argumento liberal encontra-se influenciado ademais dos valores céticos, também pela descrença e descompromisso com os valores considerados burgueses. Schmitt alerta implicitamente para a importância das bases conservadoras que dedicam esforços no ataque ao poder burguês que aspira a manutenção do local habitado pelo Deus católico mas, isto sim, que sua legitimação política das monarquias restasse impotente (*cf.* SCHMITT, 2009g, p. 64). Por intermédio deste caminho Schmitt aprofunda sua crítica ao liberalismo burguês pela tentativa de destronar a honraria monárquica. Este movimento do liberalismo supunha desconsiderar o papel político ocupado pelo sangue e pela aristocracia em prol da consagração do

“transparência” exhibe ainda outro sério inconveniente: ela corrói a obediência e destrói o respeito. O homem não se submete aos valores plantados à sombra da dúvida” (CARRIÈRE, 2006, p. 39). Há que ter em conta que a razão argumentativa representa para De Maistre antes que um motivo de enlevação e criação da autonomia do homem, como reclamara o Iluminismo, ao contrário disto, encontra-se neste proceder a razão de seu próprio infortúnio. Em De Maistre encontra-se a ideia de que a possibilidade de questionar implica abalar a solidez dos princípios e, perante tal leitura do mundo, melhor opção é ater-se ao mundo dogmático e da irrefutável fé, ainda quando transpostos tais princípios ao terreno do político.

³²¹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] o máximo debelador de quanto o século das Luzes representara [...]”.

³²² O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] máximo combatente da cultura político-institucional democrático-liberal”.

poderio financeiro e da nova aristocracia dominante dos meios econômicos (ver SCHMITT, 2002a, p. 38-39), algo com o qual, claramente, Schmitt se oporia.

O assinalado movimento debelador do democrático comentado por Lucas Verdu encontra-se implicado em bases profundamente conservadoras, próximas daquilo que Truyol y Serra qualificou como anti-ilustradas. Neste caso o papel ocupado por De Maistre é chave e, como diz Berlin, este é um filósofo que procurara destruir tudo o que o século XVIII havia edificado (*cf.* BERLIN, 2004, p. 172; 173). O movimento de retomada da pura destruição convinha a Schmitt enquanto tais valores habitavam o cerne de uma República como a weimariana e seu projeto constitucional alheio aos propósitos mais recônditos da filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana. A retomada de Donoso, mas também de De Maistre manifesta-se de vital importância para que Schmitt pudesse preparar “[...] his own political shift away from Catholic conservatism towards political authoritarianism, fascism, and National Socialism”. (SPEKTOROWSKI, 2002, p. 283),³²³ indicando interpretação que, no que tange a De Maistre, mostra-se conforme ao sugerido por Berlin (ver BERLIN, 1998).

A retomada da abordagem dos objetivos ilustrados por De Maistre tem o claro desígnio de promover sua destruição (*cf.* BERLIN, 2004, p. 174). Esta percepção é também a de Schmitt para quem será possível aproximá-lo de uma versão conservadora todavia mais radical como aquela representada pelos revolucionários alemães das primeiras décadas germanas do século XX. Basicamente este grupo se vê unido ao pensamento conservador contrarrevolucionário de filósofos como De Maistre na medida em que se mostram intensamente refratários à modernidade, aos valores-guia de tempos que reclamavam liberdades públicas, seu marcado viés antiliberal, por trás do qual se

³²³ Ao texto acima sugerimos a tradução que segue: “[...] o seu próprio roteiro político distancia-se do conservadorismo católico rumo ao autoritarismo político, fascismo e nacional-socialismo”.

observam os seus valores antiburgueses³²⁴ e o reconhecimento de direitos individuais do ser humano dentre outras tantas riquezas inspiradas pela Revolução Francesa.

Nada disto, contudo, encontra possibilidade de afirmação perante a indiscutível existência de uma lei divina, assim tão clara, evidente e “[...] aussi palpable que les lois du mouvement” (DE MAISTRE, 1814, p. 63).³²⁵ A rigor, aqueles que apostam na democracia encontra-se conectada com os direitos do homem e, como nos chama a atenção Díez, “[...] al haberse quebrado la unidad católica y absolutista y los resortes que la aseguraban, la *bestia humana* ha salido de su confinamiento para dar rienda suelta a sus apetitos más voraces”. (DÍEZ, 2005, p. 43).³²⁶

A crítica antiliberal e antirrepublicana schmittiana converge com a perspectiva de De Maistre acerca de seus esforços contra-corrente, conforme menciona Berlin, ou seja, que ele “[...] desafiava y denunciaba un mundo cambiante y vulgar [...]” (BERLIN, 2004, p. 171).³²⁷ Em verdade, tanto Donoso Cortés, De Maistre e De Bonald como seus sucessores conservadores revolucionários alemães e, nesta medida Schmitt, estiveram preocupados com evitar a afirmação de um conjunto de valores modernos. Tal preocupação tinha lugar pela eventual deslocamento definitivo de uma tradição feudal-

³²⁴ Estes são tópicos que, no decorrer deste trabalho, irão sendo retomados. Aqui entendidos como valores nucleares do conservadorismo revolucionário, eles irão ser utilizados como conceitos de apoio para conectar a interpretação da filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana a estes mais caros valores do conservadorismo revolucionário.

³²⁵ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] tão palpável como as leis do movimento”.

³²⁶ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] quando foi rompida a unidade católica e absolutista e os meios que a asseguravam, a *besta humana* saiu de seu confinamento para dar renda solta aos seus apetites mais vorazes”.

³²⁷ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] desafiava e denunciava um mundo em alteração e vulgar [...]”.

aristocrática do novo mundo republicano alemão.³²⁸ A tradição feudal-aristocrática marcava presença em arranjos monárquicos germanos de inícios do século XX como os de Guilherme II (1859-1941).³²⁹ Esta tradição representa uma linha evolutiva que marca a oposição ao conceito de soberania popular que apenas encontraria espaço com a queda do II Reich, tradição enfrentada com um conservadorismo que emulava a arte da guerra e do sangue como instrumentos de realização virtuosa da história,³³⁰ o que poderia ter lugar por meio da revolução.³³¹

Este breve avanço histórico rumo aos acontecimentos do século XX tem a finalidade de colocá-lo como pano de fundo para o exame das teses fundamentais do conservadorismo revolucionário que mantinham um forte olhar voltado ao passado,

³²⁸ Estes esforços conservadores aos quais Schmitt se soma representa todo um conjunto de atos preparatórios, embora não teleologicamente organizados, que pavimentam a ascensão do nacional-socialismo.

³²⁹ Friedrich Wilhelm Viktor Albrecht von Hohenzollern nasce em 27 de janeiro de 1859 e falece em 4 de junho de 1941. Foi o último Kaiser (Imperador) da Alemanha e também o último Rei da Prússia, títulos que manteve entre os anos de 1888 e 1918. Na sequência deste trabalho as referências a Guilherme II suscitarão relativo interesse na medida em que visamos manter qual foi o período em que a sua influência teve ocorrência, principalmente a partir do próximo capítulo III.

³³⁰ É interessante assinalar o recurso literário de que se vale Richard para ilustrar esta situação que reúne uma interpretação do papel da tradição, valor bastante caro à tradição conservadora analisada neste capítulo. Richard retoma dois escritores para ilustrar a conexão entre o conceito de tradição e a operação do conservadorismo durante a República de Weimar: “Únicamente las tumbas engendran la patria, dice Ernst Bertram en uno de sus poemas, y Hans Carossa: Mucha sangre debe correr en la tierra; si no el hombre no hará jamás su patria de ella” (RICHARD, 1972, p. 108). Aqui encontramos o reforço do argumento de que a tradição coordena as perspectivas de todo o desenvolvimento futuro e que o derramamento de sangue representa a verdadeira *conditio sine qua non* para a formação de um conceito de pátria ou, se quisermos, e em sentido mais amplo, nação. Este derramamento de sangue para a formação da nação sugere-nos a atualização e posta em movimento, desde a ótica da política, do conceito de homogeneidade, assunto do qual nos ocuparemos em outro capítulo. Ao texto acima sugerimos a seguinte tradução: “Únicamente os túmulos engendram a pátria, diz Ernst Bertram em um de seus poemas, e Hans Carossa: Muito sangue deve escorrer pela terra. Se não o homem jamais fará dela a sua pátria”.

³³¹ Para explorar uma possibilidade de contato entre guerra e revolução desde o ponto de vista do conservadorismo, ver CATOGGIO, (2005).

movimento contrarrevolucionário cujo êxito a França conheceria, muito embora não nos termos a que aspirara o conservadorismo. De Maistre é visto por Berlin como um “[...] paladín de una causa perdida, o bien como un demencial y odioso vestígio de la generación más vieja [...] que su época ya pasó, que su mundo no tiene nada que ver con lo contemporáneo” (BERLIN, 2004, p. 171).³³² Mas muito embora possamos aceitar a sugestão de Berlin de que De Maistre fale no presente, e desde este projete o futuro, o faz valendo-se de linguagem e referenciais teóricos do passado, em suma, de que “El pasado como doctrina política es una clave intelectual que recorre toda la obra de Joseph de Maistre” (cf. DÍEZ, 2005, p. 29).³³³ É na concepção e projeção do passado que verdadeiramente encontramos a representação da delimitação intelectualmente precisa como o “[...] referente teórico de la única política legítima” (DÍEZ, 2005, p. 27),³³⁴ movimento que em absoluto passará despercebido pelo movimento conservador revolucionário germano do primeiro quartel do século XX.

Neste sentido é certo dizer que o conteúdo de seu discurso não apenas mantinha conexão com o debate filosófico antilibertário daqueles dias como também representa uma filosofia política normativa que visa a atualização do pensamento antidemocrático (cf. BERLIN, 1994, p. XIII). Partindo destes referenciais o pensamento antidemocrático de De Maistre se tornou passível de apropriação por Schmitt em seus dias mas, ainda mais, capaz de dialogar até mesmo com a substância do discurso antidemocrático dos nossos dias (cf. BERLIN, 2004, p. 171).

³³² O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] paladino de uma causa perdida, ou bem como um demencial e odioso sinal da geração mais velha [...] que sua época já passou, que seu mundo não tem nada que ver com a contemporaneidade”.

³³³ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “O passado como doutrina política é uma chave intelectual que perpassa toda a obra de Joseph de Maistre”.

³³⁴ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] referencial teórico da única política legítima”.

A crítica de Berlin auxilia na melhor compreensão desta possibilidade interpretativa quando pensamos no caminho que abre a possível aproximação de Schmitt relativamente a De Maistre tendo em perspectiva uma eventual conexão conceitual com o totalitarismo. De Maistre anuncia um mundo marcado por mudanças que o apresentam, pejorativamente, como “[...] un mundo cambiante y vulgar [...] cegado por sua propias ideas, tronando maldiciones contra la maravillosa nueva época cuyos beneficios era él demasiado obstinado para ver [...]” (BERLIN, 2004, p. 171).³³⁵ O que faz o pensamento conservador revolucionário no século XX não é, portanto, um movimento muito diferente deste identificado em De Maistre por Isaiah Berlin. Tanto em Schmitt como no mais castiço pensamento conservador revolucionário é possível perceber um atterramento perante os valores ilustrados, mais do que uma mera crítica a sua recepção pela República de Weimar.

Por sua parte, De Maistre se ocupa não apenas de uma profunda como ácida crítica da Revolução Francesa³³⁶ evento que descreve como radicalmente mau, repleto de toda a impureza imaginável³³⁷ sem similar universal em termos de tirania (*cf.* DE MAISTRE, 1814, p. 136). Esta descrição radicalmente negativa seria bem recepcionada

³³⁵ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] desafiava e denunciava um mundo em alteração e vulgar [...] cego pelas suas próprias ideias, vociferando maldições contra a maravilhosa nova época para cujos benefícios ele era demasiado obstinado para ver [...]”.

³³⁶ Não obstante esta crítica à Revolução Francesa, De Maistre lhe reconhece um papel singular na história: “C’est surtout ce qui me fait penser que la révolution française est une grande époque, et que ses suites, dans tous les genres, se feront sentir bien au-delà du temps de son explosion et des limites de son foyer” (DE MAISTRE, 1814, p. 23). Ao texto acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] Sobre tudo o que me faz pensar que a Revolução Francesa é uma grande época que terá continuação em todas as espécies dela que serão sentidas para além dos tempos de sua eclosão e dos limites de seu foco”.

³³⁷ A crítica de De Maistre é direta e incisiva: “[...] ce qui distingue la révolution française, et ce qui en fait un événement unique dans l’histoire, c’est qu’elle est *mauvaise*, radicalement [...]” (DE MAISTRE, 1814, p. 54). A livre tradução sugerida ao texto acima é: “[...] o que diferencia a Revolução Francesa e o que faz dela um *acontecimento* único na história é que ela é radicalmente *má*; nenhum bom elemento alivia o olhar do observador, é, sim, o mais alto grau conhecido de corrupção, é a pura impureza”.

pela filosofia política bonaldiana (ver GORRAÍZ, 1995) e também por Schmitt que, por certo, em sua quadra histórica não tomaria como grande obstáculo do qual ocupar-se, a prática dos excessos, da barbárie e de toda a tirania alvo da crítica de suas fontes contrarrevolucionárias.

Tomando a De Bonald como pano de fundo de nossa reflexão é possível observar como o conservadorismo revolucionário e Schmitt irão retomar um discurso não menos crítico relativamente ao movimento revolucionário de esquerda que agitaria o momento fundacional da República de Weimar, sobretudo por meio da crítica aos valores positivados em sua Constituição. Para tanto, especialmente os conservadores revolucionários são claros em seu movimento de recuperar certa dimensão de uma linguagem do passado da qual se utilizaram De Maistre e De Bonald no sentido de projetá-la para os dias de um regime vindouro, e nisto parece ter razão Díez ao indicar que “[...] Maistre se adentró en el túnel del tiempo para que la luz de los siglos proyectase sobre el presente la *verdad* de la ‘contrarrevolución’”. (DÍEZ, 2005, p. 29).³³⁸

Esta retomada dos argumentos conservadores por parte de Schmitt é que lhe auxilia em grande medida ao seu trabalho crítico dos valores ilustrados e, paralela e congruentemente, ao liberalismo. Encontramos em De Bonald outro dos aportes teóricos a Schmitt quando o autor denuncia o individualismo como aposta teórica desestruturadora das bases divinas, estas sim, introdutoras no mundo de tudo quanto representa a estabilidade e durabilidade, nada afeitos aos arranjos da humanidade e a sua engenhosidade (*cf.* BERLIN, 2002b, p. 297), incapazes de suplantar a suprema sapiência divina, apenas ela conhecedora de todas as dimensões da sua criação.

A crítica de De Bonald ao individualismo comporta um direto ataque ao contratualismo em que as relações se baseiam nesta sociedade. A extremada competição

³³⁸ A crítica de De Maistre é direta e incisiva: “[...] Maistre adentrou no túnel do tempo para que a luz dos séculos projetasse a verdade da ‘contrarrevolução’ sobre o presente”.

que se estabelece nas sociedades burguesas inverte a lógica da estabilidade que a Igreja e o Estado monárquico sob inspiração divina podem exclusivamente aportar. De Maistre igualmente pode aqui ser tomado como um de seus interlocutores teóricos na medida em que a crítica liberal ocupa espaço relevante em seu trabalho. Malgrado bastante perceptível o ânimo com que se antepõe aos valores democrático-liberais – alegadamente que inspiradores do terror implementado pelo jacobinismo francês – seu texto não dispõe dos mesmos termos e referenciais teóricos que interessariam a Schmitt retomar.

É possível recear pela procedência de certas críticas endereçadas a que De Maistre teria sido o antecedente teórico cujo radical pessimismo teria influenciado os totalitarismos do século 20. Em que pese tal receio, este posicionamento da filosofia política de De Maistre como próximo aos totalitarismos é posição reforçada pela leitura de comentaristas como Zaganiaris (ver ZAGANIARIS, 2004). Fundamentalmente esta leitura que aproxima De Maistre ao totalitarismo é expressa de forma positiva quando Berlin nos diz que “[...] nature is red in tooth and claw, it is a vast scene of carnage and destruction. The man of the eighteenth century turn to metaphysics, to logic, even to geometry, in order to find out what the nature is like” (BERLIN, 1994, p. XVII).³³⁹ A carnificina com que a história aparece desenhada em De Maistre conectada às virtudes do século XVIII, estratégia que igualmente permite sua conexão com a crítica conservadora revolucionária germânica do século XX sobre o Iluminismo.

Aparentemente De Maistre demonstra alguma melancolia pela maldade que habita o homem, pois lhe parece ser natural a sua inclinação para o amo. Este é, contudo, um momento primitivo, que conhece a passagem deste estágio para um

³³⁹ O texto permite a seguinte tradução: “[...] a natureza é vermelha em unhas e dentes, ela é um vasto cenário de carnificina e destruição. O homem do século dezoito voltou-se à metafísica, à lógica, até à geometria para encontrar o que é realmente a natureza”.

seguinte momento marcado pela descrição hobbesiana como um vale de lágrimas, ideia que pouco distará de sua aproximação ao tema realizada por Schmitt. Esta leitura antropológica oferece uma das bases para a aproximação ao cerne da filosofia política de De Maistre segundo sugerida por Berlin (ver SCHMITT, 2001j, p. 80).

Em conexão com este aspecto Schmitt supõe que a estratégia reorganizadora da esfera estatal tem em vista que “[...] el Estado fascista quiere volver a ser Estado, con autoridades y representantes visibles, no fachada y antecámara de mandatarios y patrocinadores invisibles e irresponsables” (SCHMITT, 2001j, p. 81),³⁴⁰ em suma, que quer dispor de uma forte autoridade. Uma vez mais Schmitt confirma sua aversão aos valores do Estado liberal e parlamentar exemplificados pelo constitucionalismo weimariano em favor de um outro modelo que logo apresentaria seu viés totalitário.

Conhecida a oposição do autor a estes valores, movimento seguinte é o de encontrar outros e diferenciados valores sob os quais orientar o regime político. Um destes, e afins com o conservadorismo de De Bonald e De Maistre é a tradição (ver CATALAN, 1999) mas também se espriam sobre o pensamento conservador de Burke e Donoso Cortés, contrapondo-se a possibilidade de alterações sociopolíticas (ver DÍEZ, 2005, p. 27).

O impacto da tradição evoca a atualização do passado como um referente teórico de uma única escolha política legítima (*cf.* DÍEZ, 2005, p. 27) em oposição a um movimento revolucionário que procura introduzir a razão como um elemento articulador e orientador das instituições sociais. Ao contrário, para De Maistre este movimento revolucionário apenas pode apontar para uma razão que procede a sua auto-destruição (*cf.* GORRÁIZ, 1993, p. 232), em suma, que o seu otimismo racional de fundo permite a

³⁴⁰ O texto permite a seguinte tradução: “[...] O Estado fascista quer voltar a ser Estado, com autoridades e representantes visíveis, não uma mera fachada, antecâmara de mandatários e patrocinadores invisíveis e irresponsáveis”.

criação de uma falsa projeção de um futuro que, distanciado da tradição e dos valores divinos, nada mais poderá aportar do que um quadro de destruição e barbárie, ou seja, puro caos e desordem,³⁴¹ antes do que o prometido por uma frondosa engenharia social postulada pelo construtivismo racionalista aplicada ao político e ao jurídico. Reitera Gorráiz que encontramos-nos com uma clara opção conservadora no sentido de que “[...] frente a razones abstractas, creencias y dogmas; frente a nuevas y extrañas pautas de conducta, los viejos prejuicios; frente a la razón dubitativa, fe ciega en el cristianismo [...]” (GORRÁIZ, 1993, p. 232-233).³⁴² Donoso Cortés corrobora esta noção presente no conservadorismo de maistreano quando reitera que “[...] el hombre es soberanamente libre [...] puede afirmarlo todo o negarlo todo; puede ganarse o puede perderse; lo que el hombre no puede hacer es mudar con su voluntad la naturaleza de las cosas, que es de suyo inmutable”. (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 203).³⁴³

2.3. HIERARQUIA E PODER: TRANSPONDO O *MILAGRE* PARA O MUNDO DO POLÍTICO

O pensamento conservador busca inspiração em seu objeto de crítica, a Revolução Francesa, para responder-lhe, movimento que parcialmente se deu por intermédio da crítica ao liberalismo, como foi o caso de Donoso Cortés na Espanha em

³⁴¹ É precisamente neste aspecto que em momento futuro encontraríamos em Schmitt a expressa preocupação com a forma de superar o caos e a desordem, apontando para uma solução conservadora de concentração de poderes inspirada em sua versão teológico-política ensaiada tão claramente em Donoso Cortés quanto em De Maistre e em suas fontes.

³⁴² Ao texto acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] perante as razões abstratas, crenças e dogmas; perante novas e inovadoras pautas de conduta, os velhos prejuízos; perante uma razão em dúvida, a fé cega no cristianismo [...]”.

³⁴³ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] o homem é soberanamente livre [...] pode afirmar ou negar tudo; pode ganhar ou perder tudo; o que o homem não pode fazer é, com sua vontade, mudar a natureza das coisas, que é, por si mesma, imutável”.

sua crítica a Revolução liberal daquele país.³⁴⁴ Em paralelo, a filosofia política do autor igualmente haveria de trabalhar com uma orientação divina marcada pelo sofrimento humano derivado do pecado original cuja projeção na vida política implica a guerra e o transbordar de sangue, ideias que, logo, evidenciam a atualidade de sua crítica quando contraposto a filosofia política do conservadorismo revolucionário da primeira metade do século XX alemão.³⁴⁵

Em De Maistre, tanto quanto em Donoso Cortés, encontra-se um avançado ceticismo quanto às possibilidades do liberalismo, ambos partilhando a percepção sobre o valor da religião na explicação do político (*cf.* TRUYOL y SERRA, 1990, p. XVI), alvo de forte lástima também em De Maistre, para quem a perda dos valores religiosos vigentes no *Ancien Régime*, haviam igualmente implodido toda uma cosmovisão que desestruturara os novos tempos, em suma, que aqueles eram tempos de enfrentamento aos valores religiosos em que estava em curso uma verdadeira *theophobia*. Esta explicação do político encontra recepção no *Römischer Katholizismus und Politische Form* no qual admite que “[...] der die Welt regiert wie der König den Staat, unbewußt

³⁴⁴ A Revolução Espanhola de 1820 teve raízes na Constituição de Cadiz (conhecida como *La Pepa*), primeira Constituição espanhola, datada de 1812. O documento se caracterizou pela influência do liberalismo, em oposição às forças conservadoras constituídas por donos de terra e pelo clero. Terminaria por ser um dos mais destacados e influentes documentos legais sobre o mundo jurídico-político latino-americano. Tensionada pelos conflitos, a Constituição não ultrapassaria o ano de 1814, quando Fernando VII assume com poderes absolutos. A Revolução de 1820 levaria ao poder os liberais espanhóis que haviam sofrido com a recente perseguição sofrida sob o reinado de Fernando VII. A Revolução está inserida em um mais amplo contexto revolucionário que envolve vários movimentos do gênero em território europeu, mais especificamente no período posterior às Guerras Napoleônicas, na qual Napoleão Bonaparte, herdeiro do poder revolucionário francês, haveria de, entre os anos de 1799 a 1815, empreender guerras contra muitos dos Estados europeus de então. No contexto europeu as revoluções do período de 1820 configuraram uma reação à Restauração.

³⁴⁵ Este elogio ao sangue e as virtudes heroicas logo se mostrariam próximos a aplicação prática ao mundo do político das teorias irracionalistas, algo que inspiraria o nacional-socialismo, a partir de onde a instituição da barbárie foi apenas um passo.

zum Motor gemacht wird, der die kosmische Maschine treibt” (SCHMITT, 2008, p. 21)³⁴⁶ e toda a dimensão do político.

Esta aproximação ao político por meio do teológico encontra conexão com o conceito de Estado de exceção (*Ausnahmezustand*) em Schmitt. Sugerimos que isto pode ser mais claramente observado quando Donoso realiza o movimento de tentar explicar o milagre como suspensão de um ato da vida, ideia que encontra-se replicada por De Maistre já nas primeiras linhas “Le *miracle* est un effet produit par une cause divine ou sur-humaine qui suspend ou contredit une cause ordinaire” (DE MAISTRE, 1814, p. 2).³⁴⁷ Este conceito de milagre é igualmente retomado por Schmitt em sua projeção teológico-política do poder soberano, e de forma bastante clara em sua *Politische Theologie*. A conexão entre o poder divino e o poder terreno do soberano é identificado em De Maistre por Carrières, segundo quem no savoiano “o trono e o altar andam par e par; a derrocada de um é a miséria do outro”. (CARRIÈRE, 2006, p. 39).

De modo bastante próximo a posterior leitura de Schmitt sobre o Estado de exceção (*Ausnahmezustand*), o que lhe sugere como um antecedente teórico, encontramos em De Maistre a explicação do conceito de milagre como o “[...] un effet produit [...] qui suspend ou contredit une cause ordinaire” (DE MAISTRE, 1814, p. 2).³⁴⁸ Neste aspecto parece possível estabelecer uma conexão entre o conceito de milagre que suspende a vida ordinária ideado conjuntamente nos textos de Donoso Cortés-De Maistre com o poder de suspender a ordem reconhecida por Schmitt em seu Estado de exceção. Mas se a ordem para De Maistre é o retorno à monarquia e ao seu poder forte

³⁴⁶ Uma livre tradução sugerida para o texto acima é a seguinte: “[...] o Deus que rege o mundo assim como o rei ao Estado, inconscientemente se converteu em um motor que move a máquina cósmica”.

³⁴⁷ Uma livre tradução sugerida para o texto acima é a seguinte: “O *milagre* é um efeito produzido por uma causa divina e sobre-humana, que suspende ou contradiz uma causa ordinária”.

³⁴⁸ Uma livre tradução sugerida para o texto acima é a seguinte: “[...] um efeito produzido [...] que suspende ou contradiz uma causa ordinária”.

ancorado em uma teologia política, por outro lado, encontramos em Schmitt a defesa da superação dos valores republicano-ilustrado-weimarianos em prol de um regime, aquele momento todavia incerto, mas de marcado corte totalitário.

Desta maneira podemos sugerir que enquanto De Maistre propõe uma volta a ordem monárquico-soberana ou totalitária (ver BERLIN, 1990), Schmitt, por seu turno, propõe que o futuro imediato encontre com a superação dos valores republicanos em um poder não menos centralizado do que a ordem teológico-política de De Maistre. Neste momento sugerimos ter lugar a implementação de uma ditadura comissária, consagrando uma figura com poderes singulares perante a ordem estabelecida, necessários para suplantar as vicissitudes do momento de instabilidade,³⁴⁹ capaz, como o movimento de maistreana de retorno à monarquia, também na sucessão de Weimar, de reimplementar a paz e a segurança, em suma, a volta à ordem.

Schmitt realiza uma crítica ao caos que parece manter contato íntimo com a teoria de Donoso Cortés-De Maistre ao apontar para a necessidade da intervenção contínua da soberana vontade divina no mundo como fator ordenador, por uma inteligência divina superior (*cf.* ABELLÁN, 1993a, p. 61), capaz de guiar uma Revolução quando o homem pensa fazê-lo ele próprio.³⁵⁰ Para Schmitt, assim como também em Donoso e De Maistre, a anarquia haverá de encontrar combate por uma ordem que haverá de dispor de força suficiente para emergir e impor-se como fator

³⁴⁹ Neste aspecto interessa ressaltar que paralelamente ao destaque realizado por De Maistre sobre o desvalor de personagens históricos que em meio a processos revolucionários se dedicam a agitar as massas sem dispor de poder para controlá-las (*cf.* DE MAISTRE, 1814, p. 7), por sua vez, Schmitt, mostra sua preocupação em criar as condições de possibilidade para todo aquele que disponha do poder de mobilizar as massas também disponha das condições efetivas de controlá-las, o que resta provado por meio de sua admissão dos poderes extraordinários aos ditadores comissários.

³⁵⁰ A este respeito diz claramente De Maistre que: “On ne sauroit trop le répéter, ce ne son point les hommes qui mènent la révolution, c’est la révolution qui qui emploie les hommes” (DE MAISTRE, 1814, p. 8). A tradução sugerida para o trecho acima é a seguinte: “Nunca se repetirá em demasia que não são os homens os que conduzem a revolução mas, antes, é a revolução que emprega os homens”.

excludente necessário da desordem no mundo (*cf.* DE MAISTRE, 1814, p. 163), e à base de toda esta ordem apenas poderia ser encontrada a religião católica (*cf.* FRANCESCH; GÓMEZ-QUINTERO, 2002, p. 189), fator de plena coesão social e política.

Esta é uma ideia que parece fortalecer o apoio da intervenção do ditador no âmbito da criação conceitual schmittiana da ditadura comissária mas que reclamará uma fonte de apoio legitimatório que encontra boa descrição no trabalho de De Maistre quando se refere à unidade fabular em torno ao político, antibabélica e antiplural por automasia, e que, em realidade, sugere uma “[...] violenta ficción revolucionaria hace saltar por los aires la nervadura de la *única* política posible, aquélla que se funda no tanto en la verdad como en la ‘unidad de fábulas’”. (DÍEZ, 2005, p. 38).³⁵¹

Díez cria seu texto sobre trecho em que De Maistre confirma ser a religião uma necessidade para os povos, cujos dogmas, consistem em fábulas que deveriam ser unificadas “[...] lo que no tendrá lugar jamás sin la unidad de doctrina y autoridad, la cual, a su vez, deviene imposible sin la supremacía del Supremo Pontífice” (*apud* DÍEZ, 2005, p. 38).³⁵² Aqui encontramos-nos com um texto que se mostra útil a Schmitt na medida em que a unificação de fábulas que legitimem o poder, fábulas mítico-religiosas criadas a partir de um poder concentrado no conceito de autoridade que em Schmitt encontrariam recepção em sua leitura de que a Igreja era o “Vor der mittelalterlichen Fähigkeit zur Bildung repräsentativer Figuren – der Papst, der Kaiser, der Mönch, der

³⁵¹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] violenta ficção revolucionária faz saltar pelos ares a nervura da única política possível, aquela que não se funda tanto na verdade como na “unidade de fábulas”.

³⁵² O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] o que não terá lugar jamais sem a unidade de doutrina e autoridade, a qual, por sua vez, torna-se impossível sem a supremacia do Supremo Pontífice”.

Ritter, der Kaufmann – ist sie in der Gegenwart das letzte, vereinsamte Beispiel [...]”.

(SCHMITT, 2008, p. 32).³⁵³

Uma das dimensões da crítica de De Maistre à Revolução Francesa aparece em Díez posta como residindo em que a mesma obstava a genuína dimensão do político, a saber, que lhe retirava a necessária unidade, ou seja, lhe movia para o terreno da democracia (cf. DÍEZ, 2005, p. 38-39). Esta era ideia que, para De Maistre – movimento futuramente reforçado por Schmitt – consiste em uma indesejável replicação de fábulas, que lhe tiram à autoridade, e poder supremo, à necessária unidade do poder que lhe autoriza o infalível exercício, tal e como ocorria na estrutura da Igreja com o Papa (cf. CHEVALLIER, 1952, p. 108).

A figura do emergente poderoso criador de condições de estabilidade que permitiriam o retorno à normalidade legal pode ser entendido como a real figura do soberano, em torno do qual a sociedade haveria de encontrar agregação (cf. GARCÍA, 2010, p. 446), mas de qualquer forma um modelo de estabilidade distanciado do anglo-saxônico (cf. DE MAISTRE, 1994, p. 78) cujo deslocamento se daria em direção à concentração do poder no povo.³⁵⁴ Em De Maistre, como bem ressalta Schmitt, encontramos um pensador em que sobressai uma especial predileção pelo conceito de soberania.³⁵⁵ De Maistre apresenta o conceito de soberania ancorado em uma visão antropológica aproximada à hobbesiana, mas deste distanciado por força da relação de maistreana com o vetor religioso. De Maistre sustenta que “[...] no hay posibilidad de

³⁵³ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] último e solitário exemplo da capacidade medieval para formar figuras representativas (o Papa, o Imperador, o Monge, o Cavaleiro, o Mercador) [...]”.

³⁵⁴ Neste sentido, notadamente, percebemos toda a tradição contratualista desde Locke chegando ao genebrino Rousseau o movimento de concentração do poder soberano no povo que demarcaria um dos tópicos fundadores da democracia liberal.

³⁵⁵ Para uma breve análise das conexões entre o conceito de soberania e sua usurpação em De Maistre, ver JAFFRIN, (2008).

domesticar al hombre y de evitar que el “caos de los orígenes”, se adueñe de la sociedad como una violenta ficción” (DÍEZ, 2005, p. 40),³⁵⁶ regra que comporta a exceção da projeção empírica de um poder forte que na versão antiliberal e teológica donosiana encontraria configuração no conceito de soberania retomado em Schmitt.

Adequadamente pensado, o conceito de soberania implica, para a composição de seu ordinário funcionamento, uma necessária passagem ao conceito de decisão (*cf.* SCHMITT, 2009g, p. 60), e esta ideia, por seu turno, haveria de ser recepcionada amplamente por Schmitt. O autor, momento seguinte, facilmente procede à conexão entre o conceito de soberania e o de decisão, centralizados na figura do Poder executivo ou Presidente do Reich, mas o faz de forma a desentender-se do conselho de De Maistre acerca de que “[...] el poder y las grandezas corrompen al hombre” (DE MAISTRE, 1994, p. 88),³⁵⁷ igualmente destacando que uma das virtudes do reino francês era, precisamente, a limitação do poder monárquico (*cf.* DE MAISTRE, 1994, p. 82).³⁵⁸

O conservadorismo de De Bonald reconhece que o poder geral do Estado encontra-se centralizado na figura do soberano. Qualquer ataque desconstitutivo ao núcleo deste poder arremete contra a própria natureza do poder entendido em De Bonald como soberano (*cf.* DE BONALD, 1988, p. 51), percepção da qual não dista em demasia a aproximação realizada por De Maistre (ver GORRÁIZ, 1993).

Esta leitura sobre a forma adquirida pelo núcleo do poder é convergente com o roteiro filosófico-político schmittiano para quem soberano é “[...] wer über den

³⁵⁶ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] não há possibilidade de *domesticar* o homem e de evitar que o “caos originário” se apropriar da sociedade como uma violenta ficção”.

³⁵⁷ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] o poder e as grandezas corrompem o homem”.

³⁵⁸ De Maistre é especialmente direto quando menciona que o poder real haveria de encontrar as suas limitações quando afirma que “El rey no reina más que por la ley y no tiene poder de hacer todo lo que le apetezca” (DE MAISTRE, 1994, p. 82). Ao texto acima sugerimos a seguinte tradução: “O Rei não reina mais que pela lei e não tem poder de fazer tudo que aprazível lhe pareça”.

Ausnahmezustand entscheider” (SCHMITT, 1996e, p. 13),³⁵⁹ nos diria o autor em sua *Politische Theologie*. Em De Bonald encontramos uma interpretação do poder cuja virtude encontra-se em sua leitura centralizada por intermédio da figura de um monarca, aquele que “[...] ordena” (DE BONALD, 1988, p. 14). Esta é a figura capaz de ordenar, pois dirige a força pública (*cf. Ib.*). Malgrado os múltiplos pontos de contato quando não de pura convergência, isto sim, Schmitt descuida abertamente da advertência de De Maistre no sentido de que

Sous l’empire d’un pouvoir illégitime, les plus horribles vengeances sont à craindre ; car qui auroit le droit de les réprimer ? La victime ne peut invoquer à son aide l’autorité de lois qui n’existent pas , et d’un gouvernement qui n’est que l’oeuvre du crime et de l’usurpation. (DE MAISTRE, 1814, p. 150).³⁶⁰

Schmitt não parece ser plenamente consequente com a advertência de De Maistre acerca de que governos ilegítimos possam produzir horríveis vinganças, pois todos submetidos já encontram-se sem capacidade de impor-se às ofensas sofridas. Esta advertência poderia ser útil para Schmitt acaso estivesse a sua atenção voltada para a prevenção do abuso do poder e não para a implementação dos governos e dos Estados fortes (*Stärke Staat*), conceito que se materializaria na Alemanha no alvorecer da década de 1930. De qualquer sorte, Schmitt poderia retomar de De Maistre o argumento para confirmar sua perspectiva deste seu *Stärke Staat*, ou seja, de que o governo pode estar assentado em bases laicas mas em uma ambiência cuja obediência se mantivesse na esfera do mítico e do sagrado.

A submissão a uma dimensão mítica e sagrada a qual se submetem prazerosamente os indivíduos porque não podem entendê-lo (*cf. GORRAÍZ, 1993, p.*

³⁵⁹ O texto permite a seguinte tradução: “Soberano é quem decide sobre o Estado de exceção”.

³⁶⁰ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] sob o império de um poder ilegítimo, as mais horríveis vinganças são de temer, pois quem teria o direito de reprimi-las? A vítima não pode invocar em seu auxílio a autoridade das leis que não existem bem como de um governo que não é mais que o fruto do crime e da usurpação”.

243) sugere-nos um grande poder de penetração, e apropriação, por parte de estruturas políticas totalitárias. Sugerimos que o Estado forte busca distanciamento de um ambiente público habitado pela deliberação popular, mesmo por força de que os monarcas são fruto da realização terrena da vontade divina, todo-poderoso criador que não haverá de encontrar obstáculos ao Seu poder, ou ao Seu apoderado, na órbita temporal. O Estado forte visará, portanto, encontrar melhor recepção em espaços teóricos em que, como ocorre na tradição conservadora trabalhada neste capítulo, nos deparemos com um conceito de obediência que encontra sua legitimação nos poderes da divindade (poder espiritual) e do monarca (poder temporal) (*cf.* GORRAÍZ, 1993, p. 242), inversamente a toda aposta da Reforma e da Ilustração tão fortemente alvejadas por De Maistre, De Bonald e Donoso Cortés. Esta tradição conservadora se consolida perante o movimento alicerçado na razão revolucionária que aposta na democracia de corte rousseauiano realizando, inversamente, uma firme interpretação teocrática do poder.

De Maistre opera o conceito de obediência no nível da superstição e não na argumentação, no âmbito da imposição sob a máscara da fantasia (*cf.* CARRIÈRES, 2006, p. 42) e não de uma ácida crítica dos indivíduos, desqualificadas *a priori* como distanciadoras da estabilidade social. Em De Bonald a obediência é única “[...] y la obediencia es la realidad del poder [...]” (ABELLÁN, 1993a, p. 71),³⁶¹ mas é quando Abellán nos comenta que este poder “Tiene que haber un poder último, definitivo [...]” (ABELLÁN, 1993a, p. 71)³⁶² que sugerimos encontrar a possibilidade de mais clara percepção de que encontramos um movimento importante relativamente ao que viria a ser realizado por Schmitt.³⁶³ Esta ideia é retomada por De Bonald, autor que nega

³⁶¹ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] e a obediência é a realidade do poder [...]”.

³⁶² Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “Tem que existir um poder último, definitivo [...]”.

³⁶³ Este tema será retomado mais detalhadamente a partir do capítulo X desta tese doutoral.

absolutamente o valor da individualidade em prol da sociedade, em função da qual existe (cf. GORRÁIZ, 1993, p. 239), posto que, conforme de Maistre em seus *Étude sur la souveraineté*, não existiria homem antes mesmo de que a sociedade política estivesse constituída (apud GORRÁIZ, 1993, p. 240). Isto representa razão suficiente para que se submeta às normas sociais já postas pela tradição torna-se um imperativo. Esta estratégia permite que observemos a remissão às fontes do antigo e do tradicional como meio de dispor do direito de reprimir a quem quisesse subverter a ordem (cf. DE MAISTRE, 1814, p. 150). Em Schmitt encontraremos uma operação do conceito de obediência que será sustentado não apenas de forma oposta ao nível argumentativo como, celeremente, das decisões do soberano fundadas *ex nihilo*.

Muito embora comentaristas como Díez identifiquem em De Maistre um segundo movimento de renúncia aos tradicionais votos contrarrevolucionários em sua identificação política com o passado (cf. DÍEZ, 2005, p. 37), encontramos no autor um longo período, ao menos antes de seu exílio em Lausanne, em que sua proximidade aos valores ortodoxos da contrarrevolução permanecem bastante claros, posto que o seu desenho do processo revolucionário era o de um retorno ao estágio primitivo, ou seja, “[...] al caos de los orígenes” (apud DÍEZ, 2005, p. 34).³⁶⁴ Não sendo nosso objeto central, tangenciaremos a polêmica e reclamaremos aqui apenas a este incontestado período em que a atenção ao passado ocupava o centro das atenções.

O enfoque no tradicional pelo conservadorismo de maistreano remetem a compreensão da figura do poder político à semelhança do poder papal, poder único, uno, absoluto, indivisível e, sobretudo, infalível. A infalibilidade e a inapelabilidade destacadas acima são duas das variações que deveriam encontrar profunda recepção na filosofia política schmittiana, e em especial em seu conceito de ditadura, pois esta atua e

³⁶⁴ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] ao caos das origens”.

projeta seus efeitos sobre o mundo da política como se fosse infalível e irrecorrível em suas decisões. Esta não existência de um poder superior ao qual recorrer é um dos eixos da argumentação de que lançará mão Schmitt para explicar o seu conceito de ditadura.

Esta aproximação entre os conceitos religiosos, a saber, infalibilidade e inapelabilidade, conjugados com a ditadura no âmbito político, permite uma aproximação da teoria do poder de De Maistre é bem recepcionada por Schmitt, pois e nele encontrarem argumentos suficientes para sustentar um poder centralizado e forte e ainda capaz de lançar mão do mítico para reforçar as bases desde as quais alçar voo em seu apoio ao totalitarismo e, sua operação política no nacional-socialismo. Este é um movimento identificado por Spektorowski ao sustentar que “By interpreting Maistre and Cortés in this way, Schmitt was preparing his own political shift away from Catholic conservatism towards political authoritarianism, fascism, and National Socialism” (SPEKTOROWSKI, 2002, p. 283).³⁶⁵ Esta leitura de Spektorowski em tudo reforça a interpretação de fundo que este trabalho doutoral começa a realizar no sentido de apontar estas fontes schmittianas como de excelência no sentido de compreender a orientação de sua filosofia política e jurídico-constitucional.

Esta aproximação de De Maistre-Schmitt via teoria do poder por meio de sua interpretação totalitária encontra similar em De Bonald. Este autor apresenta o poder exercido por um só como a descrição do despotismo a representar a força do todo (*cf.* DE BONALD, 1988, p. 16). Neste aspecto é possível a aproximação com o protagonismo atribuído ao poder papal concedido por De Maistre. Contudo, a aproximação com Schmitt não é mais do que parcial. Se quanto à primeira ideia que enfoca o poder de um só utilizada por De Bonald para descrever o despotismo parece ser possível uma

³⁶⁵ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “Interpretando neste sentido De Maistre e Cortés, Schmitt foi preparando a sua própria alteração de ponto de vista do conservadorismo católico rumo ao autoritarismo político, fascismo e nacional-socialismo”.

aproximação, por outro lado, sugerimos que Schmitt aproxima-se ainda mais da teoria bonaldiana quando este entende como conceitos extremamente opostos o despotismo puro e a democracia pura (*cf.* DE BONALD, 1988, p. 17),³⁶⁶ dado o conhecido movimento schmittiano de negar a incompatibilidade entre ditadura e democracia.

O conceito de democracia pura é entendido em De Maistre como aquele exercido por uma massa que exerce a soberania (*cf.* DE MAISTRE, 1814, p. 45), reputada como potencial destituidora de direitos das minorias e consagradora dos interesses das minorias,³⁶⁷ com o que, novamente, torna-se perceptível a aposta do autor no caminho político inverso que reconhece a virtude do homem isolado para exercer as tarefas de governo em detrimento do reconhecimento do poder soberano à população, chave do conceito democrático.³⁶⁸

³⁶⁶ De Bonald procura explicar claramente o que entende por democracia pura e por despotismo puro: (a) “[...] la democracia pura es precisamente el estado salvaje, donde todas las voluntades, todos los *poderes*, todas las fuerzas se contrarían y se combaten; y el despotismo puro es el estado de conquista, donde un jefe absoluto acosa delante de sí a un rebaño de esclavos, siempre dispuestos a rebelarse” (DE BONALD, 1988, p. 17). Mais adiante a tradição conservadora em Jünger – ademais de Nietzsche, claro esteja – viria a recuperar imagem semelhante ao referir-se que os homens se apresentavam tal qual (b) “[...] columnas de hormigas, cuyo movimiento de avance no está ya sujeto al arbitrio de cada cual, sino a una disciplina automática” (JÜNGER, 1993, p. 100). Aos textos acima sugerimos as seguintes traduções: (a) “[...] a democracia pura é precisamente o estado selvagem, onde todas as vontades, todos os *poderes*, todas as forças se contrariam e se combatem. E o despotismo puro é o estado de conquista, onde um chefe absoluto perante si maltrata a um rebanho de escravos, sempre dispostos a rebelar-se”; (b) “[...] colunas de formigas, cujo movimento de avanço já não está sujeito ao arbítrio de cada um, mas sim a uma disciplina automática”.

³⁶⁷ A leitura de De Maistre sobre o tema é clara ao sustentar que a república é um regime de governo que ao atribuir direitos ao maior número, os homens, lhes qualifica como soberanos e, momento seguinte, tal sistema político democrático permite que retire direitos aos súditos, e a democracia pura em muito aproxima-se desta ideia (*cf.* DE MAISTRE, 1814, p. 140-141).

³⁶⁸ É interessante o trecho em que De Maistre se refere a uma determinada situação francesa em que as deserções do regime eram altas como sendo uma “*C’est une république sans républicaines*” (DE MAISTRE, 1814, p. 85). Trata-se de uma construção textual similar a de Schmitt ao referir-se a República de Weimar como uma democracia sem democratas. Ao trecho acima a tradução sugerida é: “É uma república sin republicanos”.

Esta estratégia de De Maistre aproxima-se a de Schmitt que, como vimos, postula a convergência teórica entre despotismo/ditadura e democracia para, momento seguinte, opor ambos ao conceito de liberalismo. Já em De Bonald encontramos um movimento que, mesmo quando alheio à questão da exceção, promove o distanciamento do povo daquela que poderá vir a constituir a figura do soberano. Neste sentido argumenta que

[...] que el pueblo no ha sido jamás y no puede ser *soberano*: porque ¿dónde estarían los *súbditos* cuando el pueblo fuese soberano? Si se quiere que la *soberanía resida en el pueblo*, en el sentido de que tenga el derecho de hacer las leyes, encontramos que en ninguna parte el pueblo ha hecho leyes, que es imposible que un pueblo haga leyes, que nunca las ha hecho, que no puede hacer jamás otra cosa que adoptar las leyes hechas por un hombre llamado por esta razón *legislador* [...]. (DE BONALD, 1988, p. 7).³⁶⁹

Quando De Bonald propõe que o povo não apenas não foi como tampouco pode ser soberano estabelece uma relação constante no conservadorismo que é a proposição sobre quem é o soberano, debate que é proposto em termos de quem tem ou não o direito a conceber e realizar as leis, algo que é confirmado quando De Bonald afirma que *ahora bien, adoptar las leyes hechas por un hombre es obedecerle; y obedecer no es ser soberano, sino súbdito, y quizá esclavo [...]*” (DE BONALD, 1988, p. 7).³⁷⁰ Neste sentido, portanto, soberano não é quem obedece, mas quem manda, e melhor será o mando, nos diria De Maistre, quanto menos exposto a argumentação e debates, quando, então, a perda de respeito seria a consequência. A argumentação se apresenta em De Maistre, antes, apenas e tão somente como uma mera derivação da

³⁶⁹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] que o povo não foi e nem poderá jamais ser *soberano* porque, neste caso, onde estariam os súditos quando o povo exercesse a soberania? Se se quisesse que a *soberania residisse no povo*, no sentido de que tenha de criar as leis, encontramos-nos com que em nenhuma parte o povo criou leis, que é impossível que o povo crie leis, que nunca as criou, que não pode jamais fazer outra coisa que adotar as leis criadas por um homem chamado, por esta razão, *legislador* [...]”.

³⁷⁰ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “Mas bem, adotar leis feitas por um homem é *obedecer*, e obedecer não é ser *soberano*, mas sim súdito, e talvez escravo [...]”.

imperfeição humana (*cf.* FRANCESCH; GÓMEZ-QUINTERO, 2002, p. 189) que, por certo, a tradição conservadora a qual pertence Schmitt se encarregaria de resolver no plano político por meio do conceito de ditadura.

A este respeito comenta Berlin que em tal circunstância [...] a sua autoridade é solapada por sofistas capazes, e isso acelera as forças do caos” (BERLIN, 2002b, p. 295). Como pode ser entrevisto nas linhas de De Bonald, a liberdade será encontrada pelo homem no ato de obedecer ao seu soberano e não a partir das linhas propostas pelo movimento revolucionário francês, havidas como mera abstração conducente ao terror. De maneira similar ocorre em De Maistre, para quem

Ce qu’il y a de plus admirable dans l’ordre universel des choses , c’est l’action des êtres libres sous la main divine. Librement esclaves , ils opèrent tout à la fois volontairement et nécessairement : ils font réellement ce qu’ils veulent , mais sans pouvoir déranger les plans généraux“ (DE MAISTRE, 1814, p. 1).³⁷¹

Para De Maistre o indivíduo encontra sua liberdade na cega guia do plano divino mas que, em caso de dele distanciar-se, ou seja, que “Sin la existencia de una causa superior [...] el hombre no tiene fuerza si no es para destruir” (CHEVALLIER, 1952, p. 101).³⁷² A melhor ação humana encontra sua justificação no cumprimento do plano divino traçado pela divindade (*cf.* FRANCESCH; GÓMEZ-QUINTERO, 2002, p. 188). O homem deve estar orientado pela fé, encontrar nela a sua guia certa e segura para perceber e realizar a ordem divina no mundo. A ação humana segundo tal termo, exclui a sua razão individual, tal como compartilhado por Burke (*cf.* GORRÁIZ, 1993, p. 242), deve o homem submergir na cega orientação da divindade, posto que a razão se

³⁷¹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “O que de mais admirável há na ordem universal das coisas é a ação dos seres livres sob a mão divina. Livremente escravos, operam, paralelamente, voluntária e necessariamente, ou seja, fazem o que realmente querem mas sem perturbar os planos gerais”.

³⁷² O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “Sem a existência de uma causa superior [...] o homem não tem força salvo para destruir”.

manifesta incapaz de orientar o homem para o cumprimento dos indecifráveis desígnios da divindade, contexto no qual o homem apenas “[...] cree que actúa libremente cuando, en realidad, es una mera circunstancia de un plan que él ni conoce ni domina”. (GORRÁIZ, 1993, p. 243).³⁷³

Esta divindade se revelará como única ordenadora suficiente do mundo em que o homem aparece como orientado pela fé. Age o homem como revelador da reta razão em um contexto em que o político é posto desde o teológico encontramos com que o homem não se oporá contra o seu soberano, senão de forma pecaminosa e sujeito ao castigo, a morte também. A resignação e o profundo respeito é a alternativa para muitos em um mundo em que o dissenso não tem lugar, em um mundo político de orientação teológica alicerçado sob o dogma da fé. Aqui, portanto, encontramos-nos em um contexto em que “La sumisión a Dios se expresa mediante la oración e incluso el sufrimiento [...]” (FRANCESCH; GÓMEZ-QUINTERO, 2002, p. 191),³⁷⁴ e ao soberano político a submissão não encontra forma diversa.

Nestes termos, o conservadorismo irá posicionar a filosofia crítica e racional bastante em desfavor de tudo quanto a autoridade e a fé podem positivamente representar (*cf.* FRANCESCH; GÓMEZ-QUINTERO, 2002, p. 187), a exemplo do que viria a ser argumentado por Schmitt ao confirmar a vantagem da capacidade representativa da Igreja católica em uma era em que o pensamento econômico ensaiava triunfar (*cf.* SCHMITT, 2008 p. 32). O conservadorismo afirma em mesmo sentido que Schmitt que, contrariamente a opção apresentada pela ilustração liberal, todo o reforço do poder político em seu momento último se configura na inapelabilidade da revelação

³⁷³ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] acredita que atua livremente quando, em verdade, é uma mera circunstância de um plano que ele não conhece nem domina”.

³⁷⁴ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “A submissão a Deus se expressa mediante a oração e, inclusive, pelo sofrimento [...]”.

divina, em seu poder alicerçado sobre indiscutível dogma e nas forças irracionais que orientam a fé, em claro movimento inverso à orientação moderna.

Crítico da razão, ao homem não será dado, sequer, a interpretação das sagradas escrituras, como propusera a Reforma. As suas intervenções corrosivas do poder espiritual não poderiam encontrar em De Maistre senão um muito atento quanto mordaz crítico. A acidez de suas intervenções contra a Reforma se concentra com maior atenção devido às repercussões políticas de seu movimento corrosivo da autoridade religiosa que atentaria em idêntica medida contra o poder temporal. Neste plano, portanto, a liberdade em De Maistre encontra-se intrinsecamente ligada a execução humana de uma ordem divina a plano lhe resulta a razão instrumento insuficiente para aceder, ou seja, de que “A pesar de que el Creador nos haga libres, nuestra libertad está limitada a la corriente cósmica contenida en el Plan Divino”. (FRANCESCH; GÓMEZ-QUINTERO, 2002, p. 188).³⁷⁵

Projetada a dimensão religiosa para o plano político, nos deparamos com que De Maistre apoia como necessário o estágio de submissão do indivíduo e da sua razão ao poder soberano.³⁷⁶ Este, legitimado em sua existência e ações pela indicação divina, se mostra em condição de realizar o oculto plano histórico da humanidade reservado pela divindade. Este plano poderá ser realizado pelo soberano por intermédio de suas ações, mas também ele tampouco representa mais do que um cego instrumento terreno por meio do qual opera a divindade, o que poderia vir a justificar mesmo as fortes ações

³⁷⁵ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “Apesar de que o Criador nos faça livres, nossa liberdade está limitada à corrente cósmica contida no Plano Divino”.

³⁷⁶ Importa ressaltar a respeito da interação entre o religioso e o político encontra expressão na observação do autor de que as Constituições apenas se revestiriam da característica da durabilidade e consistência na medida em que calcada nos valores inspirados na divindade, inversamente aqueles ilustrados (cf. CHEVALLIER, 1952, p. 100).

estatais. Neste sentido, por exemplo, encontramos Berlin, comentarista de De Maistre, a aconselhar-nos que

Se o Estado quiser sobreviver e frustrar os tolos e os néscios que sempre procurarão destruí-lo, a fonte da autoridade tem de ser absoluta, tão aterrorizadora [...] que a menor tentativa de questioná-la deve acarretar sanções imediatas e terríveis: apenas então os homens aprenderão a obedecer a ela. (BERLIN, 2002b, p. 295).

As forças que desejam imperar e manter o homem sob vigilância, de sorte a evitar que a sua natureza se espraie sobre os demais a surtir efeitos sobre o político, nos deparamos com um soberano que ordena, mas que nunca recebe comandos, pois, segundo De Maistre, sendo Ele o único a quem cabe reger o mundo, Deus a ninguém se submete (*cf.* FRANCESCH; GÓMEZ-QUINTERO, 2002, p. 191). O temor é nada menos do que aterrorizante, poder supremo e soberano que a todos enverga e a ninguém se dobra. É poder exercido desde parâmetros irracionais, capaz de atemorizar tanto por sua imprevisibilidade quanto por sua ancoragem no teológico-político em que a monarquia adquiria novamente sua posição de proeminência apens informada pelas leis régio-papais, restabelecendo o princípio da *potestas directa ecclesiae in temporalibus*.³⁷⁷ Paralelamente, segundo a leitura conservadora de De Maistre, capaz de manter a estabilidade da qual o racionalismo ilustrado é apenas o movimento mais bem acabado e consequente de uma efetiva desestruturação social em curso.

Estes são termos que apresentam o conceito de representação (*Vertretung*) como inviável, posto que o povo não haverá de imiscuir-se nos assuntos de governo. Perante esta impossibilidade da assunção popular de posições de poder a argumentação se reduz a um ponto: de qual tipo de governo deve o povo ser súdito? (*cf.* DE MAISTRE, 1814, p.

³⁷⁷ O princípio da *potestas directa ecclesiae in temporalibus* sustenta que ao Estado não lhe será permitida a intromissão em matérias pertinentes à Igreja, sendo que, por outro lado, lhe restará dado à Igreja intervir nos assuntos do Estado. Assim, resta consagrado o princípio da supremacia do poder espiritual sobre o poder temporal. O Sumo Pontífice encontra-se em posição de reger e corrigir os erros do poder temporal quando assim as circunstâncias reclamem.

53). Para De Maistre a figura divina reserva para si o reconhecimento da soberania, paralelamente a não atribuição às multidões da prerrogativa da eleição de seus senhores (cf. DE MAISTRE, 1814, p. 124). Tivera lugar o reconhecimento da soberania popular e não mais uma ancoragem do poder nas monarquias sustentadas no direito divino e logo haveria de ter lugar o desconcerto da ordem social, pois o princípio gerador da ordem social é mesmo esta soberania do direito divino (cf. MORAES, 1996, p. 14). Atribuir estes poderes políticos a um homem destituído do guia divino seria entregar os destinos sociais à guia das paixões humanas, destruindo ao ordenamento político estruturado em bases tradicionais (cf. GARCÍA, 2010, p. 446) ao longo dos tempos.

Em De Maistre o tema não é esquecido e seu argumento vem em reforço do texto de De Bonald na medida em que dá suporte a inviabilidade de que o povo possa ser tomado como soberano, posto que se é ele próprio súdito, não haverá de ser ele, paralelamente, soberano, posições auto-excludentes para De Maistre de forma que não o eram para o contratualismo individualista e para o Iluminismo do século XVIII de homens como Rousseau. Aceitá-lo suporia admitir competências que, em verdade, não encontram-se nas massas e, imersa em seus erros, não poderia implementar valores humanos centrais como a dignidade. Estes valores podem encontrar melhor perspectiva de implementação quando o regime político se encontre caracterizado pela centralização do poder na figura da autoridade monárquica (cf. DE MAISTRE, 1814, p. 136). Em seus termos históricos é possível reconhecer que para De Maistre o soberano estará sempre no âmago do poder, representado por Paris (cf. DE MAISTRE, 1814, p. 53).

De forma conexa, encontramos na filosofia política conservadora a abordagem do conceito de representação. A possibilidade de inserção histórica do conceito de representação havia sido ensaiada como possível por Rousseau não desempenha papel importante em De Maistre, para quem o poder centralizado é o *locus* político desde o

qual a virtude política pode ser praticada. Inversamente a Rousseau, De Maistre sublinha a inviabilidade da representação, posto que os indivíduos (cidadãos) não são todos eles capazes de outorgar e receber mandatos, salvo exceções, e, em suma, a representação “[...] est une chose qu’on n’a jamais vue , et qui ne réussira jamais” (DE MAISTRE, 1814, p. 50).³⁷⁸ Isto sim, para o autor é certo que o sistema representativo supõe a exclusão do exercício da soberania, ou seja, que “[...] mais ce qu’il y a de sûr , c’est que le système représentatif exclut directement l’exercice de la souveraineté [...]” (DE MAISTRE, 1814, p. 52).³⁷⁹ Esta exclusão anunciada por De Maistre entre os conceitos de sistema representativo e soberania se revelam na medida em que o segundo é visto como um poder totalizante, que exclui, ele sim, poderes competidores. Certo é que soberano não pode o povo ser (cf. DE MAISTRE, 1814, p. 53). Como diz De Maistre, “[...] et que tout ce fracas de représentation ne signifie rien ; que le *peuple* demeure parfaitement étranger au gouvernement ; qu’il est sujet plus que dans la monarchie [...]” (DE MAISTRE, 1814, p. 53).³⁸⁰ O exercício da soberania se dá por intermédio de uma figura que é entendida como a própria materialização monárquica do poder.

Nestes termos, portanto, De Maistre se apresenta como um dos críticos da estrutura representativa parlamentar, posição potencializada por sua qualificação dos representantes como absolutamente destituídos de capacidade para o exercício da tarefa que lhes é cometida. Em suma, não eram dignos do papel de legisladores que lhes seja outorgado (cf. DE MAISTRE, 1814, p. 146). Parte deste frontal ataque é retomado por

³⁷⁸ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] é uma coisa que não se viu nunca e que jamais poderá ter êxito”.

³⁷⁹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] o que é realmente certo é que o sistema representativo exclui diretamente o exercício da soberania [...]”.

³⁸⁰ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] todo este tumulto de representação não significa nada; que o povo segue sendo perfeitamente alheio ao governo; que ele é mais súdito do que na monarquia [...]”.

Schmitt, sabidamente por intermédio de ácida crítica deste autor à democracia parlamentar datada do ano de 1923.³⁸¹ Esta sua estratégia encontra-se calcada na ideia anti-ilustrada de que a discussão pública não é capaz de permitir não apenas o acesso à verdade bem como tampouco ao incremento qualitativo dos debates.

Neste sentido, portanto, restariam desqualificados os debates legislativos, que de não entender-se nestes termos permitiria a eclosão de movimentos destinados a submeter o Estado (*cf.* NEGRETTO, 1994, p. 5-6). Esta é uma submissão que inverte a lógica que subjaz a uma concepção de Estado onde o poder de um só há de triunfar sobre as possibilidades de realização políticas coletivamente articuladas. Estes seriam argumentos que se mostrariam muito úteis para Schmitt, ao passo em que este pretende desconectar a representatividade da justificativa dos poderes soberanos constituídos em torno ao conceito de *Führer*, senhor da certeza das decisões tanto quanto a intervenção de certo poder espiritual cujo poder se sobrepõe natural, irretorquível e inapelavelmente sobre os indivíduos.

Este caráter de submissão presente no discurso sobre estas relações políticas não apenas estão presentes em De Bonald e De Maistre como também em Donoso Cortés assim como em toda a tradição do conservadorismo revolucionário alemão da primeira parte do século XX. Este movimento conservador logo viria em apoio ao nacional-socialismo,³⁸² algo que, dada a vinculação schmittiana com o mesmo, torna possível o

³⁸¹ Esta argumentação encontra-se realizada de forma muito similar no texto crítico de Schmitt apresentado nas linhas de sua *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus* concebida e publicada em resposta a um clima político marcado por um viés pessimista, notavelmente pelas circunstâncias históricas germanas. Contudo, em Schmitt nos interessa observar como a sua crítica presente em sua *A crise da democracia parlamentar* no ano de 1923 se mostra próxima a uma de suas principais fontes conservadoras. Trata-se de uma leitura de Truyol y Serra.

³⁸² A filosofia de homens como De Maistre, De Bonald e Donoso Cortés parece colocar muitos dos pontos de partida dos quais se utilizaria o conservadorismo revolucionário alemão dos anos 20 e, por conseguinte, do pensamento político schmittiano. É possível ainda conceder algum destaque para a

apoio, reeleitura e o aprofundamento das instituições políticas ditatoriais por Schmitt sem que isto implicasse qualquer ruptura do discurso de sua filosofia política, algo também devido a sua prévia e plena aceitação da submissão e da não-participação política como meio de entender e realizar a política.

Este contexto teórico conecta com a filosofia política de Donoso Cortés por meio de sua crítica a um liberalismo que enfrentava-se com tempos difíceis nos quais havia preferido

[...] la empresa de gobernar sin pueblo y sin Dios; empresa extravagante e imposible: sus días están contados, porque por un punto del horizonte asoma Dios y por otro asoma el pueblo. Nadie sabra decir dónde está en el tremendo día de la batalla [...]. (DONOSO CORTÉS, 2009, p. 142).³⁸³

Neste trecho Donoso Cortés chama a atenção para a equivalência realizada entre os elementos mínimos do seu governo possível, a saber, povo e Deus. Redução mínima esta a ponto de que o impossível tem lugar pela cogitação de retirar qualquer um destes dois elementos do horizonte conceitual estatal. Encontra-se neste trecho donosiano uma abertura tanto para as críticas liberais como para o desenvolvimento de um aparato conceitual ditatorial estruturado sobre uma dimensão teológico-política.

Esta aproximação ao teológico-político é realizada sem hesitação por Schmitt junto à tradição conservadora de De Maistre que parte do religioso e se dirige ao político (inversamente ao caminho percorrido por Burke) (*cf.* CARRIÈRES, 2006, p. 42).

desesperança de homens como van den Bruck, mantinham aberto contato com a esperança de que um Estado autoritário pudesse regenerar a corroída ordem política e social, isto sim, em descompasso com os valores revolucionários introdutores de nova ordem mas remetendo à realização dos valores impostos pela tradição. Este apoio e as conexões estabelecidas entre o conservadorismo revolucionário e o nacional-socialismo será analisado com mais vagar e detalhamento no capítulo IV deste trabalho doutoral.

³⁸³ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] o cometido de governar sem povo e sem Deus; um cometido bizarro e impossível: seus dias estão contados, porque por intermédio de um ponto do horizonte se projeta Deus e desde outro se projeta o povo. Ninguém saberá dizer onde está o terrível dia da batalha”.

A origem conceitual deste movimento é observável, dentre outros, no reclamo de De Maistre pelos direitos de autonomia da Igreja Católica (*cf.* VON KLEMPERER, 1968, p. 25). Estes direitos de autonomia remetem diretamente à ideia de soberania do poder da Igreja consagrada e expressa no mundo por intermédio da figura do Papa, projeto absolutamente inverso ao revolucionário francês que liberara os homens de suas “[...] cadenas católicas y absolutistas, pero no lo emancipó del pecado original, de la violencia inscrita en el alma humana” (DÍEZ, 2005, p. 39).³⁸⁴ A crítica de De Maistre ao movimento revolucionário instala o novo regime no âmago de um homem pronto para a comissão da barbárie, e nisto Schmitt poderia acompanhá-lo parcialmente tanto (a) em sua crítica ao processo revolucionário quanto (b) em seu apoio a que fora instalado um regime político totalitário-ditatorial, supostamente dedicado a refrear as desordens dos regimes democrático-parlamentares de inspiração liberal representados historicamente por Weimar.

Em De Maistre encontramos a clara preocupação, por certo diretamente retomada por Schmitt, no que concerne ao papel ocupado pelo conceito de infalibilidade,³⁸⁵ ideia emprestada diretamente de De Maistre, soberano configurado no

³⁸⁴ O texto permite a seguinte tradução: “[...] correntes católicas e absolutistas, mas não o emancipou do pecado original, da violência inscrita na alma humana”. É possível encontrar em suas bases uma motivação pecadora última, ou seja, “[...] resultado de alguna prevaricación desconocida” (DÍEZ, 2005, p. 39) que lhe trata de tornar ao homem sempre acompanhado desta possibilidade de retornar a uma natureza disforme que os regimes políticos encontram-se na função de controlar. A ligação das fontes schmittianas é comprovada por Díez em sua leitura de Garrard (1996), autor que confirma a postura de De Maistre relativamente ao estado belicoso dos homens ao dizer que “[...] Hobbes acertó totalmente (pues) (...) la sociedad es realmente un estado de guerra. Aquí encontramos la necesidad del gobierno. Dado que el hombre es malo, debe ser gobernado” (*apud* DÍEZ, 2005, p. 39). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] Hobbes acertou totalmente (pois) (...) a sociedade é realmente um estado de guerra. Aqui encontramos a necessidade do governo. Posto que o homem é mau, deve ser governado”.

³⁸⁵ Em De Maistre encontramos a defesa da tese da infalibilidade do Papa ainda 60 anos antes de que a mesma viesse a tornar-se uma tese aprovada no Concílio Vaticano I (ver GARCÍA, 2010, p. 445) que teria lugar apenas em 1869-1870, proclamado por Pio IX. O Concílio Vaticano I adotaria uma linha dogmática

Papa, que exerce o poder espiritual, e sua projeção temporal, com a sua exclusiva prerrogativa de infalibilidade. Malgrado tratar-se de preceito ligado ao catolicismo no autor francês, em Schmitt o conceito de infalibilidade é tomado por empréstimo e feito migrar para o âmbito do político desde estruturas católicas que Schmitt lamentava encontrar-se em uma época de intensos ataques (cf. SCHMITT, 2008, p. 5).³⁸⁶

sobre a fé católica, *Dei Filius*, cujo eixo era precisamente a questão da infalibilidade papal em temas de fé e moral, temas nos quais o seu discurso é pronunciado *ex cathedra* e, de passagem, rechaçava aproximações teóricas provenientes desde o materialismo (e sua leitura marxista), do racionalismo (e suas conexões ilustradas) e do mais aberto ateísmo que em De Maistre é narrado como uma das raízes modernas do mal na medida em que atentatório ao próprio político (cf. Díez, 2005, p. 43).

³⁸⁶ É importante ressaltar que Schmitt realiza um primeiro movimento de aproximação ao catolicismo que permanecerá no eixo de alguns de seus conceitos fundamentais, e aqui podemos mencionar os de soberania e o do político. Sem embargo, é bem verdade e necessário sublinhar que em um segundo momento Schmitt irá se distanciar do catolicismo na medida em que conceda peso ao conceito de decisionismo. Contudo, como diz Sampay, Schmitt passaria a uma verdadeira posição de oposição e combate ao catolicismo (*apud* RUIZ MIGUEL, 2000, p. XI) mas que sugerimos, com certo apoio de Ruiz Miguel, que esta não é uma posição que se sustenta. Nossa posição é de que, ademais das razões aduzidas por Ruiz Miguel, dentre as quais o reconhecimento da importância do livro por parte de Schmitt nada menos do que três anos antes de sua morte, também encontramos uma série de conceitos fundamentais na obra de Schmitt que deitam as suas raízes neste momento de elaboração e publicação do livro. Sem embargo, o que não encontra-se presente na argumentação de nenhum dos dois autores, e que parece-nos decisivo, é que Schmitt realmente se distancia do catolicismo mas, contudo, isto não se estende além de questões de ordem prática e política. Schmitt não projeta esta sua posição de sorte a proceder a revisão teórica de suas obras anteriores deste seu distanciamento do catolicismo. Ruiz Miguel sugere que as principais notas da relação de Schmitt com o catolicismo passa pela análise da intensidade de suas relações com os partidos católicos alemães, que foram sendo degradadas (cf. RUIZ MIGUEL, 2000, p. XV), mas também marcadas pela influência do catolicismo sobre a elaboração de suas principais categorias, dentre as quais o autor destaca “[...] la Teoría del Estado y de la Política – como la teoría de la representación –, y la Filosofía de la Historia, en la que ha realizado interesantísimas investigaciones en torno al Anticristo y al Kat-Echon como fuerzas históricas [...]” (cf. *Ib.*), e que estes foram os elementos que serviram como as angulações desde as quais Schmitt analisou os seus objetos. Isto sim, sugerimos é que os seus conceitos permanecerem inalterados e, portanto, que podem ser utilizados no mesmo sentido em que foram concebidos nos primeiros anos da década de 20, não sendo por outro motivo que o próprio Schmitt reconheceria a atualidade e relevância desta sua obra em 1983 em entrevista a Lanchester (ver LANCHESTER, 1983). Ao texto citado logo acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] a Teoria do Estado e da Política – como a teoria da representação –, e a Filosofia da História, na qual realizou interessantíssimas investigações relativamente ao AntiCristo e ao Kat-Echon como forças históricas [...]”.

Schmitt não poderia negar o direito de intervir no mundo empírico por meio de um representante (monarca ou não) para supostamente garantir a proteção dos direitos e das liberdades civis de seus súditos bem como no combate aos inimigos do despotismo. Este trecho nos remete diretamente ao que vem a ser recepcionado por *Der Begriff des Politischen*, que Schmitt concebe que quem deve decidir quem é o inimigo é, à similaridade do Papa na construção de De Maistre, o poder estatal.³⁸⁷

A argumentação filosófica em De Maistre projeta desarticular a filosofia racionalista do Iluminismo francês pela via da consideração de que o mundo não encontra-se organizado segundo o acaso mas, antes, segundo um equilíbrio necessariamente concebido e animado por uma sabedoria superior, divina (*cf.* DE MAISTRE, 1814, p. 130). Enquanto o racionalismo libertário atribui ao ser humano a responsabilidade de articular a sociedade, atribuindo-lhe o poder de entretecer as suas instituições políticas, por outro lado, encontramos uma posição em De Maistre. Para este, o homem não é capaz de criar qualquer coisa nova, senão reforçar aquilo que a tradição indica e foi instituído pela central figura de referência, a do Criador. É imprescindível considerar o pecado original que o homem carrega como uma marca indelével e que lhe impossibilitará qualquer criação senão atuar como meramente submetido aos dogmas religiosos.

Ao trecho acima citado sugerimos a seguinte tradução: “[...] a Teoria do Estado e da Política, como teoria da representação, e a Filosofia da História, que realizou pesquisas muito interessantes em torno ao AntiCristo e ao Katechon como forças históricas [...]”.

³⁸⁷ Promissora se apresenta a conciliação de Schmitt com o pensamento contrarrevolucionário francês quando sugere uma estratégia concentradora de poder, movimento sustentado em que o contrarrevolucionarismo sabidamente se posiciona em oposição a tradição aristocrática e ao absolutismo monárquico. Esta centralização do poder encontra abordagem em Donoso Cortés e compartilhamento por Schmitt por intermédio de sua leitura como uma tendência irreversível dos novos tempos pós-revolucionários, que não puderam, e não souberam, reverter a lógica de exercício do poder do antigo regime.

O Criador em De Maistre trata da ordenação dos agentes livres mesmo sem certa ciência de que cumpra os Seus desígnios. Em suma, é que no mundo não há acaso, sequer “Il n’y a point de hasard dans le monde , et même dans un sens secondaire il n’y a point de désordre , en ce que le désordre est ordonné par une main souveraine qui le plie à la règle , et le force de concourir au but” (DE MAISTRE, 1814, p. 157).³⁸⁸ O movimento de exclusão da desordem no mundo tem lugar sob o signo da intervenção de uma cega vontade inescrutável ao homem, que encontra-se submetido à Sua regra e força. Uma tal articulação teórica bem pode ser tomada como um parâmetro para a concepção da grandeza política ocupada na centralidade da figura do ditador nos regimes totalitários do século XX e, não menos intensamente, nas atribuições do *Führer* defendidas por Schmitt.

Isto nos sugere a existência de uma linha de continuidade entre o conservadorismo contrarrevolucionário francês que pode ser aproveitada pelo discurso do conservadorismo revolucionário dos anos 20 desenvolvido por Schmitt. Os incisivos ataques realizados desde as hostes racionalistas revolucionárias francesas de fato não poderiam encontrar amparo em uma filosofia política como a de Schmitt que buscaria apoio no teológico, ancorado no conceito de autoridade como antídoto da razão democrático-liberal. Este conceito de autoridade é emprestado junto a De Maistre, a quem Schmitt reconhece valorizar a autoridade como um bem em si mesmo, “Tout gouvernement est bon lorsqu’il est établi” (*apud* SCHMITT, 2009g, p. 61),³⁸⁹ mesmo

³⁸⁸ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “Não há acaso no mundo e, inclusive, em um sentido secundário, não há desordem, na medida em que a desordem está ordenada por uma mão soberana que a submete à regra e a força a concorrer a um fim”.

³⁸⁹ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “Todo governo é bom quando está posto”.

porque, como diria Donoso Cortés, “[...] la voluntad humana no puede querer el bien ni obrarle si no está reprimida por el temor de Dios”. (DONOSO CORTÉS, 1946, p. 207).³⁹⁰

Mas se deste trecho logo acima resulta compreensível que a autoridade cuja potência política encontra-se conectada com uma sabedoria superior, divina mesmo. Este conceito de autoridade opõe-se a agentes livres, sendo ela capaz de impor-se por sua infinita força. Ocupando tal espaço ela não se manifesta boa apenas pelo simples fato de que exista empiricamente mas, sim, de que o governo depende de uma bem estabelecida ordem para que possa cumprir os seus objetivos. Por sua parte, a retomada em Schmitt do conceito de autoridade se dá por meio de sua confirmação de seu ponto de partida donosiano, ou seja, de que ela é boa, posto que há um poder divino a quem se entende como o único capaz de reprimir os impulsos destrutivos do homem ao qual, portanto, os indivíduos e o coletivo social haverão de encontrar-se submetidos, tradição esta que se projetaria nas formas totalitárias do século XX.³⁹¹

Esta cultura política que sustenta tal leitura do conceito de autoridade encontra apoio no pessimismo conservador-revolucionário de homens como van den Bruck perceptível o acerto de Bendersky ao indicar-nos que um “[...] diffuso senso di pessimismo culturale simile a quello espresso da molti conservatori tedeschi fin dal

³⁹⁰ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a vontade humana não pode querer o bem e realizá-lo se não está reprimida pelo temor a Deus”.

³⁹¹ Esta é uma cultura política que se projetaria no catolicismo autoritário espanhol na figura de Primo de Rivera na década de 30, quando lapidarmente afirma em discurso na cidade de Valladolid em 4 de março de 1934 que (a) “[...] aqui nadie es nadie, sino una pieza, un soldado en esta obra nuestra y de España [...]” (PRIMO DE RIVERA, 1959, p. 50), situação na qual os indivíduos não encontravam-se em situação senão a de (b) “[...] que no aspiraban a nada salvo a ser los primeros en el peligro” (PRIMO DE RIVERA, 1959, p. 50). Aos trechos acima, respectivamente, sugerimos as seguintes traduções: (a) “[...] aqui, ninguém é ninguém, mas tão somente uma peça, um soldado nesta nossa obra e da Espanha”; (b) “[...] que não aspiravam a nada, exceto ser os primeiros em colocar-se em perigo”.

1880” (BENDERSKY, 1989, p. 44).³⁹² Desde o ponto de partida donosiano assumido o conceito de autoridade subsiste operativamente em Schmitt e neste sentido é possível aduzir que a leitura de Truyol y Serra que percebe em De Maistre uma percepção da anteposição ao novo regime revolucionário se assemelha ao movimento de Schmitt que reclama uma nova eclosão da autoridade já entrado o século XX.

Truyol y Serra sugere que De Maistre se convence de que tal regime encontrava-se inexoravelmente deteriorado mas que, por outro lado, as reformas que acreditava necessárias não poderiam ser levadas a termo em vista da força daqueles que sustentavam ao novo regime emergente (*cf.* TRUYOL y SERRA, 1990, p. XIII). Estas reformas haveriam de enfrentar-se com um difícil fator a ser superado, a saber, a própria natureza humana que desde as fileiras conservadores era apontada como proclives à comissão da barbárie. Dentre outras, esta é fonte que se mostraria bastante útil para a análise schmittiana. Em Donoso Cortés o argumento também resta bastante claro e fortalecido quando sustenta que

Yo no sé si hay algo, debajo del sol, más vil y despreciable que el género humano fuera de las vías católicas. / En la escala de su degradación y de su vileza, las muchedumbres engañadas por los

³⁹² Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] sensação difusa de pessimismo cultural similar aquela expressa por muitos conservadores alemães do final da década de 1880”.

sofistas y oprimidas por los tiranos son las más degradadas y las más viles [...].³⁹³ (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 71).³⁹⁴

A vileza da natureza humana não é fator que possa ser superado por um regime que pretenda inovar, instaurando uma autoridade sobre novos fundamentos, e neste sentido advém às primeiras décadas do século XX os argumentos de van den Bruck e Schmitt assim como o de comentaristas simpáticos a este último como Bendersky. Assim, as multidões enganadas ou oprimidas necessitam deste poder soberano dotado de infinitos poderes como único marco capaz de suplantar a desordem que em suas linhas Hobbes no *Leviatã* (ver HOBBS, 1992) havia anunciado ser necessário eludir. Esta ação soberana aparece em seus primeiros movimentos de Donoso Cortés como dotada da redenção no âmbito do catolicismo³⁹⁵ mas em De Maistre é ainda radicalizada por seu recurso a figura do carrasco, figura em que o autor atribui a posição de necessário, embora mal-quisto, garante último de toda a ordem social (*cf.* BERLIN, 2002b, p. 296) na medida em que executor das ordens do soberano monarca.

O papel do soberano se potencializa nesta visão precisamente por intermédio do pessimismo latente em textos como o do conservador van den Bruck com o qual dialoga Schmitt, malgrado sua contradição com um otimismo que encontra sua marca ao

³⁹³ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “Eu não sei se há algo sob o sol mais vil e desprezível do que o gênero humano quando localizado fora das vias católicas. / Na escala de sua degradação e de sua vileza as multidões enganadas por sofistas e oprimidas por tiranos são as mais degradadas e as mais vis [...]”.

³⁹⁴ Donoso Cortés retoma em diversos trechos a sua declarada descrença nos potenciais morais da humanidade. Em outro trecho diz ele que “[...] tan grande es la miseria del hombre, tan honda su abyección, tan absoluta su ignorancia y tan radical su impotencia, que no puede por sí solo ni formar un buen propósito, ni trazar un gran designio [...]” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 75). Este é o perfil de um homem que, se algo de bom realizar, é por ter sido inspirado e levado por Deus. Ao trecho acima citado sugerimos a seguinte tradução: “[...] tão grande é a miséria do homem, tão profunda a sua humilhação, tão absoluta a sua ignorância e tão radical a sua impotência, que não pode, por si só, sequer formar um bom propósito, nem traçar um grande destino [...]”.

³⁹⁵ Subsiste em Donoso Cortés toda uma ampla franja de grupos que se auto-excluiriam, e o firme conceito de redenção opera com legitimador da força com a qual age sobre os inimigos.

afirmar a crença de que a natureza possuiria uma capacidade regeneradora e estabilizadora ainda quando enfrentada com profundas instabilidades. De forma próxima, ainda que contando com outro fundamento argumentativo, De Maistre sustentaria que a Providência estava à base dos desígnios do mundo, mesmo quando seu destino se apresentasse como um indesejado processo revolucionário como aquele que encontrara seu curso na França (*cf.* DE MAISTRE, 1814, p. 1; 3-4; 8).³⁹⁶ Contando com a Providência às bases dos desígnios do mundo lhe faltaria, contudo, um intérprete, o monarca, centralizador do poder temporal.

O pessimismo presente em uma linha evolutiva exemplificada em Donoso Cortés e De Maistre e que encontraria mais adiante van den Bruck e Schmitt marca território que permite a intervenção do monarca reclamado por uma Providência basicamente legitimada desde uma concepção teológica do político.³⁹⁷ Esta leitura também nos permite aproximação à filosofia da história bonaldiana. Aqui o autor identifica uma necessária consequência histórica dado que “[...] los disturbios eternos de las repúblicas acaban pronto o tarde por establecer en ellas el *poder* de uno solo” (DE

³⁹⁶ Explica De Maistre que os homens se apresentam como “Ce qu’il y a de plus admirable dans l’ordre universel des choses , c’est l’action des êtres libres sous la main divine. Librement esclaves , ils opèrent tout à la fois volontairement et nécessairement : ils font réellement ce qu’ils veulent , mais sans pouvoir déranger les plans généraux. Chacun de ces êtres occupe le centre d’une sphère d’activité , dont le diamètre varie au gré de l’*éternel géomètre* , qui sait étendre , restreindre , arrêter ou diriger la volonté , sans altérer la nature”(DE MAISTRE, 1814, p. 1). Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] livremente escravos, operam, paralelamente, voluntária e necessariamente, ou seja, fazem o que realmente querem mas sem perturbar os planos gerais. Cada uno de estos seres ocupa el centro de una esfera de actividad, cuyo diámetro varía según el arbitrio del *eterno geómetra*, que sabe extender, restringir, detener o dirigir la voluntad, sin alterar su naturaleza”.

³⁹⁷ Perceptível, portanto, uma ordem última que orienta o mundo teleologicamente, leitura esta que, não obstante a primeira fase católica de Schmitt, não o levaria a admitir pacificamente o trânsito do período guilhermino à República de Weimar.

BONALD, 1988, p. 19).³⁹⁸ Neste trecho o autor nos aproxima a um conceito de poder que permite sua subsequente retomada por Schmitt, que enfeixaria poderes na figura do soberano capaz de interferir e agir no Estado de exceção (*Ausnahmezustand*). Neste momento, por definição, a ação soberana, de um só,³⁹⁹ como sugere De Bonald, será conceitualizada por Schmitt como não podendo encontrar qualquer terceiro capaz de rever as decisões tomadas por este poder soberano (*cf.* SCHMITT, 2009g, p. 60) cuja direta consequência seria sua inviabilização conceitual.

2.4. A CONEXÃO CONSERVADORA: DO MOVIMENTO CONTRARREVOLUCIONÁRIO FRANCÊS AO REVOLUCIONÁRIO GERMANO

Desde reflexões sobre o poder e a política Marcuse sugere que a crítica ao liberalismo proveniente de reacionários de direita como van den Bruck mantém certa conexão com uma visão liberal do mundo. Esta última se expressa por intermédio da crença em que a existência de um conjunto de leis eternas (*cf.* MARCUSE, 1997, p. 56)⁴⁰⁰ para nada se mostra convergente com o conceito de soberano da tradição conservadora a que pertencem tanto van den Bruck como o próprio Schmitt. Mesmo

³⁹⁸ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] os eternos distúrbios das repúblicas terminam, cedo ou tarde, por nelas estabelecer o *poder* de um só”.

³⁹⁹ A relação conceitual entre o Estado de exceção (*Ausnahmezustand*) e o soberano será melhor explorada no capítulo XI deste trabalho doutoral.

⁴⁰⁰ Se algumas diferenças hão de ser devidamente marcadas, uma delas reside no fato de que o naturalismo liberal encontra apoio em um racionalismo que, por sua vez, não é admitido nas hostes do naturalismo antiliberal, essencialmente irracionalista (*cf.* MARCUSE, 1997, p. 56). O antagonismo conceitual aqui tomado como básico torna intransitivo o diálogo entre o liberalismo. Este é fundamentalmente alicerçado em tradições racionalistas, e, por outro lado, o totalitarismo, irracionalista por antonomásia, reside no fato de que o construtivismo normativo liberal se estrutura sobre as possibilidades da razão autônoma do indivíduo, em contraposição ao pensamento totalitário que obstaculiza tal processo de apropriação do mundo por intermédio da razão por parte do indivíduo. Enquanto a primeira erige um tribunal da razão, a segunda procura desconstruí-lo, ali e onde houver um, pujante e operativo, com o cuidado de providenciar uma nova educação para a submissão continuada de seus súditos.

sem a menção direta, podemos investigar a afirmação destas leis eternas no catolicismo. Malgrado as exploradas conexões deste com o conservadorismo, em alguns momentos falta espaço a este conjunto de leis eternas no pensamento conservador senão enquanto se dediquem unicamente a legitimar o poder estabelecido.

Isto sim, tal movimento em prol da confirmação temporal de leis eternas não se admitirá desde o conservadorismo qualquer justificativa para que sejam apoiadas as tentativas de tutela de direitos e liberdades humanas argumentadas ao redor dos valores iluministas de movimentos revolucionários como os que tiveram lugar na América e na França sob justificativa de estar construindo a história.⁴⁰¹ Leis eternas como estas apenas adviriam como forma limitadora de um poder temporal soberano desafeto a proceder a justificações públicas de suas decisões políticas.

Os desdobramentos desta crítica liberal montada por Marcuse revelam um dos aspectos de que Schmitt se manteria bastante próximo.⁴⁰² Restou bastante útil para os propósitos de Schmitt um pensamento que se opunha aos princípios protetivos de direitos, movimento que orientado desde o pensamento conservador, especialmente por De Maistre, permite-nos reconhecer que os direitos são meras concessões do soberano (*cf.* GORRÁIZ, 1993, p. 235). Esta percepção se revela bastante conveniente aos propósitos teóricos de Schmitt e que vem em apoio ao seu conceito de soberania, distanciada por definição dos movimentos revolucionários franceses que, em seu viés

⁴⁰¹ A este respeito em comentário de Truyol y Serra é perceptível que De Maistre não apoiaria de forma decidida senão a tese de que o autor apoia que os homens são apenas instrumentos de uma história que apenas acreditam estar construindo quando, em verdade, são dela objeto, a exemplo de tudo quanto ocorria na Revolução Francesa (*cf.* TRUYOL y SERRA, 1990, p. XXII).

⁴⁰² A este respeito é importante assinalar que aqui apenas marcamos um terreno de proximidade de conteúdos entre os autores, mas não entre ambos ou as abordagens dispensadas pelos autores. Por outro lado, cabe ressaltar que qualquer reflexão sobre direitos naturais não encontram acolhida em seus textos. Sua busca de referenciais teóricos na filosofia contrarrevolucionária de De Maistre e De Bonald igualmente apoia esta leitura, posta sua bastante conhecida aversão ao conceito de homem, ser este cuja abstração repudiavam em favor de individualidades concretas.

liberal, ensaiaria a defesa de direitos do homem que, chegada entrada a década de 30, Schmitt não teria reservas em decididamente apoiar a violação da forma mais brutal.

Desta maneira, paradoxalmente, enquanto De Maistre desenhava uma França esgotada pela violência revolucionária que a distanciava da estabilidade (*cf.* DE MAISTRE, 1994, p. 132-133), por outro lado, Schmitt apostaria fortemente em instituições que superassem o republicanismo weimariano, e suas tempestades, rumo a uma realidade repleta de uma sanguinolência não imaginada por De Maistre em suas críticas ao movimento revolucionário francês.

Esta profunda marca totalitária impressa no pensamento schmittiano pela tradição conservadora encontra clara advertência, como viemos insistindo, por meio da leitura de De Maistre. Quanto ao este profundo viés conservador e reacionário de De Maistre nos diz Holmes que o autor devotou sua vida nada menos do que a “[...] execrating and pillorying ‘the horrible literature of the eighteenth century’”⁴⁰³ e que, enfim, “[...] no early theorist pioneered so many central antiliberal ideas as he” (HOLMES, 1996, p. 13).⁴⁰⁴ Schmitt busca nos primórdios do século XIX parte de uma teoria filosófica que embasaria a teoria e a prática do seu pensamento que hodiernamente encontra amplos setores que hesitam em interpretá-lo como totalitário.

Descurada a atenção aos direitos, centralizado o poder político na figura de um soberano que pode encontrar sua descrição no quadro de uma soberania comissária ao tempo que partindo de um conceito antropológico negador da boa natureza humana. Schmitt se mantém conectado com uma leitura antropológica de De Maistre que nos é apresentada por Berlin em que o homem é genuinamente mau “[...] por natureza animais

⁴⁰³ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] execrando e ridicularizando “a horrível literatura do século XVIII”.

⁴⁰⁴ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] nenhum importante teórico das ideias antiliberais foi tão precursor quanto ele”.

autodestrutivos e ruins, cheios de impulsos conflitantes [...]” (BERLIN, 2002b, p. 294). O que fazer perante uma matéria-prima humana que anuncia o caos e a desordem é uma opção política que sugerimos encontrar-se compartilhada pela teologia política de De Maistre, Donoso Cortés e Schmitt aqui sintetizada nas palavras de Berlin:

[...] e apenas quando são mantidos sob um controle constante e uma disciplina rigorosa por uma elite autoritária – uma Igreja, um Estado, ou algum outro corpo de cujas decisões não há apelação – é que eles podem sobreviver e ser salvos. (BERLIN, 2002b, p. 294).⁴⁰⁵

Quando Berlin nos propõe uma leitura do poder teológico-político conservador marcado pelo enfeixamento dos poderes em suas mãos como única forma de resolver o problema da violenta natureza humana nos oferece uma boa opção de leitura da questão em Schmitt, mesmo que entrelinhas. A rigor, permite-nos (a) uma leitura que une teologia e política bem como (b) une necessariamente o elemento político ao exercício do poder cujas decisões se darão de uma forma inapelável. Esta aproximação berliniana igualmente permite que retomemos, ademais destas fontes conservadoras schmittianas, (c) a toda uma possibilidade hermenêutica da antropologia hobbesiana que vem a reforçar a força do poder soberano devido a uma débil e violenta natureza humana.

Desde uma angulação teórica derivada de uma leitura berliniana como a sugerida logo acima, Schmitt parece inspirar-se na leitura antropológica conservadora segundo a qual é imperativa uma elite autoritária, e totalitária, capaz não de apenas conter a turba, mas de hábil e manipuladoramente conduzi-la aos desígnios de um novo Estado total. Em sua leitura do conservadorismo contrarrevolucionário de homens como De Maistre

⁴⁰⁵ A leitura de Berlin sugere-nos ainda um aprofundamento mais radical da visão antropológica de De Maistre e que repercute na sua concepção da organização estatal capaz de orientar para a realização da paz e da segurança. Encontramos em Berlin o comentário de que o homem de maistreano é um centauro, meio besta, meio homem, que tanto louva quanto combate a Deus, soberania que não termina de reconhecer a qual também se emprega em combater. Para controlar a tal figura, apenas “a repressão, a censura, a soberania absoluta, os julgamentos dos quais não há apelação, esses são os únicos métodos de governar as criaturas [...]”. (BERLIN, 2002b, p. 295).

sugerimos que Schmitt encontra a fonte de inspiração suficiente, embora não exclusiva, para desenvolver aspectos relevantes de sua filosofia política e jurídico-constitucional de cujo núcleo emergirá a figura do guia único. Assim, enquanto em De Maistre encontraremos uma teoria que “[...] deja al hombre a merced de la voluntad de fuerzas extrahumanas” (GORRÁIZ, 1993, p. 236),⁴⁰⁶ por sua vez, Schmitt orientará sua teoria para mantê-las sob forças bastante humanas, embora fundamentadas em um poder que remete ao teológico, como, de resto, todos os conceitos políticos importantes.

Este é líder político que haverá de reunir força suficiente para enfrentar um homem que apenas não ousa tocar o sagrado e oculto, mitificado e inacessível poder que, para tanto, encontraria Schmitt a sua forma de manifestação em um conceito de soberano que atuaria sem controles ou limites, concentrador das virtudes políticas e morais negadas à massa. A interpretação do saber político não cabe a nenhum outro poder senão ao próprio líder soberano.

Em De Maistre o movimento de rechaço ao poder político entendido segundo uma estrutura plural se apresenta desde a sua crítica ao protestantismo que, em seu momento, estabelecera a pauta da insurreição aos valores tradicionais em que o poder religioso, e o político a ele conexo, se restringia às mesmas mãos, movimento que, em suma, colocaria em xeque a própria noção de autoridade (*cf.* SPEKTOROWSKI, 2002, p. 284). A crítica de todo movimento protestante no sentido de reclamar maior poder aos fiéis e seu acesso à interpretação do poder deslocaria o eixo do poder exercido unicamente pela figura do soberano para dissolvê-lo entre os indivíduos e as diversas instituições.⁴⁰⁷ A irresignação e o estímulo ao poder de interpretar as sagradas escrituras

⁴⁰⁶ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] deixa ao homem à mercê da vontade de forças sobre-humanas”.

⁴⁰⁷ Para um maior detalhamento sobre a crítica de De Maistre ao protestantismo, ver o seu texto *Réflexions sur le Protestantisme*. Para um comentário sobre esta questão, ver GORRÁIZ, (1993).

desconstituíam um mundo em que o acesso ao divino era monopolizado, e neste sentido os indivíduos alcançariam grau de libertação que, por vias transversas, cruzaria com a apologia ilustrada da razão. A rigor, nada disto poderia interessar a De Maistre e nem a qualquer tradição afinada com o papel a ser desenvolvido por um poder soberano.

Não obstante este movimento cético no âmbito do político, de resto sempre passível de questionamento, De Maistre igualmente reconheceria que o poder máximo exercido pelo monarca é merecedor de irrestrita confiança. A este respeito salta ao cenário De Bonald para afirmar que o controle do político não é mesmo necessário, posto que, conforme nos comentaria Capitán, é perceptível em De Bonald a sua defesa de que

[...] el monarca lo es [agente] de la voluntad divina. Simboliza la unidad de las voluntades, la alianza de Dios y los hombres. No goza, por tanto, de un privilegio: se debe ver en él al esclavo designado por un poder superior para hacer respetar el orden y el amor. (CAPITÁN, 1988, p. XIX).⁴⁰⁸

Agente político soberano o monarca em De Bonald dispõe de todo poder em torno ao qual reúne a vontade política. Esta aproximação se resolve no conceito de unidade da vontade popular com o político, o que sugere interessante aproximação. De qualquer sorte, para De Maistre resulta claro que o soberano não será fruto da eleição de seus súditos mas, antes, que “[...] Dios, habiéndose reservado la formación de las soberanías, nos advierte de ello al no confiar nunca a la multitud la elección de sus amos” (DE MAISTRE, 1994, p. 102).⁴⁰⁹ Entrado o século XX Schmitt saberia atualizar o pensamento de sua fonte conservadora no sentido de procurar responder às novas demandas de uma sociedade de massas cuja realidade não poderia ser desconhecida por

⁴⁰⁸ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] o monarca é o [agente] da vontade divina. Ele simboliza a unidade das vontades, a aliança de Deus com os homens. Não dispõe, contudo, do privilégio de se deve ver nele o escravo apontado por um poder superior para fazer respeitar a ordem e o amor”.

⁴⁰⁹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] Deus, tendo reservado para si a formação das soberanias, nos adverte disto ao nunca confiar a eleição de seus amos à multidão”.

qualquer projeto de poder, de sorte que se, de fato, a multidão não viria a exercer o poder, posto que o soberano o reuniria em sua integralidade, haveria de, por outro lado, falsear esta percepção por meio da remissão ao conceito de *acclamatio* e de identificação do governante com o governado.

De Bonald realiza tal movimento de forma interessada mas destituída de ingenuidade quando tenhamos como pano de fundo a erudição do autor, como, de resto, também era o caso de Schmitt. Trata-se, portanto, de uma deliberada opção pela ditadura a expressa confiança demonstrada por De Bonald em um poder livre de controles, similar aquele que Schmitt também tornaria claro ao interpretar o art. 48 da Constituição de Weimar atribuindo amplos poderes ao Presidente mediante controle de um Poder Legislativo por ele reputado como absolutamente ineficiente.⁴¹⁰

Quanto a Donoso Cortés, reputado por Schmitt como reacionário (*cf.* SCHMITT, 1996e, p. 64), é sabido quão extendida é a sua crença em que apenas a vontade divina é capaz de conduzir o homem, criatura tão proclive a erros e desvios da virtude e da reta razão (*Vernunft*). A este respeito nos diria ilustrativamente Goya que os sonhos de uma tão elevada razão possuía forças o suficiente para produzir monstros cuja aptidão para destruí-la era manifesta. A nova deusa razão idolatrada pela Revolução Francesa é reconhecida também pelo conservadorismo de De Maistre como um dos eixos sobre os quais o mal avançava ameaçadoramente sobre os espaços da religião e da tradição então vigentes no único regime legítimo, a saber, *l'Ancien*: “[...] la Revolución francesa [...]”

⁴¹⁰ Portanto, neste texto bonaldiano trabalhado acima parece-nos aproximar-se o Schmitt intérprete do art. 48 e sua atribuição ao Presidente do Executivo da tarefa de guarda da Constituição sob o duplo argumento de que seria capaz de intervir como um poder neutro à semelhança da teoria de Constant. Suposta ingenuidade de mesmo calibre seria a marca de outra argumentação de Schmitt quando sustenta que quaisquer eventuais abusos do poder por parte do Presidente poderiam ser controlados pelo Legislativo, a quem caberia tal competência.

era un cierto delirio inexplicable, una impetuosidad ciega, un desprecio escandaloso de todo lo que hay de respetable entre los hombres [...]”. (DE MAISTRE, 1814, p. 56).⁴¹¹

Para De Maistre a intervenção do homem em um mundo desabitado pela religião e tradição tem lugar segundo um plano de ação, mas não de criação (*cf.* DE MAISTRE, 1814, p. 71),⁴¹² mas, isto sim, da Criação, cega aos olhos e ao entendimento humano. Tal intervenção tem lugar na forma de uma conduta individual que pode transformar, mas já não de forma inovadora. Como exemplo desta infundada pretensão de intervir por meio de formas constitutivas De Maistre cita os documentos constitucionais que, malgrado suas pretensões, nada mais são mais do que títulos meramente declaratórios de direitos, documentos “[...] que existen porque existen” (DE MAISTRE, 1814, p. 72), leis que não passam de declarações de direitos (*cf.* DE MAISTRE, 1814, p. 74).⁴¹³

⁴¹¹ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a Revolução Francesa [...] foi um certo delírio inexplicável, uma impetuosidade cega, um desprezo escandaloso de tudo o que há de respeitável entre os homens [...]”.

⁴¹² Em De Maistre a incapacidade humana para a criação é o ponto certo de partida para confirmar a necessidade de que o homem seja mantido sob os limites da tradição e da religiosidade cristã: “L’homme peut tout modifier dans la sphère de son activité , mais il ne crée rien ; telle est sa loi , au physique , comme au moral” (DE MAISTRE, 1814, p. 71). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “O homem pode modificar tudo na esfera de sua atividade, mas não cria nada: tal é a sua lei, tanto no físico como no moral”.

⁴¹³ Neste sentido o autor aproxima-se firmemente de um jusnaturalismo do qual, decididamente, não aproximar-se-ia Schmitt, por outro lado, confirma uma *Weltanschauung* profundamente comprometida com o conservadorismo ao sustentar que acaso as normas jurídicas sofram alterações que o sejam segundo princípios de profunda parcimônia e cuidado (*cf.* DE MAISTRE, 1814, p. 74). De certa forma contrapondo-se a algumas tradições jusnaturalistas que buscam ancorar sua argumentação em uma tradição humanista, o autor reforça desconhecer qualquer conceito de “[...] homem” mas, tão somente admitindo a existência de sua expressão concreta, (a) “Or , il n’y a point d’homme dans le monde. J’ai vu , dans ma vie , des français , des italiens , des russes , etc.; je sais même , grâces à Montesquieu , *qu’on peut être Persan* [...]” (DE MAISTRE, 1814, p. 79), não havendo, a partir disto, condições teóricas básicas para que seja possível reconhecer em De Maistre quaisquer vestígios dos direitos do homem reclamados pela Revolução Francesa, senão que o único fundamento possível dos direitos dos súditos, já não dos seres humanos, encontra-se na outorga pela soberania da Providência. Esta leitura de De Maistre é convergente com a perspectiva de Spengler, segundo quem o conceito de humanidade não passa de um

Neste plano tomado o assunto a razão humana não haveria de encontrar um papel superior para a razão. A composição dos assuntos humanos sob o signo da irracionalidade, ao fim e ao cabo, apenas demonstraria os desígnios da ordem divina. Nestes termos fugidios à engenharia social e da racionalidade se baseia um mundo perfeitamente criado e cuja ordenação habita um *locus* inacessível à razão humana, Tentativas de acesso representam movimentos subversivos que não logram mais do que instalar o caos.

Schmitt mantém vários pontos de contato com Burke,⁴¹⁴ Donoso Cortés, De Maistre e De Bonald.⁴¹⁵ Dentre outros temas ressaltamos a forte ligação que se estabelece em torno a uma visão antropológica realista que em seus confins habita região próxima de aberto pessimismo⁴¹⁶ para, precisamente a partir deste ponto,

vazio que, contudo, segundo a leitura de de Schmitt, também em De Bonald, encontramos uma se revela conduzida nietzscheaneamente tal qual um (b) “[...] eine Herde von Blinden [...]” (SCHMITT, 2009g, p. 60). Neste aspecto percebe-se uma das conexões com a filosofia spengleriana de que “[...] o ‘homem em si mesmo’ de que se ocupam os filósofos não existe. Existem, sim, homens de uma época, de uma localidade, de uma raça, com a sua índole congénita individual [...]” (SPENGLER, 1980, p. 45). Aos textos acima sugerimos a seguinte livre tradução: (a) “Mas bem, não há *homens* no mundo. Durante a minha vida vi franceses, italianos, russos, etc. Até mesmo sei, graças a Montesquieu, que se pode ser persa”; (b) “[...] rebanho de cegos”.

⁴¹⁴ Em um momento Schmitt refere-se ao pensamento de Burke para dizer ser antiquado para aplicar àquele momento histórico. Ver SCHMITT, (1990, p. 11). Em outro trecho da mesma obra o autor salienta a importância da obra burkeana sustentando que aquele que pretenda conhecer algo sobre o Parlamento haveria de retomar a teoria de Burke, dentre outros como Bentham, Guizot e, mesmo, Stuart Mill (cf. SCHMITT, 1990, p. 4).

⁴¹⁵ Sobre os três filósofos Schmitt escreveu artigo intitulado *A filosofia de Estado da contrarrevolução (Maistre, Bonald, Donoso Cortés)* que aparece ao final de seu conhecido livro *Teologia Política*, que aparece em tradução brasileira em *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*, (SCHMITT, 1996a), assim como no primeiro capítulo de *Donoso Cortés* (1996b).

⁴¹⁶ É bastante conhecido o quão compartilhada é entre os conservadores a tese antropológica pessimista que permeia o seu pensar filosófico e que fundamenta as suas opções políticas. Desta forma, tanto em De Maistre, como em De Bonald e em Donoso Cortés mostram uma comum aversão à vileza humana capaz de ser enfrentada apenas sob o domínio mais profundo e pesado por parte do poder político estabelecido. Esta é uma percepção que parece-nos clara em Schmitt. Ver SCHMITT, (2002, p. 63).

franquear portas para o decisionismo (cf. SCHMITT, 1996, p. 121). Este conceito de precoce aparição nos textos de Schmitt viria a ser retomado não apenas em escritos posteriores como também já do final da década de 20. Assim, por exemplo, o referido conceito recebe tratamento central já nos primeiros movimentos da derradeira crise da República quando da publicação de *Verfassungslehre* em 1928, texto em que o autor centraliza o conceito de decisionismo (cf. GALLEGO ANABITARTE, 1996, p. 22).

Este ponto de contato é indicado pela leitura schmittiana em um De Maistre em que sobressai especial predileção pela soberania que, segundo o intérprete, “[...] die bei ihm wesentlich Entscheidung bedeutet” (SCHMITT, 2009g, p. 60).⁴¹⁷ Neste conceito de decisão reside o real valor do Estado, na medida em que projeta tal conceito sobre o mundo concreto sobre ele fazendo estender os seus efeitos tal como indica o catolicismo por intermédio do infalível conceito de decisão papal a partir de seu assento sobre o mundo da fé.

O conceito de decisão presente em De Maistre e também em Donoso Cortés abre portas para a ditadura em Schmitt, conceito cuja importância este já havia percebido em Donoso Cortés quando de sua indicação de que seria esta o rumo único ao momento seguinte, qual seja, o da sucumbência das monarquias. Para Schmitt era claro o valor do conservador reacionário espanhol foi sua imediata percepção, e reação, de que

[...] daß die Zeit der Monarchie zu Ende ist, weil es keine Könige mehr gibt und keiner den Mut haben würde, Anders als durch den Willen des Volkes König zu sein, führte er seinen Decisionismus zu ende, das heißt, er verlangte eine politische Diktatur”. (SCHMITT, 1996e, p. 69).⁴¹⁸

⁴¹⁷ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] aquela que indica fundamentalmente decisão”.

⁴¹⁸ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] que a era da monarquia encontrara o seu fim, pois não mais havia mais reis e ninguém tinha a coragem de ser rei à revelia da vontade do povo, assim sim ele [Donoso Cortés] declarou o fim do seu decisionismo e passou a exigir uma ditadura política”.

Donoso Cortés rapidamente havia percebido serem aqueles novos dias distanciados das monarquias apenas possíveis do ponto de vista político se este conceito do político estivesse informado pela ditadura, razão suficiente para que Schmitt bem recepcionara a quem reputava ser um “[...] teorico della dittadura e del decisionismo” (cf. SCHMITT, 1996b, p. 73).⁴¹⁹ Esta apresentação permite observar certas conexões entre o decisionismo totalitário de Schmitt e as argumentações contrarrevolucionárias de matriz conservadora em De Bonald, De Maistre e Donoso Cortés.

Especificamente esta aproximação de Schmitt a Donoso Cortés converge com a visão de muitos dos críticos acerca de sua obra. Neste sentido Berlin destaca que em seu texto emerge uma figura cujo perfil será o de um absolutista e teocrata, tão erudito tanto imerso no reacionarismo que o confirma como teórico do decisionismo. Estas conexões permitem projetar o que seja a concepção de poder absoluto em Schmitt. Uma das leituras possíveis diz respeito a que sob o seu entendimento de poder absoluto reside toda uma forte argumentação autoritária, algo perceptível por intermédio da observação do papel que atribui à soberania. A estratégia adotada pelo autor a este respeito lhe torna de grande valia uma de suas principais fontes, a saber, De Maistre, que vislumbrava naquele momento histórico francês a aplicabilidade do conceito de decisão (*Entscheidung*) (cf. SCHMITT, 1996a, p. 122).

Teórico da ditadura que a ampara no decisionismo, Donoso Cortés explica o *modus operandi* do poder supremo que ancorava seu cristianismo na cega fé na religião entronizada na supremacia do poder estatal, ancoragem esta igualmente manifestada por De Maistre, para quem o poder religioso enfrenta-se à tradição racionalista ilustrada (cf. DE MAISTRE, 1814, p. 66) e sobre ela, e o poder político, haverá de mostrar-se triunfante sob a referência ocupada pela posição suprema do Papa (cf. FRANCESCHI;

⁴¹⁹ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] teórico da ditadura e do decisionismo”.

GÓMEZ-QUINTERO, 2002, p. 185). O decisionismo presente na filosofia política donosiana contrapunha ao diálogo liberal o conceito de ditadura, que lhe deveria suplantar naquela quadra histórica como a melhor opção política. A sua fundamentação e legitimação remete à ordem do religioso, cuja aproximação com o político realiza movimento de sustentação da ditadura em Schmitt. A este respeito sublinha Barbadillo que

[...] aunque Donoso Cortés contrapuso la decisión al diálogo eterno y propugnó la dictadura como remedio a la inevitable inacción política, es Hobbes el principal representante del decisionismo, tal como lo declara Schmitt. Aquí aparece el origen de la doble influencia en el pensamiento schmittiano y sus riesgos. (BARBADILLO, 1996, p. 76).⁴²⁰

A contraposição realizada por Donoso Cortés entre o diálogo e a ditadura, entre a virtude liberal irrealizável no mundo político e a decisão que torna possível a ordem na política sem dúvida encontra em Hobbes o seu representante maior. Apresentado nestes moldes o decisionismo colocava as condições de possibilidade para uma apropriação por parte do conservadorismo revolucionário do século XX assim como dos totalitarismos do mesmo período.

As instabilidades políticas e os problemas concretos levantados pelas revoluções⁴²¹ encontravam nos dias de Schmitt similar representação pelos desdobramentos políticos causados pelo Tratado de Versalhes a Alemanha que percebia

⁴²⁰ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “Embora Donoso Cortés tenha contraposto a decisão ao diálogo eterno e propugnado pela ditadura como remédio à inevitável inércia política, foi Hobbes o principal representante do decisionismo tal como é declarado por Schmitt. Aqui aparece a origem da dupla influência no pensamento schmittiano e os seus riscos”.

⁴²¹ Schmitt fazia referência às revoluções de 1789 na França e de 1848 para localizar um tempo cuja energia política reclamava a eclosão do conceito de decisão, capaz de ser percebido pela tríade conservadora mais castiça composta por Donoso Cortés, De Maistre e De Bonald (cf. SCHMITT, 2002a, p. 59). Este foi um momento histórico em que o conjunto de revoluções que eclodiram na Europa cujo cerne era, bastante sinteticamente, a busca da suplantação dos regimes autocráticos e a busca por regimes representativos. Acerca da ligação de Schmitt com o que já foi denominado de revolução conservadora, ver BONGIOVANNI, (1992).

tais efeitos como humilhantes. Olhos todavia postos na experiência da derrocada da monarquia, Schmitt experiencia rechaço similar ao que em seu momento nutria De Maistre pelo regime emergente que sucedia à decadente monarquia que na Espanha ainda esperaria o final do século XIX para conhecer seu definitivo ocaso. Embora sob foco teórico em algo distinto, De Maistre se posiciona relativamente ao novo regime sucessor à monarquia francesa como marcada pelos atos de abuso ou, como propõe o autor, tirano como nenhum outro na história (cf. DE MAISTRE, 1814, p. 136).

A percepção do período histórico em que encontravam-se Donoso Cortés, De Maistre e De Bonald é relevante para posicionar o desenvolvimento conceitual de suas respectivas posições conservadoras bem como da apropriação que Schmitt poderia realizar de seus trabalhos. Importa reiterar o eixo que une a estes filósofos da política e permite a convergência em sua apropriação. A perspectiva antropológica é um destes eixos que nos permite compreender porque, posteriormente, Schmitt, com algum grau de congruência, defenderia um Estado forte (*Stärke Staat*). À semelhança de Hobbes, Schmitt argumentaria, conforme viemos reforçando até aqui, não haveria outra forma possível de conter o tão perigoso homem em suas organizações sociais. Daqui, portanto, também arranca um de seus argumentos contra o Estado liberal ou mesmo escassamente intervencionista, contraditando com o sua aspiração consciente de um Estado (*der bewußte Wille zum Staate*) marcado por sua expansão e pela autoridade forte localizada no ápice da organização política.

Especificamente em De Bonald encontramos referência à vontade geral como operante no sentido de promover a conservação dos indivíduos (cf. DE BONALD, 1988, p. 13). Em paralelo apareceria em Rousseau a vontade geral nada menos do que como infalível (cf. ROUSSEAU, 1986, p. 42). Esta não era, contudo, uma vontade sempre voltada à tradição como assinalaram seus patrícios De Bonald e De Maistre. Em

Rousseau, contrariamente ao que ocorre nestes dois pensadores da contrarrevolução, a vontade geral não era senão a guia de si própria, e não a expressão temporal de uma vontade cega presente na natureza ou, ainda menos, subordinada à condução por um ente divino. Em De Bonald há, igualmente, a admissão sobre a constituição e organização natural das sociedades (ver PALACIOS, 1949) em que a vontade é conduzida por esta ordem natural das coisas inspirada na razão divina. Em Donoso Cortés, por sua vez, não era visceralmente distinta a percepção quanto a subordinação do homem à vontade divina, bem como a tudo quanto esta realizasse, ou pudesse vir a realizar, era engendrado às suas orientações.

A recepção de Donoso Cortés por Schmitt iria consagrar a visão de que os conceitos políticos modernos apenas representam a secularização dos conceitos teológicos em movimento consagrado por Hobbes ao afastar o domínio político da esfera religiosa, circunstâncias que apontavam para um subsequente momento de profunda laicização do terreno político desenvolvido no movimento revolucionário francês do século XVIII. De qualquer forma, tanto em Schmitt quanto em Donoso encontraremos um importante ponto de convergência teórico que nos sugere um completo distanciamento da intervenção da vontade enquanto publicamente formada. Em seu roteiro, Schmitt atualizará a figura do monarca por meio da consagração de seus poderes terrenos,⁴²² a exemplo do que era a imagem da divindade na terra. Partindo desta leitura Schmitt escreve a sua *Politische Theologie*, de original publicação de 1922, colocando mais algumas linhas básicas de um Estado autoritário ao reforçar o papel concentrador do poder na figura de um todo-poderoso. Esta é uma estratégia adotada à luz e semelhança do que havia aconselhado Donoso Cortés perante o embate do catolicismo com as forças do mal representadas pelo socialismo. Neste sentido, por

⁴²² Para uma aproximação do conceito de secularização com o de revolução, representando o poder político terreno, ver SAUQUILLO GONZÁLEZ, (2008b).

exemplo, dirá Wolin que “[...] Schmitt’s chief aims as a legal philosopher and political theorist was to reintroduce a strong “personal” element in modern politics, an element that had fallen by the wayside with the eclipse of political absolutism” (WOLIN, 1990, p. 399).⁴²³ Esta leitura de Wolin permite-nos encaminhar qual o sentido do empréstimo teórico realizado junto ao pensamento conservador.

No roteiro traçado por Schmitt, o *Führer* haveria de ocupar não apenas a posição de intérprete mas também o de executivo que colocaria em vigor não a sua compreensão do significado da Constituição, mas a legitimada tradução que a sua posição de unificador da vontade pública permitia que realizasse. Todo possível significado de uma Constituição haveria de repousar na inspiração da intervenção divina segundo os termos teóricos dos conservadores franceses – malgrado toda a desmesurada pretensão transformadora que tal documento supõe – enquanto que para Schmitt não muito diferente era o papel central desempenhado pelo *Führer*. A este era a quem competiria igualmente atribuir-lhe, em última instância, o significado da Constituição e, ao fazê-lo, de todas as demais normas jurídicas. Igualmente neste aspecto Schmitt encontra-se próximo a De Bonald quando este sustenta que a vontade geral não pode ser exercida senão por intermédio de uma vontade particular (cf. DE BONALD, 1988, p. 16).

Esta era uma aproximação conservadora à possibilidade de que o poder pudesse diretamente ser exercido em nome do povo (*Volk*) para tudo distanciada de uma concepção burkeana que remete diretamente à representação, propondo a discussão da independência entre representantes (no exercício do mandato) e representados (outorgantes do mandato). Malgrado não seja esta a opção de Schmitt, em sua *Verfassungslehre* o autor nos diria que quando o tema esteja posto que “[...] el

⁴²³ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] o principal objetivo de Schmitt como filósofo do direito e teórico da política foi o de reintroduzir como um forte elemento “pessoal” na política moderna, um elemento que caiu pelo caminho com o eclipse do absolutismo político”.

representante es independiente [...] no es ni funcionario, ni agente, ni comisario [...]”⁴²⁴ (SCHMITT, 1992b, p. 212).⁴²⁵ Partindo da ideia de que o poder está sendo exercido como se se tratasse de uma ordem de dominação popular ou ordem do povo (*Volksordnung*), Schmitt procede ao ataque direto ao conceito de mandato imperativo, ou seja, sobre “[...] la dependencia del diputado respecto de instrucciones y ordenes de los electores, suprimiría el carácter representativo de la Representación popular”⁴²⁶. (SCHMITT, 1992b, p. 255).⁴²⁷

Esta acima é, em suma, a perspectiva desde a qual o autor percebe que a representação popular ligada ao seu conceito de democracia não poderá adotar a perspectiva da democracia liberal, a saber, do tipo em que o representante tem de prestar contas à opinião dos eleitores. A genuína representação popular segundo concebida por Schmitt apenas se consolida quando distanciada da democracia liberal. Em sua versão a representação aparecerá essencialmente ligada a um tipo de mandato político outorgado com plenos poderes. Este é um dos eixos sobre os quais caminha o conceito de democracia em Schmitt.

⁴²⁴ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] o representante é independente [...] não é nem servidor, nem agente, nem comissário [...]”.

⁴²⁵ É neste trecho em que Schmitt nos reenvia para uma discussão teórica acerca da condição e dos limites da competência do representante político, remetendo ao contexto teórico rousseauiano e aos textos da Constituição Francesa de 1791 perante a Constituição de Weimar em seu art. 130, 1, que classificava aos funcionários como “[...] servidores da comunidade” e, portanto, não como representantes dela (cf. SCHMITT, 1992b, p. 212).

⁴²⁶ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a dependência do deputado relativamente às instruções e ordens dos eleitores suprimiria o caráter representativo da representação popular”.

⁴²⁷ Por sua vez, a ideia de Schmitt era a de construir novos paradigmas, embora alicerçado em velhos valores, no sentido de responder a novas demandas como, por exemplo, a de sociedades que já não mais respondiam adequadamente ao sistema representativo ideado até então. Não era mais possível, por exemplo, o ideal de representação direta, e daí a necessidade de uma nova forma de representação democrática para sociedades complexas.

A proposta da filosofia política de De Maistre aos franceses exclui a representação. Ela consiste em um retorno ao *Ancien Régime*, que marca uma certa distância da proposta que em seu momento proporia Schmitt, cuja mirada não se voltava diretamente a Guilherme II. Portanto, embora não propugnasse pelo retorno à época do Kaiser, mantinha vivos uma série de valores por meio de sua conexão com o movimento conservador revolucionário. Estes valores eram suficientes para projetar os diretos ataques à sua sucedânea, a República de Weimar, em favor de outro regime, no caso, totalitário, baseado na figura do ditador, o *Führer*. Os movimentos de homens como De Maistre e Schmitt são de similar intensidade reacionária. Contudo, os conservadores contrarrevolucionários olhavam para o passado não apenas com sentimento nostálgico mas, isto sim, desejando vivamente reconstituí-lo, por outro lado, Schmitt projetava um futuro novo com valores permeados do heroísmo e da virtude presente em construções políticas do passado sem, no entanto, socorrer-se das próprias instituições políticas de anteriores regimes.

Mas se a ideia reacionária que apoia o histórico totalitarismo do período é clara em Schmitt não o é menos em De Bonald. Isto fica bastante evidente em sua definição de sociedade civil cuja característica maior não passa de uma estrutura onde aquilo que entendemos por cidadãos são soldados unidos pelo interesse comum e sempre dispostos às ordens do general (*cf.* DE BONALD, 1988, p. 18). Está presente neste autor um dos conceitos-guia ao qual Schmitt dará todo um significado especial em seu livro *Der Begriff des Politischen*, a saber, a antítese amigo-inimigo (*Freund-Feind*). Esta conexão entre Schmitt e De Bonald pode ser observada quando este último afirma que o conjunto de “[...] soldados” estará sempre a postos para enfrentar o inimigo (*cf.* DE BONALD, 1988, p. 18), soldados estes que estarão durante toda a vida a participar do embate entre atores que podem ser qualificados alguns deles como bons e outros como

maus (cf. DE BONALD, 1988, p. 18). De forma análoga, para De Maistre os mais cruentos embates nos quais os homens sucumbem se dão em enfrentamentos que tem lugar por decreto divino, lugar e momento em que “[...] los hombres en su globalidad expian sus culpas y pecados”. (FRANCESCH; GÓMEZ-QUINTERO, 2002, p. 190).⁴²⁸

O dualismo conceitual amigo-inimigo de Schmitt bastante atualizado nos dias correntes⁴²⁹ seria retomado e proposto em termos similares mais adiante por Hitler, para quem os soldados referidos por De Bonald haveriam de estar dispostos ao sacrifício (apud MARCUSE, 1999, p. 128-130). Estes combatentes tem “[...] o dever de sacrificar-se pelo todo [e] não tem limites quando consideramos o povo como o mais alto bem sobre a Terra” (MARCUSE, 1978, p. 374). De fato, a proximidade do conceito de inimigo em De Bonald e Schmitt é relevante, embora não o único.⁴³⁰ Contudo, em Schmitt este conceito viria a ser desenvolvido com maior e notável requinte teórico ademais de sua conhecida elegância de estilo.⁴³¹

A releitura do trabalho filosófico-político de Schmitt a partir dos três filósofos conservadores externa preocupação em responder às apreensões de um determinado

⁴²⁸ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] os homens em sua totalidade expiam as suas culpas e pecados”.

⁴²⁹ A retomada schmittiana, e em especial o seu conceito do político é alvo de múltiplas abordagens por razões que fogem ao objeto deste capítulo. Para uma análise mais detalhada do *Der Begriff des Politischen* remetemos o leitor aos capítulos 11 e 12.

⁴³⁰ Outro ponto a aproximar Schmitt e De Maistre e De Bonald diz respeito ao que Abellán reputa não ser um processo de contrarrevolução mas, antes, como não raro aponta-se que os franceses sustentavam, que eram partidários de algo contrário à revolução (cf. ABELLÁN, 1993a, p. 66). Sua proposta era a de neutralizar a revolução por intermédio da posta em marcha de um processo de desconstituição dos câmbios levados a termos e internalizados na sociedade francesa daquele momento. Interessa sublinhar que a proximidade entre ambos é realmente grande a ponto de os historiadores da filosofia não reservarem espaços a ambos sem que as referências deixem de cruzar-se. Este, por exemplo, o método de Abellán (ver ABELLÁN, 1993a, p. 58-81) e também de Reale e Antiseri (ver REALE e ANTISERI, 2005).

⁴³¹ Para análise mais minuciosa do conceito de amigo-inimigo (*Freund-Feind*) presente na obra schmittiana remetemos o leitor à segunda parte deste livro bem como a ORFANEL, (1986).

contexto histórico.⁴³² Donoso Cortés vivia um século revolucionário, e em meados dos anos 50 haveria de posicionar-se definitivamente a respeito, já ao final da vida. Quanto a De Maistre e De Bonald suas respostas já haviam sido postas sobre a mesa desde muito antes. Lidos em seu contexto, Schmitt pensa o seu próprio momento. No caso alemão muitas das turbulências internas derivaram de um penoso Tratado, o de Versalhes,⁴³³ que condicionaria muitos dos encaminhamentos políticos das duas décadas seguintes.

No momento posterior à ascensão dos social-democratas houve aceitação à princípios que consagravam direitos e liberdades,⁴³⁴ que não poderiam ser socialmente construídas senão meramente reconhecidas, tornadas atuais por meio da tradição, segundo valores para tudo distantes dos ideais revolucionários franceses de um século antes. De Maistre e de Bonald haviam, em seu momento, enfrentado aquele evento que entendiam ser único, e não sem que lhes assistisse razão. Assim, nossa hipótese para dar sequência a estas linhas é de que duas linhas paralelas podem ser traçadas para o desenvolvimento da intervenção teórica de Schmitt, De Maistre e De Bonald. Sugerimos que pode ser traçada linha de aproximação entre eles por força de terem sido teóricos que priorizaram responder às circunstâncias de seu tempo e, muito precisamente, no caso de Schmitt, ao nascimento e ocaso da República de Weimar,

⁴³² Analisados neste capítulo encontram-se principalmente, mas não de modo exclusivo, no derradeiro capítulo de *Teologia Política* (cf. SCHMITT, 2009g, p. 77-90).

⁴³³ É importante assinalar que no caso de Schmitt a proposta é refletir o seu pensar desde uma perspectiva contrarrevolucionária implica que consideremos que a própria República de Weimar tinha sido reflexo de movimento revolucionário que culminou na queda do Kaiser. Schmitt não olha para este movimento de derrocada do poder com simpatia mas, antes, procura fortalecer um novo poder, centralizado, ao qual sua filosofia política apoia.

⁴³⁴ No âmbito do conservadorismo em De Maistre é apresentado argumento no sentido da relativização do poder da liberdade, ou seja, que trata-se de um grande erro supor sua existência empírica de forma absoluta senão que, isto sim, trata-se de um ideal suscetível de gradação (cf. DE MAISTRE, 1814, p. 104, 106, 108).

enquanto os franceses se ocupavam da resposta à revolução que lhes iluminava o tempo em que lhes tocou viver.

Ao finalizar este segundo capítulo reiteramos que as reflexões schmittianas sobre teologia e política não constituíram apenas elementos de profunda relevância e repercussão em suas conceitualizações sobre o político. Na análise destes tópicos encontramos referências conservadoras cujas origens permitem a Schmitt o desenho de aspectos conceituais centrais de sua filosofia política sobremaneira útil para o cenário conservador presente na Alemanha de início de século XX.

Parte deste movimento de Schmitt encontra-se em sua *Verfassungslehre* (ver SCHMITT, 1992b), obra na qual faz referência a que no contexto das monarquias feudais a realeza é caracterizada como um *caudillo* ao qual todos súditos haverão de servir. Esta posição de subserviência atinge mesmo o limite, às circunstâncias que envolvam o risco ou a entrega total de suas vidas, ou seja, “[...] hasta la muerte” (SCHMITT, 1992b, p. 275),⁴³⁵ em troca nada mais do que da oferta de garantia de proteção e de sustento (*Ib.*).

Os traços conceituais analisados neste capítulo foram parcialmente retomados pelo conservadorismo revolucionário da Alemanha da primeira metade do século XX em diversos momentos e segundo a variação recomendada pelas variações históricas daquele momento. Nossa proposta de aproximação ao tema no capítulo seguinte abrangerá o possível diálogo e releitura de aspectos basilares do movimento contrarrevolucionário levado a termo por parte do conservadorismo revolucionário, especificamente aquele abrangido entre os anos de início do século XX até os momentos que antecedem a queda do III Reich.

No próximo capítulo, *O processo de consolidação do conservadorismo revolucionário e a ambiência cultural weimariana*, propomos a retomada de aspectos

⁴³⁵ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] até a morte”.

centrais desta corrente conservadora analisada até aqui nestes dois primeiros dois capítulos em sua versão contrarrevolucionária e com a qual esperamos poder estreitar os pontos de contato. Momento seguinte a ideia é de realizar movimento de aproximação de um dos mais importantes intelectuais do conservadorismo revolucionário, Spengler, e os argumentos mais destacados do conservadorismo revolucionário de sorte propiciar as possíveis conexões com Schmitt. Tal aproximação nos permitirá, ademais, realizar um movimento pouco frequente, qual seja a associação entre a filosofia conservadora spengleriana e o pensamento político schmittiano e suas conexões com o então emergente conservadorismo de viés reacionário-totalitário nacional-socialista.

CAPÍTULO III

O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO CONSERVADORISMO REVOLUCIONÁRIO E A AMBIÊNCIA CULTURAL WEIMARIANA

3.1. O LÉXICO DA *KONSERVATIVE REVOLUTION*: AS BASES DO MITO E A FORMAÇÃO DA TRADIÇÃO TOTALITÁRIA

Neste capítulo III assumimos a tarefa de desenvolver um dos tópicos centrais da primeira parte desta tese doutoral demarcatória da linha divisória da retomada da tradição conservadora que merece atenção devido às variedades conceituais que oferece (cf. PUHLE, 1978, p. 689).⁴³⁶ Neste capítulo III apresentaremos esforços no sentido de

⁴³⁶ Importante demarcar o terreno sobre o qual sugerimos a abordagem do conservadorismo pois, conforme atenta Puhle, (a) “Quite apart from any national and regional variations, ‘being conservative’ could and did mean different things at different times, even within the same general context” (PUHLE, 1978, p. 689). A noção de conservadorismo que viemos trabalhando nestes dois primeiros capítulos remete à versão contrarrevolucionária, combativa aos princípios ilustrados e que atendiam aos fundamentos da crítica schmittiana da realidade política e jurídica weimariana. Neste capítulo será focalizado o conservadorismo revolucionário. Na busca de um eixo argumentativo comum que enlace as tradições conservadoras, em seu acurado estudo sobre o conservadorismo, Nisbet menciona que o retorno ao passado pode ser entendido como este traço comum ou, em seus termos, que se dá um retorno ao passado (b) “[...] en busca de inspiración y modelos sobre los cuales fundamentar las políticas en el presente se encuentra profundamente enraizado en la tradición conservadora y es razón suficiente para los epítetos liberales y radicales de «reaccionarios» y «arcaicos»” (NISBET, 1995, p. 35). Para uma visão mais genérica sobre o fenômeno conservador em suas conexões com a cultura política germana, a tradição conservadora revolucionária assim como com Schmitt, ver ALONSO, (2009), GARCÍA, (1997), HABERMAS, (1994), KLEMPERER, (1968), MOHLER, (1990), MULLER, (1988), NEUMANN, (1957), NOLTE, (2009a), RAUSCHNING, (1941), ROMANO, (1997), WOODS, (1996). Para uma análise do conservadorismo a partir das relações entre Schmitt e Strauss, ver LASTRA, (2009). Uma análise da aproximação de intelectuais de esquerda pode ser encontrada, especialmente no que concerne a relação de Neumann, Kirchheimer e Marcuse com Schmitt e o conservadorismo revolucionário, ver SÖLLNER, (1984). Uma aproximação crítica a literatura conservadora revolucionária pode ser encontrada no trabalho de TRAVES, (2001). Em artigo de Goschler encontramos uma abordagem da projeção do conservadorismo radical nos primeiros anos da república federal alemã. A este respeito ver GOSCHLER, (2008). Para uma análise consistente aproximação ao conservadorismo revolucionário alemão enfocado por meio dos valores fundantes do nacional-socialismo, ver MOSSE, (1998, p. 13-148). Em Mosse encontram-se uma sólida argumentação em torno dos valores basilares do conservadorismo revolucionário e que indicam com clareza os pontos de conexão com a tradição conservadora como, por

articular a tradição conservadora apresentada nos dois capítulos anteriores com o argumento do conservadorismo revolucionário alemão.

Este parece ser um primeiro e importante movimento na medida em que trata-se de uma tradição que influenciou a formação da cultura, da política e da dimensão jurídica germana principalmente durante a primeira metade do século XX na Alemanha e, talvez tão importante quanto, ao pensamento de muitas das figuras proeminentes que fariam sentir o seu poder de decisão. Malgrado esta influência mostre as suas origens desde a *intelligentsia* de meados do século XIX, encontramos igualmente algumas sugestões teóricas que realçam o liberalismo alemão da primeira parte deste século (ver ROTTECK; WELCKER; PFIZER; MOHL, 1987) que, finalmente, não lograria influenciar decisivamente na cultura política dominante.

Partindo desta constatação endereçamos a nossa proposta metodológica sugerindo que o debate em torno a interpretação de Schmitt pode ser proposto de modo bastante promissor desde o viés filosófico do conservadorismo revolucionário (*Konservative Revolution*)⁴³⁷ (ver BREUER, 1995; CAMPBELL, 1997).⁴³⁸ A gramática

exemplo, o que Mosse indica ser um sentido glorioso do passado perante o *Volk* (cf. MOSSE, 1998, p. 67). Para uma visão crítica da tentativa de aproximação da filosofia schmittiana do conservadorismo, ver BENDERSKY, (1987b). Para uma visão acerca da positividade desta aproximação de Schmitt com o conservadorismo revolucionário, ver o breve mas bem documentado texto de BERCOVICI, (2009d) e também BONGIOVANNI, (1992). Para uma visão mais ampla sobre o movimento conservador revolucionário na Alemanha, ver BREUER, (1995). Aos trechos anteriormente citados sugerimos as seguintes traduções: (a) “Bem distante de qualquer variação nacional e regional, ‘ser conservador’ pode e significa diferentes coisas em diferentes momentos, mesmo dentro de um contexto geral”; (b) “[...] em busca de inspiração e modelos sobre os quais fundamentar as políticas no tempo presente encontra-se profundamente enraizado na tradição conservadora, e esta é a razão suficiente para os epítetos liberais e radicais de “reacionários” e “arcaicos”.

⁴³⁷ A expressão conservadorismo revolucionário foi concebida por Armin Mohler (cf. TRIERWEILER, 2010, p. 13), muito embora existam notícias sobre anteriores usos tanto por Thomas Mann em um artigo datado de 1921 (*Antologia Russa*) como por Stefan Breuer, ademais de por Dostoiévski e Maurras (cf. GÓMEZ, 2007, p. 183). Ver MOHLER, (1999).

do movimento conservador incorpora o seu revolucionarismo ao discurso da mais reacionária extrema direita germana da época por sua pretensão de cooptar ao seu campo uma iniciativa teórico-política que então apenas encontrava alternativa entre o capitalismo e o comunismo. A construção da terceira via entre ambos haveria de dispor também desta arma revolucionária (cf. GÓMEZ, 2007, p. 184).

O movimento incorporava a ampla crítica, compartilhada amplamente por Schmitt, sobre a tradição política do século XIX e que encontravam formas de sobrevivência na Alemanha do pós-Primeira Grande Guerra Mundial. Neste contexto crítico comum às tradições políticas do século XIX nos interessa explorar quais as conexões possíveis, e segundo quais dimensões, podem elas vir a ser estabelecidas entre Schmitt e o movimento conservador revolucionário (ver FRYE, 1966, p. 818).⁴³⁹ Em que pese as posições contrárias à proximidade de Schmitt em relação às posições conservadoras que, logo, seriam incorporadas pelo nacional-socialismo (cf. GOTTFRIED, 1990, p. 3-6) por meio de um processo de metamorfose segundo apresentado por Alvarez (ver ALVAREZ, 2007), há também a sólida descrição epocal de Armin Mohler, um dos fundadores do movimento conservador, que em seu livro de maior repercussão, *Die Konservative Revolution*, torna evidente o pertencimento de Schmitt ao movimento em questão mas também a um amplíssimo grupo de intelectuais divididos segundo as mais variadas áreas de atuação (cf. MOHLER, 1999, p. 307-482)

⁴³⁸ Ao menos parcialmente podemos detectar as raízes da cultura conservadora no período guilhermino que viria a consolidar-se em oposição às crises político-econômicas weimarianas, das quais, por certo, seria Schmitt outro dos autores a ocupar-se. Na leitura e crítica deste período histórico existe entre Schmitt e o conservadorismo revolucionário persiste um profícuo debate, em que pese, isto sim, devamos reconhecer que o mesmo se trava de forma algo oculta, em termos similares ao seu diálogo com Strauss, tão sagazmente trazido à tona por Meier (ver MEIER, 2006).

⁴³⁹ Segundo Frye, Schmitt exerceu uma profunda influência no campo da crítica radical da direita alemã que fez projetar seus efeitos sobre a República na medida em que expôs cruamente, embora nem sempre de forma leal, todas as suas inconsistências e fraquezas. Ver FRYE, (1966, p. 818).

assim como também, entre os contemporâneos, por Staglieno (ver STAGLIENO, 2009, p. 41).

A consecução desta proposta metodológica de análise do trabalho schmittiano a partir do conservadorismo revolucionário supõe a retomada de argumentos apresentados nos dois capítulos anteriores em que o foco esteve direcionado a Donoso Cortés, De Maistre e De Bonald. Malgrado estes não tenham sido autores diretamente influentes no conservadorismo revolucionário, sua indefectível pertença à tradição revolucionária os insere em um debate teórico do qual necessariamente o conservadorismo revolucionário se serviria. Neste capítulo precisamente retomaremos articuladamente esta tríade de autores projetando o seu diálogo com o conservadorismo revolucionário.

A possibilidade teórico-hermenêutica para a realização de uma interpretação conservadora-revolucionária de Schmitt é uma opção que, quando explorada, o é apenas de forma residual, muito embora alguns importantes comentaristas já tenham chamado para si a tarefa de realizar negativas sobre esta conexão (*cf.* BENDERSKY, 1987b, p. 27) mas também para confirmá-la tais como Craig (ver CRAIG, 1980, p. 208-209) e Frye, autor que afirma que “[...] Schmitt shared with the German conservative movement as a whole and, moreover, one which opened the way to Germany's “conservative revolution” (FRYE, 1966, p. 818).⁴⁴⁰ Com isto tão somente anunciamos os primeiros termos do debate que teria sido ocupado por Schmitt relativamente a sua proximidade ao movimento conservador revolucionário.

A abordagem aqui proposta é de procurar estabelecer a linha conectiva entre a tradição composta por Donoso Cortés, De Maistre e De Bonald com a linha conservadora revolucionária e, paralelamente, explorar as linhas argumentativas em

⁴⁴⁰ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] Schmitt compartilhou o movimento conservador alemão em sua integralidade e, além disso, foi quem abriu as portas para a revolução conservadora alemã”.

comum entre Schmitt com esta tríade e, por outro lado, com a filosofia política e cultural conservadora revolucionária. Esta é a tarefa que procuraremos desenvolver neste capítulo para que, nos dois capítulos subsequentes, IV e V, possamos nos ocupar detalhadamente de dois de seus principais personagens, Spengler e Jünger, momento no qual igualmente nos ocuparemos de trazer à tona aspectos que os conecta à argumentação totalitária e nacional-socialista.

O conservadorismo revolucionário encontra período de consolidação e maior receptividade ao seu discurso em um momento histórico de grande efervescência cultural, política e econômica. As vicissitudes enfrentadas pela Alemanha da década de 20, desde logo, são sobejamente conhecidas para que proponhamos a sua minuciosa exploração. Estas intensas atividades e conflitos do período encontraram toda a sua preparação nos momentos ainda precedentes aos primeiros dias da República de Weimar e seu Estado constitucional burguês (*bürgerlicher Verfassungstaat*). De certa forma podemos admitir que também os antecedentes da cultura conservadora revolucionária encontram-se no período imediatamente precedente durante o regime guilhermino,⁴⁴¹ cujas inspirações podem ser exploradas desde as tradições conservadoras abordadas nos dois primeiros capítulos desta tese doutoral.

⁴⁴¹ Neste sentido, por exemplo, é claro Lukács ao apoiar a tese de que Schmitt mantém uma “[...] sustancial afinidad [...] con los ideólogos reaccionarios del Imperio bismarckiano y guilhermino. Éstos defendieron a capa y espada el *statu quo* existente en su tiempo; Schmitt, en cambio, combate apasionadamente el *statu quo* ante el que se encuentra. [...] el *statu quo* es [...] la República de Weimar y el Tratado de Versalles. Schmitt combate el *statu quo* como imperialista reaccionario [...]” (LUKÁCS, 1959, p. 533). Não estamos plenamente de acordo com a classificação de Schmitt como um imperialista reacionário, posto que sugerimos que o personagem é algo mais complexo. Sem embargo, apostamos na suavização de tal proposta de Lukács como a via mais acertada para aproximar-nos de um Schmitt em que sobrevivem, isto sim, muitos daqueles valores do conservadorismo reacionário imperial sobre os quais foi formado. A ideia das conexões schmittianas com o reacionarismo podem ser ainda exploradas em DÍEZ, (2007). Para uma contraposição com a posição modernista, ver HERF, (1990). Para uma leitura das propostas reacionárias na Espanha abordadas desde o ponto de vista histórico calcadas na teoria de

Muitos dos eventos que tiveram lugar durante a República de Weimar encontraram forte conexão com fontes teóricas que ocupavam importante papel e exerciam forte influência no período anterior. Muitas destas haviam obtido formação intelectual na Alemanha do último quarto do século XIX em compatibilidade com o conservadorismo revolucionário,⁴⁴² tornando desta forma viável a atualização da cultura guilhermina⁴⁴³ ainda durante a República weimariana. A este respeito interessa retomar von Klemperer, autor que aponta precisamente para o fato de que a monarquia dos Hohenzollern, malgrado seus primeiros momentos, não poderia encontrar-se representada durante muito tempo no seio do conservadorismo revolucionário que então

Schmitt e de Donoso Cortés, ver JIMÉNEZ, (2001). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] substancial afinidade [...] com os ideólogos reacionários do Império bismarckiano e Guilhermino. Estes defenderam denodadamente o *statu quo* existente em seu tempo. Schmitt, em troca, combate apaixonadamente o *statu quo* ante no qual encontra-se. [...] o *statu quo* é [...] a República de Weimar e o Tratado de Versalhes. Schmitt combate o *statu quo* como imperialista reacionário [...]”.

⁴⁴² Interessa sublinhar a falta de unanimidade terminológica dentre os comentaristas quanto aquela que aqui optamos, a saber, o conservadorismo revolucionário. Richard, por exemplo, menciona o “neonacionalismo” (RICHARD, 1972, p. 85). Richard reúne sob esta terminologia pretensamente mais ampla aos conservadores revolucionários (Arthur Moeller van den Bruck e todo o grupo em torno à revista *Die Tat*) assim como os irmãos Jünger, Ernst von Salomon, além da ordem jovem alemã representada por Arthur Mahraun (cf. RICHARD, 1972, p. 85). Entre nós Moraes destaca que dentre os vários intelectuais do movimento encontravam-se Moeller van den Bruck, Ernst Forsthoff (conhecido discípulo de Schmitt), Hans Freyer, Werner Sombart, ademais de Ernst Jünger. Moraes é bastante claro ao indicar as aproximações ideológicas do movimento ao descrevê-lo como um “[...] campo intelectual partidário da chamada Revolução Conservadora de Weimar. Inscrito em um espectro político socialmente representativo e do qual fazia parte em toda a Alemanha um conjunto de instituições, envolvendo pelo menos 530 jornais e perto de 550 associações e clubes políticos, esse campo intelectual teve um papel destacado em legitimar progressivamente tanto uma forma de condução quanto um valor específico da guerra [...] em construir a ideia de um Estado-para-a-guerra, um projeto a ser realizado, de fato, pelo Terceiro Reich” (MORAES, 2010, p. 245). Este é um aspecto que nos interessa sublinhar para que possamos desenvolver a argumentação em torno à filiação do movimento com o Terceiro Reich e da gravitação e ligação teórica em torno a filosofia política schmittiana. O conservadorismo do século XIX abriga valores como aristocracia e agrarianismo unidos ao poder político concebido em termos nacionais que repercutiria no discurso conservador do século XX. Para mais detalhes sobre a evolução do conservadorismo no século XIX e sua projeção sobre o século XX, ver MAYER, (1987).

⁴⁴³ Sobre os primeiros anos formativos da República de Weimar, ver ROSENBERG, (1936).

se consolidava (cf. VON KLEMPERER, 1968, p. 74), muito embora por completo extirpado não viesse a ser.

Um inicial e polêmico aspecto quanto a estas duas mencionadas fontes podemos encontrar perspectiva de diálogo com o romantismo,⁴⁴⁴ mas também com aspectos da filosofia do conservador espanhol Primo de Rivera (cf. PRIMO DE RIVERA, 1974, p. 424), cujo texto sobrevive nas linhas do Donoso Cortés recepcionado por Schmitt. Ambos espanhóis são lidos pelos conservadores alemães (ver SPENGLER, 1941, p. 174) mas também dialogam, conforme nos sugere von Klemperer,⁴⁴⁵ durante o III Reich (1871-1919)⁴⁴⁶ e ofertam uma teoria que auxilia na consolidação da teoria conservadora revolucionária cujos efeitos se vinham fazendo sentir na recente história germana.⁴⁴⁷

⁴⁴⁴ Neste aspecto, seguramente, nos deparamos com uma leitura de von Klemperer que inverte a leitura que realiza Schmitt, que critica o romantismo já em suas primeiras obras, especificamente em *Politische Romantik*, de 1919. Nossa leitura é de que a crítica schmittiana ao romantismo se revelará, ao fim e ao cabo, em alguma medida incongruente com os seus próprios pressupostos. Este capítulo III haverá de ser alvo de aprofundamento em suas pesquisas especificamente no que diz respeito ao romantismo, dada a conexão entre tal tradição literário-filosófica e as raízes culturais do totalitarismo. Neste sentido, por exemplo, assinala Pois para o papel da filosofia romântica em reforçar uma tradição anti-ilustrada, valorizadora da intuição, emoção e nacionalismo em detrimento de valores como universalismo e racionalismo (cf. POIS, 1971, p. 18). Sobre este tema entre nós, ver o acurado trabalho de ROMANO, (1997).

⁴⁴⁵ Von Klemperer nos comenta que o conservadorismo aproxima-se do fascismo na medida em que pode traçar (a) “[...] their lineage back to romanticism” (VON KLEMPERER, 1968, p. 27). Trata-se de que o conservadorismo e o fascismo (b) “[...] approached man and society as they are, subjective, mysterious, dynamic [...]” (*Ib.*). Nesta linha conectiva o autor todavia chama a atenção para o fato de que (c) “[...] both conservatism and fascism are form of irrationalism. In the warfare between “reason” and “life” they side with the latter. “Life” was once described as a “conservative” idea: undoubtedly it is a fascist idea also” (*Ib.*). Aos trechos acima sugerimos as seguintes livres-traduições: (a) “[...] a sua linhagem remonta ao romantismo”; (b) “[...] a aproximação entre homem e sociedade como eles são, subjetivos, misteriosos, dinâmicos [...]”; (c) “[...] ambos, conservadorismo e fascismo, são formas de irracionalismo. No combate entre “razão” e “vida” eles se põe do lado da última. “Vida” foi alguma vez descrita como uma ideia “conservadora”: indubitavelmente isto é uma ideia fascista também”.

⁴⁴⁶ Muito embora aqui não tenhamos espaço suficiente para abordar a questão, interessa assinalar que setores da elite nacional-socialista, nominadamente Goebbels, que recepcionou aspectos do romantismo mas também e, paradoxalmente quicá ainda mais intensamente, do próprio jacobinismo, para fundi-los

Schmitt dialoga com estas fontes conservadoras mas, malgrado a leitura de Arditi (*cf.* ARDITI, 2008, p. 435), dele não se pode dizer que pertença ao movimento conservador revolucionário como membro ativo de seu restrito grupo de líderes. Nossa sugestão é de que há uma proximidade teórica que se viabiliza tanto pela atenção reservada aos temas comuns com às interlocuções teóricas selecionadas. Neste sentido, por exemplo, Hohendahl reforça nossa argumentação ao referir-se a que parte da estratégia daqueles que optam por inserir Schmitt no debate político contemporâneo inclui uma estratégia no sentido de “[...] removing him from the context of the German conservative revolution of the 1920s and early 1930s and cut the ties to authors such as Spengler, Moeller van den Bruck, and Ernst Jünger [...]” (HOHENDAHL, 2008, p. 22).⁴⁴⁸ Este é um movimento que, sugerimos, foi realizado de forma apenas parcial e superficialmente exitoso, posto que voltar a Schmitt desde esta angulação nos permite uma leitura mais profunda e convergente com os propósitos do autor.

com outros princípios caros ao totalitarismo político. Neste sentido, por exemplo, Herf comenta que em novembro de 1933 Goebbels cunha o conceito de “romantismo de aço”, capaz de despertar a esperança dos alemães para uma vida que desde o desfecho da II Grande Guerra Mundial estava marcada pelo abatimento que as dificuldades cotidianas ofereciam. Com esta aproximação percebe-se o movimento de Goebbels e do nacional-socialismo na procura de preencher com os aspectos românticos que lhe conviessem a uma dimensão tecnológica marcada pelo vazio (*cf.* HERF, 1990, p. 407).

⁴⁴⁷ Importante assinalar que a unificação do território germânico se daria apenas a partir de 1870. Antes o território havia estado dividido em diversos, e entre si muito diferentes, cortes e principados. Neste momento o que aqui nos interessa assinalar é que os particularismos constituídos naquele período continuariam a se projetar durante o período da unificação e, de certa forma, mesmo durante a educação dos mais proeminentes personagens que logo ocupariam posições-chave na República de Weimar. Isto sim, é certo, durante o regime guilhermino a experimentação de certa prosperidade e estabilidade política bem como a consolidação de algumas cidades como Berlin como grandes urbes, no caso desta até mesmo suplantando o glamour parisiense, foram fatores que serviram para reunir certo apreço pela Coroa e um o início do sentimento de unidade nacional.

⁴⁴⁸ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] removendo-o do contexto do conservadorismo revolucionário alemão dos anos 20 e dos primeiros anos dos 30 e cortar laços com autores como Spengler, Moeller van den Bruck e Ernst Jünger [...]”.

No cenário histórico de fins do século XIX e início do século XX, o movimento conservador revolucionário teve as suas figuras centrais formadas sob as estruturas do regime de Guilherme II, algo que não se deu em vão ou sem consequências. Sob o governo guilhermino grande parte dos mais insignes atores políticos da República emergiram para a vida pública. Parte desta elite encontrara suas linhas formativas no programa educacional de Guilherme II cujo objetivo era, partindo de sua concepção de Estado-educador, “[...] formar a la juventud alemana en el ideal nacionalista y militar”⁴⁴⁹ (RICHARD, 1972, p. 33).⁴⁵⁰ Este princípio educador louvava valores que aproximavam-se ao prussianismo em sua exaltação do militarismo e da bravura. Enfocando a juventude, o regime guilhermino punha franqueava à juventude uma educação baseada na exaltação aos valores heroicos. Supostamente orientadores dos mais castiços valores da germanidade, eles seriam recuperados efetivamente de seu processo letárgico. A este respeito Richard todavia chama a atenção para o fato de que “[...] el pueblo alemán había salido de su letargo para retornar a los mitos germánicos siempre vivos en el fondo de su alma” (RICHARD, 1972, p. 77)⁴⁵¹ e que encontrariam sua melhor explicação desde a ótica filosófica por meio de sua aproximação com a leitura pré-nietzscheana dos gregos enquanto povo consagrado pelas virtudes imagináveis.

⁴⁴⁹ O texto permite a seguinte tradução: “[...] formar a juventude alemã no ideal nacionalista e militar”.

⁴⁵⁰ É interessante assinalar a proximidade deste programa guilhermino com o programa logo posto em marcha pelo nacional-socialismo consistente em disseminar a cultura nacional-socialista. Em seus termos Goebbels justificava tal proceder dizendo: “El deber del Estado consiste en combatir, en el seno de la vida cultural, los elementos nocivos y favorecer aquellos de valor en función del sentimiento de las responsabilidades con respecto a la comunidad nacional” (*apud* RICHARD, 1972, p. 72). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “O dever do Estado consiste em combater, no seio da vida cultural, os elementos nocivos e favorecer aqueles de valor em função do sentimento das responsabilidades relativamente a comunidade nacional”.

⁴⁵¹ O texto comporta a seguinte tradução: “[...] o povo alemão tinha saído de sua letargia para retornar aos mitos germânicos sempre vivos no fundo de sua alma”.

Estes valores míticos de uma germanidade olvidada reclamada pelos dias presentes como condição para o restabelecimento de uma Alemanha decadente recuperariam grande força no âmbito do conservadorismo revolucionário, notadamente em Spengler e Jünger. As orientações heroicas assumidas por ambos autores projetam a direção tomada pelo futuro imediato alemão refletindo aquilo que Richard entende ser “[...] un trasfondo social donde se transparenta el conflicto entre la corrupción y la pureza, entre la democracia y el ideal nazi [...]” (RICHARD, 1972, p. 113).⁴⁵² Esta perspectiva teórica haveria de influenciar o processo de reconstrução da teoria conservadora e dos limites propostos por sua imaginação neste movimento.

A formação teórica do conservadorismo revolucionário bem como a sua aparição no cenário político se deu sob condições muito favoráveis, potencializando tanto a sua receptividade como o seu desenvolvimento histórico. O totalitarismo que tem lugar naqueles dias se apresentaria como um ponto de reconhecida convergência teórica entre as tradições conservador-revolucionárias e o subsequente mente e parcialmente exitoso movimento nacional-socialista (*cf.* RICHARD, 1972, p. 101),⁴⁵³ entendido este último como um “[...] herdeiro legítimo da revolução conservadora” (DYMETMAN, 2002, p. 124; ver GARCÍA, 1996). A este respeito todavia nos dizem Buron e Gauchon que o nacional-socialismo encontra-se como uma derivação e construção conjunta das tradições alemãs em convergência com ramo da frutífera árvore fascista (*cf.* BURON; GAUCHON, 1983, p. 63), ideias estas em convergência com os princípios do conservadorismo revolucionário e que bem reforça a análise de Dymetman.

⁴⁵² O texto comporta a seguinte tradução: “[...] um fundo social no qual transparece o conflito entre a corrupção e a pureza, entre a democracia e o ideal nacional-socialista [...]”.

⁴⁵³ Sobre o nacional-socialismo e o fascismo interessa, com Schapiro, sublinhar que ambos mantiveram em suas origens uma ligação com o nacionalismo, que encontram neste um dos elementos sobre o qual se estruturam (*cf.* SCHAPIRO, 1981, p. 82).

Neste mesmo sentido conectivo entre as tradições fascistas e conservadora revolucionária encontramos-nos com o reforço argumentativo de Bercovici de que muitas das propostas do conservadorismo revolucionário estiveram marcadas por propostas autoritárias de inspiração no fascismo italiano (*cf.* BERCOVICI, 2004, p. 89), com a importante referência de que estas conexões projetam a ligação de Schmitt como conservadorismo revolucionário também por intermédio de seu declarado apreço pelo fascismo.⁴⁵⁴ A este respeito bem destaca Bercovici que estas concepções conservadoras revolucionárias e fascistas ganharam espaço principalmente a partir de 1930 “[...] com os gabinetes Brüning, von Papen e von Schleicher, nomeados pelo Presidente Hindenburg à revelia do Parlamento” (BERCOVICI, 2004, p. 90), recordando que Schmitt participa deste momento de ocaso da República em que tais princípios galgaram posições.

O fascismo nascia marcado pelo interesse em realizar-se revolucionariamente (*cf.* SCHMITT, 2001j, p. 79), inclusive não desprezando os meios violentos para tanto. Este propósito encontrava-se designado pela vontade de poder ínsito nas minorias ativistas que desejavam capturar o Estado para a consecução de seus próprios fins ideológicos. Conforme nos diz Gentile, o núcleo central do fascismo comportou o objetivo de “[...] realización de su mito y que tendía a crear, en la sociedad, un grupo político autónomo en sus opciones, independientemente de todas las fuerzas que lo

⁴⁵⁴ Importante neste sentido o levantamento das posições acerca do tema realizado por Bercovici e que nos indica muito clara e concisamente ao separar as posições de Bendersky (ver BENDERSKY, 1989) e Carlo Galli, (ver GALLI, 1996), comentaristas que distanciam Schmitt do conservadorismo revolucionário. Por outro lado, Bercovici resume os mais destacados partícipes da posição que aproxima Schmitt do conservadorismo revolucionário, mais precisamente, um “ativo membro” do movimento, dentre os quais Stefan Breuer, Ingeborg Maus, Jeffrey Herf, Reinhard Mehring, Andreas Koenen, Armin Mohler (*cf.* BERCOVICI, 2004, p. 210-211).

habían apoyado y condicionado en el ascenso al poder” (GENTILE, 1997, p. 32),⁴⁵⁵ e esta aproximação ao poder pode ser encontrada em Schmitt a partir de seus textos fundadores dos primeiros anos da década de 20.

Esta proximidade encontrava conexão com um conservadorismo que emprestaria apoio teórico-ideológico ao nacional-socialismo a partir de sua afinação com um clima intelectual europeu em que muitos segmentos se mostravam proclives a apoiar a prática da violência. Em que pese este apoio, certos setores do conservadorismo revolucionário não seriam imunizados contra futuros e fatais ataques dos altos círculos do nacional-socialismo contra alguns destes seus anteriores apoiadores.⁴⁵⁶

Marcado por ser um pensamento que respondia à Revolução Francesa, era latente o seu enfrentamento conceitual em matéria filosófico-política⁴⁵⁷ mas, em suma,

⁴⁵⁵ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] realização de seu mito e que tendia a criar na sociedade um grupo político autônomo em suas opções, independentemente de todas as forças que o tinham apoiado e condicionado em sua ascensão ao poder”.

⁴⁵⁶ Efetivamente, este movimento de assassinatos coordenados encontrou seu ápice na tristemente célebre *Noite das facas longas*, no ano de 1934. Contudo, foram várias ações que resultaram no aprisionamento de ex-apoiadores de direita como Rudolf Pechel, levado a um campo de concentração já avançado o ano de 1942. Ainda assim, Wilhelm Stapel, que se ocupava da direitista revista *Deutsches Volkstum*, bem como de Hans Zehrer, influente diretor da também direitista e muito influente revista *Die Tat*. Em seu caso, Zehrer foi recluso a uma casa de campo (cf. RICHARD, 1972, p. 85-86). Estes são exemplos de que o aspecto pragmático do desenvolvimento do regime e da lealdade com os fins aos que se propunham em política interna quanto em política externa se sobrepujam a todas e quaisquer outras considerações, mesmo aquelas referentes à pureza racial. O inimigo, portanto, além de interno, poderia igualmente ser da mesma raça e, portanto, encontrar-se em posição de ser eliminado.

⁴⁵⁷ Uma das marcas da teoria do conservadorismo revolucionário era o seu empenho no enfrentamento com o bolchevismo e o socialismo. Um dos epígonos do conservadorismo revolucionário, Spengler, chama a atenção para o fato de que um dos conceitos centrais do socialismo em sua versão materialista do marxismo era o de luta de classes (cf. SPENGLER, 1941, p. 123-124). Identifica o poder imenso da esquerda em uma época que já não suportava compromissos mas, antes, reclama uma reação da direita (cf. SPENGLER, 1941, p. 161). A aversão nacional-socialista perante o materialismo socialista igualmente mantinha relação essencial nesta sua consagração de uma realidade tecnicizada devastadora da vida, destituída de uma visão ampla do ser. Do ponto de vista histórico a disputa entre o conservadorismo alemão encontra em Bismarck um de seus momentos importantes. Conforme destaca Kent, para Bismarck

contra todos movimentos anticoncentralizadores que, em algum momento histórico, se revelavam como antimonárquicos.⁴⁵⁸ A oposição do conservadorismo revolucionário aos valores revolucionários franceses mantém em dia a tradição de Donoso Cortés, De Maistre e De Bonald que era reclamada por Schmitt,⁴⁵⁹ mas também se expressa por meio de um de seus contemporâneos, a saber, Spengler, assim como Jünger, Moeller van den Bruck e outros conservadores revolucionários, todos eles descritos por Bocchini como aqueles que “[...] ce sont ces ennemis des Lumières françaises, du rationalisme et des valeurs universelles, de l’égalité et de l’autonomie kantienne de

“[...] o movimento socialista não era apenas um grave perigo ao recém-criado Estado [...], o socialismo era também uma filosofia ímpia e um movimento imoral que buscava mudar a ordem da sociedade estipulada por Deus” (KENT, 1982, p. 98). Por outro lado, uma aproximação heideggeriana benevolente sugere que sua crítica poderia encontrar um duplo eixo crítico da *coisificação* da existência, presente tanto no materialismo marxista da extinta URSS como também do mercantilismo norte-americano. Esta ojeriza aos mecanismos do socialismo encontrara o momento de cozimento de seus primeiros conceitos ainda muito antes destes eventos históricos. O conceito de luta de classes, por exemplo, presente em textos revolucionários franceses, se projetaria em 1848 com maior impacto, contudo, na célebre *¿Qué es el Tercer Estado?* Feita publicar pelo Abbé Sieyès às vésperas da Revolução Francesa (ver SIEYÈS, 2003), ali estava sendo cozido o conceito de luta de classes a marcar um ponto mais de fricção entre a tradição revolucionária francesa e o núcleo doutrinário do conservadorismo revolucionário.

⁴⁵⁸ É importante assinalar que o conservadorismo revolucionário, como outros tantos movimentos, não conforma um conjunto perfeitamente uniforme de pensadores. As diferenças que coabitavam entre eles permitiu, por exemplo, que alguns apoiassem mudanças no regime do Kaiser Guilherme II mas, ao mesmo tempo, desejassem manter boa parte da cultura política que inspirava as estruturas de seu governo. Disto, portanto, se pode deduzir da existência de pensadores que embora não apoiassem a queda do regime lhe desejavam transformar e que, uma vez enfrentados com sua queda e o surgimento do republicanismo weimariano reagiram fortemente contra o novo regime.

⁴⁵⁹ Neste momento cabe aduzir a construção de uma hipótese que parece-nos ser de grande valia para explicar como ocorre a consolidação do conservadorismo revolucionário na cultura germânica. O ponto de partida é o exame da conjunção com os valores do conservadorismo antirrevolucionário presente tanto em De Maistre e De Bonald como em seu viés católico-autoritário que parcialmente se deveu a sua leitura de Donoso Cortés por Schmitt. A este conjunto de autores foi reservado espaço nos dois capítulos precedentes, e a proposta no momento é projetar aspectos de suas teorias para um âmbito dialógico com o conservadorismo revolucionário alemão operante em Weimar.

l'individu qui ont conduit les classes supérieures allemandes aux portes du IIIe Reich”
(*apud* BOCCHINI, 2008, p. 5).⁴⁶⁰

Toda esta literatura encontrava-se interligada com uma certa predominância entre os alemães de um sentimento conservador fortalecido pelos acontecimentos republicanos na França, sobretudo pela mais recente Comuna de Paris de 1870-1871 (*cf.* KENT, 1982, p. 98). Nesta quadra histórica tornara-se perceptível o ocaso do Estado absoluto e a consagração da burguesia como a nova classe ocupante do posto soberano (*cf.* SPENGLER, 2009b, p. 475). Esta era uma realização política que não atendia aos interesses conservadores do período nem tampouco de sua forma de manifestação do século XX.

Estes valores liberal-burgueses que destoam e, mais incisivos, destronam o poder absoluto na França, tornar-se-iam inspiradores do então emergente constitucionalismo weimariano. A cultura política germana da época igualmente estava formada por importantes setores que geralmente se mostravam predispostos a apoiar o discurso conservador-revolucionário. Ao descrever o contexto da época Sontheimer sustenta que

[...] certain ideological predispositions in German thought generally, but particularly in the intellectual and political climate of the Weimar Republic, induced a large number of German electors under the Weimar Republic to consider the National Socialist movement as less problematic than it in fact turned out to be. (SONTHEIMER, 1968, p. 42).⁴⁶¹

⁴⁶⁰ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] eles são os inimigos do Iluminismo francês, do racionalismo e dos valores universais, da igualdade e da autonomia kantiana do indivíduo que conduziu as classes superiores alemãs às portas do III Reich”.

⁴⁶¹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] certas predisposições ideológicas gerais no pensamento alemão em geral, mas particularmente no clima político e intelectual da República de Weimar induziram um amplo número de eleitores alemães sob a República de Weimar a considerar o movimento Nacional-Socialista como menos problemático do que de fato ele tornar-se-ia”.

Esta avaliação política e a consequente opção dos eleitores pelo nacional-socialismo durante a vigência dos valores político-constitucionais weimarianos desenha concretamente o clima preparatório para a ascensão do partido nacional-socialista ao poder. Era desnecessário o uso da violência como forma de chegar ao poder, e Hitler o reconheceu já em meados dos anos 20. Esta ideia é reforçada por narrativas daquele contexto histórico, dentre as quais esta desenhada por Sontheimer, autor que aponta uma coletividade proclive à recepção de um discurso político que apostava em governos e Estados fortes.

O Estado forte logo ganharia o franco apoio dos grupos conservadores revolucionários e por meio de suas mídias disseminariam a ideia que em Schmitt encontraria reforço sob o conceito de *Stärke Staat*, capaz este, em sua análise, de enfrentar as debilidades dos regimes políticos liberais em todas as áreas, desde o âmbito do político ao econômico.⁴⁶²

O discurso do conservadorismo revolucionário bem como de suas opções e do papel político em Weimar, portanto, dificilmente pode ser compreendido quando deslocado do contexto histórico da derrota alemã na Primeira Grande Guerra Mundial. A experiência adquirida no *front* durante o conflito bélico caracteriza a denominada geração de 1914,⁴⁶³ composta por muitos dos grandes nomes do conservadorismo

⁴⁶² Esta dimensão econômica era, por certo, uma das debilidades do regime weimariano. Nesta órbita igualmente era reclamada a intervenção firme do Estado perante a necessidade de superar as vicissitudes daquele momento histórico. A respeito das conexões entre a questão econômica, a aplicação do conceito de Estado forte e a dimensão constitucional do tema, ver BERCOVICI, (2004; 2003).

⁴⁶³ Esta experiência viria a determinar decisivamente tanto as escolhas de escritores como a ampliação do público que se mostrava receptivo a tal literatura. A este respeito diz Richard, taxativamente, que (a) “[...] el mercado del libro se inundó con la literatura de guerra que exaltaba el heroísmo de los soldados de 14-18” (RICHARD, 1972, p. 42). Contudo, definitivamente, o que Richard sublinha que parece-nos importante é que o trabalho desta literatura se apresenta com o emprego de uma fascistização das massas. Em certa medida, trata-se de uma literatura engajada com valores do emergente regime que (b) “[...] ya no se limita a relatar experiencias de la guerra, sino que ha intentado tratar con fines reaccionarios”

revolucionário alemão. Algo que lhe unia o trabalho era toda uma atitude cética em cujo âmago residia uma atitude de revolta contra aqueles a quem reputavam responsáveis diretos pela derrota e pela perda da honra alemã. A partir de então ficavam concretamente identificados os seus inimigos, e boa parte deles seriam precisamente os fundadores da nova República ou homens a eles ligados.⁴⁶⁴ Os seus eram esforços

(RICHARD, 1972, p. 43), sendo que a muitos escritores não lhes restavam muitas opções de subsistência em um contexto de controle e censura de editoras e jornais senão a de aderir ao regime, buscar o exílio ou exercer tarefas menores com suas habilidades fugindo aos interesses de seu público. O controle do setor cultural era prática bastante disseminada e, dentre outros instrumentos, era utilizada a obrigatoriedade de que os intelectuais estivessem filiados aos grêmios organizadores de suas atividades. A centralidade do controle estava em que a adesão dependia de admissão por parte do grêmio que estabelecia critérios que, na prática, excluía aqueles que não encontram-se afinados com o regime e, por conseguinte, terminava por impedir a prática profissional legal dos dissonantes. Aos trechos acima citados sugerimos as seguintes livre-traduições: (a) “[...] o mercado do livro foi inundado com a literatura da guerra que exaltava o heroísmo dos soldados de 1914-1918”; (b) “[...] já não se limita a relatar experiências de guerra, mas sim tentou remeter aos fins reacionários”.

⁴⁶⁴ Dentre os conservadores encontramos a figura de Ludendorff que pontificava o argumento dentre a direita alemã acerca das responsabilidades sobre a derrota no enfrentamento bélico na Primeira Grande Guerra Mundial (ver POLIAKOV, 1977, p. 146-153), configuradas expressamente na figura dos social-democratas, logo a seguir os principais articuladores da República de Weimar, dentre os quais Hugo Preuss, o redator do texto constitucional, ali positivando o que o conservadorismo revolucionário qualificaria como uma tradição jurídico-política completamente antigermana. Corrente no período era a tese, abraçada por Ludendorff e por toda a direita alemã, de que havia uma traição interna alemã que ocasionara a derrota, mais do que por motivos bélicos e da estratégia adotada pelos comandos militares: aqui a lenda da “*punhalada pelas costas*”, a *Dolchstoßlegende* (ver SILVA, 2010, p. 398; ver BULLOCK, 1990, p. 58-59; sobre as circunstâncias de guerra em que esta ideia teve lugar, ver MARTÍNEZ, 2010, 30m.17s.-30m.32s.), ideia esta que se tornou corrente no período, sendo dirigida principalmente a membros das fileiras da social-democracia (cf. RICHARD, 1988, p. 42) e aos que se alguma forma se opunham à Guerra e aos esforços que reclamava. Este discurso se tornou especialmente popular entre e bem aceito entre os conservadores revolucionários, os nacional-socialistas e diretamente repercutida por Hitler (cf. HITLER, 2004, p. 70) e que pode, em seu momento, adquirir certa popularidade com certa auxílio das circunstâncias históricas, posto que até meados de 1918 não estava claro que a Alemanha conheceria a derrota na Guerra. Os burgueses e social-democratas eram as figuras descritas por Hitler como rufiões (cf. HITLER, 2004, p. 110) que empregaram esforços para o êxito da revolução derrotista de 1918 (cf. HITLER, 2004, p. 114). As deletérias influências internas haviam se projetado sobre os mecanismos de implementação da guerra, de sorte a obstaculizar o melhor funcionamento da máquina. Em texto recuperado por Moraes nos diz Ludendorff muito esclarecedoramente o que segue: “o governo

balizados pelo que Arendt classifica como inspirados e “[...] absorvida por su deseo de ver la ruina de todo ese mundo de falsa seguridad, falsa cultura y falsa vida [...]” (ARENDT, 1974, p. 410)⁴⁶⁵ que tão bem caracterizava a vida burguesa de então. Arendt dá um passo além no esboço do perfil da geração de 14 para marcar o seu como um terreno já desabitado pelo anseio nietzscheano de transformação dos valores (cf. ARENDT, 1974, p. 410) para, quem sabe, restringir-se apenas à destruição dos valores burgueses, em suma, uma autêntica “[...] destrucción sin mitigación” (cf. ARENDT, 1974, p. 410) é o que nos propõe as linhas arendtianas como descritivas dos propósitos desta geração que assume o caos e a ruína como valores supremos (cf. ARENDT, 1974, p. 410-411).

É fato indebatível, portanto, que a experiência da guerra pautou não apenas a obra de vários escritores durante a República de Weimar sem diferenciação entre direita

(*die Politik*) desarmou o Exército, que não tinha sido derrotado, e entregou a Alemanha à vontade destruidora do inimigo – para fazer uma revolução na Alemanha. Esse foi o ponto mais alto da traição do governo (*der Politik*), representado pelos social-democratas, ao Comando da Guerra e ao povo. // O crime do governo (*der Politik*) ao povo alemão foi assim realizado. Somente ele, e não o inimigo, conseguiu quebrar a força do comando da guerra e, assim, a força do povo. (...) Ele nos empurrou para a escravidão porque nos deixou, desarmados, nas mãos do inimigo (...)” (*apud* MORAES, 2010, p. 248). Entendemos que este trecho de Ludendorff é bastante ilustrativo a respeito da opinião de base mantida pelo conservadorismo revolucionário acerca das responsabilidades pela derrota no conflito bélico e que, logo a seguir, inspirariam a determinação da oposição política no âmbito da República de Weimar. Os fragmentos da propaganda pangermanista pré-1914 (ver SILVA, 2010, p. 379) tomados em conjunto com os resquícios da derrota alemã seriam tomados como partes importantes do caldo cultural indicativo de toda a resistência conservadora revolucionária da nova República. O pangermanismo no período posterior à *Catástrofe* (termo utilizado por parte dos alemães para descrever a derrota) encontraria seu orgulho ferido em demasia, e a resposta haveria de ser uma tentativa de reerguer-se por meio da busca de seus mais genuínos valores. Estes são pontos nos quais a convergência do conservadorismo revolucionário com a filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana se mostrou relevante para os desdobramentos políticos dos momentos finais da República de Weimar e dos primeiros momentos do novo regime em 1933.

⁴⁶⁵ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] absorvida pelo seu desejo de ver a ruína de todo este mundo de falsa segurança, falsa cultura e falsa vida”.

e esquerda⁴⁶⁶ mas que estes valores encontraram receptividade em um público ávido. Estes valores viriam a impactar nos trabalhos que desenvolveriam em meados da década de 10 e durante a década de 20, com maior destaque, embora não exclusivamente, para o seu impacto nos escritos da direita reacionária e conservadora alemã (ver BREUER, 1995).

Não foi o conflito bélico o evento a marcar aquela geração mas, isto sim, os termos do desfecho da guerra. O fato da derrota, ou a catástrofe, como o denominavam, é que indelevelmente marcaria os rumos do movimento conservador revolucionário em busca de uma renovação e de um novo marco. Por paradoxal que se pareça, esta busca pela construção da Alemanha após a derrota desde os setores conservadores revolucionários viria carregada de atenções voltadas ao passado, dias de maior prosperidade, quando não de felicidade, construído em aliança com a terra e a unidade étnica.⁴⁶⁷ Este é que se revelava capaz de reconstituir as mais genuínas virtudes

⁴⁶⁶ Desde logo, não é o objeto deste trabalho adentrar nas minudências, de resto bastante complexas, sobre a atualidade da diferenciação entre esquerda e direita. Não obstante, as referências aqui realizadas à direita e a esquerda obedecerão a proposta teórica de Bobbio. A este respeito, ver BOBBIO, (2007b; 2001).

⁴⁶⁷ Há uma tradição romântica também presente no conservadorismo contrarrevolucionário de Donoso Cortés que aponta para uma conexão importante com a tradição cristã calcada na Bíblia. Segundo a interpretação donosiana realizada por Subías encontramos-nos com um sentido apocalíptico da história que se enfrenta ao pensamento tradicional de que a história avança gradualmente. A Bíblia contribuiria com uma nova visão, qual seja, “[...] la creencia en un devenir histórico impulsado por cambios bruscos: una historia en la que ‘los acontecimientos clave son abruptos, cataclísmicos, y marcan una diferencia drástica, incluso absoluta, respecto al pasado’” (SUBÍAS, 2004, p. 965). Contudo, se é certo que em Donoso podemos encontrar uma conexão bastante certa e segura com a teologia cristã, por outro, e não menos certo, é que o autor, tanto quanto a tradição conservadora a que pertence, apostam firmemente nos valores contrarrevolucionários, e, portanto, opostos à idéia de alterações bruscas tal e como sugere Subías que se pode extrair dos textos sagrados e que, por certo, inspiraram a concepção da revolução como valor presente em sua ocorrência no fenômeno norte-americano e francês. Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] a crença em um porvir histórico impulsionado por alterações bruscas: uma história na qual ‘os acontecimentos-chave são abruptos, cataclísmicos, e marcam uma diferença drástica, inclusive absoluta, relativamente ao passado’”.

germânicas. Contudo, isto não implicava uma direta defesa das instituições monárquicas,⁴⁶⁸ senão alguns dos conjuntos de valores vigentes naquele período.

A ligação teórica entre os diversos membros do conservadorismo revolucionários está igualmente conectada com os seus ansiosos movimentos refratários aos valores do 1789 francês,⁴⁶⁹ mas com o qual não deixaria de manter certas ligações.⁴⁷⁰ É neste contexto formativo da cultura republicana e legalista de Weimar⁴⁷¹ – a qual Hitler viria a fingir dar suporte em seu processo de ascensão ao poder –, com o

⁴⁶⁸ Obviamente que com isto não desconsideramos a existência de pequenos grupos monárquicos dentro do movimento conservador revolucionário cuja análise específica será aqui tangenciada.

⁴⁶⁹ A este respeito Neaman é bastante direto ao mencionar a composição do grupo conservador-revolucionário: “Carl Schmitt, Martin Heidegger, Ernst von Solomon, Friedrich Hielscher, Franz Schauwecker, Edgar Jung, and Ernst Niekisch” (NEAMAN, 1999, p. 32). Este grupo encontrava seu eixo gravitacional neste firme rechaço aos ideais revolucionários franceses (*cf.* NEAMAN, 1999, p. 32). Sobre a posição filosófica de Heidegger nos anos 20 e de seu processo de aproximação do nacional-socialismo, ver FAYE, (2009b).

⁴⁷⁰ É notável que o movimento conservador revolucionário mantenha uma forte oposição aos valores revolucionários franceses mas, paralelamente, uma vertente importante de sua afirmação teórica depende precisamente deste diálogo para afirmar-se. No que concerne às relações entre seus antecedentes e as correntes do seu momento, von Klemperer chama a atenção para o fato de que “[...] conservatives who had been children of the French Revolution, the neo-conservatives now were children of the German November Revolution” (VON KLEMPERER, 1968, p. 75). O autor sublinha o importante papel também da profunda transformação política alemã com a queda do Reich e a construção das estruturas republicanas weimarianas. Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] conservadores que foram crianças da Revolução Francesa, o neo-conservadorismo agora é crianças da Revolução alemã de novembro”.

⁴⁷¹ É interessante observar que a tradição filosófico-política e jurídica do século XIX privilegiava o entendimento da necessidade de manter a supremacia das leis sobre o governo dos homens. Em outros termos, as normas colocariam a pauta de conduta a ser observada não apenas pela sociedade mas também pelas autoridades políticas, com o que a norma jurídica pairaria sobre absolutamente todos os segmentos sociais posto que criadora de direitos e deveres gerais. Acerca do debate que se proporia entre o Estado de Direito e o conceito de ditadura, ver HELLER, (1985, p. 283-301), autor que se propõe a pergunta sobre se a ditadura vigente naquela quadra histórica significaria “[...] la extensión de las dictaduras por Europa haya tocado a su fin el Estado de Derecho y que vaya a ser substituído por una forma de Estado mejor adaptada a nuestro ser social de hoy [...]” (HELLER, 1985, p. 284). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] a extensão das ditaduras pela Europa provocou o fim do Estado de Direito e que vem a ser substituído por uma forma de Estado melhor adaptada ao nosso ser social de hoje [...]”.

qual o conservadorismo irá, ao tempo em que conectado ao pensamento contrarrevolucionário, emprestar uma face própria ao movimento conservador revolucionário para encontrar o seu momento de consolidação (*cf.* VON KLEMPERER, 1968, p. 117). Um primeiro movimento será a eleição do inimigo. Para ocupar tal posição foi eleito pelo movimento conservador o modo de vida burguês, liberal, a quem atribuíam responsabilidades históricas, que encontra na derrota na Primeira Guerra Mundial apenas um novo e poderoso ingrediente ao qual somar as demais reprovações já elaboradas que desembocariam na construção dos novos traços republicanos impostos pelo constitucionalismo de Weimar.

A forte oposição conservadora revolucionária encontrava-se nas supostas manifestações de valores de caráter antigermânico, para nada consagradores dos valores nórdicos autenticamente germanos, identificadas nas construções teóricas do novo regime republicano weimariano, em suma, era o reforço a uma posição de Rosenberg, para quem não apenas os homens nórdicos como os seus valores eram representantes de um momento superior na história: “We believe that the great community of destiny, Scandinavia and the Baltic peoples, stands above and beyond different systems of government and internal political principles” (ROSENBERG, 1971, p. 194).⁴⁷² Aqui encontram-se mais indícios precoces da missão histórica que haveria de ser desempenhada por um heroico povo reunido em uma ampla comunidade contra os seus inimigos.

Alicerçada onde estava, a percepção do movimento conservador revolucionário sobre a tradição germânica lhe impunha como princípio motor desde o qual angular as suas análises a noção de intolerabilidade. Tal suporte seria aplicável a qualquer

⁴⁷² Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Nós acreditamos que a grande comunidade do destino, Escandinávia e os povos do Báltico, estão além e sobre os diferentes sistemas de governo e seus princípios políticos internos”.

movimento distinto, distanciada de qualquer possibilidade de aludir a outra tradição que não inspirara hábitos de submissão e crença tão apropriados do conservadorismo contrarrevolucionário (*cf.* DÍEZ, 2005, p. 29). A atribuição do suposto antigermanismo à tradição republicana weimariana viria a constituir-se em um dos fatores promotores da união dentre os movimentos conservadores e mote de ação conjunta entre grupos com algumas divergências.⁴⁷³

Criava-se, assim, um mito político de base a unir não apenas o conservadorismo revolucionário como também projetava uma das condições de possibilidade para a instauração do novo regime em 1933. A este respeito comenta Silva que estes elementos alimentariam o ódio constituinte da visão conservadora revolucionária e, posteriormente, nacional-socialista, contra (a) o desenrolar da Primeira Grande Guerra Mundial, (b) o seu desfecho e, (c) principalmente, os termos do Tratado de Versalhes,⁴⁷⁴ texto legal capaz de causar mais intensos ressentimentos do que, propriamente, a derrota alemã na Primeira Grande Guerra Mundial (*cf.* FREUND, 2006, p. 88). Aqui uma intersecção mais entre a crítica conservadora revolucionária que identifica a traição

⁴⁷³ Em aras de não distanciarmos em demasia de nosso objeto, apenas desejamos destacar com brevidade que um destes temas sobre os quais havia diferentes avaliações no âmbito dos teóricos do conservadorismo revolucionário era o da técnica, sendo que alguns apostavam em seu potencial e outros remanesciam dentre aqueles mais próximos ao que chamaria pastoralismo ou visão eminentemente enaltecedora dos valores campesinos.

⁴⁷⁴ Nada mais do que citamos meros eventos que compõe um conjunto de fatores bem mais amplos e de interrelação complexa. A este respeito, por exemplo, Friedrich e Brzezinski arrolam uma série de fatores, a saber, “[...] os efeitos morais e pessoais da pessoa de Hitler, a fraqueza da tradição constitucional alemã, certos aspectos envolvidos no “caráter nacional” alemão, o Tratado de Versalhes e suas consequências, a crise econômica e as “contradições” de um capitalismo senil, a “ameaça” do comunismo, o declínio do cristianismo e de outros apoios espirituais (como a fé na razão e na equanimidade humana) – todos êsses fatores representaram seu papel na configuração total de fatôres contributivos para o resultado geral”. (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 16).

atribuída tanto aos judeus⁴⁷⁵ como aos socialistas (cf. SILVA, 2010, p. 383) como também aos social-democratas (cf. RICHARD, 1988, p. 136), pois a 50km de Paris a já era incompreensível a rendição (cf. FEINMAN, 2009d, 1m49s-2m05s), acusação esta já bastante destacada desde a primeira parte da década de 20 já em textos do próprio Hitler.⁴⁷⁶

Postos estes primeiros movimentos tendentes a identificar o conservadorismo revolucionário em seu período formativo nos resta proceder a um breve esclarecimento do termo que, conforme corriqueiro entendimento dos vocábulos, sugere uma contradição em termos. Expressão aparentemente ambígua o significado do conservadorismo revolucionário pode ser retomado desde dois autores, Lukács e Sontheimer. A expressão revolução conservadora a muitos parece composta por termos que contém uma contradição interna,⁴⁷⁷ e supôs tão somente uma consciência *Volk* (cf. POIS, 1971, p. 29). A ideia de conservadorismo revolucionário encontrou descrição no

⁴⁷⁵ O ódio contra os judeus apenas fez aumentar durante o período de crises da República de Weimar. Desde as fileiras conservadoras de direita, mas também desde a esquerda, a retórica antissemita era constante e crescente em sua virulência. Os textos hitlerianos de 1924-1925 representaram apenas o ponto de inflexão para a consideração do judaísmo como a raiz dos males que os germanos haveriam de combates. O povo judeu era entendido como parasitário das virtudes produtivas do povo alemão (cf. HITLER, 2007, p. 114), razão suficiente para combatê-los de forma definitiva.

⁴⁷⁶ A este respeito um dos textos hitlerianos, por certo concebido em duas partes redigidas em 1924 e 1925, foram reunidos sob o título de *Minha doutrina*, texto este em que resta bastante clara toda a sua oposição ao judaísmo dados os supostos maléficos efeitos de uma também suposta organização judaica para tomar o poder financeiro e a guia dos assuntos políticos germanos. Contra estes homens e a degradação racial que supunham é que haveria de ser estabelecido o *front*, ou seja, ali estavam, em termos schmittianos, os inimigos aos quais severamente combater (cf. HITLER, 2007, p. 23-28).

⁴⁷⁷ A este respeito nos diria Bortolotto que “[...] na *fórmula* do Estado total [...] ‘O pensamento conservador distingue-se do pensamento revolucionário no sentido de que ele não confia em coisas criadas de maneira rápida e convulsiva [...] A revolução nasceu da traição – o Estado é a conservação’”. (apud FAYED, 2009a, p. 80). Esta referência ao nascimento da República desde a prática da traição política dos partidos igualmente encontra-se em Spengler. Ver SPENGLER, (1941, p. 165). Para breves notas sobre o nascimento da República de Weimar e seus enfrentamentos com o socialismo, ver MARTINS, (1996).

clássico estudo de Fritz Stern (ver STERN, 1974),⁴⁷⁸ e que no vizinho regime fascista igualmente ganharia espaço por intermédio do discurso de vários juristas⁴⁷⁹ e que transitou na Alemanha,⁴⁸⁰ ao menos, desde 1921 a 1934, podendo, na hipótese de Faye, estender-se até mesmo após 1940 (cf. FAYE, 2009a, p. 70).

⁴⁷⁸ Para Stern a “revolução conservadora” – da qual consta que Schmitt ria (cf. FAYE, 2009a, p. 129) – representava “[...] un ataque ideológico a la modernidad, al complejo de ideas e instituciones que caracterizan nuestra civilización liberal, secular e industrial” (apud HERF, 1990, p. 67). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] um ataque ideológico à modernidade, ao complexo de ideias e instituições que caracterizam nossa civilização liberal, secular e industrial”.

⁴⁷⁹ Na Itália, Guido Bortolotto escreve no ano de 1938 uma precoce *História do fascismo* (1938), tendo em vista os dias ainda incertos que aproximavam-se. Faye em leitura deste autor nos diz que sustentava que “[...] o fascismo é uma revolução conservadora na medida em que exaltou o princípio da autoridade e reforçou-a contra uma liberdade democrática exagerada e sem medida” (apud FAYE, 2009a, p. 69). Fica assim posta a ponte entre o discurso da *rivoluzione conservatrice* fascista e as características fundamentais do conceito de *totale Staat* apresentado por Schmitt. Esta aproximação está bem documentada em breve texto de Carlo Costamagna sobre o papel do juiz e da lei no fascismo em termos bastante esclarecedores: “Com a fundação do *Estado totalitário*, a situação foi completamente modificada. Essencial para esse tipo de Estado é a noção de *comunidade nacional* e a coincidência entre o conceito de povo e o conceito de Estado. A *estrutura do governo*, compreendido como esse *complexo de poder público*, assume um caráter hierárquico. O sistema parlamentar é abolido, a lei não repousa mais sobre a vontade geral, a pluralidade dos poderes não tem mais razão de ser. / Hoje, por efeito da doutrina do *Estado totalitário*, não somente não é mais admissível que o juiz seja estranho à ação do poder público, mas pode-se ainda menos consentir vê-lo indiferente ao resultado final. O juiz deve concorrer ao efeito teleológico de todo poder público. Isso significa que o caráter da função jurisdicional deve adaptar-se, nesse tipo de *Estado totalitário*, ao caráter unitário, dinâmico e imperativo que o poder público assume em si. / Comum à concepção fascista e à concepção nacional-socialista é a seguinte regra canônica: o juiz deve estar circunscrito, na interpretação da lei, pela aplicação que ele deve fazer nos casos concretos. Notemos, em vista da versão alemã, que o juiz no *Estado totalitário* deve entender-se, de qualquer maneira, como ligado à concepção política do regime, porque este, em certos casos, não seria nem mesmo limitado pelo direito. / [...] O princípio da legalidade pode e deve obter sua realização mais ampla no quadro do *Estado totalitário*”. (apud FAYE, 2009a, p. 100-101).

⁴⁸⁰ Há discurso de Erich Gritzbach quando de sua assunção em 19 de maio de 1933 em funções de um cargo próximo a Göring quando este exercia as o cargo de Presidente do Conselho de Estado da Prússia em que reitera as ligações do conservadorismo com o nacional-socialismo. Diz ele que “[...] diese Rede ist konservativ- revolutionär [...]” (apud FAYE, 2009a, p. 93). O discurso do revolucionarismo conservador perpassa a cultura política alemã do segundo quartel do século XX de forma tão clara que ninguém menos do que o próprio *Führer* assume em discurso público proferido apenas alguns meses após

Uma abordagem altamente ilustrativa a este respeito nos é oferecida por Lukács, para quem o conceito de revolução deve ser interpretado em sua forma fascista, o que deve ser entendido como “[...] la negación de las formas de dominación democrático-parlamentarias, en la que se aparenta demagógicamente superar con ellas y en ellas la sociedad burguesa” (LUKÁCS, 1959, p. 431).⁴⁸¹ Este caráter desenhado por Lukács deixa claro que as críticas schmittianas a democracia-parlamentar mostram conexão com a interpretação conservadora-revolucionária acerca do político.

Ao conceito de conservadorismo revolucionário Sontheimer oferece uma sintética e auspiciosa pista ao afirmar que “[...] a Conservative Revolution [...] meant a revolution for the preservation of endangered conservative values” (SONTHEIMER, 1970, p. 54).⁴⁸² O esboço deste perfil conservador revolucionário pode ser retomado a partir do traço de Stern, o qual retoma em paralelo com Moeller, outra das grandes figuras fundadoras, que sustenta que o movimento apresentava uma *Weltanschauung*

[...] conservative in its premises, but hostile to the present. He came close to expressing the dilemma of a modern man with conservative instincts; liberalism, he knew, was the philosophic expression of the modern age, but it outraged Moeller’s esthetic belief in the heroic and aristocratic nature of man and society. (STERN, 1974, p. 194).⁴⁸³

o de Gritzbach, em 5 de outubro de 1933, que “Ich bin der konservativste Revolutionär del Welt” (*apud* FAYE, 2009a, p. 69). Segundo o mesmo Faye, conservadorismo para a doutrina de Estado de Hitler significava “[...] conservar (*erhalten*) o que é bom e que foi testado, mas, muito mais, retomar as tarefas não-cumpridas e necessárias ao Estado e conduzi-las à realização final. *Revolucionário*, na *afirmação de todos os direitos* do camarada de raça (*Volksgenossen*) nacional-socialista e na negação de toda reivindicação contrária ao nacional-socialismo”. (FAYE, 2009a, p. 93).

⁴⁸¹ Uma proposta de tradução factível para o trecho acima é: “[...] a negação das formas de dominação democrático-parlamentares por intermédio das quais se simula superar demagógicamente a sociedade burguesa”.

⁴⁸² Uma tradução viável para o trecho acima é: “A Revolução Conservadora [...] significa uma revolução para a preservação dos arriscados valores conservadores”.

⁴⁸³ Uma tradução viável para o trecho acima é: “[...] conservadora em suas premissas, mas hostil ao presente. Ele começou a expressar o dilema do homem moderno com instintos conservadores; liberalismo, ele reconheceu, foi uma expressão filosófica da idade moderna, mas isto atingiu as crenças estéticas de Moeller na heroica e aristocrática natureza do homem e da sociedade”.

É importante fixarmos aqui esta compreensão inicial do conservadorismo revolucionário como um movimento que possui a sua visão alicerçada em valores ligados a uma visão conservadora clássica apenas inspirada originalmente em elementos fundantes do contrarrevolucionário francês, tal como o seu viés autoritário cuja atualização germana haveria de consolidar-se em um franco totalitarismo.

3.2. A CULTURA POLÍTICA DO CONSERVADORISMO REVOLUCIONÁRIO

O processo de consolidação do conservadorismo revolucionário encontra em Moeller assim como nestes seus primórdios também Spengler e Jünger, um trio de componentes de alto valor para o processo formativo da cultura política do conservadorismo revolucionário alemão. Companheiros intelectuais de caminhada schmittianos, eles marcam seus passos por aquilo que von Klemperer qualifica como “[...] vague, somnambulant, and irresponsible, they marked the degeneration of conservatism into a policy of extremism and nihilism in which eventually they found their master in the Nazi Party” (VON KLEMPERER, 1968, p. 117).⁴⁸⁴ De fato, a revolução aspirada pelos conservadores alemães adveio, mas isto se deu segundo os termos postos e impostos pelo emergente nacional-socialismo (*cf.* SONTHEIMER, 1970, p. 54).

Desta apresentação de Sontheimer não se pode, precisamente, extrair a correção da afirmação de que o nacional-socialismo dispunha de uma teoria de fundo. Mais precisamente seria necessário apontar em sentido contrário, com Dymetman, que nos apresenta a ideia de que

⁴⁸⁴ Uma tradução viável para o trecho acima é: “imprecisos, sonâmbulos e irresponsáveis, eles marcaram a degeneração do conservadorismo em uma política extremista e niilista nos quais eventualmente eles encontraram seus mestres no partido nacional-socialista”.

[...] o nacional-socialismo [...] não tinha uma teoria da sociedade, nem um plano consistente. Ele ajustava-se a metas constantemente em mudança, de forma que suas ações, longe de serem consistentes, muitas vezes impactavam tanto pela surpresa que causavam quanto pelo significado da ação. (DYMETMAN, 2002, p. 124).

Discordando apenas parcialmente deste aspecto, sugerimos que o movimento não buscou a todo momento senão a realização de apropriações e empréstimos variados segundo os fins que lhe interessavam (*cf.* SONTHEIMER, 1970, p. 43). Com um ponto de apoio central nas teses do conservadorismo revolucionário os empréstimos, acréscimos e supressões foram sendo tomados conforme as conveniências políticas do momento. Desta maneira podemos concordar com que tampouco estaria o conservadorismo revolucionário ocupando mais do que uma posição de influência sobre o regime antes do que o cerne de suas argumentações.

Por outro lado, malgrado as suas referências sejam dadas a título exemplificativo,⁴⁸⁵ concordamos com a ideia de Sontheimer de que o “[...] National Socialism, moreover, derived considerable profit from thinkers like Oswald Spengler, Moeller van den Bruck and Ernst Jünger, despite the fact that later it emphatically rejected them” (SONTHEIMER, 1970, p. 43).⁴⁸⁶ Portanto, embora aproximemos o conservadorismo revolucionário de forma importante não afirmamos aqui a sua plena convergência com as políticas e desideratos do nacional-socialismo. A respeito da

⁴⁸⁵ Em absoluto pretendemos realizar uma listagem exaustiva do grande número de membros do círculo conservador revolucionário. Contudo, apenas para ampliar o seu círculo e para melhor conhecimento do leito, é certo dizer, com Nolte que dentre eles encontram-se personagens como Mann, Klages, van den Bruck, Jiinger, Winnig, Niekisch, Woltmann, Scheler, Stadtler, Otto Strasser e Gregor Strasser, grupo ao qual se somariam Jünger e também Schmitt (*cf.* NOLTE, 2009b, p. 3), muito embora subsistam sérias disputas acerca da pertença deste último como um membro efetivo do grupo, malgrado a indiscutível afinidade teórica.

⁴⁸⁶ Uma tradução viável para o trecho acima é: “[...] nacional-socialismo, além disto, obtém consideráveis benefícios de pensadores como Oswald Spengler, Moeller van den Bruck e Ernst Jünger, em que pese o fato de que o último enfaticamente rejeitara o nacional-socialismo”.

conexão, sugerimos que ela é apontada em outro trecho igualmente von Klemperer reforça a ideia ao afirmar que

[...] the reactionary nature of the D.N.V.P. became clearly evident when, beginning with the year 1928, those members who gravitated toward the new conservatism seceded from it one by one. (VON KLEMPERER, 1968, p. 74).⁴⁸⁷

Observamos que as conexões do conservadorismo revolucionário encontravam-se em franco amadurecimento desde, ao menos, oito anos da efetiva ascensão do nacional-socialismo ao poder. Detectamos o momento de intersecção do conservadorismo revolucionário com os primeiros movimentos mais sólidos da teoria nacional-socialista nas obras hitlerianas de 1924-1925, as quais evidenciam uma série de traços comuns com a tradição conservadora analisada neste trabalho doutoral.

Especificamente a conexão com Schmitt parece encontrar uma forte marca já no ano de 1927 mas também com sequência em 1928, ano de publicação da *Verfassungslehre* que, contudo, livro já vinha sendo preparado praticamente em paralelo com a sua palestra inicial em Berlin em 1927 sobre o conceito do político. O início do desenvolvimento dos textos que terminariam por dar lugar a sua contestação do *Wer ist der Hüter der Verfassung* kelseniano, (ver KELSEN, 1995), resposta que terminar por afirmar claramente a sua predileção pela concentração de poderes na figura do Presidente do Reich, futuro *Führer*, em consonância perfeita com sua defesa jurídica, neste mesmo ano de 1928 do caso *Preußenschlag* em favor do Reich.

A proximidade de Schmitt com o pensamento conservador revolucionário resta algo mais clara por meio de vários comentaristas como Jeffrey Herf (ver HERF, 1990, p. 246-260) e e, mesmo, de intervenções de vários dos partícipes do movimento, dentre estes os quais, exemplificativamente, Armin Mohler (ver MOHLER, 1988, p. 141-151).

⁴⁸⁷ Uma tradução viável para o trecho acima é: “[...] a natureza reacionária do D.N.V.P. tornou claramente evidente quando, iniciado o ano de 1928, todos os membros que gravitaram em direção ao novo conservadorismo abandonaram-lhe para um outro tipo”.

Ainda muitos outros encontram-se listados nesta corrente interpretativa schmittiana e que reforçam nossa hipótese teórica de trabalho acerca da proximidade entre Schmitt e o conservadorismo revolucionário,⁴⁸⁸ aspecto de destacada importância,⁴⁸⁹ malgrado o reconhecimento de autores como o próprio fundador Armin Mohler e, mais recentemente, Bendersky, de que o autor não se enquadra entre os conservadores revolucionários. A interpretação de Schmitt desde a ótica do conservadorismo revolucionário é algo que pode ser realizada desde a inspiração teórica deste movimento já desde a década de 20. Isto sim, subjaz uma interpretação contrária à conexão aqui proposta que provém, dentre outros círculos, o de Galli em dois de seus principais livros (ver GALLI, 2008; 1996).⁴⁹⁰

Há ainda autores que sugerem a interpretação de Schmitt como um conservador “atípico” (*cf.* MEDINA; MALLORQUÍN, 2001b, p. 8). Medina e Mallorquín exploram a ideia de que Schmitt seria um conservador atípico no sentido de que ele não procura, tal

⁴⁸⁸ Dentre os intérpretes que convergem com Herf e Mohler encontram-se Ingeborg Maus, (ver MAUS, 1998; 1997), Reinhardt Mehring, (ver MEHRING, 2003; 1998; 1997), Stefan Breuer, (ver BREUER, 1995; 1991) e Andreas Koenen, (ver KOENEN, 1995). Esta pode ser mencionada com uma linha teórica de comentaristas sólida o suficiente para apoiar a hipótese de trabalho aqui sugerida como conectora de Schmitt com o conservadorismo revolucionário.

⁴⁸⁹ Todos estes são traços hermenêuticos de importância para a aproximação e possibilidade de leitura da filosofia política e jurídica schmittiana, principalmente constitucional, aqui proposta.

⁴⁹⁰ Importante assinalar que o primeiro período posterior à Segunda Grande Guerra Mundial é habitado por uma interpretação schmittiana que o põe em direta conexão com o totalitarismo, que encontra um de seus mais firmes defensores em Fijalkowski, (ver FIJALKOWSKI, 1966). O movimento revisionista de Schmitt que terá lugar a partir, aproximadamente, da década de 1970 procurará distanciar o autor do fenômeno totalitário do nacional-socialismo por meio do seccionamento de seu trabalho, separando o que seriam os seus escritos anteriores ao seu período de adesão ao nacional-socialismo. A partir do primeiro haveria esta leitura de que Schmitt todavia poderia resultar suficientemente útil para a crítica democrática contemporânea, hipótese que aqui procuramos enfrentar ao contrapor que a melhor interpretação schmittiana é mesmo a sua leitura desde o conservadorismo revolucionário. A respeito da conexão schmittiana com o conservadorismo revolucionário, por exemplo, Bercovici encontra em Galli, um leitor que, muito embora reconheça tal conexão, o distancia de maior vínculo com ela e que, portanto, ao nosso ver, subestima o real papel desta influência sobre Schmitt.

e como fazem as suas fontes conservadoras, deter a história. Antes, a preocupação de Schmitt seria com revolucioná-la, renegando uma volta ao passado pura e simples. Neste sentido, portanto, este conservador atípico sugerido pelos autores converge com nossa interpretação de Schmitt como um conservador revolucionário com certas diferenças de matização.

Esta ligação do conservadorismo revolucionário com o eixo político-axiológico do nacional-socialismo que lhe sucederia é apontado tanto em von Klemperer quanto em Sontheimer. Esta leitura reclama contraposição aos argumentos contrários na já célebre obra não apenas biográfica de Schmitt realizada por Bendersky (ver BENDERSKY, 1989), cuja visão favorável a Schmitt não excluir o reconhecimento de sua conexão do conservadorismo revolucionário com o schmittianismo torna-se perceptível a partir de seus trabalhos a partir de 1930.

O reconhecimento de Bendersky, contudo, nos parece carecer de adequação histórica. A deficiência reside em que os contatos de Schmitt com o conservadorismo revolucionário remetem a toda a década de 20, desde o conteúdo de seu escrito inicial, *Die Diktatur*, (1921). Este seu contato se estenderá por meio dos múltiplos contatos com homens como Jünger, as publicações e conferências de Schmitt nos círculos conservadores do período, tal como a famosa *Die Tat*⁴⁹¹ e também na não menos influente revista *Der Ring*, argumentação que encontra-se bastante fortalecida pelas inúmeras publicações que procuram dar conta destes contatos.⁴⁹² Dentre outras muitas

⁴⁹¹ É certo que a revista também experimentou alguma repercussão no período pós-guerra. A este respeito, ver VON KLEMPERER, (1968, p. 56). Isto sim, conforme o clima político e cultural da época a estratégia geral dos intelectuais tinha se caracterizava pela busca do descolamento de suas posições políticas no período, o que repercutiu diretamente em seus textos do pós-guerra. Mesmo a literatura encontrar-se-ia com uma nova fase, a chamada *Trümmerliteratur* (Literatura dos escombros).

⁴⁹² Dentre as muitas obras publicadas por este círculo de pensadores conservadores revolucionários mas também por círculos próximos neste período e que atestam o contato de Schmitt com este círculo encontramos ainda antes mas também durante o período sugerido por Bendersky encontramos: 1)

ANONIMO.a., (1930); 2) ANONIMO.b., (1930); 3) ANONIMO.c., (1930); 4) ANONIMO.e., (1930); 5) ANONIMO.d., (1929); 6) BLEI, (1931); 7) BRAUWEILER, (1930a; 1930b; 1930c); 8) FORSTHOFF, Ernst (publicado sob o pseudônimo de Holthausen), (1931a; 1931b; 1931c); 9) FORSTHOFF, Heinrich, (1930); 10) FRIESENHAHN, (1931); 11) FUCHS, (1931); 12) GÜNTHER, (1932; 1931; 1930); 13) GREWE, (1930); 14) GRIMM, (1931); 15) GRÜTER, (1932); 15) HUBER, (1931a; 1931b); 16) KRAFT-FUCHS, (1930); 17) KULENKAMPFF, (1931); 18) LANG, (1932); 19) LARENZ, (1931); 20) LOHMANN, (1932; 1931); 21) POPITZ, (1931); 22) SALOMON, (1932; 1931); 23) SCHIFFER, (1932; 1930); 24) SPEIER, (1932); 25) VOEGELIN, (1931); 26) VORWERK, (1931); 27) URICH, (1931). Tão cedo quanto no ano de 1924 um dos influentes membros da direita conservadora alemã, Ball já repercutia a teologia política schmittiana. Sobre o tema ver BALL, (1924). Também deste ano de 1924 é o texto de Richard Thoma, um dos mais conhecidos debatedores de Schmitt daquele período em matéria constitucional. Neste texto o autor se ocupava com a questão da ditadura e sua regulamentação, tema que também seria alvo da atenção schmittiana. A este respeito ver THOMA, (1924). Datado do ano de 1925, alguns textos evidenciadores da repercussão da obra político-teológica schmittiana. A este respeito ver PORT, (1925). Deste mesmo ano é a obra de Brinkmann que se dedica ao estudo de *Politische Romantik*. A este respeito ver BRINKMANN, (1925). Também deste ano é o artigo de Gerber que se dedica ao estudo do catolicismo romano de Schmitt. Ver GERBER, (1925). Igualmente deste ano é o texto de Przywara no qual se ocupa de tema claramente schmittiano, a saber, *Politische Romantik*. A este respeito ver PRZYWARA, (1925). Neste ano Wittmayer iria publicar artigo cujo tema central era a crítica schmittiana ao parlamentarismo. Sobre o tema ver WITTMAYER, (1925). Finalmente, neste ano de 1925 é publicado artigo de Alfred von Martin cujo objeto era as interrelações entre o romantismo e o catolicismo. A este respeito ver VON MARTIN, (1925). Já do ano de 1926 repercutindo *Politische Romantik* há o trabalho de Rothfels. Ver ROTHFELS, (1926). Deste mesmo ano é o artigo de Wittmayer em que se ocupa do conceito de ditadura presente na obra schmittiana de 1921. Sobre o tema ver WITTMAYER, (1926). Por sua vez, Janentzky iria publicar artigo cujo objeto remeteria igualmente a Schmitt, a saber, *Politische Romantik*, publicado no ano de 1926. A respeito ver JANENTZKY, (1926), tema do qual igualmente se ocupou Masur. Ver MASUR, (1926). Do ano de 1927 é o texto de Hefle no qual dedica atenção às relações entre o conceito do político e seus aspectos teológicos, com clara influência schmittiana, ver HEFELE, (1927). O mesmo autor no ano de 1928 publica texto em que prioriza a análise do político, ver HEFELE, (1928). Ainda neste ano de 1928, o da publicação do trabalho constitucional de Schmitt, Radakovic iria publicar artigo sobre o tema. Sobre o tema ver RADAKOVIC, (1928). Deste mesmo ano é o texto de Rothfels em que se ocupa da obra schmittiana *Politische Romantik*. A este respeito ver ROTHFELS, (1928). Ainda neste ano de 1928 Stratmann publicaria artigo em que tomaria como eixo central de sua argumentação *Der Begriff des Politischen* schmittiano. A este respeito ver STRATMANN, (1928). No ano de 1929 encontramos o trabalho de Becker que tinha como objeto *Der Begriff des Politischen* schmittiano. A este respeito ver BECKER, (1929). Também do mesmo ano encontramos a obra de Benter que tem como objeto a obra *Der Hüter der Verfassung* schmittiana. Sobre o tema ver BENTER, (1929). Ainda neste ano outro dos membros da direita conservadora, Blei, se ocuparia da teoria constitucional schmittiana. Sobre o tema ver BLEI, (1929). Também deste ano artigo de Hensel em que se ocupa do debate constitucionalista estabelecido entre Schmitt e Smend. Sobre o tema ver HENSEL, (1929). Sobre matéria constitucional,

revistas que compunham o círculo de apoio à direita conservadora alemã⁴⁹³ encontramos estas duas citadas em posição de privilegiada influência, cujos membros encontravam-se em direta relação de proximidade com a direita alemã do período.

Tanto em von Klemperer quanto em Sontheimer encontramos argumento que converge com a interpretação apresentada por um especialista como Neaman que sustenta a ideia de um ainda jovem Jünger, do período posterior à Primeira Grande Guerra Mundial, em que se percebe uma mescla de um “[...] avant-garde nihilism and mythological nationalism that was inspiring fascist intellectuals in France, Great Britain, and Italy” (NEAMAN, 1999, p. 35).⁴⁹⁴ A filosofia niilista e o conceito de mitologia, de fato, ocupar um lugar relevante não apenas na doutrina do nacional-socialismo⁴⁹⁵ como também no conservadorismo revolucionário que lhe emprestou apoio e não menos em Schmitt. O elemento mítico se faria acompanhar da busca de uma essência germânica inspiradora que remeteria a forças naturais misteriosas ou, ainda, não bem conhecidas que balizam a vida e a política.

neste mesmo ano, Loëwenstein faria publicar artigo. A este respeito ver LÖEWENSTEIN, (1929) e também sobre a mesma matéria ver LOHMANN, (1929).

⁴⁹³ Dentre as diversas revistas em foram publicados os trabalhos da direita conservadora alemã podemos citar, embora a título meramente exemplificativo, os seguintes títulos: a) *Die junge Mannschaft* ; b) *Zwanzig Antworten*; c) *Juristische Wochenschrift*; d) *Neue Schweizer Rundschau*; e) *Deutsches Volkstum*; f) *Hochland – Monatschrift für alle Gebiete des Wissens. Literatur und Kunst*; g) *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*; h) *Logos – Internationale Zeitschrift für Philosophie der Kultur*.

⁴⁹⁴ Uma tradução viável para o trecho acima é: “[...] o niilismo e o nacionalismo mitológico *avant-garde* que inspirou intelectuais fascistas na França, Grã-Bretanha e Itália”.

⁴⁹⁵ Não é possível neste momento dedicar atenção ao tema mas é relevante apontar para que o nacional-socialismo empresta de Nietzsche tão somente aquilo que é uma dos conceitos de seu pensamento niilista. Quanto o autor se refere ao niilismo em *Vontade de poder* (ver NIETZSCHE, 2008) refere-se a um niilismo ativo ou criador e um outro passivo, apresentado como sintoma da decadência. É este niilismo passivo, decadente no linguajar nietzscheano, que é retomado, sem mais mediações, pelo nacional-socialismo para o cumprimento de seus fins práticos.

Nossa sugestão é de que mesmo uma breve aproximação a filosofia política mostra o suporte ao nacional-socialismo prestado por boa parte do conservadorismo alemão bem como de parte da filosofia política schmittiana, a qual entendia que a verdade era tão somente acessível ao *Führer*. As correntes extremistas *Völkisch* encontravam-se marcadas pelos textos de seus fundadores Paul de Lagarde (ex-Paul Böttischer) e Julius Langbehn, também encarregados da popularização de seus princípios (cf. MOSSE, 1998, p. 31). O movimento *Völkische* esteve caracterizado por ser claramente pré-fascista (cf. PUHLER, 1978, p. 689) que, por exemplo, continha em a síntese a marca do que Marcuse denominou como “[...] personificação da raça alemã, sua vontade e sabedoria infalíveis, além de sua sede suprema da soberania”. (MARCUSE, 1999a, p. 116).⁴⁹⁶

A cultura *Völkisch* encontra-se, portanto, conectada com o renascimento nacional baseado no sentimento de pertença a uma mesma base racial e espacial, que se não permite a sua tradução por racista, por certo, encontra-se à base desta teorização com suas argumentações que destacam a comunidade (*Gemeinschaft*) e a organicidade das raízes comuns da vida do povo. O povo, em sua acepção *Völkisch*, é concebido como trata-se de uma unidade de vida biológica que remete a uma comunidade de

⁴⁹⁶ Marcuse reforça que, em verdade, o *Führer* representa o esforço de coordenação de três hierarquias, a saber, a indústria, o partido e as forças armadas (cf. MARCUSE, 1999a, p. 116). Esta sugestão converge parcialmente com as críticas desenvolvidas por Schmitt à representação (*Vertretung*) na democracia parlamentar. A ideia que não resta suficientemente esclarecida é quais teriam sido os motivos suficientes para permitir deixar de reconhecer no *Führer*, como sugere Marcuse, a representação dos interesses destas três hierarquias para, como sugere Schmitt, defender os interesses da homogênea população que lhe transferira poderes. Em suma, para Marcuse o “Estado nacional-socialista é o governo das forças econômicas, sociais e políticas hipostasiadas” (MARCUSE, 1999a, p. 119). O Estado nacional-socialista não passa de um regime em que dá-se “[...] o governo direto dos grupos sociais mais poderosos que conquistaram ou aboliram todas as instituições legais e políticas que se interpunham entre seus interesses particulares e a comunidade”. (MARCUSE, 1999a, p. 136).

origem, e que encontra-se essencialmente unido por meio do sangue (*Blut*) e do solo (*Boden*) (cf. SÁ, 2007a, p. 255).

Não dista desta aproximação a observação de Ruggiero sobre duas almas que habitariam o homem germano, uma latina, suscetível de influências da cultura ocidental mas, por outro lado, uma outra, ancorada em raízes denotadoras dos traços de uma “[...] alma nórdica, tenebrosa, heredera de paganismo de los antiguos sajones y del culto de la guerra y de la sangre originado en las tribus primitivas [...]” (RUGGIERO, 1949, p. 71).⁴⁹⁷ Conexamente a esta tradição conservadora revolucionária sugerimos que poderemos no decorrer deste trabalho doutoral encontrar sinais na filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana destas origens germanas que logo encontrariam a sua mais clara expressão iriam ficar evidenciadas com o passar dos anos.

⁴⁹⁷ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] alma nórdica, tenebrosa, herdeira do paganismo dos antigos saxões e do culto da guerra e do sangue originário das tribos primitivas [...]”.

Este movimento conservador é marcado por um irracionalismo⁴⁹⁸ que opera em um contexto que permite entender com Richard que a guerra não é, de fato, compreendida como “[...] una barbarie, sino *como la más alta expresión de la verdadera civilización*, como una necesidad política com interés por el progreso biológico, social y moral” (RICHARD, 1972, p. 107),⁴⁹⁹ uma reconstituição do homem germano em suas mais altas virtudes em um movimento que opõe-se ao mais castiço

⁴⁹⁸ A respeito do irracionalismo interessa destacar a sua forma constitutiva básica, a saber, que trata-se de um contra-conceito ou de um conceito negativo, ou seja, a importante nota de Marcuse de que o (a) “Irracionalismo” es un concepto negativo; para comprender una concepción del mundo esencialmente irracional es necesaria la construcción “ideal-típica” de una teoría racionalista de la sociedad” (MARCUSE, 1968, p. 23). Igualmente Ruggiero auxilia na percepção do irracionalismo quando sugere que (b) “[...] no sólo sostiene la irreductibilidad de lo irracional sino que pone todo el empeño de la razón en confirmarla y consolidarla, es decir, para anular mediante el razonamiento las que deberían ser exigencias propias de la razón misma [...]” (RUGGIERO, 1949, p. 54). Em síntese, encontramos com uma situação percebemos, assim como Ruggiero, que o irracionalismo é um (c) “[...] proceso de perversión, llamamos barbarie el fondo irracional de nuestra naturaleza, y civilización la actividad refleja que normalmente tiende a elevarnos de ese estado natural [...]” (RUGGIERO, 1949, p. 54). Sem embargo, quando Schmitt aposta que o político engloba a violência radical, ou seja, o extermínio (*Vernichtung*), nos deparamos com que há uma implícita sugestão ao retorno a um estado de natureza onde triunfa o mais hábil, destre e forte. O irracionalismo triunfa em Schmitt não segundo alguma possível leitura libertária eventualmente presente em Schmitt mas, antes, em sua dimensão expressiva da pura dominação. Neste sentido, por exemplo, expõe o mesmo Ruggiero que (d) “[...] el irracionalismo no es más que un sistema mental que propende a reconducirnos a la barbarie [...]” (RUGGIERO, 1949, p. 54). Aos textos acima citados sugerimos as seguintes traduções: (a) “Irracionalismo” é um conceito negativo e que para compreender uma concepção de mundo essencialmente irracional é necessário a construção de “ideal-típica” de uma teoria racionalista da sociedade”; (b) “[...] não apenas sustenta a irreducibilidade do irracional mas sim que coloca todo o compromisso da razão em confirmá-la e consolidá-la, ou seja, para anular mediante o raciocínio as que deveriam ser exigências próprias da mesma razão [...]”; (c) “[...] processo de perversão, chamamos barbárie o fundo irracional de nossa natureza, e de civilização a atividade reflexa que normalmente tende a elevar-nos deste estado natural [...]”; (d) “[...] o irracionalismo não é mais que um sistema mental que propende a reconduzir-nos à barbárie [...]”.

⁴⁹⁹ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] uma barbárie, mas sim *como a mais alta expressão da verdadeira civilização*, como uma necessidade política com interesse pelo progresso biológico, social e moral”.

dos valores conservadores em sua crítica contrarrevolucionária.⁵⁰⁰ A aposta do movimento conservador é pelo potencial gerador de desenvolvimento da destruição e não da prática interventora racional⁵⁰¹ do homem no mundo por meio de instâncias edificantes a partir de valores humanizadores e, por conseguinte, tuteladores da vida e da dignidade humana mas, antes, a realização da virtude na tradição conservadora encontra estreita ligação com a prévia implementação da violência e da destruição (*cf.* DE MAISTRE, 1814, p. 39).⁵⁰² Este é um dos aspectos que se mostram importantes para os seus desdobramentos.

⁵⁰⁰ Encontramos em De Maistre a configuração de sua crítica ao processo revolucionário francês como perpassado por toda a tentativa de engenharia social na reconstrução de um homem, e a crítica deverá ser clara quando De Maistre reclama ao revolucionário movimento que “El hombre puede modificar todo en la esfera de su actividad, pero no crea nada: tal es su ley, en lo físico como en lo moral” (DE MAISTRE, 1994, p. 61). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “O homem pode modificar tudo na esfera de sua atividade, mas não cria nada: esta é a sua lei, no físico como no moral”.

⁵⁰¹ Igualmente sobre o racionalismo Marcuse refere-se a que, aplicada a sociedade, resulta em que “[...] subordina la actividad práctica a la idea de una razón autónoma, es decir, de una facultad humana de aprehender mediante el pensamiento conceptual, lo verdadero, lo bueno y lo justo” (MARCUSE, 1968, p. 23). Desde logo, em Schmitt percebemos uma movimento que na esfera do político assinala uma outra direção completamente distinta desde a qual, mais propriamente, é perceptível a aposta nos elementos irracionais contidos, por exemplo, no mito e na denegação do papel positivo que possa desempenhar a razão crítica. Perante um selvagem homem hobbesiano, portanto, não haveria esperanças de que a sua pudesse ser tornada em algum momento uma razão autônoma senão, ao contrário, subjugá-la por meio do poder soberano era a alternativa. Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] subordina a atividade prática à ideia de uma razão autônoma, ou seja, de uma faculdade humana de apreender mediante o pensamento conceitual, o verdadeiro, o bom e o justo”.

⁵⁰² É interessante ressaltar como neste aspecto também há referências em De Maistre, embora este autor alterne momentos de reconhecimento do papel da violência como introdutora dos avanços nos assuntos humanos com outros momentos em que condena a violência praticada pela Revolução Francesa. Em um destes trechos em que o autor destaca a importância da prática da violência sustenta que (a) “[...] les véritables fruits de la nature humaine , les arts, les sciences , les grandes entreprises , les hautes conceptions , les vertus mâles , tiennent surtout , à l’état de guerre” (DE MAISTRE, 1814, p. 39). A este respeito De Maistre se mostra ainda mais incisivo quando reconhece que o próprio estado de grandeza das nações encontra-se relacionado à experiência da guerra: (b) “On sait que les nations ne parviennent jamais au plus haut point de grandeur dont elles sont susceptibles, qu’après de longues et sanglantes guerres”. Sugerimos as seguintes traduções para os textos acima: (a) “[...] os verdadeiros frutos da natureza

O conservadorismo de direita germano defendia ardorosamente as virtudes heroicas, o sangue derramado em favor da pátria (algo que os judeus não poderiam fazer) (cf. ROSENBERG, 1971, p. 177), em suma, a empresa de guerra, malgrado o aviso nietzscheano de há tanto indicando o declínio da idade heroica (cf. NIETZSCHE, 1988, p. 47) comportava a exigência de sacrifícios para a manutenção da ordem existente (cf. MARCUSE, 1968, p. 34). Marcuse chama a atenção para que o realismo heroico expressa valores que o povo contém em suas ações, a saber, sangue, terra e pátria, das quais o povo “[...] extrae su fuerza duradera e inquebrantable; el carácter de la “raza”, cuya pureza es condición de la “salud” del pueblo, de la unidad”. (MARCUSE, 1968, p. 30).⁵⁰³

O declínio da idade heroica assinalada por Nietzsche comporta valores sobre os quais pesa consenso, incluindo terra (*Boden*) e sangue (*Blut*), com o conservadorismo revolucionário (cf. COLLINS, 2006, p. 39), dualidade conceitual que se une de modo inexorável no irracionalismo totalitário (ver MARCUSE, 1968, p. 23). Nietzsche reclama ao seu tempo e aos vindouros que o cristianismo era a representação da mais perigosa e sinistra das formas de declínio, posto que em sua moralidade expressava “[...] sinal da mais profunda doença, cansaço, desânimo, exaustão, empobrecimento da vida [...]” (NIETZSCHE, 2007, p. 17), em suma, da idade heroica em si mesma. Não havia em seu íntimo um reclamo pelos valores do enfrentamento, mas do perdão, não da eliminação do outro, mas do entendimento. Desde o conservadorismo revolucionário os mais concretos favores que o sangue era capaz de emprestar ao cumprimento das finalidades

humana, as artes, as ciências, as grandes empresas, as altas concepções, as virtudes viris, surgem sobretudo em estado e guerra”; (b) “É sabido que as Nações não nunca alcançam o mais alto ponto da grandeza de que são suscetíveis senão depois de longas e sangrentas guerras”.

⁵⁰³ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] extrai sua força duradoura e inquebrantável, o caráter da “raça”, cuja pureza é condição da “saúde” do povo, da unidade”.

da pátria obnubilavam às linhas de Nietzsche em um momento de avanço irrefreável das ideologias totalitárias.

Estas eram concepções presentes em vários autores, mas talvez tenha sido na literatura de Jünger que tenha alcançado o seu ápice. Herói condecorado por bravura da Primeira Grande Guerra Mundial, Jünger foi elevado a categoria de personagem intocável durante o regime nacional-socialista.⁵⁰⁴ Altas posições do regime, especula-se que o próprio Hitler, lhe concederam especial proteção contra alguns detratores, malgrado ele próprio se tivesse declarado distanciado da política a partir de 1933 (ver JÜNGER, 1998a).⁵⁰⁵

Esta vertente do conservadorismo de direita alemão bem remete e dialoga com o romantismo alemão alvo da crítica de Schmitt e plenamente rechaçado por ele em 1919, pois o seu homem era constituído por um espírito que, como descrevera seu amigo Jünger de maneira convergente com a abordagem schmittiana, era qualificado como fugidio à realidade, em suma, que “[...] se construye con la fantasía poética o con el sueño un tiempo y un espacio suyos” (JÜNGER, 1998a, p. 56),⁵⁰⁶ e com este espírito, desde logo, deste perfil o decisionismo schmittiano não poderia ser aproximado.

O rechaço de Schmitt ao romantismo tinha lugar, dentre outros motivos, como assinala Dotti, por apresentar-se como absolutamente divergente do político schmittiano, posto que “[...] el Yo romántico [...] no puede asumir compromisos políticos auténticos [...] pues está imposibilitado de trascender el *ocasionalismo* que le

⁵⁰⁴ A literatura jüngeriana bem como suas referências conservador-revolucionárias serão alvo de nossa maior atenção e objeto de exploração no capítulo V desta tese doutoral.

⁵⁰⁵ Este ano de 1933 igualmente marcam uma certa falta de sutileza a qual não alcançou a genialidade de Schmitt a quem sugerimos não ter sabido antecipar os tempos próximos, a hipótese que parece-nos mais improvável dada a sua reconhecida *expertise* e genial fineza analítica no que tange ao político – ou, de sabê-lo, deixou-se conduzir pela mais ardente e profunda ambição.

⁵⁰⁶ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] um tempo e os seus [do homem romântico] espaços são construídos com a fantasia poética ou com o sonho”.

es constitutivo” (DOTTI, 2008, p. 311).⁵⁰⁷ Desde logo, o político schmittiano admite várias leituras e críticas, exceto alguma que lhe pretenda privar da decisão e do enfrentamento do inimigo, algo a que o eu romântico para o qual chama a atenção Dotti, se apresenta marcado por sua incapacidade para assumir compromissos autênticos. Sem o cumprimento desta precondição, por certo, não haveria como o ator político schmittiano impor-se perante o inimigo.

Esta imputação de ocasionalismo aos românticos, Schmitt o faz com o objetivo de desqualificar-lhes no que tange a propósitos de transcender o meramente circunstancial. Isto é congruente com a leitura schmittiana de que o romântico “[...] no es más que una simple ocasión u oportunidad para la expresión de su libertad como artista creador [...]” (DOTTI, 2008, p. 312).⁵⁰⁸ Em idêntica manifestação Wolin destaca o ocasionalismo que se apresenta em Schmitt.

Fundamentalmente, o argumento de Wolin é de, proveniente de matrizes donosianas, o decisionismo schmittiano irá desembocar em um mero ocasionalismo, que é, ademais, uma “[...] opportunistic expression of political will, the self-projection of an arbitrary, authoritarian power – the will of the sovereign – upon political reality” (WOLIN, 1990, p. 393).⁵⁰⁹ O momento histórico em que Schmitt originariamente projeta a sua preocupação com a indecisão são os seus trabalhos datados da primeira metade da década de 10 sobre o romantismo político que, ao fim e ao cabo, ganhariam mais

⁵⁰⁷ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] o Eu romântico [...] não pode assumir compromissos políticos autênticos [...] pois está impossibilitado de transcender o *ocasionalismo* que lhe é constitutivo”.

⁵⁰⁸ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] não é mais que uma simples ocasião ou oportunidade para a expressão de sua liberdade como artista criador”.

⁵⁰⁹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] expressão oportunista do desejo político, a auto-projeção de um poder arbitrário e autoritário – o desejo do soberano – sobre a realidade política”.

consistente estruturação em 1919 de seu *Romantik Politische*.⁵¹⁰ Neste mesmo sentido, Wolin destaca a ironia que representa que o termo ocasionalismo é “[...] the term of derision that Schmitt uses to flagellate the romantic mentality in his 1919 work, *Political Romanticism*”. (WOLIN, 1990, p. 393).⁵¹¹

A crítica schmittiana ao homem romântico é um dos aspectos que o conecta de forma importante a toda uma pesada tradição conservadora revolucionária. Os movimentos e o trabalho intelectual dos conservadores revolucionários vai ocorrendo paralelamente ao alargamento da cultura antidemocrática e totalitária, cujo momento subsequente de ascensão do nacional-socialismo mediada pela disseminação de valores antidemocráticos também cultivados e disseminados nos meios acadêmicos (cf. RICHARD, 1972, p. 34). Neste sentido Sontheimer afirmará que “[...] when we are confronted today with the essays, pamphlets and articles written against the Weimar Republic in the years of its existence much of their content strikes us [...]”. (SONTHEIMER, 1970, p. 54).⁵¹²

A observação de Sontheimer logo acima acerca da projeção daqueles escritos sobre os nossos dias tem a força de sugerir a continuidade de nossa atenção para aqueles dias e, na perspectiva de nosso objeto, para o teor ideológico-político e filosófico presente no conservadorismo revolucionário e suas conexões que sugerimos encontrar em Schmitt. Atingidos por este primeiro exame, Sontheimer ainda acresce que

⁵¹⁰ É neste trabalho que Schmitt se ocupa da crítica do romantismo de Adam Müller, de toda uma incapacidade de tomar decisões e, enfim, caracteriza ao romantismo político como ontologicamente perpassado por tais caracteres negativos.

⁵¹¹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] o termo decisionismo que Schmitt usa para flagelar a mentalidade romântica de seu trabalho de 1919, *Romantismo Político*”.

⁵¹² Uma tradução viável para o trecho acima é: “Quando hoje somos confrontados com os ensaios, panfletos e artigos escritos contra a República de Weimar em seus anos de existência, [percebemos que] muitos de seus conteúdos nos atingem [...]”.

[...] a closer look at the intellectual atmosphere then prevailing in politics shows that antidemocratic ideas were widespread. The subjection of a large part of intellectual Germany to the National Socialist *Weltanschauung* [...] could hardly have taken place without the antidemocratic movement which preceded it. (SONTHEIMER, 1970, p. 54).⁵¹³

A atualização possível por meio da percepção daquele caldo cultural político de intensidade singular durante a República de Weimar. Este permite a sua compreensão a partir de toda uma multiplicidade de fenômenos. Um destes aspectos a ressaltar é o fenômeno da ampliação da democracia. A intensificação da democracia de massas⁵¹⁴ impactaria profundamente, embora desde as fileiras do conservadorismo a desconfiança de fundo relativamente às suas possibilidades de intervenção no poder não deixassem de se projetar em suas análises já desde De Maistre.⁵¹⁵ As crises geradas deste movimento⁵¹⁶ se delineariam segundo argumentos dos democratas da época inversamente às pretensões totalitárias de muitos críticos weimarianos.⁵¹⁷ A democracia de massas impactaria na forma de organização sociopolítica daquela quadra histórica e

⁵¹³ Uma tradução viável para o trecho acima é: “[...] um olhar mais próximo à atmosfera intelectual então prevalecente em matéria política nos mostra que as ideias antidemocráticas foram difundidas. A sujeição de uma ampla parte dos intelectuais alemães a *Weltanschauung* nacional-socialista [...] dificilmente pode ter lugar sem o movimento antidemocrático que lhe precedeu”.

⁵¹⁴ Reservamos um dos capítulos deste texto doutoral para analisar como a democracia de massas é recepcionada pelo pensamento schmittiano.

⁵¹⁵ A este respeito é interessante a nota de Carrières acerca das limitações com que o conservadorismo contrarrevolucionário e, em especial, De Maistre, percebia o papel do povo ou das massas: “O povo, ou a massa de indivíduos destituídos de grande riqueza ou talentos extraordinários, não exerce nenhuma influência significativa sobre os assuntos públicos mais importantes. [...] Já em seus primeiros escritos pós-revolucionários, Maistre insiste no tema de que somente as elites ou as minorias organizadas possuem espírito de iniciativa. Somente elas podem conceber e executar planos mais ambiciosos, *mudar* ou *conservar* algo nos planos político, religioso e intelectual” (CARRIÈRES, 2006, p. 39). Em momento futuro também veríamos como o conservadorismo revolucionário assim como Hitler, se encarregariam de reforçar esta ideia da necessidade de que as massas encontrem-se sob o domínio de um líder político forte.

⁵¹⁶ Sobre a crise do Estado moderno naquelas circunstâncias, ver SANTI ROMANO, (1990).

⁵¹⁷ A este respeito, dentre tantos, ver HELLER, (1985).

repercutiria a partir de então na forma de conduzir o fenômeno político em todas as democracias ocidentais.

Um outro fenômeno do período do qual os atores políticos e analistas não poderiam fugir a constância e rigor da oposição entre a esquerda e a direita. A convergência entre ambas era pontual, a saber, em sua crítica à República de Weimar. A extrema direita logo encontraria sua natural canalização no discurso do nacional-socialismo, enquanto que a esquerda, dividida entre moderada (social-democratas)⁵¹⁸ e radicais (comunistas) conheceria a crise em apoiar aqueles que constituiriam a *intelligentsia* dos mais furiosos e violentos dentre os seus detratores.

Uma melhor explicação dos embates da política em Weimar parte da aproximação dos problemas que determinaram às fortes oposições intestinas contra o regime. Uma das mais renitentes argumentações da direita reacionária conservadora remete a tradição germana avessa às propostas republicanas plasmadas pela *Weimarer Verfassung* (Constituição de Weimar), malgrado as esperanças de vários setores suscitadas após o término da Primeira Grande Guerra Mundial.⁵¹⁹

Esta é uma tradição que remonta a uma Alemanha imperial que soube responder às pretensões de poder dos influentes senhores feudais por meio do recurso a afirmação dos direitos sob a formatação política de um poder absoluto.⁵²⁰ Ademais destes dois

⁵¹⁸ Dentre os próprios social-democratas mais afeitos à defesa dos valores republicanos é de mencionar a falta de uma maior unanimidade e organicidade na defesa do regime.

⁵¹⁹ A respeito daquela quadra histórica assinala von Klemperer que “[...] large segments of the middle classes emerged from war and revolution looking to the Republic for the reestablishment of national greatness and unity as well as for the setting up of a new social order” (VON KLEMPERER, 1968, p. 72). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] amplos segmentos da classe média emergem da guerra e da revolução almejando a República para restabelecer a unidade e a grandeza nacional assim como para estabelecer uma nova ordem social”.

⁵²⁰ É certo afirmar que vários países europeus seguiram o roteiro de superar as instituições feudais por intermédio do poder centralizado e absoluto. Esta transição se deu em fins da Idade Média e alvorecer do Renascimento. Isto ocorre em diversos países com Espanha, França e Portugal ademais da própria

fenômenos componentes do cenário, em Weimar igualmente desempenharia um papel relevante na formatação do contexto de debates políticos e culturais prioritários ao grupo de intelectuais de proa do conservadorismo revolucionário.

A formação teórica dos intelectuais do período, muitos dos quais escritores, teve lugar em um período todavia ligado aos momentos imediatamente precedentes bem como durante o enfrentamento bélico. Em círculos estendidos dentre a intelectualidade a guerra não era compreendida exatamente como um evento negativo. Longe de um desvalor, a guerra era, ao contrário, entendida como um fator de promoção de saúde para as instituições e, em suma, para a própria humanidade, aspecto este que deve ser ressaltado para o momento em que detivermos nossa atenção às implicações do conceito do político schmittiano.⁵²¹

Richard é um dos autores que empresta apoio teórico a esta posição. A percepção de que a guerra pode ser entendida como um fator de promoção de saúde para as instituições é afirmada por Richard quando sugere que “[...] los representantes de la *revolución conservadora*, influidos por la filosofía de Nietzsche, ubican la guerra entre las fuerzas elementales que la naturaleza necesita para regenerarse” (RICHARD, 1972, p. 107).⁵²² A influência de Nietzsche é, por certo, importante no campo da formação do argumento conservador revolucionário a partir de uma especial interpretação realizada de seu trabalho (ver GIACÓIA, 2009b, 2005, 2000).

Inglaterra. Ademais destes, a Alemanha, bem como a Itália, formaram um Estado nacional constituído pelas anteriores unidades feudais, agora também historicamente debilitadas pelo empoderamento econômico da burguesia. O poder feudal se via subsumido ao novo poder central, perdendo, portanto, a sua soberania e adquirindo relativa independência perante o nascente poder central.

⁵²¹ Para a análise deste tema remeto o leitor para os capítulos finais deste trabalho, em especial os capítulos X, XI e XII.

⁵²² O texto acima admite a seguinte tradução: “os representantes da *revolução conservadora*, influenciados pela filosofia de Nietzsche, localizam a guerra entre as forças elementares de que a natureza necessitar para se regenerar”.

Esta percepção do valor do belicismo aproximava intelectuais não necessariamente participantes do mais castiço círculo conservador mas os aproximava por intermédio de seus atos em apoiadores mais ou menos conscientes do movimento revolucionário conservador cuja argumentação belicista logo seria recepcionada pelo nacional-socialismo. Momento seguinte, este discurso favorável ao belicismo aproximaria o conservadorismo revolucionário da crítica visceral levada a termo pelos setores nacionalistas que reivindicavam o rearmamento alemão, um dos certos alvos do Tratado de Versalhes. Esta disputa em torno aos valores do belicismo se travavam em um contexto reconhecido como de instabilidade, quando não mesmo avaliado como caótico, no qual interagiam forças cujas operações, ao fim e ao cabo, terminariam por precipitar a queda da República⁵²³ ao colocar as condições de possibilidade jurídicas mas, sobretudo, políticas, para a ascensão do regime nacional-socialista.⁵²⁴

⁵²³ Ademais dos embates característicos do período, há também uma complexidade em suas relações internas que levaram alguns historiadores a procurar dividi-la em períodos. Herf, por exemplo, sugere três períodos. O primeiro deles estaria compreendido de 1918 (novembro), com a derrota na Primeira Grande Guerra Mundial seguida pela imposição do Tratado de Versalhes. Já o segundo período, habitualmente denominado de fase de estabilização, teve início em 1924 com a política de estabilização fiscal apta a deter o processo hiperinflacionário que congestionava as possibilidades de êxito das políticas públicas alemãs. O terceiro período é identificado com os anos de 1929 a 1933, quando o processo de depressão econômica inseriu fortes pressões sobre o sistema político alemão que, finalmente, apresentou-se incapaz de manejá-las exitosamente (cf. HERF, 1990, p. 52-54).

⁵²⁴ A este respeito, por exemplo, o historiador Sontheimer sustenta que tentativas de reducionismo acerca das causas da ascensão do regime nacional-socialista esbarram nas múltiplas causas que verdadeiramente pavimentaram o caminho hitleriano ao poder tais como se apresentaram, dentre outras, as problemáticas ações do veterano Marechal von Hindenburg – circunstancialmente promovido a herói da Primeira Grande Guerra Mundial por força de haver vencido os russos no *front* Leste – às vésperas da ascensão de Hitler ao poder bem como as fraquezas estruturais da República associada a falência dos partidos políticos (cf. SONTHEIMER, 1970, p. 42).

Grupo bastante amplo, os conservadores revolucionários⁵²⁵ intervieram nestes debates como ferrenhos adversários da República, a qual identificavam com os valores que triunfaram à raiz da derrota na Primeira Grande Guerra Mundial. Não havia em seu meio a reprovação à guerra, mas à paz, não a mortandade e aos mutilamentos e todas as perdas dela decorrentes, mas, antes, recaíam as críticas e toda sorte de reprovações sobre os valores burgueses que triunfaram após a imposição da paz.

Este primeiro embate bélico mundial supôs, do ponto de vista filosófico, uma dose de esperança para os grupos intelectuais ligados à tradição conservadora cuja *Weltanschauung* encontrava-se marcado por um profundo pessimismo, viés este marcado por uma experiência trágica da existência tanto quanto pela história recente alemã e pela influência filosófica grega. O contexto em que tem lugar o debate conservador revolucionário encontra-se caracterizado para Puhle pelas ideias pessimistas spenglerianas bem como pelo niilismo nietzscheano (*cf.* PUHLE, 1978, p. 709).

O ainda bastante jovem Schmitt, em 1916, deixava à mostra a sua insatisfação com uma era de desilusão e decepção (*cf.* SCHMIDT, 2009, p. 220) em um contexto de virada de século em que o conservadorismo se transformava em *völkisch* (*cf.* PUHLE, 1978, p. 709) influenciado por raízes românticas (*cf.* MOSSE, 1998, p. 13).⁵²⁶ Em verdade, Schmitt encontrava-se em consonância com o seu *Zeitgeist*, e isto é algo que permite a Olgária Matos referir-se ao filósofo como “[...] o grande teórico dos ressentimentos de toda uma geração, ressentimento em relação à democracia de massas [...], à República, à modernidade política” (MATOS, 2003, p. 49). Assim, o

⁵²⁵ Dentre os múltiplos estudos sobre o conservadorismo revolucionário alinhamos algumas obras que podem ser bastante úteis para um maior detalhamento. Ver GERSTENBERGER, (1969), MOHLER, (1999), MOSSE, (1998), SONTHEIMER, (1970).

⁵²⁶ Sobre as relações entre o romantismo em sua forma conservadora com as origens do fenômeno totalitário, ver ROMANO, (1997).

conservadorismo revolucionário, conforme observa King, é mesmo uma específica reação à crise da modernidade clássica (*cf.* KING, 1999, p. 250-251). Esta leitura de Olgária Matos que posiciona Schmitt como um teórico que faz pulsar em seus textos os sentimentos de uma geração é abordagem que permite aproximá-lo, dentre outros, de intelectuais como Jünger, mas também de Spengler, ressentidos pela derrota na Primeira Grande Guerra Mundial mas, muito mais, pelos termos de Versalhes e, quiçá ainda mais, pela nova estrutura de poder republicana, alienígena, que se instalara na Alemanha.

Esta experiência histórica também pode ser identificada na análise literário-filosófica realizada por Machado ao indicar que “[...] a dolorosa violência da existência pode levá-lo [o homem grego] ao pessimismo, à negação da própria existência” (MACHADO, 1999, p. 17). A dolorosa experiência da violência da primeira década do século XX também pode ter aportado elementos fundamentais para que tal pessimismo habitasse o cerne da filosofia conservadora revolucionária daqueles dias cujo enfoque prioritário dos valores tradicionais, à luz do passado, como sustenta Díez, “[...] no hay violencia ni terror” (DÍEZ, 2005, p. 29),⁵²⁷ pois que ali encontra-se todo o valor possível.

Alternativa filosófica para este marcado pessimismo era encontrada nos valores autenticamente germanos, cuja busca atingia todas as dimensões, mesmo a estética⁵²⁸ e

⁵²⁷ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] não há violência nem terror”.

⁵²⁸ Este é um movimento que indicava bastante claramente um inicial momento de exclusão teórica do diferente. Em outros termos, a exclusão focalizava tudo quanto não fosse o genuíno alemão, ideia que, na sequência, se expandiria a outras dimensões, até atingir o elemento racial, igualmente marcado pela concepção estética nacional-socialista quando entroniza a arte grega clássica, afim com os cânones de perfeccionismo do corpo humano e exaltação das funções de virilidade masculina e beleza feminina. Esta entronização do belo em seu referencial grego é claramente enunciada por Rosenberg: (a) “Collective Europe’s hero-ideal is synonymous with a tall, lean figure with shining eyes, high forehead, muscular but not muscle-bound. A hero representad as squat [...] is a contradiction in terms [...]” (ROSENBERG, 1971,

também a literária, destacada, dentre outros, por Benjamin (*cf.* MATOS, 2003, p. 49).⁵²⁹

A este respeito Richard comenta que esta noção de arte autenticamente alemã remetia ao século XIX e que, em suma, uma “[...] vuelta al pasado, descansando en una tradición anterior a la industrialización, esa estética consistía en rechazar todo lo que no estaba de acuerdo con el *gênio alemán*” (RICHARD, 1972, p. 47).⁵³⁰ Por intermédio desta retomada da dimensão estética profundamente ligada ao mítico superior valor da arte germana é que se visava colocar as condições de possibilidade para atualizar os valores e as virtudes morais para, de forma sólida, colocar as bases para a reconstrução de um novo regime político da Alemanha, abalada e fragilizada pela humilhação imposta pelos termos da capitulação na Primeira Grande Guerra Mundial.

Aos olhos do conservadorismo revolucionário a República de Weimar encontrava-se permeada por um “[...] pesimismo emergente, el sentimiento de crisis y

p. 129). Mas Rosenberg tampouco adequa perfeitamente o ideal de beleza de ambos os povos quando menciona que o ideal de beleza (racial) grego é estático enquanto o ideal de beleza (racial) nórdico se apresenta dinâmico, ou seja, que malgrado a face de Péricles e a cabeça de Frederico, o Grande, sejam dois grandes símbolos da raça e da alma que denotam um ideal de beleza racial, isto sim, (b) “[...] the Nordic West represents racially-unique beauty as an inner dynamic” (ROSENBERG, 1971, p. 130). Para mais detalhes sobre a relação entre o nacional-socialismo e a questão estética podem ser encontrados, ver RICHARD, (1972, p. 48-60). Aos trechos acima sugerimos as seguintes livres traduções: (a) “O ideal heroico coletivo europeu é sinônimo de uma alta e delgada figura com olhos brilhantes, testa alta, musculoso mas não com músculos superdesenvolvidos. Um herói representado de modo acorçado [...] é uma contradição em termos [...]”; (b) “[...] o Nórdico ocidental representa a beleza racial única como uma dinâmica interna”.

⁵²⁹ Olgária Matos chama a atenção para um processo de profunda desconfiança tanto quanto “[...] ao destino da literatura [...] quanto ao destino do homem europeu, mas sobretudo uma tripla desconfiança diante de qualquer acomodação: entre as classes, entre os povos, entre os indivíduos” (MATOS, 2003, p. 49). A atenção que Olgária Matos destina a este aspecto pessimista da filosofia de Benjamin bastante bem denota um espírito do tempo que permeava várias das correntes do período, abrangendo desde a esquerda à direita.

⁵³⁰ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] volta ao passado, ancorada em uma tradição anterior à industrialização, esta estética consistia em rechazar tudo o que não estava de acordo com o *gênio alemão*”.

de transformación inminente, el coro de desesperanza cultural” (HERF, 1990, p. 126).⁵³¹ Este desenho da República representava sua leitura de um cenário que demonstrava possuir as condições de possibilidade para que perante tal realidade o conservadorismo revolucionário expusesse a sua opção, qual seja, a de empregar esforços para a regeneração de uma sociedade e de um mundo decadentes.

A leitura da decadência do mundo à época mantém estreita relação com o trabalho de Spengler mas também de todo o argumento conservador revolucionário, constituindo-se, paralelamente, em uma precondição para que o reclamo aos valores tradicionais tivesse lugar. A decadência do mundo era uma visão compartilhada pela intelectualidade da direita reacionária da época, com a percepção de que o processo revolucionário francês havia sido o seu principal deflagrador. Perante tal situação, a opção era a de investir em um processo contrarrevolucionário que restaurara os valores tradicionais (cf. GÓMEZ, 2007, p. 184). O liberalismo e os valores que indissociavelmente o compõem pertencem a este mundo que o conservadorismo revolucionário clama por eliminar e ao qual, como se sabe, igualmente Schmitt empregou grande parte de seus esforços em combater, adotando-o como uma espécie de doutrina-espelho a partir da qual contra-argumentar.

A interpretação da decadência no mundo ocidental encontrava-se ligado ao triunfo da cultura burguesa no século XIX. Entrado o século XX, logo esta leitura sofreria acréscimos em sua dimensão política. Esta é uma leitura que encontrava-se diretamente ligada a um irremediável processo de decadência que consolidava uma ordem políticas de massas (cf. JÜNGER, 1993, p. 245).⁵³² A perda da guerra impusera

⁵³¹ Uma tradução viável para o trecho acima é: “[...] pessimismo emergente, o sentimento de crise e de transformação iminente, o coro de desesperança cultural”.

⁵³² Neste particular é visível uma percepção de mundo e também de uma filosofia da história próxima a de Spengler, autor a quem reservaremos mais minuciosa atenção no próximo capítulo IV.

ânimo ao pensamento conservador revolucionário para desenvolver a teoria de que a destruição por meio de embates bélicos pode ser colocada ao lado de sua tradicional oposição a toda forma de novo haveria de resolver-se.

O conservadorismo autoritário se mostrava refratário ao eminentemente novo e às mudanças em geral (*cf.* PAYNE, 1995, p. 24) mas, por outro lado, haveria de mostrar-se disposto a alguma aproximação às alterações reclamadas pela realidade percebida como próxima em demasia ao caos. Esta perspectiva arrancava de seu apoio direto enfrentando a tudo quanto houvesse sido instaurado pelos processos revolucionários⁵³³ para, somente em momento seguinte, colocar as condições de possibilidade para o surgimento de um conceito de novo identificado com a superação dos valores burgueses, dentre os quais, com destaque, o liberalismo e o pacifismo⁵³⁴ mas que, ao fim e ao cabo, terminariam por encontrar-se com o movimento nacional-socialista, fomentado pelo conservadorismo revolucionário bem como por Schmitt, que era “[...] largely bourgeois in origin and support”. (POIS, 1971, p. 30-31).⁵³⁵

⁵³³ Este trecho denota o quão próximos encontra-se o conservadorismo revolucionário de autores conservadores como Donoso Cortés, De Maistre e De Bonald.

⁵³⁴ A este respeito é interessante a gradação do peso deste evento sobre a *débauche* liberal realizada por Payne, que se refere à Primeira Grande Guerra Mundial como um “[...] desastre sin precedentes [...] que barrió una gran parte de la base del liberalismo decimonónico e inició una era de revolución y de conflicto político más intenso” (PAYNE, 1995, p. 9). Assim, a crise atravessada pelo liberalismo que encontraria nos conservadores revolucionários alguns de seus mais ácidos críticos durante a República de Weimar, em verdade, encontraria suas raízes alguns anos antes da instauração desta mesma República. Com isto nossa ideia é de que a crítica schmittiana ao liberalismo e de todo o arco conservador, possui outras razões mais profundas do que a própria situação da República de Weimar descrita como caótica por estes. Esta crítica schmittiana parece-nos repousar em teses antiburguesas e reacionárias que bem ilustram a melhor interpretação de sua filosofia política e jurídica. Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] desastre sem precedentes [...] que varreu uma grande parte da base do liberalismo do século XIX e iniciou uma era de revolução e de conflitos políticos mais intensos”.

⁵³⁵ O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] em grande medida burguesa tanto em suas origens como nos apoios obtidos”.

A construção desta perspectiva do novo era anunciada por Stern ao referir-se a Lagarde, Langbehn e a Moeller van den Bruck. Segundo o autor todos eles “[...] sought to become prophets who would point the way to a national birth” (STERN, 1974, p. xi),⁵³⁶ mas inserto em um movimento de redesenho da história mundial, missão de embate reconhecida ao povo alemão.⁵³⁷ Em sentido idêntico apontava Rosenberg que o próprio novo homem daquele século tinha um sentido, a saber, “[...] to create a new human type from a new life-*Mythus*. Courage is needed for this task, courage on the part of each individual member of the race; courage on the part of the part of the entire ascending race [...]” (ROSENBERG, 1971, p. 34).⁵³⁸ Toda esta profecia sobre estes novos dias encontrava-se marcada por um ideal irracionalista utópico cujo destino era o de permanecer na órbita da retórica, ao menos no que concerne a interrelação entre todos estes elementos.

Neste sentido sugerimos que, ao menos parcialmente, esta profecia política tenha podido avançar sobre a realidade devido ao fracasso do liberalismo ocorrido precisamente nos anos da Primeira Grande Guerra Mundial que conecta com as posições refratárias à democracia, algo ao que historicamente se refere Furet ao dizer que “[...] es una vieja realidad de la cultura política europea esta crítica de la abstracción

⁵³⁶ O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] procuraram tornar-se profetas que apontassem o caminho para o nascimento nacional”.

⁵³⁷ As precisas e ilustrativas palavras de Rosenberg a este respeito e que projetam dias de duros embates são as seguintes: “Today an epoch begins in which world history must be rewritten. The old images of the human past are faded; [...] collective essence (of the human past) has been almost completely misunderstood [...] a *Weltanschauung* is being born and [...] is beginning to struggle with older forms [...]” (ROSENBERG, 1971, p. 35). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Hoje começa uma época na qual a história mundial deve ser reescrita. As velhas imagens do passado humano desapareceram; [...] a essência coletiva (do passado humano) foram quase completamente mal-compreendidas [...] uma *Weltanschauung* está nascendo e [...] é uma luta contra as velhas formas [...]”.

⁵³⁸ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] criar um novo tipo humano a partir de um novo *mito*-vida. Coragem é necessária para tal tarefa, coragem da parte de cada um dos indivíduos membros da raça, coragem da parte da integralidade da raça ascendente [...]”.

democrática moderna en nombre de la vieja sociedad “orgánica”, a la derecha [...]” (FURET, 1999, p. 60).⁵³⁹ Esta era a sociedade que veio sendo desenhada em cujo âmbito se posicionavam os conservadores revolucionários ansiosamente no sentido de promover o retorno aos valores germânicos sendo que, por outro lado, o imaginário socialista era habitado por uma sociedade utópica igualitária.

Esta orientação direcionada ao passado que encontra-se no argumento conservador revolucionário estava fundamentalmente atenta aos valores de um germanismo primitivo, que encontrava no trabalho teórico de van den Bruck um de seus formuladores. Conforme indicaremos ao início do capítulo seguinte com um maior detalhamento, Spengler trabalha de forma conceitualmente convergente e tendente a realizar a aproximação dos autores fundadores do conservadorismo revolucionário alemão entre os quais se destacam Armin Mohler – autor que cunhou a própria expressão conservadorismo revolucionário – e Moeller van den Bruck. Este último é um dos autores que sustenta a necessidade de que o Reich fora pacificado, mas o seu instrumental para tanto era a realização dos valores germânicos mais castiços, entendidos estes segundo os moldes do mito heroico alemão de base. Interessa sublinhar com Orfanel (*cf.* ORFANEL, 2004, p. 265) que van den Bruck mantém esta sua posição ainda durante os tormentosos dias que precederam a publicação de sua obra, *Die Dritte Reich*, em 1923.

3.3. VIRTUDES HEROICAS E A CULTURA BELICISTA: INSPIRAÇÃO TOTALITÁRIA E AS ORIGENS DO POLÍTICO

⁵³⁹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a crítica da abstração democrática moderna em nome da velha sociedade “orgânica”, à direita, é uma velha realidade da cultura política européia [...]”.

É deste mesmo ano de 1923 o breve texto *Teoria político do mito* no qual Schmitt ressalta em várias passagens a virtude do heroísmo para uma atividade histórica revolucionária que reclamava ação, para o que, então, a capacidade do mito no sentido de organizar tais esforços encontrava-se posta. Leitor de Georges Sorel⁵⁴⁰ e a ele se referindo diretamente, Schmitt reclama as concepções guerreiras e heroicas “[...] ligadas al combate y a la batalla” (SCHMITT, 2010b, p. 146)⁵⁴¹ atribuindo a ambas a qualidade de “[...] grandes impulsos de toda vida intensa” (SCHMITT, 2010b, p. 146).⁵⁴² Em suma, o interesse pelo enfrentamento e pela guerra, tão presente em Spengler, é também aqui em Schmitt visto como uma virtude, a qual, por certo, reaparecerá sob outro figurino em 1927 em seu *Der Begriff des Politischen*. Tão cedo quanto em 1923, Schmitt afirma o valor da guerra em oposição ao racionalismo ilustrado, posto que

[...] lo que hace al valor de la vida humana no proviene de un razonamiento; el estado de guerra es el que lo engendra en los hombres quienes, animados por grandes imágenes míticas, toman parte en la lucha. (SCHMITT, 2010b, p. 147).⁵⁴³

Aqui encontramos convergência expressa de Schmitt com o pensamento de Ernst von Salomon (1902-1972), conservador revolucionário farto de seu tempo e do legado da cultura liberal do século XIX e que clamava pela figura do líder que evoca o modelo de condução política de Jünger e Schmitt. A leitura de Gómez nos aponta para um von Salomon que encontrava a salvação tão somente nas figuras bélicas, evocadoras, por certo, da virtude jüngeriana, e que

[...] traían consigo un aliento temible, un ambiente de sangre, de acero, de materias explosivas, de decisiones inmediatas (...) la patria está en ellos y en ellos la nación (...) no creen en las palabras

⁵⁴⁰ Para uma possível aproximação de Sorel ao irracionalismo, ver RUGGIERO, (1949, p. 60-61).

⁵⁴¹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] ligadas ao combate e a batalha [...]”.

⁵⁴² Sugerimos a seguinte tradução para o texto acima: “[...] grandes ímpetos de toda vida intensa”.

⁵⁴³ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] o que faz valorosa a vida humana não tem origem no arrazoamento mas, isto sim, é o estado de guerra que engendra este valor na vida e a que os homens tomem parte na luta insuflados por grandes imagens míticas”.

(...) marchar adelante era para nosotros (...) la destrucción de todos los vínculos que nos ligaban a un mundo podrido, un mundo a la deriva, con el cual el verdadero guerrero no podía ya tener nada en común”. (*apud* GÓMEZ, 2007, p. 187).⁵⁴⁴

Encontramos neste texto de von Salomon uma clara evocação a Jünger em suas constantes referências ao aço e ao sangue,⁵⁴⁵ em sua visualização libertadora da nação pelo soldado em suas funções de extermínio do inimigo a partir da qual são rompidos os laços com o desprezado mundo burguês. Esta uma típica gramática da realização do político como enfrentamento, bastante comum ao conservadorismo revolucionário e que, sugerimos, será compartilhada por Schmitt não apenas em seu conceito do político como, em seus movimentos prévios, nas primeiras obras que publica na primeira metade da década de 20.

A linguagem do irracionalismo que vimos emergir logo acima, portanto, desconecta o valor da vida humana de sua faculdade de pensamento.⁵⁴⁶ A este respeito retomamos Jaspers em oposição à tradição daqueles dias para quem a linguagem da razão é também sinônimo de entendimento (*cf.* JASPERS, 1967, p. 39), mas também se apresenta como um conceito que “[...] incita a que se critique toda posición lograda, y por eso se opone a la tendencia a librarnos, mediante pensamientos definitivamente

⁵⁴⁴ Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] traziam consigo um temível alento, um ambiente de sangue, de aço, de matérias explosivas, de decisões imediatas (...) a pátria está neles e, neles, a nação (...) não acreditam em palavras (...) seguir adiante era, para nós (...) a destruição de todos os vínculos que nos ligavam a um mundo podre, um mundo à deriva, com o qual o verdadeiro guerreiro já não poderia ter alguma coisa em comum”.

⁵⁴⁵ Para maiores detalhes sobre o tema remetemos o leitor ao capítulo V desta tese doutoral, no qual examinaremos com mais vagar a literatura jüngeriana, em especial *Der Arbeiter*, (*O Trabalhador*), onde emergem estas questões acerca da figura do novo homem.

⁵⁴⁶ Embora não seja este o nosso foco, apenas desejamos reiterar que o trecho acima não sugere de forma alguma que o valor da vida humana reside na mais estrita dimensão racional senão que esta mesma é uma dimensão essencial do ser humano.

establecidos, de pensar con profundidad” (JASPERS, 1967, p. 39).⁵⁴⁷ De qualquer sorte, a linguagem da razão está interdita pelo pensamento totalitário e nele se enfrenta com as sérias críticas à modernidade capitaneada pelos valores burgueses. Disto partimos minimamente para dizer que a modernidade não pode constituir tradição para a qual apontem Schmitt ou as suas fontes conservadoras mais diretas.

O conservadorismo revolucionário todavia se expressa em Schmitt por sua firme verve em prol da figura de um homem guerreiro entusiasmado, em suma, revolucionário, cujo cenário de atuação apenas marcam um *locus* de “[...] expectativa de catástrofes aterradoras [que] forman parte de la intensidad de la vida y [que] mueven la Historia” (SCHMITT, 2010b, p. 147).⁵⁴⁸ Este porvir estaria marcado pelo anúncio donosiano da última batalha, leitor do espanhol, Schmitt sugere com Sorel, em expressa referência ao mesmo, que “[...] la gran batalla no será la obra de una estrategia científica, sino una “acumulación de actos heroicos” y la liberación de la “fuerza individualista en las masas sublevadas” (SCHMITT, 2010b, p. 147).⁵⁴⁹ Se é mesmo certo que Schmitt não aposta na opção revolucionária de esquerda, por outro lado, conclama para o seu terreno conservador a virtude da violência, do enfrentamento e do extermínio que nas teorias revolucionárias de esquerda se fazem presente assim como na filosofia soreliana aqui mencionada.

É nesta mesma quadra histórica que o argumento conservador de van den Bruck haveria de enfrentar-se com toda a situação de instabilidade gerada pela crise de

⁵⁴⁷ Para o texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] incita a que se critique toda posição obtida e, por isto, se opõe a tendência a livrar-nos, mediante pensamentos definitivamente estabelecidos, de pensar com profundidade”.

⁵⁴⁸ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] expectativa de catástrofes assustadoras [que] formam parte da intensidade da vida e [que] movem a História”.

⁵⁴⁹ Para o texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] a grande batalha não será obra de uma estratégia científicas mas, isto sim, uma “acumulação de atos heroicos” e a liberação da “força individualista nas massas revoltosas”.

partidos, os embates entre os diferentes grupos políticos bem como a influência material das circunstâncias pesadas do Tratado de Versalhes sobre o cotidiano alemão. Não obstante tais circunstâncias, van den Bruck se mantinha em posição de apoio a sua positiva avaliação do retorno aqueles valores germânicos primitivos, malgrado todos os debates e tormentos políticos da jovem República de Weimar. Os valores autenticamente germanos representavam a única possibilidade antevista por um movimento céptico e pessimista para a superação das adversidades históricas.

Desta forma ficava exposta uma clara alternativa calcada na esperança regeneradora cujo discurso desenvolvido no âmbito do conservadorismo revolucionário residia no (re)surgimento de uma nova ordem. Esta se apresentava como capaz de seguir a teoria da história presente em alguns dos conservadores revolucionários como Jünger, para quem “[...] en todos los grandes acontecimientos de nuestro tiempo se ocultan tanto los puntos finales de unas evoluciones anteriores como los puntos iniciales de unos órdenes nuevos”⁵⁵⁰ (JÜNGER, 1993, p. 227).⁵⁵¹ Esta é uma ideia que conecta com o conservadorismo de linhagem donosiana que se projetava na década de 1920 também se atualizava em Primo de Rivera.⁵⁵²

⁵⁵⁰ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] en todos os grandes acontecimentos do nosso tempo estão ocultos tanto os pontos finais das evoluções anteriores como os pontos iniciais das novas ordens”.

⁵⁵¹ Interessante a nota do livro de Jünger em que o autor deixa claro o quanto a ojeriza ao roteiro político weimariano também incluía a forma como o pacifismo burguês se mostrava inoperante para defender a própria ordem que haviam criado (ver JÜNGER, 1993, p. 28).

⁵⁵² A ditadura de Primo de Rivera é um movimento caracterizado como antiliberal e autoritário (cf. GARCÍA, 2010, p. 460) como tantos outros movimentos políticos do período de seu governo, a saber, 1923 a 1930. É precisamente neste momento histórico em que percebemos a confecção de vários dos escritos políticos chave de Schmitt que sugerimos poder ser interpretados segundo esta chave interpretativa conservadora, tradição da qual Primo de Rivera é devedor, tanto o próprio Schmitt, e que, ao menos em alguma medida, remetem a um pensador comum, Donoso Cortés. Uma das características que aproximam Schmitt das práticas políticas de Primo de Rivera é a aceitação deste último da ruptura da legalidade constitucional, ou seja, “na crença de que a quebra do sistema só podia ser evitada

Em Primo de Rivera se dava o reconhecimento de que a fixação da ordem encontrava-se implícita nos próprios movimentos revolucionários, pois “[...] para desenfrenarse alguna vez hay que estar seguro de que es posible la vuelta a un asidero fijo” (PRIMO DE RIVERA, 1974, p. 646).⁵⁵³ Neste sentido resta claro não apenas o diálogo teórico posto, embora não diretamente, entre Jünger e Primo de Rivera, mas ainda com o acréscimo de Spengler, denota o perfil de um tempo em que a concepção conservadora e totalitária se conectava com uma filosofia da história como apontada acima e com um conceito de ditadura no âmbito do político.

A referência jüngeriana à nova ordem que haveria de encontrar diálogo com a tradição germana – que dialoga com os valores fascistas (cf. BURON; GAUCHON, 1983, p. 63) avessa aos valores modernos expressos tanto pelo liberalismo como pelo secularismo, aspectos nos quais a proximidade com os textos schmittianos são manifestos.⁵⁵⁴ Em suma, todos eles eram representantes de uma tradição na qual o fenômeno da industrialização não era bem visto (cf. STERN, 1974, p. xi) assim como tampouco o comércio e os hábitos cosmopolitas.⁵⁵⁵

marginalizando o reformismo democrático e acolhendo a figura de um ditador [...]” (GARCÍA, 2010, p. 461). Esta é uma leitura já presente no Donoso Cortés, para quem o tempo dos reis havia tocado o seu fundo e que a alternativa era, agora, a ditadura. Em Schmitt esta é uma aproximação que será bem recepcionada desde as suas primeiras obras, notadamente em sua *Die Diktatur*, de 1921.

⁵⁵³ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] para incorrer em situações de desordem haverá de se ter a segurança de que será possível voltar a um lugar de resguardo fixo”.

⁵⁵⁴ Não parece necessário aprofundar em demasia o argumento mas apenas destacamos que tal crítica schmittiana aparece de forma bastante claramente em sua *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*.

⁵⁵⁵ O cosmopolitismo característico de Weimar foi um dos elementos que lhe tornaram alvo de críticas dos grupos políticos conservadores, *Völkisch*, dentre outros, que encontravam na contribuição alemã às artes do período medieval uma manifestação genuína dos valores germanos. O período de transição para o século XX foi marcado pelo *Jugendstil* enquanto que, momento seguinte, o modernismo marcante das vanguardas que encontraria o seu ocaso com a ascensão da cultura nacional-socialista quando, de fato, os elementos culturais divergentes foram sendo paulatinamente eliminados da vida corrente.

Estes eram autores que intensamente respondiam às temores e instabilidades do momento vivido. A experiência da guerra lhes tocava fundo em cada um de seus escritos, e esta era circunstância que, sugere Jünger, encerraria tardiamente o século XIX (cf. JÜNGER, 1993, p. 227), cujo desfecho se localizaria na derrota alemã ao final da década de 10.⁵⁵⁶ As consequências dos termos de imposição do estabelecimento da paz, malgrado a sua notável relevância, foram apenas alguns dos elementos que impactaram e emprestaram alguma organicidade ao pensamento conservador revolucionário.

Esta organização se daria segundo diversos signos, mas talvez um dos mais recorrentes e importantes tenha sido, como viemos argumentando, o conceito de herói que dali emergiria na segunda metade dos anos 20 e que Jünger não deixa de retomar com insistência (cf. NEAMAN, 1999, p. 35) em aberta referência ao passado germano. A sua retomada na figura do trabalhador jüngeriano cumpriria um importante papel difusor, dada a penetração do autor nos meios literários e a capilaridade de sua literatura. Jünger foi, no mínimo, um dos tantos autores que teve sua obra instrumentalizada para combater os valores burgueses, algo perceptível em trechos de sua obra (ver JÜNGER, 1993, p. 37), burguesia esta também denotadora de uma mediocridade que lhe inspirava ações tipicamente presentes em sua revolta antiburguesa (cf. NEAMAN, 1999, p. 35).

Esta mediocridade burguesa encontrava sua possibilidade de superação no discurso conservador revolucionário por meio das ações de seletos líderes a exercer as funções políticas do poder. Em uma rematada referência não declarada ao rei-filósofo, Moeller sustenta que “[...] only heroes should govern, and such born leaders “incarnate

⁵⁵⁶ Esta referência jüngeriana sobre a determinação material, e não cronológica, do século XIX parece repercutir na abordagem que ao final do século XX seria realizada por Hobsbawm. Ver HOBBSAWM, (2008).

the spirit, the great urge, and the yearning of their people...” (STERN, 1974, p. 195).⁵⁵⁷

Estes valores burgueses francamente enfrentados por Jünger, que haveriam de sofrer combate por força de sua característica de inviabilizadores de um novo Estado projetado cuja edificação se daria por intermédio da aplicação prática dos esforços do soldado-trabalhador jüngeriano ou, em suma, como nos diz Sontheimer, que tratava-se de valores que haviam introduzido “[...] the idea of humanity as weak and incompatible with its heroic attitude [...]”. (SONTHEIMER, 1990, p. 54).⁵⁵⁸

Os valores burgueses eram invocados pelo conservadorismo revolucionário em contraposição aos valores do trabalhador (cf. JÜNGER, 1993, p. 224).⁵⁵⁹ Estes maus burgueses históricos que atuavam sobre a realidade cultural e política obstaculizando a retomada do caminho germano rumo à nova quadra histórica que se avistava em seus horizontes mais próximos na sua *Der Arbeiter* quando em perspectiva histórica sustentava que “[...] los alemanes no han sido buenos burgueses” (JÜNGER, 1993, p. 19).⁵⁶⁰ Este trecho permite entrever resistência a partir deste caráter que nunca houvera sido convictamente burguês. Esta leitura de Jünger mal disfarça certa nostalgia denotadora de um viés redentor dos pecados que a humanidade, em especial a sociedade alemã, por meio desta mirada aos valores germanos do passado.

É neste sentido que Jünger nos observaria sobre desenvolvimento dos fatos nos EUA que “[...] la tentativa de desterrar de la vida la embriaguez representa una medida de seguridad que en el primer momento resulta completamente evidente y que había

⁵⁵⁷ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] apenas heróis deve governar, e tais líderes natos “encarnam o espírito, o grande estímulo e o anseio de seus povos...”.

⁵⁵⁸ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a ideia de humanidade como fraca a incompatível com suas atitudes heroicas”.

⁵⁵⁹ A contraposição entre os valores do trabalhador e os da burguesia encontra-se distribuída ao longo desta obra de Jünger de forma a constituir um dos eixos argumentativos de seu livro, sendo a citação acima, portanto, meramente exemplificativa de uma ideia-eixo de sua obra.

⁵⁶⁰ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] os alemães não foram bons burgueses”.

sido reclamada tempranamente por la literatura utópico-social”⁵⁶¹ (JÜNGER, 1993, p. 240).⁵⁶² O conceito de embriaguês presente no texto de Jünger é apontado por Obregón como desempenhando o papel de “[...] sueño que trasciende la realidad... en el sueño todo es posible... el sueño es una dimensión esencial de la vida... Es más, la vida, esta sublime descomposición de la materia, tal vez es más aún: es una embriaguez” (OBREGÓN, 2005, p. 49).⁵⁶³ Esta é uma ideia presente em Jünger mas que encontra-se igualmente na leitura realizada por Sontheimer acerca de Spengler que, segundo ele, defendera a ideia de que

[...] life was the alpha and omega and mere vitality and strength were the measure of its fullness and value, then the final consequence – which became a grim reality under National Socialism – was the destruction in the name of the people of all life considered unworthy to be alive. (SONTHEIMER, 1968, p. 51).⁵⁶⁴

A aposta na embriaguês da vida sugere vitalidade e força, malgrado, por exemplo, Sontheimer encontre nesta uma via destituída de um estreito guia por intermédio dos postulados da racionalidade. Este distanciamento potencializa o perigo do conceito de heroísmo em um contexto protagonizado pela figura do redentor messiânico que desde as fileiras do nacional-socialismo haveria de conduzir o povo

⁵⁶¹ O texto permite a seguinte tradução: “[...] a tentativa de desterrar a embriaguês do mundo da vida representa uma medida de segurança que em um primeiro momento resulta completamente evidente e que tinha sido reclamada ainda muito cedo pela literatura utópico-social”.

⁵⁶² No mesmo trecho Jünger acresce criticamente que a intervenção moral do Estado ensejará diretamente ao fracasso, o que se deve a simples razão de que “[...] el Estado no pertenece a las magnitudes morales” (JÜNGER, 1993, p. 240). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] o Estado não pertence às magnitudes morais”.

⁵⁶³ O texto permite a seguinte tradução: “[...] sonho que transcende a realidade... no sonho tudo é possível... o sonho é uma dimensão essencial da vida... É mais, a vida, esta sublime decomposição da matéria, talvez seja ainda mais, a saber, é uma embriaguês”.

⁵⁶⁴ O texto permite a seguinte tradução: “[...] a vida foi o alfa e o ômega, e a vitalidade e força foram meramente o meio para a sua plenitude e valor, então, a consequência final – que torna-se uma cruel realidade sob o nacional-socialismo – foi a destruição em nome do povo sempre considerado indigno de estar vivo”.

(*Volk*)⁵⁶⁵ ao seu imaginário primitivo,⁵⁶⁶ ao seu original espírito (*Geist*). Este é um movimento claramente indicado pelo ideólogo do nacional-socialismo, Rosenberg, para quem “[...] the state assumed a different relationship with regard to the *Volk* and *Volkstum* from what it had in 1918 [...]” (ROSENBERG, 1971, p. 191).⁵⁶⁷ Desde discípulo próximo de Schmitt como Forsthoff, provém a leitura do *Volk* como uma

[...] community based on a homogeneity within life and species [*seinsmäßigen, artmäßigen, Gleichartigkeit*]. The homogeneity arises from the sameness of race and national destiny [*volkliches Schicksal*]. The *political people* forms in the final unity of will that grows from

⁵⁶⁵ Em seu competente trabalho sobre Weimar Dymetman destaca que o *Volk* que habita o coração do livro *Revolução da Direita*, de Hans Freyer, “[...] representa o domínio do político, por *virtù* do autêntico *ethos* coletivo” (DYMETMAN, 2002, p. 128). Ainda assim a autora destaca trecho de Freyer que em muito aproxima-se das conexões que viemos abordando neste capítulo III acerca das preocupações centrais do conservadorismo revolucionário ao dizer que “[...] o novo estado deverá conciliar tecnologia e organização social com as “raízes profundas” do *Volk* – identidade coletiva e individual enraizadas no passado particularista. A revolução de massas da direita seria a encarnação mesma da *Kulturkritik*, a viabilização do estado “total” (DYMETMAN, 2002, p. 128). A definição de *Volk* realizada por Pois é de que trata-se de (a) “[...] as being a group of individuals bound together by blood and soul” (POIS, 1971, p. 29). Esta é uma definição tão breve quanto poderosa no sentido de marcar fortemente a inexorável ligação entre os valores alma e sangue ao de unidade do povo alemão que se projeta no interior da *Gemeinschaft* (comunidade) por meio do conceito de identidade racial (*Artgleichheit*) que se faz presente em Heidegger (cf. FAYE, 2009b, p. 219). A unidade logo se revelaria como categoria que se haveria de entender como inviolável para a doutrina nacional-socialista em sua determinação do *outro*. A respeito da projeção do *Volk* na sociedade alemã Pois assinala que a definição de *Volk* se apresentava de forma divergente da cultura política marxista sustentada por círculos de intelectuais judeus, pois (b) “The unity of *Volk* was inviolable, and theories of class war could have originated only from the un-*Volkisch* mind of a Jew [...]” (POIS, 1971, p. 29). Uma vez mais encontramos uma oposição fundante no argumento teórico do nacional-socialismo entre a cultura judia e o marxismo com os mais caros valores nacional-socialistas. Aos trechos acima sugerimos as seguintes livres traduções: (a) “[...] como sendo um grupo de indivíduos ligados pelo sangue e pela alma”; (b) “A unidade do *Volk* era inviolável e as teorias da luta de classes puderam ter sua origem apenas em uma mente judia anti-*Volkisch* [...]”.

⁵⁶⁶ Nos comenta a este respeito Elías Díaz acerca do conceito de *Volk* que o mesmo haveria de ser entendido como “[...] una realidad ética, basada en principios de carácter racista” (DÍAZ, 1991, p. 77). Ao trecho anterior sugerimos a seguinte tradução: “[...] uma realidade ética, baseada em princípios de caráter racista”.

⁵⁶⁷ O texto permite a seguinte tradução: “[...] o Estado assume uma diferente relação de estima com o *Volk* e o *Volkstum* daquela havia em 1918 [...]”.

the awareness of homogeneity within life. (FORSTHOFF, 2000, p. 322).⁵⁶⁸

Extrapolando os limites temáticos propostos pelo conservadorismo revolucionário encontramos-nos com um sério debate sobre quais os limites do Estado em matéria de moralidade. É certo que aos Estados totalitários da década de 1930, dentre os quais o caso alemão, não subsistiriam sérios óbices para o entendimento de que os limites da intervenção por ele propostos deveriam ser amplíssimos. Tal amplitude permitiu a incorporação plena do terreno do conceito de Estado ditatorial, com o que o julgamento da oportunidade e conveniência para os fins do próprio Estado⁵⁶⁹ resumiriam os critérios para a sua intervenção na vida pública.

Dentro deste contexto, Schmitt foi um dos que, já em meados da década de 30, participou e apoiou a legislação nacional-socialista discriminatória, e proibitiva, das uniões entre arianos e judeus.⁵⁷⁰ A esta situação se referia o discurso de Heydrich quando mantém a necessidade de uma eterna luta entre uma nobre e superior raça, ariana, por suposto, e outras, inferiores, a rigor, “[...] lower subhumanity” (HEYDRICH,

⁵⁶⁸ O texto permite a seguinte tradução: “[...] comunidade baseada na homogeneidade da vida e das espécies [*seinsmäßigen, artmäßigen, Gleichartigkeit*]. A homogeneidade surge da igualdade de raças e do destino nacional [*volkliches Schicksal*]. A forma *política popular* na unidade de vontades final se desenvolve a partir do conhecimento do interior da vida”.

⁵⁶⁹ É muito importante sublinhar como a tradição alemã se havia comportado relativamente ao estudo do Estado e quais haviam sido as tradições triunfantes relativamente a este tema. Como argumenta nos recorda Silva, a historiografia conservadora alemã do século XIX até o Terceiro Reich encontra-se marcada pela “[...] centralidade do Estado como sujeito transcendental na História” (SILVA, 2010, p. 382). É importante ressaltar que esta tradição de fundo permite uma mais fácil disseminação da cultura totalitária no século XX. Neste século o papel do soberano, residente no âmago dos poderes do Estado, notadamente no Poder Executivo, encontraria suas formas de expansão além dos limites que a máxima barbárie poderia supor.

⁵⁷⁰ Há interessantes comentários em diversas fontes ocupando-se da relação de Schmitt com as legislações nacional-socialistas de Nuremberg. Dentre os comentaristas mais críticos a este respeito, ver ZARKA, (2007a).

2004, p. 36).⁵⁷¹ O movimento de detecção de que havia um inimigo ao qual combater estava posto, a sua conceituação voltaria a ser trabalhada por Schmitt em seu *Der Begriff des Politischen* em 1927 e, claro estava, não sem ciência adequada do contexto em que tal conceito começara a ser delineado e, mais importante, quem eram aqueles designados como potenciais inimigos, algo bastante claro nos textos hitlerianos, referências do nacional-socialismo, publicados em meados da década de 1920.

O debate sobre os limites da intervenção do Estado em matéria de moralidade é concebido em termos amplíssimos. Assim, por exemplo, a legislação racial do totalitarismo alemão que proibia as relações entre arianos e judeus era constituída por referências teóricas que não encontraram abordagem apenas da década de 20, na qual, é bem certo, recebe novas aproximações e certa sofisticação.⁵⁷² A tese de fundo foi buscada nas teorias raciais do século anterior em homens como Rosenberg, “[...] el clásico filosófico del nacionalsocialismo” (cf. LUKÁCS, 1959, p. 11)⁵⁷³ e Gobineau⁵⁷⁴ e Chamberlain, ambos retomados por Rosenberg (cf. POIS, 1971, p. 21-23; ver MOSSE, 1973) mas, também, na teoria conservadora revolucionária.

Em vários de seus autores o conservadorismo revolucionário apresentara uma firme defesa de que o momento fundador da afirmação da raça ariana se havia dado na

⁵⁷¹ Ao breve trecho acima, sugerimos a tradução livre que segue: “[...] ameaçadora sub-humanidade”.

⁵⁷² Um dos autores que fazem parte deste processo de sofisticação argumentativa do nacional-socialismo foi Alfred Rosenberg (1893 -1946). Este é conhecido escritor e um dos principais textos da teoria do nacional-socialismo naqueles anos 20, juntamente com Hitler. O seu pensamento em apoio ao nacional-socialismo é exposto em *O mito do século XX*, publicado em 1930. O autor foi também ativo participante na parte administrativa no processo de organização do extermínio. Desde logo, no *Mein Kampf* hitleriano igualmente encontramos os traços do antissemitismo que marcaria o Holocausto anos após. Ainda assim, em outra obra sua menos conhecida, *Mein Kampf*, (HITLER, 2007), repete parte de seus argumentos antissemitas (ver HITLER, 2007). A respeito das conexões entre as concepções raciais, o nacional-socialismo e o pastoralismo, ver SCHOENBAUM, (1997).

⁵⁷³ O texto acima sugere e seguinte livre tradução: “[...] o clássico filosófico do nacional-socialismo”.

⁵⁷⁴ Sobre o papel da teoria racista de Gobineau há algumas apuradas e substanciosas páginas de Lukács a estabelecer suas ligações com o irracionalismo e o nacional-socialismo. Ver LUKÁCS, (1959, p. 540-551).

mítica batalha entre sangue e ouro, representados corporeamente no enfrentamento entre ários e judeus (*cf.* HERF, 1990, p. 394).⁵⁷⁵ Esta representação do sangue como relevante para o contexto cultural germano provinha da história antiga do povo, em suma, assiste razão a Franz Schonauer quando nos diz que

[...] no somos más que el lecho del río en el cual la sangre eterna corre rugiendo, desde nuestros padres a nuestros hijos y nietos, hasta el futuro más lejano. Por eso honramos con tanto gusto el pasado, soñando con el futuro”. (*apud* RICHARD, 1972, p. 104-105).⁵⁷⁶

Aqui a descrição de uma tradição germana que postulava raízes convergentes com a da honraria de que esta tradição se encontrasse marcada pelo sangue, e nisto encontramos um dos pontos de contato que, malgrado não referenciados, permitem reforçar Buron e Gauchon em sua hipótese de aproximação das tradições alemãs e árvore fascista como bases do nacional-socialismo (*cf.* BURON; GAUCHON, 1983, p. 63). Esta descrição converge profundamente com a teoria hitleriana expressa já em meados dos anos 20.

Denotadora de certo darwinismo de fundo em que, segundo Hitler, os fortes dominam os fracos (*cf.* NICHOLLS, 1991, p. 121), no líder do nacional-socialismo é também perceptível traço apresentado por Richard ao descrever as tradições germanas como presentes em um “[...] mundo [que] pertenece a los fuertes que practican soluciones totales, no pertenece a los débiles y a sus medias tintas” (*apud* RICHARD, 1972, p. 80).⁵⁷⁷ Esta é uma descrição que aproxima os conceito de aplicação da força e

⁵⁷⁵ Conforme vimos em capítulo anterior, esta ideia da superioridade ária haveria de projetar-se também na concepção spengleriana da engenhosidade técnica desenvolvido pelo homem branco e não por outras raças dedicadas, quando muito, a copiar-lhe com alguma ousadia e habilidade as suas invenções (ver SPENGLER, 1938, p. 124).

⁵⁷⁶ O texto acima permite a seguinte interpretação: “[...] não somos mais do que o leito do rio no qual, desde os nossos pais aos nossos filhos e netos, o sangue eterno ruidosamente corre até o mais distante futuro. Por isto honramos com tanta satisfação o passado, sonhando com o futuro”.

⁵⁷⁷ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] mundo [que] pertence aos fortes que praticam soluções totais, não pertence aos débeis e às suas meias soluções”.

de triunfo histórico dos atores políticos que logrem impor-se por meio dela. Este ato impositivo se dá sem meias soluções, sem meias-palavras ou, segundo a terminologia donosiano-schmittiana, sem qualquer uso de um palavrório indeciso, tão marcante do liberal-parlamentarismo. Isto evidenciaria, em uma leitura darwinista-nacional-socialista aplicada ao político que o caráter de seres superiores⁵⁷⁸ das tradições germanas haveriam de ser retomadas no III Reich em construção por intermédio da aplicação da imposição e da força em todos os níveis, inclusive no âmbito do político.⁵⁷⁹

Este enfrentamento entre sangue e o mundo as finanças e suas conexões com os avanços da técnica ou, como sugere Herf, entre sangue e ouro, possui um viés que não logra distanciar-se da análise do papel da tecnologia, senão ao contrário.⁵⁸⁰ Em suma, trata-se de que o “[...] nacionalsocialismo nunca rechazó la tecnología ni luchó contra ella” (HERF, 1990, p. 407),⁵⁸¹ mas haveria de refletir a antecipação schmittiana de que “[...] die Technik dient nicht nur dem Komfort, sondern ebenso sehr der Produktion gefährlicher Waffen und Instrumente [...]”. (SCHMITT, 2002a, p. 75).⁵⁸²

Retomar a técnica para os fins almejados pelo regime implicava substituir os afazeres meramente financeiros, o que supunha, nos termos conceituais pensados desde o nacional-socialismo um movimento libertador relativamente ao domínio do mundo

⁵⁷⁸ Neste aspecto encontramos um ponto argumentativo importante para, momento seguinte, autores como Schmitt viessem a legitimar a eliminação do inimigo e, já em tempos do triunfo nacional-socialista, pudesse o regime traduzir o argumento em políticas de Estado.

⁵⁷⁹ Sobre o conceito do político e as ligações com a ideia de violência como o seu elemento constitutivo essencial remetemos o leitor para os capítulos X, XI e XII.

⁵⁸⁰ A afirmação do valor da tecnologia impunha-se em vários setores da elite nacional-socialista, Goebbels incluso, cujas estratégias envolvendo os recursos tecnológicos para a propaganda do regime são bastante bem conhecidos.

⁵⁸¹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] nacional-socialismo nunca rechaçou a tecnologia nem lutou contra ela”.

⁵⁸² O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a técnica não apenas serve para a produção do conforto mas também para a produção de armas e instrumentos perigosos [...]”.

das finanças (de predomínio judeu) que submetia a tecnologia. Este era um movimento apenas concretizável por meio do enfrentamento do sangue e do valor da raça ariana contra o mundo das finanças, de domínio alegadamente judeu⁵⁸³ e que constituía um quadro desentronizador do político em favor dos valores orientadores da economia e da administração pública⁵⁸⁴ tecnicizada ou não orientada segundo o político. Esta é uma estratégia que logo mostraria a inspiração no discurso conservador revolucionário à teorização em torno ao *Blut und Boden* (sangue e solo).

O espírito (*Geist*) germano poderia, prévio triunfo nesta luta contra o mundo das finanças e os seus dominadores, passar a exercer o domínio sobre a técnica em perfeita sintonia para a consecução das finalidades do Reich.⁵⁸⁵ Parte da capacitação e *expertise* bélica alemã devinha das experiências da guerra franco-germânica⁵⁸⁶ na qual a Alemanha soube encontrar os meios para triunfar.⁵⁸⁷ Ali encontravam-se as raízes do

⁵⁸³ Esta é uma argumentação que pode ser encontrada de forma mais detalhada em uma antiga obra de Schwerber intitulada *Nationalsozialismus und Technik*. Ver SCHWERBER, (1930, p. 3).

⁵⁸⁴ Schmitt chama a atenção em seu texto intitulado *La filosofía del Estado de la contrarrevolución* que o Estado moderno teria configurado os prenúncios weberianos de que o interpretava como uma grande empresa (cf. SCHMITT, 2009g, p. 69).

⁵⁸⁵ Resta suficiente e bastante claro que uma ponderação não necessariamente muito refinada indica com clareza o quanto o domínio nacional-socialista da dimensão técnica apenas a instrumentalizou antes do que propiciar uma emancipação humana de dependências e opressões historicamente postas.

⁵⁸⁶ O período posterior a guerra franco-germânica e anterior à eclosão da Primeira Grande Guerra Mundial como um período cujas gerações ali formadas e que, por certo, foram aquelas que ocuparam postos-chave no período posterior ao conflito bélico. A respeito deste período comenta Stern que trata-se de um momento em que era observável uma “dismal failure” (STERN, 1974, p. 195-196). Uma geração marcada por o que Stern denomina de lúgubre malogro não deixaria, como não deixou, de influenciar decisivamente a sua forma de construção teórica e inserção política.

⁵⁸⁷ A Guerra Franco-Prussiana teve lugar entre os anos de 1870 e 1871 e entre seus elementos motivadores encontramos a vacância do trono espanhol devido à renúncia de Isabel II e a oferta da Coroa para um Hohenzollern. O antiprussianismo latente na Europa do período levou a fortes reações, principalmente da França. Sob o comando do monarca Guilherme I e contando com o Chanceler Otto von Bismarck a Prússia foi à guerra contra a França comandada por Napoleão III. Já nesta guerra detalhes de uma maior preparação técnica prussiana iam sendo evidenciados, e a evolução tecnológica de seus

desenvolvimento tecnológico em matéria militar, bem como da confiança nas virtudes de seus combatentes, que lhe seriam úteis no conflito mundial de abertura do século XX.

Para os fins de que aqui nos ocupamos a leitura do conservadorismo revolucionário deve ser abordada desde uma mirada histórica preservadora da multiplicidade das fontes intelectuais e políticas operantes na República de Weimar. Estas múltiplas fontes dentre as quais sobressaem figuras com Jünger, Moeller, Spengler e van den Bruck no pós-guerra prenunciavam valores e virtudes contraditórios tanto à vida liberal como às esquerdas, malgrado com estas nutrissem o apreço pelas ditaduras. Assim, como dissera Jünger, o desfecho da Primeira Grande Guerra Mundial “[...] resultó decisivo el grado en que pudieron movilizarse los médios de la democracia nacional, como son los parlamentos, la prensa liberal, la opinión pública, el ideal de la humanidad”. (JÜNGER, 1993, p. 227).⁵⁸⁸

A assinalada multiplicidade das forças político-ideológicas operantes no âmago da República de Weimar e a complexidade da situação se mostrou capaz de alinhar nacional-socialistas e comunistas em ataques aos valores republicanos, malgrado suas profundas diferenças que, por certo, ficariam bastante claras desde os primeiros momentos nos trabalhos filosófico-políticos de Schmitt, o antiliberalismo de ambos

canhões, Krupp, de aço e carregados pela culatra representavam uma vantagem tecnológica sobre os franceses, todavia carregados pela boca, dada a maior agilidade e velocidade na carga. Por outro lado, o triunfo alemão nesta guerra colocaria alguns dos elementos que logo seriam evocados nas posteriores guerras mundiais. Na assinatura da rendição francesa por meio da Paz de Frankfurt assinada em 10 de maio de 1871, os franceses se comprometiam ao pagamento de pesadas indenizações (prática que seria retomada, inversamente, em Versalhes contra os alemães) e, ainda, entregando a Alsácia-Lorena aos alemães, com todos os direitos a uma riqueza então estratégica, o carvão. A paz, contudo, não seria a marca daqueles dias, senão um mero estado de guerra indireta ou paz velada, que para Spengler fora garantida pelos exércitos de forma anormal até 1914 (*cf.* SPENGLER, 1941, p. 49).

⁵⁸⁸ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] o grau em que puderam ser mobilizados os meios da democracia nacional resultou decisivo, tais como o são os parlamentos, a imprensa liberal, a opinião pública e o ideal de humanidade”.

grupos era tão intenso como o seu apoio a ditadura. Outros pontos de convergência mantidos pelos intelectuais do conservadorismo revolucionário encontram-se também ao considerar tanto a cultura política guilhermina imediatamente precedente como o movimento contrarrevolucionário francês cuja atualização era bem representado por Schmitt.

Wolin é autor que convém na reafirmação do papel desempenhado pela contextualização dos eventos ocorridos em Weimar. Segundo sua aproximação da análise dos temas dos quais nos ocupamos centralmente “[...] the question of the intellectual climate in the Weimar years that prepared the ground for Germany’s turn to fascism is a subject that has received much attention in recent years” (WOLIN, 1990, p. 394).⁵⁸⁹ Portanto, reiterar o papel desempenhado pelo contexto histórico de Weimar bem como de que forma nele intervieram os seus principais atores parece-nos uma tarefa imprescindível para posicionar as possibilidades interpretativas dos trabalhos de intelectuais que, como Schmitt, operaram vivamente.

Sugerimos que a análise deste contexto e de seus operadores em relação com o mesmo permitirá a compreensão de em quais chaves foram cozidos os conceitos formadores de todo o substrato cultural do período, e que foi capaz de encetar as raízes profundas do nacional-socialismo na Alemanha. Nossa visão do problema sugere que o próprio conservadorismo revolucionário, então sobremaneira influente, poderia igualmente ter desenvolvido um grande papel nesta nefasta transição de valores

⁵⁸⁹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a ambiência intelectual dos anos de Weimar preparou as condições da passagem da Alemanha ao fascismo é assunto que recebeu muita atenção nos anos recentes”.

democrático-liberais aos valores totalitários representados pela progressiva consolidação do nacional-socialismo.⁵⁹⁰

O processo formativo que tornou possível a afirmação da cultura nacional-socialista não se daria de forma livre, imediata e direta. A colaboração do conservadorismo revolucionário neste processo bem pode ser apreciada desde a leitura do tema que nos oferece Neaman, autor para quem a “[...] Conservative Revolution played a key role at least in making ultranationalist, antiliberal positions more acceptable to Weimar intellectuals and policy makers” (NEAMAN, 1999, p. 32-33).⁵⁹¹ É nosso propósito ressaltar este papel-chave desempenhado pela revolução conservadora no sentido de pavimentar o caminho para a afirmação e legitimação do totalitarismo a partir de uma cultura política pública em que predominava uma cultura autoritária latente na Alemanha.

O movimento colonizador da leitura do político proveniente do movimento conservador revolucionário encontrou pouca resistência em seu processo de consolidação e posterior conexão totalitária no cenário político, predomínio este afirmado naquela que era uma República desabitada por republicanos (*cf.* HERF, 1990,

⁵⁹⁰ Para confirmar esta hipótese podem ser trabalhados alguns textos de Hitler fundadores do nacional-socialismo, ainda da década de 20, antes do que os discursos de viés mais panfletário da década de 30 posteriores a assunção do poder. A este respeito ver HITLER, (2007). Especificamente sobre a importância da teorização hitleriana para a determinação dos destinos do nacional-socialismo, Herf é incisivo a este respeito, afirmando que “[...] la ideología de Hitler fue el hecho político decisivo del régimen nazi” (HERF, 1990, p. 22), razão pela qual postulamos a importância de realizar a contraposição entre o pensamento conservador revolucionário e a teoria hitleriana com fins de concluir da proximidade entre ambos e, por conseguinte, de como Schmitt também aproximar-se-ia dos textos e dos princípios de raiz do nacional-socialismo ainda antes de que alcançassem o poder. O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] a ideologia de Hitler foi o fato político decisivo do regime nacional-socialista”.

⁵⁹¹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “A revolução conservadora desempenhou um papel chave para fazer as posições ultranacionalistas e antiliberais mais aceitáveis aos intelectuais weimarianos bem como aos seus legisladores”.

p. 54).⁵⁹² A República de Weimar encontraria parcialmente os motivos de seu ocaso neste aspecto conjugadamente com a forte articulação e pressão dos grupos conservadores e de fortes sentimentos nacionalistas que reclamavam a magnanimidade perdida e a recuperação do orgulho ferido em um só movimento político positivado nos termos conclusivos da Primeira Grande Guerra Mundial.

O contexto em que era cozida com mais empenho e intensidade a cultura conservadora revolucionária que gestava um regime ditatorial tinha lugar em um momento especialmente proclive a tal discurso, e a baixa resistência articulada dos democratas weimarianos assim bem o atesta. Em reforço a esta leitura do processo von Klemperer sublinha que a corrente conservadora se apresentava paralelamente aos doutrinários do nacional-socialismo emergente (*cf.* VON KLEMPERER, 1968, p. 11), posições estas que são compatíveis com a interpretação histórica de Shirer sobre as condições de possibilidade para a afirmação histórica do regime nacional-socialista sintetizada na existência de uma tradição autoritária na história alemã (ver SHIRER, 2008).⁵⁹³

Há corrente de intérpretes que sugerem a inserção do autoritarismo germano tal como, dentre outros Shirer mas também Sontheimer, que permite solidamente explorar

⁵⁹² Crítica idêntica é realizada por von Klemperer quando questiona os motivos pelos quais a República de Weimar tornou-se órfã de republicanos, o que é identificado como um problema-chave (ver VON KLEMPERER, 1968, p. 75). Sugerimos que uma abordagem desta importante questão mantém direta relação com o poder persuasivo que o conservadorismo revolucionário exerceu naquela quadra histórica. Sua decidida crítica sobre as instituições democrático-weimarianas encontrou importante companheiro de jornada no trabalho teórico de Schmitt, que soube aliar a dimensão política à jurídica, de sorte a ampliar os danos possíveis à cultura política e jurídica weimariana por intermédio da disseminação da fragilidade e torpeza das instituições weimarianas.

⁵⁹³ Adotando a leitura do texto principal apoiada na consolidada obra de Shirer, podemos realizar aproximação a cultura weimariana questionando o papel pontual que poderá ter exercido a tradição conservadora revolucionária em toda uma tradição autoritária no sentido de possibilitar a ascensão do regime e, ainda nos limites comparativos a esta tradição, a investigação sobre a convergência da teoria schmittiana bem como sobre o eventual papel de suporte teórico que poderia ter desempenhado.

o papel do conservadorismo revolucionário com o nacional-socialismo. O que em especial esta literatura em parte composta por historiadores tem de especial relativamente aquela composta por especialistas em Schmitt diz respeito a uma análise mais ampliada do contexto e dos movimentos com os quais dialogou o nosso pensador, aspecto não raro colocado em segundo plano pelos seus comentaristas. A exploração desta literatura é especialmente importante porque estabelece o nexo entre o conservadorismo revolucionário e o nacional-socialismo e, paralelamente, o vínculo teórico de Schmitt relativamente a estas duas tradições. O conservadorismo revolucionário aparece dentre vários comentaristas como movimento que mantém esclarecidas conexões teóricas e como suporte teórico do nacional-socialismo.

Neste sentido, por exemplo, Sontheimer reconhece abertamente que “[...] National Socialism, moreover, derived considerable profit from thinkers like Oswald Spengler, Moeller van den Bruck and Ernst Jünger,⁵⁹⁴ despite the fact that latter it emphatically rejected them” (SONTHEIMER, 1970, p. 43).⁵⁹⁵ Este reconhecimento nos interessa profundamente pela proximidade que o trabalho de Schmitt revela quanto aos princípios e conceitos do conservadorismo revolucionário, movimento que se desenvolve em paralelo com os principais trabalhos schmittianos durante a década de 20 quando, por certo, ainda não havia aderido ao nacional-socialismo, o que ocorreria tão somente, como se sabe, em 1933.

Como vem sendo observado, o trabalho destes teóricos teve lugar em um clima intelectual marcadamente antidemocrático amplamente disseminado em Weimar. Como viemos sublinhando, esta ambiência favoreceu sobremaneira a tarefa da argumentação

⁵⁹⁴ Uma interessante referência bibliográfica que abrange amplos aspectos dos membros componentes do conservadorismo revolucionário pode ser encontrado em MOHLER, (1999).

⁵⁹⁵ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] nacional-socialismo, além disto, obtém considerável benefício de pensadores como Oswald Spengler, Moeller van den Bruck, Armin Moeller, e Ernst Jünger, embora este último enfaticamente os rejeite”.

em prol de um Estado forte ou totalitário, de marcada aversão ao abstrato e ocupado na realização de formas políticas aos quais aderiria Schmitt reputando-as como existenciais concretas (*cf.* SCHMITT, 2001j, p. 80) que, logo, se transformariam no fundamento da teoria do Estado total (*cf.* MARCUSE, 1968, p. 39).⁵⁹⁶ Isto sim, um destes grupos antidemocráticos identificava-se com o monarquismo cuja mais incisiva nostalgia desejava a restauração dos valores e instituições do período guilhermino antes que uma reação política em busca de novos rumos para a Alemanha.

As diferenças não mais são estranhas, e a ideia de reação converge com a revolução⁵⁹⁷ e, por outro lado, o conservadorismo converge com o efeito transformador com o qual este movimento desde sempre se mostrara refratário. Em suma, convergem, o conservador e o revolucionário que, como diz Jünger, “[...] quedan fatalmente identificados” (JÜNGER, 1993, p. 238),⁵⁹⁸ como se sempre se houvessem feito acompanhar um ao outro.

⁵⁹⁶ Marcuse dedica atenção a análise da projeção do existencialismo sobre o âmbito do político, concluindo que será tomado como fundamento do totalitarismo posto que lança mão das “[...] fuerzas de la tierra y de la sangre”, de un pueblo se realizan históricamente bajo formas políticas determinadas sólo cuando por encima del pueblo se ha establecido una verdadera estructura de poder: el estado” (MARCUSE, 1968, p. 39). Marcuse faz depender da existência do Estado a possibilidade de consecução das condições históricas do totalitarismo, e nele a organização da filosofia existencial poderia desempenhar o seu papel em conexão com conceitos-chave da filosofia política schmittiana. O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] “forças da terra e do sangue”, de um povo se realizam historicamente sob formas políticas determinadas apenas quando sobre o povo foi estabelecida uma verdadeira estrutura de poder: o Estado”.

⁵⁹⁷ Encontramos nestes argumentos aspectos centrais do conservadorismo revolucionário. O seu ideal “revolucionário” estava representado pela retomada de valores por intermédio de um estado de coisas vigente até momentos antes na Alemanha guilhermina sem que houvesse uma unanimidade em todos os grupos conservadores acerca da aspiração da restauração em sua forma monárquica. A rigor, o movimento não encontra uma unidade e coesão indiscutíveis, senão que são detectáveis certas fricções em seu interior, por exemplo, a respeito da intensidade das posições antiburguesas, contra o parlamentarismo, contra a República bem como contra o socialismo (*cf.* VON KLEMPERER, 1968, p. 191).

⁵⁹⁸ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] restam inexoravelmente identificadas”.

A respeito destas fricções entre os grupos é importante notar para algumas diferenças entre os grupos que coabitavam o conservadorismo revolucionário. Dentre estas algumas das diferenças que lhes marcavam uma delas diz respeito às fontes de cada grupo, abordagem que pode encontrar síntese em que enquanto certos grupos apontavam para Burckhardt e Nietzsche como teóricos inspiradores, outros, mais incisiva e radicalmente ligados às teorias racistas,⁵⁹⁹ enquanto outros grupos inclinavam-se por Gobineau⁶⁰⁰ e Chamberlain⁶⁰¹ (cf. VON KLEMPERER, 1968, p. 196).⁶⁰² Este grupo encontra-se marcado por sua ênfase ao aspecto racial, biológico e em grande parte antissemita bastante presente como caracterizadores das obras de Gobineau e Chamberlain. O antissemitismo, contudo, remetia a muito antes da virada de

⁵⁹⁹ Aqui, fundamentalmente, desejamos sublinhar para as teorias evolucionistas-darwinistas que apontavam para seres superiores.

⁶⁰⁰ Joseph Arthur Gobineau (1816-1882), também conhecido como *Conde de Gobineau* por força do falseamento de um título nobiliário, foi um intelectual francês que viria a ganhar certa notoriedade por motivo de suas teorias racistas desenvolvidas no século XIX. Os seus trabalhos viriam ganhar importância renovada no século XX por meio de sua reabilitação para os fins políticos do nacional-socialismo. Seu principal livro foi *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, de 1855, que colocaria o eixo central de sua filosofia acerca de que a miscigenação conduziria a degeneração das raças.

⁶⁰¹ Britânico, Houston Stewart Chamberlain (1855-1927), foi autor que se tornou relativamente conhecido devido aos seus trabalhos carregados de argumentos proclives aos valores da raça ariana. Os seus primeiros contatos com o nacionalismo extremista deu-se na Alemanha, onde se aproximou do antissemitismo, tendo dentre os leitores de seus escritos ao próprio Hitler. Sua obra fundamental foi *Os fundamentos do século XIX*, de 1899, ainda durante o período guilhermino, portanto. A sua recepção durante o governo do Kaiser Guilherme II foi importante. Sua naturalização alemã permitiu que se aproximasse todavia mais do regime e de seus pressupostos racistas e antissemitas, com os quais colaborou continuamente.

⁶⁰² Malgrado as observações de von Klemperer sobre as fontes do conservadorismo revolucionário e suas conexões com as fontes nacional-socialistas, sugerimos que, se cabem divergências quanto a intensidade dos movimentos de crítica não há, em realidade, divergência quanto a que o movimento se colocava em posição de franca crítica a todos os elementos indicados por von Klemperer que, por certo, encontram-se todos eles bastante e intensamente presentes em Schmitt.

século, e variada era a sua tradição,⁶⁰³ muito embora esta continuidade houvesse renascido e sido acrescida em potência quando Bismarck rompe com o nacional-liberalismo (*cf.* PULZER, 2003, p. 96).⁶⁰⁴

Por outro lado, as conexões que cada um destes dois grandes grupos foi estabelecendo e como estes se mantiveram mais ou menos atuantes quando do advento do nacional-socialismo. Não é o nosso propósito adentrar nos meandros deste tema senão meramente assinalar que Schmitt encontra-se localizado dentre aqueles que mantiveram relações com o regime, dentre os quais os mais ativos membros do conservadorismo revolucionário, e aí vale uma vez mais mencionar Jünger, Spengler, Moeller e van den Bruck.

Independentemente do grupo específico a que pertencessem, o conservadorismo revolucionário os tornava partícipes de um conjunto mínimo de ideias mesmo projeto filosófico-político. Uma destas ideias em torno do qual a união era possível, e a nosso ver central, era a da ansiosa dedicação pela afirmação teórica de um passado comum que justificasse as políticas públicas. Uma outra ideia também relevante neste contexto filosófico-político conservador revolucionário encontra-se no conceito de homogeneidade (*homogenität*), que em uma de suas dimensões mantém forte conexão com o elemento étnico-racial que, segundo rigor histórico, inexistira meros cem anos

⁶⁰³ Interessante a este respeito é o relato de Richard. Nos deparamos com um quadro que remete o mais intenso antissemitismo ao último quarto do século XIX: “O antissemitismo era antigo na Alemanha, existia desde muito antes de 1914. O primeiro partido a propor abertamente um combate antissemita, o Partido Operário Cristão-Social do pastor Adolf Stöcker, datava de 1878. Em 1879, o jornalista Wilhelm Marr havia fundado uma liga antissemita. Em 1881, o pseudo-filósofo Eugen Dühring pretendia estabelecer as bases ‘científicas’ do antissemitismo ao denunciar uma fantasista ‘dominação judia’”. (RICHARD, 1988, p. 21-22).

⁶⁰⁴ Pulzer chama a atenção para o fato de que o antissemitismo, de fato, nunca desaparecera. Isto sim, “[...] even during the apogee of the 1860s” (PULZER, 2003, p. 96), o que bem denota em quais profundezas esta percepção do judeu habitava a cultura germana. O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] mesmo durante o apogeu dos anos 1860”.

antes⁶⁰⁵ mas que reaparece na concepção de um Estado como portador de unidade, a efetiva representação de um todo homogêneo.

Contudo, remanesce o debate sobre a real inserção deste elemento na filosofia política schmittiana antes de sua formal adesão ao nacional-socialismo (ver GROSS, 2005), muito embora, claro esteja, que o conceito de homogeneidade se revela promissora para as finalidades que, finalmente, seriam abraçadas pelo autor entrada a década de 1930.⁶⁰⁶ Neste sentido, por exemplo, nos comenta Rossi que “En el caso de Schmitt se busca la «homogeneidad» del pueblo y su «aclamación» del líder carismático [...]” (ROSSI, 2004, p. 154).⁶⁰⁷ A confirmação de que em Schmitt encontramos com um claro interesse pelo conceito de homogeneidade em articulação com os argumentos do conservadorismo revolucionário do período se reveste de

⁶⁰⁵ É interessante a este respeito a nota de Benz acerca das origens da formação territorial e política alemã do final do século XVIII e início do XIX: (a) “Germany at the End of the Eighteenth century, at the time of the French Revolution, was constitutionally and politically a highly heterogeneous entity consisting of more than one thousand independent territories, secular and ecclesiastical principalities [...]” (BENZ, 2007, p. 1). É possível, por um lado, questionar o grau de identidade e homogeneidade reclamado pelos movimentos conservador-revolucionário e também nacional-socialista, aspecto que pode ser reforçado pelo texto de Benz quando comenta que (b) “The political and constitutional fragmentation of the first [...] the “old” Reich, did not prevent a rich diversity of cultural currents from flourishing; on the contrary [...]. The brilliant intellectual era of German Classicism was at the same time the era of Germany’s greatest political fragmentation and powerlessness” (BENZ, 2007, p. 1). Por outro lado, podemos igualmente detectar as tradições absolutistas de governo em um passado recente conforme indicado era o caso, por exemplo, da Prússia. Às citações acima sugerimos as seguintes livres-traduições: (a) “A Alemanha ao final do século XVIII, no momento da Revolução Francesa, era uma entidade constitucional e politicamente altamente heterogênea, consistente em mais de mil territórios independentes, principados seculares e eclesiásticos [...]”; (b) “A fragmentação política e constitucional do primeiro [...] o “antigo” Reich não preveniu o florescimento da rica diversidade de correntes culturais, ao contrário [...]. A brilhante era intelectual do classicismo germânico foi, ao mesmo tempo, uma era de grande fragmentação política e de impotência da Alemanha”.

⁶⁰⁶ Interessante mencionar, contudo, que este conceito em muito precede *Der Begriff des Politischen* de Schmitt, tão somente publicado em 1927.

⁶⁰⁷ Ao breve trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “No caso de Schmitt, há uma busca pela “homogeneidade” do povo e sua “aclamação” do líder carismático”.

importância para o desenvolvimento da interpretação da filosofia política e jurídico-constitucional que este trabalho se propõe.⁶⁰⁸

O movimento de Schmitt será, portanto, tão somente aplicar o conceito ao político sem enfatizar neste primeiro momento de concepção e publicação ao elemento racial algo que, não obstante, pode ser objeto de revisão entre os anos de 1933 e 1935. Este conceito de homogeneidade (*homogenität*) presente na corrente conservadora revolucionária voltada ao enfoque racial que encontra em Spengler um de seus representantes, é retomada em Schmitt de sorte a conceder-lhe um papel tão relevante a ponto de conectá-lo com o próprio conceito de democracia. Em seus escritos o autor comentaria esta posição de centralidade para o conceito de democracia fazendo depender a operatividade do próprio conceito da preexistência da homogeneidade,⁶⁰⁹ notas estas presentes em seu *Der Begriff des Politischen*, de 1927.⁶¹⁰

O conservadorismo revolucionário expressa nuclearmente uma aspiração a uma vida em que os atores mantenham a característica da homogeneidade (*homogenität*), conceito este que encontra conexão direta com uma forma política. Em paralelo a esta aspiração de homogeneidade há um elemento político que encontra referência indireta na síntese de Sontheimer quando nos menciona que “[...] their political impulse sprang from memories of Germany’s splendour under Kaiser Wilhelm and the great age of

⁶⁰⁸ Para uma maior atenção a este tema remetemos o leitor à atenta leitura dos quatro últimos capítulos desta tese doutoral.

⁶⁰⁹ Não é nosso objetivo neste momento trazer a tona o cerne do debate em torno a este tema. Para tanto, remeteremos este debate para os capítulos 10, 11 e 12.

⁶¹⁰ Seria necessário reunir os iguais segundo um conceito de homogeneidade para enfrentar o inimigo heroicamente, quer este enfrentamento se mostrasse necessário externamente (primeira versão de *Der Begriff des Politischen*) ou interno (segunda versão, de 1932, da referida obra) ou, ainda, conforme as conveniências indicassem, inteligência do conceito que nos advém mais apropriada para o schmittianismo nos período posterior a 1936. Portanto, este é um cenário em que a recepção dos conceitos de rechaço a uma época de educação (*Bildung*) e cultura (*Kultur*) representa a abertura das portas para o militarismo heroico proposto por vertentes conservadoras-revolucionárias.

Bismarck” (SONTHEIMER, 1970, p. 53).⁶¹¹ Há um movimento conceitual que indica uma relação conceitual entre o bismarckismo e o cesarismo que não pode deixar de ser considerada quando tenhamos em vista os acontecimentos e as marcas que o cesarismo deixaria nas primeiras décadas do século XX. Conforme Guarnieri, também no bismarckismo encontramos uma “[...] relativa autonomia do Estado em face das forças sociais, constituindo, neste sentido, uma forma de Cesarismo”. (GUARNIERI, 1998, p. 160).

Retomando a Sontheimer em conexão com as ideias subsequentes, desejamos chamar a atenção para o fato de que a ideia de que o impulso germânico remete a um momento de esplendor perdido em tempos de uma monarquia recente. Este momento admirado encontrava-se dotado de uma estrutura que evidenciava um único e superior poder publicamente reconhecido, a saber, a Coroa. Não obstante esta real admiração de amplos segmentos conservadores pelo período guilhermino, de resto também ao menos parcialmente compartilhada por Schmitt, as razões conservadoras-revolucionárias iriam buscar seus argumentos em ainda mais profundas raízes no *Geist* (espírito) germano, em uma ideia de *Gemeinschaft* (comunidade). Este conceito é um compartilhado por igual entre personagens como Jünger, Schmitt e Heidegger, autores que, como diz Rossi, “[...] recurren[m] al Estado para poder alcanzar ese «sentido de comunidad» y esa «unidad de acción», los cuales, de otro modo, entrarían en una irremisible decadencia” (ROSSI, 2004, p. 153),⁶¹² todos eles personagens destacados de uma época que mantiveram

⁶¹¹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] os impulsos políticos deles provém da recordação germânica de seu esplendor sob o Kaiser Wilhelm e a grande era de Bismarck”.

⁶¹² O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] recorre[m] ao Estado para poder alcançar este “sentido de comunidade” e esta “unidade de ação”, os quais, de outro modo, entrariam em uma irremissível decadência”.

contato (cf. GARCÍA-PELAYO, 1992, p. 374)⁶¹³ e que para alguns, como Faye, podem ser aproximados e alinhados sob a referência de possuírem em comum uma linguagem mortífera.

Todavía no mundo filosófico-jurídico espanhol encontramos em Elías Díaz a leitura da época de conceitos que reputamos chave para compreender aspectos da articulação teórica entre os três intelectuais destacados logo acima. Díaz faz especial referência a que o próprio termo *Gemeinschaft* (comunidade) tem um significado especial na doutrina alemã e que este sustenta a interpretação que viemos emprestando aqui, ou seja, a de que a comunidade nacional ou popular (*Volksgemeinschaft*) é termo que entronca com a ideia de que a

[...] nación como organismo biológico (raza, sangre, etcétera) y como organismo espiritual del correspondiente *Volksgeist*. La nación, en cuanto comunidad orgánico-espiritual, resulta así concebida como una entidad mística, casi religiosa, en la que predominan los factores y elementos inexpresables, inefables, misteriosos, inconscientes y ancestrales sobre los analíticos, conscientes, empíricos y racionales. (DÍAZ, 1991, p. 73).⁶¹⁴

Encontramos neste contexto uma aproximação possível a política, que é apresentada por Díaz como sendo descritiva de um “[...] ámbito del irracionalismo político y de la filosofía del mito, que, como veremos, serán notas predominantes en el *Führerstaat* del nacional-socialismo alemán y en su doctrina del poder, mítica e irracionalmente exaltado [...]” (DÍAZ, 1991, p. 73).⁶¹⁵ Este o contexto em se move

⁶¹³ Malgrado a nota de García-Pelayo, tem razão Heinrich Meier quando aponta para a abissal distância que separa Schmitt de Heidegger no que concerne ao ateísmo deste último (cf. STRAUSS, 2008d, p. 196).

⁶¹⁴ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] nação como organismo biológico (raça, sangue, etc.) e como organismo espiritual do correspondente *Volksgeist*. A nação, enquanto comunidade orgânico-espiritual, resulta assim concebida como uma entidade mística, quase-religiosa, na qual predominam os fatores e elementos inexpressáveis, inefáveis, misteriosos, inconscientes e ancestrais sobre outros, analíticos, conscientes, empíricos e racionais”.

⁶¹⁵ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] âmbito do irracionalismo político e da filosofia do mito que, como veremos, serão notas predominantes no *Führerstaat* do nacional-socialismo alemão e em sua doutrina do poder, mítica e irracionalmente exaltada [...]”.

Schmitt, encontrado com o conceito de *Gemeinschaft* (comunidade) expresso pela ideia bem transcrita de Rossi de que a comunidade bem se expressa pela unidade de sentimentos e ideias, dimensão amplamente oposta à pluralidade característica da sociedade burguesa (cf. ROSSI, 2004, p. 153). Schmitt sugere significar

[...] la entificación del pueblo, la sustanciación del colectivo *Volksgeist*, la existencia de una total comunión entre quienes de ese espíritu participan a través de su encarnación e identificación con el ser superior vivo y real que es la comunidad. (DÍAZ, 1991, p. 77).⁶¹⁶

Esta aproximação ao conceito de comunidade não houvera podido ocupar lugar proeminente durante o período de Guilherme II quando a sofisticação dos argumentos aduzidos pelos teóricos do conservadorismo revolucionário assim como a receptividade do conjunto da sociedade alemã tampouco havia apresentado as suas melhores condições históricas. Chegado este momento em meados da década de 1910 em diante, isto sim, e com o aprofundamento da experiência propiciada por tempos difíceis, então, a revivescência de esperanças, de valores e de virtudes de tempos primitivos de caráter mítico, antes do que históricos, haveriam de encontrar o momento para a sua melhor projeção e, neste contexto, a consolidação de discursos como os que supunham a aposta na homogeneidade, conforme destacávamos no parágrafo anterior.

Malgrado as promessas de realização da utopia invertida (realizar o passado no futuro) durante o regime nacional-socialista não encontrariam as condições teóricas para ser implementados porque, como diz Arendt, os regimes totalitários possuem estruturas atomizadas e individualizadas (cf. ARENDT, 1974, p. 405) e isto se deve à necessidade para que possam exercer o controle de forma efetiva calcados que estão em um grau de fidelidade possível apenas sob uma tal estrutura, e para isto, como recorda Díaz, estava posta a filosofia do mito, eficazmente operante no *Führerstaat*.

⁶¹⁶ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a entificação do povo, a substanciação do *Volksgeist* coletivo, a existência de uma total comunhão entre aqueles que participam deste espírito por meio da sua encarnação e identificação com o ser superior vivo e real que é a comunidade”.

Estes movimentos políticos inspirados por motivos nostálgicos estiveram constituídos por um profundo espírito antidemocrático que em sua essência foram compartilhados pelos vários grupos conservadores. A respeito da inserção dos diversos grupos de intelectuais nos diz Sontheimer que “[...] the subjection of a large part of intellectual Germany to the National Socialist *Weltanschauung*, later raised to the status of religion, could hardly have taken place without the antidemocratic movement which preceded it” (SONTHEIMER, 1970, p. 54).⁶¹⁷ Estes antecedentes identificados por Sontheimer destaca o seu papel para a construção da teoria conservadora revolucionária da qual logo se beneficiaria o nacional-socialismo. Mas não apenas do trabalho destes pensadores-chave do conservadorismo revolucionário se valeram os totalitários do primeiro quartel do século XX senão que também, e largamente, do trabalho de uma ampla gama da intelectualidade germana cuja proximidade poderia ser resumida em uma estratégia de beneficiar-se do regime e pela busca de posições na estrutura de poder que se edificava e que ainda oferecia postos a preencher.⁶¹⁸

A intelectualidade do período mostrou-se insuficientemente atenta aos desafios, desde logo, com as exceções que as vicissitudes históricas de qualquer período aportam. Os grupos ligados ao conservadorismo revolucionário desempenharam ativamente um papel corrosivo que, outros, por motivos vários, apenas levaram a adotar posições de omissão quando a catástrofe se desenhava. Este processo de corrosão não foi exatamente rápido, sendo, ao contrário, um verdadeiro processo de cozimento de

⁶¹⁷ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a submissão de uma ampla parte da intelectualidade alemã à *Weltanschauung* [cosmovisão] nacional-socialista, posteriormente elevado a status religioso, arduamente poderia ter lugar sem o movimento antidemocrático que lhe antecedeu”.

⁶¹⁸ De qualquer sorte, quer orgânicos ou não, o fato é que muitos intelectuais serviram ao regime e a aproximação com os seus trabalhos permite uma melhor avaliar a dimensão de sua conexão interna com o regime da barbárie.

valores republicanos de Weimar, solapamento este que contou com receptividade popular.

O conceito básico conceito democrático não obtinha tanto apreço em solo alemão, o que se fazia refletir na escassa capilaridade dos valores constitucionais de Weimar. Esta leitura também pode ser confirmada por meio da interpretação de Sontheimer, autor que chama a atenção para a hipótese de que o pensamento antidemocrático auxiliou decisivamente no processo de solapamento da concepção de Estado então existente e que, indiretamente, tal pensamento crítico das instituições democráticas “[...] helped through its tendency against the existing state to clear the ground in which a big oppositional movement like the mass National Socialist party could unfold”. (SONTHEIMER, 1970, p. 44).⁶¹⁹

3.4. O APORTE DO CONSERVADORISMO REVOLUCIONÁRIO PARA A FORMAÇÃO TEÓRICA DO NACIONAL-SOCIALISMO

Nos estertores da argumentação até aqui em apresentação sugerimos ser de relevância para a consecução dos objetivos deste trabalho doutoral dar continuação ao processo de confirmação da conexão entre os argumentos do conservadorismo revolucionário e os apresentados no âmbito do fenômeno nacional-socialista,⁶²⁰ em suma, como reconhece Trierweiler, de que estamos perante um movimento que se

⁶¹⁹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] auxilia por intermédio de sua tendência contrária ao Estado existente para esclarecer os motivos nos quais um grande movimento de oposição como o partido de massa nacional-socialista teria podido propor”.

⁶²⁰ Em um momento seguinte voltaremos ao tema para argumentar acerca desta ligação, isto sim, desde a análise do ponto de vista de suas conexões de conteúdo, indispensável para confirmar a serventia do conservadorismo revolucionário aos propósitos do nacional-socialismo e, por conseguinte, a nossa hipótese de que a teoria schmittiana, em diálogo com o referido conservadorismo, também foi instrumentalizada para a ascensão do regime e, por consequência, mesmo antes de 1933, mostra evidentes sinais de nela dormitarem os ovos da serpente.

revela a “[...] matriz del nacionalsocialismo” (TRIERWEILER, 2010, p. 15).⁶²¹ Este papel de destaque encontra sua razão de ser no fato de que a argumentação conservadora é o ponto de apoio desde o qual avaliarmos a veracidade de nossa proposta de interpretação schmittiana desde este *locus* teórico bem como da possibilidade de que a teoria schmittiana pós-1933 apenas represente uma exposição dos princípios conservadores revolucionários mais radicais em sua aplicação ao político.

Por intermédio da leitura sugerida no parágrafo acima encontra-se em nosso exame o significado e alcance do trabalho teórico desempenhado por Schmitt assim como das possibilidades interpretativas de sua obra. Investigamos aqui a possibilidade de sua ordenada coordenação com o sentido de servir ao regime nacional-socialista ainda antes de sua formal adesão ao partido. Em comum o nacional-socialismo, o conservadorismo revolucionário e Schmitt apresentam aquilo que von Klemperer denomina de “[...] revolt against the revolt” (VON KLEMPERER, 1968, p. 26-27)⁶²² mas, isto sim, que também possui uma outra marca teórica em comum, a da preocupação com o valor do mito e com a reinstauração dos valores do passado germânico (cf. LACOUÉ-LABARTHE; NANCY, 1991, p. 18-19).

Esta é uma interpretação a sugerir que os movimentos revolucionários, ilustrados e inovadores, são destituídos de valor o qual, sim, o possuía, aqueles movimentos revolucionários caracterizados como conservadores. Este seu valor residia em sua destinação à restauração dos valores da mais genuína *Gemeinschaft* (comunidade) alemã,⁶²³ conceito este que faz direta remissão a Tönnies,⁶²⁴ embora nele não se

⁶²¹ Ao trecho sugerimos a tradução que segue: “[...] matriz do nacional-socialismo”.

⁶²² O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] revolta contra a revolta”.

⁶²³ Ferdinand Tönnies (1855-1936) é um dos autores que trabalha um conceito de comunidade (*Gemeinschaft*) que, logo, repercutiria na obra de Weber mas, e aqui isto mais nos importa, nas próprias reflexões do conservadorismo revolucionário e, passo seguinte, do nacional-socialismo, muito embora com esta ligação não o estejamos responsabilizando de sua apropriação por parte do nacional-socialismo,

detenhas dadas as conexões com o também ativo conservador revolucionário Hans Freyer.⁶²⁵

regime com o qual, desde logo, manteve aberta antipatia. Tanto o conservadorismo quanto o nacional-socialismo demonstram interesse pelo conceito de comunidade (*Gemeinschaft*) por força de sua remissão a uma ideia de existência coletiva bem organizada e homogênea perdida em algum lugar do passado e que se lhes era apresentada como uma ideia desejável de ser restituída.

⁶²⁴ Encontramos nos conceitos de *Gesellschaft* (sociedade) e de *Gemeinschaft* (comunidade) de Ferdinand Tönnies uma importante divisão conceitual que, logo, serviria para os propósitos dos teóricos do conservadorismo revolucionário. A ideia *Gesellschaft* (sociedade) está atrelada a compreensão dos vínculos que efetivamente são estabelecidos em sociedades de tipo capitalista. Por outro lado, o conceito de *Gemeinschaft* (comunidade) tinha por sentido expressar o quão orgânicas podem ser as sociedades em suas organizações ou, ainda, em uma agrupação fundamental que, marcada pela ação de suas forças centrípetas, dissona e se opõe às manifestações centrífugas do individual-liberalismo próprio da cultura burguesa. Estes eram conceitos que bastante bem serviriam às construções teóricas do conservadorismo revolucionário de inícios do século XX, em especial o conceito de *Gemeinschaft* (comunidade), movimento este que seria bem acolhido no pensamento de Spengler, Jünger e Heidegger.

⁶²⁵ É certa a conexão da obra de Tönnies mencionada na nota anterior com aspectos do conservadorismo particular. Esta ligação é especialmente destacável em seu conceito de comunidade e sociedade derivado de seu livro publicado no último quartel do século XIX, *Gemeinschaft und Gesellschaft*, encontramos com o livro de Hans Freyer (1887-1969). Freyer, por sua vez, foi um dos conhecidos autores que obtiveram destaque dentre os conservadores revolucionários. Em um de seus livros, *Soziologie als Wirklichkeitswissenschaft (Sociologia como ciência da realidade)*, o autor se manifesta favoravelmente a conceituação de *Gemeinschaft* de Tönnies, divulgando-o no âmbito de seu trabalho. Freyer ocupou-se da difusão do papel da guerra no início da década de 20. Em sua obra *Der Staat* (O Estado), o autor ocupou-se em caracterizar o Estado assentado em basicamente três princípios cardeais a realizar: guerra, prontidão e conquista (cf. MORAES, 2010, p. 246). Moraes destaca que o Estado para Freyer necessitava da configuração destes três elementos para que adquirisse sua realidade que, portanto, indicaria que a guerra era o próprio oxigênio do Estado (cf. MORAES, 2010, p. 246). Por este motivo encontramos com sua visceral oposição ao pacifismo, aspecto no qual toda a tradição do conservadorismo revolucionário converge com a crítica schmittiano ao liberalismo-burguês. Contudo, Freyer não apenas foi um conservador revolucionário (cf. ERMARTH, 1992, p. 846) como também manteve estreitas relações com o regime nacional-socialista, vindo a ocupar representativos cargos na hierarquia cultural do regime, por exemplo, tendo sido o substituto do próprio Tönnies na *Deutsche Gesellschaft für Soziologie* em 1933, já nos primeiros passos do regime, não obstante, como reconheceu o próprio Tönnies em 1931, de que Freyer recepcionara bastante bem sua teoria presente em seu influente *Gemeinschaft und Gesellschaft* (cf. TÖNNIES, 1987, p. 31). Em primeiro lugar, Tönnies assinala que o conceito de comunidade contém um pensar comum e igual, que ele contém (a) “[...] impresiones e sentimientos de idéntico carácter, sin embargo, en la “relación de unión” es donde predomina el pensamiento: pues no hay

A revolta assinalada por von Klemperer bem como o movimento contra-ilustrado caracterizadores do conservadorismo revolucionário aparecem ao lado do conceito de *Gemeinschaft* e a entronização do mítico germânico como um valor essencial, vínculos teóricos estes de um conservadorismo alemão que é tomado como hipótese auxiliar junto a Herf. Segundo o autor, tanto antes como após a ascensão ao poder do nacional-socialismo se fez presente uma

[...] corriente importante dentro de la ideología conservadora y luego dentro de la ideología nazi fue una conciliación entre las ideas antimodernistas, románticas e irracionales del nacionalismo alemán y la manifestación más obvia de la racionalidad de medios y fines, es decir, la tecnología moderna. (HERF, 1990, p. 18).⁶²⁶

união sin *memoria*, y memoria como sólo los hombres son capaces de tener gracias al lenguaje; ya que la característica esencial de esta relación de unión es la conciencia de su existencia y del querer común e igual que se da en ella [...]” (TÖNNIES, 1987, p. 30). As teorias antidemocráticas que operavam em Weimar, tais como o conservadorismo revolucionário, encontraram na tese de Tönnies acerca desta reunião de elementos idênticos conformadores do conceito de comunidade um elemento interessante para constituir o seu agrupamento de empréstimos teóricos de diversas origens que terminariam por compor as suas teses centrais. Neste aspecto, por certo, neste momento é apenas possível mencionar, antes que detalhar, a conexão desta ideia com o conceito schmittiano de homogeneidade. Por outro lado, a conexão da teoria de Tönnies sobre a comunidade (*Gemeinschaft*) se apresenta historicamente como precedente do de sociedade (*Gesellschaft*) mas, e aqui parece-nos encontrar-se uma contradição com as necessidades teóricas do conservadorismo revolucionário e do nacional-socialismo, é que Tönnies afirma que tal conceito se mostra irreversível (cf. TÖNNIES, 1987, p. 31). Seu leitor, Freyer, lançando mão de seu estudos da obra de Tönnies, trataria de tornar o nacional-socialismo (b) “*salonfähig* [...] *academiefähig* [...]” (ERMARTH, 1992, p. 846). Uma tradução livre para os trechos acima são: (a) “[...] impressões e sentimentos de idêntico caráter, sem embargo, na “relação de união” é onde predomina o pensamento, pois não há união sem memória, e memória como apenas os homens são capazes de possuir graças a linguagem. Já que a característica essencial desta relação de união é a consciência de sua existência e do querer comum, e da mesma forma que nela ocorre [...]”; (b) “[...] capaz de ser apresentado socialmente [...] academicamente habilitado [...]”. Igualmente interessante é a observação de Muller sobre a proximidade de Freyer, ademais de sua natural conexão com todos os conservadores revolucionários, também com Schmitt (ver MULLER, 1988).

⁶²⁶ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] corrente importante dentro da ideologia conservadora e, logo, dentro da ideologia nacional-socialista foi uma conciliação entre as ideias antimodernistas, românticas e irracionais do nacionalismo alemão e a manifestação mais óbvia da racionalidade de meios e fins, ou seja, a tecnologia moderna”.

Esta conciliação de ideias apontada por Herf nos sugere que, ao menos, os conceitos mais caros das diversas tradições apontadas, haveriam de encontrar algum tipo de aproximação possível. Neste sentido, portanto, o direcionamento de conceitos conservadores como a *Gemeinschaft*, a perspectiva contra-ilustrada bem como o mito germânico. A sugestão herfiana da conciliação entre elementos antimodernistas, românticos e irracionais no âmbito de um pensamento que desembocaria no nacional-socialismo permite-nos sugerir que uma grande corrente teórica seria formada a partir de uma pluralidade mas, isto sim, e muito importante, convergente quanto a aspectos centrais da filosofia inspiradora das estratégias políticas a adotar.

Em paralelo com esta leitura de aproximação conceitual entre as diversas correntes sugerida por Herf encontramos um Schmitt que ocupa uma posição de destaque dentre os membros da elite conservador-revolucionária de então como Armin Mohler (ver MOHLER, 1999, 1990) e Hermann Rauschning (ver RAUSCHNING, 2006, 2005, 2003, 1971, 1941, 1940). Embora não sejam aqui referidos com mais vagar, tanto Mohler como Rauschning foram autores profundamente envolvidos com o conservadorismo revolucionário, não obstante a revisão de rumos auto-imposta por Rauschning.⁶²⁷

Importa considerar os elementos de convergência dos grupos conservadores e das diversas alternativas filosóficas assinaladas por Herf. Malgrado a convergência, subsiste, mesmo que de forma controlada, uma tensão interna dentro do

⁶²⁷ Hermann Rauschning (1887-1982) é autor identificado com o conservadorismo revolucionário que, contudo, conheceria uma segunda fase de profundo distanciamento do nacional-socialismo. Seu primeiro momento de aproximação ao partido foi como membro político da cidade livre de Danzig em 1932, até que em 1934 renunciou ao partido e emigrou para os EUA onde deu início a sérias críticas ao regime ao qual pertencera. Estes dois últimos acabariam sendo reputados pelo historiador Carr como típicos intelectuais do movimento nacional-socialista (*cf.* VON KLEMPERER, 1968, p. 11), em que pese o distanciamento ao que se propuseram realizar posteriormente, notavelmente empreendido da parte de Rauschning ainda na primeira parte da década de 30.

conservadorismo revolucionário, que tem um de seus aspectos na sua busca por um espírito germano (*Deutsches Geist*) e um certo distanciamento do pastoralismo cujo olhar permanece voltado aos olhos inexoravelmente a um passado perdido.⁶²⁸ A tensão interna dentro do movimento encontra-se neste olhar rumo a um ideal remoto e, por outro lado, uma perspectiva de construção teórica que dá suporte ao surgimento do novo em matéria tecnológica,⁶²⁹ mas que deveria estar voltado, no novo regime nacional-socialista, ao campo (cf. HEIDEGGER, 1997, p. 128).

Um dos pontos de tensão interna consistia naqueles que admiravam o novo mundo da técnica que emergia e, por outro lado, os nostálgicos das virtudes de uma vida pré-industrial, de um homem que lhe habitava inspirado pela pureza da vida campesina e ligada à natureza, em suma, aceitável como uma classe sã a servir de fundamento para à nação (cf. HITLER, 2007, p. 65). De qualquer sorte, o nacional-socialismo construiria a respeito do mítico homem nórdico-germano o discurso que gostaria de ouvir acerca de suas virtudes e que representavam, em suma, o estilo de vida que haveria de ser preservado (cf. NICHOLLS, 1991, p. 123), ou seja, que “[...] rural life was morally

⁶²⁸ É interessante apontar como esta leitura das virtudes do passado não encontram-se isoladas em teorias francamente reacionárias como o conservadorismo alemão de início de século. Ao contrário, mesmo em um dos pais fundadores norte-americanos como Jefferson é possível encontrar traços de uma defesa das virtudes rurais em detrimento, naquele contexto, das alardeadas virtudes do mundo industrial do Norte defendido por Hamilton.

⁶²⁹ Dentre os personagens que conformam este grupo encontram-se figuras como Hans Freyer, Ernst Jünger, Oswald Spengler, Werner Sombart e Carl Schmitt, enquanto lhe caberia a Heidegger uma voz mais crítica relativamente a esta abordagem (cf. HERF, 1990, p. 20). Isto sim, nestes termos, divergimos de Herf. O autor insere Schmitt neste grupo e não o soma a Heidegger, posto que a sua posição era a de uma crítica parcial à questão da inserção da técnica no mundo contemporâneo bem como, por outro lado, as suas origens em Plettenberg também o remetiam a valores pastoralistas.

superior to urban life and should be protected from the vicissitudes of a market economy”. (NICHOLLS, 1991, p. 124).⁶³⁰

Em reforço a esta visão era todavia acrescida uma crítica às influências corruptoras da civilização tecnológica ocidental emergente, absolutamente incompatíveis com os valores de um homem novo cujos parâmetros haveriam de ser encontrados naquele campesino, inspirado pelos “[...] valores de la religión tradicional, o más específicamente, de las interpretaciones conservadoras de ésta” (PAYNE, 1995, p. 22),⁶³¹ proximidade esta já avaliada (ver RUST, 2005). No mundo configurado pela ascendente República um dos conservadores revolucionários, Langbehn, assinalava que ela propiciava a perda das antigas virtudes germânicas, dentre as quais “[...] childlike simplicity, subjectivity, individuality”. (STERN, 1974, p. 98).⁶³²

A ascensão do regime em 1933 marcaria um momento de decisão entre estas visões. As demandas históricas e políticas suscitaram o triunfo das ideias tecnocráticas e tecnológicas devido às demandas estruturais e econômicas demandadas pelo regime.⁶³³ Hitler estava à frente desta visão favorável ao tecnológico e, para nada, proclive à visão *Völkisch* (cf. HERF, 1990, p. 402), caracterizada pelo racismo e pelo antissemitismo (cf.

⁶³⁰ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “A vida rural era moralmente superior a vida urbana e deveria ser protegida das vicissitudes da economia de mercado”.

⁶³¹ Dentre as possibilidades de tradução deste trecho acima: “[...] valores da religião tradicional, ou mais especificamente, das interpretações conservadoras desta”.

⁶³² O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] infantilidade, subjetividade e individualidade”.

⁶³³ Era claro no conservadorismo revolucionário antes de 1933 o embate entre os defensores de uma visão pastoralista e os industrialistas que apostavam nos avanços tecnológicos. Este enfrentamento tinha lugar em intensidade que não truncava o próprio discurso do movimento mas, é certo, quando da ascensão do regime a visão industrialista ocupou maior espaço de forma inexorável, dadas as necessidades de desenvolvimento econômico do regime como forma de legitimar-se, para o que estava a tecnologia a ponto de servir-lhe como uma visão pastoralista da sociedade e, em suma, do homem, não poderia jamais servir.

BURON; GAUCHON, 1983, p. 65),⁶³⁴ entusiasticamente crítica do papel da tecnologia na sociedade que emergiria na década de 1930 com o novo regime.⁶³⁵ Esta crítica à tecnologia era plenamente congruente com o elogio *Völkisch* da figura do camponês (cf. KENT, 1982, p. 103) assim como também com os ácidos ataques endereçados ao liberalismo, com o qual convergia o antissemitismo (cf. PULZER, 2003, p. 98).

A vida do camponês era eminentemente ligada a terra. A simplicidade com que se permitia viver tornava este homem o mais próximo ao ponto destacado pelo pensamento *Völkisch* entronizador de virtudes primitivas do homem germano que, em grau de suposição, encontrava-se retratada naqueles dias por tal estilo campesino de viver. A proposta crítica a vida urbana, repleta de valores burgueses e ligados ao mundo financeiro tornava evidente, por outro lado, uma intensa busca pela retomada da substituição dos valores daquela nova sociedade moderna orientada pelo cosmopolitismo e pelo financismo supostamente capitaneada, e manipulada, pelos judeus.

⁶³⁴ Os autores sublinham um interessante aspecto: “[...] a fines del siglo XIX, la idea de la especificidad de los pueblos y de las razas, y la de un lazo estrecho entre el pueblo (naturaleza) y su civilización (cultura), conoció una gran expresión, y no solamente en Alemania” (BURON; GAUCHON, 1983, p. 65). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] ao final do século XIX, a ideia da especificidade dos povos e das raças e a de um estreito laço entre o povo (natureza) e sua civilização (cultura), conheceu uma grande expressão, e não apenas na Alemanha”.

⁶³⁵ É importante a nota de Herf no sentido de que a compreensão hitleriana da estreita ligação entre o homem ariano e o desenvolvimento da tecnologia não invalidava, por outro lado, toda a sua oposição ao Iluminismo e a cultura política proveniente da Revolução Francesa (cf. HERF, 1990, p. 404) que, por certo, seria marcada como ponto de arranque para uma época que reclamaria a ilustração e a liberdade que não poderiam apresentar mínimo grau de compatibilidade com os princípios do nacional-socialismo. A propósito da reflexão em torno aos desenvolvimentos da técnica inclinação em Hitler podemos mencionar seu entusiasmo pela fabricação dos veículos Volkswagen e das estradas que cortavam a Alemanha e que, em certos casos, representou as matrizes das atuais *Autobahn*. Estas aproximações parecem-nos manter em pé nossa defesa da penetração da cultura conservadora revolucionária cuja baencontra-se no anti-iluminismo e no irracionalismo.

O perfil traçado no parágrafo logo acima denota um autêntico antípoda antropológico do homem germano comprometido com as suas origens, enraizado à terra, preso às suas tradições, dedicado a produção, aspectos estes bastante ressaltados não apenas no conservadorismo revolucionário como com muita ênfase na arte nacional-socialista de pintores como Martin Oskar Amorbach, cujo *O Semeador*, de 1937, é um bom exemplo, assim como também o óleo *Arando*, s/d., de Paul Julius Junghanns.

Esta cultura *Völkisch* (ou popular) já era crescente desde o final do século XIX, sendo o alvorecer do século XX o momento em que a ressonância de sua doutrina foi de distinta profundidade. O pensamento *Völkisch* encontrava-se marcado pelo fato de dominar desde, aproximadamente, os anos 1875-1890, à cultura e aos meios intelectuais alemães. Os valores afirmados desde então se caracterizavam por seu viés altamente racista (cf. SILVA, 2010, p. 394),⁶³⁶ tendo sido apenas nesta medida reclamado como essencial à composição teórica do nacional-socialismo (cf. HITLER, 2004, p. 100; 127).

O pensamento *Völkisch* se originara a partir de uma mescla espontânea das frustrações do período, especificamente do conservadorismo e do nacionalismo (cf. KENT, 1982, p. 103). O seu marco final era a operação filosófica em aberto rechaço ao

⁶³⁶ Convém notar que o processo da unificação alemã tem lugar tão tardiamente quanto no ano de 1871. Malgrado todas as diferenças provenientes da anterior estrutura feudal, os primeiros passos da Alemanha unificada apontavam para a formação de uma cultura cujo ponto de unificação no que concerne ao político era o autoritarismo. Em boa parte isto se deve ao que Craig assinala como sendo uma continuidade entre a cultura do Reich, pois “[...] the nature of German politics in the century that followed continued to be profoundly influenced by them [...]” (CRAIG, 1991, p. 16). É a esta influência ainda durante os primeiros momentos da unificação alemã e reiteradores de um certo nível de autoritarismo que também servirão como valor para a geração que encontra seu período de formação intelectual na última década do século XIX e que, momento seguinte, assumiria responsabilidades políticas e militares a partir de meados da década de 10 do século seguinte. Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] a natureza da política alemã no século subsequente continuou sendo profundamente influenciada por eles [...]”.

modernismo, ao liberalismo tanto quanto aos preceitos basilares da democracia conforme compreendida conceitualmente no mundo ocidental (*cf.* KENT, 1982, p. 103), tal como às aproximações ao político que visavam proteger o indivíduo de ações abusivas por parte do Estado.

Dentre os intelectuais incluídos nesta corrente encontrava-se Spengler preocupada com os valores raciais,⁶³⁷ mas também as derivações do central conceito de irracionalismo (*cf.* SILVA, 2010, p. 402). Em suma, a cultura *Völkisch* representa uma visão de mundo conservadora, antiliberal, antidemocrática e antisocialista. O embate proposto desde estas referências teóricas eram levados a termo tendo como referencial uma suposta pura cultura germana, especificidade historicamente localizável e centralizada em valores como nacionalismo e autoritarismo (*cf.* SILVA, 2010, p. 409).

Este é marco teórico do qual Schmitt não se encontrou distanciado. Os elementos conservadores reacionários marcados pelo racismo e profundamente autoritários podem ser projetados como vetores influenciadores da filosofia schmittiana que, logo, conforme sugerimos, permite a aproximação desde o movimento conservador. Com a finalidade de aprofundar algo mais nesta perspectiva interpretativa

⁶³⁷ A este respeito, uma das obras em que emerge bastante claramente este viés racista no autor é em sua *Anos de decisão*, (1941). Em vários momentos desta obra, bem como em sua *O homem e a técnica*, (1980), resta bastante claro que as virtudes humanas mantêm uma relação direta e próxima com o elemento racial. Em diversos momentos destas duas obras são feitas referências a raça branca, mundo branco ou países brancos (*cf.* SPENGLER, 1941, p. 105, 107, 129, 130, 139, 140, 143, 149, 150, 178, 192, 198-199). Esta listagem exemplificativa das referências spenglerianas às virtudes da raça branca tem como finalidade assinalar uma das referências teóricas conservador-revolucionárias que influenciariam o ambiente dos debates e a formação político-cultural weimariana. Mais do que isto, Spengler destina todo um capítulo de seu livro *Anos de decisão* para o tema, intitulado A revolução mundial da cor (ver SPENGLER, 1941, p. 179-200) no qual acresce à luta de classes a luta racial. No caso desta última o autor desenha o homem branco como possuidor de virtudes capazes de projetos políticos, enquanto no caso da segunda obra, como a única raça capaz de organização e progressos técnicos relevantes.

propomo-nos ocupar da influência do pensamento católico,⁶³⁸ posto que este ainda viria a mostrar-se importante no pensamento *Völkische* alemão. Um dos momentos em que esta cultura aparece abertamente é em um texto de 1933 de Otto Koellreutter. Intitulado *Völkische Totalität*, nele o autor sustenta que “[...] *Völkische* significa uma concepção da essência da Totalidade *Volk* completamente distinta daquela do liberalismo”. (*apud* FAYE, 2009a, p. 97).

A rigor, o pensamento *Völkische* vem a opor-se diretamente ao liberalismo, que encontrara já em homens como Moeller van der Bruck uma oposição radical ao qualificá-lo como inimigo mortal (*apud* MARCUSE, 1968, p. 18), em suma, de que tratava-se de que o “[...] liberal es el enemigo político, cualquiera que sea su posición y, en tanto tal, es simplemente la encarnación del mal” (*apud* MARCUSE, 1968, p. 18).⁶³⁹ Este aspecto crítico ao liberalismo e coaduna, não menos intensamente, ao pensamento conservador corrosivo das estruturas weimarianas e também schmittianas⁶⁴⁰

[...] o que pode-se chamar as *comunidades* naturais do povo. Vê no povo uma unidade de vida biológica e tira as consequências políticas dessa concepção em oposição ao liberalismo. O conceito de raça [...], mas também a significação do espaço e do país natal participam de maneira central e agem também no plano do direito do Estado. (*apud* FAYE, 2009a, p. 97-98).

Não por casualidade Koellreuter define o *Völkische* em termos não apenas distanciados como opostos ao liberalismo. Koellreuter estava afinado com os preceitos do conservadorismo revolucionário, interessado nos valores campestres, atentos ao

⁶³⁸ O catolicismo experimentava tempos difíceis na Alemanha desde o período guilhermino, razão pela qual personagens como Schmitt, Heidegger, Goebbels e muitos outros altos membros do nacional-socialismo não confessavam uma religião que lhes colocar em boa posição perante o poder político do período imperial.

⁶³⁹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] liberal é o inimigo político qualquer que seja a sua posição e, enquanto tal, ele é simplesmente a encarnação do mal”.

⁶⁴⁰ É importante assinalar que uma primeira obra de grande impacto no que concerne à crítica liberal de Schmitt é redigida e publicada ainda muito cedo, nos primeiros anos da década de 20, precisamente no ano de 1923 é que é publicada a sua *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*.

sangue e à terra como valores fundadores ao tempo que fortes inspiradores dos valores da figura heroica. Não obstante as críticas de Koellreuter a Schmitt em torno a questão da unidade do povo em comunidade⁶⁴¹ – com isto suplantando o conceito de povo enquanto de, por exemplo, Georg Jellinek⁶⁴² – haveria de envolver igualmente o conceito bastante schmittiano de homogeneidade (*homogenität*). O conceito de unidade (*Einheit*) igualmente aparece de forma importante em Jünger, para quem este é um conceito tão fundamental a ponto de que se constitua na condição para que sejam possíveis os símbolos por meio dos quais o sacrifício pode alcançar sua plenitude, sentido e legitimidade (*cf.* JÜNGER, 1993, p. 208).

O conceito de homogeneidade (*homogenität*) com o qual trabalha Schmitt permite explorar possível ligação com o conceito de unidade racial mas, também, ao de espaço vital (*Großraum*), do qual Schmitt viria a ocupar-se tão somente após o ano de 1937.⁶⁴³ Koellreuter articularia estes conceitos com a própria existência do Estado, que em sua relação com o povo termina por ser interpretado pelo autor como mantenedor de uma relação de domínio vital na vida do povo (*cf.* FAYE, 2009a, p. 97) a partir de um

⁶⁴¹ O conceito de comunidade (*Gemeinschaft*), dentre outros, encontra antecedente em Max Weber (ver WEBER, 1993) e, ainda antes, em Ferdinand Tönnies (ver TÖNNIES, 1987). A este respeito interessa a observação de Gagnebin no sentido de que mesmo Benjamin evoca “[...] a um tom nostálgico, tom comum, aliás, à maioria dos teóricos do “desencantamento do mundo”, quando evoca as “comunidades” de outrora, nas quais memória, palavras e práticas sociais eram compartilhadas por todos”. (GAGNEBIN, 1999, p. 55-56).

⁶⁴² É importante destacar que até a consolidação da cultura conservadora revolucionária e, posteriormente, do nacional-socialismo, que lhe toma por empréstimo parte de sua argumentação, o conceito de povo em intelectuais como Jellinek se apresentava em absoluto destituído de referências ao sangue e a raça. Isto sim, conforme comenta Pardo, passaria a ter “[...] concepto biológico, genético, de pueblo, no sólo tenía su vector de exclusión racial, que condujo hasta las pretensiones de exterminio” (PARDO, 2003, p. 177). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] conceito biológico, genético, de povo, não apenas tinha seu vetor de exclusão racial, mas que conduziu às pretensões de extermínio”.

⁶⁴³ Este é mais um dos tópicos que podem ser explorados para tecer uma consistente crítica ao suposto afastamento de Schmitt relativamente ao regime nacional-socialista.

conceito de totalidade presente no pensamento *Völkische*. O conceito de totalidade no pensamento *Völkische* é sugerida por Faye como decorrência de que

[...] para a concepção nacional-socialista, a continuidade do evento político passa pelo povo como *grandeza política e não* pelo Estado. Dessa forma, a concepção hegeliana do Estado *como realidade da Ideia moral* constitui uma posição *a-völkische*, que é estranha ao nacional-socialismo. (*apud* FAYE, 2009a, p. 97-98).

Interessa sublinhar que a ideia destacada por Faye de que a concepção hegeliana do Estado como uma realização da idéia moral constitui uma posição que a teoria *Völkische* não apoia nos informa algo de como esta concepção de Estado marcado por uma moralidade superior também haveria de encontrar-se em alguma medida distanciado da doutrina de base do nacional-socialismo. Em que pese o pensamento *Völkische* se aproxime do nacional-socialismo neste particular, em outros tópicos se manteria distanciado, e um destes diz respeito ao papel da técnica. Desde perspectivas afins com os problemas suscitados pela modernidade tecnológica, o conservadorismo revolucionário alemão buscava servir ao fortalecimento de uma nova leitura das necessidades sociopolíticas do momento, algo com o que o pensamento *Völkische* não poria em favor, e aqui vem a tornar-se perceptível uma ligação intensa entre a argumentação da questão da técnica e a dimensão financeira.

Desde as hostes da direita radical weimariana seria vislumbrada a necessidade de analisar as relações estabelecidas entre o político e o econômico, entre o domínio político e o poder do mundo das finanças. O viés desde o qual o conservadorismo revolucionário se propunha a análise da questão era a de apostar na primazia da política e do Estado sobre a economia e o mercado (*cf.* HERF, 1990, p. 19),⁶⁴⁴ questão a qual Schmitt incorporaria não apenas dentre os seus temas analíticos de referência bem

⁶⁴⁴ É interessante como esta aproximação da direita às relações da política e do Estado com a economia e com o mercado mantém-se em oposição à tradição socialista segundo a qual estas últimas determinavam aos dois primeiros conceitos.

como, e principalmente, convergindo com a abordagem crítica em torno ao econômico dos conservadores revolucionários.

Os valores economicistas se mostravam assimilados aos valores cosmopolitas que, em sua versão berlinense, eram equiparados ao perfil dos valores judaicos. A ojeriza por tudo quanto Berlin representava encontrava-se na percepção de que ela constituía a perfeita imagem dos possíveis valores cosmopolitas, por seu perfil claramente liberal. Este perfil era traduzido no âmbito do político pelo ódio que lhe era destinado pelo pensamento conservador de homens como Moeller, que mesmo passados anos após o ocaso do regime, todavia se referia àquela como uma cidade feia (*cf.* STERN, 1974, p. 207), com toda a amplitude transcendente ao estético que o termo pudesse comportar. Mister acrescentar que, sobretudo, a esta ideia de despreço das cidades subjaz toda uma cultura de ódio a cultura urbana representada pelo slogan daquela época histórica weimariana: “Berlin is the domain of Jews” (MOSSE, 1998, p. 23). Em trânsito entre o pensamento conservador de direita, esta manifestação de repúdio à Berlin era representativa de algo mais, não apenas da animosidade pelas cidades representava uma dimensão da ascensão do pensamento *völkisch* (*cf. Ib.*) mas também da afirmação dos valores campesinos que habitavam o âmago deste movimento.

Por meio desta crítica a direita visava estabelecer o controle sobre as disfunções que o poderio financeiro poderia exercer sobre os interesses da população, algo cujas motivações é fácil localizar em Schmitt como fruto de uma tentativa de neutralizar o poder do Estado precisamente para que as forças econômicas pudessem operar livremente. A aplicação política dos interesses conservadores não poderia manter tal posição. Os direitos fundamentais constitucionalmente previstos em Weimar marcavam um Estado cujo perfil era delineado como neutro, alvo da crítica schmittiana, pelo fato

de evitar a intervenção do Estado “[...] excepto para regenerar las condiciones alteradas de la libre competencia” (SCHMITT, 2001i, p. 87)⁶⁴⁵ ou, em outras palavras, que a não intervenção apregoada pelo liberalismo “[...] significaría dejar a los múltiples grupos de poder las manos libres en los contrastes y los conflictos sociales y económicos que de ninguna manera se están resolviendo en forma exclusiva por medios económicos”. (SCHMITT, 2001i, p. 90).⁶⁴⁶

Nisto encontramos a crítica de que o poderio econômico encontra-se com as mãos livres para atuar segundo seus interesses. Esta crítica pode ser colocada em paralelo pode ser colocada a crítica de todo um pensamento de esquerda que, mais ou menos intensamente, se opõe às estruturas de mercado.⁶⁴⁷ Em Schmitt este viés crítico é bastante claro tanto no que se refere a opção realizada bem como quanto as suas consequências quando sustenta que “[...] la no intervención significa precisamente intervenir en beneficio de la parte más fuerte y despiadada” (SCHMITT, 2001i, p. 90).⁶⁴⁸ Em vários trechos como resta indubitável a proximidade da interpretação do político como dimensão que reclama o domínio sobre o econômico, aspecto que converge especialmente com toda uma releitura teórica da filosofia política que à esquerda lhe interessa reconstituir como discurso.

⁶⁴⁵ O texto permite a seguinte tradução: “exceto para regenerar as condições alteradas da livre competição”.

⁶⁴⁶ O texto permite a seguinte tradução: “[...] significaria deixar com as mãos livres os diversos grupos de poder no que concerne aos contrastes e conflitos sociais e econômicos que de nenhuma maneira serão resolvidos exclusivamente por meios econômicos”.

⁶⁴⁷ Não é o propósito deste texto, mas desejamos apenas reforçar a leitura liberal no sentido de que a própria liberdade, entendida como liberdade de escolha, é posta por homens como Friedman e Hayek, em dependência da possibilidade de valer-se de recursos financeiros para a concretização de tais escolhas no mundo. Neste sentido, portanto, a adoção de uma perspectiva schmittiana que exclui ou, no mínimo, procura neutralizar o impacto do poderio econômico do mundo, termina por, no mínimo, restringir as possibilidades de realização da liberdade no mundo.

⁶⁴⁸ O texto permite a seguinte tradução: “[...] a não intervenção significa precisamente intervir em benefício da parte mais forte e implacável”.

O reclamo schmittiano pela afirmação do político não se exaure ao domínio domínio mas, antes, como se observaria, historicamente o modelo de Estado ao qual emprestaria seu apoio iria adentrar em todas as esferas da sociedade civil, da educação à estética passando pela ética. A evolução filosófica observada em Schmitt sugere o apoio às instituições totalitárias desde um primeiro momento para logo desembocar no apoio às práticas políticas do Estado totalitário, confirmando uma percepção razoavelmente disseminada no período de que aqueles eram tempos em que não havia possibilidade de um Estado neutro (*cf.* SCHMITT, 2001i, p. 88). O signo daquela quadra histórica era o de um Estado interventor que, logo, seria afetado com o conceito de mobilização total (*totale Mobilmachung*) de Jünger, característica que marcava o Estado “[...] potencialmente total” (SCHMITT, 2001i, p. 88),⁶⁴⁹ e que se apresentaria historicamente como sucessor do Estado liberal criticado pela tradição schmittiana.

O Estado total passa a ser uma realidade a opção em oposição moderada algumas das projeções teóricas do modernismo revolucionário sobre a realidade weimariana. Esta realidade permitia a ampliação de uma cultura em que a racionalidade técnica exerceria papel importante mas de forma a obedecer apenas a lógica dos interesses privados determinados pelo econômico. Os novos termos de compreensão da supremacia do político, e do Estado, haveriam de subordinar e instrumentalizar o conhecimento técnico à ideologia e a política nacional-socialista retoricamente posta a serviço de políticas de interesse público.⁶⁵⁰

⁶⁴⁹ Lacoue-Labarthe e Nancy chamam a atenção para o fato de que há naquela quadra histórica de triunfo do totalitarismo o predomínio de uma *Weltanschauung*, e de tipo *total*. Esta era uma noção que aproximava-se tanto do discurso do fascismo de homens como Mussolini e Gentile como também do conceito jüngeriano de mobilização total (*cf.* LACOUÉ-LABARTHE; NANCY, 1991, p. 23) que projetava os termos do Estado total logo a seguir teorizado por Schmitt.

⁶⁵⁰ É importante ressaltar que esta retórica do interesse público esteve por trás no regime nacional-socialista de políticas de eliminação de grupos raciais, do extermínio de doentes e enfermos de vários tipos, de ciganos, homossexuais além dos inimigos políticos. Portanto, o conceito de políticas de interesse

Por seu turno, de forma bastante clara, Bercovici aponta para a ideia de que encontramos-nos com um conceito de Estado total que “[...] representava a politização e a estatização total [...] teria [...] destruído o equilíbrio entre o Estado e o indivíduo da modernidade [...]” (BERCOVICI, 2004, p. 90) e todos os valores que lhe correspondiam na cultura política weimariana. Esta descrição do Estado total converge com a ideia de que os novos termos científico-tecnológicos mas também das relações econômicas haveriam de se manter submetidas aos propósitos da esfera do político, o que plenamente se mostrava compatível com a realização da democracia radical em seu sentido schmittiano.

Como vem sendo destacado, este é o contexto em que sobreviviam as oposições internas do conservadorismo revolucionário. Nele encontravam-se expressos os termos do embate entre o *Volk* (povo) e a *Zivilization* (civilização), ou seja, entre uma concepção ideológica voltada aos valores campestres (pastoralismo) e os valores industriais (*cf.* SPENGLER, 1941, p. 111),⁶⁵¹ entre uma concepção estética bucólica e uma outra, urbana. Uma concepção que apontava à realização dos valores do *Volk* alemão poderiam todavia ser realizados, pois, como dizia Rosenberg “[...] the German

público manejadas pelo nacional-socialismo possuía um conteúdo que dista do que é entendido pelas democracias ocidentais contemporaneamente.

⁶⁵¹ Spengler chama a atenção para o fato de que naquela quadra histórica, em que supunha o triunfo da ditadura do proletariado, encontrava-se na figura do operário o alvo de todas as atenções, preocupações e favores, em suma, “[...] unicamente ‘o operário’ encontra compaixão” (SPENGLER, 1941, p. 111). Ainda mais, que “[...] somente o ‘operário’ pode e deve ser egoísta; não o camponês ou o artífice. Unicamente ele tem direitos ao invés de deveres. Os demais têm apenas deveres sem direitos” (SPENGLER, 1941, p. 120). Esta glorificação do operário vinha em detrimento dos demais trabalhadores bem como do camponês e seus valores, estes reclamados intensamente pelas fileiras do conservadorismo revolucionário.

spirit would return to itself ... ‘Never believe that the German spirit has lost, for all eternity, its mythical homeland [...]’ (ROSENBERG, 1971, p. 140).⁶⁵²

O embate entre o antigo e o novo ou entre o futuro que se propõe construir com valores arcaicos de uma antigüidade mítico-germânica pode encontrar aproximado perfil na literatura jüngeriana, especificamente quando nos desenha homens de espíritos pálidos e sombrios, habitantes de lugares desde tempos imemoriais, donos de faces rudes e desajeitadas, cuja expressão era, ao tempo, tanto gentil quanto assustadora (cf. JÜNGER, 2008, p. 22). Um traço estético tão apurado por auxiliar a retomada do perfil da figura campesina que habitava o imaginário conservador revolucionário e que, logo, ocuparia espaço no âmbito do nacional-socialismo, senão de forma integral, isto sim, ao menos de modo parcial.

A figura humana histórica desenhada por Jünger denota a boa avaliação da figura do campesino, situado filosoficamente por Heidegger, e que converge com o mesmo valor suscitado por Schmitt (ver WAITE, 2008, p. 115-116).⁶⁵³ Quanto a esta figura do campesino, ela se mostraria possuidora de um viés marcadamente anticapitalista, sendo uma outra abertamente proclive aos valores dos novos horizontes

⁶⁵² Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] o espírito alemão retornará a si mesmo... ‘Nunca acredite que o espírito alemão perdeu, para toda a eternidade, a sua pátria mítica [...]’”.

⁶⁵³ Waite ainda aproxima Heidegger e Schmitt do pensamento conservador de Leo Strauss, e inspirando-se em Heinrich Meier sugere encontrarmos entre eles um *hidden monologue* (cf. WAITE, 2008, p. 115). Neste mesmo sentido de aproximação entre Heidegger, Schmitt e Jünger, encontramos a leitura de García-Pelayo que sublinha claramente a sua percepção de que “[...] a mi juicio, Heidegger, Jünger y C. Schmitt dan respuestas a distintos sectores de la realidad desde unas perspectivas semejantes; en los tres se hace patente, de un modo o de otro, el sentido trágico de la historia de su tiempo, y los tres fueron espíritus libres aunque sin olvidar la máxima *non possum scribere in eum, qui potest proscribere*” (GARCÍA-PELAYO, 1992, p. 375). Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] a meu juízo, Heidegger, Jünger e C. Schmitt dão respostas a distintos campos da realidade desde perspectivas semelhantes. Neles torna-se patente, de um ou outro modo, o sentido trágico da história de seu tempo, e os três foram espíritos livres, muito embora sem esquecer a máxima *non possum scribere in eum, qui potest proscribere*”.

tecnológicos. Este horizonte estava habitado por um conceito de verdade caracterizado por ser “[...] antisemítica pero no antitecnológica” (HERF, 1990, p. 34),⁶⁵⁴ elementos que se apresentaram não necessariamente de modo antitético.⁶⁵⁵ A leitura de Herf permite aproximar-nos à leitura de que os judeus se mostrariam úteis apenas na qualidade de inimigos, vilanizados por toda uma estratégia.⁶⁵⁶ A sua escolha como alvos não apenas a serem combatidos mas abatidos reclamaria uma versão totalitária de Estado⁶⁵⁷ para implementá-la, versão que necessitaria da capacidade produtiva que o capitalismo oferece e que recebia o suporte do conservadorismo revolucionário.

A leitura de Herf sobre esta posição antissemita, mas não antitecnológica, presente no conservadorismo alemão, permite-nos introduzir o debate acerca da dimensão de uma retórica política necessária aos propósitos do regime nacional-socialista que, em sua dimensão prática, haveria de desconsiderar. A vilanização dos judeus e o dimensionamento de sua posição como ocupada pela figura do inimigo é uma aspecto que é retomado de maneira perceptível pela filosofia política schmittiana. Esta

⁶⁵⁴ A tradução do texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] antissemita mas não antitecnológica”.

⁶⁵⁵ Por outro lado, há uma prática política que para nada se mostraria antitecnológica ou anticapitalista, na medida em que estes dois elementos se revelariam como nucleares para as possibilidades de êxito do regime nacional-socialista.

⁶⁵⁶ Stern chama a atenção para o fato de que o conservadorismo revolucionário elege o povo semita como aqueles “[...] who more and more frequently came to be depicted as the very incarnation of modernity” (cf. STERN, 1974, p. xix). Retratar aos judeus como a encarnação da modernidade era também uma estratégia para colocá-los na posição de inimigos, posto que promotores de valores ilustrados em profunda dissonância com o irracionalismo marcante do nacional-socialismo. Esta aproximação ao antissemitismo era popular entre amplos segmentos da direita alemã e por Schmitt como os inimigos a eliminar. Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] que mais e mais frequentemente tornaram-se descritas como a verdadeira encarnação da modernidade”.

⁶⁵⁷ Ao fundo disto a visão *Völkisch* em que a unidade germana encontrava-se na dependência da confirmação da perspectiva antissemita que logo se projetaria e viria habitar o cerne da ideologia nacional-socialista. Neste sentido, Hitler reclamava em vários momentos a distinção para o movimento nacional-socialista de ter chamado a atenção para o conceito *Völkisch*, traduzido por racismo (cf. HITLER, 2004, p. 127) em seu contexto.

retomada em Schmitt se dá por intermédio de seu conceito de inimigo (*Feind*) que, momento seguinte, é associado sem a necessidade da intervenção de qualquer reconstrução teórica por parte do autor. A política antisemita galvanizaria apoios durante o regime, e Schmitt se alinha entre os que adeririam de forma tão intensa quanto espontânea.

A proximidade de Schmitt com o conservadorismo revolucionário tem como referencial teórico uma ideologia reacionária de direita sob a qual o conservadorismo se estruturou ideologicamente segundo posições também sufragadas por Armin Mohler e o Rauschning de seus primeiros momentos. Esta aproximação de Schmitt do conservadorismo revolucionário encontra críticas mas também quem aposte em que o autor genuinamente pertence à tradição (*cf.* ROCCA, 2008, p. 63). À parte esta disputa, parece-nos suficientemente clara a proximidade do autor que pode ser observada desde diversas óticas, e aqui nos deteremos em apenas algumas delas.

Um dos aspectos em que resulta esclarecedor para o exame desta aproximação supracitada reside na ácida crítica reservada pelo conservadorismo revolucionário tanto quanto por Schmitt à democracia, ao parlamentarismo e ao liberalismo. A agudização das críticas a todos estes elementos aproxima a ambos, e irá projetar-se sobre o sistema político de uma forma que, segundo a teorização de Payne, se subsumiria em sua classificação como uma direita radical cujo propósito é por ele entendido como sendo o de “[...] destruir todo o sistema político del liberalismo vigente, y de arriba abajo” (PAYNE, 1995, p. 24). Este parece, de fato, um propósito que aproxima e torna possível uma leitura conservadora revolucionária da filosofia schmittiana.

A leitura crítica do parlamentarismo realizada por Schmitt bem como do liberalismo e da democracia encontra seu ápice em *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*, (1923). A intensidade desta aproximação ressaltada por

Sontheimer (*cf.* SONTHEIMER, 1970, p. 51-52), autor que igualmente nos chama a atenção com muita propriedade para o fato de que o nacional-socialismo aproveita do clima antiweimariano (*cf.* SONTHEIMER, 1970, p. 54), de todas as críticas ao regime liberal e da animosidade que lhe era dirigida quase em todas as esferas, para construir um fundo de legitimidade às suas propostas de corte totalitário.⁶⁵⁸

Desde outra angulação também pode ser observada esta relação de Schmitt com o conservadorismo revolucionário. A sugestão é de que tal conexão pode ser observada desde o conceito schmittiano do político. Conceito chave, ele se revela hábil o suficiente para realizar tal aproximação na medida em que capaz de expressar todas as antinomias e conflitos possíveis em qualquer momento e dimensão,⁶⁵⁹ movimento este também presente no conservadorismo revolucionário que sublinhou repetidamente por meio dos textos de seus autores centrais o papel do conflito e do embate como formas de gerar o desenvolvimento.

A organização da estratégia e aplicação da violência era função concedida ao Estado. Elevar o Estado a esta posição – que em Schmitt ela apareceria sob o conceito de determinação do inimigo – implicaria uma reequipagem completa relativamente ao modelo que encontrava-se em vigor na República de Weimar. O Estado forte (*Stärke Staat*) seria reclamado por uma leitura da política casada com o econômico segundo a qual não seria possível um Estado forte política e economicamente, capaz de

⁶⁵⁸ Neste contexto, indubitavelmente, Schmitt desempenha um papel importante na medida em que ocupa um das mais proeminentes posições intelectuais durante os anos 1920.

⁶⁵⁹ Interessa ressaltar certo trecho de Mann em que com agudeza poética percebe a natureza da condição humana: “[...] el hombre no se halla nunca completamente bien en este mundo ni en ninguna situación; no encuentra estado vital que se ajuste del todo a él; ni circunstancia que le satisfaga por entero. Siempre tiene en esta tierra motivos de descontento, disconformidad y pena. El por qué de esto es un misterio” (MANN, 1938, p. 12). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] o homem não encontra-se nunca completamente bem neste mundo nem em nenhuma situação; não encontra estado vital que se ajuste de todo a ele, nem circunstâncias que lhe satisfaça por inteiro. Sempre tem nesta terra motivos de descontentamento, desconformidade e pena. O por que disto é um mistério”.

implementar as políticas de interesse público, sem que não fosse ele também forte entendido no sentido de detentor de poderes que o linguajar político consolidaria como totalitarismo.

Um terceiro ponto desde o qual sugerimos poder contribuir para um primeiro movimento de esclarecimento desta ligação teórica de Schmitt com o conservadorismo revolucionário⁶⁶⁰ encontra reforço pela descrição realizada por Herf sobre o quadro teórico dentro do qual estes teóricos conservadores se moviam

[...] se oponían vehementemente a la República de Weimar a la que identificaban con la guerra perdida, Versalles, la inflación de 1923, los judíos, la cultura masiva cosmopolita y el liberalismo político” (HERF, 1990, p. 56).⁶⁶¹

Dentre todas estas características anunciadas por Herf resta evidentemente complexa, quando não inviável, a tarefa de proceder ao distanciamento da filosofia política schmittiana. Inviável parece ser a tentativa de proceder ao referido distanciamento a qual Schmitt parece aderir decididamente a esta tradição de pensamento que tão diretamente influenciaria não apenas a vida e a cultura alemã daqueles dias como o próprio surgimento do nacional-socialismo.

A listagem de temas incluídos dentre as preocupações schmittianas em diversos momentos de sua obra, excetuando sua abordagem da inflação, foram igualmente objeto das críticas oriundas do conservadorismo revolucionário.⁶⁶² Exemplificativamente, no

⁶⁶⁰ O processo de aproximação entre o conservadorismo revolucionário e Schmitt tem aqui neste capítulo III apenas o seu primeiro momento. O propósito deste capítulo é de traçar os limites argumentativos do próprio conservadorismo revolucionário que nos sirva para colocar as bases da argumentação dos temas propriamente filosófico-políticos schmittianos que serão tratados nos capítulos 11, 12 e 13 e, neste momento, consumir nossa sugestão acerca da interpretação conservadora de Schmitt.

⁶⁶¹ Há uma tradução livre possível para este trecho: “[...] se opunham veementemente à República de Weimar, à qual identificavam com a guerra perdida, com Versalhes, com a inflação de 1923, com os judeus, com a cultura de massa cosmopolita e com o liberalismo político”.

⁶⁶² Assim, por exemplo, a República de Weimar e seus valores assim como o Tratado de Versalhes assim como o liberalismo foram alvo desde os primeiros escritos de Schmitt a partir de *Politische Romantik*, de

que concerne a cultura cosmopolita, a crítica schmittiana foi endereçada conjuntamente à crítica das instituições weimarianas bem como ao *modus vivendi* e a articulação política da República de Weimar. Schmitt também se apresenta em plena convergência com a evolução do conservadorismo revolucionário na aproximação dos dias da tomada do poder pelo nacional-socialismo no que tange a questão judia. Se é certo dizer que Schmitt não se compromete abertamente com o antissemitismo em um primeiro momento durante a década de 20 e os primeiros dos anos da década de 30, por outro lado, é certo dizer que a partir de 1933 a abordagem da questão judia seria enfrentada odiosamente por Schmitt neste seu período de adesão ao nacional-socialismo.⁶⁶³

O conservadorismo revolucionário ainda se preocuparia em afirmar sua posição de admiração de um novo Reich cujas medidas encontram-se oferecidas por “[...] enorme vigor y unidad, rechazaban la idea de que la acción política debería guiarse por criterios racionales, e idealizaban la violencia en si misma” (HERF, 1990, p. 56).⁶⁶⁴ Quando Herf faz referência a atenção para a idealização da violência nos chama a atenção para um ponto de suma importância para a construção teórica do político por parte de Schmitt. Schmitt explorará a ideia conservadora revolucionária de que o entusiasmo pela violência, pela energia e pela força radica em algo que o autor sugere

1919, talvez alcançando o seu primeiro ponto de grande destaque com sua *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*, de 1923, muito embora estes ataques se projetassem década de 1920 afora, chegando aos seus desdobramentos constitucionais em sua *Verfassungslehre*, de 1928.

⁶⁶³ mas, ainda após o término do conflito bélico, permaneceria no texto schmittiano do *Glossarium*, (ver SCHMITT, 1991), lamentável recordação deste momento que não logrou rever.

⁶⁶⁴ Há uma tradução livre possível para este trecho: “[...] enorme vigor e unidade, rechaçavam a ideia de que a ação política devesse ser guiada por critérios racionais e idealizavam a violência em si mesma”.

poder encontrar as raízes em Mussolini (*cf.* SCHMITT, 2001j, p. 79), de quem, por certo era manifesto admirador.⁶⁶⁵

O papel da violência cuja abordagem Schmitt também lê no conservadorismo revolucionário encontrara apoio em diversos de seus líderes, dentre os quais, mas não exclusivamente, Jünger e Spengler. Outros intelectuais que desempenharam papel importante no conservadorismo revolucionário como Mohler e Rauschning logo mostrariam conexão com o movimento nacional-socialista, o que permitiu que ambos fossem reputados pelo historiador Carr como “[...] the intellectual of the nazi movement” (*apud* VON KLEMPERER, 1968, p. 11).⁶⁶⁶ Os citados intelectuais apenas representam um leque bem mais amplo de figuras. A aproximação entre estes personagens nos interessa com vistas a estabelecer que, uma vez clara a sua ligação com o nacional-socialismo e, prévia avaliação de sua conexão com Schmitt, poderemos melhor avaliar dos limites conectivos da própria filosofia política schmittiana.⁶⁶⁷

A provável relação de Mohler e Rauschning com Schmitt se dá na medida em que este último demonstra uma presença contínua nos debates teóricos do

⁶⁶⁵ Nesta abordagem da idealização da violência podemos encontrar a devida referência em Schmitt, conforme mencionado no parágrafo acima, em seu conceito do político, tema ao qual reservaremos atenção nos últimos três capítulos deste trabalho doutoral.

⁶⁶⁶ Há uma tradução livre possível para este trecho: “[...] o[s] intelectual[is] do movimento nacional-socialista”.

⁶⁶⁷ A partir deste trecho sugerimos a assunção de perspectiva que torna a estes autores – bem como, possivelmente, alguns dos mais próximos interlocutores – co-implicados no apoio teórico a cultura política que permitiu a ascensão do nacional-socialismo ao poder ainda quando nem sempre a intervenção possa ser considerada direta.

conservadorismo revolucionário, assíduo freqüentador das páginas de suas revistas e por estes intelectuais usualmente citados. Schmitt torna-se, assim, muito presente no âmago do movimento, tanto quanto, em um segundo momento, em íntima conexão com todo o grupo de pensadores conservadores que lhe formaram o grupo de elite em seu apoio a ascensão nacional-socialista. Por intermédio destas aproximações podemos nos posicionar acerca das condições de possibilidade para proceder a uma leitura schmittiana desde a perspectiva do conservadorismo revolucionário e de tentar desvendar suas categorias desde esta ótica.

Nossa proposta inicial neste capítulo foi a de ensaiar as linhas gerais da cultura conservadora-revolucionária de sorte a permitir, posteriormente, sua contraposição com a filosofia política e jurídica schmittiana, a qual passará a ser reclamada com maior ênfase desde aproximadamente a década de 70.⁶⁶⁸ O avanço das investigações sobre o potencial totalitário insito no conservadorismo revolucionário será conduzido no próximo capítulo por meio da filosofia política e da história em Oswald Spengler, autor que, malgrado a importância histórica e a amplíssima literatura schmittiana, resultou em raríssimas ocasiões alvo de tentativas de aproximação de Carl Schmitt. Nosso próximo passo neste trabalho doutoral consistirá precisamente nisto no próximo capítulo intitulado *Oswald Spengler e a crítica conservadora: uma aposta totalitária*.

⁶⁶⁸ Para realizar uma tal abordagem de Schmitt por um dos setores que lhe reclama, pós-marxista, pretendemos contrapor uma interpretação dos conceitos schmittianos desde os valores e princípios políticos do conservadorismo revolucionário do qual encontrou-se muito próximo. Este é um tema ao qual reservaremos nossa atenção nos desdobramentos deste trabalho.

CAPÍTULO IV

OSWALD SPENGLER E A CRÍTICA CONSERVADORA: UMA APOSTA TOTALITÁRIA

4.1. A ANTIDEMOCRACIA COMO ELO ENTRE O CONSERVADORISMO REVOLUCIONÁRIO E A CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA TOTALITÁRIA

Nos capítulos anteriores realizamos uma aproximação aos vários eixos argumentativos da filosofia conservadora. Malgrado as diferenciações, subsistem uma série de pontos de convergência acerca dos quais se torna possível estabelecer uma aproximação com o conservadorismo contrarrevolucionário analisado nos três primeiros capítulos deste trabalho.

O anterior capítulo III colocou as linhas mestras da argumentação conservadora revolucionária mas restam por realizar algumas explorações conceituais bastantes específicas cuja proposta de aproximação sugerimos realizar em dois momentos, sendo o primeiro deles neste capítulo IV, por meio de Spengler,⁶⁶⁹ e, momento seguinte, no capítulo V, por intermédio de Jünger, movimento que supomos irá permitir trazer à tona aspectos que os conecta, bem como o núcleo da tradição conservadora revolucionária, com a argumentação totalitária⁶⁷⁰ e nacional-socialista.

⁶⁶⁹ A argumentação conservadora revolucionária de Spengler será desenvolvida neste capítulo em contato com atenção a sua repercussão na cultura weimariana, *locus* no qual manteremos a filosofia schmittiana. Spengler é autor que encontra a sua maturidade na primeira década do século XX, exatamente o período que enfocaremos neste trabalho. Neste capítulo Spengler é tomado como intelectual representativo de uma geração que carrega os valores do século XIX e os faz migrar, em parte, ao século seguinte. Reputamos que a análise do conservadorismo revolucionário mantém esta ligação com alguns eventos centrais de final do século XIX e, nesta medida, procuraremos retomá-los para realizar um melhor desenho dos fatos centrais que nos interessa destacar desta primeira e complexa década do conturbado século XX.

⁶⁷⁰ Esclarecemos que o conceito de totalitarismo aqui empregado disporá da mesma acepção utilizada desde os primeiros momentos deste trabalho doutoral, o que restou evidenciado já na nota de rodapé número 12 aposta no primeiro capítulo deste trabalho doutoral.

Este capítulo IV apontará para os principais eixos argumentativos do conservadorismo revolucionário em matéria cultural, política e jurídica que ensejem o diálogo com o totalitarismo e, muito especialmente, sua espécie, o nacional-socialismo. Para que esta proposta cumpra os objetivos assinalados para esta tese doutoral iremos adotar esta como um pano de fundo para a interpretação dos dois conceitos centrais da filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana que aqui são colocados como objeto.

Inicialmente há dois aspectos que nos interessam assinalar e que serão retomados no decorrer do nosso trabalho. O primeiro aspecto diz respeito a íntima conexão do nacional-socialismo com o pensamento conservador contrarrevolucionário e anti-ilustrado que são fontes diretas do pensamento schmittiano. O segundo aspecto é que o intelectual-racionalismo era visto como tendo como principal elaborador a um ator principal, a saber, os judeus. Uma parcela que de forma alguma de mostrava escassa da vida cultural germana à qual pertencia Hitler ao final da década de 1920, mas sobretudo ao início dos anos 1930, que reputava a alternativa totalitária como a melhor dentre todas para os problemas enfrentados por Weimar. Entrados os anos 30 ia ficando claro que o ator que haveria de ocupar o papel principal era mesmo Hitler, e o seu era um discurso que desde meados da década de 1920 apontava claramente com dedos acusadores para aqueles haveriam de ser reputados como os inimigos (públicos) a combater ou, em seu caso, eliminar, alvo que seriam “[...] de la más cruenta de las batallas”. (HITLER, 2007, p. 68).⁶⁷¹

Em seus primeiros movimentos o trabalho se ocupará de traçar alguns eixos conceituais sobre os quais o conservadorismo revolucionário construiu sua argumentação. Um dos primeiros passos neste sentido foi o de analisar nos dois

⁶⁷¹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] da mais cruenta das lutas”.

capítulos precedentes o contexto da formação do conservadorismo, uma vez que a doutrina nacional-socialista caracterizou-se menos pela inovação do que um empréstimo de variados marcos teóricos junto às tradições conservadoras, das quais as analisadas nos capítulos anteriores representam os seus pilares centrais.

Para a realização desta conexão com o próprio coração do schmittianismo disponibilizaremos como contraponto ao tema deste capítulo alguns dos conceitos-chave de sua obra.⁶⁷² Tendo em vista o próprio perfil do autor, em permanente diálogo com o seu tempo, em paralelo, entendemos como estratégia necessária a exposição das circunstâncias históricas às quais o autor visou responder.

Sugerimos que as circunstâncias com as quais Schmitt interage desde a sua inspiração no conservadorismo contrarrevolucionário e sua interlocução direta com o conservadorismo revolucionário ocupará importante *locus* no debate cultural germano dos anos 20 e 30. A intervenção de Schmitt auxilia na consolidação de um debate teórico que coloca as condições de possibilidade para a consolidação de uma tradição cultural que aponta para a assunção dos mais caros princípios discursivos do nacional-socialismo. Perceptível, mas de difícil mensuração, pode ser confirmada a penetração deste discurso no caldo cultural que tornou possível o fenômeno de massas do nacional-socialismo. Embora movendo-se em outro marco teórico mas, ainda assim, em reforço desta percepção, nos observa Craig que há uma influência da memória histórica assim como da

[...] cultural tradition in contemporary German life is difficult to measure with any hope of accuracy, and so is the degree to which the German people can be said to have assimilated their recent past and

⁶⁷² Spengler é autor cuja importância dentro do movimento conservador revolucionário é reconhecida. Sem embargo, as suas relações com Schmitt não são exploradas mesmo porque, é certo, tampouco as relações do movimento conservador revolucionário com Carl Schmitt são devidamente consideradas, salvo exceções, e em tópicos pontuais de textos não direcionados especificamente ao tema (ver HERF, 1990).

come to terms with the atrocities committed in their name by the Nazis. (CRAIG, 1991, p. 11).⁶⁷³

A este respeito o que nos interessa diretamente neste capítulo é esclarecer em que termos o conservadorismo revolucionário intervém na cultura política alemã nas primeiras décadas do século XX, estabelecer o grau de contato com o pensamento schmittiano e, momento seguinte, analisarmos o contato entre ambos e os princípios do nacional-socialismo. Para desenvolvermos esta tarefa propomos retomar como eixo teórico a filosofia política e da história de Oswald Spengler (1880-1936), a quem reputamos poder oferecer uma muito interessante contribuição para o nosso objeto de estudos, especificamente para estabelecer o trânsito deste pensamento conservador revolucionário com a filosofia política e jurídico-constitucional de Schmitt.

Sugerimos poder encontrar em Spengler uma figura que se mantém em dois tempos históricos, originária e atenta ao século XIX ao tempo em que conectada com o emergente, e perigoso, século XX (*cf.* VON KLEMPERER, 1968, p. 170), malgrado o esquecimento a que foi indevidamente relegado e para o qual nos chama a atenção a leitura de Löwy e Varikas (*cf.* LÖWY; VARIKAS, p. 204-205). Com isto o autor nos deixa entrever uma formação intelectual que iria manifestar-se no decorrer de seu trabalho por meio da presença de referências teóricas importantes do século XIX bem como de uma concepção de Estado e de poder convergentes com o imperialismo germânico do período bastante bem refletido pela percepção de Spengler acerca do poder: “Lo único que significa algo es el poder personal que ejercen por sus capacidades

⁶⁷³ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] a tradição cultural na vida contemporânea alemã é difícil de mensurar com alguma expectativa de exatidão, e este é o grau por meio do qual o povo alemão pode ser descrito como tendo assimilado o seu passado recente ligado às atrocidades praticadas em seu nome pelo nacional-socialismo”.

el César o, en su lugar, un hombre apto” (SPENGLER, 2009b, p. 530-531),⁶⁷⁴ noção de poder que não poderia deixar de impactar positivamente entre os círculos conservadores europeus, dentre os quais, o espanhol, reverberando, dentre outros, em Maetzu (*cf.* CANTERO NÚÑEZ, 2002).⁶⁷⁵

A conexão do conservadorismo-Schmitt e os princípios do nacional-socialismo que aqui propomos a análise será retomada no sentido de verificar se o evento da adesão de Schmitt ao partido nacional-socialista⁶⁷⁶ (N.S.A.D.P.)⁶⁷⁷ demandou alguma alteração

⁶⁷⁴ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “A única coisa que significa algo é o poder pessoal exercido pelo César devido às suas capacidades ou, em seu lugar, por um homem apto”.

⁶⁷⁵ Para uma aproximação mais detalhada da filosofia schmittiana do conservadorismo espanhol e da própria influência spengleriana ver CUEVAS, (2002), ALVAREZ, (2007). Neste trabalho de Alvarez aparece a descrição do intelectual reaccionário em posição de relevância para entender o período histórico em foco. Os personagens centrais cujo conservadorismo é trazido à análise são Schmitt, De Maistre e Pareto. O autor procura estabelecer no texto os elos que aproximam as diferentes vertentes do que qualifica como pensamento reacionário que se fazem presentes nesta tríade preocupada com elementos da modernidade e do niilismo que lhe habitava e, não menos, com a dura crítica aos elementos humanistas e democráticos que, no caso de Schmitt, encontravam seu alvo concreto em Weimar.

⁶⁷⁶ Interessante a observação de Richard no sentido de que a ideologia nacional-socialista não nasce exatamente na Alemanha mas, isto sim, as correntes que lhe compunham estavam compostas pelo (a) “[...] pangermanismo, antisemitismo y antibolchevismo, son anteriores a 1920” (*cf.* RICHARD, 1972, p. 29). O pangermanismo era movimento que havia encontrado sua formatação institucional em 1894 na Liga Pangermanista. Fundamentalmente estes movimentos fomentavam ali valores, como é óbvio, o antissemitismo, o antieslavismo bem como o antisocialismo, ainda proclamando políticas expansionistas, conclamando a uma Alemanha que anexara pequenos territórios de Estados limítrofes (*cf.* RICHARD, 1988, p. 11). O pangermanismo é lido por Farrenkopf como (b) “[...] synonymous with aggressive German nationalism [...]” (FARRENKOPF, 1992-1993, p. 176), especialmente durante o período guilhermino. Quanto ao antissemitismo, convém recordar que as suas raízes remetem a tempos pretéritos. Conforme recorda Craig, as origens são bastante remotas e são de ordem religiosa ainda durante o império romano, então suspeitos por força de seu monoteísmo que não realizavam concessões aos diferentes ritos e procedimentos imperiais (*cf.* CRAIG, 1991, p. 127) cujo politeísmo em boa parte recordava as referências divinas gregas. Por sua vez, no que concerne ao antieslavismo e ao sentimento antipolaco eram importantes fatores de mobilização para a direita alemã conservadora. Perante as perdas alemãs na guerra era atingido em cheio o forte sentimento do conservadorismo revolucionário de que a Alemanha possuía “[...] uma missão civilizadora no leste” (RICHARD, 1988, p. 67), posto que para tal movimento era patente que “[...] os alemães eram superiores moral e intelectualmente aos eslavos,

de fundo em sua filosofia política e constitucional ou então, e este é aspecto central, se é possível, à luz desta interpretação conservadora-revolucionária de sua obra – que com ela não se confunde⁶⁷⁸ –, sustentar a leitura de que Schmitt mantém uma e mesma linha teórica antes e depois desta adesão ao partido nacional-socialista em 1933.

Para que possamos empreender uma análise mais acurada das condições que possam permitir o desenvolvimento deste trabalho doutoral propomos a retomada de alguns autores que são pouco explorados entre nós, embora não quanto ao seu pensamento. Sugerimos, isto sim, que a conexão de alguns autores com a filosofia

especialmente aos poloneses [...] os quadros prussianos estavam persuadidos dessa superioridade do alemão e da civilização alemã” (RICHARD, 1988, p. 67). Era, sobretudo, uma guerra que causaria benefícios, como pensavam os conservadores revolucionários como Spengler, guerra entendida como “[...] geradora de progresso para a humanidade” (RICHARD, 1988, p. 11). A aversão ao bolchevismo também resta clara no nível de temor expresso por Spengler em um de seus textos mais influentes, *Anos de decisão*. Nele, Spengler afirma que a dominação do bolchevismo na Europa era já toda uma realidade (cf. SPENGLER, 1941, p. 90). No decorrer de sua obra o autor volta continuadas vezes a ocupar-se da expansão do poder da esquerda bolchevista com a qual os compromissos políticos não eram uma opção eficaz, passava a reclamar uma decidida reação da direita (cf. SPENGLER, 1941, p. 161). Aos trechos acima citados sugerimos as seguintes traduções: (a) “[...] pangermanismo, antisemitismo e antibolchevismo, são anteriores a 1920”; (b) “[...] sinônimo de um nacioalismo alemão agressivo [...]”.

⁶⁷⁷ N.S.D.A.P. é a sigla de *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (Partido Nacional-Socialista do Trabalhador Alemão).

⁶⁷⁸ Há autores como Mann que sugerem a redução do fenômeno nacionalista ao conservadorismo (cf. VON KLEMPERER, 1968, p. 53), ideia com a qual discordamos. A sugestão do autor parece-nos esbarrar em um aspecto epistemológico de relevância, qual seja, pretender reduzir o complexo fenômeno componentes do nacionalismo a tão somente uma raiz explicativa, isto é, o conservadorismo. O mesmo von Klemperer reafirma que “[...] the affinity between the new conservatism of the twentieth century and National Socialism, insofar as it existed, was already foreshadowed in him” (VON KLEMPERER, 1968, p. 58). Malgrado compartilhemos a ideia básica de que ambos, nacionalismo e conservadorismo, mantêm um firme laço, sendo o segundo deles um dos pontos de apoio teórico para o surgimento do nacional-socialismo alemão, equiparar um e outro parece ser um excessivo e inaceitável reducionismo científico. Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] a afinidade entre o novo conservadorismo dos anos vinte e o nacional-socialismo, na medida em que isto ocorreu, foi sempre pressagiado nele”.

política totalitária⁶⁷⁹ e conservadora revolucionária é que encontra-se insuficientemente abordada. Especificamente no caso de Spengler encontramos um filósofo da história cujas reflexões em matéria política foram, como diz Farrenkopf, “[...] stridently opposed Germany’s first democracy and inadvertently helped to clear the path for the establishment of Nazi totalitarian rule [...]”. (FARRENKOPF, 1992-1993, p. 165).⁶⁸⁰

Nossa proposta de abordar o conservadorismo revolucionário desde a filosofia de Spengler reconhece que o mesmo desempenha um papel importante dentro do movimento conservador revolucionário. A sua aproximação e, ao menos parcialmente, apropriação por parte do nacional-socialismo é estratégia que o movimento não realiza junto a poucos autores, senão que também perante outros como Nietzsche e Schmitt, e suas conexões com Spengler (ver FARRENKOPF, 1992-1993), embora com menos

⁶⁷⁹ Durante este trabalho recorreremos em muitos momentos ao conceito de totalitarismo. Primeiramente, e importante assinalar que não apostamos pela existência de conceitos puros e, neste sentido, pela possibilidade de quaisquer regimes políticos puros, aspecto também destacado por Kershaw (ver KERSHAW, 2006, p. 56). Malgrado este comedimento inicial, parece-nos relevante posicionar sobre qual objeto temos em vista ao referir-nos ao conceito de totalitarismo, malgrado imperiosa objetividade na abordagem. Dentre as tipologias políticas reputaremos qualificáveis como totalitárias aquelas que (a) em sua dimensão moral se encontrem distanciadas do reconhecimento primário e original da dignidade humana, entendida esta como um amplo conceito englobador da presença humana no mundo como inextricavelmente inegociável no mundo das relações políticas; (b) em sua dimensão político-jurídica encontra-se uma marcada distância ou, quiçá, perfeito alheamento, da tutela dos direitos humanos nos quais pontificam, paralelamente, o direito à vida e às liberdades. Nos limites desta dimensão político-jurídica nos encontraríamos com alguma medida de totalitarismo quando agravado o desrespeito ao direito ao auto-governo, exercível por intermédio da participação política e, sumamente, pelo controle público daqueles que exercem o poder político.

⁶⁸⁰ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] estridente opositor da primeira democracia germana, e inadvertidamente auxiliar na desobstrução do caminho para o estabelecimento do Estado totalitário nacional-socialista [...]”. Isto sim, tal como outros autores do período, sugerimos com Farrenkopf, malgrado a sua direta inobservância a respeito, encontramos com que a pavimentação para o regime se deu de forma inadvertida na medida em que não encontrava-se no horizonte próximo uma tal possibilidade política mas, isto sim, o trabalho de Spengler e, sugerimos, o do próprio Schmitt, aposta por uma teoria totalitária do Estado que, historicamente, convergiria para a conformação do regime nacional-socialista.

esforços no caso deste por razão da pronta disponibilização deste último para cumprir o papel de *Kronjurist* do Reich. Sugerimos que esta pouco explorada conexão de Schmitt com o conservadorismo revolucionário pode encontrar duas fontes importantes por meio das quais podemos desenvolver o trabalho, Spengler e Jünger.⁶⁸¹

Sugerimos que Spengler dispõe de uma filosofia que se mostraria bastante penetrante na constituição do conservadorismo revolucionário alemão de início de século XX.⁶⁸² Spengler compartilha um alto grau de pessimismo histórico e filosófico,⁶⁸³ suficiente para descrever o futuro como “sem esperança” (SPENGLER, 1941, p. 166)⁶⁸⁴ mas que, paradoxalmente, investia qualquer possível esperança na radicalização do pessimismo (cf. SUSIC, 1989, p. 56).

⁶⁸¹ No capítulo seguinte dedicaremos nossa atenção a literatura de Jünger e sua fundamentação do conservadorismo revolucionário.

⁶⁸² Não obstante esta sua influência importa mencionar, conforme alerta Herf, para o fato de que Spengler não tenha sido e nem mesmo tenha estado relacionado estreitamente com o fascismo italiano ou francês (cf. HERF, 1990, p. 142). Muito embora omita o real grau de sua relação com o nacional-socialismo alemão podemos reconhecer que, minimamente, pode dar suporte a este, embora indiretamente, por meio de suas teorizações compartilhadas com toda a tradição conservadora revolucionária, cuja convergência com a doutrina nacional-socialista é conhecida.

⁶⁸³ A sua obra-chave, *O declínio do Ocidente*, é concebida em dois momentos, sendo que no primeiro deles a realidade da Primeira Grande Guerra apontava para uma vantagem da Alemanha, situação que se inverte e repercute no segundo volume da obra. Este livro é reputado por Farrenkopf como “[...] the first work of thoroughgoing, historical-philosophical pessimism to achieve fame in the German-speaking world”. (FARRENKOPF, 1992-1993, p. 168). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] o primeiro trabalho completo sobre o pessimismo histórico-filosófico que obteve êxito no mundo de língua alemã”.

⁶⁸⁴ Não é o propósito de nosso trabalho mas é importante assinalar o quanto este ceticismo ou pessimismo spengleriano dialoga com o niilismo nietzschiano que projeta um mundo destituído de Deus em que as esperanças são diminutas – salvo o encontro de algum caminho positivo ou reativo (que habita o niilista passivo) para superar o niilismo negativo – postos que estão à sombra do irrealizável *Übermensch*. A abordagem do niilismo em Nietzsche deve ser tomada, primeiramente, com a definição de que trata-se da assunção de que o homem perde a possibilidade de atribuir fins à sua vida. Segundo momento, trata-se de angular esta abordagem desde a diferenciação que o filósofo realiza entre niilismo ativo e niilismo passivo ou cansado, em que o primeiro manifesta força de destruição e o segundo já carece de forças para a ação que pode encontrar referências empíricas em certas filosofias orientais.

Quanto ao aprofundamento do pessimismo, Spengler talvez represente o mais influente intelectual do século na matéria, muito embora Farrenkopf revele ainda inferior estado de dúvida ao dizer estar certo de que ocupe tal posição de proeminência (cf. FARRENKOPF, 1993, p. 391). Esta preeminência parece-nos restar suficientemente expressa em sua *magnum opus A decadência do Ocidente*, (ver SPENGLER, 2009a, 2009b),⁶⁸⁵ obra marcante e a mais importante e controversa obra literária da Alemanha no período entre-guerras (cf. FARRENKOPF, 1993, p. 407) e compõe o contexto de debates teórico-filosóficos em que se insere Schmitt.

Spengler propõe em sua *A decadência do Ocidente*, conforme bem indica o título, uma teoria que identifica a decadência da civilização ocidental a partir dos valores burgueses triunfantes no século XIX, capaz de instaurar um momento de crise que serviria como um dos pontos de inspiração para a estruturação do movimento

⁶⁸⁵ O conceito de decadência encontra este seu alto grau de penetração na cultura alemã, pelo menos, desde os movimentos realizados por Nietzsche no século anterior, em suas críticas à modernidade e a sua intensa crítica da razão que marcava um modelo de sociedade que experimentava a decadência. Nietzsche já trabalhara estes conceitos em suas obras de meados do século XIX, especialmente em *Ecce Homo*, *Anticristo*, *O crepúsculo dos ídolos* e *O Caso Wagner*, todas elas obras feitas publicar no ano de 1888. Sugerimos que a crítica filosófica nietzscheana entronca com o conceito de decadência apresentado em Spengler por força de sua maior penetração e questionamento filosófico, que não se atém à crítica da filosofia da história. Desde sua mais ampla crítica aos valores burgueses, liberais, nacionalistas e cristãos, como também sem poupar as ideologias socialistas e também as democráticas (aspecto no qual é notável a proximidade possível com o pensamento conservador revolucionário representado por Spengler mas também com os alvos schmittianos), Nietzsche aprofunda a crítica a uma razão filosófica ocidental na qual percebe um indefectível sinal de crise e decadência. Desde esta leitura de Nietzsche sugerimos possível uma aproximação à crítica conservadora revolucionária realizada na Alemanha de final da década de 10 e início da década de 20 é extremamente instigadora. Lamentavelmente, dados os limites que de alguma forma devemos procurar respeitar, limitar-me-ei a assinalar esta relação e manter a exploração para momento seguinte prévia indicação neste rodapé. A respeito deste tema dentre a farta bibliografia nacional disponível, ver BOGÉA, (2010), GIACÓIA, (2005), MACEDO, (2006) e MACHADO, (1999).

conservador revolucionário.⁶⁸⁶ O sentimento de crise na Alemanha retrotrai às guerras napoleônicas, remete ao sentimento das perdas impostas por movimentos de industrialização de finais do século XIX. A este respeito que Kent confirma uma *Kulturpessimismus* germana caracterizada por “[...] esperanças não materializadas e nas discrepâncias entre idealismo e realidade, [e] levou a uma rejeição de muitos aspectos da vida moderna” (KENT, 1982, p. 103). Esta crise na vida moderna refletia na evocação pelo texto spengleriano de uma *Kulturpessimismus* decadentista. Esta era circunstância histórica que ressoava em vários círculos que se mostravam refratários à técnica. Não apenas amplos setores populares como também intelectuais e segmentos no âmago do nacional-socialismo apresentavam rechaço ao avanço da técnica que, por certo, seria indispensável para a consecução dos projetos políticos nacional-socialistas.

Neste aspecto o projeto nacional-socialista mantém contato com o conservadorismo revolucionário por intermédio da crença na capacidade de regeneração de uma circunstância de decadência histórica provocada pelos valores liberais. A decadência estava representada naquela quadra histórica pela França e pelos países anglófonos identificados com a doutrina liberal marcada pelo atomismo. A capacidade de reversão daquele quadro encontrava-se na capacidade germana de organizar um Estado orgânico, não sem similar no fascismo italiano, e que remetia diretamente a

⁶⁸⁶ A ideia de decadência não aparece historicamente neste momento de alta influência do conservadorismo revolucionário mas, isto sim, encontrava-se fortemente presente em Nietzsche. A este respeito, por exemplo, explica Giacóia Jr. que em Nietzsche a decadência há de ser “[...] compreendido não como um estado permanente, mas como um processo, que pode durar milênios. Um de seus traços mais característicos consiste em que ele inviabiliza a instauração de um contra-ideal, expressão de um movimento ascendente de vida. A decadência se manifesta sobretudo como ausência de coesão orgânica, como independência e destruição recíproca de elementos e funções, cuja ação conjunta constitui o princípio de unidade na vida de um povo ou cultura” (GIACÓIA, 2000, p. 65). Para a compreensão do momento weimariano em que dá-se a projeção do conceito de decadência há o clássico estudo de Stern que contribui de forma relevante para a sua compreensão. Ver STERN, (1974).

teorias como a Jünger-Schmitt do Estado total capaz de articular-se por meio da mobilização total (Jünger).

À sugestão de Sunic, o ponto de partida daquele momento de crise poderia estar marcado pelo advento da Revolução Industrial, instante em que se dá mais intensamente a substituição do homem pela máquina (cf. SUNIC, 1989, p. 51) mas, também, e alteração não menos impactante, pelos valores que a modernidade traz consigo. A máquina aparece para Jünger não como o senhor histórico, mas, antes, como um símbolo de um determinado momento histórico, ou seja, “[...] a imagem de um poderio virtualmente absoluto, que ele chamou exatamente de figura do trabalhador [...]” (RÜDIGER, 2008, p. 23).⁶⁸⁷ Pensando a questão da técnica, por sua vez, Spengler apresenta uma argumentação que se desenvolve a partir de um inovador desenho do declínio do Império Romano e quer propor o modelo como de constância histórica.

O modelo spengleriano logo seria posto em paralelo com o colapso da moderna civilização ocidental. A ideia de fundo do autor é de que inexiste uma evolução progressiva linear na história, mas, antes, encontra-se ela orientada por um padrão de ciclicidade (cf. FARRENKOPF, 1993, p. 394),⁶⁸⁸ conceito este próximo ao nietzscheano

⁶⁸⁷ O tema seria alvo de reflexão por parte de Heidegger, que construiria o conceito de *Gestell* (armação). Para uma reconstrução do argumento heideggeriano, ver SÁ, (2003b).

⁶⁸⁸ Ainda a este respeito Farrenkopf sublinha que tanto Spengler quanto outros historiadores pessimistas, dentre os quais Burckhardt, (a) “[...] treated the civilizational crisis of the West in the less drastic categories of decline, decadence, sterility, and exhaustion” (FARRENKOPF, 1993, p. 406), ademais de confirmar que, momento seguinte a publicação de sua *A decadência do Ocidente* o autor confirma uma visão cíclica da história em que (b) “[...] virtually eternal process of essentially autonomous civilizations undergoing cycles of rise and decline [...] driven toward a cataclysmic terminus [...]” (FARRENKOPF, 1993, p. 407). Farrenkopf mantém em outro texto a sua interpretação de que a teoria da ciclicidade em Spengler funciona com tal intensidade que o torna realizador de uma tese quase positivista (cf. FARRENKOPF, 1992-1993, p. 175), desde a qual sustenta que os valores da Antigüidade, em verdade, já haviam encontrado o seu momento de atualização por meio de sua comunicação com a Roma imperial (cf. *Ib.*). Aos trechos acima sugerimos as seguintes livres traduções: (a) “[...] considerar a crise da civilização ocidental na menos drástica categoria de declínio, decadência, esterilidade e exaustão”; (b)

eterno devir, mas que também será recepcionado por Spengler como uma ideia que aponta fortemente para a decadência.⁶⁸⁹ O conceito spengleriano de ciclicidade termina por encerrar o homem em um devir histórico do qual não dispõe de meios para fugir. Neste sentido diz Farrenkopf que “Spengler’s controversial thesis of preprogrammed, cyclical cultural change deprives man of the requisite freedom to alter his future profoundly and to initiate a process of cultural renewal” (FARRENKOPF, 1992-1993, p. 173).⁶⁹⁰ Portanto, nenhuma ação humana faz qualquer sentido quando não esteja destinada a seguir estes pré-determinados desígnios históricos infranqueáveis a intervenção humana, reluzindo nisto uma proximidade a fator irracionais vizinhos à tradição conservadora contrarrevolucionária do século XVIII. Este movimento spengleriano se mostra em ampla convergência com a ambiência intelectual daquele momento histórico, em uma Alemanha que experimentava as profundas repercussões das nefastas consequências do final da Primeira Grande Guerra Mundial.

“[...] virtualmente um eterno processo de uma civilização essencialmente autônoma submetidos a ciclos de ascensão e declínio [...] direcionadas a um desfecho em um cataclisma [...]”.

⁶⁸⁹ Não é nosso propósito adentrar no rico terreno da interpretação da filosofia nietzscheana senão tão somente referenciar-lhe no que concerne a sua leitura e apropriação por Spengler. A este respeito, por exemplo, sustenta Farrenkopf que o impacto da filosofia nietzscheana em Spengler é forte, especialmente em sua análise da decadência cultural européia (cf. FARRENKOPF, 1992-1993, p. 173). Sem embargo, interessa mencionar que em parte a recepção de Nietzsche por Spengler foi alvo de instrumentalização, tal como ocorreu em outras leituras de intelectuais ligados ao nacional-socialismo à época. A este respeito importa destacar a leitura de Heidegger, para quem “[...] não é de forma nenhuma permitido situar Nietzsche ao mesmo nível que o nacional-socialismo; isso é já interdito, abstração feita do que é da ordem do fundamental, a sua posição contra o antissemitismo e a sua relação positiva com a Rússia” (HEIDEGGER, 1997, p. 95). Ainda assim, Heidegger chama a atenção para o fato de que o debate com a metafísica de Nietzsche permite o debate com o niilismo “[...] cuja forma de aparição política se revelava cada vez mais ligivelmente ser o fascismo”. (HEIDEGGER, 1997, p. 95).

⁶⁹⁰ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “A controversa tese da pré-programação de Spengler, das alterações culturais cíclicas destituiu o homem do requisito da liberdade de mudar profundamente o seu futuro e de iniciar um processo de renovação cultural”.

Spengler é um filósofo que se caracteriza, assim como outros do período de afirmação do conservadorismo revolucionário, por manter-se equilibrado entre os referenciais de dois séculos, a rigor, de duas eras políticas, uma delas, imperial guilhermina, marcada por certa estabilidade⁶⁹¹ e, outra posterior, influenciada pelas reflexões ensejadas pelas profundas modificações da Primeira Grande Guerra Mundial.⁶⁹² Farrenkopf aponta para um Spengler que se mostra radicalmente apoiador de programa imperial, que vislumbra “[...] the destruction of European cultural individualism and national independence which classic German historicism had revered [...]” (FARRENKOPF, 1992-1993, p. 176).⁶⁹³ A aposta anti-individualista de Spengler realizada desde a tradição conservadora revolucionária a qual pertence mostra as possibilidades de aproximação discursivo-teórica que restam disponíveis relativamente a perspectiva antiliberal schmittiana.⁶⁹⁴

Este movimento conservador da filosofia spengleriana está inexoravelmente conectada a nova ordem do dia, cientes das modificações históricas derivadas tanto da derrota alemã como do advento do republicanismo weimariano, paralelamente, variados e admiráveis avanços técnicos tiveram lugar. Estes eram novos tempos a cuja cultura Spengler se oporia virulentamente. A sua era uma aposta contrária ao cerne da cultura

⁶⁹¹ Uma das descrições literárias mais talentosas do período precedente a eclosão da Primeira Grande Guerra Mundial e que cuida de seus detalhes pode ser encontrado em Stefan Zweig, precisamente em sua *O mundo de ontem*, na qual narra um período de certa estabilidade e equilíbrio, político inclusive, que iriam ser brutalmente interrompidos em 1914. Ver ZWEIG, (2005).

⁶⁹² O ano de 1911 Spengler representa uma inflexão no pensamento do autor por força de seu retiro. Em seu isolamento produziria a sua obra de referência, *A decadência do Ocidente*, (ver SPENGLER, 1982), muito embora a publicação de seu primeiro volume tivesse lugar apenas em 1918. Esta obra marca o seu grande tema de preocupação, a saber, a ascensão e queda das culturas, que permanece em contato com outros temas que intervêm em Spengler como instrumento de explicação de seu tema central.

⁶⁹³ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] a destruição do individualismo cultural europeu e da independência nacional que o clássico historicismo alemão venerado [...]”.

⁶⁹⁴ Para a aproximação a crítica schmittiana do liberalismo remetemos o leitor aos capítulos VI e VII deste trabalho doutoral.

weimariana, e consistir na glorificação dos instintos marciais assim como da consolidação do poder político, aspectos nos quais converge com a doutrina hitleriana (cf. FARRENKOPF, 1992-1993, p. 180), malgrado o possível distanciamento entre as expectativas de Spengler e o real programa político do nacional-socialismo hitleriano.⁶⁹⁵

Todos estes movimentos formavam um cenário que reclamava uma nova leitura e encontrariam espaço analítico na teoria spengleriana, também valendo-se de sua chave conceitual da ciclicidade da história. Farrenkopf assinala que encontramos em Spengler a observação de que a Alemanha resumia o espírito da civilização ocidental (cf. FARRENKOPF, 1992-1993, p. 174), e o fazia em um tempo marcado pela

[...] dawning materialistic age devoted entirely to the problems of economics, technology, and politics, which was eclipsing the moribund age of culture, that Spengler was convinced during the World War I that she should emerge triumphant as the architect of the crowning imperial form of the West. (FARRENKOPF, 1992-1993, p. 174).⁶⁹⁶

Malgrado tais avanços, remanescia em Spengler um descrédito inspirado em seu pessimismo quanto às aspirações históricas de superação dos conflitos bélicos entre Estados, aspecto no qual Schmitt convergiria ao apontar que o final dos conflitos entre Estados equivaleria ao próprio fim da política (cf. SCHMITT, 2002a, p. 54).

⁶⁹⁵ A respeito desta relação entre a leitura de Spengler sobre a doutrina nacional-socialista Farrenkopf argumenta que “[...] the system which Hitler erected was, to be sure, not a “Prussian-socialistic” system of noble care and duty, as Spengler at the beginning of the Weimar era naively hoped from the Caesaristic figure whom he prophesied for his native land, but one of appalling criminality and enslavement” (FARRENKOPF, 1992-1993, p. 180). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] o sistema que Hitler elaborou foi, em verdade, não um sistema “socialista prussiano” de fidalga prudência e responsabilidade, como Spengler ingenuamente havia pensado de uma figura cesárea ao início de Weimar, quando ele a profetizou para a sua terra natal, mas, isto sim, ela se mostrou apavorante e escravizante”.

⁶⁹⁶ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] despertar da era do materialismo inteiramente devotada aos problemas da economia, da tecnologia e da política, os quais eclipsaram a moribunda idade da cultura, que durante a Primeira Grande Guerra Mundial Spengler estava convencido que emergiria triunfante como a arquiteta da coroada formatação imperial do Ocidente”.

O trabalho proposto por Spengler oferta linha argumentativa para que permite ingressar no âmbito da filosofia do conservadorismo revolucionário. Para tanto, uma via de entrada sugerida é a análise em paralelo de duas de suas obras comumente menos destacadas, a saber, *O homem e a técnica* e também o seu livro *Anos de decisão*, obra esta não casualmente aparecida precisamente no ano de 1933, com plena ciência das circunstâncias políticas. *A Alemanha e a evolução histórico-mundial*. Junto a estas haveremos de considerar inevitavelmente a sua *magna opera*, *A Decadência do Ocidente*, de corrente leitura e interpretação.⁶⁹⁷ Nossa proposta implica buscar os vínculos de Spengler com os eixos centrais do conservadorismo revolucionário por intermédio a análise do trabalho maior via as suas duas obras menos exploradas para, desta maneira, valendo-nos dos trabalhos de Spengler, servir-nos para a composição do período e, ponto de chegada, projetarmos as possibilidades de contato com a filosofia schmittiana.

A Decadência do Ocidente é obra cujo primeiro volume foi composta ainda nos primeiros anos da década de 10 e publicada ao seu final, em 1918, sendo os volumes posteriores distribuídos nos anos subsequentes, permitindo que o diálogo teórico do autor tivesse lugar já desde este período segundo os referenciais que iam sendo elaborados paralelamente ao evoluir dos fatos daquela década. Malgrado seja ela um dos textos fundadores em temas conservadores, nossa proposta de recorte metodológico propõe ocupar-se dela tomando como referencial analítica uma de suas obras menores,

⁶⁹⁷ No preâmbulo escrito por Ortega y Gasset para a tradução espanhola de *La decadencia de Occidente*, o filósofo espanhol posiciona a obra como “[...] la peripécia intelectual más estruendosa de los últimos años” (cf. ORTEGA Y GASSET, 2009, p. 14), o que bem informa sobre o papel e o impacto da obra naquela quadra histórica de 1918 em que foi originalmente publicada na Alemanha, mas cuja concepção e escrita, conforme indica no prólogo à primeira edição alemã, lhe havia consumido os três anos anteriores ao do início da Primeira Grande Guerra Mundial, tendo seguido o seu trabalho até a primavera de 1917 (cf. SPENGLER, 2009a, p. 23). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] a peripécia intelectual mais estrondosa dos últimos anos”.

O homem e a técnica e Anos de decisão. A Alemanha e a evolução histórico-mundial. Datada de 1933,⁶⁹⁸ seu texto repercute e dialoga diretamente com a ascensão do regime nacional-socialista ao poder. Nesta medida, a obra nos interessa sobremaneira para a análise das possibilidades de que ela tenha sido um dos efetivos, e eficazes, veículos de comunicação teórica das teses de fundo do conservadorismo revolucionário com o nacional-socialismo.

Inobstante esta proposta de utilização da filosofia spengleriana como eixo argumentativo para aproximar-nos às possibilidades conectivas de Schmitt com o conservadorismo revolucionário, não poderíamos, sob pena de distanciar-nos do objeto deste trabalho doutoral, centrar-nos nas filigranas do pensamento spengleriano. Nestes termos, resta-nos recortar o objeto deste capítulo e centrar-nos naquilo que consideramos ser em Spengler (*a*) um aporte para a interpretação da crítica conservadora de Schmitt e (*b*) os argumentos auxiliares para realizar uma tal empreitada analítica.

A abordagem do conservadorismo revolucionário por meio do pensamento de Spengler irá recorrer ao auxílio de autores fundadores do conservadorismo revolucionário alemão como os já citados de Armin Mohler e Moeller van den Bruck. Enquanto este último expressa o seu desejo de arrancar o privilégio da revolução do discurso dos grupos revolucionários de esquerda, da mesma forma, o conservadorismo

⁶⁹⁸ Esta obra começou a ser composta por Spengler em uma conferência realizada em Hamburgo onde procurava alertar para os perigos enfrentados pela Alemanha naquela quadra histórica. Momento seguinte, já ao final do ano de 1932, em novembro, o autor se dedicaria a iniciar a reescritura da obra visando uma nova apresentação em janeiro de 1933 quando ainda considerava as críticas realizadas na conferência de 1929 bastante atuais. Spengler mantém, portanto, nesta obra publicada em 1933 e da qual aqui nos ocupamos, as linhas fundamentais daquele primeiro texto composto e apresentado originariamente na conferência de Hamburgo em 1929 (*cf.* SPENGLER, 1941, p. 11). É interessante assinalar que a crítica spengleriana apresentada em 1933 já vinha sendo cozida e, em seu eixo fundamental, concebida, ao menos, desde o ano de 1929.

revolucionário aposta por uma apropriação conceitual da revolução para a tradição da extrema direita reacionária (*cf.* GÓMEZ, 2007, p. 184), e isto não os distancia do pensamento spengleriano que observa a decadência do Ocidente mas não de forma resignada. Ao dar estes passos iniciais pretendemos colocar as condições de possibilidade lógico-teóricas para que possamos contrapor os conceitos elaborados por Spengler para, momento seguinte, examiná-los tendo como cenário a um conjunto mais amplo dos princípios do conservadorismo revolucionário.

Como viemos sustentando, o conservadorismo revolucionário encontra seu ponto de inflexão na vida germana ao final da Primeira Grande Guerra Mundial. A cultura política que ali se firma continuaria a ser alvo de tentativas de emulação pelos conservadores após o término do conflito bélico embora já houvessem outras realidades às quais impor respostas. Embora este não signifique o seu preciso ponto de constituição histórica, isto sim, este final da Primeira Grande Guerra Mundial é o momento do grande enfrentamento entre duas gerações. Não sem algum grau de estranheza a geração precedente ao embate bélico haveria de conflitar-se com a subsequente por sua defesa de valores liberais perante.

Especificamente em Spengler encontramos certos traços conservadores revolucionários que parecem-nos fundamentais. Um trecho parece-nos especialmente elucidativo. Trata-se de quando Spengler faz referências que são não apenas descritivas do pensamento conservador revolucionário como extensíveis a uma ampla gama de seus segmentos. Escrevendo no ano de 1933, imediatamente após a ascensão do nacional-socialismo, diz Spengler que:

Ninguém desejou mais do que eu a transformação nacional que se operou êste ano. Odiei, desde o primeiro dia, a sórdida revolução de 1918, por considerá-la uma traição praticada pela parte vil do nosso povo contra o elemento forte e enérgico, que, em 1914, se levantara decidido e capaz de conquistar o futuro. (SPENGLER, 1941, p. 7).

A ideia que subjaz ao argumento da existência de grupos internos traidores determinantes da derrota permaneceria como uma das forças atuantes na Alemanha daquele período, alimentando muitas das divergências políticas dos anos subsequentes ao final da Primeira Grande Guerra Mundial. A ideia de traição, tema reverberado no texto spengleriano (*cf.* FEINMAN, 2009d, 1m49s-2m05s), seria uma das forças motrizes a alimentar, por exemplos, a profunda desconfiança e os enfrentamentos entre o público próximo ao discurso nacionalista posteriormente fundido politicamente com a retórica totalitário-demagógica do nacional-socialismo. O ataque do discurso sobre o papel dos traidores logo receberia a incorporação dos veteranos corpos militaristas do regime guilhermino, encorpando ainda mais o grupo de detratores dos social-democratas apoiadores da nascente República.

A humilhação com que toda uma geração observou a derrota em 1914 serviu como fomentador de genuíno ódio, e as consequências materiais não permitiam algum tipo de olvido. Spengler é um destes homens que orientou parte de seus esforços teóricos sob o signo desta percepção de uma história que, em verdade, transcende em muito a sua pessoa e o seu trabalho. Esta seria uma energia que serviria de suporte a toda uma geração da qual Spengler é um dos mais proeminentes intelectuais. Entre a *intelligentsia* e os homens comuns muitos compartilharam desta interpretação dos fatos que constitui um dos mais relevantes elementos que permitiram a possibilidade de consolidação do conservadorismo revolucionário.

Este movimento que não havia digerido a derrota bélica encontra na aspiração nostálgica do conservadorismo revolucionário um ponto de apoio, grupo este que encontrava-se perpassado por uma dupla marca, a saber, o antiliberalismo e o irracionalismo (*cf.* VON KLEMPERER, 1968, p. 54). Um passo a mais na exploração desta leitura permite observar que a experiência de guerra torna-se não o *leitmotiv* da

obra de vários intelectuais do período mas, isto sim, um verdadeiro pano de fundo nem sempre bem à vista e com propósitos talvez ainda mais ocultos, dentre os quais o culto ao enfrentamento e ao extermínio haveria de mostrar-se com destaque.

O culto à guerra e à prática do extermínio como gerador de nova cultura belicista a qual consolidar, a ponto de que tenha permitido Zarka ponderar que a própria remilitarização alemã de 1933, e os fatos que isto permitiu que tivessem lugar, foi apenas uma consequência de um investimento teórico de fundo (que aqui sugerimos encontrar boa parte de sua dívida junto ao movimento conservador revolucionário) que encontra a sua síntese no conceito de mitologia política (*cf.* ZARKA, 2010a, p. 12). Muito da argumentação conservadora revolucionária belicista encontrava-se já presente no eixo conservador revolucionário de viés spengleriano, e não se trata de aparições esporádicas, senão que seguidas são as vezes em que tal marcação conceitual tem lugar.

Para tanto pensar esta inserção spengleriana parece-nos extremamente sugestiva a indicação de Sá de que “[...] o século XIX [...] pensara a guerra como uma consequência da política, e a política como um processo pelo qual um sujeito livre poderia ir progressivamente compatibilizando a sua essencial liberdade com a segurança [...]” (SÁ, 2003b, p. 15). Desde esta angulação torna-se perceptível a disseminação pública do entendimento do enfrentamento físico e, no limite, da guerra, como consequências da política, ponto no qual avaliamos encontrar de forma clara uma conexão com o papel da violência no conceito do político schmittiano.⁶⁹⁹ Isto sim, um ponto de dissociação de Schmitt com esta indicação de Sá ocorre quando pensada a política como enfrentamento e guerra como possibilidade de acesso a essencial

⁶⁹⁹ O detalhamento da análise do político e os seus diversos pontos de conexão com a ideia de violência e extermínio (*Vernichtung*) será alvo de nossa atenção mais acurada nos capítulos XI e XII desta tese doutoral, aos quais, desde já, remetemos o leitor.

liberdade do indivíduo, reflexão que não encontra prioridade ou centralidade no pensamento schmittiano.

Contudo, este tipo de discurso encontrava-se ainda longe de ser uma unanimidade mesmo quando do expressivo apoio obtido por Guilherme II nos primeiros momentos de sua declaração de guerra em 1914. É sabido, por exemplo, que intelectuais proeminentes como Hermann Hesse valorizaram a nobreza do amor perante o ódio e o extermínio, a vida à guerra (*cf.* RICHARD, 1988, p. 23).

A obra de Spengler como a de outros de seus contemporâneos como Jünger é um destacado exemplo da ênfase na destruição mas que, especialmente em Spengler, é vista como uma possibilidade de reconstrução e glória.⁷⁰⁰ Em Spengler encontramos com traços de uma filosofia política consagradora de um abrasivo darwinismo social composto, dentre outros elementos, pelo racismo (*cf.* FARRENKOPF, 1992-1993, p. 178). Von Klemperer é claro a este respeito quando destaca que há toda uma marca histórica derivada da geração de 1914 marcada pelo trágico (*cf.* VON KLEMPERER, 1968, p. 47).

A inspiração de fundo desta geração de 1914 tanto em aspectos literários como puramente filosóficos operava sobre bases comuns de um mundo desencantado, parcial, habitado pela negatividade da dolorosa experiência de uma nova forma de guerra até então desconhecida onde os enfrentamentos eram capazes de exterminar milhares. Em

⁷⁰⁰ Uma visão deste tipo estaria presente no nacional-socialismo e, muito especialmente, na doutrina hitleriana. Isto é facilmente observável quando pensada a obsessão com o extermínio dos judeus. A dedicação especial a tal tarefa desde o ângulo que nos propomos aqui pode ser entendida a partir de sua insana crença de que os judeus representavam os parasitas da história e de que sua eliminação completa colocaria as condições para um mundo cujo domínio ariano o tornasse são e bem acabado em sua construção de beleza. A ideia que desejamos sublinhar é que assim como Spengler propõe uma ideia de circularidade em matéria política, de resto não ausente das reflexões clássicas sobre políticas na Grécia Antiga, veja-se Aristóteles, no nacional-socialismo é perceptível que a percepção da destruição pode ser entendida como um prévio momento da reedificação de uma realidade política, e também racial, superior.

seus textos, dos quais o spengleriano é componente, é intensamente habitado pelas reflexões críticas nietzscheanas, dentre as quais aquelas diretamente endereçadas ao mundo moderno, malgrado a autoritária filosofia política spengleriana, a qual nenhuma relação mantém com a herança nietzscheana que subjaz em seus textos. De certa forma a resposta germana à chamada Catástrofe de 1918 haveria de encontrar-se ligada à algum tipo de resposta aos valores emergentes do 1789 francês, cuja afirmação histórica lhes pareceria inviáveis aos conservadores revolucionários germanos do primeiro quartel do século XX tanto quanto aos seus predecessores contrarrevolucionários ao final do século XVIII.

Quando Spengler nos diz logo acima que muito embora fora um dos tantos a desejar um novo regime em substituição ao guilhermino, isto sim, como também muitos outros, o novo regime surgido da derrota na Primeira Grande Guerra Mundial não lhe causaria menos do que profundo ódio. Aquele era um quadro histórico em que os quadros conservadores se mostravam, no mínimo, pouco entusiastas com o novo regime, estado de ânimo aparentemente incompatível com o seu escasso entusiasmo com o antigo regime imperial.⁷⁰¹

A aparência desta incompatibilidade se deve a que boa parte do grupo conservador, exceto, por suposto, os monarquistas, não aspirava a manutenção da ordem mas, antes, um novo regime que voltasse os olhos para a implementação dos tradicionais valores germanos, aspecto no qual igualmente se mostrariam em convergência com as aspirações do nacional-socialismo hitleriano⁷⁰² e que encontramos

⁷⁰¹ A este respeito nos confirma von Klemperer que “[...] when the Republic took the place of the Monarchy, nobody opposed the Republic, in order to die for the Monarchy” (VON KLEMPERER, 1968, p. 77). Ao trecho anterior sugerimos a seguinte tradução: “[...] quando a República ocupou o lugar da Monarquia ninguém opôs-se a ela no sentido de morrer pela Monarquia”.

⁷⁰² É conhecida a admiração de Hitler pela Antiguidade Grega assim como por Roma e Esparta. Em sua síntese, a civilização alemã em construção seria praticamente inesgotável e imbatível se resumisse os

expressas tanto pela arte apoiada pelo regime como naquela outra a qual o regime endereçava a sua condenação. A esta última o regime, por meio de seu ideólogo Rosenberg, qualificava como degenerada⁷⁰³ (cf. ROSENBERG, 1971, p. 126-133), atribuindo tal rigor condenatório a várias correntes do período,⁷⁰⁴ capaz de excluir uma

ideais destas três anteriores civilizações. Neste sentido, por exemplo, toda a concepção estética que subjaz aos movimentos nacional-socialistas encontram-se fortemente apoiadas na arte greco-romana. A mais contundente defesa de tal perspectiva encontra-se na arte apoiada pelo nacional-socialista que, no que concerne às imagens humanas, estavam constituídas por esculturas, desenhos e pinturas que privilegiavam a proporcionalidade das formas, inversamente ao que diziam ser a arte degenerada dos judeus.

⁷⁰³ A degeneração da arte moderna atribuída por Hitler encontrava-se assentada na sua crítica de que tal arte não era capaz de compreender o mundo, apresentar soluções e embelezá-lo. Ao contrário dos ideais de progresso e avanço científico, para Hitler a arte moderna investia contra os valores eternos que o nacional-socialismo, e em especial Hitler, acreditava encontrar no classicismo. A degenerada arte moderna, portanto, apenas poderia sugerir o declínio da civilização, remontando, por certo, o conceito de Spengler sobre a ciclicidade dos períodos civilizacionais. Um outro aspecto a respeito da recepção da estética grega pela cultura alemã durante o período formativo da cultura nacional-socialista encontra-se em chave nietzscheana. Malgrado acordemos com a esclarecedora posição de Giacóia sobre a incompatibilidade da filosofia de Nietzsche com a sua interpretação em chave nacional-socialista, a ideia é que há um ponto original de conexão entre o valor concedido à arte grega como modelo para a arte alemã e o mesmo valor atribuído pelo hitlerismo. Isto sim, como bem destaca Romano, em *O nascimento da tragédia* tem lugar um “projeto cultural iniciado por Winckelmann, Goethe e Schiller [...] que privilegia a arte grega como modelo para a arte alemã” (ROMANO, 2005, p. 174). Contudo, não sugerimos que o contato possa ser estabelecido mais do que por esta tema comum, posto que a tradição de Goethe e Schiller aposta por uma cultura alemã completamente avessa aos propósitos do nacional-socialismo.

⁷⁰⁴ Tendências inteiras em matéria de arte, em sentido amplo, foram condenadas pelo nacional-socialismo como arte degenerada, e dentre elas o Surrealismo, o Cubismo, o Dadaísmo, o Expressionismo, a escola da Bauhaus e o Impressionismo. Por sua vez, Jünger reputava o impressionismo como um movimento próximo ao processo de decomposição que observava agravar-se naqueles dias rumo às fronteiras do niilismo (cf. JÜNGER, 1993a, p. 123). Dentre os personagens componentes deste grupo de artistas promotores da *entartete Kunst* (arte degenerada) encontravam-se nomes como Wilhelm Heinrich Otto Dix (1891-1969) (*O Gabinete do Dr. Caligari*; *O Profeta*), Erich Heckel (1883-1970), Ernst Barlach (1870-1938), Emil Nolde (1867-1956). Nolde foi um dos primeiros expressionistas membro do *Die Brücke*. Dentre as suas obras, ver *Cabeça com Tubos – Auto-Retrato*, de 1907), (*Blumengarten, - ohne Figur*, de 1908).

nominata muito ampla de artistas talentosíssimos⁷⁰⁵ que haveriam de deparar-se com uma insaciável sede de poder que não mediria esforços repressivos no sentido de implementar o seu projeto que incluiria a (re)construção do homem alemão espelhado nos antigos valores germanos.

A República de Weimar, desde logo, não poderia ser aceita, posto que amplamente distanciada de tal ordem de valores, aos quais contrapunha toda uma *Weltanschauung* cosmopolita e tolerante. Não foi, portanto, saudada ou sequer bem acolhida por significativa parte dos intelectuais do período, tanto da direita como de esquerda. Reclamar melhor recepção à República de Weimar seria supor que as condições históricas fossem completamente diversas e, não menos importante, que os personagens da época não estivessem marcados por profunda simpatia por uma visão política antidemocrática.

Supor que a República de Weimar pudesse ter sido melhor acolhida e desfrutado de mais favoráveis condições de operação político-institucional é algo que desde uma

⁷⁰⁵ A lista de autores proibidos no período, qualificados como promotores de uma arte degenerada era extensíssima. Aqui arrolaremos apenas alguns deles a título exemplificativo, utilizando para tanto o critério de alguns dos mais conhecidos artistas. Um dos mais representativos foi o artista russo e professor da Bauhaus, Wassily Kandinsky (1866-1944). Kandinsky foi reconhecido como introdutor do abstracionismo na arte moderna, sendo exemplo de óleos sobre tela intitulados “*Murnau – Jardim*”, de 1910, bem como “*Grüngasse em Murnau*”, de 1909, “*Moscovo I*”, de 1916, “*Fuga*”, de 1914. Outro dos grandes do período alvo das restrições do regime foi o do bielo-russo Marc Chagall (1887-1985). Algumas de suas obras são *Chagalls Parents*, *The Fiddler*, de 1912, *Bella with White Collar*, de 1917. Após este período Chagall ainda manteria obras com a mesma abordagem e traço fugidio às formas perfeitas reclamadas pelos anseios estéticos do nacional-socialismo e que haviam resultado na proibição de suas obras anteriores. Neste sentido, ver *The Prophet Jeremiah*, de 1968, *Bestiaire et Musique*, de 1969, e *The Circus*, de 1960. Outro dos artistas que sofreram restrições do regime foi Paul Klee (1879-1940). Artista dedica às artes plásticas e as letras, o suíço Paul Klee, colega de Kandinsky como professor na Bauhaus, teve em seu trabalho as influências do expressionismo, do surrealismo e do cubismo e, como vimos, todas estas correntes haviam sido proscritas pelo regime. Além destes nomes, uma extensa lista se segue, dentre os quais apenas alguns dos também proscritos eram Christoph Drexel, Werner Heuser, Ludwig Gies, Max Ernst, Otto Baum, Otto Lange, Oskar Kokoschka, Franz Marc, Jean Metzinger, Ernst Wilhelm Nay e George Grosz.

análise *a posteriori* parece ser uma possibilidade inexistente, tal o ânimo relativamente aos problemas e, talvez principalmente, aos termos da rendição postos no Tratado de Versalhes, cujos termos, por certo, faz Spengler apresentar-se como mais um dentre os notáveis opositores desde as fileiras do conservadorismo revolucionário. Estes termos reforçariam fortes sentimentos contrários desde os primeiros momentos da nova República, para alguns bastante representativa de uma “[...] deshonra y un oprobio” (HITLER, 2004, p. 128).⁷⁰⁶ Mas Hitler e os nacional-socialistas, movimento cuja abrangência inicialmente era mais restrita, não estavam sós nesta percepção, senão o contrário.

Na sequência da argumentação hitleriana um dos intelectuais de proa do conservadorismo revolucionário, Spengler, assinalava em franco apoio ao nascente regime no ano de 1933 que a República, e parte dos que lhe tinham instaurado, representava uma verdadeira “[...] traição praticada pela parte vil do nosso povo contra o elemento forte e enérgico [...]” (SPENGLER, 1941, p. 7). Esta última foi uma versão que se tornou bastante disseminada no período e não apenas entre os nacional-socialistas como também muito intensamente entre os conservadores revolucionários. Para ambos grupos a derrota havia de ser atribuída não aos militares e suas estratégias mas a traições dos políticos (*cf.* SPENGLER, 1941, p. 167). Nascia, assim, a República e toda a nova ordem sob o signo da imperdoável traição dos políticos e seus partidos contra o povo e aqueles corajosos elementos que em 1914 haviam tido o valor de levantar-se em armas para defender os interesses nacionais.

⁷⁰⁶ Nos escritos hitlerianos as referências ao Tratado de Versalhes são tão constantes, criticamente, quanto nos demais atores políticos próximos à direita, aos grupos conservadores ou, mesmo, à esquerda. Em outro trecho de sua obra Hitler se refere ao Tratado de Versalhes como um dos “[...] actos de violencia más vergonzosos del mundo” (HITLER, 2004, p. 129), e esta era uma opinião que distava de configurar uma posição isolada senão que representava quase uma unanimidade. Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] atos de violência mais vergonhosos do mundo”.

O trecho em que Spengler traduz a sua posição de forma assertiva relativamente aos primeiros momentos do regime republicano parece-nos altamente elucidativo acerca do espírito compartilhado por muitos dos segmentos do conservadorismo revolucionário poderiam aceitar como um denominador comum dos valores que defendiam. Uma primeira ideia importante é que o movimento conservador se revelara inimigo desde a primeira hora dos valores republicanos. Spengler remete a uma oposição de primeiro momento que visava não apenas tecer críticas internas ao sistema mas, antes, como fica claro, colocar as condições de possibilidade para que a República encontrasse o seu termo o quanto antes. Neste sentido, por exemplo, pelo menos desde a sua obra explosivamente crítica à democracia parlamentar de 1923 é possível dizer que os objetivos de Schmitt não eram muito diversos destes enunciados por Spengler.

Spengler persevera em sua crítica à República de Weimar e torna ainda mais explícita a sua posição quando nos faz saber que esta sua oposição ao regime foi contínua. A dedicação de Spengler em todos os seus escritos políticos mostra proximidade com a filosofia antidemocrática e antiliberal-parlamentar de Schmitt ao endereçar suas críticas aparentemente com um objetivo exclusivo:

[...] visava as forças que, com o auxílio dos nossos inimigos, entrincheiradas nas nossas misérias e nas nossas desgraças, tentaram obstar àquela conquista. Nenhuma linha foi escrita que se não destinasse a contribuir para a destruição desses elementos [...]. (SPENGLER, 1941, p. 7).

A textualidade destas linhas de Spengler declaradamente elege como inimigos aqueles que se ocultavam sob os valores do republicanismo. Mas aqui não se trata somente de declará-los como inimigos mas como alvos da destruição. Já não bastaria, como de resto seria a prática de guerra do nacional-socialismo, vencer a batalha, mas o grau de inimizade implicaria a destruição da civilização oponente, do *modus vivendi* e todos os seus traços. O extermínio deveria ser completo, e em Spengler a destruição dos elementos republicanos nos sugere tal indicação. Encontramos ainda neste trecho de

Spengler a grave condenação atribuída aos republicanos de Weimar, de resto compartilhada pelos conservadores revolucionários, de que eles haviam traído os mais autênticos valores germânicos.

Portanto, a destruição destes valores parlamentares e liberais suscitados por Spengler sugere-nos a manutenção de conexão com a filosofia política schmittiana e com o seu conceito do político, em especial a atenção destinada ao conceito de inimigo e a ilimitada ação que contra ele se poderia tomar no sentido de destruí-lo.⁷⁰⁷ Esta cultura do enfrentamento e do extermínio também chegaria a Schmitt desde inspiração soreliana estruturada mais solidamente por intermédio de seu texto *A teoria política do mito* (ver SCHMITT, 2001k),⁷⁰⁸ segundo a qual os valores democráticos haveriam de sucumbir perante uma batalha decisiva na qual a tarefa aniquiladora dos valores liberais teriam seu desenlace final (cf. ZARKA, 2010a, p. 11).

Esta preliminar leitura de Spengler permite-nos colocar as linhas iniciais de nossa proposta de aproximação aos textos do conservadorismo revolucionário por meio da consagração da violência como ínsita no conceito do político que dentre eles operava. Para estabelecer o diálogo com o cerne deste movimento tomando como guia ao pensamento spengleriano o que propomos aqui é introduzir brevemente alguns dos eixos conceituais centrais do conservadorismo revolucionário por meio de Armin Mohler e van den Bruck, ademais do já citado Spengler para, a partir disto, delinear os dois eixos que perpassarão este capítulo.

⁷⁰⁷ A este respeito remetemos o leitor(a) para os três últimos capítulos da tese doutoral em que nos ocuparemos do conceito do político.

⁷⁰⁸ Importante assinalar que a inspiração soreliana que aparece em Schmitt revela, igualmente, uma conexão indireta com o pensamento jüngeriano. A este respeito destaca Gómez que Sorel pode ser apresentado como um grande ancestral de Jünger, posto que ambos os autores intervêm de forma relevante no sentido de interromper um processo de decadência dos valores tradicionais (cf. GÓMEZ, 2007, p. 185).

O primeiro destes eixos que pretendemos trabalhar e que será enfocado desde estes autores citados diz respeito à análise de como o conservadorismo revolucionário pode ser compatibilizado com os valores do nacional-socialismo e, momento seguinte, como eles se fizeram presentes na prática da barbárie, conexão esta que resta assegurada desde várias fontes (*cf.* VON KLEMPERER, 1968, p, 32). Um segundo eixo e articulação conceitual deste capítulo tem em vista contrapor os resultados deste primeiro movimento com a filosofia política e jurídica schmittiana com vistas a observar a sua proximidade teórica com ambos grupos.

O primeiro dos eixos anunciados acima e que diz respeito a análise de como o conservadorismo revolucionário pode tornar-se compatível com os valores do nacional-socialismo irá propiciar que iniciemos o trabalho a partir da análise sobre como o conservadorismo revolucionário, não obstante sua conexão direta com o pensamento contrarrevolucionário e com todo um conservadorismo moderado do século XIX, irá constituir-se neste início de século XX como uma configuração adaptada da formatação que até então o conservadorismo adquirira aspecto este que pode ser observado em sua aproximação a valorização do papel da técnica, naquele momento percebida como uma promessa de solução das mazelas presentes e dos problemas futuros (*cf.* RÜDIGER, 2008, p. 16).

Propomos o exame desta conexão entre pensamento conservador revolucionário e o fenômeno nacional-socialista a partir de Oswald Spengler, Armin Mohler e Moeller van den Bruck.⁷⁰⁹ Em nossa perspectiva todos os três desempenharam papel de notável

⁷⁰⁹ Desde logo, trata-se de um corte metodológico que, como tal, sugere e implica uma dose de arbitrariedade. Assim, por exemplo, desconsideramos o papel das significativas contribuições de filósofos como Heidegger e Hans Freyer, que virão a ser referidos apenas de forma eventual no decorrer do trabalho.

importância no desenvolvimento do pensamento conservador revolucionário alemão.⁷¹⁰ A resistência aos valores republicanos mostra-se consolidada, próximo ao que nos comenta Herf de que teria sido o papel de todo o conservadorismo, a saber, o de que “[...] deben asumir cierta responsabilidad por haber impulsado las tendencias iliberales aprovechadas por Hitler”⁷¹¹ (HERF, 1990, p. 273).⁷¹² Disto encontramos traços tanto no trabalho de Spengler como no de Mohler e van den Bruck e que se mostraria como um denominador comum do conservadorismo revolucionário.

O credo e compromisso antiliberal é um dos grandes compromissos de fundo da direita conservadora weimariana com a qual não apenas Schmitt mantinha estreitos e públicos contatos e diálogos teóricos como também uma vasta tradição de esquerda do período.⁷¹³ Spengler, por exemplo, no ano de 1933 em seu livro *Anos de decisão*, já em sua introdução, apontava para a possibilidade da Segunda Grande Guerra Mundial e, naquele contexto, caberia à Alemanha, perante outras tantas nações anquilosadas, propor os meios e instrumentos para a superação de problemas históricos e mundiais (cf. SPENGLER, 1941, p. 12).

⁷¹⁰ Sem embargo, por uma opção metodológica, iremos partir do primeiro deles, Spengler, para realizar o trabalho de aproximação ao declarado objeto deste capítulo buscando tanto em Mohler como em van den Bruck apoios teóricos para contrapor as nossas observações.

⁷¹¹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] devem assumir certa responsabilidade por ter impulsionado as tendências antiliberais recepcionadas por Hitler”.

⁷¹² A aparição do texto de Hitler nesta tese doutoral não tem como escopo emprestar-lhe validade científica. Isto sim, o que aqui de fato nos interessa é trazer à tona os argumentos utilizados em seus textos para deles valer-nos como referenciais históricos, em certa medida influentes, da formação da cultura totalitária germana. Igualmente nos interessa trazer o tema à discussão para que possamos cotejar com maior precisão a sua proximidade com o roteiro político e conservador revolucionário, projetando, passo seguinte, a análise da convergência com o texto e os propósitos de Schmitt.

⁷¹³ Neste aspecto é importante assinalar que também parte do pensamento de esquerda que atualmente reclama Schmitt pode ter avaliado em que medida mantém também ela a ligação de fundo da qual Schmitt é alvo de acusações.

4.2. SPENGLER, HEIDEGGER E SCHMITT: FILOSOFIA E PESSIMISMO NA HISTÓRIA E A CONCEPÇÃO DA POLÍTICA A PARTIR DA LIDERANÇA

Em meio a percepção conflitiva do mundo naquela quadra histórica que lhes tocou viver a Spengler, Heidegger e Schmitt, e acaso alguma esperança sobrevivera em uma filosofia da história marcada pelo pessimismo, esta última haveria de estar localizada na capacidade dos sujeitos realizadores da história,⁷¹⁴ atores que se revelavam, por isto, como os “[...] grandes indivíduos” (SPENGLER, 1941, p. 159). Para Spengler, em especial, as grandes individualidades da história eram personificadas em homens como Bismarck. Personalidades como estas, chegado o momento adequado, saberiam como reconhecer o curso da história de seu tempo, adotando as necessárias e adequadas estratégias para transitar entre as dificuldades, e aí a sua virtude, ou seja, a de tão somente sujeitar-se a este inexorável curso histórico: “Isto era alta política como a arte do possível” (SPENGLER, 1941, p. 174).⁷¹⁵ Esta era uma estereotipagem de

⁷¹⁴ É importante assinalar que Spengler evidencia em seus textos uma leitura da superioridade da raça branca, elemento recorrentemente presente em múltiplas passagens de suas páginas de seus *Anos de decisão* (ver SPENGLER, 1941). Desta maneira, é importante mencionar que, malgrado seja certo que nos textos de Schmitt não apareçam antes do ano de 1933 qualquer expressa referência ao racismo, isto sim, as suas fontes e interlocutores diretos, muitos deles pertencentes ao conservadorismo revolucionário, os quais manejavam tal conceito racista sobre a superioridade do homem branco, como aparece em Spengler. Desta forma, o que desejamos aqui sugerir é que quando Schmitt desenha apenas formalmente a figura do inimigo, sem ocupar-se minimamente de seu conteúdo (e aqui as críticas endereçadas ao positivismo kelseniano talvez lhe pudessem ao menos parcialmente lhe ser dirigidas) põe as condições de possibilidade para que esta leitura conservadora revolucionária, racista, pudesse vir habitar o núcleo de seu conceito do político ao emprestar-lhe quaisquer cores por intermédio das quais identificar o inimigo. Schmitt efetivamente viria a fazê-lo após 1933 sem romper os laços meramente formais traçados em 1927, e em conexão com alguns dos textos destes teóricos do conservadorismo revolucionário como Spengler, fixaria um dos grupos a exterminar os judeus, embora não o único, determinação esta a critério da livre determinação do *Führer*.

⁷¹⁵ Neste aspecto podemos perceber uma aproximação com a filosofia política de Maquiavel cujas explorações entre nós se dão de forma percuciente por Bignotto (ver BIGNOTTO, 1991) e Adverse (ver ADVERSE, 2009). Para a exploração de suas relações com Schmitt, ver ADVERSE, (2010; 2008). Para uma análise da soberania em Maquiavel tornando possível uma reflexão mais acurada com a aproximação

liderança calcada em modelos clássicos de poder e força que se fazia presente no discurso conservador revolucionário.

O delineamento do poder em Heidegger, entre 1933 e 1934, demonstra a forte aposta na unificação de todo o poder nas mãos do *Führer* por intermédio da reunião dos aspectos objetivos do exercício do poder político e subjetivos que envolvem a decisão política (cf. CARRASCO, 2009, p. 224).⁷¹⁶ A este respeito encontramos sobradas referências em seus textos e alocações. Em uma delas, feita publicar no *Jornal dos Estudantes de Freiburg* em 10 de novembro de 1933, Heidegger escreve com todas as letras a sua percepção de que o futuro da Alemanha estava ligado ao *Führer* (cf. HEIDEGGER, 1997, p. 113).⁷¹⁷ Carrasco faz ver que o próprio conceito de *Führer*

deste conceito em Schmitt, ver ALTINI, (2005). Para uma aproximação cuidadosa do conceito de soberania ao de exceção em Schmitt, ver BIGNOTTO, (2008). Sobre a questão republicana e como esta caracterização pode ser tomada com um desvalor por parte da cultura filosófica schmittiana, ver DEL ÁGUILA TEJERINA, (2006). Para esta adequada percepção dos valores republicanos, ver BIGNOTTO, (2006; 2001). Ainda assim, para uma aproximação de Maquiavel ao conceito do político, ver LEFORT, (2010). Sobre Maquiavel e o problema da modernidade, que igualmente encontra referenciais no debate conservador e schmittiano sobre a sua anti-ilustração, ver o excelente trabalho de VILLACAÑAS BERLANGA, (1999).

⁷¹⁶ Para uma leitura promissora da filosofia e da política em Heidegger, ver LEAMAN, (1990).

⁷¹⁷ A rigor, não restam dúvidas sobre o grau de adesão a Hitler por parte de Heidegger, sendo que o debate remanescente reside em outra dimensão. Em sua famosa entrevista ao *Der Spiegel* em 1966 e feita publicar *post mortem*, Heidegger já dissera com clareza quando questionado sobre o tom abertamente nacional-socialista utilizado em seu *Discurso do Reitorado* que “Essa era então a minha convicção” (HEIDEGGER, 1997, p. 218) e que, ademais, “Acreditava nessa altura que na explicação com o nacional-socialismo se poderia abrir um novo caminho e único ainda possível para uma renovação. Não falei apenas para fazer de conta: via essa possibilidade” HEIDEGGER, 1997, p. 221). Ao fim e ao cabo, reconhece que “Não via alternativa na época” (HEIDEGGER, 1997, p. 218.). Portanto, se observa que Heidegger recua de uma posição ativa e decidida em favor do regime para uma posição de admissão de equívoco quanto aos reais desígnios do regime, pois sugere que esteve disposto a acreditar na real possibilidade do nacional-socialismo abrir novos caminhos para a Alemanha sobre a base de um discurso *völkisch*. O equívoco apontado quanto a sua percepção dos rumos que viriam a ser adotados pelo nacional-socialismo pouco crédito nos merece dada a agudeza intelectual *sui generis* do personagem, de quem não se poderia esperar o tropeço indicado por Arendt. Ao contrário, poderíamos redargüir-lhe com

termina por chamar para si o encargo de realização da vontade histórica do povo organizado no novo regime, e ele o faz sob a chancela de Heidegger, para quem a “[...] vontade foi levada pelo *Führer* a todo o povo; ele fundiu-a numa única decisão”. (HEIDEGGER, 1997, p. 114).⁷¹⁸

A tradição teórica do conservadorismo revolucionário emprestava sustentação a tal visualização do poder encontrava apoio em Heidegger e Freyer (ver MULLER, 1988), entendido o primeiro como um de seus extremados membros (*cf.* RÜDIGER, 2008, p. 15).⁷¹⁹ Não menos intensamente outros tantos nomes historicamente importantes muito embora indevidamente recepcionados com a devida projeção merecida como Ernst Jünger⁷²⁰ que não encontram-se distanciados de Spengler em sua

o filósofo que, sim, Heidegger, e, quiçá, ninguém mais, poderia ter encontrado uma alternativa que não fosse esta nacional-socialista, a menos promissora e mais funesta dentre quaisquer outras.

⁷¹⁸ A respeito da relação entre o líder e a vontade do povo encontramos texto de Heidegger em Faye especialmente ilustrativo: “El líder tiene algo que hacer con la voluntad del pueblo: esta voluntad no es la suma de voluntades singulares, sino un Todo de autenticidad primordial. La cuestión de la conciencia-de-la-voluntad de una comunidad es un problema en cualquier democracia, que puede ser resuelta satisfactoriamente cuando se reconoce la voluntad del líder en su esencia. Hoy nuestra tarea es orientar la relación fundante de nuestro ser comunal en la dirección de su realización donde, como tal realización, ni el pueblo ni el Führer pueden estar separados. Sólo cuando este esquema básico se asegure en su aspecto esencial mediante su aplicación, será posible el verdadero líder” (FAYE, 2009b, p. 238). Ao texto acima sugerimos a tradução que segue: “O líder tem algo que fazer com a vontade do povo: esta vontade não é a soma das vontades singulares mas, isto sim, um Todo de autenticidade primordial. A questão da consciência-da-vontade de uma comunidade é um problema em qualquer democracia, o qual pode ser resolvido satisfatoriamente quando se reconhece a vontade do líder em sua essência. Hoje, a nossa tarefa é a de orientar a relação fundante de nosso ser comunitário rumo a sua realização onde, como tal realização, nem o povo nem o Führer podem estar separados. Apenas quando este esquema básico se assegure em seu aspecto essencial mediante sua aplicação o verdadeiro líder será possível”.

⁷¹⁹ Rüdiger retoma uma leitura cruzada de Pierre Bourdieu e Domenico Losurdo, que aproximam Heidegger de forma decidida do conservadorismo revolucionário (*cf.* RÜDIGER, 2008, p. 15).

⁷²⁰ Interessante a descrição que nos faz Neaman

sobre o perfil de Jünger na Berlin dos anos 20: “In Berlin Jünger led the life of a free-floating intellectual, enjoying the salons and politically charged atmosphere of the Weimar Republic’s culturally most exciting years. He flirted with a number of ideologies and parties but joined none of them for long, situating himself “in a non man’s land between bourgeois nationalism, National Socialism, utopian

análise da história e da política.⁷²¹ Já mencionado como autor-chave para compreender o período, Armin Mohler reputa Jünger como tendo exercido o papel de mais influente líder espiritual e intelectual da direita weimariana (*apud* NEAMAN, 1999, p. 72), autor cujo trabalho mantém proximidade com o de Schmitt, malgrado indevidamente explorada,⁷²² assim como com Heidegger, por exemplo, que conecta a dimensão do político à exceção (*cf.* ROSSELLO, 2002, p. 137-156).

Em toda esta tradição há em potência o reclamo da figura do líder a guiar (*Führer*) os seus, posteriormente apoiada com clareza por Heidegger em trecho de texto publicado no Jornal dos Estudantes de Freiburg em novembro de 1933 em que dizia aos estudantes: “Não sejam doutrinas e “ideias” as regras do vosso ser. Só próprio guia é a realidade efectiva alemã, hodierna e futura, e a sua lei” (*apud* SÁ, 2003b, p. 32)⁷²³ e, sob o mesmo e decidido espírito, em 10 de novembro do mesmo ano sustentava que “Não há senão uma vontade, a que quer a existência (*Dasein*) plena e inteira do Estado”.

socialism, and communism” (NEAMAN, 1999, p. 34). Ao texto acima sugerimos a seguinte tradução: “Em Berlin Jünger orientou sua vida como um intelectual sem vinculações, desfrutando dos salões e politicamente desafiador da atmosfera política da República de Weimar em seus mais excitantes anos. Ele flertou com um número de ideologias e partidos mas não juntou-se a nenhum deles por muito tempo, situando-se como “como alguém que não se localizava no terreno entre o nacionalismo burguês, o nacional-socialismo, o socialismo utópico e o comunismo”.

⁷²¹ Sobre a proximidade entre ambos os autores, Spengler e Jünger, assim como a sua interação em um contexto comum, ver RÜDIGER, (2008, p. 14).

⁷²² Esta posição de centralidade de Jünger no quadro teórico do período importa no marco teórico de nosso trabalho como referencial para avaliar o grau de integração e, de influência, de sua obra sobre o seu bastante próximo amigo Carl Schmitt. À análise desta relação será reservado espaço exclusivo, de sorte a melhor dimensionar a contribuição deste diálogo ao conservadorismo revolucionário bem com sua direta conexão com a filosofia política schmittiana.

⁷²³ O referido texto encontra-se no antepenúltimo parágrafo do texto intitulado *Apelo aos estudantes*, feito publicar no Jornal dos Estudantes de Freiburg a 3 de novembro de 1933. Logo ao parágrafo seguinte citado no corpo do texto Heidegger acresce de forma cabal a sua percepção do momento político alemão: “O próprio Führer e só ele é a realidade alemã de hoje e do futuro, assim como a sua lei. Aprendei sempre mais profundamente a saber que doravante cada coisa exige decisão, e cada acto responsabilidade”. (HEIDEGGER, 1997, p. 112).

(HEIDEGGER, 1997, p. 113), e isto tem lugar por intermédio do Estado do trabalho (*Arbeitsstaat*), *locus* político que a essência do trabalho determina a maneira do ser humano aí (*cf.* HEIDEGGER, 1997, p. 125).

As conexões conservadoras se prolongam com o trabalho filosófico de Heidegger, cujas conexões com os textos jüngerianos *Die totale Mobilmachung* (ver JÜNGER, 1995c) e *Der Arbeiter* (ver JÜNGER, 1993a; ver HEIDEGGER, 1997, p. 93-103; *cf.* ROSSI, 2004, p. 146), são manifestados abertamente em seu *Discurso do Reitorado* (ver ROSSI, 2004),⁷²⁴ mas que também comporta uma aproximação schmittiana.⁷²⁵ Esta tríade, nem sempre percebida como próxima pelos comentaristas,⁷²⁶

⁷²⁴ Primeiramente Rossi sugere que a grande novidade do discurso do reitorado de Heidegger é mesmo o enquadramento de suas ideias ao vocabulário do nacional-socialismo alemão (*cf.* ROSSI, 2004, p. 140), malgrado tampouco sejam realizadas menções expressas a Hitler ao a raça ária, encontra-se implícito em seu discurso referências jüngerianas (*cf.* ROSSI, 2004, p. 141). Paralelamente, sugere Rossi para uma leitura do *Discurso do Reitorado* de Heidegger algumas interessantes limitações, a saber: “1) no perder de vista que trata-se de un discurso conmemorativo mediante el cual no se celebra simplemente la asunción de un nuevo rector en una institución, sino que el verdadero objeto de celebración es la *Gleichshaltung*, la “coordinación” de la universidad (en este caso la de Friburgo) con el Estado nazi, por tanto, el discurso adquiere por ello mismo un carácter programático, siguiendo la línea “la nueva universidad en el nuevo estado”, ya que la Universidad de Friburgo fue una de las primeras en incorporar el *Führerprinzip* a sus estatutos; 2) interpretar el discurso en sus propios términos, esto es, entenderlo como un documento filosófico-político, emergente simultáneo a la vez de una nueva realidad política y de la politización de una filosofía existente” (ROSSI, 2004, p. 139). Estas opções de Rossi podem representar um bom guia para uma leitura crítica deste também importante texto heideggeriano para situar a sua filosofia política no período de sua adesão ao nacional-socialismo. Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “1) no perder de vista que trata-se de um discurso comemorativo por meio do qual não celebra simplesmente a tomada de posse de um novo reitor em uma instituição, mas, isto sim, que o verdadeiro objeto de celebração é a *Gleichshaltung*, a “coordenação” da universidade (neste caso a de Friburgo) com o Estado nacional-socialista, portanto, o discurso adquire, por isto mesmo, um caráter programático, seguindo a linha “a nova universidade no novo Estado”, posto que a Universidade de Friburgo foi uma das primeiras em incorporar o *Führerprinzip* aos seus estatutos; 2) interpretar o discurso em seus próprios termos, isto é, entendê-lo como um documento filosófico-político, emergente simultâneo de uma nova realidade política e da politização de uma filosofia existente”.

⁷²⁵ Sugerimos que no nível do contexto de sua produção e pela proximidade teórica, Heidegger pode ser explorado, ao menos em *Sein und Zeit*, em conexão com o *Der Begriff des Politischen*, de Schmitt, ambos

textos publicados originalmente no ano de 1927. As referências de Heidegger ao político podem ser exploradas desde esta proximidade com Schmitt, abordagem que, malgrado a relevância, reservaremos para o desenvolvimento destas investigações. A este respeito é bastante rico o trecho extraído de Heidegger por Faye no sentido de comprovar não apenas a aproximação de Schmitt como, sustenta, que Heidegger ao falar do político se manteria nos limites propostos por Schmitt: (a) “Es por esta razón por la que debemos intentar, con una especial disponibilidad, clarificar previamente la esencia del pueblo y del Estado. Para hacerlo, debemos partir una vez más de la definición de lo político como modo de ser del hombre y como posibilidad del Estado. A esta concepción se oponen todavía otras concepciones de lo político, como, por ejemplo, el concepto de la relación amigo-enemigo que se remonta a Carl Schmitt. Este concepto de lo político se funda sobre una idea según la cual el combate, es decir, la posibilidad real de la guerra, sería lo previo al comportamiento político y, por tanto, de que la posibilidad del combate decisivo, que puede también ser llevado a cabo a través de medios no militares, agudiza las oposiciones existentes, ya sean morales, confesionales o económicas, hasta la unidad radical del amigo y del enemigo. En la unidad y en la totalidad de esta oposición amigo-enemigo reposa toda existencia política. Lo que es fundamental en esta visión es que la unidad política no se identifica necesariamente con el Estado y con el pueblo” (*apud* FAYE, 2009b, p. 216). As referências heideggerianas ao político são bastante bem detectadas por Faye. Para maior detalhamento, ver FAYE, (2009b, p. 216-217). Esta leitura do texto schmittiano nos interessa profundamente com vistas a realizar a leitura do político nos dois últimos capítulos desta tese doutoral. A proximidade da leitura heideggeriana parece-nos um ponto bastante sugestivo para marcar um território de alinhamento intelectual entre ambos no que concerne ao pensamento filosófico-político que todavia carece de maior realce. Para uma incisiva crítica ao trabalho de Faye, ver SÁ, (2005). Para uma avaliação positiva do texto de Faye criticado por Sá, ver CARRASCO, (2009). Carrasco que destaca o grande valor da pesquisa de Faye em sua análise dos seminários em que Heidegger, todavia não publicados, dos anos 1933 a 1934, em que o autor se ocupa de Hegel, e que permite o comentário de Rossi de que a identificação heideggeriana entre Estado e povo tem um certo ar heideggeriano, malgrado as posteriores matizações que a aproximação merece (*cf.* ROSSI, 2004, p. 155). A leitura de Carrasco inspirada certamente no texto de Faye é de que no semestre de inverno de 1934 a preocupação de Heidegger é com sair em defesa de Hitler, líder capaz de enfrentar as ameaças gestadas em igual medida nas culturas russas e norte-americanas. Como diz Carrasco, (b) “Este seminario confirma tanto el eje diabólico que destruye a los pueblos naturales (la democracia y el comunismo como formas de consumación del igualitarismo político) como la apuesta por parte de Heidegger del Estado total [...]” (CARRASCO, 2009, p. 221-222). Aos textos citados acima sugerimos as seguintes traduções: (a) “É por esta razão que devemos tentar, com especial disponibilidad, previamente esclarecer a essência do povo e do Estado. Para fazê-lo, devemos, uma vez mais, partir da definição do político como forma de ser do homem e como possibilidade do Estado. A esta concepção todavia se opõe outras concepções do político, como, por exemplo, o conceito da relação amigo-inimigo, que remonta a Carl Schmitt. Este conceito do político se fundamenta na ideia segundo a qual o combate, ou seja, a possibilidade real da guerra, seria prévio ao comportamento político e, portanto, de que a possibilidade do combate decisivo, que também pode ser levado a termo por meios não militares, agudiza as oposições existentes, sejam elas morais, confessionais ou econômicas, até a unidade radical do amigo e do inimigo. Na unidade e na

encontra a atenção em artigo de von Krockow, que como linha argumentativa para reuni-los utiliza o conceito de decisionismo assim como da comum e áspera oposição do trio a atmosfera da Alemanha no pós-Primeira Grande Guerra Mundial (*cf.* VON KROCKOW, 2001, p. 11)⁷²⁷ mas, também, em Revueltas, para quem encontramos uma aproximação possível entre Jünger e Heidegger por meio do compartilhamento de valores antidemocráticos, aristocratizante, nacionalista e obsessivos relativamente ao tema da guerra (*cf.* REVUELTAS, 2002, p. 150), ademais de todos eles com Schmitt em relação que se prolonga para além dos anos 40 (*cf.* KITTLER, 2006).

Neaman realiza fundamentadamente a aproximação de Jünger ao conservadorismo revolucionário do período assim como outros comentaristas realizam o mesmo movimento. Dentre estes, Richard, que não apenas amplia a tese como generaliza que o movimento dos escritores revolucionários conservadores como Jünger vinham já em apoio político a Guilherme II, que se encarregaria de dar lugar aos primeiros movimentos da Primeira Grande Guerra Mundial (*cf.* RICHARD, 1972, p. 41).

As novas constituições históricas das forças de direita surgem no início do século XX com um viés altamente conservador. Como nos diz Payne, esta reação aos antigos moldes do conservadorismo se deu segundo um formato político de oposição,

totalidade deste oposição amigo-inimigo repousa toda a existência política. O que é fundamental nesta visão é que a unidade política não se identifica necessariamente com o Estado e com o povo”; (b) “Este seminário confirma tanto o eixo diabólico que destrói os povos naturais (a democracia e o comunismo como formas de consumação do igualitarismo político) como a aposta no Estado total por parte de Heidegger [...]”.

⁷²⁶ Em von Krockow um dos poucos trabalhos em que é possível localizar apoio a uma das referências deste trabalho, a saber, a aproximação teórica entre Schmitt, Jünger e Heidegger (ver VON KROCKOW, 2001) assim como de toda a tradição conservadora revolucionária.

⁷²⁷ Von Krockow atenta para o fato de que Jünger, Heidegger e Schmitt chegaram a ser, “[...] cada uno en su ámbito, guías del espíritu alemán, o de su espíritu destructivo [...]” (VON KROCKOW, 2001, p. 11). Ao trecho anterior sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] cada um em seu âmbito, guías do espírito alemão, ou de seu espírito destrutivo [...]”.

ou seja, se dava “[...] a la vieja usanza y propugnaba un sistema autoritario más moderno” (PAYNE, 1995, p. 21).⁷²⁸ Mas se algumas adaptações históricas tinham tido lugar, nos termos em que nos apresenta o tema Payne, seguramente algo de essencial não havia sido tocado, a saber, o político era balizado pelo autoritário.⁷²⁹ Especificamente no caso alemão, ali os antigos modelos políticos eram entendidos por alguns como marcados pelo autoritarismo. Richard Wagner era um dos que apoiavam a tese de um espírito germano marcado por tal viés histórico autoritário (*apud* VON KLEMPERER, 1968, p. 51), calcado nos valores do povo (*Volk*) e da raça ariana, o que resta bastante claro de seus *Nibelungen*,⁷³⁰ principalmente por intermédio de seu personagem Siegfried. Toda esta é uma percepção que pavimentaria o caminho para a consolidação de uma cultura firmemente totalitária avançada a década de 20 e 30 do século XX.

O conservadorismo revolucionário de início do século XX na Alemanha apresenta um grupo de intelectuais preocupados com a afirmação paradoxal que visa, em um primeiro momento, destruir a ordem política e cultural vigente para, momento seguinte, construir o futuro à semelhança de um Estado com valores ancorados em um passado mítico. Alguns dentre os intelectuais, como Heidegger, *a posteriori*,

⁷²⁸ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] segundo os antigos usos, e propugnava por um sistema autoritário mais moderno”.

⁷²⁹ Mas se haviam muitos fatores de aproximação, desde logo, algumas diferenças de fundo subsistiam, às quais não nos dedicaremos por sugerir termos como objeto do trabalho ao próprio conservadorismo, o que não é o caso. Isto sim, antes, e prioritariamente, nos ocuparemos dos pontos de convergência entre o conservadorismo antigo e novo, de Donoso ao contrarrevolucionarismo francês até chegar ao movimento conservador revolucionário, de sorte que estes pontos de convergência nos auxiliem na tarefa de aproximação à filosofia schmittiana nos pontos em que nos interessam segundo proposto em nosso objeto de trabalho doutoral.

⁷³⁰ *O anel do Nibelungo* é um ciclo de quatro óperas épicas que foi composto por Richard Wagner. Suas figuras centrais são desenhadas segundo o perfil de personagens mitológicos. Sobre Wagner, ver DURÃES, (2008). Para uma exposição sumária da relação da música com o nacional-socialismo, ver SIMÕES, (2010).

argumentariam não ter apostado em regimes totalitários mas, tão somente, que perante as circunstâncias de instabilidade política de Weimar não ter visto outra alternativa (cf. HEIDEGGER, 1997, p. 218), que a ascensão de Hitler ao poder representava um momento histórico que poderia ser descrito como de “[...] magnificência e a grandeza dessa ruptura e dessa separação” (HEIDEGGER, 1997, p. 218). Este momento pretérito, contudo, não convergia com aquele imediatamente destruído mas, isto sim, encontrava suas referências na Antigüidade, distanciada do tempo e da memória cuja revivescência tornava-se imperativa, papel para o qual a intelectualidade tornar-se-ia valiosa.

Hitler era admirador da vida romana e das virtudes espartanas bem como da Antigüidade Grega, onde, por certo, também o Heidegger do *Discurso do Reitorado* encontrava referência (cf. HEIDEGGER, 1997, p. 103).⁷³¹ O movimento rumo ao futuro era imaginado, mas não utópico, marcado pela guerra entendida como a verdadeira expressão da cultura (cf. HERF, 1990, p. 131), pronunciamento de virtudes estéticas e tecnológicas expressas em sua capacidade de introduzir criações por intermédio dos novos instrumentos de batalha⁷³² e de formas de morte capazes de engendrar.⁷³³ Esta seria uma concepção integralmente recepcionada por Hitler, à semelhança do

⁷³¹ Para explorar este discurso de Heidegger e suas relações com o livro *Der Arbeiter* de Jünger, ver ROSSI, (2004).

⁷³² Há uma leitura de Herf que pode ser interessante a este respeito no sentido de que Spengler aproximou o romantismo de direita e procedeu a aclamação da tecnologia, adaptando-as às necessidades da política de massas nacionalistas (cf. HERF, 1990, p. 114).

⁷³³ Spengler aponta para uma dimensão libertadora da técnica na medida em que alargadora dos limites naturais da espécie (cf. HERF, 1990, p. 145). Esta dimensão libertadora da técnica era compatível com uma ideia corrente no pensamento alemão conservador de início do século XX de que a técnica seria capaz de engendrar condições de produção capazes, por exemplo, de eliminar o conflito entre as classes. Não obstante, uma outra dimensão sua conhecida bastante de perto pela geração de 1914 era que toda a artificialidade do mundo tecnológico criado era capaz de também atentar ferozmente contra o seu próprio criador. Esta era a experiência daquela geração que teria ainda alguns de seus membros mais proeminentes experienciando as condições de formação das novas e nefastas aplicações bélicas da técnica.

pensamento conservador, que entendia a destruição, e, em suma, a própria guerra, como uma forma elevada de realizar a política bem como possuidora de um verdadeiro caráter pedagógico (cf. MORAES, 2010, p. 254).⁷³⁴

Entrada a década de 20, e Fritz Lenz é um exemplo disto, encontramos comumente afirmações elogiosas à guerra. A sua ampla aceitação desconhecia fronteiras, e os mais diversos autores do conservadorismo revolucionário, destacando entre eles o trabalho literário assim como a estética belicista de Ernst Jünger. A leitura realizada por Silva sobre a obra de Lenz percebe um viés caracterizador da guerra enquanto exercício de um poder de prevenção, eliminador de ameaças, ou seja, uma justificação da violência (cf. SILVA, 2010, p. 389).

O conservadorismo revolucionário se distancia progressivamente do conceito de utopia que visa a construção de um futuro com parâmetros inauditos.⁷³⁵ O futuro no âmbito do conservadorismo revolucionário seria alvo de reconstrução à luz dos reflexos do passado em que era todavia operante o conceito de comunidade (*Gemeinschaft*). O

⁷³⁴ Moraes assinala que, em meados de 1941, em conversas privadas, Hitler expressava o seu entendimento de que o enfrentamento armado era revestido destas virtudes político-pedagógicas, indicando “[...] a seus assessores diretos que a guerra se justifica por sua natureza intrinsecamente formativa e por seu caráter pedagógico para um povo que encontra-se em luta permanente pela sobrevivência” (MORAES, 2010, p. 254). Transcrevendo as palavras do próprio Hitler em sua lancinante descrição do valor da guerra: “O que é para uma menina o encontro com um homem, é para um rapaz a guerra. [...] No campo [de batalha] chega-se à consciência de que a vida é uma luta contínua e cruel, que no fim serve à preservação da espécie: um pode perecer contanto que outros permaneçam vivos” (*apud* MORAES, 2010, p. 254). Acreditamos encontrar em trechos como estes alguns indícios da percepção do valor do enfrentamento, do embate e do conflito, cuja estação última e mais grave é a guerra, como detentoras de um valor em si, em oposição ao pacifismo postulado pelo liberalismo burguês. Aqui supomos encontrar mais um ponto de ancoragem entre os princípios do nacional-socialismo e a filosofia política e jurídico-constitucional de Schmitt.

⁷³⁵ Não consideraremos aqui uma das interpretações do utopismo que remete à restituição da Idade de Ouro por meio de uma leitura religiosa que detecta o rompimento de um estado natural de perfeita vida devido a comissão do pecado original. Aqui nos dedicaremos tão somente a consideração de versões laicas do tema em questão.

conceito de comunidade pode ser alvo de tentativa de aproximação da filosofia política schmittiana, na qual, sugerimos, isto pode ser dar sob o signo de seu conceito de homogeneidade, transferindo um conceito inicialmente de corte sociológico para uma ambiência de repercussões eminentemente políticas.

A comunidade que Schmitt projetaria como hegemônica encontrava-se marcada pela busca de objetivos comuns. Na literatura conservadora revolucionária os novos dias eram marcados pela guerra como um valor essencialmente obstaculizador à cultura pacifista típica das capas burguesas urbanas, “[...] com o desejo cansado e ter tranqüilidade a qualquer preço” (SPENGLER, 1941, p. 196). Heidegger igualmente vitupera a burguesia quando reclama a virtude da força intacta do povo alemão, a qual se mostrava apenas recuperável a partir da superação da situação de abandono burguês relativamente ao Estado (*cf.* HEIDEGGER, 1997, p. 136).

Enquanto o individualismo apontava para a primazia do sujeito individual, o movimento teórico do racismo *Völkisch*, por sua vez, oportunamente assina Sá, “[...] estabelecia o mundo como mobilizado em função de um sujeito colectivo, um povo ou uma raça, cuja unidade surgia como tão desvinculada, tão “livre” (no sentido liberal) como qualquer sujeito individual” (SÁ, 2003b, p. 46). Encontramos no discurso conservador revolucionário e no projeto de poder nacional-socialista um duplo movimento antiburguês conexo com a consolidação de um conceito de povo em cuja afirmação nos deparamos com a possibilidade da comunidade hegemônica, conceito este que desfruta no texto schmittiano de idêntica interpretação.⁷³⁶

Levar o projeto nacional-socialista adiante requeria convergência de objetivos, uma união de propósitos, e para tanto uma comunidade (*Gemeinschaft*) estaria pronta a emprestar. Contudo, era indispensável forjar uma tal comunidade apoiadora de valores

⁷³⁶ Para uma análise do conceito de hegemonia em Schmitt remetemos o leitor para o capítulo VIII desta tese doutoral.

belicistas dos quais, por certo, não compartilhavam os burgueses, e esta poderia ser articulada em torno ao trabalhador-soldado jüngeriano, conceito bastante bem recepcionado por Heidegger (cf. SÁ, 2003b, p. 30-31), alvo de seu reconhecimento quando projeta que “[...] o homem do próximo século [é] aquele que incarna a figura única do trabalhador” (HEIDEGGER, 1997, p. 125), precisamente a compreensão de Ernst Jünger.

Este enfrentamento com a visão da liberdade denota uma incompatibilidade de princípios com o mundo burguês, pois enquanto para estes últimos, livre era estar *livre de*, em Heidegger, por outro lado, opera profundamente a noção de *liberdade para*. Segundo este conceito o indivíduo é livre na medida em que não é desligado de algo mas para “[...] ser conduzido para algo. Não ser livre de, mas tornar-se livre *para algo*. Para a luz” (apud SÁ, 2003b, p. 31). Heidegger opera esta diferenciação conceitual ao longo dos anos 30 segundo uma angulação favorável à desconstrução da liberdade liberal, que causava asco aos conservadores revolucionários na medida em que ensejava um mundo decadente, de homens acovardados ante o *ser-aí* da existência, retraído ante a objetividade do mundo.

O mundo liberal era habitado por burgueses que não revelavam coragem e disposição para o desafio ou para os enfrentamentos instituidores de uma sociedade regenerada⁷³⁷ senão que, ao contrário, investe contra este conceito de regeneração em termos homogeneizantes. A noção de decadência que transitava naqueles dias – e que viria a constituir-se em um dos elementos importantes da teoria nacional-socialista para indicar a necessidade de reconstrução de um mundo novo – e que tinha em Spengler um

⁷³⁷ Relativamente a este aspecto, é certo, encontraríamos obstáculos para a manutenção do diálogo com Schmitt. Por outro lado, convém notar que em Hitler igualmente encontramos ásperas referências a respeito dos movimentos pacifistas, momento em que são reputados os seus membros como loucos e fantasiosos (cf. HITLER, 2004, p. 81).

de seus teorizadores remetia, em especial neste aspecto, aos seus antecedentes nietzscheanos,⁷³⁸ também observáveis em Jünger e Heidegger.⁷³⁹ A decadência que marcava o mundo liberal encontrava também em Jünger um de seus enunciadores, que insistia na denúncia de que o ponto de vista burguês, incapaz de salvaguardar os seus postulados de segurança e liberdade terminariam por projetar o cenário de sua final derrota (cf. JÜNGER, 1993a, p. 261).

O pensamento conservador em seu viés *Völkisch* em Ernst Haeckel, postulava um darwinismo social em que a luta pela sobrevivência em que subsiste o mais capaz enfrentava-se diretamente com uma cultura liberal de preservação dos valores humanistas e individualistas. Spengler em absoluto não distava desta perspectiva, senão que corroborou os argumentos que explicitavam movimentos políticos por um poder forte, centralizado e hierarquizador das virtudes humanas, roteiro no qual os mais fracos não apenas poderiam ser controlados senão alvo de profunda dominação em radicalização que aproxima a uma leitura darwinista aplicada ao social.

⁷³⁸ É importante assinalar que não apenas neste sentido é detectável uma influência nietzscheana (e também de Goethe) em Spengler, a qual, por certo, foi reconhecida pelo próprio autor no prefácio da primeira edição revisada de sua *O Declínio do Ocidente*. A este respeito, ver FARRENKOPF, (1992-1993, p. 166-168).

⁷³⁹ Malgrado o interesse de que se reveste o tema não poderemos aqui explorar em suas diversas possibilidades as derivações que se estabelecem da interpretação jünger-heideggeriana do trabalho filosófico de Nietzsche. Sem embargo, nos interessa sublinhar, ao menos, um aspecto, e este é precisamente o da atenção dispensada por Heidegger a Jünger, em especial ao seu conceito do trabalhador. Este conceito em Jünger encontra-se construído com um viés filosófico denotador da presença nietzscheana, especificamente de sua noção de vontade de poder. Este conceito tão nietzscheano passa a ocupar importância em Heidegger assim como a ideia da morte de Deus, sendo que Rossi lhe atribui, inclusive, a ocupação de um lugar central na obra de Heidegger (cf. ROSSI, 2004, p. 146). É importante dizer que já em *Sein und Zeit*, em 1927, Heidegger dá mostras de sua recepção de Nietzsche, ao final de sua obra, mais precisamente. A sua leitura de Jünger, especialmente de *Der Arbeiter*, ainda aguardaria cinco anos, até a publicação do livro em 1932.

Eis aqui como, nos limites desta argumentação, destaca Kent que a responsabilidade da “[...] decadência generalizada e degeneração dos principais Estados europeus” (KENT, 1982, p. 104) que mostravam uma conformidade com o pacifismo humanista burguês com o qual não poderia a tradição conservadora evidenciar menos do que o seu mais intenso desprezo. Assim, quando Heidegger analisa o político, encontra como inimigo a um tipo concreto de sociedade política, a saber, a sociedade liberal e toda a sua tradição burguesa, em traço de plena afinidade intelectual com o movimento conservador revolucionário que detecta no aburguesamento uma das causas da decadência. Embora sem conectar com Schmitt,⁷⁴⁰ em sua leitura de Heidegger, Sá sugere que o desvalor da sociedade liberal se devia ao seu

[...] “falatório” permanente (*Gerede*), numa curiosidade incessante, numa preocupação permanente com a criação de um mundo seguro, pacificável, previsível e instrumentalizado, cuja essência encontrava-se justamente na distração tranquilizante do homem em relação à sua essência. (SÁ, 2003b, p. 26).

Quando Schmitt persegue e realiza no núcleo duro de seu trabalho ao conceito de homogeneidade, por definição, torna impraticável compreender o enfrentamento como um desvalor e, no limite, também a própria guerra. A cultura burguesa pacifista e humanista não poderia, conforme assinalado no parágrafo anterior, encontrar ressonância na filosofia schmittiana. Isto sim, sugerimos encontrar suficientes evidências da aproximação positiva de Schmitt relativamente a compreensão do papel do conceito do enfrentamento e da guerra.

A tradição conservadora revolucionária entendia o enfrentamento como uma forma de purificação das instituições, da sociedade e da política, e o conceito de homogeneidade em Schmitt aparecerá para desempenhar uma função de estabilização que o conceito de democracia schmittiano reclamará. Desde as fileiras conservadoras,

⁷⁴⁰ Para maior aproximação à crítica schmittiana do Parlamento, ver o capítulo VIII desta tese doutoral.

portanto, era possível compreender que a violência possuía uma natural e benévola força criativa que não apenas seria capaz de destituir o liberalismo de sua posição de proeminência como capaz de fazer triunfar a sua perspectiva em detrimento do pacifismo liberal doutrinário.

Esta leitura do conflito e da violência presente na filosofia schmittiana realizada desde o conservadorismo revolucionário pode ser aplicada ao texto de *Der Begriff des Politischen*, trabalho no qual, sustentamos, a eliminação física efetivamente desempenha um importante papel.⁷⁴¹ Esta passagem pode encontrar apoio na noção de ultrapassagem da vida pública do tipo presente em uma sociedade liberal para uma outra, de tipologia heideggeriana, caracterizada por uma comunidade (*Gemeinschaft*) enraizadora, que elimina o caráter alienante e torna o homem “[...] capaz de libertar autenticamente o homem da sua “liberdade desvinculada” (SÁ, 2003b, p. 28). A superação de uma sociedade política liberal é um movimento que caracteriza a

[...] fuga à assunção da sua essência como aí-ser, se esqueceria de si enquanto estar-lançado no mundo, toldado sempre pela insegurança de um “estar à morte”, se compreenderia como um sujeito dotado de uma existência separada segura e desvinculada de qualquer destino determinante. (SÁ, 2003b, p. 27).

A crítica desconstitutiva da sociedade liberal era uma precondição para qualquer possibilidade do conceito de comunidade enraizadora expresso por Heidegger como idêntica a uma existência autêntica, voltada a uma herança (*Erbe*) comum do povo (*Volk*) que tem seu forte elo por meio do papel exercido pela tradição (*Überlieferung*). Este enraizamento é sempre um *re*-enraizamento e, como tal, supõe um momento derivado, nunca originário. O enraizamento é, portanto, sempre uma busca no passado

⁷⁴¹ As circunstâncias desta admissão da eliminação serão discutidas nos três últimos capítulos deste trabalho doutoral, para o qual remete o leitor(a). Por outro lado, a contextualização da leitura deste trabalho de Schmitt e a consideração de sua interlocução com o conservadorismo revolucionário parecem-nos altamente relevante para compreender o real alcance da interpretação do político que terá lugar nos últimos capítulos deste trabalho doutoral.

de atos fundacionais, de valores compartilhados, de origens comuns que tornem a existência presente uma vez mais capaz de ser experienciada pelos comuns, atualizando o conceito de comunidade (*Gemeinschaft*).

A realização da comunidade enraizadora aproxima o indivíduo da experiência da liberdade enquanto também o aproxima da essência aflitiva que habita o *ser-aí* (*Dasein*) no mundo, situação conceitual a partir da qual, sustenta Heidegger, tornar-se-ia possível reconhecer a essência do povo. Por intermédio do *ser-aí* (*Dasein*), então, pode ser construído o conceito de povo que, tal como ocorre na teoria liberal, não apresenta uma finalidade.

O conceito de povo é construído de alheadamente à segurança burguesa, e permanece exposto aos riscos existenciais, pois este *ser-aí* (*Dasein*) está tomado e é a verdadeira lei existencial que se manifesta por meio da “[...] vontade de ser responsável por si [...]” (HEIDEGGER, 1997, p. 114). Considerado desde a ótica liberal, o indivíduo resta deslocado da experiência existencial, e nesta circunstância o ser não compartilha a experiência de liberdade com o outro. O texto heideggeriano aponta para que

Esta libertação do *aí-ser* no homem não quer dizer pô-lo num arbítrio, mas carregar o homem com o seu *aí-ser*, enquanto seu fardo mais próprio. Só quem verdadeiramente se pode dar um fardo, é livre. (*apud* SÁ, 2003b, p. 29).

Para a construção deste futuro por intermédio do vetor da tradição (*Überlieferung*) nos deparamos com o problemático fator da intervenção do outro em uma nova sociedade. Nesta medida parece-nos factível aproximar a leitura da violência como medida da realização da homogeneidade do conceito heideggeriano de comunidade enraizadora.⁷⁴² Neste sentido, a interpretação conservadora não apenas se

⁷⁴² O conceito "comunidade enraizadora" parece permitir localizar em seu âmbito uma espécie de regressão a um *Volk* germano por meio da tradição e que, neste sentido, poderia projetar para os dias germanos da década de 1930 a homogeneidade reclamada por Schmitt como pressuposto para a realização da democracia. Este é um tema do qual, malgrado instigante, apenas poderemos fazer

mostra amplamente convergente com o texto schmittiano como, ademais, em alguns pontos a sua recepção por Schmitt torna-se até mesmo necessária. A valoração das virtudes guerreiras encontra-se expressão na análise do próprio caráter histórico do povo alemão que, conforme reconhece Schmitt, possui qualidades militares como poucos povos (*cf.* SCHMITT, 2006c, p. 2). Este reconhecimento converge com a tradição conservadora cujo revolucionarismo encontrava no enfrentamento físico a sua melhor alternativa para a instauração de uma *Weltanschauung* que não encontra-se marcada pela aposta na persuasão mas, antes, no embate. Nos anos 1920 o final triunfo desta filosofia tornaria o enfrentamento não encontrava-se destituído de sentido nem inviável desde o ponto de vista da lógica política, e a elaboração schmittiana do político tanto quanto da ditadura parece-nos seguir esta mesma tradição.

A respeito da instauração da *Weltanschauung* conservadora nos diz Stern que o movimento “[...] had nothing to conserve, because the spiritual values of the past had largely been buried and the material remnants of conservative power did not interest them”.⁷⁴³ A herança que Stern acredita ter sido desconsiderada não parece-nos, contudo, que também o tenha sido, ao menos não por completo, por segmentos do movimento conservador revolucionário. Inversamente, sugerimos que este movimento permanece cultor de parte desta herança pois não apenas valores autoritários como também a nostalgia pelos míticos dias de predomínio do *Volk* germano encontravam-se presentes no discurso do movimento conservador revolucionário.

Uma outra dimensão que esta herança comporta e que desempenhou papel importante naquele período foi a estética. Relativamente a ela diria Heidegger em tom

constância neste texto, reservando o seu aprofundamento para pesquisas posteriores centralizadas em Heidegger mas enfocadas desde o objeto central deste trabalho doutoral.

⁷⁴³ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] não tem nada a conservar porque os valores espirituais do passado foram profundamente enterrados e o remanescente do poder conservador não lhes interessou”.

confirmatório que a grandeza de estilo da arte não é possível senão sob a condição de que inclua “[...] inteiramente a existência do povo na marca típica da sua essência” (HEIDEGGER, 1997, p. 121). Determinada a grandeza de estilo da arte a partir da essência do povo nos deparamos com um movimento de regressão a um momento de convergência que encontra-se hipostasiado em algum momento do passado.

Outra dimensão da herança que remanesce no discurso conservador revolucionário diz respeito à literatura, que tampouco restaria descurado da indicada abrangência essencial destacada por Heidegger. Isto pode ser observado em Ernst Jünger, mas também na literatura derivada da interpretação da música de Richard Wagner e toda uma tradição nas artes, em especial nas artes plásticas, que também nela se inspira, isto sim, desenvolvidas e materializadas por intelectuais e artistas interessados (quando não cooptados)⁷⁴⁴ e outras vítimas de atos de apropriação de seus trabalhos para o cumprimento dos fins do regime nacional-socialista.⁷⁴⁵

⁷⁴⁴ Daquela época e de escultores e pintores citamos, a título ilustrativo, alguns nomes e obras que representam bastante bem o espírito reclamado no corpo do texto. Adolph Wissel e também Arno Breker representam dois dos mais importantes artistas ligados ao nacional-socialismo na medida em que apostavam pelo classicismo que tanto interessava ao regime em oposição ao cubismo e surrealismo, dadaísmo e impressionismo bem como expressionismo e o modernismo em geral, todas estas classificadas como degeneradas. Wissel pinta *A família agrícola de Kahlenberg*, de 1939, enquanto Breker, dentre outras obras, esculpe *O busto de Adolf Hitler*. As suas esculturas de homens e mulheres com perfeitíssimas proporções e de elogio a uma virtude estética amplamente greco-romana. No mesmo sentido as obras de Karl Albiker (*Relay Runners*), Hubert Lanzinger (*A porta-bandeira*), clássica obra que retrata um Hitler em aspecto modernista, Paul Julius Junghanns (*Arando*), na qual resta exaltada a virtude do campesino em seu trabalho de aragem e preparação do alimento. Igualmente Ernst Liebermann (*Pela água; Am Felsquell*), Albert Janesh (*Esportes aquáticos*, de 1936). Outro artista bastante ativo foi Adolf Ziegler, (*Os quatro elementos; Sentado Female Nude*, de 1942; *Deitada Female Nude*, de 1940; *Julgamento de Paris*, de 1937; *Preservação da pureza*, 1940), Ivo Saliger, (*Dar Urteil des Paris*, de 1939; *Weiblicher Liegender Akt vor kleinem Teich; Justiça*); Martin Oskar Amorbach (*Nach dem Bade; O Semeador*, de 1937).

⁷⁴⁵ A arte e a estética ocuparam um papel central na concepção nacional-socialista de mundo, sendo mesmo possível propor a compreensão das práticas políticas por meio da concepção estética de embelezamento do mundo da qual, por certo, muitos coletivos não faziam parte. Assim, por exemplo, a

Marcado e bem delimitado o terreno, excluída, portanto, a arte degenerada, também por meio da arte o nacional-socialismo encontrava canal para disseminar a sua doutrina totalitária em uma manifesta tentativa de colonização do mundo da cultura, posto que a sua finalidade última era nada menos do que instrumentalizar a arte como mecanismo de controle.⁷⁴⁶ Ademais desta dimensão estética o contato do conservadorismo revolucionário com o passado irracionalista remetia a uma conexão filosófica bastante clara com Nietzsche,⁷⁴⁷ algo presente em certas abordagens estéticas. A apropriação nacional-socialista de Nietzsche (*cf.* RICHARD, 1972, p. 29), de resto alvo de discussões,⁷⁴⁸ e toda a sua dimensão crítica dos propósitos ilustrados que nos remete mesmo à leitura dos contrarrevolucionários franceses e da retomada donosiana por Schmitt conforme observamos no capítulo anterior deste trabalho doutoral.

exposição da arte degenerada realizada no ano de 1937 que, freqüentada por Hitler e Goebbels dentre outros altos-cargos do regime, tinha por fim esta contraposição entre o superior e o inferior, que, em uma chave darwinista social apurada, caberia destruir em aras da construção de um mundo melhor.

⁷⁴⁶ Sobre a questão da arte na Alemanha nacional-socialista ver NICHOLAS, (2010).

⁷⁴⁷ Não será possível neste momento adentrar nos meandros da polêmica que envolve a melhor interpretação da filosofia nietzscheana. Isto sim, tão somente apontamos para duas alternativas quanto ao tema para uma posterior retomada do esforço investigativo. A primeira delas comporta a ideia de que o autor real e involuntariamente possa ter oferecido alguma colaboração teórica ao nacional-socialismo, sendo necessário calibrar a exata medida em que isto possa ter ocorrido. A segunda alternativa é de que se trate, por via inversa, de um processo de pura e integral instrumentalização de seu pensamento filosófico por parte do nacional-socialismo para fins completamente alheios ao seu pensamento. Por suposto, não se trata de uma mera opção binária mas, por certo, damos constância neste espaço de que a nossa inclinação parte desta segunda leitura para calibrar a interpretação do grau de proximidade da filosofia nietzscheana com a doutrina nacional-socialista.

⁷⁴⁸ Interessa sublinhar a opinião de alguns especialistas como Giacóia, para quem a boa leitura de Nietzsche dispensa uma tal conexão, conexão esta isto sim devida a aproximação da gestora de seu espólio, a sua irmã, personagem notavelmente afim com o antissemitismo do nacional-socialismo, de quem recebeu favores e distinções de ordem econômica e que, intitulando-se a melhor intérprete da obra de seu irmão, o aproxima da doutrina nacional-socialista (*cf.* GIACÓIA, 2009, 2m.40s-5m16s).

De qualquer sorte, para Giacóia é claro que qualquer aproximação do pensamento nietzscheano do nacional-socialismo é uma perversão da sua filosofia (*cf.* GIACÓIA, 2009, 5m-5m16s).

Em seu comentário Stern lança mão do termo conservador revolucionário como designador de um oponente da modernidade⁷⁴⁹ (cf. STERN, 1974, p. XVI)⁷⁵⁰ algo com o qual existem sobradas divergências. Uma delas, e bastante bem fundamentada, encontra-se em Herf (ver HERF, 1990), para quem existe uma afirmação de valores conexos à modernidade, como o de progresso,⁷⁵¹ em parte retomada de Nietzsche,⁷⁵² e de desenvolvimento científico⁷⁵³ não apenas por parte do conservadorismo revolucionário como também, momento seguinte, com o nacional-socialismo ao qual

⁷⁴⁹ A este propósito, resta claro da leitura de sua principal obra, *A decadência do Ocidente*, que Spengler reafirma seus propósitos antimodernistas. Contudo, malgrado o seu anúncio presente no título mesmo do livro, a decadência que observava no mundo ocidental, Spengler aponta para um chamado a ação e, assim, ensejando processos de viva alteração nos temas sociopolíticos mesmo que com fins restaurativos, tal como aspiravam os conservadores revolucionários.

⁷⁵⁰ Stern é bastante específico ao identificar que entende modernidade como constituída de conceitos como instituições liberais, seculares ademais de uma civilização industrial (cf. STERN, 1974, p. xvi).

⁷⁵¹ É interessante a abordagem conservadora contemporânea de Donoso Cortés realizada por Balmes, para quem “[...] *progreso* suele tomarse por algunos como sinónimo de tendencia democrática, para ser esto admisible sería necesario probar que las leyes e instituciones son tanto más perfectas cuanto más democráticas, y que la perfección de la sociedad consiste en el absoluto predominio de la democracia” (BALMES, 1950, p. 59). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] *progresso* costuma ser tomado por alguns como sinônima de tendência democrática. Para que isto seja admissível seria necessário provar que as leis e as instituições são tanto mais perfeitas quanto mais democráticas, e que a perfeição da sociedade consiste no absoluto predomínio da democracia”.

⁷⁵² Farrenkopf acuradamente chama a atenção para o fato de que Spengler integra em seu trabalho a noção de progresso para denegá-la, na linha já trabalhada por Nietzsche (cf. FARRENKOPF, 1992-1993, p. 168). Em suma, para Farrenkopf, Spengler se apresenta como um (a) “[...] determined opponent of the idea of progress [...]” (FARRENKOPF, 1992-1993, p. 168) mas, não obstante tal movimento, todavia (b) “[...] manages to place west European culture upon the a pedestal” (cf. *Ib.*). Aos trechos acima sugerimos as seguintes livres-traduições: (a) “[...] determinado oponente da ideia de progresso [...]”; (b) “[...] trabalha para colocar a cultura européia ocidental no pedestal”.

⁷⁵³ A respeito da convergência conceitual entre progresso e ciência encontramos em Matos observação que corrobora parte do debate à época de Weimar: “[...] a ideia de progresso identifica progressos da ciência e da técnica com o progresso da humanidade, dissimulando suas regressões”. (MATOS, 2010, p. 72).

serviu como modelo de inspiração teórico assim como apoiador.⁷⁵⁴ Esta base irracionalista era já apontada por Adorno e Horkheimer como uma estrutura possível de um irracionalismo universal “[...] ligada estritamente a um conceito totalitário do Estado” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 99), temática que seria explorada no âmbito da Escola de Frankfurt.⁷⁵⁵

Especificamente em Spengler encontramos uma filosofia que impactou consideravelmente a formação do pensamento conservador de início do século XX (ver SUSIC, 1989, p. 51), a rigor, como diz Schulze, que o trabalho de Spengler havia logrado “[...] shaped the intellectual discourse of the twenties [in Germany] like no other work” (SCHULZE, 1982, p. 137).⁷⁵⁶ Spengler ocupa uma posição central o conceito spengleriano de decadência,⁷⁵⁷ cujo significado condiz com o de velhice e ocaso de uma civilização e sua cultura (cf. SPENGLER, 2009a, p. 16). Segundo uma semântica que foge a comum aceção dos nossos dias, Spengler propõe que a decadência da cultura ocidental encontra sua razão de ser na própria existência de uma civilização orientada pela racionalidade. Para Spengler, portanto, o conceito de

⁷⁵⁴ A este respeito desta ligação do conservadorismo revolucionário com o nacional-socialismo a posição de Herf é tão direta quanto ilustrativa: “[...] la revolución conservadora de Alemania fue una fuente importante de muchas de las ideas del nacionalsocialismo” (HERF, 1990, p. 142). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] a revolução conservadora da Alemanha foi uma fonte importante de muitas das ideias do nacional-socialismo”.

⁷⁵⁵ A crítica aos valores ilustrados serve como um eixo condutor comum do pensamento conservador revolucionário que se opunha às perspectivas científicas dos frankfurtianos, com exceção da relativa proximidade de alguns de seus membros. Para alguns destes como Neumann e Kirchheimer, que aproximaram-se de Schmitt, o conceito de Estado forte não lhes parecera um mal evidente em um primeiro momento.

⁷⁵⁶ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] formou o discurso intelectual dos anos 20 [na Alemanha] como nenhum outro trabalho”.

⁷⁵⁷ A tradução literal de decadência encontra o vocábulo alemão *Verfall*. Por outro lado, *Untergang* nos surge como a palavra adequada para traduzir destruição. No caso de Spengler sugerimos que, ademais da tradução literal por *Verfall*, também se abre a possibilidade de tradução por *Untergang* na medida em que o conceito de decadência em Spengler é indicativa de destruição.

civilização, orientada por sua pretensão racional, é em si mesma o signo da decadência. Este será argumento importante para caracterizar algumas das posições assumidas pelo conservadorismo revolucionário.

A teoria spengleriana da decadência do mundo ocidental não é precisamente inovadora, senão que encontra antecedentes. Em sua exposição por Nietzsche, observamos ataques a toda uma estrutura racional da filosofia ocidental cuja marca democrática de governo das massas era um sinal da decadência. A decadência em Spengler e Nietzsche segue uma linha de conexão íntima ao atribuí-la a presença de um sujeito histórico específico, a saber, o burguês. A identificação da decadência encontra-se intimamente conectada com o predomínio de seus valores liberais. O desprezo e o posterior ataque ao modo de vida burguês em suas diversas dimensões.

Uma das dimensões da crítica ao modo de vida burguês que motiva não apenas a direita conservadora mas também a esquerda weimariana envolve o sentimento de insegurança burguês contraposto aos seus interesses econômicos. A insegurança burguesa era espelhada na proliferação, e na assunção pública de críticas que partiam destes dois setores, endereçadas ao racionalismo. O intuito destrutivo que tinha por objeto a cultura burguesa seria direcionado tanto à matéria literária tanto quanto artística, notadamente a pintura (*cf.* ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 99).

Enquanto a burguesia optava pela valoração das preferências individuais e os seus planos de vida, visando encontrar nesta vida privada uma dimensão suficientemente segura. A burguesia se mostrava absolutamente avessa a conclamação das virtudes bélicas e ao heroísmo, elementos presentes em intelectuais como Spengler e Jünger,⁷⁵⁸ que reforçam os argumentos postos no âmago do conservadorismo

⁷⁵⁸ Mesmo Spengler faz referência a poesia heroica em termos enaltecendo o natural prazer humano com a luta, com a potência, o sentimento de felicidade por meio do enfrentamento das adversidades e da dor que ela pode implicar (ver SPENGLER, 2009b, p. 423).

revolucionário que renunciava tempos bélicos.⁷⁵⁹ Marcuse apontava que a concepção totalitária do Estado estava presente naqueles dias de forma intensa, em suma, dava-se o anúncio e confirmação de toda uma nova concepção de mundo (cf. MARCUSE, 1968, p. 15) para a qual o trabalho de Spengler aportava em grande medida.⁷⁶⁰ Leitor de Krieck, Marcuse chamava a atenção para o texto deste autor ao ressaltar que o

[...] “realismo heroico-popular” se convirtió en la teoría dominante. “Se alza... la sangre contra la razón formal, la raza contra el finalismo racional, el honor contra la utilidad, el orden contra la arbitrariedad disfrazada de ‘libertad’, la totalidad orgánica contra la disolución individualista, el espíritu guerrero contra la seguridad burguesa, la política contra el primado de la economía, el estado contra la sociedad, el pueblo contra el individuo y la masa. (apud MARCUSE, 1968, p. 15).⁷⁶¹

Nesta descrição de Krieck retomada por Marcuse encontramos uma afinidade com os valores do conservadorismo revolucionário e com aspectos da filosofia política schmittiana, evidentes traços expressos no heroísmo, na prevalência do sangue (*Blut*) e da virtude guerreira, o ataque à economia em favor do político bem como o enfrentamento às virtudes burguesas. Neste aspecto, por exemplo, encontramos próximo a esta argumentação a posição de Lukács, a sua crítica a segurança, que é também uma oposição firme da forma de vida burguesa que é considerada morta (cf. LUKÁCS, 1959,

⁷⁵⁹ É certo que desde o último quarto do século XIX os movimentos estratégicos eram firmes no sentido de preparar a guerra. Vivendo uma época geopolítica de rearme, poderia ela ser qualificada como uma era de paz armada (1890-1907) (cf. MARTÍNEZ, 2010, 6m32s-6m41s), com espaço para prova de força entre os Estados. Quando tem lugar uma literatura de guerra, portanto, já havia no ar uma ambiência de preparação bélica.

⁷⁶⁰ Neste sentido, por exemplo, Farrenkopf assinala que “[...] it was also clear intended to generate enthusiasm among the German educated public for conservative, authoritarian, and imperialistic politics”. Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] isto foi claramente destinado para uma educação pública gerar entusiasmo entre os alemães para uma política conservadora, autoritária e imperialista”.

⁷⁶¹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] “realismo heroico-popular” se converteu na teoria dominante. “Se eleva... o sangue contra a razão formal, a raça contra o finalismo racional, a honra contra a utilidade, a ordem contra a arbitrariedade disfarçada de ‘liberdade’, a totalidade orgânica contra a dissolução individualista, o espírito guerreiro contra a segurança burguesa, a política contra o primado da economia, o Estado contra a sociedade, o povo contra o indivíduo e contra a massa”.

p. 432). Este mundo morto burguês encontra a possibilidade de sua vivificação na sua superação por meio da agitação provocada pelo retorno aos valores heroicos típicos do espírito (*Geist*) e do povo (*Volk*) germanos originários.

Outra das críticas ao modo de vida burguês é a forma de organização política liberal escolhida. A razão última da crítica se cinge em sua caracterização como capaz de organizar a defesa da economia acima de quaisquer outros interesses, sobrepondo o econômico a esfera do político.⁷⁶² Assim, a segurança (econômica ou social) e os interesses comerciais burgueses, que não raro se mostravam alheios aos enfrentamentos que o mundo natural implica, terminavam por potencializar a decadência da civilização ocidental em movimento já consolidado em Spengler. Heidegger igualmente haveria de se contrapor a esta angulação axiológica da vida burguesa na medida em que tomava a sério a tarefa de convocar os estudantes alemães ao desempenho das missões de vanguarda, permanecendo lúcidos e alertas para que pudessem agir na luta que se avizinhava: “[...] a revolução alemã não está adormecida, brilha de novo à nossa volta e ilumina-nos o caminho de que já não há retorno”. (HEIDEGGER, 1997, p. 111).

Converge com esta abordagem a ácida crítica nietzscheana que se revelou de grande utilidade para os propósitos do conservadorismo revolucionário. Quando Nietzsche critica os valores burgueses empresta argumentos para o conservadorismo revolucionário atacar os valores da República de Weimar. Esta é mais uma das fontes de que lança mão o movimento para fazer predominar o irracionalismo sobre o racionalismo ilustrado, sobrepõe-se o primeiro à compreensão racional da dimensão vital segundo uma aproximação própria da *Lebensphilosophie* (filosofia da vida), com a qual Schmitt manteria proximidade (cf. LUKÁCS, 1959, p. 528), e segundo a qual os fenômenos da vida poderiam tão somente resultar apreensíveis por meio do mundo dos

⁷⁶² Esta é uma crítica que Schmitt trataria de retomar em seu trabalho, principalmente em *Der Begriff des Politischen*, tema ao qual nos reportaremos nos três últimos capítulos deste trabalho doutoral.

sentidos. Nesta tradição sobressai Spengler ao postar-se ao lado dos demais intelectuais de direita em Weimar que ao atacar os valores burgueses souberam voltar-se contra a sua própria condição de intelectuais,⁷⁶³ em suma, que em Spengler sobressai uma visão

⁷⁶³ A conhecida posição anti-ilustrada de Jünger bem como dos demais conservadores revolucionários remete a uma posição igualmente anti-intelectualista na medida em que apostam por valores irracionalistas, posição crítica esta ao menos pontualmente assumida por Schmitt (cf. SCHMITT, 2008, p. 31-32). Este paradoxal anti-intelectualismo de intelectuais seria, como recorda Herf ao referir-se especificamente a Spengler em palavras que poderiam ser extendidas a todos os demais conservadores revolucionários, “[...] sólo una de las paradojas de su ambiguo modernismo” (HERF, 1990, p. 128). A isto há de somar-se a notável e declarada posição de Spengler contra a perspectiva dos intelectuais no mundo. Isto tem lugar quando, em 1931, escreve que o mundo dos nobres, soldados e aventureiros era, em geral, um mundo habitado pelos fatos enquanto que, e despectivamente, manifestava que o mundo da intelectualidade, representado por sacerdotes, acadêmicos e filósofos encontra-se indefectivelmente ligado à busca da verdade. Heidegger, entrado o novembro de 1933 em discurso pronunciado em Leipzig igualmente ressaltaria o papel dos nobres princípios de convivência que no novo regime nacional-socialista encontravam-se enfeixados na vontade do *Führer*, “Esta vontade foi levada pelo *Führer* a todo o povo; ele fundiu-a numa única decisão” (HEIDEGGER, 1997, p. 117). Spengler, por sua vez, sustenta uma divisão de tarefas entre trabalhos manuais e intelectuais em que os primeiros remanescem em superior posição perante os últimos. Isto pode ser tolhido de forma à posição de Heidegger sobre a virtude e sapiência do homem campesino, ideia que Spengler já enunciara em termos mais restritos, mas claro o suficiente, para afirmar que o nobre entende as coisas enquanto o sacerdote apenas as conhece, que o primeiro é quem atua, enquanto o segundo pensa (cf. SPENGLER, 2009b, p. 411) e a ação, como indicado pelo conservadorismo revolucionário bem como pelo nacional-socialismo, era realmente essencial. Spengler vê nos olhares compreensivos dos homens de ciência a figura do grande predador, opostamente ao homem prático, cujo fazer, para nada contemplativo, se distancia do mundo da abstração intelectual e se direciona para a realização da astúcia no mundo, para um “[...] pensamento prático atuante” (SPENGLER, 1980, p. 67), que “[...] nada tem a ver com o Verdadeiro ou o falso, inerentes ao Observador” (*Ib.*). Em suma, “[...] foi de tais princípios que nasceram os modos diversos de pensar dos homens da verdade – sacerdotes, cientistas, filósofos – e dos homens de ações – estadistas, gerais, comerciantes” (SPENGLER, 1980, p. 68). Este pensamento que consagra o triunfo da ação em detrimento do pensar é um dos eixos argumentativos da filosofia conservadora que parece-nos conectar com o culto totalitário, nacional-socialista inclusive, detratadora da cultura, que encontra um de seus momentos mais elucidativos na queima pública de livros durante o regime hitlerista. Este é o ponto de inflexão da revolta da besta heroica contra a racionalidade do homem que se projeta por intermédio do pensar. Ao trecho citado no corpo desta nota sugerimos a seguinte tradução: “[...] apenas um dos paradoxos de seu ambíguo modernismo”.

em que o mundo é “[...] matter of intuition rather than observation” (VON KLEMPERER, 1968, p. 170).⁷⁶⁴

A leitura spengleriana privilegiadora do papel da intuição sobre a razão converge com a interpretação do mundo político que viria a ser realizado por Hitler, segundo quem “[...] con este intelectualismo casi no es posible gobernar a un pueblo, y en todo caso, será un día imposible mantenerlo” (HITLER, 2007, p. 66).⁷⁶⁵ O distanciamento dos parâmetros da racionalidade como método de condução dos assuntos políticos é um movimento que pode gerar certa polêmica quando pensamos o regime hitlerista.⁷⁶⁶ A interpretação hitleriana do político a partir de uma perspectiva consagradora do irracionalismo e do valor do mítico aproxima-se moderadamente da filosofia política de De Maistre mas, isto sim, mais decisivamente da leitura do autor que nos é sugerida por Berlin.

Encontramos em Berlin a interpretação de que De Maistre é impossível governar os homens tomando como instrumento a racionalidade (*cf.* BERLIN, 2009, p. XVIII), observação próxima a citação de Hitler no parágrafo acima. Malgrado a argumentação de Berlin assente em outras razões, nesta convergência que apontamos entre o trecho de De Maistre e Hitler não há casualidade, mas, antes, há uma leitura conservadora que

⁷⁶⁴ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] matéria de intuição mais do que de observação”.

⁷⁶⁵ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “Com este intelectualismo é praticamente impossível governar um povo e, em todo caso, um dia será impossível mantê-lo”.

⁷⁶⁶ Não é o nosso propósito discutir alguns dos meandros do regime. Destacamos brevemente que o conceito de racionalidade pode ser interpretado desde duas distintas angulações com resultados opostos. Não raro circula o argumento acerca da negação da racionalidade no regime nacional-socialista. Partindo de uma análise da burocracia de que lançou mão o regime para executar as suas políticas, seria possível pensar na utilização de métodos embasados em um conceito de racionalidade entendida esta como adequação de meios aos fins que se almeja cumprir. Contudo, se analisarmos a possibilidade de analisar os fins propostos desde o âmbito da racionalidade, seguramente, torna-se inviável aceitar que alguma racionalidade permeasse tal política.

permite a sua projeção rumo a instalação de sistemas políticos totalitários. Marca comum, já em De Maistre resta profunda a marca de uma reação ao intelectual-racionalismo que seria igualmente uma marca do hitlerismo.⁷⁶⁷

O intelectualismo liberal e racional judeu repudiado pelo regime era o alvo a atingir. Para fins da administração do Estado Hitler remete ao uso da liderança carismática como forma de exercer efetivo controle das massas, algo que de certa forma conecta com a ideia spengleriana de que a intuição deve se sobrepor a dimensão da racionalidade. Nos textos de Spengler e Hitler aqui considerados se pode verificar a cisão subsistente entre a razão e o sentimento, algo que tornava evidente o abismo verdadeiramente insuperável a determinar que as relações entre ambos se davam em termos de morte cultural (*cf.* HERF, 1990, p. 122).

Segundo a apropriação conservadora revolucionária encontramos nesta argumentação uma nota distintiva do moderno. Herf nota que este rechaço ao elemento racional é a verdadeira marca do moderno (*cf.* HERF, 1990, p. 116), tal como percebido naquela quadra histórica. A intervenção sobre a teoria irracionalista desde os frankfurtianos assinalava a presença de um homem voltado à busca de verdades eternas na dimensão do espírito (*Geist*) (*cf.* ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 100), na esfera do mítico, *locus* no qual não pode ser perscrutada pela abstração, marca do projeto racionalista, ao qual já os contrarrevolucionários franceses inspiradores de Schmitt detectavam.

O embate do irracionalismo perante as forças do racionalismo liberal inspirador de Weimar também encontravam certa projeção em outra seara de debates. Muito

⁷⁶⁷ O anti-intelectualismo do nacional-socialismo apresenta algumas notáveis contradições internas, pois ao passo em que procede à queima pública de livros, em que adota políticas acadêmicas de proscrever e expulsar intelectuais do meio universitário para alcançar suas finalidades purificadoras, por outro lado, também aposta na dimensão cultural como forma de restituir um certo conceito de pureza e virtudes árias.

embora no plano interno sobradas fossem as críticas ao modo de vida burguês e às suas formas de organização, por outro lado, a prática conservadora revolucionária em matéria econômica e, momento seguinte, a do nacional-socialismo, não difeririam profundamente daquela adotada por seu alvo de críticas cuja racionalização da esfera econômica impunha-se sobre o político.

Do ponto de vista da política interna esta era a crítica que se colocava e, do ponto de vista externo, a emergência do poderio econômico explicitado por intermédio do modo de vida capitalista e burguês era um sinal de profundo incômodo tão intenso quanto internamente a situação era avaliada. Não obstante, desde as fileiras do conservadorismo revolucionário, como também desde os primeiros momentos a doutrina nacional-socialista, havia o entendimento de que o socialismo representava todo um oponente teórico ao qual não ceder espaços.⁷⁶⁸

Malgrado as continuadas e intensas críticas à burguesia, o conservadorismo revolucionário não manteria na prática econômica as viscerais críticas desenvolvidas desde o ponto de vista teórico ao modo de produção capitalista,⁷⁶⁹ segundo uma visão

⁷⁶⁸ Não obstante este distanciamento, é também certo que em alguns momentos certos pensadores de esquerda puderam manter considerável proximidade teórica com membros da direita conservadora revolucionária. Dentre os homens de esquerda que em algum momento realizaram tal aproximação encontram-se. Ernst Niekisch, conhecido bolchevique, bem como, pontualmente, Hermann Heller, que em certo momento defende a existência de um Estado forte para superar as crises, as contradições e os problemas organizacionais enfrentados pela República de Weimar.

⁷⁶⁹ Spengler é absolutamente claro em sua defesa da instituição propriedade, central para qualquer versão do capitalismo moderno. A rigor, Spengler defende mais do que a simples propriedade, acresce às suas preocupações a defesa da acumulação da propriedade e da riqueza (e isto sugere capital financeiro, talvez proveniente de especulação) em detrimento das aspirações da plebe (*cf.* SPENGLER, 1941, p. 155). Por outro lado, contudo, também encontra-se em Spengler, como de resto em Schmitt e parte do conservadorismo revolucionário, um ataque frontal aos vícios introduzidos pelo mundo das finanças que se supunha sobrepor aos mais altos valores do espírito (*cf.* SÚNIC, 1989, p. 53).

materialista que aproximava os opostos.⁷⁷⁰ Na prática, algumas destas críticas seriam mantidas e levadas a termo políticas no sentido de desestruturas as formas organizativas de exploração econômica de viés financista. Isto se explica razoavelmente não por alguma concessão à sua própria retórica anticapitalista⁷⁷¹ mas, antes, pelo fato de que era atribuído aos judeus o domínio dos meios econômicos e da especulação financeira em geral, o que não os qualificava como virtuosos produtores,⁷⁷² tal e como, isto sim, eram os alemães dedicados à produção de bens e riquezas de todo tipo.⁷⁷³ Nestes termos

⁷⁷⁰ Aqui já encontravam-se presentes argumentos heideggerianos que opunham o financismo norte-americano ao materialismo puro do socialismo da então URSS. Em Heidegger, portanto, a terceira via, e alternativa, espiritual, era outorgada à Alemanha, ainda quando por meio da via bélica para que a maravilhosa herança grega se materializara historicamente. A missão germana era salvar por intermédio da consagração do espiritual, de toda a invasão do materialismo financista ou, em sua versão ideológico-política, do socialismo e do capitalismo. O ataque contra o qual a Alemanha heideggeriana haveria de opor-se, ainda que por meio das forças bélicas, era contra a técnica que devasta a terra, em detrimento do ser. A coisificação da existência em que o homem se perde como tal, encontra em Heidegger esta defesa de que a Alemanha – e o nacional-socialismo enquanto regime político instrumentalizado – cumprira o seu papel espiritual (cf. FEINMAN, 2009b, 4m36s-6m35s). Neste aspecto também é perceptível em Jünger a ideia de que o homem perdera a sua dignidade, que o indivíduo se vira privado do conceito de valor (cf. JÜNGER, 1993a, p. 100), e nisto sugerimos uma indelével conexão com o pensamento heideggeriano que, voluntariamente ou não, corrói um conceito de homem com o qual este trabalho não compactua mesmo quando os tempos indique limitações de seus autores em suas auto-percepções e execuções de planos de vida que possam, segundo certos segmentos, ser considerados de segunda ordem.

⁷⁷¹ É importante sublinhar que sustentamos que o nacional-socialismo apresenta uma retórica anticapitalista que lhe é bastante útil naquele momento histórico como forma de galvanizar apoio das massas desfavorecidas. Ainda neste sentido, fazia todo sentido opor aos judeus o suposto predomínio econômico bem como a famosa orquestração internacional que desenvolveriam para explorar economicamente aos demais. Isto sim, como a História o demonstra por intermédio das associações e alianças levadas a termo quando alcança o poder, tal posição do nacional-socialismo não passava de uma retórica populista capaz de (a) dinamizar a sua ascensão ao poder e, momento seguinte, (b) legitimar o exercício do poder conquistado.

⁷⁷² Esta é uma crítica que, já em meados dos anos 30 seria retomada por Schmitt, quando em seus escritos procurava desqualificar o povo judeu por sua falta de apego aos valores da terra, algo que, por certo, sua história não lhes permitira nutrir.

⁷⁷³ Neste aspecto entrelinhas é perceptível a presença de um valor da produção que o home rural poderia realizar, valor do qual o homem urbano estaria, desde logo, distanciado.

o objetivo de culpar aos judeus em seu suposto predomínio predatório, econômico e cultural, foi disseminado de tal forma que apenas se expandiria algo mais no decorrer da década de 1930 por meio de esforços auxiliares de um expressivo número de intelectuais facilmente cooptados para as fileiras nacional-socialistas.⁷⁷⁴

Em *A Decadência do Ocidente*, Spengler realiza leitura crítica da concepção civilizatória weimariana por meio de sua própria percepção da vida e da política. Isto nos permitirá realizar uma aproximação dos avanços de uma estrutura econômica burguesa capitalista marcada pelo racionalismo encontraria na obra spengleriana como um momento de radicalização da decadência, análise que, de certa forma, mantém similaridade com a tese marxista do advento do socialismo por intermédio do esgotamento de suas próprias forças produtivas. A crítica spengleriana a decadência que se reputava ser o caminho seguido pela civilização não é uma leitura isolada senão o contrário. Esta percepção era compartilhada com a direita do período, em especial por Heidegger (e sua aproximação ao conservadorismo revolucionário) (cf. COLLINS, 2006, p. 38), Schmitt, Gehlen e Jünger, sendo este declínio histórico caracterizador de um momento de afirmação da pós-história (cf. NEAMAN, 1999, p. 158). A respeito do conceito de decadência nos comenta Herf que a obra spengleriana

[...] está llena de catálogo familiar del antimodernismo, pero también presenta un tema que ha recibido menos atención: la conciliación de los sentimientos románticos e irracionales con el entusiasmo por el avance técnico. (HERF, 1990, p. 113).⁷⁷⁵

⁷⁷⁴ A este respeito Gordon nos oferece testemunho de sua vivência em Berlin, oportunidade quando assistiu parcialmente uma aula de Julius Streicher. Naquela oportunidade a aula consistia na tentativa de trazer evidências científicas do caráter predatório da natureza dos judeus, visão esta compartilhada por um considerável número de indivíduos (cf. CRAIG, 1991, p. 8).

⁷⁷⁵ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] está repleta do catálogo familiar do antimodernismo, mas também apresentam um assunto que recebeu menos atenção: a conciliação dos sentimentos românticos e irracionais com o entusiasmo pelo avanço técnico”.

Mas se em Spengler encontramos uma obra recheada de referenciais teóricos antimodernistas, acreditamos também poder encontrar em Jünger alguns pontos de contato. Jünger foi reconhecido como tendo compatibilizado o palpável irracionalismo da teoria conservadora-revolucionária, logo apropriada pelo nacional-socialismo, com a aplicação da técnica. Neste particular, portanto, o antimodernismo spengleriano manifesta-se congruente com a teoria jüngeriana quando o antimodernismo seja pensado em termos políticos, e não em termos estritamente técnico-científicos.⁷⁷⁶ Jünger é exemplo da tentativa exitosa de setores do conservadorismo revolucionário em projetar o papel da técnica em um mundo regenerado, que poderá contar com que ela ocupe um lugar importante na nova configuração histórica. Nesta medida restariam suplantadas as vicissitudes de um tempo de decadência identificados por meio da filosofia spengleriana (cf. GÓMEZ, 2007, p. 9184). O antimodernismo de Jünger em matéria política, não em questões técnicas, parece convergir com o de Spengler na medida em que aposta em seus trabalhos dos anos 20 por um poder político fortemente concentrador,⁷⁷⁷ segundo uma estratégia capaz de direcionar o impacto da técnica para a realização dos fins do Estado, uma vez que a irrupção da técnica se manifestava potente e capaz de mobilizar a figura do trabalhador em detrimento dos anteriores movimentos calcados na ideologia (ver RÜDIGER, 2008, p. 22).

Um poder político forte naquela quadra da história era discurso comum. A técnica lhe poderia, como efetivamente ocorreu, prestar consideráveis favores aos seus propósitos. A leitura de Jünger sobre o impacto da técnica naqueles dias é bem

⁷⁷⁶ A aposta na técnica sofria restrições por parte de setores conservadores-revolucionários e também nacional-socialistas que todavia preservavam os valores pastoralistas. Trata-se de tensão interna que seria resolvida parcialmente durante o regime nacional-socialista em favor do privilégio à técnica.

⁷⁷⁷ Dedicaremos maior atenção a Jünger no capítulo V, logo a seguir, tratando de seccionar devidamente a extensa obra do autor e, realizando tal corte epistemológico, propormos algumas conclusões que serão convergentes com esta leitura acima de que Jünger aposta por um poder político forte.

ressaltada por Rüdiger de que havia uma tendência em curso, qual seja, a de desmarcar-se das inspirações ideológicas para o império de um projeto totalitário (cf. RÜDIGER, 2008, p. 22). Heidegger, por seu turno, passado o calor dos tempos, embora não admitido expressamente, outro dos companheiros de viagem, Spengler, encontraria fórmula elegante para continuar sustentando a inviabilidade da democracia para a Idade da técnica (cf. HEIDEGGER, 1997, p. 230), o que reforçava, portanto, a leitura de Jünger expressa por Rüdiger acerca dos novos tempos totalitários. De Spengler, por certo, Heidegger havia sido leitor, ainda muito cedo, especialmente de seu livro *O homem e a técnica*, datada de 1931, cuja análise histórica lhe impactara.⁷⁷⁸

A partir de então o forte poder político tão comumente defendido entre os membros do movimento conservador oferece uma visão do grau de receptividade do totalitarismo na Alemanha. Esta era a mesma ordem conservadora com a qual Schmitt mantinha elo, ligação esta com não poucos contemporâneos nem pouco talentosos. Um destes, Spengler, projetava deixar constância de sua já muito clara aversão à técnica emergente que se projetaria de forma tão importante e decisiva nos dias subsequentes. Como nos diria Herf a este respeito, em *A decadência do Ocidente* Spengler constituiu um “[...] gran documento del modernismo reaccionario” (HERF, 1990, p. 92),⁷⁷⁹ documento que, de resto, mostra-se bastante influente.

Neste documento básico do moderno reacionarismo, ademais de em outra obra sua, *O homem e a técnica*, Spengler tratava de questões importantes não apenas para o seu tempo e que, logo, também haveriam de ser enfrentadas pelo nacional-socialismo. O

⁷⁷⁸ Rüdiger chama propriamente a atenção para o fato de que Heidegger encontra em Spengler uma importante análise da técnica (cf. RÜDIGER, 2008, p. 19), que viria a ser utilizada pelo autor em seus trabalhos. Em suma, Heidegger “[...] reinterpreto[u] *sic* historicamente a idéia organicista de Spengler segundo a qual a vida se serve das técnicas mas, passado o tempo, é a técnica que leva a vida ao declínio”. (RÜDIGER, 2008, p. 20).

⁷⁷⁹ O texto permite a seguinte tradução: “[...] grande documento do modernismo reacionário”.

problema já exposto por Spengler faria com que nacional-socialismo passasse a reclamar urgente intervenção teórica capaz de conjugar a técnica emergente com a visão do *Volk* alemão, visão esta que consagrara o valor do homem campesino. Heidegger⁷⁸⁰ e Schmitt, até mesmo por suas origens campesinas simpatizavam com este homem simples de valores alheios ao urbano. Ambos foram conservadores que se ocuparam da tentativa de compatibilizar a técnica com a visão *Volk*, mas seria Jünger quem, a nosso ver, haverá de ser atribuído maior e original êxito no tratamento da matéria, a ponto de que ele próprio influencie Heidegger, e não o contrário como por vezes se veicula (ver JÜNGER, 1998a).

O entusiasmo pela técnica, contudo, é destacado como passível de ser abordado desde um viés irracionalista. Spengler ressaltaria que é o próprio avanço do racionalismo projetado nos aglomerados urbanos burgueses o elemento que propicia que se passe a crer na técnica como se ela fora uma verdadeira religião materialista (cf. SPENGLER, 1980, p. 109-110). A este respeito há dois aspectos centrais a ressaltar que se mostram, de certa forma, contraditórios.

Em um primeiro momento nos deparamos com a afirmação do desvalor do pensamento, a referência ao desvalor do intelecto. Trata-se aqui da compreensão do papel nefasto desempenhado pela racionalidade perante o mundo natural organizado aprioristicamente por forças sobre-humanas.⁷⁸¹ As capacidades cognitivas humanas indis põe de poder suficiente para alcançar os próprios projetos de reforma da vida política e das instituições que pode conceber. O pensamento e a capacidade de abstração

⁷⁸⁰ A este respeito, por exemplo, Rüdiger nos comenta a inserção de Heidegger na tradição conservadora (cf. RÜDIGER, 2008, p. 13), para o que se apoia na tradição interpretativa de Herf (ver HERF, 1990).

⁷⁸¹ De certa forma podemos dizer que o organicismo encontra vinculação com esta teoria na medida em que ele se sustenta na ideia de que a sociedade existe alicerçada em uma natureza cuja hierarquização se dá em grupos naturalmente organizados, dos quais os grêmios e as famílias são exemplos (ver GARCÍA, 2010, p. 446).

humana andariam bastante além da capacidade material da instalação destes projetos que atentam a intervenções no mundo empírico.⁷⁸² Em suma, encontramos o exercício de uma razão que tende a matar a si própria (*cf.* MATOS, 1990, p. XVIII), que se sufoca por ser incapaz de dar vazão ao seu próprio produto. Sucumbe ante si mesma quando reine a violência subsequente a detecção empírica de suas limitações. Reina a violência, portanto, ali e quando a razão já nada mais tenha a dizer (*cf.* HITLER, 2007, p. 48).

Em paralelo ao elogio à violência aparece em Spengler uma aposta paralela. Trata-se de sua crença no potencial da técnica como instrumento alavancador do progresso, muito embora não se possa determinar *a priori* os rumos e os empregos específicos das descobertas tecnológicas (*cf.* SPENGLER, 1980, p. 110).⁷⁸³ Neste sentido observara Schmitt a respeito dos avanços da técnica que ela tanto serve ao conforto quanto à produção de armas, ou seja, que “[...] ihr Fortschritt bewirkt nicht *eo ipso* die humanitär-moralische Vervollkommung, die man sich im 18. Jahrhundert als Fortschritt gedacht hat [...]”. (SCHMITT, 2002a, p. 75).⁷⁸⁴

A dinamização do processo produtivo por meio da técnica gera consequências imprevisíveis mesmo aos inventores e neste contexto de embates podemos identificar a ocorrência de algumas das tragédias do nosso tempo. A este respeito assinala Spengler que um dos problemas é de que o homem já não se mostra capaz de “[...] apreciar o alcance e as consequências dos actos a que dá origem” (SPENGLER, 1938, p. 117). O homem se mostra como o criador de sua própria técnica vital mas, por outro lado, isto

⁷⁸² Neste sentido, por exemplo, Adorno e Horkheimer retomam a leitura de Klages para quem o entendimento é mesmo uma força operante contrariamente a ordem e a plenitude da vida (*cf.* ADORNO; HORKHEIMER, 1990, p. 106).

⁷⁸³ A potencialidade das diversas dimensões da técnica permanece em aberto, inabarcáveis em todas as suas dimensões, o que torna que sua aplicação seja, por vezes, até mesmo inversa aquelas para os quais inicialmente foram pensados. Há reflexões posteriores sobre o tema no âmbito do conservadorismo.

⁷⁸⁴ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] o seu progresso não provoca *eo ipso* o aperfeiçoamento humanitário-moral que no século XVIII se imaginava como sendo progresso [...]”.

representa, paradoxalmente, “[...] a sua grandeza e a sua fatalidade” (SPENGLER, 1938, p. 58). Estes são elementos que nos alertam para as derivações do recrudescimento de atos de violência conectados com o incremento da técnica, algo para o qual o esteta da Primeira Grande Guerra Mundial descrevera atentamente.

4.3. VIOLÊNCIA: GUERRA, HEROÍSMO E PROGRESSO NO PENSAMENTO CONSERVADOR-REVOLUCIONÁRIO

Jünger assinala o estabelecimento da conexão entre a violência e a guerra e o espírito do progresso que se apresentara ao século XIX como uma verdadeira igreja popular (cf. JÜNGER, 1995c, p. 93; ver JÜNGER, 1995c, p. 104), exercendo o seu campo de domínio como todas as igrejas. Desde uma esfera da irracionalidade, alicerçado na fé, o domínio da técnica se poderia dar por intermédio da crença em sua potencialidade supostamente inabarcável pela mente humana mas abarcante de todas as vicissitudes pelas quais o homem tenha de atravessar em sua vida.

O homem que entende ser um grande símbolo de sua vontade de perpetuação é a face expressa da existência de uma comunidade de guerreiros (cf. SPENGLER, 2009b, p. 444) que mantém conexão com o substrato teórico heideggeriano de comunidade enraizadora, na qual os homens não se compreendem como desvinculados, como na experiência liberal-burguesa mas, antes, como indivíduos que assumem o ultrapassamento da individualidade e assunção do ser-aí (*Dasein*) no mundo, expostos às vicissitudes existenciais.

Aqui Spengler chama a atenção para o fato de que um povo apenas guarda possibilidade de existência em oposição a outros povos (cf. SPENGLER, 2009b, p. 444) mas, prévio momento, encontramos a necessidade da auto-afirmação do povo em uma comunidade. Em Heidegger há a confirmação desde *Sein und Zeit* e, como indica Sá, ainda de forma cada vez mais clara nos anos subsequentes, da “[...] necessidade de

fundar uma comunidade capaz de enraizar o homem numa existência autêntica” (SÁ, 2003b, p. 28). Neste aspecto Schmitt parece igualmente aproximar-se do autor por meio de sua concepção de que a afirmação identitária apenas pode ter lugar perante a figura do inimigo a quem dar combate, não sendo possível a um povo abrir mão de sua oposição perante outros,⁷⁸⁵ e em Heidegger o inimigo liberal estava claramente posto, uma vez que impeditivo da constituição da comunidade enraizadora.⁷⁸⁶

A respeito do papel da violência para o conservadorismo revolucionário de forma bastante precisa Silva nos recorda do conceito de *Bluttafel* (batismo de sangue) (cf. SILVA, 2010, p. 393). Sugerimos que o *Bluttafel* pode ser interpretado como elemento constituinte da inspiração conservadora revolucionária, e que tanto em Jünger quanto em Spengler encontrar-se-ia conectado com a virtude da tradição (*Überlieferung*) e a perfeição do acontecer histórico (cf. SPENGLER, 2009b, p. 417) (realizável por intermédio do conflito) ao qual a filosofia conservadora haverá de conformar a sua cosmovisão.

A crítica jüngeriana do progresso distancia-se de entendê-lo como avanço mas, antes, imerge na busca de uma razão que lhe atribui, ocultamente, o significado (cf.

⁷⁸⁵ A este respeito Schmitt é bastante claro ao afirmar que “Sind die verschiedenen Völker, Religionen, Klassen und andere Menschengruppen der Erde sämtlich so geeint, daß ein Kampf zwischen ihnen unmöglich und undenkbar wird [...] hört also die Unterscheidung von Freund und Feind [...] aber weder Politik noch Staat”. O texto permite a seguinte tradução: “Se um dia os diversos povos, religiões, classes e outros grupos humanos da terra estiverem todos juntos tão unidos que uma luta entre eles se torne impossível e impensável [...] se então a diferenciação entre amigo e inimigo cessasse de existir [...] não existiria mais nem política e nem Estado”. (SCHMITT, 2002a, p. 54).

⁷⁸⁶ Acerca deste ponto comenta Sá que a análise de Heidegger acerca da comunidade (*Gemeinschaft*) enraizadora supõe um tipo essencialmente distinto da vida pública desenraizadora, presente na sociedade liberal. Expressamente comenta Sá que a sociedade caracterizadora da promoção do desenraizamento se manifesta por meio de uma “[...] sociedade burguesa essencialmente alienante, onde a segurança é recebida em troca da própria alienação” (SÁ, 2003b, p. 28). Resta claro para o autor que em Heidegger se faz presente a defesa de um ser lançado no mundo e ao poder da morte (cf. SÁ, 2003b, p. 28), e esta é, em absoluto, uma posição contrária a assumida pelo liberalismo.

JÜNGER, 1995c, p. 93). Portanto, Jünger logo lhe permitirá também tomar o conceito de progresso como um oponente, posto que aproximado de uma leitura conceitual Iluminista que encontra no conservadorismo um antípoda teórico. A oposição ao progresso em Jünger não será plena mas, antes, calculada. O autor ocupa uma posição desde a qual exerce uma mediação conceitual que adapta o tradicional embate conservador estabelecido em motivos tradicionais ao devir. O devir era anunciado por Heidegger no caloroso novembro de 1933 como o *locus* onde reside o futuro do povo, que apenas *é* enquanto *vinda*, “E é vindo que assim que ele é, aí [...]” (HEIDEGGER, 1997, p. 121). O ser do povo encontra-se no momento futuro (historicamente imediato), sob guia (*Führer*), sabedoria empreendedora do ser que se deixa conduzir na realização da existência de sua grandeza.

Este momento posterior aprofundaria as dimensões de um mundo marcado pela concepção de técnica e de progresso, compatíveis com a não desconstrução absoluta do mundo segundo a *Weltanschauung* conservadora. Malgrado a aposta spengleriana na técnica como alavancadora do progresso subsiste a violência em seu discurso, compartilhado pela tradição conservadora revolucionária. Resta implícita em seu texto uma nota pessimista quanto aos resultados do emprego da técnica quanto às possibilidades de progresso. Em relação direta com o político, e acompanhada que pode vir da violência, a técnica se mantém aberta a produzir efeitos inesperados também nesta dimensão da vida. Herf chama a atenção para que em Spengler encontramos que uma defesa da preservação tanto do sangue (*Blut*) como da tradição (*Überlieferung*) demandam o uso de recursos tecnológicos (cf. HERF, 1990, p. 131), elementos sangue (*Blut*) e tradição (*Überlieferung*) que bem podem marcar com acidez e crueza a sua presença no âmbito do político.

Não muito distante disto, e segundo uma concepção da filosofia da história que pode englobar estes elementos sangue (*Blut*) e tradição (*Überlieferung*), nos assinala Spengler o quanto os períodos históricos encontram-se todos eles interconectados, ou seja, que

[...] la historia toda de las épocas posteriores está ya irrevocablemente implícita en las primeras generaciones, según su forma, su ritmo y su compás. Sus éxitos equivalen exactamente a la fuerza de la tradición inclusa en la sangre. (SPENGLER, 2009b, p. 407).⁷⁸⁷

Spengler chama a atenção não apenas para o fato de que há uma interconexão entre as gerações mas, sim, que a força que as move ao êxito encontra-se na tradição (*Überlieferung*) e no sangue (*Blut*), vale dizer, no espírito marcado pelo desprendimento da vida que visualiza a realização da nação ou de um coletivo sobrepondo-o à segurança e interesses individuais. Neste sentido, o papel da técnica e do próprio avanço tecnológico será tema que Spengler retoma segundo uma abordagem favorável em outra de suas obras, *O homem e a técnica* (ver SPENGLER, 1938).

A aproximação de técnica e irracionalismo admitida na obra de Spengler segundo a leitura de Herf é movimento que sugere-nos agir no sentido de conter as premissas da possibilidade de diálogo da projeção do uso da máquina para fins bélicos que, historicamente encontraria em momento seguinte, toda uma verdadeira estética da eliminação do homem, perspectiva esta que subjaz a toda uma literatura da qual Jünger é apenas o eminente representante na década de 20.⁷⁸⁸

⁷⁸⁷ O texto permite a seguinte tradução: “[...] toda a história das épocas posteriores encontra-se inarredavelmente implícita nas primeiras gerações, segundo sua forma, seu ritmo e seu compasso. Seus êxitos equivalem exatamente à força da tradição inclusa no sangue”.

⁷⁸⁸ Richard alerta para o fato de que “[...] la literatura burguesa de guerra irrumpe en Alemania y se implanta en los corazones de los lectores a través de gran cantidad de obras con tiradas de miles de ejemplares” (RICHARD, 1972, p. 32). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] a literatura burguesa da guerra irrompe na Alemanha e se implementa nos corações dos leitores por intermédio da grande quantidade de obras com tiragens de milhares de exemplares”.

Em absoluto não encontra-se longe disto a crítica feita por Adorno e Horkheimer a um trecho de *O trabalhador*, no qual Jünger defende a inversão da ética kantiana, e que o homem deixa de ser percebido como fim e passa a sê-lo como tão somente um meio. Jünger analisa a percepção do homem desde o âmbito do político e a crítica frankfurtiana é de que “[...] toda atitude que mantém uma relação verdadeira com o poder é conhecida também por interpretar o homem não como fim, mas como um meio, como o portador tanto do poder quanto da liberdade” (*apud* ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 100).⁷⁸⁹ Em suma, o argumento jüngeriano alvo da crítica frankfurtiana é que não se poderia entender o homem em limites ético contra-kantianos, ou seja, que o homem não poderia ser entendido como mero instrumento daquele outro homem que ocupe sua forma máxima de poder e domínio daqueles que se encontrem ao seu serviço.

Não obstante a percepção spengleriana de que por trás da técnica e de seus progressos poderia subsistir um horizonte sombrio devido a amplitude inabarcável de possibilidades de seu emprego. Como ponto de partida ali subsistia uma visão de mundo que deplorava a perda de um mundo habitado pelo valoroso homem camponês, o mesmo admirado tão profundamente por Heidegger (ver HEIDEGGER, 1997). Em sua leitura do irracionalismo do século XX e, em especial, de Spengler, Adorno e Horkheimer observaram criticamente ao texto central em que o conservador sustenta que

Via de regra, o camponês é considerado homem de cultura: alerta-se contra o cidadão, o operário. “A própria metrópole é vista como um extremo de anorgânico no meio da paisagem cultural, cuja humanidade ela separa de suas raízes, atrai para si mesma e gasta. (*apud* ADORNO; HORKHEIMER, 1990, p. 106).

Há no texto frankfurtiano esta leitura de que o urbano desgasta o homem, lhe descostura desde dentro uma vida essencialmente constituída nos valores rurais e que a

⁷⁸⁹ Adorno e Horkheimer reconhecem neste trecho alguns dos elementos da negação dos valores racionalistas do Iluminismo (*cf.* ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 100).

atualização de sua vida em meio à paisagem cultural urbana já não pode manter segundo as raízes naturais. De certa forma esta ideia aparece em Spengler ao chamar a atenção para o fato de que o homem se mostra como o criador de sua própria técnica vital mas que, por outro lado, isto termina por representar, paradoxalmente, “[...] a sua grandeza e a sua fatalidade” (SPENGLER, 1938, p. 58) e aqui, portanto, o urbano corrosivo da riqueza original do campesino.

Mesmo imersa em um potencial de inexorável fatalidade para o humano, Spengler apostará no papel que poderia ser desenvolvido pela tecnologia e pela política em detrimento da poesia e da filosofia, direção na qual convocava os jovens a ocupar-se (cf. HERF, 1990, p. 114), não o pensamento (filosófico) mas a ação (enfrentamento), em algo aproximado ao Heidegger do *Discurso do Reitorado* (ver HEIDEGGER, 1997), isto em convergência com a proposta schmittiana de substituir a discussão pela aposta em uma pura “Theorie der direkten Aktion” (SCHMITT, 2010, p. 76). Nestes termos podemos perceber a sua proximidade da literatura jüngeriana quando toma como objeto a figura do guerreiro. O conceito de guerreiro em Spengler, e de todo o contexto ao qual isto remete, aparece como figura especificamente identificada como “germânico” (SPENGLER, 1941, p. 92), não havia fora deste limite étnico a autenticidade da virtude guerreira. Em Jünger a figura do guerreiro necessariamente surge como personagem indispensável para uma batalha que se mostra como todo um direto processo que tem lugar em uma ordem elevada. Inversamente ao *locus* ocupado pelo guerreiro, a figura do poeta, que sucumbe perante uma realidade que encontra sua marca no “[...] conflicto trágico [...] una situación en la que resulta posible captar con especial claridad el sentimiento de la vida”. (JÜNGER, 1993a, p. 53).⁷⁹⁰

⁷⁹⁰ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] conflito trágico uma situação da qual resulta possível captar com singular clareza o sentimento da vida”.

Jünger aponta para o elemento trágico e final, embate este que designa o essencial da vida, algo para o qual Spengler não apresentaria óbice. Por sua vez, em Nietzsche nos deparamos com um antecedente filosófico parcial. O pessimismo antropológico do autor em sua aplicação ao político entronca com o temor do porvir da democracia de massas (*massendemokratie*) e abertamente com o ceticismo de homens como Spengler para quem, em suma, o “[...] optimismo es *cobardia*” (SPENGLER, 1938, p. 128).⁷⁹¹ Spengler aplica este seu pessimismo à democracia de massas e conclui que passava a ser então iminente uma alteração nos paradigmas da política (*cf.* SÚNIC, 1989, p. 52) e, como veríamos, a nova orientação dos tempos vindouros encontrar-se-ia marcada pelas expectativas ditatoriais constantes nos autores conservadores revolucionários, para tudo distante, portanto, da nova gramática da política gravada pelas instituições weimarianas que reclamavam dias consagradores do vocábulo liberdade.

O ceticismo spengleriano se projeta tanto em sua filosofia da história como também em sua filosofia política. É bastante clara a sua adesão à ideia de que a vida é essencialmente dura (*cf.* SPENGLER, 2009a, p. 20), visão esta que se espraiaria sobre os limites da intervenção política. O ceticismo é admitido por Spengler como a única atitude filosófica capaz de ser mantida (*cf.* SPENGLER, 1980, p. 49), reforçado por ele em outro momento ao dizer que “[...] o cepticismo, a derradeira atitude filosófica e a única capaz de se manter nos nossos dias – mais, a única digna – proíbe que se recorra ainda a inúteis subterfúgios”. (SPENGLER, 1938, p. 49).

Este movimento receptor de um profundo ceticismo por Spengler faz dele algo que possivelmente pode ser aproximado à crítica antropológica de Hobbes, na medida em que Spengler reputa ser o homem como “[...] um animal predador” (SPENGLER,

⁷⁹¹ Comentaristas como von Klemperer atribuem a Spengler que o pessimismo é uma marca bastante própria sua (ver VON KLEMPERER, 1968, p. 172).

1938, p. 49).⁷⁹² Isto serve para estabelecer o seu posicionamento acerca, mas também o de todo o conservadorismo revolucionário, acerca de como poderia e deveria esta ideia projetar-se em matéria política, resposta esta que, ao partir de uma antropologia negativa afirmadora do homem como um predador, desembocaria com naturalidade no apoio a um Estado forte.

Este ceticismo sugere a realização de um movimento de aprofundamento do exercício autoritário do poder como forma de atenuar os efeitos do animal predador que compõem a sociedade. Os objetivos do Estado serão entendidos de forma diferenciada do que pelos liberais. Spengler chama a atenção e critica o fato de que os liberais se ocupavam espaço de oposição ao Estado e aos defensores de sua ordem interna, desde os policiais e soldados, isto sim, apenas centrando favoráveis atenções nos mártires das liberdades (cf. SPENGLER, 1941, p. 109). Esta é uma ideia que denota o valor superior que é concedido ao Estado no pensamento conservador quando contraposto a quaisquer outros, incluindo as liberdades. Dentro do Estado não apenas tudo acontece como por ele tudo deve ser dirigido e conduzido.

O perfil do Estado que tudo conduz representa o positivo distanciamento dos valores políticos liberais mas, em paralelo, os de uma Alemanha que prezava os valores de Goethe e Schiller, era uma tendência dada pela proliferação do apreço ao antimodernismo. Esta era uma forte e disseminada tendência na cultura alemã, a respeito do que nos adverte Silva que a leitura de Meinecke sobre a *Vertrauensdiktatur*, uma ditadura de confiança, era forma de governo que se mostrava afinidade com as expectativas alemãs na época imperial (cf. SILVA, 2010, p. 391) mas, desde logo, para

⁷⁹² Segundo esta condição, sofre com a tangibilidade de sua própria condição predatória, encontra-se com a possibilidade de perceber o porvir do qual não fará parte ou, como nos comenta Spengler, trata-se de um criativo ser humano que “[...] teme o vazio que se segue à conclusão de sua obra”. (SPENGLER, 1938, p. 42).

nada afinadas com o liberalismo. Esta é uma tradição de pensar o poder e o Estado que retrotrai perfeita e claramente à tradição do conservadorismo do século XIX em diversas figuras como as de Donoso Cortés a Balmes,⁷⁹³ e também em De Maistre e De Bonald, delineada na ligação consolidada posteriormente por Schmitt, alcançando a tradição conservadora revolucionária em Spengler e seus demais companheiros de viagem.

Há sugestões no sentido de que em Spengler encontraremos algumas projeções niilistas derivadas do pensamento nietzscheano e que nos sugeririam também a presença do Estado forte como instrumento político. Este niilismo é atualizado em sua recepção por vários dos conservadores revolucionários como Jünger mas também em Carl Schmitt. Um notável trabalho de Jünger sobre o niilismo foi um relativamente breve manuscrito escrito por ele em 1950 (ver JÜNGER, 1994) e logo enviado para Heidegger que, cinco anos depois, e em termos parcialmente divergentes, lhe contestaria com o seu *Über 'die Linie'*.⁷⁹⁴

⁷⁹³ O autor defende claramente a ideia de que o governo forte é uma chave indispensável para o bom governo quando sustenta que “[...] el poder que gobierna la sociedad ha de ser fuerte porque en siendo débil tiraniza o conspira” (cf. BALMES, 1950, p. 252) que pode, mesmo, alcançar às raias da violência (cf. BALMES, 1950, p. 253). Justificativa à parte, é certo que a argumentação sobre o Estado em Balmes, bem como na tradição conservadora, mostra-se em clara defesa de um Estado com um governo forte, ideia esta que estará presente tanto no conservadorismo revolucionário como, sugerimos, nos conceitos centrais do político em Schmitt. Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] o poder que governa a sociedade tem de ser forte porque, sendo débil, tiraniza ou conspira”.

⁷⁹⁴ Para a obra de Heidegger há uma edição conjunta com o escrito de Jünger acima citado (ver HEIDEGGER, 1994).

A projeção de resultados niilistas derivados de Schmitt⁷⁹⁵ pode ser lida por meio de uma visão antropológica pessimista de marcada raiz hobbesiana, afinal, mais direta a conexão com este que foi um dos seus *leading philosophers*. A falta de fiabilidade no homem tão presente em Schmitt como em Hobbes permite que o primeiro conclua com o segundo da necessidade de lançar mão de estruturas de poder bastante duras para que se possa manter a ordem, em suma, que *autorictas, non veritas, facit legem*. O empréstimo a Hobbes é direto, a sua aplicação distanciada dos princípios liberais, não menos.

Spengler, por sua vez, mantém uma linha crítica profunda relativamente às eleições, que lhe parecem carentes de maior significação e insuflavam o fenômeno da paralisia partidária no Parlamento. A leitura de Herf é de que Spengler retoma uma interpretação da política como o *locus* que reclama intervenção afirmativa de um governante que caracterize a sua ação pela expressão de energia vital, cega e cósmica que aspire tanto ao prestígio mas também a expandir o poder, ademais de ligado à terra por meio do conceito de raça (*cf.* HERF, 1990, p. 130) – ideia esta logo a seguir tomada como uma das bases da política nacional-socialista – e também apto a tomar decisões perante a incerteza com que a vida se apresenta a ser vivida.

Este perfil mostra um Spengler apto a manter-se como um dos interlocutores de Schmitt algo também confirmado quando nos deparamos com sua argumentação de que a economia se deve colocar em posição infraposta à política. Esta última se revela como

⁷⁹⁵ Não sugerimos que o debate sobre o niilismo se encontre no centro da obra de Schmitt. Isto sim, nossa sugestão é no sentido de que de forma derivada isto seja possível a partir de sua interpretação do conceito do político como indissociavelmente conectado ao extermínio (*Vernichtung*). De partir deste pressuposto acreditamos que o niilismo, entendido como a retirada de sentido da vida, é possível de ser conectado às derivações de um conceito do político que, em verdade, residindo no puro embate, neutraliza a possibilidade de uma dimensão normativa, retirando, portanto, alguma possibilidade de concessão de sentido à vida a partir de sua articulação social.

a força decisiva na decisiva disputa que há de ter lugar entre os valores do conservadorismo revolucionário (sangue e tradição) (*Blut u. Überlieferung*) e os burgueses (liberalismo e mercado).

Ademais do discurso desesperançado na cultura ocidental há nas linhas spenglerianas também um viés subliminar em que o autor aponta para o papel da tecnologia como possível opositora dos valores liberais bem como das finanças internacionais, algo que, logo pôde ser observado, não poderia encontrar as condições para desempenhar. Nunca foi possível à tecnologia cumprir plenamente o papel a ela designado por Spengler por nunca ter podido distanciar-se suficientemente da carga do argumento e do apoio financeiro que o capitalista que lhe impregnavam. Em Spengler a leitura benévola de seu papel ocorre por meio da interpretação de sua potencial carga regeneradora dos valores do mítico homem germano. A tecnologia permaneceria em uma dimensão distante dos valores pelos quais Spengler pretendia que a mesma se ocupasse combativamente. Mediante esta instrumentalização da tecnologia, ao menos parcialmente, torna-se perceptível uma aproximação a Schmitt.

Desde outra angulação observa-se crítica que aproxima a Spengler e o cerne da teoria conservador-revolucionária a Schmitt. Trata-se da sua conhecida crítica às bases do liberalismo. A tradição conservadora revolucionária mostra-se proclive e interessada na preservação das virtudes do homem rural e seu modo de vida perante o homem urbano e seu refinado parasitismo produtivo expresso na figura do comerciante⁷⁹⁶ e, na

⁷⁹⁶ Em boa parte esta figura do comerciante urbano e de seu modo de vida parasitário em oposição à real produtividade do homem campesino foram sendo associados ao perfil do homem judeu, cuja evolução e desfecho histórico é bastante conhecido de todos nós. Por fim, apenas o primeiro deles, de fato, se veria desconectado do desenrolar histórico, tendo sido o comerciante a ocupar posto intermediário em importância no novo mundo técnico logo dominado pelos engenheiros e outros *experts* nas máquinas que surgiam. Em um período de transição que logo viria a conhecer seu desfecho, o homem alemão encontrava suas origens no elogio do belicismo, fora por meio de suas virtudes campesinas ou, ainda, em

versão nacional-socialista, do judeu. O liberalismo apoiava o surgimento e fomentava o avanço de estratégias econômicas que desconecta o regime político e as instâncias culturais das profundas origens do homem germânico. Aqui podemos encontrar as marcas de um anticapitalismo que não seria de forma alguma recepcionado integralmente pelo fenômeno nacional-socialista.⁷⁹⁷

Para Spengler o político estava constituído por uma dimensão da salvação que, por certo, ausentava-se na leitura da política como vocação por Weber (*cf.* HERF, 1990, p. 130). Neste aspecto Schmitt pode ser aproximado a Spengler na medida em que a sua defesa do *Führer* na esfera do político durante os anos 30 não estará em absoluto distanciado da ideia de salvação. Ao contrário, o *Führer* terá como missão (*sendung*) a ser desempenhada no âmbito do político a intervenção direta para afastar as ameaças à ambiência política, e aqui encontramos a ideia, já presente em Heidegger, da necessidade de empreender um *novo* início (*Aufbruch*), e para Heidegger ele estava tomando sua forma concreta no momento da ascensão ao poder pelo nacional-socialismo (*cf.* ROSSI, 2004, p. 142).

Tratava-se, contudo, de um *outro* início (*anderer Anfang*) de uma história segundo movimento inspirado em valores da tradição grega, todavia crente na viva ética

sua vida como trabalhador-soldado urbano, homem reclamado por Jünger. Todos eles possuiriam em comum a prontidão para o embate, para o conflito, a luta e a final vitória.

⁷⁹⁷ A este respeito apenas cabe ressaltar que encontramos-nos naquela quadra histórica com que o nacional-socialismo necessitava recursos para desenvolver seus projetos de enfrentamentos e estes eram possíveis tão somente por intermédio da união da tecnologia com o capital. Desta forma, pragmaticamente, os eventuais laços com setores do conservadorismo revolucionário que todavia resistiam no enfrentamento a tal união foram sendo cortados. Por este motivo é que Jünger foi extremamente útil, posto que soube redimensionar o discurso da técnica, tornando-o congruente com todo o conservadorismo revolucionário, tradição convergente com os princípios básicos da doutrina nacional-socialista e importante ponto de apoio.

orgânica pulsante na *polis*,⁷⁹⁸ identificação orgânica que por definição inexistia na sociedade burguesa que permeia o pensamento conservador revolucionário germano com o qual dialogam Heidegger e Jünger. Em Heidegger este outro início (*anderer Anfang*) tem lugar por força do impulso da missão espiritual do povo alemão que deve realizá-la na história (cf. ROSSI, 2004, p. 146) preservando a cultura antiliberal que, por anárquica, põe em risco as origens germanas e o futuro do Ocidente (cf. ROSSI, 2004, p. 150).⁷⁹⁹ Esta realização histórica haveria de, finalmente, se dar de forma entremesclada com a noção de homogeneidade, ocorrência renovada como um “[...] começo [que] ainda é [...]” (HEIDEGGER, 1997, p. 96-97). Esta última é ideia cuja interpretação remete ao cruzamento conectivo entre os conceitos de povo (*Volk*) e de missão (*Auftrag*)⁸⁰⁰ (alemã) realizados na unidade do povo⁸⁰¹ por meio da figura do líder

⁷⁹⁸ Em sua leitura crítica do trabalho de Heidegger, Carrasco, por meio da angulação teórica propiciada pelo controvertido livro de Faye, sustenta que Hegel vive dois momentos. Em sua juventude Hegel mostra relativo deslumbramento com as possibilidades de união do indivíduo com a *polis*, reconhecendo nela a sua própria substância (cf. CARRASCO, 2009, p. 222-223), enquanto que, por outro lado, o já Hegel maduro apresentaria uma reivindicação da “[...] necesidad de volver a un tipo de unidad que renueve el sentido de lo comunitario, y acepta la sociedad civil como un conglomerado mecánico de individuos atomizados y competitivos” (CARRASCO, 2009, p. 223). Para uma análise da recepção schmittiana de Hegel, ver BRAVO, (2003, p. 93-97). Para mais detalhamento sobre a leitura de Hegel, ver KERVÉGAN, (2008), RIEDEL, (1989), ROSENZWEIG, (2008).

Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] necessidade de voltar a um tipo de unidade que renove o sentido do comunitário e que aceita a sociedade civil como um conglomerado mecânico de individuos atomizados e competitivos”.

⁷⁹⁹ Rossi detecta em Heidegger uma percepção da ruína do Ocidente (cf. ROSSI, 2004, p. 150), movimento de decadência que mantém diálogo com a obra spengleriana aqui trabalhada. Na leitura de Rossi, Heidegger sugere que a cultura européia pode encontrar por intermédio da missão alemã no mundo uma regeneração de tempos indicativos de sua final decadência (cf. ROSSI, 2004, p. 150), verdadeira catástrofe já desencadeada por culturas como a russa e a norte-americana mas que todavia acreditava poder ser revertida, e um dos pontos de ancoragem para este processo era o conceito de trabalhador jüngeriano, dotado de vontade (de poder) capaz de regenerar a vida e o Estado.

⁸⁰⁰ A este respeito, ver o seu texto *Discurso do Reitorado*, em sua tomada de posse do cargo de Reitor da Universidade de Freiburg. Ver HEIDEGGER, (1997).

(*Führer*) a quem Heidegger conclamava a que fosse seguido em sua vontade e ordens (cf. HEIDEGGER, 1997, p. 114).⁸⁰²

A realização da unidade do povo (*Volkseinheit*) era, ao fim e ao cabo, a função do *Führer*. A sua tarefa era a de organização última dos meios e do poder político para o cumprimento da missão (*sendung*) do Ocidente (cf. HEIDEGGER, 1997, p. 146)⁸⁰³ mas, em especial, do povo alemão (cf. HEIDEGGER, 1997, p. 103),⁸⁰⁴ que em Spengler era reconhecida como atributo a ser desempenhado pela Alemanha, em especial a Prússia,⁸⁰⁵ os genuínos romanos da modernidade (cf. FARRENKOPF, 1992-1993, p.

⁸⁰¹ Ressalta Heidegger que esta realização histórica do povo depende de “[...] nos situar de novo sob o poder do começo do nosso *Dasein* histórico pelo espírito. Esse começo é a ruptura pela qual se inaugura a filosofia grega. Aí se edifica o ser humano do Ocidente: a partir da unidade de um povo, em virtude da sua língua, pela primeira vez virado para o ente por inteiro, questiona-o e capta-o enquanto o ente que é”. (HEIDEGGER, 1997, p. 95).

⁸⁰² Nos anos de 1933 e 1934 encontramos diversas alocuções e breves textos em que Heidegger conclama a que os alemães se façam obedecer por meio da submissão às ordens de Hitler. A sua liberdade estava condicionada em seguir-lhes a vontade própria expressa no querer explícito do *Führer*. Um destes textos, publicado em 11 de novembro de 1933, Heidegger conclama, já à abertura do escrito, a que o povo alemão vote pelo *Führer*. Que entenda ser este o seu dever pois “[...] o *Führer* nada solicita ao povo. Antes dá ao povo a possibilidade mais directa da decisão livre e suprema: o povo no seu todo quer a sua própria existência (*Dasein*) ou não a quer?” (HEIDEGGER, 1997, p. 114). Neste trecho resta claro que Heidegger centraliza a própria condição de possibilidade da vida popular em sua submissão ao *Führer*. Ver também HEIDEGGER, (1997, p. 133).

⁸⁰³ Heidegger chama a atenção para que esta missão de salvação do Ocidente continha a tarefa de “[...] justificação criadora da novidade do que a sua história não deixou de ser e do que será a seguir” (HEIDEGGER, 1997, p. 146), em suma, de que “[...] a ameaça sobre o Ocidente não exige que tudo se precipite num caos geral, é preciso, em contrapartida, que a vontade de renovação seja totalmente governada por decisões últimas”. (HEIDEGGER, 1997, p. 146).

⁸⁰⁴ Em seu célebre *Discurso do Reitorado* Heidegger enceta os últimos parágrafos concitando a que o povo alemão, e em especial os estudantes, se dedicassem a cumprir a sua “missão histórica” (HEIDEGGER, 1997, p. 103), para a qual o líder e condutor já estava a postos no ano de 1933.

⁸⁰⁵ Farrenkopf reconhece em sua leitura de Spengler um filósofo da história cujas linhas entrevêem um projeto de contribuir para a fundação da Prússia segundo valores estruturados no conservadorismo mas também em uma política autoritária que a tornasse capaz de projetar o Estado a desenvolver uma papel decisivo na política mundial (cf. FARRENKOPF, 1992-1993, p. 181).

175), e que no *Führer* encontrariam a liderança segura para cumprir o seu desiderato histórico.

Esta missão de salvação era igualmente percebida pelo conservadorismo revolucionário e pelo cerne da teoria do nacional-socialismo como sendo o papel a ser cumprido pela Alemanha na Europa. Tendo em vista as oposições entre materialismo e financismo, era a Alemanha a alternativa para o cumprimento dos fins superiores do espírito em grande parte retomados junto aos valores gregos clássicos.⁸⁰⁶ Esta abordagem do tema seria confirmada claramente por Hitler tanto em seus textos (ver HITLER, 2007, p. 55-59) como na política do III Reich. Portanto, assim como ocorre em Spengler, irá valer a luta antes do que a técnica (*cf.* SPENGLER, 1980, p. 40), embora esta última possa, e deva, ser aplicada às finalidades que são propostas pela luta.⁸⁰⁷

Para o nacional-socialismo hitleriano era clara a ideia de que para cumprir a tarefa de desenvolvimento da grandiosidade histórica reservada ao povo alemão era necessário centralizar o poder decisório sobre as tarefas a serem cumpridas na figura de uma grande personalidade histórica, um gênio, e para isto era “[...] preciso exaltar la personalidad del jefe y devolverle todos sus derechos” (HITLER, 2007, p. 87).⁸⁰⁸ Neste particular encontramos os claros vestígios de uma concepção totalitarista do poder que

⁸⁰⁶ Era uma perspectiva compartilhada por vários intelectuais do período, mesmo alguns não participantes do movimento conservador revolucionário e nem da direita alemã, e disto Romain Rolland (1866-1944) é exemplo. Nobel de literatura em 1915, foi escritor cujo humanismo de certo viés pessimista, não o distanciou de um idealismo nacionalista que, por fim, lhe aproximou em algum grau de reflexões próximas a doutrinas que dariam suporte ao nacional-socialismo. Vários foram os intelectuais que desde uma posição patriótica como a de Rolland apoiaram a ideia de que a Alemanha deveria ocupar seu papel de promotora da retomada espiritual européia (*apud* RICHARD, 1988, p. 21), da ressurreição dos melhores valores europeus de certa forma adormecidos e que haveriam de ser colocados na ordem do dia.

⁸⁰⁷ A técnica, portanto, ocupará um papel eminentemente instrumental para servir aos propósitos de um regime totalitário no porvir.

⁸⁰⁸ O texto permite a seguinte tradução: “[...] preciso exaltar a personalidade do chefe e voltar a atribuir-lhe todos os seus direitos”.

já encontravam-se evidenciados nos trabalhos de Hitler nos anos de 1924-1925. Nestes textos já se anunciavam claramente os traços do regime que estaria por vir e que Heidegger, muito depois, negaria ao seu antigo discípulo Marcuse que estivesse ao seu alcance a percepção antecipada, que não lhe era visível o futuro nefasto e bárbaro.⁸⁰⁹

A ênfase no processo de lutas que a vida supõe aproxima de forma indefectível o pensamento de Spengler da filosofia política schmittiana. Enquanto na filosofia da histórica de Spengler o movimento da violência opera como central em seu conceito de circularidade e como regenerador, por outro lado, no político schmittiano a oposição, e eliminação, age como redução última e designativa do político. Assim, a história ganha explicação em Spengler por meio da guerra, em Schmitt, o político por meio da eliminação do inimigo.

Esta aproximação com Spengler, portanto, torna-se possível a partir da interpretação do conceito do político como constituído por inarredáveis conflitos entre os homens. O autor sugere em seu trabalho a importância do argumento de que as relações entre os homens encontravam-se marcadas pelo conceito de vida ativa que supunha o enfrentamento contínuo, a vontade de poder (em aberto recurso a Nietzsche),⁸¹⁰ em uma, que a luta era a marca (necessária) da própria sobrevivência.

A luta pela própria sobrevivência pode solicitar o recurso à luta, ideia que encontra antecedente na teoria darwinista em que sobreviverá o mais forte,⁸¹¹ aspecto este confirmado pela leitura de Stern, autor que sugere que o conservadorismo revolucionário confirma a relevância do darwinismo (*cf.* STERN, 1974, p. XX).

⁸⁰⁹ Reconhecendo em Heidegger uma figura expoente na história do pensamento, Marcuse lhe redargüiria que sim, a ele, Heidegger, seria visível antecipar tal passo histórico.

⁸¹⁰ Interessa sublinhar que esta proposta spengleriana da vontade de poder remete igualmente para a dimensão da análise da técnica e de como esta vem sendo utilizada para que o homem ampliasse o controle sobre o mundo da natureza e que, efetivamente, opera sobre este mundo com singular *energie* e vigor apropriadores (ver SPENGLER, 1980, p. 103).

⁸¹¹ Sobre o debate em torno do darwinismo e o conservadorismo, ver BLANCHARD, (2009).

Paralelamente ao tema do político há em Spengler sugestão de que no âmbito econômico se aplicaria similar análise darwinista, posto que a riqueza, entendida como virtude pelo autor, é resultado de um processo de “[...] longa seleção através de gerações elevadas”. (SPENGLER, 1941, p. 91).

Spengler compartilha com Schmitt uma e a mesma visão da natureza humana impiedosa, pronta a marcar o mundo com sua constante crueza. Dizia Spengler ser o homem um genuíno “[...] predador inventivo” (SPENGLER, 1980, p. 63) ou, ainda, simplesmente, um “predador” (cf. SPENGLER, 1980, p. 83). O homem se comporta sem misericórdia, selvagem sem trato, e nem sequer algum trato possível, quiçá, apenas sob o forte controle do poder estatal isto pudesse vir a ter alguma possibilidade de materialização. Este seria o único poder capaz de submeter um homem entendido como “[...] animal sem amargura” (SPENGLER, 1980, p. 58) que, ainda sem ela, poderia ser o promotor do amargor no mundo, apresentado este último como um lugar habitado por “[...] animal predador” (SPENGLER, 1980, p. 49) cuja capacidade destrutiva logo a seguir saberíamos todos, malgrado o militante ceticismo do conservadorismo revolucionário ao qual estava filiado Spengler não economizasse esforços em alertar.

A aproximação de Spengler e Schmitt desde a angulação antropológica é também possível. Pode ela igualmente ser realizada por meio da bastante bem assentada e conhecida crítica ao parlamentarismo por eles levada a termo. Schmitt o faz tão cedo quanto no ano de 1923 em sua conhecida *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus* e, como pano de fundo coloca a cultura liberal burguesa como cultivadora do parlamentarismo. Neste contexto histórico emergia na Alemanha a democracia de massas (*massendemokratie*), igualmente atacada por Schmitt e Spengler. Resta atacada à morte em um contexto parlamentar marcado pelo enfrentamento, por uma profunda atitude desconstrucionista de todos valores que representassem a cultura

de Weimar e de seus líderes políticos como Hugo Preuss. Esta ideia de combatividade ganha a dimensão de uma oposição radical em Jünger, ademais de Spengler, antes mesmo de adentrar em *Der Begriff des Politischen* de Schmitt em 1927. A crítica ao parlamentarismo passa pela ideia de que a instituição encontrava-se sob o domínio dos interesses econômicos dos grupos que lhes dirigiam. Não o interesse público, mas uma versão interpretativa altamente reducionista do complexo fenômeno parlamentar o traduzia ao interesse estritamente econômico.⁸¹²

A crítica ao parlamentarismo contém, portanto, este viés econômico. Spengler permite reconhecer esta conexão de forma mais direta quando ressalta que a economia tanto quanto a guerra e a política são faces de uma mesma realidade. Estes não são em absoluto passíveis de compreensão como partes autônomas da vida, senão que o autor termina por demarcar o terreno da vida valorosa como aquele em que emerge o elemento bélico, onde ocorre a consagração da plenitude da alma (*cf.* SPENGLER, 1980, p. 42), mas, efetivamente não, naquele onde triunfe a paz por meio do consenso dialógico transitado no Parlamento.

Consoante tal leitura, o enfrentamento pode servir à reconstrução do real, não por intermédio do político em sua leitura democrático-parlamentar. É entendida a guerra como detentora de poderes para reverter não apenas os signos da decadência para a qual aponta o triunfo dos valores burgueses como, e principalmente, com forma e força suficientes para evitar a instauração do caos. Contudo, este homem que enfrenta virtuosamente os riscos a que sua civilização se vê exposta, o fará sob o intenso risco da eliminação de sua própria vida. Este é o homem fáustico spengleriano, que talvez possa ser igualmente reclamado como apolíneo na medida em que realizar da beleza da vida. Este homem que expõe a vida ao risco de construir o virtuoso e o belo é designado por

⁸¹² Este é momento no qual tem lugar uma aproximação importante com o pensamento de esquerda e que, de certa forma, ainda contemporaneamente ecoa e seduz.

Spengler como aquele que “[...] enfrenta-se ante el infinito y nada le protege del poder apremiante que en el infinito se encubre [...]” (SPENGLER, 2009b, p. 418).⁸¹³ É uma exposição definitiva ao imponderável risco último de si mesmo.

Indubitavelmente o elogio da construção das circunstâncias da vida sob o intenso risco de si mesmo desconstitui qualquer possibilidade de contato com os valores da pacificação. Neste sentido Spengler evidencia a sua intensa animosidade contra o liberalismo político, tão intensa, que nada positivo teria escrito a seu respeito (cf. HERF, 1990, p. 129), apoiando toda a racionalidade técnica cuja virtude máxima encontrava-se centralizada na figura do *eu* (cf. HERF, 1990, p. 126). A reforçar esta leitura encontra-se outra obra intitulada *Preussentum und Sozialismus* na qual Spengler escrevia que “[...] la vida [...] [es] lo primero y lo último” (apud HERF, 1990, p. 119)⁸¹⁴ que deveria estar livre de todas possíveis inflexões de sistemas.

A leitura de Spengler é de que a vida se apresenta de tal maneira ao homem que a apreensão de sua real dimensão não pode ser suportada pela razão mas, antes, simplesmente por meio da observação e dos sentidos, em suma, que “[...] a única possibilidade de compreensão é constituída, não pelo julgamento crítico, mas, ao contrário, pelo entregar-se ao conteúdo vivo” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 102). A reafirmação da opção anti-ilustrada spengleriana é contínua e conecta diretamente com os valores conservadores revolucionários que, como observamos, também se oferecem como uma das mais adequadas possibilidades interpretativas da filosofia política e jurídica schmittiana.

A ode ao belicismo que emerge do texto spengleriano é compatível com a entrega irrefletida ao concreto desde certa perspectiva vital que remete à filosofia

⁸¹³ O texto permite a seguinte tradução: “[...] enfrenta-se ao infinito e nada lhe protege do poder coativo que no infinito se encobre [...]”.

⁸¹⁴ O texto permite a seguinte tradução: “a vida [...] [é] o primeiro e o último”.

nietzscheana, a quem o autor interpreta como um filósofo que lê a vida como uma “[...] luta feroz, sem piedade nem quartel, que brota da vontade pelo poder” (SPENGLER, 1980, p. 45). Lugar sem trégua e homens sem paz, a organização política proposta não poderia desconsiderar o sujeito que, para Spengler, não passava de um bruto “[...] animal predador” (SPENGLER, 1980, p. 49). Esta seria característica que não permaneceria isolada mas, antes, seria transmitida à sociedade (cf. SPENGLER, 1980, p. 90), instituinte cujo trato social estaria marcado pela violência tanto quanto, em Schmitt, a solução final para a divergência com o inimigo. Esta é uma característica elogiada pelo conservadorismo revolucionário, de Spengler (cf. SPENGLER, 1980, p. 90) a Jünger e seu soldado-trabalhador (ver JÜNGER, 1993). Este viria a suprimir os conflitos já identificados por Schmitt entre o soldado e o burguês (cf. SCHMITT, 2006c, p. 2).

A oposição entre o proletário e o burguês que parece estar à base tanto do escrito de Jünger quanto da de Schmitt havia encontrado seu primeiro formulador em Spengler, que em seu *Prussianismo e socialismo* explicitara a ideia da antítese entre ambos (cf. LUKÁCS, 1959, p. 430). Há também em Spengler e Jünger a transposição das virtudes heroicas que podem ser observadas na figura do proletário, mas nunca na do burguês, para o conceito jüngeriano de soldado-trabalhador. Em diálogo possível com este conceito, Schmitt parece agravar o papel da violência no âmbito do político em detrimento da pura projeção do papel do soldado no mundo, momento em que sustenta que “[...] der Politiker sei für den Kampf besser geschult als der Soldat, weil der Politiker sein ganzes Leben kämpfe, der Soldat aber nur ausnahmsweise” (SCHMITT, 2002a, p. 34).⁸¹⁵ Nestes termos, parece que a violência schmittiana poderia ser ainda mais intensa do que aquela originária da figura do soldado.

⁸¹⁵ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] o político estaria mais preparado para o combate do que o soldado, uma vez que o político lutaria a vida inteira, ao passo que o soldado apenas excepcionalmente”.

Imerso em conflitos, esta argumentação conservadora-revolucionária sugere o homem valoroso marcado pelo heroísmo é um valor que se apresenta atualizadamente. A este respeito Spengler destaca em sua obra magna que o ser do herói permanece atrelado às circunstâncias deste mundo, à ação e ao conceito de pura vida, enquanto que, por outro e distanciado lado, nos deparamos com a figura do santo, cujo interesse maior recai sobre as coisas do outro mundo (cf. SPENGLER, 2009b, p. 417). Heidegger em *Sein und Zeit* igualmente ressaltaria a importância de que o *ser-aí* (*Dasein*) elege-se o seu herói para aquela difícil quadra histórica, algo que, em torno de 1933, tarefa que em torno de 1933 parece ter sido já resolvida.

Este não é um mundo para a santidade, que não convive com o embate e o conflito, senão com a absoluta pacificidade. Ainda quando indiretamente, Stern reforça a leitura spengleriana ao mencionar a nostalgia dos valores nacionalistas heroicos que influenciavam o conservadorismo revolucionário (cf. STERN, 1974, p. xx), destacando o papel a ser ocupado pelo político por intermédio da ação antes do que pelo conceito, primordialmente agindo antes do que representando uma moral ou doutrina específica (cf. SPENGLER, 2009b, p. 542). Assim, enquanto este último despreza a vida terrena, o primeiro em sua esfera luta, malgrado sem apego e disponibilizando-a ao risco vital em nome de valores superiores.

A superação das tensões originárias dos valores inerentes ao heroico guerreiro, próprios da tradição germana, encontrariam seu espaço histórico resolutivo na figura do trabalho jüngeriano,⁸¹⁶ agora reconfigurado com novos acréscimos aportados por

⁸¹⁶ Jünger delimita o conceito de figura como (a) “[...] ese ser peculiar del trabajador, al que nosotros hemos calificado de «figura», es mucho más significativo que esa forma de poder que no es lícito en absoluto querer” (JÜNGER, 1993a, p. 75). O conceito de figura, portanto (b) “[...] es, y ninguna evolución la acrecienta o la aminora” (JÜNGER, 1993a, p. 83), e já não há começo ou fim que lhe atinja, pois estática e inalterável no tempo encontra-se. Aos trechos acima sugerimos as traduções que seguem: (a) “[...] este ser peculiar do trabalhador, ao qual nós qualificamos como “figura”, é muito mais significativo

atualizações do conceito de soldado cujas medievais características de fidelidade cavalheiresca e distinção heroica no combate comporiam um quadro designativo das virtudes do militar prussiano. Esta virtude prussiana habita o imaginário do movimento conservador revolucionário do primeiro quartel alemão do século XX.

A reputação de glória emprestada ao soldado-trabalhador jüngeriano constitui um perfil de virtude que haveria de coabitar o sujeito político schmittiano. Paralelamente a este valor ao enfrentamento com que Jünger o seu soldado-trabalhador aparecerá em Schmitt um ator político pronto e disposto a lançar mão de uma possibilidade presente nos demais conservadores do período como Spengler, qual seja, a virtude do enfrentamento e da pronta eliminação do *outro*. Como veremos adiante, em seu conceito do político Schmitt irá perceber a eliminação do outro como um instrumento adequado para a instituição e estabilização de seu particular conceito de democracia, o qual fazia depender da afirmação da homogeneidade.

Spengler comentaria de forma tão premonitória quanto apropriatória não apenas dos tempos como da filosofia totalitária de eminente triunfo, que haveria povos preocupados em destacar a necessidade de manter a raça vigorosa, algo demonstrado pela apresentação de seu perfil predador. Senhorial e dominador, de perfil algo hobbesiano,⁸¹⁷ estes homens conquistadores logo se expunham aos combates que os seus desígnios sugeriam como instrumento (*cf.* SPENGLER, 1980, p. 90).

Um mundo que sucumbe afronta um outro mundo que nasce para manter a si e às suas condições. Não há uma indiferença possível perante o enfrentamento do velho e do novo senão que em ambos os casos está em projeção um porvir marcado tanto pelo

do que esta forma de poder que não é em absoluto lícito querer”; (b) “[...] é, e nenhuma evolução lhe acrescenta ou diminui”.

⁸¹⁷ Hobbes assinala o quanto os homens podem ocupar-se e ir além de sua mera atitude de auto-proteção no que concerne a atos de violência, por si e nesta condição legitimados. Ir além destes atos de defesa constituem agressão ao terreno dos demais (*cf.* HOBBS, 1996, p. 83).

que momento anterior, pelas tradições como por expectativas que logo o tempo lentamente corroerá à espera de que o ciclo de enfrentamento logo tenha lugar novamente. Neste sentido a leitura da realidade guilhermina e o choque das condições do surgimento dos valores republicanos de Weimar haveriam de prestar contas com uma *Weltanschauung* conservadora que se iria formando paralelamente a toda uma tradição em matéria filosófico-política que constituiria o cerne da cultura nacional-socialista que encontraria seu ocaso como regime em meados dos anos 1940.

4.4. O POLÍTICO EM SPENGLER E SUA DERIVAÇÃO TOTALITÁRIA

Spengler chama a atenção para uma concepção evolucionista dos sistemas políticos que favorecem uma leitura que se mostra proclive ao combate das novas condições políticas e culturais inseridas pela República de Weimar logo após a queda do Império guilhermino. Spengler apontava para a consumação do desfecho do evolucionismo nos sistemas políticos como todo e qualquer organismo e sistema, fora ele vivo ou puramente ideado.

O evolucionismo presente em Spengler aparece proposto negativamente quando sustenta que “[...] toda obra criada está destinada à corrupção, todo o pensamento, descoberta ou acção tendem para o esquecimento” (SPENGLER, 1980, p. 44), e este é um movimento que denuncia a possibilidade de triunfo do sujeito mais apto e forte. O perecimento ao qual Spengler aponta, portanto, bem pode ser pensado no âmbito do político como forte indicador da crítica às instituições weimarianas, aspecto no qual converge com a leitura política de Schmitt.

Este movimento de aproximação antropológica entre Spengler e Schmitt do qual emerge um homem hobbesiano, inclui também outros tantos conservadores que, logo, lhes permitirá de uma forma congruente com seu ponto de partida apoiar um regime político abertamente totalitário. Spengler sustentaria a ideia de que “[...] o Homem não é

“nécio”, nem “[...] bom por natureza” ou estúpido [...]” (SPENGLER, 1980, p. 56), contudo, o homem tampouco se apresenta como um “[...] ser simiesco com tendências técnicas [...] a tática vital do homem é a de um soberbo predador, intrépido, astuto e cruel. Vive agredindo, matando e destruindo. Desde que existe que o homem aspira ao domínio”. (SPENGLER, 1980, p. 56). É um desenho bastante claro de sua visão.

Marcado por esta sua singular soberba predadora “[...] o homem é um animal de rapina” (SPENGLER, 1941, p. 27), mas isto designa um estado desejável de coisas para que possa cumprir o seu ideal de um “[...] homem-animal-de-rapina [...] que se deixe cair sobre o inimigo” (SPENGLER, 1941, p. 196). Encontraremos em Spengler a mesma lógica do poder que move Hobbes e também Schmitt, qual seja, a indispensabilidade de um poder forte a constranger-lhes as ações. Paradoxalmente, esta suposta preocupação das hostes conservadoras revolucionárias com a ação política não se estende ao abuso do poder por parte do(s) governante(s), mas tão somente resta evidenciada a desconfiança relativamente ao povo. Quando Spengler afirma, aludindo ao Górgias platônico, que a vontade do mais forte é aquela que historicamente triunfa, que a firmeza de propósitos e instintos encontra seus meios de afirmação (*cf.* SPENGLER, 1941, p. 17), o autor positivamente encontrará motivos para suspeitar da prática de abusos.

A ciência de prováveis abusos por parte dos governantes sugere que Spengler, mais do que admitir que tais abusos não representam um mal em si, algo que, nas circunstâncias em que o autor pensa o Estado, denota que à vida humana, assim como para Schmitt, não é concebida como detentora de valor quando contraposta aos superiores desígnios que ao Estado toca cumprir. A concepção nórdica de mundo apontada é apontada por Spengler como de tipo que “[...] encara com alegria justamente a gravidade do destino humano. Desafiam-no para vencê-lo. Perecem heroicamente

quando o destino se mostra mais forte do que a vontade individual” (SPENGLER, 1941, p. 26). Neste particular Spengler não poderia aproximar-se mais da literatura de guerra jüngeriana.⁸¹⁸

Spengler é absolutamente claro quanto a sua posição em reconhecer o papel avassalador dos desígnios secretos que orientam a História, fugidia ao controle dos sujeitos que nela habitam e que outras tradições reclamam como seus ativos construtores. O final desenlace histórico, portanto, encontra-se para Spengler, desconectado dos propósitos que inspirem os homens. Recorrendo a Schiller, dis o autor que “[...] nós todos, sem exceção, somos escravos da ‘vontade’ da história, órgãos ativos e executores de uma sucessão de fatos orgânicos” (SPENGLER, 1941, p. 160). Esta sua retomada da filosofia da história revela um aspecto no qual torna-se mais clara esta conexão do conservadorismo revolucionário com o conservadorismo contrarrevolucionário de filósofos como De Maistre que é um dos que entendem que o papel do homem na História é o de um mero executor inconsciente de um plano divino.⁸¹⁹

Malgrado certo repúdio às massas que expressa um viés aristocrático presente no discurso conservador revolucionário, Spengler se referirá a este novo ator político com ampla desconsideração que atinge o limite de conceber estas massas como “[...] la nada radical” (*cf.* SPENGLER, 2009b, p. 441). Fora devido a leitura direta ou não, certo é que, muito prontamente, Hitler, pragmático, reconhecerá a importância política e histórica das emergentes massas, cujo cuidado e apoio se mostrariam dali em diante, indispensáveis menos para a consecução de projetos políticos totalitários do que, em

⁸¹⁸ Este tema será alvo de maior atenção no próximo capítulo V deste trabalho.

⁸¹⁹ Em um dos trechos em que tal percepção nos é apresentada, o autor o faz por intermédio da ideia de que a intervenção do homem no mundo dá-se segundo um plano de ação, mas não de criação (*cf.* DE MAISTRE, 1814, p. 71).

seus primeiros movimentos em direção ao poder, proceder a movimentos galvanizadores de sua simpatia e apoio.

Consoante boa parte da tradição conservadora revolucionária e também de Spengler, Hitler fazia direta referência ao desvalor do indivíduo perante o coletivo. Tratava-se da admissão de que os fins aos que se propunha um Estado enérgico poderia permitir-se suplantar os interesses e as liberdades individuais dos particulares tanto quanto de outros Estados quando isto fosse necessário para alcançar os fins da nação (*cf.* HITLER, 2007, p. 136). Encontramos aqui uma figuração do papel do Estado similar aquela que em Schmitt aparece como sendo a distinção do inimigo por parte do mesmo Estado ao qual também caberá proceder aos meios para eliminar sob o argumento de que podem estes consistir em grupos dedicados à eliminação da sua própria forma de existência.

Segundo tal roteiro político, uma vez instalado no poder, um regime totalitário irá ainda conceder importância às massas unicamente na exata medida em que a sustentação do governo assim o reclame, em suma, o seu papel será meramente residual. No primeiro momento de busca de criação das condições para assunção do poder ou, momento seguinte, para nele consolidar-se, o Estado adota estratégias adequadas para obter o apoio popular ou, segundo sugere o nacional-socialismo em sua pura fonte hitleriana, que “[...] para hacer que la masa se adhiera a un programa de restablecimiento nacional, ningún sacrificio es demasiado grande” (HITLER, 2007, p. 33).⁸²⁰ Não se trata tão somente de suportar o destino que pode mostrar-se rude e duro,

⁸²⁰ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] para fazer com que a massa adira a um programa de reconstrução nacional nenhum sacrifício é demasiado alto”.

mas sim que pode extensa e intensamente apresentar-se como negador da própria existência.⁸²¹

Este mundo desenhado por Spengler apresenta importantes, e graves, pontos de convergências com a doutrina de fundo do nacional-socialismo ainda em seus primeiros momentos de fundação. O mundo spengleriano se mostra desabitado pela mera aspiração ou busca da felicidade, nem mesmo a generosidade se faz presente entre indivíduos que possam molestar-se com valores solidários. O autor traça o perfil bem acabado acerca da possibilidade antropológica que aponta para o sucesso de um totalitário de Estado, de resto não apenas localizável como convergente com a leitura schmittiana do político.⁸²²

Spengler aposta em uma relação necessária entre a operatividade e engenhosidade da nação alemã, especialmente do homem branco, e a boa saúde das condições políticas do Estado. Tal relação se daria pela mediação do fator econômico que repercutiria na capacidade técnica de manter exércitos e, portanto, exercer papel importante na política internacional, e não de meros peões. Portanto, o fator econômico mostra-se como condicionantes da capacidade de fazer a guerra (*cf.* SPENGLER, 1938, p. 115) e estas circunstâncias, portanto, se mostrariam como condicionantes da possibilidade de afirmação do homem no mundo. Neste sentido encontramos um discurso nacional-socialista hitleriano de meados dos anos 20, mais precisamente no ano de 1930, quanto Hitler em diálogo com Otto Strasser deixa ver que

[...] there are no revolution except racial revolutions: there cannot be a political, economic, or social revolution – always and only it is the

⁸²¹ É importante notar que as determinações de ordem política conducentes às circunstâncias de extermínio provém menos de incidentes naturais do que desde arranjos sociopolíticos de ordem reconhecidamente humana.

⁸²² Spengler aproxima-se de um dos eixos argumentativos da filosofia política schmittiana cuja ínsita e marcante desconfiança antropológica tornará factível a sua (i) crítica ao liberalismo e (ii) derivação filosófico-política para o apoio a um Estado.

struggle of the lower stratum of inferior race against the dominant higher race, and if this higher race has forgotten the law of its existence, then it loses the day. (BULLOCK, 1990, p. 158).⁸²³

As articulações conceituais spenglerianas evidenciam a sua proximidade com o nacional-socialismo aqui representado por seu texto básico. Conforme menciona Farrenkopf a respeito de Spengler, mas em reflexão ampliável a outros setores do conservadorismo revolucionário, que trata-se de um movimento teórico spengleriano que gera o clima intelectual alemão mais propício para a recepção da radical ideologia e para o cumprimento dos radicais objetivos do nacional-socialismo (*cf.* FARRENKOPF, 1992-1993, p. 181).

A rigor, é possível observar em Spengler o seu grau de aproximação de seu pensamento com o nacional-socialismo, algo também caracterizado em sua leitura bastante prematura realizada em seu *Anos de decisão*, de 1933. Nesta obra Spengler diria que, não obstante abster-se de julgar os fenômenos nascentes, por outro lado, estabelecia uma exceção quanto ao regime revolucionário nacional-socialista: “Mas já se pode hoje dizer que a revolução nacional de 1933 foi coisa formidável e ficará na memória dos homens pelo ímpeto elementar ultra-individual que a conduziu e pela disciplina espiritual que a realizou” (SPENGLER, 1941, p. 8). Spengler, como momento seguinte Schmitt, declararia de forma desabrida e entusiástica um apoio ao regime que a mera pressão histórica e das circunstâncias não explica por si só. Exemplificativamente disto, no trecho acima citado e Spengler é perceptível sua bastante direta vinculação ao conservadorismo revolucionário mais reacionário embebido de todos os potenciais conceitos que comporiam *a posteriori* o núcleo do nacional-socialismo.

⁸²³ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] não há revolução exceto as revoluções raciais. Não pode existir uma revolução política, econômica ou ainda social, mas sempre e apenas ela será uma luta entre os estratos mais baixos representados pelas raças inferiores contra as raças superiores e dominantes, e se esta raça superior esqueceu a lei da existência, então elas perderão”.

Esta revolução reclamada por Spengler como formidável levada a termo pelo movimento nacional-socialista demandava, momento inicial, a intervenção das massas, em suma, reclama a afirmação daquilo que Spengler denomina de “[...] vida disciplinada na técnica mecanicista” (SPENGLER, 1941, p. 8). A disciplina perpassará a cultura germana do período, subjaz na concepção estética nacional-socialista que busca inspiração e a recriação de mundo grego em suas proporções perfeitas e belas, retomando do prussianismo seus termos militares condensadores da virtude da mais dura disciplina e obediência. O belo, puro e perfeito por intermédio da eliminação de seus opostos não introduz a possibilidade da miséria humana no mundo mas sim a tradução concreta do que nele existe em potência e vontade. O político seria plenamente colonizado por estes fatores na medida em que o feio e o mau deveriam ser eliminados da existência tanto quanto o imperfeito, doente e o inimigo.

Para cumprir estes fins o Estado é concebido como o grande, e necessariamente poderoso, organizador de forças. Ele se apropriará de valores conceituais bastante úteis como o de soldado-trabalhador, de Jünger. Em contato com o texto de Jünger, conforme nos recorda Herf, em Spengler é perceptível sua admiração pelos aspectos militares dos “batalhões” de trabalhadores alemães, cujas demonstrações de disciplina e dedicação, inclusive por sua disposição a morrer pelas razões emprestadas pelo sistema político (*cf.* HERF, 1990, p. 117). Aqui o movimento político direcionado à materialização da miséria humana, da realização imperiosa da ideia que encontra-se imersa nos ideais da disciplina e da beleza impostas ao mundo pela força.

Esta leitura de que a morte pode encontrar boas motivações a ponto de que sua provocação encontre justificativa para que o Estado organize seus meios para provocar o uso da razão para o massacre em massa de corpos, prévio massacre em vida do espírito cujo término é o mero ocaso previsível. Nestes termos, o Estado se converte em

realizar do mal sob o signo da pura burocracia e sem qualquer paixão, elevando a grau de potência a desgraça do homem. As razões de Estado podem ser aproximadas a descrição de Adorno e Horkheimer como evidenciadoras de uma “[...] insensatez e o sofrimento do indivíduo que dele resultam são aceitos como necessários e convertem-se ideologicamente num bem” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 99). Para aproximar estas reflexões ao autor que nos guia neste capítulo recordamos com Herf que em carta endereçada por Spengler a um amigo, datada do ano de 1918, o emissor ressaltava que

[...] nuestro futuro reside por una parte en el conservadorismo prusiano, *luego de que se haya librado de toda la estrechez feudal agraria*, y por otra parte en el pueblo trabajador, luego de que se haya liberado de las masas anarquistas-radicales. (HERF, 1990, p. 114).⁸²⁴

Neste texto Spengler destaca o prussianismo de viés conservador aliado às forças do trabalhador como vetores do futuro da Alemanha. Mas a sorte deste futuro não encontrava-se nas mãos de qualquer mas, isto sim, a Spengler lhe parece claramente que tanto o domínio da técnica como a capacidade (e inventividade) laboral encontram-se na posse dos “[...] engenheiros de raça branca [que] sabiam como lidar com ele [carvão]. Éramos possuídos exclusivos, não só de matérias-primas, como de cérebros e técnicas capazes de as valorizar” (SPENGLER, 1938, p. 124).⁸²⁵ Spengler liga as possibilidades de realização germanas à esta sua capacidade superior de organização, disciplina e inventividade técnica que outros povos, em muitos momentos denominados *morenos* (ver SPENGLER, 1980, 1938) efetivamente não possuíam, como tampouco os asiáticos, senão em sua habilidade adaptativa.

⁸²⁴ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] nosso futuro reside, por uma parte, no conservadorismo prussiano, a seguir de que se tenha liberado de toda a estreiteza feudal agrária e, por outra parte, no povo trabalhador, logo de que se tenha liberado das massas anarquistas-radicais”.

⁸²⁵ As referências spenglerianas acerca da supremacia de alguma raça, no caso a branco-caucasiana, igualmente encontra-se nitidamente já nas primeiras páginas de sua *Anos de decisão*. Ver SPENGLER, (1941).

Spengler é bastante específico a respeito deste componente racial que finalmente ocupará um ponto central na cultura alemã dos anos 20 e 30. O autor compara o nível de vida do trabalhador branco com o do moreno, sendo que o rendimento dos primeiros seria a expressão de seu domínio da técnica ademais de propriedade das matérias-primas mas também de sua capacidade de valorizar os elementos dos quais dispunham (*cf.* SPENGLER, 1938, p. 124). Ainda assim o autor sublinha este elemento racial ao mencionar que a engenhosidade dos povos brancos foi copiada pelos “morenos”, sendo este processo apropriativo ensejador do que Spengler reputa ser “[...] a vingança do mundo explorado sobre os seus senhores” (SPENGLER, 1938, p. 126), combatentes de todos os anteriores privilégios da raça branca. Nestes textos é claramente possível identificar elemento argumentativo de ordem racial que não apareceu em todos os pensadores conservadores reacionários antes da ascensão do nacional-socialismo ao poder.

A conexão assinalada como “[...] estreita e profunda, a quase total identidade entre a política, a guerra e a economia” (SPENGLER, 1938, p. 126) permite a Spengler estabelecer a relação entre o desenvolvimento econômico e a consolidação política por meio da afirmação bélica. Esta é uma concepção do político que igualmente aproxima-se do conceito schmittiano que conecta a realização extrema do político a ocorrência do enfrentamento que, naquela quadra histórica, se mostrava de certa forma incongruente com uma leitura de esquerda revisionista.

Naquele momento não apenas Spengler como outros conservadores revolucionários efetivamente respondem com seu militarismo ao pacifismo de inspiração burguesa, mas isto sim, diversamente do que sugere Herf, não a partir da esquerda (*cf.* HERF, 1990, p. 129). Sem embargo, enquanto categoria do político, o enfrentamento viria a ser retomado precisamente da leitura de Schmitt para aplicação no

âmbito teórico da esquerda contemporânea como forma de responder às dimensões da neutralidade do político da qual acusam o liberalismo.

Há nestas linhas evidências de forte ceticismo quanto ao papel da técnica naquela quadra histórica bem como em suas projeções futuristas.⁸²⁶ Há, também, um viés cético que se projeta sobre o humano e repercute diretamente no político a reclamar um condutor: “[...] a ‘massa’ nunca é, por si-mesma, capaz de organizar a vida” (SPENGLER, 1938, p. 123). Neste trecho encontramos um argumento de base que, somados a outro bem como ao contexto conflitivo estabelecido em Weimar, colocaria as condições teóricas suficientes para o futuro do conservadorismo revolucionário ao regime forte nacional-socialista. Da sobreposição histórica dos vencedores advém a lei que lhes é imposta. Recordando o platônico *Górgias*, Spengler afirma que “[...] a lei humana é sempre a lei do mais forte, aquela perante a qual se tem de curvar o mais fraco [...]”. (SPENGLER, 1938, p. 90).

De qualquer sorte em Spengler resta claro que, não obstante a conflitividade que caracteriza o evoluir histórico, que “[...] a História não é coisa que se possa fazer variar apenas segundo as nossas esperanças” (SPENGLER, 1938, p. 39). A história encontra-se indisponível aos projetos humanos e a sua forma de confecção escapa aos nossos desígnios. Em convergência com os antecedentes contrarrevolucionários franceses, notadamente De Maistre e De Bonald, há uma ordem interna na história que de maneira indefectível orienta os destinos humanos de sorte que “[...] o destino do homem segue o seu curso e tem de cumprir-se”. (SPENGLER, 1980 p. 96).⁸²⁷

⁸²⁶ Quanto ao futuro Spengler alertava para a possibilidade de extinção de espécies, quanto ao envenenamento gradual de múltiplas dimensões do mundo natural e que haveriam de interferir de uma ou outra forma na vida humana (cf. SPENGLER, 1938, p. 118).

⁸²⁷ Não se trata, portanto, da visão combatida por Spengler acerca da triunfante concepção de destino como uma relação de causa e efeito. Em sua concepção, tal arranjo não tinha lugar senão que as forças

Esta percepção spengleriana acerca do curso histórico iria ser uma vez mais confirmada já na abertura de seu livro *Anos de decisão*, quando, citando Richard Wagner, reforça que “As normas tecem sob o jugo do mundo; Nada podem evitar nem alterar” (*apud* SPENGLER, 1941, I). Em suma, o homem tem um destino a cumprir e, quando a ele se oponha, a história encontrará seus meios para realizá-lo servindo-se do homem (*cf.* SPENGLER, 1941, p. 11) história que não leva em conta os desejos humanos (*cf.* SPENGLER, 1941, p. 17). Esta aproximação de Spengler relativamente ao destino é própria de toda a tradição conservadora alemã, sendo Moeller uma destas suas figuras representativas.⁸²⁸ Spengler será autor que eleva o conceito de destino “[...] to a superior form of experience. Far from being vague it was the “word for an inner certainty that is *not* describable”. (SPENGLER, 1980 p. 96).⁸²⁹

Esta tradição conservadora revolucionária que encontra em Spengler uma de suas figuras de destaque pede ser conectada com as de Armin Moeller e Arthur van den Bruck para que tenhamos um melhor panorama sobre as dimensões argumentativas do conservadorismo revolucionário com o qual Schmitt se manteve em contato. Um dos elementos que lhes aproxima é a ideia spengleriana quanto ao papel da guerra como vetor promotor do desenvolvimento. Arthur Moeller van den Bruck⁸³⁰ é um dos

cegas da história e da tradição determinariam o evoluir humano seguindo desígnios incontroláveis humanamente.

⁸²⁸ A respeito de quão profundamente o conceito de destino era recepcionado pelo conservadorismo alemão nos diz von Klemperer que “[...] it served them as a means of retreat into a world of vagueness, as refuge from a reality with which they could not cope” (VON KLEMPERER, 1968, p. 172). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] isto serviu para eles como meios de recolher-se a um mundo de incerteza como refúgio da realidade com a qual eles não puderam competir”.

⁸²⁹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] para uma superior forma de experiência. Distante de ser vaga ela foi uma “palavra para uma certeza interna que *não* é passível de descrição”.

⁸³⁰ As datas de nascimento e falecimento de van den Bruck, 1876 e 1925 respectivamente, são bastante elucidativas acerca da característica que vínhamos anunciando sobre que alguns dos conservadores revolucionários alemães haviam convivido e, mesmo, formado seus intelectos e, logo, dedicado esta sua

principais teóricos do conservadorismo revolucionário que se constituía naquele momento histórico. Van den Bruck detecta naquela quadra histórica a valia dos fundamentos axiológicos da Antiguidade em que o conservadorismo revolucionário buscava apoiar-se e que eram subscritos por Spengler (*cf.* FARRENKOPF, 1992-1993, p. 171). Van den Bruck escreve obra que lhe projeta entre os autores que colocam os eixos argumentativos fundadores do movimento. Conforme comenta Stern, van den Bruck adota certa posição

[...] after the First World War, he became the leading figure of the young conservatives, and his best known work, *Das Dritte Reich*, published in 1922, provided the German right with its dominant political myth. (STERN, 1974, p. XII).⁸³¹

A construção do mito (*Mythos*) havia sido identificada por Spengler como um dos movimentos fundadores das grandes culturas (*cf.* HERF, 1990, p. 123), lida por Zarka em sua aplicação ao político como uma mitologia guerreira “[...] sobre la cual [a] historia mostró que avaló los peores regímenes políticos del siglo XX, y finalmente, contribuyó a establecer un clima mental susceptible de aceptar la barbarie nazi” (ZARKA, 2010a, p. 12).⁸³² A este respeito pode ser compreendido tal movimento como não distanciado da necessidade da projeção do mito ao campo do político, posto que seu elemento organizador ao passo que estabilizador. Esta referência ao mito logo seria apropriada por uma teoria bélica em busca de solidariedade organizada em torno ao sentimento comum de ultraje no povo alemão de uma paz injustamente imposta por

formação ao nível da prática política, em dois mundos bastante diferenciados, tais como o do império guilhermino e, logo, o mundo tal e como se veio a configurar geopoliticamente após o desfecho da Primeira Grande Guerra Mundial.

⁸³¹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] depois da Primeira Grande Guerra Mundial ele tornou-se a principal figura dentre os jovens conservadores, e sua obra mais conhecida, *Das Dritte Reich*, publicada em 1922, ofereceu à direita alemã com o seu dominante mito político”.

⁸³² O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] sobre a qual [a] história mostrou que avalizou os piores regimes políticos do século XX e, finalmente, contribuiu para estabelecer um clima mental suscetível de aceitar a barbárie nacional-socialista”.

meio do Tratado de Versalhes: era o signo da humilhação capaz de unificar os sentimentos germanos, e para tanto era necessário pouco mais do que um gênio político dotado de carisma sob o indelével signo de um mito sobre o qual o debate não coubesse.

Uma leitura deste tipo converge com a tese de van den Bruck sobre a dominância do mito político no momento de afirmação instituinte do Terceiro Reich. Neste momento tem lugar, como poderia reconhecer Spengler, o despertar de uma alma e afirmação de uma grande cultura. Estes, ademais de Schmitt, Freyer e outros conservadores encontram-se na posição de homens que, como diz Herf, devem, em sua qualidade de ácidos opositores da República de Weimar, “[...] assumir cierta responsabilidad por haber impulsado las tendencias iliberales aprovechadas por Hitler” (HERF, 1990, p. 273).⁸³³ Seguramente, não se lhes poderia atribuir a este conjunto de homens a responsabilidade mas, isto sim, de forma compartilhada, admitindo a existência de uma complexa rede de comunicações e interinfluências. Trata-se aqui de um cuidado imperativo, posto ser devido reconhecer, antes do que retomar livremente algumas teorias como absolutamente responsáveis pela barbárie, que em toda medida as circunstâncias formativo-teóricas reclamam a intervenção de conceitos e categorias em dosagens inabarcáveis em sua exata dimensão pelo intelecto humano.⁸³⁴

Dentre os claros apoiadores do projeto que redundaria nas condições teóricas para a implementação da barbárie encontramos Spengler, para quem “[...] algo da barbárie dos tempos primitivos deve continuar existindo no sangue [...] barbárie que, em tempos críticos, sai impetuosamente à luz para salvar e vencer” (SPENGLER, 1941, p.

⁸³³ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] assumir certa responsabilidade por ter impulsionado as tendências iliberais logo aproveitadas por Hitler”.

⁸³⁴ Malgrado a admissão desta limitação, é certo, é possível estabelecer, embora com certa inexactidão, os limites do impacto de movimentos teóricos como o conservadorismo ao qual pertenceram os autores citados no corpo do texto cujos trabalhos, por certo, conspiraram, e todavia conspiram, contra as possibilidades de avanços democráticos aos quais o mundo contemporâneo parece aspirar.

196). O autor talvez não apenas reclame mas, ainda mais, clame pela atualização da barbárie. Esta atualização encontraria seu momento de inflexão em uma condição moderna na Alemanha dos anos 20 e 30, não em uma sociedade primitiva, embora críticos fossem os dias que sucederiam o escrito do autor. Contudo, Spengler entende desejável a barbárie mesmo em circunstâncias que fogem à especialidade do mundo primitivo.

Era um contexto de uma recém-finda, e sangrenta, Primeira Grande Guerra Mundial marcada pela nova modelagem técnica de organizar e implementar as batalhas que, no caso, em sua origem encontrava um tratado pacificador que apenas acirrara ânimos, inoculando em seus termos o vírus da vingança. Quando Spengler reclama a barbárie o faz visando o estabelecimento de um “[...] eternamente belicoso [...] tipo do homem-animal-de-rapina” (SPENGLER, 1941, p. 196) que, muito embora reconheça que em certos momentos pareça ter sido suprimido da existência, em verdade, reconhece Spengler, “[...] fica na alma, pronta[o] para saltar. Falta somente uma forte provocação para que se deixe cair sobre o inimigo” (SPENGLER, 1941, p. 196). A provocação para que aquele homem que encontra sua melhores descrição em Spengler como de rapina salte de seu estado de hibernação não supõe profunda gravidade quanto a ofensa.

Uma leitura desta tipo converge com a tese de van den Bruck sobre a conveniência da predominância do mito em matéria política. Em apoio ao seus ataques van den Bruck aportava elementos bastante próprios de todo o conjunto teórico conservador revolucionário, ou seja, adotava como alvo ao liberalismo. Esta era uma estrutura política a qual associava criticamente ao modo de vida burguês, tanto em sua dimensão econômica como em sua esfera cultural e axiológica. Neste sentido, como diz Stern, van den Bruck ataca o liberalismo “[...] because it seemed to them the principal premise of modern society; everything they dreaded seemed to spring from it: the

bourgeois life” (STERN, 1974, p. XII).⁸³⁵ Esta reflexão conectava com algumas categorias tanto alentadas por Spengler como pelos demais conservadores revolucionários, dentre as quais o mito (*Mythos*), a criação (*Schöpfung*) e a forma (*Gestalt*), que seriam bem recepcionadas pelo nacional-socialismo e de modo profundamente útil, dentre outros, por Schmitt.

A aproximação do conceito de mito (*Mythos*) com o de forma (*Gestalt*) permite uma das angulações possíveis para a leitura estética do político assim como uma leitura de tipo estético-teológica do mito, a qual permite, à semelhança da estratégia de Schmitt, buscar assentar o papel político em uma figura mítica que encontre sua legitimação na dimensão teológica. Esta é uma combinação de elementos cujos conceitos encontram-se presentes na tradição conservadora que inspira diretamente Schmitt e provém de Donoso, De Maistre e alcança De Bonald, como vimos nos primeiros capítulos deste trabalho doutoral. Retomado o elemento teológico conjugado com variações estéticas e míticas, ele marca presença no âmago do conservadorismo revolucionário de homens como Spengler, Armin von Moeller e Arthur van den Bruck, que permitem a consolidação do ponto de partida para uma nova estrutura política cuja dominação encontraria seus referenciais profundamente distanciados das bases republicanas de Weimar às quais tantas crítica teceram durante sua existência. Por seu turno, Schmitt recordaria bastante bem os debates deste período e não tardaria em atualizar e repercutir estes argumentos conservador-revolucionários em sua filosofia política e jurídica.

Nosso propósito neste capítulo foi o de proceder a recuperação de alguns dos eixos conceituais trabalhados nos três primeiros capítulos e procurar estabelecer a sua conexão com os temas centrais da filosofia spengleriana. Paralelamente a este

⁸³⁵ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] porque isto pareceu a eles a premissa principal da sociedade moderna; tudo que eles temeram pareceu provir disto: o modo de vida burguês”.

movimento nos interessou examinar alguns dos conceitos centrais da filosofia spengleriana que permitissem concluir sobre o grau de intimidade e da conexão com a doutrina nacional-socialista hitleriana.

Colocados em evidência os cabos conectivos conceituais mais relevantes apresentados por Spengler em contato com o conservadorismo revolucionário e a projeção destes conceitos no nacional-socialismo acreditamos poder nos dedicar aos objetivos do próximo capítulo. O capítulo V terá o cumprimento de sua tarefa facilitado por meio deste prévio movimento elucidatório das conexões da tradição conservadora e reacionária com suas inflexões sobre o nacional-socialismo. Realizado o movimento de aproximação destes temas com os capítulos anteriores, nos próximos capítulos, mas em especial no subsequente, dedicaremos atenção a desenvolver de forma interligada este material com as temáticas do capítulo V cujo título *O conservadorismo revolucionário de Jünger e a literatura do enfrentamento último* é, por si só, bastante elucidativo do movimento a realizar. Neste próximo capítulo, portanto, teremos como objeto central a angulação da literatura jüngeriana, em especial o *Der Arbeiter (O Trabalhador)*, de sorte a expressar-lhe as conexões com o conservadorismo revolucionário e com os valores heroico-belicistas do nacional-socialismo.

O corte epistemológico realizado e que nos cinge a analisara a obra *Der Arbeiter (O trabalhador)* permitirá um exame algo mais aprofundado, embora sempre recortado, do diálogo com a tradição conservadora até aqui já iniciado de forma ainda tímida. No capítulo V retomaremos um Jünger cujo conservadorismo revolucionário presente na obra assinalada nos atualiza a possibilidade de que mantenha uma ligação argumentativa importante com a tradição conservadora até aqui examinada.

Desta possível ligação acima anunciada nos ocuparemos no capítulo V que segue, e com o qual pretendemos encerrar a primeira parte deste trabalho. A sua

conclusão coincidirá com a finalização da primeira parte no capítulo VI ao retomar a argumentação apresentada nos cinco primeiros e inseri-las no contexto histórico e teórico dos debates que constituíram a República de Weimar.

CAPÍTULO V

O CONSERVADORISMO REVOLUCIONÁRIO DE JÜNGER E A LITERATURA DO ENFRENTAMENTO ÚLTIMO

5.1. O SOLDADO-TRABALHADOR: RISCO EXISTENCIAL E AS RAÍZES DO ENFRENTAMENTO COMO VIRTUDE DO POLÍTICO

Nos capítulos anteriores deste trabalho doutoral nos ocupamos em estabelecer os pressupostos teóricos acerca das prováveis conexões entre a tradição conservadora contrarrevolucionária, reacionária, aos valores herdados da ilustração e as suas inflexões sobre o nacional-socialismo, análise que, antes sugerida, agora será retomada já de forma interligada com a narrativa conservadora-revolucionária (capítulo III) e spengleriana (capítulo IV), de sorte a permitir o diálogo direto do trabalho político-literário de Jünger⁸³⁶ com o tema do qual nos ocuparemos centralmente neste capítulo V.

Com este movimento supomos desfrutar de uma mais direta abordagem de Jünger com a sugestão aqui indicada de que sua obra contenha uma antecipação e apoio ao discurso nacional-socialista. Este é o eixo argumentativo central deste presente capítulo em torno do qual faremos gravitar em alguns momentos a filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana, de sorte a preparar o aprofundamento do debate teórico de seu trabalho na segunda parte deste trabalho doutoral.

Neste capítulo V realizaremos o inicial movimento investigatório de forma mais detida sobre (a) os fundamentos teóricos da literatura jüngeriana em *Der Arbeiter* (*O trabalhador*), publicada em 1932,⁸³⁷ assim como de outros textos relevantes produzidos

⁸³⁶ Para uma breve e panorâmica apresentação do perfil e do trabalho de Jünger, ver MICHAEL, (1998). Trata-se, conforme indicado, de um breve texto no qual o autor descreve diversos momentos do trabalho do autor e suas inclinações e contatos, tanto literários quanto políticos, ademais de sua inserção nas fileiras nacional-socialistas.

⁸³⁷ Extensa, a obra de Jünger não permitiria que ao tomá-la como objeto de análise auxiliar pudéssemos, então, analisá-la em suas minúcias. Destarte, o imperativo recorte metodológico levou-nos a buscar

na década de 1920 e, também, (b) proceder a análise destes textos com vistas a encontrar pontos de ancoragem resistentes (bi) no discurso conservador revolucionário e (bii) nos valores do nacional-socialismo. Igualmente nos ateremos neste texto a retomar as análises (c) conservadoras contrarrevolucionárias e (d) spenglerianas, procurando estabelecer seus pontos de convergência e divergência relativamente a cultura totalitária. Traço geral deste capítulo será a análise do grau de conexão da literatura jüngeriana com a tradição conservadora revolucionária, de resto já algo assentada,⁸³⁸ e o nacional-socialismo para que, na segunda parte deste trabalho doutoral possamos empreender a tentativa de interpretação da filosofia política (conceito do político) e jurídico-constitucional (conceito de ditadura)⁸³⁹ de Schmitt segundo os termos propostos desde o conservadorismo revolucionário.⁸⁴⁰

O corte metodológico indispensável para realizar o trabalho analítico na literatura jüngeriana tomará como referente teórico, embora não de modo exclusivo, *O Trabalhador* (*Der Arbeiter*). Nossa hipótese é de que (a) poderemos encontrar a

centralizar nossa atenção especialmente em sua produção da década de 20, mais detalhadamente nesta citada *Der Arbeiter* (*O Trabalhador*).

⁸³⁸ A respeito desta influência de Jünger sobre o conservadorismo revolucionário subsiste uma certa unanimidade doutrinária. A exemplo disto ver as posições de MORAES, (2010, p. 246). Em Neaman encontramos diversas referências aos limites desta conexão. Ver NEAMAN, (1999, p. 32-33; 41-44; 70-73; 85-87; 98; 218; 255-267; 269-270; 275-276). Acerca das conexões de conteúdo da literatura jüngeriana com o conservadorismo revolucionário, direta e indiretamente, igualmente encontramos referências em Nevin. Ver NEVIN, (1996, p. 75-114). A confirmação desta conexão teórica de fundo será indispensável para que na segunda parte deste trabalho a ter início a partir do capítulo VII possamos proceder à leitura de Schmitt a partir das teses de fundo do conservadorismo revolucionário.

⁸³⁹ Seguramente a ditadura pode ser objeto de enfoque desde a filosofia política schmittiana. Sem embargo, para os nossos fins de mais ampla e dupla caracterização do pensamento schmittiano relativamente a sua possibilidade de atualização, enfocaremos o conceito de ditadura desde a sua possibilidade de angulação jurídico-constitucional.

⁸⁴⁰ Por outro lado, procuraremos estabelecer as possíveis linhas conectivas entre Ernst Jünger, um dos máximos inspiradores do conservador revolucionário, sobre a obra schmittiana de sorte que o exame e interpretação dos conceitos centrais da filosofia política deste último nos resultem claros quanto à sua adesão a um viés totalitário ou não.

conexão de seu trabalho com a tradição conservadora e (b) comprovar que há um eixo intelectual relevante que por intermédio dos escritos de Jünger permite a retomada de dimensões argumentativo-conceituais, hipóteses que são tomadas a partir da assunção de que (c) o livro *O Trabalhador* (*Der Arbeiter*) é uma obra “[...] protofascista e postfascista” (MICHAEL, 1998, p. 56). Estes eram alguns dos elementos de verniz intelectual e acadêmico que o nacional-socialismo necessitava para emprestar-lhe alguma solenidade e distinção, mascarando ideias de fundo que, assim, poderiam tornar-se palatáveis às massas (ver GÓMEZ, 2007, p. 183).

Sugerimos que estes aspectos da temática conservadora de Jünger permitirá realizar uma aproximação pontual entre este autor, Schmitt e o restante da tradição conservadora a qual nos dedicamos nos capítulos anteriores. Nossa hipótese inicial é de que exista um conjunto de princípios e valores convergentes entre estes autores de sorte que venha a tornar-se possível no decorrer deste capítulo tornar evidentes as suas ligações. Estabelecida a conexão, a ideia é de que possamos também desvelar uma vocação de corte totalitário comum a todos os autores, antes do que propriamente democrática no sentido contemporâneo. Com este movimento esperamos aclarar algo mais acerca da grande área de convergência desta tradição com o discurso político totalitário que, por certo, naquele período dos anos 20 se propagava na República entre os mais diversos segmentos políticos, da esquerda à direita.

Em nossos dias a anunciada crise política envolve os partidos, os parlamentos e o próprio conceito de democracia liberal que todavia se faz acompanhar de uma outra crise, esta gestada pelo desenvolvimento científico e que já era abordada há muito por Ernst Jünger, autor cujo papel e influência nas décadas de 20 e 30 sugere retomá-lo

como o eixo de nossa argumentação⁸⁴¹ neste capítulo logo após o exame de um outro dos autores centrais do conservadorismo revolucionário no capítulo anterior.

Nossa proposta de leitura de Jünger tem lugar por intermédio da análise de alguns dos temas centrais de uma de suas obras mais importantes de início da década de 30, a saber, *Der Arbeiter*, aparecida pontualmente no outono europeu de 1932. De modo incidental nos socorreremos a outras de suas muito significativas obras do período, dentre elas uma especialmente relevante, intitulada *In Stahlgewittern* (*Tempestade de Aço*), de finais dos anos 20. O corte metodológico aqui proposto visa restringir o núcleo de nossa análise a interpretação dos trabalhos referidos.

Destas obras sugerimos emergir uma figura indelével e profundamente marcada, aliás, como toda uma geração, pela experiência da guerra, que reclama ser ponderada para entender a literatura, ficcional e política, dos autores mais expressivos daquele período histórico bem como de alguns dos principais eixos conceituais sobre os quais transitou o debate político daqueles dias.⁸⁴²

Jünger é um dos autores que realizou movimento de transposição da marca imposta pela guerra a toda uma geração para a sua literatura. Esta marca a torna um tema que a percorreria em várias épocas como um corte transversal tornando-a um eixo de toda ela, ou seja, que jamais poderia afastar da memória e de impactá-las em seus trabalhos às atroz marcas de guerra (*cf.* OBREGÓN, 2005, p. 43).⁸⁴³ É uma marca

⁸⁴¹ A respeito desta centralidade de Jünger pode ser encontrada boa argumentação em Nevin. Ver NEVIN, (1996, p. 1-7).

⁸⁴² A respeito da realização da guerra e dos meios técnicos para tal disponibilizados, excetuando-se os mais conhecidos livros, parece-nos altamente elucidativo o texto *Fogo e movimento*, de 1930, (ver JÜNGER, 1995d).

⁸⁴³ Na leitura de Obregón, Jünger chama a atenção para o fato de que os soldados viviam imersos na guerra de sorte que a paz encontrava-se distantes das possibilidades de imaginação (*cf.* OBREGÓN, 2005, p. 45). A marca de todos os enfrentamentos e do sangue derramado resultava como algo profundamente impresso naqueles que a haviam experimentado. Aparte este aspecto, também a autora assinala que um

impressa em uma geração a ferro e fogo, literalmente, nas mentes e corações, criando uma classe de guerreiros que habitam o universo conceitual da literatura jüngeriana na figura (*Gestalt*)⁸⁴⁴ do soldado-trabalhador⁸⁴⁵ cujas virtudes encontram vestígios e incipientes referências no conservadorismo contrarrevolucionário de maistreano⁸⁴⁶ e distanciadas da zona liberal (cf. JÜNGER, 1993a, p. 152).

Conceitualmente, a figura (*Gestalt*) do trabalhador é aquela que transcende do indivíduo (*individuum*) para o tipo (*Typus*) (cf. SÁ, 2008, p. 310). Para Jünger, resta bastante claro o que a figura do trabalhador significa: “[...] es [...] ser representante de una gran figura, de una figura que está entrando en la historia, significa: tener participación en un tipo humano que el destino ha señalado para que ejerza el dominio”

outro fato marca o trabalho de Jünger, a saber, sua estadia em Berlin, nos anos de 1927 e 1928 (cf. OBREGÓN, 2005, p. 34).

⁸⁴⁴ Jünger define o conceito de figura como sendo a peculiar alteridade do trabalhador, homem capaz de forjar a si próprio, as suas organizações e os seus conceitos (cf. JÜNGER, 1993a, p. 75). Trata-se de uma figura que comporta uma dimensão interna de tensões e contradições mas que, em que pese este âmbito conflitivo, é capaz de mostrar-se externamente em suas interrelações como “[...] provista de una unidad prodigiosa y de una cerrada coherencia, propia de un destino” (JÜNGER, 1993a, p. 49). Ao breve trecho citado sugerimos a tradução que segue: “[...] provido de uma unidade prodigiosa e de uma coerência fechada, própria de um destino”.

⁸⁴⁵ É interessante como Obregón lê em Jünger uma mostra de como “[...] vivir en tensión permanente, al borde del abismo, plantea enigmas muy hondos. Toda aquella acumulación de fuerzas lo transforma y lo conduce ‘por primera vez a la profundidad de determinados ámbito personales’” (OBREGÓN, 2005, p. 44). Este trecho nos apresenta um contexto de formação de uma parte que reputamos importante do espírito teórico (*theoretische Geist*) da geração de 1914, experimentada nas vicissitudes da guerra e de todas as dores ali impostas mas que, paradoxalmente, encontra em uma leitura positivas de seus efeitos e consequências gerais o motivo para reafirmar o valor do enfrentamento em diversos âmbitos, incluído o político. Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] viver em tensão permanentes, à beira do abismo, delineia profundos enigmas. Toda aquela acumulação de forças o transforma e o conduz, ‘pela primeira vez, à profundidade de determinados âmbitos pessoais’”.

⁸⁴⁶ A este respeito interessante é a referência de De Maistre acerca de que em sociedade encontramos com “[...] una ley oculta y terrible que tiene necesidad de sangre humana [...]” (*apud* FRANCESCH; GÓMEZ-QUINTERO, 2002, p. 190). A este trecho sugerimos a seguinte tradução: “[...] uma lei oculta e terrível que tem necessidade de sangue humano [...]”.

(cf. JÜNGER, 1993a, p. 70),⁸⁴⁷ tipo humano que será o único herdeiro possível da cultura prussiana (cf. JÜNGER, 1993a, p. 71). Encontramos com que um novo, potente e livre homem que emerge das forças históricas em cujo parto auxiliou de forma decisiva por meio da descoberta e materialização de seus valores originários.

Para Jünger, em seu plano empírico, a figura do trabalhador⁸⁴⁸ estava encarregada da construção das condições para o exercício do domínio a partir das ruínas provocadas pelas economias de mercado orientadas pelo liberalismo burguês triunfante nas sociedades ocidentais. Decaiu uma estrutura histórico-filosófica que atingiu o seu apogeu por intermédio da revolução, e agora, uma outra, uma estrutura que encontra seu personagem-ápice na figura (*Gestalt*) do trabalhador, haveria de fazer-se com o seu posto de supremacia. É neste sentido que Jünger aponta para que ao trabalhador corresponde à coordenação da tarefa de reconstrução de um mundo burguês decaído cujas energias encontram-se dispersas.

Em palavras de Jünger, os novos tempos reclamavam a retomada de sua construção, e este era um processo que encontraria encaminhamento a partir dos restos e sobras gerais da decomposta sociedade burguesa (cf. JÜNGER, 1993a, p. 255). É deste modo, então, que o trabalhador emerge em sua literatura como alguém capaz de adonar-se do mundo, de alguém cuja matéria-prima é o antigo indivíduo burguês, cuja transformação na figura do trabalhador será capaz de introduzir-lhe novos princípios, ou seja, que

⁸⁴⁷ Ao trecho acima sugerimos a tradução que segue: “[...] é [...] ser representante de uma grande figura, de uma figura que está entrando na histórica, significa: ter participação em um tipo humano que o destino assinalou para que exerça o domínio”.

⁸⁴⁸ Encontramos em Jünger a presença de dois princípios, a saber, a figura e a forma, manifestando-se a primeira por intermédio de imagens e simbolismos enquanto que, por outro lado, a forma, que se manifesta por meio da mecânica e do determinismo, que remete ao uso da faculdade da razão e do raciocínio humano (cf. RÜDIGER, 2008, p. 23). Trata-se, portanto, de dois princípios opostos de aplicações e impactação política bastante clara.

[...] él es el que instala la única plataforma en la que posee sentido tener encuentros [...]. En él es donde está el arsenal de los medios y de los métodos en cuyo manejo superior se reconoce a los representantes de un poder que está formándose. (JÜNGER, 1993a, p. 89).⁸⁴⁹

O trabalhador é concebido, então, como sendo capaz de, exitosamente, empreender este hercúleo empreendimento. É sua uma tarefa singular mas a si reservada, posto ser ele o único herdeiro possível das virtudes prussianas (cf. JÜNGER, 1993a, p. 71), encarregado, portanto, do exercício empírico dos desígnios do mandato divino na construção de um Estado que Rossi qualifica como uma utopia de ordem fascista (cf. ROSSI, 2004, p. 155). Sem embargo, para Jünger o soldado anônimo está mesmo dotado de virtudes como a coragem e o espírito de sacrifício (cf. JÜNGER, 1993a, p. 145).

Na idade das massas e das máquinas Jünger vê as vidas individuais se converterem em vida de trabalhadores conectados com esforços hercúleos de embates, impedimentos vitais, que deveriam por eles ser levados a termo (cf. JÜNGER, 1995c, p. 101). O trabalhador é apresentado por Jünger como “[...] el portador de la sustancia heroica fundamental que determina una vida nueva” (JÜNGER, 1993a, p. 50)⁸⁵⁰ ou, se não ser assim, será apenas uma desprezível repetição da busca pelos direitos liberais.⁸⁵¹ Em *Der Arbeiter* encontramos um forte e incisivo movimento glorificador das virtudes heróicas germanas e de um novo tipo, o soldado-trabalhador, que, sustentava, haveria de

⁸⁴⁹ Ao trecho sugerimos a tradução que segue: “[...] ele é o que instala a única plataforma na qual há sentido ter encontros [...]. É nele onde está o arsenal dos meios e dos métodos cujo manejo superior se reconhece aos representantes de um poder que se está formando”.

⁸⁵⁰ Ao breve trecho sugerimos a tradução que segue: “[...] o portador da substância heroica fundamental que determina uma vida nova”.

⁸⁵¹ A vida do trabalhador, ou bem se estabelece como expressão de si própria realizada no coletivo ou, então, nada mais torna-se do que “[...] el afán de participar en los derechos polvorientos, en los goces, que se han vuelto insípidos, de un tiempo periclitado” (JÜNGER, 1993a, p. 69). Ao breve trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] o afã de participar nos poeirentos direitos, nos gozos, que tornaram-se insípidos, de tempos avariados”.

substituir a decadente figura do homem burguês. O trabalhador jüngeriano não é remissível a um conceito de combatente isolado da figura do civil, senão o contrário, ambas as figuras encontram-se fundidas em um só, segundo uma situação que Jünger descreve como a de um “[...] assalariado de la muerte [...]” (*apud* VON KROCKOW, 2001, p. 20),⁸⁵² indispensável figura que será o núcleo do combate no âmbito do político, e não meramente com conceitos ou ideias (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 39). Esta ideia nos parece ser uma ideia promissora para a interpretação do conceito do político e, em especial, do conceito de inimigo em Schmitt.⁸⁵³

Imerso em uma gigantesca estrutura técnico-industrial esta figura do soldado-trabalhador encontraria ainda no ano de 1934 o reforço de sua importância histórica na obra *Die totale Mobilmachung (A mobilização total)* publicada quatro anos antes, em 1930⁸⁵⁴ (ver JÜNGER, 1995c), e que encontra-se plenamente conectada com o vocabulário nacional-socialista mais castiço,⁸⁵⁵ ressaltadas as virtudes da “[...] la

⁸⁵² Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] assalariado da morte [...]”.

⁸⁵³ Para uma abordagem mais detalhada da questão remetemos o leitor aos dois últimos capítulos desta tese em que, desde o conservadorismo revolucionário, procuraremos interpretar o conceito do político em Schmitt.

⁸⁵⁴ Interessa remarcar que, já entrada a década de 80, em um breve texto datado de 23 de agosto de 1980, Jünger reitera a atualidade do conceito de mobilização total, conceito que, ademais, sustenta ter penetrado a política (JÜNGER, 1995e, p. 122).

⁸⁵⁵ Em entrevista concedida a Hanns Johst, Hitler declara qual a sua compreensão da cosmovisão do nacional-socialismo a respeito do cidadão e do trabalhador. Em sua pergunta Johst questiona Hitler: (a) “Thus the National Socialist Weltanschauung is based on the citizen [Staatsbürger] and the worker. And everyone is either both or neither...” (*apud* SCHOENBAUM, 1997, p. 57). Em sua clara resposta Hitler sustenta que: (b) “Exactly. I find this identity fundamental. The German Bürger [...] must become a citizen of the State [Staatsbürger] while the comrade with the red cloth cap must become a comrade in the national community [Volksgenosse]. Both must apply their good will to transforming the sociological concept of “worker” into a patent of the nobility of “work”. This patent alone is the effective oath of allegiance of soldier and farmer, merchant and scholar, worker and capitalist... to the nation” (*apud* SCHOENBAUM, 1997, p. 57). Os textos acima, respectivamente, permitem a seguinte tradução: (a) “Assim, a cosmovisão do nacional-socialismo está baseada no cidadão [Staatsbürger] e no trabalhador, todos ou nenhum deles...”; (b) Exatamente. Eu observo que esta é uma identidade fundamental. O Bürger

salvación de la “totalidad de nuestra vida”, como la creación de un mundo heroico de trabajo [...]” (MARCUSE, 1968, p. 74).⁸⁵⁶ É que para Jünger a vida do indivíduo irá se convertendo cada vez mais em uma vida de trabalhador e, mesmo, “[...] que las guerras de los caballeros, de los reyes y de los burgueses van seguidas de las guerras de los *trabajadores* [...]” (JÜNGER, 1995b, p. 101)⁸⁵⁷ que são marcadas pela superação dos referenciais feudais de nobreza em uma nova época de embates marcados pelo heroísmo em enfrentar a crueza com que a morte nos campos de batalha se apresentava no tempo da técnica como uma batalha de materiais (*Material schlacht*).

Esta era uma época que marcava o trânsito de uma época à outra, e nesta haveria uma vigorosa – e talvez em um primeiro momento não muito vislumbrada – apropriação pela doutrina e prática do nacional-socialismo⁸⁵⁸ destes conceitos. Isto sim, em alguns casos, como acreditamos ser o de Jünger, que escreve a sua *Der Arbeiter* na marca do

alemão [...] deve tornar-se um cidadão do Estado [Staatsbürger] enquanto os seus camaradas comunistas trajados com seus gorros vermelhos devem tornar-se camaradas da comunidade nacional [Volksgenosse]. Ambos devem dedicar sua boa vontade de transformar o conceito sociológico do “trabalhador” em um documento que lhe conceda a nobreza de “trabalhador”. Este documento sozinho é eficaz juramento da fidelidade entre soldado e agricultor, comerciante e estudioso, trabalhador e capitalista... para a nação”. É importante assinalar que Hitler reconhece ser fundamental o processo de identitarização entre cidadão e o trabalhador, ideia que não seria em absoluto olvidada no âmbito da literatura jüngeriana.

⁸⁵⁶ O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] a salvação da totalidade de nossa vida, como a criação de um mundo heroico de trabalho [...]”.

⁸⁵⁷ O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] que as guerras dos cavaleiros, dos reis e dos burgueses tem em sua sequência as guerras dos trabalhadores [...]”.

⁸⁵⁸ Jünger é autor que permite uma variada gama de leituras e aproximações. Jünger reclama uma postura de oposição ao regime, um autêntico resistente. A este respeito nos diz alerta Richard que “[...] desde hace algunos años se comprueba una extraña rehabilitación, no solo de sus obras, sino de su conducta durante el nacional-socialismo” (RICHARD, 1972, p. 88). Este processo de reabilitação já havia sido iniciado há muito, e talvez um de seus momentos mais relevantes tenha sido o 25 de fevereiro de 1995 quando representantes dos governos alemão e francês se fazem comparecer na festa de aniversário do autor, fato anotado por Jünger em carta endereçada a Staglieno (ver STAGLIENO, 2009, p. 17). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] desde há alguns anos se comprova uma estranha reabilitação, não apenas de suas obras, mas de sua conduta durante o nacional-socialismo”.

ano de 1932 bem como sua *Die totale Mobilmachung* logo no ano de 1934, ou seja, em pleno diálogo com as circunstâncias políticas de ascensão do nacional-socialismo. Em alguns casos há textos que remetem a direto diálogo com os textos hitlerianos,⁸⁵⁹ dados os pressupostos apresentados, por exemplo, na literatura de Jünger.⁸⁶⁰

Especificamente já na abertura de *Der Arbeiter*, Jünger, em seu prólogo tardio datado de 1963, e com um tom de implícita defesa, sugere que a aparição do livro pouco antes do advento do nacional-socialismo houvera exercido influência, segundo vozes críticas, análise da qual Jünger se mostrava obviamente dissonante (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 11). Esta posição de Jünger perante a crítica que lhe era endereçada parece dificultoso recepcionar ao considerar o perfil do texto *Der Arbeiter*, motivos que serão objeto de análise no decorrer deste texto.

A este respeito, inicialmente, podemos destacar que a dificuldade de convergir o movimento de defesa de Jünger no pós-guerra com a sua opinião expressa no prólogo de 1963 encontra um de seus maiores empecilhos já nas primeiras partes do livro quando afirma relativamente à Alemanha que “[...] nuestro estado de máxima fortaleza es aquel en el que no caben dudas ni acerca de quién es el jefe ni acerca de quiénes son los que integran su séquito” (JÜNGER, 1993a, p. 21).⁸⁶¹ Como pensar que esta concepção de Estado não tenha vindo a reforçar os argumentos do emergente regime é

⁸⁵⁹ Esta é uma leitura que, embora implicitamente, seria reclamada por Hitler quando sustenta que os trabalhadores alemães haveriam de ocupar papel central no desenho do novo movimento, afastando-os do discurso “utópico” do internacionalismo, claramente socialista. Mesmo do ponto de vista da estratégia política estava claro para Hitler o quanto o movimento dependeria da galvanização do apoio das massas trabalhadoras (*cf.* HITLER, 2007, p. 34).

⁸⁶⁰ Neste texto reclamamos o Jünger que se mostra, indefectivelmente, influenciado pela inspiração derivada da experiência técnico-belicista de 1914 e como isto pode contribuir para, no seio do conservadorismo revolucionário, reforçar a emergente doutrina nacional-socialista.

⁸⁶¹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] nosso estado de fortaleza suprema é aquele em que já não mais subsistam dúvidas sobre quem seja o chefe nem sobre quem sejam aqueles que integram o seu séquito”.

algo que não alcançamos compreender. Aqui encontramos uma referência direta da concepção conservadora revolucionária sobre a forma e perfil do governado e do governante que, como veremos, é compartilhada por Schmitt.

Neste trecho Jünger parece confirmar que sua literatura parte de uma perspectiva de poder que logo se apresentaria muito cara ao desenvolvimento da filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana cujos primeiros e convergentes passos rumo ao totalitarismo já se desenhavam nos primeiros anos da década de 20. Entre estes conceitos fundadores que aproximam Jünger e seu companheiro de caminhada Schmitt⁸⁶² está a confirmação do princípio da autoridade. Este princípio encontra-se

⁸⁶² Mais do que mero amigo, relata Jünger, Schmitt teve com Jünger relação mais estreita, a de padrinho de seu filho Alexander (cf. JÜNGER, 1998a, p. 28). Conforme menciona Hohendahl em sua análise daquela quadra histórica que lhes tocou compartilhar a Jünger e Schmitt (a) “In this particular historical constellation where the emphasis is placed on the German radical Right as an intellectual formation, the link between Schmitt and Jünger takes on greater significance, not only because they were close personal friends [...]” (HOHENDAHL, 2008, p. 22). As coincidências entre ambos se dissipam no fato de que a inscrição para servir o exército alemão durante a Primeira Grande Guerra Mundial concluiu com um Jünger condecorado por bravura enquanto Schmitt requeria baixa devido a “[...] fortes dores nas costas” (cf. MÁRQUEZ, 2003, p. 12). Este afastamento de Schmitt, contudo, lhe propiciaria servir ao exército desde um escritório em Munique. Ali entraria em contato com questões burocráticas e com informações que lhe levaram a interessar-se pelo Estado de exceção (*Ausnahmezustand*) e as derivações políticas que viriam a influenciar algo de sua relação com Jünger, tal como o conceito de amigo-inimigo, que Jünger declara haver recepcionado (cf. JÜNGER, 1998a, p. 82-83). A propósito desta proximidade que converte-se em amizade e compadrio, há que mencionar que, em verdade, em um aspecto central, suas trajetórias são inversas, contudo, quando temos o movimento nacional-socialista como referência. Como nos diz Márquez, (b) “Jünger coqueteó muy pronto con el nacionalsocialismo, pero al momento en que Hitler asumió el poder se distancio de los nazis y se vinculó con círculos opositores. En 1933 [...] optó por la ‘emboscadura’. Corrió al bosque para proclamar su voluntad de depender solamente de sí mismo. El recorrido de Schmitt es inverso” (MÁRQUEZ, 2003, p. 19). Aos trechos acima sugerimos as seguintes livres traduções: (a) Neste particular contexto histórico em que a ênfase estava dada pela direita radical alemã como uma formação intelectual, a conexão entre Schmitt e Jünger adquiriu um grande significado, não apenas porque eles eram amigos pessoais próximos [...]; (b) “Desde muito cedo Jünger flertou com o nacional-socialismo, mas no momento em que Hitler assumiu o poder, ele se distanciou dos nacional-socialistas e se vinculou aos círculos opositores. Em 1933 [...] optou pela “emboscadura”. Correu para o

ligado ao reconhecimento de uma estrutura de mando e princípio da autoridade (*Führerprinzip*). Este princípio reafirma o caráter inquestionável das ordens emanadas de um órgão superior, o soberano, já presente nos primeiros escritos schmittianos da década de 20 e que, posteriormente, entrada a década de 30 ganharia ampliação teórica e aplicação empírica por intermédio do conceito de *Führerprinzip*, devidamente mediado pela interpretação constitucional do art. 48 de fins da década de 20 no caso *Preußenschlag*.

Traços desta leitura podem ser confirmadas pela crítica implícita em trecho no qual Jünger sugere que o conceito burguês de sociedade perverteu a autêntica dimensão do poder do Estado, a saber, “[...] medio supremo de poder” (JÜNGER, 1993a, p. 26),⁸⁶³ aproximação burguesa esta que, indefectivelmente, reduz o valor de seu conceito e papel na democracia. Esta ideia de que o Estado é o supremo poder conecta com a tradição hobbesiana conforme recepcionada por Schmitt, que se ocupa em mostrar o equívoco que representa a tentativa de sobrepor ao governo dos homens o puro governo das leis (cf. HOBBS, 1992, p. 260). A soberania para Hobbes, e a tradição autoritária que dele se apropria, não pode residir em ninguém mais além do que na figura do soberano, detentora incontestada de todo poder, algo que em muito convém à doutrina schmittiana da centralização de poderes no *Führer*.

Encontramos esta posição de convergência com Schmitt que, de forma alguma seria admitida por Jünger. A visão crítica a respeito de Jünger conforme esta aproximação que vem sendo sugerida aqui é corroborada parcialmente por Nevin. A este respeito, por exemplo, nos recorda o autor que dentre os seus detratores Jünger é visto como um dos pensadores cujos escritos, como estes dois que aqui selecionamos,

bosque a proclamar sua vontade de depender apenas de si próprio. O percurso de Schmitt é o inverso”. “Emboscadura” é uma referência ao seu livro *La emboscadura*. Ver JÜNGER (1993b).

⁸⁶³ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] instrumento supremo de poder”.

apresentam conteúdos que “[...] were not a prescription for Hitlerism but a seismograph of the tremors that shook and finally destroyed the Weimar Republic”. (NEVIN, 1996, p. 2).⁸⁶⁴

Conforme mencionado, no prólogo de *Der Arbeiter*, datado de 1963, o autor realiza movimento defensivo quanto a aproximação de sua obra realizada por seus críticos daquelas perspectivas que o emergente nacional-socialismo sustentaria.⁸⁶⁵ No decorrer destas linhas identificamos dupla linha de argumentativa, a saber, (i) alinhar argumentos suficientes para atribuir a Jünger algo mais do que a mera posição de “sismógrafo” sugerida por Nevin e (ii) também, como menciona Herf, contribuir para o fortalecimento da ideia de que em Jünger encontramos uma literatura que prestou, voluntária ou involuntariamente, serviços ao nacional-socialismo, em suma, “que [...] los haya ayudado a llegar al poder uniéndose al coro de insultos proferidos contra las frágiles instituciones republicanas de Weimar”. (HERF, 1990, p. 151).⁸⁶⁶

⁸⁶⁴ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] não foi uma prescrição para o hitlerismo mas um sismógrafo dos tremores que sacudiram e finalmente destruíram a República de Weimar”.

⁸⁶⁵ Jünger sugere em seu prólogo que se os líderes políticos do movimento nacional-socialista tivessem orientado as suas ações pelos princípios constantes em seu livro então, diz ele, “[...] ni habrían hecho muchas cosas que resultaban supérfluas, más aún, insensatas, ni habrían omitido otras muchas que sí eran necesarias, y cabe incluso sospechar que no hubiera sido preciso recurrir a la fuerza de las armas” (JÜNGER, 1993a, p. 11). Antes que dediquemos espaço à análise do texto não reputamos ser o mais adequado momento para o adiantamento de conclusões acerca de seu texto mas, isto sim, podemos adiantar que será algo complexo a tarefa de concordar com esta posição de Jünger, ainda mais quando, em desatenção ao seu papel de intelectual como, aliás, seria a tônica entre os conservadores revolucionários, menospreza o papel da influência dos livros sobre o mundo empírico, sobre a constituição e motivação das ações humanas (cf. JÜNGER, 1993a, p. 11). Ao trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] nem teriam feito muitas coisas que resultavam supérfluas mas, ainda, insensatas, nem teriam omitido outras muitas que, sim, eram necessárias, e cabe, inclusive, suspeitar que não tivesse sido preciso recorrer a força das armas”.

⁸⁶⁶ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “que [...] os tenha auxiliado a chegar ao poder unindo-se ao coro de insultos proferidos contra as frágeis instituições republicanas de Weimar”.

O longo Jünger do qual nos ocupamos aqui escreve durante os anos 20 sob as circunstâncias sociopolíticas que vem sendo examinadas até aqui. O conjunto de insultos e críticas vituperados contra as condições sociopolíticas weimarianas representam uma consolidação de ideias que não ocupam papel secundário para a compreensão do trabalho de Jünger bem como de suas investigadas conexões⁸⁶⁷ schmittianas.⁸⁶⁸

A centralidade das críticas a Jünger concentram a descrição bastante concreta de um movimento conservador revolucionário que ao mirar seu foco filosófico-político para o passado germano, bem como todas as suas tradições, termina por colocar com meridiana clareza no debate público de então. Assim, igualmente coloca as condições de possibilidade para retomada de uma estrutura política e de Estado que, segundo muitos sugerem, é basicamente conservadora e marcada por uma concepção de Estado autoritária.

Este molde germano clássico era, desde todos os ângulos, avesso e não condizente com o perfil republicano de Weimar, o qual confirma não passar mais do que de um mero interregno na história alemã, perante uma consolidada estrutura de Estado forte. A visão conservadora revolucionária para o passado alemão também neste aspecto representava uma leitura altamente relevante para os propósitos totalitários em ebulição naquela quadra histórica que necessitava reafirmar continuamente a sua incompatibilidade com a virtude burguesa pacífica.

Jünger escrevia que nos víamos diante de um cerco implacável, a saber, que o ser humano estava movendo-se em um contexto histórico que demandava uma

⁸⁶⁷ Afirmar tal importância é, portanto, colocar como objeto a leitura mais afinada dos eventos que compuseram o discurso político no qual os conservadores revolucionários e Schmitt participaram.

⁸⁶⁸ Maior detalhamento do período e suas imbricações com o tema dos primeiros capítulos deste trabalho doutoral serão o objeto de análise no próximo capítulo VI.

[...] explicação lógica e sem falhas do mundo e que andam de mão dada com o desenvolvimento técnico. Primeiro, consegue-se o cerco racional, e depois também social, dos adversários; a uma certa hora, segue-se o extermínio. (JÜNGER, 1995a, p. 28).

Este cerco que desemboca no extermínio explica-se também pelo fato de que “[...] la vida se devora a sí misma” (JÜNGER, 1993a, p. 117).⁸⁶⁹ Neste processo de auto-decomposição tem lugar a instauração e potencialização dos embates e conflitos que em seu grau extremo implica a guerra, situação para a qual convergem as forças conservadoras e revolucionárias (cf. JÜNGER, 1995d, p. 127). A leitura de Jünger acerca do embate com os adversários⁸⁷⁰ é de que após as diversas aproximações possíveis, tem lugar o extermínio, aspecto no qual a sua convergência com Schmitt e a tradição conservador-totalitária é manifesta.⁸⁷¹

A abordagem de Jünger a este tema é antecipatória de todo um novo mundo que batia à porta da história sem que todos dela se apercebessem mas, seguramente não um literato como Jünger, que, ademais, publicava o trabalho no outono europeu de 1932, às portas da ascensão nacional-socialista ao poder, que teria lugar em 30 de janeiro de 1933. Não apenas a proximidade temporal como a erudição e perspicácia do autor torna a obra jüngeriana detentora de elementos não coincidentemente antecipatórios do regime em ascensão.

De fato, consoante alerta Obregón, Jünger chama a atenção para o ingênuo excesso de otimismo daqueles que irrestritamente apostavam nos avanços técnicos, malgrado, paralelamente, reconheça a importância de um avanço que proporcionava a perfeição designadora da supremacia da raça que a engendra (cf. JÜNGER, 1993a, p.

⁸⁶⁹ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] a vida se devora a si própria”.

⁸⁷⁰ Neste particular Jünger reluta em adotar o vocábulo inimigo, próprio da terminologia schmittiana presente em *Der Begriff des Politischen*.

⁸⁷¹ Devemos chamar a atenção de que este é apenas um dos pontos mais que, como mencionamos nas primeiras linhas deste capítulo, tornam difícil aceitar a defesa de Jünger apresentada brevemente no prólogo inserido na edição de 1963 de *O trabalhador*.

168). Conforme examinado no capítulo anterior em Spengler, também em Jünger há este movimento que procura assimilar os progressos científicos à questão da supremacia racial, aspecto no qual, uma vez mais, é perceptível a sua aproximação do regime que aproximava-se a passos largos.

Muito embora ele próprio se mostrasse cético quanto à possibilidade de deter os avanços sugeridos pela técnica, Jünger chama a atenção para a necessidade de opor-se à uma cega fé na bondade intrínseca da técnica, convicção compartilhada por muitos (*cf.* OBREGÓN, 2005, p. 36). Na técnica é perceptível um movimento de independização de seu criador humano ou, como sugere Jünger, que “[...] la técnica posee su andadura propia y el ser humano no es capaz de ponerle caprichosamente término cuando a él le parece que el estado de los medios le resulta suficiente” (JÜNGER, 1993a, p. 169),⁸⁷² e ela poderá servir tanto à glória da paz como para aplainar o caminho para as profundezas da barbárie.

As vicissitudes da vida impõem novas destinações à técnica que originariamente não poderiam ser em sua inteireza supostas. Neste sentido a técnica avança com um caminho próprio sem que o homem, embora criador,⁸⁷³ possa eficazmente obstar o caminho de descoberta do conhecimento em direção a sua desconstituição ou, ainda, no sentido de torná-lo inaplicável, senão tão somente em um estado de latência momentânea. A tarefa da técnica se apresenta para Jünger como

⁸⁷² O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] a técnica possui sua marcha própria, e o ser humano não é capaz de colocar-lhe termo caprichosamente quando lhe parece que o estado dos meios lhe resulta suficiente”.

⁸⁷³ A técnica que sobrevém e adere ao mundo novo não possui uma estrutura autônoma e independente do mundo ao qual se soma, mas, antes, é produzida por aqueles que habitam o mundo empírico. Não é criação *ex nihilo* e nem tem existência soberana. Contudo, há um cerco e importante exercício do domínio da técnica na vida privada tanto quanto o extermínio de forma organizada, sempre e quando decisões são tomadas. Jünger procura compatibilizar a técnica e a modernidade com a tradição (*cf.* STAGLIENO, 2009, p. 57). A técnica não apenas vigia e polícia de forma ampla e abstrata em auxílio a um finito corpo policial como também empresta sua força para a prática do extermínio físico quando este lhe interessa.

[...] enteramente diferente y consiste en hacerse apropiada para servir a un poder que es el que en última instancia decide de la guerra y de la paz y, con ello, de la moralidad o la justicia de esas situaciones” (JÜNGER, 1993a, p. 178).

De fato, não é pouco o que nos oferece Jünger nestas linhas ao propor reflexão sobre a técnica, e que pode ser angulada desde a ótica do Direito Internacional Público e das relações internacionais ou bem do ponto de vista da política interna, a qual aqui mais nos interessa momentaneamente. A técnica poderá exercer este papel soberana a decidir em que, em última análise, consiste a moralidade e a justiça, e pode fazê-lo por intermédio da imposição da razão pela força bruta. O terreno do político schmittiano igualmente poderá ser invadido em seu campo de conflitos últimos entre amigo e inimigo por este recurso à técnica para que seja definido qual dos grupos poderá aplicar a sua concepção de moral e de justiça, parta ela do extermínio (*Vernichtung*) como tratamento ao outro desigual ou como a graça da compaixão e solidariedade.

Prontamente verificaríamos quanto o texto jüngeriano se mostraria apto a confirmar suas experiências no *front* da Primeira Grande Guerra Mundial. Alguns escritores como Niekisch já alertavam às vésperas do hitlerismo alcançar o poder, para os tenebrosos tempos vindouros,⁸⁷⁴ outros como Jünger e Spengler, dentre outros conservadores reforçavam seu discurso. Jünger, por certo, expõe uma visão da existência segundo a qual resta certo e firme que se a guerra não é, em si mesma, uma

⁸⁷⁴ É esclarecedora a leitura realizada pelo historiador Sontheimer a este respeito. Ao recuperar o bolchevista weimariano, Sontheimer ressalta que não obstante este mesmo autor encontrar-se em oposição a Weimar, tinha força suficiente para denunciar os perigos ínsitos na ascensão de Hitler. Diz o autor que “[...] Niekisch’s main charge against Hitler is that he would lead the German people yet deeper into the slavery of the Versailles system instead of freeing them by turning to Russia” (SONTHEIMER, 1970, p. 45), isto sim, claro estava que sua postura contrária a Hitler, como a de muitos outros, não implicava necessariamente um empenho em favor das instituições republicano-weimarianas. Este foi o dilema enfrentado por muitos intelectuais e também uma das causas para o ocaso das instituições republicanas weimarianas. Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] o principal desafio de Niekisch a Hitler é que ele levaria o povo alemão a uma ainda mais profunda escravidão do que o sistema de Versalhes em vez de liberá-los de voltar-se para a Rússia”.

parte da vida, isto sim, “[...] otorga expresión a la vida en toda su violencia [...]” (cf. JÜNGER, 1995d, p. 129).⁸⁷⁵ Esta dimensão que a violência ocupa no âmago da cultura conservadora revolucionária é mais um dos relevantes pontos de contato com a filosofia schmittiana, e que sugere que a interpretação do poder absoluto no autor permitiria que consistentemente apresentasse seu apoio ao totalitarismo desde seus primeiros e mais relevantes textos da década de 20.

Neste sentido um dos autores críticos do nacional-socialismo, Thomas Mann, ao final dos anos 30 diria em suas alocuções radiofônicas que, não obstante reconhecer que o povo alemão haverá de ter o seu lugar ao sol no novo mundo que se avizinhava mas, por outro lado, igualmente haveria de

[...] se continuar a seguir seus aliciadores passiva e ativamente, de maneira incondicional, então vamos reconhecer tarde demais que um povo não pode ter seu lugar ao sol quando cobre o mundo de trevas e de horror. Fora com os destruidores! Fora com os profanadores e algozes nazistas da Europa! (MANN, 2009, p. 21).

Mann reconhece aos alemães a necessidade de espaço mas, diferentemente da cultura conservadora e nacional-socialista que lança mão de meios e instrumentos violentos, Mann apoia decididamente a pacificidade dos meios. A aposta no recrudescimento da violência, alerta, coloca no horizonte nada mais do que um mundo habitado por trevas e coberto de horrores. Se o seu conselho é tão direto quanto incisivo – fora com os destruidores! –, por outro lado, essa voz imperativa não ecoaria em autores como Jünger, Spengler e Schmitt, onde a violência não apenas tem lugar como ocupa um lugar de importância.

Em uma de suas obras mais destacadas, a sua seminal *Der Arbeiter*, Jünger a concebe em termos embebidos em uma retórica que, em primeiro lugar, procurava elevar os valores do trabalhador aos até então ocupado pelos da burguesia, a quem o

⁸⁷⁵ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] outorga expressão à vida em toda a sua violência [...]”.

primeiro soube impor implacavelmente os seus valores (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 23). A aplicação dos meios violentos condenados por Mann para a construção do mundo novo não seria vista como um desvalor.

A estratégia de Jünger visa desqualificar a figura do burguês em suas ações históricas. Assim, por exemplo, seu pacifismo representado por Mann era o antípoda lógico e teórico dos valores heroicos,⁸⁷⁶ embebidos em coragem (ver JÜNGER, 1993b), e capazes de ser atualizados no mundo empírico em sua forma exponencial por intermédio de todo o sacrifício plasmado no sangue derramado nos campos de batalha. Para Jünger nada disto consiste em um real problema posto que a sua leitura da natureza humana aponta para um ser que encontra a felicidade em ser sacrificado (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 76), sentido este que denota a leitura de que ela não encontra-se na realização do indivíduo senão em objetivos que lhe transcendem (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 262).

A procura desta felicidade coletiva – e a ela referindo tão somente por manter a linguagem jüngeriana – bem como a determinação dos sacrifícios necessários para alcançá-la encontram-se sob a ordenação e controle do líder (*Führer*). Seu é o poder de indicar as metas honoríficas de tal empreendimento último de sacrifício em prol dos benefícios coletivos. Estes eram os termos de uma filosofia essencial e claramente oposta ao humanismo liberal de Weimar, de resto, uma franca aposta em sua derrubada

⁸⁷⁶ Jünger critica a falta de reflexão alemã quanto a aspectos importantes na composição da emergente realidade alemã: “[...] y nunca se proporcionó un alimento más escaso que aquí en nuestro país al desenvolvimiento puro del héroe” (JÜNGER, 1993a, p. 19). Relativamente ao papel do herói é interessante recordar que o próprio autor gozava reputação de herói obtida nos combates da Primeira Grande Guerra Mundial. Por suas ações no exército alemão, obtivera medalhas em reconhecimento por seu desempenho em combates. Este é fato que, seguramente, colaborou, ao menos parcialmente, para que gozasse de proteção durante o regime hitleriano e da admiração pessoal do *Führer*, malgrado vozes poderosas do regime (comenta-se que entre elas estaria a de Goebbels) tenham se elevado contra Jünger. Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] e nunca foi proporcionado um alimento mais escasso que aqui em nosso país ao desenvolvimento puro do herói”.

(cf. VON KROCKOW, 2001, p. 18) como, de resto, também realizada por alguns de seus companheiros de viagem como Schmitt.

A escrita de Jünger traz consigo a experiente inspiração de quem sobreviveu à morte de seus camaradas. Trata-se de uma escrita perpassada pela visão de quem viu jazer sob diversos solos a muitos de seus companheiros de jornadas bélicas, agrura descrita como sendo similar a ter estado sob o impacto do telúrico fogo dos vulcões (cf. JÜNGER, 1995c, p. 89). Talvez o texto de Jünger possa traduzir ricamente aquilo que Canetti aponta ser sentimento comum a todos que estiveram nos campos de batalha e lograram sobreviver, a saber, uma “[...] sensação de força por [...] [de] estar vivo e de pé [...] [de] ter sido *eleito* dentre muitos cujo destino é manifestamente idêntico [...]” (CANETTI, 1995, p. 228). Assim como em Jünger, nestas linhas de Canetti emerge um sentimento de desígnio histórico, de que a sobrevivência sugere uma espécie de escolha ou favor divino, que lhe indica e posiciona como herói ou, ainda, de que seja, simplesmente “[...] mais forte. [de que] Possui mais vida em si”. (CANETTI, 1995, p. 228).

Importa, portanto, sublinhar a conexão desta exaltação ao belicismo e ao enfrentamento que extermina inimigos com os olhos no texto hitleriano. Deste texto emergem aspectos acerca da defesa desenvolvida por Jünger de que o próprio ato fundacional e o desenvolvimento do Estado deveriam encontrar-se ligados às virtudes heroicas e não ao egoísmo mercantil (cf. HITLER, 2007, p. 114), uma clara negação aos valores burgueses. Jünger é claro ao reconhecer que os termos em a burguesia havia enfrentado riscos e estes, agora, que haveriam de ser enfrentados pelo novo personagem histórico, eram de distinta ordem. Em sua entrada no espaço histórico o burguês o fez preocupado com a legitimação dos meios de destruição de que lançara mão (cf. JÜNGER, 1993a, p. 254), enquanto que, agora, o trabalhador, que não sabe manejar as

armas teórico-abstratas, conceituais ou contratuais e o racionalismo tão afinados com a cultura burguesa, pois bem a este caberia, então, lançar mão de outros instrumentos, a saber, a força e as armas que a nova técnica poderia aportar. Assim nos dizia Jünger que

Los medios revolucionarios que el trabajador legitima son mucho más significativos que unos medios abstracto-espirituales: son medios de índole objetiva. La tarea del trabajador consiste en legitimar los medios técnicos que han movilizad el mundo, es decir, que lo han colocado en una situación de movimiento ilimitado. (JÜNGER, 1993a, p. 255).⁸⁷⁷

Nestes termos, a colocação da vida em risco era a percepção da própria vida como valiosa, da transformação de uma potência vital em pura energia (*cf.* JÜNGER, 1995c, p. 97) e que, nestes termos, então, poderia entender-se a vida como merecedora de ser vivida. Não há empecilhos quanto ao risco a que deve o trabalho submeter-se, pois a sociedade burguesa ocupara-se com o medo à morte, e fracassou. Em seu lugar, a figura (*Gestalt*) do trabalhador que deve entender que mesmo que pereça, haverá de encontrar os meios de cumprir os comandos. Para Jünger a diferença entre o soldado e o burguês é clara: enquanto o primeiro está disposto a combater a qualquer preço o último está disposto a negociar e prolongar a sua vida a qualquer preço (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 44), mesmo quando o preço, mais alto, seja o da sucumbência da própria ordem estatal. A sua opção entre ambos é demasiado clara como para que tenhamos de voltar a sublinhá-la.

A vida se apresenta em sua inteireza como tal quando o homem não se encapsula, quando o indivíduo não se fecha em suas íntimas fronteiras mas, antes, evita este mais alto desespero vital que isto suporia (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 42) não subtraindo-se aos embates vitais que a existência supõe. Antes, o projeto vital adquire

⁸⁷⁷ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “Os meios revolucionários que o trabalhador legitima são muito mais significativos que alguns meios abstrato-espirituais: são meios de índole objetiva. A tarefa do trabalhador consiste em legitimar os meios técnicos que mobilizaram o mundo, ou seja, que o colocaram em uma situação de movimento ilimitado”.

magnanimidade quando o homem conhece e empreende o processo de transfiguração da mera individualidade sob os auspícios de um projeto coletivo corporificado no conceito de trabalhador. O homem não se assume enquanto pura individualidade mas, isto sim, enquanto trabalhador. Neste sentido diria Jünger que

[...] la creciente transmutación de la vida en energía y la progresiva volatización del contenido de todos los vínculos en beneficio de la movilidad otorgan un carácter cada vez más incisivo al acto de la movilización. (JÜNGER, 1995c, p. 96).⁸⁷⁸

Esta a percepção das fileiras da geração de 1914, que havia sobrevivido para criar um tipo de literatura na qual Jünger sobressaía e da qual política e axiologicamente, o nacional-socialismo se aproximou. Jünger, e neste particular coincide amplamente com Schmitt e Heidegger, foi ativo militante de uma geração que desconfia e se desencanta completamente com os princípios da vida burguesa, e que, como menciona von Krockow, “[...] buscaron y hallaron liberación en el éxtasis de la guerra, aturdimiento en su vida cotidiana, plenitud, confirmación, inmediatez en la embriaguez de la lucha”. (VON KROCKOW, 2001, p. 15).⁸⁷⁹

O embriagar-se com a voracidade do ato de enfrentamento último por parte de um importante segmento intelectual daquela geração de 1914 torna adequado realizar um duplo questionamento. Em primeiro lugar, com von Krockow, se não é mesmo genuíno o ato heroico que reside na ação independente, que se projeta responsavelmente perante o cotidiano, mesmo que anonimamente (*cf.* VON KROCKOW, 2001, p. 22),⁸⁸⁰

⁸⁷⁸ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a crescente transmutação da vida em energia e a progressiva volatização do conteúdo de todos os vínculos em benefício da mobilidade outorgam um carácter cada vez mais incisivo ao ato da mobilização”.

⁸⁷⁹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] buscaram e encontraram liberação no êxtase da guerra, perturbação em sua vida cotidiana, plenitude, confirmação, imediatismo na urgência da luta”.

⁸⁸⁰ Neste trecho von Krockow propõe refletir sobre a dimensão da ocorrência do heroico, colocando em xeque a posição belicista de Jünger a este respeito ao alegar que “Podría, sin duda preguntarse si lo verdaderamente heroico no se da en la cotidianidad anónima y simple, si la pretensión guerrera de Jünger no es una deserción, si la pretendida firmeza en la ‘posición perdida’ no es desertar de la posición de

sem a pretensão de publicidade que perpassa o conceito heroico. Em conexão com esta leitura de von Krockow propomos questionar se o heroico não poderia ocupar uma posição de distanciamento do ato de derramamento de sangue, próprio ou alheio, em atenção aos propósitos de Estados totalitários. Ainda assim, inversamente a Jünger, cabe propor se o heroico não se coadunaria mais adequadamente com o lutar em outras circunstâncias, a saber, empreendendo seus esforços sob o signo da certeza do fracasso, arriscando a vida contra os propósitos da tipologia estatal totalitária antes do que por ela.

Desde a angulação de Jünger a contrapartida ao sangue derramado nos campos de batalha seria admissível em sua ação exitosa do Estado na implementação das políticas nacionalistas. A literatura jüngeriana medeia entre a trágica narrativa e a mais fina estilística ao descrever a “[...] voluptuosidad de la sangre que pende sobre la guerra como una vela roja [...] sobre una galera negra emparentada sola com Eros por su impulso sin límites” (*apud* VON KROCKOW, 2001, p. 16).⁸⁸¹ A rigor, o espírito da geração de 1914 pulsa nestas linhas.

Em meio ao caudal de sangue que sem ressentimentos ou evidências quaisquer se dor jorra das linhas jüngerianas, Arendt é taxante ao afirmar que “[...] Hitler recurrió casi exclusivamente a estos sentimientos de la generación del frente [...]” (ARENDR,

responsabilidad antes de que realmente se pierda: si no esconde la huída de la carga de la decisión” (VON KROCKOW, 2001, p. 22). O texto acima permite-nos sugerir a seguinte livre tradução: “Indubitavelmente poderia ser ainda perguntado se o genuinamente heroico não tem lugar na cotidianidade simples e anônima, se a pretensão guerreira de Jünger não é, em verdade, uma deserção, se a pretendida firmeza na ‘posição perdida’ não é um desertar da posição de responsabilidade antes que ela seja realmente perdida, em suma, se a pretensão guerreira de Jünger não esconde uma fuga do peso da decisão”.

⁸⁸¹ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] voluptuosidade do sangue que soçobra sobre a guerra como o faria uma vela vermelha [...] sobre uma galera preta relacionada apenas com Eros por seu impulso sem limites”.

1974, p. 411).⁸⁸² Os sentimentos aos quais se refere Arendt são estes da geração a que pertenceu Jünger e que de suas experiências no front tornou-se um descritor privilegiado por seu talento.⁸⁸³ Portanto, em Arendt sugerimos encontrar a franca oposição a que a virtude possível na vida possa ser localizada em nada menos do que arriscá-la plenamente.

A rigor, deparamo-nos com circunstância em que se fazia “[...] necesario sacrificar la existencia individual para asegurar la conservación de la raza” (HITLER, 2007, p. 115).⁸⁸⁴ O regime totalitário não apenas precisa de adesão, mas que esta tenha ocorrência de forma existencial. O risco existencial na literatura de Jünger, então, encontra-se em conexão com o reclamo totalitário a que o homem oferte a sua própria vida, se necessário, para a realização de valores coletivos direcionados pelo Estado. Estas virtudes de entrega aos propósitos nacionalistas se mostravam passíveis de síntese no mundo pelo conceito de soldado-trabalhador jüngeriano.⁸⁸⁵ Jünger reforça o escasso papel da vida em sua compreensão do político:

La existencia de la persona singular es el escenario dentro de cuyos confines acontece el ocaso del individuo. Es de segundo orden la cuestión de si, en esto, la muerte del individuo coincide con la muerte de la persona singular [...] o si la persona singular sobrevive a esa pérdida y establece contacto con unas fuentes nuevas de energía. (JÜNGER, 1993a, p. 106).

⁸⁸² O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] Hitler recorreu quase exclusivamente a estes sentimentos da geração do *front* [...]”.

⁸⁸³ As cruentas narrativas jüngerianas dispuseram de força suficiente, aliado aos seus decantados atos de bravura durante a Primeira Grande Guerra Mundial, os quais lhe valeram condecorações militares, para torná-lo um protegido do *Führer*, malgrado as investidas do segundo escalão sobre ele por sua hesitação em aderir publicamente ao partido nacional-socialismo como o fizeram outros tantos intelectuais do período.

⁸⁸⁴ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] necessário sacrificar a existência individual para assegurar a conservação da raça”.

⁸⁸⁵ O conceito de trabalhador-soldado jüngeriano encontra certo paralelo na leitura republicana feita por De Bonald acerca da enlevação do papel do mero cidadão à qualidade de soldado. Feito soldado, poderia tornar-se proprietário melhorando a sua própria condição pessoal (cf. DE BONALD, 1988, p. 49).

A existência das pessoas singulares é vista por Jünger como modelada por sua destinação em guerra (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 106) prévio movimento de sua transformação em um tipo (*Typus*). Jünger sugere que a tão privilegiada vida privada burguesa encontra o seu ocaso neste esgotamento ao estruturar a sua vida em torno da intimidade profunda. Em outros termos, podemos admitir que a oposição e ojeriza jüngeriana a dimensão do privado é apenas o primeiro movimento que projeta o momento de confirmação de que o estatal haverá de colocar-se em posição sobreposta a indicar-lhe os rumos e interesses aos quais seguir.

Nesta posição de submissão irá encontrar-se uma espécie de homem de espírito prussiano. Trata-se de homem que ao seguir os desígnios do Estado irá possuir uma vida genuína, autêntica, à semelhança das indicações teológicas e, assim, redimir-se. Jünger heroifica a juventude alemã que “[...] clama por las armas – una juventud tan ardiente, tan entusiasta, tan ávida de muerte como apenas ha habido otra en toda nuestra historia” (JÜNGER, 1995c, p. 111-112).⁸⁸⁶ O homem destinado a servir ao coletivo irá, portanto, em certa medida aproximar-se do *Dasein* (*Ser-aí*) heideggeriano.⁸⁸⁷ O elogio a juventude por Jünger assim como o seu conceito de soldado-trabalhador conecta-se com a abordagem heideggeriana do papel reservado aos estudantes.

É *Der Arbeiter* o texto em que Jünger sugere que encontramos nas figuras do soldado e do trabalhador as mais bem acabadas encarnações de uma juventude que se mostra partidária da revolução (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 32), ideia que, publicada no ano

⁸⁸⁶ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] clama pelas armas – uma juventude tão ardente, tão entusiasta, tão ávida de morte como ainda não existiu uma outra em toda a nossa história”.

⁸⁸⁷ Aqui propomos apenas uma aproximação inicial entre a autenticidade de que o *Dasein* heideggeriano pode desfrutar no mundo e, por outro lado, a plenitude que o conceito de soldado-trabalhador jüngeriano, de um homem a quem será dado poder experimentar uma vida realizada. A centralização da virtude no plano empírico sugerimos estar a destituir a possibilidade da imanência para Jünger em termos transcendentais mas, antes, atinentes apenas ao plano de imanência.

de 1932, se mostra afim tanto com as práticas de doutrinação do nacional-socialismo quanto com a ideia de que o próprio alvorecer da Alemanha dependia do nascimento desta figura do trabalhador. A este respeito a leitura de Jünger realizada por Iannone aponta que a figura do trabalhador é convertida

[...] la figura del lavoratore-soldato in qualcosa di molto diverso da un generale e approssimativo giudizio negativo ed espone esaustivamente la sua interpretazione su di un fatto nuovo che trovava però la propria fonte di legittimazione nella realtà delle trincee. (IANNONE, 2009, p. 55).⁸⁸⁸

Este era o homem que poderia fazer sua a divisa spengleriana de que “[...] mais vale uma vida breve, plena de acção e brilho, que uma vida longa mas vazia” (SPENGLER, 1980, p. 128), suplantando aspirações do indivíduo burguês, o trabalhador pretende mesmo ser portador da reivindicação de um novo Estado (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 33). A tradição conservadora de maistreana, de qualquer sorte, já havia ressaltado o quanto resultava importante o papel daquele que executa os mandatos divinos na terra, e é neste sentido que emerge o guerreiro jüngeriano, unificado na figura do soldado-trabalhador. O soldado em seu mister guerreiro haveria de ser entendido como alguém cuja função não lhe degrada nem lhe torna feroz senão que, ao contrário, “[...] contribuye a perfeccionarle”. (*apud* FRANCESCH; GÓMEZ-QUINTERO, 2002, p. 190).⁸⁸⁹

O indivíduo deixa esta sua condição na massa para constituir a figura do trabalhador-soldado adquirindo a qualidade de “[...] mero objecto mobilizado” (SÁ, 2003b, p. 16) que terá as suas virtudes guerreiras reconhecidas. Virtudes deste gênero, e de modo afinado com as críticas do conservadorismo revolucionário de Spengler, Jünger e próximos como Schmitt, não encontraram qualquer tipo de hesitação em sua

⁸⁸⁸ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a figura do trabalhador- soldado é algo muito diferente de um genérico e aproximado juízo negativo e expõe exhaustivamente a sua interpretação sobre um fato novo que falava por própria fonte de legitimação na realidade das trincheiras”.

⁸⁸⁹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] contribui a aperfeiçoá-lo”.

confirmação na tradição conservadora precedente. Relativamente a estas virtudes, por exemplo, De Maistre não hesitara em afirmar que “Le[s] prefiero infinitamente a las habilidades de los hombres de negocios”. (*apud* FRANCESCH; GÓMEZ-QUINTERO, 2002, p. 190).⁸⁹⁰

Os homens de negócio eram representados por uma burguesia cujos valores eram desacreditados não apenas pelo conservadorismo revolucionário germano como pelo nacional-socialismo face a sua debilidade para o enfrentamento. Em sua aproximação ao tema, Heidegger sustenta que o povo alemão comportaria um conceito de trabalhador ciente de sua função e, assim, enraizador de sua vida em tudo quanto o conceito de povo comportasse em sua forma histórica e em seu destino futuro (*cf.* HEIDEGGER, 1997, p. 130), o que se daria, necessariamente, a partir do despertar da consciência dos sujeitos individuais de que a sua essência, em verdade, está composta por um destino que lhes “[...] ultrapassava a individualidade e a subjectividade”. (SÁ, 2003b, p. 42).

Heidegger se distancia do conceito marxiano de trabalhador, já não mais entendido como categoria explorada e envolta em luta de classes e tampouco sua explicação econômica como sugeria Jünger.⁸⁹¹ A nova cultura do regime encontrou

⁸⁹⁰ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “Os prefiro infinitamente às habilidades dos homens de negócios”.

⁸⁹¹ A crítica elaborada pelo movimento conservador revolucionário encontra síntese em Jünger quando estabelece a linha divisória entre o seu conceito de trabalhador, recepcionado por Heidegger, e, por outro lado, mencionada entrelinhas a tradição marxista: (a) “[...] lo importante no es que el espíritu se aparte de todas las luchas económicas; lo importantes es, por el contrario, que se otorgue a esas luchas la máxima virulencia. Pero tal cosa no ocurrirá mientras la economía determine las reglas del combate; únicamente ocurrirá cuando una ley superior del combate disponga también de la economía” (JÜNGER, 1993a, p. 35). Com este movimento, conclui Jünger, o seu propósito final é o de que o seu conceito de trabalhador reste desvinculado das (b) “[...] funestas ataduras [...] que se declare independiente del mundo económico” (JÜNGER, 1993a, p. 35). Esta é uma posição que Jünger não expressa pontualmente, senão que reitera em outro momento. Ver JÜNGER, (1993a, p. 58). Aos trechos acima sugerimos as traduções que seguem: (a)

parcial sustentação, por exemplo, nas linhas em que Heidegger escreve que o trabalho “[...] para nós, é o nome que assenta a toda a forma ciente de fazer e de empreender que comporte uma regra e em que seja empenhada a responsabilidade do indivíduo, do grupo e do Estado – de tal forma que esteja ao serviço do povo” (HEIDEGGER, 1997, p. 132). Neste seu movimento entabula diálogo com o conceito jüngeriano de trabalho e de trabalhador que ocupará a ribalta nos tempos vindouros.

No trecho citado no parágrafo anterior Heidegger expõe concepção que sugere o afinamento da interpretação de Sá quando argumenta que o trabalhador jüngeriano pressupõe que o antigo indivíduo burguês deve despojar-se de si mesmo, ou seja, que deve ser um “[...] sujeito desvinculado, único e separado” (SÁ, 2003b, p. 13). Este elevar-se acima de si mesmo constituiria a característica fundamental do trabalhador no âmbito do realismo heroico (cf. SÁ, 2003b, p. 17; 40).⁸⁹² Em outros termos, trata-se de que o poder e a liberdade do trabalhador jüngeriano dependeriam, fundamentalmente, de que o homem “[...] se abandone enquanto indivíduo e se conquiste como um tipo (*Typus*)” (SÁ, 2003b, p. 13), em suma, de que o trabalhador realmente consistirá “[...] na aniquilação, no próprio homem singular, daquilo que é individual e subjectivo” (SÁ, 2003b, p. 13). Neste particular, objetivamente podemos perceber o caráter de submissão

Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] o importante não é que o espírito se separe de todas as lutas econômicas. O importante é, pelo contrário, que seja outorgada a estas lutas a máxima virulência. Mas tal coisa não ocorrerá enquanto a economia determine as regras do combate. Isto sim, unicamente ocorrerá quando uma lei superior do combate disponha também da economia”; (b) “[...] funestas ataduras [...] que se declare independente do mundo econômico”.

⁸⁹² Jünger define realismo heroico como “[...] la actitud propia de una generación nueva: esse realismo heroico conoce tanto el trabajo de la ofensiva como el trabajo de la posición perdida [...]” (JÜNGER, 1993a, p. 26). Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] a atitude própria de uma nova geração: este realismo heroico conhece tanto o trabalho da ofensiva como o trabalho da posição perdida [...]”.

do homem nos termos propostos pela filosofia de Jünger e Heidegger, e que também encontraria respaldo no conceito de mobilização total do primeiro.⁸⁹³

Em contexto filosófico deste naipe tanto o trabalho quanto o trabalhador são representados na nova realidade nacional-socialista como operativos para a promoção de enfrentamentos radicais disponíveis segundo a orientação do regime. Trabalho e trabalhador se apresentam como grandezas conceituais “[...] que liga[m] e une[m] os compatriotas e as categorias sociais na grande vontade única do Estado” (HEIDEGGER, 1997, p. 132). Em oposição à leitura da filosofia política marxista, Heidegger assegura que os trabalhadores já não mais constituem pólos antagonistas (*cf. Ib.*), o que foi apenas logicamente possível devido a projeção do poder e da força que inserem a unidade na pluralidade a partir da tradução da vontade do povo. Reencontrar a unidade concreta, eis o pressuposto da reunião dos interesses dos trabalhadores em uma nova categoria, jüngeriana, de soldado-trabalhador estudada por Heidegger antes e depois da eclosão da Segunda Grande Guerra Mundial.⁸⁹⁴

Esta ideia viria a ser reforçada em 1933 pelo mesmo Spengler ao sustentar que, não obstante as circunstâncias presentes não permitirem a busca da felicidade, isto sim,

⁸⁹³ Há uma análise muito acurada sobre as aproximações conceituais possíveis entre Jünger e Heidegger e, em especial, em torno ao conceito de mobilização total, em trabalho de Loparic. Em seu trabalho Loparic aponta para duas conclusões que Heidegger teria alcançado a partir da leitura do texto de Jünger, especificamente sobre (a) a questão do trabalho industrial como o sentido do ser daquela época e (b) que esse sentido de ser não poderia ser desconstruído no horizonte de sua obra *Ser e Tempo*. A este respeito, ver LOPARIC, (2002). Ainda para uma refinada análise sobre o niilismo subjacente à obra *Sobre a linha*, (ver JÜNGER; HEIDEGGER, 1994), em que Jünger e Heidegger intervêm com textos, ver SÁ, (2003b).

⁸⁹⁴ Heidegger menciona a sua atenção ao conceito do trabalhador em Jünger. Em texto intitulado *O Reitorado de 1933-1934. Factos e Reflexões*, Heidegger informa encontrar detalhes do conceito de trabalhador em Jünger, antes de sua *Der Arbeiter*, de 1932, já em seu anterior texto *Die totale Mobilmachung*, de 1930 (ver HEIDEGGER, 1997). Diz ele que “Durante o Inverno de 1944-1945, voltei a estudar com alguns colegas certas partes do livro *O Trabalhador*; pude então verificar como esses pensamentos pareciam na altura ainda bizarros e desconcertantes – até terem sido «verificados» pelos factos”. (HEIDEGGER, 1997, p. 196).

estaria ao alcance de todos os homens “[...] transpor a órbita da existência com grandeza ou pequenez, conforme a própria vontade” (SPENGLER, 1941, p. 7-8), algo que converge com a interpretação de Jünger realizada por Sá ao apontar que a liberdade e o poder do homem consistiria no “[...] despertar em si da “consciência” quer da necessidade do serviço, quer da inevitabilidade da mobilização” (SÁ, 2003b, p. 13), ideia claramente confirmada por Jünger ao sugerir que o trabalhador há de conceber a si mesmo de uma maneira diferente, ou seja, que “[...] cese de expresarse un reflejo de la conciencia burguesa y comience a expresarse una conciencia peculiar de sí mismo”. (JÜNGER, 1993a, p. 37).⁸⁹⁵

Contudo, quem haveria de levar adiante a organização de uma tão virtuosa vida, capaz de irromper as vicissitudes de um tempo especialmente conturbado, imerso nas névoas e recordações dos cadáveres recém enterrados da Primeira Grande Guerra Mundial? A nova consciência estrutura-se em Jünger a partir da percepção, clara e compartilhada com o conservadorismo revolucionário, de que a Alemanha havia perdido a Primeira Grande Guerra Mundial por não ter encontrado os meios de mobilização total necessários para a vitória. Incorporar as massas era a senha para um futuro glorioso, nacionalizar os indivíduos e transformá-los em trabalhadores-soldado, movimento que asseguraria a consecução dos ideais germânicos e, por intermédio de sua fortaleza, a grandeza do Reich.

A resposta provisória a esta interrogação na filosofia do conservadorismo revolucionário e, em especial, na literatura de Jünger. O seu conceito habilmente elaborado de soldado-trabalhador açambarcaria a demanda teórica da construção doutrinária do novo Estado concebido a partir de pronunciadas referências totalitárias. Esta figura do soldado-trabalhador era equiparável, nos diz Sontheimer, a do cidadão

⁸⁹⁵ Ao breve trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] deixe de encontrar expressão como reflexo da consciência burguesa e comece a se expressar como uma consciência singular de si próprio”.

comum de classe média (*cf.* SONTHEIMER, 1968, p. 53). A ação que emerge valorosa em Jünger e também em Spengler retrotraem a um apoio em uma concepção estoica de resignação perante uma natureza que ordenava ao pertencimento humano a certas posições e papéis cujo cumprimento poderia requerer ademais de conformidade, heroísmo.

O trabalhador emergia como a figura sucessora do burguês e de sua carência de virtudes para o nascente mundo de virilidade reclamado pelo nacional-socialismo. Os seus valores humanistas haveriam de ser celeremente substituídos por representar tão somente à negação dos cimentos do Estado (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 31). A figura do burguês começa a degradar-se por sua vestimenta (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 118-122), e nisto também diverge o seu do valor do alemão, cuja indumentária constante tem o caráter de uniforme indicativo de trabalho e de preparo para o combate (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 120). Jünger retoma Henri Barbusse (1873-1935) e o descreve como um “[...] guerrero del humanismo; y el humanitarismo no puede prescindir [...] ni de los ataques con gás ni tampoco de la guillotina, de igual manera que tampoco la Iglesia cristiana pudo prescindir de la espada del brazo secular” (JÜNGER, 1995c, p. 114).⁸⁹⁶ Em um período apenas Jünger reclama as mais sanguinárias tradições, laico-revolucionárias ou religiosas, para empreender a justificativa da barbárie no mundo, adiantando, e quiçá até mesmo preconizando neste seu texto de 1930, o uso do gás como forma de extermínio coletivo que o III Reich haveria de realizar anos após.

Desta forma Jünger procura recuperar criticamente a tradição burguesa e do humanismo nele latente desde uma angulação comprometida com o extermínio e a barbárie de sorte que nenhuma culpa expressamente nova a este respeito pudesse recair

⁸⁹⁶ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] guerreiro do humanismo, e o humanismo não pôde prescindir [...] nem dos ataques com gás nem tampouco da guilhotina, de igual maneira que tampouco a Igreja cristã pode prescindir da espada do braço secular”.

sobre o Estado total. O humanismo burguês caminha paralelamente a um Estado constituído historicamente à luz do triunfo do discurso econômico liberal e em Jünger, inversamente, toda a dureza do mundo assim constituído não poderia ser enfrentada senão com remédio de igual dureza. Heidegger, por seu turno, apresenta-se distanciado de todo e qualquer humanismo e, como bem destaca Sá, o autor orientava a sua reflexão no sentido de “[...] libertar não o homem, mas a essência do próprio homem [...] manifesta na análise da sua relação com o nacional-socialismo”. (SÁ, 2003b, p. 43).

A neutralidade econômica para a qual aponta Jünger (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 35)⁸⁹⁷ e para a qual também chamara a atenção Schmitt (ver SCHMITT, 1987e), embora centralizasse a sua atenção em seu aspecto político, entronca com a visão do primeiro de que para vencer a circunstância em que triunfa o discurso burguês o caminho adequado é o do enfrentamento, mas não apenas o de um embate qualquer mas, antes, “[...] que se otorgue a esas luchas la maxima virulencia. Pero tal cosa no ocurrirá mientras la economia determina las reglas del combate [...]” (JÜNGER, 1993a, p. 35).⁸⁹⁸ Nestas condições o indivíduo burguês encontra-se em uma área de acomodação privada, marcado por uma passividade pública na qual, sugere Jünger, “[...] reina el padecimiento, [e] donde reina la pasividad, no puede experimentarse una sensación de libertad [...]” (JÜNGER, 1993a, p. 64),⁸⁹⁹ liberdade esta capaz de realização no âmbito do enfrentamento heroico.

⁸⁹⁷ O texto em que Schmitt irá reportar-se ao tema é já todo um clássico. Intitulado *El proceso de neutralización de la cultura*, e publicado em versão espanhola na *Revista de Occidente*, artigo inserido em exemplar dedicado às alterações tecnológicas. Ver SCHMITT, (1987e, p. 93-109).

⁸⁹⁸ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] que se otorgue a estas lutas a máxima virulência. Mas tal coisa não ocorrerá enquanto a economia determine as regras do combate [...]”.

⁸⁹⁹ O breve trecho acima citado admite a seguinte tradução: “[...] reina o sofrimento, [e] onde reina a passividade, não pode ser experimentada uma sensação de liberdade [...]”.

Reclamar a supremacia do político para Jünger era também colocar a condição de possibilidade para a instauração da violência, mesmo porque, como reconhece Sá, “[...] a política subordina-se agora a um processo técnico de mobilização que só pode ser plenamente compreendido à luz de uma mobilização que tenha um caráter guerreiro [...]” (SÁ, 2003b, p. 16). Este caráter guerreiro do trabalhador-soldado não encontra seu curso naturalmente, senão à luz de um guia. Mas como já não seja este o tempo da economia e seus *condottieri* privados, quem haveria de guiar estes virtuosos guerreiros aos novos e tão turvos dias de puro enfrentamento existencial? A resposta implícita na obra jüngeriana é direta: trata-se de um líder, cuja orientação está perpassada de “[...] una enorme cantidad de [...] legalidad” (JÜNGER, 1993a, p. 64).⁹⁰⁰ Esta liderança perpassada de legalidade será exercida e aplicada à prática por intermédio do conceito de soldado-trabalhador.

Jünger descortina um futuro que pode ser hostil, inóspito mesmo. Tal destino, marcado por grandes desafios, não poderia ser enfrentado senão por meio de um novo homem que possa responder às demandas de uma reconstrução fundamental na qual “[...] tanto para la economía y para los demás sectores rigen las leyes de la guerra: entre los combatientes y los no-combatientes no hay ya diferencias” (JÜNGER, 1993a, p. 143).⁹⁰¹ Este homem novo de Jünger é não apenas a matéria do destino mas o seu portavoz e executor, pois a vida é necessário entendê-la “[...] no sólo como un campo de batalla de lo necesario, sino simultáneamente como un campo de batalla de la libertad” (JÜNGER, 1993a, p. 68).⁹⁰² A liberdade que é posta em jogo em um campo de batalha e, portanto, não encontrará qualquer ponto de contato com a leitura liberal do conceito

⁹⁰⁰ O breve texto citado permite a seguinte tradução: “[...] uma enorme quantidade de [...] legalidade”.

⁹⁰¹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] tanto para a economia como para os demais setores vigoram as leis de guerra: entre os combatentes e os não-combatentes já não há diferenças”.

⁹⁰² O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] não apenas como um campo de batalha do necessário, mas sim simultaneamente como um campo de batalha da liberdade”.

mas, antes, a interpretação holística da literatura jüngeriana aqui examinada sugere que são postos como relevantes os traços do que ele próprio denominaria de “realismo heroico” no decorrer de sua obra *Der Arbeiter*, representado na figura do trabalhador, e que é resultado de um “[...] grado extremo de fuerza ofensiva de que nos hallamos necesitados” (JÜNGER, 1993a, p. 41).⁹⁰³ Portanto, conforme indica Sá, se faria necessário um movimento de apartamento das tradições liberais obstaculizadoras ao conceito das ações heroicas do trabalhador, aptas a configurar um novo momento em que se apresente como porta-voz do destino (cf. JÜNGER, 1993a, p. 68). Esta noção é apontada conjuntamente por Jünger e, depois, por Heidegger, ou seja, de que era imperativa “[...] a necessidade de uma mudança do conceito burguês de liberdade”. (SÁ, 2003b, p. 30).

Jünger detecta que o indivíduo encontra-se em um momento histórico distinto: “Es imposible no ver que en este espacio las exigencias que se le hacen a la persona singular están intensificándose en unas proporciones que hasta ahora resultaban completamente inimaginables” (JÜNGER, 1993a, p. 143).⁹⁰⁴ Aqui encontramos um indivíduo que é destacado como tendo sido dissolvido no todo do qual faz parte, e que assim, ressalta Jünger, “[...] disminuye la resistencia que la persona singular es capaz de oponer a su movilización. Va extinguiéndose, va perdiendo eficacia la protesta que emerge de la esfera privada” (JÜNGER, 1993a, p. 143).⁹⁰⁵ Este é um trecho em que Jünger denuncia outros tempos, nos quais o indivíduo passaria a estar submetido ao

⁹⁰³ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] grau extremo de força ofensiva da qual encontramos-nos necessitados”.

⁹⁰⁴ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “É impossível não ver que neste espaço as exigências que lhe são feitas à pessoa singular estão sendo intensificadas em umas proporções que até agora resultavam completamente inimagináveis”.

⁹⁰⁵ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] diminui a resistência que a pessoa singular é capaz de opor a sua mobilização. Vai sendo extinta, vai perdendo eficácia o protesto que emerge da esfera privada”.

coletivo, em que se as políticas socialistas eram rechaçadas, por outro lado, não quando inspiradas em um nacionalismo germano eivado de valores nórdico-heróicos. O futuro haveria de compor-se de dias em que teria lugar um conjunto de políticas alheadas aos seus direitos cidadãos.⁹⁰⁶ Este era um movimento oposto a preeminência que encontrava-se posta e reconhecida na cultura weimariana, jurídico-constitucional inclusive.

5.2. O ELOGIO DA PLENITUDE DA VIDA: A LITERATURA JÜNGERIANA ANTIBURGUESA COMO CONSOLIDAÇÃO DO ELEMENTO HEROICO

O texto de Jünger contém em seu âmago, bem como o conservadorismo revolucionário, uma chamada pela plenitude em uma vida ativa, atitude esta que remete pontualmente ao heroísmo capaz de encontrar expressão em atitudes de enfrentamento bélico. A literatura jüngeriana realiza um notável e sofisticado movimento de aproximação literária à guerra, e esta, alerta Obregón, é uma tentativa importante de tentar realizar a compreensão do quão incompreensível resulta a tragédia mesma (*cf.* OBREGÓN, 2005, p. 43).

Mesmo quando a aposta jüngeriana fosse a do elogio do embate e da dignificação do conflito, em suma, da heroificação do ato de disposição última da existência, seriam estas entendidas como dimensões vitais cuja supressão seria capaz de promover alguma espécie de redenção e progresso humanos. Jünger estabelece a conexão da concepção heroica da realidade que se manifesta no íntimo da pessoa pertencente ao mundo do trabalho logra capta uma tal função, e quando o faz representa a figura do trabalhador (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 68).

⁹⁰⁶ Mesmo sua capacidade de opor-se publicamente por intermédio de protestos de toda ordem iriam sucumbir perante cultura da força que permeava o emergente Estado.

Esta ideia de dispor existencialmente de si próprio conecta com uma leitura do conservadorismo revolucionário profundo, que se mostra afim com um dos grandes lemas conservadores do período: “... *il faut vouloir vivre et savoir mourir*” (SILVA, 2010, p. 401),⁹⁰⁷ isto sim, desde a ótica que o saber viver implicitamente sugere que a grande negação da existência é o que lhe concede sentido, ainda quando tal orientação não seja dada pelo próprio ator mas, antes, pelo Estado. Em geral, podemos tomar esta como próxima a visão de Jünger, para quem representaria uma grande alternativa aos pesados e demeritórios valores burgueses carregados de informações financeiras, atentos a uma dimensão imanentista em detrimento do transcendente, aspecto no qual seguramente compartilha da crítica realizada em termos similares por Schmitt e Heidegger.

Esta é uma ideia que encaixa bastante bem com a tradição donosiana tão cara a filosofia política e jurídica schmittiana⁹⁰⁸ assim como também com o conservadorismo

⁹⁰⁷ Tradução: “Ele deve querer viver e saber morrer”. (*apud* SILVA, 2010, p. 401).

⁹⁰⁸ A este respeito nos interessa ressaltar trecho da obra de Donoso Cortés em que o autor recorda o valor dos tempos revolucionários. Este valor é exposto pelo autor, como um antagonismo dos tempos de paz, nos quais nada menos do que passamos pela vida. Por outro lado, nos tempos de revoluções os homens (a) “[...] pueden vestirse la toga de la virilidad y decir de sí propios que son hombres” (*apud* GEA, 2010, p. 12). Esta aproximação levada a termo por Donoso Cortés do conceito de revolução entendida como um momento de valor termina por mostrar que, na medida em que permite a mostra da virilidade humana, resta aberta a possibilidade de fazê-la convergir com a leitura virtuosa e heroica da qual se incumbe hábil e talentosamente Ernst Jünger, para quem a descoberta íntima do indivíduo, em suma, (b) “[...] de su misión, de su destino [...] lo capacita para el sacrificio, el cual alcanza su expresión más significativa en la ofrenda de sangre” (JÜNGER, 1993a, p. 42). Esta aproximação à violência bastante presente na literatura jüngeriana pouco se distancia da presença da violência no *Der Begriff des Politischen*. Para Jünger, a experiência radical da violência traduzível no conceito de guerra que, não obstante períodos de ausência, se revela, em verdade, nada mais do que uma outra face da vida, a ela substancial e inexoravelmente circunscrita, muito embora raras vezes trazida à luz (*cf.* JÜNGER, 1995d, p. 129). Malgrado a experiência de 1914 o uso da violência não causará tanto em Jünger como em Schmitt repúdio ou enojo, rechaço ou, sequer *in extremis*, sugestões de ações preventivas concretas. Jünger introduz o conceito de mobilização total em seu texto de 1930 intitulado *A mobilização total (Die totale Mobilmachung)* (ver JÜNGER, 1995c, p. 93). Nesta obra dirá o autor tão clara quanto radicalmente que sob a operatividade do conceito

spengleriano. Para este último subsiste uma articulação entre os valores dos guerreiros e dos trabalhadores (cf. SPENGLER, 1980, p. 91)⁹⁰⁹ em um mundo em que apenas a realização de valores materiais não encontra-se capaz de realizar novos tempos além da aparente grande oposição histórica entre socialismo e capitalismo, ou seja, entre materialismo e o grande financismo que, a fim de contas, remetem às mesmas preocupações concretas. A virtude heroica do homem guerreiro emprestaria uma nova dimensão de realização do homem e seus valores, e disto poderia emergir não apenas uma velha forma do mesmo, mas uma nova forma, a Idade do Trabalhador.⁹¹⁰ Quem é, em suma, a figura do herói nos dirá Canetti ao expô-lo perante o inimigo, que quer lhe tirar a vida, portanto, lhe sobrevivendo:

A situação concreta na qual o herói encontra-se após ter vencido o perigo é aquela do sobrevivente. [...] Impregnado do fato monstruoso

de mobilização total ficam incluídos (c) “[...] hasta el niño que yace en la cuna. Ese niño está amenazado como todas las demás personas” (JÜNGER, 1995c, p. 101). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: (a) “[...] podem vestir a toga da virilidade e dizer de si mesmos que são homens”; (b) “[...] de sua missão, de seu destino [...] o capacita para o sacrifício, o qual alcança sua expressão mais significativa na oferta de sangue”; (c) “[...] até a criança que jaz no berço. Esta criança está ameaçada como todas as demais pessoas”.

⁹⁰⁹ A este respeito Spengler destaca primeiramente que a diferença entre o político e o econômico (também ressaltado por Schmitt em seu *Der Begriff des Politischen*) reside em que o primeiro aponta para o poder enquanto o segundo, para a riqueza. Contudo, a questão é que Spengler assinala para o fato de que interior de cada povo que apontam para a articulação das atividades de guerreiros e trabalhadores (cf. SPENGLER, 1980, p. 91).

⁹¹⁰ A este respeito é elucidativo o trecho messiânico de Jünger, revelador de propósitos redentores tão acalentadas, ao menos retoricamente, pelas mais diversas versões totalitárias, tanto de direita quanto de esquerda: “No podrá hablarse de un dominio del trabajador, de una «edad del trabajador», hasta que no salga a luz esa versión de la reivindicación de libertad. Pues lo que importa no es que tome el poder una capa política o social nueva, lo que importa es que un tipo humano nuevo, de igual alcurnia que todas las grandes figuras históricas, llene el espacio del poder y le otorgue sentido” (JÜNGER, 1993a, p. 69). Ao trecho acima sugerimos a tradução que segue: “Não poderemos falar do domínio do trabalhador, de uma “Idade do Trabalhador”, senão quando salte à luz a reivindicação da liberdade, pois o que realmente importa não é que uma nova capa política ou social tome o poder mas, isto sim, o que importa é que um tipo humano novo, de estirpe igual a todas as grandes figuras históricas, preencha o espaço do poder e lhe confira sentido”.

da sua sobrevivência, ele se lança ao próximo combate. [...] De vitória em vitória, de um inimigo morto a outro, [...] sua invulnerabilidade aumenta [...]. (CANETTI, 1995, p. 229).

A partir desta perspectiva canettiana é possível realizar conexão de forma direta com uma filosofia política na qual seja concedido ao conflito ocupar uma posição central. Nela pode ser realizado o elogio ao enfrentamento e a eliminação do *outro* sejam protagonistas, e esta é a nossa leitura do texto político-jurídico schmittiano. A literatura de Jünger, por exemplo, trabalhou com antípodas como vida e morte, fogo e gelo, radicalizações conceitual-literárias que lhe permitiriam avançar a construção de um mundo de negações cuja transposição para o político suporá a eliminação de seu contrário, como o gelo pelo fogo ou a vida pela morte. Schmitt opera no âmbito do político com a mesma lógica desde a sua polarização amigo-inimigo.

A teoria de Spengler, por seu turno, é repercutida na atenta leitura de Herf que alerta para o fato de que o autor “[...] proclama de nuevo un anti-intelectualismo viril y forja lazos entre la tecnología y las imágenes feudales de los nobles, los soldados y los aventureros” (HERF, 1990, p. 148).⁹¹¹ Nesta leitura anti-intelectualista se fazem presentes os elementos da virilidade, do emprego da força e, em suma, do enfrentamento que isto suscita. Estas noções não se fizeram presentes apenas em Spengler como também se revelam bastante afinadas com a íntegra da teorização do conservadorismo revolucionário. O fator irracional nela presente inspirava trabalhos como os de Jünger⁹¹² e também a outros membros do movimento que expressavam “[...] the creed of many German intellectuals who in that capacity found nothing better to do

⁹¹¹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] proclama novamente um anti-intelectualismo viril e constrói laços entre a tecnologia e as imagens feudais dos nobres, dos soldados e dos aventureiros”.

⁹¹² Em entrevista concedida por Jünger ao *La Quinzaine littéraire* no ano de 1969 Richards comenta que o fato de Jünger admitir progressos nos primeiros anos de Hitler e também sua proximidade ao irracionalismo ilustra que o autor “de ninguna manera condena los principios del nacional-socialismo y parece no comprender que el nazismo debía desembocar, obligatoriamente, en la guerra y la barbarie”. (RICHARDS, 1972, p. 95).

than to mock the intellect as cold and hostile to life and by exalting life as such”.
(SONTHEIMER, 1968, p. 47).⁹¹³

Em Schmitt a mesma ideia se fazia presente quando endereçava crítica tanto ao intelectual quanto aos comerciantes, figuras que se teriam convertido à lógica de funcionamento da grande máquina da vida econômica moderna (*Maschine der modernen Wirtschaftslebens*) (SCHMITT, 2008, p. 33). Desde a articulação do argumento destes autores é possível observar um ponto em que o vitalismo⁹¹⁴ ensaia sua conexão com o irracionalismo, o qual termina por inspirar boa parte do próprio pensamento conservador revolucionário. A respeito desta conexão é importante ressaltar a leitura de Lukács que afirma que as

[...] categorías fundamentales de la filosofía de la vida se transforman [...] para dar una fundamentación “filosófica” a las consignas y las hazañas de la “revolución” nacionalsocialista. El nihilismo de la última etapa de la filosofía de la vida se convierte en fundamento del “realismo heroico” de los fascistas. (LUKÁCS, 1959, p. 436).⁹¹⁵

O realismo heroico ao qual se refere Lukács é, também, uma categoria literária trabalhada por Jünger, aqui reclamada como essencialmente fascista. A respeito da virtude heroica da qual estaria imbuído o homem na guerra Obregón lê em Jünger toda

⁹¹³ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a crença de muitos intelectuais alemães que em sua capacidade não encontraram nada melhor do que caçar o intelecto como frio e hostil à vida e pela exaltação da vida como tal”.

⁹¹⁴ Não nos referimos ao conceito de vitalismo no sentido que pode cobrar para a explicação dos fenômenos vitais nem no que se refere a aspectos físico-químicos da questão. Nos referiremos ao conceito de vitalismo em sua dimensão filosófica. Entenderemos o vitalismo aqui, fundamentalmente, como uma teoria que se opõe ao racionalismo típico da Ilustração e que seria combatido pelo conservadorismo revolucionário tanto quanto, anteriormente, pelo movimento contrarrevolucionário também influente em Schmitt. O vitalismo será aqui lido como um movimento que manejará conceitos como instintos (e não racionalidade), subjetividade, morte, finitude e irracionalidade, todos estes temas caros ao conservadorismo revolucionário em questão em Jünger.

⁹¹⁵ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] categorías fundamentales da filosofia da vida se transformam [...] para dar uma fundamentação “filosófica” às ordens e as façanhas da “revolução” nacional-socialista. O niilismo da última etapa da filosofia da vida se converte no fundamento do “realismo heroico” dos fascistas”.

uma ficção bélica que nos transporta a mundos até então desconhecidos e, por outro lado, nos apresenta a “[...] la figura del soldado desconocido que quedará, sin duda, fundida en la imagen de la Gran Guerra. El propósito era dar forma a esa multitud de hombres sencillos y anónimos sobre los cuales reposa el peso y el destino del mundo” (OBREGÓN, 2005, p. 43).⁹¹⁶ É razoavelmente clara a aproximação realizada por intermédio da literatura de Jünger com a leitura lukacsiana no que tange ao posicionamento do niilismo como uma última etapa da filosofia da vida convertida em fundamento do realismo heroico fascista claramente identificado em Jünger.

Este é um momento no qual Lukács parece tender, definitivamente, uma ponte de acesso à crítica, por meio da qual, poderia vir a manter o seu contato com a literatura belicista jüngeriana, para quem este papel bélico, nobre e aventureiro desbravador de uma nova sociedade, será desempenhado por um soldado-trabalhador a quem caberá, ao desvencilhar-se da consciência burguesa na qual foi forjado, criar as condições de uma nova e peculiar consciência de si mesmo (cf. JÜNGER, 1993a, p. 37), transpondo as barreiras do Estado constitucional burguês (*bürgerlicher Verfassungsstaat*) e criando as condições para um novo regime, o Estado do trabalho (*Arbeitsstaat*) – que é o próprio Estado nacional-socialista (cf. HEIDEGGER, 1997, p. 125) – perpassado por uma autêntica cultura de Estado do soldado (*Soldatenstaat*). O conceito jüngeriano de soldado-trabalhador é analisado desde um viés crítico redigido por Lukács, autor que confirma que este conceito se mostra próximo da figura do soldado das S.A. e das S.S., o qual haverá de mostrar em sua constituição a virilidade como forma de vida (cf. LUKÁCS, 1959, p. 435).

⁹¹⁶ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a figura do soldado desconhecido que ficará, indubitavelmente, fundida na imagem da Grande Guerra. O propósito era dar forma a esta multidão de homens simples e anônimos sobre os quais repousa o peso e o destino do mundo”.

A esta altura parece-nos importante sublinhar dois aspectos de interesse. Por um lado, trata-se da confirmação por parte de Obregón de que o tão preconizado enfrentamento ou combate entre os homens cria entre eles, em verdade, fortes vínculos. Isto se transformaria em um perfil bem definido para a educação de uma comunidade masculina, capaz de recuperar valores quase-esquecidos (*cf.* OBREGÓN, 2005, p. 44) que, nos termos do conservadorismo e do nacional-socialismo, encontram-se nas virtudes do mítico homem germânico.

Um segundo aspecto a destacar é que este primeiro vínculo assinalado anuncia um perfil de rudeza e virilidade que encontra-se presente na elaboração jüngeriana do conceito de soldado-trabalhador, o qual não apenas retomará as virtudes militares do prussianismo como também as unirá à laboriosidade do trabalhador germano, elemento muito presente e anunciado tanto política como esteticamente nas construções da arte nacional-socialista de homens como Amorbach⁹¹⁷ e Junghanns,⁹¹⁸ tem o próprio Hitler em meados da década de 20 chamaria a atenção para o fato de que a estética do nacional-socialismo não temia unir-se à beleza do antigo e às obras das passadas gerações (*cf.* HITLER, 2007, p. 169) e, em suma, que “[...] un movimiento político o económico, trata de negar todo lo pasado, lo pinta como malo o sin valor; esta sola razón debe bastar para llenamos de desconfianza y de circunspección” (HITLER, 2007,

⁹¹⁷ Dentre outras obras, Martin Oskar Amorbach (1897-1987) pinta *Nach dem Bade*, retrata a concepção estética grega na nudez do sexo feminino em formas proporcionais, saudáveis, sugestivas do que seria a concepção estética do nacional-socialismo. Contudo, será em *O Semeador*, de 1937, a obra em que o pintor traduz a figura aplicada do homem em seu trabalho rural. Também em pintura a óleo intitulada *Bauern bei der Feldarbeit*, Amorbach pinta com clareza o perfil do homem rural em seu labor.

⁹¹⁸ Dentre outros trabalhos, Paul Julius Junghanns (1876-1958) pinta *Arando*, óleo no qual, como indica o título, aparece retratada a figura do típico trabalhador rural alemão durante o seu ofício. Também os seus óleos intitulados *Auf dem Land* e *Bauernpaar mit Ziegen und Kuhen auf der Weide* representam o mesmo tema.

p. 169),⁹¹⁹ pois a sua visão das revoluções é de, precisamente, não a de destruir este edifício,⁹²⁰ mas, isto sim, a de suprimir o que está mal, caso contrário o mundo sempre voltaria ao caos (cf. HITLER, 2007, p. 169).

O perfil de rudeza e virilidade que seriam comuns na elaboração jüngeriana tanto ao soldado quanto ao trabalhador, que unificados em um só personagem, também coincidirá com as virtudes militares históricas do prussianismo. A este conceito de soldado-trabalhador caberá tornar a sua luta uma concreta resposta estruturante de uma sociedade diversa (e nova), diferente da burguesa (cf. JÜNGER, 1993a, p. 32) em decorrência, e não como causa, de uma nova configuração estatal. Este soldado-trabalhador, ciente ao tempo em que cioso de seu papel distanciado de uma consciência burguesa, irá se opor, enfrentar e triunfar em uma luta de vida e morte. Guerreiros que enfrentam os desafios dos quais se evadem os burgueses, estes soldados-trabalhadores são as figuras que para Jünger representam definitivamente quem seja o senhor do mundo (cf. JÜNGER, 1993a, p. 36), mas os vestígios da dor no mundo não representam um problema para Jünger, que a observa desde uma posição contemplativa, como de uma natureza morta a qual não é possível ao homem fazer cessá-la (ver JÜNGER, 1995d, p. 13-14).

Este tipo de enfrentamento é um auxiliar teórico denotativo do anti-intelectualismo jüngeriano. Este também se projeta, e mais violentamente, quando promove o elogio da violência mais irrestrita no âmbito do combate. Insuflado pelas

⁹¹⁹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] um movimento político e econômico que trate de negar todo o passado e o caracteriza como mau e sem valor é uma razão suficiente para encher-nos de desconfiança e circunspecção”.

⁹²⁰ A este respeito sabemos que a prática de Hitler não obedeceria às suas máximas de seu texto. Perdida a guerra e estando as forças alemãs evacuando Paris as ordens diretas do *Führer*, não cumpridas, foram para queimar e arruinar a cidade, cujos escombros facilitariam a sua defesa. O general Dietrich von Choltitz não segue as ordens diretas do *Führer* e assina a rendição em 14 de junho de 1940.

circunstâncias onde irrompem as mais profundas paixões, nestes, portanto, as ideias pelas quais se luta não haverão de ocupar senão um *locus* de importância tão somente marginal (cf. JÜNGER, 1995c, p. 90). Este é o momento em que o indivíduo jüngeriano, soldado-trabalhador, irá empreender uma luta de vida ou morte (cf. JÜNGER, 1995c, p. 90). Um enfrentamento desta ordem aparece claramente no político schmittiano quando traz à cena o enfrentamento com o inimigo, cuja compreensão em termos formais é também entendida por von Krockow como um ponto de aproximação entre Schmitt e Jünger (cf. VON KROCKOW, 2001, p. 23), que também teria lugar na interpretação no que concerne ao caso de exceção (cf. VON KROCKOW, 2001, p. 24).

Também no texto de Jünger resta bastante claro que os valores burgueses não poderão convergir com os princípios do conservadorismo revolucionário. Neste sentido o autor ressalta que “[...] los esfuerzos dedicados por el burgués a obturar hermeticamente el espacio vital para evitar que lo elemental irrumpa en él son la expresión especialmente lograda de un antiquísimo afán de seguridad” (JÜNGER, 1993a, p. 52),⁹²¹ que é o mais alto dos valores e guia das vidas racionalizadas burguesas (cf. JÜNGER, 1993a, p. 54). Neste sentido Sá observa que Jünger havia empregado esforços para descrever a passagem de uma “[...] Era burguesa de segurança” para uma nova Era, cuja história se manifestaria, naquela quadra histórica, como estando determinada por uma nova figura (*Gestalt*) (cf. SÁ, 2003b, p. 9).⁹²² Malgrado a constante, e fracassada, tentativa burguesa de realizar uma situação ideal de

⁹²¹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] os esforços empregados pelo burguês a fechar hermeticamente o espaço vital para evitar que o elementar irrompa nele são a expressão especialmente alcançada de um antiqüíssimo desejo de segurança”.

⁹²² A leitura possível do trecho de Jünger citado logo acima e a interpretação da Sá sobre os esforços da literatura jüngeriana em desvincular a cultura burguesa do século XIX de uma outra emergente nos chama a atenção para o conceito de espaço vital (*Lebensraum*), necessidade para a qual, em momento posterior, Schmitt projetaria aos propósitos nacional-socialistas por intermédio de conceito aplicado ao Direito Internacional Público.

segurança⁹²³ em um mundo orientado pela razão, mas é o conflito que faz fé de presença.

O novo tempo de superação da cultura burguesa pacifista⁹²⁴ representava movimento propiciador da desarticulação do mundo do direito e das garantias individuais (ver BENJAMIN, 2009b, p. 37-38) – pois aqueles eram tempos em que “[...] los medios se presentan como más significativos que el ser humano” (JÜNGER, 1993a, p. 73)⁹²⁵ – como também colocava as condições de possibilidade para a mobilização total na qual o soldado-trabalhador exerceria posição fundamental em um movimento que praticamente inverte a lógica apontada pelo contratualismo clássico de superação dos embates naturais, passando, precisamente, a apostar em uma moral guerreira de tipo supremo (cf. JÜNGER, 1993a, p. 72; ver JÜNGER, 1993a, p. 33) coordenada pela ordem,

⁹²³ Esta alternativa opera tanto em Jünger como em Heidegger, autores cujos trabalhos do final da década de 1920 (Heidegger com seu livro *Sein und Zeit*, publicada em 1927) e 1930 (Jünger com seu livro *Der Arbeiter*, de publicação em 1932) não apontam para exclusão do horizonte teórico de conceitos como tecnificação, da insegurança e do perigo, senão o contrário (cf. ROSSI, 2004, p. 142). Para uma discussão mais apurada sobre a questão da técnica e das relações entre Heidegger, Jünger e o conservadorismo alemão do período ver HERF, (1990). Para maior detalhamento sobre Heidegger, leitor de *Der Arbeiter*, ver HEMMING, (2008). Neste artigo Hemming se ocupa fundamentalmente sobre os dois seminários pronunciados por Heidegger sobre *Der Arbeiter*, oportunidade em que aprofundava a leitura de Jünger sobre várias dimensões da filosofia nietzscheana como também abria passagem às próprias reflexões de Heidegger sobre o autor em diálogo com Jünger. A propósito de sua leitura sobre Nietzsche, trata-se dos dois seminários ministrados por Heidegger na Universidade de Freiburg entre os decisivos anos de 1936 e 1939. Ver HEIDEGGER, (2007).

⁹²⁴ É interessante assinalar com Sá em sua leitura de Jünger que este autor assinala que uma das grandes heranças do século XVIII para o século XIX consistiu na figura da compreensão do sujeito, que adentra o XIX entendido como individual, com uma esfera privada a ser protegida e mantida livre de interferências (cf. SÁ, 2003b, p. 9). Em suma, a descrição de um mundo burguês ao qual, por certo, Jünger, e todo o movimento conservador revolucionário, por suposto, não estavam dispostos a subscrever, entrado o século XX, para os quais seus projetos filosóficos e políticos eram essencialmente díspares das propostas iluministas e emancipadoras do século XVIII.

⁹²⁵ Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] os meios se apresentam como mais significativos do que o ser humano”.

configuradora da genuína liberdade refletida no espelho de aço (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 21).

Jünger destaca que o burguês se protege contra a irrupção do elementar⁹²⁶ vital, algo que de ocorrer lhe destituiria de sua necessidade básica de segurança, crítica compartilhada por Schmitt. Como vem sendo dito, o pacifismo marca a conduta burguesa, posto que há ali um homem que se sentirá impulsionado a evitar o combate, a evitar qualquer perigo e, nesta medida, toda a dimensão de um novo mundo que possa ser descortinado e que se encontre marcado pela irracionalidade. Isto equivale a dizer que tem lugar a busca por um mundo em que o controle da imprevisibilidade possa ser maximizado e a burocracia racionalizadora, assim como os movimentos da economia de mercado para isto colaboravam potentemente, muito embora, não necessariamente, ambos coincidissem.⁹²⁷

A ótica burguesa, portanto, aproxima-se tão intensamente quanto a conservadora-revolucionária se distancia do conceito weberiano das virtudes do mundo da burocracia estatal (ver WEBER, 1993).⁹²⁸ O conservadorismo jüngeriano, por seu

⁹²⁶ O conceito de elementaridade em Jünger parece encontrar-se composto pela ideia de vitalidade básica capaz de realizar enfrentamentos últimos, de vida e morte. Sem que tenhamos um suporte teórico para tanto, sugerimos que este conceito de Jünger sugere-nos, por intermédio de uma leitura teleológica, similar às consequências da aplicação empírica do conceito do político em Schmitt na qual a eliminação do outro pode ter lugar.

⁹²⁷ Como é observável na história alemã do III Reich, as estruturas do capitalismo e da racionalidade nas relações econômicas foram mantidas, fossem estas relações organizadas pelo Estado ou não. Esta manutenção se deu em paralelo a degradação das concepções burguesas da vida. Isto indica que não necessariamente a consolidação das estruturas racionais de mercado e da previsibilidade no mundo da vida encontram-se marcadas pelo acompanhamento de outros valores burgueses.

⁹²⁸ É importante destacar que esta marca pela busca do triunfo da irracionalidade no mundo encontrará repercussão prática paradoxal nas políticas nacional-socialistas, posto que é bastante bem conhecido o amplo emprego de métodos burocrático-rationais para instrumentalizar suas políticas, com destaque para as de extermínio. Sendo assim, podemos sugerir que há um marcado distanciamento do discurso irracionalista do conceito da burocracia estatal mas que, uma vez tomado o Estado, o nacional-socialismo

turno, apostava na ação ou, como diz von Klemperer, que em sua literatura é perceptível o papel de protagonismo de que desfruta a aventura e os valores a ela conexos, ou seja, que “[...] the key to Jünger’s revolt was a direct plunge into adventure”. (VON KLEMPERER, 1968, p. 180).⁹²⁹

A crítica jüngeriana ao caráter burguês não apresenta tão somente um viés teórico mas, isto sim, remete a uma gestação de toda uma cultura que passaria a ser conhecido como a geração de 1914. Entre os pontos de convergência mais profundos de seus componentes encontra-se um desprezo pelo profundo desejo de segurança daqueles que não se expunham fisicamente à busca das condições materiais para garanti-las. O mundo para Jünger era, em suas estruturas basilares, ainda um lugar construído sob os auspícios intelectuais do século XIX e ainda sob o forte desejo de uma construção segura, livre de instabilidades e embates, um mundo que, em suma, pudesse, juntamente com a natureza, ser dominado. Sem embargo, aquele contexto de memórias da violência proporcionado pela Primeira Grande Guerra Mundial propiciava, como recorda Sá, o surgimento de uma nova figura, uma figura que “[...] prescindia da segurança como um fim ou como um valor essencial. É a esta nova figura paradigmática que Jünger chama “*O Trabalhador*” (SÁ, 2003b, p. 9).

Esta descrição do trabalhador por Jünger e a sua adoção como uma figura paradigmática para os tempos vindouros, capaz que era de dispensar o valor da segurança entronizado pela cultura burguesa permitia conectar com a herança da violência da Primeira Grande Guerra Mundial mas, pior, manter-lhe atualizada por intermédio da continuidade de sua memória no conceito de soldado-trabalhador.

apoiado em seus pressupostos doutrinários conservador-revolucionários já não poderia abrir mão dos recursos retoricamente negados.

⁹²⁹ O trecho acima permite a seguinte tradução: “A chave para a revolta de Jünger foi o mergulho direto na aventura”.

Talentosa, a geração literária de 1914 é descrita por Arendt como uma em que triunfam o apreço a

[...] la violencia, el poder, la crueldad, eran las capacidades supremas de los hombres que habían perdido definitivamente su lugar en el universo y eran demasiado orgullosos para anhelar una teoría del poder que les reintegrara sanos y salvos al mundo. (ARENDT, 1974, p. 413).⁹³⁰

Membro destacado desta geração, assertivo, nos diria Jünger que a Alemanha pode encontrar-se na necessidade da intervenção forte contra o homem burguês, sujeito que se levante em sua defesa, que se erga no momento de mais grave perigo, pois é tão somente quando isto ocorre que “[...] el guerrero alemán hacía frente al enemigo. Pues el burgués ni siquiera logro aportar ese mínimo de fuerza elemental que en tal coyuntura venía exigida por una nueva ofensiva aparente contra sí misma” (JÜNGER, 1993a, p. 31).⁹³¹ Claramente aqui encontramos a referência de Sá de que esta nova figura que emerge no século XX em substituição ao burguês prescinde do valor da segurança. Enquanto o mundo burguês segue apostando pela inevitabilidade do conflito e nas perspectivas da paz, a genuína virtude mítica do homem germana aposta não apenas no conflito como em seu aprofundamento.

Paralelamente ao tema, percebe-se em um movimento inicial que Jünger não realiza uma abordagem literária normativa isolada da condição do trabalhador. Isto sim, por outro lado, quando o autor realiza uma aproximação do real procura fazê-lo desde uma abordagem que denota um ideal normativo. Jünger reconhece e aponta para muitos indícios que pareceriam mostrar as portas de uma nova era, na qual

⁹³⁰ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a violência, o poder e a crueldade eram capacidades supremas dos homens que definitivamente tinham perdido o seu lugar no universo e que eram demasiado orgulhosos para aspirar uma teoria do poder que lhes reintegrasse sãos e salvos ao mundo”.

⁹³¹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] o guerreiro alemão fazia frente ao inimigo. O burguês nem sequer conseguiu contribuir com o mínimo de força elemental que em tal conjuntura vinha exigida por uma nova ofensiva aparente contra si própria”.

[...] podrá hablarse otra vez del dominio real y efectivo, del orden y la subordinación, del mando y la obediencia. Ninguno de esos indicios habla com más claridad que la disciplina a que la juventud está voluntariamente comenzando a someterse [...] que su sentir bélico, que el sentimiento que en ella está despertándose para las valoraciones viriles e incondicionales. (JÜNGER, 1993a, p. 224).⁹³²

Aqui encontramos um texto que possui dupla orientação em sentidos opostos em dois de seus objetos. Ao tempo em que descreve as condições do domínio do real e da forma de inserção da juventude em um mundo caracterizado pelo controle e pelas virtudes germanas da disciplina, por outro, o autor vislumbra em tom normativo um horizonte bélico, o qual poderia ser cumprido a partir do despertar, e afirmar, dos valores da virilidade masculina. Em suma, toda esta geração de 14 a qual estão somados boa parte dos conservadores do período encontra uma boa descrição em Arendt quando sugere terem sido eles que “[...] elevaron la crueldad a la categoría de una virtud principal porque contradecía la hipocresía humanitaria y liberal de la sociedad”. (ARENDT, 1974, p. 413).⁹³³

⁹³² O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] poderá falar-se uma vez mais do domínio do real e efetivo, da ordem e da subordinação, do controle e da obediência. Nenhum destes indícios explicita com maior clareza que a disciplina a qual a juventude está voluntariamente começando a submeter-se [...] que o seu sentir bélico, que o sentimento que nela está sendo despertado para as valorações viris e incondicionais”. De qualquer sorte Jünger assinala, algo paradoxalmente, que “[...] hemos vivido cosas que no se tenían ya por posibles en la vieja, ilustrada Europa – incendios de iglesias y monasterios, progromos y luchas raciales, asesinatos de rehenes, bandas de ladrones en las pobladas áreas industriales, guerras de partisanos, combates de contrabandistas por tierra y por mar” (JÜNGER, 1993a, p. 240). Jünger escreve tão convictamente em tom reprobatório como se o seu apoio ao Estado forte nestas mesmas linhas não fora uma constante, ainda que às vésperas de testemunhar presencialmente, mas também desde o seu posto de adido cultural alemão em Paris, toda a barbárie provocada pelo nacional-socialismo. Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] vivemos coisas que já não se tinham por possíveis na velha e ilustrada Europa – incêndios de igrejas e monastérios, *pogroms* e lutas raciais, assassinatos de reféns, quadrilhas de ladrões nas povoadas áreas industriais, guerras de guerrilheiros, combates de contrabandistas por terra e por mar”.

⁹³³ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] elevaram a crueldade a categoria de uma virtude principal porque contradizia a hipocrisia humanitária e liberal da sociedade”.

Parte destes valores seriam transportados para a figura do trabalhador que encontra em Jünger a descrição que aproxima-se à spengleriana, segundo a qual o homem componente da massa humana de Spengler, segundo quem, a sua vida era de balizada pela suprema disciplina, reclamada pela técnica mecanicista, à qual emprestava seus melhores esforços de quem, por outro lado, extraía o seu sustento (*cf.* SPENGLER, 1980, p. 115). Jünger não faria muito diferente ao assinalar que naquela quadra histórica dos anos 20 aparecia “[...] un fetichismo medio grotesco medio bárbaro de la máquina, un ingenuo culto de la técnica” (JÜNGER, 1995c, p. 120).⁹³⁴ Neste contexto era concebido um trabalhador disciplinado e que exercera o domínio dos meios técnicos capazes de promover a eficiência dos meios de produção é um perfil que converge para o tipo jüngeriano do soldado-trabalhador de similares habilidades.

A cadeia de controle e imposição de ordem no encadeamento dos meios produtivos organizados também demandavam estrutura de intensa obediência como nas atividades bélicas. Jünger é claro a respeito de uma noção de obediência entendida como “[...] el arte de oír – y el orden son la disponibilidad a ejecutar el mandato que cual un rayo penetra por la copa y llega hasta las raíces” (JÜNGER, 1993a, p. 21).⁹³⁵ O hábil domínio das novas tecnologias aptas ao emprego bélico igualmente demandavam rigor na ordenação da cadeia de comando tanto quanto para o cumprimento das virtudes produtivas. Jünger claramente põe em destaque os valores de uma sociedade emergente que remete à glorificação da imposição da ordem e da submissão como virtude e neste sentido a produção bélica encontrava as condições adequadas para a sua implementação.

⁹³⁴ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] um fetichismo meio grotesco, meio bárbaro da máquina, um ingênuo culto da técnica”.

⁹³⁵ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] a arte de ouvir – e a ordem são a disponibilidade para executar o comando, tal qual o raio de um relâmpago, que penetra pelo cume da árvore e lhe alcança até as raízes”.

A virilidade do novo homem desta também nova sociedade arremete criticamente contra os valores do individual-pacifismo burguês que igualmente seria compartilhado por Schmitt em mesma intensidade, atento a isto devido às demandas do mundo dos negócios. O novo regime encontrava a realização da liberdade não mais na órbita do indivíduo e do burguês mas, antes, no Estado, ou seja, como diz Jünger, que o modelo de toda a articulação se concentrará no exército e já não ao redor do conceito liberal de contrato social, aqui ponto em torno do qual giram a ideia de liberdade e de ordem (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 21).

Naquela quadra histórica de final dos anos 20 e início dos anos 30 na Alemanha Jünger não apenas observa como intervém no trânsito histórico de uma democracia liberal para o Estado do trabalho (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 224). A nova figura, o trabalhador encontra-se habilitado para servir a configuração do Estado, em cujo âmago ficaria consagrado o caráter total do trabalho (*totaler Arbeitscharakter*). Jünger sugere que esta era a tipologia de Estado necessária para superar os “[...] conceitos más polvorientos del liberalismo” (JÜNGER, 1993a, p. 33). Esta seria realmente uma nova estrutura de Estado, e não de um mero rearranjo da articulação da sociedade (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 33), e nela qual triunfariam os esforços do trabalhador e do soldado, fundidos em um só (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 32), representantes de um poder nascente e demarcadores do campo da aurora promissora e do ocaso de um abjeto regime burguês.

A substituição do Estado liberal pela nova estrutura do Estado do trabalho encontrará seu ator principal na figura do soldado–trabalhador. O mito do trabalhador se revela em Jünger por intermédio do “[...] mito del imperialismo guerrero agresivo” (LUKÁCS, 1959, p. 433)⁹³⁶ o que, em suma, coloca a filosofia da vida a tão somente “[...] algunos pasos de la ‘concepción del mundo nacionalsocialista’” (LUKÁCS, 1959,

⁹³⁶ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] mito do imperialismo guerreiro agressivo”.

p. 433).⁹³⁷ Esta aproximação à literatura jüngeriana por intermédio do conceito do soldado-trabalhador com o nacional-socialismo converge com a nossa hipótese de trabalho sobre a inviabilização da utilização do conservadorismo revolucionário para fins de crítica democrática. Esta percepção encontra sua última justificativa na observação lukacsiana de que os representantes da filosofia da vida, e aqui inclua-se o próprio Jünger – e, ao menos, boa parte da tradição conservadora revolucionária –, projetaram um conjunto filosófico legado ao corpo da doutrina nacional-socialista, perpassada pela

[...] trayectoria irracionalista de la filosofía de la vida del período imperialista, principalmente de la última etapa, y la utilizan sobre todo para tender los necesarios puentes ideológicos entre la agitación hitleriana [...] y la intelectualidad alemana educada en la filosofía de la vida, atrayendo a estos intelectuales [...] al campo del nacionalsocialismo o colocándolos en una actitud de benevolente neutralidad ante él. (LUKÁCS, 1959, p. 434).⁹³⁸

Publicado o seu texto no outono do ano de 1932, não é casualidade que Jünger nele expresse em *Der Arbeiter* valores que se penetravam na cultura germana durante a década de 20 ao passo em que, paralelamente, também experimentavam processo de radicalização que logo a seguir materializariam no horizonte o surgimento de um novo Estado segundo parâmetros políticos inauditos.⁹³⁹ O Estado que emergiria historicamente nos primeiros anos da década de 30 em substituição a democracia

⁹³⁷ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] alguns passos da concepção de mundo nacional-socialista”.

⁹³⁸ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] trajetória irracionalista da filosofia da vida do período imperialista, principalmente da última etapa, e a utilizam sobretudo para lançar os necessários pontos de contato ideológicos entre a agitação hitleriana [...] e a intelectualidade alemã educada na filosofia da vida, atraindo a estes intelectuais [...] para o campo nacional-socialista ou colocando-os em uma benevolente atitude de neutralidade frente ao movimento [...]”.

⁹³⁹ Os termos em que o texto jüngeriano é composto não são, portanto, uma mera casualidade histórica mas, antes, se mostraria afinado com a uma cultura política cuja tipologia de Estado que foi sendo gestada por diversas correntes teóricas no decorrer dos anos 20 e para a qual o conservadorismo revolucionário aportaria de forma relevante.

liberal. Este novo Estado encontra-se marcado pelo signo da ordem e da obediência, que visualiza a instauração da força como mecanismo de sustentação do político. A este respeito Jünger poderia apostar decididamente o movimento, ainda quando este apoiara a ascensão do nacional-socialismo.

A afinidade de Schmitt com Jünger se dá com um dos capitães da proposta de que um novo Estado, que no outono de 1932 batia às portas de Weimar, estivesse balizado por valores que a obra jüngeriana qualificara teoricamente como inerentes aos do trabalhador em oposição aos burgueses. O que Jünger realmente nos propõe é que tenha lugar a substituição dos valores constitucionais e culturais weimarianos (burgueses por definição) por outros, visceralmente distintos, ligados ao seu conceito de trabalhador (antiburgueses) que se apropriam das tradições militaristas prussianas. Assim, o texto de Jünger pode de forma bastante congruente com seus princípios dizer-nos sobre o trabalhador que

[...] cuanto más renuncie éste a utilizar en su lucha los conceptos, los órdenes, las reglas de juego y las constituciones inventados por el burgués, tanto más se hallará en condiciones de hacer efectiva su ley peculiar y tanto menos podrá aguardarse de él tolerancia. (JÜNGER, 1993a, p. 225).⁹⁴⁰

Em suma, para Jünger encontraremos como o primeiro pressuposto para que tenha lugar a construção orgânica do novo Estado que adverte poder ser edificado – e que factualmente teria lugar naqueles dias – nada menos do que a exigência de que “[...] queden consumidas por el fuego todas esas guaridas”.⁹⁴¹

⁹⁴⁰ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] quanto mais [o trabalhador] renuncie a utilizar os conceitos em sua luta, as ordens e as regras do jogo e as constituições inventadas pelo burguês, ainda mais se encontrará em condições de tornar efetiva a sua peculiar lei e ainda menos poderá esperar-se dele tolerância”.

⁹⁴¹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] é que todas estas garantias sejam consumidas pelo fogo”.

Essencialmente conectado com estes valores Schmitt desenvolve o seu trabalho desde a filosofia política e jurídico-constitucional. A proposta teórica de Schmitt é explicitada ao retomarmos uma de suas obras centrais do primeiro quinquênio da década de 20, a *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus* (1923). Neste trabalho a crítica ao parlamentarismo tanto quanto a democracia e ao liberalismo ocupam lugar central em que fica evidente a aposta do autor, como o faz Jünger, na renúncia a tolerância e a prescrição de políticas intolerantes, na renúncia às constituições burguesas e a aposta nos ordenamentos jurídicos em que o poder fora concentrado na figura de um só.

A detração dos valores burgueses implementados pela *Weimarer Verfassung* (Constituição de Weimar) converge com sua também intensa crítica por Jünger que, ao fim e ao cabo, propõe, como Schmitt, a substituição do domínio burguês pelo domínio do trabalhador (cf. JÜNGER, 1993a, p. 225). O seu conceito de domínio do trabalhador e de um Estado que reflita tal valor político revela o pensamento de um Jünger que percebe os riscos engendrados pelas próprias regras democráticas. Talvez o maior deles se encontre em que elas são capazes de engendrar as condições de possibilidade para que majorias elaborassem e fizessem vigorar normas antidemocráticas (cf. JÜNGER, 1993a, p. 242), algo para o que Schmitt já houvera advertido na década de 20. Contudo, não é pela percepção desta limitação que Jünger se mostraria proclive a um outro regime⁹⁴² senão que, claro está, a democracia não encaixava, por dizê-lo de modo abrangente, em sua *Weltanschauung* conservadora.

⁹⁴² É notável o quanto Jünger se mostrara um contumaz crítico do republicanismo de Weimar e que as apostas teóricas presentes em sua literatura desde os primeiros momentos de sua entrega nas trincheiras da Primeira Grande Guerra Mundial não mantinham qualquer contato com os valores liberais. Assim, malgrado a agudeza do seu intelecto que se fazia acompanhar de sua percepção política, Jünger não hesita em desenvolver o seu trabalho de forma tão incisiva mesmo em dias tão intensos e conflitivos como aqueles de Weimar. A rigor, alguma nota de certo cuidado e prudência de Jünger relativamente ao regime

A materialização de um Estado forte e essencialmente antidemocrático em conformidade com os valores jüngerianos era não apenas uma possibilidade teórica como, naquelas circunstâncias históricas alemãs, uma estratégia política de manifestação bastante concreta. Jünger assumiria o seu valor como a substituição do Estado democrático e liberal por outro roteiro político, a saber, pelo conceito por ele intitulado democracia de Estado ou democracia do trabalho (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 242) onde o conceito de democracia é utilizado em termos estritamente legitimatórios mais do que referentes à operacionalização deste conceito segundo seus referenciais clássicos, aspecto no qual a conexão schmittiana permanecia clara.

A substituição do Estado liberal proposta desde as linhas jüngerianas encontra firme apoio em seus escritos concebidos e publicados até a ascensão do nacional-socialismo em 1933. A sua posição restritiva das virtudes do Estado liberal era reconhecedora, ao menos implicitamente, como favorecedora de uma nova ordem que poderíamos denominar de totalitária na medida em que admite que a sua “[...] democracia de Estado ou democracia do trabalho” encontrava-se “[...] emparentado[a] más estrechamente con el Estado absoluto que con la democracia liberal [...]”. (JÜNGER, 1993a, p. 242).⁹⁴³

Guarda algum paradoxo, mas nas entrelinhas Jünger sugere a realização de um movimento contrário ao anunciado acima, procurando distanciar-se deste seu conceito de Estado absoluto. Para tanto o autor lança mão do argumento de que o Estado “[...] tiene a su disposición unas fuerzas que han sido movilizadas, que han sido alumbradas,

nacional-socialista encontramos já em meados dos anos 30, quando não hesita em advertir ao seu amigo Schmitt que em seu texto *Der Führer schützt das Recht* ele havia ido longe demais.

⁹⁴³ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] mais estreitamente familiarizado com o Estado absoluto do que com a democracia liberal”.

por la acción de los principios universales” (JÜNGER, 1993a, p. 242)⁹⁴⁴ com o que há uma visão de que antes do que humanas, algumas forças incidentes e reguladoras do mundo encontram-se antes na transcendência do que na imanência.

A tentativa de Jünger, contudo, não parece suficientemente articulada no sentido de distanciar o seu conceito de democracia do trabalho do outro de Estado absoluto, posto que ao sugerir a ação de princípios universais efetivamente não justifica que o poder absoluto se encontre distanciado de sua autoria temporal. Não há acréscimo substancial em Jünger para desconstituir sua argumentação favorável ao Estado forte.

Em trecho posterior Jünger aduz argumentos em sentido contrário a este pretenso movimento de distanciamento que pretende realizar entre o conceito de democracia de democracia de Estado ou do trabalho e o de Estado absoluto. Jünger ainda procuraria argumentar que a democracia do trabalho é entendida como uma situação excepcional (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 244), conceitualmente factível de ter a sua proximidade do schmittiano de ditadura comissária.⁹⁴⁵ Para Jünger a figura do trabalhador requer em sua unidade interna, e demonstra, uma vontade de ditadura total, como um espelho da própria nova ordem que se avizinha (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 48), aspecto no qual, desde a gramática político-jurídica schmittiana, já não falamos de ditadura comissária, senão soberana.

No mesmo diapasão da crítica ao liberalismo que subjaz a sua aproximação do Estado, Jünger irá preocupar-se, sem desentender-se do valor da clareza, com os termos de diretas críticas ao parlamentarismo e o sistema de partidos. Para Jünger a existência de uma multiplicidade de partidos não passa de retórica vazia pois, em verdade, o “[...]”

⁹⁴⁴ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] tem a sua disposição forças que foram mobilizadas, que foram iluminadas, pela ação dos princípios universais”.

⁹⁴⁵ Se é certo admitir que Schmitt não fez uso do conceito do trabalhador jüngeriano, isto sim, quando Schmitt remete ao conceito de democracia direta, quando aborda o conceito de aclamação, ele irá valer-se de ideias que são muito próximas aos termos críticos com que a massa é tratada no trabalho jüngeriano.

material humano como los medios de todos los partidos son homogéneos por su propia esencia y uno y el mismo es el resultado a que necesariamente abocan todas las confrontaciones entre los partidos” (JÜNGER, 1993a, p. 234).⁹⁴⁶ A crítica jüngeriana permite ir além, pois em suas linhas sugere que a diversidade entre os partidos não passa de mero jogo de aparências em que a única visível finalidade cumprida é a de

[...] posibilitarle a la persona singular una alternancia de las perspectivas y un sentimiento de aprobación. La aprobación resulta de la pura participación [...] del hecho [...] de tomar parte en las votaciones, sea el que sea el partido que salga favorecido por el resultado. (JÜNGER, 1993a, p. 234).⁹⁴⁷

Nestes termos entendida sua abordagem aos partidos políticos, por outro lado, a crítica jüngeriana ao parlamentarismo encontra-se, tanto quanto em Schmitt, entroncada com as raízes de sua crítica ao liberal-democrática. Jünger afirma que as tribunas parlamentares não passam de locais ocupados por meras marionetes, cuja representação ocupa o lugar de interesses nem sempre visíveis ou localizáveis desde fora desta ambiência (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 225). O mundo, e o Parlamento, presenciam o fim de uma era, um momento histórico marcado por revoluções cujos signos são de devastação “[...] por los incendios y por las querellas de los intereses” (JÜNGER, 1993a, p. 208),⁹⁴⁸ marcas que desconstituem as possibilidades do sonho unificador tão presentes no pensamento conservador. As tribunas políticas parlamentares às quais se refere Jünger se caracterizam pelo fato de que a sua situação é de que

[...] están laminando la hueca fraseología liberal hasta dejar reducido su espesor al de una hoja de papel, hay unos espíritus más sutiles y

⁹⁴⁶ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] material humano como os meios de todos os partidos são homogêneos por sua própria essência e o mesmo resultado ao qual necessariamente aproximam-se todas as confrontações entre os partidos [...]”.

⁹⁴⁷ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] possibilitar-lhes a pessoa singular uma alternância das perspectivas e um sentimento de aprovação. A aprovação resulta da pura participação [...] do fato [...] de tomar parte nas votações, seja qual for o partido a quem os resultados favoreçam”.

⁹⁴⁸ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] pelos incêndios e pelas querelas dos interesses”.

más experimentados; están preparando un cambio de decorado. Bajo unas formulaciones nuevas, sorprendentes, “revolucionarias” [...]. (JÜNGER, 1993a, p. 225).⁹⁴⁹

Logo ao início deste trecho Jünger aponta cuidadosamente para a eminência do desmoronamento dos valores democráticos conforme concebidos por seus cultores weimarianos. Uma tal indicação não foi suficiente para que aqueles que, diferentemente dos interesses do próprio crítico, Jünger, pudessem recepcionar e evitar algumas de suas mais incisivas linhas a sustentar o regime autoritário que se avizinhava.

Na terminologia jüngeriana encontramos o conceito de democracia nacional que é abordado em paralelo com um outro conceito de democracia segundo os termos de homogeneidade reclamados em sua acepção schmittiana e também, como diria este autor, compatível com o conceito de ditadura. Esta estratégia schmittiana de compatibilizar os conceitos de democracia e de ditadura não lhe pareceria a Jünger uma ideia a ser rejeitada. Jünger sustenta a possibilidade de que, tal qual na Roma republicana – aliás, este é o mesmo exemplo citado por Schmitt em sua *Die Diktatur* publicada onze anos antes – poderia dar-se a “[...] institución especial y temporal de la dictadura” (JÜNGER, 1993a, p. 244). Esta ideia é que aparece em Schmitt como ditadura comissária, a qual o autor opõe o conceito de ditadura soberana (*cf.* SCHMITT, 2009b, p. 19-29). Jünger faz referência a que esta é uma ditadura a qual as próprias pessoas se condenam, ou seja, que “[...] se imponen a sí mismos los pueblos para que pueda darse la orden de hacer lo necesario [...]”. (JÜNGER, 1993a, p. 243).

Este conceito de ditadura é também utilizado por Jünger como forma de antepor-se aos valores liberal-burgueses, como instrumento para vencer a decadência do

⁹⁴⁹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] estão aplainando uma vazia verborragia liberal até reduzir a sua espessura a de uma folha de papel, há alguns espíritos mais sutis e mais experimentados preparando uma mudança na ornamentação. Sob umas formulações novas, surpreendentes, “revolucionárias” [...]”.

pensamento burguês e suas muito próprias categorias de liberdade de imprensa, organização partidária e liberdade de empresa (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 243), ataques considerados como uma pura manifestação contra o indivíduo burguês (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 248). Na literatura jüngeriana não encontraremos apoio para estes valores que apoiaram a consolidação das democracias ocidentais cuja inspiração encontra-se tão somente na vontade individual (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 116), ideia que dá suporte a uma cultura que encontrava o seu ocaso (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 97).

Estas liberdades eram valores próprios do século XIX burguês ao qual se opunha Jünger e às suas liberdades negativas que, agora, com o alvorecer do século XX que conta com a figura do soldado-trabalhador haveria de buscar uma outra referência distante de um indivíduo que, informado por suas próprias categorias e aspirações, busque a autodeterminação, a realização independente da projeção externa de forças que lhe determinem o agir. Esta nova figura que emergirá no mundo para contraditar essencialmente estes valores configurados na pessoa do burguês é a do soldado-trabalhador, mobilizado total e irresistivelmente (*cf.* SÁ, 2003b, p. 17) para o trabalho no âmbito do novo Estado. A pretensão de furtar-se a mobilização requer a assunção do eminente risco de aniquilação, pois as suas escolhas eram apenas duas “[...] ou o aniquilamento ou a participação”. (SÁ, 2003b, p. 17).

A noção de indivíduo que encontra-se operante no conceito de liberdade burguesa, portanto, não poderia ser mais contraditória com as aspirações do movimento conservador revolucionário a que ativamente pertencia Jünger. A individualidade como valor começava “[...] a desvanecerse y a rozar el ridículo en todos aquellos sitios donde todavía se lo reclama” (JÜNGER, 1993a, p. 100),⁹⁵⁰ posto que os novos tempos haveriam se compor-se a partir da submissão ao querer coletivo expresso pelo ente

⁹⁵⁰ O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] a dissipar-se e a ficar ao borde do ridículo em todos aqueles lugares onde todavia é reclamado”.

estatal. Jünger argutamente detecta e estimula o avanço de um tempo histórico contrário ao estado das liberdades que haviam sido tão arduamente forjadas nos séculos anteriores. Para esta tendência apontava ao dizer que “[...] no exista nada que *no* quepa concebir como una función del Estado [...]”. (JÜNGER, 1995c, p. 99).⁹⁵¹

Este é um de seus movimentos em que resta evidenciada a mais completa subsunção da noção de indivíduo consolidada no século XIX a emergente e totalizante força do Estado. Apenas ele disporia de capacidade para organizar e empreender a mobilização total lhe reclama ao indivíduo com partícipe de uma nova realidade na qual o trabalhador é a nova figura central. Trata-se de um homem que irá, como indica Sá, libertar-se de sua individualidade separada e assumir-se em um novo contexto em que ele emergirá como força em um processo de mobilização que lhe supera (*cf.* SÁ, 2003b, p. 30). Em conexão com esta leitura, a noção do individualismo liberal precisa ser superada em Schmitt forçosamente devido a sua construção do poder, cujo guia e condutor resumido no conceito de *Führer*, não disporá espaços para o auto-planejamento individual e as suas reclamadas esferas de liberdade, senão na medida em que esta se encontre em plena conformidade com a sua percepção da realização do espírito da comunidade (*Volksgemeinschaft*).

Jünger não irá opor-se expressamente a tal estado de coisas senão que, ao contrário, confirma que alguma substância libertária⁹⁵² apenas receberá convicto apoio de sua parte enquanto se resolva na disponibilização para o empreendimento heroico. O homem encontra-se em posição de desfrutar quando contempla a uma existência sem

⁹⁵¹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] não existe nada que não possa ser concebido como uma função do Estado [...]”.

⁹⁵² A indicada substância libertária encontra especial tutela na argumentação liberal por força de que a liberdade de escolha é um de seus argumentos centrais, em contradição com fenômenos políticos totalitários que podem chegar a desprezar tal ideia liberal ainda quando não, ao menos plenamente, a própria ideia da organização capitalista.

dor, e a isto denomina heroico. Enfrenta riscos e embates últimos sobre os quais triunfa, sem que a dor o atinja finalmente, como se de um triunfo não residual sobre a própria circunstância da vida trata-se. Esta é a circunstância em que o homem se apresenta à existência tal qual ela é, inexoravelmente marcada pelo perigo, em tal dimensão que qualquer tentativa ordenadora a ele sucumbe malgrado as constantes tentativas ordenadoras (cf. JÜNGER, 1993a, p. 54). Assim se sente o homem comum perante uma vida que Jünger reputa não possuir uma conclusão satisfatória (cf. JÜNGER, 1995b, p. 18) senão quando intensamente dedicado a esta desafiadora realidade existencial.

5.3. POLÍTICO X ECONÔMICO: CRÍTICA LIBERAL E A RETÓRICA ANTIFINANCISTA DO CONSERVADORISMO REVOLUCIONÁRIO

O enfrentamento com a tradição financeiro-empresarial deitava raízes no movimento conservador revolucionário cuja retórica era a animosidade com o liberalismo em matéria política, acusado por estabelecer as condições de desordenação da órbita das relações políticas.⁹⁵³ A animosidade com o mundo das finanças orientado pela cultura liberal, e, alegadamente, judia, permitia a abertura de um leque crítico que abarcaria amplos segmentos do espectro político, da extrema esquerda à extrema direita reacionária.

Dentre os críticos a figura de Spengler indicava que a predominância aparente do econômico sobre o político estava demonstrada pelo triunfo da cultura do “[...] estado pelo escritório” (SPENGLER, 1941, p. 45). O domínio do *locus* financeiro sobre o

⁹⁵³ Importa ressaltar que, como Romano identifica em sua leitura de Faye, que Schmitt deixa de responder se o Estado total deverá afirmar ou negar a estatização da economia (cf. ROMANO, 1990, p. 159), muito embora, isto sim, deparemo-nos com escrito em que Schmitt reclama que o Estado deva encontrar em sua base uma economia saudável. A seguir, o Estado nacional-socialista deixaria clara qual era a sua resposta a partir da resolução das disputas internas com os intelectuais que, como os irmãos Strasser, encontravam-se na ala esquerda do partido. Considerados traidores, emana a ordem de Hitler para que fossem perseguidos, capturados e mortos.

sítio do projeto político era a nota distintiva de toda uma estratégia do mundo burguês. Isto retratava, em suma, uma linha de orientação filosófica que era detectada pelo conservadorismo revolucionário como representante de um eminente risco. O investimeno da cultura burguesa se dava em prol do pacifismo, e o triunfo deste espírito sobre o coração aventureiro conservador era também representativo de que as leis da economia sobrepujassem a real lei histórica de organização do mundo, qual seja, uma do tipo que encontra sua orientação nos termos da linguagem guerreira (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 58). Este era aspecto desde o qual poderia ser identificada certa possibilidade ditatorial, ainda que em linhas gerais.

A assimilação da liberdade de empresa com o mundo financeiro constituía um dos pontos de ataque da crítica tecida pelo conservadorismo revolucionário em relação às mais arraigadas tradições da cultura burguesa weimariana.⁹⁵⁴ Por trás desta crítica também encontrava-se a percepção de que a cultura burguesa almejava transformar o sentido secreto de todas as lutas econômicas (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 116), ou seja, a busca por transformar a vida em um emaranhado de relações meramente contratuais operantes em uma ordem privada. Esta transformação era reclamada a partir da realidade do cenário urbano descrita por Jünger como estando composta por relações frias, de produção e de consumo, mas também de exploração, relações sociais, crimes e ordem (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 66).

Dentre os tópicos colocados com alvos de ataque por parte do conservadorismo revolucionário, Jünger faz referência à universalização extrema dos princípios da democracia nacional. O autor amparava tal ideia em que “[...] el otorgamiento práctico de los derechos universales del hombre a cada uno de los que participaron en la gran

⁹⁵⁴ Este é argumento que tem como pano de fundo a oposição entre o mundo financeiro, comercial e a cultura burguesa britânica e, por outro lado, a cultura conservadora alemã, cujo caráter era fundamentalmente ligado à produção e aos valores campestres em sua versão *Völkisch*.

cruzada de la humanidad contra la barbarie [...]” (JÜNGER, 1993a, p. 230),⁹⁵⁵ mas, por certo, pouco lhe interessaria a Jünger alguma espécie de reserva de segurança⁹⁵⁶ pois, conforme explicita em seus escritos, a guerra de 1914 não havia sido representativa tão somente de dois diferentes grupos de nações mas, antes, ela foi travada entre duas grandes *Idades* (cf. JÜNGER, 1993a, p. 59). Tratava-se, portanto, de uma oposição radical entre duas *Weltanschauung*, de duas formas de entender o mundo que seriam uma vez mais tematizadas por Heidegger na década de 1930 ao pensar o nacional-socialismo como uma alternativa de fundo entre o capitalismo e o socialismo.

É perceptível o quão preocupado se mostra Jünger com a possível expansão universal destes direitos. Contrariamente à tradição liberal, o conservadorismo de boa cepa investia contra os direitos que, em sua versão ampliada,⁹⁵⁷ e revolucionária, atingiriam a povos cujo *status* de Estados que os haviam sido negligenciados até há pouco,⁹⁵⁸ desfavor histórico este que viria em apoio das mais sangrentas ditaduras. Para Jünger a ampliação dos direitos este era um indefectível sinal de que havia de “[...] llevar necesariamente a incluir en el disfrute de tales principios también a unas fuerzas en las que apenas se habían pensado al comienzo”. (JÜNGER, 1993a, p. 230).⁹⁵⁹

⁹⁵⁵ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “a outorga prática dos direitos universais do homem a cada um dos que participaram na grande cruzada da humanidade contra a barbárie [...]”.

⁹⁵⁶ Com certeza esta ampliação do mundo dos direitos não se apresenta compatível com uma percepção de mundo conservadora, aspecto no qual recordar Burke e também De Maistre pode ser bastante elucidativo.

⁹⁵⁷ Nos dias atuais a precaução exacerbada de Jünger pode ser vista como uma plena conexão entre o pensamento de um mundo sem falhas com seus indivíduos absolutamente protegidos, igualmente ancorada em um mundo protetivo da noção de ampliação do poderes à técnica.

⁹⁵⁸ Thomas Mann realiza trabalho que, de certa forma, pode ser aproximado a questão em debate. Com a precaução de assinalar que quanto ao conteúdo não seria possível tal aproximação, isto sim, a ênfase do discurso de Mann não pode tampouco ser entendida desde uma leitura liberal ou de uma sociedade em que triunfe o individualismo, duvidosa da eficácia da participação política.

⁹⁵⁹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] levar necessariamente a incluir no aproveitamento de tais princípios também à forças nas quais sequer se tinha pensado inicialmente”.

A posição de Jünger a respeito dos direitos se mostra plenamente convergente com o *Zeitgeist* (espírito da época), tanto pela direita reacionária quanto por uma esquerda deficitária no empenho da defesa das instituições republicanas, com exceções como Hermann Heller, que sempre permaneceu leal às instituições republicanas e a sua firme defesa. A retórica de Jünger entronca de forma potente com a realidade de seus dias, momento histórico das primeiras décadas do século XX que coincidiam com a juventude de Schmitt, em que se abriam as portas para a transgressão de caros princípios a busca de consolidação e balizadores de nascentes instituições (cf. OBREGÓN, p. 40), tempo de grandes incêndios para os quais faltaram suficientes intelectos dedicados na intensidade que os dias requisitavam.

Para que os alvoroços tivessem o espaço necessário para o seu alargamento em algo muito pior colaborou o fato político da insatisfação das massas com a evolução sociopolítica e econômica do país. A tese central de Jünger a este respeito é a de que as massas não perceberam que, naquele momento histórico, as suas liberdades encontravam-se em vias de violação. Isto ocorreu muito embora, como se depreende de um de seus livros mais célebres, *Der Arbeiter*,⁹⁶⁰ as massas se encontrassem na posição de sujeitos de uma revolução tecnológica que lhes capacita ao tempo em que instrumentaliza, sendo agora operantes a partir de uma lógica operária antiburguesa.

Toda esta situação que vem sendo descrita acima, sintetizáveis na evolução das múltiplas crises, Jünger e o conservadorismo revolucionário souberam explorar a

⁹⁶⁰ Marcuse alerta para o fato de que “o livro de Jünger é o protótipo da união nacional-socialista entre mitologia e tecnologia, um livro no qual o mundo de ‘sangue e solo’ emerge como um empreendimento gigantesco, totalmente mecanizado e racionalizado, moldando a vida das pessoas de tal forma que estas executam com automática precisão a operação certa no lugar e no momento certos, um mundo de factualidade bruta sem espaço nem tempo para ‘ideais’. Mas este mundo totalmente tecnológico se origina e é alimentado por uma fonte supratecnológica que Jünger indica evocando os traços ‘antiburgueses’ do caráter alemão”. (MARCUSE, 1999f, p. 210).

situação, já muito agravada pelas consequências econômicas (e profundo ressentimento) impostas aos alemães pelo Tratado de Versalhes que pusera fim à Primeira Guerra Mundial. O conservadorismo age corrosivamente sob as todavia frescas e mal-assentadas estruturas weimarianas, República cujo espírito era marcado pela liberdade criativa artística, consagradora, dentre outros, do Expressionismo alemão cultivado originariamente no Império. Nada mais avesso a cultura conservadora revolucionária presente em textos como os de Jünger do que a ideia de que parte do crédito da perda da Primeira Grande Guerra Mundial pela Alemanha se deveu à cultura ocidental (*cf.* VON KROCKOW, 2001, p. 18), devidamente representada pelo liberalismo em suas diversas variações, do político ao econômico passando pelas artes e pela ética.

Em ambiente de cultivo e proteção às liberdades, a arte e a cultura encontravam um período de florescimento que posteriormente alguns reclamariam como verdadeira idade dourada (*cf.* GAY, 1978, p. 12). Esta, contudo, não encontraria respaldo, senão que seriam um dos alvos prediletos não apenas do conservadorismo revolucionário como, principalmente, de sua projeção político no nacional-socialismo, combatentes dos valores liberais que inspiravam, por exemplo, as artes em Weimar. A República esteve marcada por uma criatividade denotadora de sofrimentos mas também por

[...] trabalhos pesados dentro de repetidos desapontamentos, esperança em face de adversários impiedosos e poderosos. Posso acrescentar que foi precisamente este pessimismo fácil, que viu então (e ainda vê) a República condenada desde o início, que ajudou a concretizar as profecias feitas. (GAY, 1978, p. 16).⁹⁶¹

Este o contexto ao qual Schmitt não economizou esforços em criar fundamentação teórica suficiente para caracterizar a sua profunda oposição, em movimento coordenado com a tradição conservadora revolucionária que aqui viemos

⁹⁶¹ Na sequência de seu trabalho o autor comenta que o fim de Weimar não era inevitável “[...] pois existiam republicanos que levaram a sério o símbolo de Weimar e tentaram, persistente e corajosamente, dar ao seu ideal um contexto real” (*Ib.*). Neste sentido Gay aduz os trabalhos de BRACHER, SAUER e SCHULZE, (1962, p. 17-18)

assinalando. A angulação fundamental desta oposição radica nas radicalmente opostas visões de mundo que aproximariam Schmitt mais dos preceitos de um Estado totalitário, como seria o III Reich alemão do que, por exemplo, era a cultura marcante da República de Weimar, na qual triunfava uma visão de mundo relativista e libertária. O seu caráter avesso à crença em valores absolutos, se revelavam próprios para o desenvolvimento de uma esfera cultural próxima, por exemplo, aos valores artísticos de pintores e escultores como Wassily Kandinsky, Franz Marc, Marc e Lasar Chagall, Paul Klee, Egon Schiele, dentre inúmeros outros que compunham o cenário cultural afim com os valores liberais. Estes eram, por definição, incompatíveis com referenciais fixos e dogmáticos – também aqui plenamente avesso aos preceitos jurídicos kelsenianos⁹⁶² – como aqueles que bem poderiam habitar uma mente educada no catolicismo como a de Schmitt.

As transgressões a que o período se expunha por força das intensas oposições políticas ensejavam bem mais do que embates mantidos nos limites do político. A intensidade dos embates era estimulada ao máximo por conservadores que entendiam o conflito radical como instrumento capaz de engendrar novas e superiores realidades

⁹⁶² A respeito da projeção da conexão da ortodoxia conservadora axiológica do pensamento schmittiano e com o viés não completamente afirmado do liberalismo kelseniano, encontramos trecho em que o vienês afirma que (a) “[...] si se piensa que el valor y la realidad son cosas relativas y que, por tanto, han de hallarse dispuestas en todo momento a retirarse y dejar el puesto a otras igualmente legítimas” (KELSEN, 1977, p. 153). Aqui Kelsen consolida sua visão de que o direito poderá estar composto por valores díspares, até mesmo opostos, e, neste sentido, antagônicos com aqueles democráticos bastante presentes em *A essência e valor da democracia*. Neste mesmo sentido e conectando o tema à democracia, reforça em outro trecho que (b) “[...] la democracia concede igual estima a la voluntad política de cada uno, porque todas las opiniones y doctrinas políticas son iguales para ella, por lo cual les concede idéntica posibilidad de manifestarse y de conquistar las inteligencias y voluntades humanas en régimen de libre concurrencia”. (KELSEN, 1977, p. 156-157). Aos trechos acima sugerimos as seguintes traduções: (a) “[...] se se pensa que o valor e a realidade são coisas relativas e que, portanto, devem encontrar-se a todo momento dispostas a retirar-se e deixar o lugar para outras igualmente legítimas [...]”; (b) “[...] a democracia concede igualmente apreço à vontade política de cada um porque todas as opiniões e doutrinas políticas são iguais para ela, motivo pelo qual lhes concede idéntica possibilidade de manifestar-se e de conquistar inteligências e vontades humanas em regime de livre concorrência”.

históricas. Nestes termos as circunstâncias, encontrava-se logicamente próxima uma situação de transgressão institucional grave e, sem surpresa, quiçá, até mesmo ruptura constitucional a qual Schmitt apenas não apoia enquanto auxiliar e conselheiro do alto escalão da República, a qual não hesitou em abandonar no momento conveniente.

A oposição ao conceito de democracia vigente na República de Weimar também se faz presente em trabalhos de conservadores como Jünger, especialmente em sua tese sobre as massas. Em algum momento o autor sustenta que as massas não se aperceberam naquele momento histórico de que as suas liberdades encontravam-se em vias de ser violadas, mas, contudo, em sua condição de intelectual, tampouco se reservou alguma tarefa severa no sentido de antecipar publicamente tal estratégia em movimento. A perspicaz ideia de Jünger era de que

[...] A violação da Constituição pode também comportar aspectos legais, por exemplo, quando o partido dominante consegue uma maioria que altera a Constituição. A maioria pode ao mesmo tempo ter razão e proceder sem ela: esta contradição não entra nas cabeças simples. Já nas votações torna-se difícil decidir onde cessa o direito e começa a violência. (JÜNGER, 1995a, p. 74).

É fato político que as massas bem podem chegar a aplaudir a vituperação de seus próprios direitos fundamentais sob o argumento do líder sobre a urgência histórica, sem que atentem para o que o futuro mediato lhes reservará. A questão todavia ganha corpo quando o regime é alimentado por teorias como a schmittiana da aclamação, legitimadora do poder concentrado no *Führer* por intermédio deste primitivo método de consulta extremamente manipulável, bem mais, aliás, do que a democracia, também criticada por manipulável, segundo dizia Goering a seu respeito (cf. GOLDENSOHN, 2005, p. 177). O crime, contudo, já se encontrava encomendado durante as votações. Interessante e perspicaz angulação é oferecida por um leigo na matéria como Jünger, segundo quem

A violação da Constituição pode também comportar aspectos legais, por exemplo, quando o partido dominante consegue uma maioria que

altera a Constituição. A maioria pode ao mesmo tempo ter razão e proceder sem ela: esta contradição não entra nas cabeças simples. Já nas votações torna-se difícil decidir onde cessa o direito e começa a violência. (JÜNGER, 1995a, p. 74).

A violação à Constituição poderia ser percebida como um valor ainda quando os direitos sociais e políticos nela constantes pudessem ser algo de diminuição ou, mesmo, suspensão sem garantias efetivas de restabelecimento. Eram momentos em que o discurso de homens como Jünger, bem como de toda a tradição conservadora, contrários aos direitos, tendiam a calar mais fundo do que a progressivamente odiada teoria liberal. Estas eram as circunstâncias em que começaria a violência (*Gewalt*) que se materializaria em um futuro próximo, sendo isto fosse percebido como um estágio necessário para o avanço histórico de um muito particular conceito civilizacional do conservadorismo revolucionário logo incorporado em boa parte pelo nacional-socialismo.⁹⁶³

⁹⁶³ O crime encontrava-se encomendado, as condições estavam postas, as circunstâncias eram suficientes, o clima sociopolítico era favorável. Assim, em algum momento, a máquina de moer começou a girar, e a violência (*Gewalt*) se materializaria em um futuro próximo onde a violência (*Gewalt*) seria um prontamente um elemento da vida – a este respeito há referência na obra de Jung, (1933) – isto sim, informada por uma racionalidade oculta sob o manto da irracionalidade. Interessa ressaltar que toda a orquestração da barbárie não encontra-se balizada por um processo não refletido e planejado de adequação de meios a fins. Tratou-se de um processo racionalizado para o extermínio no qual interveio a razão enquanto instrumentalidade distanciada da crítica teleológica de seu emprego. Acerca deste tema Collins comenta que “[...] em 1962, Adorno esteve entre los primeros en calificar de racionalistas a los programas de exterminio nazis por su planificación y funcionamiento, y desde entonces el argumento ha sido desarrollado en profundidad por autores como Zygmunt Bauman. Además y aunque resulte incómodo, debemos advertir de que el mismo Heidegger ya había señalado los problemas del pensamiento tecnocrático dentro de la jerarquía de partido” (COLLINS, 2004, p. 91), problema tecnocrático para o qual Jaspers assinalaria a necessidade de, por princípio, minimizar ao extremo (cf. RÜDIGER, 2008, p. 25). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] em 1962, Adorno esteve entre os primeiros em qualificar de racionalistas aos programas de extermínio nacional-socialistas devido a sua planificação e funcionamento, e desde então o argumento foi desenvolvido em profundidade por autores como Zygmunt Bauman. Além disto, embora resulte incômodo, devemos advertir que o próprio Heidegger já havia chamado a atenção para os problemas do pensamento tecnocrático dentro da hierarquia do partido”.

A senda do abuso do poder encontrava aberta a sua trilha por força deste pouco apreço pelo mundo dos direitos, incluído aí a própria *Weimarer Verfassung*. Esta não era uma realidade que passasse despercebida por Jünger que, em algum momento, alertava para o fato de que “[...] os abusos podem agravar-se pouco a pouco e apresentar-se contra certos grupos como puro crime” (JÜNGER, 1995b, p. 74). O crime cuja comissão fora antecipado por Jünger não se encontrava sob os cuidados do autor naquele momento de sua execução, e a história viria apenas (e infelizmente) corroborar com exatidão tal observação. A transição da ordem política prevista na Constituição weimariana para o III Reich foi manifestação de como a violação da Constituição pode dar-se por intermédio de métodos absolutamente legais como sugere Jünger. Contra tais métodos, o que parece realmente eficaz é uma adesão cultural profunda aos direitos humanos.

Em sua obra literária Jünger utiliza figura que parece tão intensa quanto poderosa, sugestiva. O autor faz referência à cor cinza em alguns momentos ao buscar retratar certos momentos obscuros da Alemanha no século passado. Especificamente sustentava que naqueles primeiros anos da primeira metade do século 20 a vida tornara-se cinzenta. Desde a distância que nos separa daqueles dias, aos contemporâneos talvez possa “[...] parecer suportável àqueles que, ao lado da escuridão, vislumbram o negro absoluto” (JÜNGER, 1995b, p. 29). Esta imagem de Jünger prepararia o espaço para a defesa daqueles que apoiaram o nacional-socialismo, posto que aqueles dias de escuridão não poderiam ser muito bem apreciados desde a distância, senão apenas, lê-se em suas entrelinhas, por aqueles que houveram de suportar as vicissitudes daquela quadra histórica.

Discordamos quanto à suportabilidade da projeção deste negro absoluto em qualquer tempo e, mesmo não sugerindo o recurso à figura heroica de Jünger para

suportar o indescritível, é certo que as alternativas sempre se oferecem segundo circunstâncias que, seguramente, não excluem alguma dor em períodos que supõe tais escolhas assim de forma tão crua.⁹⁶⁴ Em tempos tenebrosos a cor a qual evoca Jünger, o cinza, parece dispor de capacidade simbólica, tendo exercido seu papel na arte descritiva das cores que constituíram o cenário da miséria humana. Esta arte nos aproxima à mesma realidade melancólica (e quase cotidiana dos céus germânicos agravados) que sombriamente emergia das chaminés dos fornos crematórios nos campos de concentração (*Konzentrations-Zentrum*) do nazismo⁹⁶⁵ dentro dos quais emergiam as cinzas dos inimigos de raça, cor, credo ou simplesmente convicções políticas em atos de eliminação ou extermínio em massa.

⁹⁶⁴ A este respeito von Krockow cita texto bastante ilustrativo da literatura jüngeriana: (a) “El espíritu de la batalla [...] de la lucha de trincheras que fue peleada con más insensibilidad, brutalidad y salvajismo que ninguna otra, alimentó hombres como no había sido visto el mundo antes” (*apud* VON KROCKOW, 2001, p. 16). Mas quando Jünger descreve as ocorrências nestes termos a sua verve literária ultrapassa o plano descritivo e adentra as fronteiras da subscrição dos fatos, atribuindo-lhes os adjetivos que a admiração do narrador comporta: (b) “Era una raza completamente nueva, energía hecha cuerpo, cargada con la rabia más grande [...], vencedora, naturaleza de acero, instalada en la lucha en su forma más espantosa [...] éste es el hombre nuevo – lo que aquí en la lucha se revela como visión, será mañana el eje en torno al cual la vida voltea más y más rápido” (*apud* VON KROCKOW, 2001, p. 16).

“ (*apud* VON KROCKOW, 2001, p. 16). Portanto, não encontramos, aqui, apenas a marca do talentoso escritor a descrever a sua experiência no front para a posteridade mas, igualmente intensa é a sua percepção positiva de todo o valor de que se revestiam aquelas ações humanas endereçadas ao puro e cruento extermínio. Corretamente assinala von Krockow que quando Jünger menciona que a revelação do sentido do homem encontra-se neste momento vital último (*cf.* VON KROCKOW, 2001, p. 17). Aos trechos acima sugerimos as seguintes traduções: (a) “O espírito da batalha [...] da luta de trincheiras que foi lutada com mais insensibilidade, brutalidade e selvageria que em nenhum outro lugar, alimentou homens como nunca antes se havia visto no mundo”; (b) “Era uma raça completamente nova, energia feito corpo, carregada com a mais intensa raiva [...], vencedora, natureza de aço, instalada na luta em sua forma mais espantosa [...] este é o novo homem – o que a luta revela aqui como visão amanhã será o eixo em torno ao qual a vida girará mais e mais rápido.”

⁹⁶⁵ Em horripilante referência nos dizia um dos guardas de campo de concentração que a chaminé era a única porta de saída para quem dali quisera evadir-se (ver LEVI, 1988).

Nos atos sinistros subsequentes ao terror, o cinza encobria os campos de concentração e jogava sobre os parentes e amigos sobreviventes os plúmbeos restos dos grupos violentamente trucidados. Por trás deste argumento há um Jünger que reclama a dor e o sofrimento como virtudes recentemente esquecidas. A dor havia sido esquecida nesta sua dimensão virtuosa, e Jünger, momento seguinte e congruente com os termos de sua estratégia condenatória do modo de vida burguês, assinala que “[...] parece que el ser humano posee um afán de crear un espacio en el que resulte posible considerar el dolor como una ilusión, y ello en un sentido enteramente distinto que hasta hace poco tiempo” (JÜNGER, 1995b, p. 74).⁹⁶⁶ Este texto de 1934, corrente os dias difíceis, expressa um dos momentos em que o autor evidencia o seu reclamo por uma perspectiva de vida cuja valia encontra-se no alijamento do valor burguês à criação de um mundo no qual os riscos fossem eliminados.

À guisa da literatura de 1914 e dos compromissos ideológico-políticos emergentes teve lugar um tempo do elogio da violência (*Gewalt*) organizada, a saber, o da primeira parte do século 20, centrado que esteve o foco em sua brutal posta em prática no início dos anos 30. Cozido intelectual nas hostes do conservadorismo, logo servido à mesa principal pelo nacional-socialismo, o triunfo temporário da força e do belicismo não pôde traduzir a barbárie tão intensamente como os próprios atos e condutas originalmente concebidos para mostrar do que realmente o regime seria capaz. Não raro deparamos com oradores que em seus abjetos discursos todavia pretendem negar o Holocausto⁹⁶⁷ como se todo o discurso e a trajetória alinhavada neste trabalho não tivessem obtido lugar de destaque e influência para além de meios intelectuais.⁹⁶⁸

⁹⁶⁶ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] parece que o ser humano possui um afã de criar um espaço no qual resulte possível considerar a dor como uma ilusão, e isto em um sentido inteiramente diferente do que até a pouco tempo”.

⁹⁶⁷ Tais discursos tem espocado em diversos centros, tanto literários, políticos como religiosos e no mundo das relações internacionais, muito embora, oficialmente, restrinja-se a poucos Estados de

Contudo, quando não mais possível fora manter a posição denegatória da selvageria, a estratégia passava, então, a ser a da admissão da prática de crimes ou de admitir que se eles realmente foram praticados,⁹⁶⁹ houvera sido por alguns dos fanáticos do III Reich, mas não com o consentimento do *Führer* nem com o dele próprio, Goering, o segundo homem do regime⁹⁷⁰ que, dizia, tinha coisas mais importantes das

membros da Igreja Católica na Argentina ao atual presidente do Irã passando por casos judiciais como o de Ellwanger (HC 82424/STF), todos eles negadores do Holocausto e antisemitas raivosos.

⁹⁶⁸ Toda esta diatribe teve seus precursores nos momentos imediatamente subsequentes ao término do conflito, durante o julgamento de Nuremberg e frente a todas as exaustivas provas, incluindo filmes. Nada disto, contudo, demoveu o oficialato nazista de dar continuidade (ao menos grande parte dele) à linha de defesa concebida por Goering, qual seja, a de negar o Holocausto.

⁹⁶⁹ Alguns filósofos da política próximos a argumentação da eliminação do inimigo não chegaram a dar o passo aqui sugerido, restando, diferentemente dos militares nacional-socialistas, distanciados da assunção de suas responsabilidades intelectuais no real fomento à cultura da violência.

⁹⁷⁰ Goering em grande parte sustentava não saber do sucedido. Basicamente, seus argumentos eram de ordem pessoal e institucional. Primeiro, que ele, pessoalmente não era favorável ao extermínio de mulheres e crianças. Contudo, não se tratava de pruridos ingênuos de um alto oficial do regime, pois, se fora para vencer a guerra, deixava claro, todo o genocídio não houvera sido necessário não seria óbice para que ele o ordenara, enfim, e em suas palavras, “[...] não me incomodaria muito” (*apud* GOLDENSOHN, 2005, p. 174). Pessoalmente, reiterava, considerava “inapropriado” o extermínio de mulheres e crianças (*op. cit.*, p. 173), atribuindo a culpa do evento a Goebbels ou a Himmler (talvez aos dois), como se o segundo homem do regime estivesse tratando de uma questão absolutamente secundária da qual pudesse descuidar. Em segundo lugar, a questão institucional. Dizia Goering que não tinha notícia oficial do que acontecia nos campos de concentração e, ademais, se o tema fora levado a debate haveria resistências (*op. cit.*, p. 155). Ouvira, isto sim, apenas rumores. Por sua parte, Levi é claro ao dizer-nos, já na abertura de um de seus livros, que “as primeiras notícias sobre os campos de extermínio nazistas começaram a difundir-se no ano crucial de 1942. Eram notícias vagas, mas convergentes entre si; delineavam um massacre de proporções tão amplas, de uma crueldade tão extrema, [...] que o público tendia a rejeitá-las em razão de seu próprio absurdo. [...] essa rejeição [...] [era] prevista com muita antecipação pelos próprios culpados” (LEVI, 2004, p. 9). Seriam justamente apenas às portas dos escritórios dos altos oficiais nazistas que as notícias mais relevantes teimariam em não ecoar sob forma alguma e que lhes permitiria permanecer neste muito conveniente estado de desconhecimento para tudo incompatível com uma estrutura burocrática milimetricamente organizada? Acaso não era mesmo a prática da matança fruto de uma atividade profundamente organizada? Seria algo tão sem importância que poderia ser levado a termo por meros subordinados segundo seu livre arbítrio? Acaso esta já não era uma linha política colocada nos textos fundadores de Hitler e desempenhada em várias áreas da cultura como a educação (expurgos acadêmicos), artes (discriminação e afastamento de artistas cultores da arte

quais se ocupar durante a guerra, argumento por si só de tenebroso fundo, pois admite que a morte programada de milhões era um assunto menor. Contrariamente à perspectiva negacionista, uma dos mais lúcidos escritores alemães, Günther Grass,⁹⁷¹

degenerada) e, por fim, de todos quanto representassem alguma ameaça à estética do regime? É não apenas claro como muito bem documentado que os movimentos foram bastante bem organizados pelos altos cargos do regime e bastante cuidadosamente executados. Exemplo das posições logo assumidos por alguns dos altos cargos foi a de Goering, que por vezes dizia crer que toda a barbárie não passava de rumores dos inimigos, e em outros momentos apenas dizia ser inútil investigar pois, ademais “[...] estava ocupado com outras coisas” (GOLDENSOHN, 2005, p. 175). A mesma ideia acerca dos rumores do extermínio ao qual não deu crédito aparece em outro trecho (*op. cit.*, p. 155) e de ter descoberto que algo ocorria “se sentiria mal” (*Ib.*) e nada poderia ter feito para impedir (*op. cit.*, p. 175). Em outro trecho Goering menciona que “*talvez* [grifo nosso] eu fechasse os olhos para o sentido real do que vinha acontecendo na Alemanha [...]” (*apud op. cit.*, p. 171). Parece é que, em verdade, seguia a estratégia negacionista que, já nos *Lager*, os oficiais e soldados deixavam claro aos prisioneiros. A ideia era de que dali ninguém sairia vivo, e de que eles e as provas seriam destruídos e, por fim, se alguém sobrevivesse, ninguém iria acreditar em uma narrativa do terror superlativo como a deles que, por outro lado, ainda enfrentar-se-ia com uma peremptória negação da matança (*cf.* LEVI, 2004, p. 9) e, quem sabe, até com faltas de provas, para o que, como se sabe, o regime mobilizou suas últimas forças tentando apagar provas e ocultando cadáveres. Não obstante, em outro trecho de sua entrevista é sugerido exatamente o contrário, a saber, que acaso os subordinados de Himmler houvessem vindo até ele, o todo-poderoso segundo homem do III Reich, como se gabava em sublinhar, “[...] eu teria conseguido tomar alguma providência” (*apud* GOLDENSOHN, 2005, p. 160). Do ponto de vista jurídico, como outros tantos a partir de então, levantou a tese da obediência devida. Dizia ele: “[...] como um alemão leal e seguidor de Hitler, eu aceitava as ordens como ordens”. (*apud* GOLDENSOHN, 2005, p. 160).

⁹⁷¹ Foi tardio conhecimento público da participação juvenil de Günther Grass (1927-) nas fileiras do nacional-socialismo, pois o autor apenas deu conhecimento do fato em seu livro intitulado *Descascando cebola*, de 2007. A sua adesão ao partido deu-se em 1944, sendo que o engajamento nas fileiras do exército resultaria em sua prisão ao final do conflito bélico, fato que empanou, embora parcialmente, a sua biografia, dada a ocultação proposital do autor desta sua adesão juvenil ao exército do III Reich. Contudo, esta opção juvenil, acaso revelada oportunamente, dificilmente poderia causar entorpecimento ao aproveitamento do teor de sua potente condenação ao regime ao qual, por certo, não serviu tampouco à elite mas, isto sim, apenas dentre os mais jovens e iludidos em servir à pátria que fragorosamente experimentava a queda. Vencido este período histórico, Grass opta muito enfaticamente por condenar o III Reich com a mais profunda força de sua literatura, contrariamente a opção de muitos outros partícipes diretos dos altos cargos do regime. Seguramente as circunstâncias de Grass foram muito diferentes da de intelectuais formados como Heidegger, Schmitt e Jünger que, maduros, serviram ao regime.

alertaria para que a vergonha nunca poderia vir a deixar-se de fazer presente e bastante atual, que ela não seria “[...] superável nem reprimível” (cf. GRASS, 1999, p. 12).

Em um contexto como este, em seu momento de juventude no pós-guerra Grass conheceu a experiência de descrever na narração da barbárie, de dizer que “[...] un alemán nunca haría algo así” (GRASS, 1999, p. 11)⁹⁷² quando, não apenas faria como poderia ainda, por intermédio da literatura jüngeriana postular a sua realização quando, ao referir-se a juventude alemã, afirmava que “Difícilmente se le habría oído decir que tratabase de la lucha contra la barbarie y la reacción o de la lucha por la civilización” (JÜNGER, 1995c, p. 112).⁹⁷³ Bem mais do que isto, ao projetar uma cultura do extermínio, Jünger tomaria o argumento da guerra não apenas como um eixo argumentativo descritivo em seu pensamento segundo o qual restaria mobilizada como uma situação-limite “[...] en medio de la monstruosa acumulación de fuerzas que la conflagración movilizó: fuego, ruido, violencia demencial. Allí se jugaba la vida a la sombra de la muerte” (OBREGÓN, 2005, p. 43).⁹⁷⁴ Sobretudo em Jünger, assim como para o conservadorismo revolucionário, a guerra aparece como dotada de um valor intrínseco, um verdadeiro “[...] espectáculo cautivador [...]” (JÜNGER, 1995c, p. 89),⁹⁷⁵ espetáculo este que Jünger sugere poder ser descrito como uma “[...] turbina alimentada con sangre [...]” (JÜNGER, 1995c, p. 102)⁹⁷⁶ e, o que é mais, o autor para nada lamenta que este seja o encaminhamento na história.

⁹⁷² Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] um alemão nunca faria algo assim”.

⁹⁷³ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “Difícilmente se teria ouvido dizer que tratava-se da luta contra a barbárie e da reação ou da luta pela civilização”.

⁹⁷⁴ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] em meio da monstruosa acumulação de forças que a conflagração mobilizou: fogo, ruído, violência demencial. Ali estava sendo jogada a vida à sombra da morte”.

⁹⁷⁵ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] espetáculo cativante [...]”.

⁹⁷⁶ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] turbina alimentada com sangue [...]”.

Jünger não andava distante do reconhecimento do valor do extermínio quando toma para si o argumento da guerra como objeto em torno do qual a vida valiosa era desejável de ser vivida: “La guerra no esprime una parte della vita, ma la vita in tutta la sua violenza, così la vita è a sua volta per intero di natura bellica” (JÜNGER, 1997, p. 82).⁹⁷⁷ Esta vida valiosa é violenta, e a melhor vida possível implica a plena assunção desta sua inextrincável natureza bélica, de onde emerge em sua glória a figura do herói, cujo perfil era o do que enfrenta, destrói e elimina o inimigo antes do que aquele que se impõe tarefas construtivas.

A natureza, bélica por definição, não é vista algo mau em si, não era o fim do mundo, malgrado a destruição (*cf.* OBREGÓN, 2005, p. 47), mas o mundo em si mesmo, dentro do qual nos cabe viver. Isto sim, uma possibilidade de engendrar qualquer evolução nos faz recordar o darwinismo aplicada à matéria sociopolítica, pois nesta sobreviveriam os mais aptos e mais fortes. A rigor, como nos mostraria Arendt, encontramos em Jünger um texto do qual emergem adoradores da guerra, malgrado fosse forçoso reconhecer que a técnica de então excluía as possibilidades de enfrentamentos cavaleirescos medievais. Isto sim, a guerra agora apenas impunha aos homens “[...] la experiencia de la simple destrucción junto con la humillación de ser sólo pequeños dientes en la majestuosa rueda de la matanza”. (ARENDT, 1974, p. 411).⁹⁷⁸

O evoluir dos tempos mostraria a todos, e também a Grass, que aquela vergonha não seria negável enquanto ali estivessem postos à frente de todos um sem-fim de sapatos, óculos, cabelos, cadáveres em abundância. Tudo isto resiste incólume ao

⁹⁷⁷ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “A guerra não expressa uma parte da vida, mas sim a vida em toda a sua violência, neste sentido a vida é integralmente de natureza bélica”.

⁹⁷⁸ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “a experiência da destruição pura e simples junto com a humilhação de ser apenas pequenos dentes na majestosa roda da matança”.

tempo, sobrevive na memória por intermédio das sobras materiais que habitam um lugar atemporal, que se esguiam pelas sombras da estética tão presentes no cinza jüngeriano, que resistem a sucumbir a qualquer abstração que tenha em vista a pura legitimação do Mal que embora sobreviva, não vence em um imponderável desfecho histórico que subsiste apenas nos planos de retóricas da salvação. A autenticidade dos fatos que envolveram a barbárie brota, a amplitude do genocídio torna-se palpável em tomos de documentos (cf. GRASS, 1999, p. 18). De fato, a partir de Auschwitz o mundo seria, e deveria mesmo ser, um outro mundo, e pouco ou nada daquele até então conhecido até então. Definitivamente, a *Belle Époque* e suas variantes encontrariam seu ocaso.

A respeito da projeção política e empírica de alguns dos princípios presentes na literatura jüngeriana logo nos depararemos com uma de suas consequências no pós-guerra, a saber, a culpa. Uma das estratégias utilizadas para obviá-la foi a de atribuí-la às vítimas, aos próprios judeus (cf. GOLDENSOHN, 2005, p. 158). Como recordaria muito tempo depois Jünger em entrevista ao *Der Spiegel*, “todos” partícipes daquele cenário histórico haviam em algum momento se manifestado contra os judeus,⁹⁷⁹ muitos dos quais conservadores revolucionários como Julius Langbehn (1851-1907).⁹⁸⁰ A

⁹⁷⁹ Em sua entrevista ao *Der Spiegel* datada de 16 de agosto de 1982 Jünger questiona: “Who hasn’t once said something against the Jews? Didn’t Heine, didn’t Marx? [...]. The whole question has changed because of the concentration camps. Anyone who can differentiate must ask themselves, did I express my opinion about the Jews before or after the *Kristallnacht*?” (apud NEAMAN, 1999, p. 37). Com isto Neaman não confirma, o que seria errôneo, a centralidade do tema antissemítico no pensamento jüngeriano, senão ao contrário, de que em Jünger o antissemitismo ocupava um *locus* secundário (cf. NEAMAN, 1999, p. 37). O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] Quem não disse uma vez dito alguma coisa contra os Judeus? Não o teria feito Heine ou Marx? [...] Toda a questão mudou por causa dos campos de concentração. Todos que possam distinguir as coisas devem perguntar a si mesmos: expressei minha opinião sobre os judeus antes ou depois da *Kristallnacht*?”

⁹⁸⁰ A este respeito nos comenta Stern que Langbehn procedeu a uma distinção entre os judeus ortodoxos e os judeus assimilados. Fundamentalmente a sua posição era de aceitação dos ortodoxos mas de reprovação aos segundos: “[...] he vilified those Jews of his own day who had abandoned and repudiated their own traditions in order to become modern, secular Germans. During the last quarter of the

tentativa destes conservadores e de grupos extremistas para justificar as suas ações bárbaras era de que as vítimas teriam provocado o seu destino, o qual lhes seria efetivamente dado por intermédio de, em um primeiro momento, da deflagração de campanhas pela imprensa judaica e antinazista para, prévia composição pública de uma opinião favorável, deflagrar políticas de extermínio de um inimigo assumido politicamente como tal.

Sinteticamente podemos dizer que, não estranhamente, Goering falseava ao dizer que “[...] houve uma luta” (*apud* GOLDENSOHN, 2005, p. 158) em todo o processo executório da eliminação de massas levado a cabo pelo nacional-socialismo. A partir da facticidade desta suposta luta, então, o alto comando nacional-socialista pretendia legitimar sua posição de não reconhecimento do Holocausto. Paradoxalmente, Goering confessava que “[...] todos nós sabíamos que as pessoas sofriam processos sumários nos campos de concentração e eram condenadas à morte, mas não sabíamos do extermínio de gente inocente” (*cf.* GOLDENSOHN, 2005, p. 155),⁹⁸¹ argumento este que resta aquém da debilidade e adentra decididamente no âmbito da estultice.⁹⁸²

nineteenth century, the larger part of German Jewry had become secularized, converted, or had joined the reformed wing Judaism, which, like liberal Protestantism, was a kind of culture-religion” (STERN, 1974, p. 140). Neste trecho fica evidenciada uma outra dentre tantas restrições aos judeus. Um dos eixos desta crítica era a aproximação realizada pelos judeus às forças liberais, ponto de tanta discórdia conservadora revolucionária. Não menos intensamente estes se opunham ao afastamento das tradições, algo com o que Langbehn encontraria motivos para reprovação dos judeus assimilados, aos quais nada menos que atribuía a responsabilidade pela corrosão do verdadeiro caráter germânico (*cf.* STERN, 1974, p. 139). O trecho acima citado comporta a seguinte tradução: “[...] ele vilipendiou estes judeus de seus próprios dias que abandonaram e repudiaram as suas próprias tradições no sentido de tornar-se modernos, alemães seculares. Durante o último quarto do século XIX, a maior parte da juderia alemã tornou-se secularizada, converteu-se ou juntou-se com o segmento reformado dos judeus que, como os protestantes liberais, foram um tipo de religião cultural”.

⁹⁸¹ Neste sentido afirmava que, além de desconhecer, duvidava até mesmo da capacidade técnica de executar o extermínio nas dimensões em que foi realizado (*cf.* GOLDENSOHN, 2005, p. 170).

⁹⁸² Não é necessário argumentar sobre isto, pois tanto as circunstâncias das vítimas e do local em que os “processos” tinham lugar bem como a sua sumariiedade demonstrariam que ainda nas melhores situações

O incremento continuado na aposta pelo emprego da violência encontrava-se enraizado na tradição conservadora conforme viemos observando no decorrer destes primeiros dois capítulos desta tese doutoral e, depois, adentrando no terreno do conservadorismo revolucionário alemão com Spengler e Jünger. A literatura deste último apontava que o coração dos melhores, em que sobressaíam os alemães, projetava o avanço rumo ao caos (*cf.* VON KROCKOW, 2001, p. 18). Nossa argumentação é de que a proximidade teórica entre estas tradições de pensamento e os dois citados autores com Schmitt não se esgota em coincidências pontuais senão que com aspectos centrais tais como as suas percepções sobre o papel da violência nas políticas de Estado ademais dos outros pontos de contato que foram reiterados no decorrer do trabalho.

Quanto a este aspecto acreditamos poder encontrar o que parece ser uma válida sugestão, a saber, que o conceito do político schmittiano estruturado sobre a base da oposição irremediável entre amigo-inimigo (*Freund-Feind*) reenvia à percepção de uma natureza humana compartilhada por Schmitt com a tradição conservadora. A leitura de Jünger feita por von Krockow aponta para a existência de um autêntico inimigo como sendo aquele que se debate por seus princípios éticos, que “[...] forcejea por el bien y el mal en el sentido material. Es el marginado, el otro, con el que sencillamente no hay posible entendimiento [...]” (VON KROCKOW, 2001, p. 18),⁹⁸³ figura esta identificada como sendo o burguês. Trata-se de sua percepção como uma existência em contínua, e

e ao mais ingênuo intérprete, qual era a verdade dos fatos, ou seja, o extermínio em massa. De modo direto e breve deixemos no a pergunta a qualquer mente mediana ao que, diferentemente do ocorrido, poderiam ter produzido tais processos sumários senão à violência (*Gewalt*) (por vezes de efeitos irremediáveis) contra inocentes? Em verdade, como sabemos, tampouco tiveram lugar processos, mesmo que sumários, senão que as execuções diretas era a regra, por intermédio de escolhas arbitrárias ou segundo critérios raciais ou meramente utilitários, no sentido de preservar os mais produtivos para o trabalho.

⁹⁸³ Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] lutar pelo bem e pelo mal em sentido material. É o pária, o outro, com o qual, simplesmente, não há qualquer entendimento possível [...]”.

não pacificada, disputa por bens escassos e desejados com a mesma intensidade (cf. HOBBS, 1996, p. 83).⁹⁸⁴ Neste campo de bens em disputa encontra-se um dos bens da vida tão escassos quanto superiormente ambicionado e acessível tão somente a um público altamente restrito, qual seja, o poder.

O poder aparece para Schmitt como um bem tornado todavia mais raro do que nas democracias convencionais ocidentais onde os espaços mostram-se disponíveis a um maior número de iniciantes. Em Hobbes, e mais acidamente em sua recepção schmittiana, nos depararemos com a leitura de que a oposição desemboca na tentativa de eliminação ou domínio (cf. HOBBS, 1996, p. 83).⁹⁸⁵ Esta argumentação nos propicia instrumento de análise meramente descritivo, sendo que os problemas derivados destes embates se projetam no campo da filosofia política, mas que parece reclamar transferência para o campo normativo de sorte que as análises não se restrinjam a movimentos de observações empíricas inconclusivas na medida em que distanciadas de juízos normativos que projetem reflexões sobre a violência no mundo.

O eixo central desta crítica ao papel da violência que pode encontrar um de seus movimentos iniciais em Hobbes nos termos de sua leitura conservadora logo a seguir já entrado o século XX irá receber um tratamento mais sofisticado no sentido de legitimar o seu uso indiscriminado por parte dos conservadores revolucionários. Dentre estes, Jünger constrói um talentoso texto literário em que a estética da violência ganha nova

⁹⁸⁴ A ideia de Hobbes de que bens escassos disputados por número mais amplo de indivíduos do que aqueles que desfrutam do bem permite introduzir a oposição entre estes atores ou, em suma, que “[...] they become enemies” (HOBBS, 1996, p. 83), em muitos casos, de forma necessária. Neste aspecto também é possível sugerir uma aproximação ao conceito do político de Schmitt por intermédio da leitura da antropologia hobbesiana que em alguma medida será levada a termo nos três últimos deste trabalho doutoral. O trecho acima citado comporta a seguinte tradução: “[...] eles tornam-se inimigos”.

⁹⁸⁵ No original inglês Hobbes utiliza o verbo “to destroy” ou “to subdue” para indicar a possibilidade de erradicação ou domínio do outro divergente à semelhança de sua recepção schmittiana em *Der Begriff des Politischen*.

dimensão a partir da experiência no *front* em 1914 com a construção filosófica da história de Spengler.

Por outro lado, Jünger também avalizaria como um de seus instrumentais conceituais de força a ideia da recepção da tecnologia no âmago do movimento conservador revolucionário. Esta, é certo, encontrava resistências em certos setores operando em prol das superiores virtudes da vida desindustrializada que remetiam a um mundo perpassado pelo conceito de unidade (*Einheit*). É por certo este movimento de erradicação da resistência conservadora a tecnologia da qual tanto necessitaria o nacional-socialismo que levará Jünger, malgrado certas resistências dentro do partido por sua restrita adesão,⁹⁸⁶ a ser bem recebido por amplos e importantes setores do regime que lhe terminaram por proteger.

Spengler, por sua vez, tece a sua argumentação a partir de uma antropologia em que emerge um homem que, segundo ele não haveria de orgulhar-se de muito mais senão de seu poder de expor a todos os demais o quão é temido e odiado por sua força, ventura e poder (*cf.* SPENGLER, 1980, p. 70). A exposição da força almeja a tomada do poder que, por sua vez, quanto mais resistência encontre, por outro lado, saberá como recompensar violentamente aos seus opositores uma vez tendo chegado ao poder, pois “[...] quanto mais dura é a competição para a conquista do poder e da riqueza mais estrita e rigorosa é a submissão dos indivíduos à lei e à força” (SPENGLER, 1980, p. 91). Neste trecho encontramos-nos perante um inesgotável processo de querer que move o predador insaciável spengleriano em suas ações desarticuladoras do real. A maldição de uma vontade (de poder) insatisfeita e insaciável apresenta-se como um peso sobre o

⁹⁸⁶ A referência a sua “restrita adesão”[...] se resume ao fato de que, não obstante ocupar posto militar na Paris ocupada, Jünger sempre se mostrou cético a inserir-se nos mais altos escalões do partido e do regime, convites aos quais consta ter rechaçado a ponto de causar irritações em Goebbels.

modus vivendi humano ao tempo em que, paradoxalmente, aponta Spengler, também é o signo da grandeza que singulariza o homem (cf. SPENGLER, 1980, p. 93).

Enquanto Schmitt opera o político por intermédio da categoria amigo-inimigo (*Freund-Feind*), Spengler sugere conceito análogo mas remete e reposiciona a conceitualização descritiva marxista da oposição entre classes. Spengler a retoma em sentido prescritivo e assim passa a afirmar com qual naturalidade a sociedade encontra-se, mesmo composta de indivíduos com capacidade nata para o exercício do comando e outros para serem mandados, em suma, de que o nosso mundo é habitado por “[...] homens nascidos para mandar e outros para obedecer, agentes e pacientes dos diversos processos políticos ou económicos. É esta, portanto, a forma fundamental da vida humana [...]” (SPENGLER, 1980, p. 87). O trabalhador em Jünger e em sua recepção por Heidegger vem conectados o seu argumento filosófico neste contexto em que a cadeia de ordens adquire lugar proeminente, pois, como recordaria Sá “O homem concebido como o sujeito individual da “vida pública” deveria ser substituído pelo homem concebido como ser-aí” (cf. SÁ, 2003b, p. 30). Precisamente esta argumentação equivale a transição de um momento de auto-ordenação e domínio de si mesmo para um outro em que a ordenação e a cadeia de obrigações serão inexoravelmente provenientes do mundo externo, perdendo o indivíduo o *locus* de interferência positiva sobre o mundo em que habita.

Cadeias de comando sujeitadoras, e com maior destaque as de viés totalitário, encontrariam sua justificação histórica por Spengler porque este percebe o mundo como ordenado segundo uma “[...] há uma hierarquia natural entre os homens nascidos para comandar e os nascidos para obedecer, entre os que conduzem e os que são conduzidos”

(SPENGLER, 1980, p. 89),⁹⁸⁷ tornando-se perceptível o enraizamento decidido de uma tradição proposta ao assujeitamento antes do que a promoção de valores libertários. Isto sim, aqueles que ousem desobedecer a hierarquia da cadeia de comando natural mente posto encontram-se a ocupar a posição de inimigo, de antípodas dos interesses de todo um grupo que se deixa conduzir (*Führer*) pelos preceitos assim interpretados pelo seu guia máximo e condensador do espírito (*Geist*) de seu povo (*Volk*). Está colocada a condição de enfrentamento expõe a dissidência ao extermínio em termos já antecipados formalmente por Hobbes (ver HOBBS, 1996, p. 84), embora por ele não confirmados ou apoiados.⁹⁸⁸

A irrupção do conceito de comando e obediência em Spengler suscita o possível contato com o conceito de rebanho em Nietzsche mas também parcialmente spengleriano (cf. SPENGLER, 1941, p. 13), segundo o qual “[...] a existência dessa diferença natural é um dado absoluto e factual [...] [que] nos anos de decadência, a maioria dos indivíduos esforça-se por negá-la” (SPENGLER, 1980, p. 89). Por intermédio desta abordagem o conservadorismo revolucionário spengleriano assinala pejorativamente que “[...] todos os homens são iguais”, fórmula esta cuja valia, diz ele, “[...] se faz para negar a existência dessa diferenciação” (SPENGLER, 1980, p. 89), discurso crítico este bastante fácil de endereçar à liberal-democracia.

⁹⁸⁷ Nesta argumentação de Spengler encontramos parcial inspiração aristotélica segundo a qual encontramos a figura dos sábios, dirigentes, e, por outro lado, as figuras cuja força física os recomendam para o trabalho braçal. Em sua *A política* o estagirita sustenta a divisão entre senhores (governantes) e escravos (governados), o que se dá pela natural diferença de talento entre ambos. Esta natural diferença sob a qual Aristóteles justifica a diferenciação de funções encontra perfeito eco em Spengler, ainda quando não o perfil daqueles que mandam e dos que são mandados.

⁹⁸⁸ A interpretação aqui realizada de Hobbes não sugere a sua aproximação da tradição totalitária. Isto sim, sugerimos que a sua concepção formal de Estado forte, levítico, aponta para limitações que puderam ser malversadas por intelectuais interessados ligados ao nacional-socialismo. Reservaremos para o desenvolvimento das pesquisas desta tese doutoral uma análise acurada do trabalho schmittiano sobre Hobbes e o posicionamento de nossa interpretação a este respeito.

Efetivamente, para Spengler e para o conservadorismo de estirpe contrarrevolucionário francês, bem como para a oferta intelectual da via conservadora revolucionária, os homens não eram e nem poderiam vir a ser iguais. Dentre estes despontavam homens capazes de exercer a liderança política, grupo reduzido de homens,⁹⁸⁹ componentes de uma “[...] horda dos verdadeiros animais predadores [...]” (SPENGLER, 1980, p. 94), os quais dispõe de amplo rebanho ao seu antojo. Tal estratégia permite novamente antecipar inominadamente as características de iminentes líderes alemães que, logo, ao fazerem-se condutores de toda uma massa pública chamada à obediência forçada das condições legitimadoras do poder que, supostamente, agiria consoante forças inexoráveis da natureza.

Estes grupos argumentavam liderar em conformidade a princípios forçosos das leis naturais lhes inspirava a sua auto-atribuída natural superioridade. Este é apenas o primeiro movimento para posteriormente sustentar a submissão dos “inferiores” e de toda uma cadeia de obediência alheia e protegida de questionamentos. Esta ideologia converteria não apenas aos seus líderes mas também aos seus apoiadores em uma genuína horda de animais predadores. Tal caráter, restaria claro, converge apenas parcialmente com a teoria hobbesiana, que toma como ponto de partida que o homem não pode viver sem ser controlado por um poder capaz de mantê-los suficientemente atemorizados (*cf.* HOBBS, 1996, p. 84). A chamada para a atemorização dos súditos por parte de quem exerce o comando revela a aposta pela manutenção do rebanho denunciado por Nietzsche nesta sua mesma condição.

⁹⁸⁹ O reconhecimento de qualidades inerentes a um grupo reduzido de homens para exercer a liderança política propicia o posicionamento do argumento político centralizador de homens como Schmitt. Este, em sua conceitualização filosófica política (ditadura comissária e ditadura soberana), bem como em sua filosofia jurídico-constitucional ao interpretar o art. 48 da Constituição de Weimar ao final dos anos 20, o faz, decididamente, em favor da ampliação praticamente ilimitada dos poderes do Presidente do Reich.

A retomada do poder da imposição da força e da disseminação do temor como forma de sujeição de uma figura humana caracterizada por um caráter predador é uma constante no pensamento conservador. Esta leitura igualmente pode encontrar conexão com inspiração não declarada no trabalho do conservador espanhol Balmes mas que pode ser lida em Schmitt por vias transversas por intermédio da obra de Donoso Cortés. Segundo ele, o poder militar – ou algum de tipo congênere –, quando se faz ativo na política enceta um poder que se caracteriza pelo fato de que ali uma é a figura encarregada de mandar e outras de obedecer (*cf.* BALMES, 1950, p. 448). Esta concepção do político proveniente do conservadorismo do século XIX de homens como Balmes pode ser aproximada da concepção do poder político forte do qual se ocupariam os conservadores revolucionários na Alemanha no século XX.

Este é uma outra angulação que aproxima a leitura do poder político conservadora da defesa schmittiana da concentração de poderes em figuras carismáticas como o *Führer*. Para Schmitt, assim como em seu contexto o conservadorismo de homens como Balmes e Donoso Cortés, as figuras que são postas à frente dos temas políticos hão de poder tomar as decisões nevrálgicas sobre a vida sem recorrer a quaisquer conselhos e, menos ainda, como diz Balmes, sem obedecer. Estes são homens que possuem, conforme sugere Spengler, um “[...] talento inato”⁹⁹⁰ para a ordenação da vida em sociedade por meio de sua estruturação em cadeias de comando nas quais se suportam como órgão decisor último.

5.4. A VIOLÊNCIA COMO MARCO DO POLÍTICO: ENTRE JÜNGER, SPENGLER E SCHMITT

⁹⁹⁰ Sem remissão expressa ao desenho de um perfil estatal totalitário, Spengler submerge na descrição das forças de um líder exposto à necessidade de “governar, decidir, dirigir, comandar”, algo que para ele representa uma “[...] arte difícil, uma técnica peculiar, que exigem, como em qualquer outro caso, um talento inato”. (SPENGLER, 1980, p. 88).

O traço comum da liderança política que aparece em Jünger, Spengler e Schmitt é de uma realidade essencial da vida política que remete ao uso da violência. O político aparece nestes termos em Spengler ao afirmar que o enfrentamento “[...] não desaparecerá senão quando desaparecer a própria vida” (SPENGLER, 1980, p. 87), de modo análogo ao enfrentamento em Schmitt como elemento essencial do político.

Schmitt realiza aproximações ao conceito do político afirmando que o enfrentamento não pode ser suplantado por acordos de tipo algum que porventura venham a excluir pela neutralidade a possibilidade do conflito entre amigo e inimigo. Este seria um mundo do político tão inviável quanto o desaparecimento da própria vida, que para Spengler é posto como condição para a afirmação da ultimação das possibilidades de embate entre os que mandam e os obedecem. A violência se constitui como marco das relações políticas.

O homem spengleriano possui traço do desejo nietzscheano de poder que o impulsiona a um estado de constante beligerância (*cf.* SPENGLER, 1980, p. 70), notadamente por força de que o seu desejo de poder é crescente, aspecto cuja conexão pode igualmente ser percebido em Jünger (ver OHANA, 1989).⁹⁹¹ Além de suas forças físicas mesmo, irá valer-se de múltiplos artifícios para transformar o mero desejo em um ato concreto, para o que o engenho e a artimanha serão instrumentos e o poder a arma superior. O conflito brota claramente desta descrição. O homem encontra-se imerso em relações políticas nas quais ocupa posição e papel que é descrito por Spengler como nada mais do que “[...] substituto temporário para a guerra, substituto esse que utiliza

⁹⁹¹ Para realizar uma aproximação entre o pensamento de Nietzsche e Jünger por intermédio do niilismo e seu possível deságüe totalitário, ver OHANA, (1989). Desde logo, a interpretação de Nietzsche quanto ao niilismo reclama atenção quanto às suas duas aproximações a este conceito, ativo e passivo, cujas consequências práticas são absolutamente diversas. A respeito desta possível conexão, e em sentido claramente denegatório desta, ver GIACÓIA, (2009a). Para um breve comentário sobre a relação de Nietzsche com o fenômeno totalitário nacional-socialista, ver GIACÓIA, (2009b).

armas mais intelectuais” (SPENGLER, 1980, p. 90). Isto não lhe serviria a Jünger, que desfaz das pretensões do século XIX em implementar o pacifismo entre as nações por intermédio de conceitos artificiais. Esta é uma noção que aproxima o conceito de Estado ao de grandes indivíduos, os quais haverão de abster-se da prática de violências, posto que possuidores de uma lei moral que os impediria de ampliar seus territórios (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 179). É precisamente contra esta tradição que irá levantar-se o texto conservador revolucionário jüngeriano que louva o valor da guerra e de seus atores.

Este é traço e acento no qual o autor evidencia uma vez mais sua coincidência com a filosofia política schmittiana que enleva a conflitividade das relações humanas⁹⁹² cujo desenvolvimento no campo do político supõe a prática da eliminação do contrário, do inteiramente *outro*. Esta é uma característica posta como apropriada a Estados totalitários,⁹⁹³ a quem cabe definir e organizar o extermínio do inimigo.⁹⁹⁴ Em apoio

⁹⁹² Acerca da proximidade de ambos autores no que concerne a conflitividade do político cabe todavia ressaltar a leitura spengleriana da História. Segundo ele “teorias plebeias do racionalismo, do liberalismo e do socialismo do primeiro ao derradeiro desses conflitos – da revolução francesa à alemã – a História não passa de uma sequência de esforços tendentes a obter uma decisão vitoriosa” (SPENGLER, 1980, p. 104). Nesta última parte da citação resta suficientemente clara a leitura spengleriana de que a História possui uma certa lógica e orientação interior independente das tentativas humanas por controlá-la, tal como sugerem vários dos autores ligados ao conservadorismo desde De Bonald e De Maistre, para quem o homem é apenas um braço certo de desígnios desconhecidos racionalmente postos e cumpridos pela divindade. Ainda assim, Spengler sublinha implicitamente a tensão constante no mundo empírico entre o real e um porvir almejado que se resolve no plano do político com a tentativa do homem em controlar o porvir por intermédio de decisões vitoriosas sobre os grupos oponentes, momento no qual parecem poder convergir as interpretações de Spengler com as de Schmitt.

⁹⁹³ A respeito da possibilidade de tomar a eliminação do divergente como característica dos Estados totalitários podemos trazer à colação parte da argumentação histórica de Primo de Rivera quando, em meio aqueles conturbados anos, precisamente 1935, sustenta que a possibilidade de que fosse levada a termo a justiça histórica encontrava-se no extermínio por parte do Estado forte, seguro das explicações vitais orientadoras de suas políticas, de todos aqueles que “[...] representaban el sentido contrario al suyo, incompatible con el suyo” (PRIMO DE RIVERA, 1974, p. 443-444). Esta ideia de oposição e extermínio do divergente é, por dizer o mínimo, bastante próxima aquela que oito antes expressara Schmitt em *Der*

desta ideia Jünger sustenta que brota de uma autêntica paixão um cru combate, ou seja, “[...] combate directo a vida o muerte” (JÜNGER, 1995c, p. 90),⁹⁹⁵ e isto bem denota o quão próximo andam os dois autores, pois Schmitt aposta que o limite do político encontra-se no combate direto em termos de vida e morte.

Neste âmbito argumentativo não encontramos um indefectível limite ao político posto por Schmitt ou por Spengler. Este último logo propõe que o conteúdo de um conceito de eliminação, bastante útil a Schmitt, que para Spengler “[...] não é o desaparecimento de um ou mais membros do grupo que é sentido como aniquilamento, mas sim a extinção da organização, ou seja, do “*nós*” (SPENGLER, 1980, p. 92). Neste ponto da argumentação nos deparamos com um argumento que desloca o valor da vida para o coletivo, desconsiderando a centralidade da vida individual e da dignidade que lhe habita, sobrepondo a ela uma retórica avançada do coletivo.

Para Spengler, e de forma similar também para Schmitt, a consecução dos interesses coletivos ou, alegadamente, visando a saúde do corpo social segundo uma metáfora organicista recuperada e amplamente utilizada por regimes socialistas é uma justificativa suficiente para a implementação de diversas políticas, dentre as quais se incluiria o limite de realizar a eliminação do indivíduo. Neste contexto em que a eliminação do indivíduo se projeta como factível, ele não encontra-se em posição de gozar de significativa proteção senão que se percebe o incremento das condições em

Begriff des Politischen em 1927. Ao trecho acima oferecemos a seguinte tradução: “[...] representavam o sentido contrário ao seu, incompatível com o seu”.

⁹⁹⁴ Neste aspecto Schmitt mostra uma insuspeitada aproximação com um dos contemporâneos de Donoso Cortés, Balmes. Este conservador espanhol sustenta a ideia bastante schmittiana de que o poder do Estado pode tornar-se violento quando lhe sejam apresentados “[...] enemigos que sin cesar le amenacen” (BALMES, 1950, p. 253). Desde logo, esta é uma parte da argumentação de Balmes que aproxima-se daquilo que Schmitt definiria em seu *Der Begriff des Politischen* como sendo o papel do Estado no que concerne ao inimigo, qual seja, determiná-lo e exterminá-lo. Ao trecho acima oferecemos a seguinte tradução: “[...] inimigos que, sem cessar, lhe ameacem”.

⁹⁹⁵ O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] combate direto de vida e morte”.

que a suposta noção de bem comum e da sanidade do Estado avaliados são resumidas pela interpretação e vontade de uma só figura que, segundo Schmitt, seria a do *Führer*.

Esta aproximação ao tema compartilhada não apenas entre Schmitt e Spengler, mas também por Jünger, é uma perspectiva que aposta na violência como radical do político, e não como vetor que o transcende de forma inexorável em rumo diverso. Esta aposta na violência pode sugerir um retorno a Hobbes conforme nos mostra uma tradição que revela que o enfrentamento traduzido em guerra “[...] consisteth not in battle only, or the act of fighting; but in a tract of time, wherein the will to contend by battle is sufficiently known” (HOBBS, 1996, p. 84).⁹⁹⁶ Hobbes todavia indica que a natureza mesma da guerra não está na batalha mas, isto sim, na disposição em empreendê-la (cf. HOBBS, 1996, p. 84). Tanto neste trecho de Hobbes como em uma primeira nota da leitura de Schmitt encontraríamos a sugestão da presença da violência como meramente potencial. Contudo, este movimento schmittiano que procura descolar o conceito de violência das críticas à essência de seu conceito do político parece insuficientemente fundamentado.⁹⁹⁷

A capacidade de implementar a violência encontra-se conectado com o desejo crescente do escasso bem político chamado poder, contexto de competição extrema que poderia desencadear em momentos de embates, algo que, descritivamente, não haverá de ser transformado em uma proposição normativa, delicado movimento que alguns

⁹⁹⁶ Uma tradução livre do texto acima permite o seguinte: “[...] não consiste apenas em batalhas ou no ato de lutar mas, isto sim, em um período no qual a vontade de confrontação violenta é suficientemente declarada”.

⁹⁹⁷ No curso de nosso trabalho, principalmente nos últimos três capítulos, acreditamos poder retomar em grande parte a argumentação que irá sendo apresentada no decorrer deste texto doutoral para confirmar a nossa hipótese de que quando se lê a Schmitt referentemente ao contexto teórico da produção de suas obras, também quanto às suas fontes teóricas e quanto ao marco de inserção teórica de seus trabalhos, não restará bem argumentada a posição de Schmitt sobre o político como distanciada da violência.

filósofos da política, voluntariamente ou não, terminam por realizar. Na primeira hipótese, observamos as condições em que o discurso conservador revolucionário e reacionário suscitaria a imersão e efetiva projeção política do poder centralizado na figura de um só.

Este molde de reflexões em torno ao poder aproxima o homem spengleriano de um Schmitt cujo conceito do político é movido pela mesma energia fatal. Spengler reconhece no homem a capacidade do deleite na miséria do inimigo ao transpassar-lhe a faca e sentir o jorro do sangue todavia quente (*cf.* SPENGLER, 1980, p. 70). Fazer jorrar o sangue era equivalente ao meritório “[...] fazer despertar, criar, desenvolver o caráter que dorme em nosso sangue” (SPENGLER, 1941, p. 11), retomar a posição de receptor de vozes dormentes, de um pulsar distante das virtudes germanas. A retomada destas virtudes era reputado por Spengler como uma tarefa histórica da Alemanha, uma vez considerada a juventude e frescor de seu povo, para criar as novas formas históricas e superadoras dos velhos problemas.⁹⁹⁸

Não muito distante desta posição de Spengler, um dos comentaristas, Sontheimer, sublinharia que nas mais importantes figuras do movimento conservador revolucionário, nominadamente Spengler, encontramos que “[...] adoration of life [...] was equivalent to rejecting the critical function of the intellect” (SONTHEIMER, 1968, p. 48).⁹⁹⁹ Uma vez mais a glorificação conservador-revolucionária do elemento vital como função e valor superior da vida supõe, por outro lado, a sua desintelectualização, ideia que o faz convergir com o elogio jüngeriano do belicismo. Sontheimer não se

⁹⁹⁸ Este caráter apontado por Spengler é acrescido de uma lúgubre previsão de que poderíamos nos encontrar na iminência de uma Segunda Grande Guerra Mundial. Isto sim, o autor não faz referência à Alemanha como protagonista do evento, muito embora entre suas escorreitas linhas seja possível extrair o risco de que o caráter alemão viesse a protagonizar o fenômeno bélico.

⁹⁹⁹ Uma tradução livre do texto acima permite o seguinte: “[...] adoração da vida [...] foi equivalente à rejeição da função crítica do intelecto”.

resumo a destacar ao elogio da crítica às funções intelectuais presentes no conservadorismo mas, por outro lado, acresce que “[...] Human beings, said the popular philosophers of the hour [...] Spengler [...] should not make their decisions with bloodless reason, but with the strength of their heart and blood” (SONTHEIMER, 1968, p. 48),¹⁰⁰⁰ ou seja, que a melhor decisão não encontrava-se nos domínios da razão senão que, isto sim, nos domínios de sua intersecção com práticas consagratórias de políticas voltadas ao sangue.¹⁰⁰¹ Sobretudo, havia que, como repetidas vezes insistira a tradição conservadora, do contrarrevolucionarismo donosiano em diante, que suprimir às hesitações liberais e, como reiteraria Jünger, superar a tragédia daquele momento histórico, a saber, suplantar as claudicações políticas dos últimos anos da década de 20 e início dos anos 30 (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 239).

Concebida nestes termos a política revela uma dimensão violenta cuja motivação, ao menos parcialmente, há de observar-se no fomento de algum tipo de ódio. Este último se mostra capaz de instigar selvagens instintos humanos, atualizável mesmo na mente do homem urbano mais cultivado, leitura que encontra descrição similar em Spengler quanto em Schmitt. Para o primeiro o ódio capaz de insuflar estas ações violentas “[...] implica respeito pelo adversário. É inerente ao ódio o reconhecimento da igualdade, no plano anímico, entre opositores. Quanto aos seres inferiores, por esses apenas se sente desprezo” (SPENGLER, 1980, p. 95). A leitura de Schmitt sobre o tema é idêntica e em seu conceito do político sustentará similar ideia e sugere que o extermínio é a negação ontológica do ser (*cf.* SCHMITT, 2002a, p. 33) implica

¹⁰⁰⁰ Uma tradução livre do texto acima permite o seguinte: “Os seres humanos, disseram populares filósofos do momento [...] Spengler [...] não deveriam tomar suas decisões com razão destituída de sangue, mas com a força de seus corações e sangue”.

¹⁰⁰¹ É importante destacar que esta figura desenhada não é a de um ser mais primitivo senão que, ainda quando imerso nas culturas desenvolvidas, e mais experimentadas em sofisticacões intelectuais, ainda assim, pode este homem em seu íntimo sentir o impulso de instintos tão primitivos.

precisamente no desconhecimento do inimigo como tal mas, isto sim, na radicalização do conflito se entenderá que este oponente não precisa apenas ser eliminado “[...] sondern definitiv vernichtet [...]” (SCHMITT, 2002a, p. 37),¹⁰⁰² em suma, o outro passava a ocupar uma posição de não-humana.

A filosofia política schmittiana está igualmente inspirada em uma percepção do humano que não se distancia desta capacidade para o derramamento de sangue tão presente na estética da guerra jüngeriana quanto no elogio da destruição spengleriano. Depois de tudo, em sentido contrário ao *Rechtsstaat* weimariano, como dizia Jünger, “[...] el lado sangriento de la vida produce una justicia oculta que trabaja con boicoteos, atentados y tribunales secretos como el de la santa Vehma. Las insignias de los partidos reemplazan a las insignias de la soberanía” (JÜNGER, 1993a, p. 239).¹⁰⁰³ Aqui tornam-se perceptíveis alguns dos termos normalizadores da violência, entendida como instrumento para o progresso.

A percepção de que exista um lado sangrento na vida humana capaz de engendrar uma nova e auspiciosa realidade legitima uma percepção do humano voltada para a comissão da barbárie. A inserção de Schmitt nesta tradição é o que se percebe em sua defesa da barbárie hitleriana¹⁰⁰⁴ para o qual, por certo, grande parte do movimento conservador revolucionário prestou seu aberto suporte. Certo ainda é recordar que mesmo em seus momentos iniciais quando o regime não emitia faturas pessoais, Schmitt escreveu o seu tristemente célebre *Der Führer schützt das Recht*, texto no qual

¹⁰⁰² O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] mas definitivamente aniquilado [...]”

¹⁰⁰³ O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] o lado sangrento da vida produz uma justiça oculta que opera por meio de boicotes, atentados e tribunais secretos como o da santa Vehma. Os emblemas dos partidos substituem os emblemas da soberania”.

¹⁰⁰⁴ Não dispomos aqui do espaço necessário para realizar uma atenta análise. Com isto, tão somente assinalaremos que a interpretação de Schmitt que permite-nos realizar validamente tal afirmação não realiza qualquer tipo de corte epistemológico na obra do autor, senão ao contrário, entende que a melhor compreensão de sua filosofia política e também jurídica supõe uma interpretação holística.

todo o sangue derramado por ordem direta do *Führer* encontrava justificação na eliminação de inimigos do Reich, poder que residia precisa e ineludivelmente em suas mãos concentrados. A contraposição deste texto de meados da década de 30 converge com *Der Begriff des Politischen* de 1927.

A este respeito quiçás nos seja de valia a interpretação realizada por Orfanel sobre a obra de Schmitt, e retomando trecho do autor, ao dizer que para que o inimigo fosse odiado naquela quadra histórica, não havia necessidade de que fosse malvado ou de alguma forma odioso (*cf.* ORFANEL, 1993a, p. 264-265).¹⁰⁰⁵ O mero fato de ser membro de um grupo de homens que merecesse ser chamado de inimigo já era uma suficiente razão para que recebessem tratamento ignominioso e, no limite, reservar-lhes a mais pura e ignara barbárie. A rigor, tudo quanto bastou aos perpetradores em seus primeiros passos foi a deflagração de uma eficiente campanha de demonização de determinados grupos e segmentos sociais acompanhada da paulatina instalação da violência (*Gewalt*) institucional.

Neste sentido ressoava o apoio de teóricos do *Reich* em que predominava o entendimento de que o regime poderia praticar a exclusão sem que deixasse de ser democrático, que a democracia, em si, supunha um movimento de exclusão para os restantes inclusos encontrassem uma marca unitária comum. Nesta perspectiva, por exemplo, dizia Schmitt que “[...] uma democracia [...] pode excluir uma parte da população dominada pelo Estado, sem deixar de ser democracia” (SCHMITT, 1996a, p. 11). Esta afirmação de Schmitt converge com a sua concepção crítica das democracias ao apontar que suas versões antigas eram capazes de incluir até mesmo escravos ou pessoas sem nenhum ou escassos direitos (*cf.* SCHMITT, 1996a, p. 11).

¹⁰⁰⁵ Neste trecho Orfanel está implicitamente fazendo referência ao capítulo II de *Der Begriff des Politischen* (ver SCHMITT, 2002a, p. 26-28).

Neste contexto de observação histórica em sentido descritivo Schmitt passa em momento seguinte e com hábil movimento não declarado, a supor a desejabilidade de que tais circunstâncias históricas não apenas fossem mantidas como, se fora o caso, incrementadas, de sorte que direitos pudessem ser afastados completamente da esfera da vida individual. Em seus próprios termos, Schmitt aponta que “[...] nenhum direito ou eram até mesmo afastadas totalmente do exercício do poder político, quer fossem chamadas de bárbaros, selvagens, ateus, aristocratas ou contrarrevolucionários”. (SCHMITT, 1996a, p. 11).

Insanidade que se projeta sobre o real ao admitir a exclusão por intermédio da barbárie, atendo-se ao nivelamento de uma escalada de supressão de direitos que era gradativamente ampliada a outras populações. Não obstante, especificamente Schmitt, lançava mão das restrições existentes em diversas democracias como se tais restrições fossem imperativos internos da própria organização do sistema antes do que o resultado de um processo evolutivo de expansão dos direitos e suas garantias. Acaso as críticas de Schmitt fossem interessadas e sinceras sobre a falta de direitos de mais de trezentos milhões de habitantes dentre os quatrocentos milhões do Reino Unido (*cf.* SCHMITT, 1996a, p. 11),¹⁰⁰⁶ como sugerem algumas das vozes que lhe reclamam, seguramente a Alemanha nacional-socialista haveria tomado para si como um dos pontos centrais a questão de assegurar os direitos do homem e não de manifestamente sobrepujá-los.

¹⁰⁰⁶ Como bem observa Flickinger, Schmitt “[...] representou o papel do intelectual crítico” (FLICKINGER, 1992, p. 13) mas, isto sim podemos dizer, que ele transcendeu o papel do “intelectual crítico” para adentrar firme e decididamente no território pantanoso da crítica ideológica voltada aos interesses do nacional-socialismo. Portanto, se algum reparo couber ao dito por Flickinger, caberá, em primeiro lugar, retomar qual seja o papel do intelectual – mera exposição descompromissada de idéias?; compromissos com direitos e liberdades? – e, em seguida admitir que as próprias críticas levadas a termo por Schmitt, malgrado seu incontestado gênio e talento, por vezes foram rasteiras críticas cujo objetivo implícito era apenas a promoção da derrubada da ordem constitucional (e livre) então vigente mais do que “[...] analisar, sem piedade, os momentos fracos de uma ordem constitucional”. (FLICKINGER, 1992, p. 13).

Contudo, como vimos, não foi a realidade distanciou Schmitt de qualquer possibilidade de entender como interessadas e sinceras as suas críticas, mas sim que toda a tradição conservadora revolucionária da qual esteve próximo, bem como toda a tradição conservadora do espanhol Donoso Cortés e contrarrevolucionária de De Maistre e De Bonald igual e categoricamente apóiam uma leitura crítica dos direitos do homem.

Quando nos deparamos com uma escalada de horrores parece que nos neutralizamos, sumidos sob a face do incrédulo, petrificados pela opressão. Não raro, nos deparamos com violência (*Gewalt*) de diferentes graus que já não mais nos sensibilizam. Será por algum motivo ignoto que logo parecemos já inatingíveis à miséria humana que nos cerca? No *front* Jünger descreve corpos, imagens e enfrentamentos com distanciamento singular.¹⁰⁰⁷ Insensibilidade ao intrinsecamente humano representa, em si mesma, violência (*Gewalt*) em grau superior. O choque perante a projeção do mundo da técnica em sua aplicação à guerra resulta nos lúcidos e talentosos relatos literários jüngerianos. Sem embargo, a trilha da barbárie, talvez

¹⁰⁰⁷ A este respeito Jünger narra: “Las bolas negras de sus granadas de mano se cruzaban en el aire con nuestras granadas de mango. Detrás de cada uno de los traveses que conquistábamos encontrábamos cuerpos aún palpitantes o cadáveres. La gente se mataba sin verse. [...] Un trozo de hierro cayó al lado de mi ordenanza, que no pudo esquivarlo; se derrumbó mientras de sus numerosas heridas caía al suelo la sangre. / Saltamos por encima de su cuerpo y seguimos avanzando [...]” (JÜNGER, 2005, p. 227). Por trás disto tudo, se houver, é em um profundo e longínquo território em que encontra-se algum sentimento de pesar por toda a narrativa. Este é apenas mais um dos tantos trechos em que, malgrado a circunstância de guerra, resta clara a indiferença da literatura conservadora revolucionária pela vida humana, posto que o autor não encontra espaço para o detido lamento e a dor pela perda de seu companheiro de jornada. O trecho acima citado comporta a seguinte tradução: “As bolas pretas de suas granadas de mão se cruzavam no ar com nossas granadas de asa. Por trás de cada uma das travessas que conquistávamos, encontrávamos corpos ainda pulsantes ou cadáveres. As pessoas se matavam sem se enxergar. [...] Um pedaço de ferro caiu ao lado de meu ajudante, que não pode se esquivar. Ele caiu enquanto de suas numerosas feridas escorria o sangue ao solo. / Saltamos por cima de seu corpo e seguimos avançando [...]”.

mesmo uma arma letal tenha sido a sua exposição brutal, que com isto adquire o poder de nos tornar indiferentes.

A respeito do assunto Müller nos chama a atenção para que “[...] se por um lado a selvageria choca, por outro, a sua ênfase é responsável por nos anestesiarmos, na medida em que explora o tema à exaustão. Habitua-nos e conforma-nos à sua “fatalidade” (MÜLLER, 2009, p. 51). A repetição das cenas de extermínio neutralizam qualquer reação espiritual em Jünger e o manteve em compasso com a *Weltanschauung* conservadora revolucionária, a destacar o valor do enfrentamento, radical (Schmitt), como *locus* da residência da virtude humana e para a reconstrução social.

No cenário jüngeriano proliferava a crueza insana, mentes paralisadas, sensibilidades petrificadas. Quando os fatos se repetem, nos desviamos, como que à procura de um surpreendente mundo novo, quicá pródigo em boas novas. Ainda a este respeito, percutiente é a análise desenvolvida por Baudrillard de que “[...] a miséria e a violência nos tocam ainda menos porque elas nos são significadas e mostradas abertamente. É a lei do imaginário [...]” (*apud* MÜLLER, 2009, p. 52). Neste sentido o mérito de Jünger é evidente e incentivador pois a sua é uma narrativa crua, por vezes cruel, de cérebros que são abertos por projéteis, homens que se esvaem em sangue e são deixados moribundos à sorte, indivíduos que gemem atirados em meio aos embates ou entre colegas nas trincheiras. Não são poucos nem pouco intensos os seus relatos da miséria humana (ver JÜNGER, 2005). Estes eram os termos de que se valia para informar a radicalidade dos conflitos que presenciou desde as trincheiras da Primeira Grande Guerra Mundial.

Mas se é realmente certo dizer que a miséria e a violência nos tocam desta forma limitada em certas circunstâncias, não menos certo é que algo mais se faz necessário para que o conteúdo da miséria e da violência transcenda o limite da experiência alheia

e passe a compor o nosso próprio universo experienciado à revelia da insistência do discurso conservador revolucionário de que o risco vital que serve aos propósitos do Estado encontra-se justificado. A respeito da violência que pode brotar de uma tal circunstância de desmesurado descaso com a dignidade e os direitos do homem, as resistências de homens como Baudrillard, mesmo que desde outro contexto teórico, são manifestas.¹⁰⁰⁸

No contexto desta dramática inabordabilidade da violência (*Gewalt*), a perspectiva destas linhas reduz-se a sugerir alternativas para redimensionar o homem paralisado e insensibilizado perante esta aparentemente inexpugnável devido ao amplo e complexo mapa do tempo da violência (*Gewalt*).

Quando a literatura jüngeriana elogia os termos bélicos entrada a década de 30, sendo ainda concebidos novos escritos no mesmo sentido, a exemplo de *Die totale Mobilmachung*, de 1934, que remete a valores em franco apoio do movimento de força que se avizinhava na Alemanha. Seria o III Reich quem apresentaria seu discurso com uma aparentemente sedutora proposta de dar lugar a um mundo novo, de hábitos e habitantes renovados, tempos de transformação que na literatura de Jünger apareceria por intermédio da figura do soldado-trabalhador. O nacional-socialismo reclamava um lugar em que o paraíso era descrito pela instituição da homogeneidade, uma comunidade racial e cultural que, como que por obra e uso de fórceps, poderia ser criada historicamente por meio da virtude, da estética, da beleza e da força arianas.

¹⁰⁰⁸ A respeito da violência, assim como de sua comunicação, diria Baudrillard que “É preciso que a imagem nos toque por ela mesma, que ela nos imponha sua ilusão específica, sua língua original, para que algum conteúdo nos afete. Para que haja transferência afetiva sobre o real, é preciso haver contratransferência da imagem a estar concluída. Lamenta-se que o real tenha desaparecido sob o pretexto de que tudo passa pela imagem. (*apud* MÜLLER, 2009, p. 52).

A contrapartida do tipo discurso homogeneizante também presente em Schmitt poderia não estar absolutamente claro mas era suficientemente indicativo dos meios dos quais pretendia lançar mão, algo não apenas legível em claras linhas do hitlerismo como também nas linhas do conservadorismo revolucionário. A eliminação do *outro*, a institucionalização do extermínio se revela bárbaro, inescrupuloso regime a buscar a materialização de seus desvairados sonhos raciais de dominação política. Auschwitz-Birkenau foi o retrato acabado da contrapartida exigida pelo delírio germânico a contrapor-se à estética do regime. Schmitt, de qualquer sorte, ainda no ano de 1941 em Paris, em conversa com seu fraterno amigo Jünger,¹⁰⁰⁹ dizia, segundo a narrativa deste, como Schmitt via o significado da situação daquele momento:

[...] que ciertos estratos comienzan a desprenderse de la sustancia humana y quedan congelados por debajo de la zona del libre albedrío – a la manera como los animales son máscaras caídas de la imagen del hombre. El ser humano está expeliendo de sí un nuevo orden zoológico – el auténtico peligro de lo que está ocurriendo es que quedamos envueltos en ello. (*apud* JÜNGER, 1989, p. 244).¹⁰¹⁰

Estas opiniões de Schmitt apresentadas por Jünger nos mostram um pensador que projeta a realidade com adequação, que as circunstâncias da barbárie que se apresentavam naqueles dias não lhe escapavam à percepção. Disto podemos extrair que poderia igualmente compreender os limites aos quais o seu conceito central do político havia alcançado no mundo empírico. Isto permite que compreendamos que sugerira poder ter servido como o dinamizador de um processo de que animais tão próximos aos homens viessem a emergir de nossas profundezas, ou seja, que nós, humanos,

¹⁰⁰⁹ É relativamente recente a publicação da correspondência entre os dois autores que se prolongou até o final da vida de Schmitt em 1985. Para um breve texto informativo sobre a correspondência ver BALAKRISHNAN, (2000).

¹⁰¹⁰ Este trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] que em certos estratos começa a desprender-se da substância humana e ficam congelados sob a zona do livre arbítrio – à maneira como os animais são máscaras caídas da imagem do homem. O ser humano está expelindo de si uma nova ordem zoológica – o autêntico perigo do que está ocorrendo é que ficamos envoltos nisto.

expelíssemos uma “[...] ordem zoológica”, um tipo de ordem concreta que brota de nossas profundezas. Segundo esta natureza apenas e um tipo de regra a predominar, a saber, a do mais forte, enterrando com isto todos os princípios e loas ao humanismo e a civilização frutos de cultivo durante séculos.

Perante o anuncio da falência destes princípios e ideais, Auschwitz torna-se possível mas também, como diz Gagnebin, o campo se faz prova viva de que “[...] o *nomos* (a lei, a norma) do espaço político contemporâneo [...] não só [...] do regime nazista – não é mais a bela (e idealizada) construção da cidade comum (*pólis*), mas sim o campo de concentração [...]” (GAGNEBIN, 2008, p. 9). Este campo é possível como radicalização do grau de inimizade a que se refere Schmitt, momento superior característico do político, locus da desumanidade onde o monstro humano precisa ser destruído, já não mais apenas combatido (cf. SCHMITT, 2002a, p. 37). Verdadeira quebra dos parâmetros civilizacionais mínimos, trauma absolutamente definitivo, esta é Auschwitz (cf. GRASS, 1999, p. 56), que representou indefectível ponto de ruptura (cf. ARENDT, 1974, p. 9) civilizacional.¹⁰¹¹

A realização empírica do triunfo da virtude bélica presente tanto na literatura de Jünger como no conservadorismo revolucionário e nas memórias de conservadores católicos como Donoso Cortés e seus companheiros de viagem contrarrevolucionários apontam seriamente para um momento de domínio absoluto em que a vontade real no âmbito do político encontrava-se alheada do controle ou mesmo fiscalização da vontade pública. Esta leitura do político franqueia o caminho da barbárie, muito embora sem a impossível pré-determinação de seus atores e específico projeto político.

¹⁰¹¹ Embora não houvesse sido possível imaginar em suas proporções na década de 20 a dimensão da barbárie, conforme declarado por segmentos proeminentes de intelectuais, isto sim, era possível a projeção do horizonte político e jurídico para o qual a Alemanha estava sendo remetida por intermédio do discurso do ódio presente no nacional-socialismo alemão.

A filosofia política apoiadora do extermínio do *outro*, dos diferentes ou dos inimigos emprestaram o necessário suporte teórico à justificação do espaço físico do campo de concentração representaria apenas o território em que predominaria apenas o medo, mas este tampouco era um desvalor para o movimento conservador revolucionário. O movimento observava no risco à vida e na guerra uma capacidade regeneradora insubstituível, cultura e conscientização que havia sido reclamada pela literatura alemã do período, como um verdadeiro encargo (*cf.* JÜNGER, 1995c, p. 99).

A vida dentro do campo era orientada pela necessidade do empenho na luta contra o tempo e a dedicação intensa (por vezes ignominiosa, pois, como diria Levi, apenas os piores puderam encontrar forças para resistir) à busca da sobrevivência. Em um esforço de síntese devemos reconhecer que, como diz Levi, aqueles que estiveram nos campos “[...] sentia[m]-se dominado[s] por um enorme edifício de violência e de ameaça, [...] seus olhos estavam presos ao solo pela carência de todos os minutos” (LEVI, 2004, p. 14). Esta foi a trágica consagração de um espaço exclusivamente dedicado à negação do homem e do direito da exclusão do homem da órbita da proteção mínima vital, em suma, para a exclusão para a qual alertava Schmitt como mencionado alguns parágrafos antes.

Especificamente no caso alemão pairava no ar a força do método político do Reich em sobrepôr, a tudo e a todos, a importância da bandeira que, como diz Grass, em torno de seus dezessete anos valia mais a bandeira do que a morte (*cf.* GRASS, 1999, p. 10) e os seus impactos todavia não bem refletidos. O homem era por demais pequeno perante a importância dos destinos da coletividade e, em suma, da nação. Indubitavelmente, uma tal ordem de submissão do indivíduo aos desígnios da coletividade mediados pela concepção do político à época em trânsito abriam os caminhos para o estabelecimento do regime de força e violência (*Gewalt*).

Em diálogo com este tema, e naquele que pode ter sido um dos últimos escritos de Walter Benjamin (*Sobre o conceito de história*), senão talvez o último deles, encontramos que a violência (*Gewalt*) é um comportamento que perpassa toda a história humana (*apud* MÜLLER, 2009, p. 51). Ao darmos por certa a conhecida referência aristotélica de que o homem é um animal político e também a observação de Clausewitz de que a guerra é a continuação da política por outros meios, bem poderemos observar que o homem tem cozido a trama de sua história entremeadado em atos de violência (*Gewalt*), em maior ou menor escala, quer valendo-se de meios técnicos, sejam eles sofisticados ou não. Esta leitura descritiva, contudo, não apoia a sua passagem ao campo normativo.

Que ao exacerbamento dos conflitos se tenha aplicado poderosos meios técnicos e este tenha conformado o cenário da guerra, e que estas tenham sido executadas de forma mais ou menos cruentas, tudo isto dependeu de estímulo e da organização sociopolítica e também financeira das tecnologias disponíveis. Não sugerimos, sequer remotamente, que haja uma relação de necessidade entre o ser político e a guerra, de sorte a tornar esta última uma inevitabilidade histórica. Isto sim, conforme a proposta de Schmitt, o seu conceito político é vetor do conflito, antes que empreendedor da quaisquer esforços ou mesmo sugestões dirigidas contra esta tendência até hoje posta, e para tanto a difusão da cultura dos direitos humanos é promissora.

A vida humana tem se desenvolvido sob o signo de uma conturbada trama histórica, que encontra evidência de que a história é marca pela violência (*Gewalt*), que não pode ser excluída de quaisquer períodos. Como já oportunamente dissera Benjamin “[...] nunca existiu um documento da cultura que não fosse ao mesmo tempo [documento] da barbárie” (BENJAMIN, 2000, p. 225) e nem mesmo um nobre pensador à raiz do qual não tenha o sangue escorrido de modo fluido (*cf.* JÜNGER, 1995a, p. 58).

Mas se os ventos haviam sido assim historicamente tão desfavoráveis, Jünger e a tradição conservadora revolucionária alentava e se empenhava pela colonização do político por práticas marcadas pelo sangue por intermédio da via da tradição, em substituição aos valores burgueses como o espírito (*Geist*) e o espírito do mercado apenas os desígnios do dinheiro (*Geld*). Este era o mundo de decadência para o qual ademais de Spengler todo o conservadorismo revolucionário não cansara de apontar.

De qualquer sorte, as várias formas de manifestação da violência (*Gewalt*) e os contornos que a história foi adquirindo, bem como a conotação moral que a ela foi aderida como valor, tornou-se característica capaz de discernir uma espécie composta por seres hábeis a lançar mão da racionalidade paralelamente em que temperados pela não incomum irracionalidade em seus atos. À luz dos fatos advém a questão sobre se os homens são mesmo bárbaros em potencial, se são produtores e reprodutores da violência (*Gewalt*) por intermédio da cultura.¹⁰¹² Esta não é uma questão distante mas, isto sim, central, tanto para o pensamento conservador mas, em especial, para a compreensão da literatura jüngeriana e para a filosofia política de Schmitt.

A violência (*Gewalt*) é uma das dimensões da vida em sociedade com as quais a humanidade sempre se viu enfrentada, algo que não sustenta a passagem do âmbito descritivo ao normativo. O descuido em evitar a ênfase neste aspecto permitiu que filosofias políticas pudessem ser apropriadas para fins aos quais se mostravam

¹⁰¹² Enquanto comprovadamente seres dotados da faculdade de análise e discernimento dos fatos, mas contrabalançados por poderosos sentimentos subjetivos que traduzem inclinações de múltiplas ordens, os seres humanos podem manter-se relativamente fiéis a compromissos com padrões de moralidade que aos seres irracionais não é exigível. Contudo, continuamos, como sugere Benjamin, produzindo documentos acerca da violência (*Gewalt*) (quando não seja o próprio documento violento) e, em certos casos, testemunhos da barbárie. Na abordagem deste trabalho, não será enfocada a relação entre a violência (*Gewalt*) e a racionalidade, muito embora consista em filão interessante para o tema.

especialmente proclives, como a de Schmitt, embora não nominal e explicitamente apoiadoras.

A alteração mais dramática na histórica forma de aparição e objetivação da violência (*Gewalt*) teve lugar com a organização e burocratização do extermínio de vidas humanas na primeira metade do século 20 cujo apoio teórico pode ser encontrado em filosofias políticas que estimulavam não apenas o enfrentamento, o conflito, típico do âmbito do político mas, além, estimulava que o próprio conceito do político tornava-se mais evidente em sua radicalização e, por conseguinte, o extermínio do inimigo. A prática da barbárie tem seus primeiros movimentos organizados nesta esfera em que o belicismo é apoiado (Jünger e Spengler) e o inimigo demonizado (Schmitt).

A prática da barbárie advém marcada por coloração depressiva e, conforme mencionado neste capítulo, dentre todas estas colorações, talvez a de mais ampla capacidade descritiva seja o cinza referida por Jünger. Elie Wiesel, por certo, intitula um de seus mais famosos livros de *Noite*, mas ainda sugerimos que o cinzento jüngeriano possa ser ainda mais aterrador do que o absolutamente escuro, onde a dúvida sobre os limites do terror subsiste, o que não ocorre na noite em que a desesperança e a certeza da ausência de futuro já é uma forma de distanciar-se do mal. Dada a imprevisibilidade destes tempos cinzentos, de seu desfecho todavia em aberto, o terror emerge precisamente de a expectativa dos limites do mal subsiste.

Nosso propósito neste capítulo foi o de retomar a estratégia conservadora revolucionária por intermédio da penetrante literatura jüngeriana como pano de fundo para a análise dos temas que proporcionem a interligação com a filosofia política do conservadorismo revolucionário. Esta haveria tido oportunidade de servir (a) aos propósitos nacional-socialistas, (b) como estes movimentos podem ter servido às

construções totalitárias e, por fim, (c) como a filosofia política e jurídico-constitucional de Schmitt pode ter mantido contato com estes temas.

O próximo capítulo VI que se intitula *A crítica filosófica e política ao liberalismo weimariano: o conservadorismo e suas conexões totalitárias*, fecha a primeira parte do trabalho da tese doutoral e objetiva enlaçar os eixos-temáticos deste capítulo, considerada a retomada articulada dos artigos anteriores, com a caracterização essencial por meio de alguns dos pensadores-chave do período weimariano. A importância do capítulo VI reside precisamente em constituir-se em texto que marca a transição da argumentação teórica conservadora e procura pesquisar a forma como ela contradita com os mais caros valores da República de Weimar. Este é o espaço histórico que nos apresenta o contexto em que os debates até aqui apresentados serão trazidos à público e no qual Schmitt se apresentará como um de seus mais importantes atores.

A leitura de Jünger realizada até aqui será útil para proceder à sua conexão com a construção dos princípios políticos do conservadorismo revolucionário em Weimar. Este contexto histórico em que é cultivada a cultura antidemocrática e totalitária encontra uma República que responde tanto à derrota na Primeira Grande Guerra Mundial quanto a queda do regime guilhermino. Entre estes momentos históricos pretendemos estabelecer uma linha conectiva capaz de apresentar similaridades intensas em grau suficiente para que, juntamente com os argumentos apresentados nos capítulos anteriores, possamos demarcar um terreno analítico próprio.

Ao demarcar este terreno analítico supomos poder aproximar-nos às ligações históricas, políticas e filosóficas internas que se mostrem influentes o suficiente no novo processo político em curso. A tentativa de afirmação dos valores republicanos em contraposição aos emergentes princípios políticos do nacional-socialismo é um dos alvos que pretendemos explorar. Será por intermédio da análise de todo este contexto

que pretendemos posicionar os conceitos schmittianos do político e da ditadura. Ao fazê-lo supomos poder dar os primeiros passos para a abertura da segunda parte do trabalho doutoral no capítulo VII no sentido de confirmar a hipótese de que o pensamento schmittiano possa ter sido influente na formação da cultura antidemocrática e totalitária naquele período da história alemã.

CAPÍTULO VI

A CRÍTICA FILOSÓFICA E POLÍTICA AO LIBERALISMO WEIMARIANO: O CONSERVADORISMO E SUAS CONEXÕES TOTALITÁRIAS

6.1. O DEBATE TEÓRICO WEIMARIANO: OS PRIMEIROS SIGNOS DA DESTRUIÇÃO

Nos três primeiros capítulos desta tese doutoral trabalhamos com a necessidade de proceder a apresentação analítica e a aproximação teórica entre as teorias conservadoras (Donoso Cortés), o enlace desta com os contrarrevolucionários (De Maistre e De Bonald), passando a atentar, logo a seguir, sua recepção parcial por conservadorismo revolucionário. Para analisar aspectos bastante específicos mas também insuficientemente explorados, retomamos a base argumentativa do próprio conservadorismo revolucionário por intermédio de autores como Spengler e Jünger nos capítulos IV e V, respectivamente.

A hipótese com a qual passaremos a trabalhar neste capítulo VI pretende resumir argumentativa e historicamente o conteúdo dos primeiros capítulos na configuração assumida no contexto histórico da República de Weimar. Ao realizar este movimento de contextualização pretendemos realizar a aproximação dos objetos de análise dos capítulos anteriores por intermédio de um eixo comum, a saber, a noção de anti-iluminismo que foi compartilhada por diversos setores críticos ao liberalismo, tema que une não apenas Schmitt ao conservadorismo contrarrevolucionário do século XIX como também ao conservadorismo revolucionário germano das primeiras décadas do século XX bem como a outras agrupações políticas do período.

Nossa sugestão neste capítulo é tomar este projeto anti-iluminista do conservadorismo como fio-condutor para que possamos desenhar o processo de interpretação e análise da penetração do movimento conservador na cultura weimariana dos anos 20. Momento seguinte adotamos como hipótese que possamos nos valer desta angulação acerca das correntes anti-iluministas do período para analisar de que forma e

com qual intensidade ela foi influenciada e também recepcionada pela filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana, algo que, por certo, já encontrara sua expressão em seu *Römischer Katholizismus* (ver SCHMITT, 2000e).

Tomar ao conceito de anti-iluminismo como fio condutor e pano de fundo deste trabalho é estratégia que vislumbra aglutinar em torno a um ponto de convergência teórica as várias correntes conservadoras aqui trabalhadas que guardam certas dissimilaridades. Este movimento nos permitirá estabelecer as linhas dialógicas entre as diversas correntes e sua forma de recepção no ambiente weimariano com o qual Schmitt, efetivamente, não apenas manteve contato como positivo impacto por intermédio de seus muitos trabalhos desde o início da década.

Uma vez que tenhamos conseguido estabelecer as conexões internas dos argumentos propostos nos parece possível vislumbrar de seus prováveis nexos entre o pensamento schmittiano, especificamente com os seus conceitos-chave aqui analisados, a saber, o conceito do político, as críticas liberal-democratas e o conceito de ditadura que se projeta sobre os primeiros. Com base na aproximação weimariana destes conceitos que se projetam à luz da influência conservadora e que viemos trabalhando desde os primeiros capítulos acreditamos ser possível observar a movimentação de fundo sobre a qual se apoiaria a teoria nacional-socialista. Este recurso parece ainda mais visível quando o partido encontra finalmente o seu momento de ascensão ao poder por meio de sua orientação genérica sob o manto da cultura totalitária que se expandia no continente europeu.

O conservadorismo revolucionário promove um movimento de consolidação na Alemanha da década de 20. Este movimento articulou-se, dentre outros eixos, a valores que visavam responder a algumas questões históricas. Entre outros temas priorizados pelo conservadorismo neste seu movimento de consolidação encontravam-se a

derrocada do Segundo Reich (1871-1919) e dos valores guilherminos bem como a orientação dos assuntos políticos que levaram a aceitação dos termos do Tratado de Versalhes.¹⁰¹³ Isto de certa forma veio a reabrir feridas e recordações pelas perdas territoriais da Prússia e Áustria sofridas pela Alemanha em seus confrontos com Napoleão por meio da Paz de Luneville em 1801 (*cf.* BENZ, 2007, p. 1-2). Ainda assim foi priorizado pelo conservadorismo a oposição a consolidação da nova ordem republicana de Weimar¹⁰¹⁴ (*cf.* STERN, 1974, p. 245). O conjunto desta estratégia delineava toda uma preocupação por evitar a afirmação da nascente ordem liberal do Estado e, em suma, de toda a *Weltanschauung* do emergente mundo por ela representado e que se mostrava como grande parte devedora das tradições iluministas. Disto é que nos ocuparemos na sequência destas linhas.

Kennedy sugere que foi a destruição do Império alemão guilhermino que, em composição com a ruptura do Império Austro-Húngaro, colocou as condições de possibilidade para que o liberalismo viesse a ocupar posição de relativo triunfo (*cf.* KENNEDY, 1997, p. 36), consolidação cultural esta que poderia ser observada mais acuradamente durante os eventos que deram lugar ao início e ao final da Primeira

¹⁰¹³ Thomas Mann ressalta o fato de que o Tratado de Versalhes “[...] fue un instrumento cuyos propósitos tendían a oprimir, por todo el transcurso de la historia, la energía vital de uno de los principales pueblos europeos” (MANN, 1938, p. 103). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] foi um instrumento cujos propósitos tendiam a oprimir, por todo o transcurso da história, a energia vital de um dos principais povos europeus”.

¹⁰¹⁴ A este respeito é bastante elucidativo um texto de Jünger de 1926 quanto aos propósitos antiweimarianos daqueles dias: “Whereas the process of dissolution (*Zersetzung*) is taking place in all the other parties, we are already thinking, feeling, and living in a completely new way. And there is no doubt that with growing consciousness we will turn things around. That is why we are the summoned warriors for the new state” (*apud* NEAMAN, 1999, p. 36). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “Considerando que o processo de dissolução (*Zersetzung*) teve ocorrência em todos os outros partidos, nós pensamos, sentimos e vivemos em um completo novo sentido. Não cabe dúvida de que com o desenvolvimento da consciência nós mudaremos as coisas. Esta é a razão pela qual nós somos os guerreiros convocados para um novo Estado”.

Grande Guerra Mundial (ver MOMMSEN, 1996, p. 1-19). A grande oposição teórica e política encontrada pelo liberalismo durante a República de Weimar foi constituída por um processo de desenvolvimento paulatino, malgrado suas raízes pretéritas bastante bem sedimentadas.

Este local de grande enfrentamento da cultura liberal foi estimulado fortemente pelo movimento conservador revolucionário. A sua mais precisa forma de manifestação deu-se por intermédio do aprofundamento gradual de seu ressentimento com as políticas republicanas. Esta não foi uma estratégia que tardaria em se fazer conhecer senão que, já em seus primeiros anos se apresentaria, e, posteriormente, seria reforçada por meio de seu processo de aproximação e suporte a um dos antípodas do liberalismo, a saber, o movimento nacional-socialista.

A República de Weimar encontrava um de seus melhores e mais esclarecedores signos em sua *Weimarer Verfassung*, que, como bastante bem alerta Bercovici, que tal documento visou legitimar a República por intermédio de instituições democráticas e do Estado social nela presentificados (cf. BERCOVICI, 2004, p. 27).¹⁰¹⁵ A República de Weimar esteve constituída por expressões contraditórias, e mostrava-se tanto representativa do velho como do novo, certamente reveladora de uma tensão constante. Nela tanto habitavam as forças remanescentes do Império guilhermino como outras que se aventuravam ensaiar-se como a síntese de “[...] guerra, revolução e democracia” (GAY, 1978, p. 16). Desde logo, o reclamo pela democracia não atendia, em seu âmago, ao mesmo objetivo conceitual que a gramática liberal, algo para o que a filosofia política schmittiana serve como exemplo acabado ao equipar democracia à ditadura.¹⁰¹⁶

¹⁰¹⁵ Para algumas interessantes ponderações sobre a Constituição da República de Weimar, ver THOMA, (2000). Sobre o autor, ver CALDWELL, (2000). Muito interessante a este respeito também os textos de Anschütz. Ver ANSCHÜTZ, (2000). Para comentário sobre o autor, ver PAULY, (2000).

¹⁰¹⁶ Para uma análise mais cuidados desta tema remetemos o leitor a primeira seção do capítulo VIII.

Os momentos subsequentes a queda do Império guilhermino tornaram evidente, como seria possível supor, a contada a presença dos elementos do passado. A sua projeção filosófica se fazia sentir, e este era o caso de um Goethe, capaz de elevar sua influência à escolha da cidade de Weimar como o local de costura política e trabalhos da Constituinte, assim como também de forças profundamente contrárias, reacionárias a uma cultura que reputavam alienígena. A rigor, Goethe era capaz de carregar consigo todo um simbolismo humanista que inspirava a nova elite constituinte weimariana que talvez possa ser traduzível pelo seguinte trecho:

O homem leva dentro de si não só a sua individualidade, mas toda a humanidade, com todas as suas potencialidades, embora consiga realizar tais potencialidades só de modo muito restrito, em virtude das limitações externas da existência individual. (*apud* FROMM, 1976, p. 7).

Quando Schmitt entra e torna-se um dos principais atores da cena política weimariana o clima de defesa das liberdades era precário, a sua cultura débil, e os movimentos em seu favor, escassos. Jurista e politólogo, Schmitt desde muito cedo nenhum esforço empregaria para somar-se às já escassos campos que todavia apostavam nos valores republicano-weimarianos. Dentre os valores liberais weimarianos sequer a humanidade lhe pareceria a Schmitt conceito que, à similaridade das pretensões teóricas dos conservadores contrarrevolucionários, haveria de encontrar espaço para sobreviver. Ao contrário, sua ocorrência apenas poderia ter lugar à expensas dos fundamentos de seu conceito do político, dado que

Die *Menschheit* als solche kann keinen Krieg führen, denn sie hat keinen Feind, wenigstens nicht auf diesem Planeten. Der Begriff der Menschheit schließt den Begriff des Feindes aus, weil auch der Feind nicht aufhört, Mensch zu sein und darin keine spezifische Unterscheidung liegt". (SCHMITT, 2002a, p. 54-55).¹⁰¹⁷

¹⁰¹⁷ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: "A *humanidade* como tal não pode fazer guerras, pois ele não tem inimigo algum, pelo menos não neste planeta. O conceito de humanidade exclui o conceito de inimigo, porque também o inimigo não deixa de ser homem, e assim não ocorre nenhuma diferença específica".

A formação deste contexto mostrava estar em curso desde o início da década de 20 todo um amplo e progressivamente mais consistente discurso fomentado desde a direita reacionária e conservadora com cujos traços filosóficos gerais Schmitt se mostrava afinado. Seus eram os argumentos no sentido de empreender uma tentativa de corrosão das bases do regime que, por fim, se revelaria exitosa, desde o político *strictu sensu* à literária, entendida em sentido amplo. Este era um movimento claramente levado a termo com uma dupla finalidade, (a) deslegitimar a República de Weimar e, momento seguinte, (b) legitimar as estruturas de um novo regime autoritário que lhe substituísse, embora a estratégia não implicasse a assunção direta e inequívoca desde os primeiros momentos de que a eliminação de coletivos inteiros estaria legitimada e legalizada.

A República de Weimar encontrava-se sob inspiração de uma importante formação filosófica iluminista. As tarefas a ser desenvolvidas pelas dimensões políticas eram pensadas desde termos racionalizantes. Neste sentido chamamos a atenção para Merquior, autor proponente de uma leitura do romantismo¹⁰¹⁸ que se dedica ao enfrentamento da “[...] religião, tradição, sonho, infância, demência [que] a razão iluminista desprezara ou vitimara [...]” (MERQUIOR, 1980, p. 47). O enfrentamento de todos estes valores e referências haveria de constituir um importante aspecto dos debates propostos na década de 20 e para os quais algumas respostas começavam a ser gestadas pelo conservadorismo revolucionário.

Em suas fileiras o conservadorismo revolucionário concedia espaço a uma nostalgia das virtudes prussianas. O vivo exemplo de auto-disciplina moral e obediência militar do prussianismo era vislumbrado por Spengler como unicamente capaz de ser

¹⁰¹⁸ Aparte esta releitura do romantismo proposta por Merquior, há também uma aproximação sugerida entre o nacional-socialismo e a tradição neo-romântica que aqui não podemos mais do que mencionar para futura exploração. Ver RICHARDS, (1972, p. 109).

retomado por meio de uma “[...] educação que nos dê uma atitude prussiana, como a que tivemos em 1870 e 1914” (SPENGLER, 1941, p. 10). Tratava-se, em suma, de uma educação para a tradição, para a restauração daqueles que eram considerados os genuínos valores germânicos. A leitura conservadora revolucionária era de que estes valores tradicionais haviam sido alvo das críticas e censuras liberais, as quais, em seu momento, haviam encontrado força suficiente para proceder a sua desarticulação por intermédio de estratégicos movimentos realizados na fundação da República de Weimar.

Neste contexto não carecia de sentido que se houvesse de pensar os termos da educação de um novo homem. A educação não seria pensada para a auto-criação ou para o auto-desenvolvimento, inversamente aos parâmetros teóricos da educação burguesa do pré-guerra, combatida em pessoa por Hitler (*cf.* HITLER, 2007, p. 98),¹⁰¹⁹ em suma, seguia à risca o roteiro traçado em Estados totalitários onde a consigna é estabelecer os parâmetros para a reforma do homem segundo a doutrina da verdade política revelada que consta no doutrinamento nacional orientado por um messianismo político que visa a regeneração da juventude, livre dos vícios que supostamente a

¹⁰¹⁹ Estas críticas à educação burguesa tampouco compunham um quadro de novidade na Alemanha. Objeto de preocupação e de políticas públicas por parte de Guilherme II, o assunto já fora alvo da rasante crítica nietzscheana em lições sobre o tema. A este respeito, ver AMARAL, (2008). Ainda assim, Jünger destaca que um dos aspectos positivos que puderam ser apurados da derrota alemã na Primeira Grande Guerra Mundial foi “[...] el hundimiento y la desaparición de esa capa dirigente que no se hallaba ni siquiera a la altura de las valoraciones propias del progreso. Los endeble intentos que está efectuando esa capa para volver a tener un papel más sólido van ligados necesariamente a todas las cosas más trasnochadas y más polvorientas del mundo, van ligados al romanticismo, al liberalismo, a la Iglesia, a la burguesía” (JÜNGER, 1993a, p. 154-155). Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “Daí que um dos resultados mais importantes da guerra tenha sido o afundamento e a desapareição desta camada dirigente que não encontrava-se sequer a altura das valorações próprias do progresso. As frágeis tentativas que estão sendo feitas por esta camada para voltar a possuir uma sólida posição estão necessariamente ligadas a todas as coisas mais desfiguradas e mais poeirentas do mundo estão ligadas ao romantismo, ao liberalismo, a Igreja e a burguesia”.

sociedade,¹⁰²⁰ em um movimento que não é alheio a muitas iniciativas no campo democrático que ocultam uma familiaridade não confessa, mas real, com os propósitos regeneradores sociais.

Esta abordagem do tema expressa uma preocupação típica do movimento conservador, ademais bastante útil para apropriação pelo nacional-socialismo,¹⁰²¹ posto que projetava o papel do valoroso guerreiro. Este se apresentava como uma figura necessária para a implementação de um projeto ainda em delineamento mas que tinha um rumo claro, qual seja, o governo totalitário. Para um governo deste tipo, por certo, os fins bélicos representavam um componente importante para, como logo veríamos, pudesse ser materializado um até então impensado regime nacional-socialista de molde hitleriano.

A propagação dos valores conservador-revolucionários em meio aos debates weimarianos encontraram momento de invulgar propulsão a partir da Primeira Grande Guerra Mundial, o que permitiria a intensificação dos valores nacionalistas daí passíveis de derivação (*cf.* RICHARD, 1971, p. 35). Exemplos históricos de uma massa de energia

¹⁰²⁰ A este respeito ver, por exemplo, TALMON, (1956, p. 272-273).

¹⁰²¹ Interessa sublinhar trecho em que Foucault se refere a Proust quando este último se preocupava em mencionar que sua obra intelectual poderia ou não servir, poderia ou não ser útil para os fins apropriatórios a que visassem os seus leitores. Neste sentido, então, diz Foucault ser “[...] curioso que haya sido um autor que se pasa por intelectual puro, Proust, quien lo haya dicho tan claramente: tratad mi libro como unos lentes dirigidos hacia afuera y si no os van bien tomad otros, encontrad vosotros mismos vuestro aparato que forzosamente es un aparato de combate” (FOUCAULT, 1981, p. 10). O trecho é elucidativo acerca das possibilidades apropriatórias das teorias. No caso dos textos conservador-revolucionários aos quais tomamos como objeto de análise, a reflexão foucaultiana-proustiana pode ser trazida à cena para explicar como a abordagem conservadora revolucionária dos problemas filosóficos, e também históricos de Weimar, serviam ao roteiro nacional-socialista e, portanto, não seria necessário a estes buscar fontes muito distintas, mas que esta filosofia conservadora revolucionária muito bem se prestava aos fins de combate do nacional-socialismo. Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] estranho que tenha sido um autor que se passe por puro intelectual, Proust, quem o tenha dito tão claramente: tratem meu livro como lentes dirigidas para fora e se não lhes parece bem, recorram a outros, encontrais por si mesmos vosso instrumental que, forçosamente, é um aparelhamento de combate”.

heroica em movimento¹⁰²² já haviam sido identificados em texto schmittiano de 1929. Ali o autor citava os movimentos revolucionários franceses e as guerras que mediarão o processo de independência alemã assim como a guerra espanhola contra Napoleão (*cf.* SCHMITT, 2001k, p. 73).

Malgrado admitidos como heroicos, a leitura conservadora revolucionária que permeia o texto schmittiano, não lhe concederia valor a esta massa revolucionária. Isto sim, recordando Spengler, os signos distintivos das revoluções burguesas encontravam-se na negação dos velhos símbolos (*cf.* SPENGLER, 2009b, p. 490), objeto para o qual os olhares da filosofia conservadora revolucionária encontravam-se atentos. Estes símbolos negados eram projetados sobre as figuras responsáveis pelo liberalismo fundante da República de Weimar, sobre a qual se projetara a sombra da influência dos vencedores, em especial resposta às ações do Presidente norte-americano Woodrow Wilson, a exigir um novo roteiro político, democrático e legítimo, para o Estado alemão (*cf.* MOMMSEN, 1996, 20).

Conforme observamos no capítulo anterior, o contexto histórico aqui em exame encontrava em seu seio um ativo movimento literário. Intenso, possuía entre os seus membros intelectuais como Jünger no sentido de sublinhar o papel do herói em um mundo de enfrentamentos bélicos. Este era momento em que o desenho de um pensamento anti-iluminista era traçado desde as hostes da direita conservadora weimariana. O momento pode ser descrito como o do aprofundamento do movimento reacionário como irracionalista, e que enfrenta-se com projetos interventores na realidade social, engenharia esta que seria reputada como racionalismo romântico e intelectualista por conservadores revolucionários (*cf.* SPENGLER, 1941, p. 163).

¹⁰²² Schmitt chama a atenção para o fato de que por trás do heroísmo (e nisto devemos lembrar o impacto desta ideia desde o conservadorismo revolucionário) jazia o conceito de energia vital de toda uma massa anônima (*cf.* SCHMITT, 2001k, p. 70).

Esperanças fragilizadas pelas circunstâncias sociopolíticas e econômicas, todavia atingidos pelas recordações de 1914 e a *débâcle* final de 1918, havia muito boas e fáceis motivações para movimentos dirigidos a simples evasão e distanciamento de perspectivas de aplicação da racionalidade à vida naquele período da história alemã.¹⁰²³ Exemplo disto eram os triunfos literários em Weimar naqueles dias, capazes de informar bastante bem acerca disto.¹⁰²⁴

Era ampla e perceptível a mostra socialmente compartilhada de desprezo pelo racionalismo, denegadora das positivas dimensões da razão (*cf.* HERF, 1990, p. 41). O disseminado movimento conservador em curso encontrava no irracionalismo “[...] a basic characteristic in right-wing antidemocratic thought” (SONTHEIMER, 1968, p. 47).¹⁰²⁵ O pensamento antidemocrático vinha em apoio da tese de Sontheimer que observa em Spengler havia uma ampla opção naquela quadra histórica por interpretar o racionalismo como desvalor, algo que começara tão cedo quanto no século XVIII em

¹⁰²³ Havia uma unanimidade interna no movimento conservador revolucionário em torno à oposição às ideias do Iluminismo representados pela Revolução Francesa de 1789 por meio da imposição dos valores germanos tornados evidentes nas trincheiras de 1914. Esta cultura das trincheiras encontrou-se com circunstâncias de agravamento dos conflitos, do aprofundamento de crises econômica, ademais de política, para as quais a República de Weimar encontrava sérias dificuldades em responder adequadamente.

¹⁰²⁴ A este respeito é bastante elucidativo o trecho em que Richard nos comenta as peculiaridades acerca da literatura do período afirmando que as incertezas do momento levaram a que os maiores triunfos literários no período fossem de títulos ligados ao espiritismo, a quiromancia, a metapsicose e outras ciências ocultas (*cf.* RICHARD, 1972, p. 105). Em suma o autor procura desenhar o período dizendo que “[...] en literatura, las concepciones románticas según las cuales el dinamismo vital y el movimiento de la historia se rigen por fuerzas irracionales, estaban lejos de haber desaparecido” (RICHARD, 1972, p. 105). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] em literatura as concepções românticas segundo as quais o dinamismo vital e o movimento da história se regem por forças irracionais, estavam distantes de ter desaparecido”.

¹⁰²⁵ Há uma tradução livre possível para este trecho: “[...] uma característica básica na ala direita do pensamento político antidemocrático”.

oposição ao movimento revolucionário de fim de século. Contudo, Spengler anunciava o momento final do racionalismo chegado o século XX.

A crítica spengleriana e sua acusação ao racionalismo ilustrado de que encontrava-se dotado de um “[...] orgulho do espírito urbano, sem raízes na terra e desamparado de um forte instinto, olhando desdenhosamente o pensamento vigoroso do passado e a sabedoria das velhas estirpes rurais” (SPENGLER, 1941, p. 18), mas que, por outro lado, mostra no conservadorismo revolucionário um apreço pelo retorno à terra enquanto valor inspirador do político.¹⁰²⁶ Em sua obra *Anos de decisão* Spengler reforçaria a considerável distância entre “[...] os camponeses arraigados à terra e as camadas dirigentes da sociedade urbana”. (SPENGLER, 1941, p. 83).

Este é um movimento voltado às origens viria a tornar-se um inspirador do nacional-socialismo que não pode ser desprezado (cf. RICHARD, 1972, p. 110), malgrado a aposta na técnica e na industrialização do regime emergente. A técnica era entendida como uma força de mobilização do mundo por meio da figura do trabalhador com intensa capacidade de reversão da dimensão religiosa do mundo, a saber, como um verdadeiro poder anticristão (cf. JÜNGER, 1993a, p. 46). Esta afirmação da técnica aparece em Jünger de forma a tentar compatibilizá-la com a cultura campesina (cf. JÜNGER, 1993a, p. 157).¹⁰²⁷ Este conservadorismo a que pertence Jünger logo mostraria

¹⁰²⁶ A este respeito igualmente interessa chamar a atenção para o fato de que o Iluminismo e seu viés racionalista opunham-se ao fanatismo ligado a dinâmica do religioso (cf. KLEMPERER, 2009, p. 111). Isto marca um terreno de absoluta oposição entre uma teoria que aposta na inspiração racionalista para a organização social e outra, como o nacional-socialismo, que apostará nas raízes míticas, por certo conservadoras, que permitirá, por exemplo, a Schmitt, uma análise teológica do político recorrendo ao conservadorismo católico de Donoso Cortés de meados do século XIX. Esta vertente revela parcialmente mais um dos motivos pelos quais Schmitt haveria de opor-se tão radical e decisivamente aos valores ilustrados.

¹⁰²⁷ Jünger claramente expressa que “Únicamente en el espacio romántico perdura hoy la célebre distinción entre la ciudad y el campo; es una distinción que carece de validez [...]. La libertad del campesino no es diferente de la libertad de cada uno de nosotros [...]” (JÜNGER, 1993a, p. 157). Neste

utilidade em sua face spengleriana quando viria a prestar-se às teses nacional-socialistas. Destacado aspecto neste sentido diz respeito ao seu enfoque dos valores camponeses em detrimento dos urbanos, empresta à terra um valor mítico bem como depositária de valores eternos (cf. RICHARD, 1972, p. 111). A este respeito Jünger opera em sentido compatibilizador dos segmentos rurais e urbanos, dos valores camponeses e da técnica, normalização de uma tensão inerente ao primeiro momento do discurso conservador sublinhado por Richard mas que viria a encontrar momento de superação no texto jüngeriano.

A referência crítica ao espírito urbano, e em paralelo, ao valor da terra bem como ao positivo valor das velhas estirpes rurais, evidencia uma típica conexão teórica conservadora revolucionária. A crítica ao caráter urbano do racionalismo ilustrado conecta perfeitamente com a repetida crítica dirigida ao mundo berlinense, que em Schmitt encontra críticas de que o século XVIII projeta a cultura do despotismo ilustrado ou, ainda mais precisamente, uma “[...] Diktatur der Vernunft [...]” (SCHMITT, 2008, p. 43),¹⁰²⁸ contra a qual o autor tantos esforços empregaria. O mundo ilustrado weimariano era reputado como sendo um *locus* habitado por personagens avessos à cultura camponesa¹⁰²⁹ mas que, não obstante, tampouco era forte o suficiente para promover

trecho parece-nos evidenciado, à parte o seu culto aos valores belicistas, mais um dos movimentos teóricos que tornariam o texto jüngeriano especialmente importante para a teoria logo apropriada pelo nacional-socialismo. A respeito desta proximidade de Jünger com o nacional-socialismo e deste seu papel distensionador entre os valores urbanos e os camponeses, ver HERF, (1990). Ao trecho acima citado sugerimos a tradução que segue: “Unicamente no espaço romântico ainda hoje perdura a célebre distinção entre a cidade e o campo. É uma distinção que carece de validade [...]. A liberdade do camponês não é diferente da liberdade de cada um de nós [...]”.

¹⁰²⁸ O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] ditadura da razão [...]”.

¹⁰²⁹ É importante assinalar que, malgrado todas as críticas dirigidas pelo autor, em primeira pessoa do singular, reconhece, referindo-se ao racionalismo, que “[...] todos nós somos seus filhos, quer o saibamos e queiramos, ou não” (SPENGLER, 1941, p. 18). Esta é uma observação de extrema importância porque, admitindo-a como boa, repercutirá diretamente em toda a leitura que possamos realizar acerca do

uma cultura aplastante no sentido de demover o senso estético do valor da visão de mundo campesina,¹⁰³⁰ valores e conflitos que pareciam unir conservadores de diversas gerações.¹⁰³¹

Esta é uma leitura que se revela bastante afim com a leitura de Stern, segundo quem em Moeller há uma interpretação do caráter, do destino do homem e da história comum com o conservadorismo revolucionário (*cf.* STERN, 1974, p. 195). O liberalismo representava os anti-valores do conservadorismo. Donoso Cortés, em sua crítica ao liberalismo desde o catolicismo sustenta ironicamente que a ignorância da suposta sapiência liberal permite que despreze ao elemento teológico para explicar as coisas humanas (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 163). Em Schmitt não encontraríamos um movimento que se distancie em demasia. Em seu vitupério encontramos uma descrição do liberalismo como entronizador do indivíduo como um valor absoluto, em oposição a uma visão do político que supõe um progressivo processo de identitarização,¹⁰³²

conteúdo do conservadorismo revolucionário bem como sobre seu impacto teórico no nacional-socialismo.

¹⁰³⁰ A este respeito, por exemplo, Richard comenta que não deveria consistir um motivo de surpresa que mesmo aquelas casas urbanas de melhor bom gosto não encontravam-se destituídas de “[...] un no sé qué de rural” (RICHARD, 1972, p. 158). Com isto é possível observar que, malgrado o impacto do pensamento tecnológico com ela conviveria outra cultura bastante bem vista em certos setores do conservadorismo revolucionário. Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] um não sei que de rural”.

¹⁰³¹ Dentre os conservadores que mantinham um forte sentimento de oposição pelos valores cosmopolitas de Berlin além do próprio Schmitt, encontramos Donoso Cortés. Segundo Schmitt, quando de sua estada em Berlin o seu sentimento de desconforto só fez aumentar, com o que “[...] per lo Spagnolo cattolico il clima politico e intellettuale di Berlino era insopportabile; fu felice di potersi rifugiare a Dresda [...]” (SCHMITT, 1996b, p. 48). A rigor, para um pensador conservador é possível localizar Berlin como uma cidade inóspita aos seus valores. Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] para o católico espanhol o clima político e intelectual de Berlin era insuportável, foi feliz do poder refugiar-se em Dresden [...]”.

¹⁰³² A este respeito interessa a leitura de Ferreira, segundo quem para Schmitt “[...] neutralidade e individualismo, formalização e privatização estão intimamente associados. O processo de esvaziamento de conteúdo da ordem liberal seria uma consequência necessária da transformação do indivíduo em “portador de um valor absoluto”. Para dar margem à autonomia dos indivíduos, a ordem pública no

configurado em momento superior no conceito de homogeneidade (*homogenität*)¹⁰³³ inserida em uma forma de existência coletiva compartilhada.

Entre os temas tornados alvo pelo trabalho crítico de Schmitt ao liberalismo encontramos secularização, a análise da crise da modernidade, assim como também de sua forma estatal. A modernidade é medida criticamente pelos seus maus frutos. Identificados pelo conservadorismo de von Salomon como a razão da decadência do espírito germano, ali encontrava-se a razão da corrupção de um povo virtuoso (*cf.* GÓMEZ, 2007, p. 187), e à raiz disto, a cultura liberal-burguesa. Em consonância com este diagnóstico intelectual, Schmitt desenvolve uma teologia política contraposta às tradições liberais assim como a crítica à sua racionalidade ilustrada, bem como sua atenção ao niilismo, e nisto compartilha tema com a tradição conservadora revolucionária jüngeriano-heideggeriano,¹⁰³⁴ cultura histórica que aproxima estes autores (ver ROSSELLO, 2001, p. 137) de fundamentos teóricos capazes de, sem rupturas, permitir que pudessem apoiar o nacional-socialismo.

Esta leitura de Schmitt encontra continuidade em seu trabalho do ano de 1923, quando Schmitt faz publicar a sua *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*. Neste texto Schmitt se ocuparia de um importante movimento teórico que conecta com toda a formação conservadora de seu pensamento e de base serviria para os movimentos subsequentes: “Beides, Liberalismus und Demokratie, muß

mundo liberal tem que, por definição, assumir um caráter neutro” (FERREIRA, 2010, p. 82). Para uma resenha do trabalho de Ferreira, ver BRANCO, (2005).

¹⁰³³ Discutiremos mais detidamente este conceito a partir do próximo capítulo VIII, aproximando-o ao conceito de democracia, enquanto nos capítulos XI e XII nos ocuparemos de estabelecer a sua interface com o conceito do político.

¹⁰³⁴ Para uma excelente análise técnica do embate de Schmitt com a tradição liberal, malgrado nossa dissonância com algumas conclusões, entre nós dispomos do excelente trabalho de Ferreira. Ver FERREIRA, (2004a).

voneinander getrennt werden [...]” (SCHMITT, 2010a, p. 13).¹⁰³⁵ Este foi um texto escrito enquanto no mês de novembro de 1922 da Itália provinham notícias da Marcha sobre Roma promovida por Benito Mussolini (ver PARIS, 1969, p. 95-100), cujas demandas partiam das críticas à fragilidade do Parlamento local neste aspecto semelhante à leitura realizada pelo conservadorismo (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 151),¹⁰³⁶ e por Schmitt, da realidade germana (ver NICHOLLS, 1991, p. 2).

Esta separação entre liberalismo e democracia foi um primeiro, prévio e importante movimento para o desenvolvimento de todo o trabalho subsequente de Schmitt. A realização da separação implicou a colocação de distanciamentos conceituais capazes de justificar a eliminação de conteúdos fundamentais em matéria política que, logo, iriam igualmente impactar profundamente em sua interpretação constitucional (ver SCHMITT, 1992b). Paralelamente, esta separação lhe permitirá identificar o liberalismo aos valores burgueses, duo conceitual ao qual endereçar críticas e, por outro lado, empregar esforços na reconstrução de um totalmente diverso conceito de democracia afeito e compatível com o conceito de ditadura que não foi exatamente um movimento inovador de Schmitt, senão já presente entre os antigos (ver ARENDT, 1974, p. 394).

Este processo de desconexão entre liberalismo e democracia será desenvolvida em diálogo com o contexto teórico e histórico da República de Weimar esboçado nos

¹⁰³⁵ A tradução sugerida para o texto acima é: “Ambos, liberalismo e democracia, devem ser separados [...]”.

¹⁰³⁶ Jünger chama a atenção para o fato de que naquela quadra das décadas de 1910 e 1920 os parlamentos estavam “[...] incapacitados para desarrollar su trabajo, aunque no son atacados desde fuera” (JÜNGER, 1993a, p. 151). Isto sim, malgrado a leitura de Jünger, certo era que, muito embora os parlamentos estivessem marcados por sérios problemas, que as críticas desde fora que Jünger procura manter no campo do inexistente quando estas críticas eram, isto sim, bastante presentes no contexto político e teórico da época. Estas críticas tinham uma de suas mais intensas fontes no campo teórico do conservadorismo revolucionário ao qual pertencia assim como de Schmitt, cujo trabalho, como se sabe, era conhecido bastante bem por Jünger. Ao trecho citado acima sugerimos a tradução que segue: “[...] incapacitados para desenvolver o seu trabalho, embora não sejam atacados desde fora”.

dois capítulos anteriores em conexão com a teoria conservadora apontada nos cinco primeiros. O movimento de separação entre liberalismo e democracia é realizado por Schmitt de sorte a que possa endereçar as mais agudas críticas ao liberalismo, conectando seus vícios ao Parlamento ao tempo em que por distanciá-la da democracia, permite que venha a preencher este vazio com um outro conteúdo, compatível com o de ditadura.

Conforme foi esboçado nos capítulos anteriores, o conservadorismo revolucionário germano do período deitara raízes no período guilhermino, o mesmo período da formação do jovem Schmitt que já fazia publicar no início da década que conheceria em seus últimos momentos a abdicação do trono por parte do Kaiser, precisamente em novembro de 1918. Com isto se encerrava uma etapa histórica mas, sugerimos, não exatamente a cultura que ali fora fomentada.¹⁰³⁷ Para tal

¹⁰³⁷ Este contexto histórico encontra-se marcado por um período de agitações. Na Alemanha o reflexo foi o de sofrer influência política da Revolução Russa e da agitação socialista. As disputas ganhavam o espaço público, e não apenas em nível retórico-político, mas, eventualmente, com embates físicos. A abdicação por parte do Kaiser, propiciou uma série de consequências políticas que sofrera agravo com outros eventos paralelos ao do final da Primeira Grande Guerra Mundial. Neste momento alguns dos líderes da esquerda no período foram Rosa Luxemburgo, a Liga Espartaquista, cuja influência teórica estavam baseadas naquilo que ficou conhecido como comunismo libertário. Esta maior projeção da esquerda socialista tinha por motivo a Revolução Russa de 1917 e os seus ideais, que encontraram forte oposição interna em grupos paramilitares como os *Freikorps*. Estes grupos paramilitares viriam a enfrentar as lideranças de esquerda durante o governo desta na Baviera, que presenciou uma curta vida de governo fortemente impactado por políticas socialistas. A oposição dos *Freikorps* tinha lugar na medida em que retornavam da Primeira Guerra Mundial os membros do exército derrotado. A sua motivação individual era a de suplantarem a perda da rotina da caserna e, coletivamente, combater os esforços da esquerda socialista em alcançar o poder e foram úteis para vencer a Liga Espartaquista, tarefa para a qual não houve economia de meios violentos, atos exemplificados, dentre outros, pelos homicídios de Rosa Luxemburgo e de Karl Liebknecht em 1919. Portanto, a utilidade dos *Freikorps* não foi apenas política, mas por terem aportado força física, como nos diz Bendersky, para a comissão de atrocidades (*cf.* BENDERSKY, 1989, p. 50). Posto isto, emergiria uma nova realidade política, republicana, surgida com a vigência da Constituição de Weimar em 11 de agosto de 1919, buscando estabilidade por meio de uma cultura democrática que, com o passar do tempo, revelou-se inexitosa e que, já avançado o ano de 1928

conservadorismo revolucionário a abstenção do debate político era reputada como um valor a perseguir (cf. PINTO, 2003, p. 76-77) e, portanto, encontraria em seu âmago valores incompatíveis com o republicanismo weimariano e com o conceito de democracia nos termos mais disseminados.¹⁰³⁸ Schmitt vê-se, assim, envolto em um período de ruptura com o regime político monárquico e o advento de uma nova ordem com a qual a cultura política alemã não era afim senão que, ao contrário, muitos lhe apontavam como estrangeira, alinhada com os interesses dos vencedores da Segunda Grande Guerra Mundial.

Em um período conflitivo como este, e com a mesma marca de incompatibilidade, encontraríamos as aspirações restauracionistas de grupos

em sua *Verfassungslehre* Schmitt terminaria por reputar como um documento legal já nascido póstumo. Contudo, como diz Bendersky, “Schmitt fu di fronte alla cruciale decisione se accettare la repubblica” (BENDERSKY, 1989, p. 55). A respeito de Rosa Luxemburgo interessa sublinhar que ironicamente, no ano de 2009, vimos surgir trabalhos que procuravam aproximar o conceito do político em Schmitt do de Rosa Luxemburgo e, por certo, aproximando-o de uma análise marxista. Göçmen chama a atenção para que “[...] Schmitts Definition des Politischen und ihrer Implikationen zufolge zwischen ihm und Marx darin, dass während Marx die ‘Freund-Feind-Unterscheidung’ aus der Sicht der Arbeiterklasse her vornehme, macht Schmitt die Unterscheidung aus der Sicht der Bourgeoisie [...]” (GÖÇMEN, (2009). Ainda a respeito desta aproximação marxista, ver DOTTI, (2001). A livre tradução sugerida para o texto acima é: “[...] a definição do político de Schmitt e as suas implicações entre ele e Marx, que no âmbito do Marx “da diferença do amigo-inimigo” que resume a nobre luta de classes, faz Schmitt a diferença com a luta da burguesia [...]”.

¹⁰³⁸ Interessante é sublinhar quanto a crítica levada a termo por Schmitt no que concerne a democracia a relativa aproximação que é possível fazer quanto ao elitismo de teórico tão importante quanto o foi Joseph Schumpeter. A análise crítica de Schumpeter sobre os elementos da democracia liberal tem um eixo comum com Schmitt, a saber, a observação de que sobre ela a democracia liberal atua um grupo dominante, uma elite, que exerce o controle sobre os seus procedimentos. Malgrado esta proximidade, muito distintos eram os fins aos quais ambos visavam os dois autores, pois enquanto Schmitt apontava para uma ditadura, por outro lado, Schumpeter não dirigia seus esforços ao aprofundamento de qualquer versão do totalitarismo mas, antes, tinha em vista o desenvolvimento de uma versão consideravelmente conservadora das instituições democráticas sem este viés totalitarizante. A respeito de mais detalhes sobre esta relação das análises da teoria schmittiana com a schumpeteriana bem como com as possíveis referências weberianas, ver SCHEUERMANN, (1999, p. 183-185).

conservadores que conflitariam com os novos republicanos. A estes últimos, Schmitt atribuía uma profunda incapacidade para lidar com os problemas da ordem política alemã. Conforme viemos sublinhando, esta assinalada incapacidade derivava fundamentalmente de sua tibieza, de sua indecisão, a própria marca do liberalismo burguês e, por conseguinte, também uma deficiência característica das instituições criadas pelos próprios legisladores constitucionais de Weimar.

Este aspecto tornava inevitável o enfrentamento dos republicanos com a filosofia política schmittiana e, por conseguinte, do distanciamento do autor, desde as suas origens, da República de Weimar a quem serviria apenas ao final da década na condição de Conselheiro de von Papen, personagem ao qual Wilde classifica nada menos do que como um “[...] archconservative” (*cf.* WILDE, 2006, p. 510),¹⁰³⁹ sendo que Schmitt é nomeado para ser “[...] one of the president’s counselors behind the scenes” (WILDE, 2006, p. 510).¹⁰⁴⁰ Esta proximidade de Schmitt com um regime ultra-conservador como o de von Papen a partir de maio de 1932 que praticamente realiza a transição para o regime hitlerista igualmente é algo que faz pensar sobre a convergência dos escritos schmittianos da década de 20 com o efetivo papel político que desempenhou na condição de Conselheiro do governo conservador de von Papen que, conceitualmente, mantém proximidade com o conservadorismo revolucionário que viemos apresentando nos capítulos anteriores deste trabalho.

Esta proximidade de Schmitt com von Papen teria desdobramentos importantes para a transição para o regime hitlerista na medida em que Schmitt auxilia von Papen a exercer o controle sobre a política, e a polícia, da Prússia, historicamente em mãos social-democratas. Conforme narra Faye, em torno do mês de julho de 1932 von Papen

¹⁰³⁹ Ao vocábulo sugerimos a tradução por “arqui-conservador”.

¹⁰⁴⁰ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “um dos conselheiros do Presidente por trás da cena pública”.

lança mão do exército comandado por von Schleicher para depor do poder aos social-democratas prussianos (cf. FAYE, 2010, p. 125). O recurso jurídico destes perante a Corte constitucional de Leipzig daria lugar ao conhecido caso *Preußenschlag* no qual Schmitt atua em favor do Estado todavia governado por von Papen. Será com a transição para o regime hitlerista que começa a ter ocorrência em dezembro de 1932,¹⁰⁴¹ quando o regime começa definitivamente a ruir, que o poder policial prussiano, então a maior força em armas de uma Alemanha desarmada pelos termos do Tratado de Versalhes, viria a cair nas mãos de Hermann Göring. Neste sentido, portanto, aponta Faye que fora Schmitt o primeiro credor de Göring (cf. FAYE, 2010, p. 126), antes de que este último viesse a colocar-se em posição de protetor de Carl Schmitt, o que faria até mesmo nos derradeiros e mais conflituos momentos de defenestramento do partido em 1936 por intermédio das pressões exercidas pelos *Schwarze Korps*, camisas negras, conhecidos militantes nacional-socialistas integrantes das SS.

Esta foi uma oportunidade na qual Schmitt, mais propriamente, presta um desserviço às instituições weimarianas às quais correntes revisionistas da filosofia

¹⁰⁴¹ A respeito da posição de Schmitt perante os fatos que tem lugar no período de transição entre o regime de Weimar e a ascensão do nacional-socialismo Faye mantém tese a respeito. Segundo o autor em dezembro de 1932 Schmitt mantinha o seu nome bastante próximo ao de von Papen e esta teria sido uma condição importantíssima para que Hindenburg, antipático ao cabo Hitler, lhe nomeasse Chanceler. A presença de Schmitt e von Papen foram importantes conquanto não filiados ao partido nacional-socialista, o que seria algo capaz de influenciar o velho marechal Hindenburg a apoiar a ascensão de Hitler. Segundo a tese de Faye, portanto, a não filiação nacional-socialista de Schmitt e von Papen teria exercido o seu papel importante para a decisão de Hindenburg (cf. FAYE, 2010, p. 134; 136-138). Nossa abordagem do tema não se ocupa precisamente de que tenha ou não Schmitt eludido propositalmente esta filiação prévia a 1933 e, desta maneira, operado ocultamente para que o nacional-socialismo alcançasse o poder, o que, de fato, termina por constituir, malgrado implicitamente, a tese de fundo de Faye (cf. FAYE, 2010, p. 136-137). A tese de Faye poderia encontrar algum apoio fático no fato de que Schmitt não apenas não tardaria em filiar-se ao regime após sua ascensão como, ainda, ocuparia alguns postos relevantes. Nossa posição é de que independentemente desta estratégia ter ou não sido adotada por Schmitt, parece-nos poder ser confirmada a sua proximidade com a teoria do totalitarismo, conforme viemos apontando neste trabalho.

política e jurídico-constitucional schmittiana sustentam que o autor haveria defendido. Em realidade, o caso *Preußenschlag*¹⁰⁴² parece ser um movimento elucidativo que, somado aos seus demais passos, demonstram precisamente o contrário desta suposta defesa schmittiana das instituições weimarianas. Em verdade, difícil mesmo é sustentar a defesa de Weimar por Schmitt que de sua cultura e instituições sempre se mostrou ácido crítico.

A oposição teórica de Schmitt a uma nova realidade republicana de início dos anos 20 era um passo que permitia ao autor manter-se tão próximo quanto congruente com seus colegas de caminhada conservadores, cujas alas todavia mais radicais viam o diálogo político e, ainda mais, a própria atividade política, como algo, em si mesmo, repugnante (*cf.* BENDERSKY, 1989, p. 42). Esta não era exatamente uma percepção distante daquele triunfante nos meios populares. Estas capas populares também manifestavam amplamente a sua desconfiança no sistema,¹⁰⁴³ avaliação comum no período (*cf.* BENDERSKY, 1989, p. 94).

¹⁰⁴² Para algumas informações sumárias a respeito do citado caso *Preußenschlag*, ver algumas notas no capítulo VII.

¹⁰⁴³ É importante assinalar que não apenas capas importantes da população como também estratos intelectualmente mais refinados compartilhavam desta descrença. Neste sentido, por exemplo, pensadores da estirpe do cientista político italiano Gaetano Mosca (1858-1941) igualmente mantinham sérias reservas ao Parlamento tal e como apresentado historicamente. Além destes, contam-se também o sociólogo e economista italiano Vilfredo Pareto (1848-1923), o filósofo social de esquerda Georges Sorel (1847-1922) – autor por quem Schmitt mantinha “pouco dissimulada admiração” (WOLIN, 1998, p. 183) – e, de certa forma, o bastante conhecido sociólogo alemão Max Weber (1864-1920). Em todos estes casos resta claro o reconhecimento da influência de todos estes pensadores, e da presença neles de um viés irracionalista no comportamento humano, algo que, em outro trecho, Bendersky não reconhece como adequado para descrever a filosofia política de Schmitt. Precisamente Bendersky reconhece em suas influências teóricas conceitos tais como o de mito, que, ademais, o próprio Bendersky transcreve a partir de obra de Schmitt: “[...] sosteneva Schmitt [...] che ‘il grande significato psicologico e storico delle teorie del mito non poteva essere negato’ [...]” (BENDERSKY, 1989, p. 99). Sugerimos a seguinte livre tradução para o trecho acima: “[...] sustentava Schmitt [...] que o ‘grande significado psicológico e histórico da teoria do mito não poderia ser negado’ [...]”.

A cultura da época da emergente República weimariana encontrava-se dividido em três grupos. O primeiro deles, o dos liberais, não contava com adeptos suficientemente interessados em aportar contribuição à sua teoria. Além destes a vida política ficava ainda dividida entre dois grandes grupos antagônicos, a saber, os componentes do partido comunista e os do partido do progressivamente influente nacional-socialismo. Este conjunto de forças seriamente empenhado em disseminar a cultura antirrepublicana representavam um considerável e, mesmo, invencível empecilho para que a busca pela estabilidade institucional pudesse chegar a bom resultado.

Malgrado fora a democracia a marca distintiva não apenas da construção como também do resultado final do aparato jurídico-político weimariano sobre o qual as forças políticas supracitadas desempenhavam seus papéis, fato é que, tal e como nos comenta Rauschning, “[...] the practice of all the parties was undemocratic because they were under the pressure of a new revolutionary life [...]” (RAUSCHNING, 1941, p. 157).¹⁰⁴⁴ Isto sim, parece que as práticas antidemocráticas não se devem exclusivamente, senão apenas parcialmente, ao motivo sugerido por Rauschning. Ademais deste motivo devemos acrescentar que as estruturas políticas da República de Weimar, cuja instabilidade se transferiu até mesmo para as disposições da Constituição,¹⁰⁴⁵ auxiliaram no agravamento de crises que aos olhos do homem médio tornavam-se inabarcáveis e insolúveis desde os limites institucionais weimarianos.¹⁰⁴⁶

¹⁰⁴⁴ Uma tradução possível para o texto acima é: “[...] a prática de todos os partidos foi antidemocrática porque eles estavam sobre pressão da nova vida revolucionária”.

¹⁰⁴⁵ A este respeito é interessante o estudo realizado por Kirchheimer. O autor percebe uma série de compromissos estabelecidos como forma de viabilizar o acordo constitucional. Kirchheimer realiza uma síntese histórica e aponta cinco compromissos políticos: “[...] el acuerdo entre el secretario socialdemócrata Ebert y los generales Hindenburg y Gröner para la instauración del régimen republicano; segundo, por el acuerdo entre los sindicatos y la patronal para el reconocimiento del convenio colectivo como fórmula de regulación salarial [...]; la estructura federal del país fue asimismo fruto de un

Contudo, além da articulação destes dois motivos há ainda um terceiro sem o qual não parece que o discurso antidemocrático teria sido possível. Trata-se de que havia em gestação por trás daquele período em Weimar toda uma cultura que se mostrou proclive ao autoritarismo, o qual remete à uma cultura bismarckiana que mantinha profundo apreço pela ordem, pela hierarquia e pelo militarismo, algo que penetrou na cultura de sorte que os movimentos políticos o foram ampliando e consolidando. Historicamente isto teve lugar por intermédio do Império e dos conservadores que lhe habitaram e que manteriam contato com os valores de um bismarckismo cuja marca histórica foi a sua inserção em um momento de transição de uma sociedade feudal para uma outra sociedade de estrutura capitalista (cf. GUARNIERI, 1998, p. 160). Esta última carregaria consigo, por certo, boa parte dos

compromiso entre el Reich y los Länder, tanto como el reconocimiento constitucional de los consejos de empresa, pactado por el SPD y el gobierno del Reich; por último, el desarrollo del programa constitucional [...]“ (*apud* COLOM GONZÁLEZ, 1992, p. 141). A respeito de sua análise, contudo, é de destacar que o autor a realiza desde um espectro político, de esquerda, que nem sempre manteve relações amistosas com a social-democracia. Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] o acordo entre o secretário social-democrata Ebert e os generais Hindenburg e Gröner para a instauração do regime republicano. Segundo, pelo acordo entre os sindicatos e a patronal para o reconhecimento do convênio coletivo como fórmula de regulação salarial [...]; a estrutura federal do país foi, assim, fruto de um compromisso entre o *Reich* e os *Länder*, tanto como o reconhecimento constitucional dos conselhos de empresa, pactado pelo SPD e o governo do Reich e, por último, o desenvolvimento do programa institucional [...]”.

¹⁰⁴⁶ Neste sentido Bercovici aponta claramente para as divisões ocorridas no período e que, em sua dimensão constitucional, supunha um contexto político de “equilíbrio precário e instável” (BERCOVICI, 2004, p. 26), sendo o produto destas relações políticas uma Constituição que o autor qualificará como “não [...] homogênea, monolítica, mas uma expressão das relações entre as forças políticas em disputa em 1919” (*Ib.*). A este respeito a descrição das dificuldades do período por parte de Sá apontando para que as fragilidades da República de Weimar em parte se deviam às ameaças sofridas por “[...] movimentos violentos, como os nacionais-bolchevistas ou os nacionais-socialistas, os espartaquistas ou os abundantes grupos paramilitares [...]” (SÁ, 2001, p. 429). Estas instabilidades não raro foram atribuídas aos necessários compromissos constitucionais (*Verfassungskompromiss*) realizados a partir das fragmentações e das fortes oposições políticas no período imediatamente sucessivo à derrota na Primeira Grande Guerra Mundial.

valores da sociedade feudal antiga e que o movimento conservador em seu bojo haveria de saber reivindicar como um de seus valores antropológicos centrais. Este um sólido vetor a indicar as práticas antidemocráticas cujo discurso logrou galvanizar apoio e disseminação crescente nas décadas de 20 e 30 na Alemanha.

Esta prática antidemocrática é em absoluto convergente com o manifesto antiliberal schmittiano e, ademais, também em sua intensidade, com o conservadorismo revolucionário (*cf.* STERN, 1974, p. XIX) o qual detectava, já em Jünger, uma muito cara e expandida tradição germana antiliberal que propiciara as circunstâncias para que os alemães não tivessem conhecido os melhores meios para valer-se das liberdades que lhes foram historicamente oferecidas. Para Jünger isto pode ocorrer porque “[...] había quedado instaurada con la proclamación de los derechos universales del hombre [...] que no guardaba la menor relación con sus órganos más íntimos y propios”. (JÜNGER, 1993a, p. 20).¹⁰⁴⁷

Desde a ótica conservadora revolucionária havia uma tradição alienígena de corte liberal inservível para a Alemanha. O discurso antidemocrático vigente, contudo, não realizava o importante movimento de destaque do qual Schmitt se ocupou, conforme mencionamos no início deste trabalho. Ao apartar os conceitos de liberalismo e democracia Schmitt se permite dedicar ácidas críticas ao primeiro para em um segundo momento ocupar-se da retomada de um novo conceito de democracia que lhe serviria aos fins de um regime ditatorial.

As críticas schmittianas ao liberalismo estão marcadas por ser este um discurso que o autor observa como hegemônico, valendo-se da criação de um contexto em que a propriedade era a estrutura social, política e jurídica de base (*cf.* KENNEDY, 1997, p.

¹⁰⁴⁷ Ao trecho citado no corpo do texto sugerimos a tradução que segue: “[...] tinha sido instaurada com a proclamação dos direitos universais do homem [...] que não guardava a menor relação com seus órgãos mais íntimos e próprios”.

37). Para o liberalismo, a vida poderia vir a ser articulada, e progressivamente mais, segundo as normas de direito civil, sob o signo do contratualismo. Haveria de encontrar respostas para debates que a dimensão do político, neutralizado pelo Estado liberal na forma de atores restritos ao mundo do consumo seriam transformados apenas em consumidores políticos (*cf.* MOUFFE, 1999a, p. 155). Portanto, neste mundo político ofertado pelo Estado liberal já não haveriam posições sobre as quais disputar,¹⁰⁴⁸ proposta inaceitável para Schmitt esta a de um mundo politicamente pacificado por meio de sua neutralização pelo Estado liberal não havia cumprido sua função, pois “[...] auch seine Neutralisierungen und Entpolitisierungen [...] haben einen politischen Sinn”. (SCHMITT, 2002a, p. 68).¹⁰⁴⁹

Schmitt escreve em um contexto bem descrito por Rauschning como de um profundo descompromisso com os valores weimarianos mais profundos, receptividade que facilitava a tarefa discursiva do conservadorismo antidemocrático. Estes movimentos encontravam também um forte esteio em movimentos nacionalistas já evidentes na década de 10,¹⁰⁵⁰ conexões estas que amadureceriam já entrada a década de

¹⁰⁴⁸ Há que sublinhar que há momentos não tão claros da abordagem schmittiana do liberalismo. Um desses momentos é quando o autor se refere ao liberalismo como “Die Gleichheit aller Menschen als Menschen ist nicht Demokratie sondern eine bestimmte Art Liberalismus, nicht Staatsform sondern individualistisch-humanitäre Moral und Weltanschauung” (SCHMITT, 2010, p. 18). A tradução sugerida para este trecho é: “A igualdade de todas as pessoas como pessoas não é democracia mas, isto sim, uma espécie de liberalismo, mas não em sua forma estatal, mas sim moral e segundo uma visão de mundo humanitário-individualista”.

¹⁰⁴⁹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] mesmo as suas neutralizações e despolitizações [...] tem um sentido político [...]”.

¹⁰⁵⁰ Interessante a nota de Quaritsch de que Schmitt já mantivera contatos com o nacionalismo na década de 10, principalmente por intermédio de seu escrito sobre Theodor Däubler (*cf.* QUARITSCH, 1995, p. 59), pista esta que parece importante o suficiente na medida em que aponta para que em seu período de formação intelectual Schmitt pode ter conectado, bastante cedo, este conteúdo nacionalista com o conservadorismo contrarrevolucionário e donosiano, caldo cultural de fundo para a sua própria leitura do político a partir de uma ótica comprometida com valores reacionários e totalitários.

20 no hitlerismo. Tendo encontrado o fiasco na tentativa do *Putsch* de 1923 fez com que Hitler percebesse que o Estado haveria de ser conquistado desde dentro e não pelas aventuras de golpes políticos (cf. NICHOLLS, 1991, p. 91).

O Partido Nacional-Socialista se havia comprometido publicamente com evitar quaisquer alternativas violentas e inconstitucionais para alcançar o poder. O antidemocratismo hitleriano se encontrou facilmente com os limites indicados por uma análise balizada pelo pragmatismo. Obviada a alternativa ilegal de acesso ao poder, era certo que, não obstante a assunção de tal compromisso público, a sua corriqueira prática era a do enfrentamento aos “[...] instrumentos da democracia parlamentar, todas as instituições liberais, todas as disposições legais, sociais e políticas, foram transformadas pelos nazistas em arma contra o liberalismo e a democracia”. (NEUMANN, 1983, p. 269).

Em sua campanha contra a democracia parlamentar e liberal o nacional-socialismo não hesitaria em valer-se de todas as oportunidades para lançar seus ataques contra o regime weimariano. Em paralelo, um dos movimentos tentados por Schmitt em suas críticas que fortaleciam o totalitarismo – inspirador do nacional-socialismo – foi o de romper as conexões teóricas entre a democracia e o parlamentarismo assim como também já houvera realizado entre liberalismo e democracia.

Nesta sua tentativa de isolamento conceitual da democracia, apartando-a do liberalismo e do parlamentarismo, nos diria Schmitt que “Es kann eine Demokratie geben ohne das, was man modernen Parlamentarismus nennt und einen Parlamentarismus ohne Demokratie [...]” (SCHMITT, 2010a, p. 41).¹⁰⁵¹ Esta admissão da independência teórico-empírica de ambos conceitos abria passagem para que a democracia schmittiana pudesse, ao fim e ao cabo, ser feita à medida para convergir

¹⁰⁵¹ O texto acima comporta a seguinte tradução: “Pode existir uma democracia sem o que denominamos parlamentarismo moderno e também pode existir um parlamentarismo sem democracia”.

com o conceito de ditadura, isto sim, não sem uma grave e profunda distorção conceitual nem sempre suficientemente destacada pelos analistas com a gravidade que as consequências que esta ideia em verdade reclama.¹⁰⁵²

Deste jogo de palavras criado por Schmitt que desvinculam conceitualmente as duas ideias resta claro que pouco lhe interessa a segunda parte onde diz que também pode existir um parlamentarismo sem democracia. A Schmitt não interessou minimamente esta hipótese de existência de alguma estrutura parlamentar a qual apoiar. O foco do autor sempre foi o de seus primeiros estudos da década de 20, os quais apontam para um Estado forte (*Stärke staat*) que, já entrada a década de 30, encontraria o seu curso natural nas estruturas jurídico-políticas do III Reich,¹⁰⁵³ ao qual, por certo, Schmitt aderiria sem necessidade de revisões conceituais profundas em sua obra. Em verdade, o que interessa a Schmitt deste jogo de palavras é a primeira parte, e nela o autor afirma que pode existir uma democracia sem o que denominamos parlamentarismo moderno. Desde logo, a existência deste conceito de democracia

¹⁰⁵² Especialmente naquela quadra histórica não se pode menosprezar o sério impacto desta ruptura conceitual entre a democracia e o parlamentarismo, uma vez que, do ponto de vista institucional a República de Weimar tinha no Parlamento o foco de suas atividades políticas, malgrado as suas dificuldades.

¹⁰⁵³ É interessante uma linha argumentativa paralela a esta que pode ser seguida desde uma análise puramente histórica que neste momento não permite-nos a delimitação do tema. Medina e Mallorquín sugerem a possibilidade de uma terceira via naquelas circunstâncias o que, por conseguinte, não colocaria muitos dos intelectuais em posição de assumir, necessariamente, os pressupostos do regime. Assim, então, sugerem os autores que “[...] parecería que nos hemos quedado atrapados en las discusiones sobre la legitimidad del gobierno parlamentario de la década de los años veinte, pero en esta ocasión sin opciones o utopías sociales mayoritarias. Pero incluso en ese entonces el dilema o “eslavismo anarquista” o “Hitler”, es sumamente “lábil” (para usar un término schmittiano), e improcedente porque sí existían alternativas” (MEDINA; MALLORQUÍN, 2001b, p. 9). Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] pareceria que ficamos presos às discussões sobre a legitimidade do governo parlamentar da década de 20, mas nesta ocasião sem opções ou utopias sociais majoritárias. Mas, inclusive naquele momento, o dilema ou “eslavismo anarquista” ou “Hitler”, é sumamente “frágil” (para usar um termo schmittiano), e improcedente porque, sim, existiam alternativas”.

reclamaria toda uma recriação conceitual, aliás, muito específica, esforço teórico do qual Schmitt não se furtaria.¹⁰⁵⁴

Como vai restando claro destas linhas em que vai sendo esboçada esta aproximação ao liberalismo e a democracia, portanto, o conservadorismo revolucionário é uma leitura que não poderia menos do que contraditar e manter frontal oposição à visão política de um liberalismo que tendia à relativização axiológica. Dizem seus críticos weimarianos que o liberalismo não dispõe de instrumentos para proceder à sua defesa. Este é um movimento bastante congruente com seus princípios, dado que assume como valor-base a indisponibilidade de uma definição substancial de si mesmo,¹⁰⁵⁵ algo que implicaria, diz o crítico schmittiano, em sua incapacidade para diferenciar o amigo do inimigo e, portanto, em cumprir com as funções que se espera do Estado desde a análise política schmittiana.

Por outro lado, o conservadorismo revolucionário ocupou-se em confirmar a possibilidade da afirmação de seus mais caros valores. Dentre estes o heroísmo e a bravura como chaves para a vida plena, inspirador de uma concepção vital balizada pelo valor da efetiva luta. Tanto a partir do conservadorismo como por intermédio de Schmitt é perceptível o emprego de todos os meios para um enfrentamento que em Schmitt ganharia a dimensão do extermínio de todos quanto desejassem contrapor valores incomensuráveis e uma outra forma de vida, dentre os quais, a partir de sua

¹⁰⁵⁴ O peculiar conceito de democracia de Schmitt será objeto do nosso exame na sequência deste capítulo.

¹⁰⁵⁵ Este argumento é apresentado por Schmitt com o intuito de desqualificar o argumento liberal. A ideia é de que encontramos uma teoria que não tem fortaleza para manter-se e aos seus princípios o que, por si, mostraria sua inoperância enquanto pensamento político de valor prático. A tese procura deter a força de seu núcleo argumentativo em que o liberalismo, dado o seu ponto de vista relativista, para manter-se congruente com tal máxima, não poderia invalidar quaisquer diferentes versões da organização política. A neutralidade, portanto, haveria de ser a marca de um Estado que, congruentemente, não poderia, portanto, posicionar-se em favor ou contra algum dos grupos sociais contendentes pelo poder, fossem quais fossem os valores aos quais visassem transformar em objetivos sociais.

adesão ao nacional-socialismo em 1933 se destacaria a (negativa) figura do judeu,¹⁰⁵⁶ que desde os textos de Rosenberg emergiam no movimento como um destacado inimigo ao qual combater paralelamente a toda a tradição de pensamento com a qual o autor envolvia, tal como o marxismo ocidental, capazes de agitar todo o contexto sociopolítico alemão (cf. ROSENBERG, 1971, p. 145).¹⁰⁵⁷

¹⁰⁵⁶ A este respeito é de interesse um artigo publicado por Jacob Taubes, que na sua condição de judeu escreveu uma longa necrológica de duas páginas dedicada a Schmitt, intitulado “Carl Schmitt: um apocalíptico da contrarrevolução”, e feito publicar em 1985 no jornal *Tageszeitung*. Nas primeiras linhas do artigo o autor menciona os seus respetos pelo passamento mas sublinha que a sua condição de judeu o inseria no conceito de inimigo na obra schmittiana. É importante sublinhar que se é certo que antes de 1933 não encontramos dados concretos de antissemitismo em Schmitt, como também em outros intelectuais, é também certo que (a) o seu trânsito teórico entre o conservadorismo revolucionário e toda a direita alemã se dava com fluidez entre muitos antissemitas colocados na posição de inimigos da mais castiça tradição germana e (b) que após 1933, tornou-se clara a adaptação da obra schmittiana aos preceitos do nacional-socialismo, movimento no qual o inimigo presente em *Der Begriff des Politischen* termina por englobar aos judeus, embora não apenas a estes. Muito embora este aparecimento possa ser localizado neste momento, é também certo que já em 1927 foram colocadas as condições suficientes para o desenvolvimento do argumento quando de forma muito ampla Schmitt atribui ao Estado o poder de determinar o inimigo. Por outro lado, cabe ainda sublinhar que Schmitt se manteve próximo de toda a tradição conservadora revolucionária, dentre os quais muitos se mantinham entre os defensores do antissemitismo. Dentre estes autores que marcaram o antissemitismo dentre os intelectuais da direita encontramos Fritz Lenz (1887-1976) uma positiva referência a superioridade do homem branco europeu, algo que pavimentou o caminho da teorização nacional-socialista a este respeito. Geneticista, aproveitou sua área de conhecimento para que seus trabalhos fossem reconhecidos pelo partido nacional-socialista, ao qual pertenceu ativamente. Sua teoria eugênica foi utilizada pelo Terceiro Reich mas também seus estudos sobre sua concepção da história informada por certo darwinismo social cujo resultado era a sobrevivência dos indivíduos e dos Estados mais fortes. Estas seriam teorias de extrema valia para o período formativo do nacional-socialismo quer explícita quer implicitamente. Esta é uma das teorias que abriram caminho ainda durante a década de 20 para a aceitação das propostas do partido nacional-socialista.

¹⁰⁵⁷ Especificamente, Rosenberg comenta que o judaísmo se mostrava daninho na medida em que (a) “[...] a fanaticism which, notably in alliance with Jewish-Western Marxism, has shaken not only Germany but the entire European continent, to its foundations” (ROSENBERG, 1971, p. 145). O autor reclama Nietzsche para o âmago da doutrina nacional-socialista como capaz de oferecer suporte para a ela, em suma, como o (b) “[...] proclaimer of that European unity which is indispensable to the creative life of our old continent, a continent which is today being rejuvenated in a great revolution” (ROSENBERG, 1971, p. 147). Aos trechos citados sugerimos as seguintes livres traduções: (a) “[...] um fanatismo que,

6.2. A GERAÇÃO DE 1914 E A TRAGÉDIA DA ÉPOCA: INTERDIÇÃO LIBERAL, *WELTANSCHAUUNG* TOTALITÁRIA

A deflagração da guerra de 1914 não foi apenas um ponto que poderosamente comunica duas épocas históricas mas, antes, representa um importante e claro ponto de oposição, quando não mesmo de ruptura, entre estes dois momentos. Impulsionado embate bélico pelo intenso apoio de amplas capas sociais, reconhece Jünger, que se desenhava uma vida perigosa (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 58-59), a qual era a perfeita contraposição às velhas valorações burguesas oriundas do século XVIII e XIX.

O liberalismo construído à luz dos valores burgueses se apresentava como um necessário antípoda dos valores ligados ao conservadorismo na medida em que o racionalismo lhe perpassa bem como uma leitura antropológica razoavelmente distanciada do pessimismo, uma das marcas e fundamentos últimos do conservadorismo revolucionário.¹⁰⁵⁸ Malgrado o pessimismo que baseia a *Weltanschauung* conservadora, será o próprio liberalismo quem retome uma visão pessimista e a aplique ao Estado.¹⁰⁵⁹ O conservadorismo revolucionário, ao contrário, aposta nas possibilidades do Estado organizar as atividades públicas e dirigir-lhe eficazmente aos fins que se proponha.

notavelmente em aliança com o marxismo ocidental judeu agitou não apenas a Alemanha mas o continente europeu inteiro e as suas fundações”; (b) “[...] proclamador da unidade européia que é indispensável para a vida criativa de nosso velho continente, um continente que hoje está sendo rejuvenescido em uma grande revolução”.

¹⁰⁵⁸ Às vicissitudes apresentadas pelo evento bélico viriam opor-se os conservadores revolucionários, tanto quanto às perspectivas otimistas do Iluminismo viriam os conservadores também contrapor uma leitura antropológica da nova realidade de corte eminentemente pessimista. Em suma, melhor Hobbes – e nisto Schmitt se faria acompanhar de todo o grupo conservador – do que Rousseau. Esta reação encontraria elementos críticos e desconstrutiva dos valores liberais e Iluministas, dentre outras fontes, na filosofia irracionalista de Nietzsche.

¹⁰⁵⁹ Este movimento liberal não tem lugar de modo exclusivo mas, isto sim, a partir de uma ponderação com outras aproximações liberais de sentido antropológico diverso, por intermédio de releituras de trabalhos clássicos como os de Locke e Rousseau.

O vituperado liberalismo apostava que o poder haveria de encontrar-se o mais proximamente possível dos indivíduos que encontram-se subordinados ao poder, capazes de exercer fiscalização sobre os homens públicos. Enquanto o liberalismo se mostrava em algum grau otimista com a possibilidade de introduzir o homem em uma nova escala moral, isto sim, se apresenta decididamente cético quanto ao exercício do poder pelo Estado. Por seu turno, o conservadorismo revolucionário encontra-se marcado por posição inversa, apostando nas potencialidades do Estado além de intensamente cético quanto ao potencial da moralidade humana.

Uma das figuras-chave do conservadorismo revolucionário em quem estes elementos irão ser tratados é Moeller. Nele encontrava-se uma visão de mundo consagradora da desigualdade humana assim como de suas inerentes limitações e da irracionalidade que lhe habita (*cf.* STERN, 1974, p. 195). Subjaz nos escritos de Moeller uma defesa da visão pessimista do homem bastante afinada com a perspectiva antropológica de Schmitt.¹⁰⁶⁰ Esta também é evidenciada em diversos momentos de sua obra, sobressaindo em seu texto dedicado a Hobbes (ver SCHMITT, 2008) o qual, logo, repercutiria profundamente na filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana.¹⁰⁶¹

¹⁰⁶⁰ Característico deste movimento de Schmitt afim com o conservadorismo revolucionário era o triunfo do pessimismo antropológico e de seus desdobramentos à dimensão do político e, por fim, a proximidade de todos entre suas ponderações acerca de certa consideração da filosofia da história que consagra, pela perspectiva conservadora o conceito de câmbio ou alteração histórica como perpassados necessariamente pelo de descoberta de uma estrutura histórica última a qual deva o indivíduo em sua realização histórica restringir-se.

¹⁰⁶¹ Desenvolvida sumariamente a aproximação da concepção de autoritarismo em Hobbes, momento seguinte, acreditamos encontrar o pensamento de Schmitt por intermédio de um eixo composto de três elementos, a saber, o conservadorismo, o catolicismo – a obra central de Schmitt sobre a ligação entre catolicismo e política é *Catolicismo Romano e Forma Política*, que tem tradução para o português. Ver SCHMITT, (2000e) – e a base teórico-filosófica que apóia a formação conceitual do autoritarismo em Schmitt. Os dois primeiros elementos se unirão a declarada influência filosófico-política de Hobbes para a estruturação do conceito de autoritarismo em Schmitt. A partir desta concepção iremos passar a expor a

Esta aproximação do movimento conservador revolucionário abre as portas para um momento qualificável como *lebensfeindlich* (hostilidade à vida), e também pela *Lebensphilosophie* (filosofia da vida). O grupo de filósofos cultuadores da *Lebensphilosophie* estava composto em boa parte pela geração de 1914. Muito embora não seja este um traço demarcatório definitivo e excludente, estes filósofos, isto sim, carregavam as fortes marcas causadas pelo impacto da cultura do *front* e de suas experiências da aplicação da tecnologia das máquinas de guerra que ali iam sendo experimentadas. Segundo Lukács, foram estes que “[...] sentaron los cimientos interiores para la futura renovación de Alemania” (LUKÁCS, 1959, p. 430),¹⁰⁶² discutível contudo, o sentido desta renovação.¹⁰⁶³ Sob a lúgubre inspiração da vivência nas batalhas sangrentas da Primeira Grande Guerra Mundial a tradição conservadora e reacionária de direita desenvolveria uma série de trabalhos, em muitos casos literários, que permitiram que em escritos como os de Jünger a vida humana ocupasse um lugar secundário em prol de objetivos magnânimos e superiores.

A geração de 1914 se conduziria pela filosofia da vida (*Lebensphilosophie*) e deixaria sua indelével marca na dimensão do político recomendando, como sugere Jünger, que as novas gerações haveriam de fugir às abstrações e, isto sim, engajar-se em uma grande tarefa histórica que consistir em estabelecer imediato contato com a realidade (cf. JÜNGER, 1993a, p. 50). Esta recomendação à conexão com o real, fugidia a abstração, continha uma pesada e oculta herança, a saber, uma pesada crítica aos

formação e florescimento destes três elementos e sua transformação em uma visão autoritária do político e do Estado.

¹⁰⁶² Uma tradução possível para o trecho acima é: “[...] colocaram os alicerces internos para a futura renovação da Alemanha”.

¹⁰⁶³ Muito embora este conceito de renovação representasse tão somente uma volta aos valores supostamente germânicos primitivos.

valores iluministas e o elogio da virtude do enfrentamento como meio de acessar o mundo real e concretizá-lo.

Uma das indelévels marcas deixadas pela geração de 14 no campo político foi a sua aversão à democracia parlamentar, o que claramente ocorreu em Schmitt. A visão da geração de 1914 mostrou profunda influência do irracionalismo, movimento que, com propriedade, receberia advertência da parte de Sontheimer. O autor reputava ser extremamente perigosa esta aproximação ao irracionalismo, pois, “[...] nothing is more dangerous in political life than the surrender of reason” (SONTHEIMER, 1970, p. 55),¹⁰⁶⁴ o que parece ter ocorrido por meio da influência da guerra naqueles que, logo, ocupariam posições intelectuais relevantes na Alemanha. Também é certo que esta rendição da razão naquela quadra histórica foi, realmente, a marca do ocaso civilizacional gestado ainda durante o período weimariano.

O pensamento conservador revolucionário aproxima e busca sintetizar o culto de viés romântico à violência com as críticas à razão e suas conexões com o Iluminismo, elementos que congruente e intensamente dialogam entre si. A este respeito reitera Von Klemperer reforça a caracterização do conservadorismo como “[...] distaste for reason and theory [...]” (VON KLEMPERER, 1968, p. 27).¹⁰⁶⁵ Este distanciamento, quando não desprezo pelo potencial da razão na história se revela a von Klemperer por meio de uma gama mais ou menos ampla de motivos, dentre os quais “[...] love of tradition, an awareness of the complexity of life, and, plainly, fear of God – the fascist’s seld-

¹⁰⁶⁴ Há uma tradução livre possível para este trecho: “[...] nada mais perigoso na vida política do que a capitulação da razão”.

¹⁰⁶⁵ Há uma tradução livre possível para este trecho: “[...] desagradado pela razão e pela teoria tiveram uma variedade de motivos [...]”.

advertised “indifference toward all theories” (VON KLEMPERER, 1968, p. 27).¹⁰⁶⁶ A crítica à razão e ao potencial iluminista também procurava justificar sua argumentação na inflexível complexidade da vida, fator impeditivo à sua compreensão e, momento seguinte, transformação pelo homem. Adequada a vida em uma realidade deste gênero a adesão ao plano divino assentado através dos tempos segundo uma autoridade inquestionável por infalível.

A influência do conservadorismo reacionário sobre o nacional-socialismo pode ser percebida também por força de sua preocupação em empenhar-se em sua oposição às tendências racionalizantes da vida e da política. É nesta medida que o movimento se apresentava a medir forças com a tradição iluminista, posto que esta última representava todo um esforço conceitual que lhe inviabilizava a assunção de muitos de seus valores-guia. Dentre estes valores encontravam-se o mito, a ligação obscurantista dos valores germânicos primitivos, os quais ganhavam mais forte projeção, por exemplo, quando transitavam do campo estético para projetar-se ao campo do político.

Outro destes conceitos conservadores que não poderia manter conexão com a tradição iluminista encontrou referência no historiador e humanista conservador alemão Ranke.¹⁰⁶⁷ Segundo ele o *Volksgeist* era “[...] a capacidade de uma nação de reconhecer suas próprias raízes culturais, contidas no folclore, na arquitetura e na literatura, e que

¹⁰⁶⁶ Há uma tradução livre possível para este trecho: “[...] amor pela tradição, consciência da complexidade da vida e, simples, temor de Deus – a auto-advertência fascista “indiferença relativamente a todas as teorias”.

¹⁰⁶⁷ Leopold von Ranke (1795-1886) foi um dos grandes historiadores alemães do século XIX. O autor formou escola e projetou sua influência teórica durante o século XX. No que aqui nos interessa, a influência se deu sobre historiadores alemães que priorizaram o método científico para a pesquisa histórica. Igualmente relevante foi sua abordagem da história sob a preocupação de narrá-la conforme ela de fato tivesse sucedido, mostrando certa preocupação com a neutralidade que remete ao positivismo científico tão influente naquela quadra histórica.

agiriam como cimento da nacionalidade” (SILVA, 2010, p. 387).¹⁰⁶⁸ A retomada deste *Volksgeist* é um dos termos conceituais que se prestaria ao processo de reconstrução do novo Estado alemão alicerçado em valores primitivos.¹⁰⁶⁹

A fundada oposição conservadora aos valores ilustrados que permeavam a cultura ilustrada weimariana encontra parte de sua caracterização no abandono de qualquer fé no potencial da racionalidade assim como de modo mais amplo, e não menos intensamente, da própria *Weltanschauung* que encontrava-se imersa nas estruturas weimarianas, da estética no mundo das artes à moda passando pela dimensão ética. É neste sentido que observamos que o discurso nacional-socialista é constituído por uma recaída no irracionalismo, aspecto para o qual Thomas Mann chama a atenção de que este irracionalismo

[...] colocó el concepto de la vida en el centro del pensamiento, enalteció las únicas fuerzas generadoras de vida de lo subconsciente y creadoras. Rechazó todo lo nocivo a la vida, celebró como verdad vital lo autóctono y predicó el retorno a la tierra fecunda y generatriz. (MANN, 1938, p. 108).¹⁰⁷⁰

Mann ressalta que o nacional-socialismo inspira-se nestas fontes (*cf.* MANN, 1938, p. 109). Esta inspiração nacional-socialista em fontes irracionais faz todo o sentido, posto que se mantém em aberta oposição à uma outra tradição, ressaltada por

¹⁰⁶⁸ A humilhação alemã pela *Catástrofe* de 1918 e o pangermanismo todavia latente na Alemanha encontraram no conceito rankeano de *Volksträger* um forte elemento propagador dos valores tradicionais mobilizando estes elementos de ódio e humilhação para projetar as estruturas do novo regime. Ranke afirma que o *Volksträger* é conceito unicamente ativo onde os povos são capazes de criar civilizações. Este era o caso da realidade cultural alemã necessitando reconstrução. Como nos diz Silva a este respeito, os *Volksträger* eram povos “[...] portadores de cultura – tinham uma longa história, muitas vezes forjada em guerras contra outros povos, mas não se definiam por um sangue excludente”. (SILVA, 2010, p. 387).

¹⁰⁶⁹ Embora não definitiva nem exclusiva, sublinhe-se, neste conceito de *Volksgeist* em Rank encontramos uma boa aproximação do papel da tradição com o conservadorismo revolucionário.

¹⁰⁷⁰ Uma tradução possível para este trecho acima é: “colocou o conceito da vida no centro do pensamento, enalteceu as únicas forças criadoras e geradoras de vida e do subconsciente. Rechaçou todo o nocivo à vida, celebrou como verdade vital o autóctone e predicou o retorno à terra fecunda e capaz de gerar”.

Meinecke,¹⁰⁷¹ em que sobressaía o cosmopolitismo alemão, herdeiro direto de intelectuais do calibre de Goethe e Humboldt. Esta é uma ligação importante para este trabalho no sentido de que os valores condutores do pensamento conservador revolucionário podem ser lidos e interpretados no âmago do nacional-socialismo. É observável neste último a irracionalidade reclamada pela direita conservadora revolucionária alemã como sua e que aqui sugerimos ter sido uma de suas aportações teóricas para a formação da doutrina nacional-socialista, movimento que aqui adotamos.

A irracionalidade inspiradora do nacional-socialismo mantém íntima relação com o anti-humanismo, aproveitando-se de leitura dinâmica das estruturas sociais capaz de apostar em uma teoria jurídica sustentada por um decisionismo ocasionalista¹⁰⁷² tipicamente schmittiano. Isto permite marcar distancia relativamente a valores como a segurança jurídica, de resto, também fortemente criticada pela tradição conservadora (*cf.* SPENGLER, 1941, p. 141), ideia reforçada por Schmitt e vários trechos de Spengler (*cf.* SPENGLER, 1980, p. 70). Jünger, por seu turno, se ocupa em colocar em momento inicial de sua argumentação precisamente este valor da segurança tão demandado pelas gentes com algo próprio da tradição liberal e, portanto, merecedora de críticas. Jünger realiza este movimento em um contexto já operado pela filosofia existencialista por intermédio de Jaspers¹⁰⁷³ mas também por Heidegger,¹⁰⁷⁴ que haviam influenciado de modo importante a debilitação do conceito de segurança.

¹⁰⁷¹ Meinecke possui uma obra marcada por um conservadorismo antidemocrático bem como por um viés antirrepublicano mas não belicista e racista da história (*cf.* SILVA, 2010, p. 392) como a de tantos outros intelectuais contemporâneos. Para uma leitura mais detalhada de sua obra, ver MEINECKE, (1982; 1959; 1930).

¹⁰⁷² Há uma série de textos que exploram o ocasionalismo em Schmitt. A este respeito, exemplificativamente, ver LÖWITH, (2006).

¹⁰⁷³ A respeito da inserção de Jaspers no debate, ver JASPERS, (1973; 1958; 1957).

Subsiste no ambiente weimariano um considerável desejo de obliterar o perigo, distanciar-se do risco como um malévolos conceito do qual apartar-se, senão o contrário, era o representante da vida em sua acepção mais genuína. Em sentido contrário e convergente com Heidegger e os primeiros movimentos de Jaspers é a aposta de Jünger ao queixar-se de filosofias caracterizadas por “[...] espacio vital [em] que quede impedida la irrupción en él de lo peligroso [...]” (JÜNGER, 1993a, p. 26).¹⁰⁷⁵ Ao apoiar o sacrifício e a tragédia no âmbito do político, Schmitt se mostra próximo de um dos aspectos centrais do conservadorismo. Contudo, Spengler se mostra convergente com este Jünger ao afirmar que a pequenez dos homens mostra-se materialmente quando se esquivam dos sacrifícios e das tragédias que o tempo impõe:

Êles não querem mais tragédias, nem no teatro nem na realidade. Miseráveis e exaustos, êles só se comprazem com o happy end dos romances que os distraem. [...]. A segurança covarde do fim do último século passou. A vida de risco, a verdadeira vida da história, retoma os seus direitos. (SPENGLER, 1941, p. 25).

Os trechos mas também o conjunto da filosofia conservadora revolucionária spengleriana convergem com a literatura de Jünger quando este adota o elogio da inconstância e do embate, que caracterizaria aquilo que Spengler denominou logo acima como verdadeira vida da história. Ambos autores se mostram bastante próximos de uma *Weltanschauung* que, aplicada ao político, se mostraria marcada por uma dinamicidade orgiástico-desenfreada. Refratários a quaisquer vestígios da decadência anunciada pelo pacifismo burguês na nova organização estatal – que desautorizava seus líderes para conduzir o novo regime (cf. ROSENBERG, 1971, p. 165) –, os dois autores glorificam o enfrentamento como um instrumento de realização do político, motivo pelo qual o

¹⁰⁷⁴ Não é o nosso objetivo vincular Heidegger a tradição existencialista mas, isto sim, apenas e tão somente sublinhar que seu trabalho filosófico corrobora as intervenções daqueles que se ocuparam com a corrosão do valor segurança.

¹⁰⁷⁵ Há uma tradução livre possível para este trecho: “espaço vital no qual nele fique impedida a irrupção do perigoso”.

burguês e suas ambições pacifistas que pavimentavam o caminho para seus projetos comerciais não lhes poderiam servir sob hipótese alguma.

As almas delicadas burguesas não encontrariam lugar nestes novos dias vislumbrados por Spengler (*cf.* SPENGLER, 1941, p. 25). Em Spengler encontraremos a mesma postura de reforço ao distanciamento de qualquer concessão de valor ao pacifismo almejado pelo liberalismo burguês. Esta inspiração liberal-burguesa supostamente haveria de encontrar naquela quadra da história o seu ocaso perante a concepção de que tudo quanto é realmente valioso e grande se eleva e domina ao aportar as novas criações estatais. Jaz o indivíduo sob o poder e a força do coletivo estatal.

Indubitavelmente a delicadeza burguesa não poderia mostrar-se afim com apostas como a de Spengler em que brotavam elementos irracionalistas, ou seja, em uma vida em que “[...] a felicidade, a paz, a vida sem perigos e em meio dos prazeres, é triste e velha, e apenas imaginável, mas não possível” (SPENGLER, 1941, p. 23). Para Spengler, tanto como para Jünger e também, veremos, para Schmitt, o triunfo de um tempo histórico valioso se evidencia por intermédio da compartilhada leitura conservadora- revolucionária da boa vida. Esta boa vida no pensamento conservador revolucionário se mostra e atualiza apenas por meio da luta e do domínio, da atitude sóbria e sábia que encontre os seus antípodas, seres a quem dominar ou, quiçá, passíveis de serem colocados na posição de extermínio.

Malgrado estas afinidades que vem sendo elencadas, já sublinhamos o caráter não unívoco da conformação do conservadorismo revolucionário. Algumas abordagens do movimento podem encontrar certa ordem de divergência. Contudo, podem ser encontradas a sua presidência por um conjunto expressivo de conceitos tomados em comum. Assim, por exemplo, a forte e afinada crítica, via liberalismo, endereçada ao

republicanismo e a inteireza da vida republicana em Weimar bem como a toda a avaliação de uma vida balizada meramente por interesses comerciais.¹⁰⁷⁶

Mas se em Schmitt estas eram críticas bastante claras, isto sim, não tratava-se, em absoluto, de uma abordagem original. Ao contrário, as críticas desenvolvidas por Schmitt encontravam-se bastante conectadas com aquelas realizadas pelo conservadorismo revolucionário. Além desta conexão, a crítica schmittiana também se mostraria próxima até mesmo de setores da esquerda germana do período que enfrentavam-se aos valores liberais e burgueses em suas dimensões políticas, jurídicas e econômicas que se projetaria em nossos dias com a releitura que a esquerda continental europeia,¹⁰⁷⁷ ademais da norte-americana, voltaria a realizar.

Ensaçadas as primeiras conexões entre conservadorismo revolucionário e o nacional-socialismo, observe-se que este último não viria a constituir-se apenas no âmbito da crítica do antimodernismo extremado, malgrado em não raros momentos por intermédio de argumentos inconsistentes (*cf.* CRAIG, 1991, p. 11). Isto sim, os primeiros ensaios da doutrina do nacional-socialismo e as falas hitlerianas o aproximavam do viés socialista do nacional-socialismo, recriminando práticas dos capitalistas, exercendo no limite a demagogia anticapitalista para a qual o pensamento *Völkisch* demonstrava sua integral simpatia. Contudo, Hitler seria bastante claro em uma conversa com Otto Strasser, que se opunha ao que considerava ser uma hesitação

¹⁰⁷⁶ É importante sublinhar que a crítica ao liberalismo, ao mercado e aos aspectos conexos (consumismo, etc.) podem ser vistos muito proximamente ligados em teorias de extrema direita quanto no campo da esquerda. De destacar que a esquerda que compartilha os valores humanistas não irá se desentender das críticas ao liberalismo e ao mercado mas que a retomada destas fontes pode causar sérios embaraços teóricos.

¹⁰⁷⁷ Que Schmitt termina por ser recuperado já entrada a segunda metade do século XX, sendo reclamado, e logo tornado referência para as reflexões sobre o político e as questões ligadas a democracia, por diversos grupos mas, também com destaque, para pensadores ligados à esquerda francesa (*cf.* BORDA, 2006, p. 62).

liberal hitleriana. Hitler responderia a Strasser: “Do you think that I should be so mad as to destroy Germany’s economy?” (*apud* BULLOCK, 1990, p. 158).¹⁰⁷⁸ Ainda mais, Hitler reforçaria a sua própria visão ao dizer-lhe que a democracia liberal havia colocado o mundo na rota da destruição, mas, de qualquer sorte, partiria em defesa das instituições de mercado e dos líderes do mundo industrial:

The capitalists have worked their way to the top through their capacity, and on the basis of this selection, which again only proves their higher race, they have a right to lead. Now you want an incapable Government Council or Works Council, which has no notion of anything, to have a say: no leader in economic life would tolerate it. (*apud* BULLOCK, 1990, p. 158).¹⁰⁷⁹

Malgrado a sua auto-percepção discursiva como um socialista (*apud* BULLOCK, 1990, p. 158), Hitler não tem mais opções para levar a termo a sua política, que fundamentalmente se constitui e depende da realização dos mais altos interesses dos grupos econômicos das grandes indústrias. Hitler e o regime haviam de se reunir, e buscar relativizar o impacto do movimento *Völkisch*, algo que tornar-se-ia inadiável entrada a década de 30, mais precisamente por intermédio de seu debate com Otto Strasser. Isto marcaria o ponto de partida com vistas a implementar os interesses econômicos dos grandes conglomerados, embora em momento inicial toda uma série de restrições ao mundo financeiro encontrasse espaço e apoio.

Este movimento em prol de um novo mundo econômico encontraria em Schmitt uma posição que contradita com aquilo que se apresenta tanto no nacional-socialismo. Schmitt encontra-se bem mais próximo é de uma das leituras do conservadorismo

¹⁰⁷⁸ O texto acima sugere a seguinte livre tradução: “Você pensa que eu sou louco o suficiente para destruir a economia alemã?”

¹⁰⁷⁹ O texto acima sugere a seguinte livre tradução: “Os capitalistas trabalharam com suas melhores habilidades para chegar ao topo e sobre a base do processo de seleção, o qual novamente prova a superioridade de sua raça e, portanto, eles tem o direito de liderar. Agora você quer que tenha a palavra um incapaz Conselho Governamental ou um Conselho de Trabalhadores que não tem noção de coisa alguma. De fato, nenhuma liderança na vida econômica irá tolerar algo assim”.

revolucionário mais ligadas ao pastoralismo. A visão de Schmitt sobre a modernidade é reputada por alguns como tendenciosa, talvez caracterizada pelo entendimento de toda uma época como essencialmente marcada pelo economicismo e pela tecnificação da vida (cf. BORDA, 2006, p. 79).

A crítica ao economicismo e a tecnificação aproxima Schmitt a um pensamento originário ligado aos valores rurais – de modo similar embora talvez menos evidente e intenso a ideia aparece em Heidegger – que pensava não adaptar-se ao *modus vivendi* e ao espírito cosmopolita da capital Berlin.¹⁰⁸⁰ Embora o conservadorismo revolucionário fosse manter esta como uma ideia-mote contra o liberalismo e o relativismo que apontavam ser as insígnias berlinenses, em Schmitt este seria um movimento inicial que iria ser moderado. Quando da inserção de Schmitt ao movimento nacional-socialista logo transformaria em apoio (agora necessário pelas novas demandas do regime) as anteriores críticas ao economicismo e a tecnicização que embalavam a vida moderna e, em especial, o regime nacional-socialista carente de uma base industrial que lhe dera suporte para as suas empreitadas bélicas.

A posição de Schmitt necessariamente fez com que se opusesse a alguns setores do pastoralismo que encontravam-se entre os apoiadores do movimento conservador revolucionário, cuja visão nostálgica de um passado de homogeneidade teutônica era todavia posto em perspectiva e projetado para os dias vindouros do Reich. Frente ao reconhecimento das virtudes pastoralistas pelo conservadorismo revolucionário é perceptível uma contradição interna parcial quando setores do mesmo conservadorismo apóiam um novo mundo tecnológico cujo porvir não parecia ser evitável. Inevitável

¹⁰⁸⁰ De resto, era certo que tampouco o conservadorismo revolucionário, prova histórica encontrada na dificuldade do nacional-socialismo em penetrar politicamente na capital até meados do ano de 1928, quando o movimento para desalojar os social-democratas de anos no poder foi levado a cabo pelo poder central conservador por intermédio do caso *Preußenschlag* em que Schmitt teve decisiva participação como operador jurídico.

seria que o nacional-socialismo procedesse a um certo distanciamento calculado do pastoralismo – e aqui a exigência dos novos tempos de intervenção estatal e de suas políticas de guerra expansionista – de uma aproximação de um novo economicismo. Schmitt iria se equilibrar entre estas duas visões.

O antimodernismo utópico de segmentos do conservadorismo revolucionário mantinha um extenso índice de alvos, dentre os quais objetivos liberais, a democracia, o parlamentarismo aos quais se fazia somar a tecnologia, o cosmopolitismo e a tolerância, dentre outros.¹⁰⁸¹ Conforme víamos acima nas relações de Schmitt com o pastoralismo e a economia, passados os primeiros momentos, o autor tornar-se-ia bastante claro quanto a desconexão da economia burguesa como elemento necessário para o seu pensamento do político e do jurídico. No ano de 1929, por exemplo, em seu breve texto intitulado *La teoria política del mito*, Schmitt sublinha que do apoio à lógica econômica burguesa necessariamente seguiria o apoio à sua dimensão política, isto é, a concessão de suporte no que concerne à democracia e em suas opiniões referentes ao parlamentarismo (*cf.* SCHMITT, 2001k, p. 71). Evidentemente esta não era o projeto conservador revolucionário com o qual Schmitt sugerimos neste trabalho doutoral que Schmitt se mantinha conectado.

O racionalismo em matéria econômica que caracteriza a vida burguesa encontrava profundo rechaço em setores do conservadorismo revolucionário, mas no momento em que o nacional-socialismo recepciona este movimento como vetor importante de sua formação doutrinária, momento seguinte, haveria de rever parcialmente as suas restrições em temas econômicos aportadas desde os setores conservadores revolucionários ligados ao pastoralismo. Este não se revelaria apenas um movimento teórico como amplamente necessário do ponto de vista pragmático para que

¹⁰⁸¹ A respeito deste tema, ver a muito ilustrativa e já citada obra de Herf. Ver HERF, (1990).

o regime emergente pudesse cumprir suas finalidades e, isto sim, esta seria uma estratégia acompanhada por Schmitt.

A simples recepção da oposição schmittiana à lógica econômica burguesa e também a sua *lebensphilosophie* não poderia servir de modo suficiente às finalidades expansionistas do nacional-socialismo, senão que ainda outras grandezas conceituais do próprio autor se revelariam também úteis, embora, igualmente, ainda insuficientes. Contudo, simplesmente negar uma tal valia não implicava um rechaço a outros tantos pontos da filosofia política conservadora revolucionária e nem do próprio schmittianismo, que atualizava em seus escritos daqueles dias e, em especial, deste texto de 1929 mencionado logo acima, toda uma gama conceitual que favorecia os regimes totalitários.

A tese schmittiana sobre a conexão da lógica financeira burguesa como emuladora dos valores políticos burgueses, e em especial da democracia e do parlamentarismo,¹⁰⁸² que em matéria econômica encontrava-se representado pelo Estado descrito por Schmitt como uma espécie de terceiro neutro, um “[...] pouvoir neutre et intermédiaire” (SCHMITT, 2001j, p. 76).¹⁰⁸³ Esta suposta neutralidade do Estado liberal e burguês era um dos mais claros e correntes alvos de Schmitt¹⁰⁸⁴ que, ao passo que

¹⁰⁸² Aqui não se deve entender a democracia como conectada aos valores liberal-parlamentares, pois estes seriam burgueses e avessos à verdadeira democracia que, esta sim, permite uma conexão direta com a ditadura. A este tema dedicaremos atenção nos capítulos 9 e 10.

¹⁰⁸³ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] poder neutro e intermediário”.

¹⁰⁸⁴ Em carta endereçada a Alexander Kojève datada de 7 de junho de 1955 Schmitt sentencia o fim do Estado em sua estrutura liberal: (a) “[...] ese dios mortal ha muerto, no hay nada que cambiar; el aparato administrativo moderno de hoy, el de la *Daseins-Vorsorge*, no es Estado en el sentido hegeliano, ni el gobierno [...]; ya no es capaz de guerra ni de pena de muerte; y por esa razón, ya tampoco es el dueño de la historia” (*apud* TRIERWEILER, 2010, p. 35). Todo o problema identificado pela crítica schmittiana é que o Estado para o qual apresentava seu atestado de defunção representava uma estrutura política liberal, e daí o lamento pela (segundo sua interpretação) ausência do Estado hegeliano. A sua interpretação do Estado em Hegel remete a capacidade deste para empreender a guerra tanto quanto para aplicar a pena de

orientado por uma lógica anti-ilustrado no plano individual, concedia crédito à capacidade de uma engenharia estatal redimensionadora da própria vida humana segundo uma ordem de intervenção muito mais ampla e profunda do que no plano individual.

A tese schmittiana que liga a dimensão econômica à sua percepção de Estado implica a confirmação de que este há de expandir-se e não, como desenhado pelo modelo liberal, controlado pelos interesses econômicos. O Estado em Schmitt aproxima-se do modelo fascista segundo o modelo trabalhado nesta tese¹⁰⁸⁵ quando afirma que

Todo Estado fuerte – si realmente es un tercero superior y no sólo idéntico con los económicamente fuertes – demuestra su verdadera fuerza no frente a los débiles sino con respecto a los fuertes en el terreno social y económico. (SCHMITT, 2001k, p. 79-80).¹⁰⁸⁶

A retórica política presente neste trecho é elucidativa sobre os limites em que este tipo de discurso seria apropriável pelo nacional-socialismo com vistas a

morte e, naqueles dias, o quadro republicano alemão era, precisamente, direcionado ao cultivo de uma outra cultura política. Este outro rumo do Estado, liberal, por certo, era a quem Schmitt atestava o seu momento terminal, a quem, como dizia a Kojève, já não mais se lhe poderia chamar de dono da história (cf. TRIERWEILER, 2010, p. 35). A rigor, portanto, Schmitt não atesta a defunção do Estado mas, isto sim, apenas e tão somente do Estado liberal, pois ainda de muita autoridade investida no aparelho do Estado necessitaria para o cumprimento das finalidades do Estado totalitário. Neste investimento contra o Estado liberal, contudo, é perceptível a aposta conjunta de Schmitt com Marx. Para um maior detalhamento dos possíveis pontos de contato entre ambos, ver DOTTL, (2001). Para uma leitura da relação de Marx com alguns dos pensadores centrais do conservadorismo revolucionário como Spengler, Jünger e Heidegger, principalmente no que concerne à ética e a técnica, ver BRÜSEKE, (2005). Para o trecho acima citado sugerimos a tradução que segue: “[...] este deus mortal morreu, não há nada que alterar. O aparelhamento administrativo moderno de hoje, o da *Daseins-Vorsorge*, não é o Estado no sentido hegeliano, nem o governo [...]; já não é capaz de guerra nem de pena de morte e, por esta razão, já tampouco é o dono da história”.

¹⁰⁸⁵ Para uma referência ao modelo fascista trabalhado nesta tese sugerimos, dentre outros momentos, a indicação realizada já na abertura deste trabalho, em seu capítulo I, na nota de rodapé número 15.

¹⁰⁸⁶ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “Todo Estado forte – se realmente é um terceiro superior e não apenas idéntico com os economicamente fortes – demonstra sua verdadeira força não perante os débeis mas sim relativamente aos fortes no terreno social e econômico”.

instrumentalizar um discurso aparentemente voltado ao favorecimento das massas mas fundamentalmente útil para a realização do Estado totalitário. Um Estado forte apenas confirma a almejada legitimação por aplicar políticas que, de outro modo, não conheceriam possibilidade de implementação.

A fortaleza deste tipo de Estado se confirma não perante a debilidade representada pela maior capacidade de enfrentamento econômico das circunstâncias políticas adversas ou, sequer, pelo atendimento mais eficiente das necessidades públicas. Não são estes seus objetivos diretos mas, apenas, conforme a necessidade política, podem ser tomados como auxiliares do direcionamento de políticas de interesse do grupo que ordena os rumos do Estado. Naquele contexto da Alemanha, tal tipo de Estado favorecia a aproximação com uma organização política com a qual o conservadorismo revolucionário tanto quanto Schmitt e o nacional-socialismo se mostrariam perfilados em sua ácida crítica e seus méritos desconstrutivos.¹⁰⁸⁷

A aproximação schmittiana ao elemento econômico não poderia ser recepcionada pelo emergente regime nacional-socialismo por força das razões eminentemente pragmáticas ligadas a sua mais intensa inclinação pastoralista inicial. Conforme visto anteriormente, em um segundo momento esta aproximação com o regime resultaria em um distanciamento da adesão pastoralista mais intensa¹⁰⁸⁸ e a

¹⁰⁸⁷ O empenho desconstrutivo do Estado liberal representado pelos esforços nacional-socialistas foram levados a bom termo mas, por outro lado, as críticas schmittianas dirigidas ao liberalismo sofriam a mesma acusação, qual seja, a de promover o apequenamento das estruturas constitutivas do Estado, em suma, “[...] un sistema de métodos hábilmente diseñados para debilitar el Estado” (SCHMITT, 2001j, p. 76). Uma das notas características desta leitura remete ao empenho do liberalismo constitucional já no século XIX em derrubar o Estado monárquico em prol de um outro, liberal, que redundaria, no caso alemão, nas estruturas político-jurídico weimarianas. Ao trecho acima citado sugerimos a seguinte tradução: “[...] um sistema de métodos habilmente desenhados para debilitar o Estado”.

¹⁰⁸⁸ Esta análise do político em termos doutrinários nacional-socialistas encontrava sua matriz teórica, ao menos parcialmente, inspirada nos pressupostos teóricos aportados pelo conservadorismo revolucionário com o qual a filosofia política schmittiana se mostrava afim. Embora esta última esteve inspirada em

manutenção da crítica econômica no plano teórico (ver SCHMITT, 2002) sem que ela se estendesse ao plano prático e interferisse no grau de sua adesão ao regime nacional-socialista a partir de 1933.

Malgrado esta dissonância parcial, Schmitt tornaria evidente o seu intenso rechaço relativamente às instituições democráticas e parlamentares. Levado a termo de forma mais sistemática no ano de 1923 em sua *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*. Esta obra continha uma crítica sistemática ao parlamentarismo vinculada a uma aberta inspiração anti-ilustrada que talvez encontre sua manifestação superior na crítica à capacidade e aos efeitos políticos do debate neste âmbito.

Estas críticas viriam a dar suporte ao que, futuramente, às estratégias adotadas pelo regime nacional-socialista. Implantado, o regime logo haveria de ver-se em meio a necessidade de suplantar as vicissitudes de ordem econômica da finada República e, ainda mais, organizar um ambiente industrial e econômico favorável o suficiente para que as suas políticas belicista-expansionistas pudessem ter lugar. Para tanto resta claro o quanto o apoio político e financeiro das grandes empresas era um ponto nevrálgico que não poderia ser desconsiderado, malgrado as críticas históricas de setores conservadores.¹⁰⁸⁹

elementos conceituais pastoralistas provenientes da teorização de certos setores do conservadorismo revolucionário. A este respeito é importante ressaltar o quanto o nacional-socialismo sempre soube instrumentalizar, desde os mais diversos espectros teóricos, por não dizer ideológicos, as argumentações que lhe resultassem mais operativas para suas finalidades.

¹⁰⁸⁹ Neste caso, por certo, intervém no âmbito do contraditório a ácida ironia spengleriana em seu tempo dirigida à República de Weimar de que tratava-se, antes de tudo, de uma empresa (cf. SONTHEIMER, 1968, p. 52).

O regime encontrava-se na dependência de realizar concessões aos interesses de desenvolvimento tecnológico¹⁰⁹⁰ para cumprir os seus próprios fins políticos. Tais interesses econômicos privados se adequavam aos próprios interesses de desenvolvimento e fortalecimento do Estado para sua consolidação e enfrentamento dos desafios que se avizinhavam.¹⁰⁹¹ Uma vez mais o regime nacional-socialista haveria de seleccionar as teorias disponíveis que lhe resultavam convenientes, reuni-las em torno aos seus aspectos fundacionais feitos publicar e dar a conhecimento público por Hitler em meados da década 1920, movimento para o qual a doutrina do conservadorismo revolucionário, bem como as de Schmitt, foram úteis embora não satisfatórias e suficientes em sua completa integralidade.

A democracia alemã na década de 20 operava sobre as condições históricas de um parlamentarismo também fragilizado pela prática política mas, ainda mais importante, inviabilizado por Schmitt deste o ponto de vista conceitual, posto que já não

¹⁰⁹⁰ Dentre as grandes e conhecidas empresas que estiveram ao lado do regime encontram-se, sem pretensões de citação exaustiva, Krupp, Thyssen e Mannesmann.

¹⁰⁹¹ Aqui encontrava-se um motivo pelo qual haviam certas resistências entre os meios empresariais alemães ao discurso spengleriano, reputado como demasiado sombrio, relativamente ao papel das máquinas (cf. HERF, 1990, p. 142-143), muito embora em alguns casos sua advertência tenha sido plenamente justificada empiricamente, como no caso da função decrescente de utilidade dos automóveis nos grandes centros urbanos (cf. SPENGLER, 1980, p. 119). Este papel sombrio da técnica e das máquinas logo viria a ser retomado e desenvolvido por Jünger por intermédio do conceito de *totale mobilmachung* (mobilização total) completamente inverso ao conceito de liberalismo criticado por Schmitt mas afim com sua interpretação de Estado como uma organização que abarca *todos* os âmbitos (cf. SCHMITT, 2001i, p. 88). O sentido básico deste conceito é o de que os equipamentos de guerra, agora absolutamente imprescindíveis para os novos desafios bélicos, encontravam sua possibilidade de produção por meio da mobilização total (cf. JÜNGER, 1995c, p. 97-98). Por sua vez, em outro de seus livros, *Der Mensch und die Technik* (*O homem e a técnica*), de original publicação em 1931, Spengler procuraria reconstruir seu argumento de sorte a negar a imagem de crítico das máquinas e da tecnologia como um todo (ver SPENGLER, 1980). Ainda assim, neste livro mantém certo ar céptico quanto ao papel da história humana que, em uma análise organicista, também haverá de encontrar o seu termo, história curta de ascensões e quedas, embora marcada por força e grandeza (cf. SPENGLER, 1980, p. 44).

mais capaz de oferecer respostas a nova democracia de massas. Dentro deste contexto de crises a democracia se apresentava incapaz também de responder às demandas que tinham lugar não apenas em sua dimensão econômica mas sim que, em verdade, se estruturaram desde diversos campos já nos momentos fundacionais da República (*cf.* SCHWAB, 1989, p. 29), experimentando intermitências e intensidades, mas sem vivenciar uma situação de plena normalidade desde os melhores dias do Império Guilhermino.

Naquele momento desde as fileiras conservadoras era assinalado o quão indesejável tornava-se o papel que a economia exercia em detrimento do político, em suma, que a economia se ocupara das decisões fundamentais e que os parlamentos se haviam tornado o recinto no qual tais interesses transitavam. Isto sim, quanto mais radicalizados à direita esta argumentação encontrasse veiculação, em suas razões eram aduzidas ainda mais intensamente que por trás destes interesses residia toda uma suposta organização conspiratória judia internacional.

Ao lado de Schmitt nesta argumentação contra o papel da economia e das finanças encontrava-se Jünger. As restrições do autor podem ser resumidas em que a economia tendia a ocupar o núcleo do cosmos, chamando para si a centralidade das decisões políticas resolvendo a tudo e a todos segundo o peso de seus critérios e conveniências. Em suma, o papel da economia poderia ser descrito como o de uma verdadeira ditadura do pensamento econômico (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 34),¹⁰⁹² a qual “[...] abarca dentro de su perímetro cualquier otra dictadura posible y coarta las medidas

¹⁰⁹² É possível realizar uma aproximação do pensamento econômico ligado ao socialismo para refletir sobre crítica realizada por Schmitt sobre a ditadura do proletariado e que, como bem adverte o autor, mostrava antecedentes na ditadura jacobina de 1793 da não menos intensamente criticada Revolução Francesa.

que ésta pueda tomar” (JÜNGER, 1993a, p. 34).¹⁰⁹³ Esta crítica a economia é compartilhada pela filosofia política de Schmitt sem muitos reparos conforme presente em *Der Begriff des Politischen*.¹⁰⁹⁴

A este respeito parece interessante retomar a linha crítica estabelecida por Lukács no sentido de que Schmitt apenas se ocupa de apresentar esta sua crítica meramente como um disfarce do caráter do capitalismo monopolista de todo o movimento que apoiava (*cf.* LUKÁCS, 1959, p. 523). Isto sim, não encontramos traços de qualquer contradição interna no discurso de Jünger no que tange as suas advertências sobre o caráter ditatorial contra o caráter que pode ser assumido pela economia, enquanto que, isto sim, emerge um Schmitt desde Lukács como um apoiador da ditadura do capital monopolista (*cf.* LUKÁCS, 1959, p. 530), muito contrariamente ao discurso que Schmitt parece inicialmente sugerir.

Como vimos, Jünger assinala criticamente o papel central desempenhado pela economia. Contudo, passo histórico seguinte, não se ocuparia Jünger de recriar-lhe, como tampouco o fez Schmitt quando tornou-se claro que toda a magnificência dos investimentos econômicos em tecnologia permitiriam a construção da máquina de guerra nacional-socialista. Este era aperfeiçoamento já indicado por Jünger às vésperas da ascensão nacional-socialista ao poder em 1933¹⁰⁹⁵ que se mostraria indispensável para a consecução dos planos belicistas do nacional-socialismo. Esta máquina de guerra

¹⁰⁹³ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] engloba dentro do seu perímetro qualquer outra ditadura possível e constringe as medidas que esta possa adotar”.

¹⁰⁹⁴ Sublinhamos que voltaremos a este texto assim como a diversos de seus aspectos nos dois últimos capítulos desta tese doutoral.

¹⁰⁹⁵ Em seu texto *A mobilização total* Jünger aborda em meio às considerações sobre o progresso que aqueles dias entendiam como incompreensível a renúncia ao aperfeiçoamento dos equipamentos bélicos (*cf.* JÜNGER, 1995c, p. 95). A este respeito Obregón chama a atenção para o fato de que a mobilização total não é privativa da guerra, mas, antes, também para tempos de paz, correspondente à idade das massas (*cf.* OBREGÓN, 2005, p. 35) que na terminologia política de Schmitt pode ser equiparada a de *massendemokratie*.

demandaria considerável esforço financeiro que dependeria necessariamente de uma economia bem organizada e pujante. Portanto, a ojeriza ao mundo do capital haveria de ser contida, e as críticas, por conseguinte, amenizadas em todas as esferas que davam suporte ao movimento.

Em seus momentos iniciais, tanto em Hitler quanto em Schmitt a oposição ao econômico iria restar bastante clara¹⁰⁹⁶ na medida em que se reclamava a centralização do político relativamente ao econômico. Schmitt sublinha que o liberalismo, certamente, não procede a uma negação absoluta do Estado, posto que haviam interesses dentro dele que logravam ser atendidos na esfera parlamentar. A estratégia liberal, então, consiste, especificamente, em realizar uma tentativa de subordinação do político ao discurso econômico (cf. SCHMITT, 1999a, p. 88). Esta leitura de Schmitt se mostraria útil as articulações que desde o conservadorismo nacionalista seriam engendradas.

Do ponto de vista estrito da práxis política, a percepção era de que o embate com domínio do econômico era necessário, e os recursos teóricos que a *intelligentsia* pudesse aportar resultariam servíveis. Sugerimos que a mostra de todo o rechaço do movimento nacional-socialista ao poder econômico não passou de uma primeira estratégia para, logo a seguir, maximizar a sua posição de barganha política no processo de construção da indispensável aliança com a elite econômica. Esta é uma leitura que encontra parcial apoio na interpretação arendtiana do movimento nacional-socialista como sendo apenas reformulação da filosofia política burguesa (cf. ARENDT, 1974, p.

¹⁰⁹⁶ Sobretudo em Hitler, no que concerne às suas motivações para a sua animosidade com o domínio econômico, como prontamente seria observado, ela residia em que Hitler encontrava como atores e donos do capital aos judeus. Estes foram positiva e claramente declarados como inimigos, identificados como as raízes dos muitos males que atingiam a civilização européia e, em particular, o povo germânico, atingido nevrálgicamente em seu sangue e raça. A leitura era direta. Hitler entendia que as grandes culturas haviam perecido por força da mescla de raça e sangue (cf. HITLER, 2004, p. 81). Em suma, que o antípoda do povo alemão (ário) eram os judeus (cf. HITLER, 2004, p. 83), constantemente identificado como parasitas dos povos cuja virtude encontrava-se na laboriosidade.

419) e que, portanto, não se distanciaria de modo importante de sua estrutura econômica.

A partir desta percepção da necessidade de embate com o econômico parece que Schmitt se propõe avançar algo mais na questão da supremacia “[...] del deplorado dominio de lo económico sobre el Estado y la política” (SCHMITT, 1990b, p. 17).¹⁰⁹⁷ Este tema levava alguns teóricos a manter proximidade pontual com a categorização marxista que propõe a supremacia da infraestrutura econômica determinante da superestrutura jurídico-política e ideológica.¹⁰⁹⁸ A crítica ao domínio do econômico sobre outras esferas do Estado, político inclusive, encontra-se bastante presente nos argumentos nacional-socialistas. Desde as fileiras do conservadorismo revolucionário, por exemplo, Spengler ressaltava que o virtuoso estilo prussiano reclamava “[...] a primazia da grande política ante à economia” (SPENGLER, 1941, p. 168), ou seja, que esta última “[...] fique sujeita “à disciplina por meio de um Estado forte”. (SPENGLER, 1941, p. 168-169).

A este respeito, sobretudo, o movimento conservador não admitia o Estado como uma mera manifestação contratual de partes cujo contrato estivesse orientado por interesses econômicos (*cf.* HITLER, 2007, p. 113), transformado em um verdadeiro *bürgerlicher Vertrag* (contrato civil burguês), sobre todos os demais que a política pudesse sugerir, e nesta crítica ao contratualismo também Schmitt era apoiador teórico. A posição de Schmitt pode ser criticada a partir da arguta retomada por Bercovici de um

¹⁰⁹⁷ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] do deplorado domínio do econômico sobre o Estado e sobre a política”.

¹⁰⁹⁸ A proximidade pontual de Schmitt com Marx afigura-se como um interessante tema a ser ainda melhor explorado, muito embora subsistam uma ampla série de temas em Schmitt que absolutamente foram objeto de mais amplo estudo por Marx. De qualquer sorte, uma leitura marxista em alguns tópicos de Schmitt acreditamos que poderia ser sugestiva. A respeito desta aproximação, ver DOTTI, (2001, 1999), FONTANA, (2001), HERRERA, (2001), WITTMAYER, (1998). Para uma aproximação de Marx com a fonte conservadora revolucionária schmittiana, ver BRÜSEKE, (2005).

texto em que Preuss, já em 1925 – antes, portanto, de que Schmitt assumisse a cadeira de Preuss na Hochschule berlinense –, no qual tecia fazia referência a quem, sem mencionar Schmitt, endereçava críticas ao roteiro constitucional dos direitos presentes na Constituição de Weimar. Para Preuss as críticas direcionadas ao princípio democrático e o princípio social da Constituição se colocavam, em verdade, “[...] a serviço da reação antidemocrática e do capitalismo monopolista”. (BERCOVICI, 2004, p. 63).

A predominância do econômico sobre o político era, então, o alvo das críticas não apenas de Schmitt e das linhas conservadoras-revolucionárias como também do nacional-socialismo. A este respeito, mesmo Hitler era claro quanto a sua oposição ao papel predominante que o político, e não a economia, deveria ocupar, pois o Estado não era uma organização econômica (*cf.* HITLER, 2007, p. 114). Esta era a retórica em meados da década de 20 que, logo ao assumir o poder, Hitler se veria na contingência de, dadas as necessidades de aporte financeiro para a implementação de seu projeto político, não vê-la cumprida à risca.

Em seus primeiros movimentos na década de 20 o discurso empregado desde a direita conservadora nacionalista era da imperiosidade em empregar os melhores esforços possíveis no sentido de destronar a economia da posição de árbitro dos assuntos de Estado (*cf.* HITLER, 2004, p. 73). Este era um discurso acorde com a ideologia de esquerda do período, sendo os esforços de ambos direcionados a transformar o político no *locus* último das decisões que, em seu julgamento, encontravam-se por demais distantes dos titulares do poder, residindo em obscuras esferas do poder econômico às quais o público não tinha acesso. Ao menos de parte da direita conservadora este não foi mais do que um recurso retórico desde o qual

galvanizar apoio das massas contra um inimigo comum, os donos do capital e, mesmo, um fator de coesão político interna dentro do partido.

A proposta de subverter o papel da supremacia do âmbito econômico pelo domínio do político encontrava-se a unir setores bastante diversos do espectro político como a direita conservadora e a esquerda. O propósito de deslocar o eixo das decisões para o âmbito do político¹⁰⁹⁹ possuía, na versão da proposta da direita conservadora, e em especial do nacional-socialismo, a centralização de poderes especificamente na figura do soberano. A cultura predominante naqueles dias, e por certo atacada publicamente por Hitler, era a de que havia uma subjugação geral aos valores material-financeiros (cf. HITLER, 2004, p. 73), e a sua inversão significaria, por certo, uma reapropriação da vida.

Esta crítica que aparece claramente em Hitler encontra-se também posta de forma muito similar por parte de quadros da esquerda mais radical em seus propósitos de socialização. Ela também será repercutida por Schmitt de forma intensa ao afirmar queixosamente em sua *Politische Theologie* que havia um movimento epocal proclive a uma luta contra tudo o que fora político, e que isto se dava por parte de segmentos tão variados quanto por “[...] Amerikanische Finanzleute, industrielle Techniker, marxistische Sozialisten und anarcho-syndikalistische Revolutionäre [...]” (SCHMITT, 1996e, p. 68).¹¹⁰⁰ Estes eram atores de um período em que “[...] vereinigen sich in der Forderung, daß die unsachliche Herrschaft der Politik über die Sachlichkeit des

¹⁰⁹⁹ Desde logo, entre a proposta hitleriana e a de esquerda havia uma considerável distância, a saber, a proposta hitleriana envolvia um conceito de Estado racial cuja realização impunha ademais do distanciamento das determinações econômicas também a homogeneização racial (ver HITLER, 2007, p. 114).

¹¹⁰⁰ O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] magnatas americanos, técnicos industriais, socialistas, marxistas e revolucionários anarco-sindicalistas [...]”.

wirtschaftlichen Lebens beseitigt werden müsse [...]” (SCHMITT, 1996e, p. 68),¹¹⁰¹ ou seja, de que um mundo de dominação haveria de encontrar o seu termo perante a supremacia do político.

Este grupo de pensadores reclamava pela continuidade da objetivação em detrimento da subjetividade com que o mundo do político quiçá pudesse vir a ser conduzido, ideia esta que, como se observaria, para nada lhe pareceria inadequado aos projetos totalitários. Este projeto criticado por Schmitt orientado desde o valor do econômico era um movimento este destinado a consagrar um mundo empresarial de tipo weberiano na qual o “[...] Verschwindet hier das Politische im Ökonomischen oder Technisch-Organisatorischen [...]”. (SCHMITT, 1996e, p. 69).¹¹⁰²

O conservadorismo revolucionário de Spengler não permaneceria alheio ao debate e destacaria a luta final entre democracia e cesarismo refletida no que ele denomina de “[...] luta final entre la *economía* y la *política*” (SPENGLER, 2009b, p. 570). Esta proposta de leitura histórica de Spengler encontra-se no âmago de todo um debate bastante intenso no conservadorismo revolucionário, e que será posto em termos idênticos no contexto da filosofia política schmittiana. A proposta de Schmitt é de que este embate resolução em favor do político (*cf.* SCHMITT, 2002a, p. 28-29; 38), em que pese neste seu movimento o fizesse sem marcar fora de seus limites o terreno do cesarismo e, ainda, conforme um conceito de democracia já totalmente alterado para servir aos propósitos das ditaduras.

Neste aspecto Schmitt reconhece o sinal weberiano de que o mundo empresarial haveria de encontrar a sua forma de domínio, marcado que estaria por “[...] Es soll nur

¹¹⁰¹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] se juntam para reclamar a eliminação da dominação não-objetiva da política sobre a objetividade da vida econômica”.

¹¹⁰² O trecho acima comporta a seguinte tradução: “O político desaparece no econômico ou no técnico-organizacional [...]”.

noch organisatorisch-technische und ökonomisch-soziologische Aufgaben, aber keine politischen Probleme mehr geben” (SCHMITT, 1996e, p. 68),¹¹⁰³ algo que, por certo, não cabe na filosofia política schmittiana, posto que a dissolução do conflito em problemas organizacionais afetaria o núcleo conceitual de seu conceito do político que é entendido como violento em seu âmago. Encontramos aqui uma indelével marca definitiva da proximidade crítica que une uma grande parte do pensamento da direita reacionária alemã, arco teórico que compreende tanto o conservadorismo revolucionário como o nacional-socialismo.

No que concerne ao debate sobre o econômico e o político, contudo, Schmitt não serve de base direta a construção desta argumentação senão que, entrada a década de 30, ele é que seguirá o movimento de Hitler, detido em negociar com o capital econômico estabelecido e ceder importantes espaços ao capital. Este foi, aliás, um tema caro às disputas entre Hitler e representantes da esquerda do partido com Otto Strasser,¹¹⁰⁴ mesmo porque no início da década de 20, sob circunstâncias completamente diversas,

¹¹⁰³ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “Não deverão mais existir problemas políticos, mas tão somente tarefas técnico-organizacionais e econômico-sociológicas”.

¹¹⁰⁴ Os irmãos Strasser, Gregor e Otto, compunham a ala da esquerda ou norte (referência a sua base de atuação, o norte da Alemanha) do nacional-socialismo. Especificamente Otto Johan Maximilian Strasser (1897-1974) foi um dos membros conhecidos como desta ala esquerda do partido nacional-socialista que levavam a sério o ‘socialista’ do nome do partido’. Haveria de enfrentar-se com a sanha dominadora e homogeneizante hitleriana cujas mínimas simpatias pela esquerda se esgotavam em sua organização para a luta mais do que propriamente pela ideologia que outros de seus companheiros, como Strasser, nutriam. Dentro da referida ala era latente uma ampla simpatia pelo socialismo, bem mais do que pelo capitalismo (cf. PASTOR, 2009b, 11m54s-12m22s). Portanto, os conflitos com Hitler aumentam quando esta ala norte reclama maiores agressões ao capitalismo germano (cf. NICHOLLS, 1991, p. 121), e isto ainda antes do momento em que Hitler realiza a aproximação do mundo do capital, as divergências internas se avolumam com esta ala. Como se sabe, a tolerância com divergências dentro do movimento nacional-socialista e, em especial, dentro do partido, não foram a marca impressa por Hitler em sua política mas, antes, o extermínio dos discrepantes. Por discordar abertamente destes movimentos Strasser seria expulso do partido que auxiliara a fundar e perseguido em sua fuga da Alemanha pela Gestapo. Determinada por Hitler sua morte não foi levada a termo por sua habilidade na fuga de Portugal antes que seus persecutores alcançassem o local, mesma sorte que não tivera o seu irmão.

Hitler havia reconhecido certa admiração pelo movimento socialista.¹¹⁰⁵ Portanto, do ponto de vista teórico, mas também retórico, a animosidade com o capital encontrava conexão com os argumentos antiliberais presentes no movimento conservador revolucionário germânico.

Outra das figuras proeminentes do conservadorismo revolucionário que se ocuparam desta questão e que permitem interessante aproximação é Jünger. Desde as filas do conservadorismo revolucionário Jünger também aponta e recrimina o mundo econômico como passível de inspirar e dar suporte a diferentes modelos legitimatórios de ditaduras. Para Schmitt não encontraríamos qualquer problema com a ditadura, com a qual, como temos visto neste capítulo, a democracia se apresenta de forma compatível.¹¹⁰⁶ A censura ao mundo econômico e das finanças em Schmitt, portanto, haverá de encontrar um outro ancoradouro que, quiçá, embora não declaradamente, pudesse ser o mesmo hitleriano (sua forma última na dominação judia) ou, mais factivamente, pelo domínio do pensamento liberal capaz de tornar o Estado neutro.

Esta leitura das implicações econômicas e as suas relações com o político nas articulações dos círculos conservadores e do nacional-socialismo em sua chegada ao poder nos auxiliam a compreender o contexto em que se move Schmitt em seu trabalho sobre similares objetos de estudo. A aproximação realizada por Schmitt entre economia, política (democracia e parlamentarismo em especial) reclama, portanto, uma segunda

¹¹⁰⁵ A este respeito Arendt nos informa que “[...] en nuestro movimiento se unen los dos extremos: los comunistas de la izquierda y los oficiales y los estudiantes de la derecha. Estos dos han sido siempre los elementos más activos... Los comunistas eran los idealistas del socialismo [...]” (ARENDR, 1974, p. 390). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] em nosso movimento se unem os dois extremos: os comunistas da esquerda, os oficiais e os estudantes de direita. Estes dois foram sempre os elementos mais ativos.... Os comunistas eram os idealistas do socialismo [...]”.

¹¹⁰⁶ Com maior acuidade e sagacidade, Schmitt haveria de compatibilizar a democracia com o fenômeno totalitário por intermédio desde movimento de compatibilização entre democracia e ditadura. Este foi um movimento que, prontamente iria fazer sentir os seus males na Alemanha, especificamente quando da implementação do projeto político totalitário-hitleriano.

análise focalizada desde o conservadorismo revolucionário bem como por intermédio destas relações com o nacional-socialismo. A este respeito interessa assinalar que Herf percebe uma contradição entre a prática do regime nacional-socialista, proclive ao desenvolvimento tecnológico e financeiro e, por outro lado, a sua ideologia (*cf.* HERF, 1990, p. 28). Neste aspecto podemos recordar, conforme mencionado alguns parágrafos antes, da necessária transição realizada por Schmitt quanto a este tema, mas de escassa repercussão no que concerne a adequação da situação ideológica do nacional-socialismo a sua compreensão do político.

6.3. TECNOLOGIA E PASTORALISMO: A CULTURA *VÖLKISCH* E A SUPREMACIA DO POLÍTICO

Não obstante a tangenciável tensão interna entre o pastoralismo e a positiva valoração do elemento tecnológico, no âmbito do conservadorismo revolucionário o pastoralismo encontrava oponentes com força o suficiente para procurar afirmar a lógica econômica e financeira no regime autoritário que se firmaria. Dentre os conservadores a melhor superação do problema desde a ótica do nacional-socialismo é habitualmente atribuída a Jünger. Procurando compatibilizar a técnica com os valores germanos mais castiços, Jünger deixa claro que a técnica não é um poder neutro (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 156) que, por trás de uma aparente neutralidade jaz uma “[...] lógica misteriosa y seductora con que la técnica sabe ofrecerse a los seres humanos [...]” (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 156).¹¹⁰⁷ Desde logo, a técnica não era um poder neutro senão que poderia prestar-se a qualquer tipo de poder que dela necessitasse para quaisquer que fossem os fins que se propusesse a cumprir, sendo que o único resultado de fato visível seria a

¹¹⁰⁷ Ao breve trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] misteriosa e sedutora lógica com que a técnica sabe se oferecer aos seres humanos”.

mobilização do mundo por intermédio da figura do trabalhador (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 155).

Jünger procura, assim, compatibilizar intensos, e tensos, movimentos internos do conservadorismo no âmago da cultura conservadora revolucionária que, logo, se faria presente na teoria nacional-socialista, e o faria sem desconhecer a inevitabilidade do valor da técnica para os dias vindouros e também dos problemas que a mesma poderia ocasionar em vista de sua hipertrofia (*cf.* MARCUSE, 1968, p. 15), até mesmo pela indicada “[...] «marcha triunfal» de la técnica [que] deja tras sí una ancha estela de símbolos destruídos”. (JÜNGER, 1993a, p. 157).¹¹⁰⁸

A respeito do tema da técnica Jünger ofereceria uma especial oportunidade de superação o que refletiria na superação, ao menos aparente, da tensão entre o urbano e o campesino, latente nas forças conservadoras e, posteriormente, nas fileiras do nacional-socialismo. Isto é algo que, sem embargo, continuaria a operar no âmago da doutrina nacional-socialista, assim como também as críticas ao sistema financeiro conviveram com o elogio da produtividade como força motriz para gerar o desenvolvimento econômico pelo qual o regime clamava.

A necessidade de remediar as diferenças entre a prática política e a ideologia em certa medida pastoralista que lhe habitava era uma estratégia do nacional-socialismo. Conjugando esta contradição representaria articular a possibilidade de dispor dos meios para colocar em prática a sua política antimodernista (ver SCHOENBAUM, 1997). O movimento soube encontrar pragmaticamente as alternativas para superar os interesses políticos que se apresentavam desde a ordem econômica na medida em que surgiam. Os movimentos teóricos e as teses a sustentar passavam a receber orientação em conformidade com a conveniência do momento, do que é exemplo a crítica ao capital

¹¹⁰⁸ Ao breve trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] “marcha triunfal” da técnica [que] deixa atrás de si um amplo rastro de símbolos destruídos”.

financeiro que seria amainada desde que os seus atores fossem germanos e ários, com o deslocamento da malignidade da atividade para o campo habitado por atores financeiros judeus. Por intermédio desta estratégia se poderia buscar o equilíbrio entre o necessário aproveitamento do capital e de sua organização financeira em uma espécie de capitalismo de Estado e, por outro lado, a diabolizar o mesmo mecanismo quando desempenhado por judeus, na medida em que a eles eram atribuídas finalidades alheias ao interesse público que visavam ao puro domínio.

A respeito destes embates internos da doutrina conservadora que logo se projetaria influentemente sobre o nacional-socialismo se pode dizer que Jünger foi um dos que cooperou de forma importante para oferecer uma alternativa teórica para a inserção dos argumentos favoráveis à técnica contrariamente aos valores campestres.¹¹⁰⁹ Paralelamente a este movimento, há uma interpretação crítica dos valores modernos de Schmitt que Jünger também defenderia em sua readaptação da técnica para um novo e emergente mundo em que o embate e o combate, capaz de produzir uma morte mágica (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 107), sobretudo delineado no enfrentamento bélico, se mostraria capaz de construir o porvir.¹¹¹⁰

¹¹⁰⁹ A técnica, como logo seria visível, cumpriria um papel denotador das circunstâncias em que o criador parece perder o controle da história para esta nova dimensão tecnológica de sorte a tornar inviável o retorno às virtudes de um passado pastoralista.

¹¹¹⁰ Jünger assinala com muita clareza a sua posição de que a burguesia todavia mantinha-se ligada aos tempos do pré-guerra. Jünger desenha um homem burguês que “[...] aparece como el hombre que procura evadirse de una realidad enteramente peligrosa huyendo a la seguridad, que se ha vuelto utópica. El burgués continúa entregado a sus viejos afanes [...]” (JÜNGER, 1993a, p. 60). Com isto o autor desenha um cenário de perfeita inadaptação do homem burguês, incapaz de ser o protagonista de um novo tempo em que o espírito germano deveria encontrar o seu momento de realização por intermédio do enfrentamento. Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] aparece como o homem que procura escapar de uma realidade inteiramente perigosa fugindo para a segurança, que se tornou utópica. O burguês continua sendo entregue aos seus velhos desígnios [...]”.

Esta ideia encontra uma de suas exposições na leitura receptiva da filosofia donosiana realizada por Schmitt, quando o autor reconhece que no espanhol havia a percepção de que as “[...] modernas invenciones técnicas [...] puestas al servicio de la creciente centralización administrativa [...]” (SCHMITT, 2001o, p. 232).¹¹¹¹ A este respeito Herf comenta que o autor expressou uma “[...] concepción derechista ampliamente aceptada cuando conecto la tecnología con la Gemeinschaft de tiempos de guerra, más bien que con la Gesellschaft de la posguerra”. (HERF, 1990, p. 63).¹¹¹²

Entremeado a estes debates o conservadorismo revolucionário alemão se apresentaria em circunstância de responder ao seu momento histórico assim como agira o monarquismo em resposta ao republicanismo francês revolucionário. Em outros termos, nos diz von Klemperer que “[...] royalism become conservatism. One might say that conservatism was sophisticated royalism” (VON KLEMPERER, 1968, p. 19),¹¹¹³ mesmo que seja necessário reconhecer que, no caso alemão, apenas frações menores do conservadorismo revolucionário defenderam as estruturas monárquicas do recém-findo regime guilhermino. Em sua conexão com o conservadorismo o nacional-socialismo respondia à herança ilustrada embora, paradoxalmente, em homens como Goebbels, a título exemplificativo, permanecia uma influência do jacobinismo em sua visualização

¹¹¹¹ O texto permite a seguinte tradução: “[...] modernas invenções técnicas [...] postas ao serviço da crescente centralização administrativa”.

¹¹¹² Há uma tradução livre possível para este trecho: “concepção de direita amplamente aceita quando ligamos a tecnologia com a *Gemeinschaft* [comunidade] de tempos de guerra, antes do que com a *Gesellschaft* [sociedade] da pós-guerra”.

¹¹¹³ Tendo em vista a ausência de uma expressão equivalente, neste trecho optamos por traduzir “royalism” por “monarquismo”, malgrado a inexactidão que tal tradução comporta. Desta maneira, o trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] o monarquismo se transforma em conservadorismo. É preciso dizer que o conservadorismo foi uma sofisticada defesa do monarquismo”.

da formação teórica do nacional-socialismo (ver PASTOR, 2009a),¹¹¹⁴ malgrado a crítica endereçada ao jacobinismo desde Schmitt.¹¹¹⁵

Consoante observado, o pensamento conservador não encontra uma teoria única mas, isto sim, encontra uma multiplicidade de apresentações históricas variáveis conforme as predileções intelectuais de seus defensores não obstante guardar traços comuns. Dentre estes aspectos de descontinuidade podemos elencar o enfrentamento com uma visão de homem que emergia do processo revolucionário francês, a saber, da presunção humana de que a engenharia social e moral poderia suportar limites impensáveis, que o homem poderia aspirar a construir um mundo à imagem e semelhança da perfeição até então apenas concedida em termos divinos. O horizonte conservador apontava para uma perspectiva de rebater tal processo de superior crença nas possibilidades da engenharia social a partir da afirmação de que a nova ordem apenas caberia descobrir uma ordem desde sempre instalada.

A aspiração ao novo Estado e sua nova ordem estava orientada por instrumentos alheados a razão e encontrava no conservadorismo revolucionário um firme apoiador. Sem distanciar-se deste alheamento permanecia à espreita da ocorrência do retorno dos valores germânicos primitivos. Esta orientação era absolutamente conforme às expectativas do nacional-socialismo que, em Hitler, encontraria a confirmação de que a mais eficaz forma de domínio residia não na disposição à racionalização mas, antes, dos instintos, portanto, do sentimento sobre a razão (*cf.* RICHARD, 1971, p. 33) e, ainda

¹¹¹⁴ Ver <http://www.retoricas.com/2009/07/discurso-hitler-el-enemigo-de-los.html>

¹¹¹⁵ Schmitt dirige sua atenção e crítica no sentido de “[...] die Erziehungsdiktatur der Aufklärung [...]” (SCHMITT, 2010, p. 64), e ela se dirigia a consecução do domínio da razão, ou seja, “[...] eine aus rationalistischem und klassizistischem Geist entspringende formale Einheit, das „Bündnis der Philosophie mit dem Säbel” (SCHMITT, 2010, p. 64). A tradução sugerida para os trechos acima é: “[...] a ditadura educadora do Iluminismo [...] uma unidade formal surgida do espírito racionalista e classicista, ou seja, um “pacto da filosofia com a espada”.

mais, que sob o signo da racionalização o governo é uma improbabilidade (*cf.* HITLER, 2007, p. 66),¹¹¹⁶ aspecto no qual a convergência com o conservadorismo revolucionário é manifesta, em especial em sua representação em intelectuais como Spengler.¹¹¹⁷

A ação política orientada pela instintividade mostra toda uma compreensão do fenômeno do político de notada inspiração conservadora-revolucionária. É possível estabelecer um paralelo para um tema que nos chama a atenção Herf. Segundo o autor, parece identificável um paradoxo na assunção do valor da tecnologia ao tempo em que o movimento modernista reacionário se mostrava refratário aos valores iluministas (*cf.* HERF, 1990, p. 21)¹¹¹⁸ que, ao menos parcialmente, inspira o desenvolvimento tecnológico. Este paradoxo acima subsiste em matéria tecnológica quando contraposto ao Iluminismo mas se revela inexistente quando analisado o conservadorismo reacionário e o movimento nacional-socialista. Em ambos observamos a convergência de seus argumentos em matéria política, os quais se fazem guiar pelo intuicionismo e pelo irracionalismo.

Spengler é também apoiador da política em termos irracional-intuicionistas e que procurou realizar um trabalho teórico informado pelo espírito da geração de 1914. Um dos aspectos é o seu esforço em enlevar o papel do momento pretérito, dentro do

¹¹¹⁶ De forma convergente com esta percepção, o movimento conservador revolucionário se apresentaria refratário tanto ao liberalismo quanto ao racionalismo se mostraria como uma constante em diversas leituras conservadoras e, por certo, igualmente marcaria o conservadorismo revolucionário alemão. Isto sim, em Schmitt igualmente tornar-se-ia perceptível uma aguda crítica ao liberalismo, como é bem sabido, mas também uma crítica inerente, embora não explícita, ao racionalismo. Isto tem lugar na órbita do político mas resta evidenciado tal movimento em sua sacralização do mito e da instauração da figura do *Führer* como detentor de todos os poderes em detrimento das instâncias mediadoras e racionalizadoras da sociedade.

¹¹¹⁷ Spengler sobressai uma visão em que o mundo é “[...] matter of intuition rather than observation” (VON KLEMPERER, 1968, p. 170). Este trecho comporta a seguinte livre tradução: “[...] matéria de intuição mais do que de observação”.

¹¹¹⁸ A respeito da crítica do conservadorismo revolucionário ao Iluminismo, ver STERN, (1974) bem como MOSSE, (1998, 1973).

qual haveria de ser localizado o conceito de progresso.¹¹¹⁹ A geração de 1914, como um todo, conforme viemos argumentando, pode ser entendido como a própria matriz teórica do nacional-socialismo (cf. HERF, 1990, p. 400). Esta geração serviu de forma importante ao nacional-socialismo, que se aproveitou firmemente da literatura de seu período e também do precedente, em que pulsassem os valores dos heroicos feitos bélicos do período da Primeira Guerra Mundial.¹¹²⁰ O nacional-socialismo recepcionaria boa parte da cultura da geração de 1914 quando conectada intelectualmente com certa gama dos valores do último período imperial alemão de Guilherme II, dentre os quais se destacava um

[...] saber [que] solo no eleva al hombre a la altura moral si no se está dispuesto a sacrificar la vida por una idea, el deber cumplido, el honor del país. Para eso hace falta una educación de soldado [...]. (RICHARD, 1971, p. 33).¹¹²¹

O período guilhermino, e em especial por intermédio de certos discursos do próprio monarca, já enunciara ideias que, posteriormente, conformariam o eixo do nacional-socialismo. A superioridade racial ária tão reclamada no *Mein Kampf* hitleriano de início da década de 20¹¹²² já encontrava-se parcialmente em Guilherme II assim como a ideia de que cabia a Alemanha desempenhar no mundo um papel

¹¹¹⁹ Um outro aspecto da crítica de Spengler encontra-se diretamente ligada a ideia de que o grande lema do século XIX de que a História caminhava inexoravelmente rumo ao progresso era uma ideia suplantada pelos acontecimentos daquele início de século XX (cf. SPENGLER, 1980, p. 42).

¹¹²⁰ Dentre os autores que sobressaem nesta apropriação, como viemos argumentando, se destaca Jünger que, segundo Richard, riqueza de sua literatura propiciaria ao nacional-socialismo retomar boa parte do heroísmo de que careceriam para que tivesse lugar e êxito o propósito de domínio que o hitlerismo supunha e necessariamente recomendava (cf. HITLER, 2007, p. 33).

¹¹²¹ O texto permite a seguinte tradução: “[...] saber [que] apenas não eleva o homem à altura moral se não está disposto a sacrificar a vida por uma ideia, o dever cumprido, a honra do país. Para isto é necessária uma educação de soldado [...]”.

¹¹²² Malgrado o livro tenha aparecido em meados da década, como bem alerta Nicholls, foi apenas no início dos anos 30, quando o partido nacional-socialista ganha importância eleitoral, que o livro tornar-se-ia um verdadeiro *best seller* (cf. NICHOLLS, 1991, p. 120).

civilizador. Este é um dos pontos que bastante aproximam o conservadorismo revolucionário de homens como Spengler dos fundamentos do nacional-socialismo. Estas ideias se apresentam como alguns dos pressupostos logo argüidos para que fosse cumprida a exigência de disponibilidade bélica acima assinalada presente no texto de Richard de que os indivíduos pudessem se apresentar honrosamente a enfrentar os riscos e desafios postos ao país, ainda que isto representasse riscos vitais.

As virtudes heroicas não se manteriam distantes da abordagem da questão da técnica. Exemplo disto é Spengler, autor que auxilia profundamente a compreensão do contexto de inserção desta filosofia do conflito de viés marcadamente antiliberal e serva dos propósitos anti-ilustrados do novo e autoritário regime (ver VALLESPÍN, 1993b). A crítica spengleriana ao Iluminismo que permite-nos a aproximação às virtudes heroicas em um novo mundo de extermínios por intermédio da técnica pode ser lida desde dois ângulos. No primeiro deles, o autor desmerece os esforços autonomistas ou emancipadores por força de que a técnica representava tão somente uma nova face de religião destituída de seu posto central pelo processo revolucionário ilustrado francês e, portanto, não introduzia vetores promotores que distanciassem o homem do domínio.¹¹²³

O autor propõe uma aposta pela não-autonomização do homem, ideia que entronca tanto com a visão antropológica conservadora-revolucionária como também por sua clara aposta política em um regime totalitário, tal e como ocorreria com Schmitt. Spengler submete a ideia de autonomia a de poder centralizado do Estado que pode valer-se dos progressos da técnica para, por exemplo, aprofundar suas pretensões

¹¹²³ Interessa alertar para a leitura de Klemperer que assinala o nacional-socialismo, e em especial a figura de Hitler, como alguém que poderia terminar seus dias imersos em alguma insanidade religiosa (*cf.* KLEMPERER, 2009, p. 108), o que em boa parte se deve aos seus delírios messiânicos de salvar a Alemanha tanto de males reais como, e quiçá estes em muito maior número, males que habitavam o mundo do onírico.

bélicas. Por outro lado, a compreensão da técnica se instalaria na sociedade como uma verdadeira obsessão, o que sugere um alerta para um processo de obnubilamento similar aquele que a religião fora capaz de produzir segundo uma leitura marxista. Esta é uma ideia que, em Spengler, aparece como um elogio da “[...] autêntica religião de épocas passadas” (SPENGLER, 1980, p. 37) mas que, transposta para a questão da técnica, poderia igualmente ser lida como um novo e brutal instrumento de dominação.

Ao projetarmos a leitura do impacto do modernismo reacionário desde a dimensão das possibilidades da técnica, a crença desmesurada em seu papel no mundo moderno e sua projeção ao mundo do político, nos deparamos com uma série de dificuldades. Uma delas diz respeito às disfunções que a tecnologia concebida de modo puramente instrumental é capaz de suscitar. Assim, por exemplo, em sua penetração do mundo da política este papel da tecnologia pode suscitar a inversão dos valores ínsitos à dialética do esclarecimento em prol da lógica do obscurantismo totalitário.

Racionalização extrema do mundo, em seus extremos implica na assunção de que o conhecimento que permeia o avanço no mundo tecnológico é igualmente capaz de dominar ao seu próprio criador, domando aquele que aspirava à libertação por intermédio do conhecimento mas que ao deslocar o mágico para além das fronteiras do experienciável na vida a dissecava completamente, privando a própria vida dos necessários elementos vitais, transformando o seu em um mundo plenamente desencantado.

Este mundo da técnica aponta em muitos momentos a um imaginário que sugere o progresso. Contudo, ainda quando não consideremos qual fosse o inexorável caminho a ser percorrido pela história, há em Spengler, uma implícita acusação de um otimismo injustificável do Iluminismo. A leitura da história ali sofria a acusação de pretender construir o devir histórico (*cf.* SPENGLER, 1980, p. 39), valendo-se, portanto do socorro

imediate do aporte da razão que sustentaria um projeto bastante distinto do seu, de reforço do processo emancipatório do indivíduo.

A decidida oposição à crítica da ilustração como a apresentada pelo conservadorismo revolucionário mas, em especial, a de Spengler. Ela pode ser observada em termos diametralmente opostos desde a celebrizada perspectiva de Horkheimer e Adorno, cujo trabalho aponta para a nefasta circunstância de que um mundo plenamente ilustrado irradiaria um desastre triunfal (*cf.* ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 19),¹¹²⁴ o que não implica distanciamento de seu projeto.¹¹²⁵ O conceito de esclarecimento destes frankfurtianos aponta exatamente para o esgotamento em seu contrário do aprofundamento radical do projeto ilustrado que logo iria fazer sob o triunfo de seu próprio êxito.

Sob o signo de envolver os homens em projetos libertários e assenhoreador de um mundo que lhes dominara historicamente, em muitos casos sob estruturas míticas, poderia, em suma, produzir efeitos inversos aos almejados quando o projeto alcançasse o seu objetivo de forma radical. Desde os seus primeiros movimentos, a aposta do nacional-socialismo era absolutamente outra, e inversa. Nestes domínios, a arte liberal tomada em sentido radical implicaria prejuízos inenarráveis para uma concepção de mundo como a nacional-socialista que tinha como pressuposto a incapacidade de articular diferentes visões de mundo senão, opostamente, buscar a afirmação dos valores de apenas uma delas, em suma, conforme dissera Rosenberg, “[...] we National

¹¹²⁴ Adorno e Horkheimer referem-se ao projeto iluminista como uma tentativa de dissolução do mundo mítico, de substituição do imaginário pelo mundo do saber mas que, em suas opiniões, nos depararíamos, isto sim, quando realizado o tal projeto iluminista com um resultado paradoxal: “[...] a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal”. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 19).

¹¹²⁵ Isto, contudo, não invalida o reconhecimento dos frankfurtianos de que “[...] a superioridade do homem está no saber, disso não há dúvida”. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 19),

Socialists are and must be not only political, but also cultural revolutionaries” (ROSENBERG, 1971, p. 169).¹¹²⁶ Este é um dos motivos pelos quais a resposta de Goebbels ao maestro Wilhelm Furtwängler mostra os limites da congruência nacional-socialista a respeito da arte e da política.¹¹²⁷ Enquanto Furtwängler procurava interceder por músicos judeus, então alvo de perseguição, de fato era convergente com o roteiro político nacional-socialista a resposta de Goebbels

Un arte en sentido absoluto, como lo considera la democracia liberal, es inadmisibile. La tentativa de servir a tal arte llevaría al pueblo a no tener más lazos con el arte, y el artista mismo se aislaría y se alejaría de las fuerzas constructivas para encerrarse en el punto de vista del arte por el arte. (*apud* RICHARD, 1972, p. 67).¹¹²⁸

A afirmação da intolerância com a diferença encontra expressão nas entrelinhas de um discurso que pretende excluir da arte o impensável, o indescritível e estabelecê-la nos domínios da previsibilidade e da doutrina política. Em Goebbels, um dos porta-vozes da *intelligentsia* do regime, portanto, o entendimento da arte como desfrutando de uma posição ativa no sentido de exterminar por intermédio da dimensão da cultura as possibilidades da heterogeneidade.¹¹²⁹ Esta é apenas mais uma angulação possível desde a qual observar os movimentos do totalitarismo visando confirmar a inspiração anti-ilustrada de seus próceres.

¹¹²⁶ O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] nós, os nacional-socialistas, somos e devemos ser não apenas políticos mas também revolucionários culturais”.

¹¹²⁷ Para uma análise da política musical da Alemanha pré-weimariana, ver SACHS, (1970).

¹¹²⁸ O trecho acima permite a seguinte tradução: “A arte em sentido absoluto, tal como considerada pela democracia liberal, é inadmissível. A tentativa de servir a uma tal arte levaria o povo a não ter mais laços do que com a arte, e o próprio artista se isolaria e se distanciaria das forças construtivas para se fechar no ponto de vista da arte pela arte”.

¹¹²⁹ De forma alguma esta ideia da arte pela arte poderia ser levada adiante em um regime como o hitleriano que procurava instrumentalizá-la para os seus fins, torná-la um aparato mais do Estado plenamente incorporada para cooperar para a formação de uma cultura homogênea de sorte a aplinar o caminho para a esfera do político. Esta é uma ideia ilustrada por Richard quando nos diz que a imagem do Reich deveria ser a de uma “totalidad” (RICHARD, 1972, p. 70).

A tradição frankfurtiana apostando na superioridade do conhecimento como diferencial humano (*cf.* ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 19) se apresentaria como uma crítica direta a doutrina anti-ilustrada perseguida tenazmente pelo nacional-socialismo de inspiração conservador-revolucionário permeado não apenas por Spengler como por Moeller, Jünger, Freyer, Rosenberg, van den Bruck dentre tantos outros mais que facilitaram a sua apropriação nacional-socialista em vários domínios, da arte ao político. A rigor, as críticas frankfurtianas parecem-nos entrar em diálogo com uma realidade devastadora, que converge para um mundo germânico cuja lógica será marcadamente irracionalista. Em meados dos anos 20, contudo, era este já um movimento anunciado por Hitler em seu *Mein Kampf*, escrito no qual manifesta todo o seu desprezo pela razão e sua aposta na entronização da ação segundo os instintos.

A transferência ao mundo empírico, político, da teoria filosófica do irracionalismo que permeava o nacional-socialismo colocaria as condições de possibilidade para a implementação da barbárie, proposta que pode advir da aposta em universais incontroversos, embora já bem mais dificilmente de processos dialogados, ainda quando o cenário seja o mesmo, da qual a filosofia ilustrada encontra-se próxima. Na teoria nacional-socialista a aposta direta era realizada por seu consciente distanciamento do mundo da intelectualidade e da tentativa de enquadramento da cultura em supostos doutrinários de sua filosofia política e, sobretudo, por sua oposição aos processos de autonomização.

Neste sentido é importante assinalar que a arte seria apenas e tão somente um signo a mais do processo de alheamento do indivíduo relativamente a um de seus instrumentos de recriação autônoma de sua dimensão ética. Nos termos do projeto

totalitário o amplíssimo controle do Estado¹¹³⁰ não permitiria tal movimento, para o que o controle não apenas da arte como dos próprios criadores artísticos¹¹³¹ se mostrava uma

¹¹³⁰ O controle estatal do nacional-socialismo em matéria de arte ganhava todavia mais espaço com a consolidação do regime. Nos anos de 1934 a 1935, por exemplo, teve lugar a legislação sobre as atividades de cinema, rádio, teatro, música (que atingia, por exemplo, as orquestras, tanto quanto a membros e até mesmo o seu repertório) e a crítica literária (principalmente com censura de conteúdos e autores), em todos os casos com referências a vedações expressas da participação de roteiros, atores e autores judeus. O exercício do controle era uma realidade e uma de suas mostras evidentes foi a política editorial da revista *Die Neue Literatur*, anteriormente denominada *Die Schöne Literatur*. Fundada em 1910, trocava o seu nome em 1931 para aderir abertamente ao programa nacional-socialista com uma política editorial que se propunha manter fiel aos valores eternos do povo alemão. Após o ano de 1933, sob controle do regime, a revista apoiaria a política de purificação racial, mas também um retorno ao passado (cf. RICHARD, 1972, p. 102), segundo uma abordagem próxima ao roteiro político do conservadorismo revolucionário. Ainda com forte impacto, foi organizada uma exposição de arte que contava com pinturas e esculturas na qual restariam demarcados os limites da arte alemã e outra, qualificada como degenerada, da qual, por certo, estava ciente Benjamin em sua crítica de arte (cf. BENJAMIN, 1938, p. 240), mas também o ideólogo do nacional-socialismo, Alfred Rosenberg, que focaliza e ataca aos artistas que praticavam a denominada arte degenerada, ou seja, a arte que contradizia os valores estéticos e políticos do nacional-socialismo (cf. ROSENBERG, 1971, p. 163-165). Encontramos antecedente teórico a respeito na obra de Nietzsche (ver NIETZSCHE, 2007), autor que se refere, embora direcionado a um outro projeto filosófico, à existência de uma arte “extraviada a degenerada” (NIETZSCHE, 2007, p. 95). A respeito do trecho analisa Ginsburg que “[...] que Nietzsche, ao contrário do neoclacismo *kitsch* das “belas formas” glorificado pela estética do Terceiro Reich, critica, nesta e em outras passagens, a idéia de que o belo agradável e harmônico deva se constituir no único objeto da arte” (GINSBURG, 2007, p. 150). Esta interpretação de Ginsburg, em definitivo, distancia a estética nietzscheana da pesada herança nacional-socialista a quem se lhe desejou conectar de forma tão íntima quanto indevida. Uma conexão desta concepção de arte com o pensamento schmittiano pode ser traçada por intermédio da referência ao julho de 1937, quando o regime mostrava avançar em seu projeto de homogeneização cujas linhas básicas em matéria política haviam sido postas precisos dez anos antes, por Schmitt, em *Der Begriff des Politischen*.

¹¹³¹ A este respeito o texto de Richard é bastante incisivo: “La noción de *cultura alemana* estaba predeterminada desde arriba sin que los creadores pudieran formular opinión alguna; el papel del poder centralizador era uniformar autoritariamente la vida cultural” (RICHARD, 1972, p. 73). O grave problema que emerge destas linhas é o seu ínsito conceito de uniformização que pressupõe o controle estatal da criação artística por meio da elaboração de diretrizes. O povo poderia criar a dimensão da cultura apenas nos estritos, e destacadamente estreito no âmbito do movimento nacional-socialista, limites postos pelo interesse político estatal. Ao trecho citado acima sugerimos a seguinte tradução: “A noção de cultura

política útil. O processo político de homogeneização (*homogenität*), portanto, estava em curso também na dimensão cultural, e alcançaria a racial quando do estabelecimento do regime na década de 30, precedidos pelos escritos hitlerianos de meados da década de 20 e do próprio Schmitt em seu *Der Begriff des Politischen* de 1927.

Sustentamos que este processo de homogeneização é um forte componente da cultura totalitária que transitou e afirmou-se em Weimar. Sugerimos que o conceito de homogeneidade (*homogenität*) pode ter vivido um de seus mais significativos momentos quando intervém Heidegger no debate. Parece bastante ilustrativa a sua intervenção posto que o sua alocução aos estudantes feita publicar no jornal dos estudantes de Freiburg em 3 de novembro de 1933.¹¹³² Na oportunidade, perante uma ambiência universitária, foi o momento escolhido para conclamar os estudantes: “Que nem os princípios doutrinários nem as ‘ideias’ sejam regras do vosso ser [...] (HEIDEGGER, 1997, p. 112). Heidegger, como outros conservadores revolucionários apostavam aberta, e contraditoriamente com as suas condições pessoais, pelo anti-intelectualismo.¹¹³³

Neste sentido Heidegger ainda reforça que a denegação do papel dos intelectuais haveria de vir ainda acompanhado de uma perspectiva de poder resumida na figura do Führer: “O próprio Führer e só ele é a realidade alemã de hoje e do futuro, assim como a sua lei. Aprendei sempre mais profundamente a saber que doravante cada coisa exige

alemã estava pré-determinada desde acima, sem que os criadores pudessem formular qualquer opinião. O papel do poder centralizador era o de uniformizar autoritariamente a vida cultural”.

¹¹³² Feita publicar no dia 10 do mesmo mês e ano, outro texto possui idêntica orientação, conclamando os estudantes a entregarem-se à consecução das tarefas da política cuja decisão encontrar-se-ia resumida e centralizada na figura do *Führer*.

¹¹³³ Neste sentido, por exemplo, a posição de Neumann (ver NEUMANN, 1983, p. 103) tem um potencial interessante para confirmar nossa interpretação de que o apoio cultural dos conservadores revolucionários, embora paradoxalmente anti-ilustrada e contramoderna, empregava o seu talento literário e eruditismo a fim de divulgar valores que ofertariam sólo fértil a cultura do nacional-socialismo.

decisão, e cada acto responsabilidade [...]” (HEIDEGGER, 1997, p. 112). Esta é uma evidente conclamação de Heidegger em favor de um projeto filosófico e político em tudo a abertamente inverso à autonomia reclamada pela ilustração da *Aufklärung* alemã da qual Kant havia sido expoente. A de Heidegger era a orientação de uma estratégia filosófica que naqueles anos desmarcava-se do projeto de busca da autonomia essencial do indivíduo para consagrá-lo na cega dependência e subordinação ao regime político totalitarizante, pois era o Führer entendido como “[...] o responsável sem restrições pela assunção e pela condução do destino do seu povo [...]” (HEIDEGGER, 1997, p. 113). Unificador das vontades, será a expressão da vontade do *Führer* em suas decisões o que marcará o rumo a ser tomado pelo Estado e ao qual todos haverão de subordinar-se.

Em um projeto político deste gênero as luzes sufragam. Os primeiros movimentos de Heidegger no regime que se inaugurara em 1933 mostra a sua adesão mais do que plena, entusiástica. Inegável a sua influência tanto sobre o estudantado como sobre toda uma gama de intelectuais e, logo, a projeção destes sobre a opinião pública com a qual interagia não pode ser de forma alguma menospreza em sua real dimensão, assim compatibilizada com a grandeza do emissor do discurso. O seu convite filosófico nestes primeiros momentos era, portanto, à defesa de uma posição anti-intelectualista que viemos apresentando no decorrer deste trabalho como uma das características do conservadorismo revolucionário e que se projetaria durante o regime nacional-socialista¹¹³⁴ com conexões teóricas próximas a Schmitt.

¹¹³⁴ É importante contextualizar este apoio de Heidegger, bem como aquele que logo seria emprestado de forma expressa por Schmitt. Convém recordar que este era um momento histórico sobre o qual os encaminhamentos políticos pretendidos pelo nacional-socialismo eram sobejamente conhecidos, dado que o *Mein Kampf* de Hitler datava de meados dos anos 20. Nestas condições, portanto, era público o programa político de base do nacional-socialismo, ainda mais desenvolvido durante a década de 20 por meio de vários dos teóricos tanto do movimento como por outros que, próximos, gravitavam desde as fileiras do conservadorismo revolucionário.

Os valores presentes nos trechos de Heidegger acima mencionados e que convergem com pontos essenciais dos projetos totalitários, e sobremaneira o nacional-socialismo, encontram suporte na leitura realizada por Herf. O autor chama a atenção para a proximidade entre o seu conceito de modernismo reacionário e aquele que aqui propomos entender como conservadorismo revolucionário. Um dos pontos de convergência com a leitura de Herf é de que a sua interpretação dos modernos reacionários consagra a ideia de que a Alemanha poderia ser, ao mesmo tempo, tecnologicamente avançada mas também fiel ao seu espírito (*cf.* HERF, 1990, p. 21), embora, isto sim, nunca perpassada pelos valores emancipadores do Iluminismo. O conservadorismo revolucionário apresentaria constantemente sua desatenção a realização dos valores consagradores do homem na condição de libertos mas, antes, apostando na sua subordinação, remetendo aos valores do conservadorismo inspirador de Schmitt do tipo que orientava o catolicismo de Donoso Cortés e o contrarrevolucionarismo de De Maistre e De Bonald. Não poderia ser outra a sua posição senão a de confronto com uma literatura que apostava pelo enfrentamento com a dominação.¹¹³⁵

A interpretação do texto de Herf permite que realizemos aproximação do conceito de conservadorismo revolucionário que atenta para a supremacia os valores do passado expressos em um conjunto mais amplo que podemos denominar de tradição, tal

¹¹³⁵ Este pensamento antirrevolucionário tão cativado por Schmitt de fontes tão próprias desta tradição como De Maistre e De Donald encontram-se afinadas com uma leitura absolutamente avessa aos valores do Iluminismo. Encontramos nisto uma profunda aproximação à projeção do domínio sobre as estruturas do mito e do medo, da aposta nos mitos germânicos que remetem ao passado das terras alemãs, em suma, da afirmação da dimensão do irracionalismo. Neste contexto o esclarecimento opera contrariamente ao mundo da dominação e, por conseguinte, não poderia Schmitt mais do que opor-se diretamente a esta tradição. Assim, tal e como sugerem Adorno e Horkheimer, “[...] o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal”. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 19).

e como apresentamos nos cinco primeiros capítulos deste trabalho doutoral. Spengler, a propósito, se mostra especialmente claro em sua crítica ao racionalismo que também inspira à tríade conservadora que serve de inspiração fundamental a Schmitt também coroadora da hipótese do poder forte e ditatorial reclamada por Heidegger em seus primeiros movimentos no III Reich.

Spengler projetava em matéria política algo diverso dos ideais iluministas que perpassam textos como os de Adorno e Horkheimer trabalhados anteriormente. O seu era um projeto que concebida a vida política em que a autoridade da tradição ocuparia lugar central, em que triunfavam não os argumentos provenientes de embates e de debates, parlamentares ou não mas, isto sim, tão somente de concepções distanciadas de fundamentações dialógicas mas, essencial e estavelmente assentadas em dogmas. Neste particular não se pode perceber que o autor se oponha ao nacionalismo daquela quadra histórica emergente, cuja marca distintiva era a de substituir o povo pela massa (*cf.* SPENGLER, 1941, p. 41), pois do que tratar-se-ia ao conceder esta importância era de uma mera estratégia voltada a galvanizar apoios para, momento seguinte, estabelecer os necessários mecanismos de controle.¹¹³⁶ São, as massas procurarão ser governadas segundo referenciais que remetem ao hobbessianismo que subjaz ao programa conservador-revolucionário. Ademais, e talvez nisto o ponto central, as massas não iriam combater, tal como propunha o liberalismo weimariano, às boas e estabilizadoras

¹¹³⁶ Os instrumentos para desenvolver esta estratégia na prática foram vários. A aplicação de uma teoria mais refinada da mídia é apenas uma delas, aliás, bastante desenvolvida no mundo da política não apenas durante o regime nacional-socialista como também antes de sua chegada ao poder. A este respeito também interessa chamar a atenção para o movimento inverso de contra-propaganda dos aliados. A propósito da importância concedida a propagando no III Reich é possível observar que Goebbels ainda se dedicava a ela nos últimos momentos da Guerra em 1945 quando das linhas de seu diário se depreendia a sua compreensão de que a derrota era iminente. A este respeito, ver GOEBBELS, (2007).

forças da tradição sobre as quais se assenta a legitimidade do poder político de qualquer autoridade.

Este contexto em que a tradição encontrava reforço viria a mostrar-se próximo aos valores religiosos, mais especificamente cristãos. Deste ponto partiria Schmitt, conectado com o conservadorismo católico de Donoso Cortés, para estabelecer as suas linhas argumentativas em torno de sua leitura teológica do político que, em suma, sustenta o fato da “[...] dependencia en que están todos los problemas relativos al gobierno de las naciones de aquellos otros que se refieren a Dios, legislador supremo de todas las asociaciones humanas” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 163).¹¹³⁷ Assim como ocorre com a aproximação ao conservadorismo por Spengler, o movimento teórico de Schmitt em sua atenta leitura do conservadorismo católico de Donoso Cortés tornaria inviável a consecução de quaisquer valores ilustrados de fundo, estratégia para a qual haveria de se opor a filosofia do esclarecimento, malgrado as contradições a que este pode encontrar-se exposto.¹¹³⁸

Schmitt não poderia perfilar-se dentre estes últimos que apostam na dialética do esclarecimento antes do que na lógica da submissão, domínio e genuína desconstituição metafísica do ser humano. Ademais, tampouco um Schmitt próximo ao conservadorismo revolucionário poderia apostar na lógica emancipatória de raiz frankfurtiana. Esta é uma posição próxima a proposta de homens como Spengler, justamente a da manutenção da ordem política a partir da força da tradição e da autoridade nela investida e por ela justificada.

¹¹³⁷ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] dependência em que estão todos os problemas relativos ao governo das nações daqueles outros que se referem a Deus, legislador supremo de todas as associações humanas”.

¹¹³⁸ A este respeito nos chamam a atenção Adorno e Horkheimer ao sustentar que “[...] o esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens”. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 24).

Em um breve retorno a argumentação histórica torna-se perceptível que o processo revolucionário francês desencantou as aspirações de uma moralidade supostamente elevada que a engenharia humana seria capaz de engendrar. O conservadorismo revolucionário aponta decididamente para este momento de fracasso. Na opinião do movimento, observa-se a decrepitude de um homem que pretende alçar voos mais altos do que a sua natureza permite.¹¹³⁹ Neste sentido, ao início da década de 20 Jünger, um dos guias espirituais do conservadorismo revolucionário, muito claramente aponta com certo entusiasmo para os dias que viriam:

The real revolution has not yet even taken place. It marches on irrepressibly. It is not a reaction, but rather a real revolution, with all the usual characteristics. The idea is *völkisch*, polished to a hitherto unknown sharpness, the banner is the swastika. The form of expression is the concentration of the will in one single point – the dictatorship! (*apud* NEAMAN, 1999, p. 31).¹¹⁴⁰

Este trecho escrito por Jünger feito publicar no *Völkischer Beobachter*, tradicional e bastante conhecido veículo conservador-revolucionário e, em sentido amplo, da direita alemã, foi publicado em 1923, mesmo ano em que Schmitt se ocupava de centralizar as suas críticas ao liberalismo e a democracia parlamentar em sua conhecida *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*. Os termos centrais da análise jüngeriana acima convergem com as consequências da ácida crítica schmittiana posta tanto no livro de 1923 acima mencionado como em suas obras *Die*

¹¹³⁹ A este respeito há uma longa e bem estruturada tradição liberal que se inclina fortemente para a direita no ramo ideológico dos quais apenas citaríamos dois de seus expoentes, a saber, Hayek e Pareto. As suas conexões com o conservadorismo de Schmitt todavia permanecem pouco exploradas, não obstante alguns ensaios terem sido escritos a respeito. Para a relação de Schmitt com Hayek, ver CRISTI, (1993, 1991), SCHEUERMAN, (1997b). Por outro lado, para um exame da relação de Schmitt com Pareto, ver DÍEZ, (2007).

¹¹⁴⁰ O trecho acima comporta a seguinte tradução “A verdadeira revolução ainda não teve lugar. Sem embargo, ela irrefreavelmente advirá. Ela não será uma reação, mas, antes, uma real revolução com todas as suas típicas características. A ideia é *Völkisch*, requintada para uma até aqui desconhecida agudeza cuja bandeira é a suástica. A forma de expressão é a concentração do desejo em apenas um ponto: a ditadura!

Diktatur, (1921), e *Politische Theologie*, (1922). Sobretudo, o ponto de chegada do Jünger intérprete da revolução nacional-socialista converge com o Schmitt leitor de Donoso Cortés: a ditadura.

6.4. O CONSERVADORISMO EM WEIMAR: IRRACIONALISMO E TRADIÇÃO. A BASE ESTÉTICA DO PODER E A CRIAÇÃO DO MITO PARA O NOVO REGIME

Estas aproximações realizadas nas seções anteriores indicam brechas sugestivas sobre como o conservadorismo revolucionário alemão pode ser diferenciado de outras matrizes conservadoras. Dentre as aproximações possíveis para tal tarefa encontramos aquelas que se ocupam do enfrentamento das liberdades, o que é feito desde uma matriz que ancora no ataque a um mundo burguês que se encontrava marcado pelo racionalismo e pela moralização (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 71). Neste sentido era claro o conservadorismo revolucionário, e não menos Jünger, para quem estava claro com intensidade deveriam ser empregadas a força e a violência com o sentido de eliminar as marcas do passado.¹¹⁴¹

Esta leitura consagra uma dimensão do irracionalismo que importantes críticos como Lukács classificariam ser típico da Alemanha (ver LUKÁCS, 1959), posto que embebida em uma tradição autoritária de Estado (*cf.* DAHRENDORF, 1979, p. 45), sugerido movimento por força de que possivelmente as forças das luzes nunca tenham sido ali encontrado o *locus* adequado para sua mais ampla realização, senão, isto sim, em termos parciais (*cf.* HERF, 1990, p. 35) e, quiçá, pontuais, por intermédio de figuras

¹¹⁴¹ A literatura jüngeriana aponta explicitamente para o rompimento violento com o passado como uma precondição para a construção dos novos tempos: “Cuanto más despiadada y profundamente destruyan las llamas las cosas del pasado, tanto más dinámica, despreocupada y desconsiderada será la nueva ofensiva”. (JÜNGER, 1993a, p. 62). Ao trecho acima sugerimos a tradução que segue: “Quanto mais impiedosa e profundamente as chamas destruam as coisas do passado, tanto mais dinâmica, despreocupada e desconsiderada será a nova ofensiva”.

como Kant. Inversamente, triunfaria o conservadorismo revolucionário que encontra nas linhas de Jünger apoio para a crítica de uma racionalidade de tipo burguês que aos seus opositores tacha e ataca como atores irracionais quando, em verdade, a burguesa é apenas uma razão em sentido especificamente burguês que se mostra incompatível com o elementar (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 53) que em Jünger não se encontrará no mundo da segurança ambicionado pela cultura burguesa, senão todo o contrário.

Esta aproximação à razão apontada por Jünger sugere preocupar-nos com a análise crítica que recai sobre alguns pontos da tese de Lukács acerca de que o irracionalismo possa ser apresentado como um produto típico da Alemanha. Um aspecto a considerar é que subsista uma pura e desmesurada irracionalidade no fenômeno nacional-socialista, assim como sugere Jünger, que possa dispor, por outro e oposto lado, uma racionalidade estritamente burguesa. Existindo alguma tradição tipicamente germana quanto a irracionalidade, conforme aponta Lukács, seguramente, Jünger e o conservadorismo revolucionário haveriam de manter com ela um profundo contato. Isto sim, igualmente alvo de nossa atenção nesta seção será a investigação de como o conservador revolucionário pode ter influenciado Schmitt de modo mais decidido.¹¹⁴² A este respeito nossa leitura sugere atenção a dois aspectos.

O primeiro dos aspectos diz respeito a referência feita por Schmitt ao fato de que a valorização radical do papel da tradição constituía um verdadeiro rechaço a ação

¹¹⁴² É importante destacar que com esta afirmação não estamos propondo a ideia, de resto insustentável historicamente, de que, tendo em vista o contato entre o conservadorismo revolucionário e a evolução do projeto nacional-socialista, que não sugerimos que Schmitt participou diretamente da confecção deste projeto nacional-socialista. Isto sim, cabe reforçar nossa hipótese aqui é a de que a obra política e jurídica de Schmitt permite toda uma leitura totalitária capaz de introduzir reflexões de fundo por parte de roteiros políticos que, a exemplo do que futuramente realizaria o nacional-socialismo, pretendessem alcançar o poder para praticar o domínio político totalitário. Este aspecto da participação de Schmitt é algo polêmico, e nesta posição aqui assumida subjaz um cenário de fundo cuja exposição das várias argumentações não torna-se possível em uma breve nota de rodapé.

racional desde uma aproximação irracional que a tradição enseja (*cf.* SCHMITT, 2009g, p. 59). Um segundo e importante aspecto importante a sublinhar diz respeito a que existe uma submersa racionalidade instrumental para executar o minucioso plano da barbárie ideado pelo nacional-socialismo. Paralelamente, lhe acompanha um segundo movimento que dista da irracionalidade. Este segundo movimento reside na disponibilização de adequados meios para que o regime pudesse alcançar seus fins, dispondo de uma singular organização não apenas enquanto máquina de guerra mas muito especialmente para a execução dos crimes de guerra.¹¹⁴³ Assim, por exemplo, a criação de toda uma estética totalitária, a aposta concreta e planejada no papel do mito em detrimento direto da razão (*cf.* SONTHEIMER, 1970, p. 55).¹¹⁴⁴

Este movimento favorável a estética totalitária dispõe de elementos desconstituintes da razão. Esta encontra tempos históricos em que sucumbe e, para isto,

¹¹⁴³ Um dos personagens centrais desta organização burocrática assecuratória dos meios para que o regime atingisse a sua finalidade de exterminar populações inteiras foi Eichmann. Dentre as várias referências, para uma já clássica, ver ARENDT, (1999). Um dos paradoxos que emerge neste livro e que se relaciona diretamente com a questão da administração burocrática para a comissão da barbárie diz respeito ao personagem de Eichmann, apenas um funcionário, apegado ao cumprimento de suas funções organizativas adequando os instrumentos disponíveis para maximizar o fim almejado. Do livro podemos advertir o surgimento da grande ameaça que reside no exercício da função burocrática nos limites da legalidade de uma forma absolutamente impensada e alheia à crítica da razão instrumental da qual lança mão em seus afazeres. Para maior detalhamento de sua participação há os documentos de seu julgamento. Ver MULISCH, DWORK, NABORN, (2009) e também LIPSTADT, (2011). Para uma análise do processo mais detalhada, ver YABLONKA, (2004). Para uma ampliação do perfil biográfico do personagem e as conexões com o seu exercício burocrático das tarefas encaminhadas a proporcionar o extermínio, ver CESARINI, (2005). Para informações mais detalhadas sobre todo o procedimento utilizado por Eichmann em suas funções, ver EICHMANN, (1999). Esta é uma obra cujo conteúdo é uma condensação de um muito amplo, e volumoso, trabalho de interrogatório do réu. Por certo, nas respostas de Eichmann encontramos uma série de evasivas e argumentações tendentes a construir sua defesa. Malgrado as manobras retóricas e de defesa, encontra-se no texto um considerável aporte para a melhor compreensão da execução de seu trabalho bem como da estrutura interna de funcionamento do regime.

¹¹⁴⁴ O mesmo autor ainda nos oferece outros títulos que podem servir de apoio para maior aprofundamento sobre diversos aspectos da cultura weimariana e a influência da cultura antidemocrática. Dentre os títulos, ver SONTHEIMER, (1978).

alertara Schonauer em texto publicado em 1930 no *Die neue Rundschau*, aportava efeitos que potencialmente já encontravam-se nos atores sociais. Segundo Schonauer “[...] llevamos en nuestra alma a los antiguos pueblos, y cuando la tardía razón se relaja, en el sueño o la ebriedad, ellos suben a la superficie con sus ritos, su mentalidad prelógica, y nos ofrecen una hora de participación mística [...]” (*apud* RICHARDS, 1970, p. 105).¹¹⁴⁵ Este eclipse da razão encontraria seu elemento radical último no espírito germano, cuja irracionalidade não hesitaria em afirmar-se em todo tempo histórico.

A nota de Schonauer aponta para o papel ocupado pelo mito no processo de deslocamento da razão de nosso eixo constitutivo. A afirmação do papel do mito representa um dos recursos cujo exacerbamento no âmbito do político permite afirmar os propósitos do projeto de um regime autoritário perante quaisquer roteiros iluministas emancipadores do humano tais como aparece entre os frankfurtianos. Schmitt faz referência ao mito em texto de 1929 intitulado *La teoría política del mito* (*cf.* SCHMITT, 2001k). Neste breve texto o mito ocupa o espaço necessário para a concretização dos grandes eventos que mobilizam grande entusiasmo. A grande decisão moral brota da profundidade dos autênticos instintos (*cf.* SCHMITT, 2001k, p. 67) e neles os mitos se fazem presente conforme sugere Schonauer. É nesta estrutura básica instintual em que Schmitt identifica “[...] la fuerza para actuar y para el gran heroísmo, es más, toda actividad histórica trascendente, radica en la disposición para el mito” (SCHMITT, 2001k, p. 67).¹¹⁴⁶ Portanto, enquanto Schmitt aposta em grandes movimentos

¹¹⁴⁵ O texto permite a seguinte tradução: “[...] carregamos em nossa alma aos antigos povos, e quando a razão tardiamente relaxou no sonho e na ebriedade, eles emergiram à superfície com seus ritos, sua mentalidade pré-lógica, e nos oferecem uma hora de participação mística [...]”.

¹¹⁴⁶ O texto permite a seguinte tradução: “[...] a força para agir e para o grande heroísmo e, ainda mais, toda atividade histórica transcendente, reside na disposição para o mito”.

estruturados em torno ao projeto irracionalista sustentado no instintual, todo o projeto ilustrado, emancipacionista, é defendido pelos frankfurtianos que o alicerçam na razão.

O roteiro emancipacionista frankfurtiano não poderia manter diálogo fluente com estas esperanças conservadoras revolucionárias avessas a um mínimo projeto de viés racionalista. Sem embargo, foi junto aos projetos conservadores revolucionários, com toda a sua manifesta carga reacionária e ditatorial, e não junto à primeira tradição frankfurtiana, de que se socorreram vários programas pós-marxistas da década de 1980 cujo clamor pelo humanismo não se deixava de fazer sentir em seu discurso filosófico-político.¹¹⁴⁷ Schmitt reforça que a capacidade de criar o mito mostra toda uma força vital da qual toda burguesia encontra-se destituída (*cf.* SCHMITT, 2001k, p. 67).

A retomada de Schmitt pela esquerda se afasta de uma tradição elogiosamente humanista que constitui uma das melhores heranças dos escritos de Marx¹¹⁴⁸ para

¹¹⁴⁷ A este respeito podemos elencar um vasto número de autores dentre os quais os muitos componentes da esquerda pós-marxista schmittiana norte-americana e, em sentido amplo, anglófona. Dentre eles Ulmen, Mouffe, Piccone, Bendersky e Kennedy, dentre outros muitos. Sem embargo, também há movimentos dentre eles que tomam como objeto as relações entre Schmitt e os frankfurtianos (ver SÖLLNER, 1987; 1984) mas que, contudo, lançam mão da estratégia legitimar o pensamento schmittiano por intermédio de sua aproximação com a Escola de Frankfurt. A mesma relação é abordada por Ellen Kennedy. Ver KENNEDY, (1987b).

¹¹⁴⁸ A título exemplificativo mencionamos encontrar em Marx a preocupação com as condições de trabalho abrasivas de toda uma geração de trabalhadores que eram amplamente desconsiderados pelas condições de produção. Neste sentido o conceito de mais-valia se revelaria útil no sentido de argumentar em prol dos abusos nas relações econômicas também disseminadas por Engels em sua análise sobre a situação do operariado no mundo inglês. Neste sentido comenta que “após certo número de horas de trabalho, o operário reproduziu o valor desse salário. No entanto, segundo o contrato de trabalho, o operário deve ainda trabalhar uma quantas horas mais, até completar sua jornada. O valor criado pelo operário durante estas horas de trabalho suplementar constitui a mais-valia, que não custa um centavo sequer ao capitalista, mas é embolsada por ele [...]” (ver ENGELS, 1982, p. 214). Marx se detém na análise das condições de trabalho e da mais-valia de forma detida no capítulo VIII de *O capital* (ver MARX, 1946, p. 255-344). Também relevante foi sua análise da organização econômica da Inglaterra em seu momento revolucionário industrial. Para uma boa leitura sobre os avanços da questão da proteção ao trabalho desde uma perspectiva marxista, ver HOBBSAWM, (2007).

buscar bom aporte teórico em Schmitt, um dos personagens que habitaram o coração da barbárie. O Iluminismo aposta na emancipação paralelamente com uma aposta anti-iluminista no valor da irracionalidade. Portanto, nestes termos, estaria nos limites das possibilidades do nacional-socialismo a compatibilização da ciência com a magia. Isto se daria malgrado certas divergências intestinas, da aposta no avanço de uma ciência instrumentalizada para fins bélicos, e que não destituiriam o papel da magia, expressada publicamente por meio da construção da figura do mito da qual seria revestido o *Führer* em seus altíssimos e incontestáveis poderes.

Neste sentido nos interessa retomar Adorno e Horkheimer quando nos indicam que “[...] a confiança inabalável na possibilidade de dominar o mundo, que Freud anacronicamente atribui à magia, só vem corresponder a uma dominação realista do mundo graças a uma ciência mais astuciosa do que a magia” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 25). Neste aspecto fazemos referência a que o domínio do mundo concebido pela cultura conservador-revolucionária influenciadora do desenvolvimento do nacional-socialismo se mostraria convicta da necessidade de transcender o uso da técnica e da ciência como instrumento adequado para tal fim. Na ausência do curandeiro, do mágico homem da aldeia primitiva, o acréscimo da magia ao mundo já fortemente habitado pela ciência tornar-se-ia uma importante variável em um mundo de predominância científico-racional. Esta ambiência era capaz de, explorando seus limites, tornar alta, e quiçá insuportável, a densidade de toda a nebulosidade de uma ambiência política por si conflitiva. A densificação do discurso técnico-científico pode servir aos propósitos manipuladores do político oriundos do nacional-socialismo que destituía a criticidade do mundo da vida, prévia desqualificação da própria razão, exceto em sua expressão meramente instrumental.

A intersecção do mundo técnico-científico com o mágico possui uma de suas dimensões na busca da superação das realidades sociais conflitivas por intermédio da afirmação de um conceito de homogeneidade (*homogenität*), que inicialmente é expressa por meio do conceito de comunidade (*Gemeinschaft*). Não é em sentido muito diverso que nos comenta Romano que o retorno à comunidade é um “[...] remédio mágico contra os conflitos da sociedade civil, prescritos pelos seguidores atuais de Schlegel, Novalis, De Maistre, etc.” (ROMANO, 1997, p. 154). Este remédio identificado por Romano focaliza os conflitos que o liberalismo não tendia a eliminar em suas discussões parlamentares. Contraditoriamente, a ideia de homogeneidade nas fileiras do conservadorismo revolucionário tinha em vista um processo de aprofundamento do conflito, e isto pode ser observado tanto em Spengler como em Schmitt e na doutrina hitleriana e nacional-socialista, como forma de que a eliminação pudesse colocar as condições de possibilidade para a inexistência dos contrários.

Esta tradição conservadora revolucionária que se ocupa tanto de questões ligadas à técnica quanto ao elemento mítico e do político remete às suas origens ao conservadorismo constituído no âmbito da Revolução Francesa e em resposta a ela desenvolvido. Como nos dissera atentamente Schmitt a este respeito, assumindo que a Revolução Francesa era um ponto orientador da história recente, entendia que o liberalismo era a própria filosofia do 1789 francês, a qual poderia ser resumida em uma só palavra, individualismo (*cf.* SCHMITT, 2000b, p. 75), alvo das acérrimas críticas do movimento nacional-socialista.¹¹⁴⁹ Por outro lado, o conservadorismo representava a

¹¹⁴⁹ Rosenberg confirma o quão distante encontrava-se o movimento nacional-socialista de qualquer compreensão do indivíduo em termos liberais. A este respeito sustentava que “[...] we do not conceive of the individual being as an isolated phenomenon, but, above all, as the healthy essence of *Volkstum*”. (ROSENBERG, 1971, p. 162). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] nós não concebemos o ser individual como um fenômeno isolado mas, sobretudo, como a saudável essência do *Volkstum*”.

reação ao 1789, e dentre estes encontravam-se, ademais, Burke e também o movimento romântico, (cf. SCHMITT, 2000b, p. 75) malgrado assuma Schmitt que no âmago deste último igualmente resida o individualismo que procure combater na filosofia liberal revolucionária francesa.

Os acontecimentos franceses foram descritos como de uma dupla face moderna, a qual Jünger atribui umas estreitas relações entre “[...] la fraternidad y el cadalso, entre los derechos del hombre y las batallas asesinas” (JÜNGER, 1993a, p. 26).¹¹⁵⁰ Aqui podemos perceber uma breve conexão com o discurso de Sorel, outra das fontes schmittianas, quando este nos diz que os “[...] cataclismos tremendos forman parte de la intensidad de la vida y mueven la historia” (SCHMITT, 2001k, p. 70).¹¹⁵¹ Em outros termos, podemos entrever nestas linhas a ideia de que à base da vida encontramos nada menos do que a mais pura violência, sem mais, o verdadeiro motor da história humana, consagrando assim uma visão por demais reducionista dos complexos elementos conformadores dos processos históricos.

Com toda segurança não encontramos nesta tradição conservadora revolucionária logo recepcionada por Schmitt qualquer traço de um discurso de viés humanista de pretensões universalizantes que permitam sua conexão com quaisquer dos valores da democracia contemporânea mas que mantém a referência humanista realizada linhas atrás da ligação com a superior marca teórica do marxismo e do socialismo democrata que lhe sucedeu e reclamou. Tampouco o humanismo de qualquer proveniência, socialista menos ainda, encontraria espaço no discurso conservador revolucionário. Seus valores, bem como sua aberta contradição com o jacobinismo,

¹¹⁵⁰ O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] a fraternidade e o cadafalso, entre os direitos do homem e as batalhas assassinas”.

¹¹⁵¹ O texto permite a seguinte tradução: “[...] enormes cataclismas fazem parte da intensidade da vida e movem a história”.

encontra direta expressão em escritores ligados ao *mainstream*, tal como era o caso de Jünger, que saberia com singularidade expor a genuína nervura das tensões que coabitavam com práticas políticas do século XX.¹¹⁵²

Retornar a esta tensão identificada por Jünger nos permitiria, apropriando-nos de palavras de von Klemperer, aproximar-nos ao que seria uma melhor abordagem comparativa dos dilemas do conservadorismo do século XX (*cf.* VON KLEMPERER, 1968, p. 4). A concepção de von Klemperer é de que o conservadorismo teria sido formulado originariamente no âmbito da Revolução Francesa, essencialmente como um movimento já não de apoio, mas contra ela (*cf.* VON KLEMPERER, 1968, p. 4). Esta visão teria logrado afirmar-se como uma estratégia contra a cosmovisão burguesa e toda a sua forma de organização econômica, política e social (*cf.* SONTHEIMER, 1968, p. 46).

Esta origem francesa do conservadorismo que logo viria a ser ampliada na cultura alemã em sua versão revolucionária e dela guardaria resquícios que, por exemplo, aparecem na formação e discursos de Goebbels (ver PASTOR, 2009a).¹¹⁵³ A afirmação da realidade transicional weimariana para o regime nacional-socialista não se deparou com a necessidade de proceder a uma revogação da ordem jurídica weimariana, nem mesmo sequer de sua Constituição. Esta nova ordem emergia sob um sistema jurídico não alterado amplamente, muito embora a sua orientação política tivesse experimentado tal mudança relevante. A este respeito parece importante advertir, como

¹¹⁵² Muito embora também a crítica recaia sobre o fato de que o humanismo mantenha uma aproximação com a violência. Jünger sustenta que o humanitarismo pacifista também reclama que o guerreiro mostre-se com esta face assim como também ocorrera com a Igreja cristã, que em seu momento “[...] pudo prescindir de la espada del brazo secular” (JÜNGER, 1995c, p. 114). Ao trecho sugerimos a seguinte tradução: “[...] pode prescindir da espada do braço secular”.

¹¹⁵³ Ver <http://www.retoricas.com/2009/07/discurso-hitler-el-enemigo-de-los.html>. Ainda assim, ver GOEBBELS, (2007).

sugere Neumann, que a legitimação das normas jurídicas experimenta um mais alto grau quando o criador do direito, mesmo o faz sob a crença disseminada dos destinatários das normas jurídicas de que neste procedimento ele estará apenas e tão somente a “[...] dar caráter positivo a certos princípios de direito eticamente obrigatórios que transcendem ao Estado e ao seu direito”. (NEUMANN, 1983, p. 103).

Um dos pontos que a observação de Neumann nos permite realizar é de que ela torna mais próxima a uma leitura da questão de que as estratégias políticas engendradas pelo movimento nacional-socialista demonstraram ter sido suficientemente capazes de rearticular uma conexão política à margem e mais intensa do que a ordem jurídica o fora. Com isto obtiveram suporte para dela desviar-se na medida exata em a conveniência do discurso político triunfante assim recomendasse, permanecendo a ordem jurídica weimariana vigente mas em estado de aplicabilidade tão somente latente.

Neste âmbito de debates do nacional-socialismo não haverá espaços para qualquer afirmação na crença da transcendentalidade de valores. Não existiriam senão instrumentos de aporte teórico para o enfrentamento a um contestado direito humano contra abusos dos governantes. Esta é uma inspiração que remete à política pré-moderna claramente detectável em suas articulações conservadoras contrarrevolucionárias, e que torna a aparecer com idêntica clareza na tríade conservadora que inspira Schmitt, a saber, Donoso Cortés, De Maistre e De Bonald, tal e como vimos nos dois primeiros capítulos desta tese doutoral.

A aproximação republicana ao mundo dos direitos assim como da tutela contra ações do Estado não poderia encontrar qualquer reflexo simpático no âmbito do regime nacional-socialista como, de resto, havia sido proposto pela *Weimarer Verfassung*.¹¹⁵⁴ A

¹¹⁵⁴ Esta era uma realidade jurídica que desde sua inspiração conservadora revolucionária mantinha algum grau de conexão com os valores culturalmente cultivados e provenientes da Revolução Francesa conforme o alerta de von Klemperer. Afirmados historicamente, caberia agora ao direito de um

tradição conservadora revolucionária e, posteriormente, o nacional-socialismo ao qual serviu de lastro teórico impunha, peremptoriamente, o embate com outra tradição, liberal, de defesa dos direitos fundamentais, avaliada como desprezível resquício da cultural burguesa liberal triunfante no século XIX, herança da qual o porvir alemão deveria se desencumbir.¹¹⁵⁵ Desde a ótica do político isto se deve a que toda a concepção de Estado e de poder encontra-se inerentemente ligada a uma figura que concentra o poder decisório não raro, como nos trabalhos teóricos de Schmitt (embora não apenas nestes)¹¹⁵⁶ era qualificado como um ditador.

O conservadorismo seria aperfeiçoado em fins do século XIX, inícios do século XX. A leitura conservadora indica o século XIX como a idade de ouro da burguesia, momento que Schmitt descreve como o de tentativas de restrição das atividades do Estado (*cf.* SCHMITT, 2001k, p. 86-87), de tentativas de obstaculizar uma série de ideias, e ideais, constantes em sua fonte inspiradora donosiana bem como em De Maistre e De Bonald. Tratava-se de um momento histórico de afirmação da

determinado momento, por intermédio da autoridade reconhecida, a imposição por meios democráticos, ou não.

¹¹⁵⁵ Schmitt seria um dos apoiadores desta forte crítica a Constituição de Weimar. Segundo Bercovici, encontramos-nos em sua *Verfassungslehre* com um texto que afirma que Constituição era mesmo todo um documento que continha “[...] decisões políticas fundamentais sobre a forma de existência política concreta do povo alemão” (BERCOVICI, 2004, p. 30). O auto todavia reforça a ideia da oposição de Schmitt aos direitos subjetivos que, enquanto direitos, apenas remanesceriam na órbita dos indivíduos enquanto estes pertencessem a alguma instituição que, por conseguinte, lhes poderia proteger (*cf.* BERCOVICI, 2004, p. 33). Ademais, comenta Bercovici, que para Schmitt a Constituição se fazia acompanhar de compromissos (daí a sua histórica denominação de *Verfassungskompromiss*) e obscuridades que representavam uma decisão adiada (*cf. Ib.*). Este movimento em Schmitt, bastante precisamente identificado por Bercovici, nos denota a sua tentativa de desarticulação conceitual dos direitos fundamentais já desde muito cedo. Este aspecto indicado por Bercovici nos remete a uma crítica de fundo a partir da própria teoria schmittiana, a saber, de seu conceito de decisão e, em suma, da incapacidade da filosofia liberal de decidir, antes, prolongando-se em infindáveis discussões.

¹¹⁵⁶ Segundo uma aproximação prática à vida política alemã, em sua intervenção no caso *Preußenschlag*, na qual ao advogar para o Reich defendia a expansão dos poderes do Presidente.

racionalidade no âmbito do político e, em especial, da legitimação do poder, contrariamente a sua legitimação monárquica com base divina apoiada por esta tríade de autores.

Este momento inicial do conservadorismo encontrava-se marcado pela crença nas possibilidades do progresso, tanto moral como científico e tecnológico que, logo no século XX, viriam a manter inovadoras relações com as impensadas dimensões assumidas pelo catastrofismo bélico e pela comissão da barbárie. Neste sentido, e embora não sem certa demanda de ponderação, podemos assentir e dizer com von Klemperer que “[...] liberals and conservatives were, if not brothers, cousins”¹¹⁵⁷ (VON KLEMPERER, 1968, p. 5).¹¹⁵⁸ Um destes pontos de aproximação que poderiam confirmar o parentesco sugerido por von Klemperer encontra-se na crítica de Jünger e Kojève ao racionalismo que subjaz às vertentes liberal-humanistas mas que, em uma aproximação algo mais minuciosa, não deixa de se fazer presente, ainda quando em sua versão meramente instrumental, também no pensamento conservador revolucionário alemão daquela quadra histórica.

Neaman sugere que tanto Jünger como o hegeliano Kojève retomam a crítica ao liberalismo humanista desde um viés racionalista de ângulo inverso à leitura que o liberalismo realiza do racionalismo. A ideia de Neaman é de que a aproximação hegeliana levada a termo por Jünger e Kojève é de que o racionalismo é resultado de uma acumulação histórica de experiências que puderam ser objetivas no mundo por

¹¹⁵⁷ O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] liberais e conservadores foram, se não irmãos, primos”.

¹¹⁵⁸ Esta observação sobre a proximidade entre ambos permite-nos estranha observação de que não apenas do liberalismo com o conservadorismo mantém uma insuspeita relação de proximidade mas, muito especialmente, do conservadorismo revolucionário alemão do século XX com as suas origens liberais.

intermédio da luta e da violência (*cf.* NEAMAN, 1999, p. 158),¹¹⁵⁹ em suma, retoma ao menos parcialmente a ideia de que a ebriedade subsistente nos espaços vãos da racionalidade colocam condições de possibilidade para a configuração do conflito. Neste sentido soa relativa a obviedade de que Hegel pode ser bastante útil para conservadores revolucionários como Jünger, cujos estudos sobre o papel do belicismo encontrava-se na ordem do dia para explicar e projetar o porvir.¹¹⁶⁰

A experiência de agudização de conflitos entendida pelo conservadorismo revolucionário, bem como pela doutrina hitlerista e nacional-socialista – entendida esta como sendo capaz de engendrar a regeneração e o desenvolvimento de povos e nações –, encontra relativo grau de proximidade com a filosofia política e jurídico-constitucional de Schmitt.¹¹⁶¹ Este é um movimento que tem lugar por intermédio da oposição do autor ao movimento ilustrado que em matéria política busca argumentação no racionalismo como pela crítica a paz burguesa e sua falta de coragem para o enfrentamento.

Em Schmitt os vitupérios ao liberalismo supõem um incremento conservador na crítica a racionalidade política burguesa que a democracia parlamentar de viés liberal sugere. No conservadorismo revolucionário bastante ativo ao final da década de 20 e início de 30 um dos temas principais era precisamente o ataque ao liberalismo

¹¹⁵⁹ Liberais e conservadores permaneceriam, segundo esta leitura, emparentados ao fundo, e presos, a uma específica noção de racionalidade.

¹¹⁶⁰ Esta é apenas uma breve referência a um tema que parece-nos merecedor da máxima atenção, qual seja, o da possibilidade de ligação entre a filosofia da história hegeliana, bem como aspectos da filosofia política e jurídica de Schmitt, principalmente no que concerne ao papel do Estado e, por outro lado, as suas conexões e recepção por parte do conservadorismo revolucionário alemão, especialmente na figura de Jünger. Para alguns apontamentos sobre o interesse de Jünger pelo *revival* hegeliano na década de 30, ver NIETHAMMER, (1989). Outro dos autores do grupo como Schmitt já tiveram esta relação mapeada. Ver KERVÉGAN, (2008).

¹¹⁶¹ Para uma breve aproximação da crítica realizada desde as fileiras do conservadorismo revolucionário à Constituição de Weimar, ver SONTHEIMER, (1970). Desde esta crítica parece-nos viável estabelecer uma linha de continuidade entre o trabalho do movimento conservador revolucionário e a crítica realizada por Schmitt em sua filosofia jurídico-constitucional.

weimariano como estratégia conservador-reacionária apoiadora do nacionalismo para superar não apenas a paralisia parlamentar que reputava estar sendo fomentada pelas instituições republicanas como por esta representar toda uma traição de valores tipicamente germanos (ver BULLOCK, 1990, p. 59). A superação desta paralisia, no entanto, não suporia incremento qualitativo algum nas instituições mas, antes, a sua derrocada e substituição completa.

A queda do regime não seria exatamente uma surpresa. O ocaso de Weimar e a ascensão do regime que lhe sucederia encontrava-se em plena conformidade com a proposta claramente indicada pelos projetos políticos que a apoiavam, dentre os quais o de Schmitt, leitor do Marquês de Valdegamas, para quem o encaminhamento dos novos tempos encontrava a sua alternativa política na ditadura. A superação do republicanismo weimariano neste outro projeto político encontrava com a ideia de que a democracia parlamentar dominante já não dispunha de condições para manter-se, senão que em um futuro próximo haveria de encontrar o seu desfecho, movimento antevisto por Spengler:

[...] conduz, da destruição da soberania do Estado monárquico, através do racionalismo político de natureza plebéia, para o cesarismo do futuro, que hoje começa a manifestar-se levemente nas tendências ditatoriais e que é destinado a dominar. (SPENGLER, 1941, p. 43).

Esta de Spengler é mais uma análise, quando não um próprio projeto comprometido com o contexto político, a indicar que as tendências ditatoriais eram o signo daquele momento. Spengler apontava para o momento histórico da superação das estruturas monárquicas devido a ação do projeto racional de proveniência popular. O autor, contudo, detectava um emergente cesarismo, que aparece como uma força política que se apoia em minorias, “[...] pequenas e fortes” (SPENGLER, 1941, p. 163), em suma, de uma elite no poder.¹¹⁶²

¹¹⁶² A este respeito, ver a clássica obra de WRIGHT MILLS, (2000).

A afirmação da racionalidade como divisa do progresso futuro encontrava-se ligada a um valor profundamente arraigado na leitura Iluminista do acontecer cultural e empírico do mundo empírico. O conservadorismo e, em especial, o conservadorismo revolucionário alemão da década de 20 iria propor uma inversão destes valores. Não sem algum grau de incongruência interna, as possibilidades da razão são enfrentadas pela aceitação dos avanços tecnológicos pelo conservadorismo revolucionário alemão. Em sua proposta o reino triunfal do humano e do progresso engenhado sob novas matrizes seria colocado em xeque pelos conceitos de mito e de tradição.¹¹⁶³ Não obstante, a razão e o mito podem se entrelaçar sob a forma do totalitarismo quando, sugerimos, tenha lugar a ocorrência do movimento sugerido por Adorno e Horkheimer de que o mito deixe de relatar para converter-se em uma doutrina (*cf.* ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 23), algo que parece caracterizar o próprio âmago da prática ditatorial alemã.

O mito também presente na teorização do conservadorismo revolucionário ocuparia seu espaço na tradição. Esta desempenharia um papel regenerador de uma vida entendida como decadente, de um momento político também reputado como tal e cuja regeneração implicava a substituição não apenas de atores políticos mas de toda uma concepção do político. Não era diversa a indicação dos membros do que poderíamos denominar de núcleo duro do conservadorismo revolucionário, composto por Moeller van den Bruck, Spengler, Heidegger, Spengler, van den Bruck, Gehlen¹¹⁶⁴ e Jünger,

¹¹⁶³ Em conexão com esta observação nos diz Herf que a própria raiz de todo o desastre alemão encontra-se na conexão entre o mito, a razão e a dominação (*cf.* HERF, 1990, p. 34).

¹¹⁶⁴ Embora menos comentado que os demais, Gehlen (1904-1976) seria um dos membros do conservadorismo revolucionário que, ainda de forma influente, sobreviveriam academicamente à proximidade com o regime no período posterior ao do término do conflito bélico, principalmente projetando sua influência sobre o pensamento neoconservador contemporâneo. Gehlen aderiu ao partido nacional-socialista também em seus primeiros momentos, em 1933. O autor incorporou-se ao processo de

autores dos quais Schmitt, com segurança, se mostrava próximo, principalmente no que concerne às suas críticas filosófico-políticas aplicadas aos fenômenos políticos que envolviam a República de Weimar.¹¹⁶⁵

Este momento de contato entre mito, tradição e conservadorismo constituía a reunião de alguns dos elementos que comporiam o momento de crises que o então emergente século ensaiava a partir de um embate com a modernidade. Parte desta crise encontrava-se em aberta conexão com a questão tecnológica, cujos avanços estavam bastante presentes na Alemanha. Neste sentido, interessa retomar com von Klemperer o denso questionamento sobre os motivos que tornaram possível que o mundo de fala germana “[...] produced some of the most penetrating diagnoses of the illnesses of our civilizations, and, at the same time, gave birth to the most devastating movement to end all civilization [...]” (VON KLEMPERER, 1968, p. 13).¹¹⁶⁶ Independentemente da resposta que se possa ofertar a von Klemperer, sugerimos que a aplicação dos conceitos de mito e de tradição ao âmbito do político não podem ser desprezados em um contexto de forte reação anti-iluminista por parte do conservadorismo revolucionário alemão da década de 20.¹¹⁶⁷

O diagnóstico da doença do tempo não passaria distante da decadência civilizacional apontada pela filosofia da história spengleriana viria também a ser

desnazificação que teve lugar na Alemanha e logo ocupou alguns postos acadêmicos, sendo um deles em Aachen.

¹¹⁶⁵ A respeito desta leitura da decadência aplicada à política, Schmitt analisará os descaminhos experimentados pelo parlamentarismo desde a sua origem até a década de 20 onde se mostraria incapaz de solucionar as questões da época.

¹¹⁶⁶ O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] produziu alguns dos mais penetrantes diagnósticos da doença da nossa civilização e, ao mesmo tempo, deu nascimento ao mais devastador movimento para colocar termo a nossa civilização [...]”.

¹¹⁶⁷ É importante sublinhar que esta movimentação constituiu uma elaboração teórica que procurou responder aos eventos, tecnológicos e também políticos, aos quais dera lugar tanto o desenvolvimento como os términos político da conclusão da Primeira Grande Guerra Mundial.

realçada segundo uma leitura muito própria pelo hitlerismo e pelo nacional-socialismo, cujos inimigos seriam responsabilizados diretamente por esta experiência histórica de decadência cuja reversão implicaria medidas de enfrentamento extremas. Entremeadado ao debate um dos fundadores do movimento conservador revolucionário, Arthur Moeller van den Bruck. Um de seus líderes, van den Bruck assume destacadamente tal posição quando em 1922 escreve *Das Dritte Reich*, obra que Stern nos adverte ter sido recebida como uma antecipação profética do regime hitleriano (cf. STERN, 1974, p. 183).¹¹⁶⁸ O perfil desta obra de van den Bruck se deu em um contexto em que a Itália experimentava a afirmação do fascismo, regime simpático por sua tendência a reversão das tendências decadentes impostas a sociedade ao Estado pela cultura liberal.

Malgrado as diferenciações entre fascismo e nacional-socialismo,¹¹⁶⁹ o fascismo era essencialmente voltado desde os seus primeiros momentos, para o desenvolvimento tecnológico e econômico,¹¹⁷⁰ encontrava-se compatibilizado com o fenômeno moderno e suas imbricações com as suas condições econômicas e industriais.¹¹⁷¹ Dentro do

¹¹⁶⁸ Stern descreve brevemente o traço intelectual de van den Bruck (1876-1925) como o de alguém que “[...] was the last and in some ways the most admirable of the germanic critics, and in him we can understand that the conservative revolution was not a spontaneous or reactionary opposition to Versailles or to the Weimar Republic, but was the reformulation under more favorable historical conditions of a nineteenth-century ideology” (STERN, 1974, p. 183). Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] foi a última e, em certo sentido, a mais admirável das críticas alemãs, e nela nós podemos entender que a revolução conservadora não foi uma oposição espontânea ou reacionária a Versalhes ou a República de Weimar, mas sim foi uma reformulação em condições históricas mais favoráveis da ideologia do século XIX”.

¹¹⁶⁹ Um dos interessantes estudos realizados envolvendo o fascismo visa sua aproximação com o totalitarismo e o marxismo. Ver GREGOR, (2008).

¹¹⁷⁰ Sobre o aspecto modernista do fascismo, contrariamente ao perfil nacional-socialista, ver SACCOMANI, (1998, p. 47-472).

¹¹⁷¹ Interessa a respeito do distanciamento parcial entre fascismo e nacional-socialismo, especialmente no que diz respeito à modernidade, aspecto para o qual o texto de Gentile chama a atenção com singular clareza: (a) “Como fenómeno totalitário, el fascismo es un fenómeno moderno, es decir, un movimiento-régimen que surge y pertenece al ambiente histórico y social creado por la modernización, y participa de

nacional-socialismo estes elementos permaneceriam em tensão com uma função pastoralista, positivamente valorada por parte de seus componentes,¹¹⁷² malgrado os esforços em controlá-la,¹¹⁷³ enquanto que no fascismo era claro o seu viés futurista e

las tensiones y de los conflictos de la sociedad moderna, aceptándola como una realidad irreversible, aunque modificable“ (GENTILE, 1997, p. 34). Igualmente esclarecedora é a interpretação de Gentile de que o fascismo não propugna uma volta ao passado e, neste sentido, como observamos com maior clareza a partir do capítulo III desta tese doutoral por intermédio do movimento conservador revolucionário, esta foi uma das inspirações importantes do nacional-socialismo. Gentile destaca que o (b) “[...] fascismo pretende dar a esas tensiones y a esos conflictos una solución, no para regresar al pasado ni para detener el curso de la historia, sino con el afán de afrontar los desafíos de la modernidad proyectándose hacia la construcción del futuro, hacia la creación de una sociedad prefigurada por su ideología” (cf. *Ib.*). Não se trata de que o nacional-socialismo em absoluto não se tenha voltado à realização de valores no porvir mas que, antes, a sua perspectiva era a de realização do passado no futuro, a de que o mito do homem germânico perdido na história representava o futuro alvissareiro pelo qual valeria a pena implementar um Estado forte com instrumentos e recursos o suficiente para implementá-lo e, em linguagem schmittiana, apontando todos os inimigos que se apresentassem a este cometido idilizadora da reconstrução sociopolítica germana. O nacional-socialismo viria a distanciar-se suavemente no plano empírico de sua apropriação do discurso conservador revolucionário quando chegados ao poder haverão de encontrar recursos econômicos para a instauração de suas políticas expansionistas ademais de responder às demandas internas que Weimar titubeara em assistir. Reengenhar as estruturas de produção industriais típicas da sociedade moderna tornar-se-ia um imperativo que custaria esforços políticos ao regime ainda dentro do partido em seus debates com a ala esquerda, em outro momento deste texto alvo de nossos comentários. Ao textos acima citados sugerimos as seguintes traduções: (a) “Como fenômeno totalitário, o fascismo é um fenômeno moderno, ou seja, um movimento-regime que surge e pertence ao ambiente histórico e social criado pela modernização, e participa das tensões e dos conflitos da sociedade moderna, aceitando-a como uma realidade irreversível embora alterável”; (b) “[...] fascismo pretende dar uma solução a estas tensões e conflitos, não para regressar ao passado e nem para deter o curso da história, mas sim com o afã de fazer frente aos desafios da modernidade, projetando-a rumo a construção do futuro, rumo a criação de uma sociedade prefigurada por sua ideologia”.

¹¹⁷² A este respeito, por exemplo, Payne comenta que o fascismo apresentava um caráter mais modernizador, mais comprometido com o desenvolvimento e com uma perspectiva de progresso (cf. PAYNE, 1995, p. 26), tanto no mundo tecnológico como no mundo das artes, que em muitos setores do conservadorismo revolucionário alemão e, após, do próprio nacional-socialismo, não era perceptível tão claramente.

¹¹⁷³ Este esforço de controle das correntes pastoralistas por parte das elites nacional-socialistas que percebiam a necessidade de comprometer-se com projetos econômicos dos quais dependiam os seus projetos políticos belicista-expansionistas. Paulatinamente tal movimento em busca de controle teve lugar mas, é certo, embora controlado, nunca integralmente desapareceu de segmentos do nacional-socialismo.

composto com a sua auto-imagem de “[...] constructores del porvenir”. (GENTILE, 1997, p. 34).¹¹⁷⁴

A assunção nacional-socialista dos valores pastoralistas desde a inspiração em um amplo segmento do movimento conservador revolucionário não lhe impediria manter-se unido a outros grupos conservadores que apostavam crítica aos valores do Iluminismo. Ambos grupos tinham as suas boas razões a permitir-lhes tal empreendimento conjunto. Da parte do pastoralismo a crítica aos valores urbanos, que conectava com o liberal-cosmopolitismo de Berlin, era um motivo suficiente para opor-se aos valores representados pelo Iluminismo. O grupo que apostava na vertente técnico-científica e modernista poderia manter-se unido ao pastoralismo na crítica ao liberalismo na medida em que era de seu superior interesse realizar crítica ao modo de vida liberal que lhe opunha aos seus mais essenciais projetos políticos.

A agudização da crítica liberal por parte do conservadorismo revolucionário iria encontrar ponto de conexão com o niilismo. Neste sentido assinala von Klemperer que “[...] the new conservatism moved into close proximity to a nihilism which threatened to do away with our cultural traditions as such” (VON KLEMPERER, 1968, p. 7).¹¹⁷⁵ Isto denota um movimento perigoso, posto que colocava em risco as liberdades projetadas no século XIX desde as fileiras do liberalismo e os modelos de Estado que lograra influenciar.¹¹⁷⁶ Esta relação entre o conservadorismo e a liberdade é tida como ausente

¹¹⁷⁴ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] construtores do porvir”.

¹¹⁷⁵ O trecho acima comporta a seguinte e livre tradução: “[...] o novo conservadorismo moveu-se no sentido de aproximar-se do niilismo que ameaçava distanciar-se de nossas tradições culturais como elas se apresentam”.

¹¹⁷⁶ Schmitt realiza uma leitura histórica por intermédio das fases do Estado: “[...] del Estado absoluto de los siglos XVII y XVIII al Estado neutral del siglo XIX liberal y de ahí al Estado total de la identidad entre éste y la sociedad” (SCHMITT, 2001i, p. 88). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] do Estado absoluto dos séculos XVII e XVIII ao Estado neutro do século XIX liberal e daí ao Estado total da identidade entre este e a sociedade”.

de suas preocupações centrais do conservadorismo revolucionário (cf. VON KLEMPERER, 1968, p. 7) bem como de seus mais próximos teóricos, dentre os quais sugerimos encontrar-se Schmitt. Isto sim, as suas preocupações teóricas encontravam-se apontadas para uma outra direção, “[...] clearly heading into a dilemma between conserving and destroying, between a positive attitude toward our civilization and nihilism” (VON KLEMPERER, 1968, p. 7).¹¹⁷⁷ A dúvida que von Klemperer aponta em seu texto parece equivocada quando tomamos uma série de *leading thinkers* do conservadorismo revolucionário como Spengler, para quem a aposta acertada é na destruição e na colocação em risco da vida como forma de regenerar a história e os povos.

A situação conflitiva alemã do período suscitava aflições e a aposta na desconstrução representava a leitura sobre a necessidade de pôr termo à experiência republicana. Sobretudo desde setores conservadores a demanda era por opções política e culturalmente extremadas.¹¹⁷⁸ Neste contexto em que a destruição era a aposta e a vida um valor menor observaríamos reemergir o heroico como uma virtude,¹¹⁷⁹ virtude esta

¹¹⁷⁷ O trecho acima comporta a seguinte e livre tradução: “[...] claramente em posição de dilema entre conservar e destruir, entre a atitude positiva rumo a nossa civilização e o niilismo”.

¹¹⁷⁸ Este extremismo político e cultural implica a abordagem destas áreas a partir da lógica da exclusão de grupos, indivíduos e filosofias que se mostrassem de alguma forma e com qualquer intensidade opostas às pretensões do regime.

¹¹⁷⁹ A centralidade do conceito do heroico no conservadorismo revolucionário assim como, em especial, em Jünger, encontra um grave problema, a saber, a sobreposição sobre os milhões de vidas ceifadas durante o primeiro grande conflito bélico mundial. Sua experiência de guerra no *front*, sua visão do caos e da morte lhe conduziram, antes, à celebração estética do horror por meio da literatura do que a um discurso literário ocupado, e preocupado, com evitar a repetição de tais eventos. Observa-se a repercussão sobre Schmitt e, em especial, sobre o seu conceito do político, e de forma bastante negativa, desta filosofia cujo desprezo pela essência da vida era a marca distintiva. Acreditamos que este é um ponto que merece atenção no sentido de estabelecer a ligação entre o conservadorismo revolucionário, um de seus *leading* intérpretes, Jünger e, por fim, a filosofia política schmittiana, de sorte a aproximá-la deste que parece-nos ser o seu indelével signo explicativo.

recordada por Schmitt como um tipo de energia vital cuja força do apelo irracionalista é capaz de insuflar as massas à participação de processos políticos marcados pelo heroísmo (cf. SCHMITT, 2001k, p. 70). A virtude heroica ancora parte de sua atualidade e de sua penetração em seu momento histórico que mostrava a necessidade de responder à humilhação com que o Tratado de Versalhes era recebido por grande parte da população alemã e por setores importantes da *intelligentsia*. A resposta adequada às adversidades colocadas pelas circunstâncias haveria de ser a oposição concreta às condições de paz impostas aos derrotados alemães e isto não se mostrava convergente com as inspirações filosóficas instauradoras da República de Weimar.

O elogio da virtude heroica respondia a um novo tempo histórico e a conformação das novas estruturas do Estado. Esta virtude heroica logo iria inserir-se no âmago do discurso conservador revolucionário também inspirado pela força de sua parcial nostalgia por aspectos dos valores guilherminos. Por estes caminhos transitava o espírito do homem simples cujas virtudes heroicas tão bem conectariam, por exemplo, no duo Schmitt-Heidegger. Este último, como se sabe, mantinha notável apreço filosófico pela figura do homem simples do campo, em aberta contraposição aos cosmopolitas que experienciavam a riqueza e a variedade cultural de Berlin. Este era um tipo de vida absolutamente inapreensível para homens como Schmitt¹¹⁸⁰ que desde suas primeiras visitas à cidade não lhe seduziam.¹¹⁸¹ Berlin estava habitada por uma cultura liberal a qual era imputada a covardia para enfrentar a necessidade de retomar os velhos e genuínos valores germânicos e não seria capaz de fazer frente às críticas nietzscheanas incorporadas tendenciosamente por Rosenberg ao apontar para a acomodação do

¹¹⁸⁰ Há um trecho de sua obra em que nos narra de sua chegada a Berlin. Nela menciona o seu estado de estupefação com a metrópole, com aquele mundo urbano tão distinto de sua Plettenberg natal.

¹¹⁸¹ Este é apenas um aspecto muito particular da percepção do autor mas devemos entender que quando Schmitt finalmente vai residir em Berlin o faz menos por sua atração e pelo que a cidade representava do que pela proximidade com o núcleo do poder.

homem burguês e sua única preocupação com o conforto e segurança vitais.¹¹⁸² Neste contexto a aposta por uma virtude heroica representava a decidida oposição aos valores burgueses weimarianos que haviam apoiado os humilhantes termos do Tratado de Versalhes.¹¹⁸³

A humilhação que era percebida como constante no Tratado de Versalhes expressava uma perspectiva de valores-matriz germanos que iam sendo perdidos. Nisto se apresentava latente a manifestação nostálgica, do desejo à volta ao passado em que a homogeneidade germana era a caracterização da comunidade (*Gemeinschaft*). Esta era valor ante o qual a liberdade burguesa não tinha força e tampouco haveria de ocupar posição de supremacia, senão o contrário. Em seu favor os esforços não deveriam encontrar medida, ainda quando a retomada do elemento heroico fosse necessária para a reafirmação desta homogeneidade originária, elemento do qual Schmitt se ocuparia a seu tempo e modo.

A volta às raízes por intermédio da implementação da homogeneidade (*homogenität*) era o remédio explícito e a solução mágica para a regeneração de um

¹¹⁸² Rosenberg aponta para uma tradição nietzscheana de maneira leviana, apropriando-se, como de hábito entre os cultores do nacional-socialismo, de forma interessada, enquadrando a tradição conforme as suas pretensões de montagem do quadro teórico do movimento. Assim, diria Rosenberg que “According to Nietzsche, the ‘truth’ of the liberal age is a soothing and comfortable creature which would continuously support all established power and none should make any sort of fuss on its behalf” (ROSENBERG, 1971, p. 141). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Conforme Nietzsche, a ‘verdade’ da era liberal é a suave e confortável criatura que continuará apoiando todo o poder estabelecido e nenhum deverá fazer qualquer tipo de protesto sobre os seus interesses”.

¹¹⁸³ Este é reputado como um dos elementos fomentadores da ascensão do nacional-socialismo. Quanto a este aspecto é interessante o trecho em que o poeta austríaco Hugo von Hofmannsthal (1874-1929), ainda no ano de 1927, chamava a atenção para o papel do conservadorismo revolucionário no século XX: “The process of which I am speaking is nothing less than a conservative revolution on such a scale as the history of Europe has never known” (*apud* VON KLEMPERER, 1968, p. 9). Ao trecho anterior sugerimos a seguinte livre tradução: “O processo do qual eu estou falando é nada mais do que a revolução conservadora em uma proporção que a história da Europa nunca conheceu”.

mundo descrito como decadente, aspecto no qual a obra de Spengler é paradigmática entre o grupo de conservadores revolucionários (ver SPENGLER, 1982). A este respeito a leitura de von Klemperer é de que encontramos um antecedente moderno desta tradição conservadora tanto em Burckhardt quanto em Nietzsche, sendo que o momento seguinte encontrar-se-ia marcado por um giro compreensivo do qual participaram Freud e Pareto, promitentes e eficazes teorizadores do distanciamento dos valores vitorianos clássicos em prol de um compromisso com uma inerente função antropológica pessimista que operaria profunda influência nos destinos e na aplicação política do conservadorismo¹¹⁸⁴ de corte revolucionário.¹¹⁸⁵

Para a afirmação do conceito de homogeneidade (*homogenität*) e da comunidade (*Gemeinschaft*) a qual daria lugar a alternativa bélica compunha o quadro de opções razoáveis. Era uma perspectiva redentora e representava um marco e sinal, qual seja, o de que o tempo dos sonhos de progresso derivados do Iluminismo francês havia encontrado o seu ocaso em prol de uma noção de desenvolvimento essencialmente ligada a destruição. Como nos recorda Neaman, encontrava-se latente no conservadorismo revolucionário um desejo de “[...] establish a charismatic base for politics outside democratic institutions and looked for a figure like Louis Napoleon whose appeal to “the people” went beyond warringg factions, classes, and parties”

¹¹⁸⁴ Alonso dedica estudo às relações entre o conservadorismo político e sua ligação com uma natureza humana pessimista, mas que desconsidera a possibilidade de uma inclinação natural do homem ao mal. Contudo, parece-nos que Alonso falha em sua argumentação ao realizar uma interpretação do conservadorismo que parece aproximar-se em larga medida aos valores do liberalismo (*cf.* ALONSO, 2009, p. 63), o que parece-nos contraditório com a própria essência dos valores de muitas das versões do conservadorismo do século XX, tal como a schmittiana, que reservaram profundas críticas ao liberalismo.

¹¹⁸⁵ Esta aproximação da visão antropológica pessimista presente no pensamento conservador revolucionário é também bastante presente e influente na filosofia política schmittiana.

(NEAMAN, 1999, p. 32).¹¹⁸⁶ Esta abordagem de Neaman se mostra compatível com a nossa leitura da filosofia política e jurídico-constitucional de Schmitt, a qual sugerimos encontrar-se conectada com um forte apelo ao poder exercido de modo centralizado.

Este amálgama de elementos que viemos tratando ao longo do capítulo, e muitos deles presentes no contexto da cultura conservadora revolucionária e *Völkisch*, são reunidos em um contexto político-cultural em que encontrava-se disseminado o apoio e reforça à dimensão do poder centralizado. Isto sugere o fortalecimento das condições de possibilidade para o advento e manutenção de um regime político¹¹⁸⁷ autoritário e, em uma perspectiva radicalizada, de um regime totalitário.¹¹⁸⁸

O esboço político e cultural que viemos ensaiando neste capítulo sexto objetivou projetar parcialmente algumas das forças que se projetam no contexto cultural desde os momentos que precedem a instauração da República mas que logo atuarão sobre ela. Sugerimos que a melhor compreensão de como estas forças atuaram sobre ela nos remete a pesquisa e a articulação com tradições conservadoras como aquelas examinadas nos capítulos primeiro ao quinto deste trabalho doutoral.

Ademais destas razões, em Schmitt encontramos com especiais circunstâncias que reforçam a necessidade de ampliar os limites do raio de seu círculo

¹¹⁸⁶ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] estabelecer uma base carismática para a política fora das instituições democráticas e atentando para uma figura como Luís Napoleão que apela ao “povo” antes que a facções, classes e partidos”.

¹¹⁸⁷ Uma interessante observação de Neumann próxima a esta ideia é de que aqueles grupos que exercem o domínio em um determinado Estado de fato precisam que a forma jurídica por meio da qual exercem tal domínio se encontre revestida da crença na força obrigatória de seus mandamentos. Em suma, se necessita que exista uma crença social compartilhada na “[...] força obrigatória geral que liga também os submissos. Só aquele direito que pretender servir à justiça poderá obrigar aos mesmos que mandam, a realizarem aquelas ações graças às quais se constitui o poder do Estado”. (NEUMANN, 1983, p. 103).

¹¹⁸⁸ O emprego brutal da força empregada pelo totalitarismo não raramente produz grupos refratários à políticas deste gênero empregadas pelo Estado mas que, conforme percebemos, naquela quadra histórica não encontrou objeções senão quando muito avançado o processo de degradação das instituições políticas.

hermenêutico para que melhor possamos aproximar-nos não apenas a uma interpretação de alguns de seus conceitos-chave mas, principalmente, para que dimensionemos mais adequadamente qual foi o real impacto de sua aplicação. Esta ampliação supõe uma consideração ampliada do contexto histórico em que o autor se insere e também à ampliação das fontes normalmente tomadas como objeto em um trabalho apenas.

Neste esforço de ampliação, e não sem considerar os debates sobre o tema que todavia se mantém, há um certo consenso entre os comentaristas (ver NEAMAN, 1999, p. 32-33) acerca do papel-chave que o conservadorismo revolucionário teria desempenhado na promoção da cultura antiliberal e ultra-nacionalista em Weimar à qual Schmitt toma como pano de fundo para o seu trabalho. A rigor, conforme menciona Strauss, Schmitt realiza uma crítica ao liberalismo no contexto liberal weimariano (*cf.* STRAUSS, 2008d, p. 168). O nosso trabalho neste capítulo procurou reconstruir parcialmente o cenário filosófico onde tiveram lugar os debates em que Schmitt se inseriu a partir do discurso anti-ilustrado, anti-intelectualista e irracionalista que marca o período.

Sugerimos que as avaliações e as conexões históricas que vieram sendo propostas até aqui se revelam indispensáveis para que possamos a partir do próximo capítulo introduzir os lineamentos conceituais gerais do schmittianismo. Isto nos interessará sobremaneira com a finalidade de análise do contexto sociopolítico de Weimar ao qual Schmitt visa responder em atenção às pressões e as instabilidades políticas que operavam no contexto em que encontrava-se inserido. Esta posição reitera a nossa sugestão de que uma adequada aproximação a qualquer aspecto da filosofia schmittiana reclama imperativamente a sua contextualização, posto que o seu trabalho é

desenvolvido em direta relação com as vicissitudes do momento histórico que lhe tocou viver.¹¹⁸⁹

Nesta primeira parte da tese doutoral, portanto, procuramos realizar um amplo trabalho de retomada da cultura política conservadora contrarrevolucionária por intermédio da tríade de pensadores mais constantemente presente nas reflexões schmittianas, a saber, Donoso Cortés, De Maistre e De Bonald. Momento seguinte, a partir do capítulo III, nos ocupamos da exposição do conservadorismo revolucionário de forma articulada aos primeiros capítulos, de sorte a desenhar o campo teórico ao qual, na segunda parte deste trabalho, haveremos de conceitualmente retornar acompanhados por Schmitt. Esta primeira parte cumpre, assim, a função de articular conceitualmente os pressupostos que tornarão possíveis os movimentos posteriores de interpretação e ligação da filosofia schmittiana a tais princípios teóricos aqui esboçados.

O sétimo capítulo intitulado *Schmitt contra Weimar: crítica às virtudes liberais e elogio da tradição*, é o texto que abrirá a segunda parte desta tese doutoral. Na sequência nos ocuparemos precisamente da articulação deste cenário histórico e filosófico weimariano que foi brevemente esboçado neste capítulo sexto a partir do eixo discursivo anti-ilustrado, entendido este como fio condutor e inspirador do pensamento conservador revolucionário com o qual sugerimos ter Schmitt mostrada considerável proximidade. No próximo capítulo tomaremos como ocupação o aprofundamento das

¹¹⁸⁹ Neste aspecto parece claro que a ligação e, mesmo, a proximidade, reclamada pelo próprio autor com Maquiavel e também com Hobbes, reside nesta prática literária. Cardoso, por exemplo, ressalta que a análise da obra do florentino “mostra com abundância de argumentos que Maquiavel escreveu seu tratado muito menos como um filósofo – alguém que busca as regras universais de comportamento, explicações abrangentes, ‘verdadeiras’ – do que como um ser humano imerso nas lutas e na cultura política de seu tempo” (CARDOSO, 2010, p. 11). Em Schmitt também percebemos um autor aflito em responder às vicissitudes de seu momento histórico, especialmente, aquelas impostas pela República de Weimar. Igualmente, Schmitt não busca estas ‘verdades filosóficas’ as quais se refere Cardoso, preocupando-se com misteres políticos bem mais modestos, em um tom que o aproxima de uma certa leitura do pragmatismo político.

conexões de alguns dos argumentos teóricos construídos pelo conservadorismo sob este cenário histórico para dar início a uma tarefa de maior articulação com a teoria schmittiana. Sugerimos que isto nos permitirá fundamentar a abordagem direta do argumento central de nosso trabalho, o que terá lugar a partir do capítulo oitavo, uma vez já bem estabelecidos os seus pressupostos teóricos nestes capítulos precedentes.

PARTE II – O PROJETO TOTALITÁRIO SCHMITTIANO:
DA CRÍTICA DEMOCRÁTICO-LIBERAL À DITADURA AO
POLÍTICO COMO EXTERMÍNIO

CAPÍTULO VII

SCHMITT *CONTRA* WEIMAR: CRÍTICA ÀS VIRTUDES LIBERAIS, ELOGIO DA TRADIÇÃO

7.1. SCHMITT *CONTRA* WEIMAR: O PERÍODO PÓS-GUILHERMINO E A AFIRMAÇÃO DA CRÍTICA ANTILIBERAL

Tendo como pano de fundo o cenário histórico weimariano assim como os debates e embates ali travados, malgrado fora o documento republicano reputado como uma Constituição de compromisso (*Verfassungskompromiß*), mas que, em muitos casos, por expressa falta de acordo, criara aquilo que Schmitt denominaria de compromissos dilatórios (*dilatorischen Formelkompromiß*) que, portanto, projetavam disputas para um momento seguinte.¹¹⁹⁰

O presente capítulo dá início à segunda parte deste trabalho doutoral com uma perspectiva metodológica similar ao que encerrou a primeira parte, qual seja, de esboçar um cenário histórico a partir da tradição guilhermina e como os nossos autores desempenharão ali suas funções. Neste capítulo nos ocuparemos centralmente das críticas schmittianas endereçadas a Weimar e às suas virtudes republicanas e democráticas.¹¹⁹¹ Neste sentido, nossa atenção neste capítulo dirá respeito precisamente

¹¹⁹⁰ Neste sentido interessa recordar a crítica fundamental de vários setores expressa por Bercovici, de que talvez uma grave falha da Constituição tenha sido evitar a definição do documento como socialista ou capitalista (cf. BERCOVICI, 2003, p. 27), o que foi capaz de agravar ainda mais vários conflitos latentes dentro e fora do documento constitucional. Para o estudo de alguns aspectos da questão econômica da Constituição de Weimar, entre nós, ver SOUZA, (2002). Para um paralelo com o constitucionalismo brasileiro, ver GUEDES, (1988).

¹¹⁹¹ Esta ideia será trabalhada no decorrer do presente capítulo no sentido de confirmá-la, malgrado, como se sabe, um dos primeiros autores a introduzir Schmitt nos EUA, Schwab, tenha colocado tal conexão como um dos questionamentos centrais da já clássica obra de Schwab que tem esta dúvida como eixo de seu trabalho, a saber, se “[...] were the ideas developed by Schmitt between 1921 and 1933 in harmony with the Weimar constitution, or they were hostile to its republican spirit [...]” (SCHWAB, 1989, p. 7). Ao trecho anterior sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] estiveram as ideias desenvolvidas por Schmitt

à análise dos pontos de contato e às fundamentações compartilhadas entre estas críticas e a teoria totalitária do nacional-socialismo do período.

Igualmente é nosso objetivo neste capítulo consolidar a posição schmittiana como a de um crítico dos valores weimarianos e republicanos, dos quais nunca chegou verdadeiramente a compartilhar, algo observável desde as suas fontes,¹¹⁹² algo que apenas se confirma em sua leitura constitucional do período em sua *Verfassungslehre*. Esta posição, segundo setor dos especialistas que apostam na retomada crítica de Schmitt como um amplo setor da esquerda pós-marxista¹¹⁹³ a qual pertencem, dentre outros, Bendersky, (ver BENDERSKY, 1989), Caldwell, (ver CALDWELL, 2005, 1997, 1994-1995), Piccone, (ver PICCONE, 1990), Mouffe, (ver MOUFFE, 2009a, 2009b, 2009c, 2003, 1999a, 1999c) e Ulmen, (ver ULMEN, 1990, 1996), é esta ocupada por Schmitt, uma vez que apostam firmemente na hipótese de que o autor tenha apenas

entre 1921 e 1933 em harmonia com a Constituição de Weimar ou foram elas hostis ao seu espírito republicano [...]”.

¹¹⁹² De Maistre é claro em sua crítica à possibilidade de um governo republicano. Segundo o autor “[...] mais il ne peut exister une grande nation libre sous un gouvernement républicain” (DE MAISTRE, 1814, p. 44). Sugerimos a seguinte livre tradução para o trecho acima: “[...] mas não pode existir uma grande nação livre sob um governo republicano”.

¹¹⁹³ Não pretendemos realizar uma abordagem completa do pós-marxismo o que nos levaria muito mais além de nossa proposta e possibilidades. Arcando com o ônus de uma abordagem generalizante, procuraremos aqui apenas definir o pós-marxismo em suas mais amplas linhas no que concerne ao político. Entenderemos como pós-marxismo ao pensamento estruturado em referenciais teórico-políticos provenientes da tradição da esquerda marxista do século XIX que recepciona os seus desenvolvimentos e críticas de meados do século XX. Entendemos aqui o pós-marxismo como corrente crítica ao núcleo duro do pensamento marxista sem que, contudo, o seu distanciamento tenha sido completo. Alguns dos elementos que confirmam esta linha de continuidade são a crítica ao Estado, às estruturas políticas representativas e ao liberalismo assim como da desigualdade e dos grandes impérios político-econômicos. Isto sim, também de modo abrangente, se mostram críticos às experiências revolucionárias e à manifesta subordinação da sociedade civil por parte do Estado assim como também revelam-se críticos do monopartidarismo. Desde logo, dadas as limitações desta nota, não abordaremos algumas das propostas pós-marxistas no âmbito estritamente filosófico.

observado como foi derrotado em seus argumentos para salvar a República de Weimar (cf. CALDWELL, 2005, p. 1; ver BENDERSKY, 1989).

Por outro lado, e evitando citação exaustiva, Fijalkowski, Jouanjan e Zarka, ademais de Trierweiler, todos convergem para uma posição inversa a dos autores citados no parágrafo anterior. Em Trierweiler encontramos interpretação que reverbera a interpretação de que a estratégia schmittiana em *Legalität und Legitimität* em 1932, com efeito, não se encontrou voltada a realização de qualquer proteção ao regime republicano (cf. TRIERWEILER, 2010, p. 29). A posição de Trierweiler é de que Schmitt, em verdade, dinamita a Constituição desde dentro, reduzida em seu conceito de democracia que foi a mera unidade e homogeneidade segundo uma dimensão político-existencial (cf. TRIERWEILER, 2010, p. 29). Sobre esta atividade de Schmitt encontra-se todavia referências quando, correndo o ano de 1932, ecoaram as acusações do prelado Ludwig Kaas de que Schmitt teria estado por trás do plano para dissolver o Parlamento sem conexão com a convocação de posteriores eleições (cf. SÁ, 2007a, p. 251).

A este respeito sugerimos que, em verdade, ao longo de sua obra e não apenas nos momentos finais de trânsito ao novo regime, Schmitt encontrou na República e nos valores liberais nos quais esta estava calcada, todo um variado conjunto de alvos que lhe resultariam de especial predileção. Quiçá tenha sido este o seu mais importante e representativo dos objetivos críticos, tendo em vista tudo quanto abarcava em termos de valores ligados a burguesia e a centralidade da oposição que estes representavam para o movimento conservador revolucionário. Tratava-se, ali, como diria um de seus discípulos de esquerda,¹¹⁹⁴ Kirchheimer, de uma Constituição sem um caráter de decisão, ou seja, de uma *Verfassung ohne Entscheidung* (Constituição sem decisão),

¹¹⁹⁴ Para uma aproximação política aos conceitos de direita e esquerda e como estes aparecem em Carl Schmitt, ver GHIRETTI, (2007).

crítica jurídica do caráter de indecisão do liberalismo burguês inspirador da Constituição de Weimar.

A República de Weimar ocupou posição especial por seu significado burguês, cosmopolita e liberal. Supostamente festivo, o 11 de agosto¹¹⁹⁵ era apenas celebrado por escassos social-democratas, todavia auspiciando melhores dias para o regime pacifista fundado em 1919. Desde os movimentos estéticos à cultura política Schmitt, assim como o conservadorismo revolucionário, não lhe poderiam franquear passagem. Weimar representa o antípoda da constituição do mundo desejável tanto para Schmitt como também muito claramente para o conservadorismo revolucionário. As suas críticas à Weimar eram apenas um ponto mais de contato que tornava Schmitt próximo de homens como Jünger e Spengler e outros membros do mais castiço conservadorismo do período, como Moeller van den Bruck e Armin Mohler, ao que ainda haveria de acrescentar a própria visão nacional-socialista de contínuo incremento em finais dos anos 20.

Esta linha de interpretação é indicativa o suficiente no que concerne ao nosso descrédito como ingênua de qualquer sugestão no sentido de que as críticas schmittianas a Weimar estivessem tão somente informadas por uma leitura histórico-teórica das instituições, tal como, por exemplo, é o movimento que adota quando se ocupa do parlamentarismo. Este capítulo também se ocupará em realizar articulações complementares do esboço já traçado sobre as instituições republicanas de Weimar, mas, isto sim, agora adotando como fio condutor analítico a anti-ilustração.

Comum a Schmitt como a tradição conservadora de Donoso Cortés, De Maistre, De Bonald e o conservadorismo revolucionário, a anti-ilustração pode ser tomada como um eixo sobre o qual esta tradição percorre caminhos que os aproximam de um

¹¹⁹⁵ A data de 11 de agosto de 1919 é a precisa data da Promulgação da Constituição de República de Weimar.

pensamento totalitário. Nossa sugestão é de que o aprofundamento teórico e histórico deste cenário, devidamente conectado com as linhas gerais da filosofia política e jurídico-constitucional de Carl Schmitt, poderá nos oferecer algumas alternativas suficientemente ricas com vistas à interpretação do político e da ditadura como elementos componentes de um pensamento schmittiano que se qualifica não apenas como antidemocrático, como pró-totalitário, ainda antes do que propriamente aderido ao nacional-socialismo.

Este trabalho adotará em seus primeiros passos um duplo movimento. Um primeiro colocará em pauta o aprofundamento do panorama histórico weimariano com o qual Schmitt interage e, segundo, em paralelo, a apresentação do impacto do conservadorismo revolucionário deste contexto histórico em que a insurgência e os embates tinham como protagonistas tanto militares como trabalhadores (*cf.* BALAKRISHNAN, 2000, p. 87). Esta primeira ação sugerida tem em vista melhor dimensionar o conceito do político e a crítica liberal-democrática schmittiana, ideias que sugerimos necessariamente envolver uma substancial consideração do contexto histórico e teórico weimariano¹¹⁹⁶ assim como de vários de seus interlocutores da época, que não raro fugiam ao campo estritamente reacionário do mundo político.

Schmitt se encontra envolto em um contexto e é interlocutor de todo um círculo intelectual em que, ademais de altamente capaz de provocar um forte estado anímico tensionador dos valores liberais, elemento orientador máximo de sua própria filosofia

¹¹⁹⁶ A opção por realizar os trabalhos constitucionais em Weimar e não em outra grande cidade alemã do período era já uma indicação da necessária estratégia da qual lançar mão em virtude dos enfrentamentos que já se colocavam no âmbito político entre os diversos segmentos. Weimar oferecia a vantagem de ser uma cidade pequena, aliada à sua tradição cultural (Goethe, Schiller, Bach que ali fora organista, além de o próprio Franz Liszt ter estado ligado ao Teatro local) e à ausência de indústrias e, portanto, de operários e movimentos urbanos de trabalhadores, propiciando um ambiente favorável para o trabalho dos legisladores constitucionais. A este respeito, ver RICHARD, (1988, p. 51-53).

política que, como reconhece Agnes Heller é “[...] its primary aim is to destroy liberalism, the despicable enemy of political radicalism” (HELLER, 1991, p. 333).¹¹⁹⁷

No mesmo sentido e de forma clara Ferreira comenta que, malgrado todos os demais antagonistas, Schmitt encontra que “[...] liberalismo é o seu inimigo por excelência” (cf. FERREIRA, 2010, p. 75) e nisto se deve contar a todas as suas formas, filosóficas, econômicas e políticas.¹¹⁹⁸

A construção teórica schmittiana se revela não apenas como uma tentativa de oposição a teoria liberal mas, conforme apontam Heller e Ferreira, como um verdadeiro eixo de seu pensamento. Assim, certa é a sugestão de Strauss comenta que em Hobbes encontramos um autor que em um mundo não liberal insta a que um dos fundamentos liberais, a proteção da vida dos súditos, encontrasse tutela (cf. STRAUSS, 2008d, p. 146). Ilustrativo neste sentido é observar que Schmitt procede ao movimento inverso ao do filósofo de Malmesbury quando, em um mundo liberal em que as liberdades encontravam seu momento de proteção, Schmitt procede a uma investida contra a sua cultura e contra as suas instituições e, segundo Faye, o faz de forma decidida ao

¹¹⁹⁷ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] o seu objetivo primário era o de destruir o liberalismo, o desprezível inimigo do radicalismo político”.

¹¹⁹⁸ Dentre os intelectuais de fundo do liberalismo em sua forma política com os quais Schmitt se embate nos deparamos, seguramente, com Locke, Montesquieu e John Stuart Mill. Em cada um deles encontramos traços inaceitáveis para uma filosofia política como, por exemplo, o direito de rebelião (Locke), a separação de poderes (Montesquieu) e a liberdade de expressão e das minorias (Mill). Portanto, se de fato é mesmo o liberalismo este espelho contra o qual Schmitt constrói a sua própria filosofia política e jurídico-constitucional, se poderá dizer que, em boa parte, trata-se de uma resposta às teses de fundo desta tríade de pensadores essencialmente ligados ao liberalismo. As limitações liberais ao poder, bem como o conceito de soberania absoluta que restaria tão caro a Schmitt, avançariam em importância no decorrer do século XVIII e XIX, minimizando as reais possibilidades do poder soberano ilimitado. Neste sentido, não apenas Locke como também a teoria de Montesquieu se projetaria neste sentido limitador do poder desenhando uma filosofia política distanciada de Schmitt, tal e como resta claro de suas expressas e implícitas referências em seus textos centrais.

apresentar o seu conceito de Estado total, o qual termina por despedaçar a República de Weimar (cf. FAYE, 2010, p. 139).

Quer recepcionemos a posição de Faye integralmente ou não, concordamos com que, nesta sua particular (ausência de positiva) relação com Weimar, torna-se perceptível o distanciamento de Schmitt de um de seus mestres do pensamento político, Hobbes, muito embora a ele não deixe de render homenagens. Claro está que Schmitt não lê a Hobbes como um contratualista liberal mas, antes, se dedica a outros e apropriáveis aspecto de seu pensamento, isto sim, não sem que uma série de distorções houvessem de encontrar seu lugar e espaço. Neste sentido, por exemplo, aponta Zarka, um hobbesiano dedicado a Schmitt, que é concebível falar em três traições de Schmitt a Hobbes,¹¹⁹⁹ malgrado tampouco sejam as únicas,¹²⁰⁰ e que tornam explícito o quanto o autor realizaria uma apropriação conceitual distorcida de Hobbes.

¹¹⁹⁹ Zarka aponta a tripla traição de Schmitt a Hobbes por intermédio dos seguintes tópicos: (a) “1. La traición teológico-política: el Estado de los hebreos; 2. La traición jurídico-política: la soberanía contra la dictadura; 3. La traición ético-política: la irreducibilidad de la individualidad” (ZARKA, 2010b, p. 41). Esta crítica de Zarka a interpretação de Schmitt a Hobbes encontra esta boa síntese triádica a qual cabe explicar em suas linhas mais gerais. Quanto ao primeiro tópico sublinha Zarka que será em vão que encontraremos em Hobbes qualquer vestígio da atribuição de um papel negativo aos judeus na história (cf. ZARKA, 2010b, p. 43). Quanto a traição jurídico-política sublinha Zarka que a traição se dá na interpretação hobbesiana de Estado. Para Zarka a traição se configura em que o Estado hobbesiano é essencialmente ditatorial, posto que (b) “[...] la ley tiene como fundamento una decisión cuyo objeto es el interés del Estado” (ZARKA, 2010a, p. 46). Adequadamente, contudo, intervém a interpretação de Zarka, contrariamente a de Schmitt, no sentido e que em Hobbes está presente uma fundamentação contratual do Estado e do poder político (cf. ZARKA, 2010a, p. 46) e que, em absoluto não se orientam, como sugeriria Schmitt, para a constituição de uma ditadura soberana. Consoante destaca Zarka (c) “[...] la soberanía hobbesiana está lejos de ser dictatorial en su esencia; es más bien la supresión de la figura incompleta y políticamente caduca del dictador” (ZARKA, 2010a, p. 47). Zarka identifica um ponto que reputamos de extrema importância para detectar a falha interpretação schmittiana de Hobbes. O autor se refere a que o Estado hobbesiano não poderia ser formulado segundo uma perspectiva ditatorial cuja remissão última encontrasse uma decisão *ex nihilo*. A rigor, e este parece ser o ponto em que Zarka toca em um ponto relevante para distanciar Hobbes de Schmitt, é que o filósofo de Malmesbury (d) “[...] no dice nunca que la decisión soberana nazca de la nada. Toda decisión [em Hobbes] resulta necesariamente de una

Confirmado o distanciamento conservado entre o liberalismo hobbesiano e a filosofia política de Schmitt, este, sem embargo, todavia encontrará interpretações que lhe mantém facilmente conectado a Hobbes, malgrado, antes do que ligação material, embora inversa em suas conclusões, a sua seja, portanto, uma ligação temática. Esta proximidade de Schmitt com a temática do pensamento liberal, antes do que com as suas conclusões, permite-nos firmemente sugerir acerca da inviabilidade da interpretação de sua filosofia política e jurídico-constitucional, aqui representadas pelo político e pela ditadura, sem recorrer ao exame mais acurado dos termos em que tem lugar a crítica schmittiana ao liberalismo. A este respeito, como bem aponta Ferreira, devemos considerar que é a partir desta contraposição aos termos teóricos do liberalismo que Schmitt define teoricamente o seu pensamento (*cf.* FERREIRA, 2010, p. 74).

deliberación” (ZARKA, 2010a, p. 47). Conclui Zarka que a traição jurídico-política de Schmitt a Hobbes se delineia, portanto, em que a soberania não pode ser definida pela ditadura nem pelo caso excepcional (*cf.* ZARKA, 2010a, p. 50), uma vez que a fonte hobbesiana não compreende o poder soberano por intermédio da exceção. Quanto a terceira traição apontada por Zarka, por ele classificada como ético-política, o ponto de partida de sua crítica é de que o Hobbes schmittiano é filósofo defensor de um Estado-leviatã que se apresenta postulador do pensamento do decisionismo e que se mostra refratário ao direito de resistência. Aqui nos ateremos ao segundo destes aspectos, e que parece-nos especialmente importante na medida em que, em Hobbes, de fato, se inexistente a resistência coletiva, por certo, ali se encontra o direito de resistir individualmente ao abuso por parte do soberano. Esta resistência tem lugar no que concerne a manutenção do direito à vida por parte do súdito, do qual não disporá livremente o soberano. Nesta medida é que se estabelece uma conexão com o direito, natural, à vida, do qual o indivíduo contratante não abre mão no momento da criação do Estado. Em Schmitt, por outro lado, reconhece Zarka, o direito de resistência é em absoluto impossível (*cf.* ZARKA, 2010a, p. 52). Aos trechos acima sugerimos as traduções que seguem: (a) “1. A traição teológico-política: o Estado dos hebreus; 2. A traição jurídico-política: a soberania contra a ditadura; 3. A traição ético-política: a irredutibilidade da individualidade”; (b) “[...] a lei tem como fundamento uma decisão cujo objeto é o interesse do Estado”; (c) “[...] a soberania hobbesiana está distante de ser ditatorial em sua essência. Ela é, antes, a supressão da figura incompleta e politicamente envelhecida do ditador”; (d) “[...] nunca diz que a decisão soberana nasce do nada. Toda decisão [*em Hobbes*] resulta, necessariamente, de uma deliberação”.

¹²⁰⁰ A este respeito aponta Zarka que Schmitt não raro se dedicou a corromper conceitos teóricos dos quais se aproveitou (*cf.* ZARKA, 2010, p. 10).

Esta crítica liberal era, ao mesmo tempo, também capaz de realizar firme e persuasória aposta em valores antidemocráticos,¹²⁰¹ logo, antiweimarianos por antonomásia e convicção.¹²⁰² A República weimariana representa um conjunto de valores contra os quais, por princípio, Schmitt não hesitaria em irromper, reforçando neste sentido Kalyvas quando nos diz que Schmitt colaborou para a sua derrocada (cf. KALYVAS, 1999, p. 90).¹²⁰³ Esta é uma descrição que se encontra envolta no trabalho de Marcuse quando assinala que tem lugar uma luta aberta de um Estado de modelo autoritário:

[...] en contra de los “ideales liberales” de humanidad, racionalidad, en contra del arte y la filosofía idealistas, no puede ocultar el hecho de que aquí trata-se de un proceso de autoeliminación. (MARCUSE, 1968, p. 72).¹²⁰⁴

Ao menos em parte, as referências antiweimarianas apoiadas fortemente por Schmitt tinham um endereço certo, a saber, os liberais, que alegadamente haviam conduzido a Alemanha à derrota na Primeira Grande Guerra Mundial e que, passo

¹²⁰¹ Aqui encontramos uma conexão importante entre a leitura schmittiana e os valores antidemocráticos, também fundamentalmente compartilhados pelo nacional-socialismo hitleriano (cf. RICHARD, 1972, p. 29).

¹²⁰² Parte expressiva de sua posição se encontra em seus textos mais relevantes da década de 20 (*Die Diktatur, Politische Theologie, Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus, Der Begriff des Politischen, Verfassungslehre*, etc.), tanto da primeira quanto de sua segunda metade. Ponto de inflexão para pensar este período weimariano e a abordagem teórica que tornaria Schmitt um intelectual de peso no período foram as consequências da derrota na Primeira Grande Guerra Mundial. Schmitt indubitavelmente exerceu um papel de destacada relevância no cenário filosófico e político, assim como jurídico, principalmente a fins dos anos 20 até meados dos anos 30.

¹²⁰³ Kalyvas é direto quanto à participação de Schmitt na derrocada da República de Weimar, conforme citado acima, mas, ainda, aponta para que o autor o realiza desde a elaboração de uma “[...] radical theory of political transformation [...]” (KALYVAS, 1999, p. 90), o que corrobora nossa interpretação de que ainda antes de sua adesão ao regime encontramos no trabalho de Schmitt fortes traços comprobatórios de sua possível interpretação totalitária. Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] teoria radical da transformação política [...]”.

¹²⁰⁴ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] contra os “ideais liberais” de humanidade, de racionalidade, contra a arte e a filosofia idealista, não pode ocultar o fato de que trata-se aqui de um processo de auto-eliminação”.

seguinte, e não menos perdoável, lhe haviam imposto uma Constituição eivada de inspiração de valores não-germânicos, quando não mesmo antigermânicos. O movimento schmittiano, que consideramos próximo ao conservadorismo revolucionário, é precisamente o inverso, a convergir com a teoria de Freisler que proclamava o retorno ao direito natural alemão, “[...] el retorno del derecho al orden natural *völkisch* [...]” (cf. JOUANJAN, 2010, p. 60).¹²⁰⁵ Este movimento de retorno é um forte indicativo dos limites e intensidade em que a resistência a Weimar se encontrava.

As consequências que o desfecho deste primeiro grande embate bélico de dimensões mundiais impôs à Alemanha viriam a constituir a base cujo conteúdo moral e material orientariam a queixa alemã das vicissitudes e os percalços que lhe tocariam viver naquele momento histórico. Como nos recorda Klemperer, o povo alemão saía do conflito “[...] enfraquecido e psiquicamente destruído [...]” (KLEMPERER, 2009, p. 108),¹²⁰⁶ com o que a inoculação do vírus nacional-socialista encontraria o meio propício para a sua cultura e final instalação.

A este contexto tanto Schmitt como o conservadorismo revolucionário souberam responder de modo bastante apropriado, às circunstâncias tendo em vista atingir os seus particulares interesses. Talentosamente, tanto o tom do discurso como o conteúdo das obras era apresentado de sorte a tornarem-se bastante receptivos à cultura popular bem como sedutor dos interesses políticos e econômicos mais bem articulados daquele momento e, por isto mesmo, capazes de se impor na órbita do político.

Alguns dos principais traços dos escritos conservador-revolucionários e schmittianos, e dentre estes o viés anti-ilustrado, podem ser encontrados já operantes no

¹²⁰⁵ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] o retorno do direito à ordem natural *völkisch* [...]”.

¹²⁰⁶ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] enfraquecido e psiquicamente destruído [...]”.

final do século XIX na Alemanha, momento que apontava para as bases culturais que mais tarde se fariam agravar com a derrota na Primeira Grande Guerra Mundial. O término do conflito tornaria insustentável a situação política para a dinastia Hohenzollern,¹²⁰⁷ cujo pacífico ocaso seria a assinatura do armistício, sem quaisquer atos de violência internos que lhe marcassem. Malgrado o positivo alheamento das instituições de poder no novo regime, a cultura imperial seguiria fazendo sentir seu influxo cultural nos dias republicanos por intermédio de costumes e hábitos (*cf.* RICHARD, 1988, p. 10).

A emergente ordem encontrava as condições de sua viabilidade política na articulação que fora realizada com as lideranças da antiga ordem imperial, permitindo, assim, a subsistência de certos valores. Este contato permanece não obstante toda uma nova forma de legitimação do poder do Estado, agora constitucional e republicana. Erigida em lugar da anterior inspirada na teoria do poder divino dos reis que remetia a princípios medievais, a nova ordem expressava a preocupação com um titular do poder que se encontrava à base da pirâmide, e não mais em seu ápice.

¹²⁰⁷ A Casa dos von Hohenzollern foi estabelecida a partir de importante família da nobreza européia cujo poder remete à Alta Idade Média, em torno do ano de 1400. Nos primeiros momentos da unificação alemã, por alguns tida como um grande sonho historicamente realizado (*apud* KENT, 1982, p. 85), a família estabeleceu uma dinastia soberana no Estado da Prússia e, posteriormente, no Reich Alemão, no ano de 1871, quando unificou diversos estados germânicos e passou a governar o emergente Reich alemão na figura do Kaiser Guilherme I, coroado no Palácio de Versalhes, cidade de posterior más lembranças e consequências para a vida política alemã. O poder dos Hohenzollern colapsa com a derrota na Primeira Guerra Mundial, em 1918, e o então monarca, Guilherme II, vê-se, perante as condições políticas que tornaram inviável a sua continuação no poder, na necessidade de abdicar, quando então emergiu a República de Weimar.

Contudo, como sói ocorrer,¹²⁰⁸ também aquela transição não poderia ter lugar sem que os atores mais influentes do anterior regime de Guilherme II exercessem algum papel. Assim, malgrado o aspecto político comportasse uma abrupta interrupção, o mesmo não se pode dizer quanto à extirpação de alguns dos hábitos de seus atores mais proeminentes. O regime guilhermino continuou fazendo sentir a presença de seus hábitos de fazer e pensar o político no novo regime devido à intervenção de atores políticos e intelectuais formados na cultura do regime anterior. Assim, coexistiam elementos contraditórios no regime de Guilherme II, que, a despeito de uma certa estabilidade,¹²⁰⁹ também se encontrava marcado por um rigor moral e absolutista bem como por processos cujo conteúdo era a alegação de blasfêmia ou crimes de lesa-majestade (*cf.* KLEMPERER, 2009, p. 63).

Dentre os traços de continuidade era perceptível no regime guilhermino a dedicação a uma certa proteção às manifestações culturais, tendo aparecido a censura apenas quando as circunstâncias da guerra fizeram sentir mais profundamente o seu impacto (*cf.* KLEMPERER, 2009, p. 63). Movimento mais decisivo neste sentido libertário, a República de Weimar, com o seu asseguramento mais incisivo das liberdades. Dentre este conjunto de liberdades uma das mais importantes para o período era a liberdade de expressão, em todas as suas dimensões, políticas e culturais incluídas.

¹²⁰⁸ Mesmo no caso alemão, no momento da consolidação da unificação do Estado com a intervenção de Bismarck, haveria de preservar alguns dos poderes da velha ordem germana, sem graves alterações quanto à monarquia, a sua aristocracia e o exército (*cf.* KENT, 1982, p. 143), que, em verdade, parecia que o fortalecimento destas instituições era mesmo o objetivo de Bismarck (*cf.* KENT, 1982, p. 85).

¹²⁰⁹ Para alguns leitores de Weber, como Slagstad, o regime esteve marcado por algo mais do que uma simples proximidade à estabilidade. Segundo o autor, o regime guilhermino “[...] was close to perfect, according Weber: the bureaucracy directed a dilettante monarch and an impotent parliament which had, ever since days of Bismarck, repeatedly demonstrated its will to powerlessness” (SLAGSTAD, 1997, p. 120). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] esteve próxima da perfeição, segundo Weber: a burocracia dirigida por uma monarquia superficial e um impotente Parlamento que teve, desde os dias de Bismarck, repetidamente demonstrado seu desejo de poder”.

Estas logo conheceriam as agruras dos ataques que sofreriam por parte do (a) conservadorismo revolucionário, e o trabalho de Jünger é um bom e consistente testemunho a este respeito¹²¹⁰ e, (b) o seu posterior ataque pela elite intelectual do nacional-socialismo,¹²¹¹ passando de uma mera possibilidade de suspensão de direitos por parte do Presidente do Reich a sua efetiva institucionalização (ver GALLEGO ANABITARTE, 1996, p. 9). Uma opção política liberal como esta vigente em Weimar não poderia, em qualquer hipótese, convir a Schmitt ou ao totalitarismo em sua versão

¹²¹⁰ No início dos anos 30, precisamente em seu livro *Der Arbeiter*, de publicação no preparatório ano de 1932, Jünger reforça a argumentação em torno do desvalor dos meios de comunicação que, por certo, logo não tardariam em ver-se privados da liberdade de imprensa. Segundo Jünger a imprensa e a crítica literária, cultural e política que habitava em suas linhas não era constituída mais do que por (a) “[...] monigotes, que se tienen por críticos de la cultura, no son otra cosa que los maquilladores de la civilización” (JÜNGER, 1993a, p. 250). Com isto Jünger anuncia o seu desprezo pelo papel da crítica cultural posto que haveria um e único padrão a ser instaurado, uma e única referência de bom e belo que encontrava sua referência expressa no movimento conservador revolucionário adotado pelo nacional-socialismo. Com este movimento crítico da crítica e da imprensa Jünger propunha-se cumprir o seu duplo e declarado papel de, ao atacar a imprensa, também empreender uma (b) “[...] forma especial de la ofensiva contra el individuo burgués” (JÜNGER, 1993a, p. 248), tarefa para a qual se requeria bem mais do que a tradicional censura mas, isto sim, a emergência de um novo homem, a saber, o trabalhador. Aos trechos acima sugerimos as traduções que seguem: (a) “[...] ignorantes, que se percebem por críticos culturais, mas que não passam de maquiadores da civilização”; (b) “[...] forma especial da ofensiva contra o indivíduo burguês”.

¹²¹¹ A este respeito dissertaram vários autores do período: Koellreuter deixava claro que (a) “[...] en el *Führerstaat* alemán no hay sitio para esa idea en contra del pueblo que son los derechos fundamentales [...]”. Tatarin-Tarnheyden sublinhava que (b) “[...] los derechos fundamentales están muertos [...]”. Por sua vez, Forsthoft indicava que (c) “[...] los derechos fundamentales pertenecen a la historia [...]”. Por seu turno, Huber sustentava que (d) “[...] especialmente los derechos de libertad (*Freiheitsrechte*) del individuo frente al poder estatal deberían desaparecer, son incompatibles con el principio de primacía del pueblo y el Reich” (*apud* PARDO, 2003, p. 176). Aos textos acima sugerimos as seguintes traduções: (a) “[...] no *Führerstaat* alemão não há lugar para esta ideia contrária ao povo que são os direitos fundamentais [...]”; (b) “[...] os direitos fundamentais estão mortos [...]”; (c) “[...] os direitos fundamentais pertencem à história [...]”; (d) “[...] os direitos de liberdade, especialmente os do (*Freiheitsrechte*) indivíduo perante o poder estatal, deveriam desaparecer, pois são incompatíveis com o princípio da primazia do povo e do Reich [...]”. Todas estas foram consistentes manifestações que corroboram toda a tradição crítica schmittiana no que tange aos direitos fundamentais.

histórica do movimento nacional-socialista, que empregaria seus melhores esforços no sentido de desconstituir esta tradição que ganhara espaço já desde Guilherme II.

A precipitação dos acontecimentos em torno a 1914 e as circunstâncias de guerra; e a forma brutal de seu desenvolvimento e a adversidade de último grau da experiência final do amargor de uma derrota não aventada até poucos meses antes de sua ocorrência¹²¹² – estes foram problemas circunstanciais que ainda seriam somados às consequências políticas da queda do Império Hohenzollern e, ainda, à dispersão das minorias alemãs em diversos territórios dos Estados que sucederam a Alemanha em seus respectivos domínios.¹²¹³ Este é tão somente um brevíssimo perfil do clima em que a Alemanha haveria de trabalhar e erguer as suas novas estruturas sociopolíticas. Este era o conturbado momento inicial com o qual as instituições republicanas, já em nada simpáticas a amplos setores, haveria de enfrentar-se ainda temperada pelo clima de violência proveniente dos primeiros dias de enfrentamento político.

¹²¹² É interessante notar como mesmo apenas no início de 1918 não havia intelectuais que assinalassem senão para um armistício favorável à Alemanha, contando, ainda, com anexações (*cf.* SILVA, 2010, p. 394). Neste mesmo sentido destaca Bullock que “The news that Germany had lost the war [...] for peace came as a profound shock to the German people and the German Army. The first half of 1918 had seen some of the most spectacular German successes of the whole war. In March and May – only a few months before the capitulation – Germany had signed the Treaties of Brest-Litovsk and Bucharest, each marking massive accessions to German power in Eastern Europe” (BULLOCK, 1990, p. 57). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “As notícias de que a Alemanha tinha perdido a guerra [...] para paz foram recebidas como um profundo choque no povo alemão e no exército alemão. A primeira metade de 1918 tinha sido um dos mais espetaculares sucessos alemães em toda a guerra. Em março e maio, poucos meses antes da capitulação, a Alemanha tinha firmado os Tratados de Brest-Litovski e Bucareste, cada um deles fazendo massivas concessões ao poderio alemão na Europa Oriental”.

¹²¹³ Esta disseminação de povos germânicos sob domínio de outros Estados seria, igualmente, uma das forças motrizes e argumentos para a guerra. Ele logo foi encampado pela doutrina do Terceiro Reich, com todas as implicações que isto supunha, de onde o forte apoio tomado junto à cultura belicista presente no movimento conservador-revolucionário e vários de seus autores próximos, e dentre estes, em especial na filosofia política schmittiana.

Especificamente no período guilhermino as opções políticas que emprestaram relativa estabilidade haviam dado suficiente sustentação à manutenção do Reich mas, contudo, a derrota na Segunda Grande Guerra Mundial se imporia. A abdicação tornava-se imperiosa tanto por pressões internas como, até mesmo, por imposições externas. Estas últimas eram provenientes dos vencedores. Compreensivelmente, de sua parte não havia o interesse de que o poder continuasse sendo ocupado, ou sequer fortemente influenciado, pelos mesmos atores que haviam patrocinado os esforços de guerra na Alemanha. Portanto, passo seguinte, abria-se a porta para um novo regime, em especial para a instituição do republicanismo em território germânico, batizado com o nome da cidade de Weimar.¹²¹⁴ Contudo, a herança para a emergente República não era auspiciosa.

As crises logo se avolumariam, desde os primeiros momentos do novo regime, ainda na década de 10, aos primeiros anos da década de 20, e na percepção da direita, especialmente do ideólogo-mor do nacional-socialismo, Alfred Rosenberg, a crise alemã era de tipo interno que advinham dos primeiros momentos da República (*cf.* ROSENBERG, 1971, p. 33), algo que também era reforçado por uma crise internacional, mais ampla, que Rosenberg aponta como sendo uma falência de “[...] *all the state systems of 1914 have fallen, even if in part they still have formal existence*”. (ROSENBERG, 1971, p. 33).¹²¹⁵ Antes disto, contudo, o momento inicial da débâcle, segundo esta visão conservador-reacionária da direita alemã, havia sido o término do regime guilhermino ou, desde outra angulação, a estruturação do novo regime republicano weimariano. Os últimos momentos do regime imperial e as condições do

¹²¹⁴ A Assembléia Nacional Constituinte alemã foi reunida na cidade de Weimar, cidade onde havia sido elaborada a primeira constituição liberal alemã quando ali então ainda vivia o poeta Goethe um século antes.

¹²¹⁵ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] *todo o sistema de Estados de 1914 faliu, mesmo que parte deles ainda tivesse existência formal*”.

armistício marcaram todas as suas condições de possibilidade¹²¹⁶ das crises que logo tornar-se-iam constantes e cada vez mais intensas.

A abdicação do trono por Guilherme II abriria as portas para a disputa pelo poder na nova república¹²¹⁷ assim como, ao menos, por influenciá-la tão decisivamente a ponto de tornar-se fiador de sua legitimidade política, indispensável para um regime que nascia em meio a duros embates, mais do que reais debates. Havia naquele momento histórico uma cisão entre grupos que aspiravam a manutenção do antigo regime monárquico, evocador de tradições germânicas, embora em menor número, e outros grupos que desejavam suplantá-la. Dentre estes, em maior número do que os monárquicos, encontravam-se várias correntes opostas entre si.

Os grupos políticos dominantes que contavam com apoio externo, fator determinante em uma Alemanha vencida na Primeira Grande Guerra Mundial, eram os social-democratas, que projetavam uma nova estrutura política assim como as condições para suplantarem as intensamente adversas condições econômicas resultantes do Tratado de Versalhes¹²¹⁸ e cujas pesadas consequências repercutiam diretamente no horizonte

¹²¹⁶ Algumas breves referências sobre a situação social alemã no período do término da Primeira Grande Guerra Mundial e da realização do armistício nos dão conta da situação conflitiva herdada pelo novo regime republicano que haveria, ainda, de enfrentar-se com toda uma tradição autoritária que, como diz Richard, habitara “[...] todo o edifício do Império da Alemanha tinha [...] fundamentos antidemocráticos” (RICHARD, 1988, p. 28). Weimar não herdava, portanto, uma tradição democrática, para nada prevalecente nas raízes germanas. Segundo Richard o montante de pessoas em situação precária de existência oscilava em torno de 1 milhão e 800 mil (cf. RICHARD, 1988, p. 31).

¹²¹⁷ O ideólogo do nacional-socialismo, Alfred Rosenberg, não tem interesse em debater sobre os princípios da monarquia e da república (cf. ROSENBERG, 1971, p. 193), quiçá relegando estas tarefas para grupos de intelectuais próximos, tais como os membros da direita conservadora revolucionária e a homens como Schmitt.

¹²¹⁸ Entre os inúmeros críticos do Tratado de Versalhes, Rauschning menciona que os seus criadores tinham a mirada para o século XIX tanto quanto os próprios constituintes weimarianos (cf. RAUSCHNING, 1941, p. 167). Não é o momento para minudenciar os termos do referido tratado, mas, com o propósito de expor a gravidade de seus termos e das consequências que foi capaz de gerar para a política interna alemã e das respostas contundentes de muitos setores, vale a pena retomar brevemente o

político imediato da República.¹²¹⁹ Esta leitura do momento político alemão seria ainda redimensionada e habitaria o núcleo de textos conservadores, dentre os quais Schmitt, que atribuiriam muitos dos males germanos à dominação estrangeira e aos valores positivados na *Weimarer Verfassung*¹²²⁰ que nela representados tanto por Goethe e Schiller como por Kant e uma tradição latina que neles reverbera por intermédio das fontes do Sacro Império Romano e da tradição greco-romana (universal e antinacionalista).

A herança intelectual gestada no pré-Primeira Guerra Mundial conjugada com o amargor da derrota no conflito bélico despertara o sentimento da necessidade da implementação de reformas por parte da direita alemã, a qual, já às vésperas do declínio

texto de Gay, segundo quem o Tratado de Versalhes impôs “[...] pesados ônus econômicos, políticos e psicológicos à Alemanha derrotada. Devolveu a Alsácia-Lorena à França, arrancou a Prússia Oriental do coração da Alemanha, transferindo a Prússia Ocidental, a Alta Silésia e Posen para a Polônia, fez de Danzig uma Cidade Livre, deu à Bélgica algumas pequenas regiões, deixou em aberto disposições em outras áreas fronteiriças para plebiscitos posteriores, privou a Alemanha de suas colônias, proibiu a união da Áustria com a Alemanha, impôs ocupação militar para a margem esquerda do Reno, reduziu o exército alemão a 100 homens [...]. Mais inaceitáveis certamente inflamatórios entre todas as cláusulas eram os artigos que privavam os alemães daquela coisa intangível, ‘a honra’. O tratado exigia que os alemães entregassem seus ‘criminosos de guerra’, inclusive o ex-imperador, para julgamento ‘pelas atrocidades’ [...]”. (GAY, 1978, p. 168-169). Este período fundacional da República de Weimar é aquele com o qual dialoga Schmitt no momento em que escreve o *Romantismo político*, (1919).

¹²¹⁹ Interessa recordar que boa parte das nefastas consequências do Tratado de Versalhes derivou do artigo 231, reputado como o caracterizador da culpabilidade alemã pelos eventos da Primeira Grande Guerra Mundial. Publicado em 1919 nas *Akten* do Ministério do Exterior alemão, a atribuição de todas as responsabilidades ficava ali patenteada bem como a de responder economicamente por todos os danos oriundos dos atos praticados em desfavor dos governos dos aliados (cf. SILVA, 2010, p. 395-396).

¹²²⁰ Em um de seus textos menos comentados do ano de 1935, Schmitt chamava a atenção para que (a) “We have realized that liberal constitutions become typical camouflages for foreign domination [...]” (SCHMITT, 2000c, p. 324). Momento seguinte, e seguindo um roteiro próprio do conservadorismo revolucionário adotado pelo nacional-socialismo, Schmitt realça o papel da volta as velhas e boas tradições germanas: (b) “For the first time in many centuries, the concepts in our constitution are once again Germany” (*Ib.*). Para os textos acima sugerimos as seguintes livres traduções: (a) “Nós entendemos que as constituições liberais tornaram-se típicas camuflagens para a dominação estrangeira [...]”; (b) “Pela primeira vez em séculos os conceitos foram mais uma vez postos em nossa Constituição alemã”.

da República, haveria de enfrentar-se com algumas poucas vozes provenientes da intelectualidade, tal como foi o caso de Thomas Mann. Encontrando o caminho razoavelmente aplainado, intelectuais ligados ao conservadorismo revolucionário prosseguiram em suas elaborações teóricas, as quais constituiriam os pilares do regime nacional-socialista. Por diversas razões, muitos intelectuais do período encontraram-se à vontade para emprestar seus melhores esforços à preparação de um novo e forte regime para substituir as instituições republicanas.

Neste sentido, como diz Herf, Jünger¹²²¹ era um estranho caso de um equilibrista afinado também reputado como um “[...] extremist in spirit” (*cf.* RAUSCHNING, 1941, p. 59).¹²²² Com seu conservadorismo revolucionário, o escritor encontrava-se entre os opositores mais dedicados ao weimarianismo e os valores que representava. Junto a Jünger estava todo um grupo constituído por seus mais próximos colegas. Estes, segundo indica Walter Benjamin,¹²²³ formavam parte de um grupo para quem a guerra havia sido convertida em um “[...] objeto de culto, un poder eterno que transforma el

¹²²¹ A obra de Ernst Jünger (1895-1998) é extensíssima, e neste trabalho apenas nos ateremos a alguns de seus aspectos centrais conectivos com a filosofia política e jurídico-constitucional schmittiano.

¹²²² A respeito de Jünger nos diz Rauschning, ainda informado da percepção do perfil e da obra do ainda jovem filósofo, que ele se encontrava em rara situação de “[...] this man should have come from the Right, from the Nationalists, and should have found a number of supporters on the Right Wing [...]” (RAUSCHNING, 1941, p. 60). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] este homem deverá provir da direita, dos nacionalistas, e deve ser encontrado um número de apoiadores no espectro da direita”.

¹²²³ Para alguns apontamentos da relação intelectual entre Benjamin e Schmitt, por certo interceptada por Adorno na edição da obra de seu colega frankfurtiano, ver a favorável opinião de Bredekamp, cujo texto sugere que tal aproximação pode ter lugar por intermédio de Hobbes. Para o autor, que ressalta a relação entre Benjamin e Schmitt, “[...] this bizarre relationship, which for decades was repressed as inconceivable or dismissed as a mere chance episode, was no isolated incident” (BREDEKAMP, 1999, 247). O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] esta estranha relação, que por décadas foi contida por inconcebível ou rejeitada como meramente episódica, não foi um incidente isolado”. Sobre o mesmo tema, ver NAISHTAT, (2008).

alma [...]” (*apud* HERF, 1990, p. 80),¹²²⁴ cuja abordagem da violência era não apenas banalizada como extensível ao mundo das relações humanas sem pudores, restrições ou quaisquer temores.

A violência da guerra havia sido transformada em objeto de culto e, segundo a leitura de Benjamin, ela se tornava facilmente cooptável para a execução dos fins violentos impostos pela compreensão totalitária do político. Para tanto, um amplo grupo de intelectuais soube como realizar esta aproximação de forma convicta ou segundo indicação do mero oportunismo. A banalização da prática da violência pode sugerir que nos encontrávamos em todo um contexto em que isto tornara-se aceitável, mas a resistência não poderia ser menos esperada do que entre intelectuais como Jünger e Schmitt. Da mesma forma também pode ser dito sobre Heidegger que, como observara seu antigo mestre Edmund Husserl (1859-1938), este sim, deveria, e talvez apenas um gigante como ele, saber tudo o que acontecia e também o que ainda estava por vir.

Entendida pelos grupos conservadores revolucionários como um objeto de culto, e vista como um fator capaz de produzir resultados positivos, a guerra. Esta era a expressão da crença de que tratava-se de um veículo suficientemente forte para transformar as instituições de uma sociedade cuja marca era a debilidade representada pelo Estado que se revela incapaz de defender a si e aos seus valores. A este respeito comenta Ferreira que o processo de neutralização liberal mostra a “[...] incapacidade de fazer distinções. O Estado no mundo liberal se transforma [...] em um Estado insciente, que não estabelece diferenciações [...] agnóstico” (FERREIRA, 2010, p. 83), e esta sua neutralidade e inércia perante os valores lhe colocava em precárias condições de defender-se.

¹²²⁴ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] objeto de culto, um poder eterno que transforma a alma”.

A leitura schmittiana é de que, imersa em seus inspiradores valores burgueses, um Estado liberal neutro quanto a valores poderia apontar para outro momento superior de realização da inspiração pacifista por meio das suas internas conexões econômicas, tema a cuja crítica também a visão spengleriana viria em apoio. Em um momento de embate último poderiam ser resolvidos problemas segundo uma forma estatal inspirada pela violência em substituição e clara superação relativamente a Weimar, na qual os valores da passividade burguesa eram a tônica.¹²²⁵

Era Spengler um dos autores a narrar as circunstâncias daquele momento histórico como caracterizadas por um “[...] abalo profundo que a Grande Guerra causou, e que arrancou todo o mundo fora das suas ledas ilusões sobre a segurança e progresso como sentido da história [...]” (SPENGLER, 1941, p. 173). De fato calava fundo o pessimismo, e este envolvia a cultura weimariana desde os mais diversos pontos de vista, do cinema à literatura passando pelas artes plásticas.¹²²⁶ Isto sim, céticos, não seriam os conservadores membros deste grande grupo exposto a perder-se em um tempo de decadência nas ilusões da segurança e do progresso, dois valores que não desempenhavam um papel relevante para o conservadorismo revolucionário.

Naquele período encontrávamo-nos com, ao menos, duas grandes tendências que eram essencialmente divergentes sobre o ocorrer e as perspectivas da história, a saber, aquela que apostava positivamente nas possibilidades da tecnologia e no avanço da

¹²²⁵ O fascismo e o nacional-socialismo representavam a concretização deste tipo de esperanças de superação dos valores weimarianos pelos derivados da aplicação da violência. Neste sentido sugerimos que a teorização schmittiana da filosofia política e do direito representava uma muito ampla concepção teórica capaz de englobar e concretizar tal tipo estatal em que a criatividade, a unidade, a virtuosidade estética a ação, contrariamente à passividade romântico-burguesa, poderia encontrar o seu momento.

¹²²⁶ Já no ano de 1920 o filósofo Bernard Groethuysen apontava um perfil do cidadão alemão que condiz com o pessimismo. Segundo Groethuysen os alemães lhe pareciam um povo de náufragos, dizia ele que “[...] há algo que parece ter-se perdido hoje, e que é a esperança na vida e a confiança no momento presente...”. (*apud* RICHARD, 1988, p. 90).

ciência e, por outro lado, uma visão de mundo materialista que remetia ao pessimismo (cf. KENT, 1982, p. 103). A primeira destas era uma visão do mundo e do correr histórico que sugeria todo um evoluir marcado pelo mergulho direto em uma visão otimista derivada daquela crença básica nos avanços pulsantes na área técnico-científica. Por sua vez, a visão materialista, de viés profundamente pessimista, implicava justamente vislumbrar o espaço de diferenciação entre a realização material proporcionada pelos avanços na área técnico-científica e, por outro lado, a dimensão da moralidade.

Neste espaço de separação entre as duas dimensões residia o *locus* ideal para o cultivo da, assim chamada, *Kulturpessimismus* germana. A este respeito o que nos diz Kent é que a *Kulturpessimismus* se caracterizava pelas “[...] esperanças não materializadas e nas discrepâncias entre idealismo e realidade, [e] levou a uma rejeição de muitos aspectos da vida moderna” (KENT, 1982, p. 103). Este era um contexto de enfrentamento direto entre duas irreconciliáveis visões de mundo denotadoras de um cenário político se encontrava perpassado pelo pessimismo apenas profundo nos segmentos que não o nutriam como a sua própria metodologia de trabalho, caso dos conservadores revolucionários.

Um outro componente de que nos cabe ocupar é o real significado da cultura em Weimar, algo que talvez possa ser entendido neste primeiro momento por intermédio da sintética leitura de Olgária Matos. Acerca daquela cidade, sustenta a autora que ela era representante de toda uma “[...] tentativa de restaurar a herança cultural de Goethe e Schiller” (MATOS, 2010, p. 55), observação precisa e que marca em grande parte as objeções que necessariamente se encontram em Schmitt e no conservadorismo revolucionário, adversários de tal tradição cultural.

A retomada dos bens culturais da Alemanha de Goethe e Schiller não poderia mesmo manter qualquer remoto contato com as forças da direita reacionária e conservadora do período. Antes, esta Alemanha de Goethe e Schiller era representante da tentativa de retomada dos valores do classicismo grego,¹²²⁷ desde uma perspectiva para tudo oposta ao mesmo reclamo da tradição grega também presente no âmago da literatura nacional-socialista, hitleriana por antonomásia.¹²²⁸ A oposição a esta tradição germana, portanto, haveria de consistir em um dos grandes empenhos teóricos de parte da tradição conservadora revolucionária.

O contexto delineado por Olgária Matos, contudo, era diverso da percepção pública na Alemanha naquele momento. Inversamente aos reclamos schillerianos e goetheanos que repercutiram positivamente nos elaboradores da Constituição de Weimar, isto sim, as instituições weimarianas eram percebidas à voz corrente do homem comum, tanto em meios urbanos como rurais, como sendo uma realidade alheia à tradição política germana. A realidade do homem médio alemão era bem outra do que

¹²²⁷ A busca pela retomada dos valores clássicos durante a República de Weimar conduz-nos, decerto, a uma análise. Decai o Drama Barroco Alemão marcado por um cenário literário da tragédia e dos lamentos superados pelo otimismo reinante do mundo da Ilustração. O homem do Barroco carece de princípios insubstituíveis, e nesta medida sugere a possibilidade de aproximação com o irracionalismo que viria a ter lugar em terras germanas. Enquanto triunfante, o Iluminismo propunha uma nova concepção de mundo em que triunfava um racionalismo científico, a sugerir que sugere que o homem podia controlar as forças da natureza. Na inexistência da divindade, a quem outrora coubera a organização do mundo, agora lhe tocava ao homem, mediado pelo racionalismo científico emergente das raízes ilustradas, exercer o controle sobre a natureza por intermédio do domínio de suas leis, de forma tão intensa e aguda como o faria um rei dentro de seus domínios. Este otimismo ilustrado marcaria toda uma década inicial de século XX, cujo desencantamento seria emoldurado pela emersão dos atos preparatórios da Segunda Grande Guerra Mundial. O ocaso desta *Weltanschauung* encontraria seu ponto de inflexão na confirmação dos termos e procedimentos da Primeira Grande Guerra Mundial logo confirmados pelos da Segunda Grande Guerra Mundial.

¹²²⁸ Para uma análise crítica da arte e da tragédia grega, ver MACHADO, (1999) e NIETZSCHE, (1988).

aqueles homens cosmopolitas de Berlin quiseram fazer crer em seu documento constitucional weimariano.

Conforme recorda Richard, a retórica que atingia a decisivamente a população era a de que o novo regime era uma importação norte-americana por trás da qual se encontrava uma manobra dos judeus, que visavam impor seus valores (*cf.* RICHARD, 1988, p. 56) e, sobretudo, dominar economicamente. Em suma, no fundo o argumento em pouco transcendia a bastante divulgada ideia do complô judeu contra os interesses e os mais caros e tradicionais valores germanos. Este discurso ocupa dois espaços por meio de uma única estratégia, pois, se era, a um turno, reforçado o discurso antissemita,¹²²⁹ por outro, se procurava solapar as bases legitimadoras do emergente regime republicano, algo que, desde logo, atendia à perfeição os interesses políticos do conservadorismo revolucionário.

O contexto em que Schmitt encontra inserção histórica é o da queda do regime monárquico guilhermino e da ascensão do regime republicano. O regime guilhermino havia dado mostras em seus últimos 20 anos (1895-1914) de capacidade e oportunidade histórica para organizar um período que havia ofertado certa prosperidade, anotada em relatos históricos e constatações materiais.¹²³⁰ Ademais, também lhe marcara uma relativa estabilidade política obtida por intermédio da unidade em torno da coroa e da

¹²²⁹ A retórica conservadora que procurava assimilar, na opinião pública, a República de Weimar à cultura e aos interesses judaicos era também reforçada pelo fato de que o redator da Constituição havia sido Hugo Preuss (1860-1925), um reputado jurista judeu que passaria a ser conhecido como um dos pais da Constituição weimariana.

¹²³⁰ Á época da constituição de Berlim como capital, Berlin contava com uma linha de metrô ademais de iluminação elétrica além de outras facilidades da vida moderna tais como uma ampla rede telefônica, ademais certas características metropolitanas, muito embora ainda carecesse de água corrente assim como de uma vida noturna mais intensa (*cf.* RICHARD, 1988, p. 62).

figura de Guilherme II¹²³¹ e que agora, nos primeiros anos da República, fora objeto de certa nostalgia, mas que seria atualizável na realidade do III Reich por intermédio do enfeixamento de poderes na capacidade do *Führer* de reunir a vontade popular e traduzi-la na expressão pública, e impositiva, de seu próprio querer coercível ou, como diria Heidegger em 1933, trata-se de que “Esta vontade foi levada pelo Führer a todo o povo; ele fundiu-a numa única decisão”. (HEIDEGGER, 1997, p. 117).

Conforme nos comenta Nevin, tratava-se de um par de décadas “[...] generally prosperous [...]”¹²³² que se mostraria caracterizada pelo “[...] advent of new technologies on a massive scale – electrification, the wireless, automobiles – begot parvenus among the bourgeoisie and raised the expectations of workers. They, too, became consumers” (NEVIN, 1996, p. 10).¹²³³ Este breve lineamento do período mostra um dos desafios centrais com os quais os sucessivos governos teriam de enfrentar-se, a saber, a incorporação, no cenário público-político, de uma ampla gama de atores provenientes de mais humildes estratos sociais cuja novidade conduziria a crises

¹²³¹ A propósito desta unidade em torno de Guilherme II é interessante notar que os primeiros momentos da declaração dos atos bélicos alemães em 1914 foram apoiados pela unanimidade dos partidos políticos. Esta convergência abrangia desde os conservadores aos liberais, os católicos do Zentrum e os social-democratas (cf. RICHARD, 1988, p. 18). Alguns historiadores se referem ao evento como uma guerra popular – mas também havida por alguns como uma histeria coletiva (cf. RICHARDS, 1988, p. 21) –, mais do que verdadeiramente um movimento que houvesse desfrutado de amplo apoio mesmo entre as massas de trabalhadores que naturalmente comporiam o grande volume de soldados. O declínio ao apoio ao governo imperial está bastante bem marcado pelo número de 24 greves em 1914 e das 600 em 1917 (cf. RICHARD, 1988, p. 18). Este ano de 1917 marca o aprofundamento do esforço de guerra em um contexto militar em que a vitória ainda era uma possibilidade, esforços para os quais o II Reich ainda podia encontrar apoio até mesmo entre diversos intelectuais como Thomas Mann, que pensara em auxiliar por intermédio da venda da própria casa para somar a quantia arrecadada aos esforços de guerra. Isto sim, os esforços da população em geral já passavam a implicar uma situação de gravidade inaudita para a produção econômica e, portanto, com graves consequências para o abastecimento geral da população.

¹²³² O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “geralmente próspera”.

¹²³³ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] advento de novas tecnologias em escala de massa consegue engendrar – eletrificação, redes de rádio-telegrafia, automóveis – entre os burgueses e incrementaram as expectativas dos trabalhadores. Eles tornavam-se consumidores também”.

sistemáticas em paralelo com os novos desafios impostos pela técnica que igualmente impactava sobre este novo elemento humano na política.¹²³⁴ Contudo, o nacional-socialismo soube se posicionar bastante bem para extrair vantagens da necessidade de passar a incluir estas novas massas políticas, em percepção acertada, de que aquele novo momento caberia colocá-la no centro da ribalta, como objeto dos trabalhos, com vistas a organizar as massas, estratégia esta que se revelaria imprescindível para a comissão de seus abjetos fins (*cf.* ARENDT, 1974, p. 389) função este que especialmente Hitler compreenderia perfeitamente bem.

A relativa prosperidade do período repercutiria nos escritos dos círculos conservadores com os quais Schmitt manteria contato nas três primeiras décadas do século XX. Contudo, Schmitt igualmente experimentaria e faria sentir em seus escritos as sucessivas e inúmeras crises do regime parlamentar weimariano, dando suficientes mostras em seu trabalho do diálogo com as circunstâncias que lhe tocaram viver.¹²³⁵ Este diálogo, contudo, para nada invalida o que nos assinala Olgária Matos, segundo a qual encontramos sobrevivências do período guilhermino na República de Weimar (*cf.*

¹²³⁴ A questão da técnica impactava sobre o elemento humano, por exemplo, na questão da perda de postos de trabalho e, paralelamente, à falta de preparação da mão-de-obra para trabalhar com as máquinas. Este foi fenômeno também ocorrido nos campos e que gerava afluxo às grandes cidades, também geradoras de esperanças em massas que nelas viam possibilidades de uma melhor vida do que aquela bastante sofrida que levavam na área rural e, como consequência, o meio urbano conheceria um certo grau de desorganização ao receber aquelas massas. Convém recordar que as indústrias representavam um especial atrativo na Alemanha, um país que, aquela altura de fins de século XIX, já era o mais industrializado da Europa (*cf.* KENT, 1982, p. 143), malgrado o movimento de industrialização e de urbanização não fossem exclusivos da Alemanha, senão, mais precisamente, europeus. De qualquer forma, esta situação de maior desenvolvimento industrial colocava a Alemanha em situação de enfrentar uma nova circunstância do ponto de vista político. O desafio seria o de manejar com o problema sociopolítico posto sobre a mesa e lidar com as grandes massas que passavam a habitar as grandes urbes e que encontravam formas de representação em sindicatos mais ativos.

¹²³⁵ Desta forma, parece-nos ser este um argumento a mais a reforçar a necessidade de contextualizar os conceitos schmittianos como forma de apreender-lhes o poder de penetração, mas, sobretudo, a sua inspiração capaz de projetar-lhes por décadas o sentido, sem rupturas de ordem metodológica.

MATOS, 2010, p. 55). Neste sentido, quando Schmitt pensa os seus dias, o faz refletindo indiretamente sobre as heranças imperiais no momento republicano que, como vimos, guardam certas aproximações possíveis.¹²³⁶

Alguns destes valores que migram de um regime a outro também mostram conexão com o conservadorismo revolucionário que aqui sugerimos encontrar ponto de ligação com Schmitt. Os valores inspiradores do conservadorismo revolucionário podem ser parcialmente encontrados, por exemplo, no conceito de germanidade bastante presente no período guilhermino e por ele ser estimulados como política de Estado para a área educacional.¹²³⁷ Estava claro que tais valores remetiam a uma leitura prussiana¹²³⁸ da virtude guerreira à qual Guilherme II e a aristocracia prussiana estiveram expostos desde os seus primeiros momentos fundadores, por força do impacto militarista de sua cultura.

Estas eram virtudes que, em absoluto, se mostravam enfrentadas com o conceito de *Kultur* e de civilização que os liberais procuraram fazer triunfar quando da queda do império. Neste sentido identifica Olgária Matos que “[...] a guerra levada a termo por Guilherme II [...] [foi] declarada em defesa do espírito alemão contra a civilização

¹²³⁶ Para além de algumas ideias trabalhadas anteriormente sobre as proximidades de ambos os regimes acerca das liberdades, interessa assinalar a circunstância histórica que envolve o Império guilhermino e que conheceu o seu início e o seu ocaso pelas vicissitudes das experiências de guerra. Por outro lado, a segunda, a República de Weimar, iria projetar o seu início pelo fim de um conflito bélico e o seu término pelo recrudescimento dos embates políticos que, quase uma década depois, desembocariam em uma nova guerra mundial.

¹²³⁷ Este é um assunto do qual viria a ocupar-se com destaque Hitler, aproximadamente entre os anos de 1924 e 1925. Ver HITLER, (2007, p. 14-15). Seria fundamental que a educação, ou reeducação, ocupasse um lugar no regime como forma de incutir e doutrinar toda uma nova geração nos valores do III Reich, algo cujo sucesso, ao menos parcial, não pode ser negado, dadas algumas das evidências históricas do final da Guerra tal como, por exemplo, o uso de adolescentes, em alguns casos crianças, para a defesa das linhas alemãs dos invasores russos.

¹²³⁸ Sobre o impacto do prussianismo e suas virtudes sobre a formação cultural guilhermina e weimariana, ver ADLER, (1916).

ocidental européia” (MATOS, 2010, p. 61), tarefa que lhe foi facilitada politicamente pelo fato de a coalisão de social-democratas e dos representantes do imperialismo alemão haverem sufocado tanto política quanto retoricamente¹²³⁹ as vozes contrárias à guerra. Esta defesa da germanidade já presente no período guilhermino, corroborada pelo conservadorismo revolucionário ademais de sobreviver no âmago do nacional-socialismo também resiste em potência na argumentação schmittiana quando concentra no conceito de homogeneidade (*homogenität*) um dos eixos para pensar o seu singular conceito de democracia,¹²⁴⁰ dada a multiplicidade destas possibilidades de pensar a democracia.¹²⁴¹

Por sua vez também Richard aporta a reflexão ao reforçar a ideia de que o prussianismo foi um elemento inicial que colocou as condições de possibilidade para o subsequente desenvolvimento histórico e dos valores que lhe orientariam. Richard ressalta que “[...] el Estado prusiano había forjado una mentalidad alemana a imagen de su sistema político” (RICHARD, 1971, p. 30),¹²⁴² e esta forja da mentalidade subsistiria ainda mais adiante posto que impusera

[...] la unidad nacional desde *arriba y a sangre y fuego*, Bismarck creó valores fundamentales sobre los cuales descansaría administrativamente todo su edificio: respeto absoluto por la autoridad

¹²³⁹ Este reforço retórico ganhou espaço, como bem destaca Richard, por intermédio da “[...] propaganda guillerminiana [que] presentó la guerra como una guerra defensiva y no como una guerra de conquista [...]” (RICHARD, 1972, p. 41). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] propaganda Guilhermina [que] apresentou a guerra como uma guerra defensiva e não como uma guerra de conquista [...]”.

¹²⁴⁰ Neste momento não adentraremos na relação entre homogeneidade (*homogenität*) e democracia, temas dos quais nos ocuparemos com mais vagar principalmente nos capítulos VIII e IX, e XI e XII.

¹²⁴¹ Não é sem razão que Dunn aponta para o fato de que “Ninguna persona reflexiva podría suponer hoy que democracia sea un término con un significado único y claro” (DUNN, 1993, p. 21). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “Nenhuma pessoa reflexiva poderia hoje supor que democracia seja um termo com um único e claro significado”.

¹²⁴² O texto permite a seguinte tradução: “[...] o Estado prussiano havia forjado uma mentalidade alemã à imagem de seu sistema político”.

y las jerarquías, orgullo de ser alemán, culto del ejército. (RICHARD, 1971, p. 30).¹²⁴³

Esta unidade forjada a sangue e fogo refletir-se-á na própria mentalidade alemã a qual Bismarck procura marcar sob os estritos limites do absoluto respeito pela absoluta autoridade, em suma, pela hierarquização da vida e das relações políticas, fórmula bastante apreciada por Bismarck em sua própria prática política (cf. KENT, 1982, p. 86). Ademais, também era mantido por Bismarck um viés de preservação dos valores nacionais e de culto ao exército. Todos estes foram elementos sobreviventes do último quarto do século XIX que refletiria decisivamente nos eventos do século XX. Tais fatores, priorizados por Bismarck, remetem a um profundo laço com as tradições culturais germanas apoiadoras do rechaço ao republicanismo de Weimar assim como da ascensão do nacional-socialismo ao poder.

Os valores que vem sendo mencionados representa um conjunto que auxiliariam no grande apoio à deflagração da Primeira Guerra Mundial em 1914. Logo perceberíamos a projeção histórica de tais valores que, posteriormente, viriam a compor todo um caldo cultural político formador dos debates não apenas entre conservadores e liberais, mas também entre os componentes de uma direita radical e de uma extrema esquerda ativa mediada por social-democratas¹²⁴⁴ e moderados como Heller.¹²⁴⁵ As

¹²⁴³ Uma possível tradução para o trecho seria: “[...] a unidade nacional desde *cima* e a *sangue e fogo*, Bismarck criou valores fundamentais sobre os quais descansaria administrativamente todo o seu edifício, ou seja, respeito absoluto pela autoridade e pela hierarquia, orgulho de ser alemão e culto ao exército”.

¹²⁴⁴ Desde logo, não será possível aprofundar o tema, mas é nossa percepção de que o fenômeno nacional-socialista – e, em geral, do totalitarismo que teve lugar naquela quadra histórica da qual fez parte Schmitt –, não pode ser compreendido minimamente sem se considerar que havia todo um aparato cultural germano capaz de dar guarida às manifestações políticas e aos discursos antimodernos que projetavam a barbárie que aproximava-se celeremente.

¹²⁴⁵ Assim como diversos autores do período, também Heller empenhava-se na crítica ao liberalismo econômico (cf. PARDO, 2003, p. 199), tal como Schmitt, mas, isto sim, com a notável distância de que não procederá a uma crítica desconstrutiva dos princípios e mais profundos alicerces do republicanismo weimariano do qual se ocupara Schmitt. Este último, por sua vez, em torno ao ano de 1932, em especial

ações políticas do período objetivaram responder às dificuldades impostas pela realidade do pós-guerra e embrenharam-se em opções em que predominaram argumentos de uma direita radical acompanhada do culto à violência e de parte do elogio ao exército do qual Bismarck se ocupara.

Ainda que observados de forma parcial, os movimentos acima destacados podem ser compreendidos como o ovo da serpente para o qual já nos alertara Bergman em sua obra cinematográfica.¹²⁴⁶ Este movimento de reforço da cultura totalitária pode ser lido em paralelo com o comentário de García, segundo quem o

[...] repúdio ao modelo liberal parlamentarista e democrático, com a exigência de um Estado nacional forte, capaz de ordenar todos os aspectos da vida social, econômica e política; e na oposição radical às ideologias operárias (socialistas, anarquistas ou comunistas), consideradas responsáveis pela dissolução da ordem social. (GARCÍA, 2010, p. 455-456).

Este repúdio ao modelo liberal parlamentar¹²⁴⁷ assinalado por García, cuja intensidade é também destacada por Kennedy (*cf.* KENNEDY, 2004, p. 54) e, momento seguinte, o clamor de certos segmentos por um Estado forte, já se estruturara desde a cultura feita disseminar, como vimos, desde Bismarck. Dentre outros motivos, a crítica

em seu discurso intitulado *Estado forte e economia saudável*, malgrado os seus acérrimos ataques ao liberalismo político, neste texto dá mostrar de manter-se, como bem atenta Bercovici, como um defensor do liberalismo econômico (*cf.* BERCOVICI, 2004, p. 107). Este é um modelo encontrado pelo autor para que pudesse o Estado total intervir e constituir a unidade política capaz de reconstruir a Alemanha.

¹²⁴⁶ Com sensibilidade o cineasta Ingmar Bergmann tentou identificar neste período do pós-guerra toda uma cadeia de elementos que favoreceriam a constituição de uma cultura pública proclive aos valores nacionalistas logo apropriados pelo N.S.D.A.P. Avançado o ano de 1977, em sua obra cinematográfica Bergman se ocupou em traçar um perfil da República de Weimar. O cineasta ambienta sua obra *O ovo da serpente* no ano de 1923, prestando auxílio à percepção do clima vivido na capital alemã, para a qual Schmitt tinha sua atenção dirigida ao criticar o liberalismo e a democracia em sua *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*, feita publicar neste mesmo ano em que Bergman ambienta a sua obra.

¹²⁴⁷ Encontramos em Bercovici o destaque a que parcialmente a retomada do interesse por Schmitt desde aproximadamente os anos 70 do século XX encontra-se na “[...] perda dos paradigmas éticos e políticos que nortearam os séculos 19 e 20. Com o enfraquecimento do liberalismo no início do século 20”. (BERCOVICI, 2007, p. 62).

liberal encontrara um reforço de eventos históricos como a depressão agrícola e econômica de finais do ano de 1875¹²⁴⁸ que no limite transformaram a Alemanha de país exportador de trigo a importador. Isto tornara o país parcialmente dependente de produtos russos bem como, em paralelo, precarizadas as relações políticas e econômicas da Prússia. Este foi o contexto em que teve ocorrência a demanda por um Estado protetor e distanciado dos princípios liberais do Estado alemão, algo que a Prússia até então compusera e que, por seu turno, Bismarck não hesitara em realizar por intermédio de intervenções que terminariam por colocar as instituições políticas em segundo plano.

Nos momentos subsequentes, contudo, ainda encontraria eco no movimento conservador revolucionário algumas figuras como Spengler. Este, dentre outros, apresentavam as instituições parlamentares como evidentemente perpassadas por uma plena decadência (*cf.* SPENGLER, 2009b, p. 511), e não estava só o autor em um contexto que refletia uma animosidade longínqua contra as instituições liberais cujo horizonte último remetia a um niilismo de fundo apenas atualizado em diversas instâncias para a atividade de crítica ao liberalismo que o faria, por exemplo, opor-se à tradição spinoziana (ver FERNÁNDEZ-FLORES, 2010). Este era, pois, o contexto em que se movia o debate público o qual traçava um delimitado campo de operação.

Algumas das leituras e opções teóricas que marcavam o âmbito dentro do qual se desenvolviam os debates já encontravam-se em gestação ainda antes da eclosão da Primeira Grande Guerra Mundial, até mesmo em fins do século XIX. Como viemos comentando, alguns dos temas encontravam-se em Bismarck e nos valores do conservadorismo de final do século XIX, quando dos primeiros sinais da decadência do

¹²⁴⁸ Meses antes, em maio, teve lugar o Congresso de Gotha que unificaria correntes do movimento operário e socialista germano que, logo, representariam um dos principais alvos do conservadorismo revolucionário, de Schmitt tanto quanto do totalitarismo nacional-socialista que teoricamente viria a se constituir a partir da década de 20.

modelo liberal na Europa em geral¹²⁴⁹ mas que, comparativamente à Alemanha, sempre se houvera mostrado com maior densidade teórica (ver STERN, 1974, p. XXIV). Os sinais de decadência do modelo liberal iriam ainda confluir historicamente com a emergência política do bolchevismo soviético, cuja força provocava fortes temores em vários Estados europeus, compartilhados pelo conservadorismo revolucionário alemão e, em especial, por Schmitt e algumas de suas fontes.¹²⁵⁰ A reação contra o emergente bolchevismo passava por estancar os avanços do liberalismo, de sorte a tornar eficientes os esforços de criação de um Estado forte perante a ameaça comunista.

Contudo, ainda antes da Revolução Russa, já quase entrada a década de 20, mais precisamente, até o período pré-guerra, os intelectuais, a exemplo de Moeller van den Bruck, raramente se ocupavam da política para inverter as posições imediatamente logo após a guerra (*cf.* STERN, 1974, p. 207). Havia uma intelectualidade liberal-burguesa que não se ocupava do político, ainda que temerosa da democracia tanto quanto das massas (*cf.* KENT, 1982, p. 101). Neste contexto floresceram as leituras das heroicas virtudes germanas que parcialmente remetem aos grandes feitos da cultura filosófica grega pré-iluminista que, em parte, foram retomadas pelo conservadorismo literário de Jünger e também pela cultura nacional-socialista. Estes são valores compatíveis com a leitura schmittiana do texto de Hegel,¹²⁵¹ que apontaria para um conceito burguês no

¹²⁴⁹ É importante assinalar que, em finais do século XIX, algumas das transformações mais importantes que emprestariam forças ao movimento conservador revolucionário de início do século XX começaram a ter lugar. Neste sentido nos alerta García para o fato de que “[...] as transformações econômicas do grande capitalismo colocavam em questão os velhos dogmas do liberalismo econômico, pois, enquanto os Estados protegiam sua indústria, havia uma luta feroz, por descobrir novos mercados para os produtos e capitais europeus”. (GARCÍA, 2010, p. 452).

¹²⁵⁰ Importa assinalar que, praticamente um século antes, Donoso Cortés, em seu contexto de diálogo com a Revolução de 1848 e os fortes movimentos socialistas, procurava opor-se com não menor intensidade do que Schmitt, em seu tempo, se ocuparia.

¹²⁵¹ Quanto à primeira delas, no conceito de Estado total há quem sugira, como Kérvégan, uma matriz hegeliana para tal conceito. Segundo o autor, trata-se de “[...] um Estado que se posiciona acima da

qual o indivíduo emerge como uma figura que se encontra em “[...] der den Ersatz für seine politische Nullität in den Früchten des Friedens und des Erwerbes und vor allem „in der vollkommenen *Sicherheit* des Genusses derselben findet” [...]”. (SCHMITT, 1933, p. 43).¹²⁵²

O final da Primeira Grande Guerra não viria marcado para a Alemanha senão por um forte contexto de disputas políticas que logo se transformariam em instabilidades constantes¹²⁵³ e, claro, este conceito de homem burguês acima referido, e que busca sobretudo a segurança, ver-se-ia em xeque, quando em não em choque, com as circunstâncias presentes de embates políticos e crises econômicas. Neste contexto seria proclamada em 9 de novembro de 1918 a República de Weimar pelo social-

sociedade podia denominado universal, mas não total no sentido atual do termo. O Estado total aparece [...] destinado a assumir a continuação e o lugar do conceito hegeliano de Estado” (KERVÉGAN, 2006, p. 135), sendo importante ressaltar que também Forsthoff é discípulo schmittiano que se ocuparia desta conexão ressaltada por Kervégan.

¹²⁵² Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] que encontra compensação a sua nulidade política nos frutos da paz e da laboriosidade mas, sobretudo, na “[...] perfeita segurança do gozo destes frutos [...]”.

¹²⁵³ Um dos mais atentos historiadores do período, Karl Dietrich Bracher, em uma de suas obras, *A destruição da democracia em Weimar*, realiza uma análise sobre as vicissitudes enfrentadas pela República, alertando para a concorrência de fatores como uma aguda crise econômica e a consequente erosão do apoio popular (embora seja duvidoso que este apoio realmente tenha se mostrado efetivo desde os primeiros momentos da República, como sugere o Bracher) cujo desenlace seria que ambos, somados à irresponsabilidade dos partidos políticos e às falhas de suas lideranças, teriam gerado condições tais que, na leitura de Bracher, “[...] could not but be vulnerable to the fatal combination of Adolf Hitler’s will and energy and the nature of his party, which was more a religion of hope than an ordinary political organization, a steadily growing horde of true believers whose bond of effective unity was their faith in their Führer” (*apud* CRAIG, 1991, p. 65). Este é um dos quadros do período que nos auxiliam a compreender a vulnerabilidade das instituições políticas e da fragilidade democrática, razão pela qual as críticas encontravam canal de capilaridade aberto para célere penetração com firme impacto corrosivo. Schmitt parece encontrar-se entre tais autores. Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] não pode ser vulnerável a fatal combinação do desejo de Adolf Hitler, a energia e a natureza de seu partido, o qual foi mais uma religião de esperança do que uma organização política ordinária, uma constantemente crescente horda de verdadeiros crentes que mantinham laço de unidade efetiva por sua fé em seu *Führer*”.

democrata Philipp Scheidemann, com toda uma estrutura de partidos para o novo regime que logo se mostraria pouco consistente para enfrentar os desafios históricos, cuja conjuntura na Europa apontava para a superação de regimes até então absolutistas. O pós-guerra sugeria uma perspectiva de um mundo pacificado, e ao menos ao nível retórico, os propósitos da Liga das Nações, sob a inspiração do Presidente Woodrow Wilson a isto miravam. Contudo, os termos em que se faria triunfar o Tratado de Versalhes, que optava pelos termos da imposição ressentida e embasada em pesadas indenizações, inviabilizariam a paz. O pós-guerra, em suas opções, procurava realizar um programa inspirado pelo pacifismo que logo se mostraria titubeante.

Naquela quadra histórica na Alemanha, como recorda Silva, “[...] a grande maioria – conservadores e nacionalistas – estava de acordo com o fato de que a República de Weimar – constitucional e representativa – era exótica à história alemã” (SILVA, 2010, p. 381), e não se encontrava incrustada nas raízes das convicções políticas germanas. Este fator de estraneidade seria profundamente explorado pelos críticos do novo regime republicano com fortes consequências para o desenvolvimento do regime. Neste contexto teria lugar a crítica conservadora revolucionária a Weimar proveniente desde alguns de seus mais destacados intelectuais, como Spengler.

O trabalho de Spengler canalizava e expressava suas preocupações regionais, algumas direcionadas a críticas favoráveis a um federalismo mesquinho que desprezava a visão de uma grandiosa Alemanha. Tanto o conservadorismo revolucionário quanto o nacional-socialismo compartilhavam a visão de que a Alemanha tinha uma missão histórica a cumprir. O conservadorismo revolucionário apostava precisamente na grandeza que consideravam ter sido desprezada pelos fundadores da República de Weimar, e todo o depauperamento das condições econômicas e a instabilidade política tornavam o regime afeito a reiteradas críticas. O conservadorismo revolucionário

passaria a desprezar os “[...] ideais políticos e tôdas as utopias que lançaram raízes no pântano do Estado de Weimar, tôdas as fantasmagorias internacionalistas, comunistas¹²⁵⁴ e pacifistas [...]” (SPENGLER, 1941, p. 15), tudo isto em prol de um retorno ao passado. Este momento pretérito encontra-se marcado por aquilo que Stern descreve como “[...] the main link between all that is venerable and great in the German past and the triumph of national socialism” (STERN, 1974, p. XXIII).¹²⁵⁵ Uma vez mais aparece a grandiosidade supostamente presente em um lindo passado, como um objetivo a realizar, por meio da união das virtudes germanas mais castiças, e esta era uma tarefa cuja organização caberia a um poder forte.

7.2. UM DIÁLOGO INVIÁVEL: A UTOPIA CONSERVADORA COMO REALIZAÇÃO DO PASSADO E A DIMENSÃO LIBERAL ILUSTRADA COMO REALIZAÇÃO AUTÔNOMA DO FUTURO

No período sucessivo a derrota em 1918 não apenas inexistiria um poder político forte como, no horizonte tampouco algum remoto sinal dele era possível vislumbrar. Aqueles eram tempos repletos de tensão, dias imersos em embates políticos bastante presentes entre atores dos mais diversos.

¹²⁵⁴ Importante assinalar que parte das instabilidades políticas de Weimar também se encontra nas perseguições que vinham sofrendo os comunistas desde meados do século XIX, tendo sequência tanto com Guilherme I quanto com Guilherme II e também com Bismarck. Todos falharam em sua tentativa de livrar o cenário político alemão da influência da esquerda junto ao operariado (*cf.* NEUMANN, 1967, p. 3). Aqui podemos encontrar dois tópicos interessantes para compreender os momentos históricos posteriores. Primeiro aspecto é que as contínuas críticas schmittianas e conservadoras-revolucionárias ao pensamento de esquerda não eram inovações mas, apenas, um prosseguimento de uma tradição bem assentada. Por outro lado, o próprio nacional-socialismo quando procede a esta crítica segue a mesma tradição com ligeiras variações em sua argumentação e também em sua prática política de eliminar tais adversários políticos.

¹²⁵⁵ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] a principal ligação entre tudo isto é o venerável e grandioso passado alemão e o triunfo do nacional-socialismo”.

O cenário de embates estava composto por enfrentamentos entre a direita reacionária, os militares, os nacionalistas e os vários grupos mais ou menos radicais ligados à ideologia de esquerda.¹²⁵⁶ A utopia conservadora, contudo, tinha um vetor bastante claro, e ele apontava sem hesitação para a realização do passado. O futuro aspirado pelo movimento era, portanto, a adoção de “[...] formas corporativas e autoritárias do Império medieval alemão [...]” (SILVA, 2010, p. 402), em suma, do renascimento de estruturas medievais de poder.

Esta orientação nostálgica pelo passado não tinha, contudo, uma mirada tão somente a um ponto mais longínquo na história. Os pressupostos do movimento conservador revolucionário alemão provocariam conscientemente a consagração de certas aspirações cesaristas. Esta realização formal do poder forte e autoritário não

¹²⁵⁶ A este respeito alertava Spengler que a realidade do período pós-guerra de 1918 encontrava-se orientada pela concorrência entre burgueses e operários, sendo que os últimos cobravam ocupar, exitosamente, por meio de suas organizações sindicais e partidárias, posições de determinação das riquezas. Este quadro constituía o que Spengler chama de governo paralelo, “[...] ilegal, mas poderoso, exercido pelos sindicatos [...] cuja tarefa mais importante era a de abarrotar de salários os seus eleitores e de comprar das potências ‘burguesas’ o direito de fazer isso pelo preço de deixá-las governar tranqüilamente” (SPENGLER, 1941, p. 139). Spengler não estava só nesta sua posição crítica senão que no próprio Hitler encontramos uma decisiva observação sobre a falta de proveito para a nação de que tivesse lugar a continuação deste tipo de controle operário das riquezas (cf. HITLER, 2007, p. 33). Este quadro parece ser suficiente para demonstrar que não apenas havia um clima de profunda dissonância entre o conservadorismo revolucionário com a esquerda sindical operante em Weimar, como também relativamente à burguesia, incapaz de enfrentar estas demandas econômicas do sindicalismo para levar a frente um programa de governo, em suma, era um contexto em que todos se ajoelhavam aos operários: “[...] ajoelham todos diante do ‘povo’, da massa, do proletariado [...]” (cf. SPENGLER, 1941, p. 132). Certo é que perante uma orientação político-filosófica deste gênero não poderia o nacional-socialismo menos do que enfrentar-lhe decisivamente, como diria Schmitt. Leitor de Donoso Cortés, nesta batalha decisiva haveria que definir o vencedor. A recepção desta abordagem da definição do vencedor estaria muito clara em texto do próprio Hitler, para quem quaisquer que fossem os meios empregados para controlar e conduzir as massas se justificariam (cf. HITLER, 2007, p. 33), inspirado, isto sim, em que neste regime, sugestivamente próximo do resultado filosófico-político da *Teologia Política* de Schmitt, publicada ainda em 1923, nada mais do que “[...] uno solo decide” (HITLER, 2007, p. 16). Ao trecho anterior sugerimos a seguinte tradução: “[...] um só decide”.

demandava algum tipo de inovação, não aspirava a concretização de alguma espécie de utopia que encontrara sua melhor descrição em condições todavia não realizadas, senão o contrário. A utopia conservadora tinha em vista a projeção empírica intensa de valores heroicos preexistentes na cultura política germana.

A cultura política germana se encontrava historicamente pautada por um certo viés autoritário, e no período precedente à Primeira Grande Guerra Mundial, tal marca não sofreu exceções. O discurso político de viés autoritário foi aprofundado em fins do século XIX, quando não apenas o discurso militar bem como seus valores invadiram a órbita civil, em uma verdadeira “[...] militarização da vida civil” (KENT, 1982, p. 106). Embora não fosse elemento decisivo, esta admiração pelo militarismo atuaria como facilitador da disseminação, na década de 30, da crença pública compartilhada por meio da frase “Führer, befehl! Wir folgen” (cf. CRAIG, 1991, p. 9), ou seja, “o Führer ordena, nós seguimos”. Não poderia ser mais clara a apreensão dos valores bismarckianos de obediência e hierarquia pensados e disseminados em seu momento e que agora, em fins do século XIX, eram reforçados pelo apreço popular ao militarismo e seriam, ainda em meados da década de 20, reforçados por Hitler claramente:

La conciencia del deber, la observancia del deber, la obediencia, no son fines que se basten a sí mismos, de igual modo que el propio Estado no es un fin en sí mismo. Deben ser solamente medios de asegurar la posibilidad y la existencia sobre esta tierra de una comunidad de seres vivientes ligados por afinidades morales y físicas. (HITLER, 2007, p. 52).¹²⁵⁷

A mais profunda e densa irrupção dos valores autoritários no cenário político germano, contudo, teve lugar em 1918, em que pesem os antecedentes político-culturais

¹²⁵⁷ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “A consciência do dever, da observância do dever, da obediência, não são fins em si mesmos, assim como o próprio Estado não é um fim em si mesmo. Devem ser apenas meios para assegurar a possibilidade e a existência sobre esta terra de uma comunidade de seres viventes ligados por afinidades morais e físicas”.

apontados acima,¹²⁵⁸ conectados e agravados pelas condições vivenciadas pela queda do império guilhermino. Ao passo que destituía uma autoridade central também punha as condições de possibilidade por meio da crise que marcou a constituição política do regime. O ocaso do regime esteve representado pela ruína do poder que se materializara na figura do monarca, ideia arraigada na cultura germana – decadente o regime, não a identificação simbólica com o poder como centralizado. A passagem para o regime republicano não seria tão traumática quanto o seu desenvolvimento, posto que as condições do armistício tornaram pesada demais a carga política para uma nova república cujo histórico, ademais, encontrava referenciais em governos autoritários. As vicissitudes do emergente período republicano conformam apenas um vetor a fomentar as aspirações por um governo forte ante as debilidades do governo em exercício.

Este enfrentamento tinha ocorrência em um Estado cuja larga tradição distava de ser democrático e, isto sim, alinhava com a tradição prussiana e militarista, razão pela qual o Parlamento republicano em Weimar carecia de maior apreço e apoio assim como de compreensão de sua real dimensão em um regime republicano por parte de seus membros. Nesta ambiência, a oposição entre o conservadorismo revolucionário e os social-democratas weimarianos era profunda e, mesmo, irreconciliável.¹²⁵⁹ Contudo, paradoxalmente, não tão intensas eram as diferenças em relação aos seus antípodas

¹²⁵⁸ A respeito dos antecedentes na cultura política alemã acerca do autoritarismo, Stern é bastante elucidativo ao mencionar que “[...] decades of political delusion had done their work, and many a conservative German shudderingly admired the terroristic idealism of Hitler’s movement” (STERN, 1974, p. XXX). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] décadas de desilusão política fizeram surtir os seus efeitos, e muitos dos conservadores alemães estremecedoramente admiraram o idealismo terrorista do movimento hitleriano”.

¹²⁵⁹ Interessa dizer que em certo momento histórico e político o ser social-democrata podia ser entendido como sinônimo de uma condenação política, como hoje, por exemplo, atribuir a alguém o ser fascista.

políticos, os comunistas,¹²⁶⁰ cujas possibilidades de aproximação igualmente serviriam para potencializar a corrosão da República de Weimar.

A Constituição weimariana é lida por Schmitt como uma ordem na qual subsiste uma estrutura de poderes eminentemente dual, proveniente da monarquia constitucional em que se contrapunham o príncipe e o povo, a Coroa e a Câmara, o Governo e o Parlamento (cf. SCHMITT, 2001k, p. 83).¹²⁶¹ Aqui torna-se observável, no trabalho hermenêutico constitucional do autor, uma essencial bipartição na estrutura da *Weimarer Verfassung*, e a ela também endereçou sua crítica.¹²⁶² Schmitt propõe que ante a dualidade característica do Estado constitucional alemão weimariano, governador ou legislador (cf. SCHMITT, 2001k, p. 84), restará clara a sua preferência pelo Estado que efetivamente governa, em suma, por um poder forte, não muito distante daquilo que o próprio Hitler havia expressado a Otto Strasser¹²⁶³ ser a sua preferência (cf. BULLOCK, 1990, p. 158).

¹²⁶⁰ Spengler aponta para o fato de que a esquerda comunista cometia o erro de opor-se ao imperialismo germano cuja versão britânica em muito favorecia aos trabalhadores ingleses, que aproveitavam do comércio internacional fruto de seu labor. A rigor, sustentava Spengler, que este imperialismo econômico de 1900 “[...] era justamente para o operário uma segura base de vida” (SPENGLER, 1941, p. 15), algo que o autor reputava incompreendido pelas forças de esquerda da época e tornava interrompido o diálogo entre os diferentes campos políticos.

¹²⁶¹ A crítica parlamentar encontrava-se profundamente arraigada na cultura conservadora revolucionária germana das décadas de 20 e 30, mas também contando com o auxílio do pensamento de esquerda. Ainda Hitler, em sua *Mein Kampf*, era enfático em seu livro em suas críticas sobre o parlamentarismo. Suas originárias críticas eram assentadas em sua percepção do parlamentarismo austríaco: “El instinto de conservación nacional me había hecho repugnar [...] aquel sistema de representación popular [...]” (HITLER, 2004, p. 25-26). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “O instinto da conservação nacional me tinha feito repugnar [...] aquele sistema de representação popular [...]”.

¹²⁶² Tal não é o nosso tema central neste tópico. Isto sim, é mister ressaltar, que nos vemos perante um tópico em que Schmitt haverá de atacar a parte da Constituição que, segundo sua interpretação, representava valores burgueses, dada a mera formalidade com que tutelava direitos fundamentais.

¹²⁶³ Os irmãos Strasser, Georg e Otto, compunham o que se convencionou denominar “Ala esquerda” ou “Ala Norte” do nacional-socialismo, juntamente com, por exemplo, Goebbels, muito próximos ao catolicismo assim como também por uma simpatia ao socialismo, mais do que pelo capitalismo (cf.

As instabilidades políticas e, mesmo, a violência, foram presentes e enfrentadas pelo novo regime já desde os seus primeiros dias. Exemplo desta instabilidade era Munique, cuja atmosfera era exageradamente instável, composta por grupos radicais de ambos extremos do espectro político (cf. BULLOCK, 1990, p. 61) que traduziam tais diferenças em intensos embates. Este clima de enfrentamentos viria a ser ainda incrementado em um momento que Schmitt acreditava, todavia, não terem surgido estudos abrangentes o suficiente para explicar os novos mecanismos e instrumentos de poder. Ao contrário, a sua percepção era de que não havia nada mais a ser dito daquelas circunstâncias em Weimar senão que de uma revolução nacional tratava-se (cf. SCHMITT, 1987j, p. 84). Argumentação que reforça nossa leitura é a de von Klemperer, de que os primeiros movimentos da República são instantes particularmente importantes para a compreensão da *débâcle* ou, em suma, que “[...] these were the decisive years, years of contrast between expectations and achievements, years of struggle [...]”,¹²⁶⁴ e aqui um indicativo da importância de colocar em perspectiva o fato de que este tenha sido um momento fundador da polarização dos enfrentamentos que teriam lugar na subsequente história alemã entre a extrema direita e os seus inimigos de origem oposta.

PASTOR, 2009b, 11m54s-12m22s), ideia que não era exatamente compartilhada por amplos setores do nacional-socialismo. Posteriormente diz Fraenkel que “[...] el Estado normativo era mantenido por los nazis para la protección del Estado capitalista y de la propiedad privada y poseía plena autoridad en todas las cuestiones económicas, mientras que el Estado prerrogativo del partido gobernaba de forma suprema en todas las cuestiones políticas” (*apud* ARENDT, 1974, p. 486). O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] o Estado normativo era mantido pelos nacional-socialistas para a proteção do Estado capitalista e da propriedade privada e possuía plena autoridade em todas as questões econômicas enquanto que o Estado, prerrogativa do partido, governava de forma suprema em todas as questões políticas”. Outro dos aliados do totalitarismo, Mussolini, também houvera sido um entusiasta do socialismo, tendo ocupado na Itália o alto cargo de editor do periódico da voz oficial impressa do Partido Socialista Italiano, o *Avanti!*, entre os anos de 1912 e 1914.

¹²⁶⁴ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] aqueles foram os anos decisivos, anos de contraste entre expectativas e conquistas (feitos realizações), anos de luta”.

A respeito das circunstâncias que constituíram o pano de fundo da queda da República, apenas alguns meses antes da tomada do poder (*Machtübernahme*) pelo nacional-socialismo, Friedrich Meinecke lançava mão de comentário do historiador Walter Lenel, no qual se dizia que “[...] o povo alemão ainda não estava amadurecido para a democracia parlamentar, principalmente sob a pressão do Tratado de Versailles [...]” (*apud* GAY, 1978, p. 37). Esta era não apenas uma crítica ao momento político republicano vivenciado como, também, a projeção da inviabilidade de qualquer outra organização política que a aproximasse da democracia weimariana, na qual o Parlamento pudesse exercer função de destaque. Em que pese as distintas fases que experimentou,¹²⁶⁵ a república encontrava-se envolta em sucessivas crises institucionais e a saída autoritária era constante referência para pressões que não cessavam desde o interior bem como do exterior.¹²⁶⁶

¹²⁶⁵ A República de Weimar pode ser vislumbrada desde três grandes momentos. O primeiro deles, desde a sua fundação, em 1919, período que se espraia até 1923, marcado por instabilidades e disputas entre as diversas orientações políticas e grupos de interesse bem como por intensos problemas econômicos. Um segundo período, compreendido entre 1924 e 1928 encontra-se marcado por uma relativa estabilidade institucional, em grande parte derivada dos efeitos dos planos de estabilização econômica que contaram com importantes aportes norte-americanos. O terceiro e derradeiro período pode ser assinalado como compreendido entre os anos de 1929 e 1933, de incremento das crises políticas todavia agudizadas pelas repercussões econômicas causadas pelos eventos da bolsa nova-iorquina.

¹²⁶⁶ As pressões oriundas desde o exterior eram intensíssimas. Já no ano de 1922 as dificuldades para o pagamento das reparações acordadas no Tratado de Versailles sobressaíam, e em 1923 tornar-se-ia m impagáveis. Como resposta, as forças francesas ocupariam o Ruhr já em janeiro de 1923, nada mais do que escassos anos após o final da guerra, mantendo, portanto, todas as feridas e a memória de todas elas bastante abertas. Isto apenas reforçava os sentimentos, ainda acompanhados pela célere aproximação de uma situação de colapso econômico, cuja marca distintiva era a hiperinflação. A intervenção norte-americana no cenário viria a ser bastante útil para a estabilização como também para os seus próprios interesses, tanto políticos (evitando a propagação das ideologias conexas com o triunfo socialista na União Soviética) bem como os puramente econômicos, tal e como a história econômica atesta. Neste sentido chama a atenção Nicholls para o fato de que as circunstâncias tornavam-se especialmente delicadas para a baixa classe média alemã (*cf.* NICHOLLS, 1991, p. 91).

Entre os conservadores revolucionários, por exemplo, Spengler tão prematuramente quanto já ao início da década de 30, mais precisamente, em novembro de 1932, sustentava sem rodeios que a Alemanha poderia reclamar para si um governo ditatorial. Naquele contexto não faltariam candidatos para a ocupação do cargo e, ademais, nos “[...] tranqüiliza” que seguindo sua opção o resultado era certo: “[...] tudo irá bem” (SPENGLER, 1941, p. 14). Este era um momento no qual, uma vez mais, percebemos a favorável retomada e o diálogo com a opção schmittiana já desde muito cedo exposta em *Die Diktatur*, de 1921.

Embora insira neste contexto conflitivo a opção de Schmitt aposta pela agudização do embate, ou seja, por uma saída ditatorial. Esta é uma sugestão que, como vimos no primeiro capítulo, aparece ligada a sua leitura donosiana, conexão que será objeto de nossa análise mais aprofundada no capítulo X. Contudo, há um importante setor de comentaristas que diverge desta aproximação. Dentre os autores que introduzem o seu trabalho no campo democrático e se mostram receptivos à obra schmittiana, encontramos Mouffe.¹²⁶⁷ Expressivo coletivo de intérpretes veem no católico Schmitt¹²⁶⁸ uma importante referência teórica,¹²⁶⁹ relevante mesmo, cujas críticas à democracia-liberal desfrutariam de intensa atualidade, malgrado a oposição

¹²⁶⁷ A leitura schmittiana de Mouffe não será considerada neste momento mas, sim, no decorrer dos próximos capítulos, especialmente o VIII e IX, e XI e XII.

¹²⁶⁸ Não é despidendo considerar que Schmitt nasce no seio de uma família católica, cujos valores religiosos que ele não apenas adquire como vida afora professa. É bastante razoável supor que esta formação religiosa inicial iria lhe aproximar de vários pensadores conservadores de caráter eminentemente católico tal como foi o caso do espanhol Donoso Cortés. Este fator parece ter influenciado em sua teoria política, principalmente em sua construção e transposição do conceito do teológico para o político.

¹²⁶⁹ Esta é uma ideia que encontra recepção em um ainda jovem e recém-professor Leo Strauss, que projetaria esta percepção para diversas gerações e tendências político. A análise de Strauss, de que a crítica ao liberalismo desenvolvida por Schmitt era bastante útil à análise da crise liberal, encontra-se em seu bastante conhecido texto *Notes on the Concept of the political*, mas também apresentada em *Der Begriff des Politischen*. Ver STRAUSS, (2007).

importante de teóricos sobre a valia destas críticas schmittianas (ver MANIN, 2003). Neste sentido parece-nos acertada a tese de Hohendahl que reforça a argumentação aqui apresentada, de que

Those who want to insert the ideas of Schmitt into contemporary international politics tend to isolate and dehistoricize Schmitt's work, since its origins in Weimar and Nazi Germany seem to compromise its use for the present. (HOHENDAHL, 2008, p. 22).¹²⁷⁰

Segundo esta tradição a que se opõe Hohendahl e que, dentre outros, se faz bem representar por Dyzenhaus (1998), Mouffe (2009a, 2009b, 2009c, 1999a, 1999c, 1998, 1992) e Caldwell (2005; 1997), ao menos parcialmente o trabalho do autor é reputado como desfrutando de valia para o desenvolvimento de análises da democracia e do Estado contemporâneo, , ainda que comentaristas hajam, como Dyrberg, a apontar que o radicalismo conservador de Schmitt não pode ser aproveitado para a análise da moderna democracia, antes servindo para desarticular os seus melhores valores (*cf.* DYRBERG, 2009, 665-666).

É dentro deste contexto conflitivo weimariano que viemos esboçando até aqui que Schmitt trabalha sobre o conceito de ditadura nos primeiros anos da década de 20 para, já na segunda parte da década, em 1927, o autor vir a tornar público o seu conceito do político. Entre estes seis anos que medeiam as suas duas obras, encontramos ainda outras importantes em que os ataques ao liberalismo, a burguesia e ao parlamentarismo revestem-se de importância singular, que constituem, juntamente com as forças político-partidárias e os judeus, o eixo daqueles considerados como inimigos do Estado (*cf.* TRIERWEILER, 2010, p.16).

¹²⁷⁰ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “Aqueles que desejam inserir as ideias de Schmitt na política internacional contemporânea inclinam-se por isolar e deshistoricizar o trabalho de Schmitt, desde as suas origens em Weimar e na Alemanha nacional-socialista, dando a parecer de seu compromisso com seu uso para o presente”.

Tendo esta como uma angulação desde a qual Schmitt observa a realidade política, a crítica que endereça ao liberalismo seria irreversível. Ele a ancora em diversos tópicos que unem o econômico e o suposto movimento de sua sobreposição ao político pelo Estado liberal. As estruturas deste fraco Estado permitiram que, em torno de 1932, Schmitt se posicionasse em prol do Estado total, entendido este em um proposto sentido qualitativo, em substituição ao quantitativo Estado weimariano, total apenas no sentido de expandido em suas estruturas que visavam atender aos diversos e conflitantes grupos de interesse. Com este novo Estado ficaria claro que o Estado, e não mais o povo, que seria o motor da unidade política (*cf.* SÁ, 2007a, p. 247).

Schmitt igualmente percebe a estratégia neutralizadora (*Neutralisierungen*) do liberalismo burguês e os seus efeitos ocultadores, a qual é criticamente percebida por Habermas, ou seja, de que o liberalismo volta os seus esforços a dissolver a verdade em seu sentido metafísico em um processo de discussão (*cf.* HABERMAS, 2011, p. 22). A rigor, em Schmitt, a neutralização e a despolitização acompanham a teoria do liberalismo burguês em oposição à uma nova visão da total politização da vida social que lhe deveria suceder ao modelo liberal típico do século XIX. Sobretudo, Schmitt precisa empenhar esforços contra a teoria liberal porque representava (a) a força presente na construção teórico-doutrinária da política e do direito em Weimar e (b) porque constituía a própria negação do seu conceito do político entendido como oposição e radical inimizado.

A teoria liberal, inversamente aos pressupostos teóricos schmittianos, não seria capaz de lhe oferecer os signos de fundo da relação de oposição entre amigo e inimigo, radical realização da intransigência caracterizadora do político segundo os termos da gramática schmittiana em detrimento da tolerância e pacificação liberal. Ao contrário, a cultura liberal apostava no distensionamento das relações políticas e, por conseguinte,

no vetor oposto ao das radicalizações dos conflitos.¹²⁷¹ Nestes termos, portanto, tendo como referencial a sua própria angulação do político, para Schmitt a cultura liberal praticava uma despolitização, conceito que deve ser entendido enquanto tendente a minimização dos conflitos antes do que no seu recrudescimento.

A aposta de Schmitt é, portanto, a de creditar ao liberalismo uma estratégia dissimuladora ao afirmar que suas ações “[...] einen bestimmten politischen Sinn haben [...]” (SCHMITT, 1933, p. 42).¹²⁷² Isto tem lugar malgrado todas as suas apresentações despolitizadoras (*Entpolitisierungen*), tecnicizante-burocratizantes e libertárias que, em suma, revelam-se todas elas estratégias negadoras do Estado e do político (*Negationen des Staates um des Politischen*) por intermédio de um movimento de subordinação do político ao econômico (cf. SCHMITT, 2002a, p. 61).¹²⁷³ Aqui está um dos pontos críticos endereçados a democracia contemporânea por parte dos segmentos teóricos que recorrem à filosofia política schmittiana.

Neste contexto sugerimos que as críticas schmittianas ganham todavia maior destaque quando consideramos a aparição, no início de 1926, do *Mein Kampf*. Neste

¹²⁷¹ Embora Ferreira não compartilhe precisamente dos termos da leitura da despolitização que realizamos no corpo do texto, é certo que o enfrentamento presente em Schmitt tende “[...] a banir do horizonte da vida coletiva a perspectiva da inimizade política, recusando a radicalidade dos conflitos políticos em nome de uma convivência que seria capaz de se manter dentro dos limites do razoável” (FERREIRA, 2010, p. 77). Ressaltamos nossa concordância com esta leitura de Ferreira que ressalta a inviabilidade do banimento da inimizade do terreno do político, mas não, com teorias afins, como aquelas próximas a Mouffe, que sustentam crítica ao liberalismo no sentido de que este empenhe esforços na tentativa de recusar a admissão do conflito e, portanto, proceder, segunda a gramática schmittiana, a despolitização. Nossa leitura é de que, em verdade, o liberalismo atuaria como conceito distensionador de um conflito latente e reconhecido por uma teoria que parte, precisamente, da admissão dos opostos, antes que, como em Schmitt, da tentativa de realização da homogeneização.

¹²⁷² Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] possuem um determinado sentido político [...]”. No texto de 1932 não há qualquer alteração neste trecho (ver SCHMITT, 2002, p. 61).

¹²⁷³ No cotejamento entre as duas edições, de 1932 e o texto de 1933, não resta qualquer diferenciação. Ver SCHMITT, (1933, p. 42-43).

texto ficava clara a configuração do campo do político em que se pretendia operar. Esta delimitação colocava com clareza tanto a figura do inimigo a abater, o judeu, assim como também o tipo de poder político, ditatorial, que para tal objetivo de enfrentamento e lutas haveria de ser constituído.

A este breve perfil traçado do autor, uma tradição de intérpretes como Mouffe, Schwab, Picone, Ulmen, Kennedy e Forsthoff não poderia de forma alguma manifestar conformidade. Nossa sugestão é de que o papel de Schmitt possa ainda ser reconhecido na atualidade devido a algumas de suas temáticas. Uma delas é a técnica, e as críticas a ela destinadas não se distanciam de um dos seus objetos de central atenção, a saber, o político, o qual se distancia da valoração do econômico (*cf.* SCHMITT, 20003, p. 20)¹²⁷⁴ que não lhe pode servir de fundamento (*cf.* SCHMITT, 20003, p. 21) mas, antes, ademais de melhor posicionado, resulta o argumento teológico presente na crítica à técnica desenvolvida por Schmitt em seu *Römischer Katholizismus und Politische Form*, (ver SCHMITT, 2008a). Entendemos aqui o político como o eixo argumentativo por intermédio do qual sugerimos poder confirmar a sua relação com o conservadorismo revolucionário. Há um conjunto de conteúdos que pode ser identificado como sendo o núcleo duro de sua obra, pois, como sugere Blasius, “Carl Schmitt bleibt solange aktuell und ‘in der Diskussion’, wie die Konstellation aktuell bleibt, auf die sein Werk bezogen

¹²⁷⁴ Podemos assinalar que este é um dos eixos de convergência entre Schmitt e a sua retomada pelo pensamento pós-marxista. O autor desenvolve séria crítica à técnica enquanto instrumental desentendido das finalidades às quais serve, algo para o que tornar-se-ia de extrema utilidade para a economia capitalista, balizada pela racionalidade da produção (*cf.* SCHMITT, 2008, p. 24). Esta racionalidade é definida por Schmitt: “[...] weil ein der Befriedigung beliebiger materieller Bedürfnisse dienender Produktionsmechanismus »rational« heißt, ohne daß nach der allein wesentlichen Rationalität des Zweckes gefragt wird, dem der höchst rationale Mechanismus zur Verfügung steht” (SCHMITT, 2008, p. 26). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] porque se denomina “racional” a um mecanismo de produção que se encontra a serviço da satisfação de quaisquer necessidades materiais, sem que se pergunte pela única racionalidade essencial, a dos fins, que é para o que se dispõe o supremo mecanismo racional”.

ist” (BLASIUS, 2001, p. 9).¹²⁷⁵ O que nos preocupa é a abordagem reservada a estes temas de atualidade que encontra a sua determinação por meio da angulação da leitura que se reserve à obra schmittiana.

Neste sentido, por exemplo, dentro do contexto wiemariano em que Schmitt trabalha o conceito do político, sugerimos ter em vista um autor cuja formação deve ser considerada, e nela predomina um meio cultural campesino. Esta predominância de valores campesinos logo haveria de ser reputada como um dos pilares sobre os quais reerguer a nação, em suma, um valor que deveria fundamentá-la (*cf.* HITLER, 2007, p. 65),¹²⁷⁶ sem desconsiderar também o marcado papel exercido pelo catolicismo.¹²⁷⁷

¹²⁷⁵ Uma tradução livre deste trecho permite o seguinte texto: “Carl Schmitt permanece atual em nossos debates na medida em que a ordem atual das coisas a que o seu trabalho se refere”.

¹²⁷⁶ Em sua obra datada de 1924-1925 encontramos em Hitler o destaque para o papel das classes campesinas, entendidas como “[...] la mejor garantía contra los malestares sociales de que sufrimos hoy” (HITLER, 2004, p. 66). Portanto, momento seguinte, é congruente a sua retórica envolvendo a necessidade de assegurar a vida campesina (*cf.* HITLER, 2004, p. 66), o que implicaria também o seu modo de vida. Esta abordagem de Hitler na primeira metade dos anos 20 anuncia uma convicção importante acerca do papel a ser desempenhado pelos campesinos, tal e como propunham, por exemplo, Schmitt, Spengler mas também Heidegger, mas que, entrado o seu governo em funções, haveria de encontrar uma revisão, dadas as demandas do mundo das finanças para que desfrutara do apoio necessário para as suas políticas expansionistas. O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] a melhor garantia contra os malestares sociais que sofremos hoje”.

¹²⁷⁷ Há entre os comentaristas várias sugestões acerca da proximidade entre Schmitt e Heidegger para além do brilhantismo de ambos como pensadores e seu entusiasmo adesionista ao nacional-socialismo. Um destes outros fatores convergentes das biografias de Schmitt e Heidegger são suas origens populares, das mesmas raízes da cultura campesina germânica e de um período de sobressalente formação católica, isto sim, um catolicismo de viés conservador que mais tarde seria abandonado por Schmitt (*cf.* BRACHER, 1995a, p. 311). Em Steiner se encontra uma leitura de Heidegger que acreditamos torná-lo mais próximo do autor o que, de certa forma, auxilia a esclarecer acerca de alguns pontos de contato entre ambos com o agrarianismo e o estudo sobre a técnica. Especificamente sobre o agrarianismo de Heidegger, o que nos diz Steiner é que “a adoção por Heidegger de uma ‘nova tecnologia’ continua sendo inconvincente. Ele é estranhamente agrário. Campo e floresta estão no âmago do mundo de Heidegger, mas também de amplos setores do conservadorismo revolucionário (ver SPENGLER, 1941, p. 145) e presente nos documentos fundadores do nacional-socialismo que refletem sobre o impacto do mundo campesino sobre as cidades em tempos de desenvolvimento industrial e, por conseguinte, o papel político sedutor dos sindicatos na

7.3. O CATOLICISMO E A REPÚBLICA: PODER E DITADURA

É possível encontrar em Schmitt fortes traços do catolicismo, com destaque para os seus escritos da década de 1920. A influência do catolicismo sobre Schmitt não fora tardia, senão que desde sua formação familiar encontrara espaço. Isto sim, o autor não se encontraria isolado em conjugar catolicismo e apoio ao totalitarismo expresso historicamente no nacional-socialismo alemão.

Esta influência encontra-se presente em Schmitt, e em absoluto descola de sua produção intelectual. Similarmente, estas mesmas raízes também foram historicamente evocadas por Heidegger,¹²⁷⁸ filósofo que bastante bem e habilmente soube, chegado o

cooptação destas novas massas (ver HITLER, 2007, p. 45-46, p. 126-127, p. ; 2004, p. 168-171). São o lenhador, o caçador e o agricultor, atuando em afinidade imemorial com seu meio ambiente, que proporcionam a Heidegger um padrão de aferição de integridade existencial. E também neste aspecto a linguagem e o pensamento heideggerianos se ajustam facilmente num espectro muito mais amplo. A reação agrária e a nostalgia pastoral desempenham um importante papel na ideologia moderna. A reprovação de Heidegger da falta de raízes, sua aversão ao metropolitano e ao cosmopolita, podem ser exatamente condizentes não só com os escritos nacional-socialistas, mas com os de Barrès e Péguy” (STEINER, 1982, p. 124-125). O campesino presente nos escritos de Heidegger é, de certa forma, uma presença interior em Schmitt que não chega a desbordar para o centro de seus escritos, não obstante latente o viés nostálgico de um mundo já concluso. No trecho acima citado de Steiner percebe-se que a nostalgia destacada em Heidegger pode ser identificada com aquela presente em Schmitt com um viés conservador ligado a valores do período guilhermino embora à ciência certa se possa dizer pouco se havia uma aderência bem acabada com os valores guilherminos ou se tal proximidade se dava apenas em oposição e como estratégia de ancoragem para enfrentar a desde sempre abjeta República de Weimar.

¹²⁷⁸ Igualmente ao evocar as ‘raízes’, Heidegger coloca conceito que desempenhará seu papel na conceitualização schmittiana presente em todos os seus variados escritos em apoio do regime bárbaro nacional-socialista. Ainda assim, encontramos em Steiner a evocação de um Heidegger que remete a “[...] forças tenebrosas que o homem deve extrair das veias da terra, sua crença mal velada no mistério do sangue e do destino étnico, seu desprezo pelo mercantilismo [...]. Quando Heidegger exalta a dignidade antiga do modo de vida rural, quando responde fervorosamente à aura do trabalho artesanal e despreza o verniz pretensioso das forças do mercado e da Bolsa [...]. Todos esses movimentos de espírito falam da mesma revolta contra o liberalismo mercantil, da mesma nostalgia dos ‘ceifeiros de antigamente’. São modulações inspiradas em Rousseau, e seus fins políticos são, necessariamente, os de reação” (STEINER, 1982, p. 124-125). O valor antimercado e antifinanças que logo elegeria seus inimigos na figura do judaísmo encontrava sua marca definida em um de seus mais destacados teóricos, Ernst Jünger. Neste

momento preciso, apoiar de forma decisiva o partido nacional-socialista.¹²⁷⁹ É certo que tal apoio teve lugar uma vez sopesado o seu lento processo de adaptação a uma Alemanha progressivamente concentrada em meios urbanos, tanto social quanto economicamente. Tais foram as circunstâncias às quais, por certo, os judeus souberam adequar-se de modo mais célere e disto extrair vantagens (*cf.* CRAIG, 1991, p. 137), o que outros grupos não souberam ou não puderam fazer, ao menos não tão hábil e rapidamente. A mescla entre os valores campestinos e os católicos terminaria por calar fundo na primeira formação do formação intelectual e também do pensamento político

momento começamos a perceber um Steiner que aduz razões que parecem-nos aproximar-nos a alguns pontos disputados em Schmitt, tais como o de seu tratamento das questões relativas a conceitos tão caros ao nacional-socialismo como ao conservadorismo alemão de direita do pré-Segunda Grande Guerra Mundial, mas que alimentaram fortemente tal movimento, a saber, os conceitos de sangue (*Blüt*), raça, etnia e terra, temas para os quais nada menos do que já em 1924 o próprio Hitler estivera alerta o suficiente para incluir em um de seus livros (ver HITLER, 2007, p. 55-68). Steiner adverte em seu texto para um Heidegger que destaca ‘as forças tenebrosas que o homem deve extrair das veias da terra’, cuja combinação com sua crença no ‘mistério do sangue e do destino étnico’ propicia uma chave para conectá-lo com os escritos do Schmitt do período de 1933-1936. Em Schmitt estas forças ‘tenebrosas’ já haviam sido extraídas não apenas da terra como de outras dimensões. É também aqui onde Steiner identifica e destaca o desprezo de Heidegger pelo mercantilismo, posto que “[...] quando Heidegger exalta a dignidade antiga do modo de vida rural, quando responde fervorosamente à aura do trabalho artesanal e despreza o verniz pretensioso das forças do mercado e da Bolsa [...]. Todos esses movimentos de espírito falam da mesma revolta contra o liberalismo mercantil, da mesma nostalgia dos ‘ceifeiros de antigamente’. São modulações inspiradas em Rousseau, e seus fins políticos são, necessariamente, os de reação” (STEINER, 1982, p. 124-125). Aqui, portanto, sobressai em Steiner a identificação em Heidegger de sua ligação com a contestação dos valores das forças de mercado, com sua oposição a uma sociedade de valores financistas, em suma, das novas conexões econômicas que vicejavam, ou seja, de tudo e todos que mantivessem relações com o mercantilismo e o liberalismo. Neste ponto a tradição combativa deste Heidegger steineriano se identifica indubitavelmente com um dos eixos combativo-temáticos de Schmitt.

¹²⁷⁹ A este respeito é importante a observação realizada por Bracher no sentido de que “[...] los campestinos se agolparon en torno al nacionalsocialismo, sumamente generoso en las promesas, mientras que las masas trabajadoras depauperadas se refugiaban en los antípodas de la derecha, los comunistas”. (BRACHER, 1995a, p. 234). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] os camponeses se aglutinaram em torno ao nacional-socialismo, altamente generoso em suas promessas, enquanto que as empobrecidas massas de trabalhadores se refugiavam nos antípodas da direita, os comunistas”.

de Schmitt, embora este não fosse um movimento de todo incapaz de alguma relativização em momento futuro, o que, efetivamente, se percebeu.

Esta aproximação entre o catolicismo e o político condicionaria tematicamente, mas também do ponto de vista analítico, boa parte de aspectos centrais das obras de Schmitt da primeira parte década de 20. Como mencionamos, com o passar dos anos, o autor foi capaz de relativizar este forte impacto inicial, amenizando-o até uma definitiva ruptura com o catolicismo já em idade mais avançada, quando elabora e dirige duras críticas à Igreja Católica,¹²⁸⁰ por certo já não mais vista como um modelo para o exercício do poder terreno.

¹²⁸⁰ Há teses que se apóiam em um fato peculiar da vida de Schmitt para dar início ao seu distanciamento da Igreja Católica. A tentativa de Schmitt de anular o casamento com sua primeira esposa, Pawla (Paula) Dorotić (a quem dedica o seu ensaio de filosofia jurídica e política intitulado *La valeur de l'Etat et la signification de l'individu*), sobre quem conta-se ter sido uma caloteira que lhe teria causado prejuízos financeiros a Schmitt, muito embora seu biógrafo indique que dela pouco se conheça (cf. BENDERSKY, 1989, p. 43), ademais dos comentários gerados na então pequena Bonn sobre os motivos da separação pouco recomendáveis para a época, bem como sobre a inexitosa tentativa de anulação do casamento e a posterior excomunhão (cf. BALAKRISHNAN, 1989, p. 19). Contudo, sua tentativa de anulação não prosperou no Vaticano nos termos do Direito Canônico mas apenas e tão somente conseguiu a dissolução matrimonial por meio do Direito Civil comum (cf. RÜTHERS, 1989, p. 165). Seu segundo casamento se daria com mulher de mesma origem, a sérvio-ortodoxa Duschka Todorovitsch, mãe de sua filha Anima Schmitt. Em torno a estas suas questões pessoais gravitam especulações de certos segmentos dos intérpretes de Schmitt, como a de esta frustração poderia ter sido, no mínimo, um dos fatores que deram lugar ao seu distanciamento da Igreja Católica, o que teve lugar, conforme a data de seu segundo casamento, em torno ao início da década de 30. Há uma disputa entre Bendersky e Freund. O primeiro afirma que Schmitt conseguiu anular o casamento, enquanto o segundo indica que não o conseguiu. Conforme indica Ruiz Miguel (cf. 2000, p. XIX), ambos têm parcial razão, posto que, segundo documentação de Quaritsch, Schmitt teria obtido a nulidade civil por sentença da Audiência Territorial no ano de 1924, enquanto que, no âmbito da Igreja Católica, especificamente da Cúria de Colônia, não obteve, assim como tampouco em seu recurso a Münster, resultado favorável. Sendo assim, ainda que continuasse católico, viveu excomungado por este seu segundo casamento com Duschka Todorovitsch (com quem viveu até sua morte na década de 50) ter ocorrido, o que pode ter lugar apenas na esfera cível. Nascido de família católica, pai dedicado às atividades religiosas, tendo inclusive participado da construção da Igreja local, além de um atento militante do Partido Católico de Centro com o qual mantém diálogo durante boa parte de sua vida. A rigor, como nos diz Bendersky, as raízes religiosas da família

As críticas schmittianas endereçadas à Igreja Católica encontram-se conectadas a um momento de Weimar em que o Partido Católico de Centro ainda exercia um papel político importante, no final da década de 20 e antes da ascensão do nacional-socialismo ao poder. É inegável, contudo, que Schmitt permaneceu sob influência algo mais forte de toda uma herança católica todavia pulsante até o início dos anos 20 (*cf.* SCHWAB,

remetiam a outras gerações: (a) “[...] per generazioni i componenti della famiglia erano stati strenui difensori della fede e non avevano mancato di stringere forti legami con il clero” (BENDERSKY, 1989, p. 31). Esta ligação com o catolicismo por parte de Schmitt foi um dos fatores que contribuíram a que mencionasse quando de sua chegada a Berlin entrada a década de 20, muitos anos depois, quando para lá se dirigiu para ocupar cargo acadêmico, que se sentia um estranho na cidade. A uma pergunta sobre uma eventual conexão com seu interesse pelo poder, por sua constante aproximação dos donos do poder, independentemente de suas inclinações teóricas – sublinhe-se que Schmitt foi homem próximo da República de Weimar em seus últimos momentos, homem de von Papen em especial, bem como do regime nacional-socialista em seu período de estruturação e afirmação até o ano de 1936 –, se existiriam motivos em sua origem familiar para de alguma forma justificar tais condutas. Como diz Bendersky (b) “[...] benché fosse un nazionalista che dimostrerà sempre molta deferenza nei confronti della autorità dello stato, la sua personalità era condizionata da un particolare retaggio settario e regionale” (BENDERSKY, 1989, p. 30). Isto deve ser entendido no contexto de um nascido em uma família de meios econômicos e culturais simples que lhe pretendia um futuro dedicado aos afazeres religiosos. De qualquer sorte, é duvidoso poder compartilhar muito do que diz Bendersky quando assinala que (c) “[...] Schmitt aveva poco in comune con la classe dirigente protestante prussiana: per tradizione e temperamento era un ‘renano’” (BENDERSKY, 1989, p. 30). Isto parece-nos algo mais claro por intermédio de seu apoio ao regime de von Papen que aposta por um incremento no regime caudilhista-presidencial (*cf.* BRACHER, 19995a, p. 236) à semelhança de vários traços dos escritos schmittianos já da década de 20. Esta é interpretação reforçada por Faye ao sustentar que Schmitt foi elemento-chave, um (d) “[...] operador crucial del paso de Weimar al Tercer Reich” (FAYE, 2010, p. 139). A rigor, talvez alguma resposta possa ser encaminhada de que sua capacidade intelectual não lhe tenha falhado mas, isto sim, que a vaidade e a ambição de tornar-se uma das figuras proeminentes do Reich, proveniente que era de família humilde, lhe tenha sido capaz de demover de proceder segundo indicara seu juízo e melhor razão teórica para as circunstâncias. Aos trechos acima sugerimos as seguintes livres-traduições: (a) “[...] por gerações o componente da família foi vigorosamente defendido pela fé e não tinha falha de subscrever a intensa ligação com o clero”; (b) embora fosse um nacional-socialista que demonstrasse sempre muita deferência no confronto com a autoridade do Estado, a sua personalidade era condicionada por um particular patrimônio sectário e regional”; (c) “[...] Schmitt tinha pouco em comum com a classe dirigente protestante prussiana, pois por tradição e temperamento era um ‘renano’”; (d) “[...] operador crucial da passagem de Weimar ao Terceiro Reich”.

1989, p. 72) e talvez mais moderadamente, até meados da década. A respeito de seu distanciamento final da Igreja Católica, Bendersky reforça a ideia de que já em seu último período de vida este distanciamento apenas se faz aprofundar, sendo que “[...] nell’ultimo periodo della sua vita egli parlerà spesso in modo denigrante della chiesa e, criticando molto la sua intromissione nella politica [...]”¹²⁸¹ (BENDERSKY, 1989, p. 119).¹²⁸² Destarte, resta clara alguma movimentação na percepção inicial do modelo teológico schmittiano de pensar o político, e também ao liberalismo (ver SÁ, 2004), muito embora este não se distancie do poder e da figura do soberano traçados em *Politische Theologie*.

A este respeito é digno de nota que, não obstante este distanciamento, Schmitt jamais chegaria a fazer repercutir esta sua nova posição a respeito da Igreja Católica em revisões conceituais do político ou da ditadura. Este distanciamento não se dá com a profundidade suficiente de propor uma revisão de seus escritos nem mesmo sequer quanto ao impacto metafórico do conceito de soberania importada da dimensão do religioso para o político (*des politischen*),¹²⁸³ ainda que polemicamente tal movimento se desse em um âmbito de secularização da vida.¹²⁸⁴

¹²⁸¹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] no último período de sua vida ele falará da Igreja frequentemente de modo depreciativo, criticando muito a sua intromissão na política”.

¹²⁸² A respeito desta obra de Schmitt e sua relação com o político (*des politischen*), ver MIGUEL, (1996), RUIZ MIGUEL, (2000; 1996).

¹²⁸³ A este respeito, por exemplo, Caldwell apropriadamente menciona que “[...] decision on the exception, on the emergency, was “[...] a theologically conceived moment of transgression invoked in the idea of sovereignty [...]” (CALDWELL, 1989, p. 359). O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] decisões na exceção, na emergência, foram “[...] uma teologia formulada em momento de transgressão invocando a ideia de soberania [...]”.

¹²⁸⁴ Adverse realiza uma boa leitura de Marramao da questão da secularização. Recorda-nos que Marramao propõe uma retomada do termo como uma “[...] metáfora surgida na época da Reforma em âmbito jurídico, indicando ‘a expropriação de bens eclesiais em favor dos príncipes ou das igrejas nacionais reformadas’”. (*apud* ADVERSE, 2008, p. 368).

A referência à secularização da vida que se encontra em Schmitt dialoga com a já anunciada morte de Deus por Nietzsche, devidamente recepcionada, em termos culturais, por um período que o faz conectar com uma *Lebensphilosophie*¹²⁸⁵ existencialista. Em Schmitt, contudo, como resta bem pontuado por Adverse, a secularização “[...] está associada à ideia de *substituição*, ou melhor, de *transferência* ou *transposição*. Trata-se da transposição de conceitos religiosos ou teológicos para a esfera mundana/política” (ADVERSE, 2008, p. 369), e esta transferência é realizada a partir da percepção do mundo desdivinizado, mas cujos referenciais haviam construído os conceitos políticos todavia operantes neste mundo.

Esta percepção destacada por Adverse sobre a transposição de conceitos religiosos para a esfera mundana permite observar que em Schmitt os conceitos políticos modernos não passaram pela mediação da modernidade. Em verdade, estes conceitos transitaram diretamente por intermédio dela e permanecem influenciados pela sombra pré-moderna do teológico. Em suma, as revoluções que reclamam para si a democracia não convencem Schmitt de sua real subversão dos valores fundamentais que, a seu ver, continuam genuinamente inspirados na teologia e por meio desta devem continuar a ser lidos para que entendamos o político.¹²⁸⁶

Ao fundo desta sua leitura subjaz o fato de que, em sua primeira maturidade como publicista, o autor aderiu ao catolicismo político, cultura religiosa que devia às práticas familiares, especialmente ao seu pai, em seu tempo membro do Partido Católico de Centro¹²⁸⁷ de sua Sauerland natal que, posteriormente, desempenharia papel

¹²⁸⁵ Em breve síntese, a *Lebensphilosophie* tem como eixo argumentativo o sentimento e a intuição, e visa estabelecer a prioridade do vital.

¹²⁸⁶ A respeito da conexão entre a teologia política e a crítica ao liberalismo político encontra-se referência em Sá. Ver SÁ, (2004).

¹²⁸⁷ A revista de esquerda *Weltbühne* opinava que em Schmitt era observável tanto um pensador ligado ao *status quo*, que durante a República de Weimar foi o caso do governo de von Papen – que, aliás, durante o

relevante na formação da República weimariana. Não obstante este papel influente, da parte de Schmitt não houve a percepção de alguma proximidade sua por intermédio desta origem comum. Insuficiente, portanto, para sequer aplacar a acirrada oposição que a República sofreria de Schmitt, conectado com uma ampla corrente persistente em alimentar seus valores antirrepublicanos marcados pelo viés teológico político de matriz católica presente na teoria schmittiana.

É certo que no âmbito da argumentação sobre o catolicismo persistia a admiração schmittiana por duas ideias, a saber, a de autoridade (absoluta e infalível) e, por outro lado, a de representação (perfeita). Neste sentido interessa a observação histórica de Sirczuk, de que

[...] el punto de partida de su comprensión de la modernidad es que el fundamento trascendente y absoluto que sostenía la república Cristiana deja de operar después de la Reforma: la teología política schmittiana, como respuesta antipositivista a la *muerte de Dios*, tiene como sustrato la secularización, el derrumbe de lo trascendente y la ausencia de fundamentos. (SIRCZUK, 2007, p. 36).¹²⁸⁸

Perante esta decadência e queda não apenas da divindade bem como da ordem justificadora do poder divino e da própria estrutura legitimadora do poder terreno então representado pelas monarquias, Schmitt haveria de proceder necessariamente a uma movimentação teórica indicativa do reconhecimento da secularização. Contudo, manteria o crédito à ordem teológica. Nas particulares estruturas conceituais do político persistiria a inspiração conceitual teológica, pois, como indica em seu bastante bem conhecido trecho, “Alle prägnanten Begriffe der modernen Staatslehre sind

regime nacional-socialista, assim como Schmitt, também aderiu ferrenhamente – mas também um pensador ligado ao Partido Católico de Centro (cf. BENDERSKY, 1989, p. 217).

¹²⁸⁸ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] o ponto de partida de sua compreensão da modernidade é que o fundamento transcendente e absoluto que sustentava a república cristã deixa de operar depois da Reforma: a teologia política schmittiana, como resposta antipositivista à *morte de Deus*, tem como substrato a secularização, o colapso do transcendente e a ausência de fundamentos”.

säkularisierte theologische Begriffe” (SCHMITT, 1996e, p. 43).¹²⁸⁹ Em suma, esta ordem teológica persiste como eixo hermenêutico do político. Esta é uma leitura do político que, seguramente, não poderia encontrar apoio no contexto político-constitucional weimariano em que a defesa das atividades parlamentares e dos direitos se revelava como um ponto central.

Na medida em que crítico ao regime e desde esta leitura teológica do político, Schmitt também mantinha contato com setores algo mais lúcidos sobre o porvir, ainda mesmo durante a barbárie do regime.¹²⁹⁰ Não raro estes contatos fossem com personagens centrais bastante próximos ao catolicismo,¹²⁹¹ muito embora próximos ao radicalismo de direita que os aproximava do totalitarismo naquele período. Outros destes interlocutores católicos de Schmitt puderam ser membros do conservadorismo revolucionário, cuja forte influência da Igreja Católica se dava por intermédio de seu

¹²⁸⁹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “Todos os conceitos expressivos da moderna doutrina do Estado são conceitos teológicos secularizados”.

¹²⁹⁰ A este respeito, por exemplo, quando da bárbara noite das facas longas, em 1934, em que foi vitimado, dentre outros, membros da Igreja Católica, manifestou-se Waldemar Gurian em oposição tanto ao regime como quanto ao silêncio geral a respeito: “La Iglesia no es una asociación que se acomoda a las correspondientes relaciones de poder; sino ella es la guardiana y protectora del orden moral para los hombres y todos los pueblos. La Iglesia tiene que hablar, cuando un poder temporal amenaza y destruye ese orden [...]. El silencio de los obispos es quizás más terrible que todo lo demás que ha ocurrido el 30 de junio de 1934” (*apud* RÜTHERS, 2004, p. 102-103). Ao trecho citado logo acima sugerimos a seguinte tradução: “A Igreja não é uma associação que se acomoda às correspondentes relações de poder, mas sim que ela é guardiã e protetora da ordem moral para os homens e todos os povos. A Igreja tem que falar quando um poder temporal ameaça e destrói esta ordem [...]. O silêncio dos bispos é, quiçá, mais terrível que todo o demais que ocorreu no dia 30 de junho de 1934”.

¹²⁹¹ É curioso notar a este respeito que de Hitler a Himmler, dentre muitos outros altos membros do regime, e também de pensadores do calibre de Schmitt e Heidegger, por exemplo, tínhamos personagens fortemente ligados ao catolicismo. Fora esta, toda uma geração nascida ao final do século XIX em que o racionalismo encontrava-se em crise também mantinha conexões profundas com o catolicismo. O ocaso da grande Alemanha do primeiro pós-guerra no século XX encontrava-se habitada por personagens eivados de um profundo catolicismo, talvez mesmo de projeções patológicas, antes do que estritamente por razões teológicas.

partido de Centro (ver SCHWAB, 1989, p. 72), cujos eixos argumentativos tampouco se diferenciavam fundamentalmente daqueles apresentados pela Igreja Católica espanhola,¹²⁹² o que nos interessa para fins de aproximar Schmitt do conservadorismo donosiano.

O período de afirmação intelectual de Schmitt é o dos últimos momentos do regime bismarckiano em que o catolicismo desempenhava papel ainda importante. Contudo, também era um momento formativo que se defrontava com as crises e de outras disputas que gravitam em torno à formação da República de Weimar bem como o processo de tentativa de desenvolvimento de suas instituições. A inserção de Schmitt nos primeiros grandes temas públicos na década de 20 estava parcialmente influenciado pelas lições de um de seus mestres, Max Weber. O católico Schmitt tornar-se-ia aluno de Weber em seus concorridos seminários em München (1918-1919), muito embora se encontre em uma perspectiva crítica desde a linha temática weberiana, especificamente no que tange às reflexões ligadas ao capitalismo (ver WEBER, 1988), temas religiosos, burocracia como também jurídicos.¹²⁹³

¹²⁹² A concepção de Estado de Direito da Igreja Católica espanhola incluía dois eixos argumentativos, a saber, a noção de ordem e também a ideia de respeito à dignidade da pessoa humana (*cf.* LANDRIN, 2006, p. 49-50). Malgrado a proximidade de Schmitt com a doutrina Católica, importa assinalar que o autor apenas mantém contato, e intensamente, com a primeira ideia de ordem, mas nenhum compromisso com a segunda delas. Relativamente a esta segunda ideia, em absoluto ela não repercute na filosofia política do autor. A rigor, o autor não incluiu entre as suas preocupações qualquer noção de dignidade humana ou ainda outra aproximada dos princípios de direito natural.

¹²⁹³ Para maiores detalhamentos acerca desta possibilidade de aproximação entre Schmitt e Weber, ver COLLIOT-THÉLÈNE, (1999), COHN, (2002), EBERL, (1994), EISERMANN, (1994), EMDEN, (2008), GÖRES, (1996), PINTO, (2002), PORTINARO, (1981), SLAGSTAD, (1997), ZUBER, (2007). Para uma aproximação desde Weber a Schmitt por intermédio do conceito de política e democracia, ver RABOTNIKOF, (1989). Para realizar uma aproximação de Schmitt, Weber e Strauss por meio do relativismo cultural, ver TURNER, (2002). Uma análise comparativa de Schmitt com Weber e Franz Neumann pode ser vista desde KELLY, (2003). Para uma aproximação de Schmitt com Weber e Hannah Arendt, ver KALYVAS, (2009). Para uma boa aproximação realizada em paralelo de Schmitt com Weber e Kelsen, ver HERRERA, (1995). Para uma aproximação de Schmitt com Weber e Hegel, ver

Um dos aspectos que os distancia diz respeito ao conceito de Estado. A compreensão do Estado por Schmitt encontra-se menos ligada ao monopólio da violência (Weber) do que como positivamente caracterizado pelo monopólio da decisão política (*cf.* PINTO, 2003, p. 12). Desde logo, acreditamos que não se trata de entender que se dá a exclusão do papel do monopólio da violência por parte do Estado na teoria schmittiana, mas, isto sim, é necessário precisar o local que ela irá ocupar quanto ao outro e central conceito, qual seja, o monopólio da decisão política. Esta é que poderá conduzir os destinos da violência. Por intermédio da concepção de Pinto sugerimos que o conceito de violência em si ocupa uma posição de subordinação relativamente ao papel exercido pelo monopólio da decisão política que determinará o lugar e o momento de sua aplicação. Em suma, trata-se de que o fator explicativo de tal processo de subordinação conceitual que não se encontra expresso no texto de Pinto se faz presente, isto sim, no conceito do político schmittiano, o qual termina por abranger o conceito de monopólio da violência expresso por Weber como designativo do Estado.

Ademais, também as suas diferenças se projetam no que tange ao Parlamentarismo. Weber o apoia na medida em que o avalia como um instrumento adequado para a seleção de líderes, julgado apto o suficiente para contrapor-se ao processo burocrático de seleção que projetava uma ditadura do conhecimento. Com algumas das virtudes do Parlamento conforme indicadas por Weber, Schmitt em absoluto poderia se colocar de acordo dada a descrição das atividades parlamentares e de seus componentes (ver SCHMITT, 2010a). A este respeito, a nota de Zuber no sentido de que

SALDANHA, (1997). Para uma erudita análise auxiliar focalizada apenas na relação Schmitt e Hegel, ver KERVÉGAN, (2006). Para uma análise do pensamento weberiano e, desde aí, a exploração das possíveis conexões com Schmitt, ver ABELLÁN, (1993), BREUER, (1991), GIDDENS, (1997), KUPER, (1989), MOMMSEM, (1959).

Max Weber und Carl Schmitt sind zwei bedeutendsten Theoretiker der modernen politischen Theorie, die sich mit dem Parlamentarismus beschäftigt haben. Obwohl beide Parlamentarismustheorien sehr unterschiedlich sind, überschneiden sie sich stark im Bereich der Parlamentarismus kritik". (ZUBER, 2007, p. 3).¹²⁹⁴

Todos estes assuntos encontram-se ligados de uma ou outra forma a sua obra maior, *Wirtschaft und Gesellschaft*.¹²⁹⁵ Nesta obra também fica marcada uma possibilidade de aproximação entre Weber e Schmitt tendo em vista que o primeiro não realiza um pleno esclarecimento entre eleições entendidas como escolha competitiva de candidatos e a *acclamatio*.¹²⁹⁶ Esta ambiguidade inicial encontra algo de esclarecimento, segundo sugere Slagstad, em que "[...] that for Weber the most favored alternative was *Führerdemokratie*, a charismatic leader elected by plebiscite" (SLAGSTAD, 1997, p. 129).¹²⁹⁷ Em Schmitt, por seu lado, a opção revelar-se-ia francamente pela *acclamatio* de um líder carismático¹²⁹⁸ que, logo, encontraria o seu desfecho na figura do *Führer* e no elogio schmittiano a sua *Führerdemokratie*.

¹²⁹⁴ O texto acima permite a seguinte livre tradução: "Max Weber e Carl Schmitt são dois importantes teóricos da teoria política moderna que se ocuparam do Parlamentarismo. Embora ambas as teorias do Parlamentarismo sejam diferentes, possuem uma área de forte sobreposição na crítica ao Parlamentarismo".

¹²⁹⁵ A tradução usual da obra é *Economia e Sociedade*. O original alemão encontra-se publicado por Mohr Siebeck, (2009). Dentre as boas traduções da obra temos ao espanhol pela Editora Fondo de Cultura Económica, (1993), e ao português, em dois volumes, pela Editora da Universidade de Brasília, (1999).

¹²⁹⁶ A sereia seduziu as massas com os conceitos schmittianos de participação direta por intermédio do plebiscito, da aclamação popular de seu líder incontestado, em ideia que também seria compartilhada pela literatura política jüngeriana segundo quem ali encontravam-se as circunstâncias para "[...] el triunfo del hombre fuerte" (JÜNGER, 1993a, p. 243). Era esta a arma necessária para desconstituir sua única e melhor proteção, a saber, o conceito de legalidade liberal burguesa, bastião contra a invasão dos detratores das liberdades e dos direitos adquiridos. Ao breve trecho acima, sugerimos a tradução que segue: "[...] o triunfo do homem forte".

¹²⁹⁷ O texto acima permite a seguinte livre tradução: "[...] que para Weber a alternativa mais favorável era a *Führerdemokratie*, um líder carismático eleito por meio do plebiscito".

¹²⁹⁸ Quanto a algumas das qualidades da liderança, dentre as quais esta de possuir carisma e a forma como projetá-lo e exercê-lo eficazmente sobre a população de sorte a dominá-la, trata-se de um ponto em que Schmitt mostra a sua leitura de Weber. De resto, contudo, também em Hitler apareceria em sua *Mein*

Em Weber, contudo, o conceito de *Führerdemokratie* operava como um contrapeso restritivo à força anônima da liderança burocrática que, em Schmitt, seria retomada e radicalizada a extremos não sugeridos por Weber. Conforme nos comenta Slagstad, a ideia fulcral da liderança carismática é a “[...] belief in a leader’s extraordinary personal qualities” (SLAGSTAD, 1997, p. 127),¹²⁹⁹ algo que se justifica pelo suposto papel refreador da burocracia na medida em que constituiria “[...] the antithesis of bureaucratic authority since it contains none of the characteristics essential to bureaucracy: predictability, impersonality and regularity” (SLAGSTAD, 1997, p. 127).¹³⁰⁰ Malgrado Slagstad aponte para o preço cesarístico que Weber pagaria por seu combate ao “[...] bureaucratic iron cage of politics [...]” (SLAGSTAD, 1997, p. 122)¹³⁰¹ quando manifesta a sua aposta em uma democracia de tipo cesarístico ou *Führerdemokratie*, marcada por seu especial processo de seleção de líderes distanciados das formas eleitorais de competição praticadas pelo liberalismo. Contudo, se é certo que Weber haveria de prestar contas sobre esta sua aposta, isto se deve mais à apropriação radicalizadora de Schmitt que desemboca no puro cesarismo, a romper com o texto weberiano, do que aos propósitos iniciais deste autor.¹³⁰²

Kampf traços desta concepção de liderança para o efetivo domínio de uma nova configuração política em que as massas ocupavam importante papel, e que dominá-las se mostrava uma tarefa imperativa.

¹²⁹⁹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] crença nas qualidades pessoais extraordinárias do líder”.

¹³⁰⁰ Para o texto é sugerida a seguinte tradução: “[...] a antítese da autoridade burocrática posto que esta [liderança carismática] não contém características essenciais para a burocracia tais como a previsibilidade, impessoalidade e regularidade”.

¹³⁰¹ Para o texto é sugerida a seguinte tradução: “[...] gaiola de ferro burocrática da política [...]”.

¹³⁰² Contudo, é certo reconhecer com Slagstad que “Weber underestimated the danger that a Caesarean democracy might turn into a Caesarean dictatorship. In retrospect, one may say that Weber’s view is pretotalitarian in a dual sense: firstly, it was formulated prior to the rise of modern totalitarian regimes; secondly, it is situated in a political no man’s land between democracy and the discontinuation of democracy” (SLAGSTAD, 1997, p. 122). Para o trecho acima sugerimos a tradução que segue: “Weber subestimou o perigo que o cesarismo democrático proporcionar em uma ditadura cesárea. Em

Contudo, é indubitável que Weber representava à época uma perspectiva teórico-política de centro, ligada à elaboração da liberal Constituição Weimariana abominada por Schmitt e que, portanto, não compartilhava da considerável proximidade com o seu pupilo Schmitt e as fileiras mais radicais do conservadorismo revolucionário (ver HERF, 1990, p. 192), leitura esta que pode ser ainda explorada desde um vasto campo de possibilidades de aproximações (ver EBERL, 1994; GÖRES, 1996; KALYVAS, 2009; KELLY, 2003; MIGUEL-HERRERA, 2005; ZUBER, 1997).

A diferença entre Schmitt e Weber também pode ser balizada por meio da leitura weberiana daquele momento histórico alemão que apontava para que a cultura republicana weimariana representava pouco mais do que um continuísmo do Reich de Bismarck. De certa forma, isto não era algo ao que Schmitt se opunha, persistindo, ao contrário, uma leitura favorável àqueles valores da era bismarckiana que, como recorda Bendersky, era um Reich marcado fortemente por um viés autoritário, ou seja, toda uma sociedade que “[...] non era infatti abituata a concepire il compromesso politico con lo strumento più utile per governare una società pluralista, in cui la divisione tra i gruppi sociali era ancora troppo forte” (BENDERSKY, 1989, p. 93).¹³⁰³ Este escasso hábito de negociação política seria retomado por Schmitt em dois sentidos diversos. Em um deles, para reforçar a sua crítica às instituições parlamentares, mas nunca segundo uma voz propositiva de correções intrassistemáticas e no segundo, para reafirmar sua convicção

retrospectiva, podemos dizer que a visão weberiana é pré-totalitária em duplo sentido, a saber, que, primeiro, ele foi formulado antes da ascensão dos modernos regimes totalitários e, em segundo lugar, está situada em um terra política de ninguém localizada entre a democracia e a descontinuidade da democracia”.

¹³⁰³ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] não era, de fato, habituada a reputar o compromisso político como um instrumento muito útil para governar uma sociedade pluralista na qual a divisão entre grupos sociais passava a ser, agora, muito forte”.

de que tal negociação não era verdadeiramente um valor ao qual tornar operativo em uma sociedade cujo conceito de democracia se aproximasse de suas proposições.¹³⁰⁴

As estruturas sociopolíticas e jurídicas weimarianas não se dissociaram fortemente da cultura germânica segundo a versão conservadora-revolucionária. Embora em Weber houvesse um movimento pela instauração de valores republicanos, o conservadorismo revolucionário apoiado por homens como Schmitt apostava no caminho inverso, de aprofundamento do antagonismo ao republicanismo. Antecedia a este novo período em que a cultura política firmada pela Casa dos Hohenzollern apontava para práticas monárquicas cujos princípios tornar-se-ia m firmes na cultura política conservadora alemã. Disto é exemplo sua proximidade com as novas propostas de eliminação das certezas metafísicas, da tentativa de extirpação da cultura germânica de vestígios ideais humanistas¹³⁰⁵ em duas mais diversas dimensões¹³⁰⁶ e origens.¹³⁰⁷

¹³⁰⁴ A negociação política em Schmitt recebia a mesma angulação que em Jünger, ou seja, que tratava-se de substituir os valores liberais, de uma época finda calcada no contrato social por uma outra estrutura, na qual a figura do trabalhador e as ações às quais se emprega substituem a esfera das negociações do indivíduo burguês (cf. JÜNGER, 1993a, p. 33).

¹³⁰⁵ Interessante comparar o silêncio de Schmitt sobre o humanismo mesmo no período posterior a Segunda Grande Guerra Mundial e, por outro lado, a preocupação de Heidegger em, de alguma forma, aproximar-se ao tema. A este respeito, ver a sua resposta a Sartre intitulada *Carta sobre o humanismo*. Ver HEIDEGGER, (1985).

¹³⁰⁶ Notadamente, uma destas oposições schmittianas ao humanismo e ao pacifismo é o direito internacional. Anti-kantiano e convergindo com uma possível abordagem hobbesiana do direito internacional, as teses de Schmitt sobre o político logicamente convergem para o fomento ao belicismo (ver SCHMITT, 2006), ao embate continuado com concepções universalistas kantianas de direitos humanos. No diálogo contemporâneo entre Kant e Hobbes no âmbito do direito internacional (ver TRINDADE, 2010) continuaria com este último. Para uma leitura crítica da aproximação entre Schmitt e Kant, ver WAITE, (2010). Em Schmitt é clara esta posição já levantada em 1927 em seu *Der Begriff des Politischen*. Assim, como recorda Ferreira, “[...] só seria viável pensar as relações internacionais em termos de categorias universais num mundo inteiramente despolitizado, no qual a própria noção de relações internacionais talvez já não fizesse mais qualquer sentido” (SCHMITT, 2008, p. 329). Sem embargo, grande parte do tema juspublicista em Schmitt, que começa a ter lugar após o ano de 1936, como se sabe, encontra-se em *Der Nomos der Erde*, (1986). Não obstante, também são conhecidas as suas

Estes propósitos de purificação da cultura alemã de elementos estranhos com vistas à retomada de sua mais castiça tradição medieval requeriam apoios específicos e especializados de setores da intelectualidade, os quais não negaram esforços desde as fileiras do conservadorismo revolucionário. A propósito, Lukács alerta para o comportamento dos intelectuais na época dos Hohenzollern, em especial para o dos professores. À época se dizia que estes acadêmicos compunham a “[...] guardia de corps espiritual de los Hohenzollern” (LUKÁCS, 1959, p. 537),¹³⁰⁸ enquanto que, uma vez advindo o regime nacional-socialista, eles se converteram nos intelectuais das SA e das SS (cf. LUKÁCS, 1959, p. 537) ou, ao menos, públicos apoiadores e legitimadores de que o regime carecia.¹³⁰⁹ Não obstante, havia dissensões entre o grupo que originariamente pertencera às filas nacional-socialistas e outros que aderiram em momento subsequente, sendo que os primeiros sempre se mantiveram refratários a algumas figuras como a de Schmitt, a quem acusavam de uma adesão meramente oportunista ao regime.¹³¹⁰

intervenções em palestras e seminários quando chamado pelo regime nacional-socialista, inclusive no exterior no início dos anos 40, o que motivou questionamentos em seu célebre interrogatório por Kempner após a Segunda Grande Guerra Mundial.

¹³⁰⁷ A crítica mantida desde as fileiras da doutrina nacional-socialista, cujo movimento reprovava os judeus por sua tentativa de se apresenta como povo escolhido para a realização da defesa dos valores humanistas (cf. ROSENBERG, 1971, p. 179).

¹³⁰⁸ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] corpo de guarda espiritual dos Hohenzollern”.

¹³⁰⁹ Todo este foi um movimento intelectual de apoio que se mostraria indispensável como forma de expandir a base de legitimidade de um regime que haveria de encontrar na força o seu grande esteio para fazer-se obedecer. Antes de 1933 este movimento direcionado à procura de apoios foi realizado junto aos grupos de direita, afins teórica, filosófica e politicamente com o que viria a constituir o núcleo duro da teoria e prática política do nacional-socialismo.

¹³¹⁰ Este rechaço à figura de Schmitt foi bastante comentado por seus apoiadores como algo favorável a sua reabilitação, posto que seria uma prova de seu não pertencimento convicto às filas do nacional-socialismo. Esta é uma tese dificilmente sustentável, não obstante os bons esforços a ela dedicados. Do

O perfil dos intelectuais assinalados por Lukács tornou-se possível por sua proximidade teórica ao conservadorismo revolucionário alemão, que encontra sua inspiração política básica em que o Estado deveria ocupar a posição de soberania em detrimento da proeminência da sociedade civil. Esta configuração do poder se encontrava pensada para cumprir suas funções de forma eficiente (*cf.* PINTO, 2003, p. 67). Schmitt seria um dos herdeiros¹³¹¹ e também promotores desta tradição na Berlin dos anos 30 e, como diz Aguilar, igualmente um “[...] asiduo compañero de ruta de la Revolución conservadora” (AGUILAR, 2001, p. 15),¹³¹² algo ao que nos ativemos mais detalhadamente no capítulo III.

É o conservadorismo revolucionário que mantém viva a nostalgia relativa aos valores de um passado mais distante, localizável historicamente no medievo germânico, e desde este *locus* endereça a crítica à urbanidade e ao cosmopolitismo weimarianos. É possível dizer, portanto, que a tradição filosófico-política conservadora deita raízes nas mais hostis reflexões alemãs em torno ao liberalismo, à racionalidade e ao Iluminismo (*cf.* HERF, 1990, p. 67). A respeito destas raízes mais profundas da crítica encontramos em Stern a referência de que já tão cedo quanto nos anos 1770 a 1830 era observável a formação de uma cultura de viés crítico ao racionalismo, algo que serviria como base

que trata-se, antes, é de uma disputa de poderes entre setores que não desejavam a fácil ascensão de Schmitt ao poder, sempre sob os auspícios e a proteção de Göring e Frank.

¹³¹¹ Em específico sobre este aspecto há frondosos materiais que buscam enfrentar o debate sobre a proximidade de Schmitt aos grupos mais conservadores da cultura política alemã daquele período.

¹³¹² Esta tradição conservadora de Schmitt se veria projetada para a dimensão do político, *strictu sensu*, ainda nos anos 1921-1922, quando professor em Greifswald, mas intensificada quando de sua mudança para Berlin onde ensinaria, desde Bonn, onde o ambiente intelectual era algo rarefeito (*cf.* BALAKRISHNAN, 2001, p. 19), inobstante sua larga e consistente produção científica naquela década. Como nos diz Thorup: “[...] efter i 1928 at have fået et professorat på Berlins handelshøjskole begynder hand direkte kontakt med den politiske magt” (THORUP, 2003, p. 3). Em uma tradução livre: “Após 1928 Schmitt se tornou professor na *Handhochschule* de Berlin e colocou-se em contato direto com o poder político”.

argumentativa para o posterior desenvolvimento teórico do conservadorismo revolucionário (*cf.* STERN, 1974, p. XVII).

Esta crítica mais profunda ao liberalismo e ao racionalismo era vista por Schmitt como um período cujo caldo cultural era essencialmente antiliberal (*cf.* BENDERSKY, 1989, p. 39). Indubitavelmente assiste razão a Schmitt. As críticas endereçadas a Weimar o foram talvez menos pelo regime do que por tudo quanto representava. Assim, dirigir-lhe frequentes ataques cumpriria uma finalidade a mais, qual seja, a de também enviar os mais certos dardos ao liberalismo, caracterizado por Stern como tendo sido eleito por Schmitt o seu alvo (*cf.* STERN, 1974, p. XIX), cujo desenvolvimento reclamava que tivesse lugar uma profunda inversão conceitual dos pressupostos teóricos da filosofia política (ver DYZENHAUS, 2003). Inimigo útil este último, portanto, porque serviria como espelho para Schmitt elaborar a sua própria teoria a respeito da ordem política em oposição a estes valores liberais ainda que sem filiar-se diretamente aos conservadores revolucionários de seus dias, antes procurando argumentos nos clássicos Donoso Cortés, De Maistre e De Bonald.

Ferreira chama a atenção para o fato de que a crítica ao liberalismo desenvolvida desde a perspectiva conservadora-revolucionária manteve-se constante em toda a obra de Schmitt, mas que “[...] foi, provavelmente, nos textos dos anos 1920 e do início da década de 1930 que essa atitude desempenhou um papel decisivo na elaboração do seu pensamento” (FERREIRA, 2010, p. 73). Aqui há pelo menos dois pontos importantes para entender a dimensão do papel do político na filosofia política schmittiana. O primeiro deles é que o autor localiza o momento decisivo no pensamento schmittiano especificamente em sua produção teórica dos anos 20 e 30. Uma vez que lográssemos interpretar este seu período de forma a vinculá-lo ao conservadorismo revolucionário e a uma leitura totalitária do político, avaliamos desfrutar de um argumento a mais contra a

tese da viabilidade da filosofia política schmittiana como sólida crítica da democracia contemporânea.

Um segundo aspecto diz respeito a que a aproximação crítica do autor ao liberalismo visa utilizá-lo como uma espécie de espelho, do qual irá valer-se como instrumento para construir, em sentido obviamente inverso, a sua própria filosofia política. Entendimento próximo a este é o de Ferreira, ao sublinhar que “[...] a sua [de Schmitt] concepção do político está marcada pelo retrato que ele constrói da atitude liberal diante da política e, ao mesmo tempo, condiciona o seu tratamento do liberalismo”. (FERREIRA, 2010, p. 76).¹³¹³

Esta leitura acima é próxima à já clássica de Strauss, segundo quem a crítica schmittiana ao liberalismo apresenta-se como resultado de uma ação de acompanhamento ou de preparação para a escrita de sua própria obra.¹³¹⁴ Em suma, Schmitt tem menos a intenção de aprofundar a crítica ao liberalismo, como se de uma cruzada teórica se tratasse, mas, isto sim, como instrumento para limpar o campo sobre o qual trabalhar ao erigir a sua própria filosofia política. A avalizada crítica de Strauss sustenta a mesma ideia de que “[...] la tesis fundamental de Schmitt también está absolutamente condicionada por la polémica contra el liberalismo [...]”. (STRAUSS, 2008d, p. 135).¹³¹⁵

Neste aspecto interessa voltar à proximidade de Schmitt com o conservadorismo revolucionário, que se dá por intermédio de sua retomada deste trio conservador composto por Donoso Cortés, De Maistre e De Bonald. Apontado como teoria inspiradora da modernidade e do que o aburguesamento fomentava, fazia sentido que o

¹³¹³ Este é um tema bastante caro ao autor que dedica excelente obra ao assunto, ver FERREIRA, (2004a).

¹³¹⁴ Sobre a leitura de Strauss do *Der Begriff des Politischen*, ver STRAUSS, (2008d; 2007). Para uma apurada aproximação a esta leitura, ver MEIER, (2008).

¹³¹⁵ O texto permite a seguinte tradução: “[...] a tese fundamental de Schmitt também está absolutamente condicionada pela polémica contra o liberalismo [...]”.

liberalismo recebesse a atenção crítica dispensada tanto pelo conservadorismo revolucionário quanto por Schmitt, cujo trabalho supunha uma ácida crítica à modernidade.¹³¹⁶ Este referencial teórico perpassado por animosidade convergia com um tempo histórico descrito por Spengler como “[...] época [...] radical. [que] não suporta compromissos” (SPENGLER, 1941, p. 161). A boa descrição de Spengler explica o quanto o liberalismo burguês e seu pacifismo se opunham aos valores do conservadorismo que projetavam o vigoroso enfrentamento. A falta de compromissos políticos seria, portanto, não uma ausência de virtudes, mas ela própria.

A respeito desta aproximação entre Schmitt e o conservadorismo revolucionário perante os valores da modernidade, que apostava não no embate, mas no diálogo, podemos recordar a Herf. O autor reitera a perspectiva de que a desconfiança relativamente à filosofia Iluminista acompanhou toda a ascensão do Reich prussiano (*cf.* HERF, 1990, p. 51), com o que resta claro que a cultura anti-ilustrada que permeia a filosofia schmittiana mantém alto grau de conexão com o seu tempo. Nada disto poderia ter operado de forma distinta, posto que tem lugar uma relação de exclusão entre o Iluminismo, o irracionalismo e as fontes legitimadoras do político e do Estado então em vigor e as bases daquele que estava por ser fundado.¹³¹⁷ Neste mesmo sentido chama a atenção Kalyvas para o fato de que Schmitt justapõe uma série de explosivos argumentos combinatórios de “[...] charismatic leadership, the aesthetization of politics,

¹³¹⁶ É necessário fazer notar que o nacional-socialismo também se revelaria, a médio prazo, um veículo para que a burguesia que sofrera inúmeros ataques tanto por parte da direita e da esquerda mais radicais. Sugere Von Klemperer que o nacional-socialismo “[...] did assert his lost respectability by revolutionary means” (VON KLEMPERER, 1968, p. 42). Para o trecho acima sugerimos a tradução que segue: “[...] afirmou que sua perda de respeitabilidade por meios revolucionários”.

¹³¹⁷ A este respeito encontramos com clareza a ligação de Schmitt com as fontes anti-ilustradas; isto também fica claro a partir do enfoque do tema da legitimidade do poder político. Enquanto para o Iluminismo tal poder haveria de necessariamente encontrar bases racionais de fundamentação, por outro lado, para a tradição irracionalista uma tal base é não apenas dispensável como necessariamente eliminada, dados os termos e condições em que o poder político será exercido.

irrationalism, sheer will and the cultivation of fear through myth” (KALYVAS, 1999, p. 90),¹³¹⁸ e isto é algo que também se encontra exposto em sua *Römischer Katholizismus und Politische Form*, de 1923, quando, já ao início da obra, lamenta o tom anticlerical e racionalista que, desde o século XVIII se apoderava dos debates (cf. SCHMITT, 2008a, p. 5), malgrado também a Igreja Católica não estivesse desprovida de sua própria racionalidade, o que lhe permitira, por exemplo, suplantar grandiosos cultos dionisiacos da Antigüidade, para o que apela a Renan: “Tout victoire de Rome est une victoire de la rason”. (SCHMITT, 2008a, p. 23).¹³¹⁹

A reunião destes elementos aduzidos por Herf e Kalyvas permite-nos desenhar uma aproximação entre uma cultura de base do militarismo prussiano, que sugerimos encontrar possibilidade de direta, e dura, repercussão no político, o que representa praticamente a recepção por parte da filosofia política schmittiana de vários elementos da ala mais conservadora do conservadorismo revolucionário. A ascensão do Reich prussiano se deu desde as suas mais variadas referências teóricas,¹³²⁰ majoritariamente

¹³¹⁸ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] liderança carismática, a estetização da política, irracionalismo, pura vontade e o cultivo do medo por intermédio do mito”.

¹³¹⁹ Ao trecho acima sugerimos a tradução que segue: “Toda a vitória de Roma é uma vitória da razão”.

¹³²⁰ Uma destas vertentes teóricas não tão debatidas quanto são De Maistre e De Bonald, mas que sugerimos desempenhar papel em Schmitt é Sorel. O autor comenta ceticamente do papel filosófico do Iluminismo. A este respeito nos diz que (a) “[...] hacia 1780 todos creían en el dogma del progreso indefinido del hombre” (SOREL, 1976, p. 145). Esta leitura projeta as circunstâncias históricas céticas que a década de 10 encetaria por força da Primeira Grande Guerra Mundial e com a qual concorda von Krockow, posto que, paralelamente às crenças iluministas, no plano político empírico era notável o avanço da destruição das liberdades e dos ideais de autonomia pessoal (cf. VON KROCKOW, 2001, p. 14). Por outro lado, segue o autor, (b) “[...] ese dogma, que tanta influencia había de ejercer en el pensamiento moderno, sería una paradoja peregrina e inexplicable si no se la considerase ligada al progreso económico y al sentimiento de confianza absoluta que ese progreso engendraba” (SOREL, 1976, p. 145-146). Indiscutivelmente, lhe assiste razão a Sorel em seu comentário de que a leitura mais acurada do papel do Iluminismo não pode encontrar-se desvinculada, entrado o século XX, de sua intersecção com o econômico. Neste aspecto acreditamos interessar a leitura crítica que Schmitt realizará do Iluminismo e da economia de inspiração liberal das primeiras décadas do século XX. Para os trechos acima sugerimos

componentes do campo da direita reacionária de intensa atuação em Weimar, e Schmitt saberia como recepcionar tal tradição.

Estas antigas virtudes militares que se opunham a uma cultura burguesa pacifista entroncavam com uma particular *Weltanschauung* conservadora revolucionária, que buscava em remotas tradições do homem germano a sua força legitimadora. Neste sentido, por exemplo, Spengler é um dos autores a nos dizer que “[...] a estabilidade do futuro está naquilo que nossos pais transmitiram ao nosso sangue, idéias sem palavras. O que importará é o que em anos passados caracterizei como ‘prussianismo’ [...]” (SPENGLER, 1941, p. 10). Novamente, a remissão ao passado e ao sangue, e isto não era mera casualidade, bem como tampouco havia qualquer acaso na anti-intelectualidade mantida, paradoxalmente, por eruditos como Jünger, e mesmo Heidegger durante algum tempo, diretos e nada discretos em dispensar o uso de ideias e palavras, como se a ação irreflexiva pré-orientada por intelectuais fora a essência redentora para os males germanos.

O prussianismo, portanto, fazia sentir o seu forte impacto nesta tradição, apontando para as origens guerreiras e militaristas cuja profunda aversão teórica e empírica ao liberalismo voltaria a ser reiterada a todo momento e que, como diz Kalyvas, foram valores cujo núcleo duro Schmitt soube atacar e rompê-los (*cf.* KALYVAS, 1999, p. 90). Contudo, por trás da argumentação que visava a estabilização de uma realidade conturbada, ocultava-se toda uma retórica, e uma teoria, cujo viés totalitarizante lhe impediria a realização desta sua proposta. Em verdade, os regimes regimes totalitários que exercem a força como meio político não podem realizar a

as livres-traduições: (a) “[...] em torno de 1780 todos acreditavam no dogma do progresso indefinido do homem”; (b) “[...] este dogma, que tanta influência tinha de exercer no pensamento moderno, seria um paradoxo peregrino e inexplicável se não se lhe considerasse ligado ao progresso econômico e ao sentimento de confiança absoluta que este progresso engendrava”.

finalidade estabilizadora supostamente aspirada, isto porque, conforme nos indica Arendt, “[...] la inestabilidad es un requisito de la dominación total” (ARENDT, 1974, p. 38),¹³²¹ característica esta inexorável dos regimes totalitários.

Neste aspecto recobriria sentido que entre as fileiras do grupo revolucionário conservador se desse o desenvolvimento de um antiliberalismo histórico já apontado na literatura de Jünger como um anti-aburguesamento da sociedade alemã (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 19). Assim, reconheceria Jünger, e não em tom de lamento, que “[...] hemos sido malos burgueses” (JÜNGER, 1993a, p. 19),¹³²² embora, como indica Lukács, que “[...] Alemania era, antes de la guerra, ‘militarista’, porque era demasiado poco heroica” (LUKÁCS, 1959, p. 435),¹³²³ ideia convergente com o irracionalismo que lhe marcaria.¹³²⁴ O heroísmo de que fala Lukács encontrar-se a Alemanha carente era o da coragem de enfrentar o militarismo reinante, antes do que o heroísmo conservador revolucionário ou nacional-socialismo, e schmittiano (ver SCHMITT, 2010b, p. 144-148), que residia no enfrentamento e eliminação do outro. A má prática pacifista burguesa na sociedade alemã e suas indecisões a convidava a tomar celeremente o caminho da decomposição.

¹³²¹ O trecho citado logo acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a instabilidade é um requisito da dominação total”.

¹³²² O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] fomos maus burgueses”.

¹³²³ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] Alemanha era, antes da guerra, ‘militarista’, porque era demasiado pouco heroica”.

¹³²⁴ A respeito das conexões lukácsianas nos comenta Bercovici que o autor se propôs a uma descrição das mudanças do modelo racional (que sugerimos encontrar enraização no movimento revolucionário ilustrado) para um outro paradigma, irracional (*cf.* BERCOVICI, 2007, p. 62). Assim como Weber elegera a burocracia como um de seus temas-eixo, Lukács se ocupará da crítica da emergente burocracia do mundo moderno. Bercovici, por sua parte, chama a atenção para o fato de que assim como Schmitt, Lukács guardou certa posição de discípulo weberiano (*cf. Ib.*), malgrado a profunda diferença entre as posições de ambos discípulos, sendo Schmitt o seu seguidor de direita, crítico das “formas mecânicas e liberais” (*Ib.*).

Os esforços no sentido de evitar o rumo que a Alemanha poderia tomar eram sugeridos pelo conservadorismo revolucionário da mesma forma com que eram apresentados em Schmitt que retoma importantes aspectos da crítica conservadora. Schmitt, leitor de Donoso Cortés, retoma a filosofia política do católico conservador espanhol para atualizar a sua crítica a Weimar desde o também crítico trabalho donosiano sobre o liberalismo, para quem “[...] el hombre ha nacido para obrar, y la discusión perpetua contradice a la naturaleza humana, siendo como es enemiga de las obras” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 169)¹³²⁵ e, como é sabido, Schmitt focaliza a incapacidade do Parlamento para agir. A proximidade de Schmitt com Donoso Cortés uma vez mais se ensaia nesta leitura do liberalismo que, conforme admite Schwab, encontra seu núcleo em Schmitt no processo de discussão juntamente com a separação de poderes e da livre criação de normas por intermédio de via parlamentar (*cf.* SCHWAB, 1989, p. 67). Em via convergente com esta aversão liberal schmittiano-donosiana prosseguia em sua trilha a tradição conservadora revolucionária com a qual dialogava o autor à época. O conservadorismo revolucionário ampliava a defesa e abria o caminho para o cesarismo, ou seja, elaborando as linhas mestras e divulgando o discurso consistente em que a

[...] revolta instintiva do sangue da raça não gasta, do desejo primitivo do poder; põe-se em evidência a rebelião contra as potências materialistas do dinheiro e do espírito, das teorias anárquicas e da especulação que se aproveita delas, da democracia [...]. (SPENGLER, 1941, p. 55).

Spengler aponta o caminho para o cesarismo e não o faz isoladamente. Tal como em Schmitt, o percurso que muito claramente tinha em vista era o do enfeixamento dos poderes em uma só figura (*cf.* SPENGLER, 2009b, p. 536-537). A crítica spengleriana envolve dispor de sangue, raça, poder, dinheiro e espírito para a materialização de uma

¹³²⁵ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] o homem nasceu para agir, e a discussão perpétua contradiz a natureza humana, sendo como é, inimiga das ações”.

nova realidade democrática. Esta leitura spengleriana reenvia diretamente para o perfil em que o liberalismo-parlamentar era entendido, ou seja, a posta em evidência do dinheiro e da consequência que isto ocasionava, ou seja, democracia e anarquia, e para derrotar-lhes era imprescindível o emprego da força. Schmitt, como é bem sabido, tem no liberalismo um de seus objetos centrais de crítica, e haveria mesmo de tornar-se um “[...] opositor intransigente da tradição liberal” (FERREIRA, 2010, p. 73) para que encontrasse as condições de possibilidade para a expansão do discurso em prol da violência latente desde os seus primeiros movimentos em seus escritos da primeira parte da década de 20.

A intransigência schmittiana denunciava o acirramento da crítica, evidenciava que o rumo proposto era o da inversão dos valores burgueses, o qual passava pela afirmação da experiência vitalista do entronizamento do belicismo e as virtudes do enfrentamento. Como diz Herf, poucos autores da direita alemã fizeram mais do que Jünger no sentido de tornar a política uma permanente experiência do *Fronterlebnis*.¹³²⁶ Contudo, é certo que não poucos foram aqueles cuja ligação com o pensamento reacionário conduziria a que incondicionalmente apoiassem aos movimentos belicistas de inspiração guilhermina. A experiência de guerra da geração de 14 à qual pertencia Jünger foi articulada com os reclamados valores germanos medievais, ligados à terra e à simplicidade rude da vida rural, evidentemente avessos a tudo quanto dissesse respeito ao cosmopolitismo que logo após a Primeira Grande Guerra Mundial marcaria grandes cidades como Berlin.

Esta caracterização será um ponto chave para compreender o motivo pelo qual o nacional-socialismo encontrava (a) tantas dificuldades para penetrar politicamente em Berlin e (b) da própria resistência e, mesmo, rechaço, que sofria em suas investidas de

¹³²⁶ O conceito de *Fronterlebnis* remete à tradução da experiência do *front* de vários dos autores do período no sentido de atualizar suas experiências de guerra para a vida weimariana.

ocupar maior poder político na metrópole dominada pela social-democracia. Contudo, para Spengler o conservadorismo revolucionário denota tanto o começo como o fim de uma cultura (cf. SPENGLER, 2009b, p. 411), o fim de um momento de triunfo de valores liberais e o início de uma cultura autenticamente germana¹³²⁷ bem mais próxima ao projeto dos Jünkers germanos. O tesouro alemão originário, portanto, poderia ser materializado por meio da revivescência do virtuoso homem, sempre pronto ao enfrentamento como forma de proteção aos valores essencialmente germanos o que, por outro lado, confirmava a desadaptação alemã para uma vida burguesa.

Os valores que a cultura conservadora revolucionária elegia como alvo já haviam sido tematizados e parcialmente enfrentados por Weber na década de 10 ao referir-se a uma sociedade burguesa em que a técnica e o lucro se expandiam (cf. WEBER, 1988, p. 257-259) leitura que, efetivamente, não se mostraria contraditória ao pensamento desenvolvido sobre o tema no âmbito do nacional-socialismo. Ao contrário, com o decorrer do tempo, o nacional-socialismo, e em especial em Hitler, puderam ser observados o elogio às atividades industriais, não obstante durante certo período tenha prevalecido o entendimento de que o nacional-socialismo rejeitava valores da modernidade como a tecnologia e os avanços que ela propicia à economia¹³²⁸ e, desde

¹³²⁷ Especificamente no caso da confrontação das teses de Spengler e Schmitt em Weimar, o que sugerimos é que encontraríamos em ambos um momento de finalização da cultura e emoldurador das possibilidades do surgimento do novo, e totalitário, regime.

¹³²⁸ Em Schmitt este movimento parece ir sendo acompanhado desde os primeiros momentos da década de 20. Em seu *Römischer Katholizismus und Politische Form*, e não sem um certo grau de poder antecipatório das relações econômicas e de bens de consumo do próprio III Reich ainda distantes do horizonte alemão em precisos dez anos, diria Schmitt que (a) “Die moderne Technik macht sich einfach zum Diener irgendwelcher Bedürfnisse. In der modernen Wirtschaft entspricht einer aufs äußerste rationalisierten Produktion ein völlig irrationaler Konsum”. Como se fôra de escassa valia a sua análise, Schmitt todavia logra antecipar as dimensões que o racionalismo econômico poderia atingir em matéria de consumo, realidade que se configuraria na produção industrial de gases para a realização do extermínio (núcleo do político) de seres humanos no III Reich: (b) “[...] mag die Nachfrage seidene Blusen oder

este laço, restava estabelecida a sua conexão com o liberalismo e o eixo desde o qual Schmitt remontaria parte de sua crítica.¹³²⁹

A crítica à técnica vem acompanhada da percepção sobre o funcionamento do mundo econômico e a sua abordagem traria no âmago do pensamento conservador uma contradição. Trata-se de que, ao tempo em que apoiado no que concerne à sua dimensão bélica, por outro lado, o conservadorismo revolucionário procurava contrapesar tal opção com uma crítica postulante dos valores pastoralistas, como aqueles presentes nas visões de Schmitt-Heidegger. Este movimento de relativo reforço à cultura pastoralista não ocorreu tão intensamente em Jünger, mais preocupado com uma literatura que destacava outra ordem de valores. Isto sim, durante o período weimariano Jünger se mostrou capaz de articular uma leitura compatibilizadora da técnica e das virtudes heroicas que se esperava dos novos membros da emergente *Gemeinschaft*, cujos atos de violência Schmitt enlevara em moldes modernos já no alvorecer dos anos 20 nas linhas de seu breve texto intitulado *A teoria política do mito* (ver SCHMITT, 2010b, p. 144-148). O ideal que permeava várias correntes afins com o conservadorismo daqueles dias encontrava inspiração na busca da retomada da sociedade agrária, idealizada nas

giftige Gase oder irgend etwas anderes betreffen. Der Rationalismus des ökonomischen Denkens hat sich daran gewöhnt, mit gewissen Bedürfnissen zu rechnen und nur das zu sehen, was er »befriedigen« kann”. Aos trechos citados sugerimos as livres traduções que seguem: (a) “A técnica moderna se converte facilmente em servidora de quaisquer necessidades. Na economia moderna, a uma produção externa racionalizada ela se corresponde a um consumo totalmente irracional”; (b) “[...] quer consista em camisas de seda ou em gases venenosos ou, ainda, qualquer outra coisa. O racionalismo do pensamento econômico se acostumou com certas necessidades e a observar apenas aquilo que possa ‘satisfazer’”.

¹³²⁹ A respeito da conhecida e intensa crítica schmittiana ao liberalismo Kalyvas chama a atenção para o fato de que “[...] his fervent and multifarious assault on liberalism, the rule of law, legality, the division of powers, normativism, pluralism and parliamentarism should be viewed from the vantage point of his hostility to technology” (KALYVAS, 1999, p. 90). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] seu fervoroso e variado ataque ao liberalismo, ao Estado de Direito, a legalidade, a divisão de poderes, ao normativismo, ao pluralismo e ao parlamentarismo devem ser enfocados desde o vantajoso ponto de sua hostilidade a tecnologia”.

estruturas feudais da Idade Média, em franca oposição com aquela nova circunstância histórica de industrialização crescente que lhes tocava viver na emergência temporal do novo século XX, insuflada pela evolução da técnica que não poderia ser entendida como neutra, senão que, na medida em que servente a quaisquer fins e entendida, portanto, como mero instrumento (*cf.* STRAUSS, 2008d, p. 162).

A inspiração maior do movimento conservador revolucionário encontrava-se em uma sociedade hierarquizada, orientadas por valores aristocráticos, de nobreza e de uma ordem sobrenatural representada pelo poder temporal centralizado na figura de um só, que historicamente pode ser representado por um monarca. Há um fundo mítico nesta busca conservadora e, a partir daí a sua relação com o político pode ser estabelecida. A este respeito Schmitt assinalaria a ligação do grande valor da decisão moral com a confirmação do papel político do mito, dado que “[...] ambos brotam de la profundidad de los auténticos instintos vitales [...]” (SCHMITT, 2001k, p. 67)¹³³⁰ ou, como propõe Trierweiler, que trata-se de uma formulação que apela a sistemas simbólicos antes do que a elementos conceituais, de que a sua eficácia se mede por sua galvanização de apoio em elementos emocionais (*cf.* TRIERWEILER, 2010, p. 14).

Estas forças apelam ao vitalismo e não a racionalidade política, apostam na fé antes do que na argumentação. A este respeito ilustrativamente nos diz Trierweiler que “Los mitos no responden a preguntas, se hacen incuestionables” (TRIERWEILER, 2010, p. 14)¹³³¹ e a sua força depende mesmo de que sejam inquestionáveis, posto que a persuasão não pode pertencer à dinâmica de sua proposição de poder. A força do mito se encontra precisamente neste caráter inquestionável mencionado por Trierweiler, cuja

¹³³⁰ O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] ambos brotam da profundidade dos autênticos instintos vitais [...]”.

¹³³¹ O trecho acima permite a seguinte tradução: “Os mitos não respondem a perguntas, tornam-se inquestionáveis”.

sustentação em matéria política pode ser encontrada na medida em que não exista uma dinâmica dialógica a mediar as relações entre o governante e os governados. Esta ausência de comunicação dialética não significa que não exista efetivamente algum outro tipo de comunicação, mas sim que esta não é de tipo democrática mas, isto sim, de submissão a uma inabalável crença nos poderes daquele que exerce o poder desde a fundamentação mitológica.

A adequada leitura de Trierweiler é de que o mito necessita responder a quaisquer perguntas (*cf.* TRIERWEILER, 2010, p. 14), e aqui sugerimos que o poder político nele calcado tampouco se verá exposto a tal exigência essencialmente democrática. Enquanto que a mitologia política se encontra precisamente imersa em uma área de conforto dada a sua inquestionabilidade, por outro lado, a democracia a qual, dentre outros, se opõe o texto schmittiano, se encontra exposta hodiernamente a questionamentos e precisamente desta circunstância e das respostas que é capaz de ofertar é que extrai a sua legitimação. Enquanto a mitologia política está orientada em suas ações para a não formulação de questionamentos, por outro lado, a democracia se apresenta como dependente de que estes possam ser materializados como instrumento de colocar a prova a sua eficiência.

A filosofia política schmittiana apostará na mitologia política retomando o catolicismo romano, no qual há uma figura central (o Papa, por recordar a De Maistre) cujo poder inquestionável se mostra em convergência com a esfera do político em sua dimensão temporal. Reitera Trierweiler que Schmitt pode compreender que “[...] desde el principio que los mitos eran antes que nada instintos vitales irracionales” (TRIERWEILER, 2010, p. 16).¹³³² Desde esta leitura também é perceptível a incompatibilidade com os valores liberais weimarianos aos quais não poderia prestar o

¹³³² O trecho acima comporta a tradução que segue: “[...] desde o princípio que os mitos eram, antes de tudo, instintos vitais irracionais”.

seu apoio em momento algum (ver SCHMITT, 2001k, p. 67). A estruturação desta crítica liberal burguesa a partir do elemento mítico político é mais um dos elementos a permitir a Schmitt a viabilização do advento de um novo Estado, o *totale Staat* (Estado total) (ver FAYE, 2010, p. 134-137). Para tal trânsito, percebemos que, conforme aponta Schwab, Schmitt externaliza seu débito com Sorel (*cf.* SCHWAB, 1989, p. 59).

Este débito com Sorel remete mais precisamente ao ano de 1923 quando Schmitt investe em seu texto *A teoria política do mito*, quando torna-se clara a proximidade do texto com os objetivos da angulação política adotada pela esquerda soreliana que adotavam um e único inimigo, a saber, o enfrentamento ao burguês, a democracia liberal, o parlamentarismo e o seu reinantes debate infundável bem como o intelectualismo que lhe era próprio (*cf.* ZARKA, 2010, p. 10). Este se revelava um movimento de confronto indispensável para que pudesse ter lugar a dissolução política das forças vitais possuídas pelas massas, as quais encontravam-se dissociadas de seu potencial criador de seu *Volk*, precisamente devido a intervenção da cultura liberal alienígena.

A nova *Gemeinschaft* ensaiava uma tensão interna no âmago do debate conservador entre os valores de uma sociedade agrária e os de uma nova sociedade em que a técnica exerceria importante papel. A este respeito nos descreve Herf em seu conceito de “modernismo reacionário”, que seus membros eram personagens

[...] que convertieron el anticapitalismo romántico de la Derecha alemana en algo alejado del pastoralismo orientado hacia atrás, apuntando por el contrario hacia los lineamientos de un orden hermosamente nuevo que reemplazaba al caos informe generado por el capitalismo por una nación unida, tecnológicamente avanzada. (HERF, 1990, p. 19).¹³³³

¹³³³ O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] que converteram o anticapitalismo romântico da direita alemã em algo distanciado do pastoralismo orientado para o passado, apontando, ao contrário, rumo aos lineamentos de uma ordem lindamente nova que substituíra ao caos integralmente gerado pelo capitalismo por uma nação unida, tecnologicamente avançada”.

O caos identificado por muitos setores como adequado para descrever a situação da República de Weimar era uma leitura sociopolítica de que este era um período ao qual um governo forte haveria de suplantar. Este discurso da extrema-direita alemã conservadora foi parcialmente incorporado e desenvolvido por um Hitler, também atento ao fenômeno totalitário europeu, segundo os seus interesses políticos. Contudo, como recorda Spengler, assim como ocorrera com a França, a realidade alemã que aproximava-se do caos deveria ser pensada à luz do que ocorrera com o absolutismo monárquico francês, o qual não perecera tão somente devido à miséria e pela situação geral de dívidas do país.¹³³⁴ A razão de que a monarquia guilhermina encontrara o seu ocaso poderia ser explicada segundo a terminologia spengleriana nos mesmos termos que poderíamos encontrar as condições para, mais de uma década depois, ter lugar o ocaso da República de Weimar:

[...] porque a autoridade estava em vias de dissolução. Tôdas as revoluções derivam da decadência da soberania estatal. [...] É apenas uma consequência dessa decadência. Uma república moderna não é mais do que a ruína de uma monarquia que se abandonou a si mesma. (SPENGLER, 1941, p. 39).

Embora Schmitt o fizesse de modo constante, nestas linhas também Spengler elabora uma redação em perfeita sintonia com os eventos políticos de seus dias, mais precisamente em resposta aos movimentos que tinham ocasionado a queda da monarquia guilhermina. Aqui importa destacar que a concepção de decadência do Estado em Spengler se mantém conectada com a sua perda de poder e penetração, e esta é, precisamente, uma ideia que se encontra na crítica schmittiana ao liberalismo bem como à Constituição weimariana, pois ambos insuflavam instituições incapazes de responder aos dilemas do momento histórico que lhes tocava enfrentar.

¹³³⁴ Neste aspecto convém lembrar que, ao menos parcialmente, esta era a realidade germana com a qual a República de Weimar havia de enfrentar-se e buscar soluções.

Portanto, quando Spengler assinala os fatores desta decadência do Estado, traça limites de sua filosofia da história a apontar para a ciclicidade, que, naquele momento, permitia uma narrativa segundo a qual a própria república moderna era uma mostra histórica da representação de estruturas viciadas e entregues como também a monarquia alemã houvera dado mostras de possuir. O momento histórico da república descrito por Spengler não apenas mantém diálogo com o texto schmittiano como também sugere fortemente a afirmação das possibilidades conectivas com a retórica da declarada necessidade de estabilização política, discurso que Hitler e o nacional-socialismo saberiam capitalizar e que alcançou apoio público.

7.4. TÉCNICA E MODERNIDADE: AÇÕES E REAÇÕES DO MOVIMENTO ANTI-ILUSTRADO NO PROCESSO DE DESCONSTRUÇÃO DA CULTURA LIBERAL WEIMARIANA

A técnica viria ocupar importante espaço no novo regime em vias de estruturação por Hitler e seus altos mandatários. Tal movimento de refundação do Estado alemão, contudo, haveria de encontrar apoio teórico, ao menos parcial, em um grupo de intelectuais cuja sustentação emprestasse fiabilidade a um grupo conhecido pelo emprego da violência.

Um dos trabalhos que passaria a ser reconhecido como fundamental na análise do tema, o de Herf, qualifica os apoiadores como modernistas reacionários (ver HERF, 1990). Este novo mundo da técnica andava em paralelo com a alteração de paradigmas filosóficos, para o que nos alerta Olgária Matos, segundo quem

[...] com o fracasso do papel filosófico e existencial da cultura, substituído por um mundo antigenealógico, científico e técnico. Sob o impacto da Primeira Guerra Mundial transformou a Terra inteira em um permanente campo de batalha e em trincheira. (MATOS, 2010, p. 55).

Este novo mundo era marcado pelo conflito. Jazia em seu interior um choque das raízes filosóficas que lhe haviam orientado, da própria ideia de divindade que havia sido mortalmente atacada com uma nova situação cuja marca era o triunfo do mundo da técnica e da ciência. A emergente realidade dos nascentes regimes expressava uma tensão interna entre a nostalgia do mundo de estruturas rompidas e, por outro lado, como seria visto no III Reich, um mundo cuja técnica seria orientada pela categoria do político. Como resultado desta realidade emerge o discurso literário de Jünger que procurava descrever o enfrentamento último entre os irremediavelmente opostos¹³³⁵ fazendo com que sobressaísse em forma de aço e sangue.¹³³⁶

Resta claro como em Herf há a menção do papel da direita alemã caminhando em sentido contrário ao pastoralismo. Embora certo seja dizer que um dos múltiplos segmentos da direita alemã deixara-se encantar pelas novas tecnologias e suas aplicações, é também certo que Herf hesita em matizar esta aposta com o viés pastoralista também presente no conservadorismo revolucionário. Seguindo a trilha de Herf, poderíamos destacar um certo encantamento presente na literatura jüngeriana, recuperadora do valor da tecnologia, embora procurara conciliá-la com a reação política (e seu viés financeiro-tecnológico) que se vislumbrava em Weimar. Este destaque da filosofia literária jüngeriana recorre à *Fronterlebnis* para promover a conciliação entre o

¹³³⁵ Importa destacar que, malgrado tal apropriação, não haveria no âmago do movimento nacional-socialista uma convergência plena e irretorquível de argumentos em prol do modernismo tecnológico. Embora seja certo que tenha sido triunfante, não menos é que persistiriam no âmbito do nacional-socialismo conceitos cuja oposição remetia à teoria do conservadorismo revolucionário da década de 20.

¹³³⁶ É interessante assinalar que, como aponta Olgária Matos, encontramos já antes da Primeira Guerra Mundial, por decorrência das ruínas do Drama Barroco Alemão (consequência das guerras de religião), que a modernidade vem a presenciar a ação das forças da técnica e da ciência (cf. MATOS, 2010, p. 55). Estas seriam forças a serem colocadas a serviço do capital para o desenvolvimento deste conflito bélico e que, desde os primeiros movimentos preparatórios do regime nacional-socialista, que igualmente desembocariam em conflito bélico mundial, estavam sendo articuladas e devidamente organizadas para prestar-se a este fim de produzir o extermínio, tanto em política interna quanto em política externa.

que era a realidade das relações políticas weimariana e a sua bastante criticada (mesmo entre os segmentos da direita) estrutura político-constitucional.

Sempre presente na memória literária jüngeriana, o recurso ao *Fronterlebnis* era uma representação brutal de homens em estado de puro e terminal enfrentamento durante a Primeira Guerra Mundial. No âmbito do conservadorismo revolucionário, esta ideia iria repercutir profundamente e, sugerimos, conectar com a filosofia política e jurídica schmittiana por intermédio de seu conceito do político. A violência que subjaz ao discurso jüngeriano tanto quanto no de Schmitt e no filosófico-político do conservadorismo revolucionário manteve uma tensão interna oscilante¹³³⁷ entre um certo cuidado em defendê-la por meio de conceitos sofisticados e a sua perpetração pura e simples. Este discurso da violência em Schmitt supõe um apoio teórico soreliano (ver SCHMITT, 2010b),¹³³⁸ e em Heidegger toda uma construção teórica nos primeiros anos do regime em que transparece um interesse na substituição da reflexão pela ação, igualmente, incitando ao trânsito e construção de um discurso mais elaborado das virtudes originárias do povo germânico e as novas tecnologias.

Um dos perigos detectáveis na articulação entre belicismo e estética literária levada a termo por Jünger reside em que o elogio da virtude heroica passaria potencialmente a combinar com o encômio da aplicação da tecnologia. Esta combinação pode embasar, quando não sugerir, a maximização da aplicação da técnica a uma teoria

¹³³⁷ Esta oscilação se encontra mais presente tanto em Jünger quanto em Schmitt, embora no primeiro deles seja perceptível um cuidado e uma atenção muito maior quanto à evolução e o rumo dos dias que chegavam e pareciam apontar para a queda do regime. Daí a maior guarda de distância de Jünger do que a alegre adesão e apologia ao regime por parte de Schmitt, movimento que Jünger não se permite senão ao contrário, ao alertar a Schmitt de seu passo em falso quando faz publicar *Der Führer schützt das Recht* em meados da década de 30.

¹³³⁸ Sorel, por certo, é mais um filósofo que entronca com a cultura revolucionária e fascista que louva às iniciativas políticas de Mussolini, autor que, como se sabe, era admirado por Schmitt. Para uma mais detalhada aproximação teórica entre Schmitt, Sorel e Mussolini e as vias ocupadas pelo papel do mito na filosofia política schmittiana, ver BALAKRISHNAN, (2000, p. 66-76).

insufladora do belicismo que na Alemanha possui conhecidas raízes históricas prussianas. Esta articulação encontrou um de seus canais na literatura jüngeriana na qual sugerimos encontrar evidências de que “[...] los modernistas reaccionarios contribuyeron a la coexistencia del irracionalismo político con el rearme y la racionalización industrial” (HERF, 1990, p. 21).¹³³⁹ Esta racionalização industrial mantém relações com um positivismo científico que seria alvo de diferentes pensadores ligados à tradição conservadora revolucionária, dentre os quais surge um Schmitt a emprestar suporte conceitual desde posições muito próximas a este irracionalismo a que se refere Herf, especialmente a partir de entrada a década de 30 e de seus textos do período nacional-socialista.

A importância de destacar o elogio jüngeriano ao valor da tecnologia durante o período weimariano reside em que a sua estetização da violência ocuparia espaço público relevante. De qualquer sorte, se Jünger não chega a inovar com a magnificientização da figura do herói e de seus feitos, não se trata desta aplicação da estética à política, algo relativamente comum naqueles dias (*cf.* STERN, 1974, p. 137), tema cuja interconexão já houvera sido pautada por Benjamin.¹³⁴⁰ Isto sim, o tom da questão é o especial talento literário de Jünger para desenvolver o seu cometido e influenciar a cultura literária mas também sua projeção sobre o mundo do político do qual Schmitt se ocuparia.

¹³³⁹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] os modernistas reacionários contribuíram à coexistência do irracionalismo político com o rearme e a racionalização industrial”.

¹³⁴⁰ Benjamin nos alerta para a importância da discussão da direita weimariana a partir da exploração das relações entre fascismo e estética. Ver BENJAMIN, (2000b. p. 236-252; 1979),

Jünger, de fato, retoma para si uma narrativa literária da guerra em termos estetizantes¹³⁴¹ que lhe conferiam singular beleza à barbárie, nobreza mas também leveza a uma realidade marcada pela brutalidade e pelo eminentemente grotesco. Trata-se de algo que poderia ser apenas tomado em paralelo tão friamente no âmbito do político com a situação de um inimigo cuja eliminação pode tornar-se um imperativo por ameaçar a nossa forma de existência (cf. SCHMITT, 2002a, p. 27), bem menos, portanto, em palavras do próprio Schmitt, do que uma ameaça à nossa própria vida.

A perspectiva da violência desde Jünger permite-nos situar-nos em meio a um debate que remete ao conceito de modernismo que, bem recordado Herf, “[...] sentía una fascinación por el horror y la violencia como un agradable alivio del aburrimiento y la decadencia burguesa” (HERF, 1990, p. 40-41).¹³⁴² Aqui está uma das chaves conceituais da repugnância do conservadorismo revolucionário, tanto quanto de Schmitt, por uma Weimar que apostava no potencial democrático-parlamentar como trilha para o encaminhamento dos diferendos, pois deste conservadorismo revolucionário era o argumento de que não tratava-se mais do uma covarde reclusão em argumentos pacifistas identificadores da decadência do mundo sob a bandeira da burguesia.

Para o autor, esta bandeira contém algo além de um ideal de pacifismo, ela denota toda a covardia burguesa na defesa de exclusivos e, quiçá, excludentes, interesses econômicos (SCHMITT, 2001k, p. 68).¹³⁴³ A perspectiva de que parte o autor é a de que o seu pacifismo tão somente evidencia uma expressa defesa da postergação

¹³⁴¹ Para uma dimensão e papel da estética no nacional-socialismo, ver RICHARD, (1972). Na obra o autor se ocupa em um de seus capítulos do exercício da política em matéria de arte bem como das distinções entre a abordagem estética do modernismo entre o regime nacional-socialista alemão e o fascista italiano.

¹³⁴² O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] sentia uma fascinação pelo horror e pela violência como agradável alívio do tédio e da decadência burguesa”.

¹³⁴³ Esta é, indubitavelmente, uma crítica bastante afim com a filosofia política proveniente dos círculos da esquerda e que, por certo, tornaria o autor uma fonte a ser retomada nos dias que correm.

de incluíveis processos decisórios. Este é o movimento inicial para enlevar o papel do conservadorismo ditatorial de homens como Donoso Cortés, de bastante conhecido tom decisionista,¹³⁴⁴ em um contexto histórico que o autor identificava como marcado por negações radicais que, por conseguinte, exigiriam igualmente afirmações soberanas.

Esta leitura do modernismo em paralelo com o trabalho de Jünger e a teoria do conservadorismo revolucionário encaixa com as perspectivas não apenas do nacional-socialismo como também com os conceitos schmittianos. Estes, notavelmente em seu conceito do político, suporiam como essência do político o emprego da violência,¹³⁴⁵ ruptura esta com uma longa tradição de busca do bem comum¹³⁴⁶ que também se coaduna com a profunda crítica schmittiana da inércia do liberalismo para a tomada de decisões.

De forma não muito distante a estas reflexões de Jünger em algum momento assinalaria Thomas Mann (1875-1955), já em sua maturidade, que os riscos inerentes ao nacional-socialismo encontravam-se em seu movimento de aproximação de uma modernidade sólida conceitualmente. Esta era uma leitura que alertava para o progresso como aspirante a um desejo de consagração no futuro, mas também de retorno ao passado (ver MANN, 1995), aspecto no qual, desde logo, torna-se perceptível como pano de fundo o discurso do conservadorismo revolucionário que, iniciados os primeiros passos do regime, à diferença de outros, Mann não hesitaria em dar-lhe

¹³⁴⁴ Para maiores detalhes da filosofia política donosiana, ver o capítulo I desta tese, na qual resta conectado o conceito de decisionismo e de soberania bem com a filosofia política schmittiana.

¹³⁴⁵ Este é um tema central deste trabalho doutoral, mas ao qual apenas fazemos menção breve para retomá-lo mais aprofundadamente nos capítulos seguintes, em especial nos dois últimos, capítulos XI e XII.

¹³⁴⁶ Ressaltamos que não procuramos centralizar o debate sobre política por intermédio de alternativa binária entre bem comum ou violência em sua acepção schmittiana. Isto sim, parece-nos que encontramos um desenvolvimento bastante substancial na matéria a partir do primitivo conceito de bem comum que a alternativa schmittiana não comporta. A oposição sugerida no texto, portanto, apenas nos resta útil no sentido de delimitar o campo de nossa percepção do político.

combate após o seu exílio que tem lugar em 1933.¹³⁴⁷ Schmitt, por sua vez, leitor de Donoso Cortés, revelava-se afim com a crítica do otimismo iluminista que vislumbrava um futuro brilhante. Antes, Schmitt voltava a Donoso Cortés, e ao conservadorismo, para destacar que “[...] la ilusión estribaba en asociar el progreso de la técnica al de la libertad y de la perfección moral de la humanidad, creando así un concepto uniforme de progreso”. (SCHMITT, 2001n, p. 238).¹³⁴⁸

A ideia antiburguesa que permeava amplos setores da sociedade alemã do período era concebida com valores em paralelo a auxiliá-la, em contradição tais com os ideais burgueses de busca da justiça, liberdade individual, etc.¹³⁴⁹ Por força de mandato expresse quanto à congruência com o seu antiliberalismo Schmitt não dissonava desta moda teórica do período (*cf.* SPENGLER, 1941, p. 174) e, o que é mais, poderia encontrar amplo apoio em um movimento como o conservadorismo revolucionário. Schmitt tornou-se ainda mais popular junto a alguns setores da filosofia política logo tornados alvo por Habermas, e não apenas por ter reverberado como por ter aprofundado notavelmente a crítica ao liberalismo. O autor pode realizar tal movimento sem sobressaltos desde o seu *locus* crítico por excelência, conservador, que, como recorda Mannheim, era “[...] o sentido temporal dêste modo de experiência e de pensamento é completamente oposto ao do liberalismo” (MANNHEIM, 1952, p. 219). O

¹³⁴⁷ Não é o nosso propósito adentrar nas minúcias sobre a posição de Mann, mas certo é que o seu exílio, já a partir de seus dias na Suíça, o tornou progressivamente mais crítico relativamente ao regime. Esta primeira conexão torna-se possível por alguns valores de fundo defendidos por Mann que o ligavam a alguns valores inspiradores do nacional-socialismo encontrados no conservadorismo revolucionário. Dentre estes sobressaía a percepção de Mann sobre os valores burgueses passíveis de serem vislumbrados já na Idade Média germana, basicamente a de homens comprometidos com a retidão e o compromisso, e orgulho, com o trabalho minucioso.

¹³⁴⁸ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] a ilusão consistia em associar o progresso da técnica ao da liberdade e ao aperfeiçoamento moral da humanidade, criando assim um conceito uniforme de progresso”.

¹³⁴⁹ Neste sentido, por exemplo, ver JÜNGER, (1993, p. 20-22; 27-29).

ponto de partida conservador da obra schmittiana, atípico, segundo alguns (*cf.* MEDINA; MALLORQUÍN, 2001b, p. 8), destes anos weimarianos era, portanto, convergente com o seu ponto de chegada em prol de um Estado forte (*stärke Staat*) que demandava a implosão das estruturas políticas e jurídicas liberais. A rigor, portanto, tínhamos naquela quadra histórica uma circunstância em que Rauschning sugere que

It would be unfair to charge only the nationalist *Junkers* and reactionaries with the inclination to act in that way; the temptation to sacrifice democratic liberties was at least as strongly felt among the political Left-wing groups; though not among the leading Social Democrats [...]. (RAUSCHNING, 1941, p. 88).¹³⁵⁰

Durante a República de Weimar, em que Schmitt desenvolve o conteúdo central de seu trabalho, o autor não foge a este clima de glorificação a sacrificar as liberdades democráticas triunfante entre grupos de direita quase tanto como entre as esquerdas radicais. Neste contexto o seu biógrafo Bendersky reforça um traço intelectual do período, ou seja, o de uma “[...] non comune avversione verso il liberalismo ed il materialismo, la convinzione della superiorità dello stato [...]” (BENDERSKY, 1989, p. 44).¹³⁵¹ Esta convicção na supremacia que devesse ocupar o Estado no arranjo dos assuntos públicos permitia (não sem raras justificações das invasões da esfera privada) conexão com as teorias e práticas totalitárias que eram experienciadas naquela quadra da história.¹³⁵²

¹³⁵⁰ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “Seria injusto acusar apenas os *Junkers* nacionalistas e reacionários com a inclinação de ter agido neste sentido; a tentação de sacrificar as liberdades democráticas foi, ao fim e ao cabo, muito fortemente sentida nos grupos políticos de esquerda, contudo, não entre líderes social-democratas”.

¹³⁵¹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] incomum aversão ao liberalismo e ao materialismo, ao passo que uma convicção da superioridade do Estado”.

¹³⁵² Sem muito adentrar na análise política do período, neste particular é possível destacar a título ilustrativo os casos da Revolução Russa ao final da década de 1910, que causou tanto furor quanto temor entre as fileiras da direita européia de que o fenômeno pudesse se alastrar. Uma das forças em sentido contrário que se produziria foi o fascismo, especificamente o italiano, que em Mussolini, ex-socialista converso, logo se proporia como uma de suas finalidades propiciar o fim do socialismo.

Neste sentido Rauschning nos recorda que “[...] the germ of the modern totalitarianism state existed already in the German Republic” (RAUSCHNING, 1941, p. 164).¹³⁵³ Embora o germe totalitário seja detectável bem antes, na Alemanha encontra seu ponto de inflexão empírica em torno do início da década de 1930, quando progressivamente tiveram lugar medidas políticas típicas de um governo autoritário.¹³⁵⁴ Isto passou a reforçar e aplainar sensivelmente o caminho para o radicalismo totalitário (cf. BRACHER, 1995a, p. 233), que finalmente seria implementado a partir de 1933 de forma plena e bem acabada, sem mesmo sequer recorrer a uma nova Constituição, disseminada e bem aceita que se encontrava a interpretação desta para fins totalitários servíveis ao novo regime.¹³⁵⁵

Rauschning reforça este esboço histórico acerca do contexto em que Schmitt se achava inserido sustentando que aquele período escreve o autor estavam marcados pelas

¹³⁵³ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] o germe do moderno Estado totalitarismo existiu prontamente na República da Alemanha”.

¹³⁵⁴ Neste particular desejamos chamar a atenção, dentre outros exemplos cabíveis, especificamente para o caso *Preußenschlag*, no qual o poder central durante o governo de von Papen reclamou o domínio da Prússia, tendo por pretexto desarranjos políticos aos quais o governo da Prússia, supostamente, não lograva controlar. O *Preußenschlag* foi, na prática, uma tentativa de golpe nas instituições políticas da Prússia e, também, da República de Weimar, forte passo do qual participou Schmitt como advogado em suporte às pretensões do Governo de von Papen, para quem trabalhava o autor. O domínio da Prússia se revelava essencial por força de que o governo prussiano de Otto Braun exercia o controle de forças policiais que representavam um efetivo considerável, tendo em vista a diminuição nos efetivos militares germanos derivados das condições impostas pelo Tratado de Versailles. Portanto, o domínio da Prússia se revelaria estratégico para o domínio político da capital Berlin, como vimos neste capítulo, de tão difícil acesso aos nacional-socialistas. Este seria, portanto, um importante passo a pavimentar a ascensão hitleriana ao poder no que à esfera jurídica concerne. Voltaremos pontualmente ao assunto nos próximos capítulos VIII e XII.

¹³⁵⁵ Este movimento de radicalização, contudo, subsistiu não apenas na Alemanha, mas em outras culturas políticas foi perceptível o seu vicejamento, tendo encontrado uma de suas bases filosóficas comuns na crítica à modernidade por elas levada a termo. Esta crítica à modernidade é, como bastante acuradamente propõe Habermas, uma marca compartilhada de Schmitt e Heidegger (cf. HABERMAS, 1998, p. 131), cujo acréscimo das referências antiliberais torna interessante a retomada de ambos pelo pensamento de esquerda pós-marxista contemporâneo, além de compatível com os seus propósitos em matéria política.

circunstâncias da “[...] revolutionären Fieber” (BLASIUS, 2001, p. 13).¹³⁵⁶ Destas linhas, sugerimos, ao fim e ao cabo, não se afastou e nem dissentiu em suas linhas teóricas fundadoras em que as estratégias políticas de ascensão ou manutenção do poder não descartavam a violência. Embora Rauschning não se refira diretamente ao autor, é clara a menção ao período em que se dera uma fragorosa derrota das liberdades contra a barbárie e a tirania, entendidas estas como aspirações e desejos elevados de amplos setores sociais e políticos, compartilhados por segmentos conservador-revolucionários¹³⁵⁷ de cujos líderes Schmitt se mostrava bastante próximo.

Para Rauschning, o auxílio ao processo de enfrentamento das liberdades “[...] were not the Germans of 1929-1930 and the years that followed in process of exchanging political freedom [...]” (RAUSCHNING, 1941, p. 85-86).¹³⁵⁸ A origem, sugerimos, é mais remota, embora em todo caso ainda de marcadas tradições germânicas. A documentar o perfil do período todavia nos acresce Richard que “[...] los diarios y revistas que expresaban el pensamiento antidemocrático aumentaron su tiraje, en especial desde 1929 hasta 1933” (RICHARD, 1972, p. 40),¹³⁵⁹ algo do que o engajamento literário de Jünger é ainda uma outra prova bem acabada.¹³⁶⁰

¹³⁵⁶ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] febre revolucionária”.

¹³⁵⁷ Interessante como Spengler ressalta a necessidade histórica de que a barbárie tivesse espaço e lugar. Segundo o autor, “[...] algo da barbárie dos tempos primitivos deve continuar existindo no sangue [...], barbárie que, em tempos críticos, sai impetuosamente à luz para salvar e vencer”. (SPENGLER, 1941, p. 196).

¹³⁵⁸ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] não foram os alemães dos anos de 1929-1930 e dos anos subsequentes [que auxiliaram] no processo de conversão das liberdades políticas [...]”.

¹³⁵⁹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] os diários e revistas que expressavam o pensamento antidemocrático aumentaram a sua tiragem, especialmente desde 1929 até 1933”.

¹³⁶⁰ Neste período mediado entre 1925 e 1929 Jünger publicou constantemente em revistas ligadas ao conservadorismo revolucionário que ou bem eram dirigidas por ele ou com as quais colaborava frequentemente. Dentre estas os títulos *Die Standarte* (1925-1928), *Arminius* (1919-1927), *Der Vormarsch* (1927-1928) e *Die Kommenden* (1925-1929).

A cultura antiliberal e antidemocrática triunfante no período era o cenário de fundo da crítica às virtudes de uma organização republicana. Schmitt era um autor marcado pela cultura latinista, fato este já à época sobradamente evidente. Este seu pronunciado latinismo lhe permitiu a aproximação intelectual a autores como Donoso Cortés, cuja doutrina católica e antiliberal lhe convinha profundamente aos propósitos de Schmitt, no mínimo, entre os anos de 1922 e 1955 (ver CUEVAS, 1996). A proximidade deste autor com o catolicismo também o tornaria útil a um Schmitt que enfrentava contexto de oposição ao catolicismo gestado desde os dias do Império, em especial de Guilherme II. A retomada de Donoso Cortés como uma de suas fontes prediletas favoreceria ao desenvolvimento do discurso antirrepublicano e conectada com o aprofundamento do pensamento antidemocrático daqueles dias. A rigor, perante tal quadro histórico, talvez assista alguma razão a Gay, quando nos diz que

A República nasceu derrotada, viveu em tumulto e morreu em desastre, e desde o início havia muitos que viam sua labuta com suprema indiferença ou com aquela alegria malsã pelo sofrimento dos outros, para a qual a Alemanha havia cunhado o termo evocativo de *Shadenfreude*.¹³⁶¹ (GAY, 1978, p. 16).

Efetivamente, não parece-nos que a República possa ter nascido derrotada, o que seria, ademais, menosprezar o papel faticamente desempenhado pelos seus principais atores. Antes, nossa sugestão é de que, isto sim, adversas, e muito, foram as circunstâncias que lhe tocou enfrentar não apenas aquela nascente República, como uma mal cultivada cultura republicana e democrática germana. A tais circunstâncias encontravam-se seus inimigos definitivamente a postos, sabendo bem operar a

¹³⁶¹ A grafia do vocábulo em alemão citado no trecho encontra-se incorreta. A grafia correta sugerida é *Schadenfreude*, que se compõe de *Schaden*, termo que expressa a ideia de dano, pena e, por outro lado, *freude*, que remete ao estado de alegria. Logo, o vocábulo comporta um par de ideias opostas que designam o estado anímico daquele momento segundo o esboço histórico realizado por Gay em seu conhecido livro.

conjugação da teoria antidemocrática, totalitária em um célere e funesto desenlace político para a República de Weimar.

Quando Gay sugere uma alegria malsã pelo sofrimento alheio também torna-se algo mais crível o desprezo pelos valores ligados ao homem por parte daquela cultura profundamente antidemocrática. Valores como vida e dignidade, que em absoluto contraditavam com as expectativas inseridas na Constituição de Weimar, isto sim, opunham-se ao horizonte do conservadorismo revolucionário. Assim, enquanto a *Weimarer Verfassung* apostava na positivação de direitos fundamentais, contra estes Schmitt viria a manifestar-se em sua crítica constitucional (ver SCHMITT, 1992b, p. 164-185). A crítica de Schmitt aos direitos fundamentais é compatível com esta descrição de Gay sobre o espírito do período, pois quando se dedica ao estudo dos direitos fundamentais, o qual começa com um breve apanhado histórico dos direitos, notadamente na América, Schmitt toma para si como prioridade um movimento no sentido de travar a ascensão de direitos a uma órbita constitucional.

Exemplo deste movimento schmittiano é a sua argumentação de que muitos destes direitos são, em verdade, meras garantias institucionais antes do que direitos fundamentais que mereçam ocupar o nível da tutela constitucional (*cf.* SCHMITT, 1992b, p. 163). Com o escopo de travar a leitura e a evolução histórica dos direitos fundamentais, Schmitt não hesita em procurar subterfúgios teóricos para realizar o seu desiderato e afirma que em um Estado de Direito de corte burguês

[...] no pueden ser considerados como derechos fundamentales más que los derechos de libertad del hombre individual, porque sólo ellos pueden corresponder al principio básico de distribución del Estado burgués de Derecho [...]. (SCHMITT, 1992, p. 184).¹³⁶²

¹³⁶² O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] não podem ser considerados direitos fundamentais mais que os direitos de liberdade do homem individual, porque apenas eles podem corresponder ao princípio básico de distribuição do Estado de Direito burguês [...]”.

Por intermédio deste movimento visando a extensão da cultura da limitação dos direitos fundamentais, Schmitt garantia um passo a mais no sentido de promover (a) o travamento das garantias de direitos e (b) a posta em prática do projeto de desconstrução da cultura político-jurídica weimariana em matéria de direitos, movimentos que, conjugados, constituiriam importante traço do futuro regime nacional-socialista. Esta é uma leitura importante no sentido de detectar o quão próximo se encontrava o autor dos valores da direita alemã conservadora do período.

Naquele período era latente o sentimento da direita alemã conservadora acerca do imediato período posterior ao desfecho da Primeira Grande Guerra Mundial¹³⁶³ como marcado indelevelmente pelo sentimento de ressentimento. O seu movimento central era no sentido de procurar a redenção das humilhantes condições da paz impostas por Versalhes e, então, das consequências políticas e econômicas internamente sofridas pela Alemanha. É neste sentido que Herf chama a atenção para a obra de Jünger (cf. HERF, 1990, p. 80).

¹³⁶³ Em sentido contrário, por exemplo, a esperada leitura de Bendersky, biógrafo que nos comenta que, em seus anos de professor em Bonn, Schmitt “[...] non era considerato generalmente un ideologo di destra. Al contrario, era molto rispettato come un docente universitario le cui ricerche erano apprezzate da intellettuali che appartenevano ad una ampia cerchia di tendenze ideologiche e politiche” (BENDERSKY, 1989, p. 90). Como suposta prova de sua argumentação, o comentarista apresenta a influência de Schmitt sobre Walter Benjamin. De fato, sabemos e é mesmo comprovado o contato entre ambos e do reconhecimento por parte de Benjamin de certa influência de Schmitt. Esta, contudo, parece-nos ter sido uma influência meramente pontual, mas que, mesmo assim, Adorno teria se preocupado em ocultar quando da publicação das obras completas de Benjamin. De qualquer sorte, algumas cartas trocadas entre ambos vieram a público e restou clara a influência de Schmitt. Benjamin recupera em Schmitt argumento presente em seu *Drama Barroco Alemão*, datado de 1928, principalmente por intermédio da aplicação dos conceitos de soberania e Estado de exceção (cf. BENDERSKY, 1989, p. 90). A nosso ver, contudo, é meramente pontual esta influência que tem sido magnificada, e não mais ampla, a ponto de sufragar a tese de Bendersky, de que por meio dela se poderia fazer sólida referência a um Schmitt que se projetasse sobre o cenário político da década de 20 como um teórico influente na esquerda do período. Ao trecho citado ao início desta nota sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] não era considerado geralmente um ideólogo de direita. Ao contrário, era muito respeitado como um docente universitário cuja pesquisa era apreciada por intelectuais que pertenciam a uma amplo círculo de tendência ideológica e política”.

Em sua *Der Arbeiter* (ver JÜNGER, 1993), por exemplo, encontramos com um Jünger dedicado à glorificação do homem comum. Este homem seria uma nova arma necessária para a concessão de suficiente apoio ao regime nacional-socialista,¹³⁶⁴ como bem recordado por Hitler (cf. RAUSCHNING, 2003, p. 80-81).¹³⁶⁵ Ele seria a potência material e o dínamo de uma força heroica inovadora e revolucionária marcada pelo conservadorismo latente, por exemplo, na concepção jüngeriana de que aquele novo século XX estava marcado pela peculiar característica do “[...] retorno de las pasiones inquebrantables y de los mismos instintos fuertes y directos acontece en un

¹³⁶⁴ É interessante notar como também Jünger procurou desmarcar-se do comprometimento político expresso tanto durante o regime nacional-socialista como após este com qualquer das agrupações políticas, muito embora suas obras tenham um forte viés conservador. De qualquer sorte, já na casa de seus cem anos superados, Jünger mencionaria que se considerava além da dicotomia direita-esquerda (cf. JÜNGER, 1998a, p. 28).

¹³⁶⁵ Hermann Rauschning se apresenta como uma interessante fonte para o nosso trabalho na medida em que foi uma voz que percorreu um caminho que Schmitt evitou. O autor conheceu o regime por dentro e, posteriormente, ainda em seus primeiros passos, precisamente o ano de 1934, não apenas distanciou-se do partido como, uma vez a salvo nos EUA, encarregou-se de denunciar o nacional-socialismo da forma que lhe resultava ao alcance como intelectual. Ainda interessa-nos mencionar como o autor reconhece a dificuldade em abandonar o regime. Em suas palavras: “[...] decided me to break away from Nazism. It was not an easy decision. It was, indeed, a dangerous one. [...] Nobody can deny that it is harder to abandon one’s country, one’s property, one’s future, of one’s own free will than if there is no alternative” (RAUSCHNING, 1941, p. 144), não sem que os riscos quase se materializassem quando foi vítima de tentativa de homicídio (cf. RAUSCHNING, 1941, p. 145). Ainda nos primeiros momentos da década de 40, comenta que a história daqueles dias já não poderia ser compreendida à distância do nacional-socialismo (cf. RAUSCHNING, 1941, p. 54), observação que parece-nos pertinente para justificar o objeto de nosso trabalho, que foca a democracia bem como a (não) necessidade de retomar Schmitt no sentido de proceder à crítica das instituições contemporâneas. Ao texto citado no corpo desta nota sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] decidi-me romper com o nacional-socialismo. Esta não foi uma decisão fácil. Foi, isto sim, uma decisão perigosa. [...] Ninguém pode negar que era duro para alguém abandonar o país, as suas propriedades, o seu futuro, o livre arbítrio, se não houvesse outra alternativa”.

paisaje donde está presente una conciencia agudísima [...]” (JÜNGER, 1993a, p. 63).¹³⁶⁶

Nada disto, contudo, enseja surpresas.

A base instintual para o exercício da política é outra das rupturas epistemológicas dos movimentos conservadores no tocante à inspiração ilustrada weimariana. Um homem inspirado em tal fonte poderia ser uma eficiente arma o regime, como sugerira Hitler mas, seguramente, não para uma ordem democrática, exceto quando compreendido este conceito em chave schmittiano-conservador-hitleriana. Malgrado Weimar fora o antigo e o novo (*cf.* GAY, 1978, p. 16), o antigo por ela representado não era um compromisso de fundo com a tradição prussiano-conservadora. Ao que parece, se o antigo resistia em deixar-se vencer naqueles dias, por outro lado, ao novo lhe faltavam suficientes, e potentes, atores históricos, que lhe emprestassem firme crença operativa qual forças de transformação. Em outros termos, trata-se, como dissera direta e acertadamente Herf, em não declarada transcrição de De Maistre,¹³⁶⁷ que “[...] Weimar era una república sin republicanos [...]”¹³⁶⁸ (*cf.* HERF, 1990, p. 54),¹³⁶⁹ e tal era uma ausência observável tanto à esquerda quanto à direita do espectro político, capazes, ambos os grupos, de endereçar, com maior ou menor constância e virulência, dardos igualmente venenosos contra o novo regime republicano.

A tensão produzida pela difícil convivência de motivos políticos, culturais e filosóficos contraditórios caracterizava uma virada de século que fora aproveitada para

¹³⁶⁶ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] retorno das inquebrantáveis paixões e dos mesmos fortes e diretos instintos acontece em uma paisagem onde está presente uma agudíssima consciência”.

¹³⁶⁷ De Maistre faz referência à França de seu momento como uma “*C’est une république sans républicaines*” (DE MAISTRE, 1814, p. 85). Ao trecho a tradução sugerida é: “É uma república sin republicanos”.

¹³⁶⁸ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] Weimar era uma típica república sem republicanos”.

¹³⁶⁹ Esta era uma ideia corrente, compartilhada por muitos. Citação idêntica se encontra em von Klemperer. Ver VON KLEMPERER, (1968, p. 91).

celebrar uma nova figura humana que, como diz Marcuse, comporia “[...] o realismo heroico popular [...]” (MARCUSE, 1997, p. 47), imagem esta afim com as perspectivas literário-estéticas, e políticas, projetadas desde as fileiras do conservadorismo reacionário alemão. O realismo heroico popular poderia encontrar as suas condições de materialização quando em seu suporte contasse com nada menos do que o empenho do “[...] sangue contra o entendimento formal [...]” (MARCUSE, 1997, p. 47), leitura esta que converge com o anti-intelectualismo de vários intelectuais daquele período histórico.

Para o nacional-socialismo a ação histórica igualmente poderia justificar-se por intermédio da colocação em risco do próprio sangue, em oposição ao triunfo do entendimento liberal de proteção à vida. Fundamentalmente no nacional-socialismo hitleriano tratava-se de uma questão de superioridade racial, um reclamo em prol da homogeneidade, cujo conceito aparecia em Schmitt desde os primeiros momentos sem este comprometimento racial. Não distante, alerta Herbert Marcuse que o realismo heroico popular se compunha da “[...] raça contra o finalismo racional, a honra contra o lucro, o compromisso da ordem contra o arbítrio disfarçado de ‘liberdade’ [...]” (MARCUSE, 1997, p. 47). Esta era uma realidade que abrangia uma dimensão conservadora e também retórica do nacional-socialismo que reclamava para si a recuperação da honra contra o conceito de lucro, tão próprio, e próximo, das grandes corporações financeiras, supostamente sob controle judeu. O compromisso com a ordem e os valores germânicos de raiz orientavam a que o processo de homogeneização hitleriano excluísse estas figuras judias da sociedade. Argumentava a doutrina que estas figuras atentavam contra a prática da política e se mostravam em absoluto convergentes com valores avessos aos propósitos nacional-socialistas tais como a segurança e, apenas

declaradamente, o lucro financeiro e, ainda, o compromisso com uma ordem ético-religiosa que também os afastava dos interesses públicos.

O realismo heroico popular suscitado por Marcuse, que o autor denomina de “[...] totalidade orgânica contra a dissolução individualista” (MARCUSE, 1997, p. 47), é um realismo que ocuparia a posição de instrumento eficaz contra o grande inimigo da época, o liberalismo e seu marcante individualismo dissolutório das virtudes germanas feudais. Estas virtudes feudais é que dispõem, e tão somente elas, da “[...] disposição à luta contra a segurança burguesa [...]” (MARCUSE, 1997, p. 47). Esta era exclusividade reconhecida e, logo, reclamada na prática da vida política alemã para a superação da adversidade de uma circunstância avessa às aspirações conservadoras de materializar o primado da política contra o da economia, mas também “[...] o do Estado contra a sociedade, o povo contra o homem isolado e a massa”. (MARCUSE, 1997, p. 47).

É este reclamo de uma visão heroica capaz de instaurar o novo homem que remete aos mitos germânicos, e em sua base moderna encontramos a figura de Sigfried na ópera wagneriana,¹³⁷⁰ herói derrotado por traição e constantemente presente nos textos nacional-socialistas. O mito germano do guerreiro encontrou sólido apoio na

¹³⁷⁰ O trabalho de Richard Wagner é conhecido pela proximidade de sua obra em relação às produções teóricas racistas insufladoras das políticas nacional-socialista. Como diz Craig (a) “Even more important was the support the racists received from Richard Wagner, a man whose influence on the generation before the First World War, through his ideas as much as through his music, would be difficult to overestimate” (CRAIG, 1991, p. 138), autor de quem se pode dizer que (b) “[...] there is no doubt that Wagner’s openly expressed dislike of the Jews” (CRAIG, 1991, p. 139). Os textos acima comportam a seguinte livre tradução: “Ainda mais importante foi o apoio que os racistas receberam de Richard Wagner, um homem cuja influência na geração antecedente à Primeira Grande Guerra Mundial, por intermédio de suas ideias assim como de sua música, encontram-se em posição de ser superestimadas” [...] “não há dúvida de que Wagner abertamente expressou o seu despreço pelos judeus”. Aos textos acima sugerimos as seguintes livres traduções: (a) “Ainda mais importante foi o apoio que os racistas receberam de Richard Wagner, um homem cuja influência sobre a geração anterior a Primeira Grande Guerra Mundial, por meio de suas ideias tanto quanto por meio de sua música, é dificilmente subestimável”; (b) “[...] não há dúvida de que Wagner abertamente expressou sua antipatia pelos judeus”.

literatura de Jünger, motivo inspirador de sua crítica à aspiração burguesa pela segurança a todo custo e momento (cf. JÜNGER, 1993a, p. 225). A profunda aspiração pela segurança encontra orientação similar em Spengler, para quem a Alemanha se encontrava marcada por uma “[...] mania de querer estar assegurado – contra a idade, o acidente, a doença, a desocupação [...] contra o destino em todas as formas imagináveis sob as quais se apresenta [...]”. (SPENGLER, 1941, p. 141).

O perfil traçado por Spengler procura revelar um certo traço obsessivo que torna mais palatável aproximá-lo da covardia de que se queria investir o comportamento burguês. Ao mesmo tempo, esta descrição dá uma indicação de um perfil que havia permitido levar a pensar o Estado como ator e principal responsável pela implementação de políticas contra as diversas possibilidades de insegurança. O crescimento do Estado adquiriria o formato do *Welfare State* bismarckiano¹³⁷¹ que seria aprofundada por intermédio da concessão de uma série de direitos e garantias sociais na Constituição de Weimar de 1919.¹³⁷² Contudo, este papel ampliado do Estado persistiria em outras dimensões, ganhando outras e inimaginadas proporções em sua versão totalitária. Este foi um movimento iniciado por meio de ajustes jurídicos para a utilização de medidas de urgência que permitissem intervenções estatais no âmbito do domínio econômico, para que era necessária a adequação da hermenêutica constitucional do art. 48 da Constituição weimariana.¹³⁷³

¹³⁷¹ A rigor na Alemanha da década de 1870, já havia um termo, *Sozialstaat* (Estado social), que havia sido cunhado para designar algo próximo ao que seria consagrado por intermédio das políticas bismarckianas como os primórdios do *Welfare State* (Estado de bem-estar).

¹³⁷² O texto constitucional brasileiro de 1934 acusaria a recepção do texto alemão de 1919, assegurando direitos e garantias sociais, que logo se repetiriam de forma ampliada nas constituições de 1946, 1967, EC/69 e 1988 (cf. VELOSO, 2003, p. 3).

¹³⁷³ Entre nós há o trabalho acadêmico detalhado a este respeito desenvolvido por Bercovici. Ver BERCOVICI, (2007).

A preocupação burguesa com a segurança, portanto, foi criticada desde as fileiras de um conservadorismo reacionário que, paradoxalmente, se inspirava, e influenciava a compreensão da violência como forma de realizar o político. Desde logo, portanto, não poderia conviver com uma série de outros valores burgueses contra os quais a sua verve belicista supunha. A aposta conservadora era clara e consistia em deslocar qualquer valor relativo à segurança com a finalidade de instituir o embate como um positivo valor a perseguir e como medida de instauração do novo homem e da nova sociedade. Em um mundo habitado pela aspiração fundamental à segurança em todas as suas vertentes, esta visão de mundo conservadora já tão presente em Spengler e Schmitt e que se espria pelos obscuros textos do nacional-socialismo hitleriano. Efetivamente, estas não eram teorias que pudessem coabitar, todavia menos com um pensamento liberal, tão distanciado destas virtudes heroicas reclamadas pelo conservadorismo revolucionário.

Esta destacada oposição do conservadorismo revolucionário às virtudes burguesas também aparece no texto de um dos mais argutos comentaristas sobre os temas alemães desta década de 20. Herf reforça que a aclamação da guerra em Jünger procurava indicar um ponto de ruptura de uma obsessão fastidiosa por segurança apresentada pela burguesia (*cf.* HERF, 1990, p. 161), algo ao que, de modo não muito distinto, também apontaria Schmitt. O movimento filosófico do pensamento conservador também serviria aos propósitos de criação de um novo tipo humano para opor-se à indecisão do homem romântico (ver SCHMITT, 2000b) e, posteriormente, a toda uma teoria liberal, tanto do ponto de vista antropológico quanto político.¹³⁷⁴ A

¹³⁷⁴ Segundo nossa proposta de leitura, a teoria schmittiana elabora densa e estreita ligação entre o conceito do político e o conceito de homogeneidade (*homogenität*), cuja projeção, como diz Borda, apenas poderia apregoar a radicalização do conflito, quando não a própria guerra (*cf.* BORDA, 2006, p. 80). Em Schmitt pode ver-se definido o conceito do político com base em uma visão antropológica que

decisão, neste sentido, não poderia pertencer a um movimento que não fora caracterizado pela centralidade de um *stärke Staat* (Estado forte) (ver BERCOVICI, 2003; WOLIN, 1990).

A operação política em um Estado forte como este sugerido no âmbito do conservadorismo revolucionário tanto quanto do nacional-socialismo, bem como em Schmitt, ponderadas as diferenças cabíveis entres estes, remete, em todos estes casos, a um ponto de convergência. Trata-se de que nestes modelos políticos existirá necessariamente operante no plano empírico do político o conceito de um homem com virtudes superiores. No plano teórico e operativo este conceito haverá de manter diálogo com o irracionalismo nietzscheano, tal e como fora também mantido pelo

remete à Maquiavel como bem como a Hobbes, cujo eixo transversal a unir-lhes é o de um caráter antropológico cético-pessimista. Como nos diz Schmitt em seu breve comentário sobre a antropologia maquiaveliana, trata-se de que o autor vê o homem com uma “[...] tendência irresistível de resvalar da avidez para o mal” (SCHMITT, 1992 a, p. 86), tração da natureza humana a partir do qual Schmitt conclui que Maquiavel “[...] deduz a lei fundamental de toda vida política” (SCHMITT, 1992, p. 86). Schmitt parte já desde este momento inicial de uma perspectiva antropológica bastante próxima à de Hobbes. Em especial, Horkheimer nos narra uma perspectiva antropológica ilustrada que bastante bem denota o distanciamento desta visão daquela sustentada por Schmitt e que terminaria por constituir o seu conceito de amigo-inimigo. Segundo Horkheimer “[...] a psique do homem nem, provavelmente, a dos animais está organizada de maneira tão individualista, que todas as suas emoções impulsivas primitivas se relacionem necessariamente com o prazer em satisfações materiais. Os homens são capazes, por exemplo, de experimentar, na solidariedade com correligionários, uma felicidade que lhes permita suportar o sofrimento e mesmo a morte. Neste sentido, guerras e revoluções oferecem o exemplo mais tangível. Sentimentos impulsivos não-egoísticos sempre existiram; tampouco são negados por qualquer psicologia séria; apenas tentou-se, mediante explicações problemáticas, atribuí-los a motivações individualistas” (HORKHEIMER, 1990, p. 24). Esta perspectiva distancia-se profundamente da visão schmittiana de homem no que concerne a sua capacidade de experimentar, e praticar, sentimentos de solidariedade perante eventos como o sofrimento e a morte. Efetivamente, a *Weltanschauung* schmittiana não se mostra condescendente com uma perspectiva como a de Horkheimer, tradição frankfurtiana da qual Habermas é herdeiro em seu ponto de gravitação central e não deixa de, neste aspecto, manter-se como ácido crítico de Schmitt, posto que igualmente se apresenta como crente na capacidade cognitivo-dialógica do ser humano para entabular propostas e encaminhar consensos político-axiológicos. Para maior detalhamento sobre a obra de Habermas, ver DUTRA, (2010, 2005).

conservadorismo revolucionário ainda durante a época de Weimar. Estas virtudes superiores eram necessárias para que o rebanho pudesse ser efetivamente conduzido de forma apaziguada aos domínios apenas percebidos pelo seu condutor, o *Führer*.

O projeto de um Estado forte conduzido por um *Führer* vai sendo desenhado a partir da firme oposição tanto às tradições liberais quanto, em paralelo, pela confirmação conservadora do valor do mito germânico embebido de disposição para o enfrentamento último, risco este que atingia os limites da vida privada aos quais o Estado forte não hesitaria em recorrer para a implementação de suas políticas. Este modelo de Estado apenas age de forma tão resoluto sobre uma base argumentativa proclive aos pressupostos de Hobbes¹³⁷⁵ tanto quanto de Maquiavel,¹³⁷⁶ ponto de partida do qual Schmitt se mostra próximo,¹³⁷⁷ antes que lockiano-kantianos.¹³⁷⁸ Este modelo

¹³⁷⁵ Não é necessário um grande investimento teórico para identificar a grande proximidade de Schmitt de Hobbes, pensador com o qual se identifica e a quem dedica acuradas reflexões teóricas. Para uma aproximação às obras de Schmitt sobre Hobbes, ver SCHMITT, (2008; 1990b). Para uma aproximação a comentários sobre a possível aproximação de Schmitt a Hobbes, ver ALTINI, (2010), DYZENHAUS, (2009; 1994-1995), FISCHER, (2010), JAUME, (2005), MARCOS, (2004), McCORMICK, (1994), QUINTERO, (2010), SCHWAB, (1937), SIRCZUK, (2007), TREGENZA, (2002), ZARKA, (2010).

¹³⁷⁶ Igualmente no que concerne a Maquiavel, tampouco carece um dispêndio considerável de pesquisa para a identificação de sua proximidade com Schmitt. Para um maior detalhamento sobre estudos acerca da aproximação de Schmitt a Maquiavel, ver ADVERSE, (2010; 2009), VILLACANAS BERLANGA, (1999). Para uma exploração filosófica desde o pensamento de Maquiavel e a melhor avaliação de suas possíveis relações com Schmitt, ver BIGNOTTO, (1991), POCKOCK, (2008), SKINNER, (1984).

¹³⁷⁷ Estas referências teóricas, somadas às circunstâncias históricas, possibilitariam um argumento a mais para que o conceito de inimigo em Schmitt pudesse ser caracterizado a partir de um conceito antropológico negativo ou pessimista, aliás, já bastante consolidado naquele momento. Naquela quadra da história, nos primeiros anos da República de Weimar bem como nos seus anos finais, o traço dominante comum foi a miséria da vida e as instituições, as quais encontravam-se em estado similar ao de uma fratura exposta, dada a profundidade crise político-econômica, da tragédia da fome derivada dos altos índices de desocupação formal.

¹³⁷⁸ Em que pese a erudição de Schmitt não dispense a necessária consideração de Locke e Kant, a avaliação de suas obras não alcança o primeiro plano que foi reservado aos seus bons companheiros de viagem Hobbes e Maquiavel, muito embora subsistam sérias objeções quanto a interpretação schmittiana de ambos. Para o caso de Hobbes, ver ZARKA, (2010). Ainda assim, interessa o específico trabalho

de Estado forte ganhava simpatia em um contexto histórico em que, como diz Kent, as circunstâncias eram tais que

[...] os valores falsos, a industrialização e as suas consequências destruidoras, a decadência das pequenas cidades e o declínio das propriedades rurais dos camponeses [...] fizeram com que muitos olhassem para o passado e ansiassem uma vida mais simples e melhor. (KENT, 1982, p. 103).

Anseios simples de tempos tormentosos invariavelmente remetem a um valor basilar, a paz para as relações do cotidiano. Contudo, embalados pela tragédia, pela cultura conservadora e pelos sonhos de restauração da grandeza imperial reiteradamente trazida a público como derrotada porque fora traída, as simpatias penderiam por outros rumos. O discurso totalitário apelaria a um duplo movimento conceitual, nacionalismo e violência, para restaurar a grandeza perdida. Para tanto as teorias elaboravam a estratégia da indicação do inimigo, da qual o hitlerismo não deixaria de lançar mão, como resta bem indicado em sua *Mein Kampf* relativamente aos judeus, donos e exploradores cruéis dos alemães por intermédio de seu domínio do improdutivo mundo das finanças.

Esta visão não dista da consideração do inimigo a partir de uma determinada leitura antropológica, a saber, mau e perigoso, algo que, por certo, haveria de ser admitido como um ponto de partida compartilhado por todas as importantes e genuínas teorias políticas. Isto, alegadamente, não implica marcar o inimigo político como “[...] moralische böse” (SCHMITT, 1972, p. 27).¹³⁷⁹ Assim, por exemplo, a antropologia schmittiana, segundo sugere Schwab, possui uma visão de homem “[...] basically dangerous” (SCHWAB, 2007, p. 7; ver STRAUSS, 2008d, p. 151),¹³⁸⁰ quando mais não

hobbesiano de Zarka. Ver ZARKA, (1997). Sobre Maquiavel, ver ALTINI, (2005), COSTA, (2010) e LEFORT, (2010). Para os fins analíticos deste trabalho é especialmente aconselhável a leitura do trabalho de Strauss, dada a sua proximidade com o pensamento schmittiano. Ver STRAUSS, (1964).

¹³⁷⁹ A tradução do trecho recomenda “[...] moralmente mau”.

¹³⁸⁰ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] basicamente perigosa”.

seja por sua leitura maquiaveliana de que o homem é proclive a resvalar para o mal (*cf.* SCHMITT, 1972, p. 59). Reservar direitos a este perigoso homem, tal e como propunha a Constituição de Weimar, portanto, não poderia ser uma opção, posto que a necessária tarefa reedificadora da decadente sociedade alemã (Spengler) não poderia suportar o risco de contar com este também decadente e por natureza mau e vicioso homem que lhe compunha o tecido social.¹³⁸¹ Para uma tal perspectiva antropológica a receita era direta: o homem não apenas precisaria de governo (*cf.* STRAUSS, 2008d, p. 155), mas, sobretudo, de um de tipo autoritária, única capaz de dominar uma natureza deste tipo.

Inserida esta natureza humana na massa, foi o homem isolado na massa um dos objetos de manipulação por parte do nacional-socialismo. Sugerimos que esta é uma inserção que encontra referencial teórico e possível diálogo no trabalho de Jünger. Em Neaman, por exemplo, encontramos os sinais possíveis desta possível conexão quando o autor refere que a sociedade moderna se encontra marcada pela massificação e esta, para Jünger, apresenta a sua mediocridade (*cf.* NEAMAN, 1999, p. 27-28). Esta leitura do homem massificado como medíocre permite que a retomada crítica desta ideia por Schmitt se torne possível para que na esfera do político o autor proceda ao deslocamento de qualquer possibilidade de representação política. A medíocre massa ou, se preferirmos, o rebanho nietzscheano, para Hitler, como também para Schmitt, haverá de encontrar uma figura que o conduza, e na sugestão do autor, distanciado das

¹³⁸¹ A percepção do homem como perigoso pode ser lida em contraposição com o existencialismo do jovem Schmitt. Neste sentido, nossa hipótese é de que o existencialismo possui um papel importante para a melhor compreensão para a leitura da filosofia política de Schmitt e, por conseguinte, atingindo o seu conceito-chave, a saber, o conceito do político o qual, contraditoriamente, desconsidera a periculosidade do homem ao confiar a quem ocupa altos cargos políticos poderes ilimitados. Esta é uma nota que não lhe passaria em branco a Schmitt. A este respeito, ver seus comentários sobre que as teorias do Estado e as ideias políticas haveriam de encontrar à sua base uma correspondente antropologia que desembocaria em uma visão de homem, entendido este como „von Natur böse” (naturalmente mau) ou „von Natur guten” (naturalmente bom). (SCHMITT, 1972, p. 59).

possibilidades representativas do sistema parlamentar weimariano, a concentração de poderes dar-se-á na *persona* do *Führer*.

Depois de tudo, a reunião de poderes em uma sociedade marcada pela massificação, que para Jünger era a marca da mediocridade (*cf.* NEAMAN, 1999, p. 27-28), não poderia ser um mal, senão ao contrário, como quisera interpretar Hitler ser a tônica na história este papel de protagonismo exclusivo dos grandes homens.¹³⁸² Posta a argumentação desta forma, encontramos um forte ponto de apoio a unir a filosofia política schmittiana, que resume a virtude e poder em um só, e a tradição totalitária na qual encaixa o nacional-socialismo hitleriano. A negativa ao papel das massas, portanto, estará baseado na concepção antropológica denegatória do valor humano e do agregado social que formará. A massa não será reconhecida como possuidora de virtude o suficiente para intervir no processo político de forma articulada e argumentativa, senão por intermédio do conceito de *acclamatio*,¹³⁸³ esta sim, para Schmitt, o verdadeiro instrumento para a manifestação democrática, pois é de saber que

Der Wille des Volkes kann durch Zuruf, durch *acclamatio*, durch selbstverständliches, unwidersprochenes Dasein ebensogut und noch besser demokratisch geäußert werden als durch den statistischen Apparat, den man seit einen halben Jahrhundert mit einer so minutiösen Sorgfalt ausgebildet hat. (SCHMITT, 2010a, p. 22).¹³⁸⁴

¹³⁸² A argumentação de Hitler em sua *Mein Kampf* é de que os grandes eventos e movimentos da história não foram alvo da condução por movimentos de massa, senão o contrário, apenas derivaram da ação individual de grandes homens ou, como diz Hitler, “No es la masa quien inventa, ni es la mayoría la que organiza o piensa; siempre es el individuo, es la personalidad, la que por doquier se revela” (HITLER, 2004, p. 122). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “não é a massa quem inventa, nem a maioria a que organiza ou pensa, isto sim, é sempre o indivíduo, é a personalidade que comumente se revela”.

¹³⁸³ Este trabalho não considerará o conceito de *acclamatio* como uma possibilidade representativa. Ao contrário, a representação é aqui entendida sempre e quando possível como uma intervenção pública livre e com liberdade para orientá-la de forma argumentativa.

¹³⁸⁴ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “A vontade do povo pode ser muito melhor expressa democraticamente por intermédio da *acclamatio*, por intermédio da presença física irrefutável, do que por intermédio de um aparato estatístico, que há meio século vem sendo desenvolvido minuciosamente”.

No capítulo IX teremos oportunidade de desenvolver a argumentação em torno ao aprofundamento do projeto totalitário que teve lugar durante a República de Weimar por intermédio dos constantes ataques ao parlamentarismo, teses que em Schmitt encontraram espaço. Antes, contudo, no próximo capítulo VIII que logo a seguir terá lugar, teremos oportunidade de retomar como pano de fundo o cenário aqui esboçado e traçar os limites em que possa ser detectado o inter cruzamento da argumentação totalitária com o âmbito da crítica antiliberal e antidemocrática e, também importante, as suas repercussões sobre o conceito de parlamentarismo.

Neste capítulo também foi nosso objetivo retomar os traços fundamentais da trajetória da crítica schmittiana à Weimar em paralelo com os valores conservadores revolucionários de intelectuais como Spengler e Jünger, que para tudo representavam uma teoria oposta ao liberalismo (*cf.* MANNHEIM, 1952, p. 219), que foram ensaiados nos capítulos precedentes, IV e V, valendo-nos da abordagem histórica oferecida pelo capítulo VI em que enfocamos a crítica liberal a partir das fileiras conservadoras e sua consolidação no discurso totalitário.

Realizado este movimento, o capítulo VIII, cujo título é *Schmitt e as bases conservadoras da crítica à democracia parlamentar*, desenvolverá os pontos de contato teóricos entre a crítica de base antiliberal e antidemocrática. Nossa finalidade será a de avaliar os limites de sua real proximidade da argumentação totalitária por meio da crítica à democracia de massas da qual nos ocupamos sumariamente neste final de capítulo VII.

Ainda assim, no capítulo VIII passaremos a nos ocupar da forte crítica às instituições parlamentares a qual também manteve contato com a crítica à emergente democracia de massas ou *massendemokratie* (democracia de massas). Esta manteve conexão com o antiparlamentarismo schmittiano e conservador revolucionário,

argumentação que emergirá nos próximos capítulos e sugerirá de chofre a proximidade deste tipo de leitura do político de manifesta conexão com os pressupostos para o desenvolvimento do *Stärke Staat* (Estado forte).

O conceito de *massendemokratie* (democracia de massas) foi um dos pontos de partida com que, conforme anunciamos, a política em Weimar teve de enfrentar-se. A esta realidade Schmitt não desconheceria em seus textos e haveria de oferecer alguma resposta. Ao abordar o tema, Schmitt não desistirá de sua crítica de que os parlamentos não passavam de meras representações de debates que, em verdade, têm lugar em privado e atentos apenas e tão somente com atender a interesses desta ordem. Sem ponderações matizatórias ou, mesmo, exceções cabíveis a estrutura do sistema e sua forma histórica, Schmitt ataca o núcleo duro da existência parlamentar sem mais restar disto do que a apologia de seu termo. Em espiral crescente em torno aos anos 30, a democracia de massas vinha a causar mais do que um mero embaraço mas, isto sim, tornar inviável, o funcionamento do Parlamento e da democracia liberal. Neste sentido, a habilidade com que o tema foi pensado desde as fileiras conservadoras e nacional-socialistas tornaria ainda mais célere este processo de falência institucional conforme veremos a seguir.

Verificada estas proximidades conceituais poderemos descortinar alguns caminhos para que os conceitos do político e da ditadura, que encontram no liberalismo e na democracia os seus conceitos-base, possam ser abordados desde a perspectiva conservadora revolucionária de viés totalitário que aqui é proposta como sua via hermenêutica. Este serão os temas dos quais nos ocuparemos nos cinco últimos capítulos desta tese doutoral.

CAPÍTULO VIII

SCHMITT E AS BASES CONSERVADORAS DA CRÍTICA À DEMOCRACIA PARLAMENTAR

8.1. DEMOCRACIA COMO DITADURA: A NORMALIZAÇÃO DA CRÍTICA DEMOCRÁTICO-LIBERAL

Este capítulo VIII está composto de dois grandes temas que servirão de eixo para este escrito ao qual subjaz um terceiro. Não realizaremos um corte preciso no texto para a composição do parlamentarismo, liberalismo e democracia de massas.¹³⁸⁵ Nossa proposta metodológica é de realizar o desenvolvimento textual integrando estes temas em contraposição ao pano de fundo histórico representado pela evolução da argumentação teórica do totalitarismo nacional-socialista.

Este capítulo trabalhará em primeiro plano com a apresentação dos termos conceituais em que se deu a crítica schmittiana ao parlamentarismo tendo como cenário tanto a realidade weimariana quanto a filosofia conservadora revolucionária. Em um segundo momento aqui encarregar-nos-emos da contraposição do trabalho schmittiano à tradição liberal do período, a qual aqui analisada por intermédio de Kelsen. Claro está

¹³⁸⁵ Estas críticas schmittianas encontraram seu adequado momento em um mundo em que os avanços e descobrimentos tecnológicos suscitavam debates em torno ao papel da técnica, tanto em Schmitt (ver SCHMITT, 1987e) como em diversos comentaristas do período (ver HERF, 1990). O debate sobre as instituições democrático-parlamentares e sobre o político inclinava-se para uma proposição antípoda a qualquer benevolência quanto ao relativismo moral. Este era um dos mais importantes alvos do qual Schmitt se ocuparia em atacar, bem como aos efeitos deletérios de um Estado pensado no âmbito da neutralidade, o que remete a uma inspiração filosófica liberal de antipoliticidade que pode ser entendida em Schmitt como mais indesejável e perigosa para o político (*des politischen*). Neste sentido, por exemplo, Tapia indica que “[...] asimismo la resolución sobre la mayor o menor politicidad de una materia es siempre [una cuestión] política, aun cuando se formule en un sentido negativo. El refugiarse en la apoliticidad puede ser la expresión más odiosa y peligrosa de la actividad política” (TAPIA, 2005, p. 185-186). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] assim, a resolução sobre a maior ou menor politicidade de uma matéria é sempre [uma questão] política, ainda quando se formule em um sentido negativo. O refugiar-se na apoliticidade pode ser a expressão mais odiosa e perigosa da atividade política”.

para todos que Schmitt não é um democrata no sentido liberal (*cf.* MOUFFE, 2003, p. 59). Com isto resultará de valia lançar mão de Kelsen como autor especialmente representativo do perfeito antípoda teórico schmittiano, cuja intervenção em coincidentes circunstâncias históricas sugere-nos a boa aproximação à relação de Schmitt com a democracia-liberal e o parlamentarismo.

Em um terceiro momento dedicaremos espaço a expor a crítica schmittiana da democracia de massas e dos argumentos que permitem a sua ligação com as críticas ao parlamentarismo desenvolvidas por Schmitt.¹³⁸⁶ O autor que concentra um dos eixos para realizar a sua crítica ao parlamentarismo precisamente em sua percepção de que a emergente democracia de massas transformava a realidade da operação da democracia,¹³⁸⁷ notadamente, conforme comenta Bercovici, devido ao fato de que pretendia realizar um processo de identificação entre governantes e governados (*cf.* BERCOVICI, 2004, p. 80).¹³⁸⁸ Em meio a estes movimentos, propomos como discurso de fundo para o texto deste capítulo que o trabalho político e jurídico schmittiano converge com as críticas oriundas tanto do conservadorismo revolucionário quanto da teoria nacional-socialista.

O viés metodológico adotado neste capítulo como cenário para desenvolver este trabalho visa despertar a atenção para a possibilidade de que Schmitt tenha operado sua

¹³⁸⁶ Para uma análise minuciosa e comparada da crítica de Schmitt e Habermas sobre a democracia, ver ARATO & COHEN, (1994).

¹³⁸⁷ Schmitt aprofunda sua crítica a democracia na medida em que compreenderá que este processo de identificação não poderia ter lugar em uma estrutura de poder inspirada no liberalismo parlamentar em que a pluralidade de interesses eram representados pelos mais distintos grupos de pressão. Para a teorização schmittiana resta claro que o enfrentamento de interesses é antidemocrático, que a sua clara aposta reside no processo de eliminação de interesses antípodas no meio social. Para um maior detalhamento sobre este aspecto, ver o capítulo IX, principalmente em suas três primeiras seções.

¹³⁸⁸ É muito pertinente a percepção de Bercovici (*cf.* BERCOVICI, 2004, p. 80) de que Schmitt centraliza o argumento da democracia em um suposto aprofundamento que poderia ocorrer tão somente na medida em que as eleições, tipicamente liberais, pudessem ser superadas enquanto forma de realização do político.

crítica parlamentar endereçada à democracia de massas como uma hipótese para aplinar o caminho para a afirmação do conceito de um Estado totalitário. Esta é uma ideia que passará pela confirmação teórica e pela realização empírica do conceito de unidade política.¹³⁸⁹

Este tipo de Estado, por sua vez, apresentou-se como capaz de deter todo um processo de degradação das instituições republicanas e, mormente, da democracia. A respeito desta, a abordagem schmittiana revelar-se-ia central para o desenvolvimento de seus trabalhos. Na perspectiva deste trabalho doutoral, contudo, a democracia haverá de remanescer distanciada de suas possibilidades de leitura teológica. Preliminarmente, contudo, parece-nos adequado ressaltar que o conceito de democracia aqui trabalhado compartilha dos valores essenciais da democracia liberal.¹³⁹⁰ Dentre as referências, encontramos-nos próximos aos valores apresentados por Olgária Matos a respeito da

¹³⁸⁹ Bercovici chama a atenção para o fato de que a unidade política é uma das preocupações centrais para Schmitt (*cf.* BERCOVICI, 2009d, p. 73), algo que, por certo, confirmar-se-á em suas críticas à democracia de massas que emergia naquela quadra histórica da Alemanha conforme analisaremos no decorrer deste capítulo VIII.

¹³⁹⁰ Nesta tese doutoral foram feitas algumas referências ao conceito de democracia. Em vários casos foram feitas referências à democracia liberal ou à democracia de massas, com o que a sua caracterização restou evidenciada. Sem embargo, a partir deste momento faremos referências ao conceito de democracia e será necessário precisar o que entenderemos por democracia. Uma noção basilar que permeia o conceito de democracia com o qual trabalhamos é a ideia conjugada de garantias materiais e formais de direitos e, por outro lado, da perspectiva estruturante da democracia. Desde o primeiro aspecto, do que trata-se é de que a democracia pressupõe um Estado de garantias e liberdades, públicas e privadas, direitos que se coadunam com o histórico dos direitos e garantias fundamentais postulados pela tradição liberal sem que nela necessariamente se esgotem. Por outro lado, do ponto de vista da perspectiva estruturante da democracia, sugerimos que esta encontra-se de modo convergente com uma forte predominância da representatividade como forma de articulação de suas instituições, embora disponha, pontualmente, de recursos para intervenções diretas da cidadania. A ideia de democracia com a qual trabalhamos encontra-se, pois, em convergência com uma concepção de sociedade marcada pelo triunfo da pluralidade e da tolerância, do dissenso e do debate mediado por instituições públicas bem como por organismos privados. Há uma essência plural em nosso conceito de democracia com o qual o texto schmittiano, consagrador da homogeneidade, não poderia convir.

democracia capaz de afrontar ao trabalho schmittiano na medida em que aposta por uma resolução da democracia na essência libertária dos indivíduos¹³⁹¹ e, igualmente, nas derivações antiteológicas do político inerentes a sua crítica.¹³⁹² Em sentido crítico aos rumos da democracia e às origens de suas transgressões assim como das perspectivas normativas que podem ser projetadas, podemos, igualmente, ressaltar a importância dos trabalhos de Romano¹³⁹³ e de Giacóia.¹³⁹⁴

¹³⁹¹ Conforme comenta Olgária Matos, a tradição democrática desvela a dimensão do *outro* em vida (*cf.* MATOS, 2003, p. 47) e não pretende exterminá-la, senão, isto sim, ativa e cuidadosamente preservá-la. A essencialidade de nossa individualidade reside, em nossa concepção de vida livre em uma democracia, na capacidade de que a alteridade encontre a sua possibilidade de afirmação vital no sentido amplo e holístico que isto possa supor. Esta ambiência democrática desde a qual tecemos crítica a filosofia schmittiana não se coaduna com os valores de concentração de poderes senão que, inversamente, aposta na descentralização acompanhada da transparência progressiva dos atos públicos. Neste sentido nos aproximamos da tendência democrática madisoniana, apoiada no sistema de freios e contrapesos. Assim, em verdade, a democracia reclama positivamente a ausência de quem possa atribuir a si mesmo a preeminência do saber e da capacidade de distinguir, irresoluta e inexoravelmente, o bem, do mal, a virtude, do vício, de sorte a, passo seguinte, passar a implementar esta sua percepção da revelação.

¹³⁹² Portanto, o conceito da democracia com o qual trabalhamos, diferentemente de Schmitt, envolve, como aponta Matos, a separação do político de suas instâncias teológicas (*cf.* MATOS, 2003, p. 47), a conjugação da gramática do político com a do exercício das liberdades, do religioso ao político, da intimidade ao livre exercício conjugado, e coletivo, da manifestação de aspirações públicas e privadas. Quanto ao elemento religioso, nosso conceito de democracia defendido neste texto como antípoda do conceito schmittiano remete a um Estado laico, que não apenas desnaturaliza qualquer processo de violência como o desautoriza em sua possível dimensão normativa. Sendo assim, resta-nos observar que a dimensão política que habita o Estado, antes desta relação intrínseca com a violência reclamada por Schmitt, isto sim, evoca a tradição da *pólis* da Antiguidade grega. Por outro lado, igualmente caracterizamos o conceito de democracia anteposto a Schmitt a partir de algumas observações de Olgária Matos. A autora argutamente aponta para que a própria qualidade de uma democracia pode ser localizada na medida em que “[...] uma democracia não depende dos vícios ou virtudes dos governantes mas da qualidade de suas instituições [...]” (MATOS, 2003, p. 46). Neste sentido o conceito de democracia com o qual trabalhamos focalizará criticamente um transcendente pessimismo sobre a dimensão institucional cuja radicalização o torne apto à desistência de sua caracterização democrática.

¹³⁹³ Para trabalhar com o conceito de democracia interessa-nos a análise de Romano sobre as origens e as transgressões totalitárias no curso de história. Neste sentido, ver ROMANO, (1997).

¹³⁹⁴ Nossa aproximação ao trabalho de Giacóia no que concerne à democracia deve-se a sua angulação nietzscheana da questão mas também, e muito importante, por sua abordagem das contradições internas

A interpretação da democracia sobre a qual posicionamos nossa crítica ao trabalho schmittiano mostra-se profundamente conectada e devedora das reflexões nucleares da teoria habermasiana, mas também com Rawls e sua teoria da justiça de maneira central.¹³⁹⁵ Igualmente a concepção de democracia com a qual trabalhamos neste trabalho doutoral em oposição ao texto schmittiano encontra parcial apoio no trabalho conjunto de Offe e Preuss,¹³⁹⁶ e também Dahl e Bobbio¹³⁹⁷ de forma bastante

da democracia e da leitura de seus críticos contemporâneos como Agamben e Foucault. Algumas das reflexões que aqui nos interessam para pensar a democracia contrariamente a Schmitt tem lugar nas limitações de um projeto ilustrado que parametriza todas as categorias do político a partir da admissão inicial da submissão ao crivo da razão, destituindo o elemento teológico de sua posição central na fundamentação do político. Igualmente promissor para a reflexão sobre o conceito do político em Schmitt entendido desde a perspectiva de sua defesa do extermínio (*Vernichtung*) é a contínua atenção dedicada por Giacóia ao biopoder e à biopolítica, tomando como principais referências para tanto a leitura de Agamben e Foucault. O poder de vida e morte do âmbito do político que recebe atenção na obra de Giacóia é tema bastante caro a uma leitura da expansão qualitativa da democracia como aquela que propomos. Igualmente relevante o debate sobre o papel da técnica e da organização sociopolítica em estruturas de poder democráticas que, não raro, podem resultar em assujeitadoras do indivíduo que nelas reside. A tensão entre estes fatores torna-se decisiva para uma reflexão de fundo sobre a democracia.

¹³⁹⁵ Aqui encontramos-nos com uma clara divisa anti-schmittiana, antiteológica por antonomásia, à qual procuramos aproximar o conceito de democracia com o qual trabalhamos neste texto e que se mostra ligado à percepção que dela mantém a tradição habermasiana (cf. HABERMAS, 2011, p. 19-25). Ao fim e ao cabo, a nossa leitura da democracia encontra-se parcialmente ancorada em Habermas (cf. HABERMAS, 1997c, p. 9-4256) bem como em Rawls, (ver RAWLS, 1993b), mas também em Bobbio, (ver BOBBIO, 2000a, 2000b). Para uma acurada leitura da obra habermasiana sobre este aspecto da democracia, ver DUTRA, (2010, 2005). Para uma reflexão das conexões do direito e moral em um âmbito democrático, ver DUTRA, (2009). Para um maior detalhamento de nossa posição sobre a democracia, ver BUENO, (2007).

¹³⁹⁶ Offe e Preuss, sem embargo, sustentam que “Democracy is arguably the only formula in the modern world which is able to legitimize all kinds of political regimes. Theorists as different as Carl Schmitt and Joseph Schumpeter were probably right in pointing out that the modern creed of democracy is to be understood as a secularized version of the most elementary tenets of Christian theology” (OFFE; PREUSS, 1991, p. 146). Malgrado os autores possam estar no rumo certo em sua interpretação de Schmitt, nossa leitura é de que aqui não nos interessa precisamente a origem dos conceitos democráticos com os quais trabalhamos mas, neste momento, tão somente a descrição de quais são os modelos recepcionados neste texto doutoral. Paralelamente, entendemos como ínsito ao fenômeno da democracia o incremento da independência das instituições, assim como a dinamização da autonomia privada como mote do controle do poder encontra-se igualmente nas bases de uma compreensão da democracia que em momento algum

relevante com vistas a oferecer uma aproximação mais detalhada a nossa aproximação dos valores e da dinâmica interna da noção de democracia.

Especificamente no trabalho de Schmitt há uma arguta estratégia de deslocar o conceito de democracia de suas tradições liberais. Conforme visto nos últimos capítulos, uma vez eleito o liberalismo como um contraponto teórico de fundo de seu trabalho

pode encontrar ponto de contato com as teses schmittianas quanto ao conceito da democracia. Ao trecho citado no corpo desta nota de rodapé, sugerimos a seguinte livre tradução: “Democracia é discutivelmente a única fórmula no mundo moderno capaz de legitimar todos os tipos de regimes políticos. Teóricos tão diferentes quanto Carl Schmitt e Joseph Schumpeter foram provavelmente corretos em sublinhar que a moderna crença sobre a democracia é ser entendida como uma versão secularizada da mais elementar doutrina da teologia cristã”.

¹³⁹⁷ Por outro lado, no que concerne a uma dimensão procedimental da democracia, concordamos com a caracterização de Bobbio, não muito distante, embora mais extensa que a de Dahl. Em traços gerais, portanto, ademais das ideias acima elencadas, também compartilhamos das teses bobbianas que passamos a resumir: “1) o órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa deve ser composto por membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo [...]; 2) junto do supremo órgão legislativo deverá haver outras instituições com dirigentes eleitos [...]; 3) todos os cidadãos que tenham atingido a maioridade, sem distinção de raça, de religião, de censo e possivelmente de sexo, devem ser eleitores; 4) todos os eleitores devem ter voto igual; 5) todos os eleitores devem ser livres em votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, isto é, numa disputa livre de partidos políticos que lutam pela formação de uma representação nacional; 6) devem ser livres também no sentido em que devem ser postos em condição de ter reais alternativas [...]; 7) tanto para as eleições dos representantes como para as decisões do órgão político supremo vale o princípio da maioria numérica [...]; 8) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria [...]; 9) o órgão do Governo deve gozar de confiança do Parlamento ou do chefe do poder executivo, por sua vez, eleito pelo povo” (BOBBIO, 2007b, p. 327). Dentre os aspectos insuficientes nesta caracterização de Bobbio acerca do direito ao voto, encontra-se a questão relativa ao sexo, cuja discriminação pode atingir já não mais o gênero ao que um indivíduo pertence mas, também, sobre qual seja a sua declarada preferência sexual. Ademais destas alternativas procedimentais incluiríamos igualmente a necessidade de que os termos a que a alternância no poder seja estimulada materialmente pelo Estado tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista da legislação na área das comunicações sociais, que é circunstância necessária e maximizadora da intervenção política da cidadania e, desde logo, qualificadora de todo processo democrático. Na concepção de democracia que trabalhamos, portanto, encontramos-nos tanto com a ideia de que há um conteúdo procedimental (*como* chegar às decisões políticas, mas *sem* disciplinar o conteúdo a ser decidido) mas também nos ocupamos em privilegiar direitos e garantias fundamentais, como as assinaladas ao longo desta nota, tornando explícitos alguns direitos materiais e formais dos quais uma democracia não poderá relaxar em sua proteção sempre e quando opte por manter tal título.

intelectual, convém a Schmitt proceder ao distanciamento, e mesmo oposição, do conceito de democracia de suas tradições liberais, cuja afirmação permitiria a sua apropriação por regimes ditatoriais. Isto teve lugar por intermédio do simples movimento de erradicar desta última os seus elementos clássicos como se fosse este um movimento capaz de aportar-lhes o devido remédio aos seus males. Este processo pode ter lugar a partir da percepção política dos grupos mais articulados da direita conservadora e nacional-socialista sobre a falência do parlamentarismo e também da nova realidade da democracia de massas. Esta falência estava declarada no âmbito do conservadorismo de homens como von Salomon: “[...] ¿democracia parlamentaria? Vamos, eso fue moderno en 1848 (...) aún falta hacer la revolución. Esa es la tarea que nos espera ahora (...) hacer la revolución por la nación, la verdadera revolución nacional” (*apud.* GÓMEZ, 2007, p. 187).¹³⁹⁸ Em seu texto von Salomon não argumenta mais do que os limites teóricos que se havia proposto Schmitt quando relega a importância do Parlamento às suas circunstâncias históricas de origem, mas já não mais àquelas de Weimar, que não mais lograva atender.

A hipótese de que as críticas schmittianas tenham podido aplainar o caminho totalitário não se reveste de novidade e tem encontrado poucos defensores entre os mais recentes partícipes da retomada da obra schmittiana. Sem embargo, esta parece-nos ser a interpretação mais acurada pelas razões que viemos tratando no decorrer deste trabalho e que todavia serão desenvolvidas no que dele resta. Por outro lado, e nisto parece que o trabalho pode contribuir mais originalmente, sugerimos encontrar nas fontes schmittianas a leitura adequada que permite-nos aproximação de uma releitura conservador-totalitária de sua obra.

¹³⁹⁸ Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] democracia parlamentar? Vamos, isto foi moderno em 1848 (...) ainda falta realizar a revolução. Esta é a tarefa que agora nos espera (...) fazer a revolução pela nação, a verdadeira revolução nacional”.

A exploração da crítica schmittiana à democracia de massas tomará como necessário argumento de fundo as críticas do autor endereçadas ao liberalismo, ao conceito de democracia bem como ao parlamentarismo, razão pela qual afirmamos da unidade temática que aproxima as duas grandes partes deste capítulo em um só texto. Neste capítulo VIII, portanto, não visaremos a retomada conceitual do capítulo anterior mas, antes, a cena weimariana aparecerá naturalmente nestas linhas como o necessário trilho sobre o qual o argumento central de aproximação das críticas realizadas ao parlamentarismo e a democracia de massa bem como os movimentos realizados pelo nacional-socialismo.

A tarefa de contextualização faz-se como indispensável posto que a crítica schmittiana à democracia de massas encontra em seus fundamentos em sua pronunciada aversão ao liberalismo que, em McCormick, é compreendida como resultado da resposta mais abrangente de Schmitt endereçada a uma ampla crise experimentada pela Europa que gravitava em torno a temas centrais como a secularização e a racionalização (*cf.* McCORMICK, 1999, p. 4-6). Conjugadamente, era manifesto em Schmitt o seu desprezo pelas instituições democrático-representativas, pejorativamente denominadas de burguesas pela tradição, sendo não menos intenso o desdém que nutria pelas instituições parlamentares.¹³⁹⁹ Neste aspecto podemos aproximar a crítica heideggeriana à democracia a esta de Schmitt, pois o primeiro argumenta contra a democracia a partir o triunfo do subjetivismo moderno (*cf.* CARRASCO, 2009, p. 225).

¹³⁹⁹ Quanto às questões envolvendo o Parlamento, a ideia central é de que grande parte dos ataques ao Parlamento e às instituições representativas encontrava-se presentes na crítica à democracia burguesa já tecida pelos socialistas e que, neste ponto, marca intersecção com a apropriação schmittiana de seus pressupostos. Assim, portanto, inobstante sua distância do pensamento socialista, paradoxalmente às duras críticas que lhes reserva, o autor pode ter aproxima-se do de referenciais teóricos de valia para trabalhar-lhes talentosamente no sentido de criar um instrumental crítico ainda mais demolidor das instituições representativas da República de Weimar.

Esta foi uma cultura bastante disseminada entre a população alemã de sorte a permitir que o totalitarismo de corte nacional-socialista finalmente triunfante pudesse gozar do apoio das massas¹⁴⁰⁰ (cf. ARENDT, 1974, p. 27),¹⁴⁰¹ e este novo papel das massas para a política tornava-se real ao passo que um senso comum entre os analistas do período (ver JÜNGER, 1995c, p. 120-121).¹⁴⁰² Neste capítulo trataremos de esboçar como o conservadorismo revolucionário operou na atividade compreensiva schmittiana do fenômeno da democracia de massas e de que forma este entendimento serviu como eixo para Schmitt tanto quanto para a versão totalitária nacional-socialista alemã do período.

¹⁴⁰⁰ Weitz recorda que o *Deutsche Demokratische Partei* fez publicar cartazes em que constava o dístico: “Gegen Diktatur, von Links und Rechts” (cf. WEITZ, 2009, p. 87). Esta representava uma das poucas posições publicamente refratárias à disseminação da cultura antiditatorial e antitotalitária no período.

¹⁴⁰¹ Hannah Arendt manifesta a sua preocupação quanto ao apoio das massas, aliás, por ela reputado necessário para o cumprimento das finalidades do regime totalitário nacional-socialista para poder implementar as suas políticas. De certa forma o argumento de Arendt converge com o de Goldhagen (ver GOLDHAGEN, 1997), segundo quem o holocausto requereu uma forte cadeia de comando, e de subserviência, como condição elementar para que pudesse ter mínimo êxito em seus propósitos. Procurando dar um passo além na questão, Arendt propõe que “[...] es completamente obvio que el apoyo de las masas al totalitarismo no procede ni de la ignorancia ni del lavado de cerebro” (ARENDT, 1974, p. 27). Em ambos os autores percebemos uma dupla argumentação que, primeiramente, informa-nos algo acerca das próprias condições em que o totalitarismo foi possível e, em segundo lugar, e não menos importante, o debate sobre a culpa não pode excusar a adesão em massa ao regime, ainda quando, e não acreditamos que Arendt sublinhe o necessário sobre este ponto, que a cultura política vinha sendo forjada de longa data, criando assim as condições de possibilidade para que o discurso totalitário desfrutasse de capilaridade no tecido social. Para uma análise das vicissitudes da política e do Poder Legislativo brasileiro a partir de uma leitura crítica de esquerda valendo-se da obra arendtiana bem como de Schmitt e Chantal Mouffe, ver GONÇALVES, (2009). Ao trecho acima citado sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] é completamente óbvio que o apoio das massas ao totalitarismo não procede nem da ignorância nem de lavagem de cérebro”.

¹⁴⁰² A este respeito Jünger adverte que a democracia de massas começava a ganhar espaço considerável, a ponto de converter-se em um “[...] factor decisivo de la política” (JÜNGER, 1995c, p. 121), algo em grande parte derivado do avanço do direito de sufrágio que tornava tanto as forças da direita quanto da esquerda necessariamente voltadas a esta nova realidade (cf. *Ib.*). Ao trecho anterior sugerimos a seguinte tradução: “[...] fator decisivo da política”.

Desta forma, portanto, o movimento de consolidação da crítica schmittiana à democracia de massas e de sua ácida crítica ao parlamentarismo será desenvolvida neste capítulo traçando breve paralelo com o movimento teórico realizado pelo conservadorismo revolucionário que apenas aparecerá mais intensamente no capítulo IX, em seu aprofundamento crítico ofertado pela formatação totalitário-nacional-socialista. Por intermédio da sugestão e análise da proximidade dos dois temas centrais em Schmitt abordados neste capítulo, acreditamos poder colocar mais um dos eixos de sustentação da base argumentativa desta tese doutoral para realizar a interpretação do político e da ditadura segundo uma chave conservadora de possíveis conexões totalitárias que será realizada especialmente nos últimos três capítulos deste trabalho.

A primeira parte deste texto envolve dois eixos argumentativos. O primeiro deles diz respeito ao fundamento crítico do qual parte Schmitt em seu ataque ao parlamentarismo (ver SEPÚLVEDA, 1996, p. 311-331) para, momento seguinte, examinar se tal método consegue sustentar-se teoricamente bem como investigar qual tipo de estratégia é utilizada por Schmitt para confirmar esta sua suposição. Um segundo eixo argumentativo ocupar-se-á de confirmar se historicamente encontramos ou não teses antecedentes e consequentes que justifiquem a teoria crítica schmittiana acerca do parlamentarismo. A seguir, ocupar-nos-emos da comprovação de que trata-se de apenas mais um movimento dentro de um amplo conjunto de iniciativas político-jurídicas destinadas a afirmar as condições de possibilidade para um Estado totalitário, muito embora, em certo momento, se desconhecesse precisamente quais seriam os ocupantes do poder.¹⁴⁰³

¹⁴⁰³ Cremos necessário reforçar a ideia de que não raro se procede à defesa de Schmitt sob o argumento de que sua filiação ao partido se dera tão somente em 1933 e que antes disto não mantivera contatos com o nacional-socialismo. Contudo, subjaz à nossa tese a ideia de que encontramos em Schmitt uma muito ampla e abstrata defesa do Estado totalitário, do qual o nacional-socialismo foi apenas uma face histórica,

O primeiro eixo argumentativo que propomos parte da detecção de que Schmitt fundamental e simplesmente parte da constatação de que o Parlamento daqueles dias já não mais encontrava base legitimatória para realizar as operações políticas. Contudo, para confirmar historicamente este seu pressuposto, Schmitt haveria de empregar a sua engenhosidade no sentido de realizar um segundo movimento que consistiu em criar um ideal representativo perfeito a partir do qual contrapõe o caso weimariano, poderíamos dizer que uma redução *ad absurdum* do caso empírico imperfeito. Por certo, como disse Tapia em outro contexto, mas que nos é útil agora mesmo, observamos por vezes “[...] la brecha entre el ideal y la realidad es ostensible [...] las relaciones entre los parlamentarios distan mucho del modelo de discusión pública que proponía Bentham” (TAPIA, 2005, p. 179).¹⁴⁰⁴ Contudo, ainda assim, passado o tempo histórico em que ela se mostrou daquela forma tão perfeita, acaso tenha isto ocorrido algum dia,¹⁴⁰⁵ a sua

algo também comprovável pela extrema simpatia schmittiana (comprovada documentalmente) pelo fascismo italiano e, em especial, pela figura do *Duce*.

¹⁴⁰⁴ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “a brecha entre o ideal e a realidade é ostensiva [...] as relações entre os parlamentares se distanciam muito do modelo de discussão pública que era proposto por Bentham”.

¹⁴⁰⁵ O primeiro passo da crítica de Schmitt em seu trabalho será a retomada histórica da natureza das instituições parlamentares que aqui não tomaremos como eixo de nosso trabalho. Tanto a crítica mais dura ao parlamentarismo como os conceitos basilares da ditadura foram postos ainda nos primeiros anos da década de 20 e retomavam a estrutura parlamentar de autores liberais como Guizot e Mill que, logo no nascente século XX, encontrariam outros apoiadores como Max Weber e Hans Kelsen, a partir de suas filosofias formalistas e relativistas proclives ao parlamentarismo. Schmitt, como fez Kelsen, preocupou-se com uma retomada histórica do parlamentarismo para, momento seguinte, desconstituir sua importância histórica na vida parlamentar weimariana por força de seu distanciamento quanto ao cumprimento de suas funções precípuas. A obra de referência de Guizot sobre o tema parlamentar é *Historia de los orígenes del gobierno representativo en Europa*. (ver GUIZOT, 2009). Para uma tradução portuguesa desta obra, ver GUIZOT, (2008). Para uma leitura mais detalhada deste trabalho do autor a partir da história da civilização eurocã, ver GUIZOT, (1997). Para uma tradução espanhola deste texto em língua inglesa, ver GUIZOT, (1990). Referentemente ao trabalho de Mill, o seu clássico sobre o tema é *Del Gobierno Representativo*, (ver MILL, 1999), no qual se dá uma bastante firme defesa do sistema por parte do autor.

imperfeição histórica não lhe desqualifica no que concerne aos princípios propostos que, de louváveis, haverão de interessar-nos em adequá-los aos nossos tempos.

O segundo passo a ser empreendido por Schmitt foi o de contrapor ao tipo-modelo perfeito, perante o qual nenhum modelo empírico – apresentado como meramente corrupto e ligado ao mundo dos negócios (cf. MATOS, 2003, p. 49) – poderia responder ou, ainda mesmo, resultar em boa ou mediana posição. Contudo, o modelo contra o qual opunha Schmitt o seu modelo-tipo era nada menos do que a conflituada República de Weimar em seus piores anos, a saber, os primeiros anos da década de 20.¹⁴⁰⁶ Schmitt delineia este seu modelo parlamentar ideal com auxílio das esfumaçadas informações históricas de séculos anteriores que reconstrói de forma erudita, mas algo rapidamente para os padrões de um acadêmico de seu quilate. Esta é a composição primária do quadro a partir do qual trabalharemos a crítica schmittiana sobre o parlamentarismo e a democracia de massas, a partir de uma interpretação conservadora revolucionária factível nos termos de seus escritos da década de 20, mas que também comporta a releitura a partir do conservadorismo contrarrevolucionário de De Maistre.¹⁴⁰⁷

¹⁴⁰⁶ Sempre importa recordar que Schmitt concentra sua crítica ao parlamentarismo em sua obra de 1923, *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*, muito embora nela não esgote suas críticas.

¹⁴⁰⁷ De Maistre aponta com clareza para um argumento que se mostraria bastante caro a Schmitt em sua crítica ao parlamentarismo weimariano: “Los pretendidos representantes del pueblo no gozaban, en el fondo, de ninguna popularidad. Incapaces de pensamientos elevados y de grandes concepciones, nada era menos apropiado para ellos que el papel de legisladores. Egoístas e hipócritas, avanzaban tan lentamente en la gran obra de la constitución [...]”. (DE MAISTRE, 1994, p. 146). Ao trecho anterior sugerimos a seguinte livre tradução: “No fundo, os pretensos representantes do povo não desfrutavam de nenhuma popularidade. Incapazes de pensamentos elevados e de grandes concepções, nada era menos apropriado para eles do que o papel de legisladores. Egoístas e hipócritas, avançavam tão lentamente na grande obra da constituição [...]”.

A concepção de partida de Schmitt em sua crítica ao Parlamento era de que este encontrava-se esvaziado quanto ao cumprimento de suas funções. Para dizê-lo, Schmitt retrotrai, e traz à tona os termos e princípios que teriam balizado a sua criação histórica, cuja contraposição ao funcionamento institucional daqueles dias oferecia apenas a conclusão de que as casas parlamentares nada mais eram do que “[...] einem bloß praktisch-technischen Mittel [...]” (SCHMITT, 2010a, p. 13)¹⁴⁰⁸ em que a discussão de conteúdos de interesse público não tinham lugar, ou seja, que

Sind Öffentlichkeit und Diskussion in der tatsächlichen Wirklichkeit des parlamentarischen Betriebes zu einer leeren und nichtigen Formalität geworden, so hat auch das Parlament, wie es sich im 19. Jahrhundert entwickelt hat, seine bisherige Grundlage und seinen Sinn verloren. (SCHMITT, 2010a, p. 63).¹⁴⁰⁹

Schmitt propunha serem dois os princípios parametrizadores das ações parlamentares, a saber, o debate e a publicidade (*cf.* SCHMITT, 1990a, p. 4-5). É possível dizer que em torno de ambos girará boa parte, com um ou outro acréscimo, da crítica schmittiana em torno à instituição parlamentar. Estas duas ideias, contudo, eram indicadas desde Schmitt como já tendo sido objeto de descumprimento geral na prática parlamentar. Em verdade, eram princípios já arcaicos naquela quadra histórica (*cf.* SCHMITT, 1990a, p. 4).¹⁴¹⁰ O dever de que as suas atividades fossem mediadas e

¹⁴⁰⁸ O texto permite a seguinte tradução: “[...] simples meio técnico-prático [...]”.

¹⁴⁰⁹ O texto permite a seguinte tradução: “Se a publicidade e a discussão passaram a ser apenas uma formalidade vazia e inócua na realidade do Parlamento, então o modo como ele se desenvolveu no século XIX também foi perdido e, portanto, também o seu fundamento e o seu sentido”.

¹⁴¹⁰ Uma hipótese com a qual desejamos trabalhar nesta seção é a de que em Schmitt encontramos menos elementos originais e originários da crítica ao Parlamento em Weimar do que, em realidade, àquelas já proporcionadas pelo socialismo. É em um contexto como este que homens como Schmitt, Kelsen, Heller e Smend amadureceram suas reflexões em torno ao direito, tendo como eixo central a unir-lhes o direito público muito embora o tenham feito de diversos pontos de vista. Assim, por exemplo, se Schmitt favoreceria abertamente um viés político autoritário (*cf.* TAVARES, 2008, p. 64), esta não seria a posição do socialismo de um Heller (*cf.* LUCAS VERDU, 1989, p. 34) –, a quem o mesmo Tavares atribui um “decisionismo moderado” (TAVARES, 2008, p. 63) – ou a do formalismo kelseniano que, conforme voz

explicitadas pelo princípio da publicidade recaía como um imperativo sobre a atividade do Parlamento (*cf.* SCHMITT, 1992b, p. 329; ver SCHMITT, 1990a, p. 4), não era cumprido e esta natural disfunção não poderia menos do que atingir em cheio a qualificação para o desempenho de suas funções.

Schmitt é tão claro quanto incisivo ao destacar o ocultamento dos processos decisórios bem como da publicidade destas decisões e dos procedimentos políticos no âmbito parlamentar. Ausente a transparência, deficiente a visibilidade (*sichtbarkeit*), o debate parlamentar à angulação democrático-liberal que Schmitt parece incorporar, sugere que o debate parlamentar é uma mera ficção, possuidora de força suficiente para sugerir estar bem fundamentada a sua descrença completa do papel dos parlamentos, visão classificada de pessimista mesmo por alguns comentaristas que, atualmente, ressaltam a valia de sua crítica para a democracia contemporânea (*cf.* MOUFFE, 2003, p. 61), algo contra o que se opõe Zarka, para quem Schmitt efetivamente não se mostra como um pensador do político ou do Estado (pós)-moderno como nos querem alguns fazer crer (*cf.* ZARKA, 2010a, p. 9).

A argumentação schmittiana sobre a invisibilidade (*unsichtbarkeit*) dos temas políticos que transitavam no âmbito parlamentar leva o autor ao discurso de descrédito da instituição parlamentar em si mesma, não se restringindo ao exame de sua organização ou a sua composição histórica.¹⁴¹¹ Este é um movimento que, do ponto de vista filosófico, permite observar a sua tentativa de dissolver (*aufösen*) o que seria uma busca metafísica da verdade por parte do liberalismo que resulta tão somente uma

corrente, embora tenha procedido a uma análise meramente formal do fenômeno jurídico, distante encontrava-se da teoria e das fileiras do nacional-socialismo.

¹⁴¹¹ Sob esta perspectiva altamente cética quanto ao potencial das instituições parlamentares como mediadoras do político, Schmitt não poderia mesmo manter sequer distanciada relação com uma teoria tão avessa aos seus princípios, dentre as quais a contemporânea teoria comunicativa Habermas.

discussão infundável¹⁴¹² que, como reiteraria Schmitt retomando o seu inspirador conservador espanhol,¹⁴¹³ mais aproximar-se-ia de resultados como o da condenação da Jesus e o da absolvição de Barrabás (ver DONOSO CORTÉS, 1943, p. 73), hesitações infundáveis que marcam o caráter liberal e que lhe fariam a todo momento hesitar entre Jesus e Barrabás (cf. DONOSO CORTÉS, 1943, p. 169). Depois de tudo, como bem recorda Schwab em sua leitura, e nisto estamos de acordo com o autor, “[...] discussion is diametrically opposed to dictatorship” (SCHWAB, 1989, p. 21),¹⁴¹⁴ ideia afinada com as recomendações teóricas de maior amplitude de Rosenberg, segundo quem a Europa não era um continente insofrito mas, antes, “[...] a region of territories marked out by destiny [...] which [...] will one day be strong enough collectively to protect a thousand-year-old *Kultur*, a thousand-year-old humanity [...]”.¹⁴¹⁵ (ROSENBERG, 1971, p. 196).¹⁴¹⁶

Sem embargo, esta oposição a um dos fundamentos da sociedade democrática não desencoraja a busca pela atualidade da filosofia schmittiana para a crítica da democracia contemporânea, senão o contrário (cf. MOUFFE, 2003, p. 54),¹⁴¹⁷ podendo

¹⁴¹² A mesma abordagem pode ser encontrada em texto de Dyzenhaus (cf. DYZENHAUS, 1996, p. 14), no qual mantém a ideia de que há no liberalismo uma decisão de não decidir ou postergar, uma política que, em suma, toma como decisão o liberar-se da política. Esta liberação da política a partir dos textos schmittianos tem como sentido a não admissão do enfrentamento como o seu diferencial.

¹⁴¹³ Habermas tece crítica às atividades parlamentares mas, como se sabe, não opta pelo caminho schmittiano de impugnação de seu valor para a democracia. A este respeito, ver HABERMAS, (1988).

¹⁴¹⁴ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] discussão é diametralmente oposta a ditadura”.

¹⁴¹⁵ Ao trecho anterior sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] uma região de territórios marcada pelo destino [...] que [...] um dia será forte o suficiente coletivamente para proteger uma *Kultur* milenar, uma humanidade milenar [...]”.

¹⁴¹⁶ Este trecho de Rosenberg é secundado pela afirmação de que assim postas as coisas, os povos europeus poderiam assegurar-se “[...] for it necessities of life from all remaining continents and peoples of the earth”. Ao trecho anterior sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] para as suas necessidades de vida oriundas de todos os restantes continentes e povos da terra”.

¹⁴¹⁷ Este texto originalmente foi publicado em inglês. Ver MOUFFE, (1999).

lançar mão de Schmitt contra Schmitt (cf. MOUFFE, 2003, p. 54), algo ao que francamente se opõe Scheuerman (ver SCHEUERMAN, 1997c, p. 8).¹⁴¹⁸ Neste aspecto, sugerimos encontrar melhores condições crítico-analíticas da obra de Schmitt no texto de Marcuse, autor que, malgrado a sua clara identificação com o pensamento de uma esquerda comprometida com os valores da democracia,¹⁴¹⁹ identifica em seu trabalho a proximidade das críticas liberais schmittianas com o totalitarismo, ou seja, que a “[...] la mejor exposición del liberalismo desde el punto de vista de la teoría totalitaria del estado es la de Carl Schmitt [...]”.¹⁴²⁰ (apud MARCUSE, 1968, p. 18).¹⁴²¹

A rigor, tal leitura do conservadorismo católico permitiria a Schmitt concluir que este processo de debates é todo ele conduzido por uma distorcida e insuficiente razão humana que apenas pode alcançar a verdade substancial por meio da inspiração divina. Neste aspecto da crítica schmittiana às possibilidades discursivas parlamentares, é perceptível em Schmitt a conexão donosiana. A apresentação crítica do parlamentarismo pelo autor desconstituiria a sua própria essência discutidora, conforme anunciara Donoso Cortés, e a desvirtuação deste seu elemento essencial, tanto quanto de

¹⁴¹⁸ Scheuerman chama a atenção para o fato de que Mouffe desconsidera (claro está que não esquece e tampouco desconhece) que em Schmitt não tem espaço o respeito à diferença, valor fundamental para o pluralismo (cf. SCHEUERMAN, 1997c, p. 8).

¹⁴¹⁹ Desnecessária é a apresentação da vinculação teórica de Marcuse mas, isto sim, importa ressaltar a vinculação democrática, humanista e contestatária assumida pelo autor em diversas de suas obras. Em nosso contexto, por exemplo, encontramos a leitura de Paulo Arantes propondo uma crítica liberal desde Schmitt que ressalta o fato de que as razões de mercado vêm a substituir o político e, ao realizar a observação schmittiana, oferecer a marca de uma nova e atuante razão de Estado (cf. ARANTES, 2002, p. 59-60). Para uma aproximação das fontes da teoria de Arantes que enfoca o Estado de exceção econômico, ver AGAMBEN, (2005b).

¹⁴²⁰ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a melhor exposição do liberalismo desde o ponto de vista da teoria totalitária do Estado é a de Carl Schmitt [...]”.

¹⁴²¹ Marcuse ressalta a atenção para que a melhor demonstração deste caráter crítico de marca totalitária encontra-se na introdução e no apêndice à segunda edição ao *Der Begriff des Politischen* bem como ao *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus* (cf. MARCUSE, 1968, p. 18).

procedimentos de justificação do parlamentarismo, consistiria precisamente na chave da suprema deslegitimação de seus trabalhos (cf. FIJALKOWSKI, 1966, p. 60). Esta crítica ao Parlamento também seria empreendida por Heidegger.

Ainda sob o calor dos fatos, em 11 de novembro de 1933 Heidegger discursa em Leipzig e deixa entrever que o valoroso conceito de comunidade está conectado à realização de uma vontade. Esta vontade deveria ser expressa por uma autoridade capaz de exigir obediência,¹⁴²² e que o ato de submissão a ela representará, ao fim e ao cabo, não o regresso à barbárie mas, antes, “[...] um afastamento da prática das negociações vazias e dos negócios feitos por baixo da mesa [...]” (HEIDEGGER, 1997, p. 115). Segundo este mesmo sentido crítico sobre a burguesia apontado por Heidegger, dizia Jünger que “[...] se siente seguro en los sitios donde puede conversar, donde puede negociar” (JÜNGER, 1993a, p. 25),¹⁴²³ em suma, o distanciamento da realidade parlamentar tão vituperada por Schmitt e pelo conservadorismo revolucionário.

A aposta do movimento conservador revolucionário era pela corrosão dos valores da democracia e, sob tal condicionamento teórico, a democracia de massa e o Parlamento restariam restringidos conceitualmente, sujeito, este último, a funcionar como uma mera fachada sob a qual operam os partidos políticos. A crise parlamentar daquele momento é identificada por alguns como brotando das incidências da democracia de massas (cf. MOUFFE, 1999a, p. 164), sendo que nestas circunstâncias a

¹⁴²² Em outro discurso endereçado aos alemães, datado de 10 de novembro de 1933, e feito publicar no Jornal dos Estudantes de Freiburg, Heidegger reforça a ideia de que a obediência é o lugar preciso em que o povo realiza não apenas a sua liberdade na comunidade (*Gemeinschaft*) como a si mesmo. Heidegger sustenta que é desta adequada submissão daquilo que depende “[...] se ainda quiser ser um povo” (HEIDEGGER, 1997, p. 113). A este trecho Heidegger ainda acresce em reforço o argumento de que “É só a partir desta obediência identicamente orientada para a exigência absoluta de assumir as próprias responsabilidades que começa a despontar a possibilidade de se tomarem mutuamente a sério a fim de, por isso mesmo, se declararem em favor de uma comunidade”. (HEIDEGGER, 1997, p. 113).

¹⁴²³ Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] se sente seguro nos lugares em que pode conversar, nos quais possa negociar”.

estrutura de funcionamento das instituições parlamentares se dá segundo as decisões em grupos pequenos, quando não ocultos; todo o sistema parlamentar “[...] schließlich nur eine schlechte Fassade vor der Herrschaft von Parteien und wirtschaftlichen Interessenten ist” (SCHMITT, 2010a, p. 29).¹⁴²⁴ Perante uma tal verificação, Mouffe não deixa de mostrar toda a sua preocupação com que o político possa retomar a guia das decisões em detrimento de decisões meramente técnicas que não priorizam a compatibilização com projetos sociopolíticos concorrentes (cf. MOUFFE, 2009c, p. 121).

Os pequenos grupos que manipulavam o jogo parlamentar estavam constituídos por poderosos, tanto social quanto economicamente, reunindo-se em torno a um projeto de propaganda para alcançar seus fins políticos (cf. SCHMITT, 1990a, p. 9),¹⁴²⁵ propaganda esta reconhecida por Schmitt como um mecanismo para a conquista das massas.¹⁴²⁶ A crítica schmittiana entronca também neste aspecto com a tradição

¹⁴²⁴ Para o trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] em uma péssima fachada para o exercício do domínio dos partidos e dos interesses econômicos”.

¹⁴²⁵ Desde logo, este conjunto de críticas aqui sintetizadas são bastante atuais para várias das democracias ocidentais contemporâneas. Muito embora tal crítica possa ser aplicada às nossas realidades políticas, não cremos que, por certa, devamos entender que o sistema, em si, não serve nos termos em que seus pilares teóricos e valorativos o propõem para, em troca, alternar por um projeto de viés (sequer ponderaríamos aceitá-lo em sua íntegra) schmittiano.

¹⁴²⁶ A propaganda passava a ser pensada como um instrumento para a conquista das massas, a nova base para ascender ao poder político, desaparecendo até mesmo em seus vestígios a importância das discussões. A propaganda não seria já usada para garantir a permanência no poder mas, isto sim, nos indica certamente Arendt, que o instrumento adequado para tanto seria bem outro, a saber, a violência (cf. ARENDT, 1974, p. 425). Em suma, o terror e a violência tornam-se armas reinantes próprias dos regimes totalitários das quais seus opositores (cf. ARENDT, 1974, p. 428) são as primeiras vítimas, embora, sabidamente, não as únicas. Desde o triunfo da violência, as instituições parlamentares apenas podem ser lidas a partir de uma ótica estritamente conservadora revolucionária, distanciada por excelência, da melhor tradição liberal weimariana. A partir de então, portanto, outros recursos haveriam de ser utilizados perante os novos e emergentes atores políticos constituintes da massa, e a propaganda era este novo e poderoso mecanismo: “Die Massen werden durch einen Propaganda-Apparat gewonnen, dessen größte Wirkungen auf einem Appell an nächstliegende Interessen und Leidenschaften beruhen.

conservadora revolucionária. Para esta última, a forma de governo democrática que tivera lugar sob o parlamentarismo poderia ser denominada mecânica, posto que o funcionamento parlamentar tão somente procedia desta forma autômata, revelando-se o seu processo legislativo verdadeiramente destituído de reais relações políticas com o povo.¹⁴²⁷ Quando Mouffe retoma a crítica schmittiana e propõe uma retomada do político para suplantiar as vicissitudes impostas pelo domínio de grupos e de tecnocratas, a própria alternativa schmittiana não é parlamentar senão todo o contrário, é concentradora de poderes e em nível tão intenso como para excluir o debate político de sua área de interesse.

O funcionamento dos parlamentos começara a se dar de forma alheada aos seus princípios originais, concentrando decisões em pequenos grupos a representar menos os interesses públicos do que os dos donos do capital. Perante uma tal realidade, restava obviado o controle das massas por parte dos donos do capital, e isto sugeria a necessidade de contrapor uma outra espécie de controle que, à luz dos textos weberianos, por certo frequentados por Schmitt em seu curso em München de 1919, seria retomado a partir do conceito de liderança carismática, apto a introduzir uma nova forma de dominação das massas.¹⁴²⁸ Entretanto, a posição de Weber relativamente à

Das Argument im eigentlichen Sinne, das für die echte Diskussion charakteristisch ist, verschwindet” (SCHMITT, 2010a, p. 11). O texto acima permite a seguinte livre tradução: “As massas são conquistadas por meio de um aparato de propaganda cujos bons resultados derivam de um apelo a interesses e paixões mais imediatos. O argumento, em seu mais literal sentido, tão característica das discussões, desaparece”.

¹⁴²⁷ Muito embora a aparente relevância do tom crítico, o fato é que trata-se de crítica à qual Schmitt tampouco haveria de empregar atenção em encontrar solução positiva.

¹⁴²⁸ Esta forma de domínio das massas por intermédio da liderança carismática revelar-se-ia indispensável naquele novo contexto político em que a arregimentação de pessoas até então excluídas de todo o processo passaria a contar nas fileiras de apoio do partido. Este seria um suporte reputado por Arendt como indispensável para que um Estado totalitário venha a ter lugar (*cf.* ARENDT, 1974, p. 392), e que os seus organizadores não apenas souberam reconhecer como estrategicamente priorizá-los e pragmaticamente realizá-los.

importância do Parlamento não conflui com a de Schmitt na medida em que sustenta que “[...] se puede odiar o querer el mecanismo parlamentario, pero lo que no se puede hacer, en todo caso, es eliminarlo” (WEBER, 1993, p. 1096).¹⁴²⁹ Para Schmitt a posição é de denúncia, combate e, claramente, a eliminação de uma instituição a qual o autor já não vê cumprir seus objetivos.

A crítica ao debate político-parlamentar em Schmitt encontra uma de suas fontes primárias na teologia política donosiana, acerca da qual cabe considerar dois aspectos, a saber, um que remete ao conceito de homogeneidade (*homogenität*)¹⁴³⁰ e, por outro lado, a conexão com a filosofia anti-ilustrada que opera tanto no autor quanto em Donoso Cortés. Quanto ao primeiro aspecto, é perceptível em Donoso Cortés uma leitura teórica do político conectada com o teológico. Momento seguinte, Donoso Cortés irá realizar a ligação do teológico com o conceito de homogeneidade (*homogenität*) no âmbito do religioso, e isto era possível por meio de uma aproximação ao absoluto, bom e verdadeiro, que a teologia cristã era capaz de prover.

Em obra de início da década de 20, precisamente de 1923, *Römischer Katholizismus und Politische Form*, Schmitt procura deixar claro que a forma da Igreja católica “[...] weil sie den politischen Staat, eine »societas perfecta« und nicht einem Interessenten-Konzern neben sich voraussetzt. Sie will mit dem Staat in der besonderen

¹⁴²⁹ Ao texto acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] se pode odiar ou apreciar o mecanismo parlamentar mas, de qualquer forma, o que não se pode fazer, é eliminá-lo”.

¹⁴³⁰ É importante mencionar que a parte da ligação do conceito de homogeneidade com a democracia, operando na qualidade de uma precondição sua, é bem destacado por Bercovici, e deparamo-nos com uma circunstância de que a própria leitura constitucional de Schmitt guinda a homogeneidade e a unidade política ao centro da teoria constitucional, unidade que, por sinal, “[...] deve ser garantida a todo custo” (BERCOVICI, 2009d, p. 73), custos aos quais, por certo, Schmitt não hesitaria em sufragar.

Gemeinschaft leben [...]” (SCHMITT, 2008, p. 42),¹⁴³¹ e com isto percebe-se um movimento schmittiano ainda nos primórdios da década de 20, em que aponta a forma da Igreja católica como modelo de uma sociedade que consegue suplantar a realidade da multiplicidade de interesses que tão característica viria a ser do período republicano weimariano. Em outra de suas fontes contrarrevolucionárias importantes, Donoso Cortés, a possibilidade de configuração histórica do conceito de homogeneidade (*homogenität*) se dá em termos similares aos que foram levados a termo naquele momento histórico espanhol que lhe tocou viver de acordo com os esforços dos Reis Católicos, Fernando e Isabel I, os quais deram início o processo de expulsão de judeus e árabes.¹⁴³² Esta conexão é importante, mas ela se vê ainda mais destacada pela posição nuclear que ocupa na teoria schmittiana (*cf.* BERCOVICI, 2004, p. 68-69), servindo para que estabeleçamos uma direta ligação entre a leitura conservadora católica das fontes schmittianas com o núcleo duro de sua construção teórica.

Criava-se, desta maneira, um panorama político de intolerância, de franca aposta pela constituição de uma comunidade cuja marca fora a homogeneidade, no caso religiosa e cristã, e não a diferença ou a tolerância, cientes por intermédio da história das perseguições aos muçulmanos após a vitória final.¹⁴³³ Schmitt, por sua vez, lerá um Donoso Cortés a partir de um conservadorismo ciente da experiência histórica que lhe havia sucedido em terras hispânicas, e no qual a realização da verdade na terra por meio

¹⁴³¹ Ao texto acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] pressupõe o Estado político junto a si, uma *societas perfecta*, e não um consórcio de interesses. Deseja viver com o Estado em uma específica comunidade [...]”.

¹⁴³² Tornaram-se conhecidos como Reis Católicos a Isabel I de Castela e o Rei Fernando II de Aragão em razão de seus exitosos esforços para unificar os reinos ibéricos, procedendo à retomada de territórios ao domínio muçulmano, que logo resultaria na formação do Reino de Espanha. A preparação para as colonizações espanholas também teve seu marco inicial com os primeiros movimentos para a expulsão dos muçulmanos da península ibérica em 722.

¹⁴³³ Para que todo este processo tivesse lugar, a Inquisição não seria um preço alto demais a ser pago, como, efetivamente, o foi.

da Revelação era possível. Schmitt procede a uma recepção retilínea da filosofia política de Donoso Cortés encontrando uma figura terrena que poderia realizar na história os desígnios da divindade no plano teológico-cristão. Schmitt, cuja teologia política se vê amplamente confirmada em seus últimos escritos – o *Glossarium* é a sua comprovação máxima (cf. MEIER, 2008, p. 194) –, não se preocuparia com a realização de depurações no projeto donosiano e, assim, a figura do inimigo já se apresentaria prestes a ser eliminada, prévio passo para a constituição de uma sociedade homogênea que não poderia ser evitado,¹⁴³⁴ senão que, na medida em que é pressuposto que não se cumpre naturalmente, haveria de ser engendrado artificialmente.

A crítica ao debate político-parlamentar proposto desde Schmitt comporta ainda uma outra leitura. Pensada desde a teologia política donosiana em sua possível angulação anti-ilustrada encontramos com uma crítica radical da potencialidade humana para perceber seus erros por intermédio da livre reflexão. Claro estava para a teologia política donosiana que o homem pecador não tinha sido feito para a verdade, ao menos enquanto esta fora entendida como fruto da incondicionada reflexão humana. Na versão donosiana a ideia que se consolida é a de que “[...] entre la verdad y la razón humana, después de la prevaricación del hombre, ha puesto Dios una repugnancia inmortal y una repulsión invencible” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 68).¹⁴³⁵ Erro de

¹⁴³⁴ Schmitt, portanto, recepcionaria os tópicos centrais desta reflexão conservadora donosiana que, como seria possível observar, seria muito útil aos propósitos políticos do autor. Desta maneira, em Donoso Cortés, o conceito de homogeneização ao ser aplicado às condições da Espanha e as suas questões religiosas, cobraria alto preço. A sua posta em prática pela Inquisição dos Reis Católicos é a materialização histórica do mar de sofrimentos causados. Por sua vez, o mesmo conceito de homogeneidade em Schmitt não deixaria também de cobrar vidas, tal como ocorrera no referido período histórico espanhol. As consequências da crença na homogeneização viriam a ser atualizadas de forma indescritível e incomparavelmente mais intensa e sanguinária pelo nacional-socialismo de final dos anos 30 e início dos 40.

¹⁴³⁵ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] Deus colocou uma repugnância imortal e uma repulsão invencível entre a verdade e a razão humana depois da prevaricação do homem”.

partida, será o dogma da infalibilidade papal que poderá remediar a intrínseca falibilidade humana decorrente do momento inicial, sendo, portanto, “[...] la fe [...] [que] salvó del naufragio a la razón humana. La verdad debía de ser propuesta por la fe, si había de ser aceptada por el hombre, rebelde de suyo contra la tiranía de la evidencia” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 74-75).¹⁴³⁶ A verdade tem a sua origem clara e bem determinada, a fé, e não a razão humana.

Donoso Cortés aponta, assim, para a superação das vicissitudes postas pela falibilidade humana por meio da magnificação do papel da teologia católica antes do que pela tradição do livre debate cujas origens eram para tudo estranhas à dogmática do catolicismo. Em Donoso, em suma, se faz presente o argumento de que “[...] la infalibilidad de la discusión [...] es falso a todas luces” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 49).¹⁴³⁷ Este reino mundano conduzido pela falibilidade humana é realidade a qual a discussão não tem força para obviar, malgrado a aposta ilustrada, e com isto converge Schmitt já em seu *Römischer Katholizismus und Politische Form* (cf. HABERMAS, 1984, p. 292).¹⁴³⁸ Nos termos do conservadorismo donosiano este mundo pode ser salvo pela intolerância doutrinal da Igreja Católica (cf. DONOSO CORTÉS, 1943, p. 52), que

¹⁴³⁶ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a fé [...] [que] salvou a razão humana do naufrágio. Se houvesse de ser aceita pelo homem, rebelde contra a tirania da evidência, a verdade deveria ser proposta pela fé”.

¹⁴³⁷ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] a infalibilidade da discussão [...] é falso a todas luzes”.

¹⁴³⁸ Citando a edição de 1925 de *Römischer Katholizismus*, Habermas faz referência a que “O decisivo é exatamente a fala não-discutidora e não-argumentadora, mas aquela que se poderia chamar de “discurso representativo”... Não recaindo propriamente nem num discurso, nem num ditado, nem na dialética, movimenta-se em sua própria arquitetura. A sua dicção grandiloquente é mais do que música; é uma certa forma da dignidade humana tornada visível por intermédio da racionalidade da palavra que se enuncia. Tudo isso pressupõe uma hierarquia, pois a ressonância espiritual da grande retórica provém da crença na representação reivindicada pelo orador”. (apud HABERMAS, 1984, p. 292).

já o salvara de seu particular caos ao facilitar o acesso humano ao reino da verdade política, disponibilizando-lhe os instrumentos da teologia.

De forma convergente com esta apresentação, Schmitt argumentaria que uma chave explicativa desta nova realidade era que a crença na discussão pública deveria ter lugar no âmbito parlamentar, ou seja, de que as expectativas quanto ao papel a ser desempenhado por esta discussão pública haveriam de desembocar em uma terrível desilusão (ver SCHMITT, 1996a). Este momento que ocorre como se a perda de certas ilusões não fosse amplamente suplantada por uma mais ampla e sofisticada gama de males e tragédias que os regimes totalitários revelam-se pródigos em implementá-las institucionalizadamente.

Esta desilusão, contudo, supostamente se devia a que verdadeira atividade política já não se desenvolvia na órbita parlamentar, e isto constituía o motivo de Schmitt para destituir o Parlamento de sua função histórica de atuar como representante (*Repräsentanten*) político. Toda esta tradição parlamentar, como se sabe, encontra o seu reforço institucional com a revolução de 1848 e, ao menos na Alemanha,¹⁴³⁹ veio a consolidar-se tão somente com a aprovação pelo *Reichstag* da Constituição de 1871.¹⁴⁴⁰ Em Schmitt, contudo, seguindo uma tradição primeiramente

¹⁴³⁹ Desde a Constituição liberal de 1848, que, por certo, encontraria período crítico entre 1848 até 1870 com o progressivo avanço das teses reacionárias (cf. RICHARD, 1972, p. 30). A leitura de Schmitt sobre o tema não era dirigida apenas àquele específico momento histórico mas, antes, remetia à própria realidade constitucional alemã de 1848, quando uma Constituição liberal foi imposta ao Estado prussiano de sorte a deconstituir parcialmente suas virtudes germanas mais castiças (cf. SCHMITT, 2006c, p. 5).

¹⁴⁴⁰ A este respeito, por exemplo, nos comenta Mora, que o II Reich era, do ponto de vista legal, uma democracia parlamentar na qual estava coroado um imperador, o que configurava, institucionalmente, como uma monarquia parlamentar (cf. MORA, 1996, p. 116). Esta composição política tinha como pano de fundo um compromisso entre a burguesia e o exército como mecanismo necessário para evitar o acesso ao poder por parte do proletariado. Para alguns dos aspectos desta matéria, ver HOBBSAWM, (1996). Todo este cenário histórico faz parte do conjunto de informações das quais Schmitt dispunha para elaborar as suas críticas sobre a inadequação das instituições parlamentares para a realidade weimariana.

apontada por Richard Thoma e retomada por Schwab, encontramos a sua orientação de que o poder político haveria de ser exercido por meio de uma aliança teórica capaz de configurar, na figura do soberano, (Presidente do Reich) também os poderes próprios da individualidade soberana na Igreja Católica encarnada no Papa (ver SCHWAB, 1989, p. 72) e, nestes termos, a representação seria perfeita e a expressão da vontade do poder soberano irrecorrível.

Investido de suas referências conservadoras anti-ilustradas, Schmitt bem ocupa o centro do cenário weimariano como um dos mais céticos críticos da discussão pública. Neste sentido, entre os críticos schmittianos contemporâneos, alguns chamaram a atenção de Habermas, segundo quem “[...] Schmitt ridicules, that of public discussion guided by arguments, is in fact essential to any democratic justification of political authority” (HABERMAS, 1994, p. 138).¹⁴⁴¹ Consonante com a leitura de Lukács, a nossa indicação de que o elitismo schmittiano, próximo às teorias do período bem como a Schumpeter, aposta na desconfiança das estruturas da democracia de massas.

O sentido apontado pela crítica lukacsiana, por exemplo, faz cruzar a trilha teórica adotada por Schmitt com o caminho do fascismo como ideologia de Estado, a qual possui como um de seus eixos condutores a afirmação da “[...] la realidad inalterable y totalitaria, necesaria para imponer un orden a las masas e impedir que la sociedad degenerase en el caos” (GENTILE, 1997, p. 31).¹⁴⁴² A desconfiança relativamente às massas resta patente nesta leitura de que de suas ações políticas pudesse dar origem ao puro caos. Segundo Lukács, em Schmitt esta desconfiança da democracia de massas se deve a que ela “[...] hace saltar aquella base homogénea de los

¹⁴⁴¹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] Schmitt ridiculariza que a discussão pública seja conduzida por argumentos, o que de fato seria uma justificação democrática essencial para a autoridade política”.

¹⁴⁴² Ao texto acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] da realidade inalterável e totalitária, necessária para impor ordem às massas e impedir que a sociedade degenerasse no caos”.

intereses situados fundamentalmente en el mismo plano, que en parlamentarismo inglés, por ejemplo, servía de base a las ideas liberales” (LUKÁCS, 1959, p. 532).¹⁴⁴³ Este ocultamento do processo decisório e da publicidade de seu conteúdo passava a ser, argumenta Schmitt, a chave explicativa para que a fé na discussão pública tivesse de, efetivamente, experimentar séria desilusão e declínio.

Desta forma, a argumentação de Schmitt era de que a própria fé em um *gouvernement by discussion*, tão própria do liberalismo (*cf.* SCHMITT, 2010a, p. 13) (e não da democracia no sentido schmittiano), viria a ser atingida pela sua própria dinâmica interna, tornando-o incapaz de atingir os fins propostos. A absoluta descrença no debate como ponto de mediação de tensões políticas inarredáveis de todo o cenário das relações humanas enviam Schmitt para limites associativos que se distanciavam de toda forma da aposta helleriana. Para Heller, malgrado as inegáveis vicissitudes, todavia encontrávamos na discussão uma base comum sobre a qual encaminhar diferendos e evitar a pura força como instância mediadora de tensões.

Em Schmitt, contudo, tem lugar a realização da crítica do parlamentarismo liberal democrático, assim como da discussão que lhe inerente enquanto procedimento, e do conceito de democracia que lhes subjaz. Mouffe observa neste movimento de Schmitt dissociativo da democracia e liberalismo uma boa alternativa para pensar e tomar consciência das tensões entre ambos os conceitos (*cf.* MOUFFE, 2003, p. 55) quando, quiçás, melhor opção fôra pensar por intermédio de Heller.¹⁴⁴⁴ Sem

¹⁴⁴³ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] faz saltar aquela base homogênea dos interesses situados fundamentalmente no mesmo plano, que o parlamentarismo inglês, por exemplo, servia de base às ideias liberais”.

¹⁴⁴⁴ O aspecto que parece-nos realmente diferenciador entre o texto de Schmitt e de Heller diz respeito a que em sua crítica à democracia parlamentar Schmitt consagra a noção de homogeneidade como um elemento indissociável enquanto que Heller pensa a heterogeneidade destituída da consequência ditatorial inerente a reflexão democrática schmittiana. Neste aspecto parece-nos mais promissora a angulação teórica helleriana pois à diferença de Schmitt, como bem indica Bercovici, para Heller, embora a

desconsiderar que, factualmente, existem tais tensões entre os propósitos de ambos, mister é reconhecer que o núcleo duro do conteúdo de ambos se funde historicamente de sorte que mal podemos separá-los (*cf.* BOBBIO, 2007b, p. 686-700).¹⁴⁴⁵

Por intermédio deste processo dissociativo (mais do que meramente assinalador de tensões) entre as raízes democráticas e as liberais, sugerimos encontrar-nos perante um caminho aberto para o personalismo cesarista caracterizador do regime em que triunfa soberano o *Führer*, ou seja, onde todo o Estado e a sua Administração dependem de um só homem (*cf.* PARDO, 2003, p. 177), tornando-o inadaptável a uma possível democratização (*cf.* HABERMAS, 1984, p. 353). No que tange às críticas, o liberalismo parlamentar se supunha possuir um irrenunciável caráter protetor de decisões bem como de suas responsabilidades,¹⁴⁴⁶ em parte com base na não responsabilização pela proteção legal às suas condutas político-parlamentares. Esta era uma alegação que não passava desconhecida pelas fileiras liberais e, em especial, de Kelsen, que alertava para que a irresponsabilidade de deputados perante os eleitores era um dos motivos de queixa

discussão pública não represente uma verdadeira base para pensar o Parlamento, isto sim, em Heller encontramos “[...] a fé na existência de uma base comum de discussão com o rival com quem se pode chegar a um acordo sem a utilização da força bruta”. (BERCOVICI, 2004, p. 126).

¹⁴⁴⁵ Para maior detalhamento desta tese, ver nossas notas explicativas sobre o conceito de liberalismo e de democracia, que constam no capítulo I deste trabalho doutoral e também deste presente capítulo VIII, em ambos os casos já nas primeiras notas de rodapé.

¹⁴⁴⁶ A este respeito uma das fontes inspiradoras nacional-socialistas, *Mi doctrina*, de Hitler, é recorrente. Em vários trechos o autor reforça, desde a abertura da primeira parte do texto datada de 1924, que o Parlamento decide por maioria de sorte que não remanesce responsável pelas decisões tomadas, por catastróficas que as decisões tomadas possam ser (*cf.* HITLER, 2007, p. 9). Em sua diatribe contraparlamentar o autor incrementa críticas questionando a insuficiência crônica do parlamentarismo, coletivo por definição, para apresentar soluções que provoquem o progresso (*cf.* HITLER, 2007, p. 10) quando, em verdade, claro sempre estivera – e nisto há uma aproximação direta com as mais diversas teorias ditatoriais – que “[...] todo lo extraordinario que se ha realizado desde que el mundo existe, lo ha sido por acciones individuales” (HITLER, 2007, p. 13), é que a maioria se mostra incapaz para substituir a personalidade no governo, posto que representa apenas a ignorância (*cf.* HITLER, 2004, p. 27). Ao texto acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] todo o extraordinário que se realizou desde que o mundo existe, o foi por ações individuais”.

por parte do discurso antiparlamentar (*cf.* Kelsen, 1977, p. 67) da direita reacionária do período, oposição que incluía o instituto da imunidade que, por certo, lhes causava um grande problema a todos quantos desejavam banir do cenário político qualquer possibilidade de oposição e divergência.

Era realmente este o propósito da direita reacionária conservadora mas também de Schmitt que, escassamente entrada a década de 20, já lhe restava reconhecer na abertura de *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*, e em tom algo assertivo, malgrado a redação do texto, do que realmente “Vielleicht geht die Epoche der Diskussion überhaupt zu Ende” (SCHMITT, 2010a, p. 5).¹⁴⁴⁷ O tempo do diálogo tocara o fundo pelo enorme esforço dos agentes históricos para que isto de fato viesse a ocorrer e que a violência fosse o novo instrumento de exercer o político e, como recordava em suas linhas Kelsen, as liberdades e as imunidades parlamentares apenas causavam sérios transtornos.

O descrédito schmittiano no *gouvernement by discussion*, característico do liberalismo, torna o autor congruente com sua descrição de que o livre debate é apenas uma cegueira ante as reais possibilidades de que os interesses públicos venham a ser atendidos. A crítica schmittiana ao livre debate que subjaz em sua diatribe antidemocrática,¹⁴⁴⁸ cujo vezo é reconhecido por diversos comentaristas (ver NEUMANN, 1967), desacredita o Parlamento como instrumento de debate político e, paralelamente, procura confirmar que apenas o seu conceito do político pode responder a esta debilidade liberal.

¹⁴⁴⁷ Para o texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Talvez o tempo das discussões tenha chegado ao seu fim”.

¹⁴⁴⁸ É importante mencionar que, segundo a reconstrução terminológica de Schmitt, a nossa referência à antidemocracia aparece no contexto filosófico-político do autor como defesa da verdadeira democracia.

As constantes estratégias para desacreditar o Parlamento por parte de Schmitt têm como claro objetivo colocar o ponto de apoio fundamental para viciar toda possibilidade de funcionamento de suas estruturas. Schmitt realiza este passo como se o funcionamento parlamentar em um dado momento histórico fosse um elemento constituinte da própria natureza jurídico-política do Parlamento.¹⁴⁴⁹ Ao fazê-lo admite como intrínseca uma característica que é transitória, um indesejável vetor histórico que, como tal, pode, circunstancialmente, mostrar-se mais ou menos pronunciado, mas que sempre se apresenta passível de mediações e esforços institucionais capazes de lhe outorgar fisionomia que lhe amenize as suas deficiências.

Sobre este tema a crítica posta por Schmitt ao Parlamento parece encontrar-se rebatida por Kelsen, em um embate no qual, sugerimos, encontram-se claramente duas filosofias políticas, e jurídicas, que apostam em dois projetos opostos. Enquanto naquele momento Schmitt procurava deixar claro que os vícios democráticos, tais como a corrupção, não são exclusividade e nem mesmo sequer piores do que em outros arranjos políticos imagináveis, sobretudo, não menos do que as estruturas totalitárias

¹⁴⁴⁹ Schmitt entregou-se à crítica da crise da representatividade do parlamento alemão daquele momento histórico tendo em perspectiva a sua natureza jurídico-política, calcada em raízes britânicas. Este era o modelo que, na opinião de Schmitt, servia de base para o funcionamento de um ideário liberal. A este respeito reconhece Scheuerman que o parlamentarismo liberal havia sido capaz de funcionar de forma efetiva em períodos antecedentes por força de que havia um certo consenso social no fato de que tanto classes pobres e trabalhadoras tiveram voz em temas parlamentares, mas isto tampouco significa que tivesse ocorrido alguma espécie de homogeneidade (cf. SCHEUERMAN, 2001, p. 245), e este parece-nos ser o indevido salto histórico que procede Schmitt para justificar a sua tese da valia da homogeneidade em matéria política e contra-argumentar ao parlamentarismo histórico de Weimar em favor da natureza histórica do instituto. A estratégia conservadora e crítica da representatividade, contudo, não provinha daqueles dias, senão já de longa data. Um dos movimentos de Schmitt foi a sua aproximação do ideal rousseauniano de democracia direta (ver ROUSSEAU, 1988). Por intermédio desta estratégia Schmitt poderia abrir passagem para a sua singular concepção de participação direta que, posteriormente, serviria como suporte teórico para o seu conceito de *acclamatio*. A tese de Rousseau, contudo, remete-nos a um contrato social de origem liberal da qual não parece-nos que Schmitt possa ser apresentado como partidário.

apresentam. Sem embargo, Schmitt propõe e quer encontrar nas instituições democráticas, e nos Parlamentos em especial, a raiz da corrupção política, algo que, como reconhece Olgária Matos, seria razão para provocar a sua perda de legitimidade (cf. MATOS, 2003, p. 49). Para Kelsen o parlamentarismo significava

[...] formación de la voluntad decisiva del Estado mediante un órgano colegiado elegido por el pueblo en virtud de un derecho de sufragio general e igual, o sea democrático, obrando a base del principio de la mayoría. (KELSEN, 1977, p. 50).¹⁴⁵⁰

Schmitt, por sua parte, chama a atenção para uma ampla gama de vícios democráticos que tornam a tarefa parlamentar inexecutável desde as suas orientações naturais. Kelsen, por sua vez, apontaria que a única diferença no que concerne à corrupção entre os regimes políticos e, em especial, o parlamentarismo-democrático e um outro regime, totalitário, é a própria estrutura de cada sistema. Enquanto a primeira aponta para uma realidade em que tende a prevalecer a transparência e o acesso à informação, no segundo caso isto em absoluto não ocorre, senão que a própria lógica de funcionamento político do regime aponta para a ocultação dos atos políticos. No caso do totalitarismo, portanto, as mazelas do sistema permanecem ocultas ao grande público e tornam-se institucionais. Acaso encontrassem exposição pública, ainda assim não existiriam mecanismos de defesa públicos aptos a julgar imparcialmente as causas, tanto do ponto de vista jurídico como político. De argumentação como esta, diria Kelsen, não se extrai, como querem “[...] algunos observadores miopes [,] que la democracia se presta más a la corrupción que la autocracia”. (KELSEN, 1977, p. 124).¹⁴⁵¹

¹⁴⁵⁰ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] formação da vontade decisiva do Estado mediante um órgão colegiado eleito pelo povo em virtude de um direito de voto geral e igual, ou seja, democrático, operando à base do princípio da maioria”.

¹⁴⁵¹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] alguns observadores míopes que a democracia se presta mais à corrupção do que a autocracia”.

Esta última ponderação de Kelsen permite considerar que as mazelas que atingem as casas parlamentares na teoria schmittiana não seriam neutralizadas pelo regime forte e totalitário que defendemos estar presente nos escritos de Schmitt desde a década de 20. Ao contrário, ao darmos por boas e valer-nos das argumentações de Kelsen, nos depararíamos com uma situação ainda mais agravadora das circunstâncias que Schmitt pretende estar denunciando como inviabilizadoras da sobrevivência do regime parlamentar weimariano, ideia crítica da instituição parlamentar que remete às suas fontes conservadoras contrarrevolucionárias, dentre as quais De Maistre.¹⁴⁵²

A denúncia da situação dos parlamentos encontra um Schmitt supostamente interessado em descrevê-lo como não possuidor sequer de condição lógica para o exercício de sua função precípua de cunho dialógico. Trata-se de que o Parlamento não pode considerado como exercente de suas reais funções porque ali naquele espaço parlamentar a discussão pública não é levada realmente a sério. Em verdade, e dando prosseguimento as suas críticas ao Parlamento organizadas em sua *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus* em 1923, Schmitt as retoma avançado o ano de 1931, na antevéspera do triunfo nacional-socialista, para reforçar o argumento antiparlamentar deste movimento: “[...] el Parlamento deja de ser el

¹⁴⁵² De Maistre, além de Donoso, é especialmente crítico ao denunciar que o propósito de fazer representar todo o povo não passava de quimera e que, em verdade, o que encontra-se é uma situação na qual “[...] et que *tout* citoyen soit habile à donner ou à recevoir de ces mandats , à quelques exceptions près , physiquement et moralement inevitables ; et si l’on prétend encore joindre à un tel ordre de choses l’abolition de toute distinction et fonction héréditaire , cette représentation est une chose qu’on n’a jamais vue , et qui ne réussira jamais” (DE MAISTRE, 1814, p. 50). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] que *todo* cidadão seja capaz de dar ou receber estes mandatos, salvo em algumas exceções, física e moralmente inevitáveis; e se, ademais, se pretender unir uma tal ordem de coisas à abolição de toda distinção e função hereditária, esta representação é uma coisa que nunca se viu e que jamais terá êxito”.

escenario de la discusión libre y propiciadora de unidad entre representantes (*Repräsentanten*) populares libres [...]” (SCHMITT, 2001i, p. 92).¹⁴⁵³

Em nada distante desta questão parlamentar, nos recorda Sá que encontramos uma definição clara do que significa a representação operante no âmbito político. Sugere o autor que ao distanciar a representação de processos normativos e restringi-la à ideia de que trata-se de algo *existencial*, que ela explicita e torna visível um ser não visível publicamente (cf. SÁ, 2001, p. 430). A representação (*Repräsentation*), portanto, se apresenta como um dos conceitos-chave em Schmitt (cf. RUIZ MIGUEL, 2000, p. XXIV-XXV) e que, enquanto pensada como resultado de processo eleitoral, adquire reputação de inautêntica, apenas uma ficção que foi pensada para enfrentar um modelo construído

[...] para refrenar y moderar la intensa presión democrática de las masas, fundamentalmente durante el siglo XX, reafirmando el propio poder del Parlamento y negando [...] la verdadera soberanía popular. (VALDÉS, 2001, p. 79).¹⁴⁵⁴

Em abstrato, a ideia de representação remete a tornar presente o ausente, irremediável circunstância do ato representativo que une a quem não se faz presente, sujeito a quem o representante quer *presentificar* por meio do ato. Pensada a questão por outro ângulo encontramos com o conceito de representação espiritual (*Repräsentation*), o modo autêntico de representação que se dá no âmbito público. A representação privada (*Vertretung*) tem lugar quando encontram-se em questão assuntos de ordem privada, capazes, portanto, de ser representados contratualmente por intermédio de advogados ou agentes de todo tipo. A representação espiritual

¹⁴⁵³ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] o Parlamento deixa de ser o cenário da livre discussão e propiciadora de unidade entre livres representantes populares”.

¹⁴⁵⁴ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] para conter e moderar a pressão democrática das massas, fundamentalmente durante o século XX, reafirmando o próprio poder do Parlamento e negando [...] a verdadeira soberania popular”.

(*Repräsentation*) se dá apenas quando há uma pessoa pública a presentificar o seu representado (cf. SÁ, 2001, p. 427),¹⁴⁵⁵ ideia legitimada na medida em que se apresenta como fruto da identificação direta do povo (*Volk*) com o seu líder (*Führer*) por intermédio do instrumento da *acclamatio* (aclamação).

A figura do representante (*Repräsentant*) é quem enfeixa o poder do soberano da qual depende (a) a possibilidade da unidade política e (b) da existência pública e, por conseguinte, (c) da existência privada que depende destas duas premissas anteriores (a) e (b). Neste sentido, portanto, o príncipe¹⁴⁵⁶ é a própria condição de possibilidade para a existência pública (cf. SÁ, 2001, p. 431).¹⁴⁵⁷ O príncipe, portanto, não é mero *Vertreter* (representante privado) mas, antes, em sua condição pública, o soberano revela-se capaz de enfeixar a vontade popular.

Pensada a representação (*Repräsentation*) no que tange a sua aplicação às massas, a qual habita e tem ocorrência no espaço público. Esta representação é descrita por Schmitt como perpassada por uma “[...] Diskussion” hat hier aber einen besonderen

¹⁴⁵⁵ No mesmo sentido aponta Ruiz Miguel que o diferenciador do conceito de representação em Schmitt é que o *Vertretung* opera no campo privado enquanto a *Repräsentation*, no campo do público (cf. RUIZ MIGUEL, 2000, p. XXIX).

¹⁴⁵⁶ Segundo a leitura realizada do trabalho de Schmitt, a terminologia empregada por Sá em seu texto é a de príncipe. Em nosso texto, e de forma congruente com nossa proposta hermenêutica, propomos a utilização do conceito de soberano.

¹⁴⁵⁷ A este respeito Sá é bastante claro: “[...] se é na medida em que é representado que o povo se constitui como sujeito político, se o povo só é povo na e por meio da *pessoa pública* do príncipe, então, o príncipe, sendo o representante (*Repräsentant*) que constitui como sujeito político um determinado povo, surge diante desse mesmo povo como o seu *soberano*” (SÁ, 2001, p. 431). Concordamos com a aproximação realizada pela leitura de Sá, e faz muito sentido no corpo de uma interpretação pura do texto schmittiano que, sugerimos, é convergente com os seus princípios democrático-totalitários. Sem embargo, uma análise do texto de Schmitt para fins analíticos da democracia contemporânea sugere-nos que, em verdade, a pessoa pública do príncipe não precede ao povo mas, isto sim, que é por ele constituída em sua natureza jurídica e, por conseguinte, no que tange às suas funções, competência e limitações. Sugerimos que o povo encontra-se, desde uma angulação liberal-contratualista, como sujeito e soberano político, ainda antes, portanto, do surgimento da pessoa pública do príncipe ou soberano, cujo poder deriva precisamente da ação política popular fundadora.

Sinn und bedeutet nicht einfach Verhandeln” (SCHMITT, 2010a, p. 9),¹⁴⁵⁸ quando, por trás dela o que em verdade acontece, isto sim, é a mera dedicação às negociações privadas. Não é sem razão que Schmitt adverte que o espaço de debate político não se resume a esta “negociação” e que haveria de encontrar o momento de que

Zur Diskussion gehören gemeinsame Überzeugungen als Prämissen, Bereitwilligkeit, sich überzeugen zu lassen, Unabhängigkeit von parteimäßiger Bindung, Unbefangenheit von egoistischen Interessen. (SCHMITT, 2010a, p. 9).¹⁴⁵⁹

A democracia de massas, contudo, não apontava para a realização dos objetivos de intervenção nos debates políticos com isenção de interesses egoísticos, posto que os parlamentos se mostravam invadidos precisamente por representantes de interesses distanciados dos representados (*Vertreten*). Ademais, conforme os termos do conservadorismo revolucionário elitista germano de homens como Spengler e Schumpeter, os integrantes, mas também os representantes (*Repräsentanten*) das massas, não dispunham de instrumental intelectual suficiente para ocupar-se de roteiros políticos sofisticados dos complexos projetos políticos da nova sociedade de massas, muito embora o problema da desigualdade entre as massas e as elites preocupasse. Esta se devia a que a força numérica das massas fosse capaz de alterar algumas equações de domínio firmemente estabelecidas até então,¹⁴⁶⁰ preocupação que Schmitt haveria de ter

¹⁴⁵⁸ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] “discussão” tem um sentido especial, e não significa simplesmente negociar”.

¹⁴⁵⁹ Sugerimos a seguinte livre tradução para o trecho acima: “A discussão é composta de convicções comuns, como premissas: de predisposição para se deixar convencer, de desvinculação de ligações partidárias, isenção de interesses egoísticos”.

¹⁴⁶⁰ A este respeito vale a pena atentar para o fato de que Schmitt se ocupa de um aspecto da democracia bastante caro à tradição do pensamento de esquerda e que vem a referir-se diretamente a este problema do estabelecimento de novas maiorias políticas no período. Schmitt retoma o conceito da igualdade para estabelecê-lo como válido entre os iguais (*cf.* SCHMITT, 1996a, p. 16), algo reforçado por Mouffe ao dizer-nos que neste autor encontramos o conceito de democracia ligado à defesa da ideia de que os iguais serão tratados de forma igualitária enquanto os desiguais serão tratados de maneira desigual (*cf.* MOUFFE, 1999a, p. 147). Neste ponto retomamos a clássica lição grega de Aristóteles, assumida por Habermas

recolhido em sua fonte conservadora calcada em de Maistre que a explicitara claramente (ver DE MAISTRE, 1979, p. 471).

Situado com padrões analíticos similares ao conservadorismo de Schumpeter, o refreamento dos instintos políticos das massas tornava-se uma das tarefas importantes para, em detrimento da representação parlamentar,¹⁴⁶¹ consolidar o poder político do soberano. A aproximação deste conceito em Schmitt com a teoria totalitária germana teve lugar já desde os primeiros momentos da década de 20 com os seus trabalhos de 1921 e 1922, *Die Diktatur* e *Politische Theologie*, respectivamente. Não por acaso Caldwell destaca que a partir de 1929 Schmitt “[...] became a more directly involved in

como seu ponto de partida no conceito do político (cf. HABERMAS, 1994, p. 128-129). À raiz deste ponto de partida, Schmitt opinaria que na verdadeira democracia encontramos implícita a ideia que remete a Aristóteles de que “Jede wirkliche Demokratie beruht darauf, daß nicht nur Gleiches gleich, sondern, mit unvermeidlicher Konsequenz, das Nichtgleiche nicht gleich behandelt wird” (SCHMITT, 2010a, p. 13-14). Esta leitura de Schmitt, contudo, permite ao menos duas aproximações, uma delas democrática (clássica) e outra elitista, que na Alemanha dos anos 20 encontrou muitos interessados, e talvez o menos conhecido destes contatos entre nós tenha sido Schumpeter, exceto a conhecida tríade de teóricos políticos elitistas. A primeira ideia, de democracia clássica, que para nada aproveita o conceito democrático de Schmitt, o tratamento igual dos iguais e desigual dos desiguais não supõe a perpetuação das diferenças senão que tal tratamento terá por escopo amenizar as consequências de diferenças que, eventualmente, têm uma origem não humana e que a sociedade entende por bem remediar segundo um conceito de justiça e equidade compartilhado. Por outro lado, a leitura elitista que esta ideia apresentada por Schmitt sugere-nos, e que parece-nos ser a sua, deriva de uma abordagem conservadora revolucionária e também nacional-socialista segundo a qual existem indivíduos de capacidades superiores, ários em algum caso, a quem haverá de ser reservado um tratamento distinto, igual entre eles, e melhor do que entre os seus desiguais, inferiores. Esta leitura elitista da matéria é o que parece-nos caber em Schmitt desde a ótica conservadora da qual encontra-se próximo. Na circunstância sugerida, em que Schmitt emerge como um campeão da desigualdade de tratamento, ela revela-se, ademais, inspirada em um panegírico, a superioridade de alguns homens sobre outros, ideia para nada estranha ao conservadorismo revolucionário e ao darwinismo social que em parte inspirava não apenas a Schmitt, mas a maioria dos movimentos conservador-revolucionários e nacional-socialistas. O trecho em alemão trabalhado logo acima nesta nota permite a seguinte livre tradução: “Não só o igual seja tratado igualmente, mas que, como consequência inevitável, o não igual seja tratado de modo diferente”.

¹⁴⁶¹ Segundo Ruiz Miguel encontramos em *Römischer Katholizismus und Politischer Form*, a obra referencial desde a qual Schmitt estrutura o conceito de representação (cf. RUIZ MIGUEL, 2000, p. XXV).

the struggle over the republic, penning arguments for presidential power against the role of courts in politics, and then, in 1933, jumping on the Nazi bandwagon” (CALDWELL, 2004, p. 175),¹⁴⁶² algo que tampouco faria desacompanhado (cf. PARDO, 2003, p. 174-175)¹⁴⁶³ e, no caso de Schmitt, sem dele desembarcar.¹⁴⁶⁴ Este indício levantado por Caldwell é apenas mais um a compor o quadro da associação schmittiana com os argumentos totalitários no período precedente a 1933,¹⁴⁶⁵ ainda quando isto não aponta para uma direta convergência no período antecedente a este ano.¹⁴⁶⁶

¹⁴⁶² O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] tornou-se mais diretamente envolvido na luta pela república, acaparando argumentos em torno do poder presidencial contra o papel das cortes na política e, então, em 1933, saltando ao vagon da propaganda nacional-socialista”.

¹⁴⁶³ Dentre os nomes que de pronto aderiam, ao lado de Schmitt, encontramos Ernst Forsthoff, Ernst Rudolf Huber, Theodor Maunz, Otto Koellreuter, Johannes Heckel, Ulrich Scheuner, Herbert Krüger, Gustav Adolf Walz, além de um outro mais restrito grupo de juristas nacional-socialistas e propagadores da doutrina, Herbert Best, Walter Stuckart e Reinhard Höhn (cf. PARDO, 2003, p. 175). Além destas referências, o artigo de Pardo revela-se de interesse no sentido de aportar um claro e minucioso quadro da teoria juspublicista alemã no período nacional-socialista e a posição ocupada pelos mais relevantes autores daquele período.

¹⁴⁶⁴ Embora não pretendamos discutir a questão de que Schmitt teria permanecido inconverso aos valores democráticos no período do pós-Segunda Grande Guerra Mundial, importa mencionar a referência realizada em diário publicada post mortem, o *Glossarium*, em que se refere ao *Führer* como “poor Adolf Hitler”. (apud WAITE, 2008, p. 124).

¹⁴⁶⁵ Este comentário de Caldwell aduz ainda outro argumento em torno do papel schmittiano na sustentação teórica do regime. Malgrado nos pareça acertada a indicação de Caldwell quanto à intervenção crítica de Schmitt nos tribunais, nossa sugestão é de que este ano de 1929 não representa uma data especial que marque maior inserção de Schmitt na defesa dos princípios que tornar-se-iam indispensáveis ao regime nacional-socialista. Mais precisamente, nossa sugestão é de que tal aproximação é passível de ser observada já desde muito antes, e que o ano de 1929 apenas marcaria uma aproximação apenas do ponto de vista jurídico, dados os argumentos de que lançou mão em suas intervenções nos tribunais em favor do regime.

¹⁴⁶⁶ Não dispomos de indícios suficientes para posicionar-mo-nos assertivamente acerca dos contatos diretos de Schmitt com o nacional-socialismo, como, de resto são escassas tais afirmações entre os comentaristas. Não obstante, existem algumas pistas que podem ser exploradas com maior pesquisa histórica e que indicam que no ano de 1928, quando chamado por Brüning para prestar seu apoio ao governo, Alfred Hugenberg (1865-1951), um nacionalista apoiador de Hitler e do nacional-socialismo, teria estabelecido uma então impagável moeda de troca, a saber, o governo da Prússia. Casualidade ou

Sendo este o compromisso do autor, a sua crítica à democracia de massas e ao parlamentarismo encontra-se em íntima conexão com as teses de fundo triunfantes a partir do conservadorismo revolucionário. Neste sentido, por exemplo, Spengler sustentava que a ralé era quem dava o tom naquela quadra histórica, algo comprovado, dentre outros aspectos, “[...] pelas péssimas maneiras de todos os parlamentos” (SPENGLER, 1941, p. 89),¹⁴⁶⁷ o que ainda mais reforçaria o argumento da necessidade de que o poder político se visse centralizado na figura do soberano. O Parlamento era representativo, no que tinha de pior, daquilo que as próprias massas representavam para o pensamento conservador revolucionário aqui exemplificado por Spengler, a saber, um grupo de pessoas destituídas de virtudes apenas à espera de um guia seguro, algo com o que também concordaria Schumpeter (*cf.* SCHEUERMAN, 2001, p. 245).

Nestes termos não poderia o conservadorismo revolucionário oferecer qualquer aporte positivo à democracia de massas e a sua instituição representativa, o Parlamento. As péssimas maneiras institucionais que Spengler atribuíam ao parlamentarismo facilitariam que ainda recebera o adjetivo de “amorfo” (SPENGLER, 1941, p. 130), sendo todavia descrito pelo autor como um reles “[...] montão de escombros da antiga autoridade, da arte de governar e da sabedoria dos estadistas [...]” (SPENGLER, 1941, p. 130). O desprezo pelas casas parlamentares encontrava a sua razão de ser nas massas, a

não, os nacional-socialistas, já sob von Papen, e sob intervenção jurídica de Schmitt, lograriam o controle político estratégico da Prússia. Malgrado, isto sim, parece-nos factível a realização de movimento que viemos desenvolvendo no decorrer deste trabalho, qual seja, o de aproximar a filosofia política schmittiana do totalitarismo e do pensamento conservador revolucionário, fontes diretas do nacional-socialismo alemão.

¹⁴⁶⁷ Spengler acresce toda uma breve listagem de características marcantes da decadência da democracia quando as massas alcançam o poder: “[...] pela inclinação geral de participar num negócio pouco limpo contanto que prometa dinheiro sem trabalho; pelo jazz e pelas dansas de negro como expressão anímica de todos os círculos; pelo ordinarismo com que as mulheres se pintam como prostitutas [...]” (SPENGLER, 1941, p. 89). Estas são algumas das características sociopolíticas que Spengler atribui ao governo das massas, crítica que se mostra absolutamente afim com as teses schmittianas.

quem o autor representava tanto negativamente assim como ao processo de escolha das lideranças que as compunham, aspecto também forte, e negativamente, destacado por Hitler.

O líder nacional-socialista foi demasiado claro e direto quanto ao seu desprezo pelo caminho político institucional seguido por Weimar. Desprezíveis, as figuras dos parlamentares, tanto quanto para Schmitt, não passavam de nulidades intelectuais (*cf.* HITLER, 2007, p. 15). Esta era uma percepção compartilhada pelos mais íntimos círculos de intelectuais do conservadorismo revolucionário, dentre os quais editores da *Die Tat*, Hans Zehrer, que apoiavam forte, decidida e publicamente a supressão de todos os partidos políticos em um novo regime. Neste sentido sublinha Mommsen que

Hitler exploited the general antipathy toward the existing party system for his own partisan purposes and promised that all political parties would be dissolved in the *Volksgemeinschaft* by which the Nazis pledged to subsume all social, confessional, and regional antagonisms under the unity of the national will. (MOMMSEN, 1996, p. 492).¹⁴⁶⁸

Mommsen aduz uma clara conexão entre os argumentos antiparlamentares que alimentavam a cultura totalitária, nacional-socialista em particular, e a cultura conservadora revolucionária. Esta vem sendo oferecida por este texto doutoral como sendo um importante elo teórico para compreender não apenas a cultura política do período como, em especial, os termos e a intensidade com que a crítica conservadora revolucionária e também nacional-socialista se fizeram presentes na filosofia política e jurídica-constitucional de Schmitt nas mais diversas angulações possíveis.

¹⁴⁶⁸ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “Hitler explorou a antipatia geral relativa ao sistema de partidos então existente para os seus próprios partidários e prometeu que todos os partidos políticos seriam dissolvidos na *Volksgemeinschaft* por meio da qual os nacional-socialistas se mostravam empenhados em subsumir todos os antagonismos sociais, confessionais e regionais sob a unidade do desejo nacional”.

8.2. DEMOCRACIA, SISTEMA REPRESENTATIVO E A DESCONSTRUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARLAMENTARES: ENTRE KELSEN E MOUFFE

O debate proposto por Schmitt relativamente à democracia e à emergente democracia de massas de seus dias, assim como com a sua relação com as instituições parlamentares e com as ideias apresentadas por de alguns de seus contemporâneos como Smend e Kelsen, é tema que se reveste de importância para melhor posicionarmos o trabalho de Schmitt. Em dias de aberto combate provenientes desde as fileiras do conservadorismo revolucionário e nacionalista às instituições parlamentares e as virtudes liberais, Schmitt aprofunda tal viés crítico ciente do calado de seu investimento intelectual.

Smend, por sua vez, se mostrara-se um aberto defensor do Estado constitucional liberal weimariano, e um destes traços evidenciadores encontra-se em sua defesa dos direitos fundamentais (*cf.* BERCOVICI, 2003, p. 23) enquanto, por certo, Schmitt contra-atacava quaisquer valores universalistas com base na tirania dos valores (*cf.* SCHMITT, 2009j).¹⁴⁶⁹ Com esta posição opunha-se às críticas do ideólogo nacional-socialista Alfred Rosenberg ao sistema weimariano, que nada mais seria do que um regime de partidos financiados pela grande banca judia, sendo que todos aqueles que, porventura, se lançassem em uma empreitada de enfrentamento com tal realidade eram alegadamente lançados à prisão por crime de lesa-majestade (*cf.* ROSENBERG, 1971, p. 81). Ainda assim, Smend não deixa de manifestar seu apoio e conformidade com o

¹⁴⁶⁹ Malgrado a obra *Die Tyraney des Werte* encontre sua confecção em seminários desenvolvidos no final dos anos 50, precisamente em 1959, nos *Ebracher Seminare*, atividade que contou com a participação de Schmitt e de vários de seus discípulos como Arnold Gehlen, Joachim Ritter, Hans Barion, Reinhart Koselleck, Helmut Quaritsch, Hans-Joachim Arndt, Böckeforde, Spaeman etambém Lübke e Conze (*cf.* DOTTI, 2009, p. 87). O texto veio a ser publicado em 1960, é certo que neles Schmitt arrola parte de sua argumentação em torno de sua oposição aos valores universais que sugerimos já terem estado presente em sua argumentação anti-kantiana durante as décadas de 20 e 30 em sua crítica aos valores weimarianos, constitucionais inclusive. Para uma análise do político e da história em Schmitt e Koselleck, ver OLSEN (2011).

regime liberal, posto tratar-se de autor para quem a vontade parlamentar era formada a partir da deliberação pública em torno dos argumentos e debates parlamentares. Em paralelo com esta discordância conceitual, e em idêntica intensidade de divergência, tampouco lhe foram fugidios os consistentes argumentos de Kelsen acerca da formação da vontade parlamentar:

[...] Todo o procedimento parlamentar tende a criar um meio-termo entre os interesses opostos, uma resultante das forças sociais de sentido contrário. Os diversos interesses dos grupos representados no parlamento podem exprimir-se, manifestar-se publicamente, encontrando-se as garantias necessárias no procedimento parlamentar. (KELSEN, 2000b, p. 70).

Assim como afirmara Smend sobre a função parlamentar, Kelsen opina que esta instituição haverá de encontrar seu papel também no exercício de mediador de conflitos. Evitando tal função, os conflitos percorrerão trilhas obscuras e com alternativas privadas para sua resolução. Ainda assim, se de trilhas público-políticas tratar-se distanciada do âmbito parlamentar, não raro, tal “mediação” terá lugar por intermédio de puro ímpeto voluntarista. Kelsen apoia, portanto, uma teoria que confirma o eixo do político em torno ao Parlamento, função institucional que Schmitt indiscutivelmente procurou deslocar para o núcleo das competências do Poder Executivo.¹⁴⁷⁰

A desconsideração pelo papel do debate e da discussão, tanto do ponto de vista filosófico quanto político, presente em Schmitt e no conservadorismo denota toda uma percepção altamente ilustrativa do alcance do trabalho do autor. A crítica schmittiana ao liberal-parlamentarismo coloca em nossos dias razões para o seu enfrentamento às teorias da democracia de ordem discursiva (habermasiana)¹⁴⁷¹ ou neocontratualista

¹⁴⁷⁰ Para uma melhor aproximação sobre os debates do conceito de democracia e constituição entre Schmitt e Kelsen, ver CASERTA, (2009), DELACROIX, (2005), GÜMPLOVÁ, (2009). Para uma leitura crítica do debate entre ambos sobre o liberalismo, ver HERRERA, (1998).

¹⁴⁷¹ Negretto recorda a este respeito um trecho de texto de Habermas: “[...] las decisiones relevantes para la vida práctica, sea que consistan en la aceptación de valores, en la elección de un proyecto histórico de vida, o la elección de un enemigo, no son accesibles a una deliberación racional ni son capaces de suscitar

(rawlsiana)¹⁴⁷² que encontram em sua ideia do consenso racional um dos mais fortes pontos de embate teórico. A ambos os autores alcança a crítica de Mouffe ao obstar que o propósito de uma ordem discursiva não pode ser logrado, uma vez que consideremos a inviabilidade de estabelecimento de um consenso racional, exceto se tal processo tiver lugar mediante a admissão de exclusões (*cf.* MOUFFE, 2003, p. 61), cuja angulação crítica merece o apoio de Barnett (ver BARNETT, 2004), prontamente rebatido por Thomassen em suas contra-razões a teoria deliberativa e, principalmente, as injunções homogeneizantes trazidas pelo pensamento de Mouffe a Barnett (ver THOMASSEN, 2000). Ainda quando reputássemos de Mouffe como uma crítica irrefutável, sem embargo, sugerimos que este mesmo tema encontra uma limitação ainda muito superior na resposta muito menos satisfatória ofertada desde a filosofia schmittiana, esta sim, orientada diretamente à exclusão, o que não coexiste com os propósitos mais íntimos da teoria deliberativa da democracia.¹⁴⁷³

um consenso motivado racionalmente” (*apud* NEGRETO, 1994, p. 64). Ao trecho anterior sugerimos a seguinte tradução: “[...] as decisões relevantes para a vida prática, quer consistam na aceitação de valores, quer na eleição de um projeto histórico da vida ou, ainda, na eleição de um inimigo, não são acessíveis a uma deliberação racional nem são capazes de suscitar um consenso motivado racionalmente”.

¹⁴⁷² Para uma sólida exploração da relação entre a teoria schmittiana com Rawls, e muito particularmente da crítica do primeiro ao liberalismo e dos termos em que a análise liberal é desenvolvido pelo último Rawls, ver DYZENHAUS, (2003).

¹⁴⁷³ Ainda que não seja o objeto deste trabalho entrar no mérito desta polêmica de fundo, interessa sublinhar alguns aspectos deste debate entre a democracia deliberativa, na versão apresentada pela teoria de Habermas e de Rawls, e as críticas que lhes são endereçadas desde a pluma de Mouffe (ver MOUFFE, 2003, p. 35-50; p. 61-64; 77-78; 97-100; 143-144; ver MOUFFE, 2009b, p. 90-96) como, por exemplo, de introduzir questões de moralidade e justiça (*cf.* MOUFFE, 2003, p. 61). Mouffe posiciona que o enfoque dialógico expressa a sua limitação por desconsiderar o papel do confronto, ou seja, relega a um segundo plano o político. A proposta da autora, contudo, aposta na radicalização da democracia (ver MOUFFE; LACLAU, 2010a), em que o debate democrático é entendido como uma real confrontação (*cf.* MOUFFE, 2009b, p. 58), manejado pela autora em um contexto de tolerância com as diferenças irreconciliáveis (*cf.* MOUFFE, 2009b, p. 58). Argumentativamente sugerimos supor que as teorias de Habermas e Rawls apresentem problemas graves tais como as sérias restrições empíricas opostas à concretização do discurso ideal assinalados por Mouffe. Contudo, o que se nos afigura algo ainda mais grave é a opção

Esta percepção habermasiana e rawlsiana do político, e também da democracia, encontra-se em absoluto distanciamento de qualquer aspecto da filosofia política schmittiana. Para o autor, o foco e elemento critério diferenciador do político reside no conflito e no embate, mas não no debate e no diálogo, reside no uso da capacidade intelectual para elaborar a estratégia da submissão e eliminação do inimigo, mas não estratégias de convivência. Em suma, não há espaço para alguma versão da dialogicidade ou do entendimento.

Mouffe apresenta o seu trabalho a partir de uma angulação bastante crítica do modelo de democracia deliberativa representado por Habermas e Rawls, cujos trabalhos

realizada pela autora pelo texto filosófico de Schmitt cujo vetor encontra o rumo da opção direta e profunda pela exclusão como guia do político, ancorando sua crítica na filosofia política schmittiana (*cf.* MOUFFE, 2003, p. 64). O cerne da crítica mouffieniana se centra em que (a) “[...] el modelo de la democracia deliberativa es incapaz de representarse adecuadamente el pluralismo liberal democrático. [...] tanto en Rawls como en Habermas [...], la condición misma para la creación de un consenso es la eliminación del pluralismo en la esfera pública” (MOUFFE, 2003, p. 65). Mouffe reforça, todavia, que (b) “[...] Rawls relega el pluralismo a la esfera privada, mientras que Habermas lo elimina, por así decir, de la esfera pública mediante los procedimientos de la argumentación” (MOUFFE, 2003, p. 65). Um terceiro importante elemento apontado pela crítica de Mouffe relativamente ao enfoque deliberativo é a deficiência encontrada por ela na postulação teórica de uma esfera pública na qual pudesse o consenso racional ser realizado. Segundo Mouffe este é um modelo amplamente divergente da política democrática, uma vez que desconsidera aspecto central da democracia, qual seja, o pluralismo de valores (*cf.* MOUFFE, 2003, p. 112) e o inerente antagonismo que persiste nas sociedades democráticas. Isto sim, o que Mouffe não observa em sua crítica é que sua aposta pela pluralidade democrática e pelo pluralismo de valores mostra-se contraditória com a exploração teórica que se possa realizar de Schmitt, cuja aposta central é pela homogeneidade e unidade. A alternativa concreta de Mouffe é a de um pluralismo agônico que se apresentaria como (c) “[...] mucho más receptivo que el modelo deliberativo a la multiplicidad de voces que albergan las sociedades pluralistas contemporáneas, y también es más receptivo a la complejidad de sus estructuras de poder” (MOUFFE, 2003, p. 118). Para os trechos acima sugerimos as seguintes traduções: (a) “[...] o modelo da democracia deliberativa é incapaz de adequadamente representar o pluralismo liberal democrático. [...] tanto em Rawls como em Habermas [...], a condição para a criação de um consenso é a eliminação do pluralismo na esfera pública”; (b) “[...] Rawls relega o pluralismo a esfera privada, enquanto Habermas o elimina, por assim dizer, da esfera pública mediante os procedimentos da argumentação”; (c) “[...] muito mais receptivo que o modelo deliberativo à multiplicidade de vozes que as sociedades pluralistas contemporâneas acolhem e que também se mostra mais receptivo à complexidade de suas estruturas de poder”.

igualmente recebem críticas por não responderem positivamente aos desafios postos pela esquerda¹⁴⁷⁴ – já não de uma ortodoxia de viés abertamente antidemocrático¹⁴⁷⁵ – mas que, isto sim, respondem a uma esquerda democrática que encontra em Dyrberg a descrição de seu apreço histórico a valores como “[...] liberty, equality, justice, progress, dissent and individuality” (cf. DYRBERG, 2009, p. 666). Tais valores em absoluto se apresentam discrepantes dos valores de fundo do schmittianismo como, por exemplo, sugere-nos Balakrishnan¹⁴⁷⁶ mas, é bem certo, ainda assim, podem percorrer caminhos bastante sujeitos a críticas por parte de comentaristas mais incisivos (ver ROMANO, 2011).¹⁴⁷⁷

¹⁴⁷⁴ Estes desafios são, segundo a leitura cruzada de Strong sobre o autor, fundamentalmente dois, a saber, temas relativos à dominação tecnológica e da burocratização capitalista do mundo moderno (cf. STRONG, 2007, p. XXV). A busca por novos recursos teóricos por parte da esquerda que enfrentara o colapso do marxismo é também apresentado pelo comentarista como um dos motivos que levaram ao retorno a Schmitt (cf. *Ib.*).

¹⁴⁷⁵ Nossa referência direta aqui é à ortodoxia de esquerda que historicamente apostou em regimes totalitários em que a figura do condutor dos assuntos políticos encontrava espaço para louvação e estruturas políticas de culto ao líder. Neste sentido a ortodoxia de esquerda encontrou-se teoricamente com a direita. A este respeito, ver ARAGÓN, (1990, p. XVIII-XX).

¹⁴⁷⁶ Balakrishnan opõe-se a teóricos como Teschke (ver TESCHKE, 2011) que visam uma aproximação mais decidida e positiva da filosofia schmittiana. Cauteloso, o autor propõe que “Assessments of the many first-rank European thinkers who sympathized or collaborated with fascism – Heidegger, De Mann, Céline, Jünger, Gentile, Croce, Della Volpe, Pound – are inevitably problematic. In the case of Carl Schmitt, the difficulties are compounded by the apparent discontinuity of his political positions and his anomalous relationship to the intellectual traditions of the right” (BALAKRISHNAN, 2011). Distanciamos-nos em algo da leitura de Balakrishnan quando aponta para que um dos problemas em Schmitt seja precisamente que o autor apresente uma descontinuidade em seu pensamento político. Nossa interpretação a este respeito é de que, ao contrário, em Schmitt deparamo-nos com uma continuidade. Ao trecho logo acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Avaliar os mais destacados pensadores europeus que simpatizaram ou colaboraram com o fascismo – Heidegger, De Mann, Céline, Jünger, Gentile, Croce, Della Volpe, Pound – é algo inevitavelmente problemático. No caso de Carl Schmitt, as dificuldades estão compostas pela aparente descontinuidade de suas posições políticas e sua anômala relação com a tradição intelectual de direita”.

¹⁴⁷⁷ Roberto Romano realiza um breve traço evolutivo da retomada do pensamento schmittiano a partir da década de 1970. Segundo o autor, o movimento deveu-se sobretudo a que o acirramento e,

Segundo Mouffe o trabalho filosófico político de ambos não pode representar adequadamente o pluralismo liberal democrático tão acometido por Schmitt em sua versão do Estado e da sociedade (ver GOTTFRIED, 1990)¹⁴⁷⁸ principalmente a partir de seu enfrentamento a teoria pluralista do Estado de Laski.¹⁴⁷⁹ Nesta circunstância reconhece Mouffe que “[...] la condición misma para la creación de un consenso es la eliminación del pluralismo en la esfera pública” (MOUFFE, 2003, p. 65),¹⁴⁸⁰ ideia que Schmitt compatibiliza com a de homogeneidade (cf. RUIZ MIGUEL, 2000, p. XXVII). Para Mouffe está absolutamente clara a posição de Schmitt quanto às deficiências inerentes ao pluralismo e que, por conseguinte, seja necessário “constituir *politicamente* el pueblo” (MOUFFE, 2003, p. 69), com o que a autora se mostra explicitamente de acordo. A rigor, parece-nos que este argumento contraliberal de Mouffe, que se apresenta como crítica do liberalismo como se a angular a questão desde a filosofia

posteriormente, o atingimento nevrálgico dos pressupostos do pensamento marxista tornaram a corrente bastante vulnerável. É neste sentido que Romano indica que os marxistas “passaram a ver nos escritos de Carl Schmitt um instrumento para continuar a recusa do liberalismo. Órfãos de Marx e do stalinismo, eles acentuam a resistência às formas liberais do Estado, sem, no entanto, acreditar mais numa “revolução proletária internacional”. Esses escritores ajudam a estabelecer o relativismo, a corrosão dos padrões éticos e se colocam como geradores do éter de ideias que paira sobre os movimentos nazifascistas”. (ROMANO, 2011, p. 2). Como se esta não fora ainda uma intensa crítica, Romano ainda destaca que outros dos apoiadores da retomada schmittiana “[...] partilham os mais variados matizes do pensamento conservador ou francamente reacionário, não aceitam as luzes, a democracia, etc. Estes últimos são os que mais gasolina injetam nos movimentos irracionalistas e fascistas que hoje se apresentam na cena mundial”.

¹⁴⁷⁸ Para uma breve resenha do extenso e complexo livro de Gottfried, ver GORDON, (1992).

¹⁴⁷⁹ Em essência, o que nos disse Laski, é que o Estado está composto de uma multiplicidade de grupos, e a esta ideia Schmitt haveria de se opor na medida em que representava uma ameaça ao exercício do poder de modo centralizado pelo Estado na medida em que constitutivo de vários pólos irradiadores de força política. A função unificadora operaria, portanto, no sentido de reduzir a sociedade a um centro de poder capaz de traduzir a sua vontade, e aqui emerge a figura do *Führer*. Para uma leitura mais apurada de Laski, ver LASKI, (1939).

¹⁴⁸⁰ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a própria condição para a criação de um consenso é a eliminação do pluralismo na esfera pública”.

schmittiana estivesse. Parece-nos que esta crítica mostrar-se-ia dificilmente validável na medida em que vise manter a sua crítica ao pluralismo liberal democrático de Habermas e Rawls, mas o faz guardando distância do pressuposto assumido por Schmitt acerca da posição de indispensável valor ocupado pelo conceito de unidade e de homogeneidade.¹⁴⁸¹

Certamente, Mouffe é congruente com o seu ponto de partida, compartilhado com outros pós-modernos, de que o político supõe, em clara recepção da tese de fundo schmittiana, que a existência do conflito é um seu elemento conformador de origem (*cf.* NATTER, 2001, p. 27). Natter aponta Mouffe como uma das autoras pós-modernas que aposta na conflitividade para explicar o fenômeno do político, com o que, resta aberta a trilha para o embate com as teorias deliberativas cuja angulação do tema difere frontalmente. Não restam dúvidas para o autor acerca da tese mouffiana: “I believe that this is conceptually perilous to relinquish a concept of the political defined as one [...] irreducible character of antagonism” (NATTER, 2001, p. 27),¹⁴⁸² pois de de aceitar a diminuição do político, sugere o autor, “Doing so, in the name of a certain kind of consensus, seems to me to risk obliterating the deep potentialities of the political in redistributing social relations” (NATTER, 2001, p. 27),¹⁴⁸³ segundo uma ordem de fundamentação mouffeana.

¹⁴⁸¹ A respeito desta crítica schmittiana ao pluralismo Bercovici chama a atenção para o fato de que haveria da parte de autores ligados ao liberalismo uma equivocada percepção do fenômeno do político na medida em que ameaçavam a sua unidade ao apoiar o conceito de pluralidade (*cf.* BERCOVICI, 2004, p. 72). A unidade política em Schmitt dependeria, portanto, de um que os possíveis grupos sociais potencialmente promotores da dissociação pudessem ser controlados, ou seja, homogeneizados.

¹⁴⁸² Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Eu creio que é conceitualmente perigoso abandonar um conceito do político definido como [...] [*de*] irreduzível caráter de antagonismo”.

¹⁴⁸³ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Fazendo isto, em nome de um certo tipo de consenso, penso ser arriscado obliterar as ocultas potencialidades do político em novamente redistribuir as relações sociais”.

Malgrado a expressa preocupação com a questão do consenso como forma de obliterar a diversidade de possíveis, e novas, formas políticas, parece-nos que subjaz um problema de monta. Trata-se de que a necessidade de construção política do povo em Mouffe opera desde cima, segundo um referencial externo ao ator político que é reclamado como sem autorização, e autoridade, para transformar o político. A inspiração schmittiana, contudo, revela-se como portadora de um único meio para a organização política e, nestes termos, é questionável em que medida poderia o liberalismo alegado por Mouffe como o seu esforço teórico de fundo todavia ser teoricamente sustentado.

Esta localização do poder em instâncias superiores, e de forma estática, constituiria um grave problema que é identificado por Trierweiler. Este problema identificado pelo autor diz respeito a que a teoria schmittiana não pode livremente operar no contexto das complexas sociedades modernas. Isto se deve a que ela não logra aportar respostas a dinamicidade das relações sociopolíticas assim como às demandas por ela postas, e que constituem o verdadeiro cerne dos sistemas democráticos operativos (*cf.* TRIERWEILER, 2010, p. 24).

Ao orientar nossa reflexão a partir da trilha sugerida por Mouffe, em verdade, aportaríamos a porto em que a autora termina por reprovar tanto a Habermas como a Rawls¹⁴⁸⁴ por, especificamente, terem logrado a eliminação do pluralismo da esfera pública. Mouffe, em verdade, realiza precisamente este como seu movimento último ainda que a reclaims de atuar em defesa da democracia liberal, posto que em seu âmago a nada diferente comporta a filosofia schmittiana. Ambos, Mouffe e Schmitt, realizaram empreendimento similar, isto sim, já não por meio do consenso ao qual critica a autora,

¹⁴⁸⁴ Para uma muito interessante aproximação analítica entre o trabalho de Mouffe e Laclau, os temas deliberativos e o pensamento rawlsiano, ademais das questões que envolvem a representação e o decisionismo, ver BARNETT, (2004).

mas, é certo, por meio da institucionalização da finalidade de eliminar a própria esfera pública e o seu componente político por intermédio da orientação, ou seja, desde as instâncias superiores, aquelas que, em Schmitt, operam desde cima, em suma, segundo uma estruturação que Mouffe denomina de construção do político.

Conectada a esta crítica encontramos outra posição de Mouffe com a qual concordamos, a saber, que a democracia liberal possui um aspecto sempre inacabado, ou seja, que nos mantém a “[...] impresión de estar [o futuro] incompleto y abierto [...]” (MOUFFE, 1999a, p. 153).¹⁴⁸⁵ Esta leitura de Mouffe sugere conexões popperianas de fundo,¹⁴⁸⁶ cujo cerne parece centralizar no valor milliano da liberdade individual que, segundo diz, é a “[...] única libertad que merece tal nombre [...]” (MOUFFE, 1999a, p. 165).¹⁴⁸⁷ Esta parece ser, tomando-a isoladamente, uma adesão de Mouffe a alguns dos mais caros princípios da democracia liberal.

Expresso em vários momentos,¹⁴⁸⁸ sugere que Mouffe se distancia em grande parte da argumentação schmittiana,¹⁴⁸⁹ em clara posição do autor em sua oposição (*cf.*

¹⁴⁸⁵ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] impressão de estar incompleto e aberto [...]”

¹⁴⁸⁶ Este é um trecho em que, ao referir-se ao futuro das sociedades como um momento em aberto à construção dos atores sociais, Mouffe faz recordar a argumentação de Popper, especificamente ao seu diálogo com Lorenz em *Die Zukunft ist öffnen* (ver POPPER; LORENZ, 1985). Isto sim, seria bastante razoável supor que a autora guarde considerável distância do austríaco.

¹⁴⁸⁷ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] única liberdade que merece tal nome [...]”.

¹⁴⁸⁸ Nestes momentos a autora assente, referindo-se ao pensamento de Bobbio, de que (a) “[...] no debemos esperar el surgimiento de un tipo completamente nuevo de democracia y que las instituciones liberales han de permanecer” (MOUFFE, 1999, p. 145-146). Mouffe não poderia ser mais direta acerca de sua posição do que quando diz que (b) “[...] Bobbio tiene básicamente razón” (MOUFFE, 1999, p. 145) mas, a nosso ver, não termina de adequar este seu comentário com vários aspectos de sua interpretação de Schmitt. Aos trechos acima sugerimos as seguintes traduções: (a) “[...] não devemos esperar o surgimento de um tipo completamente novo de democracia e que as instituições liberais devem permanecer”; (b) “[...] Bobbio, basicamente, tem razão”.

¹⁴⁸⁹ Um destes aspectos em que a autora parece guardar distância de Schmitt está no valor que este concede ao papel da intervenção direta da população na consagração ou aclamação do líder político autoritário (*Führertum*) e de suas determinações, que terminariam por convergir na vontade emanado

MATOS, 203, p. 49), mas que, paralelamente, continuaria apoiando a crítica mediadora apresentada por Agesta referente a teoria de Schmitt sobre o papel do Parlamento. Sem embargo, a leitura do texto mouffeano dificilmente permite compatibilizar a sua auto-reclamada filiação liberal-democrática¹⁴⁹⁰ com a recepção do núcleo duro da filosofia política schmittiana, precisamente por força de um profundo viés antipluralista e homogeneizante¹⁴⁹¹ em que os argumentos schmittianos se consolidam e, por suposto, com os quais não pode dialogar o liberalismo democrático contemporâneo, tolerante por definição e princípio.

Mouffe, contudo, entende que Schmitt torna-se aproveitável para os propósitos implicitamente normativos em seu texto devido a que ele, em verdade, oferece um falso dilema (*cf.* MOUFFE, 2003, p. 69), a saber, que não teríamos, como propõe, de escolher entre a unidade do povo e, por conseguinte, expulsar de um determinado âmbito a todo e qualquer antagonismo e, por outro lado, legitimar as divisões que dentro de um espaço político se encontre que, portanto, revelando-se negadoras do conceito de unidade

próprio *Führer* de sorte a concluir todo o processo de legitimação de suas decisões. Assim, portanto, Mouffe concorda com o argumento apresentado por Bobbio quando este sustenta que o processo de democratização não deve conceber-se como se consentisse a transição da democracia representativa à democracia direta (*cf.* MOUFFE, 1999, p. 145).

¹⁴⁹⁰ Mouffe reclama esta filiação liberal-democrática em vários trechos de seus textos. Claramente reconhece ter (a) “[...] dejado en claro mi lealtad a los principios de la democracia pluralista” (MOUFFE, 2009b, p. 58). Ressaltando a importância da igualdade e da liberdade assim como da ampliação do campo de incidência do pluralismo, mas, paralelamente, a autora tampouco descuida de ensaiar uma crítica ao modelo predominante do liberalismo contemporâneo, senão é precisamente ao contrário o seu movimento ao afirmar que (b) “Ya es tiempo también de cuestionar la creencia en la superioridad única de la democracia liberal” (MOUFFE, 2009b, p. 93), posto que esta crença está mesmo (c) “[...] en el núcleo de la negación liberal de lo político” (MOUFFE, 2009b, p. 93). Aos trechos acima sugerimos, respectivamente, as seguintes traduções: (a) “[...] ter deixado clara a minha lealdade aos princípios da democracia pluralista”; (b) “Já é tempo de também questionar a crença na superioridade única da democracia liberal”; (c) “[...] no núcleo da negação liberal do político”.

¹⁴⁹¹ Para uma importante crítica sobre o viés homogeneizante presente no texto de Mouffe, ver o trabalho de Thomasse em resposta a polêmica aberta por Barnett (ver BARNETT, 2004) em artigo cuja orientação básica é proclive ao texto schmittiano de Mouffe. Ver THOMASSEN, (2000, p. 632-634).

schmittiano (*cf.* MOUFFE, 2003, p. 69). O conflito permanece presente em Mouffe a partir de sua leitura de Schmitt, mas, aparentemente, procura relativizá-lo, edulcorá-lo e pacificá-lo, ao demonstrar a incapacidade da teoria liberal para implementar o seu projeto de neutralização do conflito por intermédio de seus esforços discursivo-racionais, consagrando, assim, um campo político marcado pela neutralidade (*cf.* MOUFFE, 2009b, p. 28).

A identificação do conflito em Schmitt realizada por Mouffe parece-nos um promissor ponto de partida analítico, tanto quanto a sua constatação algo hobbesiana, de que o conflito é mesmo inerente às sociedades, liberais ou não. Sem embargo, tendo em vista as razões que vêm sendo discutidas neste trabalho, não parece-nos a melhor aposta de Mouffe para proceder ao seu trabalho crítico das democracias liberais contemporâneas a angulação teórica schmittiana da qual lança mão. Este é um movimento que mantém em seus porões o peso da companhia schmittiana, evitando reconhecer a necessidade de negá-la para manter vínculo com os seus declarados propósitos de sustentação teórica do liberalismo e da democracia ou, por outro lado, assumir as consequências de tal filosofia política.

Leitura apenas próxima a esta de Mouffe, ademais de Kervégan (ver KERVÉGAN, 2006), citado por Mouffe, e contando com texto mais consistente, é a realizada por Gabriella Slomp. Em seu trabalho a autora procura retomar a leitura da violência em Schmitt a partir de Hobbes, e a sua conclusão é de que “[...] Schmitt, like Hobbes, wanted homogeneity and unity within the state; like Hobbes, he wanted to push enmity outside the borders of the state; like Hobbes he loathed domestic pluralism” (SLOMP, 2009, p. 38).¹⁴⁹² Slomp reconhece que o projeto de Schmitt é mesmo este de

¹⁴⁹² Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] Schmitt, como Hobbes, aspirou homogeneidade e a unidade dentro do Estado; como Hobbes, ele quis empurrar os seus inimigos para fora das fronteiras do Estado; como Hobbes, ele detestava o pluralismo doméstico”.

realizar a homogeneidade e a unidade interna¹⁴⁹³ e que também se mostra capaz de oferecer as condições de possibilidade da democracia (cf. BERCOVICI, 2004, p. 79).

Esta unidade interna assinalada revela-se uma ideia francamente oponível a um outro projeto de realização dos valores liberal-democráticos e plurais ensaiados por Mouffe em seu trabalho, posto que a unidade (concreta-)homogeneidade não revela-se compatível com o aprofundamento do pluralismo, e nisto concordamos com Slomp ao indicar o quanto Schmitt detestava o pluralismo. Malgrado a sua auto-declarada filiação liberal-democrata, Mouffe reconhece que a sua proposta teórica agonista¹⁴⁹⁴ envolve

¹⁴⁹³ Isto sim, em seu texto Slomp objetiva a discussão sobre a violência em Schmitt a partir da ideia de que o autor propõe localizar a inimizade nas fronteiras externas do Estado. Este parece-nos um importante movimento estratégico realizado pela autora no sentido de desconstituir a presença do inimigo interno e, por conseguinte, da autorização para o seu extermínio. Esta ideia será abordada nos dois capítulos finais desta tese doutoral, embora com mais vagar o façamos no capítulo XI.

¹⁴⁹⁴ Aponta Sá que o texto *Der Begriff des Politischen* aponta para uma diferenciação conceitual importante no âmago do conceito do inimigo (*Feind*). Sá argutamente identifica em Jünger a origem do “princípio agonal” (cf. SÁ, 2007a, p. 255) retomado por Schmitt com o qual marcará a diferença relativamente a sua primeira aproximação ao conceito de inimigo. Em Jünger o princípio agonal evidencia “[...] o princípio segundo o qual o homem, não sendo naturalmente inclinado à paz, combatia pelo próprio combate” (SÁ, 2007a, p. 255). Sá clarifica a questão ao apontar para que em 1932 Schmitt diferenciava o inimigo do concorrente, que poderia ser tomado em sentido genérico. Em 1933, contudo, leitor do conceito agônico de Jünger, Schmitt proporá que “O inimigo também não é o adversário, o “antagonista”, no torneio sangrento do “Agon” (SÁ, 2007a, p. 255). Concordamos com Sá quando reconhece a proximidade de Schmitt com o nacionalismo *Völkisch* (cf. SÁ, 2007a, p. 256) mas também com as suas variações conservadoras revolucionárias. Sustenta o autor que “É talvez nestas alterações de *Der Begriff des Politischen* que melhor se pode apreciar a relação de Schmitt com o nacionalismo *völkisch* na Alemanha a partir de 1933” (SÁ, 2007a, p. 256). Sá confirma a sua hipótese por meio de dois pontos principais que aqui sintetizamos, a saber, (i) que a partir de 1933 Schmitt manifestamente teria adaptado o seu conceito do político ao que se mostrava o conteúdo da retórica do nacional-socialismo, e que não se deu por oportunismo, mas por convicção, malgrado tardia, de que apenas uma liderança (*Führung*) e (ii) que Schmitt “[...] apresenta o povo, na articulação da unidade política, como um «lado impolítico que cresce sob a protecção e a sombra das decisões políticas». Não é agora no povo ou na nação enquanto substância política e homogênea, mas num movimento, numa instância mediadora entre o Estado e o povo, que a articulação entre o povo impolítico e a liderança política onde pode ser conseguida” (SÁ, 2007a, p. 258). Voltaremos a questão do inimigo nos dois últimos capítulos, XI e XII, desta tese doutoral.

reconhecer que em sociedade encontram-se em conflito “[...] proyectos hegemónicos opuestos que nunca pueden reconciliarse de un modo racional [...]” (MOUFFE, 2009b, p. 28),¹⁴⁹⁵ que propõe, em suma, “[...] una revitalización y profundización de la democracia [...]” (MOUFFE, 2009b, p. 39).¹⁴⁹⁶ Em outros termos, a proposta mouffeana é de que

[...] la dimensión antagónica está siempre presente, es una confrontación real, pero que se desarrolla bajo condiciones reguladas por un conjunto de procedimientos democráticos aceptados por los adversarios. (MOUFFE, 2009b, p. 28).¹⁴⁹⁷

Mas se Mouffe apontava alguns parágrafos acima ao falso dilema proposto por Schmitt, ela passa, em um segundo momento, a uma abordagem normativa da questão. Sugere a autora a necessidade da proposição de um argumento introdutor de “[...] alguna forma de «homogeneidad» en una democracia” (MOUFFE, 2003, p. 70)¹⁴⁹⁸ e que poderá ser, como admite Schwab, obtida mesmo por intermédio da “[...] excision or destruction of the heterogeneous elements [que] are decisive factors for any true democracy [...]” (SCHWAB, 1989, p. 63).¹⁴⁹⁹ Esta destruição de elementos heterogêneos para os quais aponta Schwab, em que pese as conclusões as quais alcança, convergem com a observação de Sá, segundo quem a sua materialização, diferentemente da cultura *Völkisch* embasadora do nacional-socialismo – cultura que supõe a natural ocorrência histórica da homogeneidade em suas raízes primitivas – haverá, em Schmitt, de

¹⁴⁹⁵ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] projetos hegemônicos opostos que nunca podem ser reconciliados de um modo racional [...]”.

¹⁴⁹⁶ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] uma revitalização e aprofundamento da democracia [...]”.

¹⁴⁹⁷ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] a dimensão antagônica está sempre presente, é uma confrontação real, mas que se desenvolve sob condições reguladas por um conjunto de procedimentos democráticos aceitados pelos adversários”.

¹⁴⁹⁸ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] alguma forma de ‘homogeneidade’ em uma democracia”.

¹⁴⁹⁹ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] separar ou destruir de elementos heterogêneos [que] são fatores decisivos para qualquer verdadeira democracia [...]”.

encontrar-se com uma produção artificial (*cf.* SÁ, 2007a, p. 258). Esta criação cultural da homogeneidade implicará uma forte e decidida ação do Estado no sentido de produzi-la historicamente em movimento reconstitutivo das origens do povo.

Não obstante a posição de intérpretes bastante favoráveis, dentre os quais Schwab, admitirem esta possibilidade do extermínio, a nosso ver é importante sublinhar que Mouffe sugere passar a denominar a homogeneidade schmittiana – certamente carregada com um profundo viés de esclarecimento quanto aos seus reais propósitos – por um ainda indeterminado conceito por ela chamado de “comunalidad” (MOUFFE, 2003, p. 70).¹⁵⁰⁰ Trata-se de um conceito que opera função não apenas altamente relevante como, com igual intensidade, se manifesta operante de modo deletério no corpo do pensamento político e jurídico schmittiano.

Partindo de um conceito de homogeneidade que se mostra a todas as luzes intransitável e impalatável para as democracias ocidentais, Mouffe apenas realiza uma adaptação terminológica. Sem embargo, Mouffe mantém, e a nosso ver de modo perigoso, todo o nefasto potencial teórico do conceito schmittiano no âmago mesmo de uma ainda bastante vaga ideia de comunalidade que ele pretende ancorar no porto da democracia liberal para a qual alega emprestar seus melhores esforços.

Este conceito, por certo, permitir-lhe-á espaço suficiente para desenvolver a estratégia de atribuir-lhe os significados que melhor se adequem aos seus propósitos, apesar de a construção schmittiana de base permanecer em estado de latência e fora de

¹⁵⁰⁰ A expressão não encontra-se dicionarizada. Sendo assim, nossa proposta interpretativa do conceito mouffeano, todavia não desenvolvido em seus pormenores, buscará orientar-se pela origem mais próxima do vocábulo na construção filosófico-política anglo-saxônica. Neste sentido sugerimos encontrar alguma proximidade com o conceito de comunitarismo, embora com este guarde diferenças quanto a, por exemplo, o ausente fundamento aristotélico em Mouffe. Paralelamente, a autora mantém uma proximidade declarada com o conceito de homogeneidade de Schmitt, ideia que remete a unidade. Na ausência de componentes para uma construção optaríamos por uma tradução literal do termo, a saber, “comunalidade”.

diretos ataques por, supostamente, ocupar uma posição secundária. Mouffe anuncia, sem concluir, que o conceito de comunalidade haverá de compatibilizar a sua defesa da homogeneidade no *demos* com os valores do pluralismo (cf. MOUFFE, 2003, p. 70). Mas bem, a autora anuncia sua pretensão de que esta compatibilização sob a égide conceitual da comunalidade possa abranger valores plurais que alcancem as várias esferas da vida, desde o religioso, o moral, o cultural a vida dos partidos políticos (cf. MOUFFE, 2003, p. 70). Aqui acreditamos que Mouffe realiza uma proposta teoricamente inviável, ao menos sempre e quando desejemos manter o objeto, Schmitt, fiel a si mesmo, e não aos desígnios de seus hermeneutas.

Retomando o argumento de Mouffe sobre sua crítica a Habermas e Rawls de que ambos eliminam o pluralismo na esfera pública por intermédio do consenso, se, de fato, aceitarmos este como um argumento, não poderíamos entender qual resultado Mouffe suporia obter quando da aplicação do conceito de homogeneidade (*homogenität*) presente em Schmitt. Este último, muito mais intensamente do que o consenso em Habermas e Rawls ao qual Mouffe dedica sua crítica, sugerimos ser incontrovertidamente afirmativo de produzir as consequências indesejadas por Mouffe.¹⁵⁰¹ A autora reconhece que em Schmitt não há lugar para a admissão do conceito de pluralismo na comunidade política, pois, reconhece a autora com Schmitt, que “[...] la democracia requiere la existencia de un demos homogéneo, y esto impide cualquier posibilidad de pluralismo” (MOUFFE, 2003, p. 66).¹⁵⁰² Na medida em que vinga em Schmitt o conceito de homogeneidade (*homogenität*) em detrimento do pluralismo, em que é construído um conceito de democracia que elude a diferença e o dissenso em favor da unidade política,

¹⁵⁰¹ Não nos deteremos no exame detalhado desta questão e em seus desdobramentos conceituais que parecem-nos extremamente ricos. Para os limites mais estritos do objeto deste trabalho doutoral, apenas nos interessa assinalar esta contradição no pensamento de Mouffe.

¹⁵⁰² Sugerimos a seguinte livre tradução para o texto acima: “[...] a democracia requer a existência de um demos homogêneo, e isto impede qualquer possibilidade de pluralismo”.

(ou unitarização do político) assim como também o desligamento das instituições parlamentares do sistema político.

Em *Römischer Katholizismus und politische Form* é destacável o conceito de *complexio oppositorum* por meio do qual Schmitt promoveu ainda muito cedo em sua obra a redução da multiplicidade de interesses e de partidos ao visceral conceito de unidade (cf. SCHMITT, 2008, p. 44). Este conceito de unidade, como vimos logo acima, está orientado para o elemento político, algo que, para Ruiz Miguel, merece ser enfatizado que não encontra-se relacionado com o econômico (cf. RUIZ MIGUEL, 2000, p. XXX). O autor interpreta a *complexio oppositorum* como um conceito unificador capaz de desconstituir a esfera da pluralidade de interesses e partidos sem que isto dê lugar à negação ou destruição da pluralidade (cf. RUIZ MIGUEL, 2000, p. XXXI), e dentre estes interesses plurais a ser desconectados e tornados incapazes de influenciar o político encontravam-se os interesses econômicos. Apostamos precisamente na interpretação inversa a desta sugestão do autor. Nossa interpretação é empregada, primeiramente, na restrição da não realização de um movimento isolado do contexto da filosofia política schmittiana e, em especial, do seu conceito político.

A nossa sugestão em não isolar Schmitt de seu contexto nos faz deparar com um conceito de *hostis*. Entendido no contexto de uma cultura política e filosófica conservadora (revolucionária), tão própria dos círculos da extrema-direita da década de 1920, sugerimos que o *hostis* schmittiano pode ser interpretado como uma figura sobre a qual poderá ser praticada a eliminação (*Vernichtung*). Esta ideia aparecerá como um incisivo fator de realização da homogeneidade (*homogenität*), elemento fundamental para a afirmação do seu singular conceito de democracia e, por conseguinte, da negação da pluralidade, ideia não compartilhada por Ruiz Miguel. Estes são alguns dos elementos que tornam verdadeiramente difícil compreender a possibilidade de êxito da

tarefa de Mouffe de confirmar a sua inserção em um contexto filosófico político compatível com o da vida democrática na acepção que este termo possui na tradição do mundo ocidental.¹⁵⁰³

Um dos movimentos teóricos tentados por Mouffe é o da substituição do conceito schmittiano de homogeneidade (*homogenität*) pelo de comunalidade, o qual seria compatível com *certas* formas de pluralismo (*cf.* MOUFFE, 2003, p. 66). Resta claro do texto que Mouffe irá excluir *algumas* formas de pluralismo de seu horizonte teórico, e a limitação se dá já a partir de sua assunção de que a compatibilização entre pluralismo e democracia liberal “[...] exige, desde mi punto de vista, la puesta en cuestión de toda la idea del ‘pueblo’ como algo ya dado, como algo con una identidad sustancial [...]” (MOUFFE, 2003, p. 70).¹⁵⁰⁴ Contudo, como emprestar-lhe demasiado crédito à autora quando posta-se em defesa da democracia liberal, mesmo partido de Schmitt, quando a mesma autora expressamente assume que “[...] creo que Schmitt tiene razón cuando dice que la democracia es compatible con um régimen autoritario,

¹⁵⁰³ Agesta afirma que, não obstante algumas críticas de Schmitt mostrarem-se certas, “[...] es más discutible la crítica de la capacidad del régimen parlamentario y del mismo Parlamento para crear o favorecer un proceso dialéctico de negociación [...]” (AGESTA, 1989, p. 10). Tendo em vista a auto-proclamada adesão de Mouffe aos princípios mais caros da democracia liberal, parece ser difícil para a autora encontrar suficiente fortaleza nos argumentos de Schmitt a ponto de buscar argumentos para desconstituir o papel central do Parlamento mas, antes, para buscar elementos que, por um lado, lhe fortaleçam a atuação e as instituições de controle bem como lhe desconstituam os pontos débeis. O trecho acima comporta a seguinte tradução: “é mais discutível a crítica da capacidade do regime parlamentar e do próprio Parlamento para criar ou favorecer um processo dialético de negociação”. Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] é mais discutível a crítica da capacidade do regime parlamentar e do próprio Parlamento para criar ou favorecer um processo dialético de negociação”.

¹⁵⁰⁴ Sugerimos ao texto acima a seguinte livre tradução: “[...] exige, desde o meu ponto de vista, a colocação em prática de toda a ideia do ‘povo’ como algo já dado, como algo com uma identidade substancial [...]”.

bolchevismo o nazismo, pero que no es compatible con el liberalismo”. (In: ATTILI, 1996, p. 141).¹⁵⁰⁵

O parágrafo acima aponta para a leitura de Mouffe no sentido de que o liberalismo que recebe e desenvolve é compatível com a exigência de que tenhamos operativa uma identidade substancial (cf. MOUFFE, 2003, p. 70). Para isto Mouffe sugere que devemos reconhecer a unidade (*Einheit*) do povo em sua dimensão empírica para prosseguir trabalhos de articulação política: o importante é sublinhar que seja uma articulação política “autêntica” (MOUFFE, 2003, p. 70) na qual

[...] la identidad del pueblo debe ser vista como el resultado de un proceso político de articulación hegemónica. La política democrática no se reduce al momento en que un pueblo plenamente constituido ejerce sus reglas. (MOUFFE, 2003, p. 71).¹⁵⁰⁶

Esta tarefa de realizar a unidade política do povo caberia ao Estado na qual, ele mesmo, encontraria seu ponto de mais segura ancoragem (cf. TRIERWEILER, 2010, p. 23). Assim, quando Mouffe comenta que a identidade do povo deve ser vista como o resultado de um processo político de articulação hegemônica não podemos, de forma alguma, contrapor a esta constatação, posto que a reconstrução do político haverá de encontrar-se com um sujeito histórico a todo momento predisposto a empreender a saga de identificação subjetiva com a dimensão do político.

Ainda assim, Mouffe expõe a condição de busca de um momento de identidade que “[...] nunca puede constituirse plenamente, y sólo puede existir mediante múltiples

¹⁵⁰⁵ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] acredito que Schmitt tem razão quando diz que a democracia é compatível com um regime autoritário, bolchevismo ou nacional-socialismo, mas que não é compatível com o liberalismo”.

¹⁵⁰⁶ Sugerimos ao texto acima a seguinte livre tradução: “[...] a identidade do povo deve ser vista como o resultado de um processo político de articulação hegemônica. A política democrática não se reduz ao momento em que um povo plenamente constituído exerce suas regras”.

formas de *identificación* en competencia” (MOUFFE, 2003, p. 71),¹⁵⁰⁷ momento no qual discordamos da busca por alguma forma de unidade (*Einheit*) como um valor liberal antes do que, precisamente, um vestígio antiliberal tipicamente schmittiano mas que Mouffe ainda aprofunda com a releitura de um tão conservador e elitista autor quanto foi Schumpeter.¹⁵⁰⁸

Isto sim, parece-nos mais conflitiva ainda a posição de Mouffe, ao admitir que a democracia liberal precisa reconhecer a distância que habita entre o povo e suas formas de identificação, o que, por exemplo, não seria factível desde o ponto de vista da argumentação consensual-racional de contemporâneos como Habermas e Rawls. Precisamente neste ponto advém problemática a sua posição na medida em que o conceito de homogeneidade (*homogenität*) schmittiano subsiste em sua argumentação, ainda quando proponha a sua substituição por um pouco determinado conceito de comunalidade, posto que a homogeneidade schmittiana, por definição, exclui qualquer espaço de liberdade entre o povo e as formas de identificação.

A proposta de Schmitt, ao que parece recepcionada integralmente por Mouffe,¹⁵⁰⁹ é a de que “[...] no se puede reducir la política a la racionalidad,

¹⁵⁰⁷ Sugerimos a seguinte livre tradução para o texto acima: “[...] nunca pode ser plenamente constituída, e apenas mediante múltiplas formas de identificação em competição”.

¹⁵⁰⁸ Mouffe retoma Schumpeter como uma das referências para definir a democracia em termos de oportunidade de escolha de dirigentes políticos (cf. MOUFFE, 2003, p. 71), referência esta que reputamos nada menos do que altamente equivocada, tendo em vista a verdadeira ojeriza do autor pela democracia de massas, conforme vimos em outros e iniciais momentos deste mesmo capítulo.

¹⁵⁰⁹ Contudo, desde o pós-marxismo mouffieniano, especificamente a partir de seu livro redigido a duas mãos com Laclau, é estabelecido o propósito de assentar certas bases revisionistas dos termos ortodoxos com os quais o marxismo pode ser lido. Neste sentido, por exemplo, nos apresenta Wiley a ideia da busca pela compatibilização marxismo com o pós-estruturalismo e o pós-modernismo (cf. WILEY, 2002, p. 483), algo que redundaria em uma complexa aposta tanto pelo pluralismo e contingência, conceitos próximos ao liberalismo combatido por Schmitt que a autora pretende inserir em suas reflexões críticas todavia inseridas em uma alegada via de reflexão inspirada na esquerda. Há admissão pela autora de um triunfo histórico do liberalismo (cf. MOUFFE, 1999a, p. 161), com o reconhecimento do valor do debate

precisamente porque la política indica los *límites* de la racionalidad” (MOUFFE, 1999a, p. 160),¹⁵¹⁰ e se este limite é assim mediano mas suficientemente estreito, as alternativas schmittianas estão a indicar o campo do conflito como o único a ser razoavelmente habitado, e desta forma mantido, enquanto pensemos na aventura do homem sobre a terra.

Schmitt foi especialmente ardiloso em sua argumentação antiparlamentar porque, ao apontar para um real valor democrático, o da publicidade dos debates, por exemplo, assinala, momento seguinte, para o seu despreço pessoal por uma instituição que não realiza empiricamente um de seus princípios mais caros. Schmitt procura não apenas apresentar criticamente as falhas da instituição parlamentar como radicalizar a posição ocupada pela discussão pública e do próprio processo argumentativo dentro dos parlamentos.

A posição de Schmitt não será, portanto, apenas a de exercer a crítica sobre uma observação empírica de crise parlamentar mas, antes, faz integralmente sua a preocupação com o estabelecimento das bases teóricas do que acredita ser a essência do parlamentarismo. Realizado este primeiro movimento, o autor irá ocupar-se de contrapor tal essência à realidade germana de então para, com este proceder, lograr a prova de que o parlamentarismo não era mais do que uma instituição alheia aos princípios para os quais precipuamente foi criada. Valendo-se de argumentos de Smend, Schmitt tenta sustentar que a própria *ratio* do Parlamento estava

público, sendo que, paralelamente, a autora reclama certa herança schmittiana que, por definição, é inviabilizadora do dissenso. Nossa hipótese a este respeito é de que se torna difícil equacionar o compromisso com este valor liberal nuclear e a tradição schmittiana que, como viemos vendo acima no que concerne ao parlamentarismo, o fere de morte sem hesitações.

¹⁵¹⁰ Para o texto acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] não se pode reduzir a política à racionalidade, precisamente por força de que a política indica os *límites* da racionalidade”. Neste trecho parece haver a indicação de um temor próximo ao de Weber quando apostou na liderança carismática perante a formação de uma classe burocrática poderosa de técnicos que logo abriria uma via cesarística.

[...] in einem Prozeß der Auseinandersetzung von Gegensätzen und Meinungen, aus dem sich der richtige staatliche Wille als Resultat ergibt. Das Wesentliche des Parlaments ist also öffentliches Verhandeln von Argument und Gegenargument, öffentliche Debatte und öffentliche Diskussion, Parlamentieren, wobei zunächst noch nicht an Demokratie gedacht zu werden braucht. (SCHMITT, 2010a, p. 43).¹⁵¹¹

Este conflitivo processo de embate de opiniões não indica em Schmitt a vontade do Estado mas, apenas, uma cultura burguesa de debates que se perpetua alheia ao ponto, a saber, a decisão. Não é soberano quem discute, mas, sim, aquele que decide, e quando o faz supera a possibilidade do mal por meio de sua inspiração divina, ou seja, “[...] die Versuchung zum Bösen, die in jeder Macht liegt, gewißt ewig, und nur in Gott ist der Gegensatz von Macht und Güte restlos aufgehoben [...]” (SCHMITT, 2008, p. 54).¹⁵¹² Sendo essencial do Parlamento a discussão pública, Schmitt ainda terá a obstar a sua conceitualização, mais do que a forma de sua materialização histórica em Weimar, o fato de que estes debates não encontram-se no seio de seu particular conceito de democracia.

Neste trecho Schmitt realiza um primeiro movimento preocupado em localizar a essência do Parlamento no processo de encaminhamento de debates abertos feitos na esfera do público representada pelo Parlamento ancoradas na racionalidade (*cf.* SCHMITT, 2010a, p. 63), elemento cuja inspiração ilustrada seria um dos alvos do autor. Contudo, Schmitt se vale de um ardiloso argumento. Recorre o autor à ideia de que em uma democracia os argumentos devam ser mesmo expostos publicamente, de que gozem, em suma, de conhecimento e reconhecimento público. Com este movimento o

¹⁵¹¹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] em um processo de conflito de contrários e de opiniões, o qual resulta na vontade correta do Estado. O essencial do Parlamento é, então, a discussão pública dos argumentos e dos contra-argumentos, os debates e as conversações públicas e o exercício do parlamento que, por certo, não é democracia”.

¹⁵¹² Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] a tentação do mal que existe em todo o poder é eterna, e apenas em Deus fica totalmente superada a antítese ente o poder e o bom [...]”.

autor aspira obter insuspeitos adeptos que se deixem seduzir por uma concepção absolutamente pura do funcionamento dos mecanismos democráticos, algo que, por certo, não terá lugar nem com a democracia, nem com o Parlamento ou qualquer outra das instituições humanamente pensáveis e edificáveis.

A crítica schmittiana não era fugidia nem exclusiva à época, sem embargo, parte da intelectualidade não se deixou seduzir pelas articulações críticas como outros de superior valor. Alguns que reconheciam o valor intelectual de Schmitt tal como Julius Bonn¹⁵¹³ advertiam incisivamente para a importância do papel do Parlamento por intermédio da ênfase na ideia de que ele continuasse operando por intermédio de seus diversos grupos como “[...] sede di ‘negoziati’ e ‘compromessi’ tra i diversi gruppi e che resta specie di ‘mercanteggiamento’ era una caratteristica essenziale del sistema parlamentare” (*apud* BENDERSKY, 1989, p. 101), ideia esta também compartilhada por outros intelectuais do período.¹⁵¹⁴ Inversa mas não menos incisivamente que Bonn,

¹⁵¹³ Não muito conhecido entre nós, Moritz Julius Bonn (1873-1965) foi autor de obras de certa penetração acerca do problema de democracia na Europa bem como da questão agrária na Irlanda. Foi professor de Ciência Política em Munique, na Alemanha, no período em que foi travado seu debate com Schmitt. Bonn se mostrou especialmente divergente das teses schmittianas mas manteve com este um fino trato ao auxiliá-lo em suas promoções acadêmicas. Sem embargo, um dos grandes pontos de embate entre ambos deu-se justamente em torno ao valor do parlamentarismo. A este respeito, ver SCHEUERMAN, (2001, p. 248).

¹⁵¹⁴ Esta era uma ideia compartilhada por outros intelectuais de peso do período como, por exemplo, Karl Mannheim. Em uma de suas obras de referência, o livro *Ideologia e Utopia*, (ver MANNHEIM, 1952), bastante divulgada entre nós, afirma a importância do debate político e parlamentar para a afirmação de um sistema democrático. Desde logo, esta é uma ideia que se projeta para um sistema político no sentido de que mostre a sua preocupação com a intervenção direta (*cf.* BENDERSKY, 1989, p. 101). Especificamente, o autor não toma a Schmitt como fonte direta nesta sua obra. Contudo, resta difícil não perceber uma aproximação temática entre ambos quando Mannheim sustenta que a “[...] essência da política é reconhecer e satisfazer as exigências da hora” (*cf.* MANNHEIM, 1952, p. 124), tornando similar o seu pensar com a defesa schmittiana da tarefa política desenvolvida pelo soberano, ou seja, aquele que decide e que dá o rumo e escolhe as medidas na situação de emergência. Mannheim incorpora em sua obra as referências de Bergson, Sorel e Pareto, igualmente familiares a Schmitt, destacadamente os dois últimos. Segundo o autor, seus pensamentos filosóficos “ativísticos e irracionais” (*cf.* MANNHEIM, 1952,

Schmitt sustentava que os parlamentos já não cumpriam sua função histórico-conceitual ao se transformarem em pouco mais do que meras agrupações destinadas a proteger e realizar os compromissos assumidos com vistas a fazer-se com o botim (*cf.* SCHMITT, 1990a, p. 7).

Esta tese exposta por Bonn é antípoda à defendida por Schmitt, profundamente cético e contrariado com o Parlamento weimariano, incapaz de resolver os problemas do período. Não se tratava de ver na diversidade e na transigência política um valor, na capacidade de articular entre diversas ideias um objetivo. Ao contrário, e *a priori*, Schmitt descartava a iniciativa da vida política parlamentar como um lugar desde o qual a negociação política pudesse ser encaminhada. O ponto de partida da crítica, aliás, compartilhada com o núcleo duro do nacional-socialismo, era de que as escolhas populares indicavam aos parlamentos como representantes (*Repräsentanten*) personagens incapazes para fazer transitar os temas públicos. Isto também sustenta a interdição do Parlamento como casa política. Aquele passara a ser, diferentemente do que ocorrera em suas origens, um espaço político de concentração e encaminhamento tão somente dos assuntos privados,¹⁵¹⁵ e não do público e de interesse geral.

p. 124) foram incorporados pelo fascismo cujo viés é abertamente irracionalista, filosofia inspiradora de uma direita conservadora que chegaria ao poder (ver HERF, 1990, p. 192-194). Em suma, como diz o autor, “[...] no coração mesmo de sua [do fascismo] teoria e prática está a apoteose da ação direta, a crença no feito decisivo e a importância atribuída à iniciativa de uma elite dirigente” (MANNHEIM, 1952, p. 124). A ideia do político encontrava-se distanciada de programas e compromissos mas, antes, vinculada a homens. A figura do líder autoritário (*Führertum*), não raro de matiz carismático, encontra firme recepção nas diversas facetas totalitário-fascistas. Assim, por exemplo, nos recorda Mannheim do discurso em que Mussolini expressa que “o nosso programa é muito simples: desejamos governar a Itália. Vivem perguntando-nos sobre o nosso programa. Já existem programas demais. A salvação da Itália não depende de programas, mas de homens de vontade vigorosa” (*apud* MANNHEIM, 1952, p. 124). Aqui o ditador descarta o compromisso com programas políticos para colocar como eixo para o seu governo tão somente o voluntarismo.

¹⁵¹⁵ Este é um aspecto da crítica de Schmitt em que se pode aproximá-lo da leitura marxista que concentra grande parte de suas atenções explicativas dos fenômenos sociais ao fenômeno econômico. Neste

Schmitt, assim como outros conservadores como Spengler, irá deslocar a competência política de uma titularidade popular para o Executivo, de uma escolha por representante, para um esquema político justificado por meio do conceito de unidade (*Einheit*) entre o povo que identifica seu líder por meio da *acclamatio*.¹⁵¹⁶ Aqui encontraremos um governo legitimado à base do conceito de unidade (*Einheit*) entre governantes e governados¹⁵¹⁷ (ver MOUFFE, 2003, p. 59) e que, portanto, se mostra incompatível com a representação (*Repräsentation*), mas também, segundo a crítica de Faye, com a própria ordenação interna do argumento.¹⁵¹⁸

particular, Schmitt procede ao ataque às instituições parlamentares a partir de uma leitura que concentra parcialmente o argumento nesta defesa de interesses privados, maiormente econômicos, em detrimento do público.

¹⁵¹⁶ A este respeito importa destacar a tese de Schmitt de que (a) “Pueblo es un concepto que sólo adquiere existencia en la esfera de lo público. El pueblo se manifiesta sólo en lo público; incluso lo produce. Pueblo y cosa pública existen juntos; no se dan el uno sin la otra. Y, en realidad, el pueblo produce lo público mediante su presencia. Sólo el pueblo presente, verdaderamente reunido, es pueblo y produce lo público” (SCHMITT, 1992b, p. 238). Schmitt todavia acresce que (b) “[...] sólo el pueblo verdaderamente reunido puede hacer lo que específicamente corresponde a la actividad de ese pueblo: puede *aclamar* [...]” (*Ib.*). Para os textos acima citados sugerimos as seguintes traduções: (a) “Povo é um conceito que apenas adquire existência na esfera do público. O povo se manifesta apenas no público, inclusive o produz. Povo e coisa pública existem juntos, não podem ocorrer um sem o outro. Em verdade, o povo produz o público mediante a sua presença. Somente o povo presente, verdadeiramente reunido, é povo e produz o público”; (b) “[...] apenas o povo verdadeiramente reunido pode fazer o que especificamente corresponde à atividade deste povo: pode *aclamar* [...]”.

¹⁵¹⁷ Uma angulação promissora, e pouco explorada, sobre o conceito de unidade em Schmitt pode também ser proposta desde Burke. Para uma leitura mais detalhada da posição de Burke acerca da natureza da representação, ver o seu célebre *Discurso aos eleitores de Bristol*, discurso no qual Burke evoca que o principal trabalho do representante encontra-se em sua união com os representados, o que pode fazer por intermédio de uma afinada percepção de seus anseios mas, sem embargo, e aqui sugerimos a grande possibilidade de conectá-lo com Schmitt, permanece ele, representante, dono de sua opinião, de como formá-la, servindo-os, portanto, com o seu mais apurado juízo antes do que com a sua mera submissão ao lhe chegue como uma soma de preferências individuais. Ver BURKE, (2010, p. 65-68).

¹⁵¹⁸ A identidade entre governantes e governados pode ser abordada a partir da leitura realizada por Faye e que aproxima Heidegger de Schmitt. Segundo o autor, quando Heidegger afirma que o Estado precisa ancorar-se no ser do povo para que possa ambicionar a duração, comete um equívoco lógico, qual seja, o de que o Estado não pode, ao mesmo tempo, depender inteiramente de seu dirigente e estar fundamentado

É importante ressaltar que em seu livro *Römischer Katholizismus und Politische Form*, (ver SCHMITT, 2008a), de inícios da década de 20, precisamente do ano de 1923, encontramos importantes referências ao modo como Schmitt entende, valora e desenvolve o conceito de representação. Neste seu breve mas sólido texto o autor estrutura uma argumentação em torno a representação ainda profunda, e em certo aspecto talvez irreversivelmente, influenciada pela doutrina católica. Nesta obra Schmitt toma por empréstimo da Igreja Católica o valor do governo desde cima como forma de concessão de perene estabilidade. Este governo, portanto, cumpre uma importante função estabilizadora que, a seu ver, outras tipologias não poderiam cumprir. Abertamente, esta alternativa se opunha às construções da teoria liberal em que a representação possui modelagem absolutamente distinta. A este respeito comenta Trierweiler que “[...] la representación de Schmitt pretende marcarse por la trascendencia, la forma y la personalidad” (TRIERWEILER, 2010, p. 20),¹⁵¹⁹ e aqui intervém o poder da simbologia e dos ritos que envolvem o poder supremo, em suma, um mito criado em torno a quem o detém e a forma como o exerce.¹⁵²⁰

no povo (cf. FAYE, 2009b, p. 218). Faye sugere que esta contradição é alvo da tentativa de superação por parte do hitlerismo, que o faz de (a) “[...] manera oculta e irracional, afirmando la unidad sustancial del “ser” del dirigente y del “ser” de su pueblo, que no depende de ninguna deliberación y que reposa sobre un presupuesto racial” (FAYE, 2009b, p. 218). Em suma, a concepção que Heidegger assume é mesmo a de que o (b) “[...] pueblo [é] concebido como “unidad de sangre y de procedencia”, como raza” (FAYE, 2009b, p. 218-219). Em outros termos, este trecho é argumento revelador do próprio DNA do nacional-socialismo informado pela expressa gramática filosófica da tradição conservadora revolucionária e que também seria desenvolvido, como alerta Faye, por Schmitt em seu *Staat, Bewegung, Volk*, de original publicação no ano de 1933 (cf. FAYE, 2009b, p. 219). Aos trechos acima sugerimos as seguintes traduções: (a) “[...] maneira oculta e irracional, afirmando a unidade substancial do “ser” do dirigente e do “ser” de seu povo, que não depende de nenhuma deliberação e que repousa sobre um pressuposto racial”; (b) “[...] povo [é] concebido como “unidade de sangue e de procedência”, como raça”.

¹⁵¹⁹ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] a representação em Schmitt pretende estar caracterizada pela transcendência, pelas formas e pela personalidade”.

¹⁵²⁰ Em um dos trechos da obra Schmitt ilustra a questão em pauta: (a) “Der Papst ist nicht der Prophet, sondern der Stellvertreter. Alle fanatische Wildheit eines zügellosen Prophetentums wird durch eine

Nestas circunstâncias, o papel central a ser desempenhado por este conceito em Schmitt vai ficando claro quando assenta a ideia de que “[...] die demokratische These von der Identität der Regierenden mit den Regierten [...]” (SCHMITT, 1996e, p. 53),¹⁵²¹ e esta é uma ideia sobre a qual restam as mostras da aproximação realizada por Schmitt à filosofia política de Rousseau, quando define que a submissão à lei é a realização da liberdade na medida em que fruto de uma inequívoca e sempre perfeita produção por

solche Formierung fern gehalten. Dadurch, daß das Amt vom Charisma unabhängig gemacht ist, erhält der Priester eine Würde, die von seiner konkreten Person ganz zu abstrahieren scheint” (SCHMITT, 2008a, p. 23-24). A autoridade papel adentra no terreno da normalização por intermédio da neutralização do fanatismo que se lhe é anteposto. Esta autoridade aufere a sua legitimação de latitudes distintas daquela que a cultura liberal propõe. A este respeito, o movimento de Schmitt é claro quando procura desvincular a dignidade de que desfruta este poderio supremo daquelas origens em que o funcionário republicano exerce as suas funções de poder na qualidade de um mero representante. Schmitt se ocupa disto ao afirmar que (b) “Trotzdem ist er nicht der Funktionär und Kompromissar des republikanischen Denkens und seine Würde nicht unpersönlich wie die des modernen Beamten, sondern sein Amt geht, in ununterbrochener Kette, auf den persönlichen Auftrag und die Person Christi zurück” (SCHMITT, 2008a, p. 24). Com isto, desde logo, encontramos-nos com uma representação precisa dos limites do poder soberano e do grau de inserção da teologia na forma em que Schmitt pensa o político. É precisamente aqui nesta argumentação que Schmitt pode reconhecer a mais assombrosa *complexio oppositorum* (cf. SCHMITT, 2008a, p. 24), ao passo em que sustentaria, a luz desta *complexio oppositorum* que (c) “In solchen Distinktionen liegt die rationale Schöpferkraft und zugleich die Humanität des Katholizismus” (SCHMITT, 2008a, p. 24). Aos trechos acima sugerimos as livres traduções que seguem: (a) “O Papa não é um profeta mas, isto sim, o representante de Cristo. Todo o fanatismo selvagem e desenfreado das missões proféticas resta distanciado por intermédio desta formalização. Deste modo, uma vez que a função torna-se independente do carisma, o sacerdote recebe uma dignidade que aparece totalmente abstraída de sua pessoa concreta”; (b) “Apesar disto, ele não é o funcionário ou representante do pensamento republicano e sua dignidade não é tão impessoal como a do funcionário moderno mas, isto sim, a sua função está ligada, em uma ininterrupta cadeia, a incumbência pessoal e a pessoa de Cristo”; (c) “Nestas diferenciações radica a força criativa racional e, paralelamente, da humanidade do Catolicismo”.

¹⁵²¹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a democracia pode ser corretamente definida como a identidade entre governantes e governados”. Em Kelsen, isto sim, parece-nos que o reclamo é da aproximação destas expressões do querer político sem que isto se dê em um grau superlativo de perfeita adequação, como era a sugestão de Schmitt.

parte do legislador, capaz de agir conforme a vontade geral da qual não se distancia o governado.

O nacional-socialismo hitleriano não retomaria o tema de forma muito diferente, e Bracher reforça a ideia mencionando que “[...] el ‘Führer’ habla y actúa no para el pueblo y en lugar del pueblo, sino como el pueblo” (BRACHER, 1995b, p. 79).¹⁵²² Isto apenas confirma a leitura conceitual schmittiana da identidade entre governantes e governados, roteiro que se aperfeiçoaria e ganharia o mundo político por intermédio da figura do *Führer*, em cuja pessoa se “[...] encarna el destino del pueblo alemán” (BRACHER, 1995b, p. 79),¹⁵²³ e com fazê-lo, abre espaço para reputá-lo como o

[...] único representante del pueblo e identificado con él, el ‘Führer’ podía actuar por encima de todas las instancias intermedias; lo único válido era su voluntad: podía servirse de las normas estatales establecidas, aunque no estaba obligado a ello. (BRACHER, 1995b, p. 79).¹⁵²⁴

Resta, assim, este discurso bastante congruente em Schmitt, autor que toma para si a tarefa de desclassificar a vontade parlamentar por ser inexoravelmente corrupta. Para Schmitt todos os seus componentes, aquela classe debatedora, encontravam sua máxima expressão na burguesia – “Die Bourgeoisie definiert er geradezu als eine „diskutierende Klasse” [...] (SCHMITT, 1996e, p. 63).¹⁵²⁵ Fazia eco a Donoso e deixava

¹⁵²² A este respeito interessa o comentário de Dymetman, autora para quem “[...] o povo, a massa, é passível de manipulação” (DYMETMAN, 2002, p. 127), momento no qual se torna perceptível que a *acclamatio* correspondia tão somente uma movimentação externa legitimatória mas distante de visar qualquer real contato entre os desígnios públicos e os direcionamentos políticos encaminhados pelo líder soberano.

¹⁵²³ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] encarna o destino do povo alemão”.

¹⁵²⁴ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] único representante do povo e identificado com ele, o *Führer* poderia atuar por cima de todas as instâncias intermediárias. O único válido era a sua vontade, poderia servir-se das normas estatais estabelecidas, embora não estivesse obrigado a isto”.

¹⁵²⁵ O texto permite a seguinte tradução: “A burguesia é por ele definida como uma “classe que discute” [...]”. Em outro trecho Schmitt reafirma a mesma ideia: “Die Definition der Bourgeoisie als einer „Classe discutidora” [...]” (SCHMITT, 1996e, p. 66)”. Uma tradução possível para o texto é: “A definição da burguesia como classe discutidora [...]”. Convém recordar que a ortografia utilizada na edição alemã da

evidente que muitas vezes a decisão política (*Politische Entscheidung*) não mais era tomada no âmbito político mas em outra esfera e momento, que aquilo que encontrava-se à vista no Parlamento não passava de uma ‘democracia técnica’ movimentada por ideias liberais sob algo que se parecia a uma ‘maquinaria artificial’. (SCHMITT, 1990a, p. 22).

Em meio aos debates, o mais sincero dentre os democratas pode ser seduzido por tal argumentação sempre e quando desconsidere as condições fáticas do exercício da política, mas tão somente sob esta condição. O que faz o movimento de Schmitt é, na prática, radicalizar o argumento de que a circunstância da publicidade se opõe a trabalhos em comitês e pequenos grupos. Estes são reputados por Schmitt, como se de um defensor da democracia se tratasse, como corruptores do ideal democrático de unidade política (*cf.* FIJALKOWSKI, 1966, p. 57). Este é um ideal que encontra-se conectado com a concepção de representação em Schmitt construída a partir de uma perspectiva teológico-política calcada na unidade existencial forjada por intermédio do mito de que seja possível representar a unidade política como um todo (*cf.* TRIERWEILER, 2010, p. 20). Esta noção de unidade não poderia alcançar a sua realização em um ambiente de democracia de massas cuja gestão se dava por meio de grupos privados:

Engere und engste Ausschüsse von Parteien oder von Parteikoalitionen beschließen hinter verschlossenen Türen, und was die Vertreter großkapitalistischer Interessenverbände im engsten Komitee abmachen, ist für das tägliche Leben und Schicksal von Millionen Menschen vielleicht noch wichtiger als jene politischen Entscheidungen. (SCHMITT, 2010a, p. 62).¹⁵²⁶

Duncker & Humblot, consultada neste trabalho para o vocábulo espanhol “clase” foi realmente “clasa”, denotando um erro ortográfico no original schmittiano ou na edição alemã.

¹⁵²⁶ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “Comissões cada vez mais restritas de partidos ou de coalizões partidárias tomam decisões a portas fechadas, e aquilo que é decidido em comitês fechados pelos representantes dos grandes interesses capitalistas é talvez ainda mais importante para o cotidiano e para o destino de milhões de pessoas do que quaisquer decisões políticas”.

Em Schmitt encontramos-nos com a necessidade de enfrentar esta realidade por intermédio da atribuição de poderes a uma figura central que represente, por meio dos instrumentos do Estado, à presentificação da vontade dos representados, que substancialize o etéreo querer público de forma indelével, capacidade esta que se atualizaria no Estado por intermédio de sua competência para designar o inimigo¹⁵²⁷ (cf. TRIERWEILER, 2010, p. 20), momento em que torna-se perceptível o influxo do político nos termos da gramática schmittiana.

A crítica citada no trecho logo acima por Schmitt denota enfrentamento às decisões tomadas nas antecâmaras do poder, como mencionara em seu momento Cavour. A crítica às pequenas comissões ganhava ainda o adendo de que tratava-se de processo crescente em que a publicidade dos debates de assuntos públicos cada vez mais era marcada por ocorrência a portas fechadas. Tal crítica tinha lugar como se Schmitt não estivesse, por trás deste argumento, a defender regime em que, por definição, não existiriam sequer portas a fechar ou debates a realizar, fossem eles públicos ou privados; o controle estava dado, e seria exercido por alguém sobre quem recairiam as decisões, apenas e tão somente sobre a figura do soberano, o *Führer*. O soberano decide segundo fundamentação *ex nihilo* e esta é uma decisão que (a) não tem ponto de apoio no qual fundamentar-se e (b) tem um caráter terminativo e irreversível. Seguramente, este é argumento além do qual já não cabe mais espaço à subjetividade ou ocultação de razões, tão reclamadas por Schmitt como deficiência da corrente democracia parlamentar.

Em sua exigência de uma pureza parlamentar irrealizável, Schmitt avança em sua crítica ao Parlamento. O autor também exige que esta discussão que caracteriza a

¹⁵²⁷ Sobre o Estado e a sua intervenção no político na qualidade de designador do inimigo ao qual combater remetemos o leitor para os dois últimos capítulos deste trabalho, XI e XII.

instituição parlamentar esteja marcada por uma específica postura de seus parlamentares, ou seja, que se encontrem todos eles proclives a deixar-se convencer pelas, eventualmente, melhores razões alheias. Esta é, portanto, uma estrutura parlamentar em que “[...] nadie convence a nadie, ya que los votos se decantan en función de la previa adscripción partidista” (MORA, 1996, p. 118).¹⁵²⁸ Ao intervir em debates nestes termos, o debate-modelo que Schmitt sugere deva presidir a conduta daquele que ocupe a cadeira Parlamentar caracteriza finalmente um personagem noumênico, ser transcendente que, ao evidenciar um arquétipo ideal, visa o objetivo do autor de obstaculizar sua realização empírica. Desde este *locus* a movimentação teórica de interrupção das virtudes parlamentares restaria facilitada para Schmitt.

Esta segunda exigência logo acima, talvez ainda mais do que a primeira, é um de que se vale Schmitt para inviabilizar a essência do Parlamento para os seus dias bem como para os dias de hoje. Esta sua retomada à suposta essência do Parlamento e a crítica que destina ao seu funcionamento não elaboram a instituição mas, antes, a corroem quando propõem finalidades ideais para as quais nem ela nem qualquer outra instituição humana podem atingir. Schmitt torna intransitável o caminho parlamentar quando obsta a que os indivíduos com seus interesses habitem o Parlamento, sugerindo que este devesse ser composto, para convergir com a sua própria natureza, por uma espécie de seres capazes de discussões desinteressadas. Desde logo, isto desvela uma crítica insuficiente para os horizontes da atividade política na qual a orientação dos atores políticos não logra desvencilhar-se das vicissitudes históricas do mundo empírico. Neste sentido reforçamos que as críticas schmittianas endereçadas a este aspecto são destinadas e apenas podem compor o horizonte da confirmação política e

¹⁵²⁸ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] ninguém convence ninguém, posto que os votos se decantam em função da prévia filiação partidária”.

filosófica dos valores que interessem aos regimes ditatoriais com vistas a sua própria atividade legitimatória.¹⁵²⁹

Esta construção idealizada de Schmitt esboçava em seu núcleo uma natureza parlamentar na qual o homem interviesse politicamente destituído de suas circunstâncias pessoais, egoísmo incluído.¹⁵³⁰ Em verdade, Schmitt contrapõe um modelo de democracia parlamentar baseado em uma dimensão dialógica ideal incapaz de deixar-se abarcar pela concretude do mundo empírico. Momento seguinte, Schmitt retoma o desenho político da realidade da democracia de massas e a visão antropológica que informava ao conservadorismo¹⁵³¹ como forma de desqualificar a potencialidade tanto do Parlamento quanto da democracia de massas em seus moldes liberais.

Contudo, a rigor, esta proposta idealizadora schmittiana é adotada apenas como o pano de fundo argumentativo necessário para o desenvolvimento de uma argumentação que não objetivava em momento algum materializar. Quando esta ideia é

¹⁵²⁹ Uma vez mais é importante assinalar que estas reflexões de Schmitt não têm lugar na segunda metade da década de 20 ou, ainda, no período posterior a sua formal adesão ao nacional-socialismo. Ao contrário, estas são ideias trabalhadas em 1922 e feitas publicar em 1923.

¹⁵³⁰ Interessa neste aspecto apenas mencionar para futura exploração de tema que é alvo de críticas por parte de Mouffe em Rawls. Um dos alvos do racionalismo rawlsiano é precisamente pensar a sociedade em termos contratualistas que partem do pressuposto de um homem-padrão ou ser noumênico, não fenomênico, que agiria segundo padrões de moralidade que apenas o véu da ignorância poderia permitir. Schmitt, a quem lhe interessa retomar, contudo, realiza movimento semelhante, mas não em sentido normativo, senão em caminho inverso, ou seja, debilitador das instituições parlamentares, ao partir de um tipo ideal que não encontra seu *locus* nas instituições parlamentares empíricas.

¹⁵³¹ Schmitt dá suporte a uma visão antropológica cujo pessimismo irá manter ligação com o viés teológico na medida em que a malignidade do humano tem sua origem primeira precisamente na comissão do pecado original (cf. BORDA, 2006, p. 70). O próprio Schmitt reconhece que, não apenas a sua, como “Jede politische Idee nimmt irgendwie Stellung zur „Natur“ des Menschen und setzt voraus, daß er entweder „von Natur gut“ oder „von Natur böse“ ist” (SCHMITT, 1996e, p. 61).¹⁵³¹ Dentro deste contexto temos de retomar o início de nossa argumentação ao expormos que para Schmitt o liberalismo e a democracia são antípodas. O texto acima comporta a seguinte tradução: “Cada uma das ideias políticas se posiciona de uma maneira em relação à natureza humana, e pressupõe que o homem é de ‘natureza boa’ ou de ‘natureza ruim’”.

contraposta ao cenário político daquele momento a estratégia do autor revelava-se claramente: visava alcançar a única resposta possível, a saber, a inviabilidade do sistema.

Neste cenário que começava a emergir do esboço de Schmitt foi sendo confirmada uma concepção idealizada do autor acerca da natureza e do funcionamento do Parlamento. De suas linhas nasce o traçado reprobatório de que o Parlamento se compunha de homens nos quais abundava a falta de disposição para deixa-se convencer. Esta crítica ao parlamentarismo encontra o seu limite explicativo no mundo do real, na medida em que ela não pode ser utilizada especificamente ao Parlamento mas, antes, a todo e qualquer regime político em que algum diálogo deva ser uma hipótese a considerar. Neste sentido, diz ainda o autor que

Verhandlungen dagegen, bei denen es nicht darauf ankommt, die rationale Richtigkeit zu finden, sondern Interessen und Gewinnchancen zu berechnen und durchzusetzen und das eigene Interesse nach Möglichkeit zur Geltung zu bringen, sind natürlich auch von mancherlei Reden und Erörterungen begleitet, aber nicht im prägnanten Sinne Diskussion". (SCHMITT, 2010a, p. 10).¹⁵³²

Schmitt sugere preocupar-se com a ausência de atividades parlamentares proveitosas marcadas por argumentos estruturados racionalmente, algo que, como se sabe, não seria configurado em seu modelo filosófico-político. Este movimento aparentando a defesa de uma completa racionalização da argumentação apenas tinha como objetivo colocar na órbita das instituições parlamentares a inatingibilidade do objetivo proposto que, assim inviabilizado, faculta sugerir um outro regime político. De qualquer sorte, esta alternativa não visava, sequer distantemente, legar às massas um

¹⁵³² Para trecho acima sugerimos a seguinte tradução: "[...] as negociações em que não se cogita de uma busca racional da ação correta, mas sim apenas da contabilização e da imposição de interesses e oportunidades de ganho e, se ainda possível, da sobreposição do interesse pessoal, são naturalmente acompanhadas de falações e de explanações, mas sem um sentido conciso que acompanha uma discussão proveitosa".

melhor canal de debates políticos e de representatividade, senão, e isto sim, alocá-la à ainda maior e inatingível distância da interlocução com os reais decididores.

8.3. DEMOCRACIA COMO DIVERGÊNCIA X DEMOCRACIA COMO CONVERGÊNCIA: O POLÍTICO COMO PURA DECISÃO

Schmitt leva a bom termo uma profunda desqualificação da instituição parlamentar, dizendo de sua inoperância e ineficácia para o mundo que lhe tocava viver, e parte da ideia de que a verdadeira atividade política já não se desenvolvia na órbita parlamentar. Este constituía o motivo de Schmitt para destituir o Parlamento de sua função histórica de atuar como representante (*Repräsentanten*) político. Schmitt procede à desqualificação do debate e de seu espaço no Parlamento por seu ponto de partida conservador descrente na discussão como instrumento de possíveis acordos políticos, visão esta calcada tanto no plano descritivo (decadência do Parlamento) quanto no plano normativo.

A rigor, quando Schmitt compõe o seu forte discurso contra a discussão como elemento articulador da teia das relações políticas, subjaz a esta sua estratégia a colocação em cena da ditadura cujo modelo primeiro a encontra em Donoso Cortés. Schmitt estabelece uma delimitação conceitual excludente entre a democracia como divergência e a democracia como decisão. A primeira, baseada na discussão, por suposto, está constituída pelo dissenso, enquanto a segunda, por seu turno, por definição, o exclui. Neste aspecto Schmitt não deixa de mostrar-se compatível com seus mestres do conservadorismo, especialmente em sua tradição donosiana, para quem o erro humano consiste precisamente em tentar valer-se de uma razão humana essencialmente falha, e não da fé, cuja operação divina lhe garante destes humanos equívocos em que incorre o homem por si próprio.

Antes a decisão que a argumentação. Em sua pureza concentrada na figura cesárea, sem embargo, não pode conduzir a porto seguro quando neste a democracia liberal se encontre. Assim entendido, é lógico que quando Schmitt admite que “Alle spezifisch parlamentarischen Einrichtungen und Normen erhalten erst durch Diskussion und Öffentlichkeit ihren Sinn” (SCHMITT, 2010a, p. 7)¹⁵³³ deva, momento seguinte, supor que estas normas encontram-se dotadas de prescrições incompreensíveis dado o caos parlamentar. Em outros termos, trata-se de que quando “Diese Einrichtungen warden unverständlich, wenn das Prinzip der öffentlichen Diskussion keinen Glauben mehr findet” (SCHMITT, 2010a, p. 7),¹⁵³⁴ então, por via de consequência, todo o sistema legitimatório do parlamentarismo termina por ser posto em cheque e já não se justificaria mais a sua própria sobrevivência.

Quando já não cabe a discussão e a persuasão no âmbito do político-parlamentar, há a possibilidade de uma direta retomada com um diálogo donosiano-spengleriano.¹⁵³⁵ Inversamente, von Krockow alerta para que a decisão é elemento fundamental em uma cultura democrática, mas que desta cultura se afasta na medida em que decisão seja entendida como “[...] instrumento de un poder que lo supera [ao homem], desaparece entonces toda posibilidad de otorgarle dignidad y sólo puede entonces tener un valor relativo [...]” (VON KROCKOW, 2001, p. 12).¹⁵³⁶ O homem que não decide e, por

¹⁵³³ Sugerimos a seguinte livre tradução para o texto acima: “Todas as disposições e normas parlamentares específicas apenas têm algum sentido por intermédio da discussão e da publicidade”.

¹⁵³⁴ Sugerimos a seguinte livre tradução para o texto acima: “Essas prescrições tornam-se inapreensíveis quando o princípio da discussão pública já não possui mais credibilidade”.

¹⁵³⁵ Estas são fontes recepcionadas pelo autor e remetem à reflexão sobre o estado de decadência apontado por ambos em sua abordagem da filosofia da história.

¹⁵³⁶ Sugerimos a seguinte tradução para o texto acima: “[...] instrumento de um poder que o supera [ao homem], então desaparece toda possibilidade de outorgar-lhe dignidade, e então apenas pode ter um valor relativo [...]”.

consequente, o homem que perde a sua posição na esfera pública de inter-relação política com os demais, portanto, perde a sua dignidade.

Em Schmitt a decisão não pertence à esta órbita conectiva privado-pública, mas, antes, a uma dimensão anterior ao mundo empírico constitutivo da política. O decisionismo arranca sua argumentação da *Politische Theologie*, de 1922,¹⁵³⁷ e é neste ponto de partida que, conforme bem recorda Sá, que o decisionismo ali expresso pode ser definido como uma

[...] decisão que estabelece a ordem de uma determinada sociedade política [*que*] surge não no decurso de uma ordem previamente aceite, não no decurso de uma “crença” ou de uma “verdade”, que fundamenta essa mesma decisão, mas como um momento absolutamente originário, como um puro poder, caracterizado, [...] pela ausência de qualquer legitimação ou vínculo normativo. (SÁ, 2007b, p. 3).

Esta é uma precisa descrição da situação originária do poder que decide. Em outros termos, do que realmente se trata é de uma autoridade cujo poder decisório dispõe de um absoluto “[...] poder de estabelecer a lei [*que*] surge como anterior a essa mesma lei, permanecendo [...], fora dela, que este se pode determinar como um poder soberano [...]” (SÁ, 2007b, p. 3). Mas se há no roteiro schmittiano um que decide e o faz alheio à ordem privado-pública habitada pelos indivíduos, então, recordamos que este é, precisamente, um aspecto em que von Krockow poderia estabelecer um ponto de conexão entre a tríade Schmitt, Jünger, Heidegger e o nacional-socialismo, conectando este último a uma tradição que subverte e ataca a liberdade (*cf.* VON KROCKOW, 2001, p. 14), a qual não encontra condições de afirmação senão na medida em que o indivíduo dispõe de meios para, ele próprio, intervir e influenciar decisões, quando não,

¹⁵³⁷ A questão envolvendo o decisionismo será tratada com mais vagar no capítulo X desta tese doutoral. Sem embargo, para que possamos abordar teoricamente a democracia segundo os termos aqui propostos é impositivo adiantar conceitualmente o decisionismo, reservado para o referido capítulo o seu minudenciamento.

diretamente, decidir.¹⁵³⁸ A mencionada tríade conservadora, assim como os movimentos totalitários, contudo, apostam no sentido inverso, e revestem de legitimidade o poder soberano colocado como instituinte da ordem e, ao mesmo tempo, sobre ela, além do seu alcance.

De forma aproximada, para o pensamento conversador revolucionário o aprofundamento da cultura democrática apenas realiza uma aposta na possibilidade das conexões dialógico-políticas, as quais, em absoluto, não interessavam ao movimento conservador. A sua avaliação era de que se tratava como uma manifestação da decadente cultura burguesa, decadência que não produziria mais efeitos do que a doença da capacidade intelectual humana, que lhe impede descobrir a verdade. A conclusão necessária de uma tal circunstância é anti-ilustrada, e para isto Donoso Cortés dialoga potentemente com esta tradição por meio de Schmitt:

[...] es cosa clara que la libertad de discusión conduce necesariamente al error, como la libertad de acción conduce necesariamente al mal. La razón humana no puede ver la verdad si no se la muestra una autoridad infallible y enseñante [...]”. (DONOSO CORTÉS, 1946, p. 207).

A descrença na discussão provém de um conservadorismo católico donosiano que orienta o homem ao erro que a fé não lhe permite cometer. A razão põe o homem a perder-se, enquanto a fé corretamente a endereça. Neste sentido aponta De Maistre que as leis não devem ser fruto de amplos debates, posto que já encontram-se plasmadas e bem consolidadas por meio de costumes ancestrais (*cf.* GORRAÍZ, 1993, p. 243). Esta tradição encontra-se em perfeita consonância com a filosofia política donosiana, que recomenda resguardar-se perante os constantes arroubos da razão humana contra a

¹⁵³⁸ Neste aspecto apenas faço referência aos instrumentos de democracia direta que as democracias representativa disponibilizam em algum grau, dos quais, eventualmente lançam mão em temas espinhosos que o mundo político não avalia como recomendável assumir ônus público de decidir.

ordem natural da criação derivada da vontade perfeita do juiz único e supremo da ordem no mundo.

Para Schmitt, por sua vez, o exercício da política em termos racionais termina por desmerecer o melhor potencial humano para evitar o equívoco. A argumentação estabelece um *locus* privilegiado para a instalação das práticas decisionistas porque torna evidentes as falhas inerentes aos processos racionais em política, e em Schmitt a crítica mostra-se aproximada às restrições conservadoras provenientes de Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels que desenvolveram argumentação no sentido de que as multidões subordinam a razão às influências irracionais provenientes das ações da liderança política (*cf.* KENNEDY, 1997, p. 46). Um mundo habitado pelo decisionismo dogmático permeado pelo irracionalismo político apresenta-se em visceral oposição com a melhor tradição vislumbradora da autonomia do ser humano.

Esta tradição que reclama a autonomia é uma clara derivação ilustrada com a qual Schmitt não dialoga senão de forma tensa e que, em nossos dias, não sem certa surpresa, termina por ser relegada a segundo plano por uma esquerda pós-marxista em favor das irradiações de esferas irracionalistas de segmentos filosóficos orientados por filosofias pré-modernas de intenso viés conservador.¹⁵³⁹ Isto pode encontrar ocorrência malgrado posições auto-intituladas liberais, como a de Mouffe, reclamem para o interior de seu discurso o rechaço às práticas combativas da democracia liberal, pois não seria ela o verdadeiro inimigo ao qual combater (*cf.* MOUFFE, 2009b, p. 39).

O decisionismo, portanto, aproxima-se à abordagem donosiana enquanto dogmaticamente não comporta espaço para as controvérsias morais ou de qualquer

¹⁵³⁹ A crítica schmittiana igualmente ressalta que o liberalismo reconheceu a autonomia das dimensões do estético, da moral, da ciência assim como da economia. Por sua vez, destaca Strauss, na obra de Schmitt tem lugar o privilégio tão somente a consagração do político, a saber, que a ele caberia a autonomia sobre todos os demais campos (*cf.* STRAUSS, 2008d, p. 138), potencialmente alvos do político.

outro tipo. O mundo decisionista é habitado pela univocidade dogmática que a decisão última e inexorável comporta. Portanto, diferentemente do projeto liberal em que valores podem sofrer uma abordagem argumentativa compartilhada, no decisionismo schmittiano esta leitura se esvai e encontra seu resumo na decisão individualizada. Este decisionismo schmittiano enfrenta prioritariamente a ideia de que a democracia encontre seu fator constitutivo na ideia do exercício da comunicação parlamentar, ou seja, da “parlamentação”. Ao contrário, o autor concentrará em mãos dos decididores todo o poder e as responsabilidades.

A chamada de Schmitt era mesmo para a substituição da crença na discussão, ou seja, por uma clara aposta em uma “Theorie der direkten Aktion” (SCHMITT, 2010a, p. 76),¹⁵⁴⁰ de sorte alguma próxima ao debate parlamentar (*cf.* ORFANEL, 1993, p. 245), e que para tudo se assemelhava à leitura do tema nas fileiras da intelectualidade conservadora revolucionária. Para Schmitt estava claro suficientemente que o cruzamento entre o seu primeiro movimento analítico do próprio conceito de Parlamento e, agora das presentes condições históricas, apontavam para a inviabilidade do funcionamento do Parlamento:

Natürlich, wie die Dinge heute tatsächlich liegen, ist es praktisch ganz unmöglich, anders als mit Ausschüssen und immer engeren Ausschüssen zu arbeiten und schließlich überhaupt das Plenum des Parlaments, d. h. seine Öffentlichkeit, seinen Zweck zu entfremden und dadurch notwendig zu einer Fassade zu machen. (SCHMITT, 2010a, p. 62).¹⁵⁴¹

Neste instante Schmitt começa a contraposição do panorama conceitual idealizado do Parlamento com um preciso momento histórico, ademais, conturbado.

¹⁵⁴⁰ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Teoria da ação direta”.

¹⁵⁴¹ O texto acima comporta a seguinte tradução: “Naturalmente, da maneira como as coisas estão nos dias de hoje, concretamente, é praticamente impossível trabalhar de outro modo senão por intermédio de comissões, as quais são cada vez mais restritas. Assim, elimina-se o pleno do Parlamento, ou seja, a sua condição de algo público, que é o seu objetivo original, transformando-o necessariamente em uma simples fachada”.

Obviamente, desta contraposição não poderia resultar bem posicionado o Parlamento weimariano. A democracia de massas daquele período era um dos elementos centrais que inviabilizavam o funcionamento do órgão parlamentar central, o pleno do Parlamento.¹⁵⁴² Nesta medida o argumento de Schmitt se ocupa em afirmar que a condição pública essencial às estruturas parlamentares encontrava um outro de seus dardos mortais. É, portanto, em um momento que Schmitt corretamente detecta como sendo de crise, que o autor tenta relegar o papel do Parlamento a um segundo plano para, logo a seguir, efetuar um segundo movimento em que este restasse sob pleno controle da emergente e centralizadora figura que todos os poderes enfeixava, a saber, o *Führer*.

Quando Schmitt adota uma estratégia de fundamentação histórica como ponto de partida para a sua argumentação, colocando em perspectiva a natureza histórica da instituição parlamentar, e passa revista em todo o seu processo de formação, este não era um movimento em vão. Por intermédio deste esforço Schmitt visava a consolidação das informações da própria natureza institucional e estrutural do parlamentarismo para inexoravelmente caracterizá-lo. Esta marca haveria de acompanhá-lo de sorte que resultasse fora da dinâmica operacional da política da vida política weimariana. Passo lógico seguinte, portanto, e mais fácil, seria desacreditar publicamente a instituição por já não mais encontrar-se aposta a atingir aqueles fins para os quais teria sido pensada e nem segundo os valores que então lhe orientaram a criação.

O esforço de Schmitt em esboçar características idealizadas ao sistema parlamentar, e nisto algo fora de uma maior fidedignidade histórica, desconhecendo as disfuncionalidades do sistema em seu formato original, termina por descompensar a seriedade de qualquer possibilidade de contraposição histórica com o regime

¹⁵⁴² Para uma análise mais minuciosa sobre o conceito de democracia de massas em Schmitt, reservaremos uma segunda parte deste capítulo VIII.

weimariano. Em suas críticas às instituições parlamentares, consideradas todas as suas vicissitudes, Schmitt foge à séria ponderação sobre uma de suas referências. Rousseau alerta acertadamente para que

[...] Il n'est pas bon que celui qui fait les loix les exécute [...]. Bien n'est plus dangereux que l'influence des intérêts privés dans les affaires publiques, et l'abus des loix par le Gouvernement est un mal moindre que la corruption du Législateur [...]". (ROUSSEAU, 1964, p. 226).¹⁵⁴³

Quando Schmitt mostra toda a sua incisividade nas críticas ao Parlamento parece sugerir localizar um grave problema institucional mas, subrepticamente, aponta-nos para uma saída bastante pior do que o mal indicado. Não atenta para Rousseau ao consolidar teoricamente a figura do soberano, e não do Parlamento. Ainda neste aspecto, Rousseau afirmaria que, subsidiariamente a sua primeira regra citada logo acima, aconselhando a separação entre criadores e executores de regras, havia ainda a considerar que a criação da exceção permite toda uma inversão de expectativas.

O ataque às instituições parlamentares por parte de Schmitt pode revelar o encaminhamento de uma busca de um resultado certo, a derrocada das condições do parlamentarismo. A tarefa não se esgota na crítica senão para confirmar a sua tese oculta, a sua opção por um regime de indiscutível marca totalitária em que a supremacia do político é tornada concreta por meio do Estado total (*totalen Staat*). Interessa neste aspecto mencionar o conceito de Estado total em sentido quantitativo que Schmitt indica ser um governo que tem lugar sob a pressão e interferência de diversos partidos políticos (*cf.* SCHWAB, 1989, p. 78) e que a reação política da época haveria de apontar em sentido precisamente inverso, a saber, de um Estado total que obviasse as influências plurais. Este seria o Estado total em seu sentido qualitativo, capaz de resistir

¹⁵⁴³ A tradução sugerida para o trecho é: “Não é correto que aquele que faz as leis também as execute [...]. Nada é mais perigoso do que a influência dos interesses privados nos negócios públicos e no abuso das leis pelo governo é um mal menor do que a corrupção do legislador.

às demandas político-partidárias que, por sua vez, o republicano Estado de Weimar (quantitativo) não era capaz.¹⁵⁴⁴ O Estado total em sentido qualitativo tal qual proposto por Schmitt revela-se capaz de se diferenciar da sociedade mas, ponto principal, monopolizando o poder em suas mãos (cf. SÁ, 2007a, p. 253). Neste sentido, portanto, conforme recorda Bercovici, o Estado total qualitativo se apresenta como

[...] Estado forte, total “no sentido da qualidade e da energia, além de autoritário no domínio político, para poder decidir sobre a distinção entre amigo e inimigo, e fiador da liberdade individual no âmbito da economia. (BERCOVICI, 2004, p. 100).

O distanciamento ao pluralismo que permeava a cultura do Estado total quantitativo weimariano, portanto, nos remete a reforçar o argumento de que, em meio às escassas opções da época, Schmitt aposta na tradição totalitária. Esta opção pelo Estado total de Schmitt dialoga em seu momento com o Estado totalitário fascista italiano de Mussolini, capaz de concentrar em si todos os poderes antes parcialmente dissipados com a sociedade. O Estado total qualitativo é a opção que vem a reforçar a interpretação schmittiana da politização da vida, fazendo sumir os campos do conflito privado no âmbito do domínio público mais efetivo. Subsume-se a esfera privada à pública sob controle do Estado.

Ainda quando de forma transversa, em apoio a esta tese, parece-nos assistir razão a Fijalkowski, quando nos diz que “[...] la opción autoritaria alcanza su meta por el atajo de la radicalización del análisis” (FIJALKOWSKI, 1966, p. 39),¹⁵⁴⁵ atalhos estes que em Schmitt parecem claros quando, por exemplo, não aprofunda os argumentos do pluralismo. Em outros termos, trata-se de que a aproximação metodológica radical de

¹⁵⁴⁴ A respeito da relação teórica entre Estado quantitativo e Estado qualitativo encontramos a proposta original em Jean-Pierre Faye, especificamente em seu conhecido título *Introdução às linguagens totalitárias*, de original publicação no ano de 1972. Ver FAYE, (2009). Já de forma muito específica sobre a linguagem do nacional-socialismo, ver KLEMPERER, (2009).

¹⁵⁴⁵ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] a opção autoritária alcança sua meta por intermédio do atalho da radicalização da análise”.

Schmitt a outro de seus objetos, no caso a análise crítica do parlamentarismo¹⁵⁴⁶ pode ter sido determinante para a construção de sua argumentação fortalecedora dos pressupostos do Estado total (*totalen Staat*) em seu sentido qualitativo. Neste aspecto parece importante retomar a tese de Lieber de que

[...] Schmitt deduce de su confrontación crítica entre idea y realidad de la democracia parlamentaria consecuencias político-filosóficas y jurídico-constitucionales que culminan rotundamente en una apología del Estado de Führer. (LIEBER, 1966, p. 12).¹⁵⁴⁷

Esta ideia de Lieber reforça nossa leitura de Schmitt, perspectiva esta para a qual também se revela atento o trabalho de Fijalkowski, segundo quem os argumentos antiparlamentares schmittianos “[...] pretende[n] valer como justificación de muy otros objetivos político-constitucionales” (FIJALKOWSKI, 1966, p. 41).¹⁵⁴⁸ Desnecessário qualquer aparato jurídico-constitucional consolidado em um regime totalitário cuja marca designativa era o voluntarismo, e cuja estrutura última de legitimidade encontrava-se nas articulações hábeis de um *Führer* a quem Hitler reconhece apenas uma virtude superior: “[...] saber mover las muchedumbres” (HITLER, 2004, p. 163),¹⁵⁴⁹ e não por motivos de obter adesão popular no momento do exercício do governo, mas para mobilizar as massas para a execução de projetos políticos bélicos.

É sabido que Schmitt sempre escreveu com os olhos voltados às injunções políticas de seu tempo, o que sugere compartilhar a ideia de seu companheiro de caminhada Jünger, acerca de que os escritores que mantenham um razoável nível de auto-respeito vivem junto a sua sociedade (*cf.* JÜNGER, 1998a, p. 57). Não foi diferente

¹⁵⁴⁶ Neste sentido o Estado total se confirma como uma estrutura de poder em que o conceito de democracia schmittiano entendido como realização da homogeneização pode encontrar o seu lugar.

¹⁵⁴⁷ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “Schmitt deduz de sua confrontação crítica entre ideia e realidade da democracia parlamentar consequências político-filosóficas e jurídico-constitucionais que culminam rotundamente em uma apologia do Estado do Führer”.

¹⁵⁴⁸ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] pretende valer como justificação de objetivos político-constitucionais muito distintos”.

¹⁵⁴⁹ Sugerimos a seguinte tradução para o texto logo acima: “saber conduzir as multidões”.

na década de 20 e 30, e sobre esta primeira década Neumann é claro ao descrever o seu cenário como um *locus* político em que a democracia alemã encontrava-se desabitada por democratas, em suma, que “[...] la democracia alemana [...] cometió suicidio y fue asesinada al mismo tiempo [...]” (*apud* GONZÁLEZ, 1992, p. 105).¹⁵⁵⁰ Schmitt escrevia para aqueles dias, e junto com boa parte da sociedade não mantinha estas convicções democráticas, embora sua incontestável erudição lhe fornecesse equipamento o suficiente para apontar em outra direção distinta daquela que aportaria no “[...] 30 de enero de 1933 [em que] una democracia sin democratas encontró su final [...]”. (*apud* GONZÁLEZ, 1992, p. 105).¹⁵⁵¹

É para um contexto político em vias de praticar o suicídio, portanto, o tempo para o qual lhe toca Schmitt escrever. Não é razoável sugerir que Schmitt não projeta o possível impacto de suas pesadas críticas em um contexto que, por fim, observou a aceleração de decrepitude republicana. A estratégia pela qual optaram Schmitt e alguns de seus discípulos foi a de desacreditar as instituições parlamentares e a sua estrutura legalista, conduzindo o processo a níveis insuportáveis para – como bastante bem recorda o historiador Bracher –, ao invés de focalizar a melhora no processo democrático-parlamentar, desviar completamente o seu interesse e objeto. Este desvio de foco teria a intenção principal em “[...] exigir un perfeccionamiento del centralismo político” (BRACHER, 1995b, p. 277)¹⁵⁵² ou, talvez disséssemos ainda algo mais do que Bracher se propõe, a exigir a própria perfeição do sistema parlamentar. Isto, desde logo, não atentaria às decisões a portas fechadas que o Estado forte (*stärke Staat*), que encontra-se em gérmen na filosofia política schmittiana, seguramente tomaria.

¹⁵⁵⁰ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] a democracia alemã [...] cometeu suicídio e foi assassinada ao mesmo tempo [...]”.

¹⁵⁵¹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] 30 de janeiro de 1933 [...] uma democracia sem democratas encontrou o seu fim [...]”.

¹⁵⁵² O trecho acima comporta a seguinte tradução: “exigir um aperfeiçoamento do centralismo político”.

A crítica schmittiana quanto às possibilidades representativas do Parlamento e dos interesses que se supõem que ali devam encontrar um *locus* adequado para debate e negociação política é um dos eixos teórico-políticos a chamar a atenção de Habermas sobre o autor. Partindo de Habermas subsiste a crítica a Schmitt segundo a qual a regra da maioria reclama uso para viabilizar a aproximação a formação de um consenso em bases racionais dentro das possibilidades que isto permita em um processo de tomada de decisões (*cf.* HABERMAS, 1994, p. 138). Obviamente este problema não habita as preocupações normativas de Schmitt que, em verdade, deseja excluir o problema da pluralidade tanto do processo político quanto do momento de tomada de decisões. Ambos os momentos são resumidos por Schmitt em uma só figura.

A inviabilização da representação de interesses no Parlamento realizada por Schmitt encontraria modelo político idêntico no totalitarismo caracterizado pela centralização de poderes do regime nacional-socialista como a sua mais clara expressão, posto que “[...] no era admisible la coexistencia de una representación de grupos, intereses e ideas diferentes” (BRACHER, 1995b, p. 79).¹⁵⁵³ Este desenho institucional que não fora expressamente mencionado por Schmitt o foi, isto sim, em sua forma teórica, e esta proximidade não pode ser desmerecida.

A raiz desta nova realidade introduzida pela democracia de massas aparece em Schmitt como argumento em prol da inviabilização do exercício da democracia por meio de seus conceitos-chave que operavam, por exemplo, nas estruturas parlamentares. Dentre estes apareciam conceitos tais como os citados de publicidade e de debate público. Ao negá-los sugere Schmitt que os grupos políticos dessem início a uma inversão destes conceitos fundadores, e fundamentais, do parlamentarismo liberal, agora restringido a operar como uma mera fachada sob a qual operam os partidos políticos ou,

¹⁵⁵³ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] não era admissível a coexistência de uma representação de grupos, interesses e ideias diferentes”.

em seus termos “[...] schließlich überhaupt das Plenum des Parlaments, d. h. seine Öffentlichkeit, seinen Zweck zu entfremden und dadurch notwendig zu einer Fassade zu machen”. (SCHMITT, 2010a, p. 62).¹⁵⁵⁴

Por trás de toda a organização parlamentar, o racionalismo que lhe subjaz representa uma catástrofe para a compreensão de seu funcionamento, para o que a colaboração negativa do relativismo que lhe inspira é decisiva (*cf.* RÜTHERS, 2004, p. 49).¹⁵⁵⁵ Este mundo liberal influenciado intimamente pelo relativismo implica a absoluta impossibilidade de realização de escolhas últimas, algo que a filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana necessariamente reclamaria indispensável para mostrar-se afinada com os seus conceitos centrais. Neste sentido, desde as fileiras do conservadorismo revolucionário, homens como Moeller van der Bruck afirmavam que “[...] el liberalismo es la libertad para no tener ninguna convicción y afirmar al mismo tiempo que esto es una convicción” (*apud* MARCUSE, 1968, p. 18-19).¹⁵⁵⁶ Esta leitura permite a confirmação da proximidade do autor com o referido movimento e a observação de que o embate teórico do schmittianismo com os valores do relativismo e do racionalismo pode apresentar um importante aspecto para a inviabilidade de sua retomada como parâmetro teórico para a crítica da crise experimentada pelas democracias contemporâneas.

Sendo certo que as democracias contemporâneas adoecem de enfermidades mais ou menos tratáveis, resta saber se para elas há mesmo algo que possa dizer Schmitt

¹⁵⁵⁴ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] elimina-se o pleno do Parlamento, ou seja, a sua condição de algo público, que é o seu objetivo original, transformando-o necessariamente em uma simples fachada”.

¹⁵⁵⁵ Para uma aproximação ao papel do liberalismo no cenário do juspublicismo weimariano, ver RIVERA, (2001, p. 91-103).

¹⁵⁵⁶ Ao texto acima sugiro a seguinte livre tradução: “[...] o liberalismo é a liberdade para não ter nenhuma convicção e, ao mesmo tempo, afirmar que isto é uma convicção”.

acerca de sua dedicada crítica às instituições parlamentares e democrático-liberais. Uma primeira aproximação que parece-nos sugestiva a este respeito é a realizada por Scheuerman. O autor reconhece que as nossas democracias de fato sofrem de claras doenças mas, sem embargo, estas doenças não revelam-se “[...] as Carl Schmitt and a growing number of his defenders claim, anachronistic. In my view, a critique of Schmitt can rely a number of inconsistencies and tensions within Schmitt’s *own* account”.

(SCHEUERMAN, 1995, p. 136).¹⁵⁵⁷

Um dos eixos da crítica da argumentação antiparlamentar schmittiana acerca dos representantes que nos é proposto por Scheuerman é de que deles não se pode manter a expectativa de que se apresentem tais quais “[...] omniscient philosophers concerned with determining a set of ‘absolute’ truths” (SCHEUERMAN, 1995, p. 136).¹⁵⁵⁸

Seguramente, a expectativa schmittiana que mencionamos era ainda superior à figura de um filósofo onisciente. Alegadamente, segundo Scheuerman, nos termos do parlamentarismo clássico posto em voga pelo liberalismo, os representantes haveriam de evidenciar uma habilidade intelectual e argumentativa (*cf.* SCHEUERMAN, 1995, p. 136) que a prática política nem sempre terminava de atestar, naqueles e nem em nossos dias tampouco.

A crítica levantada por Scheuerman ao final do parágrafo anterior põe em cheque tanto a habilidade intelectual como argumentativa dos representantes. Tal crítica pode colocar-nos em uma encruzilhada, a saber, optar por abandonar o sistema por deficiência de seus componentes ou, então, continuar apostando nele. Na segunda hipótese, e para torná-la compatível com o enfrentamento das dificuldades, a ideia seria

¹⁵⁵⁷ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “Em meu ponto de vista, a crítica de Schmitt pode confiar um número de inconsistências e tensões dentro da própria descrição de Schmitt”.

¹⁵⁵⁸ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] filósofos oniscientes ocupados com determinados conjunto de verdades “absolutas”.

lançar mão de estratégias teóricas e institucionais para tangenciar os vícios que os atores tendem a maximizar por intermédio de suas ações políticas no âmbito institucional, preocupação que não encontramos em Schmitt.

Contudo, se a opção perante a encruzilhada em que nos encontrássemos fosse a primeira das mencionadas logo no parágrafo acima, e fosse ela tida como acertada e correta, momento seguinte, o que poderíamos supor se, em lugar dos representantes tivéssemos, então, uma democracia direta em que o povo houvesse de se manifestar? Desconsiderado o mais óbvio dentre os obstáculos, qual seja, o da complexidade das sociedades contemporâneas,¹⁵⁵⁹ necessário seria enfrentar o argumento de que os populares reunissem funções cognitivas e personalidade, melhor razão, discernimento e capacidades gerais mais sofisticadas do que um grupo de representantes.

Talvez a resposta fosse mesmo negativa, e o tema que para Schmitt não passaria despercebido é abordado desde uma ótica conservadora que entende as massas como não dotadas destas virtudes que revestem as elites no que tange às funções políticas. Dados os pressupostos de que parte o conservadorismo revolucionário, resta claro como das massas se poderia esperar tão somente a *acclamatio*, pois “[...] sólo el ‘Führer’ encarna la *volonté générale* gracias a la autoridad, autoestablecida desde arriba, y a la subsiguiente aclamación dirigida desde abajo”. (BRACHER, 1995b, p. 79).¹⁵⁶⁰

A *acclamatio* é um dos conceitos operativos na filosofia política schmittiana que vem servir como substrato para a corrosão das instituições parlamentares. Schmitt irá

¹⁵⁵⁹ Muito embora seja uma hipótese a utilização de meios eletrônicos, devido à alta complexidade de questões e à incerteza que de que o instrumento ainda se reveste para sua aplicação a questões políticas mais complexas que não se resumam a puras indicações de candidatos, optamos por tangenciar esta possibilidade que, ainda, de enfrentarmos, requeriria atenção detalhada que interferiria no objeto deste trabalho.

¹⁵⁶⁰ Para o texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] apenas o Führer encarna a *volonté générale* graças à autoridade, auto-estabelecida desde cima, e a subsequente aclamação, dirigida desde abaixo”.

inclinar-se pelo retorno ao político, isto é, à fala e decisão (*Entscheidung* / *Entschluss*) direta por parte dos interessados, a saber, do povo (*Volk*). Em outros termos, irá defender a ideia da democracia plebiscitária (*cf.* MOUFFE, 1999a, p. 152) em que, segundo seu esquema, a manifestação popular termina por concentrar todos os poderes na figura do aclamado. A aclamação funciona em Schmitt como a melhor forma de expressão democrática da vontade do povo (*Volk*) (*cf.* SCHMITT, 1996a, p. 17), situação na qual lhe resta claro o quanto o mecanismo parlamentar apenas sobrevive na qualidade de uma “máquina artificial” (*cf.* SCHMITT, 1996a, p. 17) talvez tão inadequada para cumprir suas funções precípuas quanto, analogamente, os automóveis nas grandes metrópoles para Spengler (*cf.* SPENGLER, 1980, p. 119).

Desta interpretação acima emerge uma figura de Schmitt bastante distanciada de seu antípoda teórico, Kelsen, para quem a estrutura do Parlamento deve estar marcada de forma importante pela representação de

[...] todos los grupos políticos [que] se hallen representados en el mismo, proporcionalmente a su fuerza, para que el planteamiento real de los intereses, que es el primer supuesto para el logro de una transacción, queda reflejado exactamente por el Parlamento. (KELSEN, 1977, p. 90).¹⁵⁶¹

Para Kelsen esta estrutura representativa proposta pelas instituições parlamentares visa reforçar uma tendência liberal no sentido de impedir que as maiorias possam encontrar formas de constituição e expressão que lhes permita exercer um domínio (*Herrschaft*) sobre as minorias (*cf.* KELSEN, 1977, p. 90). Esta é uma preocupação proveniente da cultura política que marca um ponto de inflexão histórica nas ocorrências do terror democrático francês que, logo, serviria como pauta para a tradição liberal no sentido de manter-se descrente das competências estatais carentes de

¹⁵⁶¹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] todos os grupos políticos se encontrem representados nele, proporcionalmente a sua força, para que o enfoque real dos interesses, que é o primeiro suposto para alcançar uma transação fica refletido exatamente pelo Parlamento”.

maior limitação, inversamente às culturas totalitárias mantenedoras da aposta na expansão de poderes do Estado.

Neste ponto deparamo-nos com que a aposta na concentração de poderes no Executivo é uma direta referência a uma tradição que atenta à manutenção do conceito de democracia e, em paralelo, aposta no obscurecimento das funções parlamentares. Quando o texto schmittiano aponta para um de seus conceitos-chave, a saber, a identidade entre governantes e governados, em um só movimento elimina o problema que a pluralidade e o dissenso representam, juntamente com a representatividade, para a sua filosofia política e, ainda, paralelamente, consolida o poder político na figura do soberano, o que bem caracterizaria o regime hitleriano posterior (*cf.* BRACHER, 1995b, p. 79).¹⁵⁶²

Com isto Schmitt se mostra com uma estratégia em absoluto contrária ao discurso democrático kelseniano, para quem “[...] la suerte de la democracia moderna depende en gran proporción de que llegue a elaborarse un sistema de instituciones de control” (KELSEN, 1977, p. 107)¹⁵⁶³ ou, em suma, que o conceito de democracia não poderia ser pensado senão ali onde os poderes políticos encontram-se sob o foco e controle de instituições ativas em sua fiscalização, algo que, desde logo, na filosofia política de Schmitt não se apresenta.

O conceito de unidade (*Einheit*) demanda um prévio movimento para sua posterior consolidação, a saber, a realização da homogeneidade (*homogenität*) do povo (*Volk*). A materialização deste conceito de homogeneidade permitiria dispensar a criação de leis mediante o debate parlamentar na medida em que a debilidade

¹⁵⁶² Sobre o tema Bracher chama a atenção para o fato de que em Hitler não era admissível a coexistência de uma representação de grupos ou, ainda, de interesses ou ideias diferentes (*cf.* BRACHER, 1995b, p. 79) devido à própria constituição totalitária do regime.

¹⁵⁶³ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] a sorte da democracia moderna depende em grande medida de que chegue a ser elaborado um sistema de instituições de controle”.

(*Schwäche*) deste o incapacitava para o exercício de suas funções. A democracia de massas poderia ser transformada em uma democracia de fato quando o poder estivesse finalmente enfeixado nas mãos do *Führer* e sua inserção nas estruturas de um Estado forte (*Stärke Staat*).

Esta estrutura de poder centralizado schmittiano revela-se avessa ao liberalismo político de Kelsen, para quem a vida democrática marcada pela ausência e “[...] desprecio de la autorrestricción que impone el principio de la legalidad equivale al suicidio de la democracia” (KELSEN, 1977, p. 107)¹⁵⁶⁴ seria algo absolutamente insustentável. Este foi o esboço institucional de Bracher sobre o período hitleriano, a saber, que o cargo de Hitler não era limitado, “[...] ni determinable por el marco institucional; por gracia de la teoría y del poder, Hitler era el único representante del pueblo en todas las esferas de la vida política y social”. (BRACHER, 1995b, p. 78).¹⁵⁶⁵

Retoricamente é possível dizer que, quando nas mãos do *Führer*, o poder continuaria nas mãos das massas, dada a unidade de governantes e governados, conceito schmittiano fictício (cf. WILEY, 2002, 484-485) e que, ademais, também nos aponta para um conceito constitutivo dos propósitos irracionalistas que lhe orientariam, pois, segundo Jaspers, o movimento da razão não acolhe a busca da unidade (*Einheit*), muito embora aspiradora dela, a sabe perdida, não devendo, portanto, “[...] omitir nada de lo que existe, ni abandonar nada, ni excluir nada. Cuando es ella misma está abierta a todo sin límite alguno” (JASPERS, 1967, p. 40).¹⁵⁶⁶ A unidade (*Einheit*) que Schmitt propõe

¹⁵⁶⁴ Para o texto acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] desprezo da auto-restrição que é imposto pelo princípio da legalidade equivale ao suicídio da democracia”.

¹⁵⁶⁵ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] nem determinável pelo marco institucional; pela graça da teoria e do poder, Hitler era o único representante do povo em todas as esferas da vida política e social”.

¹⁵⁶⁶ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] omitir nada do que existe, nem abandonar nada, nem excluir nada. Quando é ela própria, está aberta a tudo sem limite algum”.

no âmbito do político terá um outro caráter que a proposta racionalista jaspersiana, a saber, marcadamente excludente antes do que abarcadora de que esteja-aí.

Contudo, restava claro que, uma vez produzida tal unidade, apenas uma das partes tomaria as decisões, a saber, o soberano, que já não mais seria o povo, a esta condição de titularidade política erguida pela força revolucionária francesa. O poder político e sua competência para debates havia se transformado em uma mera formalidade vazia, ou seja, que “Die Lage des Parlamentarismus ist heute so kritisch, weil die Entwicklung der modernen Massendemokratie die argumentierende öffentliche Diskussion zu einer leeren Formalität gemacht hat” (SCHMITT, 2010a, p. 10)¹⁵⁶⁷ que, como tal, demandava encontrar um novo titular que decidisse aquilo que o Parlamento já não mais podia. Aqui a figura do soberano, que não dialoga ou discute, mas decide, final e solitariamente, possuindo a capacidade concentrar em sua ação política a superação do mal e desumano capaz de ser atualizado no mundo pelo poder temporal. A ausência da discussão se resolve em Schmitt por intermédio da concreta possibilidade de superação da tentação eterna do mal que se apresenta neste poder temporal “[...] nur in Gott ist der Gegensatz von Macht und Güte restlos aufgehoben [...]” (SCHMITT, 2008, p. 54).¹⁵⁶⁸ Esta superação se dá em Schmitt já não segundo termos estritamente teológicos mas, isto sim, projetando a fundamentação da teologia à esfera do político.

A concentração da crítica schmittiana se dá por meio do argumento do real domínio de grupos sobre as massas. Isto tem lugar por intermédio da formação de pequenos grupos ou coalizões dentro dos partidos os quais decidem a portas fechadas as questões mais relevantes para o interesse público. Sob a ótica do autor, isto encontrava

¹⁵⁶⁷ O trecho acima permite-nos sugerir a seguinte tradução: “A situação do Parlamentarismo tornou-se agudamente crítica devido à evolução da moderna democracia de massas, que transformou a discussão pública, argumentativa, em uma simples formalidade vazia”.

¹⁵⁶⁸ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] apenas em Deus resta totalmente superada a antítese entre o Poder e o Bom [...]”.

certo apoio na própria *Weimarer Verfassung* que, opostamente à clássica teoria burkeana,¹⁵⁶⁹ sustentava que “[...] los diputados son representantes de todo el pueblo. Sólo están sometidos a su conciencia y no se hallan sujetos a ningún mandato” (art. 21, Constituição de Weimar).¹⁵⁷⁰ Uma liberdade parlamentar deste gênero era algo que encontrava o seu preço no desinteresse dos representantes relativamente aos seus representados (*Vertreten*), algo que, por certo, Schmitt proporia encontrar-se bastante distante de seu conceito de unidade (*Einheit*) entre representantes (*Repräsentanten*) e representados (*Vertreten*).

A este respeito Schmitt ainda reforça que “[...] todo diputado se considera como ‘representante de *todo* el pueblo’, es decir, como representante (*Repräsentanten*) en sentido público [...]” (SCHMITT, 1992b, p. 206).¹⁵⁷¹ Também neste trecho é possível perceber em que termos opera em sua filosofia política o debate sobre a natureza da representação (*Vertretung*) bem como os seus limites, os quais também haviam sido

¹⁵⁶⁹ Em Burke encontramos uma teoria da representação como relação de mútua confiança entre representantes e representados que foi prontamente enfrentada, como ressalta Colom González, pela máxima de que a confiança política devia, antes, residir no próprio sistema, não nas pessoas (*cf.* COLOM GONZÁLEZ, 1992, p. 198). Esta leitura crítica de Burke serve, igualmente, às perspectivas críticas das teorias schmittianas que se ocupam não especificamente da eliminação, mas da atenuação da representação a níveis mínimos, conforme Schmitt ressalta em sua *Verfassungslehre*. A matização realizada por Schmitt é de que, efetivamente, não há um Estado sem representação, pois “[...] incluso allí donde se intenta realizar una identidad absoluta, siguen siendo indispensables elementos y métodos de la representación [...]” (SCHMITT, 1992b, p. 206). Ao trecho anterior sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] inclusive ali onde se tenta realizar uma identidade absoluta, seguem sendo indispensáveis elementos e métodos de representação [...]”.

¹⁵⁷⁰ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] os deputados são representantes de todo o povo. Apenas encontram-se submetidos a sua consciência e não sujeitos a nenhum mandato”. Por detrás deste debate sobre este art. 21 encontra-se toda uma profunda, e de certa forma inconclusa, discussão sobre a natureza do mandato político.

¹⁵⁷¹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] todo deputado se considera como ‘representante de *tudo* o povo’, ou seja, como representante em sentido público”.

pontuados, e desqualificados, por seus companheiros conservadores de viagem, dentre os quais Heidegger.¹⁵⁷² À luz do conservadorismo de fundo, o conceito de representação que Schmitt termina por afirmar é o de que não se trata de “[...] un fenómeno de carácter normativo, no es un procedimiento, sino algo *existencial*. Representar es hacer perceptible e actualizar un ser imperceptible mediante un ser de presencia pública [...]” (SCHMITT, 1992b, p. 209)¹⁵⁷³ e neste sentido se configura o conceito de representação (*Repräsentation*). Dentre nós, Corrêa Benjamin reforça esta mesma leitura de que o representante (*Repräsentanten*) não pode ser independente (cf. CORRÊA BENJAMIN, 2008, p. 433), interpretação que permite que Schmitt logo a seguir confirme que o político é representado como um todo (cf. SCHMITT, 1992b, p. 211).

A ideia de representação (*Repräsentation*) em Schmitt transita no âmago de sua leitura do parlamentarismo. Quando Schmitt faz referência a que a representação não possui um caráter normativo mas, sim, existencial e logo afirma que trata-se de fazer perceptível o imperceptível (vontade) do representado (*Vertreten*) encontramos com uma potência de atualização do outro que também permite-nos adentrar no conceito de unidade (*Einheit*) schmittiano, colocando na posição do representante (*Repräsentanten*)

¹⁵⁷² Segundo uma linha teórica que já havia sido inaugurada por Heidegger ao tornar desqualificar o processo democrático de representação (cf. HEIDEGGER, 1997, p. 112).

¹⁵⁷³ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] um fenómeno de carácter normativo, não é um procedimento, mas sim algo *existencial*. Representar é tornar perceptível e actualizar um ser imperceptível por intermédio de um de presença pública”.

uma capacidade inaudita de perceber e expressar a vontade que não lhe foi conferida expressamente.

A unidade política intervém, portanto, precisa e fortemente como contrapeso ao princípio liberal da representação (*Vertretung*) (cf. SCHMITT, 1992b, p. 281). A poderosa centralização da capacidade de perceber e expressar a vontade do governado por meio do operante conceito de unidade (*Einheit*) política schmittiano abre as portas para a defesa de um projeto político totalitário quando desloca do titular da ambição do político o poder de expressá-lo individualmente, senão subsumido na massa. A interpretação conservadora das potencialidades das massas é capaz de apontar uma das influências sofridas por Schmitt no caminho percorrido em sua leitura da questão da representação (*Repräsentation*).

A hipótese levantada quanto à aproximação do conceito de unidade política (*Politik Einheit*) em Schmitt e o de representação é que passamos a dispor das circunstâncias adequadas para um regime totalitário. Este passo é coordenado com a compatibilização realizada por Schmitt entre democracia e a unidade política (cf. SCHMITT, 1992b, p. 280) logo expressa no conceito de ditadura. O conceito de unidade (*Einheit*) em sua dimensão sociológica em Schmitt opera no âmbito do político como compatível com a democracia porque estabelece a identidade do povo (*Volk*) consigo mesmo, daí se projetando ao político, sendo esta a condição de possibilidade para que um órgão executivo apenas decida sem atenção às diferenças, a esta altura inexistentes

por prévios movimentos de supressão. Neste momento as expectativas de conflitos e divergências já foram devidamente excluídas e, acaso se materializem novamente, poderá o *Führer* exterminá-las, e, outra vez, apreender a vontade comum daqueles que igualmente raízes e heranças culturais e étnicas comuns possuem e governar sem qualquer oposição, pois aqui encontrar-se-ia, para Schmitt, a própria essência de seu conceito de democracia.

Esta posição ocupada pela unidade no conceito de representação (*Repräsentation*) em Schmitt é um poderoso roteiro antidemocrático e antiparlamentar em sua argumentação mas, como sugere Scheuerman, é certo que no trabalho do autor subsistem tensões e inconsistências às quais atentar. No que concerne ao seu trabalho sobre o parlamentarismo, esta é uma observação que parece-nos especialmente válida quando pensada desde a ótica de sua retomada pela crítica contemporaneidade. Dentre os problemas que nos aponta Scheuerman está a ideia de que não há “[...] sufficient reason for accepting Schmitt’s belief there that deliberative parliamentarism could not be reestablished in conditions very much unlike those helped generate it”. (SCHEUERMAN, 1995, p. 142).¹⁵⁷⁴

Ao referir-se à existência de inconsistências em Schmitt, parece que Scheuerman colabora promissoriamente. Dentre outros aspectos o faz ao sublinhar em Schmitt a

¹⁵⁷⁴ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] razão suficiente para aceitar a crença de Schmitt que o parlamentarismo deliberativo poderia não ser reestabelecido em condições muito diferentes daquelas que auxiliaram na sua criação”.

existência de questões impeditivas para a reafirmação histórica do parlamentarismo em condições muito diferentes daquelas que auxiliaram, em seu momento de criação, o que seria uma ideia reveladora de uma certa fixação com um compromisso ideológico, por certo conservador, antes do que com a análise concreta de que as instituições parlamentares poderiam sofrer com as novas circunstâncias e com as reformas que lhe prestassem perfil operativo para um novo momento, sem que isto implicasse confirmar a sua inviabilidade por força da alteração das condições relativas ao seu momento fundacional.

Aparte as tensões internas no pensamento schmittiano, outros aspectos parecem encontrar-se bastante bem coordenados com os seus pressupostos tanto quanto com o que aqui sugerimos ser a sua orientação teleológica. Neste sentido, por exemplo, uma parte da crítica de Schmitt às instituições parlamentares reside em que o advento da democracia de massas inviabiliza o seu modelo, conforme fora em seu momento concebido. A ideia, bastante bem percebida por Scheuerman, é de que existe um paralelo entre o óbice schmittiano ao novo modelo, motivado em que as classes trabalhadoras politicamente emergentes não se mostravam capazes para a deliberação política (*cf.* SCHEUERMAN, 1995, p. 143).¹⁵⁷⁵

¹⁵⁷⁵ De qualquer sorte, acerca desta aproximação à classe trabalhadora como componente de um novo cenário político da democracia de massas, interessa destacar que este objeto é também comum com a Escola de Frankfurt mas, como igualmente ressalta Scheuerman, os resultados a que ambos alcançam são, como se poderia imaginar, visceralmente distintos (*cf.* SCHEUERMAN, 1995, p. 143).

Paralelamente a esta fina leitura de Scheuerman sobre as tensões schmittianas, parece-nos importante destacar que a leitura conservadora de fundo schmittiana, não destacada pelo autor, orientava a passos seguros uma posição essencialmente refratária à tomada de posição e de decisões políticas por parte das massas políticas. Estas massas encontravam-se em posição crescente de poder e estariam prontas e dispostas a desalojar antigas aristocracias do poder. A este respeito Kelsen observa que a autocracia dos fins do século XVIII e início do XIX tinha por objetivo maior a instauração do parlamentarismo (*cf.* KELSEN, 2000, p. 45) e que se mostrava desde os seus primórdios identificado com a luta pelas liberdades de um Estado de Direito (*Rechtsstaat*).

Contudo, as aristocracias estruturadas sob o regime de Guilherme II constituíam parte das classes dominantes nos parlamentos até então, detentoras tanto da *Bildung* (educação) quanto da *Besitz* (propriedade). Portanto, a aversão schmittiana ao novo modelo político percebido por Scheuerman não se esgota na questão de que as questões históricas do Parlamento fossem muito diferentes daquelas vigentes em sua época de criação. Antes, o que parece é que temos por trás deste movimento toda uma leitura conservadora de Schmitt. Esta parece-nos ser capaz de explicar os compromissos ideológicos do autor bem como de esclarecer algo da sua tomada de posição nesta sua oposição ao Parlamento que menos diz respeito às suas origens ou interesses democráticos do que pelos novos atores que haveriam de ampliar a sua dominação parlamentar em uma democracia de massas consolidada.

A noção de parlamentarismo segundo os termos em que era proposto pelo conjunto de liberais em matéria jurídica e política como Kelsen sugeria a configuração de um Estado de Direito (*Rechtsstaat*) todavia em vias de estruturação. O Estado de Direito possuía desde os seus primórdios um *ethos* resumível na racionalidade, ideia refratária ao mundo conservador e que se fazia bastante presente no debate e no diálogo da tradição liberal. Esta racionalidade que era levada a extremos pelo Estado burguês de Direito em Schmitt

[...] va en el sentido de desplazar lo político, limitar en una serie de normaciones todas las manifestaciones de la vida del Estado y transformar toda la actividad del Estado en competencias, limitadas en principio, rigurosamente circunscritas. (SCHMITT, 1992b, p. 62).¹⁵⁷⁶

A noção de Estado de Direito contra com uma estrutura em que as competências assim como os poderes encontravam-se limitadas era, para Schmitt, deslocadora do protagonismo do político. Esta estrutura político-jurídica iria operar segundo uma tradição limitadora de poderes composta por uma ativa casa parlamentar ativa, que encontraria uma de suas responsabilidades no controle das atividades do poder executivo. Em Kelsen encontraríamos uma defesa deste modelo de Estado em um de seus mais relevantes escritos sobre filosofia política, intitulado *A essência e o valor da democracia*. Nesta obra reconhece que posicionar-se sobre o parlamentarismo é também decidir sobre os rumos da própria democracia (cf. KELSEN, 1977, p. 50). Contudo, Kelsen igualmente reconhece que naquele momento era observável

[...] um certo cansaço do parlamento, embora ainda não seja o caso de se falar atualmente – como fazem alguns autores – de uma ‘crise’, de uma ‘falência’ ou, diretamente, de uma ‘agonia’ do parlamentarismo. (KELSEN, 2000, p. 45).

¹⁵⁷⁶ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] rumo no sentido de deslocar o político, limitar em uma série de normatizações todas as manifestações da vida do Estado e transformar toda a atividade do Estado em poderes, em princípio limitados e rigorosamente circunscritos”.

Embora não haja referência expressa, encontramos em Kelsen crítica diretamente endereçada àqueles que, a exemplo de Schmitt, apostavam nas vias antidemocráticas e antiparlamentares. Ao contrário, Kelsen alerta para o cuidado com estas declarações de falência e agonia do Parlamento. Esta leitura de Kelsen sobre as circunstâncias de Weimar nos apresenta para um tema que nos é caro, ou seja, que malgrado homens como ele terem podido perceber os riscos do anúncio da falência parlamentar, encontramos ainda outras vias, como a schmittiana, dispostas a aprofundar a argumentação detratora dos conceitos de parlamentarismo, democracia e liberdade. Desta forma, sugerimos que os valores da ditadura ganharam projeção na filosofia política alemã por meio de Schmitt e de seus interlocutores.

O ponto de partida do liberalismo parlamentar ao qual se oporia denodadamente Schmitt encontrava adequada tradução e defesa em Kelsen. Segundo o vienês, o parlamentarismo “[...] es la única forma real en que puede plasmar la idea de la democracia dentro de la realidad social presente. Por ello, el fallo sobre el parlamentarismo es, a la vez, el fallo sobre la democracia” (KELSEN, 1977, p. 50),¹⁵⁷⁷ muito embora seja certo, admite, que “[...] democracia e parlamento não são idênticos” (KELSEN, 2000, p. 46). Encontramos aqui uma ideia que Schmitt combateria por intermédio do movimento que visa distanciar o conceito de liberalismo do conceito de democracia, os quais, para Schmitt, em verdade são opostos, pois a democracia supõe homogeneidade, e não discussão. Portanto, para Schmitt a decisão sobre a democracia apenas pode ser uma decisão sobre o liberalismo enquanto endereçada a colocar-lhe termo. Isto se deve a que em Schmitt o conceito de democracia converge com o de ditadura porque, como reforça Schwab, trata-se de que “[...] the essence of democracy is

¹⁵⁷⁷ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] é a única forma real por intermédio da qual pode plasmar a ideia da democracia dentro da presente realidade social. Por isto a decisão sobre o parlamentarismo é, paralelamente, a decisão sobre a democracia”.

identity, and not necessarily liberty” (SCHWAB, 1989, p. 72).¹⁵⁷⁸ A ditadura disporá de elementos ademais de irrefreável disposição política para colocar fim à influência liberal em todas as suas variações, desde o parlamentarismo e a liberdade de expressão, que tanto interessa aos preceitos liberais quanto em absoluto aos projetos de uma ditadura.

Kelsen encontra nas instituições parlamentares a única forma de realização da democracia e para Schmitt, ao contrário, toda possibilidade de realização da democracia passa por distanciar-se do parlamentarismo em aproximação definitiva do conceito de unidade política (*Politik Einheit*) entre governantes e governados. Um aspecto importante da argumentação liberal implícita às linhas kelsenianas e que interditará mais adiante outros trechos da argumentação antiparlamentar, schmittiana inclusive, é a de que o Estado moderno contemporâneo não pode realizar suas funções em dependência com um dos tipos de democracia, a saber, a democracia direta, muito embora seja admissível franquear um maior grau de participação legislativa em qualquer tipologia democrática que imaginemos (*cf.* KELSEN, 1977, p. 64).¹⁵⁷⁹

Ao contrário da tese schmittiana, para Kelsen o parlamentarismo encontra-se ligado aos destinos da democracia, o que permite ao vienês afirmar de forma resoluta que não se pode duvidar seriamente de que o parlamentarismo seja a única forma real possível da idéia de democracia. Por isso, o destino do parlamentarismo decidirá também o destino da democracia, isto a partir da afirmação inicial de que tampouco se

¹⁵⁷⁸ Ao breve trecho acima sugerimos a livre tradução que segue: “[...] a essência da democracia é a identidade, e não, necessariamente, a liberdade”.

¹⁵⁷⁹ Segundo Kelsen, é aceitável, e factível, conceder ao povo maior grau de participação direta nas funções legislativas do que aquelas que lhes são ordinariamente admitidas, posto que, por regra, nada mais do que ao processo eleitoral é que o povo é admitido (*cf.* KELSEN, 1977, p. 64).

pode seriamente aceitar que a forma primitiva de democracia, a direta, possa ser aceita nas sociedades complexas contemporâneas (*cf.* Kelsen, 2000, p. 47-48).¹⁵⁸⁰

Inversamente às proposições de Kelsen está a figura de Gerhard Leibholz (1901-1982), um dos influentes teóricos do período que nutria ampla desconfiança quanto às potencialidades do Poder Legislativo e de um legislador, o qual já encontrara crítica nas fontes conservadoras localizadas em De Maistre (*cf.* CHEVALLIER, 1952, p. 100).¹⁵⁸¹ Segundo o autor, a liberdade corria um grande perigo quando exposta às mãos do Poder Legislativo em regimes políticos democráticos que funcionassem à base de partidos políticos (*cf.* LEIBHOLZ, 1971, p. 15). Segundo o mesmo Leibholz, os estigmatizados partidos políticos tinham seus movimentos reputados por Kelsen como sendo de lutas intestinas características do Estado democrático de partidos (*cf.* Kelsen, 1977, p. 92).

Em Schmitt assim, como para outros autores, os movimentos democráticos em constante jogo de oposição de interesses constituíam um mundo de instabilidade inaceitável perante as radicalizações de que Weimar dava mostras. Assumiam, portanto, um declarado objetivo a realização da unificação política como fora esta a base para a

¹⁵⁸⁰ Interessa a observação de Kelsen de que em qualquer regime político, autocracias inclusive, o soberano não poderá abrir mão de contar com um grupo de assistentes. Encontrem-se estes sob a nomenclatura que for (Conselho, Ministério, etc.), lhe auxiliarão no direcionamento a ser dado tanto ao processo de tomada das decisões (em graus variáveis, a depender das características do Estado e da personalidade o soberano) quanto a sua implementação. A este respeito, ver Kelsen, (1977, p. 56).

¹⁵⁸¹ A respeito desta crítica de maistreana ao legislador, encontramos a referência de que Deus pouco deixa à liberdade criadora humana, senão que “[...] siempre se reserva el derecho esencial en la formación de los gobiernos. Aun cuando surja un legislador, uno de esos hombres revestidos de un poder cuasi infinito, éste nunca hace otra cosa que reunir elementos preexistentes en las costumbres y en el carácter de los pueblos. [...] esta conjunción de elementos preexistentes [...] depende de la Creación y no llega a realizarse sino en nombre de la Divinidad” (CHEVALLIER, 1952, p. 101). Ao trecho anterior sugerimos a seguinte tradução: “[...] sempre se reserva o direito essencial na formação dos governos. Embora quando surja um legislador, um destes homens revestidos de um poder quase infinito, este nunca faz outra coisa que reunir elementos preexistentes nos costumes e no caráter dos povos [...] esta conjunção dos elementos preexistentes [...] depende da Criação e não chega a realizar-se senão em nome da Divindade”.

resolução do problema dos enfrentamentos políticos.¹⁵⁸² Os seus esforços viriam no sentido de instituir que uma única vontade tivesse força e apoio político suficientes para impor sua vontade a expensas dos demais.

Em Leibholz há um Estado de partidos como este descrito por Kelsen, que o autor se permite desenhar como “[...] un peligro especial; un peligro que supera, con mucho, al que en las comunidades políticas le puede venir a la libertad de otros órganos rectores” (LEIBHOLZ, 1971, p. 15).¹⁵⁸³ Lukács comenta igualmente que em Schmitt há uma percepção de que os partidos organizados na democracia de massas fazem com que a democracia se converta em uma mera aparência (cf. LUKÁCS, 1959, p. 533). Mesmo sem reconhecer expressamente os riscos, Kelsen aporta argumentos e ofusca os riscos que a existência dos partidos políticos realmente impõe à vida política. Kelsen, isto sim, explicitamente posiciona a democracia como dependente “[...] necessária e inevitavelmente da atuação dos partidos políticos” (KELSEN, 1977, p. 37), e neste aspecto não poderia estar mais distante não apenas de Schmitt mas da tradição teórica conservadora que ele representa.

Kelsen toma para si a questão acerca dos motivos que podem levar ao enfrentamento entre os partidos políticos e o Estado nos termos em que os detratores da democracia e da vida parlamentar se propõem. Segundo o autor, o que se costuma opor à argumentação democrático-parlamentar é que os partidos políticos

[...] constituyen una mera comunidad de intereses de grupo, fundándose así en el egoísmo, en tanto que el Estado representa el

¹⁵⁸² Esta é, a nosso ver, a alternativa antidemocrática para um problema também encontrado nos EUA, onde, por exemplo, o *Federalista* aponta para a manutenção da diversidade.

¹⁵⁸³ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] um perigo especial, um perigo que supera, em muito, ao que lhe podem atingir a liberdade nas comunidades políticas proveniente desde outros órgãos reitores”.

interés colectivo, estando por encima de los intereses de grupo y más allá de los partidos políticos organizados. (KELSEN, 1977, p. 41).¹⁵⁸⁴

De fato, o argumento contraparlamentar schmittiano, e que em parte fundamenta a sua oposição aos partidos, encontra nestes uma clara defesa de interesses que não cumprem o ideal parlamentar schmittiano de abandonar “[...] Unabhängigkeit von parteimäßiger Bindung, Unbefangenheit von egoistischen Interessen”. (SCHMITT, 2010a, p. 9).¹⁵⁸⁵

O debate crítico em torno às funções do Parlamento em Weimar, como bem recorda Agesta, apresentava um Parlamento que “[...] era más um teatro que um foro, en que hay partes que se limitan a recitar papeles estudiados y convenidos fuera del propio Parlamento” (AGESTA, 1989, p. 12).¹⁵⁸⁶ A descrição poderia muito bem comportar um cenário que transcende os limites históricos propostos pelo autor o que, sem embargo, não terminaria por invalidar o papel da instituição em questão. A intensificação da desconfiança das instituições parlamentares, contudo, abria espaço no momento subsequente à queda das monarquias e da ascensão dos regimes democráticos, mormente no final da Primeira Grande Guerra Mundial, algo que, na Europa, coincidiu com a queda dos Hohenzollern e com a ascensão do regime republicano weimariano, roteiro de novidades que não foi assimilado facilmente.

As críticas às instituições parlamentares recrudescem neste contexto e as alternativas políticas que emergiam eram claras. Talvez a mais clara delas fosse justamente o governo politicamente fechado, a ditadura. A reforçar esta opção,

¹⁵⁸⁴ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] constituem uma mera comunidade de interesses de grupo fundamentando-se assim no egoísmo, tanto que o Estado representa o interesse coletivo, estando acima dos interesses de grupo e além dos partidos políticos organizados”.

¹⁵⁸⁵ Sugerimos a seguinte livre tradução para o trecho acima: “[...] desvinculação de ligações partidárias, isenção de interesses egoísticos”.

¹⁵⁸⁶ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] era mais um teatro do que um foro, no qual há partes que se limitam a recitar papéis estudados e acordados fora do próprio Parlamento”.

conforme mencionado, Kelsen reconhecia um certo cansaço em relação às instituições parlamentares mas não, como sugeriam alguns autores, que isto devesse sugerir tratar-se de uma crise, falência ou agonia a partir da qual pensar em recorrer ao seu antípoda ideológico. Já desde as fileiras socialistas Lukács atribui a Schmitt um interesse apaixonado pela teoria da ditadura (*cf.* LUKÁCS, 1959, p. 531), para quem seria ela a única capaz de enfrentar o mal radical de sua época e diferenciada do conceito de legitimidade (*cf.* SCHMITT, 2009g, p. 69).

8.4. SOBRE A REPRESENTAÇÃO E A CENTRALIZAÇÃO DE PODERES: A RELEITURA DA CRÍTICA SCHMITTIANA FACE À TRADIÇÃO LIBERAL KELSENIANA

O debate entre Schmitt e Kelsen é bastante conhecido no que concerne à questão constitucional. Nosso propósito nesta seção é enfocar o debate travado entre ambos a partir da angulação da democracia representativa, das tradições parlamentares e que, por fim, manterá contato com questões constitucionais de forma incidental.

Em aberto diálogo com a temática do esgotamento do parlamentarismo, tema este que é reconhecido no trabalho de Kelsen, Schmitt opõe-se à possibilidade de uma democracia (liberal) calcada na diferença de opiniões e à liberdade de imprensa bem como em outros direitos e garantias burguesas, todos eles caracterizadores da possibilidade do dissenso. Schmitt opõe-se claramente ao conceito kelseniano de democracia parlamentar na qual a definição do jogo de interesses se dá por intermédio de um processo majoritário deliberativo cuja técnica desemboca nas transações políticas,¹⁵⁸⁷ que é “[...] el verdadero sentido del principio de la mayoría en la democracia genuína”. (KELSEN, 1977, p. 85).¹⁵⁸⁸

¹⁵⁸⁷ Por transação política Kelsen define como “ação de transigir” (KELSEN, 1977, p. 86). Em outro trecho Kelsen define mais precisamente transações na órbita política como sendo resultado “[...] de la inevitable pugna de intereses acreditada por la experiencia, si no ha de ser la expresión unilateral del

Reitera o autor que “[...] democracia es discusión” (KELSEN, 1977, p. 141),¹⁵⁸⁹ enquanto para Schmitt a discussão é liberalismo, e democracia é decisão, tomada esta pela figura que em si enfeixa poderes políticos derivados da aplicação do conceito de unidade (*Einheit*), em suma, conforme propõe Trierweiler, “[...] la democracia es para Schmitt ‘identidad y homogeneidad del pueblo’” (TRIERWEILER, 2010, p. 25).¹⁵⁹⁰ Assim, de forma inequívoca com seus preceitos liberais, a democracia aparece em Kelsen como o “[...] resultado del proceso formativo de la voluntad política es siempre la transacción, [...] compromiso”. (KELSEN, 1977, p. 141).¹⁵⁹¹

Outro dos argumentos-chave dos detratores do parlamentarismo era já percebido por Kelsen, a saber, o que apontava para a ficção sobre a qual se basearia o conceito da representatividade de que se vale o parlamentarismo.¹⁵⁹² Esta ficção reside essencialmente em que o representado (*Vertreten*) irá exprimir sua vontade por

interés de un grupo, sólo puede consistir en la resultante o transacción de intereses divergentes, y la articulación del pueblo en partidos políticos significa propiamente la creación de condiciones orgánicas que hagan posible aquella transacción y permitan a la voluntad colectiva orientarse en una dirección equitativa” (KELSEN, 1977, p. 43). Ao trecho anterior sugerimos a seguinte tradução: “[...] da inevitável pugna de interesses acreditada pela experiência, se não há de ser a expressão unilateral do interesse de um grupo, apenas pode consistir na resultante ou transação de interesses divergentes e a articulação do povo em partidos políticos, que significa propriamente a criação das condições orgânicas que tornam possível aquela transação e permitam a vontade coletiva ser orientada a um sentido equitativo”.

¹⁵⁸⁸ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] o verdadeiro sentido do princípio da maioria na democracia genuína”.

¹⁵⁸⁹ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] democracia é discussão”.

¹⁵⁹⁰ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] a democracia é, para Schmitt, ‘identidade e homogeneidade do povo’”.

¹⁵⁹¹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] democracia é discussão [...] resultado do processo de formação da vontade política é sempre a transação [...] compromisso [...]”.

¹⁵⁹² Esta ficção incitou a que críticos conservadores a tomassem como ponto de partida sobre o qual acrescer ainda outros vícios tendo como objetivo último apresentar o próprio parlamentarismo como uma instituição agonizante, quando não falida, por absoluta falta de correspondência não apenas com as necessidades de um determinado tempo histórico como também, e quiçá principalmente, e talvez este o caso schmittiano, por sua inadequação com um certo conceito de democracia, muito especial no caso do autor.

intermédio de seu representante (*Repräsentanten*) político, considerada a exceção histórica do Estado antigo em que os representantes (*Repräsentanten*),¹⁵⁹³ encontravam-se vinculados por mandatos imperativos (cf. Kelsen, 2000, p. 47). Isto sim, para Kelsen nem o mandato imperativo nem a completa dependência do governado não podem ser entendidos como elementos indispensáveis do parlamentarismo (cf. Kelsen, 1977, p. 67).¹⁵⁹⁴ Kelsen percebe que aqui encontrava-se boa parte do eixo da argumentação sobre a qual se debruçariam os críticos do parlamentarismo liberal tal e como fez Schmitt.

Para realizar a aproximação ao tema da representação, Schmitt não poderia recorrer à tradição Iluminista como vem sendo indicado desde os primeiros momentos deste trabalho, posto que interdita que encontra-se em seu pensamento fortemente marcado pela via contrarrevolucionária. Sua oposição aos princípios revolucionários haviam de fundamentar toda uma *Weltanschauung* cujo motivo de afirmação era a oposição ao reclamo de poder pelas massas e, por conseguinte, de sua forma de representação parlamentar. As massas passaram a desfrutar de direitos e havia constância em sua aspiração de guiar-se pela razão em prol da defesa de seus interesses

¹⁵⁹³ Neste sentido, ao retomar o ponto de vista conservador, torna-se tarefa difícil a justificação da soberania política na figura do povo. A esta crítica, contudo, responde adequadamente Kelsen no sentido de que “[...] el contenido del parlamentarismo [...] puede ser también concebido sin auxilio de la ficción de la representación, justificando su valor como medio específico y técnico-social para la estructuración de un orden estatal” (Kelsen, 1977, p. 55). Ao trecho anterior sugerimos a seguinte tradução: “[...] o conteúdo do parlamentarismo [...] pode ser também concebido sem auxílio da ficção da representação, justificando seu valor como meio específico e técnico-social para a estruturação da ordem estatal”.

¹⁵⁹⁴ A rigor, Kelsen chamara a atenção para o fato de que os eleitores já não dispunham de meios, e nem mesmo sequer o sistema, para que fosse possível (a) “[...] dar instrucciones obligatorias a sus representantes [...]”. Sendo assim, (b) “[...] debe quedar, por lo menos, la posibilidad de que en el seno del pueblo se manifiesten inspiraciones a las cuales ajuste el Parlamento su actividad legislativa” (Kelsen, 1977, p. 66). Ao trecho anterior sugerimos as seguintes traduções: (a) “[...] dar instruções obrigatórias aos seus representantes [...]”; (b) “[...] deve restar, pelo menos, a possibilidade de que no seio do povo se manifestem inspirações as quais o Parlamento ajuste a sua atividade legislativa”.

na esfera pública. Mas se a vida em um mundo conduzido por uma órbita racionalizada passava a ser uma orientação ilustrada, por certo, o irracionalismo de viés conservador sobre os quais transitava Schmitt não lhe permitiriam proximidade com tal visão do político.

Assumir alinhamento neste sentido equivaleria à defesa de ideias caras a Assembléia Nacional Francesa de 1789, tal como o de que ao Parlamento fosse dado materializar por meio de seus atos a vontade pública em normas jurídicas ou, ainda, em seus dias, atribuir ao Parlamento amplos poderes legislativos. Este é movimento que se deu em detrimento da figura do Presidente do Reich (*Reichspräsident*), o que contrariaria a constituição jurídico-política do ditador, a quem não cabe exercer poderes limitados e nem responder por suas ações perante a ninguém. Schmitt opta por ocupar-se criticamente das posições que apostavam na restrição de poderes do Estado, posição proveniente das fileiras liberais e do Estado de Direito. Por intermédio deste seu movimento de desqualificação da atividade parlamentar e, paralelamente, dignificação dos poderes do Executivo e, passo seguinte, o elogio de concentrá-lo nele, Schmitt consegue avançar rumo ao núcleo de toda uma teoria totalitária do poder, e o faz em um de seus mais importantes, qual seja, o de interditar o debate futuro dentro de sua filosofia política sobre a validade do recurso aos processos eleitorais nos moldes propostos pelo liberalismo que supõe controle aos que exercem o poder.

No roteiro político totalitário schmittiano não apenas faz todo sentido como também é um verdadeiro imperativo que tenha lugar a desqualificação das funções parlamentares nos termos em que viemos examinando até aqui.¹⁵⁹⁵ É também

¹⁵⁹⁵ Importa assinalar que este não é um processo de ocorrência posterior a sua adesão formal ao nacional-socialismo senão que muito antes estes esforços teóricos vinham tendo lugar, mais precisamente, desde os seus primeiros escritos da década de 30, dentre os quais sobressai sua *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus* (ver SCHMITT, 2010a). A angulação crítica schmittiana é de uma intensidade

convergente com sua reflexão totalitária a desconexão da experiência parlamentar da elogiosa figura todo-poderosa do líder mitológico-política, o *Führer*. Em Hermann Heller (1891-1933), mas também em Franz Neumann (1920-1954), encontramos um defensor leal de Weimar, orientado pela preocupação com que o governante disponha de poder social capaz de galvanizar apoio voluntário ao cumprimento das ordens dele emanadas em detrimento do caminho schmittiano. Esta ideia de Heller remete à necessidade de legitimação política enquanto que, por outro lado, a leitura desta necessidade realizada desde as fileiras do conservadorismo reacionário com o qual dialoga Schmitt recorre a outras fontes.

A variada gama de teóricos do direito como Kelsen, Heller e Smend desenvolvia seu trabalho de forma próxima, mas não idêntica, com maior ou menor distância dos acontecimentos do período. Contudo, também é certo dizer, dentre estes considerados apenas Schmitt enveredou por uma perspectiva abertamente totalitária. As teses dos outros três divergiram fundamentalmente, conforme nos diz Orfanel, no que concerne às disputas entre o abandono do positivismo predominante naquela quadra histórica (Heller e Smend) ou à sua cerrada defesa (Kelsen) (*cf.* ORFANEL, 1996, p. 01-02), todos eles devidamente perseguidos pelo regime,¹⁵⁹⁶ mas não quanto ao valor da democracia em si mesma.

que coloca as condições teóricas permissivas para que, entrada a década de 30 e dado o seu processo de filiação ao partido, todo o seu trabalho posterior não encontre a necessidade de realizar uma revisão dos seus principais trabalhos da década de 20. Em suas linhas mestras conceituais os trabalhos permanecem praticamente inalterados, e os textos schmittianos de seu período nacional-socialista não realizam revisões de conteúdo. Nesta década de 30 sugerimos encontrar nos textos schmittianos nada mais do que um mero aprofundamento consequente do veio totalitário de sua filosofia política construída na década anterior.

¹⁵⁹⁶ Dentre outros, Smend, após exercer a cátedra em Berlin desde 1922, teve de abandonar a cátedra em 1935 pelas perseguições do regime, dirigindo-se a Göttingen, onde permaneceu até o fim de sua vida (*cf.* WAGNER, 2008, p. 84). De sua parte, Kelsen sofreu os mesmos percalços que os seus colegas.

Embora menos intensamente que Kelsen, Heller encontrava-se entre os críticos das posições antiliberais, reunidos sob o grupo dos antidemocratas e antiparlamentares. Esta cultura antidemocrática constituía uma grande parcela da vida política weimariana que objetivava claramente o seu definhamento e posterior extermínio. A estas vozes críticas se somava, ainda, no sentido de debilitá-la, talvez de modo decisivo, o fato de que Weimar era “[...] una república sin democratas” (cf. RÜTHERS, 2004, p. 157).¹⁵⁹⁷ O perfil político da República era desenhado por Kelsen nos seguintes termos:

Se ha tratado de ocultar la considerable restricción que experimenta el ideal democrático por el hecho de que la voluntad estatal sea formada no por el pueblo, sino por un Parlamento muy distinto del mismo, aunque elegido por él. (KELSEN, 1977, p. 52).¹⁵⁹⁸

Neste trecho Kelsen remete abertamente ao reconhecimento de uma provável deficiência do Parlamento, qual seja, a da eventual desconexão entre a vontade parlamentar e aquela formada no âmbito parlamentar. Kelsen não parece descer a esclarecer sua argumentação na medida em que permite a conclusão, por certo inexata, de que em seu argumento reside a admissão da equiparação da vontade do governante com a dos governados que é, em verdade, o núcleo da argumentação schmittiana a respeito deste tema. Claramente, para Schmitt o conceito de homogeneidade (*homogenität*) nuclear e decisivo para a determinação da possibilidade da democracia supõe a identidade entre governantes e governados, ou seja, que “[...] die Demokratie richtigerweise als Identität von Regierenden und Regierten definiert”¹⁵⁹⁹ (SCHMITT,

¹⁵⁹⁷ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] uma república sem democratas”.

¹⁵⁹⁸ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “Se tratou de ocultar a considerável restrição que experimenta o ideal democrático pelo fato de que a vontade estatal seja formada não pelo povo, mas sim pelo Parlamento muito distinto dele, embora eleito por ele”.

¹⁵⁹⁹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a democracia é definida pode ser corretamente definida como a identidade entre governantes e governados”.

2010a, p. 20).¹⁶⁰⁰ Em Kelsen, isto sim, parece-nos que o reclamo é da aproximação de ambas expressões do querer político, sem que isto se dê em um grau superlativo de perfeita adequação, como era a sugestão de Schmitt, com vistas ao fortalecimento do poder político.

O fortalecimento do poder político na filosofia política conservadora revolucionária germana do século XX já reclamava como centrais as figuras do mito e do herói, do super-homem,¹⁶⁰¹ capaz de açambarcar as atenções e apoios públicos. Em Schmitt isto facilmente se transforma em um *obœdientia facit imperantem*. Em Schmitt há uma espécie de recurso ao mítico ou sobrenatural que se mostra fascinante, capaz de galvanizar hipnoticamente não apenas apoios presentes como também esperanças, articulação capaz de justificar estas ações condicionando outras condutas futuras. Este era um projeto afim com o discurso totalitário, a ideia de uma unidade (*Einheit*) liderada por uma magnífica personalidade seduziria aos mais afoitos em tempos difíceis. Neste sentido reforça Bracher que a diversidade mesma era inconcebível quando o regime se balizava pelos termos do mito totalitário (cf. BRACHER, 1995b, p. 79).

Na década de 30 em seu discurso da unidade, cujo âmbito político enfrentava-se ao pluralismo parlamentar, mas também a democracia, era claro o embate, assim visto desde as fileiras do nacional-socialismo como um inimigo a eliminar (cf. BRACHER, 1995b, p. 84). Logo se veria prontamente embarcar pelo conceito de germanidade, construído no seio do nacional-socialismo para elaborar e traçar mais claramente a posição dos demais inimigos. Esta ideia sobressai em seus textos mais inspirados no

¹⁶⁰⁰ Este conceito de identidade entre governantes e governados Schmitt já havia proposto um ano antes em sua *Politische Theologie* e que agora voltava a abordar.

¹⁶⁰¹ Não realizamos qualquer aproximação com o conceito de *übermensch* nietzscheano, conforme muitas vezes, de forma imprópria, é realizado, dado que em Nietzsche a ideia remete à superação de certas virtudes, transcendência do humano, mas não, exatamente, a de uma leitura de um homem dotado de características supremas relativamente aos demais a ponto de caracterizá-lo como um super-homem.

fascismo, cuja voz mussoliniana, conhecida e admirada por Schmitt,¹⁶⁰² ressalta o papel do mito.¹⁶⁰³ Em certa medida, quando Heller diz que o poder social encontra-se como resultante da imputação social (*cf.* HELLER, 1997, p. 263), está a sugerir que o poder mantém sua posição na medida em que seu exercício encontre apoio público mas, isto sim, desde um pensamento de esquerda que não mantinha relação com o mito exaltado por Mussolini e recepcionado por Schmitt.

O conceito de unidade (*Einheit*) de Schmitt, portanto, realiza movimento que desconecta os valores orientadores das instituições parlamentares de outras onde o carácter mitológico-político sobressaía, claramente interessado não em salvar aos primeiros, mas aos segundos. Por intermédio desta estratégia o autor alcançou o seu cometido de promover o distanciamento do Parlamento da forte figura do Executivo, isto porque, como bem advertira Kelsen,

[...] dentro de una República parlamentaria, en que el Gobierno no es sino una emanación del Parlamento y se halla bajo el control de la oposición y de la opinión pública en general [...] carece de sentido tratar de proteger al Parlamento frente a su propio Gobierno. (KELSEN, 1977, p. 67-68).¹⁶⁰⁴

¹⁶⁰² Esta proximidade de Schmitt com o fascismo de Mussolini é claramente apontada por Waite quando marca o terreno desta simpatia pelo fascismo pela oposição deste à defesa de interesses ocultos, tal como realizava o liberalismo, ou seja, que a sua simpatia se dava “[...] on the grounds that it is the antithesis to the dominion of invisible, private, and so-called indirect power (*potestas indirecta*) [...]” (WAITE, 2008, p. 130). Trata-se aqui de que o Estado fascista encontrava uma interdição suficiente para a fraqueza da representação política de fachada característica do parlamentarismo. Para uma breve notícia deste contato de Schmitt com Mussolini, ver SCHWAB, (1989, p. 60). Schwab dá ciência da contraposição realizada por Schmitt entre o Estado nacional-socialista e o Estado fascista italiano, de onde conclui Schwab que, para Schmitt o primeiro designava um Estado quantitativo enquanto que o último remetia a uma ideia de Estado total qualitativo (*cf.* SCHWAB, 1989, p. 78). Ao trecho anterior sugerimos a tradução que segue: “[...] pela razão de que ele [Estado fascista] é a antítese do domínio do invisível, privado e do assim chamado poder indireto (*potestas indirecta*) [...]”.

¹⁶⁰³ A respeito da caracterização geral do fascismo, ver GENTILE (2007), PARIS (1969) e também TASCA (1969).

¹⁶⁰⁴ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] dentro de uma República parlamentar na qual o governo não é senão uma emancipação do Parlamento e encontra-se sob controle da oposição e da

No texto acima Kelsen ressalta que o governo mantém uma relação direta com o Parlamento ali onde tenhamos um regime republicano parlamentar, onde a forma de organização normalmente remete a uma função de controle deste último sobre o Executivo. Esta ideia, que pode ser defendida por meio do liberal-parlamentarismo de Kelsen, para tudo se opõe ao conceito schmittiano de unidade política, cuja união entre governantes e governados, eliminadora do pluralismo e do dissenso, converge aberta e temerariamente para uma orientação totalitária da concepção do poder político tanto quanto de seu exercício.

Uma vez interditado o debate sobre o valor do parlamentarismo após sua desqualificação como uma instituição que não cumprira suas promessas históricas originárias sobre a representação (*Vertretung*), Schmitt abre a via para a argumentação sobre o regime estruturado sobre a excepcionalidade. Do que trata-se é de que sendo afastada a hipótese parlamentar, e tendo em vista as circunstâncias de alta volatilidade política da época, Schmitt pode aprofundar conceitos ligados a regimes politicamente totalitários, cultura já em gestação em sua filosofia política desde os seus primeiros escritos da década de 20.

Este é um movimento de aproximação a partir do qual Schmitt torna perceptível a orientação totalitária de sua filosofia política e que permite-nos melhor compreender o *locus* desde o qual realiza as suas críticas às instituições parlamentares. Importante, portanto, o movimento de Schmitt em que procura sustentar a tese de que o liberalismo nega a própria essência da democracia e, por sua vez, de que a democracia igualmente nega ao liberalismo. Para Schmitt, a democracia

[...] kann militaristisch oder pazifistisch sein, absolutistisch oder liberal, zentralistisch oder dezentralisierend, fortschrittlich oder

opinião pública em geral [...] carece de sentido tratar de proteger ao Parlamento frente ao seu próprio governo”.

reaktionär, und alles wieder zu verschiedenen Zeiten verschieden, ohne aufzuhören, Demokratie zu sein. (SCHMITT, 2010a, p. 34).¹⁶⁰⁵

Este trecho nos remete a um importante movimento realizado por Schmitt e que visa a desvinculação do conceito de democracia de seus pressupostos liberais. O ano de 1922 esteve marcado por fortes instabilidades políticas e econômicas na Alemanha, que para o autor seria um período de reflexões sob o impacto da observação da invasão da Renânia, ojeriza histórica que faria publicar, avançado o ano de 1940, textos reunidos escritos entre 1923 e 1939 sob o título de *Positionen und Begriff im Kampf mit Weimar-Genf-Versailles* (ver SCHMITT, 1994b). No ano seguinte de 1923, já em seus primeiros movimentos, Schmitt faria publicar a sua *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*. Sob tais circunstâncias históricas, neste livro Schmitt tece a sua radical crítica à democracia. Neste texto procederá aos mais consistentes passos no sentido de permitir a futura defesa da democracia como ditadura, ao desvincular a primeira de suas mais profundas raízes liberais ao afirmar que “Beides, Liberalismus und Demokratie, muß voneinander getrennt werden [...]” (SCHMITT, 2010a, p. 13).¹⁶⁰⁶ Esta tentativa de separação conceitual entre liberalismo e democracia é um prévio e importante movimento para o desenvolvimento de todo o trabalho de Schmitt.

Esta diferenciação conceitual realizada por Schmitt parte da ampliação do campo conceitual da própria democracia, que passa a compreender também roteiros que, do ponto de vista bélico revelem-se militaristas e/ou violentos, que do ponto de vista político revelem-se centralizadores e/ou reacionários. Nisto encontramos um movimento conceitual relevante no sentido de uma profunda reorientação das

¹⁶⁰⁵ Para o texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] pode ser militarista ou pacifista, absolutista ou liberal, centralista ou descentralizadora, progressista ou reacionária, e tudo isto de forma isolada, em épocas diferentes, e sem deixar de ser democracia”.

¹⁶⁰⁶ A tradução sugerida para o texto acima é: “Ambos, liberalismo e democracia, devem ser separados [...]”.

possibilidades do conceito de democracia.¹⁶⁰⁷ Com esta nova dimensão disponibilizada para o conceito de democracia, por ampla e compreensiva, ela potencialmente absorveria qualquer tipo de organização política imaginável em qualquer momento da história. Este é um movimento que interessa a Schmitt pois, embora não o diga expressamente, sugere a transposição de um conceito que designa as características de um específico sistema político para descrever qualquer organização do político o que, por certo, foge aos padrões que consagrou a terminologia cientificamente e abre por completo as portas para a distorção da mesma.¹⁶⁰⁸

Esta desvinculação do liberalismo do conceito de democracia é algo que parece-nos ser reforçado pela crítica contemporânea da leitura de Schmitt realizada por Mouffe (*cf.* MOUFFE, 1999a, p. 147). Contudo, quando a autora admite o triunfo liberal (*cf.* MOUFFE, 1999a, p. 161) e sua parcial filiação aos seus valores, restaria ainda por melhor explicar se em que grau a sua percepção poderá manter compromisso com a viviseção entre o liberalismo e a democracia realizada por Schmitt. A manutenção da congruência interna na reflexão da autora quanto às relações entre liberalismo e democracia a partir de sua recepção de Schmitt sugere que ela haveria de inclinar-se pelas opções deste último. Para Schmitt o conceito de democracia não comporta a pluralidade, senão ao contrário, conforme reconhece Mouffe, “La democracia requiere la existencia de un demos homogéneo, y esto impide cualquier posibilidad de

¹⁶⁰⁷ A realização desta separação implicará distanciamentos conceituais capazes de justificar a eliminação de conteúdos fundamentais em matéria política que, logo, iriam igualmente impactar profundamente em sua interpretação constitucional (ver SCHMITT, 1992b).

¹⁶⁰⁸ Paralelamente, esta separação lhe permitirá identificar o liberalismo aos valores burgueses, dois conceitos ao qual endereçaria críticas e, por outro lado, empregaria esforços na reconstrução de um totalmente diverso conceito de democracia afeito e compatível com o conceito de ditadura que não foi exatamente um movimento inovador de Schmitt, senão já presente entre os antigos (ver ARENDT, 1974, p. 394).

pluralismo” (MOUFFE, 2003, p. 66),¹⁶⁰⁹ em suma, que subjaz uma contradição invencível entre o que se entende em Schmitt por pluralismo liberal e, por outro lado, democracia (cf. MOUFFE, 2003, p. 67). Contudo, de fazê-lo, a autora atacaria diretamente os princípios liberais que sustenta defender quando admite o triunfo de uma série de princípios liberais, dentre os quais, embora não exclusivamente, os direitos políticos, que por definição supõem a pluralidade de posições perante a sua temática.

Mouffe chama a atenção para que em sua crítica ao parlamentarismo Schmitt não foca as suas críticas para a democracia (cf. MOUFFE, 1999a, p. 166) mas, antes, ao liberalismo. Convergimos com Mouffe quando ressalta que o alvo de Schmitt não é, em verdade, a democracia – cujo conceito, a dizer verdade, torce e retorce –, mas sim o liberalismo (cf. MOUFFE, 1999a, p. 152), cujo elemento de pluralidade não suporta nem admite sob qualquer circunstância.¹⁶¹⁰ Outro de seus elementos que resultará definitivo para sua ferrenha oposição diz respeito à convicção teórica liberal acerca do processo de surgimento e legitimação das leis, a saber, por meio de debates no Parlamento que, como bem ressalta Mouffe, resume-se na *veritas*, e não na *auctoritas* (cf. MOUFFE, 1999a, p. 152), concepção que, deveras, não lhe seria útil, senão todo o contrário.

Sua crítica à democracia representativa parlamentar supõe que sequer trata-se de uma subespécie de democracia mas, antes, que ela representa, isto sim, “[...] lo *no-democrático* en esa ‘Democracia’” (SCHMITT, 1992b, p. 216-217). Isto leva Schmitt a argumentar em prol do exercício político direto por parte da população. O apoio à

¹⁶⁰⁹ Sugerimos a seguinte tradução ao texto acima: “A democracia requer a existência de um demos homogêneo, e isto impede qualquer possibilidade de pluralismo”.

¹⁶¹⁰ Em um dos momentos em que Schmitt remete à análise do pluralismo, o faz na análise da teoria de Estado pluralista inglesa na figura de G. D. H. Cole e Harold Laski, cujo pluralismo, diz, consiste em “negar a unidade soberana do Estado, ou seja, a unidade política, e salientar reiteradamente que o homem individual vive em numerosas e diferentes ligações e agrupamentos sociais [...]”. (SCHMITT, 1992, p. 66; 69-70).

democracia direta por Schmitt tem seu ponto de arranque na argumentação de que originariamente a população arranjava para manifestar-se sobre todos os temas que lhe diziam respeito. Contudo, a complexidade das sociedades torna-se argumento para que Schmitt manipule a seu favor, ou seja, de que o Parlamento torna-se um elemento que teria advindo para suprir tal dificuldade e, ainda, como democrático.

Contudo, parece-nos que Mouffe não atenta para qual seja o conceito de democracia que é alvo da crítica de Schmitt e qual é o conceito de democracia que Schmitt passa a propor, incompatível, por seu turno, com o viés político liberalizante de que Mouffe se apresenta como defensora. Conforme nos recorda Wiley em sua crítica a Mouffe, a autora se vale de um conceito de democracia segundo Schmitt que inclui o conceito de homogeneidade (*homogenität*), e este requer exclusão (*cf.* WILEY, 2002, p. 485). O liberalismo ao qual Mouffe se adscrive não poderá manter uma linha de congruência quando recepcione Schmitt nos aspectos conceituais suprarreferidos.

Mouffe começa um dos textos que dedica à análise do político em Schmitt (ver MOUFFE, 1999a, p. 161-181), propondo a questão de que o liberalismo estaria a propiciar um crescente desinteresse pela vida política, algo que já seria a marca das democracias ocidentais (*cf.* MOUFFE, 1999a, p. 161). Não é o nosso objetivo aqui debater o acerto do enfoque empírico da observação de Mouffe mas, antes, que este não é, de fato, um tema schmittiano, porquanto não há interesse da filosofia política de Schmitt na maximização das questões participativas, sendo os seus ataques ao Parlamento uma das provas mais concretas a este respeito.¹⁶¹¹

¹⁶¹¹ Interessa aqui ressaltar que uma das fontes schmittianas para a estruturação de seus ataques ao Parlamento foi o pensamento conservador de De Maistre e De Bonald e que, logo, anti-ilustradas, não parecem convergir positivamente para os projetos crítico-liberais e pós-marxistas como os que Mouffe sustenta defender.

Conforme reconhece Mouffe, para Schmitt a instituição parlamentar é um sistema que depende do embate irrestrito de opiniões (*cf.* MOUFFE, 1999a, p. 163), razão pela qual uma série de direitos liberais haveriam de acompanhar tal sistema, mas o fato é que Schmitt encontra-se com um conceito de democracia que nega o liberalismo e a discussão pública que subjaz às instituições parlamentares. Schmitt não privilegiará de modo algum a participação política senão que a exclui indiretamente quando concentra os poderes políticos de modo cesarista na figura do Executivo, passagem para a qual Mouffe não nos oferece uma resposta direta e nem tampouco a que aos governados não caiba qualquer intervenção ou espaço para a tentativa de influenciar no exercício do poder.¹⁶¹²

Sendo o tema da participação retirado da centralidade de suas preocupações, Schmitt ainda assim é retomado por Mouffe ao comentar que o crescente desinteresse pela política nas sociedades liberais sugere uma perigosa erosão dos valores democráticos (*cf.* MOUFFE, 1999a, p. 161). Schmitt não tem uma resposta para o problema da participação política, e nem se propõe a oferecer uma. Isto sim, aponta para a neutralização do político realizada pelo liberalismo, mas isto é algo que não diz respeito a falta de participação política, mas a restrição da expansão do Estado em áreas da vida que o liberalismo procura limitá-lo. Inversamente, quando Schmitt critica o político por sua postura antiliberal significa ocupar-se a realização de uma aposta em uma filosofia política de corte totalitário.

¹⁶¹² Em palestra realizada em visita ao Programa de Pós-Graduação da UFPR em 07 de maio de 2010, em resposta a uma das perguntas dirigidas pela platéia, especificamente pela pós-graduanda Diana Carolina Valencia Tello, cujo cerne era a visão da palestrante sobre a situação política venezuelana sob o regime de Chávez. A resposta da palestrante indicou tratar-se de um regime democrático. Esta resposta de Mouffe sugere-nos uma clara aproximação sua ao modelo schmittiano de concentração de poderes, em destituição expressa do papel parlamentar (que no caso venezuelano é controlado, assim como também as liberdades públicas e o próprio Poder Judiciário), restando a figura de um Poder Executivo em direta ligação com os governados, voltando ao conceito de unidade entre governante e governados.

Desde esta angulação apresenta-se Schmitt como um dos campeões da crítica ao liberalismo, um “[...] intérprete singular y máximo debelador de la cultura política demoliberal” (LUCAS VERDU, 1989, p. 34)¹⁶¹³ com o qual restavam afastadas as possibilidades de convergência com um discurso parlamentar ou em prol da democracia de massas. As suas eram críticas reputadas como injustas por não poucos contemporâneos dos anos 30, dada a longa folha de serviços prestados pelo parlamentarismo ou, ainda, como propusera Kelsen, que tais instituições tinham sua história vinculada à luta pelas liberdades (cf. KELSEN, 2000, p. 46) das quais, aliás, muito se valeu toda uma ampla gama de críticos do parlamentarismo, Schmitt incluído, durante ao menos uma década inteira na Alemanha, para desenvolver seus sorrateiros projetos de corrosão de suas estruturas.

A crítica kelseniana às intervenções schmittianas, e em especial, no que concerne ao parlamentarismo, sugere-nos ser adequado retomar brevemente o que Kelsen entenda pelo conceito de parlamentarismo para, momento seguinte, compreendermos a sua posição a respeito. Segundo o autor, parlamentarismo significa “[...] formación de la voluntad decisiva del Estado mediante un órgano colegiado elegido por el pueblo en virtud de un derecho de sufragio general e igual, o sea democrático, obrando a base del principio de la mayoría” (KELSEN, 1977, p. 50).¹⁶¹⁴ Encontramos nele a ideia de que o Parlamento é um mero representante do querer popular “[...] y que el pueblo puede exteriorizar su voluntad solamente dentro de y por

¹⁶¹³ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] intérprete singular e máximo combatente da cultura política democrático-liberal”.

¹⁶¹⁴ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] formação da vontade decisiva do Estado mediante um órgão colegiado eleito pelo povo em virtude de um direito de voto geral e igual, ou seja, democrático, operando à base do princípio da maioria”.

el Parlamento [...]” (KELSEN, 1977, p. 53)¹⁶¹⁵ e a ideia de representação (*Vertretung*) está em franco desacordo com a concepção schmittiana, na qual a unidade (*Einheit*) com o soberano era o real representante (*Repräsentation*) capaz de demonstrar a genuína democracia.

Kelsen apresenta a democracia e sua relação com o parlamentarismo de forma inversa àquela apresentada por Schmitt, cuja conexão é pensada desde o liberalismo para, passo seguinte, destacar o quão nefastos eram para os interesses de seu renovado conceito de democracia. O argumento de Kelsen, contudo, era de que “[...] el fallo sobre el parlamentarismo es, a la vez, el fallo sobre la democracia” (KELSEN, 1977, p. 50),¹⁶¹⁶ ideia que Schmitt poderia recepcionar desde que fora afirmado que o término do primeiro era a própria condição de possibilidade para o segundo. Isto sim, o ponto diferencial entre ambos que torna-se mister admitir é de que para Kelsen a “[...] democracia e parlamento não são idênticos” (KELSEN, 2000, p. 46) e que, se houvesse de ter em conta os experimentos políticos dos Estados desenvolvidos, então não se poderia imaginar um Estado desconstituído de Parlamento.

A aproximação realizada por Kelsen, de que a decisão que se tome relativamente ao parlamentarismo consiste em um definitivo posicionamento sobre a democracia, quiçá condenatório, leva-nos a compreender que ele, positivamente, haveria também de posicionar-se, no campo da filosofia política, não a partir da ótica de sua filosofia jurídica (teoria pura do direito), em prol dos valores democráticos clássicos. Isto sim, em algum momento Kelsen parece expor-se com certa dose de otimismo, ao chamar a atenção para o fato de que ainda os discursos que reclamavam pelo Estado em que a

¹⁶¹⁵ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] e que o povo pode exteriorizar sua vontade somente dentro do Parlamento e por intermédio dele [...]”.

¹⁶¹⁶ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] a decisão sobre o parlamentarismo é, ao mesmo tempo, a decisão sobre a democracia”.

ditadura triunfaram, que os mesmos não poderiam se apresentar, na prática, mais do que como meros reformadores (*cf.* Kelsen, 1977, p. 60).¹⁶¹⁷ Os próximos seriam anos que lhe recomporiam a forma de ver o tema.

Com o decorrer da argumentação apresentada ao longo deste capítulo e, em especial, nesta última parte, procuramos contrapor a crítica parlamentar e democrática schmittiana à leitura liberal de Kelsen acerca das mesmas matérias. Nesta medida, portanto, é que sugerimos poder encontrar um ponto de confluência teórica com os avanços da teoria nacional-socialista, e a contraposição parcial com o texto kelseniano parece-nos especialmente ilustrativo a este respeito.

Sugerimos que um destes momentos de aproximação pode ser encontrado precisamente no conceito de democracia manejado por Schmitt, fundamental para a compreensão e justificação de expressivos aspectos da interpretação aqui sugerida de sua teoria, conceito este que muito dista daquele que hodiernamente manejamos. Neste sentido, Kelsen dá um passo além e identifica a luta pelo parlamentarismo com a luta pela própria liberdade política. Inversamente a Schmitt, Kelsen identifica correntes da época em que “[...] se olvida, con frecuencia, dirigiendo críticas, muchas veces injustas, contra el parlamentarismo” (Kelsen, 1977, p. 50),¹⁶¹⁸ críticas estas já historicamente levantadas por movimentos apaixonadamente contrários tanto a democracia como ao parlamentarismo (*cf.* Kelsen, 1977, p. 63). Neste aspecto, o diálogo entre Schmitt e Kelsen encontra mais uma de suas interdições.

¹⁶¹⁷ Contrapondo esta ideia algo otimista de Kelsen à filosofia política de Schmitt logo parece ser possível compreender os dois movimentos realizados por este último no sentido de descolar os conceitos de democracia, liberalismo e parlamentarismo. Schmitt necessitou desconectar a democracia do parlamentarismo no sentido de afirmar um novo conteúdo da democracia como homogeneidade para, momento seguinte, poder realizar o seu movimento de identificação do liberalismo com o parlamentarismo, procedendo, então, a um amplo processo de desqualificação de ambos.

¹⁶¹⁸ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] se esquece, com frecuencia, dirigindo críticas, muitas vezes injustas, contra o parlamentarismo”.

Ao atacar tão acidamente as debilidades do Parlamento, Schmitt irá inclinar-se pelo retorno ao político, isto é, à fala sobre o conceito de decisão (*Entscheidung / Entschluss*) direta por parte dos interessados, a saber, do povo (*Volk*). Em outros termos, passa à defesa da ideia da democracia plebiscitária (cf. MOUFFE, 1999a, p. 152) na qual, segundo seu esquema, a manifestação popular termina por concentrar todos os poderes na figura do aclamado. A aclamação funciona em Schmitt como a melhor forma de expressão democrática da vontade do povo (*Volk*) (cf. SCHMITT, 1996a, p. 17), situação na qual lhe resta claro o quanto o mecanismo parlamentar apenas sobrevive na qualidade de uma “máquina artificial” (*Ib.*), talvez tão inadequada para cumprir suas funções precípua quanto, analogamente, os automóveis nas grandes metrópoles para Spengler (cf. SPENGLER, 1980, p. 119).

Contudo, em Schmitt este recurso à decisão como força de decisão direta dos interessados requeriria a intervenção do conceito de unidade entre governantes e governados para que pudesse se mostrar justificável, embora, na prática, o regime que inspirou, o do *Führer*, em momento algum utilizasse o recurso à democracia plebiscitária nada mais do que para reforçar as suas próprias decisões. Em outros termos, como recordar Bracher, trata-se de que os plebiscitos realizados não obrigavam a figura do *Führer*, senão que constituíam mera ratificação *a posteriori* de suas ações (cf. BRACHER, 1995b, p. 79), de sorte a torná-las legitimadas pelo suposto caráter democrático de tom schmittiano. Assim, o que temos aqui é um reflexo de uma “[...] unidad presupuesta [...] la mística armonía caudillo-pueblo se agotaba la Constitución del Tercer Reich”. (BRACHER, 1995b, p. 79).¹⁶¹⁹

O suposto reforço das estruturas da democracia direta realizado por Schmitt em verdade remetia a uma estrutura de poder soberana na figura do Executivo, e marca com

¹⁶¹⁹ Para o texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] unidade pressuposta [...] a mística harmonia caudillo-povo se esgotava a Constituição do III Reich”.

acuidade o seu campo de operações como bastante distanciado de seu antípoda teórico, Kelsen. É que enquanto para Schmitt o político opera em campo independente, e hierarquicamente determinante do direito, para Kelsen é o direito quem opera em campo hierarquicamente superior e delimitador das possibilidades do político, ideia com a qual, desde logo, Schmitt não poderia convergir. Para Kelsen, portanto, a estrutura parlamentar deve estar marcada de forma importante pela representação (*Vertretung*) de

[...] todos los grupos políticos [que] se hallen representados en el mismo, proporcionalmente a su fuerza, para que el planteamiento real de los intereses, que es el primer supuesto para el logro de una transacción, queda reflejado exactamente por el Parlamento. (KELSEN, 1977, p. 90).¹⁶²⁰

Não se trata apenas do realce do papel do Parlamento encontrado em Kelsen, que não está presente em Schmitt mas, antes, que Kelsen reforça a importância da negociação política, ideia cuja ausência em Schmitt inexoravelmente sugere a confirmação de um roteiro político em que a pluralidade e a dissidência não são absolutamente compatíveis com as expectativas do regime. Neste contexto de debates de interesses esboçado por Kelsen emerge o Parlamento como estrutura representativa adequada que visa reforçar a tendência liberal de impedir que as maiorias possam encontrar formas de constituição, e expressão, que lhes permita exercer um domínio (*Herrschaft*) sobre as minorias (*cf.* KELSEN, 1977, p. 90). Em Schmitt tal preocupação não tem lugar por força de que há uma minoria, de governantes, que exerce o mais completo domínio por intermédio do *Führer* sobre todos os demais.

O reforço da ideia do governo por meio de um *Führer*, guardião da constituição (ver SCHMITT, 1996g) e de poderes já delineados no início da década de 20, e que encontraria os meios de explorar todo o enfeixamento de poderes em seu cargo e

¹⁶²⁰ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] todos os grupos políticos se encontrem representados nele, proporcionalmente a sua força, para que o enfoque real dos interesses, que é o primeiro suposto para alcançar uma transação, fique refletido exatamente pelo Parlamento”.

pessoa. Isto significava que o relevante papel que haveria de ser desempenhado pelo movimento inicial de ruptura teórica entre liberalismo e democracia encontraria seu encausamento natural no conceito de ditadura schmittiano. A este respeito há trecho bastante esclarecedor a respeito de sua posição: “Es ist aber wichtig, darauf zu achten, weil es zeigt, daß Diktatur nicht der Gegensatz zu Demokratie ist”. (SCHMITT, 2010a, p. 37).¹⁶²¹

Ao encaminhar a finalização das linhas deste capítulo torna-se importante sublinhar que a posição de Schmitt é clara a respeito da ditadura, encontrando ainda espaço para reforçar que “[...] Diktatur ist ebensowenig der entscheidende Gegensatz zu Demokratie wie Demokratie der zu Diktatur” (SCHMITT, 2010a, p. 41).¹⁶²² Em que pese em nossos dias Schmitt apareça como disseminador desta ideia, ela já era localizável na filosofia do marxista Max Adler (1873-1937). Segundo comenta Ananiadis, encontramos no autor uma diferenciação entre democracia e ditadura em seu conceito de democracia social mas, por certo, isto não se aplica ao caso da democracia política. No primeiro caso, o parlamentarismo não consegue sequer em suas mais bem acabadas formas acabar com o domínio da minoria sobre a maioria, senão até mesmo legitimá-la por meio da aplicação do princípio majoritário das decisões (*cf.* ANANIADIS, 1999, p. 122). Já o conceito autêntico de democracia que procura evitar tal domínio, longe de diferir da ditadura, dela encontra-se próximo por evitar a aplicação do princípio da regra majoritária nos processos decisórios, ao contrário, sugerindo a concentração de poderes nas mãos de um só apenas.

¹⁶²¹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “É importante observar quão evidente é que a ditadura não é mesmo o contrário da democracia”.

¹⁶²² O trecho acima comporta a seguinte tradução: “A ditadura não é o oposto decisivo da democracia assim como também a democracia não o é da ditadura”.

É franca a defesa de Schmitt da ideia de que a democracia não contradiz a ditadura mas, além disto, que é o liberalismo quem verdadeiramente contradiz os princípios democráticos malgrado a tradição criada em torno dos dois princípios. Contudo, Schmitt não foi o primeiro em tentar compatibilizar democracia e ditadura. Efetivamente, não foi o primeiro e nem esteve só ao dizê-lo. Em termos absolutamente idênticos, Hitler sustentara ainda na década de 1920¹⁶²³ a ideia, ao dizer que

[...] la genuina democracia germánica de la libre elección del Führer [...]. Una democracia tal no supone el voto de la mayoría para resolver cada cuestión en particular, sino llanamente la voluntad de uno solo [...]. (HITLER, 2004, p. 30).¹⁶²⁴

Hitler destaca a ideia de uma genuína democracia alemã como aquela em que a vontade do *Führer*, de forma isolada, decide soberanamente. Esta democracia hitleriana para nada se distancia daquilo que nos confirmaria Schmitt, por exemplo, em sua afirmação de que a democracia não contradiz a ditadura.

Despiciendo ressaltar que o conceito de democracia em Schmitt, e de Hitler, não é o mesmo que habitual e comumente manejamos, de corte liberal, em que os direitos humanos e as liberdades ocupam lugar central. O expresso reconhecimento do autor de que a “[...] ditadura não é o oposto da democracia” (SCHMITT, 1996a, p. 29) é um passo importante a ser ressaltado quando desejemos pensar a crítica schmittiana tanto ao liberalismo quanto ao parlamentarismo e ao político. Este movimento, por certo, permanece atrelado à leitura sobre o tema desenvolvido entre os seus interlocutores diretos, como também com a cultura conservadora revolucionária e totalitária de seu tempo.

¹⁶²³ A referida obra, *Mein Kampf*, foi escrita em dois momentos. No primeiro deles, quando ainda preso, em 1925, Hitler escreve sua primeira parte, que conclui após sua soltura em 1926.

¹⁶²⁴ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] a genuína democracia germânica da livre eleição do Führer [...]. Uma democracia não supõe o voto da maioria para resolver cada questão em particular, mas sim basicamente a vontade de um só [...]”.

O que Schmitt permite com esta sua compatibilização do conceito de democracia com o conceito de ditadura é a introdução de uma indefectível lógica, qual seja, a da identidade entre governantes e governados. Aqui residirá a essência do conceito de democracia para Schmitt, em suma, entre a vontade popular emanada dos governados apreendida pelo governante e positiva em lei. Nos termos de uma concepção política cesarista, não será este produto jurídico um limite inarredável aos desígnios da vontade do soberano.

A estratégia de Schmitt de aproximar o conceito de democracia do conceito de ditadura é, portanto, francamente dos propósitos do autor. Schmitt não procura deslocar o conceito de democracia de sua filiação liberal quando mais não fosse para trazê-la em favor de seu campo argumentativo. Este movimento não se daria, portanto, para o campo liberal ou democrático segundo uma acepção que a social-democracia do período poderia reclamar. Portanto, quando Schmitt torna compatível a democracia com a ditadura, o autor tem algo a nos dizer sobre um modo de organização política definitiva (ditadura soberana) e não apenas sobre um instrumento do qual lançar mão em momentos de crise (ditadura comissária), dualidade conceitual que aparece em sua *Die Diktatur* de 1921.

Esta posição de Schmitt constitui um precedente lógico-ideológico que tornaria viável e congruente sua posterior adesão formal e institucional ao nacional-socialismo sem necessidade de realizar uma ruptura teórica. À parte esta conexão mencionada, Schmitt retoma o argumento de Donoso de que o “[...] momento da última batalha chegara: perante o mal radical, só existe uma única ditadura, e a ideia legitimista da sucessão passa a ser, num instante como esse, uma simples teimosia inócua”. (SCHMITT, 1996b, p. 130).

Esta conexão teórica que lhe permitiria aderir ao nacional-socialismo nos faz recordar a previsão de Schmitt sobre um dos riscos que corria a democracia e todos os democratas. Oportunamente, embora com propósitos ignotos, recordava o perigo de que a democracia “[...] venha a ser utilizada para eliminar a democracia, por isso o democrata radical deve se decidir se continua sendo um democrata mesmo contra a maioria ou se renuncia a si mesmo” (SCHMITT, 1996a, p. 28). Neste sentido cabe questionar se Schmitt poderia entender-se como um dos democratas que, na encruzilhada, haveriam de renunciar aos seus princípios ou, pelo menos, desistir de empenhar-se em sua defesa dos valores democráticos¹⁶²⁵ como, de alguma forma, parece ser uma tese implícita ao que nos dizem Rauschning, Bendersky e, por fim, Mouffe. A rigor, parece-nos o contrário, ou seja, que Schmitt encontra-se entre os detratores da democracia liberal que não necessitou “renunciar a si mesmo”.

No que tange ao Parlamento e sua relação com a democracia, há argumento para o qual Kelsen nos alerta. O autor faz referência a que o destino do parlamentarismo decidiria, finalmente, ao que seria tomado pela democracia, uma vez que era ele a única

¹⁶²⁵ Sugere Rauschning que “[...] a good proportion of those democrats whose make such a show of loyalty to the cause of freedom have long abandoned it in their minds as a lost cause. These are the half-hearted and the skeptical defenders of democracy” (RAUSCHNING, 1941, p. 86). Esta observação nos remete a refletir sobre o cuidado constante, ademais de intenso, que as instituições democráticas supõem, tanto em termos reflexivos quanto prático-políticos. Contudo, a perda ou o mero descaso com as instituições democráticas naquele período histórico igualmente parecem ser devidas, ademais da falta de funcionalidade do regime, incapaz de responder a algumas das mais acuciantes questões, também pela cultura sociopolítica todavia latente naquela sociedade herdada do período monárquico do Kaiser Wilhelm II, cuja imagem de relativa estabilidade, e os valores reinantes naquela situação, todavia saltavam em melhor posição quando comparados com sua atual República de Weimar. A real estabilidade do futuro encontra-se presente no texto conservador revolucionário derivado daquilo que Spengler entende ser como os valores que são transmitidos nossos pais “ao nosso sangue, idéias sem palavras”. (SPENGLER, 1941, p. 10). Ao trecho anterior sugerimos a seguinte tradução: “[...] uma boa proporção destes democratas que deram esta mostra de lealdade à causa da liberdade abandonou-a como causa perdida em suas mentes. Estes foram insinceros e céticos defensores da democracia”.

forma possível de realização da democracia (e de seus valores) nos Estados modernos (cf. Kelsen, 2000, p. 46), dadas e consideradas as suas especificidades. Quanto a este aspecto, Kelsen não se equivocaria, tanto que o grande empenho de Schmitt para afirmar os princípios antidemocráticos (entendido este conceito desde a ideia de democracia esposado pelo liberalismo) foi abraçar a causa antiparlamentar que sustenta a possibilidade de concretização democrática.

A causa antiparlamentar a qual adere graciosa e firmemente Schmitt contém certa complexidade quando tomada em paralelo com sua crítica ao liberalismo. Um dos aspectos amplamente destacados por Schmitt em sua crítica ao Parlamento é de que os interesses ali representados já não mais condiziam com os populares, verdadeira *raison d'être* da instituição. Sustenta que os argumentos representados são, na verdade, de grupos de interesse bastante bem definidos. Neste sentido, por exemplo, Herrera ressalta para o “[...] lazo genético entre ‘mercado’ e ‘parlamentarismo’”. (HERRERA, 1998, p. 210).

Isto sim, se Schmitt fixa sua crítica ao Parlamento em que a representatividade encontrava-se em crise, a saber, que não haveria trânsito adequado entre o querer dos governados e aquele positivamente expressado e traduzido em normas jurídicas por parte dos governantes, é possível propor-lhe contra-argumentação a Schmitt. Esta pode ser articulada em torno a que, provavelmente, a sua crítica apenas tem como pano de fundo, embora não declarado, uma perspectiva metapolítica, e pouco mais do que isto.

A crítica de Schmitt de que a representação (*Vertretung*) encontra-se em crise por representar interesses de grupos específicos parece guardar lugar implicitamente a que existem interesses que podem ser perfeitamente representados. Esta possibilidade pode ter lugar por meio de seu recurso surreal da identificação entre as vontades dos governantes e dos governados, de qualquer sorte, recorrente e apenas capaz de ser

expresso pelo conceito de representação espiritual (*Repräsentation*). Neste sentido, por exemplo, comenta Kelsen que

[...] el ideal de interés colectivo superior a los intereses de grupo y, por consiguiente, ‘suprapartidista’, esto es, la solidaridad de intereses de todos los miembros de la colectividad sin distinción de confesión, nación, clase, etcétera, viene a ser una ilusión metafísica o, mejor dicho, ‘metapolítica’. (KELSEN, 1977, p. 42).¹⁶²⁶

Em seu contendente, Kelsen é perceptível, igualmente, à recepção de crítica à democracia e ao parlamentarismo. Kelsen admite que o parlamentarismo apresenta estruturas que constituem “[...] una limitación de la democracia, pero lo considera necesario y única forma real por la que el ideal democrático puede realizarse frente a la imposibilidad material de la democracia directa” (HERRERA, 1998, p. 211).¹⁶²⁷ Inviável a democracia direta nos termos clássicos, isto sim, Schmitt ainda poderia recorrer ao conceito de *acclamatio* para sustentar sua ideia de democracia a ser exercida por meio da figura de um único destinado a decidir, a saber, o soberano: o caminho para a ditadura estava posto.

A crítica kelseniana ao parlamentarismo é aprofundada quando considera que a sua legitimação depende da intervenção popular mas que esta, ao fim e ao cabo, constitui tão somente uma máscara totêmica, espécie de ocultamento político que se dá para disfarçar a inépcia prática do conceito de representação popular¹⁶²⁸ que Schmitt

¹⁶²⁶ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] o ideal do interesse coletivo superior aos interesses de grupo e, por conseguinte, “suprapartidário”, isto é, a solidariedade de interesses de todos os membros da coletividade sem distinção de confissão, nação, classe, etc., vem a ser uma ilusão metafísica ou, melhor, “metapolítica”.

¹⁶²⁷ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] uma limitação da democracia, mas o considera necessário e também a única forma real pela qual o ideal democrático pode ser realizado perante a impossibilidade material da democracia direta”.

¹⁶²⁸ Sugerimos que aqui a melhor expressão germana é *Volksrepräsentation* e não, como sugerem alguns, *Volksvertretung*, precisamente devido à diferenciação conceitual imposta por Schmitt entre *Repräsentation* (representação espiritual) e *Vertretung* (representação derivada de processo eleitoral). Em Schmitt, como sabemos, a opção é pela primeira.

destaca haver estado em conflito com o poder monárquico no século XIX (cf. SCHMITT, 2008, p. 43) e que finalmente triunfaria temporariamente por intermédio da cultura republicana weimariana. Em suma, trata-se de que por meio deste movimento fica claro o quanto encontra-se limitado o conceito de parlamentarismo devido às restrições práticas de seu elemento constituinte, o de representação política. É possível interpretar desta leitura de Kelsen que o problema nevrálgico no parlamentarismo encontra-se no exercício indireto da vontade soberana que, ao menos conceitualmente, é a chave do conceito de democracia.

A análise kelseniana que parte da ótica liberal questiona a legitimação política dos regimes fugidios à estruturação parlamentar. Especificamente no caso germano, as massas populares entendidas como meros rebanhos desde as fileiras conservadoras mostravam-se despreocupadas com a sua genuína inclusão no quadro político mas, antes, demasiado cuidadosas com os instrumentos de domínio adequados para a nova realidade. Para tal finalidade, reclamavam a exercer o seu papel a figura de um pastor. Hitler, oportunista, reconheceria este papel como o seu papel, indispensavelmente necessário de ser ocupado por aquele que mantivesse planos de domínio similares aos do conceito do soberano *Führer* presentes nas linhas schmittianas. As massas, portanto, exerciam um papel central no roteiro político do nacional-socialismo:

The movement must avoid everything which may lessen or weaken its power of influencing the masses... because of the simple fact that no great idea, no matter how sublime or exalted, can be realized in practice without the effective power which resides in the popular masses. (*apud* BULLOCK, 1990, p. 69).¹⁶²⁹

A visão totalitária apostava claramente por este aprofundamento do controle das massas, das quais tudo dependia a política daqueles dias. Naquele momento histórico,

¹⁶²⁹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “O movimento deve evitar qualquer coisa que possa diminuir ou enfraquecer o seu poder de influenciar as massas... devido ao simples fato de que nenhuma grande ideia, nenhum tema sublime ou digno de exaltação possa ser realizado na prática sem o efetivo poder que reside nas massas populares”.

em suma, a percepção hitleriana, e de boa parte da teoria que lhe emprestava apoio, era de que “[...] la ‘masificación’ [era] el gran peligro y se esfuerza, a tono con ello, por atar corta, abiertamente, a todo lo que sea el poder de las masas” (LUKÁCS, 1959, p. 639),¹⁶³⁰ e esta era uma ideia compartilhada pela elite do partido bem como também por Schmitt. A massificação aqui apontada como risco representava um conceito inequivocamente incompatível com as instituições parlamentares mas, isto sim, compatibilizável com o regime democrático-ditatorial ínsito às linhas schmittianas.

Grande parte do antevisto perigo da massificação estava no temor da triunfante Revolução soviética tanto quanto pelo avanço dos partidos socialistas no cenário político, ao tempo em que também massas de indivíduos abandonavam os campos para engrossar as fileiras de novos trabalhadores à busca de ocupação no meio urbano. Isto tornaria a massa um elemento de fácil manobra política nos períodos de crise, notavelmente para os ativos militantes do marxismo, no sentido de engrossar as fileiras dos partidos trabalhistas (*cf.* VON KLEMPERER, 1968, p. 41) ou de inspiração demagógico-nacionalistas insuflando sentimentos contra o regime.

Schmitt em absoluto poderia permanecer alheio a este problema, mas a sorte de encaminhamento político que promoveria tinha características antiliberais e distanciadas de qualquer viés humanista. O temor ao socialismo soviético era comparável aos danos capazes de ser infligidos pela cultural liberal-burguesa. Assim, Schmitt não hesitará em também combater firmemente as circunstâncias em que as massas se apresentavam como uma poderosa arma para a manobra por parte dos partidos trabalhadores de massa.

A preocupação de Schmitt, contudo, não teria como eixo qualquer orientação de caráter social, senão estritamente pensada em termos de dominação e do exercício

¹⁶³⁰ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] a massificação era o grande perigo e se esforça, em consonância com isto, por manter próxima e abertamente atado a tudo quanto diga respeito ao poder das massas”.

eficaz do poder político. Em sentido próximo a este distanciamento schmittiano das causas sociais, Lukács aponta que para Schmitt era flagrante “[...] su desprecio por el hombre no conoce ya límites” (LUKÁCS, 1959, p. 681). Para Schmitt, assim como para a tradição conservadora elitista, havia um homem marcado por uma

[...] ciega inteligencia de éste, su pobre voluntad y el ridículo impulso de sus apetitos carnales, le parecen algo tan lamentable, que las palabras de las lenguas humanas reunidas serían pocas para expresar toda la vileza de esta criatura. (LUKÁCS, 1959, p. 681).¹⁶³¹

A descrição realizada por Lukács aproxima Schmitt da visão antropológica rigidamente conservadora de homens como Donoso e De Maistre tanto quando do mencionado conservadorismo spengleriano. Segundo tal discurso, muitas destas vis criaturas humanas, dedicadas aos apetites carnaís e guiadas por cegos impulsos, não passavam de homens desesperados à busca da sobrevivência em uma sociedade recém industrializada, todavia despida de mecanismos sociais como redes de proteção eficiente para os trabalhadores. Sendo assim, não haveria que encontrar demasiados pejos para a aplicação de políticas de puro domínio (*Herrschaft*) e, neste sentido, portanto, nada teria a dizer alguma estrutura de poder parlamentar.

Finalizamos este capítulo VIII com a pretensão de ter exposto a centralidade que ocupa na filosofia política schmittiana a sua diatribe contraparlamentar para o que o contraponto kelseniano haverá de ter ocupado importante espaço tanto quanto o tênue pano de fundo argumentativo esboçado desde o conservadorismo revolucionário e totalitário.

Este primeiro movimento objetiva colocar as condições de possibilidade para argumentar em torno à factibilidade da aproximação do argumento contraparlamentar

¹⁶³¹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] seu desprezo pelo homem já não conhece limites; a cega inteligência deste, sua pobre vontade e o ridículo impulso de seus apetites carnaís lhe parecem algo tão lamentável que as palavras das línguas humanas reunidas seriam poucas para expressar toda a vileza desta criatura”.

schmittiano ao pensamento conservador e totalitário. Este argumento foi expresso aqui pontualmente por intermédio da doutrina nacional-socialista, com o qual teríamos algo mais claro que não se tratou de uma mera crítica histórica ao Parlamento, senão o contrário, que a ela subjazem propósitos em absoluto compatíveis com o sentido em que aqui interpretaremos os conceitos de ditadura e do político em Schmitt.

No próximo capítulo IX que, precisamente, se intitula *O aprofundamento do projeto totalitário: por uma via antiparlamentar do político*, centralizaremos nossa atenção na análise e posicionamento do teor destas críticas endereçadas ao parlamentarismo desde a crítica liberal e democrática schmittiana. Sugerimos que isto nos permitirá avançar decisivamente sobre a compreensão de que os temas até aqui examinados sob a ótica do conservadorismo revolucionário. Este movimento igualmente permitirá a leitura do projeto antiparlamentar como uma gestação das teorias totalitárias logo levadas a termo pelo regime nacional-socialista e como estes fatores encontrarão a sua decisiva contribuição nos conceitos da ditadura e do político que serão trabalhados nos três últimos capítulos desta tese doutoral.

CAPÍTULO IX

O APROFUNDAMENTO DO PROJETO TOTALITÁRIO: UMA VIA ANTIPARLAMENTAR DO POLÍTICO

9.1. O ANTIPARLAMENTARISMO COMO DINAMIZADOR DO TOTALITARISMO

Neste capítulo IX centralizaremos nossa atenção na análise e posicionamento do teor destas críticas endereçadas ao parlamentarismo a partir da argumentação antiliberal e antidemocrática levada a termos por Schmitt. Nossa sugestão é de que isto nos permitirá avançar sobre a compreensão de que os temas até aqui examinados a partir a ótica do conservadorismo revolucionário permitirão uma leitura mais afinada sobre o projeto antiparlamentar schmittiano como uma gestação das teorias totalitárias daquele momento que logo seriam trazidas ao plano empírico do político por intermédio do regime nacional-socialista. Será este último o ponto sobre o qual este capítulo irá se debruçar em especial, a saber, a positiva conexão entre o discurso antiparlamentar schmittiano e a implementação do mesmo discurso pelas forças ligadas ao totalitarismo.

Neste capítulo IX, portanto, também teremos como preocupação central a conexão das críticas liberais, democráticas e antiparlamentares de Schmitt em relação aos termos em que estas foram desenvolvidas por projetos conservadores e totalitários do período. A atenção estará centrada em estabelecer os elos conectivos desta crítica antiparlamentar e seus elementos de fundo totalitários. Nosso propósito será o de, retomando o que sugerimos ser a filosofia conservadora inspiradora de Schmitt aduzir que os seus desígnios quanto às instituições parlamentares destes não poderiam divergir fundamentalmente dos projetos do nacional-socialismo, ainda quando não exista uma ligação direta entre Schmitt as estratégias antecederam sua ascensão ao poder. Isto sim, sugerimos que a conexão existe no contexto em que ambos operaram, mediados pelo conservadorismo revolucionário, no sentido de socavar as instituições republicanas.

Sugerimos neste texto que o antiliberalismo e a antidemocracia em Schmitt operam como argumentos de base para que o seu antiparlamentarismo possa alcançar uma posição de maior solidez. Sugerimos que estas duas ideias as quais Schmitt critica resultam ser viscerais para que possamos realizar (a) o mais acurado exame do antiparlamentarismo schmittiano e (b) quais as formas e a intensidade com que poderia ter ocorrido a sua aproximação aos projetos antiparlamentares daquele período político, mantidos desde as fileiras mais radicais da direita reacionária alemã da década de 20 e que viriam a constituir-se em um dos eixos centrais para o subsequente totalitarismo. Portanto, disto resta claro o nosso propósito de valer-nos desta análise do antiparlamentarismo como forma de avaliar a existência de nexos entre os escritos schmittianos deste período com os argumentos de um totalitarismo que se consolidava.

A leitura do tema proposto como objeto para este capítulo por meio do movimento conservador-revolucionário sugerirá em vários momentos que tanto o antiliberalismo como a antidemocracia em Schmitt não representam posições meramente teóricas senão que dispõem de um fundo teleológico orientado a justificar suas opções totalitárias. Este é, em grande parte, o aspecto que este capítulo procurará revelar ao propor ao traçar o paralelo das críticas schmittianas ao liberalismo, à democracia e ao parlamentarismo com aquelas desenvolvidas a partir da direita reacionária e das hostes nacional-socialistas.

O objeto de trabalho deste capítulo revela-se indispensável para o corpo desta tese doutoral na medida em que representa uma abordagem necessária de conceitos que se projetam diretamente sobre o político e a ditadura. Tendo em vista a aproximação e compartilhamento da crítica liberal e democrática com o pensamento conservador revolucionário sugerimos, que a devida angulação destes dois tópicos permitirá observar

o elevado poder explicativo de que dispõem com vistas ao desenvolvimento do objeto desta tese doutoral que terá lugar em seus três últimos capítulos.

A crítica schmittiana ao liberalismo e à democracia projeta-se sobre os limites do parlamentarismo, e esta é uma dimensão que exploraremos neste capítulo a partir de seus primeiros trabalhos da década de 20. A sua crítica é entendida aqui como um pressuposto conceitual necessário para toda a crítica analítica do político e da ditadura, razão pela qual fazemos preceder esta análise aos capítulos dedicados ao núcleo duro do objeto desta tese doutoral.

A rigor, a aproximação conceitual ao político e à ditadura supõe compreender como Schmitt se posiciona perante os conceitos correntes de democracia e parlamentarismo, e o liberalismo que subjaz a ambos como veio alimentador teórico. É no ano de 1923 que Schmitt agrava as suas críticas ao Parlamento, algo que vinha acompanhado pela intensidade das manifestações de diversos grupos, dentre os quais, o de Hitler. Neste mesmo ano de 1923, Hitler se envolveria em manifestações públicas contra Weimar, especificamente em agitações contra a Lei de Proteção à República, sendo ele próprio um dos porta-vozes do movimento que terminaria em conflito com as autoridades bávaras (*cf.* BULLOCK, 1990, p. 87), e este pano de fundo, desde logo, não favoreceria senão o entorpecimento de críticas mal posicionadas ao Parlamento.

Neste mesmo contexto de debates, Marcuse, por sua vez, retoma o argumento do liberalismo em matéria econômica para afirmar que este, em seu âmago, já possui elementos que conduzem a estruturas políticas totalitárias, com o que concordam Friedrich e Brzezinski,¹⁶³² argumentação esta que seria possível encontrar, por exemplo,

¹⁶³² É interessante que Friedrich e Brzezinski apóiam a ideia marcuseana de que podemos encontrar nas ditaduras totalitárias uma “[...] extensão lógica de certas feições de nossa moderna sociedade industrial [...]” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 13). Esta aproximação de Marcuse reforça um viés crítico à economia de mercado e, em suma, ao capitalismo, capaz de unir alguns setores da esquerda e da direita,

na literatura jüngeriana (cf. JÜNGER, 1993a, p. 34). A crítica liberal ordenada desde o pensamento do frankfurtiano sustentava que “[...] a estrutura e a ordem do todo em última análise são abandonadas a forças irracionais” (MARCUSE, 1997, p. 60). Estas forças podem ser descritas como de dupla função histórica. Por um lado, destroem e, por outro, constroem toda uma ordem cuja lógica é tão somente a imposição da força legitimada a partir de seu poder *ex nihilo* justificante. Evoca o *nada* para impor o *ser* de um poder absoluto, invoca o *nada* para impor sua ausência de razões políticas e confirmar, assim, sua estrutura de poder.

A questão aqui apontada como problemática é que o equilíbrio natural ao qual subsume o liberalismo sua lógica de funcionamento depara-se com uma capacidade de implementação limitada, ou seja, há momentos em que a esperada harmonia geral não se confirma, e situações em que a gestão estatal não é apenas reclamada como necessária mas, em verdade, imperiosa, o que não sugere, isto sim, que as crises sejam geridas por pura exceção. A conjunção destes momentos com o de crises históricas materializadas por intermédio de “[...] contrastes sociais e das crises econômicas” é aquilo que Marcuse crê que será o momento em que “[...] a teoria liberal precisa[rá] lançar mão de justificativas irracionais” (MARCUSE, 1997, p. 60). A crítica de Marcuse interessava, sem dúvida, ao espectro conservador da política weimariana, capaz de reputar ao liberalismo a prática de um irracionalismo fundamentalmente presente na teoria totalitária de uma direita vicejante,¹⁶³³ em suma, o que por muitos era denominado de *autoritärer Liberalismus* (liberalismo autoritário) (ver BERCOVICI, 2003, p. 10).

algo que, em certos momentos, torna Schmitt um autor interessante para a crítica liberal proveniente da esquerda.

¹⁶³³ Do ponto de vista histórico sugerimos que não assiste razão a Marcuse, uma vez que a irracionalidade foi objetivada no mundo por opções políticas estatais totalitárias antes do que por qualquer resquício de aplicação política neste sentido tivesse lugar por qualquer outro Estado liberal.

Malgrado a posição de Marcuse, a desconstituição da racionalidade por intermédio do esgotamento da crítica racional encontra sua consagração histórica na vertente totalitária do nacional-socialismo. A conclusão a qual alcança Marcuse, contudo, é a de que “[...] a idéia carismático-autoritária do *Führer* já encontra-se prefigurada na celebração liberal do condutor genial da economia, do chefe ‘nato’” (MARCUSE, 1997, p. 61), ideia esta que dificilmente podemos compartilhar. Nossa abordagem é de que era evidente a oposição hitleriana, tanto quanto de toda a direita reacionária, aos valores liberais em matéria política. Mas, se estava clara esta posição, do ponto de vista econômico o regime necessitaria de manter as estruturas capitalistas em funcionamento, ainda que, de qualquer sorte, isto não remetesse a uma ordem liberal, mas, antes a um genuíno capitalismo de Estado que contava com fortes e bem definidas alianças com as elites econômicas germanas.¹⁶³⁴

Esta perspectiva era a mesma das ideologias totalitárias e também do partido nacional-socialista. Os ataques ao Parlamento desde as suas hostes não diferiam em essência aos realizados por Schmitt em seus trabalhos, e desta esfera analítica que viemos desenvolvendo encontramos um outro aspecto a reforçar: que é altamente sugestiva a proximidade intelectual do autor com vários aspectos da doutrina do nacionalismo de direita¹⁶³⁵ tanto quanto, especificamente, do nacional-socialismo hitleriano. A destacar que isto tem lugar ainda antes de sua filiação oficial ao partido, no

¹⁶³⁴ Para maior detalhamento sobre o pensamento econômico de Schmitt, com destaque para os últimos tempos da República de Weimar, ver BENTIN, (1972).

¹⁶³⁵ A respeito das práticas do período comenta Quaritsch em sua leitura de Schmitt que “Carl Schmitt formuliert das überall und immer gültige Credo des Nationalismus, als er 1932 schrieb: „nicht alle Dinge haben einen Tauschwert. Für politische Freiheit z. B. und politische Unabhängigkeit gibt es kein gerechtes Äquivalent, mag die Bestechungssumme noch so groß sein” (*apud* QUARITSCH, 1995, p. 58). O texto acima citado comporta a seguinte livre tradução: “Carl Schmitt formulou por escrito no ano de 1932 um sempre e em todos os lugares válido credo do nacional-socialismo: ‘Nem todas as coisas tem um valor de troca. Para a liberdade política, por exemplo, e para a independência política não há equivalente justo [de troca], mas deve a quantia do suborno não ser tão alta assim’”.

ano de 1933,¹⁶³⁶ portanto, praticamente dez anos após a sua *Die Diktatur*, (1921), *Politische Theologie*, (1922) e *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*, (1923). Esta última é obra escrita em um contexto de marcada pressão sobre a vida parlamentar alemã, principalmente por força do recrudescimento da crise econômica que levava às greves de trabalhadores. Este cenário levaria a que, por fim, o governo encontrara como solução para solver seus débitos a tomada de medidas expropriatórias dos rentistas de classe média (cf. BALAKRISHNAN, 2000, p. 66), algo que, longe de resolver os problemas políticos, os incrementaria.

Neste conturbado cenário político em que Schmitt escreve a sua obra de 1923, as ideologias totalitárias prosperavam celeremente na vizinha Itália por intermédio do fascismo de Mussolini, movimento pelo qual o autor mantém um ardente entusiasmo (cf. BALAKRISHNAN, 2000, p. 75). A propósito deste diálogo com o fascismo mantido por Schmitt, igualmente importa assinalar para que parte da aproximação schmittiana às teorias totalitárias e nacional-socialistas teve lugar não apenas durante a década de 20. Schmitt dá prosseguimento às suas teses de fundo totalitárias que inicialmente admirara no fascismo e a sua agressividade antisocialista, acompanhando o movimento realizado

¹⁶³⁶ Importa destacar que, ainda antes da filiação oficial ao partido, Schmitt aproximou-se do novo regime ao apoiar a Lei de Plenos poderes (*Ermächtigungsgesetz*) de 23 de março de 1933, portanto, datada de apenas mês e meio da ascensão ao poder por Hitler. Esta *Ermächtigungsgesetz* era bastante clara quanto aos propósitos do novo regime, posto que os poderes do Poder Legislativo, o *Reichstag*, ficavam anulados e, paralelamente, eram outorgados ao *Führer*, segundo um movimento que se revelava bastante congruente tanto com a tradição antiparlamentar anunciada pelo próprio Hitler em seus textos (ver HITLER, 2007; 2004), bem como nos trabalhos do conservadorismo revolucionário e os de Schmitt (ver SCHMITT, 2010a). Neste contexto, como ressalta Meier, também foi um dos que de forma mais importante colaborou para a redação da *Reichsstatthaltergesetz* em abril de 1933 (cf. MEIER, 2008, p. 187), antes, portanto, da filiação em 1º de maio do mesmo ano. Tendo em vista que a data da ascensão de Hitler ao poder e da instauração do novo regime foi 30 de janeiro de 1933, que, ainda antes de todo o novo quadro se desenhar perfeitamente, muito embora claros estivessem os seus desígnios, já desde os seus primeiros momentos Schmitt adere ao movimento de forma decidida.

pelo nacional-socialismo de inspiração no modelo fascista que apenas se aprofundaria com o início dos anos 30 com características já algo mais específicas.

Estes contatos foram sendo intensificados pela mediação teórica do grupo de conservadores revolucionários, cujos membros mantinham contato direto com a produção intelectual de Schmitt. Esta proximidade merece ser destacada na medida em que nos é útil para perceber em Schmitt uma genuína ausência de ruptura com o cerne de seus escritos precedentes,¹⁶³⁷ posição também sustentada por Dyzenhaus e Scheuerman¹⁶³⁸ e, ainda, segundo outra referência, igualmente por Meier.¹⁶³⁹ Ainda a respeito, Trierweiler reitera no texto *La valeur de l'Etat et la signification de l'individu* que

¹⁶³⁷ Este é um tema de alta relevância para uma boa interpretação de Schmitt e que os estudos iniciados com esta tese darão continuidade em textos já em fase de pesquisa.

¹⁶³⁸ A conexão dos trabalhos de Schmitt da década de 1920, período no qual escreve as suas mais importantes obras, com os da década de 1930, período no qual se concentra o seu apoio explícito ao totalitarismo, pode ser localizada no trabalho de Dyzenhaus. O autor reconhece que trata-se de uma opinião sobre a qual recaem muitas controvérsias mas, sem embargo, mantém a sua opinião de que “[...] there is an essential continuity in Schmitt’s work dating roughly from 1922 to 1938” (DYZENHAUS, 2003, p. 39). No mesmo sentido aponta Scheuerman (ver SCHEUERMAN, 1996). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] há uma essencial continuidade nos trabalhos de Schmitt no período entre os acidentados anos de 1922 e 1938”.

¹⁶³⁹ Heinrich Meier faz específica referência a outro texto de Schmitt no qual também resta caracterizada a não-ruptura material no corpo de seu trabalho, especificamente o *Glossarium*, em suas anotações de 1950, sendo o texto composto de notas tomadas entre 1947 e 1951. O conteúdo do texto é qualificado por Meier como algo bem mais consistente do que o oportunismo ou as restrições impostas a um intelectual por uma época totalitária, pretextos tantas vezes erguidos em favor da argumentação pró-schmittiana no sentido de excusar-lhe textos e opções tomadas a partir de 1933. No *Glossarium*, texto publicado *post mortem*, Meier destaca que ali nada é apresentado de novo. Em verdade, diz Meier que ali não era apresentada qualquer espécie de reconversão tardia, pois nenhuma informação ali presente já não havia sido anteriormente exposta em seus escritos (*cf.* MEIER, 2008, p. 197), isto sim, nem sempre de forma explícita. A respeito do texto em si, Meier é bastante claro ao classificá-lo como capaz de revelar “[...] con mucha más nitidez de lo que lo hicieran las obras que Schmitt publicara en vida el núcleo de la fe de Schmitt y su oposición básica amigo-enemigo” (MEIER, 2008, p. 200). Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] com muito mais nitidez o núcleo da fé de Schmitt e sua oposição básica amigo-inimigo do que o fizeram as obras que Schmitt publicou ainda em vida”.

[...] ya se podía encontrar [...] la supremacía antiliberal del Estado sobre el individuo, lo que es una constante. Más tarde, bajo Weimar, Schmitt va a afinar poco a poco su relato, su discurso, su fábula, su mito del Estado soberano y de su declinación. (TRIERWEILER, 2010, p. 17).¹⁶⁴⁰

O antiliberalismo em Schmitt não é roteiro que tenha sido construído já ao final dos anos 20 ou início dos anos 30, mas se encontra em processo de construção desde os primeiros momentos de Weimar, conforme sugere Trierweiler. Esta continuidade na argumentação antiliberal schmittiana parece ser um dos tópicos relevantes para delimitar o seu campo de atuação intelectual naqueles anos que configurariam a possibilidade de que tivesse lugar a sua adesão ao nacional-socialismo, sem que para tanto fosse necessário proceder a alguma ruptura interna em sua argumentação. Somado este aspecto aos movimentos de sua própria filosofia política e jurídico-constitucional, sugerimos possível alcançar a provisória conclusão, com mais suporte teórico, sobre o quão comprometido encontra-se o seu trabalho intelectual com teorias incompatíveis com ao diálogo crítico com as democracias contemporâneas.

Uma breve aproximação às vicissitudes experimentadas pelos intelectuais do período nos remete a um muito esclarecedor trecho de Richard. Este é autor para quem as circunstâncias que experimentaram os escritores daquele momento histórico, as quais bem e validamente podem ser extendidas a Schmitt, não resultam, exatamente, ao menos em seus primeiros tempos de exercício do poder, impositivas por parte do nacional-socialismo:

¿Acaso se obligó a los escritores a tomar posición con respecto al régimen hitleriano? No parece. Sus actitudes se explican fundamentalmente por la vida intelectual de la época, por la formación de los mismos y las influencias filosóficas que recibieron. Si algunos si unieron al nazismo y otros decidieron abandonar Alemania fue a

¹⁶⁴⁰ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] já se podia encontrar [...] a supremacia antiliberal do Estado sobre o indivíduo, o que é uma constante. Mais tarde, sob Weimar, Schmitt iria afinar, pouco a pouco, o seu relato, o seu discurso, a sua fábula, o seu mito do Estado soberano e de seu declínio”.

causa de su *concepción del mundo* más que en nombre de la literatura.
(RICHARD, 1972, p. 81).¹⁶⁴¹

Estas diferentes *Weltanschauung* que Richard sugere terem sido determinantes para que os intelectuais permanecessem e apoiassem o regime ou partissem para o exílio podem ser um dos parâmetros que separam Schmitt de intelectuais do calibre e do compromisso de Thomas Mann ou de Marcuse, Benjamin ou, ainda, Arendt, dentre tantos outros que não apenas não se dobraram às facilidades da adesão como realizaram esforços para manter ativas e audíveis as suas vozes críticas contra o regime e, em todo caso, contra o mais amplo fenômeno totalitário.¹⁶⁴²

As vozes críticas ao regime encontravam dificuldades não apenas de expressão mas também de penetração perante uma circunstância histórica em que a sedução do nacionalismo e o discurso demagógico de ódio e de determinação de inimigos do povo alemão eram audíveis e penetravam com grande facilidade. A sua audiência era determinável, uma população economicamente depauperada cuja cultura encontrava-se espiritualmente abalada pelas circunstâncias que envolveram o desfecho da Primeira Grande Guerra Mundial e que, ainda, sofria cargas constantes dos setores militares e belicistas no sentido de exasperar recordações que, por si só, eram já em demasia sofridas.

¹⁶⁴¹ O texto acima comporta a seguinte tradução: “Acaso foram obrigados os escritores a adotar uma posição relativamente ao regime hitleriano? Não parece. As suas atitudes se explicam fundamentalmente pela vida intelectual daquela época, pela formação dos mesmos e pelas influências filosóficas que receberam. Se alguns se uniram ao nazismo e outros decidiram abandonar a Alemanha foi por causa de sua concepção de mundo mais do que em nome da literatura”.

¹⁶⁴² A este respeito é interessante a nota de Dymetman, segundo quem encontramos uma ação política e teórica voltada ao combate do fascismo (cf. DYMETMAN, 2002, p. 124). A crítica de Benjamin não se manteve adstrita ao fascismo, mas também abrangeu outros limites e práticas teóricas da esquerda no poder, principalmente dos social-democratas. Para uma melhor análise da crítica benjaminiana da violência e suas relações com o fenômeno totalitário, ver BENJAMIN, (2009).

A assinalada repugnância à política ganhava forma e texto em uma circunstância histórica conturbada do período posterior à Primeira Guerra Mundial e de formação da República de Weimar.¹⁶⁴³ Isto tornava a resistência política ante os fenômenos totalitários, e ao nacional-socialismo em especial, de ainda mais difícil êxito. Tal distanciamento político foi adotado pelo então jovem Carl Schmitt. A viragem desta sua posição, então característica da intelectualidade alemã do período, viria apresentar-se por meio de sua obra *Romantismo Político* (ver SCHMITT, 2000) de original publicação no ano de 1919.¹⁶⁴⁴

¹⁶⁴³ Neste período a leitura de Schmitt tanto quanto a de Jünger sustentavam a ideia de que o romantismo político não era o produto da poesia pastoral e das tradições campestres mas, antes, era produto da cultura da guerra (cf. HERF, 1990, p. 76). Uma vez mais aqui há uma percepção da guerra ocupando um papel central no diálogo entre intelectuais que, logo, repercutiria para a vida pública por meio do desapeço pelas mediações de que a política é capaz de realizar.

¹⁶⁴⁴ No *Romantismo Político* Schmitt irá nos apresentar uma crítica ao romantismo alemão em sua projeção sobre a política. Fundamentalmente do que trata Schmitt é de proceder à crítica do romantismo enquanto voltado filosoficamente à compreensão do mundo e sua explicação da política a partir da projeção e elevação das subjetividades ao centro dos argumentos filosófico-políticos. Por outro lado, aos intelectuais recomendava distanciamento das questões políticas e, por consequência, da participação política, o que então era predominante nos mundos acadêmico e intelectual alemão, movimento este que sugerimos no corpo do texto acima ter facilitado o caminho percorrido pelas teorias totalitárias e irracionaisistas. Nestes termos operava-se a substituição da anterior ideia de Deus pela do emergente indivíduo (burguês) e este, por sua vez, na esfera política, seria representado pelo Estado na resolução dos conflitos. Aqui encontramos uma das primeiras formulações schmittianas em tons críticos pela queda de um poder político central, e absolutista (e aqui a ligação da leitura conservadora alemã do período com a nostalgia do regime monárquico dos Hohenzollern) – no qual se dera o seu período de formação intelectual (cf. TAPIA, 2005, p. 172). Em suma, havia uma espécie de desejo de regresso (*Heimkehr*). Isto sim, inobstante os dilemas do período guilhermino, como bem reconhece Gay, “[...] embora filistina e opressiva, não era uma ditadura, e o movimento modernista alimentava-se da oposição” (GAY, 1978, p. 17). As suas crises e dilemas internos empurrariam a monarquia ao colapso e a ascensão do republicanismo de Weimar. Esta não era uma percepção difícil à época. Um nacional-socialista converso à causa democrática como Rauschning comentava, ainda no início da década de 40, que “[...] central machine strengthens the tendency to a new absolutism” (RAUSCHNING, 1941, p. 88). Isto sim, desde sua ótica formativa cristã, Schmitt logo se ocuparia com a elaboração de categorias políticas que equipassem a este novo Estado de poderes similares àqueles possuídos pela divindade. Este novo Estado desdivinizado, e fortemente ancorado no irracionalismo, encontraria apoio teórico na concepção

Esta é, parcialmente, a representação do contexto intelectual bastante receptivo a partir do qual Schmitt formulava seus ataques ao Parlamento. A este respeito comenta Márquez que Schmitt era um “[...] republicano antiliberal” (MÁRQUEZ, 2003, p. 15), algo com o qual dificilmente poderíamos nos mostrar conformes, posto que para nada em suas obras podemos perceber traços de uma vida republicana que ensaie sequer o ideal de *vita activa* por parte dos indivíduos componentes de uma determinada sociedade, exceto quando isto possa ser pobremente interpretado como sendo o procedimento da *acclamatio*.

Nossa divergência fundamental de que este procedimento não sobrepasse os desprezíveis limites de manifestações massivas em que os elementos da irracionalidade e do culto à *persona* se sobrepõem a qualquer exame racional de opções de projetos em matéria política. Não apenas isto, as limitações do conceito de *acclamatio* nos termos propostos por Schmitt se estendem de sorte a inviabilizar o controle efetivo das ações governamentais de um soberano que, para sê-lo em termos schmittianos e totalitários, não haverá de encontrar a quem se reportar. Não acreditamos que esta possa ser uma leitura razoável de qualquer versão do republicanismo como sugere Márquez.¹⁶⁴⁵

romântica de que o romântico se põe a serviço de energias não românticas quando, por exemplo, fomenta um conservadorismo que se mostraria anti-individualista, em cujo subjetivismo o romantismo encontra um de seus eixos. Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] máquina central fortalece a tendência para um novo absolutismo”.

¹⁶⁴⁵ Por outro lado, quaisquer exames sobre o republicanismo em Schmitt podem ser tentados por intermédio de paralelos com um de seus autores favoritos, Maquiavel. Contudo, em um primeiro momento, encontramos-nos mais proclives a ver Schmitt em *O príncipe*, (ver MAQUIAVEL, 1996), do que em *Os discursos sobre a segunda década de Tito Lívio*, (ver MAQUIAVEL, 2000), em que o autor emerge como passível de uma interpretação republicana, de qualquer sorte, algo mais obscura na primeira obra, se possível. Para uma melhor leitura do republicanismo em Maquiavel e para avaliar com mais clareza a possibilidade desta conexão com Schmitt, ver ADVERSE, (2010, 2008), BIGNOTTO, (2006, 2001, 1991) e POCOCK, (2008). Para uma aproximação a Maquiavel desde o trágico, ver COSTA, (2010). Para uma aproximação ao político em Maquiavel, ver LEFORT, (2010). Para uma outra possibilidade de aproximação entre Schmitt e Maquiavel há obra dedicada ao conceito de soberania em Maquiavel. Ver

Schmitt intervém na cena pública como um intelectual para quem o “[...] liberalism is the enemy” (SLAGSTAD, 1997, p. 112),¹⁶⁴⁶ mas não apenas isto, pois o seu antiliberalismo não o marcaria apenas como um adversário teórico mas, isto sim, como sublinha Ferreira, trata-se de um conceito a partir do qual “[...] Schmitt constrói, por uma espécie de negação simétrica, as suas próprias ideias” (FERREIRA, 2010, p. 73). Este ponto marca que as críticas de Schmitt não ocuparam um lugar despreziosamente e nem foram concebidas sem um segundo momento preconcebido.

O frontal e bem articulado ataque schmittiano ao liberalismo apresenta-se como a própria condição de possibilidade para a elaboração de sua filosofia política (*cf.* FERREIRA, 2010, p. 73), aspecto este reiterado por Mouffe em sua retomada de Schmitt para fins supostamente diversos daqueles aos que se propunha o autor nas décadas de 1920 e 1930. Mouffe acresce que ao tratar do liberalismo estamos falando do principal alvo teórico de Schmitt, cuja crítica terá com um de seus objetos centrais ao pluralismo que habita o âmago da teoria liberal (*cf.* MOUFFE, 1999a, p. 152), o que nos sugere a incompatibilidade desta tipologia crítica liberal às condições contemporâneas em que a democracia é pensada, a saber, fundamentalmente em valores conexos com o liberalismo, tal como a pluralidade e a tolerância.¹⁶⁴⁷

ALTINI, (2005). Para a questão do republicanismo em Maquiavel, ver também DEL ÁGUILA y CHAPARRO, (2006). Para uma aproximação com Schmitt por meio do texto que o autor escreve sobre Hamlet há trabalho que estabelece paralelo da leitura de Maquiavel sobre Hamlet relativamente à possibilidade de fazê-lo desde Hobbes, outro dos autores prediletos de Schmitt. Ver RINESI, (2003). Ainda importante para estabelecer uma possível leitura de Schmitt desde Maquiavel é o trabalho de Strauss que, como é conhecido, foi um crítico do trabalho de Schmitt. Ver STRAUSS, (1964). Neste livro ver, particularmente sobre a questão republicana, o capítulo III em que Strauss se dedica ao estudo dos *Discorsi* de Maquiavel.

¹⁶⁴⁶ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] o inimigo é o liberalismo”.

¹⁶⁴⁷ Este é um dos pontos sobre os quais, por exemplo, não poderia haver acordo entre Habermas e Schmitt como também com a tradição que se aproxima deste, vinda da esquerda, para fins legitimatórios de sua crítica da democracia liberal contemporânea.

Retomando o texto de Márquez, encontramos em Schmitt uma figura que “[...] simpatizaba ciertamente con la agenda de la extrema derecha, pero imaginaba su realización dentro del marco constitucional” (MÁRQUEZ, 2003, p. 15).¹⁶⁴⁸ A posição de Márquez parece difícil de sustentar, uma vez que a figura à qual se pretende aplicar é precisamente Schmitt, pensador arguto do político e atentíssimo observador da realidade política, alemã em particular, para a qual e com a qual seus escritos estavam voltados e dialogavam profundamente. Quando Márquez direciona o pensamento político e jurídico de Schmitt para o marco reflexivo não apenas para o espectro da direita como, ainda mais, para a extrema direita reforça séria dúvida sobre a possibilidade de que as conclusões de Schmitt sobre o Estado e a política possam ser mantidas no campo da legalidade constitucional. Esta interpretação sobre o posicionamento sugerido por Márquez fortalece nossa argumentação quando temos em vista os mais evidentes princípios do movimento conservador revolucionário operante na Alemanha do período.

Conforme comentamos em alguns momentos anteriores, em meados da década de 20 o nacional-socialismo encontrava expressão nos textos hitlerianos e, para seu líder, do ponto de vista retórico estava claro o quanto não deveria ser utilizado o recurso à violência e a meios inconstitucionais para alcançar o poder. Esta era a retórica, não a prática adotada pelos aparelhos de força do partido, que transcendiam os limites do convencimento político com sobras, algo que se pode testemunhar progressivamente tanto mais o momento das eleições aproximava-se, notadamente as dos anos 30. A agenda da extrema direita da qual Márquez aproxima Schmitt era, portanto, constituída por dois principais movimentos. Um primeiro, em que se dedicava a intensas manipulações políticas e de hermenêutica constitucional de dentro do sistema, algo que possuiria o efeito de viciá-lo, paralisá-lo e torná-lo presa fácil à sua apropriação, do que

¹⁶⁴⁸ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “certamente simpatizava com a agenda da extrema direita, mas imaginava a sua realização dentro do marco constitucional”.

é um exemplo bem acabado a interferência de Schmitt no caso *Preußenschlag* em favor dos interesses do Reich todavia governado por von Papen. Um segundo e articulado movimento tinha lugar com o uso da força coativa contra inimigos políticos, sem que esta fosse utilizada diretamente para tomar o poder mas, como se observou historicamente, para conturbar o ambiente em que os processos eleitorais ocorriam.

Afim com a aproximação realizada por Márquez de Schmitt em relação ao nacional-socialismo, deparamo-nos com alguns dos valores inspiradores deste último que nos são apresentados por Richard. Segundo o autor, este movimento deu seus primeiros golpes “[...] contra las instituciones que se les aparecen como símbolos del liberalismo e individualismo [...]”¹⁶⁴⁹ (RICHARD, 1972, p. 62),¹⁶⁵⁰ e resta claro que temos uma sequência destes golpes no decorrer dos anos por intermédio de articulações e estratégias políticas como a que acima foi exemplificada pelo caso *Preußenschlag*.

Nos termos em que a cultura liberal é recepcionada para o desenvolvimento de sua crítica no trabalho de Schmitt, de fato, o liberalismo mostrar-se-ia perfeitamente inadequado com o conceito do político do autor. Assim, como diz Kennedy, estas duas eram ideias absolutamente excludentes, e isto se deve a que o político é transformado em ética e economia (*cf.* KENNEDY, 1997, p. 38), ou seja, em uma schmittianamente inaceitável relação do político reduzida a uma dimensão puramente mercantilista. Em suma, no trabalho de Schmitt “[...] the world of liberalism and the political stand in

¹⁶⁴⁹ O texto permite a seguinte tradução: “[...] contra as instituições que lhes aparecem como símbolos do liberalismo e do individualismo [...]”.

¹⁶⁵⁰ Uma nota que confirma este profundo desprezo pelas instituições liberais, de resto amplamente compartilhadas por Schmitt, como é sabido, é que o nacional-socialismo orquestrou o incêndio do *Reichstag* em 27 de fevereiro de 1933, ação revestida de denso conteúdo simbólico acerca deste distanciamento da doutrina nacional-socialista em relação aos valores parlamentares. Desde logo, a ação foi estratégica, posto que o incêndio teve a autoria atribuída a comunistas, razão pela qual o regime justificaria o incremento da repressão.

stark to each other” (KENNEDY, 1997, p. 38),¹⁶⁵¹ sempre e sem interrupção. Seguramente este estado de coisas não interessava ao discurso do político schmittiano.

Assim como na descrição de Richard acerca dos interesses nacional-socialistas, também Schmitt se mostraria já desde os seus primeiros movimentos na década de 20 um ácido crítico das instituições democrático-parlamentares weimarianas, articulação que realiza por intermédio de argumentos próximos ao conservadorismo revolucionário ou, como sugere Lukács, que “[...] las fundamentales tendencias reaccionarias de Schmitt se manifiestan y se revelan desde el primer momento [...]” (LUKÁCS, 1959, p. 528),¹⁶⁵² ideia que vem sendo apresentada ao longo deste trabalho.

Sem interrupção, mas quiçá com diferentes aproximações, Schmitt segue seus ataques à vida democrático-parlamentar de inspiração liberal-burguesa. As descrições da vida política e a fundamentação filosófica que são oferecidas tanto por parte de Schmitt quanto pelas teorias totalitárias vêm a possibilitar concluir pela interpretação da afinidade da filosofia política schmittiana com os princípios políticos de base do nacional-socialismo que se justificam ainda do ponto de vista histórico.

A este respeito é interessante a observação do historiador Bracher, quando aponta que a crise de governo weimariano alcançou um ponto de gravidade superior quando o comando das Forças Armadas e os conselheiros conservadores do então Presidente Hindenburg “[...] hicieron suya la crítica de muchos juristas y escritores contra la democracia de partidos y el parlamentarismo” (BRACHER, 1995a, p. 231-232).¹⁶⁵³ Esta é uma clara indicação da influência do pensamento conservador e dos

¹⁶⁵¹ O texto permite a seguinte tradução: “[...] o mundo do liberalismo e o político encontram-se em completa oposição um ao outro”.

¹⁶⁵² O texto permite a seguinte tradução: “[...] as fundamentais tendências reacionárias de Schmitt se manifestam e se revelam desde o primeiro momento [...]”.

¹⁶⁵³ O texto permite a seguinte tradução: “[...] tornaram sua a crítica de muitos juristas e escritores contra a democracia de partidos e o parlamentarismo”.

juristas, muitos dos quais também pertencentes as fileiras conservadoras. Sugerimos ter sido este o caso precisamente de Schmitt, que desde posição muito próxima ao regime de von Papen, na qualidade de Conselheiro Schmitt, autor que encontrou sua formação em cultura tão profundamente conservadora como a de um Donoso Cortés, elaborador de duras críticas ao parlamentarismo.¹⁶⁵⁴ Este regime do Conselheiro Schmitt apostava no incremento das estruturas políticas de governo caracterizadoras de um estado caudilhisto-presidencial (*cf.* BRACHER, 1995a, p. 236). Este era um movimento que apenas articulava e aplainava o caminho para o totalitarismo que, historicamente, se constituiria em uma maioria nacional-socialista que se vinha configurando como grave ameaça política à República.

Esta estratégia não foi concebida ou adotada por von Papen isoladamente e sem qualquer auxílio ou apoio político. A partir do crédito que lhes merecia, foram ouvidos para o desenvolvimento de um plano de reformas tanto os seus auxiliares mais diretos, os Conselheiros jurídicos, dentre os quais Schmitt, bem como as forças militares. Segundo Bracher, tratava-se de um “[...] plan de reforma autoritaria de la estructura política, en la constitución de un rígido régimen presidencial situado ‘por encima de los partidos’, que se orientaría claramente a la derecha” (BRACHER, 1995a, p. 232).¹⁶⁵⁵ Esta orientação à direita se estava dando, portanto, sob o aconselhamento jurídico-político de Schmitt durante a República de Weimar da qual alguns intérpretes sugerem

¹⁶⁵⁴ As críticas donosianas ao parlamentarismo são múltiplas, como pudemos adiantar no primeiro capítulo deste trabalho doutoral. Apenas a título exemplificativo retomamos o trecho em que Donoso caracteriza o parlamentarismo como sistema que deixa a sociedade sem governo (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1954).

¹⁶⁵⁵ O texto permite a seguinte tradução: “[...] um plano de reforma autoritária da estrutura política, na constituição de um regime presidencial situado ‘por cima dos partidos’, que se orientaria claramente à direita”.

ter sido Schmitt um seu defensor,¹⁶⁵⁶ alguém que se dispôs a realizar a crítica das forças que se reuniam a desenhar o sombrio horizonte da Alemanha pós-Weimar, em especial contra as forças do nacional-socialismo.¹⁶⁵⁷

Embora o declarado objetivo de von Papen fora mesmo, no mínimo, o de proceder a um movimento político que resultara no que poderíamos denominar de tutela da democracia weimariana, é fato que o propósito de bloquear as atividades parlamentares para supostamente protegê-la tão somente viria a pavimentar o caminho para o mais virulento dentre os movimentos de direita daquele período, Hitler à cabeça. Com este último von Papen trataria de buscar cooperação (*cf.* BRACHER, 1995a, p. 237), o que configuraria claramente a passagem de um regime democrático a outro que, em absoluto, não o seria. Este último pode ser entendido como tão certo quanto incertos os limites da barbárie que viria a ter lugar com o passar dos anos. Historicamente inimaginável este último, mas plenamente configuráveis no horizonte os resultados

¹⁶⁵⁶ Muitos dos comentaristas que reclamam a pertinência de Schmitt para a crítica da democracia contemporânea procuram realizar um seccionamento em seu trabalho antes de 1933 e localizar alguns momentos em que ancorar a argumentação de que Schmitt teria sido, em verdade, um defensor da Constituição de Weimar, interpretação com a qual não concordamos, sendo o argumento histórico de Bracher apenas um dos pontos nos quais sugerimos a inviabilidade da interpretação favorável a um Schmitt pró-weimariano.

¹⁶⁵⁷ Dentre os diversos autores proclives à retomada do pensamento schmittiano a partir da clivagem metodológica de sua obra entre o período prévio e posterior a 1933, e que sustentam, portanto, a tese de que o Schmitt pré-1933 encontrava-se comprometido com a Constituição de Weimar, encontramos o trabalho de Gottfried. Para este autor “During the final years of the Weimar Republic, Schmitt strongly opposed the Nazis as a manifest threat to political stability. [...]. His advice was of course not followed [...]” (GOTTFRIED, 1990, p. 3-4). Ao trecho citado sugerimos a seguinte livre tradução: “Durante os anos finais da República de Weimar, Schmitt se opôs fortemente ao nacional-socialismo como uma manifesta ameaça para a estabilidade política. [...] O seu aviso não foi, por suposto, seguido [...]”.

imediatos da ascensão do nacional-socialismo hitlerista ao poder e o seu enfeixamento absoluto de poderes (*Machtergreifung*).¹⁶⁵⁸

A hipótese de que Schmitt encontrava-se próximo do programa político da conservadora extrema direita alemã, como viemos até aqui fazendo notar, é reforçada pouco animadamente por um de seus mais conhecidos biógrafos, Bendersky.¹⁶⁵⁹ Este, assim como outros comentaristas, tampouco possui uma boa explicação para a relação mantida por Schmitt, por meio do regime de von Papen, a quem servia, de que este governo buscava a cooperação com Hitler (*cf.* BRACHER, 1995a, p. 237). Em alguns casos o evento não é mencionado, em outros, quando citado, passado por alto, mas, isto sim, que o nacional-socialismo tenha chegado ao poder com estratégias políticas que contaram com a proximidade do governo de von Papen, e de seu Conselheiro Schmitt, não é fato cuja importância possa ser relegada a segundo plano, quando não meramente desconhecida.¹⁶⁶⁰

Este é um dos momentos conclusivos das estratégias políticas para a transição do republicanismo ao novo regime totalitário hitleriano. Malgrado o papel de von Papen nesta assinalada aproximação política estratégica da elevação de Hitler ao poder, é

¹⁶⁵⁸ A discussão da culpa alemã passa também por este momento inicial da transição política rumo ao nacional-socialismo, aspecto no qual é relevante a discussão sobre a responsabilidade dos atores políticos em tempos de crise.

¹⁶⁵⁹ A respeito da vinculação de Schmitt com a direita, Bendersky nos diz que “[...] era piuttosto facile identificare Schmitt con la destra radicale; per questo motivo quando nel 1932 divenne una personalità politica [...] grazie al suo sostegno al sistema presidenziale e al ruolo avuto nel processo della Prussia control il Reich, fu logicamente al centro della critica della stampa liberale e di sinistra” (BENDERSKY, 1989, p. 206). Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] era muito fácil identificar Schmitt com a direita radical. Por este motivo, quando no ano de 1932 torna-se uma personalidade política [...] devido ao seu apoio ao sistema presidencialista e ao papel desempenhado no processo da Prússia contra o Reich, ocupou logicamente o centro da crítica da imprensa liberal e de esquerda”.

¹⁶⁶⁰ É neste sentido que sustentamos que a adesão de Schmitt ao partido não marca um momento de transição no trabalho do autor senão, isto sim, de aprofundamento e posta em prática de uma série de convicções que já vinham sendo traçadas.

também perceptível que o papel do conservadorismo revolucionário, ainda durante a República de Weimar, era todavia importante para permitir não exatamente a transição, mas, talvez ainda mais relevante, as condições da ambiência da cultura política para que ela pudesse ocorrer e triunfar. Contudo, também foram notáveis algumas das críticas que o movimento houve de suportar, e superar, até encontrar seu natural encaminhamento político, e triunfo derradeiro, com as forças nacional-socialistas. Notadamente, um dos chamados *Vernunftrepublikaner* (republicanos racionais), Friedrich Meinecke,¹⁶⁶¹ ocupou posição que ficaria marcada por sua afirmação de que a ascensão de Weimar encontrava-se ligada a se desfazer das heranças do conservadorismo.

Difícil seria que o regime conseguisse se ver livre da herança conservadora de antanho, incrustada nas raízes dos homens formados durante o período Imperial guilhermino. Este traço destacado por Meinecke pode ter representado um dos sinais mais claros desta oposição histórica entre ambos os movimentos e de que, portanto, o conservadorismo haveria de reunir todas as forças contra este inimigo comum marcado por um dos reputados *Vernunftrepublikaner*. Estes são dois movimentos que encontram-se no centro das preocupações analíticas de Schmitt e que repercutem abertamente em suas construções conceituais em filosofia política (homogeneidade e conceito do político) e jurídico-constitucional (ditadura e exceção).

Neste contexto compreendemos que o teor da literatura schmittiana ultrapassa a fronteira demarcadora do terreno normalmente ocupado por um mero simpatizante do programa político da extrema direita; note-se que, não apenas da direita, mas de sua versão radical. Isto ocorre quando o autor se entrega, sem intimação expressa e nem

¹⁶⁶¹ Intelectual bastante renomado, Meinecke (1862-1954) falece em Berlim após experienciar as asperezas da vida acadêmica como historiador no período nacional-socialista alemão. Ver MEINECKE, (1997, 1982). Para uma interessante e detalhada obra sobre o autor, ver RITTER, (2010).

obrigatoriedade declarada,¹⁶⁶² à tarefa de teorizar e defender grande parte das consequências a que os programas políticos nacional-socialistas alcançavam. Claro está, esta sua defesa nunca teria sido possível a partir de bases teóricas liberais ou, sequer, que não as combatesse expressa e taxativamente.

Este trabalho teórico de Schmitt em apoio ao nacional-socialismo compor-se-ia necessariamente da compreensão, e aceitação, da eliminação (*vernichten*) do *outro*¹⁶⁶³ e, em apoio e ponto de partida, o seu conceito de homogeneidade (*homogenität*).¹⁶⁶⁴ Estas são ideias que, desde logo, não lhe impediram em momento algum de sustentar um catolicismo de origem,¹⁶⁶⁵ sem que a ideia do respeito ao outro de alguma forma restasse consagrada. O seu catolicismo de origem não impedirá, como a tantos outros

¹⁶⁶² Existem muitas referências de intelectuais que fugiram ao compromisso aberto com o regime, restringindo sua responsabilidade com uma omissão de público enfrentamento. Talvez um exemplo disto bastante concreto disto possa ser a figura de Jünger. Este, não obstante a farda nacional-socialista, evitou declarações públicas em favor do regime, assim como trabalhos teóricos durante o curso dos anos 30, dias de seus eventos políticos mais espinhosos, não obstante as notícias de insistentes abordagens de que foi alvo durante o regime, notavelmente por parte de Goebbels que, por fim, se tem notícia, terminaria por aborrecer-se com o escritor frente às suas negativas de apoiar expressamente o regime.

¹⁶⁶³ Ideia que sugerimos encontrar-se inserta em seu conceito do político conforme examinaremos nos dois últimos capítulos desta tese doutoral.

¹⁶⁶⁴ O conceito de homogeneidade em Schmitt mostra uma de suas utilidades em sua filosofia política na articulação que realizar em torno à funcionalidade de seu peculiar conceito de democracia. A homogeneidade serviria como um dos elementos que tornariam possível este conceito schmittiano de democracia o qual remete a Hobbes (*cf.* HOBBS, 1992, p. 259) quando este define que o Estado, e o soberano a quem caiba exercer o poder político, precisa da dissolução da multiplicidade e da reunião do múltiplo no uno. A unidade seria a consagração do término das vidas privadas e de suas consciências e opiniões, agora resumidas, e reunidas, em torno ao poder de determinação, decisão e mando presente nas atribuições do soberano.

¹⁶⁶⁵ Sobre esta origem católica de Schmitt, basta com atentar a sua biografia e a de seus pais, católicos, principalmente o seu pai, atuante e participante mesmo na construção da Igreja em sua cidade de Plettenberg, onde Schmitt nasceria e faleceria. A propósito do catolicismo e de suas conexões com o nacional-socialismo, é perceptível uma longa lista de homens do primeiro escalão que professavam ou que haviam em algum momento professado a fé cristã mas que haviam nascido a fins do século XIX, em meio às latentes frustrações do racionalismo de inspiração nietzscheniana. Dentre estes homens, Himmler, que quase chegara a tornar-se padre.

nacional-socialistas de alto escalão, conceber e praticar a barbárie, malgrado no caso de Schmitt o autor apresentar convicções católicas decrescentes no decorrer de sua longa vida, quando chegaria a afirmar que “[...] la política católica no consiste sino en un oportunismo sin límites” (*apud* MIGUEL, 2000, p. IX-XLII).¹⁶⁶⁶ Esta suposta desilusão schmittiana teria lugar por força do reconhecimento do autor de que o catolicismo dispõe de uma cosmovisão suficientemente ampla para permitir as mais diversas coalizões com os mais diversos grupos políticos,¹⁶⁶⁷ algo que, por certo, era fugidio à concepção unificadora e centralizadora do poder em uma só figura.

9.2. O PROJETO TOTALITÁRIO E SUAS CRÍTICAS AO LIBERALISMO: NEUTRALIDADE DESPOLITIZAÇÃO E PLURALISMO

¹⁶⁶⁶ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a política católica consiste em um oportunismo sem limites”.

¹⁶⁶⁷ Desde logo, não é o objeto de nosso trabalho, mas convém recordar, que esta flexibilidade teórico-teológica da Igreja Católica lhe teria permitido a aproximação, ao menos alguns de seus setores, até mesmo do nacional-socialismo, ressaltando a exploração teórica que indica que o próprio Papa Pio XII teria sido condescendente com o nacional-socialismo. A este respeito, dentre a vasta bibliografia disponível, ver BLESSMAN, (2003). Na Alemanha, por exemplo, Lukács se refere à conexão entre e o Vaticano e as hierarquias católicas alemãs que prestaram apoio eficaz ao regime hitleriano (*cf.* LUKÁCS, 1959, p. 653). Em seu viés dogmático, por exemplo, o catolicismo seria compatível com as vertentes políticas conservadoras e, inclusive, reacionárias, enquanto seu viés humanista dialogaria mais francamente com as teorias políticas embebidas nos valores do Iluminismo e dos direitos humanos caros às democracias contemporâneas, malgrado em muitos casos informado por concepções jusnaturalistas de fundamentação estritamente católica. De qualquer sorte, o discurso político da Igreja Católica torna ainda factível até mesmo sua aproximação das social-democracias contemporâneas, e disto são exemplos concretos os diversos partidos europeus que ocupam o centro no espectro político ou que, então, se mostram expressamente conectados com o catolicismo, dentre os quais figura a CDU alemã (União Democrata-Cristã), atualmente no poder na Alemanha com Angela Merkel e durante longa temporada com Helmut Kohl. Parece razoável supor que parte deste êxito não reside na aproximação dogmática às questões públicas, e a título exemplificativo disto as posições sobre aborto, pena de morte, uso de preservativos, etc., mas, antes, que o viés humanista presente na doutrina católica que projeta valores redistribucionistas e de alguma forma a tutela dos pobres são princípios afins com os do socialismo-democrático e capazes de tornar a sua penetração factível também neste espectro político.

Há muitas referências de que Schmitt procedeu até os últimos momentos à defesa do regime constitucional e democrático de uma instável realidade sociopolítica da República de Weimar na qual, como bem recorda Albanesi, é, ela própria, a realidade algo caótica de fundo sobre a qual seu pensamento é forjado. Este seria um argumento em prol da organização dos argumentos em torno do aproveitamento do trabalho teórico de Schmitt escrito nos anos 20 sobre a crítica da democracia contemporânea.

O trabalho teórico mais relevante de Schmitt tem lugar e “[...] sviluppato nel clima incandescente della Repubblica di Weimar” (cf. ALBANESI, 1996, p. 3).¹⁶⁶⁸ Não obstante reconheçamos a maior densidade teórica em seus trabalhos dos anos 1920, é também certo admitir com Dyzenhaus que muito intensas foram as atividades intelectuais e os trabalhos desenvolvidos por Schmitt entre os anos de 1933 e 1936, precisamente os anos de seu apoio público ao nacional-socialismo (cf. DYZENHAUS, 1998b, p. 1743), algo que denota a consistência de um projeto político sem rupturas internas mas, antes, e fortemente, ainda mais do que de continuidade, de consolidação.

Independentemente do momento histórico, se antes ou após 1933, Schmitt se mantém atento e em constante diálogo com as circunstâncias histórico-políticas de sua quadra histórica. Neste sentido, há indicações de que Schmitt haveria alertado para o perigo da assunção do poder pelo movimento nacional-socialista capitaneado por Hitler, alerta emitido ainda antes do triunfo eleitoral do movimento. Atento para o seu momento histórico e, eventualmente, envidando esforços para conter a avalanche nacional-socialista, esta é a interpretação dos comentaristas que procuram sustentar a releitura schmittiana para fins de crítica da democracia liberal contemporânea. Contudo, não há quaisquer comentaristas que venham a reputar Schmitt como ingênuo, mas, ainda assim, quando tal posição é mantida, mesmo a expensas de seus movimentos nos

¹⁶⁶⁸ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] o desenvolvimento do incandescente ambiente da República de Weimar”.

meses e semanas que precederam a anunciada queda da República, nos conduz a encontrar problemas nesta possibilidade de leitura do autor. Leitor agudo do político, sugerimos que antes do que fino e dedicado defensor da ordem weimariana, da qual foi crítico desde os primeiros momentos, parece ter sido aquele alerta um movimento meticulosamente calculado por alguém que, como Schmitt, mantinha-se preocupado em ocupar posições de influência nos últimos momentos do regime weimariano.

Sugerimos, portanto, é que, bem mais elucidativo da posição de Schmitt do que uma referência pontual que pode dispor de explicações bastante pontuais, é a análise cuidadosa do sentido de suas obras centrais desde o início dos anos 20. Nestes textos viemos sugerindo ser possível encontrar nos escritos de Schmitt firmes precedentes à ascensão do totalitarismo na Alemanha em sua forma nacional-socialista. A tomada do poder (*Machtübernahme*) de forma absoluta (*Machtergreifung*) por parte do movimento denota uma forte e importante marca autoritária¹⁶⁶⁹ que parece encontrar-se presente nos textos schmittianos desde as suas primeiras reflexões sobre a ditadura e a crítica ao liberalismo, respectivamente, em 1921 e 1923, malgrado as diversas argumentações que

¹⁶⁶⁹ O fato de que encontremos em Schmitt argumentos bastante consolidados em prol da configuração de uma teoria totalitária da política e do direito ainda durante a década de 20, em obras tão nucleares como *Die Diktatur*, (1921), *Politische Theologie*, (1922), *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*, (1923) e *Der Begriff des Politischen*, (1927), parece dar razão a Richard quando sugere de forma questionadora: “¿No es incorrecto gritar ante el fuego cuando se contribuyó a avivar el incendio?” (RICHARD, 1972, p. 86). Esta parece-nos realmente ser a situação de Schmitt quando ponderamos o conteúdo de seus textos pré-1933 e as interpretações que lhe são sugeridas como possível defensor do republicanismo e do constitucionalismo weimariano. Como sugere Richard, parece-nos que nas obras supracitadas Schmitt já havia contribuído não apenas a avivar as chamas do incêndio que estava por vir como também a clamar pela solução que logo a seguir seria posta para o incêndio que, em seus termos e limites, auxiliara a propagar.

o apresentam como um defensor da cultura jurídica weimariana (cf. MEIER, 2008, p. 187).¹⁶⁷⁰

A apresentação de Schmitt como defensor da República de Weimar é uma leitura cujo compromisso prático logo seria amplamente desconfigurado com a adesão do nosso personagem ao partido nacional-socialista em 1933¹⁶⁷¹ quando, como diz Richard, “[...] todos los alemanes en 1933 (la prensa de la época lo testimonia), y particularmente los intelectuales, conocían la violencia destructora del nacional-socialismo” (RICHARD, 1972, p. 82).¹⁶⁷² A respeito deste comentário de Richard, parece-nos mesmo que Schmitt adere a estas convicções compartilhadas pela massa.

¹⁶⁷⁰ Meier é um dos compententes comentaristas que argumenta que Schmitt “[...] había adoptado una postura casi indisimulada contra el “movimiento” [...]” (MEIER, 2008, p. 187). Não sugerimos que Schmitt tenha finalmente podido aderir aos valores weimarianos, políticos e jurídicos, conquanto todo o quadro da interpretação de sua filosofia encontre-se marcado pela cultura conservadora revolucionária, conforme observamos nos capítulos III, IV e V desta tese doutoral. Fundamentalmente parece-nos ser esta a razão de fundo a inviabilizar a interpretação de Meier, a qual, por certo, haveria que somar que Schmitt (a) era um servidor do regime de von Schleicher e (b) já havia atualizado seus esforços por um regime concentrador de poder no caso *Preußenschlag*, o que, por certo, não lhe qualificaria como um dos melhores amigos dos valores republicanos. Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] tinha adotado uma postura quase indissimulada contra o ‘movimento’ [...]”.

¹⁶⁷¹ Não é o nosso propósito explorar neste texto as razões pelas quais Schmitt aderiu ao nacional-socialismo. Contudo, apenas anotaremos aqui um dos aspectos que deve ser levado em conta. Sugerimos que a análise da imediata conversão de Schmitt às fileiras do partido deva ser entendida por intermédio de seu apego a defesa de seus interesses pessoais e profissionais, restando em segundo plano o perfil do intelectual compromissado com princípios a defender em sociedade, algo que parece-nos muito distante de Schmitt. A adesão ao Partido, portanto, bem pode não ter representado a expressão de uma defesa de inarredáveis princípios, muito embora sugerimos que o autor manteve firmemente uma linearidade conceitual em seus eixos conceituais desde seus escritos dos anos 20. Malgrado concebamos esta leitura da adesão de Schmitt, igualmente pensamos que o viés carreirista deste evento não pode ser menosprezado em uma análise do tema.

¹⁶⁷² O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “Todos os alemães em 1933 (e a imprensa da época o testemunha), e particularmente os intelectuais, conheciam a violência destrutiva do nacional-socialismo”.

Sugerimos, portanto, que este momento configura empiricamente o até então mero potencial destrutor e totalitário do pensamento de Schmitt.

Sugerimos que esta vinculação de Schmitt ao pensamento totalitário também encontra apoio (a) nesta clara antevisão sugerida por Richard, de que o momento em que Schmitt intervém na vida política era de conhecimento geral do perfil do movimento nacional-socialista e que, portanto, não haveria engano em prestar apoio ao movimento e (b) no fato de que não houve necessidade de proceder a rupturas internas em seu pensamento, tendo em vista a continuidade de seu projeto político antes e depois de 1933, interpretação esta a qual temos acesso por intermédio da leitura de sua filosofia política no sentido de que apenas reforça temas como a ditadura, a crítica ao Parlamento, a desvalia da democracia-liberal bem como o reforço do poder, autocrático, no mínimo, do Poder Executivo, em detrimento das funções do Poder Legislativo. E Nesse contexto, desprezam-se igualmente as funções judiciárias que, ao fim e ao cabo, encontrariam na figura ocupante do Poder Executivo a competência para decidir em última análise o que outros sistemas, liberais, como o do judeu Kelsen, propunham que tivesse lugar por meio do Poder Judiciário.

A indiscutível clareza dos propósitos e do sentido das estratégias políticas do movimento nacional-socialista ressaltadas logo acima por Richard não podem absolver aqueles que não apenas se sentiram intimamente atraídos como a ele aderiram entusiasticamente. Nossa leitura é de que mais intensa a responsabilidade quanto mais proeminente a posição pública ocupada à época.¹⁶⁷³ Neste sentido, portanto, não se encontrariam destituídos de responsabilidades os intelectuais, senão que as teriam

¹⁶⁷³ Com isto apenas sugerimos uma espécie de gradação de responsabilidade tendo em vista a capacidade de influenciar a opinião pública e, desta maneira, articular ou desarticular resistências a um determinado regime. Com isto, portanto, não é nossa ideia desconsiderar, em absoluto, a responsabilidade dos executores ou do homem comum.

agravadas, posto que neste terreno profissional a ingenuidade é adjetivo que não pode menos do que se apresentar decididamente como desqualificadora, sobremaneira quando a sua ocupação seja com matéria política.

Neste mesmo sentido conseguimos vislumbrar que uma muito razoável interpretação de Schmitt parece factível a partir do texto deste mesmo Richard, o qual sugestivamente comenta que “[...] en Alemania existía una literatura de inspiración fascista mucho antes de la toma del poder por los nazis” (RICHARD, 1972, p. 82).¹⁶⁷⁴ De certa forma esta sugestão conecta com o que viemos sustentando até aqui acerca de uma cultura autoritária em solo alemão que remetia, pelo menos, a alguns movimentos consolidadores de Bismarck de conceitos como ordem e hierarquia, mas que também se ligavam estreitamente com aos valores fomentados desde as fileiras do conservadorismo revolucionário germano.

Esta sugestão de Richard parece-nos claramente identificável com uma leitura fina da filosofia política schmittiana, posto que os escritos da primeira parte da década de 20 do autor convergem não apenas tematicamente, com também em parte relevante do conteúdo, com os termos de textos centrais do próprio Hitler (ver HITLER, 2007, 2004). Esta é uma coincidência¹⁶⁷⁵ que se manifesta, por exemplo, no rechaço que

¹⁶⁷⁴ O texto acima comporta a seguinte tradução: “Na Alemanha existia uma literatura de inspiração fascista muito antes da tomada do poder pelos nacional-socialistas”.

¹⁶⁷⁵ Utilizamos o termo coincidência por não termos constância ou indício forte de que tenha existido, por parte de qualquer deles, a leitura da obra do outro. Contudo, dada a erudição de Schmitt bem como a sua atenção às questões políticas do momento e o seu interesse intelectual por textos que, de alguma forma, marcassem as circunstâncias, acredita-se que tenha sido um leitor do *Mein Kampf*. Este adjetivo é largamente aceito quanto atribuído a Schmitt mas Pardo, por sua vez, ao passo em que lhe reconhece como dotado de uma (a) “[...] mente genial [...]” (PARDO, 2003, p. 176-177), também lhe reconhece estar (b) “[...] volcada en aberrantes empresas – que acaba por organizar su particular [...] *symposium* dedicado al tema “Los judíos y la ciencia del Derecho”, en octubre de 1936”. (PARDO, 2003, p. 177). Aos textos acima, respectivamente, sugerimos as seguintes traduções: (a) “[...] mente genial [...]”; (b) “[...]”

ambos manifestam intensamente ao (a) liberalismo, (b) parlamentarismo, (c) democracia e (d) socialismo bolchevique triunfante na URSS.¹⁶⁷⁶

Os momentos e os termos em que têm lugar os ataques a democracia-parlamentar em Hitler podem ser observados em vários trechos, tanto quanto em Schmitt. Hitler realiza estes movimentos críticos ao parlamentarismo constantemente em sua *Mein Kampf* quando, por exemplo, se refere ao “[...] lo grotesco de esa institución llamada ‘Parlamentarismo’” (HITLER, 2004, p. 26), regime que identifica como aquele em que falta algum responsável direto pelas decisões tomadas mesmo quando funestas fossem as suas consequências (cf. HITLER, 2004, p. 26). Ainda assim, ressalta que neste tipo de regime comumente tem lugar “[...] extravio humano tan absurdo como peligroso [...]” (HITLER, 2004, p. 29), sistema também caracterizado como um do tipo que “[...] tiende a reclutar más bien una multitud de nulidades intelectuales [...]” (HITLER, 2004, p. 30), passo este que, como se observou, seria regidamente seguido durante o nacional-socialismo como forma de legitimar o regime.

Embora tais passagens do texto representem todo um universo pouco sofisticado, a crítica hitleriana contida nestas linhas nos interessa para delimitar o âmbito em que se movia o nacional-socialismo em suas fontes originais. Resta por si só evidente que em sua diatribe Hitler ainda procurava acusar o Parlamentarismo como sendo a causa de muitos males, dentre os quais até mesmo o da decadência histórica do antigo Estado dos Habsburgo (cf. HITLER, 2004, p. 31). Um dos pontos centrais da crítica hitleriana que converge com a cultura conservadora revolucionária, embora não se faça expressamente presente em Schmitt, é a referência de Hitler à adversidade dos valores ínsitos à

direcionada a realização de empreendimentos aberrantes – que acaba de organizar o seu particular [...]symposium dedicado ao tema “Os judeus e a ciência do Direito”, em outubro de 1936”.

¹⁶⁷⁶ Sem o propósito de explorar estes pontos de convergência, neste momento nos limitamos a citar que vários destes temas encontram-se postos por Hitler tanto em sua *Minha doutrina* (ver HITLER, 2004) como em sua mais conhecida *Mein Kampf* (ver HITLER, 2007).

democracia parlamentar. Esta é uma ideia que resta ainda mais fortemente observável quando Hitler identifica a democracia parlamentar com a própria cultura judia (*cf.* HITLER, 2004, p. 86). Embora seja certo que Schmitt não realiza esta mesma leitura paralela de forma crítica ao judaísmo em seus textos da década de 1920, isto sim, não marca distância expressamente de textos da direita radical nacionalista quando, como em Hitler, paralelamente à defenestração do parlamentarismo fazia-lhe igualmente acompanhar dos judeus que lhe inspiravam politicamente.

A crítica hitleriana ao Parlamento estava conectada a esta inspiração judia que nele via presente. Como é de ciência geral, o autor enlaçaria a raiz de grande parte de todos os males terrenos à presença dos judeus na face da Terra, ideia da qual Schmitt não tornar-se-ia apoiador antes de sua adesão ao partido em 1933, a despeito do debate que começa a consolidar-se.¹⁶⁷⁷ Portanto, na órbita política, Hitler haveria de reconhecer

¹⁶⁷⁷ Malgrado as diversas explorações neste sentido por muitos autores como GROSS, (2005), Medina e Mallorquín (ver MEDINA; MALLORQUÍN, 2001b, p. 8-9), mas principalmente por Zarka (ver ZARKA, 2007a, 2004, 2003) e também por Jouanjan, (ver JOUANJAN, 2010), autor que, dentre outros movimentos, (a) analisa trechos do *Tagebücher*, (ver SCHMITT, 2005c), assim como as reflexões de seu período militar (ver SCHMITT, 2005d), escritos a nosso ver todavia insuficientemente explorados (*cf.* JOUANJAN, 2010, p. 24-25), e (b) coteja trechos da obra de Schmitt com alguns conceitos do ideólogo nacional-socialista, Alfred Rosenberg. O historiador Raphael Gross repudia vigorosamente a ideia de que se possa fazer triunfar a tese do “oportunismo”, a qual muitos pretendem atribuir a Schmitt como um perfil que lhe distanciaria teoricamente da filiação ao totalitarismo. Em Gross, contudo, encontramos uma defesa da ideia de que a “questão judia” desempenhará papel relevantíssimo para compreender o núcleo de sua filosofia política e jurídico-constitucional. Neste sentido, conforme Gross, o antisemitismo presente em Schmitt representa o verdadeiro coração de seu trabalho e isto tanto antes quanto depois de sua formal adesão ao nacional-socialismo. Suas construções teóricas em binômios que tornaram-se famosos (amigo e inimigo dentre outros tantos) manteria uma relação com a definição do Judeu como a real figura do inimigo ao qual combater. Todos estes comentaristas de Schmitt encontram notas profundamente antisemitas no autor ainda antes de sua formal adesão ao partido bem como a sua bastante clara não-retratação posterior à guerra, todavia nos mantemos em um terreno de interpretação ainda conservadora neste aspecto à espera do surgimento de evidências mais consistentes e numerosas do que os bons promissores indícios já apontados em seus trabalhos pelos autores citados logo acima. Assim, até o aprofundamento deste viés da pesquisa em Schmitt, apoiamos parcialmente a tese mais difundida de

que o movimento nacional-socialista, então em construção, era, essencialmente, antiparlamentar (*cf.* HITLER, 2004, p. 94). Estas observações têm como finalidade sublinhar o quão intensas, mas também repletas de ódio, eram as críticas direcionadas ao parlamentarismo, cozidas e divulgadas desde as fileiras do nacional-socialismo. O alto nível de tensão dos debates políticos e as tentativas de corroer as instituições do período encontraram forte ressonância nos argumentos conservador-revolucionários, cujos termos se motrariam adequados ao nível e a forma constitutiva com que foram pensadas as críticas schmittianas.

Esta aproximação que vem sendo realizada neste trabalho, entre Schmitt e o conservadorismo revolucionário, por certo, não chega a ser uma interpretação dominante entre amplos setores de especialistas em Schmitt. Malgrado estas posições, deparamo-nos com uma clara convergência teórica de Schmitt com importantes aspectos dos textos do nacional-socialismo. Um destes termos que denotam convergência diz respeito à decadência burguesa expressa por intermédio das políticas liberais,¹⁶⁷⁸ as quais se mostram caracterizadoras de sua posição de neutralidade como uma efetiva intervenção em favor do mais forte (*cf.* SCHMITT, 2001i, p. 90). Há, pois, um diálogo entre Schmitt e a teoria nacional-socialista que passa pela teoria conservadora revolucionária. Trata-se, sem embargo, de um diálogo oculto, e se mostra

que Schmitt não compartilhava profundamente de valores antisemitas antes de iniciar suas atividades no partido nacional-socialista, muito embora concordemos com Zarka no que concerne a sua não-retratação posterior à guerra. Por não constituir objeto central do tema, não aprofundaremos o debate que se mostra auspicioso e de resultados importantes para a avaliação contextual do trabalho schmittiano.

¹⁶⁷⁸ Interessa observar a nota de Balakrishnan de que a demonização da burguesia tivera curso no século XIX, originariamente na literatura boêmia, que, como sugere o autor, “[...] had metamorphosed into a political image of an absolute class enemy, and this was further radicalized as Marxism fused with the native traditions of the Russian intelligentsia” (BALAKRISHNAN, 2000, p. 74). Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] se metamorfoseou em uma imagem política de um absoluto inimigo de classe e este foi ainda mais radicalizado pelo marxismo nas tradições nativas da *intelligentsia* russa”.

especialmente frutífero e eficaz por meio dos fortes ataques ao Parlamento desenvolvidos em paralelo.

O Estado Legislativo que se apresentava como neutro na terminologia schmittiana, favorece, por intermédio de sua forma política específica, o Estado liberal, aos mais fortes.¹⁶⁷⁹ Este é aspecto no qual a oposição schmittiana a Kelsen pode provar a sua importância¹⁶⁸⁰ pois haveria esta cultura do debate de encontrar o seu termo na

¹⁶⁷⁹ A respeito da possível conexão de Schmitt com aspectos do pensamento liberal em sua dimensão puramente econômica, mas não política, encontramos reflexões interessantes em Bercovici, que destaca a possível conexão com Hayek, embora aponte para uma divergência metodológica de fundo, qual seja, a de que enquanto Hayek e a tradição neoliberal partem do indivíduo, Schmitt volta as suas atenções para a exceção (cf. BERCOVICI, 2004, p. 105). Em suma, do que se trata é de que Schmitt se mostra profundo crítico do liberalismo mas não do liberalismo econômico (cf. BERCOVICI, 2004, p. 107) ao qual, por certo, procura reforçar, e é nesta medida que tornar-se-ia possível alguma conexão com o pensamento neoliberal em matéria econômica. Nossa sugestão, em diálogo com Herrera (ver HERRERA, 1998), é de que Schmitt possui, no âmago de suas argumentações, um eixo liberal puro, cuja conexão se manifesta em sua aberta proximidade com a defesa das instituições capitalistas mais do que, propriamente, com a de livre mercado. Neste mesmo sentido, mas de forma bem mais detalhada que as conexões de Schmitt com o pensamento de Hayek, ver CRISTI, (1991). A respeito das relações entre Schmitt e Hayek também Scheuerman chama atenção para os seus pontos de contato e as suas tensões, marcadamente a opção hayekiana pelo livre mercado como regulador das relações sociais enquanto Schmitt apostaria na força do fascismo que se materializaria no conceito de Estado total (cf. SCHEUERMAN, 1997, p. 76-77). A respeito da compatibilização da tradição liberal econômica em sua vertente schmittiana com o totalitarismo nacional-socialista ao qual vem em apoio interessa destacar a estratégia de Schmitt a acompanhar todo o movimento, que consiste na aceitação das regras capitalistas mais do que as regras de livre mercado propriamente ditas. No trabalho de Schmitt, assim como na teorização nacional-socialista, são perceptíveis apelos ao Estado forte (*stärke Staat*), o qual não se opunha às realizações das grandes indústrias e dos interesses econômicos que, como se sabe, apoiaram o regime nacional-socialista. Assim, por exemplo, já em seus primeiros momentos de governo, em 23 de março de 1933, Hitler deixaria claro que haveria de estimular enormemente a iniciativa privada bem como reconheceria a propriedade privada (cf. NEUMANN, 1983, p. 274). Não haveria uma incompatibilidade de fundo entre o liberalismo econômico e o regime autoritário politicamente, e esta foi uma crítica da qual se valeram muitos setores da esquerda do período e, em grande parte, foi retomada na contemporaneidade com o mesmo fim de tecer críticas ao liberalismo.

¹⁶⁸⁰ Segundo comentaristas como Herrera, resta claro que se há um ponto de evidente confluência de Kelsen com o liberalismo, este encontra-se em seu movimento de aproximação entre liberdade e individualismo (cf. HERRERA, 1998, p. 205). Como resulta transparente da leitura de sua *A essência e o*

emergência de um Estado total (*totalen Staat*). O Estado liberal de então encontrava ampla crítica construída oriunda dos mais diversos setores, inclusive contando com uma bem articulada crítica proveniente das fileiras do pensamento de esquerda. Schmitt procede a uma investida contra o Estado que não se mostrava não interventor mas, paralelamente, também se mostrava contrário à forma e ao alcance da intervenção postulada pelo pensamento de esquerda.

Aqui aparecem ligeiros traços de um Schmitt que constrói seus ataques a versão política do liberalismo, mas não, como também faria a esquerda, atuando em dupla frente, englobando o liberalismo econômico. Os traços marcantes da estruturada crítica schmittiana procuram compatibilizar teoricamente o liberalismo econômico e os regimes ditatoriais¹⁶⁸¹ – democráticos, segundo a sua gramática política – mas incompatibilizavam estes últimos com o liberalismo político¹⁶⁸² e com o socialismo.

valor da democracia, (ver KELSEN, 2000), a liberdade representa a essência mesma da ideia de democracia. Contudo, ao estilo contratualista, a passagem de uma vida natural para uma vida em sociedade implicará perdas quanto aos limites naturais do exercício das liberdades em troca de garantias que o direito poderá oferecer. Sugere Kelsen a fórmula de que em lugar da liberdade individual emergirá o conceito de soberania popular. Esta, contudo, encontrará forma de expressão na figura concretizada do mundo jurídico por meio da legislação e não, como firmemente sustenta Schmitt, no âmbito do político.

¹⁶⁸¹ Esta proximidade de Schmitt com o liberalismo econômico aqui mencionada deve ser entendida com certas reservas. O primeiro aspecto a destacar é de que não se trata da suposição de um Schmitt defensor do livre mercado e de todos os conceitos que lhe são caros. Nossa hipótese é de que Schmitt persevera na defesa da estrutura de uma economia de mercado fortemente dirigida pelo Estado em uma espécie de capitalismo de Estado necessariamente disfarçado para poder atrair aqueles que, em meio às massas, não acordassem com o capitalismo de fundo e as supostas consequências avessas aos seus interesses. É interessante destacar que a estrutura do capitalismo de Estado não seria incomum naqueles anos e, especialmente, no período posterior ao término da Segunda Grande Guerra Mundial. Do ponto de vista teórico interessa-nos repercutir a crítica benjaminiana, que promove o enlace entre a teoria liberal e a possibilidade de que ela venha a transformar-se em uma teoria totalitária, o que justificaria nossa leitura de que em Schmitt é possível admitir uma leitura liberal no econômico e uma apreensão totalitária no político. Neste sentido, o que nos diz Benjamin é que “[...] os fundamentos econômicos desse trajeto da teoria liberal à teoria totalitária serão aqui assumidos como pressupostos: repousam essencialmente na mudança da sociedade capitalista do capitalismo mercantil e industrial, edificado sobre a livre

A neutralidade decorrente dos primeiros movimentos burgueses no século XIX agora, entrado o século XX, já dava mostras de uma nova realidade que não mais era

concorrência dos empresários individuais autônomos, ao moderno capitalismo monopolista, em que as relações de produção modificadas [...] exigem um Estado forte, mobilizador de todos os meios do poder. Com muita frequência e clareza a teoria econômica proclama *por que* o liberalismo agora se converteria em inimigo mortal da teoria social: ‘O imperialismo (...) colocou à disposição do capitalismo os instrumentos de um Estado forte (...). As idéias liberais da livre concorrência de economias individuais (...) revelaram-se inadequadas ao capitalismo. A mudança do Estado liberal ao Estado total-autoritário ocorre no plano da mesma ordem social. No que concerne a essa unidade da base econômica é possível afirmar: o liberalismo ‘gera’ a partir de si próprio o Estado total-autoritário, como sendo a sua realização plena num estágio evoluído do desenvolvimento. O Estado total-autoritário fornece a organização e a teoria social que corresponde ao estágio monopolista do capitalismo’ (MARCUSE, 1997, p. 61). A leitura de Marcuse parece-nos pecar pela necessidade de que suponha a aplicação de um determinismo histórico para que possa revelar-se verdadeira, caso contrário, o argumento de Marcuse igualmente poderia ser reclamado para justificar a apropriação da teoria liberal por ideologias contrapostas a regimes fechados como um Estado total-autoritário. Inobstante tal reserva, a argumentação de Marcuse não deixa de ser válida para explicar como Schmitt poderia encontrar-se próximo ao liberalismo em matéria econômica ao tempo em que apoiador do Estado total-autoritário ao qual se refere Marcuse.

¹⁶⁸² Em consonância com nossa argumentação em torno à relação de aproximação de Schmitt com o liberalismo econômico mas de distanciamento do liberalismo político, Benjamin ainda reconhece que toda a “[...] organização econômica privada da sociedade com base no reconhecimento da propriedade particular e da iniciativa privada do empresário [...] permanece básica também para o Estado total-autoritário [...]” (BENJAMIN, 1997, p. 53). Esta tese básica que procuramos aqui aplicar ao pensamento schmittiano encontra-se reconhecida abertamente por Benjamin, quando sustenta que “Existe uma comprovação clássica para o parentesco interno entre a teoria social liberal e a teoria totalitária do Estado aparentemente tão antiliberal: um escrito dirigido por Gentile a Mussolini por ocasião de seu ingresso no partido. Nele se afirma: ‘Sendo um liberal em minhas mais profundas convicções, [...] me convenci necessariamente de que o liberalismo tal como o entendo, o liberalismo da liberdade na conformidade à lei e portanto num Estado forte, no Estado como realidade ética, na Itália de hoje em dia não é defendido pelos liberais, que mais ou menos explicitamente constituem seus adversários, mas ao contrário, pelo senhor mesmo. Por isto me convenci de que, frente à opção entre o liberalismo da atualidade e os fascistas que compreendem a fé do seu fascismo, um liberal autêntico que despreza a ambigüidade e pretende permanecer a postos precisa se alinhar entre as suas (de Mussolini) fileiras’” (*apud* BENJAMIN, 1997, p. 53-54). Neste sentido, seguramente, uma tradição de pensamento contestatária ao liberalismo e de várias instituições contemporâneas bem melhor se haveria em socorrer-se à teoria benjaminiana do que a Schmitt. Esta leitura de liberalismo complacente com certa dose de intervencionismo estatal já foi reconhecida como possível, e historicamente real, por Benjamin (*cf.* BENJAMIN, 1997, p. 51). Portanto, esta versão do liberalismo econômico que ora apresentamos como de factível leitura em Schmitt é a da presença de um Estado que ocupava papel central.

admissível por toda a tradição conservadora com a qual Schmitt dialogava muito proximamente.¹⁶⁸³ Esta noção era própria do século XIX, tendente a restringir o Estado a uma visão mínima, ou seja, destinada a “[...] impedirle que intervenga y se entremeta en la economía; a neutralizarlo [...] para que ésta y la economía deriven las decisiones necesarias de los principios que les son inmanentes” (SCHMITT, 2001i, p. 87).¹⁶⁸⁴ Com efeito, já em artigo de 1928 Schmitt reclamava uma posição pró-ativa contrariamente à neutralidade naquele contexto da realidade alemã:

Ante tal o cual, no hay neutralidad que valga para un alemán, y sería una ilusión pronto resuelta la de querer permanecer neutral, cuando están en juego la vida misma, el Estado mismo, y la existencia política del pueblo. (*apud* JOUANJAN, 2010, p. 61).¹⁶⁸⁵

A ação irresignada remetia para o apoio ao conceito de Estado total, que logo passaria a ser reclamado por Schmitt, logo à entrada da década de 1930. Os movimentos de Schmitt começariam a tornar-se mais intensos, neste sentido, nos derradeiros momentos da República, algo que sugere que observemos brevemente a sua perspectiva

¹⁶⁸³ Schmitt admite em seu texto *El giro hacia el Estado totalitario*, publicado originalmente em 1931, já não existir “[...] ningún terreno frente al cual el Estado pudiera observar una neutralidad absoluta en el sentido de la no intervención” (SCHMITT, 2001i, p. 88). Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] nenhum terreno perante o qual o Estado pudesse observar uma neutralidade absoluta no sentido da não intervenção”.

¹⁶⁸⁴ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] impedir-lhe que intervenha e se intrometa na economia, a neutralizá-lo [...] para que esta e a economia derivem as decisões necessárias dos princípios que lhes são imanentes”. Schmitt ainda reserva o comentário acerca das relações entre o Estado liberal que apontava para a neutralidade e a Constituição de Weimar: “Esta neutralidad fundamental del Estado frente a la sociedad y la economía, en el sentido liberal y de no intervención, constituye un presupuesto de las constituciones aun cuando se admiten excepciones en lo concerniente a la política social y cultural” (SCHMITT, 2001i, p. 87). Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Esta neutralidade fundamental do Estado perante a sociedade e a economia, no sentido liberal e de não intervenção, constitui o pressuposto das constituições ainda quando se admitem exceções no que concerne à política social e cultural”.

¹⁶⁸⁵ O trecho acima admite a seguinte tradução: “Ante tal ou qual, não há neutralidade que reste útil para um alemão, mas seria uma ilusão logo dissolvida a de querer permanecer neutro, quando estão em jogo a própria vida, o próprio Estado e a existência política do povo”.

evolucionária.¹⁶⁸⁶ Nas linhas schmittianas o Estado é desenhado em um primeiro momento como religioso para, em um segundo instante, caracterizar-se como de unificação e, momento final, desembocar no Estado total. Este último haveria de substituir ao neutro Estado liberal, que apenas busca normalizar conflitos sem comprometer-se com valores e, por conseguinte, com a delimitação de terrenos próprios e de seus inimigos.

Este último é um tipo de Estado que viria a destronar o nefasto modelo de neutralidade triunfante no século XIX. Nestes termos, torna-se um imperativo que a neutralidade se faça um alvo dos ataques de Schmitt, posto que seu modelo liberal se apresenta essencialmente conectado com a defesa dos direitos fundamentais, e compartilha dos valores da liberdade individual e de expressão bem como da liberdade contratual (SCHMITT, 2001i, p. 87), todas elas ideias que habitavam o núcleo do constitucionalismo weimariano. Esta marca evolucionária do mundo de direitos era o mundo cultural designado para o enfrentamento. Claro estava para Schmitt que as referências teóricas de um mundo neutralizado pelo liberalismo deveriam ser reputadas como o grande desafio teórico daquele momento e, por conseguinte, os seus sequazes, como os inimigos históricos a serem vencidos.

Torna-se perceptível o esforço schmittiano em fazer soçobrar os alicerces da cultura política e jurídica weimariana ainda no ano de 1931 neste seu breve escrito intitulado *El giro hacia el Estado totalitario*. Ao apresentar a sua carga de neutralidade, o Estado liberal mostrava-se, paralelamente, despolitizado,¹⁶⁸⁷ e isto, por incapaz de

¹⁶⁸⁶ Para uma aproximação ao conceito de Estado total em Schmitt em sua dimensão econômica, ver BERCOVICI, (2004, p. 95-107).

¹⁶⁸⁷ É possível realizar uma aproximação entre o processo de despolitização identificado por Schmitt, que tinha lugar no âmago do liberalismo e, no mesmo sentido, a estrutura jurídico-política da República de Weimar. Neste sentido, por exemplo, comenta Bercovici que o “[...] Estado administrativo utiliza um

assinalar o campo da inimizade e demarcar o *locus* do enfrentamento de seus inimigos. Conforme nos chama a atenção Strauss, era aquele mesmo o momento em que a despolitização se revelava como o resultado do fim de uma era (liberal) que também entronizara como uma de suas consequências a neutralização (*cf.* STRAUSS, 2008d, p. 134), tão característica dos tempos modernos (*cf.* STRAUSS, 2008d, p. 160).

O modelo de Estado moderno encontrava-se marcado pela negação do político, e para Schmitt aqui encontrávamos um ponto do qual nos ocupar em eliminar, posto que o Estado não poderia subsistir sem o político e este, por seu turno, encontrava no Estado liberal a sua perfeita negação. Neste sentido fica reforçada a leitura schmittiana de Strauss, autor que nos comenta que o liberalismo havia perdido a sua credibilidade (*cf.* STRAUSS, 2008d, p. 134). Este era o modelo de Estado ao qual atacar por ter aberto mão do controle do político, tarefa a qual o Estado total haveria de se empregar em novamente realizar. O Estado, conforme sua criação moderna e liberal, encontrava o seu ocaso e, paralelamente, dar-se-ia a emergência do Estado total, contexto em que o político, outrora neutralizado, adquiriria proeminência. A emergência deste novo Estado reverteria o momento de triunfo da esfera privada sobre a pública, do pluralismo sobre o Estado e, em suma, do quadro da superação do Estado neutro por um outro completamente distinto, a saber, o Estado total (*cf.* BERCOVICI, 2009d, p. 84), novo Estado no qual, sugerimos, caracterizado por um sistema no qual o político adquiriria validade (*cf.* STRAUSS, 2008d, p. 136).

Resta claro, contudo, que o político poderá emergir de seu período de negação liberal por motivo de que esta não foi suficiente para eliminá-lo do mundo senão que, e tão somente, foi capaz de ocultar o político enquanto relação essencial da vida. A linguagem antipolítica do liberalismo encontra seu fim com o ocaso liberal. Ao assinalar

forte argumento dos inimigos da República de Weimar: o da neutralidade e despolitização da burocracia contra o Estado de partidos”. (BERCOVICI, 2004, p. 95).

como insuperável a esta crise, Schmitt também aponta para um momento decadencial do liberalismo e a sua cultura judia de base que aproxima-se da crítica inerente à cultura conservadora revolucionária. Malgrado estes movimentos, setores que apostam no potencial da crítica schmittiana pretendem aproveitá-la para o desenvolvimento de projetos críticos da democrática contemporânea, ao passo em que o desvinculam da proximidade com a cultura nacional-socialista. Medina e Mallorquín também apontam para o quão incisiva ou apaixonada foi a luta de Schmitt

[...] contra los demonios del liberalismo: por su supuesta búsqueda de un espacio “privado”, “neutral” o despolitizado, supuestos primordiales en el esquema de la “metafísica liberal”, cuya plena decadencia alarmaba a Schmitt”. (MEDINA; MALLORQUÍN, 2001b, p. 8).

A neutralidade do Estado promovida pelas fileiras liberais encontra necessária crítica em uma filosofia política e jurídico-constitucional como a schmittiana, em que o político cobra função primordial. Portanto, a neutralização do Estado não poderia deixar de ser atacada conceitualmente por Schmitt, que vislumbrava o Estado como o instrumento em mãos de um Executivo centralizador de poderes, ideia que se faz presente nos escritos schmittianos pelo menos desde o início da década de 1920 com seu *Die Diktatur*, encontrando sua sequência temática com *Politische Theologie* (1922) e sua mais aguda crítica endereçada ao *status quo* weimariano com *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*, (1923).¹⁶⁸⁸

Inversamente a nossa interpretação e congruente com o que reputamos ser uma postura benevolente a Schmitt, Bendersky apresenta o argumento de que o autor “[...] non desiderava tuttavia la caduta della repubblica, poiché ogni mutamento rivoluzionario era in contrasto con la sua filosofia politica” (BENDERSKY, 1989, p. 84-

¹⁶⁸⁸ Neste sentido, bastante menos explorada, por não dizer ignorada, é a possível relação teórica dos pressupostos de suas obras, embora não pessoal, com os termos também firmemente críticos dos textos hitlerianos sugeridos logo acima, posto que até aqui foi possível observar que a diferença entre a abordagem de ambos foi escassa.

85).¹⁶⁸⁹ Bendersky sugere que Schmitt manteria uma aversão tão profunda a processos revolucionários que não poderia mais do que ser um defensor da causa republicana weimariana. Contudo, parece-nos que a crítica de Bendersky não atende a um aspecto que pode ser considerado central, qual seja, a qual tipo de revolução se mostra refratário Schmitt. Nossa indicação é de que a filosofia política de Schmitt se mostra por excelência uma antípoda do tipo revolucionário francês mas não, por exemplo, dos limites conceituais revolucionários da essência do conservadorismo.

Esta revolução conservadora com a qual sugerimos Schmitt se mostrar afinado é uma que não visa a instauração de um mundo futuro com valores a realizar mas, ao contrário, com uma visão inversa, de retomar antigos valores e reinstaurá-los entre os homens, o que constituiria uma espécie de contrarrevolução, conceito com o qual dificilmente se poderia dizer que Schmitt não estivesse afinado, para o que nos bastaria uma breve visita aos passos analíticos do conservadorismo reservado à análise nos capítulos I e II desta tese doutoral. Portanto, o argumento de Bendersky não parece forte o suficiente para aproximar Schmitt da defesa da ordem constitucional republicana.¹⁶⁹⁰

O argumento central do trecho de Bendersky trabalhado logo acima é de que o processo revolucionário estaria fundamentalmente em desacordo com os valores contrarrevolucionários caros a Schmitt. Inversamente a nossa interpretação é a sugestão de que Bendersky, de que Schmitt “[...] non desiderava tuttavia la caduta della

¹⁶⁸⁹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] não desejava a queda da República porque as mutações revolucionárias estavam em contraste com a sua filosofia política”.

¹⁶⁹⁰ Acreditamos ter podido com esta parte da argumentação traçar as primeiras linhas a justificar que árduo, senão impraticável, se mostra a trilha daqueles que se proponham sustentar que Schmitt se apresenta como defensor da ordem de valores weimarianas. Esta parece-nos tarefa de difícil cumprimento na medida em que Schmitt clara, embora traumáticamente do ponto de vista político, transitou do poder na ordem constitucional weimariana para uma aberta defesa do novo regime nacional-socialista do qual participaria como um dos mais prósperos intelectuais na área jurídico-política.

repubblica [...] (BENDERSKY, 1989, p. 84).¹⁶⁹¹ Anteriormente viemos esboçando a colaboração de Schmitt com von Papen e deste com Hitler para a transição do poder. Neste sentido, portanto, se em algum momento eventualmente Schmitt chegou a desejar que a República não perecesse, foi mais por motivos estratégicos do que por convicção de seu valor. Mais relevante parece ser o argumento que afirma que em Schmitt persiste, desde o início da década de 20, um fortalecimento teórico das convicções conservadoras, àquela altura, profundamente aliadas com o antirrepublicanismo e expressas em um volume de obras que marcavam praticamente uma ao ano durante esta década.

Ao invés de, como propõe Bendersky, centralizar a preocupação em que o movimento oposto aos valores weimarianos poderia contrariar a sua filosofia política e, logo, este devesse ser um motivo para concluir sobre seu apoio a Weimar, isto sim, parece-nos mais grave e menos provável que resolvesse apoiar um regime constitucional como o weimariano, ao qual suas convicções sempre reservaram seriíssimas críticas quer por sua debilidade política como por sua fraqueza em matéria econômica mas, sobretudo, e aqui a crítica de fundo, por sua insustentabilidade teórica.¹⁶⁹² Segundo Schmitt, Weimar estava mesmo fragilizada por sua composição democrática. Reputava o autor que a democracia weimariana, conforme fora constitucionalizada mostrava-se incapaz para defender aos seus princípios, ou seja, que

¹⁶⁹¹ Questão secundária, mas que igualmente pode nos interessar como indicativo da insuficiência do argumento de Bendersky, seriam os motivos, não aduzidos, pelos quais Schmitt haveria de permanecer tão cuidadoso em não contraditar o seu pensamento, ou seja, que não pudesse contradizer sua filosofia política, claramente antirrevolucionária, ao apoiar algum movimento antiweimariano.

¹⁶⁹² Em algum momento do ano de 1943, Hitler viria a reconhecer que os embates com os Estados burgueses haviam sido facilmente superados por força da superioridade germana tanto quanto pela debilidade do inimigo a ser batido (*cf.* ARENDT, 1974, p. 390), opostamente encontrando os inimigos do Este europeu, aos quais havia toda uma ideologia a alentá-los, ainda que equivocada (*cf.* ARENDT, 1974, p. 390).

Besteht aber Gefahr, daß die Demokratie benutzt wird, um die Demokratie zu beseitigen, so muß der radikale Demokrat sich entschließen, auch gegen die Mehrheit Demokrat zu bleiben oder aber sich selbst aufzugeben. (SCHMITT, 2010a, p. 37).¹⁶⁹³

Alvo de críticas por parte de Schmitt, bem como das vertentes totalitárias germanas do período aqui identificadas com o conservadorismo revolucionário, foi esta identificação das fraquezas da República. Do ponto de vista teórico são caracterizadas por sua profunda incapacidade de decisão (*Entscheidung*) em matéria política, inspiradas que estavam por uma matriz romântica. A inutilidade do Parlamento republicano carregava consigo o conceito de declínio da cultura.¹⁶⁹⁴ Se o Parlamento já não mais cumpria as finalidades históricas para as quais algum dia fora criado, isto era expressão da decadência à qual a cultura judaica estava submetendo a Alemanha e para a qual haveria de ser encontrada uma resposta final, ideia para a qual estavam atentos os valores conservadores e, em alguns casos, ao menos parcialmente, a aristocracia.¹⁶⁹⁵

Entremeado às críticas às instituições republicanas, ainda em seus estertores Schmitt insistia em que a organização política dos partidos de forma pluralista termina por minar as condições de manutenção da República weimariana, argumento em conexão direta com o reclamo hitleriano por um governo distanciado do pluralismo, resolvido na figura de um só, em suma, um movimento essencialmente antiparlamentar

¹⁶⁹³ O texto permite a seguinte tradução: “Há algo perigoso em que ela [a democracia] venha a ser usada para eliminar a democracia, por isto o democrata radical deve decidir-se se continuará sendo um democrata ainda quando contrário à maioria ou se renuncia a si mesmo”.

¹⁶⁹⁴ O conceito de decadência encontra este seu alto grau de penetração na cultura alemã, pelo menos, desde os movimentos realizados por Nietzsche no século anterior, em suas críticas à modernidade e a sua intensa crítica da razão, a marcar um modelo de sociedade que experimentava a decadência.

¹⁶⁹⁵ Ao menos um destes casos parece ser o do compadre de Schmitt, Ernst Jünger, com quem compartilhou uma série de princípios conservadores, dentre os quais alguns traços de aristocratism, tão próprios do pensamento do escritor. Um bom quadro da evolução do pensamento conservador na Alemanha e todas as suas injunções é oferecido por A. Mohler. Ver MOHLER, (1972).

(cf. HITLER, 2004, p. 94).¹⁶⁹⁶ Sendo a República uma resposta positiva ao pluralismo político, Schmitt não poderia emprestar apoio a um Estado plural posto que, como bem observa Bercovici, o Estado (schmittiano) que visa garantir a unidade política não poderá ser mantido senão enquanto ácido crítico das referências políticas plurais (cf. BERCOVICI, 2009d, p. 85).

Os antecedentes teóricos do antipluralismo que serviriam aos embates contra o republicanismo já encontravam-se bastante enraizados na cultura política alemã ao menos desde que Guilherme II. Já nos meses finais de 1914, precisamente em 26 de agosto, o próprio Guilherme II enunciaria uma máxima que bem nos aproxima da cultura política daqueles dias: “Ich kenne keine Parteien mehr, ich kenne nur noch Deutsche” (1987).¹⁶⁹⁷ Embora seja uma afirmação pessoal do monarca, nisto encontramos um dos importantes focos para a disseminação de uma cultura política do *Parteienstaat*. Aqui nos depararíamos apenas com os interesses públicos, sem mediação partidário-institucional, os quais poderiam ser auscultados diretamente, tendo em vista a capacidade de percepção de uma figura exponencial daquele que seria um sentimento de germanidade profundo. Por certo, dele haveria um tradutor histórico, no caso, com certeza, a figura do Kaiser.

Esta máxima de Guilherme II de meados da década de 1910 apenas reforçava os ânimos antirrepublicanos que encontrariam reforços nos anos seguintes por parte de todos aqueles que já encontravam-se proclives à crítica e que encontrariam na situação de instabilidade de Weimar apenas a condição mais adequada para trazer a público as

¹⁶⁹⁶ A respeito do pluralismo em Weimar, Bercovici destaca que este tem em Schmitt a leitura de que ali encontrava-se a gênese das delimitações sofridas pelo político, o qual, na cultura liberal, apenas faz transferir ao domínio das infundáveis disputas político-partidárias todo o âmbito do político que haveria de encontrar-se, para Schmitt, nos domínios do Estado (cf. BERCOVICI, 2004, p. 99).

¹⁶⁹⁷ Uma tradução possível para o trecho é: “Eu não conheço mais aos partidos, eu conheço apenas o [partido] alemão”.

suas insatisfações.¹⁶⁹⁸ Dentre os críticos encontra-se Schmitt, que assinalava as consequências práticas das insatisfações, marcadas por desordens e embates além de fragilidades políticas institucionais. Parte desta instabilidade era detectada por Schmitt precisamente em sua definição plural do Estado weimariano, que não poderia responder aos interesses da nação, senão que, tão somente, como recorda Leydet, encontrava-se em situação de “[...] dependent upon or subordinate to, the various social and economic associations that make up contemporary industrial societies” (LEYDET, 1997, p. 49).¹⁶⁹⁹ Este era o ponto de partida para a sua superação de um Estado controlado por acordos e compromissos entre grupos heterogêneos cuja orientação política em nada lhes aproximava do interesse alemão, pois, como destaca Leydet, o Estado “[...] loses its ability to rationally mediate and integrate divergent interests” (LEYDET, 1997, p. 49).¹⁷⁰⁰ O Estado total era a divisa no horizonte político para superar o Estado legislativo dominado e manipulado por meio de estratégias parlamentares.

Esta interpretação schmittiana da circunstância sugere que o Estado liberal e as suas dimensões plurais e neutralizantes do político permitem uma aproximação do núcleo do pensamento conservador revolucionário, cuja influência se vê cristalizada tanto nos textos do nacional-socialismo como, momento seguinte, em sua prática de poder. Esta era uma leitura que também reforçava a visão de que o Estado encontrava-se subordinado aos interesses de grupos por meio da instrumentalização do Parlamento. A resposta que havia de ser oferecida não poderia implicar outra alternativa senão o

¹⁶⁹⁸ Sugerimos que uma perspectiva comprometida com o aprofundamento analítico das instabilidades durante a República de Weimar sempre remete às desordens que marcaram a transição revolucionária experimentada pela Alemanha quando da queda da monarquia à raiz do final da guerra por ela patrocinada, pois nela subjaz toda uma cultura forjada em circunstâncias imperiais.

¹⁶⁹⁹ Ao trecho acima sugerimos a livre tradução que segue: “[...] dependente ou subordinado a várias associações sociais ou econômicas que compuseram as sociedades industriais contemporâneas”.

¹⁷⁰⁰ Ao breve trecho acima sugerimos a livre tradução que segue: “[...] perde a sua capacidade para mediar e integrar racionalmente os interesses divergentes”.

destronamento do liberalismo democrático-parlamentar de seu papel de protagonista da cena política.

Uma das estratégias para realizar este deslocamento do liberalismo democrático-parlamentar de sua posição seria encontrada por Schmitt, quando surge o momento e a oportunidade de operar juridicamente no sentido de reinterpretar o art. 48 da Constituição de Weimar.¹⁷⁰¹ Este seria um movimento realmente eficiente para que fosse dado início ao processo de consolidação do poder político a ser consolidado em apenas uma figura que, finalmente, poderia ser capaz de realizar a estratégia de unificação e homogeneização política reclamadas por Schmitt. Naquele que talvez possa ser denominado como o segundo período e decisivo momento de incremento de crises na República de Weimar,¹⁷⁰² a saber, entre 1929 e 1933.

Difícil período na Alemanha, Schmitt concebe e desenvolve duas edições de *Der Begriff des Politischen*, respectivamente, em 1927 e 1932,¹⁷⁰³ período de turbulências políticas e econômicas.¹⁷⁰⁴ Neste seu trabalho de 1927 foram desenvolvidos conceitos

¹⁷⁰¹ Para mais detalhes desta matéria enviamos o leitor à segunda subseção do capítulo X desta tese doutoral.

¹⁷⁰² Sugerimos neste texto que um primeiro período de problemas políticos e financeiros tem lugar na primeira metade de década de 20. Isto ocorreu até que aportes financeiros dos EUA comessem a ter lugar, quando a situação ganhou alguma normalidade por meio do Plano Dawes em agosto de 1924. Esta circunstância prolongou-se até o ano de 1929 com a quebra da Bolsa de Nova Iorque, quando, então, sugerimos que tem início o segundo momento de desequilíbrio político grave na Alemanha.

¹⁷⁰³ Estas são as duas edições mais conhecidas. Entretanto, Giannini faz referência com pretensões exaustivas à existência de outras ainda, a saber, de 1928, 1930, 1938, 1950, 1963 e 1972.

¹⁷⁰⁴ Os eventos do ano de 1929, em especial a quebra da Bolsa de Nova Iorque, servem como catalizadores da crise política e econômica alemã, até então medianamente estabilizada. A este respeito, por exemplo, o comunista Ulbricht que, discursando em dezembro de 1930, fazia referência a (a) “[...] la dictadura de Brüning [que] especula con la constante agudización de la crisis económica mundial y la crisis política en Alemania [...]” (ULBRICHT, 1966, p. 72). De modo similar Beaud aponta para que (b) “[...] l’année 1932 marque une aggravation de la crise politique, c’est bien l’année 1930 qui fait figure de tournant dans la mesure où elle voit émerger la figure inédite d’un gouvernement présidentiel qui semble être la réponse politique à l’énorme crise économique qui, après s’être déclarée à Wall Street l’année

cujos pressupostos lógico-conceituais estavam já parcialmente adiantados, e claros, em suas primeiras obras da década de 20, com destaque para as três primeiras, *Die Diktatur*, (1921), *Politische Theologie*, (1922), e *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*, (1923). Disto são exemplos o seu conceito de ditadura, elaborado em 1921, o conceito de soberano, bem como os poderes que haveria de enfeixar, do texto de 1922, para, já no texto de 1923, ter lugar uma mais incisiva crítica à democracia-parlamentar e ao liberalismo. Todos estes são conceitos que aparecerão expressa ou implicitamente no texto original de 1927, marcando a continuidade da estrutura conceitual antes elaborada.¹⁷⁰⁵

précédente, touche alors l'Allemagne [...]“ (BEAUD, 1997, p. 27-28). A este respeito Beaud ainda reforça que o modo de funcionamento do governo Brüning estava (c) “[...] animé d'un esprit antiparlamentaire, ce gouvernement Brüning fonctionne de la manière la plus indépendante possible du Parlement. [...] Le Parlement est supplanté par le pouvoir exécutif législateur [...]. En pratique, le gouvernement Brüning se conduit comme un législateur ordinaire” (BEAUD, 1997, p. 29-30). Este regime de Brüning, abertamente avesso ao jogo parlamentar, do qual Schmitt é um dos melhores conselheiros (como também de von Papen e de von Schleicher, cujo assassinato seria ordenado por Hitler em meados de 1933), projeta que nossa interpretação dos escritos schmittianos como totalitários recebe, com o passar do tempo, nada mais do que ligeiras transformações adaptativas histórico-políticas, aprofundando seus argumentos, antes do que transformando-os e alterando-lhes os rumos, ainda mesmo quando Schmitt era conselheiro de assuntos políticos de Brüning em Weimar. Aos textos acima sugerimos as seguintes livres traduções: (a) “[...] a ditadura de Brüning [que] especula com o constante acirramento da crise econômica mundial e a crise política na Alemanha [...]”; (b) “[...] o ano de 1932 marca a agravação da crise política, é o ano de 1930 que fez constar uma curva e que emerge a inédita figura de um governo presidencial, que parece ser o responsável político pela enorme crise econômica que, depois de atingir a Wall Street no ano precedente, então atingiu a Alemanha”; (c) “[...] animado por um espírito antiparlamentar, o governo Brüning funcionava da maneira mais independente possível do Parlamento. [...] O Parlamento foi suplantado pelo poder executivo legislador [...]. Na prática, o governo Brüning se comporta como um legislador ordinário”.

¹⁷⁰⁵ O ano de 1927 também marca a transferência de Schmitt de Bonn para Berlin, de uma cidade algo obscura para as aspirações intelectuais e políticas de Schmitt para outra cidade cosmopolita. Ali brilhavam as luzes e o poder de que desfrutava a capital alemã. O autor se transfere para a menos prestigiosa *Handelhochschulen* e ali, no mesmo ano de 1927, apresentará o seu *Der Begriff des Politischen*, primeiramente em forma de conferência.

Estes textos que exploraremos mais acuradamente nos capítulos finais deste trabalho marcam a clara oposição schmittiana ao pluralismo em um contexto histórico em que todavia ecoava a cultura guilhermina a suscitar os ânimos antirrepublicanos e avessos ao papel dos partidos políticos. Comentaristas como Bendersky assinalam que naquele momento a debilidade política encontrava-se na paralisia parlamentar face à existência de uma pluralidade de partidos e grupos políticos, realidade com a qual, desde logo, a filosofia política de Schmitt confirmava em sentido denegatório da valia da pluralidade político-partidária bem como da pluralidade em sentido amplo.

Esta era uma cultura que cada vez mais se projetava sobre a vida alemã. Eram recriadas hodiernamente as condições para o restabelecimento de um regime cujas bases poderiam aproximar-se as de uma monarquia. Ainda que historicamente o regime seguido não fora este, a sombra do poder absoluto que durante tanto tempo caracterizara as monarquias européias seria retomado fortemente pelo regime hitleriano à luz das interpretações tortuosas a que a *Weimarer Verfassung* fora submetida com o beneplácito de von Papen e o trabalho jurídico de Schmitt.

O Estado ora em gestação apontava para uma crítica conservadora radical das instituições weimarianas, antiliberal e antidemocrática, tal e como pensara Schmitt. Embora não estivesse em absoluto desacompanhado nesta caminhada, a ideia de Schmitt era defender a presença de um Estado com mais amplos poderes, forte, e disto adviria o conceito de Estado total (*totale Staat*), que logo se manifestaria tão útil ao III Reich (ver FAYE, 2010, p. 135-137). No âmbito deste Estado total, o político (*des politischen*), de acordo com a mais escorreita leitura schmittiana,¹⁷⁰⁶ legal e

¹⁷⁰⁶ A leitura da concepção de Estado na filosofia política schmittiana encontra um de seus declarados pontos de ancoragem na teoria hobbesiana. O filósofo de Malmesbury é claro a respeito da posição de centralidade que ocupa em sua teoria o forte poder do Estado e do soberano. Um aspecto central na argumentação do Estado como soberano é que Hobbes reconhece como uma das causas de extinção ou,

legitimamente, poderia ser resolvido por meio do uso da força, de sorte a suprimir a essência pluralista que permitia a existência dos partidos e que já ao Kaiser Guilherme II, como vimos, causava repugnância.

Orfanel nos diz em seu bem conhecido trabalho sobre Schmitt, que naquelas condições históricas alemãs, marcadas pela adversidade à organização pluralista de partidos, mantinha-se uma estreita relação com a virtude política burguesa. Esta era uma virtude da qual, como logo nos diria Jünger de forma convergente, se nutria todo um aparato crítico relativo ao conceito de Estado forte, *locus* de onde se gestavam os ataques a um dos eixos argumentativos da teoria totalitária. Desde as fileiras burguesas estava em pauta o objetivo de transformar os vínculos (virtuosos) de responsabilidade em meras relações contratuais (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 29), ideal contratualista este sempre criticado por Schmitt como uma inaceitável *reductio* do político.

Tanto em Schmitt como em Jünger é possível perceber com meridiana clareza que o mundo burguês era incapaz de servir às missões humanas mais elevadas (*cf.* HITLER, 2004, p. 108), que o conceito do político articulava em torno à realização de uma democracia homogênea conduzida pela figura de um soberano tanto quanto propiciar o surgimento de um ator histórico como o soldado-trabalhador que, aliás, substituiria o burguês em sua posição de predominância. O mundo burguês, desde a sua

no mínimo, debilitamento do Estado, quaisquer “[...] daños y amenazas [que] así afectan a todos los Estados que han limitado su poder, por pequeña que haya sido la limitación” (HOBBS, 1992, p. 258). Para um panorama conceitual mais amplo do autor para fins de aproximação, ver BOBBIO, (1991). Para uma crítica da aproximação de Bobbio ao trabalho de Hobbes desde a área jurídica, ver LAFER, (1991). Para uma abordagem mais sintética, mas ainda assim panorâmica de Hobbes, ver ESTRADA, (2010). Especificamente para o debate da soberania em Hobbes e como esta poderia ser uma ideia a aproximar de Schmitt, ver ALTINI, (2005), MARCOS, (2004a, 2994b). Para debates sobre a leitura política de Hobbes e as suas possibilidades interpretativas desde um *locus* liberal, ver MacPHERSON, (1979). Para uma análise crítica de Hobbes em contraposição com o pensamento político moderno, ver ZARKA, (1997). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] danos e ameaças [que], assim, afetam a todos os Estados que limitaram o seu poder, por restrita que tenha sido a limitação”.

leitura privatista da história ver-se-ia enfrentado com a crítica do político (público) schmittiana em sentido contrário ao mundo privado (ver SCHMITT, 2002).

Considerável parte desta argumentação crítica desembocaria na intensificação do auxílio à visão de que aquele tipo de Estado liberal e de direito burguês consagrado pelas linhas da Constituição weimariana encontrava-se inexoravelmente marcado pela

[...] total [...] debilidad e incapacidad para resistir los embates de los partidos y de los intereses organizados, debiendo transigir, contentar a todos, otorgar subvenciones y estar al servicio de intereses contrapuestos.¹⁷⁰⁷ (ORFANEL, 1992, p. 180).¹⁷⁰⁸

Em torno a 1928, próximo, portanto, da data de publicação do texto constitucional seminal schmittiano, já era “[...] self-evident weaknesses in the parliamentary system damaged the authority of the Republican State” (NICHOLLS, 1991, p. 122).¹⁷⁰⁹ As apontadas debilidades organizativas não sugeriram a Schmitt

¹⁷⁰⁷ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “total [...] debilidade e incapacidade para resistir aos embates dos partidos e dos interesses organizados, devendo transigir, contentar a todos, outorgar subvenções e estar ao serviço de interesses contrapostos”.

¹⁷⁰⁸ A este respeito Orfanel cita um trecho elucidativo de sua percepção da organização das forças políticas germanas: (a) “[...] en Alemania no tenemos hoy en día ningún Estado total, sino un conjunto de partidos totales que pretenden cada uno realizar la totalidad y abarcar totalmente a sus miembros, acompañando al hombre [...] desde la cuna hasta la sepultura [...]” (ORFANEL, 1992, p. 181). Ademais, acresce o autor, que (b) “[...] la consecuencia es que los partidos en pugna unos con otros politizan de modo total la vida completa del pueblo y lo que para Schmitt sería grave, ‘parcelan la unidad política del pueblo alemán’” (ORFANEL, 1992, p. 181). Este argumento possui uma muito próxima conexão com o conceito de guerra total, formulado pelo conservador revolucionário, general Erich Ludendorff (1865-1937), que destaca o papel da guerra na política. De fato, congruente com seus ideais, Ludendorff seria candidato à Presidência pelo partido nacional-socialista em 1925 quando este todavia era um partido de pequena expressão. Antes disto já ocupara posições de protagonismo nos últimos momentos da Primeira Guerra Mundial, quando dispusera de amplíssimos poderes, próximos aos de um ditador. Aos trechos acima sugerimos as seguintes traduções: (a) “[...] na Alemanha não temos, hoje em dia, nenhum Estado total, mas sim um conjunto de partidos totais que pretendem, cada um deles, realizar a totalidade e abarcar totalmente aos seus membros, acompanhando ao homem [...] desde o berço até a sepultura [...]”; (b) “[...] a consequência é que os partidos em luta uns contra os outros, politizam de modo total a vida completa do povo e, o que para Schmitt era mais grave, “dividem a unidade política do povo alemão”.

¹⁷⁰⁹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] auto-evidentes fraquezas no sistema parlamentar tinham deteriorado a autoridade do Estado republicano”.

qualquer correção de rumos intrassistêmica mas, como foi a tônica em seus trabalhos desde o início da década de 20, a de fortalecer alternativas de poder que aprofundassem o discurso do poder forte e do Estado total, ainda antes que consolidasse este conceito. Não esteve no raio de interesses teóricos schmittianos o fortalecimento das instituições weimarianas ou trabalho teórico no sentido, por exemplo, de reforçar por meio de reformas, ao parlamentarismo, instituição a qual, desde os escritos de 1923, fora objeto de sua mais contundente crítica desconstrutiva em sentido literal.

Portanto, quando Orfanel nos dá ciência no texto citado logo acima do que era a visão schmittiana da vida política weimariana e, em especial, de como os interesses e os partidos interagiam, isto opera em autor como um substrato histórico de fundo a partir do qual colocar em prática a sua estratégia desconstrutiva do real. A partir disto podemos adotar, sem hesitação, o reconhecimento da proximidade da observação de Orfanel com a de Jünger, para quem aquela quadra histórica apontava para a condenação à morte da sociedade burguesa (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 29). Os esforços para tanto, por certo, não foram escassos nem breves por parte de vários setores, destacadamente para o conservadorismo revolucionário, movimento do qual Jünger era um dos capitães.

Os termos da crítica ao perfil do Estado burguês a partir do *locus* antidemocrático e antiliberal desde o qual opera Schmitt foram reiterados por Orfanel quando nos diz que o “[...] Estado pluralista de partidos, del que la República de Weimar, sobre todo en su fase final, sería el blanco de las críticas y desvalorizaciones de Schmitt” (ORFANEL, 1992, p. 181).¹⁷¹⁰ O ataque ao Estado pluralista de partidos não é uma mera circunstância ou objeto impensado, senão que constitui um claro objetivo

¹⁷¹⁰ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] Estado pluralista de partidos, do qual a República de Weimar, sobretudo em sua fase final, seria o alvo das críticas e desqualificações por parte de Schmitt”.

de solapar as próprias bases não apenas do Estado weimariano mas, e o que é bem mais grave, ao atacar o conceito de partidos, minar a própria possibilidade de que qualquer regime futuro sucessor a Weimar pudesse constituir o esteio organizacional da vida civil por intermédio da mediação partidária. Estes ataques, dos quais Schmitt é um dos mais ardentes promotores, colocariam as condições de possibilidade para a afirmação de um novo tipo de regime em absoluto descomprometido com estruturas partidárias aptas a consignar as diferenças e a pluralidade social. Esta leitura de Orfanel assinala, portanto, para a descrição não apenas de uma clara perspectiva histórica antiweimariana mas, isto sim, e muito profundamente, antirrepublicana ao tempo em que antidemocrática e antiparlamentar.¹⁷¹¹

Esta não é uma crítica isolada de Schmitt, mas compartilhada por um amplo arco teórico, que abrange desde Jünger e os quadros conservadores-revolucionários ao então emergente movimento nacional-socialista passando por identificados partidários e ideólogos de esquerda do período.¹⁷¹² Estes, por certo, já então se apresentavam sedentos por deflagrar viscerais ataques aos valores liberais, então identificados com as estruturas capitalistas de mercado assim como com o mundo das finanças. A estas contínuas desvalorizações da cultura liberal remetia mais diretamente o escrito schmittiano *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*. O grau de

¹⁷¹¹ Já a leitura sobre a posição destes, ademais da leitura de Orfanel, encontra não poucos comentaristas que corroboram o sentido conectivo com o totalitarismo, dentre os quais Martin Jänicke. Ver JÄNICKE, (1971).

¹⁷¹² A crítica à democracia parlamentar não teve em Schmitt um personagem isolado. Ao contrário, toda uma interpretação crítica foi desenvolvida pela direita conservadora alemã que encontrou em Hitler, por exemplo, um de seus mais francos e diretos elaboradores. A este respeito interessa-nos, mesmo com a brevidade necessária, mencionar que o próprio Hitler refere-se à democracia parlamentar como uma invenção marcada pela decisão da maioria de nossos pretensos dirigentes políticos (cf. HITLER, 2007, p. 11). O decisionismo de viés cesarista schmittiano que inverte a lógica a este sistema parlamentar é que haveria de instaurar a democracia, e neste aspecto podemos encontrar mais um ponto de contato de Schmitt com o texto hitleriano.

densidade e congruência daquela crítica de início de século seria mesmo posto à prova, empiricamente, ao final da mesma década de 20, quando do agravamento da crise em Weimar em 1929.

Neste momento a postura de Schmitt é descrita como a de alguém que reage febrilmente na busca por uma solução autoritária que, enfim, teria seu lugar (ver BALAKRISHNAN, 2000). Muito provavelmente a postura de Schmitt presente no texto de Balakrishnan não contempla a leitura sugestiva de Jünger no sentido de que a sociedade, renovável por excelência, viesse a absorver em seu interior “[...] las más virulentas de las negaciones de sí misma” (JÜNGER, 1993a, p. 30),¹⁷¹³ que parece ser precisamente o caso de Weimar e, por certo, uma das críticas que Schmitt lhes endereçava às democracias liberais por sua capacidade de pôr termo a si próprias, uma vez que o seu fosse um liberalismo congruente com seus princípios de liberdade de expressão e formação de maiorias, mesmo que contrárias à sua própria essência democrático-liberal.

A solução autoritária para a qual teria estado voltado Schmitt segundo a anotação de Balakrishnan é, como se sabe, também compartilhada por toda a direita conservadora alemã do período. Este era um amplo segmento avesso à ordem weimariana, e Schmitt, como bom conservador, não oferece elementos para que, crivelmente, possamos supor que dela divergisse em aspectos conceituais de fundo, ainda menos nesta central relativa à opção autoritária.¹⁷¹⁴ Outros autores, como van den Bruck, também evidenciariam as suas posições a este respeito.

¹⁷¹³ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] as mais malignas das negações de si mesma”.

¹⁷¹⁴ Uma boa prova disto, e aí ponderemos que já estava entrada a década de 40, pode ser encontrada em um trabalho de Schmitt intitulado *Posições e conceitos na luta com Weimar: Genebra e Versalhes*. Neste trabalho aparece a representação de toda a animosidade de Schmitt relativamente à República de Weimar (cf. ORFANEL, 1992, p. 175), não obstante as diversas opiniões em contrário que tentam resgatar um

Moeller van den Bruck, conforme referido no capítulo III deste trabalho, foi uma das figuras fundadoras do conservadorismo revolucionário alemão e em suas críticas ao liberalismo era suficientemente explícito. Em uma de suas dimensões estendia suas críticas ao parlamentarismo e aos partidos políticos (*cf.* STERN, 1974, p. 198), de forma não menos intensa do que era realizado por Schmitt e dando vazão às alternativas totalitárias que o regime lhes sugeria. Contudo, uma mesma questão resta posta a ambos, mas que em seu texto Stern dirige apenas a Moeller, qual seja, “[...] but what was the alternative to liberalism?” (STERN, 1974, p. 198).¹⁷¹⁵ Nenhum dos autores se encarregou da construção de uma alternativa concreta.

A pergunta de Stern não foi contestada em termos positivos em ambos os casos mas isto não lhes impediu, a Schmitt e van den Bruck, indicar de forma explícita, como também diversos pensadores do período, que as suas respostas estavam dadas e eram elas uma alternativa totalitária. Isto sim, este contexto viria ainda a ser marcado pelo fato de que, na viragem de 1924 para 1925, encontramos elementos que sinalizam os concretos rumos caracterizadores da refundação do partido nacional-socialista para fevereiro daquele ano de 1925 (*cf.* BULLOCK, 1990, p. 130). Nesta data muito claramente diria Hitler que “El movimiento nuevo es, en su esencia y en su organización profunda, antiparlamentario”¹⁷¹⁶ (HITLER, 2007, p. 36).¹⁷¹⁷ Isto apenas

Schmitt defensor da República e sua Constituição. Ver SCHMITT, (2010o). A respeito da obra menciona Quaritsch que o conceito de posição “[...] sind die Realitäten der politische Lage, in die er sich gestellt sah, die er aber auch als agonale Situationen entdeckte [...]” (QUARITSCH, 1995, p. 17). Para o texto logo acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] é a realidade da situação da política, na qual ela pode ser feita, e em que também se descobre como situação agonal [...]”.

¹⁷¹⁵ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] mas qual seria a alternativa ao liberalismo?”

¹⁷¹⁶ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “O novo movimento é, em sua essência e em sua profunda organização, antiparlamentar”.

¹⁷¹⁷ É importante destacar que naqueles anos o nacional-socialismo ainda não adquirira proeminência política no cenário político alemão. Contudo, já tivera lugar o *Putsche* em München bem como o aprofundamento do discurso nacionalista que lhe constituía e, por fim, uma certa sofisticação dos textos

reforça o que diz Bullock sobre que dois seriam os objetivos principais do partido que haviam sido traçados por Hitler:

The first was to establish his own absolute control over the Party by driving out those who were not prepared to accept his leadership without question. The second was to build up the Party and make it a force in German politics within the framework of the constitution. (BULLOCK, 1990, p. 130).¹⁷¹⁸

Estes propósitos expressos ainda em 1925, poucos meses após sair da prisão, davam o tom da estratégia política dos anos seguintes a ser seguida por homens como Streicher, para quem não resistia qualquer escrúpulo ante a liderança objetiva de Hitler, senão cumprir as suas ordens (*cf.* BULLOCK, 1990, p. 130). O contexto em que estas declarações de Hitler tiveram lugar era o de uma Alemanha convulsionada pelo decreto de Lei Marcial por parte de Stresemann. Segundo tal instrumento permite ver, a estratégia de alcançar o poder por intermédio da legalidade mostrava-se sedutora a muitos que, em outras circunstâncias, poderiam não apoiá-lo. Esta hesitação se deve a que, em último termo, o seu era um discurso em sua essência carregado de ódio e violência, tal como restaria claro no *Mein Kampf* hitleriano.¹⁷¹⁹ Contudo, dentro do movimento esta não era uma unanimidade retórica, e neste contexto despontava Röhm, mais tarde uma das vítimas de Hitler, que afirmara que “The National Socialist Movement is a fighting movement. Germany’s freedom [...] will never be secured by

do conservadorismo revolucionário. Schmitt, por seu turno, já dera início às suas obras mais importantes desde o início da década. Assim, embora não ocupassem posição de protagonismo, eram uma das forças componentes do cenário político a ser considerada em uma interpretação como a nossa, que parte da premissa epistemológica do forte, embora não determinante, impacto contextual nas elaborações textuais do autor.

¹⁷¹⁸ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “O primeiro foi estabelecer o seu absoluto controle sobre o Partido, fazendo sair todos aqueles que não estivessem preparados para aceitar sem questionamentos a sua liderança [de Hitler]. O segundo foi construir o Partido e torná-lo uma força dentro do quadro constitucional da política alemã”.

¹⁷¹⁹ O primeiro volume do livro foi publicado no verão europeu de 1925, enquanto o segundo volume o seria no alto inverno de 1926, portanto, já ao final do ano

talk and negotiations; it must be fought for” (*apud* BULLOCK, 1990, p. 125).¹⁷²⁰ A aposta hitleriana não era muito diferente desta exposição de Röhm mas, antes, a diferença de fundo entre os dois velhos camaradas era, isto sim, quanto à estratégia da qual lançar mão para cumprir a finalidade de ascender ao poder. Cumprida a missão, não haveria qualquer dissonância nem hesitação ou pruridos quanto ao uso da violência, como sobejamente é conhecido.

Este é, em parte, o cenário político com o qual Schmitt se defrontava logo após concluir a sua obra de 1923, situação na qual era observável o aprofundamento de uma crise socioeconômica com sérias repercussões políticas cuja sociedade observava o recrudescimento de movimentos nacionalistas e agora marcados por um renovado viés belicista. Neste contexto Schmitt continua a esboçar o projeto antidemocrático e totalitário que comporta uma tipologia de Estado conforme ao desenho hitleriano, marcada pelo descolamento institucional do Poder Executivo em relação aos demais poderes, objetivo este que seria perseguido nos anos seguintes pelas fileiras do partido nacional-socialista com o apoio de ideólogos nem sempre ligados publicamente a esta agremiação política.

O antiparlamentarismo é um discurso bastante claro nestas linhas em que Hitler menciona que o partido nacional-socialista era um movimento de luta e que a proteção de seu conceito de liberdade não passava por casas de debates e negociações como as parlamentares. A posição schmittiana mais conhecida é apresentada em sua *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*, contudo, o autor também reforçaria esta crítica em escrito já tão próximo da ascensão do nacional-socialismo quanto o seu *El giro hacia el Estado totalitário*, de 1931. Neste trabalho, dentre outros

¹⁷²⁰ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “O movimento nacional-socialista é uma movimento de combate. A liberdade alemã [...] nunca será assegurada por conversas e negociações, é preciso lutar para protegê-la”.

aspectos, Schmitt chama a atenção para que o Parlamento está em franca decadência, que “[...] el Parlamento deja de ser el escenario de la discusión libre y propiciadora de unidad entre representantes populares libres [...] y se establece como el escenario del fraccionamiento pluralista de los poderes sociales organizados” (SCHMITT, 2001i, p. 92).¹⁷²¹ Este giro rumo ao Estado totalitário encontra em sua base precisamente o distanciamento dos valores liberal-parlamentares.¹⁷²²

9.3. O SOCAVAMENTO DA DEMOCRACIA PARLAMENTAR WEIMARIANA: A INTERRUPÇÃO DO DEBATE E A CONSOLIDAÇÃO DA DECISÃO COMO APOSTA NO ESTADO TOTAL

A crítica ao parlamentarismo e às suas virtudes foram uma das principais condições que inviabilizaram a República mas, não menos importante, foi o movimento de gestação de uma cultura que permitiu um novo regime cuja base de sustentação esse dar-se-ia em torno a um novo referencial em que o poder, forte e centralizado, encontrava-se em relação com a violência, de aplicação muito mais do que meramente esporádica. Assim, por exemplo, em troca de missivas com Moritz Julius Bonn,¹⁷²³ um dos protetores de Schmitt,¹⁷²⁴ o emissário fazia referência a que:

¹⁷²¹ O texto acima suporta a seguinte livre tradução: “[...] o Parlamento deixa de ser o cenário da livre discussão, propiciadora da unidade entre representantes populares livres [...] e se estabelece como o cenário do fracionamento pluralista dos poderes sociais organizados”.

¹⁷²² Desta forma, para Schmitt, o desvalor liberal parcialmente se deve a um mundo totalmente moralizado e eticizado em que talvez apenas restem adversários da discussão (*cf.* SCHMITT, 1972, p. 28). Do que trata-se é de uma crítica de fundo ao ideal burguês que opta e se empenha pela instituição de uma sociedade pacificada. É que, para Schmitt, o que temos é a um grupo que pretende obter benefícios e toda sorte de proveitos econômicos de sua própria incapacidade para o enfrentamento, posto que dedicados ao “[...] acto de deliberar, discutir, transigir o parlamentar traiciona el mito y la gran exaltación” (SCHMITT, 2001i, p. 68). O texto acima comporta a possível tradução sugerida: “[...] ato de deliberar, debater, negociar ou parlamentar trai o mito e a grande exaltação”.

¹⁷²³ Moritz Julius Bonn (1873-1965), docente alemão que se ocupou de temas econômicos e políticos em várias universidades européias, dentre as quais Viena e Munique, mas também na América, nas

[...] evidentemente non si discute solo nel parlamento. Anzi, io stesso ho posto espressamente l'accento sul fatto che discutono anche i sostenitori della dittatura [...]. Ma la discussione parlamentare è non solo una discussione, che cerca di convincere l'avversario delle sue erronee [opinioni] ma una discussione che si propone di prendere partito [...] di trattare insomma. (BONN, 1925, p. 5-7).¹⁷²⁵

Quando Julius Bonn faz referência a que não há discussão apenas no Parlamento, sugere um tema que seria bastante aprofundado por Schmitt no sentido de excluir o processo de discussão no Parlamento como uma dimensão válida do processo político. A aproximação de Schmitt com Bonn tem lugar ao extrairmos deste último que o convencimento não era realmente uma atividade que poderia resultar no objetivo que dela se espera, qual seja, convencer, demovendo o outro de suas opiniões e posicionamentos. Para Schmitt esta não era uma opção entre pólos irreconciliavelmente opostos:

Al polo opposto si colloca invece la disposizione unilaterale [...] Così anch'io riconosco molta ideologia nel parlamentarismo e nelle altre istituzioni, e per questo non mi discosto nettamente da Lei, anche perché nella mente ho chiara la stretta connessione di ideologia e di

Universidades da Califórnia e na de Wisconsin-Madison. Bonn mostrou a sua oposição a uma série de conceitos políticos correntes na década de 20, dentre os quais os de matiz totalitário, o que terminaria por fazer-lhe optar pelo exílio, que, em seu período norte-americano, lhe permitiria a inserção na vida acadêmica daquele país.

¹⁷²⁴ A proximidade de Julius Bonn com Schmitt parece ter iniciado quando, graças à intervenção de Bonn, em setembro de 1919, Schmitt pôde obter o posto de professor na *Handelshochschule*, uma espécie de escola de administração voltada ao comércio, da qual o próprio Bonn era diretor, e que tivera vaga naquele ano para a cadeira do ilustre Hugo Preuss. Como diz Bendersky, isto marcaria “[...] l’inizio di una solida amicizia che durerà fino alla fine della repubblica di Weimar” (BENDERSKY, 1989, p. 51). Ao trecho anterior sugerimos a seguinte tradução: “[...] o início de uma sólida amizade que duraria até o fim da República de Weimar”.

¹⁷²⁵ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] evidentemente não se discute apenas no Parlamento. Em verdade, expressamente destaquei o fato discutido também pelos defensores da ditadura [...]. A discussão parlamentar não é apenas uma discussão que visa convencer o adversário da sua equivocada [opinião] mas, isto sim, uma discussão que se propõe a tomar decisão de discutir com intuito conclusivo.

interessi, cui ha sempre dato luogo il parlamentarismo, particolarmente nelle questioni di fondo. (BONN, 1925, p. 5-7).¹⁷²⁶

Neste cenário Weber aparece essencialmente conectado com a defesa da ideia de um perfil de Parlamento do qual Schmitt distanciar-se-á. Isto sim, haverá de entender como elemento singular da atividade parlamentar ao debate, a própria essência de sua atividade política, e também como algo que implica acatar o ponto de vista do pluralismo,¹⁷²⁷ tanto moral quanto político. Isto sim, este era percebido por Schmitt não como uma virtude liberal mas, antes, pelo contrário, como uma debilidade a ser definitivamente atacada.

O ataque schmittiano contra o Parlamento de corte democrático-liberal se dá em um *locus* situado mais além da teoria liberal, reside no próprio *pathos* do liberalismo, essencialmente burguês, classe que é identificada como “[...] die Klasse der Rede und Preßfreiheit und kommt gerade zu diesen Freiheiten [...]” (SCHMITT, 1996e, p. 66).¹⁷²⁸ Em outros termos, trata-se de uma classe que possui em seu cerne a defesa da liberdade de expressão e de imprensa (*cf.* SCHMITT, 2009g, p. 65), aquela que seria a sua verdadeira religião (*cf.* SCHMITT, 1996e, p. 66), e que se conecta com o pensamento da

¹⁷²⁶ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “No pólo oposto se coloca uma disposição unilateral [...]. Assim, ainda que eu reconheça muita ideologia no parlamentarismo e em outras instituições, e não me distancio claramente dele, também porque tenho claro em mente a estreita conexão da ideologia e dos interesses que sempre deram oportunidade ao parlamentarismo, em particular nas questões de fundo”.

¹⁷²⁷ Talvez um dos antípodas teóricos do unitarismo schmittiano seja o pluralismo de Robert Dahl. A este respeito, ver DAHL, (1991). A respeito do pluralismo e suas conexões com a dimensão étnica e, portanto, anti-homogeneidade, ver SMOLICZ & WATTS, (1997). Neste sentido confirmamos que tanto o pluralismo como a derivação da tolerância mostram-se divergentes do eixo conceitual político e jurídico schmittiano (ver BORDA, 2006, p. 74), teses estas bastante próximas ao que Donoso Cortés poderia afirmar como um desvalor, posto que aproximadas às teses liberais.

¹⁷²⁸ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] a classe da liberdade de discurso e de imprensa [...]”.

liberdade econômica. Esta aversão conservadora revolucionária à classe burguesa encontra idêntico e intenso discurso na tradição de esquerda alemã.

Em Schmitt a definição do político encontra-se profundamente alheada a qualquer tradição que o aproxime da necessidade da liberdade de expressão e de imprensa. A filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana não se coaduna com as idéias de tolerância ou consenso, de debate entre os diferentes¹⁷²⁹ ou, ainda, solidariedade, posto que, a oposição se resolve pelo extermínio. O ato de defunção da instituição parlamentar continua sendo firmado por Schmitt ao detectar que este pluralismo revela-se incapaz de formar novas maiorias parlamentares que propiciem os recursos legais para a realização da estabilidade.

Esta é uma percepção adequada e encontra reforço no próprio texto hitleriano, que afirma ser o Estado autoritário de um tipo distinto do parlamentar, nos quais os falatórios se sobrepõem e servem como mero ponto de apoio a autoridades que mantêm a sua área de interesse distanciada dos verdadeiros interesses públicos. A aposta de Schmitt é, claramente, em defesa do Estado autoritário, que deveria sobrepor-se e controlar as lutas partidárias (*cf.* SÁ, 2007a, p. 253). A articulação deste tipo estatal encontraria sua liderança em Hitler, o seu real ponto de inflexão, capaz de enfeixar o poder soberano. Ele próprio em meados da década de 20 se ocuparia com o desenho da figura soberana no poder e com as condições para o seu exercício forte: “[...]”

¹⁷²⁹ Quanto ao papel que este conjunto de conceitos poderia ocupar em Schmitt, resta bastante claro para Borda que trata-se de que, em especial, o pluralismo, representa o (a) “[...] peor de los pecados” (BORDA, 2006, p. 74), enquanto que a tolerância (b) “[...] es inaceptable, pues solo puede haber verdad o error” (*Ib.*). Aos trechos anteriores sugerimos as seguintes traduções: (a) “[...] pior dos pecados”; (b) “[...] é inaceitável, pois apenas pode existir verdade ou erro”.

popularidad, fuerza y tradición se unen, la autoridad que soportan puede ser considerada como inquebrantable”. (HITLER, 2007, p. 88).¹⁷³⁰

Este mesmo tratamento, depreciativo ao Parlamento era reservado não apenas por Schmitt, mas também é amplamente perceptível a muitos dos discursos políticos que permeiam o conservadorismo revolucionário. Neste aspecto, cumpre ressaltar o antiparlamentarismo de Schmitt, que se projeta ao seu texto de *El giro hacia el Estado totalitario*, publicado originalmente às vésperas da ascensão de Hitler, em 1931, no qual o autor afirma que o Parlamento se tinha transformado em um organismo contraditório em si mesmo (cf. SCHMITT, 2001i, p. 88). A crítica ao parlamentarismo encontra uma aproximação favorável de parte da esquerda militante daquele período¹⁷³¹ que se preocupava com a legitimidade política a partir da crítica ao capitalismo e suas ligações com o liberalismo.¹⁷³² Esta, também bastante preocupada com a crítica burguesa, curiosamente, relega a um segundo plano esta clara aproximação, possível por meio da crítica do nacional-socialismo ao mesmo objeto.

Paradoxalmente, mesmo os alvos da crítica da direita mais radical, também os burgueses se revelavam temerários do avanço democrático que provinha de setores que

¹⁷³⁰ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] popularidade, força e tradição se unem, a autoridade a qual prestam apoio pode ser considerada como inquebrantável”.

¹⁷³¹ É importante ressaltar que malgrado a esquerda pós-marxista de nossos dias tenho procedido a uma retomada das críticas ao liberalismo e ao parlamentarismo levadas a termo por parte de Schmitt, que se tenha ciência, até o momento não reclamou a proximidade desta crítica schmittiana com o trabalho em mesmo tom levado a termo pelo nacional-socialismo. Sendo idêntico o grau de virulência e as conclusões não muito distintas das de Schmitt não seria estranho a declaração desta proximidade intelectual, muito embora pouco conveniente. Isto sim, retornar a Schmitt e não ao nacional-socialismo tem a evidente vantagem de desfrutar de um aporte teórico que oferece um grau de sofisticação intelectual evidentemente superior.

¹⁷³² Neste aspecto interessa a crítica de Flickinger de que “[...] a legitimidade política na sociedade da democracia de massa não se basearia mais em convicções de valores principais, senão única e exclusivamente na legalidade formal do procedimento. [...] concordância surpreendente das críticas de Karl Marx e de Carl Schmitt [...]”. (FLICKINGER, 1992, p. 26).

para nada eram próximos a ela, senão ao contrário. Assim, então, a emergência das massas no cenário político sugeria repercussões eleitorais graves para o momento, qual sejam, as de que viessem a controlar o poder político.¹⁷³³ Esta fora leitura já realizada por Marx quando propunha a classe operária como aquele que haveria de transformar a sociedade devido, justamente, à dependência que esta mostrava do operariado para o seu funcionamento, ao qual os interesses burgueses estavam diretamente ligados e em dependência.

Paradoxalmente, este temor logo viria a ter finalmente o efeito de galvanizar o apoio da burguesia a setores radicais do conservadorismo que tampouco lhe nutriam apreço, motivo pelo qual este era um movimento que, em princípio, poderia se mostrar completamente fora de questão (*cf.* KENT, 1982, p. 101). Contudo, não foi descartada tal aproximação devido ao temor burguês mais profundo à ação política das massas emergentes,¹⁷³⁴ logo a seguir alvo da instrumentalização por parte dos regimes totalitários, mais hábeis nesta tarefa manipuladora do que em seu tempo foram os políticos ligados ao liberalismo e à social-democracia alemã para cumprir os seus próprios fins.¹⁷³⁵

¹⁷³³ Uma das reações da esquerda daquele período a este respeito é indicada por Marramao, ao apontar que o marxismo começa a se preocupar com a construção de uma teoria política do Estado com vistas a incorporar tais novos movimentos de massa (*cf.* MARRAMAO, 1990, p. 183-186).

¹⁷³⁴ O homem burguês médio alemão se inclinara por tal apoio ao grupo conservador era alguém que, por regra desinteressava-se tanto do político quanto temia as suas consequências práticas, imerso que encontrava-se em seus negócios e assuntos privados. Algo avesso a ocupar ele próprio o espaço político, preferia continuar o desenvolvimento de seus interesses na órbita privada.

¹⁷³⁵ Interessa sublinhar a nota de Dymetman sobre as circunstâncias weimarianas em que a democracia de massas foi criticada. A autora chama a atenção para o fato de que “[...] a rejeição à democracia de massas funda-se na rejeição ao irracionalismo: o povo é massa informe, guiada pelo instinto. [...] É só pelos dos mitos – como o é para a revolução conservadora alemã – que se pode incluir a massa na nação: o elemento religioso é, na verdade, o único argumento que as massas aceitam; portanto, para reagir à decadência é necessário entrar na construção de mitos” (DYMETMAN, 2002, p. 133). Paradoxalmente, Schmitt pouco se vale do papel dos instintos e do mito, exceto quando retoma mestres como Sorel. A sua

A ação política das massas nos anos 20 conduz a uma mudança no cenário político, a qual Schmitt não haveria de desconhecer em seus trabalhos e que encontra parcialmente sua resposta nos argumentos que reforçam a incapacidade dos parlamentos para processar a nova realidade democrática. O ano de 1933 marca apenas a formal adesão de Schmitt a um regime de prática totalitária, sendo que seu fundo teórico em comum viera sendo construído pelo autor em paralelo durante a década anterior. Neste período Schmitt desenvolve seus ataques ao Parlamento e à democracia com o sentido não apenas crítico-analítico mas, antes, com abordagem que denota o seu escopo de implodir a própria instituição objeto da crítica.

primeira referência a Sorel encontra-se em *Die Diktatur*, de 1921. Seria em 1923, contudo, quando retomaria Sorel em breve texto intitulado *A teoria política do mito*, que se ocuparia mais detidamente da recepção da filosofia do autor, em especial do conceito de mito que, logo, seria conectado com o político. Desta aproximação resultaria uma fonte mais para a crítica do racionalismo político típico do liberalismo imperante no *modus operandi* das instituições parlamentares weimarianas. Este texto do ano de 1923 representa, portanto, paralelamente a sua *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*, um dos momentos iniciais em que, ainda tão cedo, marca o aprofundamento de sua crítica à lógica de funcionamento da cultura liberal e democrática. O conceito de mito que passa a operar mais fortemente no texto schmittiano opõe-se à lógica do debate e da discussão parlamentar na medida em que o mito desqualifica a importância do diálogo e entroniza o papel a ser desempenhado pelo recurso aos instintos vitais que desperta. Por intermédio do mito, portanto, há um apelo às massas por meio da capacidade de mobilização que ele desperta, antes do que por meio de ineficazes recursos à sua racionalidade. Portanto, quando Schmitt recorre à escritura de *A teoria política do mito*, não o faz de forma despropositada, senão que o encausamento de seus propósitos eram claro e bem articulado: tratava-se do prosseguimento de um projeto que iniciara, no mínimo, em 1921, com *Die Diktatur*, tivera clara sequência em 1922, por meio de *Politische Theologie*, e continua, no ano seguinte de 1923, com o texto mencionado logo acima além de sua mais incisiva articulação contrademocrática em *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*. Schmitt se ocupa neste momento com uma franca crítica à democracia parlamentar e à democracia de massas. Isto sim, por outra parte, a tradição conservadora revolucionária revela-se igualmente próxima da crítica à democracia de massas a partir deste viés irracionalista e recuperador do elemento mítico-religioso, retomado a partir de seu texto *A teoria política do mito*. Neste, menciona nos menciona Dymetman que, em último termo, tal movimento schmittiano viria a ser objeto de atenção e instrumentalização por parte do nacional-socialismo como forma de seduzir e conduzir as massas aos seus propósitos.

O conceito de democracia operante em Weimar mostrava-se inviável, e todavia o seria para um novo regime que os seus trabalhos indicavam para nada aproximar-se do exercício da política como diálogo e negociações. Tal como indicara Hitler, o regime vindouro apontava para a luta e para o embate, não para a conversa (cf. BULLOCK, 1990, p. 125). Em suma, assiste razão à crítica proveniente da esquerda lukacsiana quanto a que em Schmitt as críticas ao Parlamento visam apenas demonstrar sua inviabilidade em Weimar (cf. LUKÁCS, 1959, p. 532), crítica “[...] despiadada, asertiva, contundente e incluso destructiva, [que] prepararia el camino para los grandes totalitarismos del siglo pasado [...]” (VALDÉS, 2001, p. 76).¹⁷³⁶ Com este movimento Schmitt aplainaria o caminho para os governos totalitários, embora de um tipo que, em meados da década de 20, todavia se desconhecia precisamente qual seria.

Nos escritos schmittianos da década de 20, especialmente no *Der Begriff des Politischen*, encontramos os sinais da compreensão da política sob a ótica hitleriana, a saber, como a arte do exercício da violência e não como a arte da negociação.¹⁷³⁷ Admirador de um pensamento político fascista em que o privado se submeteria plenamente ao público (cf. GENTILE, 1997, p. 31), conduzido por um poder personalista, Schmitt irá enfrentar a reconstrução de um conceito de democracia operante em um novo contexto político diferenciado do parlamentarismo de Weimar. Conforme assinalamos nos primeiros momentos deste capítulo, Schmitt previamente realiza a separação do conceito de democracia do conceito de liberalismo, o que tornará factível isolar a tolerância e o diálogo do núcleo do conceito democrático.

¹⁷³⁶ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] impiedosa, assertiva, contundente e, inclusive, destrutiva, [que] prepararia o caminho para os grandes totalitarismos do século passado [...]”.

¹⁷³⁷ Para explorar mais detidamente esta central conexão para o nosso trabalho, reservamos os capítulos XI e XII.

A partir deste movimento, Schmitt poderá se ocupar do reposicionamento de seu conceito de democracia, que sugerimos vir sendo desenhado por meio da posta em operatividade de conceitos como o de homogeneidade (*homogenität*), o qual supõe a exclusão de visão uma sociopolítica plural.¹⁷³⁸ Esta é ideia que nos remete à possibilidade de compreender a sua filosofia política pré-1933 como fundante dos principais argumentos para o fortalecimento dos argumentos totalitários, muito embora seja certo dizer que não há qualquer evidência de sua proximidade à evolução da teoria nacional-socialista em meados dos anos 20, quando as hitlerianas *Minha doutrina* e *Minha luta* estavam sendo gestadas.

Apesar da inexistência de direto contato, a ambiência dos debates políticos e, mesmo, pontos de contato comum como o conservadorismo revolucionário possibilitam estabelecer alguns pontos de convergência mas também de discrepância. Assim, se Hitler é suficientemente claro em seus propósitos antissemitas desde meados da década de 20, o mesmo não se pode dizer definitivamente de Schmitt, malgrado as posições, dentre outros, de Zarka, (ver ZARKA, 2007a) e Waite, (ver WAITE, 2008). Contrariamente a esta divergência quanto à abordagem racista, encontram-se as críticas endereçadas ao Parlamento e ao liberal-aburguesamento da cultura weimariana social-democrata daqueles dias que, conforme comenta Dyzenhaus, encontravam-se em um contexto de ligação entre a crítica liberal e o antissemitismo (*cf.* DYZENHAUS, 2003, p. 39).

Algo que pode chamar a atenção neste sentido é que uma das mais sugestivas leituras de Schmitt desde o pós-marxismo, levado a termo por Mouffe, sustenta ser possível entender como valiosas as críticas do autor à democracia. Estas críticas,

¹⁷³⁸ O conceito de homogeneidade foi alvo de referências pontuais durante o capítulo VIII e será retomado algo mais neste capítulo IX e terá desdobramentos no seguinte capítulo X mas, mais detalhadamente, nos capítulos XI e XII, aos quais remetemos o leitor.

argumenta a autora, gozariam, ademais, de singular atualidade (*cf.* MOUFFE, 1999a, p. 162).¹⁷³⁹ Mouffe realiza seccionamento entre os escritos de Schmitt precedentes ao ano de 1933, sem desenvolvimento da argumentação que lhe fundamentaria o ponto de vista. A partir disto Mouffe sugere que torna-se viável a defesa da ideia da atualidade da crítica schmittiana. Dado o prévio seccionamento, Mouffe se permite reclamar a filosofia política schmittiana sem aprofundar nas referências à constituição teórica do autor, que se revelam bastante próximas à totalitário-nacional-socialista, notavelmente no que concerne à prática da homogeneização no âmbito do político a partir do combate direto à pluralidade ínsita às democracias liberais.

A proposta hermenêutica que vem sendo realizada nestas linhas envolve que os setores reacionários da direita germana dedicaram amplos esforços à crítica ao liberalismo tanto quanto as dirigidas ao Parlamento mas também à burguesia e ao modo de vida liberal. Sugerimos que estas foram críticas continuadas e ampliadas em paralelo por Schmitt e Hitler. Questão que remanesce, contudo, é sobre o motivo de que a releitura de Schmitt sugira a realização de um conveniente corte epistemológico para

¹⁷³⁹ A este respeito Mouffe é bastante clara ao reconhecer a atualidade da crítica política schmittiana: “[...] aunque las críticas de Schmitt vieron la luz a comienzos del siglo, siguen siendo pertinentes aún hoy, y sería superficial creer que la posterior adhesión del autor al Partido Nacional Socialista nos autorice a ignorarlas” (MOUFFE, 1999a, p. 162). Não é rara a tentativa de interromper a crítica à retomada de Schmitt com o argumento apresentado por Mouffe. A respeito, contudo, mais adequado parece ser outra linha argumentativa, no sentido de que o pensamento schmittiano implicou consequências que se revelaram congruentes com seus escritos posteriores, a ponto de não ter necessitado promover uma ruptura interna com os escritos da década de 1920. Ainda assim convém ressaltar que não encontramos após a Segunda Grande Guerra Mundial qualquer movimento de Schmitt no sentido de rever parcialmente os seus escritos, senão atribuir e distribuir culpas ao contexto e às pressões supostamente sofridas no período. Para uma crítica a Schmitt a este respeito, as fontes são inúmeras. A título meramente exemplificativo, ver BORÓN e GONZÁLEZ, (2006), WILEY, (2002), DYRBERG, (2009) e ZARKA, (2007a). Nos três primeiros textos encontramos diretas referências críticas à posição de Mouffe relativamente à Schmitt. Ao trecho anterior sugerimos a seguinte tradução: “[...] embora as críticas de Schmitt viessem à luz no começo do século, seguem sendo ainda hoje pertinentes e seria superficial acreditar que a posterior adesão do autor ao Partido Nacional-Socialista nos autorize a ignorá-las”.

atualizar a crítica democrática dos dias que correm em uma fonte e não em outra, ou seja, dos motivos que tornariam uma bastante atual e a outra colocada em segundo plano. Em momento anterior, mencionamos o indiscutível maior grau de sofisticação de Schmitt mas, contudo, há uma ligação essencial entre ambos, quando defendem precisamente os mesmos princípios durante o mesmo período que se reclama a Schmitt o não perfilamento no regime e, ademais, a defesa da República de Weimar.

Se as críticas são mesmo tão próximas, seria possível, ou ao menos intelectualmente aconselhável, priorizar a mais rica das fontes, indiscutivelmente papel ocupado por Schmitt mas, momento seguinte, incorporar às referências um trabalho afim, embora de desprezível fundamentação científica. Em que pese este caráter que o alhearia das considerações científicas, o seu papel não pode ser relegado a um segundo plano devido ao indiscutível, e bárbaro, impacto que foi capaz de produzir.

Inobstante a recuperação da filosofia política e jurídico-política se encontre sob a atenção de setores do pensamento contemporâneo, a esquerda dos anos 20 e 30 tampouco passou por alto a obra schmittiana. A este respeito, por exemplo, uma das grandes referências da esquerda naquele período histórico, Walter Benjamin, procede a uma outra leitura sobre a violência do que aquela levada a termo nos dias atuais pelo pensamento de esquerda pós-marxista que reclama a Schmitt. Contrariamente, e de forma crítica, e a nosso ver acertadamente, Benjamin se mostrava questionador dos motivos que levaram o conservadorismo e, especialmente Schmitt, a interessar-se por uma crítica tão contundente do liberalismo.

Não obstante, algumas interpretações contrárias ao trabalho de Benjamin são rebatidas por Faye. Segundo este, Benjamin tem sido apresentado por setores de comentaristas como um pensador que pertence a uma “[...] tradición del miedo, que iria

de Hobbes a Schmitt [...]” (FAYE, 2010, p. 137)¹⁷⁴⁰ e, por certo, a partir de uma interpretação não muito afinada de Schmitt. A aproximação da filosofia benjaminiana dos propósitos schmittianos é duramente rebatida por Faye ao qualificar tal sugestão de grosseria espiritual (*cf.* FAYE, 2010, p. 137). Parece-nos acertada a posição de Faye mas também adequado dizer que não aporta uma análise de fundo para refutar a tese à qual se opõe. Faye tão somente resume seu breve texto a conjecturar uma suposta interlocução entre Benjamin e Schmitt sobre a excelência das leis raciais de Nuremberg, assim como ao conceito de inimigo substancial (*cf.* FAYE, 2010, p. 137), em que, desde logo, Benjamin não poderia por-se de acordo com Schmitt. Conclui Faye, sem mais argumentar, que Benjamin constitui o absoluto contrário de Schmitt (*cf.* FAYE, 2010, p. 138).

O frankfurtiano sugere que algumas categorias são centrais como objetivos deste ataque ao liberalismo. Uma destas seria o programa de ideias de 1789, mas também a fragilidade com que o humanismo e o pacifismo se mostravam, aliados a uma intelectualidade ocidental envolta em crise quanto ao seu papel bem como uma razão balizada por motivos individualistas e egoístas, ideias contra as quais necessariamente Schmitt haveria de contrapor-se.¹⁷⁴¹ Esta é uma realidade que seria reconhecida por Habermas em sua síntese da revolta schmittiana contra o humanismo (*cf.* HABERMAS,

¹⁷⁴⁰ Ao breve trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] tradição do medo, que iria de Hobbes a Schmitt [...]”.

¹⁷⁴¹ A respeito das consequências do individualismo, Schmitt chama a atenção para o fato de que “[...] die Negation des Politischen, die in jedem konsequenten Individualismus enthalten ist, führt wohl zu einer politischen Praxis des Mißtrauens gegen alle denkbaren politischen Mächte und Staatsformen, niemals aber zu einer eigenen positiven Theorie von Staat und Politik”. O trecho permite a seguinte livre tradução: “[...] a negação do político que está contida em todo e qualquer individualismo consequente, conduz, indubitavelmente, a uma práxis política marcada pela desconfiança ante todos os poderes políticos e também de todas as formas imagináveis de Estado, contudo, nunca conduz a uma própria teoria positiva do Estado e da política”.

1998, p. 131).¹⁷⁴² De fato, é possível perceber, sem demasiadas contraditas, que nada habita mais distante da morada intelectual de Schmitt do que a primazia concedida pela modernidade aos direitos humanos (*cf.* BIGNOTTO, 2008, p. 412), e que nem sequer podemos inserir em seu horizonte intelectual preocupações deste gênero.

Os valores humanistas encontram-se localizados em uma tradição bastante distante da schmittiana, cujo habitat natural haviam sido as discussões filosóficas e jurídicas no ambiente revolucionário francês tanto quanto em sua homóloga norte-americana, consideradas, ambas, como culturas estranhas à germânica. Nesta, por certo, haviam a considerar os pressupostos do conservadorismo revolucionário, ávidos pela retomada dos mais castiços valores germânicos e no qual, portanto, a recepção de uma cultura jurídica alienígena não encontrava-se dentre as escolhas mais aceitáveis em tempos de nacionalismo exacerbado, menos ainda com o *Volksgeist* alemão preconizado pelo movimento.¹⁷⁴³

Portanto, a abordagem dispensada a Schmitt desde o pós-marxismo causa certa estranheza pelo abandono de sua melhor vertente humanista, que encontra abordagem igualmente sugestiva a partir dos textos arendtianos recriminadores do totalitarismo e de suas teorias-auxiliares. Ao considerarmos que os valores humanistas encontram-se em

¹⁷⁴² Para uma análise acurada do debate sobre o parlamentarismo entre Schmitt e Habermas, ver BECKER, (1994). Para uma análise da filosofia política habermasiana desde a qual perscrutar possíveis pontos de contato com o objeto aqui em questão, ver DUTRA, (2010), texto no qual é realizada uma anteposição entre Apel e Habermas tendo como objeto a dissolução da ética discursiva para promover a sua salvaguarda jurídica. Para uma revisão mais abrangente da razão e do consenso em Habermas, ver DUTRA, (2005). Ainda assim, para uma aproximação habermasiana à legalidade e suas relações com o Estado de direito, ver DUTRA, (2004). Para uma análise mais detalhada do debate entre Schmitt e Habermas por intermédio da crítica contemporânea de autores como Mouffe em debate com os conceitos de direito, do político e da democracia, ver GHETTI, (2006).

¹⁷⁴³ O entendimento de fundo que subjaz a esta ideia é de que para cada *Volksgeist* há uma correspondente cultura jurídica que, de ser relegada a segundo plano em favor de alguma estranha a tais tradições nacionais, equivaleria, então, à implementação de uma real ditadura contra os mais claros e tradicionais elementos de uma nação.

um *locus* não apenas bastante distante como alheio à tradição filosófico-política schmittiana, por outro lado, deparamo-nos com a ideia de que a cultura humanista que subjaz ao marxismo, de resto, a nosso ver, todavia inexplorada em sua ampla e rica dimensão,¹⁷⁴⁴ e que reclama o aprofundamento do projeto ilustrado nela latente em sua dimensão antropológica derivada da crença na perfectibilidade moral do homem sem que a graça da divindade houvesse de operar.

O mundo schmittiano não é habitado por esta esperança ilustrada senão que, ante a clara divisa que representa o marco de todas as teorias políticas a delinear uma antropologia em que o homem emerge como bom ou mau, Schmitt realiza clara opção ao argumentar que “In einer guten Welt unter guten Menschen herrscht natürlich nur Friede, Sicherheit und Harmonie Aller mit Allen [...]” (SCHMITT, 1933, p. 45)¹⁷⁴⁵ e, nestas condições tão perfeitas, e tão somente nelas, é que poderíamos supor que “[...] die Priester und Theologen sind hier ebenso störenz wie die Politiker und Staatsmänner” (SCHMITT, 1933, p. 45).¹⁷⁴⁶ Este será um elemento importante para realizar uma

¹⁷⁴⁴ O humanismo reacende com maior vigor no período posterior à Segunda Grande Guerra Mundial, e os debates a respeito possuem ramificações muito ricas. O humanismo pode ser entendido em uma acepção mais simples como “[...] a crença na unidade da raça humana e na possibilidade de o homem se aperfeiçoar a si mesmo por meio do próprio esforço [...]” (FROMM, 1976, p. 7). Em outro trecho o autor reforça a ideia de que o humanismo encontra-se ao lado da defesa de projetos políticos que têm como preocupação comum ao homem, o “[...] desabrochamento integral das suas potencialidades e uma atitude crítica acerca da realidade política, sobretudo a respeito das ideologias” (FROMM, 1976, p. 12). Esta é a descrição de uma filosofia que, em absoluto, suporta qualquer aproximação com a filosofia política schmittiana em que o próprio *locus* da interlocução política, o Parlamento, não haverá de ter seu lugar reservado. Neste mesmo sentido, não há qualquer papel destinado à preocupação com a atitude crítica relativamente às ideologias, exceto quando não seja para vetar-lhe de forma terminante a ocorrência.

¹⁷⁴⁵ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Em um mundo bom, em que há bons homens, reina, naturalmente, a paz, a segurança e a harmonia de todos [...]”.

¹⁷⁴⁶ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Em um mundo assim, os sacerdotes e os teólogos estorvam tanto quanto os políticos e os estadistas”. Relativamente ao texto de 1932 encontra-se tão somente uma diferença, a saber, Schmitt substitui “überflüssig” (supérfluos) por “stören” (estorvar). As edições portuguesa e espanhola aqui trabalhadas, respectivamente, de Valls e de Javier Conde,

aproximação à teoria política schmittiana, na medida em que o próprio reconhece que todas as teorias do Estado poderiam ser valorizadas a partir da visão antropológica mantida pelas mesmas (cf. SCHMITT, 1933, p. 41). Como resta claro que estas condições ideais não habitam o real mundo schmittiano, este desenho traçado pelo autor traduz-se no velho adágio de que “[...] plena securitas in hac vita non expectanda [...]” (SCHMITT, 1933, p. 36). Este adágio se mostra de fiel corte ao hobbesianismo e, portanto, clara está a necessidade dos teólogos e dos sacerdotes a conferir a este mundo todo o valor simbólico do poder assim como, por fim, a própria figura pacificadora do soberano.

O contexto de inserção destes personagens no mundo político schmittiano descrito em termos antropológicos negativos que partem de Hobbes e do movimento conservador revolucionário permitiram que naquelas circunstâncias histórica prosperasse um discurso antropológico que visava a pureza racial como forma de superar tão conflitivo mundo. O nacional-socialismo adotaria como preocupação a realização terrena de um novo homem a partir de uma visão antropológica específica, entronizadora do valor de uma raça, ária, e de suas origens, sendo capaz apenas o Estado de promover um tão intenso e radical movimento, tendo à frente a figura do *Führer*.

O olvido da tradição humanista em prol da leitura schmittiana do político, redutora deste ao puro enfrentamento, mostra um autor em quem encontramos uma bem acabada síntese de argumentos afins com o conservadorismo e avessos às tradições iluministas (cf. HABERMAS, 1998, p. 131). Esta aproximação do pensamento de esquerda da filosofia política schmittiana causa-nos uma ainda mais elevada admiração

mantém as terminologias acima. Em sua tradução inglesa, Schwab trabalha com a edição de 1932 e, logicamente, mantém a tradução a partir de “überflüssig” (*superfluous*) (cf. SCHMITT, 2007, p. 65) utilizada por Schmitt na edição da Duncker & Humblot deste referido ano.

quando sugerimos encontrar uma das mais preciosas heranças do pensamento marxista precisamente nesta vertente humanista. Promissora porque partindo da fé no futuro do homem e sustentada historicamente em sua operatividade, força e coragem, demonstradas no enfrentamento e reação às ameaças que se impuseram ao projeto da emancipação humana, tais como, durante o Iluminismo, foi o seu embate com o nacionalismo, contra a escravização do homem pela máquina tanto quanto pelos interesses econômicos (*cf.* FROMM, 1976, p. 8).

No momento presente há o abandono por parte da esquerda pós-marxista de um de seus mais ricos tesouros filosóficos (o humanismo) para retomar uma filosofia política schmittiana que, como vimos nos primeiros capítulos desta tese doutoral, encontra sua inspiração filosófica de base precisamente na tradição conservadora que apostou no nacionalismo além de também fazê-lo quanto à escravização e ao esmagamento do homem pelos interesses econômicos mais pungentes. Há o abandono de uma tradição marxista de viés iluminista¹⁷⁴⁷ para apostar no pensador do político sob a ótica do teológico. Em suma, esta que se apresenta aqui como uma das melhores, quando não a melhor das lições do marxismo, ora parece-nos ser uma tradição olvidada em prol da retomada da filosofia política de Schmitt da parte da esquerda pós-marxista,¹⁷⁴⁸ algo que, como sublinhamos, contradita abertamente com qualquer possibilidade de o humanismo residir em seu âmago.

Sugerimos encontrar uma tradição crítica na esquerda na obra de Lukács, autor cujo *El asalto a la razón* (ver LUKÁCS, 1959) se mostra atento aos problemas derivados

¹⁷⁴⁷ A ligação entre Marx e o Iluminismo é explorada a partir de uma ótica bastante promissora por Fromm. Ver FROMM, (1976, p. 11).

¹⁷⁴⁸ Sem a pretensão de esgotar a melhor bibliografia a respeito, mas tão somente com a intenção de oferecer alternativas de leitura para explorar bastante sugestivamente o tema em questão, ver os textos de ABADIA (1974), KORAĆ (1976), SVITÁK (1976), SUCHODOLSKI (1976), GOLDMAN (1976), SENGHOR (1976), MARCUSE (1976), CERRONI (1976), BACZKO (1976), THOMAS (1976).

dos processos anti-humanistas aperfeiçoados por intermédio do irracionalismo e do conservadorismo. Nesta obra de Lukács encontramos uma análise fundamental levada a termo desde uma ideologia francamente identificada com os valores da esquerda, no sentido de pensar criticamente o papel das teorias irracionais e suas conexões com a filosofia reacionária. É este um dos pontos centrais dos quais se ocupa o autor em sua obra. Embora declare não ser o propósito de seu livro a realização de uma ampla história do irracionalismo bem como de suas conexões, o autor se propõe a

[...] esclarecer esta trayectoria fundamental de la filosofía a que nos referimos, como la respuesta más característica y más resonante del pensamiento reaccionario a los grandes problemas de la época en los últimos ciento cincuenta años. (LUKÁCS, 1959, p. 3).¹⁷⁴⁹

Neste sentido apoiamos a ideia de que Lukács pode ser tomado como um dos referenciais para uma crítica lúcida da esquerda a respeito do papel e da nefasta influência tanto do irracionalismo quanto do conservadorismo, preocupado que se mostra o autor com “señalar el camino seguido por Alemania hasta llegar a Hitler [...]” (LUKÁCS, 1959, p. 4), caminho este que procura percorrer a partir das firmes e claras pegadas deixadas pelo irracionalismo e pelo conservadorismo. Com isto o autor sugeriria poder encontrar nestas as forças desconstrutivas de um projeto ilustrado que não se toma o incômodo de, como sugere

[...] luchar con las armas limpias del pensamiento contra el enemigo real y certeramente reconocido, más de lleno va viéndose la honrada polémica científica desplazada por la tergiversación, la calumnia y la demagogia. (LUKÁCS, 1959, p. 7).¹⁷⁵⁰

É claramente perceptível que a crítica lukácsiana parte de um locus bastante definido, a saber, o projeto ilustrado, ancorado que encontra-se o seu pensamento em

¹⁷⁴⁹ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] esclarecer esta trajetória fundamental da filosofia à qual nos referimos, como sendo a resposta mais característica e também mais ressoante do pensamento reacionário aos grandes problemas da época nos últimos cento e cinquenta anos”.

¹⁷⁵⁰ Sugerimos a seguinte livre tradução para o texto acima citado: “[...] lutar com as limpas armas do pensamento contra o inimigo real e certamente reconhecido, sendo observada claramente a honrada polémica científica deslocada pela tergiversação, a calúnia e a demagogia”.

um marxismo de origem vinculado, como vimos linhas atrás, no corpo do texto, a uma das vertentes do Iluminismo. Lukács tem o cuidado de realizar a crítica do capital e da sociedade capitalista de um viés de amplo descompromisso com a tradição totalitária e comprometida com a barbárie, que em muito corroborara a realização das práticas da barbárie nacional-socialista, com alguns de seus apoios teóricos em Spengler e Heidegger (cf. LUKÁCS, 1959, p. 7).¹⁷⁵¹ Neste sentido Lukács está atento e denuncia “[...] el desprecio del entendimiento y la razón, la glorificación lisa y llana de la intuición, la teoría aristocrática del conocimiento, la repulsa del progreso social, la mitomanía, etc. “. (LUKÁCS, 1959, p. 9).¹⁷⁵²

Lukács chama a atenção para o fato de que entre Freyer, Heidegger e Schmitt “[...] median íntimas conexiones [...]” (LUKÁCS, 1959, p. 11),¹⁷⁵³ ainda destacando que “[...] las figuras más importantes para el tránsito al fascismo son las de H. Freyer y C. Schmitt” (LUKÁCS, 1959, p. 520).¹⁷⁵⁴ Schmitt aparece como um intelectual que, por suas intensas críticas antiliberais e antidemocráticas, colaboraria na exata proporção do tamanho de sua figura pública para a consolidação de uma cultura totalitária, a qual precede a ascensão nacional-socialista na década de 30. Schmitt não encontra-se distanciado de todo um contexto inimigo das liberdades que, por certo, são reclamadas pelas tradições da esquerda pós-marxista que encontram no autor uma de suas fontes para a crítica democrático-parlamentar contemporânea.

¹⁷⁵¹ Malgrado este último encontre espaços entre os teóricos do pós-modernismo. A respeito desta possível evolução de Heidegger do nacional-socialismo ao pós-modernismo, que encontra leitor em Löwith, ver FRITSCHKE, (2009). A este respeito igualmente ver o sólido trabalho de FAYE, (2009b).

¹⁷⁵² O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] o desprezo do entendimento e da razão, a glorificação pura e simples da intuição, a teoria aristocrática do conhecimento, a repulsa ao progresso social, a mitomania, etc.”.

¹⁷⁵³ A sugestão para a tradução do texto acima: “[...] intermedeiam íntimas conexões [...]”.

¹⁷⁵⁴ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] os personagens mais importantes para o trânsito ao fascismo são os de H. Freyer e C. Schmitt”.

Por certo, esta releitura da obra schmittiana desatende os pressupostos analíticos de Lukács. A retomada de Schmitt por setores da crítica interessados em seu ácido antiliberalismo e em sua leitura antidemocrática torna-se viciosa quando contraposta à projeção concreta que a crítica schmittiana adquiriu bem como as proximidades teóricas que esta desfrutou e que vêm sendo ensaiadas nestas linhas. Todo o contexto em que Schmitt trabalha as suas críticas ia acompanhado da exposição da nação e do Estado às disputas de múltiplos interesses dos também vários grupos sociais operantes, situação de embates e sérios conflitos nos quais, eventualmente, vários eram os companheiros das mais diversas orientações ideológicas.

Esta diversidade de aproximações não invalida algumas delas, que se mantiveram de forma congruente com o passar do tempo. Neste sentido, por exemplo, assinala Lukács que “Schmitt incorpora a su sistema toda la polémica antidemocrática del siglo XIX, para poner de relieve el irreductible antagonismo entre el liberalismo y la democracia [...]” (LUKÁCS, 1959, p. 531).¹⁷⁵⁵ O viés antidemocrático em Schmitt não é, portanto, uma argumentação construída sem finalidade específica, senão que se revelaria ela também útil para o tipo de crítica realizada por outros setores do totalitarismo, também próximo aos textos do próprio Hitler¹⁷⁵⁶ bem como do conservadorismo mais radical. Todos estes possuem em comum o traço de que procuram eludir, o quanto lhes resulte possível, a vida político-partidária e parlamentar, local de debates e disputas pouco convenientes aos que afirmam o valor da figura do

¹⁷⁵⁵ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “Schmitt incorpora ao seu sistema toda a polémica antidemocrática do século XIX para destacar o irreduzível antagonismo entre o liberalismo e a democracia [...]”.

¹⁷⁵⁶ É importante ressaltar que não sugerimos neste trecho que os textos de Schmitt possam ter causado influência direta sobre os escritos de Hitler senão que, isto sim, as fontes em comum a ambos e a influência de Schmitt auxiliaram na consolidação da cultura antidemocrática e antiliberal daquele período com a qual Hitler seguramente manteve contato.

soberano em moldes schmittianos. Os argumentos antidemocráticos aduzidos por Schmit podem ter seu compartilhamento por Hitler observado em vários trechos. Em um deles, por exemplo, sustenta que

[...] partidos burgueses, hace tiempo que no son otra cosa que comunidades de intereses creados de determinados grupos profesionales y clases, de suerte que su máximo objetivo se concreta ya sólo a la defensa más apropiada de intereses egoístas”. (HITLER, 2004, p. 108).¹⁷⁵⁷

Tal qual em alguns textos de Schmitt, aqui Hitler ataca diretamente a estrutura partidária germana daquele momento que em sua argumentação não representava mais do que simplesmente estruturas burguesas cuja criação visava atender interesses de determinados coletivos ou, ainda, puramente particulares e, portanto, distanciados da natureza precípua do parlamentarismo, de uma atuação voltada ao interesse público. Neste sentido a crítica hitleriana sobre o desempenho do parlamentarismo é próxima à denúncia marxiana do próprio Estado como mera defesa de interesses da burguesia.

Estas críticas eram dirigidas a um auditório especialmente proclive a estas concepções. A permeabilidade da cultura política da época aos discursos antidemocráticos também se consolidava devido a inoperância do sistema em responder às questões mais prementes do cotidiano do cidadão comum. Neste sentido nos comenta Benjamin que este cenário de influência e operatividade destas teorias encontrava como objetos a “[...] igualização abstrata, sistema partidário, hipertrofia da economia, tecnicismo e materialismo desagregadores” (BENJAMIN, 1997, p. 51).¹⁷⁵⁸ Estes foram objetos de crítica em comum tanto pela esquerda quanto pelo mais radical

¹⁷⁵⁷ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] partidos burgueses, faz tempo que não são outra coisa que comunidades de interesses criados de determinados grupos profissionais e classes, de sorte que seu máximo objetivo se concretiza apenas na defesa mais apropriada de interesses egoístas”.

¹⁷⁵⁸ Para uma leitura do fundamento legal em Benjamin e Schmitt, ver LOMBARDO, (2006).

conservadorismo de direita apresentado em sua face revolucionária e do qual Schmitt se mostrou próximo.¹⁷⁵⁹

O auditório público recepcionador ao discurso totalitário também compreendia o liberalismo como um conceito-gênero sob o qual múltiplos conteúdos e valores poderiam encontrar guarida. À receptividade deste tipo de auditório visava o conservadorismo alemão reacionário ao endereçar seus ataques teóricos e políticos. Dentre estes sobressaía Schmitt, a quem Lukács classificaria nada menos do que como um de seus ‘descarados’ membros (*cf.* LUKÁCS, 1959, p. 515). Sua singular capacidade textual prestou incisivos serviços à causa totalitária ao fortalecer uma cultura política da desconstrução dos valores democrático-republicanos.

Ao utilizarmos a análise de Lukács, Schmitt poderia tê-lo feito porque o autor se dedicou às críticas democráticas intensamente, como um imperialista reacionário que era, tarefa levada a cabo conjuntamente com os seus companheiros de viagem, igualmente vigorosos defensores do *status quo* imperial (*cf.* LUKÁCS, 1959, p. 533). Embora encontremos sérios problemas na classificação lukacsiana de Schmitt com um imperialista, concordamos com mantê-lo entre o grupo de conservadores de direita revolucionários, que propiciaram as duras críticas ao regime weimariano e que, por certo, nisto poderia ter razão Lukács acaso houvesse sublinhado que a formação deste grupo ao qual pertence Schmitt deu-se mesmo durante o período imperial, por valores que lhe constituiriam o pensar de forma preponderante.

¹⁷⁵⁹ Todos estes fatores foram retomados pelos críticos de direita e esquerda, em suas posições opostas. Estiveram prontos para denunciar a hipertrofia do sistema de partidos tanto quanto o domínio da economia, fenômeno malévolo para ambos por motivos distintos. Igualmente a denúncia do tecnicismo pela esquerda tinha razões próprias, principalmente por substituir a mão-de-obra humana, eliminando postos de trabalho, bem como a sua denúncia de uma igualização que não se complementava materialmente, permanecendo na esfera da pura abstração, enquanto a direita aprofundava a crítica a este processo por temer precisamente seu desenlace material.

9.4. A CRÍTICA LIBERAL-PARLAMENTAR ARTICULADA DESDE A ESQUERDA EPOCAL

Schmitt elabora críticas incisivas ao liberalismo, algo que vem sendo referido em nosso trabalho. A crítica ao liberalismo, contudo, era também proveniente de importantes setores da esquerda, sendo que grande espectro se mostrava comprometido com os valores democrático-republicanos, malgrado as profundas divergências.

Neste sentido, por exemplo, Marcuse realiza crítica ao liberalismo convergente com a de Schmitt quando recrimina a proeminência com que se apresenta “[...] a situação puramente abstrata de seu discurso da universalidade e da humanidade” (MARCUSE, 1997, p. 60). Contudo, desta abstração do liberalismo se ocupa Lukács para qualificá-la como “[...] extraordinariamente pobre y [...] una arbitrariedad irracionalista” (cf. LUKÁCS, 1959, p. 534),¹⁷⁶⁰ a qual também, em seu momento, se havia reportado Benjamin (cf. BENJAMIN, 1997, p. 51).

A crítica marcuseana à abstração do discurso universal do liberalismo encontra repercussão em Schmitt, que igualmente se opôs, como o fizera Burke ao seu tempo, a este caráter universal do ser humano, inaceitável abordagem abstrata perante a concretude do homem. A marca da crítica, contudo, é a negação do conceito de razão (*Vernunft*), abordagem que fora atacada por Marcuse em seu artigo intitulado “*The Struggle Against Liberalism in the ‘Totalitarian State’*” (ver MARCUSE, 1997),¹⁷⁶¹ cujo eixo argumentativo logo a seguir seria retomado parcialmente por Lukács em sua igualmente célebre obra de denúncia intitulada *El asalto a la razón* (ver LUKÁCS, 1959).¹⁷⁶²

¹⁷⁶⁰ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] extraordinariamente pobre e [...] uma arbitrariedade irracionalista”.

¹⁷⁶¹ Para explorar as reflexões de Marcuse sobre o totalitarismo, ver KELLNER, (1999).

¹⁷⁶² Esta é uma obra crítica fundamental para a leitura da esquerda no sentido de pensar o papel das teorias irracionalistas e suas conexões com a filosofia reacionária. É este um dos pontos centrais dos quais

A crítica benjaminiana aos críticos liberais do conservadorismo mostra sua surpresa com o grau de abstração e generalidade bem como com a ausência de historicidade demonstrada pelos conservadores em sua diatribe (*cf.* BENJAMIN, 1997, p. 51). Assinala Benjamin que as ideias de 1789 não foram uma bandeira contínua nem sequer uma exclusividade do liberalismo mas, antes, em alguns casos, foram até mesmo combatidas por algumas de suas versões, entre as quais as derivações conservadoras, defensoras de estruturas de livre mercado completamente livre de amarras.¹⁷⁶³

se ocupa Lukács em sua obra. Embora não seja o propósito de seu livro realizar uma história ampla e extensa do irracionalismo e suas conexões, o autor se propõe a (a) “[...] esclarecer esta trayectoria fundamental de la filosofía a que nos referimos, como la respuesta más característica y más resonante del pensamiento reaccionario a los grandes problemas de la época en los últimos ciento cincuenta años” (LUKÁCS, 1959, p. 3). Neste sentido apoiamos a ideia de que Lukács pode ser tomado como um dos referenciais para uma crítica lúcida da esquerda a respeito do papel e da nefasta influência tanto do irracionalismo quanto do conservadorismo, preocupado que se mostra o autor com a análise e também em (b) “[...] señalar el camino seguido por Alemania hasta llegar a Hitler [...]” (LUKÁCS, 1959, p. 4). Com isto Lukács sugeriria poder identificar no irracionalismo as forças desconstrutivas de um projeto ilustrado – ao qual, por certo, o seu marxismo de origem estaria vinculado, como vimos linhas atrás no corpo do texto – na História que em muito corroborou a realização das práticas da barbárie nacional-socialista. Aos trechos anteriores sugerimos as seguintes traduções: (a) “[...] esclarecer esta trajetória fundamental da filosofia à qual nos referimos, como resposta mais característica e mais ressoante ao pensamento reacionário aos grandes problemas da época dos últimos cento e cinquenta anos”; (b) “[...] assinalar o caminho seguido pela Alemanha até chegar a Hitler [...]”.

¹⁷⁶³ Não iremos explorar esta ideia aqui, mas algumas das versões defensoras do mercado livre por completo de amarras podem encontrar-se no limite do anarquismo, partindo de uma visão estritamente neoliberal. Sugerimos com isto que as derivações libertárias de 1789 podem conhecer caminhos que conduzam a portos distantes do imaginado inicialmente por meio da radicalização de alguns de seus valores. Para explorar algumas ideias a este respeito a partir de uma visão hayekiana, ver HAYEK, (1983). Ainda assim, para explorar algo mais a literatura libertariana e analisar as possibilidades conectivas com Schmitt, ver ROTHBARD, (2009; 2006a; 2006b). Especificamente para a análise de algumas possíveis relações desta vertente neoliberal de pensamento com Schmitt, há vários trabalhos de Cristi que procuram apontá-las. Em um primeiro deles, o autor procura analisar as raízes do constitucionalismo e a metafísica do poder na fundação da Constituição histórica chilena da década de 1980. Ver CRISTI, (2000). Ainda assim, o autor dedica outro de seus trabalhos a uma análise das conexões teóricas entre Schmitt, Hegel e

Neste contexto desenhado por Benjamin opera o antiliberalismo de Schmitt, a nos oferecer a opção da ditadura¹⁷⁶⁴ em conexão com a sua teologia política fundadora.¹⁷⁶⁵ A rigor, o autor não apenas mantém o embate com o liberalismo como, momento seguinte, irá se apresentar como um dos melhores herdeiros da tradição conservadora lastreada em Donoso Cortés, que sustenta o valor da ditadura como resposta aos novos tempos. Embora, como viemos examinando, este antiliberalismo de Schmitt reclamado por setores do pensamento de esquerda não se mostraria senão como um combatente do liberalismo político.

Hayek. Ver CRISTI, (1993). Para uma leitura do liberalismo autoritário no mesmo autor, ver CRISTI, (1998b). Para uma aproximação direta entre Schmitt, Hayek e o Estado de Direito, ver CRISTI, (1991). Encontramos um sugestivo trabalho sobre a aliança reputada profana entre Schmitt e Hayek no texto de SCHEUERMAN, (1997b). Ainda do mesmo autor é uma tentativa de aproximação do trabalho schmittiano com outra das vertentes elitistas. Ver SCHEUERMAN, (2001).

¹⁷⁶⁴ Analisaremos mais acuradamente a relação de Schmitt com o conceito de ditadura e suas imbricações com o Estado de exceção no capítulo X.

¹⁷⁶⁵ Em interessante artigo, Figal chama a atenção para que toda a teología política se baseia no suposto de que ela apenas pode ter ocorrência na história. Em seu texto intitulado *Del sentido de la historia: para un debate de la teología política en Carl Schmitt y Walter Benjamin* (ver FIGAL, 2003), o autor propõe uma aproximação entre Schmitt e Benjamin. Segundo o autor, a teologia política ocorre em um contexto histórico que “[...] se presenta como un devenir que tiene su fin en si. La decisión, en Schmitt, funda el devenir del actuar político en el más acá, en el actuar del representante de Dios en la tierra: el soberano. En este más acá se traba el fin de la historia. Esto es lo que alumbra la enigmática confrontación con Benjamin. Éste tiene como trasfondo, por su parte, la idea de catástrofe. El actuar político frena la historia, su fin. Determinar de qué manera la construcción de este sentido de la historia descansa en la actuación política, es lo que acerca la teología política de Schmitt y Benjamin. Aclarar dicha cercanía es la tarea de este artículo”. Ao texto acima propomos a seguinte tradução: “[...] se apresenta como um porvir que tem um fim em si mesmo. A decisão, em Schmitt, fundamenta o porvir do agir político na dimensão terrena, no agir do representante de Deus na terra, a saber, o soberano. Nesta dimensão terrena trava-se o fim da história. Isto é o que ilumina a enigmática confrontação com Benjamin. Este tem como fundo, por sua parte, a ideia de catástrofe. O agir político freia a história, seu fim. Determinar de que maneira a construção deste sentido da história repousa na atuação política é o que aproxima a teología política de Schmitt e Benjamin”. Esclarecer esta proximidade é a tarefa a que se propõe Figal.

A versão econômica do liberalismo não sofreria com as consequências de sua potente diatribe pois, como sustenta Lukács, segue ele sendo um defensor da ditadura do capital monopolista (*cf.* LUKÁCS, 1959, p. 528).¹⁷⁶⁶ Isto, contudo, na visão de Benjamin, não representaria uma *contraditio in terminis*. Ao contrário, encontramos na fina análise do autor a ideia de que “[...] de maneira alguma a ditadura e a condução autoritária do Estado constituem um ideário alheio ao liberalismo [...]” (BENJAMIN, 1997, p. 52), crítica esta cuja origem se revela bastante mais promissora por seu descompromisso de origem com o totalitarismo.

Ainda no âmbito da escola de Frankfurt, encontramos outra potente crítica ao liberalismo, a qual, por seu texto e contexto, revela-se a nosso ver mais promissora do que a schmittiana. A crítica desenvolvida por Marcuse ao liberalismo mostra-se um forte e amplamente consistente enquanto procura desconstruí-lo desde sua argumentação filosófica intestina. Parte desta sua argumentação apresenta a racionalização liberal da economia como vinculada à práxis racional do conceito de sujeito econômico individual (*cf.* MARCUSE, 1997, p. 60). Esta crítica à relação entre a condução dos assuntos econômicos por uma economia dirigida por interesses do sujeito econômico individual, que logo se divorcia dos interesses coletivos parece-nos algo

¹⁷⁶⁶ Para uma visão mais genérica disto, basta com que observemos os seus escritos da década de 30, período em que Schmitt se abstém de críticas contra o sistema econômico do qual o Reich fazia derivar os recursos econômicos de uma indústria potente, absolutamente necessários para a implementação de suas políticas.

mais consistente do que a pura desqualificação do Parlamento como o lugar da gestão dos interesses econômicos privados.¹⁷⁶⁷

O foco do qual Marcuse procura analisar a questão termina por estabelecer algum grau de disfunção da própria estrutura do sistema capitalista que resulta no divórcio de interesses coletivos. Marcuse não procede à desqualificação do Parlamento, claro passo schmittiano, e nisto parece-nos residir um dos aspectos promissores da crítica ao capitalismo desenvolvida pelo autor. Sugerimos que a leitura de Marcuse se apresenta como mais promissora do que a schmittiana, e isto se deve a estabelecer as correções necessárias a um sistema de preservação das liberdades antes do que, propriamente, voltar-se a uma análise contra o Parlamento. Esta última foi, precisamente, a opção de Schmitt, que tem em vista desconstituir o Parlamento como um dos lugares de exercício do político por excelência. Ainda mais radicalmente, o autor aposta em que a existência do Legislativo não passe de um apêndice do Poder Executivo e, como diria Kojève em carta endereçada a Schmitt, já avançado o ano de 1955, que “*Government without Parliament is “fascism” (tyranny)*”. (KOJÈVE, 2001, p. 98).¹⁷⁶⁸

Marcuse lê o liberalismo de forma ortodoxa, vale dizer, sem as manipulações conceituais levadas a termo por Schmitt e apresentadas nas primeiras linhas deste

¹⁷⁶⁷ Esta é parte da crítica realizada por Schmitt, que a utiliza como arma apontada para uma posterior colonização parlamentar destes interesses individuais e coletivos a partir da direção específica por parte do Presidente do Reich. Uma conexão com este tema pode ser encontrada na crítica levada a termo por Fraenkel ainda na década de 70. Ver FRAENKEL, (1970).

¹⁷⁶⁸ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “O Governo sem Parlamento é “fascismo” (tirania)”.

capítulo. Subsiste em sua análise, ao menos em potência, uma harmonia derivada da interação entre os indivíduos (*cf.* MARCUSE, 1997, p. 60), algo impensável para o hobbesianismo de Schmitt, no qual não subsiste – e logicamente nem poderia – qualquer possibilidade de harmonização senão à luz da intervenção de um incontraditável poder estatal.¹⁷⁶⁹ O grau de harmonia que pode emergir no mundo a partir das linhas marcuseanas encontra-se na potencial interação entre os indivíduos. Esta é uma ideia sem similar em Schmitt, para quem qualquer ideia de pacificação encontra-se perpassada pela comissão do trágico no mundo, a saber, a concretização do conceito de homogeneidade democrática, cuja viabilidade se mostra tão somente pela neutralização, violenta se necessário, da diferença entre os homens por meio do Estado.¹⁷⁷⁰

Conforme viemos trabalhando desde o capítulo V, Schmitt esteve bastante próximo da tradição conservadora revolucionária representada por Jünger. Este autor observa arguta e diretamente uma prática política em textos literários não prescritivos, nos quais o homem também aparece antropológicamente esboçado em termos hobbesianos, destituído das possibilidades aventadas por Marcuse no parágrafo acima. Em Jünger encontramos, isto sim, um certo nível descritivo em matéria antropológica, cuja aplicação em matéria política e moral incitaria à dimensão do extermínio aqui referida como habitada pelo schmittianismo. Sugerimos ser bastante clara em Jünger a sua percepção de que a reprovação argumentativa suprema encontra-se na designação da imoralidade de algum conteúdo, isto baseado em sua percepção de que

[...] la sociedad se define por los dos conceptos supremos de la razón y la moral, semejante reproche constituye el medio de expulsar al adversario fuera de la sociedad, es decir, fuera del espacio de la

¹⁷⁶⁹ Para uma refinada análise da relação entre Schmitt e Hobbes ver GOTTFRIED, (1990).

¹⁷⁷⁰ A ideia de eliminação (*Vernichtung*) do outro e as articulações que isto possui em Schmitt será tema cuja abordagem reservamos para os capítulos XI e XII, aos quais, desde já, remetemos o leitor.

humanidad y, con ello, fuera del espacio de la ley. (JÜNGER, 1993a, p. 26-27).¹⁷⁷¹

Jünger aponta para a ruptura com os meios de reconhecimento do adversário com tal intensidade que já não habitará mais o âmbito da humanidade. Aqui encontramos-nos com uma clara possibilidade de aproximação com o texto schmittiano *Der Begriff des Politischen*, em que desqualifica o *outro* a tal ponto de torná-lo passível de execração (cf. SCHMITT, 2002a, p. 37).¹⁷⁷² A sugestão jüngeriana desloca o homem para fora do espaço e da lei, em suma, habita o campo agambeniano (ver AGAMBEN, 2004), no qual a sua humanidade já não é mais reconhecida em qualquer dimensão, e no qual já não há qualquer espaço para o debate político, quer em temas antiliberais ou antidemocráticos, posto que ali apenas residem coisas controláveis pela direção suprema do Estado, a servir unicamente os seus obscuros desígnios.

¹⁷⁷¹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] a sociedade é definida por dois conceitos supremos: o da razão e o da moral. Semelhante reprovação constitui o meio de excluir o adversário para fora da sociedade, ou seja, para fora do espaço mesmo da humanidade e, com isto, para fora do espaço da lei”.

¹⁷⁷² Neste momento Schmitt nos confirma que as guerras entre os homens têm de ser particularmente intensas e desumanas, e o motivo para tanto é que “[...] *über das Politische hinausgehend*, den Feind gleichzeitig in moralischen und anderen Kategorien herabsetzen und zum unmenschlichen Scheusal machen müssen, das nicht nur abgewehrt, sondern definitiv *vernichtet* werden muß, *also nicht mehr nur ein in seine Grenzen zurückzuweisender Feind ist*” (SCHMITT, 2002a, p. 37). O texto permite a seguinte livre tradução: “[...] *ultrapassando o político*, ao mesmo tempo degradam o inimigo em categorias morais e outras e precisam transformá-lo num monstro desumano que não só precisa ser combatido, mas definitivamente *aniquilado* que, portanto, *deixa de ser um inimigo que deve ser rechaçado de volta às suas fronteiras*” (SCHMITT, 2002a, p. 37). Encontramos neste trecho uma similaridade entre Schmitt e Jünger. Este último apresenta como conceito de adversário aquele que Schmitt irá apresentar como o inimigo de guerra a quem está reservado o tratamento desumanizado. O inimigo do Estado operativo em Schmitt pode ser entendido em Jünger a partir deste seu conceito de adversário, posto que o autor não se preocupa, como Schmitt, em refinar em sua literatura conceitos ligados ao político. Ambos, contudo, e aqui a similaridade que parece-nos relevante destacar, adversário e inimigo, habitarão o mesmo *locus*, a saber, estarão postos fora do espaço da humanidade. Este espaço habitado por ambos parece ser mesmo mais relevante do que o conceito em si que os autores possam ter reservado às expressões inimigo e adversário, posto que, em última análise, estes conceitos terão como atores históricos homens que possuem um trágico destino em comum, o extermínio.

Este ponto da argumentação denota um claro momento de contato de uma matéria bastante cara à barbárie, qual seja, a de desconectar o humano de seu contexto em que a assunção como tal é a regra e o valor.¹⁷⁷³ A desconexão do liberalismo do novo conceito democrático proposto por Schmitt seguramente era instrumento adequado para a atribuição de características que pudessem tornar muito mais do que ameaçadoras as referências ao seu movimento de legitimação do extermínio radical, da erradicação física do *outro* que, em verdade, não passaria de um mero dissidente. Nossa sugestão é de que será um discurso plenamente assumido por Schmitt em seu *Der Begriff des Politischen*, que não se preocupa em realizar o interesse burguês pela pacificação, pois, como diz desdenhosamente Jünger, há um denodado esforço da burguesia em proceder ao “[...] encarcelamiento de las pasiones [...] recibo con que el burgués liquida el botín de las revoluciones”.¹⁷⁷⁴ (JÜNGER, 1993a, p. 27).¹⁷⁷⁵

Jünger assume o discurso crítico ao liberalismo burguês cujo tom é em tudo símile ao de Schmitt, cuja argumentação procura demonstrar que a estratégia burguesa

¹⁷⁷³ Neste aspecto é interessante apontar para uma potencial aproximação entre o texto de Jünger e a análise já realizada por Agamben dos textos de Schmitt. Ver AGAMBEN, (2008, 2006, 2005, 2002). Em sentido similar, há tradição comum que remete a Hobbes, para quem o indivíduo ou grupo que projeta a rebelião supõe um regresso à condição de guerra preexistente ao estado civil, aspecto no qual algumas conexões com a comissão da barbárie poderiam ser mantidas. Nisto Hobbes sugere existir uma renúncia à sujeição às normas e que, por força disto, colocam-se fora da ordem, motivo pelo qual os castigos poderiam ser dirigidos a eles na qualidade de inimigos, não de súditos (*cf.* HOBBS, 1992, p. 254). Neste aspecto é sugestiva a aproximação que resulta possível com a linha evolutiva da argumentação entre Hobbes, Jünger, Schmitt e da crítica agambeniana, linha esta que não necessariamente aponta para a continuidade.

¹⁷⁷⁴ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] encarceramento das paixões [...] recibo com o qual o burguês liquida o botim das revoluções”.

¹⁷⁷⁵ Parece-nos relativamente claro o desapeço que Schmitt demonstra pelas revoluções, naquele momento histórico marcado pela realização de valores de esquerda ou, no caso norte-americano, ligado a uma democracia e a um liberalismo que lhe resultavam de todo estranhos a sua filosofia política. Por outro lado, segundo um olhar mais cuidadoso, não há nada que desabone a interpretação de Schmitt como proclive aos movimentos violentos de realização dos valores conservadores.

era a de manter as circunstâncias de segurança e paz, já destacadas desde o último quartel do século XVIII por personagens como Benjamin Constant.¹⁷⁷⁶ Em suma, a Jünger lhe causaria horror toda e qualquer circunstância que se aproximasse de um horizonte habitado pelas negociações (cf. JÜNGER, 1993a, p. 27), ideia esta que, como viemos analisando neste capítulo, igualmente causa ojeriza no pensamento conservador antiparlamentar schmittiano tanto quanto em Hitler. Para ambos, o político não está habitado pela negociação mas, antes, pela decisão, que, em última instância, cabe ao Presidente do Reich, em um segundo momento identificado com o *Führer*. De acordo com a estratégia de negociação vislumbrada pelo burguês, a sua repercussão seria imediata na estrutura sociopolítica do Estado, e de Weimar. Isto teria lugar por intermédio das constantes tentativas de equilíbrio de poderes, o que, por certo, seria enfrentado, desde sempre, não apenas o conservadorismo revolucionário alemão como o subsequente totalitarismo em sua versão nacional-socialista, que lhe desconsideravam como valor fundante do político.

Dado o pressuposto do emprego da violência (*Gewalt*)¹⁷⁷⁷ para neutralizar, e não do diálogo e da negociação no âmbito do político, é concreta a possibilidade de eliminar

¹⁷⁷⁶ De fato, a oposição a estes valores liberais é materializada na pacificação social para que o comércio e a indústria burgueses pudessem encontrar as condições adequadas para frutificar. Esta interpretação já havia encontrado oposição ao menos desde a obra de um dos conservadores inspiradores do schmittianismo, a saber, De Maistre, que concebe a sua *Consideraciones sobre Francia*, (1990), como uma resposta ao livro *Del espíritu de conquista*, (2008), de Benjamin Constant, feito publicar em 1796, no qual o autor destaca as consequências pacificadoras da nova época de comércio que se inaugurava (cf. CONSTANT, 2008, p. 13-14). Este, por certo, seria um argumento posteriormente incorporado às benesses introduzidas por uma ordem de mercado aberto em escala mundial.

¹⁷⁷⁷ Oportuna é a observação de Bartoletti e Fava sobre os diversos significados de *Gewalt*. Segundo ambos, leitores de Derrida, o termo não apenas significa violência, mas pode também designar poder legítimo, autoridade e força pública. Em suma, nos deparamos com um termo que pode ser empregado tanto à violência como ao poder legítimo ou, ainda, força (cf. BARTOLETTI; FAVA, 2009, p. 33). Ainda assim, comenta Fava de que o termo *Gewalt* também significa, além de violência, ao poder constituinte, o qual dá origem a todas as relações de poder operantes (cf. SÁ, 2001, p. 433). É importante sublinhar que,

(*Vernichten*) opositor¹⁷⁷⁸ como meio de instrumentalização dos fins políticos que o Estado deseja alcançar. Este é um ponto para a abordagem do político bastante comum entre outros conservadores revolucionários. Langbehn, por exemplo, tão antipolítico como os demais, apostava pelo desprezo à vida política, ou seja, que

[...] politics had to be ennobled by unpolitical ideals, enveloped by a mystique at once deprecating the present and glorifying the future. Such “estheticizing” of politics and power was quite common in imperial Germany. (*apud* STERN, 1974, p. 137).¹⁷⁷⁹

O político em Langbehn é colocado sob a ótica dos valores antipolíticos, por um misticismo presente em Weimar, tal e como atestam os êxitos literários daquele momento pós-guerra. Esta ótica antipolítica destacada por Langbehn também vinha acompanhada por um conservadorismo revolucionário que apostava no anti-intelectualismo como resposta política adequada aos novos tempos, como também,

entre estas múltiplas acepções, aquela em que aqui utilizaremos o termo *Gewalt* é apenas o cabível na pura crueza (*Roheit*) com que a violência pode ser aplicada pelo poder em desconsideração das dimensões humanas com que este haverá de desconsiderar práticas em absoluto compatíveis com a dignidade do ser humano. Do que trata-se aqui, portanto, é do conceito de *Reine Gewalt* (pura violência).

¹⁷⁷⁸ Na esfera da política internacional este argumento também encontra eco tanto em Schmitt como em Jünger. Neste, há reprovação da postura burguesa em abster-se de defender a justificação suprema da guerra, ou seja, o ataque (*cf.* JÜNGER, 1993, p. 27). O burguês jüngeriano, cujo perfil é compartilhado por Schmitt, exclui, por sua própria essência, todos os elementos bélicos (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 28). Em Schmitt, por sua vez, parte desta argumentação encontra excelente abordagem em BRAVO, (2010a, 2010b, 2003), PARDO, (2007). De autoria do próprio Schmitt, encontramos alguns interessantes textos, como *El imperialismo moderno en el derecho internacional público*, de original publicação em 1932 (ver AGUILAR, 2001h). Especificamente sobre as relações entre o Direito Internacional e o nacional-socialismo, é especialmente informativo o texto de Schmitt intitulado *Nacionalsocialismo y Derecho Internacional* (ver SCHMITT, (1995a). Ainda de autoria de Schmitt, ver *Estado totalitario y Neutralidad Internacional* (ver SCHMITT, 1995f). Também do mesmo autor a respeito do tema em questão o texto *Cambio de Estructura del Derecho Internacional* (ver SCHMITT, 1995k). Ainda do autor o artigo *La Tensión Planetaria entre Oriente y Occidente y la Oposición entre Tierra y Mar* (ver SCHMITT, 1995n). Por fim, Schmitt ainda redige *El crimen de Guerra de Agresión en el Derecho Internacional* (ver SCHMITT, (2006).

¹⁷⁷⁹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] a política foi enobrecida pelos ideais antipolíticos, envolvida por um místico, e ao mesmo tempo, depreciador de um presente glorificador do futuro. Tal “esteticização” da política e do poder foi deveras comum na Alemanha imperial”.

conforme apontamos anteriormente, entrada a década de 1930, diria Heidegger em seu discurso aos estudantes. Este não seria, portanto, um âmbito do político capaz de resguardar como valor a intervenção comunicada entre agentes que guardam entre si maior ou menor nível de desacordo relativamente a fins. Diante disto, em Schmitt haveremos de nos deparar com uma leitura antipolítica no sentido que a expressão até então desfrutara no espaço das democracias liberais.

O caráter antipolítico que sugerimos existir em Schmitt encontra apoio nesta leitura de Stern sobre o conservadorismo revolucionário em Langbehn. Neste restava clara a reafirmação do caráter antipolítico de que se encontrava revestida a aproximação conservadora ao fenômeno do político. Esta é uma leitura que se encontra delineada em sua consagração última na década de 30 quando emergente a figura do *Führer*, concentrador de todos os poderes políticos, cuja justificação constitucional fora por ele apoiada desde o ano de 1928 no caso *Preußenschlag*. O anterior conceito democrático liberal do político como potencializador de restrições de tensões derivadas das diferentes cosmovisões, morais, políticas e religiosas, que habitam um mesmo espaço, logo encontrariam nesta figura do *Führer* um tomador de decisões últimas e irrecorríveis, o que, desde logo, distancia o conceito do político incrustado no conceito de democracia mantido pelo liberalismo ocidental.

A reserva ao *Führer* de uma amplíssima gama de poderes irá ser aqui reputada como uma tradição antipolítica no sentido de que o político é aqui compreendido em termos dialógicos e compreensivos da intervenção de atores em posições antagônicas. Neste sentido, a sequência de textos schmittianos da década de 20 não apenas é antiliberal e antiparlamentar como encontra espaço para a consagração da violência como recurso último para a superação da divergência política. Este é o espaço em que a eliminação do *outro* encontrara em seus termos a abordagem por Jünger, e momento

revelador de como, realmente, a estrutura parlamentar haveria de sofrer ataques desconstitutivos e, finalmente, como diz Arendt, teve lugar o ocaso do governo parlamentar com o indispensável apoio das massas (*cf.* ARENDT, 1974, p. 27) previamente doutrinadas a este respeito.

Jünger havia identificado um nível de enfrentamento radical na guerra, local em que as operações tecnológicas haviam tornado possível os disparos de artilharias não disponíveis aos olhos do inimigo e capazes de sua eliminação em massa. A observação do horizonte poderia até mesmo parecer nada mais do que o de uma paisagem monótona, talvez onde habitasse o perigo, advertiria o homem cuidadoso, em que predominava o vazio humano (*cf.* JÜNGER, 1995c, p. 130), mas também um local em que a morte poderia advir a qualquer momento fora da área de controle visual. A tecnologia impunha a surpresa da morte em combates que poderiam não ser antecipados, dada a distância do inimigo. Mas bem, a admissão de Jünger da existência de um vazio humano em meio ao terror de extermínios coletivos de vidas e não, contrariamente, a um ensurdecido ruído de máquinas ceifando vidas, magnifica o valor da literatura bélica do autor ao tempo em que traça um paralelo com a indiferença da eliminação do inimigo no âmbito do político schmittiano.

Esta crua e cruel indiferença pela vida humana é igualmente localizável em Schmitt. O debate é posto em termos similares pela tradição conservadora revolucionária recepcionada por Schmitt, e o seu ataque ao pacifismo inerente ao liberalismo burguês dá o tom de que o seu conceito do político não encontrava-se marcado por uma mera possibilidade de enfrentamento. Sugerimos que a crítica liberal de Schmitt representa uma aposta necessária no enfrentamento, deslocando a possibilidade do político para um terreno pantanoso até então habitado pela pura negação do conceito do político. Schmitt propõe, então, a transposição deste nível de

entendimento do político para um outro nível em que a tônica é a pura violência. Esta última se mostra como negadora do político na medida em que entendido como transação de empenhos individuais ou de coletividades, direcionados à suplantação da negação do outro enquanto ser físico e moral.

Entre Schmitt e Jünger há um traço comum de apreço pelo embate, do qual deriva, no mundo empírico, certo sentimento de vazio humano em meio à planície de terror que se estabelece, tanto de modo físico como psíquico (*cf.* FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 101). Este reconhecimento, contudo, revela-se incapaz de refrear nos dois autores aos ímpetos de extermínio que ambos apóiam e que deveriam ser postos em prática pelo Estado em suas opções políticas. Ainda que parcialmente, esta argumentação pode ser aproximada de uma de base hobbesiana, argumentação esta por certo ignorada por Schmitt, segundo a qual haveria um ínsito valor no ato de enfrentar. Em Hobbes encontramos a clara referência de que o primeiro mandamento da natureza é, e aqui encontramos um sentido normativo no texto hobbesiano, o de busca da paz (*cf.* HOBBS, 1992, p. 128). Em absoluto, este não parece ser um valor que Schmitt recepcione como alvo dos agrupamentos humanos a ser objetivado por intermédio dos recursos políticos. Sugerimos que Schmitt desconsidera Hobbes neste aspecto e, ao contrário, projeta a eternização da violência, que visa resguardar a possibilidade de alcançar a homogeneização,¹⁷⁸⁰ básica para concretizar o seu conceito de democracia.

¹⁷⁸⁰ Sugerimos aqui que a busca pela homogeneização como base da democracia em Schmitt torna imperativo um movimento perpétuo de atos de extermínio, mesmo que com maior ou menos intensidade, pois é lícito supor que subsistirão diferentes no conjunto social, uma vez que não se concebe a hipótese de fronteiras hermeticamente fechadas. A ideia é que o conceito de homogeneidade em Schmitt irá exigir um constante esforço no ato de extermínio humano da figura do *outro* como conceito básico para a realização de seu peculiar conceito de democracia. Esta ideia encontra apoio em uma leitura realizada por Arendt sobre a relação entre a natureza dos regimes totalitários e suas demandas políticas. Segundo a autora, a ideia de dominação que acompanha estes regimes supõe aquilo que, em absoluto, qualquer aparato de violência pode obter, mas que, necessariamente, será buscado pelo regime por intermédio da constância

Retoricamente em seus *Nos Penhascos de Mármore*, Jünger irá, implicitamente, lamentar o desfecho de remotos tempos felizes em outros, agora, de horror (cf. JÜNGER, 2008, p. 19).¹⁷⁸¹ Jünger lamenta, com as fileiras conservadoras revolucionárias, o passar de um tempo pretérito em que a homogeneidade germânica era a tônica, em que as idênticas raízes tornavam o enfrentamento nada equiparável ao horror hodierno. Eram tempos estes como aqueles descritos na arte pictórica glorificada em *Der Sämann (O semeador)*, de Martin Oskar Amorbach,¹⁷⁸² em que o homem simples e rude do campo exerce seu labor com singular virtude. Seja qual for a filosofia da história que porventura se anuncie em Jünger, é certo que, ao menos, percebe um desfecho temporário no horror. Insuflada por soldados-trabalhadores (ver JÜNGER, 1993), contudo, logo torna-se difícil crer que deploraria o desfecho histórico em tempos de horror tanto quanto, retomando Spengler, este não seria um ciclo que novamente encontraria o seu momento de nova realização.

Embalada pelo conceito de soldado-trabalhador, os embates parecem não encontrar um desfecho, senão que, como alertara o próprio Schmitt, a sua concepção do político é ainda mais intensa do que aquela que envolvesse o soldado em guerra, uma

da busca da implementação da dominação, violenta, em seu caso, de modo “[...] permanente de cada indivíduo em cada uma de las esferas de la vida” (ARENDT, 1974, p. 408). Ao trecho anterior sugerimos a seguinte tradução: “[...] permanente de cada indivíduo em cada uma das esferas da vida”.

¹⁷⁸¹ Literariamente o autor se ocupa sobre a importância irrefletida dos períodos menores, daqueles em que as atenções não se voltam como deveriam para a valorização do cotidiano simples (cf. JÜNGER, 2008, p. 19). Mas se o autor alcança a esta reflexão neste trecho, restará suficientemente claro em seu *Der Arbeiter* que o superior momento dos homens é a vida em atividade nos grandes instantes históricos, aqueles de alta voltagem no qual a história se realiza. Qual é a opção jüngeriana, o minimalista reflexivo do cotidiano ou o homem voltado às transformações? Será para esta última hipótese que o autor se propõe a instrumentalizar o seu conceito de soldado-trabalhador concebido no *Der Arbeiter* (ver JÜNGER, 1993)? Esta é uma questão que não pode ser desenvolvida neste trabalho, em que apenas o sugerimos como objeto de trabalhos futuros.

¹⁷⁸² A obra de Amorbach data de 1937, período em que o regime todavia reclamava fortes apoios de intelectuais e artistas como função legitimatória do projeto de um novo homem.

vez que “[...] o político estaria mais preparado para o combate do que o soldado, uma vez que o político lutaria a vida inteira, ao passo que o soldado apenas excepcionalmente” (SCHMITT, 2002a, p. 34). O soldado-trabalhador de Jünger, portanto, pode ser suplantado em sua capacidade de enfrentamento pelo político schmittiano, que dedica toda a sua vida à luta, algo para o que, desde logo, os valores liberais e parlamentares de pouco ou nada servem.

Nestas linhas até aqui traçadas, foram sendo esboçadas duas ideias principais. Uma delas diz respeito aos movimentos teóricos schmittianos que objetivam deslocar conceitos consagrados na filosofia política de sua interpretação usual, tal como ocorreu com o conceito de democracia, que passa a ser compatível com a ditadura. A compatibilização conceitual entre democracia e ditadura é um movimento ao qual o autor se refere claramente, dizendo que “Es ist aber wichtig, darauf zu achten, weil es zeigt, daß Diktatur nicht der Gegensatz zu Demokratie ist” (SCHMITT, 2010a, p. 37).¹⁷⁸³ Em um segundo momento, procuramos também estabelecer os termos da crítica da esquerda pós-marxista em relação aos movimentos de retomada de Schmitt com um pensador capaz de contribuir para a crítica da democracia contemporânea a partir de seu trabalho teórico avesso aos valores liberais e democráticos, entendidos estes como pluralistas e tolerantes. A crítica dirigida à esquerda pós-marxista, neste particular, é o seu olvido da melhor tradição humanista presente no marxismo. Um terceiro movimento que viemos procurando realizar neste capítulo indica a importância de refletir que toda a argumentação antiliberal e antidemocrática schmittiana hoje reclamada encontra-se ancorada em uma tradição profundamente reacionária da direita conservadora alemã, anti-ilustrada e muito próxima do nacional-socialismo hitleriano.

¹⁷⁸³ O trecho acima permite a seguinte tradução: “É importante notar quão evidente é que a ditadura não é o oposto da democracia”.

Estes passos nos permitirão, a partir de agora, centralizar-nos algo mais na proximidade manifestada entre o discurso teórico do discurso antiliberal, antidemocrático e antiparlamentar construídos fundamentalmente a partir das fileiras nacional-socialistas, do movimento conservador revolucionário e da filosofia política schmittiana. Um primeiro aspecto a introduzir a finalização deste capítulo a partir das articulações acima sugeridas é que em Schmitt não encontramos uma crítica desinteressada das instituições parlamentares. Boa parte do contexto histórico com o qual Schmitt dialoga em seus textos mostra-se receptivo a alternativas de poder que distanciariam a vida corrente dos valores democrático-weimarianos.

Foi em torno aos anos de 1924 e 1925 que Hitler redigia duas partes de um fragmento posteriormente reunido sob o título de *Minha doutrina*. Paralelamente às críticas schmittianas, vinha à luz o texto com a exposição de uma longa crítica ao parlamentarismo e às suas instituições democrático-liberais. Somente a duras penas poderíamos encontrar reentrâncias em sua argumentação que o distanciariam daquelas apresentadas por Schmitt em seu trabalho.¹⁷⁸⁴ Em um dos trechos, muito incisivamente Hitler descreve a verdadeira democracia alemã em oposição a uma tradição alienígena que novos tempos, republicanos por certo, tentavam implementar na Alemanha. A sua ideia era a de que a democracia alemã estava caracterizada pelo fato de que

[...] el jefe libremente elegido debe reclamar la responsabilidad entera de todas sus acciones. Esta democracia no admite que todos los problemas sean resueltos por el voto de una mayoría. Uno solo decide,

¹⁷⁸⁴ É importante notar que, com isto, não sugerimos uma influência direta de um autor sobre o outro, pois não há indícios de que ambos tenham procedido a leitura um do outro mas, antes, e tão somente, presentes se encontram signos de uma confluência de ideias a partir do compartilhamento dos movimentos da época com os quais mantinham contato, direta ou indiretamente. Erudito ademais de politicamente ativo, não é inviável supor, portanto, que Schmitt, ao menos em algum momento, tenha se interessado por textos de uma das figuras que começavam a ganhar espaço na vida política alemã.

y en seguida es responsable de su decisión con sus bienes y con su vida. (HITLER, 2007, p. 16).¹⁷⁸⁵

Esta crítica do nacional-socialismo hitleriano anda em paralelo com a perspectiva schmittiana de que o Parlamento pudesse ser o local que delibera e, por meio do debate, alcançar a verdade (*cf.* SCHMITT, 2010a, p. 45). Ao contrário, o poder político verdadeiramente democrático encontra a sua síntese na figura do *Führer*, na qual se materializa a unidade do povo. Portanto, segundo os traços delineados pelos autores, o poder político em ambos possui uma idêntica marca, qual seja, a de uma e exclusiva figura central que poderá decidir amplíssimamente sobre os mais diversos aspectos da vida pública e privada.

O conceito de unidade (*Einheit*) entre governantes e governados se faz presente tanto na doutrina nacional-socialista quanto na filosofia política schmittiana, claramente, quando afirma que “[...] die Demokratie richtigerweise als Identität von Regierenden und Regierten definiert” (SCHMITT, 2010a, p. 20).¹⁷⁸⁶ No trecho de Hitler citado logo acima, esta faculdade de decidir, admitida a um só, com ampla gerência não apenas sobre os bens como de poder de dispor da própria vida de seus súditos, implica um conceito de democracia bastante peculiar, que se aproxima daquele que nos oferece Schmitt. Em Hitler, “[...] uno solo decide, y en seguida es responsable de su decisión con sus bienes y con su vida” (HITLER, 2007, p. 16), enquanto em Schmitt teremos uma

¹⁷⁸⁵ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] o chefe livremente eleito deve reclamar para si a responsabilidade inteira de todas as suas ações. Esta democracia não admite que todos os problemas sejam resolvidos pelo voto da maioria. Apenas um decide sozinho e, em seguida, ele é responsável por sua decisão com os seus bens e com sua vida”.

¹⁷⁸⁶ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a democracia pode ser corretamente definida como a identidade entre governantes e governados”. Por outro lado, a democracia direta tampouco se revelava uma alternativa viável, posto que Schmitt não desconhecia suas dificuldades práticas. Havia, portanto, que recorrer a uma outra estratégia, qual seja, a de proceder a uma identificação da vontade do governante com o governado (*cf.* SCHMITT, 1996e, p. 53), de proceder a um processo público de aclamação como forma de suprir a falha do referencial teórico de origem do parlamentarismo.

concepção de realização da democracia por meio da unidade dos governados com seus governantes, que legitimará a disposição deste soberano de seus bens e de suas vidas. Em Schmitt encontramos um conceito de democracia em conformidade com a política de aprofundamento da exclusão que pode ser praticada pela vontade do soberano, ou seja, que

Im übrigen muß man sagen, daß eine Demokratie – weil zur Gleichheit immer auch eine Ungleichheit gehört – einen Teil der vom Staate beherrschten Bevölkerung ausschließen kann, ohne aufzuhören, Demokratie zu sein [...]. (SCHMITT, 2010a, p. 15).¹⁷⁸⁷

Não sem antes apresentar sua habilidade, Schmitt sugere argumentar em prol de um conceito de democracia que se preocupa com a realização dos direitos do homem, pois, diria, seria uma injustiça ignorar a dignidade de cada pessoa, individualmente, assim como também desprezar as diferenças e particularidades de cada região. A rigor, nunca foi objeto da preocupação de Schmitt a individualidade, assim como tampouco o etéreo conceito de homem que lera com muita antecipação em suas fontes conservadoras. Especificamente a leitura de De Maistre indicara que lhe era desconhecida uma tal figura abstrata, senão, tão somente, a existência da expressão concreta do homem, os “[...] franceses, italianos, rusos, etc.”. (DE MAISTRE, 1814, p. 79).

Pois é precisamente a estas tantas diferenças que sugere defender em seu texto aquelas às quais, momento seguinte, reportar-se-ia como elementos componentes de uma indesejável heterogeneidade, da qual caberia ocupar-se dedicadamente em eliminar (*Vernichtung*). A desigualdade em Schmitt parece restar mais clara em seu conceito de democracia quanto ainda mais incisivamente insiste em um conceito que sugere

¹⁷⁸⁷ Ao texto acima sugerimos a seguinte tradução: “Devemos dizer que uma democracia – e a igualdade sempre pressupõe uma desigualdade – pode excluir uma parte da população dominada pelo Estado, e isto sem deixar de ser uma democracia [...]”.

legitimar algo similar aos moldes em que era proposto na Antiguidade.¹⁷⁸⁸ Trata-se de que a sua admissão de grupos de excluídos supunha uma boa aceitação de escravos em seu conceito, ou seja, que ainda era uma boa democracia aquela que se caracterizasse por alguns elementos que as modernas democracias liberais poderiam rejeitar:

[...] daß sogar im allgemeinen bisher zu einer Demokratie immer auch Sklaven gehörten oder Menschen die in irgendeiner Form ganz oder halb entrechtet und von der Ausübung der politischen Gewalt ferngehalten waren [...]. (SCHMITT, 2010a, p. 15).¹⁷⁸⁹

Não lhe causaria estupor, senão vivo interesse, um conceito de democracia nos moldes antigos, em que a exclusão fosse a marca distintiva, segundo níveis bastante amplos de exclusão, que comporiam membros de poucos direitos e até mesmo aqueles sem qualquer um deles. Desde logo, não há uma referência expressa aos membros dos campos de concentração, mas ali encontraríamos homens sem quaisquer direitos, conforme antecipado no conceito de democracia schmittiano como, malgrado, ainda um conceito de democracia possível para aqueles dias.

Conforme vimos acima, historicamente o papel do chefe político escolhido seria mesmo ocupado por alguém sem amarras institucionais. Para um todavia jovem Schmitt, em um texto datado de 1923 e intitulado *La teoría política del mito*, a democracia moderna – liberal e calcada em eleições periódicas,¹⁷⁹⁰ assim como no

¹⁷⁸⁸ Para uma análise acurada das instituições históricas da democracia, ver MANIN, (1998).

¹⁷⁸⁹ Ao texto acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] pois devemos atentar que as democracias também incluíam escravos ou pessoas que de alguma forma tinham poucos direitos, nenhum direito ou eram até mesmo afastados totalmente do exercício do poder político [...]”.

¹⁷⁹⁰ Para uma análise atualizada da questão da democracia representativa, ver SIERRA y ZURITA, (2010). O livro se ocupa de uma abordagem analítica do parlamentarismo a partir da tradição liberal que lhe inspira, precisamente o alvo das críticas schmittianas. Ainda assim, para uma análise histórica do nascimento (desde o século XVII até a contemporaneidade) e das funções assumidas pelo representativo-parlamentares, ver ESCAMILLA, (2008). O livro pode resultar útil como um contraponto às críticas parlamentares de Schmitt e às suas tentativas de atualização como instrumental crítico adequado para pensá-las contemporaneamente. Para uma análise teórico-política do parlamentarismo-democrático, ver URBINATI, (2008). Para uma sólida análise teórica desde a ciência política, ver ROSENTHAL, (2008), útil

direito de livre organização política e de imprensa –, aparece descrita como mero fruto da imposição da burguesia, algo que não passava de uma “plutocracia demagógica” (SCHMITT, 2001k, p. 68). Esta descrição da democracia não aproxima-se de sua leitura da filosofia política e, em especial, do exercício do poder como livre de amarras institucionais, algo que é confirmado por esta sua descrição das eleições como mera impostura política, instituidora de uma representação política parlamentar que ofende, que se distancia da essência democrática schmittiana, a saber, a unidade política (*Politik Einheit*) que compõe o pensamento democrático-totalitário schmittiano e reúne governados e governantes na figura do soberano.¹⁷⁹¹

Desta leitura de Schmitt remanescem pontos de contato para uma possível identificação com recursos utilizados pelo nacional-socialismo hitleriano, para quem a democracia germana não poderia envolver processos eleitorais decididos segundo o método de sufrágio secreto.¹⁷⁹² Paralelamente, tampouco seria admissível uma figura

no sentido de contrapor a abordagem schmittiana algo comprometida com a teoria totalitária do Estado e da política.

¹⁷⁹¹ Este tema da identificação entre governantes e governados é um aspecto da análise da democracia que permite explorações na filosofia política de Rousseau. Segundo Valdés “Ya Rousseau, el más ardiente e influyente expositor de las ideas democráticas, rechaza la representación en sentido amplio como contraria a la esencia misma del gobierno moderno” (VALDÉS, 2001, p. 78). O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “Já Rousseau, o mais ardente e influente expositor das ideias democráticas, rechaça a representação em sentido amplo como contrária à essência do governo moderno”.

¹⁷⁹² Em Schmitt encontramos uma noção de democracia que, assim como em Hitler, em absoluto não é compatível com o princípio da maioria, e a crítica a este respeito da parte de Schmitt é bastante direta em sua *Verfassungslehre* (ver SCHMITT, 1992b, p. 272-273). Schmitt se opõe ao método da decisão majoritária na medida em que este supostamente não traduz o querer majoritário, senão o de uma clara minoria. Schmitt parte da ideia de que o voto secreto (a) “[...] transforma al ciudadano [...] en un particular aislado, y le permite manifestar su opinión sin abandonar la esfera de lo privado” (SCHMITT, 1992b, p. 272). Contudo, o problema, para Schmitt, é que (b) “[...] de una suma de la opinión privada de particulares no resulta ni una opinión pública, ni una auténtica decisión política”. (SCHMITT, 1992b, p. 272). Aos trechos acima sugerimos as seguintes traduções: (a) “[...] transforma o cidadão [...] em um particular isolado, e lhe permite manifestar a sua opinião sem abandonar a esfera do privado”; (b) “[...]

soberana exercer o poder político conhecendo limitações a tal exercício conforme sugeriam as filas liberal-democráticas, cuja proveniência se encontrasse exatamente naqueles a quem seu poder tornava como destinatários. O exercício do poder por intermédio deste conceito de soberania entronca com o discurso nacional-socialista, quando Hitler sustenta que

[...] el régimen parlamentario no puede satisfacer sino a espíritus disimulados [...]. Esta forma de la democracia ha llegado a ser, pues, el instrumento favorito de esa raza que alimenta constantemente proyectos ocultos [...]. (HITLER, 2007, p. 15).¹⁷⁹³

A dissimulação, que é tornada característica do parlamentarismo, encontra-se presente na crítica de Schmitt que vimos neste capítulo, como uma ocultação dos verdadeiros interesses que são defendidos nos pequenos comitês sem a ciência do grande público. Esta crítica parlamentar também seria reforçada por Hitler ao sustentar que “[...] no hay principio que sea tan falso como el principio parlamentario” (HITLER, 2007, p. 13),¹⁷⁹⁴ uma vez que suas ações não encontram-se balizadas senão pelos seus próprios interesses. Esta ocultação foi tanto reprimenda contra o parlamentarismo quanto uma muito útil arma da qual os regimes totalitários não hesitaram em lançar mão.

Parte da crítica de Schmitt ao Parlamento encontra seu ponto de ancoragem precisamente na crítica ao domínio econômico sobre o político, que analisamos em páginas anteriores. O aspecto da crítica schmittiana que realça esta análise é a de que no Parlamento o conceito de debate já não era mais algo presente. Naquele momento, a

de uma soma da opinião privada dos particulares não resulta nem uma opinião pública nem uma autêntica decisão política”.

¹⁷⁹³ Sugerimos a seguinte tradução para o texto acima: “[...] o regime parlamentar não pode satisfazer senão aos espíritos dissimulados [...]. Esta forma de democracia chegou a ser, pois, o instrumento favorito desta raça que alimenta constantemente projetos ocultos [...]”.

¹⁷⁹⁴ Sugerimos a seguinte tradução para o texto acima: “[...] não há princípio que seja tão falso como o princípio parlamentar”.

análise schmittiana apontava para o controle de grupos parlamentares, políticos e de elites econômicas no encaminhamento dos assuntos políticos, de sorte que a democracia de massas (*massendemokratie*) tornava-se, em verdade, um reles teatro de fantoches. Estes ataques schmittianos encontravam-se em plena convergência teórica com a mais castiça cultura conservadora e aristocrática do período, cuja ojeriza pelo acesso das massas ao circuito político era manifesta,¹⁷⁹⁵ e que tinha como perspectiva imediata a nefasta destruição de toda tradição, uma vez que as massas alcançassem o poder (cf. SILVA, 2010, p. 404).

Neste sentido, Schmitt tampouco poderia se apresentar como apreciador da democracia de massas tal e como ela se estruturava naqueles dias, pois uma leitura conservadora sugere, em franca conexão com a teoria das elites, uma concepção de superioridade de grupos, cuja singular virtude os capacita a conduzir a maioria. Estes grupos são aqueles que realmente fazem a história (não raro identificados com os brancos) em detrimento de outros grupos, majoritários, que são meramente objeto de condução (cf. SPENGLER, 1941, p. 159). Esta concepção spengleriana que mescla virtude, supremacia e discriminação racial era notável em vários setores conservadores, serviria como mais um ponto de apoio para o nacional-socialismo.

A admissão da existência de pequenos grupos de pessoas dotadas de capacidades mais elevadas é ideia que se conecta com a tradição conservadora de homens como Pareto, Mosca e Michels, também úteis para os propósitos delimitadores do poder em uma elite que procurava açambarcar o poder em torno a uma figura conceitual como a do soberano. De qualquer sorte, a submissão dos governados revelava-se inviável nos

¹⁷⁹⁵ Sobre esta conexão da política de massas com o conservadorismo, ver SILVA, (2010, p. 400-401) e, também, AGUIAR, (2011). Ainda assim, importante para uma aproximação analítica mais cuidadosa é a teoria das elites desde Pareto, Mosca e Michels. Sobre a concepção da democracia desde a elite, entre nós, ver MIGUEL, (2002). Especificamente sobre a ascensão das massas, ver MIGUEL, (2002, p. 485-491).

termos de antanho, posto que a sujeição das massas demandava novos e mais sofisticados mecanismos. A afirmação das velhas crenças poderia ser mantida, mas isto deveria encontrar lugar sob outra capa e discurso político. Portanto, as antigas elites dominantes deveriam ocupar-se com socorrer-se de intelectuais e hábeis atores políticos como forma de tornar eficientes as novas formas de domínio e de controle, estratégia cuja necessidade fora amplamente reconhecida pelo movimento nacional-socialista.¹⁷⁹⁶

Conforme recorda Von Klemperer, o novo desafio que se oferecia ao conservadorismo era a absorção das massas trabalhadoras ao novo sistema político (*cf.* VON KLEMPERER, 1968, p. 40). Esta absorção era pensada por parte do nacional-socialismo em termos conceituais e prático-políticos fundamentalmente distintos da proposta de recepção política destas massas por parte dos republicano-weimarianos.¹⁷⁹⁷ Este desafio viria a ser enfrentado por uma intelectualidade germana que procurava encontrar apoio – mesmo que parcialmente e sem que esta fosse a intenção expressa de seu autor – no conceito de liderança carismática presente em Weber,¹⁷⁹⁸ e que logo seria

¹⁷⁹⁶ Hitler reconhece expressamente que qualquer movimento que visara impactar na política deveria, naquele momento histórico, recorrer à adesão das massas, justificando que qualquer sacrifício encontrar-se-ia justificado para o alcance de tal objetivo (*cf.* HITLER, 2004, p. 91). É também notável o processo de cooptação de intelectuais, paralelamente aos expurgos realizados em vários setores, inclusive o acadêmico, onde cerca de um terço dos professores chegaram a ser afastados de suas funções e substituídos. Para uma análise mais acurada das condições do meio acadêmico durante o nacional-socialismo, ver HARTSHORNE, (1937).

¹⁷⁹⁷ Desde os anos 1924-1925, para Hitler era nítido quais seriam as estruturas sociopolíticas do emergente regime que sucederia a República de Weimar. A sua estratégia era clara no sentido de implementar uma liderança às massas que tão somente as instrumentalizasse para os fins delineados por um *petit comité* ou, em termos conservadores de Robert Michels, Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca, uma “elite”. Em suma, tratava-se da cristalização totalitária da tão criticada decisão parlamentar em pequenos grupos que Schmitt criticara e que analisamos no decorrer deste capítulo IX.

¹⁷⁹⁸ A aproximação ao tema era delicada à época. Ao tempo em que se revelava absolutamente inviável seguir à risca as considerações conservadoras, em absoluto avessas às massas, por outro lado, haviam de ser pensados de forma pragmática os interesses deste grupo, e a forma mais eficaz de exercício do controle nos novos termos do jogo político em que as massas, inexoravelmente, encontravam-se

recepcionada por linhas transversas, não apenas pela filosofia política schmittiana como pelo conservadorismo revolucionário e por Hitler em própria pessoa.¹⁷⁹⁹

Mas se a democracia de massas sofria este ataque e, por outro lado, o debate, um dos princípios do Parlamento, apenas poderia ser levado a sério quando fosse transposta a mera ideia de negociação (*cf.* SCHMITT, 1990a, p. 7), deparávamo-nos com uma circunstância em que a democracia genuína haveria de ser pensada segundo novos parâmetros. Para Schmitt ela deveria ser reduzida à pura homogeneidade (*homogenität*), à equivalência (*cf.* HERVÁS, 2002, p. 154), inviabilizando parcialmente o seu próprio conceito do político enquanto enfrentamento do *outro*, dissidente,¹⁸⁰⁰ aspecto que não parece ter preocupado o autor.

A crítica antiliberal, antidemocrática e antiparlamentar de Schmitt encontra amplo eco entre os intelectuais do período, não sendo ela sequer inovadora em muitos aspectos. Naquele momento, os adversários do conceito liberal-democrático das liberdades uniam-se em torno à oposição à práxis liberal e ao constitucionalismo

incluídas. É a partir desta aproximação que a liderança carismática será reputada como a melhor alternativa para absorver as massas no sistema político sem que, contudo, este passasse ao seu domínio por intermédio dos mecanismos típicos da democracia representativa. O novo Estado seria inexoravelmente popular, ao menos retoricamente, sendo a preocupação agora destinada a de criar os mecanismos de contenção aspirados desde as fileiras do conservadorismo revolucionário.

¹⁷⁹⁹ Não é o nosso propósito estabelecer qualquer nexos possível ou provável entre o nacional-socialismo hitleriano e a filosofia política de um dos pais-fundadores de Weimar. Contudo, em um trecho de seus escritos, Hitler não poderia ser mais direto quanto ao reconhecimento do papel da liderança carismática, em que pese não se referir diretamente a Weber: “La nacionalización de la masa no puede, en ningún caso, lograrse con medidas insuficientes o un apostolado tímido. Hay que concentrar sus esfuerzos y llevarlos con fanatismo hasta el fin que se ha decidido conseguir”. (HITLER, 2007, p. 33). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “A nacionalização da massa não pode, em nenhum caso, ser obtida com medidas insuficientes ou um apostolado tímido. Há que concentrar seus esforços e levá-los com fanatismo até o fim que se tenha decidido conseguir”.

¹⁸⁰⁰ Veremos mais detalhes desta leitura no capítulo subsequente, em nos ocuparemos do *Der Begriff des Politischen*.

weimariano em várias frentes de batalha,¹⁸⁰¹ identificados em muitos momentos como defensores de uma cultura jurídica alienígena e de interesses financeiros internacionais ligados ao judaísmo dominante. Identificado o inimigo perante uma situação interna precária, os interesses políticos de galvanizar os favores das massas terminaram por fazer convergir os discursos daquelas que, em princípio, representavam forças políticas absolutamente díspares no arco político, tornando similar, por exemplo, o discurso político da extrema esquerda e da extrema direita e do conservadorismo, assim como de grupos monárquicos saudososistas.

Uma das teorias pulsantes no período era a da *Machttheorie* (teoria do poder), segundo a qual a união da nação¹⁸⁰² constituía um fator imperativo para a superação das lutas partidárias, colocada tal pacificação como um objetivo a alcançar. Malgrado este desiderato, torna-se evidente o paradoxo: enquanto setores do conservadorismo, e Schmitt inclusive, apontavam para o conceito de unidade (*Einheit*), a obter por meio desta a pacificação, por outro, os mesmos atores, entre teóricos e políticos, dignificavam o enfrentamento físico, glorificavam a guerra, todos eles entendidos como elementos regeneradores da vida.¹⁸⁰³

A configuração antiliberal, antidemocrática e antiparlamentar presente em Schmitt também é observável em outras figuras proeminentes da elite nacional-socialista. Ainda no ano de 1928, por exemplo, Goebbels havia dito com clareza singular quais eram os propósitos do partido nacional-socialista, ao aceitar o jogo

¹⁸⁰¹ Apenas como exemplo destas frentes de batalha, podemos citar uma das eleitas por Schmitt, qual seja, o ataque às duas partes da Constituição de Weimar.

¹⁸⁰² O conceito de nação aparece no pensamento conservador revolucionário como mais um ponto de apoio de seus argumentos, que remetem à existência de um “[...] corpo místico, resultado da união do monarca e seu povo [...]” (cf. GARCÍA, 2010, p. 446). Este conceito de união, ou unificação, permite uma aproximação analógica com o conceito de unidade na filosofia política de Schmitt.

¹⁸⁰³ No caso de Schmitt veremos no próximo capítulo que este é um elemento constituinte do político.

democrático-parlamentar: “We are entering the Reichstag in order to arm ourselves in the arsenal of democracy with its own weapons” (*apud* BRACHER, 1970, p. 116).¹⁸⁰⁴ A ideia central era a de que os instrumentos do sistema eram adequados para subvertê-los aos propósitos totalitários que pretendiam implementar à vida alemã. Goebbels não apenas se manteve restrito a este trecho de seu discurso, o que ainda poderia fazer supor erroneamente que, em alguma forma e grau, aderiu aos princípios do jogo democrático consoante as regras constitucionais weimarianas. Contudo, Goebbels complementaria a ideia inicial, ao sustentar a respeito da participação no jogo parlamentar-democrático que

We shall become deputies in the Reichstag in order to paralyse the Weimar mentality with its own support. If democracy is stupid enough to give us free food and tickets to perform this service, that is its own affair... We come as enemies! We come as the Wolf [...] . (*apud* BRACHER, 1970, p. 116).¹⁸⁰⁵

Goebbels deixaria absolutamente nítido os reais propósitos do nacional-socialismo em sua intervenção como partido no Parlamento: era a estratégia de minar os seus alicerces desde dentro que estava sendo adotada. O recuo ante os métodos violentos não era mais do que uma estratégia para impor-se a um regime que soçobrava¹⁸⁰⁶ e que lhe permitia a leitura de que, com certa facilidade, poderia realizar a sua implosão desde dentro. Esta foi uma das interpretações da debilidade da *Weimarer*

¹⁸⁰⁴ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “Entramos no Reichstag para nos armar com as próprias armas do arsenal democrático”.

¹⁸⁰⁵ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “Nós devemos tornar-nos representantes no Reichstag para paralisar a mentalidade weimariana com os seus próprios pontos de sustentação. Se a democracia é suficientemente tola para dar-nos comida grátis e tíquetes para desempenhar este trabalho, isto é assunto deles... Nós viemos como inimigos! Nós viemos como o lobo [...]”.

¹⁸⁰⁶ Interessante é a nota de Klemperer acerca do processo de intensificação da agressividade da linguagem do nacional-socialismo na medida em que a derrota se configurava como inevitável. Diz o autor: “Quanto mais tenebrosa ficou a situação, tanto mais se falava em fanatischen Glauben an dem Endsieg [fé fanática na vitória final], no Führer, no povo ou no fanatismo do povo, como se a virtude da fé fosse essencialmente alemã”. (KLEMPERER, 2009, p. 115).

Verfassung, um dos motivos pelos quais, aliado à própria resistência cultural alemã aos processos revolucionários desconsideradores da legalidade (cf. BRACHER, 1995a, p. 260),¹⁸⁰⁷ terminaram por aconselhar a prática daquilo que se convencionou denominar de revolução legal.¹⁸⁰⁸

Perante a propalada ineficiência das instituições parlamentares, o nacional-socialismo hitleriano sugeria questionar qual seria a melhor estratégia para o Parlamento. Basicamente duas eram as principais hipóteses. A primeira delas, proceder a uma luta para corroê-lo desde dentro e, uma segunda, de combatê-lo desde fora, em ataque direto, o que supunha o uso da violência (cf. HITLER, 2004, p. 34). Embora Schmitt não enfoque o tema tão diretamente quanto nestes termos o faz Hitler logo acima, a sua abordagem proclive ao ocaso da vida parlamentar não é menos clara do que aparece neste texto de Hitler (ver SCHMITT, 1996a). Não obstante a estratégia, o ponto de convergência fundamental entre ambos reside precisamente em que o Parlamento era identificado como um inimigo comum na luta pela ascensão ao poder e domínio do Estado, algo que é ter claro para melhor angular a possível aproximação entre a vertente totalitária do pensamento político daquele período e os rumos da filosofia política schmittiana.

¹⁸⁰⁷ O conceito de legalidade liberal burguesa, bastião contra a invasão dos detratores das liberdades e dos direitos adquiridos, é um dos traços amplamente explorados, dentre outros, por Schmitt, especialmente no que concerne aos seus ataques ao liberalismo, por ele percebido como de claros antecedentes iluministas e burgueses, movimento crítico este também presente em Spengler (cf. SPENGLER, 2009b, p. 506). Ainda mais, como reconhece Jünger, mesmo a figura do poder dentro do mundo do trabalho não pode ser outra coisa além do que “[...] una representación de la figura del trabajador” (JÜNGER, 1993a, p. 75), aspecto no qual reside a sua força legitimatória (cf. *Ib.*). Ao trecho anteriormente citado sugerimos a seguinte tradução: “[...] uma representação da figura do trabalhador”.

¹⁸⁰⁸ Hitler e os seus companheiros de viagem utilizariam estratégias diversos, jogos políticos ocultos e passagens subterrâneas para tangenciar o caminho da violência malsinada no *Putsch* de München. Um destes ardis políticos sugerimos com Faye, embora com um grau a menos de certeza, de que pode ter sido urdido nos últimos tempos da República por intermédio de Papen-Schmitt (cf. FAYE, 2010, p. 137).

A estratégia de desconstituir o regime a partir de movimentos internos a ele próprio não era exatamente algo novo. O próprio Schmitt já havia percebido este movimento realizado pela burguesia em sua oposição ao regime monárquico quando pretendia manipular o Parlamento para causar a paralisia nas atividades da monarquia: “Ihr liberalen Konstitutionalismus versucht, den König durch das Parlament zu paralysieren, ihn aber doch auf dem Thron zu lassen [...]” (SCHMITT, 1996e, p. 64).¹⁸⁰⁹ As novas estratégias de bloqueio ao Parlamento em Weimar pelas forças nacionalistas e conservadoras não distavam muito desta utilizada pela burguesia contra a monarquia citada por Schmitt.

O ataque nacional-socialista ao Parlamento devia apresentar-se tais como fossem lobos sedentos, propusera Goebbels, valendo-se para isto da estratégia antes utilizada pela burguesia e truncando os meios e instrumentos democráticos de que se valia o regime weimariano. No mesmo sentido, acrescentaria Spengler que, ao deparar-se com o conceito de luta de classes proveniente do socialismo, prévios ajustes, isto ajudaria o inimigo a forjar as armas, e encontrar-se-ia disposto à capitulação política (*cf.* SPENGLER, 1941, p. 111). Parte da estratégia anunciada por Goebbels, portanto, e de certa forma reiterada por Spengler, residia no aprofundamento da crise parlamentar, tanto quanto o socialismo apostava no recrudescimento das condições (e contradições) internas do capitalismo.

¹⁸⁰⁹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “Seu constitucionalismo liberal tenta paralisar o rei por meio do Parlamento mas, entretanto, quer deixá-lo no trono [...]”.

Esta leitura da aposta pelas condições de declínio das condições gerais da ambiência política confirma a descrença no potencial das negociações político-parlamentares e do conceito de livre discussão, que lhe habita a essência e se confunde com a sua própria razão de ser (*cf.* SCHMITT, 2010a, p. 43). Ao contrário, aqui encontramos a reafirmação da ideia schmittiana de que o Parlamento é apenas o lugar em que a política efetivamente decaiu, ou seja, onde “[...] aber noch schlimmer [...] die Politik, weit davon entfernt, die Angelegenheit einer Elite zu sein, zu dem ziemlich verachteten Geschäft einer ziemlich verachteten Klasse von Menschen geworden ist”. (SCHMITT, 2010a, p. 8).¹⁸¹⁰

A atenta leitura de Flickinger alerta para que, à época, o parlamentarismo teria perdido tanto o fundamento como a credibilidade pública (*cf.* FLICKINGER, 1992, p. 12) e, portanto, a estratégia de buscar sua implosão a partir de suas estruturas fazia sentido, mesmo porque era aquela uma república sem republicanos. Incrédulos estavam os cidadãos perante o espetáculo de ineficiência e dos compromissos intrapartidários assumidos com exclusão da percepção pública, bem como de efeitos bloqueadores eficazes das sucessivas crises cada vez mais graves. Esta crítica sustenta que os tipos de compromissos assumidos pela classe política a distanciavam dos propósitos dos

¹⁸¹⁰ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] mas o que é ainda pior [...] a política, longe de ser a ocupação de uma elite, isto sim, tornou-se uma desprezível negociata de um também desprezível tipo de gente”.

indivíduos,¹⁸¹¹ assim como da pretextual ação política iluminada direcionada aos interesses de um coletivo, que em sua consecução, que deveria encontrar-se em situação de submeter perfeitamente aos indivíduos que lhe compusessem. As necessidades coletivas encontravam-se distantes do resultado das ações empregadas pela classe política, cujas iniciativas não logravam voltar-se à solução dos problemas cotidianos de grande monta, parte deles já postos há tempos pela paz de Versalhes e que, posteriormente, seriam apenas agravados até a derradeira data de 1929.

Neste cenário Schmitt encontrava o momento para sinteticamente questionar sobre “[...] quem ainda acredita no Parlamento como a grande ‘tribuna’?” (SCHMITT, 1996a, p. 9), afinal, seus deputados mostravam-se independentes de seus votantes tanto quanto de seus partidos (*cf.* SCHMITT, 1990a, p. 6), e o próprio Parlamento era um representante independente (*cf.* SCHMITT, 1992b, p. 217). De qualquer forma, naquele momento havia toda uma cultura nacionalista da qual participavam, por exemplo, homens de esquerda como Ernst Niekisch¹⁸¹² – de qualquer sorte inconciliável com Schmitt¹⁸¹³ – que encontravam-se

¹⁸¹¹ As críticas de Schmitt supunham a baixa estatura dos adjetivos com que era possível classificar a classe política do período. Segundo o autor, o Parlamento já não dispunha de meios para selecionar os líderes políticos e, por conseguinte, dispor de uma elite política apreciável (*cf.* SCHMITT, 1990, p. 6).

¹⁸¹² Comenta Faye acerca das péssimas condições em que o autor encontrava-se em meados da década de 60, tanto financeiras quanto físicas, ainda vivendo em Berlin Ocidental mas sobrevivendo com pensão do Estado alemão oriental. Para mais detalhes, ver *cf.* FAYE, (2009a, p. 133-135).

¹⁸¹³ Ernst Niekisch (1889-1967) alinhava-se entre os pensadores de uma esquerda bolchevista tendentes a uma visão nacionalista. Sob esta ótica, soa claro qualquer proximidade intelectual sua com Schmitt não tardaria em encontrar seu desfecho. Manteve contatos com Ernst Jünger, a quem reconheceu o trabalho em artigos na *Die Arbeiter*. Sua proximidade com Jünger levou a que este o apresentasse a Schmitt.

[...] fascinados por determinados aspectos de la revolución rusa, descubriendo en el 'sistema de consejos' el modelo de un orden corporativo del productor en lugar del clásico parlamentarismo; según ellos, de la posición de Alemania entre el Este y el Oeste habría de derivarse, mediante una decisiva orientalización, una gran potencia liberada de las cadenas de Versalles. (BRACHER, 1995a, p. 195).¹⁸¹⁴

A demolidora crítica schmittiana às instituições parlamentares ganhava apoios em um contexto de desconcerto, revoltas e crises acompanhadas pela humilhação com que era percebido o Tratado de Versalhes por parte da população. A classe política que o havia firmado e dado origem à República eram a grande responsável pelo desacerto e, por conseguinte, as críticas eram facilmente recepcionadas. Parte das razões para a instabilidade política alemã, portanto, possuía toda uma forte tradição nacionalista a reforçar-lhe publicamente. Assim, a crítica schmittiana ao parlamentarismo podia adquirir uma projeção que alcançava as estruturas político-constitucionais de Weimar por intermédio destes ataques às instituições democráticas, assim como também importantes para esta configuração resultava o desenho jurídico sugerido para a interpretação ampliada dos poderes do *Reichspräsident*. Este modelo schmittiano

Também defensor de tendências políticas totalitárias, isto lhe permitiu maior fluidez nos contatos com setores conservadores, como Jünger e Schmitt, contudo, não a ponto de prestar apoio ao regime nacional-socialista. Um aspecto bastante destacado desta proximidade entre a esquerda e a direita weimariana encontra-se na ojeriza às estruturas de mercado. O repúdio ao mundo das finanças encontrava-se configurado tanto na burguesia como nos judeus, acusados de manipular o mundo das finanças em atividades distanciadas da produção, momento no qual volta o conservadorismo revolucionário a ver confirmados os valores do campesinato. A crítica à democracia encontra sua conexão com o tema judeu precisamente em Hitler, para quem a raça judia estava por trás de um projeto político oculto, a democracia-parlamentar, a rigor, genuíno instrumento para a dominação judia (cf. HITLER, 2007, p. 15). O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] fascinados por determinados aspectos da revolução russa, descobrindo no “sistema de conselhos” o modo de uma ordem corporativa do produtor no lugar do clássico parlamentarismo; segundo eles, a posição da Alemanha entre o Este e o Oeste teria de derivar-se, mediante uma decisiva ocidentalização, uma grande potência liberada das cadeias de Versalhes”.

apontava claramente para um processo de unificação do poder, procurando inverter o movimento histórico da evolução político-institucional britânica (de reformas lentas até deslocar o eixo de gravitação do poder do monarca ao Parlamento) e da experiência francesa (revolucionária), trazendo o poder ao soberano povo por meio da contestada figura do *législateur* (cf. SCHMITT, 1971, p. 4). Neste sentido, podemos reforçar a ideia de que a crítica parlamentar schmittiana não é, de fato, desinteressada mas, antes, contamina ainda mais uma ambiência democrático-republicana weimariana já bastante deteriorada cujo desfecho histórico é conhecido.

Neste capítulo IX exploramos as conexões entre a crítica schmittiana a instituições parlamentares weimarianas e o seu aprofundamento por meio das vias totalitárias do nacional-socialismo proponente de vias extraparlamentares avessas aos projetos liberais e democráticos. Esta tentativa de aproximação lançou mão da literatura conservadora revolucionária e da direita radical alemã do período, o que nos aproximou da teoria totalitária do nacional-socialismo e dos textos hitlerianos.

Momento seguinte de nosso trabalho, no capítulo X, *Soberania e decisão: a normalização da ditadura, como regra, não como exceção*, passaremos a examinar algo mais do que a estruturação da argumentação teórica segundo a qual Schmitt tornou possível a compatibilização conceitual de democracia e ditadura em Schmitt mas, isto sim, ainda focalizar quais foram as consequências desta compatibilização. Isto sim, é certo, este movimento de Schmitt causaria profundo impacto sobre o próprio conceito

de democracia mas também sobre a concepção do político que Schmitt desenvolveria anos depois, já na segunda metade dos anos 20. Ainda no próximo capítulo X é a abordagem das conexões entre os conceitos de soberania e decisão à luz do conceito de ditadura, e como estes impactam na conformação de um Estado totalitário a partir dos compromissos assumidos por Schmitt em seu trabalho intelectual.

CAPÍTULO X

SOBERANIA E DECISÃO: A NORMALIZAÇÃO DA DITADURA, COMO REGRA, NÃO COMO EXCEÇÃO

10.1. DEMOCRACIA COMO DITADURA, DITADURA COMO VIRTUDE DO POLÍTICO

Os capítulos anteriores propuseram e cumpriram alguns objetivos analítico-hermenêuticos relativos à forma de inserção dos conceitos de liberalismo, democracia e parlamentarismo na cultura weimariana. Em especial, foi analisada a oposição entre os valores republicanos e o movimento conservador revolucionário, aqui retomados por meio de Spengler e Jünger, contexto no qual restaram claros os incisivos ataques sofridos pela cultura da República de Weimar e que colaboraram para a ascensão do III Reich.

Tendo percorrido caminhos conceituais indispensáveis à luz do conservadorismo revolucionário e dos movimentos totalitários nos capítulos anteriores, neste capítulo X objetivamos desenvolver a aproximação conceitual entre soberania e decisão. Com isto, projetamos encontrar a possibilidade de realizar uma melhor compreensão de como pode a ditadura ser entendida no roteiro filosófico-político schmittiano como regra antes do que meramente aplicável a períodos de exceção, muito embora este seja o seu ponto de partida em parte retomado de Donoso Cortés.

Esta prévia atenção permitirá que, a partir deste capítulo X, realizemos uma aproximação ao desenvolvimento de aspectos até agora não abordados destes conceitos e que, especificamente, sugerimos tornar compatíveis os conceitos de democracia, ditadura¹⁸¹⁵ e o político em Schmitt, a partir de sua indispensável leitura conservadora

¹⁸¹⁵ Aquilo que aqui nos importa é delimitar o campo conceitual de nossa atuação nestas linhas. Conforme proposto no capítulo I, entendemos o conceito de totalitarismo como uma derivação da acepção arendtiana que nos permite entender o nacional-socialismo como uma de suas espécies. Neste capítulo nos ocuparemos também da tentativa de aproximar historicamente o conceito de ditadura aplicável à Alemanha nacional-socialista desde o seu referencial conceitual schmittiano. A sustentar a ideia de

de fundo. Cabe lembrar também que, já mesmo no início dos anos 20, tais conceitos serviriam de fonte inspiradora para teóricos de esquerda marxista como Adler (*cf.* ANANIADIS, 1999, p. 121-122), autor que reputava encontrar em Schmitt uma contribuição teórica marcada por uma “[...] extremely lucid analysis”. (*apud* ANANIADIS, 1999, p. 123).

Especificamente quanto à democracia, há a referência de Bryce, que reputamos interessante para dar início a estas linhas. Entende Bryce que a democracia pode ser entendida como exercício de uma comunidade¹⁸¹⁶ mas não como atividade de classes em particular, ou seja, de que a democracia haverá de ser entendida em seu contexto. A realização de tal movimento sugeriria a desvinculação da ideia de universalização do direito de participação popular que as democracias apresentam como virtudes.

A ideia reitora da democracia nos termos de Bryce é igualmente oposta à proposta de Schmitt. Trata-se, neste último caso, de que as democracias haverão de contemplar a outorga de poder político nas situações de emergência nos termos em que a vontade popular o determinar,¹⁸¹⁷ seja qual for o mecanismo que encontre para tal (*cf.*

ditadura como conceito aplicável a Alemanha, ver KERSHAW, (2006, 2000). Para a análise de comentarista que igualmente apoia a ideia da ditadura como um conceito operativo na realidade germana, ver AGAMBEN, (2004). A tentativa de aproximação desta descrição ditatorial germana é uma das tarefas que este texto terminará por desempenhar ao analisar o próprio conceito de ditadura presente em Schmitt. Para uma caracterização geral do conceito de ditadura em sua dimensão política, alguns pontos ressaltados por Friedrich e Brzezinski resultam igualmente úteis para expor as linhas teóricas que serão seguidas neste texto ao referir-se a ditadura: a) possuidora de uma ideologia oficial abrangente de todos os aspectos da vida humana; b) um único partido gestor de toda a ideologia do partido, conduzida por um só homem, a quem intitularíamos ditador, e que a ninguém responde; c) aplicação de um severo controle policial e de armas para a aplicação de suas políticas tanto quanto para controle de seus subordinados e toda a cadeia hierárquica; d) controle total da economia; e) aplicação sem hesitação de todos os meios disponíveis para a manutenção do poder (*cf.* FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 19).

¹⁸¹⁶ Sobre o papel do conceito de comunidade no conjunto da ideologia nacional-socialista, ver DÍAZ, (1991, p. 70-82).

¹⁸¹⁷ Interessa sublinhar que Schmitt deixa absolutamente claro neste trecho que o parlamento nada podia em vista desta expressão inequívoca do querer popular. Dizia: “Contra esta voluntad, una institución de

SCHMITT, 1990, p. 20), pois esta será a forma de garantir a sobrevivência do Estado. Para Bryce a “[...] democracia es aquella forma de gobierno en la que el poder supremo del Estado está legalmente otorgado no a una clase particular o clases, sino a todos los miembros de la comunidad en general” (*apud* CERRO, 1958, p.177).¹⁸¹⁸ Uma tal aproximação conceitual não pertence, e nem sequer aproxima-se, ao que possamos aqui qualificar como sendo o âmbito do universo filosófico-político schmittiano¹⁸¹⁹ bem como sobre direitos fundamentais.¹⁸²⁰ Esta é uma aproximação negativa no âmbito

diputados independientes, basada en la discusión, no halla ninguna justificación de su existencia [...]”. (SCHMITT, 1990, p. 20). Ao trecho anterior sugerimos a seguinte tradução: “Contra esta vontade, uma instituição de deputados independentes, baseada na discussão, não acha nenhuma justificação de sua existência [...]”.

¹⁸¹⁸ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] democracia é aquela forma de governo na qual o poder supremo do Estado está legalmente outorgado não a uma classe ou algumas classes particulares mas, isto sim, a todos os membros da comunidade em geral”.

¹⁸¹⁹ Esta é uma ideia francamente oposta à mera redução do direito a grupos específicos ou identificados com uma ideologia dominante, como assinalaria Schmitt em seu momento. *Ruhe und Ordnung* (direito e ordem) não era precisamente a ideia presente na filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana para pensar o seu modelo de Estado. Interessa sublinhar que Schmitt deixa absolutamente claro neste trecho que o parlamento nada podia em vista desta expressão inequívoca do querer popular. A ideia de que a discussão não se justificava (*cf.* SCHMITT, 1990, p. 20), alinhavada logo acima sobre a democracia, mostra-se francamente oposta à mera redução do direito a grupos específicos ou ainda identificados com uma ideologia dominante, tal como assinalaria Schmitt em seu momento. O texto acima comporta a seguinte tradução: “Contra esta vontade, uma instituição de deputados independentes, baseada na discussão, não encontra nenhuma justificação de sua existência [...]”.

¹⁸²⁰ Expressiva sobre esta posição antagônica de Schmitt aos direitos fundamentais é a sua argumentação contrária às previsões da Constituição de Weimar a este respeito, assim como de boa parte da direita conservadora daquele período. Dentre a extensa bibliografia a respeito, ver BERCOVICI, (2003, p. 14-24). Como bem destaca Bercovici, a oposição em torno aos direitos fundamentais encontrava dois grupos. Para os seus defensores, os direitos fundamentais eram uma parte indissociável da essência da Constituição de Weimar. Por outro lado, para os seus opositores, aqueles eram direitos em absoluto alheios às tradições germânicas e, isto sim, apenas resquícios de uma cultura burguesa liberal que havia penetrado (*cf.* BERCOVICI, 2003, p. 17), e pervertido, as melhores tradições germânicas e, portanto, algo cuja purificação da cultura alemã reclamava ser eliminado. Neste aspecto podemos evidentemente perceber um viés conservador revolucionário de matiz nacional-socialista a reclamar os valores do *volk* germano. Na afinada leitura de Bercovici fica claro qual era o objeto de proteção da Constituição de

conceitual da democracia, que deverá surtir bons efeitos práticos para o desenrolar da argumentação deste capítulo.

Em Schmitt, como viemos examinando nos capítulos anteriores, a democracia moderna aparece como um regime imposto pela burguesia, nada mais do que como uma mera “[...] plutocracia demagógica” (SCHMITT, 2001i, p. 68) com a qual, desde logo, não haveria de compartilhar os princípios. Schmitt proporá uma concepção da democracia bastante distanciada desta democracia moderna burguesa e este é um dos aspectos que parecem-nos extremamente convergentes com as referências conceituais a serem examinadas neste capítulo X. A concepção democrática está habitada na essência pelo conceito de amigo-inimigo do conceito político de Schmitt. Este é um movimento que remete à teoria da evolução estatal do século XVIII ao XIX. Ela tem lugar segundo a presença de um Estado liberal e neutro¹⁸²¹ para um novo modelo que visa substituí-lo por um Estado com perfil denodadamente interventor.

Este perfil permite-nos ler um Schmitt que endereça seus esforços teórico-jurídicos rumo a um Estado totalitário (cf. SCHEUERMAN, 1997c, p. 38; ver SCHMITT, 2001j, p. 76), interpretação também apoiada na leitura crítica do constitucionalismo

Weimar para Schmitt, a saber, as instituições mais tradicionais e conservadoras em detrimento dos direitos fundamentais (cf. BERCOVICI, 2003, p. 20), ou seja, que “[...] Schmitt busca preservar as instituições políticas e sociais tradicionais e mais conservadoras da Alemanha, subvertendo a lógica dos direitos fundamentais” (BERCOVICI, 2003, p. 20). Ainda a respeito do tema dos direitos fundamentais em Weimar, ver CALDWELL, (1997).

¹⁸²¹ A este respeito nos dava notícia Sérgio Buarque de Holanda em artigo datado de 1935, escrito na capital alemã. Atento à repercussão das novidades editoriais, Holanda chamava a atenção para *O conceito do político* de Schmitt. Na obra, ademais de destacar o resumo do político na oposição amigo-inimigo, Holanda também chamava a atenção para o fato de que o sistema liberal ou pluralista do Estado vislumbrava uma estrutura de Estado que “[...] tende a ser um mero servidor da sociedade neutra, ou uma nova espécie de sociedade. Não admira, pois, que do liberalismo tenham nascido todas as teorias negadoras do Estado; para um liberal consequente só existe no fundo uma realidade, que é o indivíduo [...]”. (HOLANDA, 1989, p. 300).

schmittiano realizada por Richard Thoma¹⁸²² mas também, embora não expressamente, também esta classificação em uma tipologia totalitária tampouco encontra resistência entre os seus defensores como Schwab.¹⁸²³

Estas primeiras linhas reapresentam pressuposto teórico que subjaz ao tema deste capítulo, a saber, a compatibilização conceitual de democracia e ditadura,¹⁸²⁴

¹⁸²² Thoma não se ocupa diretamente da relação entre Schmitt e o totalitarismo. Sem embargo, uma possível conexão entre ambos e também da realidade da posição de Schmitt relativamente a Constituição de Weimar, pode ser encontrada na leitura realizada por Thoma do primeiro artigo da Constituição de Weimar, segundo a qual a Alemanha era uma República. Thoma propõe a interpretação de que uma República conforme colocada na Constituição de Weimar, implicava “[...] the negation of all power of domination by a single person, be it a hereditary monarch or a monarch irremovable for life, conveyed by vote or by co-optation. [...] The positive and original sense of the world conceives of the state as a res publica, as a commonwealth, in which all citizens participate [...]” (THOMA, 2000, p. 157). Destas linhas, interessa-nos profundamente a interpretação de que Schmitt não poderia ser qualificado como um republicano nestes termos propostos por Thomas. Schmitt não poder cumprir com as equivalências teóricas sugeridas por Thoma como indispensáveis ao conceito de República, dentre as quais a participação política cidadã. Em suma, Schmitt não pode ser entendido como um defensor destes elementos essenciais da Constituição de Weimar senão, antes, um seu acirrado opositor, conceitual e militante. Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] a negação de todo poder de dominação por uma única pessoa, que seria uma monarquia hereditária ou uma monarquia irremovível de por vida, conduzida pelo voto e por cooptação. [...] O positivo e original sendo do mundo concebe o Estado como uma res publica, como uma commonwealth, na qual todos os cidadãos participam [...]”. Ao trecho anterior sugerimos a seguinte tradução: “[...] a negação de todo poder de dominação por uma única pessoa, que seria uma monarquia hereditária ou uma monarquia irremovível por vida, conduzida pelo voto e por cooptação. [...] O positivo e original sendo do mundo concebe o Estado como uma *res publica*, como uma *commonwealth*, na qual todos os cidadãos participam [...]”.

¹⁸²³ Schwab reconhece em diversos momentos de sua clássica obra de retomada de Schmitt que o autor se mostra proclive por um Estado descritível como forte, mas, de qualquer forma, declaradamente um tipo de Estado totalitário, quando o autor reconhece que “[...] Schmitt’s option for an authoritarian or qualitative total state applied to Germany only” (SCHWAB, 1989, p. 148-149). Em outro trecho o autor reforça a ideia afirmando que “[...] Schmitt also opted for an authoritarian state” (SCHWAB, 1989, p. 145). Aos trechos anteriores sugerimos as seguintes traduções: (a) “[...] a opção de Schmitt por um Estado autoritário ou por um qualitativo Estado total aplicável apenas a Alemanha”; (b) “[...] Schmitt também optou por um Estado autoritário”.

¹⁸²⁴ Neste trabalho iremos nos ocupar do conceito de ditadura em Schmitt a partir de seu texto de 1921, *Die Diktatur*, sem acrescentar aquela que é tida como a sua primeira abordagem do tema, presente em seu artigo *Diktatur und Belagerungszustand*, datado de 1916 (cf. SÁ, 2006, p. 108), texto no qual o autor

sendo esta última posteriormente compatibilizada com o conceito de totalitarismo (cf. ARENDT, 1974, p. 512), tomando para tal interpretação uma tradição conservadora assentada em De Maistre e Donoso Cortés (cf. SPEKTOROWSKI, 2002, p. 283). Em Schmitt isto causaria profundo impacto sobre o próprio conceito de democracia, mas também sobre a concepção do político que o autor desenvolveria anos depois, já na segunda metade dos anos 20. Segundo sua inspiração conservador-donosiana, Schmitt recorda que 1848 havia sido o ano-marco, verdadeiramente crítico, da democracia e da ditadura por força de que “Beides stand im Gegensatz zum bürgerlichen Liberalismus des parlamentarischen Denkens” (SCHMITT, 2006d, p. 64).¹⁸²⁵ Na verdade, quem se opõe à democracia é o liberalismo, não a ditadura.

A partir desta diferenciação encaminhávamos, no capítulo anterior, a compatibilização da democracia com a ditadura. Sugeríamos que o movimento do autor tem a nos dizer seriamente que a concepção de organização política com a qual trabalha é a de um viés esposado em definitivo, classificável como uma ditadura soberana. Não se trata, portanto, de utilizar a ditadura como um mero instrumento eventual, do qual lançar mão em momentos de crise (ditadura comissária), dualidade conceitual que aparece em sua *Die Diktatur*, em que lança mão do método histórico-comparativo para a sua análise (cf. BOCCHINI, 2008, p. 6),¹⁸²⁶ mas que, ao fim e ao cabo, revelam-se como distintos não em sua natureza, mas em grau (cf. AGAMBEN, 2004, p. 21).

demarca os primeiros limites do que viria a ser o tom de sua *Die Diktatur*, ou seja, a ocorrência de uma situação cuja urgência reclame a suspensão do direito.

¹⁸²⁵ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Ambos estavam em oposição ao liberalismo burguês que se encontrava no pensamento parlamentarista”.

¹⁸²⁶ De certa forma Schmitt pode ser aproximado à tradição histórica germana, especificamente ao método histórico-crítico, então compatibilizado com o formalismo jurídico dominante (cf. BOCCHINI, 2008, p. 6). Schmitt articulará o seu trabalho em torno de uma minuciosa pesquisa histórica, notadamente com a tradição política e jurídica romana, para realizar o objeto de estudo de seu livro.

Conforme nos alertara Bignotto, a insistência de Schmitt em seus livros *Die Diktatur*, (1921) e *Politische Theologie*, (1922), trabalhos sequenciais em que deveria ter lugar a mais clara distinção entre ditadura comissarial e ditadura soberana por intermédio de sua contraposição (*Gegensatz*) (cf. SCHMITT, 2006d, p. 3). Para este momento, Bignotto sugere que Schmitt “[...] cria as condições para fazer do conceito de soberania o núcleo de suas considerações sobre a relação entre política e direito [...]” (BIGNOTTO, 2008, p. 403). Estas considerações, entretanto, seriam realizadas por Schmitt a partir de suas elaborações da soberania, mostrando-se o autor fortemente devedor dos termos em que o conceito havia sido pensado por Bodin¹⁸²⁷ e por Hobbes a partir de suas referências sobre o decisionismo (cf. SCHWAB, 1989, p. 45, 47)¹⁸²⁸

O decisionismo aparece claramente em Schmitt tanto em sua *Diktatur* (1921), quanto em seu texto *Politische Theologie* publicado em 1922, marcando o terreno da

¹⁸²⁷ Não é o propósito específico deste trabalho descer às minúcias do texto de Bodin sobre o tema mas, ao menos, fazer a referência de que, erudito, Schmitt não apenas não desconhece o texto fundador de Bodin sobre o conceito de soberania como o recepciona naquilo que de mais hermético possui em sua função centralizadora do poder soberano, definido em termos perpétuos ademais de absoluto (cf. BODIN, 1992, p. 47). Para Bodin, como igualmente apareceria nas linhas schmittianas sobre o tema, aquele que exerce o poder soberano não pode fazê-lo por delegação (cf. BODIN, 1992, p. 48) e nem com limitações a este poder, senão que “[...] la soberanía no es limitada, ni en poder, ni en responsabilidad, ni en tiempo” (BODIN, 1992, p. 49). Bodin afirma que ao príncipe soberano não lhe será obrigado prestar contas senão à divindade (cf. BODIN, 1992, p. 49), reconhecendo que mesmo o tirano que da força extrema se vale é também ele um soberano (cf. BODIN, 1992, p. 50), aspecto no qual não é perceptível divergência de fundo em sua recepção schmittiana. Ao trecho anterior sugerimos a seguinte tradução: “[...] a soberania não é limitada, nem o poder, nem em responsabilidade, nem em tempo”.

¹⁸²⁸ Schwab todavia chama a atenção para que Schmitt mantém dívida com o conceito de soberania de Bodin quanto a sua compreensão como (a) “[...] highest, indivisible and absolute” (SCHWAB, 1989, p. 59) mas que, por outro lado, mantém diferenças por força de que recepciona Hobbes, com o qual também mantém pontos de distanciamento, dentre os quais a ideia hobbesiana de que (b) “[...] does not conceive the state to be a sphere of objective reason entirely” (SCHWAB, 1989, p. 59). Aos trechos acima sugerimos as seguintes livres traduções: (a) “[...] mais alto, indivisível e absoluto”; (b) “[...] não concebe que o Estado seja inteiramente a esfera da razão objetiva”.

atuação do soberano¹⁸²⁹ como órgão decisor do Estado de exceção que aparece na figura do ditador. Em ambos os livros supracitados Schmitt ocupa-se do tema da ditadura de forma conexa procurando construir uma teoria do Estado de exceção (*cf.* AGAMBEN, 2004, p. 53), ressaltando que este encontra-se inscrito no âmbito do direito (*cf.* AGAMBEN, 2004, p. 57). Embora radicando como caso clássico do pensamento decisionista a Hobbes (*cf.* SCHMITT, 1996c, p. 29), filósofo no qual se encontra a estrutura lógica do decisionismo de forma evidente (*cf.* SCHMITT, 1996c, p. 31), e, embora também possa Hobbes encontrar inserção na tradição positivista, o decisionismo schmittiano representa toda uma resposta ao problema da fundamentação do direito e do político. Hobbes é reputado como o máximo representante do tipo decisionista (*cf.* SCHMITT, 1996c, p. 31).

Na leitura schmittiana do decisionismo encontramos a noção do pensamento que coloca a ordem e a segurança estatal em substituição à desordem e ao caos, em suma, que “[...] la decisión soberana es una dictadura estatal que crea la ley y el orden en y sobre la inseguridad anárquica de un estado de naturaleza preestatal e infraestatal” (SCHMITT, 1996c, p. 31).¹⁸³⁰ Não resta claro, sem embargo, é que a ação estatal que individualiza, persegue e elimina os inimigos não sejam, elas próprias, ações que configurem uma outra versão, não clássica, capazes de implementar o caos e aprofundar a anarquia de um regime totalitário baseado no cesarismo.

A opção de Schmitt é contrária ao normativismo de corte kelseniano que estrutura a validade das normas em uma cadeia delas e encontra neste regresso

¹⁸²⁹ Para uma análise do paralelo entre o conceito de soberano em Benjamin e o utilizado por Schmitt como condutor da história, ver BENJAMIN, (2000a). Alguns comentários precisos sobre esta aproximação a partir do ponto de vista filosófico-político podem ser encontrados em ROMANO, (1990, p. 157-158).

¹⁸³⁰ Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] a decisão soberana é uma ditadura estatal que cria a lei e a ordem em e sobre a insegurança anárquica de um estado de natureza pré-estatal e infra-estatal”.

validatório uma norma última e fundamental, a *Grundnorm*. Para Schmitt a validade do ordenamento jurídico não poderia repousar senão em uma decisão, a qual deveria, por definição, ser incondicionada. Assim, enquanto para Kelsen uma norma remete a outra e todo o ordenamento a uma hipótese última,¹⁸³¹ para Schmitt, a vontade soberana é mesmo o fundamento que empresta validade ao ordenamento. O *Politische Theologie* é, portanto, livro que apresenta a necessidade de uma resposta schmittiana ao positivismo normativista de Kelsen¹⁸³² em que o autor atribui a decisão política à precedência ao mundo normativo do direito,¹⁸³³ o qual da decisão toda validade extrairá.¹⁸³⁴ É neste sentido que, já avançado o ano de 1934 em sua *Über die drei Arten des rechtswissenschaftlichen Denkens*, Schmitt apontaria em sua descrição do decisionismo que:

¹⁸³¹ Nisto encontramos uma das características do normativismo que, segundo Schmitt em seu *Über die drei Arten des rechtswissenschaftlichen Denkens*, de original publicação em 1934, permite-lhe reclamar a impessoalidade e a objetividade perante a tradição decisionista, a optar pelo governo das leis e não dos homens (cf. SCHMITT, 1996c, p. 12-13).

¹⁸³² A crítica de Schmitt ao positivismo kelseniano tem em sua base a identificação deste com o direito, reconhecendo a norma tão somente com aquilo que seja direito (cf. SCHMITT, 1996c, p. 33).

¹⁸³³ Em seu estudo sobre o texto schmittiano *Über die drei Arten des rechtswissenschaftlichen Denkens*, Herrero argumenta que a decisão absoluta pensada pelos decisionistas possui, em sua origem, a norma designada por Schmitt como proveniente do nada, a saber, que não lhe precede alguma norma que lhe apoia e valida, senão que, mais certamente, há apenas uma situação concreta sobre a qual a decisão é tomada (cf. HERRERO, 1996b, p. XXXI). O momento prévio a decisão está marcado pelo “[...] caótico estado de natureza hobbesiano, un estado de infelicidad, desorden e inseguridad, de lucha de todos contra todos. La decisión es el absoluto comienzo” (HERRERO, 1996b, p. XXXI). Ao trecho anterior sugerimos a tradução que segue: “[...] caótico estado de natureza hobbesiano, um estado de infelicidade, desordem e insegurança, de luta de todos contra todos. A decisão é o começo absoluto”.

¹⁸³⁴ O decisionismo que consta na base do pensamento político-jurídico schmittiano no início dos anos 20 encontra repercussão em 1934, quando descreve que o pensamento decisionista se estrutura “[...] de una nada de norma o de una nada de orden surge la ley positiva y sólo positiva, la cual, sin embargo, deberá valer en lo sucesivo como norma positiva [...]” (SCHMITT, 1996c, p. 42). Ao trecho anterior sugerimos a tradução que segue: “[...] de um nada [ausência] de norma ou de um nada [ausência] de ordem surge a lei positiva e apenas positiva, a qual, contudo, deverá vigorar, na sucessão, como norma positiva [...]”.

El último fundamento de toda la existencia del derecho y de todo valor jurídico se puede encontrar en un acto de voluntad, en una decisión que, como tal, crea derecho, y cuya »fuerza jurídica« no puede ser deducida de la supuesta fuerza jurídica de unas reglas de decisión; puesto que también una decisión no se corresponde con una regla que crea derecho. (SCHMITT, 1996c, p. 26-27).¹⁸³⁵

A este respeito é comentado por Sá o problema que tem lugar sobre a definição do sujeito que há de decidir. Será o povo que, como sujeito político anterior ao próprio Estado, ocupe a posição de sustento teórico da ordem jurídica (*cf.* SÁ, 2007a, p. 242), movimento que comprova o político que precede ao Estado, sujeito constituinte prévio da nação, uno e homogêneo que, posteriormente, fundamentará o nascido Estado. Contudo, isto sim, esta posição povo é atualizada e vê projetada a sua vontade ao mundo empírico por intermédio do poder executivo, por meio da figura do *Reichspräsident*.¹⁸³⁶

¹⁸³⁵ Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “O fundamento último de toda a existência do direito e de todo valor jurídico se pode encontrar em um ato de vontade, em uma decisão que, como tal, cria direito, e cuja ‘força jurídica’ não pode ser deduzida da suposta força jurídica a partir de regras de decisão, posto que uma decisão também não se corresponde a uma regra que cria direito”.

¹⁸³⁶ A importância do trabalho de Sá nos leva ao breve comentário de sua referência sobre o movimento schmittiano a respeito deste tema quando, já em 1929, após a publicação de sua *Verfassungslehre* no ano de 1928, Schmitt passaria, percebido o estado dos assuntos políticos e econômicos na Alemanha, a rever parcialmente o seu entendimento da articulação do povo com o Estado. Em sua *Verfassungslehre* o autor fez representar o povo como unidade política e a própria Constituição passava a ser entendida como uma “[...] decisão existencial do povo alemão” (SÁ, 2007a, p. 250). Segundo Sá, o autor começa a “[...] abandonar a sua referência ao povo ou à nação como substância política subjacente à unidade política do Estado” (SÁ, 2007a, p. 245). O movimento seguinte de Schmitt seria o de criticar o enfraquecimento do Estado e a sua redução a apenas uma associação (*cf.* SÁ, 2007a, p. 245), algo que, para Schmitt, era claro, posto que o enfoque privatístico e civilístico das relações sociais era uma das marcas do Estado liberal. É destacado por Sá, em sua breve e substancial descrição da evolução teórica de Schmitt, que em 1927, no *Der Begriff des Politischen*, já encontrávamos uma noção de unidade e homogeneidade do povo que não poderia servir como substância política, e isto por força da dilaceração promovida pelos instintos conflitos partidários na vida alemã do período (*cf.* SÁ, 2007a, p. 246). A partir disto, portanto, sugerimos que o conceito do político entendido como a crua e violenta oposição entre amigo e inimigo colocariam a condição de possibilidade para o retorno à situação de homogeneidade reclamada para a afirmação do Estado em sua versão democrática schmittiana. A grande passagem da determinação do político pela unidade e homogeneidade popular para um segundo momento, em que será o Estado quem apontará o

O decisionismo em Schmitt, por outro lado, aparece para Löwith tão somente como a manifestação de decisão portadora de um conteúdo de ocasião, posto que localizada em uma determinada situação que permite a criação de um direito específico para ela (*situationsrecht*). Este é um dos pontos do qual parte Schmitt para desenvolver uma resposta mais consistente ao positivismo kelseniano (cf. FERREIRA, 2010, p. 75) mas também ao liberalismo que parcialmente lhe embasava,¹⁸³⁷ cujo trabalho também marca uma forte oposição Schmitt devido ao seu forte viés democrático em matéria filosófico-política.

No início deste trabalho sugerimos ser adequado tomar como ponto de partida ocupar-nos seriamente sobre como o autor entende o conceito de soberania, para que posteriormente possamos tanto posicionar o conceito schmittiano de decisão quanto como poderá operar a ditadura em um contexto filosófico-político totalitário de inspiração conservadora. O trabalho de Schmitt, neste sentido, começa a ter seu desenvolvimento no início da década de 20. As três obras nucleares desta década são *Die Diktatur*, (1921), *Politische Theologie*, (1922) e *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*, (1923). O enfoque principal de Schmitt mantém, com ligeiras variações, aberta conexão com a noção de Jünger exposta em *Der Arbeiter*, publicada em 1932, de que havia necessidade de

[...] unos órdenes nuevos en los que esté incluido lo extraordinario – de unos órdenes no calculados sobre la base de la exclusión de lo

inimigo tem lugar, segundo Sá, no ano de 1932. Neste momento será o Estado quem passa a ser o titular do poder para designar quem é o inimigo e não mais, como fora a opção na versão de 1927 do *Der Begriff des Politischen*, a substância política expressa pela nação (cf. SÁ, 2007a, p. 246).

¹⁸³⁷ De forma conexa a este tema, recorda Bercovici que o normativismo formalista de corte kelseniano é atacado por Schmitt conjuntamente com o liberalismo, e a acusação comum a ambos era a de que se mostravam incapazes de refletir e responder efetivamente à origem do ordenamento jurídico, a saber, o próprio conceito de soberania, e isto se deve, fundamentalmente, a que ambos, normativismo e liberalismo, não podem pensar a exceção (cf. BERCOVICI, 2004, p. 68).

peligroso, sino engendrados por unos nuevos desposorios de la Vida con el Peligro”. (JÜNGER, 1993a, p. 61).¹⁸³⁸

Em diálogo filosófico com Jünger, Schmitt manteve a sua conhecida ideia de que a figura do soberano é aquela a quem caberá decidir sobre o Estado de exceção, bem como para aplicar a faculdade de suspender direitos.¹⁸³⁹ Esta tarefa é executada sob o alegado fim de restaurar a ordem, muito embora, sob uma leitura jüngeriano-conservadora, a perspectiva é de que, genuinamente, trata-se de uma aposta no recrudescimento da violência, na medida em que a vida seja entendida como pura exposição ao perigo.

A pura exposição ao perigo poderia ter lugar sem que mais imposições ou controles político-jurídicos sobre o soberano fossem cabíveis, exceto as provenientes do Parlamento. Pensado o contexto para o qual Schmitt pretende responder por meio de suas linhas, é certo, trata-se da outorga legal de poderes de controle a quem (a) não dispunha de poder político para tanto, dada a sua fraqueza histórica e (b) encontrava-se em suas ações sob a possibilidade de controle político e legal dissolução. Este movimento de apoio à limitação formal das ações políticas do soberano por parte do

¹⁸³⁸ Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] umas novas ordens nas quais estivesse incluído o extraordinário, ou seja, de ordens não calculadas sobre a base da exclusão do perigoso mas, isto sim, engendradas por novos esponsais da Vida com o Perigo”.

¹⁸³⁹ Em nossos dias, parte da retomada de Schmitt e não apenas do pensamento de esquerda e, entre nós, Paulo Arantes, sublinha o papel do conceito de Estado de exceção aplicado ao econômico. Daí a leitura de que vivamos em um Estado de exceção econômico, sendo que Arantes sugere encontrarmos-nos em um fenômeno de substituição do Estado de sítio, que atacava os direitos políticos, por um outro Estado de exceção, em que a ditadura se projeta sobre o domínio econômico dos mercados. Ver ARANTES, (2002, p. 51-60). É certo que o conceito de Estado de exceção econômico é igualmente abordado por Bercovici, embora acreditemos que não se encontre na mesma linha analítica de Arantes mas, antes, dedicado a um viés histórico-descritivo em sua tese doutoral, sem que dela advenha uma análise projetiva aos nossos dias de tal conceito. Ver BERCOVICI, (2007; 2004). Para um diálogo sobre este conceito entre Bercovici e Arantes, ver BERCOVICI, (2007).

Parlamento representava, portanto, uma estratégia de tergiversação quanto aos direcionamentos subliminares que o seu pensamento propicia.

Imediatamente após o escrito em *Politische Theologie*, já entrados os anos de 1924 e 1925, encontraremos na obra hitleriana um similar viés na abordagem de sua concepção de Estado (ver HITLER, 2007; 2004). Neste texto Hitler, exporia que o papel do chefe (*Führer*) havia de ser profundamente reforçado (cf. HITLER, 2007, p. 86).¹⁸⁴⁰ Por exemplo, em sua *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus* (1923), o autor se ocuparia em prosseguir a linha divisória traçada em sua *Die Diktatur* publicada dois anos antes. Em Schmitt encontramos a ideia inicial de que a definição de soberania

[...] daß es mit Rücksicht auf die konkrete Sachlage immer von neuem notwendig wird, Ausnahmen von dem generell geltenden Gesetz zu machen und Souverän derjenige ist, der über die Ausnahme entscheidet. (SCHMITT, 2006d, p. 54).¹⁸⁴¹

Esta leitura apenas reforçava o que Schmitt havia afirmado em *Politische Theologie*, a qual tampouco rompia, senão o contrário, com *Die Diktatur*. Quando finaliza o parágrafo, ademais, o autor faz uma clara remissão ao seu conceito de soberano, tão lapidar quanto celebrenemente elaborado em *Politische Theologie*, ou seja, que “Souverän ist, wer über den Ausnahmezustand entscheidet” (SCHMITT, 2009g, p. 13),¹⁸⁴² e a sua ação se dará tão somente no momento em que o direito já não se mostra capaz de alcançar, a saber, o momento de exceção.¹⁸⁴³ Conforme comenta Bercovici,

¹⁸⁴⁰ Apenas uma parte da argumentação de Hitler encontra-se em sua observação de que a capacidade criativa não era possuída pelas massas, mas apenas por indivíduos isolados (cf. HITLER, 2007, p. 86).

¹⁸⁴¹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] se faz sempre necessário seja realizada a elaboração de exceções à lei vigente, e soberano é aquele que decide sobre essas exceções”.

¹⁸⁴² O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “Soberano é aquele que decide sobre o Estado de exceção”.

¹⁸⁴³ Neste capítulo não utilizaremos como metodologia a separada abordagem dos textos *Die Diktatur* (1921) e *Politische Theologie* (1922), de anos subsequentes, mas também, em muitos aspectos, sendo o segundo deles uma sequência do primeiro. Privilegiaremos o tratamento em paralelo de ambos os textos.

trata-se de que a soberania se manifesta precisamente como “[...] uma competência imprevisível, estranha às normas de direito público, pois não se trata do término do direito, mas de sua própria origem” (BERCOVICI, 2007, p. 62). Neste sentido, quando Schmitt faz referência ao soberano como atuante no momento de exceção, termina por apresentar a oposição entre *Massnahme* (medida) e *Gesetz* (lei), ou seja, como diz Agamben, encontramos-nos na *Politische Theologie* com um momento em que tem lugar a distinção entre a norma (*Norm*) e a decisão (*Entscheidung*) (cf. AGAMBEN, 2004, p. 56).

Do conceito de *Massnahme* (medida) se vale o soberano (*Souverän*) para intervir no mundo concreto, identificada(s) por ele a(s) circunstância(s) justificadora(s) da suspensão do direito no mundo concreto¹⁸⁴⁴ - e aqui uma das possibilidades de incidência do teológico sobre o político¹⁸⁴⁵ -, que apoiado em seus súditos que, à luz de De Maistre, não lhe conferem, senão que reconhecem como executor do poder sustentado na divindade, hipótese única de sua salvação (ver DE MAISTRE, 1994, p. 96).¹⁸⁴⁶ No conservadorismo revolucionário de Jünger igualmente observamos a

¹⁸⁴⁴ A este respeito nos diz Schmitt que “Einen konkreten Erfolg bewirken, bedeutet aber, in den kausalen Ablauf des Geschehens eingreifen mit Mitteln, deren Richtigkeit in ihrer Zweckmäßigkeit liegt und ausschließlich von den tatsächlichen Zusammenhängen dieses Kausalverlaufs abhängig ist” (SCHMITT, 2006d, p. XVII-XVIII). Uma tradução possível para este trecho é: “[...] alcançar um resultado concreto significa intervir no decurso causal do porvir com meios cuja correção está em sua conveniência e que dependem exclusivamente das conexões fáticas deste decurso causal”.

¹⁸⁴⁵ Neste particular, do que se trata é da projeção do conceito católico de *Katechon*, conceito paulino indicativo de uma força que dispõe de poder para realizar o travamento das condições de possibilidade para suspender, preventiva e apenas temporalmente, o advento do fim definitivo antes da volta de Cristo (ver COR, II, 2, 6). Esta mesma perspectiva pode ser interpretada a partir de uma leitura do conceito de ditadura comissária, conceito em que o soberano pode interditar o âmbito do político para fazer transitar à normalização do político-jurídico. Esta é uma leitura promissora da questão teológico-política em Schmitt e que remeteremos para o desenvolvimento deste texto doutoral.

¹⁸⁴⁶ A ideia de De Maistre é de que a própria salvação do homem encontra-se em distanciar-se do exercício de sua própria razão e buscar na figura do soberano que lhe conduza o exercício da reta *ratio* política.

presença do conceito de domínio que será definido pelo autor precisamente como “[...] el espacio ilimitado de poder [*que*] está referido a un punto desde el cual ese espacio de poder aparece como espacio de derecho” (cf. JÜNGER, 1993a, p. 72),¹⁸⁴⁷ logo, portanto, como um espaço ilimitado de criação do direito que, no âmbito de sua ilimitação, pode ser mesmo o de suspender ou, até mesmo, eliminar toda a ordem jurídica.

De aceitarmos esta interpretação da suspensão do direito que ancora na filosofia conservadora e que seria caracterizadora do Estado de exceção resultante da avaliação do soberano, haveremos igualmente de considerar o reconhecimento schmittiano de que “[...] jede Rechtsordnung nur latente oder intermittierende Diktatur ist” (SCHMITT, 2006d, p. XVIII).¹⁸⁴⁸ Esta ditadura para a qual aponta Schmitt é democrática, por unitária e homogênea em sua realização civil, e tendo em vista a prévia compatibilização entre ambos os conceitos realizada por Schmitt. Neste sentido Schmitt compreende viável a suspensão do ordenamento jurídico com a figura do ditador soberano, e seus atos extraordinários, mantendo-se dentro de seus limites, posto que o ato suspensivo autoriza ao ditador realizar este movimento.¹⁸⁴⁹

Sugerimos ser esta uma leitura do ordenamento jurídico confirmatória de que a ditadura não é, exatamente, uma exceção em Schmitt, senão, precisamente, uma regra, seja ela “[...] latente oder intermittierende [...]” (SCHMITT, 2006d, p. XVIII). Schmitt pode entender esta situação pelo fato da *Gesetz* (lei) não dispor de força o suficiente para que no momento excepcional logre incidir e produzir efeitos sobre o mundo concreto, no sentido de normalizar as circunstâncias que o mundo reclama para poder

¹⁸⁴⁷ Ao trecho acima sugerimos a tradução que segue: “[...] o espaço ilimitado de poder [*que*] faz referência a um ponto desde o qual este espaço de poder aparece como espaço de direito”.

¹⁸⁴⁸ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] todo ordenamento jurídico é simplesmente uma ditadura, latente ou intermitente”.

¹⁸⁴⁹ Para uma leitura agambeniana da questão, ver AGAMBEN, (2007). Um comentário a respeito do tema pode ser encontrado em GIACÓIA, (2008, p. 41).

tornar novamente aplicável o direito.¹⁸⁵⁰ Isto sim, a intervenção no mundo por parte do soberano tem a pretensão de se ver ancorada no mundo jurídico (cf. AGAMBEN, 2004, p. 56), muito embora aos limites deste último não veja adstritas as suas próprias ações.

Este será o primeiro e claro passo de Schmitt em sua análise da soberania que a faz encontrar-se sobreposta aos indivíduos por parte do monarca (cf. PARDO, 2003, p. 199), cuja razão haveria de predominar sobre os indivíduos tanto quanto no movimento de maistreano em sua estratégia de anular a radical autonomia individual de inspiração ilustrada (cf. GORRAÍZ, 1993, p. 240). Não há razão individual capaz de reconstruir a sociedade senão uma engenharia divina prévia, única ordenadora do mundo e da ordem da vida humana. Schmitt, por seu turno, congruentemente, não se distanciará das ponderações de maistreanas quanto à indesejabilidade da autonomia individual senão, por suposto, investirá em um poder forte, capaz da ordenação do mundo à semelhança da divindade.

Schmitt dedicará mais detalhada consideração sobre a soberania em sua *Die Diktatur*, obra na qual o autor analisa em paralelo, e procurando diferenciar claramente, os conceitos de *Kommissarischen Diktatur* (ditadura comissária) e de *Souveränen Diktatur* (ditadura soberana).¹⁸⁵¹ Esta é uma tarefa que Schmitt reputava que até então encontrava-se por ser feita: “[...] die Unterscheidung von kommissarischer und souveräner Diktatur” (SCHMITT, 2006d, p. XIX).¹⁸⁵² A abordagem retomada por Schmitt para desenvolver ambos os conceitos é realizada desde clássicos como Bodin e a história de Roma, cuja remissão era realizada por autores do Renascimento. A

¹⁸⁵⁰ Em sua leitura de Schmitt, Bercovici focaliza o objetivo do Estado na realização, dentro de seu território, de uma situação de “[...] pacificação completa, pressuposto necessário para a vigência do direito”. (BERCOVICI, 2007, p. 63).

¹⁸⁵¹ De forma mais detalhada o autor se ocupa dos temas, respectivamente, nos capítulos 1 e 3.

¹⁸⁵² O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a distinção entre ditadura comissária e ditadura soberana”.

retomada da cultura jurídico-política romana representava para Schmitt não apenas uma erudição em seus textos mas, antes, uma carga ainda maior de responsabilidades, na medida em que tornava-se mais evidente a experiência histórica dos pontos de desembarque propiciados pela ausência de controles sobre os governantes. A ditadura era, em suma,¹⁸⁵³

[...] die Diktatur ist eine weise Erfindung der römischen Republik, der Diktator ein außerordentlicher römischer Magistrat, der nach der Vertreibung der Könige eingeführt wurde, damit in Zeiten der Gefahr ein starkes Imperium vorhanden war [...]. (SCHMITT, 2006d, p. 1).¹⁸⁵⁴

Esta referência de Schmitt pela justificação de um poder extraordinário na existência de tempos de perigo será a base da diferenciação da ditadura que, adiante, encontrará o momento de sua apreciação. De qualquer sorte, o ponto de partida para o argumento schmittiano é de que soberana é mesmo aquela figura que decide, conceito que reside em uma percepção da tradição germânica já notada por Jünger.¹⁸⁵⁵ Esta decisão é uma criação *ex nihilo*, portanto, injustificada e etérea quanto a sua fundamentação do poder espiritual da Igreja, que vem “[...] »von oben«” (SCHMITT, 2008, p. 43),¹⁸⁵⁶ uma ligação conceitual claramente judaico-cristã,¹⁸⁵⁷ em suma, que se

¹⁸⁵³ Neste sentido, conforme nos indicam Friedrich e Brzezinski, o inicial orgulho republicano romano de controlar aos seus governantes se transformaria lentamente apenas em uma pura e última vontade do Imperador a justificar as leis. Isto seria retomado como a base da doutrina da soberania já avançado o século XVII poder absoluto que, sim, seria ideia que se materializaria perfeitamente no regime nacional-socialista hitleriano (cf. FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 23)

¹⁸⁵⁴ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a ditadura é uma sábia invenção da República Romana, o ditador um magistrado romano extraordinário, que foi introduzido depois da expulsão dos reis, para que em tempos de perigo tivesse um *imperium* forte [...]”.

¹⁸⁵⁵ A respeito da relação de autoridade e de chefia Jünger ressalta que “[...] nosotros los alemanes alcanzamos nuestro estado de máxima fortaleza es aquel en el que no caben dudas ni acerca de quién es el jefe ni acerca de quiénes son los que integran su séquito” (JÜNGER, 2003b, p. 21). Ao trecho citado sugerimos a tradução que segue: “[...] nós, os alemães, obtemos nosso estado de superior força quando não caibam dúvidas sobre quem seja o chefe nem sobre quem são aqueles que integram o seu séquito”.

¹⁸⁵⁶ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] do alto”.

trata, como diz Agnes Heller, do ato supremo do político (*cf.* HELLER, 1991, p. 332). Mas se Schmitt encontra esta caracterização do poder da Igreja, por outro lado, fará com que no poder temporal o soberano encontre a fundamentação de seu poder em uma não menos intangível e abstrata grandeza que não tem existência em lugar algum, ou seja, que é poder criado *ex nihilo*. Encontramos neste ponto uma implícita remissão a De Maistre, cujo conceito conservador de soberania aponta para a existência de um único ponto decisório, em suma, como diz Carrières,

Sempre haverá [...] uma instância derradeira, que ordena sem ser contrariada, que julga sem ser julgada, que inflige dano sem temer represália. A pulverização desse ímpeto decisório há de resultar, quase que fatalmente, na sua destruição, lançando a sociedade no caos. (CARRIÈRES, 2006, p. 35).

Convergentemente com a leitura de Carrières sobre o conceito de soberania em De Maistre, Schmitt apresenta a ideia de que a decisão encontra-se outorgada à figura do soberano que, de forma invertida, está presente na associação de indivíduos denominada povo, conceito este argumentado na teoria liberal. Esta decisão que lhe cabe tomar, como bastante bem é observado pela crítica, interessa bem mais do que o seu próprio conteúdo, pois, como observaria um de seus comentaristas, “[...] in politics it is important that decisions are made, not how they are made”. (SLAGSTAD, 1997, p. 117).¹⁸⁵⁸

¹⁸⁵⁷ A respeito desta conexão importa a observação do ideólogo nacional-socialista, Alfred Rosenberg, que, em contexto paralelo, sustenta que “The Judaic-Roman teaching, through maintaining that God created the world from nothing, preach a causal connection between ‘creation’ and ‘creator’ (ROSENBERG, 1971, p. 116). Ao trecho anterior sugerimos a seguinte livre tradução: “O ensinamento judaico-cristão, por meio da manutenção da ideia de que Deus criou o mundo do nada, pregam uma conexão causal entre ‘criação’ e ‘criador’”.

¹⁸⁵⁸ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] em política é importante que as decisões sejam tomadas, não tanto como elas são tomadas”. A este respeito é interessante observar uma defesa aberta dos mais caros valores antiliberais que remete a uma tradição antiliberal alemã profunda e corrente naquela quadra histórica, cujo cerne era que o liberalismo, essencialmente, era antipolítico, entendido este como decisão (*Entscheidung*). Na ótica schmittiana e de muitos setores da direita conservadora alemã, os

O conceito de soberano em Schmitt foi sendo estruturado a partir de *Politische Theologie*, texto em que o soberano é definido como “[...] wer über den Ausnahmezustand entscheidet” (SCHMITT, 2009g, p. 13)¹⁸⁵⁹ e se espalha por seu *Römischer Katholizismus und Politische Form*, também datado de 1923, em que o autor faz abertas referências à posição do soberano que ele caracteriza como necessariamente independente de qualquer outro poder instaurados (e nisto sentido divergente da teologia política de maistreana). Posto que “Die Macht zur Entscheidung darüber, wer Souverän ist, würde eine neue Souveränität bedeuten [...]” (SCHMITT, 2008, p. 51-52),¹⁸⁶⁰ Schmitt não fará apresentar essa dependência em seu conceito de soberania senão que a sua era uma busca pela fundamentação em nível de total independência, tal como assinalado no trecho acima de *Römischer Katholizismus*.

A leitura ampliada sobre a centralidade do monopólio da decisão na figura do Executivo, a sugerir a proximidade com o conceito de soberania em Schmitt, revela sua interpretação conservadora que remonta ao conservadorismo espanhol. Esta centralidade do monopólio da decisão remete à ponderação da influência, sobre Schmitt, do decisionismo conservador donosiano e da filosofia teológico-política do Marquês de Valdegamas. Paralelamente à tradição totalitária que este conservadorismo alimenta, podemos encontrar-nos igualmente em um franco distanciamento da concepção de democracia como liberdade que se configure na centralização de poderes monárquicos,

impasses da República de Weimar requeriam decisões, e o liberalismo fomentador da democracia parlamentar não era capaz de decidir mas, tão somente, de postergar, de tentar conciliar e, em suma, por mecanismos impessoais, aprofundar as crises que exigiam decisões imediatas. Neste aspecto podemos perceber como a desconstrução das liberdades passa por esta profunda crítica ao liberalismo e sua concreção política, a democracia parlamentar e, por outro lado, a manipulação destes dois conceitos, de sorte que, para Schmitt, não haveria contradição na existência da democracia (entendida como homogeneidade) e o liberalismo.

¹⁸⁵⁹ O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] aquele que decide sobre o Estado de exceção”.

¹⁸⁶⁰ O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] poder de decidir quem é o soberano implicaria uma nova soberania [...]”.

protegida no pensamento da legitimação divina do político presente em Donoso Cortés (cf. SCHMITT, 1992b, p. 274).

No texto de Donoso Cortés resta bastante claro o seu movimento de estabelecer a ditadura como uma necessidade política da qual “El pueblo no se queja, no puede quejarse de una dictadura que le salva; pero, obedeciendo irresistiblemente a un poderoso instinto de justicia, quisiera examinar los títulos del dictador que se la impone [...]” (DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 633).¹⁸⁶¹ Em aberta conexão com a tradição schmittiana, para Donoso a imposição da ditadura requererá a excepcionalidade dos tempos, e isto a justifica plenamente, posto que

El legislador que, en tiempos de disturbios y trastornos, aspira a gobernar con las leyes comunes, és imbecil; el que, aun en tiempos de disturbios y trastornos, aspire a gobernar sin ley, es temerario. El derecho común es la regla ordinaria de los hombres en tiempos bonancibles. El derecho excepcional es su regla común en circunstancias excepcionales. (DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 633).¹⁸⁶²

O contexto histórico weimariano no qual Schmitt intervém e para o qual escreve as suas melhores obras anteriormente já citadas¹⁸⁶³ está marcado por fortes crises econômicas (inflação e desemprego)¹⁸⁶⁴ – não raro imputadas aos judeus (ver CRAIG,

¹⁸⁶¹ Este texto permite a seguinte tradução: “O povo não se queixa, não pode se queixar, de uma ditadura que lhe salva mas, obedecendo irresistivelmente a um poderoso instinto de justiça, deseja examinar os títulos do ditador que a impõe [...]”.

¹⁸⁶² Este texto permite a seguinte tradução: “O legislador que, em tempos de tumultos e desordens, aspire governar com leis comuns é um imbecil; já aquele que, em tempos de tumultos e desordens, aspire governar sem leis, é imprudente. O direito comum é a regra ordinária dos homens em tempos de bonança. O direito excepcional é a sua regra comum em circunstâncias excepcionais”.

¹⁸⁶³ Indubitavelmente, às já citadas há de acrescer *Der Begriff des Politischen* (1927), assim como a sua *Verfassungslehre* (1928), bem como a sua *Der Hüter der Verfassung*, já do alvorecer da década de 30, especificamente do ano de 1931.

¹⁸⁶⁴ O processo inflacionário, como ainda outros processos convergentes de crises e conflitos, era comumente atribuído ao judaísmo. Craig reforça esta visão com um testemunho de sua vivência na Alemanha de meados dos anos 30 em conversações com cidadãos germanos, um dos quais era direto em atribuir a um complô judeu toda a crise econômica enfrentada nos primeiros anos da década de 20 (cf. CRAIG, 1991, p. 8), ideia esta bastante corrente entre o homem médio do período.

1991, p. 137) – e políticas (intensos enfrentamentos partidários).¹⁸⁶⁵ Já no ano seguinte, quando Schmitt publica *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus* (1923), o autor se deparava com uma realidade econômica que beirava o surrealismo.¹⁸⁶⁶ Estas circunstâncias viriam a ser amainadas com a execução de um plano elaborado pelo vice-presidente dos EUA, Charles Dawes, que implicou um aporte volumoso e imediato de divisas no ano de 1924¹⁸⁶⁷ e que repercutiu muito favoravelmente no país, tornando as crises menos agudas do que nos anos precedentes. A opção donosiana, portanto, não era, necessariamente, a única ou, mesmo, a melhor.

A forte carga psicológica da crise derivada do final da guerra não pode ser desconsiderada quando pensamos a literatura política schmittiana, que parece responder a todo momento às vicissitudes da quadra histórica que lhe tocou viver. Sob estas circunstâncias, o autor se ocupará do conceito de soberano sobre o qual escreve entre 1921 e 1923.¹⁸⁶⁸ Sob tais circunstâncias, o autor se apresentaria como um tão intenso e ácido crítico da democracia, e Sontheimer traz a ideia de que os críticos da democracia weimariana eram, ao mesmo tempo, os representantes dela mesma (cf. SONTHEIMER,

¹⁸⁶⁵ Havia enfrentamentos consideráveis mesmo entre grupos de uma mesma órbita ideológica. Assim, por exemplo, já nos primeiros momentos da República de Weimar, foi possível testemunhar a retomada dos embates entre os velhos rivais de esquerda, os espartaquistas e os majoritários (cf. RICHARD, 1988, p. 39), grupos que tinham sua origem política no Partido Social-Democrata.

¹⁸⁶⁶ Há relatos de que no mês de novembro de 1923 o valor de um maço de cigarros atingia a inacreditável soma de 4 bilhões de marcos (cf. RICHARD, 1988, p. 85). Em uma realidade como esta, é razoável supor que muitos dos referenciais ordinários orientativos da vida das pessoas encontram-se bastante perturbados, quando não mesmo em cheque.

¹⁸⁶⁷ Há certas referências de historiadores a indicar que, em valores da época, o aporte foi de 110 milhões de dólares (cf. RICHARD, 1988, p. 10, 108), quantia relativamente modesta para os padrões atualmente movimentados em situações de crise mundial, mas que, para a época, representava soma vultuosa. Deste momento em diante a Alemanha experimentaria um certo período de estabilidade até que o *crash* da Bolsa de Nova Iorque viesse a exigir dos investidores norte-americanos uma liquidez apenas passível de se obter por meio da liquidação de ativos até então alocados na Alemanha como parte do Plano Dawes.

¹⁸⁶⁸ Sobre a interpretação extensiva dos poderes do Presidente do Reich previstos no art. 48 da Constituição de Weimar, entre nós, ver BERCOVICI, (2004).

1970, p. 44). Sem embargo, a posição ocupada por Schmitt parece ser distinta e em nada próxima a dos representantes da democracia, bem considerada seja toda a reviravolta que patrocinou no conceito de democracia, reviravolta sobretudo marcada pela compatibilização que patrocinou entre democracia e ditadura.

Esta inversão conceitual favorece os roteiros totalitários que eram gestados à época em profunda oposição à cultura político-jurídica weimariana, visando disseminar crenças de que apenas leis sanguinárias seriam suficientemente eficazes para estabelecer os novos valores do homem heroico.¹⁸⁶⁹ Contudo, estratégias de separação conceitual entre democracia e liberalismo, e parlamentarismo, como esta adotada por Schmitt para logo compatibilizar com a ditadura, é movimento que não diretamente daria suporte ao nacional-socialismo mas, em alguma medida, auxiliar o seu projeto, ao tornar receptível a sua teoria nas fileiras nacional-socialistas. Restava aplainada uma das vias teóricas para o avanço nacional-socialista rumo ao poder, ao desconstituir parte das resistências teórico-políticas weimarianas, as quais havia de enfrentar-se, também com a resistência antidemocrática proveniente de vários setores.¹⁸⁷⁰

¹⁸⁶⁹ A este respeito é ilustrativo o trecho do ideólogo nacional-socialista Alfred Rosenberg: “Today [...] an entire race is beginning to suspect that values will be created and preserved only where blood-law determines the Idea [*Idee*] and activities of man, be they conscious or unconscious” (ROSENBERG, 1971, p. 36-37). A imposição normativa encontrava-se em um momento de superação enquanto mera norma de caráter heterônomo para, ao objetivar uma reconstrução do próprio homem, visar adentrar em suas convicções e mais íntimos designios. Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Hoje [...] toda uma raça começa a suspeitar que os valores serão criados e preservados apenas quando leis sanguinárias determinem a Ideia [*Idee*] e as atividades dos homens, sejam eles conscientes ou inconscientes”.

¹⁸⁷⁰ Interessa sublinhar que as resistências políticas à cultura política e jurídica weimariana encontravam suas raízes em diversos segmentos políticos, desde o espectro da extrema esquerda à extrema direita. Acerca desta última, há quem, como Sontheimer, destaque que havia um viés não apenas antidemocrático como de forte marca antisemita (cf. SONTHEIMER, 1968, p. 46), mas, não menos acertadamente, também eram detectáveis em escritos da esquerda mais castiça, como em certos escritos marxistas a exemplo de *A Ideologia Alemã* (ver MARX, 1996) mas também em *A questão judia* (ver MARX, 2000).

O liberalismo da cultura política representava não somente os seus próprios valores, mas também a única opção viável entre o fascismo já em processo de instalação na Itália em início dos anos 20, bem como o duro socialismo russo e, momento seguinte, o nacional-socialismo em processo de consolidação na Alemanha. As tentativas de oposição ao liberalismo à época precisam ser entendidas como uma aposta em regimes ditatoriais e, sobretudo em Schmitt, por sua expressa declaração, por tornar compatível o conceito de democracia com o de ditadura.¹⁸⁷¹ Isto, de fato, diz muito acerca de seus propósitos.

Desde a sua conceituação singular da democracia, e não a de tipo weimariano, Schmitt se postará dentre os que lhe buscam proteger a existência. A ideia de um poder que se sobrepusesse aos demais nas situações de emergência começava a ser desenhado por Schmitt em perfeita congruência com os seus escritos da década de 20, sob o pano de fundo das crises experimentadas pela República de Weimar. A opção de Schmitt restaria bastante bem desenhada na realidade dos fatos quando de sua interpretação constitucional no caso *Preußenschlag* em 20 de julho de 1932. Neste momento, Schmitt realiza a aposta político-jurídica pela centralização do poder até então latente em seus escritos, destituindo a identificação da própria origem deste poder em Weimar, sendo a partir de então traçado o novo perfil da ordem que a sucederia em breve.

A novidade desde aí seria de que a escolha do Presidente do Reich (*Reichspräsident*) lhe atribuiria, a partir de um processo democrático, o poder para antepor-se ao pluralismo dos partidos, que em sua opinião nada mais realizam do que o socavamento do Estado e de sua estrutura de poder. O Estado liberal é mero árbitro de interesses particulares, destituído de seu papel político e implementador da eticidade

¹⁸⁷¹ Salter, por exemplo, é autor que propõe vislumbrar a teoria schmittiana como “[...] authoritarian, proto-fascist theory developed by Carl Schmitt”. Ao trecho sugerimos a seguinte tradução: “[...] autoritária, protofascista teoria desenvolvida por Carl Schmitt”.

entendida enquanto representação da unidade política do povo (ver SCHMITT, 1999). É certo que muitos destes partidos mostravam-se, na prática, atuantes em sentido contrário a interesses públicos, algo que, por si, não denota uma distância da realidade do jogo democrático em sua integralidade – e, alegadamente, apenas em favor grupos sociais e econômicos (cf. SCHMITT, 1998a, p. 25).¹⁸⁷²

Em outros termos, o processo de concentração de poderes na figura do Presidente do Reich (*Reichspräsident*)¹⁸⁷³ então em desenho representava muito concretamente um avançado temor quanto às possibilidades interventivas no Parlamento.¹⁸⁷⁴ Schmitt realizava este movimento de deterioração das instituições parlamentares e consolidação do poder na figura do Executivo,¹⁸⁷⁵ algo que, em verdade, para nada se opõe às próprias linhas do nacional-socialismo, que pregavam o

¹⁸⁷² Curiosamente, este é um argumento presente já na origem do constitucionalismo norte-americano, precisamente no *Federalista*, momento em que havia, em Madison, uma aversão manifesta aos grupos de interesse, uma compreensão bastante primária de que a democracia e o governo republicano não poderiam constituir-se paralelamente à existência de tais grupos em conflito permanente.

¹⁸⁷³ Malgrado sobejamente conhecida a condição intelectual de Schmitt, convém recordar que o seu trânsito com plena desenvoltura pela tradição constitucional inglesa, francesa e norte-americana, não lhe interessou o suficiente a ponto de absorver certos conceitos e experiências consolidadas sobre os efeitos da concentração de poderes que apareceram em sua doutrina sob a forma do *Hüter der Verfassung*. Já era então de domínio comum que quando o poder político encontra-se concentrado desta maneira, voz corrente na teoria política ao menos desde Locke e os revolucionários norte-americanos do século XVIII, muito especialmente Jefferson e Madison, que nos encontraremos com as vias totalitárias brevemente.

¹⁸⁷⁴ Curiosamente, este é um argumento presente já na origem do constitucionalismo norte-americano, precisamente no *Federalista*, momento em que havia, em Madison, uma aversão manifesta aos grupos de interesse, uma compreensão bastante primária de que a democracia e o governo republicano não poderiam constituir-se paralelamente à existência de tais grupos em conflito permanente.

¹⁸⁷⁵ Na tradição anglo-saxônica de pensamento sobre o Poder Executivo encontramos, desde logo, em um de seus pensadores fundamentais, William Blackstone, referências a centralização do poder. Sem embargo, este autor fundamentará linha de pensamento democrática inversa a que seria adotada pela tradição totalitária no século XX, de que o Poder Executivo não comete erros, noção que permanece habitante tão somente como princípio do Direito Administrativo da Inglaterra mas que não habita o coração do político. Para algumas noções sobre o princípio de que *The King Can Do No Wrong*, ver FATOVIC, (2009, p. 124-156).

combate ao Parlamento, quicá mesmo sua própria extinção, conforme as propostas de Hitler ainda em meados da década de 20 em sua *Mein Kampf*. Tal convergência, dada a centralidade do tema em debate, põe em questão a posição de intérpretes que habitualmente mencionam a um Schmitt que teria se oposto à ocupação do cenário político por parte do partido nacional-socialista.

Neste contexto de decadência do Parlamento e consolidação do Executivo emergia a figura do *Führer* como o guardião da Constituição (*Der Hüter der Verfassung*), e para o exercício de tal função haveria de dispor de especiais poderes, os quais, com o seu apoio teórico, passaria de fato a exercer Hitler a partir de 1933. Elevado ao cume do poder no Estado, o *Führer* ocupava no sistema de Schmitt o mesmo que, em Kelsen, o Tribunal Constitucional austríaco, recém-criado nos anos 20, principalmente devido aos esforços do austríaco.¹⁸⁷⁶ Enquanto no sistema kelseniano encontrávamos uma instituição judiciária como garante da ordem política (e jurídica), no sistema schmittiano a reserva ao político de uma tal garantia encontraria na figura do *Führer*, em pessoa, aquele que atuaria como garante último da ordem.¹⁸⁷⁷ A sua tarefa histórica era a de afrontar os perigos políticos nos quais a vida alemã da época se via imersa e para os quais, em muitos momentos, se supunha que a ordem jurídica não seria capaz de dar a adequada resposta.

¹⁸⁷⁶ Aqui encontramos uma clara oposição entre o papel do político e o do jurídico em Schmitt, que se manifesta em várias de suas obras, a começar por *Die Diktatur*, passando por *Politische Theologie*, *Verfassungslehre* e chegando a sua *Der Hüter der Verfassung*, na qual o debate com Kelsen é exposto amplamente. Para uma leitura mais apurada da projeção da questão do Estado de emergência nas democracias liberais contemporâneas, ver LAZAR, (2009).

¹⁸⁷⁷ Não é especificamente o objeto de nossa atenção o debate sobre a atribuição de poderes como garante último da ordem jurídica a uma dimensão política ou jurídica. Isto sim, e apenas a título indicativo de nossa posição a respeito, sugerimos que a opção schmittiana pela reserva de tais poderes de garantia da ordem ao mundo do político – e não ao jurídico – não seria, *per se*, condenável, senão o recurso a uma amplíssima atribuição de poderes, ilimitada e sem controle qualquer, à figura do *Führer*.

Schmitt faz depender o jurídico do político ao apensá-lo no que às suas garantias se refere. Isto transparece quando sustenta que “Es kommt für die Wirklichkeit des Rechtlebens darauf an, wer entscheidet” (SCHMITT, 2009g, p. 40),¹⁸⁷⁸ mas já não como o fará e nem conforme quais critérios tal decisão sera tomada. Por trás disto há um *ratio* política imersa em uma profunda descrição inescrutável à apreensão pública. Quando Schmitt realiza este movimento de sobreposição do político à dimensão jurídica, ele sugere radicar a validade última da ordem em estrita posição de dependência relativamente à primeira, em suma, deparamo-nos aqui com um movimento que irá definir o pensamento filosófico-político schmittiano no que concerne aos conceitos de soberania, decisão e ditadura.

Em conexão com esta ancoragem acima referida é que sugerimos ser o conceito de decisão (*Entscheidung*) em Schmitt um dos elementos caracterizadores da possibilidade de sua operação no campo de um regime totalitário para o qual o sentido do conceito de ditadura (*cf.* BORDA, 2006, p. 64), comissária ou soberana,¹⁸⁷⁹ adotado

¹⁸⁷⁸ O texto permite a seguinte tradução: “O que importa para a realidade jurídica é quem decide”.

¹⁸⁷⁹ Schmitt trabalha em sua *Die Diktatur*, publicada ainda no ano de 1921, com os conceitos de ditadura soberana e ditadura comissária, procedendo em seus primeiros momentos a uma retomada histórica dos conceitos, com ênfase para o direito romano, referindo-se à República romana como a sábia inventora do conceito de ditadura (*cf.* SCHMITT, 2006d, p. 1). Ao final do prólogo de *Die Diktatur*, Schmitt procede à distinção entre a ditadura comissária e a ditadura soberana, baseando-se em que se trata da “[...] transición de la primitiva dictadura de la ‘Reforma’ a la dictadura de la Revolución, sobre la base del ‘pouvoir constituant’ des Volkes” (SCHMITT, 2006d, p. XIX). Para a aproximação ao objeto deste capítulo, logo na sequência nos dedicaremos à análise de alguns dos aspectos conceituais de ambas no que concerne à sua projeção sobre a filosofia política schmittiana, menos que a sua inserção no âmbito do debate constitucional que teria lugar ao final da década de 20 e início de 30. Logo adiante neste capítulo veremos como em Schmitt aparecem dois conceitos de ditadura, comissária e soberana, e que o conceito que lançará mão em sua filosofia política e jurídico-constitucional será este segundo, com ela compatível, e não apenas o primeiro, como sugere uma corrente de intérpretes schmittianos, segundo quem apenas a excepcionalidade justificaria o uso do primeiro conceito. Ao trecho anterior sugerimos a seguinte tradução: “[...] transição da primitiva ditadura da “Reforma” à ditadura da Revolução, sobre a base do ‘pouvoir constituant’ des Volkes”.

pelo autor, torna-se autoexplicativo. A decisão que cabe ao soberano seria boa em qualquer sentido que fosse tomada, fosse qual fosse o seu conteúdo, e o seu âmbito. Assim admitiria Schmitt, ainda antes de 1933, que o novo Estado que auspiciava, “[...] compreende todos los ámbitos” (SCHMITT, 2001i, p. 88),¹⁸⁸⁰ capaz de realizar a objetivação do valor divino na terra.¹⁸⁸¹ Havia, contudo, um passo a ser evitado e era reputado como um mal em si: obviar a falta de decisão.

Os termos em que Schmitt concebe a decisão no âmbito do Estado não poderiam mostrar-se mais próximos do nacional-socialismo hitleriano, para quem melhor era alguma decisão do que a falta dela (cf. HITLER, 2007, p. 103).¹⁸⁸² A resolução do mundo normativo encontraria o seu limite no puro ato volitivo do detentor do poder político, enunciando, portanto, uma das características da ideologia totalitária (cf. FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 14) com a qual Schmitt manteria acordo em seus fundamentos (cf. BERCOVICI, 2003, p. 10). Esta é uma situação descrita no núcleo da filosofia política schmittiana como aquela em que um poder anula aos demais, ou seja, que

Aus diesem Kampf kann eine Einheit dadurch entstehen, daß die eine Macht die andere vernichtet, das wäre nach dem Sprachgebrauch des

¹⁸⁸⁰ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] compreende todos os âmbitos”. Schmitt reitera que previa uma passagem do Estado liberal a um outro, claramente exposto como um “[...] Estado potencialmente total” (SCHMITT, 2001i, p. 88). De certa forma analogamente à lei dos três estágios comteana, Schmitt sugere a existência de três estágios evolutivos do Estado. Em um primeiro deles, o Estado absoluto (séculos XVII e XVIII), sucedido pelo Estado liberal do século XIX e, por fim, o Estado total, no qual se daria a identidade entre o Estado e a sociedade (cf. SCHMITT, 2001i, p. 88).

¹⁸⁸¹ Esta é uma importante referência de Pois acerca de sua leitura de Rosenberg, assim como dos círculos da direita radical alemã, ao sustentar que para ambos não há uma pronunciada proximidade ao conceito de Estado como realização do sumo ético nos assuntos humanos (cf. POIS, 1971, p. 29). Para Rosenberg, isto sim, o Estado extrai sua legitimidade apenas por meio da vontade coletiva concretizada no conceito de *Volk* (cf. *Ib.*).

¹⁸⁸² Aqui podemos perceber a possibilidade de uma clara conexão do conceito de ditadura e do político em Schmitt (ver MÁRQUEZ, 2009).

achtzehnten Jahrhunderts Despotismus, heute würde man von Diktatur sprechen. (SCHMITT, 2006d, p. 101).¹⁸⁸³

Substituída a linguagem do despotismo do século XVIII pela nova conceitualização da ditadura, mantinha-se, contudo, uma mesma gramática, a saber, a do domínio político por intermédio de uma estrutura de poder altamente centralizada (cf. SCHMITT, 2006d, p. 13), ideia afim com a noção de que “[...] a ideia de ditadura totalitária sugere um ditador detentor de ‘poder absoluto’ colocado à sua testa” (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 23).¹⁸⁸⁴ Não distará muito desta abordagem a importante conceitualização da ditadura realizada em Schmitt, em que parece-nos seguir a tradição autoritário-ditatorial que se punha em voga na Europa daqueles dias por meio de várias figuras, de Mussolini a Primo de Rivera¹⁸⁸⁵ e, após, no generalíssimo Franco e extensa ditadura salazarista em Portugal.¹⁸⁸⁶

¹⁸⁸³ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “Desta luta pode surgir uma unidade, uma vez que um poder anula aos demais, e isto, segundo uma linguagem do século XVIII, seria despotismo, mas que hoje se chama ditadura”.

¹⁸⁸⁴ Em uma aproximação à figura do ditador desde o conceito de *caudillo* próprio da cultura política do mundo ibérico, encontramos com uma aproximação interessante de Primo de Rivera exposta nos primeiros momentos dos anos 30, quando sustentava que “[...] el ser caudillo tiene algo de profeta, necesita una dosis de fe, de salud, de entusiasmo y de cólera, que no es compatible con el refinamiento [...]” (PRIMO DE RIVERA, 1959, p. 50). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] ser caudillo tem algo de profeta, necessita uma dose de fé, de saúde, de entusiasmo e de cólera, que não é compatível com o refinamento [...]”.

¹⁸⁸⁵ Quanto a cultura autoritário-ditatorial interessa mencionar quão próxima dela era, por exemplo, a visão de Primo de Rivera. A sua cultura política, hispânica, sempre pareceu encontrar-se bastante próxima de Schmitt a partir da tradição donosiana. Em discurso pronunciado no Parlamento, mais precisamente em 6 de novembro de 1934, sobre a posição ocupada pelo soberano ditador diria Primo de Rivera que “El Jefe no debe obedecer al pueblo; debe servirle, que es cosa distinta; servirle es ordenar el ejercicio del mando hacia el bien del pueblo, procurando el bien del pueblo regido, aunque el pueblo mismo desconozca cuál es su deber; es decir, sentirse acorde con el destino histórico popular, aunque se disienta de lo que la masa apetece” (PRIMO DE RIVERA, 1959, p. 663). Neste trecho estão algumas ideias próprias de regimes autoritário-ditatoriais que se encontram com igual intensidade nos ataques schmittianos à democracia parlamentar e sua opção ditatorial, a saber, que (a) há um chefe detentor do mando supremo e que (b) este detentor do poder encontra-se em conexão íntima, identificado, com o querer popular e (c)

A aproximação conceitual à ditadura realizada por Schmitt compatibiliza democracia e ditadura, e, posteriormente, a convergência conceitual entre ditadura e cesarismo (cf. SCHMITT, 2006d, p. XV-XVI).¹⁸⁸⁷ Consideradas as suas fontes conservadoras espanholas, é também certo que se encontram referências em Schmitt na clássica fonte bodiana sobre o tema, já orientadoras no sentido de que “[...] las leyes del

que sob tal inspiração pode ele mandar, e deve ser obedecido, posto que conhecedor dos melhores rumos para a consecução dos fins públicos sem desvios em atender a fins particulares, como o caso do Parlamento. Estes são alguns dos pontos de contato entre a filosofia política schmittiana e a tradição conservadora (contrarrevolucionária e revolucionária) que puderam servir de inspiração, mediata e imediata, às teorias totalitárias nas quais o nacional-socialismo se inscreve. Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “O chefe não deve obedecer ao povo, deve servi-lo, o que é coisa distinta. Servir ao povo é ordenar o exercício do mando para o bem do povo, visando o bem do povo governado, embora o próprio povo desconheça qual é o seu dever, ou seja, sentir-se conforme o destino histórico popular, embora dissinta do que a massa quer”.

¹⁸⁸⁶ É digno de nota que a cultura totalitário-ditatorial expandia-se pela Europa em diversas latitudes, Portugal incluído, sendo que Antonio de Oliveira Salazar chega ao poder ainda antes de Hitler, em 1932, e nele se manteria até o avançado ano de 1968, governando com inspiração na doutrina social da Igreja. A interpretação schmittiana proposta neste texto, portanto, encontra-se em um contexto em que diversas lideranças europeias, das quais o autor não se mantinha em desconhecimento, apontavam para alternativas totalitárias. Na Espanha, que já recebia atenção de Schmitt desde os primeiros momentos da década de 20 por sua leitura de Donoso Cortés, o tão longo regime franquista (1939-1975) igualmente marcava terreno de atuação política, consagrando um regime fortemente totalitário-ditatorial (ver DÍAZ, 1991), regime largamente reconhecido como tal (cf. SÁNCHEZ, 2003). No mesmo sentido, ver SEVILLANO CALERO, (2010). Em reforço a esta visão de Estado totalitário-ditatorial encontramos, e não casualmente, um discípulo e tradutor de Schmitt para o espanhol, Francisco Javier Conde, que operará em solo espanhol desde referenciais teóricos schmittianos, no sentido de reforçar conceitos que emprestavam sustentação ao novo Estado e, como diz Tapia, em especial apoio ao franquismo (cf. TAPIA, 1990, p. 68). Todo este é um contexto histórico e político que concede um indício a mais, embora não uma razão suficiente, para reforçar nossa interpretação do autor.

¹⁸⁸⁷ Sugere Schmitt que “Stets aber ist nach dem neueren Sprachgebrauch eine Aufhebung der Demokratie auf demokratischer Grundlage für die Diktatur charakteristisch, so daß zwischen Diktatur und Caesarismus meistens kein Unterschied mehr besteht und eine wesentliche Bestimmung, nämlich das, was im Folgenden als der kommissarische Charakter der Diktatur entwickelt ist, entfällt” (SCHMITT, 2006d, p. XV-XVI). O texto permite a seguinte livre tradução: “Segundo o uso mais moderno da linguagem, sempre é característico da ditadura uma supressão da democracia sobre as bases democráticas, de maneira que já não existe, no mais das vezes, nenhuma diferença entre ditadura e cesarismo e falta uma determinação essencial, que é o caráter comissarial da ditadura que será tratado na sequência”.

príncipe soberano [...] sólo dependen de su pura y verdadera voluntad [...]”. (BODIN, 1992, p. 53).¹⁸⁸⁸

Estes são argumentos que nos auxiliam a entender que já não restariam claras diferenças entre democracia e cesarismo, ideia dotada de alto grau de potencialização do poder que faz recordar a Donoso Cortés, quando comenta ser o soberano uma figura que pode ser descrita como “[...] rey y pontífice” (DONOSO CORTÉS, 1954, p. 39). União terrena de todo poder possível, na sequência da vida política alemã, entrado o século XX, haveria o recrudescimento de uma cultura totalitária que permite ler ao ditador como uma figura que também se encontra marcada por um poder superior: “[...] o chefe só é responsável perante si pelo que faz; êle é o *autos*, aquêle que dispensa poder; ou seja, êle torma as decisões e colhe os frutos consequentes”. (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 13).¹⁸⁸⁹

Este perfil do monopolizador do poder não foi apenas uma identificação histórica do século XX, mas, em maior ou menor grau, também presente em outros dos conservadores revolucionários, e um exemplo disto é Spengler.¹⁸⁹⁰ O movimento

¹⁸⁸⁸ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] as leis do príncipe soberano [...] apenas dependem de sua pura e verdadeira vontade [...]”.

¹⁸⁸⁹ Esta interpretação de Friedrich e Brzezinski também se fez presente na cultura espanhola de meados da década de 30, quando Javier Conde, um dos discípulos espanhóis de Schmitt, ao comentar decreto de 29 de setembro de 1936, sustentava que: “Razones de todo linaje señalan la alta conveniencia de concentrar en un solo poder todos aquellos que han de conducir a la victoria final y al establecimiento, consolidación y desarrollo del Nuevo Estado, con la asistencia fervorosa de la Nación” (*apud* TAPIA, 1990, p. 77). Neste trecho encontramos com um Conde que reforça a interpretação da obra schmittiana conforme apreendida naquela década de 20 e 30, ou seja, voltada à projeção de seu aparato conceitual ao apoio dos regimes totalitário-ditatoriais. Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Razões de todo tipo mostram a alta conveniência de concentrar em um só poder todos aqueles que haverão de conduzir à vitória final e ao estabelecimento, consolidação e desenvolvimento do Novo Estado, com a assistência fervorosa da Nação”.

¹⁸⁹⁰ Isto sim, Spengler sugeriu a transição da democracia para uma forma de cesarismo, ou seja, uma verdadeira substituição da tirania de poucos por uma tirania de muitos.

realizado por Spengler é no sentido de confirmar o possível trânsito da ditadura, entendida nos termos schmittianos como uma cultura capaz de ser gestada e desenvolvida em território democrático (*cf.* SPENGLER, 2009b, p. 570) para o cesarismo.¹⁸⁹¹ Portanto, quando Schmitt se ocupa da ditadura em 1921 e 1922 – e há que ter em vista que muitos contemporâneos indicavam como possível no espaço político e jurídico republicano de Weimar – já não era de todo impensado nos círculos conservadores revolucionários a possibilidade de trânsito da ditadura ao cesarismo.¹⁸⁹²

Tanto a figura do rei e pontífice apontada por Donoso Cortés como a do chefe responsável apenas perante si mesmo indicada por Friedrich e Brzezinski, a qual toma as decisões e colhe os seus frutos, estão a indicar o perfil do titular do poder para Schmitt. Aquele que decide o faz segundo uma ancoragem estritamente política. Neste sentido Bendersky sugere que Schmitt acredita encontrar a única e eficaz solução para evitar uma catástrofe política (*cf.* BENDERSKY, 1989, p. 214), como aquela que muitos indicavam estar a se configurar na Alemanha. Isto sim, a despeito das dificuldades, a real catástrofe não teria lugar senão com o aprofundamento da crise decorrente precisamente do movimento intelectual ao qual a teoria schmittiana da política e do direito daria suporte.

Claro estava que ao realizar esta amplíssima outorga de poderes constitucionalmente atribuída às mãos do Presidente do Reich (*Reichspräsident*), a estratégia do conservadorismo de direita, a cujas fileiras pertencia Schmitt, era a de proteger todo um emergente, mas ainda incerto, regime totalitário. Estas providências serviriam, especificamente no caso alemão, para permitir ao regime nacional-socialista

¹⁸⁹¹ Esta leitura de Spengler sugere ocorrer um verdadeiro antídoto para um tempo de decadência que encontra possibilidade de ocorrência

¹⁸⁹² Utilizamos aqui o conceito de cesarismo de forma similar ao conceito de ditadura soberana (ver SCHMITT, 1995a, p. 133) em que o soberano schmittiano atua (ver SCHMITT, 2009g, p. 13).

proteger-se de ataques internos do ponto de vista teórico e institucional. Desde logo, todas as vias não seriam nunca completamente fechadas mas, por certo, recorreriam a um importante recurso, o de colonizar o sistema jurídico com a ideologia do partido mas também aparelhar o Poder Judiciário, cujos membros tiveram de prestar juramento ao partido, sob pena de perda de seus cargos. Era certo que haveria enormes resistências durante o desenrolar do regime frente às políticas de Estado, uma vez que o cidadão não disporia de recursos institucionais que lhe servissem como árbitros imparciais em suas disputas contra o Estado.

Sem embargo, a dupla manobra jurídica apontada haveria de, somada aos prévios movimentos levados a termo em reforço da teoria totalitária ainda antes de o nacional-socialismo tornar-se uma séria alternativa de poder, pavimentar um caminho que, de outra forma, seria arduamente percorrido por qualquer regime totalitário que pretendesse levar as suas causas às últimas consequências, movimento este facilitado a partir da estratégia teórica schmittiana de recorrer ao pensamento conservador (ver SPEKTOROWSKI, 2002).

Uma das estratégias de reforço ao totalitarismo levadas a termo ao final da década de 20 e início da subsequente teve como tema a pergunta, e resposta, sobre *Wer soll der Hüter der Verfassung sein?*¹⁸⁹³ Para tal questão havia já desde algum tempo uma resposta há muito determinada. Para Schmitt a questão deveria receber uma resposta a partir de uma abordagem estritamente política. Entrados os anos 30, o III Reich precisava de uma solução prática e, sobretudo rápida, para que o poder fosse convenientemente concentrado nas mãos daquele que deveria ser consagrado como o legítimo intérprete da vontade popular.¹⁸⁹⁴

¹⁸⁹³ Segundo uma livre tradução, sugerimos: “Quem deve ser o guardião da Constituição?”

¹⁸⁹⁴ É interessante como Schmitt concebe a teoria e como, alguns anos após, acabada a guerra, de certa forma a mesma ideia ressurgiria em entrevista de Göring. Para Schmitt uma crítica central ao “Estado

Schmitt encontrou a alternativa e a ofereceu, ao reunir na figura do Presidente do Reich (*Reichspräsident*) o poder de discernir entre amigos e inimigos (*Freund-Feind*) e, neste sentido, como recorda Bercovici, tornar-se o “[...] último pilar da ordem constitucional, o único capaz de resistir à possibilidade do caos” (BERCOVICI, 2004, p. 87). No plano empírico encontramos a ideia de legitimação apenas passível de conexão com o conceito de *acclamatio*, popular, estratégia política entendida como mais sólida do que as votações democráticas, posto que naqueles tempos especiais o Presidente do Reich (*Reichspräsident*) necessitaria também de poderes muito especiais.

10.2. DECISÃO E CONCENTRAÇÃO DE PODERES NO PRESIDENTE DO REICH: A OPOSIÇÃO AO *RECHTSSTAAT* POR MEIO DA INTERPRETAÇÃO DO ART. 48

O decisionismo schmittiano tem seu ponto de ancoragem teórica no *Politische Theologie* feito publicar pelo autor em 1922 (ver SCHMITT, 2009g), texto no qual define que a decisão precede o momento de instauração da ordem jurídica e que aquele seu criador permanece além do produto de sua criação, por ele inatingível. A decisão,

legiferante” (como também denominava o Estado liberal) era um veículo de meras reformas, revisionista, enfim, não era apto a realizar as grandes mudanças que, por outro lado, acreditava que o Estado total (*totalen Staat*) ou administrativo, sim, estaria apto a realizar (cf. SCHMITT, 2007, p. 7). Era a anteposição entre um Estado marcado pelo *ethos* (Estado republicano-liberal weimariano) a um outro por intermédio do *pathos* (Estado total). Atribuímos a expressão *ethos* ao Estado no sentido de diferenciá-lo de outros tipos de Estado, na medida em que marcado pela busca de uma compartilhada visão de bem comum e por práticas políticas marcadas por hábitos éticos. Por outro lado, o Estado marcado pelo *pathos* visa emprestar significado ao Estado caracterizado pela paixão e pela catástrofe, pelo sofrimento tanto quanto pelo sujeitamento. Ao final da guerra, já em sua cela em Nuremberg, enquanto corria o julgamento, Göring era entrevistado. Quando perguntado sobre o motivo que o levava a entrar para o movimento nacional-socialista, aderindo à proposta de Hitler, disse que era contra o Tratado de Versalhes bem como contra o Estado democrático. Neste aspecto, indubitavelmente, convergia com Schmitt, seu protegido, que também fora um dos mais intensos rebatedores da cultura liberal e do próprio *Rechtsstaat*, a que dava lugar, ambos argumentando, portanto, contra a democracia, e aqui tanto do ponto de vista descritivo quanto normativo. Göring sustentava ainda que o Estado democrático não seria capaz de solucionar os problemas alemães e que, enfim, era um nacionalista alemão (cf. GOLDENSOHN, 2005, p. 175-176), e que este seu perfil era plenamente afim com o discurso de Hitler.

em si, resta desconectada, no que concerne à sua legitimidade, de qualquer prévio asserção legal ou política, é, em suma, como sugere Sá, um conteúdo que, decidido pelo soberano, determina o que valerá como justo e verdadeiro e que não alicerça sua validade por remeter a qualquer argumento de justiça, crença ou verdadeira última legitimadora (cf. SÁ, 2007b, p. 4).

O decisionismo encontra relevante fonte dialógica no debate mantido com Kelsen, perante quem sustenta que a norma jurídica é instrumento insuficiente em si mesmo e que a sua aplicação e interpretação é que a tornam atual, sendo estes elementos dependentes de uma decisão que em última análise lhes fundamenta. Este aspecto bastante bem demonstra a cisão de fundo entre Schmitt e Kelsen que, respectivamente, apostam na fundamentação política do direito, e na validação jurídica das normas de direito segundo o critério epistemológico da pureza do direito.¹⁸⁹⁵

Em Schmitt é encontrada a defesa da ideia de que a estrutura última do direito bem como do valor de toda a ordem jurídica ancora-se em um ato de vontade, política, portanto, ou seja, de que é “[...] una decisión que, como tal, crea derecho, y cuya «fuerza jurídica» no puede ser deducida de la supuesta fuerza jurídica de unas reglas de decisión [...]” (SCHMITT, 1996c, p. 27).¹⁸⁹⁶ Para Schmitt, aliás, a força da ordem jurídica não poderia, a rigor, ser deduzida de absolutamente nada, pois, como recorda Sá da leitura do *Politische Theologie*, se trata ali de que a “[...] decisão isola-se aqui da norma jurídica [...] a autoridade prova que, para criar direito, não precisa de ter razão”

¹⁸⁹⁵ Ademais, há uma importante diferenciação apontada por Schwab que remete ao kantismo presente na teoria kelseniana. A crítica de Schmitt a Kelsen se ancora em que este último, ao seguir a tradição kantiana, revela-se incapaz de abordar o Estado de exceção, uma vez que o direito em períodos de exceção para Kant não é, efetivamente, direito (cf. SCHWAB, 1989, p. 49).

¹⁸⁹⁶ Ao texto acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] uma decisão que, como tal, cria direito, e cuja ‘força jurídica’ não pode ser deduzida da suposta força jurídica de regras de decisão [...]”.

(cf. SÁ, 2007b, p. 4).¹⁸⁹⁷ Este aspecto apenas reitera o profundo distanciamento de Schmitt e Kelsen marca exatamente a oposta posição de ambos quanto à guarda da Constituição que, enquanto para Kelsen haveria de residir em um órgão jurídico superior, a Suprema Corte, para Schmitt uma tal guarda haveria de residir no político.¹⁸⁹⁸

Em torno ao conceito de decisionismo subjaz uma polêmica anti-normativista e anti-kelseniana. Schmitt descreve a sua oposição ao normativismo em termos de rechaço à compreensão do poder enquanto possibilidade de derivação de uma prévia norma jurídica. A aposta de Schmitt, ao contrário, é de que a pura decisão, autêntica e não influenciada por ninguém, é que se mostra capaz de dar origem a toda uma ordem jurídica (cf. SCHMITT, 1996c, p. 30). Com isto Schmitt realiza um movimento que visa distanciar a vinculação do jurídico de prévias estruturas legais que lhe determinem. A proposta de Schmitt é, pois, a de vincular a ocorrência do jurídico à pura vontade incondicionada que emerge no âmbito do político.¹⁸⁹⁹

¹⁸⁹⁷ É arguta a abordagem de Sá quando retoma o debate da questão em torno aos dois verbos aplicados por Schmitt ao termo *Recht*. Schmitt utiliza o *Recht zu schaffen* (criar o direito) e *Recht zu haben* (ter razão) (cf. SÁ, 2007b, p. 4). A ideia de criação do direito aparece em Schmitt, pois, como grandeza desvinculatória do ordenamento de quaisquer passos precedentes, nada existindo que lhe possa condicionar. A decisão, pois, emerge em um contexto de absoluta ausência de predeterminação ou poder cuja ordenação sobre ele se projete. Portanto, como indica Sá, “[...] a decisão não precisa de ter uma justificação para decidir, não precisa de ter na sua origem uma qualquer legitimidade que a justifique; ou seja: na medida em que ela não precisa de ter a sua origem no estabelecimento de uma “verdade” ou “crença” que lhe atribua uma base e um fundamento”. (SÁ, 2007b, p. 4-5).

¹⁸⁹⁸ A este respeito, ver SCHMITT (1996g) e KELSEN (1995). Ainda a este respeito, ver SCHMITT; KELSEN (2009f). Para um maior detalhamento da argumentação em Kelsen, ver KELSEN, (2003a).

¹⁸⁹⁹ O que comenta Schmitt é que “El soberano que decide no es competente para la decisión gracias a un orden ya constituido. Es sólo la decisión que pone el orden y la seguridad estatal en lugar del desorden y la inseguridad del estado de la naturaleza, la que le convierte en soberano, y hace posible todo lo demás – ley y orden” (SCHMITT, 1996c, p. 31). Ao trecho citado sugerimos a tradução que segue: “O soberano que decide não é competente para a decisão devido a uma ordem já constituída. É apenas a decisão que

Nestes termos posta a questão, entendemos que a competência para a tomada da decisão se concentrava naquela figura que, conceitualmente, ocupava a posição de ditador soberano.¹⁹⁰⁰ Dispõe o ditador soberano não apenas da sua *summa auctoritas* como da *summa potesta* que, reunidas, embasavam o poder decisório. O seu carácter soberano “[...] no se explica jurídicamente desde una norma, ni desde un orden concreto, ni encuadrada en un orden concreto. Sólo la decisión funda tanto la norma como el orden” (SCHMITT, 1996c, p. 30).¹⁹⁰¹ Este era um contexto político-jurídico configurador de um regime totalitário-ditatorial, ainda que este último possa vir a ter lugar antes mesmo do que qualquer excepcionalidade ocorra, poderes concentrados que todavia envolvem nuclear parte da crítica à obra de Schmitt (ver ROMANO, 2011)¹⁹⁰² e que parecem tornar o seu trabalho inabitável para a vida democrática pluralista das sociedades contemporâneas.

coloca a ordem e a segurança no lugar da desordem e da insegurança do estado de natureza, a que converte o soberano e torna possível tudo o demais”.

¹⁹⁰⁰ Aquele que se encontre em circunstância de decidir, indica Schwab, pode ser observado por intermédio de dois pontos fundamentais, a saber: “(1) the capacity of an individual to establish order, peace and stability from a chaotic situation [...] (2) that person’s responsibility to safeguard the newly created stable situation [...]” (SCHWAB, 1989, p. 45). Estas são as circunstâncias daquele a quem cabe decidir, sujeito que é a fonte de todo o direito. Sobre ele não recai qualquer possibilidade de mandato ou condicionamento, ou seja, que seu carácter soberano se reveste de uma competência última para decidir, e que dela emanam todos os mandatos, e de que ele, soberano, de ninguém, e de nenhum tipo, os recebe (cf. SCHMITT, 1996c, p. 27). Ao breve trecho anterior sugerimos a seguinte livre tradução: “(1) a capacidade para um indivíduo estabelecer a ordem, a paz e a estabilidade em uma situação de caos [...] (2) que detenha a responsabilidade pessoal para salvaguardar a situação de estabilidade novamente criada [...]”.

¹⁹⁰¹ Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] não se explica juridicamente desde uma norma nem desde uma ordem concreta, nem enquadrada em uma ordem concreta. Apenas a decisão fundamenta tanto a norma como a ordem”.

¹⁹⁰² Romano destaca o grave problema em que consiste o desempenho do papel dos intelectuais em sua aproximação proclive ao texto schmittiano. Sublinha Romano que estes intelectuais “pregam o afastamento imediato das mediações jurídicas e políticas liberais e o reforço do poder decisório dos líderes que movem o Executivo. Em suma, pregam a ditadura do Poder Executivo nas matérias estratégicas dos países, em detrimento do Legislativo e do Judiciário”. (ROMANO, 2011, p. 3).

Esta é a descrição de um tipo de Estado instituído de modo absolutamente alheio a qualquer ideia de auto-organização da sociedade, e Trierweiler nos chama a atenção para que a identificação entre Estado e sociedade permite-nos concluir que já nada resta fora do âmbito do estatal. Em suma, tudo é, ao menos potencialmente, estatal e político (*cf.* TRIERWEILER, 2010, p. 27). Schmitt não pensa a sociedade segundo um modelo autônomo, distanciado da ingerência do Estado, senão que, inversamente, a reflexão do autor indica que o poder político se impõe a quaisquer articulações de poder. Esta imposição das estruturas estatais projeta-se de forma avassaladora, e para nada compartilha espaço com poderes sociais não centralizados. Neste sentido, como recorda Arendt, o totalitarismo encontra sua descrição em seus propósitos de “[...] destruir la esencia del hombre” (ARENDR, 1974, p. 10), algo que tem lugar quando os poderes sociais soçobram e sucumbem. Tal e como Arendt em sua abordagem do Estado, sugere Stoppino que “[...] penetra e mobiliza uma sociedade inteira ao mesmo tempo que lhe destrói a autonomia [...]”. (STOPPINO, 1998, p. 1259).

No âmbito da totalidade em que se move o poder atribuído por Schmitt ao Presidente do Reich já não haverá resquícios da vida que não se encontrem sujeitos a sua competência. Muito embora Schmitt estruture a sua argumentação a partir da institucionalização de um poder moderador cujo exercício caberia ao Presidente do Reich, e de clara inspiração em Benjamin Constant, por certo, como indica Romano, resultou em uma tese distorcida por ele (*cf.* ROMANO, 1990, p. 158), na medida em que se distanciou notavelmente do princípio liberal que lhe inspirava. Dotado de poderes especiais para proteção da Constituição (ver SCHMITT, 1996g),¹⁹⁰³ os restantes passos

¹⁹⁰³ A este respeito interessa a substancial nota de Romano sobre o Estado liberal neutro, já bastante identificado por Schmitt em suas origens no século XIX, e de sua busca pela estabilidade política. Para Romano, encontramos-nos com que Schmitt “[...] arranca – com fórceps – a idéia de um Estado total, cujo árbitro supremo – falando diretamente ao Povo – é o Presidente, e cujo querer unifica-se ao da

de um poder retoricamente pensado como neutro e moderador tornaram-se conhecidos em sua dinâmica empírica.

Não restam dúvidas a este respeito em um de seus textos constitucionais, no qual Schmitt afirma que nada haverá que “[...] en potencia, [...] que no sea estatal y político” (SCHMITT, 1998a, p. 136).¹⁹⁰⁴ Os poderes especiais advêm como mero corolário desta concentração de poderes no Estado e, mais especificamente, em sua figura central. Como dizia Schmitt, ali havia toda uma “[...] nova base na legitimidade plebiscitária do presidente do Reich eleito pelo povo alemão” (SCHMITT, 2007, p. 13), base popular esta que retoricamente Schmitt sempre reclamou para o exercente do poder político como, por exemplo, o faz na *Verfassungslehre*, ao dizer que o encargo de funções de liderança política¹⁹⁰⁵ e sua continuidade devem-se a que “[...] gobierna solo porque tiene la confianza del pueblo”. (SCHMITT, 1992b, p. 232).¹⁹⁰⁶

Neste caso a interpretação de Schmitt é de que se trata de que o Presidente do Reich (*Reichspräsident*) tem o direito de manter um contato direto com o povo (*Volk*) que o elegeu, momento em que supostamente restaria configurada a relação de confiança. O apelo ao povo (*Volk*) estabelece uma relação direta e inapelável com o Presidente do Reich (*Reichspräsident*) e coloca em segundo plano a ideia de representatividade parlamentar. Estes eleitores em ligação direta com o *Führer* supostamente exerceriam a palavra e a decisão popular (*Völkische Entscheidung*), algo

nacionalidade” (ROMANO, 1990, p. 159). Aqui, portanto, uma vez mais a nota de que a unificação opera como conceito desconstitutivo desde dentro, genuinamente inviabilizador, de reações contra as ações do *Führer*.

¹⁹⁰⁴ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] em potência [...] que não seja estatal e político”.

¹⁹⁰⁵ Sobre a possível relação do conceito de liderança e soberania em Schmitt com a literatura melvilliana, ver ZUCKERT, (1999).

¹⁹⁰⁶ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] governa apenas porque tem a confiança do povo”.

que Schmitt entende que nenhum bom democrata poderia desqualificar como sendo uma boa e real democracia.¹⁹⁰⁷

O plebiscito à base da ação política do Presidente do Reich (*Reichspräsident*) era genuína criação de uma cortina de fumaça a partir da qual a influência popular no governo do *Führer* ganhava aparência de existência quando a decisão encontrava-se tão somente na figura do *Führer*. Os amplos poderes outorgados ao Presidente do Reich permitiam-lhe decidir recorrendo à “[...] necessidade objetiva, à situação do objeto, ao imperativo das circunstâncias, à urgência da época e a outras justificativas não determinadas pelas normas, mas pela situação dada” (SCHMITT, 2007a, p. 8). Esta era armadilha para a qual toda a tradição teórico-política e constitucionalista anglo-saxônica já havia alertado, e Bryce fora um dos que pusera as devidas notas ao problema:

[...] Liberty is a good thing, because it develops the character of the individual, and conduces to the welfare of the community. When one man, or a few men, rule over others, some of the subjects are sure to resent control and rebel against it, troubling the general peace. (BRYCE, 1921, p. 44).¹⁹⁰⁸

Schmitt aprecia claramente a relação direta do povo com o Presidente do Reich, caracterizando esta como uma relação direta e de confiança, que desconhece limites institucionais e também as referências temerárias de Bryce, de que “No one is good enough to be trusted with unlimited power. Unless he be a saint – perhaps even if he be

¹⁹⁰⁷ Esta argumentação torna-se ainda mais evidente quando Schmitt ancora o papel de representatividade do Chanceler – a quem cabia a execução de diretrizes políticas em grande parte orientadas pelo *Reichstag*, o qual se enfrentava com uma figura maiúscula, a do Presidente do Reich (*Reichspräsident*) – na confiança de todo o povo (*Volk*), tornando a sustentação no poder (*Macht*) dependente desta relação. Este era sujeito que encontrava-se diretamente ligado ao povo, sem intermediações, nem sequer pelo Parlamento (*cf.* SCHMITT, 1992b, p. 334). Esta comunicação direta evitava as inseguranças e dissabores que as alterações de rumos na política oferecem.

¹⁹⁰⁸ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] liberdade é uma boa coisa porque isto desenvolve o caráter do indivíduo e conduz ao bem-estar da comunidade. Quando um homem ou um pequeno grupo deles governa a outros, os mesmos objetos são adequados para impor controles quanto para rebelar-se contra eles, causando embaraço à paz geral.

a saint – he is sure to abuse it” (BRYCE, 1921, p. 44).¹⁹⁰⁹ Para Schmitt não há necessidade de manter o poder sob desconfiança, característica da visão liberal do poder, não há que cuidar da limitação do Estado, algo com o que a filosofia política do liberalismo terá maior cuidado. Estes são traços indicativos de como textos como este de Bryce não podem estar nos horizontes teóricos do poder em Schmitt, e isto por força de que o autor encontra-se voltado à constituição das estruturas totalitárias de poder.

Por meio destes argumentos, Schmitt deslocava sua posição de centralidade ao conceito de legalidade, o qual ataria as mãos do ocupante da Presidência do Reich, em suma, que a própria afirmação da soberania do *Führer* implicaria, como reconhece Pardo, na “disolución [...] del principio de legalidad” (PARDO, 2003, p. 177),¹⁹¹⁰ posto que “El Estado y la Administración depeden del todo de los designios de un hombre. Persona [...] en vez de normas e instituciones impersonales [...]” (PARDO, 2003, p. 177).¹⁹¹¹ Portanto, segundo o conceito de soberano que ia sendo trabalhado, ele não poderia ficar submetido às amarras de possíveis interpretações políticas e jurídicas que não lhe interessassem da parte de seus súditos ou das instituições e, portanto, esta era uma figura que, como reconhece Marcuse, estava em uma posição além de toda a legalidade e legitimidade (cf. MARCUSE, 1968, p. 40).

De fato, a partir de uma leitura conservadora-spengleriana do conceito de soberania pode ser percebido aconselhamento similar ao movimento realizado por Schmitt, visto que Spengler claramente aposta na unidade conceitual de Estado com o conceito de soberano (único) de poderes ampliados ao estilo schmittiano (cf.

¹⁹⁰⁹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “Ninguém é bom o suficiente para estar dotado de confiança com poderes ilimitados. Exceto que o indivíduo seja um santo, talvez até mesmo se ele for um santo – ele seguramente abusará do poder”.

¹⁹¹⁰ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] do princípio da legalidade”

¹⁹¹¹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “El Estado e a Administração dependem totalmente dos desígnios de um homem. Pessoa [...] em vez de normas e instituições impessoais [...]”.

SPENGLER, 2009b, p. 462), unidade política (*Politik Einheit*) esta que existe e reforça o Estado excepcional ou não existe a figura do soberano em tal situação (*cf.* BERCOVICI, 2003, p. 57), ou seja, “[...] existe uma unidade política e ela é soberana se possui competência para decidir no caso decisivo, mesmo que ela seja um caso excepcional”. (BERCOVICI, 2007, p. 62).

Esta noção de soberania apareceria, por exemplo, em um discurso de Hitler da segunda metade da década de 30, no qual, ao referir-se às massas, dizia: “Todo lo que sois me lo debéis a mí; todo lo que soy sólo a vosotros lo debo” (*apud* ARENDT, 1974, p. 407). Uma vez mais, este discurso nacional-socialista enuncia com clareza o percurso inverso ao aconselhado acima por Bryce, próprio da tradição liberal, ou seja, de fugir a confiança absoluta em figuras históricas detentoras de totais poderes. Não interessa, por definição, a qualquer roteiro totalitário, a existência de controles, e com tal princípio a filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana não pode mostrar-se mais condizente em seus textos. Decidir, antes de tudo o mais, de considerar, sequer, qual seja o conteúdo da decisão, mais importante do que a sua ausência. A tragicidade que pode envolver este órgão decisor e a vida política que visa a regular resume-se em sua falta de decisão (*cf.* ROMANO, 1990, p. 158).

Da imposição da decisão não resulta um mal em si. Arendt deixa claro que a teoria totalitária alega uma direta conexão entre o povo e o seu *Führer*, de sorte que este elemento político de unidade a ligá-los torna-se operante de forma a excluir a possibilidade de transgressões por parte do órgão que decide. Igualmente se faz perceptível a ligação deste trecho de Hitler com o teor do texto de Spengler, quando afirma que o poder soberano haverá de estar nesta condição de único liberto de amarras e controles. Esta sua condição libérrima já se encontra dada pela inexistência de programa partidário que possa, minimamente, servir de balizamento para o

desenvolvimento das políticas de governo. Esta ausência é resolvida pelo recurso ao argumento da unidade entre governados e governantes expresso por Hitler no texto acima¹⁹¹² e que se configura expressamente em seu enfeixamento de poderes, como nos diz Bracher:

[...] a Hitler se le aclamó como ‘representante del pueblo, custodio de la concepción filosófica del mismo, salvaguardia del Reich, primer legislador del Reich, máximo magistrado de la nación’ y, en todo caso, como el ‘primer mentor del pueblo’. (BRACHER, 1995b, p. 80).¹⁹¹³

Para que um movimento deste tipo pudesse ser realizado haveria de ser mesmo levado às últimas consequências um ataque ao conceito de legalidade próprio do Estado liberal, atacado como uma pura invencionice de uma suposta representatividade parlamentar, cuja realidade era a de uma verdadeira crise, ou seja, de representantes que não traduziam o verdadeiro sentimento popular. Sendo mesmo veraz a crítica, sempre factível, dos problemas ligados à teoria da representação, a alternativa schmittiana, e totalitária, era a de resolver a questão por meio da centralização de poderes na figura do Presidente do Reich (*Reichspräsident*), única figura que, aliás, por defeito em sua argumentação, o próprio Kelsen houvera admitido ser possível de ocorrer em uma democracia.¹⁹¹⁴

O ataque ao conceito de legalidade próprio do Estado liberal de Schmitt esteve ancorado em que se tratava de um conceito fechado, impeditivo, por exemplo, da

¹⁹¹² Ambas são ideias que remetem ao papel do soberano tanto quanto à questão da unidade entre governados e governantes são observadas com clareza em Schmitt.

¹⁹¹³ Para o texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] Hitler foi aclamado como ‘representante do povo’, guardião da concepção filosófica do mesmo, salvaguarda do Reich, primeiro legislador do Reich, máximo magistrado da nação e, em todo caso, como o ‘primeiro mentor do povo’”.

¹⁹¹⁴ A rigor, Kelsen não quisera admitir que a democracia se dera nos termos que propusera Schmitt, a saber, por meio de uma figura que enfeixara poderes. Contudo, pouco mais do que isto é o que se pode deduzir de uma leitura pontual de trecho da obra de Kelsen: “[...] o termo [democracia] designa um governo exercido [...] ou até mesmo por um único indivíduo [...]”. (KELSEN, 2000, p. 141-142)

recepção de uma pluralidade de fontes como aquelas existentes no Direito Romano,¹⁹¹⁵ movimento este também realizado por Spengler em sua análise do político e do jurídico (ver SPENGLER, 2009b, p. 502-504). O que Schmitt de fato omite é que o Estado liberal, embora se alicerce na defesa da origem popular da legislação positivada por meio de um conjunto de representantes políticos em câmaras legislativas, em momento algum supõe que de outras fontes de inspiração para legislar não possa valer-se¹⁹¹⁶ além daquela que em seu roteiro ocupa o centro e o cetro do político com exclusividade.

Este corpo de legisladores presentes no Estado liberal é um dos alvos da crítica de Schmitt. O seu trabalho sustenta que aqueles que se encontram em uma suposta posição de onisciência, à semelhança do Deus-todopoderoso (*cf.* SCHMITT, 2001, p. 43), configuram uma nova característica da democracia segundo um movimento que caracteriza o sistema como uma “[...] democratic omnipotence of the people and of the legislator has become the substitute for the Almighty Will of God, whose commands are the ultimate sources of order in this world [...]” (OFFE; PREUSS, 1991, p. 147).¹⁹¹⁷ A crítica, contudo, encontra-se em um contexto de limitações, posto que nos dias que

¹⁹¹⁵ Schmitt fazia referências às *leges*, plebiscitos, *senatus consultum*, *constitutiones principum*, éditos dos magistrados, *consulta prudentium*, etc. Um dos comentaristas de Schmitt que se ocupa mais demoradamente da contraposição da ditadura na Grécia e em Roma é Kalyvas. Ver KALYVAS, (2007). Neste aspecto será interessante para momento de subsequente estudo a leitura de Arendt sobre a sua preferência pelo classicismo grego em detrimento da cultura política romana. Para um aprofundamento da leitura da preferência de Arendt pelos gregos e não pelos romanos, ver HAMMMER, (2002).

¹⁹¹⁶ Sobre esta recepção de fontes alternativas do direito na concepção jurídica liberal, encontramos exemplos em várias constituições que preveem a iniciativa popular como fonte de alteração constitucional ou mesmo como forma de iniciar um processo legislativo ordinário. Ainda assim, como nossa Constituição, outras há que preveem a figura do referendo e também do plebiscito como forma de averiguar a inclinação popular sobre determinada matéria. Quanto à iniciativa popular, já Kelsen fazia referência a ela como um instrumento para que o povo (*Volk*) pudesse, malgrado as limitações do Estado moderno, intervir na formação da vontade política do Estado (*cf.* KELSEN, 2000, p. 54).

¹⁹¹⁷ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] a onipotência democrática do povo e do legislador tornou-se o substituto para o onipotente desejo de Deus, cujos comandos são os recursos últimos da ordem neste mundo [...]”.

correm, como recorda Borda, temos uma realidade constitucional que limita mesmo as possibilidades constituintes de um poder originário.¹⁹¹⁸

Não é o objetivo de Schmitt deixar transparecer qualquer mostra de preocupação com os impedimentos às liberdades provocadas pelo Estado de exceção (*Ausnahmezustand*) que, de conceder que apenas haveria de ser aplicada a emergência dos poderes temporariamente, de forma ineludível, por parte de um autor que não desejasse perpetuar a exceção e transformá-la em verdadeira regra.¹⁹¹⁹ Este haveria, desde logo, de entender-se com as muito prováveis consequências de um governo de exceção perante a tentação da permanência, um tema cuja influência de Donoso Cortés uma vez mais aparece¹⁹²⁰ neste que se revela um ponto tão central no debate ora em questão.

¹⁹¹⁸ Para uma exploração em Schmitt das relações entre poder constituinte, soberania e o conceito de democracia radical, ver CHUEIRI, (2004).

¹⁹¹⁹ Muito embora o faça de passagem, Paulo Arantes reconhece que, perante as instabilidades enfrentadas pela República de Weimar, a frequência com que se decretava o Estado de sítio fez com que “[...] a exceção estava praticamente tornar-se norma” (ARANTES, 2002, p. 53). Esta observação de Arantes apenas reforça, embora com outros propósitos no contexto do pensamento do autor, uma perspectiva acertada, indicativa do quão comum se havia tornado a decretação da exceção na República de Weimar.

¹⁹²⁰ Em um de seus trabalhos, Donoso Cortés evidencia trecho que apresenta ponto de contato temático com a obra de Schmitt, malgrado neste último não sejam encontradas referências expressas a este trabalho em que Donoso Cortés sustenta que (a) “El problema que el Gobierno debía resolver en su proyecto de ley es el siguiente: “¿Cómo se fijan por una ley las atribuciones de los jefes militares fuera del Estado de paz, sin que esas atribuciones sufran disminución o menoscabo?” En la resolución de este problema era necesario evitar dos contrapuestos escollos; porque si los jefes militares no deben tener más autoridad que la conferida por la ley, y si la ley no puede prever todas las atribuciones que en su circunstancias difíciles son necesarias en sus manos, no se concibe cómo la ley ha de organizar la dictadura ni cómo el dictador no ha de traspasar alguna vez los límites de la ley” (DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 633). A solução legislativa encontrada naquele momento, comenta Donoso, foi dupla. Genericamente, haveria de ser entendida a lei como portadora de um caráter flexível, e que comportasse, paralelamente, duas dimensões, a saber, concreção e vagueza. Com este movimento a ideia seria de lançar mão de normas vagas para tempos excepcionais quando (b) “[...] no pudiendo fijar las atribuciones convenientes, fuese necesario conceder a los jefes militares una facultad de discreción, facultad que no puede ser alarmante si se atiende a que está autorizada por la misma ley, que exige la más estrecha responsabilidad a los mismos a quienes

Em especial a influência de Donoso Cortés se mostrará importante no que concerne ao alerta para o problema da expansão incontável do poder na situação excepcional.¹⁹²¹ A isto bem havia atentado Walter Benjamin ao mencionar que o “[...]

confiere la más terrible dictadura” (DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 633-634). Desde logo, historicamente, seria comprovável que a responsabilização daquele que detivesse amplíssimos poderes não se revelaria uma alternativa eficaz e compatível com a finalidade de refrear abusos no exercício do poder, ainda quando o próprio Donoso Cortés faça expressa referência ao artigo 16 de Projeto de Lei sobre Estados de exceção, apresentado pelo Ministério de dezembro às Cortes em 1829 e cujo sentido previa que (c) “Todos los funcionarios públicos a quien corresponde el cumplimiento de esta ley incurrirán en responsabilidad si contravinieren a ella” (DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 640). Sem embargo, como atentaria Donoso Cortés ao final de seu texto, preventivamente, estas responsabilidades não poderiam ser apenas ilusórias (*cf. Ib.*), mas, precisa e seguramente, esta foi a lição que a história política nos legou. Aos textos acima sugerimos as seguintes traduções: (a) “O problema que o Governo deveria resolver em seu projeto de lei é o seguinte: “Como se fixam por lei as competências dos chefes militares fora do Estado de paz, sem que estas competências sofram diminuição ou desprezadas?” Para a resolução deste problema era necessário evitar dois contrapostos obstáculos; porque se os chefes militares não devem ter mais autoridade do que aquela que a lei lhes atribua, e se a lei não pode prever todas as competências que em difíceis circunstâncias são necessárias em suas mãos, então, não se concebe como a lei haverá de organizar a ditadura nem tampouco como o ditador não haverá de, em algum momento, transgredir os limites da lei”; (b) “[...] não podendo fixar as atribuições convenientes, fosse necessário conceder aos chefes militares o poder discricionário, faculdade que não pode ser desassossegadora se se considera que está autorizada pela própria lei, que exige a mais estreita responsabilidade dos mesmos a quem ela confere o mais terrível poder ditatorial”; (c) “Todos os servidores públicos a quem corresponda o cumprimento desta lei incorrerão em responsabilidade se transgredirem a lei”.

¹⁹²¹ A este respeito há um longo e rico trecho no trabalho de Donoso Cortés: “[...] atentos sólo a la seguridad de los individuos, olvidan fácilmente lo que exige la seguridad del Estado, graves y serias impugnaciones. Las facultades discrecionales concedidas a la autoridad serán consideradas por algunos como atentatorias de aquellos preciosísimos derechos que no pueden abandonar sin deshonorarse los pueblos civilizados y libres. Pero los que, como el autor de este artículo, se hallen convencidos íntimamente de que, cuando se disuelven los vínculos sociales, naufragan todos los derechos en un naufragio común; de que la acción tiende siempre a reconcentrarse cuando la sociedad tiende a disolverse; de que cuando la fuerza loca y desatentada se burla de la mansedumbre de la ley, la ley debe buscar a su vez el omnipotente amparo de la fuerza; y de que, si la ley no le buscara, la sociedad le buscaría en el momento de peligro [...]”. Ao texto acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] atentos apenas à segurança dos indivíduos, esquecem facilmente o que exige a segurança do Estado, graves e sérios desafios. As competências discricionárias atribuídas à autoridade serão consideradas por alguns como atentatórias àqueles preciosíssimos direitos que não podem ser abandonados sem que se desonrem os povos civilizados e livres. Mas os que, como o autor deste artigo, encontrem-se convencidos intimamente de

estado de exceção [...] tornou-se a regra” (BENJAMIN, 2000a, p. 69).¹⁹²² A regra, por certo, é posta por alguém que está fora e ao mesmo tempo dentro do ordenamento jurídico, ou seja, que “[...] o soberano está, ao mesmo tempo, dentro e fora do ordenamento jurídico, pois ao utilizar o seu poder de suspender a validade do direito, coloca-se legalmente fora da lei”. (BERCOVICI, 2007, p. 62).

Em outro trabalho Bercovici aponta que a exceção não é um caso excluído da norma mas, isto sim, escudado em Agamben, sustenta que a exceção não está fora da relação com a norma (*cf.* BERCOVICI, 2004, p. 66). Situação em que a anomia ocupa o centro cênico, *locus* em que o vazio de direito emerge sendo suplantado pela força pelo preenchimento do espaço pelo político, em suma, uma “[...] zona de anomia em que todas as determinações jurídicas [...] estão desativadas” (AGAMBEN, 2004, p. 78) cujo vazio reclama a intervenção de uma força que a determine, o político. O próprio Agamben, a quem Bercovici interpreta, sustenta que é possível definir o Estado de exceção como “[...] a oposição entre a norma e a sua realização atinge a máxima intensidade” (AGAMBEN, 2004, p. 58). A intensificação deste conflito implica na neutralização, e suspensão, do direito, criando uma vetorialização anômica e, paralelamente, a criação das condições de possibilidade para a instauração da imposição política (força e violência) de uma nova ordem.

que, quando se dissolvem os vínculos sociais, naufragam todos os direitos em um naufrágio comum; de que a ação tende sempre a ser concentrada quando a sociedade tende a dissolver-se; de que quando a louca força e desordenada zombe da mansidão da lei, a lei deve buscar, por sua vez, o onipotente amparo da força, e de que, se a lei não lhe buscasse, a sociedade lhe buscaria no momento de perigo [...]”.

¹⁹²² O que realmente temos aqui é que o Estado de exceção em Schmitt é confirmado como uma verdadeira regra tomada a partir de um conceito diferenciador entre dois tipos de ditadura (comissária e soberana). Schmitt, quiçá apenas retoricamente, sugeria que fora o primeiro deles, subsumível às normas jurídicas e, portanto, um conceito de alcance jurídico-político limitado, enquanto que o segundo, o conceito de ditadura soberana, seria de alcance ilimitado, a nosso ver, verdadeiramente utilizável em seu roteiro jurídico-político.

Acerca da mesma questão, por seu turno, argutamente aponta Sá que o soberano não ocupa esta dupla posição senão que, de fato, atua como garante da ordem. Nesta sua posição, o soberano desempenha tal atividade de garantia a partir de uma posição externa à ordem jurídica, reproduzindo, como sugere Sá, a “[...] figura metafísica de Deus que, fora do mundo, sustenta a estrutura desse mesmo mundo”. (SÁ, 2004, p. 70).

O soberano é capaz de decidir em *locus* originador da norma jurídica, e não por ele condicionado, posto que essencialmente fora de seus limites (*cf.* SÁ, 2001, p. 433). Por encontrar-se em tal posição de exterioridade em relação ao ordenamento jurídico sobre o qual recai a sua atenção como garante, é que o soberano não subordina as suas ações à ordem por ele mesmo *ex nihilo* criada e faticamente garantida. Schmitt é claro a respeito de que a decisão soberana é mesmo um princípio absoluto, que “Surge de la nada normativa y de una concreta falta de orden” (SCHMITT, 1996c, p. 31).¹⁹²³ Em suma, o soberano encontra-se mesmo fora desta ordem jurídica a qual se ocupa em determinar e que não pode, ela mesma, ser determinada por qualquer outra (*cf.* SÁ, 2004, p. 76), tal como era o caso na filosofia kelseniana a sugerir que tal papel construtivo fora desempenhado pelo direito.

Esta posição se Sá, embora sem referência expressa, apresenta-se algo mais próxima à sustentada por Arendt. Na filósofa encontramos a ideia de que o conceito de soberano é figura que “[...] siendo el centro del movimiento, el Jefe puede actuar como si estuviera por encima de éste” (ARENDT, 1974, p. 463)¹⁹²⁴ e que, portanto, não se encontra submetida ao ordenamento senão que sobre ele paira e dele dispõe. Em outros termos, como sugere Agamben, “[...] tal é a estrutura topológica do estado de exceção

¹⁹²³ Ao breve trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “Surge do nada normativo e de uma concreta falta de ordem”.

¹⁹²⁴ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] sendo o centro do movimento, o chefe pode atuar como se estivesse por cima deste [...]”.

[...] porque o soberano que decide sobre o estado de exceção é, na realidade, logicamente definido por ela em seu ser [...]” (AGAMBEN, 2004, p. 57), projetando, com isto, o risco para a ordem jurídica democrática.

O Estado de exceção coexiste com a figura do soberano que lhe decide acerca da excepcionalidade de suas circunstâncias¹⁹²⁵ figura que ocupar-se-à em aplicar a força sem lei, reconhecendo, por conseguinte, o distanciamento (devido à suspensão) entre a norma jurídica e a sua aplicação no estado excepcional. O conceito de soberano é equiparado por seu fautor ao conceito de ditadura (cf. SCHMITT, 2006d, p. XVI),¹⁹²⁶ ao menos no que concerne à temporariedade de ambos (cf. SCHMITT, 2006d, p. XVII).¹⁹²⁷ Para Schmitt, no Estado de exceção há todo um processo de mudança em curso e o novo Estado e seu ordenamento jurídico disporia de tanta ou ainda maior legitimidade do que o anterior. Contudo, havia um movimento contrário derivado da Ilustração que visava impugnar o caso excepcional em qualquer de suas formas de apresentação empírica. É que o racionalismo que Schmitt qualifica como consequente “Das Normale beweist

¹⁹²⁵ É certo que Schmitt, de fato, não dedicou maior atenção aos problemas capazes de serem suscitados pelo Estado de exceção, posto que era real a possibilidade de que apenas sobreviessem advertências de tendência libertário-burguesas ademais de pacifistas alheias ao seu pensamento. Ao abster-se desta preocupação que, por certo, não seria solúvel em todas as suas possibilidades, Schmitt termina por, aliado a sua igualmente escassa atenção aos limites de ação do poder no Estado de exceção, abrir as portas para políticas claramente marcadas por um Estado autoritário, alternativa política esta da qual não se poderá claramente distanciar, mesmo porque, como indica Bercovici, “[...] Schmitt não foi o único a apresentar uma saída autoritária à crise da República de Weimar”. (BERCOVICI, 2004, p. 90).

¹⁹²⁶ Literalmente diz Schmitt que “Wenn die Diktatur notwendig, „Ausnahmezustand” ist, kann man durch eine Aufzählung dessen, was als das Normale vorgestellt wird, die verschiedenen Möglichkeiten ihres Begriffes aufzeigen [...]”. Como tradução livre do texto sugerimos: “Se a ditadura é um ‘estado de exceção’ necessário, podem ser demonstradas as distintas possibilidades de seu conceito mediante uma enumeração do que se considera como normal [...]”.

¹⁹²⁷ É importante assinalar que o conceito de ditadura no sentido acima mencionado apenas pode ter lugar na medida em que tenhamos em conta o conceito de ditadura comissarial, não a ditadura soberana.

nichts, die Ausnahme beweist alles [...]”¹⁹²⁸ (SCHMITT, 2009g, p. 29),¹⁹²⁹ para logo na sequência confirmar o que pensa: “[...] sie bestätigt nicht nur die Regel, die Regel lebt überhaupt nur von der Ausnahme”. (SCHMITT, 2009g, p. 21).¹⁹³⁰

Schmitt termina por vincular a regra à situação de anormalidade, precisa e, quiçá, paradoxalmente, quando dela já nada se pode esperar em termos de normalização da vida mas, antes, da decisão do soberano, capaz de, ancorado na excepcionalidade de seus poderes, restaurar a normalidade. Entende disto Schmitt que “Das Normale beweist nichts [...]” (SCHMITT, 2009g, p. 21), centralizando o autor o seu pensamento na exceção, capaz de confirmar a regra, a qual se assenta na decisão do soberano, e não na própria existência de alguma regra que lhe oriente as ações. Para Kelsen, por seu turno, é lógico que a norma jurídica apenas poderá encontrar seu ponto de apoio e validação em uma outra norma jurídica.¹⁹³¹ Para Schmitt, como vimos, o ponto último de apoio é bem outro, a decisão, a política. Isto encontra a sua síntese em Díaz, para quem “[...] frente al normativismo, el decisionismo” (DÍAZ, 1991, p. 80),¹⁹³² mas, contrariamente, para este autor, talvez possamos dizer que a soberania política consiste precisamente

¹⁹²⁸ O texto acima comporta a seguinte tradução: “A normalidade não demonstra nada, a exceção demonstra tudo [...]”.

¹⁹²⁹ Este é um dos textos de referência a partir dos quais Schmitt irá propor o debate acerca de que a exceção é o conceito que realmente se reveste de maior importância, de que ela, mais interessante do que o caso normal, é que demonstra realmente tudo, mas não o caso normal, que nada demonstra (cf. SCHMITT, 2009g, p. 21), em suma, de que o caso excepcional não apenas confirma a regra mas que a regra apenas sobrevive graças à exceção (cf. SCHMITT, 2009g, p. 21).

¹⁹³⁰ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] a exceção não apenas confirma a regra, mas a própria regra só vive da exceção”.

¹⁹³¹ Schmitt reconhece abertamente esta que é uma leitura comum da filosofia do direito kelseniano. Segundo o autor, “[...] der Grund für die Geltung einer Norm kann wiederum nur eine Norm sein [...]”. Segundo uma livre tradução do trecho sugerimos o seguinte texto: “[...] a base para a validade de uma norma só poder ser outra norma”.

¹⁹³² Sugerimos a seguinte livre tradução para o texto acima: “[...] frente ao normativismo, o decisionismo”.

não no decisionismo senão na submissão ao legislador político, lógica sob a qual operava o enfoque racional-legalista de Weimar (*cf.* ORFANEL, 1993, p. 245) e com a qual o decisionismo schmittiano não pareceu poder adequar-se.

Em Schmitt podemos entender que a decisão (decisionismo) opera como ponto último de ancoragem, considerado o suposto esforço pelo retorno à normalidade. Uma tal radicalização do político encontrará sua condição de funcionalidade em um regime denominado ditadura, posto que estará habilitado a lançar mão da suspensão dos direitos previstos pelos regimes constitucionais liberais. Disto, se poderá denominar ditadura a esta situação, ou seja, que

Daher heißt der Belagerungszustand Diktatur wegen der Aufhebung positiver Verfassungsbestimmungen, während von einem revolutionären Standpunkt aus die gesamte bestehende Ordnung als Diktatur bezeichnet und dadurch der Begriff aus dem Staatsrechtlichen ins Politische überführt werden kann. (SCHMITT, 2006d, p. XVI).¹⁹³³

Aqui encontramos algumas articulações no que se refere às motivações para que se qualifique como ditadura a algum tipo de suspensão da ordem jurídica. Schmitt radicaliza o exemplo ao fugir a realidade de uma ordem garante de direitos fundamentais, como era o caso de Weimar,¹⁹³⁴ para adentrar no pantanoso terreno das

¹⁹³³ Ao trecho acima sugerimos a seguinte possível tradução: “Por isto, ao Estado de sítio se chama ditadura devido à suspensão de preceitos positivos da Constituição, uma vez que, de certo ponto de vista revolucionário, todo o ordenamento existente é qualificado como ditadura, motivo pelo qual o conceito pode ser transladado do jurídico-político ao simplesmente político”.

¹⁹³⁴ Em sua análise da Constituição, Schmitt a compreende dividida em duas partes, em verdade, duas constituições. Claramente nos diz Schmitt que (a) “La Constitución de Weimar está literalmente escindida entre la neutralidad axiológica de su primera parte y la abundancia de valores de su segunda parte” (SCHMITT, 1971, p. 78) e, ademais, reconhece que (b) “[...] la segunda parte de la Constitución es, en realidad, una Constitución diferente [...]” (SCHMITT, 1971, p. 79). A primeira delas era entendida como neutra, na qual eram previstos nada mais do que procedimentos para a organização estatal, muito embora Schmitt assinale que, ainda dentro desta primeira parte, encontram-se dois sistemas diferentes, a saber, uma legalidade parlamentar e uma outra, uma legalidade plebiscitária (*cf.* SCHMITT, 1971, p. 96-97). A segunda parte previa direitos fundamentais, e era entendida como um compromisso de valores de fundo da cultura política e jurídica weimariana. A escolha de Schmitt pela segunda parte não

situações revolucionárias em que, de fato, a partir de uma articulação retórica em busca de legitimação, toda a ordem estabelecida haverá de receber o qualificativo de ditatorial. Encontramo-nos propensos a tangenciar a radicalidade argumentativa schmittiana e permanecer no campo da qualificação como ditadura de uma mera suspensão de direitos para a qual as instituições não prevejam ou mal prevejam as suas possibilidades de controle, problema este que nos parece ser o caso da filosofia política de Schmitt.¹⁹³⁵

O soberano que suspende a ordem jurídica encontra-se em singular posição. Conforme menciona Agamben, trata-se de que ocupa uma dupla posição, posto que ele “[...] está fora [*steht ausserhalb*] da ordem jurídica normalmente válida e, entretanto, pertence [*gehört*] a ela, porque é responsável pela decisão quanto à possibilidade da suspensão *in toto* da constituição” (AGAMBEN, 2004, p. 57). Esta cessação de direitos pode ter lugar em um *Rechtsstaat*¹⁹³⁶ ou Estado de Direito¹⁹³⁷ como o fora a República

representava, em absoluto, a sua opção pelos direitos fundamentais mas, antes, a sua opção por uma constituição substancial. Aos trechos citados sugerimos as traduções que seguem: (a) “A Constituição de Weimar está, literalmente, dividida entre a neutralidade axiológica de sua primeira parte e a abundância de valores de sua segunda parte”; b) “[...] a segunda parte da Constituição é, na verdade, uma Constituição diferente [...]”.

¹⁹³⁵ Não nos interessa aqui o exame detalhado do direito constitucional positivo e de suas efetivas, embora nem sempre eficazes, previsões de Estado de sítio ou de emergência. Malgrado a importância de que se reveste o tema, a nossa abordagem neste trabalho não tem um viés aplicado, senão teórico, centralizado nos textos filosófico-políticos de Schmitt. A título de sugestão de leitura acerca de possíveis aproximações para a crítica deste tema no direito pátrio a partir de considerações schmittianas, ver BERCOVICI, (2077, 2004, 2003), TAVARES, (2008).

¹⁹³⁶ O conceito de origem por vezes imprecisa, *Rechtsstaat* ou Estado de Direito, sugere Díaz, encontra o seu antecedente teórico mais remoto no trabalho de Robert von Mohl, intitulado *Die Polizeiwissenschaft nach den Grundsätzen des Rechtsstaates*, publicado nos anos de 1832-1833 (cf. DÍAZ, 1991, p. 31).

¹⁹³⁷ O Estado democrático de Direito em Díaz (ver DÍAZ, 1991) se mostra condizente com as expectativas básicas das democracias contemporâneas e adianta uma série de características que em absoluto poderíamos encontrar tanto na triunfante cultura alemã de então, o nacional-socialismo, como em Schmitt. Ambos captam uma aversão radical aos valores burgueses e procuram centralizar aquilo que Marcuse qualifica como “revolta alemã contra o mundo burguês e sua cultura” (MARCUSE, 1999f, p. 209). Marcuse se refere a que Jünger sublinharia os elementos antiburgueses do caráter alemão apenas

de Weimar e todos os demais Estados históricos, como o feudal, estamentário, etc. Em suma, o movimento de Schmitt é o da cessação de apoio político, não teórico, do *Rechtsstaat* para apoiar o *Reich* alemão ditatorialmente modelado (cf. ESTÉVEZ ARAÚJO, 1989, p. 215). Schmitt foge a que o conceito de Estado de Direito se encontre ligado essencialmente ao *Rule of Law* da tradição anglo-saxônica, o qual tem seu ponto nevrálgico no império da lei bem como na divisão de poderes, na legalidade da Administração e no respeito aos direitos e liberdades fundamentais (cf. DÍAZ, 1991, p. 31).¹⁹³⁸ Esta não é, definitivamente, uma tradição na qual possa estar Schmitt de alguma

como uma forma de propaganda política. Tratar-se-ia somente de “pintar a ordem nacional-socialista como uma revolução anticapitalista” (MARCUSE, 1999f, p. 211), uma “revolución desde la Derecha (Hans Freyer) [que] combinaba temas anticapitalistas y nacionalistas [...]”, mas que, ao fim e ao cabo, efetivamente não ocorreu. O movimento nacional-socialista veio a ser realmente marcado por um profundo compromisso com a ordem econômica capitalista, muito embora caracterizada por um centralismo tão intenso que permitiria qualificá-lo como capitalismo totalitário de Estado. Em parte isto se deve aos compromissos historicamente assumidos no momento de suplantar as condições sociopolíticas que deram lugar à República de Weimar (por um lado, as demandas dos trabalhadores, dos sindicatos e da esquerda e, por outro lado, a preocupação do setor industrial e financeiro) e que, na visão dos conservadores, emprestava instabilidade à vida política e institucional weimariana. A composição de interesses fez-se em torno ao exército, aos empresários e ao setor financeiro, razão pela qual não haveria como durante o regime nacional-socialista dar-se uma inversão de trajetória, mesmo porque o regime necessitaria de uma proximidade considerável com os setores empresariais como instrumento para financiar e alavancar os investimentos bélicos necessários para a implementação de suas políticas expansionistas. Este é todo um processo cultural levado eficientemente a cabo pelos setores reacionários da direita alemã e que envolvia a substituição de um modo de vida ao qual amplos setores da sociedade alemã não se sentiam exatamente à vontade ou, ao menos, facilmente seduzíveis em abandoná-lo pelos motivos que foram sendo expostos nos capítulos III a VI deste trabalho doutoral. Estes esforços para a realização da transição da cultura burguesa tão afinada com a cultura política do Estado democrático de Direito – cuja descrição aparece, por exemplo, em Díaz, a partir das construções do Iluminismo – era encontrada naquele período em um forte movimento de glorificação do embate. A luta se dava em torno ao retorno às origens germanas, e para tanto uma das mais expressivas figuras, literárias, era a do soldado-trabalhador, noção que remete a célebre obra de Jünger (ver JÜNGER, 1993).

¹⁹³⁸ A este propósito, interessante mencionar, Elías Díaz nos chama a atenção para o fato de que Hitler, efetivamente, não chegou ao poder nos termos de um sistema democrático. Isto sim, o usurpa, vilipendia seus princípios ao eludir as liberdades públicas, aplicando violência durante o processo eleitoral e expondo a insuficiência do Estado alemão de então para fazer cumprir as regras de liberdades que devem

maneira inserto,¹⁹³⁹ autor que aposta em um conceito de Estado social identificado com o Estado liberal weimariano.¹⁹⁴⁰

Os direitos fundamentais, e liberais, alvo das críticas schmittiano-conservadoras que se faziam representar na *Weimarer Verfassung*, eram tomados, naquele contexto jurídico-político, pelas fileiras do conservadorismo revolucionário, como sendo desconstitutivos da democracia no sentido em que a pensavam, malgrado protegidos por suas instituições. A aplicação deste sistema de direitos tornava o próprio documento constitucional em si vulnerável, a ponto de colocar a perder as suas próprias finalidades conforme a opinião de seus críticos. Com isto, por exemplo, lhes resultaria fácil a homens como Spengler, rotular a Constituição de Weimar como um ingênuo documento mas que, redigido nos umbrais da decadência (liberal-burguesa), permitiu a inserção dos elementos capazes de propiciar uma ditadura (*cf.* SPENGLER, 2009b, p. 560).

Não é de escassa importância destacar que Schmitt tenha interagido tão constante quanto profundamente com os membros do círculo conservador

mediar os que travam a disputa pelo poder em uma democracia (ver DÍAZ, 1991). Opinião contrária é sustentada por Bilbeny, para quem “[...] Hitler [...] obtuvo el poder por medios legales [...]” (BILBENY, 1999, p. 86). Ao trecho anterior sugerimos a seguinte tradução: “[...] Hitler [...] obteve o poder por meios legais [...]”.

¹⁹³⁹ Especificamente para uma crítica de Elías Díaz sobre Carl Schmitt, ver SCHMITT, (2003).

¹⁹⁴⁰ A este respeito nos interessa ressaltar a recepção da obra de Díaz por parte de Bercovici. Bastante adequada a leitura deste da obra de Díaz, cujo núcleo teórico encontra-se em seu livro *Estado de Derecho y Sociedad Democrática* (ver DÍAZ, 1991), no qual há uma aberta defesa de que a democracia formal deve se fazer acompanhar da democracia material, malgrado não seja sua a defesa da substancialização linear das relações sociais. Isto sim, a detectada incompatibilidade entre capitalismo e democracia apontada por Bercovici na obra de Díaz não nos parece adequada (*cf.* BERCOVICI, 2004, p. 164). Isto sim, parece-nos a melhor leitura a de que Díaz apoia a compatibilização do socialismo democrático com estruturas de mercado, algo que poderia ser conceitualmente traduzido em uma social-democracia típica dos Estados de bem-estar modernos. Bem detectada por Bercovici é o contato da teoria de Díaz com Heller, em cuja Alemanha natal Díaz estudou e, por certo, ali recebeu parte da obra de Heller.

revolucionário.¹⁹⁴¹ A leitura de fundo de Schmitt sobre a questão da ditadura, como víamos, não diferia da posição conservadora revolucionária spengleriana. Igualmente próxima a esta tradição era o reconhecimento de Schmitt de que o Estado de Direito era caracterizado por dois princípios, a saber, os direitos fundamentais e a divisão de poderes (cf. SCHMITT, 1992b, p. 201), ademais de controles sobre o Estado que em absoluto delineavam um perfil que servisse aos seus fins de um *Stärke Staat* (Estado forte) resultando apropriada a sua filosofia política e jurídico-constitucional.

A ingenuidade legal weimariana aludida logo acima estava apontada pela própria compreensão schmittiana dos limites da democracia liberal burguesa. Há pelo menos dois aspectos fundamentais a respeito de sua crítica, e em ambos subjaz a imputação de uma insita debilidade ao sistema democrático de inspiração liberal, crítica que também aparece nos escritos de Hitler de meados dos anos 20, quando realiza a sua opção de operar desde dentro do sistema como forma de alcançar o poder. Sendo a filosofia liberal-burguesa por definição uma filosofia arredia à decisão, fraca, segundo a visão conservadora e nacionalista, era ela possuída por uma verdadeira “[...] nur von der metaphysischen Feigheit eines diskutierenden Liberalismus geleugnet werden kann” (SCHMITT, 2010a, p. 81-82).¹⁹⁴² Ainda tão precocemente quanto neste ano de 1923, Schmitt já tem claro que a burguesia há de ser reafirmada em termos donosianos como uma classe discutidora, cuja projeção no mundo jurídico-político encontrava objeção fundamental, como vimos, às estruturas parlamentares mas, também, a quaisquer concepções de tipo totalitário.

¹⁹⁴¹ A proposta metodológica de nosso trabalho sugere precisamente que é mesmo fundamental interpretar Schmitt sob esta ótica para que possamos melhor compreender o alcance de vários de seus conceitos centrais, mas principalmente o de ditadura e o do político.

¹⁹⁴² O texto permite a seguinte tradução: “[...] só pode ser contestada pela covardia metafísica de um liberalismo no qual predomina a discussão”.

Esta tipologia totalitária se apresentará contrariamente ao governo das leis representado pelo império das leis, realizando as suas mais consistentes apostas no governo dos homens. Neste sentido, a aposta schmittiana no governo dos homens e no voluntarismo procura ocultar-se sobre a desqualificação do governo das leis, ao atribuir a tal roteiro político-jurídico a característica de que seria óbvio que, em uma tal organização o direito, significa

[...] die „Herrschaft“ oder „Souveränität“ dieser Art Recht die Herrschaft und Souveränität der Menschen bedeutet, die sich auf das höhere Recht berufen können und darüber entscheiden, was sein Inhalt ist und wie und von wem es angewandt werden soll. (SCHMITT, 2002a, p. 66).¹⁹⁴³

O império da lei presente em Díaz, por exemplo, difere profunda e visceralmente do império da autoridade (*Herrschaft*) proposto por Schmitt,¹⁹⁴⁴ pois, como já dissera em 1921, “[...] weil es keine Politik gibt ohne Autorität und keine Autorität ohne ein Ethos der Überzeugung” (SCHMITT, 2008, p. 28).¹⁹⁴⁵ Este conceito de autoridade que todavia não resta claro em suas delimitações o seria algo mais adiante quando, inaugurados os primeiros passos do III Reich, passaria a ser conhecido o território em que habitaria a autoridade em Schmitt, mais precisamente delimitado pelo conceito de *Führerprinzip* (princípio da autoridade). Schmitt amplia a visão em que intervém este seu conceito em seu trabalho em torno à soberania. É dele a crítica de que a soberania

¹⁹⁴³ O texto permite a seguinte tradução: “[...] o ‘império’ ou a ‘soberania’ desta espécie de direito significa o império e a soberania de homens que podem recorrer a um direito superior e que decidem sobre qual seja o conteúdo dele [...]”.

¹⁹⁴⁴ O conceito de autoridade trabalhado por Schmitt pode ser aproximado ao de Hitler. A autoridade tomada em seu sentido totalitário nos termos propostos por Hitler estava composta de três elementos. Segundo o autor, estes elementos são a popularidade, a força e a tradição (*cf.* HITLER, 2004, p. 145), com o que se dispõe de um conceito totalitário para o exercício da autoridade. Importa todavia destacar para o papel da tradição mencionado por Hitler que não remete apenas a uma possível ligação com Weber (e desnecessário é pontuar as distinções entre ambos) bem como com toda a importância emprestada ao conceito pelo movimento conservador revolucionário.

¹⁹⁴⁵ O texto permite a seguinte tradução: “[...] não há política sem autoridade e não há autoridade sem um *Ethos* da convicção”.

do direito nada mais significa do que a soberania dos homens, ou seja, que “[...] daß die Souveränität des Rechts nur die Souveränität der Menschen bedeutet, welche die Rechtsnormen setzen und handhaben, daß die Herrschaft einer „höheren Ordnung” eine leere Phrase ist [...]”. (SCHMITT, 2002a, p. 66).¹⁹⁴⁶

Para Schmitt há um ponto central que leva a que ocupe o seu lugar central no debate, a saber, de que a decisão seja entendida como ordem, baseada na *auctoritas* – que em Schmitt opera em um nível teológico¹⁹⁴⁷ – e não na norma, *legem*, sendo esta última feita e baseada sob os desígnios da primeira. Sob a orientação da *voluntas* e não da *legem* tem lugar uma estrutura de poder avessa ao Estado de Direito apontado por Díaz, e nestes termos a sua legalidade não poderá ser reconhecida senão como a manifestação da vontade individual de quem ocupe a posição de poder, ou seja, que “Die entscheidende Distinktion bleibt immer, ob das Gesetz ein genereller, rationaler Satz ist oder Maßnahme, konkrete Einzelverfügung, Befehl”. (SCHMITT, 2006d, p. 54).¹⁹⁴⁸

Quando Schmitt alicerça sua argumentação teórico-jurídica em que toda ela provém de uma última *voluntas* incondicionada, remete a um poder instituinte último de similaridade ao do criador cristão, em suma, que soberania é descrita como um “[...]”

¹⁹⁴⁶ Para este trecho sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] a soberania do direito significa tão somente a soberania dos próprios homens que estabelecem e aplicam as normas jurídicas, e que o império de uma ‘ordem superior’ é uma frase vazia [...]”.

¹⁹⁴⁷ Uma referência importante a este respeito encontra-se no papel de um de seus discípulos espanhóis, Javier Conde, autor que sustenta que “[...] la *auctoritas* del mando político y la representación alcanzan “el punto justo de equilibrio entre lo racional y lo irracional en la actitud cristiana” (*apud* TAPIA, 1990, p. 79). Ao trecho anterior sugerimos a seguinte tradução: “[...] a *auctoritas* do comando político e a representação alcançam “o ponto de justo equilíbrio entre o racional e o irracional na atitude cristã”.

¹⁹⁴⁸ Para este trecho sugerimos a seguinte livre tradução: “A distinção decisiva continua existindo entre a norma jurídica como norma geral, racional ou, então, como uma medida ou disposição individual, ou seja, uma ordem”.

rechtlich unabhängige, nicht abgeleitete Macht” (SCHMITT, 2009g, p. 26).¹⁹⁴⁹ Há uma ordem primeira no mundo cristão e ela opera na vida terrena de forma similar à vontade jurídica schmittiana, da qual toda a subsequente ordenação jurídica irá depender. Tendo em vista a escassíssima preocupação de Schmitt com o abuso do poder,¹⁹⁵⁰ uma teoria que utiliza tal parametrização para o exercício do poder coloca boas condições de possibilidade para que o Estado seja colonizado por toda uma cultura totalitária.

À lógica liberal do Estado de Direito Schmitt se apresenta em intensa oposição, em consonância com a tradição conservadora. Ao mostrar-se um intenso crítico liberal, Schmitt igualmente revela quão avesso encontra-se de sua versão jurídica, ou seja, da cultura do império da lei no sentido em que o tomamos logo nos parágrafos anteriores. Na leitura de Schmitt, o império da lei significa pouco mais do que a busca da legitimação da sociedade nos termos em que ela se apresentasse constituída em um determinado momento historicamente. Naquele caso, em específico, tratava-se de uma sociedade liberal que em matéria política visava um Estado neutro, para tudo antagônico ao Estado total (*totalen Staat*), uma mostra de sua defesa do Estado autoritário (*cf.* ORFANEL, 1993, p. 247), que se veria aprofundada a partir de dezembro de 1932, quando o papel de árbitro acima dos partidos concedido ao Presidente do Reich viria a conhecer a sua formulação mais bem acabada no conceito de Estado total (*cf.* FAYE, 2010, p. 130).

¹⁹⁴⁹ A defesa da soberania introduz em Schmitt um movimento político profundamente contraditório aos princípios da democracia liberal, na medida em que torna um poder não popular como aquele detentor do poder político fundador. Assentada na soberania popular desde o movimento revolucionário francês, encontrava Schmitt também nesta última um de seus outros inevitáveis antípodas teóricos. O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] poder máximo, juridicamente independente, não derivado”.

¹⁹⁵⁰ Schmitt tampouco dedicará uma especial atenção ao constitucionalismo, por certo, de matriz burguesa, como instrumento que ocupasse algum papel importante a desempenhar no controle do poder e do avanço da cultura jurídico-política totalitária.

O movimento de Schmitt em direção ao Estado total é por alguns indevidamente apontado como viragem para o Estado total (*die Wendung zum Totalen Staat*), posto que em nossa interpretação não houve uma ruptura teórica interna capaz de sugerir alguma espécie de viragem. Em nossa angulação resta também evidenciado qual o sentido do suo do conceito de Estado total como um promotor da “[...] politização de tudo o que fosse econômico, social, cultural e religioso” (BERCOVICI, 2004, p. 93). A este respeito é também claro Meier, quando admite a presença em Schmitt deste conceito de Estado total, no qual o político pode emergir em qualquer lugar e a tudo abarcar, uma vez que o político não está definido a partir de um só campo senão que em todos pode surgir e a todos abarcar (*cf.* MEIER, 2008, p. 38).

Sendo este o perfil, este era o Estado que disporia de um reclamado poder neutro na figura do Presidente do Reich, capaz de intervir desde em um *locus* político superior aos partidos políticos e aos interesses de grupos (ver FAYE, 2010, p. 126). Esta leitura do Estado total permite uma aproximação ao conceito dos fundamentos caracterizadores do Estado totalitário, algo marcado por uma favorável leitura compatibilizadora da democracia e da ditadura realizada por Schmitt, movimento este que, em suma, resultará apreciado pelas versões totalitárias do político que sugerimos estar presente em Schmitt.

Em uma outra angulação, é perceptível que Schmitt recorre a uma aproximação marxista das relações sociais, mas também greco-clássicas, precisamente platônicas, para dizer-nos que o fenômeno jurídico cumpre funções de preservação dos interesses dos mais poderosos. Esta suposta preservação será utilizada pelo autor como forma de estruturar a sua argumentação de sorte que o enfrentamento com a cultura liberal-burguesa lhe permita angariar apoio político. Em suas palavras, o que nos diz Schmitt é que

[...] dann bedeutet die „Herrschaft des Rechts“ nämlich nichts anderes als die Legitimierung eines bestimmten *status quo*, an dessen

Aufrechterhaltung selbstverständlich alle ein Interesse haben, deren politische Macht oder ökonomischer Vorteil sich in diesem Recht stabilisiert. (SCHMITT, 1972, p. 66).¹⁹⁵¹

Historicamente dispomos de informações, notavelmente no contexto da República de Weimar, de que Schmitt se mostra como alguém que não nutrirá preocupação de fundo com a manutenção no poder daqueles que dele já faziam parte. Não encontramos textos e práticas schmittianas que denotem uma efetiva preocupação com a reestruturação sociopolítica e econômica, exceto críticas que logo após a ascensão e tomada do poder absoluto (*Machtergreifung*) por Hitler dariam mostras a quão débeis eram em seus genuínos propósitos.

Malgrado o citado trecho logo acima possa sugerir algo distinto no que tange às preocupações do autor com a boa sorte dos mais débeis, em verdade, encontramos mais consistentemente uma intestina e malsinada crítica ao império do direito. A rigor, no corpo de sua obra, Schmitt não se mostrou avesso à apropriação do direito pelos detentores do poder que no trecho acima atribui ao império do direito e a sua cultura liberal-burguesa.

O conceito de Estado de Direito no âmbito da teoria proposta por Elías Díaz se deu em um contexto autoritário como o franquista, que dominou em seu país natal, adota a perspectiva do único império cujas características legais e políticas efetivamente não poderiam, em hipótese alguma, interessar a Schmitt. Ao contrário, o trabalho do autor se revelaria bastante próximo dos preceitos teóricos afins com o franquismo.¹⁹⁵²

¹⁹⁵¹ O trecho acima comporta uma tradução livre que resulta no seguinte texto: “[...] o “império do direito” não significa outra coisa senão a legitimação de um determinado *status quo*, em cuja manutenção obviamente têm um interesse todos aqueles cujo poder político ou cuja vantagem econômica se estabilizam neste direito”.

¹⁹⁵² Há sobradas referências à proximidade de Schmitt com a cultura jurídico-política espanhola. Dentre elas, ver referências a proximidade de Schmitt com a cultura jurídico-política espanhola. Dentre elas, ver BARBADILLO, (1996), RUIZ MIGUEL, (1996), CUEVAS, (1996), IRIBARNE, (1996, 1962), GARCÍA,

Desta forma, o conceito do professor espanhol irá se contrapor não apenas pontualmente a Schmitt como a toda a tradição conservadora que o recepciona na Espanha franquista,¹⁹⁵³ e mesmo depois disto,¹⁹⁵⁴ por intermédio de diversos autores,¹⁹⁵⁵

(2010), KALLE, (1996a), MIGUEL, (2000), MORA, (1996), ORFANEL, (2004, 1996), PAVÓN, (1996). Para uma relação de Schmitt com o conservadorismo espanhol, ver CUEVAS, (2002).

¹⁹⁵³ A Espanha do generalíssimo Francisco Franco possuía um contexto político amplamente favorável à recepção do pensamento schmittiano, e o fato de que, efetivamente, isto tenha ocorrido, por certo, não foi mera casualidade, como tampouco a renovação do interesse. É imprescindível anotar que o interesse por Schmitt se deu a partir da década de 30. Em recente artigo, por exemplo, Landrin nos adverte para o fato de que a ditadura franquista havia sido reforçada do ponto de vista lingüístico pela inclusão de uma terminologia conceitual “pueblo, espíritu, vida, orgánico” (cf. LANDRIN, 2006, p. 45) que em muito nos recorda a Schmitt tanto quanto o marco cultural-ideológico conservador com o qual mais proximamente dialogava. O debate sobre a obra schmittiana após 1945 repercutiria, ademais, em revistas como *Arbor* e *Nuestro Tiempo*. Ademais, a recepção schmittiana tem igualmente uma interessante dimensão em sua retomada de Donoso Cortés, a quem reputará já no ano de 1927 como o mais importante teórico ditadura. Esta importância concedida a Donoso Cortés em grande parte se deve ao *Discurso sobre la dictadura* pronunciado nas *Cortes Españolas* no dia 4 de janeiro de 1849, tão somente quatro anos antes da prematura morte de seu autor. Na oportunidade teorizava que a legalidade haverá de ter lugar até o limite em que as circunstâncias o permitam, enquanto que quando necessário, para que a sociedade seja salva, lançar mão da ditadura torna-se um imperativo contra o qual o valor da legalidade já não é suficiente. Muito bem recorda Lopez García de que há uma coincidência entre a filosofia política de Donoso Cortés – e, diríamos nós, sua recepção por Schmitt e a apropriação espanhola do nosso autor – chegando a que em 1939 Legaz y Lacambra pedisse sua reabilitação: “La fe donosiana en la verdad sólo puede ser fuente de salvación para los pueblos. ¡Genial pensador, por eso, Donoso Cortés, cuya figura urge revalorizar en estos momentos decisivos de España!” (LOPEZ GARCÍA, 1996, p. 153-154).

¹⁹⁵⁴ Este processo teve lugar em meados da década de 90, não obstante as fases por que passa sendo que, nesta década, por força do renovado debate que naquele momento se projetava quanto ao papel do Tribunal Constitucional da Espanha (cf. MORA, 1996, p. 111). Sem embargo, talvez possamos dizer que esta foi, mais exata e precisamente, uma reinserção do pensamento de Schmitt no contexto espanhol, com o qual, aliás, não deixou de manter contato. A este respeito sugere Mora que a recepção do pensamento de Schmitt na Espanha experimenta três fases, a saber: “a) crítica del Estado demoliberal parlamentario y partitocrático, de 1920 a 1932; b) construcción de un modelo político sobre el ‘principio de liderazgo’, desde 1933 hasta 1942 y; c) análisis del ordenamiento jurídico internacional, de 1942 en adelante” (MORA, 1996, p. 112). Esta sugestão de recepção tripartite da obra de Schmitt nos possibilita também refletir sobre qual a dimensão das possibilidades de leitura de um Schmitt totalitário mesmo antes de sua filiação ao partido nacional-socialista em 1933. Ao texto acima sugerimos a tradução que segue: “a) crítica do Estado democrático-liberal parlamentar e partitocrático, de 1920 a 1932; b) elaboração de um

movimento este que, por certo, teve lugar desde a década de 30 quando da tradução de sua primeira obra na Espanha¹⁹⁵⁶ projetando-se no período posterior ao conflito bélico.¹⁹⁵⁷

modelo político sobre o ‘princípio da liderança’, desde 1933 até 1942 e; c) análise do ordenamento jurídico internacional de 1942 em diante”.

¹⁹⁵⁵ A recepção schmittiana se deu através de vários autores como Manuel Fraga Iribarne, Alvaro D’Ors, Carlos Ollero, Caamaño Martínez, Francisco Javier Conde, sem contar as muitas publicações de Schmitt em terra espanhola. Estas tiveram lugar no hoje *Centro de Estudios Constitucionales*, fundado em 1939 como *Instituto de Estudios Políticos*, de onde o nome de sua revista à época. Neste sentido, mesmo pela proximidade familiar, através do casamento de sua filha Anima Schmitt de Otero (1931-1983), em 1956, com o catedrático espanhol, Alfonso Otero Valera (1925), relação familiar esta que potencializou a boa acolhida acadêmica de Schmitt na Espanha. Por força disto, há notas de Fraga Iribarne no sentido de que alguns textos de Schmitt foram publicados primeiramente em espanhol que no idioma materno de Schmitt (cf. FRAGA IRIBARNE, 1996, p. 153). Um dos órgãos que tão bem recepcionou Schmitt na Espanha através de sua revista, o *Instituto de Estudios Políticos*, foi um dos bastiões de publicações teóricas ligadas à direita espanhola. A nominata de vários de seus diretores, Francisco Javier Conde, Lamo de Espinosa e Manuel Fraga Iribarne, são todos nomes ligados ao schmittianismo espanhol. Sobre as tendências direitistas do Instituto nada mais que dizer que em foi instrumentalizado pelo regime para justificar intelectualmente várias de suas políticas, valendo-se para isto, em certo momento, da designação de máximos dirigentes seus como Jesús Fueyo Álvarez (1922-1993), alto político espanhol e intelectual falangista bastante conhecido.

¹⁹⁵⁶ O vigor da obra schmittiana em terras espanholas teve seu lugar partir da década de 30 com a tradução de sua *Der Hüter der Verfassung* no ano de 1931 por Manuel Sánchez Sarto e que, três anos depois, receberia trabalho mais bem acabado, até hoje trabalhado, de Francisco Ayala no ano de 1934, cuja tradução foi especialmente bem recebida, também em seus aspectos técnico-lingüísticos pelo próprio Schmitt (cf. ORFANEL, 1986, p. 24). A respeito da obra jurídica de Ayala ver KALLE, (1999).

¹⁹⁵⁷ Foi na *Revista de Estudios Políticos* que Schmitt encontrou o principal veículo de comunicação com a Espanha, nos anos de 1949, 1950, 1954, 1955, 1956, 1961, 1963, 1969, 1979. Dentre estes artigos sublinhariamos, por sua relevância, o artigo *Coloquio sobre el poder y el acceso al poderoso*, (1950), *La tiranía de los valores*, (1961), *La noción de lo político*, (1963), e um de seus últimos textos, *La revolución legal mundial*, (1979). Interessa ressaltar o fato de que estes artigos publicados na *Revista de Estudios Políticos* todos eles o são no período posterior à Segunda Grande Guerra Mundial quando a inserção intelectual de Schmitt em vários países encontrava sérios obstáculos. Esta década de 60 também testemunhou recepções calorosas a Schmitt por figuras destacadas do franquismo como Fraga Iribarne, que em 21 de março de 1962 proferiu discurso por força da concessão de título acadêmico honorífica a Carl Schmitt como Membro de Honra do Instituto de Estudios Políticos, hoje Centro de Estudios Constitucionales de Madrid. Naquele momento toda a obra schmittiana já estava posta e não sobravam dúvidas sobre quais as suas debilidades.

Desde o momento em que Schmitt tem traduzida sua primeira obra ao espanhol a sua recepção se daria por alguns dos mais renomados jusfilósofos do período como Legaz y Lacambra.¹⁹⁵⁸ Não obstante, Legaz y Lacambra havia sido discípulo de Kelsen. Portanto, haveria de em algum grau prestar de sua aproximação com Schmitt com o outro titã do momento, Kelsen,¹⁹⁵⁹ ao tempo em que tal recepção dava-se apenas de

¹⁹⁵⁸ Há referências desta recepção de Legaz y Lacambra no que toca à crítica schmittiana ao parlamentarismo, notadamente sobre o seu declínio enquanto instituição já incapaz de responder aos desafios de seu tempo. Não menos intensamente Legaz y Lacambra também recepciona o conceito de legalidade e legitimidade, o qual repercute ainda no ano de 1960, quando da publicação de seu prestigioso *Humanismo, Estado y Derecho*, livro composto por vários artigos, muitos dos quais publicados na *Revista de Estudios Políticos* e na *Revista de Administración Pública*. O artigo *Legalidad y legitimidad*, componente do livro *Humanismo, Estado y Derecho*, publicado em 1960, veio originariamente à luz em 1958, no número 101 da *Revista de Estudios Políticos*. Já neste artigo, Legaz y Lacambra se revelava devedor do conceito de legalidade kelseniana, teórico do qual não haveria de desmarcar-se por completo, dada a sua estadia com o vienês em 1929. Legaz y Lacambra conclui que “el Derecho se configura como un sistema de legalidad porque la unidad del ordenamiento jurídico se basa en la existencia de una norma fundamental de la cual son una derivación todas las restantes normas; es, pues, el ordenamiento jurídico un sistema de “delegaciones de procedimientos”, como explica Kelsen [...]” (LEGAZ y LACAMBRA, 1960, p. 97). Neste mesmo trabalho o autor reconhece a filiação do conceito de legalidade ao de Estado de Direito que, por certo, admitia o autor, já havia sido reconhecido por Carl Schmitt (cf. LEGAZ y LACAMBRA, 1960, p. 89). Legaz y Lacambra retoma o trabalho de Weber para afirmar, com o alemão, que a forma de legitimidade mais corrente naqueles dias era “la obediencia a preceptos jurídicos positivos estatuidos según el procedimiento usual y formalmente correctos” (cf. LEGAZ y LACAMBRA, 1960, p. 91).

¹⁹⁵⁹ Em um prólogo a obra bastante conhecida sobre Carl Schmitt de autoria de José Caamaño, Legaz y Lacambra prestava contas desta conexão intelectual necessária dos juristas da época com Schmitt e Kelsen: “Hans Kelsen y Carl Schmitt. Dos nombres representativos de corrientes espirituales antitéticas, expresión de la profunda crisis con que se inicia la vida del hombre europeo del siglo XX; de un lado, los epígonos de la fe en la razón, absolutamente relativizada en el formalismo; de otro, la creencia en los poderes irracionales de la vida y la relativización en las situaciones histórico-espirituales concretas; y así, mientras Kelsen, relativista, busca en el formalismo el refugio de las posibles verdades jurídicas *a priori*. Carl Schmitt va en pos de lo concreto, del sentido adecuado a la situación, y frente a la *ratio* y el *nomos* impersonal afirma el poder personalista de la decisión. Hans Kelsen resulta así el teórico que representa típicamente una situación y una filosofía de la crisis, mientras que Carl Schmitt es el teorizante de esa crisis, a la que, sin embargo, no ha podido escapar del todo, porque su consciente y voluntaria inmersión en lo existencial implica demasiado su pensamiento en los avatares de la situación histórica que con mano maestra sabe describir”. (LEGAZ y LACAMBRA, 1950, p. 9-10).

forma parcial.¹⁹⁶⁰ Inversamente a este, para Schmitt o conteúdo do direito, seja ele qual fosse, encontrava mesmo a sua base e decisão na órbita do político, fosse qual fosse o conteúdo estabelecido, argumento que mostrou-se bastante útil a diversos Estados cesaristas. Isto converge à escrita schmittiana:

[...] daß die Souveränität des Rechts nur die Souveränität der Menschen bedeutet, welche die Rechtsnormen setzen und handhaben, daß die Herrschaft einer „höheren Ordnung“ eine leere Phrase ist, wenn sie nicht den politischen Sinn hat, daß bestimmte Menschen auf

¹⁹⁶⁰ Mas se, como vimos, Legaz y Lacambra aposta na teoria kelseniana no que concerne à estrutura do ordenamento jurídico, e no seu formal-normativismo, por outro, como bem nos recordará Orfanel a partir de sua leitura de um antigo artigo de Legaz y Lacambra, datado de 1951, ali o autor contrapunha-se ao conceito de democracia em Kelsen, apostando, sim, na democracia como homogeneidade schmittiana: “[...] El Estado de Derecho es la forma; la democracia de hoy, el contenido... El Estado de Derecho de ideó como una forma jurídico-política para una realidad individualista, burguesa y carente de masas...; al imperio impersonal de la ley sucede el “imperio decidido de la voluntad popular” (*apud* ORFANEL, 1986, p. 20). Contudo, Legaz y Lacambra é também interpretado como um filósofo que aponta o Estado de Direito de inspiração fascista como a histórica superação do Estado normativista de inspiração liberal (ver LÓPEZ GARCÍA, 1996), leitura similar a de Orfanel, para quem Legaz y Lacambra entiende que “mentalidades lúcidas como la de Heller y la de Schmitt, para quien el Derecho era, sobre todo, un orden concreto, estaba claro que la teoría pura no podía tener vigencia en una época que ensalzaba lo vital, los valores, afectos, impulso y decisiones, prefiriendo el fondo a la forma y tendiendo a afirmar la primacía de lo instintivo sobre lo racional, de lo masificado sobre lo individual, [...] salvo la individualidad del único genio conductor, a quien se reconoce un valor carismático” (ORFANEL, 1986, p. 21). Importa ressaltar que este debate sobre o conceito de democracia como homogeneidade continua sendo atual na Espanha mesmo no período posterior à Segunda Grande Guerra Mundial, o que projeta a importância de conceitos totalitários schmittianos para além dos limites da vigência do regime nacional-socialista alemão. Esta é uma ideia reafirmada pelo autor ao sustentar que “el liberalismo político sí que es un compromiso de fuerzas políticas opuestas: la moderna democracia, fenómeno sociológico de masas, no lo es. De hecho, la democracia no aspira a compensaciones y transacciones, sino a imponer un criterio homogéneo, no respeta a las minorías, tiende a absorberlas”. (*apud* ORFANEL, 1986, p. 20).

Grund dieser höheren Ordnung über Menschen einer „niederen Ordnung“ herrschen wollen. (SCHMITT, 1972, p. 66).¹⁹⁶¹

O império do direito ao qual Schmitt ataca não pode manter relação teórica de afinidade com o conceito de soberania, entendido como ordens de um homem em detrimento da organização jurídica de valores compartilhados, e que, portanto, reclame sua aplicação por um poder possa, tendo na imparcialidade o seu vetor, mesmo quando ainda marcado por desconstituições institucionais e falhas orgânicas, assim como equívocos singulares de seus representantes. Esta, contudo, não é uma descrição que se subsuma mesmo que distantemente do roteiro schmittiano. A ordem superior não encontra parâmetro em alguma orientação todavia superior, pois ao soberano ninguém orienta e ele a ninguém pode exigir atos de genuflexão. Desde o cimo, exerce o domínio por meio de ordens absolutamente incontestáveis.

Estes são termos que auxiliam a compreender a admiração de Schmitt pelas bases do Estado totalitário desde diversas fontes. Dentre as fontes de seus dias é

¹⁹⁶¹ O texto comporta a tradução nos seguintes termos: “[...] que a soberania do direito significa apenas a soberania dos homens que estabelecem e aplicam as normas jurídicas, e que, por outro lado, o império de uma ‘ordem superior’ é apenas um conjunto de palavras vazias acaso não possua um sentido político de que alguns homens exercem o domínio, o que fazem apoiados em uma ordem superior sobre homens de uma ‘ordem inferior’. Estes que ocupam a posição de submissão, os escravos, apresentam-se indignos de capacidade de reconhecer ao seu próprio senhor porque, sob o signo do medo, já não têm mais a diminuta dignidade que tornaria a sua admiração e reconhecimento, ambos, dignificadores do seu objeto. Este debate em Schmitt ganha ainda uma outra dimensão. Em Schmitt sobreexistiria ideal e conceitualmente tão somente a figura de um grupo homogêneo. Esta figuração da homogeneidade é, paradoxalmente, instauradora e supressora da possibilidade do reconhecimento. A possibilidade do reconhecimento ocorre quando pensamos que a homogeneização schmittiana vem a criar um grupo de iguais capazes de visualizar as virtudes em seus semelhantes. Contudo, o passo seguinte é que a idealização e a concretização empírica do mundo homogeneizante schmittiano desembocam precisamente na impossibilidade de tal reconhecimento. Isto se deve à eliminação do *outro*, do diferente, daquele que, em algum momento apresentou-se como o inimigo. Portanto, ao eliminar o diferente, o grupo de iguais, capazes de reconhecimento, perde a sua própria condição de afirmar-se como objeto de reconhecimento, posto que sua condição de superiores, de bons ou virtuosos, foi posta em cheque pelo extermínio dos diferentes. Com isto podemos dizer que o cumprimento de todos os passos do conceito de homogeneização schmittiano representa a porta de acesso para a impossibilidade do reconhecimento.

conhecida a sua admiração pelo Estado totalitário fascista de Mussolini (ver SCHMITT, 2010b, p. 152),¹⁹⁶² cujo célebre discurso sobre a sua vontade totalitária tivera lugar já em 22 de junho de 1925, movimento este que, para comentaristas como Salter, seria suficiente para definitivamente aproximar Schmitt de uma versão autoritária de Estado, perigosa o suficiente para a cultura constitucional democrática dos nossos dias (cf. SALTER, 1999, p. 171). Sem embargo, em alguns de seus intérpretes mais favoráveis, entre eles Schwab, é perceptível a tentativa de deslocar o eixo de debate das vinculações schmittianas com o nacional-socialismo para vinculá-lo com um modelo de Estado fascista, nos moldes de sua operacionalização na Itália de Mussolini (cf. SCHWAB, 1989, p. 146). Isto, por certo, desconsidera o acerto do alerta de Salter mencionado logo acima. Em realidade, ao dar por certa a sua simpatia fascista, que a própria qualificação em outras passagens da obra de Schwab acerca da opção totalitária schmittiana faz o autor, com o que francamente nos deparamos é com o elogio das raízes conceituais do totalitarismo, eixo comum ao nacional-socialismo e ao fascismo de modelo italiano.¹⁹⁶³

Acerca do período, convém lembrar que o ano de 1925 é precisamente o ano que marca o meio da trajetória dos escritos das principais obras de Schmitt nesta década de 1920, e ainda apenas um ano antes da publicação do *Mein Kampf*.¹⁹⁶⁴ A aberta

¹⁹⁶² Paradoxalmente o líder do fascismo italiano houvera sido durante toda a vida a um socialista – internacionalista ademais, segundo ele próprio –, mas que se desiludira com algumas de suas práticas, motivo suficiente para que se voltasse a outra virtude política denominada fascismo, em que o nacionalismo desempenharia um papel fundamental.

¹⁹⁶³ As referências em torno a esta comunidade conceitual foram realizadas já ao início da abertura desta tese doutoral, nas duas primeiras notas de rodapé, às quais remetemos o leitor, assim como aos seus posteriores desenvolvimentos no corpo deste texto.

¹⁹⁶⁴ Estas referências acima, dentre tantas outras possíveis, sugerimos retomar a ideia, algo benevolente e distorcida, sobre o Estado total em Schmitt. A forma como o autor poderia ter o seu conceito do político é sugerida por Ingeborg Maus no sentido de que “O conceito do político de Schmitt não implica na total usurpação de todas as esferas sociais pelo Estado e pela política, antes o contrário. Schmitt deseja garantir a autonomia de esferas não-estatais. O Estado forte que defende é um que protege a liberdade econômica

admiração schmittiana pelo totalitarismo vem, portanto, já desde meados da década de 20, por intermédio do *Stato totalitario*¹⁹⁶⁵ de Mussolini, que é uma das inspirações teóricas assumidas pelo nacional-socialismo em seu momento de afirmação histórica no poder, momento no qual verdadeiramente se confirma a potencialidade do *totale Staat* (Estado total) (cf. FAYE, 2010, p. 131). Este tipo de Estado se confirma nos roteiros políticos que visam exercer o domínio total no âmbito do político e resta marcado pelo fato de que nenhum indivíduo poderá encontrar espaços para a autodeterminação ou, ainda, como sugere Arendt, para a livre iniciativa em qualquer campo da vida (cf. ARENDT, 1974, p. 422).

A respeito da admiração de Schmitt por perfis de Estado compatíveis com este esboço, bem como de toda a tradição de pensamento conservadora com a qual mantém contato, voltada a dar suporte a regimes ditatoriais como alternativa para os dias republicanos de Weimar, encontramos em Lukács um comentarista tão direto quanto, parece-nos, acertado em seu tom crítico. Lukács apóia a posição que aqui sustentamos sobre as conexões teóricas schmittianas da década de 20, quando nos diz que “Las actividades políticas de Schmitt antes de la subida a Hitler al poder se concentraron

dos setores privilegiados das demandas populares garantidas pelo Estado social”. (apud BERCOVICI, 2003, p. 56).

¹⁹⁶⁵ Apesar de sua bem documentada influência no nacional-socialismo e a admiração de sua figura-símbolo, Hitler, por Mussolini, é certo que o nacional-socialismo não se confunde com o fascismo, dentre outros motivos, devido à incidência de forte empenho nos elementos raciais que no fascismo não são proeminentes. Ainda assim, por outro lado, também se dá uma firme aposta do fascismo em um espírito de desenvolvimento técnico não tão intensamente presente no nacional-socialismo, que durante um bom período houve de enfrentar-se com os elementos pastoralistas. Os nacionalismos alemão e italiano encontram-se à base dos dois tipos de totalitarismo, nacional-socialismo alemão e fascismo italiano. A dimensão alemã do fenômeno totalitário remete a uma *Gemeinschaft* perdida, cuja pureza racial aspirava restaurar. O fascismo possui um viés inverso, que embora mantenedor do nacionalismo, possui uma visão da construção do futuro por meio de elementos da técnica.

principalmente en torno a este problema: fueron dirigidas a justificar la necesidad de dicha dictadura”. (LUKÁCS, 1959, p. 533).¹⁹⁶⁶

Malgrado a concordância genérica com a linha interpretativa lukacsiana, isto sim, preservamos ligeira divergência com o autor no que concerne a que Schmitt houvesse pavimentado direta e especificamente o caminho para o nacional-socialismo. Nossa leitura indica que há uma opção totalitária-ditatorial em Schmitt na década de 20, mas isto não o envolve especificamente nos projetos do nacional-socialismo, o qual todavia não dispunha de fundadas perspectivas de chegar ao poder em meados de tal decênio e nem há qualquer indício certo de que Schmitt tenha se envolvido com o movimento, senão, isto sim, há indicativos teóricos da convergência argumentativa entre ambos.

Em forte oposição aos alicerces do Estado totalitário schmittiano encontra-se o conceito de Estado por ele intitulado como legiferante. Neste tipo de organização política nos diz Schmitt que “[...] o Estado é lei, a lei é o Estado” (SCHMITT, 2007, p. 19). Trata-se da prioridade e da primazia da lei sobre as demais formas de poder e que, por isto, transforma a figura do legislador em “[...] guardião último de todo Direito, garantia última da ordem existente, origem última de toda e qualquer legalidade [...]”. (SCHMITT, 2007, 19). Por outro lado, contudo, a aposta de Schmitt não é por um Estado em que o império assista à ordem jurídica mas, antes à dimensão do político. A sua guarda não caberá a algum poder capaz de contrapor-se à figura do soberano, mas a este próprio, a quem ninguém poderá causar oposição firme.

A ordem última ancorada no político, capaz de controlar e estabilizar o Estado, é a própria descrição que Schmitt faria do poder em *Der Hüter der Verfassung*, atribuindo

¹⁹⁶⁶ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “As atividades políticas de Schmitt antes da ascensão de Hitler ao poder se concentraram principalmente em torno a este problema: foram dirigidas a justificar a necessidade desta ditadura”.

tais poderes ao Presidente do Reich (*Reichspräsident*), e não ao legislativo, ineficiente classe discutidora,¹⁹⁶⁷ presente em Estados de profundo viés legiferante. Este conceito de ordem em Schmitt é possível de ser bem lido em chave donosiana, quando afirma que “[...] no habiendo ninguna especie de bien fuera del orden, no hay nada fuera del orden que no sea un mal, ni mal ninguno que no consista en ponerse fuera del orden” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 145).¹⁹⁶⁸ Que o mal, aliás, todo e qualquer, resida fora dos limites da ordem será um argumento recorrente em Schmitt com o intuito de seduzir e galvanizar apoios para o poder político concentrado na figura do soberano. Esta é ideia todavia reforçada decisivamente pelo autor, ao dizer que “[...] el orden es el bien supremo, el desorden es el mal por excelencia; fuera del desorden no hay ningún mal, como fuera del orden no hay bien ninguno” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 145).¹⁹⁶⁹ Há, neste sentido, uma profunda expectativa teórica schmittiana de que tão somente um poder político será capaz de reverter o mal e refundar as bases da ordem, a saber, o Poder Executivo, e nunca o Poder Legislativo, momento em que a sua interpretação do art. 48 demonstra sua vital importância.

A configuração schmittiana do poder concentrado demonstra qual tipo de ditadura era compatível com o seu conceito de democracia e a qual delas pretendia

¹⁹⁶⁷ Esta chave conceitual manejada por Schmitt é típica de sua forma de raciocínio, entre o paradoxal e o irônico. Como diz Bendersky, “[...] la definizione [...] negativa que dava della borghesia come ‘clase che discute’, riflette molto bene questo aspetto della sua personalità che si nutriva di discussioni e di scambi di idee” (BENDERSKY, 1989, p. 75). Quando nos referimos a que o conceito de “classe discutidora” é manejado por Schmitt, este não o concebe, mas o toma emprestado de Donoso Cortés. Ao trecho anterior sugerimos a seguinte tradução: “[...] a definição negativa [...] que ofertava da burguesia como ‘classe discutidora’ reflete muito bem este aspecto de sua personalidade que se alimentava da discussão e da troca de ideias”.

¹⁹⁶⁸ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] não havendo nenhuma espécie de bem fora da ordem, não há nada fora da ordem que não seja um mal, nem algum mal que não consista em colocar-se fora da ordem”.

¹⁹⁶⁹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] a ordem é o bem supremo, a desordem é o mal por excelência; fora da desordem não há nenhum mal, assim como fora da ordem não há bem algum”.

emprestar seu apoio, encontrando também argumento em sua abordagem dos conceitos de *Herrschaftmonopol* e de *Entscheidungsmonopol*, longe, portanto, do conceito de democracia que hodiernamente manejamos. Nestes dois conceitos citados reside um dos aspectos essenciais da questão envolvendo a soberania, e que no autor se resolve expressamente não no monopólio do uso da força (*Herrschaftmonopol*) mas, antes, no monopólio da decisão (*Entscheidungsmonopol*). Isto sim, é certo, logo Schmitt instrumentalizaria o uso do monopólio da decisão (*Entscheidungsmonopol*), para atribuir ao *Führerprinzip* o indispensável e operativo mecanismo de intervenção e domínio do político. Ao realizar esta outorga de poderes, por conseguinte, passa o *Führer* a valer-se do uso indiscriminado da força segundo um movimento que, ao fim e ao cabo, lhe outorgaria também, embora subsidiariamente, o monopólio do uso da força (*Herrschaftmonopol*). Isto tem lugar porque se dá a concentração de todo o poder “[...] en “un hombre excepcional”, con absoluto desprecio por los escrúpulos morales de los hombres comunes y corrientes” (BORDA, 2006, p. 67).¹⁹⁷⁰ Esta concentração de poderes sugerida por Schmitt não o foi em um momento histórico que se apresentara pouco receptivo a tal direcionamento político, algo que restaria comprovado pelos desdobramentos da história alemã imediata.

Quando Schmitt realiza o movimento de não concentrar suas atenções no conceito de monopólio do uso da força (*Herrschaftmonopol*) por parte do Estado e do poder mas, antes, como detentor do monopólio da decisão (*Entscheidungsmonopol*) teremos um resultado a considerar. Por força da adoção deste foco é que a Schmitt torna-se possível, de forma congruente, a sua intervenção no mundo jurídico-político, a defender a interpretação extensiva do art. 48 da Constituição de Weimar de 1919, segundo a qual os poderes do Presidente, entendido este artigo por Schmitt como

¹⁹⁷⁰ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] em “um homem excepcional”, com absoluto desprezo pelos escrúpulos morais dos homens comuns e correntes”.

detentor do *pouvoir neutre et intermédiaire*,¹⁹⁷¹ seriam consideravelmente ampliados, guardando a Constituição conforme critérios e limitações não delimitadas precisamente desde a ótica de um Estado de Direito.¹⁹⁷² O alargamento abusivo da interpretação do art. 48 vinha sendo adotado rotineiramente entre os anos de 1919 e 1933 (cf. AGAMBEN, 2004, p. 21),¹⁹⁷³ e o Estado de exceção ali constituído ganhava apoio de

¹⁹⁷¹ Conforme resta claro de sua análise em *Verfassungslehre*, no ano de 1928, data da publicação desta sua obra, Schmitt está pensando o Poder Executivo *pouvoir neutre et intermédiaire*, o que significa que este haveria de intervir na vida política, e o faria desde uma angulação determinada por Schmitt como (a) “[...] por encima de los partidos [...]” (SCHMITT, 1992b, p. 278). Neste momento é possível observar dois aspectos. Um deles nos é ressaltado por Bercovici, para quem “O Presidente do Reich é o centro de um sistema de fundamentos plebiscitários de neutralidade e independência em relação aos partidos políticos” (BERCOVICI, 2004, p. 87). Por outro lado, e não menos importante, estão as referências de Schmitt, de que o Poder Executivo ocupa uma posição suprapolítica e também suprajurídica, ideia bastante presente no roteiro político schmittiano. Mais do que nos momentos de exceção, também encontramos em Schmitt uma clara aposta na centralização de poderes em uma figura que transita acima do jurídico e do mundo das relações políticas ordinárias. Esta interpretação resta ainda confirmada por Schmitt em uma discreta nota de rodapé, em que assume que (b) “El papel del *pouvoir neutre* o *modérateur* se sustrae, por su naturaleza, a una determinación formal de la Ley Constitucional” (SCHMITT, 1992b, p. 278). Aos trechos acima citados sugerimos as traduções que seguem: (a) “[...] por cima dos partidos [...]”; (b) “O papel do *pouvoir neutre* ou *modérateur* se exime, por sua própria natureza, a uma determinação formal da Lei Constitucional”.

¹⁹⁷² Um ano após a publicação de seu livro *Der Begriff des Politischen*, em 1928, portanto, Schmitt iria dedicar-se diretamente ao apoio de uma interpretação constitucional do art. 48 favorável à concentração de poderes mas que, sobretudo, representava a abolição do político no sentido em que o termo encontrara a sua consagração na democracia-liberal parlamentar weimariana, uma vez que abriria as portas para a desmesurada concentração de poderes na figura do Presidente do Reich.

¹⁹⁷³ Os seus efeitos políticos da extensão e abusos da aplicação do art. 48, conjugados com a ascensão da cultura totalitário-ditatorial, tornava-se evidente mesmo ao olhos dos não eruditos. A rigor, e bem dito, Agamben argumenta que a própria ascensão de Hitler não poderia ser compreendida sem esta história de abusos da aplicação do art. 48. (cf. AGAMBEN, 2004, p. 28). Isto é reforçado por Agamben quando menciona que “[...] Hitler não teria podido tomar o poder se o país não estivesse há quase três anos em regime de ditadura presidencial e se o Parlamento estivesse funcionando [...]” (AGAMBEN, 2004, p. 29). O argumento de Agamben indica que a Alemanha já vivia sob uma ditadura, destituída de suas funções parlamentares ordinárias e, neste sentido, mesmo que contrariamente aos nossos argumentos admitíssemos que Schmitt defendera a Constituição de Weimar, então, necessariamente, segundo o ângulo analítico sugerido por Agamben, seria imperioso reconhecer que Schmitt já não defendia a Constituição republicano-democrática mas no ordenamento jurídico-político em que ela havia sido

Schmitt sob a forma da guarda da constituição (cf. AGAMBEN, 2004, p. 29). Restava claro que a atribuição ao Presidente do Reich do poder de suspender as garantias constitucionais que encontrava-se já na concepção liberal da Constituição de Weimar viria a ocupar um lugar muito distante no coração do regime que se avizinhava. A extensão da interpretação procedida por Schmitt no caso *Preußenschlag* constitui o diferencial denotador da posição do autor.

O poder de decidir era essencial nesta extensão dos poderes do Presidente do Reich e para a estrutura do regime que se avizinhava. Isto teve lugar ainda antes mesmo de concentrar atenção em manobras que diretamente concedessem o direito ao pleno uso da força, e que viriam a resultar no acréscimo do valor da força como ganho paralelo ao poder investido de ampla capacidade de decisão. Esta interpretação de Schmitt lhe atribui, segundo alguns, a preeminência na proposta de violação da *Weimarer Verfassung* (cf. GALLEGU ANABITARTE, 1996, p. 19) – leitura inversa a interpretação favorável a Schmitt como defensor da Constituição –, interpretação que viria a funcionar como uma abertura de portas para o movimento nacional-socialista:

The institutional basis of this revolution¹⁹⁷⁴ was the executive function of the Reich President as prescribed in the famous Article 48 of the

transformada por intermédio dos constantes recursos ao art. 48. Em reforço a sua tese, Agamben cita que já em junho de 1930, o governo de Brüning havia sido posto em minoria política. Isto ocasiona, argumenta Agamben, o pedido de demissão de Brüning. A reação do velho Hindenburg foi o de recorrer ao art. 48 no sentido de dissolver o Reichstag. Com este desenho institucional das coisas, conclui Agamben, “A partir desse momento, a Alemanha deixou de fato de ser uma república parlamentar” (AGAMBEN, 2004, p. 29). Por certo, igualmente seria necessário ter em conta a clara percepção de Schmitt acerca das brechas para o golpe de Estado, que encontrava uma de suas armas mais eficientes na previsão do Estado de exceção, instrumento que foi sendo usado por diversos governos, a começar por Brüning, e, segundo Agamben, com relativa pausa entre os anos de 1925 e 1929 (cf. AGAMBEN, 2004, p. 28-29).

¹⁹⁷⁴ O autor se refere à “legal revolution” (revolução legal), como ficou conhecida a estratégia nacional-socialista de alcançar o poder sem lançar mão da violência mas, sim, de meios parlamentares.

Weimar Constitution, combined with the political initiative of the Chancellor [...]”. (SCHOENBAUN, 1997, p. 194).¹⁹⁷⁵

É de extrema importância o destaque realizado por Schoenbaun quanto ao papel histórico desempenhado pela interpretação, ampliado do celebrizado art. 48 da Constituição de Weimar, sendo esta um antecedente teórico que se faria necessário para o triunfo final do movimento nacional-socialista. Em conexão com este importante material se encontra a tese de Bühler de que o Presidente do Reich (*Reichspräsident*) não poderia invocar o art. 48 para emitir decretos que repugnassem todo o espírito da Constituição, algo que também aparece em Schmitt, porém, com a guarda fiscalizatória de um Parlamento que, segundo Schmitt, não era confiável ou ativo na defesa dos interesses públicos, senão os meramente privados daqueles que compunham os grupos de interesse que lhes manipulavam a pauta política.

Não obstante o espírito da Constituição houvesse de encontrar respeito por meio da vedação, por exemplo, à edição de medidas que preparassem o trânsito a uma outra forma de governo, o cenário político não encontrava instituições capazes de limitar o poder do Executivo que apostasse nesta alternativa. Malgrado a própria *Weimarer Verfassung* operasse sob este vetor, a crítica e clara aposta que Schmitt realiza em sua *Verfassungslehre* é a de que os direitos fundamentais e a separação de poderes tão somente servem como elementos limitadores e controladores do Estado,¹⁹⁷⁶ inspiração esta típica das garantias das liberdades burguesas com o escopo de relativizar o poder do Estado (*cf.* SCHMITT, 1992b, p. 201).

¹⁹⁷⁵ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “A base institucional desta revolução foi a atribuição executiva do Presidente do Reich tal como prescrita no famoso art. 48 da Constituição de Weimar, combinada com a iniciativa política do Chanceler [...]”.

¹⁹⁷⁶ Esta é uma crítica ao Estado liberal que Schmitt projeta e desenvolve durante toda a década de 20 e também em seus escritos da década de 30, já filiado ao partido nacional-socialista. Ver SCHMITT, (1996c).

Sem embargo, um novo desenho de cenário político em que as limitações ao poder do Estado fossem diminuídas seria a alternativa que transcenderia os limites dos poderes que lhe foram outorgados¹⁹⁷⁷ (cf. BÜHLER, 1991, p. 72),¹⁹⁷⁸ e que, segundo a conceitualização da *Die Diktatur* schmittiana de 1921, incorreria na definição de ditadura comissária, e não soberana, apesar da revisão que haveria realizado já em sua *Politische Theologie* de 1922 (ver McCORMICK, 1999, p. 133-141; 152-156),¹⁹⁷⁹ e

¹⁹⁷⁷ Interessa sublinhar que estas observações de Bühler foram fruto de trabalho realizado apenas alguns anos antes da efetiva chegada ao poder pelos nacional-socialistas. A edição da Constituição que ora manejamos está datada de 1931, sendo que os estudos de Bühler são de datas próximas, talvez de um ano antes e, sem embargo, é bastante preciso quando concebe o exemplo, desqualificando como antijurídica a conduta do Presidente do Reich que visasse valer-se do art. 48 para alterar a ordem política.

¹⁹⁷⁸ A este respeito é importante a nota de Spengler que aponta para a limitação com que as constituições, em geral, se defrontam. Trata-se de que os Estados que possuem uma Constituição escrita logo haverão de observar que esta terá pouca importância quando contraposta com ao próprio uso que da Constituição se faça (cf. SPENGLER, 2009b, p. 453). Esta nota é de muita importância quando queiramos pensar sobre os propósitos dos social-democratas logo reconhecidos como pais da Constituição de Weimar e, em um segundo momento, a interpretação e aplicação histórica que dela foi feita, como, por exemplo, foi o caso do art. 48. Igualmente notável é sua observação de que qualquer Constituição pensável carece do defeito em suas normas jurídicas em geral, qual seja, a sua lacunosidade. Para o que Spengler aponta é que “[...] lo no escrito, lo indescriptible, lo habitual, lo sentido, lo evidente, predomina en tal manera [...] que la descripción de un Estado, los datos constitucionales, no dan siquiera una sombra de lo que constituye la forma esencial en la realidad viviente de un Estado [...]” (SPENGLER, 2009b, p. 443). Ao trecho anterior sugerimos a seguinte tradução: “[...] o não escrito, o indescreível, o habitual, o sentido, o evidente, predomina de tal forma [...] que a descrição de um Estado, os dados constitucionais, não oferece sequer remota ideia do que constitui a forma essencial na realidade empírica de um Estado [...]”.

¹⁹⁷⁹ Neste trecho de sua obra, McCormick chama a atenção e realiza uma sugestiva distinção do conceito de ditadura comissária e ditadura soberana em Schmitt (cf. McCORMICK, 1999, p. 134-135). Neste texto o autor também se ocupa de modo bastante profícuo dos poderes no Estado de emergência e do autoritarismo (ver McCORMICK, 1999, p. 155). De forma igualmente importante, o autor elabora a sua teorização comparativa sobre os poderes constitucionais de emergência em *Die Diktatur* e *Politische Theologie*, destacando a importância do liberalismo em seu momento de declínio da exceção (ver McCORMICK, 1999, p. 148-152), a tentativa de desconexão do conceito de soberania dos poderes de emergência (ver McCORMICK, 1999, p. 152-153) e da fundamental questão sobre quem decide o Estado de exceção (ver McCORMICK, 1999, p. 153-155).

também, contariamente, a conservadora interpretação de Schwab bastante favorável a autoimagem de Schmitt (ver SCHWAB, 1989, p. 37-43).

Este é tema que permite outras angulações de ordem analítica.¹⁹⁸⁰ A opção pelo debate em torno ao art. 48 levada a termo por von Papen, contando com apoio de Schmitt¹⁹⁸¹ deve-se a que percebia a situação periclitante em que se encontrava o seu governo, e as suas opções de expandir o poder a limites não previstos lhe era bastante real, pensada conjuntamente com seus Conselheiros, Schmitt incluído. A ação do Reich contra a Prússia baseada no artigo 48 se deveu a

[...] un intento desesperado de Papen de reforzar ostensiblemente la base de poder de su régimen, desesperadamente aislado, por medio de una acción conscientemente autoritaria que sería aceptada [...] (SCHMITT, 1995a, p. 238).¹⁹⁸²

Schmitt reconhece nesta citação logo acima que se tratava de uma ação conscientemente autoritária e que este seria um reforço dos poderes ambicionado por von Papen, levando a uma ação de corte totalitário condizente com os termos já não do conceito schmittiano de ditadura comissária, mas, antes de ditadura soberana, malgrado Schwab reitere que Schmitt “[...] did not yet envision for Weimar a sovereign type of

¹⁹⁸⁰ De aceitar esta assinalada proximidade, decorreriam implicações, tais como a proposição em novos termos sobre a (in)viabilidade de que o poder pudesse ser exercido além dos limites dos termos originariamente contratados. Acaso será possível aprofundar em alguma medida a relação de Schmitt com Rousseau por meio do viés conceitual de democracia e de vontade geral? Em que ponto encontra-se a justificativa para o mando? Schmitt lê a Rousseau como um autor no qual predomina o contratualismo, onde todos podem contratar tudo com todos, sendo esta a origem das obrigações, portanto. Contudo, descreve Schmitt o mundo liberal como um mundo em que predominam “*gegensätzliche Interessen, Verschiedenheiten und Egoismen* [...]” (SCHMITT, 2010a, p. 20). O texto anterior comporta a seguinte tradução: “[...] interesses contrários, diferenças e egoísmos [...]”.

¹⁹⁸¹ Sucessor de von Papen, von Schleicher, sobretudo, contaria com o apoio de Schmitt nos críticos momentos de Weimar.

¹⁹⁸² O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] uma tentativa desesperada de Papen de reforçar de forma ostensiva a base de poder do seu regime, desesperadamente isolado, por meio de uma ação conscientemente autoritária que seria aceita [...]”.

dictatorship” (SCHWAB, 1989, p. 37-43).¹⁹⁸³ Em conexão a leitura da extensão de poderes do Presidente do Reich que entendemos ser mais um anúncio da melhor interpretação schmittiana, Kennedy reconhece que, de fato, a interpretação do art. 48 dera ao Presidente do Reich “[...] freedom to rule without regard for the Reichstag and allowed him to suspend certain basic rights including those of free speech, press, assembly, privacy of the post and household” (KENNEDY, 1997, p. 40)¹⁹⁸⁴ e isto tem lugar em um contexto teórico-político em que Schmitt, bem como a tradição conservadora revolucionária assim como o nacional-socialismo hitleriano em seus textos fundadores de meados da década de 20, já haviam reconhecido a extrema fragilidade do Parlamento de Weimar.

10.3. DITADURA SOBERANA E DITADURA COMISSÁRIA: INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA À LUZ DO CONSERVADORISMO REVOLUCIONÁRIO

Segundo o contexto teórico e histórico trabalhado na seção anterior, passamos a sugerir que qualquer poder político ditatorial que viesse a ocupar o poder naquela quadra histórica não o exerceria, na terminologia schmittiana, senão em moldes estritamente soberanos. Esta interpretação adquire tons de maior concretude na medida em que destacamos a positiva intervenção de Schmitt na ação do Reich contra a Prússia, o caso conhecido como *Preußenschlag*.

É neste momento que nos parece adequada a sugestão de Bercovici, de que a interpretação dos poderes ditatoriais plebiscitários do Presidente do Reich acabam com a distinção schmittiana entre ditadura comissária e ditadura soberana (*cf.* BERCOVICI,

¹⁹⁸³ Ao breve trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] não visava para Weimar uma ditadura de tipo soberano”.

¹⁹⁸⁴ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] liberdade de legislar sem a apreciação do Reichstag e permitindo que ele [Presidente do Reich] suspendesse certos direitos básicos tais como a liberdade de expressão, imprensa, reunião, inviolabilidade de correspondência e de domicílio”.

2004, p. 88), de resto assinalada por tantos comentaristas como Schwab (ver SCHWAB, 1989, p. 30-37) no sentido de delimitar o campo conceitual de ambas. No caso de Schwab, o seu movimento interpretativo ocorre no sentido de manter a leitura de Schmitt no âmbito de aplicação da ditadura comissária. Bercovici, por sua vez, apresenta uma possibilidade de indiferenciação entre ambos os conceitos com base em que a sua perspectiva é que Schmitt entende a Constituição como heterogênea, cujo passo lógico seguinte seria o de que

[...] a ditadura comissária e soberana tornaram-se indistinguíveis: o poder comissário e a reconstrução do ordenamento weimariano terminaram por coincidir com a reconstituição soberana da ordem constitucional a partir de um de seus elementos heterogêneos. (BERCOVICI, 2004, p. 89).

Em Schwab encontramos a clássica interpretação sugerida por Schmitt, que claramente fragmenta o campo conceitual e também de ação tanto da ditadura comissária como da ditadura soberana. O raio de ação da primeira encontra-se, resumidamente, limitado ao cumprimento de uma tarefa que lhe é atribuída para superar momento de excepcionalidade, ali quando o cenário apresente leis erodidas e a corrupção em profusão. Até a superação completa destas circunstâncias que ensejam a constituição do ditador comissário, segundo a teoria schmittiana, disporá este de poderes que apenas farão cessar quando eliminados os perigos que motivaram a sua constituição (*cf.* SCHWAB, 1989, p. 32).

Nestes termos, portanto, o desempenho das tarefas do soberano comissário se resumirá a eliminar os perigos, e nisto Schwab reconhece que Schmitt lhe atribui poderes singulares, como os de “[...] suspends the constitution in order to protect and reinstate it after the danger is over” (SCHWAB, 1989, p. 32).¹⁹⁸⁵ Schwab sustenta que Schmitt, em verdade, aposta em um conceito de ditadura comissária para realizar a

¹⁹⁸⁵ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] suspender a Constituição para protegê-la e restabelecê-la após finalizado o momento de perigo”.

efetiva defesa da ordem constitucional weimariana, logo, com uma tarefa pontual (SCHWAB, 1989, p. 35) e que, portanto, não poderia mais do que empregar certas medidas, mas não promulgar leis (*cf.* SCHWAB, 1989, p. 41). Não obstante, difícil é conceder crédito à dura crítica parlamentar schmittiana e, mesmo, às descrições de todas as crises pelas quais passava a República weimariana e, ao mesmo tempo, supor que o ditador comissário pudesse alguma espécie de trava eficiente a qualquer tentativa de fazer-se com poderes não delegados.

Em outros termos, o que temos aqui é que os poderes do ditador comissário em Schmitt são parcamente limitados, algo que a historiografia política enseja ser um forte elemento tendente a estimular o seu alargamento e transformação, na gramática schmittiana, em uma ditadura soberana. Isto apenas denota uma estratégia que responde aos dias difíceis da Alemanha weimariana mas, por certo, perfeitamente compatível com uma interpretação conservadora revolucionária que aposta, segundo a gramática schmittiana, no conceito de ditadura soberana. Neste sentido, por exemplo, Jünger aporta boas razões ao comentar que a figura do trabalhador requer e desmonstra a partir da representação de sua unidade interna, toda uma vontade de ditadura total, tal qual se tratara de um espelho projector da nova ordem que se avizinhava (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 48), aspecto no qual, desde a gramática político-jurídica schmittiana, já não falamos de ditadura comissária, senão soberana.

A leitura oferecida por Bercovici possibilita reforçar a ideia de que a diferenciação conceitual entre ditadura comissária e ditadura soberana pode perder importância quando transposta do terreno teórico para as circunstâncias políticas com as quais Schmitt dialogou em Weimar, assim como, e talvez principalmente, com aquelas outras bem diversas circunstâncias do III Reich. Sem embargo, Schwab aposta na relevância da diferença conceitual apontada por Schmitt (*cf.* SCHWAB, 1989, p. 36),

infravalorando as circunstâncias históricas nas quais Schmitt opera e para os poderes políticos para os quais emprega seu intelecto. Sugerimos, portanto, que melhor leitura sobre o real sentido e impacto do conceito de ditadura comissária e de ditadura soberana em Schmitt tem lugar a partir da redução da diferenciação conceitual das ditaduras que é atentamente sugerida por Bercovici, movimento que pode ter começado a sofrer intenso e sério impacto sobre o político e o jurídico quando da intervenção jurídica de Schmitt no caso *Preußenschlag*.

Nesta circunstância forense, Schmitt termina por responder, na prática, a uma pergunta que já se propusera em sua *Die Diktatur*, obra de início dos anos 20, a saber, “[...] rex a lege an lex a rege pendebit?” (SCHMITT, 2006d, p. 51),¹⁹⁸⁶ e a sua resposta seria inequívoca. Em 1934, em sua *Über die drei Arten des rechtswissenschaftlichen Denkens*, Schmitt critica a ordem liberal por sua aposta na *lex*, e não no poder do *rex*, uma aposta no poder da norma e não no poder absoluto do *Führer*, em suma, que se prestara obediência e fidelidade à norma abstrata e não ao *Führer* (cf. SCHMITT, 1996c, p. 58-59). Em Schmitt a lei dependeria fundamental e essencialmente da personalidade singular exercente do poder, aquele, designado como soberano, capaz não apenas de suspender, mas também de revogar por completo toda a ordem jurídica.

Portanto, ao questionamento de Schmitt sobre se o governo haveria de encontrar ancoragem na lei ou no rei, na norma ou na vontade deste último, ditador soberano, não há como hesitar quanto a sua real convicção e que bastante bem demonstra qual o vetor de sua filosofia política e jurídico-constitucional. Em verdade, Schmitt já ofertara os traços iniciais de sua resposta de modo mais concreto por meio de seu conceito do soberano enunciado em 1922, cujas primeiras linhas traçara em *Die Diktatur*, pois quem decide o Estado de exceção também lhe determinará as regras para, supostamente,

¹⁹⁸⁶ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] deve o rei depender da lei ou a lei do rei?”.

vencer a excepcionalidade e retornar à normalidade, segundo uma orientação que manteria contato com a literatura jüngeriana.¹⁹⁸⁷

Suplantar esta situação de excepcionalidade é o centro do argumento que procura dar suporte à intervenção do poder do soberano capaz de decidir sobre o Estado de exceção. O conservadorismo revolucionário de Jünger, no entanto, demonstra claramente que à superação do liberalismo deveria ser vista como algo irreversível, que “El relevo de la democracia liberal es definitivo [...]” (JÜNGER, 1993a, p. 244).¹⁹⁸⁸ Esta substituição da democracia liberal ocorreria por meio da implementação do conceito jüngeriano de democracia do trabalho, o qual tem lugar na situação de excepcionalidade, tal como a ditadura para Schmitt, malgrado a oposição expressa de Jünger a que esta aproximação com a ditadura seja realizada (cf. JÜNGER, 1993a, p.

¹⁹⁸⁷ Já avançado o ano de 1932, quando da publicação de *Der Arbeiter*, Jünger escreveria o seguinte trecho: (a) “Tanto las masas como las constituciones que las masas se han otorgado son demasiado torpes como para ejecutar los movimientos con esa rapidez y seguridad que se requieren en una situación peligrosa”. Nestas linhas Jünger deixa entrever a incapacidade da massa e de suas instituições para a regulação ou normalização da vida em situações que ele denomina de “perigosas” e que, em Schmitt, encontraríamos sob a rubrica de momento de exceção. A linguagem que Jünger aconselha para esta situação é clara, ou seja, é imperativo que se utilize (b) “[...] un lenguaje de mando como el que puede oírse en los puentes de mando de los navios”. A leitura destes textos sugere-nos uma linha de continuidade teórica entre o conservadorismo revolucionário de Jünger e o texto filosófico-político e jurídico-constitucional de Schmitt. As medidas que Jünger sugere não diferem tampouco do alargamento de poderes que emergiam das linhas schmittianas como necessários ao soberano: (c) “[...] a las medidas que para esto se requieren les otorgan su peso los temibles medios que están a disposición de la autoridad real y efectiva [...]”. Como se pode observar, ambos os autores reclamam a força da ordem e da obediência como forma alternativa à democracia nas situações de dificuldades institucionais. Ao trecho citado acima sugerimos a tradução que segue: (a) “Tanto as massas como as constituições que elas se outorgam são demasiado incapazes para que possam executar os movimentos com a rapidez e a segurança que são requeridas em uma situação perigosa”; (b) “[...] uma linguagem de comando como aquela que se pode ouvir nas pontes de comando dos navios”; (c) “[...] às medidas que para isto são requeridas lhes outorgam o seu peso os temíveis meios que estão à disposição da real e efetiva autoridade [...]”.

¹⁹⁸⁸ Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “A substituição da democracia liberal é definitivo [...]”.

254).¹⁹⁸⁹ Estas medidas incisivas de substituição da ordem liberal não aparecem em Schmitt claramente, mas, sim, ocultas sob a aparência de restauração da ordem atingida em sua normalidade para que, outra vez, possa valer o direito.

Jünger não menospreza a referência histórica a Roma, tal como fizera Schmitt em seus primeiros movimentos mais dedicados ao tema, em sua *Die Diktatur* de 1921. Reconhece o papel da exceção em Roma e da ditadura e, em paralelo, faz operar o seu conceito de democracia do trabalho em clara substituição terminológica, mas não de conteúdo específico, para a situação de excepcionalidade, com o que, sugerimos, encontra-se o seu conceito em paralelo com a ditadura soberana schmittiana.

Enfrentados a uma situação de excepcionalidade e, para resolvê-la, posto em operação o soberano, contudo, sobrevém a questão – e que nos parece ser central nesta argumentação – sobre o que poderá ter força suficiente para frear as pretensões ditatoriais de um soberano instalado no poder com certas limitações para restaurar a ordem. A este respeito parece-nos que ainda o mais discreto dos observadores da

¹⁹⁸⁹ Antecipando a obviedade da proximidade conceitual mas, ao mesmo tempo, dela querendo desmarcar-se, Jünger explicita a sua objeção a esta aproximação de seu conceito de democracia do trabalho com o de ditadura, ainda que sem mencionar Schmitt. Segundo o autor, não devem os dois conceitos ser confundidos e para tanto não oferece maior razão do que “Como portador de una potestad puramente dictatorial cabe imaginar cualquier poder, mientras que el tipo es el único que puede hacer realidad la democracia de trabajo. El tipo no puede recurrir tampoco a medidas cualesquiera [...]. Los medios y tareas del mundo de trabajo restringen la gran capacidad de choque que está a sua disposición”. De fato, não poderíamos encontrar maior proximidade teórica entre o texto jüngeriano por meio de seu conceito de democracia do trabalho e, por outro lado, o conceito de democracia comissária schmittiana. Em ambos os casos encontramos a ideia de que há uma interferência de um personagem histórico cujo poder encontra-se limitado, respectivamente, o *tipo*, para Jünger, e o *soberano*, segundo a gramática schmittiana. Não há, contudo, uma diferença de fundo notável entre ambas as propostas, que não encontram preocupação com as travas ao poder que, aliás, em Schmitt, para nada habitam o seu horizonte de preocupações, quer filosófico-políticas quer jurídico-constitucionais. Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “Como portador de uma potestade puramente ditatorial, cabe imaginar qualquer poder, enquanto que o tipo é mesmo o único que pode fazer realidade a democracia do trabalho. O tipo não pode recorrer tampouco a quaisquer medidas [...]. Os meios e tarefas do mundo do trabalho restringem a grande capacidade de choque que está a sua disposição”.

história política encontra-se em condições de desconfiar dos reais propósitos de qualquer autoridade política que reclame para si poderes extraordinários sem que medeiem instituições sólidas capazes de atuar como anteparo a eventuais abusos ou, então, dos propósitos dos teóricos que emprestem apoio entusiasmado a tal teorização.

Posto o tema sob esta angulação, sugerimos que o suposto desígnio de restauração da ordem pode, efetivamente, encontrar-se prejudicado de forma irremediável. A questão pode ser resumida em que as medidas supostamente destinadas a restaurar a ordem jurídico-política transgredida apenas sejam empregadas para, em verdade, inaugurar uma nova ordem que, como sugere Jünger, trata de emergir para substituir a ordem liberal (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 244). E o seu *tipo* necessariamente o fará a partir da ordem liberal que lhe precede por força de ser mesmo melhor em seu novo estilo, ou seja, porque, de fato, representa o poder (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 254) e não apenas uma máscara que oculta as verdadeiras relações de poder, como o faz a democracia liberal parlamentar. Isto poderá ter lugar sob o indefectível signo do poder fundador absoluto do soberano que, conforme comenta Sá, lhe atribui a figura deste soberano o poder de determinar a ocorrência da guerra e/ou o sacrifício de vidas (*cf.* SÁ, 2001, p. 434).

Esta circunstância de risco para a ordem weimariana estabelecida, bem como de que os regimes vindouros encontram-se marcados por uma tipologia política totalitiana, para nada serviram de suficiente alerta no sentido de estimular Schmitt a manter certa precaução em seus escritos de final dos anos 20 e início dos anos 30. Assim sendo, o art. 48 da Constituição de Weimar representava menos um risco do que, propriamente, a interpretação extensiva que dela foi feita. Schmitt, com certeza mais do que quaisquer outros, era amplamente ciente dos riscos que uma tal interpretação extensiva comportava.

A interpretação do art. 48 proposta por Schmitt sugeria um gravíssimo risco político para as instituições democráticas weimarianas na medida em que projetava amplos poderes para o Presidente do Reich, colocando, desta forma, as condições de possibilidade para um regime totalitário, dada a decantada ineficácia parlamentar para exercer qualquer controle sobre o Poder Executivo. As instabilidades republicanas já eram uma realidade desde os primeiros dias de Weimar e este era um cenário cujo desenho logo se veria materialmente projetado no final dos anos 20 (cf. RICHARD, 1988, p. 55). *Die Diktatur*, de 1921, *Politische Theologie I*, de 1922, bem como sua *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*, de 1923, são escritas em um contexto em que as críticas à Constituição de Weimar, e também as disputas teóricas e políticas em torno ao art. 48, já podiam ser vislumbradas. O conjunto de instabilidades assinaladas dificilmente poderia fazer supor que o tratamento do Estado de exceção e da ditadura levado a termo por Schmitt efetivamente não fossem realizado sem que adviesse, na prática, um pesado e bastante denso horizonte político.

Bem delineado,¹⁹⁹⁰ tal horizonte suscita no erudito autor de San Casciano algumas escolhas em suas entrelinhas, e a sua estratégia de compatibilizar democracia e ditadura logo após um primeiro movimento de posicionamento histórico e conceitual da ditadura, assim como as leituras conservadoras que lhe influenciam de forma declarada e decisiva – tanto o conservadorismo católico de Donoso como os contrarrevolucionários franceses e os conservadores revolucionários germanos das décadas de 10 e 20 – não sugerem senão uma abordagem voltada à confirmação dos

¹⁹⁹⁰ Desde logo, uma primeira crítica que poderia ser realizada a este argumento é sobre a capacidade de predictibilidade do autor. Neste aspecto desejamos retomar a crítica de Jaspers à Heidegger quando este último se excusava de responsabilidades no que concerne a sua participação no regime, pois argumentava que não poderia ter antecipado as ocorrências. Jaspers redarguia que, sim, ele, e talvez apenas ele, Heidegger, poderia ter antecipado aquela circunstância. Acreditamos que na esfera da análise política e constitucional o mesmo é válido para Schmitt.

valores totalitários expressos por meio do conceito de ditadura soberana. Realizada a equação entre democracia e ditadura, conforme vimos no capítulo VIII deste trabalho doutoral, agora, com a afirmação, desde *Politische Theologie*, de que a exceção era definida pelo soberano, não resta mais do que confirmar que este mesmo era um ditador soberano, e não comissário, conforme bem reconhece Schwab (ver SCHWAB, 1989, p. 44).¹⁹⁹¹

Ao tratar com o conceito de ditadura na literatura político-constitucional schmittiana, encontramos tentativa de deslocamento do poder de uma ordem democrática para uma outra, de viés totalitário. Tal potência totalitária se sobrepõe a um exercício meramente temporário do poder total, capaz de resolver uma situação de emergência, fazendo-a retornar da anormalidade à normalidade. Schmitt elabora uma definição filosófico-jurídica da ditadura que pode ser resumida em que “[...] das Wesen der Diktatur, nämlich in der allgemeinen Möglichkeit einer Trennung von Normen des Rechts und Normen der Rechtsverwirklichung” (SCHMITT, 2006d, p. XVII).¹⁹⁹² Por intermédio desta separação proposta por Schmitt, sugerimos encontrar um paralelo com a ideia do carrasco de maistreano que se apresenta como a fiel personificação da realização do símbolo da força ou da violência. Isto sim, em Schmitt, ademais desta dimensão nos limites da legalidade (ver SPEKTOROWSKI, 2002, p. 286-287), poderá também o soberano transcender uma tal ordem, franqueando passo para a afirmação de o poder político do soberano agir às margens do ordenamento jurídico.

Encontramos em Bühler um constitucionalista que orienta seu pensamento pelo cuidado com a manutenção da ordem constitucional, abordagem que torna clara a

¹⁹⁹¹ Para Schwab resta claro que o único ditador capaz de decidir o Estado de exceção na teoria schmittiana é mesmo aquele revestido de poderes soberanos, e não comissariais (cf. SCHWAB, 1989, p. 44).

¹⁹⁹² Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] a essência da ditadura está aqui, ou seja, na possibilidade geral de uma separação das normas de direito e das normas de realização do direito”.

distância que o separa de Schmitt. Por seu turno, este último não pensa aos poderes legislativo ou judiciário como dotados de funções de controle político ou jurídico, senão que esta função restaria atribuída ao Presidente do Reich, como genuíno “[...] un tutore dello stato e della costituzione” (BENDERSKY, 1989, p. 103).¹⁹⁹³ O exercício desta função encontra amparo teórico legal e político em leituras que remetem a dimensões de um voluntarismo de tipo cesáreo. Em sua *Die Diktatur*, Schmitt apresenta o conceito de ditadura comissária na qual o ditador¹⁹⁹⁴ emerge como uma benevolente figura estabilizadora que ignoraria o direito tão somente com a finalidade de realizá-lo ou, em outros termos, que

Im Interesse des durch die Aktion des Diktators zu erreichenden Zweckes erhält der Diktator eine Vollmacht, deren wesentliche Bedeutung in der Aufhebung von Rechtsschranken und in der Befugnis zu den nach Lage der Sache notwendigen Eingriffen in Rechte Dritter besteht. (SCHMITT, 2006d, p. 38).¹⁹⁹⁵

A análise textual, holística mas também contextual, da obra schmittiana não sugere que o autor tenha sua real atenção voltada para a inserção política do conceito de soberania comissária. Antes, ao contrário, quando sugere uma ampla gama de poderes derogatórios de direitos de terceiros, Schmitt destapa a caixa de Pandora sem sugerir a força necessária que volte a fechá-la. Aqui nos encontramos com uma situação em que Schmitt abertamente apoia a interpretação do art. 48, de que o presidente possa amplíssimamente decidir sobre o Estado de exceção e, nisto, conforme comenta Bercovici, podemos encontrar o Presidente “[...] exercendo um poder soberano sem sê-lo” (BERCOVICI, 2004, p. 89). A abertura da caixa de Pandora é aqui representada pela

¹⁹⁹³ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] um tutor do Estado e da Constituição”.

¹⁹⁹⁴ Schmitt retoma a história do direito romano e também a estrutura etimológica do vocábulo para chegar a dizer que “*dictator est qui dictat*”, ou seja, ditador é aquele que dita, ordena ou manda.

¹⁹⁹⁵ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “Tendo em vista o fim a alcançar por meio da ação do ditador, ele recebe uma outorga de poderes cuja significação essencial consiste na abolição das barreiras jurídicas e na faculdade para transgredir direitos de terceiros”.

interpretação amplíssima dos poderes do Presidente do Reich nos termos do art. 48 e sem que lhe seja contemporâneo algum poder capaz de obstaculizar abusos. Inexistente uma tal força, Schmitt tampouco orienta esforços em seu texto para elaborar teoricamente uma trava a uma previsível situação de abusos do poder por parte do Presidente do Reich, em suma, não lhe é este um tema caro tal qual foi a Montesquieu. Nestes termos, destapar a caixa de Pandora significou, em termos práticos, a transformação do conceito teórico de ditadura comissária em uma plena ditadura soberana, dada a ausência de forças limitadoras.

A implementação da ditadura teria como suposta função restaurar o domínio precisamente daquela ordem jurídica que o ditador se preocupa em suspender (*cf.* SCHMITT, 2006d, p. XVII). Em suma, trata-se de compreender a função da ditadura no sentido de proceder à separação das normas de direito de outras de corte político, com o intuito de, alegadamente, garantir a própria realização da ordem jurídica em um momento futuro (*cf.* SCHMITT, 2006d, p. XVII). A percepção de Schmitt é de que a instauração da ditadura comissária pode ser adotada e alcançar seus fins de modo a restaurar a realização do direito que, em sua suposição, apenas momentaneamente será suspenso (*cf.* SCHMITT, 2006d, p. XVII-XVIII). Isto sim, conforme assinalamos no parágrafo anterior, as garantias quanto à restauração da ordem jurídica não são o alvo da preocupação de Schmitt, e aberta da caixa de Pandora não parecem existir forças suficientes para bloquear a expansão de seus males que, estes sim, parecem ser o objeto constitutivo do conceito de ditadura soberana no qual realmente apostaria Schmitt.

Esta abordagem parece-nos resultar de uma amplitude magnífica quanto aos poderes conferidos a um ditador comissário. Schmitt propõe uma muito modesta e claramente insuficiente abordagem limitadora, ao acrescer que

Er werden also nicht etwa die Gesetze aufgehoben, auf welchen, jene Rechte Dritter beruhen, sondern es darf nur im konkreten Falle ohne

Rücksicht auf die Rechte gehandelt werden, wenn das nach Lage der Sache zur Durchführung der Aktion erforderlich ist. (SCHMITT, 2006d, p. 38).¹⁹⁹⁶

A suspensão de direitos de terceiros se dá segundo uma ação que encontraria critérios de aplicação apenas no discernimento do soberano. Mesmo neste primeiro instante, Schmitt não adota como eixo de suas preocupações a criação de parâmetros e limites para a realização da volta à normalidade a partir deste momento inicial de suspensão de direitos que, anuncia, seria o núcleo diferenciador do conceito de ditadura comissária do conceito de ditadura soberana. Contudo, quando não existem suportes de limitação (a) à instauração da situação da emergência, (b) à delimitação adequada dos direitos a serem suspensos e (c) tampouco às instituições fiscalizadoras dos limites em que o soberano exerce tais prerrogativas, haveremos de nos encontrar perante circunstâncias em que a configuração da ditadura transcende o conceito de ditadura comissária para adentrar no conceito de ditadura soberana.

Schmitt mantém a ideia de que o conceito de ditadura não contém nada mais do que a ideia da realização de uma negação causal de qualquer norma jurídica (*cf.* SCHMITT, 2006d, p. XVI). Realizada esta negação da ordem jurídica, o regime subsequente poderia assumir as mais diversas formas. Schmitt compatibiliza este conceito de ditadura¹⁹⁹⁷ não apenas com o já mencionado de democracia. O autor vai bem mais além em reforçar a nossa interpretação, ao compatibilizar o conceito de ditadura também com o militarismo, com o absolutismo, com o centralismo e, ainda, com o reacionarismo político. O movimento realizado pelo autor é ainda confirmado

¹⁹⁹⁶ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] não é que se derroguem as leis em que se apoiam os direitos de terceiros mas tão somente que, no caso concreto, seja possível agir sem ter estes direitos em consideração, sempre que isto seja necessário para a execução da ação, em conformidade com a situação das coisas”.

¹⁹⁹⁷ Há reiteradas referências de Schmitt a esta compatibilização conceitual. A título meramente exemplificativo, ver SCHMITT, (1996a, p. 29).

quando claramente nos diz, em sua *Die Diktatur*, que a ditadura é compatível também com os seus supostos antípodas, a saber, o pacifismo, o liberalismo, a descentralização e o progressismo político (cf. SCHMITT, 2006d, p. 34). O que encontramos aqui é uma ampliação conceitual infinita da ditadura para abranger praticamente qualquer regime político, que compreende desde as suas vertentes pacifistas aos glorificadores da pura violência. Com isto parece restar claro que, para Schmitt, não há entraves conceituais ou normativos quanto à realização de regimes totalitário-ditatoriais que recorram ao uso da pura força e da violência como meio de realização do político, aliás, continuando a ser democráticos.

Entendido neste nível, a amplitude de poderes assumida pelo ditador comissário não recebe quaisquer bloqueios, e isto transparece quando Schmitt compatibiliza a ditadura com o uso da pura violência, a qual terá os limites de seu uso balizados apenas pelo julgamento de conveniência e oportunidade que realize o soberano acerca dos meios necessários para o restabelecimento da normalidade. Em tal situação não há menos que dizer e admitir que brutalidade pode atingir níveis impensáveis, não raro ainda mais brutais do que a própria emergência que se visou superar.

Schmitt irá realizar um duplo movimento segundo uma estratégia que sugere a busca pela amenização da amplitude da proposição conceitual sobre a ditadura. Um primeiro movimento realizado pelo autor vem no sentido de manifestar que a ação política do ditador comissário encontra-se caracterizada como um instrumento imediato de uma vontade alheia concreta (cf. SCHMITT, 2006d, p. 36), ideia esta pouco crível, na medida em que o voluntarismo, e nada mais, é o *locus* desde o qual as decisões serão tomadas. Um segundo movimento é no sentido de procurar restringir a amplitude conceitual dos poderes do ditador, e para tanto propõe Schmitt que “Es wird auch nicht positiv ein Gesetz erlassen, welches jene Eingriffe als Zuständigkeit des Diktators

tatbestandsmäßig generell umschreibt [...]” (SCHMITT, 2006d, p. 38).¹⁹⁹⁸

Aparentemente Schmitt apoia a ideia, logo em dissonância com a expansão que o seu conceito de soberano toma em sua obra a partir de 1922, ou seja, de que a coação não se amoldaria à lei, posto que nesta situação nos encontraríamos com uma “animalidad” (SCHMITT, 2006d, p. 40). Ao ler a obra schmittiana, não é sustentável a ideia de que ali subsista uma real preocupação com leis que delimitem os poderes do inabordável soberano, senão o contrário, resta estabelecido como sua a competência da ruptura e transgressão a partir da própria ordem, competência para a qual não existirão limites senão o seu arbitrário julgamento de oportunidade, conveniência e intensidade dos instrumentos e mecanismos dos quais lançar mão para o restabelecimento da normalidade.

Em sua *Politische Theologie* (1922), Schmitt iria afirmar que o direito é situacional, ou seja, que “Alles Recht ist „Situationsrecht”. Der Souverän schafft und garantiert die Situation als Ganzes in ihrer Totalität” (SCHMITT, 2009g, p. 19)¹⁹⁹⁹ e aqui encontramos um poder, soberano, que detém o poder de criar ou alterar o direito, e isto segundo indique tão somente o seu juízo sobre as necessidades do momento para garantir a retomada da normalidade. O soberano cria o direito, que é de situação (*Situationsrecht*), validando a perspectiva decisionista schmittiana que confirma que, inversamente ao normativismo, é a “[...] situación eventual progresivamente cambiante [...]” (SCHMITT, 1996c, p. 13)²⁰⁰⁰ que deve governar o mundo. O normativismo não

¹⁹⁹⁸ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] será positivamente promulgada uma lei que delimite em termos gerais aquela transgressão como competência do ditador em conformidade com o estado de coisas [...]”.

¹⁹⁹⁹ O trecho acima permite a seguinte tradução: “Todo direito é um direito de situação. Soberano será aquele que cria e garante a situação em sua íntegra e totalidade”.

²⁰⁰⁰ Ao breve trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] situação eventual progressivamente alterável [...]”.

poderia encontrar apoio quando Schmitt sustentava que a lei (*Lex*) e não o Rei (*Rex*), que a vontade pessoal, e não a norma impessoal, houvera de encarregar-se dos ofícios políticos soberanos (cf. SCHMITT, 1996c, p. 26).

Uma leitura similar concernente à competência do ditador já era apontada na obra schmittiana de 1921. Em *Die Diktatur* Schmitt indicava que o soberano teria de avaliar o “[...] estado das coisas”²⁰⁰¹ e, avançado o ano de 1934, em *Über die drei Arten des rechtswissenschaftlichen Denkens*, o autor volta a confirmar que a *Rex* (vontade soberana), e não a *Lex* (lei dos homens), é capaz de estabelecer a sua vontade criadora de direito, cujo pressuposto é o estado de natureza caótico de Hobbes. Observando circunstâncias de tão amplo domínio quanto estas assinaladas no texto schmittiano, convém recordar o sinal arendtiano sobre o quão nefasto pode ser o exercício de um domínio político total. O triunfo do *Rex* em detrimento da *Lex* permite que a coexistência humana possa ser tornada verdadeiramente impossível (cf. ARENDT, 1974, p. 32), a partir da adoção de um único referencial do bom e do justo, e não de uma articulação política desenvolvida por meio de valores compartilhados, percepção que o antipluralismo schmittiano não haveria de comportar. As consequências desta impossibilidade histórica logo se fariam sentir no plano da política germana, algo que nos parece passível de observação na forma de recepção do conceito schmittiano do político.²⁰⁰²

Esta afirmação contundente da concentração do poder no âmbito do político e do jurídico sem divisões e sem controles invoca um poder (*Macht*) em conexão direta com um titular soberano, distanciado claramente das reminiscências populares da tradição

²⁰⁰¹ Esta é uma ideia repetida em vários momentos da obra *Die Diktatur*. Ver SCHMITT, (2010, p. XVI).

²⁰⁰² Nos dois próximos capítulos nos ocuparemos do conceito do político schmittiano e de como, por intermédio de uma leitura conservadora revolucionária, a eliminação do *outro* torna-se um elemento constituinte seu.

revolucionária francesa. O soberano, como fora o monarca, agora será o *Führer*. À semelhança do monarca que atuava com o poder da divindade na Terra, esta última agora vê o soberano operar com tal irretorquível poder na figura presencial do *Führer*. Sem embargo, à diferença do diálogo, no teológico, criador é o Deus, pai e dono de poderosa misericórdia, a nova versão do poderoso soberano político schmittiano reflete um lado obscuro do poder teológico (terreno), cujo *Führer* (guia) tem o poder de criar, e se compraz em proceder ao extermínio das criaturas inimigas.²⁰⁰³ Neste contexto o Presidente do Reich (*Reichspräsident*) torna-se

[...] ideado como un hombre que reúne en sí la confianza de todo el Pueblo por encima de los límites y del marco de las organizaciones y burocracias de los partidos; no como hombre de partido, sino como el hombre de confianza de *todo* el pueblo. (SCHMITT, 1992b, p. 333).²⁰⁰⁴

Um homem colocado no cume das organizações estatais e cuja legitimidade deriva de um frágil conceito de unidade com o povo, sendo as organizações meras executoras de uma vontade revelada ao soberano. Para Schmitt, contudo, está clara esta articulação conceitual entre os poderes do Presidente do Reich e a autoridade que possui

²⁰⁰³ A relação do teológico-político com o período da adesão schmittiana ao nacional-socialismo pode ser analisado em Bates, (ver BATES, 2006). Segundo o autor o conceito de teologia política encontra escasso consenso em Schmitt (*cf.* BATES, 2006, p. 1). Em seu artigo Bates procura enfatizar (a) “[...] the important turn Schmitt made in the early years of the Third Reich, from “decisionism” to what he called “institutional thinking,” in order to reveal the theological basis for his understanding of the new regime” (*Ib.*). O que sugerirá Bates é que (b) “[...] Schmitt's institutional approach had in fact always been central to his earlier, better-known writings on law and the state” (*Ib.*), aproximação esta que evidencia (c) “[...] that drew on the concrete example of the legal institutional order of the Catholic Church” (*Ib.*). Aos textos acima sugerimos as respectivas traduções: “(a) [...] o importante giro que Schmitt realizou nos primeiros anos do Terceiro Reich, do ‘decisionismo’ para o que ele denominou ‘pensamento institucional’, no sentido de revelar a base teológica para a sua compreensão do novo regime”; (b) “[...] a abordagem de Schmitt tem sido, de fato, sempre central para os seus primeiros e mais bem conhecidos escritos sobre o direito e o estado”; (c) “[...] que se baseou no exemplo concreto da ordem legal institucional da Igreja Católica”.

²⁰⁰⁴ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] ideado como um homem que reúne em si a confiança de todo o Povo por cima dos limites e sobre o marco das organizações e burocracias dos partidos; não como homem de partido, mas sim como o homem de confiança de *todo* o povo”.

para realizar uma direta ligação com a vontade do conjunto do povo, a qual é capaz de expressar em sua forma perfeita, remanescendo como guardião desta ordem unificadora em sua dimensão constitucional (cf. BERCOVICI, 2004, p. 88). Ainda assim, deriva de um dos discípulos de Schmitt, Forsthoff, observação que se aplica à filosofia do mestre, no sentido de que o poder autoritário não pode encontrar a razão de seu mandato na atribuição popular mas, antes, que “[...] authority is possible only from transcendence”. (FORSTHOFF, 2000, p. 320).²⁰⁰⁵

É possível estabelecer certa convergência entre a percepção do conceito de soberano em Schmitt com a prévia leitura do conservadorismo balmesiano, de meados do século XIX espanhol, que apresenta a figura do soberano como sendo o centralizador de todo o poder. Esta figura soberana se apresenta como o monarca que “[...] lo era todo, la voz de los pueblos, la voz de la Iglesia, todo era nada en presencia de la autoridad del soberano [...]” (BALMES, 1950, p. 556).²⁰⁰⁶ A partir do viés católico que orienta Balmes, é possível retomar em Schmitt a leitura de que a representação (*Repräsentation*) está conectada a uma pessoa que possua autoridade e esta, por sua vez, que apenas pode fazê-lo “[...] eine autoritäre Person [...]” (SCHMITT, 2008, p. 36)²⁰⁰⁷ e quem pode exercê-lo serão, ou bem Deus ou, nas democracias, o povo. Schmitt aposta claramente, senão na presença da divindade como orientação e fundamentação direta do poder do soberano, isto sim, que em sua forma política encontra inspiração direta para que o seu soberano político atue.

Um soberano como o de Balmes reaparece nas linhas de Schmitt, centralizando todo o poder, a voz popular tanto quanto a da própria divindade em sua expressão

²⁰⁰⁵ O texto acima comprova a seguinte livre tradução: “[...] autoridade é possível apenas baseada na transcendência”.

²⁰⁰⁶ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] ele resumia tudo em si mesmo, a voz dos povos, a voz da Igreja, tudo se transformava em nada na presença da autoridade do soberano [...]”.

²⁰⁰⁷ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] uma pessoa autoritária [...]”.

terrena. Mas como e por qual motivo operava Balmes, como um conceito tão amplo de poderes ao seu soberano? A resposta era direta e não nos sugere que em Schmitt ela pudesse ser tão distinta acaso o autor priorizasse tal contestação: “Porque el soberano era un excelente instrumento para lograr el objeto que se deseaba; porque el poderoso brazo del monarca allanaba todos los obstáculos y triunfaba de todas las resistencias” (BALMES, 1950, p. 556).²⁰⁰⁸ De fato, sobre tão excelsos e magníficos poderes não poderá restar hesitação ponderada, senão cega e serva obediência, fator que em Schmitt aparece em diversos momentos como intimamente conectado ao exercício do poder soberano,²⁰⁰⁹ mas que também é sustentado pelo conservadorismo revolucionário.²⁰¹⁰

Um conceito de soberano lido desde nestas tão amplas margens de atuação torna possível a interpretação aqui sugerida, do enfeixamento de poderes na figura do *Führer*, e da caracterização de uma estrutura totalitária de poder. Em Schmitt sugerimos ser

²⁰⁰⁸ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “Porque o soberano era um excelente instrumento para alcançar o objeto que se desejava; porque o poderoso braço do monarca aplastava todos os obstáculos e triunfava sobre todas as resistências”.

²⁰⁰⁹ Nas duas edições de *Der Begriff des Politischen*, de 1932 e de 1933, encontramos a referência a uma relação entre a proteção, a obediência e o exercício do poder soberano. No texto de 1932 Schmitt faz referência a que “[...] der Schutzherr bestimmt dann den Feind, Kraft des ewigen Zusammenhangs von Schutz und Gehorsam” (SCHMITT, 2002a, p. 53). Na edição de 1933 não encontramos qualquer alteração (ver SCHMITT, 1933, p. 35), permanecendo o mesmo sentido também na edição inglesa de Schwab (ver SCHMITT, 2007, p. 52), sendo igualmente mantido na edição em língua portuguesa (ver SCHMITT, 1992a, p. 78). Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] o protetor determina o inimigo em virtude da eterna conexão de proteção e obediência”.

²⁰¹⁰ Em Heidegger, contudo, se dá um movimento aparentemente distanciado deste. Em seu célebre *Discurso do Reitorado*, fala orientada a propagar os princípios do regime e angariar simpatias, antes do de reflexões de corte analítico, deparamo-nos com que Heidegger reconhece que “Dirigir implica em todas as circunstâncias que jamais seja recusado àqueles que obedecem o livre uso da força. Ora, obedecer comporta em si a resistência [...]. Só a luta mantém em aberto esse antagonismo [...]” (HEIDEGGER, 1997, p. 102). O nacional-socialismo, evidentemente, não mantinha, em seu núcleo, o reconhecimento a esta resistência ao poder, neste trecho assinalada por Heidegger, senão o contrário. Isto sim, obedecer não importaria à resistência, exceto se com isto se entendesse o pagamento do preço equivalente: o reconhecimento como inimigo público e o conseqüente extermínio.

possível encontrar nada mais que as cinzas do argumento democrático-liberal e das estruturas que o Parlamento nele disporia. Na formação sociocultural e política das circunstâncias que tornariam isto possível reside um conceito de homogeneidade (*homogenität*) que lhes transpassa e adentra na construção teórica schmittiana, dialogando com os demais conceitos de ditadura e soberania aqui tratados, mas também se projetando sobre o conceito de democracia logo entendido perversamente como pura exclusão. A interpretação do conceito de soberano em Schmitt evidencia a essência de um poder “[...] solitário, ilimitado e desvinculado [...]” (SÁ, 2001, p. 2001), um poder que, desde a sua leitura heideggeriana, está

Por encima de los individuos está el Führer, el *hupsipolis apolis*: más allá de la *polis* y su *Ethos*, el Führer no está limitado por regla alguna de «moralidad» (que es tan sólo una forma degenerada de *ethos*) y sólo como tal puede fundamentar una nueva forma de *ethos*, un ser común en una *polis*. (CARRASCO, 2009, p. 225).²⁰¹¹

Este perfil, que julgamos permitir uma leitura totalitária conforme aqui proposta, encontra expressão na obra schmittiana especificamente por intermédio do foco que vem sendo sugerido no decorrer deste trabalho doutoral, a saber, o de sua convergência com a tradição conservadora que lhe inspira. Neste sentido interessa-nos tal investigação de algumas destas fontes anteriormente trabalhadas nos demais capítulos, e que agora necessitam ser parcialmente retomadas para o fim específico de aplicação aos conceitos ora em exame.

A retomada da argumentação conservadora apenas reforça a leitura que realizamos de Schmitt, cuja conexão com Donoso Cortés é bastante conhecida, embora não tão bem explorada como sugerimos fosse necessário para a melhor apreensão da

²⁰¹¹ Ao texto acima sugerimos a seguinte tradução: “Por cima dos indivíduos está o *Führer*, o *hupsipolis apolis*: mais além da polis e seu *Ethos*, o *Führer* não está limitado por qualquer regra de ‘moralidade’ (que é, tão somente, uma forma degenerada de *Ethos*) e apenas como tal pode fundamentar uma nova forma de *Ethos*, um ser comum em uma *polis*”.

estrutura do pensamento schmittiano. Uma das conexões muito pouco exploradas para pensar o conservadorismo schmittiano desde sua fonte donosiana é Balmes. Neste aparece ideia relevante, cuja leitura é similar em Donoso, de que o soberano europeu, mesmo aquele que exercia poderes em regimes monárquicos absolutos não se encontrava tão à vontade para desempenhá-lo irrefreadamente, vale dizer, fazendo rolar as cabeças de seus adversários ao seu antojo (*cf.* BALMES, 1950, p. 257). Contudo, esta limitação aparece em Balmes segundo termos morais, antes do que legais, e nisto um ponto de contato a mais com Schmitt, posto partirem de uma perspectiva antropológica positiva relativa ao exercício do poder sem limites, enquanto reservado ao povo um grau de desconfiança elevado que pode ser ancorado em sua leitura hobbesiana (*cf.* GARZÓN-VALLEJO, 2010).

A fé cristã era percebida por Balmes como um adequado e suficiente freio às ambições soberanas, mesmo após as experiências administrativas nefastas do catolicismo ao aplicar a ferro e fogo a sua doutrina cristã.²⁰¹² A moralidade e os costumes europeus eram percebidos como instrumentos fortes o suficiente para refrear os impulsos de dominação e extermínio dos magistrados últimos e, em suma, atinham-se às leis (*cf.* BALMES, 1950, p. 257). Este é um quadro importante dentro da tradição

²⁰¹² A Inquisição Espanhola durou 356 anos, de 1478 até 1834, sendo que em seus últimos 15 anos praticamente não executou alguém. A Inquisição teve como foco superior a realização de um processo de purificação étnico-religiosa de territórios que haviam sido tomados dos muçulmanos por meio de guerras. A partir de então a política inquisitória passara a ser a de estabelecer a conversão de muçulmanos, e também de judeus, ao catolicismo dos reis Fernando e Isabel I. De qualquer sorte, a Inquisição ainda atingiria México e Peru, os quais apenas lograram superar a sua barbárie por meio de seus respectivos processos de independência, ambos no ano de 1821. Desde as suas fontes do conservadorismo espanhol Schmitt trabalha, portanto, com fontes católicas como Donoso Cortés e Balmes, que mantinham diálogo com um catolicismo ainda fortemente marcado pela cultura de trezentos e cinquenta anos de inquisição. Convém recordar que Donoso (1809-1853) morre ainda jovem, mas que o período de maturidade do autor converge com os anos finais da inquisição e, desde logo, com a permanência de muitos de seus adeptos, o mesmo podendo ser dito de Balmes (1810-1848), cujo período de vida adulta se assemelha com ao de Donoso.

conservadora espanhola que suscita uma outra forma de exercício da soberania que não a ilimitação tão característica do regime monárquico turco daquela quadra histórica (cf. BALMES, 1950, p. 257) não aparecendo como objeto da preocupação de seu contemporâneo Donoso Cortés, que muito serviria aos propósitos schmittianos.²⁰¹³

No desenvolvimento de seu texto Schmitt retomará a Hobbes como fonte constante de inspiração. O trabalho deste último dera-se sob os tormentos dos canhões e dos embates, dos diferendos políticos e embates religiosos. A sua teoria do Estado e o próprio texto do *Leviatã* constroem uma poderosa imagem bíblica retomada com seus temas centrais para a literatura política schmittiana (cf. SCHMITT, 2008, p. 5), sendo que na obra deste o impacto de Hobbes é justamente dimensionado em *Der Leviathan in der Staatslehre des Thomas Hobbes* (ver SCHMITT, 1995). Datada de 1938, a força desta obra schmittiana encontra-se no destaque ao decisionismo do filósofo de Malmesbury, dimensionada por Habermas como nada menos do que um texto que ocupa uma posição de nuclear (cf. HABERMAS, 1989, p. 69). A interpretação de Habermas é reforçada por Schmitt, quando reconhece Hobbes como o máximo representante do pensamento decisionista (cf. SCHMITT, 1996c, p. 31), na medida em que sabia ser soberano aquele que soberanamente decidisse (cf. SCHMITT, 1996c, p. 29).

A poderosa figura levítica começa a ser pensada por Schmitt em seu texto a partir do capítulo 3, tomando como ponto de partida o seu questionamento do papel exercido pela figura levítica na teoria do Estado hobbesiana (cf. SCHMITT, 2008, p. 31). O que está à base da atuação do *Leviatã* é o medo, e isto repercute em que o poder

²⁰¹³ Nesta peculiar leitura do conceito de soberania, quando Schmitt se dirige à tradição conservadora espanhola irá realizar a escolha que melhor lhe convém, e aqui melhor Donoso Cortés do que Balmes. Donoso Cortés reafirma um conceito de soberania convergente ao de Hobbes bem como ao de Bodin, de radical utilidade aos propósitos schmittianos.

instalado terá como “[...] goal and terminus is security of the civil [...]” (SCHMITT, 2008, p. 31).²⁰¹⁴ Por sua parte, para Schmitt, instaurada a sociedade civil, com ela o autor não virá a ter a mesma atenção pacificadora avessa aos enfrentamentos cruéis do Estado de natureza hobbesiano, posto que a aplicação do conceito de ditadura soberana em Schmitt permitiria a ocorrência de tal estado de coisas.

A instauração da segurança em Hobbes é levada a termo por alguém descrito por Schmitt como o “[...] leviathan, a combination of god and man, animal and machine [...]” (SCHMITT, 2008, p. 53),²⁰¹⁵ mas é o próprio Schmitt quem reconhece que, para o filósofo de Malmesbury, é este Deus mortal o único capaz de outorgar paz e segurança (cf. SCHMITT, 2008, p. 53). Esta figura é de extrema utilidade para uma leitura totalitária do político que possa estar presente na filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana, e o seu conceito de soberano se resume a admitir que “Souverän ist, wer über den Ausnahmezustand entscheidet” (SCHMITT, 2009g, p. 13).²⁰¹⁶ E o soberano que concentra poderes e tudo decide, inexoravelmente, retorna à tradição hobbesiana, pois útil será para Schmitt afirmar não apenas que “[...] his leviathan demands unconditional obedience” (SCHMITT, 2008, p. 53)²⁰¹⁷ mas, e todavia bem mais importante e funcional para um regime totalitário, que “There exists no right

²⁰¹⁴ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] objetivo e o termo final é a segurança da cidadania [...]”.

²⁰¹⁵ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] leviatã, uma combinação de Deus e homem, animal e máquina [...]”.

²⁰¹⁶ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “Soberano é aquele que decide sobre o Estado de exceção”.

²⁰¹⁷ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] o seu leviatã exige obediência incondicional”.

of resistance to him [...]” (SCHMITT, 2008, p. 53),²⁰¹⁸ direito este que é uma das marcas distintivas do Estado democrático.²⁰¹⁹

A segurança passa a ocupar um lugar central na obra hobbesiana, que a vislumbra como uma *conditio sine qua non* para qualquer tipo societário estável. Por outro lado, em Schmitt encontraremos uma leitura do ditador que volta ao tema da segurança e da estabilidade sob a ótica da intervenção do ditador que procura a sua restauração.²⁰²⁰ Inversamente ao que ocorre com Donoso Cortés, para quem a ditadura é uma forma de reprimir a “[...] barbárie provocada pela falta de sentimentos morais dos indivíduos” (*apud* PAVANI, 2010, p. 135), em Schmitt a ditadura configura-se apenas como uma forma de intervir positivamente na reestruturação da ordem e da segurança. Alegadamente, esta intervenção ditatorial estará destituída de qualquer preocupação com outro tipo de restauração além da segurança, como, por certo, aparece em Donoso a preocupação com a realização da pureza moral dos indivíduos presentes em uma realização dos valores da doutrina cristã da moral na terra.

Neste contexto, portanto, o soberano concentra todo poder para a execução das funções assecuratórias que lhe são cometidas, para as quais, por certo, não subsistirão quaisquer direitos cívicos passíveis de ser arguidos contra as decisões que promanam

²⁰¹⁸ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “Não existe direito de resistência a ele [...]”.

²⁰¹⁹ A importância do direito de rebelião é fundamental em uma teoria da democracia contemporânea. Sugerimos que as leituras fundamentais sobre o tema não podem eludir os clássicos Locke (ver LOCKE, 2006), Thoreau a este respeito (ver THOREAU, 1993) e, na mesma tradição filosófica, contemporaneamente, Rawls (ver RAWLS, 1993b). Entre nós quem procurou abordar o tema, a ele conjugando o direito e a filosofia foi Garcia. Ver GARCIA, (2004).

²⁰²⁰ Quem seria capaz de estabelecer uma boa ordem em meio a graves embates? A resposta hobbesiana era muito clara para tais situações onde o conflito se fizesse presente: o poderoso soberano levítico. Schmitt se apropria de uma resposta radical do filósofo para uma situação de sérios embates, mas não de guerra franca, aliás, recém concluída em 1918, para aconselhar medidas extremas ditatoriais desde a sua *Die Diktatur*, de 1921, projetando suas reflexões ainda nos momentos imediatamente seguintes, como em 1922, em sua *Politische Theologie*.

desta esfera de poder. Em outros termos, a descrição schmittiana da teoria do Estado hobbesiana descrita nos seguintes termos: “Based on his sovereign power, he alone determines by law [...] what is right and proper and [...] what is truth and error”. (SCHMITT, 2008, p. 53).²⁰²¹

Schmitt propõe a suspensão de direitos sem limitações ou quaisquer fiscalizações das decisões tomadas pelo poderoso. Trata-se de que quando um soberano decide o que é direito, e o que não é, ele também está a dizer, inapelavelmente, o certo e o errado. Arendt sugere-nos com singular precisão e fineza o perfil do poder exercido no totalitarismo, em especial sobre a estrutura de poder do nacional-socialismo:

Como el jefe ha monopolizado el derecho y la posibilidad de explicación, parece ante el mundo exterior como si fuera la única persona que sabe lo que está haciendo, es decir, el único representante del movimiento con el cual uno puede hablar todavía en términos no totalitarios [...]. (ARENDR, 1974, p. 462).²⁰²²

A cega obediência presente neste perfil traçado por Arendt permite uma melhor possibilidade de compreender por qual motivo o soberano recruta tal critério: é que esta apenas poderá estar calcada na própria subjetividade do soberano para que proceda às graves decisões existenciais que o regime totalitário supõe. A cega obediência requer a incontestabilidade ou, como proporia Schmitt a partir da filosofia política de matriz cristã donosiana, a infalibilidade do soberano ou, ainda nas palavras do autor, que a “[...] und einem Willen zur Dezision, wie in der Lehre von der päpstlichen Unfehlbarkeit kulminiert” (SCHMITT, 2008a, p. 14).²⁰²³ Tal ideia aparece reforçada em

²⁰²¹ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “Baseado em seu soberano poder, ele determina sozinho a lei [...] o que é direito e correto [...] o que é verdade e o que é errado”.

²⁰²² O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “Como o chefe monopolizou o direito e a sua possibilidade de explicação, ele aparece perante o mundo externo como se fosse a única pessoa que sabe o que está fazendo, ou seja, como o único representante do movimento com o qual ninguém pode falar mesmo em termos não totalitários [...]”.

²⁰²³ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] e uma vontade de decisão que culmina na teoria da infalibilidade papal”.

1934 quando, em sua *Über die drei Arten des rechtswissenschaftlichen Denkens*, Schmitt faz referência a que “[...] el dogma católico-romano de la infalibilidad de la decisión papal contiene también elementos jurídicos fuertemente decisionistas” (SCHMITT, 1996c, p. 28),²⁰²⁴ e nisto, claramente, uma referência ao catolicismo político de Donoso Cortés. Em Schmitt a infalível decisão papal é tomada como possível paralelo ao poder político exercido pelo ditador soberano, também inatacável em suas decisões. Portanto, não seria possível interperlar, ainda em termos não totalitários, a qualquer decisão do soberano, em suma, não haveria qualquer recurso possível desta suma decisão, ou seja, esta é uma angulação arendtiana que permite perceber com mais clareza como Schmitt sugere o que Pavani denomina de busca pela efetivação do poder de sorte a torná-lo ilimitado (cf. PAVANI, 2011, p. 21).

Neste contexto, portanto, inexistem quaisquer garantias acerca de que o *Führer* realmente exercerá o seu cometido da maneira acertada, ou seja, conforme o *Volksgemeinschaft* que lhe outorgou poderes. Este quadro de ilimitação para o poder e sua capacidade de decidir apresenta-se para Kahn como o desenho de uma teoria política, mas que, caracterizada como centrada na decisão, “[...] is simply not a very good theory of politics [...]” (KHAN, 2011, p. 119-120)²⁰²⁵ mas, isto sim, projeta-se tão somente como uma “[...] theology as contemporary intellectual project” (KHAN, 2011, p. 119-120),²⁰²⁶ algo que, sugerimos, pode encontrar recepção apenas nos radicalismos

²⁰²⁴ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] o dogma católico-romano da infalibilidade da decisão papal possui elementos jurídicos fortemente decisionistas”.

²⁰²⁵ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] simplesmente não é uma teoria política muito boa [...]”.

²⁰²⁶ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] teologia como um projeto intelectual contemporâneo”.

marcantes de Estados teológicos, mas não no âmago das democracias laicas ocidentais.²⁰²⁷

Muito acertadamente nos chama a atenção Díaz para o fato de que “La *Führung* no es susceptible de ningún tipo de control institucionalizado porque, se dice, resultaría contrario a la autonomía, que es característica del poder personal del *Führer*” (DÍAZ, 1991, p. 80).²⁰²⁸ Este poder pessoal do *Führer* mostra-se plenamente convergente com a ideia fascista de personalização do poder, aspecto que aproxima Hitler, Mussolini, Stálin e Mao (cf. GENTILE, 1997, p. 32). Trata-se de noção em absoluto convergente com o conceito de ditadura soberana reclamada por Schmitt, precisamente para os momentos de tensão extrema. Será tão somente balizado o soberano nestas suas decisões extremas pela sua “[...] alta capacidad y a su elevada moralidad, tesis [...] coherente [com] la encarnación mística del “espíritu del pueblo” en el *Führer*”. (DÍAZ, 1991, p. 80).²⁰²⁹

Em aras da consecução desta sua função assecuratória do regime político e jurídico, poderá o Presidente do Reich. Schmitt uma vez mais lança mão de um ardil em sua escrita, ao retomar a fala do Ministro da Justiça do Reich, Eugen Schiffer (1860-1954). Valendo-se do discurso de Schiffer, Schmitt confirma nas suas linhas que o Presidente do Reich, por intermédio da interpretação extensiva do art. 48 da Constituição de Weimar, encontrar-se-ia revestido de poderes ditatoriais. Nesta

²⁰²⁷ Não poderemos nos ocupar com maior detalhamento do emergente problema representado pelo avanço dos extremismos teológico-políticos nas democracias ocidentais, em alguns casos como pura resposta a movimentos radicais islâmicos. É uma forma de retomada da tradição schmittiana e, paralelamente, de combater desde dentro os seus próprios pressupostos teóricos.

²⁰²⁸ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “O *Führung* não é suscetível de nenhum tipo de controle institucionalizado porque, como se diz, resultaria contrário à autonomia que é característica do poder pessoal do *Führer*”.

²⁰²⁹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] alta capacidade e a sua elevada moralidade, tese [...] coerente [com] a encarnação mística do ‘espírito do povo’ no *Führer*”.

qualidade, poderia aplicar todas as medidas necessárias, em suma, poderia “[...] Städte mit giftigen Gasen belegen, wenn das eben im konkreten Fall zur Wiederherstellung der Sicherheit und Ordnung die erforderliche Maßnahme ist” (SCHMITT, 2006d, p. 258).²⁰³⁰

A melhor inteligência deste trecho indica que, no momento em que Schmitt autoriza esta ação ilimitada de disponibilização de direitos sobre terceiros que incluem não apenas a vida mas a vida de toda uma cidade por meio da morte de toda ela, encontramos-nos, positivamente, com uma figura de um governante totalitário-ditatorial cujas medidas extremas reclamarão imposição constante.²⁰³¹

Sem embargo, Schmitt ainda acrescentaria a este trecho uma ideia tão incisiva e esclarecedora, ao afirmar que, neste contexto de poderes extensivos reconhecidos ao Presidente do Reich segundo a interpretação do art. 48, “Eine Begrenzung besteht hier ebensowenig wie in irgendeinem andern Hinweis auf das, was zur Erreichung eines Zweckes nach Lage der Sache erforderlich ist” (SCHMITT, 2006d, p. 258).²⁰³² Conclusivamente, a partir disto podemos encontrar ainda mais incisivos e diretos elementos para, em termos schmittianos, confirmar que o frágil conceito teórico de

²⁰³⁰ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] cobrir as cidades com gases venenosos se em um caso concreto esta é a medida necessária para o restabelecimento da segurança e da ordem”.

²⁰³¹ Isto confirma a tese de Foucault, reforçada por Agamben, de que encontramos no Estado nacional-socialista uma “[...] absolutização sem precedentes do biopoder de *fazer viver* se cruza com uma não menos absoluta generalização do poder soberano de *fazer morrer*, de tal forma que a biopolítica coincide imediatamente com a tanatopolítica. [...] Como é possível que um poder cujo objetivo é essencialmente o de fazer viver exerça por sua vez um incondicionado poder de morte? (AGAMBEN, 2004, p. 89). A estupefação perante o horror causado pela seleção, organização, burocratização de procedimentos, sistematização e final execução coletiva de um longo e planejado roteiro de mortes pelo Estado encontrou projeção no âmbito da realização de categorias político-jurídicas das quais aqui nos ocupamos. Ante o horror, o escárnio de alguns que após puderam encontrar-se na posição de vítimas, aludindo às figuras da cultura literária, à falta de melhor socorro fático.

²⁰³² O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] não existe nenhuma limitação como tampouco existe nenhum outro obstáculo no que tange à situação das coisas para alcançar um dado fim”.

ditadura comissária se transforma, na prática da política, em uma cruenta ditadura soberana.

A este respeito tanto Kennedy (ver KENNEDY, 2004) como Agamben (ver AGAMBEN, 2004) mostram proximidade em suas ponderações acerca de um processo conceitual que tem início sob a supostamente bem-intencionada ditadura comissária, cujo escopo último seria a restauração da ordem, mas que representa ineludivelmente um fomento para a destruição das próprias normas que almeja colocar outra vez em vigor. Perante uma iniciativa ditatorial comissária o passo seguinte é o de um ditador que, após as suspensões e transgressões, vê o próprio ordenamento como derrotado, e não podemos esperar muito mais do que, reconhecida tal circunstância, o desmoronamento do regime seja o passo seguinte por parte de um ditador que logo se fará soberano em termos schmittianos. Por nos valer de Agamben, trata-se de ver como um Estado de exceção, para enfrentar riscos e ameaças logo se transforma na própria regra da ordem jurídica, uma vez superada a inicial situação de riscos, sendo transformada em regra por força de um contexto político marcado pela oposição amigo-inimigo (*cf.* MATOS, 2003, p. 49).

Ainda quando considerássemos situações extremas em que as ações de violência pudessem ser recomendáveis para a manutenção do Estado, nossa aposta é que mesmo assim não poderíamos entender que existisse um direito do Estado à autodefesa²⁰³³ nos mesmos termos em que é exercida a legítima defesa pelos homens. Este exercício do direito à existência por parte do Estado encontra zona de limitação nas próprias

²⁰³³ A este respeito reitera Bercovici que “[...] o Estado suspende o direito em virtude de um direito de auto-conservação” (BERCOVICI, 2007, p. 62). Em outro escrito, o autor reitera que existe uma distinção entre a norma e a sua aplicação que deve ser destacada em Schmitt, a saber, que “[...] a aplicação da norma é suspensa, mas a norma, enquanto tal, permanece” (BERCOVICI, 2004, p. 67). Neste aspecto Bercovici deixa entender que ancora parte de sua interpretação do Estado de exceção em Schmitt da leitura que realiza de Agamben, principalmente de seu livro *Estado de exceção* (ver AGAMBEN, 2007).

condições de legitimidade política que lhe seja emprestada pela população. Destarte, não apostamos aqui que ele seja de um tipo incondicional e nem tampouco todos os meios lhe devem ser facultados ao soberano. O limite encontra-se precisamente ali onde Schmitt admite, com o então Ministro da Justiça, que poderia o soberano lançar gases sobre cidades inteiras, se necessário.²⁰³⁴ Não há, portanto, limites, como diz Schmitt na citação do parágrafo anterior. Clara está aqui uma operação totalitário-ditatorial que transcende aos limites de um transitório regime ditatorial-comissarial, e também ao próprio direito do Estado, de manter as suas estruturas quando o preço for a eliminação de parcela de seus próprios cidadãos.²⁰³⁵

Nestes termos vai restando claro que Schmitt não tardaria em concluir que o enfrentamento de tempos difíceis recomendava o aprofundamento dos poderes do soberano. Isto conduziria a uma realidade político-jurídica totalitária, consolidando na figura do soberano a competência similar à de uma divindade que tudo pode, em suma, de uma ditadura de viés teológico, tão presente na tradição conservadora que lhe

²⁰³⁴ Interessa notar que algumas das explorações possíveis sobre este aspecto altamente agressivo que se revela na forma de o soberano exercer o poder também encontra paralelo em Maquiavel. Para o florentino o soberano pode encontrar-se em circunstância de ter de aplicar métodos em extremo, marcados pela desumanidade e, até mesmo, por crudelíssimas práticas. Maquiavel não elide a necessidade da tomada de tais opções extremadas (ver MAQUIAVEL, 1987). Para análises mais detalhadas sobre Maquiavel, ver ADVERSE, (2010, 2009, 2008), ALTINI, (2005), BIGNOTTO, (1991), COSTA, (2010), DEL ÁGUILA, (2006), LEFORT, (2010), SKINNER, (1984), STRAUSS, (1964), VILLACANAS BERLANGA, (1999).

²⁰³⁵ Em Schmitt encontraremos a figura do senhor dentre os seus iguais no sentido étnico. O Estado estará composto por este grupo de iguais desigualitarizados empiricamente perante o magnânimo poder de uma só figura que ocupa a posição de senhor dos assuntos políticos daquela comunidade (*Gemeinschaft*). Este senhor revestido de singular dignidade poderá não ser alvo de verdadeiro reconhecimento. O amo e senhor perecerá moralmente, enfeixando a figura do poder máximo decadente, detentor da capacidade de imposição da força física e sem poder moral, detentor de um monopólio da força física que só faz demandar mais altos níveis perante a sua deterioração moral por falta de reconhecimento. Ao que poderíamos denominar também de queda da legitimidade, ocorre em momento em que é detectável uma intersecção entre a curva ascendente do uso da força e aquela outra curva, descendente, que marca a sua dimensão moral no exercício do poder. O momento de seu cruzamento é a marca da queda e término de um ciclo de poder.

orientou os primeiros passos. Assim, a partir da tríade de filósofos inspiradores de Schmitt trabalhada nos dois primeiros capítulos desta tese doutoral, o autor poderá assertivamente ocupar-se, já nas primeiras linhas de sua *Politische Theologie*, em dizer que o soberano é aquele que decidirá sobre o Estado de exceção (cf. SCHMITT, 2009g, p. 13). Esta ideia representa a retomada de forma ampliada teoricamente das primeiras linhas de *Die Diktatur*, quando, com menor ênfase, afirmava a respeito do ditador que “*dictator est qui dictat*”. (SCHMITT, 2006d, p. 4).

A respeito da leitura que se possa realizar sobre a opção schmittiana em torno ao conceito de ditadura, nossa percepção é de que a melhor delas indica tomar como ponto de partida a filosofia política do conservadorismo. Segundo Donoso, por exemplo, a ditadura pode ser enfrentada à liberdade em alguma circunstância histórica e, neste caso, lhe pareceria pouco provável que alguém optara senão pela liberdade (cf. DONOSO CORTÉS, 1946b, p. 203), sendo esta uma estratégia que pode ser aceita por Schmitt na medida em que faz a liberdade operar dentro do campo de um conceito de democracia completamente alterado de seus referenciais clássicos.

Donoso Cortés todavia observa que a pura opção pelas liberdades e suas demais implicações não era uma escolha viável para aqueles dias.²⁰³⁶ O movimento de Donoso Cortés a respeito da defesa da ditadura foi conclusivo em seu discurso de defesa da política de Narváez²⁰³⁷ no já longínquo 4 de janeiro de 1849, ao fim de sua vida. Em discurso de Donoso Cortés aos Deputados em meados do século XIX, sobre a justificação da ditadura o autor realiza uma rápida manobra, logo após se referir à

²⁰³⁶ Com este movimento começaria a legitimar a sua opção pela ditadura em sua acepção totalitária, opção esta paralela retomada por Schmitt, cujos movimentos iniciais concentram-se nos conceitos de ditadura comissária e ditadura soberana.

²⁰³⁷ Ramón María Narváez (1800- 1868), general e homem de Estado espanhol com cujo contexto e políticas dialogou o conservadorismo espanhol donosiano e balmesiano neste texto sob atenção.

liberdade no sentido de equipará-la à ditadura da insurreição.²⁰³⁸ Sem qualquer justificação para tal equiparação, ao final de seu discurso é que o autor parte, então, para expor quais as vantagens de seu modelo de ditadura sobre esta outra, a ditadura da insurreição:

[...] la cuestión es ésta [...] trata-se de escoger entre la dictadura de la insurrección y la dictadura del Gobierno; puesto en este caso, yo escojo la dictadura del Gobierno, como menos pesada y menos afrentosa. [...]”. (DONOSO CORTÉS, 1946b, p. 202-203).²⁰³⁹

É importante destacar a centralidade desta posição de Donoso Cortés quanto às escolhas possíveis; trata-se, evidentemente, de uma indiscutível aposta pela ditadura. O único que caberá esclarecer é qual sera o tipo de ditadura sobre a qual recairá a preferência donosiano. Neste sentido é perceptível a preferência do autor de modo absolutamente claro por uma ditadura da elite ou, quiçá, por uma aristocracia. O autor supunha que esta última encontrava-se inspirada por maior nobreza de princípios, tanto quanto de propósitos, do que as ditaduras populares. A este respeito o texto donosiano é esclarecedor:

Trata-se de escoger entre la dictadura que viene de abajo y la dictadura que viene de arriba; yo escojo la que viene de arriba, porque viene de regiones más limpias y serenas; trata-se de escoger, por último, entre la dictadura del puñal y la dictadura del sable; yo escojo la dictadura del sable, porque es más noble. (DONOSO CORTÉS, 1946b, p. 202-203).²⁰⁴⁰

Importante destacar que esta opção donosiana pela ditadura perante a liberdade ou a ditadura da insurreição parece-nos encontrar receptividade na interpretação

²⁰³⁸ Esta é, por certo, uma estratégia que guarda certa similaridade com a adotada por Schmitt ao deslocar o liberalismo do conceito de democracia e compatibilizar esta com o de ditadura.

²⁰³⁹ O texto permite a seguinte tradução: “[...] a questão é esta [...] trata-se de escolher entre a ditadura da insurreição e a ditadura do Governo. Postas as coisas nestes termos, eu escolho a ditadura do Governo, uma vez que menos pesada e afrontadora”.

²⁰⁴⁰ O texto permite a seguinte tradução: “Trata-se de escolher entre a ditadura que vem de baixo e a ditadura que vem de cima. Neste caso eu escolho a ditadura que vem de cima, posto que vem de regiões mais límpidas e serenas. Trata-se, portanto, de escolher, entre a ditadura do punhal e a ditadura do sabre. Neste caso, eu escolho a ditadura do sabre, posto que esta é mais nobre”.

schmittiana do conceito de ditadura. A opção teórica de Schmitt sugere esta sua recepção da escolha donosiana pela ditadura, embora não pelo motivo de que fosse esta menos pesada que a ditadura da insurreição (liberdade), nem mesmo que a chamada ditadura da aristocracia do sabre, argumento que, este sim, poderia ser mais bem recepcionado por alguns setores do conservadorismo revolucionário ligado aos militares do III Reich.

Importa ainda destacar que, em 1921, Schmitt chama a atenção em sua *Die Diktatur* para que a república romana não percebia ao conceito de ditadura nem como um conceito que devesse ser entendido como o exercício de um poder tirano, e nem tampouco como uma forma de exercício de poder absoluto (*cf.* SCHMITT, 2006d, p. 6).²⁰⁴¹ Antes de tudo, a suposta perspectiva romana era a de utilizar a ditadura para a preservação das liberdades, e não de proceder à sua perfeita supressão. A nossa preocupação neste texto não é de cunho historiográfico-político, e neste sentido a elucidação do caso romano não nos atinge, mas, isto sim, a apropriação e uso dos conceitos que nesta leitura histórica é realizada por Schmitt.

Dentre as opções assinaladas por Schmitt no caso romano, o que nos interessa é o seu primeiro movimento supostamente, inclinado pela ditadura comissária, que representaria uma boa alternativa para uma democracia constituída sob forma constitucional como era o caso da República de Weimar, a experimentar crises diversas, do econômico ao político. Escrevendo sob sua tutela, Schmitt projeta o papel da ditadura comissária mas que, como víamos anteriormente, abre as portas para que a prática do político se dê, inexoravelmente, com a transposição a uma ditadura soberana. Depois de tudo, a diferenciação entre ditadura comissária e ditadura soberana também encontra uma angulação analítica interessante e uma interpretação possível por meio da

²⁰⁴¹ Interessante assinalar que esta remissão ao conceito de ditadura na República romana já havia sido igualmente realizado por Donoso Cortés (ver DONOSO CORTÉS, 1946b, p. 202-203).

leitura comum tanto do conservadorismo revolucionário, como de Schmitt e do nacional-socialismo quanto ao desvalor do pluralismo, da tolerância e das instituições pacificadoras burguesas. Isto nos remete às circunstâncias de uma vida em que o regime excepcional seria a regra, e o soberano o seu *Führer* (condutor).

Ademais deste propósito, a interpretação contextual da estratégia teórica schmittiana, de proceder a retomada deste duo conceitual da ditadura romana, sugere-nos revelar a real posição de Schmitt a respeito da ditadura. Em momento de profundas crises, do econômico ao político, entre os anos de 1920 e 1922, Schmitt escreve e faz publicar as suas duas obras de referência sobre o assunto, a saber, *Die Diktatur* e *Politische Theologie*. Naquele momento de intensificação de crises, Schmitt reitera sua condição de autor que escreve em claro diálogo com o seu tempo, e que não poderia deixar de atentar e atender com ampla clareza aos perigos impostos pelas circunstâncias histórico-políticas para as quais escrevia. Estes riscos eram, eminentemente, de afirmação de um regime totalitário.²⁰⁴² Schmitt conhece estes perigos, mas não os vê como tais, senão que compartilha deles como valores desejáveis nos termos em que o conservadorismo o propõe.²⁰⁴³

10.4. DITADURA COMO EXCEÇÃO, DITADURA COMO REGRA: O PODER SOBERANO E A CONVICÇÃO TOTALITÁRIA

²⁰⁴² Nossa perspectiva é de que este propósito schmittiano em proceder à retomada do conceito de ditadura da República romana pode ainda ser bem compreendido quanto aos seus desígnios de fundo quando lido desde o seu contexto intelectual de mais próximo diálogo, a saber, o conservadorismo e o conservadorismo revolucionário, cuja animosidade perante a República weimariana restou evidente em nossa abordagem.

²⁰⁴³ Para um melhor exame do viés conservador a respeito deste tema bem como de suas conexões teóricas com o schmittianismo, remetemos o leitor aos primeiros capítulos desta tese, em que nos ocupamos do conservadorismo e do conservadorismo revolucionário.

A argumentação que viemos apresentando aqui parece convergir com a que, posteriormente, e já entrada a década de 1930, viria a ser escrita por Schmitt em seu *Staat, Bewegung, Volk* (1933), texto que denota proximidade ao roteiro político dos regimes fascistas (cf. PARDO, 2003, p. 177), aporte teórico decidido à nova estrutura institucional do regime hitleriano (cf. ORFANEL, 1993, p. 248).²⁰⁴⁴ Logo ao início deste texto de 1933, Schmitt reconhece que a Constituição de Weimar “[...] non potrebbe, né materialmente nel contenuto, né formalmente nel suo vigore legale di costituzione, essere la base di uno Stato nazionalsocialista”. (SCHMITT, 1935, p. 51).²⁰⁴⁵

Não se trata, precisamente, de uma defesa dos valores constitucionais weimarianos, menos do que a defesa do próprio constitucionalismo de Weimar. Isto sim, o trecho revela um Schmitt que aposta nos valores do nacional-socialismo, a esta altura já de bastante bem definidos delineamentos totalitários que ao erudito e ativo Schmitt não poderiam passar despercebidos. Para reforçar sua perspectiva, acresce que

[...] non si può trattare il testo della costituzione di Weimar come un diritto che seguiti ancora ulteriormente ad esser sempre valido sotto il

²⁰⁴⁴ Sobre a obra destaca Orfanel que “[...] el movimiento aparece, en cuanto dirigido por el partido, como el elemento preeminentemente y dinámico, el Estado como elemento político estático y finalmente el pueblo como el sector apolítico ‘... que crece bajo la protección de las decisiones políticas’” (ORFANEL, 1993, p. 248). O *Staat, Bewegung, Volk* (Estado, Movimento e Povo) é texto que marca os princípios que deveriam reger o novo Estado nacional-socialista e, dentre eles, resta evidenciada a ruptura com o princípio da separação dos poderes. Isto teve lugar efetivamente por intermédio da Lei de Habilitação, de 24 de março de 1933, sobre a qual recaiu a aprovação geral dos partidos alemães, com a exceção pontual do Partido Social-Democrata. A rigor, a Lei de Habilitação deste inicial mês de 1934 marca um ponto de inflexão no distanciamento com a ordem jurídica weimariana. Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] o movimento aparece, enquanto direcionado pelo partido, como o elemento preeminentemente e dinâmico, o Estado como elemento político estático e finalmente o povo como o setor apolítico “... que cresce sob a proteção das decisões políticas””.

²⁰⁴⁵ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] não poderá, nem sob o ponto de vista material nem do conteúdo, nem formalmente em sua vigência legal constitucional, ser a base de um Estado nacional-socialista”.

nuovo diritto pubblico e costituzionale dello Stato nazionalsocialista [...]. (SCHMITT, 1935, p. 51).²⁰⁴⁶

Com isto não poderia ficar mais claro o seu movimento de distanciamento dos valores constitucionais de Weimar,²⁰⁴⁷ mais do que com a própria Constituição, movimento este realizado poucos dias após sua adesão formal ao partido nacional-socialista. Esta é uma declaração que, sugerimos, não constitui nada mais do que o aprofundamento e a formalização dos conteúdos presentes em suas obras anteriores.

Esta opção teórica de Schmitt é antagônica ao conceito clássico-liberal de democracia, e apostava, em verdade, por um explícito voluntarismo. Esta sua afirmação também encontra apoio quando compatibiliza democracia, antiparlamentarismo e cesarismo:

Wenn aus praktischen und technischen Gründen statt des Volkes Vertrauensleute des Volkes entscheiden, kann ja auch im Namen desselben Volkes ein einziger Vertrauensmann entscheiden, und die Argumentation würde, ohne aufzuhören demokratisch zu sein, einen antiparlamentarischen Cäsarismus rechtfertigen. (SCHMITT, 2006d, p. 42).²⁰⁴⁸

Há neste trecho o destaque da importância da figura que decidir em nome do povo, estreitamento este realizado em nome da confiança e que abre as vias para o cesarismo. Esta figura cesárea admitida por Schmitt se fez apresentar historicamente na concentração de poderes na figura do *Führer* que era, em suma, o genuíno *Führerstaat* e

²⁰⁴⁶ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] não se pode tratar o texto da Constituição de Weimar como um direito que seguiria sendo válido posteriormente sob o novo direito público e constitucional do Estado nacional-socialista”.

²⁰⁴⁷ O uso do vocábulo distanciamento tem por finalidade destacar que não encontramos em Schmitt algum grau de assimilação dos valores constitucionais e, mesmo, culturais, de Weimar, senão todo o contrário foi o seu movimento desde a década de 20, cuja proximidade com o conservadorismo revolucionário apenas vem a reforçar.

²⁰⁴⁸ O trecho acima permite a seguinte tradução: “Quando, por motivos práticos e técnicos, pessoas confiáveis do povo tomam as decisões em seu lugar será possível admitir que uma única pessoa de confiança tome as decisões em nome deste povo. Esta é argumentação que não deixa de ser democrática, e assim pode justificar um cesarismo totalmente antiparlamentarista”.

não mais um *Rechtsstaat*. Schmitt se mostra convergente com a ideia conceitual clássica, a qual visa limitar radicalmente – quando não mesmo exterminar – ações estatais tuteladoras dos direitos individuais. A isto visava Schmitt, que lograria afirmar sua teoria de viés totalitarizante.²⁰⁴⁹

Esta aproximação realizada por Schmitt em relação ao democrático permite interpretar o princípio do *Führerstaat* de forma abertamente oposta aos valores ínsitos ao *Rechtsstaat*. Convergente com esta sua compreensão do princípio do *Führerstaat* está a ideia de que esta é a figura concentradora de poderes enunciadas, já tão cedo quanto no ano de 1922, em sua *Politische Theologie*, e reiterada em sua reedição de 1934, cujos termos sugerem que as normas jurídicas gerais requerem um contexto de normalidade para que possam ser aplicadas, posto que “Es gibt keine Norm, die auf ein Chaos anwendbar wäre. Die Ordnung muß hergestellt sein, damit die Rechtsordnung einen Sinn hat” (SCHMITT, 2009g, p. 19).²⁰⁵⁰ Mas, se é certo que a norma não pode ser aplicada ao caos, tampouco há como sugerir que do caos extraíamos as condições legitimatórias para a instauração da ditadura.

A (re)constituição da situação de normalidade permanece na dependência da intervenção do soberano, que reconhece e determina o Estado de emergência, mas a Schmitt nada lhe importará que o regime a ser (re)instaurado (normalizado) venha a ser o de uma férrea ditadura.²⁰⁵¹ Assim se apresenta o problema teórico que envolve a

²⁰⁴⁹ Assim é que para Schmitt torna-se possível dizer que “[...] tanto o Estado legiferante quanto o Estado jurisdicional podem considerar-se [...] um Estado de Direito”. (SCHMITT, 2007, p. 15).

²⁰⁵⁰ O trecho acima permite a seguinte tradução: “Não existe norma aplicável ao caos. A ordem deve ser implementada para que a ordem jurídica tenha algum sentido”.

²⁰⁵¹ Desta maneira, então, desde as bastante ácidas críticas reservadas por Lukács a Carl Schmitt, diz ele sobre este que (a) “[...] le es indiferente que la dictadura del monopolismo capitalista sea asegurada por Hitler, por Eisenhower o por un nuevo imperialismo alemán redivivo” (LUKÁCS, 1959, p. 680).²⁰⁵¹ Schmitt está certo de que o decisionismo lhe servirá ao cumprimento de fins. Analisar os meios para o seu cumprimento, isto sim, não lhe merece ponderação. Os interesses que o político projete não haverão de

constituição da ditadura a partir da emergência, a tornar-se sempre uma exceção concreta (*cf.* SCHMITT, 2006d, p. XVIII). Este cenário de recomposição da normalidade é ocupado por um ator principal em Schmitt: “Es muß eine normale Situation geschaffen werden, und souverän ist derjenige, der definitiv darüber entscheidet, ob dieser normale Zustand wirklich herrscht” (SCHMITT, 2009g, p. 19).²⁰⁵² A definição do Estado de emergência encontra-se desde já posta nas primeiras linhas da *Politische Theologie*, e sua constante retomada apenas reforça a ideia do autor no tocante ao papel de (re)instaurador de uma ordem a seu conceito ameaçada.

A análise e mais completa avaliação sobre a ameaça à ordem e a segurança é realizada pelo soberano, confirmando que “Alles Recht ist „Situationsrecht”. Der Souverän schafft und garantiert die Situation als Ganzes in ihrer Totalität” (SCHMITT, 2009g, p. 19).²⁰⁵³ Uma ordem atingida de tal forma e intensidade, que lhe coloca em questão a própria sobrevivência, encontrará no soberano a figura a quem caberá exercer

encontrar exame de ordem ético, dado o desvinculamento que reitera, proveniente de Maquiavel, do político relativamente à ética, em que pese a diferença da abordagem descritiva do italiano e o sentido ocultamente normativo do filósofo de Plettenberg. Projetando o conjunto da obra de Schmitt percebe-se o quanto é congruente com ela a ausência de qualquer projeção de valores éticos no âmbito do direito, mas também muitíssimo afinado com as referências teóricas do nacional-socialismo, expressamente mencionado em discurso proferido por Hitler no Congresso de Juristas realizado em Leipzig em 3 de outubro de 1933: (b) “Der totale Staat würde keine Unterschied dulden zwischen Recht und Morale” (*apud* FAYE, 2009, p. 69). No âmbito desta declaração o conceito decisionista de Schmitt mostra-se integrado e perfeitamente recepcionado pelo núcleo do poder do regime, segundo o qual o poder estabelecerá os limites da vida privada expressa na moralidade, instância última de diferenciação entre o estritamente singular e o público. Aos trechos acima sugerimos as seguintes livres traduções: (a) “[...] é indiferente que a ditadura do monopolismo capitalista seja garantida por Hitler, por Eisenhower ou por um novo imperialismo alemão redivivo”; (b) “O Estado total não tolerará nenhuma diferenciação entre Direito e Moral”.

²⁰⁵² O trecho acima permite a seguinte tradução: “Deve ser criada uma situação normal e, para tanto, será tido como soberano aquele que decide, definitivamente, se este Estado normal é, de fato, predominante”.

²⁰⁵³ O trecho acima permite a seguinte tradução: “Todo direito é um direito de situação. Soberano será aquele que cria e garante a situação em sua íntegra e totalidade”.

a função de resolver a questão, posto que ele “[...] hat das Monopol dieser letzten Entscheidung”. (SCHMITT, 2009g, p. 19).²⁰⁵⁴

O soberano tem este monopólio para reinstaurar a normalidade devido à violação da ordem. Aqui Schmitt supõe que podem ser aplicadas todas as medidas necessárias para a reinstalação da ordem. Desta maneira poderia ser encontrado o rumo de um Estado totalitário quando alheio às demais ponderações e controles possíveis, estabelecido na figura de um só, o soberano, à semelhança da instituição religiosa católica monoteísta e centralizadora de poderes. Esta estrutura de poderes encontra representação (*Repräsentation*) na figura de uma “*persönliche Einheit*” (unidade pessoal) (SCHMITT, 2009g, p. 52) e de um “*letzten Urheber*” (autor definitivo) (SCHMITT, 2009g, p. 52). Este conceito indiscutivelmente denota toda uma concentração de poderes no político. Esta conformação do político era uma ideia razoavelmente disseminada no período, e Schmitt soube utilizá-la com vistas a dar sustentação argumentativa ao seu trabalho, sobretudo a partir de uma de suas fontes conservadoras, o conservadorismo católico de Donoso Cortés.

A figura do soberano para Schmitt encontra-se, portanto, claramente descrita. Ele é “[...] wer über den Ausnahmezustand entscheidet” (SCHMITT, 2009g, p. 13),²⁰⁵⁵ ou seja, é aquele que recebe poderes como “[...] soberano único y supremo” (SCHMITT, 2000b, p. 118)²⁰⁵⁶ ou, ainda, como também reiteraria em 1923 em sua *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*, soberano é “[...] und Souverän derjenige ist, der über die Ausnahme entscheidet” (SCHMITT, 2010a, p. 41).²⁰⁵⁷ Esta ideia de Schmitt em 1923 viria a ser retomada em 1927 em seu *Der Begriff*

²⁰⁵⁴ O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] tem o monopólio da decisão última”.

²⁰⁵⁵ O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] aquele que decide sobre o Estado de exceção”.

²⁰⁵⁶ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “soberano único e supremo”.

²⁰⁵⁷ O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] aquele que decide sobre essas exceções [...]”

des Politischen ao propor que “Die Wendungen von der „Allmacht” des Staates sind in der Tat oft nur oberflächliche Säkularisierungen der theologischen Formeln von der Omnipotenz Gottes [...]”. (SCHMITT, 2002a, p. 42-43).²⁰⁵⁸

Schmitt mobiliza conceitual e politicamente um conceito de poder (ditatorial), que em sua forma terrenal encontra na figura do monarca a sua expressão mais bem acabada, mas que está marcada pela figura daquilo que representa “[...] el monarca es ‘*de Dios*’ en un sentido específico, un ‘retrato de Dios’, y tiene esencia divina” (SCHMITT, 1992b, p. 274).²⁰⁵⁹ Aqui a proposta de poder a partir de um retrato divino, como se de um monarca absolutista trata-se, de certa maneira dialogante com um mundo com o qual Donoso havia voltado sua atenção ao escrever. O cenário no qual Schmitt respira e aspira, expõe o signo do teológico conducente do político (*des politischen*) sob o reino da homogeneidade (*homogenität*). A aproximação destes elementos centralizadores do poder em forma ilimitada, proporcionados nesta sequência de escritos, confirma a nossa leitura que aposta no aprofundamento do conceito de ditadura no âmbito do político, indo além do meramente comissário para os impensáveis limites da ditadura soberana.

A posição favorável ao poder centralizado apresentada por Schmitt em *Politische Theologie* de 1922 já havia sido ensaiada em 1921 em sua *Die Diktatur*. Ali o autor anunciava que a caracterização formal da autoridade suprema poderia ser dada pelo reconhecimento daquele que se encontre que “Das formale Merkmal liegt in der Ermächtigung einer höchsten Autorität [...]” (SCHMITT, 2006d, p. XVIII).²⁰⁶⁰ Esta seria

²⁰⁵⁸ O trecho acima permite a seguinte tradução: “As formulações sobre a ‘onipotência’ do Estado são de fato frequentemente apenas superficiais secularizações das fórmulas teológicas da onipotência de Deus”.

²⁰⁵⁹ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] o monarca é ‘*de Deus*’ em um sentido específico, um ‘retrato de Deus’, e tem essência divina”.

²⁰⁶⁰ O trecho acima permite a seguinte tradução: “A característica formal radica no empoderamento de uma autoridade suprema [...]”.

uma autoridade que é posta segundo posição de competência superior, de quem dependem os demais e que possui autoridade indiscutível para suspender o direito, ou seja, que “[...] die rechtlich imstande ist, das Recht aufzuheben und eine Diktatur zu autorisieren [...]” (SCHMITT, 2006d, p. XVIII).²⁰⁶¹ Assim deparamo-nos com uma situação em que a ditadura restará autorizada, ou seja, que é figura que está em “[...] eine konkrete Ausnahme zu gestatten, deren Inhalt im Vergleich zu dem andern Fall einer konkreten Ausnahme [...]”. (SCHMITT, 2006d, p. XVIII).²⁰⁶²

Schmitt recorda que a antiga *patria potestas* se translada ao Estado e, em especial, ao Rei, que “[...] es el *caudillo* de un *séquito* afecto personalmente a él, que le sirve hasta la muerte [...]” (SCHMITT, 1992b, p. 275).²⁰⁶³ Seguramente aquele que ocupe esta posição legitimada nada menos do que pela divindade, da qual é o representante na terra, estaria em posição de suspender as normas. Desta forma é possível entender que Schmitt justifique no trecho acima que a característica formal do soberano esteja no empoderamento de uma autoridade suprema, cuja posição lhe permita suspender o direito e autorizar uma ditadura ou, ainda, uma exceção concreta,²⁰⁶⁴ dotada de sua origem quase mística (cf. TRIERWEILER, 2010, p. 18).

Ao posicionar-se desta forma perante a questão da estrutura estatal, translúcido e lógico é como emerge que a posição de Schmitt haveria necessariamente de se opor aos princípios liberal-democráticos e parlamentares de governo vigentes em Weimar.

²⁰⁶¹ O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] a qual esteja juridicamente em situação de suspender o direito e autorizar uma ditadura [...]”.

²⁰⁶² O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] uma concreta medida de exceção permite comparar o seu conteúdo com o processo das outras medidas de exceção [...]”.

²⁰⁶³ O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] é o *caudillo* de um *séquito* ligado a ele pessoalmente e que lhe serve até a morte [...]”.

²⁰⁶⁴ Ao confirmar os termos em que é entendida (a) a posição central que o conceito de soberano ocupa em sua filosofia política e (b) que sua percepção do soberano sugeria a concentração de poderes, deparamo-nos com um claro quadro da proposta política schmittiana desde os seus primeiros momentos em 1921 em sua *Die Diktatur* e, ano seguinte, com a sua *Politische Theologie*.

Reiterar esta perspectiva permite não perder de vista a angulação da qual Schmitt observa e valora as instituições que, sugerimos, combate, e para nada empresta apoio ou solidariedade. Não pode ser menos intensa a crítica de Schmitt ao sistema republicano de Weimar, na medida em que a sua própria essência liberal é entendida pelo autor como sendo a discussão e a transigência sobre “[...] jeder politischen Einzelheit [...]” (SCHMITT, 2000b, p. 67),²⁰⁶⁵ algo que, como resta claro, atenta aos mais basilares princípios de qualquer regime totalitário. Aqui, portanto, quando Schmitt detecta que o liberalismo ocupe-se do debate de todos os detalhes do político, encontramos-nos com um importante movimento cujo destaque nem sempre merece a devida atenção, a saber, de que o liberalismo quer “[...] die metaphysische Wahrheit in eine Diskussion auflösen” (SCHMITT, 2000b, p. 67),²⁰⁶⁶ inabitável em um contexto de predominância do decisionismo.

Em sua leitura teológica do político, Schmitt criticava os liberal-democratas para que o seu projeto totalitário-ditatorial pudesse encontrar seu curso normal. Neste sentido Schmitt sustenta que a teoria liberal auspiciava que “[...] will also einen Gott, aber er soll nicht aktiv werden können; sie will einen Monarchen, aber er soll ohnmächtig sein [...]” (SCHMITT, 2009g, p. 64).²⁰⁶⁷ É importante este trecho de Schmitt na medida em que reconhece, nas entrelinhas, que a sua filosofia política e jurídico-constitucional espera que uma tal figura ocupe uma posição central e que, ademais, ela não deve encontrar-se em posição fragilizada como sugerem os liberais, senão todo o contrário.

Schmitt estrutura a sua crítica de que os liberais não desejam mais do que simplesmente construir uma figura cujo poder executivo seja ocupado por um rei que

²⁰⁶⁵ O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] qualquer detalhe político [...]”.

²⁰⁶⁶ O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] que diluir a verdade metafísica em uma discussão”.

²⁰⁶⁷ O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] também quer um Deus, mas ele não deve tornar-se ativo, isto sim, eles [*a burguesia*] querem um monarca, mas ele deve estar fragilizado”.

em seus jurados atos constitucionais se encontre sob o mais direto e absoluto controle dos representados, e cuja vontade caberá tão somente implementar (cf. SCHMITT, 2009g, p. 64).²⁰⁶⁸ Isto, de fato, não apenas não serviria aos projetos do autor como representa um antípoda teórico ao qual combater com tenacidade. Este quadro descritivo do totalitarismo-ditatorial em Schmitt pode ser composto pela descrição feita por Gentile

[...] se puede definir la especificidad del totalitarismo fascista como *cesarismo totalitario: una dictadura carismática, de tipo cesarista, integrada en una estructura institucional de régimen basada en el partido único y en la movilización de las masas, y en una continua construcción al objeto de adecuarla al mito del Estado totalitario, conscientemente adoptado como modelo de referencia para la organización del sistema político, y operante como código fundamental de creencias y de comportamientos para el individuo y para las masas.* (GENTILE, 1997, p. 32).²⁰⁶⁹

²⁰⁶⁸ A este respeito Schmitt é categórico em sua retomada de uma crítica de Lorenz von Stein sobre o pensamento liberal: “[...] Sie wollen einen Monarchen, eine persönliche Staatsgewalt also, einen selbständigen Willen und eine selbständige Tat, machen aber den König zum bloßen Executivorgan und jeden seiner Akte von der Zustimmung des Ministeriums abhängig, nehmen also wieder eben jenes persönliche Moment; sie wollen einen König, der über den Parteien steht, der also auch über der Volksvertretung stehen müßte, und bestimmen gleichzeitig, daß der König nichts tun darf, als den Willen dieser Volksvertretung auszuführen; sie erklären die Person des Königs für unverletzlich und lassen ihn doch einen Schwur auf die Verfassung leisten, so daß eine Verfassungsverletzung möglich, aber doch nicht verfolgbar ist [...]”. O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] eles querem um monarca porém, transformaram o rei em um órgão executivo frágil e cada um de seus atos passa a depender do assentimento do ministério, o que suprime novamente aquele momento pessoal. Eles querem um rei que esteja acima dos partidos e que, portanto, deveria também estar acima da representação do povo. Contudo, ao mesmo tempo determinam que o rei não pode fazer nada além de implementar a vontade dessa representação popular. Eles declaram a inviolabilidade da pessoa do rei, e ainda assim o fazem jurar a Constituição, de forma a tornar uma violação constitucional tão possível quanto não acessível [...]”.

²⁰⁶⁹ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] se pode definir a especificidade do totalitarismo fascista como *cesarismo totalitário, ou seja, uma ditadura carismática de tipo cesarista, integrada em uma estrutura institucional de regime baseado no partido único e na mobilização das massas e em uma contínua construção com o fim de adequá-la ao mito do Estado totalitário, conscientemente adotado como modelo de referência para a organização do sistema político e operante como código fundamental de crenças e de comportamento para o indivíduo e para as massas*”.

A esta altura novamente torna-se possível uma interpretação teológico-política donosiana sobreposta ao texto schmittiano. Tomando ao espanhol, para quem a vontade soberana reside na divindade, encontramos que a inteligência suprema é tanto a causa universal quanto criadora de tudo a partir do nada (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 36), ideia que em algo nos permite ler propósitos filosófico-políticos schmittianos. Esta vontade criadora *ex nihilo* está na defesa, por Schmitt, da ideia por Schmitt da ideia de que “Die Entscheidung ist, normativ betrachtet, aus einem Nichts geboren” (SCHMITT, 2009g, p. 37-38).²⁰⁷⁰ Trata-se, portanto, de uma vontade política que será capaz de positivizar a Constituição ou toda a legislação, que em sua essência não dispõe de uma norma a validá-la (Kelsen) mas, antes, de “[...] una decisión política previa” (SCHMITT, 1992b, p. 46-47),²⁰⁷¹ decisão que pode ser tomada tal como aquela anunciada por Donoso, a saber, nos moldes em que uma inteligência suprema dá causa ao universo a partir do nada e também é capaz de, como inteligência suprema, de aportar a decisão última e definitiva sobre os assuntos humanos.

Em sua *Politische Theologie*, Schmitt claramente retoma as suas fontes conservadoras, e muito em certos momentos a De Maistre, e quando o faz percebe o entusiasmo deste em reconhecer que a essência da soberania era o conceito de *Entscheidung* (decisão) (*cf.* SCHMITT, 2009g, p. 60) e não, como aparecia na conhecida tradição weberiana, a sua configuração no exercício do monopólio da força (ver WEBER, 1993). Portanto, clara está em Schmitt a operatividade da supremacia do monopólio da decisão (*Entscheidungsmonopol*) (ver SLAGSTAD, 1997, p. 116-17) sobre o monopólio da força (*Herrschaftsmonopol*) (*cf.* SCHMITT, 2009g, p. 19; ver BERCOVICI, 2007, p. 62), ou seja, de uma criação do político por meio de uma decisão

²⁰⁷⁰ O texto acima comporta a seguinte tradução: “Vista do ponto de vista normativo, a decisão nasce do nada”.

²⁰⁷¹ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] uma decisão política prévia”.

que, donosianamente, remete ao nada (*ex nihilo*) sobre o poder da força, mas da qual, evidentemente, não abrirá mão para implementar os seus desígnios. Esta é apenas uma abordagem formal que Schmitt realiza do tema, posto que nada se diz acerca do conteúdo em si da decisão tomada no âmbito do político, aspecto no qual o autor converge com o nacional-socialismo.²⁰⁷²

Esta última oposição conceitual sobre o monopólio da força (*Herrschaftsmonopol*) bem denota o quão opostas se encontravam as figuras de Schmitt e Kelsen. A operação do monopólio da força em Kelsen remete ao triunfo do Estado de Direito (*Rechtsstaat*), que faz equivaler o exercício legítimo da força à existência do Estado, algo percebido por Schmitt quando nos diz, em sua crítica a Kelsen, que “[...] auf der These beruth, daß nicht der Staat, sondern das Recht souverän ist” (SCHMITT, 2009g, p. 29).²⁰⁷³ Obviamente, sob a angulação crítica assumida por este trabalho, mas também com a concordância do próprio Schmitt, percebemos que seu ataque à posição kelseniana centraliza o problema da infraposição do político ao jurídico. Esta posição de Kelsen seria mantida no debate com Schmitt, e na operação de seu conceito de *Rechtsstaat*, Kelsen necessariamente sobrepõe o jurídico (governo das leis) ao político (governo dos homens). Uma das dimensões da crítica schmittiana a Kelsen se baseia, portanto, em sua posição de que “Nicht der Staat, sondern das Recht soll die Macht haben” (SCHMITT, 2009g, p. 30),²⁰⁷⁴ ou seja, de que a esfera do político deveria

²⁰⁷² Esta é uma ideia trabalhada por Hitler e que dá a dimensão da importância da decisão em um dos tópicos de sua *Mi doctrina*, intitulado *Desarrollar el espíritu de decisión*, às expensas de qual fora o seu conteúdo, ou seja, “[...] que una respuesta cualquiera vale siempre más que la ausencia de respuesta” (HITLER, 2007, p. 103), e a decisão, qualquer que fosse o seu conteúdo, era melhor do que a falta de alguma decisão (cf. HITLER, 2007, p. 103). Ao trecho anterior sugerimos a seguinte tradução: “[...] que uma resposta qualquer vale sempre mais que a ausência de uma”.

²⁰⁷³ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] baseia-se na tese de que soberano é o direito, mas não o Estado”.

²⁰⁷⁴ O texto acima comporta a seguinte tradução: “Quem deve ter o poder é o direito, não o Estado”.

encontrar-se sob domínio e amplo controle do direito, e com isto, em absoluto, não poderia concordar Schmitt, para quem aqui está um dos eixos essenciais de sua crítica ao Estado liberal.

O decisionismo que habita o âmbito do político emerge na filosofia política schmittiana e encontra no reconhecimento conservador contrarrevolucionário a sua gênese, pois, como recepciona Schmitt do texto demaistreano, “Der Wert des Staates liegt darin, daß er eine Entscheidung gibt [...]”²⁰⁷⁵ (SCHMITT, 2009g, p. 60).²⁰⁷⁶ O decisionismo encontra a explicação e justificação final quando Schmitt admite que a tomada de decisão se mostra mais importante do que propriamente a análise de seu conteúdo, posto que “[...] und die Entscheidung wiederum als solche wertvoll ist, weil es gerade in den wichtigsten Dingen wichtiger ist, daß entschieden werde, als wie entschieden wird [...]” (SCHMITT, 2009g, p. 61),²⁰⁷⁷ algo que se justifica precisamente pelo fato de que “Der Grund liegt darin, daß in der Bloßen Existenz einer obrigkeitlichen Autorität eine Entscheidung liegt [...]” (SCHMITT, 2009g, p. 61).²⁰⁷⁸ Encontramo-nos com que é indispensável uma autoridade que disponha da capacidade de decidir.

A leitura schmittiana do conceito de decisão (*Entscheidung*), eivada de inapelabilidade, não é o resultado de um encontro teórico casual mas, isto sim, sugere a angulação finalística para indicar que ao autor lhe foi intensamente útil tal conceito para

²⁰⁷⁵ Existe neste trecho uma direta conexão com a questão teológica na medida em que Schmitt questiona diretamente a relação entre a decisão do Estado e o tipo de decisão tomada pela Igreja, ambas marcadas pela infalibilidade que, por certo, provém e é marcante desta última dimensão religiosa.

²⁰⁷⁶ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “O valor do Estado consiste em apresentar uma decisão [...]”.

²⁰⁷⁷ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] e esta decisão por seu lado é valiosa como tal, porque justamente nas coisas mais relevantes é mais importante que as decisões sejam tomadas do que a maneira como elas são tomadas”.

²⁰⁷⁸ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “A razão é que para a simples existência de uma autoridade civil há a necessidade de uma decisão [...]”.

não quantificar mas intensificar ilimitadamente os poderes dos quais aspirará ver enfeixado o *Führer*. Neste sentido encontra Schmitt alguma inspiração no conceito de soberania bodiniano, segundo quem “[...] el rey no puede estar sujeto a sus leyes” (BODIN, 1992, p. 53).²⁰⁷⁹ Schmitt realizará um movimento importante que desta ideia fundadora da soberania não se distancia quando posiciona a decisão do Estado por meio do soberano não apenas como marcada pela inapelabilidade (*inappellablen*) como também pela infalibilidade (*infallibilität*) (cf. SCHMITT, 2009g, p. 60). Este acréscimo envia o autor a De Maistre, tornando evidente o seu recurso teológico para a fundamentação do político, em aberta contradição com a estratégia moderna de distanciar-se do religioso para cumprir tal finalidade legitimatória.

A apresentação, ainda que sumária, do contexto em que Schmitt escreve, no qual passa a sustentar a ideia de soberania e da inapelabilidade das decisões do soberano é algo do que visamos nos aproximar neste trabalho. Neste sentido, sugerimos que o conceito de soberania que emerge das linhas de Schmitt transpõe a dualidade proposta em sua *Die Diktatur*. A contextualização deste conceito e a recepção do Estado totalitário pelas correntes conservadoras do período são projetadas diretamente nos primeiros movimentos da doutrina nacional-socialista. Esta aproximação é realizada por Schmitt, ao dizer que “[...] die beiden Worte Unfehlbarkeit und Souveränität sind „parfaitement synonymes” [...]” (SCHMITT, 2009g, p. 60).²⁰⁸⁰ A sinonímia sugerida por Schmitt entre infalibilidade e soberania igualmente nos indica aqui um consistente rumo hermenêutico que (a) se revela apropriável para a interpretação do conceito de ditadura em Schmitt, e também (b) para melhor compreensão sobre qual o impacto do conceito de ditadura entendida em termos soberanos sobre o texto schmittiano.

²⁰⁷⁹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] que o rei não pode estar sujeito às suas leis”.

²⁰⁸⁰ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] ambas as palavras, infalibilidade e soberania, são “perfeitamente sinônimas”.

Este movimento de aproximação conceitual entre a infalibilidade e a soberania também denota um forte diálogo com a leitura realizada pelas fileiras do conservadorismo, desde o contrarrevolucionarismo de De Maistre à sua atualização pelo revolucionários germanos. Tal movimento de aproximação entre infalibilidade e soberania também pode ser claramente percebido por intermédio da leitura de Donoso Cortés, autor a quem a filosofia política schmittiana mantém ativo débito quanto a alguns de seus temas centrais. Assim, por exemplo, no roteiro totalitário schmittiano aparecerá o apoio à onisciente e infalível figura do *Führer*, à semelhança da divindade donosiana (ver DONOSO CORTÉS, 1943, p. 46).²⁰⁸¹

É Donoso também o autor que reclama que o mundo cristão tinha o direito de exigir que o “[...] oráculo infalible de sus dogmas sea libre e independiente [...] se necesita de que es independiente e libre sino cuando es soberano, porque el soberano no depende de nadie” (DONOSO CORTÉS, 1946b, p. 202).²⁰⁸² O soberano está distante e acima de condicionamentos, suplanta o status mundano das dependências e da vicissitudes do político. Encontramos aqui a linearidade do argumento logo retomado por Schmitt, que igualmente estabelece o contato entre a figura do soberano, único, por intermédio da ideia do reforço à autoridade, movimento realizado pelo catolicismo, santificador da obediência (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 40)²⁰⁸³ e, por conseguinte,

²⁰⁸¹ A infalibilidade divina para Donoso a faz operar de sorte a que o produto de sua obra seja acabado e perfeito (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 46), afim e apropriado com a projeção concreta de Sua infinita sabedoria.

²⁰⁸² O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] oráculo infalível de seus dogmas seja livre e independente [...] se necessita que seja livre e independente quando seja soberano, porque o soberano não depende de ninguém”.

²⁰⁸³ Neste aspecto encontramos a ideia de que os governos modernos são devedores do cristianismo, partindo da consistência de que a conformação cristã de autoridade e hierarquia lhe foi emprestada à forma de autoridade do poder civil dos governos modernos (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 40).

desautorizando completamente a desobediência, as tiranias e as revoluções (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 59).

Esta exposição do tema em Donoso para tudo aproxima-se de Schmitt, quando sustenta que a estrutura última do poder se apresenta no conceito de soberania, como um “[...] rechtlich unabhängige, nicht abgeleitete Macht” (SCHMITT, 2009g, p. 26).²⁰⁸⁴ Este seria momento em que decisão concreta tomada manifesta possui “[...] ein Moment inhaltlicher Indifferenz” (SCHMITT, 2009g, p. 36),²⁰⁸⁵ a qual a nada se reporta e nem deve justificar-se, posto que “Die Entscheidung wird im Augenblick unabhängig von der argumentierenden Begründung und erhält einen selbständigen Wert”. (SCHMITT, 2009g, p. 37).²⁰⁸⁶

Desta forma estruturada a concepção de autoridade e visando a manutenção de uma ordem natural, confirmaria Donoso, a Igreja consolida sua similaridade a uma monarquia absoluta (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 58). Em Schmitt, a Igreja aparece como uma forma de poder capaz de consolidar em si a multiplicidade, de reduzi-la a uma unicidade, de transformar a complexa oposição que constitui a pluralidade às disposição de uma única estrutura de poder. Infalível, a decisão da Igreja, por intermédio da figura do Papa, representa o encerramento do embate, o momento de conclusão da oposição, o fecho do conflito face do qual já não cabe recurso ou argumento. No âmbito do político, portanto, segundo o modelo teológico emprestado à tríade contrarrevolucionária que inspira Schmitt, triunfará e governará um rei absoluto (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 59). Momento posterior, quando já restava claro que a monarquia não era salvável, a este respeito nos diria Schmitt que

²⁰⁸⁴ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] é o poder máximo, juridicamente independente, não derivado”.

²⁰⁸⁵ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] um momento de conteúdo indiferenciado”.

²⁰⁸⁶ O texto acima comporta a seguinte tradução: “A decisão torna-se independente da fundamentação argumentativa e passa a ter um valor independente”.

Es gibt keinen Royalismus mehr, weil es keine Könige mehr gibt. Es gibt daher auch keine Legitimität im überlieferten Sinne. Demnach bleibt für ihn nur ein Resultat: die Diktatur. (SCHMITT, 2009g, p. 60).²⁰⁸⁷

Conforme admitido por Schmitt, se já não restava mesmo realza possível, isto sim, claro estava para o autor, existiam formas análogas de exercício do poder total muito eficientes para os novos dias que se avizinhavam, e a sua opção remetia à tradição conservadora contrarrevolucionária de homens como Donoso Cortés, De Maistre e De Bonald. A síntese da pluralidade na unificação do poder teológico-político aparece como uma força singular e irrecorrível, aplastadora, por injustificada e injustificável. Um cenário político concebido nestes moldes em muito serviria aos regimes totalitários. Não foi, portanto, sem boa motivação que, já avançado o ano de 1934, Schmitt recorre seu livro *Os três tipos de pensamento da ciência jurídica* (ver SCHMITT, 1996c) a esta argumentação sobre a infalibilidade papal que já havia sido trabalhada no início da década de 20, mais precisamente no ano de 1923 (cf. SÁ, 2007b, p. 6).²⁰⁸⁸

²⁰⁸⁷ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “Não há mais realza porque não há mais reis. É por isto também que não existe uma legitimidade no sentido tradicional. Assim, apenas restava uma única consequência: a ditadura”.

²⁰⁸⁸ O quadro teórico em que Schmitt retoma esta ideia também se encontra marcado pela reedição de sua *Politische Theologie*, no ano de 1933. É relevante a observação de Sá de que naqueles anos Schmitt revê a posição de que a infalibilidade do Papa não mais seria entendida quer como sinônimo de decisão soberana ou modelo de decisão pura. Isto sim, como já não mais se tratasse de decidir entre o normativismo e o decisionismo, mas, isto sim, entre ambos e o tipo institucionalista de uma ordem concreta, a argumentação schmittiana então se desloca. Agora o autor afirma que a nova realidade era a de entender a infalível decisão do Papa “[...] como o paradigma de uma decisão que surge alicerçada enquanto tal na legitimidade proveniente de uma ordem primordialmente instituída” (cf. SÁ, 2007b, p. 6-7). Isto se deve, em suma, a que, como diz Schmitt, “O dogma católico romano da *infalibilidade* da decisão papal contém fortes elementos jurídico-decisionistas; mas a decisão infalível do Papa não funda a ordem e a instituição da Igreja, mas pressupõe-na” (*apud* SÁ, 2007b, p. 6-7). Agora, portanto, havida conta de que uma ordem jurídica estava posta e legitimada pelo *Führer*, toda a ordem possuía um prévio ponto de apoio. Ela deixa, então, de ser fundada no nada, e passa a encontrar o seu ponto de apoio na ordem fundada pelo *Führer*, ordem esta que será a estrutura normativa sobre a qual projetar-se-ão as decisões do poder supremo.

Reclamada nestes termos, a ditadura não adquiria uma dimensão conceitual transitória, ou seja, como forma de suplantar circunstâncias temporárias, mas, claramente, como uma opção permanente de poder, conforme se estabelecia a ditadura soberana. Encontramos, assim, no decorrer do trabalho de Schmitt, notas que indicam a passagem da legitimidade à ditadura (*von der Legitimität zur Diktatur*) (SCHMITT, 2009g, p. 61), e a partir deste referencial está claro como o poder absoluto seria uma ideia que se materializaria perfeitamente no regime nacional-socialista hitleriano (FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 23).

Dessa maneira, a Alemanha hitlerista apoiada por Schmitt viveu desde 1933 sob o Estado de exceção, o que teve lugar mais especificamente com a lei *Ermächtigungsgesetz*,²⁰⁸⁹ que outorgava poderes especialíssimos ao Presidente do Reich configurado em Hitler. Esta era a situação em que se verificou a implementação prática da teoria da ditadura soberana até o fim dos dias²⁰⁹⁰ do nacional-socialismo, a partir da suspensão definitiva da *Weimarer Verfassung*,²⁰⁹¹ da qual, sintomática e esclarecedoramente, Schmitt não viria a se distanciar, senão que, ao contrário, abertamente declarava apoiar o regime que era, segundo as suas próprias referências teóricas, uma ditadura soberana. Não são poucos os pontos de articulação deste regime com a teoria schmittiana. Um destes pode ser observado em seu algo obscuro conceito de *Katechon*, ao qual, por exemplo, Hell reputa ser “[...] the most enigmatic concept in

²⁰⁸⁹ Esta lei de outorgamento de poderes especiais ao Presidente do Reich encontrava seu fundamento retórico na necessidade de que este dispusesse de especiais poderes para resolver a crise sofrida pelo povo alemão.

²⁰⁹⁰ Esta é uma ideia também destacada por Arendt, ao comentar que o regime nunca tomaria para si o incômodo de oficialmente abolir a Constituição de Weimar (*cf.* ARENDT, 1974, p. 484), posto que os arranjos jurídicos extraordinários lhe bastavam.

²⁰⁹¹ Preferimos aqui nos referir a suspensão ao invés de qualquer outra terminologia, por força de que o regime hitlerista não precisou tomar a moléstia de enfrentar a Constituição de Weimar mas, isto sim, desde os seus próprios instrumentos, interpretados conforme os interesses de dominação do regime e sob a edição de leis extraordinárias, governou a Alemanha até o último momento em 1945.

the work of an author whose writing has been described as [...] elusive” (HELL, 2009, p. 283),²⁰⁹² conceito cujas origens remetem à teologia paulina (cf. STAGLIENO, 2009, p. 41).

O conceito de *Katechon* também possui uma origem teológica, e é dele que se valerá Schmitt para pensar uma das dimensões do cenário de exceção.²⁰⁹³ *Katechon* é aquela força que, em última análise, retém, que faz parar força contrária que se apresenta imparável quando as circunstâncias anunciam seu fim, sendo esta uma ideia que percorria a imaginação de muitos naquela quadra histórica. Trata-se, em palavras de Schmitt, de uma força detentora do poder de “[...] prevents the long-overdue apocalyptic end of times from already happening now” (apud HELL, 2009, p. 283),²⁰⁹⁴ capaz de deter, portanto, mesmo uma explosão escatológica (cf. TRIEWEILER, 2010, p. 19). É, em suma, uma força singular capaz de exitosamente enfrentar o imponderável, e ao vencê-lo, enfim, suportar as circunstâncias políticas capazes de ensejar a situação de exceção. Este ponto de ancoragem capaz de sujeitar os avanços de tempos intrépidos é compreendido por Schmitt, segundo a leitura de Trierweiler, como representação expressa do nacional-socialismo, ele sim, o *Katechon*, frio e decidido freio ao liberalismo então triunfante.

O cenário de crise havia sido instaurado pelo liberalismo e por-lhe termo não seria tarefa inferior do que a poderes superiores. A rigor, no cenário histórico germano que sucede a República de Weimar, no qual a sua Constituição é mantida nada mais do que artificialmente, já não há mais regra, ao menos quando não fosse esta regra

²⁰⁹² O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] o mais enigmático conceito no trabalho de um autor cujos escritos foram descritos como [...] indefiníveis”.

²⁰⁹³ Para explorar uma possível aproximação com Hobbes desde uma angulação teológica, ver RAZUK (2010) e PALAVER (1995).

²⁰⁹⁴ O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] previne o já muito atrasado final apocalítico dos tempos de que venha a ocorrer agora”.

entendida como a pura exceção estando os destinos em mãos de um poder ilimitado. Mas, por suposto, quando já não há mais exceção possível, pois perdida fora a possibilidade da regra, encontramos-nos em momento de absoluta e total dominação por meio da pura imposição e da força, que sequer Schmitt teorizara adequadamente. Benjamin fala para o seu tempo e reconhece em seu momento que “[...] el estado de excepción en el que vivimos es regla [...]” (BENJAMIN, 2000a, p. 145),²⁰⁹⁵ sem que isto lhe pareça de alguma forma desejável como das linhas schmittianas se poderia depreender com ainda maior clareza avançados os anos 30.

Não será Schmitt, autor de inegável erudição e de não menos intensa perspicácia, que houvera de desconhecer justamente os malfazejos cenários para os quais sua teorização política e constitucional direta e incisivamente apontava. Em suma, e tão bem quanto sinteticamente dito, comenta Agamben que “[...] quando a exceção torna-se a regra, a máquina não pode mais funcionar” (AGAMBEN, 2004, p. 91), mas a máquina schmittiana, da morte do inimigo interno, inversamente ao que diz Agamben, esta não apenas funcionaria bem como muito intensamente.

Conforme viemos esboçando, esta construção conceitual da figura do soberano que se projeta sobre o mundo político alemão da década de 30 encontra antecedentes na leitura conservadora donosiana. Esta abordagem conservadora oferta um conceito de soberano que se mostrará capaz de enfrentar os mais altos desafios históricos, e apenas esta será uma figura que, ao fim e ao cabo, decide sobre o Estado de exceção (*Ausnahmezustand*). A prova da existência de um Estado de emergência será encontrada em um espaço que Schmitt qualifica como exterior à órbita do jurídico, movimento que não é tão evidente na teoria donosiana. Do que se trata, e isto é certo para Schmitt, é de que “[...] daß eine Entscheidung im Rechtssinne aus dem Inhalt einer Norm restlos

²⁰⁹⁵ O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] o Estado de exceção no qual vivemos é regra [...]”.

abgeleitet werden muß” (SCHMITT, 2009g, p. 13).²⁰⁹⁶ Que a decisão neste seu sentido jurídico se encontre afastada do conteúdo da norma é uma clara e evidente referência ao poder do político sobre o direito, da afirmação do cesarismo sobre o Estado em que o direito prevalece. Em termos claramente schmittianos, é posta uma sólida ponte para regimes totalitários de força, em que o direito e as suas garantias públicas nada podem ante a inexorável decisão do dono do poder político.

Em torno a esta irrecorribilidade da decisão, o argumento de Schmitt é de que na situação de emergência encontramos-nos com circunstância não abrangida pelo ordenamento jurídico e que, por conseguinte, não lhe pode oferecer uma resposta satisfatória. Isto sim, se o ordenamento jurídico não pode prever as situações emergenciais e as variantes agravadoras que lhe envolvam, ele poderá prever quem decidirá, e, caso o faça, seguramente saberemos quem é o soberano quando alguém determine, eficazmente, o Estado de exceção (*Ausnahmezustand*). Em suma, nos diz Schmitt que

Der Ausnahmefall, der in der geltenden Rechtsordnung nicht umschriebene Fall, kann höchstens als Fall äußerster Not, Gefährdung der Existenz des Staates oder dergleichen bezeichnet, nicht aber tatbestandsmäßig umschrieben werden. (SCHMITT, 2009g, p. 13-14).²⁰⁹⁷

Sendo mesmo certo de que o caso excepcional (*Ausnahmefall*) não pode ser antecipado em sua integralidade, de sorte a permitir sua abrangência desde a esfera do jurídico, é também certo que a opção schmittiana pela outorga de poderes que se projetam ilimitadamente sobre a dimensão empírica do político transcende a demanda da realidade inabarcável do caso excepcional. Sem que seja esta uma alternativa única e

²⁰⁹⁶ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] que uma decisão, no sentido jurídico, deve ser totalmente afastada do conteúdo de uma norma”.

²⁰⁹⁷ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “O caso excepcional, aquele caso não circunscrito na ordem jurídica vigente, pode ser, no máximo, definido como um caso de emergência extrema, de perigo à existência do Estado ou algo assim, mas não pode ser circunscrito em uma tipificação jurídica”.

tampouco, desde nossa perspectiva democrática, sequer a melhor, Schmitt avalia que o soberano se situa externamente à ordem jurídica e isto se caracteriza porque a ordem jurídica não lhe serve como uma barreira de controle eficaz, tornando-se ele, apenas por este motivo, capaz de estabilizar as crises mais extremas que o regime atravesse.

Esta argumentação de Schmitt não encontra qualquer grau de oposição lógica com a intervenção de um poder mais amplo do que em tempos de normalidade mas, de qualquer sorte, sujeito a controles diversificados, e não apenas legislativos. Ainda mais intensamente inviável é esta hipótese em tempos em que, como os de Weimar, a instabilidade do Legislativo era um dos focos das crises. Neste sentido, se a aposta schmittiana de controle do poder soberano (comissário) fosse mesmo este Legislativo weimariano, restava claro que entrelinhas a sua aposta era realmente pelo fortalecimento do poder do soberano, a saber, por transformá-lo em uma ditadura soberana.

Schmitt prevê que poderá haver a previsão constitucional do poder que deva operar neste momento excepcional, alguém que poderá determinar o Estado de exceção (*Ausnahmezustand*): “Er steht außerhalb der normal geltenden Rechtsordnung und gehört doch zu ihr, denn er ist zuständig für die Entscheidung, ob die Verfassung in toto suspendiert werden kann“ (SCHMITT, 2009g, p. 14)²⁰⁹⁸ ou, ainda, que neste caso de exceção, “[...] suspendiert der Staat das Recht,²⁰⁹⁹ kraft eines Selbsterhaltungsrechtes,

²⁰⁹⁸ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “Ele se situa externamente à ordem legal vigente mas mesmo assim pertence a ela, pois é competente para decidir sobre a suspensão total da Constituição”. A ideia de suspensão do direito por parte de um ditador é uma ideia recorrente em Schmitt. Para algumas destas passagens, ver SCHMITT, (2009b, p. 26-27, 28).

²⁰⁹⁹ Em outro trecho, Schmitt sustenta que “[...] wird im Ausnahmefall die Norm vernichtet” (SCHMITT, 2009g, p. 19), ou seja, que “[...] no caso de exceção a norma é exterminada”. Ainda que Schmitt utilize o verbo exterminar (*Vernichten*), portanto, aplicando-o à norma jurídica, sugerimos que uma melhor leitura ao seguir o contexto geral de sua obra é entender que se trata mesmo é do poder de suspensão da ordem de que se encontra dotado o soberano.

wie man sagt” (SCHMITT, 2009g, p. 18-19).²¹⁰⁰ O caso excepcional, é bem verdade, não pode ser extirpado das possibilidades de ocorrência concreta no mundo, mesmo porque não pode o legislador antecipar o futuro em todas as suas possibilidades de materialização fática (*cf.* SCHMITT, 2006d, p. 40),²¹⁰¹ malgrado, como se disse, se encontre no horizonte do ordenamento jurídico estabelecer quem é competente para dele se ocupar.

O que fazer quando o sistema jurídico não ofereça uma resposta ao caso de extrema urgência é situação para a qual a alternativa de Schmitt está clara, e ela envolve permitir ao poder responder com os meios necessários, sejam eles quais forem, para que a eficácia, medida pela restauração da normalidade, seja obtida. Este caso extremo reside na órbita da dimensão dos poderes manejáveis apenas por um soberano. Neste particular interessa é assinalar que, por definição, este soberano é colocado por Schmitt para além dos limites do ordenamento jurídico, pois a decisão sobre a suspensão da ordem vigente, política, se liberta e se localiza, para além do ponto de alcance da ordem normativa.

²¹⁰⁰ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] o Estado suspende o direito por força, como se diz, do direito a autopreservação”.

²¹⁰¹ Schmitt reconhece em seu trabalho um dos importantes problemas da filosofia jurídica, qual seja, o da existência do invencível problema das lacunas jurídicas, derivado da incapacidade do legislador de antecipar todas as circunstâncias futuras. Neste sentido, ao aplicar a ideia ao contexto do constitucional e, especificamente, ao conceito de emergência, Schmitt propõe, então que, em que pese a determinação de quem detenha a competência para decidir sobre o caso imprevisto, não poderá, isto sim, limitar-lhe as ações precisamente, posto que o imprevisto emergencial, a requerer também uma imprevisível abordagem, não poderia ser abordado com êxito desde a limitação previamente imposta. Nestes termos faz sentido a afirmação de Schmitt de que “Denn eine weitere Eigenart der Diktatur liegt in Folgendem: weil alles berechtigt wird, was, unter dem Gesichtspunkt des konkret zu erreichenden Erfolges betrachtet, erforderlich ist, bestimmt sich bei der Diktatur der Inhalt der Ermächtigung unbedingt und ausschließlich nach Lage der Sache” (SCHMITT, 2006d, p. XVIII-XIX). Uma tradução sugerida para o texto anterior é a que segue: “[...] outra peculiaridade da ditadura reside em [que] como está justificado tudo o que resulta necessário, considerado desde o ponto de vista a alcançar, o conteúdo do empoderamento que se determina na ditadura, de uma maneira incondicionada e exclusiva, relativamente à situação das coisas”.

É por admitir estes argumentos como pontos centrais que em Schmitt cobra completo sentido a sua afirmação de que “Die Ausnahme ist interessanter als der Normalfall. Das Normale beweist nichts, die Ausnahme beweist alles; sie bestätigt nicht nur die Regel, die Regel lebt überhaupt nur von der Ausnahme” (SCHMITT, 2009g, p. 21).²¹⁰² Encontramos no conceito de excepcionalidade o alfa e o ômega de um roteiro político-jurídico interessado em transcender garantias públicas, e concentrar nas mãos do soberano independente as possibilidades de realização da vida.

Neste sentido, a posição de Schmitt sobre a regra não poderia deixar de ser que, ao contrário do que propõe Kelsen, ela não se estrutura e valida em uma outra norma jurídica mas, antes, no político, em uma decisão que, ela própria, nasce do nada (*cf.* SCHMITT, 2009g, p. 37-38). Disto deriva obviamente que o excepcional sobrevive por si, o normal, com base na excepcionalidade, razão suficiente para Schmitt afirmar o que víamos na citação anterior acerca de seu superior interesse pela excepcionalidade, bem como sobre quem decide sobre sua ocorrência. Em Schmitt esta argumentação procura encontrar parcial justificação no fato de que

Die Existenz des Staates bewährt hier eine zweifellose Überlegenheit über die Geltung der Rechtsnorm. Die Entscheidung macht sich frei von jeder normativen Gebundenheit und wird im eigentlichen Sinne absolut. (SCHMITT, 2009g, p. 18).²¹⁰³

Schmitt sugere nas entrelinhas deste texto uma intensa relação de exclusão entre a manutenção do Estado e a manutenção da ordem jurídica, tratando a condição da existência do Estado em situações de emergência como incompatível com uma ordem jurídica. Em suma, Schmitt supõe que a inabarcabilidade precisa das circunstâncias de

²¹⁰² O texto acima comporta a seguinte tradução: “A exceção é mais interessante que o caso normal. O normal não demonstra nada, a exceção demonstra tudo; não apenas confirma a regra mas também que a regra apenas vive graças à exceção”.

²¹⁰³ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “A existência do Estado mantém, neste caso, uma indiscutível posição de superioridade relativa à validade da norma jurídica. A decisão se liberta de qualquer ligação com a norma e torna-se, de certo modo, absoluta”.

emergência futuras apenas pode receber um tratamento adequado com vistas à restauração da ordem política e jurídica marcada pela normalidade quando o poder constituído resida nas mãos de um soberano que aja liberrimamente. Esta é uma relação de exclusão lógico-teórica com a qual não concordamos e sugerimos tratar-se de uma estratégia do autor no sentido de confirmar a condição de possibilidade para a emancipação do conceito de ditadura soberana do de ditadura comissária.

Quando, no texto citado acima, Schmitt desloca o soberano para além dos limites da ordem jurídica constituída, as suas prerrogativas suplantam, conforme lhe interessa, a dimensão do jurídico, de tal sorte e com tal amplitude, que, ainda conforme a experiência histórica do menos privilegiado dentre os observadores, obteremos como resultado que esta trajetória de consolidação do poder não é um caminho com volta assegurada, senão todo o contrário. Portanto, à pergunta sobre quais os limites legais que obrigarão o soberano em suas ações às normas jurídicas, a resposta schmittiana é clara ao dizer que “[...] daß er [o soberano] aber nicht gebunden ist, si la nécessité est urgent” (SCHMITT, 2009g, p. 15).²¹⁰⁴ Contudo, uma das questões cruciais a este respeito é que Schmitt não projeta a mesma visão antropológica de receios à democracia de massas e às estruturas parlamentares no que tange ao juízo do soberano. Schmitt fará depender do juízo do soberano a avaliação da superação da urgência que, mesmo imperante o juízo comum de que ela tenha sido suplantada, a qual compromisso estaria vinculado o soberano senão, como se observa, ao de sua própria avaliação a respeito da emergência. Sugerimos que este caminho indicado por Schmitt se mostra certo e seguro

²¹⁰⁴ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] ele não permanece ligado ao compromisso se ‘la nécessité est urgent’”.

para a implementação de um regime totalitário-ditatorial a partir de um aparentemente inocente conceito de ditadura comissária.²¹⁰⁵

Parte da argumentação das linhas anteriores converge com Schmitt quando afirma que “Darum ist die Befugnis, das geltende Gesetz aufzuheben – sei es generell, sei es im einzelnen Fall –, so sehr das eigentliche Kennzeichen der Souveränität [...]” (SCHMITT, 2009g, p. 16).²¹⁰⁶ O direito sucumbe ante o poderoso político schmittiano, que tudo poderá. Este poder do soberano é alvo da retórica schmittiana no sentido de confirmar-lhe como passível de uso restrito, ainda quando revestido tal uso se encontre da finalidade de reerguer a normalidade por meio da decisão (política). Capaz de tomá-la será a figura do soberano que não se encontra no âmbito do sistema jurídico, que não se revela capaz de dar suporte às suas independentes ações. Em outros termos, o que temos aqui é uma clara posição em que Schmitt afirma que “Auch die Rechtsordnung, wie jede Ordnung, beruht auf einer Entscheidung und nicht auf einer Norm” (SCHMITT, 2009g, p. 16),²¹⁰⁷ com o que o político resta poderosamente transposto para além da mera juridicidade ou legalidade pensada nos termos do positivismo jurídico ao qual endereçava suas críticas por meio, dentre outros, de seus trabalhos sobre Kelsen.²¹⁰⁸

²¹⁰⁵ Convém recordar que este é conceito em sua interpretação weimariana do art. 48 da Constituição de Weimar. Ao fazê-lo Schmitt se permite reiterar um de seus movimentos nos primeiros anos da década de 20 em *Die Diktatur*, reforçando o papel da ditadura comissária como se ela dispusesse de uma dinâmica interna forte o suficiente para restaurar não apenas a normalidade como também o poder político nos termos e níveis anteriores. Neste aspecto resta claro que Schmitt não se detém o suficiente a este aspecto ao referir-se à restauração da normalidade que, ao certo, não se saberá se implica, ou não, o restauro da forma com que o poder político era anteriormente exercido.

²¹⁰⁶ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “Por isto o poder para suspender a norma vigente – seja em geral ou em casos isolados –, é a genuína característica da soberania”.

²¹⁰⁷ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “Inclusive a norma jurídica, como qualquer ordem, baseia-se em uma decisão, e não em uma norma”.

²¹⁰⁸ Para uma leitura de uma parte importante do debate constitucional entre Schmitt e Kelsen, ver SCHMITT, (2009f). Para alguns comentários sobre este debate, ver GASIÓ, (1995). Para uma leitura sobre as diferenças de Schmitt e Kelsen sobre reforma constitucional, ver LONGO, (1996). Para uma visão mais

Schmitt afirma que a decretação do Estado de exceção (*Ausnahmezustand*) e a tomada de medidas extraordinárias encontram-se em um marco bastante claro: “[...] daß für außergewöhnliche Verhältnisse außergewöhnliche Maßnahmen nötig sind [...]” (SCHMITT, 2006d, p. 6).²¹⁰⁹ Este, supostamente, representaria o passo inicial para a retomada da normalidade fática a partir da verificação de relações extraordinárias, como já observara Schmitt em 1921 (*cf.* SCHMITT, 2006d, p. 6). O âmbito da normalidade fática a ser reinstaurado pode ser colocado como condição para que a ordem jurídica possa encontrar a sua perfeita aplicação, contudo, nada é dito sobre qual será a nova ordem política resultante das possíveis e dramáticas intervenções do soberano no sentido de restaurar a ordem, da qual lançar gás sobre toda uma cidade não deixa de ser um exemplo tão intenso quanto elucidativo sobre os limites, ou falta deles, que Schmitt oferece às ações do soberano.

É intensa e sem medidas preestabelecidas a busca pela reinstauração da ordem. Para fazê-lo, pode o soberano revogar as promessas realizadas perante os súditos, mas pode, como vimos acima, muito mais, ou seja, simplesmente exterminar a uma grande quantidade deles. Quanto às promessas, dirá o autor, o único critério para mantê-las é o reconhecimento de que o interesse público será preservado (*cf.* SCHMITT, 2009g, p. 15). Portanto, assim o soberano poderá atuar segundo o seu livre arbítrio, amplamente desconectado de seus súditos em suas deliberações. Isto se deve a que, como vimos mencionando e recorda Matos, o soberano pode “[...] decretar a exceção [o que] resulta

ampla do debate entre Schmitt e Kelsen, ver BAUME (2009), CASERTA (2009), DELACROIX (2005), DYZENHAUS (2003). A respeito desta visão de Kelsen sobre a soberania e seu implícito debate com Schmitt, ver FROSINI (1991), GÜMPLOVÁ (2009). Para uma aproximação do debate sobre o liberalismo entre Schmitt e Kelsen, ver HERRERA (1998).

²¹⁰⁹ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] que para as relações extraordinárias são necessárias medidas extraordinárias [...]”.

de uma decisão (*Entscheidung* ou *Dezision*)” (MATOS, 2010, p. 54) em um *extremus necessitatis casus*.

Igualmente problemática é a circunstância de que a própria definição da situação de ameaça ou de perigo iminente encontra-se centralizada na figura do soberano. Sem controles claros e precisos, a instauração dos regimes de exceção pode ter ocorrência precisamente no momento de conveniência política para aquele que detenha o poder.²¹¹⁰ Uma vez reconhecida a situação de anormalidade, os poderes excepcionais serão atualizados, abandonando o estado de potência em que se encontravam, posto que em sua figura enfeixados, situação em que, por definição, sempre estiveram. Assim, como recorda Matos, os seus são poderes acima da lei (*cf.* MATOS, 2010, p. 54), posto que capaz nos momentos de perigo passíveis de emprego irrecorrível, referência direta ao poder monárquico absoluto de origem divina de antanho.²¹¹¹

Como víamos ao início do parágrafo anterior, a busca por uma ordem política normalizada é objetivo que aparece em Schmitt como pressuposto que permitirá, momento seguinte, a aplicação do direito. Contudo, a substituição do caos pela ordem, o império do descontrole pelo controle não implica o estabelecimento de um controle absoluto que haverá de ter lugar a partir do primeiro movimento schmittiano sem o devido acercamento de cuidados institucionais e político-representativos. Portanto, muito embora real o dever primário do domínio do político de manter a ordem, e nisto

²¹¹⁰ Soberano para Schmitt é o ator político que dispõe de poderes e os atualiza no momento que seu isolado juízo reputa adequado para não apenas reconhecer a normalidade como para lançar mão de todos os meios para reinstituí-la. A figura do soberano para Schmitt se caracteriza como aquela que “Der Souverän schafft und garantiert die Situation als Ganzes in ihrer Totalität” (SCHMITT, 2009g, p. 19). Para o texto acima sugerimos a seguinte tradução: “O soberano cria e garante em sua totalidade o conjunto da situação”.

²¹¹¹ Schmitt faz remissões constantes a esta ordem de conceitos que sustenta o poder político em uma autoridade única cuja origem encontra-se nos poderes monárquicos absolutos que, é bastante certo, encontram defesa singular na tradição conservadora (Donoso Cortés), contrarrevolucionária (De Maistre e De Bonald) bem como no conservadorismo revolucionário entrado o século XX.

Schmitt procede a um movimento similar à leitura política fundadora do político em Hobbes – para ele nada menos do que o representante clássico do decisionismo (*cf.* SCHMITT, 2009g, p. 39) –, disto não deriva que o poder político que haverá de ocupar lugar logo após a reinstauração da ordem mantenha um caráter totalitário como foi o caso histórico da substituição da República pelo III Reich, respectivamente, combatido e apoiado por Schmitt.²¹¹²

A invasão das liberdades que vai sendo delineada a partir da teoria schmittiana tornou-se possível porque, segundo termos kelsenianos, deu-se a ruptura com aqueles conceitos fundamentais para um Estado democrático. Esta ruptura é também perceptível pela crítica de Schmitt à adesão kelseniana à democracia mediante sua fundamentação de que a democracia é “[...] ist der Ausdruck eines politischen Relativismus und einer wunder- und dogmenbefreiten, auf den menschlichen Verstand und den Zweifel der Kritik gegründeten Wissenschaftlichkeit” (SCHMITT, 2009g, p. 47).²¹¹³ Esta percepção é certa e representa não apenas mais um dos pontos a distanciar ambos os autores no que concerne à leitura da democracia, mas também uma forte marca sobre uma visão democrática do político e do direito de uma outra perspectiva que aposta em sua suplantação por um regime forte.

Os movimentos schmittianos para colocar em pé camuflados conceitos básicos marcados por um viés totalitário, malgrado claros a nosso entender, foram realizados de forma engenhosa, artilosa e com maestria por Schmitt, para tanto lançando mão da

²¹¹² A respeito desta relação de embate entre Schmitt e a República de Weimar, remeto o leitor ao capítulo VII deste trabalho doutoral.

²¹¹³ O texto permite a seguinte tradução: “[...] a expressão de um relativismo político e de uma cientificidade livre de milagres e dogmas baseada na razão humana e na dúvida da crítica”.

descostura do sistema desde dentro²¹¹⁴ mas, também, de aparentes e pontuais recosturas, processos que, como vimos sugerindo, tiveram lugar desde muito cedo. Este procedimento o distanciava dos postulados kantianos e neokantianos,²¹¹⁵ algo que, de forma terminante, viria a afastar-lhe da teoria kelseniana. Schmitt reconhece que um neokantiano como Kelsen não poderia oferecer boa resposta a questões para ele tão caras como a que envolvia a ditadura, dado que propostas desde o seu formalismo relativista (cf. SCHMITT, 2006d, p. XX). Desde Kelsen tampouco se tornava possível ensaiar uma resposta fundamentada ao Estado de exceção (*Ausnahmezustand*), posto que o seu ponto de partida teórico era kantiano, e para este “[...] ist das Notrecht überhaupt kein Recht mehr” (SCHMITT, 2009g, p. 21),²¹¹⁶ enquanto que, para Schmitt, na emergência encontrava-se o verdadeiro momento importante e que determinava a vida política.

Desde a ótica kantiana, portanto, bem como para os seus seguidores neokantianos, entre os quais Kelsen naturalmente se inclui, a crítica schmittiana não reservava a possibilidade de compreensão do Estado de exceção segundo os termos propostos por Schmitt, que a alocava para além do âmbito do jurídico. O formal positivismo jurídico, cuja pureza excluía o que não fosse a norma jurídica como objeto

²¹¹⁴ Esta foi a mesma estratégia de boa parte do movimento conservador revolucionário alemão, logo reforçada em meados da década de 20 pelo movimento nacional-socialista que rejeita a opção revolucionária para adentrar na luta parlamentar.

²¹¹⁵ De fato, a retórica de Schmitt não poderia encontrar-se melhor posta senão sob a ótica de um “democrata” avesso, por exemplo, às questões normativas presentes na ética kantiana largamente repercutida (e por ele atacada em Laband no período pré-republicano) pelo kelsenianismo. Contudo, a prática da teoria de Schmitt era dirigida ao campo oposto, a saber, a introduzir o reino da imposição e não do diálogo. Assim, de onde provinha tanta força em sua diatribe contra a democracia representativa? Acaso o sistema proposto por Schmitt superava esta dificuldade ou apenas representava uma opção pela crítica com um viés teleológico em que a instauração de um regime totalitário-ditatorial era tido em vista? A segunda destas alternativas acima nos parece a melhor delas.

²¹¹⁶ O texto permite a seguinte tradução: “[...] o direito emergencial já não é nem mais direito”.

da análise científica do direito, permite entender que a leitura política schmittiana do conceito de Estado de exceção²¹¹⁷ representasse um ponto mais de divergência teórica entre ambos.

O conceito de Estado de exceção tão somente reforça a instalação de regime cuja configuração em Schmitt de poderes altamente concentrados e ilimitados seriamente apenas representa o primeiro passo para o engendramento de genuínos tiranos. Dentre as inúmeras referências às relações entre poder concentrado e a instituição de governos tiranos, por exemplo, nos diz Elliot que “Os reis tendem a tornar-se tiranos. / A Igreja e o povo / Têm razões de sobra contra os soberanos” (ELLIOT, 1970, p. 81). Schmitt não possuía estas mesmas razões apontadas por Elliot e aqui, quiçá, podemos nos apropriar das palavras de Jünger para apontar que este era o caminho para a floresta, trilha que conduz ao fundo de uma amazonicamente escura cobertura vegetal em tempos sombrios. Estes foram dias em que tanto para Schmitt quanto para Heidegger – e Marcuse em especial se refere a este último – não era dado cometer um equívoco de tal envergadura com um regime dotado das características do nacional-socialista,²¹¹⁸ e menos ainda, diríamos, permanecer, após todas as evidências da barbárie, firmes em suas posições de não se retratar.²¹¹⁹ A ideia de Marcuse é de que o filósofo

²¹¹⁷ Schmitt não olvida de criticar a Kelsen quando este entende o Estado como um fenômeno puramente jurídico, ou seja, que para Kelsen “[...] Betrachtung der Staat etwas rein Juristisches sein müsse, etwas normativ Geltendes, also nicht irgendeine Realität oder ein Gedachtes neben und Außer der Rechtsordnung, sondern nichts anderes als eben diese Rechtsordnung selbst [...]”. Em uma tradução livre o texto permite dizer que “[...] que o Estado deveria, para a contemplação jurídica, ser apresentado como puramente jurídico, algo de valor normativo, e não como uma realidade qualquer ou algo pensado como exterior à ordem jurídica”.

²¹¹⁸ A este respeito, ver FARÍAS (1998; 1988), SAFRANSKI (2000), FAYE (2009b), SCHALOW (1998).

²¹¹⁹ Sobre Heidegger, por exemplo, nos diz Farias que “[...] Heidegger no rompió nunca los vínculos orgánicos que lo ligaban al partido nacionalsocialista [...]” (FARÍAS, 1998, p. 32). Ao trecho anterior sugerimos a seguinte tradução: “[...] Heidegger nunca rompeu os vínculos orgânicos que o ligavam ao partido nacional-socialista [...]”.

[...] não pode enganar-se a respeito de um regime que matou milhões de judeus – simplesmente por serem judeus –, que fez do terror um estado normal e que inverteu tudo que era realmente ligado aos conceitos de espírito, liberdade e verdade em seu oposto sanguíneo. Um regime que era em tudo e por tudo a caricatura mortal daquela tradição ocidental que o senhor mesmo expôs e defendeu tão insistentemente. (MARCUSE, 1999d, p. 352).

No caso de Schmitt, talvez o estivesse a justificar por intermédio de seu conceito de ditadura comissária, segundo o qual tudo justificaria a restauração da ordem e da segurança e, tendo em vista que o Estado, por meio do *Führer*, identificara seus inimigos e o risco à segurança nas figuras dos judeus, nada havia que pudesse legitimamente impedi-lo de prosseguir com a carnificina organizada. Nisto encontramos um movimento que retoma a cultura conservadora expressa em De Maistre e que identifica uma natureza humana incapaz de unir-se para o cumprimento de tarefas cooperativas senão para outras de ordem diversa que a história exemplifica, a saber, que os homens “[...] nunca se sentem tão unidos como quando lhes é dado um altar comum em que se imolar” (BERLIN, 2002b, p. 294). A estratégia de identificar o inimigo, como sugere Schmitt, revelar-se-á, à luz de De Maistre, bastante útil para os fins de aglutinação humana em torno ao objetivo identificado pelo Estado.

Esta obscura trilha na floresta foi também apontada com certa sofisticação pela literatura de Jünger. O seu trabalho era, em verdade, compatível com o da ocultação do diálogo na política, segundo um movimento também claro na estratégia conservadora revolucionária comprometida com os valores anti-ilustrados. O alheamento à discussão pública dos temas comuns, quando aliado a outros valores heroicos em Jünger, irá sugerir uma comprometedora dimensão política de corte ditatorial. Em tão tenebrosa floresta não há diálogo possível com um poderoso que a todos submete, dono de todas as sombras e armadilhas que nela faz residir como forma de ampliar a sua própria

proteção. Este é o mesmo caminho apontado por seu amigo Schmitt, e o que Kelsen identificava como antípoda de um sistema democrático no qual a vontade coletiva se formara por meio da livre concorrência dos grupos partidários (*cf.* KELSEN, 1979, p. 464). Como víamos nos capítulos anteriores, a intensa crítica ao parlamentarismo já se fizera presente no conservadorismo revolucionário que denunciara a essência negociadora do liberalismo conforme texto de Schmitt: “Sein Wesen ist Verhandeln, abwartende Halbheit, mit der Hoffnung, die definitive Auseinandersetzung [...] könnte in eine parlamentarische Debatte verwandelt werden [...]”. (SCHMITT, 2009g, p. 67).²¹²⁰

O já enraizado discurso antiliberal à época encontrava outro de seus próceres no conservadorismo revolucionário de Spengler. O autor apresenta uma ordem liberal que não passava, em verdade, de uma forma anárquica e que a isto habitualmente se haviam muitos acostumado a denominar “[...] democracia, parlamentarismo, autonomia do povo, mas de-fato é a simples não-existência de uma autoridade consciente das suas responsabilidades, a falta de um governo [...]” (SPENGLER, 1941, p. 38). Esta crítica encontra-se em plena convergência com os termos da proposta que viria a ser posteriormente enunciada por Schmitt e que constituía a condição de possibilidade argumentativa para dar mostras do valor concedido à ditadura cujo puro decisionismo arbitrário chocava-se com a discussão. Isto resta claro quando Schmitt afirma que

²¹²⁰ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “Sua essência é a discussão, é a insuficiência em compasso de espera de que o confronto definitivo [...] possa se transformar em batalha parlamentar”.

“Diktatur is der Gegensatz zu Diskussion” (SCHMITT, 2009g, p. 67).²¹²¹ Esta discussão, portanto, haveria de ser proposta em termos de continuidade pela teoria liberal, ou seja, que a discussão “[...] ließe sich durch eine ewige Diskussion ewig suspendieren” (SCHMITT, 2009g, p. 67).²¹²² Schmitt elude o debate e toda e qualquer linha que dele lhe pudesse aproximar. Não há valia na discussão que apenas e tão somente é capaz de tangenciar o que importa, a decisão, seja ela de que tipo for. Neste sentido, desde logo, Schmitt se afirma como um perfeito antípoda teórico à teoria comunicativa e às teorias deliberativas em geral.

Mas se o caráter liberal implicava uma convergência essencial com a utilização da discussão, parlamentar ou não, bem outra é a estrutura da ditadura em Schmitt que, precisamente, procura evitar (a) a multiplicação de centros de decisão e (b) a postergação indefinida do momento decisório. Nas acérrimas críticas endereçadas por Schmitt contra o parlamentarismo, vai restando clara que esta sua afirmação da contradição da discussão, característica do parlamentarismo, representa um primeiro passo para a abertura da viabilidade teórica da ditadura em um contexto histórico de crises e instabilidades. Nossa sugestão é de que a abordagem de Schmitt sobre o tema não representava uma afirmação pontual ou isolada em sua obra mas,

²¹²¹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “A ditadura representa a contradição da discussão”.

²¹²² O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] possa se transformar em um debate parlamentar e ser eternamente suspensa por intermédio da discussão eterna”.

antes, reclamava ocupar um ponto de privilegiada relevância, dado não apenas os desdobramentos históricos como, principalmente, a sua posição perante eles.

A teoria de Schmitt era dirigida ao campo oposto, a saber, a reintroduzir o reino da imposição e do mando sem resistência possível, longe, portanto, da manutenção das decisões transparentes e do diálogo. Ausente o contato dialógico no campo do político, faz sentido a sua aproximação do texto jüngeriano, em que assinalava que o secreto da linguagem de comando é precisamente a não realização de promessas mas, antes, a imposição de exigências (*cf.* JÜNGER, 1993a, p. 75). Interrompida qualquer interlocução possível sob o signo da prevalência do comando, Schmitt resiste em distanciar-se da cruzada empreendida por extensos segmentos intelectuais de seu tempo contra a democracia representativa. Ao contrário, adere a estes segmentos e às suas ramificações intelectuais pré-modernas, cuja força, em seu caso específico, seria centralizada na filosofia conservadora católica donosiana do século XIX ainda em diálogo com a doutrina católica mais ortodoxa.

Para o conservador espanhol, o ofício do monarca é o de ocupar uma posição de soberania independente, governando com absoluto império (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 57), domínio este que não comporta qualquer noção de interação dialógica visando o estabelecimento de acordos decisórios. Quando Schmitt retoma a Donoso e a sua ideia da imposição do poder em termos absolutos, mostra-se incompatível com a concepção da política estruturada de forma a conceder lugar central ao diálogo, e,

principalmente, mostra a sua preocupação em dialogar com um autor cujas referências teóricas encontravam-se em direto contato com as forças mais profundas da Igreja Católica que ainda respondiam às suas práticas de domínio medievais.

Neste sentido podemos igualmente entender qual o real papel do conceito de ditadura ocupado em Schmitt e que a ideia de restrições e interdições ao debate político tornar-se-ia absolutamente necessária ao seu trabalho teórico. De qualquer sorte, Schmitt não se encontrava isolado ao manejar tais conceitos naquele período. Mas Schmitt também manejava bastante bem as melhores informações que lhe desassistiam aos seus argumentos, e disto nos dá ciência ao se referir a Weber quando trabalhava com o conceito de partidos como “[...] estructura que esencialmente descansa sobre la libre competencia” (*apud* SCHMITT, 1998a, p. 144).²¹²³ Conhecedor de Weber, ele socava e ataca seriamente a possibilidade de que no Parlamento subsista algum tipo de debate aberto e disposto à audição do melhor argumento, e que esta casa legislativa pudesse, ou devesse, oferecer qualquer liderança. Os seus planos eram bem outros e a comunicação com o chefe do Executivo haveria de ser direta, sendo a *acclamatio* o instrumento.

Este rotineiro procedimento de desqualificação do Parlamento para o exercício das funções para as quais havia sido concebido não era um movimento casual em Schmitt mas, antes, o primeiro, e necessário, passo para que pudesse ter lugar qualquer

²¹²³ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] estrutura que descansa essencialmente sobre a livre competição”.

regime de inspiração totalitário-ditatorial orientado por seus trabalhos da década de 20. Schmitt projeta a afirmação dos poderes democráticos na figura do Presidente do Reich (*Reichspräsident*) e tem a oportunidade de colocar em prática esta ideia no caso *Preußenschlag*. Este representa um movimento relevante, embora não o único, para abrir os caminhos que apontavam para a instauração do regime do terror na década de 30.

Neste esboço de regime totalitário-ditatorial observa-se que, contrariamente ao papel desempenhado pela legitimidade em reconhecer lídimas funções ao príncipe, segundo a primeira hipótese schmittiana, viria a imperar um soberano cuja dedicação seria a homogeneização (*homogenität*) por meio da organização da morte dos dissidentes, em suma, do *outro*.²¹²⁴ Os critérios de que o regime lançaria mão para implementar a política de extermínio eram aleatórios, para nada (pre)ocupados com o interesse público mas, antes, com a pura razão estatal (*Staatsvernunft*). As suas ações permanecem vinculadas a uma obscura razão estatal, ligadas a um voluntarismo cesáreo antes do que voltadas ao asseguramento das vidas que, não apenas Jünger (*cf.* JÜNGER, 1995, p. 51) como outros teóricos do Estado forte (*Stärke Staat*) totalitário-ditatorial entendem não ser precisamente a função do soberano. Segundo tais paradigmas, óbvio restava que as possibilidades de multiplicação dos inimigos da República eram

²¹²⁴ Olgária Matos chama a atenção para uma caracterização do Estado nacional-socialista que converge com nossa leitura schmittiana, ao ressaltar que “o nazismo como mal radical é o emblema do estado de exceção em que vive a modernidade. O Estado tem direito de vida, isto é, de morte sobre os cidadãos, ao garantir a vida, designa a morte”. (MATOS, 2003, p. 49).

inúmeras nos últimos tempos de Weimar. O incremento da cultura totalitário-ditatorial apenas fazia avançar a prática da violência (*Gewalt*), a qual tornava progressivamente mais claras as condições para o movimento bélico que se avizinhava.

A respeito do tema da violência nos recordaria Marcuse que Schmitt põe à disposição do soberano até mesmo a vida de seus súditos e encontra nisto um sacrifício exigível “[...] para uma ‘situação de emergência’, em que se exige o sacrifício da própria vida e a morte de outras pessoas” (MARCUSE, 1997, p. 72). Esta leitura de Marcuse sobre o texto schmittiano pode ser aprofundada em 1927 no *Der Begriff des Politischen*, que todavia apresenta traços de sua leitura existencialista de inícios do século 20 e que antes já se havia sido posta em *Politische Theologie* (1922). Nesta última afirma que a exceção e o caso extremo não podem deixar de ser percebidos e estudados pela filosofia da vida concreta (*Philosophie des konkreten Lebens*), pois para Schmitt, “Ihr kann die Ausnahme wichtiger sein als die Regel [...]”. (SCHMITT, 2009g, p. 21).²¹²⁵

Esta aproximação ao texto schmittiano vai ainda ficando mais clara quando encontramos no autor a afirmação de que “Die Ausnahme ist interessanter als der Normalfall. Das Normale beweist nichts, die Ausnahme beweist alles; sie bestätigt nicht nur die Regel, die Regel lebt überhaupt nur von der Ausnahme” (SCHMITT, 2009g, p. 21).²¹²⁶ O caso excepcional para Schmitt é aquele que merece toda a atenção, é ele quem constitui a medida e prova da regra, e para aquele que tenha de intervir em tal situação o autor concede toda a sorte ilimitada de poderes.

²¹²⁵ Segundo uma tradução não-literal, temos o seguinte texto: “Para ela [a filosofia concreta da vida], a exceção pode ser mais importante do que a regra [...]”.

²¹²⁶ Segundo uma tradução não-literal temos o seguinte texto: “A exceção é mais interessante que o caso normal. O normal não prova nada, a exceção prova tudo. A exceção não apenas confirma a regra, mas a própria regra só vive da exceção”.

Ao finalizar o capítulo, sublinhamos que o conceito de soberania construído por Schmitt supera o problema da indecisão liberal que medeia as suas críticas também ao parlamentarismo. Schmitt expressa concretamente uma forte preocupação com o monopólio da decisão (*Entscheidungsmonopol*) que converge com o seu conceito do soberano em *Politische Theologie*, definido como “[...] wer über den Ausnahmezustand entscheidet” (SCHMITT, 2009g, p. 13).²¹²⁷ Esta é apenas uma das ideias que, conforme as argumentações foram sendo apresentadas ao longo do texto, nos permitem apontar a opção totalitária da filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana, servindo de base para o nosso próximo passo nos dois capítulos seguintes.

Os próximos capítulos, XI e XII, terão como objeto central, a partir de abordagens próprias, a atenção ao conceito do político de Carl Schmitt. Este conceito do político será considerado em seu aspecto analítico-conceitual e em seu contexto histórico e teórico por intermédio da leitura conservadora revolucionária que viemos desenvolvendo até este momento do trabalho doutoral, procurando enfocar e aproximar tal ideia aos fenômenos totalitários do século XX. O próprio título do próximo capítulo XI, *A perplexidade do político (Freund u. Feind): teoria e prática do totalitarismo*, indica a preocupação com a desorientação causada por um conceito do político que inclui em seu âmbito de legitimidade a ação de pura violência, tema este que deverá ocupar parte das nossas atenções nas linhas subsequentes.

²¹²⁷ O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] aquele que decide sobre o Estado de exceção”.

CAPÍTULO XI

A PERPLEXIDADE DO POLÍTICO (*FREUND u. FEIND*): TEORIA E PRÁTICA DO TOTALITARISMO

11.1. A INTERDIÇÃO DO POLÍTICO: DA VIOLÊNCIA EM POTÊNCIA À CONCRETIZAÇÃO

Nos capítulos anteriores deste trabalho doutoral foi realizado esforço no sentido de progressivamente consolidar a argumentação que reforça a interpretação acerca das relações entre o pensamento schmittiano e o conservadorismo revolucionário, bem como dos respectivos apoios prestados ao totalitarismo e ao nacional-socialismo. O presente capítulo terá como objeto central o conceito do político de Carl Schmitt.

O conceito do político schmittiano será considerado tanto em seu aspecto analítico-conceitual com vistas a compreender qual a sua real possibilidade de projeção sobre o terreno do enfrentamento e da prática do extermínio,²¹²⁸ contrapondo a esta leitura as interpretações que lhe foram reservadas em desconsideração a estas conexões acima assinaladas. Para tanto daremos sequência ao trabalho segundo o diálogo teórico do autor com o seu contexto histórico²¹²⁹ e teórico.²¹³⁰

²¹²⁸ Neste aspecto observamos apenas um dos pontos de divergência de Schmitt com Radbruch. Schmitt revela a sua aposta na prática do homicídio como elemento do político, enquanto Radbruch, por outro lado, apostava por um projeto de lei de Código Penal cujo corte central era a defesa da abolição da pena de morte. Ver PARDO, (2003, p. 201-202).

²¹²⁹ A proposta interpretativa que viemos realizando ao longo deste trabalho encontra-se ancorada na leitura amplamente contextualizada da obra do autor e que sugere tornar possível a sua aproximação do fenômeno totalitário. Efetivamente, a teoria schmittiana não parece encontrar-se acessível em seus meandros quando levada a termo segundo leitura descompromissada com o seu contexto. Um dos principais textos de Schmitt que reclama intensamente esta abordagem é o *Der Begriff des Politischen* que, em reforço da hipótese central de nosso trabalho, deve, conforme Wolin, ser analisado em conjunto com os demais textos produzidos no final dos anos 20 e início dos anos 30, nos quais Schmitt “[...] elabora as suas opiniões sobre o ‘Estado totalitário’ ou ‘Estado total’”. (WOLIN, 1998, p. 187).

²¹³⁰ A este respeito uma interessante contraposição à qual não muita atenção é dispensada diz respeito ao possível diálogo com uma obra importante do mesmo período redigida por Max Weber, *Die Politik als Beruf*. Mais precisamente, Weber escreve *A ciência como vocação* em 1917 e *A política como vocação*

A interpretação aqui proposta de Schmitt não será realizada em termos lineares, mas, ao contrário, suporá um contínuo diálogo crítico com segmentos de comentaristas e especialistas que postulam a retomada da obra schmittiana como um eficiente instrumento analítico para a democracia contemporânea. Para este mister, no decorrer deste capítulo recorreremos a pensadores mais identificados com a esquerda pós-marxista conforme o argumento logo acima, como também àqueles outros, identificados com a consecução de acérrimas críticas ao schmittianismo, e que se localizam no espectro ideológico com o que classicamente identificado por direita.²¹³¹

O título deste capítulo, *A perplexidade do político (Freund u. Feind): teoria e prática do totalitarismo*, alude à importância da reflexão sobre o impacto empírico do político causado pelos domínios nos quais Schmitt faz habitar o seu famoso conceito do político. Este *locus* ao qual o político é destinado pelo autor, mas também a angulação de sua abordagem, sugere-nos que o referido conceito pode encontrar-se suficientemente habilitado ao apoio à prática do extermínio, hipótese que desejamos investigar no curso deste capítulo e, no que couber, em necessários desdobramentos no capítulo seguinte.

O texto de Schmitt que vinha sendo trabalhado ao menos desde 1926 ganhou aparição pública no debate que teve lugar em exposição oral de Schmitt em 1927 para, imediatamente após, encontrar oportunidade em agosto do mesmo ano, sendo publicado no *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, precedido em dois meses por

em 1919, período de formação em que o autor acompanha seminários ministrados por Weber. Entre nós, posteriormente, estes textos autônomos usualmente acabaram por ganhar edições em conjunto. Ver WEBER, (2007).

²¹³¹ Para nossa abordagem desta questão remeto às primeiras notas de rodapé constantes do capítulo III desta tese doutoral.

exposição oral na *Deutschen Hochschule für Politik* em maio do mesmo ano, informações das quais dá precisas contas Meier.²¹³²

A obra foi sendo gestada e posteriormente escrita em um contexto de marcada instabilidade e que abrangia a dimensão econômica – com destaque para os efeitos inflacionários –, a política interna – e neste particular sobressaíam os embates político-partidários –, a política externa – matéria na qual todavia se faziam sentir os efeitos políticos e econômicos do Tratado de Versalhes –, mas também sua dimensão jurídica – notavelmente os debates constitucionais que açambarcavam parcialmente a cena político-jurídica do período –, sendo que todas estas eram dimensões em pleno diálogo, não permitindo interpretações isoladas.

O contexto histórico em que Schmitt escreve o seu *Der Begriff des Politischen* em 1927 pode tomar como um de seus paradigmas analíticos a evolução da posição do partido no quadro político alemão,²¹³³ e também é denotadora da posição central que a

²¹³² Meier comenta que uma das riquezas, e singularidades deste trabalho no contexto da produção de Schmitt é, precisamente, o fato de ter sido alvo de três republicações. Segundo o minucioso trabalho de Meier sobre as diversas edições de *O conceito do político*, a primeira das edições foi publicada em agosto de 1927 no *Heidelberger Archiv für Sozialwissenschaften und Sozialpolitik* (Tübingen, 1958, fasc. I, sep., 1927, p. 1-33). Houve uma reprodução, não exatamente uma nova edição do texto, sem alterações, no fascículo 5 (*Probleme der Demokratie*), da série de textos *Politische Wissenschaft* (Berlin-Grünwald, Dr. Walter Rothschild, 1928, p. 1-34). Já a segunda versão apareceu como uma publicação independente com o título *O conceito do político. Mit einer Rede über das Zeitwörter der Neutralisierungen und Entpolitiserungen neu herausgegeben von Carl Schmitt* (München u. Leipzig, Duncker & Humblot, 1932, 82b). Segundo uma tradução livre: *O conceito do político. Com um discurso sobre a era das neutralizações e as despolitizações*, reeditado por Carl Schmitt. A terceira versão do texto é publicada em Hamburgo, em 1933, sob o título *O conceito do político* (Hamburg, Hanseatische Verlagsanstalt, 1933, 61b) (cf. MEIER, 2008, p. 16). Já no ano de 1963 houve uma segunda reimpressão deste trabalho pela mesma Duncker & Humblot, de Berlin.

²¹³³ Há dois aspectos deste tema que se impõem à nossa análise. O primeiro é o contexto histórico em que isto ocorre, no ano de 1927, da primeira edição do *Der Begriff des Politischen*, em meio às constantes crises e desequilíbrios da República de Weimar, bem como sua repetição na edição subsequente, em 1932, já em pleno processo de tomada do poder (*Machtübernahme*) por parte do nacional-socialismo. Em qualquer dos casos nosso questionamento sobre a figura de um defensor de valores democráticos é se

referida obra ocupa no pensamento schmittiano e que a torna de imprescindível análise.²¹³⁴ Assim, por exemplo, Ernst Nolte (ver NOLTE, 1967), tanto quanto Allan

haveria a concentração das atenções no afastamento das possibilidades de exercício do controle sobre os atos políticos do governo. Seguramente, não nos parece a alternativa acertada a resposta positiva a esta insinuação. Contudo, em Schmitt tal abordagem é bastante congruente com a sua filosofia política e, por certo, bastante convergente com os termos de suas obras contíguas de início da década de 20, *Die Diktatur* (1921) e *Politische Theologie* (1922).

²¹³⁴ Assentada e bem compartilhada pelos comentaristas é a ideia de que, sejam quais foram as correntes interpretativas às quais se oriente, o conceito do político se constitui em um dos principais eixos do pensamento schmittiano. Isto reforça a ideia de que a interpretação aqui concedida a Schmitt nesta obra terá repercussão sobre o restante de seu trabalho. Em vista da centralidade da referida obra, emerge como profundamente importante o argumento trazido à tona por Balakrishnan acerca da alteração que reputamos central em *Der Begriff des Politischen* (1927), para a sua segunda e terceira edições, respectivamente, de 1932 e 1933. Balakrishnan aponta outro ponto de divergência entre a primeira e a segunda edição da obra. Segundo o autor, “[...] en la primera edición, afirmaba que la introducción de criterios de las esferas de lo estético y lo moral en lo político violaba la autonomía de lo político y empañaba la pureza de una perspectiva puramente política de “amigo y enemigo”. En ediciones posteriores tiende a argumentar que cualquier conflicto puede convertirse en político si alcanza cierta intensidad y los individuos se agrupan en amigos y enemigos” (BALAKRISHNAN, 2001, p. 25). A respeito desta evolução conceitual *Der Begriff des Politischen*, ver MEIER, (2008). A este respeito o que nos diz Balakrishnan é que na primeira edição de 1927 estava presente no texto a ideia de que o político autêntico se mostrava apenas na sua dimensão da política exterior (cf. BALAKRISHNAN, 2001, p. 21), com o que restava amplamente reforçada a ideia da organização hobbesiana dos Estados internacionais. Contudo, esta aplicação internacionalista apenas voltaria a gozar de importância a partir de 1937, posto que, a conceder-lhe razão a Balakrishnan, como nos parece o caso, ao menos a partir da segunda edição de 1932, Schmitt volta-se absolutamente à defesa da aplicação deste conceito do político ao direito interno, fator que possui imensas consequências no direcionamento, também nesta escala interna, da possibilidade do violento enfrentamento. Balakrishnan faz referência a que as demais edições foram “progresivamente” borrando as linhas demarcatórias deste conceito do político concentrado em política externa (cf. BALAKRISHNAN, 2001, p. 21). A respeito desta nova edição de *Der Begriff des Politischen* do ano de 1932, Balakrishnan sugere que o conceito de Estado total (*totalen Staat*) ali constante remetia ao conceito do ainda embrionário Estado de bem-estar europeu (cf. BALAKRISHNAN, 2001, p. 22-23), ideia com a qual, por dizer o mínimo, hesitaríamos muito em concordar. Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] na primeira edição afirmava que a introdução de critérios das esferas do estético e do moral no político violava a autonomia do político e infamava a pureza de uma perspectiva puramente política de “amigo e inimigo”. Em edições posteriores tende a argumentar que qualquer conflito pode ser convertido em político se alcança certa intensidade e agrupando-se os indivíduos em “amigos e inimigos”.

Bullock (ver BULLOCK, 1990), são autores que assinalam a existência de um momento de trânsito entre os anos 1925 e 1939. Para nossa leitura, este parece ser um período demasiado amplo e que pode ser ainda subdividido ao introduzirmos alguns outros critérios. Este período que vai de 1925 a 1930 sugerimos tratar-se do período de consolidação do nacional-socialismo..

Tal processo de consolidação se evidencia, por exemplo, quando se percebe que o número de filiados no partido cresce de 54.000, no ano de 1926, para 81.000, no ano de 1927, passando a 108.00 já no ano seguinte e, no ano de 1929, a 178.000. Considerável este aumento, mas marcado pelo incremento ainda maior no ano de 1930, quando o partido, em março, chegou a 210.00 e, no mesmo ano, em setembro, em 293.000, e alcançando, em dezembro do mesmo ano, a expressiva soma de 389.000 filiados. Isto nos interessa para delimitar o quadro de afirmação de uma ideologia política cujo extremismo vinha sendo consolidado desde o *Mein Kampf* hitleriano e com o *Germany Reborn*, de Hermann Göring (ver GÖERING, 2003), e tornando os seus princípios ainda mais disseminados ao galvanizar apoios políticos.

A obra hitleriana, o *Mein Kampf*, foi texto que começou a circular em 1925 (cf. KLEMPERER, 2009, p. 61), e que viria a constituir-se na referência teórica do nacional-socialismo, condutor em muitos aspectos não apenas do processo de tomada do poder como também de seu exercício após 1933. É neste contexto que Schmitt publica, em 1927, o *Der Begriff des Politischen*, no qual emerge o seu conceito do político cujo eixo é a polarização entre amigo²¹³⁵ e inimigo,²¹³⁶ tendo sido agravada a circunstância pela

²¹³⁵ A respeito do menos focalizado conceito de amigo, podemos recordar a tese de Strauss de seu contato pessoal com Schmitt. Em carta enviada a Schmitt em 4 de setembro de 1932 de Berlin, Strauss narra ter depreendido de sua conversa com seu interlocutor que “[...] Ud. piensa precisamente que hay una tendencia *primaria* de la naturaleza humana a formar *grupos exclusivos*” (STRAUSS, 2008d, p. 176). Deste trecho desejamos ressaltar um aspecto. A referência sobre a visão schmittiana de que a natureza humana se mostra inclinada a formar grupos exclusivos e estes, sugerimos, estão compostos por amigos.

colonização pelo direito,²¹³⁷ com todas as consequências dele advindas e a centralidade que ele ocupa na teoria schmittiana.²¹³⁸

O político é trabalhado por Schmitt a partir de sua notável e influente obra *Der Begriff des Politischen*, e a sua célebre teoria do amigo-inimigo (*Freund-Feind*),²¹³⁹ de incerta origem,²¹⁴⁰ ganharia sua versão escrita após uma primeira apresentação em

Isto, por certo, nada diz no que concerne aos inimigos. Unicamente certo é que, consoante esta ideia, o inimigo representa o *outro*, excluído do grupo dos incluídos entre os amigos.

²¹³⁶ O conceito de inimigo permite uma leitura a partir do conservadorismo teológico donosiano, para quem, já no momento seguinte à ruptura das condições paradisíacas, surgia o conceito de inimigo. Como nos diz Donoso, a questão é que “[...] después de la prevaricación y la caída, los hombres llevaron esta tradición prodigiosa hasta los últimos remates del mundo: no hay erudito que no la encuentre en el fondo de todas las teologías” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 64). Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] depois da prevaricação e da queda, os homens levaram esta tradição prodigiosa até as últimas conclusões do mundo: não há erudito que não a encontre no fundo de todas as teologias”.

²¹³⁷ É importante atentar para a ideia de Agamben de que “A política sofreu um eclipse duradouro porque foi contaminada pelo direito [...]” (AGAMBEN, 2004, p. 133). Nesta contaminação da política pelo direito encontramos, em Schmitt, a ideia de que a raiz do político segundo o autor, possibilita a radicalização jurídica das consequências das inimizade.

²¹³⁸ O conceito schmittiano do político, cuja *raison d'être* Márquez a posiciona como ocupando o “epicentro” de toda a sua teoria política (cf. MÁRQUEZ, 2003, p. 20).

²¹³⁹ *O conceito do político* é obra que ganhou várias edições e alterações mais ou menos relevantes. Obra de referência a respeito destas alterações e evoluções internas encontra-se em MEIER, (2008; 2006). A primeira edição da obra data de 1927, sendo esta republicada com alterações no ano de 1932. Às vésperas da ascensão do nacional-socialismo e sua tomada do poder (*Machtübernahme*), a republicação da obra sofreu alteração em pontos centrais. Já entrado o regime, no ano de 1933, Schmitt realiza uma nova publicação, na qual procura realizar uma aproximação ainda maior aos preceitos doutrinários do nacional-socialismo. A lamentar que a única edição que costuma circular e ser traduzida é a de 1932, com escassas referências a edição de 1927 e às modificações realizadas, de forma interessada, no ano precedente a adesão de Schmitt ao nacional-socialismo. Dentre estas versões de 1932 e 1933 a destacar, com Meier, o diálogo crítico (e oculto) de Strauss com a obra schmittiana. O filósofo de Plettenberg reconheceria o alto valor da crítica de Strauss, contudo, não fez qualquer referência ao crítico nas sucessivas edições de *O conceito do político* de 1932, 1933, bem como nas posteriores à Segunda Grande Guerra Mundial, notadamente a de 1963. A este respeito, ver MEIER, (2008, p. 20-21).

²¹⁴⁰ Malgrado incerta a exata determinação de sua origem, ela encontra interessante hipótese em Bendersky. Segundo o autor, ela pode ter remota origem observada em sua identificação juvenil com o catolicismo, que sofria eventuais perseguições por parte da maioria protestante em uma espécie de embates (entre inimigos) confessionais (cf. BENDERSKY, 1989, p. 32) mas, talvez ainda mais preciso seja

forma de palestra no ano de 1927. Contudo, havia sido ainda no início da década, precisamente em 1922, em sua *Politische Theologie*, o texto em que, de forma incipiente, ensaiara a polarização de sua teoria sobre o núcleo do político (amigo-inimigo) (*Freund-Feind*) ao afirmar que o verdadeiro caráter de tudo quanto existe, bem como o pulsante da vida, reside em seu contrário bem como na interpenetração das forças contrapostas (cf. SCHMITT, 1996b, p. 126-127).

A antítese amigo-inimigo (*Freund-Feind*) sobre a qual se assenta o conceito do político schmittiano não deve ser entendida como original, dadas as referências históricas cabíveis a Platão,²¹⁴¹ tanto quanto a Clausewitz, sobre o político. Spengler também faz referência à política como uma guerra sem armas (cf. SPENGLER, 2009b, p. 448). De modo similar, para Clausewitz o político era mera continuação da guerra em outros termos, e constituía um claro diálogo com o conceito schmittiano ora em

o posicionamento de Sánchez Agesta, ao indicar-nos ver neste conceito dual os sinais de um “existencialismo político” (SÁNCHEZ AGESTA, 1942, p. 458). Convergentemente a esta abordagem teológica do conceito do político, restaria claro, como adverte Lucas Verdú, que tal conceito em Schmitt “[...] es muy difícil que encaje dentro de los principios cristianos” (LUCAS VERDÚ, 1996, p. 306)²¹⁴⁰ quando, ao fim e ao cabo, defrontamo-nos com uma teoria marcada em termos marciais, em uma *Ernstfall* (situação excepcional) que justifica a batalha. Não obstante, Schmitt continua em um marco que recorre ao transcendente. A tradução do trecho acima comporta o seguinte texto: “[...] é muito difícil que encaixe dentro dos princípios cristãos”.

²¹⁴¹ A este respeito nos chama a atenção Balakrishnan de que em *As Leis*, de Platão, encontramos citação de Clínia a quem o autor faz dizer que “[...] me parece que dejó condenada la insensatez de la muchedumbre que ignora que a todos les toca pasar la vida entera en guerra incesante contra las ciudades todas... pues lo que la mayoría de las gentes llaman paz no es más que un nombre; y, en realidad, hay por naturaleza una guerra perpetua y no declarada de cada ciudad contra todas las demás”. (*apud* BALAKRISHNAN, 2011, p. 25). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] me parece que deixou condenada a insensatez da multidão que ignora que a todos lhes compete passar a vida inteira em guerra incessante contra as cidades todas... pois o que a maioria das pessoas chama paz não é mais que um nome; em realidade, há, por natureza, uma guerra perpétua e não declarada de cada cidade contra todas as demais”.

questão²¹⁴² mas, também, e declaradamente, é a sua dívida com Paul Duez.²¹⁴³ A este respeito Borón e González pontuam bastante bem a discussão, ao ressaltar que enquanto em Clausewitz estava completamente fora de questão a ocorrência da continuidade da política para além da guerra, por outro lado, em Schmitt, restava clara a sobrevivência da guerra no âmbito do político (cf. BORÓN; GONZÁLEZ, 2006, p. 159).

Schmitt procura justificar sua preocupação com o objeto ao sustentar que são escassas as definições claras do político, sendo, isto sim, comum uma sua apropriação para uso negativo, ou seja, como contraposição a um outro conceito, daí que afirma:

Man wird selten eine klare Definition des Politischen finden. Meistens wird das Wort nur negativ als Gegensatz gegen verschiedene andere Begriffe gebraucht, in Antithesen wie Politik und Wirtschaft, Politik

²¹⁴² Em Clausewitz encontramos esta muito conhecida máxima de que na seara da política a guerra todavia continua, sendo, portanto, um fenômeno ininterrupto, isto sim, apenas se manifestando de outra forma em ‘tempos de paz’. Portanto, conforme à análise a qual nos dediquemos, não será possível desconsiderar o papel que Clausewitz desempenhará em Schmitt, dada sua intervenção neste conceito central de sua obra. Em outro trecho de *O conceito do político*, de Schmitt refere-se a uma má leitura desta máxima de Clausewitz. Segundo ele, “Der militärische Kampf selbst ist, für sich betrachtet, nicht die „Fortsetzung der Politik mit andern Mitteln“, wie das berühmte Wort von Clausewitz meistens unrichtig zitiert wird, sondern hat, als Kriege, seine eigenen, strategischen [...]”. Um tradução possível do texto: “A própria luta militar, analisada em si, não é o “[...] prolongamento da política com outros meios”, da forma que o famoso mote de von Clausewitz é, muitas vezes, erroneamente citado, mas tem, enquanto guerra, suas próprias regras e pontos de vista estratégicos [...]”.

²¹⁴³ Nas primeiras páginas de *O conceito do político*, especificamente na nota de número 4, Schmitt indica a sua dívida com Paul Duez, de cujo texto diz o autor “[...] entnehme ich eine für das hier aufgestellte Kriterium des Politischen (Freund-Feindorientierung) besonders interessante Definition des spezifisch politischen *acte de gouvernement*, welche Dufour [...] aufgestellt hat, „ce qui fait l’acte de gouvernement, c’est le but que se propose l’auteur. L’acte qui a pour but la défense de la société prise en elle-même ou personifiée dans le gouvernement, contre ses *ennemis* intérieurs ou extérieurs, avoués ou cachés, présents ou à venir, voilà l’acte de gouvernement” (SCHMITT, 1972, p. 23). Segundo uma tradução não literal, encontramos neste texto de Schmitt o que segue: “[...] eu tomei por empréstimo uma definição, para o critério aqui apresentado do político (a polaridade amigo-inimigo), definição especialmente interessante do ato especificamente político que é o *acte de gouvernement*, que Dufour [...] “o que faz o *ato de governo*, este é o objetivo que se propõe o autor. Tal ato tem por objetivo a defesa da sociedade tomada por ela mesma ou personificada no governo, contra seus *inimigos* internos e externos, confessos ou ocultos, presentes ou por vir, eis o ato do governo”.

und Moral, Politik und Recht, innerhalb des Rechts dann wieder Politik und Zivilrecht usw. (SCHMITT, 1972, p. 20).²¹⁴⁴

Esta proposição de Schmitt posiciona o tema do qual se ocupará e, de certa forma, sugere a sua busca por uma clareza e objetividade até então, diz, pouco comuns no estudo do objeto. Isto aponta para a congruência com o reducionismo produzido por ele no âmago do seu conceito do político, ao conceber tal conceito no âmbito da dualidade amigo-inimigo.

O eixo conceitual do *Der Begriff des Politischen* encontra-se precisamente na crítica à releitura do político nos termos propostos por Schmitt em sua inversão do que aqui denominamos de entendimento clássico do político. A crítica ao político em Schmitt, à qual aqui nos somamos, muito embora pela angulação diversa do problema, encontra-se ancorada em sólida tradição da qual apenas a título exemplificativo encontramos as obras de Zarka (ver ZARKA, 2007c), Hofmann (ver HOFMANN, 2002), Schneider (ver SCHNEIDER, 1957), além de Borón e González (ver BORÓN; GONZÁLEZ, 2006), aos quais ainda se podem somar os trabalhos tanto de Dyrberg (ver DYRBERG, 2009) quanto de Fijalkowski (ver FIJALKOWSKI, 1966). Igualmente encontramos nestes autores uma aproximação ao tema que mostra compartilharem certo espanto pela poderosa influência de Schmitt agora reclamada pela esquerda (cf. DYRBERG, 2009, p. 649).

Entre os autores mencionados, todavia, parece-nos comum não apenas um adequado como cientificamente necessário ponto de partida. Cada qual a seu modo, mas todos reclamam a situação histórica de Schmitt bem como a análise da dimensão hermenêutica de sua construção teórica em profundo diálogo com o entorno em que foi

²¹⁴⁴ Segundo os termos de uma tradução livre para o trecho acima sugerimos o seguinte: “Raramente encontramos uma definição clara do político. No mais das vezes a palavra é utilizada apenas em sentido negativo, contrariamente a diversos outros conceitos, em antítese como política e economia, política e moral, política e direito e, dentro do direito, política e direito civil e etc.”

concebida.²¹⁴⁵ Em suma, como recordam Borón e González, e nisto concordamos plenamente, trata-se de proceder a uma leitura de Schmitt por meio de seu texto e contexto (cf. BORÓN; GONZÁLEZ, 2006, p. 149),²¹⁴⁶ ou seja, sem adotar como método uma interpretação pautada pelo determinismo histórico, reconhecendo o papel que a intersecção entre os dois eixos textuais e contextuais de fato exerce em quaisquer trabalhos. Nossa hipótese será, partindo disto, considerar que ambos os eixos citados são reclamados pelo nosso objeto para que se possa proceder a uma melhor hermenêutica.

Reconhecida a importância do aspecto epistemológico e tendo assinalado o papel que exercerá muito particularmente a contextualização também neste capítulo, muito embora sem que exerça de modo determinista, cabe-nos realizar um primeiro movimento sobre a obra schmittiana *Der Begriff des Politischen*. A primeira ideia é a de que o texto encontra suas primeiras elaborações iniciais em torno ao ano de 1927,²¹⁴⁷ e

²¹⁴⁵ Apenas para nos ater a autores próximos a Schmitt, podem ser recordadas as circunstâncias em que foram elaboradas as obras de Maquiavel e Hobbes, autores cujos textos apenas árdua e pauperrimamente, podem ser lidos a despeito de suas injunções históricas. Mesmo fontes não reclamadas diretamente pelo autor, embora por seus seguidores e excelentes leitores contemporâneos como Dotti, e neste caso encontra-se Marx, que o aproxima de Schmitt (ver DOTTI, 2001; 1999), dificilmente podem ser lidas às expensas de suas circunstâncias históricas no sentido de dimensionar o impacto de sua obra.

²¹⁴⁶ Isto sim, alguns autores como Mouffe defendem a ideia de que Schmitt teria empregado os seus melhores e mais sinceros esforços no sentido de evitar a ascensão do nacional-socialismo (cf. MOUFFE, 1999a, p. 153). Não concordamos com esta tese da autora e remetemos o exame mais detalhado deste tema para um trabalho que conhecerá em futuro próximo a sua primeira versão em publicação sob formato de artigo. Neste, a argumentação será precisamente a da interpretação da obra schmittiana na década de 20 como marcada por conceitos e categorias já delineadoras do totalitarismo que emergiria firmemente em 1933 na Alemanha, muito embora, isto é certo, o autor não tenha defendido politicamente em seus escritos prévio a 1933 os interesses do partido nacional-socialista.

²¹⁴⁷ Schmitt coloca as primeiras linhas deste seu famoso escrito, publicado em 1927, no *Journal for Social Research*, tendo sido concebidas nos anos de 1925 e 1926 (cf. BALAKRISHNAN, 2001, p. 19). O mesmo autor sustenta a existência de dois eixos argumentativos de ataque que atravessam *O conceito do político*, que são: “[...] contra la hiperpolitización que estaba socavando la centralidad del estado haciendo “todo” potencialmente político; y contra la consecuente caída en el nivel de la vida política que se deriva de la

sua primeira reelaboração completa e aumentada relativamente ao texto de 1927,²¹⁴⁸ já avançado o ano de 1932,²¹⁴⁹ momento histórico imediatamente precedente à ascensão do nacional-socialismo ao poder, mas também habitado por circunstâncias definitórias do desfecho de toda uma cultura totalitária que vinha sendo fortalecida na Alemanha daquele período (cf. PEUKERT, 1993, p. 241-246) e da qual é inegável que Schmitt possuía todo o domínio e clara ciência. Schmitt procede a sucessivas reedições de sua obra com alterações consideráveis na terceira edição, datada já do ano de 1933,²¹⁵⁰ a

misma causa y que minuciosamente había adulterado a la política con la trivialidad del lenguaje moral [...]“ (BALAKRISHNAN, 2001, p. 23-24). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] contra a hiperbolização que estava socavando a centralidade do Estado fazendo ‘tudo’ potencialmente político, e contra a consequente queda ao nível da vida política que se deriva da mesma causa e que minuciosamente tinha adulterado a política com a trivialidade da linguagem moral [...]”.

²¹⁴⁸ Nesta reedição Schmitt acresceria texto que comporia o livro. Trata-se de relevante escrito já previamente publicado em revista no ano de 1929 e que se intitulava *A cultura europeia no estado intermediário da neutralização*. Este texto ressurgiria na terceira edição de 1963 sob o título de *A época da neutralização e da despolitização*, título este que é todavia mantido nas subseqüentes edições do *Der Begriff des Politischen*.

²¹⁴⁹ Queremos nos ocupar da segunda edição do *Der Begriff des Politischen* e da terceira edição, respectivamente, de 1928 e 1933. Para a sua tradução para o português, a versão escolhida foi a de 1932. À abertura do prefácio o autor menciona: “Dieser Neudruck der Schrift über den „Begriff des Politischen“ enthält den unveränderten, vollständigen Text der Ausgabe von 1932”. A referência deste texto vem no sentido de proceder a uma ocultação de suas intenções. No texto diz Schmitt que esta “[...] reimpressão do meu estudo acerca do “conceito do político” contém o texto completo e inalterado da edição de 1932”. Conforme nos alerta Meier, neste texto Schmitt apenas alega uma reedição sem alterações, o que não é absoluta verdade (cf. MEIER, 2008, p. 16-17). Esta versão é conveniente aos propósitos autoexculpatórios de Schmitt, o que não ocorreria se tomasse a última versão, datada de 1933, versão acrescida e corrigida em vários tópicos. Contudo, não lhe conviria a Schmitt, em 1963, toda uma série de referências ao período nacional-socialista deste texto de 1933, que continha, por exemplo, indisfarçáveis referências antissemitas além da apologia ao Estado totalitário, cuja presença certos segmentos de comentaristas irão ressaltar em seu mais recente *Glossarium* (ver ZARKA, 2007a).

²¹⁵⁰ A respeito das evoluções internas do texto de *O conceito do político* relativas ao tema de sua conexão com o nacional-socialismo, encontramos um avançado trabalho na obra de Meier. É no ano de 1933, em que Schmitt publica a terceira versão da obra, na qual introduz alterações que a tornam compatível em maior inteireza com os preceitos do nacional-socialismo. Muito embora o autor não explique (a) os motivos pelos quais não retoma esta obra para as posteriores publicações e (b) nem tampouco justifique o

qual seria expurgada pelo autor e em absoluto citada a sua existência nas edições posteriores, desconhecendo também as alterações nela promovidas.

Como atentamente observa Márquez, Schmitt revisou o seu trabalho para uma nova edição de 1932,²¹⁵¹ com a finalidade de “[...] para eliminar sus referencias al marxismo y para incorporar el vocabulario reinante” (MÁRQUEZ, 2003, p. 16),²¹⁵²

abandono quase que completo das alterações realizadas na terceira versão. Neste último caso os seus motivos ocultos parecem plenamente perceptíveis mesmo por sensibilidades não muito aguçadas, ou seja, que não havia qualquer interesse de Schmitt em apresentar um de seus mais destacados e populares trabalhos, quando não o mais destacado deles (*cf.* MEIER, 2008, p. 11), como afinado com o núcleo da teoria do nacional-socialismo.

²¹⁵¹ Esta nova edição de 1932 recebeu um excelente estudo por parte de Heinrich Meier em sua bastante conhecida *Carl Schmitt and Leo Strauss: The Hidden Dialogue*, (2006). A este respeito uma boa síntese é realizada por trabalho de Medina e Mallorquín, autores que veem identificam no trabalho de Meier o valor de identificar as alterações dentre a primeira e a segunda edição de *O conceito do político*. A avaliação dos autores é de que Meier “[...] demuestra que Schmitt cambió de un concepto de lo político como un dominio autónomo hacía uno donde lo político es la intensificación de la enemistad. Muestra cómo la crítica de Leo Strauss a la edición de 1932 fue incorporada en la edición de 1933 [embora sem expressas referências de Schmitt a esta recepção!]. Pero en ningún sentido estos cambios demuestran su tesis extraordinaria: que detrás de un engañoso disfraz secular, Schmitt era un fundamentalista católico, que creía que toda política eventualmente se reducía a una lucha entre Cristo y el Anticristo” (MEDINA; MALLORQUÍN, 2001, p. 37), momento no qual fica marcado em Schmitt que não se dera a recepção em seu conceito do político pelo moderno anúncio da morte de Deus feito por Nietzsche. Para a ampliação à crítica da teologia política schmittiana, ver ZARKA, (2008). Para uma crítica mais ampla sobre o político em Schmitt, ver ZARKA, (2009a).

²¹⁵² De qualquer forma Schmitt ainda mantém alguns referenciais que parecem dialogar com o marxismo. Em um destes trechos nos diria Schmitt que: “Daß die Inhaber der ökonomischen Macht dann jeden Versuch einer „außerökonomischen“ Änderung ihrer Machtstellung als Gewalt und Verbrechen bezeichnen und zu verhindern suchen, ist ebenfalls selbstverständlich” (SCHMITT, 1972, p. 76). Uma tradução viável para o trecho acima é: “Soa óbvio que os detentores do poder econômico caracterizarão as tentativas de alteração “extraeconômica” de sua posição de poder como violência e crime e tentarão impedi-la”. Como se pode perceber, a proximidade da argumentação de Schmitt com a denúncia marxista da exploração de classes é bastante significativa. Não obstante, Schmitt não faz transcender esta sua crítica do nível teórico ao plano empírico. Não obstante esta aparente proximidade, o que desejamos aqui propor é que este diálogo schmittiano com a tradição marxista não se dá a sério, senão de que Schmitt habilmente dele lança mão com a finalidade de aglutinar forças e recursos teóricos e retóricos contra o inimigo comum, o liberalismo, ao qual, sim, havia que combater, juntamente com a cultura burguesa que lhe permeava, com todas as armas possíveis, até mesmo com o transitório apoio dos inimigos socialistas.

vocabulário este que incluía as referências totalitárias, ainda quando não fosse precisamente o vocabulário do nacional-socialismo. Este procedimento de Schmitt bem indica que a sua adesão ao regime nacional-socialista em 1933 esteve sendo gestada e que não se tratou de ato de mera conveniência indicada por ligeira e instantânea reflexão. Contudo, foi o texto de 1933 que marcou de forma decisiva a adequação, e sem rupturas,²¹⁵³ de seu trabalho aos termos da teoria nacional-socialista,²¹⁵⁴ malgrado

Como é sabido, Schmitt é um forte opositor do socialismo e, neste sentido, não empenhará muitos esforços no sentido de suplantar as divergências com o pensamento de esquerda. De qualquer sorte, em alguma medida tais argumentos lhe poderiam servir, em sua tentativa de desarticular os argumentos liberais e, além do imaginado, se projetaram ao início de um século que não chegou a testemunhar, tempo no qual as suas articulações foram retomadas pela própria esquerda a cujo ataque Schmitt se empenhara, assim como a direita reacionária dos anos 20 e 30 na Alemanha. Por outro lado, uma hipótese que sugerimos, é a de que os argumentos utilizados para sustentar a tradição crítica pós-marxista que busca ancoragem em Schmitt e que lhe devota uma interpretação benevolente, em verdade, não passa de uma grossa cortina de fumaça posta por estes segmentos destes intérpretes aproveitando-se das próprias ambigüidades do autor e a ocultação de seus diálogos mais diretos com o totalitarismo. A reforçar nossa leitura encontramos um Schmitt que durante toda a década de 20, até avançado este ano de 1927, da publicação de *O conceito do político*, não encontrou espaço em seus escritos nem em suas intervenções políticas, para manifestar tal preocupação. Por outro lado, nos anos seguintes, tampouco esta foi uma preocupação que ganhasse espaço em tais dimensões da vida. Assim, nem a República de Weimar nem o regime nacional-socialista conheceram qualquer empenho de sua parte no sentido de denunciar e/ou defender os indivíduos das vilezas do regime e da barbárie que se anunciava, mesmo porque, também durante o regime nacional-socialista apoiado por Schmitt, todas estas práticas não apenas se mantiveram como recrudesceram com apoio da elite econômica dominante. De qualquer forma, em ambos os casos não tem lugar sequer uma atenção particular a sua crítica do sistema que causava opressões por parte dos detentores do poder econômico, manipuladores da lei a seu favor, que operavam em detrimento de toda uma massa de desfavorecidos.

²¹⁵³ A afirmação da continuidade do pensamento em prol do Estado forte e totalitário em Schmitt é um dos pontos centrais de nosso trabalho no sentido, de que não haveria “um pensamento a salvar”, uma época ou parte do trabalho de Schmitt capaz de pisar autônoma e seguramente em solo democrático sem riscos. A este respeito comenta Romano que, no processo de releitura e retomada do pensamento de Schmitt em Congressos, Seminários e diversos textos, “[...] o mote [é o] de, inicialmente, livrar Schmitt e seus pares da ‘pecha’ de nazistas” (ROMANO, 2011, p. 2), o que, se não se pode apresentar como indefectível regra, isto sim, dada a predominância e relevância deste vínculo do autor, trata-se de tema que sempre haverá de ser enfrentado, com maior ou menos habilidade, por quem vise proceder ao salvamento de partes da obra schmittiana. Romano apresenta ainda diretamente a sua posição em reforço

opiniões como a de Bendersky a justificar-lhe o movimento.²¹⁵⁵ A rigor, este movimento na reedição de 1933 não representou exatamente um redirecionamento extemporâneo de seu trabalho, uma vez que não demandou uma ruptura teórico-epistemológica mas, antes sim, permite-nos interpretar os seus movimentos culminados

da ideia de que o pensamento de Schmitt se mostra indissociável da íntegra de sua trajetória quando questionado sobre o movimento teórico que almeja proceder a uma ruptura entre supostas fases do pensamento schmittiano e, em especial, o momento histórico em que se apresenta publicamente como defensor da ditadura. Quanto a esta possibilidade dissociatória, Romano é claro ao posicionar-se no sentido de que “Mesmo autores irracionalistas escrevem textos que se caracterizam como um todo. Impossível arrancar do decisionismo schmittiano a sua atribuição ao chefe de Estado de poderes ditatoriais”. (ROMANO, 2007, p. 4).

²¹⁵⁴ A respeito desta edição Meier é conclusivo: “El motivo del silencio de Schmitt y de su decisión de reimprimir ‘sin modificaciones’ la segunda edición en lugar de la tercera es evidente: en 1963 el texto de 1933 era políticamente vulnerable a causa de las numerosas modificaciones y supresiones “[...] acordes con la época” (MEIER, 2008, p. 17). É neste contexto que Meier chama a atenção para que o texto schmittiano fazia menção ao nacional-socialismo. Desde logo, se esta era uma referência oportuna no ano de 1933, pecava por completamente inadequada para um intelectual que buscava a reabilitação no pós-guerra. Meier destaca que na edição de 1933, na página 8 da obra, Schmitt afirma: (b) “[...] antepone a una afirmación sobre ‘el extranjero’, el que tiene otra manera de ser”, cuyas intenciones antisemitas apenas se disimulan [...]” (MEIER, 2008, p. 17). Resta claro que Schmitt introduz nesta republicação atualizada de 1933 um conteúdo antisemita até então inexistente. Este texto daria suporte às críticas que são endereçadas à Schmitt por seu antissemitismo, que se faz principalmente presente em seus escritos dos anos de 1934 e 1935, alcançariam o seu ápice em textos como *Der Führer schützt das Recht* e no texto apresentado no *Congresso de Juristas Alemães*, com vistas a purificar o regime da presença de judeus na cultura alemã e, em especial, na ciência jurídica. Aos trechos acima sugerimos as seguintes livres-traduições: (a) “O motivo do silêncio de Schmitt e de sua decisão de reimprimir ‘sem modificações’ a segunda edição em vez da terceira é evidente: em 1963 o texto de 1933 era politicamente vulnerável por motivo das numerosas modificações e supressões “[...] em conformidade com a época”; (b) “[...] antepõe a uma afirmação sobre “o estrangeiro”, o que tem outra maneira de ser”, cuyas intenciones antisemitas apenas se dissimulam”.

²¹⁵⁵ Em seu movimento favorável ao biografado, Bendersky sugere que Schmitt, hobbesiano par excellence, apenas reitera a sua principiologia em matéria filosófico-política quando, ciente da incapacidade de Weimar para protegê-lo, adere, então, ao nacional-socialismo (ver BENDERSKY, 1989, p. 204). A nosso ver Bendersky subvalora em demasia o fato de que Schmitt não é apenas um indivíduo comum, acuado pelas circunstâncias e à busca da proteção do Estado mas, antes, um poderoso e influente intelectual que não apenas aderiu como o fez de forma integral. A adesão do autor, conforme os seus textos posteriores expressam, tornou-se explícita, e o *Der Führer schützt das Recht* é a definitiva prova a este respeito.

naqueles momentos antecedentes ao de sua filiação ao partido como toda uma transição articulada, quando não preparada por ele próprio.

Neste sentido, portanto, sugerimos que a projeção empírica do conceito do político de Schmitt é capaz de indicar um alto nível de desorientação devido à potencialização do extermínio que reputamos estar presente no âmago deste conceito schmittiano. Isto representa em nossa leitura uma profunda oposição a uma outra concepção, e que aqui denominaremos como clássica, a saber, que o conceito do político se esgota quando a violência tem início. Este é, claramente, um roteiro que se opõe ao entendimento do político como “Die reale Möglichkeit des Kampfes, die immer vorhanden sein muß, damit von Politik gesprochen werden kann, bezieht sich bei einem derartigen „Primat der Innerpolitik [...]”. (SCHMITT, 2002a, p. 32).²¹⁵⁶

Segundo esta aproximação sugerida ao conceito do político, encontramos-nos em situação em que ele apenas poderá ser compreendido enquanto pura manifestação prática da coordenação de perspectivas sociopolíticas ofertadas no plano da diversidade. Esta aproximação ao político desvincula-se de uma violência em potência que, logo, pode ser atualizada quando mais impeirosas tornam-se as condições do político como negociação. Sugeriremos que o conceito clássico do político, portanto, subverte a lógica schmittiana, ao vincular o entendimento de tal conceito do político à ideia de coordenação pacífica de diversos planos e perspectivas de vida bem como de interesses individuais e coletivos.

Esta conexão aqui sugerida acerca do papel preponderante da violência no conceito do político schmittiano o tornará um dos temas recorrentes neste capítulo XI, movimento que será acompanhado por sua leitura dentro de um contexto histórico em que a cultura política totalitária progressivamente ganhava adeptos nos mais diversos

²¹⁵⁶ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “A possibilidade real de luta deve estar sempre presente para que se possa falar de política, e isto se refere ao ‘primado da política interna’ [...]”.

segmentos. Imerso em tal contexto, e apesar das referências de comentaristas a indicar o político como composto por um conceito de violência admitido tão somente em mera potência, este capítulo sugere linha de investigação que pretende obstar a tal compreensão. Nossa sugestão é de que uma leitura do político a partir da filosofia política do schmittianismo procedida pelos referenciais teóricos do conservadorismo revolucionário – que vislumbra propósitos de dar suporte ao nacional-socialismo – coloca sérias dificuldades para a compreensão do político em Schmitt. Isto torna o conceito destituído de um profundo e marcante traço de aplicação da força como legítima, e legitimadora, do político e do poder.

Recordaria Schmitt em máxima enunciada em 1942, em sua *Terra e Mar* (ver SCHMITT, 1986a), que “[...] el verdadero pintor es un hombre que ve las cosas y las personas mejor y con más exactitud que los demás hombres, con mayor exactitud sobre todo en el sentido de la realidad histórica de su tiempo” (*apud* MÁRQUEZ, 2003, p. 20).²¹⁵⁷ Não divergimos do consenso em torno ao reconhecimento unânime de Schmitt como singular e genial intelectual que, sugerimos, encontra-se no patamar deste pintor por ele descrito em 1924, homem que vê algo mais adiante as coisas e os acontecimentos que no horizonte do vulgo não se configuram,²¹⁵⁸ mas que a ele, sim, seria acessível.²¹⁵⁹ A realidade de seu tempo era acessível a Schmitt e, portanto,

²¹⁵⁷ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] o verdadeiro pintor é um homem que vê as coisas e as pessoas melhor e com mais exatidão que os demais homens, com maior exatidão sobretudo no sentido da realidade histórica de seu tempo”.

²¹⁵⁸ Sugerimos a hipótese de considerar que Schmitt avista, assim como o talentoso pintor e artista, a um futuro humano que lhe aguardava, mas a qual? De supor que não houvesse sido capaz de perceber as divisas dos tempos vindouros, negaríamos a ele toda uma engenhosidade intelectual reconhecida pela quase unanimidade dos comentaristas e, mesmo, por parte de seus mais profundos desafetos.

²¹⁵⁹ Posteriormente aos acontecimentos da década de 20 e de toda a obra produzida neste período, não parece que Schmitt tenha usado o seu próprio metro para avaliar o trabalho realizado. Ao contrário, parece ter superdimensionado, sob um viés materialista histórico, aos preceitos de um determinismo histórico que jamais reclamaria no interior de sua filosofia política. Segundo esta abordagem determinista

podemos razoavelmente supor que a republicação revisada de seu *Der Begriff des Politischen* não é apenas uma casualidade histórica senão um movimento adaptativo que, malgrado mantenha as linhas fundamentais de seus primeiros escritos da década de 20, colocaria pontes mais sólidas com o totalitarismo que anunciara.

Acaso supuséssemos que Schmitt possui esta virtude da sensibilidade do artista, ou do pintor, que vê as coisas, portanto, de supor que a resposta a nossa pergunta é positiva acerca de sua acuidade e engenhosidade intelectual, difícil não atribuir-lhe altíssima responsabilidade pelas consequências de seus escritos e, logo, destronar-lhe de sua autocomplacente descrição, como se fora uma moderna encarnação do Benito Cereno melvilliano,²¹⁶⁰ uma espécie de mefistofélico habitante da segunda metade de século XX. Portanto, parece-nos inviável adaptar a máxima schmittiana ao seu próprio caso, mesmo porque, como reconheceu o autor em entrevista concedida a Lanchester, escassos três anos antes de sua morte, que “[...] mi sento al cento per cento giurista e niente altro. E non voglio essere altro. Io sono giurista e lo rimango e muoio come giurista e tutta la sfortuna del giurista vi è coinvolta”.²¹⁶¹ (SCHMITT, 1983, p. 34).²¹⁶²

Após a primeira elaboração e publicação de *Der Begriff des Politischen* em 1927, e tendo consolidado fama devido a esta obra, Schmitt irá habitar uma Berlin cuja

encontraríamos algum respaldo aos argumentos schmittianos que procuram justificar a sua declarada impotência perante as estruturas do regime nacional-socialista ao qual serviram como circunstâncias históricas invencíveis às quais os aspirantes à sobrevivência haveriam de encontrar formas de adequar as suas condutas.

²¹⁶⁰ Para uma sofisticada análise da estrutura literária desta obra da qual se vale Schmitt em sua autocomplacente concessão de uma posição de vítima do regime, ver ZUCKERT, (1999) e RICHARDSON, (1983). Para uma consideração desta posição autoindulgente e exculpatória, ver também BEEBEE, (2006).

²¹⁶¹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] me sinto cem por cento jurista, e nada mais, e não desejo ser outra coisa. Eu sou um jurista e permanecerei jurista até morrer, com os infortúnios que isto suponha”.

²¹⁶² Esta entrevista a Fulco Lanchester foi concedida na casa de Schmitt, em sua Plettenberg natal, em 9 de novembro de 1982, sendo que sua publicação no *Quaderni Costituzionale* veio a ter lugar alguns meses depois, precisamente em abril de 1983.

marca era a efervescência, política e cultural. Nesta ambiência os conceitos de seu livro começariam a ecoar consentaneamente com a proliferação da cultura totalitária (cf. PEUKERT, 1993, p. 241-246). O seu discurso político-jurídico pode atingir o ápice quando da implementação da política do regime nacional-socialista a partir de 1933, apenas um ano depois da segunda edição de *Der Begriff des Politischen* aqui trabalhada, e coincidente com o ano de mais uma reedição da citada obra.

Os enfrentamentos que poderiam ter lugar no Parlamento não seriam os mesmos que encontraram lugar em sua *Der Begriff des Politischen*. Neste seu celebrizado texto, tem lugar a muito conhecida polarização, o conceito de amigo-inimigo (*Freund-Feind*).²¹⁶³ Este conceito é apresentado como o elemento diferenciador do político,²¹⁶⁴ e que se torna o próprio eixo argumentativo desta obra de Schmitt e, dali em diante, uma das chaves para compreendê-lo (cf. VILLACANAS BERLANGA, 2008, p. 26). Para fins de uma aproximação das alterações sofridas pela filosofia política schmittiana ao totalitarismo, convém recordar que o conceito de amigo-inimigo²¹⁶⁵ germinalmente se apresentava já no ano de 1922.²¹⁶⁶ Nossa sugestão neste sentido deriva de que, em sua

²¹⁶³ Interessa sublinhar que Schmitt reconhece que a polarização amigo-inimigo que lhe celebrizaria ele toma por empréstimo a P. Duez (cf. SCHMITT, 2002a, p. 22-23).

²¹⁶⁴ Este movimento epistemológico de corte positivista realizado por Schmitt para nada se distancia do protagonizado por seu antagonista Kelsen, ao isolar o seu objeto diferenciador do direito, a saber, a norma jurídica, alheando-a de todos os demais possíveis objetos como a História e a Sociologia, caracterizando, portanto, um importante corte epistemológico em sua concepção de ciência do direito.

²¹⁶⁵ Uma das primeiras notas críticas sobre o conceito do político de que temos notícia no Brasil foi reportada em breve artigo jornalístico escrito por Sérgio Buarque de Holanda para a *Folha da Manhã*, datado de 18 de junho de 1935 (ver HOLANDA, 1989, p. 300-301). No texto, o autor procura realizar uma aproximação bastante sintética ao conceito do político, notadamente centralizando atenções na segunda divisão do trabalho de Schmitt, que na edição brasileira aparece como capítulo 2. Em *O conceito do político* o autor trata de fundamentar o critério diferenciador do político como sendo o duo amigo-inimigo como, em outras áreas, também o são o belo-feio na estética, ou, ainda, na economia, o útil e o prejudicial (ver SCHMITT, 2002a, p. 26).

²¹⁶⁶ Marcuse consubstancia a figura do inimigo no conceito de estrangeiro (*Begriff des Fremden*) bem como naquelas pessoas que não querem ou, mesmo, não podem cooperar. No decorrer do nosso texto

Politische Theologie (ver SCHMITT, 2009g, p. 65),²¹⁶⁷ não percebemos um movimento de singular originalidade senão que remete a Donoso Cortés (cf. BORDA, 2006, p. 105).

Muito embora já bastante presente no texto do conservador espanhol Donoso Cortés,²¹⁶⁸ os trabalhos de Schmitt sofreram e continuam sofrendo ataques que condenam o seu reducionismo pauperizante do político, tanto apoiada em uma visão mais à esquerda, como a de Agnes Heller,²¹⁶⁹ como em uma interpretação mais claramente liberal como a de Habermas, visão última de teor potentemente crítico, que considera a leitura do político de Schmitt simplista (ver HABERMAS, 1986), leitura esta reputada como completamente errônea por Mouffe (cf. MOUFFE, 1999a, p. 159-

iremos examinar como a questão aparece posta em Schmitt que, por certo, não se eximirá de considerar o papel do estrangeiro. O conceito do político schmittiano manterá ativo um terror instaurado que “[...] ataca apenas os ‘inimigos’” (MARCUSE, 1999a, p. 126) desta forma caracterizados, leitura esta que encontraremos no decorrer deste e do próximo capítulo dedicados ao político.

²¹⁶⁷ Em um trecho bastante elucidativo do que viria a ser desenvolvido posteriormente, encontramos em Schmitt a recepção de Stein ao dizer que a vida é uma “[...] das „unlösliche Verschwimmen der feindlichen Elemente ineinander”, das ist „eben der wahre Charakter alles Lebendigen”; jedes Daseiende birgt seinen Gegensatz; „das pulsierende Leben besteht in der fortwährenden Durchdringung, der entgegengesetzten Kräfte [...]”. Uma sugestão de livre tradução para o texto acima: “[...] inconciliável fusão dos elementos inimigos, uns dos outros, é o verdadeiro caráter de tudo o que vive; tudo o que existe aloja o seu contrário; a vida pulsante consiste na contínua interpenetração das forças contrapostas”. A interpretação schmittiana do político no âmbito do teológico já é clássica. Contudo, como nos alerta Meier, não foi Schmitt, mas “[...] Strauss introduced the concept of the theologico-political problem”. (MEIER, 2007, p. xi). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Strauss [que] introduziu o conceito do problema teológico-político”.

²¹⁶⁸ Borda assinala muito claramente que em Donoso Cortés não há termo médio, e que a definição das posições no campo político apenas pode ser ocupada em dois pólos, a saber, amigo e inimigo (cf. BORDA, 2006, p. 74). Podemos recordar que o mundo donosiano, apresentado desde esta clareza dicotômica irreconciliável entre o bem e o mal que habita decidida e irreversivelmente o mundo da fé religiosa, permite um corte único, e claro, apenas nesta dual divisão entre amigos e inimigos.

²¹⁶⁹ Heller destaca em artigo publicado na década de 1990 que o conceito do político de Schmitt carece de um notável problema que aqui convergimos em denominar de reducionismo, ao qual a autora menciona residir em que “There are several political institutions which have absolutely nothing to do with the distinction between ‘friend and foe’” (HELLER, 1991, p. 333). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre interpretação: “Existem várias instituições políticas que não têm absolutamente nada a ver com a distinção entre ‘amigo e inimigo’”.

160).²¹⁷⁰ O movimento reducionista do político realizado por Schmitt encontra seus críticos em Borón e Gonzáles, autores que destacam o quão negativo resulta entender que a vida seja resumida à luta, de que

A política fica reduzida à luta de uns contra outros. E se em algum âmbito da vida há luta, quaisquer que sejam seus conteúdos – religioso, econômico, étnico, cultural, etc. –, este se volatiliza e adquire necessariamente uma natureza política. Desta maneira, a política se converte em uma forma despojada de conteúdos [...]. (BORÓN; GONZÁLEZ, 2006, p. 158).

Este reducionismo é evidenciado em sua *Der Begriff des Politischen*, obra que mantém relação com algumas das obras anteriores de forma mais ou menos direta. Exemplificativamente, Schmitt desenvolve aspectos conectivos em relação ao texto de sua obra *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*, datada de 1923, aplicando o conceito de crise à sua crítica do parlamentarismo,²¹⁷¹ tornando o político que habita nesta cultura parlamentar-liberal uma dimensão neutralizadora do Estado e da potência total que Schmitt lhe desejava emprestar. À busca da *raison d'être* do parlamentarismo, Schmitt a identificaria na pública discussão, aspecto referido por Weber que, de certa forma, pode ser percebido por meio da referência de Ghelardi, de

²¹⁷⁰ A autora se ocupou em dois de seus principais textos – *The Democratic Paradox* (MOUFFE, 2009a) e *El retorno de lo político* (MOUFFE, 1999a) – em estabelecer uma linha teórica que se mostra incompatível não apenas com a teoria habermasiana como também com a de Rawls e de amplos setores do comunitarismo (ver WILEY, 2002, p. 483). Wiley é comentarista que denota certa perplexidade com o que qualifica de certa obsessão de Mouffe com o ataque ao racionalismo de Rawls e Habermas (cf. WILEY, 2002, p. 484). Sob certa ótica puramente schmittiana, seria compreensível que o racionalismo ilustrado encontre oposição nas teorias que buscam auxílio em sua filosofia política, cujo marco teórico parece encontrar a essência precisamente em um profundo lastro conservador.

²¹⁷¹ A crítica ao parlamentarismo em Schmitt encontra apoio direto na literatura conservadora-revolucionária que constantemente apoia a interpretação de que a expansão do parlamentarismo implica, como sugere Spengler, a decadência do Estado (cf. SPENGLER, 1941, p. 50). Este movimento, contudo, antecipa um segundo instante, de reconstrução, em que o Estado encontrará sua maximização, tal e como previsto no âmbito da filosofia política do conservadorismo revolucionário.

que no “[...] definitivo tramonto della società liberale pluralista e al rapporto tra razionalità formale e politeísmo dei valori”. (GHELARDI, 1989, p. 9).²¹⁷²

Na continuação de seus trabalhos na década de 20, notadamente em seu *Der Begriff des Politischen*, Schmitt se ocupará da negação destes valores liberais que impedem a tolerância com uma diversidade que apenas via ampliar espaços perante o novo desenho da democracia alemã, sustentada na combinação entre a democracia de massas (*massendemokratie*)²¹⁷³ e o parlamentarismo,²¹⁷⁴ ambos rechaçados de plano por Schmitt e, desde logo, por toda a tradição totalitário-fascista.

A opção schmittiana era a realização de firme aposta em uma tradição fascista-totalitária²¹⁷⁵ capaz de enfrentar estes antivalores políticos identificados por Schmitt no parlamentarismo e na democracia de massas. Neste sentido, portanto, o conceito do político não haverá de receber a sua melhor, e historicamente congruente, interpretação,

²¹⁷² O texto permite a seguinte tradução: “[...] definitivo ocaso da sociedade plural liberal e o informe da racionalidade formal e do politeísmo dos valores”.

²¹⁷³ Com vistas a contextualizar os processos constitutivos da cultura que permeou a formação da democracia de massas, ver BÜSCHE e HAUS, (1987), que, especialmente em seu capítulo IV, dedica –se ao tema na Berlin ambientada durante a República de Weimar..

²¹⁷⁴ Interessa sublinhar a observação de Marcuse de que o nacional-socialismo admite em seu interior o conceito de massas, senão ao contrário, lhe exalta (cf. MARCUSE, 1978, p. 374) na medida em que o *Führer* e as instituições do Estado fazem derivar sua legitimidade do conceito de aclamação (*acclamatio*), momento importante em que se permite algum protagonismo ao povo (*Volk*), para, momento seguinte, este retornar a um estado letárgico no que tange à participação política, também excepcionando o momento em que possam ter lugar os plebiscitos, reputados por Schmitt como não-antidemocráticos (cf. SCHMITT, 2001i, p. 77).

²¹⁷⁵ Neste aspecto, por exemplo, Kellner apresenta Marcuse e Neumann como intérpretes críticos de uma teoria fascista comprometida essencialmente com a negação dos “[...] aspectos progressivos da tradição democrática (isto é, direitos humanos, liberdades individuais, democracia parlamentar, etc.)” (KELLNER, 1999, p. 34). Expressamente, o que nos diz Marcuse é que o Estado moderno (devedor da tradição liberal) era reconhecedor de que certos direitos sociais não se encontravam na órbita da possibilidade de interferência do Estado. Isto sim, apenas seria possível aceitá-la na medida em que “[...] salvaguardasse, promovesse e restaurasse direitos” (MARCUSE, 1999a, p. 109) e, por conseguinte, tínhamos na figura do Estado o poder de intervir no sentido de incrementar direitos antes do que limitá-los.

senão como tendo na figura do inimigo alguém a ser fisicamente combatido, na medida em que o próprio terreno de enfrentamento da cultura liberal-parlamentar eleita por Schmitt não é outro mas o da cultura totalitária, cujas práticas violentas são sobejamente conhecidas²¹⁷⁶ e confirmadas de modo aterrador por Hitler.²¹⁷⁷

Assim como a tradição conservadora-revolucionária em suas conexões com a reacionária e violenta direita alemã colocava à espreita do regime uma emergente opção cesarística (*cf.* SPENGLER, 1941, p. 28),²¹⁷⁸ Schmitt haveria de argumentar claramente a respeito deste cesarismo e das condições de possibilidade que inviabilizavam a República. Estas razões, como vimos em capítulos anteriores, centravam-se basicamente em que o Parlamento se mostrava incapaz de ser o cenário da livre discussão e fomentador da unidade entre os representantes populares (*cf.* SCHMITT, 2001i, p. 92). Contudo, por si só, esta crítica não remete à opção schmittiana ligada ao triunfo histórico da ditadura, que era revelada pelo autor como sendo a certa opção política, já anunciada por Donoso Cortés quase um século antes, e que, como se sabe, representa o absolutamente contrário aos valores liberal-weimarianos (*cf.* SCHMITT, 2011i, p. 60).²¹⁷⁹ Como se sabe, Schmitt arranca sua argumentação acerca da inviabilidade do

²¹⁷⁶ Para um delineamento das práticas do totalitarismo bem como para o estabelecimento de seu perfil, remetemos o leitor às notas de rodapé 1 e 2 do capítulo I.

²¹⁷⁷ Por sua parte, Hitler não hesitaria em confirmar quão imperioso era que as massas fossem controladas de sorte a torná-las aderentes ao seu projeto político e, para tanto, nenhum sacrifício seria demasiado grande (*cf.* HITLER, 2007, p. 33). Estes sacrifícios imensuráveis poderiam demandar quaisquer instrumentos, da morte de inimigos pontuais a coletivos inteiros, desde que reputados meios adequados ao cumprimento do objetivo maior. Em sentido aproximado destaca Romano que “no fascismo, o ‘bom coletivo’ é o meu. Os demais devem ser derrotados e expulsos da cena pública e, mesmo, da vida”. (ROMANO, 2011, p. 4).

²¹⁷⁸ Para uma conceitualização da ditadura e a sua subdivisão em totalitária e cesarista no sentido aqui empregado, ver NEUMANN, (1969, p. 260-261; 268-271).

²¹⁷⁹ Esta é uma outra forte evidência acerca da mais absoluta discrepância e impossibilidade de que Schmitt possa ser arrolado entre os defensores de uma cultura político-constitucional da qual em absoluto poderia ter compartilhado ainda os seus mais superficiais valores.

Parlamentarismo nos termos em que este havia sido proposto no século XIX, no âmago da monarquia constitucional então vigente, o que, por consequência, leva Schmitt a afirmar que já de nada vale remeter ao conceito de soberania do Parlamento (*cf.* SCHMITT, 2001i, p. 94).

Para Schmitt não há mais possibilidade do que compreender o político por intermédio de sua redução ao fenômeno da “[...] referência à real possibilidade do agrupamento amigo-inimigo” (SCHMITT, 1996A, p. 61), retomando parte da cultura de intolerância política bismarckiana de radicalização dos conflitos com oponentes no limite da declaração de guerra contra todos eles (*cf.* KENT, 1982, p. 86). Este diálogo com as últimas décadas do século XIX não exime Schmitt da aproximação de uma de suas fontes modernas, a saber, Max Weber. Relativamente a esta aproximação encontramos com boa descrição a partir da leitura de Slagstad, de que Weber nos transmite a ideia de que “Conflict (*Kampf*) cannot be excluded from social life” (*apud* SLAGSTAD, 1997, p. 123),²¹⁸⁰ mas que, ao dizê-lo, Weber se manteria adstrito ao plano meramente descritivo, ideia esta também reclamada para Schmitt mas com a qual, como veremos, este texto não mantém linha de convergência. Weber também reconhece que a política não pode supor realizável a eliminação do conflito:

One can change its means, its objects, even its fundamental direction and its bearers, but it cannot be eliminated... “Peace” is nothing more than a change in the form of the conflict or in the antagonists or in the objects of the conflict, or finally in the chances of selection. (*apud* SLAGSTAD, 1997, p. 123-124).²¹⁸¹

²¹⁸⁰ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “O conflito (*Kampf*) não pode ser excluído da vida em sociedade”.

²¹⁸¹ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “É possível alterar o seu sentido [do conflito], o seu objeto, até mesmo as suas direções fundamentais e os seus portadores, mas o que não pode é este traço ser eliminado... ‘Paz’ é nada mais do que uma alteração na forma de conflito, de seus antagonistas ou de seus objetos de conflito ou, finalmente, nas chances de seleção”.

O conflito de fundo permanece sempre intocado, mas, ao reconhecê-lo, Weber não projeta a sua radicalização. A considerável diferença de fundo reside em que Weber procede a uma análise descritiva do mundo empírico e não realiza o passo seguinte, que reputamos ter sido dado por Schmitt, a saber, a aposta no recrudescimento do enfrentamento rumo ao extermínio como uma dimensão própria do político. Em conexão com um valor liberal, nos *Discorsi* de Maquiavel encontramos ideia segundo a qual “[...] consideram que en toda república hay dos espíritus contrapuestos: el de los grandes, y el del pueblo, y todas las leyes que se hacen en pro de la libertad nacen de la desunión entre ambos [...]” (MAQUIAVEL, 2000, p. 39)²¹⁸² e, portanto, “[...] no podemos juzgar nocivos esos tumultos [...]” (MAQUIAVEL, 2000, p. 39).²¹⁸³ O movimento de Schmitt aponta em sentido radicalmente inverso, em detrimento da manutenção dos opostos, qual seja, o da tentativa de promoção da homogeneização.

A tradição liberal que aposta no dissenso encontraria em Rawls mais um de seus próceres, que igualmente reconhece em seu liberalismo político que o conflito não pode ser simplesmente eliminado (*cf.* RAWLS, 1993, p. XVI-XVII), encontrando neste aspecto um ponto de partida para as vias de um liberalismo que procurará fortalecer instituições de sorte a torná-las capazes de enfrentar as vicissitudes impostas por uma inexorável conflitiva natureza humana. Aqui sugerimos poder encontrar um genuíno ponto de diferença entre dois projetos, de Rawls e de Schmitt, opostos, e que pretendem mostrar-se operativos para qualificar os processos democráticos, e outros, como o segundo deles, cuja mais intensa contribuição pode ser aportada no sentido de corrompê-los definitivamente.

²¹⁸² O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] consideram que em todas as repúblicas existem dois espíritos contrários, a saber, o do povo e o dos grandes, e todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião entre eles”.

²¹⁸³ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] não podemos reputar nocivos a estes tumultos [...]”.

Quando Schmitt concentra o fenômeno do político no âmbito do conflito, percebemos um movimento de exacerbado reducionismo à polarização entre amigo-inimigo. Este reducionismo é modelo que em Donoso Cortés se vê presente em seu dualismo moral em matéria religiosa. Esta encontra expressão em Donoso por meio da oposição entre Deus e o diabo, entre o bem e o mal, cuja retomada por Schmitt lhe permite reforçar a construção da polarização positivada em seu conceito de amigo-inimigo, em que o segundo aparece na condição de um mal extremo que, em tal condição, poderá receber tratamento condizente. Portanto, a possível oposição entre religião e moral encontrará projeção na teoria schmittiana como uma alternativa entre a vida e a morte, sem a possibilidade de mediação (*cf.* SCHMITT, 2009g, p. 60), atuando o Estado como parametrizador destas possibilidades.²¹⁸⁴

Ademais deste antecedente teórico donosiano também, e ao que nos parece não citadas com a devida constância, encontramos referências implícitas ao conceito de inimigo no conservadorismo spengleriano. Segundo o autor, era possível observar em cada cultura um forte sentimento pulsante no sentido de discernir entre aqueles aspectos que pertencem à cultura comum e aqueles não a compõem. Estes aspectos diferenciados eram também apresentados como critérios diferenciadores a ponto de que, momento seguinte, pudessem valer como qualificadores da barbárie do *outro*, em suma, do diferente (ver SPENGLER, 2009b, p. 407).

A aproximação a este aspecto reducionista do político como eminentemente conflitivo pode ser realizado por intermédio do conservadorismo revolucionário e, especificamente, por meio de Spengler, mas não apenas e exclusivamente. A determinação da essência do político no conceito amigo-inimigo sem que uma terceira

²¹⁸⁴ Esta reflexão nos abre a possibilidade de investir no campo da biopolítica e todas as dimensões teóricas que isto nos propicia, de Agamben (ver AGAMBEN, 2004) a Foucault (ver FOUCAULT, 2008). Entre nós, ver GIACÓIA, (2008) e ASSMANN, (2001), ASSMANN, PICH, GOMEZ, VAZ, (s/d).

via resulte possível fez da teoria schmittiana alvo de diferentes críticas e muitas delas foram endereçadas a Schmitt por setores profundamente identificados com o pensamento de esquerda, quando não por algumas de suas matrizes teóricas mais relevantes.

Uma destas mais potentes críticas gestadas na tradição mais castiça do pensamento de esquerda encontra-se em socialistas como Lukács, cujos referenciais teóricos marxistas compatibilizavam a sociedade normativamente almejada com uma composição teórica de enfrentamento de classes como instrumento para alcançar o fim social e politicamente desejado (cf. LUKÁCS, 1959, p. 533).²¹⁸⁵ O enfrentamento no âmbito do político em Schmitt, contudo, não resguarda objetivos deste gênero, não há uma dimensão sociopolítica normativa suficientemente clara quando não seja o foco mesmo na estruturação centralizada do poder como forma de que, apenas e tão somente, algum projeto de poder, forte, seja executado, mas sem referência a conteúdos.

O conceito de inimigo em Schmitt aparece em *Der Begriff des Politischen* como uma mera “primordialidade existencial” (*seinsmäßige Ursprünglichkeit*), cujas derivações negativas da existência são bastante bem conhecidas na obra mas assumidas pelo autor apenas no nível descritivo antes que normativo. Esta é também a ideia sugerida por Kennedy, dentre outros. Aqui encontramos uma possibilidade de leitura, defendida por alguns schmittianos, de que a possibilidade da eliminação do inimigo não

²¹⁸⁵ Esta oposição de classes, que bem nos permite recordar o conceito dual schmittiano do político, encontra maior respaldo precisamente na segunda edição de *O conceito do político*, de 1933, trabalho revisado do qual os seus redescobridores pós-marxistas não privilegiam a análise e nem mesmo sequer referências. Ainda quando esta não seja precisamente a posição de Balakrishnan, a ideia de que Schmitt “[...] creyó – pero no lo dijo – que la oposición amigo-enemigo de la lucha de clases política había abierto una división que era antitética a un más natural esquema “clásico”, en el cual los seres humanos eran separados en comunidades jerárquicamente organizadas” (BALAKRISHNAN, 2001, p. 30). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] acreditou, mas não o disse, que a oposição amigo-inimigo da luta de classes política tinha aberto uma divisão que era antitética a um mais natural esquema “clássico”, no qual os seres humanos eram separados em comunidades hierarquicamente organizadas”.

implica um viés normativo, mas sim meramente descritivo, de um mundo empírico habitado pelo político (*cf.* KENNEDY, 1997, p. 44), aspecto que, em nível máximo de concessão, poderíamos convergir quando do conceito de *inimicus*, não do de *hostis* ou *polevmio*, trata-se.

Divergimos desta interpretação de Kennedy, posto que, em Schmitt, mais adequadamente, parece-nos sobressair uma primordialidade existencial endereçada a um humano *não-ser* (*nicht-sein*), que acreditamos ser o genuíno fundamento e diferenciador do político para Schmitt. Sugerimos que esta desenvolve um papel ainda mais importante do que a inspiração decisionista proveniente de Donoso Cortés, reafirmada desde o início da década de 20 no ceticismo mostrado em sua *Politische Theologie* (*cf.* SLAGSTAD, 1997, p. 117). Neste texto Schmitt ancora e faz valer as decisões cuja sustentação se dá no absolutamente nada, ou seja, no puramente incondicionado, ou seja, que “[...] die Autorität beweist, daß sie, um Recht zu schaffen, nicht Recht zu haben braucht” (SCHMITT, 2009g, p. 19).²¹⁸⁶ Transposta esta ideia ao plano filosófico-político e estético de inspiração nacional-socialista, sugerimos ir elucidando as primeiras pistas que permitam vislumbrar a ligação do autor com o referido projeto político.

Uma indicação importante sobre o referido conceito, embora nem sempre destacada, é o proposital distanciamento mantido por Schmitt quanto ao conceito de amigo. Ao centralizar-se no conceito de inimigo, Schmitt fará derivar disto sérios desdobramentos, como veremos no decorrer deste e do próximo capítulo. Arditi, por sua vez, chama a atenção para que Bobbio define a política como uma atividade desenvolvida segundo o eixo amigo-inimigo, na qual se procura defender e agregar aos primeiros e, quanto aos segundos, enfrentá-los (*cf.* ARDITI, 2008, p. 423). Contudo, em

²¹⁸⁶ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] a autoridade demonstra [...] que não necessita ter direito para criar direito”.

Bobbio não há um movimento de centralização da análise do político e nem, tampouco, das derivações que deste último conceito de inimigo realiza Schmitt. Mais importante é a recordação de Ardití, de que Schmitt realiza um movimento de estetização da violência e, momento seguinte, “[...] glorifica a guerra e a morte [...]” (ARDITI, 2008, p. 423), aspecto no qual o autor encontra apoio suficiente em comentaristas como Fijalkowski (ver FIJALKOWSKI, 1966) e Holmes (ver HOLMES, 1996a, 1995), malgrado relevante parte da literatura pró-schmittiana, como Schwab, discorde desta abordagem.

O conceito de inimigo em Schmitt está articulado com uma grandeza política que possa vir a determiná-lo, ou seja, o Estado. No âmbito da estrutura argumentativa filosófico-política schmittiana, observamos nos capítulos anteriores deste trabalho o seu viés altamente antipluralista em matéria política, o que sugere a concentração de poderes. Neste sentido, por exemplo, a aproximação ao tema desde o conservadorismo revolucionário de homens como Spengler indicava, já ao início da década de 20, da impossibilidade do partido único (*cf.* SPENGLER, 1941, p. 161-164). A argumentação de Spengler nesta década de 20 nos interessa por força de chamar a atenção para que, na hipótese de que grandes empreendimentos políticos no âmbito empírico fossem realizados para implementar uma tal ordem, as divisões internas terminariam por minar-lhes.

A inserção prática destas circunstâncias podemos localizá-las nos desdobramentos da Revolução Francesa, que após presenciar a vitória jacobina e o extermínio de seus adversários do *Ancien Régime*, logo observaria os enfrentamentos entre girondinos e *montagnards*,²¹⁸⁷ com o que as divisões se perpetuavam, às expensas

²¹⁸⁷ Os *montagnards* (montanheses) formaram um grupo político na Convenção Nacional durante a Revolução Francesa, mais especificamente durante a Assembleia Nacional Legislativa de 1791, por ocuparem a parte superior dos bancos disponíveis na Assembleia, enquanto os deputados ocupantes dos

de uma vitória homogeneizadora inicial. De certa forma, o foco de Schmitt no inimigo e na possibilidade de seu extermínio com vistas à obtenção da homogeneidade²¹⁸⁸ desconsidera este alerta de Spengler, e de certa forma pairava sobre o clima político weimariano.

Esta percepção de que o político possui uma de suas dimensões na prática homogeneizante tornar-se-ia um dos focos principais da reflexão schmittiana em sua ligação com a democracia. A conexão interna destes elementos torna a essência do político schmittiano englobadora da noção de extermínio como um elemento verdadeira e indispensavelmente constituinte. Isto sim, Schmitt não colocará em sua linha argumentativa de frente a possibilidade do extermínio e a relegará a um fundo de cenário teórico como se de uma mera eventualidade de escassa importância se tratasse, lançando as luzes e chamando a atenção para outros aspectos, quando fora de foco encontra-se o que realmente interessa. Neste sentido é possível retomar por analogia linhas de Jünger em carta privada endereçada a Schmitt na qual assinalava que, em seu conceito do político, ao abordar a questão da guerra particular, ele havia criado uma mina que era capaz de explodir sem fazer barulho (*cf.* JÜNGER, 1999, p. 7), ideia aplicável aos meandros de sua argumentação violenta do político.

Mesmo em seus esforços homogeneizadores Schmitt procurará relegar a um segundo plano a possibilidade de enfrentamento com inimigos em sua própria trincheira. Contudo, este seu movimento inicial de deslocamento estratégico da importância da eliminação física (*physische vernichten*) para o fundo de um cenário teórico haveria de reclamar a ocupação de posição central. O momento exato de

bancos mais baixos recebiam o nome de Marais (planície). O grupo liderado por Robespierre, Danton e Marat era opositor da monarquia e apoiava uma versão centralizada da democracia.

²¹⁸⁸ A este respeito nos alerta Dymetman que “[...] os inimigos públicos – *hostes* – são os que querem romper a homogeneidade [...]”. (DYMETMAN, 2002, p. 131).

realização da reversão desta estratégia inicial revelar-se-ia quando da concepção e publicação de seu apoio a Hitler em seu texto *Das Führer schützt das Recht*. Quando Schmitt elabora tal texto, quiçá, pudesse ter encontrado inspiração no conservadorismo revolucionário de Spengler, que reputava como “[...] as mais difíceis vitórias” aquelas que “[...] um soberano pode conquistar não são aquelas que ganha sobre inimigos, mas sobre os próprios adeptos [...]” (SPENGLER, 1941, p. 165), em suma, que ser soberano político é, em Schmitt, “[...] decidir sobre o amigo e o inimigo público ou político”. (SÁ, 2001, p. 433).

Efetivamente, naquele sombrio 1934 em que Hitler ordenaria a série de assassinatos que deram lugar ao texto de justificação de Schmitt, não encontraríamos nada mais do que a busca, por parte do *Führer*, de consolidação de sua vitória sobre grupos que, a seu juízo, representavam dissidências. Schmitt apoia a eliminação da dissidência e a concentração explícita de todos os poderes, fazendo emergir das sombras do cenário o conceito de homogeneização (*homogenität*) por meio da violência que insistira querer fazer crer em seu texto de 1927 que tratar-se apenas de uma potencialidade no mundo do político.

11.2. O CONCEITO DE HOMOGENEIDADE COMO FATOR OPERATIVO DO POLÍTICO

O conceito de homogeneidade (*homogenität*) que habita o político em Schmitt mantém relação de afinidade com as práticas de violações e barbárie praticadas pelo regime nacional-socialista. Malgrado não tenha sido o seu um movimento pensado para servir a este regime especificamente, a sustentação teórica de seu conceito de homogeneidade (*homogenität*) remete à prática da eliminação dos dissidentes em sentido físico. O conceito de homogeneidade (*homogenität*) em Schmitt se localiza no âmbito da crítica endereçada ao liberalismo, na medida em que a esta se opõe por encontrar uma de suas mais graves falhas precisamente na glorificação da pluralidade.

A defesa da homogeneidade (*homogenität*) em Schmitt pode ser apresentada a partir da leitura do conservadorismo revolucionário, como uma virtude dos povos germânicos, os quais encontrava em suas raízes toda uma identidade racial e ética, ideia que remete ao conceito de substância do povo (*Volkssubstanz*) (cf. FAYE, 2009b, p. 229) e que também operaria no político e em suas instituições.²¹⁸⁹ Mesmo alguns dos principais comentaristas que visam retomar a filosofia schmittiana não deixam de reconhecer que a homogeneidade é para Schmitt um pressuposto de seu conceito de democracia, que requer uma igual substância entre os seus membros (cf. MOUFFE, 2003, p. 55), unidade substancial do povo que opera no nível teórico como condição fundamental para uma liderança autêntica, ou seja, o *Führer* (cf. SÁ, 2007a, p. 257). Esta é uma condição para nada obscura nas linhas schmittianas e que, mesmo Mouffe, termina por admitir ser uma possibilidade concreta até mesmo “[...] eliminación o la erradicación de la heterogeneidad”. (MOUFFE, 2003, p. 55).²¹⁹⁰

Este é aspecto que somente se vê reforçado pela leitura da autora de que as circunstâncias da militância política de Schmitt apenas tornam esta teoria da eliminação da diferença um aspecto assustador (cf. MOUFFE, 2003, p. 55), o que, sem embargo, não desanima Mouffe de sua tarefa propositora da releitura de Schmitt. Malgrado o movimento de Mouffe, em Schmitt nos deparamos com uma concepção de Estado que evidencia sua aspiração à homogeneidade interior (cf. TRIERWEILER, 2010, p. 16).²¹⁹¹

²¹⁸⁹ Neste sentido há pelo menos uma referência de Jünger em seu *Der Arbeiter* ao analisar a questão da depuração que os partidos políticos haveriam de realizar mas que, sob a inspiração liberal, não chegavam a cumprir. Neste sentido, portanto, pendente encontrava-se esta tarefa de homogeneização nos partidos (ver JÜNGER, 1993a, p. 245).

²¹⁹⁰ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] eliminação ou a erradicação da heterogeneidade”.

²¹⁹¹ Trierweiler todavia reforça esta argumentação quando aposta em que a filosofia política schmittiana vê comprovar o *Dasein* político do Estado na experiência de determinar o inimigo, e excluí-lo (cf. TRIERWEILER, 2010, p. 17), mas, ainda mais, de que isto se encontra em relação com a realização da

A estratégia de Schmitt se orienta por um movimento de centralização e, como também sugere Trierweiler, “[...] implica un cercamiento de la unidad [...] dirigido contra todas las concepciones pluralistas posibles de considerar”. (TRIERWEILER, 2010, p. 16).²¹⁹²

A identidade entre indivíduos trabalhada na teoria liberal tem como referências teóricas direitos como a liberdade civil e outros qualificados como inalieváveis, entendidos por Schmitt como fruto do capitalismo e, por conseguinte, “[...] a própria negação da democracia” (DYMETMAN, 2002, p. 126), que haveriam de ser encontrados em outra dimensão. Direitos iguais, portanto, nada mais representavam do que a essência de um pensamento liberal que não se coadunava com a verdadeira democracia, ou seja, “Das ist ein liberaler, kein demokratischer Gedanke”. (SCHMITT, 2010a, p. 16).²¹⁹³

O conceito de homogeneidade (*homogenität*) em Schmitt, portanto, mantém destravadas as possibilidades para um espaço dialógico com o conceito de homogeneidade racial.²¹⁹⁴ Encontramos em Mouffe a referência de que a homogeneidade encontra-se no conceito democrático da igualdade, em verdade, uma igualdade substantiva (*cf.* MOUFFE, 2003, p. 55). O conceito de homogeneidade para Schmitt está inexoravelmente conectado ao de democracia, e opera no sentido de promover as condições de possibilidade para que a democracia encontre lugar, que

homogeneidade no interior do Estado, posto que o inimigo será sempre o outro que, por definição, encontra-se alheado da homogeneidade constituída.

²¹⁹² O texto acima permite a seguinte tradução: “[...] implica uma aproximação a unidade [...] direcionado contra todas as concepções pluralistas possíveis de considerar”.

²¹⁹³ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “Isto é um pensamento liberal, não democrático”.

²¹⁹⁴ Não foi possível no decorrer do trabalho identificar claras referências de conexão de Schmitt com o nacional-socialismo até a sua filiação ao partido, o que ocorreu apenas na década de 30, posição esta majoritária entre os seus comentaristas. Sem embargo, isto não impede a conexão de seu pensamento, que sugerimos estar marcado por um profundo totalitarismo, com as vertentes mais próximas e inspiradoras do nacional-socialismo que, em muitos casos, tornam Schmitt subscritor de várias das teses-eixo do nacional-socialismo.

demanda uma noção de igualdade entendida como a substância da própria democracia, cujo ideal, reconhece Mouffe, é criar uma identidade baseada na homogeneidade (cf. MOUFFE, 2003, p. 56).

A noção de homogeneidade (*homogenität*) que opera em Schmitt mostra-se próxima do conceito de totalidade *Völkische* mencionada por Faye, (ver FAYE, 2009a), cujo viés hegeliano é de fato explorado pela tradição analítica kervegianiana da obra schmittiana (ver KÉRVEGAN, 2008; 2006),²¹⁹⁵ que igualmente contempla remissão ao conceito de inimigo identificado por Schmitt em Hegel.²¹⁹⁶ O povo é compreendido por meio de um movimento artificial e externo a partir do qual ele será engendrado por

²¹⁹⁵ Um dos importantes eixos para a exploração desta relação de Schmitt com o hegelianismo tem lugar, precisamente, em *Der Begriff des Politischen*, no momento em que o autor se dedica a explorar o antecedente teórico do conceito de inimigo na filosofia hegeliana. Segundo Schmitt, é em Hegel, autor que (a) “[...] bleibt Hegel überall im größten Sinne politisch” (SCHMITT, 1933, p. 43). No texto de 1932 tampouco foi identificada qualquer alteração neste trecho que nos indica um primeiro movimento na tentativa de articular Hegel ao conceito do político e de inimigo de Schmitt. O autor encontra no trabalho de Hegel a primeira definição do conceito de burguês, que seria caracterizada como a de um homem que (b) “[...] als eines Menschen, der die Sphäre des unpolitisch risikolos-Privaten nicht verlassen will [...]” (SCHMITT, 1933, p. 43). O indivíduo liberal-burguês, em suma, deseja permanecer em um determinado âmbito que lhe permita o desfrute de uma segurança perfeita, ainda que a expensas de sua inserção política. Aos trechos acima sugerimos as seguintes livres traduções: (a) “[...] Hegel não deixa de ser político no sentido mais próprio do vocábulo [...]”; (b) “[...] considerado como um homem que não quer abandonar a esfera sem riscos da vida privada apolítica [...]”.

²¹⁹⁶ Em seu *Der Begriff des Politischen*, e sem qualquer alteração nas edições de 1932 e 1933, Schmitt aponta para o descuido da filosofia moderna com o conceito hegeliano de inimigo (cf. SCHMITT, 1993, p. 44), malgrado ali estivesse presente uma primeira definição do conceito (cf. SCHMITT, 1933, p. 43). Este conceito apareceria em Hegel sob a forma de um inimigo que “[...] er ist die sittliche (nicht im moralischen Sinne, sondern vom „absoluten Leben” im „Ewigen des Volkes” aus gemeinte) Differenz als ein zu negierendes Fremdes in seiner lebendigen Totalität” (SCHMITT, 1933, p. 44). Schmitt propõe, de forma decidida, uma interpretação do inimigo em Hegel como a de uma oposição que de “viva totalidade” (*lebendigen Totalität*) será transformada em seu texto de oposição existencial. Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] é a diferença ética (não em um sentido moral, mas sim concebida de um ponto de vista da ‘vida absoluta’ na ‘eternidade do povo’), como um estranho que deve ser negado em sua viva totalidade”.

intermédio da implementação das práticas homogeneizantes irá produzir consequências no âmbito do político.

O conceito de democracia que opera em Schmitt supõe uma ação que diferencie o *nós* do *eles* (*outro*), em suma, é um movimento promotor da distinção de quem pertence ao grupo e de quem a ele é estranho (estrangeiro) (*cf.* MOUFFE, 2003, p. 56). A este respeito Mouffe direciona a crítica aos teóricos da democracia deliberativa, calcada em sua incapacidade de roteirizar uma concepção da democrática mantenedora de um político não excludente. A rigor, diz ela, a racionalidade consensual de teóricos como Habermas e Rawls pressupõe a exclusão ou, em suma, que “[...] no existe consenso sin exclusión, ningún ‘nosotros’ sin un ‘ellos’, y ninguna política es posible sin el trazado de una frontera” (MOUFFE, 2009b, p. 79).²¹⁹⁷ Entretanto, ao que Mouffe não responde é que a exclusão para a qual aponta realisticamente a sua aportação teórica está orientada por uma tradição schmittiana cuja exclusão implica, por dizer o mínimo, a possibilidade do extermínio (*Vernichtung*).

O viés político da democracia acima indicado e que implica a determinação excludente do *nós* e do *eles* (*outro*) nos aproxima da reflexão de Faye acerca de sua tese de que “[...] o povo é o *lado apolítico* e conduz [...] à concepção do Estado liberal de poder [...]” (*apud* FAYE, 2009a, p. 97-98), e a este rumo, seguramente, Schmitt haveria de procurar evitar. Este aspecto apolítico do povo apontado por Faye não se coaduna com o papel político reclamado ao povo por Schmitt em sua tarefa de diferenciar determinantemente quem pertence a quais grupos, se ao *nós* ou se ao *eles* (*outros*).

Faye ressalta que “[...] o Estado e o direito podem existir em vista de suas funções de vida *völkische*, [que] o fascismo sublinha de maneira categórica o valor próprio do Estado, pelo qual a nação foi criada em primeiro lugar]” (*apud* FAYE, 2009a,

²¹⁹⁷ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] não existe consenso sem exclusão, nenhum ‘nós’ sem um ‘eles’, e nenhuma política é possível sem que se trace uma fronteira”.

p. 97-98). A ideia de homogeneidade (racial inclusive) permeia a noção de que a democracia apenas pode encontrar sua condição de realizabilidade ali onde inexistam diferenças consideráveis de propósitos e princípios de todo gênero, dos étnicos e religiosos aos políticos. Neste sentido torna-se perceptível que tem lugar uma opção pela vida *völkische* no âmbito totalitário, ou seja, que em toda a sua amplitude possível as práticas homogeneizantes voltam a reclamar a sua inserção no cenário político.

O povo deixará de ser apolítico pela natural convergência de interesses engendrada pelo maquinário totalitário estatal, uma força viva que encontrará mecanismo de representação política na figura onisciente do *Führer*, protetor do Estado e do direito por intermédio de seus amplos poderes. O valor do Estado para a construção desta realidade suplanta a individualidade liberal, pois almeja a construção de uma nova realidade cujo alicerce étnico homogêneo permita uma genuína democracia.

A homogeneidade (*homogenität*) torna-se concretizável por meio do conceito do político schmittiano e mostra um Estado que precisa se distanciar vigorosamente do liberalismo, tolerante e plural por definição. Enquanto para o Estado liberal os valores opostos podem coexistir, por outro lado, o princípio totalitário que sublinha o papel do Estado não poderá tolerá-lo em hipótese alguma. Enquanto o Estado liberal aposta por sua própria limitação, por outro, o Estado totalitário ao qual elogia a teoria schmittiana (ver DYMETMAN, 2002, p. 128) apenas pode apostar no recrudescimento da violência, cujo detentor do monopólio é o próprio Estado. Enquanto o conceito de homogeneidade (*homogenität*) não encontra espaço de destaque no primeiro modelo schmittiano, senão que ocupa as sombras do cenário teórico-político que nos apresenta, em um segundo momento, como vimos, necessariamente ocupará o espaço de protagonista que lhe fora reservado.

A possibilidade de que o conceito de inimigo viesse a ser conectado com o de homogeneidade (*homogenität*) e com a assunção da eliminação física (*physische vernichten*) como elemento central encontraria em Schmitt a sua possibilidade política de concretização iniciado o governo hitleriano. A possibilidade empírica de concretização conceitual schmittiana encontra seu momento de inflexão e de posta à prova a partir do ano de 1933, e o resultado foi de que bastante adequadamente serviram para apoiar a consecução dos interesses do Estado sob os auspícios de um soberano.

No regime nacional-socialista este posto soberano seria ocupado pela figura do *Führer*, pronto a distinguir o amigo do inimigo e tomar as providências protetoras para o Estado e a segurança: “Zum Staat als einer wesentlich politischen Einheit gehört das *jus belli*, d. h. die reale Möglichkeit, im gegebenen Fall kraft eigener Entscheidung den Feind zu bestimmen und ihn zu bekämpfen” (SCHMITT, 2002a, p. 45).²¹⁹⁸ Em outro trecho do mesmo escrito Schmitt reforça a ideia claramente, ao sustentar que

[...] die maßgebende Einheit und „souverän” in dem Sinne, daß die Entscheidung über den maßgebenden Fall, auch wenn das der Ausnahmefall ist, begriffsnotwendig immer bei ihr stehen muß. (SCHMITT, 2002a, p. 39).²¹⁹⁹

Nossa indicação é de que este foi exatamente o caso no ano de 1934, oportunidade em que alegadamente havia opositores políticos aos interesses do Reich, algo que era razão suficiente para justificar os assassinatos em massa de fato ordenados por Hitler a partir de sua capacidade de resolver aquele que foi julgado como uma circunstância decisiva. Este é o sentido de seu escrito em *Der Begriff des Politischen* de 1927, e os termos de seu apoio ao *Führer* em 1934 não são muito distintos já em seu

²¹⁹⁸ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Ao Estado pertence o *jus belli* entendido como unidade essencialmente política, ou seja, a possibilidade real de que em um certo caso determine por meio de sua própria decisão quem seja o inimigo e, logo, o combata”.

²¹⁹⁹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] será sempre a unidade normativa e ‘soberana’, no sentido de que a ela caberá sempre, por definição, resolver o caso decisivo, mesmo que seja um caso excepcional”.

título, *Der Führer schützt das Recht*, mas também o sentido de um texto precedente, de 1931, em que apoia a ideia de que o “[...] Estado elimina la causa de todo desorden y guerra civiles [...] en el llamado Estado de excepción se revela claramente el respectivo núcleo del Estado” (SCHMITT, 2001i, p. 84),²²⁰⁰ isto sim, não haverá de reconhecer quaisquer limites para este suposto movimento de volta para um retórico argumento de retorno à segurança e normalidade que permitiriam a aplicação do direito. Não é o regresso e à normalidade que inspira Schmitt mas, antes, o aprofundamento da exceção como regra do político, interpretado e aplicado por um Estado totalitário.

O momento da indicação do inimigo por parte do Estado sem travas nem limitações supõe claros impedimentos quando o *locus* de reflexão não seja o de um pensamento de alguma maneira vinculado à tradição totalitária. Esta vinculação é clara para Dymetman, segundo quem a relação entre Schmitt e o Estado total (*totalen Staat*) tem lugar quando claramente o autor defende este conceito ao final da década de 20. Dymetman sugere que os movimentos de Schmitt em apoio à ditadura presidencial de Hindenburg e à concentração de poderes na figura do Presidente do Reich mediada pela interpretação do art. 48 da Constituição de Weimar (DYMETMAN, 2002, p. 128) consolidam a sua interpretação totalitária de Schmitt.

Este texto de Dymetman sugere que Schmitt não toma para si a preocupação de evitar o aprofundamento das circunstâncias do totalitarismo. Ao contrário, Schmitt claramente indica que a realização de seu conceito de grande política encontra-se nas seguintes circunstâncias: “Die Höhepunkte der großen Politik sind zugleich die Augenblicke, in denen der Feind in konkreter Deutlichkeit als Feind erblickt wird”

²²⁰⁰ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] Estado elimina a causa de toda desordem e guerras civis [...] no chamado Estado de exceção se revela claramente o respectivo núcleo do Estado [...]”.

(SCHMITT, 2002a, p. 67).²²⁰¹ O Estado totalitário que Dymetman aproxima da filosofia política de Schmitt dispõe de capacidade para vislumbrar o inimigo, mas, ainda mais, empregar os meios que o soberano repute necessários para cumprir os fins do Estado. A esta clara visão do inimigo em Schmitt serão acrescidas consequências, e a ampliação das reflexões remete ao seu enfrentamento vital, que tem início com o *Der Begriff des Politischen*.

Schmitt abre a terceira seção de seu texto de 1927 afirmando sem subterfúgios que “Die Begriffe Freund und Feind sind in ihrem konkreten, existenziellen Sinn zu nehmen, nicht als Metaphern oder Symbole [...]” (SCHMITT, 2002a, p. 28).²²⁰² Schmitt é claro acerca de que esta oposição, “[...] Es bedeutet nicht Konkurrenz, nicht den „rein geistigen” Kampf der Diskussion, nicht das symbolische „Ringeln” [...]” (SCHMITT, 2002a, p. 33) mas, antes, trata-se de uma verdadeira disputa existencial de projeções totalitárias²²⁰³ (cf. MARCUSE, 1968, p. 36),²²⁰⁴ ontológica mesmo, que supõe a ameaça

²²⁰¹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “Os mais altos pontos da grande política são, paralelamente, os momentos em que o inimigo passa a ser visto em concreta nitidez como inimigo”.

²²⁰² Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Os conceitos de amigo e inimigo devem ser tomados em seu sentido concreto existencial, e não como metáforas ou símbolos [...]”.

²²⁰³ Neste particular Marcuse interpreta o elemento existencial em Schmitt como “[...] un elemento decisivo de la teoría totalitaria del estado. Hay que señalar desde el comienzo que el existencialismo político no intenta en ningún caso describir conceptualmente lo ‘existencial’. La frase de Carl Schmitt citada más arriba, es el único elemento de juicio para entender el sentido de “lo existencial”. Allí, lo existencial se encuentra como concepto esencialmente opuesto a ‘lo normativo [...]’” (MARCUSE, 1968, p. 36). Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] um elemento decisivo da teoria totalitária do Estado. Há que assinalar desde o começo que o existencialismo político não tenta em nenhum caso descrever conceitualmente o ‘existencial’. A frase de Carl Schmitt citada mais acima é o único elemento do juízo para entender o sentido ‘do existencial’. Ali, o existencial encontra-se como conceito essencialmente oposto “ao normativo [...]”.

²²⁰⁴ A ideia de que retomemos Marcuse (1898-1979) neste trabalho parece-nos valiosa no sentido de que se trata de um contemporâneo de Schmitt, vivenciador das mesmas vicissitudes e das agruras do tempo que lhes tocou viver. Sem embargo, o frankfurtiano, em uma angulação bastante diversa do fenômeno do político, da democracia e, em suma, da sociedade, permite-nos encontrar uma fonte filosófica inspiradora da liberdade e da auto-emancipação como valores firmes que julgamos bem mais promissores para a

vital última de um embate sem tréguas. A determinação do inimigo, como analisávamos em parágrafos anteriores, cabe ao Estado, que o fará por intermédio de um duplo movimento em que “[...] als politische Einheit von sich aus, solange es besteht, auch den „inneren Feind“ bestimmt” (SCHMITT, 2002a, p. 46),²²⁰⁵ sendo ele capaz e hábil para “[...] und auf der Feindesseite stehend Menschen zu töten”. (SCHMITT, 2002a, p. 46).²²⁰⁶

Recordando que o *Der Begriff des Politischen* é texto originalmente publicado em 1927 e republicado em 1933, Schmitt afirma que o inimigo apenas potencialmente o poderia ser exterminado, pois, “Denn zum Begriff des Feindes gehört die im Bereich des Realen liegende Eventualität eines Kampfes” (SCHMITT, 2002a, p. 33).²²⁰⁷ Posto neste contexto de luta, a eliminação torna-se uma possibilidade concreta, algo que nos é confirmado pelo autor ao dizer que “[...] daß sie insbesondere auf die reale Möglichkeit der physischen Tötung Bezug [...]”²²⁰⁸ (SCHMITT, 2002a, p. 33).²²⁰⁹ Com base em trechos como este, autores como Kennedy sustentam que o inimigo é o *outro* “[...]

reconstituição do discurso da esquerda contemporânea do que o conservadorismo radical schmittiano, eivado de compromissos totalitário-ditatoriais e, momento seguinte, e jamais desmentido, com o antissemitismo.

²²⁰⁵ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] determinar por si mesmo o ‘inimigo interno’ [...]”.

²²⁰⁶ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] e matar homens que estejam ao lado do inimigo”.

²²⁰⁷ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “No âmbito do real corresponde ao conceito de inimigo a eventualidade de uma luta”.

²²⁰⁸ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] uma relação com a possibilidade real de aniquilamento físico”.

²²⁰⁹ Esta leitura, que visa descentralizar a eliminação, o extermínio ou a guerra do conceito do político em Schmitt, é realizada por muitos e bons comentaristas (ver FERREIRA, 2010, p. 75) que ancoram tal interpretação no sentido de salvar o conceito do político como enfrentamento entre amigo e inimigo. Ao fazê-lo, é lograda a estratégia de utilizar o conceito sem necessitar responder à inquietante questão da eliminação do *outro*, posto restar esta deslocada para o âmbito de uma mera possibilidade última, embora real, como se nesta possibilidade de extermínio igualmente não residisse uma gravidade extrema da qual o político houvesse de empenhar esforços em se precaver.

whose essence lies precisely in the existential recognition that it would be possible to kill him”. (KENNEDY, 1997, p. 43).²²¹⁰

O passo seguinte de Schmitt é o de manifestar retoricamente a sua preocupação com a expansão do conceito de enfrentamento na medida em que, a princípio, afirma que “[...] als wäre das politische Dasein nichts als blutiger Krieg und jede politische Handlung eine militärische Kampfhandlung [...]” (SCHMITT, 2002a, p. 33). Schmitt coloca à frente de sua argumentação a ideia de que o seu conceito do político não deve ser entendido como distanciado, como luta e enfrentamento, ou seja, que encontramos perante uma situação em que o politicamente correto reside precisamente em uma ação de evitar a guerra (*cf.* SCHMITT, 2002a, p. 33).²²¹¹ Este primeiro movimento será necessariamente substituído na dimensão prática do político no III Reich.

De qualquer sorte, Schmitt ainda procurará realizar um movimento de distanciamento da possibilidade de introduzir a morte como critério do político no mundo empírico, ao afirmar que nem todos os motivos podem justificar o sacrifício humano. O que sugere Schmitt é que não há ideais ou conveniências que se mostrem fortes o suficiente para justificar direito a alguém para dispor da vida de outrem (*cf.* SCHMITT, 2002a, p. 49). Mas se Schmitt põe a este como um conceito-guia para o debate sobre o tema, como não raro ocorre, ele propõe estruturas lógico-argumentativas de exceção que servirão como uma forma de fugir absolutamente ao conceito-guia proposto em primeiro plano.

Relativamente a este tema dirá, na sequência do texto, que se é verdade que não há qualquer sentido em matar homens com vistas ao estabelecimento da paz definitiva

²²¹⁰ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] cuja essência jaz precisamente no reconhecimento existencial de que pode ser possível matá-lo”.

²²¹¹ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] como se o politicamente correto não fosse, precisamente, o evitar a guerra”.

ou, ainda, motivados para concretizar o definitivo triunfo do comércio e da indústria (cf. SCHMITT, 2002a, p. 49), à luz democracia que lhes inspirara em seu triunfo no século XVIII (cf. DYMETMAN, 2002, p. 126), Schmitt encontra em Marcuse um observador parcial destes problemas,²²¹² sendo que Schmitt reconheceria que a eliminação do inimigo

Der Krieg, die Todesbereitschaft kämpfender Menschen, die physische Tötung von andern Menschen, die auf der Seite des Feindes stehen, alles das hat keinen normativen, sondern nur einen existenziellen Sinn, und zwar in der Realität einer Situation des wirklichen Kampfes gegen einen wirklichen Feind, nicht in irgendwelchen Idealen, Programmen oder Normativitäten. (SCHMITT, 2002a, p. 49).²²¹³

Esta a circunstância, Schmitt logo procederá a confirmar que há, sim, circunstâncias muito claras nas quais a eliminação será aceitável, e ela ocorre quando esta inimizade existencial ocupe seu lugar no espaço, então, sim, terá sentido “[...] aber

²²¹² Há uma interessante leitura de Marcuse a respeito das possibilidades míticas do homem germano, capaz de entregar-se aos grandes sacrifícios, de morte inclusive, mas não por todo e qualquer motivo, aspecto no qual converge com a nota de Schmitt. Segundo Marcuse (a) “[...] la imagen del hombre heroico, ligado a las fuerzas de la sangre y de la tierra – del hombre dispuesto a todo, que se “entrega” y se sacrifica sin titubeos, no por un fin cualquiera, sino obedeciendo humildemente a las fuerzas oscuras de las que emana su vida” (MARCUSE, 1968, p. 16). Esta aproximação realizada por Marcuse às circunstâncias weimarianas bem descrevem uma série de valores compartilhados entre o conservadorismo revolucionário que reclama, por exemplo, o heroísmo e, por outro lado, a filosofia schmittiana. Ainda assim, Marcuse chama a atenção para que esta imagem descrita (b) “[...] culmina en la visión del conductor (*Führer*) carismático, cuya conducción no necesita ser justificada por los objetivos que se persiguen, ya que la mera aparición del conductor que ha de ser recibida como gracia gratuita, constituye su propia justificación” (MARCUSE, 1968, p. 16). Aos textos acima sugerimos as seguintes livres traduções: (a) “[...] a imagem do homem heroico, ligado às forças do sangue e da terra – do homem disposto a tudo, que se ‘entrega’ e se sacrifica sem titubear, não por um fim qualquer, mas sim obedecendo humildemente às forças obscuras das quais emana a sua vida”; (b) “[...] culmina na visão do condutor (*Führer*) carismático, cuja condução que tem de ser recebida como graça gratuita, constitui a sua própria justificação”.

²²¹³ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “A guerra, a prontidão para a morte de homens que combatem, o ato de matar outros homens que se encontram ao lado do inimigo, tudo isto não cobra qualquer sentido normativo, mas, isto sim, um sentido existencial, e isto ainda na realidade de uma situação de luta efetiva contra um inimigo real, não em quaisquer ideais, programas ou normas”.

nur politisch sinnvoll, sie nötigenfalls physisch abzuwehren und mit ihnen zu kämpfen” (SCHMITT, 2002a, p. 50).²²¹⁴ O primeiro movimento de Schmitt é o de um aparente profundo repúdio pelo extermínio e, então, elenca motivos pacifistas, comerciais e industriais como injustificáveis da organização da morte em guerras. Contudo, Schmitt constrói o conceito de inimizado no sentido existencial que o termo possa dispor – *Feinde in der seinsmäßigen Bedeutung* – e que justifica a eliminação física do inimigo.

A confirmação do argumento de que Schmitt apoia o extermínio desde o seu *Der Begriff des Politischen* será confirmado em sua reiteração da lamentável tomada de posição intelectual em favor do nacional-socialismo já ocorrida no ano de 1933. Contudo, foi no ano de 1934, quando o autor faz publicar um breve texto, por ocasião da *Noite das Facas Longas*, intitulado *Der Führer schützt das Recht*. Neste texto Schmitt irá posicionar-se de forma irremediavelmente clara em favor do extermínio do dissidente, da confirmação de um Estado em que o soberano pode instaurar o regime de terror conquanto seja esta uma condição para a sua consolidação no poder. Este texto, portanto, põe às claras toda uma justificativa teórica para a eliminação do dissidente.

Neste texto Schmitt apresenta a sua justificação às ordens homicidas do *Führer* com base em que a sua era a figura em que “[...] viven todas las experiencias y advertencias de la historia de la desgracia alemana [...]” (SCHMITT, 2001g, p. 115),²²¹⁵ liderança soberana que saberia reconhecer os perigos e as advertências de uma pesada história recente experimentada pela Alemanha e que, portanto, em suas ações, haveria de estar “[...] defendiendo el ambito del derecho de los peores abusos al hacer justicia de

²²¹⁴ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] mas só tem sentido politicamente, quando necessário repeli-los fisicamente e lutar com eles”.

²²¹⁵ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] vivem todas as experiências e advertências da história da desgraça alemã [...]”.

manera directa en el momento del peligro, como juez supremo en virtud de su capacidad de líder” (SCHMITT, 2001g, p. 115).²²¹⁶ Neste aspecto, teóricos do Estado total próximos a Schmitt, como Forsthoff, defenderiam ideia afim com a sustentação schmittiana sobre as ações do *Führer*, ao afirmar que “Todos estos intentos de negar al Estado su derecho de acción recién adquirido, constituye sabotaje... Extirpar sin piedad este tipo de pensamiento social, es deber supremo del Estado actual”. (*apud* MARCUSE, 1968, p. 40).²²¹⁷

Embora sem referência ao escrito de Schmitt de 1934, neste texto de Forsthoff encontramos com clareza a ênfase à ideia schmittiana de que o Estado total não poderia condescender com oposição de qualquer tipo aos seus propósitos e que, uma vez verificada, poderia ser qualificada como sabotagem e, nesta condição, ser-lhe atribuída tratamento sancionatório adequado que, nos diz Fortshoff na voz de Marcuse, permitiria nada menos do que extirpar-lhe as fontes, abordagem em completa adequação com o texto schmittiano de 1934 aqui em pauta.

Em seu breve texto *Der Führer schützt das Recht*, o que nos diz Schmitt, ao fazer referência à realização da justiça de maneira concreta por parte do *Führer* nada mais é do que impor a ordem em termos políticos libérrimos,²²¹⁸ valendo-se do direito

²²¹⁶ Sugerimos a seguinte livre tradução para o texto acima: “[...] defendendo na qualidade de juiz supremo o âmbito do direito dos piores abusos ao fazer justiça de maneira direta no momento de perigo em virtude de sua capacidade de líder”.

²²¹⁷ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “Todas estas tentativas de negar ao Estado o seu direito de ação recém-adquirido constitui sabotagem... Extirpar sem piedade este tipo de pensamento social é o dever supremo do Estado atual”.

²²¹⁸ Ainda três anos antes deste seu escrito de 1934, Schmitt sustentava que os problemas do Estado podiam ser encaminhados por intermédio da exacerbação do papel do governo. Contudo, destacadamente, o autor não aposta que possam ser as grandes questões do Estado resolvidas por meio do reforço ao papel desempenhado pela justiça (*cf.* SCHMITT, 2001i, p. 91). Ao desconsiderar a justiça Schmitt pôde ser congruente com seus escritos, ao defender que o empoderamento visceral do *Führer* lhe permitiria criar as condições de resolução dos problemas do Estado.

de dispor da vida conforme lhe conviesse, ou seja, de aplicar o direito nos livres termos que aparecem, por exemplo, no totalitário escrito de Forsthoff acima transcrito. É neste aspecto que Schmitt mostra qual a leitura possível do trecho acima citado de sua *Der Begriff des Politischen*, quando faz referência às exceções para a realização do enfrentamento e da eliminação, ou seja, quando se tornasse atual o tão vago quanto ambíguo conceito de conflito existencial com um inimigo.

A realização destas funções é apenas tornada possível por força de que o *Führer* é entendido como dotado de poderes soberanos. Schmitt reputa ser este soberano líder cuja autenticidade é mensurável por seu atributo de juiz supremo da nação (cf. SCHMITT, 2000c, p. 325), de magníficas qualidades,²²¹⁹ que atua em caso de identificação dos inimigos de modo a repelir tais ameaças, e isto implica que seus próprios atos restam ilimitados, ou seja, que “[...] no está sometido a la justicia sino que constituyó en sí la más alta justicia [...]” (SCHMITT, 2001g, p. 115).²²²⁰ Em suma, havia razões para Schmitt se lamentar já em texto de 1931 durante os momentos finais da República de Weimar, de que o Estado moderno tendia a conceder poderes ao legislador e retirá-los ao verdadeiro juiz o seu poder de decisão (cf. SCHMITT, 2001i, p. 85), cujo contexto proclive ao Estado totalitário insinua tratar-se não do Judiciário mas, antes, do Executivo. Neste quadro, portanto, para Schmitt o ditador soberano ocuparia a posição de quem cria a norma e o direito incondicionalmente, ou seja, *ex nihilo*, em seus termos,

²²¹⁹ Importa sublinhar que o discípulo de Schmitt, Forsthoff, chama a atenção para as excelsas virtudes do *Führer*, dotado de incomparáveis qualidades pessoais, líder de um movimento como o nacional-socialista precisamente justificado por tais qualidades (cf. FORSTHOFF, 2000, p. 321).

²²²⁰ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] não está submetido à justiça, senão que ele próprio se constitui na mais alta justiça [...]”.

que “Die Entscheidung ist, normativ betrachtet, aus einem Nichts geboren”. (SCHMITT, 2009g, p. 37-38).²²²¹

A atividade criadora do direito por parte de Hitler ocuparia o espaço necessário para eliminar as resistências internas e externas à implementação de suas políticas, e o castigo radical à morte não era impensável a quem como dissidente se apresentasse. Justifica-se, portanto, que o *Führer*, como líder do movimento, castigue as traições de seus subordinados (cf. SCHMITT, 2001g, p. 117), algo que fará sem mais limites do que ele próprio se impusesse ao seu proceder (cf. SCHMITT, 2001g, p. 117). A justificativa de Schmitt em *Der Führer schützt das Recht*, ao fim e ao cabo, ocupa-se de confirmar a importância da estratégia alemã, e do *Führer*, em demonstrar a sua força em distinguir os amigos dos inimigos e colocar a estes últimos sob combate, de sorte que os ídolos liberais restassem em cheque (cf. SCHMITT, 2001g, p. 118).

Esta abordagem contraposta de trechos dos textos schmittianos de 1927 (*Begriff des Politischen*) e de 1934 (*Der Führer schützt das Recht*) permite-nos uma reflexão adequada sobre a continuidade teórica entre ambos. Sugerimos que esta continuidade possa ser observada como um dos aspectos definidores da vinculação de Schmitt ao viés totalitário de seus escritos em matéria política e jurídica, a saber, a defesa da prática da eliminação como meio de realização do político e da ditadura como forma de implementá-la. Neste aspecto, portanto, talvez nos deparemos com um dos pontos culminantes do poder soberano germânico e um dos melhores exemplos de como a indicação do inimigo pelo Estado se constitui naquilo que Schmitt denomina como sendo a grande política, pois ali estava visto com cristalina transparência quem eram os inimigos. Esta a verdadeira marca do político para Schmitt.

²²²¹ O texto acima comporta a seguinte tradução: “Vista do ponto de vista normativo, a decisão nasce do nada”.

A rigor, as ações das quais se ocupa e toma por objeto Schmitt em suas análises em *Der Führer schützt das Recht* já vinham sendo alvo de avisos por Hitler em tom de ultimato a Weimar desde 3 de outubro de 1933. Assim, por exemplo, recordaria Schmitt, em escrito datado de 1 de julho de 1934, que “Das muß uns eine Warnung sein” (SCHMITT, 1934, p. 1)²²²² e, de fato, era boa a sua percepção sobre os rumos anunciados do regime. O Estado de Direito (*Rechtsstaat*) encontraria seu termo, e o avanço do Estado sem Direito (*ohne Rechtsstaat*) advinha a passos largos, rumando para o triunfo da mais pura barbárie.

Ainda tão cedo quanto em sua conferência de 1927, logo transformada em texto, e momento em que a República ainda poderia almejar alguma chance, Schmitt não revelou qualquer preocupação positiva com um Estado de Direito. A proteção deste *outro* alvo de passível extermínio, ao contrário, era o foco. Schmitt procurou mantê-lo inominado, engenhosamente incógnito, ocupando uma estratégica posição de fundo em seu trabalho, mas sempre pronto a ser daquela posição retirado tão pronto como o novo Estado total galgasse o poder. Estes movimentos de extermínio apenas auxiliariam os interesses do regime nacional-socialista em proceder a uma constituição estética do padrão de beleza, por certo único e linear, cuja uniformidade exclui o diverso que, na concepção política schmittiana, está representada pela figura do inimigo.

Em sua primeira publicação na década de 20 da *Politische Theologie*, Schmitt encontra oportunidade de aprofundar alguns conceitos que prontamente viriam a ser desenvolvidos e que não se encontram, como veremos, em dissonância com os propósitos do conceito do político, senão em plena congruência. Uma vez aplicado o

²²²² O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “Isto deve ser um aviso para nós”. Schmitt faz uso desta voz hitleriana mencionada em um discurso pronunciado em Congresso de Juristas Alemães em 1933, precisamente no dia 3 de outubro. Hitler criticara a legalidade vazia que caracterizara Weimar, em contraposição ao seu projeto totalitário em que reclamava um novo direito substancial cujo núcleo não propiciara o divórcio entre a justiça e a moral (cf. SCHMITT, 2001g, p. 114).

conceito teológico ao político²²²³ (ver RUIZ MIGUEL, 2000, p. XI-XII)²²²⁴ e colocada em perspectiva com sua origem cristã, este viria a mostrar sua utilidade para a afirmação e evolução do regime nacional-socialista, do qual apenas posteriormente Schmitt viria a distanciar-se apenas por pressões externas²²²⁵ mais do que por convicções sobre a

²²²³ Importa reconhecer com Ostovich que muitos foram os significados atribuídos ao teológico político em Schmitt (cf. OSTOVICH, 2007, p. 48). A respeito da projeção do teológico político no período nacional-socialista, ver BATES, (2006). A respeito do sentido em que utilizaremos o conceito especificamente àquele atribuído por Meier, a saber, entendido como “[...] teoría política que reclama para si estar basada en la revelación” (MEIER, 2008, p. 194). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] teoria política que reclama para si estar embasada na revelação”.

²²²⁴ A este respeito Ruiz Miguel reforça a posição de que conceitos centrais da obra schmittiana, tais como o do político, o de soberania e a sua crítica dos valores, foram construídos e encontram-se inextricavelmente ligados à teologia católica (cf. RUIZ MIGUEL, 2000, p. XII).

²²²⁵ É fato notório que em 1936 Schmitt se distanciou do NSPD (*National Sozialdemokratische Partei*) ao qual havia aproximando-se sob as graças de Hermann Göring (cf. HOLMES, 1999, p. 39). Consta que os primeiros e mais sérios movimentos que teriam levado à marginalização e, supostamente, afastamento de Schmitt das estruturas de poder e do partido, teriam tido início com a publicação de alguns artigos no ano de 1936, sendo que um deles foi publicado por um de seus alunos, Günther Krauss, mas sendo Schmitt o alvo dos virulentos ataques (ver SCHWAB, 1989, p. 138-141). Os artigos foram publicados com forte carga a Schmitt a partir do *Das Schwarze Korps*, órgão das SS, e as críticas incessantes que resumiam seus ataques a Schmitt, segundo Schwab, se davam tendo por base o seu oportunismo, especificamente quanto a sua abordagem dos seguintes tópicos “[...] (1) racism, (2) political Catholicism and (3) personal indecisiveness” (SCHWAB, 1989, p. 139). Malgrado este movimento de ataques que partiam do interior do regime, resta-nos difícil atribuir estas ações à tentativa de proteger ideologicamente a pureza de seus princípios de homens reputados como oportunistas. Nossa hipótese é de que Schmitt adere a um regime cujos princípios estavam latentes em sua filosofia política e jurídico-constitucional e que os ataques que partem desde dentro dos órgãos de poder revelam nada mais do que lutas intestinas pela ocupação de espaços de poder que encontravam em Schmitt uma figura incômoda e passível de ser movida do tabuleiro e que dele apenas sairia quando, efetivamente, sentisse que a sua vida poderia correr riscos acaso mantivesse aberta a sua luta pelo poder dentro do regime. A conformidade de Schmitt com o regime vai sendo evidenciada mesmo em momentos de relativa intimidade. Assim, por exemplo, no ano de 1934, em correspondência ao seu discípulo Forsthoff, ao saudar-lhe por seu noivado, termina a carta com um fragoroso e expressivo “Heil Hitler” (cf. WAGNER, 2008, p. 41). Nestes breves momentos Schmitt já não deixa dúvidas, mesmo que em circunstâncias sem projeção pública, em que, portanto, poderia omitir-se de mais efusivas manifestações ao regime, que a sua era uma íntima adesão ao regime. Certo, contudo, é que a partir de 1936 ocorreu um distanciamento entre Schmitt e o regime, menos por sua vontade do que por irresistíveis pressões, algo que, contudo, ainda viria a ser útil aos seus propósitos

natureza do regime. A confirmação do perfil do poder ensaiado em *Politische Theologie* em 1922, que, em verdade, é precedida por suas observações de texto escrito ainda no ano de 1921 (cf. SCHMITT, 1983, p. 7),²²²⁶ intitulado *Römischer Katholizismus und Politische Form*, que viria a ser publicado apenas em 1923.²²²⁷ Algumas das ideias centrais aqui presentes viriam a ser desenvolvidas por Schmitt em *Der Begriff des Politischen*, cinco anos depois, ao lhe confirmar o alto nível de centralização de poderes, reconhecendo ao líder político o direito de reconhecer os inimigos do Estado e, passo seguinte, deliberar sobre a vida e morte destes indivíduos.

A abordagem do político em Schmitt também pode ser realizada pela reflexão sobre o político em Weber. Acurado pensador de seu tempo que era, Schmitt percebe que em Weber encontra-se latente uma “filosofia da crise”, a qual seria aprofundada consideravelmente por Schmitt, tornando-se, então, o embate e o conflito, assim como o seu possível desdobramento em guerras, o genuíno foco de atenção de Schmitt, realizando-o por meio de seu conceito do político.²²²⁸ Em Schmitt, contudo, a leitura do

de preservação parcial de sua imagem no pós-guerra. Não obstante sua inequívoca participação no regime, é forçoso ainda reconhecer o *status* intelectual de Schmitt, tal e como, com razão, mesmo seus críticos mais acérrimos o fizeram. Assim, nesta qualidade de singular erudito, não lhe seria dado desconhecer a que apontava toda a teoria autoritária que criou, desde suas críticas à República de Weimar às suas obras concebidas no início dos anos 30, mesmo por força dos textos que viemos trabalhando neste capítulo XI, datados de fins dos anos 20 e início dos anos 30. Tais textos apostam em um Estado totalitário todavia por emergir daquelas que, para Schmitt, eram cinzas contadas do regime republicano weimariano, de cujas instituições representativas já pouco ou nada se poderia esperar. Ao texto citado ao início desta nota sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] (1) racismo, (2) catolicismo político e (3) indecisão pessoal”.

²²²⁶ Diz Schmitt que “[...] *Römischer Katholizismus* [...] è stato scritto nel 1921, dico nel 1921 [...]” (SCHMITT, 1983, p. 7). Ao trecho citado sugerimos a tradução que segue: “[...] *Römischer Katholizismus* [...] foi escrito no ano de 1921, reitero, em 1921 [...]”.

²²²⁷ Sobre esta conexão interna entre ambos os textos, ver ULMEN, (1996, p. XIV, XXX).

²²²⁸ Neste sentido Schmitt aprofundaria suas reflexões e adentraria no terreno do Direito Internacional. Assim, por exemplo, sustentaria que um Estado (uma sociedade) não poderia desconsiderar a necessidade de distinguir seus inimigos na órbita internacional, posto que, com isto, o político, e sua essência, os

conflito pode ser realizada, à sugestão de Borda, de que seja impossível o seu aprofundamento no âmbito do conceito do político sem a existência do conflito em seu grau máximo (cf. BORDA, 2006, p. 98). A rigor, como nos diz Schmitt, o político não designa um âmbito próprio mas, isto sim, ocupa-se em designar o grau de intensidade com que tem lugar a dissociação entre os indivíduos,²²²⁹ ou seja, que “Das Politische [...] es bezeichnet kein eigenes Sachgebiet, sondern nur den *Intensitätsgrad* einer Assoziation oder Dissoziation von Menschen [...]” (SCHMITT, 2002a, p. 38).²²³⁰ Acerca disto convergimos com a tese de Borón e González, de que “[...] o que torna específica a política é o extremo grau de intensidade que marca a oposição amigo/inimigo [...]” (BORÓN; GONZÁLEZ, 2006, p. 158), intensidade esta que designa a profundidade da ofensa ao *outro* presente no texto schmittiano, grau de extremismo e radicalização este que, como recorda Agnes Heller, não encontra paralelo no trabalho de Arendt (cf. HELLER, 1991, p. 335).²²³¹

inimigos, não desapareceriam mas, antes, a própria sociedade. A este respeito, por exemplo, ver TAPIA, (2005, p. 180-183). Heller, por sua vez, de forma não dissonante, mas não convergente com as proposições belicistas de Schmitt, afirma que “[...] un Estado que prohibiese en toda circunstancia el empleo mortífero de las armas, que no autorizase a disparar cuando se dispara desde dentro o desde fuera contra sus dignatarios, abdicaría como Estado”. (HELLER, 1985, p. 259).

²²²⁹ Em que pese Ferreira reconheça a importância do trecho, o encaminhamento de sua interpretação sobre o trecho acima assinalado diverge da nossa. A este respeito do político nos comenta Ferreira que o “[...] elemento decisivo está na intensidade existencial da dissociação política” (FERREIRA, 2010, p. 89) mas sem que isto interfira na leitura do comentarista de que o político encontra-se marcado, como aqui sugerimos, definidor da violência como caracterizadora do político.

²²³⁰ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “O político [...] não designa uma matéria própria mas, isto sim, apenas o *grau de intensidade* da associação ou dissociação entre os homens [...]”.

²²³¹ Heller chama a atenção para o fato de que, malgrado seu intenso trabalho com o conceito do político, e não exatamente nos termos schmittianos, Arendt foi filósofa da política que (a) “[...] was never committed to the extremes of political radicalism. On the contrary. Her book on totalitarianism may perhaps be considered the philosophically most eloquent statement on, and condemnation of, radical extremism and its consequences” (HELLER, 1991, p. 335). É precisamente neste ponto que o trabalho de Arendt nos serve como forte apoio para a contradição ao texto schmittiano, na medida em que ela, de uma compromissada perspectiva moderada, visa a reconstrução de um humanismo que não lança mão do

Esta leitura de Schmitt como pensador que não apenas toma ao conflito como um dos pontos de partida para pensar o político, mas também que lhe fomenta e potencializa o papel, não pode ser compartilhada, como atentamente sublinha Ferreira, com uma outra interpretação do político que aposte na democracia estruturada sobre as liberdades e as diferenças. Uma interpretação como esta que sugere uma maior penetração na concepção e na prática contemporânea da democracia, igualmente posiciona os inevitáveis antagonismos políticos, assim como as relações de poder e força de graus diversos que se estabelecem em sociedade, com constantes alternâncias na ocupação de vencidos e de vencedores. Esta leitura da questão permite-nos uma angulação do problema profundamente diversa daquela sugerida por Schmitt, ou seja, uma abordagem a partir de uma “[...] crença na possibilidade de conter a vida pública dentro de princípios racionais e universais” (FERREIRA, 2008, p. 329), mesmo quando estes não se apresentem nada mais do que como vetores de uma ação política sempre inconclusa.

Certamente, não é esta a trilha que pode ser seguida por Schmitt em seu trabalho ao projetarmos a sua interpretação do político, ou seja, não se trata de uma compreensão

radicalismo político. Encontramos em Arendt, portanto, um paradigma para pensar o político em uma perspectiva humanista distanciada da visão de descrédito mantida por uma tradição que, malgrado as suas oceânicas divergências, neste particular aglutina de Robert Michels a Max Weber, de Carl Schmitt a Joseph Schumpeter. Estes são autores que, segundo Offe e Preuss, (b) “[...] often manifestly cynical view of the potential of democratic institutions to transform the empirical will of the people into something more reasonable and enlightened, taking this will instead as something inherently irrational which at best could serve as the sounding-board of charismatic leaders, an object of ‘ceasaristic’ manipulation” (OFFE; PREUSS, 1991, p. 163). Aos trechos acima, respectivamente, sugerimos as seguintes livres traduções: (a) “[...] nunca foi próxima dos radicalismos políticos. Ao contrário. O seu livro sobre o totalitarismo talvez possa ser considerado a declaração e condenação filosófica mais eloquente do radical extremismo e suas consequências”; (b) “[...] frequentemente manifestam uma visão cínica do potencial das instituições democráticas para transformar o desejo empírico do povo em algo mais razoável e ilustrado, tomando este desejo como algo inerentemente irracional que, na melhor das hipóteses, pode servir como ressoador de líderes carismáticos, um objeto de manipulação ‘cesarística’”.

do político como possibilidade de delimitação ou circunscrição do entendimento e exclusão do enfrentamento para limites além do político. É precisamente o contrário é o movimento adotado por Schmitt, ao incorporar o conflito em seus termos de embate último para a órbita do político, apontando para a construção de uma heroica sociedade (conservadora-revolucionária) que transcenda os limites da dissonância (política) e da diferença (estético-racial).

Esta aproximação auxilia no trabalho da proposição de nossa leitura da obra schmittiana ao colocar algumas das condições para a compreensão da passagem de texto de Schmitt em *Der Begriff des Politischen*, em que o autor nos põe em termos bastante claros sua percepção da ocorrência do fenômeno político. A sua transcrição se justifica logo abaixo, posto tratar-se de trecho ao qual deveremos voltar ainda uma e outra vez, trecho que nos parece decisivo por motivos vários que irão ser objeto de análise no decorrer deste trabalho. Neste trecho, Schmitt se ocupa em estabelecer a pontuação inicial sobre o que considera “Die spezifisch politische Unterscheidung, auf welche sich die politischen Handlungen und Motive zurückführen lassen, ist die Unterscheidung von Freund und Feind [...]”. (SCHMITT, 2002a, p. 26-27).²²³²

A importância do trecho citado acima reside em que Schmitt resume o político nesta distinção última entre quem aglutina esforços a favor ou contra, entre quem participa de um projeto ou a ele se opõe, entre aqueles que compartilham uma *Weltanschauung* e os outros que dela divergem, grupos estes que não haverão de encontrar na filosofia política schmittiana alguma forma de convivência senão apenas superficial e retoricamente, até que o momento crítico de elucidação prático-político de seu pensamento fosse oferecido pelo nacional-socialismo, viesse a configurar-se de modo concreto.

²²³² O texto acima permite a seguinte livre tradução: “A distinção política específica à qual podem remeter-se as ações e as motivações do político é a discriminação entre *amigo* e *inimigo*”.

11.3. O POLÍTICO COMO PURA ELIMINAÇÃO E O TRIUNFO DA BARBÁRIE

O primeiro movimento schmittiano em colocar o conceito do político como mera possibilidade do enfrentamento é necessário de destacar na medida em que tal movimento termina por emprestar a esta possibilidade uma posição estrategicamente secundária ou residual no cenário da filosofia política que aparece em alguns momentos de seu texto de 1927. Desta maneira, por exemplo, Schmitt aponta em alguns trechos para ideias que remeteriam à possibilidade da convivência entre contrários, como, por exemplo, ao sustentar que:

Der politische Feind braucht nicht moralisch böse, er braucht nicht ästhetischen Häßlich zu sein; er muß nicht als wirtschaftlicher Konkurrent auftreten, und es kann vielleicht sogar vorteilhaft scheinen, mit ihm Geschäfte zu machen. (SCHMITT, 2002a, p. 26).²²³³

Admitir que o inimigo político não é necessariamente mau e indivíduo com o qual pode ser aconselhável, por vantajoso, realizar transações comerciais, nada mais resume uma estratégia diversionista quanto ao potencial genuinamente explosivo que reside no *Der Begriff des Politischen*, ou seja, que este mesmo indivíduo com o qual se mantém relações, seja ele mau ou não, poderá ser eliminado quando o Estado ocupado pelo poder total o indique como um dos inimigos. Sendo esta uma potência passível de atualização conforme os cegos desígnios do Estado pela concretização do juízo de seu soberano, estamos perante uma situação em que a referência à convivência por parte de Schmitt pouco nos diz, uma vez que, ao fim e ao cabo, esta se encontra sob o puro arbítrio de uma só figura.

O texto que vem sendo tratado é redigido de forma a não tornar explícito o movimento em favor da interferência da violência como arma primordial do político.

²²³³ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “O inimigo político não necessita ser moralmente mau ou esteticamente feio, ele não surge como um competidor econômico e pode até mesmo ser vantajoso realizar transações comerciais com ele”.

Ao apresentá-la como pano de fundo de sua filosofia política schmittiana em *Der Begriff des Politischen*, contudo, o autor a inclui subrepticamente em um âmbito do qual esta possibilidade haveria de restar conceitualmente excluída. Admiti-la neste nobre *locus* da interlocução política é o ponto em que detectamos a verdadeira essência de sua conexão e os conceitos de suas obras político-jurídicas da mesma década de 20, que oferecem suporte teórico às teorias totalitárias.

Efetivamente, não se trata de um movimento residual de Schmitt, que admite uma leitura do político a partir da aproximação com o uso da violência. Em verdade, trata-se de um repetido movimento, sempre realizado com ressalvas e habilidosamente escrito e inscrito como exceção a uma regra geral de não aplicação da violência. Esta estratégia de Schmitt parece-nos também clara quando opta por destacar que o político se resume na eventualidade de uma luta (regra geral não impeditiva da violência, mas que não a consagra como eixo de seu conceito do político) para, momento seguinte, estabelecer que o recurso às armas implica as mais nefastas consequências, a eliminação do *outro* (*cf.* SCHMIT, 2002, p. 32) mas, por certo, sem que nisto fique sequer sugerido que se trata tão somente de um enfrentamento com forças agressoras externas, senão que, igualmente, segundo outros trechos de seu trabalho indicam, poderá o soberano Presidente do Reich indicar os inimigos, tanto externos quanto internos, aos quais caberá combater.

Contudo, este regime geral que retoricamente o autor parece apontar se esboroa na forma com que o autor sugere que a exceção, e implementação da violência, possa ser levada a cabo. A confirmar esta leitura, o fato de que a estratégia de Schmitt não é acompanhada do desenho de instituições capazes de afrontar e confrontar firmemente os eventuais abusos do poder, facilmente dedutíveis da situação que, por exemplo, desfruta

o soberano em seu roteiro político, absolutamente liberado da sujeição a quaisquer limites políticos ou institucionais para designar o inimigo do Estado.

Entre nós, em viés paralelo comenta Ferreira que “[...] a política longe de se confundir com a guerra, encontraria nela uma possibilidade última e real que condicionaria o comportamento políticos dos homens” (FERREIRA, 2010, p. 75).²²³⁴ O argumento de Ferreira poderia ser lido à luz do trecho em que Schmitt afirma que “Es ist also keineswegs so, als wäre das politische Dasein nichts als blutiger Krieg und jede politische Handlung eine militärische Kampfhandlung [...]” (SCHMITT, 2002a, p. 33).²²³⁵ As ações cotidianas do político em Schmitt podem não ser uma verdadeira ação de guerra como sugere o autor mas, isto sim, inegavelmente elas estão revestidas do potencial de extermínio que tão claramente resta interpretável a partir de seu texto *Der Führer schützt das Recht*. Neste cotidiano conduzido pelo juízo de seu supremo guia, o soberano Presidente do Reich, será colocada como o centro das preocupações a manutenção da ordem e da segurança interna – e aqui a figura do inimigo interno para a qual, dentre outros, alertam Romano e Agnes Heller (ver ROMANO, 1997; HELLER, 1991, p. 332)²²³⁶ – sem que para o exercício deste medeiem mais limites do que o seu próprio juízo acerca dos meios para cumprir os fins a que se propõe.

²²³⁴ Esta ideia de Ferreira o insere em uma linha interpretativa de defesa da ideia de que a violência no político, segundo Schmitt, encontra-se tão somente na condição de possibilidade de ser atualizada, como se, nesta atualização, realizável de forma irrestrita por um poder central, não apresentasse todas as condições de sua inviabilidade democrática.

²²³⁵ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “A situação não se apresenta como se, de algum modo, a existência política fosse nada mais do que uma guerra sangrenta, e que cada ação política fosse uma ação militar de guerra [...]”.

²²³⁶ Para este importante ponto alerta Agnes Heller que a concepção belicosa do político em Schmitt encontra dois importantes focos: “[...] is thus tantamount to a permanent state of war against both external and internal enemies” (HELLER, 1991, p. 332). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] portanto, é o equivalente a um permanente estado de guerra tanto contra inimigos externos como internos”.

Sugerimos que esta leitura do político em Schmitt carece da consideração devidamente ponderada de um ponto essencial. Trata-se de que a desconsideração do impacto do papel da violência no político, atribuindo-lhe apenas a característica de uma mera possibilidade, resume, em verdade, uma estratégia do autor para fugir a um compromisso totalitário antes da necessária hora. Sugerimos que o seu texto implica, isto sim, uma opção pela compreensão do político como violência, ou seja, de que quando expõe que o político não supõe guerra de sangue ou, como diz o autor, “[...] als wäre das politische Dasein nichts als blutiger Krieg [...]” (SCHMITT, 2002a, p. 33),²²³⁷ nada mais está realizando do que um prévio movimento retórico que lhe permita legitimar o discurso perante uma platéia de intelectuais nem sempre receptiva ao puro discurso da eliminação. No entanto, em suas entrelinhas, parece-nos ser exatamente a sua proposta que, chegado o momento de atualização, pode ser realizada sem a ruptura interna de seus paradigmas conceituais.

Esta manutenção de paradigmas parece-nos clara, uma vez que, a partir de que nas sucessivas edições do *Der Begriff des Politischen*, Schmitt sustenta que o político não reside na luta ou no embate em si mesmo, mas, isto sim, tão somente na possibilidade de que ele se apresente. Na linguagem do autor se trata de que “Denn zum Begriff des Feindes gehört die im Bereich des Realen liegende Eventualität eines Kampfes” (SCHMITT, 2002a, p. 33),²²³⁸ eventualidade esta para a qual, neste mesmo texto, o autor abre muitas situações de justificação plena. Com isto nos deparamos com que o autor necessariamente insere a prática da violência no campo do inerente ao político, e este parece ser um dos principais, e deficientes, pontos de apoio sobre o qual

²²³⁷ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] como se a existência política não fosse nada mais do que uma guerra sangrenta [...]”.

²²³⁸ Ao texto acima sugerimos válida a seguinte livre tradução: “Ao conceito de inimigo equivale no âmbito do real a eventualidade de uma luta”.

estrutura o seu pensamento do político, quando o referencial teórico seja o de uma democracia que mantenha apreço pelo regime das liberdades.

A prática da violência admitida por Schmitt no campo do político não supõe o abandono da dimensão liberal que, malgrado objetive a pacificação e a eticização do conflito, mantém-se em contínuo embate com sua perpetuação do mesmo em sua organização social. Mas se Schmitt critica a paz almejada pelo regime burguês, a sua proposta de homogeneização como base do político haverá de encontrar igualmente a convergência plena de interesses em que o desfecho não será senão a paz tão acidamente criticada como um valor burguês.²²³⁹ Inobstante tal movimento, fato certo é que, quer residualmente ou não, Schmitt insere a violência no campo do político como instrumento e como política de Estado e, nesta dimensão, aproxima-se do comentário caracterizador do totalitarismo realizado por Arendt (*cf.* ARENDT, 1974, p. 403-404) e por Agamben (AGAMBEN, 2004).²²⁴⁰

Schmitt alegará que a violência à qual se refere não é por ele introduzida no plano normativo mas, antes, meramente descritivo, posição inversa à defendida, por exemplo, por Kennedy, para quem “[...] Schmitt’s argument is not a normative recommendation nor does he argue that political existence is ‘nothing but bloody war’”

²²³⁹ Desde logo, esta é uma crítica que apenas pode ser assumida do ponto de vista teórico, tanto quanto aos ideais utópicos do socialismo, quer em sua versão científica ou não. De qualquer sorte, este é um tema que pode ser mais detalhadamente explorado pelas investigações levadas a termo a partir dos interesses em aproximar Schmitt e o pensamento marxista e socialista em geral.

²²⁴⁰ Arendt chama a atenção para o fato de que os regimes ditatoriais se impõem e perseguem brutalmente apenas aos seus opositores políticos, enquanto que o regime totalitário o faz contra todos indiscriminadamente (*cf.* ARENDT, 1974, p. 403), e que, para tanto, não pode ser eficiente outro método do que o da força bruta. Em sentido não muito diverso aponta Agamben para o fato de que os regimes totalitários podem ser definidos “[...] como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político”. (AGAMBEN, 2004, p. 13).

(KENNEDY, 1997, p. 44).²²⁴¹ De fato, Schmitt redige originalmente o trecho em que se baseia Kennedy, no qual afirma que “[...] als wäre das politische Dasein nichts als blutiger Krieg [...]” (SCHMITT, 2002a, p. 33).²²⁴² Contudo, a nossa crítica se dirige a qual é, realmente, a posição que ocupa esta sua argumentação no contexto geral do seu *Der Begriff des Politische* e, em suma, de sua obra, no que concerne a uma aposta filosófico-política e jurídico-constitucional que, a partir do conceito do político e da ditadura, sugerimos apontar para o totalitarismo-ditatorial.

Aqui não se trata de ponderar qual terá sido, de fato, a intenção do autor mas, antes, de confirmar que efetivamente se preocupa é com a positiva inserção da violência no plano do político. Com isto Schmitt internalizará entre as possibilidades do político as relações de extermínio do *outro*, juízo que sugerimos não pertencer a este plano, senão o de sua mais radical negação, a este domínio cuja nobreza humana reside precisamente nos esforços por evitar o sacrifício de vidas, nas múltiplas dimensões que isto possa supor.

Quando a violência é atualizada pela posição secundária em que Schmitt aparentemente a propõe em sua *Der Begriff des Politischen*, quando ela realmente se manifesta, então, aqui sugerimos que isto se deve a que já terá sido abandonado o âmbito do político propriamente dito. Contudo, esta é posição amplamente negada por Schmitt, para quem, é neste momento de enfrentamento radical que poderemos perceber o grau de intensidade com que o inimigo é enfrentado (*cf.* SCHMITT, 2002a, p. 38), designador de todo o político.

²²⁴¹ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] o argumento de Schmitt não é uma recomendação normativa nem tampouco ele arrazoa que a existência política seja “nada mais do que uma guerra sangrenta””.

²²⁴² O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] como se o político fosse nada mais do que uma guerra sangrenta”.

Esta é uma leitura excludente da interação dialógica em que adentramos em um outro terreno, o do puro belicismo e, sugerimos, o da pura barbárie. Nestes termos, podemos considerar o argumento de que a violência ou, mesmo, a guerra no âmbito do político, constitui tão somente um caso de exceção ou um momento excepcional (*cf.* FERREIRA, 2010, p. 85). Ainda quando concedamos que a guerra com o inimigo externo seja uma eventualidade histórica, por outro lado, permanece sem resposta aquela que talvez seja a principal questão de que nos ocupamos, a saber, a das práticas violentas contra os inimigos internos indicados pela figura do soberano e merecedores do extermínio. Com isto, sugerimos, não presenciariamos nos regimes totalitários, como sugere Arendt, dentre outros, a prática da violência como uma exceção ou um momento excepcional como aponta Ferreira, senão ao contrário, esta é mesmo a sua prática.

Nossa direta sugestão quanto à delimitação do político vem no sentido de tomá-lo como uma esfera de esforços orientados pela minimização de conflitos, embates e sacrifícios humanos. Esta noção evidentemente conflita de modo direto com a tradição schmittiana, a qual foca o político precisamente na gradação elevada do embate. Isto resta claro quando nos fala que o próprio sentido do político, por intermédio de seus dois conceitos de amigo e inimigo, encontra-se em que “[...] daß sie insbesondere auf die reale Möglichkeit der physischen Tötung Bezug haben und behalten”. (SCHMITT, 2002a, p. 33).²²⁴³

Portanto, na medida em que propomos que o político encontre sua fronteira e limite máximo justamente em um momento anterior ao da comissão da violência, a nossa aposta não pode menos do que se sujeitar a seguir caminho paralelo ao projeto schmittiano. A aposta schmittiana pode ser entendida à luz da filosofia política clássica dos contratualistas, destacadamente Hobbes. Schmitt parte de uma visão antropológica

²²⁴³ O texto acima compreende a seguinte possibilidade de tradução: “[...] pelo fato de ter e manter primordialmente uma relação de possibilidade real de praticar o aniquilamento físico”.

inversa à rousseauniana do bom selvagem, que aposta na hobbesiana em que tem lugar a exaltação do momento de enfrentamento da guerra de todos contra todos, e de que isto se transforma de sorte a já não representar uma situação transitória e/ou excepcional (*cf.* BORÓN; GONZÁLEZ, 2006, p. 159).

Esta leitura de traços antropológicos hobbesianos em Schmitt opera no sentido de produzir a projeção do político rumo a uma constituição típica do período pré-social, ou seja, de sua reintrodução no estado de natureza, o qual serviria como parâmetro para o fenômeno do político (*cf.* SLAGSTAD, 1997, p. 115). Esta hipótese de Slagstad sugere-nos que o movimento de Schmitt permite que não volte a triunfar apenas o mais forte, mas também o mais feroz, pois, uma vez instaurada a sociedade civil hobbesiana, o Leviatã não disporá de tantos, indiscriminados e arbitrários poderes como o soberano schmittiano, algo que, entrelinhas, ele mesmo admitirá.²²⁴⁴ Esta leitura do político em Schmitt faz retroagir a força do argumento meramente ao estágio do argumento da força, sem a projeção de argumento que torne explícita qualquer concepção antropológica do bom homem rousseauniano.

Apesar de reconhecidas, as disfunções nem sempre são devidamente apontadas, o liberalismo, alvo dos múltiplos ataques de Schmitt, de fato, pouco pode oferecer ao regime em que as liberdades são menosprezadas de forma doutrinária e sistemática. Uma delas, a de que o liberalismo pretenderia despolitizar o âmbito do político e, passo

²²⁴⁴ Em obra destinada ao estudo de Hobbes, datada de 1938, quando já buscava temática que não o implicasse diretamente com os assuntos mais caros ao nacional-socialismo, Schmitt sublinhara que (a) “El Leviathan se convierte [...] en una gran máquina, en un gigantesco mecanismo al servicio de la seguridad de la vida física terrena de los hombres dominados y protegidos por él” (SCHMITT, 1990b, p. 34), muito embora, reconheceria Schmitt, que em Hobbes tampouco a instituição do Estado em torno a esta sua função assecuratória básica, compunha para o inglês, (b) “[...] ni mucho menos, un paraíso terrenal” (SCHMITT, 1990b, p. 34). Aos textos citados acima sugerimos as seguintes livres traduções: (a) “O Leviatã se converte [...] em uma grande máquina, em um gigantesco mecanismo a serviço da segurança da vida física terrena dos homens dominados e protegidos por ele”; (b) “[...] nem muito menos, um paraíso terreno”.

seguinte, negaria o seu caráter político. Este, para Schmitt, consiste no contrário desta aproximação do Estado liberal, a saber, na politização de tudo, ou seja, como diz Suárez, trata-se de um movimento de “[...] politização de todas as esferas da vida social” (SUÁREZ, s/d, p. 48). Em absoluto próximos, Borón e González chamam a atenção de que tudo é político em Schmitt, em suma, de que há uma “[...] hiperpolitização da vida social” (BORÓN; GONZÁLEZ, 2006, P. 160), a qual, por certo, cobra pesadas consequências. Encontramos em Schmitt a união concreta e simbiótica do político e da guerra (*cf. Ib.*). Aqui nos deparamos com que o núcleo do conceito do político não poderá de modo congruente negar que nele se encontre um movimento de apologia da violência que está implícita no discurso de eliminação do *outro* contido nos textos schmittianos.

A leitura crítica ao liberalismo parece-nos equivocada quando remete a esta análise, que é apenas uma das possíveis angulações possíveis a respeito da questão da despolitização supostamente propiciada pelo liberalismo²²⁴⁵ segundo normas da própria racionalidade da ordem de mercado (*cf. MATOS, 2003, p. 47*).²²⁴⁶ O liberalismo não enfrenta e nem tenta deslocar o político para um segundo plano mas, antes, o coloca como mediador dos conflitos que, perfeitamente, os admite em seu roteiro de

²²⁴⁵ Outra das dimensões possíveis, e muito importantes, para estabelecer a crítica schmittiana à intervenção do liberalismo sobre o político e seu suposto efeito despolitizador diz respeito ao sobrepassamento das virtudes técnico-burocráticas e capitalistas sobre a dimensão das decisões políticas.

²²⁴⁶ Segundo Olgária Matos, a habitual associação entre democracia e economia liberal, em termos similares à proposta teórica de Schmitt, permite-nos vislumbrar a predominância da ideologia e da racionalidade tecnológica (*cf. MATOS, 2003, p. 47*). É neste sentido que se torna que “[...] todas as decisões de política econômica passam por decisões técnicas” (MATOS, 2003, p. 47-48). Conforme comenta Matos, encontramos neste movimento de aproximação entre democracia e economia liberal o resultado de que esta última, consigo, aporta “a figura do especialista competente, e o que resta do ideário da liberdade transfere-se para o consumo [...]” (MATOS, 2003, p. 48). Alguns detalhamentos sobre a aproximação entre o liberalismo, o político e o financeiro podem ser encontrados no capítulo VII deste trabalho doutoral.

organização do Estado.²²⁴⁷ Contudo, o político ao qual Schmitt considera vitimado pelo liberalismo é um conceito atravessado, em cujo cerne habita a possibilidade da eliminação (*Vernichtung*) do *outro*, uma admitida “*physische Tötung*” (SCHMITT, 2002a, p. 33),²²⁴⁸ algo que, uma vez mais, nos remete a que o conceito do político envolve a prática e a comissão extrema do ataque físico por meio do extermínio. Nestes termos, a suposta crítica schmittiana ao liberalismo como neutralizador do político termina, em verdade, por constituir um gabo às suas virtudes pacificadoras perante o potencial de barbárie prenunciador em seu texto.

Como foi sendo analisado no decorrer deste trabalho, para Schmitt a ordem liberal não apenas constitui um profundo desvalor como esta circunstância engendra a necessidade de um combate sem trincheiras no sentido de promover a sua superação histórica. É também perceptível no autor um movimento que o antepõe àquilo que contemporaneamente as democracias ocidentais consideram como um forte componente da esfera do político, a saber, a participação como a influência nos mecanismos de decisão e, ainda mais importante, a interferência e efetiva fiscalização do poder. Há em Schmitt toda uma lógica filosófico-política que remete às argumentações de sua teologia política bem como às bases do conservadorismo revolucionário que lhe inspira, no sentido de que a figura do soberano não poderá encontrar-se submetida a qualquer espécie de controle popular, sob pena de desconfigurar a essência do seu conceito.

Nossa compreensão de um poder assim concebido em sua relação com o político é de que, malgrado a expressa referência schmittiana de que o conceito do político encontra sua aplicação última como mera possibilidade do extermínio físico, esta se

²²⁴⁷ Quanto à crítica ao liberalismo endereçada por Schmitt, interessa considerar a interpretação realizada por Strauss, segundo quem o trabalho schmittiano aparece apenas como um liberalismo com sinal invertido (ver STRAUSS, 2008d), ideia esta amplamente difundida entre os seus comentaristas. Dentre outros, ver DYMETMAN, (2002, p. 125).

²²⁴⁸ O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “eliminação física”.

revela, em verdade, o ponto nevrálgico de toda a argumentação. Retomamos aquele que parece ser o ponto central da questão, qual seja, o de que o político manifesta sua genuína forma e toda a sua excelência justamente quando a mera possibilidade de conflito se apresente. Reputamos ser exatamente este o momento em que o político reclama a sua intervenção, legitimada pela busca da amenização de prejuízos e dores humanas de todo tipo. Neste momento o político reclama a sua atualidade não como agravador do conflito ou agravador de sua intensidade mas, antes, como o movimento contrário.

A capacidade de mediação aqui sugerida como elemento verdadeiramente essencial do político não poderá permitir a inclusão em seu âmago de seu antípoda lógico, a saber, o conflito aberto, violento, que aqui servirá exatamente como marca definitiva do território do antipolítico por antonomásia. Esta proposta do político torna intransitável a recepção do conceito schmittiano que encontra dentro de seus limites teóricos a possibilidade de realização da violência. Esta é a posição em que a nossa leitura do político contém uma implícita tarefa de enfrentamento com a proposta do político realizadora, mesmo que no caso extremo (*Ernstfall*),²²⁴⁹ da violência. A leitura aqui sugerida como denotadora da essencialidade do político é fundamentalmente um instrumento que colida e desconstrua as possibilidades de materialização da barbárie.²²⁵⁰

²²⁴⁹ Para o termo *Ernstfall* há também a tradução de alguns comentaristas como Löwith, a sugerir de forma bastante adequada o termo “caso de emergência”. (LÖWITH, 2006, p. 58).

²²⁵⁰ Há leituras de comentaristas como Ferreira que estabilizam o conceito schmittiano do político em um ponto de não unificação do político em torno ao conceito de violência, uma mera potencialidade em um horizonte incerto dos conflitos humanos. Isto sim, a leitura enfatiza que Schmitt não propõe uma concepção belicosa do político (cf. FERREIRA, 2010, p. 90). Nossa leitura, inversa, apoia a interpretação de que o político exige esforços especificamente quando os conflitos adquirem um ponto de tensão mais intenso, e que uma vez suspensa a política, então é neste momento que têm lugar a suplantação e a ruptura do político.

Schmitt também manifesta a sua posição a respeito do político quando, em seu *Der Begriff des Politischen*, admite que o liberalismo se apresenta como um antípoda teórico da sua compreensão do político, apoiado que está nos valores burgueses.²²⁵¹ Resta clara a incompatibilidade entre um conceito liberal do político, eminentemente pacifista e dedicado ao entendimento do estrangeiro, do diferente ou meramente *outro*,²²⁵² da leitura schmittiana, cujo foco encontra-se na homogeneidade (*homogenität*) e no conflito. A neutralização da violência típica da cultura liberal e de seu projeto político não pode encontrar guarida em qualquer recôndito espaço do pensamento político schmittiano, pois o político é definido como sendo “[...] jedenfalls immer die Gruppierung, die sich an dem Ernstfall orientiert”. (SCHMITT, 2002a, p. 39).²²⁵³

A partir do texto de Schmitt, é reconhecido como exercendo um papel importante que “[...] o liberalismo [...] [*procura*] diluir os antagonismos políticos em contraposições despojadas de toda carga polêmica” (FERREIRA, 2010, p. 76) e esta não era, em absoluto, uma ideia compatível com o agrupamento em torno da luta contra o inimigo, tivera isto lugar em situação de emergência ou mera ameaça a normalidade. A

²²⁵¹ Schmitt detectava a aplicação de valores burgueses como o pacifismo aos mundos da cultura, da política e do direito. Um dos indícios da viabilidade desta leitura encontra-se em sua *Der Hüter der Verfassung*, na qual comenta que os direitos fundamentais presentes na Constituição weimariana eram, explicitamente, de inspiração burguesa. Este é um traço que se mantém ligado a uma interpretação da neutralidade do Estado bem como com suas interferências em outros domínios, como no da política e da religião. A ética individualista que subjaz a toda argumentação liberal encontra-se refletida neste documento legal, de sorte a impedir a que a nova ordem de poder emergente no final dos anos 20 pudesse afirmar uma outra perspectiva política de viés altamente totalitário.

²²⁵² É bastante disseminada a ideia de que existe uma consagrada perspectiva liberal em favor da prática do entendimento tomando como base um prévio estágio de conflitos. Sem supor um momento seguinte idílico, caracterizado pela total ausência de conflitos, o que a teoria liberal propõe é uma convivência tornada possível por intermédio de limites mínimos de pacificação e entendimento.

²²⁵³ O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] em todo caso é sempre o agrupamento que é orientado pela perspectiva de um caso de emergência”.

dissolução do inimigo em Schmitt encontra seu lugar certo na admissão de que há contatos possíveis entre os atores em conflito sem que estes possam se dar com vistas a mediações que impliquem o encontro da conveniência mútua, posto que sequer existe a possibilidade de mediação imparcial,²²⁵⁴ senão que, sempre, em alguma forma e medida, comprometida com valores políticos.

Naquelas circunstâncias em que Schmitt escreve e segundo o viés que empresta ao seu próprio texto, ser um estrangeiro (*Fremde*) ou um meramente representar a figura do *outro* (*anderen*), ou seja, um personagem alheio às raízes mais profundas do que em outro momento aparecerá em Schmitt sob o conceito de *Volksgeist* (espírito do povo),²²⁵⁵ implicava o risco do extermínio. Esta era circunstância ínsita nos termos schmittianos do político para que pudesse ter lugar a realidade da homogeneidade (*homogenität*) democrática, era a própria condição para que a unidade (*Einheit*) democrática pudesse ser realizada.²²⁵⁶ Assim, a homogeneidade se apresenta como

²²⁵⁴ A este respeito nos diz Schmitt que: “[...] der Fremde, und es genügt zu seinem Wesen, daß er in einem besonders intensiven Sinne existenziell etwas anderes und Fremdes ist, so daß im extremen Fall Konflikte mit ihm möglich sind, die weder durch eine im voraus getroffene generelle Normierung, noch durch den Spruch eines „unbeteiligten“ und daher „unparteiischen“ Dritten entschieden werden können” (SCHMITT, 2002a, p. 27). O texto comporta a seguinte livre tradução: “[...] o estrangeiro, de modo que, no caso extremo, há possibilidade de conflitos com ele, os quais não podem ser decididos por uma norma geral previamente estipulada bem como tampouco por uma decisão desinteressada e imparcial de uma terceira parte”.

²²⁵⁵ Neste aspecto, conforme vimos nos capítulos desta tese doutoral dedicados ao conservadorismo revolucionário e suas conexões nacional-socialistas, encontramos uma conexão com o pensamento schmittiano que ganharia maior projeção após o seu conceito de homogeneidade ser transladado da dimensão teórica à prática totalitária, ainda quando sem referência expressa a sua origem schmittiana.

²²⁵⁶ Encontramos em Schmitt uma manifesta oposição ao estrangeiro (*das Fremde*), personificação da alteridade, potencial risco, a um esquema existencial, que se encontra arraigado na *Weltanschauung* tanto do conservadorismo revolucionário como do nacional-socialismo, na medida em que em ambos é latente a valorização do *Volk*, conceito que expressa um germanismo de fundo histórico a ser resgatado pela intermédio da atualização de mitos e da proteção à raça ária. Para uma análise da dimensão econômica que lhe foi concedida como forma de aglutinar forças em torno da questão da homogeneidade racial e da união política em torno do *Führer*, ver HITLER, (2007, p. 123-124).

condição de possibilidade para a unidade (*Einheit*) (cf. SCHEUERMAN, 1997c, p. 31) e esta unidade é plenamente admitida como a própria base de sua noção de democracia (cf. MOUFFE, 2003, p. 59). Esta noção de homogeneidade não é uma ideia que lhe surja quando esteja avançada a década de 30 e a adesão de Schmitt ao nacional-socialismo já seja uma realidade posta. Ao contrário, este movimento teórico tem lugar em 1923, quando Schmitt dedica ampla atenção à crítica da democracia liberal. Esta foi oportunidade em que Schmitt confirmou com todas as letras que o seu conceito de democracia não apenas dependia do trato diferente dos diferentes e, passo seguinte, da realização da homogeneidade (*homogenität*), aspecto para o qual em 1933 alertaria Forsthoff, no sentido de que

The awareness of homogeneity within species and national identity [*volkliche Zusammengehörigkeit*] becomes actual in the ability to recognize the difference of species and distinguish friend from enemy. (FORSTHOFF, 2000, p. 322).²²⁵⁷

Schmitt não esteve em qualquer momento solitário em suas argumentações. A este respeito, seu discípulo Forsthoff sublinha o papel exercido pela homogeneidade (*homogenität*) em sua conexão com a posterior e necessária diferenciação entre amigo e inimigo. O passo dado por Forsthoff para tudo coincide com o de Schmitt, quando afirma que “Zur Demokratie gehört also notwendig erstens Homogenität und zweitens – nötigenfalls – die Ausscheidung oder Vernichtung des Heterogenen” (SCHMITT, 2010a, p. 14).²²⁵⁸ Deste trecho resta pouco claro para nós como Schmitt propõe a homogeneidade (*homogenität*) sem a prévia intervenção das políticas homogeneizantes ou instituintes da eliminação (*Vernichtung*) da diferença.

²²⁵⁷ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “A consciência da homogeneidade entre as espécies e a identidade nacional [*volkliche Zusammengehörigkeit*] tornam-se reais para a habilidade de reconhecer a diferença entre as espécies e distinguir entre amigo e inimigo”.

²²⁵⁸ A tradução sugerida para o texto acima é: “A democracia deve, em um primeiro lugar, ter homogeneidade para, em um segundo plano, se isto for preciso, eliminar ou aniquilar o heterogêneo”.

O que resta absolutamente claro é que Schmitt aposta no extermínio como um instrumento inexorável do político. Confirmada a homogeneidade, será necessário que a liderança política do Estado, por intermédio do *Führer*, pratique a habilidade de diferenciar amigos de inimigos (Forsthoff), movimento este consolidador da democracia (Schmitt). Fundamental pergunta que se segue é sobre quem determina, e quando é necessário, quem haverá de ser reputado como inimigo, e, momento seguinte, decidirá sobre o extermínio do elemento provocador da indesejada heterogeneidade antidemocrática em seu sentido schmittiano. Quem decide quando praticar a homogeneização (*homogenisierung*) por meio da ordem de matar não pode ser a figura controladora e soberana que habita o coração do Estado, ou seja, aquele que decide, o soberano, como diz Schmitt em sua *Politische Theologie*.²²⁵⁹

A figura do *outro* sobre quem recai o infortúnio do extermínio pode ser aproximada a algumas referências da tradição conservadora, especificamente em certo trecho de Spengler, em que procura aproximar o conceito de não-pertencimento a uma cultura ao conceito de estrangeiro (*cf.* SPENGLER, 2009b, p. 407). Spengler não aprofunda nesta diferenciação conceitual como faria Schmitt. Sem embargo, é presente nas entrelinhas do texto de Spengler a ideia de que o conceito de bárbaro ou infiel é, em todo caso, um *outro*, a quem se pode caracterizar, ao menos, por “[...] una diferenciación en el ritmo de la existencia, diferenciación que traza un límite infranqueable en todas las cosas profundas” (*cf.* SPENGLER, 2009b, p. 407).²²⁶⁰ Esta profundidade de diferença na existência pode ser aproximada à diferença existencial lida por Schmitt como de factível justificação do enfrentamento e extermínio, quando

²²⁵⁹ De qualquer forma, o que resta absolutamente claro disto é que se trata de uma forma de instauração definitiva da homogeneidade, conceito que migraria facilmente para a esfera racial quando do nacional-socialismo, embora Schmitt não tenha sugerido durante a década de 1930 tal aplicação deste conceito.

²²⁶⁰ O texto permite a seguinte tradução: “[...] uma diferenciação no ritmo da existência, diferenciação que traça um limite infranqueável em todas as coisas profundas”.

afirma que “Gibt es wirklich Feinde in der seinsmäßigen Bedeutung, wie es hier gemeint ist, so ist es sinnvoll, aber nur politisch sinnvoll, sie nötingenfalls physisch abzuwehren und mit ihnen zu kämpfen”. (SCHMITT, 2002a, p. 50).²²⁶¹

Neste contexto, em que a inimidade existencial justifica a eliminação física (Schmitt) e que também aparece desenhada na tradição conservadora como uma diferenciação insuperável da existência (Spengler), advém a figura do *outro* apresentada como dotada de intrínseca capacidade de negar aquilo que “*eu*” (e aquilo que comigo o grupo de amigos compartilha) sou e represento, ou seja, como dissera Spengler, trata-se de um outro e profundamente diverso ritmo de existência (cf. SPENGLER, 2009b, p. 407). Em Schmitt ocorre a negação radical do *outro* na denegação de seu direito à existência, quer seja ele individual ou coletivamente considerado, posto que atentório ao *modus vivendi* do “*eu*” e seu meio, sendo desconsiderado em absoluto que quaisquer formas de vida alternativas sempre compreendem riscos e ameaças a todas as demais formas de existência, quer considerados os seus aspectos morais, políticos ou religiosos.

Schmitt objetiva a consideração da eliminação pela possibilidade de que a ação positiva denegatória da existência do outro implique uma afirmação de um determinado modo de vida contra o qual o outro compete de forma decisiva. Sem embargo, quando Schmitt indica que o aniquilamento físico da vida humana (*solche physische Vernichtung menschlichen Lebens*) (cf. SCHMITT, 2002a, p. 50) demanda que o sujeito demanda que o sujeito esteja em posição de afirmar a própria condição existencial de seu ser, o autor tampouco impõe qualquer mínima garantia, posto que não há algum modo de vida que não estabeleça competição com outros com os quais discrepe. A ameaça é real, radical e atual, e para isto Schmitt apenas sugere que deva ser

²²⁶¹ Ao texto sugerimos a seguinte possível e livre tradução: “Quando realmente há inimigos no sentido existencial da expressão, como afirmamos aqui, então tem sentido, mas apenas sentido político, quando necessário repeli-los fisicamente e lutar com eles”.

considerada legítima a hipótese de uma defesa última que permita o extermínio do *outro*.

Obviamente que não se trata de uma alternativa da qual se ocupe Schmitt, mas há alguma no que tange a sua oferta de resolução da questão tão somente no puro enfrentamento. Assim, por exemplo, as democracias contemporâneas podem refletir, desde Berlin, quanto à incomensurabilidade da oposição de valores. Esta irreducibilidade de mundos e de valores permite evitar a opção schmittiana de redução do político ao bárbaro extermínio daquele que impõe ameaça ao “*meu*” mundo.

O existencialmente distinto soa de tal modo ofensivo para Schmitt que a sua sugestão da eliminação se mostra compatível com o seu texto. O existencialmente distinto se constitui em mais do que um mero risco. O diferente atua sob o signo da imprevisibilidade quanto às possibilidades de sua estabilização legal²²⁶² em um mundo marcado pela malignidade natural de seus habitantes. A estabilização legal revela incompatibilidade com o texto schmittiano por força de que o processo de identitarização,²²⁶³ conforme já identificado em seu momento por Derrida,²²⁶⁴ supõe a

²²⁶² Interessaria em outro momento retomar a ideia de quão certa, e congruente, poderia realmente ter sido a ideia de estabilização em Schmitt, quando o autor parte, bem como a tradição conservadora que lhe dá suporte, de uma leitura instável do humano *per se*. Neste sentido é possível estabelecer um paralelo com o Shakespeare que descreve a natureza humana em *O Rei Lear* como essencial e inarredavelmente má. Ali se encontra a figura do caos que coordena os assuntos do cosmo orientados pela intrínseca maldade do ser humano. Invencível natureza, o homem há de se entender com a organização de um coletivo marcado por suas vicissitudes.

²²⁶³ Visivelmente encontramos com comentaristas schmittianos de diversas tradições críticas que sustentam que a possibilidade de afirmação da identidade em Schmitt possui um eixo fundamental, a saber, o *outro*. É a partir do conceito de inimizade, que necessariamente supõe o *outro* e a diversidade, que o conceito de identidade pode ser formado, ou seja, que o conceito de homogeneidade pode vir a ter lugar no mundo. Para tanto, o *outro*, divergente por antonomásia, é uma condição necessária, embora não suficiente. Portanto, quando Schmitt sugere a eliminação do *outro*, nos põe em contato com um tópico que aponta para a inviabilização de sua própria concepção do político como enfrentamento, posto que eliminado o ponto de divergência que permite a afirmação do *eu mesmo*. Por outro lado, esta eliminação implica a suspensão da possibilidade de formação dos grupos políticos entre amigos e inimigos, já que o

interferência na própria constituição da situação dos indivíduos. O Estado se projeta e avança progressivamente por meio do uso da força como regra de sua intervenção, com o escopo de promover a identitarização reclamada pela nova ordem democrática. Este instrumento já não será mera exceção, senão que esta tipologia estatal irá reclamá-lo conceitualmente, não se submetendo à pacificação (burguesa) ou à estabilidade almejada por uma aspiração à segurança (burguesa).

O processo de identidade aventado por Schmitt aparece como uma dívida do individualismo liberal. A este respeito, segundo a leitura de Mouffe, “[...] el individualismo liberal no es capaz de comprender la formación de identidades colectivas [...]” (MOUFFE, 1999a, p. 155),²²⁶⁵ crítica que tampouco explica, justifica ou sequer coloca em melhor posição o movimento schmittiano de procurar eliminar a diversidade, individual ou coletivamente. Portanto, ainda que seja certa a crítica de Mouffe, permanecemos com o problema intocado no âmbito da filosofia política schmittiana. Assim, o que parece certo é que em Schmitt se faz presente e atual um conceito do político que, tal e como observa criticamente Mouffe ao liberalismo, mostra-se incapaz de incluir o *outro*. Ao entender este como um elemento indispensável

inimigo deixa de existir. Convém recordar que esta é a própria base lógica e teórica de todo o desenvolvimento do conceito do político schmittiano, e, por conseguinte, o ideal schmittiano suporia o desaparecimento do conceito do político que Schmitt tanto opõe ser uma tarefa da qual se ocupam os seus detratores e liberal-burgueses em geral.

²²⁶⁴ É a própria Mouffe quem retoma a leitura de Derrida a este respeito em alguns trechos de seu trabalho, ao reconhecer que o processo de inclusividade nas sociedades liberais – cujo movimento sugerimos ser, de certa forma, equivalente ao processo de identitarização em Schmitt – demanda um “exterior constitutivo” (MOUFFE, 1999a, p. 159), ou, em Derrida, “[...] un exterior a la comunidad que es lo que hace posible su existencia [...]” (apud *Ib.*), ideia que repete algumas em outro capítulo do mesmo texto adiante sem modificações (ver MOUFFE, 1999, p. 191). Ao texto citado ao início desta nota sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] um exterior a comunidade que é o que torna possível a sua existência [...]”.

²²⁶⁵ O texto permite a seguinte tradução: “[...] o individualismo liberal não é capaz de compreender a formação de identidades coletivas [...]”.

para a possibilidade da formação da identidade por definição, Schmitt encontra-se na posição de alvo, antes do que de fonte, da crítica de Mouffe.

Para Schmitt a afirmação da posição de identitarização coletiva, de uma necessária homogeneização (*homogenisierung*), equivale a colocar a condição de possibilidade da democracia. Inviabilizar a dissidência e a condição essencial do *outro* é um momento necessário para a formação não conflitiva da identidade de sua sociedade de corte totalitário-ditatorial que, recordemos, é compatível com o seu conceito de democracia, conforme vimos nos capítulos anteriores. Em Mouffe, contudo, há um movimento teórico que, se não visa eludir, tampouco destaca este problema em Schmitt.

Mouffe sugere uma diferenciação conceitual entre antagonismo e agonismo cuja base teórica encontra-se em sua proposta de superar as deficiências homogeneizantes que a autora identifica no pensamento schmittiano. O conceito de antagonismo é entendido como uma luta entre inimigos, referente ao próprio conceito do político schmittiano (*cf.* MOUFFE, 2003, p. 114), um enfrentamento que pode adotar muitas formas, violentas, inclusive, cujo recrudescimento aponta para a implosão da ordem (*cf.* MOUFFE, 2003, p. 117). Mouffe, contudo, realiza um movimento de distanciamento deste conceito eminentemente schmittiano e destoante das perspectivas teóricas da democracia liberal contemporânea, cuja filiação é reclamada pela autora.²²⁶⁶ Este distanciamento é tentado por meio da elaboração do conceito de agonismo que, pretensamente, poderia exercer função de distensionador e estabilizador de um conceito schmittiano do político ligado ao antagonismo, marcado pela associação às práticas

²²⁶⁶ Embora assumo esta postura, Mouffe não desarticula a sua verve crítica contra correntes liberais às quais atribui a tentativa de neutralizar o conceito do político (entendido como enfrentamento) por meio de recursos teóricos ao consenso racional-dialógico. Não discordamos da autora quando assume que “Una democracia que funciona correctamente exige un enfrentamiento entre posiciones políticas democráticas legítimas” (MOUFFE, 2009b, p. 37). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “Uma democracia que opera corretamente exige um enfrentamento entre posições políticas democráticas legítimas”.

violentas. Mouffe sugere como opção o conceito de agonismo para intervir no político, em substituição ao antagonismo.

O conceito de antagonismo em Mouffe aporta a ideia da redução do inimigo a condição de mero adversário, com o que a hostilidade, ao menos aparentemente, restaria atenuada, quando não propriamente domesticada. Com isto Mouffe não pretende retirar o conflito da dimensão do político, algo que, isto sim, critica a teoria deliberativa da democracia, movimento este que implicaria a aceitação da crítica schmittiana de que pensar o político sem enfrentamento é corromper e exterminar o próprio conceito. Mouffe mantém, portanto, o seu discurso no necessário âmbito teórico do schmittianismo, a saber, da compreensão do político como enfrentamento, mas, ao menos pretensamente, fazendo operar o conflito em uma esfera que denomina de “[...] consenso conflictual” (MOUFFE, 2009b, p. 58),²²⁶⁷ regras do jogo para o embate entre adversários, como sustenta Natter em sua leitura mouffeana (cf. NATTER, 2001, p. 28).

A sugestão de atenuar as relações no âmbito do político, entendido este nos limites da prática da violência (antagonismo) para passar a entender o *outro* (inimigo) como mero adversário (agonismo) implica, a rigor, a aceitação da luta entre meros adversários (cf. MOUFFE, 2003, p. 115).²²⁶⁸ Segundo o pluralismo agonístico mouffeano o adversário deixa de ser pensado como um inimigo a destruir²²⁶⁹ para ser pensado como “[...] alguien cuyas ideas combatimos pero cuyo derecho a defender dichas ideas no ponemos en duda” (MOUFFE, 2003, p. 114-115),²²⁷⁰ ou seja, como

²²⁶⁷ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] consenso conflitivo”.

²²⁶⁸ A rigor, esta diferenciação conceitual realizada por Mouffe encontra referência em chave teórica de uma ideia que já se encontra posta nos conceitos schmittianos de *hostis* e *inimicus*. Portanto, embora reelaborado, este movimento de Mouffe já havia sido de certa forma sugerido por Schmitt.

²²⁶⁹ Neste momento, implicitamente admite Mouffe que a posição ocupada pelo inimigo (antagonista / *hostis*) pode ser entendida como alguém a quem se pode “destruir”. (MOUFFE, 2003, p. 114).

²²⁷⁰ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] alguém cujas ideias combatemos, mas cujo direito a defender ideias não colocamos em dúvida”.

adversário que, malgrado possa lutar encarniçadamente, o fará segundo os termos de um “[...] conjunto compartido de reglas [...] – a pesar de irreconciliables en última instancia – son aceptadas como perspectivas legítimas”. (MOUFFE, 2009b, p. 58).²²⁷¹

O que propõe a autora é que o pluralismo agonístico deve ocupar-se com a transformação do antagonismo em mero agonismo (*cf.* MOUFFE, 2003, p. 116, 129),²²⁷² focalizando a política democrática a construção de um marco dentro do qual possam os conflitos ter lugar, caracterizados estes como conflitos agônicos, e não antagonônicos, entre inimigos conforme a proposta schmittiana. Em suma, tratar-se-ia de evitar a agudização dos antagonismos por intermédio de uma alternativa agônica antes do que supor a possibilidade da erradicação do conflito em si mesmo (*cf.* MOUFFE, 2009b, p. 23, 37). Neste ponto nevrálgico da teoria schmittiana representado pela abordagem do conflito é que Mouffe se distancia do autor a quem reclama a tradição, e precisamente para pensar a crítica do Estado liberal e democrático a partir de uma angulação do político, para nada convergindo com a leitura schmittiana.

Quando Mouffe faz esta transição para um conceito do político agônico sustentamos que ela se desliga profunda e inexoravelmente do político schmittiano, que não contempla sequer distantemente a ideia mouffeana de “[...] no [...] condonar las ideas a las que nos oponemos [...] sino tratar a quienes los defienden con legítimos oponentes” (MOUFFE, 2003, p. 115),²²⁷³ em suma, que “Un adversario es un enemigo,

²²⁷¹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] conjunto compartilhado de regras [...] – apesar de irreconciliáveis em última instância – são aceitas como perspectivas legítimas”.

²²⁷² Neste mesmo sentido, em outro texto Mouffe sustenta que “El modelo adversarial debe considerarse como constitutivo de la democracia porque permite a la política democrática transformar el antagonismo en agonismo” (MOUFFE, 2009b, p. 27). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “O modelo adversarial deve ser considerado como constitutivo da democracia porque permite à política democrática transformar o antagonismo em agonismo”.

²²⁷³ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] não implica desculpar às ideias as quais nos opomos [...] mas sim tratar a quem os defende com legítimos oponentes”.

pero un enemigo legítimo, un enemigo con el que tenemos una base común porque compartimos una adhesión a los principios ético-políticos de la democracia liberal: la libertad y la igualdad”. (MOUFFE, 2003, p. 115).²²⁷⁴

Este é um claro movimento da autora que visando constituir uma esfera do político cuja intensidade conflitual se mostre diferenciada por sua atenuação desde o conceito de agonismo. Este conceito é constituído por uma firme aposta no pluralismo liberal, respeito ao adversário, o que Mouffe aponta como sendo um “[...] cambio radical en la identidad política” (MOUFFE, 2003, p. 115).²²⁷⁵ O problema central da estratégia de Mouffe é que tal atenuação conceitual por ela sugerida implica, simplesmente, distanciar-se do conceito do político conforme os termos em que este é elaborado por Schmitt, a saber, como radicalização da violência. Este movimento da autora na constituição do político em termos de um pluralismo agônico como forma de superar as carências conceituais schmittianas termina (a) por separá-la da tradição schmittiana ou, e esta nos parece a pior alternativa, (b) ao visar mantê-lo em estado de latência, o conceito do político schmittiano mina e essencialmente socava a sua própria contribuição à crítica da democracia. Sugerimos que, com isto, nos deparamos com um discurso liberal-democrático mouffeano que em absoluto se mostra compatível com qualquer aproximação ao conceito do político de Schmitt, posto que para este a homogeneidade e o combate a qualquer pluralidade é vital, sendo a eliminação do *outro* uma alternativa concreta.

Em seu trabalho Schmitt claramente pontua que no domínio econômico liberal não existe a figura de um inimigo ao qual combater mas, antes, a de um mero

²²⁷⁴ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “Um adversário é o inimigo, mas um inimigo legítimo, um inimigo com o qual temos uma base comum porque compartilhamos uma adesão aos princípios ético-políticos da democracia liberal: a liberdade e a igualdade”.

²²⁷⁵ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] mudança radical na identidade política”.

concorrente, sendo este o domínio em que Mouffe se propõe mover-se teoricamente. Em seus termos, diz Schmitt que “[...] Im Bereich des Ökonomischen gibt es allerdings keine Feinde, sondern nur Konkurrenten, in einer restlos moralisierten und ethisierten Welt vielleicht nur noch Diskussionsgegner” (SCHMITT, 2002a, p. 28).²²⁷⁶ A crítica ao liberalismo procurou transmitir publicamente a figura do inimigo a um mero concorrente econômico. Para Schmitt, o inimigo é identificado não com a figura do mero concorrente (figura criada pelo liberalismo e habitante do mundo econômico) ou o mero adversário (ao qual se opõe o homem privado). A respeito também nos diz Schmitt que ‘Der Liberalismus hat in einem für ihn typischen [...] Dilemma von Geist und Ökonomik den Feind von der Geschäftsseite her in einen Konkurrenten, von der Geistseite her in einen Diskussionsgegner aufzulösen versucht’. (SCHMITT, 1972, p. 28).²²⁷⁷

Os valores burgueses fortemente inseridos no debate público da década de 20 weimariana, como a necessidade de segurança para as relações comerciais, representavam um conceito afinado com o tempo. No âmbito da cultura liberal encontramos a figura de um mero concorrente, antes do que o reconhecimento ao

²²⁷⁶ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] num mundo totalmente moralizado e eticizado talvez apenas restem adversários de discussão”.

²²⁷⁷ Segundo uma tradução livre, temos como resultado o seguinte texto: “[...] o liberalismo procurou, a partir de seu típico dilema entre espírito e economia [...], reduzir o inimigo a um concorrente, na perspectiva da economia, e a um oponente de discussões, na perspectiva do espírito”. A respeito deste trecho de Schmitt encontramos na tradição conservadora revolucionária um apoio em alguns de seus segmentos. Spengler, por exemplo, notavelmente se opõe ao predomínio da economia e do mundo das finanças sobre a esfera do político (*cf.* SPENGLER, 1941, p. 43), ideia que converge com a direta crítica schmittiana ao liberalismo, e que foi aproveitada por setores críticos da esquerda contemporânea direcionada ao liberalismo. Spengler identifica esta predominância do econômico sobre o político como uma das causas da decadência da soberania estatal (*cf.* SPENGLER, 1941, p. 43), argumento apresentado pelo autor no ano de 1932, publicado em 1933, e que converge plenamente com os argumentos schmittianos como os demandados pelos críticos contemporâneos da sociedade liberal que buscam a releitura de Schmitt.

concreto inimigo público (*Feind*). Ainda assim, em outro texto, datado de 1929, *La teoría política del mito*, encontramos em Schmitt a admissão de que sobre a figura do adversário poderiam ser descarregadas todas as emoções de ódio bem como de desprezo (cf. SCHMITT, 2001i, p. 72).²²⁷⁸

Para Schmitt o mundo em que a ética de alguma forma possa interagir com a esfera do político irá deslocar o eixo da maximização da violência para um outro vetor, qual seja, o da indesejada paz burguesa em que restaria tão somente a figura, por certo desprezível, de um *Diskussionsgegner* (adversário). Schmitt não pode apoiar a *Weltanschauung* que dá suporte a este mundo em que já não haveria razões para manter a atualidade do ódio nas relações cotidianas. A identificação do *hostis*, em verdade, ocuparia o lugar de inimigo público (cf. KENNEDY, 1997, p. 47). Sem embargo, em um mundo em que o ódio público e os meios de extermínio não são bem recepcionados, as releituras da obra schmittiana procuram deslocar a crueza de tratamento reservada ao *hostis* para que ocupe a posição de um mero adversário (*Gegner*).²²⁷⁹

²²⁷⁸ Esta abordagem do político que parte de conceitos como inimigo e adversário não abre espaços àquilo que Schmitt denomina de metafísica liberal. Esta tinha o seu foco bastante claro, a saber, no domínio do econômico, em que restavam entronizados valores pacifistas aos quais Schmitt reconhece carregados de um pesado demérito, fundamentalmente antipolítico. A este respeito nos diz o autor que “[...] Im Bereich der Ökonomischen gibt es allerdings keine Feinde, sondern nur Konkurrenten, in einer restlos moralisierten und ethisierten Welt vielleicht nur noch Diskussionsgegner” (SCHMITT, 1972, p. 28). Neste aspecto é possível tender uma ponte entre o pensamento do político em Schmitt e as explorações filosófico-políticas de Sorel em torno à violência, especialmente no que se refere a sua exaltação das virtudes do aguerrimento e do heroico já presentes em seus textos e devidamente reconhecidos por Schmitt (cf. SCHMITT, 2001i, p. 69). A tradução não literal do trecho nos indica: “[...] no domínio do econômico, em verdade, não existem inimigos, mas, tão somente, concorrentes, e em um mundo completamente moralizado e eticizado talvez apenas sobreexistam adversários nas discussões”.

²²⁷⁹ O vocábulo *Gegner* comporta as seguintes traduções, ademais de adversário, e que mantém o mesmo sentido: oponente, opositor. Embora se encontre dicionarizada a possibilidade de tradução por inimigo, obviamente, Schmitt encontrava-se à procura de uma distinção conceitual para este termo relativo ao inimigo, para o qual utilizou *Feind*.

Parte relevante da questão, contudo, é que o *inimicus* em sua acepção schmittiana pode vir a ocupar a posição do *hostis*, bastando para isto nada mais do que o seu reconhecimento como tal pelo soberano, ou seja, aqui temos o *hostis*, não o *inimicus* (cf. DINER, 2000, p. 11). Schwab igualmente sublinha que o inimigo ao qual reservar qualquer tipo de respeito, ou mesmo o amor cristão, encontra o seu destinatário unicamente na figura do *inimicus* (cf. SCHWAB, 1989, p. 51).

Em outro momento Schmitt pondera que o liberalismo procura deslocar o real papel do inimigo, algo que atinge essencialmente o conceito do político, destaque realizado pelo autor ao escrever que “Der Gegner heißt nicht mehr Feind, aber dafür wird er als Friedensbrecher und Friedensstörer *hors-la-loi* und *hors l’humanité* gesetzt [...]” (SCHMITT, 2002a, p. 77).²²⁸⁰ Nisto se encontra a emergente questão de fundo, a aposta de Schmitt que não apenas se distancia profundamente dos potenciais liberais (direitos e liberdades) dos quais derivam a tolerância e a eticização da discussão pública. Para se desmarcar destes objetos tão intensamente quanto possível, poderia lançar mão da cultura conservadora revolucionária de fácil trânsito à época, objetivo para o qual também era este suporte adequado à teoria totalitária.

A tolerância que poderia encontrar algum espaço em Schmitt por força de sua origem religiosa cristã não irá prosperar. Tanto a noção de tolerância quanto a ideia de paz cristã sucumbem perante o conceito do político. A remissão schmittiana à leitura da escritura cristã sustenta que o amor ao inimigo que consta na bíblia não se refere aos *hostis* mas, antes, ao *inimicus* e, portanto, remete a uma mera relação privada (cf. SCHMITT, 2002a, p. 29-30). O inimigo para o qual Schmitt volta a sua atenção, portanto, “[...] ist also nicht der Konkurrent oder der Gegner [...] ist auch nicht der

²²⁸⁰ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “O adversário não se chama mais inimigo mas, em compensação, ele é posto *hors-la-loi* e *hors l’humanité* como agressor e perturbador da paz [...]”.

private Gegner [...]” (SCHMITT, 1972, p. 29).²²⁸¹ Schmitt remete a uma diferenciação entre *inimicus* e *hostis*, conceito este já abordado por Spengler no início da década de 1920, para quem aquele que não pertença à categoria de cidadão também carece de direitos (cf. SPENGLER, 2009b, p. 472), estratégia esta que interessa aos Estados totalitários neste movimento de desconstituir a esfera pública de direitos (cf. ARENDT, 1974, p. 547), onde tudo, então, se torna possível (cf. ARENDT, 1974, p. 536). Quando Schmitt retoma o tema, o conceito de *hostis* é tratado como o inimigo público, aquele a quem enfrentar postos os interesses do Estado, ao dizer claramente que “Feind ist *hostis*, nicht *inimicus* im weiteren Sinne” (SCHMITT, 1972, p. 29).²²⁸² Assim, o inimigo público (*öffentliche Feind*) adquire tal caráter por força de seu enfrentamento ao povo e, portanto, determinável (e passível de derradeiro enfrentamento) pelo Estado.

Desta forma, a posição de Lucas Verdú parece-nos seguir linha acertada ainda quando observado que Schmitt não se dirige ao *inimicus* (inimigo privado) (a quem o catolicismo sugere o perdão) mas sim ao *hostis*, a saber, o inimigo público, a quem tampouco a teologia católica aconselharia dar-lhe a morte. Esta diferenciação conceitual entre *inimicus* e *hostis* realizada por Schmitt em seu *Der Begriff des Politischen*, em 1927, já havia sido parcialmente realizada por Spengler anos antes, precisamente em sua *A Decadência do Ocidente*, de 1923. A leitura de Spengler se detinha especificamente sobre o conceito de *hostis*. A respeito da definição do inimigo como alguém que não pertence ao grupo de cidadãos, como alguém que carece de direitos (cf. SPENGLER, 2009b, p. 472). O *hostis* spengleriano, tal como ocorre em Schmitt, é entendido também como um inimigo ao qual reservar forças para o enfrentamento e combate. De forma próxima chama a atenção Arendt para o fato do

²²⁸¹ Uma tradução livre indica, em referência ao inimigo, que ele “[...] não é o concorrente ou o adversário [...] e tampouco o adversário particular [...]”.

²²⁸² Indica a tradução: “Inimigo é *hostis*, e não *inimicus* no sentido lato”.

[...] caráter apolítico e não-público da comunidade cristã [...] [que] a relação que têm os irmãos de uma mesma família [...] eram sabidamente não-políticas e até mesmo antipolíticas. Jamais existiu uma esfera pública entre os membros de uma mesma família [...]. (ARENDT, 1997, p. 63).²²⁸³

Restringido o campo do *inimicus* ao puramente privado, distanciado do político, restava livre o caminho, portanto, para o extermínio dos inimigos do Estado, *hostis*, indicados pelo próprio Estado, e que se constituem o real foco do texto schmittiano. A virtude ética ausente no conceito democrático de Schmitt em seu conceito do político é reservada tão somente ao *inimicus*, não ao *hostis*. Schmitt diferencia claramente entre normas válidas para o âmbito do *hostis* e outras para o do *inimicus*. Para este último seriam válidos os mandamentos éticos cristãos,²²⁸⁴ certos em seus preceitos piedosos, enquanto para o *hostis*, outro, e bárbaro, é o terreno destinado.

Colocada a questão nestes termos, o perdão e a tolerância, a liberdade e o respeito à vida, a paz e as demais virtudes cristãs, como o tratamento humano pautado pela dignificação do homem, não são grandezas conceituais tornadas compatíveis, senão para alcançar o homem privado em suas relações privadas (*inimicus*). Isto sim, estas virtudes que Schmitt reconhece poder atingir a outros indivíduos em suas relações privadas não sobreexistirão, sob qualquer hipótese, quando o dedo potente e acusador do soberano a eles lhes indique como alguém a quem reputar o título de inimigo do Estado (*hostis*). Em suma, Schmitt cria duas categorias de indivíduos, uma das quais, por sua inapetência, escasso ou nulo impacto político, não será alcançada pela ira de um poder que é capaz de eliminar o *inimicus*. Mesmo reconhecida como uma categoria

²²⁸³ Advém disto o apoio à tese schmittiana de que o conceito de *inimicus* habita a esfera do privado e a concessão dos favores cristãos pode ser entendida pelo fato de ele não habitar a esfera pública – o *locus* exclusivo do *hostis* –, senão que, ademais, como ressalta Arendt, sobre ele recai um caráter apolítico ou até mesmo antipolítico.

²²⁸⁴ Malgrado esta, certo é que Schmitt não realiza qualquer aproximação ao político e ao jurídico a partir de uma perspectiva jusnaturalista cristã, muito embora isto tivesse sido possível.

infensa, a do *inimicus*, cuidadosamente o poder não lhe terminará de isentar da real possibilidade de eliminação, posto que ao poder soberano sempre lhe será dado alterar-lhe a condição de *inimicus* para *hostis*.

Se Schmitt concebe o partilhamento do conceito do inimigo em duas faces, *hostis* e *inimicus*, Mouffe irá realizar idêntico movimento com o conceito de antagonismo (*Gegensatz*). Antes que em Mouffe, Schmitt lançou mão deste conceito ao mencionar que “Der politische Gegensatz ist der intensivst und äußerste Gegensatz und jede konkrete Gegensätzlichkeit ist um so politische, je mehr sie sich dem äußersten Punkte, der Freund-Feindgruppierung [...]” (SCHMITT, 2002a, p. 30).²²⁸⁵ Em Schmitt o conceito de *inimicus* tem utilidade residual, enquanto que o *hostis*, central. Em sua recepção por Mouffe, contudo, na tentativa de compatibilizar aspectos de sua leitura de Schmitt com um liberalismo de difícil consecução, a autora irá ocupar-se prioritariamente do desenvolvimento do conceito de *inimicus*, que não contém o potencial de violência presente no de *hostis*.

Em Mouffe esta diferenciação ocupa um papel amenizador dos embates possíveis no âmbito do político, em que a luta desenvolvida no âmbito agônico representa uma tentativa de tornar factível a coexistência entre os contrários que coabitam uma mesma esfera de valores mínimos, tais como a vida e a liberdade. Há nesta categoria agônica, portanto, um fundo de valores que preexistem compreensivamente a estes embates mouffeanos, cuja fórmula de acordo não é referida diretamente pela autora sobre os termos em que se daria a sua consecução. A tese de fundo da autora para legitimar o embate agônico é a da necessidade, supostamente desconhecida pelos democratas deliberativos, de que sobrevivam

²²⁸⁵ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “O antagonismo político é a mais intensa e extremada contraposição, sendo que qualquer antagonismo concreto será tanto mais político quanto mais se aproxime do ponto extremo, do agrupamento amigo-inimigo”.

diferenças de fundo na sociedade liberal por ela supostamente defendida. Ainda mais, a autora propõe que reconhecer tais conflitos de fundo é uma condição necessária para a sobrevivência de valores essenciais, como a vida e a liberdade, que o seu conceito de agonismo supõe.

Tendo a Schmitt como um de seus pontos teóricos de apoio para a crítica do liberalismo e de seus desdobramentos, Mouffe caracteriza uma democracia vibrante como uma em que as posições contrárias alcançam possibilidade de enfrentamento (*cf.* MOUFFE, 2003, p. 117). Esta é uma das chaves do pluralismo agonístico mouffeano, posto que se apresenta capaz disto enquanto que a ênfase no consenso por parte dos democratas deliberativos não assinalaria neste rumo. Por intermédio do conceito de pluralismo agonístico, Mouffe endereça sua crítica a um modelo que ela acusa de negar o âmbito conflitivo à força da aplicação de um conceito de consenso denegador de tal espaço de embates, capaz, portanto, radicalizá-los em sua concretização democrática.

Esta é a leitura do político entendido como radicalização da democracia que requer o embate, na qual, é certo, sobrevive validamente a teoria de Schmitt, na qual, como se sabe, o embate é o caracterizador da essencialidade do político. Sem embargo, a contraposição da teoria agônica mouffeaniana tampouco nos parece capaz de confrontar visceralmente com os valores da sociedade liberal como a de tipo berliano (ver BERLIN, 2002a). Nesta última todo o conflito não é eliminado por completo, senão ao contrário, posto que o dissenso é mesmo a sua chave explicativa. Algo similar pode ser dito da teoria democrática da justiça de Rawls, por exemplo, em que subsiste uma abertura para o direito de resistência e rebelião.²²⁸⁶

²²⁸⁶ Não é o objeto central de nossa atenção a contraposição da leitura de Schmitt, Mouffe e Rawls quanto ao específico aspecto do direito de rebelião ou resistência. Isto sim, convém sublinhar que tal direito de fundo denota a existência da possibilidade do dissenso dentro de seus limites da teoria liberal e da democracia deliberativa, alvo este do ataque por Mouffe, por ser supostamente incapaz de manter espaço

Mouffe propõe um conceito de pluralismo agonístico segundo o qual o *outro* deixa de ser percebido como um inimigo a ser destruído e passa à condição de adversário (cf. MOUFFE, 2003, p. 114), alguém contra quem combatemos, permanecendo adstrito ao âmbito das idéias, e já não do enfrentamento e eliminação física. A sua proposta agonística apresentaria, como recorda a autora, um potencial para conectá-la com a verdadeira tolerância liberal (cf. MOUFFE, 2003, p. 115). Quanto a este aspecto, é absolutamente possível concordar com Mouffe, com uma exceção, e grave, de que já não mais nos movemos no terreno do conceito do político schmittiano.

Neste conceito dual de *inimicus-hostis*, à semelhança do amigo-inimigo, o foco de Schmitt recairá sobre o segundo deles, quando o autor envia claro sinal de que o terreno conceitual de que se ocupa não será o do *inimicus*. Inseto no campo do privado, não é aquele que interessará a Schmitt, posto que não dispõe da dimensão público-política²²⁸⁷ pois “[...] denn ein Privatmann hat keine politischen Feinde” (SCHMITT, 1933, p. 34).²²⁸⁸ Isto sim, o interesse de Schmitt recairá sobre a figura do *hostis*, inimigo público, ou, como diz Kennedy, “The ‘enemy’ does not refer to a person’s (or a group’s) opponent: it is always a public question because it challenges the existence of

para o conflito. A rigor, parece-nos exatamente o contrário da sugestão de Mouffe, posto que a proposta do liberalismo que parte do pluralismo e da tolerância necessariamente tem como referencial lógico-teórico a dissensão em torno a valores. Sem embargo, tal e como aponta Mouffe da necessidade de existência de valores fundamentais compartilhados em sua concepção agonística, também em Rawls encontramos aspectos que comporão valores de base.

²²⁸⁷ Importa a nota de Kennedy no sentido de que a ideia de público com a qual trabalha Schmitt não tem qualquer contato com a ideia de público no sentido liberal, consagradora da ideia de opinião pública. Ver KENNEDY, (1997, p. 44-45).

²²⁸⁸ O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] o homem privado não tem inimigos políticos”. No texto de 1932 encontramos textualmente a mesma referência. Ver SCHMITT, (2002a, p. 52).

the political unity of the people” (KENNEDY, 1997, p. 44).²²⁸⁹ Trata-se, em suma, do conceito de um inimigo público que caberá (a) ao Estado determinar quem seja este inimigo público e (b) combater, em toda a dimensão, que o vocábulo alcance, dada esta sua qualidade de inimigo público.

Ao *inimicus* em sua dimensão de relações privadas o perdão remanesce como uma possibilidade.²²⁹⁰ Ademais, com este, dirá Schmitt, até mesmo podem ser mantidas relações de tipo comercial, quicá convenientes e financeiramente proveitosas, ou seja, “[...] und es kann vielleicht sogar vorteilhaft scheinen, mit ihm Geschäfte zu machen” (SCHMITT, 2002a, p. 27)²²⁹¹ ou, ainda mais, que os próprios motivos comerciais surgem em Schmitt como inadequados para justificar a eliminação física (cf. SCHMITT, 2002a, p. 49). Schmitt afirma que “Den Feind im politischen Sinne braucht man nicht persönlich zu hassen, und erst in der Sphäre des Privaten hat es einen Sinn, seinen „Feind”. d. h., seinen Gegner, zu lieben [...]” (SCHMITT, 2002a, p. 29-30).²²⁹² No campo pessoal ou privado em que intervém o conceito de *inimicus* em Schmitt encontra-se a figura de um inimigo reconduzida à dimensão de mero opositor ou adversário com o qual será possível conviver e, quicá, recorrendo à tradição cristã, até mesmo amá-lo. Isto em absoluto não repercute no conceito de *hostis*, inimigo público

²²⁸⁹ O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “O ‘inimigo’ não se refere a uma pessoa ou a um grupo oponente mas, ele é sempre uma questão pública porque desafia a existência da unidade política do povo”.

²²⁹⁰ Recorda Schmitt a passagem bíblica de Mateus (5, 44; Lucas 6, 27) “Amai vossos inimigos” (cf. SCHMITT, 2002a, p. 29), que apenas é possível relativamente a este *inimicus*, não ao *hostis*, cujos componentes terão um destino bastante mais sombrio, destituído de qualquer piedade ou compaixão.

²²⁹¹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] e pode até mesmo ser vantajoso realizar negócios com ele”.

²²⁹² O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “O inimigo no sentido político não precisa ser odiado pessoalmente e somente na esfera privada é que tem algum sentido amar o seu ‘inimigo’, isto é, o seu adversário”.

sobre quem recai todo ódio e ira possível, mas tal amor cristão ficará relegado a uma esfera que, em absoluto, não representa o ponto central da análise schmittiana.

O conceito de *inimicus* que Schmitt relega a plano meramente secundário pôde ser bem recepcionado como marco teórico útil por Mouffe. Não obstante as necessárias subsequentes adaptações, este conceito mostra-se valioso para a autora na medida em que é capaz de dialogar com alguns dos fundamentos do liberalismo, primordialmente, a não sistematização da exclusão como pedra de toque do político. O cerne da polarização teórica de Schmitt está mesmo é no conceito de *hostis*, o qual se revela absolutamente incapaz de qualquer aproximação ao agonístico de Mouffe algo que, por conseguinte, marca o distanciamento da autora do conceito do político schmittiano por ela reclamado.

Mouffe aposta em uma interpretação do político derivada de Schmitt, capaz de ser conectada ao âmbito de aplicação prática orientada pelo liberal-pluralismo moderno. Este seu difícil movimento encontra apoio no mencionado conceito de agonismo, com o qual, para fins de argumentação no plano estrito da sociedade liberal, podemos concordar em vários aspectos, mas que, ao ser projetado em conexão com a inspiração schmittiana logo nos parece acertado o comentário de Dyrberg, de que “[...] an agonistic pluralism whose focus on political identification and power struggles differ from pluralist interest group politics”. (DYRBERG, 2010, p. 663).²²⁹³

A crítica de Dyrberg vetoriza a argumentação no sentido aqui sugerido, de que quando Mouffe sugere que o *outro* seja entendido como adversário, este passa a ocupar lugar argumentativo por excelência oposto à eliminação física. Contudo, a sua aproximação ao conceito do político de Schmitt se dá tão somente por meio do conceito de *inimicus*, e não por meio do *hostis*, e nisto parece-nos em absoluto irrealizável o seu

²²⁹³ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] um pluralismo agônico cujo foco sobre a identificação política e a luta pelo poder difere do interesse plural de grupos políticos”.

desiderato compatibilizador da crítica schmittiana com a sua autoassumida posição liberal. O conceito de adversário com que trabalha Mouffe procura distanciar-se daquele que Schmitt aponta como um inimigo e passa a qualificar como um “enemigo legítimo” (cf. MOUFFE, 2003, p. 115), e nesta dimensão, apenas lhe servirá mesmo o *inimicus*, nunca o *hostis*. A legitimidade democrática reclamada pelo liberalismo ao qual Mouffe se incorpora reclama o compartilhamento de princípios ético-políticos tuteladores de direitos fundamentais que o conceito schmittiano do político, cuja dimensão público-política centralizada no *hostis*, não é capaz de oferecer.

Em seu liberalismo Mouffe pretende ser capaz de realizar uma exitosa aposta na sobrevivência comum de “inimigos legítimos” dentro do espaço da liberdade e fundada na igualdade, entendidos ambos como valores fundantes de uma sociedade (cf. MOUFFE, 2003, p. 115). Não seria este um movimento em demasia diferenciado de outras alternativas liberais, com a exceção de que a sua opção sugere a retomada schmittiana, para quem não há, no âmbito central do inimigo, o *hostis*, espaço para qualquer acordo de fundo entre os “inimigos legítimos”, ou adversários, como sugere Mouffe. Para Schmitt, os verdadeiros inimigos políticos, públicos (*hostis*), são irreconciliáveis, enquanto que a reconciliação tentada por Mouffe não diz respeito a este aspecto conceitual essencial de Schmitt. Em sua sugestão, portanto, pouco ou nada resta da categoria schmittiana que determina o conceito do político, que é o enfrentamento radical e, por conseguinte, a eliminação.

Esta leitura de Mouffe não se coaduna com a abordagem zarkaniana. Como sugere Zarka, no conceito do político em Schmitt percebemos uma estratégia da qual se pode concluir ser “[...] necesario, en un primer momento, encerrar para protegerse de él

[o inimigo], y después, suprimir, erradicar, exterminar [...]” (ZARKA, 2007, p. 104).²²⁹⁴

Esta leitura de Zarka converge com a forma sangrenta de domínio (*Herrschaft*) logo após imposta pelo hitlerismo, com a convivência intelectual de Schmitt, e que se vale desta possibilidade de suprimir e erradicar o dominado sem diferenciar entre *inimicus* e *hostis*, senão que englobando a todos e quaisquer indivíduos, quer atuando em suas vidas privadas ou públicas.

A prática do domínio é descrita por um contemporâneo da barbárie, Franz Neumann, como o recurso que, em última análise, permite o extermínio físico (cf. NEUMANN, 1983, p. 271). Perante o dominador bárbaro, a criatura dominada não passa de um mero material, um ente coisificado e, nos dizem Adorno e Horkheimer, “[...] é assim que o *Führer* se interessa[va] pelos inocentes, não é por seu mérito que são escolhidos, do mesmo modo que não é com base em seu merecimento que são executados” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 236). Portanto, quando Schmitt indica que é o soberano do Estado aquele que deve indicar o inimigo, estava literalmente apontando o caminho do totalitarismo que viria a ter lugar.

Aqui encontramos-nos com uma ideia fundamental, qual seja, a de que a justiça era realizada pela positivação da vontade do soberano, o *Führer*. Neste sentido, o *hostis* pode ser reduzido a cinzas e, por sua vez, sem maior segurança, também o *inimicus* ver transformada a sua posição privada a uma reputada publicamente ameaçadora e, por conseguinte, deslocado à posição de *hostis*, e às consequências disto advindas, por aquele que todo poder detém e nenhum freio conhece. Isto se deve a que, como reconhece Agamben, Schmitt procede à inscrição da violência no âmbito do político (cf.

²²⁹⁴ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] necessário, em um primeiro momento, isolar-se para proteger-se dele, o inimigo, e, depois, suprimir, erradicar, exterminar [...]”. Em sua última versão o real inimigo é identificado por Schmitt em sua tardia *Theorie der Partisanen* (ver SCHMITT, 2002b) que, no âmbito da guerra, se configura como aqueles que se opõem sem a mediação de regras (cf. HOHENDAHL, 2008, p. 45).

AGAMBEN, 2004, p. 92), algo absolutamente claro em seu conceito de *hostis*, acaso não consideremos igualmente o potencial de eliminação presente em um *inimicus* completamente indefeso perante a volúpia destrutiva dos regimes totalitários. Em suma, perante o poder do *Führer* não há resguardo teórico suficiente, não há, tampouco, uma posição como a de Mouffe, que se atém ao conceito de agonismo, que possa antepor-se aos irrefreáveis avanços totalitários de uma filosofia política de tipo schmittiana.

Sob outra ótica nos recorda Löwith que a autoridade (totalitária) pode realizar a justiça sem que para isto necessite encontrar algum apoio na razão (LÖWITH, 2006, p. 50), ou seja, que tanto na lógica da filosofia política schmittiana quanto em seu pensamento constitucional, aspecto no qual se pode remontar a sua influência hobbesiana, sobressai uma ideia, a saber, *Auctoritas, non veritas facit legem*.²²⁹⁵ Esta *auctoritas* hobbesiana, que revive com as devidas e profundas recomposições teóricas em Schmitt,²²⁹⁶ também encontrará o seu espaço em Hitler quando repetidas vezes afirma (a) o valor do guia político isolado em detrimento das massas e (b) a glorificação e culto da figura do líder. Aqui, uma vez mais, o declarado caráter antiparlamentar do nacional-socialismo resta confirmado (cf. HITLER, 2007, p. 86-87).

11.4. O POLÍTICO COMO ENFRENTAMENTO, O POLÍTICO COMO TOLERÂNCIA: SCHMITT X LIBERALISMO DEMOCRÁTICO

Esta leitura do político por parte de Schmitt enfrenta visceralmente o conceito liberal cuja gênese é de tolerância e proteção legal às diferenças. O político (*des politischen*) em Schmitt se projeta como a negação do diverso na medida em que

²²⁹⁵ A resposta do Estado democrático de Direito à máxima hobbesiana encontra-se em sua inversão: *veritas, non auctoritas facit legem* (ver HABERMAS, 1984, p. 102).

²²⁹⁶ É inegável que não encontramos em Hobbes a possibilidade de um poder totalitário como o desenvolvido no texto schmittiano e no hitlerismo, onde ao soberano é concedido direito de vida e morte sobre os seus súditos.

postula sua eliminação (*Vernichten*) entendida como mecanismo de implementação de um conceito como o de homogeneidade (*homogenität*).

Esta ideia de homogeneidade (*homogenität*) mostra-se profundamente avessa à possibilidade de interpretação nietzscheana (também reclamada pelo irracionalismo dos conservadores revolucionários weimarianos tão próximos de Schmitt)²²⁹⁷ (ver BOCCHINI, 2008, p. 5),²²⁹⁸ proponente do retorno à celebração da vida, da paixão e do instinto mas não, como resulta de sua apropriação ainda em sua juventude da *existenzphilosophie*, da celebração da hostilidade à vida (*lebensfeindlich*).²²⁹⁹ Sem titubear, mas sem enfocar o vocábulo, diz Schmitt que

Die Begriffe Freund und Feinde sind in ihrem konkreten, existenziellen Sinn zu nehmen, nicht als Metaphern oder Symbole, nicht vermischt und abgeschwächt durch ökonomische, moralische und andere [...]”. (SCHMITT, 1972, p. 28).²³⁰⁰

²²⁹⁷ Dentre os comentaristas um dos mais proeminentes que se ocupa da conexão entre a filosofia nietzscheana e os limites da filosofia política schmittiana se dá em termos da suposta recepção por parte deste último da simbólica figura do anticristo direcionada a uma radicalização da teoria weberiana da racionalização (cf. MCCORMICK, 1999, p. 58). A partir desta visão Schmitt termina por adentrar no terreno do exame da técnica como um produto demoníaco da modernidade mas que, como se sabe, dentro da interpretação conservadora revolucionária, encontraria precisamente em seu próximo amigo, Jünger, um intérprete que saberia adequar as suas características aos interesses do nascente regime totalitário.

²²⁹⁸ Bocchini é clara a respeito de que existe um irracionalismo em Schmitt: “[...] analogamente l’irrazionalismo del pensiero schmittiano si manifesterebbe proprio nel nel criterio del ‘politico’: la solta scelta possibile è quella tra amico e nemico [...]” (BOCCHINI, 2008, p. 5). Ao trecho citado sugerimos a seguinte tradução: “[...] analogamente o irracionalismo do pensamento schmittiano se manifesta no próprio critério do ‘político’: a única escolha possível é aquela entre amigo e inimigo [...]”.

²²⁹⁹ Comenta Wolin com bastante acuidade que Schmitt realizaria este movimento de aproximação da *existenzphilosophie*, ao qual atribui o adjetivo de ‘loucura’. Sublinha Wolin que, naquela que foi uma de suas primeiras obras, *Lei e julgamento*, (1912), era demonstrada a “[...] impossibilidade de se compreender a ordem legal em termos *exclusivamente* racionalistas, como um sistema autossuficiente de normas legais *à la* ‘positivismo legal’”. (WOLIN, 1998, p. 176).

²³⁰⁰ Segundo uma tradução não-literal temos o seguinte texto: “O conceito do amigo e inimigo devem ser tomados em seu sentido concreto, existencial, não como metáfora ou símbolos, não misturados e enfraquecidos mediante noções econômicas, morais ou outras [...]”.

Sugere Schmitt que não devamos tomar o conceito do político como uma mera metáfora, mas, antes, “[...] in ihrem konkreten, existenziellen Sinn” (SCHMITT, 2002a, p. 28),²³⁰¹ ou seja, em seu sentido concreto e existencial, o que parece identificar bastante claramente quais os seus propósitos quando se enfrenta com o conceito de *hostis*. Em boa parte o argumento do enfrentamento em Schmitt se desloca sobre o eixo do plano da anormalidade, que diz ser realmente o mais interessante, momento no qual as ações requerem rudeza extrema por parte do soberano no sentido de recolocar as condições da estabilidade.

No capítulo anterior dedicamos atenção a esta conexão do soberano com o argumento da busca pela estabilidade. Neste momento o que nos interessa é fazer a concessão de que realmente Schmitt procurasse colocar as condições de possibilidade para a estabilização legal e política. Contudo, de ser mesmo certo este desiderato, nos estaríamos diante de um grave problema, qual seja, a sua preocupação com a eliminação do diferente derivada de seu conceito do político e, em especial, do conceito de inimigo público (*hostis*).

Nestes termos encontraríamos uma busca pela estabilização compreensível em termos de puro extermínio, e que converge com os seus ataques às instituições liberal-burguesas que optavam pela busca da estabilidade por intermédio de (a) criações constitucionais e (b) processos eleitorais. O tom crítico a estas opções é capturado em Schmitt por meio de sua defesa do fascismo, ao argumentar que a aversão e o verdadeiro menosprezo deste pelos processos eleitorais devem ser olhados sob ótica diversa daquela proposta pelo liberalismo:

[...] de ninguna manera son actitudes antidemocráticas sino antiliberales, derivadas de la observación correcta de que los métodos actuales de votación uninominal secreta ponen en peligro la esencia

²³⁰¹ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] em seu sentido concreto existencial [...]”.

del Estado y de la política por medio de la privatización total [...].
(SCHMITT, 2001j, p. 77).²³⁰²

Schmitt encontra o perigo no sufrágio e, em especial, em sua modalidade secreta. O risco é por ele localizado antes nos métodos liberais de estabelecimento da democracia do que no conceito totalitário-fascista. A aversão fascista às estruturas liberais de Estado, portanto, comporta a aproximação que Schmitt realiza do processo de eliminação do *outro*, do diferente, em suma, do divergente, caracterizador, nos termos de Matos, do totalitarismo moderno (*cf.* MATOS, 2010, p. 65).²³⁰³ Em um de seus textos datados de 1929, entrado o período de agudização da crise weimariana e de ascensão política do partido nacional-socialista, Schmitt desenha um quadro teórico-político em que o Estado fascista, como era de se esperar, aparece em posição bem mais favorável do que o Estado liberal. A argumentação de Schmitt é de que a superioridade do Estado fascista se deve a que ele supostamente se sobreporia aos interesses econômicos

[...] ya sea de los patrones o los trabajadores así como su intento heroico, por decirlo así, de conservar e imponer la dignidad del Estado y de la unidad nacional frente al pluralismo de los intereses económicos. (SCHMITT, 2001j, p. 76).²³⁰⁴

Há neste texto schmittiano a glorificação do Estado total, capaz de sobrepor interesses supostamente de ordem política a interesses proeminentemente econômicos. Esta que poderia ser a marca de enfrentamento com interesses econômicos fora já um

²³⁰² O texto permite a seguinte tradução: “[...] de nenhuma forma são atitudes antidemocráticas mas sim antiliberais, derivadas da observação correta de que os métodos atuais de votação uninominal secreta colocam em perigo a essência do Estado e da política por meio da privatização total [...]”.

²³⁰³ Retomando a ideia de Agamben, Matos sugere a ideia de que o estado de exceção, guerra que se projeta tanto externa quanto internamente (*cf.* MATOS, 2010, p. 65), tal e como propusera Schmitt, que “[...] permite a eliminação física não apenas dos adversários políticos, mas de categorias inteiras de cidadãos [...]”. (MATOS, 2010, p. 65).

²³⁰⁴ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] seja dos patrões ou dos trabalhadores assim como sua tentativa heroica, por dizê-lo de alguma forma, de conservar e impor a dignidade do Estado e da unidade nacional perante o pluralismo dos interesses econômicos”.

dos aspectos do nacional-socialismo em seus primeiros movimentos da década de 20, mas, em início dos 30, principalmente por intermédio do embate entre Hitler e a denominada Ala Norte do partido nacional-socialista, mais conectada ao pensamento de esquerda que obtivera alguma recepção nos primeiros anos da década de 20 dentro das estruturas partidárias, terminou esta última por perder espaço completamente. O Estado total (*totalen Staat*) que Schmitt viria a defender, portanto, ganharia os imagináveis traços de puro domínio, sem que para isto intervissem lúdicas pretensões redentoras das massas a partir de uma elite militarista e totalitária dominante.²³⁰⁵

Este era um desenho de mundo de corte totalitário inspirado parcialmente no já triunfante fascismo italiano, e nele subsistia uma congruente lógica interna acerca do processo político. Esta lógica era orientada por alguns valores fundantes, dentre os quais a inadmissão da tolerância assim como também de que não fazia mesmo sentido apostar em processos eleitorais que, logo, terminam por justificar a existência de minorias divergentes, ideias afins aos termos concebidos por Schmitt como basilares de seu conceito do político. Isto se torna ainda mais evidente quando o Schmitt aposta abertamente na eliminação dos diferentes desde o seu original escrito de 1927, em seu *Der Begriff des Politischen*, posição que reiteraria de forma ainda mais exacerbada em seu tristemente célebre *Der Führer schützt das Recht*, de 1934. Destarte, o fascismo encontrará na filosofia política schmittiana do político uma teoria afim.

²³⁰⁵ Há um conjunto relevante de comentaristas que aposta em teoria inversa à que sugerimos no decorrer deste trabalho doutoral, ou seja, que os textos schmittianos pré-1933 possuem a marca da defesa da Constituição weimariana. Esta não nos parece ser uma posição que encontre confirmação senão exatamente a perspectiva contrária, quando considerados não apenas os seus escritos de início da década de 30, mas sim o conjunto daqueles da década de 20, e nestes sugerimos encontrar claros e evidentes traços de seus ataques ao Parlamentarismo e às instituições e conceitos filosófico-políticos conexos, que expressam sua oposição aos valores de fundo do constitucionalismo weimariano.

A defesa schmittiana do enfrentamento com o divergente envidará bons esforços no sentido de que se torne possível legitimá-lo como expressão do mais essencial âmbito do político. Como nos diz Borda, “[...] la identificación de la política con la guerra la hace necesaria y convierte a quienes pregonan la paz en simples ‘idiotas útiles’ del ‘enemigo’ [...]” (BORDA, 2006, p. 62).²³⁰⁶ Esta é uma leitura que converge com a bastante precisa aproximação realizada por Silva, que nos recorda com singular acuidade que o conceito de *Bluttag* (batismo de sangue), o qual sugerimos ser elemento constituinte da inspiração conservadora revolucionária,

[...] conseguia anular toda a divisão imposta ao Estado pelo liberalismo. Cessavam, na guerra, as querelas partidárias, o individualismo, a preguiça e a criminalidade: os mais altos valores da raça se impunham. A guerra une a massa em torno do poder, elimina os partidos, libera as forças profundas da nação. (SILVA, 2010, p. 393).

Esta neutralização da divisão que o liberalismo impõe ao Estado é uma das faces positivas que o conservadorismo encontra na utilização do conflito e da guerra como instrumento que, ao fim e ao cabo, igualmente pacífica internamente o Estado. A consagração do valor do conflito e, no limite, da guerra, revelava-se também útil para os fins de união da massa em torno a uma estrutura de poder cujo projeto se desenhava fortemente centralizador e totalitário.

Paradoxalmente, alguns destes valores internos de segurança e unificação em torno ao poder são alcançados a expensas de enfrentamentos (militares) externos. Contudo, este enfrentamento não é visto pela teoria conservadora como um desvalor, senão o contrário, reflete a possibilidade de afirmação das melhores virtudes humanas. A eliminação das querelas entre partidos citada por Silva representa mais uma positiva derivação da introdução da guerra, assim como também da superação das desuniões

²³⁰⁶ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] a identificação da política com a guerra torna necessária a esta e converte em simples ‘idiotas úteis’ do ‘inimigo’ àqueles que apregoam a paz [...]”.

políticas internas, desuniões estas que se opõem à materialização ao necessário processo de unificação em torno ao poder como forma de realização do projeto totalitário.

Assim, a leitura de Schmitt sugere-nos um ponto de vista filosófico com a afirmação de que a

Das „unlösliche Verschwimmen der feindlichen Elemente ineinander“, das ist „eben der wahre Charakter alles Lebendigen“; jedes Daseiende birgt seinen Gegensatz; „das pulsierende Leben besteht in der fortwährenden Durchdringung, der entgegengesetzten Kräfte [...]“. (SCHMITT, 2009g, p. 65).²³⁰⁷

Quando Silva observa da necessidade de que tenha lugar o processo de unificação das massas assim como de irrestrito apoio a uma emergente figura centralizadora do poder, temos uma leitura que se aproxima da descrição schmittiana valorizadora da união dos contrários, a qual engloba o seu contrário. Esta é descrição da situação capaz de emprestar um sentido palpitante à vida, mas que também é reveladora de virtudes próximas do conservadorismo revolucionário germano do período.

Esta compreensão básica de Schmitt, de que a vida está constituída pelo contínuo embate entre os seus opostos, remete à oportunidade de leitura em paralelo com a literatura belicista de Jünger que analisamos no capítulo V deste trabalho doutoral. É precisamente na literatura de Jünger que Obregón identifica a presença de um autor que afirma o valor do perigo, ou seja, de que o homem pode se reconhecer visceralmente quando a violência é desatada, e todo o ódio pode ganhar o mundo como forma de se garantir por meio da prática do extermínio (*cf.* OBREGÓN, 2005, p. 44). O ódio, em suma, pode sugerir a capacidade de que o homem, como expressa Schmitt, literalmente passe a englobar o seu contrário. Não podemos concordar senão com Benjamin, ao exaltar que a pura violência não pode habitar ou encontrar qualquer

²³⁰⁷ O texto acima comporta a seguinte tradução: “O ‘entrelaçamento inextrincável dos elementos antagônicos’ constitui a ‘verdadeira natureza de tudo quanto é vivo’ [...] tudo quanto é existente engloba o seu contrário [...] a vida palpitante consiste na constante compenetração das forças contrárias [...]”.

escondere-lo nos domínios do político (ver BENJAMIN, 2009b)²³⁰⁸ ou, ainda, com Arendt, para quem a violência encontra-se no nível pré-político (*cf.* ARENDT, 1997, p. 40) ou, ainda, pós-político, onde esta já não alcança nem interfere.²³⁰⁹

A interpretação da literatura jüngeriana realizada por Obregón sugere-nos uma grande possibilidade de aproximação ao conceito do político schmittiano que, como viemos afirmando, em seu último movimento admite a possibilidade do extermínio. Isto mostra a proximidade do texto schmittiano não apenas do conservadorismo como também, e sobretudo, de uma leitura pronunciadamente dirigida a que o âmbito do político não se encontre marcado pela preocupação com evitar embates mas, antes, que quando os problemas se mostram efetivamente superlativos, a opção schmittiana será nada mais do que o enfrentamento dos contrários, baseada no valor literário jüngeriano. Neste autor, sobressai o reconhecimento da violência que, no político schmittiano, se traduz na ideia de que os contrários encontram na oposição definitiva a eliminação de seu opositor como alternativa concreta, valorosa na medida em que instrumento de corte darwinista para o desenvolvimento.

Compreender a eliminação como geradora de alguma espécie de desenvolvimento não exclui a possibilidade de que esta tenha por finalidade a realização de valores financeiros. Conforme diz Schmitt, não é fora de questão exigir que os homens se enfrentem e se encontrem prontos para matar e dispostos a morrer, mas, de

²³⁰⁸ A respeito do contato de Schmitt com *A crítica da violência* de Benjamin é interessante ressaltar a nota de Agamben, segundo a qual Schmitt era leitor da *Archiv für Sozialwissenschaften und Sozialpolitik*, especialmente no período de 1924 e 1927, do qual constam seguidas citações de Schmitt à revista. Sendo exatamente este o período no qual aparece o texto benjaminiano na citada revista isto leva Agamben a com acerto concluir que não ele passaria inadvertido a Schmitt (*cf.* AGAMBEN, 2004, p. 84).

²³⁰⁹ Sugerimos a ideia do pré e do pós-político como forma de diferenciar a existência de um estado de natureza todavia não superado e, por outro lado, a desintegração de um Estado (fática ou por suas ações políticas internas consagradoras da barbárie) que, por conseguinte, permite a instauração de estado similar ao de natureza.

de fato, é uma atrocidade e loucura quando tal exigência tenha por finalidade o cumprimento de interesses comerciais (cf. SCHMITT, 2002a, p. 49). Esta é uma aproximação a tema que em absoluto mantém maior distanciamento do levado a termo por Hitler em texto de 1924-1925 ao sustentar que “[...] estas virtudes no tengan nada que ver con la economía, se comprueba por el simple hecho de que el hombre no se sacrifica por ella: nadie muere por un negocio, sino por un ideal” (HITLER, 2007, p. 116).²³¹⁰ Em 1932, em *Der Arbeiter*, Jünger igualmente reforçaria o ponto de vista de que seria necessário submeter a economia a um princípio diretivo superior, político por antonomásia.²³¹¹ Por sua vez, Schmitt, em seu *Der Begriff des Politischen*, já o fizera em 1927, portanto, apenas dois anos após a posição similar assumida por Hitler em afinidade com a expressa no âmbito do conservadorismo de direita germano configurado *a posteriori* no texto jüngeriano citado.

Muito embora o foco seja distanciado em um primeiro momento da disponibilização da vida por motivos financeiros, sob o argumento de que os ideais podem levar a tal circunstância. O fundo da argumentação remete a uma dimensão em que a vida encontrar-se-á inexoravelmente sob risco, ou seja, uma situação em que haverá quem possa indicar como adequada a sua eliminação segundo uma motivação

²³¹⁰ O texto acima comporta a seguinte tradução: “Que estas virtudes não tenham nada que ver com a economia é algo que é comprovado pelo simples fato de que o homem não se sacrifica por ela jamais: ninguém morre por um negócio, mas o faz por um ideal”.

²³¹¹ Em Jünger encontramos uma defesa subreptícia, mas de não escassa importância, acerca da supremacia do político sobre a economia: “[...] lo importante no es que el espíritu se aparte de todas las luchas económicas; lo importantes es, por el contrario, que se otorgue a esas luchas la máxima virulencia. Pero tal cosa no ocurrirá mientras la economía determine las reglas del combate; únicamente ocurrirá cuando una ley superior del combate disponga también de la economía” (JÜNGER, 1993a, p. 35). Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] o importante não é que o espírito se separe de todas as lutas econômicas. O importante é, pelo contrário, que seja outorgada a estas lutas a máxima virulência. Mas tal coisa não ocorrerá enquanto a economia determine as regras do combate. Isto sim, unicamente ocorrerá quando uma lei superior do combate disponha também da economia”.

ideológica inspiradora dos ideais referidos tanto por Schmitt quanto por Hitler. Esta justificação revela encontrar-se oculto um regime de corte totalitário que, por exemplo, em seu tempo, não fora aprovado pelo Leviatã hobbesiano, que encontrava precisamente na disponibilização da vida dos súditos um limite intransponível.

Neste contexto de justificação da eliminação de vidas, Schmitt necessariamente haveria de reduzir a virtude pacifista a um mero arranjo da covarde, embora astuta, burguesia, perfil este que Schmitt também retoma de sua leitura donosiana (*cf.* SCHMITT, 2001k, p. 69). Retrotraindo às argumentações do conservadorismo revolucionário, é perceptível que Schmitt detecta no movimento burguês toda uma falta de disposição para um definitivo enfrentamento, redentor, por força de privilegiar o atendimento de seus interesses econômicos e do ambiente de segurança que estes reclamam. As condições para que a oposição radical pudesse vir a ter lugar, bem como as suas consequências, encontravam-se dadas a partir disto.

A falta de coragem burguesa para enfrentar as circunstâncias e definitivamente decidir torna-os atores políticos inaptos para julgar as situações concretas em que o caso extremo possa ocorrer, ideia esta que apenas faz refletir no *Der Begriff des Politischen* de 1927 um conceito presente em sua primeira edição de *Römischer Katholizismus und politische Form* do ano de 1923 (ver SCHMITT, 2008, p. 58). Maus juízes de sua própria existência, tem aqui também lugar um dos tópicos indicativos da precariedade das instituições e dos atores políticos weimarianos, que não poderiam localizar e nem protegerem-se eficazmente tanto das ameaças ao seu próprio modo de vida quanto às suas instituições. O enfrentamento com o inimigo político localizado neste patamar haveria de confirmar a circunstância de um triunfo certo, enquanto que a mediação de conflitos pouco ou nada teria a oferecer mais do que a perpetuação da mesma cultural liberal weimariana.

As ideias presentes nos trechos de Schmitt que vêm sendo trabalhados até aqui neste capítulo preparam momento em que, a nosso ver, o autor expõe parte reputada nuclear de sua argumentação para os objetivos aqui propostos. Schmitt condensa em não mais do que três linhas uma argumentação na qual define com singular limpidez e precisão vocabular o que entende como ser a chave última de seu conceito do político, a saber: “Die Begriffe Freund, Feind und Kampf erhalten ihren realen Sinn dadurch, daß sie insbesondere auf die reale Möglichkeit der physischen Tötung Bezug haben und behalten” (SCHMITT, 2002a, p. 33).²³¹² Este é um dos trechos que denotam de modo importante a referência schmittiana de fundo que sustenta a interpretação de seu conceito do político como eminentemente marcado pelo argumento permissivo da eliminação.

Em reforço a esta interpretação do político em Schmitt encontramos reflexões possíveis nas linhas de Márquez. Ainda quando implicitamente o faça, sugere o autor que o político (*des politischen*) em Schmitt reduz-se à justificação da *Vorlaufen-zum-Tode* (antecipação da morte),²³¹³ ou seja, à justificação do extermínio civil organizado cujo alvo principal são os membros dissonantes em uma sociedade controlada. Afirma-se, portanto, o caráter profundamente hostil à vida (*lebensfeindlich*) presente na filosofia

²³¹² O texto acima compreende a seguinte possibilidade de tradução: “O conceito de amigo e inimigo e enfrentamento recebe os seus reais sentidos pelo fato de ter e manter primordialmente uma relação de possibilidade real de praticar o aniquilamento físico”.

²³¹³ A glorificação da morte e do derramamento do sangue (*Blüt*) recebeu em Ernst Jünger um singular refinamento literário e um amplo verniz de virtude heroica, notavelmente em sua celebrizada *Tempestades de Acero*, (2005). Por outro lado, com propriedade, Ferreira aponta a leitura de Michele Nicoletti a propósito da semelhança temática entre Heidegger e Schmitt no que concerne à morte, colocada como uma inarredável e central dimensão da existência humana (*cf.* FERREIRA, 2010, p. 100), malgrado não façam a referência sobre a conexão do político (ver FAYE, 2009b, p. 216).

política e jurídica do autor, aspecto em que se distancia de Hobbes,²³¹⁴ uma de suas declaradas fontes teóricas.

Schmitt não constrói o conceito do político em desconexão com o seu tempo histórico e suas circunstâncias políticas e filosóficas. A hipótese já avançada no decorrer deste trabalho é de que podemos encontrar no conservadorismo revolucionário uma das conexões mais representativas de Schmitt, também dotada de um amplo caráter explicativo. Em Spengler podemos localizar um dos argumentos que traduzem o elogio à violência que se aproxima decididamente da argumentação política schmittiana e esta de um viés irracionalista de base, que permite o acesso a uma

[...] antiquíssima barbárie que durante séculos permanecia oculta é agrilhoadada pelas manifestações de uma alta cultura, renasce, agora, onde termina a cultura e começa a civilização; é a sã alegria guerreira, causada pela confiança nas próprias forças, que a época do pensamento racionalista [...] desprezava [...]. (SPENGLER, 1941, p. 25).

A glorificação da barbárie em detrimento do racionalismo de épocas passadas, uma retomada de virtudes opostas às preconizadas pelo Iluminismo grego racionalista, emergem em um elogio do irracionalismo como representante das forças da civilização, que Spengler sustenta ser capaz de vantajosamente substituir a civilização. Spengler nos

²³¹⁴ Schmitt se distancia de Hobbes, autor que põe elementos essenciais ao liberalismo subsequente (ver MACPHERSON, 1979) mas, desde leituras carentes de maior fineza, pode permitir apropriações para a construção de teorias autoritárias da política. Schmitt, por sua vez, não segue a mesma linha interpretativa que posteriormente seria sugerida por MacPherson acerca da teoria hobbesiana, senão que, opostamente, investe em uma apropriação cujas adaptações voltam Hobbes contra pontos centrais de sua própria teoria mas, por isto mesmo, plenamente habitáveis no núcleo do pensamento schmittiano. Hobbes concebe a aplicação da força como instrumento de garantia da paz e da segurança, tanto interna quanto externa, e nisto Schmitt encontra um pensamento afinado no autor. Hobbes também mostra a sua preocupação com a liberdade dos súditos e a preservação de seu inatacável direito à vida. Este é transformado em um ponto central que distancia Hobbes dos objetivos teóricos totalitários schmittianos, revelando um filósofo da política alheio a qualquer possível objetivo homogeneizante, senão tão somente unificador do poder na figura de um homem apenas, capaz de evitar que o contexto da violência natural volte a emergir. Schmitt, por seu turno, aspira à violência como forma de consecução do objetivo político basilar de seu conceito de democracia, a saber, a homogeneização.

sugere a antiga barbárie como uma circunstância oculta pelos tempos, mas cujas origens permaneceriam, segundo uma chave hermenêutica conservadora-revolucionária, presas às melhores tradições germânicas das quais haveria a civilização de se socorrer.

A retomada da sã alegria guerreira tem lugar a partir tanto da literatura jüngeriana quanto nas letras filosóficas spenglerianas e na filosofia política schmittiana. A aceitação disto como inevitável e absolutamente inescapável condição humana encontra-se conectada a uma muito específica, e heroica, *Weltanschauung* que, acreditamos, mantém estreita relação com a filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana. Esta possibilidade da entronização das virtudes guerreiras em Schmitt tem lugar precisamente em seus esforços na construção de uma filosofia política que possibilite a sua sobrevivência em Weimar. Já não se trata da vida do regime, mas da sua própria e, inclusive, ocupando altos postos, colocando em perspectiva o cenário de fundo que virtualmente mais lhe interessava, a saber, as condições para que a sua sustentação de uma opção política totalitária, então em crescimento na Europa, encontrassem igualmente seu *locus* e ao autor emprestasse influência e boa posição em momentos históricos subsequentes.

Schmitt constrói seu habilidoso discurso de deslocamento desta opção totalitária presente no conceito do político por intermédio de uma explícita negação de que o político se resumisse a uma sangrenta guerra ou,²³¹⁵ em seus termos, “[...] und könnte das politisch Richtige nicht gerade in der Vermeidung des Krieges liegen” (cf. SCHMITT, 1972, p. 33).²³¹⁶ Esta destreza intelectual em deslocar para um segundo e

²³¹⁵ Esta marca schmittiana do político aparece resumida na gradação do conflito, cuja intensidade superior encontra-se na guerra. A este respeito interessa a observação do movimento de Schmitt no sentido de crítico incondicional do pacifismo, seja ele internacional, seja ele aplicado às políticas internas. Ambas as dimensões são lidas como beligerantes.

²³¹⁶ O texto comporta a seguinte tradução: “[...] como se o politicamente correto não residisse justamente no evitar a guerra”.

menos visível plano a possibilidade concreta do extermínio, tornando evidente a sua negação, renderia a Schmitt dividendos e interpretações benévolas, sempre sob o alto preço pago por estes intérpretes, de desconsiderar o argumento de fundo que é aquele que realmente se aplica naquelas situações.

Aqui se trata de que estas circunstâncias não ordinárias da vida política e jurídica são as que realmente importam, a saber, as de exceção, ou seja, que “Die Ausnahme ist interessanter als der Normalfall. Das Normale beweist nichts, die Ausnahme beweist alles; sie bestätigt nicht nur die Regel, die Regel lebt überhaupt nur von der Ausnahme” (SCHMITT, 2009g, p. 21).²³¹⁷ Nestes termos postos os argumentos, o movimento de Schmitt aparenta deslocar a violência do núcleo do político, mas isto é algo que pouca importância real teria. Este aparente deslocamento da violência do núcleo do político realmente importa empiricamente quando, ao contrário do movimento de Schmitt, ele é reservado para os momentos de tensão extrema. Em Schmitt, ao contrário, quando a situação extrema se apresenta e a tensão se eleva, e quando, portanto, o político em seu sentido primordial conciliatório é reclamado, neste momento é que o autor nos mostra que a vida mesmo lhe é dispensável, pois para resolver o conflito Schmitt entroniza o papel da violência, permitindo que ocupe o centro do cenário político.

A abordagem da violência na filosofia schmittiana tem importante conexão com o pensamento de Sorel, algo que, ademais, permite observar conexão temática com Rosenberg, autor em que Sorel também impacta e é recepcionado, notavelmente por intermédio da teoria do mito (*cf.* ANDERTON, 2009, p. 24), cujo núcleo fascista e glorificação da violência aproxima Sorel ao pensamento de Rosenberg tanto quanto do próprio Schmitt. Este autor dá mostras de compartilhar a crença, de resto também

²³¹⁷ O texto comporta a seguinte tradução: “A exceção é mais interessante que o caso normal. O normal não demonstra nada, a exceção demonstra tudo; não apenas confirma a regra mas também que a regra apenas vive graças à exceção”.

presente no conservadorismo revolucionário alemão, de que a vida humana não tem realmente valor quando estruturada sob uma estrita racionalidade, senão quando tal orientação se encontre direcionada à consecução do natural valor do enfrentamento (cf. SCHMITT, 2001k, p. 69) que medeia as relações entre os participantes de um jogo social em que as vidas dos atores ocupam posição de risco. Schmitt, paralelamente à tradição conservadora que lhe influencia, reconhece que o essencial e mais valioso da vida humana está conectado com o estado de conflito em que os indivíduos permanentemente se encontram.

Estas posição de Schmitt apenas expõe a sua engenhosidade literária, posto que naquela quadra histórica era imperioso escrever com os necessários cuidados, e, de serem verdadeiras as argumentações do próprio Schmitt sobre o seu sentimento de insegurança e temores diversos derivados das pressões do período, é bem verdade que com elas teria sabido manejar bastante bem. Esta movimentação de Schmitt poder ser observada por meio de sua capacidade para galgar postos e posições tanto no regime weimariano, notavelmente a partir de 1927, quando se dirige a Berlin para ocupar a cátedra de ninguém menos do que Hugo Preuss, um dos pais fundadores da *Weimarer Verfassung* até que, momento seguinte, prossegue em sua ascensão já durante o III Reich. Não haveria necessidade de revisões teóricas em seus escritos precisamente porque a semente do totalitarismo que seria implementado encontrava-se em seus textos anteriores, bastando leves movimentos e matizações conceituais no sentido de colocar em evidência elementos que até então ocupassem plano secundário, e a este levar os que até então estivessem no centro da ribalta.

Ainda quando Schmitt explicita, como vimos linhas atrás, uma suposta preocupação com que o politicamente correto (*politisch Richtige*) fora o evitar a situação de guerra (*Vermeidung des Krieges*) (cf. SCHMITT, 1972, p. 33), sugerimos

que esta é uma posição que ocupa papel provisório na teoria schmittiana durante a República de Weimar, destinada a (a) vir a ocupar um papel secundário no Estado total preconizado pelo autor e (b) ser alvo de consistentes críticas ainda mesmo durante o período weimariano. Parte desta sua posição baseia-se na bastante conhecida crítica endereçada pelo autor ao modo de vida liberal e às profundas hesitações deste em defendê-lo. Para Schmitt era revelador da ausência de virtudes militares perante os inimigos que tão bem caracterizavam o mítico homem germano na literatura conservadora revolucionária, da qual Schmitt se mostra próximo também neste particular.

A externalização da preocupação schmittiana com que o correto do ponto de vista político seria evitar a guerra dificilmente poderia ser aceita quando o conjunto da obra schmittiana aponta em sentido contrário, ou seja, à consagração do conflito.²³¹⁸

²³¹⁸ Não é o nosso propósito dedicar a mais detalhada atenção às repercussões empíricas do conceito do político schmittiano na contemporaneidade. Sem embargo, desejamos aqui apenas assinalar o interesse prático de que pode estar revestida a análise do político, a encontrar o seu último bastião na guerra. Este argumento pode ser aproximado não apenas das políticas neoconservadoras norte-americanas que balizaram as opções políticas das administrações Bush, pai e filho, como também, e menos destacadamente, da literatura schmittiana, que também pode reforçar a argumentação dos radicalismos políticos islâmicos, os quais não apenas elegem clara e abertamente os seus inimigos como dedicam esforços impossíveis, meios improváveis e todos os recursos disponíveis para sua eliminação. Uma leitura da contiguidade do conceito do político a partir de uma aproximação teológica é compatível com a mais corrente das interpretações da filosofia política schmittiana e parece-nos interessante quando seja analisada paralelamente a uma leitura do radicalismo islâmico. Uma vez mais sobrevém a dúvida sobre se, sendo possível verificar tal aproximação, ainda assim teríamos condições de desenvolver uma crítica da democracia contemporânea a partir de uma filosofia política como a schmittiana, que mostrasse os mesmos traços de intolerância revelados pela religiosidade islâmica. No mesmo sentido destacado encontramos a argumentação de Chauí, que chama a atenção para o fato de que “[...] a política entendida como guerra dos amigos contra os inimigos [...] corresponde perfeitamente à maneira como os fundamentalistas religiosos concebem a política como batalha entre o bem e o mal e a atividade soberana como missão sagrada porque comandada por Deus. Os discursos de Sharon, Bin Laden e Bush são as expressões mais perfeitas e mais acabadas da impossibilidade da política sob o fundamentalismo das religiões monoteístas reveladas” (CHAUÍ, 2006, p. 132). De fato, concordamos com a crítica de fundo de

Sugerimos que esta é uma leitura que se impõe desde os primeiros e mais relevantes escritos de Schmitt da década de 20,²³¹⁹ todos eles expondo franca congruência temática.²³²⁰ Nestes textos schmittianos encontram-se com clareza os elementos que, posteriormente, permitiriam a Dyrberg afirmar que a própria ideia de democracia resta prejudicada (cf. DYRBERG, 2009, p. 666). A noção de eliminação (*vernichten*) que pode ser encontrada em Schmitt, como nos diz Márquez, “[...] brota [de] la política cuando el conflicto con el otro no puede ser resuelto a través de normas preestablecidas o a través de la intervención de un árbitro imparcial” (MÁRQUEZ, 2003, p. 14).²³²¹ Conjugada e

Chauí no que concerne à projeção do impacto empírico da compreensão do político em termos de negação e enfrentamento do inimigo em termos viscerais. Para uma leitura sobre a projeção do político em Schmitt na geopolítica pós 11 de setembro de 2001, ver NORRIS (2004).

²³¹⁹ Esta cronologia de trabalhos afins encontra-se na sequência de *Die Diktatur*, (1921), *Politische Theologie*, (1922), e *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*, (1923), escritos que se consolidam com a primeira edição de *Der Begriff des Politischen*, (1927), sem exclusão de outros escritos jurídicos importantes de finais da década. Em um destes, a sua *Verfassungslehre*, de 1928, resta confirmada a sua proposta de “[...] desmonte intelectual do tipo constitucional liberal e democrático que representava a Constituição de Weimar” (JOUANJAN, 2010, p. 61). Ainda assim, outros de seus escritos de início da década de 1930 seriam igualmente relevantes para denotar este mesmo propósito, bem como os demais, e normalmente pouco debatidos, que encontraram seu momento de publicação até o ano de 1936.

²³²⁰ Sob esta mesma argumentação podemos retomar toda uma coerência de formação cultural e de contatos intelectuais aos quais fizemos referência, para o que basta recordar a sua proximidade com o conservadorismo revolucionário germânico da década de 20 e todas as suas conexões com o pensamento *völkisch*. As dimensões heroico-belicistas de seu fraterno amigo Ernst Jünger igualmente contraditam o texto de Schmitt em seu *Der Begriff des Politischen*, em que procura mostrar que o seu conceito do político não mantém proximidade com um viés belicista que expressa bastante bem no seguinte trecho: “Es ist also keineswegs so, als wäre das politische Dasein nichts als blutiger Krieg und jede politische Handlung eine militärische Kampfhandlung, als würde ununterbrochen jedes Volk jedem anderen gegenüber fortwährend vor die Alternative Freund oder Feind gestellt [...]” (SCHMITT, 1972, p. 33). Este trecho comporta a seguinte tradução: “A situação não se apresenta como se a existência (*Dasein*) política não fosse mais do que uma sangrenta guerra e, cada ação política, uma ação militar de guerra, como se, de forma ininterrupta, cada povo estivesse constantemente enfrentado com a alternativa amigo ou inimigo, e como se o politicamente correto não pudesse ser nada mais do que evitar a guerra”.

²³²¹ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] a política brota quando o conflito com o outro não pode ser resolvido por intermédio de normas preestabelecidas pela intervenção de um árbitro imparcial”.

congruentemente com as críticas liberais, a inclinação pelo extermínio do dissidente era encontrada, assim como em Schmitt, também em vários outros setores do conservadorismo revolucionário e, momento seguinte, do nacional-socialismo.

A respeito das intrincadas relações entre o extermínio e às concepções filosóficas do movimento conservador revolucionário que viriam a alimentar o nacional-socialismo alerta-nos de forma paralela Richard, no sentido de que um dos inspiradores teóricos do III Reich, Alfred Rosenberg, já em 2 de fevereiro do fatídico ano de 1933, se ocuparia, no prestigioso periódico de direita *Völkischer Beobachter*, de um dos primeiros desafios do regime, ao atentar para que haveriam de, chegados ao poder,

[...] arreglar nuestras cuentas. Debemos excluir de la vida pública a todos los que fueron culpables de las desgracias de ese período. La nación debe recordar siempre el nombre de todos los traidores y criminales. (RICHARD, 1972, p. 62).²³²²

Ao menos em parte as referências tinham um endereço certo, a saber, os liberais, que alegadamente haviam conduzido a Alemanha à derrota na Primeira Grande Guerra Mundial. De modo conexo a este tema, revela-se certo o comentário de Richard. O autor identificar que o recado estava sendo diretamente transmitido ao grupo de indivíduos não afins com o novo regime, e este era mais um claro ponto de contato entre a cultura intolerante conservadora revolucionária de direita com a qual se mostravam afins os fundamentos filosóficos do pensamento schmittiano, notadamente expresso em seu desejo de eliminar as dissidências políticas.

Textos como estes demonstram que a leitura do político em Schmitt por meio da ótica da violência não é apenas viável como absolutamente compatível com os círculos intelectuais dele mais próximos. Nestes textos de Spengler, Rosenberg e, após, Hitler, é possível observar, além de uma convergência teórica, que também estava sendo trazido

²³²² O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] acertar as nossas contas. Devemos excluir da vida pública a todos os que foram culpados das desgraças deste período. A nação deve recordar sempre o nome de todos os traidores e criminosos”.

a público um claro convite para a identificação dos inimigos públicos – ou *hostis* no sentido schmittiano – para que pudesse vir a ter lugar a sua concreta responsabilização perante a nova ordem.

11.5. DOIS IDEÓLOGOS, UM MESMO INIMIGO: ENTRE SCHMITT E ROSENBERG

A retórica de Rosenberg não tangencia os valores do totalitarismo mais estrito. A este respeito, o *ideólogo* do totalitarismo nacional-socialista que reconhecidamente foi, encontra-se absolutamente afinado com o conceito do político schmittiano, e com a política da perseguição levada a termo pelas políticas hitlerianas de extermínio,²³²³ em flagrante movimento político de ruptura com o regime republicano-democrático weimariano anterior (cf. ROSENBERG, 1971, p. 191).

É clara a menção de Rosenberg de que a categoria do inimigo era uma figura com a qual o novo regime alemão haveria de ajustar contas e que o passado não haveria de ser desconsiderado, afinal, todos eles se encontravam em posição de querer entravar o processo de rejuvenescimento do *Volk* germano (cf. ROSENBERG, 1971, p. 173).²³²⁴ Havia uma missão histórica a ser cumprida pelo povo alemão à raiz do sangue

²³²³ No mesmo sentido em que Rosenberg afirmara que se tornavam necessárias ações para excluir da vida pública os culpados pelas desventuras alemãs até então, restando a hipótese da própria eliminação física, Hitler viria a dizer muito clara e convergentemente com o texto de Rosenberg, já avançado o ano de 1937, precisamente em 18 de julho, que “[...] a partir de ahora haremos una guerra despiadada de saneamiento, una guerra despiadada de aniquilamiento de los últimos elementos disolventes de nuestra cultura” (apud RICHARD, 1972, p. 77). Este era outro sinal ainda mais concreto sobre os tempos que estavam por vir. Neste trecho encontramos bastante evidente uma declaração que apontava para a busca da realiação empírica da homogeneidade, conceito afim com o projeto do político schmittiano reduzido a termo desde os anos 20.

²³²⁴ A obra de referência de Rosenberg é *Der Mythos des 20. Jahrhunderts*, publicada em 1930, e nesta aparecem noções centrais de seu trabalho como raça, *Volk*, religião, assim como a exposição de sua concepção de Estado (ver ROSENBERG, 1971). Para uma crítica ao trabalho de Rosenberg realizada por seus companheiros de viagem, ver GOEBBELS, (2007) assim como as entrevistas que tiveram lugar em Nuremberg, com várias lideranças que se referem ao perfil de Rosenberg. Ver GILBERT, (1995).

historicamente derramado e que agora encontrava mais uma vez uma possibilidade de afirmação histórica: “In its mystical sign the cells of the German folk soul renew themselves. Past and present are suddenly appear in a new light and for the future there results a new mission for the future”. (ROSENBERG, 1982, p. il).²³²⁵

Esta missão orientada para o povo alemão encontrava já superado o momento das disputas religiosas e todos os seus dogmas, e, agora, isto sim, haveria de opor “[...] blood and blood, race and race, people and people. And this means combat between spiritual values” (ROSENBERG, 1971, p. 34).²³²⁶ Este texto de Rosenberg parece-nos muito familiar a Schmitt quando escreve em seu *Der Begriff des Politischen* ainda no ano de 1927,²³²⁷ revela a justificação da animosidade exterminadora perante o ataque a uma suposta “primordialidade existencial” (*seinsmäßige Ursprünglichkeit*), em suma, que “Die Begriffe Freund und Feind sind in ihrem konkreten, existenziellen Sinn zu nehmen, nicht als Metaphern oder Symbole [...]”. (SCHMITT, 2002a, p. 28).²³²⁸

Para Rosenberg sempre esteve muito clara a necessidade de estimular a perspectiva belicista do povo germano como condição de sua afirmação histórica, da retomada do *Volk*. Subjaz às suas linhas o mito do valoroso derramamento de sangue

²³²⁵ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Em sua configuração mística é desenvolvida uma nova estrutura nuclear da alma *Volk* alemã que se renova por si mesma. Passado e presente aparecem em uma nova luz e como resultado temos uma nova missão para o futuro”.

²³²⁶ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] sangue e sangue, raça e raça, povos e povos, e este é o significado de um combate entre valores espirituais”.

²³²⁷ Esta observação de proximidade teórica não supõe uma leitura direta de Schmitt, sobre a qual, ainda que possível, dada a sua erudição, não temos evidências concretas. Contudo, isto sim, tem força para demonstrar a proximidade do nosso autor em relação às forças mais atuantes que em seus textos faziam gestar lentamente ao totalitarismo em sua versão nacional-socialista.

²³²⁸ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Os conceitos de amigo e inimigo devem ser tomados em seu sentido concreto existencial, e não como metáforas ou símbolos [...]”.

para a realização da raça,²³²⁹ em suma, aqueles eram dias em que “Today, a new belief is arising: the *Mythus* of the blood; [...] that belief which embodies [...] that the Nordic race represents that *Mysterium* which has overthrown and replaced the old sacraments”. (ROSENBERG, 1971, p. 82),²³³⁰ em suma, o novo mito “[...] would consist of the values of honour, will, and discipline, and its victory would propel the German people toward a new era of heroic activity”. (ANDERTON, 2009, p. 23).²³³¹

A percepção da inimizade no contexto heroico era grandeza atemporal, e a circunstância de exercício do conflito sempre haveria de encontrar o seu momento certo. Rosenberg passava a reclamá-lo abertamente, e a indicação do inimigo ao qual combater não seria menos explícita na figura do judeu,²³³² ao qual o autor contrapunha o mito da raça nórdica (cf. ANDERTON, 2009, p. 23). O judeu, autoreputado como escolhido, era reputado pelas fileiras do nacional-socialismo, nada menos do que como uma praga para qualquer povo (cf. ROSENBERG, 1971, p. 179),²³³³ reconhecida, e

²³²⁹ O elemento racial é indebativelmente um vetor nuclear dos textos de Rosenberg e aparece em seu escrito maior *Der Mythus des 20. Jahrhunderts*. Não apenas encontramos um forte apoio ao viés racial apoiador do arianismo como uma profunda crítica ao judaísmo e à inserção dos judeus na vida européia.

²³³⁰ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Hoje, uma nova crença surge: o *mito* do sangue; [...] a crença que personifica [...] que a raça nórdica representa o *Mysterium* que derrubou e substituiu o antigo sacramento”.

²³³¹ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] consistirão no valor da honra, da decisão e da disciplina, e a sua vitória impulsionará o povo alemão rumo a uma nova era de atividades heroicas”.

²³³² O texto intitulado *Die Spur des Juden im Wandel der Zeiten*, obviamente ao lado de *Der Mythus der 20. Jahrhunderts*, é um dos momentos em que Rosenberg aponta com clareza para a figura do judeu como um dos inimigos ao qual haveria de combater o espírito germano em busca de sua (re)afirmação como *Volk*. No texto, dentre outros movimentos, Rosenberg aponta para a tese da culpa judia por uma orquestração e dominação econômica que submetia os povos, germânicos em especial (ver ROSENBERG, 1971, p. 175-190).

²³³³ Em sua diatribe contra os judeus, Rosenberg oferta o frágil argumento de que “[...] that in all times in all the lands in which Jews lived in great numbers, people raised the same accusation against Jewish deceit and Jewish usury” (ROSENBERG, 1971, p. 179). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] que em todos os tempos e lugares nos quais os judeus viveram em grande número os povos levantaram a mesma acusação contra os judeus, fraude e usura”.

necessária, luta contra a “[...] *Jewish domination* in all fields of culture as well as in the field of politics, and we know only too well that Judaism has been responsible for the most fearful poisoning in the area of culture” (ROSENBERG, 1971, p. 164).²³³⁴ Rosenberg põe em termos claros o possível destino dos judeus quando esclarece que estes não possuem alma sequer, que encontrar-se-iam, portanto, destituídos de características humanas (cf. ROSENBERG, 1971, p. 175-177; ver POIS, 1971, p. 175). Esta indicação do *outro*, do estrangeiro e, em último caso, alienígena representante da figura do inimigo, é afim com a leitura do schmittiano conceito de inimigo, para quem este *outro* alheio à humanidade é personagem explicitamente destituído de características que o preservem do extermínio.

Resta claro neste movimento que, em seu âmago, o projeto de Rosenberg reconhece valores nórdico-europeus superiores às demais raças; estavam eles, portanto, mais preparados para realizar o movimento histórico (cf. ANDERTON, 2009, p. 24) regenerador de um mundo cuja decadência fora anunciada por Spengler. A superior projeção germânica sobre os demais indivíduos e povos inteiros era elemento por evidenciador de sua capacidade para a construção de uma nova e poderosa *Weltanschauung*. Mas não apenas dela, mas também, em paralelo, de toda uma nova teoria do Estado baseada nos antigos valores e as estruturas concretas de um Estado calcado nestes valores (cf. ROSENBERG, 1971, p. 83).²³³⁵ Correspondia a esta nova

²³³⁴ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] a dominação judia em todas as áreas da cultura assim como em todos os campos da política, e nós sabemos muito bem que o judaísmo foi responsável pelo mais temeroso envenenamento da área cultural”.

²³³⁵ Como ideólogo ou doutrinário do regime, Rosenberg se ocupa em apontar as virtudes da teoria totalitária. Interage com um quadro de rupturas institucionais e de fragmentações políticas que assinalam a inviabilidade da institucionalização de conflitos segundo uma modelagem liberal. Este é um dado que terminaria por abrir espaços para um mais amplo processo de exclusão de grupos sociais dos debates públicos. A indicação lógica de uma filosófico-política como a de Rosenberg, que aposta na destruição dos preceitos liberais e na consolidação de um poder totalitário preocupado com a defesa da supremacia

realidade um conjunto de valores étnico-raciais que, não obstante, em sua crua forma nacional-socialista, não é presente no conceito de homogeneidade em Schmitt antes de 1933.²³³⁶ Isto sim, conforme admite Bercovici, com quem concordamos, que “Será Carl Schmitt quem, de 1933 em diante, irá entender homogeneidade e identidade como pureza racial” (BERCOVICI, 2004, p. 79), conceito que pode se projetar sem ruptura do discurso interno da filosofia política schmittiana, devido ao seu prévio conceito de homogeneidade.

Assim, enquanto em Schmitt o autêntico conflito torna-se observável quando do recrudescimento da derrocada da ordem e, também assim, de suas referências normativo-institucionais, Rosenberg, por seu turno, tem outra ideia. Segundo o autor, a nova ordem deverá mostrar preocupação com os elementos não da antiga, mas da primitiva ordem germana, retomar os valores do homem germano mítico. Este seria o genuíno e funcional critério para a posta em prática das políticas de homogeneização (*homogenisierung*), permitindo a projeção da unidade (*Einheit*) e a subsistência do novo regime.

racial ária, não poderia em algum momento colocar em segundo plano a argumentação em favor da homogeneização política. A obra de Rosenberg carece de maior profundidade intelectual, como, de resto, o *Mein Kampf* hitleriano, que desempenha função propagandística (cf. ROSSI, 2004, p. 156). Uma vez ocupados tais espaços, estes grupos haveriam de objetivar não apenas se manter na órbita de discussões, como também ampliar a sua esfera de influências no processo de tomada de decisões, algo que, de forma alguma, poderia interessar a uma compreensão totalitária do político. Sem embargo, a consolidação empírica dos propósitos políticos do nacional-socialismo dependia de suporte teórico que a fragilidade intelectual das construções de seus membros não era capaz de oferecer. Com este propósito intervêm intelectuais do porte de Heidegger, Schmitt, Arnold Gehlen, Alfred Baeumler e Hans Freyer (cf. ROSSI, 2004, p. 157), ademais de outros já trabalhados mais detalhadamente nos capítulos III, IV e V desta tese doutoral, aos quais remeto o leitor.

²³³⁶ Há certos empenhos teóricos dignos de nota, no sentido de vincular Schmitt firmemente ao antissemitismo ao longo de sua vida. Dentre estes teóricos, ver alguns esforços empreendidos por Zarka e Waite. Ver ZARKA, (2007a), WAITE, (2008, p. 124).

Esta homogeneização tomada a partir da angulação filosófica de Rosenberg implica transcender muito mais do que a mera crítica ao judaísmo, algo claro quando menciona que “When we... attack the Jews, this is not done in order to deprecate freedom of thought [...] but in order to sustain an attack on a legal view which runs completely counter to all states”²³³⁷ (ROSENBERG, 1971, p. 180).²³³⁸ Em Rosenberg aparece constantemente a ideia do desvalor judeu assim como nas demais obras ligadas ao nacional-socialismo. Em tom reprobatório aponta Rosenberg que os judeus são conscientes de sua própria diferença relativa aos demais povos, uma vez que “[...] is consciously divorced from other peoples in moral, legal and national questions, it is natural that his religious thinking was no exception”. (ROSENBERG, 1971, p. 182).²³³⁹

O movimento de Rosenberg, no sentido de apontar para a profundidade da diferença judia em relação aos demais povos em matérias que remetem a intensos conflitos, tais como a religião, que, por certo, os povos tendem a considerar como “[...]”

²³³⁷ Ao texto citado sugerimos a seguinte livre tradução: “Quando nós... atacamos os judeus, isto não é feito no sentido de suplicar pela liberdade de pensamento [...] mas no sentido de sustentar o ataque a uma visão legal que opera completamente contra todos os estados”.

²³³⁸ Rosenberg ainda acresce que há uma tipologia jurídica judia específica, da qual não poderia compartilhar a cultura jurídica européia e, em especial, germana, quando sustenta que (a) “Once and for all, it must be ascertained that a race which has this view of law is not capable of being judged by Europeans, and that consequently public offices must be shielded from Jewish influence” (ROSENBERG, 1971, p. 180). Em trecho subsequente Rosenberg reafirma sua diatribe ao dizer que (b) “[...] Jewish laws no longer apply in our prosperous age” (ROSENBERG, 1971, p. 180). Esta é uma ideia que converge com a apropriação schmittiana em seu discurso de meados da década de 1930, especificamente do ano de 1936, quando realiza seminário dirigido a promover o expurgo da cultura jurídica judia dos meios germânicos. Aos trechos acima sugerimos, respectivamente, as seguintes livres traduções: (a) “De uma vez por todas, isto deve ser averiguado que a raça que tem este ponto de vista não é capaz de ser julgada pelos europeus e que, conseqüentemente, os escritórios públicos devem ser blindados contra a influência judia”; (b) “[...] leis judias não serão aplicadas em nossa próspera era durante muito tempo”.

²³³⁹ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] é conscientemente divorciado de outros povos em questões morais, jurídicas e nacionais, e é natural que seu pensamento religioso não foi exceção”.

to be the only valid one” (ROSENBERG, 1971, p. 182),²³⁴⁰ revela uma estrutura vital e existencial denotadora de mais do que um simples e diferente modo de vida, mas uma ameaça. Para ameaças existenciais como esta é para o que claramente aponta Schmitt, como a circunstância em que será dado rechaçar, de sorte que, indicado o inimigo, possa ele ser vislumbrado como um grupo ao qual combater e exterminar. Em Rosenberg, portanto, o quadro em que o político é desenhado apresenta similaridades com a abordagem do texto schmittiano, quer quanto ao lugar de destaque que o político ocupa no conjunto da articulação quanto, e, principalmente, pelo lugar de destaque reservado à violência como uma prática intrínseca ao político.

Ponderando sobre o papel proeminente reservado por Rosenberg à violência em sua aproximação ao político resta observar algo mais outras tradições a respeito. Por hipótese, a leitura de Márquez sobre a origem do político entendido como um radical e insolúvel conflito mostra-se em desacordo com a etimologia da palavra política e com o sentido que ela tem desfrutado no evoluir da cultura política ocidental. Entendido neste sentido, oposto, portanto, ao que lhe emprestam Schmitt e o conservadorismo revolucionário, o político surge como uma negação do ato de força nas relações humanas e, ao fazê-lo, confirma a sua opção pela negação do emprego desmesurado e injustificado da força, optando pelas vias pacíficas de superação de conflitos entre dissidentes em matéria política (pública) ou moral (privada). Márquez reconhece que o político schmittiano é o de guardar considerável distância de toda uma tradição clássica que aposta na tarefa do político, eminentemente pública, como sendo, essencialmente, a da promoção de níveis mínimos de entendimento. Sem embargo, o cerne do debate presente em Márquez ao qual reconhecemos é de que

[...] la política aparece cuando el otro es identificado como la amenaza de mi propia sobrevivencia. La posibilidad de la eliminación física –

²³⁴⁰ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] ser a única válida”.

la muerte, para decirlo claramente – subyace a todo trato político. (MÁRQUEZ, 2003, p. 14).²³⁴¹

A possibilidade da eliminação no âmbito do político confirma o princípio *Macht geht vor Recht* (o poder precede o direito).²³⁴² Aqui emerge a natureza da força contra o diálogo, ou da pura violência contra os limites do político compreendido nos limites da promoção do entendimento. Quando tenha lugar o princípio *Macht geht vor Recht*, será possível observar a afirmação do triunfo da sem-razão, sendo esta catapultada à *ratio essendi* e regra de legitimação do político. O regime weimariano encontrou sua base legitimatória na esfera da garantia dos direitos fundamentais, e em seu processo de substituição foi sendo consolidada a teoria para o estabelecimento de um regime totalitário em que os males que se procurara tangenciar no âmbito da República encontram-se potencializados sob a configuração do caos e da barbárie.²³⁴³

²³⁴¹ O texto permite a seguinte tradução: “[...] a política aparece quando o outro é identificado como a ameaça de minha própria sobrevivência. A possibilidade da eliminação física – a morte, para dizê-lo claramente – subjaz a todo trato político”.

²³⁴² Em uma tradução livre significa a preeminência da “[...] o poder precede o direito”.

²³⁴³ A este respeito parece-nos ilustrativa a posição de Rauschning, quando procura alicerçar o argumento da democracia no elemento ético. Na visão do autor, “[...] democracy is not a political doctrine but an ethical attitude” (RAUSCHNING, 1941, p. 157). Esta é uma atitude que pode ser parcialmente lida em Kelsen por meio de um implícito conceito de tolerância, ao qual o autor remete ao aconselhar que a harmonia possível em assuntos sociais apenas pode ser obtida por meio de constantes negociações políticas (cf. KELSEN, 1977, p. 96), sugestão esta que não encontraria qualquer espaço de proliferação no texto schmittiano. Schmitt, por seu turno, pensa em termos consideravelmente distintos aos propostos por Rauschning no que concerne à relação da ética e da política ao atualizar a sua abordagem do tema. Mesmo partindo de sua leitura de Maquiavel e de Hobbes, Schmitt encontra espaço em sua interpretação de ambos para deles se manter isolado quando da imposição ao príncipe/soberano de certas limitações ao exercício do poder, ideias que em absoluto podem dialogar com a recomendação de Rauschning quanto a uma atitude ética quanto à concepção da democracia. Schmitt reconhece no florentino um pensador realista do político e fundador de um ramo analítico do político de cunho descritivo, e daí científico, aspectos que sobressaem no trabalho de Schmitt sobre política. Contudo, a leitura do político como destruição mostra-se desconectada de uma atitude ética relativa ao fenômeno político e, portanto, convergente com sua recomendação de Maquiavel e Hobbes. Por outro lado, Schmitt também diverge profundamente da postura de não enfrentamento do divergente em Maquiavel e Hobbes, *polis* na qual

Em movimento inverso a este sugerido pelas correntes conservadoras e reacionárias de direita do período, parece-nos ilustrativa a posição de Rauschning quando procura alicerçar o argumento da democracia em certa base ética, ao afirmar que “[...] democracy is not a political doctrine but an ethical attitude” (RAUSCHNING, 1941, p. 157).²³⁴⁴ Esta sugestão quanto à atitude pode ser parcialmente lida em Kelsen por meio de um implícito conceito de tolerância ao qual remete ao nos aconselhar que a harmonia em assuntos sociais apenas pode ser obtida por meio de constantes negociações políticas (cf. KELSEN, 1977, p. 96). Na cultura política da direita nacionalista reacionária germana representada por Rosenberg, inversamente, esta ideia de tolerância não seria um movimento recepcionável. Isto se depreende da estratégia de Rosenberg no sentido de argumentar em prol da inviabilização da convivência entre diferentes *Weltanschauungen* derivadas dos mais altos valores (cf. ROSENBERG, 1971, p. 84). A rigor, sustenta, se estas ocuparem um mesmo espaço ao mesmo tempo “[...] and each *Weltanschauung* is meant to be shared by a *common* group of people, this signifies the existence of an unhealthy palliative which bears within itself the germs of a new collapse”. (ROSENBERG, 1971, p. 84).²³⁴⁵

A leitura do político como destruição, que vem sendo apresentada neste trabalho, mostra-se desconectada de qualquer atitude ética relativa ao fenômeno político, de negociações políticas como sugere Kelsen ou, ainda mesmo, de qualquer possível

triunfa um conceito de liberdade traduzido na possibilidade do exercício da diferença sem o risco à própria existência, ou seja, capaz de “[...] acolher forças que, não podendo ser satisfeitas, não deixam de buscar meios de se exprimir” (BIGNOTTO, 2006, p. 86). Ao texto citado ao início desta nota sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] a democracia não é uma doutrina política mas uma atitude ética”.

²³⁴⁴ É de superior importância para a compreensão do argumento que não existe nestas linhas a aposta por um Estado ético que opere à similaridade das estruturas que tornaram possíveis, por exemplo, exatamente os modelos totalitários aqui tão insistentemente combatidos.

²³⁴⁵ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] e cada *Weltanschauung* é compartilhada por um grupo comum de povos, e isto significa a existência de um insalubre lenitivo que oferece a origem de um novo colapso”.

aproximação ética da versão da democracia apresentada por Schmitt. Esta leitura do político revela-se passível de conexão com a glorificação do enfrentamento ou, mesmo, com a guerra (*cf.* SPENGLER, 1941, p. 27). O conservadorismo revolucionário destitui de valor o que não seja a possibilidade de extermínio, pois o fato primordial da vida é a luta (*cf.* SPENGLER, 1941, p. 28).

Aqueles eram tempos em que Rosenberg recomendava não apenas uma luta histórica mas, antes, uma que envolvia princípios de fundo, “It is not confined to a few particular areas; but it is a general one” (ROSENBERG, 1971, p. 35),²³⁴⁶ e isto por força de que, em síntese, isto representaria “[...] the sign of our time: turning away from limitless Absolutism, i.e., the abandonment of a value which subsumes all that is experiential and organic [...]” (ROSENBERG, 1971, p. 36).²³⁴⁷ A marcante crueza do embate que se avizinhava se fazia apresentar na tese de Rosenberg, e, sugerimos, veio a repercutir no embate existencial anunciado por Schmitt em 1927,²³⁴⁸ e os seus são termos claros prenunciadores de uma disputa que visaria “[...] to establish either peacefully or by force a superhuman community of *all souls* [...]” (ROSENBERG, 1971, p. 36), a perfeição que a persuasão jamais teve forças para criar, senão apenas a pura violência (*Gewalt*).

A compreensão de que o fato central da vida pública pode estar localizado na luta é confirmado pela delimitação do âmbito do político em Schmitt, algo que resta claro ao nos dizer que “[...] lo que la vida humana tiene de valiosa no proviene de un

²³⁴⁶ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] o signo do nosso tempo: voltando dos ilimitados absolutismos, i.e., o abandono de valores que inclui tudo o que é experiencial e orgânico [...]”.

²³⁴⁷ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] para estabelecer pacificamente ou por intermédio da força uma comunidade sobre-humana de *todas as almas* [...]”.

²³⁴⁸ Neste trecho, portanto, Rosenberg apenas reitera a visão de mundo da direita conservadora alemã, que se distancia da convivência com o outro e seu diferente mundo. Neste sentido, portanto, podemos ocupar-nos da interpretação de Schmitt quando propõe ameaças existenciais vindas de outras formas de vida e que nos permitiriam não apenas atacá-las como, mesmo, exterminá-las.

razonamiento sino que se produce en un estado de guerra dentro de los participantes en la lucha [...]” (SCHMITT, 2001k, p. 69).²³⁴⁹ Rosenberg destaca, a respeito da luta, que aqueles eram dias em que ela era direcionada a

[...] to revitalize the spiritual cells of Nordic-conditioned peoples, it concerns the reinstatement to ruling authority of those ideas and values from which everything that signifies culture for us stems. It concerns the preservation of the racial substance itself. (ROSENBERG, 1971, p. 86).²³⁵⁰

O conceito de luta operante em Schmitt ocupa uma posição honorável, contrariamente ao liberalismo, para quem a luta enfrenta-se à potencialidade positiva que, inversamente, é vislumbrada nos atos de comércio, capaz, este sim, de introduzir paz e desenvolvimento. Para Schmitt, contudo, a aproximação é bem distinta, e isto fica claro quando nos diz que “[...] Mit solchen Methoden könnte man ebensogut umgekehrt die Politik als die Sphäre des ehrlichen Kampfes, die Wirtschaft aber als eine Welt des Betruges definieren [...]”. (SCHMITT, 2002a, p. 76).²³⁵¹

Esta definição da política como uma honrosa esfera de luta expõe alguns dos pressupostos schmittianos que permitem a interpretação da sua filosofia política como uma irreduzível disputa entre contrários. Este elemento interpretativo se somaria a outros como, por exemplo, quando diria Schmitt, em sua leitura de Lorenz von Stein, que a verdadeira natureza de tudo quanto se encontre vivo é a posição antagônica relativamente a algo, que tudo quanto mantenha uma existência supõe o seu contrário

²³⁴⁹ O texto permite a seguinte tradução: “[...] o que a vida humana tem de valioso não provém de arrazoamento mas, isto sim, se produz em um estado de guerra dentro dos participantes na luta [...]”.

²³⁵⁰ O texto permite a seguinte tradução: “[...] revitalizar as células espirituais do condicionamento nórdico dos povos, isto interessa ao restabelecimento do domínio da autoridade destas ideias e valores de todas as coisas que significam cultura para a nossa linhagem. Isto diz respeito à preservação da substância racial em si mesma”.

²³⁵¹ O texto permite a seguinte tradução: “[...] contrariamente, com tais métodos pode também ser definido o político como uma esfera honrosa de luta, e a economia, por outro lado, como um mundo de fraude [...]”.

(cf. SCHMITT, 2009g, p. 65). Esta figura do contrário, contudo, não haverá de manter livre e protegidamente a sua existência, senão que há impulsos que logo mostrarão que o caráter vital do humano depende de sua capacidade de enfrentamento e, por conseguinte, da colocação em risco da vida. Como nos diz Schmitt, “[...] das pulsierende Leben besteht in der forwährenden Durchdringung, der entgegengesetzten Kräfte [...]” (SCHMITT, 2009g, p. 65).²³⁵² Estas forças em oposição, que emprestam o caráter palpitante à vida apresentada por Schmitt encontram sua capacidade de expressão no conceito do heroico, conservador revolucionário que percorre de Spengler a Jünger, e que irá supor a possibilidade da exclusão do *outro*, dissidente, mas não da interpenetração pacífica dos contrários.

Estas forças de uma vida palpitante em contínua contradição dão a nota da necessidade de colocação, em primeiro plano, da compreensão do político como puro enfrentamento, antes do que reservado a um segundo plano, como Schmitt quer fazer crer em um primeiro momento. Este movimento hermenêutico permite a interpretação do político em termos schmittianos como pura negação existencial (*seinsmäßige*), embate último justificado pela ameaça em que o *outro*, e sua *Weltanschauung*, representam, e que reclama, no dizer de Rosenberg, um forte movimento de afirmação de uma *Volkisch Weltanschauung* contra esquemas político-filosóficos como os liberais (cf. ROSENBERG, 1971, p. 92). Neste ponto cabe chamar a atenção para a convergência de ambos os autores no que concerne à ameaça visceral que a alteridade supõe,²³⁵³

²³⁵² O texto permite a seguinte tradução: “[...] a vida palpitante consiste na constante compenetração das forças contrárias”.

²³⁵³ A isto se pode somar a visão antropológica de Schmitt, que encontra na existência humana uma indelével marca, qual seja, a do mais terrível potencial de morte que, em sua retomada da filosofia donosiana, indica que terá lugar a partir de sua caracterização como desumano (cf. SCHMITT, 2001n, p. 241).

mundo externo e estrangeiro que arrisca a existência do próprio *eu*, amigo (*Freund*) na terminologia schmittiana.

A conjugação desta possível caracterização do homem como “desumano” permite observar a costura interna realizada pelo autor com os limites em que concebe o seu conceito do político. Amplíssimos os seus limites, o referido conceito abrirá a possibilidade ao extermínio a quem venha a ser caracterizado como inimigo acrescido desta sua supostamente inexorável “desumanidade”. Este não é acréscimo teórico que seja realizado sem consequências, senão que ao fazê-lo haveremos de desconstituir o *outro* enquanto homem e, passo seguinte, aportamos e incrementamos a pérfida legitimação da eliminação do *outro*. Em termos schmittianos, o primeiro passo do reconhecimento da desumanidade retira da obscuridade o pavoroso abismo da mera inimizade e o sepulta ainda em maiores e recônditas profundezas.

Do ponto de vista teórico este caráter denegatório da existência (*seinsmäßige*) é proposta que encontra parciais fontes de sua leitura, prévia alargada adaptação, em textos de Maquiavel,²³⁵⁴ especialmente quando o autor desloca a sua noção do político das categorias éticas. Schmitt se permite aprofundar este distanciamento e as consequências é de que os confins do político habitados pelo *hostis* não receberão qualquer luz emanada desta fonte, senão que, tão somente, receberão algum foco, em seu conceito de *inimicus*.

Este profundo distanciamento entre o *hostis* e o *inimicus*, realizado por Schmitt, não conturba, senão confirma, a compreensão de que inexiste alguma conexão da ética com o político em sua filosofia política. Isto sim, ela resta preservada a um núcleo desabitado, o da esfera privada, onde reside o *inimicus*. Onde o seu conceito do político

²³⁵⁴ Sugerimos encontrar presente em Schmitt uma explícita interpretação, interessada, de um Maquiavel antirrepublicano, ao consagrar o político como destituído de categorias éticas, sendo este um viés explorado profundamente.

opera, no âmbito do *hostis*, não sobreviverá qualquer traço da ética cristã e de seus preceitos que remanescem na órbita privada. Os mandamentos cristãos, certos em sua piedade e tolerância, em sua pregação de amar aos inimigos, possuem, para Schmitt, um espaço certo que lhes é reservado. Este espaço de aplicação é um, e tão somente um, a saber, o da vida privada, ali onde faz habitar o conceito de *inimicus* (ver SCHMITT, 2002a, p. 29), ou seja, trata-se de que “[...] erst in der Sphäre des Privaten hat es einen Sinn, seinen „Feind“, d. h., seinen Gegner, zu lieben” (SCHMITT, 2002a, p. 30).²³⁵⁵ Schmitt constitui o inimigo passível de não sofrer o processo de extermínio tão somente na esfera privada, o natural *habitat* da figura do *inimicus*, sobre o qual pode recair a intervenção e as censuras do plano ético.

Schmitt não destaca em seu escrito de modo suficiente a absoluta ausência da aplicabilidade desta ética válida para o *inimicus* aos sujeitos que intervêm no espaço da esfera pública, capazes de serem reputados como inimigos públicos, *hostis*. A concentração da possibilidade da ética tão somente no espaço privado criará as condições para que o tratamento concedido ao inimigo no espaço público atinja inimagináveis níveis de intolerância. O inimigo, para Rosenberg, está claramente identificado como o intolerante judeu, aquele que se ocupou da perseguição de Cristo, em suma, que “The Jew is the teacher of all intolerance, of all fanatical belief, of all that which calls for murder in the name of religion; he appeals to tolerance only when he feels himself threatened [...]”. (ROSENBERG, 1971, p. 182).²³⁵⁶

Reconhecido como inimigo público por parte do Estado, nada existirá que possa operar em favor do *hostis*, no sentido de evitar a sua desconstituição material como

²³⁵⁵ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] e apenas na esfera privada há sentido em amar o seu ‘inimigo’, isto é, o seu adversário”.

²³⁵⁶ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “O judeu é o mestre de toda intolerância, de toda crença fanática, de tudo que chamada para o assassinato em nome da religião. Ele apela para a tolerância unicamente quando ele sente a si mesmo ameaçado [...]”.

seres humano. Como recorda Rosenberg, o Estado exerce função de guardião da segurança, ele foi “[...] moulded for the security of the collective German *Volk* and of its blood and character” (ROSENBERG, 1971, p. 192).²³⁵⁷ O Estado, em suma, ocupa forte e decisiva “[...] as a most powerful and virile instrument, is placed at the disposal of the movement, and [...] powers are continuously renewed by the movement [...]” (ROSENBERG, 1971, p. 192)²³⁵⁸ o que o tornava bastante bem equipado para a finalidade de indicar e combater o inimigo.

Este quadro resta todavia mais bem desenhado quando indica Schmitt que já não bastará repelir o inimigo quanto à possível agressão que represente para o espaço público mas, antes, até mesmo a busca de sua mais completa eliminação estará legitimada, pois será este alguém a ser transformado nada mais do que em um monstro desumano (*unmenschlichen Scheusal*) (cf. SCHMITT, 2002a, p. 37), muito além, portanto, de qualquer dimensionamento de conceito ético-político. Será esta esfera habitada pelo *hostis* em que poderá ter lugar a constituição e a descrição do papel do soberano/príncipe, cuja missão no mundo é a de eliminar aleivosias, rancores, conflitos e todas as sensibilidades da desordem, incumbência de manutenção sociopolítica singularmente superior a todos os demais misteres humanos.

Este grave encargo depositado por Schmitt em mãos do soberano encontra-se em aberto e irreconciliável conflito, ele próprio, com as mais basilares características do conceito de democracia, conforme assentado nas tradições ocidentais das quais não apenas Schmitt como todo o conservadorismo e o nacional-socialismo se apresentam na condição de devedores. O conceito de democracia das profundas tradições do Ocidente

²³⁵⁷ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] moldado para a segurança do coletivo *Volk* alemão e de seu sangue e caráter”.

²³⁵⁸ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] como um mais poderoso e viril instrumento, posto à disposição do movimento e [...] [seus] poderes são continuamente renovados pelo movimento [...]”.

remonta, ao menos parcialmente, a uma dimensão ética que mantém atuais as suas origens culturais judaico-cristãs, ao passo que fincadas em um jusnaturalismo de diversas estirpes. Neste sentido, por exemplo, sugere-nos Elías Díaz que o conceito de Estado de Direito é o *locus* único e privilegiado para a sobrevivência da democracia (ver DÍAZ, 2003).

O Estado de Direito e a democracia que nele habita não podem disponibilizar os recursos necessários para a sobrevivência do político schmittiano. Sendo este estruturado na polarização amigo-inimigo (*Freund-Feind*), localiza seu foco na posição do inimigo e a este direciona toda uma gama de negativos valores que cabe combater. O *outro*, ou a sua representação pela oposição, encontra em Schmitt uma dimensão de pura negação que o Estado democrático de Direito, de Díaz, por exemplo, não comporta e nem pode de alguma maneira nos propor. Há excelências neste conceito que opera em Díaz, como o *Rule of Law*, a separação de poderes, a aplicação do princípio da legalidade à Administração pública bem como a proteção aos direitos e liberdades fundamentais (*cf.* DÍAZ, 1991, p. 31) que, em absoluto, se mostram como objeto da preocupação de Schmitt em seu desenho do poder na década de 20 ou em seu mais avançado texto referente ao Estado total (ver SCHMITT, 2001i; 1995f). Há uma diferença ontológica profunda entre a operação do político no conceito de Estado democrático de Direito em Díaz e a concepção do político schmittiana, sendo que esta última remete à definição específica da essência do político (*cf.* STRAUSS, 1996, p. 34), que para Schmitt é o enfrentamento. Em contrariedade parcial a Schmitt encontramos tanto uma tradição pós-marxista representada por Derrida, em sua tentativa de desconstruir a ancoragem teológica do político (*cf.* ALONSO, 2009, p. 1), bem como uma tradição de uma esquerda de corte democrático ilustrado e anti-irracionalista como a sustentada por

Díaz,²³⁵⁹ que remete às tentativas políticas de expressa pacificação e posterior conciliação.

O político como enfrentamento é, talvez, uma dimensão capaz de caracterizar a seriedade do vital conforme a compreenderia Schmitt (*cf.* MEIER, 2006, p. 45-46) mas, com certeza dista, ou até mesmo se opõe visceralmente, de qualquer projeto de um Estado democrático de Direito no sentido proposto por Díaz. Esta diferenciação específica no âmago do político também encontra apoio em Marcuse, ao afirmar que “[...] o político é negação e contradição absoluta” (MARCUSE, 1999e, p. 271).²³⁶⁰ Este caráter absoluto da negação da existência, sugerimos, apresenta um político que não comporta uma noção positiva e abrangente da experiência vital, compreendida como encontro de subjetividades que interagem à busca de auto-realizações parciais, de qualquer sorte sempre dependentes de aproximações com o *outro*, grandeza que a estreiteza do político visa excluir enquanto diferente, e do qual a própria unicidade conceitual do *eu*, ou da comunidade de amigos, supõe.

Encontramos em Schmitt uma interpretação do político que converge com o seu projeto totalitário em que a experiência vital prescinde de interações inclusivas, em que o distanciamento dos preceitos do Estado democrático de Direito, normalmente refutado

²³⁵⁹ Díaz coloca sintética e claramente a origem teórica do movimento nacional-socialista como resultado de um processo que tem início com o “[...] organicismo e historicismo [que] constituyen el doble componente del movimiento romántico que llegará después al irracionalismo y desde allí ya directamente a la ideología del totalitarismo reaccionario nazi” (DÍAZ, 1991, p. 70). Ao trecho anterior sugerimos a seguinte tradução: “[...] o organicismo e historicismo [que] constituem o duplo componente do movimento romântico que chegará depois ao irracionalismo e, desde ali, já diretamente à ideologia do totalitarismo reacionário nacional-socialista”.

²³⁶⁰ Muito embora se trate um conceito, o político, para Marcuse, requer representação aberta, ou seja, sem representação direta ou com conteúdo. Segundo o autor, “[...] o político deve antes permanecer fora do conteúdo: como o artístico *a priori* que não pode ser absorvido pelo conteúdo mas, antes, absorve, ele próprio, todo o conteúdo. A vontade política então só aparece na forma em que o conteúdo é considerado e formado”. (MARCUSE, 1999e, p. 271).

por liberal-burguês, permitiria o avanço da democracia política schmittiana. Esta supõe conflitos humanos que parecem encontrar-se em débito a sua abordagem hobbesiana. Nesta o conflito encontra suas motivações mais profundas pela disputa por bens escassos, ou seja, que “[...] therefore if any two men desire the same thing, which nevertheless they cannot both enjoy, they become enemies” (HOBBS, 1996, p. 83).²³⁶¹ Isto permite entrever que o conceito de inimigo emerge do choque entre interesses que se apresentem como irreconciliáveis.

Contudo, ainda que operando no âmbito do político, mas distante de Schmitt, e sim próximo da tradição do Estado democrático de Direito de Díaz, encontramos com a referência a uma tradição maquiavélica observada por Bignotto, segundo quem “[...] os conflitos são os produtores da melhor das instituições, e não o elemento incongruente de um período infeliz na história de um povo [...]” (BIGNOTTO, 2006, p. 85)²³⁶² ou, segundo nos diz Maquiavel, é a própria contraposição quem coloca as melhores condições para a virtude republicana, posto que “[...] en toda república hay dos espíritus contrapuestos: el de los grandes y el del pueblo”. (MAQUIAVEL, 2000, p. 39).²³⁶³

Neste particular, para Schmitt, e muito embora da felicidade não se ocupe, o encontramos em posição a seu mestre de San Casciano. Ao contrário de Schmitt, se vislumbra neste Maquiavel republicano ser indesejável a permanência de algo que desconecte o conflito da vida sem que isto represente um movimento decidido no

²³⁶¹ O texto permite a seguinte tradução: “[...] então, se dois homens desejam a mesma coisa, que ambos não podem aproveitar conjuntamente, eles se tornam inimigos”.

²³⁶² A partir desta observação de Bignotto, é perceptível que o conceito de inimigo pode emergir não apenas do choque de interesses como, em nível irreconciliável, de algo que em Schmitt ocorre no âmbito do político.

²³⁶³ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] em toda a república há dois espíritos contrapostos: o dos grandes e o do povo”.

sentido e potencializá-lo. Schmitt recorda o conflito para, logo, introduzi-lo como condição para a afirmação de seu conceito de homogeneidade (*homogenität*), algo que muito diz a respeito da sua aversão à interpretação republicana de Maquiavel realizada por Bignotto.

A noção de conflito acima posta explica que o político (*des politischen*) em Schmitt deve ser entendido apenas por intermédio dele (ver STRAUSS, 2008d).²³⁶⁴ É bem certo que Strauss não se ocupou de modo exaustivo da definição de conflito (*cf.* STRAUSS, 1996, p. 35), ainda quando a sua leitura do político por intermédio de Strauss seja bastante conhecida e abra as portas para o neoconservadorismo contemporâneo.²³⁶⁵ Este conceito polarizado, que é afirmado por Schmitt como essencial ao político, pode ser entendido comportando o mesmo papel exercido pelo belo/feio (*Schön/Häßlich*), objeto da estética ou o bom/mau (*Gut/Böse*), objeto da moral, todos eles, e acrescentando-se ao econômico e religioso, encontram-se passíveis de ser colonizadas pelo político. Ao realizar este movimento de definição de objetos de áreas do conhecimento, Schmitt dá o primeiro passo para realizá-lo na área que lhe interessa, a política. Em sua seara de interesse Schmitt realizará corte epistemológico de tipo positivista kelseniano, no qual

²³⁶⁴ Este importante texto de Strauss foi originalmente publicado no *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* (Tübingen, vol. 67, fasc. 6, agosto/setembro, 1932, p. 732-749). Para maior detalhamento sobre Strauss e sua relação com Schmitt, ver MEIER, (2008; 2006).

²³⁶⁵ A este respeito é interessante a caracterização feita por Callinicos acerca do pensamento de Strauss: “[...] Strauss era um conservador crítico de la modernidad y escéptico sobre la democracia, que concebía la filosofía como sabiduría esotérica, que era necesario ocultar a las masas vulgares [...]” (*apud* BORDA, 2006, p. 103). Esta é uma brecha que permite a conexão com o núcleo do pensamento neoconservador norte-americano vigente nas últimas décadas, principalmente durante as administrações da família Bush, pai e filho. Ao trecho anterior sugerimos a seguinte tradução: “[...] Strauss era um conservador crítico da modernidade e cético sobre a democracia, que concebía a filosofía como sabedoria esotérica, que era necessário ocultar às massas vulgares [...]”.

define o político a partir de um único elemento central, reduzindo o fenômeno a sua conhecida polarização amigo-inimigo.²³⁶⁶

Desta maneira, assim como o pedagogo visa a educação, mas permanece atento aos não-educados, também atenta o teólogo à salvação, observando aqueles todavia não-salvos e, em todo caso, restaria a esfera do político. Em sua análise encontra-se, assim como Kelsen procede quanto à norma jurídica, o seu elemento diferenciador no âmbito de uma “[...] die Sphäre des Politischen letzten Endes von der realen Möglichkeit eines Feindes bestimmt wird” (SCHMITT, 1972, p. 63).²³⁶⁷ Schmitt faz referência a que se trata de uma última esfera, e tão somente nela encontraríamos a localização do inimigo, como sendo aquele momento que possibilita a intervenção final contra ele, e isto é o que definitivamente evidencia o caráter distintivo específico do político (cf. SCHMITT, 2002a, p. 26).

Nossa argumentação neste trabalho doutoral apresenta a ideia de que a esfera do político encontra neste seu último momento um instante de desconstituição do político, e não o de sua identificação essencial última. Inversamente ao processo identificatório do político à violência, aqui nos interessa demarcar que o momento da radicalização da situação é que impele ao exercício do político. Contrariamente ao político em Schmitt, o ângulo do político e da democracia com que trabalha esta tese é o da compreensão da

²³⁶⁶ Isto sugere um Schmitt que adota uma similar postura metodológica à adotada pelo positivismo de Kelsen ao definir norma jurídica na ciência do direito, autor que sempre representou o seu opositor de toda a vida, bem como a face mais apurada do positivismo jurídico, por ele também combatido. Neste sentido, portanto, é que em Schmitt, à diferença de outros autores como Kelsen, não encontramos qualquer possibilidade de leitura do jurídico à distância de elementos políticos e sociológicos. Ao contrário, como sugere Kaufmann, sua argumentação apenas pode ser compreendida sob este pano de fundo (ver KAUFMANN, 1993), pois o seu decisionismo, já presente em *Politische Theologie*, encontra a sua posição básica nesta precedência do político ao jurídico, mesmo elemento que reforçaria os limites de sua interpretação constitucional.

²³⁶⁷ O texto comporta a seguinte tradução: “[...] a esfera do político é, em última análise, determinada pela possibilidade real de um inimigo”.

ação política como visceralmente capaz de evitar a tragédia e a barbárie. Nisto reside a perspectiva liberal de uma outra, schmittiana, cuja ocupação central se dá no âmbito do alongamento do campo do político para a comissão da violência.

Paralelamente a esta caracterização do político, Schmitt realiza um duplo movimento. Passo seguinte à sua descolonização do político por parte da moral, sem mais, logo faz habitar no político o germe destrutivo do enfrentamento radical. Aqui a conexão com a sua estética, desta vez a da violência pura (*reiner Gewalt*), que permite no âmbito do político a eliminação (*vernichten*) do inimigo,²³⁶⁸ momento em que revela a situação-limite (*Grenzsituation*) do político, momento último, radicado nos confins do político, mas todavia no âmbito do conceito. Isto encontra nexos e justificativa na retórica de Rosenberg, que visa a instituição de um *Gemeinschaft* perfeitamente homogêneo, revelando-se, em todas as suas perspectivas, divergente da tolerância com a alteridade.²³⁶⁹

Este movimento de Schmitt, de situar o extermínio como um momento último do político e sob certas condições, pouco absolve, posto que o poder de ditar a observação das condições concretas desta situação e a indicação dos inimigos permanece com (a) total amplitude e ausência de embaraços ou controle e (b) indisponível a qualquer crítica ou oposição no sentido de malbaratar abusos. A colocação estratégica de Schmitt, do

²³⁶⁸ A este respeito nos detalha Borges que a estética schmittiana da violência aproxima-se do dadaísmo de Hugo Ball (1886-1927) (*cf.* BORGES, 1999, p. 39), filósofo, mas também poeta e escritor germânico, que conquistou a posição de um dos principais artistas do dadaísmo.

²³⁶⁹ Neste aspecto Rosenberg chama a atenção para o que acreditava ser o espírito de seu tempo: “The inner voice now demands that the myth of blood and the myth of soul, race and ego, *Volk* and personality, blood and honour; that this myth, alone and uncomprisingly, must penetrate [...] and determine all life” (ROSENBERG, 1971, p. 97). Estes são valores plenamente convergentes com a estrutura do conservadorismo revolucionário que vem sendo tratado neste trabalho doutoral desde o seu capítulo III. A este trecho logo acima propomos a seguinte livre tradução: “A voz interna agora exige que o mito do sangue e o mito da alma, raça e ego, *Volk* e personalidade, sangue e honra, que este mito, isolada e incompreensivelmente, deve penetrar [...] e determinar toda a vida”.

político como uma última possibilidade, portanto, não é designativa do real papel que pode cumprir, dados os pressupostos do amplíssimo poder e de sua falta de controle quanto à aplicação das medidas radicais.

A radicalidade de medidas que o conceito do político pode implicar sugere a possibilidade da aproximação com a sua definição do político como “total” (SCHMITT, 1996b, p. 84), algo que teria lugar, de fato, quando já ia avançado o final do ano de 1933, oportunidade em que o autor escreve o prefácio à segunda edição para sua *Politische Theologie*. O político (*des politischen*) caracterizar-se-ia por sua potencial colonização da integralidade da vida humana, e isto implica que as relações políticas invadem todas as dimensões da vida, movimento que enseja repercussões totalitárias que não tardam em se fazer sentir. Neste sentido observa Marcuse preocupadamente em sua leitura do *Der Begriff des Politischen* que

[...] por trás de todas as relações econômicas, sociais, religiosas e culturais encontra-se a politização total. Não existe esfera alguma da existência privada ou pública, qualquer instância jurídica e racional que poderia se contrapor a essa politização. (MARCUSE, 1997, p. 77).

Aqui se torna perceptível não um movimento de aproximação do Estado e da sociedade, mas, antes, o de absorção desta pelas estruturas estatais, conformando na prática a ideia do Estado total, em que restam superados os esforços da tradição liberal do século XIX de organização de uma sociedade em posição distinta à do Estado. O Estado coloniza toda a ambiência privada ou, como diz Marcuse, nada mais resta, em qualquer dimensão, sejam elas “[...] económicas, sociales, religiosas o culturales, se encuentra la politización total. No existe ninguna esfera de la vida privada y pública, ninguna instancia jurídica irracional que pueda oponerse a esta politización” (MARCUSE, 1968, p. 40). Não se trata apenas da unificação de Estado e sociedade mas, antes, da subsunção da segunda ao primeiro, que restará sob absoluto controle.

No contexto sociopolítico pós-weimariano, o Estado e a sociedade seriam reunidos sob as ordens do *Führer*, “[...] la cima última de esa jerarquía [...]” (DÍAZ, 1991, p. 78),²³⁷⁰ capaz de encarnar “[...] el espíritu del pueblo en grado único y preeminente” (DÍAZ, 1991, p. 78),²³⁷¹ pois apenas nele é possível encontrar a aptidão e a virtude necessárias, em que “[...] se identifican y confunden con su espíritu individual y el espíritu popular: su voluntad coincide con la voluntad del pueblo” (DÍAZ, 1991, p. 78).²³⁷² A unificação da sociedade com o Estado encontra na vontade expressa pelo *Führer* a sua possibilidade de tornar-se operativa.

Nestes termos, resta fora dela qualquer instância que se pareça ao que o Estado liberal comumente denomina de sociedade civil, em suma, como insuspeitamente diz Schwab, “[...] concretely speaking, only states, and not just any domestic or international association, are the bearers of politics” (SCHWAB, 2007, p. 6).²³⁷³ Em verdade, portanto, nas organizações sociopolíticas totalitárias, inexistente o âmbito do privado, esfera na qual Schmitt sugere poder fazer habitar o seu conceito de *inimicus*, porque a sua atualização para o âmbito do *hostis* depende única e exclusivamente do juízo do *Führer*, capaz de atender aos interesses da comunidade (*Gemeinschaft*) que o constituiu. Mas se inexistente o privado, de certa forma, podemos dizer que tampouco o público existe, senão enquanto entendamos este último nos estritos limites determinados pela imperativa e incondicionada vontade do *Führer*.

A politização total da vida que Marcuse diz estar presente no coração do político em *Der Begriff des Politischen* exsurge como amplamente descritiva do fenômeno

²³⁷⁰ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a cúspide desta hierarquia [...]”.

²³⁷¹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] o espírito do povo em grau único e supremo”.

²³⁷² O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] se identificam e se confundem com o seu espírito individual e popular, ou seja, a sua vontade coincide com a vontade do povo”.

²³⁷³ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] concretamente falando, apenas Estados, e não qualquer associação interna ou internacional, são atores do político”.

totalitário cujo conceito do político em Schmitt, e que nos parece indicar fortemente a sua aposta na inexistência do âmbito privado, contrariamente ao que indica quando faz referência ao conceito de *inimicus*, onde todavia seria possível alguma tolerância. Por intermédio de Marcuse, mas também com as análises do fenômeno totalitário compartilhadas por Arendt, (ver ARENDT, 1974), e Friedrich/Brzezinski, (ver FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965), nos deparamos com que mesmo o âmbito público reclama uma compreensão extremamente matizada, posto depender de uma só vontade, a do *Führer*, figura de amplíssimos poderes.

A leitura marcuseana indica em Schmitt a defesa da tese de que a colonização de todas as dimensões da vida pelo político tornava o indivíduo des-interiorizado (*Entinnerlichung*), sujeito ao domínio do Estado naquele profundo processo de sujeição do indivíduo ao Estado (*cf.* HOLANDA, 1989, p. 301). Assim, por força desta colonização da esfera do político que encontra respaldo na teoria schmittiana, restavam postas as condições de possibilidade para o célere avanço da teoria totalitária do Estado que, em sua versão germana, seria levada a termo pelo nacional-socialismo.

O duplo movimento schmittiano, de fazer convergir Estado e sociedade no conceito de Estado total e de colonizar o mundo da vida (*Lebenswelt*) pelas estruturas e interesses do Estado determinado pelo *Führer* configura uma clara e consistente aposta em seus escritos dos anos 20.²³⁷⁴ A respeito deste viés de aprofundamento do projeto totalitário, comenta Marcuse que a “[...] des-privatização e politização destroem a existência individual em vez de superá-la verdadeiramente na ‘universalidade’”. Isto fica

²³⁷⁴ Há aqui um aprofundamento da teoria totalitária do Estado, que em Schmitt se apresenta de forma latente já desde os seus múltiplos trabalhos da década de 20. Nesta década sobressai a sua interpretação extensiva do art. 48 da Constituição de Weimar, que permitiria a expansão dos poderes do Presidente do Reich, revelando-se um dos movimentos importantes para a consolidação do regime totalitário do nacional-socialismo, durante o qual ocorreu toda sorte de abusos e invasões da vida privada e domínio da vida pública.

claro no conceito antiliberal de liberdade” (MARCUSE, 1997, p. 80). Segundo a crítica schmittiana, a despolitização da vida é provocada por uma arraigada tradição liberal. Este seria um movimento imprescindível para que Schmitt pudesse articular a colonização da vida privada, ademais da pública, promovendo o projeto totalitário de destruição da existência individual, conforme alerta Marcuse.

Schmitt sugere ser possível compatibilizar o seu ataque visceral ao liberalismo por antipolítico, ao qual subjaz uma preocupação com o individualismo. Para Schmitt é o Estado total (*totale Staat*) que realmente se ocupa do indivíduo por meio da virtuosa leitura das necessidades da comunidade (*Gemeinschaft*) realizada pelo *Führer*. Quando este exerce a sua soberania, portanto, o fará em um sentido inexoravelmente bom, ou seja, nos deparamos com o que Díaz descreve ser “[...] la fuente originaria del Derecho [...]” (DÍAZ, 1991, p. 79)²³⁷⁵ mas, sobretudo, que ele o faz traduzir-se corretamente no mundo a partir de sua “[...] alta capacidad y a su elevada moralidad [...]” (DÍAZ, 1991, p. 79),²³⁷⁶ afirmação, portanto, daquele que é, por natureza, “[...] poder [que] se caracteriza por su naturaleza personal, originaria, autónoma y autoritaria [...]”(DÍAZ, 1991, p. 79).²³⁷⁷ Exercido o poder segundo estes limites, não há resguardo possível para qualquer dimensão do político que Schmitt queira apontar, por exemplo, nos recônditos da esfera privada por meio de seu conceito de *inimicus*, senão que, ao contrário, como indicara Marcuse, este seria um movimento que desembocaria na absoluta colonização da vida privada promotora do projeto totalitário de destruição da existência individual. Tal projeto encontra em Schmitt uma tentativa de tergiversação, ao sustentar que

²³⁷⁵ Para uma interpretação não literal do trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] a fonte originária do Direito”.

²³⁷⁶ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] alta capacidade e a sua elevada moralidade [...]”.

²³⁷⁷ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] poder [que] se caracteriza por sua natureza pessoal, originária, autônoma e autoritária”.

Das Wort „Souveränität“ hat hier einen guten Sinn, ebenso wie das Wort „Einheit“. Beides besagt keineswegs, daß jede Einzelheit des Daseins jedes Menschen, der zu einer politischen Einheit gehört, vom Politischen her bestimmt und kommandiert werden müßte, oder daß ein zentralistisches System jede andere Organisation oder Korporation vernichten sollte. (SCHMITT, 1972, p. 39).²³⁷⁸

Schmitt objetiva destacar que o emprego da palavra soberania, que ganharia aplicação prática nos termos do parágrafo anterior, poderia desfrutar de um outro entendimento, a saber, como citado no texto acima, segundo um “*guten Sinn*”, restando despiciendo sublinhar que o autor reconhecia a existência de seu antônimo. O emprego da expressão unidade (*Einheit*) também poderia ser reclamada com o mesmo sentido, sem que, para tanto, de qualquer maneira pudessem gozar do significado de que os indivíduos viessem a ser determinados e comandados pelo político, ou que um sistema fortemente centralizador pudesse exercê-lo.²³⁷⁹ A rigor, este trecho schmittiano do prefácio ao *Der Begriff des Politischen* torna evidente uma tentativa, bastante posterior a sua publicação original em 1927, de higienizar os seus passos da década de 30.²³⁸⁰ Nestas linhas Schmitt sugere uma interpretação não permitida por seu texto, posto que o exercício da soberania que procura a realização e a manutenção da unidade implicará a determinação e a eliminação do inimigo público (*hostis*) e não, como deixa ver, que, “de

²³⁷⁸ Segundo uma interpretação não literal do trecho acima, sugerimos a seguinte tradução: “A palavra ‘soberania’ é empregada aqui em um bom sentido, da mesma maneira que ‘unidade’. Contudo, isto de modo algum significa que toda individualidade do ser de cada pessoa pertence a uma unidade política e que, por isto, terá de ser determinada e comandada pelo político, ou que um sistema centralista deveria destruir toda e qualquer organização ou corporação [...]”.

²³⁷⁹ No trecho citado acima Schmitt propõe um argumento liberal de fundo para justificar a adoção do Estado total, que supostamente tomaria como sua a preocupação não apenas com o indivíduo como também com as organizações e corporações, às quais não poderia ocupar-se em proceder a sua destruição (cf. SCHMITT, 1972, p. 39). De fato, a leitura global da obra schmittiana não nos sugere que isto possa ser tomado senão como uma anotação retórica secundária, destinada a desconstituir resistências ao Estado total e, passo seguinte, fortalecer sua argumentação a seu favor.

²³⁸⁰ Boa parte deste trabalho de Schmitt está em seu prefácio à nova edição de 1963, no qual tenta rebater uma série de críticas que lhe estavam sendo endereçadas.

modo algum”, tal sistema centralista pudesse vir a destruir organizações e corporações, fato que não apenas ocorreu quanto contou com seu expresso apoio.

A síntese do político está, pois, na possibilidade do emprego da força, ainda quando alegadamente procure radicá-lo em uma última possibilidade. Nesta circunstância tem lugar a eliminação física (*physische vernichten*), e isto resume o político no uso da força, extremamente significativa da hostilidade profunda à vida (*lebensfeindlich*). A lei do mais forte impera como se estivéssemos encontrando em Schmitt uma subreptícia proposta da adoção do estado de natureza hobbesiano. Este parece ser um movimento que emerge das mais profundas sombras primitivas, com vistas a projetar no futuro próximo ao ano-divisa de 1933. Estava assim desenhada a possibilidade concreta (política) de instauração do regime da barbárie em que se dá o triunfo, àquela altura já nada espectral para os eruditos da política, de que o *homo homini lupus*, travestido em soberano, e sem hesitações nem meias palavras, viesse a ocupar o centro da ribalta.

Este capítulo procurou realizar o primeiro movimento de aproximação mais específico ao conceito do político que veio sendo ensaiado no decorrer do trabalho e, igualmente, conectar o tema com o conceito de ditadura e de soberania que foram alvo de nossa atenção no capítulo X. No presente capítulo foram realizados esforços no sentido de trazer à tona as interconexões não de todo claras entre o conceito do político schmittiano e as suas derivações totalitárias, por certo, contestadas por amplos setores e por seus críticos contemporâneos, muito embora melhor recepcionadas há algumas décadas.

No desenvolvimento do texto deste capítulo, objetivamos, por diversas angulações, estabelecer as conexões possíveis dos conceituais do político em Schmitt

com o projeto político do totalitarismo e, momento seguinte, da realização do extermínio que poderia encontrar apoio em seu conceito de inimigo público (*hostis*).

Na sequência final deste trabalho doutoral, em seu último capítulo XII. Intitulado *A construção do político pelo conservadorismo revolucionário: a cultura permissiva do extermínio e a insana persecução da destruição do outro*, neste capítulo passaremos a nos ocupar de questões ligadas ao político todavia não exploradas devidamente no presente capítulo bem como, e necessariamente, aprofundando conexões com algumas das leituras aqui realizadas.

Na sequência do trabalho, atentaremos para a articulação da teoria do político com o discurso do extermínio adensado pela teoria nacional-socialista e com abordagens da literatura humanista de corte arendtiano, bem como de sobreviventes que nos convidam a refletir sobre quão aceitável pode ser pensar a violência no âmbito do político. Pensado o Estado e a sociedade fundidos em um só organismo, tendo o primeiro a prerrogativa de atos de violência cometidos no âmbito do político, nossa perspectiva será a de proceder ao exame de como tal horizonte institucional totalitário pode viabilizar a comissão da barbárie.

CAPÍTULO XII

A CONSTRUÇÃO DO POLÍTICO PELO CONSERVADORISMO REVOLUCIONÁRIO: A CULTURA PERMISSIVA DO EXTERMÍNIO E A INSANA PERSECUÇÃO DA DESTRUIÇÃO DO *OUTRO*

12.1. PENSAR O POLÍTICO DESDE O ESTADO TOTALITÁRIO: A DESTRUIÇÃO DO *OUTRO* COMO DESFECHO

Nos limites do marco teórico que veio sendo proposto desde o capítulo XI, o presente capítulo tem o propósito não apenas de aprofundar alguns aspectos como, fundamentalmente, introduzir análises sobre uma das dimensões do político. Em especial nossa atenção estará voltada para um conceito do político entendido, conforme sugeriu o capítulo anterior, como violência.

Um dos desafios deste capítulo XII é o proceder ao aprofundamento do debate do conceito do político já iniciado nos dois capítulos anteriores. No presente capítulo o foco que lhe concederá autonomia perante os demais se encontra nas específicas angulações que adotará. Uma das angulações sugeridas neste capítulo diz respeito à aproximação ao conceito do político realizada por Schmitt perante a abordagem do político realizada pela tradição da teoria totalitária e, em particular, por parte do nacional-socialismo hitlerista,²³⁸¹ de sorte a que o nosso exame e proposta metodológica de uma leitura conservadora do político e da ditadura em Schmitt possam ser positivamente concluída neste trabalho.

Neste capítulo destinaremos parte de nossos esforços à consideração das fontes teóricas que permitem a interpretação do político como um conceito que (*a*) se revela um antípoda dos mais caros valores da democracia contemporânea, tal como a

²³⁸¹ Não sugerimos aqui e nem no decorrer deste trabalho que Schmitt tenha mantido contato específico com o desenvolvimento da teoria nacional-socialista, pois não existem quaisquer evidências neste sentido. Isto sim, o nosso esforço está direcionado a apreender o grau de proximidade de Schmitt com a filosofia política conservadora revolucionária e propriamente totalitária que inspirou o nacional-socialismo.

pluralidade em sua plena aposta na homogeneidade (*homogenität*) e que (b) legitima e promove a comissão da barbárie desde as suas raízes intolerantes, sendo parcialmente tomada a partir do conceito do político. Um dos desafios a enfrentar neste capítulo XII será, portanto, o de aprofundar a ideia tornada explícita no capítulo anterior acerca da proximidade entre o conceito do político e a sua permissividade no que concerne ao pleno extermínio de vidas humanas.

Pretendemos tornar factível este movimento interpretativo através do exame mais detalhado da conjugação da contribuição teórica da filosofia conservadora revolucionária e dos argumentos apresentados pelo nacional-socialismo hitleriano. Sugerimos que esta aproximação ao conceito do político de Schmitt permitirá a melhor avaliação de um autor cuja filosofia política privilegia o papel do Estado que terminará por reclamar como total (*totalen Staat*). Esta estrutura encontra na figura do Presidente o detentor de poderes ou, ainda, a do *Führer*, de irrestritos poderes, momento no qual emerge a opção do nosso autor por um Estado totalitário em que a cultura da destruição do *outro* é a regra orientadora.²³⁸²

Devemos iniciar estas linhas com a preocupação em projetar as luzes do conservadorismo revolucionário sobre o conceito do político de Schmitt, o que nos oferece algumas possibilidades teóricas que merecem ser examinadas. Uma destas inequívocas aproximações diz respeito ao franco diálogo do conservadorismo

²³⁸² A leitura que vem sendo realizada neste trabalho procura oferecer uma dimensão panorâmica das grandezas conceituais que reputamos interferir diretamente no cerne da filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana, comprometendo-a com uma cosmovisão não apenas antidemocrática por excelência como agravadora das circunstâncias de seu declínio histórico. Neste contexto que sugerimos encontrar-se habitado, e completamente impregnado, o conceito do político de Schmitt goza da pretensão de atualização para fins da crítica democrática contemporânea. Este o contexto em que reside o conceito do político de Schmitt, sugerimos que ele mostra compatibilizar o seu território com o da pura execução e extermínio do *outro*. Este conceito schmittiano de meados dos anos 20 irá ocupar o campo da operação política de forma singular entrados os anos 30, fortalecendo as iniciativas que visavam imprimir profundo controle social.

revolucionário com a perspectiva de sistematização do extermínio como política de Estado, logo instaurada em um momento histórico que se mostrava altamente proclive à aceitação do Estado totalitário-ditatorial.

O Estado totalitário-ditatorial ganhava espaço e apoio teórico desde o conservadorismo revolucionário, cujos membros apostavam, como vimos nos capítulos III, IV e V desta tese doutoral, nos valores heroicos, marcados pela violência e pela guerra, todos estes fatores que restariam marcados como precursores, ao tempo que preparatórios, do Estado totalitário (*cf.* MARCUSE, 1968, p. 74). A cultura da destruição do *outro* começava, assim, a ser assentada, dedicada a reforçar a teoria política do Estado total (*totalen Staat*), acariciada em diversos lugares do espectro político, desde a esquerda radical²³⁸³ à extrema direita reacionária que já começara a flertar com o radical nacionalismo malsão. O conservadorismo revolucionário compartilhava com estes valores, e a eles, em absoluto, Schmitt se proporia contrapor, senão que, inversamente, os alimentaria.

²³⁸³ Tudo isto, ao fim e ao cabo, não pode levar-nos ao olvido de que os limites em que os conflitos são abordados e retratados no marxismo, que apõe classes, trabalhadoras não-proprietárias e, por outro, a burguesia, dona dos meios de produção. Segundo Balakrishnan a questão posta por Schmitt tem seu foco na crítica de uma política que normalmente é pensada como (a) “[...] pantomimas de luchas políticas reales – intrigas, esquemas y competencias sin apuestas de alguna seriedad” (BALAKRISHNAN, 2001, p. 30).²³⁸³ Estes embates que tem lugar sob o enfoque do político apresenta como atores e cenário o que segue (b) “[...] los intereses colectivos se forjan y tiene un poder movilizador sólo en un contexto de oposición particular. Identidades políticas como el “proletariado” y la “burguesía” no son sencillamente roles en un sistema económico basado en el salario trabajo, sino solidaridades opuestas forjadas en una serie de batallas históricas (BALAKRISHNAN, 2001, p. 26)”.²³⁸³ Os textos acima permitem, respectivamente, as seguintes traduções: (a) “[...] pantomimas de lutas políticas reais – intrigas, esquemas e competições sem apostas de alguma seriedade”; (b) O texto permite a seguinte tradução: [...] os interesses coletivos são forjados e têm um poder mobilizador apenas em um contexto de particular oposição. Identidades políticas como o “proletariado” e a “burguesia” simplesmente não são papéis em um sistema econômico baseado no salário-trabalho, mas sim solidariedades opostas forjadas em uma série de batalhas históricas”.

Quando o conservadorismo revolucionário reclama a nova constituição humana como heroica e entregue às funções do Estado, o político haverá de sofrer uma profunda transformação conceitual que, por exemplo, inadmitirá a manutenção da esfera do privado. Em termos similares opera o conceito do político em Schmitt, que tudo compreende e, ao menos potencialmente, nada excluirá de sua apreensão, do religioso ao ético, passando pelo econômico. Entretanto, quando tudo pode ser assumido pelo político, e quando este se encontre, como em Schmitt, sob o forte controle por parte do Estado, o público, e apenas ele, será o eixo através do qual o Estado ponderará o controle efetivo dos temas privados.

O âmbito do público absorve o privado segundo o modelo do Estado total (*totalen Staat*), em que o Estado absorve a sociedade, e não meramente em nível de interpenetração como sugere Suárez (*cf.* SUÁREZ, s/d, p. 48), ideia que já se encontrava posta por Mussolini no início da década, ao proclamar que “[...] tudo dentro do estado, nada fora do estado” (*apud* BORÓN; GONZÁLEZ, 2006, p. 161). Para os autores, tal ideia marca um terreno de profunda convergência entre a teorização de Schmitt e o conceito de Estado total (*cf.* BORÓN; GONZÁLEZ, 2006, p. 161), devendo-se, ainda, ressaltar, um importante ponto de convergência que marca as razões pelas quais Schmitt mantinha viva admiração por Mussolini e pelo fascismo (ver GENTILE, 1997, p. 32). Esta confusão entre sociedade e Estado, na qual a primeira se subsume aos domínios e direcionamentos do segundo, ocasiona não escassas, e nefastas, consequências.

Este movimento subsuntivo faz com que sucumba o privado, e neste âmbito as razões serão sempre, inexorável e indiscutivelmente, públicas, determinadas pela soberania política extraordinária de que desfruta o *Führer*. Quando o público engloba – ao tempo em que resume – as possibilidades do privado, elimina-se o político enquanto esfera de livre deliberação e é suscitada a possibilidade de breve configuração do total

domínio do político pelo poder estabelecido. Em suma, nos diz Todorov em boa síntese, a realidade do Estado totalitário é a de que

[...] a vida do indivíduo encontra-se reunificada; já não está dividida em esfera pública com limitações e esfera privada livre, já que ele deve adequar à norma pública a totalidade de sua existência, inclusive suas crenças, seus gostos e suas amizades. O mundo pessoal fica dissolvido na ordem impessoal. (cf. TODOROV, 2002, p. 26).

O Estado totalitário impõe uma unidade última ao absorver todas as dimensões da sociedade sob o seu mais absoluto controle. É esta angulação do problema que Schmitt procura quando uma vez mais retoma sua crítica ao Estado plural então defendido por Cole e Laski, à época caracterizador das sociedades industriais modernas (cf. SCHMITT, 2000d, p. 303) e que desemboca em um *Stato agnostico*, incapaz de assegurar a unidade política do povo e proteger os indivíduos dos interesses esparsos (cf. SÁ, 2007, p. 246).

Schmitt rearticula esta crítica ao Estado plural no ano de 1930, posteriormente a sua apresentação já em *Der Begriff des Politischen*. Schmitt reapresenta tal consideração ao publicar *Staatsethik und pluralistischer Staat*, quando reafirma sua crítica às múltiplas associações e lealdades éticas que o Estado plural admitia e não apenas uma e vital, como sugere, especial dentre todas elas, uma lealdade dedicada ao Estado ético (cf. SCHMITT, 2000d, p. 301-302).

Nestes termos, entendido o político no âmbito do Estado, estará restrito o juízo sobre o privado a um mero juízo de conveniência por parte do poder estatal. No caso schmittiano, tal redução opressiva ver-se-á reduzida a um juízo de oportunidade do soberano do Estado, sem que contra este caibam mais efetivas proteções em vista de ações políticas abusivas. Esta leitura parece factível a partir dos textos schmittianos tanto da década de 20²³⁸⁴ como da década de 30, na qual emerge no nível empírico a

²³⁸⁴ Em sua *Die Diktatur*, publicada no ano de 1921, Schmitt problematiza os conceitos de ditadura comissária e ditadura soberana. Aqui o autor traz à tona o conceito de Estado policial (*Polizeistaat*), o

figura do soberano como aquele que decide, já antevista em seu texto de 1922, *Politische Theologie*. A interpretação do soberano como figura totalitário-ditatorial encontra igualmente respaldo na descrição arendtiana do princípio do chefe, ou seja, que “[...] desarrolla su carácter totalitario sólo a partir de la posición en la que el movimiento totalitario, gracias a su posición única, coloca al jefe [...]” (ARENDT, 1974, p. 451),²³⁸⁵ dispondo este de uma posição cuja centralidade dirige toda funcionalidade do sistema, proeminência de função que se mostra decisiva na absoluta determinação dos fatos políticos.

Em seus escritos dos anos 30, Schmitt voltaria a apoiar abertamente a pura intervenção totalitária do Estado por meio de ações violentas sem mais critério do que as cegas determinações do detentor do poder. Exatamente esta é a apreciação de Schmitt quando justifica as ações bárbaras do *Führer* ordenando assassinatos, em seu texto de 1934, intitulado *Der Führer schützt das Recht*. A decisão no âmbito do político se projetaria indelével e ilimitadamente com infinita capacidade de penetração no âmbito do privado.

qual procura aproximar como operativo ao conceito de ditadura comissária, quando afirma que este é um Estado que tem (a) “[...] ein Element von prinzipiell kommissarischen Charakter und ist insofern der Diktatur verwandt” (SCHMITT, 2006d, p. 132). Temos neste texto uma tentativa de Schmitt de equiparar o Estado policial ao conceito de ditadura comissária. Nossa sugestão é de que, precisamente, o conceito de Estado policial é compatível com o conceito schmittiano de ditadura soberana, a qual Schmitt atribui ao Estado policial. Neste trecho dirá o autor que (b) “Der durch die Aktion des Diktators ins Werk zu richtende Erfolg bekommt dadurch einen deutlichen Inhalt, daß der zu beseitigende Gegner unmittelbar gegeben ist” (SCHMITT, 2006d, p. 132). Neste trecho há que chamar a atenção para que Schmitt, neste ano de 1921, utiliza o termo *Beseitigen* e não a *Vernichtung*, como faria em *Der Begriff des Politischen* no ano de 1927, mas, em qualquer caso, designando o inimigo – aqui denominado como opositor / adversário (*Gegner*) – ao qual eliminar. Aos textos acima sugerimos as seguintes livres traduções: (a) “[...] um elemento de caráter fundamentalmente comissarial, com o que guarda analogia com a ditadura”; (b) “O resultado ao qual se dirige a ação posta em marcha pelo ditador por isto recebe um claro conteúdo, que o leva, de imediato, a eliminar ao seu adversário”.

²³⁸⁵ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] desenvolve o seu caráter totalitário apenas a partir da posição na qual o movimento totalitário, graças à sua posição única, coloca o chefe [...]”.

Este é o desenho parcial da realização histórica do Estado total (*total Staat*) que é precedido por uma visceral crítica do Estado liberal por parte de Schmitt, encontrando um de seus eixos para esta sua tarefa precisamente em seu caráter antipolítico ou despolitizador²³⁸⁶, ideia de oposição entre político e não-político que se tornaria anacrônica (cf. SUÁREZ, s/d, p. 48). O caráter antipolítico ao qual se refere, e ao qual Schmitt profundamente combate, é o *pathos* anti-belicista do liberal-individualismo, a busca pela afirmação de uma sociedade burguesa que encontrava um cada vez maior número de indivíduos reclamando inserção (cf. SPENGLER, 2009b, p. 435). Isto sim, malgrado esta admissão, esta incorporação haveria de encontrar outros termos para ter lugar. Segundo o próprio Hitler, os fins pacíficos inferiores mirados pelos cidadãos para continuarem enganando-se uns aos outros (cf. HITLER, 2007, p. 86) não poderiam ser apoiados pelo novo regime mas, antes, deveriam atuar no sentido de introduzir as condições de possibilidade para uma nova e superior, ária, desde logo, espécie humana (cf. HITLER, 2007, p. 86).

Encontramos neste movimento hitleriano um essencial antiaburguesamento dos novos corpos sociais, essencialmente compostos por massas trabalhadoras, as quais haviam que se incorporar ao cenário político. O caráter antipolítico em Schmitt similarmente encontra-se marcado por seu aprofundamento da crítica do pacifismo burguês e seu consequente alheamento ao conceito de luta que, consoante as míticas tradições germanas, torna a existência humana virtuosa. De forma alguma, portanto, Schmitt poderia compartilhar conjunto de valores burgueses dos quais a paz e a

²³⁸⁶ A queixa da antipoliticidade no Estado moderno liberal aproxima Schmitt de críticos conservadores da talha de Leo Strauss, (ver STRAUSS, 2008d, 1996) e Eric Voegelin, (ver VOEGELIN, 2008, 1931), além de, como bem destaca Wolin, do “[...] tradicionalismo neoconservador de Hannah Arendt” (WOLIN, 1998, p. 188). Especificamente quanto a este contato com Strauss, interessa observar a grande influência deste no movimento neoconservador norte-americano contemporâneo que concebeu teorias de política internacional voltadas ao belicismo.

segurança formavam parte essencial. Efetivamente, ambos não calham com os desígnios de sua versão do político e da forma política do Estado. Isto sim, se a paz houvera de ser em algum momento alcançada, haveria de sê-lo através da realização dos valores belicistas traduzidos pela ordem hitleriana de que “[...] la paz [...] asegurada por la espada victoriosa de un pueblo de ambos que hace del mundo entero el servidor de una civilización superior” (HITLER, 2007, p. 86)²³⁸⁷, a qual encontra no ditador soberano a sua figura condutora. Malgrado a aparentemente firme crítica ideológica de Schmitt dirigida à neutralidade do Estado cuja orientação seria a de um liberalismo burguês decadente, o autor faz operar por trás desta cortina de fumaça ideológica um potente discurso do uso da força que conduziria ao fortalecimento dos argumentos e da cultura totalitária do período.

Esta estratégia conta com a simpatia de um amplo número de comentaristas, dentre os quais um considerável número de seguidores dentre a esquerda pós-marxista norte-americana.²³⁸⁸ O movimento teórico schmittiano logra fazer baixar a guarda a certos segmentos de seus oponentes do campo democrático. Desta forma permite a penetração do discurso da violência no discurso das liberdades e do pluralismo, que em absoluto convergem com o incremento de hegemônico poder estatalista de viés burocratizante, que institui a força como mecanismo de realização do poder político no âmbito do totalitarismo (*cf.* ARENDT, 1974, p. 510).

A aposta schmittiana na ampliação do Estado engloba a sociedade e, com ela, todas as suas dimensões como, por exemplo, o econômico, posto que para Schmitt resta evidentemente claro que

²³⁸⁷ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] a paz [...] assegurada pela espada vitoriosa de um povo de senhores que faz do mundo inteiro o servidor de uma civilização superior”.

²³⁸⁸ No amplo grupo de seguidores de Schmitt no meio acadêmico norte-americano que desconsideram ou relevam a importância deste aspecto, sem pretensões exaustivas mas meramente exemplificativas, encontram-se Schwab, Piccone, Ulmen e Bendersky, dentre uma gama bastante ampla de especialistas.

[...] si el Estado y la sociedad han de ser fundamentalmente idénticos, todos los problemas sociales y económicos devienen problemas pertenecientes a las atribuciones directas del Estado y ya no es posible diferenciar entre los asuntos estatal-políticos y los social-apolíticos [...]. (SCHMITT, 2001, p. 87).²³⁸⁹

Há neste texto a indicação direta da total amplitude em que é dado ao Estado exercer controle, chave para o advento do totalitarismo. Para a finalidade deste trabalho é importante assinalar quais os pontos conectivos de Schmitt com a tradição totalitária, e, neste sentido, parece-nos altamente promissora a conexão que para tanto pode ser retomada a partir da breve mas decisiva definição de totalitarismo oferecida por Agamben, segundo a qual o totalitarismo é

[...] a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. (AGAMBEN, 2004, p. 13).

A instauração da exceção que é descrita por Agamben como uma guerra civil legal. Este contexto conflitivo aporta marcas profundas no mundo político. Especificamente no conceito do político de Schmitt podemos encontrar na figura do inimigo a objetivação de um outro, dissidente, a quem o Estado está legalmente autorizado a eliminar, e esta é, precisamente, uma competência atribuída por Schmitt ao Estado em seu *Der Begriff des Politischen* já em 1927.

Por meio deste incisivo movimento de subsunção da sociedade ao Estado, o autor coloca as bases para a suplantação dos limites que separam e protegem a vida privada de sua intervenção pelo poder político²³⁹⁰ e, por conseguinte, em estruturas que

²³⁸⁹ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] se o Estado e a sociedade serão fundamentalmente idénticos, todos os problemas sociais e econômicos tornam-se problemas pertencentes às atribuições diretas do Estado e já não é possível diferenciar entre os assuntos político-estatais e os social-apolíticos”.

²³⁹⁰ Arendt é igualmente esclarecedora a este respeito, ao descrever a situação de dominação completa que se estabelece no âmbito do Estado totalitário, aproximado ao conceito schmittiano de Estado total em que a sociedade encontra-se englobada nos limites do Estado. A este respeito descreve Arendt que “[...] el

dissonam das possibilidades democráticas que segmentos de comentaristas simpáticos a Schmitt sustentam. Gentile chama a atenção para o fato de que encontramos nas teorias totalitárias do século XX uma “[...] ética de la entrega del individuo a la colectividad [...]” (GENTILE, 1997, p. 35).²³⁹¹ Neste sentido, quer por inexistentes ou por mal traçados, resulta que os limites do político terminam por ser franqueados a forças interessadas na comissão da barbárie, posto que desatadas as travas para a prática do extermínio e instaurada, tanto política quanto juridicamente, uma cultura voltada à destruição do *outro*, insano caminho percorrido através do vírus totalitário do nacional-socialismo inoculado com auxílio de grupos de interesses nem sempre declarados e de movimentações excusas.

Este movimento de Schmitt apenas poderia ter lugar a partir de uma concepção do Estado que apoiara um poder sem travas. A partir de seu conceito do político, Schmitt opera uma relação do político com o Estado, sublinhando tratar-se de um tipo em que o político não se reduz ao estatal em um primeiro e originário momento, pois, como sugere “Der Begriff des Staates setzt den Begriff des Politischen voraus” (SCHMITT, 2002, p. 20).²³⁹² Há, portanto, um Estado que se encontra na dependência de

anillo de hierro del terror total no deja espacio para semejante vida privada y que la autocoacción de la lógica totalitaria destruye la capacidad del hombre para la experiencia y el pensamiento tan seguramente como su capacidad para la acción” (ARENDT, 1974, p. 575). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] o anel de ferro do terror total não deixa espaço para semelhante vida privada, e a autocoação da lógica totalitária destrói a capacidade do homem para a experiência e o pensamento tão certamente como sua capacidade para a ação”.

²³⁹¹ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] ética da entrega do indivíduo à coletividade [...]”.

²³⁹² O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “O conceito do Estado pressupõe o conceito do político”.

seu pressuposto, o político, que lhe porá as condições de existência e que opera segundo uma lógica liberta do poder jurídico instituído.²³⁹³

Schmitt irá se opor à equação proposta por alguns juspublicistas da época, como von Triepel. Sobre esta relação Schmitt cria uma extensa nota de rodapé em *Der Begriff des Politischen*, na qual aparece a referência a von Triepel em que é atribuída ao autor a equiparação do estatal ao político ou, em suas palavras, que “[...] Doch hat Triepel den rein politischen Sinn dieser Präntention einer „unpolitischen Reinheit” noch nicht erkannt, weil er an der Gleichung: politisch = staatlich festält” (SCHMITT, 1972, p. 21).

²³⁹⁴ Schmitt prossegue o debate sobre a relação entre o político e o Estado,²³⁹⁵ retomando o século XIX, no qual, comenta, a sociedade punha-se autonomamente

²³⁹³ Consideramos que a indicação de Schmitt, de que o Estado pressupõe o político, deve ser entendida como sendo um seu conceito determinante, tanto em momento originário como em sua operatividade histórica. Contudo, quando o evoluer das teses schmittianas nos indica que a sociedade resta subsumida nas estruturas do Estado, encontramos uma fusão do político no âmbito do Estado, operando de dentro, mas que, não muito diferente do soberano no Estado de exceção, também opera de dentro, mas podendo estar fora, isto é, que o político pode regulamentar o objeto dentro do qual atua, a saber, o Estado.

²³⁹⁴ Segundo uma tradução livre, sugerimos o seguinte texto: “Mas Triepel ainda não reconheceu o sentido puramente político desta pretensão de uma ‘pureza apolítica’ porque ainda se apegava à equação político = estatal”.

²³⁹⁵ Schmitt propõe como um dos eixos argumentativos para responder aos seus críticos uma afirmação com a qual dá início à obra *Der Begriff des Politischen*, a qual, por certo, tornar-se-ia polêmica. Neste conhecido trecho Schmitt afirma o seguinte: (a) “Der Begriff des Staates setzt den Begriff des Politischen voraus” (SCHMITT, 1972, p. 20). Comentaristas como Balakrishnan indicam que, embora Schmitt afirme que (b) “El concepto de lo político debe definirse separadamente de la definición del estado, a menudo reintroduce subrepticamente al estado como el tema central de la vida política” (BALAKRISHNAN, 2001, p. 30). Neste aspecto concordamos com Balakrishnan na medida em que a própria operacionalização do conceito do político encontra-se na dependência da intervenção do soberano, apenas tornado possível na estrutura do Estado. Contudo, se de fato aceitássemos a ideia de que o político precede o Estado, então, haveríamos de convergir com a ideia de que neste, análogo ao estado de natureza hobbesiano, o soberano exercente do poder tudo pode, desconhecendo quaisquer limitações quanto à eliminação de seus inimigos. Os textos acima, respectivamente, comportam as seguintes livres traduções: (a): “O conceito do Estado pressupõe o conceito do político. Quem há de compreender uma tese formulada de modo tão abstrato?”; (b) “O conceito do político deve ser definido separadamente da definição do Estado, pois frequentemente reintroduz subrepticamente o Estado como o tema central da vida política.”

perante o Estado. Isto representaria para o nosso autor a mais evidente mostra de incompatibilidade do modelo do século XIX com as posições como a de von Triepel, para quem o político = Estado. Esta era uma época em que, como diz Szabó, a “[...] distinction between state and society becomes less and less relevant” (SZABÓ, 2006, p. 29).²³⁹⁶ É possível tomar a Arendt neste sentido, ao referir que entre o poder supremo do *Führer* e o conjunto dos dominados “[...] no existen niveles fiables de intervención [...]” (ARENDR, 1974, p. 496-497).²³⁹⁷

Este movimento subsuntivo da sociedade nas dimensões do Estado repercutiria fortemente em Schmitt, que viria a apostar ser inevitável que pudesse haver em qualquer movimento da sociedade um sequer vestígio do político senão, e tão somente, quando este encontrasse a sua manifestação no Estado.²³⁹⁸ Em um dos trechos em que trata do assunto, diria Schmitt que

In der Ausdruckweise des 19. Jahrhunderts heißt das: die „Gesellschaft“ tritt dem „Staate“ selbständig entgegen. Wenn dann die Staatstheorie, die Rechtswissenschaft, die herrschende Redeweise daran festhalten, daß politisch = staatlich ist, so ergibt sich die (logisch unmögliche, aber praktisch anscheinend unvermeidliche) Schlußfolgerung, daß alles Nichtstaatliche, demnach alles „Gesellschaftliche“, infolgedessen unpolitisch sei. (SCHMITT, 1972, p. 22).²³⁹⁹

²³⁹⁶ Segundo livre tradução do trecho, sugerimos o seguinte texto: “[...] distinção entre Estado e sociedade se tornou progressivamente menos relevante”.

²³⁹⁷ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] não existem níveis confiáveis de intervenção [...]”.

²³⁹⁸ Remetemos o leitor à anterior nota de rodapé de número, na qual é feita referência à nossa compreensão da nota com que Schmitt abre o seu *Der Begriff des Politischen*, de que o Estado pressupõe o político.

²³⁹⁹ Uma livre tradução do trecho sugere o seguinte texto: “Nos termos em que o século XIX se expressava, diríamos que: a ‘sociedade’ coloca-se como autônoma perante o “Estado”. Se a teoria do Estado, a ciência jurídica e a linguagem hodierna continuam afirmando que político = estatal, a conclusão (logicamente impossível, mas na prática inevitável) é de que tudo o que não seja estatal, tudo o que advinha da sociedade, por conseguinte, será apolítico (não-político)”.

É importante o trecho na medida em que denota que as análises políticas do Estado remetiam a uma igualação entre o político e o estatal e que, portanto, nada do que não se encontrasse subsumido neste âmbito estatal, ou que proviesse da sociedade, poderia, de alguma forma, ser reputado político mas, isto sim, lhe seria reservada a posição de *unpolitisch* (apolítico ou não-político), posto que a “politicidade” apenas poderia provir de um *locus*, a saber, o da estatalidade, pois “[...] state is political, non-state is non-political”. (SZABÓ, 2006, p. 29).²⁴⁰⁰

Sendo assim, ali e onde houver uma remissão ao Estado (equiparado ao político) em relação com a sociedade (*unpolitisch*), haveríamos de concluir que se trata de um ente político (Estado) em relação com um grupo não-político (sociedade), mas que, como veríamos na sequência de sua obra, seria absorvido pelo Estado, sendo este movimento de seu prefácio ao *Der Begriff des Politischen* apenas precedente aos seus textos da década de 30, em que isto resta mais claro. Contudo, conclui Schmitt:

Dagegen wird die Gleichung Staatlich = Politisch in demselben Maße unrichtig und irreführend, in welchen Staat und Gesellschaft sich gegenseitig durchdringen, alle bisher staatlichen Angelegenheiten gesellschaftlich und umgekehrt alle bisher „nur“ gesellschaftlichen Angelegenheiten staatlich werden [...]. (SCHMITT, 1972, p. 24).²⁴⁰¹

Conforme mencionado, o movimento seguinte de Schmitt foi no sentido de promover uma importante vinculação entre Estado e sociedade, reduzindo esta ao primeiro. Isto sugere, primeiramente, que Schmitt não se mostrara sincero ao trazer como alvo de críticas os argumentos de juspublicistas, como Triepel, que vinculavam o político ao Estado e, portanto, “despolitizavam” tudo quanto não fosse Estado. Em

²⁴⁰⁰ Uma tradução livre permite o seguinte texto: “[...] Estado é político, não-estatal é (antipolítico) não-político”.

²⁴⁰¹ Em uma tradução livre encontramos: “Em outros termos, a equivalência estatal = político apresenta-se enganosa e incorreta, da mesma forma que o Estado e a sociedade se interpenetram, todos os assuntos políticos tornam-se sociais, e vice-versa; todos os temas até então ‘apenas’ sociais, tornam-se estatais [...]”.

verdade, a concentração do político no Estado era o objetivo para o reforço de uma teoria que pretendesse reforçar o argumento totalitário. Contudo, com o seu posterior movimento identificatório entre Estado e sociedade, sob o conceito de Estado total (*totalen Staat*) que, como indica Forsthoff, supera a liberdade individual (cf. MARCUSE, 1968, p. 42), Schmitt demonstra relegar completamente qualquer preocupação com uma vida política fora do Estado, o que era, a princípio, objeto de sua atenção na nota crítica dedicada a Triepel. A este respeito, literalmente, nos diz Schmitt que

Als polemischer Gegenbegriff gegen solche Neutralisierungen und Entpolitisierungen wichtiger Sachgebiete erscheint der gegenüber keinem Sachgebiet desinteressierte, potentiell jedes Gebiet ergreifende *totale* Staat der Identität von Staat und Gesellschaft. (SCHMITT, 1972, p. 25).²⁴⁰²

Deste momento em diante Schmitt admitirá que tudo o que até um momento anterior ainda mantinha uma existência diferenciada do Estado, tal como a religião, a cultura, a educação, assim como a economia, agora, todas estas dimensões da vida passariam, ao menos potencialmente, a se encontrar sob o conceito do político resumido no Estado. Schmitt procede, portanto, a uma identificação absoluta entre Estado e sociedade, que abrangerá qualquer área, pois ele não se desinteressa por nenhuma delas (*keinem Sachgebiet desinteressierte*). Esta inversão da ordem da estruturação dos assuntos sociopolíticos representava uma evidente proposta de superação das premissas culturais weimarianas ainda em 1927 e que vinha acompanhado dos objetos de crítica do conservadorismo revolucionário.

Ademais desta síntese identificadora entre Estado e sociedade presente já em sua *Der Begriff des Politischen*, os céleres passos schmittianos rumo ao totalitarismo também podem ser percebidos desde alguns de seus textos de início da década de 30,

²⁴⁰² Segundo uma tradução livre, sugerimos o seguinte texto: “Como conceito polêmico que se opõe às neutralizações e despolitizações de importantes domínios, surge o Estado total a partir da identificação entre Estado e sociedade, tipo de Estado que não se desinteressa por qualquer âmbito e, ao menos potencialmente, abrange qualquer área”.

denotando a sua conexão com idêntica acerca do Estado forte na leitura dos termos de seu *Der Begriff des Politischen*. Esta proximidade do texto schmittiano com o totalitarismo parece-nos altamente relevante para a finalidade deste trabalho. A este respeito é importante assinalar que, em parte, os pontos conectivos de Schmitt com a tradição totalitária podem ser retomados a partir da breve mas decisiva definição de totalitarismo oferecida por Agamben:

O totalitarismo moderno pode ser definido [...] como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. (AGAMBEN, 2004, p. 13).

A instauração da exceção que é descrita por Agamben como uma guerra civil legal encontra em Schmitt, especificamente por meio de seu conceito do político e, neste, em sua figura do inimigo, a objetivação de um outro dissidente. A este sujeito é a quem o roteiro totalitário agambeniano de guerra civil legal centraliza como objeto sobre quem será dado ao governo totalitário agir. Neste contexto totalitário, o Estado que lhe organiza as funções jurídico-políticas resta legalmente autorizado a eliminar o dissidente, e esta posição é a posição apresentada por Schmitt quando reconhece ao Estado a competência não apenas para indicar o inimigo bem como para proceder ao seu combate e extermínio, movimento que realiza em seu *Der Begriff des Politischen* já no anos de 1927.

Algo mais adiante, já no ano de 1931 Schmitt publica texto intitulado *El giro hacia el Estado totalitário*, e nele reforça a crítica ao anterior movimento liberal de dissociação entre Estado e sociedade (cf. SCHMITT, 2001i, p. 82). O debilitamento das instituições republicanas e a ascensão do tom político em prol de um Estado totalitário não faziam Schmitt retroceder senão aumentar o nível de sua retórica em prol da concentração de poderes, fato comprovado por sua intervenção no caso da Prússia contra o Reich. Sem embargo, em 1931 Schmitt não assume extamente uma nova

posição mas, antes, reafirma aquela assumida tanto em 1928, em *Der Hüter der Verfassung* (ver SCHMITT, 1996g), quanto ainda antes, em 1927, em *Der Begriff des Politischen*, ao dizer que

Die Demokratie muß alle für das liberale 19. Jahrhundert typischen Unterscheidungen und Entpolitisierungen aufheben und mit dem Gegensatz: Staat – Gesellschaft (= politisch gegen sozial) auch dessen der Situation des 19. Jahrhunderts entsprechende Gegenüberstellungen und Trennungen beseitigen [...]. (SCHMITT, 2002, p. 24).²⁴⁰³

A crítica incisiva à neutralidade assumida pelo Estado liberal revelar-se-ia semente corrosiva necessária para a posterior afirmação dos valores do Estado totalitário²⁴⁰⁴, instância política que desconstrói a independência das instituições sociais alheias ao controle do Estado²⁴⁰⁵, quando então o “[...] Estado vuelto autorganización de la sociedad y por ende objetivamente inescindible de ésta abarca todo lo social [...] todo lo relacionado con la convivencia de los hombres”²⁴⁰⁶ (SCHMITT, 2001i, p. 87).²⁴⁰⁷ A

²⁴⁰³ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “A democracia terá de abolir toda distinção, toda despolitização típica do liberal século XIX, e ao eliminar a oposição Estado-sociedade (= o político oposto ao social), propiciará o desaparecimento das contraposições e as separações que correspondem à situação do século XIX [...]”.

²⁴⁰⁴ Este é um dos aspectos que nos parecem importantes, e nem sempre devidamente ponderados entre os críticos schmittianos, alegadamente comprometidos com os valores democráticos que propõem uma releitura favorável ao autor. Não raro encontramos uma séria aposta na crítica liberal, mas sem que se disponha de instrumentais, para efetiva e eficazmente permitir um cenário mais bem desenhado. Em suma, trata-se de uma tarefa corrosiva que, ao não dispor de uma teoria positiva, termina por semear um espaço do campo político sobre o qual crescem celeremente as malsinadas teorias totalitárias.

²⁴⁰⁵ Schmitt confirma a nossa leitura quando compõe o cenário do Estado a partir de sua suposição de que “[...] si el Estado y la sociedad han de ser fundamentalmente idénticos, todos los problemas sociales y económicos devienen problemas pertenecientes a las atribuciones directas del Estado y ya no es posible diferenciar entre los asuntos estatal-políticos y los social-apolíticos” (SCHMITT, 2001i, p. 87). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] se o Estado e a sociedade têm de ser fundamentalmente idénticos, todos os problemas sociais e econômicos tornam-se problemas pertencentes às diretas atribuições do Estado e já não é possível diferenciar entre os assuntos estatal-políticos e os social-apolíticos”.

²⁴⁰⁶ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] Estado tornado auto-organização da sociedade e, por conseguinte, objetivamente inescindível desta, engloba todo o social [...] todo o relacionado com a convivência dos homens”.

filosofia política liberal era, para Schmitt, a personificação do processo de despolitização do Estado, ocultador do político (*cf.* DYMETMAN, 2002, p. 131) e, portanto, avesso aos projetos políticos de viés totalitário por ele apoiados. Assim, neste seu texto, datado de dois anos antes da ascensão hitleriana ao poder, já encontramos traços dos termos do poder total do Estado schmittiano, cuja designação do inimigo já havia sido antecipada em 1927 em sua *Der Begriff des Politischen*.

Outra das veredas que apontam para este caminho ao totalitarismo igualmente foi identificada por Marcuse, ao assinalar que “[...] la separación entre estado y sociedad, que había intentado realizar el liberal siglo 19, es eliminada: el estado se hace cargo de la integración política de la sociedad”²⁴⁰⁸ (MARCUSE, 1968, p. 40).²⁴⁰⁹ Este tipo de oposição persistente na sociedade liberal não poderia menos do que ser entendida como absolutamente nefasta porque alimentava estruturas de poder como o Parlamento²⁴¹⁰, forçando instituições representativas descentralizadoras de poderes que

²⁴⁰⁷ Schmitt reforça em vários trechos esta sua ideia de que o Estado é o produto da auto-organização da sociedade (*cf.* SCHMITT, 2001i, p. 91) mas que, a partir disto, a sua solução não será a da manutenção da autonomia da sociedade perante o Estado, mas, isto sim, este manterá com a sociedade uma relação de identidade, e não mais de dissociação, como era a realidade no momento de triunfo do liberalismo.

²⁴⁰⁸ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] o liberal do século XIX havia tentado realizar a separação entre Estado e sociedade que terminou por ser eliminada e, agora, o Estado se outorga poderes para proceder à integração política da sociedade”.

²⁴⁰⁹ Schmitt reforça a sua crítica ao liberalismo do século XIX por sua preocupação em fragilizar a posição política do Estado, restringindo suas funções e papéis “[...] al mínimo, en lo posible, sobre todo a impedirle que intervenga y se entremeta en la economía; a neutralizarlo, en resumidas cuentas, frente a la sociedad y sus intereses encontrados, para que ésta y la economía deriven las decisiones necesarias de los principios que les son immanentes [...]” (SCHMITT, 2001i, p. 87). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] no mínimo, na medida do possível, destina-se, sobretudo, a impedir-lhe [ao Estado] que intervenha e se intrometa na economia; a neutralizá-lo, em suma, perante a sociedade e seus interesses determinados, para que esta e a economia façam derivar dos princípios as decisões necessárias que lhe são imanentes”.

²⁴¹⁰ Convém recordar que este indesejável reforço do papel parlamentar é expresso por Schmitt ainda em 1931, durante o regime weimariano, que algumas interpretações sugerem que havia sido alvo de sua obsequiosa atenção. A rigor, em seu breve texto intitulado *El giro hacia el Estado totalitário*, Schmitt

o Estado totalitário visava vetorizar centripetamente. Schmitt critica um Estado que desconcentra poderes, para o que colabora a sua conexão conceitual jüngeriana, em que vicejava o conceito de mobilização total (*totale Mobilmachung*) (ver JÜNGER, 1995c).²⁴¹¹ A aposta schmittiana que encontra indireta crítica em Marcuse é por um tipo de Estado no qual “[...] el individuo en todas las esferas de su existencia, tiene que ser sometido a la disciplina del estado totalitario [...]” (MARCUSE, 1968, p. 72).²⁴¹² Este seria um movimento prenunciador de tempos em que o Estado tudo precisaria organizar, de tudo se ocupar, como um gigantesco controlador de tudo, enfrentando exitosamente os esforços de guerra,²⁴¹³ para o que a absorção das forças sociais nos seus próprios limites representava a sua alternativa, tornando, asism, os homens responsáveis perante

aponta negativamente para o fato de que o (a) “[...] Parlamento, en la medida em que representa el pueblo, se convierte en el auténtico guardián y garante de la Constitución porque su contraparte contractual, el gobierno, ha concluido el contrato contra su voluntad” (SCHMITT, 2001i, p. 86). O verdadeiro guardião do interesse público é o governo, não as instituições representativas parlamentares, o genuíno guardião da ordem constitucional, igualmente, não será senão a esfera do político representado pelo governo, e não as instituições judiciais (ver SCHMITT, 2009f; 1998a), em suma, esta é a figura do Führer e (b) “[...] supreme judge of the nation; the order of the National Socialist movement as guardian of our constitution [...]” (SCHMITT, 2000c, p. 325). Schmitt, portanto, permanece alheio, e crítico, à tradição contratualista, e a sua queixa de que o poder se encontre em esferas distintas à de um poder centralizado sempre foi manifesta em seus escritos, objeto de nossa atenção e cuidado durante este texto doutoral. Aos trechos acima sugerimos as seguintes traduções: (a) “[...] Parlamento, na medida em que representa o povo, se converte no autêntico guardião e garante da Constituição porque sua contraparte contratual, o governo, concluiu o contrato contra sua vontade”; (b) “[...] supremo juiz da nação, a ordem do movimento nacional-socialista como guardião da nossa Constituição”.

²⁴¹¹ Schmitt reconhece ter sido Jünger quem cunhou a fórmula de mobilização total (ver SCHMITT, 2001i, p. 88).

²⁴¹² O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] em todas as esferas de sua existência o indivíduo tem que ser submetido à disciplina do estado totalitário [...]”.

²⁴¹³ No ano de 1931 Schmitt deixa entrever em linhas da sua *El giro hacia el Estado totalitario* que o novo e emergente Estado daqueles dias reclamava intervenção em todos os âmbitos, algo para o qual uma boa representação era encontrada no conceito jüngeriano de mobilização total, fórmula exclusiva para que o Estado lograsse preparar-se exitosamente do ponto de vista industrial e econômico para a guerra (cf. SCHMITT, 2001i, p. 88).

o Estado, e não este perante os primeiros (*cf.* MARCUSE, 1968, p. 40), como indicava a solução republicana.

Quando Schmitt antevê que os esforços teóricos e políticos daquela quadra histórica apontavam para a transição do malfadado Estado neutro liberal do século XIX rumo a uma nova realidade política, a sua orientação era sem qualquer tergiversação, e ela apontava para um “[...] Estado potencialmente total” (SCHMITT, 2001i, p. 88). Em outros termos, Schmitt está a vislumbrar um Estado que é, alegadamente, fruto da auto-organização da sociedade mas que, em vista minuciosa, é resultado da absorção e definitiva incorporação da sociedade em suas estruturas de amplíssimo controle.²⁴¹⁴ Esta estratégia visava superar a anterior forma de composição liberal, momento este em que restaria caracterizado um período de evolução do Estado, restando este identificado com

²⁴¹⁴ A este respeito é bastante ilustrativo o trecho em que Arendt descreve a inter-relação das estruturas de poder e domínio do totalitarismo nacional-socialista e como a sua confusa sobreposição era, também, uma arma mais para tornar efetiva a dominação e o terror: (a) “El habitante del III Reich de Hitler vivía no sólo bajo las autoridades simultáneas y a menudo en conflicto de los poderes en competencia, tales como la Administración civil, el partido, las SA y las SS; nunca podía hallarse seguro y jamás se le decía explícitamente a qué autoridad debía considerar por encima de todas las demás. Tenía que desarrollar un tipo de sexto sentido para conocer en un momento dado a quién obedecer y a quién desoír” (ARENDT, 1974, p. 490) e que, ademais, tudo isto ainda deveria ser ponderado à luz de que (b) “[...] una orden puede significar algo más que su contenido verbal, ya que se ha hecho más o menos rutinario que el que da la orden, en interés del partido..., no diga todo, y sólo insinúe lo que quiere que se logre mediante el orden... [...]” (ARENDT, 1974, p. 491) e disto, portanto, pode concluir a autora, com maior proximidade ao tema do poder em Schmitt que aqui nos interessa, que “[...] la ley suprema no era la orden, sino la voluntad del Führer [...]” (ARENDT, 1974, p. 491). Aos trechos acima sugerimos as seguintes traduções: (a) “O habitante do III Reich de Hitler vivia não apenas sob as autoridades simultâneas e, frequentemente, em conflito entre os poderes em competição, tais como a Administração civil, o partido, as SA e as SS. Nunca era possível pensar estar em segurança e jamais se dizia explicitamente a qual autoridade devia considerar por cima de todas as demais. Tinha que desenvolver um tipo de sexto sentido para conhecer em um determinado momento a quem deveria obedecer e a quem deixaria de atender”; (b) “[...] uma ordem pode significar algo mais do que o seu conteúdo verbal, uma vez que insinue o que quer que se obtenha mediante a ordem... [...]”.

a sociedade, distanciado, portanto, de qualquer possibilidade teórico-empírica de diferenciação (cf. SCHMITT, 2001i, p. 88).

Schmitt aponta para a transição do Estado democrático weimariano para um outro novo Estado ainda dois anos antes de sua efetiva materialização em 1933, e o perfil da nova realidade já se encontrava claro, ou seja, já era possível falar de “[...] un giro hacia el Estado total [...]” (SCHMITT, 2001i, p. 92).²⁴¹⁵ Esta guinada era necessária como forma de superação do Estado plural, em que a estatalidade não representava nada mais do que apenas mais uma forma associativa possível, sem dispor de forte poder e, por conseguinte, realizar o projeto identificado por Todorov como de substituição do pluralismo pelo monismo centralizador avesso às funções do Estado democrático (cf. TODOROV, 2002, p. 26).

A guinada rumo ao novo Estado total marcaria a realidade alemã daquele momento posto serem valores liberais os que se encontravam incrustados no constitucionalismo weimariano mas, por certo, não nas próprias linhas do nosso autor. Sem necessidade de revisões teóricas, portanto, era passível um movimento bem mais simples, a partir do qual reclamar tão somente aspectos que habitavam as sombras do *Der Begriff des Politischen* para que passassem a ocupar a posição central na ribalta. A objetivação dos valores do político já presentes no trabalho de Schmitt durante as décadas de 20 e 30 está composta pelos elementos necessários que tornariam a prática da intolerância com o dissidente um elemento constituinte inseparável do discurso da barbárie compatível.

A manifestação ostensiva das ilimitações características de um regime opressivo como o nacional-socialista também encontrava espaços de demonstração por meio da introdução de um padrão estético cujo eixo era a expressão da harmonia e da perfeição

²⁴¹⁵ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] uma guinada rumo ao Estado total [...]”.

em detrimento de seus antípodas.²⁴¹⁶ Imperfeições várias não seriam de forma alguma toleradas pelo regime, posto que este buscava referenciais concretos sobre as características virtuosas também nesta dimensão da vida. Traçado o perfil e o seu gráfico de representação, os demais traços fora da curva seriam incluídos como os inimigos a combater. Estes inimigos não seriam, portanto, apenas localizados entre aqueles que se mostrassem ativos combatentes a qualquer ideia do regime mas, antes, quando em si mesmos carregassem alguma mostra de quanto o regime rejeitassem. Dentre os potenciais inimigos estariam mesmo aqueles que, passivamente, de alguma forma representassem, perante os olhos do regime, algum tupo de resistência aos seus planos políticos, quer por doenças ou tragédias pessoais ou, ainda, características hereditárias. Portanto, estes já são lineamentos característicos do fascismo europeu e, em particular, do nacional-socialismo na Alemanha²⁴¹⁷, confirmadores da política do *völlige Vernichtung* (extermínio total). Este viés não havia sido desconhecido pela intelectualidade, malgrado movimentos em certo modo arguidores de uma ingenuidade que não lhes é dado dispor, e que, por certo, havia sido antecipada por Heidegger em seu curso de 1933-1934, muito embora escolhendo como inimigo interno e sujeito a

²⁴¹⁶ A este respeito menciona Marcuse que “[...] a arte nacional-socialista confere a este mundo a grandiosidade de uma harmonia natural” (MARCUSE, 1999a, p. 135). A arte nacional-socialista é apenas mais um instrumento que serve ao político e foi direcionada a aparar as arestas do mundo empírico, em que pese não logre fazê-lo mais do que superficialmente.

²⁴¹⁷ Herf se refere a que o fascismo europeu e o nacional-socialismo alemão encontravam-se marcados pela promessa da “[...] creatividad, belleza, forma estética y la unidad espiritual de la nación, en lugar del materialismo, el positivismo, y el liberalismo amorfo, sin alma y caótico” (HERF, 1990, p. 77). De ótica absolutamente distinta é a crítica de Lukács, segundo a qual é perceptível, por parte da direita alemã, de que a tecnologia e, neste sentido, sua recepção pelo regime nacional-socialista, possuía uma “[...] objetividad fantasmagórica” (*apud* HERF, 1990, p. 78). Em última análise, a tecnologia era concebida de forma abarcadora, na qual a figura do indivíduo resultava imergida. Aos trechos acima sugerimos as seguintes traduções: (a) “[...] criatividade, beleza, forma estética e a unidade espiritual da nação, em vez do materialismo, do positivismo e o liberalismo amorfo, sem alma e caótico”; (b) “[...] objetividade fantasmagórica”.

eliminar a uma obscura referência, o *asiático* (cf. FAYE, 2010, p. 131). Começava a ser desenhado um apurado retrato da comissão da barbárie.

A comissão do extermínio no político igualmente permite uma angulação promissora no âmbito do econômico. Neste sentido, por exemplo, o conservadorismo revolucionário de Spengler sustentaria que, na Alemanha de Weimar, prevalecia a impressão da supremacia da economia sobre o político por força da anarquia partidária em que se encontravam os temas políticos (cf. SPENGLER, 1941, p. 43).²⁴¹⁸ A crítica ao Estado liberal também podia ser tomada sob esta angulação na medida em que o Estado deixaria conduzir seus temas por interesses econômicos em detrimento dos interesses públicos, os quais, supostamente, poderiam ser atendidos por outro arranjo político (ditatorial e elitista) de forma mais eficiente.

Spengler retoma a ideia presente em Schmitt, de que a filosofia liberal se debate em prol de um Estado débil no qual a supremacia da economia torna-se um fato (cf. SPENGLER, 2009b, p. 424), situação com a qual, por certo, não se poderia compactuar. Esta crítica ao modo de organização capitalista, assim como a todos os seus instrumentos, é expandida e generalizada por Stern como sendo característica de todo o conservadorismo revolucionário (cf. STERN, 1974, p. XVIII), mas, como observamos no decorrer deste trabalho, também apropriada pelo nacional-socialismo em seus primeiros momentos, notadamente pela denominada Ala Norte do partido, de maior proximidade aos valores da esquerda. Schmitt, por seu turno, propõe a sua crítica ao pensamento liberal também através deste eixo em torno do qual se movem os conceitos

²⁴¹⁸ Não é apenas neste trecho que Spengler faz expressa referência ao tema. Em outras passagens o autor igualmente faz referência a que o parlamentarismo e suas formas institucionais conexas mantêm relação com a anarquia (cf. SPENGLER, 1941, p. 41). A anarquia encontrava para o conservadorismo revolucionário spengleriano a melhor representação no “[...] interlúdio democrático”. (SPENGLER, 1941, p. 43).

de ética e política (*cf.* SCHMITT, 2002, p. 69), debate acerca do qual haverá o Estado de centralizar a organização.

Por outro lado, Spengler igualmente trabalha com a ideia de que a política não exclui a economia mas, isto sim, que ela deverá se desenvolver sob o comando do Estado (*cf.* SPENGLER, 2009b, p. 424), distanciado da figura do liberalismo smithiano apresentado em 1770²⁴¹⁹, mas próximo do discurso nacional-socialista e schmittiano, que reclama por um Estado *são*, com uma igualmente *sã* economia. Esta era uma circunstância que dependia de um Estado forte, com todas as consequências daí derivadas. Para Spengler a força do político não se poderia ver subsumida à direção econômica dos temas público-políticos. A retórica era também comum à esquerda anticapitalista, de que os interesses públicos eram alvo de maquinações e malbaratamentos, os quais seriam exclusividade daquela forma organizativa, menos do que da ausência de efetivas formas de controle e fiscalização que, por certo, apenas veríamos recrudescer em seus aspectos negativos nos regimes de domínio totalitário.

Para Spengler, em suma, tratar-se-ia de assumir que “[...] o chefe da economia nunca foi o senhor da política. Tinha que ceder aos raciocínios políticos [...]” (SPENGLER, 1941, p. 43). Esta cessão por parte do econômico ao político não haveria de encontrar lugar tão pacificamente. Outro conservador, e cara fonte schmittiana, Donoso Cortés, apontava para uma clara saída ditatorial, enquanto que, por sua vez, Spengler remete ao conceito de império, cuja descrição não difere visceralmente do

²⁴¹⁹ Spengler chama a atenção em outra obra sua para o detalhe de que a obra econômica smithiana surge como forma de sistematizar, a partir da influência do Iluminismo, o combate do racionalismo das ordens teológicas que procuravam explicar os fatos. Dentre aqueles que dirigiam suas críticas desde o Iluminismo, Smith, segundo Spengler, dedica-se a atacar a prevalecente concepção de Estado, sociedade e as formas de compreensão da economia, sob a condição de olvidar aquilo que Spengler considerava possuir real capacidade explicativa: “[...] as paixões geradoras da história e os impulsos criadores de raças e personalidades fortes, a vontade que aspira ao mando, ao domínio, ao poder [...]”. (SPENGLER, 1941, p. 97-98).

texto filosófico-político donosiano. A necessária superação das vicissitudes do domínio econômico poderia encontrar alternativa adequada neste assinalado conceito de império, entendido como “[...] el término de la política del espíritu y del dinero. Los poderes de la sangre, los impulsos primordiales de toda vida, la inquebrantable fuerza corporal, recobran su viejo señorío” (SPENGLER, 2009b, p. 531).²⁴²⁰ De qualquer sorte, houvera um tempo em que o dinheiro triunfara por meio da forma democrática, em suma, em que ele fazia e determinava a política (cf. SPENGLER, 2009b, p. 531). Este é um dos pontos para a estruturação da crítica conservadora-revolucionária logo a seguir desenvolvida por Schmitt relativamente à nefasta projeção e influência do poderio econômico nas relações políticas, notadamente, em nível parlamentar.

Historicamente, portanto, Schmitt esteve bem acompanhado no mínimo por representativos setores do movimento conservador revolucionário. Segundo recorda Herf, todo o grupo de intelectuais que apoiava a revista radical de direita *Die Tat* acreditava no valor da primazia do político (*Primat der Politik*) (cf. HERF, 1990, p. 373),²⁴²¹ referência diretamente feita por Schmitt (“Primat der Innerpolitik”) (SCHMITT, 2002, p. 32), ideia que igualmente se faz presente com intensidade no fascismo italiano, no qual se dá a afirmação da primazia do político e a absorção do privado pelo público (cf. GENTILE, 1997, p. 31). A posição de Schmitt sobre o tema no contexto histórico-intelectual weimariano mencionado por Herf poder ser confirmado com base em sua afirmação de que

[...] ist infolgedessen *alles* wenigstens der Möglichkeit nach politisch, und die Bezugnahme auf den Staat ist nicht mehr imstande, ein

²⁴²⁰ Em uma tradução livre, temos algo como: “[...] o fecho da política do espírito e do dinheiro. Os poderes do sangue, os impulsos primordiais de toda vida e a inquebrantável força corporal, recobram o seu antigo domínio”.

²⁴²¹ Este reclamo de parte do conservadorismo revolucionário, em mesmo tom compartilhado por Schmitt, tornar-se-ia um conceito-chave para tornar operativo o núcleo do político em um Estado totalitário como o que se afigurava e que tornaria possível a eliminação dos inimigos públicos (*hostis*).

spezifisches Unterscheidungsmerkmal des „Politischen“ zu begründen. (SCHMITT, 1972, p. 24).²⁴²²

Esta referência à impossibilidade de que o Estado diferenciase o político deve-se a que todos os elementos estão absolutamente fundidos, não restando hipótese de reconhecimento de cada um deles. Mas se todos estes elementos agora estão subsumidos no conceito superior de Estado a partir da introdução da sociedade em seus domínios, o político, reforça Schmitt, não se define mais isoladamente mas, antes e claramente, pelo grau de intensidade (*intensität*). O surgimento deste conceito no trabalho de Schmitt nos remete a algumas notas.

A respeito da origem deste conceito é de importância a nota de Trierweiler, segundo a qual ele remonta a tese doutoral de Hans J. Morgenthau, lida por Schmitt, e que motivou a introdução da noção de grau de intensidade na determinação dos conflitos políticos. Na tese do judeu Morgenthau, Schmitt adverte para o trecho em que este chama a atenção para que os conflitos entre Estados podem ser determinados quanto a sua natureza política em função do seu grau de intensidade (*cf.* TRIERWEILER, 2010, p. 25-26). Na segunda edição do *Der Begriff des Politischen*, de 1932, esta noção apareceria na abordagem schmittiana do político, mas sem qualquer referência a sua origem em Morgenthau.

Com a introdução deste conceito morgenthaueniano de grau de intensidade, o político poderia encontrar trânsito nas mais diversas áreas, e não mais, como bem sublinha Trierweiler, tão somente na política externa. Agora, portanto, encontravam-se abertos os caminhos para a aplicação do conceito do político enquanto conflito aberto também no campo da política interna, e este é, desde logo, um passo importantíssimo a ser considerado para a análise do conceito do político de Schmitt, composto de vetor

²⁴²² Em uma tradução livre temos algo como: “[...] a referência ao Estado não mais consegue fundamentar um marco distintivo específico do ‘político’”.

orientado à violência e ao extermínio. Esta apropriação do conceito de Morgenthau permitiu a Schmitt apostar que

Das Politische kann seine Kraft aus den verschiedensten Bereichen menschlichen Lebens ziehen, aus religiösen, ökonomischen, moralischen und andern Gegensätzen; es bezeichnet kein eigenes Sachgebiet, sondern nur den *Intensitätsgrad* einer Assoziation oder Dissoziation von Menschen [...]. (SCHMITT, 1972, p. 38).²⁴²³

A partir deste processo de intensificação do conflito que tem lugar no âmbito do político, pode-se observar um movimento no sentido da unificação que oportuniza a democracia schmittiana. Neste, os elementos anteriormente presentes no âmbito social agora são fundidos aos domínios do Estado (total), e a ação política que o Estado poderá praticar haverá de retirar sua força precisamente de áreas das quais não recolhia forças, no sentido de projetar o grau de intensidade com o qual enfrentará os seus inimigos. Este trecho permite-nos, uma vez mais, vislumbrar certa linha evolutiva de constante aproximação schmittiana das mais sólidas estruturas do Estado totalitário. Para que houvesse este apoio ao Estado totalitário proveniente da estratégia que tem lugar no âmbito do político, o autor apontava em os seus comentários sobre a necessidade não apenas de desconstruir o Estado liberal e seus valores não-políticos como, por outro lado, fazê-lo por um Estado marcado pelos traços do autoritarismo, malgrado em sua retomada contemporânea este seja relativizado e relegado a não merecido segundo plano.²⁴²⁴

²⁴²³ Nos termos de uma tradução livre, encontramos o que segue: “O político pode recolher sua força de distintos aspectos da vida humana, tais como de suas dimensões religiosas, econômicas, morais e outras. Ele não reconhece um âmbito próprio mas, isto sim, tão somente o grau de intensidade de uma associação ou dissociação entre os homens [...]”.

²⁴²⁴ A este respeito pretende Mouffe que a retomada da filosofia política schmittiana em seu trabalho intelectual não tem como finalidade senão “[...] fortalecer a democracia liberal diante de seus detratores” (MOUFFE, 1999a, p. 13). Meritório o objetivo, contudo, esta não parece-nos ser uma tarefa realizável desde este específico referencial teórico reclamado pela autora.

Desde os seus primeiros escritos da década de 20, a exemplo de *Die Diktatur* (ver SCHMITT, 1921), o que Schmitt propõe é um movimento teórico inverso àquele que identifica presente na evolução estatal do século XVIII ao XIX, ou seja, um Estado liberal e neutro (por não interventor), que se opunha a um projeto que progressivamente iria ganhar mais claro delineamento e que visava substituir um Estado liberal-burguês. O conceito de Estado total (*totale Staat*) que emerge das linhas schmittianas está ancorado em argumento que propõe a inversão da liberal-neutralidade de um modelo de Estado que, segundo ele, já não era mais capaz de atender às demandas históricas.

Naquela quadra da história a decisão era imperiosa. Tal e como confirmavam as suas fontes conservadoras, Schmitt recomendava o entendimento do político como a consagração da dimensão do domínio da subjetividade no político em detrimento da concreção (abstrata) das normas jurídicas, características do movimento político burguês, cuja reafirmação da importância do predomínio da objetividade era demasiado próxima às matrizes teóricas orientadoras da vida técnico-econômica (ver SCHMITT, 2001, p. 62).²⁴²⁵ Esta estratégia de Schmitt para consagrar o subjetivismo em matéria político-jurídica remete à detecção, por parte dos conservadores contrarrevolucionários, de que aqueles eram tempos especialmente instáveis que cobravam governos fortes e estes não poderiam encontrar-se, como anunciara a filosofia política donosiana, senão com um conceito igualmente forte de soberania. A retomada desta argumentação por Schmitt lhe permitiu desenvolver a ideia de que em tempos igualmente especiais seria mesmo necessário recorrer a uma concepção do político que consagrara o

²⁴²⁵ A este respeito Schmitt remete às origens desta argumentação e a encontra em Weber, para quem, na leitura de Schmitt, o Estado moderno se tinha convertido em uma grande empresa (cf. SCHMITT, 2001, p. 62). A partir disto Schmitt levanta a sua crítica como se fora uma convicção profunda e individual, e não um argumento que pairava no ar como recurso retórico para arregimentar seguidores entre as massas populares proletárias e destronar as já instáveis forças políticas do poder.

subjetivismo²⁴²⁶ e que, enfim, permitira a adoção de soluções especiais para tempos difíceis antes do que meramente a adoção de critérios aplicáveis ao mundo econômico.

O problema da excepcionalidade dos tempos vividos é tema que cruza, e une, *Der Begriff des Politischen* (1927), *Die Diktatur* (1921) assim como *Politische Theologie* (1922), bem como com a subsequente edição da primeira destas obras, publicada em 1932, e, também convergente com estas posições, a assumida publicamente em 1933. Se o modo de enfrentar estava claro, e a saída era conservadora de inspiração donosiana, a saber, a ditadura do soberano, por outro lado, restariam ainda por esclarecer os seus objetivos. A consecução das estruturas de um novo Estado reputado por Schmitt como democrático envolveria a consecução do conceito de homogeneização (*homogenisierung*). Ao analisarmos o conceito de Estado total (*totalen Staat*) em Schmitt irá tornar-se suficientemente claro que, ao soberano, caberá executar importantes funções relativas ao político.

O Estado encontra no soberano a personalidade que decide sobre uma irrestrita dimensão que abrange toda a vida de seus súditos, e também sua morte. A este respeito não poderia ser mais objetivo Trierweiler, quando assevera que “[...] el Estado sólo es realmente él mismo si dispone del derecho de vida y de muerte. Es lo que le da su dimensión existencial” (TRIERWEILER, 2010, p. 76).²⁴²⁷ Mas se o Estado possui mesmo esta dimensão de marcada projeção de determinação existencial, aqui nos interessa projetar o quanto esta argumentação pode se fazer presente em Schmitt. A este

²⁴²⁶ Em seu viés jurídico esta reflexão permitiria a Schmitt dizer que “Alles Recht ist ‘Situationsrecht’. Der Souverän schafft und garantiert die Situation als Ganzes in ihrer Totalität” (SCHMITT, 2009g, p. 19). O trecho permite a seguinte livre tradução: “Todo direito é um ‘direito de situação’. Soberano será aquele que cria e garante a situação em sua íntegra e totalidade”.

²⁴²⁷ O trecho permite a seguinte tradução: “[...] o Estado apenas é realmente ele próprio se dispuser do direito de vida e de morte. É o que lhe dá a sua dimensão existencial”.

respeito o próprio Trierweiler também reforça que o existencialismo mantém relação com o político schmittiano:

[...] existencialismo [...] tal dimensión está incluída [...] en su definición de lo político como disociación amigo/enemigo. La existencia del Estado – o de su *Dasein* político [...] se prueba por su poder para determinar al enemigo e instaurar la homogeneidad interior; por lo tanto, para excluir al enemigo. (TRIERWEILER, 2010, p.76).²⁴²⁸

Os momentos predecessores à queda de Weimar constituíram o momento de preparação da doutrina nacional-socialista que recomenda a possibilidade da morte como um ato de realização da liberdade e da honra, capaz de elevar o homem (*cf.* ROSENBERG, 1971, p. 97), algo para o qual haveria os homens, em sua associação/dissociação política, de se encontrarem dispostos segundo a filosofia schmittiana (*cf.* TRIERWEILER, 2010, p. 27).

A amplíssima dimensão em que se estrutura o embate último foi gerada e tornada possível a partir de teorias sobre o Estado gestadas no âmago do conservadorismo revolucionário. Estas teorias conservadoras também repercutem na filosofia schmittiana. Este é autor que (a) englobou e também resumiu a sociedade em seus mais estritos limites para, passo seguinte, (b) colocar em prática o seu projeto homogeneizador, o qual se deu de forma conexa à determinação do inimigo. Para este movimento identificatório Schmitt (bi) valeu-se do conceito do político em sua dimensão teórica para, então, e (bii) já em sua dimensão prático-empírica, lançar mão da intervenção concreta no mundo por parte do soberano.

A interpretação conservadora do conceito de homogeneidade (*homogenität*) em Schmitt opera segundo lógica do político que deita raízes na necessidade prática da

²⁴²⁸ O trecho permite a seguinte tradução: “[...] existencialismo [...] tal dimensão está incluída [...] em sua definição do político como dissociação amigo-inimigo. A existência do Estado, o seu *Dasein* político [...] é comprovado por seu poder para determinar o inimigo e instaurar a homogeneidade interior e, portanto, para excluir ao inimigo”.

figura do soberano. Dada a proximidade do conservadorismo revolucionário com a filosofia política nacional-socialista, o conceito de homogeneidade (*homogenität*) pode ser interpretado nos limites postos por ambos. Neste mesmo cenário da turbulenta década de 20, em seu *Mein Kampf* Hitler colocaria as linhas mestras sobre as quais o nacional-socialismo iria pensar o papel do Estado e também do racismo como um de seus eixos teóricos. Em seus escritos o Estado racista é claramente projetado a partir da preocupação com a realização da pureza da raça e do sangue, condição essencial e mais importante dentre todas as demais que comumente são atribuídas ao Estado (cf. HITLER, 2004, p. 105). A preservação dos elementos raciais originários foi determinante para a manutenção e para a concepção que vislumbrava o desenvolvimento de uma cultura superior a partir de uma base étnico-racial germano-ária, apta a conceder à elite nacional-socialista o poder de introduzir o totalitarismo como forma de excluir do mundo o que afim aos seus propósitos não fosse.

Quando Schmitt se ocupa com o conceito de homogeneidade (*homogenität*) não há evidentes pistas de que o fizesse segundo termos proclives a uma abordagem racial do tema. Importante, contudo, é que tampouco cuida de excluir tal possibilidade. Ao omitir esta dimensão teórica do tema, Schmitt passa, mesmo que indireta e/ou inadvertidamente, a reforçar toda uma argumentação posterior. A homogeneidade será tomada por parte da cultura política do período, em especial daquela oriunda das fileiras nacional-socialistas e do conservadorismo revolucionário, como marcada por um viés eminentemente racial.

Resta suficientemente fácil a conclusão de que em Hitler aparece com clareza a ideia de que o Estado deverá ocupar-se da realização desta homogeneização racial. Schmitt, por seu turno, irá aplicar em um primeiro momento (antes de 1933) que a homogeneidade é um conceito indispensável à realização da democracia, que demanda

um conjunto de indivíduos marcado pela identidade. Em Schmitt o Estado é o encarregado de realizar o projeto homogeneizante por meio da indicação de quem seja o seu inimigo público para, momento seguinte, exercer a sua tarefa de eliminá-lo²⁴²⁹, ou seja, aquilo que Romano descreve como sendo descritivo das bases de uma prática estatal sustentada no assassinato (ver ROMANO, 1997).

A leitura do político em Schmitt a partir da ótica conservador-revolucionária, notavelmente a partir da dupla Jünger-Spengler, permite-nos considerar seriamente a hipótese de que a eliminação seja entendida no *Der Begriff des Politischen* não apenas como uma mera possibilidade, conforme Schmitt anuncia retoricamente, mas, antes, segundo sentido que transcende a mera potencialidade. Spengler desenha perfil antropológico segundo o qual o homem constitui um “animal de rapina” (SPENGLER, 1941, p. 27), nada menos. Sendo este o personagem, será mesmo desejável eliminar aquele com quem não se pode conviver e de quem, ademais, se espera seriamente que nos elimine. Este animal de rapina é que haverá de “[...] cair sobre o inimigo” (SPENGLER, 1941, p. 196). A atividade de submeter uma tal configuração moral representava, antes de tudo, um desafio que, em seu momento, Hobbes havia sugerido ser a figura de um Estado forte a única capaz de enfrentar.²⁴³⁰

Precisamente o Estado forte hobbesiano emerge de um primeiro movimento que desenha o perfil de um homem mau, que encontra a possibilidade de realização de sua aspiração de segurança social tão somente na figura levítica. Schmitt desenha um perfil antropológico próximo ao de Hobbes e Spengler, ou seja, muito pouco positivo. Não fora esta, mas uma configuração ética em que sobressaía um homem virtuoso, então,

²⁴²⁹ O elemento racial seria acrescido após o ano de 1933, quando adere às fileiras do partido nacional-socialista.

²⁴³⁰ Importante destacar que esta figura do Estado forte em Hobbes não sugere, de modo algum, uma aproximação com o conceito de Estado totalitário, tal como interpretações menos afinadas, e afiançáveis, sugeriram.

por certo, tampouco a liberdade para a construção de referenciais teóricos faria sentido.

Claro está para Schmitt que

In einer guten Welt unter guten Menschen herrscht natürlich nur Friede, Sicherheit und Harmonie Aller mit Allen; die Priester und Theologen sind hier ebenso überflüssig wie die Politiker und Staatsmänner. (SCHMITT, 2002, p. 64).²⁴³¹

Carece a humanidade da direção forte para a qual também Donoso Cortés havia assinalado, dado que não hesitara em admitir que, sob o sol, nada mais vil existe que o homem (*cf.* DONOSO CORTÉS, 1943, p. 70). Assim como para a antropologia donosiana, também para seu leitor, Schmitt, tão maus são os homens que a órbita do político se expressará através da clara discriminação entre o amigo e o inimigo²⁴³² (*Freund-Feind*) (*cf.* SCHMITT, 2002, p. 26), não sendo dada, talvez por inútil, qualquer tentativa de composição com o *outro* dissidente.

12.2. POLARIZANDO O POLÍTICO: AMIGO (*FREUND*) E INIMIGO (*FEIND*), NÓS CONTRA ELES, OU DA POLÍTICA ENTENDIDA COMO REDUÇÃO DA PLURALIDADE À UNIDADE

²⁴³¹ Para o texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Em um mundo bom, entre homens bons naturalmente reina somente a paz, a segurança e a harmonia, de todos com todos. Nestas circunstâncias os padres e os teólogos são tão supérfluos quanto os políticos e os estadistas”.

²⁴³² Interessa mencionar que o trabalho-chave de Schmitt a respeito do conceito de amigo-inimigo é *Der Begriff des Politischen*, publicado em 1932. Contudo, já em seu texto *Situação intelectual do sistema parlamentar atual*, cuja primeira edição data de 1923 (a segunda edição é de 1926), encontra referência ao conceito de inimigo. Naquela oportunidade faz referência à luta de classes, em que o inimigo determinará o terreno da luta tanto quanto as armas (*cf.* SCHMITT, 1996a, p. 67). A apropriação da ideia pelo nacional-socialismo se dá com tal forma e intensidade que termina por inculcar em seus seguidores a ideia, na aguda percepção de Marcuse, de que “[...] o mundo é uma arena na qual o cocorrente mais poderoso e eficiente vence a disputa e que aquele que deseja se dar bem neste mundo não pode fazer nada melhor do que esquecer tudo o que se refere a idéias transcendentais que perturbam o uso eficiente deste meio [...]” (MARCUSE, 1999f, p. 216). Esta leitura realizada por Marcuse é, efetivamente, próxima à oposição realizada por Schmitt entre amigo e inimigo, em que a eliminação é potencialidade atualizável ou, nos termos de Marcuse, circunstância em que o mais poderoso poderá impor-se sobre o menos poderoso.

Quando Schmitt se ocupa da conceitualização do político através da famosa polarização, procede a um claro corte discriminatório entre o *nós* e o *eles*, entre os *amigos* e os *inimigos*. Esta discriminação, alegadamente para Schmitt, e por princípio, não implica o exercício atual da violência (*Gewalt*), mas tão somente em sua potencialidade, o que pode ter lugar ali quando se dê o agrupamento amigo-inimigo (*Freund-Feind*).

O problema do enfrentamento latente no conceito do político entre os dois agrupamentos, amigo-inimigo, mostra-se agravado na dimensão da aplicação da violência. Conforme recorda Benjamin em seu texto *Para uma crítica da violência*,²⁴³³ a violência à disposição dos indivíduos pode socavar o próprio ordenamento jurídico (cf. BENJAMIN, 2009, p. 38) mas, malgrado certo esteja, talvez ainda mais decisiva e cruel seja a situação em que o próprio Estado se faça com o monopólio ilimitado do uso da violência²⁴³⁴, mesmo quando isto tenha como fim a conservação do direito (cf. BENJAMIN, 2009, p. 44). Nesta hipótese sugerimos que se dá a condenação não apenas do ordenamento jurídico como também diretamente dos súditos, de chofre privados de suas prerrogativas contra os abusos do poder estatal. Nesta circunstância, e tendo em vista que o Estado é quem indica o inimigo (*Feind*), a instauração da violência (*Gewalt*) pode atingir os níveis do extermínio (*Vernichtung*), nos termos operados por Schmitt.

Esta possibilidade de radicalização não chega a ser uma aproximação teórica original de Schmitt, senão que remete à filosofia política hobbesiana, quando o autor sustenta claramente que “[...] la naturaleza da la guerra no consiste en la lucha actual,

²⁴³³ Para uma leitura acurada do texto de Benjamin em questão, ver MÜLLER, (2003b).

²⁴³⁴ Encontra perfeita acolhida no texto o princípio da reserva legal do Estado ao emprego da violência, sem que isto implique que o seu uso se encontre alheado de limitações político-jurídicas capazes de fiscalização institucional eficaz, bem como de restrições por instrumentos políticos em caso de as instituições titubearem.

sino en la consabida disposición a ella [...]” (HOBBS, 1996, p. 84).²⁴³⁵ Esta é uma situação em que o conflito novamente ocupa lugar central²⁴³⁶ enquanto agravação de um estado primordial de inimizade. Esta inimizade, asseverará Schmitt, apenas poderia concluir na guerra (cf. SCHMITT, 2001c, p. 147) mas, como bem retomado por Schwab, nem todas as antipatias, antagonismos e rivalidades sugerem a constituição da inimizade (cf. SCHWAB, 1989, p. 51), malgrado entendamos que a radicalização pode fazer-se presente mesmo na situação em que inicialmente a inimizade tenha lugar na órbita privada.

Esta é não apenas uma ideia latente no *Der Begriff des Politischen*, mas importante no jogo argumentativo do autor que, por certo, argutamente coloca em evidência que “Denn zum Begriff des Feindes gehört die im Bereich des Realen liegende Eventualität eines Kampfes” (SCHMITT, 2002, p. 33)²⁴³⁷, conceito no qual claramente visa apresentar ao público o seu trabalho conceitual como desmarcado da posição de apoio à luta e ao embate físico, senão, como diz, na qualidade de mera

²⁴³⁵ No texto original nos diz Hobbes que “[...] during the time men live without a common power to keep them all in awe, they are in that condition which is called war; and such a war, as is of every man, against every man. For WAR, consisteth not in battle only, or the act of fighting; but in a tract of time, wherein the will to contend by battle is sufficiently known [...]” (HOBBS, 1996, p. 84). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] durante o tempo o homem vive sem um poder comum para mantê-lo atemorizado, eles estão em um estado denominado de guerra, e esta é uma guerra de todos os homens contra todos os homens. Guerra consistindo não apenas em batalha, ou no ato da luta, mas no decorrer do tempo em que o desejo de combater em batalhas é suficientemente conhecido”.

²⁴³⁶ Uma das dimensões da violência em Schmitt é o trato da própria natureza da guerra, a qual dá origem aos tempos politicamente reputados excepcionais. A isso encontramos paralelo em Hobbes, com sua descrição da natureza e dos fenômenos atmosféricos. Diz ele que a natureza mesma do conflito não se encontra em alguma escaramuça, tal como a do mau tempo atmosférico não reside em um ou mais aguaceiros, mas em “[...] the nature of war, consisteth not in actual fighting; but in the known disposition thereto, during all the time there is no assurance to the contrary” (HOBBS, 1996, p. 84). O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] a natureza da guerra não consiste na luta atual, mas na conhecida disposição para isto, pois durante todo o tempo não há garantia do contrário”.

²⁴³⁷ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “Ao conceito do político corresponde na terminação do real à eventualidade de uma luta”.

eventualidade. Em suma, o que temos é um Schmitt que escreve em 1927 com a mínima composição literária que se poderia esperar de quem ocupava na *Handelshochschule* de Berlin a cadeira que fora de Hugo Preuss, um dos pais fundadores da liberal Constituição de Weimar.

Contudo, Schmitt tampouco hesitaria em, após colocar a violência como um pano de fundo em sua argumentação, também realizar movimentos que lhe colocavam na qualidade de conteúdo atualizável. Neste sentido, por exemplo, a referência direta de Schmitt quanto a que a luta lança mão de recursos técnicos e armamentos de forma organizada (*cf.* SCHMITT, 2002, p. 33), novamente em movimento de aproximação ao heroísmo ínsito à linguagem conservadora revolucionária.²⁴³⁸ A luta, portanto, reside para Schmitt no fato de que

[...] das Wort Feind [...]. Es bedeutet nicht Konkurrenz, nicht den „rein geistigen“ Kampf der Diskussion, nicht das symbolische „Ringeln“, das schließlich jeder Mensch irgendwie immer vollführt, weil nun einmal das ganze menschliche Leben ein „Kampf“ und jeder Mensch ein „Kämpfer“ ist. (SCHMITT, 2002, p. 33).²⁴³⁹

A figura do inimigo está claramente posta nestas linhas como a de alguém contra quem os esforços de luta não são simbólicos nem espirituais, dialógicos ou teóricos, senão que se projetam sobre o campo sangrento da batalha em que intervém cada um dos lutadores. Em outro texto, já avançado o ano de 1938, portanto dois anos após se ter

²⁴³⁸ Esta linguagem conservadora permite tão somente um distanciamento das análises ético-democráticas. Neste sentido, como bem recorda Benjamin, a violência apenas pode ser pensada a partir da ética (*cf.* BENJAMIN, 2009a, p. 33). Admitindo que Schmitt de fato mostra-se próximo a esta gramática conservadora revolucionária, então, a sua reflexão em torno ao político dentro dos limites da ética não se mostra como algo razoável, senão o inverso, ou seja, que próximo estaria da admissão de que o núcleo duro da prática da violência (*Gewalt*) é apropriado ao âmbito do político, conforme sugerimos neste trabalho doutoral.

²⁴³⁹ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] a palavra inimigo [...]. Não significa concorrência, nem uma luta ‘puramente espiritual’ como discussão, e tampouco um combate simbólico, em suma, nada referente ao que cada pessoa, de certo modo, sempre está a enfrentar simplesmente por força de que toda a vida humana nada mais é do que ‘luta’ e, nesta condição, cada ser humano é um ‘lutador’”.

dado o afastamento de Schmitt da hierarquia do nacional-socialismo, o autor encontra lugar para afirmar que “[...] el enemigo existe aunque hayan concluído las hostilidades [...]” (cf. SCHMITT, 2001c, p. 147).²⁴⁴⁰ De fato, este argumento transcende a ideia da mera potencialidade da aplicação da violência (*Gewalt*)²⁴⁴¹ e, sugerimos, adentra e se qualifica como elemento intrínseco do conceito do político. Esta percepção da violência como residente no âmago do político encontra-se igualmente em Hitler, cujas referências à política tinham lugar em seu entendimento de que era ela “[...] a arte de levar a cabo a luta vital que uma nação necessita para sua existência terrena” (apud BORÓN; GONZÁLEZ, 2006, p. 157), ideia hitleriana esta que, segundo a sugestão dos autores, “[...] encaixa-se perfeitamente no discurso schmittiano, em sua obsessão por reduzir a política e o político à oposição entre *amigo* e *inimigo* [...]”. (Ib.).

A argumentação de que a violência (*Gewalt*) ocupa tão somente um papel residual, e em circunstâncias restritas em que a excepcionalidade se configura, é desconhecer que a ilimitação do poder não pode suportar um passo atrás. É certo que, antes do que comportar tal retrocesso em suas atribuições, o poder muitos e mais decididos passos dará à frente, no sentido de buscar a sua consolidação para, então, tornar regra a exceção e, por conseguinte, a violência, uma política de Estado e direito

²⁴⁴⁰ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] o inimigo existe embora tenham sido finalizadas as hostilidades [...]”.

²⁴⁴¹ Este argumento é bastante conhecido e não passa despercebido aos comentaristas mais atentos. O conhecido biógrafo de Schmitt, Bendersky, por exemplo, assinala que o nosso autor “[...] non ridusse mai semplicemente la politica ad una pura e semplice lotta di potere; ma i raggruppamenti tra amici e nemici erano originariamente il prodotto di antitesi religiose, morali, economiche o di altri natura” (BENDERSKY, 1989, p. 125-126). O texto permite a seguinte tradução: “[...] já não reduz simplesmente a política a uma pura e simples luta de poder, mas o reagrupamento entre amigos e inimigos era originariamente o produto da antítese religiosa, moral, econômico ou de outra natureza”.

constituído,²⁴⁴² fato de inabalável constatação nos regimes totalitários experienciados.

Como bem dizem Borón e González,

[...] o tempo político parece deter-se e suspender-se indefinidamente no momento de exceção. Paradoxalmente, tudo o que vive de fora desse momento de exceção, os chamados “tempos normais”, são considerados como “neutralização” ou “despolitização”. Schmitt não tem nada a dizer para tais momentos. (BORÓN; GONZÁLEZ, 2006, p. 156).

A exceção é transformada em pura e permanente regra, e neste tempo o político encontra outra possibilidade de compreensão e aplicação empírica. Assim, quando é colocado o político (*des politischen*) consoante pensado por Schmitt, supostamente “apenas” como uma mera potencialidade, temos de considerar que a exceção em que o ditador soberano tudo pode logo atualizará a tal potencialidade do conflito para o mundo empírico. Em realidade, Schmitt oculta um rico cipoal teórico sob o manto da suposta potencialidade da comissão da violência quando, por certo, os tempos excepcionais tornados regra suscitarão a intervenção violenta dedicada ao extermínio a todo momento.²⁴⁴³

Com isto, em verdade, é neste longínquo recôndito que encontramos todo o resumo pelo qual o seu trabalho verdadeiro aspira, chegado o adequado momento histórico de implementação e consolidação do Estado totalitário que na vida alemã conheceu a forma nacional-socialista. Em suma, portanto, temos a síntese e elemento essencial do político em Schmitt na realidade, e não na mera possibilidade, da aplicação da violência (*Gewalt*) como regra do momento em que o político de fato é chamado a resolver as situações de crise.

²⁴⁴² Agudamente comentaria Benjamin que a crítica da violência não comporta o emprego do critério do direito positivo (*cf.* BENJAMIN, 2009b, p. 37).

²⁴⁴³ É bem observado por Benjamin, e o faz de uma angulação completamente distinta sobre a violência, que é possível um acordo não violento em circunstâncias de conflito. O argumento é apresentado com maiores detalhes em seu texto *Para una crítica de la violencia*. Ver BENJAMIN, (2009, p. 48).

Em um dos trechos em que Schmitt faz questão de ressaltar a “possibilidade” (*Möglichkeit / eventualität*) de recorrer à violência (*Gewalt*),²⁴⁴⁴ ele afirma que “[...] das Politische liegt nicht im Kampf selbst [...] sondern, wie gesagt, in einem von dieser realen Möglichkeit bestimmten Verhalten [...]” (SCHMITT, 2002, p. 37).²⁴⁴⁵ É de fato interessante o movimento realizado por Schmitt para honrar o momento histórico em que a República de Weimar todavia mantinha certas esperanças. Schmitt procura distanciar o seu conceito do político da luta em si mesma, procura realizar um movimento que distraia (mais do que efetivamente distancie) o pano de fundo sangrento sobre o qual o inimigo público (*hostis*) poderia ser massacrado pelo soberano segundo seus únicos e incontestáveis critérios.

Este aspecto é percebido com rara agudeza no preciso momento histórico de sua escrita por Schmitt em um leitor tão arguto quanto atento como Jünger. Trierweiler detecta esta leitura de Jünger em correspondência deste a Schmitt, datada de 14 de outubro de 1930, na qual ressalta que: “[...] el grado de su evidencia inmediata es tan elevado que cualquier toma de posición se vuelve supérflua, y que alcanza con decir que

²⁴⁴⁴ É bastante acurada a leitura realizada por Strauss a este respeito, na qual, sem embargo, encontramos problemas que nos parecem divergir. A interpretação de Strauss da violência em Schmitt se dá em contraposição à de Hobbes. Strauss cita o trecho em que o filósofo de Malmesbury destaca que “[...] the nature of war, consisteth *not in actual fighting*, but in the known *disposition* thereto (*Leviatán, XIII*)” (*apud* STRAUSS, 2008d, p. 143). Strauss todavia sublinha que há uma possibilidade, através desta leitura direta de Hobbes, de que em Schmitt também o que prevaleceria na interpretação do político seria a existência de uma mera disposição para a luta antes do que a sua atualidade (ver STRAUSS, 2008d, p. 143). Nossa leitura, entretanto, é de que, se em Hobbes é certo de que está delimitado o terreno da natureza da guerra como a mera disposição de praticá-la, em Schmitt, contudo, não é isto o que ocorre. Se em Hobbes há um elemento estático que é a natureza da guerra, em Schmitt, ao contrário, o político é entendido dinamicamente, ou seja, nele é tanto a potência da violência que lhe caracteriza quanto a própria atualização da luta, ponto no qual, ademais, o político atingiria o seu ápice. Ao trecho citado logo acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] a natureza da guerra consiste não na atualidade da luta, mas na disposição para tanto”.

²⁴⁴⁵ Uma tradução comportada pelo texto é a que segue: “O político não consiste na luta em si mesma [...] senão que, como dissemos, em um comportamento determinado por esta possibilidade real [...]”.

uno está enterado para que el autor esté satisfecho” (*apud* TRIERWEILER, 2010, p. 22).²⁴⁴⁶ Sem embargo, decisivo nesta argumentação, e que conecta com o que viemos expondo em defesa de nossa tese, é o alerta jüngeriano para os efeitos do texto de seu compadre Schmitt e da habilidade com que havia composto o seu texto: “Usted logro poner a punto un invento de técnica guerrera muy particular: una mina que explota sin ruido” (*apud* TRIERWEILER, 2010, p. 22).²⁴⁴⁷ A avaliação do trabalho de Schmitt por Jünger é feita a partir de sua análise de que a qualidade dos espíritos daquela quadra histórica havia de ser angulada pela posição tomada em relação ao armamento (*Rüstung*).²⁴⁴⁸ Aqui Jünger estabelece ponte analítica para refletir sobre o trabalho de Schmitt por meio da projeção da presença de virtudes guerreiras, as quais o autor pensa desde as fileiras do conservadorismo revolucionário que as retrata valorosamente.

A introdução da cultura da violência no âmbito do político por Schmitt, assim, como diz Jünger, como se de uma mina que viria a explodir sem provocar ruídos, é interpretação à qual, de forma análoga, acederia Trierweiler. Segundo a percepção deste último, o movimento de Schmitt é revelador de “[...] increíble la sangre fría con la que Schmitt introdujo de contrabando [...] esa reducción de lo político al contraste amigo-enemigo. [...] [no] político [...] se puede estimar que Schmitt introdujo allí la dinamita” (TRIERWEILER, 2010, p. 21).²⁴⁴⁹ Ao conceito clássico do político que remete a Aristóteles, Schmitt introduz a possibilidade do extermínio que permanece em estado

²⁴⁴⁶ Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] o grau de sua evidência imediata é tão elevado que qualquer tomada de posição torna-se supérflua, e logra expressar que alguém está inteirado para que o autor fique satisfeito”.

²⁴⁴⁷ Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “O senhor conseguiu criar um invento de técnica guerreira muito particular: uma mina que explode sem deixar ruído”.

²⁴⁴⁸ Os termos desta carta de Jünger endereçada a Schmitt após a sua leitura do *Der Begriff des Politischen* é igualmente confirmada em artigo de Jouanjan. Ver JOUANJAN (2010, p. 57).

²⁴⁴⁹ Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] incrível o sangue frio com o qual Schmitt introduziu de contrabando [...] esta redução do político ao contraste entre amigo e inimigo. [...] [no] político [...] se pode estimar que Schmitt ali introduziu a dinamite”.

latente, mas tão potencialmente explosivo com a dinamite sugerida por Trierweiler, trazida de contrabando para o âmago do conceito do político que termina por sofrer o processo de redução radical ao puro conflito último. Schmitt introduz subrepticamente e sem alarde a mina jüngeriana que explodiria no momento certo, sem provocar ruídos ou profundos alertas entre os melhores leitores do *Der Begriff des Politischen*, de primeira publicação no ano de 1927 em Weimar.²⁴⁵⁰

Sem ruídos tem início a corrosão do político através da inserção de mina de tardia explosão. Esta interpretação fina de Jünger parece não poder encontrar amparo no texto schmittiano, quando se apresenta a dizer que “[...] das Politische liegt nicht im Kampf selbst [...]” (SCHMITT, 2002, p. 37).²⁴⁵¹ Aparentemente Schmitt se deslocaria da crítica de que introduz a cultura da violência no político, posto que o político não consistiria na violência em si mesma. Este parece ser um trecho significativo e dizemos isto de duas possíveis angulações. Primeiramente, por força de que parte da crítica proclive ao texto schmittiano irá mover-se em torno deste papel secundário que a violência ocupa no conceito do político do autor. Em segundo plano, porque o trecho permite-nos realçar uma dimensão não destrutiva do político, o qual pode configurar-se destrutivamente quando o soberano faça imperar o seu desejo mas que, ao inverso, será a realidade quanto o foco recaia sobre a figura do inimigo público (*hostis*), sujeito a toda a barbárie do poder.

O exercício da barbárie por parte do poder político não é entendido como real possibilidade (*realen Möglichkeit*), como sugere Schmitt, mas, antes, que pura realidade

²⁴⁵⁰ Interessa recordar com Trierweiler a intensidade com que sublinha que não devemos insistir em destrinchar os meandros dos conceitos de Schmitt, posto que estes conceitos estão compostos por “[...] textos [*que*] son minas míticas que explotan y destruyen” (TRIERWEILER, 2010, p. 29). Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] textos [*que*] são minas míticas que explodem e destroem”.

²⁴⁵¹ Uma tradução comportada pelo texto é a que segue: “O político não consiste na luta em si mesma [...]”.

será o massacre do qual os inimigos públicos indefectivelmente não poderão escapar. Em segundo lugar, este trecho é representativo na medida em que Schmitt o retira de sua edição do *Der Begriff des Politischen*, de 1933, vindo a reinseri-lo na edição posterior do texto.²⁴⁵² É significativo que Schmitt expurgue da edição de 1933 qualquer passagem que pudesse causar sequer remota ambiguidade quanto aos reais propósitos do conceito do político que residia no enfrentamento, algo negado no texto de 1932, conforme vimos acima. No texto de 1932, em que se baseia a maioria das traduções, Schmitt faz referência a um enfrentamento e guerra em que o homem se depara com um combate intenso e desumano, ou seja, *intensive und unmeschliche*, enquanto no texto de 1933 o autor agravará a situação, substituindo a mera intensividade do enfrentamento pela noção de crueldade (*Grausamkeit*) (cf. SCHMITT, 1933, p. 19).²⁴⁵³ É nesta

²⁴⁵² O trecho completo retirado na edição de 1933 está posto após o primeiro período da seção número 4 do texto de 1932, em que Schmitt afirma que: “Das Politische liegt nicht im Kampf selbst, der wiederum seine eigenen technischen, psychologischen und militärischen Gesetze hat, sondern, wie gesagt, in einem von dieser realen Möglichkeit bestimmten Verhalten, in der klaren Erkenntnis der eigenen, dadurch bestimmten Situation und in der Aufgabe, Freund und Feind richtig zu unterscheiden” (SCHMITT, 2002, p. 37). Ao trecho sugerimos a seguinte livre tradução: “O político não reside na luta em si mesma, que possui as suas próprias regras e técnicas, tanto psicológicas quanto militares, mas, conforme já foi dito, o político reside em um comportamento que é determinado pela possibilidade real da luta, em um claro reconhecimento da própria situação e na tarefa de diferenciar claramente entre amigo e inimigo”.

²⁴⁵³ Na edição inglesa traduzida por Schwab, a edição utilizada foi a de 1932, sendo nela mantida a noção de intensidade do texto de Schmitt daquele ano, sem quaisquer referências às alterações procedidas pelo autor no texto de 1933. O mesmo procedimento, e omissão crítica, foi adotado no Brasil pela edição de 1932, traduzida por Álvaro Valls com introdução de Flickinger e também pela mais recente publicação da obra pela editora Del Rey (ver SCHMITT, 2009h). A nosso ver, se, por um lado, a opção pela edição a traduzir é legítima e cientificamente defensável, por outro, não nos parece que também o seja a omissão de comentários quanto às importantes alterações procedidas por Schmitt em seu texto de 1933. Malgrado sem referências expressas a respeito, meritória parece-nos a edição argentina da Struhart & Cia. (ver SCHMITT, 2006f), embora não explicita tratar-se de tradução baseada no texto de 1933. A edição incorpora o prefácio de Schmitt de 1963, mas mantém a tradução de Francisco Javier Conde. Contudo, igualmente parece-nos que melhor houvera sido poder incorporar criticamente em notas explicativas as alterações suprimidas deste texto de 1933 e outros acréscimos e substituições pontuais, mas não irrelevantes, realizados por Schmitt.

dimensão que, conforme encontramos na leitura schmittiana de Sá, a guerra torna-se justa e, nesta medida, a guerra entendida como um empreendimento “[...] contra o crime e contra o mal, uma acção punitiva contra um inimigo inumano e sem dignidade”. (SÁ, 2007a, p. 244).

Acreditamos poder confirmar que há um deslocamento da violência para a esfera do político, no qual passa a habitar de forma permanente. Em alguns trechos, como este trabalhado acima, parece-nos pouco convincente o argumento do autor sobre o caráter meramente possível ou eventual (*Möglichkeit / eventualität*) do uso da violência, uma vez tomado perante o conjunto de sua obra e, mesmo, ainda que isoladamente, a sua *Der Begriff des Politischen*. Isto sim, objetiva e necessariamente, parece-nos desempenhar papel mais relevante o seu silêncio quanto à tentativa de ampliar o círculo dialógico do político. Nossa sugestão é de que o político, enquanto transação, realmente cobra o seu momento de superior interesse ali e quando os problemas mostram-se graves e agravados pelas circunstâncias em dimensão tal, que a ponto esteja de que a prática da violência (*Gewalt*) possa ser pensada como alternativa comportamental dos grupos politicamente organizados envolvidos na disputa. Este é o momento nuclear da definição do político cujo triunfo, e limite conceitual, reside precisamente na contenção das fronteiras cuja transgressão implicaria a assunção da prática da violência. Schmitt não transgride esta fronteira simplesmente porque incorpora a dimensão da violência à do político.

A prática da violência no conceito de Schmitt encontra-se conectada, conforme sugerimos algumas páginas atrás, à realização do conceito de homogeneidade (*homogenität*) por parte do Estado. O projeto político que envolve a realização do conceito de homogeneidade corre em sentido paralelo e oposto a qualquer noção de

implementação das liberdades,²⁴⁵⁴ de longe, e negativamente, vistas como burguesas e alheias à tradição mítica germana. A afirmação da homogeneidade (*homogenität*) contradita com a heterogeneidade que conforma o perfil das individualidades que, em Hitler, restava claro que não poderiam ser consideradas fundamentais perante os fins superiores de um Estado que deveria garantir um milênio de existência (*cf.* HITLER, 2004, p. 107). Aqui, contudo, desconhece a própria crítica proveniente das fileiras conservador-revolucionárias, segundo a qual os movimentos ideológicos tendem mesmo a afirmar que suas obras se esgotam em sua realização e que depois de sua consecução a história encontraria o seu fim. Contudo, isto não passa de uma ausência de saber quanto ao que o autor denomina de “[...] volubilidade de todas as aparências”. (SPENGLER, 1941, p. 164).

Neste contexto teórico e político observamos a realização temporal de um poder em que o indivíduo sucumbe. Prostra-se frente às levíticas proporções de um Estado que, para Schmitt, havia englobado a sociedade, passando a inexistir algum ente perante o qual houvesse de prestar contas. Superado o momento histórico das monarquias calcadas no poder divino, o poder soberano tornara-se ditatorial e alheado ao poder divino, embora dele guardasse a similaridade da onipotência em seu exercício.

Não muito distante desta argumentação nos recorda Meier da importância de um dos trechos do *Der Begriff des Politischen*, em que Schmitt sustenta que “[...] mientras exista, la unidad política es siempre la unidad decisiva, total y soberana” (MEIER, 2008,

²⁴⁵⁴ O projeto schmittiano em torno ao conceito de homogeneidade é absolutamente incongruente com as mais recentes e intensas defesas da ordem democrática do valor da pluralidade e, por fim, dos direitos individuais que neste conceito se consideram implícitos. No que concerne à reflexão do conceito de homogeneidade no âmbito do nacional-socialismo, uma das primeiras objeções levantadas em sentido similar ao proposto logo acima relativamente a Schmitt encontra-se em Burckhardt, que questiona como poderia a liberdade sobreviver em um mundo marcado pela homogeneidade (*cf.* VON KLEMPERER, 1968, p. 59).

p. 30),²⁴⁵⁵ figura política esta que, como sugeria Donoso Cortés, substitui ao parlamentarismo (cf. DONOSO CORTÉS, 1954, p. 480).²⁴⁵⁶ Esta unidade encontra-se em relação íntima com o conceito de homogeneidade (*homogenität*), levada a termo pela autoridade estatal. O conceito do político pode ser interpretado a partir desta ideia de totalidade para a qual Meier chama a atenção:

Es “*total*”, en primer lugar, porque todo asunto puede ser potencialmente político y, en consecuencia, puede ser afectado por la decisión política; y, en segundo lugar, porque la participación política abarca al hombre en forma total y existencial. La política es el destino. (MEIER, 2008, p. 30).²⁴⁵⁷

O conceito de unidade (*Einheit*), que em Schmitt opera na superfície como um conceito político, permite uma aproximação a partir do teológico.²⁴⁵⁸ Schmitt realiza um movimento de consagração do teológico quando lhe confirma como inspirador e todavia influente em seu posterior escrito *Der Begriff des Politischen*. Para Schmitt o conceito do político fora secularizado, mas continuava operante sobre as suas prévias bases teológicas, em suma, que “Alle prägnanten Begriffe der modernen Staatslehre sind

²⁴⁵⁵ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] enquanto exista, a unidade política é sempre a unidade decisiva, total e soberana”.

²⁴⁵⁶ Em seu momento Donoso Cortés assinala que o parlamentarismo encontra o seu ocaso quando se depara com um “[...] hombre que tiene todo lo que al parlamentarismo le falta; que sabe afirmar y sabe negar, y afirma y niega perpetuamente las mismas cosas [...]” (DONOSO CORTÉS, 1954, p. 480). Ao trecho citado sugerimos a seguinte tradução: “[...] homem que tem tudo o que falta ao parlamentarismo; que sabe afirmar e sabe negar, e afirma e nega perpetuamente as mesmas coisas [...]”.

²⁴⁵⁷ Uma livre tradução ao trecho permite o seguinte texto: “É ‘*total*’, em primeiro lugar, porque todo assunto pode ser potencialmente político e, em consequência, pode ser atingido pela decisão política. Em segundo lugar, porque a participação política abarca ao homem em forma total e existencial. A política é o destino”.

²⁴⁵⁸ Esta aproximação tem lugar desde uma unificação trinitária e, no plano político, na união entre soberano e povo. Esta interpretação teológica em Schmitt sugere recurso a Donoso Cortés, uma de suas mais caras fontes conservadoras. As suas considerações teológicas são construídas a partir do rompimento no paraíso entre Adão e Eva, resolvido em posterior unidade. A este respeito Donoso Cortés se refere a que a unidade é o conceito em que “[...] toda variedad nace y en la que toda variedad se resuelve [...]” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 63). Uma tradução possível para o trecho acima é: “[...] toda a variedade nasce e na qual toda a variedade se resolve [...]”.

säkularisierte theologische Begriffe” (SCHMITT, 2009g, p, 43).²⁴⁵⁹ Na sequência comenta o autor que a influência dos conceitos teológicos se dá através de sua transposição para os limites do Estado (*cf.* SCHMITT, 2009g, p. 43). Isto opera à semelhança da divindade em sua soberana atividade espiritual, ou seja, que

Ob nur Gott souverän ist, das heißt derjenige, der in der irdischen Wirklichkeit widerspruchslos als sein Vertreter handelt, oder der Kaiser oder del Landesherr oder das Volk [...] dürfen, immer ist die Frage auf das Subjekt der Souveränität gerichtet, das heißt die Anwendung des Begriffes auf einen konkreten Tatbestand. (SCHMITT, 2009g, p. 16).²⁴⁶⁰

A transposição das considerações teológicas para os limites do Estado ocorreu à semelhança, por exemplo, do que já tivera lugar no século XVII, quando os monarcas ocupavam posição similar à da divindade na estrutura organizacional do político que, momento seguinte, seria atribuída ao Estado (*cf.* SCHMITT, 2009g, p. 51).

É precisamente esta leitura de Schmitt, de que os conceitos teológicos adquirem um papel relevante na esfera do Estado, que tornará possível entender a sua ideia de que o conceito de Estado de exceção possui um significado análogo ao do milagre que opera no âmbito teológico (*cf.* SCHMITT, 2009g, p. 43). Ademais desta analogia entre o conceito de Estado de exceção e o de milagre, Schmitt também chama a atenção para a onipotência do legislador no mundo (*cf.* SCHMITT, 2009g, p. 44-45), que fora entendida no âmbito do Iluminismo inspirador do revolucionarismo francês como a única fonte legítima de engenharia social.

Esta analogia que Schmitt procura estabelecer parece ser forçosa, e suas razões bastante escassas no que tange à fundamentação para a intervenção positiva do

²⁴⁵⁹ Uma tradução possível para o trecho acima é: “[...] todos os conceitos expressivos da moderna doutrina de Estado são conceitos teológicos secularizados”.

²⁴⁶⁰ Uma tradução possível para o trecho acima é: “Se apenas Deus é soberano, isto é, aquele que na realidade terrena age indiscriminadamente como seu representante – o imperador, o proprietário de terras ou o povo [...] é uma pergunta sempre dirigida ao sujeito da soberania, a aplicação do conceito em uma situação concreta”.

legislador no mundo. Para observá-lo nos basta com a contraposição do efetivo papel e poder desempenhado pelo legislador e a onipotência no mundo divino de um Deus único que governa o mundo (cf. SCHMITT, 2009g, p. 51). A figura do legislador, parlamentar eleito, encontra limitações que são em absoluto desconhecidas, precisamente pela figura do soberano schmittiano, esta sim, operante segundo modelo divinatório onipotente. Assim, enquanto o conceito de onipotência do legislador no mundo encontra sua legitimação na derivação popular, a onipotência do soberano no mundo encontra-se legitimada em uma razão *ex nihilo* e na fé.

Tanto a razão *ex nihilo* como a fé, de qualquer sorte, são alheias tanto à origem popular²⁴⁶¹ como ao controle público, em suma, “[...] la voluntad del Führer [...] no está ligado[a] a ninguna jerarquía [...]” (cf. ARENDT, 1974, p. 497).²⁴⁶² Estas são claras referências pelas quais Schmitt haveria de se opor ao conceito de democracia presente em Kelsen.²⁴⁶³ A razão ou decisão tomada pelo soberano criada *ex nihilo* também pode ser apresentada segundo os termos sugeridos por Spengler:

[...] voluntad [que] nos es un concepto; es un nombre, un término primario, como “Dios”, un signo que designa algo de que tenemos inmediatamente certeza interior, sin poderlo describir jamás. (SPENGLER, 2009a, p. 424).²⁴⁶⁴

²⁴⁶¹ Esta aproximação ao conceito de soberania aparece em Rousseau como o ponto focal de onde emergiria a vontade que, momento seguinte, seria condensada em sua expressão pública na vontade do soberano (ver SCHMITT, 2009g, p. 52). Malgrado esta aportação, também será possível uma leitura desde Rousseau em apoio ao conceito de vontade soberana em Schmitt, aspecto do qual não nos ocuparemos no momento. Isto sim, um único ponto de contato que desejamos mencionar aqui é que, assim como para Rousseau a vontade é sempre boa, em Schmitt a vontade do soberano igualmente aparecerá como sendo tão boa quanto inconteste.

²⁴⁶² O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] a vontade do Führer [...] não está ligada a nenhuma hierarquia [...]”.

²⁴⁶³ Para maior detalhamento desta questão remeto o leitor à análise do tema realizada no capítulo XII.

²⁴⁶⁴ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] vontade [que] não é um conceito, mas um nome, um termo primário, como ‘Deus’, um signo que designa algo de que temos imediatamente certeza interior, sem poder descrevê-la jamais”.

Schmitt trabalha abertamente com a conexão entre a ideia de decisão tomada na esfera do político e do religioso, precisamente pela Igreja Católica, que apareceria como a “[...] verdadeira portadora de um princípio de forma jurídica e de uma ideia política” (FERREIRA, 2009, p. 32). Segundo Schmitt, se o valor do Estado caracteriza-se por tomar uma decisão (*Entscheidung*), esta mesma decisão encontra-se caracterizada por sua inapelabilidade (*inappellablen*) e sua infalibilidade (*infallibilität*) (cf. SCHMITT, 2009g, p. 60), movimento este designador de caráter fundamental da figura do *Führer*, marca do Estado totalitário germano: “El Führer siempre tiene razón” (ARENDT, 1974, p. 470).²⁴⁶⁵ O *Führer* tem e precisa mesmo sempre ter razão, pois, a base mesma do exercício do poder, tal e como aparece em Schmitt, não a veracidade de suas palavras, mas a infalibilidade das ações do chefe (*Führer*) (cf. ARENDT, 1974, p. 476). Este momento em que Schmitt caracteriza o tão central conceito de decisão como sendo inapelável e infalível²⁴⁶⁶ está colocando a marca do poder soberano em suas raízes

²⁴⁶⁵ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “O *Führer* sempre tem razão”.

²⁴⁶⁶ A este respeito uma importante e esclarecedora nota de Arendt sobre o funcionamento desta concepção de infalibilidade no âmbito do totalitarismo apenas ressalta a proximidade com o texto de Schmitt que viemos aqui tentando ao longo deste trabalho doutoral colocar em destaque: “Se halla en la naturaleza del movimiento el que, una vez que el jefe haya asumido su puesto, toda la organización esté tan absolutamente identificada con él que cualquier admisión de un error o una destitución del cargo quebrantarían el hechizo de infalibilidad que rodea al puesto del jefe [...]” (ARENDT, 1974, p. 475). Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Encontra-se na natureza do movimento que, uma vez que o chefe tenha assumido o seu posto, toda a organização esteja tão absolutamente identificada com ele que qualquer admissão de um erro ou uma destituição do cargo debilitaria a magia da infalibilidade que rodeia o posto do chefe [...]”.

conservadoras²⁴⁶⁷ que, quando secularizado, atuará em sua filosofia política e jurídico-constitucional.²⁴⁶⁸

Este movimento schmittiano denota um distanciamento importante da compreensão do político segundo os termos em que a filosofia moderna propõe a questão, sendo a tentativa, precisamente, um movimento em sentido inverso, a saber, a tentativa de compreender o político de modo distanciado do marco teológico habitualmente adotado até então (*cf.* ZARKA, 2008, p. 35). O Estado de Direito que à época moderna tentara promover a expulsão do milagre do mundo²⁴⁶⁹ (*cf.* SCHMITT, 2009g, p. 43) parece não ter obtido senão relativo êxito, enquanto que nenhum no âmbito da filosofia política de Schmitt, para quem a figura do mito salvador adviria fulgurante em seus escritos da década de 30.

Quando, na década de 30, Schmitt se propõe um giro ao Estado totalitário (*totalen Staat*) (ver SCHMITT, 2001i) sugerimos que, em verdade, não se trata de um *giro* na acepção exata da palavra mas, antes, do *aprofundamento* do argumento totalitário cuja teoria já vinha sendo articulada desde os primórdios da década de 20, em franca antecipação ao modelo filosófico-político e jurídico nacional-socialista de próxima implementação na Alemanha, cujo Estado totalitário encontrava sua marca caracterizadora em que “[...] exige la obligación total sin admitir que se cuestione la

²⁴⁶⁷ Aqui se torna uma vez mais perceptível a penetração secularizada do teológico no terreno do político, permitindo a adequada leitura tanto através de Donoso, conforme vimos no capítulo I desta tese doutoral, como também em De Maistre, ao calcar o seu conceito de soberania na infalibilidade papal (*cf.* Díez, 2005, p. 29).

²⁴⁶⁸ Desnecessário mencionar que nesta conexão teórica com a infalibilidade subsiste neste trecho uma direta conexão com a questão teológica, na medida em que Schmitt questiona diretamente a relação entre a decisão do Estado e o tipo de decisão tomada pela Igreja, ambas marcadas pela infalibilidade que, por certo, provém e é marcante desta última dimensão religiosa.

²⁴⁶⁹ É importante sublinhar que a retomada do conceito de milagre em Schmitt remete à necessidade de retomada de suas fontes contrarrevolucionárias e católicas clássicas, a saber, De Maistre, De Bonald e Donoso Cortés.

verdad de tal obligación” (MARCUSE, 1968, p. 42).²⁴⁷⁰ Schmitt recepciona esta abordagem e confirma que, ao menos em certos casos, a implementação da unidade reclamará o sacrifício da vida, claramente:

Die politische Einheit muß gegebenenfalls das Opfer des Lebens verlangen. Für den Individualismus des liberalen Denkens ist dieser Anspruch auf keine Weise zu erreichen und zu begründen. Ein individualismus, der einem andern als dem Individuum selbst die Verfügung über das physische Leben dieses Individuum gibt, wäre ebenso eine leere Phrase wie eine liberale Freiheit [...]. (SCHMITT, 2002, p. 70).²⁴⁷¹

Este trecho parece-nos bastante elucidativo acerca dos reais propósitos ínsitos ao trabalho de Schmitt que, neste particular, também encontra antecedentes no conservadorismo spengleriano, segundo quem “[...] nada une tanto quanto o ódio” (SPENGLER, 1941, p. 125). Esta articulação pode ter lugar a partir da indicação do inimigo ao qual tomar como referencial do ódio, que pode ter a origem identificada por Díaz quando estes sejam indicados como “[...] antialemanes, traidores y enemigos del pueblo alemán, con un concepto de ‘[...] alemanidad’ definido y mantenido por la fuerza por los ideólogos y grandes jerarcas del *Führerstaat*” (DÍAZ, 1991, p. 77-78).²⁴⁷² Em Schmitt, de fato, o inimigo (*hostis*) será aquele que ocupe o espaço do interesse público e contra ele aja segundo a interpretação exclusiva do soberano.

É bem certo que em seu texto Schmitt não indique, bem como tampouco disto se ocupe Spengler, sobre quem seja o inimigo ou quem seja o objeto ao qual direcionar o ódio. Este não seria apenas um detalhe, e a reiteração de sua importância seria mantida

²⁴⁷⁰ O trecho acima permite a seguinte livre construção textual: “[...] exige a obrigação total sem admitir que se questione a verdade de tal obrigação”.

²⁴⁷¹ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “Em alguns casos a unidade política precisará exigir o sacrifício da vida. Para o pensamento liberal individualista esta pretensão não pode ser de forma alguma alcançada ou sequer fundamentada”.

²⁴⁷² O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] antigermanos, traidores e inimigos do povo alemão, com um conceito de ‘germanidade’ definido e mantido pela força pelos ideólogos e pelos grandes hierarcas do *Führerstaat*”.

em escrito intitulado *La relación entre los conceptos ‘guerra’ y ‘enemigo’*, datado de 1938, em que Schmitt confirma que “[...] ‘Enemigo’ es el concepto primordial en la actualidad” (SCHMITT, 2001c, p. 147)²⁴⁷³ sem, igualmente, mencionar quem é o *inimigo*.

Valendo-nos do potencial explicativo do texto arendtiano, em que autora indica que a práxis política totalitária era especificamente a de praticar o terror de forma indiscriminada (cf. ARENDT, 1974, p. 37), o terror total, característico do Estado totalitário (cf. ARENDT, 1974, p. 566), encontramos em Schmitt um aporte decisivo para a sua leitura do político como permissiva às práticas totalitárias.²⁴⁷⁴ O acirramento das práticas totalitárias pode igualmente ser observado no conceito de *Totaler Krieg* (guerra total), próximo ao conceito de *totale Mobilmachung* (mobilização total) jüngeriano. Sugerimos ser este um ponto a partir do qual projetar que também a distinção que entre os dois mencionados conceitos deixa de ser realizada, entre combatentes e não-combatentes (cf. SCHMITT, 2001c, p. 153), pode ser trazida para o plano da política interna. Esta migração, e aplicação, nos possibilita compreender que a diferenciação conceitual entre *hostis* e *inimicus* levada a termo por Schmitt em 1927 deixaria de existir, terminando por ser em absoluto eliminada a já tênue diferenciação conceitual existente, na medida em que o Estado passe a empregar este seu conceito de *totale Mobilmachung* (mobilização total), conceito que encontra seu ápice na tentativa de excluir da face da terra toda a realidade política que não se coadunar com os princípios totalitários (cf. ARENDT, 1974, p. 482).

²⁴⁷³ O trecho acima comporta a seguinte livre tradução: “‘Inimigo’ é o conceito primordial na atualidade”.

²⁴⁷⁴ Malgrado este inimigo schmittiano não estivesse caracterizado por uma peculiar oposição racial antes do ano de 1933, esta mesma ausência definitiva que lhe outorga uma certa marca formal-positivista permitiria que fosse tomado precisamente neste sentido *a posteriori*.

Conforme observávamos, o conceito de homogeneidade (*homogenität*) do nosso autor requer aplicação concreta para a consagração da democracia, e esta última é afim com o conceito de Estado totalitário-ditatorial que elabora e executa a *totale Mobilmachung* (mobilização total).²⁴⁷⁵ Para tanto, contudo, o Estado operará previamente no sentido de indicar os inimigos aos quais eliminar, e uma das dimensões justificadoras desta inimizade pública seria atualizada por Hitler como sendo de ordem racial, cuja falta, por certo, lhe impediria a alcançar os fins de homogeneidade racial reclamados por seu conceito de Estado.²⁴⁷⁶ O totalitarismo hitleriano tematiza como sua a preocupação de que o Estado tivesse como missão política a realização da coesão dos elementos raciais originários dos alemães (*cf.* HITLER, 2004, p. 106).

²⁴⁷⁵ A este respeito interessa retomar a voz de Romano que, uma vez indagado sobre as possibilidades de combater o renascimento da cultura fascista, propôs que “A única forma de combater eficazmente o fortalecimento fascista é viver a democracia, mesmo com todos os seus defeitos” (ROMANO, 2011, p. 4). Em suma, Romano assume os riscos e defeitos inerentes ao processo democrático sem optar pela aventura schmittiana de estabelecer os mais altos, e inatingíveis, propósitos para os horizontes democráticos. Ao contrário, quando Romano assume as curvas de imperfectibilidade do sistema democrático, lança as mais profundas âncoras do sistema no sentido de que as instituições possam revelar-se operantes no sentido de paliar seus desvios antes do que, mesmo, desconstruir de dentro os mais caros princípios e estruturas do sistema. Para tanto, alerta Romano que “[...] qualquer apelo ao voluntarismo, à radicalização das próprias teses em detrimento da voz alheia, da redução dos que pensam diferente ao estatuto de inimigo, resultam em favor dos que consideram impossível o convívio democrático respeitoso, nos parâmetros dos direitos humanos. A única fórmula para combater o fascismo, em pensamento e atos, é viver e valorizar a democracia” (ROMANO, 2011, p. 4). Neste sentido resta bastante claro em que medida a opção schmittiana nos remete a toda uma outra dimensão do político, posto que a sua é uma aposta em um cesarismo radical.

²⁴⁷⁶ Hitler lamenta profundamente que o elemento racial que outorgava homogeneidade ao povo alemão havia sido perdido, razão pela qual havia muito o que lamentar pela falta de pureza do sangue, raça e caráter que isto implicava (*cf.* HITLER, 2004, p. 105). Esta ideia expressa, igualmente, um lamento pela perda das condições de um passado glorioso, ou seja, subjaz a ideia de um mito germânico aqui apresentado como uma época de homogeneidade racial e de sangue cuja recuperação tornava-se um imperativo. Schmitt irá apoiar em um primeiro movimento antes do ano de 1933 a realização através do Estado do conceito e homogeneidade aplicado ao político, silenciando sobre muitas ideias correntes nos círculos nacional-socialistas e conservador-revolucionários, de seu conhecimento, como esta de Hitler.

Neste sentido podemos interpretar que o conceito material de inimigo público do Estado poderia ser estendido a limites impensados, adquirindo vestimenta formalista que facilmente poderia ser preenchida consoante as necessidades do regime.²⁴⁷⁷ A este respeito interessa-nos a clarividente análise de Arendt, de que “[...] conforme a las cambiantes circunstancias, se descubren nuevos enemigos objetivos [...]” (ARENDT, 1974, p. 518)²⁴⁷⁸ e, assim, dos judeus se passariam a objetivar ações contra outros inimigos indicados na figura dos poloneses,²⁴⁷⁹ figura inimiga dos judeus que, como

²⁴⁷⁷ A defesa da eliminação do inimigo passara a ser uma leitura bastante compartilhada em diversos círculos, defensores e opositores e outros, algo próximos, como Hermann Heller, e talvez, ainda, alguns outros a quem dizia não ver como opositores, mas de quem dizia praticarem a liquidação dos adversários, a saber, os teólogos. Dentre os defensores da ideia do extermínio encontravam-se alguns discípulos de relativa proximidade a Schmitt, que não deixaram de reconhecer esta potencialidade de eliminação do inimigo. Dentre os contemporâneos, por exemplo, Kennedy menciona esta possibilidade de “[...] to kill him” (KENNEDY, 1997, p. 43). O centro do debate que aqui propomos, e que diverge de uma das tradições de discípulos schmittianos, diz respeito aos efeitos políticos concretos que o texto schmittiano possui. No que tange à crítica de Heller, Schmitt lhe oferece engenhosa resposta que não realiza um trabalho conceitual de ordem normativa, mas tão somente descritivo e, nestes limites, o que se observaria é o enfrentamento entre amigo e inimigo. Reiterava este seu argumento em prefácio a uma outra edição de sua obra *Der Begriff des Politischen*, de 1963, substancial texto assinado de março daquele ano, no qual escrevia: (a) “L’action pénale et le droit pénal ont pour point de départ non un fait, mais un méfait. Parlera-t-on pour autant d’une conception positive du méfait ou d’une primauté du crime?” (SCHMITT, 1972, p. 51). No que tange à questão teológica, encontramos em Schmitt a oferta de argumentação de que se apresentaria tão somente como jurista, e não como teólogo, motivo pelo qual, dizia, podia ser excluído do conjunto de todos aqueles que propugnassem extermínios. Este seu autodeclarado status de jurista é reafirmado em entrevista concedida em seus últimos dias: (b) “Mi sento al cento por cento giurista e niente altro. E non voglio essere altro. Io sono giurista e lo rimango [...]” (SCHMITT, 1983, p. 34). Não obstante, esta é uma argumentação que se revela de todo inconsistente. Aos trechos citados sugerimos as seguintes livres traduções: (a) “O ponto de partida do direito penal e da pena não é um fato, mas sim um malefício. Abordará uma concepção positiva do malefício ou de uma supremacia do crime”; (b) “Me sinto cem por cento jurista e nada mais. E não desejo ser outra coisa. Eu sou um jurista e permaneço [...]”.

²⁴⁷⁸ O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] conforme as mutantes circunstâncias, são descobertos novos inimigos objetivos [...]”.

²⁴⁷⁹ Esta é, com certeza, uma listagem tão infundável quanto indicadora de uma aterradora barbárie, pois de judeus e poloneses se passariam a objetivar e exterminar como inimigos também aos ciganos, ou doentes estrangeiros, homossexuais, comunistas, liberais, quaisquer estrangeiros, alemães de origem

recordava o judeu Taubes, Schmitt logo viria a reconhecer (*apud* MEIER, 2008, p. 186). O caráter aberto ou estritamente formal da definição do inimigo em Schmitt permite aproximar-nos da abordagem de Arendt, ao nos indicar que “[...] el concepto del ‘adversario objetivo’ cuya identidad cambia según las circunstancias predominantes – de forma tal que, tan pronto como es liquidada una categoría, pueda declararse la guerra a la otra [...]” (ARENDT, 1974, p. 518-519).²⁴⁸⁰ Naquelas circunstâncias e sob os preceitos teóricos de referência, como bem recorda Vallespín em sua análise de Strauss, “[...] era difícil no imaginar a los judíos en el lado de los enemigos” (VALLESPÍN, 1993a, p. 366). Esta sugerida abertura conceitual permite a Herz uma boa descrição da estrutura do político em Schmitt como sendo um “[...] code-word type reference” (HERZ, 1992, p. 308), malgrado o próprio autor destaque o antissemitismo schmittiano como um ponto de inflexão para definir materialmente o inimigo (*cf.* HERZ, 1992, p. 308-309) e que se mostra particularmente afim com a sua denodada crítica endereçada ao liberalismo, com a qual convergia o antissemitismo (*cf.* PULZER, 2003, p. 98).

Neste contexto, portanto, a elasticidade de que se vê revestido o conceito do político schmittiano é pouco representativa deste conceito quando, em verdade, do que se trata é de um puro voluntarismo em sua potência mais avançada que, por exemplo, ultrapassaria sobradas vezes a fronteira proposta, a saber, a germanidade ária, como critério de indicação do inimigo. Arendt cita como exemplo disto a lei redigida pelo próprio Hitler, que obrigava o isolamento e posterior eliminação das pessoas com afecções pulmonares ou ainda cardíacas (*cf.* ARENDT, 1974, p. 391).

estrangeira, ou simplesmente alemães com contatos com estrangeiros, etc., em uma infundável lista de possíveis, e imaginários, inimigos.

²⁴⁸⁰ O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] o conceito do ‘adversário objetivo’ cuja identidade muda segundo as circunstâncias predominantes, de forma tal que, tão logo como é liquidada um categoria, possa ser declarada a guerra a outra [...]”.

Mas, se para o nacional-socialismo, desde os primórdios da década de 20, já estavam indicados de forma muito clara em seus textos fundadores quais eram os potenciais inimigos aos quais perseguir, em Schmitt, por outro lado, notava-se uma certa hesitação durante a mesma década neste processo de identificação. Schmitt escreve no âmbito de uma República enfraquecida mas, de qualquer sorte, todavia não derrotada, escreve em contato com personagens da cena pública e, é provável, não lhe seria interessante assumir precocemente posições radicais quando ainda servia à República. Muito embora não realize um preciso movimento de identificação, talvez mais importante é que o nosso autor não descuida da referência, mesmo que genérica, e por isto insistimos que todavia mais perigosa, da possibilidade de eliminação dos inimigos. Não fazer tal referência era tão autoprotetor de sua posição e de seus interesses profissionais quanto, por outro lado, um referencial teórico de alto risco por sua capacidade de recepcionar quaisquer personagens no âmbito puramente formal de seu conceito. Converte com esta leitura a sugestão de Herz, de que o nosso autor, em seu conceito, “[...] defines the political enemy as ‘the other’, ‘the stranger’ [...]” (HERZ, 1992, p. 308),²⁴⁸¹ malgrado o problema terminológico aqui apontado por alguns e que reputamos superado.²⁴⁸² Em suma, que a definição de inimigo de Schmitt é “[...] vagueness [...]” (HERZ, 1992, p. 308).²⁴⁸³ Portanto, ao se referir apenas genericamente à

²⁴⁸¹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] define o inimigo político como ‘o outro’, ‘o estrangeiro’[...]”.

²⁴⁸² Schwab aponta para as ambiguidades que a tradução do termo *Feind* para o inglês supõe. Segundo Schwab, o termo *Feind* pode ser traduzido para o inglês tanto por *enemy* quanto por *foe*, e as diferenças linguísticas aportadas por uma ou outra opção sugerem problemas de fundo (cf. SCHWAB, 1989, p. 53-54; ver também SCHWAB, 1987, p. 194-201). Contudo, o ponto principal que parece resolver esta suposta polêmica suscitada por Schwab é que Schmitt redige seu texto em alemão, e que neste idioma não subsiste a dúvida assinalada por Schwab. No idioma materno de Schmitt as possibilidades de interpretação do termo no sentido empregado pelo autor parece-nos clara, tal e como vem sendo analisado neste capítulo XII e no capítulo precedente.

²⁴⁸³ A palavra acima pode ser traduzida como “indeterminação ou vagueza”.

possibilidade da eliminação do *outro*, Schmitt mantém abertas as portas para a espécie de políticas determinada *a posteriori* por Hitler.

Este é o momento em que o próprio Schmitt, sem necessitar realizar ruptura teórica,²⁴⁸⁴ passa a apoiar o extermínio antes mesmo de este estar no horizonte segundo os termos em que a barbárie seria perpetrada. Em suma, do que se trata é de consolidar a hipótese trabalhada por Estévez Araújo (ver ARAÚJO, 1992, 1989, 1987). A sua tese é, dentre outros, apoiada por Fijalkowski (ver FIJALKOWSKI, 1966; ARAGÓN, 1990) e, de forma similar, também por Zarka (ver ZARKA, 2007a), mas refutada por Ruiz Miguel (*cf.* RUIZ MIGUEL, 2000, p. XXI), autor que recorre aos argumentos de Bendersky (ver BENDERSKY, 1989). Ainda assim, frequentes são os recursos aos trabalhos de um dos representantes da direita francesa, Alain de Benoist (ver BENOIST, 2004),²⁴⁸⁵ que procede a uma contínua retomada de Schmitt (ver BENOIST, 2010). Estes são autores que se opõem à tese de fundo de Estévez Araújo, (ver ARAÚJO, 1992, 1989, 1987), também compartilhada por Jouanjan (ver JOUANJAN, 2010), de que Schmitt sempre foi um defensor de um regime ditatorial autoritário, sendo a sua adesão ao nacional-socialismo nada mais do que um passo amplamente lógico, dadas as premissas teóricas das quais o autor partiu (*cf.* ESTÉVEZ ARAÚJO, 1989, p. 8-9).

²⁴⁸⁴ Em seu *Der Begriff des Politischen*, em uma das primeiras observações, aponta o autor no breve prefácio da edição de 1931 que “Die vorliegende Ausgabe enthält gegenüber den eben genannten Veröffentlichungen eine Reihe neuer Formulierungen, Anmerkungen und Beispiele, aber keine Änderung und Weiterführung des Gedankenganges selbst” (SCHMITT, 1972, p. 96). Por outro lado, cabe mencionar que, em sua *Der Begriff des Politischen* (1927), como nas suas demais obras, percebemos uma continuidade conceitual que apenas as circunstâncias histórico-políticas o fazem emprestar novo formato, e, sendo o caso, colocar as bases do pensamento totalitário (1910-1932), aprofundar tal viés (1933-1936) ou alterar rumos temáticos mantendo conceitos (1937-1945) ou, ainda mesmo, retroceder moderadamente (1945-1985). O texto citado comporta a seguinte tradução: “A presente edição contém, comparada com as supramencionadas publicações, uma série de novas formulações, anotações e exemplos, mas nenhuma alteração e aprofundamento do próprio raciocínio”.

²⁴⁸⁵ Sobre a filiação direitista de Benoist, ver GRANADOS (s/d)

Bastante claros estavam os propósitos que apontavam para a convergência entre Schmitt e Hitler a respeito de a quem caberia tomar a decisão sobre o extermínio, mas também, e logo a seguir muito claramente, sobre quem seria o inimigo a exterminar.²⁴⁸⁶ Quais sejam os casos ofensivos aos interesses do Estado será o soberano, materializado na figura do *Führer*, quem os determinará, posto que ele encarna a *Volksgemeinschaft* (comunidade nacional ou popular), todo o seu querer, capaz que é de expressá-lo através

²⁴⁸⁶ Há um certo consenso entre os comentaristas no que concerne à ausência de referências diretas contra os judeus antes de 1933 e, sem pretensão exaustiva, exceções feitas a Zarka (ver ZARKA, 2007a) e Gross (ver GROSS, 2005), topicamente em Vagts (ver VAGTS, 2002). Malgrado certo dissenso, nossa leitura é de que o trabalho de Schmitt, em especial o seu conceito do político, comporta uma perigosa definição formal sobre o inimigo a quem cabe exterminar. Em seu conceito do político há conceituação formal de inimigo público (*hostis*), ou seja, que como tal admite-se todo aquele que cumpra o papel de ameaçar a existência do Estado segundo critérios definidos subjetivamente pelo soberano. Nada impediria que o judeu ocupasse este papel, sendo passível de extermínio, como tampouco quaisquer outros dos desafortunados que, objetivamente, tiveram a sua morte decretada pelo *Führer*. Compatível com tal análise encontra-se a referência de Craig (ver CRAIG, 1990; 1983). Temos em Peter Pulzer um estudo sobre o antissemitismo destacando que “[...] that there was no essential difference between the antissemitism of the pre- and postwar periods. Every argument that National Socialist orators used against the Jews has been made before 1914; the only difference was that the Nazis had the strength of their convictions and turned those arguments into a program of action. [...] All that was needed was Adolf Hitler’s demonic will to transform it into reality” (*apud* CRAIG, 1991, p. 140). O que nos parece importante ressaltar deste trecho é que o antissemitismo encontrava-se arraigado também na cultura alemã, cujo modo de vida e cultura era vilipendiado, indicado como um mal a ser extirpado, gravitando em muitos discursos políticos. Portanto, quando Schmitt leva a termo um conceito do político definido formalmente na figura de um inimigo qualquer, capaz de opor-se ao nosso modo de existência, e que mereceria o extermínio, aliado a sua defesa de governos que mediavam entre o autoritarismo e o totalitarismo, estariam assim, portanto, as portas abertas a que nada mais fosse necessário para que tivesse lugar um grande extermínio coletivo do que esta grande “demonic will” à qual se refere Pulzer (ver PULZER, 2003). Ao trecho citado sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] não havia uma essencial diferença entre o antissemitismo do período pré e pós-guerra. Todos os argumentos que os oradores do nacional-socialismo usaram contra os judeus foram concebidos antes de 1914. A única diferença foi que os nacional-socialistas tiveram a força de suas convicções para transformar estes argumentos em programa de ação. [...] Tudo o que foi necessário foi a vontade demoníaca de Adolf Hitler de transformá-lo em realidade”.

do seu “[...] espíritu [...] [de] su voluntad y verdadero origen, fuente y fundamento del Derecho” (DÍAZ, 1991, p. 79)²⁴⁸⁷ ou, como diz Arendt, uma

[...] nueva comunidad, ensayada por el movimiento nazi en la atmósfera pretotalitaria, se hallaba basada en la igualdad absoluta de todos los alemanes, una igualdad no de hecho, sino de naturaleza, y en su absoluta diferencia de todos los demás pueblos.²⁴⁸⁸ (ARENDT, 1974, p. 446).²⁴⁸⁹

Schmitt recorda o conceito de Estado presente na doutrina alemã e, especialmente, em Hegel, mas, desde logo, divergente em seus aspectos nucleares tal como a totalidade,²⁴⁹⁰ que o nosso autor logo reclamaria dever ser assumida pelo novo modelo de Estado, em substituição ao falido Estado liberal. Muito embora ressalte que o autor não diverge da relação hierárquica entre Estado e sociedade, isto não o aproxima, reconhece o autor, de sua própria concepção de Estado total (*totalen Staat*) que procederá à unificação de ambos. A este respeito nos diz Schmitt que

Die deutsche Staatslehre hielt zunächst noch (unter der Nachwirkung von Hegels staatsphilosophischen System) daran fest, daß der Staat gegenüber der Gesellschaft qualitativ verschieden und etwas Höheres sein. Ein über der Gesellschaft stehender Staat konnte universal genannt werden, aber nicht total in dem heutigen Sinne, nämlich der polemischen Negation des (gegenüber Kultur und Wirtschaft) neutralen Staates, für welchen namentlich die Wirtschaft und ihr

²⁴⁸⁷ O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] espírito [...] [de] sua vontade e verdadeira origem, fonte e fundamento do Direito”.

²⁴⁸⁸ O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] nova comunidade, ensaiada pelo movimento nacional-socialista na atmosfera pré-totalitária, encontrava-se baseada na igualdade absoluta de todos os alemães, não uma igualdade de fato, mas sim natural, considerada absolutamente diferente de todos os demais povos”.

²⁴⁸⁹ Este, contudo, foi um conceito de partida importante, mas que, como muito argutamente assinala Arendt, perdeu a sua importância com a ascensão do nacional-socialismo ao poder, quando então “[...] dio paso a un desprecio general por el pueblo alemán que los nazis habían albergado siempre [...]” (ARENDT, 1974, p. 446). Ao trecho citado sugerimos a seguinte tradução: “[...] deu passagem a um desprezo geral pelo povo alemão que os nacional-socialistas sempre haviam albergado”.

²⁴⁹⁰ Neste aspecto interpretamos, com Marcuse, que Hegel não encaixa adequadamente com os pressupostos reclamados por um Estado autoritário (cf. MARCUSE, 1968, p. 73).

Recht als etwas *eo ipso* Unpolitisches galt. (SCHMITT, 1972, p. 25).²⁴⁹¹

O Estado universal hegeliano não encontra claro ponto de conexão teórica com o Estado total apresentado por Schmitt.²⁴⁹² Um dos aspectos fundamentais desta desconexão é o movimento schmittiano de frontal enfrentamento à noção de submissão do poder ao direito realizada por Hegel. Em Schmitt a ideia é perfeitamente inversa, qual seja, a defesa da sobreposição do poder político à esfera jurídica. A suprema eticidade que caracteriza o estatal para Hegel se desentende das reflexões em torno a um poder político modelado por Schmitt no Estado total, que desconhece limitações eficazes.

Enquanto em Díaz sobrevive a defesa do Estado de Direito e, revelando a sua influência hegeliana, também a separação de Estado e sociedade e o controle do político pelo direito, em Schmitt este movimento é invertido. Encontramos no autor a defesa de que o *Führer* representa a perfeita encarnação de uma *Volksgemeinschaft* (comunidade nacional ou popular) e nesta qualidade é capaz de expressar todo o seu querer e espírito. Este ponto importa para desenvolver a defesa de nossa perspectiva, de que em Schmitt

²⁴⁹¹ Segundo uma livre tradução, sugerimos o texto que segue: “A doutrina alemã do Estado, sob influência da filosofia jurídica hegeliana, em princípio, não rejeitou a ideia de que o Estado, perante a sociedade, fosse algo de diferente ou mesmo superior a ela. Um Estado colocado em posição transcendente à da sociedade poderia ser, então, classificado como universal, mas não como total, no sentido contemporâneo [daquele momento histórico dos anos 20], ou seja, da negação polêmica do Estado neutro (perante a cultura e a economia), Estado para o qual a economia e a legislação econômica eram *eo ipso* algo de não-político”.

²⁴⁹² Para um mais minucioso exame das relações entre a filosofia política de Schmitt e a de Hegel, ver KERVÉGAN (2008; 2006), SALDANHA (1997). Ainda assim, para explorar vários aspectos levantados por Kervégan em seu trabalho, ver BEISER (2005), BOURGEOIS (1989), CRISTI (1993), ILTING (1989), MARINI (1989), MASMELA (2001), PELCZYNSKI (1989), PEPERZAK (1989), RIEDEL (1989), SIEP (1989), TAYLOR (2005). Para uma análise mais acurada do problema do Estado em Hegel, ver ROSENZWEIG (2008). Para aspectos específicos da filosofia política de Hegel, ver ROSENFELD (2003), VALCÁRCEL (1988). Para aspectos genéricos da filosofia hegeliana, é de interesse o trabalho de Amengual (ver AMENGUAL, 1989).

encontramos uma concepção do político que não apenas extrapola os limites da negociação por parte de atores políticos como, principalmente, apoia o poder totalitário-ditatorial a partir da articulação de seus conceitos da ditadura e do político.²⁴⁹³

Estrategicamente desenhada a figura do inimigo cujo conflito se revela insuperável, Schmitt centraliza o poder da comunidade em uma só figura, cujos poderes pacificadores se farão conhecer.²⁴⁹⁴ Segundo esta argumentação, não interessa a minimização de conflitos ou, no que couber, a pacificação de antagonismos. Este último é o movimento realizado por uma atenta leitora identificada com o pós-marxismo que procura compaginar os valores da democracia-liberal com as críticas schmittianas. Mouffe, cujos reconhecidos trabalhos dialogam com os valores filosófico-políticos da esquerda, em que igualmente se destacam os trabalhos de Marramao (ver MARRAMAIO, 2000, 1995, 1990).²⁴⁹⁵ Mouffe está entre os comentaristas que revelam certa identificação com o schmittianismo, mas que demonstra insuperável aporia em suas propostas, notadamente quando relativiza o político em sua essencialidade, a saber, o conflito (*cf.* MOUFFE, 1999a, p. 157).

Em movimento que visa compatibilizar o político schmittiano com a tolerância democrático-liberal, o conflito no âmbito do político não será afastado por Mouffe, mas,

²⁴⁹³ Importa destacar que a leitura do político, e também da ditadura, que vem sendo realizada na obra de Schmitt recebe uma abordagem inspirada na filosofia conservadora revolucionária. Nesta os valores e virtudes encontram-se centralizados na realização do heroísmo e na exposição da vida, o que destaca a sua oposição à preocupação burguesa com a tutela de direitos fundamentais do ser humano.

²⁴⁹⁴ Claro está que a disputa persiste nas relações de poder travadas pelos atores políticos, ainda quando a concebamos tão extensivamente a todas as áreas, do religioso ao político, passando pelo econômico e ético, conforme sugere Schmitt ao dizer que áreas até então neutras como a religião, cultura, educação e economia deixavam de sê-lo (*cf.* SCHMITT, 2002, p. 24).

²⁴⁹⁵ Não nos parece muito distante a proposta de Kalyvas que, ao criticar Dyzenhaus, McCormick e Caldwell por certa parcialidade, e ao passo em que destaca o trabalho de Cristi como algo mais ponderado e balanceado, termina por apostar em uma terceira onda hermenêutica schmittiana, nem apologética nem demonizante mas, antes, sustenta, seletiva e reconstrutiva (*cf.* KALYVAS, 1999, p. 89).

em seu movimento de relativização procura distanciar-se da tese schmittiana da eliminação. Portanto, o movimento de Schmitt em radicar o conflito no âmago do político mostra uma similaridade com a aposta hobbesiana, a saber, a compreensão do político através da reintrodução do estado de natureza como elemento parametrizador do fenômeno do político (cf. SLAGSTAD, 1997, p. 115). Conforme destaca Strauss em seu agudo comentário sobre o *Der Begriff des Politischen*, Schmitt constrói uma teoria do político que o aproxima ao *status naturalis* (cf. STRAUSS, 2008d, p. 143).²⁴⁹⁶

Este movimento termina por caracterizar o *status civilis* schmittiano como indelevelmente ligado à violência caracterizadora do estado de natureza hobbesiana. Nesta medida, o *status civilis* schmittiano revela-se portador de um potencial de violência atualizável a todo momento. Sem embargo, em Hobbes esta prática constante da violência passará a vetorializar o interesse humano em superá-la, o que se dá através da constituição da sociedade e de uma pacificadora figura do soberano. Mas bem, o argumento de Strauss é de que o movimento de Schmitt, de que o *status naturalis* persiste em seu *status civilis*, não passa de uma impressão enquanto permanência de um belicismo. Sustenta Strauss que “Esta impresión se disipa en cuanto se comprende qué significa para Schmitt retornar al estado de naturaleza” (STRAUSS, 2008d, p. 163).²⁴⁹⁷ A interpretação de Strauss é de que, em verdade, o significado que Schmitt atribui a esta “volta” ao estado de natureza (*status naturalis*) não tem o mesmo sentido hobbesiano de enfrentamento senão que, sublinha o comentarista, para Schmitt “[...] el estado de

²⁴⁹⁶ Para uma análise mais detalhada da relação entre a filosofia política de Strauss e Schmitt como leitores de Hobbes, mas também de Spinoza, ver VATTER, (2004).

²⁴⁹⁷ Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “Esta impressão se desfaz quando se compreende o que significa para Schmitt o retorno ao estado de natureza”.

natureza no significa afirmar la guerra, sino “renunciar a la seguridad del *statu quo*”. (STRAUSS, 2008d, p. 163).²⁴⁹⁸

Renunciar a esta segurança tem apenas o sentido de que a vida valorosa – e nisto há uma não declarada admissão da cultura conservadora revolucionária²⁴⁹⁹ – encontra-se fora dos limites da pacificação liberal, mas depende da realização de um ideal em que, para a leitura schmittiana realizada por Strauss, o abandono do conforto não deve, *ipso facto*, representar e ser entendido como a volta à guerra. Isto sim, tal movimento tem em vista o ingresso em uma vida nada cultural e social, ou seja, de retorno a “[...] la naturaleza intacta y no corrompida” (STRAUSS, 2008d, p. 163)²⁵⁰⁰ Entende Strauss que para Schmitt este retorno ao *status naturalis* em pleno momento de avanço ao *status civilis* representa tão somente uma retomada da “[...] fuerza de un saber íntegro [que] pueda [fazer] renacer ‘el orden de las cosas humanas’” (STRAUSS, 2008d, p. 163).²⁵⁰¹ Acaso esta leitura de straussiana se justifica no contexto mais amplo da filosofia política de Schmitt? Nossa resposta é negativa.

A interpretação de Strauss parte da ideia de que afirmação do estado de natureza em Schmitt não tem um sentido belicista, mas tão somente o de renunciar à segurança. Primeiramente, não há qualquer leitura indicativa de que o estado de natureza hobbesiano possua a leitura que sugere Strauss pudesse ser a de Schmitt, senão que a caracterização de pacífica é própria da percepção antropológica benevolente de alguns

²⁴⁹⁸ Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] o estado de natureza não significa afirmar a guerra, mas sim ‘renunciar a segurança do *status quo*’”.

²⁴⁹⁹ Para uma análise minuciosa desta cultura conservadora revolucionária, assim como de sua glorificação do herói e de seus feitos valorosos embebidos na coragem para o embate, ver o central capítulo III e, especificamente, como estas ideias se estruturam em dois dos mais significativos representantes deste movimento, Spengler e Jünger, temas, respectivamente, dos capítulos IV e V.

²⁵⁰⁰ Ao breve trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] a natureza intacta e não corrompida”.

²⁵⁰¹ Ao breve trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] força de um saber íntegro [que] possa [fazer] renascer ‘a ordem das coisas humanas’”.

contratualistas liberais, dos quais Schmitt jamais pensou aproximar-se. Em segundo lugar, para Schmitt as sérias filosofias políticas não poderiam partir senão de uma perspectiva antropológica pessimista e, precisamente neste sentido, não seria ele próprio a refletir sobre um estado de natureza em que o homem, inversamente ao que ocorre em Hobbes, estivesse marcado por um caráter pacífico.

Em terceiro lugar, a leitura de Strauss todavia sugere que a volta ao estado de natureza apenas significa um movimento que visa renunciar à segurança que o *status quo* na sociedade civil (liberal burguesa) oferece. É fato que a crítica schmittiana inspirada no conservadorismo revolucionário comporta a interpretação de que há um forte rechaço à segurança apreciada e disponibilizada pela sociedade liberal. Contudo, sugerimos dificilmente aceitável a ideia de que seja realizável o retorno ao estado de natureza conjugadamente a uma antropologia de corte hobbesiano, sem que, em paralelo, tenha lugar o triunfo de uma insegurança tão intensa que o conflito seja a única alternativa, conforme sugere Hobbes.

Nestes termos, malgrado a interpretação straussiana de que entendamos o político como um retorno ao estado de natureza destituído de violência, nossa sugestão é de que apenas a primeira parte da afirmação de Strauss pode ser aceita e que, de fato, incorre Schmitt neste retorno ao *status naturalis* quando já instituído o *status civilis*. Isto sim, não logramos convergir com a conclusão straussiana de que este movimento de retorno não se encontra, efetivamente, marcado pela violência. Ao inverso, sugerimos que a filosofia política de Schmitt comporta um continuado apoio à prática da violência.

Conforme a apresentação acima, nossa argumentação é de que a filosofia política schmittiana não indica qualquer superação deste *status naturalis*, senão a de instrumentalizar o Estado para que este se torne o grande organizador do extermínio

(*Vernichtung*). O contrato hobbesiano visa eludir a violência e as suas circunstâncias, enquanto que, por outro lado, em Schmitt se dá o movimento inverso, de entronização desta por meio de sua organização por parte do Estado²⁵⁰² mas, o que é mais, torna o humano do ser inerente ao seu conceito do político (cf. STRAUSS, 2008d, p. 150).²⁵⁰³

O movimento de radicação do político no âmbito do *status naturalis* termina por entronizar a violência, todos expostos à retórica do executar ou morrer (cf. ARENDT, 1974, p. 568),²⁵⁰⁴ enquanto que, em Mouffe, põe-se um movimento em sentido inverso,

²⁵⁰² A este respeito convém todavia recordar que, para Schmitt, os movimentos liberais correspondiam a uma estratégia pacifista que visava eliminar o elemento essencialmente político das relações humanas.

²⁵⁰³ Strauss realiza uma fina análise do político em Schmitt, quando chama a atenção de que “[...] lo político es una característica fundamental de la vida humana, en otros términos, que el hombre deja de ser hombre cuando deja de ser político, con eso también se está diciendo, fundamentalmente, que el hombre deja de ser humano cuando deja de ser político” (STRAUSS, 2008d, p. 150). Importa analisar este comentário de Strauss porque o autor conecta indissolivelmente o político à humanidade do ser. Se isto realmente puder ser assumido como uma presença conceitual em Schmitt, passo seguinte, haveremos de, em consonância com a nossa interpretação conservadora revolucionária do conceito do político que reforça o seu caráter de fomentadora da eliminação (*Vernichtung*), concluir então que, por certo, humano em Schmitt será a prática da violência última, e o movimento de distanciamento de tal prática, por seu turno, representaria uma articulação *pacifista* e liberal, em suma, um movimento *desumanizador*. Ao trecho acima, sugerimos a tradução que segue: “[...] o político é uma característica fundamental da vida humana, em outros termos, que o homem deixa de ser homem quando deixa de ser político. Com isto se está também a dizer, fundamentalmente, que o homem deixa de ser humano quando deixa de ser político”.

²⁵⁰⁴ Arendt descreve a realidade do Estado totalitário de forma similar a nossa interpretação do político schmittiano, ou seja, como um estágio que remete à reintrodução de um estado de natureza em que “[...] los habitantes de un país totalitario son arrojados y se ven cogidos en el proceso de la Naturaleza o de la Historia [...] sólo pueden ser ejecutores o víctimas de su ley. El proceso puede decidir que los que hoy eliminan a razas o a individuos, o a los miembros de las clases moribundas y de los pueblos decadentes, serán mañana los que deben ser sacrificados” (ARENDT, 1974, p. 568). Esta é uma ideia corroborada pela prática política do hitlerismo, e para tanto encontramos como cabal exemplo a *Noite das Facas Longas*, em que vários dos companheiros de jornada foram eliminados sumariamente. O próprio político schmittiano sugere a introdução da violência no âmbito do conceito do político, cuja flexibilidade permite, como também se encontra em Arendt, que os amigos de hoje sejam os eliminados (inimigos) de amanhã. Ao trecho citado sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] os habitantes de um país totalitário são arrojados e se veem capturados pelo processo da Natureza ou da História [...] apenas podem ser

que, na tentativa de compatibilizar com a tolerância liberal, haverá de distanciar-se do conceito de inimigo público (*hostis*) schmittiano.

12.3. RELENDO O POLÍTICO: POR UMA CRÍTICA A SUA DESUMANIZAÇÃO

As diversas releituras de Schmitt tiveram lugar em diferentes circunstâncias a partir de uma angulação comum que procura deslocar da centralidade a interpretação do viés totalitário da filosofia schmittiana ou, ao menos, secundarizar o papel de sua adesão ao nacional-socialismo. Uma crítica claramente composta e comprometida com o campo teórico da esquerda, Agnes Heller, por exemplo, menciona que a sua crítica ao conceito do político schmittiano tem como linha principal que a sua versão do político “[...] it acquires its philosophical thrust from exclusion. It is therefore more than radical: it is an outright tyrannical formulation of the concept of the political”. (HELLER, 1991, p. 333).²⁵⁰⁵

Dentre os seus leitores mais atentos da esquerda pós-marxista, ou autodenominada liberal, Chantal Mouffe mantém a opinião de que “[...] podemos aprender mucho de la crítica de Schmitt a la democracia parlamentaria sin vernos por ello obligados a seguirle en su rechazo de la democracia liberal” (MOUFFE, 2009b, p. 152).²⁵⁰⁶ É que, segundo Mouffe, Schmitt é útil não apenas para pensar a democracia liberal e estabelecer o melhor e mais firme ponto para desatar o ataque a ela (*cf.* MOUFFE, 1999b, p. 6), mas, precisamente, para “[...] fortalecer as suas instituições”

executores ou vítimas de sua lei. O processo pode decidir que os que hoje eliminam raças ou indivíduos, aos membros das classes moribundas e dos povos decadentes, seriam, amanhã, os que devem ser sacrificados”.

²⁵⁰⁵ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] ele adquire o seu ímpeto filosófico a partir da exclusão. Por esta razão ele é mais do que radical, esta é uma formulação indiscutivelmente tirânica do conceito do político”.

²⁵⁰⁶ O texto permite a seguinte tradução: “[...] podemos aprender muito da crítica de Schmitt à democracia parlamentar sem por isto ver-nos obrigados a segui-lo em seu rechaço da democracia liberal”.

(MOUFFE, 1999b, p. 1), tese esta que transcende o razoável ao compreendermos um Schmitt francamente comprometido com os valores do totalitarismo.

De um viés liberal como aquele que Mouffe apresenta como seu, de fato, não há censura à leitura de qualquer fonte, e tampouco esta é a nossa proposta neste trabalho doutoral, senão, e isto sim, dedicar parte da atenção a destacar a relevância do trabalho de Schmitt, em especial de seu conceito do político, para a corrosão dos valores democráticos e político-liberais. A visão de Mouffe sobre a valia da retomada do político em Schmitt pode ser somada à mais detalhada, embora não muito melhor argumentada, visão de Gottfried (ver GOTTFRIED, 1991, p. 264-165).²⁵⁰⁷ De nossa parte, nos inclinamos pela mais arguta e clarividente crítica de Attili, segundo quem os textos de Schmitt

[...] están lejos de pasar de una postura analítica y políticamente crítica a una verdadera propuesta teórica [...] sino sólo dimensiones críticas que señalan, agudamente, límites [...] pero no presenta una teoría propiamente dicha. La propuesta schmittiana resulta [...] fragmentaria y parcial, además de simplificadora y autoritaria. (ATTILI, 2003, p. 148).²⁵⁰⁸

Encontramos um trabalho que corrói a centralidade dos valores da sociedade democrática sem uma teoria positiva em seu apoio,²⁵⁰⁹ deparamo-nos com um Schmitt

²⁵⁰⁷ Também a posição de Schmitt acerca da inserção de sua obra na tradição nacional-socialista é bastante discutida. A posição de Gottfried é proclive a uma interpretação favorável a Schmitt, que teria empregado os melhores esforços para sustentar o regime weimariano, inclusive aconselhando Paul von Hindenburg a governar através do conhecido art. 48 da Constituição de Weimar (*cf.* GOTTFRIED, 1991, p. 264).

²⁵⁰⁸ O texto permite a seguinte tradução: “[...] estão longe de passar de uma postura analítica e politicamente crítica a uma verdadeira proposta teórica [...] mas sim apenas dimensões críticas que assinalam, agudamente, limites [...] mas não apresenta uma teoria propriamente dita. A proposta schmittiana resulta [...] fragmentária e parcial, ademais de simplificadora e autoritária”.

²⁵⁰⁹ A este respeito interessa a crítica de Borón e González: “[...] fica claro que o anterior não significa que o estudo de qualquer pensador relevante não constitua por si só um desafio interessante, mas daí a supor que se poderiam achar na obra de Schmitt os ingredientes para o marxismo sair de sua tantas vezes proclamada morte há uma distância insustentável. Essa é, no entanto, a postura de Chantal Mouffe, que

que não apenas estrutura uma crítica corrosiva como realiza tal trabalho a partir de argumentos afins com as mais conservadoras, radicais e totalitárias fontes, em absoluto opostas e detratoras dos valores que, alegadamente, nos dias que correm, se objetiva não só manter como aperfeiçoar, por meio do recurso à leitura do trabalho de Schmitt.²⁵¹⁰

Partindo de uma perspectiva teórica ligada à esquerda, Borón e González criticam a movimentação ideológica de Mouffe a partir da esquerda para proceder (a) à negação final da valia do marxismo e (b) à defesa da ordem liberal através da reconstrução de teorias totalitárias como a de Schmitt (cf. BORÓN; GONZÁLEZ, 2006, p. 147-148). Os autores inscrevem Mouffe em uma linha descrita como involutiva da esquerda, devido a esta sua busca argumentativo-teórica em intérpretes de remarcado pensamento totalitário, como sugerimos ser Schmitt, segundo um movimento que, por certo, uma tradição ortodoxa de esquerda não apoiaria, e disto encontramos Lukács um claro exemplo (ver LUKÁCS, 1959).

Uma filosofia política comprometida com uma *Weltanschauung* humanista e em certa medida ilustrada, sendo ela comprometida com valores de esquerda ou não, dificilmente poderia compartilhar de valores amplamente conectados com o conservadorismo revolucionário do qual propomos a leitura de Schmitt. Sob este viés, podemos ler no texto schmittiano uma aberta defesa não apenas do aprofundamento do conflito como da própria guerra, desenlace puro e natural da intensidade com que o

não só cai nesse erro como senão em um ainda muito mais grave [...]”. (BORÓN; GONZÁLEZ, 2010, p. 154).

²⁵¹⁰ Em sentido similar à crítica de Attili, está o comentário de Borón e González, todos eles diretos, quando não incisivos, em sua crítica a Mouffe, ao descrevê-la como uma “[...] antiga *partisan* de maio do 68 parisiense” (BORÓN; GONZÁLEZ, 2006, p. 148), que logo se dedicaria a assinar o ato de defunção do marxismo. Partindo deste perfil, a crítica dos autores dirige-se à direção assumida por obra posterior no que concerne à crítica schmittiana, que passa a ser de uma recepção voltada à reconstrução do liberalismo antes do que a enfrentá-lo em suas contradições, conforme a proposta crítica de Borón e González.

embate entre amigo-inimigo tem lugar, malgrado os desvios que um regime totalitário-ditatorial pode impor a tal polarização.²⁵¹¹

A elevação da tensão existencial primordial existente entre estes dois grupos não será precisamente mediada pela figura do Estado senão que por ele resolvida ao identificar quem são os inimigos públicos. Não poderia ser menos intenso o enfrentamento com o *outro* quando nem a face do Deus e do corpo dos judeus era compatível com a tradição europeia religiosa católica europeia ou com a fisicidade de seu povo (*cf.* ROSENBERG, 1971, p. 131). Em suma, havia uma oposição existencial nesta relação do europeu católico com o judaísmo, do arianismo germano que havia sido envenenado pelo judaísmo (*cf.* ROSENBERG, 1971, p. 131-132), texto no qual Rosenberg apenas materializa o discurso sobre o inimigo formalizado por Schmitt.

Contradita esta interpretação a defesa de Schmitt, de que “Der Krieg ist durchaus nicht Ziel und Zweck oder gar Inhalt der Politik, wohl aber ist er die als reale Möglichkeit immer vorhandene Voraussetzung [...]” (SCHMITT, 2002, p. 60).²⁵¹² Trata-se aqui de uma possibilidade que não apenas compõe como também define o que seja a vida, pois, como dissera Spengler, “[...] a vida é guerra” (SPENGLER, 1941, p. 198). Considerando que o enfrentamento se dá na esfera pública com um inimigo que a afronta, e não em uma dimensão privada entre indivíduos que se mantêm nesta esfera, ao Estado caberá designar a figura do inimigo público, a quem não apenas combater,

²⁵¹¹ Tomando como referencial teórico a polarização schmittiana do político, podemos perceber que os regimes totalitário-ditatoriais transitam com facilidade do conceito do amigo ao de inimigo. Os componentes do grupo dos “amigos” podem, conveniências consideradas, ser colocados de imediato entre aqueles que devem ser arrolados como inimigos. Prova concreta desta prática de extermínio de aliados e, em algum caso, partidários bastante próximos, pode ser encontrada tanto no totalitarismo de Hitler – assassinatos em massa promovidos na tristemente célebre *Noite das Facas Longas*, que tiveram a Rohm como um dos alvos diretos – quanto em Stálin e suas purgas de membros do partido até então aliados.

²⁵¹² O texto acima permite a seguinte livre tradução: “A guerra não é, absolutamente, fim e objetivo, sequer conteúdo da política, porém é a condição sempre presente como possibilidade real”.

mas também eliminar,²⁵¹³ posto que antes que tolerar, o inimigo (público) “[...] tem que ser exterminado fisicamente” (DYMETMAN, 2002, p. 131).²⁵¹⁴ Conforme adequada referência fazem Borón e González, estamos aqui perante um contexto teórico sobre o qual pairam definições marcadas por um real absolutismo em matéria política (cf. BORÓN; GONZÁLEZ, 2006, p. 159).

Mas se em Borón e González parece claro que o absolutismo apresenta suas credenciais em Schmitt, não menos parece ser a realidade dos argumentos totalitários em diversos outros setores. Uma genuína face do totalitarismo encontra sua forma de expressão em vários textos da década de 20, dos quais o hitleriano é um dos exemplos concretos, ao referir-se que “[...] el hombre había aprendido a poner al servicio de su lucha por la existencia, otros elementos y hasta seres vivos [...]” (HITLER, 2004, p. 121).²⁵¹⁵ Schmitt não percorre solitariamente a busca pela consolidação do discurso de

²⁵¹³ Por trás desta determinação schmittiana da possibilidade do extermínio, podemos perscrutar a proximidade com o texto hitleriano em que legitima o poder a conceder-se à ideia transformadora do mundo, que deve também outorgar ao seu detentor os meios necessários – e nisto podemos deduzir que serão legitimados quaisquer meios que se apresentem instrumentalmente adequados para o alcance dos fins postos pelo Estado – para que o seu projeto tenha curso (cf. HITLER, 2007, p. 36).

²⁵¹⁴ É interessante retomar uma leitura de Balakrishnan que nos parece apresentar alguns problemas. Sugere o autor que Schmitt concebe o direito de dispor da vida de outros homens *apenas* quando a nossa mesma esteja em risco (cf. BALAKRISHNAN, 2001, p. 27). Nossa divergência de fundo com o autor está em quando diz ser esta a mensagem implícita de Schmitt ao sustentar que a decisão que distingue o amigo do inimigo não pode estar matizada por critérios morais ou, ainda mesmo, utilitários (cf. SCHMITT, 1972, p. 27). Afirmar que a decisão sobre a qualificação como amigo ou inimigo não se pode dar segundo critérios morais ou utilitários significa, talvez, bem menos e mais obviamente, que determinar aqueles que nos desafiam e divergem, talvez colocando em risco nossos projetos vitais. Tal qualificação deve-se a motivos concretos de prejuízos para tais projetos e interesses, muito menos do que a debates e enfrentamentos de ordem moral ou existencial, mesmo porque, como afirma o nosso autor, o inimigo pode ser o *outro*, tão distinto e diferente que, por desconhecido, não temos sequer aproximadamente ideia de suas concepções morais. Não obstante, subsiste para Schmitt o direito de proceder a declarar-lhes como inimigos.

²⁵¹⁵ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] o homem tinha aprendido a colocar a outros elementos e até mesmo seres vivos a serviço de sua luta pela existência [...]”.

que a instrumentalização do ser humano poderia ser realizada. Encontrava-se em curso um movimento inversor da ética kantiana, e dele aproxima-se Schmitt, apoiador da “possibilidade” da eliminação do *outro*, para quem, ao contrário de Canetti, o matar não representa nada contrário à essência humana, ou seja, não compartilha com o escritor que

[...] a forma mais baixa do sobreviver é o *matar*. Assim como o homem mata o animal de que se alimenta. Assim como este jaz indefeso diante dele [...] assim também ele quer matar o ser humano que lhe atravesse o caminho, que o enfrente e que, ereto, se apresente como seu inimigo. (CANETTI, 1995, p. 227).

Aqui encontramos uma potente textura literária que nos informa da ilimitação do homem em sua sanha assassina, desconhecedora dos limites da dignidade do *outro* tanto quanto de uma de suas mais potentes armas para evitar este pantanoso terreno conducente à barbárie, qual seja, a política. Quando Schmitt realiza o movimento de colonizar o político com a possibilidade da morte, atribuindo ao soberano ilimitado o poder de indicar quem deva suportá-la, de fato, estamos diante da sistematização e da justificação daquilo que Canetti denomina de a mais baixa forma de sobreviver perante o seu inimigo, matando-o como a um animal, e sem defesa.²⁵¹⁶ São abertos espaços para a ocorrência do que Arendt descreve como “[...] destrucción absolutamente fría y

²⁵¹⁶ Para uma aproximação ao pensamento canettiano em conexão com Schmitt e o conservadorismo de Donoso Cortés, bem como com a dimensão católica que lhes interliga, encontramos boa leitura em Romano. Segundo este, embora Canetti ressalte o repúdio desta religião católica à condução política por meio da violência, encontramos com uma realidade de acachapante dominação do catolicismo sobre os fiéis (*cf.* ROMANO, 2001*ii*, 8m06s-9m58s), sujeitos que recebem a verdade revelada de modo direto sem mais individuação possível, posto que o mecanismo da fé subtrai ao homem a possibilidade de anteposição ao Ser supremo. Neste sentido, ressalta Romano, há entre os fiéis uma relação hierárquica e de isolamento (*cf.* ROMANO, 2001*iii*, 0m03s-1m22s), apenas mantendo uma ligação direta com o poder que lhes submete, terrenal ou espiritualmente.

sistemática de los cuerpos humanos, calculada para destruir la dignidad humana. La muerte se evitaba o se posponía indefinidamente”. (ARENDT, 1974, p. 551).²⁵¹⁷

Esta dimensão mortal da vida encontra na literatura conservadora revolucionária de Jünger, tão próxima de Schmitt, um forte apoio em seu pronunciado caráter antidemocrático. De um ponto de vista em que a vida adquire um valor menor, Jünger se permite afirmar que “[...] de igual manera que toda vida alumbra ya también, al nacer, el germen de su muerte, así la salida a escena de las grandes masas implica una democracia de la muerte” (JÜNGER, 1995c, p. 100).²⁵¹⁸ Convém recordar que, conforme foi destacado nos capítulos anteriores, a convergência conceitual apontada por Schmitt entre democracia e ditadura evidencia um potencial abusivo destrutor da vida humana, capaz de confirmar a tese jüngeriana da democracia da morte.

Prostrado o homem, em sua força o soberano elimina aos seus desafetos sob o pretexto da pública inimizade, mas que, na insensata ilimitação do poder absoluto, vê-se transformada a eliminação do inimigo público (*hostis*) através da determinação pelo Estado na mera indicação do indesejável, em suma, que o vilipêndio totalitário reputa “[...] el inocente y el culpable son igualmente indeseables” (ARENDT, 1974, p. 528)²⁵¹⁹, que “[...] o estatalismo de Schmitt culmina em uma concepção religiosa [...] em uma cruel e sanguinária deidade cuja fúria somente se aplaca ofertando a vida dos inocentes” (BORÓN; GONZÁLEZ, 2006, p. 164), a qual, por certo, para os regimes totalitários, nada mais é do que mera superfluidade (*cf.* ARENDT, 1974, p. 534).

²⁵¹⁷ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] destruição absolutamente fria e sistemática dos corpos humanos, calculada para destruir a dignidade humana. A morte era evitada ou indefinidamente postergada [...]”.

²⁵¹⁸ O texto acima comporta a seguinte tradução: “[...] de igual modo que toda vida dá à luz já ao nascer o germe de sua morte, assim a entrada em cena das grandes massas implica uma democracia da morte”.

²⁵¹⁹ O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] o inocente e o culpado são igualmente indesejáveis”.

A eliminação do *outro* no âmbito público adquire o sentido de (*per*)seguir uma específica existência, de fazer desaparecer o *outro* em um vazio, a um *não-mais-aí*, de bárbara configuração. Contudo, assinalava Canetti, o morto não deveria desaparecer por completo para que a sensação de triunfo pudesse se materializar (*cf.* CANETTI, 1995, p. 227). Isto nos recorda à Antígona, de Sófocles, situação em que a brutalidade deveria perpetuar-se ante o olhar humano para que o impacto da barbárie pudesse calar ainda mais fundo. Contemporaneamente, contudo, a satisfação nacional-socialista com o processo de eliminação (*Vernichtung*) do *outro* era adensada e adentrava também no impensado terreno da eliminação dos vestígios daquela existência: já não bastaria tripudiar sobre o corpo físico, mas também a memória haveria de ser alcançada e desonrada, se procura exterminar bem mais do que a fisicidade.²⁵²⁰ A satisfação totalitária em seu processo de extermínio haveria de ser completo, tanto física quanto historicamente,²⁵²¹ e os instrumentos para tanto, câmaras de gás à frente,²⁵²² foram mostra desta tentativa de dissolução do homem em seu tempo, espaço, cultura e honra.

²⁵²⁰ Especificamente a este respeito nos indica Arendt que “El asesino deja un cadáver tras de sí y no pretende que su víctima no haya existido nunca; si borra todos los rastros son los de su propia identidad, y no los del recuerdo y del dolor de las personas que amaban a la víctima; destruye una vida, pero no destruye el hecho mismo de la existencia” (ARENDR, 1974, p. 538). Arendt assinala aqui para que o assassino encontra certos limites aos quais não terá incômodo em não ultrapassar. Sem embargo, o móvel do totalitarismo é mais grave e profundo. Não obstante o limite imposto pelo real, o totalitarismo opera em uma dimensão que visa transcender as possibilidades oferecidas pelo mundo empírico e, segundo este seu movimento, tinha lugar uma tentativa de exterminar o indivíduo além de sua própria fisicidade, mas lhe atingir a nervura do existencial. Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “O assassino deixa um cadáver atrás de si e não pretende que a sua vítima não tenha existido. Se apaga todos os rastros, são os de sua identidade, e não os de sua recordação e da dor das pessoas que amavam a vítima. Destrói uma vida, mas não destrói o fato mesmo da existência”.

²⁵²¹ Neste sentido as referências implicam a desconstituição histórica de um povo, com as campanhas de propaganda e de destruição física de sua memória cultural e religiosa.

²⁵²² Neste sentido convém retomar o argumento belicista de Ernst Jünger do qual nos ocupamos mais detalhadamente no capítulo V desta tese doutoral. Naquele momento destacamos como Jünger se antecipa a uma das armas mais brutais que viria a ser empregada pelo III Reich, o gás. Jünger antecipa esta arma

Os inimigos a quem deveria ser reservado tal nefasto destino não foram expressamente indicados por Schmitt. Tanto quanto pior a alternativa na medida em que a imprecisão haveria de permitir englobar todo e qualquer nos limites do potencial inimigo ao qual enfrentar.²⁵²³ Na medida em que atos de insubordinação possam ter lugar contra os desígnios do soberano, a estrutura cesarista antirrepublicana de Schmitt não hesita em apoiar o direito do Estado em indicá-lo como inimigo para, passo seguinte, realizar as consequências desta suposta inimizade, procedendo ao extermínio de opositores reputados como defensores de ideologias contrárias aos princípios totalitários que, por conseguinte, arrogam-se o direito de, como diz Arendt, “[...] destruir cada rastro de lo que nosotros denominamos corrientemente dignidad humana”. (ARENDT, 1974, p. 536).²⁵²⁴

O cesarismo que aparece em Schmitt já havia sido caracterizado por Spengler como despreocupado em convencer mas, antes, em puramente vencer, e isto, claro estava, não o faria senão através do instrumento mais eficaz e célere, a saber, as armas (cf. SPENGLER, 1941, p. 164). Em suma, trata-se de que em sua forma perfeita o cesarismo apareceria como “[...] uma ditadura, mas não a ditadura de um partido, mas aquela de um único homem contra todos os partidos, principalmente contra o próprio” (SPENGLER, 1941, p. 165), situação que encontra paralelo na descrição dos poderes que Schmitt haveria de defender em sua interpretação extensiva do célebre art. 48 da

como um dos recursos técnicos para produzir a morte, instrumento que se revelava mais abrangente, posto que capaz de matar ali onde projéteis não alcançavam (ver JÜNGER, 1995d, p. 134-135).

²⁵²³ Do ponto de vista histórico, Schmitt havia encontrado certa referência próxima, por exemplo, na Revolução Francesa, processo no qual Danton e Hébert eram havidos como inimigos políticos. Ultrarrevolucionário francês do período, Jacques Hébert (1757) foi executado a mando dos revolucionários franceses em Paris, em 1794. Desfrutando de tal qualidade veriam os seus atos serem reputados como de rebeldia ímpar, contrários à figura do “[...] soberano único y supremo” (SCHMITT, 2000, p. 118). O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] soberano único e supremo”.

²⁵²⁴ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] destruir cada rastro do que denominamos correntemente dignidade humana”.

Constituição de Weimar. Em Schmitt, por suposto, esta é uma ideia que pode ser recepcionada pela sua definição da figura do soberano, aquele definido como quem decide: “Souverän ist, wer über den Ausnahmezustand entscheidet”. (SCHMITT, 2009g, p. 13).²⁵²⁵

Entendida a soberania neste sentido e realizado o movimento de compatibilização com o totalitarismo-ditatorial e com um conceito do político em que o *outro* pode ser extirpado com o auxílio do Estado totalitário do horizonte dos obstáculos à realização de seus projetos absolutamente controladores do poder,²⁵²⁶ neste momento nos deparamos com a exposição da nervura concreta de um poder capaz de encontrar justificação para a eliminação de vidas. Em outro contexto nos descreve Arendt que a triste realidade do totalitarismo é precisamente esta, de que “[...] el sistema totalitario está inmunizado contra tales consecuencias normales; su ingeniosidad descansa precisamente en la eliminación de esa realidad [...]” (ARENDT, 1974, p. 472).²⁵²⁷ Dentro de tal roteiro, os enfrentamentos políticos corriqueiros da vida não podem encontrar alocação adequada, excluída que resta a divergência e, em suma, a própria possibilidade do político, ao qual acusa o Estado liberal de obstaculizar importantes setores da crítica contemporânea a partir dos pressupostos schmittianos.

²⁵²⁵ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “Soberano é quem decide sobre o Estado de exceção”.

²⁵²⁶ A este respeito interessa a observação de Arendt, no sentido de que os regimes totalitários “[...] no es un Gobierno en ningún sentido tradicional, sino un *movimiento*, cuyo avance tropieza constantemente con nuevos obstáculos que tienen que ser eliminados” (ARENDT, 1974, p. 519). Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] não é um Governo em qualquer sentido tradicional, mas um movimento cujo avanço constantemente enfrenta-se com novos obstáculos que têm de ser eliminados”. Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] não é um Governo em nenhum sentido tradicional, mas sim um *movimiento*, cujo avanço tropeça, constantemente, em novos obstáculos que tem de ser eliminados”.

²⁵²⁷ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] o sistema totalitário está imunizado contra tais consequências normais, pois sua engenhosidade repousa precisamente na eliminação desta realidade [...]”.

Este processo pode ser perfeitamente realizado em Schmitt dentro dos estritos limites do campo do político, pois o cesarismo, como dissera Spengler em seu conservadorismo revolucionário, precisa eliminar “[...] qualquer gênero de partido” (SPENGLER, 1941, p. 164). Isto pode ser interpretado apenas como um passo seguinte a um tema prévio, qual seja, a eliminação do *outro*, a figura do militante partidário e divergente, quer através de sua intervenção positiva no mundo ou por suas próprias, e imutáveis, porque naturais, características pessoais.

Partindo de uma leitura conservadora revolucionária conforme proposta desde os primeiros capítulos desta tese doutoral, a eliminação do inimigo no conceito do político schmittiano mostrou-se precocemente aliada às políticas da barbárie. A realização empírica do terror sob o regime hitleriano remete a uma crua e indefectível verdade para a qual nos aponta a literatura canettiana, a saber, que “[...] ridículo é o triunfo se o inimigo entregou-se sem verdadeiramente lutar [...]. Mas glorioso se o inimigo defendeu-se valentemente [...]” (CANETTI, 1995, p. 231). Neste aspecto, portanto, e contrariando a tradição conservadora revolucionária que mitificava a glória do virtuoso e corajoso homem germano, tinha lugar a pura eliminação do inimigo político, subjugado e sem defesa, momento de realização inglória e anti-heroica das políticas reclamadas pela geração literária de 1914.

Esta intervenção concreta no mundo, denegatória da essencialidade física do *outro*, aporta graves problemas para a leitura filosófica da teoria schmittiana. Ao considerarmos que o político encontra uma de suas chaves conceituais na referência à real possibilidade do agrupamento amigo-inimigo (*Freund-Feind*) e da posterior eliminação destes últimos, sugerimos encontrar aqui nada mais do que a ideia de negação do *outro* (*seinsmäßiger*) com vistas a proceder à concentração de poderes

políticos entre aqueles que possam considerar-se entre si como iguais.²⁵²⁸ Contudo, esta igualdade posta como horizonte da política homogeneizante não tarda em apresentar a sua contradição filosófica e, para tanto, por exemplo, interessa o referencial teórico de Balakrishnan, ao traçar paralelo entre os conceitos de amigo-inimigo em Schmitt e o conceito de reconhecimento em Hegel. Tal ideia é reafirmada por Arendt (*cf.* ARENDT, 1974, p. 556) como imprescindível na relação *eu-tu*, *nós-eles*, polarizações cujos atores demandam a alteridade como condição para a afirmação de sua própria identidade.

A leitura da relação polarizada do político em Schmitt pela remissão à dialética hegeliana confirma-se desde dois pólos enfrentados e irreduzíveis, a saber, o *eu* e o *outro*. Neste sentido, como admite Mouffe, intervém o conceito de democracia que reclama a possibilidade de diferenciar entre quem pertence ao *demos* e quem efetivamente dele se distancia (*cf.* MOUFFE, 1997c, p. 56) ou, ainda, quem é membro deste *locus* e quem lhe é estranho, potencialmente inimigo. Uma tal abordagem peca por sugerir que o inimigo possa ser circunscrito segundo limites geográficos externos às fronteiras internas do Estado em que triunfa a unidade. Em sentido similar, de procurar em Schmitt uma fronteira para a prática da violência segundo uma determinação territorial, encontramos o trabalho de Gabriella Slomp. A autora procura retomar a leitura da violência em Schmitt a partir de Hobbes e, ao fazê-lo, conclui que “Schmitt [...] he wanted to push enmity outside the borders of the state [...]” (SLOMP, 2009, p. 38).²⁵²⁹ Sem embargo, algo mais promissora parece-nos a interpretação de Bercovici, ao apontar que a diferença entre ambos tem lugar em que, para Hobbes, a pacificação

²⁵²⁸ Interessa sublinhar que, naquela que poderíamos denominar como uma segunda etapa do pensamento schmittiano, que tem lugar a partir do ano do final da guerra, o autor se ocupa de toda uma nova abordagem do conceito amigo-inimigo, que agora procuraria localizar no âmbito do Direito Internacional Público. Para maior detalhamento deste tema, embora não seja um texto seminal, ver SCHMITT, (1963).

²⁵²⁹ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Schmitt [...] ele quis empurrar os seus inimigos para fora das fronteiras do Estado [...]”.

interna, e consequente unificação (segundo a terminologia schmittiana), tem lugar quando é realizado o contrato social, enquanto para Schmitt esta pacificação unitarizante é realizada por meio da ação do soberano (*cf.* BERCOVICI, 2004, p. 73-74).

Este movimento interpretativo ao qual nos aproximamos pode encontrar sua justificação na leitura filosófico-política e jurídico-constitucional donosiana. Segundo o conservador espanhol, o supremo risco permite, nada menos, do que a implementação da “[...] dictadura con todo su terrífico aparato [...]” (DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 635).²⁵³⁰ Será este aparato de força quem servirá para a suposta imposição da pacificação e, no caso schmittiano, da unitarização política. Donoso aposta que uma tal força pode estar em mãos de um governo cujos instrumentos são capazes de manifestar força “[...] dispensadora [...] de la muerte o de la vida” (DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 635),²⁵³¹ situação na qual pode o Governo aplicar “[...] dentro de sus muros esa terrible dictadura, sin que pueda salvar nunca ese sagrado recinto que la limita y la contiene, trazando a su derredor un círculo inflexible”. (DONOSO CORTÉS, 1946a, p. 635).²⁵³²

A ação soberana à qual se referem tanto Slomp quanto Bercovici permite-nos retomar a leitura realizada por Donoso Cortés. Em particular, a interpretação schmittiana a partir de uma angulação que nos aproxima a sugestão de Slomp, segundo a qual Schmitt deseja expulsar os inimigos do Estado, pode ser pensada desde este uso da força proposto por Donoso nos trechos citados logo no parágrafo anterior. Sem embargo, esta proximidade hermenêutica mostra-se relativa, na medida em que a autora não engloba em sua análise um aspecto que emerge como relevante, qual seja, a referência donosiana, com a qual não dialoga, no sentido de que o Estado poderá aplicar

²⁵³⁰ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] ditadura com todo o seu terrível aparato [...]”

²⁵³¹ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] concessora [...] da morte e da vida”.

²⁵³² Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] dentro de seus muros esta terrível ditadura, sem que nunca possa salvar este sagrado recinto que a limita e contém, traçando ao seu redor um círculo inflexível”.

a ditadura em suas manifestações mais terríveis dentro de seu território, ou seja, na gramática conceitual schmittiana, contra os seus inimigos internos, e não apenas externos no modelo da guerra tradicional, algo para o que Heidegger chamara a atenção em seu curso de inverno de 1933-1934 (cf. FAYE, 2010, p. 131).

A abordagem sugerida por Slomp e de certa forma presente em Mouffe parecem nos consistir em uma estratégia que, ao deslocar o inimigo para fora dos limites territoriais do Estado, supostamente desacredita a teorização em torno da autorização teórico-política para a identificação de inimigos políticos internos por parte do Estado e, momento seguinte, a sua eliminação (*Vernichtung*). A rigor, especificamente em Schmitt, sugerimos ser inviável uma abordagem que lance mão do critério geográfico para determinação do inimigo. Entendemos que em Schmitt a radicalização do político não encontra possibilidade de limitação por fronteiras no espaço, senão que, precisamente, atinge potencialmente todas as dimensões, desde temas em que predomine o fator étnico, econômico ou político. É fato que a inimizade não reconhece e nem se detém perante tal sorte de limitação, mas, e isto nos parece relevante, o inimigo pode ser localizado também dentro das próprias fronteiras do Estado.²⁵³³

A relação dialética que se pode dar em Schmitt em seu conceito do político não será a da superação rumo à síntese mas, antes, da exclusão (do *outro*) rumo a um movimento de consolidação entre os iguais (*amigos*). Nesta dimensão esvai-se um conceito político entendido como público desde Arendt, ou seja, de que necessita ele ser habitado por um conjunto de indivíduos que possam “[...] ser visto[s] e ouvido[s] por

²⁵³³ Sobre a determinação do inimigo nos diria Balakrishnan que “[...] la oposición entre amigos y enemigos no puede superponerse totalmente a la anterior, por la obvia razón de que incluso si el otro puede ser un enemigo, uno no puede referirse a si mismo como ‘amigo’” (BALAKRISHNAN, 2001, p. 33). Para o trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] a oposição entre amigos e inimigos não pode sobrepor-se totalmente à anterior, por óbvia razão de que inclusive se o outro pode ser um inimigo, alguém não pode referir-se a si mesmo como ‘amigo’”.

outros é importante pelo fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes. É este o significado da vida pública [...]” (ARENDT, 1997, p. 67). Isto, sem embargo, pressupõe a aceitação da pluralidade como um valor no âmbito público tanto quanto no privado, ideia com a qual, em absoluto, qualquer das versões conhecidas do totalitarismo pode compartilhar.

O cenário político schmittiano que se distancia da concepção do público em Arendt é resultante da exclusão da aplicação da dialética hegeliana e expõe a unitarização do político na figura de um eu expandido em seus iguais, transformado em um nós cuja formação lógica mostra-se prejudicada quando o mundo se mostre desabitado de um *outro* que conceda sentido e conteúdo ao próprio conceito de um *eu coletivo* (*nós*). O *nós* (*eu / amigo*) sem o *eles* (*inimigos*) resulta inviabilizado no plano concreto, mas também logicamente, embora não no plano da concepção teórica cuja inspiração bárbara inspirou a tentativa de realização concreta do inviável.

A respeito desta relação de negação do *outro* (*seinsmäßiger*) uma aproximação promissora é realizada por Dyrberg. A interpretação do autor é de que o conceito de amigo-inimigo (*Freund-Feind*) opera em Schmitt como parte da abrangente estratégia reacionária do nosso autor com o escopo de monopolizar o poder político (*cf.* DYRBERG, 2009, p. 653), mas, talvez ainda mais, participa, e explica, a própria *Weltanschauung* de Schmitt. Uma outra referência para um melhor dimensionamento da impactação política de sua cosmovisão advém da reflexão sobre o trecho final de *Der Begriff des Politischen*, em que nos diz que o momento em que “Geist kämpft gegen Geist, Leben gegen Leben”. (SCHMITT, 2002, p. 95).²⁵³⁴

Schmitt aprofunda o discurso do embate e o torna uma experiência de vida e de morte, cristaliza o auge do político na possibilidade do extermínio do dissonante

²⁵³⁴ A livre tradução sugerida é: “[...] espírito luta contra espírito, vida contra vida”.

resistente. Neste sentido, outro dos destacados membros do conservadorismo reacionário alemão do período, Ernst Krieck, apontaria que “[...] já não vivemos na época da educação (*Bildung*) e da cultura (*Kultur*), da humanidade e do espírito puro [...]” (*apud* MARCUSE, 1997, p. 69-70). Esta ausência e carência de um espírito puro conectava com o avanço de uma outra cultura, totalitária, percebida por Krieck ao mencionar que aqueles eram dias em que se vivia “[...] sob a necessidade da luta, da constituição política da realidade, do militarismo, da disciplina do povo, da honra do povo e do futuro” (*apud* MARCUSE, 1997, p. 69-70).²⁵³⁵ Esta ideia de Marcuse encontra-se em posição similar à de Krieck, segundo a qual “[...] a tarefa da vida e a necessidade da vida que se exigem dos homens desta época não constituem uma posição idealista, mas uma posição heroica” (*apud* MARCUSE, 1997, p. 69-70), ou seja, e de forma convergente com o trecho em que Schmitt nos diz: *Geist kämpft gegen Geist, Leben gegen Leben*”. (SCHMITT, 2002, p. 95).²⁵³⁶

Esta leitura hipervalorativa do enfrentamento encontra sua ambiência estética e política no conservadorismo revolucionário do período, assim como em toda a tradição da direita mais reacionária e nacionalista do período. Neste aspecto, Schmitt faz convergir seu pensamento com uma tradição profundamente anti-ilustrada, que desconhece o político enquanto tarefa dialógica, e a este respeito, por exemplo, Galli sinteticamente nos expõe que “Il cuore del pensiero di Schmitt sta nella convinzione che la politica non è ‘facile’, che l’ordine non si forma attraverso mediazioni discorsive (il

²⁵³⁵ A referência marcuseana a esta época, de uma triste composição que honra o bélico em detrimento do humano e que, ao passo, desconstitui o ético e emancipa a estética do terror, suscita a consagração dos ideais do conservadorismo reacionário representado por homens como Krieck. Isto é algo que resta bastante evidente através do viés conservador tão presente em Schmitt, como propositos de um conceito do político que recorre à violência (*Gewalt*) como fundamento resolutivo último do conflito.

²⁵³⁶ A livre tradução sugerida é: “[...] espírito luta contra espírito, vida contra vida”.

logos) [...]” (GALLI, 1996, p. XI).²⁵³⁷ Inversamente, Schmitt toma como suas as fichas do embate vital, ou seja, “Leben gegen Leben”,²⁵³⁸ construção de um autor que também, leitor de Sorel, reclama para si as concepções guerreiras e heroicas “[...] ligadas al combate y a la batalla” (SCHMITT, 2010b, p. 146),²⁵³⁹ atribuindo a ambas a qualidade de “[...] grandes impulsos de toda vida intensa” (SCHMITT, 2010b, p. 146). Este é desenho de um marco teórico adequado para o qual Arendt, ao referir-se ao totalitarismo, reservaria a qualificação como autêntica “destrucción sin mitigación”. (ARENDT, 1974, p. 410).²⁵⁴⁰

O que temos aqui é uma abertura ao risco segundo a ausência de limites, movimento alheio à racionalidade da comissão da usurpação e da tirania no âmbito do político, senão o contrário, que investe positivamente no deslocamento da reflexão sobre o político do terreno da racionalidade ao da mitologia política (*cf.* ZARKA, 2010, p. 9). Neste sentido, diz Galli, nos deparamos com que [...] e attraverso l’apertura al rischio non razionale che le pertiene, attraverso l’accesso all’Estremo – all’eccezione e all’Idea assente [...]” (GALLI, 1996, p. XI),²⁵⁴¹ e apenas nestas circunstâncias é que poderemos prevenir um “[...] consapevole che l’agire político deve essere capace tanto di creare forma [...]” (GALLI, 1996, p. XI).²⁵⁴² Schmitt está ciente de que o agir ativo pode criar tanto a forma como o próprio conteúdo do poder político, mas não lhe interessa nada fomentar tal opção, senão, isto sim, os vetores capazes de maximizar a

²⁵³⁷ Sugerimos a seguinte livre tradução para o trecho acima: “O núcleo do pensamento de Schmitt está na convicção de que a política não é ‘fácil’, que a ordem não se forma através da mediação discursiva (o *logos*) [...]”.

²⁵³⁸ A livre tradução sugerida é: “[...] vida contra vida”.

²⁵³⁹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] ligadas ao combate e à batalha [...]”.

²⁵⁴⁰ Segundo uma livre tradução, indicamos o seguinte texto: “[...] destruição sem mitigação”.

²⁵⁴¹ Segundo uma livre tradução, indicamos o seguinte texto: “[...] e através da abertura ao risco não racional que lhe pertence, através do acesso ao extremo – à exceção e à ideia distante [...]”.

²⁵⁴² Segundo uma livre tradução, indicamos o seguinte texto: “[...] consciente de que o agir político deve ser capaz de criar a forma”.

forma monolítica do poder já estabelecido no conceito de soberano ditador e, ainda sob a República de Weimar, nos estendidos poderes do Presidente do Reich.

O conceito do político capaz de convergir com esta interpretação do poder do Estado não poderia manter qualquer grau de contato com teorias modernas da democracia discursiva como a de Habermas, autor que, por certo, não hesitaria em endereçar ácidas críticas ao filósofo de Plettenberg.²⁵⁴³ A possível mediação discursiva do político através do *logos* não poderia encontrar qualquer receptividade ainda nas teorias liberais disponíveis à sua época. Schmitt descrê desde sempre na potencialidade mediadora do diálogo, no mecanismo que recebe a aposta de Benjamin como sendo a verdadeira esfera do entendimento, a saber, a linguagem (*cf.* BENJAMIN, 2009, p. 48). Ao inverso, acredita firmemente Schmitt na constituição de um conceito do político capaz de empregar soluções definitivas quando no horizonte houver uma eventualidade séria em que o inimigo será apresentado²⁵⁴⁴, o que mais não passa do que a própria determinação da essência do político para Schmitt.

A eventualidade de enfrentamento é dimensão que não encontra espaço em teorias discursivas ou, antes delas, às formulações clássicas do liberalismo às quais Schmitt diretamente responde. Nestas formulações remanesce um viés não-político (*unpolitisch*) por excelência, que, ao apresentar-se como liberal, Schmitt procurará enfrentar. A atribuição de um caráter neutro ao Estado perante outras dimensões da vida é entendida como manifestação de uma antipolítica (*unpolitisch*) de corte tipicamente liberal. Esta é crítica que os novos intérpretes de Schmitt irão reendereçar às modernas

²⁵⁴³ No capítulo anterior fizemos breve referência à crítica de Habermas a Schmitt e, logo, os termos em que alguns dos teóricos que procuram, contemporaneamente, proceder à retomada de Schmitt, como Mouffé, respondem, negativamente, ao trabalho do deliberacionismo habermasiano.

²⁵⁴⁴ Especificamente diz o trecho: “Denn zum Begriff des Feindes gehört die im Bereich des Realen liegende Eventualität eines Kampfes” (SCHMITT, 2002, p. 33). Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “No âmbito do real corresponde ao conceito de inimigo a eventualidade de uma luta”.

teorias discursivas e deliberacionistas nas quais, igualmente, o político restaria deslocado da grande esfera do poder. Efetivamente não será este o lugar em que poderão ser realizados os planos schmittianos no que tange aos mencionados “[...] grandes impulsos de toda vida intensa” (SCHMITT, 2010b, p. 146), exceto quando entendidos em seus estritos limites conservador-revolucionários que bradam a projeção do heroico no mundo.²⁵⁴⁵

Schmitt elude, portanto, o diálogo por contraditar o enfrentamento e a violência como recursos do político, com o que o espaço público, no qual sugerimos deva residir o político, resta sumariamente despolitizado pela absoluta resolutividade em suprimir o espaço agórico que porventura as sociedades modernas permitam. Para o autor, o político encontra o seu auge e mais intensa manifestação quanto mais radicalizado encontrar-se o antagonismo, identificado como o momento da grande política que permite enxergar com clareza o inimigo, ou seja, que “Die Höhepunkter der großen Politik sind zugleich die Augenblicke, in denen der Feind in konkreter Deutlichkeit als Feind erblickt wird” (SCHMITT, 1972, p. 67).²⁵⁴⁶ Desta forma, trata-se não apenas do político enquanto marcado por sua polarização clássica, mas que o seu momento culminante dela é alcançado quando o inimigo possa ser visto com maior nitidez. Novamente coloca Schmitt como pano de fundo o que em verdade interessa, a saber, que tal nitidez apenas se configura quando o soberano ditador indica quem é o inimigo público ao qual enfrentar.

²⁵⁴⁵ Entendido o texto schmittiano em sentido libertário, guarda uma considerável distância do real quando pensada a hipótese da efetiva consecução de tal objetivo, posto que aqueles projetos que dão vazão à materialização do Estado que a tudo subsume e controla uma vida descrita como intensa em seu sentido (inter)subjetivo torna-se algo mais do que inviável, senão que improvável e ameaçado quando trazido ao contato com o mundo empírico.

²⁵⁴⁶ Uma tradução comportada pelo texto é: “Os pontos de maior elevação da grande política (*großen Politik*) são, paralelamente, os momentos em que o inimigo possa ser visto com concreta nitidez como o inimigo.

Quando Schmitt identifica o grande momento do político com a consagração do inimigo ao qual dedicar superior atenção, não se poderia disto derivar uma crítica consequente ao político conforme opera nas democracias contemporâneas. Um destes aspectos acerca dos quais resta ampla, e talvez insuperavelmente problemático, o trabalho de Schmitt quando conecta o político e democracia. Exsurge comprometedora uma aproximação à democracia desde Schmitt quando tenhamos em mente compromissos com a pluralidade, a tolerância e a heterogeneidade, além da liberdade e dos direitos fundamentais do homem,²⁵⁴⁷ noções com cujas bases fundamentais nem o político nem a democracia schmittianas podem compartilhar. Em suma, como bastante bem descreve Arendt,

Desde el punto de vista de una organización que funciona según el principio de que todo el que no esté incluido está excluido, todo el que no está conmigo está contra mí, el mundo en general pierde todos los matices, diferenciaciones y aspectos pluralistas [...]. (ARENDT, 1974, p. 468).²⁵⁴⁸

Esta referência arendtiana é importante para conceber o modo de operação excludente do mundo do político schmittiano, uma concepção republicana do político crítica de uma concepção que interpretamos totalitária e excludente dos propósitos reclamados por Mouffe como dotados de uma perspectiva analítico-descritiva, a partir da qual retomar a crítica democrática contemporânea, mas também, como vimos anteriormente, dotada de um sentido normativo.

²⁵⁴⁷ Reconhecemos que este trecho, por si só, mereceria um capítulo inteiro para que os seus parâmetros pudessem ser minimamente aclarados. Sem embargo, a necessária delimitação do tema nos obriga a simplesmente informar que a compreensão desta ampla delimitação de direitos remete à sua abordagem contemporânea menos do que ao jusnaturalismo clássico, aproxima-se mais de uma leitura anglo-saxônica dos direitos, sob uma ótica que procura fazer convergir o constitucionalismo com uma afinada leitura própria do terreno da filosofia política.

²⁵⁴⁸ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “Do ponto de vista de uma organização que opera segundo o princípio de que tudo o que não está incluído está excluído, tudo o que não está comigo está contra mim, o mundo em geral perde todas as matizações, as suas diferenciações e aspectos pluralistas [...]”.

No curso desta crítica arendtiana encontramos com algumas bases teóricas com as quais Schmitt não poderia compartilhar. Dentre elas está a prática de certas virtudes inclusivas da ética conforme descrita por Rauschning, e que não supõem qualquer espécie de Estado ético, cuja modelação seria, evidentemente, fascista. A dimensão ética da democracia aqui reclamada aproxima-se daquela já há muito proposta por Elías Díaz, outro dos intensos críticos schmittianos (ver DÍAZ, 2003).²⁵⁴⁹ Neste aspecto, o jusfilósofo espanhol chama a atenção para que o conceito de Estado de Direito é o único e privilegiado *locus* para a sobrevivência da democracia (ver DÍAZ, 2003), instante em que nos deparamos com uma outra dimensão relevante para a qual Marcuse chama a atenção.

Tanto Díaz quanto Marcuse trilham caminho de oposição à tradição denegatória da existência (*seinsmäßige*) que assume os valores do conservadorismo mais radical do primeiro quarto do século XX. A rigor, encontramos na tradição apontada por Díaz e Marcuse sinais do aprofundamento de uma cultura de esquerda de pronunciado viés humanista. Em sentido similar ao terreno demarcado por Díaz, Marcuse assinalaria dois temas que aqui nos interessam. O primeiro deles diz respeito a um ponto de conexão do Estado democrático de Direito com a realização dos direitos fundamentais, eixo que une Díaz e Marcuse quando o último nos diz que

El derecho de los hombres ha de ser considerado siempre como sagrado, por más sacrificios que le cueste al poder imperante. Aquí no

²⁵⁴⁹ Sugerimos aqui a retomada de Elías Díaz (1934) por força de se tratar de um dos contemporâneos de Schmitt nos anos 60, quando Schmitt ainda estaria por republicar o seu *Der Begriff des Politischen* quase sem alterações em relação à edição de 1932 embora, isto sim, esquecida a de 1933. Ademais, convém evocar Díaz por força de sua capacidade de construir uma abordagem filosófico-jurídica da política quando se encontrou em meio à ditadura franquista da qual, por certo, na qualidade de intelectual de oposição, veio a sofrer represálias, afastamento dos bancos acadêmicos e o exílio no interior espanhol. Esta sua qualidade de intelectual resistente a um regime ditatorial parece-nos relevante, ao tempo em que contemporâneo de Schmitt no pós-guerra, para contrapor os esforços de ambos em torno aos mesmos objetos, a saber, democracia, liberalismo, parlamento e Estado.

se puede andar con medias tintas y elucubrar la solución ecléctica de un derecho pragmático y condicionado, sino que toda política tiene que inclinarse ante el derecho de los hombres. (MARCUSE, 1968, p. 43-44).²⁵⁵⁰

Resta claro que para Marcuse não subsiste a hipótese de qualquer cálculo com os direitos do homem. Seguindo um viés crítico certamente kantiano acerca da incondicionalidade da existência do homem no mundo, os seus direitos emergem como insuscetíveis de bloqueio por cálculos utilitários. Em Schmitt o seu descolamento dos limites do denominado Estado de Direito burguês disponibiliza as condições de possibilidade para que reste sob o juízo exclusivo de qualquer poder soberano o cálculo das razões do Estado. Este saberá discernir os motivos adequados e as circunstâncias emergenciais, logo tornadas corriqueiras, para que se possa proceder ao sacrifício de seus súditos. Sob o reino do terror e constante ameaça saberá o poder como tornar prostrados aos homens perante o seu irrestrito domínio do político, e não o poder ante o direito dos homens, tal como sugere a tradição progressista da esquerda marcuseana.

Um outro aspecto para o qual alerta Marcuse diz respeito a que à teoria racionalista que subjaz à cultura ocidental da democracia coabita uma percepção crítica da sociedade que reclama uma visão de homem (*Menschanschauung*) “[...] dotado[a] de possibilidade de autotransformação livre por meio do conhecimento teórico da sua existência com vistas a sua ‘felicidade’ terrena” (MARCUSE, 1997, p. 57-58). Esta teoria possui um viés democrático próximo a projetos autonomizadores avançados, que não raro apresentam promissoras angulações desde uma esquerda descomprometida com a ortodoxia. Tal como o eixo argumentativo marcuseano sugere, ela ainda se revela bastante promissora para sociedades modernas cujas características em parte foram

²⁵⁵⁰ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “O direito dos homens deve ser sempre considerado como sagrado, por mais sacrifícios que lhe custe ao poder imperante. Aqui não se pode andar com meias medidas e elocubrar a solução eclética de um direito pragmático e condicionado, mas sim que toda política tem que se inclinar ante o direito dos homens”.

transformadas pelos avanços tecnológicos intensivos desde os dias do frankfurtiano, devido ao seu projeto encontrar apoio nas estruturas não apenas da legalidade no Estado, mas em um caráter democrático que haverá de permear o Estado de Direito, consoante sustenta Díaz.

Neste sentido o trabalho de ambos revela-se promissor para as instituições democráticas. Sobressai que o texto de Marcuse em absoluto pode encontrar qualquer grau de compatibilização com leitura de mundo, da sociedade ou, em suma, das virtudes políticas, conforme apresentadas por Schmitt. Para o nosso autor restam incompatibilizados valores como o da livre autoconstituição, autodeterminação, autotransformação, a autonomia reclamada pela *Aufklärung* kantiana ou a noção de autofacultamento (*Selbstermächtigung*) do agir humano.²⁵⁵¹ O Estado totalitário é, assume Todorov, crítico da autonomia do indivíduo, sendo o valor concentrado não no eu, mas no nós constituído na esfera grupal, percepção igualmente compartilhada pelos conservadores (cf. TODOROV, 2002, p. 26). Em suma, não é o totalitário um mundo em que as liberdades possam encontrar algum tipo de apoio conceitual na operatividade da autoridade.²⁵⁵² Estes não são valores compatíveis com o conceito do político, da

²⁵⁵¹ Na sociedade dirigida todo agir encontra-se determinado pelas esferas do Estado, cujo controle é exercido de forma direta e firme em todas as dimensões da vida, pública e privada.

²⁵⁵² A respeito desta projeção da autoridade em uma estrutura de poder totalitária, revela-se esclarecedor o texto de Arendt acerca do papel desenvolvido pelas autoridades: (a) “[...] la autoridad, cualquiera que sea su forma, siempre significa una restricción o una limitación de la libertad, pero nunca su abolición [...]” (ARENDR, 1974, p. 497). Esta é, contudo, apenas uma face da moeda que não será de grande valia para um regime em que a ordem se resume na vontade do soberano, em que (b) “[...] la denominación totalitaria, empero, se orienta a la abolición de la libertad, incluso a la eliminación de la espontaneidad humana en general, y en forma alguna a la una restricción de la libertad, por tiránica que sea” (ARENDR, 1974, p. 497), e tal eliminação da espontaneidade conjuga-se com a nossa proposição da mais absoluta inviabilidade de que tais roteiros políticos encontrem porta de conexão com o texto contemporâneo das democracias políticas ocidentais que privilegiam a autorrealização e os direitos fundamentais. Aos trechos acima sugerimos as seguintes traduções: (a) “[...] a autoridade, qualquer que seja a sua forma, sempre significa uma restrição ou uma limitação da liberdade, mas nunca sua abolição [...]”; (b) “[...] a

democracia ou da ditadura em Schmitt, ao passo em que se revelam de importância fulcral para pensar a democracia contemporânea que os seus mais favoráveis críticos contemporâneos, como Mouffe, anteriormente mencionada, reclamam também quanto à sua utilidade, mas não apenas, dada a angulação da positividade da crítica schmittiana a partir da interpretação de sua contribuição em sentido normativo.

O distanciamento de valores ilustrados de Schmitt é apenas um primeiro passo que o aproxima de um forte viés irracionalista,²⁵⁵³ afirmando a dimensão da função escravizante do pensar e das forças emancipatórias sobreviventes em cada um dos seres humanos. Neste sentido encontramos um dos trechos que inviabilizam a apropriação de Schmitt pretendida por Mouffe para pensar o democrático em sentido normativo. Schmitt se ocupa de um poder político cujo corte soberano centraliza o poder decisório segundo ações que dispensam a apresentação justificada de critérios. A pura submissão, portanto, e a possibilidade concreta da violência, e não a reflexão ou a argumentação, representam o ponto de inflexão do político, contrariamente à expectativa mantida com relação a uma promissora crítica contemporânea da democracia.

Contraposta a Schmitt, a leitura ilustrada marcuseana permite que retomemos uma concepção compromissada com valores democráticos da sociedade sob uma angulação de esquerda democrática. Marcuse sugere uma compreensão da democracia e do político que nos parece mais promissora do que aquela alimentada pelo

denominação totalitária, no entanto, orienta-se à abolição da liberdade, inclusive à eliminação da espontaneidade humana em geral, e em forma alguma a uma restrição da liberdade, por tirânica que seja”.

²⁵⁵³ Nesta dimensão resta afirmada uma perspectiva escravizante do pensar, das forças emancipatórias sobreviventes em cada um dos seres humanos dispostos à submissão dos desígnios políticos do soberano. Esta indiscriminada submissão em que vivem os indivíduos como membros de uma organização social, mas não necessariamente como súditos. Trata-se de uma profunda aversão de Schmitt a quaisquer projetos humanista-iluministas, a permitir um foco analítico a partir do qual interpretar a leitura do político que converge com a proposta aqui sugerida, uma vez que desconectada da preocupação com a proteção dos indivíduos.

conservadorismo reacionário presente nas linhas schmittianas. Os problemas de sua retomada como crítico abalizado da democracia contemporânea derivam em grande parte desta sua inextrincável filiação²⁵⁵⁴ às teorias totalitário-ditatoriais, enquanto outras tradições, que não carregam o peso da assunção de tais compromissos com regimes totalitários, ditatoriais ou antidemocráticas de qualquer espécie – como Marcuse e outros frankfurtianos contemporâneos de Schmitt –, conhecem o olvido, malgrado os seus trabalhos igualmente terem sido em parte ocupados com a crítica direta ao liberalismo e, no caso específico de Marcuse, do compromisso deste com o totalitarismo,²⁵⁵⁵ inclusive de um dissenso sem espaço em Schmitt.²⁵⁵⁶

²⁵⁵⁴ É importante assinalar para nossa proposta de interpretação da filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana que o autor não se converte em um flanco de críticas isolado, mas que sua crítica aos valores democráticos e liberais, bem como sua aposta em uma alternativa ditatorial encontram-se ancoradas em toda uma tradição e um contexto a esta última proclives. Nossa sugestão é de que distanciar Schmitt deste contexto pode facilitar um entendimento equivocado de uma suposta valia do autor para uma crítica da democracia contemporânea quando, em verdade, todos os seus esforços estiveram destinados intensamente, e finalmente exitosos, em sentido contrário. Este contexto de intensa oposição aos valores democráticos e liberais deu-se a partir dos mais opostos campos político-ideológicos, sendo que tanto a esquerda quanto a direita conservadora optaram pela aberta oposição a tais valores políticos. Como bem recorda García, enquanto a esquerda permanecia atrelada aos exemplos da revolução soviética, por outro, a direita radical se apresentava como modernizadora e antiburguesa, circunstância em que acusava “[...] o sistema liberal de ineficaz e incapaz de responder aos novos desafios do século XX”. (GARCÍA, 2010, p. 4560).

²⁵⁵⁵ Retomando a argumentação de algumas fontes históricas da autorreconstituída nova esquerda ou mesmo de uma esquerda pós-marxista que procura reinterpretar Schmitt, sugerimos questionar seus propósitos. O questionamento é se, em casos pontuais, o rechaço a algumas fontes históricas que se mostraram críticas na esquerda (Lukács e Marcuse dentre elas) realmente não evidenciaria a ancoragem destas tradições de pensamento menos no desejo de realizar uma mais avançada democracia do que de proceder em direção inversa. Quiçá em algumas ramificações possam ser encontradas recônditas aspirações em realizar uma subreptícia aposta em alguma espécie de regime fechado para o qual, por exemplo, uma crítica de origem marcuseana, atenta ao desvalor do totalitarismo, não se apresentaria de modo útil. Nível similar de descrença quanto à retomada schmittiana é apresentada por Borón e González, autores que questionam qual teria pode ser “[...] o denominador comum que vincularia os desafortunados processos em curso nos anos 20 e 30 na Alemanha do século XX com os que reaparecem nas últimas décadas do século passado, e que motivam uma surpreendente exegese do pensamento schmittiano ante a

Questionar se o conceito de participação é consentâneo com o da exclusão não merece maior atenção, não fosse a tentativa de adequação entre ambos, e contraditórios, movimentos por parte de uma das mais célebres contemporâneas discípulas de Schmitt. Ao referir-se ao nosso autor, Mouffe reconhece que “[...] su concepción antiliberal de la democracia también le permitió más tarde aceptar el gobierno nazi” (MOUFFE, 1999a, p. 153),²⁵⁵⁷ de fato nada surpreendente quando o seu antiliberalismo compatibilizava democracia e ditadura segundo alguns modelos de Estado contemporâneos igualmente se ocupam em realizar. Isto sim, por certo, Schmitt igualmente se interessa ao reunir (e resumir) na figura do *Führer* todos os poderes que poderá expressar de forma incondicionada (cf. ARENDT, 1974, p. 497) e concreta. Desta forma Schmitt poderia afirmar que

Der politische Gegensatz ist der intensivste und äußerste Gegensatz und jede konkrete Gegensätzlichkeit ist um so politischer, je mehr sie sich dem äußersten Punkte, der Freund-Feindgruppierung, nähert”. (SCHMITT, 1972, p. 30).²⁵⁵⁸

Esta visão do político como radicalizador do antagonismo não poderia ser seriamente compartilhada por uma teoria da democracia preocupada com a manutenção

qual não podemos apresentar nada menos do que nosso mais rotundo ceticismo”. (BORÓN; GONZÁLEZ, 2006, p. 148).

²⁵⁵⁶ Esta angulação do pensamento de Schmitt permite eludir a possibilidade da compreensão do político como participação. Resta, assim, excluída a ideia de dissenso que possa ter lugar neste espaço de manifestação pública, central nas democracias contemporâneas, isto sim, senão como *conditio sine qua non* para a sua estruturação, é certo, ao menos enquanto disponibilização institucional para que tal intervenção possa ter lugar.

²⁵⁵⁷ A tradução do texto indica: “[...] sua concepção antiliberal da democracia também lhe possibilitou mais tarde aceitar o governo nacional-socialista”.

²⁵⁵⁸ A radicalização do antagonismo como marca do político em Schmitt, contudo, não se encontra referência em trechos isolados senão que o autor a reitera em outras oportunidades (cf. SCHMITT, 1972, p. 30). A tradução do texto indica: “O antagonismo político é a mais intensa e extrema contraposição e qualquer antagonismo concreto é tanto mais político, quanto mais se aproximar do ponto extremo, do agrupamento amigo-inimigo”.

de valores liberais com os quais, por exemplo, Mouffe diz compartilhar.²⁵⁵⁹ A dificuldade da aproximação do liberalismo mouffeano do político em Schmitt mostra um de seus mais sérios obstáculos, em que a ação política não guarda espaço para a discussão. A interdição do diálogo como instrumento do político deixará profundas marcas na filosofia schmittiana. A má reputação do diálogo como instrumento do político já se encontrava em sua fonte donosiana que, conforme vimos no primeiro capítulo desta tese doutoral, apresenta uma metafísica liberal, discutidora que é, por definição, incapaz de resolver os apremiantes problemas da existência.

Sugerimos que há em Schmitt uma clara aposta da leitura do político não como mera potencialidade da atualização ou concretização da violência. Inversamente, o que viemos sustentando no decorrer deste trabalho é que a atualização da violência no caso concreto é uma necessária e superior manifestação do político, ou seja, “[...] dem äußerste Punkte”, o verdadeiro ponto extremo da realização do político que, portanto, não poderia ser reputado como uma mera e secundária *potencialidade*: “Ser-político significa estar-orientado hacia el “caso extremo” (STRAUSS, 2008d, p. 165). Neste caso, portanto, não se trata de uma potencialidade não atualizável, senão, como sugere o próprio Strauss, permanecer orientado a realização do caso extremo.

O reconhecimento straussiano de que Schmitt volta o seu conceito do político à admissão do caso extremo lhe permitirá confirmar que há também um claro delineamento de seu conceito do político como um liberalismo com sinal invertido. Esta interpretação pôde ser realizada por Strauss na medida em que sugere que o político schmittiano comporta apoio tão somente às teorias que são orientadas pela admissão

²⁵⁵⁹ O trecho em que Schmitt reforça tal ideia diz o seguinte: “[...] in der Bezugnahme auf eine konkrete Gegensätzlichkeit das Wesen politischer Beziehungen enthalten ist [...]”. Uma tradução livre indica: “Entretanto, o fato de que na referência a um antagonismo concreto encontra-se a essência das relações políticas [...]”.

real do enfrentamento e da guerra, enquanto que, em sentido inverso, o liberalismo a todas as teorias políticas apoia, com exclusão daquelas que por fim tenham o enfrentamento último e a guerra (ver STRAUSS, 2008d, p. 165-166).

A realização do político, portanto, se mostra em sua forma extrema de manifestação concreta por meio da violência, e nisto reside a sua essência e diferencial. Neste sentido encontramos possibilidade de conexão com a leitura nacional-socialista de texto hitleriano datado de 1924-1925, *Mein Kampf*, no qual é focado diretamente o papel do inimigo, figura a quem reservar o combate último. Qualificado como um inimigo mortal do povo alemão, o inimigo era, inversamente ao teorizado por Schmitt, indicado diretamente como sendo os judeus e social-democratas (*cf.* HITLER, 2007, p. 19, 23-27),²⁵⁶⁰ dentre outros tantos que logo a seguir viram a conhecer a barbárie que o totalitarismo seria capaz de provocar. É em diálogo com textos deste calibre e em um contexto de debates intelectuais em que sobressaíam a ira e o ódio, que Schmitt compreende que a superior manifestação do político (*dem äußerste Punkte* ou ponto extremo) encontra a sua expressão no enfrentamento.

O enfrentamento que sugerimos ser o designador do político em Schmitt encontra apoio em seu conceito de Estado total (*totalen Staat*), do qual lança mão o autor valendo-se da cultura conservadora revolucionária do período, especificamente da obra literária de Jünger, posteriormente retomada por seu discípulo Ernst Fortshoff. Esta observação sustenta-se na leitura de Faye, segundo quem se é mesmo certo admitir que

²⁵⁶⁰ Como se sabe, os social-democratas ocuparam papel central no debate político weimariano, e em grande parte pela posição estratégica do poder que ocupavam, posto que controlavam o governo de Berlim. Este papel de influência viria ainda a ser mantido desde os primeiros movimentos no período sucessivo à Primeira Grande Guerra Mundial, quando restava claro para as potências estrangeiras que os mesmos homens que haviam levado a Alemanha ao conflito não deveriam, uma vez mais, ocupar postos-chave na nova estrutura de poder republicana emergente. Os social-democratas vieram, pois, a exercer forte influência na concepção e redação da Constituição de Weimar – note-se que Hugo Preuss foi o seu redator – até os seus últimos momentos.

o conceito repousa no trabalho de Jünger,²⁵⁶¹ é ao seu amigo Schmitt que publiciza o conceito de Estado total (*totalen Staat*), precisamente em 1931, portanto, cerca de um ano antes da publicação da segunda edição do *Der Begriff des Politischen*.

12.4. A RADICALIZAÇÃO DO POLÍTICO: EXTERMÍNIO COMO REGRA DA NORMALIDADE SCHMITTIANA

Quando Schmitt remete ao conceito de Estado total, já às vésperas da derrocada de Weimar e da ascensão do nacional-socialismo, deparamo-nos com uma antecipação prodigiosa que não deixa de ser assinalada por Balakrishnan. Torna-se perceptível que Schmitt não realiza um movimento de alteração em sua filosofia política ou jurídica, mas de radicalização, sem ruptura, de seus pressupostos. Assim, o conceito de Estado total viria apoiar de forma importante a interpretação e aplicação no âmbito interno do conceito do político, com o que, resta óbvio, as relações de domínio político interno por parte do novo regime encontrariam suporte teórico para a prática da violência (*Gewalt*).

A leitura de Balakrishnan, contudo, aponta em outro sentido que, de certa forma, aproxima-se do agudo estudo desenvolvido por Meier (ver MEIER, 2008), ao indicar que, na segunda edição, de 1932, Schmitt se ocuparia de distensionar o conflito posto por seu conceito do político. Segundo Balakrishnan, o movimento realizado por Schmitt adotara o sentido de que “[...] presentar al enemigo como moralmente malvado, como lo hace la doctrina de la guerra justa, intensifica el impulso para aniquilarlo [...]” (BALAKRISHNAN, 2001, p. 28),²⁵⁶² algo que também ocorre na dimensão da política

²⁵⁶¹ Há que sublinhar que em um dos textos centrais de Jünger, *Die totale Mobilmachung*, o autor defende a ideia de que “[...] notável é o fato sublinhado por Carl Schmitt de que a doutrina fascista em questão é designada como estando *à frente* do conceito de guerra total. Na imagem jungeriana da ideia de mobilização total está ‘implantado o núcleo da coisa’, porque aí, prossegue Carl Schmitt, vêm determinar-se o ‘modo e a figura da Totalidade do Estado’”. (FAYE, 2009a, p. 68).

²⁵⁶² Segundo uma tradução livre, temos neste trecho o seguinte: “[...] apresentar o inimigo como moralmente mau, como o faz a doutrina da guerra justa, intensifica o ânimo para aniquilá-lo e que é

interna em Schmitt, essencial à composição do espaço do político (cf. SUÁREZ, s/d, p. 49). É precisamente esta indicação sobre o impulso de aniquilação algo que agora poderia ser direcionado para a esfera da política interna (*innerpolitik*) e, portanto, dar lugar à perseguição do inimigo público interno. Esta perseguição de inimigos públicos (*hostis*) internos dar-se-ia segundo uma distinta e intensa formulação, que em Balakrishnan aparece descrita como

[...] que es precisamente esta intensificación sin límites lo que conduce la lucha totalmente fuera de lo político. Esto sucede debido a que el enemigo, descalificándolo moralmente en su totalidad, ya no es reconocido como una forma de vida legítima. (BALAKRISHNAN, 2001, p. 28).²⁵⁶³

A referência a uma vida legítima apontada por Balakrishnan encontra alguma referência no texto de Spengler, quando este faz referência a que “[...] perder el honor significa quedar aniquilado para la vida” (SPENGLER, 2009b, p. 420-421)²⁵⁶⁴ e, ainda mais, que “[...] todo el honor significa que la vida en una persona es algo valioso [...]” (SPENGLER, 2009b, p. 421).²⁵⁶⁵ Para Balakrishnan, contudo, temos uma realidade em que o inimigo é desqualificado essencialmente, ou seja, em que a sua própria vida já não mais será considerada como digna de respeito. Este ato desqualificatório do ser humano passa, em Spengler, por sua centralização da honra como eixo de valor da vida e, quando percebemos, no totalitarismo o ataque precisamente a este valor nuclear do

precisamente este ânimo superior sem limites o que conduz à luta totalmente fora do político. Isto ocorre devido a que o inimigo, desqualificado moralmente em sua totalidade, já não é reconhecido como possuidor de uma forma de vida legítima”.

²⁵⁶³ Segundo uma livre tradução sugerimos para este trecho o seguinte texto: “[...] apresentar o inimigo como moralmente mau, como o faz a doutrina da guerra justa, intensifica o ânimo para aniquilá-lo e que é precisamente este ânimo superior sem limites o que conduz à luta totalmente fora do político. Isto ocorre devido a que o inimigo, desqualificado moralmente em sua totalidade, já não é reconhecido como possuidor de uma forma de vida legítima”.

²⁵⁶⁴ Segundo uma livre tradução sugerimos o seguinte texto: “[...] perder a honra significa ficar aniquilado para a vida”.

²⁵⁶⁵ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] toda honra significa que a vida em uma pessoa é algo valioso [...]”.

homem, portanto, os vilipêndios sofridos, o que aniquilaria o homem para a vida. Estes são movimentos ocorrentes em Schmitt, notavelmente quando nos chama a atenção para o fato de que o inimigo, em seu derradeiro enfrentamento,

[...] den Feind gleichzeitig in moralischen und anderen Kategorien herabsetzen und zum unmenschlichen Scheusal machen müssen, das nicht nur abgewehrt, sondern definitiv *vernichtet* werden muß [...]. (SCHMITT, 2002, p. 37).²⁵⁶⁶

A qualificação da vida realizada por um autor conservador revolucionário como Spengler mantém as limitações da origem germana e do culto ao ideário mítico do homem virtuoso no qual a morte é uma constante companhia. Resta clara nossa sugestão de que a possibilidade da eliminação presente no âmago do conceito do político schmittiano pode ser mais bem apreendida em sua interpretação realizada desde os termos do discurso teórico do conservadorismo revolucionário. Em sua *Anos de decisão*, tão estrategicamente publicada no ano de 1933, Spengler irá contrapor-se à falta de virtude dos pacifistas e, mesmo, daqueles grupos que, como os comunistas, vociferavam pelo pacifismo mas, inversamente, entronizavam e regozijavam pelos efeitos da luta de classes (cf. SPENGLER, 1941, p. 28).

É neste contexto de início da década de 1930 que encontramos um Schmitt apoiando e trabalhando como consultor jurídico do regime de von Papen.²⁵⁶⁷ Spengler reforça a crítica schmittiana aos valores burgueses-weimarianos, afirmando que “[...] o pacifismo do século liberal deve ser vencido se quisermos continuar vivendo”

²⁵⁶⁶ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] degrada o inimigo em categorias morais e outras e precisam transformá-lo em um monstro desumano que não só precisa ser combatido mas, sim, definitivamente aniquilado [...]”.

²⁵⁶⁷ Este momento histórico é muito importante para compreendermos algumas das tentativas de desconectar Schmitt do apoio ao emergente regime. Conforme nos comenta o historiador Bracher, havia da parte do regime de von Papen uma perspectiva de poder proclive aos rumos totalitários que estava por vir. Isto ocorria ainda em torno aos anos 1930, quando se prenunciava a transição da democracia parlamentar weimariana para um outro sistema de partido único (cf. BRACHER, 1995a, p. 231).

(SPENGLER, 1941, p. 198). Neste trecho Spengler aduz como razão da superação do pacifismo uma questão de sobrevivência, algo que remete ao argumento schmittiano de eliminação daquele que coloca em questão a nossa existência. O discurso de Spengler não apenas remonta à crítica da esquerda mas, isto sim, confirma que “[...] a luta é o fato principal da vida, ela é a própria vida” (SPENGLER, 1941, p. 28), em suma, que mesmo o mais convicto pacifista não poderia extirpar de si o desejo de “[...] combater e aniquilar, ao menos teoricamente, os adversários do pacifismo”. (SPENGLER, 1941, p. 28).

A leitura de Schmitt pelo viés do conservadorismo revolucionário e, em especial, por Spengler, permite-nos a aproximação do conceito do político e da eliminação do *outro* não apenas como uma mera potência ou possibilidade (*Möglichkeit*), e que encontraria seu uso revelado apenas em situações desprezíveis. Ao contrário, a leitura do conservadorismo revolucionário expressa que a luta mesma é a essência da vida e – e não é pouco nem falta de importância dizê-lo, dadas as consequências que implica – que a luta é “[...] a própria vida” e que, nestes termos, interpretar o político em Schmitt a partir deste conservadorismo, sem focalizar esta essência da vida, logo pareceria uma tentativa de desconstituir a própria essência emprestada ao conceito.

Mas se esta interpretação proposta do conceito do político schmittiano pode ser aceita, parece-nos igualmente importante sublinhar que, às vésperas da ascensão hitleriana ao poder, em 1932, e também em momento posterior à Conferência de Spengler em Hamburg, contemporânea à publicação de seu *Anos de decisão* (ver SPENGLER, 1941), Schmitt irá republicar o seu *Der Begriff des Politischen*, em 1932.²⁵⁶⁸ Neste sentido parece relevante sublinhar o contexto sociopolítico em que

²⁵⁶⁸ Para maior detalhamento analítico do político nesta passagem da primeira para a segunda edição, ver MEIER, (2008). Ainda assim, ver também SÁ, (2007).

tiveram lugar estas reflexões, de sorte a compreender com qual contexto histórico visavam elas dialogar e responder.

Sugerimos que tanto a angulação teórica conservadora da interpretação aqui proposta como a contextualização de Schmitt puderam repercutir positivamente no reforço de nossa leitura do autor. Em adendo, por exemplo, ao lançar os olhos sobre os momentos iniciais do regime hitleriano, a interpretação de um conceito do político como o proposto por Schmitt, e iluminado pelo conservadorismo spengleriano, ensejava uma perspectiva pouco alvissareira. Contraposta esta leitura a um governo que, desde os seus primeiros movimentos, revelara-se propício a ultrapassar os limites do meramente autoritário para adentrar sem hesitações no terreno do totalitarismo-ditatorial, não encontraríamos barreiras para que um conceito de extermínio como possibilidade (*Möglichkeit*) tornara-se a regra, assim como o regime de exceção.

O extermínio, pois, não lhe era estranha estratégia, senão todo o contrário. Era corrente entre os seus ideólogos a ideia de que a vida humana poderia ser instrumentalizada para os fins do Estado, posto que, como bem recordara Spengler em seu momento, “[...] a vida do indivíduo não tem importância senão para êle mesmo; o que importa é se êle quer salvá-la da história ou sacrificá-la para ela” (SPENGLER, 1941, p. 27), e a resposta do Estado total que surgiu em Schmitt era apenas uma, ou seja, o interesse coletivo protegido pelo Estado manteria preeminência. Este é um texto que pode ser perfeitamente recepcionado por um regime como o hitleriano, cuja lógica dos fins estatais alicerçada no querer de seu líder desconhece as fronteiras impostas por direitos fundamentais.

Uma interpretação deste gênero pode ser ilustrada já pelas ocorrências do ano de 1934. Especialmente exemplificativa é a tristemente célebre *Noite das facas longas*, em 30 de junho de 1934, momento da realização da purga de opositores diretamente

ordenada por Hitler para a comissão do assassinato de seus companheiros. Isto apenas caracterizava mais claramente que a dissidência não seria tolerada em qualquer hipótese,²⁵⁶⁹ mesmo divergências entre os camaradas de longa temporada, como era o caso de Rohm. Alguns dias depois destes homicídios em série, Schmitt redige e publica o seu *Der Führer schützt das Recht*. Perante o conteúdo apoiador do extermínio e consagratório do direito do *Führer*, de não apenas determinar os inimigos do Estado como também, e principalmente, eliminá-los, sugerimos encontrar também neste um forte motivo para reputar como correta a interpretação do conceito do político como apropriado à prática do extermínio.²⁵⁷⁰

Esta proposta hermenêutica do trabalho filosófico-político de Schmitt permite visualizar um autor que não se mantém indiferente no que concerne a valores vitais como a vida e a liberdade. Decisivo a este respeito, o inimigo público (*hostis*) pode, no limite, ser destituído de tão importantes bens, algo que nos parece felizmente sumarizado por Arendt, ao nos dizer que, no Estado totalitário, a “[...] vida y muerte en sus más íntimos detalles dependen de decisiones políticas” (ARENDT, 1974, p. 501),²⁵⁷¹ e, em seu âmbito, positivamente, de nada mais. Schmitt, de fato, propicia em seu *Der Führer schützt das Recht* uma brilhante amostra de como o ditador soberano pode

²⁵⁶⁹ É também importante ressaltar que purgas como esta realizada por Hitler já haviam sido realizadas pelos homólogos totalitários na União Soviética desde a década de 30, prática que prosseguiria até muito depois da morte de Hitler (cf. ARENDT, 1974, p. 37-44).

²⁵⁷⁰ Em trabalho que traça um perfil do conjunto da obra schmittiana, Freund, por exemplo, sugere enfocar este texto como uma produção de ocasião na tentativa de Hitler de submeter à ordem os movimentos contrários a sua política para o III Reich. Em suma, sustenta o autor, “[...] Schmitt se equivocó y se comprometió, pero creo que de buena fe, como les sucede a aquellos que toman partido en los acontecimientos” (FREUND, 2006, p. 89). Ao trecho acima citado sugerimos a tradução que segue: “[...] Schmitt se equivocou e se comprometeu, mas creio que o fez de boa-fé, como lhes ocorre àqueles que tomam partido nos acontecimentos”.

²⁵⁷¹ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] vida e morte em seus mais íntimos detalhes dependem de decisões políticas”.

indicar à morte todos os que possam ser reputados como inimigos públicos (*hostis*) sem quaisquer rodeios ou defesa. Nada menos do que a decisão (decisionismo), a qual Schmitt concebe em *Politische Theologie*, aparece novamente neste momento para ditar quem vive e quem morre.

Parte do núcleo do argumento de Schmitt, que desde a primeira edição de *Der Begriff des Politischen* já instava à eliminação do inimigo, parecia desejar revivificar Heine quando se ocupava do papel apaziguador do cristianismo sobre o belicoso ardor típico dos germanos. Sem embargo, destacava Heine que o cristianismo não pode, ao fim e ao cabo, nada mais do que suavizar uma tendência que se revelaria indestrutível. Desta forma, restava anunciado que

[...] quando a cruz, este talismã que os acorrenta, vier quebrar-se, aí então irromperá novamente a ferocidade dos antigos combatentes, a frenética exaltação dos berserkers [tribo de guerreiros ferozes] que os poetas do Norte cantam ainda hoje” (*apud* POLIAKOV, 1977, p. 150).

Esta reverberação de forças adormecidas por uma cultura religiosa estranha aos velhos valores bárbaros encontraria o seu momento de inflexão no mundo quando, então, neste dia “[...] os velhos Deuses guerreiros levantar-se-ão das suas tumbas fabulosas, limparão dos seus olhos a poeira secular: Thor se erguerá com seu martelo gigantesco e demolirá as catedrais... [...]” (*apud* POLIAKOV, 1977, p. 150). Esta é uma projeção do mito germano que Heine sustentava poderia vir a ser retomada a partir de dias vindouros. Chegado o seu momento, Hitler saberia como enlaçar para galvanizar os apoios das massas, seduzindo-as sob o argumento de que função do Estado era a da realização destas adormecidas virtudes da raça germana em detrimento dos valores alheios às suas tradições mais caras (*cf.* HITLER, 2007, p. 85).

O traçado da violência neste mito germânico de raiz propicia a releitura da violência e sua projeção no político schmittiano. Sugerimos que este igualmente nos permite convergente interpretação no conservadorismo revolucionário de Spengler,

especialmente quando manifesta a sua condenação intencionada do procedimento revolucionário francês, o qual teria empregado esforços a realizar a pura “[...] matança em massa dos adversários [...]” (SPENGLER, 1941, p. 106). Schmitt não emprestaria atenção à comedida recriminação conservadora do autor sempre e quando as matanças estivessem orientadas pelo voluntarismo do *Führer*, infalível, momento no qual exsurge o conceito teológico retomado de Donoso Cortés.

O caráter totalitário-ditatorial do poder concebido por Schmitt não lhe mantinha alheado das possíveis consequências de sua defesa da eliminação do adversário, conforme recriminara Spengler aos franceses. Em outra de suas ramificações conservador-revolucionárias, Jünger, também há uma glorificação da violência. Esta não aprofunda a crítica hitleriana de que o mero emprego da força física reclama para que surtam os esperados efeitos de uma “[...] fuerza moral apoyada en una concepción espiritual” (HITLER, 2007, p. 29).²⁵⁷² A exceção criada por Schmitt para validar o emprego da violência glorificada pelos autores acima é que parece ter sido o objeto compartilhado por outros, e se apresentaria justificadamente quando “[...] si se recurre a un implacable exterminio de los últimos partidarios de esta idea y a la destrucción de las últimas tradiciones”. (HITLER, 2007, p. 29).²⁵⁷³

A intolerância que aqui aparece em Hitler conectada com o catolicismo, como forma de justificar a intolerância que apregoava no campo do político, sugerimos que também encontra em Schmitt um referente, especificamente em sua filosofia política.²⁵⁷⁴ Sugerimos que a ideia que parece compartilhar com Spengler acerca da

²⁵⁷² O texto comporta a seguinte livre tradução: “[...] força moral apoiada em uma concepção espiritual”.

²⁵⁷³ O texto comporta a seguinte livre tradução: “[...] se se recorre a um implacável extermínio dos últimos partidários desta ideia e à destruição das últimas tradições”.

²⁵⁷⁴ O político em Schmitt renuncia à sequer aproximação à paz, ao triunfo e ao perdão como valores, reservando a ideia de amar ao inimigo como apropriada para as relações privadas em que se move o conceito do *inimicus*. Privilegiado lugar ocupa o elogio ao enfrentamento como radical e denominador

possibilidade da matança em massa dos adversários (*cf.* SPENGLER, 1941, p. 106) encontra uma das situações de mais expressa concreção quando da redação de seu *Der Führer schützt das Recht* em 1934. Isto denota com clareza o quanto na filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana não restariam espaços ao dissonante, ideia apenas reforçada por seu enfático combate ao Parlamento, desconsiderado por pautar suas ações por negociações políticas em bases argumentativas.

É perceptível com meridiana clareza o quanto a filosofia política do conservadorismo revolucionário tanto quanto a do nacional-socialismo em comum admitem a intolerância como um valor líquido a realizar. Esta comunhão de ideias encontra-se a serviço de outras de suas mais profundas convicções, reclamadas por seus projetos políticos para sua adequada implementação. A intolerância lhes será indispensável para que tenha lugar a implementação de projetos políticos com a exclusão de argumentos contrários, hitlerismo à frente,²⁵⁷⁵ ou, mesmo, da exclusão da

último do político, que lhe delimita aridamente o campo de seu catolicismo já no ano de 1927, e que também lhe permitirá mais confortavelmente alterar a sua concepção do político na obra de 1932 (ver SÁ, 2007), em que o Estado passa a ser o grande agente designador do inimigo e também o seu executor.

²⁵⁷⁵ A este respeito o nacional-socialismo, em um de seus documentos inspiradores fundamentais, *Mein Kampf*, é incisivo: “Una ideología que irrumpe, tiene que ser intolerante y no podrá reducirse a jugar el rol de un simple ‘partido junto a otros’, sino que exigirá imperiosamente que se la reconozca como exclusiva y única, aparte de la transformación total [...] del conjunto de la vida pública. No podrá [...] admitir la coexistencia de ningún factor representativo del antiguo régimen imperante” (HITLER, 2004, p. 125). Não se pode tampouco colocar em segundo plano um argumento de ordem teológica que é aduzido por Hitler e que nos parece manter contato direto com aspectos da teologia política presente em Schmitt. Hitler sustenta que a intolerância que habita a doutrina nacional-socialista, conforme posto acima, pode ver avaliado o seu peso histórico recorrendo ao quão útil lhe resultara ao catolicismo lançar mão da destruição de altares pagãos, da eliminação dos referenciais das religiões concorrentes e, por fim, colocar em condições de indisputabilidade argumentativa aos seus princípios (*cf.* HITLER, 2004, p. 125). Dogmas estes ante os quais se cobrava, ante tudo, fê, mais do que reclamos e debates (*cf.* HITLER, 2004, p. 127), em suma, de prostração, de não reação. Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “Uma ideologia que irrompe tem que ser intolerante e não poderá ser reduzida a desempenhar o papel de um simples ‘partido junto a outros’, mas sim que exigirá imperiosamente que se lhe reconheça como exclusiva e

própria figura do divergente. O fanatismo intolerante era a marca de um novo regime, inversamente à tolerância liberal-burguesa que caracterizava a República de Weimar,²⁵⁷⁶ cuja defesa por parte de Schmitt foi sendo progressivamente minada como incompatível com seus princípios no decorrer deste texto.

A intolerância pode ser analisada no marco do político em Schmitt conquanto nele a marca esteja na atualização da eliminação (*Vernichtung*) do outro quando este se apresente como inimigo público indicado pelo Estado. Esta posição, contudo, sofre com a crítica de vários dos novos intérpretes de Schmitt. Para uma das mais importantes, Kennedy, não se trata de que Schmitt prescreva que o político se caracterize como “[...] nothing but bloody war” (KENNEDY, 1997, p. 44).²⁵⁷⁷ No plano da pura empiria, o argumento se resumiria a questionar se, de fato, os indivíduos não se põem a perguntar, a todo momento, sobre quem são os seus reais inimigos ou amigos. Mas neste plano empírico nada mais do que o *inimicus* estaria sendo indicado pelos indivíduos. A raiz do enfrentamento sangrento será encontrada quando o Estado apontar o seu dedo acusador para a figura daquele que lhe afronte como inimigo público (*hostis*).

Kennedy todavia argumenta que Schmitt não proclama a luta como uma virtude, que é uma possibilidade, mas não um ideal (*cf.* KENNEDY, 1997, p. 44) e, portanto, que se trata, como outros defensores também argumentam, de um mero posicionamento descritivo, não normativo.²⁵⁷⁸ Em Mouffe, como vimos no capítulo anterior, igualmente

única, aparte da transformação ideal [...] do conjunto da vida pública. Não poderá [...] admitir a coexistência de nenhum fator representativo do antigo regime imperante”.

²⁵⁷⁶ Esta oposição visceral à tolerância liberal-burguesa e a afirmação da intolerância como um instrumento absolutamente necessário para a realização dos valores políticos nacional-socialistas encontramos em texto hitleriano (*cf.* HITLER, 2004, p. 95).

²⁵⁷⁷ O texto permite a seguinte tradução: “[...] nada além de uma guerra sangrenta”.

²⁵⁷⁸ Esta não é uma leitura com a qual estejamos de acordo. Não se trata, em Schmitt, portanto, de um modelo teórico descritivo, mas, isto sim, embora em suas entrelinhas, normativo, cujo resumo é que ao

encontramos uma leitura que se aproxima desta de Kennedy, posto que o político, para Schmitt, distanciar-se-ia desta recomendação da eliminação mas, isto sim, manter-se-ia como mera potencialidade no mundo empírico.

Uma leitura do conceito schmittiano sob a ótica do conservadorismo revolucionário spengleriano parece-nos mais promissora no sentido de permitir reconhecer que a luta é, em si mesma, uma realidade da vida, ainda mais, “[...] uma lei da natureza” (SPENGLER, 1941, p. 162), a qual, se se quiser, pode ser alvo de tentativas de ocultar mas que, sem embargo, “[...] ela existe” (SPENGLER, 1941, p. 162). Neste plano e trecho, desde logo, nos encontraríamos apenas no plano descritivo da existência da violência, sendo que a louvação da própria guerra e das virtudes do guerreiro (Spengler-Jünger) termina por nos demonstrar qual possa ser a postura adequada do indivíduo perante a indicação por parte do Estado de um inimigo público.²⁵⁷⁹

A interpretação de Kennedy sugerida logo acima, que ao menos parcialmente é compartilhada por Mouffe, reclama certo grau de literalidade na leitura do texto schmittiano. Esta literalidade ou textualidade desconsidera abertamente todo o contexto em que se insere não apenas a escrita de *Der Begriff des Politischen*, bem como o conjunto da obra do autor. O contexto histórico e teórico no qual escreve Schmitt parece-nos ser mesmo decisivo para entender qual o real alcance de sua proposta, e a nossa contraposição realizada no parágrafo anterior desde o conservadorismo revolucionário vem precisamente neste sentido. Quando esta interpretação mantém a

inimigo há que exterminar. Esta é uma leitura que se torna mais clara em sua dimensão prescritiva quando procedemos a sua aproximação por meio do pensamento insito na literatura conservadora revolucionária.

²⁵⁷⁹ Analisando a mesma questão sob outra ótica, é claramente perceptível como não apenas em Schmitt, mas em todo o círculo conservador revolucionário e toda a direita reacionária alemã, nacionalista inclusive, sempre houve oposição às virtudes pacifistas da burguesia, pois haveria de impor-se perante o inimigo. Este era mais um dos pontos de divergência do político schmittiano no tocante ao liberalismo, o qual, segundo o nosso autor, visaria ocultar os conflitos políticos desde, por exemplo, a tomada de medidas de ordem econômica.

presença da possibilidade da eliminação do *outro*, observa-se que esta é figura que, como em outro contexto assinala Arendt, encontra-se sob ameaça direta, posto que

La afirmación inherente a la organización totalitaria es que todo lo que se halla fuera del movimiento está “muriendo”, una afirmación que es drásticamente realizada bajo las condiciones asesinas de la dominación totalitaria [...]. (ARENDR, 1974, p. 469).²⁵⁸⁰

Estas linhas de Arendt são elucidativas a respeito do perigo em que se vê imersa a figura deste outro que se encontra fora do raio de ação dos interesses do movimento. A rigor, fora do movimento não há existência, apenas o tempo medeia entre a existência e a eliminação (*Vernichtung*), pois, como diz Arendt, tudo (e todos) os que estão fora do movimento “[...] están muriendo” (ARENDR, 1974, p. 469) ou, ainda, em processo de decomposição em vida. Esta é a condição da dominação totalitária do indivíduo por parte do Estado, em que o interesse coletivo é utilizado como público pretexto legitimatório segundo um modelo que se aproxima do totalitarismo fascista o qual opera segundo a lógica da

[...] afirmación de la *primacía de la política* y en la absorción de lo privado en lo público, entendiendo por ello la subordinación de los valores correspondientes a la vida privada (religión, cultura, moral, afectos, etc.) al valor político por excelência, el Estado. (GENTILE, 1997, p. 31).²⁵⁸¹

Esta é a condição humana sob um regime totalitário-ditatorial que, sugerimos, é a real aposta teórica de Schmitt. Esta aposta parece-nos poder encontrar sua melhor angulação a partir do viés presente desde os primeiros capítulos desta tese doutoral, a saber, da proposta metodológica de que o contexto teórico interage fortemente com a obra de Schmitt. Assim, este contexto em que o autor se insere, e escreve, e que este

²⁵⁸⁰ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “A afirmação inerente à organização totalitária é de que tudo o que se encontre fora do movimento está ‘morrendo’, uma afirmação que é drasticamente realizada sob as condições assassinas da dominação totalitária [...]”.

²⁵⁸¹ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] afirmação da primazia da política e na absorção do privado pelo público, entendendo por isto a subordinação dos valores correspondentes à vida privada (religião, cultura, moral, afetos, etc.) pelo Estado, valor político por excelência”.

trabalho procurou delinear, atualiza o relevante grau de sua conexão com o conservadorismo revolucionário. Para que interpretemos o político em Schmitt, será especialmente relevante o fato de que esta seja uma tradição que reste marcada pelo elogio da violência e da guerra, ambas demarcadoras do firme terreno em que pretenderia fazer transitar (Schmitt incluído nesta perspectiva) a cultura do Estado liberal-weimariano para um outro modelo, de Estado totalitário que, como diz Marcuse, aposta em que

[...] el individuo es sacrificado totalmente en aras de este orden. Si la anterior formación cultural tenía que satisfacer el deseo personal de felicidad ahora la felicidad del individuo tendrá que desaparecer en aras de la grandeza del pueblo. (MARCUSE, 1968, p. 75).²⁵⁸²

Este sacrifício do indivíduo perante o Estado pode ser interpretado em sua aproximação ao conceito do político schmittiano, como que, apontado o inimigo público (*hostis*), a sua existência passa a se encontrar sob o imediato risco de supressão em aras de um bem coletivo superior. O Estado poderia atuar segundo critérios que externamente seriam legíveis como utilitários, mas que, no âmago das ditaduras, se resumiam, de fato, a um mero ato cesarístico eivado por um inexorável voluntarismo.

A interpretação schmittiana que vem sendo sugerida através da filosofia política conservadora-revolucionária resta algo mais clara em Schmitt quando este firmemente aposta na substituição das estruturas representativas parlamentares e plurais por um Estado total. Neste o poder unificado é consagrado na figura do soberano, claramente desentendido da importância do debate (político) público, pois se tratava nada mais do que uma cultura burguesa-weimariana superada no âmbito do Estado total para o qual Schmitt aponta o giro como necessário (ver SCHMITT, 2001i). Esta é uma leitura que objetivamente cruza não apenas com o texto arendtiano que aqui examinamos, como

²⁵⁸² O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] o indivíduo é sacrificado totalmente em aras desta ordem. Se a anterior formação cultural tinha que satisfazer o desejo pessoal de felicidade, agora a felicidade do indivíduo terá que desaparecer em aras da grandeza do povo”.

também, e principalmente, com a concepção de poder organizada na filosofia política de Schmitt, inspirada no conservadorismo revolucionário.

O Estado total que emerge das linhas schmittianas em torno dos anos 30 representa uma convergência congruente de conceitos schmittianos, alheios a qualquer ruptura interna, em que encontramos a conclusão pela necessidade de submissão do indivíduo a uma ordem inquestionável, mesmo porque marcada pelo conceito de raiz teológica da infalibilidade (*infallibilität*) do *Führer*. Quando nos ocupamos da interpretação do conceito do político no âmbito do Estado total, em que a vontade do *Führer* é a inspiração da ação a ser seguida, ainda mais do que a norma posta, não deixaremos de nos encontrar ainda com outras atualizações necessárias e que sugerimos passar a nos ocupar na sequência.

Quando Schmitt faz referência à violência (*Gewalt*) na qualidade de mera potencialidade, o autor informa que, se desaparecida a mera possibilidade do confronto, então, a própria condição fundamental da política estaria por delinear um “[...] eine Welt ohne Politik [...]”²⁵⁸³ (SCHMITT, 2002, p. 35).²⁵⁸⁴ No conceito schmittiano do político, portanto, nossa sugestão é de que o político é trazido de um segundo plano para ocupar a essência mesma do conceito, posto que será o confronto o seu elemento designador. Quando Schmitt se refere à mera possibilidade de confronto com a condição do político, pouco nos diz a respeito do verdadeiro núcleo duro do político, pois não é de utilidade a “possibilidade” de algo que não pode ocorrer. O foco de Schmitt é, isto

²⁵⁸³ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] mundo sem política”.

²⁵⁸⁴ Desde logo, este será um aspecto importante para a fase posterior ao adesionismo de Schmitt ao nacional-socialismo, quando passa, progressivamente, a se ocupar do juspublicismo internacional. Nesta disciplina haveria de atentar, e dificilmente encaixar em sua teoria do pós-Segunda Grande Guerra Mundial, como poderia o mundo organizar-se sob a tutela de organismos internacionais tão potentes como a ONU. De qualquer sorte, sempre ficaria claro para ele como um Estado mundial era uma inviabilidade, mesmo do ponto de vista teórico, dado que representaria o próprio fim da política como vimos no trecho acima (cf. SCHMITT, 1992, p. 61).

sim, a atualização histórica do embate cruento, e não como uma mera possibilidade teórica que, enquanto tal, não desempenha papel importante. Isto se confirma quando Schmitt indica com toda clareza, no *Der Begriff des Politischen*, quais são as reais consequências que pode vir a sofrer o inimigo público (*hostis*), ou seja, a eliminação (*Vernichtung*). Esta é, realmente, a atualização de um conceito que Schmitt não poderá entender como mera possibilidade, senão que a sua aplicação encontra-se já posta e prevista, tendo como ator principal o Estado, por intermédio do soberano ditador.

Schmitt parece ser bastante claro ao nos recordar que “Die reale Möglichkeit des Kampfes, die immer vorhanden sein muß, damit von Politik gesprochen werden kann [...]” (SCHMITT, 1972, p. 32).²⁵⁸⁵ Sem embargo, os seus propósitos transcendem a lineariedade que a superfície de seus argumentos possa indicar. Mais do que mera possibilidade real do enfrentamento, o Estado total supõe que o *Führer* realize o plano democrático compatibilizado previamente com a ditadura, e que reclame a prática da homogeneização (*homogenisierung*). Neste momento encontra-se aberta a trilha para a designação do inimigo público, e a sua eliminação já está prevista no *Der Begriff des Politischen*, deste procedimento dependendo a possibilidade da unidade política (cf. SCHMITT, 1992, p. 80).²⁵⁸⁶ A realização desta unidade da vida política não encontrará um *Führer* (nem a cultura de seus apoiadores) hesitante uma vez chegado o momento de risco, e o sacrifício das vidas encontrará a sua realização. A este respeito diz Schmitt que “[...] die maßgebende Einheit und „souverän” in dem Sinne, daß die Entscheidung über den maßgebenden Fall, auch wenn das der Ausnahmefall ist, begriffsnotwendig

²⁵⁸⁵ Segundo uma livre tradução, sugerimos o seguinte texto: “A possibilidade real de luta que sempre deve estar presente para que se possa falar de política [...]”.

²⁵⁸⁶ Em sentido aproximado, Schmitt determina que a condição de uno politicamente do Estado está ligada à possibilidade real de determinar o inimigo e de combatê-lo (cf. SCHMITT, 1992, p. 71).

immer bei ihr stehen muß” (SCHMITT, 2002a, p. 39),²⁵⁸⁷ trecho mantido na nova edição de 1933. Em ambos os textos, contudo, parece-nos que a ação política do soberano em quem reside a unidade política (maßgebende Einheit) encontra-se em espaço ilimitado, com o que, segundo os termos schmittianos, lhe será dado, através desta “[...] die politische Einheit muß gegebenenfalls das Opfer des Lebens verlangen” (SCHMITT, 1972, p. 70).²⁵⁸⁸ Este argumento, apresentado no ano de 1927, é mais um dos fortes indícios do apoio a um Estado eminentemente totalitário.

Não se trata, aqui, da fixação da luta pelo poder em si, mas da aglutinação para a eventualidade de uma luta existencial em que a brutalidade emerge com toda a sua crueza (cf. SCHMITT, 2002, p. 32-33), ou seja, que “Denn zum Begriff des Feindes gehört die im Bereich des Realen liegende Eventualität eines Kampfes” (SCHMITT, 1972, p. 33).²⁵⁸⁹ Esta aproximação ao político como uma esfera de luta honrosa é a consagração do enfrentamento (cf. SCHMITT, 1972, p. 76) em termos apropriados a uma leitura característica do conservadorismo revolucionário. Sem embargo, a posta em prática desta teoria seria desmentida pela covarde eliminação do *outro*, sem mediações nem defesa possível por meio das armas do soberano. Este é um lugar de consagração ao desprezo do humano, onde Schmitt muito precisamente prevê ser tal prática incompatível com o seu criticado liberalismo. Contrapor-se ao individualismo liberal era imperativo na medida em que este se apresentava como essencialmente avesso à possibilidade de proceder ao sacrifício da vida humana. Em suma, e

²⁵⁸⁷ Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] a unidade política, portanto, se estiver presente, será sempre a unidade normativa e ‘soberana’, no sentido de que a ela caberá sempre, por definição, resolver o caso decisivo, embora seja um caso excepcional”.

²⁵⁸⁸ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] em certos casos a unidade política precisará exigir o sacrifício da vida”.

²⁵⁸⁹ Uma tradução livre indica o seguinte texto: “Ao conceito de inimigo corresponde, na esfera do real, a eventualidade de uma luta”.

claramente, para os seus propósitos políticos, o liberalismo se apresentava como “[...] Anspruch auf keine Weise zu erreichen und zu begründen”. (SCHMITT, 1972, p. 70).²⁵⁹⁰

O liberalismo não comporta a dimensão do inimigo como alguém contra quem seja possível, em algum momento, praticar o extermínio como política de Estado. Por sua vez, para Schmitt encontra-se interdito o caminho para pensar o conceito de inimigo (*Feind / hostis*) sem a iminência do enfrentamento cruento, algo que não pode encontrar impedimento em um Schmitt que aposta na interpretação teológica do homem como pecador. Inspirado na teologia católico-de maistreana, que permite o castigo compartilhado entre todos os pecadores²⁵⁹¹, não haveria sérias restrições a que o inimigo pudesse ser apontado, enfrentado e exterminado de forma extensiva, abrangendo coletivos inteiros, ainda sequer sem a individualização da culpa, conceito com o qual o jurista Schmitt se encontrava familiarizado.

Em tal contexto, a nossa proposta neste escrito é, portanto, a de indicar que o político em Schmitt engloba inexoravelmente (a) a demarcação do campo da violência por parte do Estado através da indicação do inimigo público, (b) a organização e instrumentalização dos meios para a prática da violência e, por fim, (c) a sua consecução por parte da autoridade estatal. Nossa posição é de que o político realmente faz-se necessário como o grande instrumento quando a comissão da violência torna-se uma possibilidade concreta devido ao acirramento dos ânimos, que o político desfruta

²⁵⁹⁰ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] pretensão [que] não pode ser alcançada nem fundamentada de maneira alguma”. Neste trecho Schmitt todavia acresce que o individualismo seria um absoluto sem-sentido no caso de prever a possibilidade da disposição da vida por terceiros.

²⁵⁹¹ A aproximação à recepção schmittiana desta noção de castigo está conectada à de responsabilidade pelo pecado original. Para uma mais detalhada leitura, remetemos ao capítulo II desta tese doutoral, especialmente às páginas 14 e 15. Parte da aproximação de Schmitt à leitura desta questão que envolve a Igreja, o pecado e a natureza humana pode ser encontrada em SCHMITT, (1996h).

e é capaz de ocupar o cenário principal da vida pública e ganhar reconhecimento exatamente por sua intervenção no sentido de evitar a barbárie.

Nossa percepção é de que, em Schmitt, quando o político de fato se torna necessário, contrariamente a empreender esforços no sentido de evitar a barbárie, ele é utilizado como vetorizador e maximizador da ocorrência desta possibilidade, por meio da prática do extermínio. Neste sentido a colaboração de Schmitt se revela todavia mais eficaz, na medida em que manteve em nível formal a sua proposição sobre o político, ou seja, que ela permite uma extensão virtualmente ilimitada, segundo critérios de mera conveniência e ao sabor do arbítrio estatal, sobre quem seriam as pessoas reputáveis como inimigas públicas, momento no qual, como indica Arendt, também o mero suspeito passaria a ocupar tal posição (*cf.* ARENDT, 1974, p. 519).²⁵⁹² Esta

²⁵⁹² A possibilidade de enlaçamento concreto do conceito de inimigo com o indivíduo meramente suspeito nos regimes totalitários torna factível toda a sorte de abusos do poder. Neste sentido, por exemplo, Arendt explora a noção de suspeito no âmbito do totalitarismo: “La categoría del sospechoso abarca así, bajo las condiciones totalitarias, a toda la población; cada pensamiento que se desvía de la línea oficialmente prescrita y permanentemente cambiante es ya sospechoso [...]. Simplemente por su capacidad de pensar, los seres humanos son sospechosos por definición [...]” (ARENDT, 1974, p. 524). Assim, portanto, quando Schmitt propõe o conceito do inimigo como passível de eliminação (*Vernichtung*), uma vez que seja apresentado como inimigo público, isoladamente, todavia não diz muito. Contudo, ao trabalhar este como um conceito não apenas utilizável em embates entre sujeitos de direito público internacional, como também relativo a inimigos internos dentro do Estado, o problema se agrava, mas, isto sim, torna-se explosivo quando o autor, definitivamente, associa este conceito ao de um poder político soberano capaz de tomar as decisões sobre quem seja, ou não, o inimigo ao qual combater, algo que, nas circunstâncias do totalitarismo-ditatorial predicado, como observamos no texto de Arendt, remete a situação que transcende com sobras a tirania e adentra no terreno da comissão da pura barbárie. Ao texto acima citado sugerimos a seguinte livre tradução: “Sob as condições do totalitarismo a categoria de suspeito compreende toda a população. Cada pensamento que se desvia da linha oficialmente prescrita e permanentemente mutável já é alvo de suspeita [...]. Simplesmente por sua capacidade de pensar, os seres humanos são suspeitos por definição”.

radicalização schmittiana do inimigo (*hostis*) permite aterradora eliminação e interrupção da existência.²⁵⁹³

O processo de eliminação encontra justificativa pela necessidade de realizar a democracia antipluralista schmittiana, cujo termo central é o de reunir os iguais segundo o conceito de homogeneidade (*homogenität*) de Schmitt. Este movimento não poder ter lugar sem que sejam empregados meios adequados para consistentemente enfrentar o inimigo público de forma heroica. A oposição em todos os campos²⁵⁹⁴ haverá de ser eliminada pelo Estado total em que o *Führer* exerce o papel de ditador soberano.

O enfrentamento cruento é antevisto por Schmitt nada menos do que como transformador do *outro* em um monstro desumano (*unmenschlich Scheusal*) (cf. SCHMITT, 2002, p. 37). O combate deste inimigo segundo tais termos coisificadores aporta consequências plena e perfeitamente antecipáveis do ponto de vista teórico e que, por certo, um regime totalitário-ditatorial, como o gestado na filosofia política e jurídico-constitucional schmittiana, não hesitaria por um momento em realizar.

12.5. A VIOLÊNCIA NO POLÍTICO: O APROFUNDAMENTO DO PROJETO SCHMITTIANO

²⁵⁹³ A respeito das condições da radicalização do extermínio, encontramos que “El horror auténtico de los campos de concentración y exterminio radica en el hecho de que los internados, aunque consigan mantenerse vivos, se hallan más efectivamente aislados del mundo de los vivos que si hubieran muerto, porque el terror impone el olvido” (ARENDT, 1974, p. 538-539). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “O horror autêntico dos campos de concentração e extermínio radica no fato de que os internados, embora consigam manter-se vivos, encontram-se efetivamente mais isolados do mundo do que se tivessem efetivamente morrido, porque o terror impõe o esquecimento”.

²⁵⁹⁴ Richard nos chama a atenção para o quão supérfluo resultaria falar sobre a política fascista para o mundo das letras (cf. RICHARD, 1972, p. 64) e, por conseguinte, as consequências para a vida intelectual. A partir desta observação de Richard, entendemos que o processo de homogeneização, mesmo em Schmitt, não tem lugar apenas através do extermínio físico mas, isto sim, permite que o apliquemos também à esfera do domínio intelectual, ou seja, valer-se do bloqueio ao diálogo também na esfera da política como forma de homogeneizar a opinião pública através da “purificação” tanto da arte como da literatura.

O papel ocupado pela violência e que marca o âmbito do político em Schmitt permite a concretização da unidade do poder em uma figura soberana, em substituição ao regime da pluralidade, adquirindo, assim, uma dimensão inconfessadamente artificial. Tal unidade, como diz Marcuse, é em grande parte resultado da veneração ao *Führer*²⁵⁹⁵ (cf. KELLNER, 1999, p. 34), cuja artificialidade é marcante em sua legitimação, embora não por sua decisiva marca de imposição físico-coercitiva.

Sob o signo da implementação da violência, reconhecemos que a submissão não teve lugar de forma absolutamente espontânea, mas seus efeitos foram absolutamente nefastos, tornando-se em certa medida incontroláveis. Neste texto sugerimos que, por trás da divulgada tese da cultura totalitária germana, teve lugar uma não menos intensa, e influente, disseminação da cultura conservadora revolucionária. Assim, tal como é bastante perceptível em Schmitt, há por parte da cultura conservadora revolucionária um comprometimento com os valores míticos germânicos que logo encontrariam sua violenta projeção nas fileiras da direita nacional-socialista, que tornou ainda mais difícil, e menos provável, quaisquer reações ante um crescente processo de instauração e culto da violência, simbólica ou física. A cultura consolidadora de um projeto totalitário foi sendo semeada fertilmente no espaço ideológico de uma direita reacionária e violenta, que representava, por tomar por empréstimo as palavras de Arendt, “[...] el terreno donde todo es posible [...]” (ARENDT, 1974, p. 536),²⁵⁹⁶ no que, efetiva e desafortunadamente, estava certa.

²⁵⁹⁵ A leitura de Marcuse sobre o quadro político do nacional-socialismo é de que ali há uma representação da pessoa individual do líder, que é, em suma, “[...] fonte de toda lei e direito, e criador único da existência social e política” (MARCUSE, 1978, p. 374). Esta descrição marcuseana enquadra-se adequadamente com o conceito de ditadura soberana schmittiana que o autor viria a aperfeiçoar moderadamente em sua intervenção no caso *Prússia contra o Reich*, que vê sua tese vencer já avançado o dia 25 de outubro de 1932, portanto, apenas dois meses antes do janeiro de 1933, quando Hitler finalmente configura o seu longo projeto de ascensão ao poder.

²⁵⁹⁶ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “[...] o terreno onde tudo é possível [...]”.

O processo de concretização da violência encontra reverberação no conceito do político em dois hábeis movimentos. Como sugerimos, na realidade política de Weimar Schmitt oculta o quanto pode em seu escrito o impacto do extermínio, valendo-se do manto de ocorrência meramente potencial. Segundo momento, quando o Estado total já é uma divisa bastante clara no horizonte político, e sem declaradamente dizê-lo, Schmitt assume o protagonismo da noção de extermínio no âmbito do político, algo que se tornaria evidente em seu *Der Führer schützt das Recht*, já entrado o ano de 1934.

Em um contexto de expansão da cultura da violência, sugerimos a interpretação de que Schmitt se apresenta especialmente ardiloso ao sugerir um inimigo desglamourizado de qualquer aura malévola, mas que, não obstante, será ele mesmo o ponto central de todo o debate. Schmitt o colocará em situação de ser o alvo da desconstituição física, mais do que como mera possibilidade, como procura dissimuladamente apresentar em alguns dos trechos do *Der Begriff des Politischen* já mencionados neste trabalho.

Nesta tentativa de desglamourização do sujeito ao qual o político permite implementar a eliminação ocupa uma posição de relevância o movimento realizado pelo Estado. Face a este o inimigo já não é mais alguém a quem se possa meramente odiar, pois “[...] auch der Feind hat einen Status; er ist kein Verbrecher” (SCHMITT, 1972, p. 11),²⁵⁹⁷ e o ódio ocupará um segundo lugar, podendo a morte e o extermínio coletivo advir destituído deste sentimento, mas, agora então, apenas marcada pela organização e fria aplicação da técnica para alcançar um procedimento mais eficaz para que o objetivo seja alcançado. Destituído do sentimento de ódio, portanto, com isto a atividade de

²⁵⁹⁷ Segundo uma tradução livre, temos neste trecho o seguinte: “Também o inimigo tem o seu *status*; ele não é um criminoso”.

matar poderia ser executada sem intermediações, como um mero ato burocrático como os inúmeros despachos de Eichmann.²⁵⁹⁸

Conforme nos permite observar toda a cultura nacional-socialista, o *outro* a quem se repute inimigo resta destituído de sua condição humana e, portanto, é alguém a quem é possível eliminar tão fria quanto imisericordiosamente. Para tudo isto não há um problema ou sério óbice quando adotemos por angulação a filosofia conservadora revolucionária e, em especial, a *Weltanschauung* jüngeriana, segundo a qual o homem possui uma existência voltada a uma inarredável experiência vital, a saber, a dor.

Jünger reputa a dor como “[...] una de esas llaves con que abrimos las puertas no sólo de lo más íntimo, sino a la vez del mundo” (JÜNGER, 1995a, p. 13),²⁵⁹⁹ ou seja, que a dor pode e deve ser entendida como um dos autênticos “[...] significado[s] del ser humano [...]” (JÜNGER, 1995a, p. 13).²⁶⁰⁰ Em suma, para Jünger, estamos certificados como seres para os quais “Nada nos es más cierto y nada nos está más predestinado que cabalmente el dolor [...]” (JÜNGER, 1995a, p. 15)²⁶⁰¹, e ainda quando não discordemos fatalmente desta incidência da dor na vida humana, todavia nos sentimos autorizados a questionar ao autor assim como à tradição conservadora revolucionária acerca de seus propósitos maximizadores da dor no mundo. A isto o conservadorismo revolucionário direcionaria parte de seus melhores esforços, de sorte que deviria naturalmente o seu apoio a regimes de evidente corte totalitário, em que o extermínio (*Vernichtung*) do

²⁵⁹⁸ A respeito de toda a frieza com que a morte pode ser tratada, ainda que em escala massiva, ver ARENDT (1999) e também EICHMANN (1999). Alguns traços mais da frieza do personagem podem ser também observadas em LIPSTADT (2011). No que concerne ao processo de eliminação física, especialmente o capítulo 4 da obra de Cesarani (ver CESARANI, 2007, p. 91-116).

²⁵⁹⁹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] uma destas chaves com que abrimos as portas não apenas do mais íntimo, senão do próprio mundo”.

²⁶⁰⁰ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “[...] significado[s] do ser humano [...]”.

²⁶⁰¹ O trecho acima comporta a seguinte tradução: “Nada é mais certo para nós e nada nos está tão predestinado cabalmente do que a dor”.

outro adquiriu as cores de política de Estado. Isto pôde ter lugar ali sem ódios nem rancores que mediassem ou justificassem os atos, sem dores nem ressentimentos (mesmo porque destituídos da sua humanidade), mas, apenas e tão somente, com o intuito de retirar-lhe a substancialidade física, momento em que o apoio schmittiano se distancia da leitura donosiana do religioso.²⁶⁰²

No roteiro destas ponderações, temos um indebatível fato histórico, materialmente comprovado, que é o seu voluntário e radical apoio ao totalitarismo-ditatorial ao III Reich, exemplificado por sua célere concepção e publicação de *Der Führer schützt das Recht*.²⁶⁰³ Neste texto, Schmitt apenas comprova cabalmente a nossa tese central de que o evoluir dos anos 20 e 30 não mostra desconexão do conteúdo de seus textos. Neste sentido, a eliminação (*Vernichtung*) (presente em todas as suas três primeiras versões do *Der Begriff des Politischen*, de 1927, 1932 e 1933) e o irrestrito apoio ao *Führer*, quando este ordena o assassinato em massa de vários de seus camaradas, representam um importante elo a designar o sentido em que Schmitt entende

²⁶⁰² A proximidade de Schmitt com Donoso se dá em, ao menos, segundo duas faces. A primeira delas, em sua filosofia política e, a segunda, no que concerne à leitura do catolicismo. A respeito deste segundo ponto nos diz Donoso Cortés que a Igreja é posta em um mundo “[...] sin fundamentos humanos, después de haberle sacado de un abismo de corrupción, le sacó de la noche de la barbarie” (DONOSO CORTÉS, 1943, p. 48). Esta leitura do papel da Igreja na história sugere que pensemos qual o grau de convergência de Schmitt com a sua própria leitura do catolicismo e a ligação com a sua *Politische Theologie*. Aqui o que vemos é um soberano decisor da exceção que, logo, como em Donoso, terá poderes imensos para retirar o seu povo do abismo, o que parece ser uma tarefa messiânica. A rigor, parece-nos razoável questionar o grau de coerência interna do autor neste seu duplo movimento de (a) apoiar os valores do catolicismo e (b) já na década de 20, apoiar a eliminação do *outro* para, por fim, (c) a partir de 1933, passar a apoiar abertamente as políticas de extermínio de minorias, opositores e inimigos do regime em geral empreendidas pelo nacional-socialismo. Ao trecho acima citado sugerimos a seguinte tradução: “[...] sem fundamentos humanos, depois de tê-lo retirado de um abismo de corrupção, lhe retirou da noite da barbárie”.

²⁶⁰³ Como se sabe, não há fortes indícios no sentido de que o regime obrigara a realizar tarefas de apoio daquele gênero e mesmo o seu amigo Jünger, constantemente assediado pelo poder devido a sua posição de intelectual reconhecido, nunca chegou a encontrar qualquer punição por distanciar-se do regime o quanto pôde.

o inimigo público (*hostis*). Segundo a análise desde conceito desde a conexão entre as duas obras assinaladas logo acima, quando Schmitt se refere ao inimigo público, não está enfocando apenas o inimigo externo, contra o qual caberá impor até mesmo uma sangrenta guerra, mas o inimigo público também poderá ser percebido no plano interno, e contra ele deverá agir o soberano energicamente,²⁶⁰⁴ o que de fato ocorre quando Hitler ordena o massacre da *Noite das Facas Longas*.

Esta interpretação da leitura do *Der Begriff des Politischen* em contraposição com o *Der Führer schützt das Recht* surge aqui como um ponto importante para podermos melhor compreender que o político em Schmitt designa um inimigo público. Esta figura perigosamente indeterminada encontrar-se-á nas mãos de um ditador soberano que não hesitará em repetidas vezes utilizar os seus ilimitados poderes, e não apenas excepcionalmente, para enfrentar situações excepcionais. É a um ditador soberano a quem Schmitt reserva poderes ilimitados, e o seu surgimento histórico não lhe fará hesitar em prestar-lhe seu direto apoio.

Em sua ascensão ao poder, Hitler já deixava claro o seu projeto e não permitia a qualquer intelectual como Schmitt tangenciar a abordagem política que seria conferida ao papel do líder do novo regime nacional-socialista. Na voz do próprio Hitler, em entrevista em 1933, estava a afirmação de que

[...] they regard me as an uneducated barbarian [...] Yes, we are barbarians!²⁶⁰⁵ We want to be barbarians. It is an honorable title.²⁶⁰⁶

²⁶⁰⁴ De forma muito clara, portanto, estamos perante um intelectual que, em todo momento, mostrou-se congruente com o seu pensamento, muito embora hábil e erudito o suficiente para torná-lo palatável às circunstâncias históricas experimentadas tanto quanto, também, extremamente ágil para fugir às responsabilidades, momentos estes de mostragem de inferiores escrúpulos. Este texto apenas aprofunda com dimensões empíricas o conceito do político que, a nosso ver, está tão claro tanto na primeira quanto na segunda edição (mais utilizada como base para todas as traduções da obra), e não menos na terceira edição, de 1933, e cujo resultado é apenas o da justificação do extermínio do inimigo.

²⁶⁰⁵ Interessa referir como Voegelin menciona que seria “[...] terrível ouvir, mais e mais, que o nacional-socialismo é uma queda no barbarismo (...) aos tempos anteriores ao progresso moderno para com a

We shall rejuvenate the world! This world is near its end. It is our mission to cause unrest [...]” (*apud* RAUSCHNING, 2003, p. 80-81).²⁶⁰⁷

Este homem que reconhece a esfera da política de Estado como marcada pela barbárie permite-nos encontrar possível ponto de conexão com Schmitt quando admite que o Estado é quem determina o inimigo público, e que contra este poderá exercer toda a sua força ao praticar o extermínio. Hitler observa a si próprio como se fora o rejuvenescedor do mundo, espécie de messias que se insere no mundo e também, em paralelo, dele sobressai, que pode agir em seus limites espaço-temporais, mas que extrai

humanidade” (*apud* PURCELL, 2008, p. 64). Do ponto de vista filosófico-político e constitucional, dá-nos conta Abendroth da peculiaridade desta transição mas que, sem embargo, seria confirmada pelo próprio Hitler, como vimos acima no corpo do texto principal. Diz-nos Abendroth que a transição ao regime acima descrito por Voegelin teve lugar através da sucessão de uma classe dominante que respeitava as formas do Estado de Direito para a dominância de uma outra classe de políticos que acariciava a conformação política ditatorial sem os obstáculos naturalmente impostos ao poder pelo Estado de Direito (*cf.* ABENDROTH, 1986, p. 19).

²⁶⁰⁶ Herf nos chama a atenção de modo peculiarmente feliz para um dos escritores conservadores alemães do período, Friedrich Georg Jünger, irmão do célebre escritor Ernst, aqui tratado com mais vagar no capítulo V desta tese doutoral. É bastante conhecida a sua amizade com Schmitt e o grau de proximidade intelectual que os uniu a partir da segunda metade da década de 20. Segundo Herf, Friedrich G. Jünger “[...] expresó una idea revolucionaria conservadora generalizada cuando escribió en su *Der Aufmarsch des Nationalismus* (1926) que la racionalidad era sinónimo de debilidad, decadencia y falta de sentimientos comunales, características de los intelectuales que ‘traicionan la sangre con el intelecto’” (HERF, 1990, p. 70). É perceptível a aproximação do trecho hitleriano com a expressão de F. G. Jünger sobre o conteúdo central do conservadorismo revolucionário alemão daquela quadra histórica. Trata-se, em resumidas palavras, de uma tentativa de afirmação da *Blutgemeinschaft* (comunidade de sangue) sobre a *Geistgemeinschaft* (comunidade de mentes). Esta comunidade de sangue é conceito que aparece diretamente na obra de Hitler, ao defender que o sangue representa a força ou a debilidade do homem e que este é o elemento que permitirá a formação de uma comunidade nacional (*cf.* HITLER, 2007, p. 34). O trecho acima permite a seguinte livre tradução: “[...] expressou uma ideia revolucionária conservadora generalizada quando escreveu em seu *Der Aufmarsch des Nationalismus* (1926), que a racionalidade era sinónimo de debilidade, decadência e falta de sentimentos comunitários, características dos intelectuais que ‘traem o sangue com o intelecto’”.

²⁶⁰⁷ O texto permite a seguinte tradução: “Eles me consideram como um bárbaro inculto [...]. Sim, nós somos bárbaros! Nós queremos ser bárbaros. Isto é um honorável título. Nós devemos rejuvenescer o mundo! Este mundo é próximo de seu fim. Esta é nossa missão de causar perturbação [...]”.

sua autoridade e a exerce em outra dimensão, à semelhança do conceito de soberania schmittiano. Esta é uma ideia que bastante bem se coaduna com a leitura conservadora revolucionária acerca da suposta corrupção engendrada naqueles dias pela cultura liberal, democrático-parlamentar e, sobretudo, judia, que visava desestruturar o poder do Estado. Um movimento verdadeiramente pulsante deveria ser caracterizado como uma

Barbaria[n] force[s] [...] must break into decadent civilizations in order to snatch the torch of life from their dying fires.²⁶⁰⁸ [...] We are not in a position to dally with humane feelings, nor can I undertake tedious investigations into anyone's good-will or innocence. We must shake off all sentimentality and be hard. (*apud* RAUSCHNING, 2003, p. 80-81).²⁶⁰⁹

Sua reputação como bárbaro era, sobretudo, entendida como uma injustiça histórica cometida contra os germanos (*cf.* HITLER, 2007, p. 84). Estes agora tinham o inimigo claramente personificado. Encontravam-no nas forças liberal-burguesas e judias decadentes, berlinenses e cosmopolitas por antonomásia. Estes eram antepostos aos valores campesinos retoricamente adotados pelo movimento nacional-socialista. Este passaria a reclamar para si uma gloriosa missão redentora, cuja consecução apontava para a realização histórica dos valores míticos do homem germano, restaurados que se

²⁶⁰⁸ A ideia de decadência, de civilização e de povos decadentes, era uma proposta teórica que não foi em absoluto concebida como inovadora no discurso de Hitler ou, mesmo, de seus mais diretos apoiadores ou, ainda mais longe, por suas fontes filosóficas e políticas. Muitos membros de seu séquito pouco mais fizeram do que simplesmente reverberar algumas vozes mais distantes com o poder de sintetizar alguns dos desígnios para os quais apontava o movimento. Neste contexto, por exemplo, mesmo Oscar Wilde (1854-1900) e Charles Baudelaire (1821-1867), que destacavam o socavamento da civilização, e que enlevavam a ideia de beleza, puderam de alguma forma ser utilizados. Hitler, certamente com outros propósitos, retoma o discurso, mas, ao glorificar o ideal de beleza e perfeição, pretendeu desenvolver políticas excludentes e com o claro propósito de eliminar (*Vernichtung*) a todos aqueles que não se ajustassem a esta *Weltanschauung* estético-racial por ele concebida.

²⁶⁰⁹ Segundo uma tradução livre do trecho, sugerimos o seguinte texto: “Força[s] bárbara[s] [...] devem romper com as civilizações decadentes no sentido de arrebatar-lhes a tocha da vida de seus fogos agonizantes. [...] Nós não estamos em posição de hesitar relativamente aos sentimentos humanos, nem posso comprometer-me com investigações tediosas dentro da visão de boa vontade ou inocência de qualquer um. Nós devemos sacudir toda a sentimentalidade e ser duros”.

dariam em desfavor dos valores alienígenas instalados no poder através das instituições republicanas.

A violência e a força presentes no texto conservador revolucionário encontravam idêntica e explícita expressão no texto hitleriano,²⁶¹⁰ o qual sugerimos encontrar alinhamento teórico com o *Der Begriff des Politischen*.²⁶¹¹ Quando, na segunda edição desta obra, Schmitt realiza movimento teórico em que desloca a eleição do inimigo da atribuição do povo para competência do Estado (ver Sá, 2007, p. 247), o autor, às vésperas da derrocada de Weimar, e perante a ascensão nacional-socialista, realiza um importante movimento que permitiria a realização da violência nos assuntos políticos internos do Estado (*Innerpolitik*).

Realizado naquele momento histórico, este movimento de Schmitt, de concentrar no Estado o poder de determinação do inimigo público (*hostis*), é, como entrelinhas sugere Sá, sintomático (*cf.* Sá, 2007, p. 247). Em verdade, parece-nos possível encontrar implícita a ideia de sua conexão, e apoio, à realização da barbárie no âmbito interno do Estado, pois a este, entendido no âmbito do Estado total, resultaria necessário intervir na determinação de seus inimigos. Seguramente, a política do III Reich se ocuparia de realizar esta tarefa radicalmente, mesmo porque, como já ficara claro no ano de 1933 na supracitada entrevista de Hitler, o seu proceder político haveria de desentender-se de sentimentos humanitários. Bem entendido, tínhamos aqui a submissão não apenas dos interesses individuais mas, propriamente, dos indivíduos,

²⁶¹⁰ O uso da força como elemento do político não era um dado novo no texto hitleriano senão que remetia a uma tradição conservadora contrarrevolucionária, que se atualizara com o conservadorismo revolucionário germano daquele período. Esta tradição reclamava intensamente das derrotas impostas à Alemanha na segunda década do século XX e, momento seguinte, encontraria sua teorização mais bem acabada na filosofia política de intelectuais como Schmitt.

²⁶¹¹ Novamente ressaltamos que esta nota não sugere uma conexão direta entre Schmitt e Hitler mas, isto sim, que tal contato se dá através da comum fonte conservadora revolucionária, com a qual ambos mantiveram claro e inspirador contato.

fisicamente inclusive. Estes não poderiam ser levados em consideração quando em perspectiva se tivesse os assuntos de Estado, mostrando-se esta parcialmente compatível com a interpretação de Piccone e Ulmen, quando afirmam que “[...] for Schmitt, the source of the tragic is life itself, rather than artistic imagination” (PICCONE; ULMEN, 1987, p. 13).²⁶¹² Esta *Weltanschauung* e sua repercussão na concepção da vida remetem a uma visão do político que permite potencializar o que de trágico inexoravelmente habita a vida humana e, assim, esta própria acaba por ser relegada a plano secundário perante os projetos de Estado.

Esta angulação do conceito do inimigo presente no amâgo do político schmittiano permite-nos avaliar a sua disponibilização e prática no programa nacional-socialista. Hitler em pessoa argumentara que a sedução das massas para a realização de um programa político era imperiosa, necessária mesmo era a conquista da alma do povo para a realização de seus próprios fins interpretados pelo *Führer*. Este desafio seria realizável sempre e quando “[...] junto con luchar por alcanzar el fin que nos hemos propuesto, velamos por destruir todo enemigo que trate de obstruirnos el camino” (HITLER, 2007, p. 34).²⁶¹³ O inimigo (público) que interfere e obstaculiza os fins do Estado aparece aqui indicado como alguém a quem o Estado, através de seu ditador soberano, poderá (e deverá) indicar a eliminação. A conquista do povo para a realização de seus fins supremos que o *Führer* conhece, interpreta e realiza, encontra-se factível nas estruturas do Estado que ele conduz, e a violência emerge aqui como um dos instrumentos mais eficazes, na medida em que utilizado como mecanismo desobstruidor das dissidências internas.

²⁶¹² Uma livre tradução do trecho permite o seguinte texto: “[...] para Schmitt a fonte trágica é a vida em si mesma, mais do que uma imaginação artística”.

²⁶¹³ Uma livre tradução do trecho permite o seguinte texto: “[...] junto à luta para alcançar o fim a que nos propusemos, cuidamos em destruir todo inimigo que trate de nos obstruir o caminho”.

A projeção da violência como um âmbito do político (*Gewält als politik*) é destacada com muita propriedade por Wolin como presente também em autores como Jünger que, como apontado neste trabalho, manteve relação próxima com Schmitt. É perceptível em Jünger a proximidade de seu discurso bélico²⁶¹⁴ com o conceito existencialista do político mantido por Schmitt, agora voltado também aos assuntos internos do Estado. Contudo, é no ato de aproximação e, quiçá, de confraternização, em que Jünger sugere que devemos interferir e continuar à busca do inimigo (*cf.* JÜNGER, 1995, p. 14). Nada mais schmittiano do que a referência de Jünger de que “[...] exclusões de um terceiro, de um odiado, [...] são [...] indispensáveis” (JÜNGER, 1995, p. 14), cujo dimensionamento empírico sugere a criação de um mundo fortemente influenciado sob o espectro da comissão do horror.

O conservadorismo revolucionário jüngeriano enfatiza de modo não muito distante de Schmitt que devemos interferir e continuar à busca do inimigo (*cf.* JÜNGER, 1995, p. 14), sujeito cujo papel fora tão bem identificado pelo nosso autor em seu *Der Begriff des Politischen*. Momento seguinte à identificação desta odiada figura do *outro*, sucede a sua negação (*seinsmäßiger*). Aqui se apresenta Schmitt com o elemento nuclear de seu conceito-chave (político), a saber, a ideia central, radicada na potencial eliminação (*vernichten*) física do inimigo público (*hostis*), e não do inimigo privado (*inimicus*).²⁶¹⁵ Trata-se, portanto, de um óbice apenas parcial à eliminação do inimigo

²⁶¹⁴ O discurso bélico de Jünger perpassa alguma de suas obras centrais e de forma periférica a outras tantas. Para maior detalhamento deste tema, remetemos o leitor ao capítulo V do presente trabalho doutoral. Para uma aproximação de Jünger com a questão da ética e da técnica através de Marx, Spengler, Jünger, Heidegger e Jonas, ver BRÜSEKE (2005). Para uma projeção da intersecção teórica de Jünger com Schmitt e Heidegger em torno do decisionismo, ver KROCKOW (2001). Para uma visão analítica mais abrangente, ver NEVIN (1996) e STAGLIENO (2009).

²⁶¹⁵ É importante a nota de Trierweiler acerca de que o conceito do político admite novos agrupamentos de amigos-inimigos (*cf.* TRIERWEILER, 2010, p. 28). Muito embora não tenha lugar a implícita admissão de que o âmbito do privado também pode uma dimensão atingida pelas relações de hostilidade, parece-

privado²⁶¹⁶ e, por outro lado, da permissão para que o Estado indique e proceda à eliminação do inimigo público (*hostis*) ou, em termos schmittianos, que

Feind ist nur der *öffentlich* Feind, weil alles, was auf eine solche Gesamtheit von Menschen, insbesondere auf ein ganzes Volk Bezug hat, dadurch *öffentlich* wird. Feind ist *hostis*, nicht *inimicus*. (SCHMITT, 2002, p. 29).²⁶¹⁷

De forma conexa a esta questão, Dymetman diz de forma taxativa que Schmitt sustenta que “[...] o *hostes*, que se refere ao inimigo público, [é o] que deve ser fisicamente eliminado, que deve ser morto” (DYMETMAN, 2002, p. 131). Díaz, com não menor ênfase, sustenta que o não pertencer ao conjunto da *Volksgemeinschaft* era já indicativo de inimizade e que, em tal condição, colocava o sujeito na condição de alguém a quem “[...] hay que expulsar o eliminar” (DÍAZ, 1991, p. 77).²⁶¹⁸ Este é um quadro teórico que fortalece a cultura do totalitarismo e constitui o que se pode entender como de superior eficácia para a articulação teórica e prática de um regime que finalmente orientará a política de Estado pela estética do horror (*Ästhetik des*

nos possível pensar que os embates últimos já não mais apenas terão lugar entre os Estados mas, também, internamente, entre o Estado e aqueles que sejam considerados inimigos públicos (*hostis*).

²⁶¹⁶ Em momento anterior deste capítulo XII destacamos que a figura do *inimicus* encontra apenas uma limitação parcial quanto a sua eliminação, pois perante o poder do ditador soberano nada poderá quando este o indique como um inimigo público e não mais como um inimigo que represente tão somente um obstáculo privado.

²⁶¹⁷ O texto acima permite a seguinte livre tradução: “Inimigo é apenas o inimigo público, pois qualquer coisa que se refira a tal conjunto de homens, especialmente a um povo inteiro, torna-se, por este motivo, público. Inimigo é *hostis*, e não *inimicus* [...]”. No texto em inglês traduzido do alemão por Schwab encontramos o seguinte: “The enemy is solely the public enemy, because everything that has a relationship to such a collectivity of men, particularly to a whole nation, becomes public by virtue of such a relationship. The enemy is *hostis*, not *inimicus* [...]” (*apud* SCHMITT, 2007, p. 16). A respeito deste tema, embora em posição contrária à sustentada neste trabalho, ver KENNEDY (1998). Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “Inimigo é, exclusivamente, o inimigo público, porque tudo que tem alguma ligação com tal coletividade de homens, particularmente com a integralidade da nação, torna-se pública em virtude desta ligação”.

²⁶¹⁸ O trecho acima permite a seguinte tradução: “[...] há que expulsar ou eliminar”.

Schreckens),²⁶¹⁹ projeto de todo impróprio para pensar o campo da democracia contemporânea.²⁶²⁰

A *Ästhetik des Schreckens* (estética do horror) encontra-se caracterizada pela mais absoluta negação do *outro* através da eliminação física. Sua prática aponta, em verdade, para um *nicht dasein*,²⁶²¹ pois ela inverte a possibilidade humana de *sein*, ou,

²⁶¹⁹ A disponibilização de argumentos a um regime totalitário como fez Schmitt é, por si só, movimento que malbarata esforços no sentido de contribuir de modo relevante para o aperfeiçoamento da democracia. Sem embargo, esforços como estes são reclamados por autores como Mouffe, dentre outros pós-marxistas, que afirmam ser este o seu interesse intelectual. Neste sentido confirma a autora que Schmitt é uma fonte importante que pode ser usada para “[...] formulate a better understanding of liberal democracy” (MOUFFE, 1999, p. 52). Não obstante, são intensas as críticas provenientes das próprias fileiras da esquerda – alguns identificados com setores de corte democrático-humanista avessos às visões totalitárias do político – a respeito da tentativa de revivescência desta tradição schmittiana, retomando um conservadorismo não arrependido de suas ligações totalitário-nacional-socialistas (ver BORÓN; GONZÁLEZ, 2006, p. 150-154). Os autores ademais aprofundam a crítica pela tentativa, claramente posta em Mouffe, de aperfeiçoar o liberalismo democrático (*cf. Ib.*). A respeito das possíveis ligações da filosofia política schmittiana com o pensamento marxista e de esquerda. Ver BIANCHI (2007), DOTTI (2002; 2001), FONTANA (2001), HERRERA (2001).

²⁶²⁰ A intensa impactação política da estética do horror (*Ästhetik des Schreckens*) convida a uma profunda reflexão sobre o quão operacional possa ter sido para os seus fins o político schmittiano. Esta reflexão permite que avaliemos a potencialidade dos reclamos da filosofia política do nosso autor para pensar a democracia contemporânea, de sorte a evitar que venha importar, e inocular, um letal vírus que, ademais de não sanar algumas de suas conhecidas deficiências, ao fim e ao cabo, termine por eliminar-lhe as suas melhores virtudes enquanto sistema político.

²⁶²¹ A percepção inicial é de que a dimensão do político em Schmitt não exclui o desejo *ao* desejo, manifestação puramente humana que qualifica o sentido e a diferença do humano perante o puramente animalesco. É esta uma diferenciação realmente possível em Schmitt? O desejo no homem schmittiano não seria, do ponto de vista hegeliano, um desejo e uma experiência meramente animalesca? O desejo no homem schmittiano é o desejo de apresentar-se e ocupar a posição do mais forte, cuja afirmação será por meio da submissão do *outro*, impingindo-lhe o mais intenso medo ao extermínio ou, sendo necessário, o próprio extermínio físico, quiçá através de uma apropriação da relação de domínio e escravidão. Apor aos demais a franqueza com que a sua existência será negada em seu sentido mais visceral implicará a apresentação do desejo de tornar-se o senhor em uma relação de puro domínio. Apresentado à morte, um sucumbe, o *outro* (que também pode ser o amigo), por puro terror à não-existência. Mas, perecendo ainda em vida sob o terror à não-existência, qual reconhecimento do *outro* poderá este, na qualidade de submetido como escravo, ser capaz de realizar? Submetendo, de que reconhecimento poderá ser sujeito este senhor e dominador, senão através do puro ódio feito adormecer na figura do *outro* dominado?

da-sein, para antecipar-lhe o destino certo, através da aplicação de um conceito do político enlevador do *nicht da-sein*. Schmitt inverte o conceito de política clássico aristotélico acerca da sociabilidade humana²⁶²² para, momento presente, confirmar ao homem que o político será a antecipação de seu fim, ou seja, um *nicht mehr (da-)sein*. Este o ponto de intersecção entre a política do horror ou da violência (*Politische des Schreckens oder des Gewalt*) com a estética do horror (*Ästhetik des Schreckens*) que exclui o indivíduo de seu âmbito.

A este respeito, sugerimos que o entendimento do político capaz de aportar teoria de fundo no sentido de uma crítica democrática não provém da filosofia política (conceito do político) ou das análises jurídico-constitucionais (conceito de ditadura) schmittianas. Os níveis de comprometimento e de contaminação de ambas com os vetores do totalitarismo são profundos, e também se revela insuficiente o seu nível de compartilhamento com a razão democrática em temas essenciais.²⁶²³ A proposta de que a mera ameaça propicie ao político o direito de eliminar o *outro* transcende os limites do

Apresentada a uma condição humana de, na melhor das hipóteses, pura dominação e, na pior, do extermínio, resulta de difícil apreensão como pode ocorrer na sociedade schmittiana uma relação que seja diferente daquela em que, em um pólo, encontramos o senhor e, no outro, todos os escravos perfeitamente dominados. É que o escravo não poderá falar a linguagem do reconhecimento de seu senhor, posto que este lhe é absolutamente superior. A sua linguagem, a do submetido, não lhe é acessível, e a mediação do terror compõe este quadro, lhe excluindo, portanto, da dignidade, ínsita à pessoa do senhor, segundo a visão que este último nutre de si mesmo.

²⁶²² A este respeito Trierweiler também recorda que Schmitt procede a uma redução do político ao puro contraste entre amigo e inimigo a partir da compreensão do autor de que o político, entendido em sua concepção clássico-aristotélica, como realização das liberdades e da concentração de energias (cf. TRIERWEILER, 2010, p. 21), é superado por sua compreensão do político como radicado no conflito e no enfrentamento.

²⁶²³ Dentre estes aspectos fundamentais em que Schmitt se mantém em situação de oposição, e que foram alvo de nossa atenção ao longo deste trabalho doutoral, encontramos os conceitos de pluralidade, o de heterogeneidade, o de democracia (no sentido contemporâneo), assim como a sua visão sobre o parlamento e sobre o dissenso político bem como sobre a normalidade política do Estado de Direito. Sugerimos que todos estes elementos são encontrados em Schmitt com insalváveis divergências relativamente às expectativas da cultura política democrática contemporânea.

político, bem entendido, e adentra o longínquo e já não colindante terreno da barbárie cuja marca designativa é a organização do extermínio motivado por razões aportadas pelo Estado. Aqui a linguagem do político de Schmitt, que bem pode demonstrar qual a casa em que habitava o seu Ser.²⁶²⁴

Entendida a violência (*Gewält als politik*) não apenas como componente mas, ainda mais, como o auge ou momento supremo do político, ou seja, como a “[...] grande política”, permite-nos a aproximação de uma concepção totalitária de Estado cujos termos extremos encontram-se em já não mais lhe dar a morte aos inimigos mas, antes, prolongar-lhes o sofrimento antes do inevitável fim (ver ARENDT, 1974, p. 541-542). A teoria do inimigo público do Estado encontra seu momento inicial na exceção ditada pelo soberano e seu termo final na retórica nacional-socialista, permitindo-se criar um inferno que produz cadáveres em massa sobre ensanguentada terra, *locus* cuja admissão encontra seu administrador no Estado na figura de seu ditador soberano e único juiz.

Nesta dimensão do político que engloba a violência, o homem político e o delinquente comum encontram-se insertos no mesmo projeto totalitário, e são mesmo necessários para um regime que já não mais visa puramente o extermínio do inimigo²⁶²⁵

²⁶²⁴ Neste trecho retomamos uma citação indireta de Heidegger de seu célebre trecho em que escreve: “A linguagem é a casa do Ser. Em sua habitação mora o homem”. (HEIDEGGER, 1995, p. 24).

²⁶²⁵ Neste sentido é extremamente importante a nota de Arendt, no sentido de que fossem tão somente os inimigos o alvo do regime totalitário nacional-socialista alemão, por certo, então os campos de concentração dificilmente teriam sobrevivido aos primeiros anos de sua criação (cf. ARENDT, 1974, p. 546), “[...] los campos hubieran concluido si al efectuar sus detenciones la Gestapo hubiese considerado sólo el criterio de la oposición [...]” (ARENDT, 1974, p. 546-547). O inimigo público era mesmo um objetivo móvel, dependente do arbitrário juízo do ditador soberano. Isto fica comprovado na narrativa de Arendt, quando indica que o próprio campo de Buchenwald encontrava-se na iminência de ser fechado, dado que subsistiam apenas mil internos no ano de 1937 quando, então, no final deste ano, os *pogroms* de novembro aportaram vinte mil novas desafortunadas almas (cf. ARENDT, 1974, p. 547) e a máquina de cadáveres voltou a operar intensamente. Ao texto acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] os campos teriam acabado se ao efetuar as suas detenções a Gestapo tivesse considerado apenas o critério da oposição [...]”.

mas, antes, que tem como propósito “[...] un sistema arbitrario es destruir los derechos civiles de toda población” (ARENDT, 1974, p. 547).²⁶²⁶ Destroçados estes referenciais tuteladores básicos, reputados liberal-burgueses de um falido Estado de Direito, não serão necessárias inventivas ou justificativas para a eliminação do dissidente.

A inflexão prática da compreensão do político como violência, válido mesmo no plano dos assuntos internos do Estado (*Innengewältpolitik*), encontra reflexo em trechos dos discursos de Hitler:

[...] Some day, when I order the war, I shall not be in a position to hesitate because of the ten million young men I shall be sending to their death.²⁶²⁷ It is preposterous [...] to expect me to look only for the real criminals among the Communists. It is just like the cowardly, inconsistent *bourgeoisie* to pacify their consciences with legal proceedings. There is only *one* legal right, the nation's right to live. [...] I have no choice [...] I must do things that cannot be measured

²⁶²⁶ O texto acima comporta a seguinte livre tradução: “[...] um sistema arbitrário é destruir os direitos civis de toda a população”.

²⁶²⁷ Neste sentido interessa sublinhar um trecho da obra *El trabajador* (1993), de uma das proeminentes figuras do conservadorismo revolucionário, Ernst Jünger, também reputado como um (a) “[...] modernista reaccionario” (HERF, 1990, p. 154-232), texto no qual, ao final, demarca bastante bem o território em que se move, próximo a Hitler e a Schmitt: (b) “En la cercanía de la Muerte, de la Sangre y de la Tierra asume el espíritu unos rasgos más duros y se tiñe de unos colores más intensos. La existencia se halla expuesta a mayores amenazas en todos sus estratos, hasta llegar a aquel género de hambre, casi caído ya en el olvido, frente al cual fracasan todas las regulaciones económicas y que coloca a la vida ante la alternativa de perecer o de conquistar” (JÜNGER, 1993, p. 62). Importa sublinhar com Herf que (c) “[...] aunque sus ideas [de Jünger] se traslapaban en muchos sentidos con las del nacionalsocialismo, Jünger no se unió jamás al Partido Nazi, y abandono la política después de 1933. Era demasiado elitista para aceptar un movimiento masivo real [...]” (HERF, 1990, p. 229). Malgrado esta anotação de distanciamento pessoal, encontramos em seus textos uma perspectiva conservadora revolucionária de fundo, altamente comprometida com os valores básicos do nacional-socialismo. Aos textos acima sugerimos as seguintes traduções: (a) “[...] modernista reacionário”; (b) “Na proximidade da Morte, do Sangue e da Terra o espírito assume características mais duras e se reveste de cores mais intensas. A existência encontra-se exposta a maiores ameaças em todos os seus estratos, até chegar àquele gênero de fome, já quase caído no esquecimento, perante o qual fracassam todas as regulamentações econômicas e que colocam a vida frente à alternativa de perecer ou de conquistar”; (c) “[...] embora as suas ideias [de Jünger] se sobrepusessem com as do nacional-socialismo em muitos sentidos, Jünger jamais se uniu ao partido nacional-socialista, e abandonou a política depois de 1933. Era muito elitista para aceitar um movimento realmente massivo [...]”.

with the yardstick of *bourgeois* squeamishness. This Reichstag fire gives me the opportunity to intervene. And I shall intervene. [...]. The world can only be ruled by fear.²⁶²⁸ (*apud* RAUSCHNING, 2003, p. 80-81).²⁶²⁹

Este texto de Hitler é mais um indício do marco teórico-político no qual operam os regimes totalitários, em que o valor da vida humana possui valor estritamente instrumental, destinado a cumprir finalidades coletivas cuja transposição ao mundo empírico é mediada pela vontade do *Führer*, capaz da percepção e implementação da justiça absoluta em detrimento de uma mera legalidade de corte burguês.²⁶³⁰ Isto expressa o que Herf percebe claramente como inerente ao discurso filosófico-político do

²⁶²⁸ Ao texto acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] Um dia, quando eu declarei a guerra, não estava em posição de hesitar porque dez milhões de jovens homens estava enviando para as suas mortes. É um absurdo [...] esperar que eu apenas dedique atenção aos reais criminosos entre os comunistas. Isto é apenas covardia, um inconsistente pacifismo *bourgeoisie* com a sua consciência sobre os procedimentos legais. Há apenas *um* direito, o direito das nações em viver. [...] Eu não tenho escolha [...] Eu devo fazer coisas que não podem ser mensuradas com o padrão de medida dos escrúpulos burgueses (*bourgeois*). O fogo no Reichstag me deu a oportunidade de intervir. E eu devo intervir. [...] O mundo apenas pode ser governado pelo medo”.

²⁶²⁹ Importa ressaltar que Hermann Rauschning foi líder do Partido Nacional-Socialista e que, nesta condição, teria tido a possibilidade de acesso a Hitler para realizar este trabalho. Contudo, é igualmente certo que, em momento posterior, iria se desligar e opor ao nacional-socialismo do qual fora líder. Ver RAUSCHNING, (1941, 1939).

²⁶³⁰ O totalitarismo do qual o nacional-socialismo é uma de suas mostras mais bem acabadas encontra em seu âmago a possibilidade de realização da justiça perfeita, expressa através do querer do *Führer*, indissociado do querer do povo. A este respeito nos recorda Arendt que “[...] la ilegalidad totalitaria pretende haber hallado un camino para establecer la justicia en la Tierra [...]. La discrepancia entre la legalidad y la justicia jamás puede ser salvada, porque las normas de lo justo y lo injusto en las que la ley positiva traduce su propia fuente de autoridad [...]. La ilegalidad totalitaria, desafiando la legitimidad y pretendiendo establecer el reinado directo da la justicia en la Tierra [...] [porque] promete hacer de la Humanidad misma la encarnación de la ley” (ARENDR, 1974, p. 561-562). Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] a ilegalidade totalitária pretende ter encontrado um caminho para estabelecer a justiça na Terra [...]. A diferença entre a legalidade e a justiça jamais pode ser salva porque nas normas do justo e do injusto a lei positiva traduz a sua própria fonte de autoridade [...]. A ilegalidade totalitária, desafiando a legitimidade e pretendendo estabelecer o reinado direto da justiça na Terra [...] [porque] promete fazer da Humanidade a encarnação da lei”.

nacionalismo de direita em Weimar²⁶³¹, a saber, a glorificação da violência (*Gewalt*) e das máquinas de guerra (as tempestades de aço a que se referia Jünger em sua obra) (ver JÜNGER, 2005) como “[...] expresión externo de los impulsos internos hacia la vida” (HERF, 1990, p. 83)²⁶³², que, como veríamos, seriam máquinas operantes tanto no âmbito externo quanto interno.

Esta leitura que conecta os valores do conservadorismo revolucionário e do totalitarismo em sua versão nacional-socialista permite-nos reafirmar a presença em Schmitt da eliminação (*vernichten*) do *outro*-opositor no âmbito do político. Resta entendido o emprego da violência (*Gewalt*) como pura estratégia política incondicional, caracterizando com isto a filosofia política schmittiana como profundamente hostil à vida (*lebensfeindlich*), opositora do político entendido em sentido arendtiano (ver ARENDT, 1998; 1974), configuradora, logo à sequência, de uma verdadeira estética do horror (*Ästhetik des Schreckens*).

Neste sentido podemos acordar com Márquez que Schmitt visa menos a construção de conceitos como instrumentos teóricos do que “[...] como dardos para a luta” (MÁRQUEZ, 2003, p. 21).²⁶³³ A vida para Schmitt não é um alto valor em si mas, antes, que pode ser exposta no conjunto do político, sendo entendida como uma vida intensa (*intensive Leben*) e, logo, sujeita a manipulação para os bélicos e gloriosos fins estatais. Estes foram fins devidamente ressaltados pelo conservadorismo reacionário,

²⁶³¹ O nacionalismo que termina por ser incorporado aos valores do partido totalitário hitleriano igualmente era um dos valores encontrados nos primórdios do pensamento schmittiano. Neste particular discordamos da ideia de Gottfried quando afirma que dificilmente será possível vincular o pensamento schmittiano a um modelo nacionalista durante a Primeira Grande Guerra Mundial (cf. GOTTFRIED, 1991, p. 266). A rigor, parece-nos que o nacionalismo que tão profundamente marca o pensamento conservador revolucionário é um fator que aponta para a possibilidade de conectar Schmitt a esta ideia na medida em que interpretamos o autor ligado a tal movimento.

²⁶³² Segundo uma tradução livre proposta para este trecho, sugerimos o seguinte texto: “[...] expressão externa dos impulsos internos dirigidos à vida”.

²⁶³³ Ao trecho acima sugerimos a seguinte tradução: “[...] como dardos para a luta”.

especialmente por um de seus mais eruditos membros, e particular amigo de Schmitt, Ernst Jünger, autor que torna clara a glorificação não apenas do herói, mas daquele que intervém positivamente no limiar da morte e do derramamento do sangue.²⁶³⁴

Esta abordagem do político realizada a partir da referência conservadora revolucionária em sua formulação totalitária nacional-socialista explicita uma forma de exercício do poder. Assumido o pressuposto da exclusão paranóica do diferente, sobressai a possibilidade do extermínio cuja radicalização é a própria barbárie. A radicalização do político schmittiano permite a ampliação do raio do ditador que, soberano, realiza suave transformação da eliminação do *outro* em extermínio em massa. Erudito, Schmitt não desconhece a matéria política e tampouco a inocência lhe habitaria, razão única para desconsiderar o nocivo potencial do ilimitado poder.

Entender o político como forma de praticar a eliminação do *outro* através da ordem de um ditador soberano implica abrir o caminho que será facilmente trilhado. O exercício do poder logo se vê transformado em uma manifestação patológica na qual o seu detentor visa a eliminação pura e simples dos obstáculos, afastando todos os perigos de si, antes do que se dedicar-se a desafiá-los, confronto em que a hipótese de perder é real, conforme apontado por Canetti (*cf.* CANETTI, 1995, p. 232). Para quem ocupa e exerce o poder desde este *locus* político, “[...] o perigo está em toda parte, e não

²⁶³⁴ Segundo Jünger “[...] la existencia se halla expuesta a mayores amenazas en todos sus estratos, hasta llegar a aquél género de hambre [...] frente al cual fracasan todas las regulaciones económicas y que coloca a la vida ante la alternativa de perecer o de conquistar” (JÜNGER, 1993, p. 62). Neste trecho Jünger utiliza metáfora para assinalar o limite da prática da barbárie, utilizando a figura da fome que, àquela altura na Alemanha, não era uma experiência estranha à população e, certamente, capaz de suscitar apoios. Ao trecho acima sugerimos a seguinte livre tradução: “[...] a existência encontra-se exposta às maiores ameaças em todas as suas extrações, até chegar àquele género de fome [...] perante o qual fracassam todas as regulações econômicas e que coloca a vida perante a alternativa de perecer ou conquistar”.

apenas na sua frente. Ele é até maior às suas costas, onde o poderoso não seria capaz de notá-lo com suficiente rapidez”. (CANETTI, 1995, p. 232).

Mas, se assim são mesmo as coisas, o perigo para o César é multiplicado, e a anotação de seus inimigos também se dará com idêntica volúpia e sanguinolência. Encontrado o perigo em tal nível e tão disseminado em toda parte, por conseguinte, a determinação dos inimigos a eliminar também acompanhará similar amplitude de poderes e não será, portanto, como sugerira suavemente Schmitt em texto sobre o político, uma mera possibilidade no reino do político (*cf.* SCHMITT, 2002, p. 33), mas, antes, a própria e imperativa regra cotidiana do fazer político. O político expressamente recomenda o reconhecimento da limitação do poder e, neste âmbito, o reconhecimento de que o uso da violência pura (*reinen Gewalt*) não constitui o limite dentro do qual poderá transitar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação deste trabalho é com o estado da cultura democrática. Esta inspiração de fundo orientou nossa releitura do trabalho político e jurídico de Carl Schmitt desde algumas décadas.

O objeto desta tese doutoral deriva desta preocupação básica com a releitura schmittiana que lhe reclama para fins de análise, crítica e aprofundamento qualitativo da democracia contemporânea. Este trabalho não tomou, contudo, como seu objeto de análise, a uma minuciosa revisão das condições da democracia contemporânea, muito embora com elas tenha mantido diálogo no decorrer do texto naquilo que o seu objeto reclamasse como pertinente.

Esta tese doutoral procurou analisar a conexão de Schmitt com a tradição totalitária. Para realizar este movimento de conexão pesquisamos a presença de elementos ligados ao conservadorismo revolucionário que foram orientadores de fundo do nacional-socialismo. Acreditamos ter provado que existem elementos de fundo conectivos entre estas duas correntes e, por outro lado, Schmitt, por meio de sua filosofia política (conceito do político) e de seu pensamento jurídico-constitucional (conceito de ditadura) já desde os anos 20.

Para pesquisar o objeto proposto, e avaliar o grau de proximidade entre o conservadorismo revolucionário, Schmitt e o nacional-socialismo, realizamos um corte metodológico. Este seccionamento permitiu ocupar-nos centralmente em nosso trabalho dos conceitos do político e da ditadura, cuja análise procuramos desenvolver a partir dos trabalhos schmittianos das décadas de 20 e 30. Para tanto, pesquisamos a hipótese de que não houve uma ruptura interna nos escritos schmittianos, algo que, no decorrer do trabalho doutoral, acreditamos ter sido possível comprová-lo a partir de suas conexões teóricas com os movimentos supracitados.

A comprovação desta sugerida interpretação de Schmitt a partir do conceito do político e da ditadura inviabiliza a retomada do autor como portador de teoria habilitada para o cumprimento de quaisquer promessas como as realizadas por seus intérpretes. Nestes termos, portanto, acreditamos restar fundamentalmente prejudicada a retomada de seu trabalho como uma efetiva contribuição para a análise empírica e aporte qualitativo normativo às democracias contemporâneas. Alternativas vicejantes e promissoras para um trabalho de recomposição da ordem democrática encontram-se à disposição, em quaisquer das versões moderadas que habitam o espectro ideológico, não sendo Schmitt a única nem sequer de longe a melhor opção para tanto.

No decorrer deste trabalho nossa atenção esteve voltada a proceder a uma releitura do trabalho de Schmitt segundo a lente dos valores conservadores, tanto em sua versão contrarrevolucionária hispano-francesa quanto revolucionário germana. Sugerimos encontrar marcada presença em seu pensamento de ambos, sendo que o primeiro deles é utilizado em articulação com o segundo e lhe marca o pensamento filosófico-político e jurídico constitucional de modo relevante. Isto sim, esta abordagem do pensamento schmittiano quando não mereça ser considerada como inovadora, certamente, pode ser reputada como pouco usual.

No decorrer deste trabalho empregamos como método para a interpretação do texto schmittiano a realização de um duplo movimento de aproximação de modo articulado. Consideramos o erudito pensamento de Schmitt em contato com o seu tempo histórico, e a ele procurando responder. Nossa metodologia (a) supôs que o significado do trabalho de Schmitt apenas pode ser bem compreendido quando tenhamos em consideração os significados filosóficos comumente compartilhados pelas referências de seu tempo o que nos leva, em um segundo e articulado movimento, a (b) condicionar o trabalho a uma constante retomada de descrição das condições históricas sobre a qual

Schmitt opera como também com as teorias que habitavam aquele momento histórico. Desde logo, não se trata, e nem seria possível que, com o objeto de pesquisa em questão, fosse dedicado um esforço de reconstrução histórica que nos sugeriria a escrita de outro texto. Isto sim, dentro das limitações de espaço aqui reinantes e de submissão ao objeto mesmo da tese, pudemos reconstruir parcialmente a ambiência em que os argumentos do conservadorismo, em suas duas vertentes, ganharam atualidade no trabalho de Schmitt.

O trabalho foi dividido em duas grandes partes. Na primeira delas oferecemos uma análise da cultura conservadora, a qual sustentamos que a filosofia política (político) e jurídico-constitucional (ditadura) schmittiana permaneceu vinculada durante toda a sua evolução. As marcações conceituais desta primeira parte foram fundamentais para que pudéssemos, momento seguinte, na segunda parte, estabelecer as conexões teóricas em Schmitt. A segunda parte, assim como a primeira, tomando como cenário a cultura weimariana, abordou os tópicos conceituais elementares do pensamento schmittiano que colocaram as condições de possibilidade para que confirmássemos a hipótese deste trabalho.

Nos três últimos capítulos da segunda parte nos ocupamos do objeto do trabalho, o político e a ditadura. O argumento para realizar a sugerida interpretação conservadora revolucionária de Schmitt implicou no desenho dos parâmetros teórico-argumentativos do mencionado conservadorismo e de sua inserção histórica. Para alcançar este momento final percorremos um longo caminho que passou pelo conservadorismo contrarrevolucionário e sua aproximação entre teologia, política e ditadura (capítulos I e II). Momento seguinte, foram alvo de nossa análise os conceitos centrais do conservadorismo revolucionário germano e sua entronização dos valores belicistas, da violência como recurso do político e dos regimes totalitários como meios de

encaminhamento do político (capítulo III). No capítulo III expusemos a teorização de vários dos intelectuais partícipes do conservadorismo revolucionário. Nos dois capítulos subseqüentes, IV e V, foram devidamente articulados os argumentos de duas das mais proeminentes figuras do movimento, embora nem sempre devidamente consideradas em suas relações com Schmitt, a saber, Spengler e Jünger.

Consideramos uma tarefa fundamental neste trabalho doutoral atenção especial a de contextualizar as teses de fundo do conservadorismo desenvolvidas e/ou gestadas, embora parcialmente, do início do século XIX ao início do século XX. Em nosso trabalho apenas foram feitas algumas remissões a movimentos de final do século XIX, concentrando-nos mais ao exame da consolidação destas ideias no período weimariano. Nossa abordagem sugere que o traçado histórico de Weimar foi um trabalho empreendido com mais vagar nos capítulos VI e VII. Ao realizar este breve traçado histórico foi possível articular movimentos teóricos que forjaram o estabelecimento da cultura totalitária nos primeiros anos do século XX. Estes capítulos VI e VII representaram esforço de articular os temas e a força com que os argumentos conservadores revolucionários e totalitários foram contrapostos à cultura liberal weimariana.

Especificamente os capítulos VI e VII representaram um importante movimento de transição argumentativa na medida em que dedicados à contextualização da argumentação conservadora na ambiência weimariana assim como também da cultura totalitária e dos textos fundadores do nacional-socialismo. Este movimento nos permitiu realizar uma aproximação que foi relevante para analisar a proximidade da filosofia schmittiana de seu compromisso totalitário de fundo. Isto pode ter lugar principalmente pela preocupação em realizar a análise dos valores da geração de 1914 e toda a cultura do pessimismo da época com os signos spenglerianos de uma cultura ocidental, e

germana, em decadência. Ao movimento liberal nada mais restava a realizar, senão, ao contrário, era uma tarefa histórica desalojá-lo das posições de privilégio e comando conquistadas durante o século XIX. O empenho antiliberal foi uma das tarefas de fundo assumidas em comum entre Schmitt e a cultura totalitária do período, movimento urdido pelo conservadorismo revolucionário e pelo nacional-socialismo desde o enaltecimento da cultura *Völkisch*, da supremacia da tradição e de suas raízes irracionais sobre uma cultura burguesa inapta para os novos tempos em que já nada teria a dizer a cultura política parlamentar discursiva mas, antes, a ditadura e seu modelo anti-ilustrado e pré-moderno.

Os subsequentes capítulos VIII e IX foram destinados aos cuidados com o parlamentarismo. Os capítulos precedentes ocuparam-se da explicitação dos termos em que este não pode ser aceito sob qualquer forma. Os capítulos VIII e IX terão como ocupação o debate sobre as relações entre parlamentarismo e democracia, e servirão como ponto de partida para a análise realizada no capítulo seguinte sobre a estratégia schmittiana de compatibilizar a democracia com a ditadura, prévio descolamento desta última de sua tradição liberal, algo que, por certo, não teve ocorrência casual, senão premeditada, ainda nos primeiros anos da década de 20. A crítica antiparlamentar endereçada desde os textos schmittianos à cultura weimariana manteve uma explícita proximidade conceitual com a crítica elaborada pela extrema direita reacionária do período e de círculos fundadores do nacional-socialismo.

Por fim, os capítulos X, XI e XII foram destinados a abordagem do tema central desta tese doutoral. Estes três últimos capítulos se serviram apropriadamente dos suportes teórico-argumentativos e históricos dos demais capítulos, orientados desde o início a servir-lhes como tal. No capítulo X a ocupação central foi com o cruzamento da filosofia política e jurídico-constitucional de Schmitt por intermédio da interpretação do

conceito da ditadura em suas interrelações com a soberania, a decisão e a exceção. Esta tarefa foi desempenhada a partir de uma leitura conexa com a compreensão dos valores e princípios da filosofia política do conservadorismo contrarrevolucionário franco-hispânico e revolucionário conservador germano, tais como o de poder ditatorial e violência, o que nos permitiu dimensionar as possibilidades interpretativas dos conceitos schmittianos sob análise nestes capítulos.

O capítulo XI foi orientado mais concretamente à reflexão das variações da teoria sobre o conceito do político, de algumas de suas aproximações teóricas e de nossa própria interpretação crítica sobre o mesmo, enfatizando a questão da relação entre a violência e o político. O capítulo XII, por sua vez, propôs como tema central o aprofundamento da análise da relação entre violência e o político em Schmitt e o processo de eliminação do *outro* que tem lugar nos regimes totalitários. Neste momento encontramos o ponto de inflexão de nossa interpretação totalitária do autor quando (a) a eliminação no âmbito do político pode ser entendida como objetivo comum entre os belicosos propósitos guerreiros do conservadorismo revolucionário e (b) a eliminação pôde ser observada como positiva e objetivamente presente dentre os propósitos do Estado de tipo totalitário nos termos de seu desenho arendtiano.

Após esta breve visão panorâmica dos objetivos cumpridos nas diversas etapas deste trabalho doutoral, propomos a redação de uma segunda parte a partir da retomada pontual, capítulo a capítulo, dos resultados obtidos. Sucintamente visitaremos os argumentos apresentados e, por meio da retomada não analítica, mas descritiva, tornar mais claros os resultados obtidos por este texto doutoral.

O primeiro capítulo desta tese, intitulado *Donoso Cortés e a face totalitária da teologia política: entre a política e a ditadura*, representou um movimento articulado com o seu segundo capítulo, ambos os textos tematizando o conservadorismo

contrarrevolucionário do século XIX com o qual mantivemos que a filosofia schmittiana possui íntima ligação.

Neste primeiro texto nosso objetivo foi o de realizar a retomada do pensamento conservador de corte teológico do espanhol Donoso Cortés. Nosso trabalho doutoral tem início com a pesquisa sobre as raízes da filosofia-política de Donoso, centrando atenção em sua aproximação a legitimação do poder, soberania e também sua visão antropológica, temas que foram profundamente importantes para que Schmitt angulasse a sua tematização tanto quando o enfoque reservado aos seus primeiros livros da década de 1920, nos quais a leitura conservadora se encontra.

Igualmente importante neste primeiro capítulo foi o foco sobre o relevante elemento antimoderno e anti-ilustrado do pensamento donosiano. Sugerimos e acreditamos ter sido possível evidenciar que estes foram elementos presentificados no texto schmittiano. Ao retomar elementos centrais desta tradição o filósofo de Plettenberg assume, assim, uma linha direta com esta tradição que lhe possibilitaria realizar o seu trabalho crítico das vertentes políticas e filosóficas da Ilustração na República de Weimar a partir de uma referência que já muito dificilmente houvera podido ser alvo de uma clivagem *a posteriori*.

Nesta sua retomada do pensamento conservador donosiano emerge como um importante ponto de apoio teórico para o seu trabalho a recepção da crítica donosiana ao liberalismo. Esta tradição foi indicada como carente das respostas necessárias às demandas históricas do período e que a alternativa que restava não era outra que a ditadura, algo dito de forma clara e direta por Donoso. Neste aspecto a conexão com a filosofia política donosiana nos parece decisiva para a aproximação do conceito de ditadura conforme posteriormente trabalhado por Schmitt. Em Donoso, claro está, não meias-tintas, trata-se de ditadura, que na gramática schmittiana seria descrita como

soberana, e não como uma de caráter comissário. O valor e apreço de Schmitt por Donoso é claro, e o que procuramos deixar claro no texto foi que a sua influência não se deu sem intensidade considerável, valor que sobressai na medida em que a íntegra desta conexão pareça encontrar-se indevidamente ponderada.

Intitulado *Conservadorismo contrarrevolucionário: De Maistre e De Bonald à base do político-jurídico schmittiano*, o capítulo II encontra-se tematicamente conectado com o texto do capítulo I. Este segundo texto visou dar continuidade a exploração das ligações de Schmitt com o conservadorismo contrarrevolucionário mas, desta vez, por intermédio de uma filosofia política também profundamente impactada pelo catolicismo das figuras de De Maistre e De Bonald.

O trabalho político-teológico de ambos, De Maistre e De Bonald, colaborou de modo relevante com a formatação do trabalho schmittiano. Um dos aspectos importantes a este respeito foi a sua retomada da reflexão sobre a legitimação teológica do poder político, abordagem que se mostraria constante em seu trabalho posterior. A partir da assunção desta posição, Schmitt apostou na ideia do poder político legitimador de suas ações calcado no conceito teológico de infalibilidade (cuja referência é o Papa), segundo um movimento que começa a ter lugar já desde os primeiros textos da década de 1920, principalmente, conforme vimos, em sua *Politische Theologie*.

O trabalho do capítulo II igualmente localizou que, ao menos parcialmente, esta aproximação de Schmitt com o conservadorismo contrarrevolucionário francês revelou-se importante na medida em que se fez refletir em trechos de um de seus mais relevantes escritos. Na *Verfassungslehre*, (ver SCHMITT, 1992b), por exemplo, o autor caracteriza o *caudillo* como uma figura a quem todos haverão de prestar seus melhores serviços, subserviência que alcança limites extremos. Conforme vimos neste trabalho, esta é uma obediência que não encontra limites, ou seja, “[...] hasta la muerte [...]” (SCHMITT,

1992b, p. 275), em troca nada mais do que da oferta de garantia de proteção e de sustento (*cf.* SCHMITT, 1992b, p. 275). Está claro que neste movimento há também uma recepção do risco existencial, o qual é reclamado pelo regime totalitário concebido nas linhas jüngerianas como um dever para os trabalhadores. Ao fim e ao cabo, entre os deveres dos súditos e os deveres do Estado, conforme indicam os textos de Arendt examinados no capítulo XII, tornar-se-ia perceptível que a forma de dominação totalitária não se preocuparia com a realização de maneira alguma com o cumprimento de suas atribuições.

Outro importante eixo da argumentação desenvolvida neste trabalho é de que esta tríade de autores conservadores apresentados centralmente nos dois primeiros capítulos representa uma sequência teórica que não apenas remete entusiasticamente à formulação anti-ilustrada como também apresentam duras e valiosas críticas ao liberalismo que, por intermédio de Schmitt, passaram a habitar o núcleo da argumentação antiliberal do pensamento pós-marxista contemporâneo. Assim como os conservadores apostaram contra a cultura revolucionária francesa que depunha um poder monárquico forte, inversamente, Schmitt aposta pela crítica contra um Estado liberal, de cultura constitucional tuteladora de direitos, com aposta por um novo Estado, forte e totalitário, que todavia não se desenhara em sua acabada formulação nacional-socialista.

Após este primeiro movimento de contato com o conservadorismo contrarrevolucionário nos dois primeiros capítulos desta tese doutoral, o capítulo III manteve a fonte conservadora como objeto mas em sua versão revolucionária presente nas primeiras décadas do século XX alemão. Neste capítulo passamos à ocupação de uma outra vertente histórica do conservadorismo com o qual dialoga Carl Schmitt, a saber, o conservadorismo revolucionário (*Konservative Revolution*).

No decorrer deste capítulo procuramos traçar os pontos de contato teóricos entre o conservadorismo contrarrevolucionário e anti-ilustrado da tríade representada por Donoso Cortés, De Maistre e De Bonald e o desenvolvimento de um pensamento conservador germano que visava precisamente a inversão da ordem republicana, apostando em um movimento de retomada de valores tradicionais germanos e que terminariam por constituir um importante aporte à teoria reacionária da direita formuladora do nacional-socialismo.

A formulação da gramática cultural e política da *Konservative Revolution* foi levada a termo por intelectuais como Armin Mohler, Oswald Spengler, Moeller van den Bruck e também, embora com menor intensidade, o próprio Rauschning. Realizamos neste capítulo uma ampla abordagem e um genérico desenho sobre os parâmetros sob os quais trabalharam estes intelectuais de sorte a que pudéssemos retomar tal intervenção conceitual em nossa posterior interpretação de Schmitt.

Neste capítulo III intitulado *O processo de consolidação do conservadorismo revolucionário: a ambiência cultural weimariana* buscamos explicitamos o debate de fundo proposto em Weimar sobre os valores conservadores e suas conexões com os movimentos fundadores da cultura totalitária e nacional-socialista que propiciaram a consolidação da teoria política de base do conservadorismo revolucionário.

A inspiração de fundo da *Konservative Revolution* foi ancorado no mito do homem germânico, em conceitos como o de comunidade (*Gemeinschaft*), na oposição aos valores urbano-cosmopolitas tão bem representados por cidades como Berlin, habitadas e influenciadas pelo liberalismo confundido com o judaísmo. O triunfo de novos e promissores dias reversores da decadência germana implicavam a assunção de novas e heroicas virtudes, germanas por excelência e bélicas, concretizadas por intermédio das ações da figura do guerreiro. A inspiração totalitária do político podia

começar a se fazer sentir quando transposto o nível de operação desta dimensão desde o debate para o âmbito do mais puro enfrentamento.

O amplo desenho inicial do conservadorismo revolucionário realizado neste capítulo III estabeleceu as relações de proximidade da cultura filosófica, estética, política e jurídica de Schmitt com a concepção de um Estado genuinamente totalitário. Ao longo do texto foram destacadas importantes conexões dialógicas e conceituais entre os autores do movimento, as quais puderam ser trazidas à tona, dentre as quais sobressaiu a leitura favorável da violência no âmbito do político, como um instrumento de realização dos fins do Estado.

Este movimento permitiu que, na sequência, pudéssemos mais confortavelmente visualizar a filosofia de Schmitt como bastante próximo aos valores heroicos, voltados ao belicismo e a um candente anti-humanistas. Em suma, a partir da leitura inicial proposta no capítulo III pudemos encontrar um discurso de fundo orientado ao princípio do homem vinculada a concepção de *Blut und Boden* (sangue e solo) e do retorno a um mítico homem germano, cujo preço a pagar era o desentronamento da vida segura apreciada pelo homem burguês, já sem lugar em um tempo que seria centralmente ocupado por uma nova figura, jüngeriana, a do trabalhador.

Sustentamos neste capítulo, e também ao longo deste trabalho doutoral, que tal movimento de aproximação entre o conservadorismo revolucionário e Schmitt torna-se representativo de uma cultura do enfrentamento último, de que o risco existencial que seria enunciado como valor suplantaria a vida segura aspirada pelo decadente mundo do homem burguês. O momento era o de disponibilização da vida para o atingimento de fins coletivos sob a liderança do condutor político, valores e movimento que tornar-se-iam característicos tanto do político quanto do jurídico em Carl Schmitt assim como do

Estado totalitário, cuja constituição logo nos anos subsequentes encontraria o seu espaço na vida germana.

O visceral ataque aos valores ilustrados e sua direta conexão com a consagração do poder violento traduzia a oposição entre a racionalidade e a irracionalidade que inspiram ambas as visões do poder e do político. Neste momento é perceptível a natural interdição desta segunda visão quanto ao diálogo parlamentar e que sugere outra ponte a ligar o conservadorismo revolucionário e Carl Schmitt.

No capítulo IV, intitulado *Oswald Spengler e a crítica conservadora: uma aposta totalitária*, retomamos uma linha de investigação que buscou aprofundar o argumento do conservadorismo revolucionário especificamente por meio do trabalho de dois de seus autores centrais como forma de que, na segunda parte deste trabalho doutoral, pudéssemos realizar uma retomada pontual dos temas específicos abordados nos capítulos IV e V e interpretar Schmitt por meio destas lentes.

Neste capítulo logramos centralizar a argumentação filosófica de Oswald Spengler de sorte a fazer emergir alguns de seus aspectos principais, dentre os quais a sua noção de decadência, de progresso, história e do papel da germanidade naquele momento. A conexão do autor com experiências teóricas de variação mítico-políticas mostram convergência de fundo com a sua inserção nesta interpretação schmittiana que retoma Donoso Cortés, De Maistre e De Bonald.

No capítulo IV desenvolvemos aspectos do que reputaríamos ser uma filosofia política de Spengler, e que se mostrou próxima ao político schmittiano em sua alusão à força como meio de realizar a história. Ainda assim, tal como Schmitt anunciara ser próprio a todas as filosofias políticas, encontramos em Spengler uma determinada concepção antropológica que influenciaria no traço de um tipo específico de Estado, forte e de poder concentrado, conectado com a sua particular *Weltanschauung*

conservadora que o aproxima da interpretação que propusemos da filosofia schmittiana. É neste sentido que Spengler apareceu nas linhas deste texto como um dos teóricos conservadores revolucionários que mantém interlocução teórica com o texto político schmittiano.

A pesquisa sobre Spengler permitiu que pudéssemos destacar três aspectos importantes. Um primeiro diz respeito ao elo de ligação do pensamento conservador revolucionário com o texto schmittiano, e que se mostra por intermédio da violência como meio de realização do político. Um segundo aspecto a destacar é a relação de inspiração conceitual entre o pensamento conservador revolucionário e a cultura totalitária. Por fim, um terceiro e último aspecto concerne à intrínseca relação da filosofia spengleriana como fonte alimentadora específica da nascente cultura nacional-socialista que clamava pelo domínio dos mais fortes, e que, em tempos conturbados, entrava em processo de consolidação e remetia a valores germânicos e também raciais que apareciam bastante claramente no texto de Spengler.

A análise da crítica spengleriana ao liberalismo e aos valores burgueses representou também um outro importante ponto de convergência entre o conservadorismo revolucionário e o pensamento schmittiano. Este revelou-se um ponto importante de contato por razão de que a crítica liberal ocupa na filosofia de Schmitt um ponto central para o desenvolvimento de sua filosofia política e, mesmo, de seu pensamento jurídico-constitucional, uma vez que ancora a sua visão de mundo em uma tenaz oposição aos valores burgueses.

A crítica ao liberalismo-burguês aparecerá intensamente tanto em Schmitt como em Spengler e Jünger, autor do qual nos ocupamos no capítulo V desta tese. Por conseguinte, deparamo-nos com um discurso afinado, e afiado, absolutamente avesso aos valores e princípios mais caros ao regime weimariano. Isto qualifica os textos desta

tríade de autores como relevantes fontes para o discurso antidemocrático que ganhava espaço e adesão pública por intermédio da disseminação da cultura totalitária.

Intitulado *O conservadorismo revolucionário e a literatura de Jünger como antecipação do nacional-socialismo*, o capítulo V encontra-se intimamente conectado com os quatro capítulos precedentes. Conforme mencionado, no capítulo III focalizamos mais amplamente o movimento conservador revolucionário e no subsequente foi dada partida a aproximação a um de seus mais importantes representantes, Spengler. Os temas ali tratados remetem diretamente a uma nova angulação que lhes foi reservada pelo capítulo V. Neste capítulo foi dado prosseguimento a exploração pontual de outro importante marco intelectual do período, Ernst Jünger, cujo talento literário em muito serviu aos propósitos do conservadorismo revolucionário na década de 20.

A centralidade de Jünger no movimento conservador revolucionário não é alvo de profundas disputas teóricas e, neste sentido, a sua escolha como um dos dois eixos dedicados a fundamentar a proximidade teórica do pensamento schmittiano com o conservadorismo revolucionário germano resultou não apenas justificada como proveitosa. Isto se deve a que foi possível estabelecer os vínculos entre a argumentação literária central de sua obra *Der Arbeiter (O Trabalhador)* publicada em 1932 e os argumentos filosófico-políticos schmittianos que apostavam, tanto quanto Jünger, em um Estado total, homogêneo para Schmitt e Jünger, homogeneidade calcada na figura do trabalhador, para Jünger.

A ênfase reservada ao trabalho do autor nesta década de 20 nos permitiu encontrar importantes conexões entre a violência, a guerra e o espírito de progresso que se apresentou no século XIX como uma verdadeira igreja popular (*cf.* JÜNGER, 1995c, p. 93, p. 104). O texto jüngeriano também estimulou um importante debate sobre a técnica que se fez presente em Spengler e também seria retomado por Schmitt mas, e

talvez principalmente, por outro dos mais destacados membros do conservadorismo epocal, Martin Heidegger.

As virtudes bélicas que tão intensamente aparecem destacadas na obra jüngeriana, respondem diretamente ao contexto de guerra da primeira década do século XX e das severas dificuldades de cicatrizamento que elas implicaram. Este foi o contexto que sucedeu a queda do regime guilhermino, e os primeiros esforços por consolidar um republicanismo e uma democracia sem tradição arraigada em solo alemão representavam sério risco institucional e para isto Schmitt, e todo o conservadorismo revolucionário, tiveram a sua atenção intelectual voltada em tons de alta voltagem crítica. Esta aproximação crítica à cultura do regime desde os seus primórdios em convergência com os textos conservadores é um dos elementos que auxiliaram nossa interpretação de que Schmitt não poderia – *Preußenschlag* indevidamente desconsiderado – apresentar-se ao final da década de 20 e nos primeiros momentos da década de 30 como um lídimo defensor do regime weimariano.

A aproximação da filosofia schmittiana ao conservadorismo revolucionário nas primeiras décadas do século XX foram delineadas nos capítulos III, IV e V. A abordagem destes capítulos permitiu que apresentássemos as condições de possibilidade teóricas para que um mais preciso tom da filosofia política e do pensamento jurídico-constitucional schmittiano pudesse ser estabilizado em torno à tradição totalitária, algo que, é certo, se deu não sem que de sua parte interlocuções várias, tanto à direita como à esquerda, tivessem lugar e que em nosso trabalho não puderam ser sobejamente exploradas e que merecerão especiais contribuições neste sentido.

O capítulo VI marcou o fim da primeira parte deste trabalho. Nesta primeira parte do texto trabalhamos de forma central com a análise dos conceitos políticos e jurídicos fundamentais conservadorismo católico e contrarrevolucionário de Donoso

Cortés, De Maistre, De Bonald (capítulos I a II). Também nesta primeira parte nos ocupamos com a análise do conservadorismo revolucionário germano (capítulos III a IV) e sobre o contexto histórico e teórico da República de Weimar. Este último foi movimento adotado com o objetivo de angular as críticas ao liberalismo provenientes destes círculos com aquelas que foram sendo consolidadas contra o regime weimariano por intermédio da cultura totalitária.

Intitulado *A crítica filosófica e política ao liberalismo weimariano: o conservadorismo e suas conexões totalitárias*, o capítulo VI retomou temas centrais dos capítulos anteriores na posição de ponto de arranque e cenário para a sua construção em que emerge o conservadorismo (contrarrevolucionário e revolucionário) como crítico do liberalismo em conexão com os textos do totalitarismo. A análise das relações de convergência histórica entre a crítica ao liberalismo e às suas instituições pode encontrar melhor ângulo por meio da projeção do eixo da filosofia conservadora na medida em que seus eram os valores centrais de ataque à República de Weimar cujo traço filosófico era precisamente o liberalismo.

A análise realizada neste capítulo VI permitiu uma parcial reconstrução histórica em que o *locus* totalitário em que ocorreu a gestação da crítica ao liberalismo e às instituições weimarianas restou evidenciado, sendo que nestes círculos transitava Schmitt com desenvoltura, e daí a importância deste breve reconstrução. Foi possível destacar que a inserção de Schmitt neste contexto de crítica ao liberalismo ganha tons mais sólidos em matéria política a partir de seu livro de 1923, o bem conhecido *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*.

É importante considerar que esta obra é escrita por Schmitt já tendo em conta a sua admiração pelo emergente fascismo italiano, cuja ascensão mais forte se dera em 28 de outubro de 1922 com Mussolini e sua marcha sobre Roma e, naquele país, o fim dos

traços democrático-liberais moderados da monarquia de Vittorio Emanuele III. Esta declarada simpatia schmittiana permite esclarecer o tom fascista, e totalitário, de sua crítica antiliberal assim como que o seu viés antiparlamentar destes anos possui, e não como com certa constância é sugerido, que se trata de um trabalho descritivo das vicissitudes da República weimariana. Por intermédio desta breve reconstrução histórica da consolidação do discurso totalitário em suas versões nacional-socialista e fascista, percebemos que a ambiência repercute segundo uma implícita assunção de posição da parte de Schmitt.

As críticas que focalizadas no liberalismo também mantinham sob ataque a seus valores conexos, a saber, a sua forma institucional democrático-parlamentar, o pluralismo tanto político como social, assim como o relativismo no mundo axiológico. Sobre este cenário encontrava-se o desenho mais bem acabado de uma crítica ao projeto da modernidade ilustrada, uma profunda crítica aos seus valores humanistas. Neste aspecto é importante mencionar que em sua abordagem da técnica, o fascismo e o nacional-socialismo guardam certa diferença. Isto se deu na medida em que o primeiro esteve preponderantemente preocupado com o avanço científico enquanto o segundo permaneceu com uma disputa interna até que pudesse o conservadorismo revolucionário, especialmente por meio de Jünger, e depois por Heidegger, melhor enfrentar, e pacificar, a questão que, por certo, é tematizada por Schmitt.

Este quadro de debates foi importante cenário para a construção conceitual schmittiana, do qual, insistimos, o autor não se distancia, senão que com ele mantém constante e rico diálogo, motivo pelo qual nossa sugestão de que Schmitt precise ser interpretado nestes moldes e que, por exemplo, o seu conceito do político e de ditadura reclamam tal abordagem, mais do que, no caso do segundo, uma releitura calcada na literatura romana da qual o autor buscou a diferenciação entre ditadura comissária e

ditadura soberana. É em seus dias de Weimar, e do regime, e com a interlocução histórica dos intelectuais de quem se manteve próximo, direta ou indiretamente, onde encontramos a melhor angulação para a interpretação de ambos os conceitos schmittianos, conforme foi visto no decorrer deste trabalho.

As críticas ao liberalismo weimariano brotavam naquela quadra da história sem que fossem ofertadas opções normativas às mais ácidas críticas que iam sendo tecidas, tanto provenientes da direita quanto da esquerda. Naquele momento era tão somente aventada a ditadura como a melhor alternativa política, opção que havia sido apontada há mais de um século por Donoso Cortés e que, argutamente, Schmitt havia retomado em 1922 em sua *Politische Theologie*. Estávamos em início da década de 20 quando Schmitt tece o elogio ao conservador católico espanhol do século XIX e suas predileções por um regime ditatorial que, na gramática de Schmitt, não era comissário senão ditatorial. Este contexto auxilia nossa argumentação no sentido de consolidar a posição da filosofia schmittiana como marcada por uma profunda aversão aos valores liberais weimarianos, movimento este que apenas retoricamente poderia ser compatibilizado com a leitura da defesa desta ordem tal como pretendem algumas correntes de comentaristas.

O abreviado desenho histórico que realizamos nos capítulos VI e que se mantém no capítulo VII com menor intensidade, revela o enfrentamento do conservadorismo revolucionário e de Schmitt com a ordem weimariana. Isto logo faria deparar-se com a renúncia às instituições do Estado de Direito e da tradição burguesa, remetendo a uma realidade em que o rechaço a argumentação liberal e democrática em sua acepção clássica marcava os limites em que tinha início a concepção cesarista do poder e da política. Encontramos este argumento consolidado na medida em que interpretamos o trabalho de Schmitt a partir das informações contidas nos capítulos precedentes. Esta

interpretação do trabalho do autor torna-se possível na medida em que observamos o quão destituído de qualquer apreço esteve o autor, já não exatamente pelos valores jurídicos weimarianos, mas, antes, e mais profundamente, pelo conjunto de valores culturais e políticos que lhe inspiravam, precisamente a mesma sorte de orientação do conservadorismo revolucionário.

O capítulo VII abre a segunda parte do nosso trabalho intitulada *O projeto totalitário schmittiano: da crítica democrático-liberal à ditadura ao político como extermínio*. Neste capítulo VII, intitulado *Schmitt contra Weimar: crítica às virtudes liberais, elogio da tradição*, retomamos parcialmente e como pano de fundo ao argumento antiliberal e contrademocrático apresentado no capítulo anterior. Para desenvolver o trabalho prosseguimos com a metodologia de contextualização da produção teórica do autor e de suas referências.

A sugestão de que o trabalho teórico de Schmitt se põe contra Weimar foi sendo construída por meio de diversas pistas ao longo do trabalho e neste capítulo VII encontrará seu momento de maior atenção. Observamos que ainda antes do alvorecer da década de 20 e, portanto, a partir do nascimento da República em 1918 e sua colocação em vigor em 1919, que Schmitt, em meio às forças políticas de vetorização centrípeta e centrífuga que agiram sobre a República, não hesita em somar-se às forças que lhe combatiam. Estruturadas parcialmente em uma *Kulturpessimismus*, a tradição conservadora do período representava o desafio à Alemanha de Goethe e Schiller, apostando nas tradições míticas de um germanismo heroico.

Por meio de uma angulação crítica de Weimar a perspectiva conservadora revolucionária realizou uma severa oposição a tradição moderna e de seu viés racionalista. A aposta no irracionalismo e na crítica anti-iluminista, como sugere Kalyvas, configuraria uma mistura explosiva de argumentos potencializados pela soma

à liderança carismática (*cf.* KALYVAS, 1999, p. 90) que encontraria em Schmitt um atento mas distorcido leitor de Weber. Isto representou um profundo distanciamento dos valores goetheanos e schillerianos e, não em vão, pois viria a formar peça constitutiva caracterizadora do processo de consolidação de uma forte cultura totalitária no período, em cujo âmbito é possível inserir a melhor leitura do trabalho de Schmitt segundo argumentamos neste trabalho.

Esta literatura germana marca um campo de firme e incisiva crítica à democracia-parlamentar e liberal que vigia em Weimar, conforme observado, malgrado a Constituição, em si, representasse um compromisso (*Verfassungskompromiß*), denotadora da possibilidade política de pacificação em um momento histórico de duros enfrentamentos. As desconstrutivas críticas à Weimar provenientes desde Schmitt e o seu mais próximo círculo, não continham mais do que uma dinamite oculta sob o manto de teoria acadêmica, como sugerira Jünger em seu momento ao referir-se ao conceito do político schmittiano.

Esta releitura de Schmitt como um teórico que transita intelectualmente com desenvoltura entre o círculo da direita reacionária do período permite que o desenrolar deste trabalho pudesse assumir que a interpretação schmittiana do político e da ditadura não poderia mesmo senão antepor-se profundamente às instituições weimarianas. Esta visão schmittiana configurou um mais amplo quadro de sua participação no clima de sacrifício às liberdades democráticas marcado por seu apoio a regimes excepcionais sem garantias institucionais suficientes.

Esta é uma posição de Schmitt que assumimos como central para realizar a interpretação de seu trabalho. O movimento realizado pelo autor de deslocar a sua produção teórica, política e jurídica, do compromisso de fundo da cultura jurídico-política weimariana representa, para nós, uma ponte para que seus argumentos confluam

e possam transitar sem interdições com os argumentos apresentados pelas correntes totalitárias. Esta transitividade do trabalho de Schmitt com o totalitarismo permite-nos concluir por sua inviabilização como intelectual apto para contribuir para uma séria crítica analítico-normativa da democracia contemporânea.

O capítulo VIII que recebe o título de *Schmitt e as bases conservadoras da crítica à democracia parlamentar*, encontra-se conectado intimamente com o seguinte capítulo IX e se propôs adentrar firmemente na aproximação teórica de Schmitt aos argumentos doutrinários do totalitarismo nacional-socialista.

No capítulo VIII focalizamos a crítica schmittiana endereçada ao parlamentarismo. Nossa preocupação neste capítulo não foi meramente descritiva de seu trabalho teórico mas, antes, de analisar o seu texto sob a angulação das similares críticas desenvolvidas pelas fileiras do conservadorismo revolucionário. Antimoderno e, em parte, teológico, o conservadorismo do qual Schmitt se viu mais próximo, destitui o debate de sua posição parlamentar central, aspecto no qual é nítida a similaridade com o discurso nacional-socialista do período. Destronar a discussão equivalia ao primeiro passo para o sufocamento do dissenso, para encetar o processo de supressão dos diferentes. Na esfera do político isto guarda equivalência a substituição da cultura democrático-parlamentar pelo puro e incondicionado exercício do poder soberano que, em remissão à filosofia política donosiana, encontraríamos sob a denominação de pura ditadura.

Nossa preocupação central neste capítulo foi, portanto, a de focalizar a crítica parlamentar tecida por Schmitt sobre o cenário da crítica conservadora. Com a finalidade de tornar a ambiência teórica menos opaca e evidenciar em que termos tinha lugar a ação dos intelectuais genuinamente comprometidos com a defesa do regime, trouxemos ao debate a voz de alguns dos mais genuínos defensores do regime. Dentre

estes que claramente mantinham relação de oposição com Schmitt destacamos Kelsen, autor com cujas concepções político-jurídicas trabalhamos no capítulo oitavo. Kelsen mostrou de forma clara e inequívoca a sua aposta na democracia liberal assim como empenho na defesa de suas instituições, movimento idêntico ao realizado por Smend.

Ambos, Kelsen e Smend, portanto, se mostraram abertos defensores do Estado constitucional liberal weimariano, razão pela qual a anteposição de ambos emerge como um aspecto esclarecedor acerca do verdadeiro campo de atuação de Schmitt. Ambos os autores são de manifesta riqueza e torna-se impositiva uma maior exploração de seus debates com Schmitt, algo que não foi possível aprofundar nos limites teórico-metodológicos propostos por este trabalho, mas que representa um excelente ângulo analítico para destacar quais foram realmente os compromissos assumidos por Schmitt.

Neste capítulo evidenciamos que a ácida e desconstrutiva crítica de Schmitt sobre o parlamentarismo não teve sua origem em uma análise teórica das instituições, que não permaneceu no plano meramente descritivo mas que, em sua hábil e erudita construção textual vivamente subjaz uma articulação em torno de um tipo-modelo de Estado. O que procuramos mostrar conforme o apoio teórico e histórico do conservadorismo foi que o seu modelo era não apenas antiweimariano como mantenedor de compromissos com ideologias totalitárias. Este é um quadro cujo desenho é amplamente compatível com uma de suas importantes posições a respeito da estrutura do Estado e do governo, a saber, a sua posição antiparlamentarista, cuja profunda crítica desqualificava o Parlamento como instituição, a seu ver, incapaz de responder às demandas históricas de uma emergente, e crescente, sociedade de massas.

Schmitt sustenta que as instituições parlamentares encontravam-se esvaziadas, que já não mais eram aptas a cumprir as funções, colonizadas que estavam por grupos voltados à realização de seus interesses particulares, aspecto no qual encontra-se,

submerso, ao caro argumento à esquerda clássica de que o Estado se apresenta como mero instrumento de negócios alheios ao interesse público. Assim, Schmitt construiu um discurso capaz de galvanizar discípulos tanto à esquerda quanto à direita, cujo movimento objetivava a desconstituição do Estado liberal por visar a instauração de um outro projeto totalitário. Ambas as correntes hoje cobram preocupante atualidade. Esta revigoração é capaz de sorrateiramente engendrar uma cultura antidemocrática pelas portas da democracia e, uma vez inoculada, tornar-se capaz de sobreviver em estado de latência à espera de que as mais favoráveis circunstâncias históricas mais uma vez encontrem ponto de intersecção com fatos políticos que reduzam as resistências aos movimentos totalitários.

O texto do capítulo VIII visou expressamente atentar para estes riscos da cultura antiparlamentar a partir das críticas schmittiano-conservadoras desenvolvidas em consonância com a direita reacionária do período. A partir do ponto de vista teórico este risco parece tornar-se evidente quando realizada a contraposição dos argumentos do Estado de Direito aos do Estado totalitário, cujo poder aparece centralizado na figura do ditador soberano, que é quem decide, e não discute, mesmo porque, como recorda Schwab, “[...] discussion is diametrically opposed to dictatorship” (SCHWAB, 1989, p. 21).²⁶³⁵ Schmitt refutou precisamente não apenas este elemento básico da vida democrática como a discussão como também o fez relativamente à pluralidade. A sua base argumentativa calcada em sua ligação com os conservadorismos, contrarrevolucionário e revolucionário, pareceu-nos determinante neste aspecto, recordando que, por exemplo, Donoso Cortés é suficientemente claro em sua defesa do conceito de ditadura como a forma de superação histórica do então já falido, a mediados do século XIX, parlamentarismo-liberal. De fato, e nisto o trabalho encontrou o apoio do

²⁶³⁵ Ao trecho acima sugerimos a livre tradução que segue: “[...] discussão é diametralmente oposta à ditadura”.

comentário de Scheuerman no sentido de que não poderá haver discussão ali onde a filosofia de referência tenha verdades absolutas como pontos de partida (cf. SCHEUERMAN, 1995, p. 136), e a filosofia schmittiana as possui, sendo a sua teologia política calcada na infalibilidade do Papa uma de suas manifestações.

O forte empenho antiparlamentar de Schmitt foi, portanto, claramente acompanhado pelo conservadorismo revolucionário, dentre os quais emerge a figura de Spengler. Este autor foi alvo de nossa retomada nos capítulos seguintes da tese doutoral, sugerindo que a tese apontada por Schmitt para a superação histórica do Estado liberal proveniente do século XIX seria o aperfeiçoamento do Estado forte (*Stärke Staat*) capaz, este sim, de responder à nova composição sociopolítica expressa pela democracia de massas (*massendemokratie*).

Não obstante, foi importante trabalhar neste capítulo com movimentos teóricos identificados com a esquerda pós-marxista (Mouffe), quadros que sugerem retomar a crítica schmittiana ao Parlamento e ao liberalismo como importante referencial teórico suficiente para intervir no sentido de qualificar o processo democrático em curso. Isto se dá em detrimento do trabalho de filósofos como Habermas e Rawls, aos quais setores da esquerda pós-marxista – com os quais o texto mouffeano se identifica – endereçam duros ataques.

Assim como em Mouffe, também encontramos outras referências da esquerda norte-americana que se apresentam contrapostas a interpretações eminentemente críticas a Schmitt como aquelas propostas pelos trabalhos de Fijalkowski, Zarka e também de Borón e González. O teor de seus textos também se coaduna com a crítica de setores da esquerda de históricos compromissos democratas, que reputamos comprometida com o humanismo. Dentre estes filósofos reputamos encontrar, no âmbito jusfilosófico, a figura de Elías Díaz, bem como no da ciência política, a Pablo Lucas Verdu, e, no

terreno filosófico, tanto a Marcuse como a Benjamin. Isto sim, outras marcas históricas da teoria da esquerda que observamos distanciadas destas citadas encontram-se, contudo, ainda em posição muito crítica a Schmitt desde um classicismo ortodoxo de esquerda ao qual pertence Lukács, especialmente duro em relação a Schmitt e, diretamente, com a releitura levada a termo pelo pós-marxismo contemporâneo.

O texto deste capítulo objetivou, portanto, dar um sério passo conectivo entre os argumentos schmittianos antiliberais e a cultura antirrepublicana com a qual o autor manteve proximidade em Weimar. A partir da argumentação até aqui exposta este capítulo recolocou os termos de um todavia inconcluso debate sobre a democracia parlamentar mas que, sugerimos, não projeta a sua extinção, termos reflexivos desde os quais as teorias de viés totalitário orientaram os seus trabalhos. Em Schmitt esta leitura encontra sua expressão a partir de seus escritos de inícios da década de 20 e se projeta até os anos 30 com sua recepção do conceito de Estado forte (*Stärke Staat*) e o amplo suporte teórico prestado ao III Reich.

Em Schmitt o projeto de um Estado forte conduzido por um *Führer* não foi, portanto, fruto das circunstâncias, das pressões do momento, como certos segmentos de intérpretes propôs. Menos problema de caráter, portanto, mero desvio de objetos de estudo em matéria jurídico-política, e que apenas turvam o campo analítica e, unicamente, propomos, é que a sua teoria apõe sérios problemas aos quais considerar quando os valores democráticos se encontrem em questão.

Este foi quadro cujo desenho foi sendo realizado tanto a partir da firme oposição às tradições liberais quanto pela confirmação conservadora do intrínseco valor do mito germânico, embebido este de singular disposição para o enfrentamento último. Este era risco que atingiria frontalmente os limites da vida privada, aos quais o Estado forte não hesitaria em transgredir para a implementação de seus projetos políticos para os quais o

indivíduo (soldado-trabalhador) era mero instrumento. O quadro institucional totalitário teria sua figura central no ditador soberano que, historicamente, seria incorporada pelo *Führer*, cujo apoio de Schmitt não mereceria, ao largo de seus anos, sequer um arrependimento expresso.

O capítulo IX, intitulado *O aprofundamento do projeto totalitário: por uma via antiparlamentar do político*, assim como o precedente capítulo VIII, mantém uma unidade temática mas, a separar-lhes e conceder-lhes autonomia, está a abordagem e a ampliação teórica a ambos reservada. Enquanto que, no capítulo anterior, nosso foco foi o de apresentar a crítica schmittiana ao parlamentarismo, bem como com quais tradições convergia o pensamento do autor, por outro lado, já nos limites do capítulo IX, a ideia foi outra. Pretendemos realizar um movimento de efetiva aproximação da crítica antiparlamentar schmittiana relativamente aos termos do discurso teórico do nacional-socialismo e da direita radical alemã do período. Esta mantinha um discurso, símile ao de Schmitt, em prol da denegação de autoridade ao parlamentar, apregoando a sua substituição pela força e pela tradição, pelo exercício do poder por uma figura popular ancorada em uma liderança carismática, em suma, por uma autoridade dotada de inquebrantáveis signos de poder.

Igualmente foi objeto de nossa atenção processar a análise de vários pontos de coincidência entre autores diretamente ligados ao pensamento totalitário, dentre os quais alguns fundadores do nacional-socialismo alemão, como Hitler. Os textos deste último, em muitos casos, apresentam convergências teóricas sobressalentes com conceitos schmittianos. Isto não nos faz sugerir vinculação teórica direta entre ambos, da qual não se tem notícia, senão, isto sim, da existência de uma comum vinculação ao pensamento totalitário que rondava a cultura política do período. Com isto, o nosso trabalho não sugeriu que o contato entre Schmitt e Hitler pudesse ter ocorrido de forma direta, muito

embora não seja excludente a hipótese de que Schmitt tenha lido Hitler, cujos textos eram de comum circulação à época, tanto mais quanto houve sua ascensão ao poder, quanto, então, praticamente todos os lares alemães do período dispunham de exemplares do *Mein Kampf*. Não é de se supor que Schmitt não tenha adiantado o grau de penetração que o texto obteve e a ele tenha permanecido alheio. A fonte comum de contato que sugerimos entre o nacional-socialismo em seus anos de formação e de consolidação do totalitarismo com o pensamento schmittiano é precisamente a fonte conservadora revolucionária.

Neste capítulo IX foi possível demonstrar o quão próximas estiveram do ponto de vista teórico as críticas tecidas ao parlamentarismo por parte do nacional-socialismo e por Schmitt. Esta aproximação teórica viu crescer a sua importância no texto devido a ter tornado possível averiguar que, conforme a datação das obras, que o discurso antiparlamentar foi desenvolvido por Schmitt com ampla ciência de quais eram os seus companheiros de viagem bem como, nesta medida, quais eram os seus propósitos e quais poderiam ser os rumos a que poderia conduzir. Como indicamos no curso do texto, dado o perfil e o conteúdo das ideias políticas destes grupos políticos reacionários de direita, o movimento apontava, em larga e clara medida, para a consolidação de um Estado totalitário, projeção teórica para a qual não pode ser dito que Schmitt estivesse despreparado para antecipar e, mesmo, prevenir concretamente, acaso constituído em defensor do regime weimariano.

O capítulo IX preparou tema que será retomado desde a ótica do político nos dois últimos capítulos desta tese, qual seja, o do extermínio, mas também, a partir de uma angulação diversa aquela desenvolvida no capítulo X. No capítulo IX nos interessamos em retomar a posição de críticos, dentre outros, de Jünger, Agamben, Marcuse e, em alguma medida, Benjamin, acerca do espaço reservado ao homem em

um Estado em que o Parlamento já nada tem a dizer sobre a criação de esfera de legalidade e da tutela ao ser humano. Esta é uma realidade que propusemos estar desabitada pelo humanitarismo que, sem hesitação ou lástima, foi alvo de adesão por Schmitt. Esta é uma interpretação trabalhada como possível ali onde, como sugerido por Schmitt, o Parlamento já não se encontra presente e, por conseguinte, a voz de seus representados torna-se inaudível às instâncias de poder, em verdade cegas, senão aos próprios desígnios, cujas ações meramente se travestem de sérias razões de Estado.

Schmitt foi influenciado pelo antimodernismo e pelas concepções teológicas do político presentes nos autores conservadores contrarrevolucionários trabalhados nos capítulos I e II desta tese doutoral e que em boa medida realizam aporte teórico justificador de um ataque incisivo a cultura parlamentar. Esta interpretação conservadora de dupla origem nos sugeriu que, em vários momentos, o antiparlamentarismo schmittiano evidenciou a sua marcada influência teológica, proclive a justificar as opções totalitárias em substituição a cultura parlamentar weimariana.

Tal observação da questão aproximou Schmitt de todos que mantinham uma posição de apoio à corrosão interna dos valores republicano-weimarianos de corte parlamentar, posição que mostramos ser compatível com a de Hitler e Goebbels, além de outras altas figuras do regime, apostando na alteração do regime por meio de suas próprias debilidades parlamentares, inversamente a qualquer ação revolucionária violenta. Estas posições em Schmitt não foram assumidas de forma aberta e declarada no que concerne aos seus propósitos, como o fez o totalitarismo de marca nacional-socialista. Schmitt apenas de forma aparente se ateve a descrição da ruína do regime liberal e de suas instituições, pois, em paralelo, corria solidamente uma cultura

totalitária que lançava mão destas pesquisas, aparentemente desconectadas de aplicação empírica, para implementar os seus projetos políticos.

Neste contexto nos deparamos com a noção de discussão apresentada no capítulo anterior como um desvalor. Se no âmbito da cultura parlamentar e liberal ela é o núcleo mesmo do processo político, já no âmbito da cultura e prática totalitária ela carece de qualquer sentido positivo. As práticas totalitárias denegam a valia das instituições parlamentares em que prevalece a assunção das diferenças a ser mediadas, e não resolvidas em última instância. A democracia se apresenta como contínua necessidade de mediação entre diversas percepções da vida, enquanto que o regime totalitário ao qual Schmitt aporta teoricamente de forma relevante aposta no viés inverso, do triunfo de uma verdade teológica assentada na mundaneidade política.

A projeção da infalibilidade teológica para a matéria política propicia um referencial inexpugnável, verdadeiramente dogmático, acerca do bem e do mal, do justo e do injusto, perante o qual não cabe o dissenso e a argumentação. A realização do supremo bem e justiça encontra em sua face totalitária a legitimação do emprego da violência (*Gewalt*) contra o inimigo. Trata-se, aqui, ao partir de um referencial de verdade perfeita, de uma ação violenta destinada a neutralizar todo e qualquer que enfrente o representante terreno da perfeita realização dos desígnios públicos. Nestas condições não há senão a negativa ao diálogo e a negociação no âmbito do político, que, por desnecessários, abrem concreto espaço para a possibilidade da eliminar (*Vernichten*) o *outro*, o inimigo dissidente. É a esta visão do político comportando a dimensão da violência contra a qual manifestamos nossa oposição, ou seja, que a tese de fundo desta tese pode, então, concordar integralmente com a lapidar formulação de Agamben ao afirmar que “[...] verdadeiramente política é apenas aquela ação que corta o nexo entre violência e direito”. (AGAMBEN, 2004, p. 133).

O objeto trabalhado no capítulo IX se revelou importante para o corpo desta tese doutoral na medida em que apresenta uma contribuição para a elucidação dos termos desconstrutivos da crítica schmittiana ao Parlamento, objeto do capítulo anterior. O objeto trabalhado neste capítulo mostrou-se útil no sentido de revelar o grau de proximidade desta crítica schmittiana sobre o parlamentarismo da mais castiça e reacionária tradição conservadora revolucionária que apostou em uma cultura totalitária que, prontamente, configurar-se-ia na evolução do totalitarismo de espécie nacional-socialista.

Esta análise permitiu que nos três últimos capítulos observássemos com mais clareza que os termos da investida antidemocrática não foram marcados pelo oportunismo pessoal mas, antes, por um projeto político de fundo. Já desde os primeiros anos da década de 20 encontramos nos trabalhos de Schmitt uma marca denotadora do que reputamos ser uma continuidade crítica à democracia, movimento notadamente realizado a partir de 1923 por meio de sua *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*.

Este livro de Schmitt representou uma análise teórica necessária para que o conceito da ditadura já previamente trabalhado por Schmitt em 1921 (capítulo X) e o conceito do político que fora desenhado em linhas amplíssimas na figura do soberano em sua *Politische Theologie* de 1922 pudesse encontrar seu adequado encausamento em 1927 em seu *Der Begriff des Politischen* (capítulos XI e XII) segundo os termos em que foi efetivamente concebido. Isto permitiu que, na sequência deste trabalho doutoral, pudéssemos, já em seus três últimos capítulos, utilizar este tema como mais subsídio teórico para realizar a interpretação schmittiana dos dois conceitos-chave de Schmitt (do político e da ditadura) por intermédio da tradição conservadora.

Os três últimos capítulos deste trabalho consistiram em uma aplicação do exame conceitual e historiográfico do trabalho realizado ao longo do texto. A partir do capítulo X foi retomada com maior vigor construção textual que permitisse a interpretação dos conceitos de soberania e de decisão como atuantes na normalização da ditadura, entendida esta como regra, e não como exceção. Nos capítulos subsequentes a compreensão da ditadura será vital para entendermos desde que ângulo Schmitt (re)constrói o político.

No capítulo X aproximamo-nos à ditadura por meio da proposta de diálogo com o conceito de soberania e de Estado de exceção (*Ausnahmezustand*). Segundo nossa análise a ditadura sobressai como uma regra no pensamento schmittiano, e já não como uma exceção, marcada pelo enfrentamento da contingência e sob o signo da temporariedade. Para apoiar esta hermenêutica retomamos a alguns textos clássicos de Schmitt, dentre os quais, necessariamente, *Die Diktatur* e *Politische Theologie*, redigidos e feitos publicar pelo autor ainda nos primeiros anos da década de 20, momento que, sugerimos, já se encontra o autor às voltas com o aporte teórico a uma cultura política totalitária.

O capítulo X desdobrou a análise de um tema que foi anunciado no capítulo VIII, a saber, a crítica à democracia. Neste capítulo a retomada do conceito schmittiano de democracia teve lugar por força do importante movimento de compatibilização realizado por Schmitt deste conceito com o de ditadura. Esta compatibilização entre ditadura e democracia é um compromisso teórico realizado muitos anos antes de sua final adesão ao nacional-socialismo e que, conforme vimos, projeta um horizonte habitado bem mais do que meramente por uma tentativa de deslocar o conceito de democracia da órbita conceitual do liberalismo.

O capítulo X representou um importante passo para estabelecer o eixo de ligação entre a filosofia política e o pensamento jurídico-constitucional de Schmitt quando para este texto convergem conceitos como o de democracia, soberania, ditadura (e aqui análise da ditadura comissária e da ditadura soberana foi indispensável) e o de Estado de exceção. Estes elementos analisados se revelaram indispensáveis para um mais adequado dimensionamento da interpretação do aporte teórico de Schmitt que aqui sugerimos encontrar-se eivado de elementos totalitários que, progressivamente, o autor vai construindo ao longo de sua carreira, como, por exemplo, em sua celebrizada interpretação do art. 48 da Constituição de Weimar acerca dos poderes do Presidente do Reich.

A designação do soberano em Schmitt denota a centralização de poderes e o monopólio da decisão (*Entscheidungsmonopol*). Contudo, a leitura que podemos fazer ao contrapor esta ideia presente em seu *Politische Theologie*, em que expressa a sua interpretação do art. 48, ancora a limitação de poderes do Presidente do Reich na intervenção de um fraco Parlamento. Nossa interpretação do fato é de que, efetivamente, a melhor leitura do texto schmittiano não revela uma preocupação com que o Poder Executivo não transcendesse os limites do meramente comissário para o seu desempenho em termos soberanos. Ao contrário, o nosso trabalho apontou para que a limitação do poder segundo a capacidade de intervenção de um Parlamento fragilizado é a resposta adequada para qual era a sua real preocupação com a limitação do poder, gênese da literatura liberal e alheia à cultura totalitária. Neste rumo, a sua intervenção no caso *Preußenschlag* foi apenas mais um aspecto a corroborar nossa interpretação.

Reputamos amplamente importante o movimento schmittiano de ancoragem da limitação dos ampliados poderes do Executivo no Parlamento, o que nos parece revelador de sua verdadeira estratégia. Ácido crítico do Parlamento, conforme visto nos

capítulos VIII e IX, está claro que o autor nem acreditava que o Parlamento pudesse, ou mesmo estivesse interessado, em frear os abusos do Executivo. Esta era, realmente, a aposta final de Schmitt, que era pela não-intervenção parlamentar e pela configuração histórica da ditadura soberana, cuja admiração já remetia à sua proximidade com a filosofia política donosiana dos primeiros anos da década de 20, conforme destacamos.

Quando Schmitt nos confirma ser a exceção o caso que se reveste de maior interesse, mais ainda do que aqueles inseridos no campo da normalidade, o autor está apontando que a normalidade lhe interessa apenas residualmente do ponto de vista teórico. Na exceção, portanto, é que encontramos a circunstância em que o poder se manifesta, realiza e genuinamente se apresenta. Schmitt não apenas pensa o poder a partir da exceção como a apoia como regra para o cumprimento dos desígnios do poder. Este é o desenho histórico em que Weimar conheceria o seu caso e não apenas a Alemanha a porta de entrada para o abismo.

Conforme indicamos, os capítulos XI e XII desta tese doutoral compartilharam um mesmo e comum objeto, a saber, o conceito do político em Schmitt. Intitulado *A perplexidade do político (Freund u. Feind): teoria e prática do totalitarismo*, o capítulo XI propôs-se a reinterpretar o conceito do político schmittiano. A novidade na abordagem deste conceito foi a sua angulação desde o referencial teórico conservador revolucionário que aposta, como vimos, na violência como recurso a realização dos valores políticos. Esta triangulação do político em Schmitt, conservadorismo revolucionário e totalitarismo (nacional-socialismo) tornou possível desenhar o seu projeto a partir de um objeto comum a todos eles, a saber, a violência (*Gewalt*).

No capítulo IX também foram objeto de análise algumas leituras construídas por segmentos pós-marxistas que reclamam a Schmitt como apto para o enfrentamento das debilidades do liberalismo e do Estado democrático contemporâneo, Mouffe e Schwab,

dentre outros. Esta leitura foi cotejada com alguns de seus antípodas, Fijalkowski e Zarka dentre eles, cuja oposta interpretação de Schmitt sugere a proximidade do autor com o pensamento nacional-socialismo. A angulação conservadora revolucionária a partir da qual sugerimos realizar a interpretação de Schmitt nos permitiu aproximá-lo desta segunda tradição de comentaristas e, por conseguinte, das próprias estruturas do totalitarismo já desde a década de 20 e, momento seguinte, justificar a presença da continuidade em seus textos da década de 30 quando já oficialmente ligado ao partido nacional-socialista.

Sugerimos em nosso trabalho que a filiação schmittiana à teoria totalitária desentende-se da análise de sua posterior filiação ao partido nacional-socialista em 1933, data tantas vezes posta no centro das atenções no debate sobre esta matéria. Nossa leitura é de que o viés totalitário se espraia por toda a produção teórica schmittiana ao longo dos anos, de modo constante em seus escritos das décadas de 20 e 30, e parte de nosso esforço de pesquisa neste trabalho consistiu em alinhar estes pontos de contato e desentranhar as suas matrizes teóricas conservadoras, as quais, por certo, o autor não renega nem oculta.

O capítulo X ocupou-se de inicialmente abordar com mais detalhes um dos temas centrais desta tese doutoral, a saber, o político em Schmitt. Um dos eixos de nossa análise foi a diferenciação estabelecida no referido conceito entre inimigo público (*hostis*) e inimigo privado (*inimicus*). Resta claro desta separação conceitual de Schmitt a sua central preocupação o *hostis*, cuja qualidade de inimigo público seria relevante para o autor. Conforme destacamos, a partir da edição do *Der Begriff des Politischen* de 1932 encontramos-nos com que o Estado, por meio da figura do soberano ditador haverá de indicar quem seja o tal inimigo público. A consequência deste poder fica clara: a ele competirá indicar a eliminação do inimigo indicado e, portanto, nada menos do que

tratar-se de um poder que se projeta existencialmente, de vida e de morte. Nossa leitura é, portanto, de que a interpretação holística, e não fragmentada ou seccionada de Schmitt, sugere a assunção do político, assim como de sua articulação com o conceito de ditadura, como eficiente mecanismo para a estruturação de um Estado de modelação totalitária.

Igualmente dedicamos atenção a enfrentar os argumentos de Mouffe a respeito da interpretação do político em Schmitt. A autora remete aos conceitos de agonismo e antagonismo, a partir dos quais procurar minimizar o impacto direto e cruel da possibilidade (*Möglichkeit* / *eventualität*) da eliminação do *outro*, sempre entendido este como o inimigo público, identificado pelo Estado. Mouffe, contudo, em sua tentativa de compatibilizar democracia liberal e os postulados schmittianos, conceito do político incluído, aposta em uma releitura deste conceito em que a eliminação não tem lugar.

Esta interpretação mouffeana do político equivale retomar Schmitt sem fazer-se acompanhar da essência do próprio conceito reclamado como fundamental para os nossos dias (ver capítulo XI). O corte do extermínio como ângulo final desde o qual Schmitt pensa o político não consiste apenas em uma redução do conceito a níveis mais baixos mas, fundamentalmente, lhe retira o próprio elemento que o autor reputa essencial. Na leitura de Mouffe este não é, contudo, o único problema, embora grave. De forma análoga a outros pós-marxistas, nos parece infrutífera a tentativa de Mouffe em compatibilizar a democracia liberal com a teoria schmittiana na medida em que esta se apoia firmemente na denegação do valor da pluralidade e da heterogeneidade em prol da articulação da homogeneidade e a intolerância. Identificamos este como um movimento importante no sentido de reforçar os pressupostos do Estado totalitário a partir dos limites flexíveis que o discurso democrático comporta.

Já em seu título, *A perplexidade do político (Freund u. Feind): teoria e prática do totalitarismo*, este capítulo X explicita a dimensão do grave risco que implica a polarização do amigo-inimigo no âmbito do conceito do político de Schmitt. Realizado este movimento que reduz o político à mera diferenciação do inimigo, encontramos com uma segunda articulação por parte do autor, e esta objetiva estabelecer a violência como um pano de fundo que ilustre a abordagem do político realizada no primeiro plano, no centro da ribalta. Schmitt realiza esta função por intermédio da atribuição à prática do extermínio da mera condição de *possibilidade* histórica, que, por certo, encontraria seu juiz supremo na pessoa do *Führer*.

Concluimos em nossa pesquisa que a expressa admissão da eliminação também ocorre no âmbito da política interna (*Innerpolitik*) tendo como seu ator e principal e competente promotor ao Estado, que atua por intermédio de seu ditador soberano. Este foi, precisamente, o caso alemão após 1933, e que contou com expresso apoio de Schmitt. À parte o caso histórico, do ponto de vista teórico, Schmitt outorga poderes ao Estado não apenas para indicar o inimigo público (*hostis*) como também para eliminá-lo segundo indicasse o exclusivo juízo de conveniência do soberano, o qual tende a alargar-se face à inexistência de controles eficazes.

A teoria schmittiana não nos oferece controles efetivos para esta ação do Estado na indicação do inimigo público e nem do trato a ele reservado e, como veríamos, tal procedimento ganharia não apenas uma aplicação prática já avançada a década de 30 como, também, o explícito apoio de Schmitt ao *Führer*, posição expressamente posto nos termos da redação do seu nefasto *Der Führer schützt das Recht*, texto tão breve quanto ilustrativo acerca do enviesamento totalitário da teoria schmittiana.

Este argumento é reforçado pelo movimento schmittiano na procura de ancorar a limitação das tarefas do Presidente do Reich nas atribuições parlamentares, algo pouco

menos do que embaraçoso e irônico. Isto se sustenta em que, conforme analisado nos capítulos VIII e IX deste trabalho doutoral, Schmitt manteve um profundo e constante, senão mesmo progressivo, despreço conceitual e histórico pelas instituições parlamentares. A este respeito o Parlamento de Weimar lhe serviria como o caso-modelo para a projeção de seu desprezo. Neste sentido, uma instituição que, segundo Schmitt, já não mais respondia às demandas da nova democracia de massas, não poderia, portanto, receber e adequadamente exercer a importante competência, falida que estava, para empregar firmes esforços teórico e práticos no sentido de impedir o alargamento da ditadura concebida em termos comissariais.

Estando ausentes as necessárias limitações, e confirmada na prática a fragilidade empírica das instituições tão criticadas por Schmitt, encontramos-nos perante a ingenuidade argumentativa que seria supor que o autor encontra-se ativo na defesa das instituições republicanas weimarianas. Nosso trabalho concluiu que a sua trajetória, acompanhada por toda a interlocução com o conservadorismo (contrarrevolucionário franco-hispânico e revolucionário germano) nada mais indica que a sua filiação filosófica e política sempre foi, além de antiliberal, fortemente antirepublicana.

O seu arraigado conservadorismo de dupla face auxiliou incisivamente a socavar, com diversos e nem sempre abertos movimentos, à cultura weimariana. A esta, sem embargo, importantes segmentos dentre os comentaristas se propõem a defini-lo como próximo defensor. Esta, contudo, não foi a nossa percepção ao não considerarmos aspectos isolados de sua trajetória filosófica. Neste sentido, por exemplo, o caso *Preußenschlag* trabalhado nesta tese é apenas ilustrativo de toda a nossa interpretação acerca da inclinação da filosofia schmittiana. A interpretação realizada por Schmitt sobre o art. 48 da Constituição de Weimar resultava na expansão das competências do

Presidente do Reich, o que reforça a identificação de Schmitt com as práticas centralizadoras do poder indispensáveis a um regime totalitário.

Retomando o conceito de ditadura abordado no capítulo X e o do político analisado nos capítulos XI e XII, foi possível notar importantes conexões internas entre estes conceitos. Para estabelecer a conexão entre o tipo de ditadura (soberana) e o político nos parece interessante recordar alguns aspectos teóricos e sua cronologia: o trabalho conceitual sobre a ditadura aparece em sua *Die Diktatur*, de 1921; a figura do soberano aparece de forma mais bem acabada no ano seguinte, atribuída que lhe seria a competência de decidir sobre a exceção, isto na *Politische Theologie*, de 1922; já em 1927, Schmitt atribui ao Estado a competência para determinar o inimigo em sua *Der Begriff des Politischen* e, logo adiante, reconheceria a competência para proceder a guarda da Constituição ao Presidente do Reich.

Esta cronologia conceitual contém um conceito do político de Schmitt que, conforme exposto na versão de 1932 do *Der Begriff des Politischen*, já não encontra-se próximo da ditadura comissária, acaso em algum momento ali tenha estado. Neste momento o político está inexoravelmente conectado às consequências da autorização schmittiana a que o Estado indique quem são os inimigos. Não se trata de uma mera indicação mas, isto sim, do suporte teórico à intervenção concreta no sentido de eliminá-los. Esta leitura encontra apoio no regime de exceção logo tornada permanente na Alemanha a partir do ano de 1933, e que configura precisamente o retrato institucional, político e jurídico, da ditadura soberana esboçada por Schmitt, cujo perfil já havia sido traçado em 1921 (*Die Diktatur*) e em 1922 (*Politische Theologie*).

É importante assinalar que o movimento de Schmitt de atribuir ao Estado o poder de designar, e eliminar o inimigo encontra-se na revisão do texto do *Der Begriff des Politischen*. Este é um movimento agudizado às vésperas da ascensão do nacional-

socialismo, vale dizer, na segunda metade do ano de 1932, a escassos meses, portanto, do funesto janeiro de 1933, e que em definitivo atropelaria os planos de dias melhores. Esta estratégia schmittiana não nos parece condizente com um teórico que apostara séria e convictamente nas instituições republicanas weimarianas. Desde os primeiros momentos da década de 20 Schmitt aplaina o terreno para um regime totalitário quando introduz no conceito do político a legitimidade da prática da pura violência por parte do Estado para, no momento decisivo, posterior a 1933, trazer à tona a dinamite ocultamente colocada em seu conceito do político, conforme reconheceria Jünger em carta endereçada ao próprio Schmitt.

O capítulo XII manteve relação temática com o capítulo precedente, ou seja, que o eixo da discussão permanece em torno do conceito do político. Neste capítulo, contudo, o trabalho foi desenvolvido sob distinta angulação. O capítulo XII, à diferença do anterior, ocupou-se com o adensamento da prática do extermínio (*Vernichtung*), com a migração do político entendido como mero conceito para a vivificação que ele próprio alcançou por intermédio de sua em prática, movimento para o qual nos valem, por exemplo, da crítica antitotalitária de autores como Arendt e Canetti. Com isto pretendemos redimensionar a discussão do conceito do político também para uma perspectiva empírica que torne mais evidentes as suas consequências práticas.

Intitulado *A construção do político pelo conservadorismo revolucionário: a cultura permissiva do extermínio e a insana persecução da destruição do outro*, o capítulo XII volta as suas atenções para a análise da repercussão objetiva da articulação do político com a teoria totalitária. Dedicamos espaço para a análise das fontes teóricas que tornaram factível a interpretação do político como um conceito que se revelou (a) um antípoda dos mais caros valores da democracia contemporânea, entre os quais a pluralidade e a heterogeneidade, em contraposição à aposta schmittiana na

homogeneidade e na intolerância; este seria um conjunto de valores que terminariam por (b) legitimar e promover a comissão da barbárie, observada a partir de suas raízes anti-ilustradas e avessas à pluralidade que habitam o próprio âmago do conceito do político schmittiano, cuja radicalização aponta para o extermínio.

A fusão de Estado e sociedade por Schmitt permitiu a potencialização de seu conceito do político, cuja centralização na figura do soberano determinará o direito de vida e morte tão característico das práticas do III Reich. Este texto argumentou que o Estado totalitário encontra suas formas mais bem acabadas precisamente ali onde a sociedade não disponha de força para reagir e os indivíduos se encontrem em estado de perfeita submissão ao(s) dono(s) do poder. Este é o projeto que encontramos presente em Schmitt quando o seu Estado total resume a sociedade no Estado e quando a este é atribuído o poder de indicar o inimigo e dar início ao processo de homogeneização.

Este grau superlativo de submissão ao poder encontrou poderosa crítica em autores de quem Schmitt não poderia senão resguardar distância teórica. Marcuse é uma destas referências cujo projeto aponta acusatoriamente para as dimensões do Estado totalitário (ver capítulo XII), precisamente quando tem lugar a profunda submissão do indivíduo, bem como as suas esferas de existência ao coletivo. Neste caso, então, resta fotografado o exato instante em que a destruição do *outro* começa a ser gestada de forma efetiva, e eficaz.

O capítulo XII remontou, embora parcialmente, alguns dos aspectos centrais da teoria totalitária por intermédio de Arendt no sentido de que, ao contrapô-la ao político schmittiano, lográssemos vislumbrar com mais clareza as limitações de um conceito do político que se propôs incluir a violência (*Gewalt*) dentro de seus limites. O diálogo pontual com a literatura canettiana também permitiu que retomássemos a crítica empírica ao Estado totalitário e à barbárie tornada possível por meio do trabalho de

intelectuais como Schmitt. A aposta deste texto doutoral encontra caminho precisamente inverso a este e, neste sentido, Arendt tornou-se fonte de valia para, assim como Canetti e outros sobreviventes, e desde uma angulação teórica compromissada com setores da esquerda liberal, tornar patente a condenação da barbárie quando a violência seja adotada como um instrumento de ação política do Estado total.

Neste capítulo XII insistimos para a clara deficiência que possui qualquer pretensão crítica à democracia orientada desde um projeto que modele o político de sorte a englobar a violência (*Gewalt*) em qualquer grau como elemento constituinte do político e que, ademais, atribua ao poder supremo do Estado a faculdade de determinar o direito de vida e morte sobre os seus cidadãos. Tal ilimitado juízo final faculta a imersão em um trágico acontecer histórico em que o agir político será fatal, posto que objetivado à base exclusiva de seus juízos sobre a periculosidade pública de cada indivíduo, mormente realizado a partir de critérios político-ideológicos e de conveniência pessoal do soberano.

Reconhecidamente erudito, Schmitt não desconheceu os meandros da matéria-prima política e histórica com a qual trabalhou e, tampouco, a ausente inocência que habita os afazeres desta dimensão dos assuntos humanos. Nestas circunstâncias, a previsão do extermínio como política real de Estado, sustentada na razão do soberano, era bem mais do que uma possibilidade (*Möglichkeit / eventualität*) de extermínio (*Vernichtung*) concreto mas, antes, era a própria armação de um artefato com momento de deflagração desconhecido, embora certo, para fazer sentir seu fatal efeito. Schmitt não desconhece, senão que presta elogios, aos resultados deste nocivo potencial do ilimitado poder, e o faz, sugerimos, sob a inspiração do desvalor da vida, tão próprio dos reclamos de um tempo heróico, cuja gestação se deu no âmago dos textos do movimento conservador revolucionário.

Entender o político como forma de praticar a eliminação do *outro* permitiu melhor compreender o exercício do poder como uma manifestação patológica, uma forma de pensar o político como poder denegatório do elementar *bios*. A objetivação deste poder no mundo torna o seu detentor uma figura que visa à eliminação pura e simples dos óbices às políticas de Estado e aos projetos pessoais do regime ditatorial. Neste contexto, o dissidente verá reduzido, quando não absolutamente negado, o valor de sua vida. A sua dimensão biológica alcança o equivalente a nada mais do que a uma ponderação de caráter instrumental, uma gestão de grandezas utilitárias, ou seja, de um mero protocolo cujo projeto existencial é, em absoluto, indigno de ser considerado. O dissidente é, portanto, nada mais do que um obstáculo, e o poder se apresenta pronto a atualizá-lo a sua real dimensão, o *nada*. Remover eficazmente o dissidente, o estrangeiro ou o diferente, aporta as condições teóricas para a realização da democracia homogênea schmittiana, e, por conseguinte, para a realização dos fins considerados superiores pelo Estado total.

A este respeito recordamos com Canetti no texto do capítulo XII, a questão é que os inimigos do bárbaro não terminarão de bater-lhe à porta. Em Schmitt não encontramos a referência de fundo que a homogeneidade é, sempre, projeto inconcluso, em que pese os esforços sanguinários por implementá-la. A barbárie é perpetrada, mas o objetivo lhe é fugidio, pois, mesmo quando expressivo o número de mortes, ainda, sempre e em maior número, e mais em sua própria imaginação do que de fato, dadas as sombras que lhe habitam, o diferente lhe tornará a bater à porta ao ditador soberano dos regimes totalitários. Nesta situação, como diz Canetti, “[...] o perigo está em toda parte, e não apenas na sua frente. Ele é até maior às suas costas, onde o poderoso não seria capaz de notá-lo com suficiente rapidez” (CANETTI, 1995, p. 232). O político em Schmitt, portanto, atribui competência ao soberano de fazer-se com os inimigos

(públicos), mas ao seu processo de eliminação verdadeiramente sucede a sua multiplicação, mesmo à frente do soberano, genuíno dono das regras do extermínio total.

Nestes termos de inserção do conceito em um Estado de ampla dominação, o político encontra seu ponto de intersecção com a barbárie, e em franca progressão. Este o desfecho de um conceito que, como ocorre em Schmitt, se proponha abranger a pura violência (*reinen Gewalt*) não como uma de suas dimensões mas, o que é mais relevante, como a sua verdadeira essência e diferencial. Ao fim e ao cabo, os tempos de exceção em que a violência tem lugar tornam-se a regra, e esta última, a exceção. Os tempos da miséria a que é submetido o homem se veem reduzidos a situação que poderia ser caracterizada por Arendt como de uma tentativa de “[...] destruir cada rastro de lo que nosotros denominamos corrientemente dignidad humana“. (ARENDR, 1974, p. 536).

Este trabalho contribui com seu desiderato de trazer à tona relações escassamente exploradas entre o pensamento filosófico-político e jurídico-constitucional schmittiano e o movimento conservador revolucionário que conforma uma das importantes bases teóricas do pensamento nacional-socialista. Este trabalho pôde aportar razões e argumentos relevantes no sentido de estabelecer ponte entre o autor e estas fontes teóricas para explicitar o comprometimento de alguns dos conceitos schmittianos mais relevantes como o político e o de ditadura (jurídico) com uma tradição totalitária inviabilizadora de sua retomada para fins crítico-analíticos da democracia contemporânea, preocupação de vários círculos dos novos intérpretes do autor.

Tendo em vista a preocupação originária desta tese, acreditamos ter auxiliado no processo de constantes esforços no sentido de cativar a reflexão sobre novas formas de

aparição da barbárie que, não raro, lançam mão de velhas fontes. Os esforços realizados nestas linhas procuram evidenciar trilhas todavia perigosas para que as contínuas reflexões em torno da democracia possam ser trabalhadas. Ao fim e ao cabo, com este trabalho pretendemos ter avançado na contribuição teórica que considera a obra de Schmitt impregnada de um viés totalitário e, por conseguinte, incompatível com a cultura democrática e com os valores ínsitos aos processos teóricos de redimensionamento e ressignificação constante da dignidade do homem, compromisso de fundo cultuável desde diversos pontos do espectro político-ideológico.

Um esclarecimento de ordem metodológica que se impõe ao final destas linhas diz respeito a que, embora ponderando as dimensões finais alcançadas por esta tese doutoral, o mesmo revela naturais incompletudes e pontos que incitam ao desenvolvimento de pesquisas posteriores. Reconhecemos expressamente, portanto, a importância de que este texto venha a dispor de continuidade de sorte a permitir-lhe alcançar maior profundidade em suas propostas e análises. Este objetivo nos conduzirá ao aprofundamento deste trabalho no pós-doutorado.

Esta tese doutoral permitiu, sem embargo, algumas ampliações promissoras dos temas aqui propostos, mas que remanescem todavia por aprofundar. Uma destas ampliações possíveis e que merece maior atenção diz respeito tanto aos mecanismos como aos próprios vínculos de disseminação da cultura totalitária em Weimar. De forma conexa, cabe ainda melhor avaliar quais os mais eficazes meios encontrados para a disseminação da cultura do ódio e da violência e, também, de que forma para isto contribuiu a literatura de guerra com a qual, por certo, Schmitt manteve relações próximas, notadamente, por meio de Jünger. A análise mais acurada do pensamento schmittiano por meio de um paralelo com os fundadores do conservadorismo revolucionário, como Armin Mohler e Hans Freyer, mas também de algumas de suas

principais figuras como Martin Heidegger, é outro dos aspectos que merece maior aprofundamento em pesquisas posteriores bem como uma exploração mais detalhada da crítica derridiana do político a partir do pólo schmittiano amizade-inimizade.

Outro aspecto que permite mais detalhada atenção investigativa é a relação de Schmitt com o pensamento teórico-político da esquerda frankfurtiana do período, notadamente, Kirchheimer, Neumann, Marcuse e Benjamin. Sugerimos que tal pesquisa pode contribuir à elucidação do real dimensionamento da retomada do pensamento schmittiano por parte de correntes comprometidas com a democracia. Estes, por certo, não foram temas ignorados neste trabalho mas que apresentam relevância singular, de sorte a sugerir o seu desenvolvimento, quer pela iniciativa de trabalhos de pesquisa sobre a relação de Schmitt com estes autores.

BIBLIOGRAFIA:

ABADIA, Gabriel García-Abadell. *Humanismo teorico, practico y positivo en Marx*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1974. 96p.

ABELLÁN, Joaquín. Reacciones ante la Revolución Francesa (Edmund Burke, los pensadores alemanes y de Maistre y de Bonald). In: VALLESPÍN, Fernando. (Org.). *Historia de la Teoría Política. Rechazo y desconfianza del proyecto ilustrado*. Vol. 5. Madrid: Alianza, 1993a. P. 14-81.

_____. El pensamiento de Max Weber. In: VALLESPÍN, Fernando. (Org.). *Historia de la Teoría Política. Rechazo y desconfianza del proyecto ilustrado*. Vol. 4. Madrid: Alianza, 1993b. P. 440-464.

ABELLÁN, Marina Gascon. La justicia constitucional: entre legislación y jurisdicción. *Revista Española de Derecho Constitucional*. Año 14, num. 41, mayo-agosto, 1994, p. 63-87.

ABENDROTH, Wolfgang. El Estado de Derecho Democrático Social. In: ABENDROTH, Wolfgang; FORSTHOFF, Ernst; DOEHRING, Karl. *El Estado Social*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1986. P. 11-42.

_____. Zur Funktion der Gewerkschaften in der Westdeutschen Demokratie. *Gewerkschaftliche Monatshefte. Zeitschrift für soziale Theorie und Praxis*. 3. Jahrgang. November, 1958, Heft 11, 641-648S.

ACCETTI, Carlo Invernizzi. Two Concepts of Democracy – Ratzinger and Lefort on the Temporality of Democratic Politics. *APSA 2010 Annual Meeting Paper*. Disponível em: SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1644610> Acesso em: 08.Out.2010.

ADORNO, Theodor Wiesengrund; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. 254p.

ADVERSE, Helton. Schmitt e Maquiavel. Da Racionalidade Técnica ao Conflito Político. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

_____. *Maquiavel – Política e Retórica*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

_____. Política e secularização em Carl Schmitt. *Kriterion*, Revista de Filosofia, no. 118, jul.-dez., 2008, p. 367-378.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz. Homo sacer III*. São Paulo: Boitempo, 2008. 175p.

_____. *Estado de exceção*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Boitempo, 2007. 144p.

_____. *A linguagem e a morte. Um seminário sobre o lugar da negatividade*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. 165p.

_____. *Mezzi senza fine. Note sulla politica*. Torino: Bollati Bolanghieri, 2005a. 110p.

_____. Entrevista. Da teologia política à teologia econômica. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*. Vol. 2, no. 2, Florianópolis, Jul.-Dez., 2005b, p. 1-11.

_____. *Estado de exceção*. 2a. ed. Trad. Iraci D. Poleti. Rio de Janeiro: Boitempo, 2004. 142p.

_____. *Homo Sacer – O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. 206p.

AGESTA, Luís Sánchez. Sobre la crisis del régimen parlamentario en Carl Schmitt. *Revista de Estudios Políticos*. No. 64, 1989, p. 7-23.

_____. Las posiciones del pensamiento político y jurídico de Carlos Schmitt. *Revista General de Legislación y Jurisprudencia*. Noviembre, 1942, p. 457-471.

AGUIAR, Renan. *Direito Natural e Direito Positivo a partir da teoria da linguagem*. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/UAs/se/departamentos/sociologia/pespectiva_sociologica/Numero1/Renan%20Aguiar%20-%20Thomas%20Hobbes.pdf Acesso em: 30 jul. 2010.

AGUIAR, Odílio Alves; BATISTA, José Elcio; BARREIRA, Cesar; ALMEIDA, José Carlos S. de. *Origens do totalitarismo 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001. 216p.

AGUIAR, Thaís Florencio de. Da importância da noção de “demofobia” para pensar a democracia moderna. In: *Teoria Política: para além da democracia liberal – 1ª. sessão: A democracia liberal no pensamento político brasileiro e ocidental*. GT 3901. 33º. *Encontro Anual da ANPOCS*. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:6GKcgl-B3C4J:www.anpocs.org.br/portal/component/option.com_docman/task.cat_view/gid.91/Itemid.85/+Da+import%C3%A2ncia+da+no%C3%A7%C3%A3o+de+%E2%80%9Cdemofobia%E2%80%9D+para+pensar+a+democracia+moderna.+In:+Teoria+Pol%C3%ADtica:+para+al%C3%A9m+da+democracia+liberal&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&source=www.google.com.br Acesso em: 05.Mar.2011.

AGUILAR, Héctor Orestes. *Carl Schmitt, Teólogo de la política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001. 504p.

_____. Carl Schmitt, el teólogo y su sombra. In: AGUILAR, Héctor Orestes. *Carl Schmitt, Teólogo de la política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001. P.7-17.

ALBANESE, Luciano. *Il pensiero politico di Schmitt*. Roma: Editori Laterza, 1996. 168p.

ALBUQUERQUE, Newton de Menezes. O Estado moderno e as antinomias do liberalismo: democracia e repolitização da soberania. *Nomos*. Revista do Curso de Mestrado em Direito da UFC. V. 26, Jan-Jun, 2007/1, p. 209-222.

ALEXY, Robert. *Teoría de los derechos fundamentales*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1995. 610 p.

_____. Derecho injusto, retroactividad y principio de legalidad penal. La doctrina del Tribunal Constitucional Federal alemán sobre los homicidios cometidos por los centinelas del Muro de Berlín. *Doxa*, no. 23, 2000, p. 197-230. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/12383873132368273109213/Doxa23_09.pdf Acesso em: 11 de outubro de 2009.

ALFIN, Demetrio Castro. *Burke: circunstancia política y pensamiento*. Madrid: Tecnos, 2006. 336p.

ALONSO, Marta García. Carl Schmitt o la imposibilidad de una política secularizada. *Isegoría. Revista de Filosofía Moral y Política*. No. 32, 2005, p. 235-244.

ALONSO, Modesto M. Gómez. Los principios del conservadurismo político. *Opinión Jurídica*. Universidad de Medellín. Vol. 8, No. 16, Jul.-Dic., 2009, p. 63-79.

ALONSO, Roberto Navarrete. A propósito de la deconstrucción de la teología política. Carl Schmitt, Jacques Derrida y El concepto de lo político. *Bajo Palabra*. Revista de Filosofía. II Época. No. 4, 2009, p. 201-210.

ALÓS, Javier López. El pensamiento reaccionario sobre la democracia. *Presente, pasado y futuro de la democracia*. 2009, p. 161-69. Disponível em: <http://congresos.um.es/sefp/sefp2009/paper/viewFile/3211/3121> Acessado em: 26 de maio de 2011.

ALTINI, Carlo. 'Potentia' as 'potestas': As interpretation of modern politics between Thomas Hobbes and Carl Schmitt. *Philosophy & Social Criticism*. Vol. 36, no. 2, 2010a, p. 231-252. Disponível em: <http://psc.sagepub.com> Acesso em: 1º. de abril de 2010.

_____. *La fabrica de la soberanía: Maquiavelo, Hobbes, Spinoza y otros modernos*. Buenos Aires: El Cuenco de la Plata, 2005. 252p.

ALVÁREZ, Luis Gonzalo Díez. *Anatomia del intelectual reaccionario: Joseph de Maistre, Vilfredo Pareto y Carl Schmitt*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007.

AMARAL, Susana de Castro. As Conferências de Nietzsche sobre a educação: a diferença entre Bildung e Gelehrsamkeit. *Fragmentos de Cultura*. Goiânia. V. 18, n. 5/6, maio-jun., 2008, p. 375-382.

AMENGUAL, Gabriel. Introducción. In: ANGEHRN, Emil, *et. all.* (Orgs.). *Estudios sobre la Filosofía del Derecho de Hegel*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989. P. 11-65.

AMETLLER, Dolors Canals; SANCHEZ, Guillermo Ormazabal; VIVES, Marc Tarres. Cronica del Seminario "La Republica" de Weimar y la evolución de la Ciencia del Derecho. *Revista de Derecho Constitucional*. Año 17, núm. 49, enero-abril, 1997, p. 197-202. Disponível em: http://www.cepc.es/rap/Publicaciones/Revistas/6/REDC_049_206.pdf Acesso em 13 de julho de 2009.

AMITRANO, Georgia. Banalidade do Mal: Uma leitura a partir de Camus e Arendt. In: MAIA, Antonio Cavalcanti e BRANCO, Guilherme Castelo. (Orgs.) *Filosofia Pós-Metafísica*. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2006. P. 71-84.

ANABITARTE, Alfredo Gallego. La discusión sobre el metodo en derecho público durante la República de Weimar. *Revista Española de Derecho Constitucional*, año 16, núm. 46, enero-abril, 1996. P. 11-37.

ANANIADIS, Grigoris. Carl Schmitt and Max Adler: The Irreconcilability of Politics and Democracy. In: MOUFFE, Chantal. (Ed.). *The Challenge of Carl Schmitt*. London: Verso, 1999. P. 118-137.

ANDERTON, Rex. *A Study of Various Nationalist Appropriations of Nietzsche in the Weimar Republic*. A thesis submitted to the University of Birmingham for the degree of MPhil(B) Modern European Cultures. German Department. School of Humanities. The University of Birmingham. September. 2009, p. 2-75. Disponível em: <http://etheses.bham.ac.uk/367> Acessado em: 18.Jan.2011.

ANGELINO, Carlo. *Carl Schmitt sommo giurista del Führer. Testi antisemiti (1933-1936)*. Genova: Il Melangolo, 2006. 40p.

ANONIMO.a. Carl Schmitt über den totalen Staat. In: *Der Ring* – Unabhängige Wochenschrift für nationale Politik, 1930, 3. Jahrg., Heft 51, vom 21. Dezember 1930, S. 912.

ANONIMO.b. Carl Schmitt über den totalen Staat. *Der Ring* – Unabhängige Wochenschrift für nationale Politik, 1930, 3. Jahrg., Heft 51, vom 21. Dezember 1930, S. 912.

ANONIMOC. ‘Vom Hüter der Quelle’. *Der Ring*. – Unabhängige Wochenschrift für nationale Politik, 1932, 5. Jahrg., Heft 36, vom 2. September 1932, SS. 600-601.

ANONIMO.d. Glossen anlässlich der Schrift ‘Wesen und Werden des faschistischen Staates’. *Der Ring* – Unabhängige Wochenschrift für nationale Politik, 1929, 2. Jahrg., Heft 10, vom 10. März 1929, SS. 193-194.

ANONIMO.e. Die politische Lage der entmilitarisierten Rheinlande - Prof. Carl Schmitt. *Der Ring* – Unabhängige Wochenschrift für nationale Politik, 1930, 3. Jahrg., Heft 27 vom 6.7.1930, SS. 475-476.

ANSCHÜTZ, Gerard. Three Guiding Principles of the Weimar Constitution. In: JACOBSON, Arthur & SCHLINK, Bernhard. (Eds.). *Weimar. A Jurisprudence of Crisis*. Berkeley; Los Angeles, London: University of California Press, 2000. P. 132-150.

ARAGÓN, Manuel Reyes de. Estudio preliminar. In: SCHMITT, Carl. *Sobre el parlamentarismo*. Madrid: Tecnos, 1990. P. IX-XXXVI.

_____. El control como elemento inseparable del concepto de Constitución. *Revista Española de Derecho Constitucional*. Año 7, número 19, Enero-Abril de 1987, p. 15-52.

ARANGUREN, José Luis. *Entrevista*. 2010. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=TAFS928z_Xw Acesso em: 10.10.2010.

ARANTES, Paulo. Estado de sítio. In: LOUREIRO, Isabel; LEITE, José Corrêa & CEVASCO, Maria Elisa. (Orgs.). *O espírito de Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. P. 51-60.

ARATO, Andrew. Representação, soberania popular e *accountability*. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*. No. 55-56, 2002, p. 85-103.

_____. Good-Bye to Dictatorships? *Social Research*. Vol 67, No. 4, (Winter, 2000), p. 925-955.

_____. Construção constitucional e teorias da democracia. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*. No. 42, 1997, p. 05-51.

_____. & COHEN, Jean L. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1994. 800p.

ARDITI, Benjamín. Sobre o “Político”: com Schmitt e apesar de Schmitt. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, Set.-Dez., 2008, p. 423-438.

ARENDT, Hannah. Após o nazismo: as consequências da dominação (primeira parte). *O Nó Górdio*. Ano I, no. I, dez. 2001, p. 16-20.

_____. *Eichmann em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. 336p.

_____. *O que é política?* São Paulo: Bertrand Brasil, 1998. 242p.

_____. Reflexões sobre a violência. In: SILVERS, Robert; EPSTEIN, Barbara e HEDERMAN, Rea S. *30 anos do The New York Review of Books. A Primeira Antologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 99-142.

_____. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. 249p.

_____. *Los orígenes del totalitarismo*. Madrid: Tecnos, 1974. 618p.

ARON, Raymond. *Democracia e Totalitarismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1966.

ARRUDA, José Maria. Carl Schmitt: Política, Estado e Direito. In: OLIVEIRA, Manfredo; AGUIAR, Odilio Alves; SAHD, Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva. (Orgs). *Filosofia Política Contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2003. P. 56-86.

ASKOFARÉ, Sidi. À propos de État d’exception, Homo sacer, de Georgia Agamben. *L’en-jie lacanien*. No. 2, 2005, p. 195-205.

ASSMANN, Selvino; PICH, Santiago; GOMEZ, Ivan Marcelo; VAZ, Alexandre Fernandez. *Corpo e biopolítica: poder sobre a vida e poder da vida*. S/d, a. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/cd/resumos/119.pdf> Acessado em: 29 de março de 2011.

_____. O Direito à vida ameaçado. *Motrivivência*. 2001. Disponível em: <http://www.journal.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/viewFile/4965/5132> Acessado em: 29 de março de 2011.

ATRIA, Fernando. Sobre la soberanía y lo político. In: *Democracia y Derechos Fundamentales desde la Filosofía Política*. [S/ org.]. Santiago do Chile: Editorial Jurídica de Chile, 2009c. P. 157-227.

ATTILI, Antonella. La crítica decisionista de Carl Schmitt a la democracia liberal. *Signos filosóficos*. No. 10, julio-diciembre, 2003, p. 129-148.

_____. Pluralismo agonista: la teoría ante la política. (Entrevista con Chantal Mouffe). *RIPF*. Vol. 8, 1996, p. 139-150.

AYALA, Francisco. Estudio Preliminar. In: CORTÉS, Donoso. *Ensayo sobre el catolicismo, el liberalismo y el socialismo*. Buenos Aires: Americalee, 1943. P. 9-20.

BACZKO, Bronislaw. Marx e a ideia da universalidade do homem. In: FROMM, MARCUSE, KOSIK, BLOCH, BOTTOMORE, DELLA VOLPE. (Orgs.). *Humanismo socialista*. Lisboa: Edições 70, 1976. P. 197-215.

BADII, Renata. *Il Rischio del Politico. Opposizione e neutralizzazione in Carl Schmitt*. Milano: Edizioni Albo Versorio, 2009. 116p.

BAHNISCH, Mark. Derrida, Schmitt and the essence of the political. Canberra: Australian National University / Australasian Political Studies Association, 2002. APSA50 Conference Papers. Disponível em: <http://arts.anu.edu.au/sss/apsa/Papers/bahnisch.pdf> Acesso em: 14 mar. 2010.

BALAKRISHNAN, Gopal. The Geopolitics of Separation. *New Left Review*. No. 68, March-April, 2011, p. 57-72.

_____. La crisis de la razón política. In: MEDINA, Graciela; MALLORQUÍN. (Coordinadores). *Hacia Carl Schmitt: ir-resuelto*. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla / Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades / Facultad de Administración, 2001. P. 19-38.

_____. *The Enemy. An Intellectual Portrait of Carl Schmitt*. London / New York: Verso, 2000. 312p.

BALMES, Jaime. *Obras Completas. Escrito Político. Tomo VI*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1950. 1061p.

_____. Estudios Sociales. *REIS*. Revista Española de Investigaciones Sociológicas. No. 82, 1998, P. 291-326.

BALL, Hugo. Carl Schmitts Politische Theologie. *Hochland – Monatschrift für alle Gebiete des Wissens. Literatur und Kunst*, 1924, Juniheft, S. 263-85.

BALMÉS, Jaime. *Obras Completas. Escritos Políticos. Tomo VI*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1950. 1061p.

BANDIERI, Luis María. Carl Schmitt y el federalismo. In: DOTTI, Jorge; PINTO, Julio. *Carl Schmitt: su época y su pensamiento*. Buenos Aires: EUDEBA, 2002. P. 273-285.

BARBERI, Maria Stella. *Il senso del politico. Saggio sul Carl Schmitt*. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1990. 201p.

BARASH, Jeffrey Andrew. Leo Strauss et la question du relativisme. *Cités*. No. 8, 2001/4, p. 153-176.

_____. Hermann Heller critique de Carl Schmitt. *Cités*. Presses Universitaires de France.No. 6, 2001/2, p. 175-178.

BARBADILLO, Pedro Fernández. El hombre sin amparo. In: PAVÓN, Dalmacio Negro. *Estudios sobre Carl Schmitt*. Madrid: Veintiuno, 1996. P. 73-87.

BARBER, N. W. The Rechtsstaat and the Rule of Law. *University of Toronto Law Review*. Vol. 53, 2003, p. 443-454.

BARDER, Alexander D. Lessons from the Grand Inquisitor. Carl Schmitt and the Providential Enemy. *Theory & Event*. Vol. 12, Issue 3, 2009, p. 1-15. Disponível em: http://muse.jhu.edu.w10002.dotlib.com.br/journals/theory_and_event/v012/12.3.barder.html Acesso em: 1.abr.2010.

BARNETT, Clive. Deconstructing radical democracy: articulation, representation, and being-with-others. *Political Geography*. Vol. 23, 2004, p. 503-528.

BARSHACK, Lior. Constituent Power as Body Outline of a Constitutional Theology. *University of Toronto Law Journal*. Vol. 56, 2006, p. 185-222.

BARTOLETTI, Tomás Agustín; FAVA, Julián Manuel. Notas dos tradutores. In: BENJAMIN, Walter. *Estética y política*. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2009. 158p.

BATES, David. Political Theology and the Nazi State: Carl Schmitt's concept of the Institution. *Modern Intellectual History*. No. 3, 2006, p. 415-442.

BAUDRILLARD, Jean. *A troca impossível*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. 154p.
_____. *Tela-total: Mito-ironias do virtual e da imagem*. Porto Alegre: Sulina, 2005. 192p.

BAEUMLER, Alfred. Nietzsche y el nacionalsocialismo. In: MOSSE, George L. *La cultura nazi. La vida intelectual, cultural y social en el Tercer Reich*. Barcelona: Grijalbo, 1973. P. 122-126.

BAUER, Clemens. *Besprechung der Schrift "Der Hüter der Verfassung"*. *Der Kunstwart*, 1931, 44. Jahrg., S. 809 ff.

BAUME, Sandrine. On political theology: A controversy between Hans Kelsen and Carl Schmitt. *History of European Ideas*. Vol. 35, 2009, p. 369-381.

_____. *Parlement face à ses adversaires. La réplique allemande au désenchantement démocratique dans l'entre-deux-guerres*. *Revue Française de Science Politique*. Vol. 56, 2006, no. 6, p. 985-998.

_____. *Destin de l'antilibéralisme schmittien: penser l'équilibre des pouvoirs après 1945*. *Raisons politiques*. No. 16, novembre, 2004, p. 9-23.

_____. *Introduction*. In: SCHMITT, Carl. *La valeur de l'Etat et la signification de l'individu*. Genève: Librairie Droz, 2003. P. 7-57.

BEAUD, Olivier. *Les derniers jours de Weimar. Carl Schmitt face à l'avènement du nazisme*. Paris: Descartes & Cie, 1997. 253p.

_____. *Légalité et légitimité: la lutte de Schmitt contre la République de Weimar et la défense d'une 'contre-constitution' allemande*. *Daimon: Revista de Filosofia*. No. 13, julio-diciembre, 1996, p. 61-76. Disponível em: <<http://revistas.um.es/daimon/article/view/8391/8161>>. Acesso em: 12 de outubro de 2009.

BECCHI, Paolo. *El Nachlass schmittiano. El legado de Carl Schmitt en el archivo estatal de Düsseldorf*. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*. Núm. 100, abril-junio, 1998, p. 179-191. Disponível em: <http://www.cepc.es/rap/Publicaciones/Revistas/3/REPNE_100_181.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2009.

BECKER, Hartmuth. *Die Parlamentarismuskritik bei Carl Schmitt und Jürgen Habermas*. Berlin: Duncker & Humblot, 1994. 172p.

BECKER, Werner. Nochmals zu Carl Schmitts "Begriff des Politischen. *Der Friedenskämpfer*, 1929, 5. Jahrg., Heft 1 (Januar), SS. 1-6.

BEEBEE, Thomas O. Carl Schmitt's Myth of Benito Cereno. *Seminar*. Vol. 42, no. 2, May, 2006, p. 114-134.

BEINER, Ronald. Foreword. In: DYZENHAUS, David. (Ed.). *Law as Politics. Carl Schmitt's Critique of Liberalism*. Durham and London: Duke University Press, 1998. P. vii-ix

BEISER, Frederick C. *Hegel*. London: Routledge, 2005. 384p.

BENAVIDES, Farid Samir. Excepción, decisión y derecho en Carl Schmitt. Argumentos. *Estudios Críticos de la Sociedad*. Año/vol. 19, núm. 052, Septiembre-Diciembre, 2006, p. 125-145.

BENDERSKY, Joseph W. Carl Schmitt and Nuremberg. *Telos*. Quarterly of Critical Thought. Disponível em: http://www.telospress.com/main/index.php?main_page=news_article&article_id=191 Acesso em: 27 de setembro de 2009.

_____. New Evidence, Old Contradictions: Carl Schmitt and the Jewish Question. *Telos*, Fall, 2005, p. 64-82.

_____. *Carl Schmitt. Teorico del Reich*. Bologna: Il Mulino, 1989. 369p.

_____. Carl Schmitt at Nuremberg. *Telos*. Quarterly of Critical Thought. No. 72, Summer, 1987a.

_____. Carl Schmitt and the Conservative Revolution. *Telos*. Quarterly of Critical Thought. No. 72, Summer, 1987b, p. 27-42.

_____. The Expendable Kronjurist: Carl Schmitt and National Socialism, 1933-1936. *Journal of Contemporary History*. (SAGE, London and Beverly Hills). Vol. 14, 2, 1979, p. 309-328.

BENEYTO, Juan. *Historia de las doctrinas políticas*. Madrid: Aguilar, 1964. p.

_____. *Politische Theologie als politische Theorie: Eine Untersuchung zur Rechts- und Staatstheorie Carl Schmitts und zu ihrer Wirkung in Spanien*. Berlin: Duncker & Humblot, 1983.

BENJAMIN, Cássio Corrêa. Schmitt e o problema da democracia. Nostalgia da transcendência ou a representação como questão para a democracia. *Kriterion*. Revista de Filosofia, no. 118, jul.-dez., 2008a, p. 417-441.

_____. Schmitt e Strauss: um diálogo oblíquo. *Kriterion*, Revista de Filosofia, no. 118, jul.-dez., 2008b, p. 443-448.

BENJAMIN, Walter. *Estética y política*. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2009a. 158p.

_____. Para una crítica de la violencia. In: *Estética y política*. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2009b. P. 31-65.

_____. *Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política*. 4a. ed. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2000a. 253p.

_____. Critique of violence. In: BENJAMIN, Walter. BULLOCK, Marcus; JENNINGS, Michael W. (Eds.). *Selected Writings. Vol. 1. 1913-1916*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2000b. P. 236-252.

_____. Theories of German Fascism: On the Collection of Essays War and Warrior. JÜNGER, Ernst. (Ed.). Ernst Jünger, Walter Benjamin and Jerolf Wikoff. *New German Critique*. No. 17, Special Walter Benjamin Issue, Spring, 1979, pp. 120-128. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/488013> Acessado em: 10.Nov.2010.

_____. *Carta para Theodor Wiesengrund u. Gretel Adorno*. Paris, 16 de abril de 1938. In: ADORNO, Theodor W.; BENJAMIN, Walter. *Correspondencia: 1928-1940*. Madrid: Trotta, 1998. P. 238-241.

BENOIST, Alain de. *Carl Schmitt. Gebunden Internationale Bibliographie der Primär- und Sekundärliteratur*. Graz: Ares Verlag, 2010. 528p.

_____. Entrevista. Trad. ESPARZA, José Javier; PORTELLA, Javier Ruiz. In: *Comunismo y nazismo: 25 reflexiones sobre el totalitarismo en el siglo XX (1917-1989)*. Buenos Aires, 2006. Disponível em: http://www.laeditorialvirtual.com.ar/pages/Benoist_AlainDe/Comunismo_y_Nazismo.htm#PageTop Acessado em: 19.Jun.2011.

_____. Una nueva campaña infamatoria contra Carl Schmitt. *Empresas Políticas*. Murcia. Vol. 03, no. 04, Ene.-Jun, 2004, p. 47-62.

_____. (Org.). *Carl Schmitt: Bibliographie seiner Schriften und Korrespondenzen*. Vol. XVI. Berlin: Akademie Verlag, 2003.

_____. *Paul Piccone*. 1994. Disponível em: http://www.alaindebenoist.com/pdf/paul_piccone_es.pdf Acessado em 20.Out.2010.

BENTER, Robert. Der Hüter der Verfassung. *Hochland – Monatschrift für alle Gebiete des Wissens, der Literatur und Kunst*, 1929, 27. Jahrg., Heft 2 (November), SS. 176-179.

BENTIN, Lutz-Arwed. *Johannes Popitz und Carl Schmitt: zur wirtschaftlichen Theorie des totalen Staates in Deutschland*. München: Verlag C. H. Beck, 1972.

BENTO, Antonio. *Teologia e Mitologia Política. Um retrato de Carl Schmitt*. Disponível em <http://www.bocc.uff.br/pag/bento-antonio-carl-schmitt-teologia.pdf>. Acesso em: 05 de setembro de 2009.

BENZ, Wolfgang. *A Concise History of the Third Reich. (Weimar and Now: German Cultural Criticism)*. Thomas Dunlap, (trad.). Los Angeles: University of California Press, 2007. 336p.

BERCOVICI, Gilberto. Constituição e política: uma relação difícil. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. No. 61, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452004000100002&script=sci_arttext >. Acesso em: 16 de outubro de 2009a.

_____. *Democracia, inclusão social e igualdade*. Disponível em: <http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/Anais/Gilberto%20Bercovici.pdf>. Acesso em: 11.out.2009b.

_____. *Democracia, inclusão social e igualdade*. Disponível em: <http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/Anais/Gilberto%20Bercovici.pdf> Acesso em: 24 jun. 2009c.

_____. Carl Schmitt e a tentativa da revolução conservadora. In: ALMEIDA, Jorge de; BADER, Wolfgang. (Eds.). *Pensamento alemão no século XX: grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: CosacNaify, 2009d. P. 67-96.

_____. O Estado de Exceção Econômico e a Periferia do Capitalismo. *E-premissas. Revista de Estudos Estratégicos*. No. 2, Jan.-Jun., 2007, p. 61-69.

_____. *Rousseau e os outros cinco inimigos da liberdade*. Portugal: Gradiva, 2005. 227p.

_____. *Constituição e Estado de Exceção permanente. Atualidade de Weimar*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004. 276p.

_____. Entre o Estado Total e o Estado Social. Atualidade do debate sobre Direito, Estado e Economia na República de Weimar. Tese de Livre-Docência apresentada no Departamento de Direito Econômico e Financeiro – Área de Direito Econômica da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 16 de abril de 2003. 172p. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/2/tde-22092009-150501/> Acessado em: 18 de agosto de 2010.

BERLIN, Isaiah. *Isaiah Berlin on pluralism*. This is a section from the last essay written by Isaiah Berlin, published in the *New York Review of Books*, Vol. XLV, Number 8 (1998). Disponível em <http://www.cs.utexas.edu/users/vl/notes/berlin.html> Acesso em 05 de abril de 2009. P. 01-05.

_____. *Dos conceptos de libertad y otros escritos*. Madrid: Alianza, 2002a. 160p.

_____. *Estudios sobre a humanidade. Uma antologia de ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002b. 716p.

_____. *The Crooked Timber of Humanity*. HARDY, Henry. (Ed.). Princeton: Princeton University Press, 1998. 288p.

_____. e LEBRUN, Gerard. Introduction. In: DE MAISTRE, Joseph. *Maistre: Considerations on France*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. P. XXXIII.

_____. *Contra la corriente. Ensayos sobre historia de las ideas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990. 455p.

_____. Prefacio. In: SOREL, Georges. *Reflexiones sobre la violencia*. Madrid: Alianza, 1976. P. 7-56.

BERMEJO, José Luis. Estudio Preliminar. In: BODIN, Juan. *Los seis libros de la Republica*. Vol. I. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1992. p. 11-133.

BERTELLONI, Francisco. Antecedentes medievales del caso de excepción de Carl Schmitt. In: DOTTI, Jorge; PINTO, Julio. *Carl Schmitt: su época y su pensamiento*. Buenos Aires: EUDEBA, 2002. P. 31-42.

BEZERRA, Gustavo Cunha. *Opinião e virtude em Rousseau*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Pós-Graduação em Filosofia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Orientação: Prof. Dr. Roberto Romano. Fevereiro, 2006.

BEYME, Klaus von. *Teoría política del siglo XX. De la modernidad a la postmodernidad*. Madrid: Alianza, 1994. 381p.

BIANCHI, Alvaro. Uma teoria marxista do político? O debate Bobbio *Trent'Anni Doppo*. *Lua Nova*. No. 70, 2007, p. 39-82.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução dos originais gregos, hebraico e aramaico mediante a versão dos Monges. 192^a. ed. São Paulo: Ave Maria, 2010.

BIELEFELDT, Heiner. Carl Schmitt's Critique of Liberalism: Systematic Reconstruction and Countercriticism. In: DYZENHAUS, David. (Ed.). *Law as Politics. Carl Schmitt's Critique of Liberalism*. Durham and London: Duke University Press, 1998. P. 23-36.

BIGNOTTO, Newton. Soberania e exceção no pensamento de Carl Schmitt. *Kriterion*, Revista de Filosofia, no. 118, jul.-dez., 2008, p. 401-416.

_____. *Republicanism e idealismo. Um perfil de Francesco Guicciardini*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. 220p.

_____. *As origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: UFMG, 2001. 301p.

_____. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola, 1991. 230p.

BILBAO-EGUÍA, Marqués de. Donoso Cortés. *Anales de la Real Academia de Ciencias Morales y Políticas*. No. 46, 1969, p. 261-274.

BILBENY, Norbert. Medios y fines en el ordenamiento jurídico. *Sistema*. No. 150, 1999, p. 85-98.

BILLIER, Jean-Cassien e MARYIOLI, Aglaé. *História da Filosofia do Direito*. São Paulo: Manole, 2005. 480p.

BIRMAN, Joel. *Mal-estar na modernidade. A psicanálise e as novas formas de subjetividade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 272p.

BJORK, Micael. Policing agonistic pluralism. *Distinktion*. No. 12, 2006, p. 75-91.

BLANCHARD, Ken. *Darwinian Conservatism. A disputed question*. Newtown, Connecticut: Taunton Press, 2009. 3000p.

BLANCO, Alejandro Vergara. Carl Schmitt Theorista for the Reich. Schmitt, Carl, On the Three Types of Juristica Thought (Contributions in Political Science) (Joseph W. Bendersky). Reseña. *Revista Chilena de Derecho*. ISSN 0716-0747. Vol. 32, no. 1, 2005, p. 193-204. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2650357>. Acesso em: 12 de setembro de 2009. P. 199-204.

BLASIUS, Dirk. *Carl Schmitt. Preußischer Staatsrat in Hitlers Reich*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2001.

BLEI, Franz. Ein deutsches Gespräch. *Neue Schweizer Rundschau*, Juli, 1931, SS. 63-78.

_____. *Erzählung eines Lebens*. Leipzig: Paul List Verlag, 1930, 497 S. – bes. S. 494.

_____. *Besprechung der Schrift "Verfassungslehre"*. *Die Literarische Welt*, 1929, Nr. 24, S. 4.

BLESSMAN, Joaquim. *O Holocausto, Pio XII e os aliados*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 237p.

BLOCH, Ernst. *Natural Law and Human Dignity (Studies in Contemporary German Social Thought)*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1987. 360p.

BLUMENBERG, Hans. *Legitimación de la Edad Moderna*. Valencia: Pre-Textos, 2008. 624p.

BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política. A filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000a. 720p.

_____. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000b. 207p.

_____. *Do fascismo a democracia. Os regimes, a s ideologias, os personagens*. Rio de Janeiro: Campus, 2007a. 302p.

_____. *Nem com Marx, nem contra Marx*. São Paulo: Unesp, 2006c. 318p.

_____. *Dicionário de política*. 2 vols. 13ª. ed. Brasília: UnB, 2007b. 1318p.

_____. *Esquerda e direita*. 2ª. ed. São Paulo: UNESP, 2001. 190p.

_____. *Diário de um século. Autobiografia*. Rio de Janeiro: Campus, 1998. 261p.

_____. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C.Varriale et. al. 7a. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1995.

_____. *Thomas Hobbes*. Rio de Janeiro: Campus, 1991. 216p.

_____. Hegel y el iusnaturalismo. In: ANGEHRN, Emil, et. all. (Orgs.). *Estudios sobre la Filosofía del Derecho de Hegel*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989. P. 377-406.

_____. Esiste una dottrina marxista dello Stato? *Mondoperaio*, a. 28, n. 8-9, 1975, ago.-set., p. 24-31.

BOCCHINI, Claudia. *La teoria schmittiana della democrazia. Il pensiero politico e la teoria costituzionale di Carl Schmitt nel contesto delle costituzioni moderne dall'età della Rivoluzione francese alla Repubblica di Weimar*. Tesis doctoral. 2008. 477p. Disponível em: http://paduaresearch.cab.unipd.it/739/1/C_Bocchini_La_teoría_schmittiana_della_democrazia.pdf Acessado em: 04.Jul.2011.

BÖCKENFÖRDE, Ernst-Wolfgang. The Concept of the Political: A Key to Understanding Carl Schmitt's Constitutional Theory. In: DYZENHAUS, David. (Ed.). *Law as Politics. Carl Schmitt's Critique of Liberalism*. Durham and London: Duke University Press, 1998. P. 37-55.

_____. The Concept of the Political: A Key to Understanding Carl Schmitt's Constitutional Theory. *Canadian Journal of Law and Jurisprudence*. Vol. X, No. 1, (January, 1997), p. 5-19.

BODIN, Juan. *Los seis libros de la Republica*. Vol. I. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1992. 631p.

BOESCHE, Roger. *Theories of Tyranny from Plato to Arendt*. Pennsylvania: University Park, 1996. 494p.

BOLAFI, Angelo. Presentazione. In: *Terra e Mare*. Milano: Giuffrè Editore, 1986. P. 5-29.

BOLSINGER, Eckard. El ejercicio del poder estatal en tiempos de crisis política: una aproximación teórica a partir de Carl Schmitt y la República de Weimar. In: MEDINA, Graciela; MALLORQUÍN. (Coordinadores). *Hacia Carl Schmitt: ir-resuelto*. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla / Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades / Facultad de Administración, 2001. P. 39-66.

BOLTON, Rodrigo Karmy. Carl Schmitt y la política del Anticristo. Ræpresentation, forma política y nihilismo. *Revista Pléyade*. No. 3, 2009. Disponível em: < http://issuu.com/revista_pleyade/docs/revista_pleyade_3/37>. Acesso em: 3 de agosto de 2009.

BONAVIDES, Paulo. A Despolitização da Legitimidade. *Revista da Faculdade de Direito de Fortaleza*. UFC. Vol. XXIX, no. 1, jan.-jun., 1988, p. 221-227.

BONGIOVANNI, Bruno. Cantimori, Schmitt e la rivoluzione conservatrice. *Ventesimo Secolo, Centro Ligure di Storia Sociale*, Genova, no. 4, gennaio-aprile, 1992, p. 21-44.

BONN, Julius Moritz. Lettera di M. J. Bonn dell' 11-6-1925 a C. Schmitt. *Bonn Nachlass*, n. 50, Bundesarchiv Koblenz, p. 5-7.

BORDA, Luis Villar. *Donoso Cortés y Carl Schmitt*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2006. 180p.

_____. Apresentação. In: RÜTHERS, Bernd. *Carl Schmitt en el Tercer Reich. ¿La ciencia como fortalecimiento del espíritu de la época?* Bogotá: Universidad de Externado de Colombia, 2004. P. 13-18.

BORGES, Bento Itamar. Crise e democracia. *Educação e Filosofia*. Vol. 13, no. 26, Jul.-Dez., 1999, p. 33-42.

BORGES, Jorge Luís. *Poesia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009. 641p.

BORÓN, Atilio A.; GONZÁLEZ, Sabrina. Resgatar o inimigo? Carl Schmitt e os debates contemporâneos da teoria do estado e da democracia. In: *Filosofia Política Contemporânea: Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania*. Atilio A. Borón. 1a. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. São Paulo: Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Abril, 2006. ISBN – 13: 978-987-1183-40-1. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolconbr/BorGon.pdf> Acesso em: 19 de junho de 2010.

BOROVINSKY, Tomás. *Carl Schmitt: entre la teología y la neutralización político-estatal*. Universidad de Belgrano. *Documentos de Trabajo*. No. 187, septiembre, 2007, p. 11-16.

BORTOLOTTI, Guido. *Storia del fascismo*. Milano: U. Hoepli, 1938. XVI. 646p.

BOURGEOIS, Bernard. El príncipe hegeliano. In: ANGEHRN, Emil, *et. all. (Orgs.)*. *Estudios sobre la Filosofía del Derecho de Hegel*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989. P. 289-317.

BOUVET, Laurent. Antilibéralisme(s). *Raisons politiques*. No. 16, novembre, 2004, p. 5-7.

BOYD, Barbara. Leo Strauss y Carl Schmitt, el jurist de Hitler.

BRACHER, Karl Dietrich. *La dictadura alemana. Génesis, estructura y consecuencias del nacionalsocialismo*. Vol. 1. Madrid: Alianza, 1995a. 384p.

_____. *La dictadura alemana. Génesis, estructura y consecuencias del nacionalsocialismo*. Vol. 2. Madrid: Alianza, 1995b. 332p.

_____. *Die Auflösung der Weimarer Republik. Eine Studie zum Problem des Machtverfalls in der Demokratie*. Mit einer Einl. von Hans Herzfeld. 5. Aufl. Villingen/Schw.: Ring-Verl. 1971. XXI, 710p.

_____. The Technique of the National Socialist Seizure of Power. In: *The Road to Dictatorship. Germany 1918 to 1933*. Symposium by German Historians. London: Oswald Wolff, 1970. P. 111-127.

_____. ; SAUER, Wolfgang e SCHULZE, Gerhard. *Die nationalsozialistische Machtergreifung: Studien zur Errichtung des totalitären Herrschaftssystems in Deutschland, 1933-1934*. Köln: Köln Und Opladen, 1962.

_____. *The German Dilemma. The Relationship of State and Democracy*. New York: Praeger Publishers, 1975. 332p.

BRANCO, Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo. *A visibilidade do político*. 2010. Disponível em: cienciapolitica.servicos.ws/abcp2010/arquivos/20_7_2010_15_50_58.pdf Acesso em: 21.Abril.2011.

_____. A Sociologia dos conceitos e a História dos conceitos: um diálogo entre Carl Schmitt e Reinhart Koselleck. *Sociedade e Estado*. Brasília. V. 21, no. 1, jan.-abr., 2006, p. 133-168.

_____. Liberalismo político no pensamento de Carl Schmitt: amigo ou inimigo? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 20, no. 59, 2005, p. 158-162.

BRAUWEILER, Heinz. Parlamentarische oder plebiszitäre Demokratie? *Der Ring – Unabhängige Wochenschrift für nationale Politik*, 1930a, 3. Jahrg., Heft 10, vom 9. März 1930a, SS. 183-184.

_____. Parlamentarische oder plebiszitäre Demokratie? *Der Ring – Unabhängige Wochenschrift für nationale Politik*, 1930b, 3. Jahrg., Heft 10, vom 9. März 1930b, SS. 183-184.

_____. Neutralisierende Mächte. *Der Ring – Unabhängige Wochenschrift für nationale Politik*, 1930c, 3. Jahrg., Heft 3, vom 19. Januar 1930c, SS. 44-45.

BRAVO, Ramón Campderrich. *Soberanía, “Estado dual” y excepcionalidad: de Carl Schmitt a los Estados Unidos del siglo XXI*. 2010a. Disponível em: <http://www.uv.es/CEFD/15/Campderrich.pdf> Acesso em: 19.Dez.2010.

_____. El problema de la guerra en las relaciones internacionales en Hans Kelsen y Carl Schmitt. Pasado y presente de una polémica. In: SALATINI, Rafael; BARUFFI, Helder; GUIMARÃES, Verônica Maria Bezerra. (Orgs.). *Relações Internacionais e direito: estudos multitemáticos*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2010b. 380p.

_____. Exceção, política e Constituição no pensamento schmittiano anterior a 1933. In: VIEIRA, L. V. e COSTA, D. Vaz-Curado R.M. (Orgs.). *Carl Schmitt contra o império*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. P. 55-72.

_____. *Derecho, Política y Orden Internacional en la obra de Carl Schmitt (1919-1945)*. Tese doutoral apresentada na Universidade de Barcelona em 30 de setembro de 2003. Orientação: José Antonio Estévez Araujo. Tutor: José Luis Gordillo Ferré. Disponível em: http://www.tdr.cesca.es/TESIS_UB/AVAILABLE/TDX-0731106-103240/RCB_TESIS.pdf Acesso em: 19 de março de 2010.

BREUER, Stefan. *La rivoluzione conservatrice. Il pensiero di destra nella Germania di Weimar*. Roma: Donzelli, 1995. P. XII-224.

_____. Rational Domination. A Category of Max Weber. *Law and State*. No. 44, 1991, p. 91-125.

BRINKMANN, Carl. Carl Schmitts Politische Romantik. *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, 1925, Band 54, Heft 2 (August), S. 530-536.

BROCK, Erich. Der Begriff des Politischen – Eine Auseinandersetzung mit Carl Schmitt. *Hochland – Monatschrift für alle Gebiete des Wissens, der Literatur und Kunst*, 1932, 29. Jahrg., Heft 11 (August), S. 394-404.

BROCH, Hermann. *The Guiltless*. Londres: Marlboro Press, 2000. 292p.

_____. *Os inocentes*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. 309p.

BRODSKY, Joseph. *Menos que um*. 3ª. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. 232p.

BRÜSEKE, Franz Josef. Ética e técnica? Dialogando com Marx, Spengler, Jünger, Heidegger e Jonas. *Ambiente e Sociedade*. Vol. III, n. 2, Jul.-Dez., 2005, p. 1-16.

BUENO, Roberto. Schmitt: a crítica liberal através do político. *Reflexión Política. Universidad de Bucaramanga*. Año 12, vol. 24, dic., 2010, p. 60-67.

_____. *Teoria da Sociedade Aberta Democrática*. São Paulo: Mackenzie, 2007. 446p.

_____. Schmitt: a crítica liberal através do político. *Reflexión Política*. Vol. 12, no. 24, diciembre, 2010, p. 60-67. Disponível em: redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/110/11017129007.pdf Acessado em: 20 de julho de 2011.

BÚFALO, Erik del. Joseph de Maistre y la Constitución imposible. *Foro Interno: Anuario de Teoría Política*. No. 9, 2009, p. 65-85.

BÜHLER, Ottmar. Comentarios a la Constitución Alemana de 11 de Agosto de 1919. In: *CONSTITUCIÓN ALEMANA*, La. 11 de Agosto de 1919. Texto completo, comentários, historia y juicio crítico. Madrid / Barcelona / Buenos Aires: Editorial Labor S.A., 1931. 175p.

BUIS, Claire-Lise. Schmitt et las Allemands. *Raisons politiques*. No. 5, février, 2002, p. 145-156.

BULL, Malcolm. The Social and the Political. *The South Atlantic Quarterly*. Vol. 104, no. 4, (Fall, 2005), p. 675-692.

BULLOCK, Alan. *Hitler – A study in tyranny*. New York: Penguin Books, 1990. 848p.

BURKE, Edmund. *The Works of the Right Honourable Edmund Burke*. Vol. 02. Bel Air, CA: Qontro Classic Books, 2010. 284p.

_____. *Reflexiones sobre la Revolución Francesa*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1978.

GAUCHON, Pascal; BURON, Thierry. *Los fascismos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983. 188p.

BÜSCHE, Otto; HAUS, Wolfgang. *Berliner Demokratie 1919-1985. Berlin als Hauptstadt der Weimarer Republik 1919-1933*. Vol. I. Berlin; New York: Walter de Gruyter & Co., 1987. 500p.

BUTLER, Marylin. *Burke, Godwin, and the Revolution Controversy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. 272p.

BRYCE, James. *Modern Democracies*. Vol. I. London: MacMillan, 1921. 508p.

CAAMAÑO RODRÍGUEZ, José. *El pensamiento jurídico político de Carl Schmitt*. Santiago de Compostela: Porto, 1950. 171p,

CAAMAÑO RODRÍGUEZ, Manuel. Apresentação. Jaime Balme y las Ciencias Sociales. *Reis*. Revista Española de Investigaciones Sociológicas. No. 82, 1998, p. 285-290.

CABELLO, Adrián López. El decisionismo. *Signos Filosóficos*. Núm. 8, julio-diciembre, 2002, p. 315-320.

CAGNI, Horacio. Carl Schmitt, testigo y visionario del acontecer mundial. Estudio Preliminar. In: *Escritos de Política Mundial*. Buenos Aires: Ediciones Heracles, 1995. P. 7-38.

CALDWELL, Peter. Controversies over Carl Schmitt: A Review of Recent Literature. *The Journal of Modern History*, 77, June, 2005, p. 357-387.

_____. Peter Caldwell "Jan-Werner Mueller, A Dangerous Mind: Carl Schmitt in Post-War European Thought. New Haven: Yale University Press, 2003. *German Politics and Society*. Vol. 22 · No. 4 · Issue 72 · Winter 2004. Disponível em: <http://www.berghahnbooksonline.com/journals/gps/abs/2004/22-4/GP220406.html> Acesso em: 08.09.2010.

_____. Introduction. In: JACOBSON, Arthur & SCHLINK, Bernhard. (Eds.). *Weimar. A Jurisprudence of Crisis*. Berkeley; Los Angeles, London: University of California Press, 2000. P. 151-156.

_____. *Popular Sovereignty and the Crisis of German Constitutional Law. The Theory & Practice of Weimar Constitutionalism*. Durham/London: Duke University Press, 1997. 300p.

_____. National Socialism and Constitutional Law: Carl Schmitt, Otto Koellreutter, and the Debate over the Nature of the Nazi State. 1933-1937. *Cardozo Law Review*. Vol. 16, 1994-1995, p. 399-427.

CAMCASTLE, Cara. *More moderate side of Joseph de Maistre. The views on political liberty and political economy*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2006. 279p.

CAMPBELL, Bruce B. Reviewed work(s): The Conservative Revolution in the Weimar Republic. By WOODS, Rogers. In: DUPEUX, Louis. La "Révolution Conservatrice" dans l'Allemagne de Weimar. *German Studies Review*. Vol. 20, No. 3, Oct., 1997, p. 462-464. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1431390> Acesso em: 20.Dez.2009

CAMPI, Alessandro; CIMMINO, L.; MORGENTHAU, Hans; *Il Concetto del Politico. Contra Schmitt*. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2009. CXVII; 200p.

- CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. 487p.
- CANOSA, Rodrigo Páez. Figuras da la antipolítica en Carl Schmitt. *Kriterion*, Revista de Filosofia, no. 118, jul.-dez., 2008, p. 379-400.
- CANTINORI, D. Note sul Nazionalsocialismo. In: SCHMITT, Carl. *Principi politici del Nazionalsocialismo*. Roma: Associazione Culturale Thule Italia, 2009. p.
- CAPITANT, Colette. Estudio Preliminar. In: DE BONALD, Louis-Ambroise. Madrid: Tecnos, 1988. P. XV-XXIV.
- CARBAJAL, Rodrigo Fernández. Las constantes de Donoso Cortés. *Revista de Estudios Políticos*. No. 95, 1957, p. 75-108.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Maquiavel eterno. In: MAQUIAVEL. *O Príncipe*. São Paulo: Penguin-Companhia, 2010. P. 11-22.
- CARRACEDO, José Rubio. *¿Democracia o representación? Poder y legitimidad en Rousseau*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1990. 267p.
- CARRASCO, Nemrod. ¿Qué hacer con Heidegger? Reflexiones hegelianas sobre la democracia. *Presente, pasado y futuro de la democracia*. 2009, p. 221-228. Disponível em: <http://congresos.um.es/sefp/sefp2009/schedConf/presentations> Acessado em: 27 de maio de 2011.
- CARRIÈRES, Henri. *Joseph de Maistre. O mal e a política*. Dissertação apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política. Rio de Janeiro. 2006. 89p.
- CARRINO, Agostino. Carl Schmitt and European Juridical Science. In: MOUFFE, Chantal. (Ed.). *The Challenge of Carl Schmitt*. London: Verso, 1999. P. 180-194.
- CARTA DEL LAVORO. Disponível em: http://www.arquivos.fir.br/disciplinas/001TRA8_cartalavoro.pdf Acesso em: 05.09.2010.
- CARTY, Anthony. Carl Schmitt's Critique of Liberal International Legal Order Between 1933 and 1945. *Leiden Journal of International Law*. Vol. 14, 2001, p. 25-76.
- CASERTA, Marco. *Democrazia e costituzione in Hans Kelsen e Carl Schmitt*. Roma: Aracne, 2009. 230p.
- CASSIRER, Ernst. *O Mito do Estado*. São Paulo: Códex, 2003. 344p.
 _____. *El mito del Estado*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1997. 360p.
- CATALAN, Miguel. Joseph de Maistre, guardián del jardín oscuro. *Res publica: Revista de Historia y del presente de los conceptos políticos*. (Ejemplar dedicado a: Federalismo, metáforas, sociedad civil). No. 3, 1999, p. 159-168.

CATOGGIO, María Soledad. Joseph de Maistre entre la Revolución y la Guerra. *Nómadias: Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas*. No. 12, 2, 2005.

CERRONI, Umberto. Humanismo socialista e ciência. In: FROMM, MARCUSE, KOSIK, BLOCH, BOTTOMORE, DELLA VOLPE. (Orgs.). *Humanismo socialista*. Lisboa: Edições 70, 1976. P. 138-148.

CESARINI, Davia. *Eichmann: His Life and Crimes*. New York: Vintage Books, 2005. 320p.

CERRO, Francisco Eduardo. ¿Que es la democracia? *Revista Jurídica. Facultad de Derecho y Ciencias Sociales*. Universidad Nacional de Tucumán. No. 4, 1958, p. 177. 236p.

CESARANI, David. *Becoming Eichmann: Rethinking the Life, Crimes, and Trial of a "Desk Murderer"*. Cambridge, Massachusetts: Da Capo Press, 2007. 472p.

CHANTAL, François Vergniolle de. Carl Schmitt et la 'révolution conservatrice' américaine. *Raisons politiques*. No. 19, août-septembre, 2005, p. 211-229.

CHAUÍ, Marilena. O retorno do teológico-político. In: CARDOSO, Sérgio. (Org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 92-133.

_____. Fundamentalismo religioso: a questão do poder teológico-político. In: *Filosofia Política Contemporânea: Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania*. BORÓN, Atilio A. (Org.). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. São Paulo: Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Abril, 2006. P. 125-144. Disponível em: <http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/secret/filopolcontbr/Chaui.pdf>

CHEVALLIER, Jean Jacques. Un libro muy extraño: Las consideraciones sur la France, de José de Maistre (1797). *Revista de Estudios Políticos*. No. 64, 1952, p. 91-108.

CHILCOTE, Ronald H. Perspectivas do capitalismo e do socialismo na busca de uma teoria de classe do Estado e da democracia. *Revista de Economia Política*. Vol. 10, no. 4, (40), out.-dez., 1990, p. 103-123. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/40-6.pdf>
Acessado em: 14.Fev.2011

CHUEIRI, Vera Karam. Nas trilhas de Carl Schmitt (ou nas teias de Kafka): soberania, poder constituinte e democracia (radical). In: FONSECA, Ricardo Marcelo. (Org.). *Repensando a Teoria do Estado*. Belo Horizonte: Fórum, 2004. P. 1-39.

CISNEROS, Isidro H. Génesis de la política absoluta. *Estudios Sociológicos*, XX, no. 60, 2002, p. 625-639.

CLEMENS, Detlev. Introdução. As preleções 'Hitler e os Alemães', de Eric Voegelin, e o contexto do tratamento alemão de seu passado nazista. In: VOEGELIN, Eric. *Hitler e os alemães*. São Paulo: É Realizações, 2008. P. 19-43.

COGNI, Horacio. Una visión de la política mundial contemporánea en clave schmittiana. In: DOTTI, Jorge; PINTO, Julio. *Carl Schmitt: su época y su pensamiento*. Buenos Aires: EUDEBA, 2002. P. 293-318.

COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. Carl Schmitt *versus* Max Weber: Juridical Rationality and Economic Rationality. In: MOUFFE, Chantal. (Ed.). *The Challenge of Carl Schmitt*. London: Verso, 1999. P. 138-154.

CONCHE, Marcel. Analyses et comptes rendus: Carl Schmitt, Ex Captivitate Salus. Expériences des années 1945-1947. *Revue philosophique*. No. 4, 2005, p. 570-571.

_____. Analyses et comptes rendus: David Cumin, Carl Schmitt. Biographie politique et intellectuelle. *Revue philosophique*. No. 4, 2005, p. 572-573.

_____. Analyses et comptes rendus: Yves Charles Zarka. Un détail nazi dans la pensée de Carl Schmitt. *Revue philosophique*. No. 4, 2005, p. 573-574.

CONDE, Francisco Muñoz. *Edmund Mezger e o Direito Penal de seu tempo. Estudos sobre o Direito Penal no Nacional-Socialismo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. 282p.

_____. Política criminal y dogmática jurídico-penal em la República de Weimar. *Doxa*. Vol. 15-16, II, 1994, p. 1025-1050. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01361620824573839199024/cuaderno15/vol15/doxa15_29.pdf Acesso em: 13 de agosto de 2009.

COHN, Gabriel. Vocação e exceção: nota sobre Weber e Schmitt. In: DOTTI, Jorge y PINTO, Julio. *Carl Schmitt: su época y su pensamiento*. Buenos Aires: EUDEBA, 2002. P. 101-108.

COLLINS, Jeff. *Heidegger e os Nazistas*. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006. 79p.

CONSTANT, Benjamin. *Del espíritu de conquista y de la usurpación: en relación con la civilización europea*. Madrid: Tecnos, 2008. 264p.

CONSTITUCIÓN ALEMANA. 11 de Agosto de 1919. Texto completo, comentários, historia y juicio crítico. Madrid / Barcelona / Buenos Aires: Editorial Labor S.A., 1931. 175p.

CORBETTA, Juan C.; BERT N, Hugo D. *Política y Orden Mundial: ensayos sobre Carl Schmitt*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007. 156p.

_____. La política y lo politico. De Carl Schmitt a Julien Freund. In: DOTTI, Jorge; PINTO, Julio. *Carl Schmitt: su época y su pensamiento*. Buenos Aires: EUDEBA, 2002. P. 229-253.

_____. La noción de legitimidad en el concepto de lo político de Carl Schmitt. *Revista Criterio*. No. 2211, febrero, 1998. Disponible em: http://www.revistacriterio.com.ar/sin_categoria/la-nocion-de-legitimidad-en-el-concepto-de-lo-politico-de-carl-schmitt Acesso em: 19 jun. 2010

_____. *La noción de legitimidad en el concepto de lo político de Carl Schmitt*. Buenos Aires: Struhart, 1997. 106p.

CORRAL, Carlos; PAVÓN, Dalmacio. *¿De nuevo hoy Carl Schmitt y su Teología Política?* Disponível em: <http://blogs.periodistadigital.com/carloscorral.php/2008/07/08/ide-nuevo-hoy-carl-schmitt-y-su-teologia> Acessado em: 19 de agosto de 2010.

CORRAL, Luís Díez del. *El liberalismo doctrinario*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1984. 688p.

COSTA, Jean Gabriel Castro da. *Maquiavel e o trágico*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo USP. Orientador: Prof. Dr. Cícero Romão Resende de Araújo. 2010. 236p. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/.../2010_JeanGabrielCastrodaCosta.pdf Acessado em: 18.dez.2010.

COSTAMAGNA, Carlo. A justiça no Estado totalitário. In: FAYE, Jean-Pierre. *Introdução às linguagens totalitárias*. São Paulo: Perspectiva, 2009. P. 100-101.
_____. Razza e diritto. Convegno italo-tedesco di Vienna. In: FAYE, Jean-Pierre. *Introdução às linguagens totalitárias*. São Paulo: Perspectiva, 2009. P. 102-102.

COSTE, F. C. de. Law/Holocaust/Academy. Review Article. *The Modern Law Review*. 1999, p. 792-802.

COURTOIS, Stephane; WERTH, Nicolas; PANNE, Jean-Louis; PACKZOWSKI, Andrzej. *O livro negro do comunismo. Crimes, terror e repressão*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999. 922p.

COSTOPOULOS, James. What Is a Fascist? Goldberg and Xenos on Fascism and Leo Strauss. *Interpretation*. Vol. 36, 3, Summer, 2009, p. 253-272.

CRAIG, Gordon Alexander. *The Germans*. New York: Meridian, 1991. 368p.
_____. Decision, not Discussion. *Times Literary Supplement*. August, no. 12, 1983.
_____. *Germany, 1866-1945*. New York: Oxford University Press, 1980. 848p.

CRÉPON, Marc. Présentation. *Les études philosophiques*. Presses Universitaires de France. No. 68, 2004/1, p. 1-2.

CRISTI, Renato. Constitutionalism and the Founding of Constitutions: The Metaphysics of Constituent Power; Schmitt and the Genesis of Chile's 1980 Constitution. *Cardozo Law Review*. No. 29, 2000, p. 1749-1775.

_____. Carl Schmitt on Sovereignty and Constituent Power. In: DYZENHAUS, David. (Ed.). *Law as Politics. Carl Schmitt's Critique of Liberalism*. Durham and London: Duke University Press, 1998a. P. 179-195.

_____. *Carl Schmitt and authoritarian liberalism*. Cardiff: University of Wales, 1998b. 252p.

_____. *Le liberalisme conservateur. Trois essais sur Schmitt, Hayek et Hegel*. Traduit de l'anglais et de l'espagnol par Noëlle Burgi. Paris: Editions Kimé, 1993. 133p.

_____. Hayek, Schmitt y el Estado de Derecho. *Revista Chilena de Derecho*. Vol. 18, no. 2, 1991, p. 189-201. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2649756> Acesso em: 11 de outubro de 2009.

CROPSEY, Joseph. Foreword. In: MEIER, Heinrich. *Carl Schmitt and Leo Strauss. The Hidden Dialogue*. Including Strauss's Notes on Schmitt's Concept of the Political & Three Letters from Strauss to Schmitt. Chicago & London: The University of Chicago Press, 2006. P. ix-xii.

CROSSMAN, R. *Biografía del Estado Moderno*. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.

CUEVAS, Pedro Carlos González. *La tradición bloqueada: tres ideas políticas en España: El primer Ramiro de Maetzu, Charles Maurras y Carl Schmitt*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2002. 288p.

_____. Carl Schmitt en España. In: PAVÓN, Dalmacio Negro. *Estudios sobre Carl Schmitt*. Madrid: Veintiuno, 1996. P. 231-230.

CUOMO, Giuseppe. *Unità e omogeneità nel governo parlamentare. Il governo della repubblica*. Napoli: Casa Editrice Doot. Eugenio Jovene, 1957. 232p.

DAHL, Robert. *Democracy and its critics*. New Haven: Yale University Press, 1991. 329p.

DAHRENDORF, Ralf. *A quadratura do círculo*. Lisboa: Edições 70, 1996. 71p.

_____. *Society and Democracy in Germany*. New York: W. W. Norton & Company, 1979. 480p.

DAVID, Marcel. A propos de la souveraineté: Deux relectures de Carl Schmitt. *Revue du Droit Public*. No. 3, 1999, p. 661-696.

D'ALLONES, Myriam Revault. Sommes-nous vraiment 'déthéologisés'? Carl Schmitt, Hans Blumenberg et la sécularisation des temps modernes. Presses Universitaires de France. *Les études philosophiques*. No. 68, 2004/1, p. 25-37.

DE BONALD, Louis-Ambroise. *Teoría del Poder Político y Religioso*. Madrid: Tecnos, 1988. 179p.

DE MAISTRE, Joseph. *Maistre: Considerations on France*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. 132p.

_____. *Consideraciones sobre Francia*. Madrid: Tecnos, 1990. 158p.

_____. De la souveraineté du peuple. In: DE MAISTRE, J. *Oeuvres complètes*. Tome III. Genève: Slatkine, 1979. P. 311-559.

_____. *Considerations sur la France*. 9ª. ed. Paris: A La Société Typographique, 1814. 178p. Disponível em: http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=IK47AAAAMAAJ&oi=fnd&pg=PR1&dq=joseph+de+maistre&ots=MUt_ukVqfy&sig=1Dv3bf6yab_jurkJEbWglG68oMQ#v=onepage&q&f=false Acessado em: 15.Abr.2011.

DE VRIES, Erik. (Ed. e tradutor). Alexandre Kojève – Carl Schmitt correspondende and Alexandre Kojève, "Colonialism from a European Perspective. *Interpretation*. Vol. 29, 1, Fall, 2001, p. 91-130.

DELACROIX, Sylvie. Schmitt's Critique of Kelsenian Normativism. *Ratio Juris*. Vol. 18, No. 1, March, 2005, p. 30-45.

DEL ÁGUILA TEJERINA, Rafael; CHAPARRO, Sandra. *La Republica de Maquiavelo*. Madrid: Tecnos, 2006. 288p.

_____. Los fascismos. In: VALLESPÍN, Fernando. (Org.). *Historia de la Teoría Política. Rechazo y desconfianza en el proyecto ilustrado*. Vol. 5. Madrid: Alianza, 1993. P. 189-242.

DERRIDA, Jacques. *Politiques de l'amitié*. Paris: Galilée, 1994. 423p.

_____. *Força de Lei*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 145p.

DÍAZ, Elías. Carl Schmitt: La destrucción del Estado de Derecho. *Revista Jurídica*. Universidad Autónoma de Madrid. ISSN 1575-720X. No. 8, 2003, p. 143-162.

_____. *Estado de Derecho y Sociedad Democrática*. Madrid: Taurus, 1991. 174p.

DÍEZ, Luis Gonzalo. *Anatomia del intelectual reaccionario: Joseph de Maistre, Vilfredo Pareto y Carl Schmitt*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007. 368p.

_____. Joseph de Maistre: el despotismo del pecado original. *Historia y Política: Ideas, procesos y movimientos sociales*. Núm. 13, 2005, p. 27-48.

_____. Doctrinas de la contrarrevolución: Burke, Bonald y Donoso Cortés. *Ars et sapientia: Revista de la asociación de amigos de la Real Academia de Extremadura de las letras y las artes*. No. 14, 2004, p. 205-222.

DI LORENZO, Wambert Gomes. O pensamento político de Carl Schmitt: uma breve introdução. *Direito & Justiça*. Vol. 23, ano XXIII, 2001/1, p. 335-357.

DINER, Dan. *Beyond the Conceivable: Studies in Germany. Studies on Germany, Nazism on Holocaust*. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 2000. 293p.

DODERO, J. L. Vázquez. José de Maistre en España. *Revista de Estudios Políticos*. No. 13-14, 1944. P. 525-538. Disponível em: http://www.cepc.es/rap/Publicaciones/Revistas/2/REP_013-014_534.pdf Acesso em 03 de outubro de 2009.

DOEHRING, Karl. Estado social, Estado de derecho y orden democrático. FORSTHOFF, Ernst. Problemas constitucionales del Estado social. In: ABENDROTH, Wolfgang; FORSTHOFF, Ernst; DOEHRING, Karl. *El Estado Social*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1986. P. 107-208.

DONOSO CORTÉS, Juan. *Ensayo sobre el catolicismo, el liberalismo y el socialismo*. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/13505030989138941976613/index.htm> Acesso em 7 de maio de 2009.

_____. *Discursos políticos*. Madrid: Tecnos, 2002. 93p.

_____. Discurso sobre Europa. 1850. In: *El pensamiento político hispanoamericano*. Buenos Aires: Depalma, 1965.

_____. *Textos Políticos*. Madrid: Ediciones Rialp, 1954. 487p.

_____. *Obras Completas de Donoso Cortés. Tomo I.* Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1946a. 953p.

_____. *Obras Completas de Donoso Cortés. Tomo II.* Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1946b. 869p.

_____. *Ensayo sobre el catolicismo, liberalismo y socialismo.* Buenos Aires: Editorial Americalee, 1943. 325p.

_____. *Obras Escolhidas de Juan Donoso Cortés.* Madrid: Apostolado de la Prensa, S.A., 1933. 544p.

_____. *Discurso parlamentarios.* Colección Grandes Oradores, Ordenados y con un prólogo de D. Julio Burell. Notas y observaciones de D. Juan Bautista Catalá y Gavilá. Madrid, 1915.

DOREMUS, André. La philosophie du droit de Schopenhauer selon Carl Schmitt. *Archives de Philosophie du Droit.* Tome 41, 1997, p. 471-481.

_____. La théologie politique de Carl Schmitt vue par Hugo Ball en 1924. Presses Universitaires de France. *Les études philosophiques.* No. 68, 2004/1a, p. 57-63.

_____. La théologie politique de Carl Schmitt. Presses Universitaires de France. *Les études philosophiques.* No. 68, 2004/1b, p. 65-104.

_____. *Introduction a la pensée de Carl Schmitt.* Archives de Philosophie. No. 45, 4, Oct.-Déc., 1982, p. 585-665.

DOTTI, Jorge E. Prólogo. In: SCHMITT, C. *La tiranía de los valores.* Buenos Aires: Hydra, 2009. P. 9-87.

_____. La cuestión del poder neutral en Schmitt. *Kriterion. Revista de Filosofía.* No. 118, jul.-dez., 2008, p. 309-326.

_____. El visitante de la noche. En torno a la presencia de Max Stirner en el pensamiento de Carl Schmitt. In: DOTTI, Jorge; PINTO, Julio. *Carl Schmitt: su época y su pensamiento.* Buenos Aires: EUDEBA, 2002. P. 13-29.

_____. Carl Schmitt Lee a Karl Marx. In: MEDINA, Graciela; MALLORQUÍN. (Coordinadores). *Hacia Carl Schmitt: ir-resuelto.* México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla / Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades / Facultad de Administración, 2001. P. 67-111.

_____. *Presentación: "Definidme como queiráis, pero no como romántico". Romanticismo político.* In: Romanticismo político. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editora, 2000a. 250p.

_____. *Carl Schmitt en Argentina.* Rosario: Homo Sapiens, 2000b.

_____. From Karl to Carl Schmitt as a Reader of Marx. In: MOUFFE, Chantal. (Ed.). *The Challenge of Carl Schmitt.* London: Verso, 1999. P. 92-117.

_____. Teología política y excepción. *Daimon: Revista de Filosofía.* No. 13, 1996, p. 129-140. Disponible em: <http://revistas.um.es/daimon/article/viewFile/8351/8121>. Acceso em: 12 de outubro de 2009.

D'ORS, Alvaro. El "Glossarium" de Carl Schmitt. In: PAVÓN, Dalmacio Negro. *Estudios sobre Carl Schmitt.* Madrid: Veintiuno, 1996. P. 17-47.

_____. Teología Política: Una revisión del problema. *Revista de Estudios Políticos.* Disponible em: http://www.cepc.es/rap/Publicaciones/Revistas/2/REP_205_045.pdf Acceso em: 10.09.2010

DRYZEK, John S. Deliberative Democracy in Divided Societies. Alternatives to Agonism and Analgesia. *Political Theory*. Vol. 33, no. 2, April, 2005, p. 218-242. Disponível em: <http://10.1177/0090591704268372> Acessado em: 10.Nov.2010.

DUARTE, André de Macedo. Biopolítica e sociedade de controle: notas para compreender o presente. In: MAIA, Antonio Cavalcanti; BRANCO, Guilherme Castelo. (Org.). *Filosofia Pós-metafísica*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006. P. 11.26.

DUNN, John. Democracia: la política de construir, defender y ejemplificar una comunidad: Europa hoy. *Revista Internacional de Filosofía Política (RIFP)*, Vol.1, 1993, p. 21-39.

DURÃES, Lucia Schiffer. *O anel do Nibelungo – Richard Wagner*. Brasília: Musimed, 2008. 205p.

DUSO, Giuseppe. (Org.). *O Poder – História da Filosofia Política Moderna*. Petrópolis: Vozes, 2005. 510p.

_____. Carl Schmitt: teologia política e lógica dei concetti politici moderni. *Daimon: Revista de Filosofia*. No. 13, julio-diciembre, 1996, p. 77-98. Disponível em: <http://revistas.um.es/daimon/issue/view/851> Acesso em: 12 de outubro de 2000.

DUTRA, Delamar José Volpato. Apel versus Habermas: como dissolver a ética discursiva para salvaguardá-la juridicamente. *Kriterion: Revista de Filosofia*. Vol. 51, no. 121, Jun., 2010, p. 113-116.

_____. Habermas e Weber: o modelo processual de moralização do direito ou como respeitar a autonomia da legitimidade do direito em relação à moral. *Cadernos da EMARF, Fenomenologia e Direito*. Rio de Janeiro. Vol. 2, no. 1, abr.-set., 2009, p. 15-43.

_____. *Razão e consenso em Habermas: teoria discursiva da verdade, da moral, do direito e da biotecnologia*. 2ª ed. rev. e ampl. Florianópolis: EDUFSC, 2005.

_____. A legalidade como forma do Estado de direito. *Kriterion: Revista de Filosofia*. No. 109, 2004, p. 57-80.

_____. *Kant e Habermas: a reformulação discursiva da moral kantiana*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

DYMETMAN, Annie. *Uma arquitetura da indiferença*. São Paulo: Perspectiva, 2002. 185p.

_____. Benjamin e Schmitt: uma arqueologia da exceção. *Lua Nova*, no. 53, 2001, p. 115-134.

DYRBERG, Torben Bech. The leftist fascination with Schmitt and the esoteric quality of “the political”. *Philosophy Social Criticism*. Vol. 35, no. 6, July, 2009, p. 649-669.

DYZENHAUS, David. How Hobbes Met the ‘Hobbes Challenge’. Review Article. *The Modern Law Review*. Vol. 72, no. 3, 2009, p. 488-506.

_____. Schmitt v. Dicey: are the states of emergency inside or outside the legal order? *Cardozo Law Review*. Vol. 27, 5, 2006, p. 2005-2040.

_____. *Legality and Legitimacy. Carl Schmitt, Hans Kelsen and Hermann Heller in Weimar*. New York: Oxford University Press, 2003. 283p.

_____. Putting the State Back in Credit. In: MOUFFE, Chantal. (Ed.). *The Challenge of Carl Schmitt*. London: Verso, 1999. P. 75-91.

_____. Introduction. In: DYZENHAUS, David. (Ed.). *Law as Politics. Carl Schmitt's Critique of Liberalism*. Durham and London: Duke University Press, 1998a. P. vii-ix.

_____. After Legal Indeterminacy: Carl Schmitt and the National Socialist Legal Order, 1933-1936. *Cardozo Law Review*. Vol. 19, No. 5, May, 1998b, p. 1743-1770.

_____. Liberalism after the fall: Schmitt, Rawls and the problem of justification. *Philosophy & Social Criticism*. No. 22, may, 1996, p. 9-37.

_____. "Now the Machine Runs Itself": Carl Schmitt on Hobbes and Kelsen. *Cardozo Law Review*. Vol. 16, 1994-1995, p. 1-19.

EBERL, Matthias. *Die Legitimität der Moderne: Kulturkritik und Herrschaftskonzeption bei Max Weber und bei Carl Schmitt*. Marburg: Tectum Verlag, 1994. 140p.

EBERLE, Henrik. *Cartas para Hitler*. São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2010. 461p.

EICHMANN, Adolf. *Eichmann Interrogated. Transcripts from the archives of the Israelie Polic*. Cambridge, Massachusetts: Da Capo Press, 1999. 352p.

EISERMANN, Gottfried. Max Weber und Carl Schmitt. *Der Staat*, 1994, No. 1, p. 76-93.

ELLIOT, Thomas Stearns. *Crime na catedral. Quatro quartetos*. Rio de Janeiro: Editora Opera Mundi, 1970. 204p.

EMDEN, Christian J. Theorizing the Political in Germany, 1890-1945. Max Weber, Carl Schmitt, Franz Neumann. *European History Quarterly*. Vol. 38, no. 4, 2008, p. 608-625.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Obras Escolhidas*. 3 vols. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

ERMARTH, Michael. Reviewed work(s): The Other God That Failed: Hans Freyer and the Deradicalization of German Conservatism by Jerry Z. Muller. *The Journal of Modern History*. Vol. 64, No. 4, Dec., 1992, p. 846-850. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2124953> Acessado em: 10.Nov.2010.

ESCALANTE, Manuel Fernández. Schmitt em cuarentena. In: PAVÓN, Dalmacio Negro. *Estudios sobre Carl Schmitt*. Madrid: Veintiuno, 1996. P. 89-109.

ESCAMILLA, Laura Valencia. *La representación parlamentaria: un recorrido histórico por la teoría política*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2008. 226p.

ESPARZA, José Javier. Un aventurero contra el nihilismo. In: PAVÓN, Dalmacio Negro. *Estudios sobre Carl Schmitt*. Madrid: Veintiuno, 1996. P. 49-71.

ESPERANÇA, Ilma. *O cinema operário na República de Weimar*. São Paulo: UNESP, 1993. 176p.

ESTÉVEZ ARAUJO, José Antonio. Schmitt contra Weimar. In: GONZÁLEZ, José M. y QUESADA, Fernando. (Coords.) *Teorías de la democracia*. Barcelona: Anthropos, 1992. P. 197-224.

_____. *La crisis del Estado liberal, Schmitt en Weimar*. Barcelona: Ariel, 1989.

_____. ¿Qué Schmitt se lee en los 80? *Anuario de Filosofía del Derecho*. No. 4, 1987, p. 683-704.

ESTRADA, Fernando. *El Leviatán de Thomas Hobbes*. Disponível em: http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1034&context=fernando_estrada Acesso em: 30 jul. 2010.

EVOLA, Julius. *Donoso Cortés*. In: <http://es.geocities.com/sucellus24/3057.htm>. Acesso em 7 de maio de 2009.

EYCK, Erich. Der geistige Kampf um die Reichsexekution. – Carl Schmitts Auslegung des Artikel 48, in: Vossische Zeitung, vom 6. August 1932.

FARIAS, Victor. *Heidegger y el nazismo*. 2ª. ed. aumentada. México: Fondo de Cultura Económica, 1998. 602p.

_____. *Heidegger e o nazismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FARR, Even. With Friends like these... Carl Schmitt, Political Ontology, and National Socialism. University of Virginia Graduate Student Conference. March, 26, 2009. Charlottesville, VA, 30p.

FARRELL, Martín D. ¿Discusión entre el Derecho Natural y el Positivismo Jurídico? *Doxa*, 21, II, 1998, p. 121-128.

FARRENKOPF, John. *Prophet of Decline: Spengler on World History and Politics*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2001. 304p.

_____. Spengler's historical pessimism and the tragedy of our age. *Theory and Society*. Vol. 22, No. 3, Jun., 1993, p. 391-412.

_____. Nietzsche, Spengler, and the Politics of Cultural Despair. *Interpretation*. Vol. 20, 2, Winter, 1992-1993, p. 165-185.

FAYE, Emmanuel. *Heidegger. La introducción del nazismo a la filosofía*. En torno a los seminários inéditos de 1933-1935. Madrid: Akal, 2009b. 288p.

FAYE, Jean-Pierre. Carl Schmitt, Göring y el “Estado total”. In: ZARKA, Yves-Charles. *Carl Schmitt o el mito de lo político*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2010. P. 125-140.

_____. *Introdução às linguagens totalitárias*. São Paulo: Perspectiva, 2009a. 156p.

FATOVIC, Clement. *Outside the Law: Emergency and Executive Power*. Boston: The Johns Hopkins University Press, 2009. 368p.

FAVOREU, L. Éditorial. À propos de Carl Schmitt. *Revue Française de Droit Constitutionnel*. Presses Universitaires de France. No. 51, 2002/3, p. 484-484.

FAVRE, José Gómez de la Serna. *Filósofos modernos del derecho: Rudolf Smend*. Disponível em: http://www.cepc.es/rap/Publicaciones/Revistas/2/REP_054_014.pdf Acesso em: 23 de outubro de 2008.

FEINMAN, José Pablo. Encuentro 1: Heidegger, "Ser y Tiempo" ¿Por qué Heidegger es el filósofo más importante del Siglo XX? In: *Programa "Filosofía Aquí & Ahora"*. 2ª Temporada, realizado por José Pablo Feinmann en Canal Encuentro del Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología de la Argentina. 2009a. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=xWX1jneb3Kw> Acessado em: 08.Sep.2010.

_____. Encuentro 2: Heidegger, "Ser y Tiempo" ¿Por qué Heidegger es el filósofo más importante del Siglo XX? In: *Programa "Filosofía Aquí & Ahora"*. 2ª Temporada, realizado por José Pablo Feinmann en Canal Encuentro del Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología de la Argentina. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=xWX1jneb3Kw> Acessado em: 08.Sep.2010.

_____. Encuentro II / 05. Heidegger y el nazismo. Parte 3. Que entiende por el olvido del ser. 2009b. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=A9MHv5OV0EI&NR=1> Acessado em: 08.Sep.2010.

_____. Encuentro II / 05. Heidegger y el nazismo. Parte 4. El hombre. ¿un pastor del ser? 2009c. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=R39wyBbteow&NR=1> Acessado em: 08.Sep.2010.

_____. Encuentro 1 / 02. Heidegger, Ser y tiempo Como se relaciona su obra con el clima socio cultural de la Republica de Weimar. 2009d. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=5JT_Ac62X0Y&feature=related Acessado em: 08.Sep.2010.

_____. Encuentro 1 / 03. Heidegger, Ser y tiempo Como viene al mundo la pregunta por el ser. 2009e. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=SiNpQWJEV14&NR=1> Acessado em: 08.Sep.2010.

_____. Encuentro 02, Heidegger, El Dasein y sus posibles Parte 1 La posibilidad de todas mis posibilidades. 2009f. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ZIBGImpzurI&feature=related> Acessado em: 08.Sep.2010.

FERNÁNDEZ, Santiago Delgado; DÍAZ, José Francisco Jiménez; GARCÍA, Rafael Vázquez. El pensamiento contrarrevolucionario: Edmundo Burke, Joseph de Maistre, Louis de Bonald. In: FERNÁNDEZ, Santiago Delgado; DÍAZ, José Francisco Jiménez. (Coord.). *Introducción a la historia de las ideas políticas contemporáneas: desde la Revolución Francesa a la Revolución Rusa*. 2008, p. 37-58.

FERNÁNDEZ-FLÓREZ, Lucía. Maldito Spinoza: El ataque de Carl Schmitt al *Tratado Teológico-Político* de Baruch de Spinoza. *Thémata. Revista de Filosofía*, no. 43, 2010, p. 175-199.

FERREIRA, Bernardo. Perguntas radicais e problemas últimos: a polêmica de Carl Schmitt contra o liberalismo. In: LIMONCIC, Flávio & MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. (Org.). *Os intelectuais do antiliberalismo. Projetos e políticas para outras modernidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. P. 73-103.

_____. Schmitt, representação e forma política. In: VIEIRA, L. V. e COSTA, D. Vaz-Curado R.M. (Orgs.). *Carl Schmitt contra o império*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. P. 31-53.

_____. Considerações sobre o realismo político em Carl Schmitt. *Kriterion*, Revista de Filosofia, no. 118, jul.-dez., 2008a, p. 327-366

_____. O nomos e a lei. Considerações sobre o realismo político em Carl Schmitt. *Kriterion. Revista de Filosofia*. Vol. 49, no. 118, dezembro, 2008b, p. 327-366.

_____. *O risco do político. Crítica ao liberalismo e teoria política no pensamento de Carl Schmitt*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: UFMG, IUPERJ, 2004a. 339p.

_____. Schmitt, representação e forma política. *Lua Nova*, no. 61, 2004b, p. 25-51.

_____. Sujeito e ordem: Romantismo e decisionismo no pensamento de Carl Schmitt. *DADOS*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 45, no. 4, 2002, p. 599-648.

FERROL, Murillo. *La crisis del problema teoría-práctica en la Ciencia Política*. Madrid: Ministério de Justicia y Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1954. 36p.

_____. Unidad, teología y política. *Revista de Estudios Políticos*. No. 104, 1959, P. 71-97.

FETSCHER, Iring. La Ilustración en Francia: la Enciclopedia, Montesquieu, Rousseau. In: VALLESPÍN, Fernando. (Org.). *Historia de la Teoría Política. Rechazo y desconfianza del proyecto ilustrado*. Vol. 3. Madrid: Alianza, 1993. P. 97-162.

FEUCHTWANGER, E. J. *Reviewed. Carl Schmitt: theorist for the Reich. By Joseph Bendersky*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1983. 320p. *History*, 2001, p. 745.

FEUERBACH, Jean-Louis. A teoria de Grossraum em Carl Schmitt. Variações em torno do conceito de império. In: VIEIRA, L. V. e COSTA, D. Vaz-Curado R.M. (Orgs.). *Carl Schmitt contra o império*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. P. 73-91.

FIGAL, Günter. Del sentido de la historia: para un debate de la teología política en Carl Schmitt y Walter Benjamin. *Er: Revista de Filosofia*. No. 32, 2003, p. 85-103.

FIJALKOWSKI, Jürgen. *La trama ideológica del totalitarismo. Análisis crítico de los componentes ideológicos en la Filosofía Política de Carl Schmitt*. Madrid: Editorial Tecnos, 1966. 354p.

FINCHELSTEIN, Frederico. *Fascismo transatlántico. Ideología, violencia y sacralidad en Argentina y en Italia, 1919-1945*. México: Fondo de Cultura Económica, 2010. 376p.

FISCHER, Karsten. Hobbes, Schmitt and the Paradox of Religious Liberality. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*. Vol. 13, nos. 2-3, June-September, 2010, p. 399-416.

FISCHER, Nicolas; SMADJA, David. L'état d'exception et les silences de la loi. *Raisons politiques*. No. 9, février, 2003, p. 97-112.

FLICKINGER, Hans Georg. A luta pelo espaço autônomo do político. In: SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Petrópolis: Vozes, 1992. P. 9-26.

FOESSEL, Michaël; KERVÉGAN, Jean-François; d'ALLONNES, Myriam Renault. *Modernité et sécularisation. Hans Blumenberg, Karl Löwith, Carl Schmitt, Leo Strauss*. Paris: CNRS Editions, 2007.

FONTAINE, Lauréline. Pouvoirs exceptionnels vs Garantie des droits : l'ambiguïté de la question constitutionnelle. *Revue du Droit Public*. No. 2, 2009, p. 351-374.

FONTANA, Benedetto. Anotaciones en torno a Carl Schmitt y el marxismo. In: MEDINA, Graciela; MALLORQUÍN. (Coordinadores). *Hacia Carl Schmitt: ir-resuelto*. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla / Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades / Facultad de Administración, 2001. P. 112-123.

FORSTER, Ricardo. El Estado de Excepción: Benjamin y Schmitt como pensadores del riesgo. In: DOTTI, Jorge; PINTO, Julio. *Carl Schmitt: su época y su pensamiento*. Buenos Aires: EUDEBA, 2002. P. 125-136.

FORSTHOFF, Ernst. The Total State. In: JACOBSON, Arthur & SCHLINK, Bernhard. (Eds.). *Weimar. A Jurisprudence of Crisis*. Berkeley; Los Angeles, London: University of California Press, 2000. P. 320-323.

_____. Problemas constitucionales del Estado social. In: ABENDROTH, Wolfgang; FORSTHOFF, Ernst; DOEHRING, Karl. *El Estado Social*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1986. P. 43-68.

_____. Concepto y esencia del Estado social del derecho. In: ABENDROTH, Wolfgang; FORSTHOFF, Ernst; DOEHRING, Karl. *El Estado Social*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1986. P. 69-106.

_____. *Legalität und Weimarer Verfassung*, in: *Rheinisch-Westfälische Zeitung*, 1932, Nr. 521 vom 12. Oktober 1932.

_____. HOLTHAUSEN, Georg. (Pseudónimo). 'Totale Mobilmachung'. *Der Ring – Unabhängige Wochenschrift für nationale Politik*, 1931a, 4. Jahrg., Heft 1, vom 4. Januar 1931a, SS. 4-5.

_____. HOLTHAUSEN, Georg. (Pseudónimo). *Justiz und Krisenjustiz*, in: *Der Ring – Unabhängige Wochenschrift für nationale Politik*, 1931b, 4. Jahrg., Heft 35, vom 29. August 1931b, SS. 653-655.

_____. HOLTHAUSEN, Georg. (Pseudónimo). *Der Volksbegriff der Weimarer Verfassung*, in: *Der Ring – Unabhängige Wochenschrift für nationale Politik*, 1931c, 4. Jahrg., Heft 4, vom 25. Januar 1931c, SS. 67-68.

FORSTHOFF, Heinrich. Die evangelische Kirche am Schweißwege. *Der Ring – Unabhängige Wochenschrift für nationale Politik*, 1930, 3. Jahrg., Heft 16, vom 20. April 1930, SS. 315-316.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 26ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008. 295p.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2003. 160p.

_____. *Un diálogo sobre el poder*. Madrid: Alianza, 1981. 164p.

FRANCESCH, Juan Luis Pérez; GÓMEZ-QUINTERO, Álex Seglers. Las Veladas de San Petersburgo: Política y literatura em el pensamiento contrarrevolucionario de Joseph de Maistre. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*. Núm. 115, Enero-Marzo, 2002, p. 183-194.

FRAENKEL, Ernst. Kollektive Demokratie. *Die Gesellschaft*, 1929, 6. Jahrg., Nr. 8 (August), SS. 103-118.

_____. Historical Handicap of German Parliamentarism. In: *The Road to Dictatorship. Germany 1918 to 1933*. Symposium by German Historians. London: Oswald Wolff, 1970. P. 7-24.

FRANKENBERG, Günter. *A gramática da Constituição e do direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

FRANKLIN, Julian H. *Jean Bodin and the Rise of Absolutist Theory*. Reissue edition. Cambridge, Massachusetts: Cambridge, 2009. 136p.

FREITAG, Barbara. Habermas e a filosofia da modernidade. *Perspectivas*. São Paulo. No. 16, 1993, p. 23-45.

FREUND, Julien. *Vista en conjunto sobre la obra de Carl Schmitt*. Buenos Aires: Struhan & Cía., 2006. 115p.

_____. *Carl Schmitt en Argentina*. Rosario: Homo Sapiens, 1999. 698p.

_____. Préface. In: *La notion de politique*. Paris: Calman-Lévy, 1972. P. 7-38.

_____. *La esencia de lo político*. Madrid: Alianza, 1968.

FRIEDRICH, Carl Joachim. *Tradição e autoridade em Ciência Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. 151p.

_____; BRZEZINSKI, Zbigniew. *Totalitarismo e autocracia*. Rio de Janeiro: Edições, 1965. 298p.

_____. Dictatorship in Germany? *Foreign Affairs*. Vol. 9, No. 1, October, 1930, p. 118-132. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20030333> Acessado em: 12.Jul.2010.

FRIESENHAHN, Ernst. Die Staatsgerichtsbarkeit. *Der Ring*. – Unabhängige Wochenschrift für nationale Politik, 1931, 4. Jahrg., Heft 35, vom 29. August 1931, SS. 659-662.

FRIEDRICH, Hans. *Série Auschwitz da BBC. 2005. Entrevista com Hans Friedrich. Soldado nazista que assume o massacre de judeus. 2005*. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=2ZcMHVcBOVQ&feature=related> Acesso em: 18.Ago.2009.

FRITSCHER, Johannes. From National Socialism to Postmodernism: Löwith on Heidegger. *Constellation*. Vol. 16, No. 1, 2009, p. 84-105.

FRITZSCHE, Peter. *Germans into Nazis*. Cambridge, Mass.: Harvard, 2003. 269p.

FRYE, Charles E. Carl Schmitt's Concept of Law. *The Journal of Politics*. Vol. 28, no. 04, 1966, p. 818-830.

FROMM, Erich. Introdução. In: FROMM, MARCUSE, KOSIK, BLOCH, BOTTOMORE, DELLA VOLPE. (Orgs.). *Humanismo socialista*. Lisboa: Edições 70, 1976. P. 7-14.

FROSINI, Vittorio. Kelsen y las interpretaciones de la soberanía. *Revista Española de Derecho Constitucional*. Año 11, num. 31, enero-abril, 1991. P. 61-74.

FUCHS, Richard. Carl Schmitts Verfassungslehre. *Juristische Wochenschrift*, 1931, 60. Jahrg., Sp. 1569-1664.

FURET, François, NOLTE, Ernst. *Fascismo y comunismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. 140p.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Apresentação. In: AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz. Homo sacer III*. São Paulo: Boitempo, 2008. P. 09-17.
_____. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1999. 114p.

GAILLE-NIKODIMOV, Marie. L'ordre conflictuel du politique: une formule ambiguë. Schmitt et Foucault, lecteurs de Machiavel. *Multitudes*. No. 13, 2003/3, p. 165-175.

GALLEGO ANABITARTE, Alfredo. La discusión sobre el metodo Revista en Derecho Público durante la República de Weimar. *Revista Española de Derecho Constitucional*. Año 16, Núm. 46, Enero-Abril, 1996, p. 11-37.

GALLEGO, Ferrán. El nazismo como fascismo “auténtico”. *Dossier*. 2003.
<http://ddd.uab.cat/pub/hmic/16964403n1p121.pdf> Acessado em: 15.Jun.2011

GALLI, Carlo. *Lo sguardo di giano. Saggi su Carl Schmitt*. Milano: Il Mulino, 2008. 177p.
_____. *Genealogia della politica*. Milano: Il Mulino, 1996. 936p.

GALLO, Francisco Narváez. Carl Schmitt. Guía de lectura y estudio. Disponível em: https://www.u-cursos.cl/derecho/2009/1/D123C0104/6/material_docente/objeto/240814. Acesso em: 12 de outubro de 2009.

GANTE, Alicia Hernández. Reseña. *Estudios Sociológicos*. Mayo-agosto, vol. XXI, no. 002. El Colégio de México, DF, p. 495-499. MEDINA, Graciela; MALLORQUÍN, Carlos. (Coords.). *Hacia Carl Schmitt: ir-resuelto*. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2001.

GARCÍA, Antonio Rivera. Relativismo e historia de los conceptos políticos. *Daimon. Revista de Filosofía Política*. No. 24, 2001, p. 93-101.
_____. *Fuerza y estructura del Estado. Una aproximación crítica al Estado del siglo XX*. Disponível em: <http://revistas.um.es/index.php/daimon/article/view/12261/11811> Acesso em: 13 de julho de 2009.
_____. Secularización y crítica del liberalismo moderno. *Isegoría. Revista de Filosofía Moral y Política*. No. 39, julio-diciembre, 2008, p. 79-100.

GARCÍA, Dora Elvira. La violencia como condición o como disolución de lo político: Carl Schmitt y Hannah Arendt. *Signos Filosóficos*. Vol. VI, num. 11, enero-junio, 2004, p. 73-96.

GARCÍA, José Antonio Lopez. Excepción y normalidad en la cultura jurídico-política española: notas sobre los siglos XIX y XX. *Erytheis*. No. 2, Noviembre, 2007. Disponível em: http://idt.uab.es/erytheis/lopez.garcia_es.htm Acesso em: 22.Abril.2011

_____. La presencia de Carl Schmitt en España. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*. No. 91, Ene.-Mar, 1996, p. 139-168. Disponível em: http://www.cepc.es/rap/Publicaciones/Revistas/3/REPNE_091_146.pdf Acesso em 18 de outubro de 2009.

GARCIA, Maria. *Desobediência Civil – Direito Fundamental*. 2ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. 336p.

GARCÍA, Miguel Ángel Perfecto. O pensamento antiliberal espanhol: intelectuais e políticos antiliberais na Espanha do primeiro terço do século XX. In: LIMONCIC, Flávio & MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. (Org.). *Os intelectuais do antiliberalismo. Projetos e políticas para outras modernidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. P. 439-476.

GARCÍA, Pedro de Vega. Prologo. In: SCHMITT, Carl. *La defensa de la Constitución*. Madrid: Tecnos, 1998. P. 11-24.

_____. El poder moderador. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*. No. 116, Abr.-Jun., 2002, p. 7-24.

GARCÍA, Román. Historia de los conceptos y filosofía política en Carl Schmitt. *Res publica*. Vol. 1, 1998, p. 73-86.

_____. Revolución conservadora y nacionalsocialismo: “El caso Carl Schmitt”. *Debats*. No. 55, 1996, p. 105-119.

GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo. *Constitución como norma y el Tribunal Constitucional*. 4ª. ed. Madrid: Civitas, 2006. 324p.

_____. *La Constitución como norma y el Tribunal Constitucional*. Madrid: Civitas, 1994. 264p.

GARCÍA-PELAYO, Manuel. Epílogo. In: SCHMITT, Carl. *Teoría de la Constitución*. Madrid: Alianza, 1992. P. 373-377.

GARZÓN-VALLEJO, Iván. Carl Schmitt: ¿Estado de naturaleza o pesimismo antropológico? *Pap. Pol.*, Bogotá, Vol. 15, No. 1, Jan.-Jun., 2010, p. 111-134.

GASÍO, Guillermo. Introducción. In: Kelsen, Hans. *¿Quién debe ser el defensor de la Constitución?* Madrid: Tecnos, 1995. P. IX-XLIV.

GAY, Peter. *A cultura de Weimar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 213p.

GEA, Belén Rosa de. *El enviado del cielo: el pensamiento contrarrevolucionario de Donoso Cortés*. Biblioteca Saavedro Fajardo de Pensamiento Político Hispánico. Disponível em: <http://saavedrafajardo.um.es/WEB/archivos/NOTAS/RES0091.pdf> Acessado em: 20.09.2010, p. 1-14.

GELLATELY, Robert. *Backing to Hitler. Consent and coercion in Nazi Germany*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2002. 384p.

GELLNER, Ernst. *Encuentros con el nacionalismo*. Madrid: Alianza, 1995. p. 218p.

GENTILE, Emilio; LANCHESTER, Fulco; TARQUINI, Alessandra. Alfredo Rocco: dalla crisi del parlamentarismo alla costituzione dello Stato nuovo. Roma: Carocci, 2010. 136p.

_____. El fascismo y la vía italiana al totalitarismo. In: LEDESMA, Manuel Pérez. (Compil.). *Los riesgos para la democracia. Fascismo y neofascismo*. Madrid: Editorial Pablo Iglesias, 2007. P. 17-35.

GERBER, Emil. Römischer Katholizismus und politische Form. *Ausburger Postzeitung*, 1925, Sonntagsbeilage Nr. 35 und 36 vom 30. August und 6. September.

GERSTENBERGER, Heide. *Der revolutionäre Konservatismus*. Berlin: Duncker & Humblot, 1969.

GHELARDI, Maurizio. Introduzione all'edizione italiana. In: BENDERSKY, Joseph W. *Carl Schmitt. Teorico del Reich*. Bologna: Il Mulino, 1989. P. 7-19.

GHETTI, Pablo Sanges. *Direito e Democracia sob os Espectros de Schmitt: Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Habermas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. 244p.

GHEZZI, Morris Lorenzo. *La distinction entre hechos y valores en el pensamiento de Norberto Bobbio*. Bogotá: Universidad del Externado de Colombia, 2007. 130p.

GHIRETTI, Héctor. Un capítulo sobre las identidades políticas modernas: la izquierda a la luz de las tesis de Carl Schmitt. *Anuario Filosófico*, XL/1, 2007, p. 149-173.

GIACCARDI, Thierry. Épopée terrestre et épopée céleste: la «base» et le «nom» dans l'Essai sur le principe générateur des constitutions politiques de Joseph de Maistre. *Anales de Filología Francesa*. No. 16, 2008, p. 87-99.

GIACÓIA Jr., Oswaldo. O impacto de Nietzsche no século XX. 04.09.2009a. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=JhsQHIIkFQ&feature=related> Acessado em: 19.Jan.2011

_____. Influência de Nietzsche no nazismo (I). 05.Set.2009b. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=kzkW4CUFiB4&feature=related> Acessado em: 20.Out.2010.

_____. Notas sobre direito, violência e sacrifício. *Dois Pontos*. Vol. 5, no. 2, Outubro, 2008, p. 33-47.

_____. *Sonhos e pesadelos da razão esclarecida. Nietzsche e a modernidade*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. 220p.

_____. *Nietzsche*. São Paulo: Publifolha, 2000. 92p.

GIANNINI, Massimo Severo. La concezione giuridica di Carl Schmitt: un politologo datato? *Quaderni Costituzionali*. Anno VI, no. 3, dicembre, 1986, p. 447-459.

GIDDENS, Anthony. *Política y Sociología en Max Weber*. Madrid: Alianza, 1997 99p.

GIERKE, Otto von. *Teorías políticas de la Edad Media*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1995. 293p.

GILBERT, G. M. *Nuremberg Diary*. Cambridge, Massachusetts: Da Capo Press, 1995. 488p.

GIRALDO, Jorge; MOLINA, Jerónimo. Prólogo. In: GIRALDO, Jorge; MOLINA, Jerónimo. (Eds.). *Carl Schmitt: Derecho, política y grandes espacios*. Universidad EAFIT, Sociedad de Estudios Políticos de la Región de Murcia, 2008. 260p.

GIRARD, René. *La violencia y lo sagrado*. Barcelona: Anagrama, 1983. 344p.

GÖÇMEN, Doğan. *Der Begriff des Politischen bei Rosa Luxemburg – Eine Auseinandersetzung mit Carl Schmitts Begriff des Politischen*. Vortragen auf der Rosa Luxemburg-Konferenz in Berlin. 16/17.01.2009.

GOEBBELS, Joseph Paul. *Diario de 1945: los ultimos escritos del jerarca nazi que permanece junto a Hitler hasta el final*. Madrid: La Esfera de los Libros, 2007. 512p.

_____. *Guerra Total*. Discurso pronunciado el 18 de Febrero de 1943. Disponível em: <http://www.retoricas.com/2009/07/discurso-guerra-total-goebbels.html> Acesso em: 10.Ago.2009.

GOERING, Hermann. *Germany Reborn*. New York: Preuss, 2003.

GOLDBERG, John C. P. Let liberals be Liberals. Review Article. *The Modern Law Review*. Vol. 61, 1998, p. 899-915.

GOLDENSOHN, Leon. *As entrevistas de Nuremberg*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005. 551p.

GOLDHAGEN, Daniel. *Os carrascos de Hitler*. 1ª reimp. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. 667p.

GOLDMAN, Lucien. Socialismo e humanismo. In: FROMM, MARCUSE, KOSIK, BLOCH, BOTTOMORE, DELLA VOLPE. (Orgs.). *Humanismo socialista*. Lisboa: Edições 70, 1976. P. 63-77.

GOLOMB, Jacob; WISTRICH, Robert S. (Eds.). *Nietzsche, Godfather of Fascism?: On the Uses and Abuses of a Philosophy*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2002. 344p.

GOMES, Álvaro Cardoso; VECHI, Carlos Alberto. *A estética romântica*. São Paulo: Atlas, 1992. 186p.

GÓMEZ, Edgardo Rodríguez. La idea del derecho en la Filosofía Jurídica de Gustav Radbruch. *Universitas*, Revista de Filosofía, Derecho y Política, no. 6, julio, 2007. P. 29-56. Disponível em: < <http://universitas.idhbc.es/n06/06-03.pdf>>. Acesso em: 9 de setembro de 2007

GÓMEZ, Miguel Ángel Simón. El decadentismo en la derecha radical contemporánea. *Política y Sociedad*. Vol. 44, no. 1, 2007, p. 175-198.

GÓMEZ, Patricio Peñalver. Decisiones. Schmitt, Heidegger, Barth. *Daimon: Revista de Filosofía*. No. 13, 1996, p. 141-168. ISSN 1130-0507. Disponível em: <http://revistas.um.es/daimon/article/view/8401/8171> Acesso em: 12 de outubro de 2009.

GÓMEZ-QUINTERO, Alex Seglers; FRANCESCH, Joan Lluís Pérez. Las veladas de San Petersburgo: política y literatura en el pensamiento contrarrevolucionario de Joseph de Maistre. *Revista de Estudios Políticos*. No. 115, p. 2002, p. 183-194.

GONÇALVES, Nicole Pilagallo da Silva Mader. O risco da crise do Poder Legislativo para o Estado Democrático de Direito: a necessária reconstrução da esfera pública, o resgate do político e a reformulação da democracia. *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*. Vol. 5, 2009, p. 1-33.

GONZÁLEZ, Francisco Colom. *Las caras del Leviatán. Una lectura política de la Teoría Crítica*. Barcelona: Anthropos; Iztapalapa-México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1992. 301p.

GONZÁLEZ, José M.; QUESADA, Fernando. (Coords.). *Teorías de la democracia*. Barcelona: Anthropos, 1992. 360p.

GONZÁLEZ, José Peña. Donoso Cortés: el más europeo de los españoles. *Boletín de la Real Academia de Córdoba de Ciencias, Bellas Letras y Nobles Artes*. No. 156, 2009, p. 123-130.

GONZÁLEZ, Martín. Carl Schmitt, Leo Strauss y El Concepto de lo político. Sobre un diálogo entre ausentes. *Historia Crítica*. No. 38, Bogotá, mayo-agosto, 2009. P. 223-226. Disponível em: <<http://historiacritica.uniandes.edu.co/view.php/597/view.php>>. Acesso em: 13 ago. 2009.

GORDON, David. Carl Schmitt: Politics and Theory. By Paul Edward Gottfried. *The Review of Austrian Economics*. Vol. 6, no. 1, 1992, p. 117-120.

GÖRES, Ulf. *Homogenität und Heterogenität: Eine vergleichende werk- und ideengeschichtliche Analyse über das entscheidende gesellschaftspolitische Axiom bei Max Weber und Carl Schmitt*. Hamburg: Diplomarbeiten Agentur diplom.de, january, 1996. 128p.

GORRÁIZ, Jesús María Osés. Joseph de Maistre: un adversario del Estado moderno. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*. No. 80, Abr.-Jun., 1993, p. 225-246.

_____. *Bonald o lo absurdo de toda revolución*. Navarra: Universidad Pública de Navarra, 1998. 135p.

_____. La influencia de la Revolución Francesa en el pensamiento de Bonald. *Eurídice*. No. 5, 1995, p. 127-152.

GOSCHLER, Constantin. Radical Conservative Thought in the Intellectual Constellation of the Early Federal Republic. *Cultural Critique*, 69, Spring, 2008, p. 1-21.

GOTT, Virginia L. The National Socialist Theory of International Law. *The American Journal of International Law*. Vol. 32, 1938, p. 704-718.

GOTTFRIED, Paul Edward. *The Strange Death of Marxism: The European Left in the New Millenium*. Missouri: University of Missouri, 2005. 176p.

_____. Confronting the Challenge of the Exception: George Schwab as an Interpreter of Carl Schmitt. *The Political Science Reviewer*. Vol. 20, no. 1, (Fall, 1991), p. 264-285.

_____. *Carl Schmitt. Politics and Theory*. New York: Greenwood Press, 1990. 152p.

_____. The Nouvelle Ecole of Carl Schmitt. *Telos*, No. 72, Summer, 1987, p. 202-204.

GOWAN, Peter. Donoso Cortés: un español singular. *New Left Review*. (Ejemplar dedicado a Oriente Próximo: genocidio, autodeterminación, literatura, feminismo), No. 6, 2001, p. 172-178.

GRANGE, William. *Cultural Chronicle of the Weimar Republic*. London: Rowman & Littlefield, 2008. 208p.

GRASS, Günther. *Nas peles da cebola*. Rio de Janeiro: Record, 2007. 420p.

_____. *Escribir después de Auschwitz. Reflexiones sobre Alemania: un escritor hace balance de 35 años*. Barcelona: Paidós, 1999. 59p.

GRAU, José Corts. *Perfil actual de Donoso Cortés*. Revista de Estudios Políticos. Nos. 19-20, 1945. P. 74-120. Disponível em: http://www.cepc.es/rap/Publicaciones/Revistas/2/REP_019-020_084.pdf Acesso em: 03 out. 2009.

_____. Perfil actual de Donoso Cortés. *Revista de Estudios Políticos*. No. 19-20, 1945, p. 75.

GREGOR, A. James. *Marxism, Fascism, and Totalitarianism. Chapters in the Intellectual History of Radicalism*. Menlo Park, California: Stanford University, 2008. 416p.

GREENBERG, Udi E. Criminalization: Carl Schmitt and Walter Benjamin's concept of criminal politics. *Journal of European Studies*. Vol. 39, no. 3, 2009, p. 305-319. Disponível em: <http://jes.sagepub.com> Acesso em: 1 abr. 2010.

_____. Orthodox violence: "Critique of Violence" and Walter Benjamin's Jewish political theology. *History of European Ideas*. Vol. 34, 2008, p. 324-333.

GROCIO, Hugo. *Del derecho de presa. Del derecho de la guerra y de la paz*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales. 1987. 67p.

GROSS, Raphael. *Carl Schmitt und die Juden. Eine deutsche Rechtslehre Erweiterte Ausgabe*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2005. 460p.

GUILHOT, Nicolas. Carl Schmitt, le droit, le pouvoir. Entretien avec Toni Negri, philosophe. *Mouvements*. No. 37, janvier-février, 2004, p. 89-92.

GÜNTHER, Albrecht Erich. Was wir vom Nationalsozialismus erwarten. *Zwanzig Antworten*. Heilbronn, 1932, bes. SS. 82-83, 97-98.

_____. Der Endkampf zwischen Autorität und Anarchie. – Zu Carl Schmitts ‘Politische Theologie’. *Deutsches Volkstum*, 1931, 31. Jahrg., Heft 1 (Januar), SS. 11-20.

_____. Das Ende der bürgerlichen Vernunft. *Deutsches Volkstum*, 1930, 12. Jahrg., Heft 11 (November), SS. 879-880.

GRANADOS, Jose Pérez i. *Alain de Benoist y la Nueva Derecho francesa: Orígenes y trayectoria*. Disponível em: www.historiacritica.org/anteriores/anterior3/estudis/Desafectos.PDF Acesso em: 21.Abril.2011.

GREWE, Wilhelm. Der Begriff des Politischen – Politik und Moral. *Die junge Mannschaft*, 1931, Heft 6, S. 2-6.P.

GRIMM, Martin. Politische Theologie. *Der Ring – Unabhängige Wochenschrift für nationale Politik*, 1930, 3. Jahrg., Heft 51, vom 21. Dezember 1930, SS; 903-906.

GRIMSLEY, Ronald. *La filosofía de Rousseau*. Madrid: Alianza, 1977. 219p.

GRINÁN, Patricia Barbadillo. J. de Maistre: Consideraciones sobre Francia. *Filosofía Política: las grandes obras*. Luis García San Miguel Rodríguez-Arango. (Ed. Lit.). 2006, p. 503-511.

GRUNEBERG, Horst. Mittelstandspolitik. – Staatspolitik. *Die Tat – Monatschrift von Eugen Diederichs*, 1931, 23. Jahrg., Heft 3 (Juni), SS. 191-212.

GRÜTER, Friedrich. (Pseudônimo de Ernst FORSTHOFF), Der Rechtsstaat in der Krise. *Deutsches Volkstum*, 1932, 14. Jahrg., Heft 4, vom 1. April 1932, SS. 260-265.

GUARDIOLA-RIVERA, Óscar. Tiempo de excepción: El extraño retorno de la religión en política. *Isegoría. Revista de Filosofía Moral y Política*. No. 39, julio-diciembre, 2008, p. 227-237.

GUARNIERI, Carlo. Cesarismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Vol. 1. 11a. ed. Brasília: UnB, 1998. P. 159-162. 1.674p.

GUEDES, Marco Aurelio Peri. *Estado e Ordem Econômica e Social: A Experiência Constitucional da República de Weimar e a Constituição Brasileira de 1934*. Rio de Janeiro: Renovar, 1988. 158p.

GUIZOT, François. *Historia de los orígenes del gobierno representativo en Europa*. 1ª. ed. Oviedo: KRK Ediciones, 2009. 1056p.

_____. *A História das origens do governo representativo na Europa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008. 827p.

_____. *The History of Civilization of Europe*. London: Penguin Books, 1997. 254p.

_____. *Historia de la Civilización Europea*. Madrid: Alianza, 1990. 343p.

GÜMPLOVÁ, Petra. *Law, Sovereignty, and Democracy: Hans Kelsen's Critique of Sovereignty*. Disponível em: www.newschool.edu/.../Gumplova-Law_Sovereignty_Democracy.pdf Acesso em: 17.07.2009

GURIAN, Waldemar. Carl Schmitts Verfassungslehre. *Germania* – Beiblatt “Das neue Ufer” vom 18. April 1929.

GUTIÉRREZ, Luis Álvarez. Debatedor. MARTÍNEZ, José Luiz. Debatedor. In: VIDAL, César. *Corría el año. La Primera Guerra Mundial. (I)*. Debatedores: GUTIÉRREZ, Luis Álvarez; MARTÍNEZ, José Luiz. Disponível em: <http://vodpod.com/watch/762187-corra-el-ao-la-primera-guerra-mundial-i> Acessado em: 12.12.2010.

HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica constitucional – a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997.

HABERMAS, Jürgen. “The Political”: The Rational Meaning of a Questionable Inheritance of Political Theology. In: MENDIETA, Eduardo; VANANTWERPEN, Jonathan. (Eds.). *The Power of Religion in the Public Sphere*. New York: Columbia University Press, A Columbia / SSRIC Book, 2011. P. 15-33.

_____. Carl Schmitt en la historia de la cultura política de la República Federal. In: *Más allá del Estado Nacional*. México: Fondo de Cultura Económica. 1999a. P. 130-139.

_____. *La inclusión del otro. Estudios de teoría política*. Barcelona: Paidós, 1999b. 258.

_____. *Más allá del Estado nacional*. Madrid: Editorial Trotta, 1998. 185p.

_____. La idea kantiana de paz perpetua. *Isegoría. Revista de Filosofía Moral y Política*. Vol. 16, 1997a, p. 61-90.

_____. *A Berlin Republic: Writings on Germany*. HOHENDAHL, Peter Uwe. (Introduction). Nebraska: University of Nebraska Press, 1997b. 190p.

_____. *Direito e democracia. Entre facticidade e validade*. Vol. II. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Brasileiro, 1997c. 352p.

_____. Reply to Symposium Participants. Benjamin N. Cardozo School of Law. *Cardozo Law Review*. Vol. 14, no. 4-5, 1996a, p. 1493.

_____. Reply to Symposium Participants. Benjamin N. Cardozo School of Law. *Cardozo Law Review*. V. 17, 1995-1996b, p. 1505.

_____. *Der Leviathan in der Staatslehre des Thomas Hobbes. Sinn und Fehlschlag eines politischen Symbols*. Stuttgart: Klett-Cotta / J. G. Cotta'sche Buchhandlung Nachfo, 1995. 244p.

_____. *The New Conservatism. Cultural Criticism and the Historians' Debate*. Cambridge: The MIT Press, 1994. 270p.

_____. Carl Schmitt: Los terrores de la autonomía. In: HABERMAS, Jürgen. *Identidades nacionales y postnacionales*. Madrid: Tecnos, 1989. 121p.

_____. ¿Cómo es posible la legitimidad por vía de la legalidad? *Doxa*, 5, 1988, p. 21-45.

_____. Sovereignty and the Führerdemokratie. *Times Literary Supplement*. 26 de septiembre de 1986.

_____. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 397p.

HALL, Stuart. In: SOVIK, Liv. (Org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HAMMER, Dean. Hannah Arendt and Roman Political Thought: The Practice of Theory. *Political Theory*. No. 30, 124, 2002, p. 124-149.

HAMILTON, A.; JAY, J.; MADISON, J. *El Federalista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994. 430p.

HARTSHORNE, Edward. *The German Universities and National Socialism*. Cambridge: Harvard University Press, 1937. 184p.

HATTENHAUER, Hans. *Los fundamentos histórico-ideológicos del Derecho Alemán*. Madrid: Editoriales de Derecho Reunidas, 1981. 409p.

HAVERKAMP, Anselm. The Enemy has no Future of the Political. *Cardozo Law Review*. Vol. 26, vol. 6, 2004-2005, p. 2553-2561.

HAYEK, Friedrich August von. *Law, Legislation and Liberty*. Vols. 1, 2, 3, Chicago: The University of Chicago Press, 1983. 184p.; 195p.; 244p.;

HAYES, Peter. Introduction. In: NEUMANN, Franz. *Behemoth: The Structure and Practice of National Socialism, 1933-1944*. New York: Oxford University Press, 1967. P. VII-XVII.

HEFELE, Herman. Zum Problem des Politischen. *Abendland – Deutsche Monatshefte für europäische Kultur, Politik und Wirtschaft*. 3. Jahrg., Heft 7 (April), 1928, S. 203-205.

_____. Zum Problem einer Politik aus dem katholischen Glauben. *Abendland – Deutsche Monatshefte für europäische Kultur, Politik und Wirtschaft*, 1927, 2. Jahrg., Heft 7 (April), S. 195-197.

HEGEL, Georg. W. F. *Principios de la Filosofía del Derecho*. Barcelona: EDHASA, 1988. 428p.

HENIG, Ruth. *O Tratado de Versalhes: 1919-1933*. São Paulo: Editora Ática, 1991. 79p.

HEIDEGGER, Martin. *A caminho da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 2008. 232 p.

_____. *Nietzsche*. Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 536p.

_____. Carta a H. Marcuse. 20 de janeiro de 1948. In: KELLNER, Douglas. (Ed.). *Tecnologia, guerra e fascismo. Coletânea de artigos de Herbert Marcuse*. São Paulo: Unesp, 1999. P. 353-355.

_____. *Escritos políticos. 1933-1936*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 283p.

_____. *Sobre o humanismo*. Petrópolis: Biblioteca Tempo Brasileiro, 1995. 100p.

_____. *Hacia la pregunta del ser*. Barcelona: Paidós I.C.E./U.A.B., 1994a. P. 73-127.

_____. JÜNGER. *Sobre la línea*. Barcelona: Paidós I.C.E./U.A.B., 1994b. P. 15-69.

_____. Heidegger and Schmitt: A Letter. *Telos*, No. 72, Summer, 1987, p.

_____. *Carta sobre o humanismo*. 3ª. ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1985. 112p.

HELL, Julia. *Katechon: Carl Schmitt's Imperial Theology and the Ruins of the Future*. *The Germanic Review*. Vol. 4, no. 4, 2009, p. 283-326.

HELLER, Agnes. Entrevistada por Francisco Ortega. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. 56p.
_____. La complejidad de la justicia – Un reto para el siglo XXI. *Análisis Político*. No. 32. IEPRI. Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales. UN., Universidad Nacional de Colombia, Santafe de Bogotá, Antioquia, Colombia, 1997. Disponível em: <http://sala.clacso.org.ar/gsd/cgi-bin/library?e=d-000-00---0iepri--00-0-0Date--0prompt-10---4-----0-11--1-es-Zz-1---20-about---00031-001-0-0utfZz-8-00&cl=CL2.1&d=HASH01c3f156679fd746cc0f88ef.1.2>=1> Acesso em: 04.09.2010
_____. The Concept of the Political Revisited. In: HELD, David. *Political Theory Today*. Stanford, California: Stanford University Press, 1991. P. 330-343.
_____. FEHÉR, Ferenc. *Políticas de la postmodernidad. Ensayos de crítica cultural*. Barcelona: Península / Ideas, 1989. 299p.

HELLER, Hermann. *Teoría del Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997. 341p.
_____. *Escritos políticos*. Madrid: Alianza, 1985. 382p.
_____. Teoria do Estado. In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam. (Orgs.). *Política e sociedade*. Vol. 1. São Paulo: Ed. Nacional, 1983. P. 79-111p.
_____. L'Europe et le fascisme (1929). *Cités*. Presses Universitaires de France. No. 6, 2001/2, p. 179-195.
_____. Démocratie politique et homogénéité sociale (1928). *Cités*. Presses Universitaires de France. No. 6, 2001/2, p. 199-211.

HEMMING, Laurence Paul. Work as Total Reason for Being: Heidegger and Jünger's *Der Arbeiter*. *Journal for Cultural Research*. Vol. 12, Issue 3, 2008, p. 231-251.

HENRIQUES, Mendo Castro. Prefácio. In: VOEGELIN, Eric. *Hitler e os alemães*. São Paulo: É Realizações, 2008. P. 9-17.

HENSEL, Albert. Staatslehre und Verfassung – Eine Besprechung von Rudolf Smend: 'Verfassung und Verfassungsrecht' und Carl Schmitt: 'Verfassungslehre'. *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, 1929, Band 61, Heft 1 (Februar), S. 168-197.

HERF, Jeffrey. *El modernismo reaccionario*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1990. 515p.

HERNÁNDEZ, Miguel Angel Lama. La teoría y la práctica literárias del primer Donoso Cortés. *Revista de Estudios Extremeños*. Vol. 57, No. 1, 2001, p. 199-218.

HERRERA, Carlos Miguel. Carl Schmitt, el marxismo. Puntos de encuentro y de ruptura en torno a la noción de realismo político. In: MEDINA, Graciela; MALLORQUÍN. (Coordinadores). *Hacia Carl Schmitt: ir-resuelto*. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla / Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades / Facultad de Administración, 2001. P. 124-160.
_____. Schmitt, Kelsen y el liberalismo. *DOXA*, 21-II, 1998, p. 201-218. Disponível em:

<http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/23582844322570740087891/cuaderno21/volIII/DOXA21Vo.II_16.pdf>. Acesso em: 11 de março de 2007.

_____. *Le droit, le politique: Autour de Max Weber, Hans Kelsen, Carl Schmitt*. Paris: L'Harmattan, 1995. 311p.

HERRERA, R. A. *Donoso Cortés. Readings in Political Theory*. Ave Maria, FL: Sapientia Press of Ave Maria University, 2008. 184p.

_____. *Donoso Cortés: Cassandra of the Ages*. New York: Isi Books, 1995. 114p.

HERRERO, Santiago Galindo. Donoso Cortés en su paralelo con Balmes y Pastor Díaz. *Revista de Estudios Políticos*. No. 69, 1953, p. 111-140.

HERRERO LÓPEZ, Montserrat. La categoría del orden en la filosofía política de Carl Schmitt. In: PAVÓN, Dalmacio Negro. *Estudios sobre Carl Schmitt*. Madrid: Veintiuno, 1996a. P. 263-285.

_____. Estudio preliminar. In: SCHMITT, Carl. *Sobre los tres modos de pensar la ciencia jurídica*. Madrid: Tecnos, 1996b. P. IX-XXXVII.

HESSE, Konrad. *A força normativa da Constituição*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1991.

HERVÁS, Alfonso Galindo. El antiliberalismo como clave de la obra de Kosseleck. *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*. No. 21, primer semestre de 2009, p. 44-62.

_____. Mesianismo impolítico. *Isegoría. Revista de Filosofía Moral y Política*. No. 39, julio-diciembre, 2008, p. 239-250.

_____. Actualidad de la crítica de Schmitt al liberalismo. *Daimon. Revista de Filosofía*. No. 27, 2002, p. 151-162. Disponível em: <http://revistas.um.es/index.php/daimon/article/view/12091/11651> Acesso em 04 de julho de 2008.

_____. Los fundamentos teológicos de la política moderna. *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*. Año/vol. 5, 2º sem., no. 012, 2004, p. 40-66.

HERVIER, Julien. *Conversaciones con Ernst Jünger*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990. 121p.

HERZ, John H. Looking at Carl Schmitt from the Vantage Point of the 1990s. *Interpretation*. Vol. 19, No. 3, Spring, 1992, p. 307-314.

HEYDRICH, Reinhardt. The Changes of Our Struggle. In: HEYDRICH, R. *Reinhard Heydrich: The Ideal National Socialist*. New York: Preuss, 2004. 79p.

HIETALA, Marjatta. Romanticist elements in Ernst Jünger's nationalism. *History of European Ideas*. Vol. 16, Issues 1-3, 1993, p. 287-292.

HINKELAMMERT, Franz J. *Democracia & Totalitarismo*. Santiago de Chile: Amerinda Estudios, 1987. 273p.

HINTZE, Otto. Besprechung der Schrift 'Verfassungslehre'. *Historische Zeitschrift*, 1928, 139. Band, S. 562-568.

HILB, Claudia. Más allá del liberalismo. Notas sobre las "Anmerkungen" de Leo Strauss al *Concepto de lo Político* de Carl Schmitt. In: DOTI, Jorge y PINTO, Julio. *Carl Schmitt: su época y su pensamiento*. Buenos Aires: EUDEBA, 2002. P. 211-227.

HIRST, Paul. El decisionismo de Carl Schmitt. In: MEDINA, Graciela; MALLORQUÍN. (Coordinadores). *Hacia Carl Schmitt: ir-resuelto*. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla / Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades / Facultad de Administración, 2001. P. 161-173.

_____. Carl Schmitt's Decisionism. In: MOUFFE, Chantal. (Ed.). *The Challenge of Carl Schmitt*. London: Verso, 1999. P. 7-17.

_____. Carl Schmitt – decisionism and politics. Review article. *Economy and Society*. Vol. 17, No. 2, May, 1988, p. 272-281.

HITLER, Adolf. *Discurso a la juventud alemana: 1934*. LDTV. Libertad Digital. 2009a. Disponible em: <http://www.retoricas.com/2009/05/hitler-discurso-la-juventud.html> Acceso em: 19.Dez.2009

_____. *Citas y discursos*. LDTV. Libertad Digital. 2009b. Disponible em: <http://www.retoricas.com/2009/05/hitler-discurso-la-juventud.html> Acceso em: 19.Dez.2009

_____. *Mi doctrina*. Santiago de Chile: Ediciones Nemesis, 2007. 191p.

_____. *Mi lucha*. Santiago de Chile: Alba, 2004. 198p.

_____. *Queremos ver un Imperio*. LDTV. Libertad Digital. 2009c. Disponible em: <http://www.retoricas.com/2009/05/hitler-discurso-la-juventud.html> Acceso em: 20.Dez.2009.

_____. *Congreso del Frente Alemán del Trabajo*. LDTV. Libertad Digital. 2009d. Disponible em: <http://www.retoricas.com/2009/05/hitler-discurso-la-juventud.html> Acceso em: 20.Dez.2009.

_____. *Discurso del Führer en la Cámara Alta*. 05.04.1933. LDTV. Libertad Digital. 2009e. Disponible em: <http://www.retoricas.com/2009/05/hitler-discurso-la-juventud.html> Acceso em: 21.Dez.2009.

_____. *El Judío, Enemigo de los Pueblos*. 13.04.1923. LDTV. Libertad Digital. 2009f. Disponible em: <http://www.retoricas.com/2009/05/hitler-discurso-la-juventud.html> Acceso em: 21.Dez.2009.

_____. *Derrotaremos a los Enemigos de Alemania*. 10.04.1923. LDTV. Libertad Digital. 2009g. Disponible em: <http://www.retoricas.com/2009/05/hitler-discurso-la-juventud.html> Acceso em: 22.Dez.2009.

HOBBS, Thomas. *Leviathan*. Oxford: Oxford University Press, 1996. 508p.

_____. *El Leviatán*. Madrid: Alianza, 1992. 550p.

HOBBSAUM, Eric. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. 326p.

_____. *A Era dos extremos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008. 632p.

_____. *The Age of Capital: 1848-1875*. New York: Vintage Books, 1996. 368p.

HOHENDAH, Peter Uwe. Reflections on War and Peace after 1940 Ernst Jünger and Carl Schmitt. *Cultural Critique*. No. 69, Spring, 2008, p. 22-51.

_____. Introduction. In: HABERMAS, Jürgen. *A Berlin Republic: Writings on Germany*. Nebraska: University of Nebraska Press, 1997b. 190p.

HOFMANN, Hasso. *Legitimität gegen Legalität. Der Weg der politischen Philosophie Carl Schmitts*. Berlin: Duncker & Humblot, 2002. 285p.

_____. „Die Welt ist keine politische Einheit sondern ein politisches Pluriversum. In: MEHRING, Reinhard. Herausgegeben. In: MEHRING, Reinhard. *Carl Schmitt Der Begriff des Politischen. Ein kooperativer Kommentar*. Berlin: Akademie Verlag, 2003. P.111-122.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes*. BARBOSA, Francisco de Assis. (Org.). 2^a. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. 309p.

HOLMES, Stephen. Schmitt: The debility of Liberalism. In: *The Anatomy of Antyliberalism*. Cambridge, Massachusetts / London, England: Harvard University Press, 1996a. P. 37-60.

_____. Maistre and the Antiliberal Tradition. In: *The Anatomy of Antyliberalism*. Cambridge, Massachusetts / London, England: Harvard University Press, 1996b. P. 13-36.

_____. *Anatomia dell'antiliberalismo*. Milano: Edizioni di Comunità, 1995. 430p.

HONEGGER, Hans. *Politische Romantik*. *Kölnische Volkszeitung*, Nr. 445 von 13. Juni 1924, S. 4.

HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica I*. São Paulo: Perspectiva, 1990. 242p.

HORTON, John. El conflicto político y la autoridad de la filosofía política. *Revista Internacional de Filosofía Política (RIFP)*. Vol. 23, 2004, p. 9-27.

HOWSE, Robert. From Legitimacy to Dictatorship – and Back Again: Leo Strauss's Critique of the Antilberalism of Carl Schmitt. In: DYZENHAUS, David. (Ed.). *Law as Politics. Carl Schmitt's Critique of Liberalism*. Durham and London: Duke University Press, 1998. P. 56-91.

_____. From Legitimacy to Dictatorship – and Back Again: Leo Strauss's Critique of the Antilberalism of Carl Schmitt. *Canadian Journal of Law and Jurisprudence*. Vol. X, No. 1, (January, 1997), p. 77-103.

HUBER, Ernst Rudolf. Verfassung und Verfassungswirklichkeit bei Carl Schmitt. *Blätter für deutsche Philosophie*, 1931a, 5. Band, S. 302 ff.

_____. Manfred WILD (Pseudônimo de HUBER). Der Hüter der Verfassung, in: Der Ring.– Unabhängige Wochenschrift für nationale Politik, 1931b, 4. Jahrg., Heft 18, vom 2.5.31, SS. 328-330.

_____. LANDECK, Friedrich (pseudônimo). Die politische Freiheit der Beamten. *Deutsches Volkstum*, 1932, 14. Jahrg., Heft 7, vom 15. Mai 1932, SS. 418-419.

HUYSMANS, Jef. The Jargon of Exception – On Schmitt, Agamben and the Absence of Political Society. *International Political Sociology*. No. 2, 2008, p. 165-183.

IANNONE, Luigi. *Jünger e Schmitt. Dialogo sulla modernità. La modernità vista da due grandi pensatori tedeschi*. Roma: Armando Editore, 2009. 142p.

ILTING, Karl-Heinz. La estructura de la “Filosofía del Derecho” de Hegel. In: ANGEHRN, Emil, *et. all. (Orgs.). Estudios sobre la Filosofía del Derecho de Hegel*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989. P. 67-92.

IRIBARNE, Manuel Fraga. Carl Schmitt en interpretación española. In: PAVÓN, Dalmacio Negro. *Estudios sobre Carl Schmitt*. Madrid: Veintiuno, 1996. P. 137-159.

_____. Carl Schmitt: el hombre y la obra. *Revista de Estudios Políticos*. ISSN 0048-7694. No. 122, 1962, p. 5-18.

IRIBARNE, Miguel Ángel. La crisis del Estado y los “grandes espacios”. In: DOTTI, Jorge; PINTO, Julio. *Carl Schmitt: su época y su pensamiento*. Buenos Aires: EUDEBA, 2002. P. 287-291.

ITURRALDE, Manuel. Guerra y Derecho en Colombia: El decisionismo político, los Estados de Excepción como respuesta a la crisis de la democracia. *Revista de Estudios Sociales*. No. 15, junio, 2003, p. 29-46.

JACOBSON, Arthur & SCHLINK, Bernhard. (Eds.). *Weimar. A Jurisprudence of Crisis*. Berkeley; Los Angeles, London: University of California Press, 2000. 405p.

JAFFRIN, Ivan. Joseph de Maistre face à l’usurpation de la souveraineté: la performance d’une indignation. *Dix-huitième siècle: revue annuelle de la Société Française d’Etude du Dix Huitieme Siecle*. (Ejemplar dedicado a: La République des sciences). No. 40, 2008, p. 561-578.

JANENTZKY, Chr. Besprechung der Schrift “Politische Romantik”. *Logos – Internationale Zeitschrift für Philosophie der Kultur*, 1926, SS. 354-359.

JÄNICKE, Martin. *Totalitäre Herrschaft. Anatomie eines politischen Begriffes*. Berlin: Duncker & Humblot, 1971.

JASPERS, Karl. *El problema de la culpa. Sobre la responsabilidad política de Alemania*. Barcelona: Paidós, 1998. 133p.

_____. *La filosofía de la existencia*. Madrid: Aguilar, 1958. 146p.

_____. *La filosofía*. México: Fondo de Cultura Económica, 1973. 151p.

_____. *La razón y sus enemigos en nuestro tiempo*. Buenos Aires: Sudamericana, 1967. 99p.

JANNSENS, David. A Change of Orientation: Leo Strauss’s “Comments” on Carl Schmitt Revisited. *Interpretation*. No. 33, 1, 2006, p. 93-104.

JAUME, Lucien. Carl Schmitt, la Politique de l’inimitié. *Historia Constitucional* (revista electrónica). No 5, 2004. Disponible em: <http://hc.rediris.es/05/indice.html> Acceso em: 13 de maio de 2009.

_____. Carl Schmitt, interprète de Hobbes: une lecture frelatée. *Revue Française de Science Politique*. 2005, octubre, p. 626-629.

JELLINEK, Georg. Injustos absoluto y relativo. *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*. Reflexiones. (Notas). RECPC. Vol. 10, 2008, p. 1-8. ISSN 1695-0194, p.

1-8. Disponível em: <http://criminet.ugr.es/recpc/10/recpc10-r1.pdf> Acesso em: 11 de outubro de 2009.

_____. *Reforma y mutación de la Constitución*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1991. 91p.

_____. *Fragmentos de Estado*. Madrid: Civitas, 1981. 109p.

JELLINEK, Walter. La cuestión de Gabinete y el Estado de necesidad legislativo en la Ley Fundamental de Bonn. *Revista de Estudios Políticos*. Vol. XXVIII, año IX, num. 48, 1949, p. 317-331.

JIMÉNEZ, Pablo. *La reacción contra la historia. Donoso Cortés y Carl Schmitt*. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=968562> Acesso em: 06.09.2010.

_____. La reacción contra la historia: Donoso Cortés y Carl Schmitt. *Nuevas tendencias historiográficas e historia local en España: actas del II Congreso de Historia Local de Aragón (Huesca, 7 al 9 de julio de 1999)*. Coord. Por Miguel Angel Ruiz Carnicer y Carmen Frías Corredor. 2001, p. 401-416. <http://dialnet.unirioja.es/servlet/busquedadoc?db=1&t=La+reacci%C3%B3n+contra+la+historia.+Donoso+Cort%C3%A9s+y+Carl+Schmitt&td=todo> Acesso em: 10.Nov.2010.

JOUANJAN, Olivier. “Pensamiento de orden concreto” y el orden del discurso “jurídico” nazi: sobre Carl Schmitt. In: ZARKA, Yves-Charles. *Carl Schmitt o el mito de lo político*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2010. P. 55-91.

JUNCO, José Alvarez. Estudio Preliminar. In: CORTÉS, Juan Donoso. *Lecciones de Derecho Político*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1984.

JUNG, Edgard Julius. *Sinndeutung der deutschen Revolution*. Oldenburg: 1933.

JÜNGER, Ernst. *Nos penhascos de mármore*. São Paulo: Cosac Naify, 2008. 200p.

_____. *Tempestades de acero: la memoria de un siglo*. Barcelona: Tusquets Editores, 2005. 349p.

_____. Ernst Jünger, Carl Schmitt, *Briefwechsel (1930-1983)*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1999. 893p.

_____. *Los titanes venideros. Ideario último*. Barcelona: Península, 1998a. 140p.

_____. Sobre a linha. *Cadernos de Tradução*. Vol. 3, 1998b, DF-USP, p. 41-74.

_____. *O passo da floresta*. Portugal: Cotovia, 1995a. 101p.

_____. *Sobre el dolor*. Barcelona: Tusquets, 1995b. 85p.

_____. La movilización total. In: JÜNGER. Ernst. *Sobre el dolor*. Barcelona: Tusquets, 1995c. P. 89-123.

_____. Fuego y movimiento. In: JÜNGER. Ernst. *Sobre el dolor*. Barcelona: Tusquets, 1995d. P. 127-142.

_____. Mirada retrospectiva. 23 de agosto de 1980. In: JÜNGER. Ernst. *Sobre el dolor*. Barcelona: Tusquets, 1995e. P. 122-123.

_____. HEIDEGGER. *Sobre la línea*. Barcelona: Paidós I.C.E./U.A.B., 1994. P. 15-69.

_____. *El trabajador. Dominio y figura*. 2ª. ed. Barcelona: Tusquets, 1993a. 349p.

_____. *La emboscadura*. 2ª. ed. Barcelona: Tusquets, 1993b. 174p.

_____. *Radiaciones. Diários de la Segunda Guerra Mundial. Memorias*. Vol. 1. Barcelona: Tusquets, 1989. 461p.

_____. *Heliópolis*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. 304p.

_____. *Tempestades de acero*. Barcelona: Tusquets, 1987. 132p.
_____. *Um encontro perigoso*. Lisboa: Difel, 1986. 142p.
_____. *Juegos africanos*. Madrid: Ediciones Guadarrama / Ediciones Punto Omega, 1970. 207p.

KAL, Bongkun. Carl Schmitts Einfluss auf das koreanische Verfassungsleben. In: QUARITSCH, Helmut. *Positionen und Begriffe Carl Schmitts*. Berlin: Duncker & Humblot, 1995. 130p.

_____. *Complexio oppositorum. Über Carl Schmitt Vorträge und Diskussionsbeiträge des 28. Sonderseminars 1986 der Hochschule für Verwaltungswissenschaften Speyer der Hochschule Speyer*. Berlin: Duncker & Humblot, 1988. P. 505-507.

KAHN, Paul J. *Political Theology: Four New Chapters on the Concept of Sovereignty*. (Columbia Studies in Political Thought. Political History). New York: Columbia University Press, 2011. 224p.

KALLE, Gabriel Guillén. Francisco Ayala, del Derecho político a la sociología. *Empresas Políticas*. No. 2, 2003, p. 69-73.

_____. *Carl Schmitt en España*. Madrid: s/ed, 1996a. 228p.

_____. Carl Schmitt: os grandes espaços e as tensões entre “Oriente e Ocidente” e entre “Terra e Mar” na busca de soluções à destruição do velho Nomos. *Sociedade e Debate*. V. 2, no. 2, junho de 1996b, p. 103-112.

KALYVAS, Andreas. Review essay: Who’s afraid of Carl Schmitt? *Philosophy & Social Criticism*. P. 87-125. Disponível em: <http://psc.sagepub.com.at> Acesso em: 01 de abril de 2010.

_____. *Democracy and the Politics of the Extraordinary. Max Weber, Carl Schmitt, and Hannah Arendt*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. 326p.

_____. The Tyranny of Dictatorship: When the Greek Tyrant Met the Roman Dictator. *Political Theory*. No. 35, 1, 2007, p. 412-442.

_____. From the Act to the Decision: Hannah Arendt and the Question of Decisionism. *Political Theory*. Vol. 32, no. 3, June, 2004, p. 320-346.

_____. Schmitt y el poder constitucional. In: MEDINA, Graciela; MALLORQUÍN. (Coordinadores). *Hacia Carl Schmitt: ir-resuelto*. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla / Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades / Facultad de Administración, 2001. P. 173-231.

KANWAR, Vik. *Dark Guardian of the Political: Carl Schmitt’s Crypto-Ethical Critique of the Liberal International Order*.

KARMY, Rodrigo. Violencia mítica y vida desnuda en el pensamiento de W. Benjamin. (Una introducción posible al pensamiento de Giorgio Agamben). Disponível em: www.philosophia.cl/Escuela de Filosofía Universidad ARCIS. Acesso em: 12 abr. 2010.

KAUFMANN, Mathias. Carl Schmitt et son école. Lettre ouverte à Ernst Forsthoff. *Cités*. Presses Universitaires de France. No. 17, 2004/1, p. 153-156.

_____. *¿Derecho sin Reglas? Los principios filosóficos de la teoría del estado y del Derecho de Carl Schmitt*. Mexico: Fontanamara, 1993. 204p.

KELLNER, Douglas. (Ed.). *Tecnologia, guerra e fascismo. Coletânea de artigos de Herbert Marcuse*. São Paulo: Unesp, 1999. 371p.

KELLY, Duncan. Coming to Terms with Carl Schmitt's Past? *European Journal of Political Theory*. Review Article. Vol. 5, no. 2, 2006, p. 223-229.

_____. Carl Schmitt's Political Theory of Representation. *Journal of the History of Ideas*. Vol. 65, no. 1, January, 2004, p. 113-134.

_____. *The State of the Political: Conceptions of Politics and the State in the Thought of Max Weber, Carl Schmitt and Franz Neumann*. Oxford: Oxford University Press, 2003. 378p.

KELSEN, Hans; SCHMITT, Carl. *La polémica Schmitt / Kelsen sobre la justicia constitucional: El defensor de la Constitución versus ¿Quién debe ser el defensor de la Constitución?* Madrid: Tecnos, 2009. 366p.

_____. *Jurisdição constitucional*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2003a. 320p.

_____. *O Estado como integração: um confronto de princípio*. São Paulo: Martins Fontes, 2003b. 123p.

_____. *Democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000a. 392p

_____. A essência e o valor da democracia. In: KELSEN, Hans. *Democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000b. P. 23-107.

_____. *Teoria Pura do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 427p.

_____. *¿Quién debe ser el defensor de la Constitución?* Madrid: Tecnos, 1995. 82p.

_____. *Teoria General del Estado*. México: Editora Nacional, 1979. 544p.

_____. *Esencia y valor de la democracia*. Madrid: Omega / Guadarrama, 1977. 192p.

_____. Foundations of Democracy. *Ethics. An International Journal of Social, Political, and Legal Philosophy*. Vol. LXVI, No. I, Part II, October, 1955, p. 1-101. Disponível em: <http://www.jstor.org/pss/2378551> Acesso em: 03.09.2010.

_____. Wer soll der Hüter der Verfassung sein? Berlin-Grunewald, W. Rothschild, 1931, 53 S. – abgedruckt. *Die Justiz*, (W. Rothschild, Berlin-Grünwald), Band VI (1930-31), Heft 11-12, S. 576-628.

KEMMERER, Alexandra. Dark Legator: Where the states transcends its boundaries, Carl Schmitt await us. *German Law Journal*. Vol 7, no. 2, p. 1491-154.

KEMPF, Egon. Der Ausnahmezustand des Art. 48 der Reichsverfassung. *Die Gesellschaft – Internationale Revue für Sozialismus und Politik*, 1929, 6. Jahrg., Erster Band, Nr. 4 (April), SS. 318-325.

KENNEDY, Ellen. *Constitutional failure. Carl Schmitt in Weimar*. Durham and London: Duke University Press, 2004. 256p.

_____. Hostis Not *Inimicus*: Toward a Theory of the Public in the Work of Carl Schmitt. In: DYZENHAUS, David. (Ed.). *Law as Politics. Carl Schmitt's Critique of Liberalism*. Durham and London: Duke University Press, 1998. P. 92-108.

_____. Hostis Not *Inimicus*: Toward a Theory of the Public in the Work of Carl Schmitt. *Canadian Journal of Law and Jurisprudence*. Vol. X, No. 1, (January, 1997), p. 35-47.

_____. Introduction to Hermann Heller. *Economy and Society*. Vol. 16, No. 1, february, 1987a, p. 120-126.

_____. Carl Schmitt and the Frankfurt School. *Telos*. Spring, 1987b, No. 71, p. 37-66.

KENT, George O. *Bismarck e seu tempo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. 152p.

KERVÉGAN, Jean-François. Se servir des écrits de Carl Schmitt. "Opinion" parue dans *Le Monde*. Mardi, 5 avril, 2005. Disponível em: nosophi.univ-paris1.fr/docs/le%20monde%2005%2004%2005.doc. Acessado em 19 de agosto de 2010.

_____. *Hegel e o hegelianismo*. São Paulo: Loyola, 2008. 128p.

_____. *Hegel, Carl Schmitt. O político entre a especulação e a positividade*. São Paulo: Manole, 2006. 372p.

_____. Carl Schmitt and 'World Unity'. In: MOUFFE, Chantal. (Ed.). *The Challenge of Carl Schmitt*. London: Verso, 1999. P. 54-74.

_____. Carl Schmitt et "l'unité du monde". *Daimon: Revista de Filosofia*. No, 13, julio-diciembre, 1996, p. 99-114. Disponível em: <http://revistas.um.es/daimon/issue/view/851> Acesso em: 12 de outubro de 2009.

KERSHAW, Ian. *La dictadura nazi. Problemas y perspectivas de interpretación*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2006. 438p.

_____. *The Nazi Dictatorship: Problems and Perspectives of Interpretation*. New York: Bloomsbury, 2000. 304p.

KING, John. *Writing and Rewriting the First World War: Ernst Jünger and the Crisis of the conservative imagination, 1914-1925*. Thesis submitted for the Degree of Doctor of Philosophy. St. John's College. Trinity Term 1999. Disponível em: www.juenger.org/pdf/THESIS_27_12_1999.pdf Acessado em: 10.Abr.2011.

KITTLER, Wolf. Conservative Thought in West Germany After 1940: Martin Heidegger, Carl Schmitt, Erns Jünger. *German Culture News*. Cornell University Institute for German Cultural Studies. Vol. XIV, no. II, Spring, 2006.

KLEIN, Claude. *Weimar*. São Paulo: Perspectiva, 1995. 132p.

KLEIN, Joel Thiago. A teoria da democracia de Carl Schmitt. *Princípios*. Vol. 16, no. 25, jan./jun, 2009, p. 139-156.

KLEMPERER, Viktor. *LTi – A linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2009. 425p.

_____. *Os diários de Viktor Klemperer*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. 896p.

KLEMPERER, Klemens von. *German Incertitudes, 1914-1945: The Stones and the Cathedral*. Santa Barbara, CA: Praeger, 2001. 192p.

_____. Reviewed work(s): *The Conservative Revolution in the Weimar Republic*. By WOODS, Roger. *Central European History*. Vol. 30, No. 3, 1997, p. 458-460 Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4546735> Acesso em: 12.Fev.2010.

_____. *Germany's New Conservatism: Its History and Dilemma in the Twentieth Century*. New Jersey: Princeton Univ Press, 1968. 256p.

KOELLREUTTER, Otto. *Völkische Totalität*. Berlin: Junker & Dünhaupt Verlag, 1933. In: FAYE, Jean-Pierre. *Introdução às linguagens totalitárias*. São Paulo: Perspectiva, 2009. P. 08-98.

KOENEN, Andreas. *Der Fall Carl Schmitt: Sein Aufstieg zum "Kronjuristen des Dritten Reiches"*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1995. 979p.

KOGON, Eugen. Lesson for Tomorrow. In: *The Road to Dictatorship. Germany 1918 to 1933*. Symposium by German Historians. London: Oswald Wolff, 1970. P. 159-174.

KOJÈVE, Alexander. Carta a Carl Schmitt. Paris, 16 de maio de 1955. In: DE VRIES, Erik. (Ed. e tradutor). Alexandre Kojève – Carl Schmitt correspondente and Alexandre Kojève, "Colonialism from a European Perspective. *Interpretation*. Vol. 29, 1, Fall, 2001, p. 96-100.

KORAC, Veljko. Em busca da sociedade humana. In: FROMM, MARCUSE, KOSIK, BLOCH, BOTTOMORE, DELLA VOLPE. (Orgs.). *Humanismo socialista*. Lisboa: Edições 70, 1976. P. 17-34.

KRAFT-FUCHS, Margit. Prinzipielle Bemerkungen zu Carl Schmitts Verfassungslehre. *Zeitschrift für öffentliches Recht*, 1930, Band 9, SS. 511-541.

KRACAUER, Siegfried. *From Caligari to Hitler: A Psychological History of the German Film*. Princeton: Princeton University Press, 1947.

KRIECK, Ernst. *Völkischer Gesamtstaat und nationale Erziehung*. Heidelberg, 1933. In: FAYE, Jean-Pierre. *Introdução às linguagens totalitárias*. São Paulo: Perspectiva, 2009. P. 103.

KRIEG-PLANQUE, Alice. *Entrevista a Philippe Schepens*. Trad. de Luciana Salazar Salgado (Fapesp, USP); Sírio Possenti (IEL-UNICAMP / CNPq). Disponível em: http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao06/entrevista_akp.php. Acessado em: 13 de agosto de 2010.

KROCKOW, Christian Graf von. El decisionismo de Ernst Jünger, Carl Schmitt y Martin Heidegger. *Metapolitica*. Vol. 05, no. 17, Ene.-Mar., 2001, p. 11-33.

_____. *Die Entscheidung: Eine Untersuchung über Ernst Jünger, Carl Schmitt, Martin Heidegger*. Stuttgart: Ferdinand Enke, 1958.

KULENKAMPFF, Johannes. *Rechtstaat und Demokratie – Eine Studie zu Carl Schmitts Verfassungslehre*. Borna-Leipzig: Universitätsverlag Noske, 1931. VII + 52 S. (Inauguraldissertation Jena).

KUPER, Gina Zabludovsky. *La dominación patrimonial en la obra de Max Weber*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989. 146p.

LACASA, Fernando Sánchez-Beato. *El parlamento en las constituciones de Europa Occidental*. Memoria para optar al grado de Doctor. Dirección: Dr. José María Ordoñez. Universidad Complutense de Madrid. Facultad de Ciencias Políticas y Sociología. Departamento de Política y de la Administración I. Madrid. 2005.

LACOUÉ-LABARTHE, Philippe; NANCY, Jean-Luc. *Le Mythe Nazi*. Paris: Éditions de l'Aube, 1991. 80p.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*. México: Fondo de Cultura Económica, 2010. 246p.

LA TORRE, Massimo. *La lucha contra el Derecho Subjetivo. Karl Larenz y la teoría nacionalsocialista del Derecho*. Madrid: Dykinson, Instituto de Derechos Humanos Bartolomé de las Casas / Universidad Carlos III de Madrid, 2008. 410p.

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. 416p.

_____. Hobbes visto por Bobbio. *Revista Brasileira de Filosofia*. Vol. XXXIX, Out.-Nov.-Dez., 1991, p. 243-247.

LAMAS, Miguel Ángel. *La teoría y la práctica literarias del primer Donoso Cortés*. s/d. p. 199-218.

LANCHESTER, Fulco. Carl Schmitt e la storia costituzionale. *Quaderni Costituzionale*. Anno VI, no. 3, dicembre, 1986, p. 487-510.

_____. Un giurista davanti a se stesso (intervista a cura). *Quaderni Costituzionali*. Anno III, N. 1, Aprile, 1983, p. 5-34.

LANG, Clemens. Die Ideologie des Widerstandes – Bemerkungen zu Carl Schmitts “Begriff des Politischen”. *Deutsches Volkstum*, 1932, S. 959-964.

LARENZ, Karl. Carl Schmitts Verfassungslehre. *Blätter für deutsche Philosophie*, 1931, 5. Jahrg., S. 302 ff.

LARMORE, Charles. *The Morals of Modernity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. 226p.

LASKI, Harold. *El Liberalismo Europeo. Un Ensayo en Interpretación*. México: Fondo de Cultura Económica, 1939. 416p.

LASTRA, Antonio. *Modernidad y conservadurismo. (Carl Schmitt y Leo Strauss)*. Disponível em: < <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2748166>>. Acesso em: 21 de setembro de 2009. P. 115-127.

LAUN, Rudolf. *A Democracia. Ensaio Sociológico, Jurídico e de Philosophia Política*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. 372p.

LAZAR, Nomi Claire. *States of Emergency in Liberal Democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. 190p.

LEAMAN, George. Heidegger: entre a filosofia e a política. *Lusofia*. Covilhã. 1990, p. 3-28. Disponível em: www.lusofia.net Acessado em: 28.Jan.2011.

LEFORT, Claude. *Maquiavelo: lecturas de lo politico*. Madrid: Trotta, 2010. 584p.

LE GUILLOU, Louis. La contrarrevolución filosófica en Francia: Louis de Bonald (1754-1840), Joseph de Maistre (1753-1821) y François-René de Chateaubriand (1768-1848). In: CORETH, Emerich.; NEIDL, Walter M.; PFLIGERSDORFFER, Georg. (Ed.

Lit.). *Filosofia Cristiana en el pensamiento católica de los siglos XIX y XX. Vol. 1*, (Nuevos enfoques en el siglo XIX), 1993, p. 431-443.

LEGAZ y LACAMBRA, Luis. *Humanismo, Estado y Derecho*. Barcelona: Bosch, 1960. 412p.

LEIBHOLZ, Gerhard. *Problemas fundamentales de la democracia moderna*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1971. 255p.

LEPSIUS, Oliver. El redescubrimiento de Weimar por parte de la doctrina del Derecho Político de la República Federal. *Historia Constitucional* (revista electronic), n. 9, 2008. Disponível em: <http://www.hc.rediris.es/09/index.html> Acesso em: 26 de outubro de 2008.

LESSA, Renato. *Agonia, Aposta e Ceticismo. Ensaaios de Filosofia Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 160p.

LEVI, Neil. Carl Schmitt and the Question of the Aesthetic. *New German Critique*. No. 101, Vol. 34, No. 2, Summer, 2007, p. 27-41.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 175p.

_____. *Se não agora, quando?* São Paulo: Cia. das Letras, 1999. 309p.

_____. O último Natal da Guerra. In: SILVERS, Robert; EPSTEIN, Barbara e HEDERMAN, Rea S. *30 anos do The New York Review of Books. A Primeira Antologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. P. 471-481.

_____. *É isto um homem?* São Paulo: Rocco, 1988. 175p.

LEYDET, Dominique. Pluralism and the Crisis of Parliamentary Democracy. In: DYZENHAUS, David. (Ed.). *Law as Politics. Carl Schmitt's Critique of Liberalism*. Durham and London: Duke University Press, 1998. P. 109-130.

_____. Pluralism and the Crisis of Parliamentary Democracy. *Canadian Journal of Law and Jurisprudence*. Vol. X, No. 1, (January, 1997), p. 49-64.

LIEBER, Hans-Joachim. Prologo. In: FIJALKOWSKI, Jürgen. *La trama ideológica del totalitarismo. Análisis crítico de los componentes ideológicos en la Filosofía Política de Carl Schmitt*. Madrid: Editorial Tecnos, 1966. P. 11-16.

LINZ, Juan J. *Totalitarian and Authoritarian Regimes*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner, 2000.

LIPSTADT, Deborah E. *The Eichmann Trial. (Jewish Encounters)*. New York: Schocken, 2011. 272p.

LIRIA, Carlos Fernández. Joseph de Maistre: El objeto de la antropología. *Archipiélago: Cuadernos de Crítica de la Cultura*. No. 56, 2003, p. 53-58.

LLANQUE, Marcus; MÜNKLER, Herfried. „Vorwort” von 1963. In: MEHRING, Reinhard. Herausgegeben. In: MEHRING, Reinhard. *Carl Schmitt Der Begriff des Politischen. Ein kooperativer Kommentar*. Berlin: Akademie Verlag, 2003. P. 9-20.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*. 4a. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. 320p.

LÖEWENSTEIN, Karl. *Teoría de la Constitución*. Barcelona: Ariel, 1986. 619p.
_____. *Alemania desde 1945 a 1960. (Una relación de hechos)*. Disponível em: http://www.cepc.es/rap/Publicaciones/Revistas/2/REP_110_117.pdf. Acesso em: 14 de outubro de 2009.

LOHMANN, Karl. Die Waffe der Legalität. *Der Ring* – Unabhängige Wochenschrift für nationale Politik, 1932, 5. Jahrg., Heft 37, vom 9. September 1932, SS. 608-611.
_____. Politik und Justiz. *Der Ring* – Unabhängige Wochenschrift für nationale Politik, 1931, 4. Jahrg., Heft 17, vom 25. April 1931, SS. 269-297.
_____. Carl Schmitts Verfassungslehre. *Die Schildgenossen*, 1929, 9. Jahrg., Heft 5 (September-Oktober), S. 433-36.

LOMAX, J. Harvey. Carl Schmitt, Heinrich Meier, and the End of Philosophy. *Interpretation*. Vol. 28, No. 1, Fall, 2000, p. 51-76.

LOMBARDI, Giorgio. Estudio preliminary. In: SCHMITT, Carl; KELSEN, Hans. *Carl Schmitt y Hans Kelsen. La polémica Schmitt / Kelsen sobre la justicia constitucional: El defensor de la Constitución versus ¿Quién debe ser el defensor de la Constitución?* Madrid: Tecnos, 2009. P. IX-LXXII.

LOMBARDO, Carmelo di. La radice dei concetti. Il fondamento della legge in Walter Benjamin e Carl Schmitt. *Sociologia e Ricerca Sociale*. Fascicolo 80, 2006, p. 5-28.

LONGO, Gianfranco. Il concetto di mutamento costituzionale in Hans Kelsen e Carl Schmitt. *Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto*. IV Serie, LXXIII, Aprile-Giugno, 1996, p. 256-262.

LOPARIC, Zeljko. Breve nota sobre Heidegger como leitor de Jünger. *Natureza Humana*. Vol. 4, no. 1, jan.-jun., 2002, p. 217-220.

LOPERA, Liliana María López. *Los límites de la crítica liberal Schmittiana*. *Res publica*, no. 21, 2009, p. 273-281.

LÓPEZ, Joaquín Macías. Balmes y Donoso Cortés ante la política española en el siglo XIX. *El Catoblepas*. No. 105, Noviembre, 2010, p. 1-14. Disponível em: <http://nodulo.org/ec/2010/n105p14.htm>. Acessado em: 27 de abril de 2011.

LÓPEZ GARCÍA, José Antonio. Estado y Derecho en el franquismo. El nacionalsindicalismo: F. J. Conde y Luis Legaz y Lacambra. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1996. 244p.

LOPEZ PEREYRA, Sergio; MACHUCA RAMÓN, A.; LUJAN, Jose E. El concepto de dictadura en Carl Schmitt y su recepción en las Ciencias Sociales argentinas, en la búsqueda de caracterizar la dictadura militar 1976-1983. *Comunicaciones Científicas y Tecnológicas*. Universidad Nacional del Nordeste. 2008, 1p.

LÖWITH, Karl. *Heidegger, pensador de un tiempo indigente. Sobre la posición de la filosofía en el siglo XX*. México: Fondo de Cultura Económica, 2006. 368p.

- LÖWY, Michael. Sobre Habermas. *Crítica Marxista*. No. 9, 1999, p. 79-86.
 _____; VARIKAS, Eleni. A crítica do progresso em Adorno. *Novos Estudos CEBRAP*. No. 32, 1992, p. 201-215.
- LUCAS VERDU, Pablo. ¿Volver a Schmitt? In: PAVÓN, Dalmacio Negro. *Estudios sobre Carl Schmitt*. Madrid: Veintiuno, 1996. P. 287-309.
 _____. Reflexiones en torno y dentro del concepto de Constitución. La Constitución como norma y como integración política. *Revista de Estudios Políticos*. (Nueva Época). Núm. 83, Enero-Marzo, 1994, p. 9-28.
 _____. Carl Schmitt, interprete singular y maximo debelador de la cultura político-institucional demoliberal. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*. Num. 64, Abril-Junio, 1989, p. 25- 92.
- LUKÁCS, Georg von. *História e consciência de classe. Estudos de dialética marxista*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Elfos, 1989. 378p.
 _____. *El asalto a la razón. La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. México: Fondo de Cultura Económica, 1959. 707p.
- MACCORMICK, John P. *Carl Schmitt's Critique of Liberalism: Against Politics as Technology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 368p.
 _____. Political Theory and Political Theology. The Second Wave of Carl Schmitt in English. *Political Theory*. Vol. 26, no. 6, Dic., 1998, p. 830-854.
- MACEDO, Iracema. Nietzsche, Bayreuth e a época trágica dos gregos. *Kriterion: Revista de Filosofia*. Vol. 46, no. 112, dec., 2006, p. 283-292.
- MACEDO Jr., Ronaldo Porto. Constituição, soberania e ditadura em Carl Schmitt. *Lua Nova*. No. 42, 1997, p. 119-217.
 _____. O decisionismo de Carl Schmitt. *Lua Nova*, no. 32, Abril, 1994, p. 201-241.
- MACHADO, Roberto. *Nietzsche e a verdade*. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 110p.
- MACPHERSON, Crawford B. *La democracia liberal y su epoca*. Madrid: Alianza, 2003. 168p.
 _____. *A teoria política do individualismo possessivo. De Hobbes a Locke*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 320p.
- McNAMARA, Vincent J. Juan Donoso Cortés: un doctrinario liberal. *Revista de Filosofía de la Universidad de Costa Rica*. No. 72, 1992, p. 209-216.
- MAFUD, Laura. Nota. “El fascismo se tiende a confundir con el autoritarismo”. *El Cronista*. 18.Jun.2010. Disponível em: <http://www.fce.com.ar/ar/prensa/detalle.aspx?idNota=748> Acesso em: 30 de julho de 2010.
- MAGAZ, José María. Providencia e historia en Donoso Cortés (I). *Revista española de teología*. Vol. 59, No. 1, 1999a, p. 5-58.
 _____. Providencia e historia en Donoso Cortés (II). *Revista española de teología*. Vol. 59, No. 2, 1999b, p. 199-244.

MANIN, Bernard. Carl Schmitt, ¿el “mejor enemigo del liberalismo”? *Política y gobierno*. Vol. X, núm. 2, II semestre, 2003, p. 401-412.

_____. *Los principios del gobierno representativo*. Madrid: Alianza, 1998. 304p.

MAÑÚ, Oscar Elía. Carl Schmitt o la humanización de la Guerra. *La ilustración liberal. Revista española y Americana*. No. 35, 2008, p. 1-6. ISSN 1139-8051. Disponível em: http://www.libertaddigital.com/ilustracion_liberal/articulo.php/819 Acesso em: 30 de setembro de 2008. P. 93-102.

MANN, Thomas. *Ouvintes alemães! Discursos contra Hitler (1940-1945)*. Rio de Janeiro: Zahar / Jorge Zahar Editor, 2009. 221p.

_____. *El triunfo de la democracia*. Buenos Aires: Editorial Losada S.A., 1938. 131p.

_____. Deutschland und die Deutschen. In: LUKÁCS, Györgi. *Thomas Mann: Essays*. Vol. 2. Torfaen, UK: Merlin Press, 1995. 172p.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia. Introdução à Sociologia do Conhecimento*. 2ª. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1952. 310p.

MAÑÚ, Oscar Elía. Carl Schmitt o la humanización de la guerra. *La Ilustración Liberal*. No. 35, Varia, p. 1-6. Disponível em: http://www.libertaddigital.com/ilustracion_liberal/articulo.php/819 Acesso em: 30 jul. 2010.

MARAVALL, J. A. *Estado moderno y mentalidad social*. Vols. I-II. Madrid: Alianza, 1986. 544p, 628p.

MARCKS, Erick. Reich, Volk und Reichswehr. *Wissen und Wehr*, Nr. 1 des Jahrg. 1931, SS. 1-12.

MARCOS, Dolores. Acerca de los conceptos de política y soberanía en Carl Schmitt y Thomas Hobbes. *Foro Interno: Anuario de Teoría Política*. ISSN 1578-4576. VI. 4, 2004a, p. 45-58. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/cps/15784576/articulos/FOIN0404110045A.PDF>. Acesso em: 20 de agosto de 2009.

_____. Acerca de los conceptos de política y soberania en Carl Schmitt y Thomas Hobbes. *Foro Interno: Anuario de Teoría Política*. ISSN 1578-4576. No. 4, 2004b, p. 45-58.

MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução*. 4a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 413p.

_____. Estado e indivíduo sob o nacional-socialismo. In: KELLNER, Douglas. *Tecnologia, guerra e fascismo. Coletânea de artigos de Herbert Marcuse*. São Paulo: Unesp, 1999a. P. 107-136.

_____. 33 Teses. In: KELLNER, Douglas. *Tecnologia, guerra e fascismo. Coletânea de artigos de Herbert Marcuse*. São Paulo: Unesp, 1999b. P. 291-303.

_____. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: KELLNER, Douglas. *Tecnologia, guerra e fascismo. Coletânea de artigos de Herbert Marcuse*. São Paulo: Unesp, 1999c. P. 73-104.

_____. Heidegger e Marcuse. Um diálogo através de cartas. In: KELLNER, Douglas. *Tecnologia, guerra e fascismo. Coletânea de artigos de Herbert Marcuse*. São Paulo: Unesp, 1999d. P. 351-357.

_____. Algumas considerações sobre Aragon: arte e política na era totalitária. In: KELLNER, Douglas. *Tecnologia, guerra e fascismo. Coletânea de artigos de Herbert Marcuse*. São Paulo: Unesp, 1999e. P. 269-288.

_____. A nova mentalidade alemã. In: KELLNER, Douglas. *Tecnologia, guerra e fascismo. Coletânea de artigos de Herbert Marcuse*. São Paulo: Unesp, 1999f. P. 195-255.

_____. *The Struggle Against Liberalism in the 'Totalitarian State*. In: *Cultura e Sociedade*. Vol. 1. 2a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 201p.

_____. Humanismo socialista? In: FROMM, MARCUSE, KOSIK, BLOCH, BOTTOMORE, DELLA VOLPE. (Orgs.). *Humanismo socialista*. Lisboa: Edições 70, 1976. P. 110-122.

_____. Prefácio. In: NEUMANN, Franz. *Estado democrático e Estado autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. P. 7-10.

_____. *Cultura y sociedad*. Buenos Aires: Editorial SUR, 1968. 126p.

MARDER, Michael. Carl Schmitt's "Cosmopolitan Restaurant": Culture, Multiculturalism, and Complexio Oppositorum. *Telos*. Quarterly of Critical Thought. Vol. 142, (Spring, 2008), p. 29-47.

MARINI, Giuliano. Estructura y significados de la sociedad civil hegeliana. In: ANGEHRN, Emil, et. all. (Orgs.). *Estudios sobre la Filosofía del Derecho de Hegel*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989. P. 223-248.

MÁRQUEZ, Jesús Silva-Herzog. MÁRQUEZ, Jesús Silva-Herzog. Sismologia política. Un apunte sobre Carl Schmitt. *Isonomía*. No. 4, abr., 1996, p. 149-155.

Disponível em:
<http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01474063322636384254480/isonomia04/isonomia04.pdf> Acesso em: 12 de agosto de 2009.

_____. Carl Schmitt. Jurisprudencia para la ilegalidad. *Revista de Derecho*. (Valdivia). Vol. XIV, Julio, 2003, p. 9-24.

MÁRQUEZ, Wilmar Arley Martínez. La dictadura como encarnación de lo político: anotaciones en torno a Carl Schmitt. *Estudios Políticos*. No. 34, Medellín, enero-junio, 2009, p. 47-62.

MARRAMAO, Giacomo. The Exile of the Nomos: For a Critical Profile of Carl Schmitt. *Cardozo Law Review*. Vol. 21, 2000, p. 1567-1587.

_____. *Poder e secularização. As categorias do tempo*. São Paulo: Unesp, 1995. 347p.

_____. *O Político e as transformações: crítica do capitalismo e ideologias da crise entre os anos vinte e trinta*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. 267p.

MARTIN, James. Piero Gobetti's agonistic liberalism. *History of European Ideas*. Vol. 32, 2006, p. 205-222.

MARTÍNEZ, José Luiz. Debatedor. In: VIDAL, César. *Corría el año. La Primera Guerra Mundial. (I)*. Debatedores: GUTIÉRREZ, Luis Álvarez; MARTÍNEZ, José Luiz. Disponível em: <http://vodpod.com/watch/762187-corra-el-ao-la-primera-guerra-mundial-i> Acessado em: 12.12.2010.

MARTINS, Argemiro Cardoso Moreira. *O pensamento político-constitucional de Carl Schmitt no contexto histórico-político da República de Weimar*. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1996. Disponível em: <http://www.buscalegis.ufsc.br/arquivos/o%20pensamento%20pol%EDtico%20constitucional%20de%20carl.pdf> Acesso em: 20.08.2010.

MARTINS, Carlos Estevam. *Capitalismo de Estado e Político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

MARX, Karl. *A questão judia*. São Paulo: Centauro, 2000.

_____. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1996. 142p.

_____; ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. 3 vols. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

_____. *El capital*. Tomos I-III. México: Fondo de Cultura Económica, 1946.

MASCARO, Alysson Leandro. Nos extremos do direito (Schmitt e Pachukanis). *Lua Nova*, no. 57, 2002, p. 135-140.

MASCHKE, Günter. Comentarios. In: SCHMITT, Carl. *Estructura del Estado y Derrumbamiento del Segundo Reich. La Lógica de la Sumisión Espiritual*. Madrid: Editorial Reus, 2006. P. 105-140p.

_____. Carl Schmitt. *Frieden oder Pazifismus? Arbeiten zum Völkerrecht und zur internationalen Politik 1924 - 1978*. Hrsg., mit einem Vorwort und mit Anmerkungen versehen von Günter Maschke. Berlin: Verlag Duncker & Humblot, 2005.

_____. *Das bewaffnete Wort: Aufsätze aus den Jahren 1973 - 93*. Leipzig-Wien: Karolinger Verlag, 1997.

_____. Carl Schmitt. Staat – Großraum – Nomos, Arbeiten von Carl Schmitt aus den Jahren 1916 - 1969. Hrsg., mit einem Vorwort und mit Anmerkungen versehen von Günter Maschke. Berlin: Verlag Duncker & Humblot, 1995.

_____. Die Zweideutigkeit der Entscheidung – Thomas Hobbes und Juan Donoso Cortés. In: QUARITSCH, Helmut. *Complexio oppositorum. Über Carl Schmitt Vorträge und Diskussionsbeiträge des 28. Sonderseminars 1986 der Hochschule für Verwaltungswissenschaften Speyer der Hochschule Speyer*. Berlin: Duncker & Humblot, 1988. P. 193-221.

_____. Der Tod des Carl Schmitt: Apologie und Polemik. Wien: Karolinger Verlag, 1987.

_____. *Kritik des Guerillero: zur Theorie d. Volkskriegs*. Frankfurt: S. Fischer, 1973.

MASMELA, Carlos. *Hegel . La Desgraciada Reconciliación del Espíritu*. Madrid: Trotta, 2001. 192p.

MASSOT, Vicente Gonzalo. Por qué Schmitt. In: DOTTI, Jorge y PINTO, Julio. *Carl Schmitt: su época y su pensamiento*. Buenos Aires: EUDEBA, 2002. P. 79-87.

MASUR, G. Besprechung der Schrift 'Politische Romantik'. *Historische Zeitschrift*, 1926, 134. Band, S. 373-377.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 6ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 182p.

_____. *Discursos sobre la primera década de Tito Lívio*. Madrid: Alianza, 2000. 459p.

_____. *El príncipe*. Madrid: Alianza, 1996.

MATOS, Olgária Chain Féres. *Benjaminianas. Cultura capitalista e fetichismo contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 2010. 288p.

_____. Introdução. In: HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica I*. São Paulo: Perspectiva, 1990. P. XXII.

_____. Modernidade: república em Estado de exceção. *Revista USP*. No. 59, setembro/novembro, 2003, p. 46-53.

MAUS, Ingeborg. The 1933 “Break” in Carl Schmitt’s Theory. In: DYZENHAUS, David. (Ed.). *Law as Politics. Carl Schmitt’s Critique of Liberalism*. Durham and London: Duke University Press, 1998. P. 196-216.

_____. The 1933 “Break” in Carl Schmitt’s Theory. Translated by Anke Großkopf & William E. Schuerman. *Canadian Journal of Law and Jurisprudence*. Vol. X, No. 1, (January, 1997), p. 125-140.

MAYER, Arno J. *A força da tradição*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. 352p.

_____. *Dinâmica da contra-revolução na Europa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MCCORMICK, John P. *Carl Schmitt’s Critique of Liberalism: Against Politics as Technology (Modern European Philosophy)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 368p.

_____. The Dilemmas of Dictatorship: Carl Schmitt and Constitutional Emergency Powers. In: DYZENHAUS, David. (Ed.). *Law as Politics. Carl Schmitt’s Critique of Liberalism*. Durham and London: Duke University Press, 1998. P. 217-251.

_____. Fear, technology and the state: Carl Schmitt, Leo Strauss, and the revival of Hobbes in Weimar. *Political Theory*. Vol. 22, Issue 4, Nov., 1994, p. 619-653.

_____. The Crisis of Constitutional-Social Democracy on the Weimar Republic. Review Article. *European Journal of Political Theory*. Vol. 1, no. 1, 2002, p. 121-128.

_____. Political Theory and Political Theology: The Second Wave of Carl Schmitt in English. *Political Theory*. No. 26, December, 1998, p. 830-854.

_____. Fear, Technology, and the State: Carl Schmitt, Leo Strauss, and the Revival of Hobbes in Weimar and National Socialist Germany. *Political Theory*. No. 22, 4, 1994, p. 619-652.

MEDINA, Graciela; MALLORQUÍN, Carlos. El indeciso pluralismo de Carl Schmitt ante el pluralismo político inglés. In: MEDINA, Graciela; MALLORQUÍN. (Coordinadores). *Hacia Carl Schmitt: ir-resuelto*. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla / Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades / Facultad de Administración, 2001a. P. 269-318.

_____. Introducción. In: MEDINA, Graciela; MALLORQUÍN. (Coordinadores). *Hacia Carl Schmitt: ir-resuelto*. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla / Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades / Facultad de Administración, 2001b. P. 7-18.

MEHRING, Reinhard. Herausgegeben. In: MEHRING, Reinhard. *Carl Schmitt Der Begriff des Politischen. Ein kooperativer Kommentar*. Berlin: Akademie Verlag, 2003. 251p.

_____. Liberalism as a “Metaphysical System”: The Methodological Structure of Carl Schmitt’s Critique of Political Rationalism. In: DYZENHAUS, David. (Ed.). *Law as Politics. Carl Schmitt’s Critique of Liberalism*. Durham and London: Duke University Press, 1998. P. 131-158.

_____. Liberalism as a “Metaphysical System”: The Methodological Structure of Carl Schmitt’s Critique of Political Rationalism. *Canadian Journal of Law and Jurisprudence*. Vol. X, No. 1, (January, 1997), p. 105-124.

MEIER, Heinrich. *Carl Schmitt, Leo Strauss y El Concepto de lo político. Sobre un diálogo entre ausentes*. Buenos Aires: Katz, 2008. 249p.

_____. *Leo Strauss and the Theologico-Political Problem*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007a. 183p.

_____. Preface to the American Edition. In: MEIER, H. *Leo Strauss and the Theologico-Political Problem*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007b. P. xi-xxi.

_____. *Carl Schmitt and Leo Strauss: The Hidden Dialogue*. Including Strauss’s Notes on Schmitt’s Concept of the Political & Three Letters from Strauss to Schmitt. Chicago & London: The University of Chicago Press, 2006. 136p.

_____. What is political theology? *Interpretation*. Vol. 30, 1, Fall, 2002, p. 79-91.

MEINECKE, Friedrich. *Machiavelism. The Doctrine of Raison d’Etat and Its Place in Mode*. London: Transaction Pub., 1997. 438p.

_____. El Historicismo y su Genesis. México: Fondo de Cultura Económica, 1982. 530p.

_____. *La idea de la razón de Estado en la edad moderna*. Trad. Felipe Gonzalez Vicen. Estudio preliminar de Luís Diez del Corral. Madrid: Instituto de Estudios Constitucionales, 1959. 465p.

_____. *Cosmopolitismo e stato nazionale: studi nazionale sulla genesi dello stato nazi Tedesco*. 2 vols. Trad. A. Oberdorfer. Perugia: La Nuova Italia, 1930.

MENÉNDEZ PELAYO, Marcelino. *Historia de los heterodoxos españoles*. 4ª. ed. II Tomos. Madrid: B.A.C., 1987.

MENGOITI, Gonzalo Larios. *Donoso Cortés: juventud, política y romanticismo*. Baracaldo: Grafite-2003, 2004.

MENKE, Christoph. El proceso de la decisión: una aproximación desde la excepción. *Enrahonar: Quaderns de filosofia*. ISSN 0211-402X, no. 25, 1996, p. 9-20.

MERCADANTE, Francesco. Carl Schmitt tra ‘i vinti che scrivono la storia’. In: SCHMITT, Carl. *Ex Captivitate Salus. Esperienze degli anni 1945-47*. Milano: Adelphi, 1987b. P.103-119.

MERQUIOR, José Guilherme. *O fantasma romântico e outros ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1980. 167p.

MEZGER, Edmund. *Tratado de Derecho Penal*. Tomo I. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1955. 490p.

MICHAEL, Christopher Domínguez. Joseph de Maistre. Las veladas de San Petersburgo o “Coloquios sobre el gobierno temporal de la Providencia”. *Letras Libres*. Año 9, No. 108, 2007, p. 77.

_____. Notas ante la muerte de Ernst Jünger. *Vuelta*. No. 258, mayo, 1998, p. 56-60.

MICHAEL, Horst. Naturrecht, Legalität und das Zentrum. *Der Ring*. Unabhängige Wochenschrift für nationale Politik, 1932, 5. Jahrg., Heft 33, vom 12. August 1932, SS. 548-550.

MICHELS, Robert. *Los partidos políticos. Un estudio sociológico de las tendencias oligárquicas de la democracia moderna*. Vols. 1-2. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. 230p; 198p.

MIGUEL, Carlos Ruiz. Estudios preliminar. In: SCHMITT, Carl. *Catolicismo y reforma política*. Madrid: Tecnos, 2000. P. IX-XLII.

_____. Carl Schmitt, teoría política y catolicismo. In: PAVÓN, Dalmacio Negro. *Estudios sobre Carl Schmitt*. Madrid: Veintiuno, 1996. P. 375-393.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Vol. 45, nº 3, 2002, p. 483-511.

MILL, John Stuart. *Del gobierno representativo*. Madrid: Tecnos, 1999. 392p.

MOHLER, Armin. *Die Konservative Revolution in Deutschland 1918-1932*. Berlin: Stocker, 1999. 725p.

_____. *La rivoluzione conservatrice in Germania. 1918-1932*. Napoli-Firenze: Akropolis-La roccia di Erec, 1990. 182p.

MOLINA, Esteban. ¿Cómo detener el mal? El decisionismo político de Donoso Cortés. *Archipiélago: Cuadernos de Crítica de la Cultura*. No. 56, 2003, p. 47-52.

MOMMSEN, Hans. *The Rise and Fall of Weimar Democracy*. New York: Chapell-Hill, 1996. 604p.

MOMMSEM, W. J. *Max Weber und die deutsche Politik, 1890-1920*. Tübingen: Mohr, 1959.

MONACO, Riccardo. Carl Schmitt e il diritto internazionale. *Quaderni Costituzionale*. Anno VI, no. 3, dicembre, 1986, p. 511-523.

MONOD, Jean-Claude. La radicalité constituante (Negri, Balibar, Agamben) ou peut-on lire Schmitt de droite à gauche. *Mouvements*. No. 37, janvier-février, 2004, p. 80-88.

_____. *Penser l'ennemi, affronter l'exception. Réflexions critiques sur l'actualité de Carl Schmitt*. Paris: La Découverte, 2006. 190p.

MORA, Gonzalo Fernández de la. Schmitt y la democracia. In: PAVÓN, Dalmacio Negro. *Estudios sobre Carl Schmitt*. Madrid: Veintiuno, 1996. P. 111-135.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. Intelectuais da guerra moderna: a intelligentsia militar alemã e o conceito de guerra total. In: LIMONCIC, Flávio & MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. (Org.). *Os intelectuais do antiliberalismo. Projetos e políticas para outras modernidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. P. 237-262.

MORAES, João Quantim de. *Primeira versão – Joseph de Maistre: O anti-rousseauísmo da contra-revolução*. Campinas: UNICAMP, março/1996. 19p.

MORALES, Antonio Alvarez de. “Catolicismo romano y forma política” de Carl Schmitt. Las relaciones entre la Iglesia y el Estado: estudios en memoria del profesor Pedro Lombardía. Madrid: Universidad Complutense; Universidad de Navarra; Editoriales de Derecho Reunidas EDESA, ISBN 84-7130-635-2, 1989, p. 269-274.

MORALES, Diego Medina. El pensamiento ordinalista de Schmitt y el origen de la propiedad. In: PAVÓN, Dalmacio Negro. Estudios sobre Carl Schmitt. Madrid: Veintiuno, 1996. P. 333-341.

MORALES, Julián. Presentación. In: DE BONALD, Louis-Ambroise. Madrid: Tecnos, 1988. P. XIV.

MORÁN, Juan García. A vueltas con la “cuestión alemana”: entre la democracia y la tentación nacionalista. *Revista del Centro de Estudios Constitucionales*. Núm. 14, Enero-Abril, 1995, p. 169-201.

MORAN, Mayo. ‘In the Glass Darkly’: Legacies of Nazi and Fascist Law in Europe. *University of Toronto Law Journal*. Vol. 54, 2004, p. 449-463.

MOSSE, George L. *The Crisis of German Ideology: Intellectual Origins of the Third Reich*. New York: Howard Fertig, 1998. 373p.

_____. *La cultura nazi. La vida intelectual, cultural y social en el Tercer Reich*. Barcelona: Grijalbo, 1973. 398p.

MOTZO, Giovanni. Carl Schmitt e lo stato di eccezione. *Quaderni Costituzionale*. Anno VI, no. 3, dicembre, 1986, p. 525-533.

MOUFFE, Chantal; LACLAU, Ernesto. *Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*. México: Fondo de Cultura Económica, 2010. 246p.

MOUFFE, Chantal. *Democracia em um mundo multipolar*. Palestra proferida na Faculdade de Direito da UFPR. Coordenadora do evento: Profa. Dra. Katya Kozicki. 07 de maio de 2010.

_____. *The Democratic Paradox*. London, New York: Verso, 2009a. 143p.

_____. *En torno a lo político*. México: Fondo de Cultura Económica, 2009b. 144p.

_____. Democracia y pluralismo agonístico. In: *Democracia y Derechos Fundamentales desde la Filosofía Política*. [S/ org.]. Santiago do Chile: Editorial Jurídica de Chile, 2009c. P. 121-135.

_____. Le politique et la dynamique des passions. Press Universitaires de France. *Rue Descartes/Corpus*. No. 45-46, 2004/3, p. 179-192.

_____. *La paradoja democrática*. Madrid: Gedisa, 2003. 156p.

_____. *El retorno de lo político. Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical*. Barcelona: Paidós, 1999a. 207p.

_____. Introduction. In: MOUFFE, Chantal. (Ed.). *The Challenge of Carl Schmitt*. London: Verso, 1999b. P. 1-6.

_____. Carl Schmitt and the Paradox of Liberal Democracy. In: MOUFFE, Chantal. (Ed.). *The Challenge of Carl Schmitt*. London: Verso, 1999c. P. 38-53.

_____. Carl Schmitt and the Paradox of Liberal Democracy. In: DYZENHAUS, David. (Ed.). *Law as Politics. Carl Schmitt's Critique of Liberalism*. Durham and London: Duke University Press, 1998. P. 159-178.

_____. Pensando a democracia com, e contra, Carl Schmitt. Trad. Menelick de Carvalho Neto. *Revue Française de Science Politique*. Vol 42, no. 1, fevereiro, 1992, p. 1-14. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/CadernosEscol/Caderno2/teoria.pdf>>. Acesso em: 13 de outubro de 2009.

MOYN, Samuel. Hannah Arendt on the Secular. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1054181> Acesso em: 25 jul. 2010.

MUCKERMANN, Friedrich. Diktatur und Christentum. *Germania*, 1929, Nr. 525 vom 10. November 1929, SS. 1-2.

MÚGICA, Luis Fernando. Tradición y revolución: filosofía y sociedad en el pensamiento de Louis de Bonald. Navarra: Ediciones Universidad de Navarra / EUNSA, 1988.

MULISCH, Harry; DWORK, Deborah, NABORN, Robert. The Trial of Adolf Eichmann. An Eyewitness Account. Criminal Case 40/61. Pennsylvania: Pennsylvania University, 2009. 208p.

MÜLLER, Fernanda. Auschwitz e os desafios da representação. *Anuário de Literatura*, vol. 13, no.1, 2008. p. 48-62.

MÜLLER, Jan-Werner. *Carl Schmitt in Postwar European Thought*. New Haven: Yale University Press, 2003a. 304p.

_____. Myth, law and order: Schmitt and Benjamin read *reflections on violence*. *History of European Ideas*. Vol. 29, Issue 4, December, 2003b, p. 459-473.

_____. Carl Schmitt's method: between ideology, demonology and myth. *Journal of Political Ideologies*. Vol. 4, no. 1, 1999, p. 61-85.

MULLER, Jerry Z. *The Other God that Failed: Hans Freyer and the Deradicalization of German Conservatism*. Princeton: Princeton University Press, 1988. 472p.

MURILLO, Santiago González. Donoso Cortés. Don Benito (Badajoz): Delegación de Cultura del Ayuntamiento de Don Benito. 2006.

MURKENS, Jo Eric Khushal. The Future of Staatsrecht: Dominance, Demise or Demystification? *The Modern Law Review*. Vol. 70, no. 5, 2007, p. 731-758.

MUTH, Heinrich. Carl Schmitt in der deutschen Innerpolitik des Sommers 1932. *Historische Zeitung. Beihefte*. New Series, Vol. 1, Beiträge zur Geschichte der Weimarer Republik (1971), p. 75-147.

NAISHTAT, Francisco. Walter Benjamin: teología y teología política. Una dialéctica herética. Actas de las VII Jornadas de Investigación en Filosofía. 2008. 12p. Disponível em: <http://viiijf.fahce.unlp.edu.ar/programa/ponencias/NAISHTAT%20Francisco.pdf> Acessado em: 20.Abril.2011.

NÄSSTRÖM, Sofia. The Legitimacy of the People. *Political Theory*. Vol. 35, 5, oct., 2007, p. 624-658.

NATTER, Wolfgang. From hate to antagonism: towards an ethics of emotion, discussion and the political. *Political Geography*. Vol. 20, 2001, p. 25-34.

NAVES, Márcio Bilharinho. *Marxismo e direito – um estudo sobre Pachukanis*. São Paulo: Boitempo, 2000.

NAWIASKY, Hans. Die Auslegung des Art. 48 der Reichsverfassung. *Archiv des öffentlichen Rechts*, 1925, Neue Folge, 9. Band, SS. 1-55.

NEAMAN, Elliot Y. *A Dubious Past: Ernst Jünger and the Politics of Literature after Nazism (Weimar na Now: German Cultural Criticism)*. 1ª. ed. Berkeley; Los Angeles, London: University of California Press, 1999. 329p.

NEGRETTO, Gabriel L. *El concepto de decisionismo en Carl Schmitt. El poder negativo de la excepción*. Universidad de Buenos Aires. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO). Disponível em: www.experiment.iitalia.com/librariysplit2/Carl%20Schmitt-Decisionismo.doc Acesso em: 02.09.2010.

_____. *El concepto de decisionismo en Carl Schmitt. El poder negativo de la excepción. Sociedad*. No. 4, mayo, 1994.

NEOCLEOUS, Mark. The Fascist Moment: Security, Exclusion, Extermination. *Studies in Social Justice*. Vol. 3, Issue I, 2009, p. 23-27.

_____. *Fascism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

NEUMANN, Franz. O conceito de liberdade jurídica. In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam. (Orgs.). *Política e sociedade*. Vol. 1. São Paulo: Ed. Nacional, 1983a. P. 112-128.

_____. Estado totalitário versus partido totalitário. In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam. (Orgs.). *Política e sociedade*. Vol. 1. São Paulo: Ed. Nacional, 1983b. P. 269-281.

_____. *Estado democrático e Estado autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. 329p.

_____. *Behemoth: The Structure and Practice of National Socialism, 1933-1944*. New York: Oxford University Press, 1967. 649p.

NEUMANN, Sigmund. Foreword. In: KLEMPERER, Klemens von. *Germany's New Conservatism: Its History and Dilemma in the Twentieth Century*. New Jersey: Princeton University Press, 1957. P. VII-XXI.

NEUMANN, Ulfried. *La pretensión de verdad en el derecho*. Bogotá: Universidad del Externado de Colombia, 2006. 184p.

NEUMANN, Volker. Carl Schmitt: Introduction. In: JACOBSON, Arthur & SCHLINK, Bernhard. (Eds.). *Weimar. A Jurisprudence of Crisis*. Berkeley; Los Angeles, London: University of California Press, 2000. P. 280-289.

NEVIN, Thomas. *Ernst Jünger and Germany. Into the Abyss, 1914-1945*. Durham: Durham University Press, 1996. 284p.

NICHOLAS, Lynn H. *Europa saqueada. O destino dos tesouro artísticos europeus no Terceiro Reich e na Segunda Grande Guerra Mundial*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010. 538p.

NICHOLLS, A. J. *Weimar and the Rise of Hitler*. 3ª. ed. London: MacMillan Press Ltd. 1991. 195p.

NIETHAMMER, Lutz. *Posthistoire: Ist die Geschichte zu Ende?* Hamburg: Rowohlt, 1989. 189p.

NIETO, Eduardo Hernando. Excepción y realismo político: algunas cuestiones de fondo. *Revista Enfoque*. Vol. VII, no. 10, 2009, p. 47-65.

_____. ¿Teología Política o Filosofía Política? La amistosa conversación entre Carl Schmitt y Leo Strauss. *Foro Interno: Anuario de Teoría Política*. ISSN 1578-4576. No. 2, 2002, p. 97-114.

_____. ¿Teología Política o Filosofía Política? La amistosa conversación entre Carl Schmitt y Leo Strauss. In: DOTTI, Jorge; PINTO, Julio. *Carl Schmitt: su época y su pensamiento*. Buenos Aires: EUDEBA, 2002. P. 189-209.

NIETZSCHE, Friedrich. *A vontade de poder*. Trad. Fernandes, Marcos Sinésio Pereira; Moraes, José Dias de. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. 516p.

_____. *O nascimento da tragédia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. 177p.

_____. *Genealogía de la moral*. Madrid: Alianza, 1996. 203p.

_____. *A origem da tragédia*. 5ª. ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1988. 173p.

NIGRO, Mario. Carl Schmitt e lo stato amministrativo. *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*. Anno XL, N. 3, Settembre, 1986, p. 769-794.

_____. Carl Schmitt e lo stato amministrativo. *Quaderni Costituzionale*. Anno VI, no. 3, dicembre, 1986, p. 461-486.

NISBET, Robert A. *Conservadurismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1995. 168p.

NOACK, Paul. *Carl Schmitt: eine Biographie*. Frankfurt/M: Berlin; Ullstein, 1996. 360p.

NOLTE, Ernst. *La rivoluzione conservatrice nella Germania della repubblica di Weimar*. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2009a. P. XI-80.

_____. Caratteristiche tecniche. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2009b. 87p.

_____. *Nazional-Socialismo e Bolscevismo. I grandi totalitarismi europei del XX secolo*. Milano: RCS Libri, 1999a. 502p.

_____. ; FURET, François. *Fascismo y comunismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999b. 140p.

_____. O fascismo enquanto fenômeno metapolítico. In: RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *Fascismo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. P. 115-150.

_____. *El fascismo en su época*. Barcelona: Península, 1967.

NORRIS, Andrew. Review Essay: A Mine that Explodes Silently: Carl Schmitt in Weimar and After. *Political Theory*. Vol. 33, no. 6, dec., 2005, p. 887-898. Disponível em: <http://ptx.sagepub.com> Acesso em: 10 de junho de 2010.

_____. Sovereignty, Exception, and Norm. *Journal of Law and Society*. Vol. 34, no. 1, March, 2007, p. 31-45.

_____. “Us” and “Them”: The Politics of American self-assertion after 9/11. *Metaphilosophy*. Vol. 35, No. 3, April, 2004, p. 250-272.

NOZICK, Robert. *Anarquia, Estado e Utopia*. Lisboa: Edições 70, 2009.

NÚÑEZ, Estanislao Cantero. Sobre Acción Española y la falsificación de la Historia. *Anales de la Fundación Francisco Elías de Tejada*. No. 8, 2002, p. 131-176.

OAKES, Guy. Introduction. In: SCHMITT, Carl. *Political Romanticism*. Massachusetts: The MIT Press, 1986. P. IX-XXXV.

OBREGÓN, Lourdes Quintanilha. *Ernst Jünger. La mirada de un siglo*. Buenos Aires: Libros en Red, 2005. 190p.

OCAÑA, Enrique. Carl Schmitt: Topología de la técnica. *Daimon: Revista de Filosofía*. No. 13, julio-diciembre, 1996, p. 21-40. Disponível em: <http://revistas.um.es/daimon/issue/view/851> Acesso em: 28 de agosto de 2009.

OFFE, Claus; PREUSS, Ulrich. Democratic Institutions and Moral Resources. In: HELD, David. *Political Theory Today*. Stanford, California: Stanford University Press, 1991. P. 143-171.

OHANA, David. Nietzsche and Ernst Jünger: From nihilism to totalitarianism. *History of European Ideas*. Vol. 11, 1989, p. 751-758.

OJANGAS, Mika. Carl Schmitt's Real Enemy: The Citizen of the Non-exclusive Democratic Community? *The European Legacy*. Vol. 8, no. 4, 2003, p. 411-424.

OLEA, José Manuel Varela. Donoso Cortés. *Debate Actual: Revista de Religión y Vida Pública*. No. 5, 2007, p. 36-42.

OLIVEIRA, Alysson. *Vencedor do Oscar de filme estrangeiro, “Falsários” conta história real sobre o nazismo*. In: <http://cinema.uol.com.br/ultnot/2009/05/28/ult26u28371.jhtm> Acesso em: 30 de maio de 2009.

OLSEN, Niklas. Carl Schmitt, Reinhart Koselleck and the foundations of history and politics. *History of European Ideas*. Vol. XXX, 2011, p. 1-12. Disponível em: doi: 10.1016/j.histeuroideas.2010.11.012. Acessado em: 19.Nov.2010.

ORFANEL, Germán Gómez. Soldados y ciudadanos, según Carl Schmitt. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*. No. 123, Ene.-Mar., 2004, p. 251-270.

_____. El final de la república de Weimar y Carl Schmitt. In: PAVÓN, Dalmacio Negro. *Estudios sobre Carl Schmitt*. Madrid: Veintiuno, 1996. P. 213-229.

_____. Carl Schmitt y el decisionismo político. In: VALLESPÍN, Fernando. (Org.). *Historia de la Teoría Política. Rechazo y desconfianza del proyecto ilustrado. Rechazo y desconfianza en el proyecto ilustrado*. Vol. 5. Madrid: Alianza, 1993. P. 243-272.

_____. Homogeneidad, identidad y totalidad. La visión de la democracia de Carl Schmitt. In: GONZÁLEZ, José M. y QUESADA, Fernando. (Coords.) *Teorías de la democracia*. Barcelona: Anthropos, 1992. P. 175-196.

_____. *Excepción y normalidad en el pensamiento de Carl Schmitt*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1986. 307p.

ORTEGA Y GASSET, José. Proemio. In: SPENGLER, Oswald. *La decadencia de Occidente. Bosquejo de una morfología de la Historia Universal*. Tomo I. Madrid: Espasa-Calpe, 2009a. P.13-16.

OSÉS, José María. Maistre y la Constitución. *Historia Política: Ideas, procesos y movimientos sociales*. No. 5, 2001, p. 123-144.

OSTOVICH, Steven. Carl Schmitt, Political Theology, and Eschatology. *KronoScope*. Vol. 7, 2007, p. 49-66.

OTTOLENGHI, Emanuele. Carl Schmitt and the Jewish Leviathan. *Israel Studies*. Vol. 6, No. 1, p. 101-125.

PALACIOS, Leopoldo-Eulogio. Bonald o la constitución natural de las sociedades. *Revista de Estudios Políticos*. No. 45, 1949, p. 55-102.

PALAUER, Wolfgang. Hobbes and the *Katéchon*: The Secularization of Sacrificial Christianity. *Contagion: Journal of Violence, Mimesis, and Culture*. Vol. 2, Spring, 1995, p. 57-74.

PALÉOLOGUE, Théodore. Sous L'oeil du Grand Inquisiteur. Carl Schmitt et L'héritage de la Théologie Politique. Paris: Les Éditions du Cerf, 2004. 314p.

PANIAGUA, Jose Maria Rodríguez. *El relativismo jurídico de Radbruch y su consecuencia política*. Disponible em: <http://www.cepc.es/rap/Publicaciones/Revistas/2/REP_128_079.pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2009.

_____. *Derecho injusto y derecho nulo*. Madrid: Aguilar, 1971. 128p.

PANKAKOSKI, Timo. Conflict, Context, Concreteness: Koselleck and Schmitt on Concepts. *Political Theory*, vol. 38, 6, August, 2010, p. 749-779.

PAP, Betsabé. Carl Schmitt. Teoría para una fundamentación de la autoridad soberana. *Prometeica. Revista de Filosofía y Ciencias*. Núm. 1, Mayo-Agosto, 2010, p. 14-31.

PARDO, Carlos A. *Fernández. Carl Schmitt en la teoría política internacional*. Buenos Aires: Biblos, 2007. 126p.

PARDO, Jose Esteve. La doctrina alemana del Derecho Público durante el régimen nacionalsocialista. *Revista Española de Derecho Constitucional*. Año 23, núm. 67, Enero-Abril, 2003, p. 171-179.

_____. Las dos vidas de Carl Schmitt. *Revista Española de Derecho Constitucional*. Año 16, Núm. 46, Ene.-Abr., 1996, p. 305-315.

PARIS, Robert. *Los orígenes del fascismo*. Barcelona: Ediciones Península, 1969. 162p.

PASTOR, Manuel García. *Entrevista. 2009a*. LDTV. Libertad Digital. Disponible em: <http://www.retoricas.com/2009/05/hitler-discurso-la-juventud.html> Acceso em: 19.Dez.2009.

_____. MARCO, José. *Entrevista. 2009b*. LDTV. Libertad Digital. Disponible em: <http://www.retoricas.com/2009/07/discurso-hitler-el-enemigo-de-los.html> Acceso em: 19.Dez.2009.

_____. Modelos históricos del Fascismo (III). *Revista de Derecho Político*. Universidad Nacional de Educación a Distancia (España). Facultad de Derecho. Departamento de Derecho Político No. 3, 1979, p. 125-134.

_____. Modelos históricos del Fascismo (II). *Revista de Derecho Político*. Universidad Nacional de Educación a Distancia (España). Facultad de Derecho. Departamento de Derecho Político No. 2, 1978-1979, p. 71-78. Disponible em: <http://e-spacio.uned.es/fez/view.php?id=bibliuned:DerechoPolitico-1978-1979-2-13160> Acceso em: 10.10.2010.

PASTOR, Román García. Romanticismo y política en la obra de Carl Schmitt. In: PAVÓN, Dalmacio Negro. *Estudios sobre Carl Schmitt*. Madrid: Veintiuno, 1996. P. 161-211.

PAVANI, Roney Marcos. *Repensando o conservadorismo católico: política, religião e história em Juan Donoso Cortés*. Dissertação de Mestrado em História Social das Relações Políticas. Dissertação apresentada no Centro de Ciências Humanas e Naturais do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. 2010. 174p. Disponible em: Acceso em: 15.Mar.2011.

PAVÓN, Dalmacio Negro. Orden y derecho en Carl Schmitt. In: PAVÓN, Dalmacio Negro. *Estudios sobre Carl Schmitt*. Madrid: Veintiuno, 1996. P. 343-374.

PAULY, Walter. Introduction. In: JACOBSON, Arthur & SCHLINK, Bernhard. (Eds.). *Weimar. A Jurisprudence of Crisis*. Berkeley; Los Angeles, London: University of California Press, 2000. P. 128-131.

PAYNE, Stanley G. *El fascismo*. Madrid: Alianza, 1995. 248p.

_____. Spanish conservatism: 1834-1923. *Journal of Contemporary History*. Vol. 13, 1978, p. 765-789.

PELCZYNSKI, Zgbiniew A. La concepción hegeliana del Estado. In: ANGEHRN, Emil, et. all. (Orgs.). *Estudios sobre la Filosofía del Derecho de Hegel*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989. P. 249-288.

PELLISTRANDI, Benoît. Catolicismo e identidad nacional en España en el siglo XIX: un discurso histórico de Donoso Cortés a Menéndez Pelayo. *Religión y Sociedad en España: (siglos XIX y XX): Seminario celebrado en la Casa de Velázquez (1994-1995)*. Coord. por Paul Aubert. 2002, p. 91-120.

PEPERZAK, Adriaan. Los fundamentos de la ética según Hegel. In: ANGEHRN, Emil, *et. all. (Orgs.). Estudios sobre la Filosofía del Derecho de Hegel*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989. P. 93-120.

PÉREZ, José María Beneyto. *Apocalipsis de la modernidad: el decisionismo político de Donoso Cortés*. Madrid: Gedisa, 1993.

PÉREZ, José Luis Moreno. Fascismo y crisis política de Europa: crítica del fascismo en Hermann Heller (II). *ReDCE*, no. 7, enero-junio, 2007, p. 379-420. Disponível em: <http://www.ugr.es/~redce/REDCE7pdf/15HermanHeller.pdf> Acesso em: 13 de julho de 2009.

_____. Fascismo y crisis política de Europa: crítica del fascismo en Hermann Heller (I). *ReDCE*, no. 6, julio-diciembre, 2006, p. 357-421. Disponível em: www.ugr.es/~redce/REDCE6pdf/12JoseLMonereo.pdf >. Acesso em: 10 de julho de 2009.

PÉREZ, José Luis Monereo. Donoso Cortés: decisión y forma política. *Empresas Políticas*. No. 6, 2005, p. 17-34.

PEUKERT, Detlev J. K. *The Weimar Republic*. New York: Hill and Wang, 1993. 334p.

PICCONE, Paul. Uses and Abuses of Carl Schmitt. *Telos*. No. 122, Winter, 2002, p. 3-30.

_____; ULMEN, Gary L. Schmitt's "Testament" and the Future of Europe. *Telos. Quarterly of Critical Thought*. No. 83, Spring, 1990, p. 3-34.

PIERPAULI, José Ricardo. Por qué é relevante estudar hoje a filosofia política de Leo Strauss? *Dissertatio*. Vol. 30, 2009, p. 315-335.

PINTO, Agerson Tabosa. Os Conceitos de Constituição segundo Carl Schmitt. *Revista da Faculdade de Direito, Fortaleza*, no. 27, 2, jul.-dez., 1986, p. 69-74.

PINTO, Julio. *Carl Schmitt y la reinvidicación de la política*. Buenos Aires: Proyecto Editorial, 2003. 206p.

_____. La evolución del concepto de Presidente plebiscitário del Reich de Weber y Schmitt. In: DOTTI, Jorge; PINTO, Julio. *Carl Schmitt: su época y su pensamiento*. Buenos Aires: EUDEBA, 2002. P. 109-124.

POCOCK, John G. A. *El momento maquiavélico. El pensamiento florentino y la tradición atlántica*. Madrid: Tecnos, 2008. 672p.

POIS, Robert. Introduction. In: ROSENBERG, Alfred. *Selected Writings. Roots of the Right*. STEINER, George. (Ed.). London: Jonathan Cape, Thirty Bedford Square, 1971. P. 11-32.

POLIAKOV, Leon. *A Europa suicida*. São Paulo: Perspectiva, 1977. 320p.

POPPER, Karl Raimund; LORENZ, Karl. *Die Zukunft ist offen: Das Altenberger Gespräch: mit den Texten des Wiener Popper-Symposiums*. München: Piper Verlag, 1985. 143p.

POPITZ, Johannes. Wer ist Hüter der Verfassung? *Germania*. Vol. 61, no. 176, april, 17, 1931.

PORT, Hermann. Römischer Katholizismus und politische Form. – Eine Betrachtung über die religiösen Grundlagen der Politik und Wirtschaft. *Gelbe Hefte*, 1925, 2. Jahrg., 1. Halbband, S. 451-456.

PORTINARO, P. P. Max Weber e Carl Schmitt. In: TREVES, Renato. (Cur.). *Max Weber e il diritto*. Milano: Franco Angeli, 1981.

POULANTZAS, Nicos. Observações sobre o totalitarismo. In: RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *Fascismo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. P. 105-113.

PREDIERI, Alberto. *Carl Schmitt, un Nazista senza Coraggio*. Tomos I. Firenze: La Nuova Italia Editrice, 1999a. 1267p.

_____. *Carl Schmitt, un Nazista senza Coraggio*. Tomos II. Firenze: La Nuova Italia Editrice, 1999b. 1267p.

PRETEROSSO, Geminello. *Carl Schmitt e la tradizione moderna*. Milano: Laterza, 1996. 242p.

PREUSS, Ulrich K. Political Order and Democracy: Carl Schmitt and His Influence. In: MOUFFE, Chantal. (Ed.). *The Challenge of Carl Schmitt*. London: Verso, 1999. P. 155-180.

_____. Pensando a democracia com, e contra, Carl Schmitt. Trad. Menelick de Carvalho Neto. *Revue Française de Science Politique*. Vol. 42, no. 1, fev., 1992.

PRZYWARA Erich. Besprechung der ‘Politische Romantik’. *Stimmen der Zeit – Monatschrift für das Geistesleben der Gegenwart*. 1925, 109, Band, S. 471-72.

PUHLE, Hans Jürgen. Conservatism in Modern German History. *Journal of Contemporary History*. Vol. 13, No. 4, October, 1978, p. 689-720.

PULZER, Peter. *Jews and the German State: The Political History of a Minority, 1848-1933*. Detroit: Wayne State University Press, 2003. 370p.

PURCELL, Brendan. O contexto filosófico das preleções “Hitler e ao Alemães”. In: VOEGELIN, Eric. *Hitler e os alemães*. São Paulo: É Realizações, 2008. P. 44-70.

QUARITSCH, Helmut. *Carl Schmitt. Risposte e Norimberga*. Roma-Bari: Laterza, 2006. 198p.

_____. *Complexio oppositorum. Über Carl Schmitt Vorträge und Diskussionsbeiträge des 28. Sonderseminars 1986 der Hochschule für Verwaltungswissenschaften Speyer der Hochschule Speyer*). Berlin: Duncker & Humblot, 1988. 610p.

_____. *Positionen und Begriffe Carl Schmitts*. Berlin: Duncker und Humblot, 1995. 130p.

QUINTERO, José Daniel Parra. Entre Carl Schmitt y Thomas Hobbes. Un estudio del liberalismo moderno a partir del pensamiento de Leo Strauss. *Eidos*. No. 12, 2010, p. 48-86.

RABOTNIKOF, Nora. *Max Weber: desencanto, política y democracia*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1989. 245p.

RADAKOVIC, Mila. Carl Schmitts Verfassungslehre. *Hochland – Monatschrift für alle Gebiete des Wissens, der Literatur und Kunst*, 1928, SS. 534-541.

RADBRUCH, Gustav. El delincuente por convicción. *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*. ISSN 1695-0194. Disponible em: <http://criminet.ugr.es/recpc/07/recpc07-r4.pdf> Acceso em: 28 de setembro de 2009.

_____. *Relativismo y Derecho*. Santa Fe de Bogotá: Editorial Temis, 1992. 74p.

_____. *El hombre en el Derecho*. Buenos Aires: Depalma, 1980. 147p.

_____. *Filosofia do Direito*. 6a. ed. Coimbra: Arménio Amado, Ed., Suc., 1979. 430p.

_____. Leyes que no son Derecho y Derecho por encima de las leyes. In: PANIAGUA, José María Rodríguez. *Derecho Injusto y Derecho Nulo*. Madrid: Aguilar, 1971. P. 3-22

_____. Parteienstaat und Volksgemeinschaft. *Die Gesellschaft*, 1929, 6. Jahrg., Zweiter Band, Heft 2, S. 97 ff.

RAMÍREZ, Carlos A. Todos son genios. La crítica a la estetización de la acción política en Carl Schmitt. *Revista de Estudios Sociales*, no. 34, diciembre, 2009, p. 59-71.

RASCH, William. Locating the Political: Schmitt, Mouffe, Luhmann, and the Possibility of Pluralism. *International Review of Sociology – Revue Internationale de Sociologie*. Vol. 7, No. 1, 1997, p. 103-114.

RASEHORN, Theo. Carl Schmitt – Philosoph oder Pirat? *Journal für Philosophie der blaue reiter*. Nr. 7, 1, 1998, p. 94-97.

RAUSCHNING, Hermann. *Hitler: confesiones íntimas. 1932-1934*. Barcelona: Círculo Latino, 2006. 317p.

_____. *The Revolution of Nihilism: Warning to the West*. New York: Kessing Pub Co., 2005. 324p.

_____. *The Voice of Destruction: Conversations with Hitler*. 2a. ed. London: Pelican Publishing, 2003. 295p.

_____. *1945: El año de la catastrophe*. Barcelona: Barral, 1971. 363p.

_____. *The Conservative Revolution*. 1a. Ed. New York: G.P. Putnam's Sons, 1941. 280p.

_____. *Hitler me dijo*. Buenos Aires; Librería Hachete, 1940. 243p.

RAWLS, John. *Political Liberalism*. New York: Columbia University Press, 1993a. 576p.

_____. *Teoría de la Justicia*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1993b. p. 549.

RAZUK, Andrés Di Leo. El *katechon* como elemento teológico-político en la Teoría del Estado de Thomas Hobbes. *Actas del II Simposio Internacional Helenismo Cristianismo*, (II SIHC). 2010. P. 1-6.

REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. *História da Filosofia*. Vol. 1. 3ª. ed. Petrópolis: Paulus Editora, 1990. 714p.

_____. *História da Filosofia*. Vol. 2. 7ª. ed. Petrópolis: Paulus Editora, 2005. 9784p.

REBER, Bernard. Théorie politique et représentation. Une autre histoire du progrès. *Raisons politiques*. No. 4, novembre, 2001, p. 188-198.

REEDY, W. Jay. Maistre's twin? Louis de Bonald and the counter-enlightenment. In: LEBRUN, Richard. (Ed.). *Joseph's de Maistre's life, thought and influence. Selected Studies*. Montreal and Kingston: McGill-Queen's University Press, 2007. 338p.

REID, Christopher. *Edmund Burke and the Practice of Political Writing*. New York: Palgrave Macmillan, 1986. 238p.

REMY, Steven P. *The Heidelberg Myth: The Nazification and Dezanification of a German University*. Cambridge: Harvard University Press, 2003. 352p.

RESTA, Caterina. *Stato Mondiale O Nomos della Terra*. Carl Schmitt tra universe e pluriverso. Reggio Emilia: Diabasis, 2009. 140p.

REVUELTAS, Juan Cristóbal Cruz. La recepción cultural de Nietzsche: Algunos casos significativos. *Signos Filosóficos*. No. 8, Julio-diciembre, 2002, p. 147-163.

RICHARD, Lionel. *A República de Weimar. A vida cotidiana*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. 327p.

_____. *Nazismo y literatura*. Buenos Aires: Granica Editor / El Juguete Rabioso, 1972. 236p.

RICHARDSON, William D. Melville's "Benito Cereno": Civilization, Barbarism and Race. *Interpretation*. Vol. 11, no. 1, 1983, p. 43-76.

RICHTER, Emanuel. Productive Silence on Carl Schmitt: Constrained Ignorance or Concluded Reappraisal? A Reply to Detlev F. Vagts, *Carl Schmitt in Context: Reflections on a Symposium*. *Cardozo Law Review*. Vol. 23, no. 6, 2002, p. 2165-2172.

RIEDEL, Manfred. El concepto de 'sociedad civil' en Hegel y el problema de su origen histórico. SIEP, Ludwig. ¿Qué significa: 'superación de la moralidad en eticidad' en la 'Filosofía del Derecho' de Hegel? In: ANGEHRN, Emil, et. all. (Orgs.). *Estudios sobre la Filosofía del Derecho de Hegel*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989. P. 195-222.

RIEDL, Peter Philipp. Time and Tragedy, Violence and Irregularity: Heiner Müller Reads Carl Schmitt. *The Germanic Review*. 2009, p. 353-366.

RINESI, Eduardo. *Política y tragedia: Hamlet, entre Hobbes y Maquiavelo*. Buenos Aires: COLIHUE, 2003. 284p.

RINGER, Fritz K. *The decline of the German Mandarins: the German academic community, 1890-1933*. Cambridge: Harvard University Press, 1990. 506p,

RITTER, Gerhard. German Refugee Historians and Friedrich Meinecke. Letters and Documents, 1910-1977. London: Brill Academic Pub., 2010.

RITTER, Joachim. Moralidad y eticidad. Sobre la confrontación de Hegel con la ética kantiana. In: ANGEHRN, Emil, *et. all. (Orgs.)*. *Estudios sobre la Filosofía del Derecho de Hegel*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989. P. 143-169.

RIVERA, José Antonio Primo de. Textos de doctrina política. Madrid: Delegación Nacional de la Sección Femenina del Movimiento / Editorial Almena, 1974. 1153p.

_____. *Obras Completas de José Antonio Primo de Rivera*. (Recopilación de Agustín del Río Cisneros). Delegación Nacional de la Sección Femenina de la F.E.T. y de las J.O.N.S. Madrid, 1959.

ROCA, F. Garcia Garcia. Sobre la teoría constitucional de Rudolf Smend. (A propósito del libro de Pablo Lucas Verdú *La lucha contra el positivismo jurídico en la República de Weimar*). Disponível em: http://www.cepc.es/rap/Publicaciones/Revistas/3/REPNE_059_272.pdf Acesso em: 23 de setembro de 2009.

ROCA, Javier Garcia. Sobre la teoria constitucional de Rudolf Smend. *Revista de Estudios Políticos*. (Nueva Época). Núm. 59, Enero-Marzo, 1988, p. 269-276.

ROCCA, Adolfo Vásquez. Ernst Jünger: Tempestades de Acero o la entrada en escena de los titanes. *Konvergenia Literatura*. Año III, No. 7, Abril, 2008, p. 62-73.

RÓDENAS, Pablo. Una redifinición de la Filosofía Política. *Revista Internacional de Filosofía Política (RIFP)*. Vol. 1, 1993, p. 53-69.

RODRIGUES, Cândido Moreira. Apontamentos sobre o pensamento de Carl Schmitt: um intelectual nazista. *Saeculum. Revista de História*. No. 12, João Pessoa, Jan.-Jun., 2005, p. 76-94

_____. *Tradição, autoridade, democracia: “A Ordem”: Uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)*. Orientador: COSTA, Milton Carlos. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho / Assis. História. Dissertação de mestrado. 01/02/2002. 1v. 370p.

RODRÍGUEZ, Gabriela. Carl Schmitt y su otro: un recorrido por el mundo intelectual de la República de Weimar. In: DOTTI, Jorge; PINTO, Julio. *Carl Schmitt: su época y su pensamiento*. Buenos Aires: EUDEBA, 2002. P. 157-188.

RODRÍGUEZ, José Rodrigo. Fuga do Direito. *Um Estudo sobre o Direito Contemporâneo a partir de Franz Neumann*. São Paulo: Saraiva, 2009. 210p.

_____. Franz Neumann, o Direito e a Teoria Crítica. *Lua Nova*, no. 61, 2004, p. 53-73.

ROEHRSEN, Carlo. Nota su Carl Schmitt giurista. *Quaderni Costituzionale*. Anno VI, no. 3, dicembre, 1986, p. 457-459.

ROHATYN, Sigmund. Die verfassungsrechtliche Integrationstheorie. – Kritische Bemerkungen. *Zeitschrift für öffentliches Recht*, 1930, 9. Band, S. 261-84.

ROMERO, María Xosé Agra. Antes y después de Rawls: la filosofía política en la brecha. *Revista Internacional de Filosofía Política (RIFP)*. Vol. 23, 2004, p. 71-92.

ROSENBERG, Alfred. *The Myth of the Twentieth Century. An Evaluation of the Spiritual-Intellectual Confrontations of Our Age*. Torrance, California: The Noontide Press, 1982. 454p.

ROTHBARD, Murray N. *La etica de la libertad*. Madrid: Unión Editorial, 2009. 368p.
_____. *For a New Liberty – The Libertarian Manifesto*. Auburn, Alabama: Ludwig von Mises Institute, 2006a. 419p.

_____. *Hacia una nueva libertad: el manifiesto libertario*. Buenos Aires: Grito Sagrado, 2006b. 373p.

ROTHFELS, Hans. Besprechung der Schrift ‘Politische Romantik’. *Deutsche Literaturzeitung*, 1926, 9. Heft, c. 432-437.

ROTTECK, Karl von; WELCKER, Carl Theodor; PFIZER, Paul Achatius; MOHL, Robert von. *El liberalismo alemán del siglo XIX. 1815-1848*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1987. 214p.

ROMANO, Roberto. Entrevista: Ideal fascista está sendo retomado, alerta filósofo. *Gazeta do Povo*. 4 de abril de 2011. Disponível em: <http://silncioerudoasatiraemdenisdiderot.blogspot.com/2011/04/gazeta-do-povo.html> Acesso em: 14 de maio de 2011.

_____. *Palestra na Escola da Magistratura*. Rio de Janeiro, 2009.

_____. Soberania e filosofia. Disponível em: <http://robertounicamp.blogspot.com/2008/07/publicada-em-272008-soberania-e.html> Acessado em: 18 de agosto de 2010.

_____. *Rousseau, Religião e Moral*. São Paulo: Estação Liberdades, 2005a.

_____. Nietzsche e o renascimento do trágico. *Kriterion: Revista de Filosofia*. Vol. 46, no. 112, Dec., 2005b, p. 174-182.

_____. *Ética, instituições e Justiça. Palestra a Associação dos Juizes para a Democracia*. 11 de maio de 2001. Disponível em: (i)

<http://www.youtube.com/watch?v=U5yujzJOClw&NR=1>; (ii) <http://www.youtube.com/watch?v=0xaQZVTHvj0&NR=1>; (iii) <http://www.youtube.com/watch?v=U5yujzJOClw&NR=1> ; (iv)

<http://www.youtube.com/watch?v=koOZczPvXHI&feature=related>; (v) <http://www.youtube.com/watch?v=Ctyfu79rjjs&feature=related>; (vi) <http://www.youtube.com/watch?v=9-YaEiBqjyc&feature=related>. Acesso em: 23.Dez.2010.

_____. *Conservadorismo romântico. Origem do totalitarismo*. 2a. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. 155p.

_____. O luto ditatorial contra a esperança democrática. *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte. Vol. 5, no. 2, mai.-ago., 1990, p. 153-174.

ROMANO, Santi. Lo Stato moderno e la sua crisi. In: *Scritti Minori, V. I: Diritto Costituzionale*. Milano: Giuffrè, 1990.

ROMSICS, Gergely. *Politics Against the Political. Rereading Classical Realism as a Challenge to Carl Schmitt*. Hungarian Institute of International Affairs. Budapest. Disponível em: <http://archive.sgir.eu/uploads/Romsics-romsics.pdf> Acesso em: 18 fev. 2010.

ROSÉN, Frederik. Towards a Theory of Institutionalized Judicial Exceptionalism. *Journal of Scandinavian Studies in Criminology and Crime Prevention*. ISSN 1404-3858, Vol. 6, 2005, p. 147-164.

ROSENBERG, Alfred. *The Birth of the German Republic, 1871-1918*. London: Houghton Mifflin Co., 1936. 286p.
_____. *Selected Writings. Roots of the Right*. STEINER, George. (Ed.). London: Jonathan Cape, Thirty Bedford Square, 1971. 204p.

ROSENFELD, Denis L. *Estado e política – A filosofia política de Hegel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 164p.

ROSENTHAL, Alan. *The Decline of Representative Democracy: Process, Participation, and Power in Statu Legislatures*. Washington, DC: CQ Press, 1997. 369p.

ROSENZWEIG, Franz. *Hegel e o Estado*. 1a. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008. 649p.

ROSSELLO, Diego. Políticas de la excepción: Heidegger y Schmitt. In: DOTTI, Jorge; PINTO, Julio. *Carl Schmitt: su época y su pensamiento*. Buenos Aires: EUDEBA, 2002. P. 137-156.

_____. Políticas de la excepción: Heidegger y Schmitt. V Congreso Nacional de Ciencia Política. Sociedad Argentina de Análisis Político. 14 al 17 de Noviembre de 2001, p. 2-18.

ROSSI, Luis Alejandro. El mito más fuerte reposa sobre lo nacional: Carl Schmitt, Georges Sorel y El concepto de lo político. *Revista Internacional de Filosofía Política (RIFP)*. No. 14, 1999, p. 147-166. Disponível em: http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:filopoli-1999-14-FA1420CF-E466-E256-0C74-2E864D8FF4D7&dsID=mito_fuerte.pdf Acesso em: 15 de setembro de 2009a.

_____. La nación entre la secularización, la historia y la teoría del mito. *Daimon: Revista de Filosofía*. ISSN 1130-0507. No. 31, 2004, p. 131-145. Disponível em: <http://revistas.um.es/index.php/daimon/article/view/14431/13911> Acesso em 12 de setembro de 2009b.

_____. Prologo. In: *Romanticismo político*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editora, 2005a. P. 41-62.

_____. Introducción. In: *Romanticismo político*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editora, 2005b. P. 63-82.

_____. La autoafirmación de la nación alemana: el *Discurso Rectoral* de Martin Heidegger como respuesta a *El trabajador*, de Ernst Jünger. *RIFP*. No. 23, 2004, p. 138-159.

_____. La lucha. Variaciones sobre un motivo. In: DOTTI, Jorge; PINTO, Julio. *Carl Schmitt: su época y su pensamiento*. Buenos Aires: EUDEBA, 2002. P. 57-77.

ROSSI, Miguel Ángel. A problemática da representação política no pensamento de Carl Schmitt. *Prometeus – Filosofia em Revista*. Viva Vox – DFL – Universidade Federal de Sergipe. Ano 2, no. 4, Jul.-Dez., 2009. ISSN 1807-3042.

_____. Schmitt y la esencia de catolicismo. In: DOTTI, Jorge; PINTO, Julio. *Carl Schmitt: su época y su pensamiento*. Buenos Aires: EUDEBA, 2002. P. 89-100.

ROQUES, Christian. Radiographie de l'ennemi: Carl Schmitt et le romantisme politique. *Astérion. Philosophie, histoire des idées, pensée politique*. No. 6, mars, 2009. Disponível em: <http://asterion.revues.org> Acesso em: 12.Mar.2011

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *El contrato social*. Madrid: Tecnos, 1988. 140p.

_____. *O contrato social*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1986. 142p.

RUIZ MIGUEL, Carlos. Estudio preliminar. In: *Catolicismo y forma política*. Madrid: Tecnos, 2000. P. IX-XLII.

_____. Carl Schmitt, teoría política y catolicismo. In: PAVÓN, Dalmacio Negro. *Estudios sobre Carl Schmitt*. Madrid: Veintiuno, 1996. P. 375-393.

RUST, Eric C. Conservative Revolutionaries: Protestant and Catholic Churches in Germany After Radical Political Change. (Book Review). *Journal of Church and State*. Vol. 47, No. 3, 2005, p. 627-627-633.

RÜDIGER, Francisco. Declínio do Ocidente, tragédia da cultura e ascensão dos titãs: elementos genealógicos da discussão da técnica em Heidegger. *Estudos de Sociologia*. Araraquara. V. 13, p. n. 24, 2008, p. 13-28.

RUGGIERO, Guido de. *El retorno a la razón*. Buenos Aires: Paidós Editorial, 1949. 229p.

RÜTHERS, Bernd. *Carl Schmitt en el Tercer Reich*. ¿La ciencia como fortalecimiento del espíritu de la época? Bogotá: Universidad de Externado de Colombia, 2004. 174p.

SÁ, Alexandre Franco de. *O poder pelo poder. Ficção e ordem no combate de Carl Schmitt em torno do poder*. Tese de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em http://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/610/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Doutoramento_Alexandre%20Franco%20de%20S%C3%A1_O%20Poder%20p.pdf Acesso em: 26 de julho de 2010.

_____. A coerência de Carl Schmitt. In: VIEIRA, L. V. e COSTA, D. Vaz-Curado R.M. (Orgs.). *Carl Schmitt contra o império*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009a. P. 9-30.

_____. *O conceito de Teologia Política no Pensamento de Carl Schmitt e o Decisionismo como Ficção Jurídica*. 2009b. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/sa_alexandre_franco_de_o_conceito_de_tologia_politica_e_de_cisionismo_como_ficcao.pdf Acessado em: 02 mai. 2010.

_____. Heidegger e o fim do mundo. *Investigaciones Fenomenológicas: Anuario de la Sociedad Española de Fenomenología*. No. 6, 2008, p. 310-325. Disponível em:

<http://e-spacio.uned.es/fez/view.php?id=bibliuned:InvFen-2008-6-5160> Acessado em: 02.Jun.2011.

_____. A questão do nacionalismo no pensamento de Carl Schmitt: o conceito schmittiano do político entre a República de Weimar e o Estado nazi. *Revista Filosófica de Coimbra*. No. 31, 2007a, p. 239-260.

_____. *Decisão, crença e o sentido da ordem concreta*. LusoSofia Press. Universidade da Beira Interior. Covilhã. 2007b. P. 3-19. Disponível em: www.lusosofia.net/.../sa_alexandre_franco_de_decisao_e_crenca.doc.pdf Acesso em: 21.Abril.2011

_____. Recensão. Emmanuel Faye: Heidegger, l'introduction du nazisme dans la philosophie: autour des séminaires inédits de 1933-1935. Paris, Albin Michel, 2005, 567p. *Revista Filosófica de Coimbra*. No. 28, vol. 14, 2005, p. 419-425.

_____. Um olhar teológico-político sobre o liberalismo político contemporâneo. *Revista Filosófica de Coimbra*. No. 25, 2004, p. 63-94. Disponível em: <http://saavedrafajardo.um.es/WEB/archivos/Coimbra/25/Coimbra25-03.pdf> Acessado em: 26.Nov.2010

_____. Do decisionismo à Teologia Política: Carl Schmitt e o conceito de soberania. *Revista Portuguesa de Filosofia*. T. 59, fasc. 1, jan.-mar., 2003a, p. 89-111.

_____. A política sobre a linha: M. Heidegger, E. Jünger e a confrontação sobre a era do Niilismo. *Revista Portuguesa de Filosofia*. Vol. 59, fasc. 4, Braga, 2003b, p. 1121-1152.

_____. Sobre a justificação racional do poder absoluto: racionalismo e decisionismo na *Teologia Política* de Carl Schmitt. *Revista Filosófica de Coimbra*. No. 23, 2003c, p. 157-180.

_____. Soberania e poder total. Carl Schmitt e uma reflexão sobre o futuro. *Revista Filosófica de Coimbra*. No. 20, 2001, p. 427-460.

SABINE, George H. *Historia de la Teoría Política*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1992. 677p.

SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Vol. 1. 11a. ed. Brasília: UnB, 1998. P. 1466-475. 1.674p.

SACHS, Joel. Some Aspects of Musical Political in Pre-Nazi Germany. *Perspectives of New Music*. Vol. 9, No. 1, Autumm, Winter, 1970, p. 74-95.

SADOUN, Marc. Opposition et démocratie. *Pouvoirs*. No. 108, 2004/1, p. 5-21.

SAFRANSKI, Rüdiger. *Heidegger. Um mestre na Alemanha entre o bem e o mal*. São Paulo: Geração Editorial, 2000. 520p.

SAHD, Luis Felipe Netto de Andrade e Silva. *Educação e Filosofia*. Vol. 17, no. 33, Jan.-Jun., 2003, p. 111-138.

SAINT-PIERRE, Héctor Luís. La centralidad del concepto de “enemigo” en la teoría de la soberanía de Carl Schmitt. In: DOTTI, Jorge; PINTO, Julio. *Carl Schmitt: su época y su pensamiento*. Buenos Aires: EUDEBA, 2002. P. 255-271.

SALDANHA, Nelson. Hegel, Weber, Schmitt. A propósito de algumas publicações recentes. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. No. 84, janeiro, 1997. P. 24-33.

SALGUEIRO, Wilberth. Poesia *versus* barbárie – Leminsky recorda Auschwitz (a lua em luto). Disponível em: <http://www.abralic.org.br/enc2007/anais/50/268.pdf> Acesso em: 05 de abril de 2009.

SALOMON, Gottfried. Besprechung des “Hüter der Verfassung”. *Weltwirtschaftliches Archiv*. – Zeitschrift des Institus für Weltwirtschaft und Seeverkehr an der Universität Kiel, 1932, Band 36, Heft 2, S. 252-256.

_____. Besprechung zu “Verfassungslehre” Carl Schmitts. *Weltwirtschaftliches Archiv*, 1931, 34. Band, (1931 II), SS. 288-291.

SALTER, Michael. Neo-Fascist Legal Theory on Trial: An Interpretation of Carl Schmitt’s Defence at Nuremberg from the perspective of Franz Neumann’s Critical Theory of Law. *Res Publica*. No. 5, 1999, p. 161-194.

SANCHÍS, Luis Prieto. *Recensión*. Montserrat Herrero López: El nomos y lo político: la filosofía política de Carl Schmitt. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA), 1997. 545p.

SANROMÁN, Diego Luis. Carl Schmitt. La cuestión del poder. *Nomadas*. 10. *Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas*. 2004. P. 1-20. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/nomadas/10/dlsanroman.pdf> Acesso em: 07.09.2010.

SARAT, Austin; CLARKE, Conor. Beyond Discretion: Prosecution, the Logic of Sovereignty, and the Limits of Law. *Law & Social Inquiry*. Vol. 33, Issue 2, (Spring, 2008), p. 387-416.

SAUQUILLO GONZÁLEZ, Julián. En el corazón de la política. *Isegoría. Revista de Filosofía Moral y Política*. No. 39, julio-diciembre, 2008a, p. 217-226.

_____. Revolución y secularización. *Isegoría. Revista de Filosofía Moral y Política*. (Ejemplar dedicado a: Revolución y secularización). No. 39, 2008b, p. 13-18.

_____. Un “ethos” para el gobierno y la administración: un debate entre el liberalismo y el jesuitismo políticos. *Isegoría. Revista de Filosofía Moral y Política*. No. 35, julio-diciembre, 2006, p. 89-105.

SCALONE, Antonino. Direito, decisão e representação: o poder em Carl Schmitt. In: DUSO, Giuseppe. *O Poder – História da Filosofia Política Moderna*. Petrópolis: Vozes, 2005. P. 423-442.

_____. Carl Schmitt: teologia política e logica dei concetti politici moderni. *Revista de Filosofia*, no. 13, Julio-Diciembre, 1996, p. 77-98.

SCHÄFFER, F. *Carta a von Papen*. 24 de setembro de 1932. Reichskanzlei, R-43, I, 1865.

SCHALOW, Frank. Heidegger, the Polity, and National Socialism. *Reviews. Interpretation*. Vol. 26, 1, Fall, 1998, p. 121-135.

SCHAPIRO, Leonard. *El totalitarismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982. 234p.

SCHEUERMAN, William E. Carl Schmitt: una fuente desconocida en la teoría elitista de la democracia de Joseph Schumpeter. In: MEDINA, Graciela; MALLORQUÍN. (Coordinadores). *Hacia Carl Schmitt: ir-resuelto*. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla / Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades / Facultad de Administración, 2001. P. 232-268.

_____. *Carl Schmitt, The End of Law*. Lanham, Boulder, New York, Oxford: Rowman, Littlefield Publishers, 1999. 360p.

_____. Revolutions and Constitutions: Hannah Arendt's Challenge to Carl Schmitt. In: DYZENHAUS, David. (Ed.). *Law as Politics. Carl Schmitt's Critique of Liberalism*. Durham and London: Duke University Press, 1998a. P. 252-280.

_____. After Legal Indeterminacy: Carl Schmitt and the National Socialist Legal Order, 1933-1936. *Cardozo Law Review*. Vol. 19, 1998b, p. 1743-1769.

_____. Revolutions and Constitutions: Hannah Arendt's Challenge to Carl Schmitt. *Canadian Journal of Law and Jurisprudence*. Vol. X, No. 1, January, 1997a, p. 141-161.

_____. The Unholy Alliance of Carl Schmitt and Friedrich A. Hayek. *Constellations*. Vol. 4, no. 2, 1997b, p. 172-188.

_____. *Between the Norm and the Exception. The Frankfurt School and the Rule of Law*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1997c. 331p.

_____. Legal Indeterminacy and the Origins of the Nazi Legal Thought: The Case of Carl Schmitt. *History of Political Thought*. Vol. 17, no. 4, 1996, p. 571-590.

_____. Is parliamentarism in crisis? A response to Carl Schmitt. *Theory and Society*. Vol. 24, 1995, p. 135-158.

SCHIEDER, Wolfgang. Carl Schmitt und Italien. *Vierteljahrshefte für Zeitgeschichte*. No. 37, Jahrg., 1. H., Jan., 1989, p. 1-21. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/30195388> Acesso em: 04.Out.2010.

SCHIFF, Jacob. From antilberal to untimely liberal: Leo Strauss's two critiques of liberalism. *Philosophy & Social Criticism*. Vol. 36, no. 2, 2010, p. 157-181.

SCHIFFER, Eugen. Besprechung der Schrift "Der Hüter der Verfassung". *Deutsche Juristen-Zeitung*, 1932, 37. Jahrg., Heft 10, Sp. 687.

_____. Besprechung der Schrift 'Der Begriffe des Politischen' und andere Beiträge im Sammelband 'Politische Wissenschaft'. *Archiv für Rechts- und Wirtschaftsphilosophie*, 1930, 23. Band, Heft 2 (Januar 1930), SS. 245-247

SCHLANT, Ernestine. *Hermann Broch*. Chicago: University of Chicago Press, 1986. 149p.

SCHLINK, Bernhard. Why Carl Schmitt? *Constellations*. Vol. 2, No. 3, 1996, p. 429-441.

SCHMIDT, Anna. The Problem of Carl Schmitt's Political Theology. *Interpretation*. Vol. 36, 3, Summer, 2009, p. 219-247.

SCHMIDT, Eberhard. La ley y lo jueces. Valores positivos y negativos del positivismo. In: PANIAGUA, José María Rodríguez. *Derecho Injusto y Derecho Nulo*. Madrid: Aguilar, 1971. P. 25-69.

SCHMITT, Carl. *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*. Berlin: Duncker & Humblot, 2010a. 90p.

_____. La teoría política del mito. In: ZARKA, Yves-Charles. *Carl Schmitt o el mito de lo político*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2010b. P. 141-153.

_____. Nomos – Presa di Possesso – Nome. In: RESTA, Caterina. *Stato Mondiale O Nomos della Terra*. Carl Schmitt tra universe e pluriverso. Reggio Emilia: Diabasis, 2009a. 140p.

_____. *La dictadura. Desde los comienzos del pensamiento moderno de la soberanía hasta la lucha de clases proletaria*. Madrid: Alianza, 2009b. 338p.

_____. Sul concetto di politica. In: SCHMITT, Carl. *Principi politici del Nazionalsocialismo*. Roma: Associazione Culturale Thule Italia, 2009c (1935). P. 4-24.

_____. Compagine statale e crollo del second impero tedesco. In: SCHMITT, Carl. *Principi politici del Nazionalsocialismo*. Roma: Associazione Culturale Thule Italia, 2009d (1935). P. 25-48.

_____. Stato, movimento, popolo. In: SCHMITT, Carl. *Principi politici del Nazionalsocialismo*. XIII. Roma: Associazione Culturale Thule Italia, 2009e (1935). P. 49-68.

_____; Kelsen, Hans. *La polémica Schmitt / Kelsen sobre la justicia constitucional: El defensor de la Constitución versus ¿Quién debe ser el defensor de la Constitución?* Madrid: Tecnos, 2009f. 366p.

_____. *Politische Theologie*. Berlin: Duncker & Humblot, 2009g. 70p.

_____. *O conceito do político*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009h. 243p.

_____. *I caratteri essenziali dello Stato nazionalsocialista*. In: SCHMITT, Carl. *Principi politici del Nazionalsocialismo*. XIII. Roma: Associazione Culturale Thule Italia, 2009i.

_____. *La tiranía de los valores*. Buenos Aires: Hydra, 2009j. 163p.

_____. *Römischer Katholizismus und politische Form*. Stuttgart: Klein-Cotta, 2008a. 65p.

_____. *The Leviathan in the State Theory of Thomas Hobbes. Meaning and Failure of a Political Symbol*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 2008b. 121p.

_____. *Legalidade e legitimidade*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007a. 102p.

_____. El enemigo sustancial y la legislación nazi. In: ZARKA, Yves-Charles. *Un detalle nazi en el pensamiento de Carl Schmitt*. Barcelona: Anthropos, 2007b. P. 27-55.

_____. La justificación de las leyes de Nuremberg del 15 de septiembre de 1935. In: ZARKA, Yves-Charles. *Un detalle nazi en el pensamiento de Carl Schmitt*. Barcelona: Anthropos, 2007c. P. 61-102.

_____. *Teología Política*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006a. 152p.

_____. *Interpretación Europea de Donoso Cortés*. Buenos Aires: Struhart, 2006b. 102p.

_____. *Estructura del Estado y Derrumbamiento del Segundo Reich*. Madrid: Editorial Reus, 2006c. P. 1-85.

_____. *Die Diktatur*. Berlin: Duncker & Humblot, 2006d. 257p.

_____. *El crimen de Guerra de Agresión en el Derecho Internacional*. Buenos Aires: Hammurabi, 2006e. 224p.

_____. *La noción de lo político*. Buenos Aires: Hammurabi, 2006f. 179p.

- _____. *El concepto de lo político*. Trad. de Francisco Javier Conde. Buenos Aires: Editorial Struhart & Cia., 2006g. 179p.
- _____. *La Lógica de la Sumisión Espiritual*. Madrid: Editorial Reus, 2006h. P. 89-101.
- _____. *A Coloquio*. Napoli: Guida, 2005a. 111p.
- _____. *Political Theology*. Chicago: University of Chicago Press, 2005b. 70p.
- _____. *Tagebücher vom Oktober 1919 bis Februar 1915*. Berlin: Akademie Verlag GmbH, 2005c. 437p.
- _____. *Carl Schmitt. Die Militärzeit 1915 bis 1919*. Berlin: Akademie Verlag GmbH, 2005d. 597p.
- _____. La science allemande du droit dans sa lutte contre l'esprit juif. 1936. *Cités*. Presses Universitaires de France. No. 14, 2003/2a, p. 173-180.
- _____. *La valeur de l'Etat et la signification de l'individu*. Genève: Librairie Droz, 2003. 152p.
- _____. *Der Begriff des Politischen*. Berlin: Duncker & Humblot, 2002a. 123p.
- _____. *Theorie des Partisanen. Zwischenbemerkung zum Begriff des Politischen*. Berlin: Duncker & Humblot, 2002b. 96p.
- _____. *Legalidad y legitimidad*. In: AGUILAR, Héctor Orestes. *Carl Schmitt, Teólogo de la política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001a. P. 245-343.
- _____. Los dos grandes 'dualismos' del sistema jurídico actual. 1939. In: AGUILAR, Héctor Orestes. *Carl Schmitt, Teólogo de la política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001b. P. 155-166.
- _____. La relación entre los conceptos 'guerra' y 'enemigo'. 1938. In: AGUILAR, Héctor Orestes. *Carl Schmitt, Teólogo de la política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001c. P. 147-154.
- _____. Enemigo total, guerra total, Estado total. 1937. In: AGUILAR, Héctor Orestes. *Carl Schmitt, Teólogo de la política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001d. P. 141-146.
- _____. Resumen comparativo del desarrollo más reciente del problema de las 'delegaciones legislativas'. [1936a]. In: AGUILAR, Héctor Orestes. *Carl Schmitt, Teólogo de la política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001e. P. 119-134.
- _____. Las nuevas tareas de la Historia Constitucional. [1936b]. In: AGUILAR, Héctor Orestes. *Carl Schmitt, Teólogo de la política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001f. P. 135-140.
- _____. El *Führer* defiende el Derecho. El discurso de Hitler ante el Reichstag del 13 de julio de 1934. In: AGUILAR, Héctor Orestes. *Carl Schmitt, Teólogo de la política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001g. P. 114-118.
- _____. El imperialismo moderno en el derecho internacional público. 1932. In: AGUILAR, Héctor Orestes. *Carl Schmitt, Teólogo de la política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001h. P. 95-113.
- _____. El giro hacia el Estado totalitario. 1931. In: AGUILAR, Héctor Orestes. *Carl Schmitt, Teólogo de la política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001i. P. 82-94.
- _____. El ser y el devenir del Estado fascista. 1929. In: AGUILAR, Héctor Orestes. *Carl Schmitt, Teólogo de la política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001j. P. 75-81.
- _____. La teoría política del mito. 1923. In: AGUILAR, Héctor Orestes. *Carl Schmitt, Teólogo de la política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001k. P. 65-74.
- _____. Teología Política I. In: AGUILAR, Héctor Orestes. *Carl Schmitt, Teólogo de la política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001l. P. 21-62.

- _____. Teología Política II. In: AGUILAR, Héctor Orestes. *Carl Schmitt, Teólogo de la política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001m. P. 395-460.
- _____. Interpretación Europea de Donoso Cortés. In: AGUILAR, Héctor Orestes. *Carl Schmitt, Teólogo de la política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001n. P. 227-243.
- _____. *Conceptos y posiciones en la guerra con Weimar-Ginebra-Versalles, 1923-1939*. In: AGUILAR, Héctor Orestes. *Carl Schmitt, Teólogo de la política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001o. P. 65-166.
- _____. *Catolicismo y forma política*. Madrid: Tecnos, 2000a. 49p.
- _____. *Romanticismo político*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2000b.
- _____. The Constitution of Freedom. In: JACOBSON, Arthur & SCHLINK, Bernhard. (Eds.). *Weimar. A Jurisprudence of Crisis*. Berkeley; Los Angeles, London: University of California Press, 2000c. P. 323-325.
- _____. State Ethics and the Pluralist State. In: JACOBSON, Arthur & SCHLINK, Bernhard. (Eds.). *Weimar. A Jurisprudence of Crisis*. Berkeley; Los Angeles, London: University of California Press, 2000d. P. 300-312.
- _____. *Catolicismo Romano e Forma Política*. Madrid: Tecnos, 2000e. 49p.
- _____. Ethic and State and Pluralistic State. In: MOUFFE, Chantal. (Ed.). *The Challenge of Carl Schmitt*. London: Verso, 1999. P. 195-208.
- _____. *La defensa de la Constitución*. Madrid: Tecnos, 1998a. 251p.
- _____. Carta a Norberto Bobbio. Plettenberg, (Vestfália), 30 de janeiro de 1950. In: BOBBIO, Norberto. *Diário de um século. Autobiografia*. Rio de Janeiro: Campus, 1998c. 261p.
- _____. Carta a Norberto Bobbio. Plettenberg, (Vestfália), Zona Britânica, 15 de dezembro de 1948. In: BOBBIO, Norberto. *Diário de um século. Autobiografia*. Rio de Janeiro: Campus, 1998c. 261p.
- _____. A revolução legal mundial. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*. No. 42, 1997, p. 99-117.
- _____. *A crise da democracia parlamentar*. São Paulo: Scritta, 1996a. 133p.
- _____. *Donoso Cortes*. Milano: Adelphi, 1996b. 119p.
- _____. *Sobre los tres modos de pensar la ciencia jurídica*. Madrid: Tecnos, 1996c. 77p.
- _____. *The Leviathan in the State Theory of Thomas Hobbes. Meaning and Failure of a Political Symbol*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1996d. 110p.
- _____. *Politische Theologie, Bd.1, Vier Kapitel zur Lehre von der Souveränität*. Berlin: Duncker & Humblot, 1996e. 70p.
- _____. *Politische Theologie, Bd.2, Vier Kapitel zur Lehre von der Souveränität*. Berlin: Duncker & Humblot, 1996f. 98p.
- _____. *Der Hüter der Verfassung*. Berlin: Duncker & Humblot, 1996g. 159p.
- _____. La visibilidad de la iglesia. Una reflexión escolástica. *Daimon: Revista de Filosofía*. No. 13, 1996h, p. 11-17. ISSN 1130-0507. Disponível em: <<http://revistas.um.es/daimon/article/viewFile/8421/8191>>. Acesso em: 2 de julho de 2009.
- _____. Nacionalsocialismo y Derecho Internacional. In: *Escritos de Política Mundial*. Buenos Aires: Ediciones Heracles, 1995a. P. 41-58.
- _____. La era de la política integral. In: *Escritos de Política Mundial*. Buenos Aires: Ediciones Heracles, 1995b. P. 59-61.
- _____. La séptima transformación de la sociedad de naciones. In: *Escritos de Política Mundial*. Buenos Aires: Ediciones Heracles, 1995c. P. 63-66.

- _____. La doctrina del Derecho en el Fascismo y en el Nacionalismo. In: *Escritos de Política Mundial*. Buenos Aires: Ediciones Heracles, 1995d. P. 67-68.
- _____. El concepto de "Piratería". In: *Escritos de Política Mundial*. Buenos Aires: Ediciones Heracles, 1995e. P. 69-73.
- _____. Estado totalitario y Neutralidad Internacional. In: *Escritos de Política Mundial*. Buenos Aires: Ediciones Heracles, 1995f. P. 75-80.
- _____. Inter Pacem et Bellum Nihil Medium. In: *Escritos de Política Mundial*. Buenos Aires: Ediciones Heracles, 1995g. P. 81-86.
- _____. El concepto de Imperio en el Derecho Internacional. In: *Escritos de Política Mundial*. Buenos Aires: Ediciones Heracles, 1995h. P. 87-98.
- _____. El Mar contra la Terra. In: *Escritos de Política Mundial*. Buenos Aires: Ediciones Heracles, 1995i. P. 99-103.
- _____. La Lucha por los Grandes Espacios y la Ilusión Norteamericana. In: *Escritos de Política Mundial*. Buenos Aires: Ediciones Heracles, 1995j. P. 105-110.
- _____. Cambio de Estructura del Derecho Internacional. In: *Escritos de Política Mundial*. Buenos Aires: Ediciones Heracles, 1995k. P. 111-131.
- _____. La Guerra Civil Fría. In: *Escritos de Política Mundial*. Buenos Aires: Ediciones Heracles, 1995l. P. 133-134.
- _____. La Unidad del Mundo. In: *Escritos de Política Mundial*. Buenos Aires: Ediciones Heracles, 1995m. P. 135-146.
- _____. La Tensión Planetaria entre Oriente y Occidente y la Oposición entre Tierra y Mar. In: *Escritos de Política Mundial*. Buenos Aires: Ediciones Heracles, 1995n. P. 147-170.
- _____. El Orden Planetario Después de la Segunda Grande Guerra Mundial. In: *Escritos de Política Mundial*. Buenos Aires: Ediciones Heracles, 1995o. P. 171-188.
- _____. Carta a Julien Freund. Plettenberg-San Casciano, le 3 juillet 1965. In: TOMMISSEN, Piet. *Schmittiana. Beiträge zu Leben und Werk Carl Schmitts*. Band IV, 1994. Berlin: Duncker & Humblot, 1994a. P. 54.
- _____. *Positionen und Begriff im Kampf mit Weimar-Genf-Versailles*. Berlin: Duncker & Humblot GmbH, 1994b. 361p.
- _____. *O conceito do político*. Trad. de Álvaro L. M. Valls. Petrópolis: Vozes, 1992a. 151p.
- _____. *Teoría de la Constitución*. Madrid: Alianza, 1992b. 377p.
- _____. *Glossarium: Aufzeichnungen der Jahre 1947-1951*. Berlin: Duncker & Humblot, 1991. 364p.
- _____. *Sobre el parlamentarismo*. Madrid: Tecnos, 1990a. 118p.
- _____. *El Leviathan. En la Teoría del Estado de Tomás Hobbes*. Buenos Aires: Editorial Struhart & Cia., 1990b. 86p.
- _____. *Dialogo sul potere*. Genova: Il Melangolo, 1990c. 45p.
- _____. The Plight of European Jurisprudence. *Telos*. Quarterly of Critical Thought. No. 83, Spring, 1990d, p. 35-70.
- _____. *Ex Captivitate Salus. Esperienze degli anni 1945-47*. Milano: Adelphi, 1987a. 142p.
- _____. Osservazioni in risposta a un discorso radiofonico di Karl Mannheim. In: SCHMITT, Carl. *Ex Captivitate Salus. Esperienze degli anni 1945-47*. Milano: Adelphi, 1987b. P. 15-26.
- _____. Due Tombe. In: SCHMITT, Carl. *Ex Captivitate Salus. Esperienze degli anni 1945-47*. Milano: Adelphi, 1987c. P. 37-55.
- _____. La sapienza della cella. In: SCHMITT, Carl. *Ex Captivitate Salus. Esperienze degli anni 1945-47*. Milano: Adelphi, 1987d. P. 81-94.

- _____. El proceso de neutralización de la cultura. *Revista de Occidente*. No. 71, abril, 1987e, p. 93-109.
- _____. Interrogation of Carl Schmitt by Robert Kempner (I). *Telos*. Quarterly of Critical Thought. No. 72, Summer, 1987f, Special Issue, p. 97-101.
- _____. Interrogation of Carl Schmitt by Robert Kempner (II). *Telos*. Quarterly of Critical Thought. No. 72, Summer, 1987g, Special Issue, p. 101-105.
- _____. Interrogation of Carl Schmitt by Robert Kempner (III). *Telos*. Quarterly of Critical Thought. No. 72, Summer, 1987h, Special Issue, p. 105-107.
- _____. Appendix. *Telos*. No. Quarterly of Critical Thought. 72, Summer, 1987i, Special Issue, p. 107-116.
- _____. The Legal World Revolution. *Telos*. Quarterly of Critical Thought. No. 72, Summer, 1987j, Special Issue, p. 73-89.
- _____. *Terra e Mare*. Milano: Giuffrè Editore, 1986a. 109p.
- _____. Dialogos sul nuovo spazio. In: *Terra e Mare*. Milano: Giuffrè Editore, 1986b. P. 87-109.
- _____. Un giurista davanti a se stesso. Intervista a cura di LANCHESTER, Fulco. *Quaderni Costituzionali*. Anno III, N. 1, Aprile, 1983, p. 5-34.
- _____. La revolución legal mundial. Plusvalía política como prima sobre la legalidad jurídica y superlegalidad. Plusvalía política como prima sobre legalidad jurídica y superlegalidad. *Revista de Estudios Políticos*. No. 10, 1979, p. 5-24. ISSN 0048-7694. Disponível em: http://www.cepc.es/rap/Publicaciones/Revistas/3/REPNE_010_006.pdf Acesso em: 23 de outubro de 2009.
- _____. Die Legale Weltrevolution: Politischer Mehrwert als Prämie auf juristische Legalität. *Der Staat*. No. 3, 1978, p. 321-339.
- _____. *Estudios políticos*. Madrid: Doncel, 1975. 166p.
- _____. Préface. In: SCHMITT, Carl. *La notion de politique*. Paris: Calman-Lévy, 1972. P. 43-56.
- _____. *Legalidad y legitimidad*. Madrid: Editora Nacional, 1971. 171p.
- _____. Der Führer schützt das Recht. *Deutsche Juristen-Zeitung*. No. 15, 1, August, 1934b, p. 946.
- _____. Clausewitz como pensador político o el honor de Prusia. *Revista de Estudios Políticos*. ISSN 0048-7694. No. 163, 1969, p. 05-30.
- _____. La noción de lo político. *Revista de Estudios Políticos*. No. 132, Nov.-Dic., 1963a, p. 5-14.
- _____. La noción de lo político. *Revista de Estudios Políticos*. ISSN 0048-7694. No. 132, 1963b, p. 05-14. Disponível em: http://www.cepc.es/rap/Publicaciones/Revistas/2/REP_132_007.pdf Acesso em: 23 de julho de 2008.
- _____. El orden del mundo después de la segunda guerra mundial. *Revista de Estudios Políticos*. ISSN 0048-7694, no. 122, 1962, p. 19-38.
- _____. Hamlet y Jacobo I de Inglaterra. Política y literatura. *Revista de Estudios Políticos*. No. 85, 1956, p. 59-92. ISSN 0048-7694. Disponível em: http://www.cepc.es/rap/Publicaciones/Revistas/2/REP_085_060.pdf Acesso em: 12 de outubro de 2007.
- _____. La tensión planetaria entre Oriente y Occidente y la oposición entre tierra y mar. *Revista de Estudios Políticos*. Estudios y Notas. ISSN 0048-7694. No. 81, 1955, p. 03-28.
- _____. Coloquio sobre el poder y sobre el acceso al poderoso. *Revista de Estudios Políticos*. ISSN 0048-7694. Estudios y Notas. No. 78, 1954a, p. 3-20.

_____. El concepto de imperio en el Derecho Internacional. *Revista de Estudios Políticos*. No. 1, 1941, p. 83-101. ISSN 0048-7694. Disponível em: http://www.cepc.es/rap/Publicaciones/Revistas/2/REP_001_092.pdf Acesso em: 1º de julho de 2009.

_____. Die Deutsche Rechtswissenschaft im Kampf gegen den jüdischen Geist. *Deutsche Juristen-Zeitung* 20 (15 October 1936c), p. 1193-1199.

_____. *Der Begriff des Politischen*. Hamburg: Hanseatische Verlagsanstalt A.-G., 1933. 61p.

_____. Historiographia in Nuce. Alexis de Tocqueville. *Revista de Estudios Políticos*. No. 43, 1949, p. 109-116.

SCHMITT, Georg. Der Begriff des Politischen oder Soziologie wider Willen – Eine Auseinandersetzung mit Carl Schmitt. *Rhein-Mainische Volkszeitung*, (Frankfurt a.M.), Juli 1932.

SCHNEIDER, Peter. *Ausnahmezustand und Norm. Eine Studie zur Rechtslehre Carl Schmitt*. Stuttgart: Deutsche Verlags, 1957.

SCHOLLES, Robert; KELLOG, Robert. *A natureza da narrativa*. São Paulo: McGraw Hill do Brasil, 1977. 234p.

SCHOENBAUM, David. *Hitler's Social Revolution*. New York: W. W. Norton & Company, 1997. 32p.

SCHREYER, Friedrich. Das Eigentum in der Reichsverfassung. *Der Ring* – Unabhängige Wochenschrift für nationale Politik, 1930, 3. Jahrg., Heft 40, vom 5. Oktober 1930, SS. 692-694.

SCHULZE, Hagen. *Weimar: Deutschland 1917-1933 (Die Deutschen und ihre Nation)*. Berlin: Severin und Siedler / Random House, 1982. 462p.

SCHUMAN, Frederick L. The Political Theory of German Fascism. *The American Political Science Review*. Vol. 28, No. 2, Apr., 1934, p. 210-232. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1947626>. Acesso em: 19.Dez.2009

SCHWAB, George. Introduction and translation. In: SCHMITT, Carl. *The Concept of the Political*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 2007. P. 3-16.

_____. Introduction. In: SCHMITT, Carl. *Political Theology. Four Chapters on the concept of Sovereignty*. Chicago: University of Chicago Press, 2006. 116p.

_____. The Challenge of the Exception. An Introduction to the Political Ideas of Carl Schmitt between 1921 and 1936. New York: Greenwood Press, 1989. 174p.

_____. Enemy or Foe: A Conflict of Modern Politics. *Telos*, No. 72, Summer, 1987, p. 194-201.

_____. Carl Schmitt: Political Opportunist? *Intellect*. Vol. 103, No. 2363, February, 1975, p. 334-337.

_____. Der Staat als Mechanismus bei Hobbes und Descartes. *Archiv für Rechts –und Sozialphilosophie*. Vol. XXX, No. 4, 1937, p. 158-168.

SCHWER, Wilhelm. Die Staatsraison im Bereich des katholischen Staatsgedankens. *Hochland – Monatschrift für alle Gebiete des Wissens, der Literatur und Kunst*, 1926-27, Heft 5 (Februar 1927), SS. 497-509.

SEGADO, Carmelo Jiménez. *Contrarrevolución o resistencia. La teoría política de Carl Schmitt (1888-1985)*. Madrid: Tecnos, 2009. 320p.

SEGEBERG, Harro. Revolutionary nationalism: Ernst Jünger during the Weimar Republic. *History of European Ideas*. Vol. 16, Issues 4-6, January, 1993, p. 821-826.

SÉGLARD, Dominique. Présentation du texte d'Hermann Heller: 'Démocratie politique et homogénéité sociale. *Cités*. No. 6, 2001/2, p. 197-198.

_____. Présentation du juriste Erich Kaufmann (1880-1972). *Cités*. No. 17, 2004/1, p. 149-152.

SEITZER, Jeffrey. Carl Schmitt's Internal Critique of Liberal Constitutionalism: Verfassungslehre as a Response to the Weimar State Crisis. In: DYZENHAUS, David. (Ed.). *Law as Politics. Carl Schmitt's Critique of Liberalism*. Durham and London: Duke University Press, 1998. P.

_____. Carl Schmitt's Internal Critique of Liberal Constitutionalism: Verfassungslehre as a Response to the Weimar State Crisis. *Canadian Journal of Law and Jurisprudence*. Vol. X, No. 1, (January, 1997), p. 203-227.

SELIGMAN-SILVA, Márcio. Walter Benjamin: o Estado de Exceção entre o político e o estético. In: SELIGMAN-SILVA, Márcio. *Leituras de Walter Benjamin*. 2ª. ed. São Paulo: FAPESP; Anablume, 2007. P. 213-238.

_____. Rádio pirata. *Folha de São Paulo. Caderno Mais!* 7.jun.2009, p. 08.

_____. (Org.). *Leituras de Walter Benjamin*. 2ª. ed. São Paulo: Fapesp / Anablume, 2007. 242p.

SENGHOR, Léopold. O socialismo é um humanismo. In: FROMM, MARCUSE, KOSIK, BLOCH, BOTTOMORE, DELLA VOLPE. (Orgs.). *Humanismo socialista*. Lisboa: Edições 70, 1976. P. 78-94.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. 447p.

SEPÚLVEDA, Consuelo Martínez-Sicluna. Carl Schmitt y la crítica al parlamentarismo. In: PAVÓN, Dalmacio Negro. *Estudios sobre Carl Schmitt*. Madrid: Veintiuno, 1996. P. 311-331.

SERRANO GÓMEZ, Enrique. Derecho y orden social. Los presupuestos teóricos de la teoría jurídica de Carl Schmitt. *Isegoría. Revista de Filosofía Moral y Política*. ISSN 1130-2097. No. 36, enero-junio, 2007, p. 125-141.

_____. Las figuras del "otro" en la dimensión política. La dimensión moral del conflicto político. *RIPF*. Vol. 8, 1996, p. 41-58.

SEVILLA, Jose M. Algo Donoso pero no Cortés. Una lectura diferencial del bifronte Marqués de Valdegamas a tenor de la modernidad de Vico. *Cuadernos de Vico*, nos. 7/8, 1997, p. 281-296.

SEVILLANO CALERO, Francisco. *Franco: Caudillo por la gracia de Diós, 1936-1947*. Madrid: Alianza, 2020. 352p.

SHAPIRO, Kam. *Carl Schmitt and the Intensification of Politics*. New York: Rowman & Littlefield Publishers Inc., 2010. 129p.

SHEN, Yu-chung. The Anomaly of the Weimar Republic's Semi-Presidential Constitution. *Journal of Politics and Law*. Vol. 2, No. 3, September, 2009, p. 35-43.

SHIRER, William L. *Ascensão e queda do terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Agir, 2008. 880p.

SHIYAKE, Masanori. Zur Lage der Carl Schmitt-Forschung in Japan. In: QUARITSCH, Helmut. *Complexio oppositorum. Über Carl Schmitt Vorträge und Diskussionsbeiträge des 28. Sonderseminars 1986 der Hochschule für Verwaltungswissenschaften Speyer der Hochschule Speyer*. Berlin: Duncker & Humblot, 1988. P. 491-502.

SIEBENBRODT, Michael. *Bauhaus Weimar*. USA: Hatje Cantz, 2001. 296p.

SIERRA, Maria; ZURITA, Rafael. *Elegidos y elegibles: la representación parlamentaria en la cultura del liberalismo*. Madrid: Marcial Pons, 2010. 544p.

SIEYÈS, Emmanuel. *¿Qué es el Tercer Estado? Ensayo sobre los privilegios*. Madrid: Alianza, 2003. 175p.

SIEP, Ludwig. ¿Qué significa: 'superación de la moralidad en eticidad' en la 'Filosofía del Derecho' de Hegel? In: ANGEHRN, Emil, *et. all. (Orgs.)*. *Estudios sobre la Filosofía del Derecho de Hegel*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989. P. 171-193.

SILVA, Divino José da. Horkheimer leitor de Nietzsche. *Cadernos Nietzsche*. No. 7, p. 41-53, 1999.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A historiografia vai à guerra: a derivação *Vöelkisch* e o nazismo. In: LIMONCIC, Flávio & MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. (Org.). *Os intelectuais do antiliberalismo. Projetos e políticas para outras modernidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. P. 379-410.

SILVA, Washington Luiz. Carl Schmitt e o Conceito Limite do Político. *Kriterion*, Revista de Filosofia, no. 118, jul.-dez., 2008, p. 449-455.

SIMÕES, Sílvia Sônia. Quando o passado legitima o presente: A música no III Reich. *Revista Thema*. Vol. 07, no. 02, 2010, p. 1-18.

SIMON, Paul. Staat und Kirche. *Deutsches Volkstum*, 1931, 13. Jahrg., Heft 8 (August), SS. 576-596.

SIMS, Jesse. Absolute adversity: Schmitt, Levinas, and the exceptionality of killing. *Philosophy & Social Criticism*. Vol. 31, no. 2, 2005, p. 223-252. Disponível em: <http://psc.sagepub.com> Acesso em: 1 apr. 2010.

SIRCZUK, Matías. La interpretación schmittiana de Hobbes. *Foro Interno: Anuario de Teoría Política*. ISSN 1578-4576. Vol. 7, 35-50, 2007, p. 35-50. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/cps/15784576/articulos/FOIN0707110035A.PDF> Acesso em: 10 de abril de 2009. P. 35-50.

_____. *Schmitt em Weimar: la crítica al liberalismo*. Disponível em: <http://www.saap.org.ar/esp/docs-congresos/congresos-saap/VI/areas/01/sirczuk.pdf> Acesso em: 10.07.2010.

_____. La crítica al liberalismo: Carl Schmitt y Donoso Cortés. *Politeia*. Vol. 27, no. 32-33, Caracas, Enero, 2004, p. 1-23.

SKINNER, Quentin. *Maquiavelo*. Madrid: Alianza, 1984. 121p.

SLAGSTAD, Rune. Liberal constitutionalism and its critics: Carl Schmitt and Max Weber. In: ELSTER, Jon; SLAGSTAD, Rune. *Constitutionalism and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. P. 103-129.

SLOMP, Gabriella. *Carl Schmitt and the Politics of Hostility, Violence and Terror*. London: Palgrave / Macmillan, 2009. 182p.

_____. Carl Schmitt on Friendship: Polemics and Diagnostics. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*. Vol. 10, no. 2, June, 2007, p. 199-213.

SMEND, Rudolf. *Constitución y Derecho Constitucional*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1985. 287p.

SMOLICZ, Jerzy J.; WATTS, Richard J. *Cultural Democracy and Ethnic Pluralism*. New York: Peter Lang Pub, 1997. 313p.

SOARES, José Miguel Nanni. *Considérations sur la France de Joseph de Maistre. Revisão (historiográfica) e tradução*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), para a obtenção do título de Mestre em História. São Paulo. 2009.

SOLER, Mariano Sanchez. *Los Franco, S.A.: Ascensión y caída da la familia del último dictador de Occidente*. Madrid: Oberon, 2003. 293p.

SOLON, Ari Marcelo. *Teoria da soberania como problema da norma jurídica e da decisão*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997. 224p.

SÖLLNER, Alfons. Beyond Carl Schmitt: Political Theory in the Frankfurt School. *Telos*. Spring, 1987, No. 71, p. 81-96.

_____. Leftist students of the Conservative Revolution: Neumann, Kirchheimer and Marcuse. *Telos*. No. 61, Fall, 1984, p. 55-70.

SONTHEIMER, Kurt. Anti-Democratic Thought in Weimar Republic. In: *The Road to Dictatorship. Germany 1918 to 1933*. Symposium by German Historians. London: Oswald Wolff, 1970. P. 39-56.

SOREL, Georges. *Reflexiones sobre la violencia*. Madrid: Alianza, 1976. 390p.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. *Teoria da Constituição Econômica*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

SPEIER, Hans. *Besprechung der Schrift 'Der Begriff des Politischen'* (3. Ausgabe). *Zeitschrift für Sozialforschung*, 1932, 1. Jahrg., Heft 1-2, SS. 203-204.

SPEKTOROWSKI, Alberto. Maistre, Donoso Cortés, and the Legacy of Catholic Authoritarianism. *Journal of the History of Ideas*. Vol. 63, no. 2, April, 2002, p. 283-302.

SPENGLER, Oswald. *La decadencia de Occidente. Bosquejo de una morfología de la Historia Universal*. Tomo I. Madrid: Espasa-Calpe, 2009a. P. 611.

_____. *La decadencia de Occidente. Bosquejo de una morfología de la Historia Universal*. Tomo II. Madrid: Espasa-Calpe, 2009b. P. 645.

_____. *A decadência do Ocidente*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 441p.

_____. *O homem e a técnica. Contribuição a uma filosofia de vida*. Porto Alegre: Meridiano, 1980. 128p.

_____. *Anos de decisão. A Alemanha e a evolução histórico-mundial*. Porto Alegre: Meridiano, 1941. 202p.

STAGLIENO, Marcello. Introduzione. In: IANNONE, Luigi. *Jünger e Schmitt. Dialogo sulla modernità. La modernità vista da due grandi pensatori tedeschi*. Roma: Armando Editore, 2009. P. 9-39.

STANTON, Timothy. Hobbes and Schmitt. *History of European Ideas*. Vol. 18, December, 2010, p. 1-8. Disponível em: doi:10.1016/j.histeuroidea. Acessado em: 20.Out.2010.

STAPEL, Wilhelm. Die Rolle der Juden im politischen Leben der Gegenwart. *Der Ring*. – Unabhängige Wochenschrift für nationale Politik, 1931, 4. Jahrg., Heft 22, vom 30. Mai 1931, SS. 402-408.

STEIN, Otto. Verfassungslehre. Aus Anlaß eines Buches. *Das neue Reich*, 1928, 10. Jahrg., Nr. 48, 25. August 1928, SS. 1004-1006.

STEINBERG, Joel. O Anjo Azul. Título original: *Der Blauer Engel*. Diretor: STEINBERG, Josef von. Distribuidora: Continental (DVDs). Ano de produção: 1930. País: Alemanha. Duração: 94minutos.

STEINER, George. *As idéias de Heidegger*. São Paulo: Cultrix, 1982. 139p.

STERN, Fritz R. *The Politics of Cultural Despair: A Study in the Rise of the Germanic Ideology*. New York: University of California Press, 1974. 367p.

STOPPINO, Mario. Totalitarismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Vol. 2. 11a. ed. Brasília: UnB, 1998. P. 1247-1259. 1318p.

STRATMANN, Franziskus. Carl Schmitts 'Begriff des Politischen'. *Der Friedenskämpfer*, 1928, 4. Jahrgang, Mai, Nr. 5, SS. 1-7; und Juni 1928, 4. Jahrgang, Nr. 6, SS. 1-7.

STRAUSS, Leo. Carta a Carl Schmitt. 13 de marzo de 1932. In: MEIER, Heinrich. *Carl Schmitt, Leo Strauss y El Concepto de lo político. Sobre un diálogo entre ausentes*. Buenos Aires: Katz, 2008a. P. 173-174.

_____. Carta a Carl Schmitt. 4 de septiembre de 1932. In: MEIER, Heinrich. *Carl Schmitt, Leo Strauss y El Concepto de lo político. Sobre un diálogo entre ausentes*. Buenos Aires: Katz, 2008b. P. 175-177.

_____. Carta a Carl Schmitt. 10 de Julio de 1933. In: MEIER, Heinrich. *Carl Schmitt, Leo Strauss y El Concepto de lo político. Sobre un diálogo entre ausentes*. Buenos Aires: Katz, 2008c. P. 178-179.

_____. Comentario sobre El Concepto de lo Político. In: MEIER, Heinrich. *Carl Schmitt, Leo Strauss y El Concepto de lo político. Sobre un diálogo entre ausentes*. Buenos Aires: Katz, 2008d. P. 133-168.

_____. Notes on Carl Schmitt, The Concept of the Political. In: SCHMITT, Carl. *The Concept of the Political*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 2007. P. 99-122.

_____. Persecución y arte de escribir y otros ensayos de filosofía política. Valencia: Novatores, 1996. 166p.

_____. *Natural Rights and History*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1965. 326p.

_____. Anmerkungen zu Carl Schmitts "Begriff des Politischen". *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, 1932, Band 67, Heft (August-September), S. 732-749.

_____. *Meditación sobre Maquiavelo*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1964. 434.

STRONG, Tracy B. Foreword. In: SCHMITT, Carl. *The Concept of the Political*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 2007. P. IX-XXXI.

_____. Foreword. In: SCHMITT, Carl. *Political Theology*. Chicago: University of Chicago Press, 2005b. P. vii-xxxv.

SUÁREZ, Federico. *Vida y obra de Juan Donoso Cortés*. Pamplona: Eunate, 1997.

_____. Los comienzos parlamentarios de Donoso Cortés. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*. Núm. 65, Julio-Septiembre, 1989, p. 7-33.

SUÁREZ, Marcial A. Garcia. *Violência, técnica e política em Carl Schmitt e Hannah Arendt*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/52156658/VIOLENCIA-TECNICA-E-POLITICA-EM-CARL-SCHMITT-E-HANNAH-ARENDT> Acesso em: 12.Mar.2011

SUÁREZ VERDEGUER, Federico. Los comienzos parlamentarios de Donoso Cortés. *Revista de Estudios Políticos*. No. 65, 1989, p. 7-34.

_____. *Introducción a Donoso Cortés*. Madrid: Rialp, 1964. 88p.

_____. La primera posición política de Donoso Cortés. *Arbor*. Revista General del Consejo Superior de Investigaciones Científicas, núm. 16, Jul.-Ago., 1946.

_____. *Evolución política de Donoso Cortés*. Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1949.

SUBÍAS, José Luís González. El ideario romántico de Donoso Cortés. *Revista de Estudios Extremeños*. Vol. 60, No. 3, 2004, p. 957-982.

SUCHODOLSKI, Bogdan. Humanismo da Renascença e Humanismo Marxiano. In: FROMM, MARCUSE, KOSIK, BLOCH, BOTTOMORE, DELLA VOLPE. (Orgs.). *Humanismo socialista*. Lisboa: Edições 70, 1976. P. 50-62.

SUNIC, Tomislav. History and Decadence: Spengler's Cultural Pessimism Today. *CLIO – A Journal of Literature, History and the Philosophy of History*. Vol. 19, No. 1, Fall, 1989, p. 51-62.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Caso Ellwanger*. HC 82424. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginador/paginador.jsp?docTP=AC&docID=79052> Acessado em: 18.Fev.2011

SURIN, Kenneth. World Ordering. *The South Atlantic Quarterly*. 104, 2, Spring, 2005, p. 185-197.

SVITÁK, Ivan. As fontes do humanismo socialista. In: FROMM, MARCUSE, KOSIK, BLOCH, BOTTOMORE, DELLA VOLPE. (Orgs.). *Humanismo socialista*. Lisboa: Edições 70, 1976. P. 35-49.

SZABÓ, Márton. Politics versus the Political. Interpretings 'das Politische' in Carl Schmitt. *Distinktion*. No. 12, 2006, p. 27-42.

TALMON, J. L. *Los orígenes de la democracia totalitaria*. Madrid: Aguilar, 1956. 392p.

TAPIA, Alberto Reig. Aproximación a la teoría del caudillaje en Francisco Javier Conde. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*. Núm. 69, Julio-Septiembre, 1990, p. 61-81.

TAPIA, Luis R. Oro. Crítica de Carl Schmitt al liberalismo. *Estudios Públicos*. ISSN 0716-1115. No. 98, otoño, 2005, p. 171-187. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1250853&orden=48181&info=link> Acesso em: 28 de julho de 2009.

TASCA, Angelo. *El nacimiento del fascismo*. Barcelona: Ariel, 1969. 405p.

TAUB, Emmanuel. Genocidio y modernidad: la excepción y el vaciamiento de lo político. *Universidad de Belgrano. Documentos de Trabajo*. No. 187, septiembre, 2007, p. 5-10

TAUBES, Jacob. *In divergente accordo Scritti su Carl Schmitt*. Macerata: Quodlibet, 1996. 100p.
_____. *En divergent accord. À propos de Carl Schmitt*. Traduit de l'allemand par Philippe Ivernel. Préface d'Elettra Stimilli. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2003. 126p.

TAVARES, Marcelo Leonardo. *Estado de emergência. O controle do poder em situação de crise*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. 289p.

- TAYLOR, Charles. *Hegel e a Sociedade Moderna*. São Paulo: Loyola, 2005. 216p.
- TEJADA, Francisco Elías de. *Antología de Juan Donoso Cortés*. Madrid: Editorial Tradicionalista, 1953.
- TERTULIAN, Nicolas. Carl Schmitt vu par les chercheurs allemands. *Cités*. No. 17, 2004/1, p. 157-164.
- _____. Le juriste et le Führer. *Cités*. Presses Universitaires de France. No. 6, 2001/2, p. 37-47.
- TESCHKE, Benno. Decisions and Indecisions. *New Left Review*. No. 68, March-April, 2011, p. 61-95.
- THOMA, Richard. The Reich as a Democracy. In: JACOBSON, Arthur & SCHLINK, Bernhard. (Eds.). *Weimar. A Jurisprudence of Crisis*. Berkeley; Los Angeles, London: University of California Press, 2000. P. 157-170.
- THOMAS, Norman. Socialismo humanista e o futuro. In: FROMM, MARCUSE, KOSIK, BLOCH, BOTTOMORE, DELLA VOLPE. (Orgs.). *Humanismo socialista*. Lisboa: Edições 70, 1976. P. 365-377.
- THORUP, Mikkel. Introduktion til Carl Schmitt og den totale stat. *Semikolon*. årg. 3, nr. 5, 2003, p. 6-14. Disponível em: <http://www.phys.au.dk/~karoff/filer/artikler/thorup.pdf>
Acesso em: 30 jul. 2010.
- TODOROV, Tzvetan. *Memórias do mal, tentação do bem. Indagações sobre o século XX*. São Paulo: Arx, 2002. 384p.
- TOMISSEN, Piet. Carl Schmitt-metajuristisch betrachtet: Seine Sonderstellung im katholischen Renouveau des Deutschlands der zwanziger Jahre. *Criticon*, 1975.
- TÖNNIES, Ferdinand. *Princípios de Sociologia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987. 405p.
- _____. Demokratie und Parlamentarismus, in: Schmollers Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft, 1927, 51. Jahrg., Heft 2 (April), S. 173-216.
- _____. *Comunidad y asociación*. Granada: Comares, 2009. 248p.
- TRAVERSO, Enzo. “Relaciones peligrosas”. Walter Benjamin y Carl Schmitt en el crepúsculo de Weimar. *Acta Poetica*. No. 28, 1-2, primavera-otoño, 2007, p. 93-94.
- TREGENZA, Ian. Leviathan as Myth: Michael Oakeshott and Carl Schmitt on Hobbes and the Critique of Rationalism. *Contemporary Political Theory*. Vol. 1, No. 3, Oct., 2002, p. 349-369.
- TRINDADE, Luciano José. *Paz perpétua de Kant e a sociedade internacional*. Ijuí: Unijuí, 2010. 320p.
- TRUYOL Y SERRA, Antonio. Presentación. In: DE MAISTRE, Joseph. *Consideraciones sobre Francia*. Madrid: Tecnos, 1990. P. XXX.

_____. Dos analistas críticos clásicos de la Revolución Francesa: Burke y De Maistre. *Anales de la Real Academia de Ciencias Morales y Políticas*. No. 67, 1990, p. 111-112.

TURNER, Bryan S. The problem of cultural relativism for the sociology of human rights: Weber, Schmitt and Strauss. *Journal of Human Rights*. Vol. 1, No. 4, (December, 2002), p. 587-605.

TURNER, Charles. The Strange Antilberalism of Carl Schmitt. Review Article. *Economy and Society*. Vol. 27, No. 4, November, 1998, p. 434-457.

ULMEN, Gary L. American Imperialism and International Law: Carl Schmitt on the US in World Affairs. *Telos*. Quarterly of Critical Thought. No. 72, Summer, 1987, p. 43-71.

URBINATI, Nadia. *Representative democracy: principles and genealogy*. Chicago: University of Chicago Press, 2008. 344p.

_____; PICCONE, Paul. Uses and Abuses of Carl Schmitt. *Telos*. No. 122, Winter, 2002, p. 3-30.

_____. Introduction. In: SCHMITT, Carl. *Roman Catholicism and Political Form*. Connecticut, EEUU: Greenwood Press, 1996.

_____. Return of the Foe. *Telos*, No. 72, Summer, 1987, p. 187-193.

UNGUREANU, Camil. Derrida on Free Decision: Between Habermas' Discursivism and Schmitt's Decisionism. *The Journal of Political Philosophy*. Vol. 16, No. 3, 2008, p. 293-325.

VAGTS, Detlev F. Carl Schmitt in Context? Reflections on a Symposium. *Cardozo Law Review*. Vol. 23, no. 6, 2002, p. 2157-2163.

VALCÁRCEL, Amélia. La filosofía política de Hegel. In: VALLESPÍN, Fernando. (Org.). *História de la Teoría Política*. Vol. 4. Madrid: Alianza, 1988. P. 16-65.

VALDÉS, José Manuel Díaz de. Carl Schmitt y el Congreso Nacional instaurado por la Constitución de 1980. *Revista de Derecho de la Universidad Católica de Valparaíso*. No. XXII, 2001, p. 75-97.

VALLESPÍN, Fernando. La vuelta a la tradición clásica: Leo Strauss, E. Voegelin. In: VALLESPÍN, Fernando. (Org.). *História de la Teoría Política. Rechazo y desconfianza en el proyecto ilustrado*. Vol. 5. Madrid: Alianza, 1993a. P. 354-396.

_____. Introducción. Rechazo y desconfianza en el proyecto ilustrado. In: VALLESPÍN, Fernando. (Org.). *História de la Teoría Política. Rechazo y desconfianza en el proyecto ilustrado*. Vol. 5. Madrid: Alianza, 1993b. P. 7-13.

VALVERDE, Carlos. Presupuestos metafísicos en la filosofía social y política de Donoso Cortés. *Miscelánea Comillas: Revista de Teología y Ciencias Humanas*. Vol. 16, No. 30, 1958, p. 5-82.

VAN LAAK, Dirk. *Gespräche in der Sicherheit des Schweigens*. Berlin: Akademie-Verlag, 2002. 331p.

VATTER, Miguel. The Idea of Public Reason and the Reason of State. Schmitt and Rawls on the Political. *Political Theory*. Vol. 36, no. 2, apr. 2008, p. 239-271.

_____. Strauss and Schmitt as Readers of Hobbes and Spinoza. *CR: The New Centennial Review*. Vol. 4, No. 3, Winter, 2004, p. 161-214.

VEGA, José Fernández. Aproximaciones el enemigo. In: DOTTI, Jorge; PINTO, Julio. *Carl Schmitt: su época y su pensamiento*. Buenos Aires: EUDEBA, 2002. P. 43-55.

VEJARANO, Juan Trías. El pacto constitutivo del estado como único pacto en los teóricos modernos del contrato. In: PAVÓN, Dalmacio Negro. *Estudios sobre Carl Schmitt*. Madrid: Veintiuno, 1996. P. 395-410.

VELOSO, Carlos Mário da Silva. Dos Direitos Sociais na Constituição do Brasil. Disponível em: http://www.ufnet.br/~tl/otherauthorsworks/dpr0027/veloso_carlos_dos_direitos_sociais_na_cf.pdf Acessado em: 19.01.2011, p. 1-10.

VENTOSA, Enrique Rivera de. El joven Donoso Cortés ante la problemática de su tiempo. *Cuadernos Salmantinos de Filosofía*. No. 3, 1976, p. 291-324.

VERDÚ, Pablo Lucas. *Reflexiones en torno y dentro del concepto de Constitución. La Constitución como norma y como integración política*. Disponível em: < http://www.cepc.es/rap/Publicaciones/Revistas/3/REPNE_083_016.pdf>. Acesso em: 11 de outubro de 2009.

_____. ¿Volver a Schmitt? In: PAVÓN, Dalmacio Negro. *Estudios sobre Carl Schmitt*. Madrid: Veintiuno, 1996. P. 287-309.

_____. Estudio preliminar. In: JELLINEK, Georg. *Reforma y mutación de la Constitución*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1991. P. IX- LXXX.

_____. Carl Schmitt, intérprete singular y máximo debelador de la cultura político-constitucional demoliberal. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*, núm. 64, Abril-Junio, 1989, p. 25-92.

VERMEULE, Adrian. Our schmittian administrative law. *Harvard Law Review*. Vol. 122, 2009, p. 1095-1108. Disponível em: <http://www.harvardlawreview.org/issues/122/feb09/vermeule.pdf> Acessado em 14 de maio de 2009.

VESTING, Thomas. Erosionen staatlicher Herrschaft. Zum Begriff des Politischen bei Carl Schmitt. *Archiv des öffentlichen Rechts (AÖR)*. No. 117, 1992, S. 4-45. Disponível em: <http://www.jura.uni-frankfurt.de/ifoer1/vesting/Dokumente/online-pub/Erosionen.pdf> Acesso em: 04.Out.2010.

VETTERLI, Richard; FORT, William E. *The Essence of Totalitarianism*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 1997. 156p.

VIDAL, César. *Corría el año. La Primera Guerra Mundial. (I)*. Debatedores: GUTIÉRREZ, Luis Álvarez; MARTÍNEZ, José Luiz. Disponível em: <http://vodpod.com/watch/762187-corra-el-ao-la-primera-guerra-mundial-i> Acessado em: 12.12.2010.

VIEIRA, Luiz Vicente; COSTA, Danilo Vaz-Curado R.M. (Orgs.). *Carl Schmitt contra o 'Império'*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009. 113p.

_____. *Os movimentos sociais e o espaço autônomo do “político”. O resgate de um conceito a partir de Rousseau e Carl Schmitt*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004a. 432p.

_____. *A recuperação do espaço autônomo do político*. O diagnóstico de uma fusão que desafia a lógica do liberalismo moderno. *Civitas*. V. 4, no. 1, jan.-jun., 2004b, p. 29-37.

VILLACANAÑAS BERLANGA, José Luis. Poder y conflicto. Ensayos sobre Carl Schmitt. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2008. 308p.

_____. Los límites de la influencia de Carl Schmitt en la República de Weimar. *Isegoría. Revista de Filosofía Moral y Política*. No. 24, 2001, p. 115-130.

_____. *La herencia de Maquiavelo. Modernidad y voluntad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. 330p.

_____. Técnica y política. In: PAVÓN, Dalmacio Negro. *Estudios sobre Carl Schmitt*. Madrid: Veintiuno, 1996a. P. 425-463.

_____ y GARCÍA, Román. Walter Benjamin y Carl Schmitt: Soberanía y Estado de Excepción. *Daimon: Revista de Filosofía*. No. 13, julio-diciembre, 1996b, p. 41-60.

VILLACORTA, Luis. “Escritos políticos”, de Hermann Heller. *Revista Española de Derecho Constitucional*, año 6, núm. 18, septiembre-diciembre, 1986. Disponível em: <http://www.cepc.es/rap/Publicaciones/Revistas/6/REDC_018_255.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2009.

VILLALMONTE, Alejandro. El pensamiento político de Donoso Cortés y el dogma del pecado original. *Cauriensia: Revista Annual de Ciencias Eclesiásticas*. No. 4, 2009, p. 391-426.

_____. Utopía Cristiana de la civilización del amor según J. Donoso Cortés. *Cauriensia*. Vol. II, 2007, p. 259-278.

VINCENT, Andrew. *Modern Political Ideologies*. Cambridge, Mass.: Blackwell, 1995. 361p.

VOEGELIN, Erich. *Hitler e os alemães*. São Paulo: É Realizações, 2008. 367p.

_____. Die Verfassungslehre von Carl Schmitt – Versuch einer konstruktiven Analyse ihrer staatsrechtlichen Prinzipien. *Zeitschrift für öffentliches Recht*, 1931, Band 11, S. 89-109

VOLPICELLI, A. Prefazione. In: SCHMITT, Carl. *Principi politici del Nazionalsocialismo*. Roma: Associazione Culturale Thule Italia, 2009. P. VI-VIII.

VON GLEICHEN, Heinrich Was ist der Herrenklub? *Der Ring – Unabhängige Wochenschrift für nationale Politik*, 1932, 5. Jahrg., S. 852 ff.

VON MARTIN, Alfred. Romantischer ‘Katholizismus’ und katholische ‘Romantik’. *Hochland – Monatschrift für alle Gebiete des Wissens, der Literatur und Kunst*, 1925, 23. Jahrg., Heft 3 (Dezember), SS. 315-337.

VON WIESE, Leopold. La Cultura de la Ilustración. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1979. 80p.

VORWERK, Friedrich. Kirche und Politik. *Der Ring* – Unabhängige Wochenschrift für nationale Politik, 1931, 4. Jahrg., Heft 33, vom 15. August 1931, SS. 616-618.

ULBRICHT, Walter. Extractos de un discurso pronunciado ante cuadros del Partido Comunista alemán y de organización de masas, el 15 de diciembre de 1930. In: ULBRICHT, Walter. *¿Adónde vá Alemania?* Dresden: Zeit im Bild, 1966. 468p.

URICH, Hermann. *Was ist Theologie?* Berlin: Kommissionsverlag des Hochweg-Verlages, 1931. 16S.

TERTULIAN, Nicolas. Escenas de la vida filosófica bajo el III Reich: Steding, Schmitt, Heidegger. In: ZARKA, Yves-Charles. *Carl Schmitt o el mito de lo político*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2010. P. 93-124.

THALMANN, Rita. *A República de Weimar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. 119p.

THOMA, Richard. Die Regelung der Diktaturgewalt. *Deutsche Juristen-Zeitung*, 1924, 29. Jahrg., Nr. 17-18, SS. 23-44.

_____. Zur Ideologie des Parlamentarismus und der Diktatur. *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, 1925, Band 53, Heft 1, S. 212-217.

THOREAU, Henry David. *Civil Disobedience and Other Essays*. Mineola, New York: Dover Thrift Editions, 1993. 90p.

TIERNO GALVÁN, Enrique. Prólogo. In: VON WIESE, Leopold. *La Cultura de la Ilustración*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1979. P. 9-18.

THOMASSEN, L. Reading radical democracy: A commentary on Clive Barnett. *Political Geography*. Vol. 24, 2005, p. 631-639.

TOMMISSEN, Piet. *Schmittiana: Beiträge Zu Leben Und Werk Carl Schmitts (Eclectica)*. Brussels: Economische Hogeschool Sint-Aloysius, 2003. 8p.

_____. *Schmittiana. Beiträge zu Leben und Werk Carl Schmitts*. Band IV, 1994. Berlin: Duncker & Humblot, 1994. 304p.

TRAVES, Martin Patrick Anthony. Critics of Modernity: The Literature of the Conservative Revolution in Germany, 1890-1933. New York: Peter Lang Publishing, 2001. 256p.

TRIERWEILER, Denis. Georges Sorel y Carl Schmitt: de una teoría política del mito a la otra. . In: ZARKA, Yves-Charles. *Carl Schmitt o el mito de lo político*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2010. P. 13-36.

_____. Une étrange edition: Schmitt expurgé. *Cités*. No. 17, 2004a/1, p. 173-179.

_____. Présentation. Glossarium. *Cités*. No. 17, 2004b/1, p. 181-210.

TRUYOL y SERRA, Antonio. Mis recuerdos de Carl Schmitt. In: PAVÓN, Dalmacio Negro. *Estudios sobre Carl Schmitt*. Madrid: Veintiuno, 1996. P. 411-424.

WAGNER, Francisco Sosa. *Carl Schmitt y Ernst Forsthoff: Coincidencias y confidencias*. Madrid: Marcial Pons, 2008. 133p.

WAITE, Geoffrey. Kant, Schmitt or Fues on Political Theology, Radical Evil and the Foe. (*Pour une Philosophie Buissonnière et Parallactique*). *The Philosophical Forum*. 2010, p. 205-227.

_____. Heidegger, Schmitt, Strauss. The Hidden Monologue, or, Conserving Esotericism to Justify the High Hand of Violence. *Cultural Critique*. No. 69, Spring, 2008, p. 113-140.

WARREN, Charles. The Story-Marshall Correspondance (1819-1831). *William and Mary College Quarterly*, 2, XXI, no. I, enero de 1941.

WEBER, Max. *Ciência e Política, duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2007. 128p.

_____. *Economía y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. 1237p.

_____. *Ética protestante y el espíritu del capitalismo*. Barcelona: Península, 1988. 262p.

WEITZ, Eric D. *Weimar Germany. Promise and Tragedy*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2009. 425p.

WELZEL, Hans. El problema de la validez del derecho. Una cuestión límite del Derecho. In: PANIAGUA, José Maria Rodríguez. *Derecho Injusto y Derecho Nulo*. Madrid: Aguilar, 1971. P. 73-128..

WIEGANDT, Manfred H. The Alleged Unaccountability of the Academic: A Biographical Sketch of Carl Schmitt. *Cardozo Law Review*. Vol. 16, 1994-1995, p. 1569-1598.

WIESEL, Elie. *Night*. New York: Hill and Wang, 2006. 120p.

_____. Os temores desse Nobel da Paz. *O Estado de São Paulo*. 12.08.1987, Jornal da Tarde, p. 9.

WIENE, Robert. O Gabinete do Dr. Caligari. Distribuidora: Continental (DVDs). Título original: Das Kabinett des Dr. Caligari. Ano de produção: 1919. País de produção: Alemanha. 52minutos.

WILDE, Marc de. Safeguarding the Constitution with and against Carl Schmitt Constitutional Failure: Carl Schmitt. *Political Theory*. Vol. 34, no. 4, August, 2006, p. 510-515. Disponível em: <http://ptx.sagepub.com> Acesso em: 1º de abril de 2010.

WILEY, James. The impasse of radical democracy. Review Essay. *Philosophy & Social Criticism*. Vol. 28, no. 4, 2002, p. 483-488.

WILHELM II, Kaiser. *Photopostkarte*. Hofphotograph E. Bieber. Rotophot AG, Berlin, 1914. Tiefdruck. 14,2 x 8,8 cm. DHM, Berlin. 1987 / 188.38. Disponível em: <http://www.hdg.de/lemo/objekte/pict/pk005384/index.html> Acesso em: 20.Ago.2010.

WILK, Kurt. La Doctrine Politique du National-Socialisme: Carl Schmitt. *Archives de Philosophie du Droit et de Sociologie Juridique*. Nos. 3-4, 1934, p. 169-196.

WIRTH, Louis. Prefácio. In: MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia. Introdução à Sociologia do Conhecimento*. 2ª. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1952. P. XIII-XXXII.

WITTMAYER, Leo. Besprechung der Schrift 'Die Diktatur'. *Zeitschrift für öffentliches Recht*, 1926, 5. Jahrg., S. 492-495.

_____. Carl Schmitt: Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus. *Archiv des öffentlichen Rechts*, 1925, Neue Folge, Band 8, Heft 1-2, S. 231-33.

WOLIN, Richard. Ce qui rattache les fascismes et le communisme à la modernité. *Raisons politiques*. No. 5, février, 2002, p. 95-107.

_____. *Labirintos. Em torno a Benjamin, Habermas, Schmitt, Arendt, Derrida, Marx, Heidegger e outros. Explorações na história crítica das ideias*. Lisboa: Piaget, 1998. 382p.

_____. Carl Schmitt, political existentialism, and the total state. *Theory and Society*. Vol. 19, No.4, Aug., 1990, p. 389-416.

WÖHE, Günter. *Carl Schmitt. Die Militärzeit 1915 bis 1919*. Berlin: Akademie Verlag GmbH, 2005. 597p.

WOODS, Roger. *The Conservative Revolution in the Weimar Republic*. London, UK: MacMillan, 1996.

WRIGHT MILLS, Charles. *The Power Elite*. Oxford: Oxford USA Trade, 2000. 448p.

YABLONKA, Hanna. *The State of Israel Vs. Adolf Eichmann*. New York: Schocken Books, 2004. 336p.

ZAGANIARIS, Jean. 'Un remede pire que le mal': Carl Schmitt et les apories des regimes républicains. *Mouvements*. No. 37, janvier-février, 2004a, p. 73-79.

_____. Des origines du totalitarisme aux apories des democraties liberales: interpretations et usages de la pensee de Joseph de Maistre par Isaiah Berlin. *Revue Française de Science Politique*. Vol. 54, no. 6, 2004, p. 981-1004.

_____. Réflexions sur une 'intimité': Joseph de Maistre et Carl Schmitt. *L'Homme et la société*. No. 140-141, avril-septembre, 2001/2, p. 147-167. *Homme et la Société: Revue Internationale de Recherches et de Synthèses Sociologiques*. No. 140-141, 2001, p. 147-168.

ZAMIT, José. *Nota del traductor*. In: FIJALKOWSKI, Jürgen. *La trama ideológica del totalitarismo. Análisis crítico de los componentes ideológicos en la Filosofía Política de Carl Schmitt*. Madrid: Editorial Tecnos, 1966. P. 12.

ZARKA, Yves-Charles. Introducción: De la teoría política del mito a la mitología política. In: ZARKA, Yves-Charles. *Carl Schmitt o el mito de lo político*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2010a. P. 9-12.

_____. El mito contra la razón: Carl Schmitt o la triple traición a Hobbes. In: ZARKA, Yves-Charles. *Carl Schmitt o el mito de lo político*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2010b. P. 37-54.

_____. Les idées mortifères. Un détail nazi en el pensamiento de Carl Schmitt. Astrolabio. Revista Internacional de Filosofía. Año 2008, num. 7, ISSN 1699-7549, p. 36-37. Disponível em: <http://www.ub.edu/astrolabio/Recensiones7/Argemi.pdf> Acesso em: 16 de setembro de 2009a.

_____. Éditorial. La place du politique. *Cités*. Presses Universitaires de France. No. 38, 2009/2b, p. 3-5.

_____. Para una crítica de toda teología política. *Isegoría. Revista de Filosofía Moral y Política*. No. 39, julio-diciembre, 2008, p. 27-47.

_____. *Un detalle nazi en el pensamiento de Carl Schmitt*. Barcelona: Anthropos, 2007a. 109p.

_____. Le crime contre l'Humanité n'existe pas: Carl Schmitt, le "juriste nazi". (53m.). *Conférence. Institut Français – Tel Aviv*, octobre, 2007b. Disponível em: http://www.akadem.org/sommaire/themes/politique/1/4/module_3331.php. Acesso em: 17.10.2010.

_____. Éditorial. La question de l'humanisme. *Cités*. Presses Universitaires de France. No. 22, 2005/2, p. 3-7.

_____. Présentation générale Carl Schmitt, après le nazisme. *Cités*. Presses Universitaires de France. No. 17, 2004, 1, p. 145-148.

_____. Présentation. Carl Schmitt, le nazi. *Cités*. Presses Universitaires de France. No. 14, 2003, 2, p. 161-163.

_____. Éditorial. Carl Schmitt: la pathologie de l'autorité. *Cités*. Presses Universitaires de France. No. 6, 2001, 2, p. 3-6.

_____. *Hobbes y el pensamiento político moderno*. Barcelona: Herder, 1997. 336p.

ZEHRER, Hans. Der Umbau des Staates. *Die Tat*, 1932, 24. Jahrg., Septemberheft, S. 453 ff.

ZEVALLOS, Augusto Ruiz. Democracia radical sin capital. Chantal Mouffe. *Precisiones*. Lima. 17 noviembre 2003, p. 12.

ŽIŽEK, Slavoj. Carl Schmitt in the Age of Post-Politics. In: MOUFFE, Chantal. (Ed.). *The Challenge of Carl Schmitt*. London: Verso, 1999. P. 18-37.

ZORITA, Eduardo Maura. Para una lectura crítica de *Hacia la crítica de la violencia* de Walter Benjamin: Schmitt, Kafka y Agamben. *Isegoría. Revista de Filosofía Moral y Política*. No. 41, Julio-diciembre, 2009, p. 267-276.

ZUBER, Kerstin. *Parlamentarismus bei Max Weber und Carl Schmitt*. München: GRIN Verlag, 2007. 28p.

ZUCKERT, Catharine. Leadership--Natural and Conventional-- in Melville's Benito Cereno. *Interpretation*. Vol. 26, 2, Winter, 1999, p. 239-256.

ZWEERDE, Evert van der. Friendship and the Political. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*. Vol. 10, no. 2, (June, 2007), p. 147-165.

ZWEIG, Stefan. *O mundo de ontem. Recordações de um europeu*. Lisboa: Assirio & Alvim, 2005. 496p.